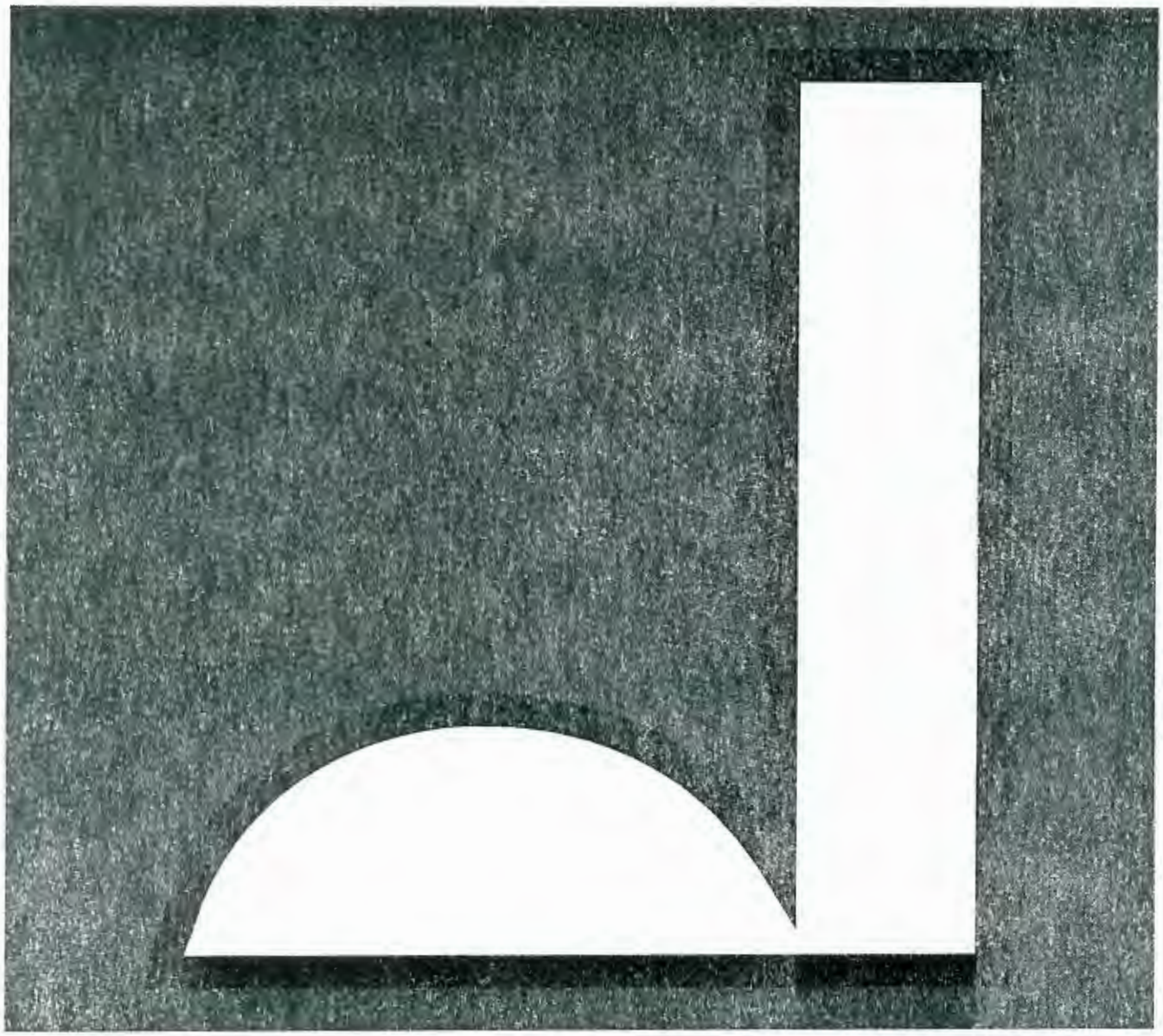
EXEMPLAR ÚNICO

180 anos
PARLAMENTO BRASILEIRO

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Arquivo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – SUP. AO Nº 067 –SÁBADO, 1º DE MAIO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente
José Sarney – PMDB – AP
1º Vice-Presidente
Paulo Paim – BLOCO – PT – RS
2º Vice-Presidente
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO
1º Secretário
Romeu Tuma – PFL – SP
2º Secretário
Alberto Silva – PMDB – PI

3º Secretário
Heráclito Fortes – PFL – PI
4º Secretário
Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS

Suplentes de Secretário
1º João Alberto Souza – PMDB – MA
2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT
3º Geraldo Mesquita Júnior– BLOCO – PSB – AC
4º Marcelo Crivella - PL – RJ

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)

LÍDER – PT
Ideli Salvatti - PT

Vice-Líderes

Roberto Saturnino – PT
Ana Júlia Carepa – PT
Flávio Arns – PT
Fátima Cleide – PT

LÍDER - PSB - 3

João Capiberibe – PSB

Vice-Líder PSB
Geraldo Mesquita Júnior

LÍDER - PTB – 3
Duciomar Costa – PTB

LIDERANÇA DO PMDB - 22
LÍDER
Renan Calheiros – PMDB
Vice-Líderes
Hélio Costa
Sérgio Cabral
Luiz Otávio
Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá
Papaléo Paes

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12

LÍDER
Efraim Morais - PFL

Vice-Líderes
Tasso Jereissati – PSDB
César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB
Rodolpho Tourinho – PFL

LÍDER – PFL – 17
José Agripino - PFL

Vice-Líderes
Paulo Octávio
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
José Jorge
João Ribeiro

LÍDER - PSDB – 12
Arthur Virgílio – PSDB – AM
Vice-Líderes
Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Álvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT – 5
LÍDER
Jefferson Péres – PDT
Vice-Líder
Almeida Lima

LÍDER – PL – 3
Magno Malta – PL

Vice-Líder
Aelton Freitas

LIDERANÇA DO PPS – 2

LÍDER
Mozarildo Cavalcanti – PPS

LIDERANÇA DO GOVERNO
LÍDER

Aloizio Mercadante – PT

Vice-Líderes

Fernando Bezerra – PTB
Patrícia Sabóya Gomes – PPS
Hélio Costa – PMDB
Marcelo Crivella – PL
Ney Suassuna – PMDB
Ideli Salvatti – PT

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Ronald Cavalcante Gonçalves
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) Atualizado em 23.4.2004

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES

1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos

1ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de janeiro de 2004 5

2ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de janeiro de 2004 26

3ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 27 de janeiro de 2004 55

4ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 29 de janeiro de 2004 84

5ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 3 de fevereiro de 2004 89

6ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 05 de fevereiro de 2004 122

7ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 10 de fevereiro de 2004 134

8ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de fevereiro de 2004 154

9ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 12 de fevereiro de 2004 194

1ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de fevereiro de 2004 205

2ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 2 de março de 2004 222

3ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 9 de março de 2004 233

4ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 16 de março de 2004 236

5ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de março de 2004 245

6ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 25 de março de 2004 248

7ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de março de 2004 288

1.2 – Comissão de Assuntos Sociais

4ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de março de 2004 350

1.3 – Comissão de Educação

5ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de março de 2004 386

6ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24 de março de 2004 418

7ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de março de 2004 444

1.4 – Comissão de Fiscalização e Controle

1ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 de fevereiro de 2004 453

2ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 16 de março de 2004 457

3ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de março de 2004 459

4ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de março de 2004 461

5ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24 de março de 2004 507

6ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de março de 2004 509

7ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 31 de março de 2004 540

1.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

1ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de janeiro de 2004 542

1ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 29 de janeiro de 2004 566

2ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 05 de fevereiro de 2004 581

2ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 12 de fevereiro de 2004 602

2ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 de fevereiro de 2004 623

1ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 4 de março de 2004 647

2ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de março de 2004 673

3ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 de março de 2004 696

3ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 25 de março de 2004 709

4ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de março de 2004 718

1.6 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2, de 2003-CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil

4ª Reunião, realizada em 3 de julho de 2003 724

5ª Reunião, realizada em 9 de julho de 2003 726

6ª Reunião, realizada em 16 de julho de 2003 749

7ª Reunião, realizada em 23 de julho de 2003 787

11ª Reunião, realizada em 3 de setembro de 2003 789

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte de janeiro de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte de janeiro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Ideli Salvatti, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo e Leonel Pavan. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, falta justificada em virtude de instrução de laudo médico, Mão Santa, João Alberto Souza, Pedro Simon, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, falta justificada em virtude de missão oficial ao exterior, Tasso Jereissati, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da 2ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2003, que é dada como aprovada. Em seguida, inicia-se a reunião com o objetivo de definir o calendário para a realização de Audiências Públicas a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que "regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências". Usam da palavra os Senadores César Borges, Ney Suassuna, Eduardo Suplicy, Eduardo Azeredo, Rodolpho Tourinho, Ana Júlia Carepa, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Guerra, Antonio Carlos Magalhães e Jonas Pinheiro. A Comissão aprova requerimentos solicitando audiências públicas a serem realizadas com a presença de representantes de entidades e órgãos públicos, com a finalidade de instruir a discussão da matéria, Requerimento nº 01-CAE, de 2004, que requer nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública a fim de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que "regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores, pessoas físicas e jurídicas, que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências", sugerindo que sejam convidados os representantes da Federação Brasileira de Bancos – Febraban; do Banco Central do Brasil, na área de fiscalização; e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, de autoria do Senador César Borges; Requerimento nº 02-CAE, de 2004, que requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, com a participação de representantes das Confederações do Comércio, da Indústria, da Agricultura e do Transporte, além de representante do Poder Judiciário, de autoria do Senador Ney Suassuna; Requerimento nº 03-CAE, de 2004, que requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, com a participação de representantes da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil – CBIC, de autoria do Senador Eduardo Azeredo; Requerimento nº 04-CAE, de 2004, que requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, com a participação de representantes da Ação Empresarial e Federação Brasileira dos Bancos – Febraban, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho; Requerimento nº 05-CAE, de 2004, que requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, com a participação do Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT e do Presidente da Força Sindical, devido à importância da representação dos trabalhadores no debate acerca da referida matéria, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores; Requerimento nº 06-CAE, de 2004, que requer nos termos regimentais, que sejam convidados para participarem de Audiência Pública os Senhores Manoel Felipe Rêgo Brandão, Procurador-Geral da Fazenda Nacional, ou representante, e o Dr. Fábio Ulhoa Coelho, Jurista, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior. Em seguida, o Senador Eduardo Suplicy solicita a inclusão nas Notas Taquigráficas desta reunião os Discursos do Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, na sanção da Lei de Renda Básica de Cidadania e do Sr. Philippe Van Parijs sobre "Renda de Cidadania: vontade e sabedoria do Brasil", sendo esta solicitação acatada pela Presidência. Antes de encerrar a reunião, o Presidente convoca para uma próxima reunião a ser realizada, extraordinariamente, no dia 22 de janeiro, quinta-feira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas.

Senador RAMEZ TEBET

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro aberta a 1ª reunião ordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura. Esta é a primeira reunião da convocação extraordinária feita pelo Presidente da República.

Cumpre lembrar que, dentre as matérias elencadas nesse período de convocação para serem discutidas e votadas, existe um projeto de lei sobre o Sistema Tributário Nacional e o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que é a chamada Lei de Falências, que regula a recuperação judicial e extrajudicial e a falência de devedores, pessoas físicas e jurídicas, que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais e dá outras providências.

Esta Comissão está ciente da importância da Lei de Falências e da recuperação das empresas.

O projeto ficou na Câmara Federal durante alguns anos, lá chegando em 1993. Recebemo-lo aqui em fins do ano passado, em meados do mês de novembro, quando estávamos discutindo as Reformas Previdenciária e Tributária, não tendo sido possível dar início aos nossos trabalhos com relação a essa importante lei.

Cumpre destacar, também, que a Lei de Falências que está em vigor é de 1945, portanto uma lei mais do que cinqüentenária, que não atende às exigências do mercado. Devemos buscar a aprovação de um texto que atenda à modernidade, que atenda ao mercado, que atenda às exigências da economia atual.

Tive o cuidado de ler esse texto da Câmara e acredito que os Srs. Senadores também o conheçam, mas é muito provável que necessite de aperfeiçoamento, o que devemos buscar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, antes de ser enviado à deliberação do Plenário, que dará a última palavra. É o Plenário que votará de forma definitiva a nova Lei Falimentar, caso não haja alguma alteração aqui no Senado da República; se houver, o projeto retornará à Câmara dos Deputados.

Tenho conversado com muitos Senadores. Agora mesmo, ao chegar aqui, fui abordado pelo Senador César Borges, sempre muito interessado pelas questões de interesses do País, que afirmava da necessidade, dado o interesse de setores econômicos, de setores representativos da sociedade por essa lei, de adotarmos aqui o critério de audiências públicas. E, se assim o for, pretendo apresentar o relatório somente depois que ouvirmos esses segmentos da sociedade.

Em suma, são essas as rápidas palavras que poderia dizer ao abrir esta reunião.

A pauta da convocação extraordinária – e creio que essa opinião seja unânime –, tem dois assuntos que vão dominar o Senado da República neste período. São eles: o Projeto de Reforma do Poder Judiciário, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e a Lei Falimentar, que está aqui aos cuidados da Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, que, mesmo antes de iniciarmos a reunião, já manifestava o desejo de se pronunciar sobre o assunto, preliminarmente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se algo incomoda a nação brasileira são os altíssimos **spreads** cobrados nos empréstimos bancários, seja para as pessoas jurídicas, seja para as pessoas físicas. São valores exorbitantes, totalmente inaceitáveis e que causam sérios problemas ao desenvolvimento das atividades produtivas nesse País. Conforme explicação dada pelo setor financeiro, pelas casas creditícias, pelos bancos, há uma taxa de risco embutida nesse **spread** em função da inadimplência e da dificuldade da recuperação do crédito dado à sociedade brasileira, através dos agentes econômicos e das pessoas físicas.

Uma lei de falências vem exatamente para resolver essa questão dos altíssimos **spreads** no nosso País, onde a taxa Selic é 16,5% mas, ao mesmo tempo, existem taxas cobradas do setor privado e das pessoas físicas em torno de 60% e 150% ao ano, respectivamente. O setor bancário sempre se escuda nesta explicação: há dificuldade na recuperação desse crédito. É preciso que o País tenha uma lei de falências, uma lei de recuperação judicial e extrajudicial de pessoas devedoras, físicas ou jurídicas. A sociedade está cobrando isso dos parlamentares.

Como bem disse V. Exª, a Lei de Falências, que foi encaminhada pelo atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro da Justiça, à época, Maurício Corrêa, no Governo Itamar, está dormitando, aqui, nos corredores do Congresso Nacional, desde 1993. Estamos agora com uma oportunidade de agilizar esse processo e o Senado Federal vai cumprir o seu papel: a Comissão de Assuntos Econômicos vai agilizar a tramitação dessa importante lei para o País. Imbuído desse espírito, Sr. Presidente, sugiro que realizemos reuniões extraordinárias ainda esta semana ou na próxima semana, se não der tempo, para convocar algumas pessoas para explicitar se essa lei está atendendo essa necessidade da Nação brasileira de diminuição da taxa de risco dos **spreads** cobrados das pessoas físicas e jurídicas.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu queria sugerir que pudéssemos ouvir, primeiro o setor mais interes-

sado, o setor bancário. A Federação dos Bancos – Febraban – poderia nos dizer se essa lei está efetivamente atendendo ao objetivo final, que é a diminuição da taxa de risco, que é a diminuição do **spread** cobrado à população brasileira. A Febraban, então, poderia ser convidada. O Banco Central, responsável pela fiscalização dos bancos, também deve ser ouvido, porque vai ser o vigilante da aplicação dessa lei. Também poderíamos convidar o Sebrae, que representa milhares de micro e pequenas empresas neste País, setor que mais sofre com essas altíssimas taxas de juros.

Eu queria sugerir a V. Exª, ao Presidente da Comissão, que realizemos essas audiências no início da próxima semana, se não ainda esta semana. São instituições importantes para ilustrar e esclarecer pontos da Lei de Falências para os Srs. Senadores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador César Borges, agradeço a V. Exª por ter aberto a fase não digo de discussão, mas de apresentação de sugestões.

Essas audiências públicas são importantes e devemos convocar também outros segmentos da sociedade. Um caso recente da construção civil – provocados pela quebra, pela falência da Encol – foi resolvido quase que fora da lei, mas por acordo entre os interessados. Esses setores também poderiam ou deveriam ser ouvidos por nós.

Devemos concluir isso rapidamente, uma vez que o trabalho da Câmara é bom. A Nação está esperando pela aprovação dessa lei. Não devemos nos apressar, correr demais, mas não devemos demorar.

A sugestão de V. Exª para a convocação extraordinária está aceita. Se conseguirmos contatar algumas pessoas para comparecer já na quinta-feira, convocarei uma reunião extraordinária para iniciarmos as audiências públicas.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto de lei está no Congresso Nacional desde 1993, embora tenha chegado ao Senado da República só no final do ano passado. É demasiado tempo de espera para o público, mas não se pode culpar o Senado, que só recebeu o projeto, se não me engano, em setembro do ano passado.

Trata-se de uma lei muito importante, que facilitará até mesmo o desenvolvimento econômico do País, porque, como bem lembrou o Senador César Borges, são muitas as indefinições que aumentam os nossos índices, as nossas taxas, o custo-país Brasil etc.

É claro que não se fala de cooperativas, tampouco das empresas públicas ou mistas, mas sugiro que a representação do comércio e da indústria esteja presente. Sugiro, também, nobre Presidente, que ouçamos um representante da Justiça, um juiz da área de falências, com experiência e currículo que permita informar a esta Comissão quais as maiores dificuldades para aquele Poder – que, ao final, é quem vai decidir as causas.

É óbvio que temos de ser rápidos, mas, como Casa revisora, temos a obrigação de fazer o melhor possível. Espero que o consigamos, como fizemos com a reforma tributária, pois recebemos um projeto ruim – não é o caso desse – e o transformamos em algo muito melhor. Espero que tenhamos sucesso. É o que auguro, não só para esse caso, mas a todo o Brasil.

Precisamos, Sr. Presidente, crescer na área econômica. Antes de ontem, constrangido, observei, em cidades brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro, ruas inteiras de lojas, antes pujantes, inteiramente fechadas. Esse é um assunto de muita importância para o País. Sei que V. Exª, que é o Relator, tem a obrigatoriedade, como Presidente da Comissão, de fazer o melhor, mas com a maior rapidez possível, para dar ao nosso País mais um instrumento de facilitação ao seu desenvolvimento econômico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, veja o caso da Parmalat, na Itália. Pelo que ouvi ontem, devido às dificuldades dos produtores de leite, o Governo vai fazer um socorro de cerca de R$200 milhões.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O que é pouco, porque o rombo ultrapassa R$1,5 bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, quero saudar a sua disposição de iniciar prontamente os nossos trabalhos da maneira mais produtiva. Cumpriremos com nosso dever apressando o debate e a tramitação da nova Lei de Falências.

Estou de pleno acordo com os Senadores César Borges e Ney Suassuna em sugerirmos as pessoas com melhor conhecimento no assunto para promovermos um debate, uma audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 71, da Lei de Falências. Em acréscimo, sugiro a representação do Banco Central e/ou do Ministério da Fazenda, para termos o ponto de vista das autoridades monetárias; do setor financeiro, com o Presidente da Febraban (Federação Brasileira das Associações de Bancos) ou quem a Federação indicar com o melhor conhecimento sobre o assunto; da indústria e do

comércio; dos trabalhadores, pois, com a falência, há também a preocupação com esse segmento; e de uma pessoa da área jurídica, que com a sua experiência e conhecimento colaborará para ser a nossa decisão a mais sábia possível. V. Exª mesmo citou há pouco o caso da Encol. No caso de uma empresa mobiliária, temos o problema também dos mutuários, que aguardam também os seus direitos.

Assim, Sr. Presidente, estou de pleno acordo. Se pudermos ter a primeira audiência nesta quinta-feira, V. Exª pode contar com nosso pleno apoio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, já pedi à Secretaria que entre em contato com um representante da Febraban, do Banco Central e do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa), instituições citadas no requerimento do Senador César Borges.

Senador Ney Suassuna, estamos preparando o requerimento para V. Exª assinar.

Tem a palavra agora o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como já lembrado, temos que valorizar o trabalho da Câmara dos Deputados – afinal anos e anos já foram consumidos na discussão de um tema tão importante como esse – , e nos debruçar sobre ele. É desnecessário dizer também da importância de uma lei como essa, mas vou repetir.

Ainda esta semana o Senador Ney Suassuna me mostrava um artigo, em uma das revistas semanais do País, apontando que o Brasil, para crescer, precisa exatamente se desgarrar de normas. Uma das frases do articulista Diogo Mainardi é a seguinte: "O Estado custa caro demais e é ineficiente demais". É verdade que temos de diminuir o tamanho do Estado brasileiro e melhorar as regras do ponto de vista legal, porque é sabido que várias empresas que poderiam continuar existindo acabam encerrando as suas atividades exatamente pela morosidade do processo de falência, do processo de busca de uma melhor adequação.

Sr. Presidente, também sugiro, já que abordaram a questão da construção civil, que convidemos a CBICC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil). Apresentarei requerimento por escrito contendo essa sugestão, porque creio ser a construção civil uma das áreas mais problemáticas do País. Vemos pelo Brasil afora inúmeros esqueletos de obras paralisadas, o que evidentemente causou prejuízos a todos aqueles que compraram apartamentos, lojas e escritórios em construção e, ao mesmo tempo, às próprias empresas.

Minha palavra visa endossar a necessidade de sermos ágeis e de valorizarmos o trabalho já feito pela Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Solicito ao Senador Eduardo Suplicy que formalize seu pedido, indicando quem deseja ouvir, já que S. Exª está muito ligado à classe dos trabalhadores. Há um receio – não direi fundado – com relação à Lei de Falências. Os trabalhadores estão preocupados com essa lei, não sei se porque falta divulgação ou porque o processo está em discussão. A classe trabalhadora receia ser prejudicada, o que, a meu ver, é inadmissível. Faremos uma Lei de Falências moderna, que atenda a todos os segmentos da sociedade. É esse o objetivo dos nossos trabalhos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me apenas dizer algumas palavras. Agradeço as ponderações de V. Exª.

Temos hoje pelo menos cinco centrais sindicais, mas duas são de maior representatividade: a Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical. Se convidarmos seus Presidentes ou pessoas por eles indicadas, nosso desejo será contemplado. Espero que as duas principais centrais representem o conjunto dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Rodolpho Tourinho, tem V. Exª a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, o alto **spread** bancário, as altas diferenças cobradas pelos bancos entre seu custo de captação e o que cobram dos clientes, no Brasil, é um problema extremamente sério. Vários aspectos contribuem para isso: em primeiro lugar, a taxa de juros, uma das mais altas do mundo; o compulsório, aqueles empréstimos obrigatórios que compõem a taxa; a margem de lucro, em muitos casos exorbitante; a questão tributária, extremamente relevante; e os efeitos da inadimplência. Os efeitos da inadimplência na Lei de Falências assumem uma proporção bastante grande, por isso devemos concentrar todo o esforço possível na análise dessa questão.

Evidentemente, é extremamente importante a presença do Banco Central, porque, no fundo, estamos tratando dos **spreads** bancários e não só da Lei de Falências, para que tenhamos uma visão muito clara do compulsório e dos empréstimos obrigatórios. A Febraban é absolutamente essencial, pois representa a visão dos bancos sobre essa lei. A Federação dos Bancos e os bancos de per si têm admitido – o que não concordo em grande parte – que o grande problema do **spread** bancário é a atual lei falimentar. Não acredito que seja só isso. É importante, mas não tão

relevante quanto afirmam. Utilizam esse argumento para justificar o **spread** bancário tão alto.

Aproveitando a excelente experiência que tivemos quando da discussão da reforma tributária, solicito que convoquem também representantes da ação empresarial. Assim estaremos ouvindo todas as empresas do segmento. Tivemos um bom entendimento na análise de todos esses aspectos. Para tal foi muito importante a ligação do Senador Fernando Bezerra. Devemos aproveitar momentos de bom entendimento com essa área para obtermos essas informações, até para confrontá-las com um dos elementos da ação empresarial, que é a própria Febraban. Já encaminhei também a formalização disso, mas julgo a convocação da ação empresarial de extrema importância.

Penso que devemos trabalhar o mais rapidamente e da melhor forma possível nesses dias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Ana Júlia Carepa, V. Exª tem a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, na verdade, o meu comentário é na direção do que já foi exposto pelo Senador Eduardo Suplicy.

A legislação original, no seu art. 163 ou 164, diz que os créditos derivados das relações de trabalho e as indenizações trabalhistas gozam de preferência sobre todos os outros créditos. Era assim a legislação anterior. A proposta atual estabelece que as importâncias recebidas com a realização de ativos serão destinadas ao pagamento dos credores, atendendo à classificação prevista no art. 11. E o art. 61 diz que os créditos derivados das relações de trabalho serão pagos prontamente tão logo haja disponibilidade em caixa, ou seja, essa lei propõe uma alteração. V. Exªs inclusive já registraram a preocupação dos trabalhadores em relação a essa inversão da ordem. É necessário reforçar a necessidade de ouvir a representação dos trabalhadores.

Há também um segundo credor na lei anterior, que seriam os tributos da União, dos Estados, dos Municípios. Se não me engano, já consta a representação da União, porque ela teria prioridade depois dos trabalhadores. Não podemos votar aqui uma lei que traga esse risco também para os empregados, que não têm nenhuma responsabilidade, de um modo geral, sobre essas falências. Então, é importante, mais do que ouvir os bancos – concordo quando o Senador Rodolpho Tourinho diz que colocam muito mais como desculpa dos seus altos **spreads** a Lei das Falências –, ouvir também os representantes dos trabalhadores. Portanto, só queria ressaltar a importância de ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Geraldo Mesquita, V. Exª tem a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Obrigado, Exª.

Sr. Presidente, eu queria, antes de tudo, louvar a iniciativa de V. Exª ao propor que esta Comissão realize audiências para oitiva de autoridades e de interessados no assunto. Com essa atitude, V. Exª garante mais uma vez a autonomia desta Comissão, que não se propõe simplesmente a homologar proposições, partam elas de onde partirem.

Nesse sentido, sintonizado também com a preocupação dos meus ilustres colegas, venho aqui formalizar a indicação de que, em uma dessas audiências, possamos ouvir o Procurador-Geral da Fazenda Nacional ou quem ele indicar. O órgão tem profissionais que estão debruçados sobre a matéria, que estudam há muito tempo essa questão e que poderão dar expressiva contribuição ao debate a ser travado nas audiências.

Eu gostaria também de sugerir a oitiva do Dr. Fábio Ulhoa Coelho, Jurista de expressão nacional e internacional, estudioso profundo do Direito Comercial, especialmente no que se refere à Lei de Falências, que poderá, com o Procurador-Geral da Fazenda Nacional ou algum Procurador indicado por aquele órgão para aqui participar, conversar e discutir acerca do tratamento que está sendo proposto para os créditos privilegiados.

Pelo que estou vendo aqui, a proposição altera substancialmente o destino e o tratamento concedido aos referidos créditos privilegiados. Precisamos estar atentos ao que iremos aprovar nesta Comissão e, posteriormente, no plenário do Senado, para que, como V. Exª bem referiu, os interesses recebam tratamento devido por parte do Congresso Nacional, para que trabalhadores e credores tenham assegurados seus direitos, sem que se penda para um lado ou outro, estabelecendo, assim, desigualdades inaceitáveis.

Concluindo, gostaria de fazer a indicação da oitiva do Sr. Procurador da Fazenda Nacional, ou quem aquela autoridade indicar dentre os demais Procuradores da Fazenda, e do jurista Dr. Fábio Ulhoa Coelho, para que, aqui comparecendo, possam conosco discutir essa relevante questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Geraldo Mesquita, vou aguardar o requerimento de V. Exª.

Tem a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos sendo alvo de muita crítica da imprensa nacional com re-

lação a esta convocação extraordinária, mas tenho a convicção de que, se trabalharmos intensamente em alguns temas relevantes para a sociedade, como a reforma do Judiciário e a Lei de Falências, teremos, pelo menos, amenizado o impacto dessas críticas, que, às vezes, por alguns aspectos, soam injustas e, por outros, discutíveis. Não gostaria que houvesse a convocação do Congresso, mas estamos aqui e vamos trabalhar intensamente.

Sr. Presidente, queria me somar aos que aqui me antecederam, pedindo a V. Exª – se for necessário, farei um requerimento formal – que, nessas audiências públicas, também sejam ouvidos outros segmentos da produção nacional, além da ação empresarial já mencionada pelo Senador Rodolpho Tourinho: os Presidentes da Confederação Nacional da Indústria, da Confederação Nacional da Agricultura, da Confederação Nacional do Comércio, dos Transportes. A ação nacional congrega essas instituições, mas foi criada para o debate da reforma tributária, que se exauriu em parte. Vamos continuar sempre a modernizar a estrutura tributária brasileira.

Quanto à Lei de Falências, concordo com o Senador Rodolpho Tourinho sobre a importância de que venham aqui os representantes dos bancos, que têm sempre, como desculpa ou argumento, que o **spread** bancário se deve um pouco ao risco que a Lei de Falências enseja. Temos que prestar um serviço ao País.

Peço a V. Exª que sejamos diligentes, ágeis e que trabalhemos intensamente nessa Lei, que é importante para o País, como forma de justificarmos à sociedade esta convocação no que concerne à Comissão de Assuntos Econômicos.

Ao cumprimentar V. Exª, gostaria de dizer que a auto – escolha de V. Exª como Relator muito me alegra, por saber de sua competência, de sua experiência. Evidentemente que todos daremos a nossa colaboração para a modernização dessa Lei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Fernando Bezerra, agradeço a V. Exª. A relatoria está na Presidência para que todos possamos trabalhar juntos, principalmente V. Exª, que tem demonstrado interesse por esse assunto e que já presidiu a Confederação Nacional das Indústrias. Certamente V. Exª dará uma grande contribuição para que essa Lei possa atender suas finalidades.

Devemos nos empenhar para elaborarmos uma legislação eficaz, no sentido de evitar prejuízos aos credores e de garantir o direito do trabalhador, uma legislação que impeça fraudes, uma legislação que puna rigorosamente administradores fraudulentos ou criminosos, uma legislação que possa conciliar o capital com o trabalho. Com a atual lei, a falência de uma empresa leva anos e anos para ser resolvida, o que significa prejuízos ao País, como desempregos e desajustes sociais. Em sendo assim, essa Lei de Falências tem um conteúdo social muito grande. Enganam-se os que consideram que a Lei de Falências objetiva defender; trata-se de uma lei para defender o social.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, gostaria de uma informação de V. Exª. Enviei à Mesa um requerimento no sentido de se ouvir a Confederação da Indústria e do Comércio – momentos antes de o Senador Fernando Bezerra chegar – e pessoa com experiência na área da Justiça. A dúvida é se seria um Promotor da Vara de Falências, ou um Juiz, ou se os dois. V. Exª, que é Jurista, poderá me esclarecer melhor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, em um processo falimentar todos participam: o curador, o juiz falimentar. A lei por si só não resolve. É preciso que os envolvidos – magistrados, promotores – tenham uma visão comercial e social. É importante ouvir tanto um quanto o outro, inclusive a OAB. Aproveitaremos esse tempo destinado às audiências e realizaremos um amplo trabalho.

Fico aguardando os requerimentos.

Em votação o requerimento do Senador César Borges, primeiro a chegar, para que seja ouvido um representante da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), do Banco Central e do Sebrae.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O segundo requerimento é do Senador Ney Suassuna, acoplado a outros, para audiência pública de representantes da Federação do Comércio e da Indústria.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de acrescentar a agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há requerimento nesse sentido. No entanto, se o Senador Ney Suassuna permitir, acrescentarei.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Concordo. Agricultura, além de elementos experimentados na área de Justiça.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agricultura e Transportes. Há a Confederação Nacional dos Transportes também, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito bem lembrado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento do Senador Eduardo Azeredo, que objetiva ouvir um representante da Câmara Brasileira da Indústria de Construção Civil.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Senador Rodolpho Tourinho solicita, dentro do calendário, que venha a ser estabelecido, para a realização de audiência pública, o convite à Ação Empresarial e à Febraban.

Esse projeto já está aprovado.

Em votação.

As Srª e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação o requerimento do Senador Eduardo Suplicy para que seja ouvido o Presidente ou um representante da CUT e da Força Sindical.

Estão aprovados os requerimentos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem, quando aprovamos os representantes dos empresários, falou-se em federação, mas acredito que se trate de confederação, que é a representação nacional. As federações são representações estaduais. Seriam confederações?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está certo.

Pergunto se mais algum Senador deseja usar a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, apenas lembro que o Senador Geraldo Mesquita apresentou oralmente o requerimento. Acredito que S. Exª não o tenha formalizado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas há tempo. Acredito que esteja formalizado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está formalizado?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Trata-se do Procurador da Fazenda Nacional.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E do jurista Fábio Ulhoa Coelho. Eu encaminho por S. Exª, então.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está aprovado.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Permita-me questionar se o Presidente do Banco Central foi convocado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não. Foi convocado um representante do Banco Central. (Pausa)

Senador Antonio Carlos Magalhães, informo a V. Exª que realmente um representante do Banco Central deverá comparecer à Comissão.

Estão aprovados todos os requerimentos, inclusive o do Senador Geraldo Mesquita, como também o relativo à realização de reuniões extraordinárias. Espero realizar a primeira na quinta-feira. Caso algum dos convidados confirme, já teremos a audiência na quinta-feira, com a presença de no máximo dois.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro, porque a Comissão de Assuntos Econômicos teve uma participação relevante em fato ocorrido durante o recesso. A Câmara dos Deputados concluiu a votação do projeto de lei que institui a renda básica de cidadania no Brasil, projeto esse aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos em dezembro de 2002, em duas votações, conforme o parecer do Senador Francelino Pereira. Em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou essa matéria.

Sr. Presidente, dada a sua relevância, proponho seja transcrito nos Anais da CAE o pronunciamento do Presidente Lula feito nessa ocasião, bem como o do Professor Philippe Van Parijs, professor de economia e filosofia da Universidade Católica de Louvain e maior autoridade reconhecida sobre o tema. Esse professor foi o fundador do **Basic Income European Network** ou Rede Européia da Renda Básica.

Ainda hoje, Sr. Presidente, o jornalista Luiz Garcia faz uma avaliação crítica da proposição. Estou encaminhando um artigo ao **O Globo**, pois noto que, em que pese a extraordinária experiência e conhecimento do jornalista Luiz Garcia, noto que não considerou todos os argumentos e não compreendeu inteiramente por que a renda básica de cidadania, ao prover o pagamento efetivamente a todas as pessoas, de fato, acabará resultando em condições muito mais adequadas, mais dignas para toda população e efetivamente contribuirá para a melhoria da distribuição da renda e para a erradicação da pobreza e da fome em nosso País.

Assim, quero, mais uma vez, agradecer a todos que no Senado colaboraram para a votação unânime desse projeto e pedir o registro dos dois pronunciamentos ocorridos por ocasião da sanção da renda básica de cidadania. Sr. Presidente, peço a V. Exª que esses dois pronunciamentos sejam registrados nos Anais de nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª será atendido.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, apesar de estar preocupado com o número de instituições convidadas, ainda me lembrei aqui – e contei com o apoio do Senador Fernando Bezerra

– das associações comerciais. Poderíamos convidar o Presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais. Não sei como V. Exª fará para conciliar as instituições convidadas. Talvez possa acontecer em duas reuniões ou como V. Exª melhor entender.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Garibaldi Alves Filho, agradeço a V. Exª e peço que formalize o requerimento. Pretendo conciliar a presença das instituições nesta Comissão de conforme já combinamos. Não acredito que essa lei seja aprovada até o dia 14. Vamos aproveitar, então, para nos reunir extraordinariamente, pois já fui autorizado inclusive pelo Plenário da Comissão.

Já na próxima quarta-feira, a Secretaria trará dois convidados. Se os representantes das entidades atenderem ao nosso convite, os Membros da Comissão serão avisados e a reunião acontecerá na quinta-feira. Com a cooperação de todos, faremos o relatório imediatamente e colocaremos em votação. Mas não podemos dizer que será aprovado até o dia 14, pois estamos diante de requerimentos e de uma lei muito importantes. A vantagem é que estamos dando um rápido andamento a essa nova lei, porque aquela que será revogada está inteiramente ultrapassada, é mais do que cinqüentenária.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, eu queria apenas sugerir a V. Exª que solicitasse à Assessoria que comunique aos Membros da Comissão a pauta das reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Secretaria acaba de me informar que o Banco Central enviará seus representantes já na próxima quinta-feira. Então, haverá reunião extraordinária quinta-feira, às 10h. Possivelmente ouviremos dois representantes.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A associação foi chamada, a confederação...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se V. Exª fizer o requerimento, colocaremos em votação já na quinta-feira. Uma vez aprovado, convidaremos o Presidente da Confederação, pois não podemos ouvir a todos no mesmo dia.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, aproveito a presença dos três ex-Ministros da Integração Nacional – V. Exª, o Senador Fernando Bezerra e o Senador Ney Suassuna – e de dois Ex-Governadores, do Rio Grande do Norte e da Bahia, para comentar um fato que não interessa apenas a um partido ou a uma facção: fomos informados hoje, pela imprensa, de que todo o processo de rearticulação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste praticamente morreu.

Há cerca de quatro meses, o Presidente da República reuniu 70 Parlamentares, todos os Governadores do Nordeste, quase todos os seus Ministros, para comunicar a reabertura da Sudene, ou o renascimento da Sudene, que todos aplaudimos, no Rio Grande do Norte. Lembro-me muito bem de que, antes desse Presidente, o Presidente anterior do meu Partido, Ministro então e defensor intransigente da Instituição, Senador Fernando Bezerra, avisou a todos que teria criado uma instituição de nome Adene, para o Nordeste, e que essa Instituição tinha orçamento. Discutimos, os Governadores, o valor desse orçamento – eu representava o Governo de Pernambuco nesse momento. Houve uma discussão ampla sobre o valor desse novo orçamento da Adene, que seria uma instituição moderna e substituiria a Sudene. Contudo a situação atual é mais ou menos a seguinte: a Adene é uma brincadeira.

Aprovamos aqui – e fui relator – dirigentes da Instituição, que não tem recursos ou verbas para pagar passagem via Brasília. Estão sentados, há mais de um ano, há um ano e meio exatamente, sem fazer rigorosamente nada. Por outro lado, a rearticulação da Sudene se deu depois de uma série de reuniões pelo Brasil inteiro promovidas principalmente pelo Ministério da Integração, com a coordenação de uma economista pernambucana de grande qualidade, Tânia Bacelar. Essa economista deve pedir demissão esta semana. Considera exaurido seu esforço para dar núcleo, consistência e substância à chamada Sudene.

O Presidente da República, no fim do ano, na sua mensagem de realização governamental, disse textualmente que tinha recriado a Sudene. Não há Sudene, não há dinheiro, não há orçamento, não há coisa alguma.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Isso demonstra uma total e completa falta de sensibilidade de um Governo paulista para com o Nordeste brasileiro. Esse não é um fato recente, é de muito tempo, e a situação está se agravando, apesar da presença de um ministro do Nordeste, no qual acreditamos, no Ministério da Integração.

Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, ouço o Senador Sérgio Guerra e, lamentavelmente, tenho que concordar com S. Exª. A última verba que conseguimos, ainda quando Ministro, depois de um hora e meia de debate com Pedro Parente e o Ministro Malan, foi R$50 milhões para pagar contratos a empresários que estavam quase falindo, mas que tinham contratos já analisados exaustivamente, e estavam in-

teiramente corretos. A República estava inadimplente. Essa situação vem se arrastando.

Hoje, não temos a Adene, não temos a Sudene. Existem no papel, na teoria, mas, de fato, não há verba, nem dinheiro para consertar os elevadores, nem para pagar conta telefônica, nem para pagar passagens, como bem falou o Senador Sérgio Guerra. E o Nordeste, pasmo, fica em uma situação caótica, difícil de se entender. Continuamos inclusive pagando ao Banco do Nordeste 3% de uma quantia que não é verdadeira porque, se formos fazer um expurgo, os R$9 bilhões se transformam em R$3 bilhões, mas esse dinheiro é imprescindível ao Banco do Nordeste, que ficaria em uma situação difícil sem ele.

Lamento dizer que o que ouço aqui tem que ser endossado por nós, nordestinos. Infelizmente é verdade. É uma situação caótica, difícil e inadmissível.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Sérgio Guerra, V. Exª quer concluir?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não, quero ouvir também o Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em aparte, também?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Se for possível e se o Presidente julgar melhor.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Hoje a reunião é mais informal.

Agradeço ao Senador Sérgio Guerra e quero cumprimentá-lo pela preocupação que traz a esta Casa.

Estou na presença de dois ex-Governadores. Um deles, o Senador César Borges, que governava a Bahia à época, com quem de vez em quando me desentendia, por razões que hoje aceita. Outro dia S. Exª comentou com o Senador Garibaldi que, na verdade, tentávamos renovar uma instituição que tivera papel fundamental no desenvolvimento do Nordeste, mas que envelhecera. O saldo, apesar de tudo, ainda é positivo. Ela foi criada pela inspiração e pelo brilho da inteligência de Celso Furtado, mas veio gradativamente murchando, secando.

Quando fizemos esse projeto de reestruturação – queria aqui relembrar – , ouvimos um a um os Governadores do Norte e do Nordeste. E, para ser justo, apenas um Governador discordou, que foi o então Governador Mão Santa; os demais Governadores, todos, concordaram sobretudo com a reestruturação dos incentivos fiscais na época. Surgia uma perspectiva sem haver um modelo desenhado da reestruturação da Sudene. O Presidente Fernando Henrique Cardoso não concordou com a permanência do nome Sudene, como queriam os Governadores, em uma homenagem também a Celso Furtado, por conta dos escândalos da então Sudam.

Tenho pago ao longo do tempo por esse pecado. Às vezes, as pessoas me acusam pela extinção da Sudene. Lá no meu Estado é muito comum dizerem que o Senador Fernando Bezerra acabou com a Sudene. Isso e não é justo. Na verdade...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Garibaldi não fez isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Não, o Garibaldi não, porque ele foi co-partícipe dessa decisão em relação à Sudene. O fato é que, quando deixei o Ministério, o próprio Governo...

À época, a equipe econômica queria, na verdade, acabar com a Sudene. Chegou a propor, em uma reunião com o Presidente da República, Pedro Parente e o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, a simples extinção do órgão para substituí-lo por uma filial do BNDES no Nordeste. Eu disse ao Presidente que não concordava e, se essa fosse a decisão, eu deixaria o Ministério da Integração. Essas pessoas estão vivas e podem confirmar isso. Ou podem até ter esquecido. Houve efetivamente essa reunião. Nós tentamos a reestruturação, mas o processo não evoluiu a partir da minha saída, tendo em vista o entendimento da equipe econômica do Governo anterior. Agora falta vontade política ao atual Governo, que defendo, que apóio e do qual sou um dos vice-Líderes, e cujo Ministro da Integração é um nordestino, competente, capaz, que é o Ministro Ciro Gomes. Assim, a Sudene continua num processo de inanição, não tem dinheiro para as passagens. A Sudene já morreu e não enterraram. Essa é a grande verdade. Ou se cria algo novo para reinserir as regiões menos desenvolvidas do País...

Não me refiro apenas ao Nordeste; refiro-me à Região de V. Exª, ao Centro-Oeste, à Região Norte; precisamos reinserir essas regiões na agenda nacional. Quando entram na agenda nacional, isso ocorre como se fosse um favor: vamos dar alguma coisa a essa gente. Isso tem acontecido.

Por isso, Senador Sérgio Guerra, ao agradecer o aparte que V. Exª me concedeu, quero me somar à sua permanente preocupação em relação a isso e dizer que todos devíamos juntar-nos, todos nós do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para exigir dos Poderes constituídos atenção a essas regiões, quer com Sudene, quer com Adene, quer com o que for, contanto que essas Regiões sejam reinseridas e haja um projeto sério de desenvolvimento delas. Não é a corrupção que campeou em algumas dessas agências que vai justificar o extermínio, o fim dessas instituições.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, porque fui acusado de ter desviado dinheiro da Sudene para, depois de uma longa investigação, a mais profunda investigação feita pelo Ministério Público, receber – às vezes, neste

País, para ser honesto, é preciso ter um documento – um atestado de honestidade dado pelo Ministério Público Federal em todas as instâncias. E para alguns não dizerem que foi um favor do Ministro Geraldo Brindeiro, que saía, cobrei do atual Procurador-Geral, Sr. Cláudio Fontelles, que revisse o meu processo, e S. Exª também profere um despacho, depois de uma longa investigação, afirmando que eu nunca desviei um centavo do dinheiro público para qualquer empresa de que participei.

Isso me incomodou durante muito tempo, muito embora a maioria dos Srs. Senadores que me conhece me tem na conta de um homem correto e honrado. Porém, muitas vezes fiquei intimidado – e isso é muito ruim –, porque as pessoas me olhavam como quem diz "aquele ali..." Há dois meses, quando meu nome esteve cogitado para ser relator da reforma tributária, eu estava em minha casa assistindo ao **Bom-Dia, Brasil** e ouvi a seguinte referência: Senador Fernando Bezerra é um dos que podem ser o relator da reforma tributária. Senador Fernando Bezerra é "aquele" que foi Ministro de Fernando Henrique Cardoso. Dizem até que fui demitido do Ministério da Integração Nacional. Isso é uma mentira! Eu pedi demissão do Ministério, de forma, talvez, precipitada, porque fui descortês com o Presidente, mas pedi ao vivo, numa entrevista coletiva. Nunca, até hoje, me acusaram de ter desviado um centavo sequer do Ministério da Integração Nacional, que teve todas as contas aprovadas desde que saí. Restava-me a suspeita, pela irresponsabilidade – é o mínimo que posso dizer –, de uma senhora que foi Corregedora-Geral da União, Srª Anadyr Mendonça, que nunca me deu oportunidade sequer de uma palavra sobre as acusações ou as suspeitas que se levantavam contra mim.

Sr. Presidente, desculpe-me o desabafo e o desvio que fiz desta ação, mas parte dessa questão que se desabou sobre mim foi a defesa intransigente que fiz dos órgãos de desenvolvimento regional, contrariando interesses de muitos que desviavam dinheiro, que não queriam que as regiões menos desenvolvidas tivessem instituições sérias e capazes de promover o desenvolvimento econômico. Paguei caro por isso, mas, depois de dois anos, sete meses e alguns dias, vou fazer um discurso no plenário desta Casa para contar essa história toda. Estou me antecipando. Tenho agora o que alguns brasileiros não têm, um atestado de honestidade.

Desculpe-me o desabafo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Enquanto uns precisam de documento, V. Exª não precisa. Só discordo de V. Exª, quando afirma que a maioria desta Casa atesta sua capacidade e dignidade, pois é a unanimidade desta Casa. Eu o conheço muito bem. Ninguém ousa discordar do Presidente neste sentido. Desabafo é desabafo, os homens públicos sentem essa necessidade.

Senador Sérgio Guerra, peço a V. Exª que conclua, porque senão fica todo mundo aparteando V. Exª e vai dar a impressão de que V. Exª falou durante cinqüenta minutos, uma hora.

Assim que V. Exª concluir, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, primeiro não poderia ouvir a palavra do Senador Fernando Bezerra com relação a fato-denúncia ao seu procedimento empresarial, sem dizer o que todos dizem aqui: não há do que acusar o Senador Fernando Bezerra, um homem público de absoluta e total isenção, honestidade e valor.

Voltando ao capítulo da Sudene, o fato é que estão aqui três Ministros que defenderam a instituição. V. Exª defendeu as instituições regionais e a Sudene em particular; os outros dois Ministros também fizeram a defesa da instituição; os Governadores defenderam a Sudene; todos nós defendemos a Sudene, entendendo inclusive que a sua permanência só se justificava com uma profunda reforma. Nunca defendemos a manutenção da Sudene no padrão de envelhecimento que a caracterizava.

A Sudene não foi um caso de corrupção, mas de envelhecimento. Desejávamos que a Instituição permanecesse. Essa questão da Sudene é parte de um capítulo mais grave: o capítulo das desigualdades regionais e da falta de políticas regionais de desenvolvimento, do completo e total controle das atividades econômicas brasileiras por um certo núcleo que a comanda e que a comanda no centro da política econômica. Esse núcleo já predomina há muitos anos, inclusive agora no Governo do Presidente Lula. Portanto, não é nem uma questão do PSDB ou de qualquer partido, é uma questão brasileira. No Nordeste não devemos nem podemos nos omitir. Se assistirmos a isso, a essas decisões tomadas e ficarmos satisfeitos com esmolas como essas da reforma tributária, estaremos assinando o nosso atestado de região de segunda classe, de povo dependente, que não tem capacidade nem de indignação.

Seria conveniente que os Senadores do Nordeste, assim como das outras regiões, mas principalmente os do Nordeste que estão aqui – estão aqui os Senadores Ney Suassuna e Fernando Bezerra, um ex-Governador do Rio Grande do Norte, um ex-Governador da Bahia, um ex-Ministro, um grupo de Senadores da maior consistência e valor –, que nos uníssemos e tomássemos uma posição sobre isso. Não é algo simples, tem conteúdo. Estamos empobrecendo. Nosso povo é pobre demais. Não há nenhuma política estru-

tural para o Nordeste. Nenhum dos problemas regionais está sendo encarado de fato.

Devemos aproveitar este tempo que estamos aqui para produzir uma mobilização e afirmar a vontade de uma região que não morreu ainda, porque tem cabeça e liderança.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não seria meu propósito tratar de Sudene. Entretanto, como o assunto foi ventilado pelo ilustre Senador, sinto-me obrigado a dizer o que penso sobre o assunto.

A Sudene não funciona há muitos e muitos anos. A Sudene teria que ser reestruturada fosse qual fosse o governo, e isso há muito tempo. Que a Sudene foi um fator de desenvolvimento de várias regiões do Nordeste, isso é incontestável, e deve-se voltar a viver essa época, quando o BNDES, principalmente na gestão de Marcos Viana, teve uma atuação muito eficiente em todas as áreas do Nordeste.

Dos Senadores presentes, talvez eu e o Senador Roberto Saturnino sejamos aqueles que mais conhecem o assunto porque vimos de mais tempo. Não adianta a Sudene voltar nos termos em que estava. Não vou dizer que a mudança de ministro vai resolver o problema, porque o Ministro Ciro Gomes é um homem altamente capaz. Entretanto, com todo o respeito e amizade que tenho por S. Exª, em quem votei, devo dizer que S. Exª deveria ter sido mais forte na defesa dos interesses da Sudene, sobretudo porque sabemos da luta interna entre Sudene e Banco do Nordeste. Enquanto não houver esse entrosamento entre Sudene e Banco do Nordeste, não vai funcionar bem a Sudene. Há uma corrente que deseja que a Sudene acabe e tudo passe para o Banco do Nordeste, o que não seria certo.

Agora, uma coisa há que se observar. Quero e desejo a manutenção do Ministro Ciro Gomes por todas as razões que já disse, mas há uma desconfiança do Partido de V. Exª em relação ao Ministério da Integração. A prova é que foi pleiteado e, evidentemente, ninguém quis contemplar com esse Ministério tão importante um Partido majoritário nesta Casa e um Partido forte na Câmara dos Deputados. Esse assunto saiu na pauta do Ministério de Integração Regional. Dizer que não há dinheiro para as passagens dos membros desta agência é o maior dos absurdos, porque nunca se gastou tanto em passagem como neste Governo. O novo avião talvez venha servir para diminuir o número de passagens, embora tenha um custo maior.

A Sudene precisa voltar. Somos co-responsáveis pela Sudene não ser forte porque não reagimos como devíamos, em bloco. Cada um tira a lasca para o seu Estado e silencia na volta da Sudene como instituição. Essa é uma realidade que temos que encarar, e o Presidente Lula, que é nordestino, tem maiores deveres que os outros presidentes, que não o foram. É o caso do Presidente Fernando Henrique, que na realidade acabou a Sudene por causa dos problemas da Sudam. Não deviam ser confundidos os problemas de um e de outro. As coisas deveriam ser tratadas diferentemente, mas para acabar a Sudam e dar satisfação ao PMDB, acabou-se também a Sudene.

Essa é uma realidade triste, mas que poderemos reabilitar. A nós aqui cabe fazer com que a Sudene, que muito desenvolveu o Nordeste, volte a atuar com a força que já teve no passado.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª se referiu ao meu Partido, e quero aproveitar a oportunidade para dizer que sou daqueles que comunga que não devemos criar dificuldades para o Presidente, mas apoiar aquilo que for de interesse para o País. Vamos apoiar a Sudene se for importante para o País. Vamos apoiar a Sudam, quer dizer, com o novo nome, no interesse do País.

Os senhores tinham a Sudam e a Sudene, a Sudeco foi extinta. Agora, estão falando em recriar também uma Agência de Desenvolvimento para o Centro-Oeste, mas sem recurso não sei como será possível.

Na verdade, não devemos criar dificuldades, mas lutar por essas causas. Essa é a oportunidade que tenho para manifestar publicamente o meu ponto de vista aos Senadores do meu Partido e de outras correntes. O PMDB não deve criar dificuldades. Se as coisas estão difíceis, deixemos para lá, vamos "tocar o barco".

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos tratando de Sudene. Somos considerados do Norte, e aqui encontram-se três representantes: eu, o Senador Luiz Otávio e Antero Paes de Barros. O problema não é diferente na Amazônia. Houve problemas na Sudam, sim, mas a Sudam foi também um fator de desenvolvimento dos Estados do norte do Brasil, ajudando muito o desenvolvimento daquela região. Houve mazelas? Sim, mas vamos evitá-las.

A recriação da Sudam, que está em pauta nas negociações, ou a criação da ADA tem que funcionar, porque estamos na mesma situação do Nordeste. Mais que isso: há um movimento muito grande querendo retirar o Mato Grosso, que integrava a Sudam, do incentivo fiscal da Região Norte. Virou uma conversa que não vai para frente, e o Estado do Mato Grosso fica sujeito a obstáculos para o seu desenvolvimento. Em Mato Grosso, esse movimento é grande porque os

incentivos fiscais, via Finam, tanto através da Sudam ou através da ADA, não estão funcionando.

Solidarizo-me com o Nordeste, mas quero também discutir sobre o Norte, sobre a Sudam, a ADA e a Sudeco. A recriação da Sudeco, se vier com recurso governamental para ajudar o desenvolvimento do Centro-Oeste, que também precisa de apoio...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Com prazer ouço V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Isso seria bem mais fácil se meu projeto de criar a Comissão de Desenvolvimento Regional fosse aprovado. Todos esses assuntos seriam de competência desta Comissão.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Muito bem. Vamos trabalhar. O momento é importante. Como já disseram o Senador Sérgio e o Presidente, estamos aqui até o dia 14 e vamos pensar como podemos ser úteis. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador César Borges com a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria inicialmente de parabenizar, congratular-me com o Senador Sérgio Guerra por S. Exª ter trazido esse assunto aqui hoje, nesta Comissão de Assuntos Econômicos. Esta reunião objetivava meramente traçar uma agenda para a discussão da Lei de Falências, mas se transformou em uma discussão importantíssima para o País, especialmente para as regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste, Centro-Oeste e a Amazônia.

Nesta Comissão, Sr. Presidente, em maio de 2003, apresentei um requerimento de convocação do Ministro Ciro Gomes para que S. Exª pudesse explanar as providências a serem adotadas para a recriação imediata da Sudene e a filosofia proposta para essa nova instituição. Na oportunidade, S. Exª afiançou que seria uma nova Sudene, com recursos, reativada, rediviva, para promover o crescimento e o desenvolvimento econômico e social do Nordeste brasileiro, inclusive marcou data para a sua recriação: seria em julho. Parece-me, Senador Luiz Otávio, que, a partir daí, o Ministro Ciro Gomes perdeu esse ímpeto ou o apoio de que dispunha no Governo Federal para a execução de uma vontade política e de um compromisso de campanha do Presidente Lula. Sua Excelência assumiu com o Nordeste o compromisso da recriação do Sudene. O Ministro Ciro Gomes deve ter verificado que faltava apoio, faltava lastro para a Sudene, que é uma instituição que nós, nordestinos, exigimos.

Sabemos que a Sudene vinha sendo esvaziada há muito tempo.

O Ministro não recriou a Sudene. Participou de um ato político, não em Recife, onde é a sede da Sudene, mas em Fortaleza, com o Presidente Lula, dizendo que estava enviando um projeto de lei ao Congresso Nacional. S. Exª solicitou inclusive urgência constitucional. Mas sabe o que aconteceu, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores? O Governo Federal retirou a urgência. Hoje o projeto de recriação da Sudene dormita nos recantos da Câmara dos Deputados. Essa é a realidade. Já citei esse fato em diversos pronunciamentos, mas o Governo Federal não diz absolutamente nada.

Descobri que, para a recriação da Sudene, havia a necessidade de alocação de recursos para o Fundo de Desenvolvimento Regional e que, com a reforma tributária, o Governo Federal viu a possibilidade desses recursos virem do Fundo de Desenvolvimento, criado para contrabalançar o fim da guerra fiscal. Estavam simplesmente utilizando o recurso negociado com os Governadores para o Fundo de Desenvolvimento Regional. Por isso, retiraram a urgência constitucional. Essa é a realidade.

O Senador Sérgio Guerra tem absoluta e completa razão de trazer esse assunto. O Nordeste brasileiro, que são nove Estados, e o norte de Minas exigem do Governo Federal uma posição clara, definida e honesta com o que será feito com a Sudene, porque a Adene está aí.

E, agora, gostaria de fazer umas observações com relação ao pronunciamento do Senador Fernando Bezerra, que foi Ministro da Integração Nacional quando eu era Governador. Tivemos divergências profundas, em primeiro lugar sobre a transposição de águas do rio São Francisco, outro engodo nacional. Esse foi o nosso grande embate político. Sempre fui contra e não aceitei. Mais uma vez se engana a Nação brasileira com essa famosa transposição, que não vai acontecer, porque é inviável técnica e economicamente. O segundo embate se devia ao fato de que, na visão do então Ministro, Senador Fernando Bezerra, o Banco do Nordeste não poderia estar fazendo jus a uma taxa de administração do Finor, mas, no nosso entender, era importantíssima para mantê-lo vivo. O Banco do Nordeste é, efetivamente, uma agência de desenvolvimento regional – e o foi no Governo de Fernando Henrique Cardoso. É imprescindível para o Nordeste brasileiro. Espero que este Governo não acabe também com o Banco do Nordeste.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Está acabando com o Instituto Nacional de Câncer, quanto mais com o Banco do Nordeste.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Em parceria com o nobre Senador Tasso Jereissati, à época, Governador do Ceará, defendi o Banco do Nordeste, porque não queríamos que tivesse o mesmo destino da Sudene. Essa era a nossa divergência.

Sei que o pagamento da taxa da administração do Finor pesa sobre este, mas era a maneira de manter o Banco do Nordeste operando sua função de agência de desenvolvimento.

Senador Fernando Bezerra, essa é a posição que defendíamos. Fomos contra o fim da Sudene, nunca o aceitamos, mas o Governo de Fernando Henrique Cardoso deu como fato consumado. V. Exª me disse: não adianta discutir, Governador, a Sudene está extinta; criaremos uma agência. Não adianta discutir; essa é uma decisão presidencial já tomada.

Então, em função dessa realidade, tínhamos que tentar o melhor que pudesse existir. Foi o que o Senador Sérgio Guerra fez, representando o Governo.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Senador César Borges, V. Exª me permite um aparte.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Permito, com muito prazer, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Não quero entrar na discussão do São Francisco, mas penso que a transposição de águas é viável, necessária e acontecerá um dia. Esse é um ponto de divergência. E essa foi uma das brigas que arrumei quando ocupei o Ministério. Minha divergência quanto ao Banco do Nordeste não era sobre a taxa de cobrança do Finor, mas do FNE, porque os fundos constitucionais eram do Orçamento do Ministério da Integração Nacional, mas quem mandava era o Banco do Nordeste, que fazia o que queria, aplicava pelos juros que queria, daí os erros que cometeu.

Se eu não estiver enganado – sei que V. Exª não falou para me agradar, porque não é assim – , outro dia V. Exª me deu um alento, quando disse, sem entrar em profundidade, que, de certa forma, eu tinha razão quanto ao Banco do Nordeste. Considero o Banco do Nordeste uma agência fundamental para a região. Nunca pensei em estimular qualquer forma de destruí-lo, mas os fundos eram do Ministério e o Banco mandava. Fazia-se uma mistura na aplicação, o que causou problema na renegociação da dívida agrícola. O banco pegava dinheiro do FAT e de outros órgãos, mantinha-se só com recursos dos fundos constitucionais, que se destinavam ao financiamento da produção do setor privado na Região Nordeste. Essa foi a divergência.

Sobre o São Francisco, um dia vamos conversar com bastante calma, porque mantenho a mesma convicção. Feitas as devidas correções, vamos revitalizar o rio, colocar mais água nele e deixar a Bahia em paz. É o que podemos fazer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, tenho um pedido de aparte de dois Senadores nordestinos, que, se V. Exª permitisse, gostaria que fizessem uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, o aparte está concedido a V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Meu aparte será muito rápido, Sr. Presidente.

Penso que houve aqui uma catarse muito boa. O Senador Fernando Bezerra mostrou que, agora, graças a Deus, tem um documento que lhe dá a certidão de honestidade. Comigo aconteceu o mesmo. Fui acusado por duas cidades onde nunca se colocou dinheiro. O Ministério nunca colocou um centavo em Ji-Paraná, e fui acusado. A outra cidade é Catalão, em Goiás – o dinheiro estava no banco, não tinha saído um centavo. No entanto, parece que era a sina de quem passava pelo Ministério ser bombardeado.

Na Sudene, em nossa gestão, fizemos nomeações para ativá-la. Lamentavelmente, apenas se nomearam as pessoas. Resta hoje na Sudene alguns empregos, porque não entrou mais nem um centavo do capital. E o dinheiro, nobre Presidente, não é da República. Reclamam o dinheiro que os empresários colocaram à disposição e que não foi repassado há anos. Trata-se do dinheiro do próprio empresário que optou pelo art. 9º, que já não está em vigor.

A situação é complicada. O Nordeste tem sido sempre passado para trás. Lamentavelmente, quando o Governo é paulista, sempre vê com má vontade qualquer centavo que se gaste no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço a V. Exª que conclua.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ouço apenas o Senador Sérgio Guerra, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Vou fazer um aparte ao Senador e terminar a minha intervenção.

A crônica da pobreza do Nordeste não é a nossa prioridade. Problemas como as divergências entre o Banco do Nordeste e a Sudene podem e devem ser facilmente resolvidos. O fato concreto é que não apenas a Sudene, mas o Banco do Nordeste e o próprio Ministério da Integração são seguramente instituições enfraquecidas, porque a hegemonia da área econômica não pensa o Brasil por inteiro e é essencialmente paulista.

Eu cito um exemplo que é uma antecipação do tema da transposição do rio São Francisco. O Ministro Ciro Gomes nomeou um grupo interministerial, com a presença do Ministério da Fazenda, para produzir uma

solução para o problema da ferrovia no Nordeste. Esse grupo, reunido por quase doze meses, chegou a uma conclusão e a remeteu ao Ministério da Fazenda, mas foi devolvida. Então, o Presidente anunciou a ferrovia. O grupo, composto de membros do Ministério da Fazenda, chegou a um acordo, não aprovado na área econômica porque afetava o superávit primário.

Então, como sempre, chegamos a um impasse. Só há uma saída nessa história: ficarmos por cima dos partidos, por cima dessa questão de Governo e Oposição. Ninguém tem razão nesse caso. Nem nós do PSDB temos razão em fechar a Sudene. Essa é a verdade. Foi o Presidente Fernando Henrique quem fechou a Sudene, contra a opinião dos Governadores de Pernambuco, da Bahia, de todos. Engolimos a saída da Adene na tentativa de salvarmos algo, mas não salvamos coisa alguma. O fato concreto é que devemos nos mobiliar. Esse discurso não é da Oposição, nem do PMDB, nem do PFL, nem de ninguém.

O Nordeste existe.

Está presente o Senador Antonio Carlos Magalhães, com a força que possui e que nenhum brasileiro pode deixar de reconhecer. S. Exª tem força política, pessoal, sob vários aspectos, pelo milagre que fez na Bahia, com a equipe de alto nível formada nesta Casa. Está presente também o Senador Garibaldi Alves Filho. Não sei se S. Exª será ministro, mas se fosse, seria muito bom para o Nordeste.

Enfim, temos de nos reunir e nos somar, com o apoio do Líder da Oposição, para obtermos uma posição concreta a respeito. Não podemos aceitar isso passivamente. Assim como o Senador Ramez Tebet, todos nós do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste sofremos, de alguma maneira, o preço dessa falta de política regional. Devemos agir fortemente. A reforma tributária não resolveu nada. Pagou alguns trocados aos governadores e também não resolveu coisa alguma. Não é aceitável que, em troca disso, deixe de existir o Nordeste. Se não defendermos seus interesses, não haverá solução para a região. Vamos aproveitar a convocação e trabalhar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador César Borges, peço a V. Exª que conclua. O debate foi altamente salutar, mas deve terminar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Incorporo inteiramente os apartes, inclusive o do Senador Sérgio Guerra.

Sr. Presidente, no ano de 2003, a Bahia cresceu 4% do seu produto interno bruto, enquanto o País não cresceu absolutamente nada. Isso se deve a uma política agressiva de atração de investimentos e vitórias obtidas, como a instalação da Ford na Bahia. O Estado tinha a visão clara de que era preciso desenvolver-se de qualquer fôrma, com a geração de emprego e renda. Mas, infelizmente, isso não faz parte da agenda nacional, que está preocupada com o déficit fiscal, com o superávit primário, com o acordo com o FMI, e não com o real desenvolvimento das regiões mais sofridas deste País. A pobreza brasileira não está no Sul, Sudeste, mas no Nordeste brasileiro. Temos o dever de, realmente, tomar posições claras e definidas.

O Senador Antonio Carlos Magalhães, do alto da sua autoridade e da sua competência, propôs a criação da Comissão de Desenvolvimento Regional. Não é possível que percamos mais tempo para criarmos essa Comissão. É a hora de unirmos todos os Senadores – nós das regiões menos desenvolvidas deste País somos maioria dentro desta Casa – para tomarmos uma providência.

Espero que essa discussão tenha sido realmente frutífera para que cheguemos rapidamente a esse objetivo.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, antes de encerrar a presente reunião, queria apenas fazer um esclarecimento. Os projetos de competência privativa do Senado da República independem de convocação extraordinária. Temos uma série desses projetos com os respectivos relatores, a quem solicito, se possível, que concluam os seus trabalhos e façam a devolução para podermos incluí-los em pauta.

Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – O Senador Sérgio Guerra fez aqui uma comunicação que pode ter passado despercebida, mas é um fato grave. S. Exª comunicou o afastamento de Tânia Bacelar, uma figura de muito valor, uma estudiosa, uma técnica. Tânia Bacelar muito colaborou com todos os planos de desenvolvimento auto-sustentável do Estados do Nordeste. Quem queria elaborar um plano de desenvolvimento auto-sustentável se valia de Tânia Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convoco reunião para a próxima quinta-feira, às 10h.

Costumam ser registrados apenas os fatos negativos, mas, no segundo dia da convocação extraordinária, realizamos nossa reunião com um número elevado de presentes. Agradeço a todos os Srs. Senadores. Compareceram 27 Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h e 08min.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR EDUARDO SUPLICY, EM SEU PRONUNCIAMENTO.

Notícias
Brasil Agora
Ciência & Tecnologia
Cultura
Economia
Esporte
Internacional
Internacional News
Nacional
Política
Centro de Imprensa
Acesso
Assessorias
Cursos
Rádio e TV
Jornal e Rádio ao vivo
Links
Rádio Nacional
Indicadores
Indicadores Econômicos
Cursos
Fale conosco
Ouvidoria
Redação

Íntegras

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei da Renda Básica de Cidadania

Palácio do Planalto

Meu querido companheiro, senador da República Eduardo Suplicy,
Minha querida companheira Marta,
Meu caro companheiro José Dirceu,
Minha querida Dona Filomena, mãe do senador Eduardo,
Minha querida prefeita de São Paulo, Marta,
Meus amigos e minhas amigas,
Professor Philippe Van Parijs,
Ministros aqui presentes,
Senadores,
Deputados,
E pessoas que dedicaram parte de sua vida na luta – ou dedicam, ainda, parte de sua vida na luta por justiça social.

Eu quero, primeiro, dizer aos nossos amigos fotógrafos que hoje, sendo o dia deles, eu queria dizer para vocês do reconhecimento que todos nós temos por vocês e por suas inconvenientes máquinas. A verdade é que eu acho que não existiria política se não existisse fotografia. Porque político gosta tanto de fotografia que você pode ver que em todas as fotos aparece um político rindo. Não sei do quê, mas estão rindo.

E eu acho que vocês prestam um serviço enorme à democracia do nosso país, mostrando aquilo que só os olhos mágicos de uma máquina e a competência profissional podem mostrar. Por isso, quero começar dando os

Como anunciar
Expediente
Institucional
Publicidade Legal
Normal

parabéns aos fotógrafos brasileiros, pelo dia dos fotógrafos.

Quero dizer ao companheiro Suplicy que essa lei aprovada, não como sonhou o companheiro Suplicy, no seu projeto extraordinário, mas, aprovada de conformidade com a consciência dos deputados e dos senadores que votaram e, sobretudo, levando em conta a realidade econômica do nosso país, demonstra, mais uma vez, o grau de maturidade a que o nosso país chegou.

Mas eu penso que ninguém, neste país, tem mais méritos do que a sua ousadia e a sua teimosia, para transformar a idéia num projeto de lei aprovado e sancionado agora.

Se metade da classe política brasileira, ou metade da sociedade brasileira tivesse a persistência que você tem, certamente nós já teríamos mudado o país, rapidamente.

E eu quero que você continue. Continue com a sua ousadia, com a sua boa teimosia, porque eu acredito que cada, com gente do seu comportamento, da sua sensibilidade, não desistindo nunca das coisas que acredita ser possível fazer, mesmo quando as pessoas não concordam – e você sabe o quanto você sofreu para fazer essa lei se tornar lei. Entretanto, está consagrado.

Sons da Amazônia
Amanhã, dia nono
Guajará - Belém
"Sons da Amazônia" apresenta diagnóstico de cultura, do ritmo dos diversos ritmos pelos grandes bairros. A Agência Brasil apresenta opiniões de antropólogos, indígenas e autoridades

Agora, o nosso papel é transformar essa lei numa lei que funcione, numa lei que pegue, porque no Brasil tem "lei que pega" e "lei que não pega". E queremos que essa lei pegue. E, para ela pegar, vai ser preciso a compreensão de todos de que não é possível, como num passe de mágica, se arrumar todos os recursos de que precisamos para fazer a lei acontecer.

Quero até pedir aos meus companheiros e companheiras de imprensa que compreendam que essa lei é como se nós estivéssemos fazendo um barco. Essa lei só vai se transformar num barco completo quando colocarmos esse

barco no mar. Não faltarão aqueles que irão cobrar, já no mês que vem, a aplicação da lei. E todos nós temos que trabalhar com a clareza de que essa lei faz parte de um processo de política social que nós queremos implementar no Brasil, tendo como ponto de vista e como objetivo que a conquista da cidadania pelos seres humanos se dará no dia em que todos puderem viver às custas de um trabalho digno e de uma remuneração justa. Enquanto isso não for possível, o Estado terá que criar instrumentos para garantir àqueles que não tiveram chance a oportunidade de sobreviver decente e dignamente.

Um governo – assim como um país – é uma convergência de sonhos, projetos e atos renovadores. Hoje, o consenso democrático no Brasil converge para uma agenda inconformável: trata-se de vencer a exclusão e implantar a justiça social como novo vetor de desenvolvimento nacional.

Significa dizer que a regeneração humanista da nossa sociedade é a grande tarefa desta geração. É o dado verdadeiramente novo da equação histórica que estamos vivendo. Penso que isso deve ser dito, repetido e lembrado cotidianamente, em todas as oportunidades, para que saibamos sempre por onde vamos e para onde vamos.

Distribuir para crescer – e crescer para o bem comum. Eis o lema obrigatório do nosso tempo, a epígrafe deste capítulo inadiável da história que estamos todos convocados a escrever – e que já estamos escrevendo.

Hoje, milhões de brasileiros pobres não ganham nada ou ganham menos do que os subsídios destinados à criação de animais nos países ricos. É uma inversão de valores assustadora porque o direito à vida humana é o mais sagrado de todos e ele tem sido seculamente preterido entre nós.

É nesse cenário, portanto, que estamos aqui para saudar a nova conquista do sonho libertário – e de esperança solidária – representada pela renda básica de cidadania, que o Estado brasileiro passa a incorporar a seu leque

de políticas sociais, a partir de 2005. Trata-se de um fruto colhido após década de persistência inabalável do companheiro e amigo, senador da República Eduardo Suplicy.

Desde 1991 ele desempenha o papel de um incansável Dom Quixote para convencer a sociedade de que é possível universalizar direitos sociais em nossa terra. A bandeira da renda mínima é um símbolo desse esforço. Nós sabemos, e o economista Suplicy sabe melhor que todos nós: trata-se de uma meta a ser implantada gradualmente.

Possivelmente, ela significará a desfecho da progressiva unificação dos programas sociais, cujo salto mais expressivo foi a criação do Bolsa Família no ano passado, que já chega a 3 milhões e 600 mil famílias, e deve beneficiar 45 milhões de brasileiros até 2006 – portanto 25% da população do nosso país.

Devemos lembrar, também, que 2.369 municípios já têm suas comunidades mais carentes beneficiadas pelo Programa Fome Zero, participando, inclusive, dos seus comitês gestores.

Estamos transformando excluídos em protagonistas da vida social e, com isso, recuperando a relevância dos seus próprios laços comunitários. Sua voz passa a ser ouvida e seus direitos vão sendo contemplados nos projetos de desenvolvimento do governo e nas ações solidárias de interesse da coletividade.

Meus companheiros e minhas companheiras,

O que diferencia a esperança do simples espera conformista é a coragem e a determinação. É o chão por onde andam aqueles que têm que fazer o seu próprio caminho – e isso inclui países em construção, onde o dinheiro sempre é escasso e os recursos são insuficientes para atender a todas as demandas.

É isso que nos permite ir além das circunstâncias. É isso que nos dá condições para dizer sim, sempre que possível, e não, quando é necessário. É isso que nos dá força para vencer a incredulidade; para abrir novos caminhos; e para superar ceticismos e dobrar resistências.

A incorporação desse novo patamar de dignidade social pelo Estado brasileiro faz parte desse percurso histórico de coragem e responsabilidade, assim como aconteceu também com a sanção do Estatuto do Idoso no ano passado.

Sabemos, porém, que não existe vacina única para todos os desafios brasileiros. Não há panacéias milagrosas.

Desequilíbrios estruturais têm que ser resolvidos na origem, ou vão se reproduzir continuamente, seja na educação e no aproveitamento escolar, seja nos indicadores de saúde ou nas estatísticas de violência. Por isso tenho dito sempre que o verdadeiro antídoto contra a exclusão é a construção de uma sociedade que pare de gerar excluídos. Esse é o nosso grande desafio social.

Mas ele só será vencido mediante consensos democráticos cada vez mais amplos, com forte participação social, que nos ajudem a retomar o desenvolvimento, respeitando a certeza de que o futuro somente será melhor se for bom para todos.

Essa é, justamente, a missão mais importante do Estado brasileiro no mundo de hoje: proteger e ampliar as fronteiras universais do humanismo entre nós. Credenciar-se, enfim, como um instrumento democrático de renovação do sonho brasileiro neste século – cujo nome é justiça social.

Eu, antes de terminar, quero dizer ao companheiro Supllicy, como companheiro de muitos anos, antes do PT e depois do PT, que dentre todos nós, certamente nenhum teria a abnegação que você teve para levar esse

projeto a chegar onde chegou, Eduardo.

Acha que, juntos, você, enquanto Senador da República, o governo federal, os governos estaduais, os prefeitos brasileiros e as prefeitas brasileiras, o movimento social, juntos, certamente, se todos nós formos tomados de sua coragem e de sua persistência, muito antes do que os incrédulos acreditam, nós vamos conseguir implantar definitivamente a renda básica no nosso país.

Obrigado, companheiro Eduardo Suplicy. O mérito desta lei é do Congresso Nacional, mas, sobretudo, é de um personagem teimoso chamado Eduardo Suplicy. Parabéns, querido.

Renda de Cidadania: vontade e sabedoria do Brasil

Philippe Van Parijs

O mundo está vendo o Brasil. Com grande interesse. Com grandes esperanças. Com alguma apreensão.

Será que o governo e o povo brasileiros conseguirão realizar a sua promessa de erradicar a fome, de drasticamente reduzir a desigualdade em uma das mais desiguais sociedades do mundo? E será que administrará isso de maneira a não prejudicar o dinamismo econômico? Conseguirão fazer isso mesmo de forma a estabelecer a fundação de um desenvolvimento sustentável, colocando as pessoas numa posição de ajudar a si próprias, e assim a ajudar a melhorar o seu país?

Os desafios são grandes. Mas a vontade aí está e, assim parece, a sabedoria para fazer as coisas funcionarem. O ambicioso, embora razoável, projeto de uma Renda de Cidadania para todos os brasileiros, proposto pelo Senador Eduardo Suplicy, aprovado no Senado em dezembro de 2002 e pela Câmara dos Deputados em dezembro de 2003 e que foi sancionado em 8 de janeiro de 2004 pelo presidente Lula, evidencia de forma espetacular a sua preocupação tanto com a sabedoria quanto essa vontade.

Diferente dos programas de bem-estar exclusivamente voltados para os pobres, a Renda Básica de Cidadania constitui o compromisso, quando inteiramente implantada, de atacar a pobreza sem criar dependência, de garantir a todos a subsistência diária sem estigmatizar o pobre, sem criar uma armadilha que os exclui do mercado de trabalho. E constitui ainda o compromisso de atingir maior justiça social provendo maior liberdade real para todos.

No Brasil, mais do que em qualquer outro país, isso não é apenas um sonho nas mentes de um punhado de ativistas e visionários. Está centenas dos inúmeros esquemas de transferência de renda que foram integrados em outubro último no Programa Bolsa-Família; nas lutas sociais que os tornaram possíveis e na experiência administrativa que eles geraram.

A Renda de Cidadania procurará atingir diversos objetivos ao mesmo tempo, como diversos outros programas já o fizeram. Ela não é apenas um modo de atacar de forma mais direta a pobreza e a desigualdade. Elevará o capital humano ao estimular a freqüência à escola, ao expandir os cuidados com a saúde pública e ao encorajar a alfabetização dos adultos. Contribuirá para a distribuição mais equilibrada da população do Brasil em seu território, diminuindo o êxodo rural para as cidades superpopulosas.

Efetiva e mais visivelmente do que todos os esquemas anteriores, a Renda de Cidadania será também um símbolo de solidariedade da nação brasileira inserida na economia global. Devido aos seus recursos e à sua posição no mundo, o Brasil tem um imenso potencial para se beneficiar de uma globalização justa, através de um mercado mundial, atraindo investimentos diretos estrangeiros e também através de muitos outros efeitos multiplicadores. Mas nenhum

mecanismo de mercado espontâneo irá garantir que esses benefícios atinjirão todos os setores e todas as regiões do país. Alguns estão mesmo fadados a sofrer. Neste contexto, uma renda de cidadania pode ser vista como um *dividendo federal*. É uma maneira de distribuir para todos os brasileiros, como uma retribuição por um esforço assim por todos, os ganhos da participação em uma economia globalizada que, de outra forma, tenderia a ser monopolizada por alguns setores e por algumas regiões.

Uma renda de cidadania completa não pode ser instituída em um dia. A única forma de implementá-la por etapas a partir de 2005 terá de ser desenhada de forma inteligente. Condições selecionadas à renda ainda serão necessárias, mas terão de somar a formas de regras simples e de procedimentos transparentes, fáceis de explicar e de implementar, de maneira a alcançar efetivamente a maior parte dos beneficiários e firmemente desencorajar as práticas clientelistas que desacreditaram a empresa.

Desde o começo deverá ser dada atenção especial à harmoniosa articulação com os sistemas de seguridade relacionados ao emprego formal e com os sistemas de isenção incorporados ao mecanismo do imposto de renda. Quanto mais cedo, mais aprofundado e de maneira inteligente os vários esquemas forem integrados, menor será o risco de a Renda de Cidadania ficar para sempre presa a um vasto programa direcionado aos pobres, com todos os riscos de dependência e, finalmente, de reações políticas que isso implica.

Para muitos países haverá muito que aprender com o caminho que o Brasil segue agora, gradualmente, de forma cuidada, mas responsável, em direção a um esquema completo de Renda Básica de Cidadania. O que será tentado e alcançado aqui, pode ser uma fonte de inspiração e encorajamento para muitas pessoas e organizações que lutam por mudanças objetivas dessa parte do mundo, mais destacadamente hoje na República Federal da África do Sul. Como o renomado economista Celso Furtado colocou em mensagem que enviou ao Presidente Lula nesta ocasião, embora o Brasil tenha sido – vergonhosamente – um dos últimos países a abolir a escravatura, pode superar agora ser lembrado – orgulhosamente – como o primeiro país a introduzir um amplo sistema de solidariedade.

Hoje está sendo dado um passo importante. Mas não é, de forma alguma, o fim da estrada. Pensar de forma criativa a longo prazo, refletir a curto prazo com as instituições do hoje, realizar avaliações objetivas dos esquemas existentes e de novas experiências, a liderança firme que combina a prudência com a responsabilidade, e pela ambição que é necessária para haver esperança, tudo isto permanecerá necessário no futuro, como tem sido crucial no passado, para nos levar tão longe quanto nós agora estamos.

O objetivo final é fazer a vida menos dura para as pessoas para quem ela tem sido inexplicavelmente difícil. É prover opções às pessoas que não têm opção. É assegurar que a riqueza seja distribuída de maneira mais ajunta em toda a sociedade. Mas isso não é criar uma sociedade de pessoas passivas, aguardando ser alimentadas pelo governo. Uma renda de cidadania, definitivamente, não é uma alternativa de acesso ao emprego. Ao contrário, é um meio de permitir às pessoas realizar as coisas para si próprias e para a sociedade, já que presentemente elas não estão podendo realizar por causa da pobreza e da exclusão. É um meio de fortalecer os recursos humanos que presentemente são desperdiçados, como resultado da injustiça e da miséria. É um novo movimento maior para servir tanto a uma economia mais pobreza quanto a uma sociedade mais justa.

Em nome de todos que em torno do mundo acreditam na justiça social, meus cordiais agradecimentos ao Presidente Lula, ao Senador Eduardo Suplicy, a todos que contribuíram para que isso se tornasse alcançável, meus sinceros agradecimentos pela imaginação, pela coragem, pela vontade e sabedoria que transformaram a esperança em realidade.

Philippe Van Parijs é Professor de Economia e Ética Social da Universidade Católica de Louvain; Secretário da Basic Income European Network (BIEN) (Rede Européia da Renda Básica) e autor de "Real Freedom For All. What (if anything) can Justify Capitalism?" Oxford (1963).

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e dois de janeiro de 2004, às 10:00 horas na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e dois de janeiro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Geraldo Mesquita Júnior, Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, Maguito Vilela, César Borges, Rodolpho Tourinho, Demóstenes Torres, José Agripino, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes, e, ainda, do Deputado Osvaldo Biolchi, PMDB-RS, Relator do PLC nº 71, de 2003, na Câmara dos Deputados. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, falta justificada em virtude de instrução de laudo médico, Fernando Bezerra, Mão Santa, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, falta justificada em virtude de missão oficial ao exterior, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, inicia-se a reunião, tendo como objetivo, em virtude da aprovação do Requerimento nº 01-CAE/04, de autoria do Senador César Borges, ouvir o Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-Sebrae, Dr. Silvano Gianni, o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho-Anamatra, Dr. Grijalbo Fernandes Coutinho, e o Diretor Legislativo da Anamatra, Dr. José Nilton Pandelot, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que "regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências". A Presidência solicita os convidados para se sentarem à Mesa e concede a palavra ao Dr. Silvano Gianni para dar início à sua exposição. Em seguida, é concedida a palavra ao Dr. Grijalbo Fernandes Coutinho para que faça sua exposição. Usam da palavra para interpelar os convidados os Senadores César Borges, autor do Requerimento, Rodolpho Tourinho, Ney Suassuna e Gerson Camata. Logo após, o Presidente concede a palavra ao Dr. José Nilton Pandelot para iniciar sua exposição. Usam da palavra para interpelar o convidado as Senadoras Ana Júlia Carepa e Lúcia Vânia e os Senadores Garibaldi Alves Filho, César Borges e Gerson Camata e, ainda, o Deputado Osvaldo Biolchi, Relator da Matéria na Câmara dos Deputados. A Comissão aprova requerimentos solicitando audiências públicas a serem realizadas com a presença de representantes de entidades e órgãos públicos, com a finalidade de instruir a discussão da matéria, Requerimento nº 07-CAE, de 2004, que requer, nos termos regimentais, que seja convidado para participar de Audiência Pública, perante esta Comissão, o Dr. Luiz Otávio Gomes, Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho; Requerimento nº 08-CAE, de 2004, que requer, nos termos regimentais, que sejam convidados para participar de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, e o Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que regula a Lei de Falências, de autoria do Senador Aloizio Mercadante; e o Requerimento nº 09-CAE, de 2004, que requer, com fundamento no disposto no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 89, inciso X, e 90, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, a inclusão, na Pauta das Audiências Públicas, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, conforme deliberação de vinte de janeiro último, com vistas a debater a matéria constante do Projeto PLC 71, de 2003, que "regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências", dos Promotores de Justiça, Dra. Raquel Ribeiro de Souza, Promotora de Justiça de Minas Gerais; Dr. Gabriel Bittencourt Perez, Promotor de Justiça de São Paulo; e Dr. Luiz Inácio Vigil Neto, Promotor de Justiça do Rio Grande do Sul, de autoria do Senador Demóstenes Torres. A Comissão aprova o Requerimento com a condição de que apenas um dos Promotores indicados seja convidado para participar de Audiência Pública. Em seguida, a Presidência determina que seja incluída nas Notas Taquigráficas desta reunião documento entregue pela Anamatra, sobre "Nova Lei de Falências e da Recuperação Judicial". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado**

Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está aberta a 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Esta é uma reunião extraordinária. Acredito que a primeira reunião extraordinária que a Comissão realiza. Esta reunião faz parte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A nossa pauta de hoje é para dar cumprimento ao que foi estabelecido na reunião de terça-feira. Estamos dando início às audiências públicas para melhor instruir o Projeto de Lei da Câmara referente à nova Lei de Falência, a chamada recuperação das empresas.

Hoje estamos contando com as honrosas presenças do Dr. Silvano Gianni, nosso amigo e Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Sebrae, e Dr. Grijalbo Fernandes Coutinho, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Anamatra, bem como do Dr. José Nilton Pandelot, que é o diretor legislativo da Anamatra.

Os convidados já estão no Plenário da Comissão.

Antes de pedir a presença dos convidados com assento à mesa, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, não podemos deixar de dizer que, mais uma vez, constatamos que a economia é repleta de surpresas. O Banco Central, surpreendentemente, manteve a taxa de juros em 16,5%. Temos o maior juro real do mundo. Os economistas do País, o mundo empresarial e a sociedade foram tomados de surpresa. Torço para que essa decisão esteja correta. A sociedade aguardava a baixa dos juros, daí essa surpresa para pior, vamos dizer, porque sabemos que, baixando os juros, há estímulo ao consumo; estimulando o consumo, haverá mais investimento nas empresas; mais investimento nas empresas, gera crescimento econômico; e assim por diante. Foi uma atitude conservadora do Banco Central.

Como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, fazemos esse registro na esperança de que isso não signifique paralisação da economia. Tomara que, mesmo com essas surpresas do mundo econômico – e parece que o Brasil suplanta tudo – , nosso País possa continuar otimista com relação a investimentos e ao crescimento, a fim de haver a diminuição do desemprego e aumento do trabalho e da renda, esse é o objetivo de todos nós.

Estamos realizando audiências públicas para modernizar ou modificar uma lei já ultrapassada, que não atende às exigências do progresso do Brasil e do mundo econômico. É uma lei de 1945. Nas audiências públicas queremos ouvir a sociedade. Hoje vamos ouvir uma entidade que representa as pequenas e as médias empresas e tem prestado relevantes serviços, está otimizando essas pequenas e médias empresas no Brasil. Trata-se do Sebrae, cujo trabalho é festejado pelo País inteiro. Teremos também a presença da Anamatra, Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho.

Vamos também ouvir a CUT e a Força Sindical.

A lei tem conteúdo econômico, mas também e principalmente social. Esses dois enfoques devem andar juntos.

Dando por aberto nossos trabalhos, peço aos convidados que compareçam. Solicito ao Dr. Silvano Gianni, que aqui se encontra, que tome assento à minha direita. Peço à Secretaria que introduzam o Dr. Grijalbo Fernandes Coutinho e o Dr. José Nilton Pandelot, para que tomem assento à minha esquerda.

As normas serão as mesmas sempre adotadas pela Comissão. De início, os convidados farão breves exposições e, em seguida, a palavra será concedida, por ordem de inscrição, aos eminentes Senadores inscritos. Nesta inscrição, tem preferência o autor do requerimento, para dar início. O interpelante, Senador ou Senadora, vai dispor de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

O que quero deixar bem claro, para que a sociedade entenda, é o esforço da nossa Comissão e do Senado da República. Ouviremos todos os segmentos da sociedade interessados na questão. Se hoje estão aqui as pequenas e as médias empresas, depois, estarão também os representantes do mundo financeiro; os representantes da magistratura, independentemente da presença da Anamatra, que tem uma competência específica no julgamento dos dissídios entre capital e trabalho, dos dissídios trabalhistas; o Ministério Público, que é o fiscal da lei – o Senador Demóstenes Torres já me trouxe uma lista; entre outros já indicados. Em suma, todos os segmentos da sociedade serão ouvidos. Ouviremos o Ministério da Fazenda, o Ministério da Justiça e quem mais os Srs. Senadores indicarem.

Volto a repetir que o nosso objetivo é votar a lei conscientemente, dentro de um prazo certo – nada de muita pressa, que prejudique os trabalhos, nem de muito retardamento, porque a questão exige solução em tempo hábil.

Vou conceder a palavra ao representante do Sebrae, Dr. Silvano Gianni, que tem um compromisso. Manifesto-lhe meu respeito e o respeito da Comissão. V. Sª há muito tempo presta bons serviços à causa pública. Há muitos anos, tenho o privilégio de conviver e de aprender com V. Sª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, tenho uma audiência no Ministério agora e não poderei assistir à palestra. Depois, pegarei uma cópia junto à **TV Senado**.

Parece-me que, para que o requerimento que fiz seja votado, tenho de estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Fique tranqüilo, cuidarei disso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos aguardar, com muito alegria, o retorno de V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas, se eu não puder retornar...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se V. Exª não puder retornar, com a aquiescência de V. Exª, eu coloco o requerimento em votação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não. Era isso que eu gostaria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeito.

V. Sª tem a palavra.

O SR. SILVANO GIANNI – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, a quem agradeço as palavras gentis e elogiosas, Srªs e Srs. Senadores, antes de tudo, gostaria de agradecer a oportunidade, proporcionada por meio de requerimento do Senador César Borges, de comparecer a esta primeira reunião de audiência pública sobre o projeto de lei de falências.

Trata-se de uma legislação de interesse vital para as empresas de menor tamanho. Caminhou muito bem o legislador com essa nova proposta, principalmente quando previu um capítulo específico para as micro-empresas e empresas de pequeno porte. Tal capítulo introduz um sistema desburocratizado e simplificado, em estreita consonância com os princípios constitucionais de tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para o segmento.

Durante a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados, mobilizamo-nos para propor algumas alterações no projeto original. Entre as sugestões acolhidas e aprovadas pela Comissão Especial e pelo Plenário da Câmara dos Deputados estão pontos que beneficiam os pequenos negócios.

No texto aprovado na Câmara, foi incluída a possibilidade de o juiz reduzir para as micro e pequenas empresas a remuneração do administrador judicial da falência a 2% do montante pago aos credores, em vez dos 5% que são pagos no caso das demais empresas. A medida está definida no art. 143 do projeto ora em exame por esta Comissão. É evidente a importância dessa modificação em especial, tendo em vista o alto índice de mortalidade das empresas de menor tamanho; pelo excesso de burocracia e impostos; pela falta de acesso ao crédito, ao conhecimento e à tecnologia.

Esse ambiente perverso à sustentabilidade dos pequenos negócios, responsáveis por 60% dos empregos formais no País, pela enorme ocupação informal e por 20% do Produto Interno Bruto, deve-se, sobretudo, a uma legislação completamente inadequada, que trata da mesma forma a grande empresa e a sorveteria do Plano Piloto, quando se deve tratar desigualmente coisas desiguais.

Uma exceção a essa legislação inadequada pode estar justamente nessa nova Lei de Falências. Uma alteração já realizada, também importante, é a referência expressa às micros e pequenas empresas, ao dispor que as empresas, ao pedir falência, tenham de apresentar todos os livros contábeis. Nessa mudança, as empresas de menor tamanho são obrigadas a apresentar apenas a escrituração contábil própria de sua legislação específica. Havia uma incoerência: a Lei das Pequenas Empresas já prevê que elas tenham menos livros do que as outras empresas, mas a legislação dizia que deveriam aplicar todos os livros. Foi uma modificação muito bem-vinda. A proposta já incluída no §2º do art. 47 e no art. 178 do projeto, poupa os sócios de incorrer em crime falimentar por escrituração irregular e deve ser mantida.

É relevante no tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte a obrigatoriedade de o juiz considerar, ao analisar o pedido de recuperação judicial, o tamanho da empresa, a importância social e econômica, tecnologia, nível de endividamento, tempo de funcionamento etc. Esse ponto já está especificado no art. 46 no inciso V.

Apesar das mudanças realizadas na tramitação da Câmara, o Sebrae considera serem ainda necessárias a adequação de alguns pontos que poderiam eventualmente redundar em dúvidas de entendimento, e inclusão de dispositivos que ampliem o tratamento diferenciado aos pequenos negócios.

Preocupa bastante o tratamento dado ao parcelamento dos débitos tributários de micros e pequenas empresas em situação de recuperação judicial. De acordo com o art. 60 da subemenda do Relator: "As Fazendas Públicas e o Instituto Nacional do Seguro Social poderão deferir, nos termos da legislação específica, parcelamento de seus créditos em sede de recuperação judicial, de acordo com os parâmetros estabelecidos na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 66, do Código Tributário Nacional".

Com essa redação surge o receio de que se retarde bastante a legislação especial de parcelamento para efeitos de recuperação judicial, acarretando às empresas optantes pelo Simples a impossibilidade de parcelamento dos seus débitos tributários para efeito de recuperação judicial. Tal receio se justifica pela convergência de objetivos da Lei nº 10.522 e da legislação específica a ser promulgada. Teme-se que prevaleça o entendimento pelo qual a Lei nº 10.522 seja suficiente para os efeitos pretendidos pelo artigo ora emendado.

A Lei nº 10.522 prevê a concessão de parcelamento pela Receita Federal e INSS em até 60 meses, não contemplando as empresas optantes pelo Simples, uma vez que, de acordo com o § 2º do art. 6º da Lei do Simples, os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no Simples não poderão ser objeto de parcelamento. Essa redação pode ser suspensa se a lei instituidora do parcelamento prever expressamente que os optantes pelo sistema podem parcelar os seus tributos, como ocorreu nos casos do Refis e do parcelamento especial, conhecido como Refis II.

A forma de se resolver esse problema poderia ser o retorno de uma das versões do relatório. O art. 60 contemplava um parágrafo único que estabelecia: "O parcelamento previsto no **caput** deste artigo também se aplica às microempresas e às empresas de pequeno porte que foram optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, o Simples, previsto na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996".

Outro ponto objeto de discussão na votação da matéria na Câmara foi a priorização de créditos das pequenas e microempresas em ambiente de falência. Agora é "a microempresa como credora de uma sociedade falimentar em recuperação judicial".

Um estudo realizado pelo IBGE, recentemente divulgado com dados de 2001, constatou que quase a metade dos dois milhões de pequenas empresas existentes é familiar, ou seja, são aquelas em que trabalham apenas os proprietários, os sócios e/ou membros da família. De acordo com esse trabalho do IBGE, "as pequenas e microempresas familiares assumem papel importante nas famílias devido tanto ao maior engajamento dos seus membros quanto à sua instalação, na maioria das vezes, na residência do proprietário". As empresas familiares de pequeno porte representam 30% do faturamento do universo, mas sua produtividade é superior principalmente nas atividades de serviço.

Com base nesses dados, acredito que seja perfeitamente justificada a proposta de que os créditos dos microempreendimentos – e agora falaremos só dos microempreendimentos – sejam privilegiados logo em seguida aos créditos trabalhistas, uma vez que ambos têm um caráter de crédito alimentício.

É importante frisar que, nas empresas familiares, normalmente não há a percepção de salário, nem mesmo registro em carteira de trabalho e recolhimento previdenciário, uma vez que os familiares são sócios do empreendimento, o que coloca o segmento no centro de uma discussão de cunho estritamente social, como disse o Senador na abertura. É uma questão, de fato, de cunho social.

O art. 170 da Constituição define alguns princípios constitucionais da atividade econômica, afirmando que esta deve buscar a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa, assegurando a todos a possibilidade de uma existência digna e em conformidade com os ditames da justiça social. Nesse sentido, a microempresa reúne os pré-requisitos do tratamento diferenciado, da valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, o que, aliado ao caráter alimentar de seus créditos, permite-nos defender a posição desses créditos logo em seguida aos créditos trabalhistas.

Outro ponto – terceiro é ultimo – muito importante trata da diluição das parcelas do primeiro ano de recuperação judicial das pequenas empresas. Na primeira versão do relatório, de autoria do Deputado Osvaldo Biolchi, era previsto o prazo de três anos para a quitação do passivo nas recuperações judiciais da pequena empresa, com os pagamentos ocorrendo à razão de 15% no primeiro ano, 25% no segundo e 60% no terceiro. O Sebrae sugeriu que se alongasse esse prazo para quatro anos com o pagamento de 15% no primeiro ano, 25% no segundo, 30% no terceiro e no quarto ano – com prorrogação de mais um ano a critério do juiz, já que a lei trata exatamente da viabilização da recuperação judicial de empresas. Essa proposição foi incorporada à segunda versão do relatório e modificada na terceira, com a previsão do pagamento mensal em três anos, em parcelas iguais, e com uma carência de 180 dias, podendo, no final, ser prorrogada por mais um ano.

Já que o prazo concedido para as empresas de menor tamanho quitarem seus débitos na recuperação judicial é de três anos e meio, há que se considerar a menor capacidade econômico-financeira desses negócios, assim como margens de lucro menores. É importante a procura do equilíbrio na escala de pagamentos, principalmente no primeiro ano de recuperação, o período mais delicado de todo o

processo, com a diminuição da carga. Com isso, de novo, propõe-se uma diferença, agora, o aumento da carência inicial para 360 dias e a manutenção do texto com a carência que previa o texto que veio da Câmara. O prazo total de recuperação passaria, então, de três anos e meio para quatro anos, o que se mostra perfeitamente razoável e compatível com aquela primeira proposta que fizemos na Câmara. Somente para efeito comparativo, em versão preliminar da subemenda do Relator, o prazo previsto era de quatro anos, podendo ser prorrogado por mais um, e a escala de pagamentos obedecia àquele critério: 15% no primeiro ano; 25% no segundo; 30% no terceiro e no quarto ano. Dessa forma, teríamos, então, plenamente respeitada a capacidade econômico-financeira das empresas de pequeno porte, conferindo-se uma maior eficácia ao inovador instituto da recuperação judicial.

Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, a Lei de Falência pode ser o primeiro passo decisivo na busca de um efetivo tratamento diferenciado e favorecido aos segmentos das microempresas e das empresas de pequeno porte, que esperamos ver materializado no que estamos chamando de Lei Geral da Pequena Empresa, a lei complementar prevista na Reforma Tributária.

Sabemos todos que a empresa de pequeno porte é o maior fator de geração de ocupação e renda no País. Sem um tratamento legal, favorecido e diferenciado, não há como se cogitar em criar os 10 milhões de postos de trabalho como quer o Governo e precisa o País. Com pequenas empresas fortes, e a Lei de Falência, repito, pode ajudar nesse caminho, poderemos, enfim, chegar ao Brasil socialmente mais justo que todos perseguimos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, ainda não são 11h, e o Dr. Silvano precisa-se retirar. Por isso, vou tomar a liberdade de sugerir o seguinte: concedo a palavra ao digníssimo Presidente da Anamatra, que fará a sua exposição. Em seguida, teríamos as perguntas. Mas, para atender o compromisso de V. Exª, as primeiras perguntas seriam dirigidas a ele. Feito isso, V. Exª, que tem a paciência de um juiz, ou adquiriu a paciência de um magistrado, ficaria conosco.

Sendo assim, concedo a palavra ao Dr. Grijalbo Fernandes Coutinho, digníssimo Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Anamatra.

O SR. GRIJALBO FERNANDES COUTINHO – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Ramez Tebet, Srªs e Srs. Senadores e demais presentes, em nome dos juízes do trabalho do Brasil, agradeço o convite do Senador Ramez Tebet, Presidente desta Comissão, dirigido à Anamatra, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, para participar de uma importante discussão sobre a nova Lei de Falências e a recuperação judicial.

A minha intervenção, Srªs e Srs. Senadores, estará restrita aos reflexos da nova norma jurídica nas relações entre o capital e o trabalho. Diante disso, gostaria inicialmente de dizer que a Anamatra entende como louvável a atitude do Congresso Nacional em buscar meios outros que possam recuperar as empresas com dificuldades financeiras, em vez de simplesmente fixar normas para o encerramento das atividades. O saneamento será feito agora por meio da recuperação judicial, que substitui a conhecida concordata, ou extrajudicial.

No entanto, Srªs e Srs. Senadores, nenhuma alteração será justa, se transferir ao empregado responsabilidade pelos eventuais problemas de ordem econômica e financeira enfrentados pelas empresas, considerando que foram discutidas propostas na Câmara até mesmo de limitação do valor do caráter preferencial do crédito trabalhista e que depois houve uma alteração no plenário. Mesmo na recuperação judicial, não deve haver essa limitação de preferência. Na proposta inicial discutida na Câmara, esse crédito preferencial estaria limitado ao percentual de 30%.

A legislação vigente, tanto no campo do Direito do Trabalho como no campo do Direito Tributário, estabelece que os salários devidos aos empregados e a totalidade das indenizações a que tiver direito são créditos privilegiados no processo de falência, precedendo a quaisquer outros, inclusive aos de natureza tributária e aos de cunho fiscal em sentido mais amplo. E assim o é, porque a prestação possui natureza alimentar, sendo essencial para a subsistência do trabalhador. Ademais, os riscos do negócio pertencem ao empregador, não participando o empregado sequer da saudável repartição de lucros.

Mas essa não é apenas a realidade brasileira. Eis que a Convenção nº173 da OIT, de 1992, que superou a de nº 95, protege os créditos trabalhistas em todos os casos de instauração de procedimento relativo aos ativos de um empregador, com vistas ao pagamento coletivo dos seus credores.

Ainda no campo internacional e no plano do direito comparado, o privilégio do crédito trabalhista está consagrado nas legislações da Espanha, França e Itália. É verdade que, nos dois primeiros países, há limite de caráter preferencial do crédito trabalhista até o mínimo social aceitável. O restante, no entanto, está

assegurado pelo Fundo de Garantia Salarial, instituído pelo Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais, ou seja, aqui há um limite na preferência, mas existe um fundo permanente que assegura que, no processo de falência, o empregado vai receber todos os seus créditos trabalhistas.

No Brasil, a classe trabalhadora – isso não é novidade para as Srªs e Srs. Senadores – tem a mão-de-obra remunerada em patamares mais baixos do mundo. E por essa razão e tantas outras, não é socialmente recomendável deixá-la sem qualquer proteção para receber os seus créditos trabalhistas na falência do empregador, dando lugar a credores que não possuem as mesmas necessidades.

Ainda que estejamos vivendo uma época de extrema desvalorização da força de trabalho em função dos novos modos de produção e do crescimento de uma ideologia neoliberal responsáveis pela precarização das condições de trabalho, não deve ser usurpado do trabalhador o direito de receber as parcelas reconhecidas pela justiça do trabalho, seja pela preferência dada ao credor, seja por meio da limitação quantitativa.

Os juízes do trabalho, Srªs e Srs. Senadores, constatam que um dos grandes entraves no processo consiste na sua falta de efetividade, diante de um número elevado de possibilidades do devedor postergar o cumprimento de uma dívida trabalhista, também ocorrendo a hipótese de o empregado ganhar, mas não levar. São milhares os processos em que o trabalhador ganha, mas não leva. O destino de muitos processos em fase de execução é o arquivo provisório da Justiça do Trabalho, porque desaparece o devedor na companhia dos seus bens. É uma realidade do Judiciário do Trabalho e dos empregados hoje.

Tenho certeza, Srªs e Srs. Senadores, de que o Congresso Nacional não contribuirá para o aumento de estatística tão dramática e anti-social, rejeitando todas as iniciativas que visem limitar ou tirar o caráter preferencial do crédito trabalhista. Nem mesmo o argumento de que a medida pretende atingir as eventuais simulações de diretores e empregados em detrimento dos reais credores, guarda consistência jurídica ou coerência com o sentido de justiça, sob pena da exceção suplantar a regra e penalizar a imensa maioria de trabalhadores honestos e empregados nas empresas que sofrem processos de falência e recuperação judicial. Então, há o argumento de que os empregados mais bem remunerados poderiam, no processo de falência, utilizar de simulação ou fraude em detrimento de outros credores. Mas o projeto que está sendo discutido prevê meios próprios para inviabilizar esses artifícios, fraudes, simulação. Todos esses defeitos do ato jurídico podem ser declarados inexistentes pelo Poder Judiciário. Comprovando que houve uma simulação qualquer, é evidente que os demais credores poderão articular essa defesa perante o Poder Judiciário e os atos, conseqüentemente, serão declarados nulos.

Apesar da regra geral de classificação estabelecer preferência para os créditos trabalhistas, tanto na recuperação como na falência, o privilégio geral que é conferido pelos art. 10 e 11 é anulado logo em seguida pelo pedido de restituição à falência, no art. 26, quando for devida a coisa em virtude de direito real e de contrato, hipótese em que o pagamento será feito com preferência sobre todos os credores. Ora, tal situação pode se verificar em qualquer contrato de empréstimo em que alguma garantia real seja oferecida pelo devedor à instituição financeira ou quando assim estabelecer o pacto negocial.

O caráter preferencial previsto no art. 10 e também no art. 11 não é absoluto, ele sofre várias restrições no mesmo projeto. É a declaratória de invalidade geral da regra pela especial dada aos credores que podem fazer uso do pedido de restituição, não estando incluídos neste rol os empregados. Idêntico tratamento é dispensado aos créditos originários de adiantamento de contrato de campo para a exportação. Também aqui há um superprivilégio em relação ao crédito trabalhista.

Devo assinalar que a regra em vigor, não obstante contemplar o pedido de restituição de coisa arrecadada ser privilégio em relação ao crédito trabalhista, não autoriza a sua transformação em pecúnia. E aqui no projeto é discutida não só a coisa poder ser restituída, quando houver garantia real, mas se ela não mais existir, ela poder ser transformada em pecúnia com preferência sobre o crédito trabalhista. Então, o crédito trabalhista não tem esse privilégio todo.

Na mesma linha de eliminação do privilégio do crédito trabalhista, encontra-se a norma prevista no art. 48 do projeto ora em debate.

Cabe assinalar que, dentro de tal panorama, todos os credores, com alguma garantia real, é fato, têm o direito de receber a coisa oferecida, ou o valor equivalente, antes dos empregados, na recuperação judicial, constituindo-se os primeiros, na verdade, em supercredores. Os supercredores não são os empregados, mas aqueles que podem elaborar os melhores contratos, especialmente o sistema financeiro.

O processo de recuperação judicial substitui a concordata para dar mais fôlego aos empreendimentos empresariais com dificuldades financeiras, realizando-o de maneira flexível quanto aos direitos trabalhistas

dos empregados que ingressam nas fileiras das parcelas a serem percebidas de maneira escalonada e com redução por meios variáveis.

Aqui há, sem nenhuma dúvida, um decréscimo da situação do patamar alcançado pelo trabalhador. Na concordata, atualmente, o empregado não participa com os seus créditos trabalhistas. Na recuperação judicial, vai passar a participar, vai ter que dar a sua quota de colaboração, os seus créditos; inclusive os salários passam a ingressar nesse rol de créditos a serem recebidos. Sem nenhuma dúvida, trata-se de uma diminuição da situação atual do trabalhador, que vai colaborar com a recuperação judicial, o que não ocorre hoje na concordata.

Um outro problema, Srªs e Srs. Senadores: há uma controvérsia muito grande na jurisprudência sobre a competência para prosseguir na execução contra as empresas que têm um processo de falência decretado. O projeto, infelizmente, na nossa visão, escolhe uma opção que não é a melhor, atribuindo essa competência ao juízo universal da falência, quando, pelo caráter preferencial do crédito trabalhista, a execução contra a massa falida deveria prosseguir no juízo trabalhista; mas o faz remetendo claramente para o juízo universal da falência. Também creio que, neste ponto, o projeto caminhou no sentido de consolidar uma situação desfavorável ao empregado, porque a controvérsia é muito grande, hoje, na jurisprudência.

Não há dúvida nenhuma que outra grande discussão que se estabelece em torno desse projeto é sobre o que o mercado, as pequenas e médias empresas tanto reclamam. Com relação ao que foi dito pelo representante do Sebrae, não tenho qualquer dúvida de que um tratamento especial deve ser dado às pequenas empresas, evidentemente sem retirar o privilégio do trabalhador, que deve ser o primeiro antes de qualquer empresa, seja ela pequena, média ou grande, mas as pequenas merecem um tratamento diferenciado. Isso é muito razoável. Mas a lógica do projeto, não obstante a Câmara ter corrigido algumas distorções, não foi alterada. A lógica do projeto ainda é de uma proteção, em primeiro lugar, ao sistema financeiro. Por mais que se diga que o crédito ao trabalhador está superprivilegiado, há uma lógica aqui que protege esse crédito. E vou mencionar aqui quatro ou cinco normas nesse sentido.

Primeiro, quanto ao que eu disse em relação ao pedido de restituição, no contrato de adiantamento para exportação, todos esses empréstimos têm prioridade sobre o crédito trabalhista. Há mais: o crédito tributário, que hoje é o segundo na ordem de preferência, mantém essa segunda ordem de preferência – art. 11 – , mas passa a dividir com os demais credores, de um para um, especialmente quando há bem dado em garantia nos empréstimos. Então, o crédito tributário, nesse ponto, perde espaço, especialmente para os créditos financeiros, porque essa preferência não é mais na totalidade, é apenas de um para um com os demais créditos. Portanto, o sistema financeiro aqui também tem, sim, uma prioridade.

O art. 52, inciso VI, deste projeto estabelece que devem ser suspensas as ações judiciais em curso contra as empresas em processo de recuperação judicial, salvo quanto às demandas que envolvam os créditos por penhor, por valores imobiliários e aplicações financeiras. Mais um privilégio é conferido ao sistema no art. 52, inciso VI.

A norma do art. 123, parágrafo único, exclui a aplicação de juros contra a massa falida. Muito bem, desde que a dívida não seja originária de debêntures ou de crédito com garantia real.

Há necessidade ainda, Srªs e Srs. Senadores, de suprimir o § 6º do art. 50, que dispõe sobre a possibilidade de redução salarial e da jornada de trabalho, eis que a matéria está regulada pela Constituição Federal e, se assim proceder, o projeto, a lei incentivará que se reduza a jornada de trabalho e também o salário. A Constituição já regula; são hipóteses de flexibilização previstas na Constituição. A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) entende que a matéria não deveria estar contemplada na lei.

Também é imprescindível alterar o art. 16 do projeto, que fixa o prazo de quinze dias para habilitação do crédito, a contar da data da recuperação, sob pena de perda da ordem de preferência. Se o empregado não estiver atento e, depois da decretação do processo de recuperação, não habilitar seu crédito durante quinze dias, pode perder a preferência. Não é razoável esse prazo tão reduzido, sobretudo para os empregados que não têm sindicatos fortes para que requeiram a devida habilitação.

Fiz aqui, depois, um elenco das alterações – sei que meu tempo já deve ter sido ultrapassado – e no final proponho pelo menos cinco alterações de vários artigos, assuntos sobre os quais acabei discorrendo.

Em resumo, Srs. Senadores, o projeto tem um conteúdo importante, que é de dar uma sobrevida, de conseguir recuperar as empresas judiciais; mas ao mesmo tempo, de forma realista, o empregado não melhora sua situação em face desse projeto – pelo contrário, tem alguma perda – e o sistema financeiro está muito bem protegido com esse projeto. Não tenho qualquer dúvida quanto a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – De acordo com o entendimento que mantivemos aqui, as primeiras perguntas serão feitas ao Presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Dr. Silvano Gianni, porque S. Sª tem um compromisso importante.

Quero dizer que nossa primeira reunião foi na terça-feira; decidimos por esta reunião extraordinária 48h após. E o Dr. Silvano Gianni foi muito claro, dizendo que estava à disposição a qualquer hora e a qualquer momento, mas que na quinta-feira tinha um compromisso inadiável às 12h. Convidamos o Banco Central e, por causa da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), ficou para a próxima terça-feira. Temos que levar em consideração essa boa-vontade, corresponder a ela. Ontem mesmo eu também conversei com o Presidente da Anamatra e S. Sª está aqui disposto a colaborar.

O primeiro debatedor é o Senador César Borges, autor do requerimento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Convidados e Dr. Silvano Gianni:

Quero primeiro parabenizar V. Ex, Sr. Presidente, e as Srªs e Srs. Senadores, pois estamos aqui em uma quinta-feira cumprindo nossa obrigação nesta convocação extraordinária e nesta reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos. Isso é muito bom.

Em segundo lugar, quero saudar os palestrantes, especialmente o Dr. Silvano Gianni, que já conheço de longa data, um homem público que já prestou e continua prestando relevantes serviços à sociedade brasileira. Sua competência e seu trato sempre cordial, sincero e amigo são marcas da sua personalidade que quero registrar aqui publicamente. É uma satisfação vê-lo aqui contribuindo com essa debate. V. Exª, Sr. Relator, deve ter absorvido as preocupações do Dr. Silvano Gianni.

Quero fazer para V. Sª as seguintes questões: estamos falando de uma nova Lei de Falências. Queremos acelerar a solução dos processos, torná-los menos traumáticos para todos, para os trabalhadores, sem sombra de dúvida, para fornecedores, para credores, e nisso há um mérito completo da lei. No entanto, temos uma preocupação básica, já mencionada aqui na primeira reunião: a redução do **spread*** bancário, que vem sobrecarregando e drenando recursos do setor produtivo brasileiro para o setor financeiro, algo inaceitável. Entretanto, se essa é uma expectativa que todos nós temos com a nova Lei de Falências, não temos assistido e verificado uma correlação clara entre a taxa de inadimplência e o **spread** bancário. Mesmo em períodos de forte queda na inadimplência, o **spread**, que deveria cair, continua subindo.

Temos aqui informações, inclusive do Banco Central, que confirmam isso. Dados demonstram que houve uma queda espetacular da inadimplência das pessoas jurídicas de junho de 2000 a dezembro de 2002. Considerando a inadimplência de mais de 90 dias, observamos que houve uma queda de praticamente 70%. Segundo dados do Banco Central, a queda foi de 6% para 2%, sem sombra de dúvida, digna de nota.

Surpreendentemente, no entanto, o **spread** bancário para o segmento de pessoa jurídica se elevou, no mesmo período, de 13% para 17%, uma alta inexplicável de quase 50%. Poder-se-ia imaginar que a alta do **spread** para a pessoa jurídica tivesse se baseado na elevação de custo administrativo, ou mesmo no aumento da taxação da intermediação financeira, ou ainda em alguma avaliação subjetiva dos bancos, que teriam aumentado o risco geral da economia. Entretanto, infelizmente, esse não é o caso. Como podemos observar, a inadimplência das pessoas físicas cresceu, mas o **spread** manteve-se praticamente constante. Diria que aparentemente a relação entre o **spread** bancário e a inadimplência é bastante tênue, especialmente para o segmento de pessoa jurídica, o que é uma conclusão bem diferente da compreensão que tem prevalecido e da expectativa geral da sociedade brasileira com relação à nova lei, chamada Lei de Falências. Farei uma pergunta a esse respeito em seguida, mas peço a V. Exª que comente a questão agora explanada.

Uma outra questão é a respeito do setor de pequenas e microempresas, fundamentais para o crescimento da nossa economia por sua importância – estou falando de 2 milhões de microempresas e empresas de pequeno porte no Brasil, que empregam mais de 60% da mão-de-obra nacional e representam mais de 20% do Produto Interno Bruto brasileiro. Sabemos que há grande informalidade nesse setor, pois, mais de 70% dos trabalhadores vivem na informalidade. O Sebrae tem um papel magnífico, apoiando o desenvolvimento dessas empresas, trazendo-as à legalidade, dando-lhes sustentabilidade e procurando prolongar suas vidas. Perguntaria se V. Exª, tendo acompanhado essa lei, pensa que a Lei de Falências poderá diminuir a taxa de mortalidade das pequenas e microempresas no Brasil.

Por último, diferentemente do previsto para as empresas de maior porte, o PLC nº 71 estabelece que, para os pequenos e micronegócios em procedimento de recuperação judicial – que é o caso da lei – os débitos existentes serão pagos em 36 meses, pror-

rogáveis por mais um ano, portanto, o prazo seria de quatro anos, sendo a primeira parcela paga em 180 após a apresentação do pedido de recuperação judicial em juízo. Trata-se de algo semelhante ao processo de concordata existente atualmente. Da forma como está o projeto, as pequenas empresas não poderão contar com um instrumento novo e bastante importante incluído na lei para outras empresas, que é a recuperação extrajudicial.

Diante da sobrecarga que sabemos existir no Poder Judiciário, pergunto: não seria da maior importância estender também a recuperação extrajudicial para as pequenas e microempresas?

São essas as questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Silvano, queria registrar, e o faço em nome da Comissão, e com muita alegria, que está entre nós o ilustre Deputado Tarcísio Zimmermann, do Partido dos Trabalhadores, representante da sociedade do Rio Grande do Sul.

S. Exª nos honra com sua presença.

O SR. SILVANO GIANNI – Senador César Borges, agradeço os elogios e as referências feitas à minha pessoa. Não sei se mereço tanta ênfase, mas faço o possível para merecê-la.

Recentemente não temos estado próximos, mas temos muita sintonia. De fato, concordo com V. Exª, e começarei falando sobre a primeira observação que fez a respeito do **spread** bancário e dos juros, questão crucial, que faz parte desse mesmo quebra-cabeças de que estamos tratando agora com a lei de recuperação fiscal.

O objetivo da Lei de Recuperação Fiscal é fazer com que os custos financeiros sejam menores no Brasil. Essa é uma pequena parte da questão. De fato, a grande questão está no **spread** bancário e naquilo que disse o Presidente da Comissão, Senador Ramez Tebet, na taxa básica de juros. Ou seja, estamos falando de coisas que compõem o custo financeiro das empresas.

Nesta semana, o Sebrae publicou um artigo, em jornal, tratando exatamente da questão do **spread** bancário, sem falar na lei de recuperação fiscal, de recuperação judicial, mas exatamente naquilo a que o Senador César Borges se referiu: o nosso **spread** bancário é também, como a nossa taxa básica de juros, o maior do mundo. É algo irreal, indefensável. O **spread** compõe-se de variáveis que dizem respeito à inadimplência, como bem disse o Senador, à taxa de risco, à remuneração dos bancos, à cunha fiscal. Remuneração de bancos e cunha fiscal não cedem, apesar de cederem os outros fatores; se diminui a inadimplência, não ocorre nada com a taxa de juros, que cresce. Na verdade, a remuneração dos bancos nesse último período cresceu em vez de diminuir. Dos 30% que compõem esse bolo, essa cesta que faz o **spread** bancário, quase a metade, 14%, é destinada a resultado dos bancos – pagam-se os custos administrativos, pagam-se os riscos, pagam-se os custos do risco bancário, da inadimplência, e sobra uma margem de remuneração de bancos. É irreal.

Estamos tratando de uma parte da questão, que é a recuperação judicial. Há que se cuidar, por pressão de Governo, do Banco Central, de concorrências, do estabelecimento de qualquer regra, para que o **spread** bancário no seu todo diminua. Não devemos apenas consumir toda a nossa energia numa questão, num ponto só quando há vários outros pontos para atacar. Com essa decisão do Copom de ontem, todos temos um pouco de gosto amargo na boca, pois frustrou-se a expectativa, mas, de qualquer forma, a questão do **spread** continua na pauta, sem ter sido atacada. É fundamental que vejamos isso.

O segundo ponto de que trata o Senador, se isso melhora ou diminui a nossa grande perda de empresas – durante os primeiros cinco anos, metade das empresas se quebram, fecham –, tenho certeza de que sim, até porque, como se dizia antes, essa lei ajuda a reduzir o custo financeiro das empresas. Portanto, teremos aqui mais um alento no sentido de preservá-las, de fazer com que possam sobreviver por mais tempo.

A terceira questão trata da recuperação extrajudicial. Não tenho elementos para dizer se isso está contemplado naquilo que propusemos como pauta. Vou solicitar que técnicos analisem o assunto e trarei por escrito uma proposta, se for o caso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao segundo inscrito, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento novamente o Dr. Silvano Gianni. Não é a primeira vez que traz uma colaboração muito importante ao Senado, ao Legislativo brasileiro. S. Sª tem uma vida dedicada ao serviço público, ao serviço dos brasileiros.

Sob o ponto de vista da micro e da pequena empresa, o projeto que estamos discutindo está completo, perfeito ou V. Sª sugeriria novas emendas? Em sua palestra, sugeriu três belíssimas emendas que certamente vão aperfeiçoar o projeto. Essa é a pergunta que faço e que já está respondida.

Eu o cumprimento.

O SR. SILVANO GIANNI – Obrigado, Senador, pelos elogios. Realmente, tenho feito o possível para que este País possa ser mais justo do que foi até hoje. Esforço-me para isso, ainda que seja modesto suficiente para receber esses elogios como uma grandeza sua.

Estamos falando de um tema importante, o das pequenas empresas, que voltará ao Senado. Até gostaria de ter a aliança, a boa vontade dos Senadores para com o tema que virá adiante, que se refere à lei geral da pequena empresa que estamos pensando em propor. Com pequenas empresas ocorre o que disse o Senador César Borges: a nossa inadimplência é inaceitável, absurda, porque a informalidade é exagerada, é fora de qualquer parâmetro de uma sociedade civilizada. A informalidade é uma ilegalidade, ou seja, existe uma regra, uma lei, e, se as pessoas não estão formais, não estão legais. Convivemos com a inadimplência e até a aceitamos como se fosse uma coisa normal, mas não o é.

O diagnóstico, muito claro para nós, é a deficiente qualidade da legislação. As pessoas não são informais porque querem. As pequenas empresas não são informais porque querem. São informais porque a legislação não as abriga em condições sensatas. As leis são feitas para as empresas em geral, imaginando que uma empresa com 30 mil empregados e outra com quatro possam cumprir as mesmas regras e leis.

O interessante é que, com a globalização, conseguimos descobrir a má-qualidade das nossas várias legislações. A legislação tributária, o tema da reforma tributária, veio à pauta depois que descobrimos que as nossas empresas não eram competitivas frente ao resto do mundo. Descobrimos que tínhamos um sistema tributário absolutamente insensato, com cumulatividade, situação possível de conviver porque tínhamos uma economia fechada, não comparávamos nada com nada, e numa ilha vale tudo. Quando se defronta com economia global, descobre-se que as empresas estão em condições ruins para competir. Descobrimos uma outra coisa importante: ainda não é tão candente para todos como foi a questão da reforma tributária. Hoje, no Brasil, sabem que, se não fizermos uma boa reforma tributária ou fizermos apenas um começo dela, e ainda há muito a fazer, não conseguiremos dar competitividade à nossa economia.

Com as pequenas empresas ocorre o mesmo. Descobrimos que, há 50 anos, os países fazem legislações diferenciadas para pequenas empresas, com o objetivo de fazê-las crescer, persistir no mercado, não morrer no quinto ano, competir no mercado de exportação. Isso ocorre não porque as empresas são simpáticas, mas porque geram emprego. São elas que geram empregos e não as grandes empresas, que são concentradoras. As grandes empresas são também importantes. Não tenho absolutamente nada contra. Sou favorável. Geram crescimento do PIB, superávits comerciais, tributos – são grandes pagadoras de tributos –, mas não geram emprego. Além disso, produzem algo perverso: a concentração, seja de riqueza, seja de desenvolvimento. A grande empresa se instala onde está a logística preparada. A pequena empresa, ao contrário, distribui o desenvolvimento, espalha-se pelo País – não precisa estar instalada e nem será instalada onde está a concentração –; distribui o desenvolvimento pelo País e gera emprego porque não é intensiva em capital, mas em mão-de-obra.

Descobrimos pontos interessantes, e isso foi recentemente. No planejamento plurianual do governo francês, o governo projeta, nos seus cinco anos, quantas empresas o país vai criar. As empresas serão criadas por pessoas privadas. O governo, que não interferirá na criação delas, mas faz o seu planejamento, projeta uma taxa de emprego, estima quantas empresas seriam necessárias para atingir a meta e viabiliza condições para que as empresas sejam criadas e possam se manter.

Agora, estamos descobrindo que conviver com uma taxa de mortalidade de pequenas empresas de 50% é absurdo. Eles estão pensando um pouco adiante: como vão se criar novas. Ainda estamos pensando nas nossas falecidas pequenas empresas. Eles estão criando condições para se criarem novas empresas. Temos uma oportunidade agora, que se mostrou na hora em que nos comparamos com o resto do mundo, de fazer com que pequenas empresas possam, de fato, distribuir desenvolvimento e gerar os empregos de que o País precisa.

Aproveitei a oportunidade para estar aqui com os senhores, nesta Comissão, porque tenho certeza de que, ainda este ano, esse debate acontecerá. Traremos propostas ao Congresso para que possa tramitar aqui uma lei que permita que as pequenas empresas brasileiras sejam tão fortes quanto as pequenas empresas de outros países. O último dado é o seguinte: nossas pequenas empresas são responsáveis por algo como 2% do total de exportações. As pequenas empresas da Itália, que, há trinta anos, tem uma legislação diferenciada para as pequenas empresas, são responsáveis por 50% da exportação italiana no seu todo, ou seja, metade da exportação italiana é feita por pequenas empresas associadas. É isso que vamos ter que buscar aqui se quisermos gerar desenvolvimento e emprego no País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, prezado amigo Silvano Gianni, é muito importante que o País tenha uma pessoa como V. Sª tomando conta das pequenas e microempresas. Conheço seu trabalho no Ministério da Fazenda, na Casa Civil e como Embaixador do Plenipotenciário da Bahia, com toda a autoridade para isso. V. Sª desempenha hoje um papel fundamental na discussão da microempresa. A Lei da Pequena Empresa, que deverá ser feita, e tenho certeza de que trabalharemos juntos, é muito importante.

Quero dizer-lhe que aquilo que foi apresentado por V. Sª aqui deve ser aprovado, apoiado pelo Senado, tamanha a simplicidade dos pontos ainda pendentes: o parcelamento de débito tributário, algo absolutamente necessário, pois não há por que a pequena microempresa não ter parcelamento; a priorização dos créditos, quando credora de uma falência, pelo caráter outra vez alimentício, da mesma forma como levantado pelo Presidente da Anamatra; e o terceiro aspecto, já levantado também pelo Senador César Borges, o prazo necessário para pagamento. Não tenho a menor dúvida de que o Senado deve apoiar a posição de V. Exª pela justeza e pela simplicidade das propostas. Esse é um ponto que eu gostaria de deixar muito claro: de forma muito simples podemos ajudar a pequena empresa.

Já na questão do **spread**, passando apenas por algo que deveremos discutir depois na Lei das Pequenas Empresas, todas as análises do Banco Central têm apontado que, apesar da redução de inadimplência e de custos administrativos para os bancos, os **spreads** para as pessoas físicas e jurídicas, sobretudo as pequenas, aumentaram, não caíram. Caíram apenas para os cheques especiais. A IC caiu, apesar de ter havido uma queda do CDB de junho do ano passado, de 26,5% para 16%, mais ou menos na mesma proporção da taxa Selic.

Esse é um assunto extremamente importante e, dentro de todos aqueles aspectos que podem afetar a microempresa, o acesso do pequeno empresário ao crédito é extremamente importante, pois hoje ele é inexistente. Entre os aspectos que afetam o **spread**, há a taxa básica, ou Selic, o risco país, que também teve grande queda, a redução de inadimplência, o compulsório – até o próprio compulsório dos bancos foi reduzido. Afeta muito, em tudo isso, a redução da concorrência, do número de bancos. Essa é a situação observada ao longo do tempo. Não acredito que haja um cartel, mas nas operações se constata nitidamente uma concentração dos bancos em relação àquilo que deveria ser.

Em relação à parte tributária, 30% do **spread** refere-se a tributos, o que é altíssimo em qualquer lugar do mundo. Nesse aspecto, há dois pontos que afetam a pequena microempresa: a legislação, que já está sendo melhorada; e o que chamaria de assimetria de informação, ou seja, as pessoas físicas ou jurídicas, sobretudo os pequenos produtores, acabam recebendo taxas maiores dos bancos, e isso por falta de informação. O projeto da Lei da Pequena Empresa deve cuidar também desse aspecto. Queria ouvir V. Sª exatamente sobre isto: sobre a questão da informação, se isso estaria dentro desse novo projeto.

Quero deixar claramente o nosso apoio aqui, propondo ao Presidente uma total cruzada para que possamos apoiar V. Sª, que faz um trabalho excepcional, como o fez até hoje em todas as áreas por onde passou.

O SR. SILVANO GIANNI – Muito obrigado, Senador. Das posições que já ocupei, fui substituindo uma por outra, mas só não abdico daquela de Embaixador Plenipotenciário da Bahia, em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dessa forma, V. Exª deixa os outros Estados com muito ciúmes.

O SR. SILVANO GIANNI – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Embaixador, eu pediria a V. Exª que incorporasse Mato Grosso do Sul nesse pleito; e os outros Estados pedirão também. Ele pode ter preferência, mas deixe um pouco para os outros Estados.

O SR. SILVANO GIANNI – É verdade. Senador, obrigado pelo apoio. Essas propostas, pela clareza, são simples o suficiente para serem incorporadas. Agradeço o apoio manifestado e espero que, de fato, possamos ter ganhado mais esse espaço para as pequenas empresas. Tijolinho por tijolinho, vamos construir um bom conjunto de pequenas empresas para gerar empregos para o País.

O Senador conhece bem a história recente deste País, a sua recente história econômica, e sabe que o resultado da produção agrícola que estamos colhendo agora não é fruto do acaso, mas de uma política construída ao longo de muito tempo, e que previu, como sua peça chave, crédito privilegiado e favorecido. Houve uma política pública que cuidou da agricultura. Há seis ou sete anos, essa política preparou as bases para que pudéssemos hoje ter esse avanço na produção agrícola. Fazia-se – e se faz até hoje porque é uma política que se mantém – , por exemplo, a substituição de toda a frota agrí-

cola, de todos os maquinários agrícolas, a uma taxa de juros prefixada, 8,75% ao ano, independente das condições do mercado, em um programa que se chamou Moderfrota, Programa da Modernização da Frota Agrícola. O Governo, felizmente, continua com isso, imagina até ampliá-lo para outros meios de transporte. Essa é uma política publica com o objetivo de crescimento.

No caso das pequenas empresas, Senador, como V. Exª me perguntou, pensamos em incluir também algo na linha de crédito, baseados na experiência anterior e na experiência dos outros países, obrigando a redução da assimetria de informações. Das grandes empresas todos conhecem os dados positivos, mas das pequenas, não. "Na dúvida, eu cobro dele mais caro". É assim que funciona na prática. Temos já um convênio com a Serasa, na tentativa de tornar públicas as informações positivas, e trabalhamos para que o crédito, de alguma forma, para as pequenas empresas, também seja favorecido, se quisermos ter empresas fortes. Não estamos propondo algo que não tenha sido experimentado no País, pois já temos o exemplo da agricultura, nem estamos imaginando algo que não tenha sido praticado por outros países – países com empresas fortes, como França, Itália e Coréia, em suas legislações, tratam também do crédito. Não há como a pequena padaria – que precisa de crédito – concorrer com a General Motors. Temos de criar condição para que ela também tenha, de fato, um crédito favorecido. Essa é uma experiência que já deu certo no País.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, antes de conceder a palavra para a sua interrogação, veja V. Exª a importância deste encontro. Há um fato concreto: a falência da Parmalat. Quem está sofrendo mais na Itália e o que está ocorrendo aqui? São os nossos leiteiros, sejamos francos, de Goiás – e a Senadora Lúcia Vânia ontem abordou esse tema –, do Espírito Santo, de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso e de outros Estados; são os pequenos, os que precisam receber. Sem ter ainda um posicionamento definitivo, analisaremos com carinho todas as sugestões apresentadas por V. Exª.

Senador Ney Suassuna, tem V. Exª a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Silvano, nossos companheiros José Newton e Dr. Grijalbo Fernandes.

Dr. Silvano, falar de V. Exª, para elogiar, é redundância. Como Ministro, convivi com V. Exª no Palácio e vi a lhaneza, a seriedade, a firmeza, o descortino de V. Exª, às vezes como substituto, mas sempre na assessoria permanente do Presidente. Todos pudemos atestar a sua capacidade e os acertos da sua administração.

V. Exª vai para uma área difícil, em que a hipocrisia é muito grande. Uma coisa é o discurso a favor da pequena empresa e outra, as ações. Tudo vai se fazer, mas a legislação é a mesma para a pequena e para a grande empresa; tudo vai se fazer, mas a burocracia é a mesma para a pequena e para a grande empresa. O banco da pequena e da média empresa até hoje não funcionou como gostaríamos. Há dificuldades.

Digo que há hipocrisia, porque, por exemplo, certas áreas que são de pequena empresa, como pequenas escolas, são tratadas como produto, mas é dito que não o são. Vou dar como exemplo o segundo Estado da República, no qual havia 5.800 escolas, mas estão reduzidas a 3.000. No último ano foram fechadas 2.800 escolas. Quantos empregos foram perdidos no fechamento dessas pequenas empresas?

Ouvimos o discurso do Governo, seja qual for – não estou falando deste Governo, mas de todos –, de que não se pode tratar a educação como produto; no entanto o tratamento é pior do que esse. Um motel paga 2,5% de ISS; a escola, 5%. É uma dificuldade. Eu sei da dificuldade que V. Exª enfrenta para fazer a pequena empresa progredir.

Anteontem proferi um discurso aqui sobre burocracia. Precisamos nos livrar dos atavismos, da burocracia, que atrapalha toda nossa estrutura e aumenta o risco Brasil. Na Austrália, são dois dias para se registrar uma empresa; no Brasil, 152 dias, com um elevado custo.

V. Exª já nos trouxe sugestões, mas pedimos que esquadrinhasse mais ainda esse projeto e apresentasse o que poderia ser feito de diferencial. Há muito tempo esse projeto de lei está no Congresso: dez anos. Entrou em 1993 e ficou até o ano passado na Câmara. O Relator, Deputado Osvaldo Biolchi, que é do Rio Grande do Sul, conduziu mais de cem audiências, foi a São Paulo, fez tudo o que podia para melhorar esse projeto, pois essa lei é necessária e vai melhorar a imagem do Brasil. Nos Estados Unidos e nos países europeus espera-se um ano para se resolverem os problemas de uma falência; no Brasil, dez anos. Não estou falando da legislação, mas do processo de falência.

Eu não pediria a resposta agora, mas gostaria que V. Exª voltasse depois ao Sebrae e, juntamente com as associações, visse o que mais podemos fazer para melhorar esse projeto. Temos pouco tempo. É preciso agir com urgência, porque realmente essa é a área que emprega e que é o berçário das empre-

sas. Não entendo a filosofia que vem perdurando por vários governos, no sentido de criar nova legislação quando a antiga poderia ser salva.

Quero elogiar o trabalho do Sebrae porque o conheço. Como Presidente de associação comercial, tenho o Sebrae como parceiro. Conheço o trabalho, que é sério, mas ainda temos muitos obstáculos pela frente. Se pudéssemos esquadrinhar toda a legislação para determinar onde podemos fortalecer a pequena e a média empresa, com certeza seria uma ajuda importante ao Senado da República, que tem pouco tempo para decidir algo. A ponta de lá teve nove anos. Com isso já estamos acostumados.

V. Exª vai conseguir nos apresentar soluções. Aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, devemos discutir a possibilidade de fazer mais berçários de pequenas empresas, mais ringues, mais arquipélagos que possam desaguar nas grandes empresas de exportação, estatais ou não. O exemplo italiano deve ser seguido por nós. É incrível a força da pequena empresa em alguns países, o que aqui não estamos conseguindo.

Eu gostaria de parabenizá-lo pelas sugestões e pedir que, por gentileza, envide mais esforços, com toda sua equipe, para nos enviar outras sugestões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, o Dr. Silvano Gianni tem um compromisso agora.

Ao agradecer a presença e a contribuição de S. Sª, gostaria de cumprimentá-lo pela excelente exposição, tão esclarecedora para nós, que teremos que votar essa nova legislação ainda nesta convocação extraordinária.

Muito obrigado a V. Exª.

Srªs e Srs. Senadores, fará agora uma exposição o Dr. José Nilton Pandelot, Diretor Legislativo da Anamatra, que, durante muitos anos, foi promotor em Minas Gerais e atuou exatamente na área de falência e concordata.

Com a palavra o Dr. José Nilton.

O SR. JOSÉ NILTON PANDELOT – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, demais presentes, é na condição de Dirigente Associativo e Magistrado do Trabalho que me pronuncio perante esta Comissão, tentando de algum modo limitar o objeto do estudo que fizemos a respeito da Lei de Falência e Recuperação Judicial.

Como V. Exªs sabem, a Anamatra é representante dos magistrados do trabalho no Brasil e tem no Direito do Trabalho e no Direito Processual do Trabalho, além de outras leis conexas a esse assunto, o seu objeto de trabalho primordial. Por isso, estamos aqui menos como entendedores de Lei de Falências ou de Lei do Direito Alimentar, se preferirem, do que como experientes em matéria de cobrança de créditos trabalhistas. A nossa posição é de defesa do ordenamento jurídico jus trabalhista e do sistema de regulação das relações de trabalho e de proteção do trabalhador, que foi construído hoje no nosso ordenamento, na Constituição da República.

Os princípios inseridos na Constituição de 1988 servem hoje para a interpretação das normas de toda a natureza e para balizar o trabalho dos Senadores e Deputados na produção legislativa. Por isso, a Anamatra sugere, ou pelo menos faz uma advertência, que a Lei de Falências em tramitação nesta Casa e nesta Comissão seja interpretada à luz dos princípios da Constituição da República.

Por isso, Srs. Senadores, gostaria de lembrá-los do que dispõe o art. 1º da Constituição:

> "Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:
>
> III – a dignidade da pessoa humana;
>
> IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa".

Aqui há uma aparente colisão dos valores: o trabalho humano e a livre iniciativa. Por isso, a Anamatra propugna pela modificação do projeto em curso para a supressão de alguns dispositivos que retiram o super privilégio ou a condição de exigibilidade maior dos créditos trabalhistas no concurso que faz na falência. Assim, gostaria que V. Exªs atentassem para o que dispõe o art. 28 do projeto, quando trata do pedido de restituição. V. Exªs vão notar que o projeto mantém a preferência ou o privilégio dos créditos trabalhistas nos primeiros artigos, mas, no art. 28, equipara o adiantamento ao contrato de câmbio para exportação aos bens ou coisa objeto de pedido de restituição.

Esse é o resultado de uma estranha engenharia legislativa para evitar que ficasse na mesma sessão e no mesmo dispositivo esse crédito, que é um crédito empresarial típico do risco do negócio, daquele comprador, mesmo que estrangeiro, que adianta o dinheiro para produzir determinado bem com o crédito trabalhista. Evidentemente, se estivesse na sessão, na parte, no capítulo que diz respeito à ordem de preferência nos créditos, seria absurdo, do ponto de vista jurídico, do ponto de vista da dignidade da pessoa humana, que um crédito que tivesse origem, de natureza comercial, tivesse preferência ou se equiparasse ao

crédito trabalhista, que é alimentar, como nós todos sabemos. Então, a solução que se deu para esse tipo de operação foi equiparar o adiantamento de câmbio para exportação a esses bens que são objeto do pedido de restituição na Sessão IV do art. 26: "Na falência pode ser pedida a restituição de coisa arrecadada em poder do devedor ou que se encontre com este por ocasião do requerimento de falência quando devido em virtude de direito real ou de contrato". Então, o dinheiro adiantado para a produção de produtos – é uma primeira parcela numa compra e venda comum – tem preferência, mais do que preferência, é excluído do concurso dos créditos dos trabalhadores, credores quirografários e de outra natureza.

Eu também gostaria que os Srs. Senadores tomassem conhecimento, já foi aqui muito bem relatado pelo Presidente da Anamatra, dos dispositivos que eliminam a preferência do crédito trabalhista na falência. Um dos exemplos é o art. 49: "Os créditos de natureza trabalhista vencidos até a data do pedido de recuperação judicial deverão ser regularizados no prazo de um ano". Capítulo 3, Sessão I, que trata da recuperação judicial: "O crédito trabalhista, neste caso, àquele que foi vencido até a data da declaração da recuperação judicial deverá ou poderá ser quitado no prazo de doze meses". Isso é um parcelamento do crédito trabalhista que, na verdade, fere todos os princípios de proteção ao salário e proteção ao trabalhador. Em caso da concordata, que está em vigor hoje em dia, esses créditos são exigíveis logo após o vencimento. Não existe um represamento de créditos para pagamento futuro, um diferimento dos créditos que foram vencidos antes da recuperação.

E aqui o que entendemos também que fere princípios constitucionais é o que dispõe o art. 50, que prescreve meios de recuperação judicial da empresa. É meramente exemplificativo, mas traz aqui, no inciso VI, a possibilidade de redução salarial durante o processo de recuperação da empresa.

O art. 180, que está inserido no capítulo que cuida da recuperação judicial e falência de microempresa e empresa de pequeno porte, também tem, **data venia**, alguns vícios.

O projeto estabelece um plano para pagamento das parcelas vencidas, dos créditos, dos débitos da massa, e permite, no entanto, ao juiz, com base no § 2º do art. 180, que, no caso de os créditos trabalhistas superarem 30% do ativo circulante da empresa, poderá ser estabelecido um rateio diferente. Não existe aqui limitação, parâmetro, critérios objetivos para se fazer esse rateio. Em princípio, somos contra o parcelamento do crédito trabalhista, mas essa norma do § 2º, a pretexto de proteger a pequena e a média empresa, estabelece uma norma teratológica. Se o crédito trabalhista, se o débito trabalhista for superior a 30% do ativo circulante, quer dizer, praticamente 80% das empresas do Brasil têm um percentual desses, se considerado que a grande maioria das empresas brasileiras são de pequeno e médio porte, teríamos a possibilidade na recuperação judicial de fazer um parcelamento, ou um rateio que durasse prazo superior a um ano. Teríamos, então, recuperação judicial com pagamento de créditos trabalhistas já vencidos durante todo curso máximo do prazo da recuperação de quatro anos.

Com isso, encerro a minha participação e agradeço a atenção dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de conceder a palavra aos Srs. Senadores quero anunciar a presença aqui do ilustre Deputado que foi o Relator da matéria. S. Exª fez um brilhante trabalho na Câmara dos Deputados. Peço a V. Exª que tome assento à Mesa, o que muito honraria a nossa Comissão.

Todos somos contra a redução salarial, mas na prática ela está existindo. A Constituição Federal já permite essa possibilidade. Não estou emitindo o juízo final do Relator, mas sei que para salvar uma empresa os próprios empregados já estão tomando uma posição diferente, estão agindo conforme seus interesses. Em sendo assim, cumpre ao Relator, a essa altura dos acontecimentos, prestar atenção no que está acontecendo no Brasil para poder trabalhar. No País está havendo uma ampla negociação, que, ao final, não pode ferir direitos dos trabalhadores, mas sim atender aos seus interesses. Teremos que fazer o que for melhor para o trabalhador. Não podemos fechar as portas.

Essa é a observação que gostaria de fazer. Estou atento aos debates e, como Relator, vou ter a responsabilidade de interpretar o sentimento da Comissão de Assuntos Econômicos.

Vou conceder a palavra a quem ainda não fez perguntas.

Concedo a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, esse debate é muito rico, mesmo considerando o já excelente trabalho feito na Câmara e registrado aqui pelo Dr. Grijalbo Fernandes Coutinho, Presidente da Anamatra, que aperfeiçoou e trouxe algumas melhorias ao projeto. Mas, na realidade, o projeto ainda atende ao sistema financeiro, porque, mesmo que haja uma série de artigos que coloquem claramente o crédito trabalhista como prioritário, colocaram-se outros artigos, como o art. 28, citado pelo Dr. José Nilton, que já recebeu emenda, que equipara um risco natural da

atividade produtiva ao crédito trabalhista. O projeto tem méritos, mas precisamos aperfeiçoá-lo para que não continue com o que se costuma chamar na gíria de brechas para beneficiar, mais uma vez, a atividade financeira.

Como bancária, considero a questão do **spread** bancário muito mais uma desculpa que um motivo concreto e real. Não creio que esse seja o motivo do alto **spread** bancário em nosso País, acho que é uma inadimplência, juros altos, enfim, situações que precisamos melhorar.

Naquela parte do art. 28, que pode ser objeto de pedido de restituição, valeria a pena, inclusive para colocar no mesmo patamar, estabelecer como pedido de restituição o que é devido aos trabalhadores. Poderíamos acrescentar um artigo nesse sentido.

O SR. GRIJALBO FERNANDES COUTINHO – Em relação às brechas, V. Exª tem inteira razão, pois o projeto, em diversos momentos, deixa-as claramente.

Para resolver o problema dos arts. 26 e 28, a norma teria que ser clara quanto ao crédito super-privilegiado trabalhista, sem qualquer exceção. Na Câmara, salvo engano, foi rejeita no Plenário alguma emenda ou destaque para que fosse o crédito trabalhista super-privilegiado de forma absoluta.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que está em discussão são os valores que devemos observar. Ouço argumentações de que o sistema financeiro não deveria emprestar qualquer quantia para empresas sem as necessárias garantias, e esse empréstimo normalmente tem garantias reais.

Por outro lado, na outra ponta está o trabalhador, que não empresta à empresa qualquer valor, mas despende a sua força de trabalho, que tem que ser paga e remunerada adequadamente. No choque desses valores – pagar o financiamento bancário ou pagar o trabalhador, que também despende a sua força de trabalho – , muitas vezes só conseguimos enxergar o dinheiro emprestado pelo banco; não conseguimos ver que do outro lado tem o trabalhador que despendeu todo o trabalho. No confronto desses valores, a posição da Anamatra é clara, a força de trabalho em primeiro lugar, a remuneração, mas o projeto consolida algumas posições favoráveis ao sistema financeiro em detrimento do crédito trabalhista, do crédito do trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Lúcia Vânia, V. Exª tem a palavra.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar os expositores, principalmente saudar, como V. Exª já o fez, o Relator do projeto, o Deputado Osvaldo Biolchi.

A minha pergunta vai mais ou menos na linha do que já foi colocado aqui pelo Presidente, se o mecanismo encontrado pelo Relator para os créditos trabalhistas não seria uma forma de evitar que os próprios administradores, futuramente, fraudem os balanços para lesar o próprio trabalhador. Não seria uma forma mais transparente o mecanismo proposto do que deixar como está e usar de mecanismo não transparente para resolver esse problema? Se V. Exª não concorda, qual seria a forma melhor e mais adequada para resolver esse problema?

O SR. JOSÉ NILTON PANDELOT – Senadora, a qual parte V. Exª se refere nos créditos trabalhistas; em que sentido a norma seria transparente?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – No art. 180.

O SR. JOSÉ NILTON PANDELOT – Ilustre Senadora, o projeto deve ser considerado como um avanço em relação à legislação que hoje vigora no País .O sistema de apresentação de documentos e a ressalva que se faz às pequenas e médias empresas e microempresários, já permite a transparência. Não haveria necessidade de estabelecer um parâmetro para uma maior flexibilização no pagamento dos créditos trabalhistas, que é esse limite de 30%?

Retirados os 30%, já é ruim para o trabalhador, tendo em vista que a natureza do seu crédito é alimentar. Permitir, mesmo através de um juízo de falência que, ultrapassados os 30% do ativo circulante, o Poder Judiciário possa, através de uma decisão, homologar um parcelamento superior que pode atingir até os 4 anos, pode atingir a duração integral do processo de recuperação judicial, é terrível, tendo em vista que existe um parâmetro estabelecido para a apuração desses créditos trabalhistas, é tudo aquilo que venceu antes do início do processo de recuperação judicial.

É evidente, e conversávamos ontem com o Senador Ramez Tebet, que o trabalhador agüenta pouco não receber o salário. Pode deixar de receber hora extra, pode "engolir sapos" e deixar de postular uma indenização por dano material, dano moral, por exemplo, mas o salário é sagrado. Evidentemente que 1, 2, 3 meses já serão suficientes de atraso de pagamento para que ele ingresse na Justiça do Trabalho pedindo esse pleito.

O crédito, independentemente da sua natureza estritamente salarial, indiretamente, é de natureza alimentar e isso vai fazer falta, evidentemente, para, como dizemos no interior, "preencher as panelas" e atender as crianças que certamente o trabalhador tem.

Com relação ao que a Senadora Ana Júlia Carepa se referiu, gostaria de sugerir que ao invés de se

acrescentar um dispositivo no art. 28, definindo também a possibilidade de se fazer restituição de salário, que a referência ao adiantamento de câmbio se fizesse no artigo próprio, que é o art. 11 da Lei, ou seja, que se transferisse aquele parágrafo e se inserisse esse crédito que tem natureza de adiantamento de câmbio, no inciso II ou III. Se for no inciso II, o adiantamento de câmbio estará no mesmo patamar, por exemplo, dos créditos fiscais; se for no inciso III, ele estará abaixo. A escolha vai depender do entendimento dos Senadores. O capital internacional deve ser protegido a ponto de valer mais ou ter mais proteção que o crédito fiscal ou não?

A nossa posição é a de que o crédito trabalhista deve ser superior a todos esses.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dirijo minha saudação ao Deputado Osvaldo Biolchi, que, como Relator, produziu um excelente relatório e deu margem a que tivéssemos hoje esse projeto de lei; ao Dr. Grijalbo Fernandes Coutinho, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; e, ainda, ao Dr. José Nilton.

Sr. Presidente, esta é uma excelente oportunidade – não sei se vou ser inoportuno – para ouvirmos de S. Exª algo que foi objeto de considerações do Dr. Grijalbo e também do Dr. José Nilton e melhorarmos, ainda, o projeto. O projeto recebeu algumas críticas por parte do Magistrado, Presidente da Associação. Se o Presidente me permitisse, gostaria de trazer para o debate o Relator.

O meu interesse maior é ouvir do Relator, Deputado Osvaldo Biolchi, considerações sobre essas críticas, se S. Exª se mostrar disposto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Já que o Relator está presente – S. Exª aceitou o convite que lhe fiz – e o nosso objetivo é apresentar o melhor para o País, não posso fazer restrição, ainda mais a um Parlamentar do porte de S. Exª. V. Exª fique à vontade. Penso que toda a Comissão vai considerar perfeitamente justo que isso se faça.

O Relator no Senado sou eu e não tenho prescindido da colaboração de S. Exª, em constantes conversas que temos mantido. De sorte que foi muito oportuna a presença do eminente Relator, Deputado Osvaldo Biolchi. V. Exª fique à vontade.

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PDMB – RS) – Muito obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Então, gostaria de ouvi-lo a respeito do seguinte: o documento que nos foi enviado pelo Dr. Grijalbo diz que a lógica do projeto não melhora a situação do trabalhador; ao contrário, resolve questões controvertidas nos tribunais em seu desfavor e amplia a proteção aos credores bancários.

O crédito tributário, apesar de manter, em tese, a segunda posição na ordem de preferência, concorre em condições de um para um com os créditos do sistema financeiro, com evidentes prejuízos para os cofres públicos. Trata-se do artigo 11 e do inciso II.

O art. 52, inciso VI, do projeto estabelece que devem ser suspensas as ações judiciais em curso contra as empresas em processo de recuperação judicial, salvo quando as demandas envolvam os créditos por penhor, por valores imobiliários e aplicações financeiras.

A norma do art. 123, parágrafo único, exclui a aplicação de juros contra a massa falida, desde que a dívida não seja originária de debêntures ou de créditos com garantia real.

Há necessidade de suprimir-se o § 6º do art. 50, que dispõe sobre a possibilidade de redução salarial e de jornada de trabalho, eis que a matéria está regulada pela Constituição Federal. Tratá-la aqui seria incentivar a prática da diminuição remuneratória. Também é imprescindível alterar o art. 16 do projeto, que fixa o prazo de 15 dias para habilitação do crédito, a contar da data da recuperação judicial, sob pena de perda da ordem de preferência.

Encaminho a V.Exª, porque fica mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Obrigado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo.

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS) – Primeiramente, cumprimento o Sr. Presidente, nosso amigo Ramez Tebet, as Srªs e os Srs. Senadores presentes, os demais palestrantes e a imprensa. Não sei se há algum Deputado, mas espero que todos estejam presentes. Gostaria de dar um cumprimento especial ao Sr. Guilherme, meu grande trabalhador na longa empreitada que tivemos durante nove anos.

Creio que devo ser breve. Disponho de cinco minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há muitas sugestões. Se V. Exª for objetivo, usará mais de cinco minutos.

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS) – Disponho de quantos minutos, aproximadamente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Creio que cinco minutos seja tempo insuficiente para discorrer sobre o assunto, apesar do domínio que V. Exª tem da matéria, pois há várias indagações.

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS) – Vou tentar, Sr. Presidente.

Cheguei a esta Casa, em 1995, com larga experiência. Advoguei durante vinte e cinco anos na matéria; fui professor universitário. Confesso a V. Exª que, em 4 de dezembro de 1996, assinei o primeiro substitutivo. E, hoje, como Deputado Federal, sinto-me envergonhado por ter assinado aquele substitutivo, tantas foram as melhoras. Graças a quem? Não ao Deputado Biolchi. Esse trabalho é da comunidade do Brasil.

Há alguns dias, o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, perguntou de onde havíamos copiado. Não copiamos de lugar algum. Ministro, não existe país do mundo que deva um trilhão ou mais de R$600 bilhões para a União, para os Estados e para os Municípios, em impostos. E se V. Exª chamar aqui Jesus Cristo – desculpe-me a expressão porque fui padre –, como homem, Ele não vai ajudar a fazer a lei perfeita, se V. Exª não submeter ao crédito tributário fiscal.

Eu quero dizer de público, em primeiro lugar, que sou do PMDB do Rio Grande do Sul, grande adversário do PT, mas trabalhei com isenção nesse projeto. Em segundo lugar, esse projeto tem muitas lacunas, porque os Srs. Senadores sabem mais do que este humilde Deputado que a interferência e ingerência do Poder Executivo sempre é muito grande.

"Briguei com unhas e dentes", como se diz na gíria, na questão trabalhista, senhores representantes dos direitos dos trabalhadores. Aliás, recebi da Anamatra uma menção de louvor pela defesa que fiz. Guardei-a nos meus Anais, pois a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho é a única instituição do Brasil que oferece tal ofício.

O Sr. Jair Meneghelli, quando Deputado Federal, delimitou em R$30 mil o valor de privilégios. Está muito claro que este País não pode continuar com o instituto falimentar do jeito que está. Temos duas figuras hoje. Uma delas é a falência, cujo processo perdura anos. E a culpa não é só do Judiciário, mas do próprio credor; dos advogados; de muitas gangues – desculpem-me a expressão – que têm interesse no assunto, pois duram vinte anos os processos falimentares; dos credores, que abandonam o crédito porque se recuperaram, porque não têm mais nada a receber. Temos que reduzir o prazo e dizer que imediatamente após a arrecadação serão vendidos os bens da falência, e imediatamente depois, senão se deterioram, desaparecem.

O Governo deu muito apoio em três pontos. Existe, como V. Exªs sabem, um projeto de lei complementar – não sei quem é o Relator –, conjugado a esse projeto, alterando os créditos fiscais dentro da falência e da recuperação judicial. Esse projeto é muito importante. Confesso que não estou de acordo. Como advogado, não admito que se diga que no inciso VIII, citado por V. Exª, que os processos de execução fiscal não são afetados. O termo "afetado" não é nem um termo jurídico. Veio do Palácio, veio da Fazenda – desculpem-me, sou sincero –, pela decretação da recuperação. Isso é uma contradição de que se fala no art. 9º. Não existe classificação de crédito na recuperação judicial. Banimos literalmente o termo concordata, está superado.

O art. 147 do Projeto de Decreto-Lei nº 7661 refere-se somente ao fato de que alguns credores estão sujeitos aos efeitos da concordata. Como se disse há pouco aqui, os casos trabalhistas não estão, os casos hipotecários não estão, os casos bancários não estão, porque é lógico, é normal que o credor venha a se valer no decorrer de quase sessenta anos de instrumentos diferentes de privilégios cédula rural, cédula comercial, industrial e assim por diante.

Quero confessar a V. Exªs, desculpem-me pelo atraso, que estava em uma outra Comissão sobre o caso da Parmalat, que deveria ser uma Comissão Mista. A Parmalat está no Brasil e deve ser recuperada. Está aqui a legislação para recuperá-la, com transparência.

O Governo teve mérito nisso, porque quase me impôs – desculpem-me, sou muito franco –, o art. 36 e seguintes, que o devedor está na mão dos credores. Quem vai decidir é a Assembléia Geral de Credores. Hoje, se convocarmos uma Assembléia Geral de Credores, só com esse fato o juiz poderá decretar a falência (art. 2º da nossa lei em vigor).

Dentre outros meios – e o grande Jorge Lobo, do Rio de Janeiro, que nos ajudou, um grande jurista, que tem obras sobre a recuperação de empresas –, citamos algumas formas de recuperação da empresa. Citamos também a questão dos salários. Conheço empresas, por exemplo, que pagam a pilotos R$12 mil, e está falida; outras pagam R$8 mil. E será que é mais interessante para o piloto receber R$12 mil e fechar a empresa ou receber R$8 mil, R$9 mil, negociar os salários e continuar no serviço? Então, tivemos um grande objetivo na frente: a recuperação da empresa no Brasil.

Não acredito na estatística do ano passado, Srªs e Srs. Senadores, de que foram decretadas 451.000 falências no Brasil, de micros e grandes empresas. É demais. Quantos milhões seriam de empregos? A cada dez concordatas impetradas, hoje, lá na frente, o juiz é obrigado a decretar oito falências; duas se recuperam, em casos exíguos.

Confesso que, em 1996, lá em Gramado, fui fazer uma palestra para 300 advogados do Banco do Brasil, cheguei tremendo, estava com receio, me segurava, vou apanhar hoje aqui... E falei: todos os credores estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial – art. 9º. O art. 42 e seguintes determina que todos os credores

anteriores à decretação da recuperação estão sujeitos. Estamos privilegiando só um credor, Srs. Parlamentares e especialmente representantes da Anamatra: o crédito trabalhista, só, desculpem-me. Quando fixamos que, se ele tem dez mil, trinta mil ou cem mil para receber, esse trabalhador deverá ser regularizado no ano, é lógico que vai continuar na empresa trabalhando. Vai receber rigorosamente em dia e vai continuar na empresa trabalhando. E mais: o art. 12 estabelece que todos os novos aportes de recursos, de empréstimos bancários... O BNDES está de portas abertas. Falei com o Dr. Paulo Lessa, do Brasil do Brasil, que está abrindo os horizontes, inclusive no caso da Parmalat, de financiamentos de matérias-primas. Todos esses aportes novos não estão sujeitos à classificação nenhuma. Na eventual falência de uma empresa em recuperação judicial, esses credores são os primeiros a receberem. Tem estoque de mercadoria? A empresa estava funcionando? Foi decretada a falência? Vende-se e paga-se imediatamente a esses credores, acima de todo e qualquer credor, porque não tem fraude, não tem fraude nenhuma.

Os art. 48 e 49 são bons.

Sou contra o art. 60, que estabelece que o teto fiscal, Srs. Senadores, também está sujeito a uma formatação vinda conforme a lei fiscal, prevista na lei complementar. A lei complementar é uma lei ordinária. Devemos ser inteligentes e ver um ministro da Fazenda dizer: bom, gente, se a empresa deve dez, ela vai gerar mais impostos, vai dar mais cem, vou receber os dez junto com os demais. Existem empresas no Brasil – e conheço muitas, porque infelizmente somos muitos consultados, procurados; o **lobby** é bom – que devem 30, 40, 100 milhões de impostos só – fiquei influenciado pelos lobistas. Se precisam de 2, 3, 5 anos, e essa empresa está gerando empregos, novos impostos, vão ter a vez.

A Casa tem um dever – desculpe minhas colocações, Senador Garibaldi e os demais – , a obrigação de corrigir o que é possível e até com certa isenção. Sofri certa influência, certa dureza e, vou dizer mais, constrangimento do Poder Executivo, tanto do governo anterior como desse. Quero ser muito franco sobre isso.

Estamos com uma oportunidade ímpar de, imediatamente, aprovarmos uma legislação. Fiz mais de cem palestras só na capital de São Paulo. Fui a Vitória, Espírito Santo, Fortaleza. Praticamente passei em todos os Estados brasileiros. Iríamos juntos dia 12, parece, a São Paulo, um novo convite, ouvir a população. É muito importante isso. Agora, que nota eu daria? Nota sete. Poderíamos chegar a nove ou dez.

Para concluir quero comentar os arts 26 e 28.

Confesso aos senhores que a crítica, a imposição, às vezes, por parte do Governo, foi boa. Querem ver? O art. 26 dizia que na recuperação judicial e na falência são passíveis de recuperação com o pedido de restituição de câmbio. Retiramos, o Governo agora, só ficou na recuperação. Na falência, recuperação judicial. É impossível recuperar empresa se não submetermos a créditos fiscais e aos créditos de restituição de câmbio também. Agora, não se diga, desculpem, que o art. 28 admite que na recuperação haja pedido de restituição de câmbio. Por quê? A Lei do Mercado de Capitais nº 4.728, do art. 75 estabelece – é lei ordinária – que na falência e na concordata poderão ser pedidas as restituições. A concordata desapareceu, por isso que citei. Não foi maliciosamente. Sutilmente citei a Lei, na recuperação – como está aqui – a não ser que os senhores troquem – e vou alertar que isso se torna impossível. Se devo US$1 milhão de pedido de restituição e US$ 1 milhão aos demais credores, e solicitar três anos, por exemplo, os senhores acham que o credor vai esperar um ano e meio para receber? E vai pagar o banco antes? Os senhores acham que o banco não fica satisfeito sabendo que vai receber. Dr. Sérgio Galvão, do Banco do Brasil, coordenador do crédito de recuperação me disse textualmente: "Deputado Biolchi, faz a vida toda que estou aqui, não me lembro de ter recebido de concordata pedido de restituição". E as concordatas de prorrogam anos e anos na benevolência dos juizes e os pedidos de restituição estão no Supremo e não se paga ninguém. Estamos submetendo a todos. Não adianta o credor hipotecário dizer que tem preferência na recuperação se não recebe. Em sendo assim, vamos sujeitá-lo também.

O **spred** de banco, os juros vão baixar, em primeiro lugar a lei da oferta e da procura. Hoje, quem está em dificuldade tem só um caminho: bater à porta do banco e buscar recursos, se conseguir. No futuro vamos ter outro caminho, se aprovada essa lei: bater à porta da Justiça, chamar os credores. Essa é judicialmente, art. 76 e seguintes, a recuperação extrajudicial, que é obra do Governo. Na Itália, aliás, está funcionando muito bem a extrajudicial e também a judicial.

Precisamos ter competência de distribuir, de dissecar, de diferenciar empresário de empresa. A empresa gera impostos, absorve mão-de-obra e produz meios para a manutenção do País, para a geração de divisas externas. É com esse substitutivo que trabalhamos; só com isso. Erros existem. Já citei, por exemplo, o art. 8º, como disse o Senador, que precisa ser alterado – e com certo desprendimento.

Vivo lá do outro lado. Minha missão está cumprida. Coloquei-me à disposição. Sei da complexidade dos fatos.

Quero repetir que me senti envergonhado, depois de quatro ou cinco anos, depois de 20 anos de profissão, por ter assinado um substitutivo que hoje é bem diferente, mas não graças ao Deputado; ouvi a sociedade brasileira. Não fomos copiar dos americanos; não fomos copiar dos franceses e dos italianos – principalmente dos italianos, que têm boa legislação.

Na Itália, por exemplo, para os senhores terem uma idéia, a empresa tem linhas especiais de crédito do banco estatal da Itália. Não tenho coragem de dizer aqui que o BNDES ou o Banco do Brasil têm a obrigatoriedade de conceder empréstimos em longo prazo, com juros subsidiados a empresas em dificuldade. Vivemos num continente onde o jeitinho brasileiro domina. Essa é a realidade. Então, vamos nos sentar e dizer: "Novos aportes, novos recursos, novos financiamentos."

Quero agradecer esta oportunidade e dizer que estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, Sr. Deputado Osvaldo Biolchi, fico feliz.

Senador Garibaldi Alves Filho, V. Exª, com a sua indagação, com a sua participação, nos permitiu assistir a um espetáculo de verdadeira democracia e espírito público do Relator dessa matéria na Câmara dos Deputados. S. Exª chegou a se confessar envergonhado por certas coisas, o que demonstra que a humildade é mãe da sabedoria. V. Exª, com a sua presença aqui, demonstra que o seu trabalho não se esgotou na Câmara dos Deputados. V. Exª está acompanhando o trabalho que fez como Relator, o trabalho da Câmara, comparecendo aqui ao Senado.

Quero cumprimentá-lo efusivamente e dizer que desde o primeiro instante, assim que o processo chegou aqui, V. Exª me procurou, colocando-se inteiramente à disposição.

Realmente, estamos diante de uma matéria complexa. Por isso mesmo, estamos realizando essas audiências públicas. Vamos, com toda a nossa humildade, ouvir setores da sociedade para formarmos uma visão panorâmica, uma visão da realidade social, da realidade do Brasil de hoje. É importante verificarmos isso.

Precisamos ver o interesse dos trabalhadores. Proteger o crédito trabalhista hoje é ver qual é o interesse do trabalhador, o que ele está pensando. Há altíssimos salários, pessoas contratadas – vamos falar a verdade! –, e temos que conhecer essa realidade da vida. Existem muitas empresas que contratam pessoas ligadas a elas com altos salários, consultores, por exemplo, e assinam carteira de trabalho. Essas pessoas vão à Justiça e lá obtêm, às vezes – não digo sempre, porque a Justiça tem rechaçado esses processos –, ganho de causa para receber indenização de 30, 40, 50, não sei quanto, uma fortuna, em detrimento de trabalhadores!

Nesse sentido, o projeto merece talvez alguns reparos. Não estou dando palavra definitiva, mas, já que V. Exª fez um desabafo e temos que trabalhar sobre a realidade, vamos lá!

Não é esse crédito que queremos proteger. Queremos proteger aquele que ganha R$300, R$400; aquele que não agüenta esperar dois meses para receber o seu salário; aquele que precisa daquilo para sustentar sua família e que não pode ser igualado àquele credor que tem muitos créditos. Existe o credor que não está necessitado; ele tem direito, mas não está necessitado. Há, sim, de haver uma diferenciação, porque a sociedade é desigual ainda. O Brasil está muito desigual.

Mas é muito importante observar o que estamos vendo aqui, onde o próprio Relator está a nos dizer que o projeto precisa ser melhorado. Vamos melhorá-lo. É esse o nosso objetivo. Vamos, então, analisar tudo com carinho, ponderação.

Agradeço a presença de todos aqui.

Não sei se alguém tem mais alguma pergunta a formular. (Pausa)

Muitas propostas surgiram depois da Lei de Falências. O representante da Anamatra alertou para as alterações no pedido de restituição previstas no projeto da nova Lei de Falências. Embora não discorde da sua afirmação de que seria um privilégio dos créditos bancários, lembro que o pedido de restituição não cabe só a bancos, mas também a empresas que venderam imediatamente. Por que uma firma que vende uma mercadoria imediatamente não tem direito àquela restituição? De fato, isso não é bem uma super prioridade.

Há mecanismos, é isso que queria ouvir, que são externos à Lei de Falências e temos que ter uma visão disso tudo. Por exemplo, alienação fiduciária existia quando foi feita em 1945? Como é que vamos fazer na alienação fiduciária de um bem móvel?

São questões que, realmente, demonstram que temos que fazer um acurado estudo aqui. A colaboração de todos é indispensável. As garantias, às vezes, transcendem o âmbito da Lei de Falências, essa chamada Lei de Falências ou Lei de Recuperação.

Vou conceder a palavra ao Senador César Borges, autor dos requerimentos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Queria, inicialmente, parabenizá-lo pela forma como V. Exª conseguiu fazer uma síntese dos assuntos que foram discutidos e sua preocupação sobre um ponto polêmico do projeto: a classificação dos créditos trabalhistas.

Temos aqui a presença do representante da Anamatra e do Deputado Relator Osvaldo Biolchi. Quero parabenizá-lo, porque sei como é complexo e que tipo de pressões V. Exª deve ter sofrido, **inputs** de diversos lados, pressões diversas da sociedade, do Executivo, dos trabalhadores, por relatar uma lei que é um grande avanço. Claro que sempre tudo é possível ser aprimorado, mas já tivemos um grande avanço.

O crédito trabalhista está como primeiro na lista de classificação para recebimento da falência. Discutiu-se agora se não foi incluída a implementação de um teto de 100 a 200 salários mínimos, em torno de 150, que seriam R$36 mil, porque isso se trata, efetivamente, de proteger o direito dos trabalhadores contra privilégios. O objetivo era evitar abuso freqüente do processo falimentar pelo qual os administradores das empresas falidas, grandes responsáveis pela derrocada do empreendimento de vários, pleiteiam supostos direitos por meio de ações judiciais milionárias e muitas vezes frívolas em que a massa falida sucumbe em razão da falta de interesse de uma defesa eficiente. Nesses casos, há o recebimento de altos valores, com preferência de outros credores, e prejuízo, inclusive, de ex-empregados que, efetivamente deveriam ser protegidos, submetendo-os a rateios com os ex-ocupantes de altos cargos. Infelizmente, isso não foi aprovado. Não se compreendeu que tal modificação, longe de piorar a situação dos trabalhadores, iria garantir uma chance de recebimento, mesmo porque seria extremamente improvável que o empregado comum trabalhasse sem receber e permitisse o acúmulo de débito trabalhista em patamar tão elevado.

O Dr. José Nilton colocou exatamente que, com três meses de atraso, está a Justiça do Trabalho pronta a ser acionada para que o trabalhador possa receber os seus salários. Essa modificação não prosperou, Sr. Presidente.

Mais um dado, Sr. Presidente, o próprio Superior Tribunal do Trabalho diz que o valor médio das indenizações trabalhistas no Brasil, no ano de 2002, foi de R$2.400,00. Então, considerando a distribuição de renda e os salários do País, fixar um teto de 36 mil salários defenderia, sem sombra de dúvida, a preocupação dos sindicatos, dos trabalhadores, a necessidade de bloquear as vultosas indenizações pagas a ex-administradores, o que a lei, infelizmente, não contemplou.

Sr. Presidente, deixo esse ponto aqui como sugestão a V. Exª, que é o Relator, porque ainda temos tempo para colocar esse limite, impedindo esse tipo de fraude contra os próprios trabalhadores.

Era essa a questão que queria colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há alguns requerimentos sobre a mesa.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Dr. Grijalbo, o Dr. José Nilton e o Deputado Osvaldo Biolchi e de fazer uma pergunta ao Dr. Grijalbo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, tem V. Exª a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Estamos assistindo, no Espírito Santo, à falência da maior fábrica de linho do mundo, a Braspérola, que exportava o seu produto para o mundo inteiro. Equipamentos, os mais modernos do mundo, três mil operários, e tudo fechado. Se essa lei estivesse em vigor, talvez a fábrica tivesse sido recuperada. A Braspérola não faliu por má administração. O linho, muito em moda no Brasil, de repente, com o aparecimento do tecido sintético, deixou de estar na moda, e a Braspérola não acompanhou o avanço têxtil. Depois de tantas liminares e mandados de segurança, das máquinas se deteriorando, juntamente com todo aquele patrimônio enorme, e graças ao esforço do Governador Paulo Hartung e do Prefeito de Cariacica, cidade onde se localiza a fábrica, apareceram uns franceses, também fabricantes de linho na Europa, que concordaram na compra dos equipamentos – talvez comprem a fábrica e a coloquem para funcionar –, porque o linho, na Europa, ainda continua na moda.

Esse novo projeto vai diferenciar as pequenas e médias empresas das microempresas, das grandes empresas. Pergunto se não poderíamos, conforme tese do Dr. Grijalbo e do Dr. José Nilton, diferenciar também no que concerne ao parcelamento de créditos trabalhistas e nas reduções salariais, se necessário, a micro da grande empresa? Na microempresa normalmente o funcionário conhece o patrão dele. O trabalhador é quase um sócio do patrão. Conversam e trabalham juntos. O funcionário conhece a empresa por dentro. Darei um exemplo. Um operário da Parmalat não sabe o que aconteceu com a Parmalat. Mas um operário de uma pequena empresa, por exemplo, o vaqueiro de um fazendeiro que vendeu leite para a Parmalat, sabe de suas dificuldades, conhece o fazendeiro e sabe que há quatro meses ele não recebe pelo leite fornecido. Penso que, na hora desses créditos, pode-se permitir ao trabalhador um parcelamento, uma diminuição salarial temporária, até que aquele pequeno fazendeiro que perdeu o crédito da Parmalat, possa se recuperar, porque o trabalhador sabe do problema e o que está acontecendo. Proponho facultar-lhe isso, porque cada caso é um caso. A grande empresa tem que ser tratada diferentemente, porque o operário da Parmalat

não sabe o que está acontecendo e o que fizeram na Itália para sumir com todo aquele dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem.

Concederei a palavra ao Dr. Grijalbo Fernandes Coutinho para rápidas considerações.

Peço à Srª Senadora Lúcia Vânia e aos eminentes Senadores presentes que permaneçam em Plenário para votarmos o requerimento.

O SR. GRIJALBO FERNANDES COUTINHO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero registrar ainda que, durante a tramitação desse projeto na Câmara, o Deputado Osvaldo Biolchi ouviu diversas entidades – S. Exª executou um importante trabalho. A Anamatra, por exemplo, esteve por mais de uma vez com o Deputado apresentando suas sugestões. Quero deixar registrado que o projeto melhorou, e posso citar três aspectos: o limite de crédito, e vou discorrer sobre ele a seguir; o pedido de restituição, que se poderia dar tanto na falência como na recuperação judicial, ficou limitado; e a sucessão trabalhista. Se o acervo fosse adquirido por uma outra empresa, os empregados poderiam ficar prejudicados, sem ter como permanecer nessas empresas, e o contrato de trabalho seria afetado. O Deputado Osvaldo Biolchi também mudou o seu relatório nesse aspecto, observando inclusive a legislação em vigor.

Com relação ao que disse o Senador César Borges, esse alerta tem sido feito constantemente, sobre altos empregados que muitas vezes podem utilizar meios em conluio com as empresas para burlar outros empregados e terceiros. É fato que isso pode ocorrer. Houve um caso recente de altos empregados, que foi ventilado, noticiado para a imprensa – o caso da famosa Encol. Há outras soluções, Senador, com todo o respeito, em vez do limite. A primeira seria exatamente o que eu já disse na minha consideração inicial. Em havendo qualquer vício, simulação, fraude, os interessados podem – está no Código Civil, na própria lei – ir a juízo e provar esse vício no ato jurídico.

Conversei ontem com o Senador Ramez Tebet sobre o assunto. Em vez de limitar o valor do crédito, não considero nenhuma aberração discutir a questão não sob o ponto de vista do valor numérico ou em termos de percentuais, mas na condição do empregado, do alto empregado, do diretor-empregado, do empregado com poder de gestão, do administrador, que muitas vezes colabora com aquele quadro. Esses, sim, poderiam realmente, receber um tratamento diferenciado dos demais empregados. Aqueles com poder de gestão são muitas vezes mais do que empregados, são diretores, e estão muito próximos dos sócios da empresa. Não deveríamos discutir em termos de valores, porque, senão, vamos acabar prejudicando empregados que têm valores consideráveis a receber e que não contribuíram com a desorganização da empresa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com R$36 mil de salário, é um diretor, um gestor. Não pode ser outra coisa.

O SR. GRIJALBO FERNANDES COUTINHO – Com R$36 mil, é diretor. Agora, com R$36 mil, com certeza, Senador, o acúmulo de dívidas pode ultrapassar esse valor, porque não é só salário.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – São cento e cinqüenta salários mínimos. Quem ganha R$ 36 mil tem que ser um gestor.

O SR. GRIJALBO FERNANDES COUTINHO – Vou falar de uma experiência prática com relação aos processos da Encol a que me referi. Havia empregados que ganhavam R$1.500,00, R$2.000,00 e que tinham a receber da Encol R$40 mil, R$50 mil, porque ela não depositava Fundo de Garantia há mais de três anos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nesse caso, trata-se de administração de salário, não do valor global.

O SR. GRIJALBO FERNANDES COUTINHO – Penso que a solução passa por distinguir empregados – os empregados que têm poder de gestão e os que não têm.

Quanto à observação do Senador Gerson Camata sobre distinguir a pequena e a grande empresa, na recuperação judicial, as empresas já têm essa possibilidade de parcelar os créditos, até salário pode ser reduzido durante a recuperação judicial. No jogo entre o empregado e a pequena empresa, a parte mais fraca ainda vai ser o empregado. Ouso dizer que a solução encontrada, até agora, na recuperação judicial, resolve melhor que dar o privilégio da pequena empresa em relação ao empregado, que vai ser sempre a parte economicamente mais fraca nessa relação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Deputado, pode fazer as suas considerações finais, por favor.

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS) – Antes, peço escusas ao Senador quanto à aplicação de juros. A lei falimentar, hoje, no seu art. 26, não prevê juros, a não ser nas debêntures e quando o crédito hipotecário comportar a garantia, computar os juros. Em nenhum momento, é estabelecido o prazo de 36 meses para a grande empresa, a micro empresa. Aliás, briguei muito, não sei se comentaram esse assunto, pois o atual Governo queria colocar doze meses, doze mensalidades para pagar todas as obrigações. É uma loucura. Não estabeleci prazos nem juros; tudo será convencionado, segundo o art. 50, entre as partes. Se o prazo for de três anos, mas se uma determinada instituição financeira, o

grande credor, puder oferecer seis anos cobrando 3% de juros ao ano, ele vai querer seis. Poderá negociar. Por isso exclui-se a aplicação de juros.

Por fim, 15 dias de prazo para habilitar. Não sei se é um equívoco, e não li mesmo o artigo, mas há a chamada habilitação retardatária a qualquer momento. Há a tempestiva e a retardatária. Se o serviço conceder 20 dias e ele fizer em 30 dias, é retardatária. Se houver rateio, naquele momento, vai perder o rateio, mas, de qualquer maneira, estamos dentro.

Tem mais um aspecto importantíssimo: apesar de transitadas em julgado, todas as decisões poderão ser revistas na falência e na recuperação judicial. Quer dizer, constatou-se fraude do credor trabalhista, vai-se, diluir-se... é fraude.

Sobre a questão de limitar ou não limitar, Senador Borges, também sou da sua opinião. Desculpe-me. Concordo com V. Exª em limitar. Agora encontramos outra saída: aumentamos a pena. Aquele que, comprovadamente, alterou o seu crédito trabalhista, no mundo de crédito, juntamente com o seu devedor, terá pena de sete anos – era de dois anos. Considero que, e senti lá no Palácio – nas andanças – não é possível manter acima de 30 mil porque o banco "tal" tem uma trabalhista de 48 milhões. Não temos culpa se o banco "tal" tem uma trabalhista. Vou apurar a fraude e colocar na cadeia quem fraudou.

Agradeço por esta oportunidade ímpar de estar aqui com os senhores e estou à disposição – literalmente à disposição – aqui, em Brasília, fora de Brasília, em palestras, quando quiserem, para alertar o povo brasileiro. Estive na Argentina há poucos dias. No ano passado, a Argentina superou a crise fazendo duas grandes modificações no instituto falimentar, mas nós, desde 1945, não temos a coragem. Se nós erramos, senhores, vamos ter a capacidade e humildade de mudar, porque o povo brasileiro, a indústria brasileira e o nosso mercado precisa de uma legislação nova imediatamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª ficou como Relator nove anos. Imagino o quanto V. Exª estudou e sofreu também. Garanto ao País que, se depender do Relator, se depender da Comissão de Assuntos Econômicos e do Senado, seremos mais rápidos – já que lá ficou nove anos – , mais rápidos com aquele **slogan** já definido por nós de que a pressa não traga a imperfeição. Apresentaremos um texto dentro do prazo razoável.

Solicito à Secretaria que inclua as sugestões na Ata desta reunião.

Temos aqui alguns requerimentos. O primeiro deles é de autoria do Senador Demóstenes Torres que solicita a oitiva de três Promotores de Justiça. Há muitos pedidos de audiência. Vamos ouvir um, porque se formos ouvir três promotores, dez juízes etc., ficaremos fazendo audiência durante todo o ano. Não há necessidade.

A Presidência coloca o requerimento em votação.

Em votação o requerimento. (Pausa)

As Srªs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o requerimento, de acordo com a observação feita pelo Plenário.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do nobre Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando que seja ouvido em audiência o Dr. Luiz Otávio Gomes, Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil.

A Presidência consulta se há requerimento aprovado neste mesmo sentido. (Pausa).

Em não havendo, a Presidência coloca o mesmo em votação.

As Srªs. e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Senadores Aloizio Mercandante e Geraldo Mesquita, no sentido de que seja ouvido o Secretario de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Sr. Marcos Lisboa, e o Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Sr. Daniel Goldemberg.

Em votação o requerimento.

As Srªs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero, mais uma vez, agradecer pela excelência dos nossos trabalhos, do Plenário e daqueles que aqui compareceram para colaborar. Meus cumprimentos ao Presidente da Anamatra e ao ilustre Deputado.

Na próxima terça-feira, aqui estaremos para ouvir outros convidados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a reunião

(Levanta-se a reunião às 12h52min.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

ANAMATRA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Nova Lei de Falências e da recuperação judicial

Em nome dos juízes do trabalho, agradeço o convite do Senhor Senador Ramez Tebet dirigido à Anamatra, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, para participar de importante discussão sobre a nova lei de falências, de recuperação judicial e extrajudicial das empresas, na Comissão de Assuntos econômicos do Senado Federal. A minha rápida intervenção estará restrita aos reflexos da norma jurídica nas relações entre o capital e o trabalho.

Louvável a atitude do Congresso Nacional em buscar meios outros que possam recuperar as empresas com dificuldades financeiras, ao invés de simplesmente fixar normas para o encerramento das atividades. O saneamento se dará através da recuperação judicial ou extrajudicial, que substituirá a conhecida concordata.

Crédito trabalhista privilegiado - restrição quantitativa

Nenhuma alteração será justa se transferir para o empregado a responsabilidade pelos eventuais problemas de ordem econômica e financeira enfrentados pelas empresas, considerando que foram discutidas propostas de limitação do valor do crédito trabalhista para fins de preferência, seja na falência, seja na recuperação judicial ou extrajudicial.

A legislação vigente, no campo do Direito do Trabalho (artigo 449, parágrafo 1º , da CLT) e também no Direito Tributário (artigo 186, do CTN), estabelece que os salários devidos ao empregado e a totalidade das indenizações a que tiver direito são créditos

privilegiados no processo de falência, procedendo a quaisquer outros, inclusive os de natureza tributária e os de cunho fiscal em sentido mais amplo.

E assim o é porque a prestação possui natureza alimentar, sendo essencial para a subsistência do trabalhador. Ademais, os riscos do negócio pertencem ao empregador, não participando o empregado sequer da saudável repartição de lucros. Mas essa não é apenas a realidade brasileira, eis que a Convenção N.º 173 da OIT, de 1992, que superou a de N.º 95, protege os créditos trabalhistas em todos os casos de instauração de procedimento relativo aos ativos de um empregador, com vistas ao pagamento coletivo de seus credores. Ainda no campo internacional e no plano do direito comparado, o privilégio do crédito trabalhista está consagrado nas legislações da Espanha, França e Itália. É verdade que nos dois primeiros países há limite do caráter preferencial do crédito trabalhista até "o *mínimo social aceitável*". O restante, no entanto, está assegurado através do Fundo de Garantia Salarial(FOGASA), instituído pelo Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais.

No Brasil a classe trabalhadora tem a mão-de-obra remunerada nos patamares mais baixos do mundo e por essa razão e tantas outras, não é socialmente recomendável deixa-la sem qualquer proteção para receber os seus créditos trabalhistas no momento da falência do empregador, dando lugar a credores que não possuem as mesmas necessidades.

Ainda que estejamos vivendo época de extrema desvalorização da força-de-trabalho em função dos novos modos de produção e do crescimento da ideologia neoliberal, responsáveis pela precarização das condições de trabalho, não deve ser usurpado do trabalhador o

direito de receber as parcelas reconhecidas pela Justiça do Trabalho, seja através de preferência dada a outro credor, seja por meio da limitação quantitativa defendida pelos potenciais credores do empresário endividado.

Os juízes do trabalho constatam que um dos grandes entraves do processo consiste na sua falta de efetividade, diante do número elevado de possibilidades do devedor postergar o cumprimento da decisão judicial, também ocorrendo a hipótese do empregado "ganhar mas não levar". São os desvios na transferência do patrimônio e a utilização de outros meios nada dignos pelos "experts insolventes". O destino de muitos processos em fase de execução é o arquivo provisório da Justiça do Trabalho, porque desaparece o devedor na companhia de seus bens.

Tenho certeza que o Congresso Nacional não contribuirá para o aumento de estatística tão dramática e anti-social, rejeitando todas as iniciativas que visem limitar o caráter privilegiado dos créditos trabalhistas, inclusive àqueles oriundos da indenização por acidente de trabalho e do FGTS, pois todos inseridos no contexto da relação entre capital e trabalho.

Nem mesmo o argumento de que a medida pretende atingir as eventuais simulações de diretores-empregados em detrimento dos reais credores guarda consistência jurídica ou coerência com o sentido de justiça, sob pena da exceção suplantar a regra e penalizar a imensa maioria de trabalhadores honestos empregados nas empresas que sofrem processo de falência e de recuperação judicial. Aliás, no particular, qualquer defeito do ato jurídico pode ser atacado com base na legislação vigente. Deve ser registrado que o artigo 25 do projeto ora em discussão prevê a exclusão do crédito

nos casos de descoberta de falsidade, dolo, simulação, fraude ou erro.

Privilégio no pedido de restituição em detrimento do crédito trabalhista - sistema financeiro agraciado

Apesar da regra geral de classificação estabelecer preferência para os créditos trabalhistas, na recuperação judicial(artigo 10) e na falência(artigo 11), o privilégio é anulado logo em seguida pelo pedido de restituição na falência (artigo 26,), quando for devida coisa em virtude direito real ou de contrato, hipótese em que o pagamento será feito com preferência sobre todos os oredores. Ora, tal situação pode se verificar em qualquer contrato de empréstimo em que alguma garantia real seja oferecida pelo devedor à instituição financeira ou quando assim estabelecer o pacto negocial.

É a declaratória de invalidade da regra geral pela especial dada aos oredores que podem fazer uso do pedido de restituição, não estando incluído neste rol os empregados.

Idêntico tratamento é dispensado aos créditos originários de adiantamento a contrato de câmbio para exportação(artigo 28).

Devo assinalar que a regra em vigor (artigo 76, do decreto-lei N.º 7.661/1945), não obstante contemplar o pedido de restituição de coisa arrecadada em poder do falido quando seja devida em virtude de direito real ou de contrato, não autoriza a sua transformação em pecúnia, nem lhe dar qualidade de crédito super-privilegiado, como faz o texto aprovado pela Câmara(parágrafo único, do artigo 26).

Na mesma linha antes de eliminação do privilégio do crédito trabalhista, encontra-se a norma prevista no artigo 48, do projeto ora em debate. Cabe assinalar que dentro de tal panorama, todos os credores com alguma garantia real têm o direito de receber a coisa oferecida ou o valor equivalente antes dos empregados, na recuperação judicial, constituindo-se os primeiros, na verdade, nos super-credores.

Precarização da situação do empregado na recuperação judicial

O processo de recuperação judicial substitui a concordata para dar maior fôlego aos empreendimentos empresariais com dificuldades financeiras e econômicas, realizando-o de maneira flexível quanto aos direitos trabalhistas dos empregados, que ingressam nas fileiras das parcelas a serem percebidas de maneira escalonada e com redução por meios variados. Sem nenhuma dúvida, dentro do espírito que move o projeto, o trabalho terá que dar a sua contribuição para tentar soerguer o capital(artigo 50). Piora, pois, o status quo do credor trabalhista, considerando que na concordata a quitação integral e tempestiva das parcelas devidas aos empregados é preservada.

Não atração do juízo universal - competência da Justiça do Trabalho

É aconselhável que a execução das sentenças trabalhistas permaneça na Justiça do Trabalho, ainda que em caso de falência da empresa, não ingressando tal crédito na seara do juízo universal, na forma do pagamento do crédito tributário. Este, apesar de estar incluído após o trabalhista, na prática, ganha maior importância ao não se submeter ao Juízo Falimentar. O projeto resolve a controvérsia jurisprudencial

sobre o foro competente para prosseguir nos atos de execução da dívida trabalhista, mas o faz de maneira conservadora, ao remeter a matéria para o juízo universal (parágrafo 3º, do artigo 7º).

TRATAMENTO ESPECIAL DESTINADO AO SISTEMA FINANCEIRO

A lógica do projeto não melhora a situação do trabalhador. Ao contrário, resolve questões controvertidas nos tribunais em seu desfavor e amplia a proteção aos credores bancários. O crédito tributário apesar de manter, em tese, a segunda posição na ordem de preferência, concorre em condições de um para um com os créditos do sistema financeiro, com evidentes prejuízos para os cofres públicos(artigo 11, inciso II).

O artigo 52, inciso VI, do projeto, estabelece que devem ser suspensas as ações judiciais em curso contra as empresas em processo de recuperação judicial, salvo quanto às demandas que envolvam os créditos por penhor, por valores imobiliários e aplicações financeiras.

A norma do artigo 123, parágrafo único, exclui a aplicação de juros contra a massa falida, desde que a dívida não seja originária de debêntures ou de crédito com garantia real.

Há necessidade de suprimir o parágrafo VI do artigo 50, que dispõe sobre a possibilidade de redução salarial e de jornada de trabalho, eis que a matéria está regulada pela Constituição Federal. Tratá-la aqui seria incentivar a prática da diminuição remuneratória.

Também é imprescindível alterar o artigo 16, do projeto, que fixa o prazo de 15 dias para a habilitação do crédito, a contar da data da recuperação judicial, sob pena de perda da ordem de preferência.

Propostas

ANAMATRA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Em resumo, Senhor Presidente, Senhor Relator, Senhores Senadores,; a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Anamatra, entidade representativa de mais de três mil juízes, propõe o seguinte:

1- A manutenção do caráter privilegiado do crédito trabalhista, inclusive o decorrente de acidente de trabalho e o do FGTS, sem qualquer limitação quantitativa, para que esta fração não passe a ter natureza quirografária, mediante redação própria do artigo 11, inciso I (da classificação dos créditos), do artigo 49 e seguintes (meios de recuperação judicial da empresa extrajudicial) e dos artigos que dispõem sobre as microempresas e empresas de pequeno porte. Trata-se, na verdade, de respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana. Segundo Fábio Konder Comparato, citado pelo Juiz Guilherme Feliciano, "as ordens jurídicas estão proibidas de retroceder em matéria de direitos humanos";

2- A supressão do parágrafo único, do artigo 2 6 do substitutivo, que trata do pedido de restituição, para não permitir a transformação da coisa em pecúnia e com caráter de crédito super-privilegiado, o mesmo devendo ocorrer quanto ao adiantamento do contrato de câmbio para exportação(artigo 28 do substitutivo).

3- Alteração do artigo 45 e seguintes do projeto, retirando os créditos trabalhistas do rol daqueles que serão objeto de negociação no processo de recuperação judicial, a exemplo do que ocorre atualmente no processo de concordata, sob pena de restar precarizada a situação do empregado.

4- A exclusão dos créditos trabalhistas do juízo universal, na falência ou no processo de recuperação judicial, retirando-os da própria habilitação, para melhor assegurar a respectiva satisfação perante o judiciário trabalhista, bem como para permitir a excussão de bens (alteração do artigo 7ª,parágrafo 3º)

ANAMATRA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

5-Alteração dos artigos 11, inciso II, 52, inciso VI, 123, parágrafo único, 50, inciso VI e 16.

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Presidente da ANAMATRA- Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e sete de janeiro de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e sete de janeiro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, João Ribeiro, José Agripino, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Lúcia Vânia, Almeida Lima, Patrícia Saboya Gomes e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, João Alberto Souza, Pedro Simon, Eduardo Azeredo e Tasso Jereissati. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, inicia-se a reunião, tendo como objetivo, em virtude da aprovação do Requerimento nº 01-CAE/04, de autoria do Senador César Borges, ouvir o Diretor de Política Econômica do Banco Central, o Sr. Afonso Sant'anna Bevilaqua, e, em virtude da aprovação do Requerimento nº 08-CAE/04, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, ouvir o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Sr. Marcos de Barros Lisboa, e o Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Sr. Daniel Klepel Goldberg, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que "regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências". A reunião contou, ainda, com a presença do Sr. Eduardo Luis Lundberg, Consultor do Banco Central. A Presidência solicita os convidados para se sentarem à Mesa e concede a palavra ao Dr. Afonso Sant'anna Bevilaqua para dar início à sua exposição. Em seguida, é concedida a palavra ao Dr. Daniel Goldberg para que faça sua exposição, e, ainda, aos Drs. Eduardo Luis Lundberg e Marcos Lisboa. Usam da palavra para interpelar os convidados os Senadores César Borges, autor do Requerimento, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Ney Suassuna, Antonio Carlos Magalhães e Lúcia Vânia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas.

Senador RAMEZ TEBET

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs. e Srs. Senadores, está aberta a 3ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, reunião ordinária da 3ª Sessão Legislativa extraordinária da 52ª Legislatura.

A pauta de hoje é audiência pública com a participação do Dr. Afonso Santana Beviláqua, que é Diretor de Política Econômica do Banco Central; do Dr. Marcos de Barros Lisboa, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e do Dr. Daniel Krepel Goldberg, Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

A finalidade é instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores, pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais e dá outras providências.

Alguns dos convidados já se encontram no plenário da Comissão. De acordo com art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará, como sempre, as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos.

A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, com preferência para o autor do requerimento. O interpelante disporá de 3 min., assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Como se encontra presente o Dr. Afonso Santana Beviláqua, Diretor de Política Econômica do Banco Central, solicito à Secretaria que o convide para tomar assento à direita desta Presidência. (Pausa.)

Convidamos também o Dr. Daniel Krepel Goldberg, Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, para que tome assento à esquerda da Presidência. (Pausa.)

Informamos que acabamos de receber uma gentil comunicação telefônica do Dr. Marcos de Barros Lisboa informando que, dentro de 30 a 40 minutos, chegará aqui à Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos dar início concedendo a palavra, em primeiro lugar, para breves considerações, ao Dr. Afonso Santana Beviláqua.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. AFONSO SANTANA BEVILÁQUA – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ramez Tebet, Srªs. e Srs. Senadores presentes, é com extrema satisfação que compareço a esta Casa para participar de audiência pública com o objetivo de discutir o Projeto de Lei de Falência.

Situações de insolvência em empresas fazem parte integral da vida de qualquer economia. Mesmo as empresas administradas de forma cautelosa estão sujeitas a flutuações inesperadas nas condições de mercado, que poderão acarretar impacto significativo sobre seu fluxo de pagamentos e recebimentos, conduzindo a situações em que os recursos disponíveis se tornem insuficientes para saldar os compromissos.

Falências e processos de reestruturação, em geral, caracterizam-se por ser situações-limite, que envolvem, necessariamente, perdas para os agentes econômicos, dado que, por definição, não há recursos suficientes para que todos os compromissos possam ser saldados na forma originalmente pactuada.

O grande desafio, nesse caso, consiste em promover o saneamento das empresas, minimizando as perdas infringidas aos credores e à sociedade como um todo. Na implementação do processo é necessário preservar unidades produtivas que se mostrem viáveis, de maneira a reduzir os impactos sobre a produção e o emprego. Além disso, por razões de eficiência econômica, é importante preservar o valor dos ativos das empresas que estão sendo saneadas.

Para que tais objetivos possam ser cumpridos, é preciso contar com um sistema eficiente de falência e de reestruturação de empresas. Um sistema falimentar eficiente reduz os riscos e os custos para os diferentes agentes econômicos, aumentando, dessa forma, a produtividade e a estabilidade de uma economia de mercado. O nosso sistema atual dificulta a solução rápida e eficaz dos processos falimentares e torna mais complicada a recuperação das empresas em dificuldades.

Nesse sentido, a reforma da Lei de Falência, que está em tramitação no Congresso Nacional, é uma iniciativa extremamente importante para aumentar a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e contribuir para a ampliação de crédito e a redução do seu custo.

Nos últimos anos, o Banco Central do Brasil tem participado ativamente do processo de investigação das causas dos elevados **spreads** no Brasil e tem elaborado, em cooperação com outros órgãos do Poder Executivo, uma agenda de medidas para sua redução. Um grupo de fatores responsáveis pelos **spreads** está associado às extremamente voláteis condições macroeconômicas do País nos últimos anos. Com o progresso no combate à inflação e a retomada do crescimento econômico, observamos que a contribuição desses grupos de fatores para os **spreads** tende a reduzir-se progressivamente.

Um segundo componente diz respeito aos lucros das instituições financeiras. Nesse sentido, o Governo tem adotado uma série de medidas para aumentar a capilaridade do crédito e a competição no mercado. Iniciativas importantes na área do microcrédito implementadas ao longo do último ano se inserem no conjunto de medidas adotadas pelo Governo para lidar com esse componente dos **spreads**.

Finalmente, um terceiro componente dos **spreads** está relacionado à inadimplência. Nesse caso, o desafio é fazer com que as garantias oferecidas aos emprestadores pelos devedores sejam facilmente recuperáveis. Com isso, evitaremos que bons pagadores tenham que ser punidos pelo comportamento de maus pagadores.

É exatamente aqui que se insere uma contribuição fundamental da reforma da Lei de Falência. O desenvolvimento sustentado de uma economia depende fundamentalmente da existência de mecanismos eficientes de crédito e intermediação financeira. Na raiz desses mecanismos está a questão das garantias reais. Tudo mais constante, quanto melhores e mais abundantes forem as garantias disponíveis para respaldar operações financeiras, maior será o volume de crédito disponível numa economia, e menor tenderá ser o seu custo.

Exemplos de **spreads** de operações financeiras em período recente mostram que, quando analisamos operações com características similares, que diferem fundamentalmente das garantias oferecidas nas operações, a diferença nos **spreads** é muito significativa. Em alguns casos, observamos uma diferença de **spreads** duas, três, quatro vezes maior em casos em que as garantias não são prontamente recebíveis, como nos casos em que os **spreads** são menores.

Ao contribuir para que a recuperação de créditos se torne um processo cada vez mais eficiente, a reforma da Lei de Falência terá uma importância fundamental para a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e para a ampliação das condições de crédito a custo mais baixo no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos, agora, ouvir o representante do Ministério da Justiça. Logo a seguir, vamos dar a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores que desejarem formular perguntas, dentro do critério já mencionado pela Presidência, obedecendo ao Regimento Interno do Senado.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. DANIEL KREPEL GOLDBERG – Bom dia, Senador. Muito obrigado pelo gentil convite.

Além de tentar descrever os aspectos principais ou primordiais da legislação que ora debatemos, vou tentar, aqui hoje, fazer algo um pouco diferente. Buscarei pontuar os temas conceituais, de fundo, da lei, alguns deles já tocados do ponto da teoria econômica pelo Sr. Afonso e outros não tocados. Tentarei apontar, além do livro texto, para alguns problemas práticos que esta lei pode vir a ter na sua aplicação no contexto brasileiro e tentarei suscitar algumas questões que podemos, em conjunto, discutir para, eventualmente, melhorar a qualidade da lei. Penso que, no fundo, se conseguirmos fazer isso hoje nesta audiência, teremos atingido um objetivo importantíssimo.

Começarei descrevendo o que é hoje uma operação de reestruturação de dívida de uma empresa.

Hoje, há duas situações absolutamente distintas que variam conforme o tamanho da empresa com a qual se está lidando. No caso de uma dessas grandes concessionárias de um serviço público essencial que entraram em dificuldades nos últimos anos, depois da desvalorização cambial. Você precisa reestruturar essencialmente a dívida, porque o serviço da dívida é de uma magnitude tal que o fluxo de caixa gerado com suas atividades não é suficiente. O que você faz? Se é uma grande empresa ou participa de um grande grupo, ou se tem acesso às técnicas modernas da engenharia financeira, liga para o seu banqueiro de investimento, fazem uma reunião, analisam o **schedule** de vencimentos do seu crédito, analisam o fluxo de caixa projetado para os próximos dez anos, fazem um plano de serviço dessa dívida.

Por fim, chamo todos os credores à mesa e se digo essencialmente que se pedirem minha falência, todos ficaremos em situação pior do que se entrarmos em acordo e sustentarmos a seguinte situação: continuo operando, o fluxo de caixa que consigo gerar com a minha operação é maior do que o dinheiro que você haveria simplesmente executando o seu crédito.

Pois hoje, na atual lei, que data de 1945, se você, meu credor, quiser executar o crédito a que tem direito, vai demorar alguns anos na Corte. Quando finalmente conseguir liquidar a dívida exata que tem para comigo, vai precisar executar a dívida que conseguiu liquidar e levar esses ativos à leilão – esses ativos são essencialmente operacionais, portanto, quando descolados da unidade produtiva, imediatamente perdem mais da metade do seu valor, porque não estão em operação por definição. Finalmente, quando recolher o dinheiro do ativo operacional que você teve que liquidar e depois executar, na verdade, esse dinheiro será enormemente inferior ao crédito que você queria receber.

Portanto, vamos elaborar um plano. A operação em curso é melhor para todos: eu passarei a estar a seu serviço como credor, mas fico com as operações, mantenho os empregos, mantenho os ativos, mantenho a situação em que os ativos em conjunto valem mais do que em separado – que é a própria definição do valor econômico da empresa – , e passarei, portanto, a servir a minha dívida com base em meu fluxo de caixa.

Isso é o que uma empresa racional faria se lhe fosse permitido. Isso é o que credores racionais fariam se lhes fossem permitido que ser racionais. Todos entrariam em acordo para que a dívida fosse servida, o valor dos ativos fossem maximizados, empregos e o valor para a sociedade fossem preservado, de forma que a operação continuasse.

Se você fosse uma pequena empresa e fizesse exatamente a mesma coisa: ligasse hoje para os seus principais credores para que renegociasse a sua dívida com base no seu fluxo de caixa porque, afinal de contas, exatamente os mesmos princípios seriam aplicáveis, não só não lhe seria facultado operar essa reestruturação de dívida, como nos termos da lei hoje, isso é hipótese automática de falência. Hoje, nos termos da lei, se você é devedor e chama os seus credores para sentar à mesa e racionalmente trabalhar reestruturação da dívida, não só isso lhe é vedado, como você automaticamente cai em uma das hipóteses de declaração da falência.

Ora, por que essa tamanha simetria? Como sempre, a economia tem leis, que, muitas vezes, contornam os obstáculos jurídicos. E, quando a economia tem leis razoavelmente claras com relação a esse tipo de lógica de preservação de ativos, quem tem acesso a um intermediário e evita a confissão de falência contratando um banco para reestruturar a dívida, tem hoje um acesso a uma reestruturação de dívida desde que intermediada por um banco – ainda que a um custo de transação altíssimo, ainda que a condições restritíssimas, ainda que sob um risco legal razoável – , evitando, portanto, nessa estratégia jurídica, conhecida dos advogados falimentares, a confissão da falência.

Como fica o resto da economia? O resto da economia, que não tem acesso a essas operações sofisticadas de reestruturação da dívida, corre o risco de, ao chamar os credores para negociar, confessar automaticamente a falência, ou, então, entrar no rito falimentar de 1945, em que essencialmente a empresa pede ao juiz um favor legal. Então devo, não nego, pago quando puder, não sei quando poderei.

O rito de 1945 cria prazos absolutamente restritivos para esse pagamento. Portanto, hoje, de acordo com a lei de 1945, há duas alternativas. Na primeira

alternativa, você de fato entra no rito da lei de 1945 e aí cai na situação em que se pedir uma concordata, nos termos da lei de 1945, provavelmente você não precisava dela; se você realmente precisava dela, provavelmente você dela não escapará e vai cair na falência. De fato, se você está numa situação típica de liquidez de uma concordata, definida como uma situação em que, apesar do seu patrimônio ser suficiente para pagar suas dívidas no futuro, porque tem ativos operacionais, os seus fluxos de caixa operacionais não são suficientes, por um momento de desequilíbrio, para servir sua dívida, que é a definição clássica de liquidez que dá vezo à concordata, se você está nessa situação, ou você não precisava da concordata, nos termos atuais da lei, ou, se precisava, não vai escapar dela. Então, hoje, a probabilidade de ir direto para a falência, escapando da concordata, é maior do que passar pela concordata e, em passando pela concordata, a probabilidade de você resvalar para a falência é maior do que a de se recuperar. Portanto, para surpresa de todos nós, uma lei de recuperação de empresas serve para um monte de coisas, inclusive para recuperar uma empresa. E penso que esse tem que ser o objetivo primordial de uma lei dessa natureza, para além de todos os objetivos laterais que uma lei dessa natureza pode e deve ter. Essa é a primeira consideração.

Uma segunda consideração importantíssima é a seguinte: virtualmente, todos os países do mundo que conseguiram evitar a destruição de riqueza e a ineficiência alocativa na economia que surge quando um sistema falimentar não funciona, adotar uma lei que está mais ou menos nas linhas desta lei que estamos discutindo hoje, vale dizer, uma lei que alinha os incentivos de devedores e credores evitando estratégias oportunísticas por parte de um ou outro credor, permitindo, portanto, que o valor para tudo seja maximizado e a riqueza preservada. Isso tem alguns problemas extremamente práticos. O primeiro deles é o seguinte: num país de cultura anglo-saxônica como os Estados Unidos, por exemplo, a aplicação do **chapter eleven** implica, que é o equivalente da nossa lei falimentar, que credores e devedores olhem para a frente. E não poderia ser diferente: devedores e credores, quando se sentam à mesa para negociar a forma de servir uma dívida numa situação de liquidez, sempre olham para a frente. Se você é o credor de uma empresa que está insolvente e já pediu concordata, a essas alturas do campeonato, se você como credor está preocupado com os ativos da empresa, isso é porque, provavelmente, você quer executá-la e levá-la à falência. Se você, de fato, está preocupado com recuperar a empresa, o valor patrimonial líquido dela para você importa pouco; o valor contábil ou de mercado dos ativos dela importa pouco; o que importa para você como credor é o fluxo de caixa, qual é o caixa que ela é capaz de gerar daqui para a frente e, portanto, quanto da dívida é capaz de servir. Portanto, credores e devedores olham para a frente, não para trás.

Qual é o problema? O problema é que a contabilidade é uma ciência que foi construída para olhar para trás. Quando você olha o balanço ou demonstrativo de resultado de uma empresa, você, supostamente, através da contabilidade, tenta entender o que aconteceu com essa empresa no último exercício; no caso de um bom balanço, nos últimos exercícios. Quando você olha o fluxo de caixa, portanto, da empresa, você faz o contrário: você tenta entender, projetado por um exercício seguinte, o que pode acontecer com essa empresa e quais são, portanto, as condições de sustentabilidade da dívida dessa empresa. O problema é que, nos Estados Unidos, que é o país que inspirou o **chapter eleven**, você fala com um pequeno empresário, o sujeito pode não ter contador, pode nunca ter visto um livro razão na vida, pode nunca ter escriturado um livro diário na vida, mas tem algo que, de fato, possui. Ele abre o computador dele, instala um programinha de planilha Excel e controla o fluxo de caixa dia-a-dia da empresa dele. Fluxo de caixa em países anglo-saxões é algo muito mais sagrado do que os livros contábeis que em países como o Brasil têm uma tradição longínqua de respeito e regras muito claras.

Então o primeiro problema prático na aplicação de uma lei é que há uma pequena revolução copérnica conceitual aqui nessa lei que é o seguinte: credores e devedores param de olhar para o valor de mercado dos ativos, que é a informação que você precisa quando você não quer que a empresa sobreviva, então, a informação mais relevante para você como credor é olhar o valor de venda de cada um dos ativos individualmente. Quando você quer que a empresa sobreviva, a informação mais relevante para você, credor, é olhar o valor que os ativos têm em conjunto. O valor que os ativos têm, individualmente, é dado pelo valor do balanço desses ativos ajustado para mercado. O valor que os ativos têm em conjunto não é dado pelo balanço, muito menos pelo demonstrativo de resultado; o valor que os ativos têm em conjunto é dado pelo fluxo de caixa, e fluxo de caixa é algo no Brasil que tem uma tradição, digamos, recentíssima. Esse é um primeiro ponto conceitual crucial, e eu gostaria que ficasse claro porque será necessário um grande esforço desta Casa, um grande esforço da comunidade jurídica, um grande esforço do Judiciário, um grande esforço do Governo, um grande esforço do Legislativo de forma geral para organizar essa transição de uma cultura onde credores e devedores olham para trás,

para o valor dos ativos individualmente – que é o que interessa quando a empresa não vai sobreviver – para uma cultura onde os credores e devedores negociam o valor conjunto dos ativos, que é uma informação relevante dada pelo fluxo de caixa. E é necessária quando você quer que a empresa sobreviva.

Um segundo aspecto relevante é o seguinte: dos incentivos de devedores e credores, o que maximiza o valor da empresa, podem decorrer outros subprodutos benéficos, entre eles – e o Sr. Afonso mencionou há pouco –, a qualidade do financiamento para a empresa e uma suposta maior facilidade para captar financiamento, uma vez que a sua relação com os fornecedores, sobretudo de capital de giro, fica extremamente melhor definida nos termos da lei.

Hoje, na Lei de Falência, o que acontece entre empresas e bancos é um exemplo clássico que os economistas chamam de "seleção adversa", em que os bancos acabam selecionando o seu **portfólio** de clientes ou o seu crédito de valores a receber decorrentes de empréstimos não à luz do melhor projeto – que pode ser mais arriscado –, mas do projeto que é mais conservador, vale dizer, do projeto que tem a chance de recebimento maior. No momento em que é aumentada a probabilidade de execução dos projetos financiados pelos mais variados credores, permite-se que os credores selecionem mais adequadamente o projeto em função do seu risco.

Esse é um dos produtos laterais da Lei de Falência e gostaria de repetir que o objetivo primordial de uma lei de recuperação de empresas é o de recuperar empresas. Outros objetivos serão muito bem-vindos, mas não são os objetivos principais.

Coloco-me à disposição de V. Exªs para discutir eventuais providências que possam ter.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, o primeiro Senador a formular as suas indagações é o Senador César Borges, autor do requerimento que traz, aqui, os nossos convidados.

Portanto, V. Exª, nobre Senador, tem a palavra. Logo a seguir, o Senador Aloizio Mercadante, também é autor do requerimento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todo o País vive momentos de apreensão com o nosso crescimento econômico. Tivemos um ano perdido em 2003. Inicialmente, falava-se – o Ministro Antonio Palocci veio aqui, nesta Casa – que cresceríamos 2%; depois, reduziu-se para 1,8%, para 1%, para 0,5%; e para finalizar, brigaram se seria 0,4% ou 0,8% – dois Ministros tiveram posições divergentes –, e acabou 0,2% ou zero – não sabemos, ainda, o número oficial.

Sem sombra de dúvida, essa situação ocorreu por uma política macroeconômica do Governo Federal que considerou ser esta a maneira de restabelecer as condições que tínhamos em 2002. Houve grande incerteza do que seria o novo Governo, o Governo do Partido dos Trabalhadores. Tivemos a taxa Selic chegando a 26,5%, mas essa taxa não é praticada no mercado – no mercado se pratica taxas de 60% ao ano para pessoas jurídicas e de 50% ao ano para pessoas físicas, estando aí embutido um altíssimo spread, que, entre tantos outros recordes negativos do País, deve ser talvez o maior spread do mundo. Se temos a segunda maior taxa, depois da Turquia, com certeza temos também o maior spread do mundo, e esse spread, assim como as taxas de juros, acarretam uma dificuldade enorme ao setor produtivo, levando, talvez, muitas empresas à falência. Não há investimento.

Anunciava-se este ano como um ano promissor. Novamente houve esperança porque haveríamos de ter um crescimento de 3,5% neste ano, mas, na verdade, o que se viu no início do ano foi uma ducha fria no País. O Copom – onde o Dr. Afonso tem assento – decidiu não dar nenhum viés de alta, nenhuma sinalização de esperança para o setor produtivo brasileiro, e simplesmente manteve a taxa. Além disso, o fortíssimo Ministro José Dirceu anuncia que, neste ano, no máximo, teremos uma redução de 4% na taxa Selic, e chegaremos a algo em torno de 13% no final do ano.

Inserida nesse contexto está a figura do **spread**. Segundo estudo publicado pelo Banco Central, 37,5% do **spread** bancário representam o lucro dos bancos e apenas 19% são relativos à inadimplência. Lucros dos bancos são 37,5% da composição do **spread**; impostos, 27,3%; despesa administrativa, 16,1%; inadimplência, 19%. Em sendo assim, apenas a queda da inadimplência não será suficiente para reduzir, de forma consistente, o **spread** bancário. Será necessário, também, diminuir a margem de lucro dos bancos.

O que o Banco Central está fazendo para que isso aconteça? Estamos votando uma lei de falência, que, em determinado momento, entra em conflito com direitos trabalhistas, estabelecendo uma preferência dos créditos – internacionalmente isso já existe. Em primeiro lugar, vêm os créditos das casas com mercado creditício. Não adianta dizer que aqui é o mercado que regula, porque sabemos que isso não é verdade. Não é o mercado que regula a taxa de juros nem **spread**, mas um cartel. O sistema cartelizado, os bancos fixam um **spread** e todos temos que pagar. Não se pode dizer

que o Banco Central não pode interferir no mercado. O Banco Central interfere em tanta coisa neste País e não pode interferir na defesa da economia do povo brasileiro e do setor produtivo? O que o Banco Central tem feito para reduzir a margem de lucros dos bancos? Porque, afinal de contas, cabe ao Banco Central a fiscalização e a regulamentação do setor.

Dr. Afonso Santana Beviláqua, existe a possibilidade – e aí nosso receio – de os bancos não repassarem os benefícios advindos da queda da inadimplência para a população, aumentando ainda mais os seus lucros? Não seria recomendável que o Banco Central estabelecesse metas, a exemplo do que foi feito em tantos outros setores, para redução do **spread** bancário?

Essas são as perguntas que faço ao Dr. Afonso Beviláqua.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A palavra está com o representante do Banco Central, Dr. Afonso.

O SR. AFONSO SANTANA BEVILÁQUA – Muito obrigado, Senador César Borges, pelas perguntas que me dão oportunidade de falar sobre temas do interesse de todos nós e, como V. Exª também ressaltou, de extrema relevância para o País.

Tenho uma visão um pouco mais otimista que V. Exª a respeito do cenário econômico do País. V. Exª diz que vivemos momentos de apreensão com a falta de crescimento econômico e cita como evidência o ano de 2003. Foi um crescimento realmente baixo, pequeno, de apenas 0,3% no ano. V. Exª refere-se ao ano 2003 como um ano perdido. Tenho uma interpretação diferente do que aconteceu em 2003. Quando começamos o ano, a economia brasileira havia sido submetida a um choque de proporções muito significativas. No final de 2002 houve uma redução substancial no financiamento externo e interno ao setor público. O financiamento externo ao País sofreu uma retração de US$30 bilhões. O Governo teve dificuldades, no segundo semestre de 2002, na rolagem da dívida pública. A crise foi bastante significativa, também pelos padrões internacionais, tendo em vista o comportamento histórico da economia brasileira.

Nesse sentido, a política macroeconômica, ao longo de 2003, foi direcionada a reverter os efeitos dessa significativa crise do final de 2002 e início de 2003, e as tarefas foram várias. Uma tarefa fundamental foi reafirmar o compromisso com a sustentabilidade na relação dívida PIB, aumentando o superávit primário do setor público consolidado para 4,25% do produto.

Um outro desafio importante foi aprofundar o ajuste interno da balança de pagamentos e essa foi uma das áreas em que os resultados foram mais impressionantes. Tínhamos um déficit na conta corrente do balanço de pagamentos e encerramos 2003 com um superávit na conta corrente de balanço de pagamentos, o primeiro superávit desde 1992, e um outro fator importante era a aceleração inflacionária do final de 2002 e início de 2003, que requereu uma ação decidida do governo do ponto de vista de política monetária. Os juros subiram ainda no segundo semestre de 2002, continuaram subindo no início de 2003, houve um aumento no recolhimento compulsório para fazer com que a dinâmica perversa do início do ano pudesse ser revertida. Hoje temos e noto com satisfação, um quadro macroeconômico no País – não me referi ao relatório de inflação do Banco Central divulgado no final de dezembro – um quadro macroeconômico bastante diverso em que vislumbramos a perspectiva para o País de crescimento sustentado com estabilidade de preço.

A projeção do Banco Central para o crescimento da economia em 2004 é da ordem de 3,5%, projeção essa que está em linha com projeções dos analistas de mercado.

Temos, efetivamente, a perspectiva de um crescimento significativamente maior do que tivemos nos últimos anos e imputo em grande parte a perspectiva de crescimento em 2004 ao trabalho que foi feito pelo Governo na política macroeconômica em 2003. Então, nesse sentido, a taxa de crescimento de 0,3% em 2003, se vier a se concretizar efetivamente, terá sido um preço pago para estabilização da economia que ocorreu para padrões internacionais, num período de tempo relativamente mais curto e com uma desaceleração em termos de atividade menor do que se observa em outras economias submetidas a choques semelhantes. Em economias submetidas a choques semelhantes à brasileira normalmente o que se observa na resposta do ajustamento feito pela economia é uma retração gigantesca do produto e há casos em que o produto cai 8%, 10% e até 12% em resposta a um corte abrupto do financiamento externo.

Então, tenho uma visão bastante otimista dos resultados do ajuste d ano passado no sentido de que houve custos. V. Exª tem toda a razão de que foi um ano em que o crescimento foi muito menor do que necessitamos para o País, mas em perspectiva esse crescimento foi maior do que o da maioria dos países que são submetidos a crises semelhantes ao que sofremos no final de 2002/2003.

O que vemos hoje é a produção industrial em crescimento já desde julho de 2002 quando olhamos para o índice agregado da produção industrial, tirando uma média móvel de três meses, que suaviza as variações mensais, vemos um crescimento acumulado entre julho

e novembro, que são dados divulgados da ordem de 8% e para algumas categorias como bens de capital e bens de consumo duráveis o crescimento acumulado entre julho e novembro é da ordem de 20%, em dados desazonalizados naturalmente, que não estão sujeitos a influências temporais mais específicas.

O que nós vemos nos dados de varejo é a recuperação das vendas e pelo sexto mês consecutivo os dados do IBGE registraram em novembro um crescimento desazonalizado de 2,1% num mês. Então, se projetarmos esse crescimento para um período de tempo maior naturalmente teremos um crescimento bastante significativo.

Então, o que vemos hoje é uma economia em recuperação. Também tenho discordância de V. Exª em relação ao investimento. V. Exª diz que não se investe no País e os dados que acompanhamos de absorção de bens de capital, que são **aprouch** usualmente utilizado para acompanhar a demanda de investimento mostram que a absorção de bens de capital teve um aumento de 28% no período junho a novembro. Então, os dados estão indicando uma recomposição da demanda por investimentos e esses números me deixam bastante satisfeitos porque representam a reação da economia a estímulos de políticas mais contracionistas do que tivemos nos últimos meses.

Portanto, quando olhamos para o segundo semestre de 2003, por exemplo, estamos vendo a reação da economia, as taxas de juros de mercado, que vigoravam em períodos anteriores.

Quando levarmos em consideração que no segundo semestre de 2003 a taxa básica de juros foi reduzida em dez pontos percentuais, quando levarmos em consideração a redução significativa que houve nas taxas de juros de mercado... As taxas de juros de mercado começaram, no ano passado – se olharmos para as taxas de seis meses, as taxas de doze meses – , em quase 20%; hoje elas estão por volta de 9%, 8,5%. Houve uma mudança bastante significativa. Quando juntamos essa mudança significativa de condições com os resultados já obtidos do ponto de vista de atividade, o cenário que pode ser traçado para 2004 e, quiçá, para 2005 e 2006 combina, como enfatizei, como mostrou o nosso relatório de inflação, a perspectiva de crescimento sustentado com estabilidade de preço.

Em relação ao **spread** bancário, temos uma agenda, no Banco Central, há vários anos, como V. Exª notou. V. Exª citou um estudo nosso de decomposição dos **spreads** bancários. Os nossos estudos e outros estudos disponíveis, em geral, colocam nessa decomposição os lucros dos bancos em uma categoria chamada margem líquida. Essa margem líquida está expressa, por resíduo, na decomposição. Então, não sabemos efetivamente se aquele número representa exatamente lucratividade.

De qualquer forma, representa um número maior, como V. Exª notou, a inadimplência. O número que V. Exª notou, 19% nessa decomposição, refere-se à inadimplência. Então, concordo com V. Exª que apenas a redução da inadimplência não resolverá a questão dos **spreads** bancários.

Como notei na minha exposição inicial, são vários os fatores que determinam os **spreads**. Um grupo importante de fatores está relacionado efetivamente às condições macroeconômicas. Com a melhora das condições macroeconômicas, o efeito desse componente nos **spreads** será, progressivamente, um efeito positivo.

Um outro grupo importante de fatores diz respeito, como V. Exª observou, à inadimplência e aos lucros dos bancos.

Em relação à parte da lucratividade dos bancos, o fundamental, do ponto de vista de política, é aumentar a competição no sistema. E, como anotei na minha exposição inicial, o Governo tem adotado, nos últimos meses, uma série de medidas para aumentar a capilaridade do sistema de crédito, para aumentar a competição no mercado de crédito.

São importantes nessa área as iniciativas de microcrédito, a consignação de empréstimos em folhas de salários, que permitiram que se tivesse uma redução bastante significativa das taxas de juros da pessoa física. É importante notar que, nesses casos, no caso específico da consignação de empréstimos em folha de salário, uma característica fundamental faz com que o custo do crédito seja significativamente reduzido, qual seja, há uma garantia que pode ser executada no caso de inadimplência. Essa observação está em linha com a experiência internacional, que mostra que, quanto melhor a qualidade da garantia, quanto maior for a probabilidade de que o credor possa executar efetivamente as garantias no caso dos empréstimos, menor tenderá a ser a taxa de juros cobrada nesses empréstimos.

Com essas medidas e com o aumento da competição, será reduzida a possibilidade de que os bancos não repassem a redução de juros à população.

Estamos, agora, entrando numa nova etapa na economia, uma etapa em que a estabilidade macroeconômica provavelmente perdurará por um longo tempo, e tudo indica que, nesse processo de manutenção de estabilidade macroeconômica, haverá uma ampliação da oferta de crédito, que criará para as instituições financeiras oportunidades de mercado, e as empresas

vão procurar os clientes e, efetivamente, oferecer condições diferenciadas de crédito.

Não acredito que possa ter sucesso a definição de metas para o **spread**. Novamente, os **spreads** são determinados por condições de mercado, mercados imperfeitos em vários casos, como V. Exª notou. Também como V. Exª notou, com muita propriedade, o fundamental para o Banco Central é proceder à regulação desses mercados e assegurar que as condições de competição sejam as melhores possíveis. Não vejo a fixação de metas como uma iniciativa que possa ser implementada.

Senador, agradeço a V. Exª pela oportunidade para discorrer sobre esses temas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Temos o direito de fazer complementação?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Desde que não prejudiquemos ninguém, temos todo o direito. V. Exª tem direito à réplica, mas gostaria de registrar que já se encontra em nosso meio o Dr. Marcos de Barros Lisboa, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. S. Exª disse que está à disposição para responder a algumas perguntas. Para acelerarmos os trabalhos, combinamos que, quando S. Exª receber uma pergunta, aproveitará para fazer algumas considerações ao respondê-la. Então, o Dr. Marcos de Barros Lisboa está pronto para responder aos questionamentos das Srªs e Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, normalmente as autoridades do Governo Federal, principalmente às da área econômica, estão sempre otimistas. O Dr. Afonso Beviláqua traçou um quadro que nos deixa tranqüilos com relação ao futuro do País. Já ouvi isso no início do ano passado, quando se tratou da aplicação dessa política macroeconômica que tanto satisfaz os mercados. Até mesmo o megainvestidor George Soros já disse que o Brasil está sendo conservador demais. Não é preciso ser tão liberal, mas pode ser um pouco mais ousado, para gerar mais desenvolvimento e mais empregos no País. No entanto, a realidade difere um pouco do cenário aqui traçado.

O jornal **Folha de S.Paulo**, um dos melhores do País, publicou nesse fim de semana a seguinte manchete: "No atual Governo, houve aumento do desemprego e queda na renda do trabalhador brasileiro." Segundo a matéria, o desemprego está ultrapassando a taxa de 12% e o salário médio sofreu queda real de aproximadamente 14%, tendo caído de R$950 para R$870. O povo brasileiro está pagando de forma penosa por essa situação. Em sendo assim, não estamos vivendo nesse mundo tão idílico e cor-de-rosa traçado pelo Dr. Afonso Beviláqua. Os mercados estão trabalhando com recursos especulativos e não com investimentos de risco, os quais caíram substancialmente de US$30 bilhões para US$10 bilhões no ano passado. O capital atual é especulativo, volátil e faz subir os índices da Bolsa de Valores, mas, a qualquer momento, em qualquer crise, poderemos retornar a cenários anteriores, como já aconteceu no Governo passado. Essa posição é muito instável e não nos dá garantias.

Como brasileiro, torço para que o melhor aconteça. Infelizmente, não vejo o Governo Federal investir. O montante de recursos previstos no Orçamento para investimento é mínimo, apenas R$7 bilhões. Para o setor produtivo, o crédito não está fácil e continua bastante elevado, já que permanecemos com a maior taxa real de juros do planeta. Essa é a realidade, uma realidade diferente.

Como brasileiro e como Parlamentar, sinto-me na obrigação de externar essas preocupações.

Sr. Presidente, gostaria de voltar ao **spread**. Preocupa-me que seja aprovada uma Lei de Falência que não resolva em nada o problema do **spread**. Há dados do próprio Banco Central que demonstram que, em passado recente, houve queda da inadimplência, mas o **spread** não caiu. Existe essa correlação, mas ela não subsiste na hora em que cai a inadimplência. Por exemplo, entre junho de 2000 e dezembro de 2002, na inadimplência de mais 90 dias, houve uma queda de 70%, conforme dados do Banco Central. Mas, na verdade, o que aconteceu com o **spread** bancário? Ele subiu. A inadimplência caiu, e o **spread** bancário subiu. Essa é uma preocupação que devemos ter quando estamos aprovando a Lei de Falência.

Complementando minha intervenção, Sr. Presidente, cito estudos do Dr. Eduardo Lundberg e do professor Aloízio Araújo, que citam que a maioria dos países priorizam os créditos com garantia real nos processos de falência, inclusive à frente dos créditos trabalhistas. Não é isso o que dispõe a Lei de Falência. Seguiremos esse padrão internacional e colocaremos os créditos com garantia real como prioridade número 1 , à frente dos créditos trabalhistas?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como Relator, quanto à questão do **spread**, será que os bancos não devem correr risco algum? Eis a indagação.

A operação bancária é cercada de todo zelo possível para que o banco receba. Ninguém tira dinheiro de um banco sem um ou dois avalistas, sem apresentar uma série de documentos, sem fazer um cadastro, sem ter garantia real. Em sendo assim, por que os bancos oferecem uma taxa de juro mais elevada do que aquela fixada pelo Banco Central, se dispõem de todo um aparato e tem o direito de emprestar ou não?

Por que só o estabelecimento de crédito não pode perder? Isso precisa ficar definitivamente esclarecido para a sociedade brasileira. Quando vamos a um banco, deve haver um ou dois avalistas; o banco analisa todo o patrimônio. O banco não pode perder? Eu gostaria de entender melhor porque recebo essas indagações e, às vezes, não consigo explicá-las.

Por que os bancos querem cobrir a inadimplência jogando os que não pagam em cima dos que pagam? Eis a verdade. A taxa de juro é elevada porque o banco não pode perder os que não pagam. Tiram, então, dos que pagam. Ele não tem de correr riscos? Ele não tem de analisar para quem está emprestando? Essas são as indagações que acrescento.

Concedo-lhe a palavra para a tréplica.

O SR. AFONSO SANTANA BEVILÁQUA – Muito obrigado, Senador.

A política econômica não deve ser mais ou menos ousada. A política macroeconômica deve ser responsável e pautar-se por assegurar condições para um crescimento sustentado da economia em médio e longo prazo. Por que crescimento sustentado em médio e longo prazo? Exatamente pelo segundo fator apontado por V. Exª: o desemprego.

O emprego depende, fundamentalmente, da atividade econômica, e espera-se que esta seja mantida em bases estáveis. As empresas contratam quando existe a perspectiva de um ciclo econômico sustentado ao longo do tempo. O exemplo do ano passado citado por V. Exª é bastante pertinente, pois mostra a reação que pode existir no mercado de trabalho em resposta a um período bastante conturbado do ponto de vista macroeconômico.

No Brasil e também em outros países, o mercado de trabalho tende a ser o mais afetado quando existe maior volatilidade macroeconômica. Nesse sentido, a prescrição macroeconômica fundamental é uma política responsável, cautelosa, que vise sempre à manutenção do crescimento sustentado em médio e longo prazo. Com a nossa experiência e a de outros países, aprendemos que a ousadia, às vezes, tem preço. A ousadia é bastante importante para uma série de atividades, mas, do ponto de vista da gestão de política macroeconômica, não é um atributo requerido.

Além da questão do emprego, V. Exª também citou a redução de renda observada no ano passado. Novamente é muito importante notarmos que um dos fatores fundamentais para essa redução foi exatamente a aceleração inflacionária de 2002/2003.

A condução da política macroeconômica deve ser feita no sentido de evitar que as condições descritas por V. Exª se repitam. Para tanto, do ponto de vista de política macroeconômica, devemos efetivamente assegurar o crescimento sustentado.

Em relação à margem dos bancos e ao fato de os bancos poderem ou não perder, como qualquer empresa em qualquer setor, obviamente os bancos estão sujeitos aos riscos de mercado e devem sempre correr esses riscos, como normalmente ocorre com as empresas. Na atribuição desses riscos na concessão de empréstimos, é fundamental que exista uma informação bastante detalhada e abrangente a respeito do risco específico de cada tomador. O Senador Ramez Tebet notou, com muita propriedade, que, às vezes, os bancos costumam tirar uma média do risco de vários devedores e acabam imputando a devedores com melhores condições o risco que deveria, na verdade, ser imputado a devedores com piores condições. Isso é feito em mercados de crédito em outros países quando existe uma informação muito mais detalhada a respeito dos devedores, que podem colocar, junto de cada empréstimo, garantias que respaldem efetivamente o empréstimo. Dessa forma, para um devedor de pior garantia, o banco cobra uma taxa mais elevada; para um devedor com melhores garantias, o banco cobra uma taxa menos elevada.

Há uma característica importante no Brasil que nos permite explicar uma parcela dos **spreads** mais elevados: a difícil recuperação dessas garantias.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Qual é a expectativa da queda dos **spreads** com a aprovação da Lei de Falência? Há uma expectativa, um estudo?

O SR. AFONSO SANTANA BEVILÁQUA – Recentemente não foi feita uma previsão, mas é possível que essa redução notada pelo Senador...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Não há nada garantido?

O SR. AFONSO SANTANA BEVILÁQUA – Não. Para garantir-se algo, precisamos analisar efetivamente todas as etapas do processo a serem cumpridas. Estamos na etapa de melhora das condições de crédito. Se melhorarmos as condições de crédito, notaremos um aumento na atividade econômica.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Na sua avaliação, qual ponto da Lei de Falência melhora essa situação?

O SR. AFONSO SANTANA BEVILÁQUA – Na minha avaliação, a Lei de Falência, da forma como está sendo apresentada e com os aprimoramentos que certamente serão feitos por esta Casa, será um passo muito importante para a redução dos **spreads** bancários. Não tenho dúvida em relação a isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Talvez o Dr. Eduardo pudesse responder sobre crédito trabalhista **versus**...

O SR PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Registro que, quando um dos nossos convidados deseja acrescentar algo, ele tem o direito de fazê-lo. O Dr. Marcos informou-me que pretende acrescentar algo sobre os questionamentos feitos por V. Exª, e nada impede que V. Exª o faça.

O SR. MARCOS DE BARROS LISBOA – Muito obrigado, Sr. Presidente. É um prazer estar aqui.

O SR PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço apenas que V. Sª seja breve.

O SR. MARCOS DE BARROS LISBOA – Peço desculpas pelo meu atraso.

O Senador abordou questões extremamente relevantes, e eu gostaria de adicionar alguns aspectos ao que o Diretor Afonso Beviláqua mencionou.

A discussão está muito centrada na questão dos **spreads**, mas o objetivo principal da nova Lei de Falência é viabilizar a recuperação de empresas em dificuldades. O Brasil possui um histórico de destruir empresas e empregos sempre que há alguma dificuldade com alguma empresa, e essa destruição é permanente. Lembro que, quando garoto, o prédio de empresas importantes em dificuldades ficava abandonado, vazio, a marca dessas empresas desaparecia, os empregos eram destruídos. O objetivo central é realmente garantir que, ainda que o empresário tenha dificuldade e eventualmente perca parte de seu patrimônio – esse é o risco empresarial – , a atividade produtiva e os empregos não sejam perdidos. Para isso, é importante separar as diversas modalidades de crédito a que as empresas têm acesso.

Na realidade, a nova Lei não confere tratamento diferenciado aos bancos. Todos os credores participam do processo. A nova Lei procura viabilizar, em primeiro lugar, os créditos para a empresa funcionar e deseja que a empresa não perca os créditos de que dispõe. Podemos separar os tipos de crédito em dois grandes tipos. Um deles é o empréstimo para a compra de máquinas e equipamentos, que, se for executado, a empresa pára. Suponhamos que um banco execute um penhor sobre uma impressora de uma gráfica que não consegue saldar suas dívidas. Levada a impressora, a empresa acabou, a empresa fechou. Acabaram-se os empregos e a empresa, que não é mais capaz de exercer a sua atividade. O negócio fecha. A nova Lei prevê que a garantia real associada a esse crédito seja mantida. Ela não pode ser retirada da fábrica enquanto durar a negociação da dívida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nem pelo próprio credor.

O SR. MARCOS DE BARROS LISBOA – Não pode. O banco concedeu um penhor sobre aquela máquina e não pode tirá-la, senão a empresa fecha. Se existir aquela possibilidade, tudo o que estamos fazendo perde o sentido.

O segundo tipo de crédito de uma empresa são os créditos de curto prazo que são renovados, a velha duplicata que é descontada mensal e semanalmente, aquele crédito de curto prazo que deve ser renovado, sob pena da empresa não funcionar. Suponhamos a venda de equipamentos eletrônicos em uma loja que contraiu dívidas para continuar vendendo ou uma venda a ser paga em 60 dias, a velha duplicata, e que algum agente antecipe esse recurso para a compra de novos equipamentos. Esse crédito de curtíssimo prazo é renovado, em muitos casos, diariamente. Novamente, deseja-se que esse crédito de curto prazo continue a existir, sob pena do objetivo principal da Lei, a manutenção da empresa e dos empregos, não ser atingido.

O crédito para a máquina – não se pode executar a máquina – e o crédito de curto prazo devem ser tratados diferentemente, porque a natureza do problema é distinta. No caso da máquina, o objetivo é deixá-la funcionando enquanto há a renegociação da dívida; no crédito de curto prazo, o objetivo é que ele continue a existir, mas, para isso, tal crédito deve ficar fora do processo de recuperação. Nesse último caso, se esse crédito não for excluído, o crédito da semana passada fica, mas não haverá crédito para as outras semanas, e a empresa também fechará, pois não conseguirá renovar o seu capital de curto prazo, que deve existir para ser renovado. Trata-se de uma tradição jurídica. No velho sistema comercial brasileiro, esse era o papel da duplicata. Nunca se discutiu no Brasil o fato de a duplicata entrar no processo, porque a duplicata se vendeu. Vou receber um dinheiro daqui a 60 dias e vendo o direito de receber isso exatamente para poder viabilizar o funcionamento do meu negócio.

O objetivo da Lei é a preservação da empresa e dos empregos, mas, para tanto, deve separar e garantir a existência desses dois créditos. O crédito de longo prazo não pode ser executado, senão a empresa quebra; o crédito de curto prazo tem que ser executado, para que possa existir, sob pena de uma empresa em dificuldade gerar o receio de que o crédito de curto prazo não possa ser renovado. Nesse último caso, a empresa quebra, porque não conseguirá receber antecipadamente um dinheiro que receberia daqui a 60 dias, no comércio e na parte de serviços. A Lei separa essas duas questões.

Por fim, um último comentário sobre uma questão, a qual creio que ainda será respondida.

O Governo preservou a ordem da prioridade trabalhista por entender que se trata de uma tradição, de uma importante conquista dos trabalhadores. Há, con-

tudo, uma discussão importante nos meios acadêmicos sobre até que ponto os direitos trabalhistas hoje são plenamente atendidos, e essa é uma discussão legítima e que deve continuar. Hoje os direitos trabalhistas não são inteiramente atendidos porque a Lei abre um espaço para que o corpo dirigente da empresa salve parte de seu patrimônio. Em caso de problemas em uma empresa, o vultoso salário de seu dirigente ou alto executivo se torna um crédito trabalhista e o executivo em questão irá desfrutar uma posição em igualdade de condições com todos os demais funcionários, mas ele é o presidente da empresa! Essa discussão é legítima. É uma discussão difícil. Há relatos de terem sido salvos sobre essa modalidade partes de patrimônios de empresas – e aí há uma discussão importante a ser conduzida.

Uma questão fundamental é como melhorar o exercício dos direitos trabalhistas. Os trabalhadores e os grupos devem discutir essa questão. O Governo preservou em primeiro lugar a ordem da prioridade trabalhista, e está em sua defesa.

Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO LUIS LUNDBERG – Quero fazer duas observações.

O Projeto original determinava um limite ao crédito trabalhista. Foi uma proposta de um Deputado do PT para preservar os créditos trabalhistas legítimos dos alimentos de baixo valor. Os créditos trabalhistas podem e devem ser respeitados – essa é uma tradição brasileira – , mas há que se entender que o crédito dos donos-trabalhistas não deveria ser contemplado com a mesma proteção da lei, até para proteger os demais credores. Essa proteção elástica traduz-se na forma clássica de se conseguir limpar o que sobrou de uma empresa.

Sobre o crédito com garantia real, a tendência internacional é colocá-lo à frente, pois a garantia real – e esse é o entendimento jurídico aceito no mundo inteiro – é algo que deve valer. Esse instrumento é tradicionalmente usado pelas instituições financeiras na concessão de crédito, porque os bancos, quando optam por conceder empréstimos, fazem-no com base na garantia do recebimento e não pelo fato de serem ou não sócios das empresas. A garantia solicitada pelos bancos é importante para dar tranqüilidade para operar; e os vários países optam por priorizar o crédito trabalhista por sua importância para o desenvolvimento. No Brasil, as pessoas às vezes esquecem-se de que existe algo pior que o **spread** alto: a ausência de crédito na economia brasileira.

Os bancos não têm disposição para emprestar se não houver tranqüilidade no recebimento. Não há crédito na economia porque não há instrumentos que garantam as pessoas. Só têm acesso a crédito as grandes empresas que oferecem uma garantia mais razoável. As pequenas e médias empresas, os pequenos poupadores não têm como obter crédito em condições favoráveis. O fato de haver garantias reais mais adequadas para os créditos vai aumentar a oferta, a concorrência no mercado de crédito, reduzindo a taxa do **spread** bancário, por conseqüência.

É difícil isolar o que é o efeito da inadimplência no crédito, porque há também a limitação da oferta de crédito. Os 19% que aparecem na taxa de **spread** bancário são o crédito concedido no passado, não inclui o volume de crédito não concedido pelos bancos porque não havia garantia adequada. O que acontece? O banco observa a expectativa de recebimento para frente. Se a inadimplência não está caindo e o **spread** está subindo, o banco está olhando para frente quando concede o crédito. Quando o banco projeta uma expectativa negativa de mercado, ou seja, uma maior inadimplência, ele aumenta o **spread**. Há períodos, como o detectado por V. Exª, em que, por alguma razão, é prevista uma pior situação futura, mesmo tendo sido observado que os créditos já concedidos implicariam a diminuição da inadimplência. Nessas situações, por haver uma expectativa futura negativa, os bancos aumentam o **spread**.

É difícil de se isolar, no estudo de **spread** bancário, o que é o **spread ex ante** e o **spread ex post**. A captação na conta bancária refere-se ao que aconteceu no passado; no empréstimo, o banco olha o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Dr. Marcos Lisboa, Dr. Daniel Goldberg, Dr. Afonso Beviláqua, Dr. Eduardo Lundberg, é muito própria esta discussão, sobretudo envolvendo as áreas de política econômica do Banco Central, de direito econômico do Ministério da Justiça e de política econômica do Ministério da Fazenda.

Em rigor, essa lei está sendo vista como se visasse somente ao sistema financeiro, mas, na realidade, não é o que ocorre. A questão dos **spreads** bancários é fundamental. Além dos aspectos já abordados, existem outros, como o risco-país, que também influencia o **spread**.

Discutimos aqui, e me pareceu extremamente importante, na última audiência pública com o Presidente do Sebrae, Dr. Silvano Gianni, a assimetria de informações, o que leva as pequenas e médias empresas, sobretudo a pessoa física, a pagar um **spread** muito maior em operações jurídicas. Não há nada que varie mais que o **spread** bancário. Houve **spread** bancário

de zero vírgula alguma coisa, até o ano passado, e 140% em cheque especial ou 20% em operações de veículos com alienação fiduciária, o que leva a essa discussão da Lei de Falência com uma propriedade muito grande. Por trás dos veículos de 20% e do cheque especial de 140%, não está somente a qualidade do devedor, mesmo porque existe aquela assimetria de informação a que me referi e que discutimos aqui na audiência pública passada, mas existe a forma, o processo de retomada do bem, de realização da garantia. Hoje, para a pessoa física, o menor **spread** está no processo de venda de veículo. O processo envolve só alienação? Não, porque, em outros bens, quando há também alienação, ele representa mais que o dobro.

A assimetria das informações é algo extremamente importante.

A morosidade judicial também precisa ser discutida. É considerada como ponto fundamental por empresários, banqueiros e tomadores de recursos.

Nesse quadro, causa surpresa o que o Senador César Borges aqui expôs sobre a diminuição. Mas é bom lembrar que, quando caiu a inadimplência, quando caiu a taxa de juros básica Selic, quando caiu o risco-Brasil, ou seja, quando houve queda em vários indicadores, os **spreads** de crédito pessoal, que eram da ordem de 40%, aumentaram para 56%; quando o **spread** deveria cair, subiu. Isso ocorreu com a pessoa jurídica e com a pessoa física, tanto em relação a mútuos quanto em relação a descontos de duplicatas de operação corriqueira, que passaram de 13% para mais de 25% – dobrando, praticamente. No exterior, os **spreads** médios são de 4% a 5%. É muito importante a atuação do Banco Central nessa área.

Tenho duas outras perguntas. A primeira é dirigida ao Dr. Marcos Lisboa. A não-sujeição de sociedades de economia mista de empresas públicas à falência e ao regime de recuperação de empresas foi um movimento que tentou avançar no passado, mas penso que há um recuo agora. Esse é um ponto importante, saindo um pouco do tema do **spread**. Outra área que também considero extremamente importante na recuperação do País é a exportação e adiantamentos de câmbio. Da forma como está no projeto e como foi aprovada, será um fator altamente inibidor de exportação. Foi mantido o privilégio do adiantamento de câmbio, mas incluiu-se um limitador: se houver alteração no vencimento, perderá, digamos, o privilégio. É difícil para o emprestador do dinheiro ou para o exportador precisar exatamente o momento em que realizará a exportação, quando, então, estará em condições de liquidar o adiantamento de câmbio.

Com relação às atribuições do Banco Central, gostaria de fazer perguntas para o Dr. Afonso Beviláqua, Dr. Marcos Lisboa e Dr. Eduardo Lundberg. O Banco Central possui inúmeras atribuições que não parecem estar no mesmo plano, como avaliar por que aqueles **spreads** aumentaram de 40% para 56% ou de 13% para 26%, no caso das pessoas jurídicas. Não sei se isso é – e certamente não é – uma prioridade do Banco Central. A prioridade do Banco Central deve ser cuidar das políticas econômica, monetária e política cambial. Gostaria de saber a opinião de S. Sªs a respeito da autonomia do Banco Central.

Apresentei projeto no Senado Federal que concede autonomia, não independência, ao Banco Central e um de seus pontos principais é a separação das atividades. Caberia ao Banco Central única e exclusivamente a elaboração, juntamente com o Conselho Monetário e o Poder Legislativo, das políticas econômica, cambial e monetária, e não mais todas as outras atribuições que possui atualmente, como a de participar na formulação do plano de aplicação do Banco do Brasil e a de fiscalizar consórcios e outras atividades não prioritárias. O projeto, que tramita nesta Casa cujo Relator é o Senador Tasso Jereissati, objetiva essa separação. Como esse é um assunto que está sendo discutido até pelo Governo, e com opiniões diferentes entre os Ministros José Dirceu, Palocci e o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, conforme anunciado na imprensa, muito gostaria de conhecer a opinião dos senhores a esse respeito.

Deixaria também uma outra consideração. Com relação aos **spreads**, todas as observações aqui apontadas são extremamente importantes, mas há uma que devemos recuperar: abrir o setor bancário à concorrência. A redução do número de bancos foi e é fundamental para que os **spreads** atinjam os níveis que estão atingindo. Nas mesas operacionais – e quem conhece e trabalhou em banco sabe disso – formam-se, não cartéis, mas, sim, as taxas cartelizadas.

Eram essas as observações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Dr. Marcos.

O SR. MARCOS DE BARROS LISBOA – O Senador certamente não tornou minha vida mais fácil. Mas vamos encarar essa lista de questões importantes e difíceis. Vou começar pelo fim, porque talvez seja o tema que desperte mais debates.

Há cerca de 20 anos, no mundo, vem-se discutindo de que forma a sociedade pode gerir melhor o funcionamento de um banco central. Essa discussão não é específica do Brasil. Há soluções, as mais diversas, em vários países, mas, todas buscando objetivos similares, em primeiro lugar, gerar maior controle da sociedade sobre os diversos aspectos da política monetária

criando metas públicas de avaliação de desempenho. A meta de inflação tem um pouco esse papel de gerar um instrumento de avaliação pública da condução da política monetária do Banco Central, uma vez que muitos dos instrumentos utilizados não são bastante transparentes. Esse é um esforço importante.

Tem-se também discutido dois aspectos, levantados por V. Exª, extremamente relevantes para o debate atual. O Banco Central – e esse é o primeiro aspecto – deve, unificada ou segregadamente, realizar todas as funções simultâneas? O Banco Central não cuida apenas da política monetária, mas também da regulamentação e da fiscalização, por exemplo. Existem atritos entre algumas dessas áreas. Em sendo assim, é importante o fluxo de informações para garantir um melhor funcionamento. Temos experiências as mais diversas, desde países desenvolvidos em que há a separação entre a fiscalização e a regulação da política monetária até países onde ocorreu o inverso. Na realidade, unificou-se a gestão e regulação da fiscalização do Sistema Financeiro na Inglaterra, por exemplo.

O terceiro ponto, mais especificamente relacionado à autonomia, é a criação de um contrato de gestão entre o Governo e o Banco Central, estabelecendo as metas de desempenho e as conseqüências do cumprimento ou não das mesmas. Uma vez mais, esse é um instrumento de controle de maior responsabilidade por parte da autoridade monetária.

Esse é um debate extremamente complexo. É importante que V. Exª tenha levando essa questão. Trata-se de um debate que envolve diversas nuanças. Não existe uma fórmula pronta, tendo em vista a experiência alemã, com uma autonomia bastante forte, uma divisão de tarefas dentro do próprio Banco Central e um muro de divisão entre as duas áreas. Há experiências de contrato de gestão direto entre o ministro da Fazenda e as autoridades do banco central, como o caso da Nova Zelândia; há experiências em que um órgão mais geral do governo define os critérios das diretrizes de política monetária, cabendo ao banco central executá-los, e critérios definidos previamente na lei em casos de não-cumprimento, inclusive a própria duração dos mandatos. A questão é extremamente complexa, técnica e importante para garantir a viabilidade de uma política monetária brasileira eficaz e com um custo menor.

O grande desafio, hoje, da agenda é a microeconomia com o objetivo de estabilizar o País, assim como nos países desenvolvidos, com menores custos em termos de volatilidade e de taxa de juros e menores níveis de **spread** bancário. V. Exª abordou um ponto essencial: não são necessárias apenas as medidas mais gerais de crédito, mas também medidas que viabilizem o aumento da competição bancária.

Antecipando-me ao que o Diretor Afonso Beviláqua provavelmente vai comentar, as medidas de portabilidade dos cadastros com central de risco de crédito são as que procuram romper – para usar a expressão de V. Exª – a assimetria de informação que existe hoje entre o banco e o cliente. O meu banco sabe o cliente que sou, sabe a minha movimentação, o meu crédito. Posso ir amanhã em outro banco para verificar se me oferece taxas melhores. Esse outro banco não sabe quem eu sou, mesmo que eu queira que ele saiba. Eu desejo que o outro banco saiba para conseguir tarifas menores, taxas de juros menores, mas ele não sabe. A idéia é permitir que, se o cliente assim desejar, possa ser informado, por meio do Banco Central, aspectos centrais da sua movimentação de modo a mostrar quão bom cliente ele é. Isso pode gerar competição. Hoje o meu banco, no jargão economista, tem um monopólio local que lhe permite ter essa informação privilegiada, que lhe permite saber o bom cliente que sou. Como a outra instituição não tem conhecimento desses dados, o meu banco ganha um quase lucro, uma quase renda na minha movimentação, de que eu não me aproprio porque o concorrente dele não sabe. Essas medidas são importantes.

No que se refere ao adiantamento de contrato de câmbio, como a duplicata usual é um instrumento da tradicional duplicata brasileira aplicada em contrato de câmbio, ele tem sido fundamental no sucesso do exportador brasileiro e na geração de emprego de produção. Ele tem o mesmo funcionamento de uma duplicada: é um adiantamento, é uma venda de direito a receber, que é feita para viabilizar a manutenção da produção e das normas dos empregos e das exportações.

O objetivo do tratamento do ACC é os demais itens de duplicata: viabilizar o crédito de curto prazo. O que de pior pode ocorrer é, na medida em que se exista uma insegurança sobre essa operação de curto prazo, que ela seja interrompida em algum momento de dificuldade de uma empresa ou de uma região, o que geraria destruição de emprego e de produção. Novamente, a tentativa é diferenciar os créditos concedidos para ativos permanentes, que não podem ser retirados para viabilizar a recuperação da empresa, dos créditos de curto prazo e da tradicional duplicata, que devem ser preservados para que continuem a ser renovados de modo a viabilizar essa operação.

O senhor gostaria de falar alguma coisa?

O SR. DANIEL KREPEL GOLDBERG – Eu não desejaria perder a oportunidade de falar um pouco sobre esse três pontos, atendendo às preocupações manifestadas pelo Senador. Todas são cruciais para

que possamos entender um pouco como na vida real esse tipo de coisa funciona.

O primeiro ponto diz respeito ao adiantamento de contrato de câmbio e à questão do esforço exportador. O Brasil passou por um drástico ajuste das contas externas no final de 2003 para 2004. Há a perspectiva de um novo superávit comercial, e, portanto, os Senadores apontam para a preocupação com relação ao chamado esforço exportador. Nessa situação, é muito importante ressaltar alguns pontos.

Imaginem V. Exªs uma empresa no Rio Grande do Sul com uma planta instalada, eficiente, com máquinas funcionando e calçados sendo produzidos. Essa empresa tem opção de enviar esses calçados para um grande centro de consumo ou exportá-los, Sudeste ou exportação, Europa. Imaginemos que todas as outras condições sejam idênticas – preço, mercado, demanda. Essa empresa vai ao banco e pede dinheiro para financiar o seu capital de giro. Em primeiro lugar, banco não é a única entidade que financia essa empresa. Do ponto de vista econômico, quando um credor adianta os seus insumos e diz que está mandando esses insumos para que os sapatos sejam feitos e exportados, o pagamento pode ser feito com base no que recebe. Esse é um crédito igual ao do banco. É importante deixar claro que hoje há um número significativo de empresas que se financiam às custas dos fornecedores, que no fundo dão crédito para elas ou enviam em consignação mercadorias etc.

A segunda coisa importante a deixar claro é que há alternativa entre enviar a mercadoria para o mercado brasileiro ou exportar. Vamos assumir que a empresa vá a um banco, a uma casa de crédito, a um banco especializado em financiar pequenas empresas – eles existem em cada vez menor número – para financiar a sua produção e opte por vender a produção no mercado doméstico. Nesse caso, para adiantar o faturamento dessa operação, as duplicatas são descontadas, no banco, com deságio, que nada mais é do que juros de, por exemplo, 20%. A empresa entrega as suas duplicatas no banco, toma o dinheiro e segue a sua vida.

Ninguém nunca discutiu no Brasil a situação em que essa empresa alega as duplicatas que já estão na gaveta do banco. Não existe um caso, um precedente em qualquer tribunal, em qualquer Corte brasileira, em que o empresário falido, depois de ter adiantado o dinheiro das suas mercadorias recebidas e entregado, em contrapartida a este numerário, as duplicatas que foram para a gaveta do banco, que, portanto, tinha um título de crédito para receber em nome próprio – o banco recebe em nome próprio, com base nesse título de crédito, o faturamento daquela empresa – , tenha saído da falência porque foi abriu a gaveta do banco e disse: "Lembra que entreguei a você há dois meses algumas duplicatas e que você me adiantou o dinheiro daquela venda? Eu não só peguei o dinheiro daquela venda como também quero retomar as duplicatas e ganhar o dinheiro daquela venda novamente."

No caso das exportações, não é possível aplicar esse precedente, esse raciocínio por uma razão técnica muito simples: a duplicata é um título brasileiro. A duplicata propriamente dita, tal como regulada na Convenção Uniforme de Genebra e internalizada nos termos do direito brasileiro, é um título essencialmente brasileiro, e a duplicata comercial, que é a que conhecemos no dia-a-dia, é muito diferente em outros países do mundo. A empresa não consegue descontar uma duplicata faturada com um exportador por um motivo simples: não existe duplicata no exterior, o exportador não reconhece o valor de uma duplicata. Em outros países, há títulos de crédito diferentes da duplicata brasileira. Criou-se, então, uma operação de adiantamento sobre contrato de câmbio, que é exatamente idêntica à operação da duplicata, só que, em vez de levar as suas duplicatas e descontá-las contra dinheiro no banco – o que a empresa faria se, em vez de exportar, enviasse sua mercadoria para o Sudeste – , leva uma outra forma de duplicata, transforma o contrato de câmbio numa duplicata e desconta o contrato de câmbio.

Agora, se for alterado o regime jurídico – e é isso que eu gostaria de deixar claro – do adiantamento do contrato de câmbio e mantido o regime jurídico aplicável aos títulos de crédito, por exemplo, a duplicata, no caso doméstico, criar-se-á uma situação em que para a empresa compensa mais vender a mercadoria, ainda que tenha adquirido um mercado no exterior, no mercado doméstico do que exportar. Se exportar, não consegue financiamento; se vender no mercado doméstico, todos os financiadores têm as garantias correspondentes aos do ACC. Qualquer que seja a nossa atitude aqui, ela deve ser válida para todos os títulos de crédito. Não podemos criar uma assimetria e aplicarmos um regime jurídico para uma empresa que exporta e outro regime jurídico para uma empresa que não exporta, sobretudo em um ano em que conquistamos um ajuste importante nas contas externas, em um ano em que o esforço do exportador foi relevante. Essa é a questão que gostaria de esclarecer: a dificuldade que poderemos enfrentar caso mudemos o regime jurídico do ACC e não mudemos o de todas as duplicatas. Se assim procedermos, criaremos um viés em prol do mercado doméstico.

Uma terceira questão diz respeito às sociedades de economia mista e empresas públicas e é extremamente relevante. Há um largo espaço para evolução

nesse campo. O Senador tem toda razão no sentido de que países têm procurado aproximar o regime de insolvência das empresas públicas ao regime de insolvência das empresas privadas. Por que isso não é feito de uma hora para outra e por que isso não é feito por intermédio desta nova lei falimentar? Por diversos motivos, mas talvez o mais importante deles seja o seguinte: diversas empresas públicas hoje operam num regime pelo qual são responsáveis pela prestação de um serviço público essencial. Em função disso, as conseqüências da insolvência dessa empresa podem ser muito mais funestas ou muito mais graves que as conseqüências já graves e já funestas da falência de qualquer empresa. É ruim para a economia, quando qualquer empresa produtiva vai à falência indevidamente, mas quando um prestador de serviço público essencial vai à falência, certamente os prejuízos são enormemente sentidos pela população e pelo país como um todo. Por isso, as empresas públicas e as empresas privadas concessionárias de serviços públicos essenciais têm condições especiais que limitam os efeitos da sua insolvência, falência e concordata.

Portanto, a minha resposta vem em dois capítulos. O primeiro é que deveríamos mesmo caminhar na sintonia dos dois regimes. As discrepâncias radicais entre o regime aplicável a empresas públicas e o regime aplicável a empresas privadas levam a distorções perigosas para a economia. Nesse sentido, concordo em gênero, em número e em grau com o Senador. Do ponto de vista técnico, talvez a melhor forma de proceder seja analisar cada uma das leis que regem as empresas de serviços públicos essenciais e incrementar a qualidade dos regimes de insolvência aplicáveis a cada um desses casos. Por quê? Porque eles são extremamente peculiares.

Por fim, meu último comentário diz respeito ao meu trabalho no Governo. Sinto-me, portanto, muito confortável para concordar com os Senadores sobre a concorrência, o problema dos cartéis, enfim, sobre todas essas coisas que temos discutido em outras audiências nesta Casa. Considero importante, portanto, apontar para dois aspectos, no que diz respeito à concorrência entre bancos.

Em relação às análises sobre a concorrência entre bancos, – alguns usam técnicas econométricas e outros são mais conceituais – , lê-se nos jornais que esses estudos excluíram a hipótese de que os bancos trabalhem em cartel, como monopólio ou de tal forma que os resultados que causam no mercado sejam idênticos aos de monopólio. É claro que, muitas vezes, os jornais não citam que os mesmos estudos também excluíram uma outra hipótese: a de que os bancos competem em concorrência perfeita. Excluídas essas duas hipóteses e indo à vida real, será mesmo que os bancos competem?

Aqui, eu gostaria de deixar a minha opinião – que é mais que pessoal, porque representante do Governo não tem opinião pessoal, pois retrata as políticas de Governo. Eu queria, de novo, voltar às políticas de Governo que estão sendo desenvolvidas nos bojos das nossas secretarias e do Banco Central, que dizem respeito a como criamos concorrência no setor bancário.

Com relação a esse tema, há dois aspectos importantes. O primeiro deles é número de bancos.

No Brasil, houve uma diminuição no número de bancos, mas não um aumento na concentração bancária – concentração bancária definida como o volume de créditos, depósitos ou outros ativos detidos pelos quatro, cinco, seis, sete, dez maiores bancos. Esse tem sido um dado muito divulgado, mas também não diz muita coisa. Por quê? Porque, como o Senador bem notou, muito mais importante que discutir o número de bancos no total ou mesmo a concentração bancária no mercado nacional é discutir cada uma das modalidades. Por exemplo, se alguém precisa de crédito e vai a um banco, não dá para dizer que tomar crédito no cheque especial é, por exemplo, um substituto, do ponto de vista da concorrência, de fazer um adiantamento de contrato de câmbio. São produtos completamente diferentes. Então, dizer que bancos competem em absoluto é um pouco leviano, na medida em que, na verdade, não sabemos se os bancos competem em todos os produtos.

Cada produto tem uma dinâmica muito diferente. Quando se entra em um supermercado, pode-se encontrar o preço do leite 20% acima do preço do leiteiro da esquina desse supermercado e o preço da carne pode estar 15% abaixo do preço do açougue da esquina. Do mesmo jeito que o supermercado vende uma multiplicidade de produtos, alguns deles a preços competitivos e outros a preços nada competitivos, também os bancos funcionam como supermercado de produtos financeiros. Não podemos afirmar que todos os produtos vendidos pelos bancos são competitivos. Na mesma linha do que afirmaram aqui os Srs. Afonso Beviláqua e Marcos Lisboa, a minha intuição – e acho que é um pouco mais do que a intuição que está suportada na literatura e nos estudos econométricos feitos recentemente – é a seguinte: há alguns produtos em que os bancos não competem. Por que não competem? Isso ocorre não porque são em pequeno número ou em maior número, mas, sim, porque é muito difícil para o consumidor mudar de banco. O Sr. Marcos enfatizou a assimetria da informação no que diz respeito ao banco em relação ao consumidor. Deixe-me enfatizar outra: a do consumidor no que diz respeito a um banco.

Hoje há barreiras à saída, que é o nosso conceito técnico, e assimetrias de informação de uma monta tal que, se um consumidor quiser mudar de banco em uma operação de cheque especial, por exemplo, ele não pode, e isso ocorre porque ele é encarado como um cliente de altíssimo risco, o banco o encara como pré-comprando um seguro. O cheque especial é uma operação em que, por definição, é possível estourar o limite de crédito. Quando muda de banco, ele começa do zero, com ficha cadastral zero, e pagando juros enormes, porque começou do zero. O consumidor não tem direito de levar consigo suas informações cadastrais. Os bancos, por maiores que sejam em número, não competem. Aquele consumidor se transforma em um consumidor cativo do banco. Em sendo assim, com relação àquela modalidade e àquele consumidor, o banco pode cobrar preços supercompetitivos. Como se chama o preço que um banco cobra de um cliente supercompetitivo? **Spread**. E, aí, o **spread** aumenta mesmo. Portanto, ainda que aprovada a Lei de Falência, se ela não for seguida de uma série de outras medidas, não vamos conseguir assegurar em definitivo uma redução dos **spreads** bancários em todas as modalidades.

Toda política pública deve ser acompanhada de inúmeras medidas. Algumas foram descritas pelos Srs. Afonso Beviláqua e Marcos Lisboa, das quais também participo, e que objetivam entronizar a competição em todos os mercados bancários, em todos os produtos bancários. Seria o equivalente a tentar fazer com que o supermercado venda não só a carne, mas também o leite a preços mais baixos. Isso não seria possível se tanto o açougue quanto o leiteiro competissem com o supermercado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sª tem mais alguma coisa a acrescentar?

O SR. AFONSO SANTANA BEVILÁQUA – Só queria acrescentar que a literatura mostra que, nos países nos quais o Banco Central tem autonomia, a taxa de inflação de longo prazo é menor. Do ponto de vista do bem-estar da sociedade, parece haver uma relação entre autonomia, inflação baixa e crescimento em médio e longo prazo.

Em relação à terceira pergunta formulada por V. Exª, Senador, sobre atribuições do Banco Central, em que medida o **spread** não é uma prioridade no Banco Central, como enfatizei anteriormente na minha exposição inicial, a questão do **spread** bancário tem sido uma prioridade no Banco Central, nos últimos anos, do ponto de vista de diagnóstico e proposição de medidas.

O Presidente Henrique Meirelles tem dito repetidamente que a redução dos **spreads** será um item bastante importante na agenda política neste ano, e é uma área que tem recebido bastante atenção do Banco Central, em particular pela Diretoria que ocupo. O Departamento de Pesquisa da Diretoria de Política Econômica tem um núcleo de estudos de economia bancária coordenado pelo Dr. Eduardo Lundberg e há vários anos dedicando-se exaustivamente à questão do **spread** bancário.

O tema é complexo e exige que continuemos a nos dedicar a ele com o mesmo afinco com que o Banco Central tem se dedicado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos Valadares, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, senhores convidados, Srªs e Srs. Senadores, todos os que tiveram oportunidade de falar tiveram a oportunidade de assinalar a importância da empresa para a economia nacional. A recuperação da empresa é essencial, porque não só protege o emprego, mas também realiza o objetivo de toda empresa: produzir e distribuir mercadorias para o mercado nacional e internacional. É indiscutível a importância da empresa como agente de desenvolvimento econômico de um país.

Entretanto, Sr. Presidente, gostaria de registrar uma preocupação com a nova Lei de Falência. As perguntas mais importantes já foram efetuadas pelos Srs. Senadores, mas não posso deixar de manifestar a minha estranheza com o fato de que houve declarações aqui que garantiam o pagamento dos créditos trabalhistas sem quaisquer discriminações. Segundo a legislação atual, em caso de falência, os credores recebem os valores que lhes são devidos na seguinte ordem: créditos trabalhistas; créditos tributários; credores com garantia real (hipoteca e penhor); credores com privilégio, de acordo com o estabelecido pela legislação civil; e credores quirografários. Essa é a classificação da legislação atual. No art. 6º do projeto oriundo da Câmara, consta que os créditos decorrentes da relação de trabalho são garantidos, mas essa disposição é praticamente anulada, de acordo com o que dispõe o art. 26 do projeto no chamado pedido de restituição na falência. Diz o citado art: "Na falência, pode ser pedida a restituição da coisa arrecadada em poder do devedor ou que se encontre com este por ocasião do requerimento da falência quando devido em virtude de direito real ou de contrato". Um contrato bancário e uma hipoteca, por exemplo, sobrepõem-se ao direito trabalhista. E consta aqui no parágrafo único, de forma bem clara, na parte final: "No caso de ter ocorrido a sua venda, o respectivo preço, em ambos os casos, o valor atualizado, sendo o pagamento

feito com preferência sobre todos os credores". Isso significa que há, Sr. Presidente, prioridade, prevalência do sistema bancário sobre o sistema que protege o trabalhador.

Pergunto aos dois que estão mais afetos à questão, ao Secretário de Direito Econômico, Dr. Daniel Goldberg, e ao Dr. Marcos Lisboa, do Ministério da Fazenda, o seguinte: a introdução desse nefasto dispositivo contra o trabalhador foi imposição do capital financeiro internacional? A retirada desse dispositivo pode abalar o denominado risco-Brasil?

Sr. Presidente, somos um País que dá prioridade, que dá maior atenção, ao social, o que não significa dizer que a empresa não mereça atenção de todos nós, mas não podemos deixar de lembrar que o trabalhador é a parte mais frágil na questão. Entre um banco e o trabalhador, a lei determina expressamente que prevalecem, sobre todos os direitos, os créditos decorrentes da hipoteca ou de um contrato de banco, o que incorre em uma injustiça e em uma discriminação inconcebível para um País como o nosso, que, hoje, é governado por um homem que, durante toda a sua vida, trabalhou para proteger o mais fraco.

Por isso, gostaria de mais explicações, porque a interpretação da lei não deixa margem a dúvidas sobre essa discriminação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exªs a palavra.

O SR. DANIEL KREPEL GOLDBERG – Senador, agradeço a pergunta que vai nos dar a oportunidade de novamente esclarecer algo que tem sido objeto de grande controvérsia.

Os Senadores sabem o quanto é difícil, quando se muda um regime jurídico, garantir que a transição para esse novo regime seja com o menor custo para a sociedade, com o menor transtorno possível nos tribunais, com a menor confusão possível para os devedores e credores, para as pequenas empresas e para os trabalhadores. Para evitar rupturas institucionais durante a transição entre a lei antiga e a nova, esta Casa, na medida do possível, por mais revolucionária que seja a lei nova, tem aplicado conceitos já conhecidos pela lei antiga e já aplicados pelos tribunais há muito tempo, e que, portanto, são absolutamente isentos de controvérsias e reinterpretações pelos órgãos jurisdicionais. Talvez o mais antigo conceito seja o pedido de restituição, disciplinado na Lei de 1945

O pedido de restituição não é uma inovação dessa Lei de Falência, apenas reproduz o texto da atual lei. Pequeníssimas mudanças sobre a localização topográfica do pedido de restituição foram implementadas no atual texto da lei. O pedido de restituição, instituto da Lei de 1945, foi projetado, como sabem os Senadores e advogados afetos ao assunto, essencialmente para aquela situação em que um ativo de propriedade do credor estivesse no pátio do devedor no momento do pedido de falência. Esse problema existia antigamente pelos penhores e hipotecas; e, mais recentemente, pelo advento da Lei do Arrendamento Mercantil, que possibilita o arrendamento de ativos das instituições financeiras para parques ou empresas produtivas. O pedido de restituição era a forma de agir quando a empresa comprava um ativo e o arrendava para outra empresa, empresa essa que quebrava com o ativo arrendado dentro do seu pátio. Os senhores podem imaginar que, diversas vezes, tentou-se ficar com esse ativo. Já que estava dentro do pátio, a empresa tentava lançar mão também desse ativo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só para esclarecer melhor. O Dr. Marcos Lisboa deu a seguinte explicação que me pareceu lógica.

S. Sª afirmou que, conforme o bem, se ele é retirado, impede-se a empresa de trabalhar. Esse maquinário, via de regra, é produto de um contrato de aquisição. Trata-se de alienação fiduciária ou outro tipo de contrato. Quero apenas esclarecer, porque tenho convicção sobre isso. Na falência, aqui está escrito "pode ser"; na outra, recuperação. Se o objetivo é recuperar, por que tirar o bem? Mas, na falência, pode ser pedida. A observação do Senador Antonio Carlos Valadares é a seguinte: se há falência, já quebrou. Não se trata mais de recuperação. Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exª me corrija se não foi esse o seu objetivo. No momento do pedido da falência, posso pegar esse bem em detrimento do direito do trabalhador? Na recuperação, concordo com V. Exª.

Tenho opiniões que não quero agora, como Relator, manifestar. Mas é isso objetivamente o que tratamos. Na recuperação, há uma explicação: a empresa está operando. Na falência, já foi esgotado aquele período e não há mais chance. Por que esse direito real tem preferência sobre o direito do trabalhador? Essa é a pergunta de S. Exª.

O SR. DANIEL KREPEL GOLDBERG – De forma objetiva, cito três exemplos, com a diferença descrita por V. Exª.

Exemplo 1 (a empresa adquire uma máquina): Uma montadora de veículos compra uma máquina para a sua linha de produção com financiamento do banco e fez um penhor sobre ela para garantir o financiamento solicitado. Ela quebra. Aplica-se o art. 26? Não, isso não é o pedido de restituição. O banco não pode entrar na empresa, mesmo depois de ter quebrado, e levar a máquina.

Exemplo 2 (a empresa não adquire uma máquina. A máquina é do financiador, que pode ser a pró-

pria fábrica que produz a máquina): A indústria aérea inteira funciona assim. Os aviões da TAM, da Varig e da Gol – a VASP é a única exceção – não são das empresas aéreas: elas arrendam aviões porque não se interessam em comprá-los. Por força de contrato da restituição, se as empresas aéreas quebram, as fábricas desses aviões podem pegá-los de volta e vendê-lo para satisfazer o seu crédito? Não. Nessa hipótese cabe o pedido de restituição, que não é algo novo, não é um artigo novo, uma redação nova, mas algo existente desde o regime de 1945 e que é aplicado para as circunstâncias em que um ativo que não é do devedor está no pátio deste no momento em que ele quebra. O credor pode, a despeito da falência, entrar no pátio do devedor e pegar um ativo que é de sua propriedade? Pode, e é para esses casos que existe o pedido de restituição.

Se V. Exªs consideram que a redação do pedido de restituição pode ser melhorada, estamos à disposição para incrementá-la, para deixar claro que, quando a empresa quebra, o banco ou qualquer credor – e geralmente não é nem o banco que é credor desse tipo de ativo – não pode entrar na empresa e simplesmente levar o ativo adquirido em detrimento do direito dos trabalhadores. Na hipótese, contudo – e eu dei um exemplo muito típico no Brasil, que é o das companhias aéreas –, em que o ativo é do credor, ou seja, na hipótese das empresas que operam com ativos que não são seus, porque para elas é economicamente mais interessante alugá-los, cabe pedido de restituição – o credor entra no pátio da empresa, pega o seu ativo e vai embora. Caso contrário, o devedor pode vender um ativo que não é seu para pagar dívidas de outros credores, o que seria inaceitável para a própria empresa que fabricou esse ativo.

Estou absolutamente à disposição para incrementar a redação do dispositivo.

Exemplo 3 (a empresa não quebra): O que acontece então? Se esse ativo está garantido por penhor, a empresa que financiou tem que sentar e negociar com os credores, na assembléia de credores, e reestruturar a sua dívida, porque qualquer ativo, seja de banco ou não, garantido por penhor é obrigado a entrar na negociação e ter a sua execução suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Temos que admitir a excelência da pergunta e dizer o seguinte: esse dispositivo não está claro, pois se trata de um direito de propriedade. Vamos levar em conta o exemplo dado por V. Sª, isto é, vamos supor que tenho uma coisa que é minha, não do devedor. Quando se fala em direito real, é diferente, porque uma hipoteca é direito real, um penhor é direito real. Concorda?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Apenas para complementar, e agradeço ao Presidente Ramez Tebet, Relator de qualidade e com sensibilidade para o social, pois V. Exª entendeu de fato a minha pergunta.

Gostaria de acrescentar o seguinte: de fato, o art. 76 do Decreto-Lei nº 7.661, de 1945, a Lei de Falência, autoriza a restituição, sem dúvida alguma, mas não confere esse caráter superprivilegiado, art. 26, de transformar um bem em pecúnia, em dinheiro, e entregar ao credor que tem ou manteve, no passado, um contrato com a empresa falida. De sorte que a redação deve ser mudada. Para tanto, ofereço-me para, de acordo com o Relator, Senador Ramez Tebet, e com o Dr. Daniel Golderg, fazer uma redação que proteja, de fato, o direito do trabalhador, como prevê a Constituição, no seu art. 100, que trata dos créditos de natureza alimentícia, que são impostergáveis e inegociáveis. Esse crédito de natureza alimentícia deve ser objeto de apreciação pelo projeto. De sorte, que não estamos aqui para discutir.

Parabenizo a iniciativa do Senador César Borges de requerer a presença de V. Exªs para este debate, porque aprofundando a questão, sem dúvida alguma, vamos transformar a nova Lei de Falência num objeto de recuperação das empresas do Brasil, o que, conseqüentemente, melhorará as condições sociais do trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, Srs. convidados, o Projeto de Lei da Câmara nº 71 moderniza a nossa legislação falimentar, inova em muitos aspectos, valoriza a empresa produtiva e preserva empresas. A empresa em dificuldades financeiras, reconhecida sua situação pelo Poder Judiciário, tem a possibilidade de se viabilizar economicamente apresentando um plano de recuperação, que, caso seja aceito pelos credores, é aprovado pelo juiz; caso contrário, o juiz determina a falência.

Dada a demora e dificuldades dos atuais procedimentos falimentares no Brasil, este Projeto constitui-se num avanço importante. A prioridade é a venda, em bloco, dos ativos de unidades produtivas da empresa falida, como forma de minimizar os prejuízos causados pelas falências à economia, aos credores e ao emprego dos trabalhadores. O Projeto contempla, na falência, a venda em blocos de ativos, a maior participação e fiscalização dos credores nos processos, a redução de burocracia, a inclusão de alternativas para o leilão, sem prejuízo da lisura e da transparência das transações.

Diante dessas inovações jurídicas para induzir celeridade ao processo falimentar de recuperação de empresas e, por conseqüência, atenuar os impactos desse procedimento sobre os postos de trabalho, pergunto, hoje, se o Poder Judiciário está efetivamente preparado para atender a essas modificações. O Poder Judiciário estaria em condições de bem aplicar essa legislação?

Com referência ao tema que os Senadores César Borges, Rodolpho Tourinho e outros já mencionaram, os **spreads**.

Com base nos dados apresentados pelo Banco Central, economia bancária e crédito, avaliação de quatro anos dos projetos, juros e **spreads** bancários, observamos que os **spreads** bancários, que mensuram a diferença entre as taxas de aplicação e as taxas de captação no mercado e os juros, foram fortemente afetados pela turbulência econômica pela qual passou a economia a partir de 2002. Esses indicadores e alguns indicadores externos indicam os quadros de incerteza por que passam as economias. No entanto, a taxa anual da Selic, no período de 2002 e 2003, registrou o seu pico em março de 2003, 26,32%, fechando o ano em 16,5%. A taxa de câmbio, por sua vez, nesses meses, atingiu seu valor máximo em outubro de 2002, com R$3,80 em relação ao dólar, e termina o ano de 2003, oscilando em valores próximos a R$3. Esses dados apontam a redução do grau de incerteza, como resultado da política implementada pelo Governo Lula. Mas quando observamos os dados associados à evolução dos **spreads** bancários, identificamos uma trajetória inversa da taxa de juros e da taxa de câmbio. O **spread** total praticado na economia brasileira, segundo o Banco Central, entre junho de 2002 e setembro de 2003, apresentou um crescimento de 3,7 pontos percentuais. A taxa praticada para as pessoas jurídicas registrou um incremento de 2,3 pontos percentuais, passando de 12% em junho de 2002 a 14,3% em setembro de 2003; para as pessoas jurídicas, apresentou uma elevação de 5,5 pontos percentuais, passando de 46,6% em junho de 2002 e 52,1%...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, considerando os grandes problemas aqui, se V. Exª pudesse formular as perguntas...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – É o que estou fazendo, Sr. Presidente.

A pergunta: esse comportamento do **spread** bancário pode estar associado à gestão restritiva da política monetária realizada pelo Banco Central, por meio do incremento da taxa Selic e da elevação da alíquota compulsória sobre depósitos à vista? Mas por que, efetivamente, os valores do **spread** não declinaram? Por que essa trajetória não acompanhou o comportamento da taxa de juros? E quais são os valores aceitáveis que o Banco Central, então, considera para o **spread** bancário?

Finalmente, Sr. Presidente, ainda uma pergunta relativa a um episódio recente de grande repercussão internacional e nacional – e a Lei de Falência vai de alguma forma tratar de maneira especial esse caso. O Senador Antonio Carlos está atento ao sentido da pergunta que farei. A nova Lei de Falência seria aplicada à falência de uma empresa multinacional de grande inserção na economia brasileira resultante de operações fraudulentas, sobretudo ocorridas fora do Brasil? É o caso da Parmalat, que está preocupando milhares de empregados da própria empresa no Brasil, milhares de fornecedores, agricultores e pecuaristas, fornecedores de leite e de laticínios, bem como de outros produtos e até, Sr. Presidente, os amantes do futebol, os jogadores e torcedores do Palmeiras.

A Parmalat, que era patrocinadora do Palmeiras, chegou a interromper o patrocínio, mas ainda ontem ouvi na CBN que está havendo um diálogo sobre como ficará o patrocínio da Parmalat ao Palmeiras. Não sei se o patrocínio estaria sendo reconsiderado. Torço pelo Santos, mas sei que os palmeirenses estão preocupados.

É essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa indaga dos senhores convidados quem deseja responder à pergunta.

O SR. MARCOS DE BARROS LISBOA – O Senador tocou em vários pontos fundamentais. Farei uma divisão com o Secretário Daniel Goldberg.

Primeiro, a questão mais geral: **spreads** e taxas de juros no Brasil. O nosso grande desafio pela frente é garantir uma redução continuada e sustentável das taxas de juros e **spreads** no Brasil. Nas falas dos Srs. Senadores há um debate muito vivo sobre quais são as causas do elevado **spread** bancário no Brasil. Há componentes dos problemas de assimetria de informação, há componentes de inadimplência, há componentes adicionais institucionais, que terminam por gerar no Brasil esta combinação particularmente ruim para crescimento em longo prazo: elevados **spreads** e baixo volume de crédito.

O Governo, no ano passado, lançou uma medida que muito contribuiu para esse debate: a consignação em folha. A consignação em folha teve o mérito de gerar uma modalidade de crédito para a pessoa física com baixíssimo risco de inadimplência. Ela não tem nada de diferente das demais operações de crédito pessoal, a não ser o desconto em folha, mas permitiu a maior queda na taxa de juros em todas as modalidades. A taxa de juros de pessoa física caiu e está hoje em me-

nos de 2% em alguns casos, ou seja, abaixo da taxa de juros do crédito direcionado subsidiado. Essa medida revelou o poder que tem a criação de instrumentos seguros de crédito para garantir um acesso mais barato a mais recursos e ajudou a iluminar o debate, que é legítimo.

Muitas vezes os dados são ambíguos, dado o período difícil por que passou a nossa economia a partir da crise de energia, em 2001 e, sobretudo, em 2002. Certamente diversos elementos ocorreram simultaneamente nesse período, o que torna difícil uma análise precisa.

A consignação em folha ilustrou o poder que a criação de instrumentos seguros de crédito tem sobre o bem-estar da população, ao viabilizar operações de crédito abaixo de 2% em muitos casos – repito que esse valor está abaixo do que se consegue hoje com o direcionamento de recursos para o microcrédito, por exemplo, que é um crédito direcionado a custo zero. As operações de consignação em folha estão com taxas de juros menores do que essa. Além disso, é preciso dizer que, para trabalhadores com cheque especial e consignação em folha, há diferenças impressionantes nas taxas de juros. Em alguns casos, estão abaixo até mesmo da alienação fiduciária.

A alienação fiduciária revelou o poder que tem uma operação de crédito segura sobre a taxa de juros. As taxas de juros caíram, são as menores taxas, a não ser se comparadas à consignação em folha para pessoa física. A alienação fiduciária para automóvel fica também na faixa de 1% a 2,5%. Essa agenda, no entanto, é mais ampla do que a criação de instrumentos mais seguros de operações de crédito em geral, pois passa por medidas na área de defesa da concorrência.

Ressalto que, no Congresso, há um projeto que atribui ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência também a análise de fusão e de antitruste no sistema financeiro. Esse Projeto de Lei será apreciado por V. Exªs posteriormente e dará direção, fará com que a avaliação de antitruste e de defesa da concorrência, no sistema financeiro, adote os procedimentos e as análises seguidos pelas demais atividades econômicas. Essa medida vai ao encontro das preocupações, por exemplo, com eventuais fusões e aquisições em mercados específicos.

O mercado financeiro é muito grande, mas em atividades específicas pode ser bastante fragmentado. Em alguma modalidade de crédito específica pode haver problemas de concentração e/ou assimetrias de formação e de fusão. Por isso é necessária a análise do Banco Central. Não havendo risco sistêmico, é bom que seja encaminhado ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência para que possa ser analisado, a fim de que vejam se há prejuízos à concorrência e práticas anticompetitivas. Esse instrumento é moderno e adequado para avaliar a defesa da concorrência em geral e trata-se de um passo adiante neste Governo, que passa essa responsabilidade para o sistema financeiro, tal como ocorre com os demais setores.

Considero fundamental e central essa agenda do mercado de crédito. Medidas em andamento demonstram o poder de novos instrumentos para a redução da taxa de juros, mas devem ser complementadas com medidas de defesa da concorrência e outras adicionais, como as que têm sido tomadas para expandir os mecanismos de securitização. O mercado secundário de crédito é fundamental, sobretudo para viabilizar o mercado primário de crédito.

Todas essas medidas se somam nessa direção.

Deixo a palavra ao Sr. Daniel Goldberg, se S. Sª desejar.

O SR. DANIEL KREPEL GOLDBERG – Duas perguntas ainda restam: "O Poder Judiciário estaria preparado para aplicar a nova lei?" e "O que fazer com a Parmalat e o que aconteceria à empresa se a lei já estivesse em vigor?".

No que diz respeito à primeira pergunta, como discutimos há cerca de meia hora, o Poder Judiciário está razoavelmente preparado para aplicar a nova lei e tem buscado se informar e se preparar para aplicá-la. É parte relevante da plataforma de política pública de qualquer governo responsável não projetar uma lei maravilhosa, mas inaplicável. Tem sido parte constante de nossas preocupações elaborar uma plataforma de treinamento para os juízes que vão aplicar essa lei e colocar à disposição os **experts**, os profissionais e consultores necessários para discutir, por exemplo, como se opera uma reestruturação de dívida no Judiciário. Muito mais sofisticado do que desenhar a lei é elaborar um plano de implementação da lei e um plano de treinamento conjunto com o Judiciário. Os juízes têm-se demonstrado absolutamente atentos a essa nova realidade, dispostos, curiosos e ansiosos para aplicar e entender a nova lei.

Algo mais complicado que isso, sobre o qual conversávamos há pouco, diz respeito à comunidade: ela está preparada para aplicar a nova lei? E aqui o nosso esforço tem que ser muito maior, de novo.

O Brasil tem uma cultura jurídico-econômica que privilegia os demonstrativos contábeis da empresa. A contabilidade, quando bem feita, e muitas vezes não o é, "olha" para trás. O fluxo de caixa "olha" para frente. Um credor interessado em saber se receberá sua dívida ou não, quer analisar a capacidade daquela empresa de produzir caixa e a proporção entre a

produção de caixa daquela empresa e o serviço da dívida, mas todo o sistema brasileiro, assim como o europeu, foi projetado em torno de uma contabilidade que "olha" o passado. Essa será uma mudança cultural para todos os operadores, econômicos, jurídicos, para os empresários, que, muitas vezes, têm um escritório de contabilidade contratada. Os contadores escrituram enormes livros razão, enormes livros diário. Há um **software** que faz as partidas dobradas e os lançamentos contábeis para cada venda de mercadoria, imprime o formulário do simples, se pequeno empresário, mas não trabalha com o fluxo de caixa. É uma mudança radical de cultura querer que credores e devedores elaborem, acompanhem e respeitem o fluxo de caixa; habituem-se a "olhar" para o futuro e não para o passado; habituem-se a perceber quanto a empresa vale com os ativos em conjunto e não quanto se pode receber executando cada um dos ativos separados; habituem-se a analisar a capacidade de geração de caixa da empresa e não o balanço patrimonial dela; acostumem-se a olhar se o fluxo de caixa é positivo e não se o patrimônio líquido é positivo, que no fundo é o que menos importa do ponto de vista de um credor, que quer ver a empresa funcionando. Essa é uma mudança de cultura radical. Por isso a importância de se consignar no na nova de Lei de Falência um prazo para o início da sua aplicação.

É importante que essa mudança não se dê da noite para o dia. Uma vez aprovada a lei, consigne-se uma **vacation legis** entre a sua publicação e o início da sua aplicação em concreto pelos tribunais. Esse espaço de tempo entre a publicação e a certeza da lei que passará a vigorar no país e a sua efetiva aplicação nos tribunais é precioso para preparar essa grande mudança. É uma mudança radical de cultura: passa-se a olhar para frente e não mais para o passado.

Falando em veracidade dos instrumentos contábeis, em olhar para frente, em olhar para trás e em Parmalat, o ponto que V. Exª, Senador, levantou, que diz respeito à nova realidade dos mercados de créditos globais, nos traduz a seguinte reflexão: enquanto temos uma lei de 1945, os mercados de crédito, sobretudo os mercados de capitais, ficam cada vez mais ágeis e cada vez mais dependentes da confiança de investidores que não acompanham o gerenciamento da empresa, que não questionam a veracidade dos demonstrativos daquela empresa publica. Se há uma empresa de capital aberto lá fora, que tem ações listadas e negociadas em bolsas de valores nos Estados Unidos e na Europa, e ocorre uma quebra, em 24h perde-se a confiança no seu demonstrativo contábil. Não podemos nos dar ao luxo de conviver com uma realidade em que a empresa demora 24h para quebrar e a lei, 20 anos para ser executada, no que diz respeito à proteção de seus credores, devedores, trabalhadores e gerentes. Não podemos conviver com essa agilidade dos mercados de capitais, com a rápida quebra das empresas e o absoluto enrijecimento do regimento falimentar de 1945, e prova disso é a Parmalat. Como a nova lei de falência não existe hoje, a Parmalat assenta-se em um equilíbrio muito precário em que a operação brasileira tenta provar para todos os seus credores que tem um risco descolado da operação da sua matriz no estrangeiro. No momento em que um credor perde a confiança na Parmalat, porque ela atrasou algum pagamento e corre para executar um ativo, começa uma corrida pelos ativos da Parmalat brasileira, um fenômeno que os economistas estão acostumados a chamar de corrida aos ativos, **asset grabbing**, começa uma corrida de todos os credores para ver quem consegue colocar a mão, primeiro, no ativo mais valioso, e todo mundo perde. Perdem os próprios credores, que acabam destruindo uma empresa que é viável e opera no Brasil, perdem os trabalhadores da Parmalat, perdem os fornecedores de leite da Parmalat, perde a sociedade em geral. Se a nova Lei já estivesse em vigor, a forma de evitar essa corrida para ver quem consegue agarrar o ativo da Parmalat aqui no Brasil e quem confunde o risco da operação brasileira da Parmalat com a operação da sua matriz teria sido criar um comitê de credores e devedores, chamar a gerência da Parmalat, reunir esse comitê, chamar uma assembléia, fazer um plano de reestruturação de dívida, se fosse necessário, abrir o fluxo de caixa da Parmalat e dizer: "A Parmalat quer continuar operando, tem condições para tanto. É melhor que todos continuem no negócio, conquanto fazendo algumas concessões, do que todos saindo do negócio, quebrando a empresa e os próprios produtores de leite." Isso é o que seria possível caso a nova Lei de Falência já estivesse em vigor. Como não está, agora tem que se assentar no equilíbrio muito precário...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O juízo da falência está na Itália. Se fizermos uma reunião de credores da Parmalat aqui, quem homologaria: a Justiça do Brasil ou da Itália? Não é a lei que vai resolver isso. Essa questão pode ser resolvida por consenso entre os credores aqui, mas não com chancela da Justiça ou com base na nossa lei. Não dá para prever se a sede dela está lá, porque a discussão está lá. Como vamos colocar a discussão aqui?

O SR. DANIEL KREPEL GOLDBERG – V. Exª tem razão no que diz respeito à origem da fraude, mas, na verdade, a Parmalat que está em discussão com relação aos produtores de lacticínios é a Parmalat Brasil. A Parmalat S.A. do Brasil é a operacional que tem os

créditos emitidos em nome próprio. Esse é um pouco meu ponto. V. Exª tem toda a razão. A despeito de a fraude ter surgido na matriz, quer dizer, lá fora – e temos reduzida ingerência na matriz – , os efeitos, do ponto de vista falimentar, fazem-se sentir no Brasil porque é a operação brasileira que tem créditos e débitos para os fornecedores de leite; é a operação brasileira que está sob risco de falência porque foi contaminada pelo risco da sua matriz; enfim, é a operação brasileira que se beneficiaria dessa Lei.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, apenas uma breve indagação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, posso conceder a palavra a V. Exª depois? Apenas para atender dois Senadores que estão ávidos a ir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Está bem, em garantindo isso, porque é em benefício do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É claro que garanto. Apenas porque sei que há um Senador que está com um problema.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Fica o compromisso de retornar, se V. Exª permitir, pois V. Exª tem direito à réplica.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Mas V. Exª me garantindo...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Ney Suassuna e, logo a seguir, o Senador Antonio Carlos. Depois retorno a palavra a V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. conferencistas entrevistados por nós, a área financeira é extremamente sensível e passa a ocupar a agenda de tal forma – e vem de fora a pressão – que esquecemos a própria agenda do Brasil. Um país é permanente, a economia é circunstancial. Nós, como Senadores, terminamos tomando tanta informação que, às vezes, ficamos tontos.

O Orçamento neste ano não tem futuro, porque está com 404 bilhões de recebimento e apenas 164 de serviço da dívida. Não é dessa forma que o Brasil vai progredir.

Se olhar o investimento, eram 7 bilhões, aumentamos para doze, o Governo mudou para oito, e, no primeiro mês, já se foram. Não posso analisar o Orçamento porque vou ficar deprimido.

Se olhar do ponto de vista dos banqueiros, fico meio apavorado porque o banqueiro vai emprestar dinheiro a quem tenha tomado do item risco ou vai emprestar dinheiro à Nação, que paga e, se ele tiver juízo, olhando o tipo de título que ele vai comprar, ainda pode ganhar mil formas diferentes porque o "a" é diferente do "b", o "b" serve para isso, o "c" serve para aquele outro. Então, o banqueiro tem que emprestar para governo e não há progresso na indústria.

Se for olhar do ponto de vista da burocracia estadual, federal e municipal, é mais imposto porque a máquina está cara, está faltando dinheiro, vamos tomar dinheiro de todos, não se perdoa um centavo, não se faz acordo nenhum com quase um PIB que está para receber e ninguém olha nada porque não interessa.

Se for olhar do ponto de vista do Banco Central, ele gostaria de ter independência, mas qual o governo que vai abrir independência para Banco Central? Quando entrei aqui, inexperiente, fiz um projeto e gastei meses para independência do Banco Central. O Serra, que era Governo, bloqueou de saída e, apesar de o ex-Senador José Fogaça, do Rio Grande do Sul, ser nosso Relator, não foi à frente. Não o foi porque o Governo não quer perder poder.

Se olhar do ponto de vista do cidadão, esse vive apavorado e preocupado porque se fala em risco Brasil e não se fala do risco da segurança, do risco da saúde, do risco do rio São Francisco, que está encerrando a sua vitalidade, enfim, de coisas que não têm nada a ver conosco, quando poderíamos estar construindo seis milhões de casas.

Quando olhamos uma empresa, sabemos que o ativo maior dela é multa e, cada vez que vem, é multa, correção, mais isso, mais aquilo e, se era R$10 para pagar, deve R$100. E não vejo na lei a forma de fazer encontro com os governos. Não vejo esse comitê de... Podemos fazer dos credores, mas não vejo o Governo entrando, porque é antipedagógico. Fomos falar com Everardo Maciel, e S. Srª dizia: "Não, perdoar a dívida, de maneira nenhuma". Nem perdoa os 100%, nem perdoa mais não-sei-o-quê, e o cara não paga porque não pode pagar e vai à falência. É melhor criar uma nova ou salvar a antiga?

Vejo que todos esbarramos numa coisa terrível chamada burocracia, pela qual o Brasil está sufocado. Sei que o Relator é extremamente competente, a quem peço que esqueça o mar em que vivemos, porque estamos no meio de um oceano de ar. Ninguém presta atenção que está num oceano de ar; apenas quando há uma lufada de vento, percebe-se que há o ar. Imersos, não sentimos.

A burocracia é tanta que não sentimos. Devemos olhar de novo com os olhos de quem não está na burocracia, que não quer aceitá-la, principalmente neste item, para o qual peço a consideração de V. Exªs, que é o encontro de contas entre o Governo federal, estadual

e municipal, os maiores fatores de quebra das empresas e que dificultam. Sujou uma vez, acabou, está suja a ficha, e o banqueiro já não faz porque está suja; não recebe mais emendas, se for a prefeitura, porque está suja; não recebe mais ajuda porque não tem índice. São coisas sobre as quais não paramos para pensar. Venho batendo nesse problema da burocracia.

O Brasil está muito bem, graças ao farelo de soja, ao frango e à carne, coisas que vieram sendo feitas. Já houve a época da borracha e a do café, mas um País deste tamanho ficar à mercê de farelo de soja? Espere aí, também estou preocupado. A situação global é muito séria, sei que é, porque é tudo imediato, é tudo **on time** e aqui estamos sem... A situação é tão séria e é preciso tanta credibilidade nessa área financeira, e puxamos o **off** lá para o exterior, que vejam V. Exªs: é preciso ter o **look** estrangeiro. Se não houver: um é louro, o outro é palatinado, se não for isso, não se transmite confiança. É preciso o **look** estrangeiro nos nossos homens que falam de economia, senão não haverá confiança na banca exterior.

Por essa razão, a minha observação, pedindo a V. Exªs que façam o comentário sobre esse encontro de contas, em que entre também o Governo, e achemos uma forma de desburocratizar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Têm V. Exªs também a palavra, por favor.

O SR. DANIEL KREPEL GOLDBERG – Senador, V. Exª tem muita razão virtualmente, ou em quase todos os pontos que apontou... Deixe-me começar com a história do encontro de contas.

V. Exª tem toda a razão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Só para dar um exemplo. A Transbrasil quebrou, tinha a receber e não houve jeito.

O SR. DANIEL KREPEL GOLDBERG – Sim, mais do que a questão do encontro de contas, V. Exª tem toda razão não só nessa questão, mas também numa outra dimensão para a qual V. Exª apontou, que determina o seguinte: "Puxa, como vocês me explicam essa teoria econômica toda que diz que incentivos de credores e devedores, se estiverem alinhados, todo mundo ganha, porque se preserva a empresa, o fluxo de caixa, e por que isso não vale para o Governo?" No fundo, a pergunta de V. Exª, Senador, se todos ganham, também deveria ganhar o Governo, se entrasse nessa reestruturação de dívida. V. Exª tem toda a razão: deveria ganhar o Governo se entrasse nessa reestruturação de dívida.

Quais são os obstáculos concretos que temos para seguir adiante com essa agenda? E com essa preocupação que V. Exª tem, Senador, como caminhamos nesse projeto sob a sua apreciação? O primeiro obstáculo concreto que tínhamos quando começamos a discutir isso, com o intuito de trazer o Governo para essa reestruturação de dívida, porque, como sempre dizemos no Ministério da Fazenda, é melhor ter – sobretudo pelas pessoas responsáveis pela arrecadação – 90% de algo do que 100% de nada. Como fazemos para prosseguir com essa agenda que traz o Governo para dentro dessa reestruturação de dívida, permitindo que créditos fiscais sejam recuperados, mantendo a empresa viva? Como fazemos isso?

O primeiro obstáculo que encontramos, um obstáculo na verdade não econômico, mas jurídico, diz respeito ao princípio da vedação que o poder público tem, que é a vedação constitucional de transacionar com o interesse público. Há uma interpretação antiga, que, pessoalmente, acho que tem sido flexibilizada – concordo com V. Exª no sentido de que ela tem de ser flexibilizada, porque a moderna teoria jurídica não admite mais essa interpretação arcaica do princípio da vedação de transacionar com o interesse público, como a impossibilidade de negociar qualquer coisa.

Acredito que a interpretação moderna desse princípio não deveria ser a de que o Governo não pode negociar; mas, sim, a de que ele deve negociar de acordo com uma pauta transparente e preestabelecida, sem critérios que sejam arbitrários ou discricionários, e que sejam sempre em prol do interesse público. Desde que ele maximize o valor da sua dívida, ele pode negociar; claro que pode.

Mas o primeiro obstáculo que temos – e devemos ser sinceros em relação a ele – é essa tradição antiga que diz que o Governo não pode negociar, porque isso violaria a Constituição Federal, que lhe veda transacionar com o interesse público.

O que fizemos concretamente para abrir a janela, a fim de iniciar essa discussão, que é longa e importante, talvez mais do que todo o resto? Adicionamos um dispositivo na lei falimentar, que, na verdade, determina à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que prepare um projeto, que será aprovado pela Secretaria da Receita Federal e amplamente negociado, e encaminhe um projeto de lei ao Congresso que crie a imagem e o espelho da reestruturação de dívida falimentar privada, a imagem e o espelho da reestruturação da dívida fiscal, que acompanhará a reestruturação de dívida privada.

Aqui há um dispositivo que diz que o Governo deverá enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que preveja o que o empresário deve fazer, quando ele consegue reestruturar a sua dívida inteira, mas não pode levar em conta a questão tributária. Em tese, V. Exª tem toda a razão. Eu e o Governo assinamos embaixo do que V. Exª falou. A idéia do Governo é

discutir amplamente com esta Casa um projeto de lei que seja a imagem no espelho da reestruturação de dívida privada que essa lei de falência contempla; de uma reestruturação fiscal, que deverá acompanhar a empresa sempre que ela faz um pedido de recuperação judicial.

Então, se tudo der certo, nos termos deste dispositivo, ocorrerá que, naquele prazo de 180 dias, em que os credores negociam com os devedores um plano completo da sua reestruturação de dívida, eles também protocolizam um pedido de pagamento reestruturado de suas dívidas tributárias, porque, se não, e V. Exª tem toda a razão, cria-se uma assimetria que coloca perder a própria natureza da lei de reestruturação de dívida e recuperação da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem. Estamos na fase de fazer. Eu penso que o Senador tem razão, pois, se enviaram a Lei de Falência, por que a demora em se mandar essa?

Senador Antonio Carlos Magalhães, é a vez de V. Exª falar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Ramez Tebet, serei breve. Em primeiro lugar, primeiramente só tenho a louvar as figuras que estão aqui, coincidentemente subordinados a pessoas que admiro bastante, como os Ministros Palocci e Márcio Thomaz Bastos, meu amigo pessoal, e Henrique Meirelles, do Banco Central.

Em segundo lugar, penso, até mesmo pela harmonia que eu sinto não existir hoje – e, neste caso, dirijo-me ao Ministério da Justiça, por intermédio do Dr. Daniel – entre o Poder Judiciário e o Ministério. Acerca da pergunta do Senador Eduardo Suplicy, se eu estivesse no lugar de V. Exª, eu não teria sequer tratado dela. Esse é um problema do Poder Judiciário, porque ele não está satisfeito com algumas intromissões do Ministério da Justiça em um Poder que tem de ser independente. Essa é uma questão delicada. Cabe-me não aprofundar esse assunto, mas apenas fazer uma lembrança da matéria.

Tenho um projeto nesta Casa – que talvez V. Exªs desconheçam e pelo qual temo desagradar a todos – que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência do Sistema Financeiro Nacional, e dá outras providências.

Nele eu acrescendo o art. 45, segundo o qual compete ao Cade prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do estabelecido na Lei nº 8.884.

Para não ser longo e para ser mais claro, refiro-me aos **spreads**. O Banco Central já foi contra essa situação, manifestou-se totalmente contra, bem como o Advogado-Geral da União, em 2001, se não me engano. Entretanto, o próprio Advogado-Geral da União abre uma brecha para que isso seja feito, quando ele diz que uma lei complementar pode tratar desse assunto e haver um entendimento, no Banco Central, com o Cade em relação a essas posições.

De modo que tenho interesse na votação desse projeto. É claro que não vou ter o apoio do Banco Central, porque o Governo Federal não quer perder poder, o que é algo até natural. E ninguém pode negar o valor do Banco Central em todos esses anos, inclusive agora, na sua atuação junto à política do Ministro Palocci, que é, sem dúvida, uma grande figura deste País.

Quero, portanto, salientar este assunto e pedir a V. Exªs, principalmente, do Banco Central e da Fazenda, que vejam e opinem, mesmo contrariamente; digam os convenientes e os inconvenientes para que a Casa possa se manifestar sobre essa matéria, como também é o caso do Orçamento impositivo, a que o Ministro Palocci foi favorável, mas o Ministro Mantega foi contra, em algo que evidentemente estou de acordo com o Ministro Palocci, porque ele está com a razão; e o Ministro Mantega não tinha nada que se meter, porque ele não estava sabendo nada do assunto.

Quanto ao último tema a tratar, só tenho a dizer que não tem a Bahia tido um tratamento adequado, de um modo geral, do Governo Federal. Como a Bahia tem poucos representantes e, agora, o que tinha foi – ou deve ter sido – elevado para uma posição no Conselho de Desenvolvimento Nacional e deixou o Ministério do Trabalho, eu queria pedir a um baiano, com quem não tenho ainda relações pessoais – mas tive muito com o seu pai – , que é o Dr. Marcos, uma figura exponencial do Ministério da Fazenda, que visse, como um bom baiano, os interesses da Bahia no Ministério e na área até mesmo do Banco Central e Caixa Econômica, principalmente, para que não sofrêssemos o que estamos sofrendo até agora. Eu faria de V. Exª um delegado da Bahia no Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quem vai se pronunciar? Creio que a delegação V. Exª acaba de receber.

O SR. MARCOS DE BARROS LISBOA – Senador, V. Exª menciona o Sistema Brasileiro de Defesa à Concorrência, em particular o Cade, como seu órgão máximo de julgamento. E, em relação ao sistema financeiro, V. Exª tem toda razão. Isso gerou um grande conflito no passado, porque havia o temor, por exemplo,

no caso de fusões e aquisições decorrentes de uma eventual crise sistêmica.

Como lidar com as exclusões e aquisições naturais que passem pelo Sistema Brasileiro de Defesa à Concorrência e sejam avaliados os amplos critérios que são adotados para toda estrutura produtiva nacional? E no que se refere à possibilidade, no caso do sistema financeiro, de um risco sistêmico, isto é, uma instituição financeira em grave dificuldade para a qual é desenhada uma fusão para evitar a ocorrência de uma crise que se propague por todo o sistema financeiro? Como lidar com esses casos?

A solução que foi encontrada ao longo do ano passado, no fim de 2002 e ao longo do começo de 2003, foi fazer com que o Banco Central realizasse um filtro das operações; esse filtro deveria separar os eventuais casos de risco sistêmico – e aí devem ser argumentados: "Essa é uma operação que envolveu um risco sistêmico e por isso ela está aí". E dos que não o possuem. E os que não envolverem risco sistêmico, indo ao encontro do que V. Exª propõe, que sejam explicitamente analisados pelo sistema brasileiro de defesa da concorrência como usuais.

O SR. DANIEL KREPEL GOLDBERG – É bom ter uma boa notícia para dar.

Finalmente, com relação a essa segunda questão, graças a essa gestão de V. Exª, no passado, com relação a se repartirem as competências entre Banco Central e Sistema Brasileiro de Defesa à Concorrência, o que culminou naquele conflito positivo de competência e naquele parecer do Advogado-Geral da União, apesar daquele primeiro conflito jurídico que se instaurou, o tempo passou, uma nova gestão do Banco Central chegou. Graças a sua gestão no passado, em fevereiro procurei o Presidente Henrique Meirelles, tivemos uma larga negociação em torno do seu projeto e de outros projetos que ora tramitam na Câmara dos Deputados e que buscam exatamente fazer isso e fechamos o acordo em torno da sua admissão. Então, o Governo apóia a repartição de competências entre o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência do Banco Central, ao contrário do que fez no passado, graças, entre outras coisas, a sua gestão e a gestão do Presidente Henrique Meirelles.

Com relação a sua outra observação naquele outro tema: quem não tem sabedoria ou experiência, pelo menos, deve ter atenção. Então, nem mencionarei o tema e seguirei adiante com a nossa conversa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a Senadora Lúcia Vânia e, logo a seguir, ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador Garibaldi Alves, também.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Srs. expositores, gostaria, Sr. Presidente, de cumprimentá-lo pela iniciativa de trazer aqui tão ilustres palestrantes. Quero saudar também o Senador César Borges por nos dar essa oportunidade. Tenho certeza de que a exposição feita aqui hoje sobre a matéria nos deixará mais enriquecidos para o debate em Plenário – eu que não pertenço a essa Comissão.

Portanto, cumprimento a cada um e desejo sucesso nas suas empreitadas no Executivo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – A minha pergunta, Sr. Presidente, é rápida e própria para uma reunião que está terminando e para a hora do almoço está chegando. Então, digo que um trabalho realizado pelo Banco Mundial e que foi citado pela revista **Veja** termina por elogiar a nova Lei de Falência. E olhe que a matéria da revista **Veja**, em matéria de pessimismo, é das mais exemplares. Claro que não vou citá-la aqui, porque muitos dos senhores já leram. Mas perguntaria apenas o seguinte: Diante do fato de a Lei de Falência ser tão avançada, o que fazer para evitar ser aquilo que o Senador Ney Suassuna falou: a sexta pior burocracia para abrir empresas entre 132 países – são 132 países; não são 32 não; a comparação é com 132 – , e a segunda pior burocracia para fechar empresas entre 132 países, se é que a **Veja** tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Garibaldi Alves, eu ia entrar nesse assunto. V. Exª tem toda a razão. Aqui o Senador que luta ardentemente para diminuir essa burocracia, em reiterados pronunciamentos, é o Senador Ney Suassuna. Mas a revista **Veja** menciona quanto à burocracia para abrir uma empresa, como V. Exª falou: 152 dias para abrir e a segunda do mundo para fechar. Fala das qualidades das Leis Trabalhistas e fala no funcionamento da Justiça.

Portanto, acho que a revista **Veja** merece as nossas homenagens, porque está prestando um grande serviço ao levar para toda a sociedade esse assunto que está afligindo o nosso País, que é essa parte burocrática e sistemática. Ninguém consegue andar neste País atrás de um papel. Essa é uma grita generalizada.

Senador Garibaldi Alves, cumprimento V. Exª.

O SR. MARCOS DE BARROS LISBOA – Um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. MARCOS DE BARROS LISBOA – Concordo inteiramente com os senhores: esse é um aspecto central. Na realidade, esse é o reflexo de um problema

nosso histórico, de uma série de aspectos adicionais, um desenho equivocado, longo e moroso, que termina por tornar extremamente custosa a legalização, a abertura de firmas, o fechamento. E isso induz uma parte relevante do setor produtivo a ir para a informalidade, com relações informais de trabalho, com os impactos negativos que têm sobre a produtividade, sobre o crescimento, sobre a proteção do trabalhador.

Há um trabalho que está iniciado desde o ano passado, junto com o Ministério, para precisamente simplificar e resolver esse problema. E estamos começando pela unificação dos procedimentos de abertura de firma entre as juntas comerciais e a Receita Federal. Hoje são dois processos, em separado, com um sistema de transferência de dados extremamente longo, mas já há a criação de um convênio, já existem convênios hoje com mais de uma dezena e meia de Estados, convênios comerciais, que permite que seja um processo único de abertura de firmas. Obviamente, isso tem um impacto positivo também sobre o posterior e eventual fechamento da firma.

O passo seguinte vai ser a melhoria da plataforma de informática, que hoje compartilha os dois sistemas, para que, de fato, seja uma entrada única de dados, e a extensão desses convênios com os órgãos locais, com os Municípios. Quer dizer, esses 158 dias que... No caso, o trabalho do Banco Mundial pegou uma firma padrão e examinou o procedimento de abertura para os diversos países e deu esse número bastante elevado para o caso brasileiro, mas ele reflete a existência de uma série de registros. O processo de registro de firma passa por diversas instâncias: tem a Receita Federal, tem as receitas locais, tem a junta comercial e, dependendo do negócio em questão, tem o Corpo de Bombeiros, a Vigilância Sanitária, o Ministério do Meio Ambiente, etc. Então o nosso projeto é, de fato, simplificar esse processo, ter um canal único de entrada, com as informações relevantes sendo, então, distribuídas para os demais órgãos que, aí, poderão fazer a sua avaliação e o retorno, mas essa entrada única vai ser fundamental para reduzir o processo de abertura e, posteriormente, no processo de fechamento, que ele seja igualmente rápido, como ocorre nos países desenvolvidos.

Essa parte de convênios são convênios com os governos estaduais, com as juntas comerciais. Já têm vários convênios feitos. Então, algumas partes podem, outros convênios podem ser estabelecidos. Isso já facilita. Você tem uma plataforma comum de informática, você pode entrar num único **site** e a informação é distribuída. Você não precisa fazer três registros e uma instituição checar com a outra, e isso vai fazer gastar vários dias. Fazer essa entrada única é fundamental. Em outros casos, sim; em outros casos serão necessárias medidas complementares e alterações no Código Civil. Quer dizer, um trabalho importante que temos procurado fazer na parceria Ministério da Fazenda e Justiça é precisamente todas essas medidas, ter um embasamento jurídico detalhado, com economia, para evitar os problemas que em geral acontecem, dada a extrema complexidade da nossa legislação. Mas essa – concordo com o senhor – é uma prioridade do nosso trabalho porque isso, de fato, é um grave obstáculo à formalização das firmas e do emprego, e tem impactos negativos sobre a produtividade e o crescimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, para V. Exª concluir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, o Dr. Marcos Lisboa e o Sr. Eduardo Lundberg, nas suas apresentações, mencionaram a questão da prioridade aos créditos derivados da relação de trabalho, inclusive os decorrentes de acidentes de trabalho, que poderiam ter uma qualificação, qual seja a referente à remuneração de diretores, porque, às vezes, isso, seja a remuneração do presidente ou dos diretores, poderia ser algo abusivo em relação ao conjunto dos créditos trabalhistas. Parece-me que essa é uma observação importante, e o que eu gostaria de perguntar – é até em benefício ao trabalho de V. Exª, Sr. Presidente – é se eles teriam uma sugestão de redação de um possível artigo único – e aí a técnica legislativa poderia ser, depois, melhor estudada – , porque se poderia fazer a referência aos créditos derivativos da relação de trabalho com um parágrafo único, qualificando que, digamos, os créditos relativos à remuneração dos diretores deverão ser limitados, e aí poderia haver diversas sugestões. Eu aqui estava pensando alto, por exemplo: veio a idéia de, quem sabe, limitar um tal valor, um certo piso, mas isso seria inadequado, já que há empresas pequenas, médias e grandes. Então, quem sabe, poder-se-ia levar em consideração o possível valor médio de remuneração dos trabalhadores daquela empresa. Então, o crédito trabalhista dos diretores não poderia exceder, por exemplo, o valor médio de remuneração dos trabalhadores naquela empresa, isso como uma possível, mas poderá haver outras idéias.

A minha pergunta é se eles já pensaram e têm sugestões, para nós e para o Sr. Relator, de uma idéia que me parece procedente. Essa é a questão.

Segundo, levando em consideração aquilo que o Senador Antonio Carlos Valadares e outros Srs. Senadores, inclusive eu, dissemos, será que o disposto nos arts. 26, 27 e 28 não estaria, de alguma forma – desconsiderando o que os próprios apresentadores falaram, ou seja, que vai se dar relevância ao crédito

trabalhista em primeiro lugar, seguindo a tradição brasileira – , modificando isso?

Portanto, foi nesse sentido que o Senador Paulo Paim apresentou uma emenda. Mas, como S. Exª não é membro da Comissão, pediu-me que também a subscrevesse para suprimir o art. 28. Então, eles têm alguma sugestão, ou parecer para o Relator sobre esse ponto?

Finalmente, tendo em vista tratar-se de questão tão debatida, o **spread,** temos, aqui, três responsáveis pela política econômica, inclusive o Secretário de Direito Econômico, eu agradeceria se pudessem, como economista, fazer aqui uma distinção, porque, quando temos um mercado em que é tipicamente alta a competitividade, digamos, a produção de sapatos, a produção de têxteis, de bordados, fica muito fácil se pensar com clareza de como é fácil entrar e sair do mercado. Pequenos, grandes e médios produtores podem passar a produzir sapatos, ou bordados, ou têxteis e saírem e entrarem no mercado a hora que quiserem. A oferta e procura de um bem dessa natureza é algo bastante diferente daquilo que ocorre no mercado financeiro, em que se oferece crédito. Mas a oferta de crédito está relacionada, primeiro, àquilo que é a quantidade de moeda definida pela autoridade monetária. Uma coisa é o uso da moeda, que é o crédito; outra, é a quantidade de moeda. Como o Banco Central, autoridade monetária, a cada vez define o ritmo de crescimento da moeda, e conseqüentemente do uso da moeda ou do crédito disponível, aqui já temos uma limitação. Depois o Banco Central, as autoridades monetárias definem, seja pela taxa de juros, seja pelo compulsório, seja por todos os mecanismos, seja pelo aumento e diminuição das operações de mercado aberto, seja por diversos instrumentos, definem também há de moeda na economia e também do crédito.

Também o Banco Central delimita, ou limita, e autoriza ou não, a abertura de novos estabelecimentos. Não é como na produção de calçados, de têxteis e de bordados, em que uma empresa, se quiser, abre, às vezes, até no mercado informal, em que o sapateiro começa a produzir sapatos e o número de produtores pode aumentar, significativamente, de uma hora para outra, ou nos tempos de bastante demanda. Já no mercado de crédito é diferente. Então, à luz de características tão especiais, é que pediria, primeiro, aos condutores da política econômica, que procurem caracterizar isso. E, ao Secretário de Política Econômica, que nos diga como é que, tendo em vista que a oferta de crédito é tão delimitada por todos esses fatores, na regulação de Direito Econômico isso está sendo pensado, e já em prática, porque a concorrência, no Sistema Financeiro, é algo de natureza completamente diferente, digamos, do mercado de sapatos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra os convidados para as respostas.

O SR. DANIEL KREPEL GOLDBERG – Arts. 26 e 28.

Houve dúvidas sobre o art. 26.

O art. 28 reproduz exatamente o que é hoje a jurisprudência firmada pelo STJ. Como instrumento de crédito de curto prazo, é o velho dilema. Se se altera a regra atual do art. 28, como ficará o financiamento dos exportadores? Esse é o velho dilema relativo à duplicata aplicada a operações de câmbio, ao risco que isso gera de uma redução do financiamento para exportadores, com conseqüência sobre emprego e produção. Grande parte da expansão do setor exportador nos últimos anos deu-se precisamente com esse instrumento, que, depois de uma avaliação do STJ, se caracterizou como idêntico, do ponto de vista jurídico, a uma entrega de duplicata e que viabilizou que os pequenos e médios exportadores tivessem acesso ao que as demais firmas já tinham no mercado interno. Essa jurisprudência do STJ foi fixada há alguns anos.

No que se refere ao mercado de crédito em geral, o senhor tem toda razão. Esse é um mercado muito peculiar, que requer uma regulação bastante cautelosa e cuidadosa, devido tanto às suas repercussões sobre o sistema econômico em geral quanto à existência de um excesso de assimetria de informações sobre a necessidade de uma regulação pró-ativa que estimule a competição em diversos cenários.

Mencionamos alguns casos como o referente às relações de assimetria de informações entre banco e cliente. O secretário Daniel enfatizou a conseqüência disso sobre as barreiras à entrada do cliente ao mudar de banco. Isso certamente cria um poder de monopólio local, que vira uma estação de "quase renda". O papel de regulação é criar os mecanismos indutores do aumento da concorrência.

O senhor tem toda razão no que se refere às limitações do crédito disponível. Sobre esse aspecto, é sempre importante ressaltar o quanto tem havido de liquidez no mercado que não tem virado crédito mais barato. Apesar dessa restrição ser potencialmente ativa, há hoje um excesso de capital que não vira operações de crédito. Esse talvez seja o cenário mais grave do caso brasileiro ressaltado inicialmente. O problema não se refere apenas ao fato de os **spreads** para as operações disponíveis serem elevados, mas há poucas operações disponíveis. Muitos casos simplesmente não se prestam, seja por problemas de regulação ou de risco percebido. Há uma parte da sociedade que paga juros elevados, que paga juros infinitos e que não

tem acesso a crédito. A criação de mecanismos que viabilizem que esses recursos, muitas vezes ociosos, sejam disponibilizados para crédito passa por essa grande agenda de reformas econômicas, como foi a consignação em folha, que viabilizou o mercado de crédito a juros mais baratos para os trabalhadores, que até então não tinham acesso. Até então, as operações de crédito a que eles tinham acesso ofereciam juros de 100% a 150%. Agora, estamos com juros da ordem de 2% ao mês.

O SR. MARCOS DE BARROS LISBOA – Não se respondeu a questão relativa a sugestões para os abusos dos diretores da empresa que dilapidam o patrimônio às vésperas da falência. No curso da negociação do projeto de lei na Câmara dos Deputados, diversas redações foram aventadas, e pensou-se em diversas possibilidades. O próprio secretário, em determinado momento, tentou redigir algo que vai muito na linha do que o Senador descreveu. O secretário tentou descrever uma situação em que o teto tivesse relação com o valor médio de remuneração com o tempo de permanência do empregado na empresa para tentar evitar separar o joio do trigo, para tentar atacar só o abuso e não o uso regular de um direito.

Não há uma sugestão do Governo para isso, porque foi algo que, por ter relação direta com uma prerrogativa, por ser um direito dos trabalhadores e por beneficiar os trabalhadores, o Governo optou por deixar que os representantes desta Casa surgissem com soluções para equacionar o problema. Limitamo-nos a apontar o problema, que é sério. Hoje abusa-se do direito de dilapidar crédito dos trabalhadores em benefício dos dirigentes das empresas, mas, por ser algo que afeta diretamente os trabalhadores e que tem relação imediata no seu cotidiano, mas também está regado de controvérsias e polêmicas. Por ser um tema sensível que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, o Governo optou por se colocar à disposição para trabalhar em inúmeras redações que foram aventadas no processo de negociação, mas deferir a esta Casa a opção por atacar o problema ou não atacar o problema.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Será bem-vinda uma sugestão nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos ao representante do Banco Central.

O SR. AFONSO SANTANA BEVILÁQUA – Apenas acrescento ao que já foi dito pelo Dr. Marcos Lisboa, como V. Exª notou, com muita propriedade, a oferta de crédito depende, entre outros fatores, da política monetária. Mas, não há evidências, examinando hoje as estatísticas monetárias do País de que essa restrição seja restrição efetiva na margem. As condições de liquidez são condições de liquidez tais que esses bancos, assim o desejassem, esses recursos poderiam ser transformados em crédito.

Eu pediria, Senador, para voltar a uma indagação anterior, feita por V. Exª, que não foi respondida por mim, em relação aos valores dos **spreads** e ao fato de eles não terem declinado juntamente com a taxa de juros básica.

Nos dados das notas para imprensa de política monetária do Banco Central, a constatação é diferente. Os **spreads** para as operações de crédito com recursos livres para operações pré-fixadas, que deveriam refletir de forma mais apurada o efeito da melhora nas condições de risco, têm um pico no mês de maio de 2003 e declinam monotonicamente até dezembro. Então, os **spreads** acompanham, de certa forma, a redução das condições de risco, embora para algumas categorias específicas possa haver o fenômeno que V. Exª notou. Mas, para o agregado das operações, o que se nota, efetivamente, é que houve uma redução dos **spreads** acompanhando a redução de risco macroeconômico.

Para algumas operações como, por exemplo, adiantamento de contrato de câmbio, que já foi objeto de discussão aqui hoje, estamos hoje com **spread** de 3,7% ao ano, que é equivalente ao que existia em janeiro de 2002; por coincidência, é menor do que o **spread** soberano pago pela República. Então, houve, sim, uma redução importante dos **spreads** nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – A pergunta que fiz sobre a questão do adiantamento de câmbio. Gostaria de ter uma resposta mais objetiva possível do Banco Central. Fico preocupado de ter que manter essa modificação que foi feita na Câmara. Se é sim ou não, nada mais.

O SR. AFONSO SANTANA BEVILÁQUA – Concordo com as preocupações que foram externadas por V. Exª, com os comentários que foram feitos pelos Drs. Marcos e Daniel, pois é fundamental que preservemos esse mecanismo de financiamento à atividade exportadora.

O País, nos últimos anos, fez um esforço enorme para aumentar as exportações e é fundamental que esse esforço seja preservado. Os ACC têm se mostrado um mecanismo bastante eficiente de financiamento a exportação e é fundamental que sejam preservados como tal.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, desculpe a minha insistência. Se for alterado o vencimento, ele deixa de ter a prioridade. Como acho que o ACC fica sujeito, é difícil você não ter um

problema um dia qualquer em relação a entrega de mercadoria lá fora. Acho que esse é um ponto muito importante.

O SR. AFONSO SANTANA BEVILÁQUA – Acho que a preocupação fundamental deveria ser com alterações fraudulentas de vencimento. Como V. Exª notou, há situações em que a alteração do vencimento é legítima, legítima porque há uma mudança exatamente nos prazos de entrega da mercadoria.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, é importante inclusive para o relator, porque esse é um ponto que considero importante dentro desse contexto todo.

Foi feita uma modificação na Câmara pelo relato, aliás feita no final.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, uma última colocação.

Além do problema da lei de falência, por causa da burocracia, por causa do medo que tem o funcionário público de assumir responsabilidades hoje no Brasil, é mais fácil não fazer do que fazer – fazer se expõe. Vou dar um exemplo triste: o Banco Mercantil de Pernambuco tem 900 mil títulos com valor equivalente ao dólar. Na época, há um ano, fomos ao Banco Central e havia um comprador por novecentos. Pagava toda a conta do banco, o banco ficava livre, estava tudo bem. Disseram que iriam fazer um leilão. Houve o leilão, e não apareceu comprador. Até hoje, o banco está lá, não resolvemos a situação.

Ponho-me no lugar de funcionário público e sei que são tantos os problemas que terá de enfrentar que é melhor fugir e fazer a forma burocratizada. Isso vem escravizando o País de ponta a ponta.

Sei que é difícil. Também sei que esta não é a ocasião, mas volto a insistir, Presidente, Sr. Relator, olhem com olhos de desburocratizador, façam tudo. Precisamos ousar, ter coragem de ousar. Outros países tiveram essa coragem. Os Estados Unidos, a Itália criaram comissões, fizeram acordos com devedores. Nós não fazemos nada porque é selado, é vedado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Senador Ney Suassuna, aproveito a oportunidade para dizer que V. Exª tem sido um baluarte na abordagem desse tema, ou seja, quanto à necessidade de o País ser mais ágil. A burocratização excessiva está retratada.

Por isso, presto aqui uma homenagem à revista **Veja**, porque hoje sabemos que o excesso de burocratização no País, a demora na solução dos problemas é um entrave para o desenvolvimento. A **Veja** tem colocando esses temas agora ao alcance da sociedade, está mostrando isso. E V. Exª tem lutado bravamente por isso.

Não sei como, nessa lei de falência, apesar do apelo de V. Exª, iremos fazer para desburocratizar algo que tem que ser operacionalizada na prática. O Brasil já teve um Ministério de Desburocratização, ocupado pelo Ministro Hélio Beltrão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Hélio Beltrão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Hélio Beltrão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Trabalhei com ele.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ministro Hélio Beltrão. E não resolveu o problema.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Melhorou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Melhorou, mas não resolveu. Quanto ao assunto, penso que o Ministério da Saúde tem que estabelecer regras práticas. Às vezes, não depende da lei. Ele que estabeleça regras práticas. O Ministério da Educação, idem. O Ministério da Fazenda, também. O Ministério do Desenvolvimento Econômico que estabeleça, diminua a burocracia e, sobretudo, confie mais no servidor público. Essa é a verdade.

Quanto ao crédito tributário, a pessoa, apesar de não ter bens, quer pagar, que quer limpar o seu nome para voltar a trabalhar. Mas ele não consegue pagar, a não ser dentro de regras já estabelecidas. Essa é que é a verdade.

V. Exª tem razão, mas não sei como. Portanto, peço a colaboração de V. Exª, de todos os Senadores, de todos os que têm interesse, que apresentem sugestões, quer por meio de emendas ou do diálogo sempre franco, leal e aberto. Assim iremos proceder para melhorar essa lei de falências que veio da Câmara, que tem como objetivo modernizar as relações e dar mais agilidade. Ela não tem só o cunho econômico.

Digo que não devemos olhar essa lei só pelo lado econômico, mas também para o conteúdo social, porque ela tem que defender o trabalhador, não pode colocá-lo num plano secundário, não coloca, mas está deixando em dúvida muitos aspectos, não só quanto ao direito do trabalhador, que precisam ser esclarecidos.

Quando uma empresa é fechada, muitos perdem o emprego , famílias perdem o seu sustento. Essa é a verdade. Então, a lei deve ter conteúdo econômico – como tem – , mas também um conteúdo social. É essa a ótica da Relatoria para analisar e desenvolver o trabalho, qual seja, interpretar o sentimento da Casa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Presidente, perdoe-me, mas gostaria de fazer uma última observação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Senador.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Tudo demais é veneno. Penso que o trabalhador tem todo o direito, e temos que preservá-lo, pois é a parte mais fraca.

Mas tenho conhecimento, e vi recentemente, de algumas sentenças que são de arrepiar. O capital de uma limitada é limitada ao capital. No entanto, se ela quebrar, imediatamente a Justiça do Trabalho quebra esse limite e avança sobre os bens dos diretores. Está ótimo. Está bem. É preciso. Só que tal atitude inibe o investidor externo.

Vamos mais adiante: se uma dessas empresa for uma S. A. – eu vi um caso desses acontecer agora –, é limitado ao número de ações. No entanto, a Justiça avança também nesse caso,quebrando uma outra empresa, partindo para o patrimônio da segunda diretoria, que não tem nada a ver com a primeira, que faliu. Então, o exagero, às vezes, está sendo muito grande.

Cito um exemplo próprio: eu quis abrir uma filial em Portugal. Cheguei lá e me disseram que três anos viraria perpétuo, que não seria possível botar para fora; seria inadmissível. Não fiz. Saí de Portugal. Cheguei aos Estados Unidos e fui começar a estudar a empresa lá. O que aconteceu? Veio para mim um colégio já funcionando, e uma pessoa me mostrou o mapa social da região. E disse-me que eu não tinha nenhum trabalhador de determinada espécie, o que era obrigatório. Ele disse que estava se candidatando, e que eu não poderia recusá-lo. Eu fiquei danado da vida. Eu não posso recusar um trabalhador se eu não quiser contratá-lo? Não. Precisava seguir o mapa. No final, termina sendo antiprodutivo. Se quiser exagerar demais na defesa, termina sendo cerceador do capital, porque manda quem pode e obedece quem tem juízo. E o capital, que pode mandar, porque vai sair de um canto para o outro imediatamente, não vai e não fica, pondo fim aos investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Senadores, a Presidência quer agradecer, mas agradecer mesmo, a presença aqui do Dr. Afonso Santana Beviláqua, Diretor de Política Econômica do Banco Central; do Dr. Marcos de Barros Lisboa, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; do Dr. Daniel Krepel Goldberg, Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça; pela maneira pacienciosa, didática com que procuraram colaborar com os trabalhos da Comissão e de todos os Srs. Senadores, que fizeram perguntas objetivas. Estamos discutindo algo de interesse da sociedade. Sem dúvida alguma, estamos examinando uma matéria que pode ajudar o desenvolvimento do País. Essa é a verdade. Nesse sentido, não temos nenhuma pressa de Fórmula Indy, mas também não podemos agir a passos de tartaruga. A Lei de Falência está em vigor há quarenta ou cinqüenta e tantos anos. Não é possível. Vamos trabalhar dentro do tempo necessário para entregar ao País um bom diploma legal. É esse o nosso objetivo.

Muito obrigado a todos.

Até a próxima reunião, que será realizada na quinta-feira, dia 29, às 10h da manhã.

Eu fico comovido com a atuação, com a presença aqui, com o número de Senadores que estão comparecendo e dando vitalidade às nossas reuniões. Na quinta-feira, vamos analisar um projeto de interesse de Curitiba, de que é Relator o Senador Jorge Bornhausen. Vamos analisar a programação monetária do Governo para o primeiro semestre de 2004. O Relator está aqui, Senador Eduardo Suplicy. E, logo a seguir, se houver tempo, vamos continuar com as nossas audiências públicas.

Está encerrada a reunião de hoje.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h40min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e nove de janeiro de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e cinqüenta e cinco minutos do dia vinte e nove de janeiro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Serys Slhessarenko, Garibaldi Alves Filho, Pedro Simon, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Demóstenes Torres, José Agripino, Marco Maciel, Tasso Jereissati, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, falta justificada em virtude de missão política no Estado do Acre, Fernando Bezerra, Mão Santa, Romero Jucá, João Alberto Souza, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo e Almeida Lima. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 01-Mensagem Senado Federal nº 283, de 2003, não terminativa, que

"propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US$ 80,040,000.00 (oitenta milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Curitiba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Transporte Urbano de Curitiba II", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Jorge Bornhausen, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A Presidência passa a palavra ao Relator, Senador Jorge Bornhausen, para que proceda a leitura do seu parecer. Após a leitura, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Ney Suassuna e Osmar Dias. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto nos termos do PRS apresentado. È aprovado, ainda, pela Comissão, Requerimento de Urgência para a matéria; Item 02-Mensagem Senado Federal nº 02, de 2004, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2004", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do parecer pelo Senador Eduardo Suplicy, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto nos termos do PDS apresentado; Item 03 – Resolução S.F. nº 4, de 2003 (Projeto de Resolução nº 10, de 2003), não terminativa, que "autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a rolar as Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – LFTRS, decorrentes da 7ª e 8ª parcelas todas de precatórios judiciais", de autoria do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece parecer favorável aos Ofícios encaminhados e ao arquivamento da matéria. Após a leitura do parecer pelo Senador Eduardo Suplicy, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável aos Ofícios encaminhados e ao arquivamento da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da Convocação Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura.

Na pauta de hoje, há dois itens, ambos da competência privativa do Senado, podendo ser, portanto, apreciados independentemente da pauta da convocação extraordinária feita pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Item 1:

Mensagem do Senado Federal nº 283, de 2003, não terminativa, propondo ao Senado que seja dada autorização para uma operação de crédito externo com garantia da República do Brasil no valor equivalente até US$80.040.000.00 dos Estados Unidos da América entre o Município de Curitiba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID destinado ao financiamento parcial do Programa de Transporte Urbano de Curitiba II. A autoria é do Poder Executivo. A Relatoria é do Senador Jorge Bornhausen, a quem concedo a palavra para leitura do seu parecer.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL-SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a análise do projeto revela que os limites de endividamento da União estipulados na Resolução nº 96 estão atendidos.

O parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie. Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam do Plano Plurianual da Prefeitura de Curitiba para o período 2002/2005.

No parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, são fornecidas e disponibilizadas informações acerca da Prefeitura do Município de Curitiba no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições de natureza financeira e processual estipuladas nas resoluções do Senado Federal.

O referido parecer, anexo ao ofício encaminhado ao Senado, ressalta que a operação de crédito pretendida pelo Município atende aos limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43.

Voto:

Em conclusão ao pleito encaminhado pela Prefeitura de Curitiba, encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nº 96, de 1989, e nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para contratação da operação de crédito externo pretendida nos seguintes termos do projeto de resolução.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º. É a Prefeitura Municipal de Curitiba autorizada a contratar operação de crédito externo com garantia da União com o Banco

Interamericano de Desenvolvimento – BID – no valor de US$80.040.000.00 dos Estados Unidos da América.

Parágrafo único: Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Transportes Urbanos de Curitiba II.

Art. 2º. A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

Credor: BID

Garantidor: República Federativa do Brasil

Valor: ienes japoneses equivalentes a US$80.040.000.00 na data da aprovação do empréstimo pela Diretoria do BID

Prazo de desembolso: cinco anos a contar da data da assinatura do contrato

Modalidade de empréstimo: empréstimo do mecanismo unimonetário

Amortização: em trinta parcelas semestrais consecutivas e tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira em 15/08/2009 e a última, em 15/02/2024

Juros: exigidos semestralmente, calculados com base no custo dos empréstimos qualificados em ienes japoneses com taxas de juros ajustáveis, contraídos pelo banco no semestre anterior acrescidos de margem fixada periodicamente pelo BID. Previamente, o primeiro desembolso poderá ser exercido pelo mutuário, com a anuência do garantidor, opção da taxa de juros aplicável ao empréstimo por uma taxa de juros baseada na taxa **libor**.

VIII. – Comissão de compromisso: inicialmente em 0,25 ao ano, podendo ser alterada até 0,75 ao ano, conforme a revisão semestral do BID exigida semestralmente sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato.

IX. – Comissão para inspeção e supervisão: inicialmente não será cobrada, mas, conforme revisão periódica do BID, poderá ser exigida por semestre.

Art. 3º. Fica a União autorizada a conceder garantia à Prefeitura Municipal de Curitiba na operação de crédito externo, referida no art. 1º desta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no c**aput** fica condicionada a que a Prefeitura Municipal de Curitiba vincule como contragarantias da União os recursos de que tratam os art.s 156, 158 e 159, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas mediante formalização de contrato de contragarantia, podendo o Governo Federal reter importâncias necessárias diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município.

Art. 4º. O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir da publicação desta Resolução.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório e o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, pela leitura do relatório, os Membros da Comissão podem perceber que o voto do eminente Relator, Senador Jorge Bornhausen, é favorável à Mensagem do Poder Executivo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra primeiramente ao Senador Ney Suassuna, que a havia solicitado anteriormente, e, em seguida, ao Senador Osmar Dias.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Relator, em princípio, eu estava com o desejo de pedir vista do projeto, mas votarei favoravelmente à matéria na Comissão. Esclarecerei minhas dúvidas no interregno da tramitação do projeto entre a Comissão e o plenário. Se por acaso persistir alguma dúvida, não estou hipotecando o meu voto no plenário, mas, neste momento, a Bancada do Governo e eu votaremos favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, o projeto prevê a autorização do Senado Federal para a contratação de empréstimo para a Prefeitura de Curitiba. Segundo o Relator, Senador Jorge Bornhausen, a matéria apresenta todas as condições quanto aos limites de endividamento e as condições técnicas requeridas pela Resolução do Senado.

Portanto, quanto às condições de endividamento e àquelas requeridas pela Resolução do Senado, não há nada a se contrapor ao pleito da Prefeitura de Curitiba.

É preciso registrar a importância do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, peço a V. Exªs que prestem atenção.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Esse é um projeto que não atenderá apenas a Curitiba, mas à região

metropolitana de Curitiba, porque pretende modernizar os transportes entre o Bairro do Pinheirinho e o Bairro do Atuba, em uma extensa área que passa inclusive pela rodovia que liga Curitiba a São Paulo, onde o trânsito é muito intenso. Isso desafogará o centro de Curitiba e também permitirá um acesso mais facilitado aos moradores da região metropolitana. Somando-se a população da região metropolitana, chega-se a aproximadamente 33% da população do Estado do Paraná. Portanto, a concentração da população naquela região metropolitana exige soluções modernizadoras do transporte coletivo para a cidade de Curitiba e região metropolitana.

Por essas razões, Sr. Presidente, como Senador do Paraná, participo desta reunião exatamente para dar o meu apoio ao pleito da cidade de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para cumprimentar o Senador Jorge Bornhausen por dedicar-se não apenas a apresentar o relatório, mas a estudar essa questão e propor as condições para votarmos favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria por unanimidade.

O SR. RELATOR (Jorge Bornhausen) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Relator.

O SR. RELATOR (Jorge Bornhausen) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de fazer um agradecimento muito especial a V. Exª, que realizou esta reunião em caráter extraordinário, atendendo a um pleito justo de uma Prefeitura que é modelo em todo o Brasil. Agradeço também a compreensão e a ação desenvolvida pelo Senador Ney Suassuna e, por fim, gostaria de pedir urgência para o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, não há necessidade de este requerimento ser feito por escrito.

A Ata registra apenas o pedido.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria está aprovada e segue para a Mesa em caráter de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de passar para o segundo item, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Peço desculpas, Sr. Presidente, pois tenho um compromisso urgente com a minha Bancada, que está reunida com o Ministro Nélson Jobim, para debater a Reforma do Poder Judiciário. Portanto, solicito que, se possível, seja votado agora o Item de nº 3, que é tranqüilo, atinente à rolagem das letras financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul e que tem como Relator o Senador Eduardo Suplicy.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passemos ao segundo item.

Item nº 2:

Mensagem nº 2, de 2004, que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2004. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Relator, para emitir parecer.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, pedi prioridade para o item três. Este é o segundo item.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O segundo item é rápido.

Senador Eduardo Suplicy, esta matéria é aquela de praxe. Se V. Exª puder apresentar seu relatório pela conclusão, uma vez que o texto se encontra à disposição de todos, a Mesa lhe agradeceria.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Acatamos a decisão de V. Exª. Tão logo o Relator emita parecer, aprovaremos a matéria, sem que ninguém fale.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sobre a Mensagem que encaminha o Presidente da República ao Senado, no tocante à programação monetária do primeiro trimestre de 2004, observamos que a programação monetária é consistente com o atual regime de política monetária dentro do sistema de metas para inflação com o comportamento esperado para o Produto Nacional, para o emprego e renda, para as taxas de juros e demais indicadores macroeconômicos. Todavia, cabe salientar que, diante dos resultados de taxas de crescimento do PIB abaixo de nossa potencialidade e taxas de desemprego ainda muito elevadas, será importante que as autoridades monetárias passem a considerar as metas de crescimento da economia e

do nível de emprego com a mesma importância que se está dando às metas de inflação.

Diante do exposto, concluo pela apresentação de projeto de decreto legislativo, aprovando a programação monetária para o primeiro trimestre de 2004, dizendo: "fica aprovada a programação monetária para o primeiro trimestre de 2004, nos termos da Mensagem Presidencial nº 2, de 2004.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão a matéria relatada pelo Senador Eduardo Suplicy.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O terceiro item trata-se de Resolução do Senado Federal, não terminativa, autorizando o Estado do Rio Grande do Sul a rolar as letras financeiras do Tesouro do Estado, decorrentes da sétima e oitava parcelas, todas de precatórios judiciais.

O Relator também é o Senador Eduardo Suplicy, a quem concedo a palavra para emitir parecer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – A Resolução nº 4, de 2003, do

SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – A Resolução nº 4 de 2003 do Senado autorizou o Estado do Rio Grande do Sul a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado, com o objetivo de liquidar 100% de sua dívida mobiliária vencida em 15 de maio e 15 de novembro de 2001, referente à sétima e à oitava parcelas de precatórios judiciais. Estabeleceu também, conforme o § 2.º do art. 2.º, nos termos do art. 3.º, que o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Central prestariam contas em referida operação ao Senado, mediante envio de informações em relatórios circunstanciados. O Banco Central e a Secretaria de Fazenda do Estado, em cumprimento às determinações, encaminham a esta Casa as informações pertinentes. O presente relatório atende aos requisitos estabelecidos pela referida resolução do Senado, presta as informações necessárias e comprobatórias do cumprimento dos procedimentos e demais condições, conforme relatado acima.

Portanto, o Governador Germano Rigotto aqui atende aos requisitos e, em face do exposto, manifestamo-nos favoravelmente aos ofícios de origem do Banco Central e da Secretaria da Fazenda, concluindo, em conformidade com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, pelos seus arquivamentos.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Brilhante parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em discussão o parecer.

Não vejo quem queira discuti-lo.

Vou colocá-lo em votação.

Está em votação o parecer do Senador Eduardo Suplicy.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o parecer.

Em conseqüência, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, a matéria vai ao Arquivo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Agradeceria se os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pudessem agora comparecer a nossa Comissão. Inclusive, Sr. Presidente, eu queria aqui fazer um acordo de procedimento com V. Exª, que tem sido tão atencioso com nossa Comissão. Observo que V. Exª convocou para o dia 5, quinta-feira da próxima semana, audiência pública com os Presidentes da Força Sindical e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). É isso mesmo? Porque, se assim o for, acho que será importante nós fazermos um entendimento. Porque normalmente dia 5 nós iríamos ali ouvir os Governadores do Mato Grosso do Sul e de Roraima sobre o episódio, lá, dos conflitos. E no dia 12 ouviremos os Ministros da Justiça e da Defesa Nacional sobre aqueles conflitos de áreas. Especialmente no dia 12, com os Ministros Márcio Thomaz Bastos e José Viegas Filho, que já confirmaram suas presenças, trata-se de uma audiência de grande relevância e interesse e preferiria que não conflitasse com a reunião eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sugeriria que pudéssemos acordar que, para o dia 12, ficaria a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sem conflito com a Comissão de Assuntos Econômicos, se porventura V. Exª avaliar como adequado, e aí reservaríamos o dia 5, eu não marcaria reunião, para que todos pudéssemos, já que há muitos que são de ambas as Comissões, então dia 5 daríamos toda a atenção à audiência pública que V. Exª já convocou. E para o dia 12 reservaríamos maior atenção à presença dos Ministros na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Se considerar adequado...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, a Mesa não quer ser indelicada com os nossos convidados, não é isso?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Prometo a V. Exª estudar a matéria, porque já temos uma agenda pronta como V. Exª tem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Certo. Depois da reunião, poderemos chegar a um melhor entendimento...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeitamente.

Antes de declarar encerrada a presente reunião, peço aos Srs. Senadores que compõem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que atendam ao chamamento do Presidente daquela Comissão, que fará audiência agora.

Teremos uma reunião no dia 3 de fevereiro, próxima terça-feira, quando aqui comparecerão, como nossos convidados, para audiências públicas referentes à chamada Lei de Falências, os Drs. Gabriel Jorge Ferreira e Fábio Ulhoa Cintra, respectivamente Presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban).

Esta reunião está marcada para a próxima terça-feira.

Nada mais havendo a tratar e agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado pelo comparecimento.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Quinta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em três de fevereiro de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia três de fevereiro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Flávio Arns, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Valdir Raupp, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, João Ribeiro, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Almeida Lima, Patrícia Saboya Gomes e Mozarildo Cavalcanti, e, ainda, a Senadora Heloísa Helena. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Pedro Simon, Jorge Bornhausen, Antero Paes de Barros e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, inicia-se a reunião, tendo como objetivo, em virtude da aprovação dos Requerimentos nº 01-CAE/04, de autoria do Senador César Borges, e nº 04-CAE/09, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, ouvir o Presidente da Federação Brasileira dos Bancos-Febraban, Dr. Gabriel Jorge Ferreira, e, em virtude da aprovação do Requerimento nº 06-CAE/04, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, ouvir o Dr. Fábio Ulhoa Coelho, Jurista e Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que "regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências". A Presidência solicita os convidados para se sentarem à Mesa e concede a palavra ao Dr. Gabriel Jorge Ferreira para dar início à sua exposição. Em seguida, é concedida a palavra ao Dr. Fábio Ulhoa Coelho para que faça sua exposição. Usam da palavra para interpelar os convidados os Senadores César Borges, Rodolpho Tourinho e Geraldo Mesquita Júnior, autores dos Requerimentos, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Heloisa Helena, Lúcia Vânia e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura.

Na pauta de hoje, teremos audiência pública com a participação do Dr. Gabriel Jorge Ferreira, Presidente da Federação Brasileira dos Bancos – Febraban, e do Dr. Fábio Ulhoa Coelho, jurista e professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores, pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências.

Tudo isso em atendimento aos requerimentos, já aprovados aqui nesta Comissão, de autoria dos Senadores César Borges, Rodolpho Tourinho, Geraldo Mesquita, com aprovação unânime de toda a Comissão.

Considerando que os convidados já se encontram na sala desta Comissão, peço à Secretaria que os conduza, para que tomem assento à mesa.

O Regimento Interno estabelece que as normas previstas para as comissões sejam adotadas, por analogia, quando de audiências públicas. Então, nesta reunião adotaremos as normas previstas para a reunião das comissões.

Inicialmente, nossos convidados farão suas breves exposições. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Srªs e pelos Srs. Senadores inscritos.

Cumpre lembrar que, de acordo com o Regimento, quanto às perguntas, têm preferência os autores do requerimento; depois, será obedecida a ordem de inscrição. O Senador interpelante dispõe de três minutos, sendo assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Em primeiro lugar, concedo a palavra ao Dr. Gabriel Jorge Ferreira para que faça sua exposição.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Sr. Presidente, muito obrigado.

Preparei um texto em que tento abordar os principais aspectos do projeto. Se porventura o tempo de exposição for além do que V. Exª julga normal, interromperei a leitura e passarei a fazer comentários sobre os itens, baseado nos tópicos que preparei.

Inicialmente, bom dia, Srªs e Srs. Senadores. É sempre uma grande honra comparecer ao Congresso Nacional para, de alguma forma, prestar alguma contribuição aos assuntos aqui discutidos.

Ao longo da minha gestão à frente da Febraban, tive a honra de receber diversos convites de comissões do Congresso Nacional para trazer a esta Casa algum tipo de contribuição, ainda que modesta, para a discussão de temas relevantes para o nosso País.

A possibilidade de participar da discussão de um projeto de tão grande relevância, como o que trata da recuperação judicial e extrajudicial das empresas, é tão importante que prefiro até que a ementa denomine essa legislação de projeto de recuperação das empresas.

É motivo de grande satisfação participar dessa discussão, porque ela trata de mudanças extremamente necessárias para preservar unidades produtivas essenciais ao progresso do País e para evitar que se perpetue o que se transformou na indústria falimentar, que tantos prejuízos impôs ao Brasil.

Há quase onze anos acompanhamos com grande empenho e interesse a tramitação desse projeto, na expectativa de assistirmos a uma reversão desse cenário e à inauguração de uma nova época de recuperação judicial e extrajudicial de empresas do nosso País, com menos falências.

O substitutivo adotado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados introduziu algumas inovações importantes e positivas em relação ao projeto de lei em discussão, mas ainda apresenta dispositivos que podem comprometer as condições para a recuperação de empresas e a tão desejada redução das falências em nosso País, especialmente aquelas em que seus responsáveis são credores privilegiados.

Se o objetivo principal que estamos perseguindo é a recuperação de empresas que se encontram em dificuldades conjunturais ou estruturais, é muito importante que acionistas, controladores e administradores também estejam engajados nesse comprometimento, sob pena de prejudicar a eficiência do processo de recuperação de empresas.

Além disso, precisamos criar condições efetivas para que a empresa em dificuldade continue podendo receber créditos que possam ajudar no seu reerguimento, de forma a manter a função produtiva, o emprego dos trabalhadores e a capacidade contributiva.

O modelo de classificação dos créditos na nova legislação inovou ao colocar em igualdade de condições, por exemplo, os créditos gerais com o crédito fiscal, dando, portanto, maior segurança aos credores que canalizaram recursos da sociedade ou da poupança pública, no caso das instituições financeiras, para o financiamento das atividades produtivas.

A percepção da diminuição do risco do crédito, causado por essa modificação, tão logo a lei de recuperação de empresas seja compreendida e comece a ser aplicada, certamente irá constituir-se num fator importante de redução do custo-dinheiro praticado no Brasil.

A eficiência do procedimento de recuperação judicial de empresas depende também da efetiva participação da Fazenda Pública nesse processo, pois o Fisco também deve integrar o conjunto de credores, participando das assembléias, ajudando nas discussões. Desse modo, será possível viabilizar e agilizar a recuperação da empresa ou, então, a rápida realização de todo o seu ativo, incluindo os intangíveis, que são a clientela, os mercados em que ela atua, os nomes e as marcas comerciais e, por que não dizer, o próprio conjunto de trabalhadores que forma realmente o grande núcleo de sucesso da empresa, tudo isso dentro de um processo de grande transparência.

O legítimo objetivo do projeto, de viabilizar pelo mecanismo de recuperação a manutenção da atividade empresarial e, conseqüentemente, a manutenção dos empregos por elas gerados, requer alterações no arcabouço legal da proteção atualmente dada ao crédito fiscal.

Os Srs. Deputados, ao aprovarem o texto desse projeto, mostraram compreensão da questão, colocando em pé de igualdade, até o limite do valor dos bens dados em garantia, os créditos com garantia real e os créditos tributários, de modo que a Fazenda Pública possa dar a sua parcela de contribuição em prol do processo de recuperação das empresas.

Na essência, o mesmo fenômeno ocorreu na solução encontrada para a chamada sucessão tributária, com a liberação do comprador de bens de estabelecimentos em regime falimentar, adquiridos em hasta pública, do encargo da sucessão da responsabilidade tributária, que era um grande empecilho na viabilização de levantamentos de falências.

Os créditos fiscais, a nosso ver, deveriam receber o mesmo tratamento dos demais créditos na recuperação judicial, pois é fundamental que o Poder Público, como já mencionei, também dê sua contribuição nesse processo de recuperação judicial.

Na maioria dos casos, as empresas que solicitam concordata ou que têm a falência decretada apresentam um passivo tributário muito elevado.

Caso o Senado entenda que deva ser mantida essa condição privilegiada para o Fisco, dever-se-ia pensar no estabelecimento de algum limite, que impedisse, por exemplo, de se continuar apurando o montante de responsabilidades tributárias, justamente no momento em que a empresa atinge o seu pico de crise, ou seja, no momento em que ela vá buscar a possibilidade de uma recuperação extrajudicial, antes que possa sobrevir a sua falência.

Ao permitir a formação de dívidas muito elevadas, o Fisco compromete a possibilidade de recuperação da empresa, em detrimento de todos os demais credores, principalmente dos créditos trabalhistas.

Portanto, trata-se aqui de uma questão de interesse público, que é garantir um sistema de justiça equilibrada entre os contribuintes.

No tocante aos créditos trabalhistas, gostaria de fazer aqui algumas considerações bem específicas sobre o tema.

Na proposta que tramitou no Congresso Nacional inicialmente, o debate sobre o limite de R$30 mil, que tinha sido proposto por crédito trabalhista, foi marcado por uma forte polêmica, que eu diria até um pouco de cunho emocional. Infelizmente, a pretexto de se proteger o pequeno trabalhador, o pequeno credor trabalhista, para que receba a integralidade de seu crédito, eliminou-se qualquer limite, em função do que se permitiu que administradores, controladores, certamente responsáveis pela má gestão, pela administração incompetente ou temerária, recebessem proporcionalmente um quinhão maior do que os trabalhadores. Porque, embora a proporção seja a mesma, por terem remuneração muito mais elevada que os demais trabalhadores, eles vão receber muito mais.

Se houver interesse efetivo na correção dessa falha, que nos parece grave e prejudicial aos trabalhadores, penso que seria necessário estabelecer um novo limite de pagamento dos créditos trabalhistas em relação aos cotistas, aos acionistas, aos gestores das empresas e aos parentes até determinado grau, por exemplo, criando um teto de 150 salários mínimos para esses credores trabalhistas, que não se enquadram na categoria geral dos trabalhadores que não têm qualquer vínculo ou envolvimento com a gestão da empresa, sob pena de, se isso assim não for feito, aviltar-se a parcela a que os empregados terão direito a receber no rateio.

Essa simples operação evitaria um expediente muito usado que beneficia muito mais os controladores e administradores do que os trabalhadores em geral.

Falarei agora sobre recuperação judicial e extrajudicial.

Uma legislação falimentar que admita a condução do processo de negociação de dívidas e de recuperação de empresas fora do ambiente judicial possibilita ganhos de tempo, custo e agilidade.

A Lei de Recuperação de Empresas, como insisto em chamá-la, em designá-la, permite aos credores e ao devedor a solução da crise econômico-financeira, por meio de sua recuperação extrajudicial, por meio de acordos com características privadas, sob a fiscalização dos órgãos do Estado.

O atual modelo de concordata, que é um modelo de favor – um favor legal, portanto, de caráter eminentemente processual – concedido ao devedor, mudará para o regime jurídico de natureza contratual, decorrente de negociação do devedor com os credores, sendo conduzido judicial ou extrajudicialmente. Nesse último caso, com a possibilidade de homologação judicial do acordo para a extensão dos seus efeitos aos eventuais não subscritores ou participantes do acordo.

O sistema a ser implantado deve respeitar as garantias reais e os direitos dos credores por meio de regras estáveis e transparentes. O exercício dos respectivos direitos somente deve ser subordinado a regime distinto do originalmente contratado e, ainda assim, por período determinado e razoável na hipótese de adoção de procedimentos de recuperação da empresa, porque, aí, sim, as partes convencionam de que forma os créditos serão classificados, os prazos para as solvências das obrigações, enfim, todas as condições que viabilizem a efetiva recuperação da empresa nos termos do plano apresentado.

Esses procedimentos devem incluir a transferência da empresa para outros empresários em condições de melhor administrá-la, desde que fiquem asseguradas aos credores as garantias da permanência dos mesmos direitos, de forma a que a empresa possa prosseguir funcionando em condições de eficácia e de eficiência.

Um dos grandes obstáculos, como mencionei, na busca de soluções negociadas para processos de quebra tem sido o nível de responsabilização dos sucessores, sobretudo, com relação a débitos contingentes de natureza fiscal e trabalhista. Se adotarmos um regime de recuperação de empresas envolvendo a sua transferência a terceiros e condicionado à demonstração não só de que é viável tecnicamente, mas também de que apresenta os menores custos sociais, não se justifica manter o excessivo grau de responsabilização daqueles que, em benefício da economia e da sociedade como um todo, poderiam dar curso aos negócios da companhia.

No que tange aos créditos fiscais, a solução justa para os sucessores deve considerar privilegiados apenas aqueles valores já objetos de inscrição em dívida ativa no momento em que foi decretado o regime de quebra, sob o risco de que os novos empreendedores, ao assumirem com um passivo a descoberto e crescente, não conseguirão também viabilizar o projeto de recuperação da empresa.

Portanto, a legislação fiscal deve contemplar também a possibilidade de parcelamento do crédito tributário na hipótese de recuperação da empresa, inclusive mediante sua transferência total ou parcial a outro empreendedor, a outro empresário.

O projeto sobre recuperação de empresas traz novos conceitos, muito criativos e eficientes que objetivam recuperar a empresa com maior agilidade, segurança e transparência para os credores e, em última instância, para a sociedade. Nele se prevê a instituição de uma assembléia de credores – portanto, um órgão de deliberação colegiada – formada pelos credores de todas as categorias com garantia real, com privilégio geral ou especial, como os trabalhistas. E insisto: também o crédito fiscal deveria ser um participante desse processo colegiado de tomar decisões em relação à empresa.

Na assembléia geral de credores, o plano de recuperação precisa ser aprovado por todas as classes de interessados: trabalhadores, credores com garantia real ou com privilégios reais, inclusive o Fisco, credores quirografários ou com privilégios especiais ou subordinados. Cada classe, porém, deve deliberar por maioria dos créditos presentes na Assembléia, e o voto dos credores em cada classe deve ser proporcional ao valor do crédito de cada um.

A administração da empresa em recuperação será compartilhada, em situações normais, entre um comitê de credores e o empresário, de modo que atos de gestão, deliberados em assembléia, contem com a anuência do controlador, assegurando-se aos credores direito de veto nas matérias previstas no plano de recuperação. Ou seja, uma perfeita harmonia entre interesse de credores – interesses de todos os tipos – e o empresário, no sentido de realmente criar condições para que a empresa recupere-se e se desenvolva.

Para facilitar e tornar-se mais viável o processo de recuperação da empresa, terceiros que venham a participar mediante a concessão de créditos novos, portanto, novos aportes de recursos à empresa, devem contar com a garantia de que esses créditos terão tratamento diferenciado, e não estarão disputando os ativos da massa com os créditos dados anteriormente ao processo de recuperação.

A participação de todos os credores no processo de recuperação impede ainda o desmembramento prematuro do ativo da empresa, em razão da ação de um ou mais credores. É preciso que exista uma verdadeira comunhão de esforços de recursos para evitar que a empresa seja fracionada, o que inviabilizaria a sua recuperação.

Todos esses critérios e procedimentos atendem ao princípio básico de que em leis dessa natureza deve-se assegurar ao credor – e aqui repito, todos os credores, inclusive trabalhadores e fisco – a máxima participação na administração da sociedade, com o fim de comprovar a viabilidade e o cumprimento do plano de pagamento das obrigações, abrangidas no plano de recuperação, assegurar a realização ótima dos ativos, ou devedor, em caso de liquidação; identificar os instrumentos mais apropriados e presidir a sua efetiva implementação em caso

(Falha na gravação)

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Posso continuar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, pode continuar.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Há um item importante que chamaria aqui de "desjudicialização" do processo de recuperação. Deve merecer particular atenção no projeto a questão da dinâmica da economia e dos mercados, cabendo, a propósito, as seguintes considerações: uma empresa em crise econômica e financeira não pode, em nenhuma hipótese, ficar à mercê da morosidade do Poder Judiciário, uma vez que seus bens, seus valores, sobretudo os intangíveis – e repito, os trabalhadores também fazem

parte dos intangíveis, porque são pessoas treinadas, qualificadas, portanto, estão a serviço da produção, a serviço do crescimento da empresa – , perderão valor rapidamente, como é o caso do nome, da clientela, da marca, da posição no mercado, dos pontos comerciais etc.

Para evitar a destruição desses bens e comprometer a recuperação, é preciso restringir ao mínimo necessário o papel dos órgãos do Estado, abrindo a condução dos procedimentos e a participação nos respectivos processos rescisórios, prioritariamente, aos credores, legítimos interessados na melhor solução possível para agilizar a recuperação da empresa.

A adoção do plano de recuperação ou a decisão quanto à liquidação da sociedade deve sempre se amparar em deliberação dos credores, reservada ao Estado a verificação, em cada caso, da regularidade formal e material dos respectivos procedimentos, abrangendo a obediência, a ordem de preferência, a observância do tratamento eqüitativo entre os credores de uma mesma classe, a licitude dos procedimentos adotados pelos credores e a satisfação dos quoruns de deliberação estabelecidos em lei para a tomada de decisões nas assembléias de credores.

Para aprimorar o tratamento dessa questão, o projeto poderia, em especial, aprofundar a "desjudicialização" do processo de recuperação com duas mudanças. O Ministério Público deve agir como fiscal da lei, saindo, portanto, das fases não essenciais do processo de recuperação. A intervenção dele deve restringir-se à fiscalização da legalidade dos atos praticados, sobretudo quanto à defesa dos interesses públicos e à iniciativa processual em caso de prática de crime.

Devemos também, para que a nova legislação realmente surta os efeitos que todos esperamos, pensar na criação de varas ou câmaras de arbitragem especializadas nessa matéria, que, formadas por profissionais com conhecimentos específicos, além do direito e da visão, financeira e econômica, de mercado dariam aos casos que lhes fossem apresentados soluções, agindo com a rapidez e a eficiência necessárias.

É muito importante que o tema da recuperação judicial seja tratado com clareza e precisão, a fim de assegurar a plena aceitação do mecanismo pela sociedade como forma de agilizar a condução dos processos de recuperação da empresa e desafogar o Judiciário.

Na medida em que forem adotados modelos de processo de recuperação e de falência, inclusive mediante a transferência total ou parcial a terceiros, parece conveniente a adoção de um regime de juízo universal, vedando-se de imediato alienações ou disposições de bens ou direitos pelo devedor e determinando-se a suspensão das ações em que seja parte. Essa regra também se aplica nas ações relativas à execução de bens, ainda que com garantias reais, com o intuito de, mediante a visão integral do processo, identificar a forma mais apropriada de alcançar a sua recuperação.

Durante todo o processo de recuperação da empresa, profissionais especialistas em análise e reestruturação de empresas certamente serão contratados para efetivá-las. Ainda que sob a orientação do plano de recuperação, tais profissionais precisam ter a segurança de que não serão responsabilizados pelos atos praticados durante o processo de recuperação, nem por seu eventual insucesso, exceto, é claro, nos casos de dolo, má-fé, imperícia ou atitudes temerárias.

No tocante às pequenas e às microempresas, é preciso também que haja um procedimento diferenciado e sumário compatível com o porte e a menor complexidade dos negócios, como, aliás, já contempla o projeto. Tratando-se de segmento da economia responsável por uma fonte geradora de empregos, é preciso efetivamente propiciar não só condições de acesso creditício a essas empresas, mas também um regime extremamente simplificado e diferenciado de recuperação.

Questão importante que deixou de ser contemplada no projeto é a da reciprocidade em relação à legislação comparada ou à legislação estrangeira, **(Falha na gravação)** disposições que permitissem a outorga de tratamentos recíprocos entre juízos de falência de diferentes Estados estrangeiros, até mesmo com celebração de acordos para a aplicação em função de normas internacionais, disciplinando a jurisdição, o reconhecimento de decisões estrangeiras e hipóteses de cooperação e assistência entre os sistemas dos diversos países.

Finalmente, faço uma colocação específica sobre os efeitos desse projeto em relação ao crédito e às taxas de juros do Brasil. O crédito do Brasil representa, em relação ao PIB – Produto Interno Bruto, cerca de 1/3 do percentual concedido nos países desenvolvidos, e as nossas taxas de juros estão entre as mais altas do mundo.

Um dos principais problemas que dificultam e encarecem a concessão do crédito em nosso País para os tomadores é exatamente a dificuldade de execução judicial de garantias. Existe uma relação muito clara entre garantia e taxas de juros, ou seja, quanto mais eficiente ou melhor a garantia, menor a taxa.

As menores taxas de juros para pessoas físicas ocorrem nos empréstimos para financiamento de veículos com alienação fiduciária e naqueles cujo pagamento é descontado em folha, ou seja, garantidos pelo salário do tomador, como aconteceu recentemente

com a edição da legislação que permite a concessão de empréstimos com consignação em folha.

No crédito, as pessoas jurídicas e as empresas maiores que podem oferecer garantias e representam um risco quase zero beneficiam-se de taxas extremamente menores. A legislação bancária estabelece que, na outorga do crédito com recursos do público, com recursos de terceiros confiados às instituições financeiras, é vedado às instituições financeiras, por exemplo, operar sem garantias suficientes e adequadas que possibilitem a rápida recuperação do crédito.

A boa técnica bancária imposta pela lei visa, em última análise, à saúde do sistema financeiro, protegendo os milhares de poupadores que confiam o seu dinheiro à administração dos bancos. A gestão temerária de instituição financeira, como não poderia deixar de ser, sujeita o gestor da instituição a severas sanções, inclusive no âmbito do Direito Penal.

Num país onde as garantias dadas para a obtenção de crédito perdem valor ou ficam submetidas a interesses de terceiros ou a um Judiciário extremamente moroso, quando a empresa entra em dificuldades, há poucas chances de se construir um sistema eficiente de concessão de crédito. Se as instituições financeiras concedessem empréstimo em uma situação dessa, os dirigentes poderiam ser acusados de gestão temerária. Além disso, uma política de crédito sem qualidade das garantias compromete a avaliação da instituição financeira no mercado. Mal avaliada, a instituição perde a confiança de depositantes e investidores no País e no exterior e passa a ter um custo mais elevado de captação de recursos que inviabiliza a sua capacidade de competir no mercado.

Por todas essas razões, o respeito às garantias creditícias é uma questão absolutamente essencial para a ampliação de crédito e redução de taxas de juros no Brasil. Não poderíamos continuar ignorando essa realidade num projeto de lei tão importante. Qualquer investidor que tiver de escolher entre duas empresas para emprestar ou investir dinheiro, sabendo que uma delas está em um país onde há regras claras que garantem o retorno do investimento e outra opera num país onde as leis comprometem a execução das garantias, certamente ele irá eliminar a última de sua carteira. As empresas que não estão em dificuldades, mas dependem de empréstimos para alavancar seus negócios, também são prejudicadas pela dificuldade de aceitação e de execução de garantias.

O Professor Antonio Gledson de Carvalho, do Departamento de Economia da USP, concluiu, em abril de 2003, um estudo que mostra que, se a nova Lei de Falências permitisse aos bancos reaver ao menos metade dos créditos hoje considerados irrecuperáveis, derrubaria os juros em até 33%. O mesmo estudo provou, ainda, que o Brasil é um dos países que menos protege os credores, ou seja, é um País com a pior qualidade de crédito.

Portanto, do ponto de vista econômico, a Lei de Recuperação de Empresas deve configurar um regime regulatório que garanta a transparência e assegure aos credores tranqüilidade para financiar empreendimentos na certeza de que poderão recuperar seus créditos ou executar as respectivas garantias. Os riscos a serem administrados pelos credores já são expressivos, mesmo limitando-se ao crédito, ao ambiente de negócios e de mercado e as vicissitudes econômicas, de modo geral, não podem jamais se estender à esfera jurídica e legal.

O chamado risco jurídico, como ficou conhecida a impossibilidade de um credor se ressarcir de uma dívida líquida e certa devido a artifícios e estratagemas jurídicos, não é aceitável em nenhum país sério que queira ter credibilidade, melhor avaliação de risco e menores taxas de juros para garantir sua competitividade numa economia globalizada e cada vez mais concorrida.

Armando Castelar Pinheiro, economista pesquisador do IPEA, destaca, sobre esse aspecto:

No Brasil, a proteção insuficiente dos contratos e dos direitos de propriedade desencoraja investimentos e a utilização do capital disponível, além de distorcer o sistema de preços ao introduzir fontes de riscos adicionais nos negócios. No campo social, uma lei de recuperação deve oferecer condições de empresas em dificuldades serem reerguidas, não destruídas, se quiserem preservar o emprego e a capacidade de pagar impostos. Inverter essa realidade não resolve, mas agrava um problema que já é muito sério. A legislação tem de dar condições para as empresas continuarem funcionando, produzindo e faturando, e não serem sucateadas e assistirem a seus bens e valores intangíveis definharem. Somente assim será possível resgatar passivos, sejam trabalhistas ou fiscais, como as dívidas com fornecedores e credores em geral. Precisamos encontrar um ponto de equilíbrio entre credores e devedores, com ênfase no fortalecimento do crédito, na preservação do empreendimento, em benefício da produção, do emprego e da arrecadação tributária, além da proteção dos investimentos.

Nesse sentido, a defesa, pela Febraban, do tratamento igual para todos os credores, sem qualquer preferência ou distinção, não significa atuar em causa própria, em benefício dos bancos. Seria muito cômodo continuar não emprestando a empresas em dificuldades e deixando-as abandonadas à própria sorte. Mas esse não é, contudo, o objetivo do sistema financeiro.

Os estudos recentes, tanto no setor público quanto no privado, que objetivam dotar o ordenamento jurídico de melhores garantias e instrumentos mais eficazes de recuperação de crédito, estão focados na preocupação de reduzir a taxa de juros e de expandir a oferta de crédito. Esses objetivos centrais, perseguidos pelas reformas microeconômicas, são temas que estamos acompanhando, e o Governo vem dando a esses temas uma grande importância.

Para preservar os recursos e a confiança dos investidores e depositantes, a tendência dos bancos será evitar empresas em dificuldades enquanto não houver legislação adequada em termos de garantias dos empréstimos.

Se os trabalhadores e o Fisco e os empresários se unirem no sentido de buscarem essas condições que realmente melhorem a eficiência da função crédito pela melhoria das garantias e das condições de operacionalidade, temos certeza de que teremos uma legislação muito eficaz em matéria de recuperação de empresas. E a existência de garantias efetivamente executáveis é vital para ampliar a oferta de créditos, reduzir as taxas de juros e impulsionar a retomada do crescimento sustentado da economia brasileira. Não vemos outro caminho que assegure maior possibilidade de recuperação de empresas em dificuldades em nosso País.

Concluindo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o projeto sob o exame de V. Exªs traz avanços significativos na melhoria das regras para a efetiva recuperação de empresas em dificuldades econômicas e financeiras. O Senado Federal tem uma grande oportunidade de aprimorá-lo ainda mais, para darmos ao País uma legislação moderna, ágil e eficiente que propicie às empresas dela destinatárias plenas condições de continuarem contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País, mantendo e ampliando empregos, gerando rendas, continuidade e crescimento da produção e da capacidade contributiva de impostos.

Muito obrigado a V. Exªs pela atenção e me desculpe, Sr. Presidente, pelo tempo que excedi.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concluída a exposição do Dr. Gabriel Jorge Ferreira, imediatamente concedemos a palavra ao Dr. Fábio Ulhoa Coelho, Professor da Universidade Católica de São Paulo, para fazer a sua exposição.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Exmº. Sr. Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Srªs. e Srs Senadores, senhoras e senhores presentes, inicialmente, agradeço o honroso convite que me foi formulado para participar desta audiência pública. É uma grande satisfação e uma grande honra estar aqui, nesta manhã, contribuindo para o aprimoramento deste projeto de lei.

Qualquer proposta de reforma legislativa, Sr. Presidente, deve ser avaliada em razão dos objetivos pretendidos.

O objetivo que ser quer alcançar com a mudança da lei vai nos dizer se o projeto está bom ou não ou se atende àquilo que se quer.

São três os objetivos da reforma da Lei Falimentar. O primeiro é atualizar o texto da Lei de Falências, ainda de 1945 e editada no Brasil com uma realidade bem diversa da atual. É uma lei anterior aos surtos de desenvolvimento e de industrialização dos anos JK e ao do ciclo militar, privilegiou os interesses dos credores e não contemplou nenhuma medida eficiente de preservação da empresa.

Quanto a esse primeiro objetivo, entendo que o projeto é tímido porque, em primeiro lugar, mantém três vícios da Lei de 1945. O primeiro deles é a sua estruturação em torno do empresário individual, como se o devedor falido fosse, na maioria das vezes, um empresário, pessoa física. Hoje em dia – e isso já era em 1945 – é um vício que a lei mantém, e o projeto não é abrangente, pois a maioria das falências é de sociedades anônimas, de sociedades ilimitadas. No entanto, a lei toda é estruturada tendo em vista o empresário individual. Esse é um vício que continua no projeto.

Outro vício que o projeto herda da Lei de 1945 – que ele não resolve – é uma estrutura muito complexa com pouca sistematicidade. Para os profissionais da área, a Lei de Falências é de difícil manuseio – o projeto mantém esse vício – e continuará sendo, inclusive para os profissionais da área.

O terceiro vício que está na Lei de 1945 e que o projeto mantém é a previsão de atribuições ao Poder Judiciário, de competências estranhas ao seu perfil constitucional.

Faço uma ligação com o que foi falado pelo Dr. Gabriel Jorge Ferreira: a importância de se "desjudicializar" essa matéria.

Sr. Presidente, o projeto mantém esses três vícios. Mas penso que não é mais tempo de corrigi-los, pois são vícios que deveriam ter sido corrigidos no início. Para enfrentá-los seria preciso começar tudo de novo, na minha opinião, e são dez anos de trabalho, de esforço de toda a sociedade e dos parlamentares. Penso que são vícios que ou se combatem no início ou não se tem mais oportunidade de combater. Creio que podemos todos nos dar por satisfeitos com os avanços que o projeto traz, ficando para uma outra oportunidade, no futuro, a aprovação de uma lei que seja mais sistemática, mais moderna, no tocante a identificar a

figura do falido e que reserve ao juiz unicamente as atribuições próprias do seu perfil constitucional.

Quanto ao primeiro objetivo, o de atualizar a Lei de Falências, o projeto é tímido, mas contempla avanços. E não é o caso de retomarmos tudo de novo.

O segundo objetivo da reforma da Lei Falimentar está relacionado a uma questão, talvez, das mais importantes hoje no Brasil: o aumento das taxas de desemprego.

Esse problema, Sr. Presidente, evidentemente, não poderá ser resolvido pela Lei de Falências. Esta poderia dar uma pequena contribuição em relação a isso. O Projeto de Lei de Falências pode contribuir no combate ao aumento das taxas de desemprego com respeito à introdução, no Brasil, no Direito brasileiro, da figura da preservação da empresa. Mesmo que a reforma da Lei de Falências não trouxesse nenhuma outra mudança, apenas a introdução do instituto da preservação da empresa seria suficiente para justificar essa mudança, essa reforma da lei. Todos os países desenvolvidos já possuem há muito tempo mecanismos de recuperação da empresa.

A França, cujo instituto é de 1960, implantou importantes aperfeiçoamentos em 1984 e 1994, resultando no reerguimento, **redressement**, das empresas. Na Itália, durante a Segunda Guerra, instituiu-se um mecanismo de administração controlada das empresas que serve para a recuperação das empresas viáveis. Nos Estados Unidos, existe o famoso Capítulo XI do Código de Falências, que desde 1978 assegura a recuperação das empresas viáveis.

É necessária, Sr. Presidente, muita cautela para analisar o projeto de reforma da Lei de Falências nesse aspecto. A chave do sucesso de qualquer medida de recuperação de empresa está num instrumento chamado Plano de Reorganização da Empresa, que é a chave para a moralização ou desmoralização desse instituto.

Toda recuperação da empresa – e é importante termos isso presente – tem um custo, e esse custo é social. Quem arca inicialmente com o custo de recuperação da empresa é o credor, mas este o repassa para a sociedade, que o repassa também para os seus preços. Os bancos repassam esse custo social para seus **spreads**, daí os fornecedores praticam um preço mais alto para embutir uma taxa do risco de insolvência, de inadimplência e, agora, de recuperação da empresa. Enfim, é a sociedade que arca com o custo da recuperação de uma empresa.

É necessário, portanto, saber em que condições, em que momentos, em que oportunidades seria viável impor à sociedade um sacrifício correspondente a esse custo quando a empresa for viável.

Portanto, o plano de recuperação da empresa é a chave da moralização, ou não, desse instituto, porque, se esse plano for considerado apenas um papel a mais para ser juntado ao processo judicial, o instituto está fadado à desmoralização, e quem vai pagar a conta é a sociedade.

Na verdade, um conceito que deve ficar claro – e nesse ponto discordo um pouco da posição do Dr. Gabriel – é que não é qualquer empresa que deve ser recuperada a todo custo. Empresas atrasadas tecnologicamente, mal administradas, devem ser liquidadas, e entrar em falência. Os seus recursos materiais e humanos devem ser realocados em outras atividades para que a sociedade possa usufruir desses recursos em todo o seu potencial. É um equívoco imaginar que a lei deve trazer mecanismos para recuperar qualquer empresa em qualquer situação. A sociedade tem que pagar o custo da recuperação das empresas quando elas forem viáveis. Unicamente nessas hipóteses.

Para isso, Sr. Presidente, é necessária uma mudança que considero fundamental no projeto. É uma questão técnica, uma mudança muito sutil, muito pequena, mas – pretenderemos demonstrar isso – é uma mudança extremamente significativa. Hoje temos uma vinculação entre denegação da concordata e decretação da falência. O juiz não pode denegar a concordata sem decretar a falência. E a falência é ruim para todo mundo: é ruim para o devedor, para os credores, que não vão receber, e é ruim também para os empregados, que perdem seus postos de trabalho. Hoje em dia, qualquer um que pede obtém a concordata, porque a outra opção é péssima para todo mundo, péssima para toda a sociedade. O projeto vincula a denegação da preservação à decretação da falência. Se denegar o pedido de preservação, o juiz tem que decretar a falência. Isso é uma sistemática que vai desmoralizar o plano de reorganização. E mostrarei por quê.

Vamos nos colocar no papel do credor, que está na assembléia de credores para avaliar o plano de reorganização do devedor. Ele vai aprovar qualquer plano, porque se ele não aprovar no final um plano qualquer, o devedor vai falir, e ele não receberá nada mesmo. O juiz não é um **expert** nessa matéria. Ele vai receber um plano qualquer, homologado pela assembléia de credores, e vai dar a homologá-lo também.

É indispensável, Sr. Presidente, que o projeto de lei, que a nova Lei de Falências, permita que o juiz simplesmente indefira a recuperação sem necessariamente decretar a falência. Nessa situação, vamos poder tratar separadamente aqueles que têm um plano de viabilidade econômica sério daqueles que apenas têm um blablablá, apenas um papel cheio de informações genéricas, de números e tudo o mais. Na medi-

da em que o devedor ficar novamente na situação em que se encontrava antes, ou seja, tendo que honrar as suas obrigações, responder a pedidos de falências, responder a execuções, se ele não entregar um plano de viabilização séria, a tendência é que esses planos deixem de ser um mero blablablá.

Na França, em 1994, introduziram uma série de mudanças para moralizar o plano de reorganização, que é uma figura do Direito francês. Mas mantiveram essa vinculação. Em 2002, na campanha presidencial, um dos pontos de discussão de Jacques Chirac era uma nova mexida na lei da recuperação de empresas para moralizar os planos de reorganização nas empresas. A chave, o ponto nevrálgico, é a diferença entre termos uma mudança efetiva no quadro, ou não. Senão vamos só substituir a indústria da concordata pela indústria da recuperação judicial.

O terceiro e último objetivo da reforma da Lei de Falências está relacionado também com uma outra grande questão que o Brasil enfrenta hoje: a redução dos juros. Todos concordam que o nosso desenvolvimento, nosso almejado desenvolvimento econômico, está na dependência dessa redução. E essa mexida, essa mudança na Lei de Falências pode trazer uma contribuição pequena para a questão da redução dos juros. Isso, claro, está mais do que assentado nesta Comissão pelas audiências públicas anteriores, pela extraordinária exposição do Dr. Gabriel Jorge Ferreira: na medida em que se reduzem os riscos associados à insolvência, os riscos associados à inadimplência, as taxas de juros são reduzidas.

Em relação a esse terceiro objetivo, Sr. Presidente, o projeto de lei tem pontos positivos e negativos. Tem alguns dispositivos desse projeto de lei que estão na direção contrária à redução das taxas de juros.

Eu gostaria, mais uma vez, de referir-me à intervenção do Dr. Gabriel, à idéia que foi mencionada de que o Brasil é o País que menos protege os credores. Esse projeto de lei tem alguns dispositivos que estão reduzindo a proteção dos credores e, por isso, estão na contramão do objetivo da redução dos juros.

Quais são os pontos positivos, quais são os pontos que realmente devem permanecer na nova lei? Primeiro, a nova disciplina da venda dos bens do falido. Hoje em dia, os bens do falido são vendidos somente depois de uma série de providências que o processo judicial deve adotar. Isso faz com que os bens se deteriorem todos, e, no final, não haja bem nenhum para vender. A nova lei prevê que, decretada a falência, é feita a venda dos bens do falido, o que é uma medida positiva e merece todos os aplausos.

O segundo ponto positivo é a definição expressa de que o adquirente da empresa não é o sucessor do falido. Isso é essencial. Se quem vai comprar a empresa do falido assumir todas as dívidas do falido, o resultado será outra falência. É necessário que o adquirente adquira uma empresa sem o passivo falimentar, sem que fique responsável pelo passivo falimentar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E quem fica?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – É perda do credor, Sr. Presidente.

Se não for feito dessa forma, primeiro, não haverá interessados em adquirir a empresa, e o instituto será a mesma coisa que nada; segundo, se houver um interessado, serão dois falidos e não um só.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É um bom negócio comprar uma empresa neste estado: ela está montada, e não vou ser responsável por nada. Como é isso?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Passa-se a ser um bom negócio. Mas se não forem oferecidos bons...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Desculpe-me, mas gostaria que V. Sª me explicasse isso direito.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Explico.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sª é muito competente, e não posso ficar com essa complicação. Está meio confuso.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Se não oferecermos bons negócios, não aparecerá ninguém para comprar as empresas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ficarão todos ao léu.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Não. Ficarão todos ao léu se não houver um mecanismo de atração do interesse dos credores, de um adquirente da empresa, de alguém que possa pegar a parte boa desse negócio e transformar em algo produtivo para a sociedade, ficando a parte podre, os débitos, para trás.

Não há muito como fazer se o adquirente for sucessor do falido, porque, neste caso, ficará com as mesmas dívidas que o falido tinha, e essas dívidas já provaram impagáveis.

Esse é um instrumento positivo, que recomendo que continue no projeto de lei, para que se atinja o objetivo de contribuir para a redução de juros. Depois, poderemos, eventualmente, aprofundar um pouco mais.

Outro ponto positivo.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – V. Sª aplicaria esse mecanismo, por exemplo, a uma Encol da vida?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Sim, a qualquer empresa deveria ser aplicado. Por mais dura que seja a

situação dos credores, o credor de uma empresa que faliu terá prejuízo. Nenhuma lei vai resolver isso.

A falência de uma empresa é prejuízo para o credor. É por isso que se inventam instrumentos que evitam a falência. É por isso que se criam instrumentos para a preservação da empresa, mas não há como prever na lei que o credor deixe de receber seu crédito quando o devedor faliu.

Está claro? Alguém tem que pagar a conta. Se houver uma norma como essa, quem pagará a conta no final é toda a sociedade, por meio de um mecanismo de impostos e tudo mais. Não há como fugir disso.

Outro ponto positivo é o concurso de um para um entre os créditos fiscais e os créditos com garantia real, para alcançar o objetivo da redução dos juros.

O último ponto positivo que destaco é a definição como crédito subordinado dos titularizados pelos sócios da empresa falida. O crédito do controlador da sociedade falida, do sócio da sociedade falida, perante a sociedade, mesmo que seja garantido por uma hipoteca, será pago como subordinado em último lugar. Essa é uma medida extremamente importante para atingir o objetivo de contribuir para a redução dos riscos.

Mas existem, Sr. Presidente, como mencionei, outros dispositivos que vão na contramão desse objetivo. Primeiro, é o valor mínimo para o pedido de falência. O valor mínimo para o pedido de falência está na direção oposta da redução dos juros. Segundo, o aumento do prazo para a contestação, que é de 24 horas, passará para cinco dias. Essa medida também vai contra o objetivo da redução dos juros. O terceiro – e o que considero mais grave – é a simples apresentação do pedido de recuperação judicial como causa para impedir o afastamento da falência. A explicação de por que essas três medidas estão na contramão do objetivo da redução dos juros é a mesma: as três reduzem os direitos do credor e aumentam os riscos associados à inadimplência e à insolvência.

Na base da discussão, está a questão técnica de vocação do pedido de falência como ação de cobrança. Não pretendo cansar V. Exªs com longas explicações, mas muitos juristas dizem que o pedido de falência tem que ser tratado como algo diferente de ação de cobrança. A execução judicial não é a forma da ação de cobrança. O pedido de falência tem que manter sua vocação de ação de cobrança.

Se formos cobrar um crédito e perguntarmos ao credor se o faremos por execução judicial ou por pedido de falência, quando cabível, ele normalmente preferirá o segundo, que se mostra efetivo porque a execução judicial terá uma tramitação muito mais demorada, iniciando-se com a penhora de bens. Além disso, existe uma série de questões técnicas que retardam o recebimento do crédito. Isso não ocorre no pedido de falência porque ou o crédito é depositado ou tem-se o pedido de falência decretado, cabendo ao devedor buscar os meios para fazer o depósito.

Sr. Presidente, essa vocação do pedido de falência como cobrança tem que ser mantida se o objetivo é contribuir para a redução dos juros.

Sobre esse terceiro objetivo ainda quero fazer duas observações. A primeira é a seguinte: diversos bancos são meus clientes, e acredito que entendo um pouco como raciocinam. É bom não alimentar ilusões. Se o projeto de lei de falências for aprovado tal como está e com toda a expectativa da redução da taxa de juros, essa redução não será imediata e não ocorrerá nem depois da **vacacio** de 180 dias, no dia seguinte, porque o **spread** é calculado em função de projeções para o futuro, mas também em estatísticas passadas. Quando essas estatísticas estarão realmente retratando novas decisões judiciais que implicaram o recebimento por bancos de maior quantidade de seus créditos? Três, quatro, cinco anos? Pelo menos isso. Para que o **spread** bancário possa ficar "contaminado" pela nova realidade, precisaremos de algum tempo. Mesmo depois de passado esse tempo, talvez haja outros fatores que acabem postergando a tão almejada redução dos juros do **spread** bancário. Portanto, talvez seja necessário não alimentar tantas ilusões.

A segunda observação é que não se justifica priorizar a redução da taxa de juros em detrimento do atendimento aos direitos dos trabalhadores. A redução da taxa de juros beneficia a sociedade como um todo, e não é justo que quem pague por isso sejam apenas os empregados da empresa falida. Existem alguns dispositivos desse projeto que devem ser alterados para que, antes do pagamento de alguns créditos bancários, seja feito o pagamento dos direitos trabalhistas dos funcionários da empresa falida. A conta não pode ser apenas dos empregados porque o benefício é de todos. Isso se refere aos artigos 26 e 28, que dizem respeito ao pedido de restituição. Entendo que esses artigos devem ser alterados para que se crie uma exceção no sentido de garantir o recebimento do crédito trabalhista antes de os bancos receberem as restituições em dinheiro. No caso de a restituição ser em bens, a Constituição garante o direito da propriedade; se a restituição for em dinheiro, deve ser feito o crédito. Por que esse crédito deve ter tratamento superior ao crédito trabalhista?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor se refere a esse contrato de câmbio?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Ao contrato de câmbio, do artigo 28, e a outros como o leasing e alienação fiduciária em garantia, que estão no artigo 26.

Sr. Presidente, para encerrar, eu gostaria de passar-lhe às mãos 29 sugestões de emendas, que representam a minha modesta contribuição para o aperfeiçoamento do texto. As quatro primeiras referem-se aos pontos fundamentais que procurei assinalar nesta breve apresentação, outras às imperfeições técnicas que precisariam ser corrigidas para que a lei seja de boa qualidade, e seis delas dizem respeito a omissões do projeto, que devem ser supridas para que o texto alcance os objetivos esperados.

Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, pela atenção, muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de sugerir a V. Exª que o documento entregue seja distribuído aos membros da Comissão para exame.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Solicito à Secretaria que, dada as excelentes exposições feitas, se houver concordância de ambos os expositores, que as exposições – não só a do Dr. Gabriel – sejam fotocopiadas e distribuídas a todos os membros da Comissão, assim como as sugestões que V. Sª nos apresenta. As outras são direito autoral de V. Sª, mas como estão gravadas, se V. Sª permitir...

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Por favor, vim aqui para contribuir.

Peço desculpas por não ter trazido cópias, mas não tenho a estrutura da Febraban...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Fernando Bezerra, tão logo a Secretaria agilizar, o material – as exposições e as sugestões por escrito – será entregue a todos os membros da Comissão.

Por ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador César Borges e, em seguidas, aos Senadores Rodolpho Tourinho, Geraldo Mesquita, Heloísa Helena e Fernando Bezerra.

Senador Garilbaldi Alves Filho, por gentileza, inscreva-se.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Gabriel Jorge Ferreira, Dr. Fábio Ulhoa, efetivamente uma audiência pública como essa é de extrema valia para nós, Senadores, que estamos apreciando neste momento matéria tão importante para o País.

Acredito que tudo que ouvimos aqui, com certeza, nos levará a reflexões profundas sobre esse assunto, na tentativa de aprimorarmos esse projeto que sabemos importante para a Nação brasileira. Afinal, o que o País precisa hoje é de crescimento econômico com geração de empregos, um dos objetivos dessa lei.

Receamos que o projeto de reestruturação de empresas não atenda realmente a seus objetivos, se ela não for aprimorada e se não houver compromissos firmes por parte do Poder Executivo no sentido de que essa lei seja devidamente aplicada. Não vamos chamá-la de lei de falência, o que foi muito bem colocado pelo Dr. Gabriel Ferreira, pois o que queremos é um projeto que possa permitir às empresas brasileiras sobreviver e gerar dividendos sociais para toda a sociedade.

A taxa de juros está em evidência na mídia nacional. Abri o jornal e li que um dos maiores bancos brasileiros obteve um lucro de mais de R$2,3 bilhões, o que representa um crescimento de 14%. A economia brasileira não vai crescer praticamente nada este ano, mas um banco obteve um lucro de 14%. É claro que houve o empenho de modernização e a competência do banco, contudo, sem sombra de dúvida, uma parcela do lucro veio do **spread** bancário, na qual está embutida a taxa de lucratividade do banco, que, segundo dados do Banco Central, é de 37%, acima de qualquer outra.

Por outro lado, ouvi V. Sª dizer que as taxas de juros dependem do Governo. A taxa Selic depende do Governo, que é quem a fixa. E verificamos agora que o Governo praticamente parou a política gradual de diminuir a taxa Selic. No entanto, quanto ao **spread**, foi dito aqui pelo Diretor do Banco Central, Afonso Beviláqua, que essa é uma questão de mercado, que o Banco Central não pode efetivamente fazer absolutamente nada, que é um mercado livre, quando sabemos que não é. Sabemos que esse é um mercado quase cartelizado. E o tomador fica nas mãos dos **spreads** fixados pelo Banco, que têm essas inferências do passado, do futuro, da instabilidade do País, conforme mencionado pelo Dr. Fábio Ulhoa Coelho, e se o Banco Central terá ou não autonomia. Ou seja, na verdade, o Banco coloca ali todos os riscos possíveis e imagináveis, e quem paga é o credor.

Chegamos a uma grande contradição. Se, por um lado, os bancos querem certeza e liquidez do seu recebimento – e é justo que seja assim – , por outro lado, cobram juros, impagáveis hoje pela economia do nosso País, que impedem a sobrevivência das nossas empresas, cobram risco de nossos empresários e da pessoa física. Com isso, desestimulam-se todas as atividades econômicas, do varejo ao comércio – mais uma estatística mostra que o comércio varejista de São Paulo continua em queda – , o que contribui, sem sombra de dúvida, para a falência de muitas empresas brasileiras. Qualquer administrador de uma instituição de crédito sabe que esses juros são impagáveis em uma economia que se encontra estagnada como a nossa, que tem dificuldades imensas no mercado para avan-

çar e para crescer. Temos uma inflação que se está tentando controlar, e, por outro lado, pagam-se juros reais que são o dobro da inflação. Tira-se dinheiro para pagar esses juros deixando de pagar o trabalhador ou deixando de pagar as dívidas tributárias, deixando de pagar o Governo, que é um bom cobrador – aliás, nunca vi um Governo tão ávido por impostos como o atual. Isso ocorrerá como um elemento gravíssimo para a sobrevida das empresas brasileiras.

Uma vez ouvi o Dr. Gabriel Jorge defendendo a necessidade da redução efetiva dos juros. Aprovada a Lei de Falências, o lucro do banco baixará efetivamente para 37,5% na composição do **spread**? Assim como o Dr. Fábio Ulhoa Coelho, não acredito que ele baixe. Por outro lado, o Banco Central diz que não tem nada a ver com isso. V. Sª disse que era com o Governo; o Governo fala que é com os bancos. Quer dizer, ficamos nessa incerteza.

A idéia é aprovar uma Lei de Falências que permita a retomada do crescimento econômico, com taxas de juros menores, é o que todo brasileiro deseja. Infelizmente, não temos essa certeza. Dr. Fábio, V. Sª falou que as taxas baixariam efetivamente. Indago de V. Sª como seria possível isso estar embutido nessa lei, cujo objetivo é facilitar a recuperação das empresas e proporcionar um futuro melhor para a sociedade brasileira.

É essa a intervenção que faço, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela direção da pergunta de V. Exª, concederei a palavra primeiramente ao Dr. Gabriel Jorge.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Senador César Borges, com muito prazer, procurarei responder as colocações de V. Exª.

Primeiramente, o nível das taxas de juros praticadas no mercado é variável, em função da modalidade de operação, e tem muito a ver com o que mencionei sobre a qualidade das garantias e o tipo de crédito que está sendo dado. Se observarmos o custo do **spread** bancário de operações de financiamento de automóvel, que tem uma garantia inequivocamente líquida e eficaz, que é a garantia da alienação fiduciária, constatamos que o **spread** bancário dessas operações é extremamente diferenciado e mais baixo que o de operações sem garantia. Operações de financiamento de veículos têm tido taxas em torno de 23,5% ao ano.

Essas operações de consignação em folha de pagamento – algo fantástico criado pelo Governo – , que ainda não deslancharam, mas, quando essas operações começarem a ter volume, o custo do dinheiro será da ordem de 2%, de 1,8%. Portanto, isso é muito diferente das taxas cobradas do chamado cheque especial, que não é um produto de crédito. O cheque especial é uma modernidade de crédito a ser usada em situações de emergência, mas, infelizmente, tornou-se uma espécie de contra-cheque adicional. Esse é um crédito pré-aprovado, em que não há garantias. O custo desse dinheiro oscila muito, em razão do perfil das operações de cada instituição financeira.

Quero dizer a V. Exª que existe competição, sim, no mercado bancário. É uma competição grande e acirrada. Pode existir uma competição menor em um ou outro produto em virtude de alguma instituição que não queira operar determinados tipos de crédito. Porém, no geral, a competição é muito grande e muito intensa nas instituições financeiras, até porque existe uma combinação de bancos públicos e privados – o Governo responde por cerca de quase 50% do crédito por meio dos bancos públicos federais – e há também os bancos estrangeiros. Portanto, há uma competição muito grande.

Existem fatores que pesam na formação do custo do dinheiro, como, por exemplo, a chamada cunha fiscal. O nível de tributação que incide sobre a intermediação financeira pode onerar o custo do dinheiro em cerca de 25% a 30%, dependendo do tipo de operação. Somos o único País do mundo que tem um imposto que incide diretamente sobre o crédito, chamado Imposto sobre Operações Financeiras, cuja alíquota pode variar de 1,5% até 5%, 6%.

Há um fundo garantidor de crédito que cobra uma taxa das instituições financeiras da ordem de 0,25% ao ano, apesar de que, hoje, o sistema financeiro apresenta um nível de solidez que permitiria rever esse nível de contribuição.

O Brasil tem um dos recolhimentos compulsórios mais altos do mundo. Hoje, o compulsório dos bancos, apesar de ter havido uma redução, está no nível de 40%. Isso está relacionado à questão regulatória que mencionei aqui. O ambiente legal e judicial é extremamente perverso à qualidade do crédito, porque a instituição financeira exerce a função de intermediário. O banco recebe os recursos da poupança pública, das pessoas, de todos nós, e tem o dever de repassar isso aos tomadores com a maior eficiência possível, ao menor custo. No entanto, esse custo não depende apenas da instituição financeira, mas depende muito de medidas como essas que mencionei.

Não interessa às instituições financeiras operarem com juros altos. O pior cenário que pode existir para bancos é operar em taxas de juros altos, porque o risco é muito alto, o nível de inadimplência fica absolutamente estratosférico. E tudo isso faz com que os bons pagadores passem a pagar pelos maus pagadores.

Portanto, respondendo objetivamente à sua pergunta e discordando do meu colega, eu diria que a Lei de Falências, no modelo existente, tem avanços importantes. Creio que isso melhora o quadro institucional. A percepção de risco-Brasil melhora, porque se sabe que há uma lei em que o credor passa a ter um papel importante e não fica ao arbítrio unicamente do juiz.

Questiona-se se as nossas instituições vão ou não funcionar. Infelizmente, isso não depende de lei. As instituições devem funcionar por uma questão cultural, por uma necessidade da sociedade, que irá fazer pressões para que tenhamos um Judiciário mais ágil, mais moderno e mais eficiente, porque nisto repousa o sucesso da função econômica: fazer com que os contratos sejam cumpridos, de forma que aquilo que ficou contratado seja rigorosamente executado.

Com relação aos lucros das instituições financeiras, ressalto que um estudo recente, publicado pela revista Forbes, analisando empresas de mercado e empresas abertas – as 250 maiores empresas de mercado –, demonstrou que, das 50 primeiras empresas em rentabilidade, apenas duas do setor financeiro ocupam as posições de 24º e 23º lugares em retorno sobre patrimônio.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – No mundo?

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – No Brasil. Faço essa anotação e posso enviar a V. Exª a publicação. Portanto, há distorções também na forma de impor às instituições financeiras determinados controles administrativos e de estatísticas, de regras e de informações que criam controles administrativos, de estatísticas, de regras e de informações que criam um custo muito grande chamado, no nosso jargão, de **custo de observância**, que aumenta o custo do intermediário financeiro.

O papel nosso é carrear a poupança da sociedade para o tomador do crédito ao menor custo possível. E estamos ainda no meio do caminho. Queremos ainda mudanças legislativas, como a Lei de Falências, que aqui se discute e que – não tenho dúvidas – vai criar uma expectativa diferente da que existe hoje.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Senador César Borges, sua questão é bastante pertinente e gostaria de aproveitá-la para esclarecer o ponto de divergência do Dr. Gabriel. Não divirjo nem um pouco do diagnóstico que foi feito; não divirjo nem um pouco da terapêutica, ou seja, a Lei de Falências, mudada, com os aperfeiçoamentos que devem ser feitos, vai contribuir, ainda que um pouco, para a redução da taxa de juros.

A divergência que verifico, embora o Dr. Gabriel não tenha abordado o tema, é quanto ao tempo que o doente vai levar para reagir. Estamos falando do tempo do Poder Judiciário. Quanto tempo o Poder Judiciário vai gastar para que o banco recupere o primeiro crédito sobre o novo cenário e, a partir daí, seus setores que fazem os cálculos reconheçam que, estando diante de uma nova realidade, poderão baixar um pouco o **spread** e recuperar o crédito com mais agilidade do que antes de 2004? Creio que serão necessários, pelo menos, uns cinco anos, porque estamos falando do tempo do Poder Judiciário, não de um tempo de economia. São tempos diferentes. São **timings** diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Permita-me indagar-lhe se essa inadimplência é levada ao Poder Judiciário. Segundo alguns Senadores, o banco empresta mediante garantias fortes. No caso de automóveis, como foi aqui citado pelo Dr. Gabriel, a garantia é o próprio bem. No mínimo, são dois avalistas, cujas vidas são pesquisadas. Cobra-se de quem tomou o crédito, procuram-se os avalistas e, ainda assim, a inadimplência é tão alta assim? É a pergunta que faço. Há uma estatística a esse respeito? **Data venia**, há os chamados créditos pessoais de, por exemplo, funcionários públicos. Via de regra, estão garantidos, porque só se empresta para funcionários efetivos. O empréstimo é feito em consignação. Não há perigo quanto àquele dinheiro para o giro, como se costuma dizer.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – A inadimplência, saindo da Lei de Falências e falando em geral...

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – ...exerce influência.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Certo, mas saindo da Lei de Falências e falando do sistema legal e judicial, hoje o devedor questiona a taxa de juros contratada, a garantia que ofereceu e, a pretexto de questionar essas cláusulas, pára de pagar o principal que é uma parte incontroversa. Quer dizer, ele não nega que recebeu os recursos mutuados, mas pára de pagar o principal, e a Justiça consente isso.

A legislação processual em vigor permite um número enorme de recursos e de incidentes processuais, que arrastam uma discussão por anos, anos, e anos.

Cito um exemplo que ilustra bem isso: o crédito habitacional, imobiliário, fundamental em todo o mundo para a economia, permite a realização do sonho da casa própria, que fomenta a mão-de-obra da construção civil, a mão-de-obra menos qualificada. Portanto, tem uma importância fantástica na economia e, no entanto, em face de todos os planos econômicos que mudaram regras, contratos, indexadores, o crédito habitacional chegou a ter, em determinado momento, um nível de inadimplência da ordem de 50% e não há garantia, do ponto de vista de solidez, melhor que a garantia hipotecária, que é o próprio imóvel que foi financiado. No entanto, a dificuldade de reaver um imóvel é enorme.

O mutuário entrega o apartamento para um inquilino, esse inquilino para de pagar impostos, não paga condomínio. Então, isso traz uma ineficiência para a economia e muito fruto dessa questão de funcionamento da máquina judiciária e também da legislação processual que, tenho certeza, está na pauta do Governo, na agenda microeconômica.

Sou uma pessoa que acredito nas instituições e acho que elas existem para cumprir o seu papel. O Poder Judiciário está aí para prestar a função jurisdicional. Na medida em que o Judiciário se modernize, se equipe, se agilize e que tenha leis que destravanquem o funcionamento do processo judicial, teremos uma melhoria na redução do nível de inadimplência.

Gostaria até de sugerir ao Sr. Presidente que fosse feito um convite, para uma apresentação perante V. Exªs, ao economista que citei em minha apresentação, Armando Pinheiro Castelar, que fez uma pesquisa junto à magistratura nacional, ouviu mais de 850 Magistrados no País inteiro, sobre como eles julgam, se o julgamento é técnico, político ou social. As suas conclusões são muito interessantes.

Penso que seria muito ilustrativo se fosse feito um convite para que V. Exªs pudessem ouvir essa exposição, por ser uma pesquisa feita junto a Magistrados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Rodolpho Tourinho, é a vez de V. Exª.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma intervenção rápida, e que o Dr. Gabriel pudesse falar, porque tenho dados do Banco Central que demonstram que, no período de junho de 2000 a dezembro de 2002, houve uma queda espetacular na inadimplência de pessoas jurídicas. No entanto, isso não se refletiu no **spread.**

O surpreendente é que o **spread** bancário para o segmento de pessoa jurídica, nesse período, elevou-se de 13 para 17. Ficamos perplexos diante desses dados do Banco Central, que não foram contestados por aquela instituição.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – De novo, Senador, temos que verificar a decomposição do tipo de pessoa jurídica de que se está falando. Por exemplo, no conceito de pessoa jurídica estão as pequenas, médias e microempresas, que são as mais difíceis de se dar crédito por causa da falta de transparência que têm, até porque muitas delas operam no regime de informalidade.

Temos feito, na Febraban, um trabalho intenso de interação com o Governo e com entidades que representam esse segmento para melhorarmos um pouco o nível de transparência, para que o crédito possa ser dado em bases mais compatíveis com a capacidade de pagamento.

Não tenho esses dados em mãos, infelizmente, mas posso verificar, nos estudos da Febraban, o comportamento do **spread** em relação aos diversos segmentos e, com o maior prazer, encaminharei a V. Exª.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Rodolpho Tourinho, por gentileza.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Dr. Gabriel Jorge Ferreira, Dr. Fábio Ulhoa Coelho, gostaria de, inicialmente, congratular-me com V. Exª pela decisão de não apresentar, ou não ter que apresentar, o relatório antes do término do período da convocação extraordinária. Entendo que teremos mais tempo para discutir um assunto tão importante como é a Lei de Falência.

Tivemos, inicialmente, a vinda do Dr. Silvano Gianni, que apresentou, de uma forma muito simples, a questão das pequenas e microempresas, em que se verificou a assimetria de informação em relação à microempresa como ponto principal, talvez, de que as pequenas e microempresas estejam sujeitas a taxas de juros tão altas. Elas que são responsáveis por cerca de 60% dos empregos formais no País e por cerca de 20% do PIB. E esse é um ponto importante.

O Dr. Silvano Gianni apresentou aqui três medidas muito simples e importantes neste processo de estudo da Lei de Falência: a possibilidade de as empresas inscritas no simples parcelarem débitos tributários; a priorização de créditos em processos falimentares; e um prazo maior para pagamento. Tais medidas, do ponto de vista de S. Sª, resolveriam o problema das microempresas. Restaria a simetria de informação, que entendo ser importante, e fará parte da pergunta que dirigirei a V. Sª, que também afirma categoricamente que os **spreads** e juros só diminuirão de forma acentuada após a aprovação da Lei de Falência e a alteração do Código de Processo Civil, que é importante. Pois o que verificamos atualmente, tendo até alguma experiência bancária, é que estão todos interessados em executar suas garantias, e não em manter a empresa funcionando.

Uma primeira pergunta seria colocada da seguinte forma: por que os bancos não tratam – Febraban, especificamente, juntamente com os bancos – da elaboração de um cadastro positivo das empresas? E que todos os bancos tenham acesso a esse cadastro positivo? Existe o cadastro negativo, no SPC, no Serasa,

que, aliás, tem se mostrado um sistema eficiente de cobrança. Às vezes até mais eficiente do que processos judiciais. A meu ver, há falta de concorrência no setor. Atualmente, estão em funcionamento cerca da metade dos bancos que funcionavam há algum tempo. Esse é um ponto que considero importante e, dessa forma, também estaríamos atendendo à questão aqui colocada em relação às pequenas e médias empresas.

O segundo ponto que considero importante é uma avaliação de V. Sª a respeito da minha afirmação com relação à redução da concorrência nos **spreads** bancários. E o terceiro ponto – já fizemos a mesma pergunta ao Banco Central e não obtivemos uma resposta específica, e entendo ser uma área importante que pode atrapalhar muito a área de exportação do País – diz respeito ao adiantamento do contrato de câmbio. Tem sido uma questão controversa, e foi aqui colocada pelo Dr. Fábio, pois o adiantamento, se modificado o vencimento, deixaria de receber qualquer tipo de prioridade. Isso seria, creio que para o financiamento da atividade, não para os bancos, um problema sério.

Finalizando, no momento em que V. Sª se referiu a custo administrativo, V. Sª, por uma série de informações que devem ser prestadas ao Banco Central, por um relacionamento diário com o Banco Central, perguntaria se não considera que a separação das atividades do Banco Central, onde a supervisão bancária fizesse parte de uma outra área, dentro de um processo que pode até ser chamado de autonomia do Banco Central, não viria a ter um tratamento mais específico e que custasse menos aos bancos, refletindo, conseqüentemente, em um **spread** menor.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Muito bem. Vamos, então, à primeira pergunta de V. Exª, com relação ao cadastro positivo. Consideramos de fundamental importância para o aumento da melhoria da qualidade do crédito que a legislação brasileira permita a organização de informações positivas sobre as pessoas, sobre o devedor ou não devedor, enfim, que quem quer que armazene dados com a finalidade de conceder crédito pudesse organizar informações de caráter positivo. Nós da Febraban temos proposto isso ao Governo, desde o governo anterior, quando assumi na Febraban, em março de 2001. No discurso de posse, fiz uma grande reverência a respeito, pois no mundo inteiro, como nos Estados Unidos, quando um americano muda-se, por exemplo, da costa oeste para a costa leste, leva o cadastro e as informações anteriores para um outro banco ou instituição financeira para onde ele vai. Isso é fundamental, porque pode trazer um benefício significativo para a redução do custo do dinheiro. Mas entendo que, pelas normas constitucionais, a organização desse cadastro depende de lei, e o Governo vem trabalhando em um projeto nesse sentido. Há pouco tempo eu conversava com o Secretário de Direito Econômico, Daniel Goldenberg, que me falava do trabalho em torno de uma legislação que realmente tenha a abrangência dos dados armazenados pelos bancos, com isso vai-se criar uma diferenciação para a instituição financeira quando, por exemplo, analisar o pedido de empréstimo de um candidato, em função do seu histórico de seus pagamentos, do seu comportamento e desenvolvimento e de sua capacidade econômico-financeira. Sem dúvida nenhuma, o banco de dados será um fator importante para contribuir para a redução do **spread** bancário.

Um outro assunto muito debatido é a questão da concorrência, mencionado por V. Exª. Não tenho dúvida em afirmar que existe uma intensa concorrência no setor financeiro. V. Exªs devem se lembrar de um estudo divulgado por uma Técnica do FMI, que comentava sobre a concorrência no setor financeiro. Dizia ela, não que inexistisse concorrência, mas que poderia existir uma concorrência empiricamente imperfeita – essa a expressão usada por. O que isso significa? Talvez, como mencionei anteriormente – também assim pensa o Secretário de Direito Econômico – , em relação a determinados produtos em que algumas instituições operam em menor escala, possa essa concorrência não ser perfeita. Mas, em geral, nos grandes produtos, produtos de crédito, crédito pessoal, crédito de capital de giro para as empresas, sem dúvida, a concorrência existe, além de ser muito disputada e intensa. Eu tenho dificuldade em admitir que não haja concorrência em um setor em que bancos públicos federais são grandes competidores, em que naturalmente o comando, a orientação dessas instituições está com o próprio Governo. E, essas instituições, competem com o setor financeiro privado em um regime de absoluta atuação na disputa por todos os produtos dos mercados financeiro e de capitais.

Foram criados alguns mecanismos de crédito adicionais, além da consignação em folha de pagamento, que mencionei, também o chamado microcrédito, a microfinanças, que é um produto de crédito onde as instituições financeiras adicionais ainda não sabem operar, estão aprendendo, há algumas instituições que já estão operando nesse segmento, e que vai ter também um efeito importante no aumento de oferta de crédito no País. Há uma discussão se o Conselho Administrativo de Defesa Econômica deve ou não também apreciar essa questão de concorrência do setor financeiro. Há um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, em que se estabelece uma competência concorrente para julgar atos de concentração, e, quanto à conduta, o Banco Central, no exercício da fiscalização, acompa-

nha, de perto e, qualquer percepção que ele tenha de que possa haver alguma concorrência não efetiva, ele atua. Mas não tenho dúvida em afirmar, pelo menos convivo dentro de uma instituição financeira, e vejo o que é o trabalho de **marketing**, o trabalho de investimento em tecnologia, o trabalho de buscar clientes. Infelizmente não tenho aqui, mas existe uma estatística – vou anotar aqui para mandarmos para V. Exªs – , sobre rotatividade de contas correntes bancárias de clientes que migram, que saem de uma instituição e que passam para outra. A quantidade é expressiva de um indicador que revela uma insatisfação ou uma conveniência de mudar de instituição financeira.

Com relação ao adiantamento de contrato de câmbio, concordo com V. Exª que essa emenda que restringe a admissão desse crédito como sujeito à restituição, para que se tenha de manter o vencimento inalterado, seja um retrocesso. Na nossa visão, esse mecanismo é considerado extremamente inteligente. Criado pela Lei 4.728, de 1965, é um forte estimulador do financiamento das exportações, é uma antecipação das divisas que terá o exportador quando realizar o embarque. As instituições financeiras captam a moeda estrangeira no mercado internacional e repassam-na para o exportador. Portanto, se existe um financiamento que está muito fortemente ligado a uma função produtiva, é esse destinado à exportação.

Considero um retrocesso essa mudança, até porque o contrato de exportação prevê mudanças. De repente, pode haver atrasos, como o fato de um fornecedor de insumos não entregar a mercadoria no prazo determinado, ficando o exportador sem conseguir fazer o embarque no tempo assinalado. É prática no mercado que esses prazos sejam alterados e que as cambiais sejam emitidas proporcionalmente ao valor de cada embarque efetuado.

Finalmente, há a questão de custos de observância, sobre a qual V. Exª indaga, na discussão sobre o novo Banco Central, se se deveria ou não segregar a supervisão da atividade de normas ou de execução da política monetária.

Quero dar uma opinião pessoal, não da Febraban. Esse é um assunto sobre o qual não chegamos a debater. Entendo que o Banco Central perderia eficácia na sua atuação se houvesse segregação, até porque, nos últimos oito anos, o Banco Central aprimorou, de uma forma extraordinariamente competente, o seu trabalho de supervisão.

Hoje o nível da supervisão do Banco Central é comparado aos melhores reguladores do mundo. Quando ele entra hoje numa instituição financeira e faz um diagnóstico, uma anatomia muita profunda, é capaz de identificar as áreas todas de risco, as carteiras de crédito, tesouraria, sistemas operacionais e de controles internos. Acredito que os sistemas de supervisão e de normatização têm de estar no local em que se conduz a política monetária. Nesse ponto reside a grande discussão sobre a autonomia operacional do Banco Central quando o assunto vier a debate nesta Casa.

Quando se fala em autonomia operacional do Banco Central, está-se falando exclusivamente do objetivo de executar a política monetária para atingir as metas de inflação definidas pelo Poder Executivo por meio do Conselho Monetário Nacional, que estabelece as metas, e o papel dessa autonomia será de executar exclusivamente aquelas metas.

Em relação às outras funções do Banco Central, como o trabalho de normatização e de supervisão, não as vejo como alvo de autonomia operacional do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Sr. Fábio Ulhoa.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – É rápido, Sr. Presidente, é sobre o ACC. São duas questões que estão sendo discutidas, e precisa ficar bem claro que uma não intervém na outra.

Se verificarmos o art. 28 do projeto, veremos que a última frase submete, condiciona o pedido de restituição à inexistência de alteração na data de vencimento. Esse é um assunto. O outro assunto é a prioridade do crédito trabalhista sobre o pedido de restituição do ACC.

Na minha opinião, essa frase final do art. 28 deve ser eliminada, por restringir os pedidos de restituição do ACC, que, portanto, deve permanecer tal como está hoje no art. 75, §§ 3º e 4º, eliminado-se a frase " desde que", que já veio da Câmara – não foi objeto de emenda do Senado.

Quanto ao outro assunto, há que se estabelecer uma prioridade do crédito trabalhista sobre o pedido de restituição do ACC. A proposta que tenho é a de introduzir um parágrafo único no art. 28.

A colocação da minha preocupação foi célere, mas vou procurar ser mais claro.

Hoje, o pedido de restituição do ACC...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O negócio é o seguinte, V. Exª está admitindo, esse instituto do ACC é um instituto importante. V. Exª admite a restituição no pedido do ACC.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Admito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas sem a ressalva.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Sem a ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos entender isso didaticamente.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – O Banco faz a operação de ACC e pode, às vezes, como o Dr. Gabriel esclareceu, haver algumas renegociações, algumas alterações de data de vencimento em razão da dinâmica da economia. Hoje em dia, essas alterações não prejudicam o direito do Banco de ter a restituição.

Esse art. 28, tal como está redigido, elimina o pedido de restituição quando houver essas renegociações. Penso que isso não tem sentido. O pedido de restituição deve permanecer mesmo que haja as renegociações.

Outro assunto é: em que momento pago esse pedido de restituição. Acredito que tem que pagar depois do crédito trabalhista. Mas são dois assuntos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas o pedido de restituição é uma coisa. A ordem do critério independe, via de regra, da ordem do pagamento, porque o pedido de restituição significa sobre um bem, na lei de 1945. Agora, aqui, é que está colocando essa modalidade de crédito como restituição. Então se vou ter a restituição, ela será de que forma? Sobre o bem, sobre o crédito. Como é isso?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Quando a restituição é feita em bens, um **leasing**, uma alienação fiduciária em garantia, o bem está lá, isso é feito antes do pagamento dos credores. Quando o bem não existe mais, ou seja, a restituição é feita em dinheiro, isso é um crédito como outro qualquer e não deveria ter um tratamento privilegiado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por que está no capítulo da restituição e não está no capítulo do pagamento?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Essa é a distorção que já existe hoje na lei. Não é culpa do projeto. O projeto mantém o que já é hoje. Atualmente, todo pedido de restituição, seja em dinheiro, seja em bem, são créditos extraconcursais, essas restituições são feitas antes do pagamento dos credores. É uma distorção que já existe hoje, por quê? Porque a alienação fiduciária em garantia e o **leasing** são institutos bem mais recentes que lei de 1945.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem. Senador Geraldo Mesquita Júnior, é a vez de V. Exª.

Alerto a todos os Srs. Senadores o adiantado da hora. Estamos tendo uma audiência realmente profícua.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Minha intervenção será curta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quando estou lembrando do prazo não estou querendo cercear ninguém porque acredito que temos de obter esclarecimentos mesmo. Vamos logo para a pergunta; é isso que quero dizer.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Tenho certeza disso, mas serei bastante breve.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Apenas se houver necessidade da explicação para fazer a pergunta.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Até porque, Sr. Presidente, estou sendo convocado no Conselho Berta Lutz. O pessoal está me aguardando e eu preciso ir rapidamente. Mas eu não poderia furtar-me à oportunidade de cumprimentar o Dr. Gabriel e o Dr. Fábio pelas exposições, esclarecimentos e opiniões. Na verdade, vou fugir um pouco ao debate normalmente travado aqui em torno dessa matéria. As exposições de V. Sªs, como a de outros ilustres convidados que estiveram aqui, trouxeram elementos importantes para a nossa apreciação do que deve ser alterado nesse projeto. Tenho já bem claros os pontos nos quais vou fazer intervenções no sentido de propor mudanças no projeto de lei.

A minha preocupação, especialmente ao Dr. Fabio, remete a uma ocasião anterior. Creio que essa lei – vamos continuar chamando de nova Lei de Falências –, por mais perfeita que essa lei seja, por melhores que sejam seus mecanismos, tenho convicção, Dr. Fábio, de que ela jamais resolverá totalmente as questões a ela submetidas se não atentarmos para um fato que reputo de extrema gravidade no nosso País: o momento da constituição da empresa. Isso me preocupa.

O senhor destacou como aspecto inovador e importante desse projeto de lei o plano de recuperação da empresa. Pois bem, tenho muita preocupação com relação ao momento da constituição da empresa, que, no nosso País, é algo absolutamente irresponsável.

No nosso País, constitui-se uma empresa sem qualquer compromisso com nada, absolutamente nada. Já estou preocupado com isso a ponto de já estar alinhavando algo que pretendo propor aqui, a partir do Senado Federal, que diz respeito exatamente a este momento.

A minha atuação como Procurador da Fazenda Nacional durante muitos anos me mostrou que existem, de fato, empresas que entram num processo de dificuldades, até por razões lembradas por V. Sª, como, por exemplo, a tecnologia superada. Há um grande número de empresas que entram em dificuldades, que entram na lista de devedores da Fazenda, mas que não agem com má-fé. Elas ali comparecem para compor

seus débitos ou, pelo menos, para dizer que devem, não negam, e pagam quando puder.

Entretanto, há empresas que se constituem, na origem, com má-fé, já pensando em lesar alguém, uma instituição financeira ou seus empregados. Existe uma quantidade assustadora neste País de empresas que se constituem com essa motivação.

O fato de não termos absolutamente o controle nem da sua constituição, nem do acompanhamento dessas empresas, faz com que nos deparemos com um acervo de empresas fantasmas. O cidadão abre uma empresa, com sócio. Passados seis meses, a empresa quebra, e ele abre outra.

Então, eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores se não seria o caso de, assim como introduzimos agora nesse projeto da nova Lei de Falências, o plano de recuperação das empresas, instituirmos, na nossa legislação que permite a constituição de empresas, um plano de constituição e atuação dessa empresa a ser apreciada por câmaras do comércio, da indústria ou do setor de serviços. No máximo, as empresas apresentam apenas o contrato social, seus estatutos, no qual delineia, em termos bem genéricos, seu objetivo social, seu quadro societário, a distribuição do capital social, e nada mais. Essa é uma questão que chama à responsabilidade social o País, as instituições, as empresas, todos nós.

Acredito que, enquanto não ferirmos esse assunto no Brasil, por melhor que seja a Lei de Falências, essa ou outra que venha a lhe suceder, jamais conseguiremos resolver esses impasses e essas questões.

Assim, eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores se não seria o caso realmente de introduzirmos, na legislação, um mecanismo, a exemplo do plano de recuperação, um plano de constituição da empresa, um plano de atuação no qual exporia para uma câmara o que tem de patrimônio, de capital, quais são seus objetivos, quais são seus planos de atuação, o mercado que ela quer atingir, e que possamos monitorar essa situação de alguma forma. Essa é a minha preocupação.

Ando preocupado com essa situação, porque, na origem, encontra-se grande parte dos problemas que enfrentamos posteriormente quando temos de aplicar a Lei de Falências.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Fábio Coelho, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Geraldo Mesquita Junior, as considerações de V. Exª foram bastante instigantes. Já temos no Direito brasileiro, hoje, um mecanismo próximo ao que V. Exª considerou, que é a autorização para a empresa lançar ações na Bolsa de Valores. Entre os documentos que a CVM deve analisar, está o plano de viabilidade econômica para autorizar a empresa a ter as suas ações na Bolsa de Valores.

A extensão disso para outras hipóteses – parece-me – esbarraria em algumas dificuldades jurídicas, entre elas a própria Constituição, que estabelece como regra as liberdades de iniciativa e de competição. Tenho a impressão de que precisaríamos ou pensar em uma emenda constitucional ou verificar como isso se compatibiliza.

Receio também que esses planos de Constituição, se não forem muito bem pensados na lei, venham a se transformar em blá-blá-blá, mais um monte de papel, em que o contador dá um **print** no computador para enviar a quem vai apreciá-los. E essa pessoa tem um poder de vida e morte sobre um negócio que desperta muitas questões a serem examinadas e, em momento oportuno, equacionadas.

Quanto à monitoração, Sr. Presidente, como prever um caso Parmalat ou um caso Encol? Como se antecipar a esses eventos? Isso é impossível. Quem conhece a situação real da empresa são seus administradores, que têm acesso a muitas informações que não são disponibilizadas para todos e que não podem ser disponibilizadas para todo mundo. Há informações sensíveis que mostram que uma empresa pode vir a falir – e não estou falando de fraude, de má administração, mas de problemas econômicos. Falo daquele honesto empresário que está com uma dificuldade estrutural, conjuntural. Se essas informações forem tornadas públicas por lei, isso vai precipitar a morte dessa empresa; se os concorrentes tiverem acesso a essas informações, vão poder ir com mais afã sobre ela.

É muito difícil essa questão da monitoração por causa da estratégica de manter reservada ou não essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Gabriel Jorge, é a vez de V. Exª.

O SR. GABRIEL JORGE PEREIRA – Senador Geraldo Mesquita Júnior, a sua pergunta é muito interessante, e acho que talvez possa ser pensada da seguinte forma: primeiro, o Brasil é considerado um dos países mais burocráticos do mundo para abertura de empresas. No Canadá, abre-se uma empresa em três dias. No Brasil, levam-se oitenta ou cento e vinte dias.

O SR. GERALDO MESQUITA JUNIOR (Bloco/PSB-AC) – Mas quero crer que essa burocracia toda, Dr. Gabriel, só beneficia a picaretagem.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Aí, na linha da sua preocupação, eu teria uma sugestão a fazer. Nós somos um País onde as empresa são me-

nos auditadas em todo o mundo. No Brasil, apenas as empresas abertas, de mercado, estão obrigadas à auditoria externa independente. Eu considero isso um erro crucial. No meu modo de ver, todas as empresas de porte médio para grande deveriam estar submetidas à auditoria externa independente, abstraindo-se o aspecto de que já houve casos de quebras de empresas com grandes auditores.

Enfim, penso que isso se resolve com legislação que responsabilize os auditores; que sejam mais diligentes. Temos, hoje no Brasil, um Conselho Federal de Contabilidade extremamente estruturado e atualizado em relação às práticas contábeis.

Então, acho que haveria uma forma de atenuar muito esse risco – eu não estou falando de pequenas empresas. Aqui, queremos preservar aquelas empresas de tamanho médio para grande, em que ocorrem os problemas que apanham todos de surpresa. Então, a vantagem de ter um auditor, Sr. Presidente, é que isso, inclusive, previne a questão de arrecadação tributária e a evasão fiscal. O auditor externo tem a obrigação de olhar pelo fato gerador de obrigações tributárias, de fazer as provisões. Creio que, talvez não nesse projeto, mas um subproduto interessante, poderia ser a criação de auditorias externas obrigatórias independentes para todas as empresas acima de determinado nível de patrimônio. Creio que essas auditorias iriam contribuir muito para evitar a incerteza e seria equivalente ao monitoramento a que V. Ex se refere.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Gabriel, lamento não ter podido estar aqui quando V. Sª fez a sua exposição, certamente com brilho, dando uma contribuição para que possamos aperfeiçoar uma legislação muito importante para o País.

Ouvi com muita atenção o Dr. Fábio e quero cumprimentá-lo também pela maneira clara, objetiva e brilhante com que se houve em sua exposição.

Eu ia fazer muitas perguntas. A desvantagem de ficar por último é que as perguntas vão sendo consumidas. Ia falar sobre o ACC, mas o Senador Rodolpho Tourinho já o fez e ouvi com atenção. As outras questões já foram mencionadas. Não tenho muita esperança, tinha, no entanto, de que efetivamente a Lei de Falência trouxesse uma contribuição à redução do **spread** bancário, que entendo ser exagerado. É algo que não dá para ser tolerado. Compreendo também, do lado dos bancos, a dificuldade entre o crédito e o Poder Judiciário. Estamos com uma responsabilidade enorme de fazer a reforma do Judiciário que espero possa contribuir para essa questão.

O Dr. Gabriel referiu-se às taxas cobradas para a venda de automóveis como as menores, por exemplo. O gerente de um banco lá do meu Estado disse-me que somente o Bradesco tem 12 mil carros no pátio, frutos de demandas judiciais. Os carros estão apreendidos, mas nada acontece. Se pudessem vender os carros para pagar os créditos, seria uma maravilha. Precisamos melhorar essa relação entre o crédito e o sistema judiciário.

Vou fazer uma única pergunta e serei bem rápido, até porque não entendi. V. Sª disse que a recuperação de qualquer empresa tem que ser comprovadamente viável. Não adiante recuperar uma empresa inviável. Estou de pleno acordo. Estou em dúvida porque V. Sª afirmou que a legislação manda aprovar ou decretar a falência. V. Sª crê que não se deve decretar a falência. O que fazer, então? Se a empresa é viável vamos aprovar, se não o é não se decreta a falência. Fazemos o que com ela?

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra a questão. Na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se V. Exª me permite, Senador, há mais. Se, nesse caso, de não decretação obrigatória da falência, não seria um estímulo. Independentemente do nome que se queira dar (recuperação, concordata etc), trata-se sempre de uma maneira de jogar o crédito para frente, de ter elasticidade. Se não for assim, muitas empresas vão, ao sabor de pequenas dificuldades, tentar a recuperação. Se não der certo não haverá falência mesmo. As empresas vão pensar duas vezes se ao pedirem concordata, vamos supor, recuperação – e concordata é um termo que daqui a um tempo vai cair em desuso – , houver decretação de falência. Como eliminaríamos isso?

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Sr. Presidente, essa vinculação tem uma premissa lógica que convence. Ninguém entrará com um pedido de concordata, com um pedido de recuperação, se não estiver precisando de verdade porque a falência está aí.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se V. Sª me permitir, novamente vou dizer que é mais ou menos semelhante à concordata, mas com outro ritmo. Hoje sabemos que a maior parte das concordatas neste País é requerida como um meio de ganhar dinheiro.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Exatamente.

Sr. Presidente, quero mostrar que essa premissa está errada. Quero concordar com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Um momento. Tanto é verdade que a pessoa requer, todos concordam, e há casos de três ou quatro concordatas da mesma empresa. Essa que é a verdade.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Isso. Então, veja, Sr. Presidente. Se eu pegar um livro de Direito Comercial aqui, a lição estará lá: "Ninguém entra com concordata se não for para valer mesmo, porque o risco é de ir à falência". Mas isso é uma mentira! É uma mentira! Por que é uma mentira? Porque ele pode, primeiro, desistir da concordata na antevéspera de cumprir a obrigação, sem que ninguém possa decretar a falência dele por causa disso. Ele enrolou lá um ano, não pagou as suas dívidas, teve a suspensão dos pagamentos e depois pediu a desistência. Quando se vincula a falência à denegação da concordata, da preservação, isso estimulará a indústria da concordata e estimulará depois a indústria da preservação, porque não é uma ameaça verdadeira. Ninguém está realmente ameaçado de ter a falência decretada porque entrou com pedido de concordata ou com pedido de recuperação que não devia; porque ele pode desistir antes disso e porque o juiz, e aqui vem o ponto, fica encurralado. Ou ele dá a concordata para quem pediu e não merece, ou ele decreta a falência, acabando com os empregos e tudo o mais. Qual é a minha proposta? É criar uma terceira situação. Tirar o juiz desse encurralamento. Ele indefere a concordata, indefere o pedido de recuperação e não decreta a falência. V. Exª pergunta: E como é que fica a situação desse devedor? Esse devedor vai continuar respondendo....

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ele não é viável.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Ele não é viável porque, se o fosse, o juiz não estaria contra a parede; ele daria a recuperação.

Contra esse devedor vão prosseguir as medidas de pedido de falência, as medidas de execução extrajudiciais, e se ele não se virar para pagar os seus credores vai ter a sua falência decretada. Então, vamos dizer assim, a empresa pode ser viável e usar fraudulentamente a concordata, a recuperação, só para ter um ganho financeiro. Se vincularmos a decretação da falência à denegação do pedido de restituição, será possível haver esse uso fraudulento. Se desvincularmos esse uso fraudulento, não será possível porque a pessoa vai saber, o devedor vai saber que, se ele entrar com o pedido, e não for deferido, ele estará na mesma situação em que estava antes, devendo tanto quanto devia, tendo que responder aos pedidos de falência. Esse é o meu raciocínio. Tenho trabalhado nisso há uns dez anos, os livros que tenho publicado são todos nessa direção, mas é uma proposta diferente. Não existe nenhum outro autor na área do Direito Comercial dizendo o que digo. Todos vinculam uma coisa à outra, e creio que seja essa vinculação que desmoraliza a concordata e que vai desmoralizar o pedido de recuperação da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Na verdade, excelência, a fraude é uma arte maléfica. Sempre haverá uma brecha. Essa é a verdade. Por isso que temos que acabar com a impunidade. Esse é o único jeito mesmo!

Vamos ao próximo orador, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB-RN) – Sr. Presidente, ocorreu-me apenas uma coisa. Não vou atrapalhar mais ninguém! Se eu fosse advogado, agiria como ele recomenda aqui: só se recebe a conta pedindo a falência. A execução vai ao encontro da dificuldade processual de se receber dinheiro no Brasil. Fui relator da lei que criou o sistema financeiro imobiliário. Inócua. Absolutamente inócua. Os bancos não aplicam. Vou ter que concordar porque tomar uma casa de um sujeito neste País dá um trabalho enorme! Tem que se modificar esse negócio! Mas é muito duro saber que, para se receber uma conta, tem que pedir uma falência!

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Só para complementar um pouco o que o Prof. Fábio mencionou. O plano de recuperação pode ser apresentado pelo devedor ou pelos próprios credores, mas, em geral, quem deverá apresentar o plano é o devedor. E esse plano pode ser modificado, os credores podem apresentar um plano alternativo. Num regime novo como esse em que se cria uma comunhão de interesses de credores, o grande objetivo realmente é tornar a empresa viável. Se ela, por alguma razão, revelar-se inviável em função de tecnologia, em função de defasagem de mercado, de produtos, é o caso de se olhar se alguém pode absorvê-la em condições de modernizá-la e levar essa empresa para frente.

O projeto leva à negociação, sugere que as partes – os credores e a empresa – cheguem a um plano onde vai ser viável a recuperação. No entanto, depois de emendar e discutir com o credor um plano considerado aceitável, o qual não seja aceito pelos credores, só vai restar ao juiz realmente decretar a falência, o que é a pior solução. Falência deveria ser a última coisa a ser imaginada ou pensada e somente naqueles casos mais graves de fraudes quando não há muito que fazer, pois o patrimônio foi depauperado.

Essa regra, portanto, talvez seja um mecanismo de pressão para convencer o credor ou o devedor a concordar com o plano que foi levado ao juiz.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, já se falou muito sobre a pequena empresa, criação de empresas. E estou aqui com uma pesquisa que dá ao Brasil a quarta posição em uma amostragem de 40 países em que a atividade empreendedora caracterizada pela mobilização de uma ou algumas pessoas com o objetivo de tocar o negócio próprio tem maior relevância para a dinamização empresarial e a criação de empregos.

Em números absolutos, com mais de 22 milhões de pessoas envolvidas em negócios emergentes, esse contingente de desbravadores empresariais só é menor do que o número encontrado na China, a Índia e nos Estados Unidos. A companhia não poderia ser a melhor: está aí a maior economia do mundo e as duas de maior crescimento econômico nos últimos 20 anos.

Mas, segundo comentário de um artigo do Sr. Antônio Machado, no **Correio Braziliense,** esses grandes números são enganadores. Na abordagem qualitativa, as empresas nascentes brasileiras deixam a desejar nos quesitos de inovação e crescimento, sugerindo que o crescimento empresarial ainda é mais uma alternativa ao desemprego do que é uma motivação consciente de que é possível abrir vantagens competitivas sobre os negócios maiores e maduros, que é o que caracteriza o espírito empreendedor que está na raiz da inovação.

A minha pergunta aos dois expositores, Dr. Gabriel e Dr. Fábio, é como se poderia fazer para estimular esse tipo de empreendimento, porque mais adiante – e não quero ser cansativo – o próprio articulista comenta que haveria muita resistência a essas empresas, principalmente com relação ao crédito.

Então, gostaria de perguntar se há condições de estimular isso, já que os outros países do porte da China, da Índia e dos Estados Unidos estimulam, segundo o mesmo articulista.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Pois não! As micro e as pequenas empresas, até por dispositivo constitucional, são tratadas de forma diferenciadas em termos cumprimentos de obrigações tributárias, em termos creditícios e em termos de forma de posicionamento. Portanto, o próprio constituinte fez questão de deixar isso assinalado. Penso que foi um grande desafio trazermos para a formalidade esse segmento importantíssimo que emprega, como disse V. Exª, contingente significativo de trabalhadores.

Tenho algumas sugestões, Senador. O próprio Governo já vem trabalhando no desenvolvimento daquilo que eu chamaria de simplíssimo. Existe o Simples e eu criaria o simplíssimo, algo muito mais simplificado e desburocratizado, para que o pequeno empreendedor pudesse desenvolver o seu negócio.

Em segundo lugar, enquanto fosse tomador de crédito, ele deveria ter um regime diferenciado de tratamento do crédito dentro da instituição financeira. Por exemplo, não deveria existir IOF, CPMF, nem necessidade de assinar um título de crédito – o Banco Central exige que todos os créditos tenham um título de crédito. Poder-se-ia pensar na criação de um instrumento financeiro de concessão de crédito específico para esse segmento. Por que isso? Para que se pudesse dar às receitas oriundas desse crédito na instituição financeira um tratamento diferente daquele dado às receitas de crédito das operações normais.

Por que isso? Hoje os bancos têm grande dificuldade para renegociar uma dívida com uma empresa de pequeno porte. O que acontece quando um crédito de uma empresa não é pago no vencimento? O Banco Central tem uma regra de classificação, de acordo com algumas alíneas, que pontua o risco, e conforme a classificação do crédito, o Banco tem de fazer um provisionamento. Chega um ponto em que 100% desse crédito desaparece do ativo e apenas quando é recuperado volta a integrar o ativo.

Pois bem, cada vez que a instituição financeira renegocia um crédito com uma microempresa ou com qualquer empresa, ela tem que recolher PIS, Cofins, Imposto de Renda e IOF, todos os impostos que incidiram quando o crédito foi concedido incidem na renegociação. Podem ocorrer duas, três, quatro, cinco, seis, dez negociações, não há limite. Isso cria ineficiência de aumento de saldos devedores em função da carga tributária, que mostra como o processo está errado. Este é um ponto: criar um instrumento financeiro apropriado para essas pequenas e microempresas, para que o fisco tenha certeza de que aquele é um devedor que a instituição financeira vai tratar de forma diferenciada na renegociação dos créditos.

Em segundo lugar, como assegurar a transparência no negócio dela? Não vamos pretender exigir que essa empresa tenha um balanço, um contador ou uma estrutura sofisticada, como têm as grandes empresas, mas, de novo, poder-se-ia pensar na criação de um extrato contábil simplificado, com elementos patrimoniais, que levasse em conta o faturamento, os aspectos do produto que ela tem, o mercado em que ela atua. Seria um documento diferente de um balanço, uma peça para análise voltada para aquele tipo de empresa. Isso daria à instituição financeira a segurança de que aquilo, por alguma forma, merece fé e tem transparência. Na medida em que criássemos isso, haveria a presunção de boa-fé. E não estamos falando aqui de exceções, porque na regra geral as pessoas são honestas, elas

cumprem as obrigações. Os que descumprem, os que estão de má-fé são a minoria.

Graças a Deus, é assim que funcionam as coisas, senão no mundo não haveria convivência social civilizada.

É o caso de nos debruçarmos sobre essas idéias, porque acho viável sim, melhorar essa transparência, inclusive em relação às obrigações trabalhistas, porque penso ser uma questão angustiante essa parte de encargos sociais em relação a essas empresas pequenas e médias.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Senador, acho que também há um elemento cultural a ser levado em conta, que distingue, no meu modo de ver, o Brasil da China, da Índia, dos Estados Unidos: somos muito tolerantes com os devedores. Aqui, o Judiciário é contaminado pela idéia de que o devedor tem que ter todas as chances, todos os recursos, todas as medidas para se defender. Isso só encarece o custo de vida no Brasil.

Darei um exemplo: a redução que veio com o Código de Defesa do Consumidor, depois com o Código Civil, de 10% para 2% da multa por atraso em pagamento de dívida é extremamente perniciosa, porque se o devedor não pagar a sua dívida no vencimento, mas um, dois, três meses depois, ele é até capaz de ter uma vantagem, porque é baixa a multa pelo não-pagamento. Isso está contaminando a lei, está contaminando o Judiciário. O devedor tem que pagar a sua dívida no vencimento e, se não o fizer, tem que sofrer conseqüências graves. Isso é um elemento da cultura desses países, que infelizmente não está sendo cultivado na cultura brasileira e que acho que deveria ser levado também em conta.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consultados o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Lúcia Vânia, ambos, de bom grado e imediatamente, Senadora Heloísa Helena, admitiram que a Presidência, usando também de uma prerrogativa regimental – porque a Presidência também poderia fazer isso, independentemente de ouvir os Senadores inscritos – , ofereça a V. Exª a oportunidade de formular suas perguntas neste momento, à frente, portanto, da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Eduardo Suplicy.

Esclareço que essa medida é decorrência do fato de que a Senadora Heloísa Helena não compõe a Comissão de Assuntos Econômicos, mas pretende, como é do seu espírito público, dar sua colaboração.

Senadora Heloísa Helena, concedo a palavra a V. Exª, com a vênia dos eminentes Senadores e da própria Comissão, para que imediatamente formule suas perguntas, ao tempo em que agradeço, sinceramente, a presença de V. Exª, que, não sendo membro da Comissão, está aqui para colaborar conosco. Tem V. Exª a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido-AL) – Agradeço a delicadeza de V. Exª e a concessão dos queridos companheiros, Senador Eduardo Suplicy e Senadora Lúcia Vânia. Embora eu tenha sido membro, durante quatro anos, desta Comissão de Assuntos Econômicos, a decisão do Governo foi de me tirar, em função justamente dos embates relacionados à indicação para o Banco Central.

Como V. Exª disse, esse debate é extremamente importante e de alta complexidade técnica. Foi uma demonstração de sabedoria do Presidente da Comissão ter avocado a Relatoria, para que realmente tenhamos mecanismos para fazer esse debate.

O Dr. Fábio Ulhoa Coelho, no início da sua exposição, disse que os mecanismos que ele tinha para avaliar a modificação da norma jurídica dependiam dos chamados objetivos pretendidos. É evidente que, na definição dos objetivos pretendidos e/ou na justificativa usada para eles, não existe neutralidade ideológica no debate. Nesse sentido, farei a minha intervenção e meus questionamentos, até porque sei que nesse debate não cabe a genuína idiotia entre emocionalismo e suposta racionalidade.

Estamos discutindo exatamente sobre a apropriação da riqueza socialmente produzida. É isso que vão dizer. Solicito aos senhores que façam um esforço maior do que o que certamente fizeram até agora para me convencer e convencer aos que nos ouvem, aos membros desta Comissão, de que a alteração da legislação é importante até mesmo para a redução do **spread** bancário. Até o momento não consegui me convencer disso e direi meus argumentos.

É evidente que o mundo mudou, que o Brasil mudou. Senador Ramez Tebet, algumas pessoas mudaram tanto que nem consigo mais reconhecê-las e pensava que as conhecia. A mudança é normal. Entretanto, é óbvio que, ao fazer qualquer análise, haverá um componente ideológico, a visão de mundo, as convicções, a concepção de aparelho de Estado.

Existe uma coisa que me move nessa avaliação e no trabalho – e aí entro nos objetivos pretendidos pelo Dr. Fábio. Para mim, há uma coisa definidora na avaliação das modificações da Lei de Falências. Qual o reflexo da alteração dessa norma jurídica na relação capital/trabalho? Considero essa questão fundamental, até porque, na minha análise – que penso estar de

acordo com a análise de qualquer outra pessoa, mesmo dos neoliberais – , na relação capital/trabalho existe um elo mais frágil: o trabalho. Se a modificação dessa norma jurídica fragiliza o elo mais frágil, fico preocupada. Para mim, sinceramente, nada adianta falar sobre o futuro, sobre a dinamização da economia local, geração de emprego e renda, reestruturação, e que isso pode significar novos postos de trabalho para o trabalhador, que é o elo mais fraco nessa relação.

Diante da massa falida, o trabalhador quer saber se terá o direito de receber, até porque, no chamado plano de recuperação e reorganização da empresa, se existe a defesa e a possibilidade, na alteração da lei, de que o novo empreendedor não tenha a obrigação com o passivo da empresa, certamente ele não terá obrigação com a manutenção dos postos de trabalho que existiam. Então, não necessariamente significa dizer que, nesse plano de reorganização, o trabalhador ganhará algo.

No debate não há emocionalismo nem filantropia; existem interesses. Peço aos senhores que digam quais são as garantias para a preservação das empresas com esse plano de reorganização e a redução dos juros.

O Senador César Borges analisou dados que lhe foram apresentados e estão no **site** do Banco Central. Eu também os analisei, Dr. Gabriel. O Banco Central apresentou um trabalho relativo a um período de praticamente dois anos, identificando a queda substantiva da inadimplência das pessoas jurídicas de 6% para 2% – queda de 70% da inadimplência. Por outro lado, mesmo com essa queda, houve um aumento de quase 50% no nível do **spread** das pessoas jurídicas, embora, no caso das pessoas físicas, mesmo a inadimplência tendo aumentado, isso não significou um aumento do **spread** bancário.

Então, mesmo que digam que existem outras variáveis, outros componentes, gostaria de saber quais são esses componentes cuja variação foi tão importante que conseguiu obscurecer a queda da inadimplência, absolutamente clara nos documentos apresentados.

Não pensam V. Exªs que já existem, independentemente dessas alterações na Lei de Falências, muitas e robustas garantias, inclusive para os bancos? Pelo que tive oportunidade de analisar, existem muitas. Se não fosse assim, evidentemente não viveríamos numa farra especulativa e esses setores não teriam ganhado tanto porque, objetivamente, praticamente menos de 10% da economia nacional dita as regras para o resto da economia nacional.

Outro aspecto que gostaria de sinalizar, como disse anteriormente, para mim o conta é o reflexo da norma jurídica nas relações entre capital e trabalho. Com todo o respeito aos que defendem o outro setor, aos que interpretam que é importante para o futuro do Brasil, preocupo-me com o setor empresarial, seja ele pequeno, médio, porque sei também que se ele quebra pode prejudicar a arrecadação e outras coisas. Até tenho essa preocupação, mas qualquer alteração de norma jurídica que retire direito do elo mais frágil me preocupa. O segundo fator que me preocupa é o crédito tributário, porque é a supremacia do direito público, é o interesse de todos que tem que ser objetivamente maior, na minha modesta capacidade de interpretação, do que o interesse do pequeno.

Para mim, essa modificação da ordem de prioridades é extremamente grave. Vários exemplos foram dados aqui, do custo de observância. Estou impressionada, Dr. Gabriel, porque todas as pessoas do sindicato do Banco Central a pessoas extremamente responsáveis do Banco Central, membros do Banco Central que aqui vieram, todo o tempo, colocam para esta Comissão que eles não têm capacidade de fiscalização, que falta pessoal. Não sei como é tanta a fiscalização, porque todas as informações que temos é de esvaziamento da estrutura de fiscalização em função mesmo dos problemas.

V. Sª também falou sobre a questão dos juros baixos nos empréstimos para automóveis. Sabemos também que, neste caso específico, há uma efetiva competição inclusive diferenciada pela presença dos bancos das montadoras. E os juros podem ser incorporados inclusive no preço do automóvel. Então, há diferenças. E as questões fiscais incidem da mesma forma, tanto em relação às montadoras como em relação a qualquer uma outra operação de crédito.

Então, bem objetivamente, gostaria que os senhores analisassem essas considerações feitas e fizessem um esforço também para se convencerem de que haverá uma diminuição do **spread** bancário, mesmo com toda a realidade histórica, infelizmente, mostrando o contrário.

E há perda? É o que quero saber. A modificação da norma jurídica de alguma forma, no ato específico do debate relacionado a falências, configura perda para os trabalhadores e para o Estado? Não importam as convicções de V. Exªs para o futuro, mas se existe perda diante da legislação hoje em relação ao crédito trabalhista, ao crédito tributário, do mesmo jeito que sei que V. Sª concorda, inclusive colocou isso, mesmo diante da surpresa de vários Senadores também, que é justamente a questão de que os chamados bens gravados pelo ônus real sejam apenas na parte que sobra, o que, sinceramente, acho um absurdo. Por exemplo, uma empresa tem uma dívida com banco no valor de R$100 mil; a dívida com o Fisco de R$ 100

mil; o imóvel hipotecado para garantir a dívida com um determinado banco, suponhamos que seja de R$120 mil. Então, R$100 mil vão para o banco e R$20 mil, que é o que sobra, vão para o Estado?

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Não é assim.

A SRA. HELOÍSA HELENA (S/Partido-AL) – Pois, então, é importante que diga isso, em relação ao crédito tributário e ao crédito trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou conceder primeiramente a palavra ao Dr. Fábio Costa, logo a seguir, ao Dr. Gabriel.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Inicialmente, Senadora Heloísa Helena, gostaria de fazer uma pequena observação sobre a palavra ideologia. Desde a queda do muro de Berlim, precisamos perder o medo que tínhamos com essa palavra ideologia. Sempre que estamos diante de um debate sobre qual o interesse vai prevalecer sobre o outro é uma discussão ideológica.

A SRA. HELOÍSA HELENA (S/Partido-AL) – Com certeza. Então, medo não há, nem de V. Exª e nem meu.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Quanto à palavra ideologia?

A SRA. HELOÍSA HELENA (S/Partido-AL) – Claro.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Estou dizendo dos outros. Então, V. Exª está correta em afirmar que estamos diante de um debate ideológico. Diria mais, essa ideologia não é só no momento de discussão de como vai ser feita a lei, mas, principalmente, depois, na hora da sua aplicação. O professor, na faculdade de Direito, formando novos alunos, com o meu livro em mãos, aí é que vai estar muito mais presente o debate ideológico. Vou dizer: é lá que vai estar sendo feita a lei. No momento todo, estamos discutindo, num conflito de interesses, qual vai prevalecer. Não dá, realmente, para separar essas discussões. Quando se fixam quais são os objetivos de uma reforma legislativa, o que se está discutindo é que interesses vamos privilegiar.

No tocante à falência, especificamente, é curioso notar que, num determinado momento, todos os credores têm um interesse convergente, qual seja, o patrimônio do devedor que faliu tem que ser vendido pelo preço mais alto possível para dar mais dinheiro para todos. No momento seguinte, no do pagamento, esses interesses convergentes não existem mais. Aí todos querem ter uma preferência. Cada um chega aqui e fala: minha preferência porque isso, porque aqui, e o debate ideológico se instala. A preferência deve ser total para o crédito trabalhista. Há uma distorção da lei atual, que apontei na minha manifestação. Não é o projeto de lei. No projeto de lei, não há perda para o trabalhador. Ele deixa de ganhar. Se não for feita a reforma que indiquei ou outra parecida, ele vai deixar de ganhar, mas ele continua na mesma situação em que está desde 1960, quando se criaram institutos como alienação fiduciária em garantia, **leasing**, pedido de restituição de ACC e coisas quitais.

Em relação ao crédito fiscal, vai ter uma perda. É um critério novo. A lei brasileira vai ser a primeira no mundo a adotar a figura da concorrência um por um entre o crédito fiscal e o crédito com garantia real, que acho muito interessante e, ideologicamente, depois vou mostrar porque acho que ela se sustenta. Isso não existe em lugar algum do mundo. Essa concorrência um por um é interessante porque uma parte do crédito fiscal pode deixar de ser paga para que uma parte do crédito dos bancos – eles são os principais titulares de garantias reais – seja paga, ou seja, é a sociedade abrindo mão de uma parte dos tributos para que os bancos possam ter condições de praticar um spread bancário menor. Se vão ou não fazer isso é outra coisa, mas a sociedade está criando um marco institucional, reclamado pelo setor, para que eles façam. Na verdade, o que faz o spread subir ou descer é a concorrência entre os bancos ou a falta dela, que mantém ele lá encima. O marco institucional é importante, quero deixar isso bem claro. Acho que a lei de falências tem que ser reformada, o marco institucional tem que ser reformado para criar as condições para que a competição entre os bancos leve a uma redução dos **spreads** bancários, mas as coisas não são automáticas.

Em suma, para os trabalhadores, não há perda, mas poderia haver um ganho. Para o Fisco há uma perda, que acho, ideologicamente, justificável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Dr. Gabriel.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – O primeiro tema é sobre o reflexo da legislação, que foi a primeira abordagem de V. Exª na relação capital/trabalho. Não tenho dúvida alguma de que, quando uma lei procura disciplinar a recuperação de empresas, isso já está, implicitamente, referindo-se à preservação de trabalho e de emprego.

A legislação que existe hoje tem o grande inconveniente de sucatear a empresa. Não conheço nenhuma experiência bem sucedida de grandes falências em que a sua conclusão resultou em pagamento de quaisquer valores para trabalhadores ou, até mesmo, para o crédito tributário. Por quê? Porque é um processo atrasado. Ele impede a empresa de continuar explorando o seu negócio, utilizando os seus intangíveis, a sua marca, o seu nome, a sua clientela, os seus

produtos, os seus funcionários, que foram, ao longo dos anos, treinados e preparados.

Então, o que acontece hoje quando ocorre uma falência daquelas traumáticas na economia? Ninguém ganha, nem mesmo o crédito trabalhista, que vem em primeiro lugar. Essa empresa, ao viabilizar, como seu objetivo principal, a recuperação de uma empresa que passa por dificuldades, automaticamente, ela está preservando a capacidade da empresa de continuar produzindo e, naturalmente, utilizando-se da mão-de-obra que nela trabalha. Diria, com toda a convicção, que o grande beneficiário de uma legislação como essa também será o trabalhador. Ele será um credor como os outros, terá voz, participação, à medida que os trabalhadores aprimorarem seu processo de organização na economia – debate a que se assiste hoje, com a maior autonomia e representatividade dos sindicatos. Vejo esse assunto caminhando nessa direção.

Lembro-me, quinze anos atrás, de quando houve a intervenção do Banco Central no Banco Cominde, em São Paulo. Foi uma das maiores experiências bem-sucedidas de absorção de ativos e passivos de instituições financeiras que estavam quebradas, com uma forte intervenção do Sindicato dos Bancários, que era presidido por Luiz Gushiken. Envolvi-me muito naquele momento em função de que o Banco que represento adquiriu agências do Cominde. Foi um dos processos mais bem-sucedidos que vi e que não causou nenhum problema de desemprego, de falta de pagamento de salários. Foi feito em menos de 24 horas, com todas as agências do Cominde e também do Banco Áurea, onde foi aplicado o mesmo processo. Mostrou-se que, quando há uma combinação de esforços e de recursos por parte dos empresários e dos trabalhadores, pode-se atingir o objetivo de preservação deste bem fundamental, que é o emprego. Não existe recuperação de empresa, se não houver o concurso, no sentido de contribuição e não de credores, dos trabalhadores. Portanto, respondo a V. Exª que a relação capital/trabalho, com essa legislação, sai fortalecida e não enfraquecida.

A queda na inadimplência das pessoas jurídicas, conforme relatórios do Banco Central, tem muito a ver com o empenho dos bancos em renegociar as dívidas das pessoas jurídicas, principalmente das pequenas, das médias e das de menor porte. Apesar de existir a ineficiência de uma legislação fiscal que engorda o saldo devedor em função de tributos que são recolhidos em cascata, a cada vez que se faz uma renegociação, os bancos demonstraram uma sensibilidade muito grande nesse aperto por que passou a economia nesse primeiro ano de combate à inflação. Foram fazendo renegociações e continuam. Os bancos jamais criariam situações para inviabilizar as empresas de continuarem funcionando, crescendo. Ao contrário, querem que as empresas cresçam e se desenvolvam. A inadimplência caiu muito. Qual seria o caminho, se não houvesse renegociação? O protesto, a execução, o que engordaria as estatísticas de inadimplência. Não tenho dúvidas ao fazer essa afirmação.

O **spread** não caiu mais em função das ineficiências tributárias em cascata, que mencionei. Cada vez que se renova uma operação, incide-se de novo o Imposto sobre Operações Financeiras.

Com relação ao crédito tributário, sem dúvida, o Fisco tem que ser parceiro no esforço de recuperação, da mesma maneira que o trabalhador vai dar sua contribuição no sentido de preservar a função produtiva naquelas falências ou recuperações que viabilizarem a oportunidade do negócio. Há falta de fiscalização mais efetiva dos órgãos fazendários, que desconhecem, realmente, o crédito que têm – que acaba sendo constituído no momento em que ocorrem os problemas. Sem a contribuição do Fisco via parcelamento ou pela não-inclusão de créditos que não estavam constituídos e que deveriam ficar com a massa, quando houvesse a venda de ativos, a realização de bens patrimoniais – e potencialmente se poderia buscar alguma recuperação...

Houve dois casos importantes de grandes empresas, de grandes nomes da economia, que desapareceram: o da Mesbla e do Mapim, em São Paulo. Eram empresas tradicionalíssimas que empregavam um contingente grande de pessoas. Surgiram vários interessados na compra dessas empresas e ninguém quis assumir o risco de pegar passivos que desconheciam; seriam irresponsáveis, até porque as próprias empresas, nos seus sistemas de informações contábeis, não indicavam quais seriam esses passivos verdadeiros.

Assim, repito o que mencionei anteriormente sobre a importância de existir um trabalho de auditoria não apenas das empresas abertas, mas de todas de um certo porte, o que assegurará transparência e maior visibilidade.

Sobre o custo de observância e a fiscalização, refiro-me às normas burocráticas produzidas pelas diversas autoridades, não apenas pelo Banco Central, que criam realmente um ônus excessivo para as empresas em geral e para o setor financeiro, talvez, com um pouco mais de ênfase. No geral, a economia brasileira tem a sua eficiência comprometida por exigências burocráticas, que têm muito a ver com o chamado custo Brasil.

A fiscalização do Banco Central nessa matéria, Senadora, é feita por um sistema indireto, que não

depende de recursos humanos. O Banco Central tem sistemas desenvolvidos para fazer supervisão a distância. Todas essas informações se processam por correio eletrônico no Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen), que existe há muitos anos. Mas existe um trabalho administrativo de preparação e de fornecimento dessas informações.

Em relação à avaliação de riscos, também o Banco Central acompanha riscos das instituições por meio de sistemas eletrônicos. A supervisão mais ampla, que é o exame profundo na instituição financeira, no qual se examinam os detalhes nas carteiras, vem sendo feita com irregularidade. Não há hoje uma única instituição financeira neste País – seja pública ou privada, nacional ou estrangeira – que não tenha passado por um amplo processo de supervisão.

Faltou algum item, Senadora?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido-AL) – Não. Eu apenas não consigo entender como os bancos ganham tanto dinheiro, Dr. Gabriel.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Senadora, eu disse há pouco...

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido-AL) – Eu sei que a expressão "não consigo entender" é uma irreverência.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Não, absolutamente, Senadora. As perguntas de V. Exª foram todas muito pertinentes e nos dão oportunidade de esclarecer. Aliás, viemos à Comissão para tentar ajudar os Srs. Senadores no julgamento de uma lei que reputamos importante para a economia.

Um banco é uma empresa mercantil, como todas que operam na economia. Há muitas companhias abertas; há muitas fechadas. Há pouco, mencionei uma publicação da revista **Forbes**, que anotei para encaminhar a V. Exªs, que serão surpreendidos com a informação de que apenas duas instituições financeiras estavam classificadas: uma em 23º lugar e outra em 25º lugar. As demais, em retorno do seu patrimônio, foram todas empresas de outros setores.

Agora, falemos sobre o tema conceitualmente. Não estamos criticando o lucro, que é da essência da atividade econômica e gera emprego, riqueza e renda. O lucro faz parte, portanto, da atividade econômica. Ele propicia o investimento e o crescimento. As instituições financeiras, como depositárias de recursos de terceiros, do público, têm de ser rentáveis, sim. Elas têm de demonstrar que sabem gerenciar os recursos que administram e remunerar o capital de seus acionistas.

Hoje, a maioria dos bancos – pelo menos os principais, nacionais ou estrangeiros – são grandes empresas abertas. Todos os bancos têm milhares e milhares de acionistas. Todos os presentes que possuem cotas de fundos de investimento, indiretamente, são sócios de empresas de mercado, inclusive de instituições financeiras. E elas não vivem somente de crédito, mas de outros produtos, como serviços e operações específicas de tesouraria feitas em favor de empresas que querem efetuar operações para viabilizar grandes projetos. As empresas financeiras são grandes captadoras de recursos, também, para o mercado de capitais de dívida, onde o custo de intermediação é menor, porque o que leva em conta é o risco da empresa.

As instituições financeiras, durante a crise que se formou um pouco antes das eleições e durante o período eleitoral, quando houve uma grande volatilidade de mercado, fizeram um esforço muito grande de continuar mantendo as linhas em aberto, para financiar as operações comerciais no Brasil.

Então, por último, eu queria fazer aqui uma referência a uma distorção que ocorre em relação à formação dos lucros dos bancos. De novo é uma regra fiscal que não permite que as instituições financeiras baixem de seus ativos as perdas de crédito, enquanto não tiverem sido extintos todos os meios usuais e normais de cobrança, ou seja, para que uma instituição financeira possa debitar como prejuízo, e, portanto, torná-lo dedutível da tributação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, um crédito acima de um valor determinado. E isso só pode ser feito depois que ela executou, cobrou, mostrou que o devedor não tem bens à penhora, ou não conseguiu ainda executar, ou o devedor faliu e a falência não se encerrou.

Enquanto isso não ocorre, esses ativos ficam no ativo da instituição financeira, em uma conta que se chama créditos tributários. E apenas na medida em que eles alcancem as condições de dedutibilidade, são baixados. Isso, V. Exª há de convir que distorce a rentabilidade que as instituições financeiras operam.

O SR. (Orador não identificado) – Mas é impossível compatibilizar uma mudança nessa regra com o regime de competência da contabilidade. Isso é uma questão bastante discutida, não na Lei de Falência, mas esbarra em uma questão técnica intransponível, no meu modo de ver.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, tem V. Exª a palavra, mas a Senadora Lúcia Vânia também, por deferência de V. Exª. É um prazer ouvir a Senadora Lúcia Vânia, por gentileza, grande defensora do Centro-Oeste e de Goiás.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o Senador Suplicy por essa deferência e cumprimentar V. Exª, Sr. Presidente, por essa oportunidade que V. Exª tem nos dado, a nós que não somos especialistas na área econômica, em

poder debater uma lei complexa como essa. Mas eu vou procurar ser breve e não repetitiva.

Em relação ao Dr. Gabriel, eu gostaria de fazer uma colocação. Os últimos expositores que têm vindo aqui evitam trazer o foco da lei de recuperação das empresas para a questão do **spread**. E V. Sª expôs isso hoje muito bem dizendo que a lei é importante, mas teria um efeito pequeno sobre a questão do **spread**, pelo menos a curto prazo.

Então, eu pergunto a V. Sª, que apontou aqui como composição do **spread** a questão da concorrência entre os bancos, que segundo V. Sª é muito forte; a questão da carga tributária, que pesa enormemente nessa composição; a questão do compulsório, que é cada vez mais volumoso; a questão do fundo garantidor, que também tem uma parcela de percentual nessa composição e o custo de observância.

Em se tratando dessa composição tão complexa e sabendo que a legislação, principalmente a tributária, não veio de forma nenhuma minimizar essa carga, eu pergunto a V. Sª se, apesar da lei de falência ser colocada como um dos itens, há perspectiva? Ou então qual é a perspectiva, qual o tempo e a oportunidade que nós vamos ter para um **spread** mais baixo?

Dr. Fábio apresentou como chave a questão central da recuperação da empresa o plano de recuperação. Nele V. Sª aponta também a questão da sucessão como algo importante, uma vez que é preciso que se aproveite a parte boa da empresa e aquilo que é desconhecido, que são dívidas, poderão ser tratadas oportunamente. Eu pergunto a V. Sª se isso não ensejaria fraudes futuras? Se o próprio controlador não poderia vir a adquirir essa empresa, utilizando para isso um terceiro.

E a segunda pergunta que eu faria, em relação aos créditos trabalhistas, é: o que pensa V. Sª a respeito de fazer um instrumento diferenciado para os grandes executivos, para os administradores, deixando a prioridade para aquele que realmente é tido como crédito alimentício?

Era o que tinha a dizer.

Agradeço a V. Sªs pela oportunidade que nos dão nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Senadora Lúcia Vânia dirigiu uma pergunta ao Dr. Gabriel Jorge Ferreira e três ou quatro perguntas ao Dr. Fábio Ulhoa Coelho.

Portanto, Dr. Gabriel, V. Sª tem a palavra.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Senadora Lúcia Vânia, V. Exª colocou muito bem essa questão do curto prazo: não há como mexer na tributação, não há como mexer nos custos de observância, não há como mexer no compulsório; ou haveria como mexer, mas, no momento, as condições macroeconômicas não permitem.

A realidade é a seguinte: o País fez um ajuste fiscal profundo, criou um ambiente macroeconômico de boa estabilidade e, acima de tudo, uma grande estabilidade política, que está fazendo com que o Brasil seja visto de forma diferenciada. O Brasil tem uma Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi um marco, digamos assim, na conduta dos administradores públicos na gestão das entidades que governam; temos uma política econômica que vem sendo administrada de forma muito prudente, procurando atingir os objetivos de melhoria do quadro macroeconômico, sem desvios ou atalhos; existe uma responsabilidade orçamentária muito séria. E não tenho nenhuma dúvida de que o Poder Público gradualmente começa a afastar-se da tomada de recursos do sistema bancário, que hoje é um dos grandes fatores de encarecimento do custo do dinheiro, com essa presença grande do Estado, concorrendo com o setor privado na tomada de recursos.

Tenho a convicção de que 2004 será o ano do crédito, porque o Governo fez seu dever de casa. Apesar de estarmos vivendo um momento de certo desconforto com um possível repique inflacionário, tenho a convicção de que isso é absolutamente sazonal, de que a inflação continuará se situando dentro das metas fixadas, de que o Estado, portanto, buscará manter um superávit primário consistente, mais a custo de redução de despesas do que de aumento de tributação, e haverá um espaço de aumento da oferta de crédito em condições muito mais propícias, porque haverá uma demanda de crédito em uma economia que está pronta para crescer.

Então, não tenho dúvidas de que as instituições financeiras serão muito competitivas, porque os volumes de crédito vão aumentar. Elas terão que buscar receitas na ampliação de suas carteiras, e, para que isso ocorra, tem que haver demanda; sem demanda, elas não vão conseguir. E, se o Governo se afastar realmente de tirar recursos do setor, esses recursos serão canalizados para o setor produtivo.

Sendo assim, apesar de uma convivência – que espero que seja por curto tempo – com essas ineficiências todas que mencionei, o crédito tenderá a cair, em função de uma grande disputa por clientes, por concessão de crédito, na medida em que não restará alternativa senão financiar a produção, porque o Estado deverá deixar de ser tomador de recursos.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Senadora Lúcia Vânia, agradeço as suas indagações – creio que são duas: a questão da fraude e a questão dos grandes executivos.

Quanto à questão da fraude, como está prevista no projeto? No projeto prevêem-se duas hipóteses de continuação da empresa que faliu por outras pessoas. Uma hipótese é a do investidor que compra em um leilão – isso será importante.

A outra hipótese são os próprios trabalhadores da empresa falida que se organizam. O projeto prevê que, quando se trata de um investidor não há sucessão. Curiosamente o projeto omite a questão em relação à empresa constituída pelos trabalhadores. Entre as 29 sugestões de emendas que apresentei, uma delas inclui uma regra dizendo que "também quando os trabalhadores se organizam na empresa, também não tem a sucessão" – para ficar muito clara essa questão.

A hipótese de fraude. Sou empresário, tenho mil de bens, devo mil e quinhentos, quero pagar, então entro nesse processo de recuperação e depois ficarei com esses mil, aparecendo para um terceiro que comprará em meu nome, e os mil e quinhentos ficam podres, ou seja, esses mil que alguém vai pagar em meu nome entram para pagar os mil e quinhentos mas, de qualquer forma, não paguei os mil e quinhentos. Essa possibilidade está prevista ou a forma de se evitar essa possibilidade está no leilão. Na verdade, esse terceiro que agirá em meu nome, vai participar de um leilão. Se houver alguém no mercado que olhe aqueles bens e identifique que os bens valem mais, terei que colocar mais dinheiro para conseguir fechar essa minha conta. Então é um fraude um pouco cara demais tendo em vista esse instrumento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – (Inaudível)

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Não. Não estou afastando a possibilidade de fraude. Estou mostrando o que é possível fazer em termos do projeto de lei para isso.

Agora o que desejo reforçar é de que não existe como preservar essa empresa nas mãos de um novo empresário, não existe, sem liberá-lo da sucessão. Se ele for responder pela sucessão... Temos duas hipóteses, ou é uma solução de mercado: vejo essa empresa com esse déficit patrimonial, com um patrimônio líquido negativo e penso em colocar mais quinhentos aqui e vou lucrar milhões lá na frente. É uma solução de mercado. Para isso não precisa lei, não precisa Poder Judiciário, não precisa nada. O fulano vai chegar lá, vai fazer uma proposta, o vendedor vai achar muito bom – ôpa, me livrei desse assunto e pronto.

Quando é preciso a intervenção do Judiciário, ou é preciso a intervenção da lei? Quando o mercado não funciona. Quando, ninguém olhando essa empresa vai dizer: eu me interesso por comprá-la. Ou seja, só será interessante comprar isso, só vai ser um bom negócio se eu ficar livre da sucessão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Doutor, o senhor me permite? Isso é tentador. Veja bem, hoje, nada impede que alguém entre e compre a empresa; ele vai acertar com os outros. Agora, o que não está entrando, estamos com dificuldade de entender é uma empresa estar em dificuldade com uma série de credores: direitos trabalhistas, credores quirografários, credores privilegiados, e a lei admitir que ele compre sem pagar o pessoal?... Então a empresa preparou tudo para o cidadão ir à fraude. É evidente que a lei não pode permitir isso, a meu ver. Então o senhor me explica melhor. Vou querer até um encontro pessoal com o senhor. Eu tenho a responsabilidade de relatar isso. Penso assim, a pessoa vai encontrar um outro vai falar 'vamos fazer tal e qual negócio, porque aí você vai comprar e eu vou vender para você.' Essa venda tem que se pelo menos autorizada por alguém, tem que passar pelos credores, tem que passar pelo Juiz, porque senão é um enriquecimento de um em detrimento de todos os credores, ou eu não entendi direito. Por isso é que, no leilão, é diferente, porque, no leilão, vai todo mundo, tem as condições de comprar, não se sabe, é impossível estabelecer um pacto. Afinal de contas, veja bem, é uma coisa chocante a meu ver, não estou entendendo direito, porque o senhor é um homem muito brilhante. De tudo que o senhor falou até agora é a única coisa que...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Não está muito clara.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, muito clara não. Está esquisito. O senhor me desculpe. Levar os outros a falência, levar os outros a não receber e o sujeito pega a firma de mão beijada?...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Não. Veja, na verdade, se não for previsto isso, se não for prevista a ressalva da sucessão, ninguém vai comprar essa empresa. Vamo-nos colocar nos sapatos...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não. Eu trabalhei, numa ocasião, para uma empresa, eu era estagiário, acadêmico de Direito. Um credor chegou e falou "Tenho interesse nisso aí" e saiu comprando.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com o crédito de um, portanto; com o crédito de outro, portanto. Ele comprou e virou titular. E o que o senhor está propondo é que a pessoa compre a empresa, e os credores fiquem a ver navio. É o que estou entendendo. Quer dizer, porque ele comprou a empresa matou os créditos de outros credores! Esses credores têm que estar protegidos.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então veja: o valor que está sendo pago por esta empresa vai ser utilizado para pagar os credores; não é que eles vão ficar a ver navios.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas esses credores têm que ser ouvidos.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Mas eles são ouvidos; no projeto, eles são ouvidos. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eles têm que ser ouvidos, a meu ver. Aí então é um processo, é um plano; está dentro da recuperação. Olha aqui: a empresa tal vai comprar a empresa tal mediante essas condições: faz-se aí a assembléia – está previsto na lei – , faz-se no comitê de credores e fala: "Não, tudo bem". Os credores todos ficam satisfeitos e está resolvido. Já está expresso aqui.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu vou fazer um último esforço: sou empregado de uma empresa que faliu. Eu me organizo com os outros colegas dessa empresa, tenho crédito trabalhista na forma da lei, uso esse crédito trabalhista para comprar essa empresa e tocar de novo o negócio. Só vai dar certo, se eu não tiver que pagar as mesmas dívidas que o meu patrão anteriormente tinha.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas ele tem que conversar, doutor.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Mas isso tudo está na lei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Do jeito que o senhor está expondo, ele vai conversar com a empresa?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem que entrar um comitê nisso; esses empregados têm que conversar com os credores.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Está previsto, Excelência. Os empregados vão-se organizar, vão para o leilão, vão concorrer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para o leilão, tudo bem.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Mas está tudo previsto. Estou falando de um ponto específico e depois de observar todos os procedimentos. Esses empregados que se reorganizaram e estão numa nova empresa têm que estar com uma nova empresa. É assim, por exemplo, que funciona no mundo todo: no Direito Falimentar norte-americano e no francês. No mundo todo é assim: quem adquire os bens da empresa falida não é sucessor do falido; aliás, já é assim no Direito brasileiro. Então, na verdade, o que destaquei como ponto positivo – e considero ponto positivo – foi o fato de que passou a ser expresso. Como neste País ultimamente alguns princípios jurídicos estão esgarçados – é uma questão ideológica, existe uma ideologia esgarçada, por exemplo: autonomia da vontade, a prevalência do contrato sobre o que diz a lei, quando a norma é supletiva – , então ultimamente os juízes têm dado ao adquirente da empresa falida o caráter de sucessor e isso está desmotivando recuperações de empresas que poderiam ocorrer agora. Mas a questão é altamente complexa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu queria deixar claro isso. Não tenho direito de roubar o tempo dos outros Srs. Senadores, mas percebo que os Senadores também estão querendo entender a proposta. O nosso objetivo aqui, evidentemente, é, a partir dos senhores que estão prestando grandes serviços para nós, podermos aperfeiçoar esta lei.

Na tese do senhor, pergunto o seguinte: na hora em que ele negocia com a empresa para comprar, como ficam os credores dessa empresa?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Esses credores vão receber uma parte do crédito, a menos que aquele valor que ele vá pagar pela empresa seja suficiente para pagar todo o crédito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas eles serão ouvidos?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Serão ouvidos, isso tudo é feito em assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas isso já está na lei.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – A assembléia de credores é que vai deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim, mas eu estou dizendo para o senhor que isso está na atual lei.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Está.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então o senhor está apresentando como uma sugestão...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Estou mostrando um ponto que acho positivo no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ah, bom!

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Estou dizendo que o art. tal – é o 154...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pensei que o senhor estava propondo que se aprovasse e deixasse os credores.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tenho repetido isso aqui e assim também a Senadora Lúcia Vânia. Houve um mal entendido.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Estou dizendo que é um ponto positivo do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Fica V. Exª com a razão então. Se está dentro do projeto, fica V. Exª com a razão.

Senador Eduardo Suplicy, tem V. Exª a palavra. É o último Senador inscrito.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, ele não me disse em relação à redução dos...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – ... grandes executivos. Rapidamente: sou plenamente favorável a introdução de uma norma aqui que discipline. Já há uma previsão, mas é necessário aprimorá-la. Qual é a previsão? Quando o executivo não tem vínculo trabalhista, ele recebe como crédito subordinado, ou seja, depois de todo mundo pagar, antes de receber o acionista recebe ele. Mas é preciso dar uma melhorada um pouco nessa norma porque pode ser que um controlador tenha lá um registro de CLT como administrador e vá invocar a condição de administrador empregado para algum familiar dele ou alguma coisa assim. Sou plenamente favorável a um aprimoramento dessa regra. O projeto já prevê, mas, talvez, valesse à pena deixar mais claro ainda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy. Os últimos serão os primeiros.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, quero cumprimentá-lo pela seqüência de debates sobre a Lei de Falência, que está tornando extremamente produtivo esse período da convocação extraordinária, com vista ao aperfeiçoamento da lei da qual V. Exª é o Relator.

Gostaria de informar a ambos os oradores que, na parte inicial da manhã, estava ouvindo o Presidente Lula, o Ministro Patrus Ananias, na cerimônia de um ano do Conselho de Segurança Alimentar e Fome Zero, e, por isso, não pude ouvir as palavras dos senhores, mas gostaria até de salientar ao Dr. Gabriel Jorge Ferreira que a direção da Febraban foi mencionada no discurso do Presidente da República, no que diz respeito à iniciativa que teve a Febraban de volver os recursos para a construção de dez mil cisternas na região do semi-árido do Nordeste.

Aquilo, disse Sua Excelência, representou um gesto muito importante. O Presidente até convidou os presentes, as entidades e as pessoas em geral, a contribuírem com esse gesto, pois a necessidade seria da ordem de um milhão de cisternas.

A Senadora Heloísa Helena está um pouco preocupada e vou-me reportar à sua preocupação. Eu poderia, como consigo captar um pouco, verificar se o que vou dizer aqui está de acordo com o pensamento de S. Exª, porque disse o Presidente Lula que uma cisterna simples, de natureza doméstica, custa um pouco mais do que R$1 mil. Portanto, arredondando, dez mil cisternas seriam R$10 milhões. A Senadora Heloísa Helena deve estar comigo.

Vou pedir a V. Sª para refletir, pensando bem. Teria sido essa a contribuição da Febraban para um intuito muito significativo, porque, de fato, até presenciei, em Guaribas, o primeiro Município onde foram construídas as cisternas, o benefício que aquilo pode, efetivamente, gerar para uma família que, antes, buscava a sua água com um balde na cabeça. Então, isso representa uma modificação na qualidade de vida e de cidadania importante. No entanto, vamos imaginar que quantia representariam os R$10 milhões em relação ao lucro dos bancos no ano que passou, só para termos uma reflexão.

Considero positivo o convite do Presidente para que todos os demais tivessem gestos semelhantes.

V. Sª, Dr. Gabriel Jorge Ferreira, fez considerações sobre a natureza da concorrência do sistema financeiro e, na seqüência dos estudos que mencionou, na publicação **Economia Bancária e Crédito**, do Banco Central, há um estudo de Márcio Nakane, mostrando a evolução da concentração bancária e das taxas de empréstimo, de 1994 para cá.

Em verdade, o número de bancos que, em 1994, era de 246, foi gradualmente sendo reduzido para 164, ainda que o denominado Índice de Herfindal-Hirschman, sobre ativos, créditos e depósitos, tenha mostrado que não houve propriamente uma redução nos índices de concentração, quer dizer, estes não aumentaram significativamente, apesar da redução expressiva do número de bancos comerciais em atividades, os reflexos nos índices de concentração não foram significativos.

Apreciaria, se puder V. Sª, dadas as características do sistema financeiro diferentes de qualquer setor, como o setor de sapatos, de têxteis, de confecções, etc., onde o livre ingresso e saída de competidores é de natureza diferente, como o setor financeiro tem o sistema de ingresso e saída, primeiro, regulamentado pela própria autoridade monetária, pelo Banco Central; segundo, porque a natureza do produto é bastante diferente, o setor financeiro vende um serviço, produz um serviço no qual o crédito é o uso do dinheiro. O estoque de dinheiro é regulado pela autoridade monetária. Ele regula o quanto aumenta a quantidade de dinheiro na economia e depois pelos diversos instrumentos, tais como a taxa de redesconto – que V. Sª mencionou –, as operações de mercado aberto, a definição da taxa básica de juros, e toda regulamentação envolvida pelo Banco Central e autoridade monetária. Tudo isso torna o sistema financeiro algo muito diferente de qualquer outro setor, como de vender sorvete em qualquer mu-

nicípio do Brasil. Ali a competição é de livre entrada e saída, diferente do setor bancário.

À luz dessas características tão especiais do que é o sistema financeiro e sobre a seguinte reflexão é que gostaria de ouvi-lo. Todos nós temos acompanhado, ao longo desses últimos anos, os resultados bastante alvissareiros que o setor financeiro tem tido, ainda que a economia brasileira tenha apresentado resultados muito aquém da potencialidade da nossa economia, mesmo no ano passado, quando se disse que o Governo e mesmo a Febraban tem enaltecido a condução da política econômica pelo Governo Lula, pelo Ministro da Fazenda, em que pese isso, a economia cresceu 0,3%; o nível de emprego cresceu muito aquém do desejado, mas o setor financeiro teve resultados bastante positivos.

Ora, imagino que é da aspiração da Febraban, do setor financeiro que possa este setor estar crescendo, mas desde que veja a economia também crescer, e que os resultados positivos do setor financeiro sejam de tal natureza a ver todos os demais crescendo, ver a economia crescendo, o nível de emprego crescendo. Porque aí estará muito mais seguro o diretor de qualquer instituição financeira, o diretor do Unibanco, do Itaú, do Bradesco e assim por diante, vendo que as coisas estão bem para nós, mas vão ficar melhor ainda porque a toda a economia está crescendo e os nossos resultados serão melhores.

Vou pedir uma breve reflexão a respeito do que falei agora, algumas questões específicas e, inclusive, ao Dr. Fábio Coelho porque trouxe uma série de sugestões muito interessante. Inclusive, quero transmitir ao Senador Ramez Tebet que fui autor de uma proposição juntamente com o Senador Paulo Paim, relativamente aos créditos trabalhistas, uma modificação no art. 28, mas percebo que nas sugestões do Dr. Fábio Coelho – a sugestão de emenda nº 29, que dá nova redação aos arts. 26 e 28, diz, em seu Parágrafo Único: "Se a coisa não existir ao tempo do pedido de restituição, receberá o requerente o valor da avaliação do bem, ou no caso de ter ocorrido a sua venda, o respectivo preço, em ambos os casos valor atualizado, sendo o pagamento feito com preferência sobre todos os credores – acrescenta ele – , "exceto os titulares de créditos derivados da relação de trabalho e de acidente de trabalho".

No mesmo sentido, no art. 28, um parágrafo único com a seguinte redação: "A restituição será paga com preferência sobre todos os credores, exceto os titulares de crédito derivados da relação de trabalho e de acidente de trabalho."

Sr. Presidente e Relator Ramez Tebet, parece-me que essa redação preencheria o objetivo proposto pelo Senador Paulo Paim e por mim. Talvez pudéssemos aperfeiçoar a sua redação. Acredito que a sugestão do Dr. Fábio é bastante interessante.

O Presidente da Febraban, Dr. Gabriel Jorge Ferreira, sugeriu-nos, em sua palestra sobre os créditos trabalhistas, relativamente ao que foi objeto de reflexão na semana passada, do problema relativo à remuneração dos administradores, eventualmente proprietários. Menciona ele, no Item 52 de sua exposição, que se houver interesse efetivo na correção da falha, que nos parece grave e prejudicial aos trabalhadores de menores salários, basta estabelecer um novo limite de pagamento dos créditos trabalhistas dos cotistas, acionistas e administradores e controladores da empresa, assim como de seus parentes colaterais e afins até terceiro grau, 150 salários mínimos, por exemplo.

Portanto, é nessa direção que eu gostaria de pedir a reflexão e a colaboração do Relator. Penso que 150 salários mínimos pode ser um limite adequado para um determinado tamanho de empresa, quem sabe um banco ou uma grande empresa, mas para a pequena e média empresa talvez fosse um valor muito elevado. Então, pergunto – e o Relator vai poder pensar, quem sabe ambos tenham alguma reflexão, ou poderiam enviá-la posteriormente – , mas na mesma direção, quem sabe se levassem em consideração uma referência sobre a média da remuneração dos trabalhadores naquela empresa, porque não ficará um valor tal que pode ser bom para a grande empresa mas não tão adequado para a pequena e média empresa. Caso haja alguma sugestão nesse sentido, ou mesmo que a envie posteriormente, eu agradeceria.

V. Sª mencionou casos tão bem-sucedidos, em sua experiência, no diálogo com o Sindicato dos Bancários, como o caso Comind, o Banco Áurea e outros, mas há casos que se tornam exemplares de dificuldades. Um deles é o que vai ocorrer com a Parmalat, pois estamos em busca de uma solução para essa problemática. Estive em Jundiaí, sábado, onde temos a Parmalat, e pude constatar a preocupação de todos com os fornecedores, como Mato Grosso do Sul e outras regiões, e também com os trabalhadores da indústria de alimentos, com os fornecedores de leite e laticínios. Inclusive a prefeitura está preocupada, porque, muito embora haja outras empresas em Jundiaí, a Parmalat é uma das grandes e importantes empresas da cidade. A Parmalat também era a patrocinadora do antigo Paulista de Jundiaí e do Palmeiras. Até os torcedores palmeirenses.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido-AL) – Baixaram muito o preço do leite também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Até os torcedores de futebol estão preocupados. Se bem que agora o Palmeiras está com a Pirelli.

Mas outro caso importante, que quem sabe merecesse uma reflexão de ambos, refere-se, por exemplo, ao que ocorreu na transferência da TV Manchete para a Rede TV Omega. Na ocasião, assinou-se um acordo com o Governo de responsabilização pelo passivo trabalhista e pela manutenção dos trabalhadores num determinado emprego.

A razão social da TV Manchete existe até hoje. Na ocasião, foi comprada por um real, para que se prosseguisse o processo falimentar que atualmente está equacionado. Mas, passado esse período, houve demissão de funcionários, e não se pagou o passivo trabalhista. Esses, por três anos, foram à Justiça, conseguiram até ganho de causa, mas não conseguiram até hoje terem o seu problema resolvido.

Ao mesmo tempo, a Rede TV tem conseguido muitos méritos, sendo seu nome tido como a TV que mais cresce. Mas trata-se tipicamente de um problema que aflige muitos dos jornalistas, técnicos e todos que trabalhavam na empresa.

Será que a nova lei de falências vai ajudar a resolver a situação, que tipicamente foi exemplificada? A preocupação da Senadora Heloísa Helena refere-se à condição dos trabalhadores numa situação como essa em que se consegue resolver de uma instituição para outra, que começa a ir bem. Os trabalhadores ainda estão sem ter os seus direitos assegurados.

Teria outras perguntas, mas penso que meu tempo acabou.

Cumprimento os convidados pela excelente contribuição que ambos trouxeram aos nossos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, inicialmente, ao Dr. Gabriel Jorge Ferreira, para atender ao Senador Eduardo Suplicy e, logo a seguir, ao nosso professor, pedindo que pensemos um pouco no horário, mas sem prejuízo dos nossos trabalhos.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Nobre Senador, vamos iniciar o assunto relativo à concorrência. Já respondi a algumas questões. Mas o foco que V. Exª deu foi muito mais em relação à concentração que em relação ao número de instituições que se foi reduzindo no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Lembro que, às 14 horas e 30 minutos, pelo Regimento, sou obrigado a encerrar a reunião. É claro que vou tolerar uns cinco ou dez minutos, mas peço brevidade para que apliquemos o Regimento.

O SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Tivemos alguns processos, alguns desenvolvimentos muito importantes com relação ao acesso ao sistema bancário brasileiro. Em primeiro lugar, houve a liberação da entrada do capital estrangeiro no setor, que durante muitos anos foi fechado. Depois, houve uma abertura. Tivemos a entrada de importantes agentes, que passaram a competir com o setor financeiro. Alguns já desistiram e retornaram, viram que o ambiente competitivo brasileiro é bastante complexo, que tem um conjunto de medidas ou uma cultura de convivência com problemas crônicos, que não são enfrentados, que não são resolvidos, muito dos quais já mencionei. Infelizmente, alguns voltaram, mas outros ficaram e estão competindo.

Temos de entender o que ocorreu na área financeira, na área bancária a partir dos planos econômicos. Convivemos anos e anos com uma inflação absolutamente inaceitável. Houve, finalmente, o Plano Real, que conseguiu, então, atingir os seus objetivos de estabilidade monetária.

Os bancos, antes dos planos de estabilização, praticamente não tarifavam os seus serviços. Eles viviam do **floating** inflacionário. O que importava era o volume de recursos. Abriram agências e mais agências, apesar de existir restrições do Banco Central com relação à ampliação da rede de agências, mas havia um comércio de cartas patentes.

O Banco Central, às vezes, em operações para ajudar a resolver problemas de instituições que estavam em dificuldades, autorizava abrir novas agências. Eram agências que traziam para dentro de casa volumes que eu chamo de mortos, volumes que, uma vez revelada a verdadeira capacidade de geração de renda com a moeda estável, verificou-se que a estrutura bancária estava até superdimensionada. Tanto que vimos aí que essa foi uma travessia difícil – sair do regime de inflação para estabilidade.

Quando falamos de lucros das instituições financeiras, olhem as que não estão mais aqui. São muitas instituições importantes, de grande porte, de médio porte e que foram liquidadas, foram vendidas porque se entrou num processo em que a eficiência e a tecnologia tinham um peso muito significativo.

O Banco Central então, há cerca de dois anos, editou uma regra que considero da maior importância – nunca tivemos isso antes: as condições de acesso ao sistema bancário, a entrada no setor, antes sempre regulada por normas que não eram públicas, eram decisões de diretoria que ficavam restritas, digamos, a autoridades e as autorizações se faziam no caso a caso. Hoje, não. Temos uma regra absolutamente transparente, muito clara, onde o mercado está aberto

para todos aqueles que queiram nele entrar, participar e competir. E as condições que se exigem são apenas que se apresentem planos de negócios, planos de captação; o perfil de negócio que a instituição financeira quer atuar, se ela quer atuar em segmentos de pequena renda, de baixa renda, de alta renda, se ela quer atuar nacionalmente, se quer atuar setorial ou regionalmente. Então, há hoje aí uma regra muito rica, muito aberta e transparente para todos os empreendedores que quiserem entrar nesse mercado e competir.

Portanto, essa questão de capilaridade de rede de atendimento bancário, tenho convicção de que, na medida em que a economia se consolide na sua recuperação, deveremos ter o surgimento de novas instituições financeiras.

Mas um fato importante foi a criação, pelo Banco Central, da figura do chamado correspondente bancário, que permitiu que todo território nacional, sem exceção, passasse a ter um serviço de atendimento bancário. Portanto, isso foi uma grande idéia, uma grande inovação. E, hoje, não há realmente nenhum ponto, mesmo os mais distantes, que não tenha o atendimento bancário.

Os resultados das instituições financeiras, apenas repetindo rapidamente o que mencionei, não foram muito diferenciados de outros setores de economia. E aqui assumi o compromisso de mandar um trabalho da revista **Forbes**, onde as empresas não financeiras de diferentes setores – não falo apenas do setor exportador – tiveram retornos muito superiores ao das instituições financeiras. E citei aqui, também, a questão dos créditos tributários que acho que V.Exª ainda ouviu.

Por último, refiro um assunto que não é bem uma pergunta de V.Exª, mas é uma menção que foi feita, ou seja, o Projeto Cisternas. Trata-se de uma idéia da diretoria da Febraban, da entidade, porque os bancos, em geral, todos eles têm programas diferentes de atuação comunitária e de responsabilidade social. Há bancos que atuam cujo foco maior é em educação; outros, na cultura, nas artes; outros, na questão de apoio a projetos comunitários diversos. Mas a Febraban quis fazer um gesto, na esteira do Programa Fome Zero, e procuramos ver de que forma poderíamos contribuir. Aí veio a idéia. Conversei com Oded Gragew, que é uma pessoa que tem uma grande experiência em projetos comunitários, e ele nos deu a idéia de apoiarmos junto com a Cáritas e com a Diaconia, através da Asa, que é a Articulação no Semi-Árido, a construção de cisternas. Uma coisa tão simples, para captação de água de chuva numa região que chove concentrado. Dá para construir reservatórios, que eles chamam de cisternas, próximos às casas de zona rural, o que ofereceria água de boa qualidade durante dez meses, para uma família de cinco pessoas, evitando que essas pessoas se desloquem para áreas distantes em busca, às vezes, de água de má qualidade.

Tive uma grande emoção ao assistir, na área rural de Campina Grande, Município de Lagoa Seca, a inauguração das primeiras cisternas custeadas pela Febraban. Ali vi uma multidão com faixas de apoio à Febraban pela iniciativa.

Então, essa foi uma idéia que tivemos. Já vamos entrar com mais dez mil cisternas e faremos campanha junto a fornecedores, clientes, para que também apóiem essa campanha.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passo a palavra a V. Exª, professor.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Sr. Presidente, tenho dedicado a minha vida a ajudar na aplicação da lei. Então, ajudarei na aplicação do Regimento Interno, limitando a minha resposta só a um dos pontos que o Senador Eduardo Suplicy levantou, qual seja, a elaboração de algum critério para limitar o pagamento dos altos salários de executivos.

Enquanto ouvíamos sua explanação, Senador, pensei na possibilidade de estabelecermos esse limite em função de um percentual, 15%, 20% do passivo trabalhista. Isso para empresa grande. Para a pequena, deveríamos fixar em valores em real. É uma idéia, mas, em conversa com o Senador Ramez Tebet, S. Exª lembrou que desde que esse credor não tenha sido responsável pela falência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, a audiência de hoje foi rica em sugestões para o aperfeiçoamento da matéria que está afeta agora ao Senado da República.

Como todos viram, salientaram, e pelo interesse que a matéria tem despertado, ela será um poderoso instrumento para as relações entre o capital e o trabalho nesse mundo globalizado.

Todas as questões foram abordadas. Ficaram algumas que são objeto também da preocupação do Relator.

V. Exª fez referência ao problema da indústria falimentar. Penso que devemos ser rigorosos na punição dos crimes falimentares, mais do que está hoje na legislação.

Também quero lembrar – comentava aqui com os nossos convidados – que a Lei Penal já prevê a pena de dois a cinco anos para as empresas que recolhem, se apropriam indebitamente do Fundo do Garantia e do INSS. Recebem isso do empregado e não repassam.

Penso que, no caso, devemos agravar essa pena. Temos que estudar se tal procedimento ocorre com o

intuito de obter falência ou contribuir fortemente para que a empresa fique em uma situação falimentar, porque não é possível recolher dinheiro do trabalhador e não entregar ao Governo.

Hoje trabalhamos aqui com riqueza de sugestões. Espero que o próximo encontro do dia 5 de fevereiro, depois de amanhã, com o Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, o Sr. Luís Otávio Gomes, bem como o Sr. Luís Marinho e Ricardo Patah, respectivamente Presidentes da CUT e da Força Sindical, tenha o mesmo êxito da reunião de hoje.

Declaro encerrada a nossa reunião, com os meus agradecimentos não só aos presentes como também aos telespectadores da **TV Senado**. Ainda dentro do horário, pois faltam dois minutos para o início da sessão.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h28min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Sexta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em cinco de fevereiro de 2004, às 9:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia cinco de fevereiro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Geraldo Mesquita Júnior, Flávio Arns, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Pedro Simon, Valdir Raupp, César Borges, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, João Ribeiro, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra, Mão Santa, Romero Jucá, João Alberto Souza, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, inicia-se a reunião, tendo como objetivo, em virtude da aprovação do Requerimento nº 07-CAE/04, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, ouvir o Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil-CACB, Sr. Luiz Otávio Gomes, e do Requerimento nº 05-CAE/09, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, ouvir o Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Sr. Luiz Marinho, e o Representante da Força Sindical, Sr. Ricardo Patah, a fim instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que "regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências". A fim de representar a Central Única dos Trabalhadores, se encontra presente o Sr. Wagner Gomes, Vice-Presidente da CUT, e, acompanhando o Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresarias do Brasil, o Sr. Paulo Jacinto, Consultor Jurídico da CACB. A Presidência solicita os convidados para se sentarem à Mesa. Usam da palavra para interpelar os convidados os Senadores Eduardo Suplicy, Rodolpho Tourinho, Garibaldi Alves Filho e Eduardo Azeredo. Em seguida, é colocado em votação e aprovado pela Comissão, requerimento de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados o Dr. Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, e o Sr. Luigi Humberto Verardo, Representante da Associação de Trabalhadores em Empresas de Autogestão, a participarem de Audiência Pública, com o objetivo de dar prosseguimento ao processo de instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, está aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura.

A pauta de hoje foi amplamente anunciada. A Comissão continua a série de audiências públicas com a finalidade de ouvir a sociedade a respeito da chamada Nova Lei de Falências, ou melhor, da lei que procura recuperar as empresas em dificuldades financeiras, uma lei que não tem apenas conteúdo econômico, como muitos pensam, mas elevado conteúdo social, pois, ao defender a empresa, estará defendendo o emprego de milhares de brasileiros.

Assim sendo, declaro aberta esta audiência pública de muita importância no dia de hoje, porque vamos contar com a participação do Dr. Luiz Otávio Gomes, Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, da Central Única dos Trabalhadores, representada nesta audiência pelo Sr. Wagner Gomes, Vice-Presidente da CUT, pela Srª

Rosana da Silva, Secretária de Política Sindical, e também do Dr. Ricardo Patah, representante da Força Sindical, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei nº 71, de 2003, já mencionado por esta Presidência, que tramitou por dez anos na Câmara dos Deputados e se encontra há cerca de três meses no Senado da República.

Repito, trata-se da lei que regula a recuperação judicial e extrajudicial e a falência de devedores, pessoas físicas e jurídicas, que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais e dá outras providências.

A Mesa agradece de público a todos que têm, por telefone ou por escrito, enviado sugestões, em uma demonstração da importância da lei para o mundo econômico e social do País.

Os convidados já se encontram no plenário da Comissão e merecem menção especial. A reunião estava marcada para mais tarde, porém, considerando que a sessão plenária do Senado Federal terá início logo mais, todos os convidados, de forma solícita, atenderam ao nosso chamamento, antecipando suas presenças.

Peço à Secretaria da Mesa que faça com que os convidados tomem assento à direita e à esquerda desta Presidência.

Enquanto isso, de acordo com o art. 94, § 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência continuará adotando as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação às Srªs e aos Srs. Senadores inscritos. A palavra será concedida por ordem de inscrição, com preferência para os autores de requerimentos. O interpelante dispõe de três minutos, assegurado igual prazo de resposta ao interpelado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, em virtude de um dilema, já que sou Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que recebe neste instante o Governador Flamarion Portela, de Roraima, e tendo sido autor de requerimento para que pudessem os representantes das principais centrais sindicais... Pergunto, Sr. Presidente, se posso apenas adiantar a pergunta principal que tenho, e serei breve, para que os expositores já considerem a minha principal questão por ocasião das suas exposições. Será que eu posso fazer isso? Serei muito breve e assim deixarei minha questão para que os expositores possam considerá-la.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, considerando a atuação de V. Exª nesta Comissão e sua condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que hoje recebe importantes convidados, a Mesa abrirá essa exceção, pedindo a V. Exª a maior brevidade possível e facultando a V. Exª, se tiver outros questionamentos a fazer, deixar com algum Senador ou com a própria Mesa para que no momento oportuno os façamos. Concedo-lhe a palavra para deixar logo mencionado o esclarecimento que V. Exª deseja.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois bem, então eu gostaria de formular ao Sr. Ricardo Patah, Presidente da Força Sindical, ao Sr. Wagner Gomes, Vice-Presidente da CUT, e também aos representantes da CACB, Luiz Otávio Gomes, Presidente, e Dr. Paulo Jacinto, do Conselho Jurídico da CACB, a seguinte questão: que avaliação fazem os senhores com relação aos créditos dos trabalhadores, sobretudo no que diz respeito à prioridade de tratamento dos créditos trabalhistas? E também a questão relativa à remuneração não apenas dos trabalhadores em geral, mas daqueles que recebem créditos trabalhistas sendo diretores das empresas. Às vezes são diretores proprietários, às vezes são apenas diretores profissionais. Como sua remuneração por vezes guarda um valor bem maior do que o conjunto dos trabalhadores, pergunto se consideram que deveria haver alguma condicionante sobre isso.

Relacionado a esse tema, ainda na terça-feira última, o Sr. Fábio Ulhoa Coelho, Professor de Direito, esteve aqui fazendo uma sugestão que inclusive foi encaminhada ao Relator, no sentido de se acrescer um parágrafo único ao art. 26 com a redação:

Parágrafo Único – Se a coisa não existir ao tempo do pedido de restituição, receberá o requerente o valor da avaliação do bem, ou, no caso de ter ocorrido sua venda, o respectivo preço, em ambos os casos, em valor atualizado, sendo o pagamento feito com preferência sobre todos os credores, exceto os titulares de créditos derivados de relação de trabalho e de acidente de trabalho.

No mesmo sentido, no art. 28, um parágrafo único com a seguinte redação:

> Parágrafo Único. A restituição será paga com preferência sobre todos os credores, exceto os titulares de créditos derivados da relação de trabalho ou de acidente de trabalho.

Portanto, procura-se preservar o direito aos créditos trabalhistas e aos acidentes de trabalho.

V. Sªs avaliam que essa sugestão preenche o objetivo de preservação dos créditos trabalhistas?

Essa é a questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço a V. Exª. Consultarei o Plenário.

Qual é a finalidade da nossa reunião? Ouvir o que pensa a sociedade e receber sugestões.

Se o Plenário concordar, vamos inverter: primeiramente, faremos os questionamentos e, em seguida, receberemos as sugestões. Acredito que fica adequado. Eles vão esclarecer as nossas dúvidas e depois dar sugestões para que possamos estudá-las. Penso que fica bem assim, uma vez que abri exceção para o Senador Eduardo Suplicy, dadas as peculiaridades.

Gostaria de saber se o Plenário concorda.

O SR. RICARDO PATAH – Sr. Presidente, as exposições que faremos podem suscitar uma série de dúvidas e vamos retomar a questão; talvez seja contraproducente.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Senador.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Vejo com muita simpatia essa proposta de V. Sª, Sr. Ricardo, mas hoje temos um problema de horário, há sessão pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos adotar esse sistema, Senador Eduardo Suplicy: eles vão, pela ordem, responder a sua pergunta. Se quiser permanecer, fique à vontade; senão V. Exª está liberado.

O SR. RICARDO PATAH – Respondo?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim. Não sei se V. Exª entendeu a indagação. Ficou claro? Posso recordá-la.

O SR. RICARDO PATAH – Entendi, obrigado. Ficou claro.

Bom dia, Srs. Senadores, senhoras e senhores, é um prazer muito grande estar aqui na Casa dos Estados brasileiros. Falarei com bastante objetividade, da mesma forma que o Senador Suplicy, como lhe é peculiar, que manifesta questões objetivas e colocações pontuais.

A Força Sindical tem uma preocupação extremada com referência às questões que vão ter conseqüência na relação capital e trabalho, especialmente quando se trata dos trabalhadores. Estamos vivendo um momento muito grave na economia, não apenas na brasileira, mas na economia do mundo todo. O desemprego vai ser minimizado, mas não extirpado, infelizmente. E a questão das falências simplesmente serve hoje como alimentadora dos marginais brasileiros, lamentavelmente; são colocadas nas ruas as pessoas, humilhadas e sem ter direito a seus créditos.

Apresentarei depois uma cópia da edição do jornal **Folha de S. Paulo**, do ano passado, que diz como cometer fraudes, e a nova Lei de Falências já tem sua vulnerabilidade. Não sei se os Senadores já leram isso no passado, mas o interessante é que aqui ensina até como as pessoas podem se utilizar do instituto falimentar em benefício de poucos e em detrimento de milhares.

Essa questão trazida e pontuada pelo Senador é uma das preocupações da Força Sindical, e com certeza das centrais sindicais. No que tange exclusivamente ao art. 28, nossa sugestão é de que seja eliminado; não seria colocado nenhum parágrafo. Realmente nos aparenta um certo absurdo a questão de versar primazia para questões, inclusive cambiais ou outras, e uma série de interpretações que temos que tomar alguns cuidados.

Os próprios assessores da CUT – eu sou da Força Sindical, mas temos uma relação muito próxima – dizem que há "algumas armadilhas" e que, por mais se fale em primazia, em preferência dos créditos trabalhistas, sempre há um ou outro artigo que, na interpretação do Judiciário, com certeza, vai eliminar essa postura. Todos queremos que esses trabalhadores, que são os maiores sofredores dessas questões, tenham, no mínimo, certas garantias.

Nessa questão, Senador, a nossa sugestão é que se elimine o artigo mencionado.

O SR. WAGNER GOMES – Bom-dia. Agradeço o convite e a oportunidade de comparecer a esta audiência pública ao Senador Ramez Tebet e também aos demais Senadores.

A nossa expectativa é a de que o Senado possa corrigir um problema que essa nova lei traz. Colocamos, primeiramente, nesta Comissão e, depois, no Senado, toda essa expectativa, porque, se a lei antiga não serve e tem problemas – levantamos isso – , essa nova lei comete um erro que, em nosso entendimento, traz esse problema econômico no caso da falência de uma empresa, o que não interessa a ninguém. O menos interessado na falência de uma empresa é o trabalhador. Com a nova lei, ele perde o direito de receber o seu salário no caso de falência, quando a empresa não pode ser recuperada.

Considerando a situação dos brasileiros que atravessam dificuldades, os senhores podem calcular o que significa para um pai de família, quando uma empresa quebra, ser relegado a segundo ou terceiro plano na hora de receber as suas verbas trabalhistas.

Primeiro, há nossa expectativa de que isso possa ser corrigido aqui. Viemos com muita esperança

de que isso ocorra. Estamos de acordo com o que o representante da Força Sindical disse. O que estamos pretendendo... Evidentemente reconhecemos as dificuldades da pequena, média ou grande empresa, mas acreditamos que, quando não dá certo, o trabalhador não pode ser o maior prejudicado nessa história.

Estou de acordo com ele; a resposta é basicamente a mesma. Na verdade, há um apelo para que o Senado leve isso em consideração e defenda o trabalhador, que é a parte mais fraca nessa relação. É nessa hora que o trabalhador precisa ser protegido. A nova lei aprovada na Câmara, ao contrário, coloca o trabalhador numa situação de absoluto desespero. Nossa expectativa é a de que o Senado nos ajude a resolver esse problema.

O SR. LUIZ OTÁVIO GOMES – Sr. Senador Ramez Tebet, Presidente desta Comissão, Srªs e Srs. Senadores, bom-dia a todos!

Estou aqui como Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil. Talvez poucos saibam o que significa a sigla CACB, mas todos sabem o que é uma associação comercial. Presido indiretamente 2.038 associações comerciais em todo o Brasil. Representamos algo como dois milhões de empresários associados ao nosso sistema. Cerca de 90% desses empresários associados ao nosso sistema são representantes de pequenas e microempresas.

Vim a esta Comissão – agradeço ao Senador Garibaldi Alves Filho por ter feito essa convocação – para explicar principalmente o posicionamento da pequena e da microempresa.

Com relação ao questionamento do Senador Eduardo Suplicy, tenho a dizer que são duas coisas diferentes: uma é uma empresa falida e outra é uma empresa em recuperação.

Com relação à resposta do representante da Força Sindical, quero dizer que ele foi muito duro quando, de modo geral, chamou de marginal o empresariado brasileiro. Precisamos ter muito cuidado...

O SR. RICARDO PATAH – Não disse isso, não. Desculpe. Não disse isso, em absoluto.

O SR. LUIZ OTÁVIO GOMES – Então...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa resolve o problema. Há um mal-entendido. Se ele tivesse dito isso, já teria corrigido. Isso não ocorreu. Realmente a Presidência estava atenta. Ele disse que quer evitar marginais nisso tudo, mas não chamou os empresários de marginais, em absoluto. Ele disse que a **Folha de S.Paulo** e outros disseram que havia a possibilidade de se fraudar a atual Lei de Falências e assim por diante. Então, dou o assunto por encerrado e peço a V. Sª que responda à pergunta formulada ou faça as considerações que desejar.

O SR. LUIZ OTÁVIO GOMES – Peço desculpas.

Na verdade, há dois tipos de empresários: o inadimplente, que registra os seus impostos e não pode pagá-los por algum motivo, e o sonegador. Então, para esse, realmente é necessário aplicar os ditamos da lei com todo o rigor. É isso que defendemos à frente de nossa entidade.

Para ser muito claro e responder ao Senador Eduardo Suplicy, gostaria de dizer que apresentaremos dez sugestões a esta comissão. Na sugestão número 3 dizemos: ajustar o pagamento do passivo trabalhista à capacidade de pagamento da empresa. Isto é, se estamos tratando de empresas em recuperação, temos de verificar que o trabalhador é o que existe de mais importante numa empresa. Ele é o recurso humano da empresa, é a partir dele que a empresa pode funcionar e auferir lucro. Então, nós, empresários, entendemos que o nosso ativo principal é o trabalhador, e não as máquinas. Para ele, temos realmente toda a dedicação e queremos que ele seja prioritário em tudo.

Porém, entendemos que, se uma empresa está em recuperação, não podemos, inicialmente, pagar somente os trabalhadores. Temos de ajustar esse pagamento à capacidade de pagamento da empresa. É essa a nossa opinião.

Com relação à empresa falida, já é uma outra história. Decretada a falência, entendemos que, prioritariamente, o trabalhador tem de receber o seu crédito.

Essa é a posição da CACB.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, peço licença.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho e, posteriormente, ao Senador Garibaldi Alves Filho. O Senador Rodolpho Tourinho é autor de um requerimento e o Senador Garibaldi Alves Filho, de outro.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, inicialmente, volto a louvar a condução de V. Exª nesta Comissão. Esta é a segunda reunião desta semana e, em todas as nossas audiências públicas, recebemos boas contribuições para o aperfeiçoamento do processo da Lei de Falências.

É também o momento de discutirmos um pouco e de apresentamos certos pontos de vista que podem aprimorar a questão. Vou direto ao ponto citado pelo Ricardo Patah e pelo Wagner Gomes. Falo aos senhores da minha preocupação em relação ao art. 28, pela posição apresentada por V. Sªs.

Trago uma experiência de cerca de 25 anos de banco e vejo hoje que a grande saída do País tem de ser a exportação. Nossos problemas, como a geração de emprego, decorrem do nosso baixo índice de exportação **versus** dívida pública. O adiantamento de câmbio é uma prática quase universal, que tem permitido, ao longo de quase quarenta anos, que esse mercado tenha se desenvolvido no Brasil. Seguramente, Sr. Ricardo, Sr. Wagner, ela tem sido um dos fatores – além da Embrapa, do empresariado e dos trabalhadores – que nos levaram à posição que o Brasil tem hoje na produção de grãos. Não tenho dúvida, porque grande parte disso é exportada. O ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio é um instrumento fundamental para 99% de toda nossa exportação. É no que temos de crescer. Vejo com muita preocupação a possibilidade de se retirar do mercado o principal instrumento de alavancagem financeira das empresas que exportam. Aí sim, penso que poderemos não estar defendendo o trabalhador.

Concordo inteiramente com os senhores que nossa primeira preocupação na Lei de Falências tem de ser a defesa do trabalhador. Entretanto, tenho receio de que essa seja uma medida que vá de encontro a isso. Pensaremos que estamos beneficiando, mas, no fundo, estaremos criando dificuldades, retirando um instrumento já universal de financiamento. Esses Adiantamentos de Contrato de Câmbio são financiamentos concedidos normalmente pelos bancos estrangeiros. Em bom português, são linhas externas que dependem do risco-Brasil e de tudo aquilo que já sabemos. Penso que é muito ruim mexer nisso. Podemos imaginar que, a curto prazo, estaríamos dando benefícios ao trabalhador, mas podemos estar tirando-os.

O segundo ponto é a limitação do direito de preferência trabalhista. Ele deve ser limitado a um determinado valor, exatamente para se evitar que diretores, parentes de diretores, tudo isso que sabemos que existe, que deve estar dentro desse caminho aqui apontado pela **Folha**. Certamente, esse é um deles. Acho que tinha de limitar. Mas eu gostaria de ouvir... Não sei qual é o valor do limite. Esse valor deveria ser visto muito com a posição dos senhores. É a minha pergunta para o Sr. Ricardo Patah e para o Sr. Wagner Gomes.

Eu gostaria de fazer uma pergunta só para o Sr. Luiz Otávio em relação às pequenas e microempresas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos aos poucos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Aos poucos? Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se V. Exª me permitir. V. Exª vai continuar com a palavra para a segunda indagação.

O SR. RICARDO PATAH – Sr. Presidente Ramez Tebet, com relação ao art. 28, a nossa preocupação é com a forma como está explicitado, mesmo que se coloque um parágrafo único, como sugeriu o Senador Relator, após a sugestão de uma pessoa que esteve aqui no Senado na semana passada.

Essa é, realmente, uma questão que nós, trabalhadores, vemos com certo ceticismo, porque no negócio existe um risco, como todos sabemos, e ele não pode, em hipótese alguma, recair sobre o trabalhador.

Essa é uma questão cultural fundamental da relação capital/trabalho. É inerente ao capital. Não há dúvida – e concordo plenamente com o que V. Exª falou – que temos vocação para exportadores, e não só de produtos agrícolas. Temos de iniciar um processo fundamental de mudança da estrutura do nosso País, através até da exportação de tecnologia, para o que já temos capacidade. Concordo plenamente com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Ricardo Patah, V. Sª me permite? Esse art. 28 se refere... Se o crédito é cortado, como a empresa vai sobreviver? Essa é a indagação.

O SR. RICARDO PATAH – Eu não sou contra nada do que foi dito. Sou contra a possibilidade de igualdade, de o crédito ser resgatado...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas eu digo se isso ficar, como penso que é, restrito apenas a quando a empresa não faliu. Nós estamos tratando da recuperação.

O SR. RICARDO PATAH – Tudo bem. Existem dois momentos...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estamos tratando da recuperação. Na recuperação dela, o empregado está trabalhando.

O SR. RICARDO PATAH – Não há dúvida. Já discuti, e muito, desde o início desse processo em que estamos envolvidos, tanto essa questão quanto a segunda – com a qual até concordo – dos limites dos valores dos trabalhadores, dos créditos trabalhistas.

Como eu disse, Senador Ramez Tebet, na questão da avaliação, mesmo estando em recuperação, piorado na falência, as interpretações não se darão no Senado; elas serão discutidas no âmbito da Justiça. E o Judiciário – deixo isso claro e enfático – , quando se trata de questões laborais, os juízes brasileiros, infelizmente, nos decepcionam profundamente. Eles não conhecem nada. As relações dos trabalhadores... Acho que os juízes nem sabem onde estão os sindica-

tos. Então, quando essa questão vai para a análise na Justiça... Essa é a questão, a interpretação.

Do ponto de vista teórico, estou, enfaticamente, de acordo com a nossa vocação, como disse, de exportadores. Essa é uma das grandes soluções do nosso País – concordo plenamente – , mas é uma daquelas armadilhas a que me referi logo no início, pois na interpretação vão se levar os recursos que deveriam ser dos trabalhadores com interpretações distorcidas.

Essa é a questão, Senador, porque, da forma como lemos e discutimos, aparentemente está muito claro, mas a realidade é outra. Nós, que somos sindicalistas, temos essa realidade, porque a recuperação é uma concordata com elasticidade maior, com três ou quatro anos, diferente do que é hoje: tem procedimentos diferentes, administrador, tem processos muito distintos. Há um profissionalismo nessa atividade, com o que concordo plenamente, mas não concordamos com essa possibilidade de igualdade na hora da recuperação, principalmente na questão da falência.

Volto a enfatizar esse meu ponto de vista. Desculpe ousar discordar do pensamento das Srªs e dos Srs. Senadores, mas é um ponto de vista que defendemos na Força.

A segunda questão, Sr. Presidente, que o Senador Eduardo Suplicy havia ponderado e eu acabei não respondendo, diz respeito a diretores que no fim acabam levando todos os recursos no caso da falência, ou na própria recuperação. Infelizmente, há como se fazer com que essas pessoas recebam em detrimento dos trabalhadores

Tínhamos sugerido 50 salários, mas essa questão foi retirada. Não existem mais limitações. Como V. Exª disse, poderíamos ter um valor razoável, 100 salários ou algo desse tipo. O valor seria estipulado. Concordo, principalmente pela minha origem: sou Presidente dos Comerciários de São Paulo, onde temos 200 falências em curso, algumas das quais com mais de 20 anos. Na maior parte dos comerciários, nas falências, se houver um ou dois que têm mais do que 100 salários é muito. Então, no nosso caso, na nossa história, essa questão dos limites viria para impedir que pessoas com salário de R$500 mil, R$600 mil, R$700 mil, as quais existem, V. Exª sabe disso, peguem os recursos de 100, 200, 300 funcionários. Concordo com a posição de V. Exª, discordando da outra, mas pelo enfoque que dei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sª sugere que limite?

O SR. RICARDO PATAH – Cem salários mínimos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Rodolpho Tourinho, vou devolver-lhe a palavra já, já. Ou V. Exª a deseja agora?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Agora. Trata-se de uma minirréplica, não chega a ser uma réplica.

Eu só queria lembrar, Sr. Ricardo, que o grande motivador, o ACC, Adiantamento de Contrato de Câmbio, hoje, só existe nesse volume em todas as crises de Risco Brasil que atravessamos – 2.800 pontos, 500 – , mantém-se e cresce pela pujança do País, porque é analisado à parte. O grande fator para ele existir é exatamente a preferência que tem há 40 anos. Por isso, acho arriscado. Se tivermos de mudar, vamos analisar todos esses aspectos. Aqui é o lugar para conversarmos e discutirmos. E quem melhor que os Senadores, que os representantes dos Estados do nosso País para fazer tais ponderações?

A nossa preocupação é, por essa realidade, descobrir algum instrumento que elimine a possibilidade de, quando o juiz interpretar, a interpretação, nesse caso específico, seria o trabalhador, e aí, logicamente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Essa parte diz respeito à restituição; não confundamos.

Tem V. Sª a palavra, representante da CUT.

O SR. WAGNER GOMES – Na hora em que a empresa entra num processo de falência ou de recuperação, defendemos que todos tenham direito de receber, tanto o sistema financeiro quanto os fornecedores. Agora, quem, nessa relação, tem menos possibilidade de se defender? O trabalhador.

Não estamos defendendo que o sistema financeiro não receba. De fato, o sistema financeiro, mal ou bem, acaba se virando, dando um jeito. Em relação aos credores, ele dá um jeito, mas o trabalhador não tem como dar jeito. Esse é o grande problema. Quer dizer, ele não tem para quem correr e fica numa situação difícil. O banco acaba se virando, o outro se vira por aqui e o trabalhador fica absolutamente numa situação de desespero. Esse é o grande problema quando uma empresa vai à falência.

Esse é o apelo que fazemos. Sei que todos têm de receber. Não defendemos que o sistema financeiro não receba, não é nada disso. Mas o fato é que, na hora em que a coisa aperta, o trabalhador não recebe, e recorrerá aos parentes, que estão mais quebrados do que ele. É esse o apelo que fazemos.

Defendemos, diferentemente da Força Sindical, o limite mínimo de 500 salários mínimos, o que daria cerca de R$120 mil de indenização, um número que abrangeria uma quantidade grande de trabalhadores. Reafirmamos que temos vários papéis com estudos mais técnicos, que depois passaremos aos Senadores, para que V. Exªs conheçam nossa opinião do ponto de vista técnico, mais aprofundado.

O apelo principal nesta audiência é este: que, nesta hora, o Senado Federal veja como defender o elo mais fraco nesse tipo de situação, que é o trabalhador. Esse é o nosso entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço desculpas, pois se tratava de uma ligação urgente, não havendo como deixar de atender.

Tem V. Sª a palavra.

O SR. LUIZ OTÁVIO GOMES – Com relação às colocações do Senador Rodolpho Tourinho, nós, que representamos aqui as empresas brasileiras, estamos de pleno acordo. E, mais uma vez, quero dizer aos companheiros da Força Sindical e da CUT que o que entendemos mais importante não é o pagamento do trabalhador, mas a manutenção do emprego dele. Isso deve ficar bem claro.

Outra coisa também importante que volto a repetir é que estamos tratando de duas situações: uma é a empresa em recuperação, a outra é a empresa em estado falimentar.

Então, quero ter alguma explicação técnica em relação ao art. 28, que trata da questão do ACC, de acordo com o nosso Consultor Jurídico, Dr. Paulo Jacinto, perguntando ao Presidente da Comissão se isso é possível, porque será muito importante para que os Senadores entendam a posição do empresariado.

Concluindo, temos que fazer todos os esforços para que a empresa em recuperação continue funcionando, porque, desse modo, o trabalhador continuará com o seu emprego. E, hoje, o que mais acontece no País é o desemprego, o que vai continuar acontecendo. Então, quero deixar bem claro para os companheiros da CUT e da Força Sindical que temos que fazer uma diferenciação muito grande quanto à empresa em recuperação, dando-lhe todas as condições, inclusive a questão do ACC, que é de fundamental importância para as empresas exportadoras.

Agora temos um programa para que as pequenas empresas exportem, já que somente 2% dos 99% das empresas no Brasil exportam, que são as pequenas empresas. É de fundamental importância fazermos essa separação entre recuperação e falida e também entre a manutenção do emprego e o crédito trabalhista, porque são coisas diferentes. Peço permissão a V. Exª para que o Dr. Paulo Jacinto possa dar uma explicação técnica a respeito desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço apenas brevidade, por gentileza.

O SR. PAULO JACINTO – Concordo plenamente com o Senador Rodolpho Tourinho em sua preocupação. Estranho profundamente que o objeto da nossa preocupação não tenha sido delimitado. O art. 28, que é o que permite o pagamento do adiantamento do contrato de câmbio extraconcurso, fora da falência, de forma preferencial, está inserido topograficamente no projeto de lei, na Seção IV, que trata do pedido de restituição. O que é isso?

Quando o decreto de falência é promulgado, permite o projeto de lei que alguns credores peçam de volta a coisa que se encontra em poder do falido, delimitando bastante essa possibilidade nos arts. 26, 27 e 28. Essa preocupação de que o art. 28, que é a devolução da importância do câmbio adiantado, possa prejudicar o restante dos credores da massa falida me parece muito remota. Primeiro, porque somente no contrato de câmbio cuja data primitiva de alteração de vencimento tenha sido mantida é possível haver a restituição pedida. Já se evita a possibilidade de uma grande fraude, no sentido de se alterar o vencimento da obrigação prestes à decretação da falência. É preciso que a obrigação originária não tenha sido alterada quanto ao seu vencimento. Além disso, será objeto de um pedido do credor que será processado em juízo, através da apreciação de todos que fazem parte do processo falimentar no novo projeto. Com a presença do administrador e da assembléia de credores, dificilmente passará uma fraude envolvendo um banco estrangeiro ou um contrato formalizado, pois o contrato de câmbio precisa de registro nos órgãos competentes do Banco Central. Então, me parece que a preocupação é remota. Eliminar esse artigo por essa preocupação do contexto da lei é regredir, é privar o exportador nacional do único instrumento que ele tem de financiamento, e do mais barato que nós temos.

Falei com o Senador Rodolpho Tourinho que o ACC é o mais barato financiamento que o Brasil pode ter. É o mais barato dentro do Custo Brasil. No exterior, é o contrato de atendimento de câmbio, e a garantia quem dá é o devedor estrangeiro lá fora. Na verdade, quem responde pela dívida lá fora é o comprador do meu produto nacional, é o importador do meu produto, que dá junto ao Banco a garantia para que ele empreste dinheiro, por isso ele é mais barato. Parece-me uma preocupação bastante pequena que não devia prosperar.

Creio que o artigo, tal como está redigido, garante o crédito privilegiado trabalhista. Não é preciso redação posterior. É o nosso pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, do modo como estamos fazendo hoje, o nosso debate, que é acertado, diante do compromisso que temos com a realização da sessão plenária, nos impede questões pontuais, porque elas surgem ao sabor das exposições que são feitas.

Então, serei recorrente, procurando abordar algumas preocupações que já tivemos em debates anteriores. Por exemplo: com relação às pequenas empresas, às empresas chamadas emergentes, viu-se que o grande inimigo delas é a burocracia e o problema do crédito, além de outros fatores de natureza gerencial, o que termina por levá-las à falência, ou então retirar delas a possibilidade de recuperação.

Pergunto, principalmente ao Presidente da Confederação das Associações Comerciais, Dr. Luiz Otávio, se essa lei realmente vai resolver o problema, porque não se resolve um problema desse com um texto legal. Se a lei, na visão dele e dos empresários, é voltada para isso, atenta, ou seja, os legisladores estão atentos a esse fator? Essa é a principal preocupação que tenho de início.

Não sei se poderemos fazer outra pergunta, porque, com relação aos créditos trabalhistas, isto já foi colocado aqui pelos Senadores Eduardo Suplicy e Rodolpho Tourinho. Então me limito, por hora, a esta pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou conceder a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. Luiz Otávio Gomes.

O SR. LUIZ OTÁVIO GOMES – Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado Senador Garibaldi Alves Filho.

A pequena empresa, hoje, tem de ser vista de maneira diferente e isso, finalmente, começa a acontecer. Há 5 milhões e 670 mil empresas na formalidade e mais 5 milhões de empresas na informalidade, que são os camelôs e assim por diante. Então devemos, mais do que nunca, dar um tratamento privilegiado à pequena e à microempresa, porque elas correspondem a 99% das empresas registradas e respondem por algo em torno de 56% dos empregos urbanos deste País.

O senhor mencionou dois itens com relação aos problemas das pequenas e microempresas, mas na verdade os tributos, a burocracia, o crédito, o mercado, as compras governamentais e o acesso à tecnologia são necessários para a consolidação da pequena e da microempresa, porque são elas que mais oferecem emprego, tendo em vista que quanto maior a empresa mais tecnologia e menos empregos.

Respondendo diretamente à pergunta de V. Exª, pensamos que a lei aprovada na Câmara e agora em discussão no Senado melhora, e muito, a lei anterior, até porque ela é de 1945 e nesse período não só o mundo mudou, mas principalmente o Brasil. Continuamos com uma lei muito arcaica. Ela melhora a recuperação das empresas, principalmente as de pequeno porte, porém apresentamos dez itens como sugestão a esta Casa. No Item 4, sugerimos o aumento do prazo de pagamento dos débitos das pequenas e microempresas de 36 para 60 meses; em igual prazo, a falência deve ser concluída.

Um dos artigos dispõe que quando a empresa entra no processo falimentar ela deve ter 60 meses para entrar na falência, porém esse mesmo artigo diz que são 36 meses para que esses pagamentos sejam efetuados. A nossa sugestão para o caso das pequenas e microempresas é que seja aumentado o prazo. Assim, em vez de 36 meses seriam 60, para ficar de acordo com o prazo estabelecido para a conclusão da falência.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, queria fazer uma pequena observação, mas não estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou inscrever V. Exª.

Estão inscritos os Senadores Eduardo Suplicy, Garibaldi Alves Filho e Rodolpho Tourinho. O Senador Eduardo Azeredo vai fazer sua pergunta agora como Senador inscrito. Pergunto se o Senador César Borges e a Senadora Serys Slhessarenko também querem se inscrever.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A minha intervenção é exatamente em relação à microempresa. O Dr. Luiz Otávio propõe aumento do prazo, de 36 para 60 meses. De início, esse prazo me parece longo demais. Cinco anos para fazer um projeto de recuperação de empresa, ainda que seja uma microempresa, parece-me um prazo meio elevado, mas a preocupação com a microempresa deve ser o ponto básico, Sr. Presidente.

Realmente, a microempresa brasileira é responsável por um número relevante de empregos. Um dos pontos mais importantes da nova Lei de Falências é dar maior proteção à microempresa. Gostaria de ouvir, após o Dr. Luiz Otávio, os dois representantes sindicais a respeito disso. Normalmente as microempresas não são sindicalizadas, não fazem parte do grupo das empresas filiadas à CUT ou à Força Sindical. Nesse sentido, é fundamental ouvir a palavra do líder.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Ricardo Patah, V. Sª tem a palavra.

O SR. RICARDO PATAH – Pois não, Sr. Presidente.

Queria dizer, rapidamente, ao Senador Rodolpho Tourinho que respondi parcialmente. São cem salários e mais cem para as verbas do Fundo de Garantia. Na realidade, seriam duzentos salários, levando em conta o procedimento anterior, isto é, uma parte para verbas rescisórias e outra para o Fundo de Garantia.

Quanto à microempresa, considero fundamental o que foi dito tanto pelo Senador Azeredo como pelo Senador Garibaldi, apesar de sermos defensores dos

trabalhadores. Como representantes dos trabalhadores, vemos a microempresa como uma das maiores aliadas da reestruturação deste País. Entre os casos de falência que existem no Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo, Sr. Presidente, aproximadamente 200, só há uma grande empresa, o Mappin, um caso atípico. Todas as demais são microempresas. Então, no momento atual da economia que vivenciamos, infelizmente, a grande massa de empresas que não conseguem superar as adversidades é formada por pequenas e microempresas. Não há dúvida de que deveria realmente haver condições distintas.

Apenas devemos ter alguns cuidados no que tange aos trabalhadores. Volto a enfatizar a questão da restituição, que V. Exª reiterou duas vezes. Entendi que era restituição da questão cambial, mas restituição significa que se está tirando qualquer tipo de possibilidade de a empresa dividir entre os próprios trabalhadores. Eu tinha entendido muito bem o que V. Exª falou, mas enfatizei que as coisas são muito...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim, eu sei. Mas os pedidos de restituição não se restringem a isso. Há muitos pedidos de restituição.

O SR. RICARDO PATAH – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há pedido de restituição de máquina que está arrendada, de algum contrato de arrendamento. Então, quero só salientar que o pedido de restituição tem de existir. Entretanto, a discussão é se tem de existir por um crédito que foi concedido e que é essencial.

O SR. RICARDO PATAH – Não há dúvida, mas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Porque se tirarmos a máquina a situação também desanda.

O SR. RICARDO PATAH – Exatamente. Era o que eu ia comentar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu sei, mas não se pode prejudicar quem emprestou.

O SR. RICARDO PATAH – Não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se prejudicarmos também quem está cedendo o crédito, a empresa vai quebrar definitivamente. É isso que quero dizer.

O SR. RICARDO PATAH – Sr. Presidente, V. Exª expôs a questão que eu ia responder com mais ênfase. Nas pequenas e microempresas, se não estiverem bem controladas, as restituições de máquinas e equipamentos quebrarão mesmo a empresa. Existe empresa que tem uma máquina. Quando um pedido de restituição é deferido, retiram a máquina. Ficam lá os trabalhadores, mas não há máquina.

Então, com essas questões precisamos tomar alguns cuidados, principalmente no que tange à pequena e à microempresa. Muitas vezes, quando se discute Lei de Falências ou essa atividade da reestruturação, estamos observando a Parmalat, o Mappin. Se analisarmos as conseqüências para os trabalhadores, essas empresas têm, do ponto de vista de grandiosidade, uma repercussão extraordinária na mídia, mas a realidade que vemos na nossa base não é essa. São exatamente as pequenas e microempresas que estão sendo ponderadas e apresentadas. Nesse caso, deve haver realmente um tratamento diferenciado. Há algumas preocupações quando se fala em restituição.

Eu conheci o caso Mappin porque trabalhei nele desde 1999, em 27 de julho, quando faliu a empresa. Havia uma série de pedidos, porque haviam sido colocadas máquinas e equipamentos apenas emprestados, que precisavam ser devolvidos. E se não fosse a conclução do corajoso Juiz Beethoven, certamente muitos daqueles equipamentos já teriam saído da empresa.

Desculpe enfatizar dessa forma, Sr. Presidente, mas nós, sindicalistas, temos a vivência do dia-a-dia, porque quando a empresa é fechada os trabalhadores vão bater lá no sindicato. Infelizmente, conhecemos a realidade, que é essa apresentada tão claramente pelos Senadores no caso da microempresa. Então, a Força Sindical está de acordo que devem existir algumas preocupações, principalmente no que tange a certas restituições de equipamentos que não estão contempladas na nova legislação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O representante da CUT tem a palavra.

O SR. WAGNER GOMES – Consideramos determinante esse problema da falência, principalmente na pequena e microempresa, porque é o setor – parece-me – que gera uma grande quantidade de empregos. Há horas em que esquecemos disso, lembramos só das gigantes. Mas parece que o maior número de empregos vem desse setor.

Estamos de acordo que é preciso haver tratamento diferenciado. Parece-me que essa nova lei dá tratamento igual para casos diferentes. Então, ela dá o mesmo tratamento ao sistema financeiro, à pequena e à microempresa e ao trabalhador, como se fossem iguais e tivessem a mesma possibilidade de se defender. É esse o grande problema dessa nova lei discutida na Câmara. Não é possível dar tratamento igual a entes diferentes.

Estamos de acordo com o que disse o eminente Senador, de que é preciso haver tratamento diferenciado. Na nossa opinião, o trabalhador viria em primeiro lugar, juntamente com a pequena, a média e a microempresa, porque têm menos possibilidades de receber do que os bancos, o sistema financeiro, ou os grandes fabricantes de máquinas. Os fabricantes não

querem saber, havendo a falência, o que ocorrerá ao trabalhador; pegam as máquinas e levam embora sem querer saber de nada.

É preciso encontrar um meio de o trabalhador, a pequena e a microempresa e também o sistema financeiro receberem seus créditos, tendo em vista as necessidades prementes de cada um deles. É claro que o sistema financeiro não irá quebrar por conta do fechamento de uma empresa, mas o trabalhador vai passar fome. A pequena e a microempresa quebrará, será extinta, acabará. Como disse, evidentemente os grandes têm condição de esperar um pouco mais para receber o que têm direito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto os Senadores presentes se desejam fazer algum questionamento.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de fazer a seguinte pergunta ao Presidente da CACB, Dr. Luiz Otávio: o Dr. Silvano Gianni, Presidente do Sebrae, quando aqui esteve, citou três pontos que considera fundamentais na lei: a questão dos débitos trabalhistas do Simples, a priorização dos créditos da microempresa e o prazo maior a que o senhor se referiu, de 36 para 60. Haveria algo a acrescentar?

Lembro também a questão da priorização dos créditos da microempresa, para a qual chamo a atenção do Sr. Wagner e do Sr. Ricardo. Alguns créditos poderiam ser comparados ao crédito alimentar de alguma forma; não todos, é claro, mas devemos considerar a questão também para não condenar sem fazer uma melhor análise. Pelo número de empregos que a microempresa cria e pela responsabilidade que tem até hoje com o PIB, devemos considerar a questão com muita cautela.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Na Câmara, discutiu-se muito o limite do crédito trabalhista a ser privilegiado preferencialmente, mas isso foi excluído. Acabou o limite de R$30 mil. Ouvi com certa surpresa o que disseram os representantes da CUT e da Força Sindical. Parece que ficou estipulado, como disse V. Exª, 200, e o digno representante da CUT aumentou para 500, depois reduziu para 150. Os senhores são favoráveis à limitação?

O SR. RICARDO PATAH – A Força Sindical é a favor de uma limitação, sim, exatamente pela questão...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não seria melhor estabelecer um dispositivo que retirasse do crédito preferencial aquelas pessoas que conhecem a vida da empresa, que, de uma ou outra forma, dirigem a empresa, quer como consultores ou não, que são detentores de altos salários, acompanham a vida da empresa e teriam a obrigação de saber da sua situação, deixando a preferência dos créditos trabalhistas sem limite algum?

Não estou emitindo, como relator, nenhum juízo. Estou expondo uma ponderação para raciocinarmos de forma prática. O principal direito trabalhista é o salário. Se há um atraso salarial de dois, três meses, isso significa que a firma já está mal e começa, então, todo um processo. Depois, temos aviso-prévio, férias, décimo terceiro, alguns adicionais, como insalubridade e outros, horas-extras – supondo que horas-extras sejam salário –, Fundo de Garantia. O Fundo de Garantia tem que ser depositado. Penso que precisamos adotar mecanismos – quanto ao FGTS, já existe o que a Caixa Econômica fornece. O INSS parece que está um pouco atrasado, porque o empregado ainda tem que provar, por exemplo, seu tempo de serviço; é ele que tem que fazer prova, quando a sua vida já deveria estar registrada ali. Refiro-me a um mecanismo que obrigasse as empresas... A fiscalização seria quase que na fonte, porque, sendo na fonte, a empresa tem que recolher todo mês. Então, creio que esses créditos não são assim tão elevados, não chegam a uma importância alta.

Portanto, o que temos que fazer é evitar que haja decisões. E para não deixar isso ao arbítrio do intérprete, seria talvez melhor dizer que aqueles que são consultores... E até o parentesco influi, porque muitas empresas de boa fé, quando estão no auge, contratam parentes para auditoria, com carteira assinada, porque querem isso, com altos salários. Esses, então, pegam tudo e deixam os outros. Na opinião dos senhores, qual o melhor critério para resolvermos uma questão dessa? Parece-me que os senhores estão no critério do limite.

O SR. RICARDO PATAH – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas essa não foi a opinião dos senhores na Câmara dos Deputados.

O SR. RICARDO PATAH – Não, não. Quando fui à Câmara, Senador, defendi o limite.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor defendeu o limite?

O SR. RICARDO PATAH – Defendi o limite.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhores acreditam que tem que haver o limite, então?

O SR. RICARDO PATAH – Na nossa intenção, sim.

Eu queria até esclarecer e aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu queria ouvir mais um pouco a opinião dos senhores sobre isso.

O SR. RICARDO PATAH – Srªs e Srs. Senadores, essa questão trabalhista é a que mais nos sensibiliza, e há questões que, também na Câmara, não ficaram muito bem acertadas. Por exemplo: dependemos do trânsito em julgado na Justiça Trabalhista para nos habilitarmos na Justiça Comum. Eu havia até sugerido, naquela oportunidade, que se desse, na Justiça do Trabalho, o tratamento de rito sumaríssimo a toda atividade de empresas em recuperação ou de empresas falidas, porque, dessa forma, haveria um prazo de, no máximo, um ano para se obter a carta de sentença e habilitar na Justiça Comum.

Hoje, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, temos, na Justiça do Trabalho, com certeza, casos de 10, 12 anos não resolvidos. E, quando se vai habilitar a sentença na Justiça Comum, no juízo universal – ele ganhou tudo, está tudo certinho – , a falência simplesmente se exauriu, não existe um centavo mais. Por isso essas questões são muito importantes e precisam ser debatidas. O limite vai nessa linha.

No caso Mappin, por exemplo, havia processos anteriores a 27 de julho de 1999 – dia da falência – , e alguns deles chegavam a montantes de R$700 mil, R$800 mil, ou seja, 10 casos iam pegar os R$26 milhões que foram apurados. Somente 10 casos.

Por isso, Sr. Presidente, defendemos que haja o limite. Tem que haver, logicamente, ou talvez um meio-termo entre os 500 e os 200, 300 não sei. É preciso alguma questão para proteger a massa de trabalhadores, porque, senão – como V. Exª disse, e com razão, Sr. Presidente – , um ou dois têm valores elevados e pegam, no caso da falência, praticamente metade do dinheiro da falência, e os demais, centenas de trabalhadores, ficarão com valores minguados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem.

Concedo a palavra, por gentileza, ao Dr. Luiz Otávio Gomes, para que responda ao questionamento feito pelo Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. LUIZ OTÁVIO GOMES – Obrigado, Sr. Presidente.

Respondendo ao Senador Rodolpho Tourinho, a microempresa e a pequena empresa, como já dissemos, realmente são o que existe de grande importância no País. Por conta disso, já se está tratando, no Congresso Nacional, de uma lei geral com relação à micro e pequena empresa. No fim do ano passado, graças ao Senado, lembro que me reuni com os Senadores Rodolpho Tourinho e Tasso Jereissati para discutirmos a questão do Super Simples, que vem, realmente, para que se melhore a situação das micro e pequenas empresas brasileiras.

Aproveitando a oportunidade, não posso deixar de dizer que, na verdade, o Congresso Nacional vai resolver uma parte da situação das micro e pequenas empresas no Brasil. Por quê? Porque o Super Simples vai atender somente a dois setores: o setor de comércio e o de indústria. Ele não vai atender ao setor de serviços, porque há um veto formal do Ministério da Fazenda, principalmente por meio da Receita Federal, para que as empresas de serviço não tenham direito ao Simples.

Tenho dito exatamente o seguinte: o Simples tem que atender, absolutamente, a todas as empresas brasileiras, porque temos algo em torno de 35% a 40% de empresas de serviços no Brasil; dentre as quais 80% são micro e pequenas empresas. Daí a importância, Senador Rodolpho Tourinho, Srªs e Srs. Senadores, de o Simples ser aplicado em todas as empresas brasileiras.

Respondendo textualmente ao Senador Rodolpho Tourinho, o Presidente Silvano Gianni apresentou aqui três pontos fundamentais com os quais concordamos plenamente. Porém, além deles – já apresentei um aqui – , preparamos dez itens, que vou deixar nesta Casa, com relação à nossa contribuição para a nova lei em relação à recuperação judicial. Evidentemente, V. Exªs jamais os aceitarão para a empresa brasileira como um todo, mas o nosso objetivo é que pelo menos V. Exªs analisem esses dez itens que vou ler rapidamente e que servem para que a micro e a pequena empresa no Brasil – que são 99% – tenham uma situação diferenciada.

Os dez itens são os seguintes:

1) permitir também que, na recuperação extrajudicial, a definição da ordem de classificação dos créditos se faça pelo plano de recuperação;

2) a desjudicialização às habilitações de crédito, ou seja, que o juiz possa determinar que o contador faça esse tipo de trabalho;

3) ajustar o pagamento do passivo trabalhista à capacidade de pagamento da empresa – estou falando de empresa em recuperação;

4) aumentar o prazo de pagamento dos débitos das micro e pequenas empresas, estendendo-o de 36 meses para 60 meses, igual ao prazo dentro do qual a falência deve ser concluída;

5) permitir a venda dos ativos independentemente da apresentação da certidão negativa;

6) inocorrência de sucessão tributária na venda e no arrendamento do estabelecimento;

7) parcelamento da dívida tributária com anistia de multas e juros menos gravosos;

8) permissão para a empresa em recuperação contratar com o Poder Público;

9) considerar como causa impeditiva da falência o pagamento parcial das dívidas antes do ajuizamento do pedido;

10) contemplar como causa impeditiva da falência qualquer novação ocorrida após o pedido.

Essa é a contribuição das Associações Comerciais do Brasil com relação à questão das micro e pequenas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, vou colocar em votação o requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa, que requer sejam convidados para audiência pública o Dr. Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, e o Sr. Luigi Humberto Verardo, representante da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

O requerimento está aprovado.

Srªs e Srs. Senadores, vamos receber as sugestões das associações comerciais e empresariais do Brasil, da CUT e da Força Sindical. Determino à Secretaria que distribua, por cópia, a todos os membros da Comissão de Assuntos Econômicos. E me manifestar dizendo que a vida é assim mesmo, uma caixa de surpresas. Imaginem que eu esperava, sinceramente, que fôssemos ter uma reunião com três, quatro horas de duração.

Acredito que as discussões estão sendo tão úteis e profícuas que chegamos hoje na nossa quarta reunião, parece-me, e foi a reunião mais rápida que realizamos aqui, a meu ver, extraindo grandes ensinamentos. Percebo que teremos, sim, um instrumento melhor do que tínhamos em 1945, muito melhor. Mas não será possível termos – e nunca teremos – um instrumento capaz de evitar as safadezas, a imoralidade e o crime que o mundo registra. Podemos ter lei e Justiça que puna essa safadeza, a imoralidade e o crime; em suma, que diminua a impunidade que existe no Brasil.

Com isso, tenho até um exemplo diferente, no caso da Encol. Confesso isso publicamente. Acredito que o juízo da Encol foi a primeira experiência que tivemos aqui, embora condenada nessa reportagem referida pelo ilustre patrono da Força Sindical.

Muitos casos foram resolvidos até ao arrepio da lei, mas foram resolvidos socialmente, ou seja, evitou-se um prejuízo maior, embora haja seqüelas e um grande número de mutuários ainda estejam penando à espera de que o seu suor e as suas economias sejam recuperadas.

Agradeço a presença dos senhores, principalmente, a antecipação do horário, a maneira como acolheram e estiveram presentes. Registro que, embora os senhores tenham comparecido em audiência pública, qualquer outra sugestão será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos, sem dúvida alguma.

Portanto, declaro esta reunião encerrada, convidando toda a Comissão para a próxima reunião, a ser realizada na terça-feira, quando comparecerão o Dr. Armando de Queiroz Monteiro Neto, nosso conhecido Presidente da Confederação Nacional da Indústria, e o Dr. Antônio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio.

Estamos aguardando a CNA – Confederação Nacional da Agricultura, que ainda não confirmou, e também o Dr. Clésio Andrade, Presidente da CNT.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente. Aprovamos ainda há pouco aquele requerimento que considero importante, para a vinda dos técnicos do Ministério do Trabalho e do Dr. Paul Singer. E acredito que isso poderia se inserir nas audiências que já estão marcadas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Ana Júlia, esta Comissão tem um limite de tempo de trabalho. Estamos com audiências marcadas até o dia 12.

Estamos marcando essa audiência com critério. Como são convidados, não podemos agendar com antecedência, porque isso não depende somente da nossa boa vontade – nós temos outros afazeres na Casa –, mas principalmente da disponibilidade dos nossos convidados. Por isso não dá para atender e falar que será dia 10, porque nesse dia nós já temos três.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – V. Exª diz que não pode ultrapassar três, é isso, na Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não dá tempo. Assim vamos tumultuar os trabalhos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Então está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Excepcionalmente hoje, assistimos a uma reunião terminar

rapidamente, mas via de regra as nossas reuniões têm-se prolongado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É verdade, eu sou testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Iniciamos, hoje, uma metodologia de trabalho que não sei se a Comissão vai querer manter: ao invés de ouvirmos exposições, começamos logo com as perguntas.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Com os debates, não é? De repente é mais rico.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E eles vão fazendo as exposições.

Eu não sei. Vamos ver. Não temos nada definitivo. Estamos em busca de um melhor método de trabalho.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Está bom, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está bem? Então, declaro encerrada a reunião de hoje, com os nossos agradecimentos especiais à Força Sindical, à CUT, ao representante da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, aos Membros da Comissão e a todos aqueles que nos deram, por meio da **TV Senado**, a honra da sua audiência.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 10h46min)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em dez de fevereiro de 2004, às 10:00 horas, na Sala De Reuniões Nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e trinta minutos do dia dez de fevereiro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Serys Slhessarenko, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, João Ribeiro, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes, e, ainda, do Deputado Osvaldo Biolchi. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza e Jorge Bornhausen. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, inicia-se a reunião, tendo como objetivo, em virtude da aprovação do Requerimento nº 02-CAE/04, de autoria do Senador Ney Suassuna, ouvir os Senhores Armando de Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Antônio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC, Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes – CNT, e Antônio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que "regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências". A fim de representar a Confederação Nacional do Comércio, encontra-se presente o Sr. Cácito Augusto de Freitas Esteves e, representando a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, o Senhor Luiz Antônio Muniz Machado. Acompanhando o Sr. Armando de Queiroz Monteiro Machado, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, encontra – se presente o Sr. Sérgio Campinho, Assessor Jurídico da CNI. A Presidência solicita os convidados para se sentarem à Mesa. O Senhor Presidente comunica o recebimento do Ofício da Confederação Nacional dos Transportes informando a impossibilidade do comparecimento do Representante daquela entidade na Audiência Pública. Em seguida, a Presidência passa a palavra ao Sr. Armando de Queiroz Monteiro Neto para dar início a sua exposição. Usa da palavra para interpelar o convidado o Senador Gerson Camata. Logo após, o Sr. Cácito Augusto de Freitas inicia a sua exposição e, em seguida, o Senhor Luiz Antônio Muniz Machado.; Usam da palavra para interpelar os convidados os Senadores Ney Suassuna, autor do Requerimento, Gerson Camata, Garibaldi Alves Filho e a Senadora Lúcia Vânia. A Presidência convida para sentar-se à Mesa o Deputado Osvaldo Biolchi, concedendo a palavra ao Parlamentar. O Presidente convida o Deputado para a reunião da Comissão a ser realizada em 12 de fevereiro, quinta-feira. Em seguida, é colocado em votação e aprovado pela Comissão Requerimento nº 11 – CAE, de 2004, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com o objetivo de discutir-se a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que reprovou a compra da empresa de Chocolates Garoto pela empresa Nestlé S/A , determinando o desfazimento do negócio. Para tal Audiência, sejam convidados o Presidente do CADE, Dr. João Granindo Rodas, o Relator do Processo no

âmbito do CADE, Dr. Thompsom Andrade, um representante da Empresa Nestlé, e um representante do Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC; Requerimento nº 12 – CAE, de 2004, de autoria do Senador Gerson Camata e outros Senhores Senadores, que requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, seja convocado o Exmo.Senhor Ministro de Estado da Justiça , Dr. Márcio Thomaz Bastos , e convidados o Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Dr. João Grandino Rodas , os Conselheiros do CADE, Dr.Thompson Almeida Andrade, Dr.Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, Dr.Fernando de Oliveira Marques, Dr.Cleveland Prates Teixeira, Dr. Luiz Alberto Esteves Escaloppe, o Governador em exercício do Estado do Espírito Santo, Dr. Wellington Coimbra, o Secretário de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, Dr. Júlio Bueno, Secretário de Agricultura do Estado do Espírito Santo, Dr Ricardo Ferrado Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentos, Sra. Linda Moraes, o Diretor Jurídico da Nestlé Brasil S/A, Dr.Humberto Maccabelli, o Diretor de Assuntos de Corporativismo da Nestlé S/A, Dr. Carlos Roberto Facci, a fim de prestar informações sobre a contratação de pessoal temporário para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, prevista pela Medida Provisória nº 136, de 2003, e as condições de prestação de suas funções institucionais, cuja relevância exemplifica-se pela recente decisão sobre a aquisição da totalidade do capital social da Chocolates Garoto S/A pela Nestlé Brasil S/A, conforme consta da justificação da Medida Provisória citada; e o Requerimento nº 13-CAE, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Suplicy que requer, nos termos regimentais, que sejam convidados para informar a Comissão de Assuntos Econômicos acerca da recente decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, de desconstituição da aquisição da empresa Garoto pela Nestlé, o Presidente da Autarquia, Dr. João Grandino Rodas, o conselheiro e relator da matéria, Dr. Thompson Almeida Andrade, os demais conselheiros e a Procuradora Geral do CADE, Dra. Maria Paula Dallari Bucci.. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Trata-se de uma audiência pública com a participação do ilustre Deputado Armando de Queiroz Monteiro Neto, Digníssimo Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; do Dr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Dr. Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes – CNT; Dr. Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que regula a recuperação judicial, extrajudicial e a falência de devedores, pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais e dá outras providências, em atendimento ao Requerimento nº 2 desta Comissão, de autoria do Senador Ney Suassuna e de outros Srs. Senadores.

A fim de representar a Confederação Nacional do Comércio se encontra presente o Sr. Cácito Augusto de Freitas Neto, que convido para fazer parte da Mesa. E, representando a Confederação Nacional da Agricultura, encontra-se presente o Sr. Luis Antônio Muniz Machado.

Recebi ofício da Confederação Nacional dos Transportes, CNT, comunicando o não-comparecimento do Sr. Clésio Andrade, sem, todavia, a indicação de nenhum representante. Passo a ler o ofício:

> "Prezado Sr. Senador Ramez Tebet,
>
> De ordem do Sr. Presidente, Clésio Andrade, agradecemos o envio da correspondência pela qual é encaminhado o convite para participarmos da audiência pública que irá discutir do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, a realizar-se hoje em Brasília.
>
> Informamos que, por motivo de força maior, lamentavelmente, não será possível a participação do representante desta entidade nesta data.
>
> No entanto, desejamos pleno êxito e sucesso na referida audiência pública."

Após a leitura que fiz do texto, a Presidência tem a dizer à Confederação Nacional dos Transportes que quem lamenta a ausência é a Comissão de Assuntos Econômicos. O convite foi feito com a plena convicção de que a matéria interessa a todos os segmentos da sociedade.

Os convidados já se encontram em plenário. Tenho a satisfação de pedir ao ilustre Parlamentar Deputado Armando de Queiroz Monteiro Neto que tome assento à minha direita. Sua presença honra os trabalhos desta Comissão.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as normas de sempre. Os convidados farão suas exposições breves e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra às Senadoras e Senadores inscritos será concedida na ordem de inscrição com preferência para os autores dos requerimentos. O interpelante dispõe de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Com a devida vênia de todos os convidados, concedo, em primeiro lugar, a palavra ao ilustre Parlamentar Deputado Armando de Queiroz Monteiro Neto para fazer a sua exposição, considerando ainda que o eminente Deputado fez ver a Mesa que tem reunião agendada para as 11 horas e que disporá de pouco tempo para nos honrar com sua presença.

Concedo a palavra ao Deputado Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Cumprimento o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ramez Tebet, e o agradeço pela honra do convite. Cumprimento também os Senadores integrantes da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço ao Deputado Osvaldo Biolchi, que foi o Relator na Câmara dos Deputados, que tome assento, caso seja do seu desejo, porque é uma honra para nós da Mesa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Quero cumprimentar o meu caro companheiro, Deputado Osvaldo Biolchi, não o havia visto em Plenário, inclusive pelo trabalho que realizou na Câmara quando da tramitação desse projeto.

Inicialmente, eu gostaria de dizer que a CNI – Confederação Nacional da Indústria –, considera o tema Lei de Falências como um dos mais importantes da nossa agenda e também da do País, tenho certeza.

Talvez um dos maiores desafios do Brasil na busca desse processo de retomada do crescimento econômico, em bases sustentáveis, é, sobretudo, criar um ambiente institucional que possa efetivamente produzir um quadro propício ao desenvolvimento da atividade produtiva no País.

Várias pesquisas, mais recentemente estudos promovidos pelo Banco Mundial, têm, cada vez mais, valorizado como a qualidade do ambiente institucional afeta o desempenho das economias. Há como que no mundo um certo alinhamento, uma convergência das políticas macroeconômicas que estão, a rigor, condicionadas por fundamentos que cada vez mais se tornam fundamentos uniformes. No entanto, o que diferencia verdadeiramente a trajetória dos países é a qualidade desse ambiente institucional.

Então, dentro dessa visão e na perspectiva das chamadas reformas microeconômicas do País, não há dúvida de que a Lei de Falências se inscreve como tema de grande importância. Essa importância, a meu ver, deriva da compreensão de que essa questão envolve duas outras essenciais. A primeira é a compreensão de que a empresa é um ativo social e, evidentemente, tem que se tratar da recuperação das empresas na perspectiva da reabilitação ou, pelo menos, da preservação desse ativo produtivo, que foi formado ao longo do tempo e que representa uma espécie de capital social.

Infelizmente, a legislação atual, e sobretudo o instituto da concordata, consagra muito mais os aspectos de caráter processual do que propriamente o da visão econômica dessa questão. A concordata atual é uma espécie de favor legal, mas não tem efetivamente compromisso com a recuperação e reabilitação da empresa.

Portanto, um dos aspectos fundamentais desse projeto, que já passou pela Câmara e agora está sendo reapreciado pelo Senado, é exatamente introduzir na legislação mecanismo capaz de assegurar, seja pela via judicial ou extrajudicial, esse processo de recuperação das empresas.

Outra dimensão fundamental nessa discussão é que é preciso consagrar, oferecer maior segurança jurídica aos credores. Não há dúvida alguma de que os **spreads** bancários no Brasil – e esse é também um dos temas mais importantes da agenda nacional, que forma o chamado custo Brasil. É muito condicionada por essa questão da insegurança jurídica dos credores.

É evidente que há outros fatores extremamente importantes como a cunha fiscal; a falta de maior concorrência no sistema financeiro; o caráter, digamos, rígido como se dá o processo de formação de controle de mercado por um número cada vez menor de instituições. Mas não há dúvida de que a segurança jurídica dos credores afeta os prêmios de risco e terminam por refletir-se no custo de capital do País.

Portanto, oferecer por meio de uma moderna Lei de Falência maior segurança jurídica ao credor é algo que poderá ter uma reflexo positivo na redução dos **spreads** bancários, melhorando as condições gerais de financiamento da economia brasileira. Feita essa consideração de caráter mais geral e para não me alongar, gostaria de destacar algumas preocupações em relação ao projeto.

A primeira refere-se à compreensão de alguns desafios devem ser enfrentados para que a promoção da recuperação possa ser materialmente implementada, não ficando apenas como uma previsão legal. Nesse

cenário, há que se destacar três aspectos. Em primeiro lugar, está a criação de condições que assegurem fonte de crédito para a recuperação; em segundo lugar, a criação de incentivos econômicos em favor dos credores, a fim de que privilegiem a recuperação em detrimento da liquidação; em terceiro lugar, a superação dos problemas de coordenação dos interesses de diversos segmentos de credores.

Nesse sentido, cabe destacar que há dois aspectos entre os que vamos relacionar que representam pontos muito importantes nessa discussão. O primeiro diz respeito à efetiva participação da Fazenda Pública no processo de recuperação, com a sua inclusão numa das classes da assembléia de credores. O segundo ponto diz respeito à regulação da responsabilidade dos sucessores nos débitos trabalhistas. Lembramos ainda questões como a eliminação efetiva do risco de restituição de bens ou valores no processo de recuperação.

Atento para o fato de que o projeto que passou pela Câmara permite a restituição mesmo na hipótese de recuperação da empresa, o que nos parece que deve merecer uma reavaliação desta Casa.

Há que se impedir a utilização do pedido de falência como ação de cobrança e definir adequadamente os sujeitos passivos da falência e da recuperação.

Existem também alguns aspectos muito importantes que estão relacionados com a alteração do próprio Código Tributário Nacional, que tramita paralelamente. Faço referência expressa à proibição da alienação de bens por sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública, ainda que não tenha sido ajuizada a execução fiscal. Trata-se de matéria, inclusive, que não guarda pertinência com a reformulação da legislação falimentar.

Entre as questões que tratei, gostaria de fazer referência a cada uma de forma rápida.

Sobre a participação da Fazenda Pública na assembléia de credores, a eficiência desejada de qualquer legislação de recuperação judicial reclama a efetiva participação da Fazenda Pública no seu processo, fato esse que não se verifica na proposição em questão. Parece medida adequada a inclusão da Fazenda Pública em uma das classes que integrará a assembléia de credores, espelhando de forma mais concreta uma contribuição em prol do procedimento recuperatório, o que contribuirá para a viabilização do objetivo de assegurar a manutenção da atividade empresarial e, conseqüentemente, a manutenção dos empregos por ela gerados. Dita participação impediria a liquidação e, conseqüentemente, o desmembramento precipitado do ativo da empresa em função da ação isolada de um determinado credor. Outro aperfeiçoamento necessário, a ser incluído na reforma da lei tributária, consistiria na permissão de parcelamento dos créditos tributários no processo de recuperação judicial.

Outra questão que trago à consideração diz respeito à sucessão trabalhista. Como é do conhecimento geral, as sucessões trabalhistas e tributárias constituem efetivo impedimento para o processo de recuperação das empresas.

Assim, urge criar mecanismos que assegurem que fique o comprador de bens, estabelecimentos ou empresa em hasta pública liberado do encargo das responsabilidades tributárias e trabalhistas por sucessão.

A questão, no âmbito tributário, já vem resolvida pela alteração no Código Tributário Nacional, proposta no bojo do PLC nº70, de 2003, Complementar. Todavia, não se tem semelhante previsão para o problema da sucessão trabalhista, persistindo, pois, os mesmos inconvenientes para aqueles que venham adquirir esses ativos. Não se justifica prestigiar um excessivo nível de responsabilização desses adquirentes que, afinal, podem dar curso aos negócios da empresa, agindo, pois, em favor da economia e da sociedade como um todo.

Essa iniciativa, vital para a viabilização da empresa em sua nova etapa, não prejudica o direito dos credores trabalhistas. A percepção dos seus créditos ficará assegurada nos termos do plano de recuperação aprovado, que deverá contar necessariamente com a sua aprovação.

Um outro ponto diz respeito à restituição de bens ou valores. Só deve haver o pedido de restituição na falência, e não na recuperação, na qual a empresa está em plena atividade, e eventual pleito de restituição pode vir a comprometer essa recuperação que, em verdade, é o grande avanço do projeto, vez que a liquidação dos ativos a ninguém interessa.

Se, por exemplo, o maquinário e o equipamento necessários à produção estiverem sob o regime de **leasing** ou alienação fiduciária em garantia, havendo pleito restituitório e sendo a restituição dos bens efetivada, haverá a paralisação das atividades dos devedores e, conseqüentemente, frustrar-se-ia a recuperação da empresa.

Na versão original da proposta, a restituição se aplicava a ambos os institutos, ou seja, à falência e à recuperação, sendo tal equívoco conceitual corrigido pela Câmara, consoante se infere do art. 26 com a sua redação final.

Todavia, penso haver a necessidade de ainda evoluir no tema, porquanto o capítulo intitulado "Do pedido de restituição" encontra-se situado na Seção 4ª do

Capítulo II, capítulo esse que disciplina as disposições comuns, a recuperação judicial e a falência.

Plausível, assim, o entendimento de que, apesar de o texto no art. 26 só se referir à falência, a regra da restituição também seria aplicável à recuperação judicial, visto estar o instituto afeto às disposições comuns, o que, com efeito, frustraria a linha de entendimento estabelecida na Câmara dos Deputados. Cabe insistir nos deslocamentos do pedido de restituição para o Capítulo 6º, pertinente às regras especiais da falência.

E ainda, para melhor adequar o instituto, entendo conveniente redimensionar certas disposições, a fim de que os credores resultantes de contratos de **leasing**, alienação fiduciária em garantia e venda com reserva de domínio possam integrar uma das classes de credores que irão deliberar sobre o plano de recuperação, não permanecendo excluídos do processo e do compromisso da recuperação.

A doutrina, que deve inspirar o procedimento, reclama participação indiscriminada dos credores. Somente deverão ter tratamento excepcional, não se sujeitando, inclusive, à disputa e à partilha dos ativos com os créditos anteriores ao processo da recuperação, aqueles titulares de créditos novos, ou seja, que venham a ser concedidos já no curso do processo de recuperação.

Utilização do pedido de falência como ação de cobrança.

O projeto de revisão da Lei Falimentar continua a permitir a utilização do pedido de falência como ação de cobrança.

O requerimento de falência, na trilha da doutrina mais abalizada, não pode ter por base o simples fato de o devedor não pagar no vencimento a obrigação líquida. O fato, por si só, não espelha a insolvabilidade do devedor, mas, na grande maioria dos casos, numa crise de liquidez, a qual deve ter tratamento adequado, movido por procedimentos capazes de suplantá-la, e não de inviabilizar a atividade produtiva, transformando dificuldade conjuntural em um processo de liquidação definitiva da empresa.

Assim, o ideal seria extirpar do Direito brasileiro a impontualidade como causa de falência.

Sujeitos passivos da falência e da recuperação.

Não parece conveniente dar às sociedades simples o mesmo tratamento dispensado às empresariais, no caso de insolvabilidade. Traço esse que justifica a diferenciação entre as duas espécies criadas pelo Código Civil, sob pena de a única diferença substancial ficar restrita ao órgão registral.

A ótica consagrada no novo Código Civil repousa em conferir às sociedades empresárias o mesmo regime que o Direito anterior reservava às sociedades mercantis, deixando a sociedade simples sob disciplina do Direito Civil, no que tange ao regramento de sua insolvência.

O outro ponto é a proibição de alienação de bens por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, ainda que não tenha sido ajuizada a execução fiscal.

Esse ponto nos parece extremamente importante e está ligado ao Código Tributário Nacional.

De modo preliminar, há de se ressaltar que a modificação do art. 185 do Código Tributário Nacional não tem pertinência com a nova Lei de Falências. Pela mudança sugerida, haverá presunção de fraude nas alienações de bens, mesmo se o Poder Público não tiver ajuizado a execução fiscal.

É necessário garantir a segurança jurídica do adquirente. O Poder Público pode se garantir apenas sendo ágil, ajuizando prontamente suas execuções. O adquirente de boa-fé é que precisa ser protegido.

Hoje, a retirada de certidões negativas de execução fiscal basta.

A proposta, se aprovada, trará concreta insegurança ao comércio jurídico de bens ou rendas.

Por outro lado, a obtenção de certidões negativas de débitos fiscais, como quer a proposição, nem sempre é possível, seja porque muitas procuradorias têm dificuldades em fornecê-las, seja porque outras entendem que tal documento só pode ser solicitado pelo contribuinte.

Finalmente, há uma questão relacionada com o prazo para pleitear a restituições de valores pagos indevidamente à Fazenda Pública.

O art. 2º do PLC 70 visa reduzir o prazo para pleitear restituição de valores pagos indevidamente. Pelas regras hoje vigentes, o prazo é de cinco anos, contados da extinção do crédito tributário. Como nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, a extinção só se dá quando o Estado homologa o pagamento ou, na falta de homologação, quando passados cinco anos, a jurisprudência de nossos Tribunais já de muito firmou o entendimento de que o prazo só começa a fluir após a manifestação do Fisco ou, na falta dessa, após o prazo de homologação.

O Estado de Direito tem o dever de ser ético e de agir segundo a lei. O agente público, ao verificar que houve recolhimento indevido, é dever seu indicar o excesso e providenciar que a restituição seja feita. Se isso não ocorre, surge a lesão ao contribuinte, devendo ser esse o termo inicial do crédito tributário.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é essa a contribuição que a Confederação Nacional da Indústria traz ao debate dessa questão, que considero de grande importância. Mais uma vez, reafirmo o testemunho

de apreço que temos ao trabalho desta comissão e desta Casa.

Gostaria apenas de desculpar-me com os Srs. Senadores, porque tenho um compromisso que já comuniquei ao Presidente da Mesa, mas estará aqui nos debates, como nosso representante, o nosso assessor, o Dr. Campinho, à inteira disposição de V. Exªs.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a presteza de V. Exª, a grande contribuição que traz, e solicito ao seu representante que tome assento no seu lugar.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – V. Exª me permite fazer apenas uma pergunta de trinta segundos?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Gerson Camata, vou permitir isso, excepcionalmente; do contrário, não teremos ordem no nosso trabalho, e há um requerimento de V. Exª aqui, de fundamental importância, que precisa ser colocado em votação.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – É exatamente sobre o requerimento.

Como Presidente da Confederação Nacional da Indústria, seria bom ouvir a opinião do Dr. Armando sobre essa decisão do Cade, que, praticamente, fulmina a fábrica da Garoto, do Espírito Santo, que havia sido comprada há dois anos pela Nestlé, quando havia dois pareceres dentro do Governo favoráveis à fusão.

O que V. Exª, como Presidente da Confederação Nacional da Indústria, pensa de uma decisão como essa?

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Veja, em princípio, qualquer processo drástico de intervenção no domínio econômico deve ser motivo de apreensão e preocupação pelos setores empresariais. No entanto, há sempre o compromisso de lutar pela defesa da concorrência, que é um primado, vamos dizer, da economia de mercado, sobretudo na visão de que o ideal da livre iniciativa só se realiza quando se assegura a concorrência de forma ampla. Essa é uma questão complexa, que envolve a participação e a concentração de poder sobre o mercado por uma empresa fruto desse processo de incorporação. Portanto, há uma série de considerações que exigiriam um conhecimento muito mais amplo dessa questão. Contudo, Senador, para não parecer que eu estou tangenciando a questão, todo o processo de intervenção que signifique um cerceamento à livre realização, vamos dizer, dos interesses do mercado nos causa apreensão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a presença de V. Exª.

Concedo a palavra à Confederação Nacional do Comércio, aqui representada pelo Sr. Cácito Augusto de Freitas Esteves.

O SR. CÁCITO AUGUSTO DE FREITAS ESTEVES – Primeiramente, agradeço, em nome do Dr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio, que não pôde estar presente a esta reunião, a oportunidade de o comércio expor suas opiniões sobre um projeto que é de fundamental importância para nós.

Poderíamos iniciar a exposição da visão do comércio sobre a importância que traz, para as empresas do comércio e de bens de serviço, a figura da recuperação judicial, em substituição ao instituto da concordata.

A grande inovação, em que pese a todas as outras que a lei traz, seria a possibilidade de uma ampla renegociação, fato impossível diante da nova lei de concordata, que é extremamente restrita, limitada, incidindo apenas sobre credores quirografários, onde justamente se inclui a categoria das empresas de comércio. A modificação na estrutura da concordata é muito mais sensível para credores quirografários – o comércio, a indústria e os fornecedores de bens e serviços – do que de interesse, por exemplo, das instituições financeiras, que estariam fora do sistema de concordata propriamente dito.

Talvez por isso, a grande movimentação das instituições financeiras quanto às modificações inseridas no processo de falência e o quanto o nosso interesse, na verdade, concentra-se mais nas questões referentes à recuperação judicial.

Há algumas observações a serem feitas tanto em relação ao processo de recuperação judicial quanto ao da falência, mas centrando na questão da recuperação judicial da empresa, que é de peculiar interesse para as empresas do comércio.

Fizemos uma apresentação em PowerPoint. A primeira delas diz respeito à inclusão do passivo tributário dentro dos créditos atingidos pela recuperação judicial da empresa, considerando uma reestruturação própria e observadas as peculiaridades de uma empresa em recuperação.

No PL nº 71, a disposição que trata de débitos fiscais na recuperação exclui as exceções de... O projeto menciona os créditos atingidos pela concordata. As execuções de natureza fiscal serão afetadas pelo deferimento da recuperação judicial, ressalvadas as concessões de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica. Então, entendemos que como um projeto que trata de forma peculiar empresas que passam por situações especiais, elas não deveriam ser tratadas com base em normas gerais de concessão de financiamento, mas

que deveriam ser observadas peculiaridades próprias de empresa em recuperação.

Essa legislação a que se refere o PL – porque ele remete a uma legislação vigente – é a atual Lei nº 10.522, que trata de parcelamento junto à Fazenda Pública* nacional. Essa legislação prevê, logo no seu art. 10, que a concessão desse parcelamento fica a exclusivo critério da autoridade fazendária – ou seja, é discricionária pelo âmbito do agente fiscal – , fica condicionada à prestação de garantias de natureza real ou fidejussória, o que impede uma ampla movimentação do patrimônio ou ampla gestão e reestruturação de uma empresa em processo de recuperação, o que também atenta contra a finalidade da norma, uma vez que a finalidade da norma – e essa é a grande inovação, diante da atual concordata preventiva – é a possibilidade de se negociar todos os créditos, excetuando o trabalhista, que tem fixação legal. Hoje, na concordata não se tem essa possibilidade, e essa é a grande inovação do processo de recuperação de empresa, a possibilidade de se negociar de forma ampla e irrestrita toda a recomposição do seu passivo.

Hoje o que temos – e é o que será aplicado quando essa lei entrar em vigor – , no que diz respeito a parcelamento de débitos tributários, são disposições da Lei nº 10.522, ou seja, concessão e prazo discricionariamente fixado pela autoridade fazendária, condicionado ao oferecimento de garantia real, ou seja, imobilidade de patrimônio por parte da empresa recuperanda.

O débito consolidado é acrescido de juros referentes à variação da Selic e mais 1% relativamente ao mês que for pago. Isso é razoável e é passível de admissão quando se trata de empresas em geral. Essa é uma norma de natureza tributária aplicada de forma geral, seja em empresas necessitadas de reestruturação, seja em empresas com saúde financeira bastante razoável, mas que, por qualquer motivo, estão em débito com a Receita Federal. É essa a legislação que será aplicada no caso de não haver uma observação nesse projeto de lei que cuida de recuperação judicial.

Então, estamos propondo é que, quando há interesse e objetivos a serem alcançados, o próprio Governo Federal atue de forma a reconhecer as peculiaridades e a outorgar diferenças no tratamento tributário. Um exemplo disso foi o Programa de Recuperação Fiscal (Refis). Como esse programa foi instituído com uma finalidade própria, que era sanar débitos tributários de empresas que estavam se encaminhando para um processo de degradação financeira, o Refis foi concebido de forma a reconhecer essas peculiaridades.

E onde se percebe as peculiaridades do Refis? Está aqui, vê-se como é diferente do tratamento geral, que é dado pela lei geral: o parcelamento não está sujeito à discricionariedade do agente fiscal, ou seja, basta requerer e ele é concedido; a inclusão no Programa de Recuperação Fiscal do Governo Federal (Refis) estava sujeita à prestação de garantia, mas estava sujeita, também, ao arrolamento de bens, que é um ato de constrição, mas é um ato de constrição muito mais singelo, mais simples. Assim fica mais fácil inclusive gerir o patrimônio, porque a Receita Federal é comunicada toda vez que se vai alienar um bem arrolado com possibilidade de substituição. Então apesar de engessar um pouco a gestão do patrimônio, esse ato é muito mais sutil do que aquele feito para a garantia real.

O débito consolidado é quesito de taxa de juros a longo prazo; quer dizer, a natureza especial do Refis e as peculiaridades das empresas por ele atingidas são reconhecidas pelo próprio Governo Federal que, obviamente, tem interesse arrecadatório.

A Confederação Nacional do Comércio entende importante ser incluída, na recuperação judicial de débitos tributários, a previsão de fixação de normas gerais na própria lei que institui o plano de recuperação judicial. Isso é possível. O próprio art. 155-A do Código Tributário Nacional permite que, por meio de lei ordinária, sejam instituídos parcelamentos moratórios até mesmo com a dispensa de multa, se for o caso.

Dispensa de prestação de garantias. É diferente o que ocorre no parcelamento normal e no parcelamento geral para todas as empresas. Diferentemente do que ocorreu no Refis, o plano de recuperação judicial é acompanhado pelo Ministério Público desde a sua instauração até o encerramento. É óbvio que não estamos pedindo que o Ministério Público seja fiscal do Erário, mas ele funciona como **custos legis**, fiscal da correta aplicação da lei, e o plano apresentado, principalmente o homologado, faz lei entre as partes. Assim, cabe ao Ministério Público aferir a correta aplicação daquele plano. Por isso, não tem sentido engessar o patrimônio de uma empresa em recuperação com garantias de natureza real ou até mesmo com o arrolamento, uma vez que toda a execução desse plano será aferida pelo Ministério Público.

Há também a aplicação de uma taxa de juros mais vantajosa ou menos onerosa que seria a taxa de juros a longo prazo, à semelhança do que foi feito com o Refis.

Fizemos uma segunda análise que entendemos necessária. O Projeto de Lei nº 71 não prevê a figura ou o equivalente à chamada concordata suspensiva prevista atualmente na Lei de Falências e nem a recuperação judicial suspensiva. Na verdade, o PL transforma a decretação de falência em ato irrevogável e definitivo porque, quando começa a arrecadação, a

realização do ativo, não abre mais espaço para uma eventual recuperação suspensiva, que foi o que concebemos.

Na atual Lei de Falências é prevista a concordata suspensiva. O art. 167 diz que o falido pode obter, observada a disposição dos arts. 101 a 103, suspensão da falência requerendo ao juiz que seja concedida concordata suspensiva. Esse dispositivo tem fundamento justamente no princípio da continuidade do negócio, juntamente com o art. 46, que também visa tutelar a função social da empresa, objetivo maior do Projeto de Lei nº 71, e permitir que toda vez que haja ou seja vislumbrada a possibilidade de continuação de um negócio ele seja implementado. Como havia dito, o PLC nº 71 torna a decretação da falência um ato irreversível, selando o fim de uma empresa ainda que no curso da realização do seu ativo seja vislumbrada a possibilidade de continuação do negócio.

A inserção da possibilidade de conversão da Lei de Falências em processo de recuperação judicial possibilitaria a aplicação do princípio da continuidade do negócio de forma ampla, permitindo ressurgir uma empresa cuja falência foi decretada, mas, por qualquer circunstância, teve sua viabilidade renovada. Além disso, pode também representar uma forma de instituir um processo de recuperação judicial motivado ou a requerimento do credor.

De acordo com o projeto de lei aprovado pela Câmara que está tramitando pelo Congresso Nacional, somente pode requerer recuperação judicial o falido, seus herdeiros, cônjuges sobreviventes, sócios remanescentes e inventariante. O credor, que muitas vezes é a pessoa mais interessada em que aquele negócio continue, prospere, não está legitimado a requerer esse processo de recuperação. Até se entende, pois seria um ponto de conflito eterno com os administradores atuais. Como ele não pode requerer, só lhe foi aberta a possibilidade de pleitear falência. Se ele requer falência e se pode no futuro converter essa falência em processo de recuperação, podemos estar criando, ainda que indiretamente, um verdadeiro **turn over,** previsto na legislação norte-americana, em que os credores assumem a gestão de uma empresa em processo de falência ou em processo de recuperação, ainda que por meio de um administrador judicial.

Nada impede que, em um determinado momento, possamos criar várias situações, empresas onde há divergências junto aos membros da administração, e que por algum motivo a empresa caminhe para um passo de deterioração visível, mas que haja uma ilação por parte da administração, seja por briga interna ou não, seja por ponto de vista divergente, e que o credor, uma vez legitimado a pedir falência, requeira essa falência e, imediatamente, apresente ao síndico ou ao administrador judicial, nesse caso, um plano de recuperação elaborado pelos credores e que esse plano seja submetido à avaliação judicial para a aprovação e convolação da falência em recuperação judicial.

Penso que seja um excelente modo de instituir forma plena o princípio da tutela da função social da empresa, que você teria várias pessoas, vários legitimados a buscar a permanência das atividades dessa empresa. Começa com o próprio devedor, mas cria-se a possibilidade de um processo maior de deterioração que o próprio credor busque a continuidade do negócio dessa empresa.

E a terceira proposta que entendemos importante diz respeito ao tratamento de micro e pequena empresa. No nosso entender, as micro e pequenas empresas precisam ter um tratamento diferenciado mesmo. De que forma? O processo de recuperação judicial pelo objeto que almeja, pelo fim a que se propõe, traz uma complicação e traz um grau de complexidade que não é condizente com a figura da pequena empresa. Quando se concebe o processo de recuperação, não se concebe apenas um parcelamento de dívidas, na verdade, concebe-se toda uma reestruturação de forma a tornar aquela empresa saudável para o futuro para que não entre novamente em processo de deterioração financeira. O próprio art. 50 do Projeto de Lei 71 arrola uma série de atos que podem ser praticados a fim de criar essa recuperação. E somente um deles atinge a quase unanimidade das micro e pequenas empresas que passam por dificuldades financeiras. Na verdade o universo de necessidades da pequena e micro empresa é plenamente alcançada pela concordata com algumas modificações. A concordata atual é extremamente limitada.

Propomos que permaneça a concordata para a micro e pequena empresa tendo em vista a sua facilidade de operação, tendo em vista que ela pega créditos quirografários, que representa o grande universo das micro e pequenas empresas. Estas dificilmente têm grandes débitos de natureza financeira, dificilmente têm grandes débitos de natureza tributária. Na verdade, têm débitos de natureza quirografária, ou seja, deixa de atender à necessidade financeira dos seus fornecedores. Podemos conceber uma pequena papelaria que vendeu mal no final do ano, então ela está superestocada, para poder pagar o estoque, precisa na verdade de um parcelamento ou de um abatimento nesse valor. Essas duas atitudes já seriam suficientes para a grande maioria das pequenas empresas no País.

Não seria razoável imaginarmos um processo extremamente complicado, como é o de recuperação, ainda que facilitado para a micro e a pequena empresa,

como está previsto no PL, se podemos aplicar um processo já maturado com as modificações necessárias que atenderiam o universo dessas micro e pequenas empresas.

Propomos para a micro e pequena empresa: a reestruturação do passivo tributário na mesma forma proposta para a recuperação de empresas, ou seja, a concordata, que seria um instituto aplicado à micro e pequena empresa, também teria possibilidade de alcançar créditos de natureza tributária. Como disse a V. Exªs, hoje, a concordata só atinge crédito de natureza quirografária. Assim, ela também atingiria crédito de natureza tributária à semelhança da recuperação.

Os prazos seriam alongados para quatro anos, sendo o pagamento de 15% no primeiro ano, 25% no segundo, e 30% nos dois últimos. Essa foi uma sugestão apresentada pelo Sebrae*, nesta Comissão, pelo seu então Diretor-Presidente.

Por fim, entendemos que é uma proposta significativa. Na verdade, toda a importância do processo de recuperação pode ser sintetizada nesse dispositivo, que é permitir que o devedor concordatário possa apresentar um plano substitutivo ao plano de pagamento que a lei impõe, observados seus limites, mas que ele priorize, mediante homologação judicial e, obviamente, ouvindo o Ministério Público, determinados credores quirografários ou fornecedores que sejam comprovadamente essenciais ao seu negócio.

Hoje, a concordata tem uma extrema dificuldade de ser implementada por dois motivos: primeiro, porque ela não pega crédito de natureza tributária. Toda empresa que enfrenta dificuldades financeiras traz consigo, inevitavelmente, um passivo tributário de vulto, até porque não temos como negar que é uma prática no Brasil. Toda vez que se tem problemas de fluxo de caixa, financeiros, até para uma defesa do seu negócio, pretere-se o pagamento do tributo em benefício dos seus fornecedores a fim de manter um fluxo de fornecimento que permita a sua empresa funcionar. Quando chega ao estágio da concordata, já se tem um passivo tributário considerável. Isso é quase uma unanimidade. Quando acontece a concordata, quem é atingido por ela são justamente seus fornecedores, que são credores de natureza quirografária. Por sinal, nós, comerciantes, também somos credores quirografários. A CNI é uma típica credora quirografária, a indústria é credora quirografária.

O dia-a-dia do comércio das transações não permite que estabeleçamos as garantias sobre o nosso crédito de fornecimento de mercadorias, bens e serviços. Se permito que estabeleça uma preferência a uma ordem de pagamento imediata a credores comprovadamente essenciais ao meu negócio, todos seriam atingidos, alcançados, mas uns seriam "beneficiados" para garantir o funcionamento do meu negócio. Um exemplo prático e atual disso é o próprio caso da Parmalat. Ela, uma empresa com pedido de concordata, está sofrendo uma deteriorização de fornecimento, que é o efeito dominó que chamamos das concordatas, ou seja, quem tem a receber pelo fornecimento de leite, que é o caso, deixa de fornecer porque, afinal de contas, ele precisa repassar aos cooperativados e tudo mais. Quem tem a oferecer o produto não oferece mais em razão da previsão de não receber. Em compensação, ele deixa de pagar seus fornecedores e entra em um sistema de dominó, ou seja, vai se deteriorando. E é isso que vem acontecendo com várias pequenas empresas e cooperativas.

O que estamos propondo é que fosse possibilitado o instrumento de, ao decretar a concordata, eu poder, comprovadamente, mediante autorização judicial, conceder pagamentos preferenciais como, por exemplo, a concordata pagaria todos os seus fornecedores de leite. Ela teria, dentre os credores quirografários ou credores atingidos pela concordata, quais são essenciais ao funcionamento regular do seu negócio, e esses teriam preferência sobre os demais. A meu ver, essa é a única forma de se garantir o fluxo de fornecimento da sua empresa. É basicamente impossível se conceber a uma empresa em recuperação um programa de fluxo de fornecimento de mercadorias de bens e serviços.

Esses são os três pontos que a Confederação Nacional do Comércio entende e que o Projeto de Lei nº 71 precisa observar, principalmente para dar efetividade ao processo de recuperação judicial que, para nós, é a grande evolução e revolução nesse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está presente o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, o Sr. Luiz Antônio Muniz Machado, a quem temos a honra de conceder a palavra.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO – Exmo. Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Exma. Srª Senadora Lúcia Vânia, Exmºs. Srs. Senadores, Exmº. Sr. Deputado Osvaldo Biolchi, em nome do Presidente Antônio Ernesto de Salvo, gostaríamos de apresentar nossas escusas pela sua ausência. S. Sª gostaria de ter estado presente a um tema de tamanha magnitude, mas, por estar ausente de Brasília, pediu-me que eu o representasse.

A vantagem de falar por último é que as questões preliminarmente mencionadas, de forma brilhante e percuciente pela Confederação Nacional da Indústria e pela Confederação Nacional do Comércio, evitam que a maioria dos pontos que tinham sido levantados

necessitem de repetição. As preocupações daqueles que nos antecederam são preocupações também da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, que atingem sobremaneira a nossa categoria e trazem certas inquietações. Seguramente esta Casa saberá reformular o projeto feito com muito custo, trabalho e empenho na Câmara dos Deputados, mas como tudo na vida pode ser aperfeiçoado, entendemos que esse projeto também poderá ser aperfeiçoado.

Selecionamos alguns pontos que os ilustres representantes que nos antecederam não abordaram porque não são tão específicos em relação às atividades que representam. O primeiro deles, Srs. membros desta Comissão, seria a aplicação desse projeto de lei, dessa lei aos produtores rurais pessoas físicas. Percebe-se nitidamente que tal questão foi abordada sem a devida profundidade no projeto em exame, porque a produção agrária é complicada, peculiar e muitas vezes pouco compreendida no seu contexto.

Quando se fala de aplicação do projeto a todos os produtores, menos ao agricultor que explore propriedade rural para fins de subsistência familiar, essa definição nos traz uma inquietação porque é público e notório que há uma grande dificuldade em se estabelecer o que é produção agrícola para subsistência familiar e produção agrícola com caráter de empreendedorismo. Essa circunstância, sem que haja uma definição mais precisa de quem está excluído, pode gerar para a nossa categoria uma discussão preliminar se ele está ou não está inserido nesse contexto. Até que se decida essa questão, seguramente os prejuízos serão absolutamente irreparáveis.

Por conseguinte, um dos pontos que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil gostaria de ver mais bem definido é a questão de quem está alcançado por essa lei e que atividade é a produção agrária. Um dos pontos que sempre sustentamos na Confederação seria a classificação por força das rendas, por meio da qual se pode, sim, definir quem são os privilegiados pelo alcance dessa lei ou aqueles que estão fora da legislação.

Outro ponto que também nos assalta sobremaneira, abordado também pela Confederação Nacional do Comércio, é a classificação dos créditos. Os créditos trabalhistas foram privilegiados com um item independente. Se tomarmos o exemplo citado pelo Representante da Confederação do Comércio, que foi o da Parmalat, poderemos ver que basta essa situação, para que o efeito dominó, mencionado pelo ilustre representante, aconteça de imediato em relação, por exemplo, aos produtores de leite que têm dívidas com os seus fornecedores de sal para os seus animais. Basta que eles sejam impiedosos e desejem requerer a falência, teremos a falência de todos os pequenos produtores, porque seguramente eles são hoje devedores dos fornecedores de sal e não podem pagar, porque não têm o retorno do seu crédito junto a uma entidade da dimensão da Parmalat e, via de conseqüência, eles estarão suscetíveis a um processo falimentar.

Isso sem falar nas demais conseqüências que essa falta de privilégio ao crédito representa, principalmente daqueles fornecedores de insumos fundamentais para a atividade. Nós podemos perceber que créditos muito mais vultosos, concentrados em entidades, são privilegiados porque tiveram a possibilidade de fazer uma reserva com hipoteca ou com garantia real, algo que o produtor rural não tem a menor possibilidade de fazer.

Esse é um ponto que, temos certeza, esta Casa levará em consideração, quando examinar a questão, porque temos um exemplo vivo da realidade que assola os produtores rurais de vários tamanhos, não só dos pequenos produtores.

Outro ponto, Sr. Presidente, que também foi abordado pelo representante da Confederação da Agricultura, é a equiparação da pequena e da micro empresa. Vejam V. Exªs que a Confederação do Comércio reclama melhorias, estando as pequenas e médias empresas inseridas nesse privilégio. Imaginem a nossa insegurança, se considerarmos que os pequenos e médios produtores não detêm os privilégios das pequenas e médias empresas. Imaginem a nossa preocupação, quando uma entidade que representa o comércio de pequenos e médios segmentos já apresenta sua preocupação, a multiplicação, de forma geométrica, em relação ao nosso segmento que está absolutamente desamparado em relação às pequenas e médias empresas.

Então, esse aspecto precisa ser analisado com bastante cuidado, porque nosso segmento também possui essa classificação, já na legislação, até para fins tributários e para fins de processo de desapropriação, para que as pequenas, médias e grandes propriedades rurais possam também ter o seu privilégio em comparação às pequenas e médias empresas urbanas.

Um dos pontos que também nos assalta é o excesso, a forma, as exigências para a recuperação ou para o requerimento de processo falimentar, como eles estão definidos nessa lei, ou seja, especificações de que o empresário precisa apresentar balanços, demonstrações, requerer um perito avaliador e uma série de procedimentos. Se eles já trazem preocupação para quem é do setor urbano, como demonstrou a Confederação do Comércio, imaginem para o nosso segmento, ainda absolutamente desorganizado, que está nos mais distantes rincões deste País e que,

muitas vezes, sequer tem condições de apresentar um balanço, pois não tem uma contabilidade, porque a própria lei não exige. Mas, nessa lei, ao ser assim especificado, podemos deparar um juiz que, ao examinar os documentos acostados aos requerimentos, pura e simplesmente, entenda que, por falta de preenchimento dos pré-requisitos, sequer o mérito deva ser examinado. E não podemos fazer nada porque, efetivamente, a lei assim determina.

Então, temos certeza de que esse aspecto, Excelências, também será a preocupação desta Casa, para, quem sabe, minimizar essa dificuldade, essa exigência, ou lembrar o que acontece em relação ao produtor rural, de que tipo de documento ele dispõe para poder efetivamente apresentar quando tiver essa necessidade.

Como último argumento, entendemos que a questão semântica lançada nesse projeto de lei precisa ser examinada – e seguramente o será – porque muitas vezes os produtores rurais estão atingidos por um dispositivo que se refere apenas à empresa; em outros, os dispositivos se referem à empresa e ao empresário. Isso demonstra que, em algum momento, a empresa é separada do empresário. E esse aspecto precisa ser reexaminado, porque muitos dispositivos que se referem exclusivamente à empresa são estendidos aos empresários, que são os produtores rurais.

Então, em função desse aspecto, preocupa-nos a possibilidade de o rigor da interpretação literal do dispositivo legal trazer um prejuízo vultoso para o produtor rural, pois o entendimento pode ser o de que ele não está incluído naquele artigo porque ele só se refere à empresa e não ao empresário.

Com esses argumentos, Sr. Presidente, encerro a participação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil mais uma vez agradecendo o honroso convite. Por determinação do Presidente Antônio Ernesto e da Diretoria, colocamo-nos à disposição desta Casa, como sempre estivemos, para colaborar em qualquer necessidade no momento em que V. Exªs entenderem ser necessária a nossa participação.

Muito obrigado pelo convite e pela paciência de nos terem ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna, um dos autores do requerimento que trouxe à nossa presença hoje os eminentes expositores.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou muito satisfeito com as exposições até o momento, porque, por mais que dominemos o assunto e nos aprofundemos, é muito bom ver as vertentes das diversas áreas.

Hoje, deixaram-me a pensar três posições. A da Confederação Nacional da Indústria, que disse que não deveria ser provocativa de falência a dívida. Eu queria, se possível, um maior aprofundamento sobre isso. Em relação à pequena e média empresa, concordo em gênero, número e grau: temos que diferenciar, e acho que o Relator, o nobre Senador Ramez Tebet, com toda certeza, já deve ter pensado sobre o assunto.

Causou-me muita espécie, em relação à agricultura, a preocupação com a não-definição do que é produtor, pequeno produtor e produtor que usa a produção para sustento familiar. Realmente, é outra área que, com certeza, dará um pouco de dor de cabeça ao Relator Ramez Tebet, porque está um pouco indefinido.

Então, eu me dou por muito satisfeito, mas gostaria de ouvir da CNI o que se pensa fazer. Se uma pessoa que está devendo a quem se está devendo não puder entrar, como faríamos?

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Nós temos de há muito uma visão conceitual contrária a essa possibilidade da simples impontualidade gerar pedido de falência. Por quê? Porque, no sistema da Lei de 45, que herdou o sistema da Lei de 1908 e está sendo repetido no projeto, quando o credor requer a falência do devedor, ele o faz com base num sistema de insolvência presumida. A lei indica atos que autorizam o credor a presumir a insolvência do devedor e, conseqüentemente, requerer-lhe a falência.

Então, o simples fato de não pagar uma obrigação líquida no vencimento já autoriza o credor, com base nessa presunção, a requerer a falência do devedor. Na prática, esse procedimento tem se mostrado como uma transformação do requerimento de falência, como uma medida para solucionar uma situação de insolvência, numa medida coativa de cobrança. O pedido tem servido como meio de os credores, de forma mais coativa, conseguirem realizar o seu crédito, colocando as empresas em situações difíceis. Muitas vezes, elas não estão insolventes, simplesmente passam por uma crise temporária de liquidez, uma falta de caixa, mas não haveria insolvabilidade propriamente dita.

Então, o que temos sustentado como uma medida mais efetiva que garanta maior segurança para esse sistema de insolvência presumida – porque não tem como o credor requerer falência sem atos exteriores que façam presumir a insolvência do devedor – é que se use o remédio previsto no art. 2º, Inciso I, da Lei de 1945, repetido no art. 80, Inciso II, do Projeto, ou seja, o credor promove a execução do seu crédito. Citado o devedor, ele tem um prazo legal – que na execução civil é muito exíguo, de 24 horas – para pagar o que deve ou nomear bens à penhora. Entende-se que uma

dessas seja a postura do devedor solvente. Se ele deve, paga; se não deve, se ele quer discutir, garante o juízo depositando o valor da dívida ou nomeando bens à penhora, e a partir daí vai discutir a dívida.

Então, se ele, citado na execução, não paga nem nomeia bens à penhora, mostrando que está solvente, mostrando que tem bens, mas que quer discutir a dívida, aí sim o credor poderia, nesse momento, desistindo do processo de execução, fazer uso do requerimento de falência, porque teria um ato exterior mais forte, mais efetivo que pudesse realmente fazer gerar essa presunção de insolvabilidade. Esse é o conceito que há muito a Confederação Nacional da Indústria vem defendendo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, se V. Exª me permite, acho que há outro ponto a merecer consideração. Se a simples impontualidade de uma dívida líquida e certa ensejar o pedido de falência – quer dizer, ele entra com o pedido de falência, a dívida é líquida e certa, o título está protestado, o credor entrou com o pedido de falência, mesmo que ele ilida a falência com o pagamento, no prazo de 24 horas –, o simples pedido de falência, a repercussão do pedido de falência, que é grave, pode acarretar uma corrida em direção àquele credor. Estou analisando bem esse ponto. Talvez fosse interessante realmente, antes de mais nada, a execução. O não-pagamento em 24 horas, ou o não-oferecimento dos bens para garantir aquela dívida poderia transformar a execução em falência. Hoje, a execução também pode ser transformada em falência pelas leis civis, pelo Código de Processo Civil.

Realmente, é essa a consideração que devemos estudar para ver. O que me preocupa, mais do que o que V. Sª acabou de falar, é que uma impontualidade requer a falência – isso é público e notório – ou um pedido de falência contra uma firma, ou a repercussão disso, todos correm em cima. E aí a firma quebra mesmo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Isso vem junto desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E o processo de execução não tem a mesma repercussão negativa do que o processo falimentar.

Continua V. Exª com a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quero apenas fazer uma pergunta à CNI e as demais confederações. Fizeram uma análise da legislação de outros países de maior comércio que o nosso? Como é nesses outros países?

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Nas legislações norte-americana, espanhola, italiana, francesa, as que mais temos usado como comparação, podemos ver uma evolução, afastando cada vez mais esse critério da impontualidade como sendo base para falência, ou seja, há um repúdio neste sentido. E o que o Senador falou vem justamente ao encontro daquilo que estamos falando, quando dizemos que vulnera, coloca o pedido de falência como meio coativo de cobrança, justamente em razão dos nefastos efeitos que ele provoca para o crédito. É contra isso que somos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata sobre a matéria. Sei da preocupação de V. Exª.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Sr. Presidente, S. Exª pensou que eu fosse falar sobre o Cade e a Garoto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Entraremos, logo a seguir, no tema de V. Exª.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Obrigado pela advertência. Tanto na posição da Confederação Nacional da Indústria e da Confederação Nacional do Comércio quanto nas exposições que aconteceram aqui na semana passada, parece-me que se deixa sempre o débito trabalhista um pouquinho para depois. E ele é essencial, porque o trabalhador que ficou prejudicado no processo não tem a organização e o poder para buscar o que é seu. Acerta-se o direito do devedor, o direito bancário, o crédito do banco, e por que se deixa o trabalhador para o final? Na atual legislação, como é um direito de alimento, ele deveria ter preferência. É a pergunta que faço ao Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO CAMPINHO – Na verdade, essa preferência já vem mantida e consagrada pelo projeto. Ou seja, se não me falha a memória, o art. 11, que cuida da classificação do crédito, garante que o crédito trabalhista seja recebido em primeiro lugar. A alteração que houve em relação ao sistema atual diz respeito a uma equiparação do crédito com garantia real ao crédito tributário, porque este último era recebido na frente daquele. Então, houve um empate entre esses créditos. Mas o crédito trabalhista está, efetivamente, mantido em primeiro lugar, por isso não se tem trazido essa questão à tona. Temos tentado chamar a atenção para o enfoque do que é o crédito trabalhista, o que é muito importante. O crédito do ex-empregado exerce determinada função no processo de recuperação, e o do atual empregado, outra. O que consideramos é que falta uma visão conceitual melhor desse crédito trabalhista, para diferenciar aquilo que é de ex-empregado e o que é do atual. O ex-empregado nem sempre tem interesse na recuperação. Muitas vezes, deseja receber o valor de seu crédito, está interessado em uma boa liquidação do ativo.

Este também é um dos conceitos do projeto: permitir a boa liquidação do ativo, algo que a lei atual

não permite. Quando se vai liquidar já não se tem mais nada, o patrimônio já está depreciado, depauperado. Queríamos fortalecer mais a visão daquele credor trabalhista que tem interesse na continuação da empresa, que permanecerá empregado após a recuperação ou a reorganização implementada. Então, temos mostrado essa fragilidade dentro do projeto. Essa separação deveria vir mais acentuada, com a criação, talvez, de assembléias diferenciadas, ou seja, das duas categorias de credores trabalhistas: a dos ex-empregados e a dos atuais empregados.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Interessante e boa a sugestão. Gostaria de fazer outra pergunta. No Espírito Santo, há dois anos, a maior fábrica de linho do mundo, a Braspérola, a melhor do Brasil e uma das melhores do mundo, foi fenecendo, fenecendo e acabou. Mas era altamente recuperável; foi um problema dentro da família, dos administradores, dos gestores. O que S. Sª pensa de se colocar dentro desse colegiado que administrará a recuperação um representante do banco de desenvolvimento – todo Estado tem um banco de desenvolvimento econômico ou um banco de recuperação –, que poderia fornecer garantias ou algum crédito, ver de que maneira o banco poderia participar? Normalmente, esses bancos são repassadores do BNDES.

O SR. SÉRGIO CAMPINHO – Funcionando como um **trust**?

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Às vezes, eles perdem muito dinheiro em uma empresa nova, e, com menos, recuperariam uma empresa que passa por dificuldades transitórias.

O SR. SÉRGIO CAMPINHO – A idéia é muito interessante. Creio que, como o projeto está, ela pode ser implementada. Existem formas de recuperação no art. 750, que não são taxativas. No plano que será apresentado pelo devedor, essa engenharia poderá ser concebida. Quando os próprios credores forem instados a se manifestar sobre o plano, se a assembléia de credores não o aprovar, apresentará um plano alternativo, no qual essa engenharia poderá ser concebida – caso em que o devedor será instado, novamente, a se manifestar sobre esse plano dos credores. Ou seja, a concepção da recuperação, nesse ponto, parece-nos bastante interessante, porque ela tira daquela linha do favor legal da concordata, onde não há margem para negociação, onde há simples verificação de pressupostos legais, e abre a visão da recuperação como um verdadeiro contrato, como um verdadeiro negócio, seguindo aí as legislações mais modernas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Na sugestão apresentada, diz-se que devia ter um mecanismo para assegurar ao comprador de bens, estabelecimentos ou empresas, em hasta pública, fique liberado do encargo das responsabilidades trabalhistas e tributárias por sucessão. Como fica o crédito trabalhista no dizer que está aqui? Fica isento? Como é isso? A pessoa comprou uma empresa, o comprador fica liberado da responsabilidade tributária, o comprador fica liberado dos encargos trabalhistas. Pergunto eu: isso não ajuda a simulação ou a fraude de uma empresa? Como ficam os direitos dos trabalhadores, àqueles créditos trabalhistas que constituem a sobrevivência da pessoa, de uma família? Como é que ficaria isso? Qual seria esse mecanismo para garantir isso? Ou não é para garantir, porque alguém comprou a empresa? Foi isso que me trouxe dúvida. Porque agora mesmo V. Exª falou, e aplaudo, que os direitos trabalhistas não seriam prejudicados, e o que V. Exª apenas acrescentou é que aquele que já foi empregado, que não está na empresa, aquele poderia ficar para depois.

O SR. SÉRGIO CAMPINHO – Ficar para depois não, está sempre em primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem que parar o crédito.

O SR. SÉRGIO CAMPINHO – ...sempre em primeiro lugar, mas criar conceitos nessa assembléia diferenciados entre aqueles ex-empregados e os atuais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas como fica essa parte objeto da sugestão?

O SR. SÉRGIO CAMPINHO – A questão da sucessão tributária já vem tratada no projeto, apenas a questão da sucessão trabalhista que não. E, aí, um dado importante a se alinhar: isso se daria no plano tão-somente da recuperação judicial, porque, sem dúvida, na recuperação extrajudicial, o seu receio é totalmente procedente, poderia haver fraude. Isso só se daria no âmbito da recuperação judicial, ou seja, aquela feita em juízo, aquela que foi fruto...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas na recuperação judicial, Exª, a firma continua trabalhando, o empregado tem que continuar recebendo.

O SR. SÉRGIO CAMPINHO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tudo bem, então, está certo o projeto.

O SR. SÉRGIO CAMPINHO – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há o que questionar.

O SR. SÉRGIO CAMPINHO – A questão seria a seguinte: o plano de recuperação aprovado, por exemplo, é uma incorporação. Então, o objetivo é que a incorporadora não herdasse a sucessão, ou seja, para aquele plano ser aprovado, é que havendo incorporação foi suficiente, foi necessária e de interesse dos próprios credores trabalhistas, porque eles integrarão uma classe...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Isso é óbvio.

O SR. SÉRGIO CAMPINHO – ...e vão aprovar a venda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas se ele compra, e o empregado continua, é o óbvio.

O SR. SÉRGIO CAMPINHO – Mas também tem os ex-empregados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ele continua a receber o seu salário. Penso que isso está na ordem inversa. Se V. Exª me permite, se alguém compra uma empresa, compra com aqueles empregados, quer dizer, a empresa é adquirida com o seu patrimônio imobiliário, seu fundo de comércio, etc. Não é isso? E com seus empregados. Evidentemente, ele tem que assumir a responsabilidade...

O SR. SÉRGIO CAMPINHO – Mas não é essa a colocação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, como excluir esses empregados da compra?

O SR. SÉRGIO CAMPINHO – A questão é em relação aos credores trabalhistas, ou seja, aqueles que já não são mais empregados. Na verdade, eles vão ter que ter consentido com essa venda e vão integrar a classe que vai aprovar a venda. Aprovada a venda, o que se quer é evitar que, depois, possam reclamar contra o novo empresário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não quero criar polêmica. Mas ficou claro o ponto de vista de V. Exª agora. Isso já diz respeito àqueles que não estão na empresa...

O SR. SÉRGIO CAMPINHO – Que não estão na empresa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – ...e que são credores trabalhistas.

Concedo a palavra, agora, por ordem de inscrição ao Senador Garibaldi Alves Filho, mas antes, quero ressaltar a presença aqui do ilustre Relator do projeto na Câmara dos Deputados, Deputado Osvaldo Biolchi, que está aqui para colaborar, e a quem concederei a palavra logo mais se desejar.

Eu pediria ao Deputado Osvaldo Biolchi que tomasse assento à Mesa ou aqui à frente, o que nos honraria muito.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, em virtude de, antes dessa reunião, ter que estar presente também na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, de que sou membro, com a presença do Ministro Márcio Thomaz Bastos, não pude acompanhar detidamente as exposições. E vou fazer uma pergunta específica ao Dr. Luiz Antonio, que é o representante da Confederação Nacional da Agricultura, porque já foi tratado o assunto pelo Senador Ney Suassuna.

Esse problema inclusive foi abordado também por V. Sª em sua exposição, e V. Sª tratou como semântica essa definição entre produtor rural e empresário. E há uma preocupação de que o produtor rural termine por não se enquadrar, não se beneficiar com o que está disposto na lei que trata da recuperação das empresas e do regime de falência. Também tivemos que nos debruçar com relação a esse problema aqui na reforma tributária, porque o produtor rural e o presidente da confederação, Dr. Antonio de Salvo, também esteve envolvido nessa discussão.

Eu gostaria de saber concretamente qual a sugestão da CNA para uma melhor adequação dessa situação, desse problema semântico, como disse V. Sª, qual seria a melhor adequação?

O SR. LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO – Como normalmente acontece em várias legislações, pode-se estabelecer um sistema de glossário onde se encontra uma palavra que defina a reunião de todos aqueles que são atingidos no mesmo artigo.

Um exemplo aqui: tem-se utilizado muito a expressão devedor. O devedor aqui atinge todos eles. Porque ela é uma lei dirigida a quem está devendo, porque trata de recuperação judicial e trata de falência. Então os sujeitos passivos dessa relação são sempre um devedor. É um termo que tem sido utilizado. Essa necessidade surge porque o artigo 1º diz para quem ela se destina: sociedade empresária, sociedade simples e do empresário.

Em momentos, alguns artigos vêm dizendo: atinge à empresa e ao empresário, mostrando que está pegando os dois. Alguns artigos se referem ao devedor, também dizendo que é o entendimento que se destina a todos os devedores. Em outros momentos, alguns artigos se referem exclusivamente à empresa. Ela estabelece: vendida a sede da empresa.

Bom, devo entender que a sede da empresa é a sede do empreendimento ou é a sede apenas quando é empresa organizada sob forma de pessoa jurídica, sociedade anônima ou limitada ou outra forma. Essa é a nossa inquietação. Ela pode parecer de somenos importância, mas V. Exª está levantando essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Luiz Antonio, vou pedir licença a V. Sª porque essa é uma questão de interpretação. E como se encontra presente aqui o ilustre relator da matéria na Câmara dos Deputados, eu lhe devolveria a palavra.

O Dr. Osvaldo Biolchi, que trabalhou tanto neste projeto, que é convidado da Comissão de Assuntos Econômicos para todas as audiências aqui realiza-

das para que ele possa tentar uma explicação sobre o verdadeiro sentido do projeto, tal qual veio da Câmara, nessa parte objeto da indagação do Senador Garibaldi Alves.

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meus ilustres assessores de imprensa, na verdade nos preocupamos sempre com a pessoa física também dos agricultores. Tanto é verdade que o enunciado da proposta diz: "Esta lei regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídica...". Depois, no Plenário da Câmara, por sugestão de emendas, retiraram o termo "pessoas físicas". Por isso o texto é incompleto, Senador Garibaldi. Precisamos voltar ao anterior, que institui e regula a recuperação judicial, a extrajudicial, a falência da sociedade empresária, da sociedade simples, do empresário e da pessoa física que exerça atividade econômica. Creio que se inserirmos essas expressões o texto da lei ficará bem disposto e claro. Até porque conceitua ao final quem são os que não poderão requerer falência.

Até estranhei quando o representante da CNA não falou da sociedade cooperativa, à qual não se aplica essa lei. Na verdade vinha aplicando-se sempre. No apagar das luzes, como se diz na gíria, os Deputados que formam a Frente Parlamentar da Agricultura na Câmara dos Deputados vieram ao meu gabinete e não impuseram, mas pediram: "Deputado Biolchi, vamos associar a cooperativa à proposta de recuperação?" Qual seria a razão? A razão deles – que tem e não tem fundamento, a meu ver – é que a maioria das sociedades cooperativas são de responsabilidade ilimitada. Tinham receio, então, que numa eventual recuperação os credores iriam mexer com o patrimônio dos associados.

Eu penso, em primeiro lugar, que essa sociedade ilimitada está limitada ao produto. Em segundo lugar, na prática – advoguei nessa área durante aproximadamente 20 anos –, conheço apenas o caso da Coopave, no Rio Grande do Sul, em que os bancos tentaram buscar os recursos dos agricultores. Fora disso, a recuperação judicial é a maneira de salvarmos esse organismo verdadeiramente social que é a empresa. Posteriormente falaremos sobre falência, mas não admitimos em hipótese alguma que o País continue no estado em que está atualmente. De cada dez casos de concordatas preventivas, o juiz se vê obrigado a decretar a falência em oito. Está na hora de isso terminar definitivamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Indago ao Senador Garibaldi Alves Filho se está satisfeito.

Eu gostaria de dar um esclarecimento, porque estou estudando a matéria e já está na hora de emitir opiniões, embora tenhamos outras audiências. Ouso divergir de todos. Considero o texto bom, porque o art. 1º diz: "Empresário que exerça..." Não especifica o empresário; trata de todos, como o empresário rural. Tanto que no parágrafo um ele exclui da falência o agricultor que explore propriedade rural para fins de subsistência familiar. Agora precisamos conceituar o que é subsistência familiar. Não sei se esse tema cabe na Lei de Falências ou não, mas é objeto da preocupação da CNA, e penso que é justo.

O Senador Garibaldi Alves Filho já encerrou?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, há a necessidade, em um determinado artigo, de se colocar o termo "pessoa física". Foi apenas disso que tratou o Deputado Relator?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos analisar. Seria, então, uma emenda de redação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sim. Talvez uma emenda de redação possa resolver.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Anotarei a sugestão para apreciá-la posteriormente.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores expositores, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-los pela brilhante exposição que veio clarear ainda mais os debates que estamos promovendo aqui a respeito do assunto.

Não sou especialista no assunto, mas meu Estado sofre enormemente com a questão da Parmalat e isso me fez acompanhar de perto e buscar uma solução nessa direção.

Fiz quatro observações, a primeira em relação à pequena e microempresa, no que concordo com o representante da Federação do Comércio que é a diferenciação em relação à pequena e microempresa é fundamental e importante.

Gostaria de reafirmar também a observação do Sr. Luiz, representante da CNA, porque, na reforma tributária, tivemos exatamente essa discussão e creio que não custa nada deixar isso muito claro, uma vez que a característica do produtor rural é muito específica.

Sr. Presidente, gostaria que V. Exª observasse isto: o nosso Estado que é um Estado produtor, é preciso que essa questão seja muito clara.

Em relação à recuperação judicial, quando o representante da Confederação do Comércio diz que alguns credores terão que ter os créditos preferenciais, qual seria esse instrumento para os créditos preferenciais, uma vez que a coisa fica muito aberta e isso poderia gerar privilégio?

Por último, a recuperação judicial em relação à sucessão. O Presidente tem dito isso com muita clareza, e eu continuo com a mesma dúvida em relação à sucessão, para que ela não venha a gerar fraudes. Quando o representante da CNI fala da questão do plano, gostaria de saber se ao fazer esse plano... Naturalmente, esse plano demanda um pacto. Esse pacto envolve também demissões, priorização de créditos. Como é que o senhor vê isso de forma a que não haja fraudes?

Essas são as observações que faço da exposição que ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Lúcia Vânia, V. Exª se dirigiu a mim de forma carinhosa e agradeço. Essa questão da agricultura, da subsistência familiar, já há um conceito definido, parece-me, que na lei previdenciária. Vou examinar melhor. Fala que se deve entender por unidade produtiva familiar a não existência de empregados; há qualquer coisa lá que merece, realmente, um estudo melhor por parte do relator dessa matéria.

Terei o maior cuidado nisso porque, como V. Exª falou, é o nosso dia-a-dia na economia de Goiás, de Mato Grosso do Sul, dos Estados do Centro-Oeste, e diria que de todo o Brasil.

Concedo a palavra a S. Sª.

O SR. CÁCITO AUGUSTO DE FREITAS NETO – Respondendo à ilustre Senadora, quando se trata de recuperação judicial, aliás, quando se trata de recuperação de empresa em geral, tanto a extrajudicial como a judicial, a estrutura básica dela, o ponto básico dessa recuperação é justamente a liberdade de recompor todo o seu passivo. Na extrajudicial você o faz de forma plenamente acordada com todos os seus credores. Ou seja, credores até com garantia real ou credores privilegiados poderiam, no esforço de recuperar aquela empresa, abdicar da sua preferência, recompor o passivo de forma a garantir que aquela empresa consiga alcançar a superação dos seus problemas financeiros.

Na extrajudicial, um plano apresentado é proposto ao Judiciário e aos demais credores, também uma reformulação ampla do passivo. A única exceção é quanto aos créditos de natureza trabalhista, cujo prazo é de um ano para serem quitados, mas em todo o resto há uma amplitude infinita de renegociação.

O problema é quando propusemos que à micro e pequena empresa fosse aplicada a figura da concordata modernizada – porque a concordata é um instituto muito mais simples do que a recuperação; a recuperação, no nosso entender, deve ser reservada para casos de maior complexidade onde realmente precisa haver uma reestruturação da empresa e não apenas de questões de natureza financeira momentânea.

Na modernização da concordata, precisamos trazer o elemento básico da reestruturação de preços. Não podemos trazer todos, porque, senão, complicamos a concordata, mas a idéia básica da recuperação de uma empresa, que é a possibilidade de se manobrar o seu passivo, deveria ser incorporada à concordata. E como propusemos isso? Propusemos que, na concordata – como disse o Dr. Campinho, um benefício legal altamente engessado, em que se analisam os pressupostos e a que a lei atribui uma manobrabilidade muito pequena – , fosse possibilitado ao devedor concordatário apresentar concordata, porque esta continuará atingindo todos os créditos quirografários, mais o tributário, que é a proposta – como eu havia dito aos senhores, créditos quirografários são fornecedores por excelência – ; que se priorizassem esses fornecedores, ou seja, que se identificassem, nesse rol, quais seriam os fornecedores essenciais ao funcionamento da atividade; que isso fosse apresentado ao juiz – obviamente, ouvido o Ministério Público, para não haver privilégios inconcebíveis – ; e que se fixasse, preferencialmente, a ordem de pagamento ou a ordem de prioridades para atender as necessidades, de forma a continuar a empresa funcionando – nesse ponto foi que citei o caso da Parmalat.

O caso da Parmalat é típico por causa disso. A Parmalat tem milhões de credores, tem diversos fornecedores, desde fornecedores de leite, fornecedores de aditivos, de corante, de papel, de papelão, material de escritório, etc. Todos esses são credores quirografários, mas são credores sem preferência.

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS) – O leite é preferencial, pois é crédito rural.

O SR. CÁCITO AUGUSTO DE FREITAS NETO – Por causa da cooperativa, é verdade.

Embora tenha o Deputado feito a ressalva, quando se trata de créditos quirografários iguais, em uma empresa comercial, por exemplo – mudando, então, o caso – , é preciso que o fluxo de fornecimento de determinadas mercadorias, serviços, bens e matéria-prima, continue firme, de forma a poder recuperar uma empresa. Na forma como existe hoje, a concordata trata todos os credores quirografários de forma única, igual. Não tenho como priorizar e pago todos da mesma forma, no mesmo momento, segundo o plano de concordata.

Então, a idéia é permitir apresentar o plano alternativo, se isso for viável para a empresa – caberá ao devedor concordatário entender se é ou não possível, se vale ou não a pena apresentar um plano alternativo – , justificar esse plano alternativo e fazer as provas

referentes àquela preferência, que é necessária para dar continuidade à empresa. Foi nesse sentido.

Na verdade, quando se trata de recuperação judicial, essa possibilidade de criar mecanismos é quase infinita, para salvar outros créditos trabalhistas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, não há mais nenhum Senador inscrito.

Concedo, por deferência e para honra nossa...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem, eu queria só uma palavra da CNI em relação à sucessão, para deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Trata-se daquela questão que já foi levantada. Veja V. Sª que a questão já está agitando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Em primeiro lugar, temos que ressalvar que a preferência absoluta dos créditos trabalhistas está assegurada em lei (art. 11, inciso I). Isso sempre foi um conceito defendido pela confederação.

O plano de recuperação apresentado pelo devedor será submetido à assembléia de credores, que pode aprová-lo ou modificá-lo. Essa assembléia, nos termos do art. 40, é integrada por três classes: classe I, dos trabalhistas; classe II, direitos reais de garantia e privilégios especiais; e classe III, privilégio geral e quirografário. Portanto, qualquer plano terá necessariamente que passar pela aprovação dessa categoria "credores trabalhistas", cujo pagamento, qualquer que seja modalidade que venha a ser definida no plano, terá prioridade absoluta.

Por isso, entendemos que, no caso, não haveria margens à fraude, na recuperação judicial, porque já está garantido, em primeiro plano, o pagamento do crédito trabalhista, e qualquer forma de recuperação para gerar recurso para que esse crédito seja pago terá que ser aprovado pela sua classe.

Apenas chamamos atenção – porque isso não ficou muito claro no projeto e parece que poderíamos evoluir – no sentido de também participarem dessa deliberação, dessa assembléia para a recuperação, não só os credores trabalhistas **stricto sensu** – aqueles que já não estão mais, em regra, na empresa –, mas também os empregados, porque estes serão os maiores interessados em aprovar o plano de recuperação, porque, com isso, vão conseguir manter os seus empregos. Penso que foi isso que não ficou conceitualmente ainda muito bem desenhado no projeto. Pode até haver gêneros trabalhistas antagônicos: os ex, que vão querer liquidar, e os atuais, que querem manter, recuperar. Porém, o efeito da sucessão que estamos defendendo é só em relação aos antigos, ou seja, se alguém comprou a empresa, aquele dinheiro reverteu-se para pagamentos dos créditos, e os trabalhistas recebem em primeiro lugar; que não persigam, depois, qualquer outro eventual direito não satisfeito em relação ao novo adquirente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço à assessoria que anote, a meu ver, a mais importante contribuição que analisaremos aqui: o art. 40 para detido estudo por parte da Relatoria.

Senadora Lúcia Vânia está satisfeita? (Pausa.)

Percebo que não há mais perguntas a serem formuladas.

Quero dar a palavra ao Relator do projeto na Câmara dos Deputados, para que, tendo em vista as considerações que foram aqui feitas e outras que estão sendo feitas, S. Exª rapidamente diga alguma coisa que possa nos ajudar.

O SR. ÓSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS) – Quantos minutos disponho? Desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª é um Parlamentar! Quero dizer que há matérias importantes a serem debatidas, mas acredito que V. Exª entende que é importante a brevidade e, ademais, V. Exª tem livre acesso à Relatoria do Senado, que não pode prescindir da sua colaboração na elaboração do relatório que vai apresentar.

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS) – Lógico que é uma proposta complexa, pois se trata de 224 artigos, e nenhum Relator do Senado seria louco de dizer: "É perfeito". Eu daria nota 7 para a proposta.

Hoje, aliás, quero me congratular com V. Exª, Sr. Presidente, e com os expositores, que atacaram os pontos nevrálgicos que precisamos mudar.

Há questões, por exemplo, como a primeira. Não estou conformado comigo mesmo no sentido de que as cooperativas fiquem fora dessa recuperação, porque lá, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, as cooperativas faliram extrajudicialmente, e quem enriqueceu? O liquidante. Existem cooperativas no Estado do Rio Grande do Sul que, hoje, devem 10, 20 milhões de crédito tributário. Não entraram no Refis porque não têm condições de cumprir com os compromissos, entretanto estão recolhendo R$100 mil, R$200 mil por mês rigorosamente, eu diria até religiosamente. Estão em dia as atuais administrações e têm direito de serem recuperadas.

Mas quero voltar ao art. 7º, § 8º, que trata, Srs. Parlamentares, do crédito fiscal.

Creio que tivemos grandes avanços em relação a esse projeto. Em primeiro lugar, a não-sucessão tributária deve constar da atual administração. Em segundo lugar, a sujeição dos créditos fiscais e, em princípio, as regras da recuperação. E o terceiro ponto importante também de se mencionar é a equiparação do credor hipotecário com os créditos fiscais. Quero dizer a V.

Exªs que, diz 15 de outubro, a Câmara dos Deputados aprovou essa proposta. No dia 14 à noite, houve suspensão do Plenário, porque a proposta que vinha do Palácio era que os credores, restringidos às instituições financeiras, seriam equiparados um por um, e a Oposição brigou tanto que conseguiu – PSDB, PFL e também ajudamos – tirar esses termos e abrir os horizontes. Creio que isso foi um avanço. Entretanto, eu estava atento, Dr. Campinho – aliás, o Dr. Campinho é um brilhante advogado, e a sociedade brasileira deve-lhe uma grande contribuição pelo trabalho que nos ajudou a elaborar – , porque o art. 40 não é uma previsão dos créditos fiscais, porque o art. 7º, § 8º dizia assim: "As execuções de natureza fiscal não são afetadas por deferimento da recuperação judicial. **Stop**! Aí minha briga foi no Palácio e consegui, ressalvada a concessão de parcelamento, nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica.

Nós precisamos alterar, Srs. Senadores, esse parágrafo. Nós precisamos alterar o art. 60, apesar dos avanço, que admite a possibilidade de parcelamento. V.Exªs precisam – desculpem-me a maneira de me expressar – alterar a lei complementar em outro crédito ou em crédito tributário. Precisamos voltar ao que o Ministro Antonio Palocci Filho garantiu lá, no café da manhã, na casa do Presidente da Câmara dos Deputados, com a presença de 14 Líderes, que o crédito fiscal fica sujeito à recuperação tanto quanto um outro. Vou repetir: o crédito fiscal fica sujeito não a uma lei própria, ordinária, um formato que venha do Palácio ou que venha lá de cima. Três anos ou quatro anos cinco anos. Existem empresas hoje que devem R$200 milhões e devem R$10,190 milhões para o crédito fiscal, os Estados, os Municípios e a União especialmente, e devem R$10 milhões com os outros fornecedores. Estão em dia com a casa. Então, precisamos alterar e nos sujeitar.

Eu me lembro que uma das primeiras audiências públicas das inúmeras que fiz – perdi a contagem – neste País: só em São Paulo mais de cem para que V.Exª tenham uma idéia. Lá no Paraná, um advogado do Banco do Brasil me falou: "Deputado Biolchi, por que V. Exª está defendendo com tanta rigidez, com tanta vontade o crédito fiscal, se os Municípios, os Estados, a União, especialmente, nada colocam nas empresas, só querem impostos?

Então, recebi 24 votos contra na Câmara – dezoito do PT. As críticas que eu ouvi hoje são procedentes, mas, quanto à maneira de vermos, dá preferência ao pequeno trabalhador que vive esmolando. Mas não entendo e disse naquela época a um advogado do setor jurídico do Banco do Brasil e ele comentou: "O senhor tem razão". Então, precisamos sujeitar o crédito fiscal à paridade dos demais.

Eu gostaria que os representantes do Palácio do Planalto que estão aqui e os advogados que estão aí da Fazenda voltassem a convencer o Ministro da Fazenda. Estive lá esses dias. Vamos juntos, Sr. Relator. Quem sabe, vamos nós dois lá tentar demovê-los das idéias.

Por que sujeitar? A empresa, Exªs, é um organismo. Lá na Itália, os italianos já deram o exemplo. A empresa pertence à sociedade. Por isso, o juiz de qualquer momento pode afastar os próprios gerentes. Por isso que nós, no art. 59, determinamos que os indícios de fraudes são suficientes para o afastamento da gerência da direção da empresa.

Nós precisamos saber distinguir, como distinguiram o falecido Nelson Abrão, Rubens Requião e outros, a empresa do empresário. É importante dizer isso.

Então, esses débitos fiscais devem permanecer sujeitos, como os outros, até porque a empresa vai continuar a gerar impostos. Estes, sim, são preferenciais, extraconcursais, como nós o denominamos.

Um Senador, que parece que já saiu, antes mencionou que todos os Estados têm aquele banco de fomento. Por que não abrigar?

A Banca Statale di Itália, que conheço um pouco, porque sou de origem italiana, – e quero dizer que este projeto não foi comprado nem da Itália, nem de pais nenhum. O Brasil está vivendo um momento **sui generis,** próprio. Um trilhão quase de passivo fiscal entre União, Estados e Municípios – é essa sobrecarga que as empresas devem. Então, não existe lá na Argentina ou em outras nações a sujeição de créditos fiscais ao sistema da recuperação. A nossa recuperação vai ser a melhor do mundo.

Para concluir, estabelecemos no art. 12 que todas as obrigações sujeitas, após o deferimento da recuperação judicial, são consideradas créditos extraconcursais. Quer dizer, novos aportes de bancos e especialmente fornecedores, uma eventual falência que o juiz vai decretar a frente não estão sujeitas à falência, de jeito nenhum. Vão receber antecipadamente o credor, até o trabalhista que está aí, ou o hipotecário e assim por diante.

Por falar em falência, acho que temos duas grandes mudanças, porque uma foi atacada, três pontos fundamentais para descaracterizar aquela cobrança danosa: "Vou cobrar, porque o processo de execução vai ficar tramitando por dez anos; vou cobrar, requerendo a falência, porque em 24 horas o devedor vai pagar."

Lembro-me de um amigo meu que, lá no passado, me disse: "Olha, Biolchi, requeri mil falências." "Puxa,

mil?" "Mas só foram decretadas oito, porque eu deixo meu cartãozinho lá na Vara e vou para o hotel, o devedor me procura e eu acompanho com ele."

Então, por essas razões, argüimos o quê? Em primeiro lugar, precisa-se de três protestos, novos; em segundo lugar, R$10 mil para credor de grandes e médias empresas ou R$5 mil para microempresas, e terceiro ponto fundamental, lá nos finais, o art. 82, letra **f,** § 2º: "no momento em que alguém requer a falência do devedor, ele poderá, se demonstrar ao juiz, requerer a sua recuperação judicial."

Então, é importante esse ponto, vamos liquidar com as falências. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, para concluir mesmo, é que, hoje, só poderão ser vendidos os bens deterioráveis, isto é, os bens que se estragam e perecem, em face da concordata. Por isso, não admitimos concordata suspensiva à frente. Por quê? Porque os bens poderão ser vendidos logo, após a arrecadação. Dentro dos primeiros 30 dias, deverão ser vendidos os bens, para que outro credor possa adquirir a massa falida e a empresa possa ser aberta com, no mínimo, o mesmo número de empregados. Ponto número um.

Segundo, por isso criamos a sucessão tributária. A sucessão trabalhista, é verdade, eu havia inserido e foi retirada. Com a sucessão trabalhista nada se perde, por quê? Se hoje o credor tem dois anos, três ou quatro para ajuizar a trabalhista; ele vai ajuizar imediatamente, vai ter uma cultura diferente.

Terceiro ponto, que eu estava colocando antes para os senhores: com a venda dos bens, podemos dar continuidade à empresa.

Sou literalmente contra a falência, sou literalmente contra àqueles que dizem que as más gestões devem falir. Não devem falir coisa nenhuma. As más gestões devem ser afastadas das empresas definitivamente, como os italianos fizeram, e nós estamos aguardando, com muita ansiedade, a medida provisória, que não é nada contra o art. 62, que vai salvar não a Parmalat, mas as empresas em crise no Brasil.

Às vezes, tenho comentado com o Relator que é impossível se querer votar logo essa lei, porque é muito complexa. Ponto um.

Ponto dois, o último dispositivo prevê que 180 dias após a sanção a lei entrará em vigor.

Então, vamos tentar mudar alguma coisa, alguns artigos da Lei da Concordata, para, na prática, exercermos essa nova conceituação da recuperação das empresas no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência agradece a inestimável colaboração dos senhores expositores, representantes da Confederação Nacional do Comércio, da Indústria, da Agricultura, bem como a presença, sempre bem-vinda, do ilustre Deputado, Relator da matéria na Câmara dos Deputados, que já está convidado a comparecer a todas as audiências públicas que esta Comissão realizar. A próxima será na quinta-feira.

Srªs e Srs. Senadores – se os senhores quiserem nos dar a honra da presença, tudo bem – , vamos entrar, agora, em outra matéria, de transcendental importância.

Temos três requerimentos, todos versando sobre o mesmo assunto:

O primeiro é encabeçado pelo Senador Gerson Camata e subscrito por mais outros 26 Senadores, se contei acertadamente o requerimento; outro, subscrito pela Senadora Ana Júlia Carepa e o terceiro, do Senador Eduardo Suplicy, todos eles objetivando uma audiência pública por parte da Comissão de Assuntos Econômicos, referentemente à decisão do Cadê quanto à compra feita pela Nestlé da Garoto, empresa tradicional do Espírito Santo.

O Senador Gerson Camata requer, de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais, a convocação do Exmº Sr. Ministro de Estado da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, e convidados o Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, Dr. João Grandino Rodas, os Conselheiros do CADE, Dr. Thompson Almeida Andrade, Dr. Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, Dr. Fernando de Oliveira Marques, Dr. Cleverland Prates Teixeira, Dr. Luiz Alberto Esteves Scalopp, o Governador em exercício do Estado do Espírito Santo, Dr. Wellington Coimbra, o Secretário de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, Dr. Júlio Bueno, o ilustre Secretário de Agricultura do Estado capixaba, Dr. Ricardo Ferraço, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentos, Srª Linda Morais, o ilustre diretor jurídico da Nestlé do Brasil S/A, Dr. Humberto Macabelle, o diretor de assuntos corporativismos da Nestlé S/A, Dr. Carlos Roberto Face, para, em reunião desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, prestar informações sobre a contratação de pessoal temporário para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, prevista pela Medida Provisória nº 136, de 2003, e as condições de prestação de suas funções institucionais, cuja relevância exemplifica-se pela recente decisão sobre a aquisição da totalidade do capital social da Chocolates Garoto S/A pela Nestlé do Brasil S/A, conforme consta da justificação da medida provisória citada.

O requerimento da Senadora Ana Júlia é também no sentido de realização de audiência pública; porém, a ilustre Senadora pede apenas a presença

do ilustre Presidente do CADE, Dr. João Grandino Rodas, do relator do processo no âmbito do CADE, Dr. Thompson Andrade, um representante da empresa Nestlé, um representante do Instituto de Defesa do Consumidor, Idec.

Há um requerimento do Senador Eduardo Suplicy, também nos mesmos termos, mas pedindo audiência do Presidente do CADE, Dr. João Grandino Rodas, do relator da matéria, dos demais conselheiros, e da Procuradora-Geral do CADE, Drª Maria Paula Dallari.

Esta Presidência, antes de submeter à consideração dos eminentes conselheiros a matéria, quer esclarecer que entende esse assunto como de transcendental importância, matéria privativa inclusive sob certo aspecto do Senado da República. Como está em tramitação no Congresso Nacional, tendo sido aprovada aqui na Casa, matéria referente ao CADE, que é a contratação de pessoal, ora em tramitação na Câmara dos Deputados, esta Presidência legal o requerimento e o submete à apreciação, em primeiro lugar, quanto à necessidade da audiência pública.

Peço ao Senador Gerson Camata que nos permita, tendo em vista a urgência requerida por S. Exª, que façamos isso na quarta-feira, amanhã. Tendo havido entendimento com o Ministério da Justiça, substitua-se a presença do ilustre Ministro da Justiça, por sugestão do próprio Ministro, conforme palavra de S. Exª ao Senador Gerson Camata – isso me foi transmitido pelo Senador Gerson Camata, estou sendo fiel à matéria – pelo Dr. Daniel Goldemberg, Secretário do Direito Econômico.

Entendo que amanhã mesmo poderemos, caso os requerimentos sejam aprovados, ouvir o Presidente do CADE, o relator da matéria no CADE, o representante da Nestlé, o representante do Instituto de Defesa do Consumidor e o Governo do Espírito Santo, por intermédio do Governador ou do Secretário de Agricultura.

O SR. GERSON CAMATA (S/PARTIDO – ES) – Sr. Presidente, o Governador do Estado viria como convidado e, com S. Exª, os Secretários de Agricultura e o do Desenvolvimento Social do Estado, além da Presidenta do Sindicato das Indústrias Alimentícias, que é quem está correndo maior risco de perder...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O comparecimento e a oitiva vamos fazer de um representante de cada e, se der tempo, concederemos a palavra aos demais.

Em razão disso, peço à Secretaria que verifique o que está registrado em nossa fala e o que está aqui para que proceda **incontinenti**, via telefone, os convites. Vejam bem: não se trata de convocação. Trata-se de um esforço gigantesco do Senado da República, por intermédio da Comissão de Assuntos Econômicos, envolvendo um Estado da Federação brasileira, no caso, o Estado do Espírito Santo. Permito-me dizer que o assunto transcende ao Estado do Espírito Santo. Promoveremos ainda amanhã esse encontro, caso os requerimentos sejam aprovados na forma como estão propostos. Coloco o requerimento ou os requerimentos que estão apensados, são três, dois deles apensados ao requerimento do Senador Gerson Camata, em votação. (Pausa.)

Aqueles que concordam, permaneçam...

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra para encaminhar.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido – ES. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, primeiramente, agradeço a pronta disposição de V. Exª em possibilitar um debate aberto, público, de problema tão grave para a economia do Espírito Santo. Também quero dizer que conversei com o Senador Eduardo Suplicy, que sugeriu à Procuradora do Cadê. No entanto, o Ministro da Justiça indicou o Dr. Daniel Goldberg – a assessoria de S. Exª esteve aqui o representando. Conversei com a Senadora Ana Júlia Carepa, que tem uma outra sugestão, que pode ser incorporada. Acredito que se essa audiência demorar muito, se estender até a hora da Ordem do Dia, ela será tanto mais esclarecedora e melhor, porque já temos, por exemplo, companheiros da bancada do Espírito Santo requerendo a CPI do Cade. Não queremos brigar com o Governo, e, sim, resolver o problema. Aqui faço um parêntese: não estou defendendo a Garoto nem a Nestlé. Defendo a economia do Espírito Santo, os três mil empregos diretos e os oito mil empregos de fornecedores, que estão em jogo, aliás, em uma época bastante difícil de encontrar emprego. Sr. Presidente, na Garoto, mais da metade dos trabalhadores são mulheres. Arranjar emprego hoje, as mulheres sabem disso, sem uma grande qualificação profissional, é muito difícil. O nosso objetivo é esse. O Espírito Santo agradece a V. Exª a defesa que tomou de um problema que é muito grave para o Espírito Santo, mas pode tornar-se mais grave ainda para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Gerson Camata, a Comissão de Assuntos Econômicos só não fará o que for anti-regimental. Chegada a hora da Ordem do Dia, teremos que parar a reunião, porque consta no Regimento. Salvo se houver uma deliberação da maioria, o que não acredito. Creio que se começarmos às 9h30min, vamos conseguir ouvir a todos. V. Exª há de concordar comigo: é preciso ouvir o Governo do Espírito Santo, na pessoa do seu Go-

vernador ou na de Secretário ou na de quem S. Exª indicar. Também é preciso ouvir o presidente do Cadê, porque ele é responsável pelo órgão e emitiu voto contrário. É necessário ouvir o presidente do Cadê; mas se ouvirmos todos os conselheiros do Cade não vamos chegar lá. Acho importante também ouvir alguém que represente o consumidor e o Ministério da Justiça, que estará representado pelo Ministério do Desenvolvimento Econômico. Faremos isso como ordem prioritária. Assim sendo, pergunto a V. Exª se concorda com isso. Se, porventura, outras pessoas estiverem aqui, poderão, democraticamente, participarem, dentro de um critério de bom senso. Esses são os convites que a Mesa fará no sentido de que o Ministério da Justiça, o Cade, que faz parte do Ministério da Justiça, o Governo do Espírito Santo, a Nestlé e consumidores, sejam ouvidos.

Percebo que o Senador Efraim Moraes tem algo a acrescentar.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Gostaria de parabenizar V. Exª pela condução do processo. A Oposição concorda plenamente com que está sendo tomada nesta Comissão, sob o brilhante trabalho de V. Exª.

Parabéns.

Estamos à disposição. Votaremos favoravelmente ao requerimento, para que possamos amanhã, o mais rápido possível, discutir essa matéria, que é do maior interesse. Manifesto a nossa solidariedade ao Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Gerson Camata, quem sabe da diligência de V. Exª e dos demais Senadores do Espírito Santo em defesa dos interesses daquele Estado não poderia esperar outra atitude que não essa que V. Exª está tomando junto com toda a bancada do Espírito Santo.

Meus cumprimentos a V. Exª, Senador Pavan. Agradeço a V. Exª pela gentileza da presença. É sempre uma honra tê-lo conosco.

Senadora Lúcia Vânia, indago se V. Exª tem algo a acrescentar.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Cumprimento V. Exª pela agilidade com que tomou a atitude em relação ao assunto e o Senador Gerson Camata pela iniciativa. Todos nós goianos e todos nós Senadores estamos solidários a essa situação por que passa a Espírito Santo. Portanto, receba os nossos cumprimentos, a nossa solidariedade e a nossa presença no debate.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Amanhã, os convites serão feitos a partir das nove horas e trinta minutos.

Agradeço a todos, inclusive à imprensa falada, escrita e televisionada, que tem prestigiado bastante a Comissão de Assuntos Econômicos.

Até amanhã, se Deus quiser.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h37min)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Oitava Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em onze de fevereiro de 2004, às 09:30 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e um minuto do dia onze de fevereiro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Serys Slhessarenko, Magno Malta, Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Gerson Camata, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Leonel Pavan e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Saturnino, Mão Santa, Jorge Bornhausen, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, inicia-se a reunião, tendo como objetivo, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que "regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências", em virtude da aprovação do Requerimento nº 11-CAE/04, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, ouvir o Presidente do CADE, Dr. João Grandino Rodas, o Relator do processo no âmbito do CADE, Dr. Thompson Andrade, um representante da empresa Nestlé, e um representante do Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC, do Requerimento nº 12-CAE/04, de autoria do Senador Gerson Camata, ouvir o Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Dr. João Grandino Rodas, os Conselheiros do CADE, Dr. Thompson Almeida Andrade, Dr. Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, Dr. Fernando de Oliveira Marques, Dr. Cleveland Prates Teixeira, Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe, o Governador em exercício do Estado do

Espírito Santo, Dr. Welington Coimbra, o Secretário de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, Dr. Julio Bueno, Secretário de Agricultura do Estado do Espírito Santo, Dr. Ricardo Ferraço, a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentos, Sra. Linda Moraes, o Diretor Jurídico da Nestlé Brasil S/A, Dr. Humberto Maccabelli, o Diretor de Assuntos de Coorporativismo da Nestlé S/A, Dr. Carlos Faccina, e do Requerimento nº 13-CAE/04, o Presidente da Autarquia, Dr. João Grandino Rodas, o conselheiro e relator da matéria, Dr. Thompson Almeida Andrade, os demais conselheiros e a Procuradora Geral do CADE, Dra. Maria Paula Dallari Bucci. A Presidência solicita os convidados para se sentarem à Mesa. Usa da palavra o Senador Aelton Freitas que comunica o recebimento do Ofício do Ministério da Justiça informando a impossibilidade do comparecimento do Sr. Daniel Krepel Goldberg na Audiência Pública Em seguida, o Presidente convida o Sr. Max Freitas Mauro Filho, Prefeito de Vila Velha-ES, para sentar-se a Mesa. A Presidência passa a palavra ao Sr. Welington Coimbra, Vice-Governador de Espírito Santo, para dar início a sua exposição. Em seguida, aos Senhores Thompson Andrade, Conselheiro e Relator do Processo no CADE, João Grandino Rodas, Presidente do CADE, ao Sr. Humberto Maccabelli, Diretor Jurídico da Nestlé. Usam da palavra para interpelar os convidados os Senadores Gerson Camata, Ana Júlia Carepa e o Senador Eduardo Suplicy, autores dos Requerimentos. Logo após, iniciam suas exposições os Senhores Carlos Faccina, Diretor de Assuntos Corporativistas da Nestlé e a Sra. Linda Moraes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia-ES. Usam da palavra para interpelar os convidados os Senadores Efraim Morais, Magno Malta e João Batista Motta. Em seguida, a Presidência concede a palavra por três minutos aos Conselheiros do CADE, Senhores Fernando de Oliveira Marques, Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer e Cleveland Prates Teixeira. Logo após, aos Senhores Júlio Bueno, Secretário de Desenvolvimento-ES, Ricardo Ferraço, Secretário de Agricultura-ES e ao Prefeito de Vila Velha-ES, Sr. Max Freitas Mauro Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, está aberta a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Esta reunião é extraordinária e está inserida no contexto da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. É uma reunião em decorrência do pedido de audiência pública, formulado por vários dos Srs. Senadores, principalmente da Bancada do Espírito Santo. Sua finalidade específica é tomar conhecimento e se inteirar das razões que levaram o Cade, órgão do Ministério da Justiça, a praticamente coibir ou ter findado ou ter determinado a venda pela Nestlé, num prazo de cento e vinte dias, da compra que fizera da empresa Garoto, localizada no Estado do Espírito Santo.

Peço escusa pelo fato de esta reunião estar começando com trinta minutos de atraso. Isso ocorreu porque atendi a requerimento de vários dos Srs. Senadores que pediram que ela começasse apenas às 10 horas, uma vez que estão presos ainda a outros compromissos.

Esta audiência pública contará com a participação do DD. Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade, Dr. João Grandino Rodas; do Dr. Thompson Almeida Andrade, que é Conselheiro do Cade; do Dr. Humberto Maccabelli, Diretor Jurídico da Nestlé S.A.; do Dr. Carlos Fati, Diretor de Assuntos de Corporativismo da Nestlé – estou anunciando as pessoas que aqui se encontram – ; do DD. Vice-Governador do Estado do Espírito Santo, no exercício do cargo de Governador, Wellington Coimbra; do Júlio Bueno, Secretário de Desenvolvimento do Espírito Santo; Ricardo Ferrasso, Secretário de Agricultura do Espírito Santo; Drª Linda Moraes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia do Espírito Santo; Marilena Lazarini, Coordenadora Executiva do Instituto de Defesa do Consumidor, Idec*, e o representante do Ministério da Justiça.

Volto a repetir o objetivo, a fim de discutir a decisão do Cade que reprovou a compra da empresa Chocolates Garoto pela empresa Nestlé S.A., determinando a desconstituição da aquisição nesta reunião. Tudo ocorre em atendimento aos Requerimentos aprovados nº 11, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, nº 12, de autoria do Senador Gerson Camata e outros Srs. Senadores, nº 13, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

Alguns dos senhores convidados já se encontram no plenário da Comissão. Convido para compor a Mesa, inicialmente, o digníssimo Governador em exercício do Estado do Espírito Santo, bem como o Diretor Presidente do Cade e o Relator da matéria no Cade, o Conselheiro Thompson Almeida Andrade; a Coordenadora da Defesa do Consumidor, se acaso estiver presente, o representante do Ministério da Justiça, se acaso tam-

bém estiver presente, a Srª Linda Moraes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia, do Espírito Santo. (Pausa.)

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Informo a V. Exª que ela ainda está no Rio, em conseqüência do mau tempo. Mas creio que chegará a tempo da nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Presentes estão outros Secretários do Governo do Espírito Santo. Caso desejarem, poderão fazer parte da Mesa os Secretários de Desenvolvimento e o da Agricultura.

Convidamos também um dos representantes da Nestlé para compor a Mesa.

Penso que as partes interessadas estão presentes.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES.) – Sr. Presidente, o Prefeito da cidade de Vila Velha, Max Filho, localidade em que está a fábrica da Garoto, objeto dessa discussão, não foi incluído no requerimento do Senador Gerson Camata, creio que por esquecimento. Assim sendo, fiz a solicitação a V. Exª, porque gostaria que o Prefeito fosse convidado para compor a Mesa e participar das intervenções.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Registro a presença do Prefeito de Vila Velha.

Peço à secretaria que providencie mais um lugar à Mesa, a fim de recebermos o Prefeito de Vila Velha.

Srªs e Srs. Senadores, é desnecessário ressaltar a importância da nossa reunião.

O Senado é a Casa da Federação. Esta Comissão de Assuntos Econômicos não é passiva, ao contrário, ela é atuante, no que diz respeito à defesa dos interesses do País. Aliás, esta Comissão não toma posições em favor de empresa A ou B. Os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos objetivam a defesa da Federação. Portanto, esta Comissão prima pela defesa dos maiores interesses do Brasil. Sendo a Comissão parte integrante do Senado Federal, ela tem a prerrogativa de defender a República e a Federação, portanto, não pode assistir, impassível, às decisões emanadas do Poder Executivo. Quando elas têm reflexos na sociedade, o Senado deseja esclarecimentos, e assim o faz para avaliar qual a melhor e a mais adequada solução para o País, ou, no caso de já ter sido adotada alguma solução, avaliar se é a mais adequada ou se há uma outra melhor que atenda ao País. Portanto, o Senado é imparcial, pois o nosso objetivo é defender os interesses do Brasil.

No caso, a representação do Espírito Santo sentiu-se altamente prejudicada com a decisão de um órgão do Poder Executivo. Como cabe ao Poder Legislativo fiscalizar os atos deste Poder, esta reunião tem conteúdo legal, e abre, penso eu, um momento diferente na história do Senado da República. Poucas vezes, depois que o Executivo toma uma decisão, o Senado procede à realização de uma audiência pública, evento de fundamental importância para todos nós.

Esse o nosso objetivo. Naturalmente as idéias serão divergentes. Mas esta Comissão, após ouvir as partes interessadas, formará um convencimento, que será levado ao conhecimento da Nação, de uma forma ou de outra. Esse encontro, portanto, é altamente democrático. O Brasil precisa e quer crescer, e esta Comissão quer ajudá-lo. Atualmente temos uma grande necessidade de gerar emprego, trabalho e renda. Vivemos em um mundo inteiramente globalizado, e o Brasil está consciente das suas responsabilidades, e esta Casa, mais que tudo, está participando e tem consciência dos seus deveres. Em prazo recorde, em 24 horas, atendemos aos apelos e ouvimos os reclames da Nação que ecoaram no Senado por meio da representação do Espírito Santo nesta Casa e de outros Estados da Federação. A Comissão, então, deliberou sobre esta audiência pública.

Vejo o elevado espírito democrático que está imperando na Nação brasileira. É altamente salutar e reconfortante ver que a Comissão de Assuntos Econômicos e o Senado, como não poderia deixar de ser, estão sendo reconhecidos, tanto é verdade que todas as pessoas convidadas por nós ou estão presentes ou estão a caminho para participar desta reunião menos de 24 horas depois de os convites terem sido formulados por telefone pela Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos – alguns deles foram formalizados por ofício após o contato telefônico.

Portanto, agradeço a todos aqueles que estão compondo esta Mesa ou aos que foram referidos por nós. Peço a todos que se sintam absolutamente em casa, porque esta audiência só tem por objetivo procurar conhecer as razões que fizeram, depois de três anos, o Cade concluir pelo desfazimento de um negócio que já vinha gerando direitos e obrigações.

Concederei a palavra, em primeiro lugar, ao Governador em exercício do Espírito Santo, que poderá falar ou delegar esse direito. V. Exª ficará inteiramente à vontade.

Esclarecerei as regras desta audiência pública para que ela seja bem democrática. Cada convidado terá direito a uma breve exposição, que pedimos seja objetiva. Depois, os Senadores, pela ordem dos que fizeram o requerimento e pela ordem de inscrição, terão a palavra por três minutos para proceder às indagações. Solicito ainda às Srªs e aos Srs. Senado-

res, como são vários os convidados, que formulem as perguntas no tempo regimental, três minutos, cabendo ao interpelante igual prazo para resposta. É claro que esses três minutos, nesta Casa, não são rígidos nem para o interpelante nem para o interpelado. De qualquer forma, o desejo de todos nós é que todos sejam objetivos.

O SR. JOÃO BASTISTA MOTTA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BASTISTA MOTTA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, justifico a ausência do Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Dr. Daniel Goldberg, que se encontra no exterior, mas que se coloca à disposição de V. Exª e desta Comissão para prestar qualquer esclarecimento. Agradecemos a todos a atenção para com a Comissão e para com esse assunto de tamanha relevância, justificando a ausência do Secretário Executivo do Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Temos de fazer, então, uma retificação. Não se encontra presente nenhum representante do Ministério da Justiça. A ausência foi justificada a tempo. Encontra-se presente o representante do Cade, o órgão responsável.

Concedo a palavra ao Governador em exercício do Espírito Santo.

O SR. WELLINGTON COIMBRA – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Senador Ramez Tebet, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados Federais, autoridades presentes, componentes da Mesa, senhoras e senhores, agradeço o convite para estarmos nesta Casa para audiência pública que debaterá decisão do Cade que vetou a confirmação da compra da Garoto pela Nestlé, fato que trouxe perplexidade ao nosso Estado e surpresa aos analistas econômicos e ao mercado brasileiro. Parabenizo o Senador Gerson Camata, autor da iniciativa, e os Senadores Magno Malta e João Batista Motta – que não se encontra presente – , pelo apoio. Agradeço aos outros Senadores que também colaboraram com a solicitação. Agradeço ao Sr. Presidente o empenho pela celeridade do processo. Aliás, essa deveria ser uma prática de todos os temas importantes da Nação, nos quais a celeridade estivesse presente e pudesse ser sua marca.

É com grande sentimento de responsabilidade que represento o povo do Espírito Santo nesta audiência pública, no exercício da interinidade do Governo do Estado, em substituição ao Governador Paulo Hartung, que se encontra em convalescença – já foi um dos Senadores desta Casa e, após 4 anos de exercício de mandato, elegeu-se Governador do Espírito Santo, exercendo com nossa equipe, com o apoio do nosso povo, o cargo de Governador do Estado, para grande orgulho nosso e da nossa população, pelo vigor e pela responsabilidade com que o interesse público passou a ser tratado a partir de janeiro de 2003.

Estar aqui substituindo-o e representando os capixabas é motivo de alegria, por estarmos vendo o grande interesse que a decisão do Cade despertou em todos, ultrapassando as fronteiras do nosso Estado por sua magnitude e por seu impacto.

O Presidente Ramez Tebet usou a expressão "inusitado desta reunião" e informava a primeira vez em que o Senado, por meio desta Comissão, discute uma atitude, uma decisão tomada por órgão do Poder Executivo. A importância desse fato é tão grande que essa reunião e seu inusitado pela ocorrência se fazem necessários. Considerando que esta Casa debate a Federação e que somos uma parte dessa Federação, uma parte dos Estados Federados que compõem a Nação brasileira, entendemos que inexiste assunto nacional, existe assunto federado que compõe o conjunto do nosso País, o conjunto da nossa Nação.

Acompanham-me nesta audiência pública o Secretário de Estado Júlio Bueno, de Desenvolvimento, o segundo a minha esquerda, e o Secretário Ricardo Ferraz, da Agricultura, o primeiro à minha esquerda.

Inicialmente, queremos ressaltar a importância de se ter uma política para defesa da concorrência no Brasil. Mas temos a compreensão de que a defesa do consumidor e do ambiente de concorrência em nosso País não podem servir de meros instrumentos para impedir que a necessária escala da economia em diversos setores seja compreendida e, mais do que isso, defendida como de interesse coletivo e de interesse do consumidor. A decisão do Cade parece-nos passar ao largo dessa questão e ainda nos traz grandes dúvidas em outros itens, cujas considerações faremos adiante.

Mesmo considerando esse fato que nos remete a analisar novos elementos da organização do espaço de defesa do consumidor, paira uma grande perplexidade, para alguns, espanto, com a decisão tomada pelo Cade, contrariando todas as expectativas que a antecederam, incluindo duas decisões de secretaria ligada ao Ministério da Fazenda e ao Ministério da Justiça, recomendando sua aprovação, mesmo que com restrições, embora saibamos todos que não cabe ao Cade obrigatoriamente acompanhar decisões de outras secretarias, assim como não acompanhou no caso dos fertilizantes, votado na mesma sessão da Nestlé, caso no qual restrições mais intensas foram recomendadas e não foram seguidas, as restrições foram mais brandas, também concentrando um setor

importante, que é o setor de fertilizantes. Essa obrigatoriedade de conseqüência da decisão não é necessariamente uma questão colocada como decisão do Cade em decorrência da seqüência de decisões de outras Secretarias.

A radicalização da decisão, feita de forma desmesurada, é uma surpresa para todos e não se coaduna com o histórico das decisões do Cade antes e após a decisão sobre o tema Nestlé-Garoto. Pode, ainda, servir à avaliação de riscos para novos investimentos no País, como impeditivos e restritivos ao estímulo, ao desenvolvimento e à presença de novos investimentos no País.

O Cade poderia ter estabelecido restrições que, de alguma maneira, equilibrassem o mercado, sem exigir a suspensão completa da compra da Garoto pela Nestlé. Essa decisão não faz parte da história natural do Cade. Essa é uma decisão inusitada, como inusitada é a necessidade desta reunião para discuti-la.

A decisão Nestlé/Garoto foi uma exceção, e a sociedade exige maiores informações para o melhor entendimento e necessita, principalmente, em razão das informações que já estão vindo a público e que possam ser prestadas aqui, o esclarecimento da sua motivação.

Aos menos desavisados ou àqueles se sentem preocupados com a presença de uma multinacional nesse caso, como a Nestlé, é importante registrar que não há disputa entre capital nacional **versus** capital multinacional nesse processo. Não podemos nos permitir ingenuidades aparentes que apenas servem a concorrentes e a seus prepostos, estejam onde estiverem.

Desde os anos 90, o mercado brasileiro de chocolates é totalmente controlado por empresas multinacionais. Disputam esse mercado de chocolates os americanos, os suíços e os ingleses, na proporção a seguir: Lacta, 33%; Nestlé, 30%; Garoto, 21,5%; e as Empresas Ferrero, Arcor, Mars, Hershey's, Cadbury, entre outras que compõem o mercado em 15%.

No Brasil, o mercado de chocolates apresenta o mesmo grau de concentração existente no mercado mundial. Por outro lado, ao falarmos que essa decisão não faz parte da história natural do Cade, entendemos ter ocorrido uma assimetria de tratamento que motivou o ambiente de perplexidade gerador desta audiência pública. Após quase dois anos de postergação inexplicável, a decisão do Cade se enquadra na categoria do ineditismo. O ineditismo foi o gerador da enorme perplexidade.

Todos esperavam a aprovação com restrições ou condicionantes, como ocorreu no caso das cervejarias, das companhias aéreas, dos produtos cosméticos e de higiene e, na mesma sessão, dos fertilizantes no Brasil, cujo mercado passou a ser controlado em quase 90% por apenas duas empresas do mercado de fertilizantes, no momento em que a discussão do agronegócio torna-se a vedete da economia brasileira.

O Cade optou pela excepcionalidade, no nosso entendimento arbitrária, na decisão que tomou. Estabeleceu, pela referência feita anteriormente da excepcionalidade e do tratamento diferenciado – da assimetria de tratamento – a venda da Bavaria para a AmBev, determinou a quarentena para a Kolynos e, pasmem V. Exªs, na mesma sessão em que proibiu a Nestlé/Garoto, permitiu a maior concentração de um setor importante que citei anteriormente: o setor de fertilizantes no Brasil.

O Cade aprovou, com restrições mais brandas do que as sugeridas pela Secretaria de Direito Econômico* – SDE – do Ministério da Justiça e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico – Seae – do Ministério da Fazenda, que a Bunge e a Cargill no exemplo citado dos fertilizantes, tivessem a garantia pelo Cade do controle de oito – para que não fique dúvida – das nove cadeiras do Conselho de Administração do Consórcio Fertifós. Essa decisão foi tomada na mesma sessão em que o Cade tomou a restritividade da conseqüência da venda da Garoto.

Notem que esse fato pós-Nestlé ocorre no momento em que a grande vedete da economia é o agronegócio, que passa a estar submetido ao mercado monopolista dos fertilizantes.

O Brasil está discutindo a avião civil. A TAM e a Varig ganharam escala e diminuíram a ociosidade de passageiros, impedindo o aumento de aeronaves que permaneciam tomando sol no pátio dos aeroportos. A racionalização dos vôos, em 12 meses, aumentou a taxa de ocupação de 50 para 62%. Não foi por outro motivo que o Presidente do Cade declarou que "a concorrência não é um bem maior da economia a ser visto isoladamente. A decisão ultrapassou os limites da intervenção", referindo-se à decisão do processo Nestlé/Garoto.

A pretexto de proteger a livre competição no mercado de chocolates, os conselheiros do Cade criaram um problema econômico de graves proporções, além da assimetria no seu processo decisório, comparado a procedimentos adotados antes e depois.

Portanto, o antinatural está na decisão do processo Nestlé/Garoto. Ora, se não é parte da história natural do Cade, se não há interesse nacional relevante, se não estão claramente estabelecidos os interesses do consumidor na defesa da concorrência, a quem atendeu a decisão que foge aos elementos basilares norteadores que têm marcado as decisões do Cadê?

Qual a motivação para esse interesse inédito na decisão que envolveu a Nestlé/Garoto? Não bastassem os exemplos, há os aços planos no Brasil, monopólio constituído nos últimos sete a oito anos, após as privatizações em governos anteriores. E nós, como Governo, queremos ressaltar que não estamos, neste debate, criticando as decisões anteriores adotadas. Estamos apenas e tão-somente analisando a história natural das decisões do Cade, que busca ou tem buscado preservar a atividade econômica, apoiar os investimentos na economia, estabelecendo restrições seletivas, setoriais, ora maiores, ora menores, não necessariamente se coadunando com as orientações das outras secretarias, mas sempre preservando que os negócios possam ganhar em escala, permitindo oferecer ao consumidor maior oportunidade de consumo e melhores condições de preço.

Como relevante, destacamos a ineficiência da decisão. A Nestlé vem gerenciando a Garoto há 23 meses. Já domina toda a cadeia de suprimentos, supridores e clientes, bem como toda a propriedade intelectual relativa à Garoto.

Isso significa que o **marketing share** relativo à Garoto dificilmente será perdido pela Nestlé. O que a decisão do Cade impõe ao Espírito Santo é a possibilidade de mais uma planta industrial abandonada no Estado, a exemplo daquela com a qual já convivemos, que é a planta da Antarctica, no Município de Viana, em nosso Estado, uma planta abandonada, porque, pela sua rentabilidade, não compensa fazê-la funcionar novamente. Para a AmBev, é preferível deixá-la fechada, pois é mais rentável. Podemos ter o mesmo futuro com a Garoto.

O Senador Gerson Camata, inclusive no jornal que está à mesa, disse que, talvez, a planta física, com os galpões, possa servir para acolher os desempregados daquela empresa após a perspectiva que se soma à perspectiva com a qual já convivemos no caso da Antarctica em nosso Estado.

A decisão do Cade desconsiderou o fato de que a compra da Garoto pela Nestlé aumenta a eficiência pelo ganho de escala. Sua decisão poderia ser por restrições, conforme a história da instituição, e acompanhar com prazos a estrutura de preços pelo ganho de escala. Quem ganha a escala ganha a eficiência.

A Nestlé afirma a obtenção de 12% de eficiência. Por essa afirmação, o Cade deveria, como condicionante à exigência de que o impacto dessa afirmação se expressasse nos preços futuros, estabelecer os seus mecanismos de acompanhamento e controle.

A decisão do Cade não garante ao consumidor brasileiro uma situação mais favorável com a venda da Garoto. O próprio Relator admite que 70% das vendas de chocolate no mercado brasileiro são feitas em redes de altos serviços, que têm elevado o poder de compra, significando negociações com o fabricante de chocolate que sempre limita suas margens de lucros.

O consumidor brasileiro, ao mesmo tempo, tem baixa fidelidade a marcas. Apenas 27% têm a marca escolhida ao decidir na compra e, desses 27%, 50% mudam sua decisão quando se deparam com as opções e oportunidades de preço.

Considerando o consumo brasileiro de cerca de 1 kg por habitante/ano, comparado, como é o caso da Suíça, com dez quilos por habitante/ano. O mercado brasileiro está aberto, sujeito a novos entrantes, e sua análise requer informações mais rigorosas.

A decisão do Cadê, além de incompreensível pelo exposto, mostra-nos que o maior impacto negativo sobrou para o Estado do Espírito Santo. Nós, além de não termos a intenção de ser panfletários nesta reunião, não temos desejamos trazer aqui um debate que possa ser associado especificamente ao interesse provincial do Espírito Santo, mas dentro do conceito de que o nosso Estado é federado e, portanto, inclui-se nos considerados interesses nacionais.

Nesse sentido, a Nestlé, que comprou a Garoto, se comprometendo com sua manutenção e revigoramento, fato visível nesses vinte e três meses, garantiu que cerca de doze mil empregos – sendo três mil empregos diretos mais nove mil empregos indiretos – pudessem ser sustentados.

A Nestlé se apresentou ao Programa Investe – ES – um programa de promoção ao desenvolvimento do nosso Estado, lançado no final do ano passado – , para a implantação de uma unidade de café solúvel, que seria implantada fora do Brasil e que passaria a ter a sua oportunidade de implantação em nosso Estado com um investimento previsto, no compromisso feito ao se inscrever no Investe – ES Espírito Santo, para uma planta industrial a um valor de duzentos milhões de reais.

Apresentou-se ainda como alternativa à compra de leite dos produtores rurais do Estado, antes atendida pela Parmalat, após a falência daquela empresa, cujos problemas são de conhecimento do Brasil e do mundo. O Espírito Santo ganhou a manutenção da marca capibaxaba Garoto com sua história de setenta e quatro anos em nosso Estado, no Município de Vila Velha. Ganhou um parceiro para os necessários investimentos desse novo momento de um Estado que freqüentou as páginas policiais do País e que, agora, encontra o seu caminho, recebe e deseja receber novos parceiros em maior e crescente intensidade.

Não viemos aqui apenas para o debate regional, mas sim para um debate nacional, cujo impacto local

negativo se torna o principal subproduto de grande perda para o nosso Estado e nossa população.

Por fim, o prazo de cento e cinqüenta dias para a venda se torna um toque de perversidade por sua ineficiência e por sua impossibilidade de ocorrência dentro dos pressupostos de defesa do consumidor aludidos pelo Cade.

Comentei na imprensa, semana passada, que essa questão final somada a algumas outras que envolveram essa decisão é como aquele comentário do irmão mais velho que segura um adversário para o irmão mais novo socar. Ou seja, que em vez de ser um procedimento em defesa do consumo, tornar-se um procedimento que protege a concorrência ou outros interessados.

Com certeza, a preservação da planta física sucateada, com grandes galpões, seja o resultado final, seja a marca final da decisão do Cade. Estamos aqui, Sr. Presidente Ramez Tebet, Srs. Senadores, para, nessa introdução, apresentar as nossas preocupações, bem como tudo o mais que nos tem motivado e nos feito lamentar e comungar com a perplexidade nacional, seja dos analistas econômicos, seja e a de todos os que esperavam um padrão e um formato de decisão à luz da história natural do Cadê. Todos esses se surpreenderam pelo inusitado da ruptura do Cade com a sua própria história, fazendo com que a rediscussão da economia, de suas escalas e de questões de importante relevância para o investimento nacional, a manutenção de empregos, a atração de investimento e a garantia do desenvolvimento regional de cada segmento da Federação possam ser preservados.

Assim, concluo a minha fala agradecendo a oportunidade de estar aqui em nome do Espírito Santo e lutando para que esta Casa possa oferecer alternativas a fim de que possamos rever o processo de decisão que tanto mal causou e tantos riscos e danos poderão causar, ao seu término, ao Estado do Espírito Santo, um Estado que bem representa, por sua pujança e vigor, e pelo momento político que vivemos, a oportunidade de crescer e ir além de suas fronteiras, ocupando seu espaço no Brasil e no mundo.

Um abraço a todos e obrigado pela oportunidade e pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Acabamos de ouvir o Governador em exercício, Dr. Wellington Coimbra. Agradecemos e gostaríamos de fazer de V. Exª portador da mensagem da Comissão de Assuntos Econômicos e, por que não dizer, de todo o Senado da República, ao Governador de seu Estado. Todos estamos pedindo a Deus por seu breve restabelecimento. Todos estamos em uma torcida imensa pelos quatro anos vividos aqui no Senado Federal. S. Exª só deixou lembranças e recordações no plano afetivo. E no plano funcional foi um Senador que se destacou na luta intransigente que sempre travou em defesa dos interesses de seu Estado e do País. E observo que V. Exª, nesse breve período de substituição, segue na mesma trilha. Portanto, seja nosso portador, e receba os cumprimentos.

O SR. WELLINGTON COIMBRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço licença, pois são vários os convidados. Ouvimos o Espírito Santo, e vamos ouvir, uma vez que o Ministério da Justiça não se faz presente, o relator da matéria no Cade. Em seguida, o Presidente do Conselho do Cade. Espero que esta reunião seja tão harmônica que Cade e CAE se confundam nos interesses do Brasil e do Espírito Santo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o eminente Relator da matéria no Cade.

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Sr. Presidente, meus agradecimentos pelo convite para estar aqui hoje. Embora tenha ressalvado que foi um convite, na realidade considero como uma obrigação pelo fato de que foi justamente neste órgão do Poder Legislativo, o Senado Federal, que todos nós conselheiros do Cade fomos sabatinados, particularmente eu e o Presidente – e está aqui presente o Conselheiro Roberto Pfeiffer*. Fomos sabatinados por duas vezes a fim de que fosse possível a indicação e a aprovação pelo Senado Federal e a nomeação pelo Presidente da República. Portanto, é com satisfação que aqui estou para cumprir minha obrigação de prestar esclarecimentos à Comissão e aos Senadores.

Todos os processos seguem uma rotina de análise no Cade. Lá chegam com pareceres da Secretaria de Direito Econômico e da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. E, mais recentemente, com pareceres também do Ministério Público Federal, pareceres estes que apresentam sugestões a respeito de como o Cade deve considerar um determinado ato de concentração, uma aquisição, a criação de uma **joint venture**, enfim, todo ato de concentração. Esse processo do Cade também seguiu essa... já chegou a Cade com esses pareceres.

O parecer da Seae* fez várias críticas à aquisição, embora não tenha chegado a uma decisão final, a uma sugestão final a respeito de como o Cade deveria julgar essa aquisição. O parecer da SDE condenava a aquisição e recomendava a não aprovação da aquisição. O parecer do Ministério Público, da mesma forma. O parecer da Procuradoria-Geral do Cade também tinha

a mesma posição. Ou seja, dos quatro pareceres que um conselheiro relator tem, três deles eram contra a aprovação da operação e um parecer tinha uma posição indefinida, embora fosse também bastante crítica a respeito da aquisição da Garoto pela Nestlé.

Quando foi iniciada a análise desse processo, o Cade já havia assinado um acordo com a Nestlé, chamado acordo da preservação da reversibilidade da operação, que é um acordo que congela os efeitos da operação para que o Cade possa apreciar o processo sem que o adquirente faça alterações na firma adquirida que tornariam difícil a decisão de desfazer o negócio. Por quê? Porque, se não houvesse esse acordo, a firma adquirente, no caso a Nestlé, enquanto o Cade examinasse a aquisição, poderia estar adotando uma série de procedimentos administrativos que transformasse de tal forma a empresa adquirida, a Garoto, que se eventualmente o Cade não aprovasse, como não aprovou, a aquisição, nada mais haveria a reverter para o **status quo** inicial. Então, foi assinado um acordo congelando tudo que pudesse ser feito na Garoto que impedisse a volta à situação inicial.

A Nestlé assinou esse acordo, ele é consensual, certamente sabendo que um dos riscos da operação era o risco da operação não ser aprovada. Portanto, esse acordo é um indício de que a Nestlé sabia que havia a possibilidade, sim, de o Cade não aprovar a operação, como, depois de intensa análise, intenso envio de estudos extremamente aprofundados pela Nestlé e pelas impugnantes, Kraft Lacta, Cadbury e Mars, após a entrega de uma série de estudos econômicos, o Cade chegou à conclusão, coincidindo com várias sugestões feitas pelos órgãos instrutores, pela Procuradoria-Geral do Cade, pelo Ministério Público, de que não deveria aprovar a operação. É bem verdade que vários desses pareceres não sugeriam a não aprovação com a venda, quer dizer, havia uma sugestão para não aprovação com a imposição de restrições.

Voltando ao acordo assinado com a Nestlé, bastante falado devido às conseqüências a respeito do efeito da decisão do Cade em relação aos empregos, chamo atenção que fui a primeira pessoa que se preocupou com os empregos. No acordo de preservação da reversibilidade da operação, foi especificada a proibição por parte das requerentes, enquanto o Cade estivesse analisando a operação, de: descontinuar a utilização de marcas e produtos; fazer alterações nas estruturas logística e práticas de distribuição e comercialização; fazer mudanças administrativas nas empresas que impliquem em dispensa de mão-de-obra e transferência de pessoal entre seus estabelecimentos de produção, distribuição, comercialização e pesquisa, quando caracterizadas como objetivando a integração das empresas das requerentes; proibir a interrupção de projetos de investimentos preestabelecidos em todos os setores de atividade da empresa adquirida.

Portanto, por despacho meu, validado pelos demais conselheiros e assinado pela Nestlé, a primeira preocupação foi preservar os empregos, como está aqui escrito. A Nestlé não dispensou mão-de-obra até agora não foi apenas por decisão própria, ela foi forçada a fazer isso por esse acordo consensual que assinou.

Estou citando esse fato para dizer que essa preocupação com os empregos existe desde o início do processo e que, por sugestão minha, que sou conselheiro-relator, foi estabelecida.

O processo de análise do ato de concentração, conforme disse, foi extremante detalhista, bastante profundo, porque todas as partes que tiveram oportunidade de entregar estudos ao Cade o fizeram contratando pareceres de consultores econômicos que apresentaram estudos extremamente elaborados a respeito da operação.

Sou acusado, às vezes, de ter dado um voto técnico demais, mas, infelizmente, não havia como não fazê-lo, porque todos os pareceres juntados pela Nestlé, pela Kraft Foods foram extremamente técnicos, cuja crítica deveria também se ombrear a esse nível de qualidade dos trabalhos juntados ao autos.

É inegável e reconhecido pela Nestlé o grau de concentração extremamente elevado da operação. Seja de que forma for definido o mercado de chocolate, isso é inegável – e chamo aqui o testemunho dos defensores da Nestlé –, mesmo ela concorda que o nível de concentração econômico gerado pela aquisição é extremamente elevado. É bem verdade que é sempre lembrado – e o Exmº Sr. Governador citou aqui alguns casos – que outras operações que eventualmente tinham elevados e até maiores níveis de concentração foram aprovadas pelo Cade. Por que foram aprovadas e essa não foi aprovada? Porque não se pára a análise no nível de concentração.

Quando há uma elevada concentração no mercado, é necessário examinar se esse elevado poder de mercado causado por uma excessiva concentração pode ser estancado por elementos que vão justamente impedir que esse poder se exerça por meio de aumento de preços ou de definição de práticas anticompetitivas no mercado. Então, na série de processos que foram examinados no Cade, na série de processos de que fui Relator nesses meus três anos e meio de Cade – devo ter sido Relator de cerca de, no mínimo, uns 500, para não dizer 700 –, em todos esses processos, a análise de elevados níveis de concentração, quando se chega a esses níveis, parte-se para verificar se o mercado tem mecanismos que impedem que esse elevado poder de

concentração e, portanto, elevado poder de mercado possa ser exercido. O que é feito nesse caso? Verifica-se se importações, por exemplo, podem ser feitas a fim de impedir que o elevado poder de mercado resulte em maiores preços, que é uma das maneiras, ou se há possibilidade de entrada de novas empresas, ao se observar que determinada empresa está abusando do mercado nacional, no mercado para se evitar que esse poder de mercado seja exercido.

Esse tipo de análise para verificar o que chamamos de contestabilidade – se o mercado é contestável ou não – foi feita, chegando-se à conclusão de que esse mercado não é contestável. Ou seja, a grande concentração ocorrida com a aquisição da Garoto não poderia ser contestada, seja por meio de importações, de entradas de novas empresas que contrairiam a possibilidade dessa aquisição da Garoto, juntando a Nestlé à Garoto, pudesse exercer condutas anticompetitivas, elevando os preços demasiadamente.

Quando a análise chega à conclusão de que o mercado não é contestável, parte-se para uma fase posterior – o que foi feito no presente caso – para se verificar se, apesar disso tudo, existem eficiências, benefícios, reduções de custo capazes de justificar a aprovação, a despeito da elevada concentração, a despeito de o mercado não ser contestável, para, então, o ato de concentração ser aprovado.

Pois bem. Foi feita essa análise e chegou-se à conclusão de que o nível de eficiência, isto é, a diminuição de custo de produção decorrente da operação, que poderia fazer com que fechássemos os olhos ao excessivo grau de concentração, ao excessivo poder de mercado, ao fato de que o mercado era contestável. O nível de eficiência mostrou-se muito abaixo do que alegado por Nestlé e muito mais baixo até do que foi alegado pela Craft Lacta, que, ao ser a impugnante, concordava que a operação poderia ser aprovada se o nível de eficiência fosse tal.

O nível de eficiência examinado dentre das eficiências alegadas pela Nestlé era muito baixo, com um agravante: a Lei nº 8.884 exige que, mesmo que o nível de eficiência seja alto, se a operação resultar numa diminuição extremamente elevada da concorrência, a operação não pode ser aprovada. Isso está na nossa lei votada pelo Legislativo e temos que obedecer. Mesmo que o nível de eficiência fosse o que era alegado, como a operação significou um aumento extremado do nível de concentração no mercado de chocolates pela junção de Nestlé com Garoto, a Lei nº 8.888 não nos permite aprovar a operação.

A pergunta que fica é: por que o CADE, ou por que os cinco conselheiros que votaram da mesma forma não adotaram um procedimento de fazer uma aprovação parcial, retalhando a Garoto ou então fazendo com que partes dos produtos da Garoto fossem vendidos, mas preservando a propriedade da Garoto pela Nestlé? Porque, tecnicamente, é fácil mostrar que essa é uma solução pior do que a solução adotada pelo CADE de vender um negócio completo, significando a fábrica, as marcas, a rede de distribuição, enfim, partir todos esses ativos, dividindo uma parte para ficar com a Nestlé e a outra parte com quem adquirisse essa outra parte é uma solução pior, que redundaria em maiores custos de produção. Eu até duvido que a Nestlé gostaria que essa solução fosse adotada, pelo fato de que isso ia aumentar seus custos de produção, por dois motivos: o conjunto de produtos produzidos, a fábrica e mais a rede de distribuição, quando utilizados na forma completa, redundam em um custo de produção menor por unidade do que partir isso em pedaços e uma parte ficar propriedade de uma empresa e outra parte de outra empresa. Por que isso? O Senador Eduardo Suplicy vai me permitir lembrar algo da economia que diz que existem economias de escopo e economias de escala. O Exmº Sr. Governador já tinha lembrado da escala.

Pois bem. A produção conjunta de todos os produtos, utilizando a fábrica Garoto como um todo, a rede de distribuição, usando as marcas, tudo isso faz com que haja economias de custos de produção, que são consideráveis se a decisão tiver sido contrária. É sabido que na atividade industrial, muitas vezes, como é exatamente esse caso. Se você produz mais A, mais B, mais C, mais D, isso custa menos por unidade produzida do que produzir separadamente A, separadamente B, separadamente C e separadamente D, o que ocorreria se tivéssemos decidido por esquartejar a Nestlé em pelos duas partes, ou mais, o que traria certamente... Tenho absoluta certeza, de que Nestlé ficaria muito infeliz, do ponto de vista de custo de produção, se ela ficasse com uma parte, como também quem se aventurasse em comprar a outra parte também teria um custo de produção que, com toda certeza, faria com que a sua capacidade de competir no mercado ficasse enfraquecida justamente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª me permite? (Pausa.) Eu gostaria de pedir a V. Exª que pudesse concluir, dando as razões objetivas de decidir. Isto é, o senhor, como Relator, teve a consciência, e por que a teve, de que esse negócio não era bom para o consumidor, não era bom para o Brasil?

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Justamente por isso estou dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas resumidamente.

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Pois não. Eu já vou terminar a minha fala.

Essa é a razão que presidiu o meu voto – e, certamente, deve ter sido a razão dos outros quatro conselheiros que votaram também.

Agora, antes de terminar, quero fazer uma referência ao fato de que tem sido citado que essa decisão do Cade é uma decisão inédita. Realmente, para quem conhece a defesa da concorrência no Brasil, não há ineditismo nenhum nisso. O Cade negou a **joint venture** entre a Rhodia e Sinasa e a associação entre a Brasilite e a Eternite. O Cade desaprovou operação semelhante, que foi a aquisição da Siderúrgica Pains pela Gerdau.

Não tem nada de inédito nessa decisão. Já houve esses precedentes.

Para finalizar, quero citar o seguinte: os senhores estão lembrados que no início da minha fala eu disse que a preocupação com os empregos, com os 3 mil empregos diretos ou com os 8 mil ou 12 mil empregos indiretos, essa preocupação eu já tinha me manifestado por escrito, em documento assinado pela Nestlé, proibindo que ela desse modificações que implicassem em dispensa da mão de obra ou transferência de pessoal.

Portanto, alegar que o meu voto foi despreocupado com as conseqüências com o emprego... Absolutamente. Essa minha preocupação eu tenho agora e tive no dia 16 de dezembro último – e aí solicito a consideração dos Srs. Senadores pelo seguinte: a Nestlé, em 16 de dezembro de 2003, apresentou um documento, solicitando a este Relator e obviamente aos demais conselheiros do Cade um relaxamento no acordo que proibia a dispensa de empregados.

Vou ler aqui o que a Nestlé queria. É o item F desse pedido, que diz o seguinte: "A adequação do quadro de funcionários variáveis e fixos à realidade dos volumes que estão sendo demandados pelo mercado".

Então, estranha-me agora e até peço a consideração do Senador Malta, do Gerson Camata, já que certamente eles têm a mesma preocupação com os empregos. Como vai ficar a situação dos empregos, se, em um documento apresentado ao Cade* em 16 de dezembro, a Nestlé solicitava justamente a adequação – o que é um eufemismo – do quadro de funcionários? Solicitava que eu relaxasse aquele compromisso, para adequar o quadro de funcionários variáveis e fixos à realidade dos volumes que estão sendo demandados pelo mercado. Ou seja, traduzindo em linguagem simples, queria que o Cade permitisse a dispensa de funcionários.

O SR. GERSON CAMATA (Sem partido – ES) – A produção é cíclica; ovos de páscoa exigem mais contratações. Ela teria de contratar mais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª terminou?

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Terminei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os Srs. Senadores terão oportunidade para manifestações. Antes, porém, vamos continuar com as exposições, obedecendo a critérios que são comuns aos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos.

Ouvirei agora – deveria tê-lo ouvido antes, por ser o Presidente, mas não há importância – o Dr. João Grandino Rodas, à minha direita, que é Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade. Quero lembrar que, segundo notícias que tenho, o voto de S. Sª foi o único vencido na reunião do Cade.

V. Sª tem a palavra.

O SR. JOÃO GRANDINO RODAS – É com imenso prazer que retorno ao Senado da República, Casa que tem com o Cade uma ligação muito maior do que se poderia imaginar para um órgão vinculado ao Poder Executivo. O Cade, embora sendo uma autarquia vinculada ao Poder Executivo, é um órgão de Estado. É constituído de seus oito mandatos – sete Conselheiros e a Procuradora – Geral – , com a aceitação desta Casa. Portanto, estamos em casa. O chamado do Senado, como disse o Dr. Thompson, é uma convocação.

Quero lembrar que o surgimento da concorrência na América do Norte, há mais de cem anos, no século XIX, deu-se de forma apaixonada. Realmente, houve uma grande luta de segmentos econômicos contra aqueles monopólios que surgiram, quando os Estados Unidos buscavam o oeste. Essa paixão continua até hoje, tanto que o direito da concorrência é algo que chama a atenção. Acredito que o fato de haver, no Brasil, apesar das poucas condições, pessoas que se dedicam ao direito da concorrência, do lado governamental, dá-se justamente porque é um direito interessantíssimo, que mantém as pessoas apaixonadas. Entretanto, essa mesma paixão – esta é uma observação pessoal – , que é boa para manter, muitas vezes se faz notar internacionalmente. O Brasil não foge à regra. Falo daquele fervor quase missionário de realmente olhar a concorrência. Isso é importante, entretanto, a meu ver, não pode ser único.

Aprendi, durante muitos anos de magistratura federal nos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, tanto na Primeira quanto na Segunda Instância, que é um órgão colegiado, que deve haver um extremo respeito àquilo que o tribunal decidiu. Por essa razão,

falarei pouco e não farei panegírico do meu voto. Há uma decisão majoritária do Cade no sentido de que sou voto vencido. Por dever de ofício, mencionarei pontos fundamentais, mas não com o intuito proselitista de angariar adeptos, quer justamente ajudar que a decisão majoritária fique desdourada por assim dizer.

Convivo há quase quatro anos com muitos dos conselheiros do Cade e outros que já saíram e posso dar o meu testemunho de que, nesse caso e em outros, pelo que sei e pelo que pude ver diuturnamente, nada mais levou à conclusão do que uma convicção, talvez apaixonada, mas pessoal, e não por qualquer outro aspecto menos aceitável. Portanto, posso testemunhar a boa vontade, o trabalho e também a honestidade e o conhecimento dos demais conselheiros.

Entretanto, essa é uma discussão de idéias, e não de pessoas, porque votamos a favor e contra muitas vezes na mesma Sessão. Portanto, se fôssemos ficar amigos ou inimigos a cada voto contrário, seria algo impossível. É algo que também aprendi na magistratura: o que se decide se decide. E não é pessoal, mas absolutamente no âmbito das idéias.

Como mencionou o nosso Conselheiro Thompson, a decisão do Cade foi inédita no que tange ao aspecto Nestlé-Garoto. E gostaria de dizer também que muito se levantou do ineditismo, vamos assim dizer, de um conselheiro votar sozinho ou quase sozinho, principalmente quando esse conselheiro é o Presidente. Lembraria que sou Presidente do Cade e sou conselheiro tanto quanto os outros. Pura e simplesmente, presido a autarquia. Portanto, tudo o que fiz e falei foi como um dos conselheiros, com o mesmo direito que eles possuem. E por isso mesmo gostaria de dar um exemplo que talvez tenha ficado esquecido no passado.

Também fui solitário, ou quase solitário, porque fui acompanhado apenas de uma, à época, conselheira, quando o Cade julgou a questão dos bancos. Nessa questão, entendi – só que não houve tanto furor da imprensa sobre o assunto – que, sem entrar no mérito da questão, o Cade não tinha competência para julgar a problemática da discussão entre Banco Central e Cade, com referência à fusão bancária. Por quê? Por uma questão processual. O Presidente da República havia assinado um parecer preparado pela AGU, Advocacia-Geral da União. Então, eu entendia – e respeito a votação dos demais que entendiam contrariamente – que um órgão que é tribunal administrativo e estaria vinculado também ao Presidente, nesse caso, ao Executivo, não poderia julgar. Então, isso mostra que não foi a primeira vez e que não tenho receio obviamente de exprimir minhas idéias, principalmente neste estágio da vida.

Mas gostaria de fazer uma exposição em referência ao voto, em poucas palavras, porque, como disse, não estou aqui para polemizar. Fui o último a votar. Ouvi a votação naquele momento e, portanto, fiz um voto oral com essas bases. Já possuía tudo o que dizia, embora de uma forma embrionária, uma vez que não havia tido possibilidade de verificar antes. O que não é falha alguma, porque não há obrigação de apresentarmos os votos previamente.

Na realidade, a minha base foi a seguinte. A Constituição da República, no **caput** do art 170, diz: "A ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre-iniciativa tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios". Dentre os princípios, o quarto é a livre concorrência.

Então, a minha idéia – posso ser o único, mas assim aprendi – é de que o **caput** sempre tem mais força, e tudo deve ser interpretado à luz do **caput** de um artigo. E o texto diz: a ordem econômica fundada. Então, os dois fundamentos da ordem econômica brasileira são a valorização do trabalho humano e a livre-iniciativa. Mas a interpretação dever ser feita com observação dos princípios: soberania nacional, propriedade, função social, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades, busca do pleno emprego, tratamento favorecido a empresas no Brasil e livre concorrência. Entendo e não mudei de opinião, respeito a decisão, vou cumpri-la da forma mais exata possível, mas a minha opinião não mudei, porque acho que não teria razão de mudar.

Então, na realidade, em um embate entre um princípio e um fundamento, é óbvio que o fundamento predomina. E, portanto, o poder que uma autarquia tem, um tribunal administrativo possui é de fazer aplicar a Lei nº 8.884, mas dentro dos parâmetros constitucionais. É aplicar a análise econômica, que foi muito usada e que considero extremamente importante, mas desde que enquadrada na Constituição.

Portanto, foi que naquele voto disse que entendia que contrariava o princípio constitucional uma vez que a livre concorrência não pode ser exercida **ad libitum,** como se quiser, não se pode fazer o melhor. Em última análise o Cade não pode fazer uma arranjo melhor, tem que fazer o arranjo necessário e suficiente e, se passar desse arranjo necessário e suficiente, isso estaria, como diz a doutrina, **ultravires**, acima das forças e, portanto, padeceria desse vício constitucional.

Um outro aspecto que também levantei e que estou prestes a terminar seria justamente a de que um princípio de Direito antiqüíssimo, já desde o direito romano e que o nosso ordenamento possui e está na base do Direito, é aquilo que em latim se dizia: "O

Direito é a arte do bom e do equânime, **jus est ars boni et aequi.** Ou seja, o Direito tem que buscar justamente a eqüidade e, portanto, por essa razão, também nós temos mais um motivo de fazer aquilo que eu sugeria no voto. E o que eu sugeria no voto? Eu sugeria parte de solução estrutural e parte de solução comportamental. Enquanto que o voto majoritário – que hoje é o acorde do Cadê – cingia a uma solução estrutural. Ou seja, se resolvia a questão pela raiz, estruturalmente. Não haveria problema mais de olhar o comportamento, porque não haveria possibilidade do comportamento.

Então, o que eu sugeri e que continua no voto vencido, é claro, seria que se fizessem recortes cirúrgicos, soluções estruturais no que tange àquela alta concentração das coberturas. E, sobrando uma concentração de cinqüenta e alguma coisa, que não é baixa, que se fizessem soluções comportamentais de mais difícil obviamente implementação e controle, mas que são absolutamente possíveis. Inclusive nessa solução estrutural, nós teríamos até o desvestimento de parte das marcas. Portanto, não se tratava obviamente, para falar em terminologia bastante popular, de "passar a mão na cabeça da Nestlé", de maneira nenhuma.

Mas isso tudo era fruto de um convencimento pessoal, que intimamente mantenho que, se olharem todos os votos que eu tenho dado durante esses três anos e meio ou mais, todos foram nesse sentido, não houve uma mudança brusca, foram sempre no sentido de lembrar o seguinte: as empresas precisam ser controladas pelo Estado, precisam ser coarctadas, mas as empresas não são – e não estou dizendo que no voto tenha sido assim, estou dizendo uma posição minha – não podem ser consideradas como um mal, como algo a ser debelado, porque o Estado depende delas. Todos nós sabemos que o próprio Estado não vive sem elas. Sempre foi, nos três anos e sete meses que eu tenho estado no Cadê, todos os votos foram assim, inclusive na questão de multa e etc, foi no sentido da eqüanimidade.

O Direito é **jus est ars boni et aequi**. Outra coisa que disse no voto foi que de certa maneira achava que o Cade deveria dentro da sua votação fazer algo como um crescendo e não como um pico. Aquilo mesmo que ele vem fazendo com referência às multas. As multas aplicadas originariamente por atraso de apresentação, de ato de concentração eram básica e foram aos poucos sendo assinaladas nos votos que iriam subir e efetivamente vêm fazendo desta forma.

Concluo, portanto, dizendo que apresentei os aspectos fundamentais do voto, não para reacender a discussão, mas surpreso, de certa forma, por um voto minoritário ter suscitado, não digo nesta Casa, mas na própria imprensa, uma grande manifestação, que não houve, por exemplo, naquele voto minoritário com referência aos bancos, que é algo também importantíssimo.

Realmente, existe um acórdão majoritário do Cade, com referência a isso, segundo o qual ele próprio tem direito de julgar fusão de bancos. E, na época, ninguém levantou o aspecto maligno ou benéfico de um ou dois votos que diziam que, em face de questões técnicas jurídicas, esse órgão não teria poder. Os outros disseram que sim, e o voto está mantido.

Para terminar, agradeço a possibilidade e repito que cumprirei, como magistrado, obviamente, os prazos estabelecidos pela decisão majoritária, a qual respeito absolutamente.

Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eu queria sugerir a V. Exª, depois de termos ouvido o Governador do Estado do Espírito Santo, em seguida o Relator e o Presidente do Cade, que ouvíssemos um representante da Nestlé, para que nós do plenário pudéssemos começar a nos manifestar com as nossas indagações para não sermos atropelados, daqui a pouco, pelo tempo, e não termos condições de discutir tudo o que queremos.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para fazer um registro, com a permissão de V. Exª.

Eu queria registrar a presença do Prefeito de Colatina.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não me tire esse privilégio. V. Exª já é de lá.

Deixe-me registrar a presença do Prefeito de Colatina, Guerino Balestrassi, do Deputado Estadual Marcelo Santos, de representantes empresariais do Espírito Santo, do Presidente da Câmara de Vereadores de Vila Velha, do Vereador de Vila Velha, Diogo Filadelpho, e do Sr. Marcos Guerra, suplente do Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao representante da Nestlé.

O SR. HUMBERTO MACCABELLI – Sr. Presidente, autoridades presentes, a Nestlé comparece, convidada por esta comissão, no sentido de explicar e dar informações a respeito do que ocorreu nesse processo de ato de concentração.

Obviamente, não estamos aqui para discutir o voto que foi dado, tampouco a decisão do Cade, porque a Nestlé tem plena consciência – e é assim que se atua – de que a decisão deve ser cumprida e não discuti-

da, e os recursos legais ou administrativos existentes serão seguidos, de acordo com as oportunidades que nos são dadas pela própria legislação em vigor.

Em face das informações, pelas quais nós somos convidados a dar, a primeira reflexão que eu gostaria de trazer a título de informação, é o fato de que nós, quando fizemos a decisão pelo investimento, não o fizemos de uma maneira em tom de brincadeira, nós o fizemos de uma forma séria. E um investidor que se disponha a aplicar uma determinada quantia, numa determinada região, ou num determinado país, obviamente ele faz estudos aprofundados. Esses estudos são lastreados em informações. Primeiro, e é claro, com base na legislação vigente, as regras do jogo. E, segundo, com base naquilo que é hábito, costume das decisões que vêm sendo tomadas num determinado país ou numa determinada região. No caso do país, após a análise das regras do jogo, decidimos pelo investimento após uma série de razões. Primeiro, porque trata-se de um mercado com um consumo **per capita** baixo, um país com uma série de possibilidades para a concorrência, do nosso ponto de vista obviamente, respeitando as opiniões contrárias, e com um mercado que tem vários **players** mundiais. Porque esse mercado no mundo inteiro é dividido entre vários competidores, formados por empresas que estão presentes no mercado do mundo todo, inclusive neste País.

Em face dessa primeira análise, partimos para a análise da concorrência e das decisões emanadas pelo órgão que regula a concorrência, que, obviamente, deve ser respeitado.

Analisando essas decisões e levando em consideração o entorno de tudo isso, chegamos à conclusão de que seria perfeitamente possível o investimento, porque, ainda que ainda que haja concentração em um setor ou em alguns segmentos – como foi citado aqui pelos expositores –, como é o caso de cobertura, que realmente é um grau de concentração elevada, haveria a possibilidade de uma regulação desse mercado. Obviamente, pela habitualidade e pela consciência das decisões que vinham sendo tomadas até então, seria plenamente possível um investimento em um determinado momento em que poderíamos ter uma regulação da concorrência – sabemos que isso funciona assim em todos os países –, de maneira que poderíamos ter a nossa posição regulada no mercado de uma forma menos violenta do que essa que ocorreu no caso Nestlé/Garoto.

Ao fazermos o investimento, adquirimos – como deve ser do conhecimento de todos, pois isso repercutiu muito na imprensa –, a empresa em um leilão, no qual não sabíamos quais empresas competiam. Enfim, participamos desse leilão, fizemos as nossas propostas – assim como os outros participantes fizeram as suas –, e a nossa foi uma das que foram aceitas. E não temos informações sobre o que ocorreu com relação às outras adquirentes, porque isso é parte de um processo que é feito de forma sigilosa no mercado, ou seja, a gente participa, mas não sabe quais são as outras participantes e tampouco as ofertas que estão fazendo. Enfim, fizemos a nossa oferta e fomos preferidos pelos acionistas, pela família Meyerfreund, porque tínhamos a intenção de fazer da Garoto uma empresa base no Espírito Santos para as nossas operações e dar uma continuidade à marca e aos produtos, obviamente, pelo fato de serem produtos importantes, especialmente no mercado latino-americano, porque em todos os países da América Latina há uma presença muito boa desses produtos fabricados em Vila Velha.

Fizemos todas essas análises, participamos dessa concorrência de uma empresa que estava em situação ruim naquele momento – os senhores devem ter acompanhado na época que havia divergências societárias. No momento em que compramos, essa empresa passou a ter uma administração, ainda que regulada pelo Apro, que foi um mecanismo apropriado, naquela época, para manter a possibilidade de reversão da operação.

Mesmo operando com base em um Apro, fizemos com que a empresa tivesse um resultado positivo e bastante interessante, uma vez que nós a havíamos recebido com resultados negativos, e ela estava numa escala descendente já havia alguns anos. Fizemos a aquisição conscientes. Realizamos estudos e fizemos a aplicação de recursos que nos era permitida em face do Apro. Tampouco podíamos adotar outras medidas, pois devíamos esperar a decisão final do Cade. E continuamos a operação.

Nesse meio tempo, vários estudos foram apresentados. Por isso, evidentemente nos sentimos surpresos com a decisão. E por quê? Porque, quando compramos a Garoto – como disse, essas informações nos chegaram de forma inoficiosa –, não sabíamos quais eram as propostas das outras empresas que estavam competindo. Tínhamos uma idéia, mas nem soubemos exatamente quais delas participaram da concorrência por ocasião da compra. Uma das empresas participantes, ao final da oferta vinculativa, havia apresentado uma opção de compra, mas não de toda a empresa; somente de parte. A nossa proposta era de compra integral da empresa.

Evidentemente, além de outros fatores, a nossa proposta foi vitoriosa. Adquirimos a empresa até mesmo com certo compromisso, porque havia uma preocupação muito grande da parte dos vendedores com a manutenção da tradição do chocolate Garoto, da

marca Garoto, que é conhecidamente um patrimônio do Estado do Espírito Santo. Assim, tendo sido vitoriosa a nossa oferta, apresentamos o nosso processo, assinamos o Apro e demos início à análise.

Como também disseram integrantes desta Mesa, o processo foi analisado por várias secretarias, e não recebemos nenhum parecer pela desaprovação total da operação. Sabíamos que existiam concentrações – jamais dissemos que não havia. Estávamos sempre dispostos a apresentar informações e a discutir. Fizemos a nossa apresentação a essas secretarias: primeiro ao Seae, depois ao SDE, à Procuradoria do próprio Cade e também ao Ministério Público Federal. Os pareceres de todos foram pela aprovação. Se não utilizaram o termo "aprovação", informaram que o ato poderia ser constituído com algumas ou com severas restrições, dependendo da aplicação e das interpretações que seriam feitas pelo Cade com base nos autos do processo.

Não vou me demorar mais na explicação, porque, como eu disse no início, nós, como parte nesse processo, não estamos aqui para discutir a decisão que foi dada a ele, mas evidentemente não estamos contentes com o resultado. Como a parte tem o direito de falar no processo, e tendo essa oportunidade, queremos dizer que pensamos que houve, no nosso caso, certo exagero. Evidentemente, há que se respeitar decisões dadas, uma vez que haveria possibilidades de regulação de mercado dentro de um processo em que há certas regras. Mas, com a permissão de V. Exªs, quero dizer – há pessoas aqui muito mais experientes e muito mais conhecedoras desse processo do que eu – que, no processo administrativo, as regras processuais são mais ou menos flexíveis e existe possibilidade de certas colocações, de forma que as partes podem até chegar a determinada solução a fim de que não haja tanto prejuízo, principalmente pelo fato de que a nossa legislação praticamente primeiro obriga o investidor a pagar e depois submete à aprovação. Então, primeiro paga e depois é submetido à aprovação – corre-se um risco. Isso para o investidor é algo realmente duro, porque ele faz o investimento e não sabe o resultado depois.

Ainda que a lei permita a apresentação, a consulta prévia, na prática isso é muito difícil aqui no País, porque, quando se participa de um leilão, no momento em que se tenciona uma consulta prévia, obviamente já se está descartado do processo, porque quem vende quer receber em curto espaço de tempo pelo seu desinvestimento.

Não quero me alongar, nós, como partes, temos direito de não estarmos contentes com a decisão. Achamos que talvez exista uma possibilidade, porque vamos utilizar os recursos cabíveis e que a lei nos permite. Foi mais uma pena para nós, porque não estávamos discutindo uma infração; estávamos simplesmente apresentando um ato de concentração, que poderia muito bem ter sido regulado de maneira menos violenta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Registramos a presença da Srª Linda Moraes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia do Espírito Santo, que naturalmente vai participar dos nossos trabalhos.

Dado o adiantado da hora, vou conceder a palavra – porque o Espírito Santo já se pronunciou, a Nestlé idem, o Cade, também por meio do Presidente e do Relator – aos Srs. Senadores.

O primeiro requerimento que recebemos tem como primeiro signatário o Senador Gerson Camata, a quem vou conceder a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Sr. Presidente, muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores, Srs. membros da mesa, Srs. membros do Cade, recebi agora há pouco um telefonema do Governador Paulo Hartung, agradecendo as palavras de V. Exª desejando uma pronta convalescença a ele, e agradecendo a presença de Senadores dos outros Estados que estão solidários com a dramática, trágica situação que vive Estado do Espírito Santo. Queria registrar a presença da Deputada Federal do Espírito Santo Irene Lopes; da Deputada Rose de Freitas; do Deputado Federal do Espírito Santo José Carlos Elias*; e também do Deputado Federal pelo Espírito Santo Maná; e do Deputado Renato Casagrande*, que é o Líder do PSB na Câmara dos Deputados; e também o Deputado Federal do Espírito Santo Nilcemar Fraga.

Sr. Presidente, dado o espírito que me traz aqui no começo eu me exaltei muito. O Espírito Santo está exaltado. Mas acho que temos de procurar hoje aqui conciliação. Comecei com o espírito Bush e hoje estou com o espírito João Paulo II, tentando fazer com que as coisas caminhem para uma solução.

Quero dizer para o Espírito Santo quem são seus inimigos declarados, que foram no Cade contestar uma decisão que o povo todo tinha achado ótimo para seu Estado. É bom dizer que foi a Kraft, fabricante de cigarros Philip Morris, que está matando gente de câncer no Brasil e que é a dona Lacta. São inimigos do Espírito Santo. A Cadbury, inimiga do Espírito Santo, foi se meter no Cade para contestar um ato que era favorável à economia do Espírito Santo. Então, essas empresas são nossas inimigas.

E vamos, em um determinado momento, começar a adotar represálias. Como fizeram os franceses, que

pararam de tomar Coca-Cola por causa da guerra do Iraque, o Espírito Santo precisa parar de consumir os produtos da Lacta, precisa começar a fazer boicotes a produtos de determinadas empresas que são inimigas do nosso Estado e da nossa economia e que não querem o bem do Espírito Santo. Querem, pirateando, pegar uma parte da fábrica Garoto e destruir um patrimônio construído em 70 anos pela família de heróis capixabas cujo pai veio da Alemanha. É bom registrar isso. E o nobre Relator nominou os inimigos do Estado do Espírito Santo nesse episódio.

Feito isso, volto com o espírito de João Paulo II.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Já que V. Exª está com esse espírito, permita-me uma ligeira interrupção. Vejo o sorriso nos seus lábios e agradeço.

Percebo que estamos tendo uma presença marcante aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, o que demonstra o interesse da matéria objeto da audiência pública. Então, quero comunicar que para aqueles que não se encontram bem alojados providenciamos um telão, na sala nº 15, com assentos. Os que quiserem assistir à audiência pelo telão terão essa oportunidade.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido – ES) – Sr. Presidente, agradecido a V. Exª e voltando à minha fala inicial, o acordo de reversibilidade com relação à Garoto/Nestlé foi inédito. Sendo assim, também pode ser inédita a possibilidade de se caminhar para um grande concerto em que se apliquem aqueles princípios ditos pelo Presidente aqui. A decisão da Ambeve* foi correta? Corretíssima. A decisão da Anacol, Kolynos, Palmolive foi correta? Corretíssima. A decisão dos monopólios dos adubos foi correta? Corretíssima. E a decisão da Garoto? Correta também. O meio é que errou. Em vez de mandar vender, se a cobertura está em excesso, reduz-se a cobertura ou vende-se a linha de cobertura, vende-se a marca de cobertura – cobertura são aqueles chocolates que são vendidos para as 200 e poucas pequenas fábricas de chocolate espalhadas pelo Brasil. A Garoto já tinha 70%. Nunca ninguém contestou que ela dominava o mercado – e com mais dez, ficou com 80 –, mas ela estava engessada, o próprio Relator disse aqui, pelo acordo de representação. Não podia mexer, não podia aumentar o número de funcionários para produzir mais ovos de páscoa, não podia diminuir a cobertura. A Nestlé fez outra coisa lá. Quando o chocolate subiu a R$500,00 a saca, ela manteve o preço das coberturas para não quebrar as pequenas fábricas como as de Gramado e outras tantas. Teve até essa atitude. Ela estava engessada, amarrada. Ela não podia reduzir e foi punida porque não reduziu. Quer dizer, amarraram as mãos do garoto e lhe disseram: "Agora, você vai lutar com o Popó. Se você perder, está condenado à morte." E o garoto foi lutar com o Popó, amarrado. Essas coisas têm que ser analisadas.

Não vou chegar a dizer aqui, por exemplo, que houve um conselheiro que votou, num determinado momento, dizendo que não entendia da matéria, com o Relator e, no final, votou com o voto vencido. Não vou dizer que houve um conselheiro que disse que votava com o relatório porque era para venda da Garoto em bloco porque ela é muito boa. Ele não havia lido o relatório, que mandava vender esfacelando, fatiando a fábrica. Está escrito no relatório. Não vou chegar a esse ponto.

O objetivo? Correto. Problema da eficiência. Ela, engessada, como ela vai atingir os níveis de eficiência? Desengessemos e vamos dar um prazo de seis meses, um ano, para atingir o nível de eficiência. Vende a linha de cobertura, sai da área de cobertura, vende as marcas de cobertura. O que se podia fazer? O objetivo está certo, a decisão está certíssima no fim dela: acertar as condições de concorrência. O meio é que está errado. Quer dizer, deram o banho no neném e, ao invés de jogarem a água suja, jogaram o neném pela janela e ficaram com a bacia na mão.

O que se podia fazer nesse caso? Qual é a sugestão? A primeira pergunta que faço ao Dr. João Grandino: tem jeito de o Cade se sentar – tirando fora esse pessoal da Lacta, porque eles não têm nada a ver com isso, eles são os abutres do processo e têm que ficar de fora – com a Nestlé e a Garoto? Colocamos um conciliador, o Presidente, que é bom para conciliar, o Senador Ramez Tebet . Aí, vamos acertar.

A decisão esta: os limites da produção serão esses. Agora, a Nestlé alienará essas partes da Garoto que estão ultrapassando os limites, como feito no caso da Ambev, no caso da Anacol, Kolynos e em outros casos.

Esse seria o resultado. No caso do Espírito Santo, está parecendo uma agressão contra uma Unidade Federativa, porque, quando a sede é em São Paulo, pode-se tudo, e pode-se corretamente no caso da Ambev e da Anacol, mas não no caso do Espírito Santo: lá não pode haver multinacional, é um Estado para ser pobre. Assistimos, Sr. Presidente, ao caso da Ambev: está lá aquele monstro daquela enorme fábrica de cerveja da Antártica que está fechada, com todos desempregados. A Braspérola, a maior fábrica do melhor linho do mundo, com 3 mil funcionários – está aqui o Sr. Marcelo Santos, filho do prefeito –, está fechada. Ninguém a socorreu, ninguém foi lá, nem o BNDES. Agora chegaram uns franceses que comprarão as máquinas para levar para a França, quando poderíamos estar exportando para eles.

Deve-se levar em conta – e aí eu conversava com o Senador Magno Malta, que é pastor – que a lei foi feita por causa do homem, e não o homem por causa da lei. Analisar essas coisas é chegar à mesma decisão: que se mantenha o nível de concorrência, mas que se mantenha a garantia dos empregos, do progresso, do desenvolvimento do Estado.

A Nestlé estava se preparando para fazer a maior fábrica de café solúvel do mundo no Município de Colatina. Por isso que o Prefeito está aqui, pois o Espírito Santo é o maior produtor de café robusta do mundo; no Brasil, o segundo Estado produtor é a Bahia. O segundo país produtor é a Costa do Marfim. O café robusta é aquele próprio para produzir o café solúvel. Precisamos de mais investimentos. Há poucos dias agora, por exemplo, na crise da Parmalat, se não tivéssemos a Nestlé lá, estaríamos jogando fora 50 mil litros de leite por dia. A Nestlé foi lá e garantiu a compra, para levar a Teófilo Otoni, em Minas, a fim de transformá-lo em leite em pó, assegurando que os produtores não perdessem o leite que estavam produzindo. Todas essas coisas são importantes para a economia do Estado.

Não é possível uma decisão técnica que sacrifica, que humilha. Está aqui a Linda, a qual comprova que a maioria dos trabalhadores são mulheres. Ela é presidente do sindicato não só porque é eficiente, mas também porque é mulher, pois as mulheres votaram nela.

Ora, vamos preservar esses empregos, vamos dar garantias a essa gente! Sentemos à mesa, o objetivo é este, sem vender a Garoto, sem esfacelar a Garoto. O voto do Relator, que respeito por tê-lo como homem íntegro que é, mas porque certamente ocorreram fatos, assevera o seguinte – vejam que impressionante. Prestem atenção:

"A Nestlé deverá alienar todos os elementos de propriedade intelectual, vale dizer, registros, pedidos, fórmulas e direitos inerentes às marcas de chocolates antes pertencentes à Garoto.

A alienação poderá, a critério do comprador, não incluir todos os ativos correspondentes à capacidade produtiva da empresa, alienada à época da aquisição, mas necessariamente todos do b" – quer dizer, as fórmulas, os registros, as marcas, a propriedade intelectual.

"Caso o comprador opte por essa alternativa, a Nestlé deverá vender as máquinas e equipamentos..." – e largar o galpão lá. É o que está escrito aqui no voto.

Vamos, então, fazer algo mais humano dentro da lei. E o que seria mais humano dentro da lei? Preservar as metas, preservar a concorrência, como disse o Sr. Presidente e que foi o voto vencido, infelizmente, mas manter a garantia, os empregos. Esse é o apelo que eu pretendia fazer aqui.

A primeira pergunta – depois tenho outras – ao Dr. João Grandino Rodas, que está lá há mais tempo e tem mais experiência: há jeito de se sentar, de conversar, de se chegar ao mesmo resultado de outra maneira? Essa é a pergunta.

O SR. JOÃO GRANDINO RODAS – Sr. Senador, já dissemos que tecnicamente, pela lei, a decisão votada aqui mesmo, tempos atrás obviamente, menciona que no âmbito do Executivo inexiste recurso possível.

Portanto, não seria, em princípio, possível uma reapreciação. Existe uma decisão técnica, um acórdão publicado e, informalmente, não se pode fazer essa discussão, que só será feita se um pedido recursal. Embora acredite que melhor do que eu para dizer isso – e correndo o risco de dizer que estou assessorando a OAB, e não é, pois estou apenas respondendo simplesmente a uma pergunta –, são os advogados das partes que terão maior conhecimento prático e horas de estudo para responderem à questão. Entretanto, em respeito à V. Exª, não me furtaria responder à V. Exª. Diria que o regimento do Cade inclui uma reapreciação que não consta da lei. Mas essa reapreciação tem que ser feita se houver um fato novo posterior à decisão. Isso obviamente precisa ser interpretado. Como tudo no Brasil, é possível um recurso ao Poder Judiciário. Se bem que, na prática, o recurso ao Poder Judiciário, num caso de concentração não-permitida, e recurso do Poder Judiciário, com todas as garantias que possui aquele Poder de recursos, pode não ser um recurso que tenha tempo econômico para isso.

Resumidamente, eu diria que as possibilidades não são grandes. Não do Poder Judiciário, pois não me arrogarei achar o que ele está dizendo, mas não é algo que se faça simplesmente sentando à mesa, hoje à tarde, tentando resolver, porque essa é uma questão técnica e existem vários aspectos a serem observados.

Agora, em tese, recursos são possíveis. Embora, na prática, já que V. Exª me perguntou, eu diria não são instrumentos os mais fáceis do mundo.

Era isso.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido – ES) – Eu faria uma segunda pergunta ao Governador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Gerson Camata, peço licença a V. Exª pela minha audácia. V. Exª indicou o caminho: se não está na lei, está no Regimento, e o Regimento é lei. Aqui no Senado assim o consideramos. Entendo que o Presidente do Cade respondeu à pergunta formulada por V. Exª. O Regimento Interno do órgão permite o processo, eu o

chamaria de revisional, a reapreciação do caso, desde que apresentado fato novo – creio que deve haver uns três ou quatro.

Então, regimentalmente, há essa possibilidade.

V. Exª continua com a palavra para formulação de perguntas.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido – ES) – Inúmeros fatos novos estão aí e serão apreciados. Apresentaremos à Bancada do Espírito Santo e ao Governo do Estado – não sei se a Garoto/Nestlé tem interesse em apresentar – um documento ao Cade solicitando que, diante dos fatos, o Cade pudesse novamente reapreciar a matéria, não modificando a decisão da concorrência que permanece preservada; a maneira, o meio de se chegar a ela é que se preserva. No voto restou consignado, por exemplo, que o indivíduo atingiu o ponto máximo na carteira. Diz, assim, o indivíduo: "Você tem de vender o seu carro, a critério do comprador." E o comprador, diz: "Não, eu só quero o motor". Aí você fica com o pneu e a lataria. E não pode.

Então, acredito que há uma maneira de se fazer isso: fazendo com que se preserve a decisão da concorrência, que está no voto do relator; preservada, sem vender, fazendo com que a Garoto, como no caso da Anbev, como no caso da Colgate-Kolinos, se desfaça de alguns ativos que monopolizem o mercado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, formule a pergunta.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido – ES) – Essa era uma pergunta. A outra, farei ao ilustre Relator. Dr. Thompson, alguém ligado ao Poder Executivo, ou ao STE, ou ao Governo, telefonou, ou procurou, ou conversou com algum Conselheiro, que o senhor tenha conhecimento, que tenha sugerido, direcionado ou tentado orientar o voto de alguns Conselheiros? (Pausa.) Lembro que V. Sª está sob juramento.

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Senador, todos nós, Conselheiros do Cade, somos um tribunal, precisaria entrar um recurso de acordo com aqueles pressupostos que estão no Regimento. Precisaríamos verificar quem tem capacidade legal para entrar com esse recurso. Obviamente, cumprindo esse aspecto, ele seria encaminhado ao Relator, porque, para assuntos da questão, o Relator continua Relator. Vou votar como um dos seis – uma vez que temos uma vaga no Cade – ou como um dos sete, se já tiver sido nomeado o sétimo conselheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Data venia**, considero que o Senado, a nossa Comissão, não realizaria nada indebitamente, nada contra a ética, se, num entendimento de que algo interessa ao País, se dirigisse a qualquer órgão deste País. Afinal de contas, trata-se de um direito do Senado da República. Isso não poderia ser considerado. Faço esse esclarecimento porque, como Senador que todos somos, cada um de nós procura defender os interesses do seu Estado, dos seus Municípios perante órgãos e repartições. Fazemos isso todos os dias. Posso procurar um conselheiro do Cade para falar dos interesses do meu Estado e faço-o da tribuna ou pessoalmente. Não tenho vergonha de fazê-lo.

A CAE, se provocada e se houver interesse realmente da maioria dos seus membros, pode, sim, endereçar um recurso, salvo melhor juízo. É um ponto de vista meu, com o qual os demais Senadores podem não concordar.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido – ES) – Pergunto, então, Sr. Presidente, se V. Exª assinaria esse apelo e esse recurso?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não vou assinar o que ainda não li, mas quero assinar o que for bom para o Espírito Santo e para o Brasil.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido – ES) – Muito obrigado, era o que eu queria ouvir de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª não tenha dúvida, tanto é que convoquei a audiência imediatamente, depois de conversar com V. Exª. Em 24 horas, estávamos em reunião da Comissão discutindo a matéria publicamente.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente. Tenho uma audiência no Ministério e, infelizmente, estou até atrasada, mas vou fazer algumas considerações.

Eu havia falado com o Senador Gerson Camata – por isso, fiz o requerimento também – , pois considero que não se trata de uma questão que interessa apenas ao Estado do Espírito Santo, mas ao País, à economia do País, pois se refere a uma empresa e a empregos, num momento tão desafiador da vida nacional pela necessidade de gerar empregos.

Vi no documento distribuído que existia um parecer da Secretaria de Defesa Econômica do Ministério da Fazenda que sugeria a reprovação, a não ser que os requerentes apresentassem uma proposta alternativa. Os requerentes não apresentaram uma proposta alternativa e mantiveram a mesma estrutura da operação.

Essa audiência pública está sendo importante, porque muitos aspectos estão sendo esclarecidos. Estamos percebendo que, independentemente de concordarmos com o fato de ser polêmica ou não, a decisão do Cade não foi uma decisão irresponsável; muito pelo contrário: houve bastante preocupação, inclusive com emprego.

Eu perguntaria em quanto ficou a concentração – o Senador Gerson Camata já tocou nesse assunto – das coberturas, que dão a oportunidade de se fazer o chocolate. Sou de um Estado em que há centenas talvez de empresas familiares que produzem um dos melhores chocolates do Brasil, o bombom de cupuaçu e castanha-do-pará.

Também temos essa preocupação, porque trata-se de pequenos produtores e de pequenos empreendedores, que estão gerando emprego, que estão distribuindo renda.

Então, Senador, precisarei sair e deixarei para o próprio Senador Eduardo Suplicy continuar. Quero registrar, além dessa pergunta, pois ela tem como origem essa preocupação, sim. Preocupo-me com o fato de que, se não temos uma alternativa de retornar, possamos garantir a geração de empregos e o direito dos consumidores, inclusive esses pequenos empreendedores, espalhados por este País inteiro, geradores de milhares de empregos. Digo isso com toda a certeza e sem qualquer risco de errar. Se não houver uma alternativa dentro da própria situação da empresa Nestlé/Garoto, qualquer que seja a alternativa – entre os novos compradores, enfim – que tenham a preocupação das garantias dos empregos. Isso foi muito argumentado pelo Senador Gerson Camata na semana passada. Pretende-se, também, a garantia e manutenção dos empregos para que não haja a possibilidade de um descontrole no preço dos produtos, o que feriria o interesse dos consumidores.

Eram essas as preocupações que gostaria de deixar aqui. Infelizmente, preciso me retirar e não poderei ouvir as respostas da Nestlé, os motivos pelo qual não apresentou, e os motivos do Cade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, inicialmente, ao Relator, Dr. Thompson Almeida.

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Respondendo a curiosidade da Exmª Senadora, há dos tipos de cobertura: sólida e líquida. No caso de sólida, o grau de concentração Nestlé/Garoto é de 88,5%; no caso de cobertura líquida, o grau de concentração é de 100%.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA – Eu tinha feito uma pergunta à Nestlé sobre o porquê de ela não ter apresentado uma proposta alternativa, conforme foi a indicação.

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Dentro do processo, como representante da Nestlé, quando tivemos um dos pareceres do SDE, que falava da descontinuidade ou da regularização desse setor – não me lembro exatamente qual o termo utilizado – ele fez algumas recomendações, não foi essa apenas, que regulariam o mercado. O andamento normal seria, obviamente, submeter o caso, porque não cumpre à Secretaria, pelo menos na minha interpretação, trazer ou pedir alguma proposta, mas, sim, talvez pelas regras, mais ou menos flexíveis e que tenham esse processo quando apreciam um ato de concentração, eventualmente poderia, a critério do Sr. Relator, ter sido colocada alguma possibilidade e, depois, obviamente deveria ser referendado e aprovado nos votos dos demais conselheiros se isso, pelo entendimento deles, fosse cabível.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o terceiro autor de requerimento, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet; prezado Sr. Governador Wellington Coimbra, quero aqui externar o mesmo sentimento dos Senadores Ramez Tebet e Gerson Camata ao nosso Colega, hoje Governador Paulo Hartung, que tanto honrou esta Casa e que, tenho certeza, está propugnando pela defesa dos interesses do povo do Espírito Santo, como todos os Parlamentares, Prefeitos e Secretários aqui presentes juntamente com o Governador.

Sr. Presidente, é muito importante que possamos esclarecer, sobretudo, tendo em vista o espírito combativo dos Senadores Gerson Camata, João Batista Motta e Magno Malta, que aqui externaram, com espírito apaixonado, a defesa dos interesses do povo do Espírito Santo.

Em algumas ocasiões, o Senador João Batista Motta chegou a dizer que houve interesses escusos. O Senador Magno Malta – a quem ontem tive oportunidade de ouvir, pois ambos aparteamos o Senador Gerson Camata – , em certo momento, falou que "a decisão do Governo Lula, dos conselheiros do Cade seria contra o Espírito Santo" ou algo nessa linha.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Senador Suplicy, não citei a decisão do Governo Lula, não. V. Exª não ponha palavras na minha boca. Eu não disse isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas V. Exª mencionou que a decisão do Governo como se o...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Disse que esperava que o Governo cooperasse...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como eu entendi assim, tudo bem se não foi.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas, se S. Exª diz que não falou, Senador, não há necessidade de discutir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, todos os Senadores definimos a Lei

de Concorrência, aquela que rege os princípios do Cade. Então, fomos nós que votamos a legislação que determina que, sendo feridos a livre concorrência e os princípios de livre iniciativa, cabe aos conselheiros do Cade a devida defesa e as decisões.

Aqui, nós Senadores aqui argüimos, votamos e debatemos com os conselheiros do Cade quando aqui estiveram, alguns, inclusive, por duas vezes.

Sr. Presidente, em função disso, considero muito importante a palavra dada pelo Presidente João Grandino Rodas, que, em sendo voto vencido e único na Comissão, aqui deu o seu depoimento quanto à atitude séria e íntegra de seus colegas conselheiros do Cade. Faço essa ressalva porque é importante.

Como o Senador Gerson Camata comentou que alguns dos conselheiros não teriam, segundo a informação que obteve, estudado bem o caso e talvez tenham votado sem a completa compreensão, sem o total esclarecimento do assunto, seria importante, nesta oportunidade – acredito que este tenha sido o objetivo do Senador Gerson Camata –, chamarmos todos os conselheiros, para que possamos ter esse tipo de esclarecimento.

Sr. Presidente, são cinco os conselheiros. Dois já se pronunciaram. Os quatro restantes poderiam, brevemente, dizer o quanto estudaram seriamente a matéria, que tiveram todas as informações e votaram com a seriedade aqui declarada pelo próprio Presidente do Cade. Nessa oportunidade, os conselheiros poderiam recordar quem os designou, porque, salvo engano, Sr. Presidente, dos atuais conselheiros, cinco foram designados ainda pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e, o mais recente, pelo Presidente Lula.

Sr. Presidente, transmito a preocupação, mais do que legítima e justa, dos Senadores de ter assegurada a seriedade e a integridade, sobre como os conselheiros do Cade estão votando, levando-se em conta o que está na legislação e no seu voto. E, como me parece que cada um deles apresentou um voto por escrito, que possam esses votos ser aqui objeto do conhecimento e distribuição a todos os membros, sobretudo aos Senadores do PSDB.

Sr. Presidente, a segunda questão que avalio como fundamental é se essa decisão do Cade coloca qualquer risco de preservação à Garoto e ao nível de emprego no Espírito Santo – há três mil trabalhadores diretamente empregados em Vila Velha, segundo o Prefeito Max Mauro Filho, e cerca de 12 mil empregos indiretos; fornecedores e tudo.

Sr. Presidente, eu pediria um esclarecimento à Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Alimentícia, Srª Linda Moraes, que nos honra com a sua presença, tendo em conta essa grande aspiração do povo do Espírito Santo, a que todos nós somos solidários, de preservação do emprego e da empresa Garoto e dos empregos nas empresas fornecedoras: não podendo eventualmente a Nestlé, por esta decisão, continuar a ser responsável, se outro acionista aparecer, ficando assegurados os empregos, os trabalhadores considerariam que a decisão pode ter sido eventualmente benéfica? E por que isso? Pela exposição do Conselheiro Thompson Andrade*, Relator – e acredito que os demais poderiam nos explicar sobre isso – é possível que, com a aquisição por parte de outros acionistas do controle da Garoto, possa haver, graças a um maior grau de concorrência, inclusive expansão da empresa e das oportunidade de emprego. Pareceu-me que esse foi o espírito, a análise técnica da decisão tomada.

Portanto, se for esse o resultado, não haveria esse prejuízo e a razão maior da comoção dos três Senadores, dos Parlamentares e certamente do Governador Wellington Coimbra, do Governador Paulo Hartung e dos prefeitos aqui presentes todos. Esse objetivo estaria sendo atendido. É claro que precisaríamos, então, ouvir, para completar a história, qual é a possibilidade desses outros acionistas.

O Senador Gerson Camata fez aqui uma observação – é claro que permito...

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido – ES) – Mais vale um pássaro na mão do que dois voando.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/ PT – SP) – Quero até fazer uma ponderação.O Senador Gerson Camata, no seu entusiasmo de defesa da Garoto, da tradição e de toda a empresa, observou que haveria potenciais inimigos do Estado do Espírito Santo. Por que razão? Porque teriam mostrado interesse em preservar a concorrência; de um lado houve o interesse, pelo que entendi, de uma das concorrentes presentes no Brasil hoje, que é a Lacta.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) **(fora do microfone)** – São duas fábricas no Estado de V. Exª este ano.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

De outro lado, há potenciais compradores. Não sou um especialista. V. Exª mencionou a Kraft, uma das marcas de cigarro que provocariam câncer. Diante da sua observação, considerei que, se a indústria de cigarro começar agora a produzir menos cigarros e mais chocolate, será benéfica para a saúde. Então, não veria isso necessariamente como um mal. O fato...

O SR. (fora do microfone) – A ... só produz chocolate, não produz...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª está com a palavra, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, penso que seria muito importante – levando-se em conta a observação do Senador Gerson Camata, segundo a qual mais vale um pássaro na mão do que dois voando – para o Cade e para nós, da CAE, termos segurança de que, se porventura não for possível a Nestlé ficar com o controle da Garoto, que efetivamente haja o interesse de outros investidores potenciais, que garantirão a preservação da empresa, sua expansão e as oportunidades de emprego. Essa é uma informação que, para nossa decisão, inclusive para a consideração que V. Exª acaba de fazer ao Senador Gerson Camata, é importante. Precisamos saber, para criar eventualmente fato novo, se potenciais interessados na aquisição da Garoto irão de fato levar adiante a empresa.

Há uma importante questão de natureza econômica, que poderia ser respondida pela direção da Nestlé e pelos conselheiros do Cade.

Por que o mercado de chocolates tende a ser tão concentrado?

É fácil para nós compreendermos que a indústria de sapatos envolve desde sapateiros que produzem sapatos artesanalmente até enormes indústrias. Então, há pequenos fabricantes, médios fabricantes e grandes fabricantes de sapato. A indústria têxtil é outra. A indústria de confecções é outra. Citei três exemplos de setores altamente competitivos. Por que razão o mercado de chocolates levou esse setor da economia a se tornar tão concentrado?

Faço essa pergunta, Sr. Presidente, porque ela...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A quem?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ao diretor da Nestlé. Aqui há dois diretores, eles decidem quem deve responder. Depois, será a vez de representantes do Cade.

Finalmente, Sr. Presidente, ao Presidente João Grandino. Como ele mencionou os princípios da Constituição, da livre iniciativa e da livre concorrência, penso que ele possa tornar claro para nós... Sim, a Constituição brasileira assegura que haja o funcionamento da livre iniciativa e da livre concorrência. Isso significa que deve, levando em conta tais princípios, haver uma lei que diz quais são as normas que presidem a livre iniciativa e a livre concorrência. Então, se ele puder nos esclarecer o que exatamente diz a legislação referente às regras de livre concorrência. Por que, nesse caso, os seus colegas impugnaram a operação?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao representante da Nestlé.

O SR. HUMBERTO MACCABELLI – Sr. Senador, estarei transmitindo aos senhores informações que foram apresentadas por todas as partes interessadas no processo. No mercado de chocolates – isso está nos autos do que foi discutido – os dados que temos são objetivamente os seguintes: aqui no mercado brasileiro estão praticamente todos os **players** mundiais que trabalham nesse setor. Então temos a Nestlé, a Kraft, a Mars, a Hershey, a Arcor, a Cadbury*, que está hoje com operação dos confeitos que antes eram da Adams e que foi vendido pela Kraft para a própria Cadbury. Todos os grandes **players** desse mercado estão presentes no Brasil. Isso fez parte da nossa análise quando fizemos um estudo para comprar e para ver se seria factível do ponto de vista da concorrência. No mundo todo esse mercado é mais ou menos dividido desta forma, todos eles estão nos quatro cantos do mundo. Analisando o mercado de chocolate – esses dados foram levados e não quero rediscutir o que foi discutido no processo, não estamos aqui para isso mas apenas para dar informações – e considerando chocolates sob todas as formas, e isso auditado pela Nilsen, considerando chocolates formas e mais Páscoa, todos esses chocolates juntos representam para a Nestlé 30,3% de participação em valor e 29% em volume. Se considerarmos a Garoto, representam 24% em volume e 21% em valor. Ou seja, Nestlé mais Garoto nesse seguimento, chocolate sob todas as formas incluindo Páscoa, representam uma concentração da ordem de 53,7% em volume e 51,9% em valor contra 33% da Lacta e alguns representantes do mercado como Neugbauer*, Ferrero Rocher, Arcor, Mars, Hershey, e outros que ficam com o restante do mercado, todos presentes no mercado brasileiro. Então 53,7% em volume e 51,9% em valor.

Se consideramos apenas a Páscoa, a Nestlé tem 23% em volume e 26% em valor, a Garoto, 18,9% em volume e 20% em valor. Considerando Nestlé mais Garoto, só para a Páscoa, temos uma concentração da ordem de 42% em volume e 46% em valor.

Chocolates artesanais: aqui quero fazer uma ressalva de que chocolates artesanais foram discutidos tanto pelas secretarias quando o processo passou, como também pelas análises que constam do voto do Sr. Relator. O chocolate artesanal que é feito baseado na matéria prima, nas coberturas que são vendidas e que consideramos chocolate industrial, não foi considerado no mercado relevante para a análise feita. Então os chocolates artesanais não têm participação porque vendemos a cobertura sem a marca; é uma matéria para o pequeno fabricante de chocolate artesanal, existe

um volume de 26 mil toneladas e em valor representa R$520 milhões. Se considerarmos essa parte de chocolate fabricado, ele ficou fora da análise do mercado relevante, porém também faz parte do chocolate não como mercado relevante, mas do chocolate sem entrar nessa análise técnica.

O total de chocolate, se considerarmos tudo, teríamos uma participação Nestlé/Garoto da ordem de 44% em volume e 41% em valor. Isso significa o total inclusive os chocolates artesanais. Tirando os chocolates artesanais, totaliza 52% em valor e 53,7 em volume. Essa é a concentração.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – A minha pergunta é: por que razão o mercado de chocolates é tão concentrado? Quais as razões econômicas que levam a isso? Por exemplo, o setor automobilístico é altamente concentrado porque existe a economia de escala. Isso é do conhecimento de todos, ou seja, para produzir um automóvel é necessário uma produção bastante alta. Por isso, é um setor tipicamente oligopolizado.

Conheço bem os chocolates Garoto, Diamante Negro, Bis etc. Eu queria saber por que razão o mercado de chocolates é tão concentrado.

O SR. HUMBERTO MACCABELLI – Peço ao meu colega de diretoria que responda esta pergunta de V. Exª.

O SR. CARLOS FATI – Senador, vejo que V. Exª não é fiel a uma marca. Não é um defeito, é um direito de consumo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – De qual eu me esqueci? Falei Garoto.

O SR. CARLOS FATI – Não, V. Exª falou Diamante Negro, Lacta...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Não, mas Diamante Negro. Faleceu outro dia o Leônidas... Como eu me esqueci dele?

O SR. CARLOS FATI – É, Leônidas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Foi em homenagem ao Leônidas que...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. Faz soar a campainha.) – Senhores, vamos nos ater ao assunto, em razão do adiantado da hora, e há muitos debatedores.

O SR. CARLOS FATI – Há dois aspectos que reputo mais de formação de desenvolvimento econômico que uma resposta muito conclusiva. Primeiro, obviamente, é uma área que necessita de economia de escala por tecnologia, por conhecimento etc. Em segundo lugar, o Brasil apresenta, por mais incrível que pareça, o consumo de chocolate **per capita** mais baixo da América Latina – não perdendo para a Argentina, que é sempre nosso rival de comparação, não só de futebol, mas também em outros aspectos – que está em torno de um quilo **per capita**, o que é mais baixo que alguns países de renda **per capita** que o nosso.

Ocorre que o chocolate está deixando de ser um produto de consumo excepcional, tendendo a passar a ser um produto de consumo corrente, o que deverá, obviamente, permitir, um mercado relevante que, se agregado, como o meu colega diz, ensejará uma participação, uma oportunidade de os **players** existentes no mercado concorrerem de uma forma muito mais objetiva, mesmo porque não só Garoto, Nestlé, como também Lacta e outros têm possibilidade de desenvolver produtos, porque têm condições não só de tecnologia como de economia de escala também.

O SR. HUMBERTO MACCABELLI – E a Nestlé está há 82 anos no Brasil, ao passo que outras marcas estão no Brasil há menos tempo, apesar de que, cada uma dessas competidoras tem-se focado em segmentos específicos, alguns somente na parte de confeitos, outros, de bombons. Existem algumas especificações, sendo que cada uma prefere seguir sua própria tradição.

Dessa forma, no chocolate, existe uma concentração que, absolutamente, no nosso processo, não entendemos que exista uma concentração tão elevada, apesar de que não estou discutindo o processo: estou apenas dizendo que 50% de mercado, diante de 34% de outros concorrentes, e com os outros também presentes no mercado, existe perfeitamente a possibilidade de uma concorrência saudável, ainda que algumas correções possam ser feitas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Eduardo Suplicy fez uma indagação dirigida ao Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade. A pergunta, se não me falha a memória, Senador, é no sentido de que o Dr. João Grandino referiu-se a um princípio constitucional de defesa da livre concorrência. Esse preceito é constitucional e S. Exª, o Senador, deseja saber como está isso na lei ordinária. Estou certo, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Presidente do Cade.

O SR. JOÃO GRANDINO RODAS – Muito obrigado. A pergunta do Senador Eduardo Suplicy é muito inteligente, como todas as que S. Exª faz, justamente por essa razão, leio todos os seus artigos desde o final da década de 60, mas realmente, de uma forma breve, digo o seguinte: todos sabemos que existe a hierarquia das leis. Portanto, a Constituição é a Lei Magna que subordina as demais, que devem ser feitas – todos na Casa sabem melhor do que eu – , pas-

sando pelo crivo da constitucionalidade da lei, um dos aspectos que os Senadores e Deputados examinam. Portanto, em princípio, existe a presunção de que as leis são constitucionais. Entretanto, temos a questão do controle da constitucionalidade. Apesar disso, essa presunção não é unânime, não é absoluta porque permite aos órgãos do Estados dizerem especificamente se uma lei, apesar de ter passado por aquele controle, é constitucional ou não.

Com referência ao direito econômico, isso é mais específico, porque sabemos que o direito econômico tem uma percentagem muito grande de princípios que são fluidos, porque justamente temos o direito misturado com a economia. Por isso, se lermos a Lei nº 8.884, que é a legislação nossa, vamos notar a expressão "ferir a livre concorrência". São coisas cujos parâmetros são, em parte, subjetivos.

Então, eu poderia dizer que a aplicação do direito econômico é muito diferente dos demais, que são direitos bem estritos, como o direito penal, em que a coisa terá de ser tipificada de uma maneira absoluta para ter valor. O direito econômico é fluido justamente porque os conceitos da economia o são, e não pode ser diferente.

Então, nesse caso, o que temos aqui e a que me referi é o fundamento da livre iniciativa que consta do **caput** do art. 70, e dos incisos constam o princípio da livre concorrência. Então, já vemos que a própria Constituição deu uma gradação, um valor primacial ao fundamento de livre iniciativa. E, com referência a tudo o que ouvimos hoje, eu diria o seguinte: o que é livre iniciativa? Sem entrar em casos, porque ninguém está aqui advogando isto ou aquilo, mas, no momento em que a Nestlé comprou a Garoto e fez apresentação **a posteriori** ao Sistema Brasileiro de Defesa e Concorrência, ela cumpriu uma lei, pois, a nossa lei possibilita que seja feito posteriormente. Ela fez baseado na livre iniciativa, que é o motor da economia.

Portanto, o que os órgãos vão examinar, ao colocar a concorrência, não é se existe uma coisa melhor do que aquela para se substituir, porque a livre iniciativa é um fundamento da Constituição, então, tem primazia, só não terá se, de uma forma excepcional e numa medida mínima necessária, a correção puder ser feita.

Então, a minha acepção, e não estou defendendo, mas respondendo a uma pergunta do Senador que muito me honra, é justamente esta: não cabe, a meu ver, a um órgão do Executivo interferir naquele fundamento, porque a livre iniciativa é que vai dizer se compra, se não compra, se vende, se não vende. Não é alguém que vai dizer: não, mas é melhor que outro compre, é melhor que outro venda. Não, isso não cabe, quer dizer, não cabe a um órgão substituir a livre iniciativa; cabe corrigir, excepcionalmente e na estreita necessidade, a questão que é feita. Portanto, não é possível, a meu ver, que um órgão, o Cade substitua a iniciativa privada e diga: neste caso, fica melhor para a livre concorrência. Não é isso, tem que corrigir o mínimo necessário, não se pode substituir porque não tem o poder de fazer aquilo que cabe à livre iniciativa. Então, essa é a regra constitucional.

Por que imagino que o legislador constitucional tenha dito isso? Talvez porque, na medida em que as interferências na economia sejam cada vez maiores, não só do Cade, mas de qualquer outra coisa, sabemos o que acontece. Nossa história nos diz que a economia só funciona se houver uma livre iniciativa. É claro que essa livre iniciativa tem que ser corrigida, mas não se pode dizer: isso não pode, então vamos fazer o contrário, porque achamos que fica melhor para a concorrência. Não é isso, não cabe, temos que fazer a correção mínima excepcional e necessária.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Doutor, será que eu entenderia, se o Senador Suplicy me permitir... V. Exª sempre me permitiu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Claro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª, então, entenderia que, ao ver de V. Exª, ao Cade incumbiria não saber se o negócio é bom ou ruim, mas saber se isso traz monopólio, se prejudica a livre concorrência.

O SR. HUMBERTO MACCABELLI – Eu diria o seguinte: cabe até mesmo ao Cade o desinvestimento completo – é claro que cabe –, mas se não houver nenhum meio de alguma coisa menos grandiosa ser feita.

Agora, é aí que eu venho e coloco aos meus colegas, a quem respeito. O problema é o seguinte: considerei que existe um meio menos intervencionista para resolver a questão. Fui o último a dar o voto e imagino que eles tenham pensado na constitucionalidade, mas não vi, explicitamente, nenhum voto. Quer dizer, foi algo que foi tomado por definido, foi tomado por **taken for granted**, foi tomado como algo assente.

Em face das colocações que sempre fiz no Conselho nesses quatro anos, considero que, para mim, não foi. Agora, imagino que, mesmo sem ter dito claramente, eles acharam que não havia outro meio senão esse para resolver a questão. Então, respeito nessa possibilidade. Não digo que eles estejam errados nem nada, mas a minha opinião é de que a interpretação é essa e haveria um meio menos intervencionista, e assim a Constituição não nos permite o mais intervencionista. Talvez eles tivessem imaginado, sem ter

dito – é claro que eles sabem que o princípio da livre concorrência não é absoluto – , eles imaginaram que a única correção possível seria o desinvestimento. Respeito a posição.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se for possível, conforme eu sugeri, muito brevemente os cinco conselheiros que votaram...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, veja bem, estou recebendo sinais aí. Não tenho pressa, mas quero garantir ....

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não. Pode ser até o final, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Isso. Quero garantir, tanto quanto possível, a participação de todos os Senadores e a participação de todos. Eu por exemplo, acho que V. Exª fez uma pergunta e acho que era a oportunidade de a Drª Linda se pronunciar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Exato!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – ... com relação ....

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – À questão do emprego.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – ...à questão do emprego. Depois, então, concederei a palavra a V. Exª. No final...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – No final ouviremos os cinco conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – ...vamos ver o que vamos fazer diante do horário e das nossas responsabilidades.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Assegurado isso, então, só a Srª Linda Morais, por favor ....

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não é assegurar, é a possibilidade dentro...

O SR. – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra a Drª Linda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ela precisaria falar ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos providenciar uma maneira. Os homens haverão de ser gentis, ela merece um lugar de destaque, porque é a única.

A SRA. LINDA MORAIS – Obrigada.

Exmºs Srs. Senadores, meus cumprimentos aos Deputados e Deputadas, ao nosso Governador, ao nosso Prefeito de Vila Velha, gostaríamos de externar aqui o nosso anseio, o anseio dos trabalhadores e de cada capixaba.

Não estamos, em nenhum momento, o Sindicato, questionando, com certeza, a seriedade dos Conselheiros do Cade. Desde o início tem havido audiências, encaminhamos um documento onde colocamos que, se houvesse a concretização da venda, haveria a possibilidade de garantia dos nossos empregos – são três mil – , a marca Garoto e a empresa no Estado. Então, essa sempre foi uma luta dos trabalhadores e de cada capixaba.

A Garoto, há bem mais de dois anos, passou por um processo de insegurança e de turbulência, a mesma que passamos agora, quando chegamos e não conseguíamos pousar por falta de teto. Foi até um pouco pior. Então, foi um clima de insegurança. Não sabíamos para onde a nossa empresa iria. E cada trabalhador tem uma história naquela empresa, cada capixaba, cada comerciante. E todos já colocaram da importância da empresa para o nosso Estado.

Quando aconteceu esse fato, que a empresa iria ser vendida para uma multinacional, o sindicato foi para as ruas lutar para que ela não fosse vendida. Fizemos várias reuniões com a família Meyerfreund, na tentativa de que a família ficasse com a empresa, mas não houve jeito. Buscamos ainda no Brasil uma empresa que pudesse comprar a Garoto. Hoje nosso anseio, nossa grande preocupação é que a Garoto, ao ser vendida, garanta os três mil empregos, pois é fundamental essa questão dos empregos, muito bem assinalados pelo Senador e pela Senadora.

Há uma parte do relatório do Sr. Thompson em que ele coloca a questão da alienação. Ou seja, a possibilidade de se vender a Garoto para uma empresa menor, podendo se dispor de alguns equipamentos e maquinários. Qual é a nossa preocupação? Não estamos aqui para defender, de forma alguma, a concentração ou as multinacionais, mas a tranqüilidade e a estabilidade dos trabalhadores das três mil famílias, dos nove mil empregos diretos que a empresa hoje patrocina.

Há também a questão da economia capixaba, porque a Garoto é uma empresa que gera recursos para o Município. Vila Velha, por exemplo, é um Município de renda **per capita** baixa. A Garoto é a maior empresa do Município, do Estado do Espírito Santo e também do Brasil. Sempre estivemos acompanhada pelo prefeito, pelo nosso Governador, pelos Senadores da Bancada capixaba e nossa preocupação foi obter essa garantia.

O Senador nos pergunta qual é hoje a reação dos trabalhadores. Ontem houve um grande abraço, com a presença de cerca de dois mil trabalhadores e das nossas autoridades que lá estavam nos acompanhando.

Nossa preocupação não é a defesa da Nestlé, de forma alguma. Queremos que a empresa a adquirir

a Garoto consiga manter a estabilidade e os investimentos no Município, no Espírito Santo.

Acho que isso ficou bem assinalado. O nosso Município tem a história da Antártica, que foi fechada, da Salebrás(?), da Braspérola, que está sendo vendida agora para um grupo francês. Nós não queremos passar por essa situação. Isso dá um aperto no coração. Estamos aqui numa audiência, procurando chegar a um denominador comum com relação a esse impasse.

Ontem, durante esse abraço que foi realizado, contamos com o apoio da população, das comunidades, das autoridades do Estado. É importante relatar que havia trabalhadores que diziam o seguinte: Garoto e Nestlé, esse casamento é perfeito. Qual foi nossa análise a respeito? Depois de dois anos de turbulência, de dois anos de indefinição, hoje eles se sentem acomodados com a Nestlé.

Não é essa a posição do sindicato: queremos que a empresa que adquirir a Garoto tenha condições de dar estabilidade e que não haja restrições. Como resolver o impasse da concentração e das restrições? Restrição significa redução do quadro de funcionários. Estamos aqui ansiosos para resolver essa situação. Acho que é louvável aqui, diante das autoridades, diante do nosso prefeito, do nosso Governador, dos nossos Senadores e Senadoras, Deputados e demais autoridades, encontrarmos uma solução para esse impasse. Nós estamos realmente ansiosos quanto a isso. A categoria está tensa, muito preocupada com a questão da estabilidade dos empregos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Dr. Thompson Almeida pediu para fazer um esclarecimento com relação a essa parte e gostaria de ouvi-lo, objetivamente, como sempre.

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – O Senador Gerson Camata leu os itens B e C, mas não leu o item A da decisão, que diz o seguinte: "A Nestlé deverá alienar os ativos da Garoto ou ativos equivalentes àqueles adquiridos quando da realização do ato, de modo a envolver o negócio inteiro, independente e sustentável, a um terceiro interessado." Ou seja, aquela preocupação com os itens B e C é legítima, mas isso deve ser colocado na perspectiva de que o que estamos decidindo é que a venda se faça de um negócio inteiro e não de pedaços da Garoto. Ou seja, algo inteiro, independente e sustentável. Isso tem a ver com a preocupação da senhora, que disse que os trabalhadores eram contra a compra da Garoto quando a Nestlé a adquiriu. Eu me lembro perfeitamente da movimentação do sindicato contra a compra. De alguma forma, a Nestlé foi convencida pelo sindicato pela manutenção dos empregos e a garantia dos investimentos que deveriam ser feitos. Quero crer que o mesmo poder de convencimento exercido naquela época também será exercido frente a um novo comprador da fábrica, que terá uma unidade produtiva que, para funcionar, precisará desses trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Thompson, farei uma pergunta rápida ao senhor. E se aparecer uma empresa que seja de potencial econômico superior ao da Nestlé? Como é que fica o Cade nisso?

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Isso está proibido pela decisão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, tem que vender para uma menor?

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Tem que vender para uma menor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E essa menor tem condições? A preocupação dos empregados, portanto, é justa. Se não pode vender para uma maior... Sou a favor de que os pequenos cresçam, mas a argumentação deixa... Não garante nada o que está escrito, muito ao contrário. Acho que isso traz uma inquietação, porque se não posso vender para uma maior, vou vender para uma menor para evitar o monopólio, que é o dever do Cade, como é que vou saber se essa menor tem resistência para 3 mil empregados? Ela compra e depois começa a despedir, essa é que é a verdade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Emiti esse juízo porque não agüentei... Tenho que presidir a sessão. Comprometo-me com os Srs. Senadores a não emitir mais o meu juízo, embora tenha o direito de fazê-lo, a fim de que todos tenham oportunidade de se pronunciar.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido – ES) – Fui citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu sei, mas não posso... Senador Gerson Camata, V. Exª vai retornar, eu lhe garanto que vai retornar. Fui um pouco intempestivo, embora tenha manifestado o meu ponto de vista. É a vez do Senador Efraim Morais, pela ordem; depois, é a vez do Senador Magno Malta.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Teria que comprar por inteiro. Qual é o pedaço que o Cade alcançou? Por que é que, se ela não pode comprar toda... Ela pode comprar toda?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Efraim, V. Exª...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Só porque ele disse que tinha de ser uma parte. Se tem, qual é o pedaço que deixou de ser comprado? Se o Cade tem conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Magno Malta, com a sua compreensão. Depois não permitirei a mais ninguém, vou dar a palavra pela ordem, realmente, e quero colaborar. Por favor, Dr. Thompson, tem V. Exª a palavra.

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – O que está mencionado no item c é o seguinte: quando se adquire qualquer empreendimento, pode acontecer que existam equipamentos não utilizados, que não têm nenhum emprego na atividade produtiva. Então, o item c é apenas uma válvula de escape para que determinadas máquinas e equipamentos que não forem necessários para a produção não sejam forçados a serem vendidos ao comprador, porque o que deve prevalecer aí é a idéia do item a, de que o negócio tem de ser um negócio inteiro, independente e sustentável. O que quero dizer e o que se entende por inteiro, independente e sustentável? É a fábrica, são as marcas e seus direitos, é a rede de distribuição. Enfim, é isso que está sendo dito, que deve preponderar e que deve ser importante para preservar os empregos tão importantes para o Espírito Santo e para o País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero lembrar apenas uma conta de matemática. Se tenho 20 e depois compro mais 20 passo a ter 40. No meu raciocínio, se tenho 20, sou uma empresa que tem 20 e compro mais 25 passo a ter 45. Fiquei grande do mesmo jeito. Senador Magno Malta, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Deputados. Quero cumprimentar os Deputados Federais da nossa bancada que aqui estão, os Deputados Estaduais, Vereadores, o Prefeito Marques Filho, o Prefeito de Colatina, o Prefeito de Vila Velha, Secretários de Estado, nosso Governador Lelo Coimbra.

Sr. Presidente, se V. Exª me permite, na verdade, a luta é de todos nós. Como foi citado o Senador Gerson Camata, e o assunto desse item está bem quente, queria passar a palavra para a S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Gerson Camata é autor do projeto e terá direito de voltar a falar. Já é uma hora da tarde, e quero dar chance a todos que estão esperando para falar.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido – ES) – Mas temos até as 15h30min para isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, é o final da fala do Sr. Thompson. Permita meu gesto benevolente com o Senador Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu sei, mas S. Exª vai falar depois e concordou. Senador Magno Malta, se o Senador Gerson Camata está de acordo, por que V. Exª insiste?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – V. Exª está de acordo comigo ou com o Presidente?

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido – ES) – Manda quem pode, obedece quem tem juízo. Vou atender a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Magno Malta, vamos ouvi-lo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros e Sr. Presidente do Cade, é com muito respeito que quero fazer as minhas considerações. Não sei se tenho condições de me portar como o Senador Gerson Camata – em um momento S. Exª é Bush, em outro é João Paulo – , mas vou esforçar-me para manter a calma, até porque imagino que todos nós tecnicamente não podemos nem chegar perto dos senhores. Assisti ao seu relatório, ao seu voto e de alguns dos Srs. Conselheiros. Para o cidadão que pensa em emprego em um País que cresce, não se pode desempregar; ao contrário, tem-se que empregar, atrair investimentos que signifiquem geração de emprego e renda. O técnico para nós tem seu valor, mas não fecha a tampa definitivamente.

Queria fazer as minhas considerações. Temos as nossas razões de estar com o nervo à flor da pele, exacerbado em alguns momentos, quando falamos ou discutimos a questão, porque sabemos onde o calo está doendo, o que está apertando em nós, a angústia em que vivemos.

O que gostaria de dizer ao Senador Gerson Camata é que S. Exª não leu o item "a", somente o "b" e o "c". Então, seria necessário que no relatório houvesse uma coisa ou outra. Qual é o investidor que sabe que pode comprar um pedaço e vai comprar tudo? Isso causa confusão e, como dizia o Presidente, traz uma inquietação maior.

Quero fazer algumas leituras. O Governador, quando fez sua exposição, falou da vida da Garoto. São cerca de US$150 milhões de investimentos que vamos perder, segundo os dados que consegui captar. Com a Garoto, a Nestlé teria 50% do mercado brasileiro de chocolate e, sem ela, volta a ter 34%. A Garoto, no Espírito Santo, oferece três mil empregos; são dados que já foram fornecidos. Se fizermos uma análise prévia com base no que o Cade já havia decidido, veremos os motivos ou o motivo para a Nestlé ser penalizada com essa decisão.

A aquisição da Kolynos pela Colgate-Palmolive, aprovada pelo Cade em 1996, deu uma fatia de 78,1% do mercado à nova empresa. Com a medida restritiva, o Cade proibiu a venda da pasta dental com a marca Kolynos por quatro anos. Em 2000, a fusão das cervejarias Brahma e Antarctica deu origem à Ambev*, uma das cinco maiores cervejarias do mundo; o grupo ficou

com uma fatia de 70% do mercado. Na época, o Cade exigiu que a Ambev vendesse cinco fábricas e passasse adiante a marca Bavaria, que representava apenas 3% do mercado nacional. Alguns jornalistas escreveram alguma coisa chamada de truque do guaraná.

A Ambev, fusão da Brahma e Antarctica, deu aula de esperteza e diplomacia. Os co-presidentes da empresa foram recebidos pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, para comunicar, juntamente com o Presidente Mundial da Pepsi, que o guaraná Antarctica seria engarrafado e distribuído em todo o mundo, em 200 países pela Pepsi, o que foi um verdadeiro golpe de mestre para quem é acusado pela concorrência de ser uma ameaça ao emprego e à liberdade de preços. Não há uma lata de guaraná em lugar nenhum do mundo.

Com a investida internacional, a Ambev partiria para a exploração do grande potencial do seu refrigerante, e ainda colocou sobre o governo a responsabilidade de viabilizar o sucesso de uma iniciativa genuinamente nacional, o que dependeria de parceiros favoráveis na fusão da Secretaria de Acompanhamento Econômico e do Cade. As decisões foram favoráveis à fusão. Ao viajar ao exterior, ninguém encontra uma lata sequer de guaraná.

Miriam Leitão, uma conceituada economista, respeitada e ouvida por aqueles que querem saber um pouco, diz o seguinte:

A concentração em cerveja é mais perigosa do que em chocolate. Cerveja tem naturais barreiras à entrada. É difícil transportar, é difícil importar para ser bem sucedido. Um País como o Brasil exige investimento altíssimo. A Nestlé comprar a Garoto é melhor do que deixá-la falir. O Cade permitiu uma operação que dava à AmBev (Companhia Brasileira de Bebidas) 75% do mercado; à Garoto e à Nestlé juntas, 53% do mercado. Se a conta for feita com os chocolates artesanais essa proporção cai para 37%. A melhor receita para os males da economia brasileira é preço livre e competição. O Brasil não tem agência de defesa de concorrência.

A juíza da 8ª Vara Federal de São Paulo Adriana Pileggi de Soveral acolheu denúncia do Ministério Público para processar por corrupção e quebrar o sigilo bancário de envolvidos em suposta tentativa de suborno de membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) no processo de fusão das cervejarias Antarctica e Brahma que resultou na criação da AmBev.

Há uma série de casos registrados na Internet, todos da época da fusão das duas cervejarias: "O Cade estimula a entrada de cervejaria estrangeira."

Nós vamos à tribuna, Senadores e Deputados, expressamos a nossa angústia em relação a esse fato e mencionamos as medidas drásticas que devemos tomar porque a própria Constituição Federal abre-nos caminho para que nos posicionemos não em favor do Estado do Espírito Santo, mas em favor do Estado Brasileiro como um todo.

O art. 49 da Constituição Federal diz ser da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Outro fato que me chama a atenção é que, em 17 de novembro de 2003, quando o Ministro José Dirceu enviou a esta Casa – está assinado, mas não sei se foi escrito por ele ou pela sua assessoria, ou se assinou o que veio do Cade – pedido dos cargos que foram votados. Diz o seguinte:

O Cade atua preventivamente [ocorreu em 17 de novembro] e repressivamente, evitando a formação de estruturas econômicas excessivamente concentradoras e punindo condutas anticooperativas que impliquem prejuízo ao consumidor. Essa função importa em intervenção sobre a liberação econômica de cidadãos e empresas.

Exemplificadamente, o Cade pode vedar a fusão de duas empresas como a TAM e a Varig, para citar um caso notório, ou a aquisição de uma empresa por outra – por exemplo, a compra da Garoto pela Nestlé – ou impor restrições aos contratos privados dessas operações, se considerar que elas geram concentração empresarial, prejudiciais à concentração.

Isso ocorreu em novembro, então não sei se essa minuta foi para a mão do Ministro José Dirceu, vindo do Cade, ou se os seus assessores a redigiram. Duvido muito, porque ele precisaria de assessoria para escrever o texto. E quando um Ministro quer medida provisória a sua assessoria minuta e manda à Casa Civil para que os técnicos a examinem, depois o Ministro assina com a vênia dos seus técnicos.

Esse documento com a citação de Garoto/Nestlé já chegou a esta Casa em novembro do ano passado, antecipando a decisão. Para mim, soa muito estranho.

Faço essas observações até porque penso, a partir da fala do senhor e da fala do Presidente do Cade, que temos toda a possibilidade de revermos, por meio de recurso, a matéria no âmbito do Cadê. E como coordenador da Bancada do Estado do Espírito Santo, Sr. Presidente do Cade, quero solicita-lhe que recebanos no âmbito do Conselho. Gostaríamos de falar com todos os conselheiros para que possamos decidir – e aí disse eu –, com a ajuda do Governo Federal, que é um governo popular, advindo de bases e que não quer ver o desemprego e quer ver o desenvolvimento,

porque imagino que nenhum investidor internacional gostaria de investir em um país a partir de uma decisão como essa. Foi isso que eu disse e aproveito para responder ao Senador Suplicy: é verdade que a lei foi escrita por nós, que o Cade por si só não foi instituído, que as normas saíram do Poder Legislativo e dando ao Cade a possibilidade e os instrumentos para operar a partir dos instrumentos do Poder Legislativo, dizia o Senador Suplicy.

Pois bem, é verdade mesmo isso, mas é verdade também que há momentos na vida em que a graça é maior do que a lei, e este é um momento em que a graça tem que se sobrepor à lei. Recordo-me, Senador Antonio Carlos Magalhães, que, no ano passado, o Senador Suplicy mesmo veio a esta Comissão pedir que autorizasse São Paulo a fazer um empréstimo de R$400 milhões, quando São Paulo não tinha condição, atropelando o Regimento Interno desta Comissão. Mas o apelo era um apelo da graça, porque o transporte em São Paulo estava o caos. São Paulo é uma grande cidade, precisava, mas não tinha condição, estava endividado, mas, atendendo aos apelos do Senador Suplicy, atropelamos a lei em nome da graça e votamos o empréstimo para São Paulo negado a Estados pequenos.

Por isso este momento é excepcional também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª, Sr. Presidente, depois me permite um esclarecimento também na hora adequada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eu concedo um aparte a V. Exª, até porque votei no apelo de V. Exª.

Este é o momento em que a graça precisa se sobrepor à lei, até porque, quando se troca essa coisa técnica toda, essa linguagem técnica toda em miúdos, aí se diz que é a cobertura do chocolate líquido que faz deles os concentradores. Ora, a Garoto já tinha 70%, com mais 10% da Nestlé vai para 80%, então por que existe medidas conciliatórias? Até porque essa autarquia, ao que me parece, é para regular e não para sepultar. Em vez de propor marcos regulatórios, tira isso, põe isso, melhora aqui, enquadra aqui, sepultou-se de uma vez.

Tenho ouvido de pessoas abalizadas do setor e é o que percebo que como se assiste durante dois anos e meio... o senhor disse que nesses longos dois anos o Cade proibiu, dentro do acordo de irreversibilidade, que se demitisse. Foi proibido nesses dois anos, não é isso? E depois desses dois anos? Há uma série de perguntas a se fazer. Vende para uma grande? Não. Vende para uma pequena? Não. E se as pequenas não quiserem comprar? Fecha a Garoto? Demite todo mundo? Já existem pequenas? O senhor tem conhecimento se existe alguma pequena querendo? Alguém procurou? Alguém deu nome? Tem alguém interessado? E, se não tiver, se não existir pequena nenhuma que queira entrar nesse negócio, fechamos a Garoto? Mandamos os três mil para rua?

Quero dizer ao Sr. Conselheiro que, quando falo na graça, é porque ontem estávamos em uma manifestação de seis mil pessoas em frente à fábrica Garoto. Eram pais, mães, filhos, avôs, pessoas que choravam, porque, na verdade, raciocinam simploriamente como eu. Há um emaranhado técnico, mas a verdade é esta: não pode vender para um grande, vende para um pequeno, tem pequeno para comprar? Se tem é muito estranho, se já se apresentaram. Se se apresentaram é porque conheciam previamente o relatório. E se eles não existem – isso é conjectura minha – , e não aparecerem nunca, o que vamos fazer com a Garoto? O que vamos fazer com os nossos empregos? O grande problema, Sr. Conselheiro, é que nós temos um estado centralista, qualquer coisa vale para São Paulo, qualquer coisa vale para Minas, qualquer coisa vale para o Rio, mas para os Estados periféricos pouca coisa ou não vale nada.

Então, antes de entrar nas perguntas que quero fazer, gostaria de ler algumas coisas que saíram na imprensa, fornecendo os nomes.

A imprensa publicou que V. Sª, Conselheiro Fernando Marques, em voto recente, em 03 de novembro de 2002, no caso Warner-Lambert, sugeriu a aprovação sem restrição – eu gostaria de requerer por esta Comissão que as perguntas fossem respondidas por escrito, pois sei que não teremos tempo suficiente – , baseando-se principalmente em uma definição ampla de mercado, relevante para aquele caso, e também no fato de haver pressão competitiva entre os mercados de balas, confeitos e o mercado de chocolates, citando inclusive a declaração da Nestlé no caso Garoto e afirmando textualmente que: "não se pode afastar a pressão recíproca que esses mercados exercem entre si".

Já no caso Nestlé-Garoto, V. Sª, em absoluta contradição, descartou totalmente a interação entre esses mercados. V. Sª não acredita que tamanho antagonismo assusta o investidor? Por que dois pesos e duas medidas?

Além disso, naquele voto, V. Sª sustenta que a diferenciação do produto, os gastos com propaganda e distribuição capitalizada e economias de escala não constituiriam barreiras à entrada para novos entrantes, ao passo que, no caso Nestlé-Garoto, considerou que esses fatores são obstáculos intransponíveis, mesmo para grandes empresas multinacionais que queiram entrar no mercado brasileiro de chocolates.

Sem entrar no âmbito da incoerência técnica, V. Sª não considera que essa postura deixa qualquer investidor e nós mesmos, Parlamentares, em dúvida em relação à consistência, principalmente em caso de tanta importância para a economia nacional? Qual a razão dessa abrupta mudança de posição?

A mídia confere esta para o Conselheiro Roberto Pfeiffer: na edição desta semana da revista **Época**, em matéria intitulada "Negócio barrado", há a citação de uma declaração de V. Sª com relação a eventual postura da ação por parte do Governo do Estado do Espírito Santo quanto à decisão do Cade. A matéria traz que V. Sª afirmou que ações como essa pouco adiantará transcrever. "A Justiça só poderá analisar a ilegalidade dos procedimentos do Cade, não o mérito da decisão. Agimos de acordo com nossa consciência. A Garoto é tão boa que não poderia ser vendida aos pedaços".

Ora, em relação exatamente aos pontos "b" e "c", a que se referiu o Senador Gerson Camata, na decisão contida no voto do Conselheiro-Relator – com a qual V. Sª concordou, visto que acompanhou integralmente tal voto –, está previsto que a alienação da Garoto poderia ser parcial. Item "c": a alienação poderá, a critério do comprador, não incluir todos os ativos correspondentes à capacidade produtiva da empresa alienada à época da aquisição. Isso a longo prazo, até porque, no seu relatório, V. Sª dá 150 dias à Nestlé para acabar com essa conversa, "fechar a tampa". E se, em 150 dias, não vender?

A cada mês que passa, a Garoto se desvaloriza. Essa será a maior lesão aos cofres públicos do Estado do Espírito Santo e aos desta Nação. Uma questão que durou dois anos para ser decidida, no sentido de não ser feita, agora, tem 150 dias para se desfazer. E se, em 150 dias, Sr. Conselheiro, essa compra não acontecer por esses pequenos, que não sabemos se existem ou não – e, se aparecerem rapidamente, entenderemos que já existiam –, se eles não aparecerem, como faremos? Essa será uma grande lesão aos cofres do meu Estado e aos cofres da Nação.

Agora, refiro-me ao Sr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe. Alguns Parlamentares que assistiram ao julgamento do caso Nestlé-Garoto ficaram na dúvida em relação ao seu posicionamento. Inicialmente, V. Sª acompanhou o voto do Conselheiro-Relator que determinava a venda da Garoto, mas, ao final, disse apoiar o voto divergente do Presidente Grandino Rodas. Para quem assistiu ao julgamento, pareceu que V. Sª estava em dúvida.

Por que V. Sª não pediu vista para analisar melhor o caso? Havia já algum compromisso seu em votar ou acompanhar o voto do Relator? O senhor também participou da reunião secreta que houve entre alguns dos Conselheiros? O senhor me responde também.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Quero passar ao senhor as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª está formulando perguntas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/ PL – ES) – Eu aqui vou enviar aos Conselheiros que não estão na mesa, até porque não estão no requerimento do Senador Gerson Camata.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estão, estão aqui para responder.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O nobre Senador está com a palavra para discutir.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Prefiro as minhas formulações – V. Exª sabe conduzir a Casa. Se não, vou enviar para que me respondam por escrito, por gentileza. Vou pedir por gentileza. Isto aqui não é CPI, eles não estão depondo em CPI. Vou pedir por gentileza para que haja a resposta.

Mas eu queria, com a benevolência de V. Exª e entendendo que nós, da Bancada do Espírito Santo, é que estamos vivendo esta agrura, fazer as minhas perguntas. Começo questionando o Presidente do Cade, Sr. João Grandino Rodas.

Após a deliberação do caso Nestlé-Garoto, em atitude que julgo corajosa, o senhor não poupou críticas à atuação do órgão que preside. No seu entendimento, a decisão do Cade, nesse caso, representa um avanço ou um retrocesso? E por que o senhor classificou de inconstitucional o resultado a que chegou o Colegiado?

O senhor quer que eu faça a segunda e a terceira?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não. Vamos por ordem para que ele possa ser mais objetivo e ficar claro.

Por gentileza, o senhor responda a essas duas perguntas.

O SR. JOÃO GRANDINO RODAS – Na realidade, o que foi feito foi uma explicitação do voto. Eu não diria que foram críticas. É óbvio que, ao formular um voto divergente, preciso discordar, porque senão não será voto divergente. Então, eu preferiria não responder se foi avanço ou retrocesso. Acho que está implícito no que já falei, no sentido de que um dos condimentos que eu usaria e que usei no meu voto foi justamente o de fazer um mal menor, não porque sou bonzinho, mas porque a Constituição assim exige. Agora, se há avanço ou retrocesso, eu preferia, com a devida vênia, não responder.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Segundo informações colhidas em alguns segmentos,

como no de Cobertura de Chocolate Líquido, a fusão das marcas concederia quase 100% do mercado para a Nestlé-Garoto. A despeito disso, o senhor não julga que seria mais razoável o Cade determinar restrições à atuação da empresa do que simplesmente vetar toda a aquisição? Em outra oportunidade, como no caso da criação da AmBev e da compra da Kolynos pela Colgate, o Conselho aprovou os negócios com restrições. Por que essas mudanças de rumo, no entendimento do Cade?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esta pergunta é para quem?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Para o Presidente.

O SR. JOÃO GRANDINO RODAS – Eu diria o seguinte: muito embora seja um tribunal – e o Cade é um tribunal, mesmo que administrativo – não temos a necessidade absoluta de seguir os precedentes. Esses precedentes evoluem. Portanto, não se poderia amarrar, legalmente, no sentido de que seria ilegal não seguir o precedente em si. Entretanto, no meu voto, o que eu levaria em consideração seria que deveria haver uma evolução, e não um pico, como eu mesmo disse. O Colegiado poderia ir sinalizando, ao longo do tempo, que ele não seria tão benéfico como foi em determinado processo, mas o meu voto – e eu disse oralmente na época que, assim como a natureza, num salto, evolui, acharia que esse tipo de voto seria não aceitável para mim porque ele teria saltado e, então, que deveria haver aquele crescendo a que me referi.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Nas suas declarações, observei que o senhor se preocupa bastante com as repercussões sociais das decisões do órgão e eu o parabenizo por isto.

O senhor acredita que a defesa da livre concorrência pode conviver em harmonia com outros princípios constitucionais como os da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho? O senhor acha que o Cade, no caso sobre comento soube aplicar esses princípios constitucionais com sabedoria sobre esse caso?

O SR. JOÃO GRANDINO RODAS – Eu vou falar sobre o meu voto. Eu diria justamente o que repeti há pouco aqui: o Direito é a arte do bom e do equânime. Assim, acho que estaria respondida a questão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PI – ES) – Eu respeito a posição do senhor. Agradeço pelas respostas.

Queria fazer uma pergunta agora ao Dr. Thompson, que é o relator da matéria. Não há como negar que a compra da Garoto pela Nestlé envolveu questões complexas. Notícias dão conta de que o negócio entre as duas companhias durou mais de doze meses para ser concedido; o Cade, por sua vez, precisou de dois anos para julgar o caso.

Pergunto: se a operação é complexa, por que o Cade estabeleceu um prazo demasiadamente curto – aí volto a falar – para um caso complexo de cento e cinqüenta dias para que a Nestlé se desfaça dos ativos da Garoto? Qual o fundamento da sua decisão?

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Certamente estabeleci o prazo de cento e cinqüenta dias com base na minha experiência, na minha avaliação. Mas, posteriormente, quando indagado por jornalistas a respeito do que ocorreria se esses cento e cinqüenta dias não fossem suficientes, respondi, e respondo ao senhor agora, da seguinte maneira: as empresas têm ampla possibilidade de mostrar ao Cade que não houve possibilidade de cumprir esse prazo pelas dificuldades inerentes a tudo que foi solicitado. Portanto, é um prazo estimativo que, se a Nestlé mostrar que é inexeqüível, certamente os conselheiros vão levar em conta esses argumentos e alterar o prazo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Então, o senhor disse que o fundamento foi a sua experiência. Eu pergunto: experiência como técnico, como operador de mercado ou como empresário?

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Eu tenho trinta e sete anos de experiência técnica em todas as áreas em economia. Foi baseado nesses trinta e sete anos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – O senhor acha que é fácil vender uma empresa desse porte em cento e cinqüenta dias no momento econômico que vive o País?

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Se não for possível, certamente as empresas vão dizer que não é possível e o Cade vai examinar a situação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Mas eu estou perguntando com base na sua experiência. Acho que o senhor é um homem que sabe fazer leitura de mercado, sabe que o Brasil vive um momento... quando tivemos que contingenciar, ano passado, a economia de todas as maneiras para manter a inflação, cresceu o desemprego no País e o Governo Federal se ateve exatamente a esse ponto. Eu pergunto ao senhor: com base nessa leitura, o senhor acha que é fácil vender uma empresa desse tamanho em cento e cinqüenta dias? Eu estou perguntando ao senhor.

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Se eu coloquei isso no voto é porque julguei que é.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Agora eu faço outra pergunta ao senhor: se em cento e cinqüenta dias não se encontrar uma "pequena" para comprar, como faz?

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Esse será um fato novo. O Cade examinará a situação e vai tomar alguma decisão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Outra pergunta que faço, ainda, com um gancho nessa. O senhor disse que estava proibida a Nestlé de demitir enquanto estivesse sendo feita a análise. Pois a análise acabou. Se não vier uma "pequena" nesses próximos meses e as demissões começarem a acontecer, o senhor tem uma explicação técnica para isso?

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – A decisão foi pela venda. Certamente que a Nestlé ainda está contida. Enquanto não cumpre essa decisão, ela está presa ao acordo que foi assinado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Enquanto não for publicado?

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – É.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Vocês vão demorar quantos meses para publicar? Eu estou falando em meses; não estou falando em dias.

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Publicar o quê?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – A decisão. Ela está presa ao acordo.

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – É questão de dias.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Dias?

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Sim. Poucos dias.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Em dias acaba a responsabilidade dela de demitir ou não... da própria Garoto, porque ela estava presa no acordo. Quando ele acaba, ninguém mais segura. Pode-se demitir. Isso é que eu estou perguntando ao senhor: se em quinze dias, se em vinte dias, se em trinta, não aparecer esse tal comprador pequeno, como vão ficar os empregos? Isso é o que eu estou perguntando. Tecnicamente como o senhor me responde? Porque na prática eu sei como.

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Era um acordo que vigorava enquanto o processo estava sendo analisado pelo Cade. Uma vez que a decisão já chegou, certamente, agora, o que sindicato e todos os preocupados têm que indagar da própria Nestlé é qual será o seu procedimento. Aliás, conforme até mostrei, logo no início de minha fala, antes mesmo de se chegar à decisão, a Nestlè estava interessada em fazer demissões.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – É um equívoco do senhor. Ali, o senhor interpretou como quis. O Senador Gerson Camata explicou: precisava de contratação para a época da Páscoa. Na verdade, a Nestlé estava pedindo para contratar e não para demitir, e, com base nisso, então, qual é a resposta que o senhor deu a esse pedido? Houve um pedido. O senhor deu resposta?

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Não, porque coloquei imediatamente o processo em julgamento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – "Imediatamente" são quantos meses?

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Não, imediatamente, isso foi dezembro, foi colocado no dia 21, e não houve...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Exatamente, estamos nos aproximando exatamente da época em que a Garoto começa a produzir os ovos de páscoa para a Semana Santa.

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Essa não é uma alegação, Sr. Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não, mas não há nenhuma, não há nenhuma. Aí, do jeito que está posto, ficamos no zero a zero, porque aí o senhor pode dizer que está pedindo para demitir e eu posso dizer que está pedindo para admitir.

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – "Assim, resta inevitável o presente pedido de autorização para proceder a determinadas medidas, visando a obter reduções de custos que amenizam prejuízos que vêm sendo suportados pelas requerentes".

Foi nesses termos que a Garoto pediu.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Conselheiro, não fala em demissão aí, não.

Deixe-me fazer minhas duas últimas perguntas, Sr. Presidente, para ele.

Segundo ponto: eu gostaria de saber do ilustre Relator se o senhor se valeu da ajuda técnica de outros órgãos para confecção de seu parecer e se poderia nominar esses técnicos e seus órgãos de origem.

Sr. Presidente, há muita conversa aqui.

Vou voltar a ler: gostaria de saber se o ilustre Relator se valeu de ajuda de técnicos de outros órgãos para a confecção de seu parecer. Se se valeu, poderia nominar esses técnicos e seus órgãos de origem? Pergunto se é usual um conselheiro ser assessorado ou orientado por pessoas estranhas ao quadro do Cade.

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Segundo a Lei 8.884, o Cade pode requisitar trabalhos de pessoas pertencentes a diferentes órgãos da Administração Pública Federal e, por causa disso, solicitei à SDE que me cedesse, por 15 dias, o concurso de um técnico do IPEA, Sr. Eduardo Fiúza, um renomado especialista no assunto, que me ajudou a entender vários dos estudos que foram juntados aos autos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, em seguida, quero fazer um requerimento convidando o Sr. Eduardo Fiúza para vir a esta Comissão.

Terceiro: o senhor confirma a declaração atribuída ao senhor de que já tinha conhecimento de uma empresa interessada na compra da Garoto e levou em consideração esse dado na formação de sua convicção?

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Deixando um pouco de lado os motivos estritamente técnicos expostos ao longo de seu parecer, o senhor chegou, em algum momento, a pensar nos efeitos de seu voto sobre os 3 mil trabalhadores da Garoto e suas famílias? Refletiu sobre a conseqüência de seu posicionamento na vida dos cidadãos de um Município cuja economia está intimamente relacionada ao parque industrial da Garoto?

O SR. THOMPSON ALMEIDA ANDRADE – Certamente. Meu voto pela necessidade de uma atuação da Garoto independente e forte, não sob o domínio de uma outra empresa, foi isso que me levou a tomar essa decisão, tendo como efeito não apenas a defesa da concorrência, ou seja, restaurar o nível de concorrência que existia antes, quando existiam três grandes empresas, que se transformaram em apenas duas.

Quero uma empresa Garoto forte, competitiva, podendo contestar as outras grandes empresas, oferecendo os empregos que a Garoto pode propiciar, para benefício do Estado e da cidade de Vila Velha.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Tenho uma pergunta para fazer ao Diretor de Assuntos Corporativos da Nestlé e peço que tenha paciência comigo, Sr. Presidente, por causa da minha angústia. Quero fazer-lhe uma pergunta, mas quero dizer ao senhor que, tecnicamente, sou um cego profissional, mas não sou cego para poder enxergar que, com um começo de recessão que se estabeleceu sobre o País a partir do ano passado, em função desses contingenciamentos e a retração da vida econômica do País, o senhor não verá essa Garoto que o senhor acabou de descrever.

Quero fazer uma pergunta ao senhor: ainda existe a disposição da Nestlé de lutar pela manutenção da incorporação? Quero saber isso. O que o senhor poderia, neste momento, dizer para os três mil trabalhadores da Garoto e os mais de oito mil que, indiretamente, dependem do funcionamento do parque industrial de Vila Velha? Quero saber.

O SR. CARLOS FATI – Desde o início da aquisição, declaramos publicamente as intenções que a Nestlé tinha. Compramos a Garoto em bloco, compramos a empresa como um todo e, em hipótese alguma, verificamos se tínhamos negócios, um negócio pior ou melhor, ou maquinários piores ou melhores, porque era um conjunto de negócios.

A aquisição foi feita em bloco. Houve várias razões. Primeiro porque era um investimento alto, que possibilitava à Nestlé outros investimentos e o redimensionamento. Cada vez mais, a parte de exportação que a Garoto já tinha e detinha, àquela época, continua detendo, mas com um potencial extraordinário de exportação para outros países que até então não tinha atingido.

Segundo, ao longo do acordo de reversibilidade, o próprio Conselheiro Thompson, no seu relatório, reconhece o estrito cumprimento que a Nestlé teve em relação ao Apro. Isso consta do seu relatório.

Gostaria de dizer que não era simplesmente porque havia uma ação legal ou um contrato. Isso estava mais ligado à intenção, mais ligado à forma que a Nestlé encarou a aquisição da Garoto do que, efetivamente, por recomendações jurídicas, ou técnicas, ou de qualquer outra forma.

Então, a essência da compra foi de comprar o todo da empresa, não vendo negócios melhores ou piores, ou maquinários, ou os ativos que pudessem ser desalojados.

Tanto é verdade que, ao longo desse tempo, aumentamos a quantidade de funcionários, quer seja funcionários terceirizados, mas também funcionários efetivos, contratando mais trezentos funcionários efetivos dentro do quadro, o que deixaria o quadro efetivo da Garoto numa situação maior.

A sua pergunta nos dá oportunidade de mostrar que a Nestlé, respeitando a decisão, respeitando as atribuições que o Cade tem, obviamente não concordou com o parecer, não concordou com a essência do parecer no sentido de que poderia, efetivamente, caso aprovado com restrições, desenvolver um trabalho tão igual ou tão bem feito, assegurando todos os princípios por ela declarados publicamente no sentido de aumentar emprego, de aumentar investimentos no Estado e tornar a nossa presença no Estado do Espírito Santo muito mais forte do que ela então era naquele momento.

É lógico que, da nossa parte, as nossas intenções continuam as mesmas, independentemente de um voto contrário, mesmo porque inserimos um incoerente de demonstrarmos, depois de dois anos, aquilo que vínhamos publicamente declarando durante esses dois anos. Ou seja, a Garoto para nós, não era simplesmente uma atividade isolada, mas, sim, uma atividade que poderia ser ampliada para receber novos

investimentos. Principalmente a sinergia e a eficiência que existiam no conjunto Nestlé/Garoto poderiam beneficiar, e muito, o desenvolvimento dessa idéia, que sempre foi a base de nossa ação e que nos guiou para adquirirmos a Garoto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, quero, ao finalizar, agradecer e dizer aos Conselheiros que não há qualquer procedimento pessoal. A nossa angústia é devido a tudo o que eu coloquei anteriormente. Entendo que, de fato, precisamos estudar a questão e buscarmos os recursos existentes.

Reitero que nós, da bancada do Governo – e fomos, ontem, ao Ministro-Chefe da Casa Civil dizer-lhe isso – queremos contar com o apoio do Presidente Lula e do Ministro José Dirceu; esperamos que o Ministro Palocci emita parecer e que o Cade receba a bancada do Espírito Santo. É o momento de entendermos que a graça tem que ser maior do que a lei. Existem momentos em que isso é exigido. Paul Celan escreveu que "só os tolos não mudam". Ninguém é absolutamente dono da verdade. Tudo pode ser revisto. Existem recursos para isso e, em última instância, recursos judiciais. Digo isso de coração aberto e desarmado: lutemos pelo interesse da Nação e do nosso Estado. É evidente a indignação da maioria absoluta de S. Exªs. A prova mais contundente disso é que já tenho assinaturas sobejas desta casa e também revoltadas para a instalação de uma CPI mista. Mas só usaremos desse recurso quando se esgotarem absolutamente todas as possibilidades.

É preciso que a Nação conheça, de fato, os bastidores de um caso com adquiriu tão grande dimensão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, que representa o Estado do Espírito Santo.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Sr. Presidente; Sr. Governador; demais participantes, em primeiro lugar, agradeço a todos os Senadores que, como disse o Senador Magno Malta, estão revoltados com essa decisão tão trágica para o nosso Estado.

Também gostaria de enfatizar que – não tenho dúvida – houve dois pesos e duas medidas. Não temos nenhuma dúvida de que a decisão do Cade, embora involuntária e sem dolo, serviu a interesses escusos do nosso Estado. Não há dúvida de que se cometeu um ato covarde contra um Estado pobre e contra os trabalhadores daquela fábrica.

Sr. Relator, quero dizer ainda que houve insensibilidade da parte de V. Exª. O Cade foi criado para evitar a fusão de duas grandes empresas que, visando o crescimento, queriam dominar o mercado como um todo, prejudicando uma população. Esse não é caso da compra da Garoto, empresa que teve seus dias áureos quando um grupo familiar a conduziram maravilhosamente bem, colocando-a em excelente situação. Eis que, de repente, surge uma briga na família, o comando começou a ser trocado, gerando uma crise na empresa. A partir daí, houve a necessidade de que a empresa fosse vendida. Não se tratava da união de duas empresas poderosas que queriam dominar o mercado. V. Sª citou que duas empresas do aço já foram impedidas de uma fusão. É bem verdade, mas, quando o Cade impediu essa fusão, cada empresa tocou sua vida e continuou no mesmo caminho, sem prejuízo da economia, dos empregados e da concorrência.

No nosso caso, a situação é bem diferente. A companhia teve de ser leiloada, e somente a Nestlé se interessou em comprá-la inteira. E a Nestlé, naquele momento, detinha apenas 10% do mercado no setor de cobertura. Esse problema deveria estar inserido na sensibilidade daquele que faria o relato pela fusão ou não das duas empresas, ou melhor, pela compra da Garoto, porque, na realidade, não houve fusão.

Sr. Relator, entendo que foi dada uma grande rasteira nos trabalhadores e no meu Estado, e há mais um fato que a caracteriza: um conselheiro estava em dúvida quanto ao seu voto, mas acabou por acompanhar a maioria. Outro conselheiro argumentou que não conhecia o teor técnico da decisão, porque os termos estavam fora do seu entendimento, mas votou contra a compra da Garoto, embora não tenha tido coragem de pedir vista do processo para dirimir suas dúvidas. Conclui-se, assim, que já estava determinada anteriormente a decisão que iria ser tomada. Chegou-se a citar aqui, Senador Magno Malta, que o próprio Ministro do Brasil, ao encaminhar um documento para esta Casa, já estava prevendo a decisão do Cade. Isso não é bom para este País.

Sr. Relator, gostaria que me fosse informado se houve necessidade ou se se utilizou da ajuda de técnicos da Secretaria de Direito Econômico* para a confecção do relatório, o que, conseqüentemente, teve efeitos na decisão do voto. Gostaria de saber quem foram esses técnicos e se esse procedimento é comum. V. Sª não considera delicada tal participação da Secretaria de Direito Econômico no momento do julgamento do processo, principalmente se levarmos em conta que o atual diretor da SDE, Daniel Goldberg*, que não era titular à época em que foi proferido o parecer, manifestou-se contrariamente à operação em entrevista à revista **IstoÉ Dinheiro*** sugerindo sua aprovação?

Além disso, Sr. Relator, esse cidadão, poucos dias antes da decisão do Cade, chegou da Itália para fazer campanha. Funcionários desta Casa que estavam

presentes no Ministério da Justiça viram o Secretário de Direito Econômico, Sr. Daniel, comemorando com advogados e diretores da Lacta a decisão tomada naquele momento.

Sr. Presidente e Sr. Relator, o fato muito grave. Este País tem de tomar conhecimento da questão. Nossas autoridades têm de saber em que campo devem lutar, porque essa não é a política que o Presidente Lula tem pregado, tem defendido e tem tentado implantar em nosso País.

O Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo manifestou sua estranheza quanto à maneira abrupta como que foi tomada a decisão. O Brasil está em pânico, e os homens de negócios deste País e os investidores internacionais por certo também estão.

A Srª Linda, representante do Sindicato dos Trabalhadores da Garoto, mencionou que os funcionários estão tensos. Digo ainda, Senador Eduardo Suplicy, que não só os funcionários do Espírito Santos estão tensos. O Governador Paulo Hartung foi tomado de surpresa; acamado, recebeu também uma rasteira no leito do hospital. Também S. Exª está tenso, porque esse, Senador, não é um caso isolado em nosso Estado.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem evitado utilizar o nosso pequeno porto do Espírito Santo em sua importações, para atender a interesses de Estados poderosos. Como não a lei, decreto, nada que impossibilite essa ação, estão tramando contra nosso Estado.

Um parque marinho que está sendo criado no Espírito Santo acaba de sacramentar a desgraça da nossa economia num momento tão importante, quando o Brasil, querendo sair da situação em que sempre viveu, pretende galgar seu verdadeiro lugar ao sol.

Fazendas tradicionais, importantes do nosso Estado, tidas como em pleno funcionamento, estão sendo desapropriadas. Isso traz inquietude a toda população. Todos os setores do meu Estado estão enfrentando problemas que, sem explicação, surgiram para atrapalhar a vida de um pequeno Estado cujo Governador tem lutado por sua recuperação e para que o Espírito Santo possa merecer o contexto em que sempre foi inserido.

Sr. Presidente, hoje, a BR-101 já se encontra duplicada do Rio de Janeiro a Porto Alegre e agora será de Salvador a Natal. O trecho que corta o Espírito Santo, tido como o principal, onde está a Companhia Siderúrgica de Tubarão * (CST), a Vale do Rio Doce, a Aracruz Celulose, a Bahia Sul Celulose e a Samarco Mineração, não será beneficiado, está fora do mapa do Brasil.

Senador Eduardo Suplicy, precisamos do apoio de V. Exª e de todos os Senadores desta casa, porque, neste momento, o Espírito Santo está necessitando de socorro.

Pergunto ao Presidente do Cade: se a Nestlé entrasse com o pedido prometendo a venda dos 10% de cobertura, seria motivo para o senhor receber esse recurso e avaliar a decisão? Também gostaria de saber do nosso Relator...

O SR. JOÃO GRANDINO RODAS – Como disse anteriormente, para que o Cade possa reestudar, é necessário um recurso oficial. Portanto, eu daria a seguinte resposta a V. Exª: que o recebimento ou não desse recurso e a eventual mudança ou não dependem da sua formalização de acordo com o Regimento nessa reapreciação e do preenchimento dos requisitos que constam do Regimento para isso. Se houver isso, será remetido ao Relator, que certamente o estudará e levará a Plenário para recebê-lo ou não, se houver os fundamentos, e, em recebendo, modificar ou não, se julgar que os fundamentos são aceitáveis ou deixam de sê-lo.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Quero fazer uma última pergunta ao Relator, que foi enfático ao anunciar a possibilidade de compra da Garoto por uma empresa que não detenha mais que 20% do mercado, o que me parece quase impossível. É muito difícil existir uma empresa que não detenha mais que 20% e possa comprar a Garoto por inteiro.

Portanto, a minha pergunta é: V. Sª sabe da existência de uma empresa que se enquadre nessas exigências do Cade? Quais são elas ou qual é a empresa?

O SR. JOÃO GRANDINO RODAS – Nestlé, Garoto e Kraft Lacta detêm cerca de 90% do mercado. Portanto, as outras empresas que existem são todas inferiores a 10% do mercado. Em princípio, das empresas existentes no mercado, essas são as possíveis. Obviamente, não há necessidade de que o comprador seja um participante do próprio mercado, mas pode ser um grupo econômico que eventualmente se interesse em adquirir a Garoto. Agora, V. Exª me perguntou se conheço alguma empresa ou algum grupo econômico, eu não sei.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – E como V. Sª encararia a decisão de a Nestlé atender, porque a Nestlé detinha 10% e a Garoto já detinha 70%; então, a Garoto já existia.

Se a Nestlé se comprometer, por meio de um recurso, a desistir dos 10% de cobertura, prejudicando outros Estados e pequenos produtores, qual seria a posição de V. Sª neste caso?

O SR. JOÃO GRANDINO RODAS – Sr. Senador, na realidade, o problema não está somente nas coberturas. O problema também está em todos os outros setores da produção da...

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Então, a Garoto já concentrava...

O SR. JOÃO GRANDINO RODAS – Em outros setores, porque estamos falando do setor de coberturas, mas nos outros submercados o nível de concentração também é elevado. Portanto, a dificuldade também está nisso e não apenas na parte de coberturas.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, primeiramente, eu havia pedido o direito de responder, pela ordem, à consideração do Senador Magno Aldo, quer dizer, do Senador Magno Malta com relação a São Paulo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Magno Aldo é o centroavante do Fluminense.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com carinho pelo Senador Magno Malta, no caso de São Paulo, houve uma resolução da própria Comissão de Assuntos Econômicos e do Plenário do Senado – na ocasião, era Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e o Prefeito de São Paulo era Celso Pitta – , autorizando aquela operação que depois foi objeto da decisão por lei do Senado Federal e não produto de algo que não estivesse aprovado.

No entanto, Sr. Presidente, diante das minhas indagações e daquelas feitas pelos Senadores Magno Malta, Gerson Camata e João Batista Motta, avalio que seria muito importante se pudéssemos ouvir os cinco Conselheiros que tomaram a decisão não permitir essa consolidação de operação, se for possível.

Sr. Presidente, os cinco foram convocados tanto no requerimento do Senador Gerson Camata quanto no meu. Houve dúvida sobre os procedimentos dos conselheiros. Seria adequado que eles pudessem manifestar com brevidade em que medida tomaram suas decisões e por que o fizeram.

E finalmente, Sr. Presidente, cabe uma indagação importante referente ao destino da Garoto: o Cade, pela sua decisão, ao mesmo tempo está garantindo que a Garoto, hoje sob o controle acionário da Nestlé, estará sendo devidamente preservada, com todos seus bens, maquinário, cuidados e tudo o que está lá. se a Nestlé está, de alguma maneira, garantindo ao Cade que estará sendo preservada a empresa até que, eventualmente, se tome a decisão final, seja de um novo acionista adquiri-la ou, diante de fatos novos, a própria Nestlé permanecer com o controle da Garoto? Ou seja, há algum mecanismo de preservação da empresa, dos trabalhadores e assim por diante?

Hipoteticamente, Sr. Presidente, diante da proibição, daqui para a frente, de a Nestlé ter o controle acionário, eventualmente – não estou dizendo que será esta a atitude da Nestlé – , a Nestlé poderia dizer: já que não vamos mais ter o controle acionário, não é mais da família que o detinha, não nos interessa estar com tudo isso bem preservado. Ou poderia considerar algumas máquinas tão interessantes que poderia levá-las para outros lugares e assim por diante.

Que tipo de controle tem o Cade? Que tipo de responsabilidade tem a Nestlé neste interregno até que haja a decisão final? Avalio que isso seja de enorme interesse para o povo do Espírito Santo.

Reitero que sou inteiramente solidário aos três Senadores do Espírito Santo, bem como a toda a comunidade, no tocante à preservação da Garoto e das oportunidades de trabalho. Avalio que essa seja a intenção dos conselheiros do Cade, a quem gostaríamos muito de ouvir, até em atenção às observações dos Senadores pelo Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, vou atender V. Exª. Confesso que creio que a matéria esteja esgotada, porque foi votada, mas, como consta formalmente em requerimento a presença de todos os conselheiros, vou conceder a palavra aos conselheiros do Cade que estiverem aqui presentes, pelo prazo de três minutos, sem direito mais a pergunta.

Pela ordem, Sr. Fernando Marques, caso esteja presente, V. Exª poderia falar. Há um microfone manual, se V. Exª não se incomoda, ou pode falar daí mesmo.

Depois o Sr. Roberto Pfeiffer. Está presente? (Pausa.) E Cleveland Prates. Está presente? (Pausa.) E Esteves Scaloppe. Não está presente.

Concedo a palavra ao Sr. Fernando Marques, por três minutos, por gentileza. Conselheiro, espera-se que V. Exª explique a razão de seu voto e, tendo em vista, por exemplo, no caso de V. Exª, a indagação feita, pois parece que um conselheiro ia ou não votar, que também esclareça as razões. Em suma, aquilo que os senhores quiserem-nos ajudar, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Sr. Conselheiro Fernando Marques.

O SR. FERNANDO MARQUES – Srs. Senadores, para mim é uma honra comparecer a esta Comissão. Tenho certeza de que trabalhos como este só tendem a contribuir para o encaminhamento das decisões tomadas no Cade e a explicitação do conteúdo que lá é tratado.

Tive a oportunidade de elaborar e declarar um voto por escrito e o fiz firme e sereno na convicção que formulei no acompanhamento das audiências e da leitura de toda a documentação relativa aos pare-

ceres e memoriais entregues perante o Cade na finalização da instrução do processo sob a presidência do Conselheiro Relator Thompson. Nessa medida me senti em condições de elaborar um voto para atender a um pleito que ecoava por toda a mídia de que o Cade precisa julgar um tempo econômico. No sentido de procurar contribuir, fiz um trabalho de estudo desse caso que estava sob a presidência do Conselheiro Thompson e elaborei um voto que após a leitura do voto do Conselheiro Thompson entendi mais claro e me senti mais confortável para declarar, o que fiz durante a sessão.

Com relação à indagação do Exmo. Senador sobre meu posicionamento do caso Warner Lambert, devo informar claramente que dos Conselheiros que têm adquirido posições mais coerentes tenho procurado ser firme em todas as minhas convicções e, no caso Warner Lambert, o mercado é diferente, os produtos são diferentes, as capacidades instaladas são diferentes, as barreiras são diferentes, as eficiências apresentadas em uma e outra operações são diferentes. Razões absolutamente técnicas constantes nos dois autos relativamente a definição de mercado, definição de barreiras, análise das deficiências me dão serenidade no sentido de que o voto é coerente e fundamentado. Assim, tenho serenidade para manter a explicitação desse entendimento que procurei externar em relação à Nestlé-Garoto e saliento, por oportuno, que a questão do emprego é a decorrência da atividade da defesa da concorrência. Havendo concorrência, atinge-se o pleno emprego, ou seja, em um ambiente de concorrência em que as capacidades instaladas de determinada economia sob determinado mercado, no caso, o chocolate, maximizam a capacidade da empregabilidade.

Refrear a concorrência é que garante exatamente a possibilidade do desemprego porque gera ineficiências na economia como apontado em petição que a própria requerente demonstrou e foi lida pelo Conselheiro Relator. Tenho serenidade e a minha preocupação, sobretudo, foi com a manutenção de um empreendimento, de um empreendimento que gera tributos dentro de um Estado, que gera empregos dentro de um Estado e, mais do que empregos e tributos, uma dinâmica na economia no Brasil.

Sinto-me muito confortável de falar isso no Senado, que, na expressão que V. Exª, Sr. Presidente, dirigiu, há de compor as unidades da Federação no desenvolvimento homogêneo de toda a economia dos Estados brasileiros. Tendo em vista isso, procurei analisar os dados, formar um juízo e encaminhar uma decisão serena, fundamentada salientando esses aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A seguir, com a palavra o Exmo. Sr. Conselheiro Roberto Fagner?.

O SR. ROBERTO FAGNER – Exmº. Sr. Presidente, também reafirmo a minha honra por estar presente nesta Comissão e a parabenizo por estar preocupada com este assunto.

Passo, sucintamente, a apresentar os motivos de meu voto, esclarecendo também que dada a dimensão da operação e seguidas matérias de mídia, salientando a necessidade de uma decisão rápida, também entendi oportuno elaborar um voto a ser proferido na própria sessão para que não se dilatasse mais o julgamento. Afirmo inclusive que pode ser atestada minha presença em inúmeras audiências públicas nas quais as partes envolvidas, em especial a Nestlé, tiveram a oportunidade de apresentar seus memoriais e suas razões, motivos que me levaram a obter elementos suficientes para formar meu convencimento. Na própria sessão esclareci que havia elaborado um voto escrito no qual coloquei as razões sucintas desse voto. Não fiz a leitura completa do voto, visto que muitas das matérias já haviam sido tratadas, a fim de não alongar a decisão. Possuo um voto escrito, cujas razões sumárias passo a expor.

Meu voto foi no sentido, em primeiro lugar, de perceber, em três mercados relevantes, concentrações excessivas, seja no mercado de cobertura, seja no de achocolatados, seja no de chocolates sob todas as formas, concentrações essas que, como já esclarecido, não são suficientes por si só para barrar uma operação. Porém, as características do mercado demonstravam elevadas barreiras à entrada, principalmente nas escalas de investimento, e a necessidade de haver um portfólio amplo de produtos. Uma empresa para ser efetivamente competitiva em diversos segmentos deve possuir um portfólio amplo e ter adotado também ampla rede de distribuição. Além disso, contar também – essa é a maior barreira à entrada – com a percepção do gosto peculiar do consumidor brasileiro. Há uma perenidade grande nas marcas já existentes, já que são absolutamente antigas, e é muito difícil entrar com marcas novas e conquistar o consumidor brasileiro. O histórico de entrada de outros competidores com marcas próprias demonstra isso, bem como dificuldades da própria Nestlé em modificar a marca de determinado produto. Foram três anos de tentativa, até conseguir. Além disso, as condições de rivalidade conseqüentemente foram substancialmente alteradas com uma peculiaridade. Três grandes agentes econômicos foram reduzidos para apenas dois, sendo que o terceiro era justamente o ponto de contrabalanço ao poder dos outros dois restantes, tornando, então, crível

que eventuais aumentos de preços tomados pela Nestlé não seriam suficientemente combatidos pela Lacta. Havia a necessidade, então, de sobrevivência...

O SR. – **(Fora do microfone.)** ...da Lacta.

O SR. ROBERTO FAGNER – Do outro concorrente.

O SR. – **(Fora do microfone.)**

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A Lacta foi parte do processo.

O SR. ROBERTO FAGNER – Mas há o outro concorrente. Bem, não seria suficientemente...

O SR. – **(Fora do microfone.)**

O SR. ROBERTO FAGNER – Não. Não há prejuízo. É melhor esclarecer. Na verdade, o aumento de preço talvez fosse seguido por ela, e o consumidor é que sairia perdendo com tudo isso. Portanto, o consumidor sairia perdendo com eventuais aumentos de preço. Essa redução de três para dois trazia grandes problemas.

Finalmente, quanto à solução escolhida, creio que houve a preocupação, sim, com a preservação dos empregos e com a preservação da marca Garoto. Entendo que soluções parciais poderiam ser piores para o Estado do Espírito Santo e para os empregados da Garoto. Se fosse retirada, por exemplo, apenas as coberturas ou determinadas marcas, seria provável essa retirada ocorrer sem os ativos, ou então que os ativos fossem deslocados do Espírito Santo para outros Estados, ameaçando, conseqüentemente, o próprio negócio da Garoto. Mais do que isso, entendeu-se que a sobrevivência de uma empresa, justamente pela ampla gama do portfólio de seus produtos, faria a diferença no mercado, pois então haveria a necessidade de uma terceira grande empresa, a fim de contestar o poder econômico das outras duas.

Concluindo, entendo que houve preocupação com a preservação de empregos e com a manutenção do negócio. Essa preocupação está expressa em meu voto escrito, que posso disponibilizar posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não. O terceiro Conselheiro presente é o Dr. Cleveland Prates. Por gentileza, tem V. Exª a palavra.

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – Eu também gostaria de agradecer a oportunidade de me manifestar com relação a questões que são colocadas aqui, que são legítimas e que merecem uma análise mais acurada, como realmente fizemos.

Gostaria de ressaltar que vim, hoje, preparado para fazer uma apresentação a V. Exªs. Então, qualquer dúvida que tenham, coloco-me inteiramente à disposição para uma nova conversa e para expor maiores detalhes dessa apresentação.

Para não tomar muito o tempo de V. Exªs, gostaria de tratar apenas, neste momento, da preocupação maior, que considero muito legítima, com relação ao desemprego.

Já tive oportunidade de escrever muitos artigos correlacionando desenvolvimento econômico e nível de emprego. E uma coisa é muito clara: quanto maior o grau de concorrência existente na economia, maiores as forças de mercado que levam a empresa a se desenvolver cada vez mais. O que quero dizer com isso? Situações em que se está mais próximo à concentração, a empresa tem maior poder de mercado e ela pode exercê-lo por meio de aumento de preços. Ora, como se aumentam preços em uma economia de mercado? Por meio da redução da oferta de produtos dado o nível de demanda. Para que isso seja feito, conseqüentemente pode-se inclusive ter uma redução do nível de empregos na economia. Então, graus de concentrações elevados implicam em aumento do nível de desemprego. Posso encaminhar a V. Exªs um artigo que escrevi no jornal **O Estado de S.Paulo**, mais ou menos há três, quatro meses, expondo muito claramente isso.

Então, penso que é preciso ficar bem claro que existe uma correlação negativa entre concentração e nível de emprego. Essa é uma preocupação que tivemos.

Além do próprio problema relacionado diretamente com o mercado de chocolates, não podemos esquecer que, atrelado ao negócio chocolate, existe a demanda por insumos desses produtos e existe também a necessidade de que esse chocolate seja feito por meio de redes de distribuição. Ora, é muito presente, muito claro em todos os estudos, em experiência internacional e no próprio Brasil, que concentrações tendem a gerar desemprego ao longo da cadeia produtiva. Seja porque não se necessita de uma rede de distribuição, seja porque se acaba contratando uma quantidade menor de insumos. Então, o que seria importante perceber é que a questão não se resume exclusivamente ao próprio mercado de chocolates, mas tem um impacto ao longo da cadeia produtiva.

E com relação à garantia de que haverá manutenção de empregos, é importante ressaltar que a decisão do Cade de venda do negócio Garoto como um todo visa garantir que essa empresa seja uma empresa forte e que tenha condições de concorrer com as demais participantes do mercado. E para que faça isso, vai ter que investir, não há outra solução. E investir passa inclusive pelo investimento na capacitação de pessoal.... **(inaudível)**.

Apenas ressalto a questão do desemprego que é muito relevante, mas, especificamente nesse caso,

entendemos que, ao contrário de gerar desemprego, a decisão pode, sim, ampliar o nível de empregos. O que a meu ver pode levar a algum tipo de desemprego é a demora no cumprimento da decisão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª me permite, Senador? V. Exª pediu a palavra pela ordem?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Pedi.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está concedida a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Gostaria que V. Exª, usando a mesma medida, concedesse três minutos aos Secretários de Estado que vieram, porque também estão na convocação, se esse é o procedimento. E ao Prefeito Marcos Filho também, que hoje pela manhã incluí a convocação dele também.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Magno Malta, por favor, penso que V. Exª...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, V. Exª é um homem justíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por ser justo mesmo...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Do Cade, falaram dois, falaram cinco.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou conceder a palavra ao Governador. Se o Governador falou, o Governador, então, delegue para algum Secretário representá-lo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se o Governador falou, não tem...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É isso que entendo. Por favor...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, pela ordem. O Cade inteiro...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esta não é a única audiência pública que vamos realizar para resolver esse problema.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, pela ordem. Temos tempo ainda e V. Exª é um homem benevolente e misericordioso. Sr. Presidente, quando V. Exª foi Presidente desta Casa, eu era Deputado Federal e lhe devo as minhas maiores ações. Estou tendo paciência e quero que V. Exª também tenha conosco. Eu gostaria que a medida fosse a mesma. Os Secretários vieram e também o Prefeito; que cada um tivesse três minutos. É rápido, Sr. Presidente. E concordo que agora precisam falar, porque na última fala do último conselheiro ele disse que "os empregos são relevantes, mas... ". Esse mas é que mata tudo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Governador, tem V. Exª a palavra.

O SR. WELINGTON COIMBRA – Sr. Presidente, gostaria de agradecer a oportunidade estar nesse primeiro momento no Senado, e, como V. Exª disse, esperamos que não seja a primeira e nem a única.

Confesso estar diante de uma situação aterrorizadora, porque seis membros detêm uma primazia de tamanha magnitude e com um perfil de academia como se estivessem seccionados do ambiente da vida social do País. Isso é o fator mais aterrorizador, principalmente consumado na dedicação que o Senador Suplicy solicitou para que as falas dos conselheiros seguintes pudessem ser feitas. Inclusive um dos conselheiros que se manifestou na imprensa, argüindo quanto à inocuidade de uma eventual ida à Justiça, para questionamentos, mostra um imperativo próximo à divindade num processo decisório desse tipo.

Acredito que essa é uma questão central que o Senado da República, por intermédio da sua CAE, desta Comissão importante que nos acolhe e permite a nossa manifestação, poderia se debruçar – e isso é um pedido que fazemos – sobre os instrumentos possíveis e fazer uma interveniência nesse processo, e talvez se preparar até para avaliação de interveniência preventiva quanto a processo futuros.

Penso que estamos diante de um debate que não é novo. O Governador Paulo Hartung, ainda quando senador já estabelecia esse debate, discutindo a questão das três estruturas que tratam dos problemas do consumidor, a SDE, a SAE e o Cade. Nessa oportunidade, no dia 11 de novembro, no seu Item 4, o encaminhamento da solicitação de administração do Cade já pré-anunciava uma negativa quanto à compra da Garoto, expressa em texto no seu Item 4.

Precisava fazer esse registro, porque fiz a manifestação inicial e depois fui ouvindo, essas falas finais em bloco acabaram se consumando naquilo que o Senador Magno Malta chamou de angústia, e ela foi transferida na veia integralmente para mim ao final da sessão, portanto, queria compartilhá-la com o Senado, com esta Comissão, para que possa tratar e acompanhar, por meio de outros procedimentos, essa questão.

Em particular, queria informar que o nosso Governador, em fevereiro de 2003, enviou uma correspondência ao Presidente Lula e ao Dr. Rodas, Presidente do Cade, manifestando a preocupação quanto ao desdobramento dessa questão, e ontem também enviou ao Presidente da República, mesmo ainda em leito, e fez também um comunicado pessoal por telefo-

ne, solicitando que pudéssemos estar juntos Governo, Bancada Federal, Senadores e Deputados Federais, assim como o presidente da Assembléia do nosso Estado, para debatermos esse assunto e manifestarmos a preocupação do Espírito Santo, um Estado que teve e tem tido um carinho do Presidente Lula muito importante e que nesse momento se vê (como identifica relações) entre os Poderes Federal, Estadual e Municipal, identificando uma presença de Governo Federal expressa numa decisão de um órgão colegiado vinculado ao Executivo, embora com suas características regimentais específicas, mas que vê nesse risco para o Estado um prejuízo grande até para as relações e a imagem que o Governo Federal estabeleceu em nosso Estado junto a nossa população.

Essa preocupação precisava ser registrada, essa informação precisava ser dada, o Governo manterá a sua decisão de ingresso em juízo com uma ação cabível quanto a esse assunto. Esse assunto não pode parar. No Espírito Santo, não desejamos que ele pare na república, porque ele é de grande relevância e não podemos dar, no perfil da academia, no espaço dessa magnitude da economia brasileira, uma autoridade próxima à da divindade como a que acabamos de ouvir nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, Senador Ramez Tebet, o agradecimento do Paulo Hartung, seu companheiro de Senado, o meu agradecimento pessoal por estar aqui nos recebendo. Queremos estar presentes em todos os momentos em que esse debate atinente ao caso Garoto e Nestlé e em todos os outros que correlação tenham para que possamos dar nossa contribuição à luz dessa experiência que estamos vivendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Senadores, vou cumprir integralmente o Regimento. Manifestei, desde o início, a minha disposição férrea e inabalável de esclarecer essa questão, não como Presidente da CAE. Fui o primeiro Senador fora do Espírito Santo a manifestar-se em plenário.

Senador Magno Malta, eu havia negado o seu pedido. V. Exª me disse que a oitiva do Secretário já (???), até porque entendo que quando o Governador fala cessa tudo. Mas o requerimento, de autoria do Senador Gerson Camata, firmado por mais de 20 Senadores, também incluiu dois Secretários de Estado: Dr. Welington Coimbra, que é Secretário de Desenvolvimento...

O SR. JÚLIO BUENO – Ele é o Governador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim, desculpe-me. Dr. Júlio Bueno, Secretário de Agricultura do Estado do Espírito Santo, e Dr. Ricardo Ferraço. Se eles constam do requerimento, não tenho como fazer prevalecer, não a minha vontade, mas um ponto de vista que eu havia manifestado, tendo em vista que o Governador se pronunciou, agora pela segunda vez. Mas consta no requerimento.

Concedo a palavra ao Secretário Júlio Bueno e, logo em seguida, ao Secretário Ricardo Ferraço. Vou ficar fiel à letra do requerimento e do Regimento.

O SR. (Orador não identificado) – E o Prefeito Max Mauro Filho, Sr. Presidente?

O SR. (Orador não identificado) – O requerimento do Prefeito encaminhei hoje pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos ouvir os Secretários primeiro.

O SR. JÚLIO BUENO – Obrigado pela concessão da palavra.

Tenho três questões a colocar. Primeiro, na avaliação que o Governo tem feito, técnica, isenta, eu queria dizer o seguinte: temos opinião técnica sobre o relatório do Relator. São duas questões fundamentais: a primeira é o poder de mercado e a segunda é a da eficiência.

O poder de mercado gerou uma briga acadêmica, Senador Eduardo Suplicy. A Nestlé apresentou vários argumentos mostrando que não havia poder de mercado no nível de concentração e as outras empresas mostraram o contrário. A opinião do Relator, na minha forma de ver, é aquela fórmula estatística absolutamente clássica. Quer dizer, não há evidência de que não há poder de mercado. Essa é a conclusão que eu tirei do relatório do Relator. Quer dizer, ele não tira conclusão posto que os dados acadêmicos não permitiram conclusão.

Eu podia pensar – não sou advogado, sou engenheiro – que, na hora, para o réu, podia valer: se não há evidência de que não há poder de mercado, vamos ao réu e, já que está andando, vamos embora.

Segundo, a questão da eficiência. Tenho dúvidas acadêmicas absolutas. A conta feita pela Nestlé e o rebate do relatório – sugiro a V. Exª que leia – não me convenceram. E a distância é de 12%, segundo a Nestlé – e o Relator reconhece que com 12% estaria tudo resolvido – para 1,47% a pouco mais de 2%. Absolutamente teórico. Se déssemos para dez professores, talvez tivéssemos 50% de cada lado.

Então, o segundo aspecto que queremos dizer é que não estamos querendo ganhar de gol com a mão, não. Estamos querendo discutir tecnicamente a questão.

E a terceira é uma questão estatística também muito interessante, que é a probabilidade condicional, que não foi levada em conta. O quadro da probabilidade adicional é a seguinte: dado que há 23 meses a Nestlé gerencia a Garoto, será que o nível de concentração

vai mudar se a Nestlé sair da Garoto? Parece-me essa questão absolutamente fundamental, porque quem já gerenciou uma companhia sabe que o que é importante é conhecer os supridores, é conhecer os canais de distribuição, os vendedores e conhecer a propriedade intelectual, porque a Nestlé hoje detém.

Se a Neslé quiser, por absurdo, e ninguém comentou isso aqui, sair da marca Garoto e colocar a marca "menino", apenas uma metáfora, ela rapidamente terá o **marketing share** que hoje tem. Portanto, absolutamente acadêmico e teórico o exercício que foi feito pelo Cade. E com o risco de emprego e investimento ao Espírito Santo.

É o que tenho a dizer. Desculpem-me a ênfase.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu não me arrependo por descumprir o Regimento. Dou meus parabéns a V. Exª e concedo a palavra ao outro Secretário aqui presente.

O SR. RICARDO FERRAÇO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, toda argumentação acadêmica e teórica colocada aqui pelo Conselheiro Relator e pelos demais Conselheiros do Cade elas não garantem a eficiência do voto dado pelo Cade, na medida em que o próprio Parecer do Relator, que argumenta ter a preocupação da manutenção do nível de emprego, dá garantias ao comprador de que a companhia poderá ser canibalizada, na medida em que garante ao eventual comprador que ele poderá adquirir ou a propriedade intelectual ou as suas máquinas e seus equipamentos. O que está em jogo e em risco é a existência, sim, da Garoto e no Espírito Santo.

Hoje, podemos afirmar com convicção que não perdemos a Garoto, ganhamos enfim a Nestlé, que tem sido uma companhia com elevada responsabilidade social em nosso Estado, inclusive sinalizando com investimentos da ordem de 450 milhões de reais.

Então, se nós admitirmos, como está escrito no item C da decisão do eminente Relator, na página 71 do voto, que ele pode comprar a propriedade intelectual ou de que pode ele comprar as máquinas e equipamentos, isso entra em contradição com o item A, porque isso efetivamente dá condição a que nós possamos ter um caminho ou outro.

Além do que estabelece também o Relator que uma companhia que tenha até 20% de mercado no Brasil, de **marketing share**, possa comprar. Logo, essa companhia terá que nascer eventualmente já com os 20%, poderá nascer com algo em torno de 40% a 45% do mercado. Então, não conseguimos imaginar que esse voto do Cadê possa garantir a eficiência do que em tese está preconizado, disse o Secretário Júlio Bueno. São duas questões fundamentais: o poder de mercado.

Pesquisas avalizadas indicam que 70% da distribuição de mercado no Brasil é feita por supermercados e atacadistas, que têm grande poder de compra. É muito difícil uma Nestlé impor uma condição de preço a supermercados como o Pão de Açúcar, porque a condição de compra dá ao supermercado e ao atacadista, que é hegemônico na distribuição comercial no Brasil, além do que esse é um mercado muito pouco explorado.

O brasileiro consome apenas um quilo de chocolate per capta por ano; a Argentina, quase dois; Suíça, dez. então esse é um mercado muito inexplorado. Além disso, existe uma prática e uma tradição de consumo de chocolate no Brasil, qual seja, 1/3 dos consumidores de chocolate aproximadamente consomem ou saem para comprar o chocolate e priorizam, garantem ou marcam fidelidade com marca. Mas, no meio do caminho, mais da metade desses fazem opção pelo preço. Então, o preço exerce uma condição muito maior do que a marca.

Além disso, não foi considerado também pelo relator o ganho de eficiência. Quer dizer, o Cade poderia e poderá – e esse é pleito que se faz, no sentido de revisão – rever a possibilidade, porque existem setores em que, por si só, a concentração não é um pecado. Estamos vendo que, no caso da TAM e da Varig, a concentração está fazendo com que esse setor estrutural ganhe eficiência e opere com menor taxa de ociosidade.

Então, por si só a concentração não pode ser vista, academicamente, como uma coisa simétrica, que valha para todos os setores, porque os setores têm as suas peculiaridades.

Por isso tudo, Sr. Presidente, entendemos que esse voto do Cade não garante, seguramente, a manutenção do emprego; não garante a manutenção da Garoto; não garante o nível de investimento e pode submeter o Espírito Santo à condição, aqui colocada pelos trabalhadores da Garoto, como de alto risco. Se adotarmos aqui o critério do voto do Relator, alguém poderá comprar a propriedade intelectual e aí deixar os equipamentos para que a Garoto ou a Nestlé possam dar a finalidade que não a que está prevista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, agora eu aprendi também uma lição. Não tivesse prestado atenção à lei, eu teria perdido duas boas explanações. Embora o Prefeito de Vila Velha não conste do requerimento, podemos perder se não ouvi-lo. Vamos, portanto, ouvi-lo, é mais lógico. Do contrário vão dizer: "Olha, se o Prefeito tivesse falado e tal..." Então, que se ouça o Prefeito, já que estamos aqui dispostos a ouvir. Vamos ouvir a palavra de quem tem

menos autoridade aqui, mas que tem mais vontade, que sou eu mesmo, para que tudo corra bem.

Sr. Prefeito, eu fui Prefeito também. Fale V. Exª.

O SR. MAX FREITAS MAURO FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabenizo esta Comissão por ter se interessado por um assunto que é determinante na vida de Vila Velha, cidade que tem a maior população dos 78 municípios capixabas. É uma população superior até mesmo à da própria Capital. No entanto, Vila Velha, dos 78 municípios, é o 74º Município no ranking da receita municipal **per capita**.

A Chocolates Garoto é a maior empregadora da cidade, responde sozinha por mais de 20% do ICMS gerado na cidade, que tem, repito, a maior população do Estado do Espírito Santo.

Eu temo, Sr. Presidente, voltar para minha cidade, encarar os 3.000 trabalhadores, os 370.000 habitantes da nossa terra, e dizer que a audiência pública explicitou vários campos, idéias acadêmicas, posicionamentos fervorosos, mas que não apontou um caminho para a solução, a curto prazo, desse imbróglio.

Sr. Presidente, em nome dos 370.000 moradores da nossa terra, da nossa cidade, quero apelar a V. Exª, que presidiu o Congresso Nacional brasileiro, que por uma coincidência histórica está presidindo esta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, e a vossos Pares para que submetam ao Congresso Nacional brasileiro um projeto de decreto legislativo que possa sustar a decisão do Cade. Defendo tal posição com a autoridade de quem não tomou partido a favor ou contra a Nestlé. Posso, hoje, dar um testemunho ocular de que a Chocolates Garoto estava indo a pique, apresentando prejuízos seguidos. Somente no ano de 2001, foram R$11 milhões de prejuízo. A empresa estava indo à falência. Se a Nestlé fosse esperar dois anos depois da decisão do Cade para decidir se comprava ou não a Garoto, esta não estaria mais funcionando no mercado brasileiro.

Quero fazer um apelo diante da declaração colhida nesta Comissão, no dia de hoje, de autoria do Presidente do Cade. O Cade é uma autarquia hierarquicamente submetida ao Ministério da Justiça. Não foram minhas as palavras, mas do próprio Presidente da autarquia. S. Sª afirmou que a decisão do Cade extrapolou os limites da constitucionalidade. O fato novo pelo qual espera a sociedade capixaba, especialmente os vila-velhenses que represento, só V. Exªs podem engendrar. Falo da ação de apresentarem-se para votar um decreto-legislativo que suste o processo que está assustando o povo capixaba, o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para fazer uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadores...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Quero comunicar ao Prefeito que providências estão sendo tomadas nesse sentido. Há um decreto-legislativo sendo elaborado para buscar sustar a decisão do Cade. Nesse mesmo decreto será estabelecido que toda decisão de grande impacto econômico para o Brasil deverá passar pelo Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, vou fazer uma confissão ao Brasil. O Poder Legislativo merece um julgamento melhor. Creio que uma reunião como esta, Sr. Governador, Srs. Secretários, Presidente do Cade, homens da empresa privada, imprensa escrita, falada e televisada, engrandece a instituição, o Senado da República. Trata-se de uma importante reunião a que estamos realizando aqui. É uma reunião de conteúdo democrático, transparente, em que se objetiva defender um Estado da Federação. Discutimos economia, todos falaram livremente. Todos expuseram suas vísceras – e perdoem-me a força da expressão – , seus defeitos.

Tenho um apelo a ser feito. Votamos no Senado da República, Sr. Presidente do Cade, há poucos instantes, a criação de 28 ou 30 cargos. Sabe o que o Governo Federal alegou? Que o Cade não tem condições de funcionamento. O Senado votou e está na Câmara. Se é assim, com tantas dificuldades, o que justificaria o atraso de dois anos para depois pegar de surpresa um Estado da Federação, um Governador digno, honrado que está trabalhando pelo seu Estado? Pegaram de surpresa os Parlamentares. Estes não mereceram a mínima consideração? Onde estamos nós? Que democracia queremos construir? Um órgão do Governo, Senador Eduardo Suplicy, ficou dois anos para decidir sobre uma compra que já havia sido feita. Criaram a crise do chocolate. Já não bastam a crise do desemprego, a violência? Isso é sério assim? Queremos defender a livre concorrência, sim! Ninguém mais do que nós é contra o monopólio. Agora, pergunto, é justamente nessa questão, com tantas outras a desafiar a sociedade brasileira e o próprio Cade, que se manifestou diferentemente. Permitam-me o desabafo. Não estou atingindo ninguém. Mas há a constatação de que o Cade, em outros casos, manifestou-se de maneira diferente. Não podemos ouvir aqui: é provável que isso aconteça, é provável que não se encontre comprador. Dirijo-me ao Cade: temos que dar uma decisão e ter competência para cumpri-la. Então, pergunto: o que acontecerá, se, em 150 dias, a Nestlé não arrumar

comprador? O Cade se reunirá outra vez? E quanto custa? E qual é o preço que a Nestlé vai colocar nisso? Por quanto a Nestlé quer vender a sua participação? A Nestlé tem o direito de impor preço? Estamos preparados para decidir essas questões? O Cade tem técnicos? Nós não temos gente. Os senhores são preparados ou acadêmica ou teórica ou cientificamente; alguns são preparados praticamente no exercício da vida, e outros são idealistas. Todos de boa-fé, sem dúvida alguma, mas, com certeza, alguns sem vivência da vida, entendendo que o texto frio da lei pode suplantar a realidade da vida, uma economia que está cada vez mais globalizada. Sinceramente, tenho minhas dúvidas. Acredito que esse caso deveria ser revisto sem maiores delongas. O Cade deveria ter humildade e reunir-se, depois que ouviu a palavra do Governador, porque, senhores, a Nação brasileira está-nos ouvindo. Todos os Conselheiros do Cade falaram, e nenhum apontou um ato indigno, lesivo aos interesses da economia do Espírito Santo ou do Brasil, praticado pela fábrica de chocolate. Isso está prejudicando em que o Brasil? Só para manter o princípio da livre concorrência, vamos em cima de quem está indo bem? Temos que punir os que estão indo mal. E quantos estão indo mal, à espera de uma decisão? Por acaso aqui se aponta alguma fraude do tipo da Parmalat?

Faço um apelo, Sr. Presidente: reúna o seu órgão, não será diminuição nenhuma. Reúna o seu órgão. Vamos encontrar uma solução. Quem é mais interessado na defesa do seu povo? Achamos que esta comissão é mais forte do que aquilo que pensa a sociedade do Espírito Santo? Achamos que o Cade está acima disso tudo? Não, não creio. Sinceramente, não posso acreditar.

Estou falando assim, porque presidi, hoje, uma grande reunião. Estou colhendo aqui grandes ensinamentos. Essa questão do que é provável, pelo amor de Deus! Essa questão de sabermos que o Cade não tem funcionário e se apressa... Ouvi alguém aqui dizer: "dei meu voto, porque precisava julgar intento econômico". Julgar intento econômico, porque estão cobrando uma decisão sobre quem está andando bem? Como é isso?

Senhores, o caso não é tão simples quanto parece, porque precisamos ter muita responsabilidade com aquilo que fazemos. O que me consola é que comecei a pensar um pouquinho no valor do chocolate, porque também ouvi dizer aqui que comemos pouco chocolate no Brasil, e ocorre todo esse imbróglio. Mas também ouvi e aprendi que, na época da Páscoa, nenhum país do mundo consome mais chocolate em forma de ovo do que o Brasil, talvez porque esta seja a Pátria do amor, da confraternização. Por que em forma de ovo? Porque, na Páscoa, comemora-se a Ressurreição de Cristo; porque o ovo significa nascimento e dele viemos. Então, falo de venda do poder acionário, seja a decisão de eventual reversão da decisão do Cadê, com a Nestlé podendo. Há um fato novo a ser considerado que não vi na análise, qual seja, como atualmente se expande progressivamente não apenas o mercado brasileiro, mas o Mercosul, em que medida a própria Nestlé solicitou ao Cade que examinasse não apenas o mercado brasileiro, mas todo o mercado que está ocorrendo a partir dos acordos. Isto modifica de alguma maneira a análise da situação de concorrência do mercado e também é um fator importante para a análise do Cade. Mas é importante que Comissão de Assuntos Econômicos ouça da Nestlé esse compromisso.

O SR. HUMBERTO MACCABELLI – Em razão do avançado da hora, serei muito breve e responderei a pergunta de V. Exª.

A Nestlé, durante todo esse tempo, respeitou o acordo firmado com o Cade para preservar a empresa tal como estava quando adquirida. A Nestlé confirma o seu compromisso de manutenção daquele acordo, mesmo porque é uma empresa que está há mais de 82 anos no Brasil, e todos conhecem a sua posição quando toma as suas decisões e faz o seu trabalho neste País. Obviamente manteremos a empresa tal como ela está. Esperaremos e acataremos as decisões, tal como estamos fazendo, esperando a decisão do órgão que analisou o assunto. E como falei no início da apresentação, do ponto de vista legal, há alguns caminhos a serem seguidos. Obviamente estudaremos quais são os melhores caminhos e apresentaremos nossos recursos e apelos, mostrando fatos que possam talvez convencer os Srs. Conselheiros a modificar a decisão, se assim encontrarem cabível.

Era isso que tinha a responder.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a todos presentes.

Está encerrada a presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 14horas e 51minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Nona Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em doze de fevereiro de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia doze de fevereiro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob

a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Flávio Arns, Valdir Raupp, Luiz Otávio, César Borges, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo e Tasso Jereissati, e, ainda, do Deputado Federal Waldemir Moka. Deixam de comparecer a Senadora Ana Júlia Carepa e os Senadores Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Efraim Morais, Jonas Pinheiro Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, inicia-se a reunião, tendo como objetivo, em virtude da aprovação do Requerimento nº 03-CAE/04, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, ouvir o Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil-CBIC, Sr. Paulo Safady Simão, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que "regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências". A Presidência comunica a impossibilidade do comparecimento do convidado, Sr. Paulo Safady Simão, sendo este representado pelo Sr. Élson Ribeiro e Póvoa, Vice-Presidente Financeiro da CBIC. A seguir o Presidente solicita o convidado para se sentar à Mesa e lhe concede a palavra para dar início a sua exposição. Usam da palavra para interpelar o convidado os Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo e Antônio Carlos Valadares e o Deputado Waldemir Moka. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura.

A reunião de hoje destina-se à audiência pública com a participação do Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que regula a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades econômicas regidas pelas leis comerciais, e dá outras providências, em atendimento ao Requerimento nº 03, desta Comissão, de autoria do nobre Senador Eduardo Azeredo.

A Mesa recebeu comunicação do Sr. Paulo Safady Simão informando a sua impossibilidade de comparecer à reunião de hoje em razão de infausto acontecimento no seio de sua família. Todavia, em uma demonstração da sua vontade de colaborar com esta Comissão e considerando a importância da reunião, designou o Sr. Elson Ribeiro e Póvoa, Vice-Presidente Financeiro da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil para representá-lo nesta oportunidade.

O convidado já se encontra no plenário da Comissão. Assim, em consonância com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno desta Casa, esta Presidência comunica que adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos; será concedida a palavra às Senadoras e aos Senadores na ordem de inscrição, com preferência para o autor do requerimento; o interpelante disporá de 03 minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Peço à Secretaria para solicitar ao Sr. Elson Ribeiro e Póvoa, Vice-Presidente Financeiro da CBIC para que tome assento à mesa. (Pausa.)

Antes de conceder a palavra ao nosso ilustre convidado, gostaria de salientar que a Presidência recebeu e transmite a todos os membros da Comissão todas as manifestações de estilo pelas reuniões que temos realizado nesta Comissão, principalmente as referentes à convocação extraordinária. Sem dúvida nenhuma, isso se deve ao interesse, ao trabalho e ao espírito público, não da Mesa, mas de todos os membros que compõem a Comissão de Assuntos Econômicos.

Faço esse registro com muita alegria e recebo essas manifestações como estímulo para a continuidade dos nossos trabalhos. A finalidade desta Comissão é apresentar ao País, após ouvir todas os segmentos da sociedade, uma moderna lei de recuperação judicial e extrajudicial das empresas brasileiras.

O ofício do Sr. Paulo Safady Simão, que me dispenso de ler, também faz referência ao Sr. Adalberto Cleber Valadão. Indago se S. Sª está presente. (Pausa.)

Compareceu apenas o Sr. Elson Ribeiro e Póvoa.

Vou conceder a palavra a V. Sª, em breves considerações, para que possa manifestar o ponto de vista da Câmara Brasileira de Indústria e Construção.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Senador Ramez Tebet, Senador Eduardo Azeredo, demais Se-

nadores, senhoras e senhores, a Lei de Falência em vigor, datada de 1945, foi instituída em um período no qual o desenvolvimento industrial do Brasil ainda era incipiente. É um instrumento legal dirigido e preparado muito mais para o comerciante individual, que era preponderante no País na primeira metade do séc. XX, do que para as empresas e grandes conglomeradas empresariais que dominam o mercado nos dias atuais.

Hoje, os processos falimentares arrastam-se por anos e anos mobilizando o capital produtivo e eliminando empregos. A estatística demonstra que para cada cem empresas que requerem concordata preventiva oitenta têm sua falência decretada. O resultado é o desemprego e a perda da capacidade produtiva. A falência acaba ocorrendo porque, quando a Justiça decreta concordata para alguma empresa, o mercado inteiro fecha suas portas a ela. Bancos negam-lhe empréstimos, fornecedores negam-lhe vendas. E as certidões positivas de débito com o Fisco e com o INSS, que atestam a crise econômica da empresa, impedem sua participação em novos negócios. Enfim, o mundo dá-lhe as contas e acaba colaborando com sua derrocada.

É essa a realidade que a nova Lei de Falências quer mudar. Pretende-se, portanto, com a aprovação dessa nova lei, que a empresa em situação de concordata tenha direito a crédito, a comprar materiais e que as dívidas não a impeçam de participar de novos negócios, permitindo a manutenção dos empregos entre os ativos da empresa, mesmo em grave crise financeira. O novo conceito propõe uma forma de recuperação da empresa e não o seu fechamento. Afinal, é uma fonte de produção de bens e de geração de empregos – e especialmente de empregos. O novo projeto traz inovações em relação à Lei atual: regula a falência e a recuperação judicial das empresas; elimina a concordata – que não mais se constitui em remetido jurídico eficaz – e em seu lugar apresenta uma inovação ao introduzir a recuperação da empresa, adaptação buscada nas legislações mais avançadas. O principal objetivo da nova legislação parece ser o de preservar ativos tangíveis, e intangíveis e, conseqüentemente, produção, emprego e renda. Enfim, garantir que todos os ativos continuem cumprindo suas funções econômicas e, principalmente, sociais.

Assim, constatada a inviabilidade de recuperação da empresa; a nova lei facilitará a venda da empresa para o novo empreendedor, visando sempre a sua continuidade. Será priorizada a alienação do negócio em bloco, de modo a preservar o conjunto e, se possível, os ativos intangíveis, marcas, patentes etc. Para facilitar o negócio, por exemplo, o grupo ou empresa que arrematar os bens da massa falida não ficará responsável pelos débitos fiscais não-declarados ou reconhecidos pelo Fisco. Isso dará mais tranqüilidade e segurança para quem assumir o negócio e preservará a função social do contrato.

Podemos elencar as principais mudanças: a recuperação da empresa propriamente dita; a abertura do processo de recuperação judicial; mecanismos para recuperar a empresa; criação do comitê de recuperação; venda antecipada de bens etc.

Para ilustrar a prática da Lei da Falência farei uma avaliação do caso Encol, como foi e como poderia ter sido. Ressaltarei o que poderia ter acontecido se as regras previstas na nova lei vigorassem à época, ou seja, a maior construtora do País, com excelente parque industrial, pessoal técnico de altíssimo nível, grandes investimentos em qualidade e novas tecnologias, poderia ter sido salva.

Quero ressaltar que vou fazer essa referência, mas sem defender de forma alguma os fatos que ocorreram. Só vou entrar na questão do que poderia ter acontecido se essa nova lei estivesse em vigor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero pedir a V. Exª que fique inteiramente à vontade, porque o caso da Encol tem sido ventilado de forma objetiva, apenas para exemplificação. O caso, afinal de contas, ganhou repercussão nacional. Não se trata aqui de alguém – empresa, credores ou mutuários – se sentir ferido ou constrangido por essa menção.

Assim sendo, pediria a V. Sª que ficasse inteiramente à vontade.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Perfeito! Obrigado!

A Encol, considerada a maior construtora do País, faliu no início de 1999, deixando 42 mil mutuários em péssima situação e uma dívida de aproximadamente R$325 milhões com o INSS.

Com a queda da inflação em 1994, a Encol, como alguns outros, deixou de ganhar até 45% ao mês no mercado financeiro, e suas dívidas assumiram valores astronômicos. Mesmo assim, continuou a construir e a vender imóveis até 1997, quando os credores, entre eles os 12 mil trabalhadores com salários atrasados, entraram na Justiça. Em 1997, foi decretada a concordata da empresa, que acumulava 1,8 bilhão em dívidas. A concordata permite que a empresa se organize para pagar suas dívidas em dois anos. O receio do mercado impediu que a construtora conseguisse crédito para pagar as dívidas e, conseqüentemente, retomasse os negócios. A Encol não pagou a primeira parcela da dívida em 1998, e, no ano seguinte, foi decretada a sua falência. A empresa foi lacrada, e o juiz constituiu um administrador da dívida, o síndico da massa falida. A Encol deixou mais de 500 obras inacabadas em todo

o País, 42 mil mutuários sem imóvel, além de dívidas com bancos e fornecedores. Em 2000, começaram os leilões dos bens da empresa para quitar as dívidas. Em dezembro do ano passado, a Justiça autorizou o pagamento de créditos trabalhistas, no valor de R$10,8 milhões. Demais credores aguardam na fila. O próprio síndico da massa falida, o Sr. Sérvio Túlio, diz que, na maioria dos casos, o dinheiro apurado com a venda de bens das empresas em falência é quase insuficiente para pagar os créditos trabalhistas. Diz S. Sª: "Em 99% das falências, créditos tributários não chegam a ser pagos totalmente. Se conseguir pagar integralmente os créditos trabalhistas, isso já é considerado um sucesso."

Pela atual Lei de Falências, os créditos trabalhistas têm prioridade no recebimento; em seguida, as dívidas com a União, contribuições previdenciárias e débitos com a Receita Federal. No caso da Encol, o síndico informa que já foram pagos cerca de 3.400 processos trabalhistas, num total de R$10,8 milhões. Outros 900 processos já foram devidamente avaliados e aprovados tanto pela massa quanto pelo juiz e MP. Ainda assim, a dívida trabalhista, calcula o síndico, envolve outros 3.500 processos. Apesar de existirem ainda cerca de 800 processos só em relação ao INSS, o síndico acredita que não vai sobrar dinheiro para quitar a dívida previdenciária.

Como seria o caso Encol se a atual lei estivesse em vigor? Na medida em que a nova legislação tem por finalidade básica a recuperação das empresas em dificuldades financeiras, alinhando o objetivo dos credores e do devedor, por meio da negociação, preservando os empregos dos trabalhadores envolvidos, aumentando a garantia dos credores, principalmente dos agentes financeiros, visando, entre outros, à redução do **spread** bancário, o caso Encol talvez pudesse ter tomado rumo bem diferente e menos ruinoso para todos os envolvidos.

Ao perceber a incapacidade de quitar suas dívidas, por exemplo, a Encol poderia propor, por exemplo, um plano de recuperação extrajudicial junto aos seus credores, renegociando tais dívidas, que, após aprovação por 2/3 dos credores, seria homologado pelo juiz. A empresa continuaria no mercado, com direito a financiamento e a comprar matéria-prima e equipamentos de fornecedores. Todo o dinheiro e material novo seriam considerados extraconcursais, isto é, se a empresa quebrasse, os novos investimentos seriam os primeiros a serem pagos. Assim, o mercado não fecharia suas portas à empresa, e talvez ela conseguisse retomar o seu curso de atividade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estou com o espírito da nova Lei. Já estou bem imbuído dela. Tenho estudado bastante a nova lei.

A Encol poderia ter proposto algo semelhante levando em conta regras que já existem na atual Lei. A empresa poderia ter dito: "Olha, a minha situação é grave e quero pagar da seguinte forma." Seria a chamada concordata preventiva, a qual, hoje, estamos dando outro nome.

Pergunto: qual é a diferença fundamental? Atualmente a lei estabelece os percentuais – se quiser pagar em dois anos, 40% – ; a nova lei prevê a apresentação de um plano, sem parâmetros definidos, que deverá ser aceito pela maioria dos credores. Na prática, estou vislumbrando uma assembléia de credores muito conturbada.

Pela atual lei – quero fazer uma coisa boa – , um juiz de direito vai decidir. O interessado propõe, junta os livros comerciais, explica a situação, e o juiz, se não conceder a concordata, decreta a falência. Não é uma boa solução. Pela nova lei, no entanto, a empresa vai confessar o problema ao comitê de credores, que estarão reunidos e – por favor, me corrijam, se estiver errado – , e proporá formas de pagamento para serem discutidas. Em uma empresa grande como a Encol, quantos mutuários não compareceriam a essa reunião? Nesse caso a situação não seria pior? A demora na aceitação por parte dos credores e da assembléia, não vai piorar a situação? Eis a questão. O que V. Sª pensa sobre esse ponto? A situação, segundo a nova lei, seria como expliquei? A maioria dos credores pode participar dessa Assembléia, não apenas os pequenos?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Sr. Presidente, na pratica, esses credores pequenos se agrupam em representantes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim, mas não consigo imaginar em um caso como da Encol menos de 40 ou 50 pessoas. E se não chegarem a um acordo, isso ganha uma repercussão de tal ordem...

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Que abala inclusive todo o mercado imobiliário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – ... e começam a disputar. "Olha, eu preciso tirar a minha máquina de lá." "Eu tenho direito à restituição." "Eu vendi, eu já paguei." O que acontecerá nesse momento? No papel, tudo é muito fácil. Eu queria que V. Sª, que tem experiência, simulasse um negócio desse.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Pois é, simulasse!

O que aconteceu com a Encol? Coincidentemente ou não, a Encol vai cair na nova lei. Foi exatamente o que os mutuários fizeram. A Encol, já em dificuldade

e em concordata, não cumpriu as exigências da lei de concordata e teve a sua falência decretada. Os mutuários ficaram ao léu. Os juízes tiveram que tomar decisões que considero mais sociais que propriamente jurídicas. Está certo! Tomaram essa posição exatamente para chegar aonde chegamos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sabe o que aconteceu? Como a Encol construía no Brasil todo, não existiu o juízo universal da falência. Essa é a verdade. Então, no Estado do Acre ou no meu Estado, o Mato Grosso do Sul, os mutuários propunham, com relação a seu edifício, assumir a obra. Dada a gravidade da situação, o que fizeram os juízes – acertadamente, a meu ver? Se querem concluir o negócio, concluam. "Vamos continuar com o prédio. Vamos esquecer o que pagamos. Não queremos nada, e daqui para frente tocamos o prédio." Foi o que aconteceu; mas ao arrepio da lei, vamos falar a verdade. Chamo a atenção para isto: os fatos sociais foram mais importantes. A lei foi pequena para resolver o caso da Encol.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Exatamente, e chegamos a essa nova lei. Aqui está a grande vantagem.

Gostaria de concluir a minha exposição, Sr. Presidente.

Diz o seguinte: caso o Juiz determinasse a incapacidade dos donos e sócios da empresa para administrá-la, o controle poderia passar a uma cooperativa de funcionários, que poderiam adquirir a empresa com seus créditos trabalhistas. Já a nova lei prevê outras formas de tornar a empresa viável, autorizando a sua cisão, fusão, cessão de quotas ou ações da sociedade, aumento do capital social e acordo coletivo de trabalho para reduzir salário ou carga horária, entre outros.

Assim que se decretasse a concordata da Encol, por exemplo, a empresa, pelo seu porte, certamente, teria um comitê de administração, que manteria o negócio, sem ter que dispensar trabalhadores e sem ter que fechar as portas. Poderia ter sido criado um plano de viabilidade econômica, negociado entre os credores, sendo as dívidas pagas de acordo com esse plano, e, com o aumento da garantia dos agentes financeiros, novos empréstimos poderiam ter sido realizados, fazendo com que a empresa continuasse em atividade. Ou seja, a Encol praticamente paralisou todas as suas obras no Brasil todo. Com a nova lei, contudo, não haveria a paralisação, mas sim a manutenção dos empregos; os técnicos e a empresa em si continuariam trabalhando. Esse é o grande benefício que traria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas tudo isso são hipóteses. Esse é o problema.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Como a nova lei permite, também, que, no afastamento do dono ou da diretoria, por incapacidade de gestão, trabalhadores organizados em cooperativa possam comprar a empresa, utilizando-se de seus créditos trabalhistas, os empregados da Encol poderiam ter formado uma cooperativa e assumido a empresa falida, dando continuidade às suas operações.

Interessante observar que os mutuários da Encol, em vista da caótica situação jurídica da empresa, optaram por três providências práticas: primeira, organizaram-se em associações, recebendo poderes para negociar; segundo, obtiveram as escrituras definitivas e registradas, pois só possuíam instrumentos particulares – nesse ponto os juízes deram pareceres mais pelo lado social do que pela base jurídica – ; e a terceira, viabilizaram a retomada das obras inacabadas. As partes buscaram soluções que se encontram hoje no novo projeto da Lei de Falências. Estabeleceram uma forma prática e objetiva de reiniciar as obras, com o propósito básico de que os compradores, a despeito da dificuldade do eventual processo de falência ou mesmo da eventual decretação da concordata, pudessem eliminar ou pelo menos diminuir os riscos da longa tramitação de qualquer processo judicial. Na medida do possível, muitos empregos puderam ser preservados com a utilização dos funcionários no processo de retomada das obras. Os adquirentes, na sua grande maioria, optaram por assinar escrituras públicas, reratificando os primitivos contratos particulares, levando os títulos ao registro de imóveis, com o objetivo inicial de se tornarem proprietários do terreno, pois nenhum banco financiaria propriedade da Encol, além de evitarem os efeitos da falência, isto é, a arrecadação para a massa falida. O segundo passo tem sido justamente negociar o financiamento e reestruturar as obras, em alguns casos as obras foram concluídas com recursos próprios. Procurou-se uma solução negociada, que pode não ter sido a melhor, mas seguramente a única que possibilitou a retomada do processo de construção.

E foi exatamente o que fez a Encol, Sr. Presidente. Em Brasília, os mutuários formaram associações, de certa forma esqueceram o passado, investiram, pagaram os seus tributos, e hoje estão com as suas propriedades – digamos assim – já concluídas, exatamente conforme previsto na nova lei. É exatamente o caminho que ela está procurando: facilitar de tal forma que não fique ao desabrigo para que os juízes não sejam obrigados a tomar atitudes muitas vezes à revelia do que diz a lei, mas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sª tem razão, porque a liberação dos imóveis para os promitentes compradores, com a desconstituição de hipotecas, foi uma transgressão, no mínimo, da ordem de

preferência, porque esses credores que compraram os imóveis eram credores quirografários.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – No instante em que houve solução para o caso deles, eles passaram a ser quase que preferenciais, por assim dizer, porque ficaram com o caso deles resolvido, com prejuízo ou não, mas resolveram o caso deles.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – É verdade.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Eles não tinham garantia? O imóvel não era deles?

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, eram promitentes compradores do imóvel.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sim, mas como promitente comprador...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eles estavam pagando em prestações. De repente, quebrou. O Juízo universal...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – O imóvel estava hipotecado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – ...tem que arrecadar, como houve a falência, todo o patrimônio, mas grande parte desse patrimônio estava isolado, como no exemplo citado por V. Sª, em Brasília e em outros lugares, e tiveram solução fora da massa falimentar, vamos assim dizer.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Inclusive estavam gravados, estavam como garantia de empréstimo bancário.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Estavam gravados, não hipotecados.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Muitos estavam gravados, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Um negócio fantástico.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Alguns desses processos não ficavam gravados, daí a minha pergunta. Às vezes, até por uma questão de tempo de fazer, alguns imóveis temporariamente não ficam gravados, até que o construtor, o incorporador consiga financiamento para a incorporação.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Isso.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Foram liberados então, nesse caso, os que estavam gravados e os não gravados?

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Isso. Mas mesmo aqueles que não estavam gravados obedecem à ordem de preferência, quer dizer, na verdade...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sim, mas pelo menos não estavam hipotecados, não estavam gravados. Quanto à questão da preferência, não tenho dúvida.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Praticamente todos os imóveis da empresa estavam gravados. Não conheço um que não estivesse.

Concluindo, Sr. Presidente, a nova lei visa garantir a permanência das empresas no mercado, evitando a redução de empregos e o desaquecimento econômico.

Do ponto de vista social, esse projeto é importante porque facilita a negociação entre credores e devedores, dando-lhes oportunidade de tentar salvar a empresa em dificuldades, preservando principalmente os empregos. As empresas com a falência decretada poderão continuar produzindo, desde que tenham condições. Ao contrário do que ocorre hoje, quando o que se vende são os ativos e bens das empresas falidas, num processo demorado, que deprecia o valor dos equipamentos. Pelo projeto da nova lei, as empresas poderão ser vendidas inteiras, com os trabalhadores produzindo.

Trata-se realmente de importante reforma, pois a Lei de Falências é um dos pilares, junto com a Lei das Sociedades por Ações, do livre jogo de mercado. Em um País onde as empresas crescem a cada dia, com uma estrutura sadia e moderna, tal Lei é imprescindível para o bom funcionamento do mercado. Enquanto a legislação atual se preocupa somente com aspectos formais para declarar a falência da empresa, a nova lei preocupa-se com a função social da empresa, que é um ponto importante, com a questão social. A nova legislação, porém, não estabelece qual será a prioridade: dar continuidade à empresa, manter os empregos ou pagar os credores. É um assunto a ser discutido.

As legislações falimentar, trabalhista, tributária e societária precisam estar em equilíbrio para que a nova lei possa ser aplicada de forma eficaz para solucionar os problemas das empresas em dificuldades. Cito um exemplo do campo tributário: a empresa poderá ser vendida sem que o comprador adquira seu passivo tributário, mas para que isso efetivamente ocorra deverá haver uma reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estamos analisando também o Código Tributário e possíveis alterações. Quanto à compra, quero dizer que a lei a admite, mas há opiniões divergentes a esse respeito. Uns querem que o comprador da empresa fique livre das obrigações; que não haja sucessão nas obrigações. O que V. Sª pensa a esse respeito?

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – V. Exª fala no caso da venda da empresa como um todo?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Para isso ocorrer, devemos limpar a empresa para conseguir a venda. Isso ocorreu no próprio Proer no caso dos bancos. No caso das empresas, pensamos que deve haver uma desvinculação, porque se uma determinada pessoa ou outra empresa adquirir aquela que está em dificuldades, não pretenderá levar a parte ruim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual é a parte ruim?

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – As dívidas tributárias e, logicamente, o passivo trabalhista. Tudo isso tem de ser negociado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim, mas esse é o grande problema: podem existir fraudes terríveis. Veja bem, se uma empresa está em dificuldades e se, para salvá-la, não haverá sucessão, como ficarão os credores? Não há problema em limpar a empresa para vendê-la. Posso comprar, mas os credores da empresa saberão que pagarei tantos por cento do crédito, pois acertei com eles. De outra sorte, poderei comprar sem que os credores recebam nada.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Não é essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, qual é? Informe-nos de uma forma didática.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Perfeito. Tudo deverá ser negociado, até mesmo o débito tributário. Atualmente, a Receita Federal praticamente não negocia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estamos tentando estabelecer um parcelamento de acordo com a lei, mas é complicado. Devemos dar mais estabilidade.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Exatamente. Esse é um caminho.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E o crédito?

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Não estou falando da emissão de débito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E o crédito dos credores hipotecário e quirografário e o crédito trabalhista?

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Todos deverão ser respeitados e negociados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então haverá sucessão.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Veja bem, haverá sucessão, mas não da forma como é feita hoje. Como é feita atualmente? A empresa carrega todo o débito tributário, mas são acrescidas multas de até 100%. Tudo deve ser arrumado. Fora o crédito tributário hoje, ela sucede tudo.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – O que V. Sª chama de limpar a empresa?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se compro uma empresa que está em processo falimentar ou que está sendo negociada, os outros têm de concordar com essa compra. Se concordam, a sucessão está correta. Para eles concordarem – estou tentando ser didático – querem receber seu crédito de 30%, 40%, 50%, como for. Estou assumindo a obrigação e sucedo no que for pactuado. Não é assim que V. Sª entende? Ou a sucessão é livre? Temos de negociar apenas o crédito tributário, e os outros, não? Assim, os credores levam desvantagem.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Não. Antes da compra da empresa, deve ser feita uma negociação ampla, tributária, trabalhista, com os demais credores. Isso tem que ser arrumado.

Sr. Presidente, trata-se de redução, digamos assim, não de remissão de débitos tributários. A nova lei deve permitir um parcelamento e até um desconto nas terríveis multas e juros da matéria tributária. Isso tem que ser feito. Na questão trabalhista, tem que se permitir uma negociação. Isso em bloco. Pode-se fazer uma negociação de tal forma que aquele que faz a assunção daquelas dívidas saiba o que está cobrando, porque hoje é uma caixa-preta. Tudo tem que ficar formalizado, acertado para depois fazer a venda em bloco dessa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, é uma questão de terminologia: eles sucedem, eles assumem a dívida, seja de 30 ou 40%. O interessado na empresa tem que negociar para comprar. Se negociou com a Fazenda, e é preciso realmente melhorar a lei, se negociou com os credores, sejam eles trabalhistas etc, ele comprou naquele limite, bateram o martelo, todos estão de acordo, e se surgirem outras dívidas, o interessado não é responsável. Assim concordo. Houve uma discussão aqui na audiência pública, não sei se foi a penúltima, em que se dizia que se o objetivo é salvar a empresa, se for um bom negócio para a empresa, o comprador não sucede nas obrigações da empresa comprada.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Entendi, talvez tenha sido... Bem, não participei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O que o senhor pensa a respeito?

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Quando se passa, tem que assumir todos os débitos da empresa anteriormente negociados e definidos – e definidos! O que não pode acontecer é a empresa ser adquirida por um terceiro e, depois, V. Exª sabe muito bem, conhece bem o nosso regime tributário, é feito uma devassa naquela empresa e acaba inviabilizando lá na frente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ah, está certo.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Acaba inviabilizando lá na frente. Ela tem que ir já pronta, digamos assim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nesse particular. A Fazenda fala: o meu crédito é esse. Depois, ela não pode apresentar.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Não pode mais voltar e fazer um novo...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Acho até que um credor mesmo, se aquilo está correndo um prazo, ele não pode ser prejudicado. Acho isso também. Não sei o que pensa os Senadores Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo e outros.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – O risco aí, Sr. Presidente, é tentarmos suprimir prazos e condições amparadas por lei que tem o Fisco, por exemplo, o lançamento. O Fisco tem um prazo para efetuar lançamentos de tributos. Creio que não podemos adentrar essa área no sentido de suprimir esses prazos. Há que se pensar em outra forma, em uma outra alternativa porque como isso vai funcionar? Há que se estabelecer um prazo para que essa transferência dessa empresa ocorra, sanadas todas as questões pendentes. Do contrário, vamos tirar do Fisco, e temos de encarar o Fisco não com essa imagem até pejorativa do Fisco. O Fisco somos nós, é o País, a Nação, a União, o Estado. É preciso andar com cuidado nessa trilha, porque, do contrário, vamos sanear a empresa, vamos levantar todas as situações, pendências, credores etc, incluindo a do Fisco não só o federal, mas sem que se suprima os prazos legais que o Fisco tem para efetuar seus lançamentos de ofício; do contrário, enveredamos em um caminho perigoso.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Quando o Sr. fala: os prazos legais, continuariam aqueles cinco anos?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – É claro, é claro.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – O que digo é o seguinte: quanto a esses cinco anos, não se poderia – não sei, não sou tributarista; sou um engenheiro –, no caso, nessas condições, reduzir esse prazo?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Não se trata de reduzir. É apenas uma sugestão: uma modificação na legislação pode determinar que, digamos, o Fisco seja notificado da situação dessas empresas, que entram de imediato em uma linha de inspeção, de fiscalização...

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Perfeito.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – ...não com o propósito da devassa, como V. Sª senhor mencionou. O Fisco anteciparia, em relação a essa empresa...

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Daria prioridade, não é isso?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – ...eventuais débitos pendentes, até de lançamentos, para que, num prazo acertado, essa situação também fosse equacionada. Considero temeroso suprimir essa possibilidade. Não devemos cogitar dessa possibilidade.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não. Tem V. Exª a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, a questão do Fisco deve ser bem discutida. Hoje, o Fisco não tem o poder, e ninguém dessa área quer negociar, o que, efetivamente, em muitos casos, complica a situação da empresa em recuperação. Também não creio que seja o caso de se abolir ou reduzir prazos. O processo é lento. Por exemplo, se pegamos o ICMS, uma empresa que tem um movimento muito grande, quer dizer, aquele retrato inicial é o apresentado pelo devedor. O credor, no caso, o Fisco, está em constante processo de análise – evidentemente, não analisa todo mundo todo dia, mas pelo menos uma vez no ano, a empresa estaria sujeita a essa verificação. Diria isso no caso de uma empresa média. Nas pequenas, nem isso. Aquela situação inicial, que é dada pelo devedor, necessariamente, não vai corresponder à realidade. Digo isso com experiência. Não há a menor chance de corresponder à realidade.

Não creio que a redução do prazo de lançamento acabe com isso, mesmo a fixação de um prazo para terminar um levantamento depende muito da empresa. O Fisco estadual, por exemplo, que é o que conheço, teria condição de fixar um prazo para terminar a fiscalização? Também não, porque depende do que for saindo dali. De qualquer forma, esse é o momento de se discutir essa posição do Fisco. Não adianta o Fisco se resguardar, Senador Geraldo, e depois não receber nada, que é o que acontece na maioria dos casos.

Considero esse ponto fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, peço licença para registrar, com muita satisfação, a presença entre nós do Deputado Federal Waldemir Moka, meu conterrâneo, que preside a Comissão da Agricultura, na Câmara dos Deputados, e que está presidindo agora a comissão especial que procura investigar os reflexos da quebradeira da Parmalat aqui no Brasil. Esse é um assunto que, direta ou indiretamente, está ligado a essa lei que estamos debatendo.

Também registro, com muita alegria, a presença do meu também conterrâneo, meu companheiro de chapa no Senado, Dr. Valter Pereira, que foi Deputado Federal por duas vezes e que muito honrou a Câmara dos Deputados.

Senador Rodolpho Tourinho, V. Exª estava com a palavra. Deseja formular mais perguntas?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Comentarei outro ponto abordado por V. Exª, que considero importante. Quando hoje, com o instrumento da concordata, a rigor, a empresa tem uma proteção. Não estou defendendo a concordata, mas a empresa tem uma proteção legal, que garante que, ao pedir a concordata, a empresa ficará livre de uma série de medidas contra ela, o que, em tese – imagino que tenha sido feita para isso – , permitiria a sua recuperação.

Com o fim da concordata, com o qual concordo, a empresa deixa, como bem apontou V. Exª, de ter essa proteção legal contra execuções, contra boatos, contra tudo. Anteriormente, havia proteção não contra o boato em si, mas contra os efeitos dos boatos e pedidos de falência.

Esse me parece um ponto crucial, bem apontado pelo Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, que precisamos analisar com muita cautela. Gostaria muito de conhecer a posição de V. Sª sobre isso, porque esse é um caso real.

(Manifestações fora do microfone.).

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

Outra questão que mencionaríamos e precisaria ser esclarecida é que faltam regras de transição de sistemas. Por exemplo, no caso citado, a Parmalat, ela está dentro de uma regra hoje. Se viger a nova lei, como ficará a passagem de uma para outra, se for o caso? Isso está dúbio no novo projeto, na nossa avaliação. Está certo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Anote isso.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Esse é um ponto que consideramos que deveria ficar mais claro.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Mas já está previsto. A lei já prevê essa transição.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Já prevê?

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Sim.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Pelo que estou lendo, o projeto contém dispositivo que alcança (inaudível).

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Se já alcança, ótimo. Mas, no nosso levantamento, isso não ficou muito claro; ficou dúbio. É apenas um alerta para que essa questão seja mais bem esclarecida.

De forma geral, Sr. Presidente, dizemos que a nova lei atende a expectativa do nosso setor, logicamente, desde que se façam algumas correções nos itens que citamos, no total ou em parte, para que definitivamente se resolva essa questão que aflige muitas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de continuar, peço licença à Casa. Temos o objetivo de encontrar a melhor solução e aperfeiçoar o grande trabalho que veio da Câmara.

No que concerne ao período de transição, que seria a vacância da lei, já se alcançam, segundo me informa a assessoria, os casos que estão em andamento de concordata, por exemplo, permitindo-se a aplicação da nova lei naquilo que couber.

Por sorte nossa, participando deste diálogo tão tranqüilo que estamos tendo, está presente o Deputado Waldemir Moka, pessoa muito ligada à Presidência, à minha pessoa e tem realizado um grande trabalho na Câmara dos Deputados e, como Presidente dessa Comissão especial que a Câmara criou em razão do caso da Parmalat, S. Exª teve a oportunidade de integrar uma missão que foi à Itália e de lá trouxe alguns subsídios. Isso não significa que poderemos, ou não, aplicá-lo aqui, mas o modelo que existe lá é interessante.

Peço licença para que o Deputado Waldemir Moka possa – em cinco minutos, Deputado, uma vez que não é regimental – transmitir esse instrumento legal que o modelo italiano possui, para solucionar determinadas pendências, porque joga até o poder público, joga o Estado como parte integrante deste processo de salvamento das empresas.

Eu gostaria que o Deputado Moka se pronunciasse.

O SR. WALDEMIR MOKA – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Srs. Senadores presentes, primeiramente registro ser oportuno discutir a experiência deles, mas acredito que, evidentemente, é uma experiência de lá. Aqui, temos a lei, com a oportunidade de somar. Eu estive com o Presidente da Comissão de Finanças do Congresso italiano, o Sr. Deputado Giorgio LaMalfa, que, na verdade, conduziu o procedimento. Quarenta e oito horas antes de estourar o escândalo, o Governo italiano, na verdade, editou um Decreto-Lei, que seria muito semelhante a uma medida provisória. Esse

Decreto-Lei foi evidentemente votado no Parlamento italiano e obteve aprovação.

Na verdade, eles criaram, dentro da lei de falências, uma brecha. Por esse Decreto-Lei, eles criaram uma permissão para as empresas pré-falimentares. E eles limitam essa concessão a algumas condições, quais sejam, a empresas que tenham faturamento acima de 1 bilhão de euros e que tenham mais de mil empregados trabalhadores. Seria, então, o limite, ou seja, começa-se limitando.

Essas empresas, diante disso, pedem ao governo um acompanhamento governamental, como se a própria empresa estivesse pedindo a intervenção. O Governo, então, nomeia um interventor que sempre está ligado a dois ou a três Ministérios, que têm e guardam relações com a empresa. Esse interventor tem um prazo de 60 dias para oferecer um plano de recuperação da empresa ou a sua liquidação. Basicamente, é isso.

Eu penso que o Governo italiano e o Parlamento, para evitar exatamente ferir o direito de propriedade, e não fazer intervenção, acaba fazendo intervenção; mas ela, na verdade, é pedida pela própria empresa. Agora, o interventor tem todos os poderes. É aí que eles insistem. Durante o período da intervenção, é como se ficasse congelado todo o passivo, toda a dívida e será discutida judicialmente, em função das regras e das leis, como determina a própria lei de falência. Nesse período de intervenção, todo o aporte de recursos que a empresa conseguir, será usado para a manutenção da indústria, dos empregos e, no caso específico da Parmalat, visando exatamente aos produtores.

Essa é a brecha que foi encontrada lá. Eu não sei se, aqui, no Brasil, guardaria essa relação. Mas, de qualquer forma, conversando com o Presidente Ramez Tebet, eu trouxe o decreto-lei, que está traduzido, e o entreguei ao nosso Presidente e ao Relator, como uma contribuição, acreditando que, não necessariamente igual, mas que pudesse, à luz desse decreto-lei, surgir algumas alternativas. Não para esse caso específico – o que até poderia ser -, mas como contribuição para outros, talvez, e para dotar a nossa lei de falências, talvez, com essa prevenção ou com essa alternativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, autor do Requerimento, para as perguntas ao nosso convidado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, o nosso convidado já respondeu à minha pergunta, que estava preparada. Era exatamente a opinião do setor da construção em relação à lei de falências e especialmente em relação a esses projetos de incorporação e construção de apartamentos, de casas, e assim por diante.

Evidentemente, esse é um método interessante de construção, porque fica mais barato, pois os recursos não são totalmente financiados, são tomados em banco; então, o custo dele é menor, e a obra tende a ser mais barata.

Entretanto, a ocorrência de situações como a da Encol acaba por criar todo um clima de desconfiança em relação a comprar um imóvel na planta, não é? Quer dizer que hoje praticamente quem compra imóvel na planta o faz somente depois de fazer uma análise muito rigorosa de quem é a empresa que está construindo o imóvel. É difícil.

Então, vejo também essa outra conseqüência, não só a direta, que houve em relação ao caso da Encol e outros semelhantes, mas o precedente que se cria e derruba uma das principais formas de construção de imóvel a baixo custo, que seria essa sem intermediação financeira.

Se da nova Lei de Falências pudermos tirar inclusive – digamos assim – essa espada que hoje coloca em suspeição toda compra de imóvel em construção, evidentemente será um outro grande benefício que iremos ter. Eu pessoalmente não compro imóvel em construção hoje. Como bom mineiro e desconfiado que sou, não compro imóvel em construção de jeito nenhum. Com as atuais regras, não compro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E se tivéssemos uma lei que dissesse que se trata de incentivo para habitação? Pelo menos assim: que o comprador do primeiro imóvel, se não tem casa própria e compra um apartamento ou contrata na compra, na hora em que faz a compra a firma está direita, tudo certo, se ele compra, não perde de jeito nenhum aquilo que empregou. Porque veja bem, se já temos uma legislação que protege, livra de penhora a residência da pessoa, para quem não tem outro imóvel, onde ele mora é resguardado, isso não paga a conta dele – vamos assim dizer – por que não estender isso para aquele que está comprando, se não tem uma casa e está comprando um imóvel para nele residir?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Mas nesse caso, então, Sr. Presidente, a Lei de Falência deverá estabelecer que em caso de haver uma dificuldade financeira este imóvel (inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu só não sei se isso pode constar na Lei de Falência. Se não seria deslocado o dispositivo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Tem que existir o mesmo tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em verdade isso estimularia a habitação e evitaria muita fraude também. V. Exª tem razão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Seria equiparar esse bem aos primeiros, àqueles que têm preferência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem alguma pergunta a mais, Senador Tourinho? (Pausa.)

Eu vou conceder a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para suas considerações finais, por favor.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Pois não. Eu gostaria somente de fazer uma referência. Temos um projeto que está em discussão hoje dentro até do próprio Ministério da Fazenda, o de patrimônio de afetação, que de certa forma traria também uma certa tranqüilidade para a aquisição de imóvel, inclusive na planta. Seria uma aquisição na qual aquele imóvel teria uma contabilidade – digamos assim – à parte da contabilidade da empresa. Aí essa lei também tem que prever – é preciso haver essa visão – o fato de que no caso de haver algum problema com a empresa, essas obras logicamente teriam o ritmo normal, sem trazer prejuízo aos mutuários. Ela está sendo discutida no Ministério da Fazenda e está bem avançada a discussão.

O SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Sr. Presidente, então, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, uma entidade – para quem não a conhece – que congrega 65 filiadas de sindicatos patronais e associações de classe do País e que logicamente é representada em todos os estados da Federação, todos, sem exceção, é uma entidade que se sente orgulhosa de estar aqui também apresentando as suas sugestões e fazendo as suas explanações.

Então, em nome do Presidente Paulo Simão, que, como já foi dito, no início, infelizmente, não pôde aqui estar presente, por um fato que ocorreu ontem à noite, eu deixo o agradecimento da Câmara Brasileira da Indústria da Construção e nos coloco sempre à disposição desta Comissão para apresentarmos algumas novas contribuições, caso sejam necessárias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem, agradeço a presença do nosso ilustre convidado e a dos Srs. Senadores, com a chegada aqui, ao encerrar dos nossos trabalhos, do Senador Antonio Carlos Valadares, e declaro encerrada a presente reunião. Mas, antes de fazê-lo, gostaria também de parabenizar nossa Comissão, juntamente com seus membros, pela excelente presença em todas as nove reuniões realizadas durante a convocação extraordinária, uma vez que a previsão para este período seria de apenas quatro reuniões, e realizamos nove. Mas, com o esforço desta Presidência e de todos os Membros, realizamos um total de nove reuniões. E, além disso, estou fazendo um ligeiro balanço dessa Comissão, no período de convocação extraordinária. Aprovamos um pedido de empréstimo para o município de Curitiba e aprovamos a programação monetária para o primeiro trimestre de 2004; fizemos uma audiência pública a fim de discutir a decisão do Cade, essa reunião de ontem que foi muito movimentada e está praticamente reproduzida hoje, na maioria dos órgãos da Imprensa Nacional, e que praticamente reprovou a compra da empresa chocolates Garoto pela empresa Nestlé, determinando a desconstituição do negócio. E realizamos sete audiências públicas com várias entidades, com o objetivo de instruir esse projeto da lei falimentar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Assim, declaro encerrada a presente reunião, não sem antes atender V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Registro que os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos, nesse período de convocação extraordinária, foram da mais alta significação para o bom funcionamento desta Casa e para o fortalecimento da instituição Senado. Acredito que não só a participação dos senadores, como também a dinâmica empreendida por V. Exª deram, sem dúvida alguma, a importância que esta Comissão sempre teve no funcionamento do Senado Federal.

Por isso, gostaria de enaltecer e de reconhecer o trabalho empreendido por V. Exª ao longo da convocação extraordinária do Senado Federal, que foi uma iniciativa do Presidente da República. Quando se diz que os Parlamentares participaram dessa convocação extraordinária e não realizaram os trabalhos que foram previstos, isso não passa de uma injustiça, uma injustiça que estamos procurando, por intermédio do que se realiza aqui, demonstrar que o Senado Federal cumpre o seu papel, o papel de realizar, não só audiências públicas, mas também de aprovar matérias substanciais para o desenvolvimento do nosso País.

Meus parabéns a V. Exª, Senador Ramez Tebet. Aliás, V. Exª foi presidente do Congresso Nacional e essa dinâmica foi à mesma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – E valorizou muito o Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E V. Exª foi meu companheiro de Mesa. V. Exª sempre colaborou conosco. Acredito que a nossa convivência ao tem-

po em que compusemos, ambos, a Mesa do Senado da República, estreitou nossos laços de amizade. A colaboração de V. Exª foi imprescindível. Agradeço a manifestação generosa de V. Exª.

Volto a reafirmar que hoje é a última reunião. A convocação extraordinária do Senado se encerra no próximo dia 14. Essa é a última reunião da convocação extraordinária, por isso, o ligeiro balanço que fiz.

Agradeço, mais uma vez, as palavras de V. Exª e até a próxima 3ª feira, já trabalhando normalmente, quer dizer, pela convocação ordinária mesmo, porque vamos até o dia 14, que é sábado. O Senado Federal teria que retornar aos trabalhos dia 15, mas vai retornar dia 16. E, no dia 17, já teremos reunião ordinária aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado a todos. Até uma outra oportunidade e a V. Exª os nossos agradecimentos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E os nossos agradecimentos também a todo o corpo de auxiliares da Casa. Sem ele não teríamos andado.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h29min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em dezessete de fevereiro de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e dez minutos do dia dezessete de fevereiro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, João Ribeiro, Antero Paes de Barros, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima, Osmar Dias, Patrícia Saboya Gomes e Mozarildo Cavalcanti, e, ainda, dos Deputados Federais Osvaldo Biolchi e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra, Mão Santa, Romero Jucá, João Alberto Souza, Jorge Bornhausen, Sérgio Guerra e Eduardo Azeredo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, inicia-se a reunião, tendo como objetivo, em virtude da aprovação do Requerimento nº 09-CAE/04, de autoria do Senador Demóstenes Torres, ouvir o Procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Luiz Inácio Vigil Neto, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que "regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências". A Presidência comunica a impossibilidade de comparecimento do Dr. Carlos Henrique Abraão, Juiz Titular da 42ª Vara Cível de São Paulo, convidado pelo próprio Senador Ramez Tebet, para participar da Audiência Pública. A seguir o Presidente solicita que o Dr. Luiz Inácio Vigil Neto ocupe seu lugar à Mesa e lhe concede a palavra para dar início a sua exposição. Usam da palavra para interpelar o convidado os Senadores Garibaldi Alves Filho e Eduardo Suplicy. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Deputado Federal Osvaldo Biolchi, Relator do PLC nº 71, de 2003, na Câmara dos Deputados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária Adjunta, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Na pauta de hoje, consta a audiência pública com a gentil e solícita participação do Procurador de Justiça do Rio Grande do Sul Dr. Luiz Inácio Vigil Neto, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais e dá outras providências. A audiência é em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2004, desta Comissão, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

O convidado já se encontra no plenário desta Comissão.

De acordo com o art. 94, § 2º e § 3º, do Regimento Interno, adotaremos as providências regimentais e de praxe. O convidado fará sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos membros da Comissão de Assuntos Econômicos inscritos.

A palavra será concedida às Srªs e aos Srs. Senadores na ordem de inscrição, com preferência para o autor do requerimento. O interpelante disporá de

três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Convido o Dr. Luiz Inácio Vigil Neto para compor a Mesa, sentando-se à minha direita. Antes de conceder-lhe a palavra, eu gostaria de comunicar que, por iniciativa da própria Presidência, nós havíamos convidado o Juiz de Direito de São Paulo Carlos Henrique Abrão, que a princípio concordou em comparecer nesta terça-feira para dar a sua parcela de contribuição. Nós tomamos a iniciativa dada a repercussão na imprensa de uma decisão prolatada por S. Exª no processo da Parmalat, em que encontramos os mais importantes pontos já praticamente em consonância com a Lei de Falências, que não está em vigor. Essa é uma demonstração de que o magistrado procurou, no mínimo, encontrar a melhor solução para diminuir os prejuízos ou manter o objetivo da Lei de Falências: a continuidade comercial da empresa no Brasil. Cumpre ressaltar até que houve medidas drásticas, pois ele afastou diretorias da Parmalat, tomou providências que realmente me fizeram pedir o seu comparecimento à reunião, garantido por ele na quinta-feira, por telefone. Mas, infelizmente, S. Exª nos mandou um ofício, ontem, nos seguintes termos:

Dignificado pelo convite formulado por V. Exª a respeito da audiência pública sobre a nova lei de recuperação de empresa, lamento informar que não poderei comparecer, eis que rumaremos em direção à Itália no sentido de intercâmbio das informações, e estamos integralmente ligados à solução da crise da empresa [ele se refere à Parmalat]. Contudo, estou à disposição de V. Exª, da mesma forma que mantive apoio ao projeto do Deputado Osvaldo Biolchi durante dez anos, e quando quiser poderemos fazer quaisquer análises críticas construtivas e demais em torno do projeto.

Consigno a necessidade premente de sua aprovação com algumas alterações que se fazem necessárias, nunca perdendo o rumo da conservação da empresa em detrimento da inócua polêmica sobre credores e seus créditos.

Renovo votos de simpatia, apreço e profunda admiração.

Cordialmente,

Dr. Carlos Henrique Abrão, Juiz de Direito de São Paulo.

Portanto, não poderemos contar com a presença do juiz. Quero crer que seja esta a primeira manifestação judicial, pelo que li, que chega perto da Lei de Falências atual sem perder de vista que continua em vigor a lei de 1945.

Convido S. Exª para fazer a sua exposição, mostrando-nos a sua experiência e as sugestões que possa nos trazer. Muitos sabem, mas quero lembrar que se trata de Procurador. A convocação do Dr. Luiz Inácio se deveu a requerimento feito pelo nosso Senador Demóstenes Torres, que vem do Ministério Público e S. Exª integra o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Muito obrigado. Sr. Senador Ramez Tebet, demais Senadores, Deputado Osvaldo Biolchi, que se faz aqui presente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A quem convido, Sr. Deputado, para tomar assento à Mesa.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – É sem dúvida não só uma alegria, mas uma honra poder estar aqui presente e colaborando com o Senado Federal, para que possamos estabelecer uma linha de aprovação e aprovação de um projeto de lei qualificado.

Venho atuando na parte de falências desde 1992, tive contato com o projeto inicial do Governo de 1993, e depois, com o substitutivo do Deputado Osvaldo Biolchi, e tive a honra de participar de um grupo criado pelo Deputado Osvaldo Biolchi para que pudéssemos apresentar um projeto que atingisse a expectativa de nosso País.

A versão final não foi exatamente aquela do nosso grupo, mas, sem sombra de dúvida, durante aquele período de 1997, em que trabalhei com um grupo de assessoramento ao Deputado Osvaldo Biolchi, de tudo o que pude aprender é que é muito difícil fazer uma lei. Só quem está aqui dentro, quem trabalha aqui dentro pode ter a dimensão da dificuldade do que é a elaboração de uma lei que vá atender às expectativas regionais, que são diferentes em todo o nosso território nacional.

Então, eventuais críticas ou eventuais discussões que eu possa tentar lançar aqui são no sentido de melhoria de um projeto de lei e de uma reforma de uma legislação em que eu, particularmente, acredito. Não falo apenas em nome do Ministério Público, eu falo em meu nome pessoal.

Ao longo desses dez anos, um pouco mais de convivência com a reforma da lei falimentar e de experiência profissional e acadêmica em Direito Falimentar, posiciono-me favoravelmente à reforma. O que, eventualmente, vamos poder discutir aqui – acho que este é o fórum adequado – são alguns detalhes, são algumas questões polêmicas, que são importantes para que possamos alcançar aquele objetivo de apresentação e formulação de uma lei com qualidade e que possa atender as expectativas de seus destinatários.

A minha manifestação tem dois grandes objetivos: ser breve e ser objetiva. Fiz uma divisão em quatro partes e farei rapidamente uma breve avaliação contextual da reforma, uma breve análise contextual da reforma,

depois algumas inovações que me pareceram importantes, depois alguns pontos polêmicos, que não trazem nenhum problema jurídico; a questão é política, é de decisão política, por isso considero importante que V. Exªs, Senadores, conheçam exatamente que pontos são esses e, a partir dos critérios políticos, sociais que norteiam cada um de vocês, tomarem a decisão num e noutro sentido. Depois – até acho que talvez para esse fórum seja menos importante, mais importante é para um fórum de conversa, um fórum de assessoramento técnico – apresentarei alguns pontos de detalhamento técnico que me pareceram um pouco contraditórios. Para que possamos, pelo menos, observar que existem algumas contradições, e até é importante a presença do Deputado Osvaldo Biolchi, porque tudo não deixa de ser uma interpretação, e pode ser que a interpretação que eu tenha não seja a mais correta, e até é importante o eventual esclarecimento do Deputado Osvaldo Biolchi nesse sentido.

Muito bem. Começando pelo princípio: uma breve análise contextual da reforma. O que nós temos dentro desse nosso cenário? A interatividade entre a Economia e o Direito, ou seja, temos o ambiente onde a economia trabalha com dois vetores, a afluência e o risco, ou seja, a minha vontade de produzir uma ação que se destine à geração de riqueza e o risco do fracasso econômico.

Nesse ponto, entra o Direito, que apresenta princípios e regras de razoabilidade político-social, pois não posso me tornar rico, por exemplo, explorando sexualmente crianças, nem poluindo o ambiente. O Direito apresenta delimitadores, no que tange à razoabilidade social, que se aprendem dentro do contexto cultural de uma sociedade.

No vetor risco, há o risco do fracasso econômico, que implica a dificuldade ou a impossibilidade de um ente econômico poder cumprir as suas obrigações. E isso gerará uma ação do credor, no sentido de buscar aquilo que ele entende que a ele pertence. O Direito também estabelece alguns princípios e regras de delimitação razoável, ou seja, define o limite de ação do credor na busca daquilo que ele entende devido.

Ao longo da história, sabemos que esses limites vêm mudando. Eles foram mais amplos e hoje são mais restritos. Antigamente se poderia prender, escravizar, torturar, matar, esquartejar o devedor. Hoje já não se pode mais. Hoje, por algo que provém desta Casa, junto com a Câmara, temos o art. 5º, inciso LXVII, da Constituição Federal, determinando que sequer se pode prender, muito menos escravizar, matar, esquartejar. Ou seja, estabelecemos, não a partir desta Constituição, mas também nesta Constituição, que o limite de ação do credor não é mais corporal, é patrimonial. E a legislação infraconstitucional, inclusive, não considera mais todo o patrimônio, mas parte dele, porque temos que descontar os bens chamados impenhoráveis.

Então, o Direito entrou, regulamentou o exercício da atividade econômica e também fez uma outra atividade, qual seja, a de classificar a atividade econômica. Há várias classificações, mas vou trabalhar com a mais ampla, porque é o que nos interessa mais.

Classificou-se em agentes econômicos de direito público e agentes econômicos de direito privado, procurando regulamentar existência e morte, isto é, o ciclo de existência desses agentes, de acordo com alguns critérios de pensamento sócio-cultural. Em um país como o Brasil, a função precípua de um agente econômico de direito público é a equalização social, é a alavancagem da maximização da riqueza do País.

Em relação ao agente econômico de direito privado, sempre se pensou que se trata de um agente especulador, no sentido positivo, legítimo da palavra, e acumulador de excedentes econômicos. Ou seja, a cultura brasileira, historicamente, sempre considerou que o agente econômico direito público trabalha com o fim social e que o agente econômico direito privado trabalha com fim egoístico, com fim individual.

Por isso, quando pensamos historicamente em regular as crises de solvência de agentes econômicos de direito público e de direito privado, pensamos de forma diferente. Acreditamos que, para agentes econômicos de direito público, pela função que exercem, não poderíamos jamais pensar na extinção desse agente econômico de direito público, em que pese a sua crise de solvência.

Temos que manter esse agente público, não podemos fazer cessarem as suas atividades, e não podemos – historicamente se pensou assim – inclusive responsabilizar juridicamente os seus administradores.

Já em relação aos agentes econômicos de direito privado, acreditou-se que o seu fracasso econômico repercute na sua extinção. Encerram-se as atividades, liquida-se o patrimônio, pagam-se os credores e responsabilizam-se, civil e criminalmente, os seus administradores. Isso ocorreu ao longo da história brasileira.

É claro que a civilização ocidental vem atingindo uma maturidade política e social, mas cada país teve o seu momento. E o Brasil chegou no seu momento de, primeiro, considerar que agentes econômicos de direito público, em que pese a sua essencialidade, poderão ter os seus administradores responsabilizados. Por isso, surgem duas leis desta Casa: a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Começou-se a pensar que um agente econômico de direito privado não é apenas especulativo, não é ape-

nas acumulador de riqueza, ele também desempenha um papel de relevância social.

Darei um exemplo do meu Estado, que talvez não seja conhecido nacionalmente, mas muito significativo e emblemático para o Rio Grande do Sul. No interior do Estado, havia um frigorífico de importância local ou, no máximo, regional, com penetração em algumas cidades. Em hipótese alguma, esse frigorífico trazia algum tipo de competitividade relevante em relação aos grandes frigoríficos brasileiros. Contudo, um dos grandes frigoríficos brasileiros não queria aquele frigorífico pequeno, e a idéia era encerrar as atividades do frigorífico pequeno. É claro que como o Direito apresenta regras de razoabilidade jurídica, os donos do grande frigorífico não poderiam matar os donos do frigorífico pequeno; não poderiam seqüestrá-lo ou sabotar os seus produtos, mas poderiam fazer algo que o Direito permite: comprá-lo para fechá-lo. Isso é válido, mas havia um problema. O frigorífico pequeno – muito pequeno – empregava quase 70% da população local, e sua aquisição para fechamento por um grande frigorífico implicaria o desemprego daquela população. Então, surgiu um movimento político no sentido de que a venda fosse condicionada à manutenção daquela unidade produtiva. Essa condição foi atendida durante muito tempo, mas, depois, houve o fechamento do frigorífico e, de imediato, aquela população entrou em declínio econômico.

Por que isso? Querendo ou não, a empresa desempenha papel de relevância social. A empresa gera, por meio dos empregos e de sua movimentação econômica, os chamados ciclos de inserção e movimentação da economia. Precisamos colocar a nossa população dentro do ciclo econômico e vamos conseguir. Uma das principais formas de fazê-lo é a manutenção dos empregos. Surge, então, a necessidade de uma reforma ou, pelo menos, um questionamento sobre quais são os propósitos da lei vigente. Qual é a lei vigente hoje? O Decreto-Lei nº 7.661, de 1945, que foi pensado como um regime jurídico que trata da crise de solvência em favor do credor. Ou seja, é um instrumento de defesa do credor para que, no caso de não adimplemento de obrigações, o credor possa ter um instrumento jurídico que lhe dê proteção e segurança. Por isso, inicia-se pela falência, que é o grande regime pensado na lei em vigor, ao passo que a concordata é o regime secundário. O que é concordata? É o regime de proteção do devedor. A atual lei trabalha com esses dois regimes: a falência e a concordata.

Darei um exemplo do meu Estado, o Rio Grande do Sul, mas certamente os demais Estados não terão um padrão muito diferente. No Rio Grande do Sul, cerca de 60% a 70% das falências são frustradas porque não chegam à satisfação integral dos credores. Um grande número dessas falências frustradas é totalmente frustrado. Não paga nenhum dos credores. Em geral, a primeira e a segunda classe pagam, ou seja, trabalhistas, fiscais e parafiscais.

E as concordatas? Quantas concordatas são cumpridas no prazo? Zero. Quantas concordatas são cumpridas em algum tempo? Em torno de 5% a 10%.

Primeiro, precisamos realmente admitir que há uma crise do nosso sistema jurídico e que temos que apresentar uma alternativa para esse sistema. Essa é a idéia da reforma, essa é a sua essência, que pensa em agentes econômicos que desempenhem papel de relevância social, de forma que haja interesse social em sua manutenção em prejuízo da mera liquidação e encerramento de atividades. Então, para que possamos entrar no segundo ponto, para encerramento essa primeira parte o que é que acho fundamental: que nós tenhamos absoluta compreensão dos regimes atuais e podermos, então, termos um padrão comparativo com a proposta. O que é que nós temos hoje pelo Decreto-lei nº 7661? Regime de falência, O que é que ele trabalha, com presunções econômicas, ou seja, quando houver uma crise econômica e financeira a empresa está insolvente. E se ela estiver insolvente eu aplico o regime de falência. O que é que é o regime de falência? Eu encerro as atividades, afasto o corpo diretivo, liquido o patrimônio e vou partilhar esse patrimônio liquidado entre os credores dentro de uma hierarquia e vou apurar as responsabilidades civis e criminais do administrador.

Concordata trabalha com uma outra perspectiva. É a crise meramente financeira. Ou seja, uma empresa que esteja economicamente equilibrada mas com problemas financeiros. Então o que é que passo para elas? Eu mantenho essa empresa funcionando e concedo um regime único de moratória. Durante determinado prazo ela deixa de pagar algumas das suas dívidas de exigibilidade imediata, tendo um fluxo maior de receitas em relação às despesas. Aí ela se equilibra.

Muito bem, porque que as concordatas não são cumpridas no prazo, ou porque das que são cumpridas algum dia não representam valor significativo? Porque a concordata hoje é um instrumento ineficaz, e nós não podemos nos apegar ao conservadorismo. A concordata hoje não mais atende as expectativas dos agentes econômicos por algumas razões. Primeiro, ela estabelece que o problema da empresa é só financeiro mas o problema pode ser econômico; segundo: ela estabelece uma única alternativa para a empresa que é a moratória seguida de uma repactuação de juros e eventual desconto sobre o principal. Mas talvez a empresa não precise desse remédio. Talvez, conceder a

moratória durante algum prazo seja o quê? Dar uma aspirina para uma fratura. Ou seja, não adianta. Eu vou dar dez mil aspirinas e a fratura não vai ficar curada. E mais, quando a concordata foi pensada dentro do projeto de 1945, dos anos 40, da década de 40 o peso do passivo das empresas era o passivo quirografário, eram os fornecedores. E é por isso que a concordada só alcança nessa moratória os credores. No ano de 2000 todos nós sabemos que o peso do passivo das empresas não são mais o quirografário são os créditos trabalhistas e créditos fazendários. E esses estão fora da concordata, por isso que a concordata é também um instrumento ineficaz. Porque, primeiro ela se vincula a uma única forma, que pode não ser aquilo que a empresa precisa, a empresa talvez precise de mais capital, precise de um novo tipo de gerenciamento, precise de aporte financeiro diferente e eu estou dando aspirina para ela. Segundo, o peso que dificulta a sobrevivência das empresas é outro, não e mais o passivo quirografário.

É por isso que já havia anunciado no início da minha exposição e aqui eu reafirmo, eu sou favorável à reforma. Eu me convenci. No início eu era até um pouco refratário, mas isso no ano de 1993, achava que isso não poderia mudar, mas estava recém iniciando a minha carreira na parte de Direito Falimentar. Passados esses anos eu vejo, é importante mudar. E esse é o desafio que nós temos e temos que mudar para melhor. Essa é a nossa preocupação.

Bom, para a segunda parte que queria trazer algumas inovações, que acho que esse é um nível de discussão que nós temos que ter ainda nesse fórum, para que possamos ter também um termo comparativo. Primeiro, o que é que o regime atual apresenta: falência e concordata. Falência é a liquidação e concordata é moratória – mais ou menos isso. Claro, moratória com repacutação de taxas de juros e descontos sobre o principal. O projeto apresenta algo diferente. Ele mantém a falência mas a falência não como prioridade – a falência os senhores verão geograficamente, ela está posicionada no segundo plano, e apresenta a recuperação que substitui a concordata. E essa recuperação vai subdividir em judicial e extrajudicial. A diferença básica da judicial para a extrajudicial é que a judicial a sua gênese, a sua execução e a sua conclusão são perante o Poder Judiciário, e na extrajudicial a gênese é extrajudicial o devedor com seus credores fazem uma proposta comum que depois é homologada. Na extrajudicial, a execução e a conclusão serão judiciais, mas não a gênese. E há um detalhe: a extrajudicial, em princípio, não atinge credores trabalhistas nem fiscais. Teoricamente – há polêmicas – a judicial abrangeria todos os credores, conforme a regra do art. 48, se não me engano.

Esta é a primeira inovação: acaba a concordata. A concordata hoje é preventiva ou suspensiva. Isso acaba. Em substituição, temos a recuperação judicial ou extrajudicial.

Destinatários: o que temos que pensar? Naquilo que falei no início. Quanto a agentes econômicos de Direito Público, sempre se pensou na sociedade brasileira que eles são imprescindíveis e, conseqüentemente, deverão ser, sob qualquer hipótese, sempre mantidos. É uma cultura nossa não estender as leis de falência – ou, no caso, falência e recuperação – a agentes econômicos de Direito Público. Isso se manteve, ou seja, há no art. 1º ou 2º a exclusão de sociedades de economia mista e empresas públicas – essas não serão atingidas pelo projeto.

Pensemos que esse diploma legal atingirá agentes econômicos de Direito privado. Talvez essa seja a primeira discussão política que os Senadores devam ter. Legalmente, não há problema nenhum. É a decisão política: vamos incluir agentes econômicos de Direito público ou não? Isso é fórum político, não é técnico. Quanto ao técnico, não há problema nenhum. Vai-se dizer depois, no embate jurisprudencial, que foi opção do legislador. Esta é a opção política que o legislador faz: incluir ou não agentes econômicos de Direito público, sociedades de economia mista e empresas públicas. Por hora não.

Particularmente, sei que minha opinião vai gerar algumas frustrações, inclusive de colegas. Entendo que fica melhor desta forma, ou seja, que esse instrumento legal seja vinculado a agentes econômicos de Direito privado – essa é a minha opinião. Ainda estamos no processo de amadurecimento do nosso País muito grande. Acredito que os agentes econômicos de Direito público ainda trabalhem com essa essencialidade para equalização e para maximização de riqueza. É claro – e em contrapartida sou radical – penso que temos que ter a responsabilização efetiva e rígida, civil e criminal do administrador público, quando ele comete ilícitos. Mas é uma opinião. Sei que há vários colegas do Ministério Público são contra, mas o importante é que tragamos para este fórum a diversidade de opiniões.

Quanto aos destinatários, primeiramente, não estamos incluindo agentes econômicos de Direito público por expressa disposição no projeto? Estamos então trazendo para agentes econômicos de Direito Privado. Agentes econômicos de Direito Privado, do sistema jurídico de 1850 até 2003 se subdividiam em de Direito Civil e do Direito Comercial. Então, a falência era um instrumento jurídico que alcançava a insolvência dos agentes econômicos de Direito Privado e do Direito

Comercial. Para agentes econômicos de Direito privado e do Direito Civil o processo de insolvência civil regulamentado no Código de Processo Civil.

Em 2003, uma reforma da legislação civil revogou a Parte I do Código Comercial e acabou com essa dicotomia entre Direito Civil e Direito Comercial. Temos Direito Empresarial ou Direito Não-Empresarial, que alguns chamam de Direito Civil – não há problema nenhum. Hoje, o Decreto-Lei nº 7.661 alcança agentes econômicos de Direito privado do Direito Empresarial. Agentes econômicos de Direito privado do Direito Civil ficariam sob o alcance do regime de processo de insolvência civil. Darei um exemplo muito claro: sociedade de advogados ou sociedade de médicos. Como para o Direito Comercial, o sistema antigo. O que tornava comercial era a prática de atos de produção e intermediação de bens e não a prestação de serviços. Os médicos prestam serviço, portanto, eles tinham uma sociedade civil, e conseqüentemente a insolvência dessa sociedade civil implicava aplicação do regime de processo de insolvência civil.

Atualmente, essa situação mudou. Não há mais essa diferença, mas, sim, outra nomenclatura: civis não-empresariais e empresariais. A lei vigente, o Decreto-Lei n 7.661, estabelece a regra da mesma forma, ou seja, se for empresarial, está sob o alcance do Decreto-Lei nº 7.661; se não for empresarial, está sob o alcance do processo de insolvência civil.

No entanto, o projeto muda um pouco. Por quê? O que compõe, digamos assim, a classificação agentes econômicos de direito privado e do direito não-empresarial? A pessoa natural, que alguns confundem e chamam de pessoa física, mas é a pessoa natural, e a sociedade simples, regra do novo Código Civil. Para o empresarial, há a empresa individual e a sociedade empresarial. Se aplicássemos isso como está, teríamos o seguinte: para pessoa natural e sociedade simples, processo de insolvência civil; para sociedade empresarial ou empresa individual, o regime de falências. Porém, o projeto inova nesse ponto, pois está trazendo também para o alcance da nova lei a sociedade simples.

O que estaria incluído hoje, caso a lei fosse aprovada como está? A sociedade empresarial, a empresa individual e a sociedade simples. A lei modifica um pouco o nosso sistema tradicional. Isso é ilegal? Tecnicamente, não há nenhum problema; é uma decisão política.

Sr. Deputado, a pessoa física não consta aqui. Posso ler o projeto. Eu até havia citado isso: essa lei institui e regula a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência da sociedade empresária, da sociedade simples e do empresário que exerça, profissionalmente, atividade econômica. É do empresário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Data venia**, trata-se de um lapso de técnica legislativa.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quando se fala em empresário, deve-se pensar em pessoa física.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Pessoa física não-empresário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se ficar constando assim, dará a entender que se trata de pessoa física também. Isso é evidente.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu, como juiz, não deixaria de apreciar assim.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Mas essa é só uma interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, não é.

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS) – Tanto é verdade que o enunciado diz que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência dos devedores, pessoas físicas e jurídicas. Houve a retirada.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Física e jurídica, mas o empresário individual é...

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS) – Esse projeto está tramitando desde 1993. Houve mudanças no Código e também um lapso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Relator poderá aclarar esse assunto.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Perfeito.

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS) – No Senado, precisamos inserir a expressão "e/ou pessoas físicas."

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – É importante isso, até...

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS) – Os grandes agricultores, por exemplo, no caso do Mato Grosso.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Deputado, a sua intervenção é importante, porque, se chamou a atenção de uma pessoa, poderá chamar a atenção de outras pessoas que talvez interpretem a lei diferentemente daquele sentido que V. Exª quer dar. Por isso, é importante esse esclarecimento. Ou seja, incluiremos, nessa nova lei, também a pessoa física? Portanto, é fundamental que haja esse esclarecimento, porque, no momento em que ele gera dúvida, também criará, cedo ou tarde, divergência.

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS) – Além do mais,...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pessoa física que exerça o comércio, efetivamente.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Nesse caso, ele é comerciante, é empresário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Então, está de acordo com o que estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Deixe isso por conta do Relator. Vamos prosseguir, pois há muitos assuntos a serem analisados.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Nesse ponto, V. Exª está concordando com o que digo. É o empresário, o que exerce atividade econômica...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Comercial.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Comercial. É exatamente o que digo. Não é o funcionário público.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se a lei regula abrir comércio, não pode ser...

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Se ele é pessoa física,...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senão, fica no Código Civil.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Perfeitamente. Antigamente, no projeto, havia. Uma empregada doméstica pode entrar em processo de insolvência civil e não em falência. Se dissermos que a pessoa física, por si só, é passível disso, ela entra na recuperação. Assim, a empregada doméstica entra na recuperação. Portanto, esse é o critério que precisamos discutir.

O que a lei exclui? Além da exclusão de agentes econômicos de Direito Público, e trabalhando com essa regra geral de agentes econômicos de Direito Privado, empresariais e sociedade simples, ela faz uma diferenciação histórica do nosso sistema. Agentes econômicos de Direito Privado, Empresariais, vinculados a sistema financeiro não são passíveis dessa legislação. Existe a Lei nº 6.024, que regula a insolvência de instituições financeiras. E há um longo histórico disso, regula a insolvência de instituições financeiras. E, ao longo da história disso, surgiram seguradoras, empresas de previdência privada, administradoras de consórcio, atualmente planos de saúde, todos ficam fora do alcance dessa legislação.

Segundo ponto que considero de inovação importante é em relação à classificação dos créditos, porque, no regime atual do Decreto-Lei nº 7.661, há a concordata, que alcança apenas os credores quirografados . Então, na verdade é a única categoria que forma quadro geral. E, na falência, há todos: trabalhistas, fiscais, parafiscais, despesas da massa, que são os encargos e dívidas, créditos com direito real de garantia, créditos com privilégio especial, créditos com privilégio geral e créditos quirografados.

Muito bem! Aqui há uma inovação importante, porque, em primeiro lugar, conforme o art. 48 do projeto, a recuperação que, em princípio, substitui a concordata, alcança a todos os credores, não apenas a categoria de quirografados. Segundo, o art. 9º diz que a hierarquia na recuperação judicial é negociada, o que é muito importante porque posso, para sobrevivência da minha empresa, depender de um fornecedor que é um credor quirografado e se determinar que ela seja o último a receber, pode ser que ele não me forneça. Então, creio que é importante a idéia de que a hierarquia na recuperação seja negociada, com uma ressalva que ela fez: garantidos os créditos trabalhistas. Logo, essa negociação só perde para os privilégios trabalhistas, que, conforme o art. 49, deverão ser regulados, pagos em até um ano, contado do pedido.

Na falência, há uma outra hierarquia. Ela tem os créditos trabalhistas, mas une acidentes de trabalho com indenizações por serviços prestados, porque, na atual lei, acidentes de trabalho estão acima de serviços prestados. Hoje eles ficaram em situação nivelada. Depois se parte para os fiscais.

Tenho uma dúvida que gostaria que fosse esclarecida posteriormente pelo Deputado-Relator, segundo o qual, em relação aos fiscais, haverá isonomia, algo mais ou menos assim. Eles são fiscais em igualdade de condições e na proporção de cada um. Qual é minha dúvida? Hoje, há, dentro da categoria fiscal, uma sub-hierarquia: primeiro, os federais; depois, os estaduais; e, por último, os municipais. Então, não sei se hoje estão em igualdade de condições e na proporção de um para um. Seria importante verificar a proporção do Relator, para saber se eles estão todos nivelados e se faz um rateio proporcional entre eles, o que até seria interessante. Hoje, não. Há prevalência do federal; depois, do estadual; e depois é que sobra alguma coisa para o municipal.

Ao final, ela acrescenta algo que, em termos práticos, tem pouca relevância. Mas, em termos acadêmicos – e a lei também trabalha sob ponto de vista acadêmico e precisa disso -, inclui um crédito importante que na prática não o é importante: o crédito subordinado. O que é o crédito subordinado? Se eu for sócio de uma sociedade e geralmente o capital social, que é o que identifica a origem do capital, da transferência patrimonial do sócio à pessoa jurídica, consta no passivo, porque o sócio é credor da sociedade. Trata-se de um credor subordinado ao pagamento de todos os demais credores e, se sobrar alguma coisa, terá direito à retirada social.

Teoricamente, numa falência, isso pode ocorrer. Ou seja, eu pago todos os credores e, se sobrar alguma coisa, o sócio será contemplado. Na prática, isso

não ocorre, mas pode ocorrer um dia. Durante os dez anos em que trabalhei em Vara de Falências, ocorreu duas ou três vezes. Aonde vamos chegar? Temos que fazer uma regra analógica e sistêmica, mas hoje está definido na lei, o que me parece bem interessante. E inclui também, como crédito subordinado, o pró-labore de administradores. Se esse administrador não é empregado, não pode vincular na categoria trabalhista e, às vezes, temos grandes problemas em relação a isso. Então, esse procedimento, que considero uma inovação importante, definiu a regra.

Outra inovação que me parece bem relevante. A grande crítica que se faz à morosidade dos processos ou talvez à ineficiência do processo é que existe um grande poder de martelo do magistrado. As questões estratégicas, as decisões estratégicas, são tomadas pelos magistrados. E as críticas se colocam no sentido de que:

1.) O magistrado não tem formação de Administração de Empresas nem de Contabilidade – sua formação é jurídica;

2.) Se é difícil administrar uma empresa, imaginem que, em uma Vara de Falências como a de Porto Alegre, na qual tramitam 6 mil processos, o magistrado tem que administrar 6 mil empresas, e 6 mil empresas falidas! Administrar uma empresa ainda afluente já é menos difícil, mas uma empresa totalmente falida é muito difícil. E são 6 mil.

Há também os problemas estruturais do Poder Judiciário, do Ministério Público etc.

Digamos, então, que foi para o outro lado. Estabeleceu-se uma diminuição do poder de decisão do Poder Judiciário, do magistrado, passando para um órgão chamado assembléia de credores. As grandes decisões estratégicas hoje serão tomadas pela assembléia geral de credores.

É claro que uma lei começa de uma forma e, ao longo de sua existência, tem uma formatação. Talvez, ao longo da existência dessa lei, o Poder Judiciário formatará de forma diferente, mas aqui diz: "A assembléia geral de credores decide os incidentes e a aprovação do plano de recuperação judicial; os incidentes e a aprovação da proposta de recuperação extrajudicial; os incidentes e a forma de liquidação do ativo." Então, decide as questões fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Na prática, sabemos que, quando os problemas são levados a uma assembléia, embora a assembléia seja um processo democrático, e talvez mesmo por isso, as decisões não saem. Como V. Srª analisa esse dispositivo? Queremos rapidez. Queremos recuperar a empresa, mas juntamos na mesma sala 50 ou 60 credores. Teoricamente, considero um colosso.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A lei tem por objetivo recuperar a empresa, mas é muito difícil atingirmos essa meta quando colocamos na mesma sala 30 ou 40 credores, que estão querendo muito mais, ao invés de recuperar a empresa, receber o seu crédito. Acho que esse é o problema na prática.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Sem dúvida esse é o grande ponto de discussão. Endosso plenamente a colocação de V. Exª. Teoricamente é o instrumento ideal, mas a prática do dia a dia... Se temos uma assembléia geral de uma sociedade anônima, na qual, teoricamente, os objetivos são os mesmos, já há problemas. No caso em tela, talvez não sejam, porque cada credor está pensando na recuperação do seu crédito. Ainda há um detalhe muito polêmico: a votação não será **per capita**, mas sim proporcional ao crédito. Isso significa que, se for credor de R$100 milhões, tem 100 milhões de votos; se for credor de R$5 mil, terá 5 mil votos. O poder de barganha do primeiro será muito maior. Isso não é ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quem são os maiores credores, via de regra?

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Os bancos, sem dúvida.

Esse é o local político para discussão disso. Se colocarmos dessa forma, é uma linha juridicamente possível. Não há problema. A questão é política. Teoricamente, como V. Exª colocou, a assembléia é ótima, porque tira grandes problemas de movimentação, mas na prática pode trazer problemas, principalmente vinculados ao voto proporcional ao valor do crédito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em um edifício com mais de 50 condôminos, a reunião de condomínio foi aberta, em segunda convocação, com apenas cinco presentes. Nesse instante, alguém reclamou e outra pessoa respondeu: "Graças a Deus, se comparecessem os 50, não faríamos nada!"

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – E ainda vamos pensar **per capita**, o que aumenta ainda mais os problemas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não sei. Estamos aqui para estudar.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Essas são as questões fundamentais.

Vejam: a aprovação do plano é pela assembléia, em princípio, é pela assembléia. A lei estabeleceu algumas regras bem difíceis para a aprovação do plano. Por quê? Porque ela precisa ser aprovada por mais de 50% dos créditos totais, por mais de 50% de cada uma das classes de credores, que são três: trabalhistas, de primeira classe, direitos reais de garantia e privilégio

especial, segunda classe, e privilégio geral e quirografários, terceira classe. É necessário ser aprovado por todos. Pelo geral e por mais de 50% de cada uma das classes. E mais: por mais de 50% **per capita** da assembléia. É muito difícil.

Então, o que ficou estabelecido? Considerando que o voto é proporcional ao crédito, pode a vida de uma empresa permanecer nas mãos de um único credor. A legislação americana, desde 1938, enfrentou esse problema e a solução foi a seguinte: quando o credor não apresenta uma razão justificada para inviabilizar a recuperação do devedor, o juiz traz para si e decide.

Houve muita discussão, durante algum tempo houve alguma resistência, mas acabou se aceitando essa solução, que estaria no 43, que é a possibilidade de o magistrado decidir contra a assembléia de credores. Mas é muito difícil também, pois é necessário ter mais de 50% de todos, mais de 50% em duas classes, e na terceira classe, que rejeitou, mais de 33%. E a aprovação feita pelo juiz não pode implicar em benefício para nenhuma das classes. Do contrário, a decisão pode ser contestada. Fica muito difícil.

Finalizando, o plano, em princípio, teria um prazo de até dois anos para ser cumprido. Pode haver a desistência do plano, o que implica em obstrução para um novo pedido pelos próximos dois anos, e pode haver modificação do plano, de acordo com as mudanças daquela condição ser **coeteris paribus** da economia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço licença para anunciar a presença do Deputado Federal Waldemir Moka. Se V. Exª quiser tomar assento à Mesa, será um prazer.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Entrarei, agora, na parte polêmica, a meu ver. São pontos de discussão política, muito importantes, e creio que o Senado Federal não pode se omitir na discussão. Pode até aprovar da forma como está ou de forma diferente, mas não se omitir.

Qual é a idéia de recuperação? A idéia de recuperação é tentar abranger todos os credores. Ou seja, estabeleço um plano de recuperação da minha empresa, que está em crise, negocio com os credores e obtenho uma homologação judicial desse planejamento. Evidentemente que eu, na posição de credor que integra esse plano, sei que terei custos. E é normal do ser humano não querer esse sacrifício. Assim, o que ocorre? Posições que afastam algumas categorias de credores desse sacrifício. Como disse – e repito – , juridicamente não há problema técnico nenhum, o problema é político.

Em primeiro lugar, quem é quer ficar de fora? O Governo, considerando que é o principal passivo das empresas atualmente. Como? Por algumas regras. Primeiro, o art. 7º, § 8º, diz o seguinte: "As execuções fiscais não são atingidas pela recuperação", pela sentença que defere a recuperação com a falência. Como cita apenas execuções fiscais, não cita as anteriores nem as posteriores, conseqüentemente faz pensar que são todas. O que ocorre? É deferido um plano de recuperação econômica e a Fazenda pode promover uma execução. Pelo menos é uma interpretação possível. Talvez não seja o pensamento do Relator, mas é algo que devemos discutir.

Segundo ponto. O art. 60 estabelece o seguinte: "Que as Fazendas poderão conceder parcelamento". Da maneira como está escrito – talvez a jurisprudência interprete de forma diferente – é um poder, não uma obrigação. Significa que...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas estabelece um limite, não é? Poderão conceder parcelamento de que forma?

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Dentro da legislação. Da lei ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então limitou?

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Sem dúvida. Na verdade, o que consolida essa minha interpretação de que a fazenda está fora do plano é que ela não integra a classe de credores votantes da assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se se diz que "as fazendas poderão conceder parcelamento de acordo com a lei", já consta do Código Tributário Nacional.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está repetindo.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A fazenda até agora não perdeu nada.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Claro. Ela pode dizer que não quer conceder, pois é um poder dela. Então, o peso do passivo da empresa é relevante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ela pode conceder parcelamento de acordo com a lei e excepcionalmente fora da lei; desde que seja para salvar a empresa. Às vezes, ela está com um crédito muito grande. É uma hipótese que temos de estudar.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Perfeitamente. Sei que uma conquista que o Deputado conseguiu foi a questão da sucessão tributária. Ah, isso se conseguiu.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual é o terceiro item?

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Ela não integra a classe de credores da assembléia geral. Ora, isso consolida, porque, se não vou integrar a classe de credores da assembléia geral, é porque estou fora da recuperação. Se não tenho nenhum interesse a ser discutido nessa assembléia, estou fora da recuperação. Para mim – isso é uma interpretação minha – fica muito claro. Só vai participar do fórum da assembléia geral quem tem algum interesse a discutir na recuperação. Ora, se fiquei fora da classe, estou fora da recuperação, porque não tenho nenhum interesse. Meus interesses estariam preservados de outra forma. As execuções fiscais não são atingidas, e concedo o parcelamento se eu quiser.

Em relação ao sistema financeiro, também há alguns problemas; aliás, algo a se lançar. Houve uma amarração para que o sistema financeiro também ficasse, naqueles seus créditos relevantes, de fora. Por quê? Pelo art. 48, tudo bem, inclui-se o sistema financeiro. Mas há ainda o art. 48, § 3º. Alguns tipos de contratos, como **leasing** e arrendamento mercantil – que são os principais –, venda, crédito imobiliário e contratos imobiliários não serão alterados pelo plano. Valem as cláusulas anteriores.

Ou seja, se eu tiver um contrato, e esse contrato se submete ao plano, o plano poderá alterar algumas cláusulas desse contrato. Mas o art. 48, § 3º, estabelece que não; em que pese o plano, esse contrato vale e não é atingido pela recuperação.

Mas há o art. 52, inciso IV. Hoje, pela prática bancária, faço o empréstimo que vou lastrear em títulos de crédito – títulos recebíveis –, em aplicação financeira etc. O art. 52, inciso IV, estabeleceu que a execução da instituição financeira desses créditos lastreados dessa forma não se suspende pela recuperação. Então, também são falhos.

Outro detalhe: como acredito que o grupo esteja pelo menos muito próximo de uma formação jurídica, não preciso explicar, para não perder tempo. Existe um instituto chamado restituição. Se algo pertence a mim e for arrecadado em poder do falido, tenho direito à devolução, porque pertence a mim. O nome jurídico disso é restituição. É claro que estou fazendo uma análise muito breve. Ela tem outras derivações, mas o básico é isso. É o direito que tenho de ter a coisa que a mim pertence, de ela me ser devolvida.

Temos hoje três categorias de restituição: a ordinária – a coisa a mim pertence e deve a mim ser devolvida; a extraordinária – aquela venda de mercadoria a ser entregue em 15 dias; e o adiantamento ao contrato de câmbio.

A única restituição que está na recuperação é a restituição do adiantamento ao contrato de câmbio. A instituição bancária que adiantou o câmbio e emprestou dinheiro tem direito à restituição. Mas quem teve alguma coisa que lhe pertencia e se encontrava com o devedor no momento, esse não terá restituição. As restituições ordinária e extraordinária utilizam-se apenas na falência, pelo menos é o que consta no texto. Talvez não seja essa a vontade, mas é o que consta no texto.

Para encerrar essa parte, duas últimas informações, depois seguiremos bem rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pediria a V. Sª a maior brevidade.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – É que o tema é muito...

O art 105 vai determinar a falência do sócio de responsabilidade ilimitada – até aqui não há um problema muito grave, porque não temos, na prática, esse tipo de sociedade – e segue: a falência também dos administradores e diretores. Isso é algo para se pensar, para se discutir, porque certamente haverá resistência da classe empresarial.

O último ponto,que é bem rápido, e que é apenas um **briefing** de detalhamento técnico. Queria mencionar alguns dados, por exemplo, art. 7º, § 4º, aqui há um problema sério, diz que o Ministério Público agirá como assistente em ações de interesse da massa. Mas isso cria um problema, o Ministério Público trabalha como fiscal, não pode ser assistente processual.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Assistente somente no Direito Penal?

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Sim. Aqui é só um acerto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É apenas uma questão de redação, já tínhamos observado.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – O art. 59 fala que a prestação de contas deverá feita ao comitê, ao administrador, e penso que deveria também haver um exame por parte do Ministério Público, que tem uma eqüidistância e uma transparência para isso.

Creio que há um problema sério também, porque ela estabelece dois regimes falimentares: a falência da média e grande empresa e a da ME e da EPP. Creio que aqui é interessante apenas um acertamento. Há uma desproporção, a falência pode existir por no máximo quatro anos, da média e da grande, e a falência da EPP por cinco. Quer dizer, o processo de falência de uma EPP tem que ser maior do que de uma média ou grande empresa.

Claro que sabemos que isso passa rápido, não é uma questão, é um detalhamento técnico. O que me parece – para encerrar a minha manifestação –, é que antes que tenhamos essa ansiedade de aprovar, temos que ter essa preocupação de examinar ponto

a ponto. O que fiz foi um **briefing**, e observamos detalhes, e vejo que não há má intenção, são detalhes, mas temos que fazer.

O que me parece é que depois do fórum políticos de discussão de pontos polêmicos, o que acho importante, temos que passar por um grupo de acertamento, vendo esses detalhes. Sou favorável à reforma, o que temos que discutir são detalhes, porque temos que pensar que essa lei vai atingir a todos os brasileiros, não apenas ao Governo, não apenas às instituições bancárias, à classe trabalhadora, mas a todos, e temos essa responsabilidade.

Em relação à parte penal não vou falar, e também vejo como importante que venha alguém, porque não tenho muita base em Direito Penal, em que pese ser do Ministério Público me afastei muito do Direito. É importante trazer um penalista para discutir o assunto.

O SR. – (Orador não identificado) – O César.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – O César? Pode ser, é um bom colega e é uma pessoa que conhece muito o Direito Penal. Isso acredito que seria importante.

Agradeço muito a atenção de todos, fico à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perguntarei a V. Sª, que é membro do Ministério Público, sobre a participação do Ministério Público. V. Sª tem alguma sugestão, vê alguma impropriedade fora a do assistente, que V. Sª mencionou, e a outra de figurar como fiscal, mencionado no art. 7º? Porque a rigor, como fiscal da Lei, já vai ser ouvido em tudo mesmo. V. Sª tem alguma idéia em que mais o Ministério Público pode colaborar?

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Farei uma crítica, em relação às ações revocatórias, que hoje são denominadas de atos prejudiciais, houve muito pouca inovação. Penso que o grupo poderia ter trabalhado mais nesse assunto, já que vejo que ele ficou de lado. As revocatórias tradicionalmente nunca tiveram o Ministério Público como órgão agente. O que ocorre, por exemplo no Rio Grande do Sul, e não acredito que seja diferente nos outros Estados, é que se promove muito pouca ação revocatória. Em que pese se ver grandes problemas de esvaziamento patrimonial da empresa, essas ações são pouco promovidas. Porque, às vezes, o síndico tem um pouco de medo ou não quer se envolver. Então precisávamos garantir que o Ministério Público ...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas isso não precisa constar da Lei, porque o Ministério Público pode fazer isso.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Mas a lei não prevê.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas a ação revogatória é só fraude...

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – A lei não prevê isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, mas o Ministério Público, onde tiver fraude, tem que atuar.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Se interpretarmos isso. Mas eu gostaria e é muito mais importante ficar claro. Na parte criminal, penso que seria interessante trazermos um penalista para isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou conceder a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, uma vez que o requerente, Senador Demóstenes Torres, não conseguiu ainda chegar em tempo. Ele está a caminho de Goiás para cá – seria o primeiro interpelante.

Quem está inscrito é o Senador Garibaldi Alves Filho, a quem concedo a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Dr. Luiz Inácio pela sua posição; foi muito clara, muito objetiva, mas eu queria conhecer o outro lado da moeda. Quer dizer, ele falou aqui que a lei – e o Deputado Osvaldo sabe muito bem disso, porque é o nosso Relator e vem participando para honra nossa dos trabalhos da Comissão, a convite do Presidente. O outro lado no sentido de que houve a exclusão da lei no que toca às sociedades de economia mista, os agentes do Poder Público, as instituições de poder público. O senhor defende essa exclusão, mas existem os que não defendem. Eu queria que V. Exª me dissesse o que argumentam os que defendem a inclusão.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Perfeito, sem dúvida. Como é algo de que não compartilho, talvez eu não tenha os melhores argumentos. Mas, aquilo que ouço em debates é mais muito mais político do que técnico/jurídico – primeiro aspecto. Segundo, não tenho porque oferecer um tratamento preferencial ao Estado, ou seja, se é um agente econômico, tem que trabalhar com as mesmas regras do cenário econômico como um todo e que muitas vezes essa administração de agentes econômicos de direito público é vista como uma administração não muito responsável, e como não tenho um regime próprio que possa regulamentar e exigir essa responsabilidade, digamos assim, há uma falta de prestação de contas, há uma irresponsabilidade, uma impunidade muito grande nesse aspecto. Então, que o não alcance dessa legislação a agentes econômicos de direito público na verdade representa um prejuízo relevante à sociedade. Os argumentos não são técnicos, porque técnico eu poderia colocar tanto de um lado como de outro; eu não veria maior dificuldade, principalmente a sociedade de economia

mista – com a empresa pública já teria um pouco mais de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Garibaldi Alves, vou lhe dar a minha opinião de Relator, porque esse aparte já me preocupou muito. Prefiro manter a legislação, salvo se, até o relatório, for convencido do contrário. É a supremacia. Penso que, em algum ponto, determinadas entidades têm que ter uma supremacia. Imagine o Banco do Brasil, que é uma sociedade de economia mista, estar sujeito a um pedido judicial, o que isso poderia causar na economia do País ou em determinadas empresas de energia, ou qualquer coisa assim, bancos como o BNDES, por exemplo? Acredito que se ficarem sujeitos a essas regras, nós... O ideal seria, porque o Poder Público tem que dar exemplo e estar em dia com os seus compromissos – vamos supor. Mas acredito que ainda não temos esse caldo de cultura, não sei. V. Exª continua com a palavra, por favor.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Outra pergunta é a seguinte: o instituto da parceria público-privada que está em votação na Câmara dos Deputados – confesso a V. Exª que não conheço nada ainda do projeto porque não chegou aqui e não tive oportunidade de conhecê-lo por meio de leitura da imprensa – se um empreendimento público-privado não der certo. Creio que o Deputado Osvaldo deve saber bem disso. Como é que vai se dar a recuperação ou a falência disso? Há um misto...

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Aí, como V. Exª, tenho de admitir que careço de um conhecimento maior do teor dessa nova legislação.

Faço, na verdade, um exercício de futurologia. Pode ser que não seja isso. Mas considerando que essa parceria tenha uma ênfase maior... e isso a mim me parece, não tenho certeza do que estou dizendo porque não li, na parceria eu terei de ter um vetor. Ou ele será o público ou o privado, mas terei de ter um vetor. Ou seja, ou vai ser uma empresa privada...Um vetor para levar adiante. Ou será um agente de direito privado ou um agente econômico de Direito Público.

Se for o vetor principal dessa parceria, naquele caso específico, um agente de Direito Privado, eu acho que ele vai ser alcançado por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A sociedade anônima de economia mista é de Direito Público ou Privado? Aí, V. Exª me desculpe...

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Tem de ver qual é o vetor, porque eu não conheço o conteúdo da lei. Eu não posso lhe dizer como será esse...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim, mas o vetor da sociedade de economia mista é considerada, quanto à natureza jurídica...

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Sem dúvida, se o vetor for uma sociedade de economia mista, sem dúvida. Eu não sei quais são os vetores. Eu não sei, porque não examinei o texto da lei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas a pergunta do Senador Garibaldi Alves Filho vai fazer o relator pegar essa medida provisória que...

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Sem dúvida, tem que examinar, porque se não tivermos a idéia clara do que será a construção desse projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nós sabemos o objetivo dela: juntar o dinheiro público com o privado e realizar obras públicas...

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – E ter o resultado. Aí tem que ver como ela estabeleceu. O vetor principal vai ser uma sociedade de economia mista ou uma sociedade privada? Se for uma privada, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª continua com a palavra.

Não há mais Senadores inscritos. Eu consulto se os Senadores presentes desejam formular perguntas ao nosso ilustre convidado. (Pausa.)

Ante o silêncio, eu me permito mais uma. Eu gostaria de ouvir a sua opinião, porque a atual lei permite o parcelamento dos débitos tributários. Mas isso também está permitido pelas regras tributárias nacionais, pelo sistema tributário nacional, pelo Código Tributário Nacional. Se o objetivo desta lei, proclamado por todos... Essa lei tem alguns objetivos. O objetivo que não podemos perder de vista nessa lei é que ela procura recuperar, salvar a empresa. Como V. Exª salientou e todos estão de acordo, ela tem um conteúdo social. Esse foi o início de sua fala, quando estabeleceu a relação entre as regras econômicas e as regras jurídicas. V. Exª falou na Teoria da Razoabilidade a ser aplicada, com referência às regras econômicas.

Então, na prática, o que observamos é que muita gente não consegue acertar com a Fazenda porque o Código Tributário Nacional diz que só se pode parcelar até um certo número de meses. O agente público quer fazer mais. Ele reconhece, às vezes, que se der mais cinco ou seis meses ou parcelar em mais um ano é vantagem para o Poder Público. Do contrário, ele não recebe inclusive. Mas há essa amarra legal.

Eu estou vindo com os méritos em meu relatório e gostaria de ouvir a sua opinião – e vou ouvir também o Ministério da Fazenda. É que, se o receio da Fazenda é... Eu perguntei a um Ministro: Por que V. Exª, reconhecendo que assim não receberá, prefere não receber a dar mais prazo? S. Exª me disse: Inclusive, se eu der mais prazo. Ele disse: "Inclusive porque, se eu der mais prazo, vão falar que estou participando de

uma corrupção." Quer dizer, ele teve medo. Creio que não deveríamos tirar essa expressão.

O SR.GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, V. Exª permite-me falar?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Não seria dado sobre a alegação de que aquela empresa está sob aquelas condições, quer dizer, especificando bem a situação da empresa? O Ministro alegou que poderia ser acusado de estar privilegiando.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há um tempo. Não estou referindo-me ao atual.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Privilegiando.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Mesmo assim, não pode?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Hoje, não pode.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Porque não há autorização legal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Porque não há autorização legal. A lei permite o parcelamento sob determinadas condições de prazo e pagamento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Mas essa lei não tem condições de dar esse prazo?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Creio que tem.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ela está sendo analisada. Creio que deveríamos colocar uma vírgula para permitir que, ouvida a Fazenda – se estiver a cargo da decisão do juiz –, esta intervenha para dizer que não vai receber em 3 meses, que também quer receber em 48. É um passo avançado.

O Poder Público faz a lei e esta vale para todos, mas para o Estado não vale? Ele é o primeiro, o comilão, fica com tudo.

V. Sª imagina o caso, que não foi abordado aqui, das pequenas e médias empresas? Como fica esse pessoal pequenino, que precisa de uma proteção efetiva?

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – E são grande geradores de empregos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Creio que deveríamos olhar essa questão.

Só para terminar minhas observações, gostaria de ouvir a opinião de V. Sª. Quero parabenizá-lo por sua exposição. V. Sª tem uma vasta experiência como curador de massas – não sei a terminologia –, atuando em processos falimentares. V. Sª não crê que temos de estabelecer limites para os créditos trabalhistas? A inexistência de um limite para o crédito trabalhista dá margem a conhecidas fraudes contábeis. Vão beneficiar quem? Aqueles que foram responsáveis pelo colapso financeiro da empresa. O verdadeiro empregado, aquele que é credor de três ou quatro salários, que tem direito a aviso prévio, etc, acaba disputando em igualdade de condições com os responsáveis pela direção da empresa, às vezes até com aqueles que levaram a empresa a essa situação em função de seus altos salários.

No caso da Parmalat, há uma decisão de um juiz de São Paulo, em que S. Exª diz: "Vou cortar isso aqui". Eram pró-labores, rendimentos ou comissões que as pessoas recebiam e eram, em relação aos pequenos trabalhadores, uma verdadeira fortuna. Via de regra, isso acontece até com os familiares dos controladores. Estou disposto a estabelecer isso.

A CUT e a Força Sindical estiveram presentes e sugeriram um limite. Se sugeriram um limite, é porque sabem que, na prática, existe essa fraude.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sª tem uma idéia de quanto deve ser? Qual a forma? Seriam salários mínimos? Qual é a sua idéia? Estamos aqui para trocar idéias.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Claro.

Vou partir da idéia do problema, que realmente ocorre. Tive casos, em meu exercício profissional, em que o sócio – como a jurisdição é outra, ou seja, a jurisdição trabalhista não é a da falência –, antes da falência, entrava com uma reclamatória trabalhista alegando a condição de empregado. Era feito um acordo. Uma vez homologado, entendia-se que, depois de transitado em julgado, habilitava-se o crédito. E era quase todo o ativo da empresa.

O problema existe. Então, temos que partir para uma solução. A primeira, que seria a ideal, era não limitar e termos, na verdade, a rigidez e o controle das nossas instâncias judiciais, não só as do Judiciário e do Ministério Público, para ver o que é fraude e o que não é.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mesmo que não seja fraude, como vou colocar em posição de igualdade quem tem um vencimento de R$10.000,00 (dez mil reais) com aquele que tem um salário mínimo ou pouco mais do que um salário mínimo?

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Aí, não sei, mas, se trabalhei para isso, e trabalhei honesta e dignamente, não vejo como posso não receber.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas vai criar uma injustiça em cima do pequeno. Se não con-

correr em igualdade de condições, vai-se criar uma injustiça em cima do pequeno.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Não veria dessa forma. Agora, em relação a problemas de administração... V. Exª tem que ver que os grandes salários são daqueles que estão dirigindo a empresa. Em geral, os que estão dirigindo a empresa estão, pelo menos, numa posição ou de **pro labore** ou naquela posição de administrador. E nisso aqui a lei estabeleceu como crédito subordinado. Então, na verdade, a lei restringiu o poder de locupletar-me com o fracasso da minha empresa. Ela restringiu muito!

Agora, quanto à questão de limite, não teria problema algum! Temos que deixar claro que, além do limite, salvo prova de que seja proveniente de algum ato ilícito, mas, se não o for, ainda assim tenho que pelo menos garantir juridicamente que ele receba. Talvez mude a categoria além do limite. Então, estabeleci limite de R$100 mil, digamos que fosse esse, como crédito preferencial trabalhista. R$101 mil, então, mil reais ele ainda tem que receber, desde que seja lícita a sua proveniência, talvez sai de lá como quirografário.

Então, se eu puder acertar o que é prejudicial e puder diminuir o impacto no passivo, é o ideal. Se não for possível, então se estabelece o limite. Não posso permitir é esse estado de coisas que ocorrem, ou seja, enriquecer a partir da insolvência da minha empresa. Isso que não posso fazer! Então, essa forma de estabelecer um limite é uma forma válida. Talvez não seja a preferencial, mas é válida. Aí é uma questão de decisão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto se os Srs. Senadores desejam formular perguntas.

Não havendo quem queira formulá-las, estando presente aqui o Relator, Deputado Osvaldo Biolchi, da Câmara dos Deputados, concedo a palavra a V. Exª para formular perguntas.

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS) – Obrigado! Vamos nos ater à questão da limitação.

Conforme coloquei, sou hoje a favor da limitação! Estou de acordo, mas a matéria não foi aprovada: 24 Deputados votaram contra o projeto, sendo que 18 são do PT. E, vejam bem, na recuperação judicial, o único crédito trabalhista é o que sobressaiu como privilegiado. Na falência, novamente o trabalhista é o primeiro classificado. E, assim mesmo, não houve compreensão, não houve satisfação.

Aqui mesmo, na Casa, não sei se V. Exª se lembra, o Presidente da Anamata* veio aqui e criticou o projeto no que diz respeito à questão da limitação e especialmente em relação ao privilégio.

Penso, com todo respeito, que é interessante se esboçarem idéias diferentes. Na questão criminal, aumentou-se muito o prazo de reclusão no caso do crime de falsidade ideológica. É falsidade ideológica claríssima ludibriar e fraudar crédito trabalhista de qualquer maneira.

Quanto ao crédito fiscal, repito o que já disse numa outra oportunidade: que houve avanços formidáveis no século XXI em relação ao crédito fiscal. Primeiro, a sujeição; o segundo, a não sucessão tributária de quem adquire o imóvel – só os esqueletos que estão dentro são de responsabilidade do adquirente; e terceiro ponto, igualdade de um por um com o crédito hipotecário.

Entretanto, faço uma crítica aqui, e todos os Relatores e os Srs. Deputados sabem disso, aliás, Senadores, especialmente, sabem que é muito difícil preparar um projeto de lei da envergadura desse, com quase 225 artigos, sem vetos. E houve negociação, houve imposição. Aconteceu isso com o atual Governo, e não estou criticando o Governo.

Na aquisição do crédito fiscal, com relação ao artigo 60, discordo de V. Exª um pouco, eu colocaria que todo crédito fiscal está sujeito aos efeitos da recuperação, como os outros credores. Nós não copiamos, Srs. Senadores, esse projeto de outras nações, dos Estados Unidos, da Itália, da Alemanha, nem da Argentina, até porque eles não têm essa questão de endividamento profundo desses valores tributários tão altos como o Brasil tem. Nós vivemos em um momento de transição, queira Deus que isso seja, com valores expressivos. Muitos não aderiram ao Refis 1; outros aderiram e não conseguiram cumprir. Ao Refis 2, de 180 meses, não aderiram e há empresas que devem praticamente 90% ou 99% do seu passivo aos créditos fiscais, à União, aos Estados e aos Municípios. Precisamos abrir um pouco o horizonte. Aliás o Ministro Antonio Palloci nos prometera lá na casa do João Paulo; isto é, submeter o crédito fiscal como todos os demais créditos estão sujeitos, isso não vai fazer recuperar empresa nenhuma.

Recuperação de empresa, isto é, a reorganização de empresa, a simples moratória, o soerguimento da empresa, isso representa o quê? Geração de impostos novos. Muitas empresas hoje estão cumprindo, estão pagando os seus impostos em dia porque eles têm outras execuções do passado. Então nada se resolve se V. Exªs não emendarem o art. 7º, § 8º, simplesmente abolindo esse artigo, tirando-o de lá. Estabelece-se que as execuções fiscais não serão afetadas pela decretação da recuperação. Se a empresa precisa de quatro anos ou três anos ou cinco anos, os casos fiscais também estão sujeitos a isso. E não na forma da lei. Até porque há um questionamento muito claro e evidente. A lei do Simples não permite o parcelamen-

to, e aqui o Governo não deixou estabelecer por meio de um parágrafo retirado de um projeto que micros e pequenas empresas, que não podem fazer o parcelamento fora da recuperação, não possam fazer aqui dentro. Então a idéia nossa é que o art. 60 seja banido e o art. 8º, § 7º também.

Além de tudo isso, estava colocando a V. Exª, Sr. Presidente, que nós precisamos rever, a audiência pública quem sabe resolverá isso, o CTN, o Código Tributário Nacional. Eu não sou tributarista, mas o Código Tributário Nacional deixa a desejar. Estabelece o Código Tributário – não sei em qual dos seus artigos agora que está tramitando aqui na Casa e já foi aprovado na Câmara – que esses créditos fiscais deverão ser habilitados dentro de um ano. É impossível, Srs. Senadores, que em um ano o juiz das Varas Fiscais enxugue um crédito fiscal com 7 mil, 8 mil, 10 mil volumes de processos. O art. 4º estabelece que ao juiz universal concorram todos os credores com exceção dos créditos trabalhistas. Eu manteria os trabalhistas, o que está dando certo. Habilita-se e pede-se a reserva na trabalhista, e o juiz do Trabalho imediatamente julga. Agora em exceções aos fiscais eu retiraria esses fiscais e deixaria juiz competente o juízo da falência ou da recuperação para julgar.

Outro ponto para concluir sobre o crédito fiscal é que o art. 24, hoje, da nossa lei, do Decreto-Lei 7.661, estabelece que nenhuma multa é cobrada na falência. E aqui se estabelece que na falência são cobradas multas depois de pagos todos os credores. Eu já tive experiência, como advogado, no passado, de grandes empresas que requereram a sua autofalência e houve sobras no passado. Camilo, por exemplo, no Rio Grande do Sul, em Erexin, houve sobra, na época, de R$150 mil, arrendaram instalações, compraram máquinas novas, e hoje é uma grande empresa com mais de mil empregados.

Então, querer dar para a guloseima e satisfação do Estado e da União todas as multas... Eu retiraria as multas, quer na recuperação judicial, quer na falência, especialmente, sobremaneira na falência.

Esse é um ponto básico, porque essas multas, muitas e muitas vezes, representam, até, falta de moralidade, desculpem-me a expressão. Duzentos e cinqüenta por cento de multa, Srs. Senadores, 100% ou 50%, a menor multa, são multas impagáveis num momento em que vivemos uma instabilidade econômica.

Todavia, como relator, infelizmente tivemos que nos ater à sujeição, negociamos alguns pontos e outros não conseguimos negociar, entre os quais esse.

Por fim, penso que o art. 217 seja de extrema importância. Esse artigo estabelece que todas as empresas que estão, hoje, em regime de concordata, e que se tornam inviáveis poderão, 120 dias após a entrada em vigor da lei, se adequarem a essa proposta. Vejam que a cada dez empresas os juízes decretam oito falências e recuperam-se 20%.

Temos exemplos claros. Aliás, aconteceu na semana passada e está aqui na vitrine hoje, o caso da Parmalat, em que o juiz se antecedeu à nossa proposta nossa, à dos senhores, e afastou os Diretores, como prevê o art. 59, e falou no art. 12, que a partir de agora os novos fornecedores, os novos aportes de recursos e os bancos estão se entusiasmando com isso porque serão considerados extraconcursais. Na hipótese de ser decretada, à frente, a falência da Parmalat, esses credores sequer serão sujeitos a esses créditos da falência, eles receberão imediatamente. O BIC – Banco Industrial e Comercial, que tem vinte milhões de crédito, abriu mais um crédito de vinte milhões ontem para que a Parmalat possa se recuperar. Para nós, legisladores, e para o Congresso como um todo, isso é importante porque estamos pondo em prática uma das propostas... A primeira, lamentavelmente, é multinacional, e vai se recuperar através dessa proposta nossa.

Então, é importante dizer que precisamos mudar alguns pontos aqui. Como relator, vejo essa necessidade de mudar. Já falei esses dias que daria nota sete a esse propósito aqui e não nove ou dez, se houvesse menos intervenção por parte do Governo.

Mas tenho certeza absoluta de que V. Exª, por sua capacidade de compreensão e, sobremaneira pela sua independência, vai conseguir transformar essa lei e quem sabe, a irá Câmara dos Deputados aprová-la depois.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço em nome da nossa Comissão e, por que não dizer, do Senado, a V. Exª, que se abalou do Rio Grande do Sul e veio atender ao nosso chamamento, fazendo uma brilhante exposição, demonstrando o seu interesse pela matéria, a sua competência, e trazendo para nós a experiência do Ministério Público e de um homem, como V. Exª, que vem atuando há muitos e muitos anos, em processos falimentares.

V. Exª acentuou muito bem a necessidade de algumas modificações que significam aperfeiçoamento nesta lei que estamos debatendo, o que é corroborado pelo Relator, na Câmara dos Deputados, que desde o princípio adota uma posição de humildade, quando diz, que atribui ao seu próprio trabalho ou a própria lei que veio da Câmara nota sete. Portanto, na palavra dele mesmo, temos que progredir um pouco, temos que avançar, aclarar alguns dispositivos.

É nesse sentido que agimos, ouvindo em audiências públicas – e salvo algum requerimento de muita

importância, estamos a ponto de poder declarar com mais uma ou duas sessões o encerramento das audiências públicas, porque já ouvimos o Ministério Público, a Magistratura, o setor financeiro, o setor empresarial, a Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional do Comércio, o setor da construção civil do País, que é muito importante, e o Sebrae, que tem a grande responsabilidade de adotar uma política e de auxiliar as pequenas as micro e médias empresas deste País.

Então, temos vários subsídios e devemos aproveitá-los da melhor maneira possível para que realmente esse seja um instrumento efetivo a colaborar para o desenvolvimento do País. Isto é importante, para o crescimento econômico do nosso País. É esse o nosso objetivo.

Antes de declarar encerrada a reunião, atendo ao apelo do Senador Eduardo Suplicy, que pede a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, infelizmente, por uma reunião prolongada da Bancada do PT sobre os episódios nacionais, não pude assistir esta audiência desde o início, mas gostaria apenas de fazer uma pergunta ao Procurador de Justiça, Luiz Inácio Vigil Neto e ao Deputado Osvaldo Biolchi, que estudou com tanta profundidade a respeito, sobre um dos assuntos cujo melhor formato V. Exª, como Relator, está considerando qual seria.

Refiro-me à questão da limitação dos créditos trabalhistas para aqueles que são diretores, gerentes ou diretores-proprietários, pois às vezes o eventual crédito trabalhista para esses diretores poderia significar um volume de recursos de tal ordem que alguns consideram fosse importante se estabelecer um limite.

Por exemplo, a CUT (Central Única dos Trabalhadores)* sugeriu um limite de até 500 salários mínimos, a Força Sindical* de 100 salários mínimos referentes a créditos como Fundo de Garantia e outros, e 100 como créditos de outros sistemas, 100 e 100, ou 200, no máximo, mas, como observamos que existem as pequenas, as médias e as grandes empresas, um limite dessa ordem pode ser relevante para a grande empresa e seria outro para a pequena e a microempresa ou a média empresa.

Pergunto se porventura haveria uma sugestão de aperfeiçoamento da idéia que pudesse levar em conta seja o valor de remuneração média dos trabalhadores naquela empresa, seja o tamanho da empresa. Se tiverem alguma sugestão, seria útil para nossa Comissão, especialmente para o Relator, Senador Ramez Tebet.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Senador, a pergunta já tinha sido feita, mas voltarei a responder. Expressarei a minha opinião, que necessariamente não é uma opinião que eu tenho visto que seja a preponderante aqui.

Isso já havia sido colocado pelo Presidente, Senador Ramez Tebet. Os problemas existem, e são vários. Trabalhei praticamente dez anos em vara de falências, sei os problemas que existem, créditos que na verdade são forjados, que implicam no enriquecimento dos donos e empobrecimento da empresa, que se transforma em massa e os seus credores, principalmente os trabalhistas, ficam sem nada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E que é o que se quer evitar.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Exatamente. Então, esse é o nosso ponto de consenso.

A minha idéia... Tenho algumas discordâncias, mas aqui concordo. Penso que a lei, na última versão, não fez limitação. Ela fez o seguinte: estabeleceu, no art. 11, a hierarquia dos créditos, começando com os trabalhistas, fiscais, direitos reais de garantia, privilégio especial, privilégio geral, quirografários e depois subordinados. O último dos créditos na cadeia são subordinados. E estabelece que créditos subordinados são "créditos de qualquer natureza dos administradores da empresa sem vínculo trabalhista, bem como dos cotistas", que são as retiradas sociais, "acionistas controladores e diretores". O que a lei fez aqui? Aquele que comanda a empresa e que leva a empresa à sua **débâcle**, como está estruturado aqui, não tem uma grande vantagem, porque ele receberá, se sobrar, depois de todos os outros.

Agora, o caminho – digamos assim – , a alternativa que poderia ser feita em relação a isso é a limitação. Limitar em valor, em um valor fixo, digamos R$100 mil, não vejo como a melhor idéia. Talvez uma alternativa fosse estabelecer um valor-referência, tantos salários mínimos, mas aí vai nos dar um problema: tantos salários mínimos são importantes para uma empresa média, para uma empresa grande, para uma empresa pequena? Vamos ter divergências nisso. Estabelecer um cálculo de médio é muito complicado, e considerando que, para um Magistrado ou para um operador do Direito, que não é tão familiarizado com a questão. Penso que, na prática, talvez isso nos traga maiores problemas.

Fiz uma sugestão – na verdade endossei a sugestão do projeto aprovado na Câmara. Talvez não seja a ideal, mas, no meu ponto de vista, é a melhor: trazer esses créditos sem limitação para a classe de subordinados, que, tecnicamente seriam apenas as retiradas sociais. No projeto, além das retiradas sociais, foi incluído o **pro labore** dos administradores sem vínculo empregatício.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco PT-SP) – Deputado Osvaldo Biolchi, V. Exª deseja falar?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de S. Exª falar, lembro que o Deputado Biolchi disse que, no caso da Parmalat, imaginem, há R$150 mil por mês. Isso será crédito subordinado e crédito subordinado é aquele que está sujeito a receber.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Se sobrar de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois é.

O SR. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO – Se se tratar de dinheiro ilícito, não. Esse é o detalhe. Se tem uma origem ilícita, temos mecanismos para bloquear. O Ministério Público bloqueará.

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PMDB – Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco PT-SP) – Pois não. Sei que V. Exª refletiu muito sobre a questão, por isso pode falar.

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS) – Manifestei antes a minha idéia. Fecho com o Dr. Vigil, até porque havia um limite inicial, na Câmara dos Deputados, como disse o Jair Meneguelli, de R$30 mil reais. Posteriormente mudaram para 150 salários mínimos, e nós retiramos. Fomos a primeira vítima do FMI, Sr. Senador, mas aumentamos os crimes falimentares, a fraude. Hoje pode chegar a oito anos quem frauda.

Minha maior preocupação não é com a empresa, não é com o Diretor da Parmalat que, com o crédito subordinado, será o último a receber. Minha preocupação é com o cunhado, com o parente que trabalha na lavoura e será prejudicado pela fraude tributária. Essa preocupação realmente existe. Há grande discussão sobre o assunto.

Como eu disse, dos 24 votos contrários à aprovação, 18 foram do PT, Partido em que V. Exª milita e que tentei atender da melhor maneira possível. Mesmo assim, houve 18 votos contra. Tenho a impressão de que o projeto não será aprovado, até porque o Presidente da Anamatra esteve aqui e insistiu na questão da classificação de créditos. Infelizmente, como é do conhecimento de V.Exª, temos limitações. Até mesmo o Relator tem limitações, não há dúvida nenhuma. Não adianta elaborar uma bela legislação se, depois, na hora "H", for vetada.

Ouvi dizer que V. Exª apresentou uma emenda, não sei se tem fundamento, sobre pedido de restituição na recuperação. Parece que há uma emenda nesse sentido de autoria de V. Exª. Eu mantive na recuperação todos os credores sujeitos, inclusive bancos. Quinta-feira, em São Paulo, participei de um debate com o Diretor da Febraban, que me questionou, e, no fim, penso que eu venci. "Fiz a cabeça dele" – desculpe a expressão. Não adianta dizer que a empresa deve seis milhões: três ao câmbio, porque é exportadora, três a outros credores. Ora, se o câmbio vai receber antes, Senador Suplicy, será que os outros credores vão ficar de braços cruzados durante quatro anos? Terão de esperar o terceiro ou o quarto ano para receber? Eles querem receber junto com os demais.

Também é importante dizer que os bancos, há muito tempo, não recebem pedido de restituição. Tudo acaba no Supremo. As concordatas terminam lá na base. Acabam vendendo todos os bens. É importante dar segurança aos bancos, a fim de que recebam. Por isso, no art. 28, determinamos que só será possível pedido de restituição na falência ou na concordata.

Graças às pregações de Nelson Abrahão, em São Paulo, e Rubens Requião e outros falencistas modernos, há quarenta anos, já diziam que precisamos acabar, de uma vez por todas, com a concordata no Brasil, o que estamos tentando fazer por meio dessa nova proposta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradecemos a presença dos ilustres Senadores e dos ilustres convidados que, mais uma vez, deram-nos grande colaboração. O Senado está-se inteirando com a nossa sociedade, quer dizer, isso é regra de alguns anos para cá. O Senado deixou de ser aquela Casa mais hermética, para ser uma Casa que recebe setores da sociedade, familiarizando-se com o Senado da República. Portanto, há uma troca de experiências vantajosas para toda a sociedade, para os Senadores e, digo mais, para o exercício da cidadania, porque, graças aos meios de comunicação, a sociedade está melhor avaliando os nossos trabalhos legislativos.

Acredito que o povo do Rio Grande do Sul esteja lhe admirando, mas percebendo que o seu Estado está aqui não só por meio de V. Exª, mas também dos Senadores e do Deputado, que foi o Relator da matéria, que estão dando a sua parcela de contribuição. Tudo isso é fruto do exercício da cidadania. Fico muito contente.

Não temos reunião marcada para quinta-feira. Na próxima terça-feira é carnaval, então, na terça-feira seguinte, estaremos reunidos aqui, sem pauta para audiência pública, porque todos os requerimentos, se não me falha a memória, foram atendidos, mas com pauta de projetos. Depois, então, quero ter uma audiência com os Srs. Senadores ainda a respeito da Lei de Falências, e vou preparar o meu relatório para depois submetê-lo à Comissão de Assuntos Econômicos. Nesse intervalo, vou ficar em entendimento com outros órgãos, com o Ministério da Fazenda, com o Ministério Público, com associações comerciais, auferindo conhecimentos, buscando aprimorar o nosso projeto.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 11 horas e 55 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura, realizada em dois de março de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia dois de março do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Serys Slhessarenko, Duciomar Costa, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Valmir Amaral, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Maguito Vilela, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, João Ribeiro, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá, Pedro Simon, Jorge Bornhausen e Antero Paes de Barros. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2000 – Complementar, não terminativo, que "altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que 'dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências', introduzindo parágrafo que proíbe a cobrança pela prestação de serviços bancários que especifica", de autoria do Senador João Alberto Souza, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Almeida Lima, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2001, não terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', no capítulo referente à proteção contratual", de autoria da Deputada Rita Camata, tendo como Relator o Senador Leonel Pavan, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A Presidência retira o Projeto de pauta a pedido do Relator; Item 03-Petição (SF) nº 11, de 2003, não terminativa, que "solicita orientação quanto à contratação de operação de crédito interno pela Prefeitura Municipal de Viamão – RS, nos termos da Resolução nº 43, de 2001, sem prévia autorização do Ministério da Fazenda", de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece parecer pelo envio ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda de correspondência expedida por esta Comissão informando o teor da Resolução nº 19, de 2003, que altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001. Após a leitura do Relatório pelo Senador Rodolpho Tourinho, é colocado em votação o parecer do Senador Sérgio Cabral, sendo este aprovado pela Comissão; Item 04-Aviso nº 71, de 2000, não terminativo, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 274, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Ministério das Relações Exteriores – Embaixadas do Brasil em Kuala Lumpur, Cingapura, Bangkok e Nova Delhi, referente a existência de impropriedades, gastos incompatíveis com o interesse público e infrações a normas legais, naquelas embaixadas – (TC – 013.441/99-0)", de autoria do Tribunal de Contas da União, tendo como Relator o Senador Marco Maciel, e sendo designado Relator Ad Hoc o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pelo conhecimento da Comissão e o envio da matéria ao Arquivo. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Fiscalização e Controle e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Após a leitura do Parecer pelo Senador Jonas Pinheiro, a Comissão aprova o parecer do Relator; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003, não terminativo, que "institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa – PACE, de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece parecer favorável ao Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação, onde terá decisão terminativa. Após a leitura do parecer pelo Senador Almeida Lima, foi concedida Vista ao Senador Fernando Bezerra, nos termos regimentais. Usa da palavra o Senador César Borges; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 448, de 1999, terminativo, que "altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências", de autoria do Senador Luiz Pontes, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A matéria é adiada em virtude da leitura em Plenário da MPV nº

141, de 2003, e da MPV nº 142, de 2003, sobrestando a pauta; ITEM 07-Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2003, não terminativo, que "altera o artigo 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, visando estabelecer a utilização dos recursos do FAT para financiamento, por intermédio de sindicato de trabalhadores, de curso superior de graduação", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação, onde terá decisão terminativa. Em 07/10/2003 foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 14-CAE, de 2004, que requer, nos termos regimentais, que sejam convidados o Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci, e o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, para expor e debater na CAE o acordo do Brasil com o FMI, a Política Econômica, as decisões do Copom, os meios para melhor expandir a economia, o crescimento do emprego, a melhoria da distribuição da renda, a erradicação da pobreza e demais objetivos de política econômica, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores. Usam da palavra os Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Eduardo Suplicy, Ramez Tebet. Roberto Saturnino, Antônio Carlos Valadares e Antônio Carlos Magalhães. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está aberta a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Em pauta, vários projetos que a Mesa, de ofício, analisa. Por exemplo: Item 1, o Relator não se encontra presente; Item 2, idem; Item 3, idem e o Item 4 é matéria apenas para tomada de conhecimento.

Com a permissão dos Srs. Senadores e usando prerrogativa do Regimento Interno, passo ao Item 7, cujo Relator está presente, Senador Ney Suassuna. É um Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2003, não-terminativo, que altera o art. 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, visando estabelecer a utilização de recursos do FAT para financiamento, por intermédio de sindicato de trabalhadores, de curso superior de educação. Autor Senador Sérgio Zambiasi.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Presidente.

Sr. Presidente, sou Relator dessa matéria e, como educador, a primeira intenção minha é de que haja o maior apoio possível à educação. Esse projeto é interessante porque permite ao trabalhador, com o auxílio do FAT, graduar-se. No entanto, recebi três considerações do Ministério do Trabalho, do Ministério da Fazenda e, ainda do Ministério do Trabalho, não só da coordenação jurídica como também da própria coordenação dos fundos, que solicita sejam ponderados alguns itens. Por essa razão, peço a V. Exª que retire de pauta este projeto e adie para a próxima semana, ou pelo tempo em que aprofundo essa discussão em relação a esses itens e essas ponderações oriundas dos Ministérios da Fazenda e do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem sido praxe aqui que, quando o Relator solicita, a Presidência praticamente nem ouve o Plenário. Com a aquiescência do Plenário, porque vejo o semblante dos Srs. Senadores, vou retirar logo a matéria de pauta e ela constará da pauta da próxima reunião, ou seja, terça-feira. Portanto, o Item 7 está adiado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, perdão, apenas para uma questão de ordem.

Em relação ao Item 1, se V. Exª designar um Relator **ad hoc**, ganharemos tempo. É do nobre Senador João Alberto, mas vou pedir vista, e o faço também por pedido do próprio Governo, que quer aprofundar a discussão. Para não perdermos mais uma semana, se o próprio autor ler o projeto, pedirei vista e ganharemos uma semana em relação a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Primeiro, Senador Ney Suassuna, quero esclarecer que, em virtude de leitura em plenário das Medidas Provisórias nºs 141, 142, de 2003, a pauta está sobrestada, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal. Esta é uma matéria não-terminativa realmente. É o Item 1 da pauta.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas nós não a apreciaríamos, porque eu pediria vista. Então ela não seria votada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, mas ela é não-terminativa. Ela poderia até ser apreciada, mesmo que V. Exª peça vista. Apenas esclareci que não porei em pauta matéria terminativas.

Aguardarei a chegada do Senador Almeida Lima. S. Exª está adentrando o plenário.

Vou considerar o Item 2 adiado para a próxima sessão, uma vez que o Relator da matéria, Senador

Leonel Pavan, não se encontra. S. Exª disse à Secretaria da Casa que gostaria que a matéria fosse apreciada na próxima reunião. Tratando-se de pedido de Relator, dou a ele a mesma destinação que dei ao projeto de que o Senador Ney Suassuna é Relator. O Item 2 fica adiado para ser incluído na pauta da próxima semana.

Vou submeter à votação a Petição de nº 11, de 2003, não-terminativa, que solicita orientação quanto à contratação de operação de crédito interno pela Prefeitura Municipal de Viamão, Rio Grande do Sul, nos termos da Resolução nº 43, de 2001, sem prévia autorização do Ministério da Fazenda. Autoria do Ministério da Fazenda. O Relator é o Senador Sérgio Cabral. O parecer de S. Exª é pelo envio ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda de correspondência expedida por essa Comissão, informando o teor da Resolução nº 19, de 2003, que altera a Resolução do Senado. Portanto, é uma matéria praticamente **pro forma**.

Peço ao Senador Rodolpho Tourinho a gentileza de ler o parecer do Senador Sérgio Cabral.

Essa é uma matéria que praticamente não comportará discussão.

Peço a S. Exª que leia pelo menos a parte conclusiva, para eu submeter o projeto à votação.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos petição na qual é solicitada orientação quanto à contratação de operação de crédito interno pela Prefeitura Municipal de Viamão, Rio Grande do Sul, nos termos da Resolução nº 43, 2001, do Senado, sem prévia autorização do Ministério da Fazenda.

O voto, Sr. Presidente, é pelo envio ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, de correspondência expedida por esta Comissão informando que a Resolução nº 19, de 2003, ao alterar os art.s 3º, 7º e 24 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, retirou qualquer óbice à regularização da operação de crédito da Prefeitura de Viamão, no Rio Grande do Sul, ou de qualquer outro Estado, Distrito Federal ou Município no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública eficiente, o Reluz.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer, portanto, é no sentido de enviar ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda correspondência expedida por esta Comissão dando-lhe conhecimento do inteiro teor da Resolução nº 19, de 2003, do Senado, que alterou a Resolução nº 43, de 2001.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A matéria foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em pauta agora o Aviso nº 71, de 2000, não-terminativo, que encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 274, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto, que a fundamentam sobre a auditoria realizada no Ministério das Relações Exteriores e Embaixadas do Brasil, em Kuala Lumpur, Cingapura, Bancoc e Nova Delhi, referente à existência de impropriedades, gastos incompatíveis com o interesse público e infração a normas legais naquelas Embaixadas. A autoria é do Tribunal de Contas da União. O Relator da matéria é o Senador Marco Maciel. O parecer é pelo conhecimento da Comissão e o envio do feito ao Arquivo. Portanto, a matéria também não comporta muita discussão.

Peço ao Senador Jonas Pinheiro que faça a gentileza de ler o parecer relativo ao Item 4, em substituição ao Senador Marco Maciel.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, como já lido pelo Sr. Presidente, este assunto aqui na Comissão de Assuntos Econômicos é sobre o Aviso nº 71, de 2000, do Tribunal de Contas da União, referente à auditoria realizada nas seguintes unidades do Ministério das Relações Exteriores, nas Embaixadas do Brasil em Kuala Lumpur, Cingapura, Bangkok e Nova Delhi.

Esse relatório é do eminente Senador Marco Maciel. S. Exª começa sua análise dizendo que "nada temos a acrescentar ao relatório que submetemos à Comissão de Relação de Exteriores e que foi adotado como parecer por aquela Comissão".

Por conseguinte, esta Comissão deve ratificar o parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre o assunto, em razão de não haver fatos novos que justifiquem a modificação daquele parecer e por se tratar de matéria incontroversa.

Portanto, Sr. Presidente, essa é apenas uma frase, mas é bem esclarecedora, do relatório do eminente Senador Marco Maciel, uma vez que a matéria já foi tratada na Comissão específica, que é a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em face do exposto, opinamos pela tomada de conhecimento do assunto, encaminhando o Aviso nº 71 ao Arquivo. Só para tomada de conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Comissão tomou conhecimento da matéria.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai ao Arquivo.

Está aprovado o parecer do Relator.

Passaremos ao Item nº 5, que é não-terminativo, porque, aprovada aqui, a matéria irá para a Comissão de Educação, onde terá decisão terminativa.

O Item nº 5 institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa, de autoria do Senador Paulo Octávio. O Relator é o Senador Almeida Lima, a quem concedo a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir vista do projeto, que considero muito bom. Como Presidente da CNI, vivenciei uma experiência quando instituímos um projeto de alfabetização pelo Sesi. O meu objetivo não é, de maneira alguma, boicotar o projeto, mas tentar melhorá-lo em uma conversa com o Senador Paulo Octávio.

Assim, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quero apenas, também a título de colaboração, dizer ao Senador Fernando Bezerra e ao Senador Paulo Octávio, autor do projeto, que a intenção do autor é levar a educação ao trabalhador brasileiro da construção civil. No entanto, parece-me que o projeto é excludente no momento em que trata apenas do trabalhador da construção civil. Por isso apresentamos emenda ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ela já foi apresentada?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Já foi apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, vamos colocar ordem nos trabalhos.

Vou conceder vista, conforme o Regimento, após a leitura do parecer do Relator.

Compreendo a intenção, a matéria é importante.

Senador Almeida Lima, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003, institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa. Trata-se de iniciativa do Senador Paulo Octávio, encaminhada à Comissão de Educação, para decisão terminativa, em 8 de maio de 2003.

No âmbito daquela Comissão, a Relatoria coube ao Senador Eurípedes Camargo, que apresentou parecer favorável ao projeto com três emendas, em 7 de outubro de 2003.

Antes que o parecer citado fosse apreciado, entretanto, o Senador Aloizio Mercadante apresentou ao plenário o Requerimento nº 1.012/2003, solicitando o encaminhamento do PLS nº174/2003 à CAE, para que fossem analisados os seus aspectos econômico-financeiros.

Com a aprovação do requerimento, em 20 de novembro de 2003, o projeto seguiu para esta Comissão para posterior reencaminhamento à Comissão de Educação, que permanece incumbida da decisão terminativa sobre a proposição.

O projeto é composto por oito artigos. O primeiro estabelece que as empresas de construção civil poderão, por meio do PAS, oferecer aulas de alfabetização gratuitas a seus empregados. As aulas do PAS, conforme o art. 2º, destinam-se aos empregados que desejarem ser alfabetizados.

Já o art. 3º, por sua vez, estipula que as aulas serão ministradas por professor ou alfabetizador, preferencialmente em recinto coberto localizado no próprio canteiro de obras.

As empresas interessadas poderão, nos termos do art. 4º, firmar contrato ou convênio com instituição pública ou privada dedicada ao ensino, para execução e acompanhamento do PAS.

A oferta de aulas do PAS, de acordo com o art. 5º, não terá natureza salarial, não acarretará incorporação de remuneração para quaisquer efeitos, não constituirá base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e não configurará rendimento tributável do empregado.

Ademais, segundo o art. 6º, as empresas que aderirem ao PAS terão preferência para obter recursos nos programas executados pelos estabelecimentos de crédito federais, especialmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e da Caixa Econômica Federal.

O art. 7º, a seu tempo, institui o selo Empresa Construtora da Cidadania, a ser concedido pelo Governo Federal às empresas que aderiram ao PAS. Essas empresas são autorizadas a usarem o referido selo em publicidade, placas informativas e papéis timbrados como meio de mostrar o exercício de sua ação social.

O art. 8º, por fim, determina que a lei decorrente do PLS em comento entrará em vigor na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas à proposição no âmbito da CAE.

II. Análise

As contribuições do PLS nº 174/2003 para a melhoria do nível educacional dos trabalhadores brasileiros serão examinadas no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. À CAE compete, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal, avaliar o impacto econômico-financeiro da proposição. Portanto, impõe-se avaliar a compatibilidade da proposição com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. O PPA relevante refere-se

ao período de 2004 a 2007, enquanto a LDO e a LOA referem-se ao exercício de 2004.

A LDO para 2004 já foi aprovada – Lei nº 10.707. Os projetos do PPA para 2004/2007 e a LOA para 2004, por sua vez, estão tramitando – PLC nº 3.031, à época da elaboração do relatório.

O PPA proposto contém o Programa Brasil Alfabetizado. O seu objetivo é criar oportunidades de alfabetização para jovens e adultos analfabetos com idade igual ou superior a 15 anos que estejam fora da escola formal. O programa é composto por um projeto de fornecimento de óculos para alunos portadores de deficiência visual e tem seis atividades: alfabetização de jovens e adultos em área de reforma agrária; capacitação de alfabetizadores de jovens e adultos; distribuição de obras literárias com linguagem própria para o recém-alfabetizado; gestão e administração do programa; publicidade e utilidade pública e serviços de bibliotecas itinerantes. Operações especiais: apoio à distribuição de material didático para alfabetização; apoio à distribuição de merenda escolar aos alfabetizandos jovens e adultos; apoio para o transporte escolar de jovens e adultos; concessão de bolsa ao alfabetizador.

A proposta prevê que esse programa despenderá R$822.696.343,00, no período de 2004 a 2007.

Coerentemente, o anexo "Metas e Prioridades da LDO 2004", do PPA proposto, também contém o programa citado acima. As ações que o compõem são: alfabetização de jovens e adultos nas áreas de reforma agrária; apoio à distribuição de material didático para alfabetização; apoio à distribuição de merenda escolar aos alfabetizandos, jovens e adultos; capacitação de jovens e adultos; fornecimento de óculos para alunos portadores de deficiência visual e serviço de bibliotecas itinerantes.

Ademais, a LDO propriamente dita, em seu art. 49, procura facilitar as transferências voluntárias para estados, Distrito Federal e municípios, no âmbito da ação "Alfabetização Solidária de Jovens e Adultos", ao dispensá-las de observar diversas exigências aplicáveis às transferências voluntárias em geral.

O projeto da LOA, por fim, é um mero detalhamento da LDO. Por conseguinte, as prioridades tanto para 2004 já submetidas ao crivo do Poder Legislativo como para o período de 2004/2007, propostas pelo Poder Executivo, dão destaque ao combate ao analfabetismo. Nesse sentido, o PLS nº 174, de 2003, deve ser entendido como uma contribuição para esse esforço.

A proposição do Senador Paulo Octávio, no entanto, não é um mero desdobramento das ações públicas voltadas para a erradicação do analfabetismo. Trata-se, isto, sim, de uma iniciativa de natureza complementar que praticamente não requer recursos de natureza fiscal. Afinal, o Pace é um programa mantido por empresas do setor de construção civil e voltado para os trabalhadores desse setor público alvo, não contemplado de forma explícita, por qualquer das ações do Programa Brasil Alfabetizado.

Efetivamente, o Pace prevê apenas dois incentivos para as empresas participantes: tratamento preferencial por parte dos estabelecimentos federais de crédito e obtenção do selo "Empresa Construtora da Cidadania", com valor promocional.

O tratamento preferencial estipulado pelo projeto é suficientemente genérico para que regulamentação posterior resguarde o equilíbrio entre direitos e obrigações das instituições financeiras federais, sem prejuízo das suas competências específicas.

O único item que pressionará o orçamento fiscal será a concessão do selo citado anteriormente. A esse respeito, porém, a Lei de Responsabilidade Fiscal estipula em seu art. 16, §3º, que: "A criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental poderá acarretar o aumento da despesa, sem que seja preciso estimar o seu impacto orçamentário financeiro por três exercícios, quando esse aumento for julgado irrelevante, nos termos em que dispuser a LDO."

O art. 110, inciso II da LDO para 2004 prevê que as despesas irrelevantes não devem exceder os limites para despesa de licitação no caso de obras e serviços de engenharia, conforme o inciso I do art. 24 da Lei nº8.666, de 1993, bem como no caso de outras compras e serviços, conforme inciso II do já mencionado art. 24 da referida lei.

Tratando-se da simples emissão de um selo, pode-se concluir que o segundo limite não será ultrapassado.

Item 3:

Voto

Em face do exposto, destacando-se a natureza genérica do tratamento preferencial a ser dado às empresas do setor de construção civil, permitindo que regulamentação posterior resguarde o equilíbrio entre direitos e obrigações das instituições financeiras federais, sem prejuízo das suas competências específicas e considerando-se a inexistência de óbices de natureza constitucional e regimental, voto pela aprovação dessa matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos em que foi apresentado.

É esse, Sr. Presidente, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Srs. Senadores, a Mesa comunica especialmente ao Relator que o Senador César Borges apresentou duas emendas: uma criando o Programa de Alfabetização e Ci-

dadania na Empresa, o Pace, pelo qual as empresas poderão fornecer gratuitamente aulas de alfabetização aos empregados, nos termos dessa lei; e a segunda emenda, dizendo que essas aulas serão ministradas por professor ou alfabetizador preferencialmente no local de trabalho.

Vou encaminhar essas emendas, Senador Almeida Lima, à apreciação de V. Exª. V. Exª ratifica o pedido de vista, Senador Almeida Lima?

Uma vez que há um pedido de vista do Senador Fernando Bezerra, a situação desse projeto passa a ser a seguinte: caso o Relator rejeite as emendas, tudo bem. Depois do pedido de vista, devolvido o processo, no prazo regimental, o parecer será adotado. Se ele aceitar as emendas, fica reaberto o prazo para o pedido de vista. É isso que estabelece o Regimento. Portanto, concedo vista. Antes, porém, havia pedido a palavra pela ordem o Senador César Borges, a quem concedo a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero reafirmar a importância deste projeto do Senador Paulo Octávio. Efetivamente todos nós queremos a educação em todos os locais deste País, em especial no local de trabalho, para que os nossos trabalhadores possam ter a oportunidade de serem alfabetizados.

No entanto, o projeto do Senador Paulo Octávio é excludente porque trata apenas do trabalhador da construção civil, que é uma grande massa do País e infelizmente inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É o setor que mais emprega.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Exatamente, e teve uma queda abrupta de quase 9%, em 2003, que levou o nosso Produto Interno Bruto a crescer negativamente 0,2 pontos percentuais.

O que desejamos com essa emenda é procurar abranger todo o trabalhador brasileiro em qualquer situação, em qualquer tipo de empresa, em qualquer segmento econômico da economia. Então, modificamos o art. 1º, que hoje trata do trabalhador da construção civil, para que fique criado o Programa de Alfabetização Cidadania na Empresa, pelo qual as empresas poderão fornecer gratuitamente aula de alfabetização aos empregados nos termos da lei. Ou seja, fica genérico para todo setor onde haja empregados. E como há essa modificação no art. 1º, a outra emenda é só uma conseqüência, porque, no art. 3º, fazia referência de que as aulas seriam ministradas no canteiro de obras. Nós modificamos o termo canteiro de obras por local de trabalho, para que continue abrangendo todo o setor dos trabalhadores.

Eu queria dar essa explicação ao Senador Almeida Lima, esperando que possa acatar essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador César Borges encaminha ao Relator as emendas que chegaram à Mesa, para que, tomando conhecimento delas, possa emitir o seu parecer no tempo regimental e oportuno.

Passamos a outro item.

No item 06, como já expliquei, peço escusas ao Senador Jonas Pinheiro, que está presente, pela impossibilidade de colocá-lo como Relator.

O Projeto de Lei do Senado nº 448 é terminativo. Como encontra-se trancada a pauta o projeto fica para a próxima reunião.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, nós entendemos que está previsto no Regimento. Entretanto, o projeto do eminente Senador Luiz Pontes é muito fácil de ser definido, uma vez que já está ultrapassado. Portanto, o meu relatório é pelo arquivamento desse processo, até por recomendação da Comissão de Educação. Como não podemos votá-lo, submetemos o caso à decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A decisão da Mesa, Senador Jonas Pinheiro, anunciamos no início dos nossos trabalhos. Está havendo uma proliferação de medida provisória como eu nunca vi no País. A pauta vive trancada em razão de medida provisória. Tudo é urgente e relevante, e assim nós ficamos. Nós regulamentamos a medida provisória, mas, no meu entendimento, não melhorou quase nada, porque efetivamente continua o Poder Executivo com uma força muito grande por meio de medidas provisórias. Mas eu não posso colocar a matéria em votação e nem é o que V. Exª solicita. Prestou V. Exª apenas um útil esclarecimento à matéria.

Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, desculpe a ordem que V. Exª dará a partir deste instante. Eu gostaria de pedir inversão de pauta diante da possibilidade, digamos, de relatarmos o item 01 da pauta, do qual sou Relator, antes de uma outra atividade. Peço a compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Almeida Lima, eu não vou atendê-lo porque não é possível inverter a pauta. Trata-se do primeiro item. Em respeito a V. Exª, que não se encontrava na Comissão, nós adiantamos os trabalhos, e só temos este item, agora, para analisar.

Concedo a palavra a V. Exª para que leia o seu parecer.

O item 1 da pauta altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

A autoria é do Senador João Alberto Souza.

Concedo a palavra ao eminente Relator.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, agradeço, duplamente, primeiro porque não pude comparecer ao início desta reunião e solicitei ao meu gabinete que entrasse em contato com o Secretário, exatamente para que houvesse, informalmente, a inversão de pauta. Não tendo conhecimento desse fato, fiz o requerimento.

O relatório:

Retorna a esta Comissão, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei nº 122, de 2000, do Senado Federal, complementar, de autoria do Senador João Alberto Souza, que altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, introduzindo parágrafo que proíbe a cobrança pela prestação de serviços bancários que especifica.

Em 16 de maio de 2000, o Presidente da CAE designou para relatar o Senador José Fogaça, que devolveu o processado à Comissão em 6 de novembro de 2002, para redistribuição.

Em treze de novembro daquele ano, o Presidente desta Comissão designou o Senador Valmir Amaral, que devolveu o processado a esta Comissão, em 28 de novembro de 2002, com minuta de relatório concluindo pela rejeição do projeto. Em 20 de dezembro de 2002, a CAE encaminhou o processado à Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado, em conformidade com o § 2º, do art. 89, do Regimento Interno do Senado, combinado com o disposto na Resolução nº 17, de 2002, também do Senado.

Em 8 de janeiro de 2003, a Subsecretaria reencaminhou o processado, novamente, à CAE para continuar tramitando, a vista do disposto no inciso II, do art. 332, do Regimento Interno desta Casa.

Em 20 de agosto de 2003, fui designado relator deste PLS nº 122, complementar, pelo Presidente desta Comissão. O PLS compõe-se de dois artigos. Seu art. 1º acrescenta § 8º, ao texto do art. 4º, da Lei nº 4595/64, com a seguinte redação:

§ 8º. Fica proibida a cobrança de taxas de serviço e manutenção de contas bancárias por parte das instituições do Sistema Financeiro Nacional, no que diz respeito às contas pertencentes às pessoas físicas.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

Acompanha o processado, sem, no entanto, integrá-lo, cópia de documento de responsabilidade da Secretaria Executiva – Geap do Banco do Brasil, assinada por Hércules Antonio Xavier, Gerente Executivo em exercício, contendo manifestação contrária à aprovação do PLS nº 122/2000 complementar, pelo fato de que o projeto estaria retirando dos bancos o direito fundamental de ser remunerado pela prestação de serviços.

Segundo o documento, o projeto não especifica que taxas não poderiam ser cobradas, dando a entender que os bancos estariam obrigados a prestar serviços gratuitos às pessoas físicas.

Sem remuneração, haveria prejuízo para o sistema financeiro, assim como para a população, pela falta de interesse na prestação de serviços não-remunerados.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise:

Em sua justificação, o Senador João Alberto Souza declara ter constatado que o Sistema Financeiro Nacional dispõe de uma série de benefícios para a gestão dos seus negócios, sendo que muitos deles acabam prejudicando a grande maioria dos cidadãos. Inclui-se nessa situação a cobrança de taxas de serviço e manutenção de contas bancárias.

Alega o autor do projeto que, segundo os balanços de 1999, os lucros das instituições bancárias são extremamente elevados e que, além disso, a cobrança de taxas sobre as contas bancárias de pessoas físicas constitui-se num instrumento concentrador de renda, com especial prejuízo para os trabalhadores, razões que o motivaram a apresentar o projeto de lei em pauta.

Sr. Presidente, estabeleço um adendo a este relatório, que é de 06 de outubro de 2003. Faço referência aqui a balanços de 1999, pois desconhecia, como não poderia ser diferente, o resultado bancário transmitido pelos relatórios deste ano, referentes ao ano de 2003, das instituições públicas e privadas do Sistema Financeiro Nacional deste País, com lucros mais do que exorbitantes, que justificam, sem dúvida alguma, a não-sangria, não apenas das pessoas físicas, mas também das pessoas jurídicas, pois quando se fala em pessoa jurídica se imagina logo um grande conglomerado econômico, quando há pessoas jurídicas, individuais ou coletivas, que tratam de serviços de pequena monta, de pouco volume em transações econômicas, contratuais e financeiras e, portanto, justifica-se inclusive a extensão para outras pessoas.

Por isso concordo plenamente com o ponto de vista expresso pelo Senador João Alberto Souza de

que os bancos auferem lucros excessivos quando em comparação com os demais setores da atividade econômica do País. Concordo também com sua ponderação de que a cobrança das taxas de serviço e manutenção das contas bancárias constituem pesado ônus para um expressivo número de pessoas físicas pertencentes às classes de baixa renda, o que contribui para aumentar ainda mais a já elevada concentração de renda neste País.

Portanto, o voto, pelo exposto, é favorável à aprovação do PLS 122/2000, complementar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Peço vista, Sr. Presidente, conforme eu havia declarado logo no início da sessão, para aprofundar o meu atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Geraldo Mesquita Júnior fez um aceno.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero entender o aceno de V. Exª.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – A pretensão era discutir, mas consulto, em face do pedido de vista, se ainda caberia?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, porque não quero encerrar o processo de discussão. Iniciado o processo de discussão, tenho, salvo deliberação do Plenário, que concluí-lo.

Assim, tendo havido pedido de vista e o Senador Rodolpho Tourinho também o tendo feito, declaro que a vista é concedida coletivamente.

A pauta está encerrada.

O Senador Eduardo Suplicy pede a palavra. Pela ordem ou por uma questão de ordem?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para lembrar algo pendente, Sr. Presidente, porque, já no ano passado, eu havia apresentado um requerimento propondo um convite ao Ministro Antonio Palocci e ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para ambos explicarem os acordos com o Fundo Monetário Internacional e a política econômica. Na ocasião, houve ponderação no sentido de se adiar, V. Exª inclusive comigo dialogou, informando que estava pendente do próprio Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante. Conversei com S. Exª há cerca de duas semanas sobre isso e S. Exª afirmou não haver problema.

Então, avalio, Sr. Presidente, que, dado até que o Presidente da República e o Ministro Antonio Palocci reuniram-se neste final de semana com o Presidente do Fundo Monetário Internacional, dialogaram a respeito até mesmo de novos procedimentos, mas, desde que houve a renovação do entendimento e como seria próprio que o Senado Federal estivesse sempre acompanhando a política econômica, avalio que é chegado o momento.

Sei que V. Exª, como Presidente da CAE, saberá dialogar com o Ministro Antônio Palocci e com o Presidente Henrique Meirelles e determinar, nas próximas semanas, o melhor momento para ouvirmos ambos discorrerem tanto sobre a política que o Governo brasileiro vem desenvolvendo junto ao Fundo Monetário Internacional, como sobre a própria política econômica. Será a oportunidade de dialogarmos sobre a questão da taxa de juros, do superávit primário, do ritmo de crescimento da economia, dos problemas de emprego, enfim, reiterando a tradição desta Comissão de estar sempre debatendo os principais problemas da política econômica brasileira.

Faço este lembrete, mas gostaria de deixar a critério de V. Exª o diálogo com o Ministro da Fazenda e com o Presidente do Banco Central, a fim de que, proximamente, ambos compareçam a esta Casa para debater sobre a política econômica e sobre o acordo com o Fundo Monetário Internacional. Esse requerimento já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, o requerimento feito por V. Exª e aprovado por esta Comissão data de 2003, ano passado. Dada sua importância e sua aprovação por esta Comissão, por intermédio da Secretaria, procuramos dar conhecimento às autoridades econômicas, principalmente ao Ministro da Fazenda, de que a Comissão gostaria de ouvi-lo; que havia um requerimento solicitando sua vinda, de autoria de V. Exª, e que trataríamos de um assunto importante, pois estávamos prestes a renovar contrato com o Fundo Monetário Internacional.

Esta Comissão tem a responsabilidade, também, de discutir a política econômica do País. Por três vezes convidamos S. Exª, mas não obtivemos êxito. O Ministro marcava a data, mas, no dia seguinte ou logo a seguir, por motivo de força maior, pedia o adiamento.

Senador Eduardo Suplicy, como determina o Regimento Interno, por ser do ano passado, o seu requerimento foi ao Arquivo, mas aguardarei o envio de novo requerimento por V. Exª, porque realmente é importante analisar e discutir essas questões, e nada melhor do que debater com as autoridades econômicas e com o Ministro da Fazenda o resultado da política econômica de 2003, que apresentou índice negativo com relação ao Produto Interno Bruto, depois de mais de uma década, que medidas econômicas, no âmbito da construção civil, por exemplo, foram anunciadas. É preciso saber se, apenas com lei, será possível resol-

ver o problema ou se precisamos induzir a economia. O superávit primário foi ou será mantido, uma vez que, na Comissão Mista de Orçamento, o relatório do Senador Roberto Saturnino dizia, em outras palavras, que o Brasil deveria pagar menos juros, adotando as mesmas medidas que a Argentina. Foi rejeitado.

Aguardo o envio de novo requerimento, porque realmente o convite interessa. Ontem, quando ouvi as medidas anunciadas pelo Governo, que, a meu ver, são um paliativo, fui dormir pensando em convidar o Ministro da Fazenda para comparecer a esta Comissão. V. Exª se antecipa, fazendo um requerimento verbal. Aguardo o requerimento escrito. Assim que o apresentar, colocarei a matéria em votação.

Senador Eduardo Suplicy, já que diz que apresentará o requerimento, confio na palavra de V. Exª e já coloco logo em votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, Sr. Presidente, porque temos **quorum**. Se V. Exª me permitir, peço a gentileza de me conceder um papel em branco que redigirei o requerimento de pronto, enquanto o Senador Tasso Jereissati argumenta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, considero mais urgente ainda, e penso que essa convocação tem de ser feita com urgência ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em função de que esta é praticamente a primeira reunião que fazermos, depois da última reunião do Copom, que se tornou incompreensível para a maioria dos brasileiros: a manutenção da taxa de juros. À medida que vem sendo feita de uma maneira insistente e segurando o crescimento e a criação e geração de empregos neste País, acho que passa a ser nosso dever, mais do que dever, obrigação, convocarmos, antes da próxima reunião do Copom, para que S. Exª se explique diante desta Casa por que razão está de uma maneira não explicada tecnicamente, segurando o crescimento deste País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Tasso Jereissati, vou pedir ao Senador Eduardo Suplicy, com a concordância de V. Exª, porque o requerimento anterior, de 2003, era realmente para ouvir as duas autoridades: o Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda. Eu pediria que V. Exª, que não se referiu ao Banco Central, ou eu não me referi...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Referiu-se agora, mas não me referi na minha fala.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, Sr. Presidente, o convite é para ambos: ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois é. É só incluir no requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou colocando. Se V. Exª puder, eu já...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Já vou colocar em votação, porque realmente o assunto é urgente. Parece-me que estamos querendo resolver o problema econômico do Brasil por meio de lei. Lei mudando Código Civil, lei garantindo ao mutuário. Isso tudo é muito importante. Mas, se o Poder Público não induzir ao crescimento econômico, não haverá crescimento econômico no País. A lei que existe em economia é a lei da oferta e da procura, mas é preciso que ela seja induzida, comandada, dirigida pelo Poder Público.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, então, Sr. Presidente, apenas explicar que é para discussão tanto do acordo com o Fundo Monetário Internacional, recém-renovado, como também da política econômica. Exatamente com o intuito que V. Exª acaba de descrever tão bem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, vamos discutir com as autoridades a política econômica de maneira abrangente, com toda liberdade. Os Srs. Senadores farão as perguntas tanto em relação ao Fundo Monetário Internacional quanto a qualquer assunto que queiram formular.

Essa é a intenção de V. Exª também, que é co-autor do requerimento, não é Senador Tasso Jereissati? Considero V. Exª co-autor do requerimento.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sem dúvida, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Agora, quero enfatizar no convite ao Presidente Meirelles a explicação sobre especificamente o tema taxa de juros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está certo. E mais ainda: só que vou deixar claro que esta Comissão, até agora, tem trabalhado através de convite. Vamos fazer convite, não uma convocação, não é Senador? Vamos fazer um convite, porque essa tem sido a praxe e o Governo tem atendido. Não atendeu a esse, de 2003. Mas, via de regra, as autoridades têm atendido os convites formulados não só pela nossa Comissão como pelo próprio Senado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Parece-me que o Senador Saturnino a pediu antes de V. Exª

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Só quero expressar minha concordância com as

apreciações feitas por V. Exª, muito oportunas, e a urgência enfatizada por V. Exª no comparecimento aqui das autoridades.

Compreendemos que, naquele final de ano, o acúmulo de incumbências era muito grande, e de nossa parte também havia a dificuldade em abrir espaços para discutir essa questão importante, que ficou prejudicada. Mas, agora, mais do que nunca, é oportuno e urgente, porque esse é um momento em que as definições e as decisões devem ser tomadas, tendo em vista suas repercussões num prazo mais longo. De forma que quero expressar também minha concordância.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, concordo inteiramente com V. Exª de que esta convocação, consubstanciada no requerimento do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Tasso Jereissati seja a mais ampla possível, não a política econômica do Governo, mas também a discussão dos problemas sociais, que estão aí emergindo a todo dia, principalmente nas regiões que foram atingidas pelas enchentes. Os recursos não são liberados. As pessoas estão sem moradia, estão, temporariamente, abrigadas, em situação deplorável, em escolas, que foram fechadas, em ginásios de esporte, enquanto que o Ministério da Integração, que é o Ministério que deveria estar cuidando de eficiente do atendimento às populações flageladas, encontra-se quase que de braços cruzados não por culpa do Ministro, mas simplesmente porque a equipe econômica do Governo não libera os recursos para o Ministério da Integração. Logicamente, há uma ética no Ministro Ciro Gomes...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com muito prazer, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Realmente, acho que a equipe econômica...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos Magalhães, use o microfone para podermos ouvir V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente. Por mais amizade que tenha com o Ministro da Integração, também acho que S. Exª tem responsabilidades porque, com a autoridade que tem um candidato à Presidência da República, que teve meu voto e meu trabalho, S. Exª também deveria exigir que o seu Ministério tivesse um tratamento adequado. De maneira que a equipe econômica tem culpa e o Ministro da Integração também deveria ser mais atuante porque é um homem inteligente, capaz, tinha todas as qualidades e tem autoridade para exigir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Nessa crítica que V. Exª faz ao Ministro da Integração, já tive oportunidade de falar, de público, em um pronunciamento que fiz no plenário do Senado Federal, inclusive, reclamando que, durante o fenômeno dessas enchentes, que deixaram milhares e milhares de pessoas desabrigadas, S. Exª não apareceu no Nordeste. S. Exª, que é um homem do Nordeste, um grande Governador e um grande candidato à Presidência da República e discutiu em pormenores a situação da nossa região, não apareceu. Hoje mesmo, de manhã, fui fazer uma visita ao Ministério da Integração. Logicamente, não pude falar com S. Exª, mas ia dizer que, diante das novas enchentes que ocorreram na nossa região, seria uma oportunidade de ouro que S. Exª aparecesse lá com medidas concretas. V. Exª tem razão, Senador Antonio Carlos Magalhães, mas, sem dinheiro, o Ministro não pode fazer nada. S. Exª não disse a mim e acredito que não vá dizer a ninguém, até por motivos éticos, mas o Ministro presta solidariedade, que é importante num momento como esse, mas, se não dispõe de recurso, Sr. Presidente, se os recursos não são liberados na medida em que chegam os relatórios de todos os Municípios e Estados, S. Exª fica com a cara mexendo. Acho que a visita deve ser feita pelo Ministro da Integração, independente de haver ou não recursos, e que a equipe econômica tome consciência de que o desgaste do Governo Lula, em muitas regiões, é de grande monta, justamente por falta de uma operacionalidade mais rápida na distribuição, na liberação de recursos. Até as emendas individuais, que, neste momento, poderiam servir de lenitivos para muitos Municípios, estão represadas.

Portanto, Sr. Presidente, a presença da equipe econômica nesta Comissão é da maior importância. V. Exª tem razão: vamos discutir tudo, inclusive o problema das enchentes. Obrigado a V. Exª e ao Senador Antonio Carlos Magalhães pela sua complementação preciosa ao meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, vou ler o requerimento.

Requerimento. Sejam convocados o Ministro da Fazenda, Dr. Antônio Palocci, e o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, para expor e debater, na Comissão de Assuntos Econômicos, o acordo do Brasil com o FMI, a política econômica, as decisões do Copom, os meios para melhor expandir a economia, o crescimento do emprego, a melhoria da distribuição de renda, a erradicação da pobreza e demais

objetivos da política econômica. Brasília, 02 de março de 2004. Assinado pelos Senadores Eduardo Suplicy e Tasso Jereissati.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa.)

Está aprovado o requerimento, com a recomendação à secretária que providencie para que a Mesa entre em entendimentos urgentes com as autoridades, encarecendo a urgência com que esse requerimento foi votado e o desejo de brevidade para o comparecimento de S. Exªs nesta Comissão, implícito nos pronunciamentos que ouvi a esse requerimento.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, sendo membros desta Comissão os Senadores João Alberto Souza, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo e eu próprio, que participamos da Comissão do Senado Federal e do Congresso Nacional, nos dias 26 e 27 de fevereiro, na cidade do México, da primeira reunião do Grupo Parlamentar Brasil – México, gostaríamos de dar conhecimento as Srªs e aos Srs. Senadores do documento ali elaborado em conjunto. Quero ressaltar a imensa contribuição que todos os nossos Colegas deram, incluindo o Deputado João Castelo, que integrou a nossa Comissão.

E gostaria, Sr. Presidente, que o documento fosse registrado e distribuído para que todos as Srªs e os Srs. Senadores conheçam o trabalho ali realizado. Ainda ressalto que a contribuição foi importante no sentido de estarmos ali pronunciando-nos sobre como é importante o objetivo de integração das Américas, do México e do Brasil, mas levando em conta as diversas peculiaridades e diferenças que existem nas nossas economias em relação à dos países avançados, bem como os objetivos de liberdade, de democracia, de maior eqüidade entre todos e a aproximação cada vez maior entre o Brasil e o México e os demais países das Américas.

Encaminho a V. Exª a cópia do documento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa recebe a cópia, que pede para constar...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre o assunto?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não. Sobre outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu pediria à Secretaria que o documento constasse da Ata e providenciasse que todos as Srªs e os Srs. Senadores tomassem conhecimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, gostaria de consultar V. Exª e os autores do requerimento da possibilidade da inclusão de uma emenda aditiva, por meio da qual incluamos mais um item na discussão, qual seja, o problema da liberação das dotações orçamentárias ou extraordinárias do Ministério da Fazenda para os órgãos específicos do Governo Federal relacionados com as enchentes ocorridas no Brasil.

Solicito a inclusão de um dispositivo nesse requerimento que permita a discussão, por ocasião da presença do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central, da liberação das verbas relacionadas com as enchentes no Brasil e como tais liberações estão se procedendo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos Valadares, é óbvio que a nossa Casa não censura perguntas. Isso diz respeito aos cofres e à economia também. Não se dissocia economia do aspecto social, porque isso é impossível, já que a economia é instrumento para o desenvolvimento social do País. Daí por que isso está incluído no teor do requerimento. V. Exª terá todo o direito de indagar ao Ministro da Fazenda não só sobre as enchentes, como também sobre qualquer assunto referente a recursos, assuntos políticos, econômicos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, se me permite, sem querer discutir com V. Exª, que age democraticamente aqui nesta Casa sempre...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas está incluído, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É por isso que, para dar maior importância ao fato, eu pediria fosse incluída uma expressão assim: "inclusive a discussão sobre a liberação de recursos para assistência às populações atingidas pelas enchentes".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos Valadares, não sou muito rígido em matéria regimental; todavia, queria lembrar e pedir – V. Exª sabe da nossa amizade, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento está aprovado, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Está aprovado o requerimento? Então, não discuto mais, se já está aprovado,

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Oralmente, V. Exª já expôs os seus objetivos. O requerimento fala em política econômica, tudo o que disser respeito aos objetivos da política econômica. Indagaremos, por meio de V. Exª naturalmente e de outros Senadores, o que o Ministério da Fazenda pode fazer para socorrer, ou deve fazer, ou por que não fez. Em suma, isso é muito justo. Estou até vendo uma indignação de V. Exª com a qual o Brasil inteiro se associa, porque não é possível, diante de calamidades, não haver recursos ou esse socorro clamado por todo o Nordeste e por todos os Estados que foram vítimas da enchente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, nesse último final de semana, houve um verdadeiro dilúvio entre os Estados da Bahia e Sergipe. E uma das cidades mais prejudicadas foi a minha terra natal, onde centenas de pessoas estão ao desabrigo. Um rio que era um pequeno filete d'água, de repente, transformou-se em um rio caudaloso e destruiu praticamente um bairro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual é a cidade?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A cidade de Simão Dias, onde fui Prefeito e iniciei a minha vida política. E nessa tragédia morreu uma tia minha.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não lhe faltam razões. V. Exª está coberto de razão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Logicamente, não estou notando falta de assistência. Falo sobre as enchentes, porque já tratei delas anteriormente, relacionadas com outros Municípios do Estado de Sergipe, como Poço Redondo, Canindé de São Francisco, Porto da Folha, e a própria Aracaju. Agora, ocorreu isso no Município de Simão Dias, em Lagarto e em Riachão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos Valadares, dou os pêsames a V. Exª. Eu e a Comissão nos solidarizamos com V. Exª. Oxalá, as autoridades econômicas estejam nos ouvindo, principalmente a V. Exª, e que, antes da vinda do Ministro aqui, haja a liberação daquilo que for possível para atender aos desabrigados e àqueles que foram atingidos pelas enchentes, não somente nesses Municípios a que V. Exª está se referindo, mas em outros também. V. Exª está coberto de razão.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião. Agradeço a presença, não só das Srªs e dos Srs. Senadores, bem como da imprensa falada, escrita e televisada, e de todos quantos nos tenham honrado com suas presenças.

Muito obrigado.

(Encerra-se a reunião às 11 horas e 50 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em nove de março de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia nove de março do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Flávio Arns, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Ana Júlia Carepa, Romero Jucá, João Alberto Souza, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Antero Paes de Barros e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 01 – nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, é submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos o Requerimento nº 15, de 2003, que criou a Subcomissão da Dívida Pública, não terminativo, que "requer, nos termos do artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Subcomissão Temporária, composta de 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) suplentes, para acompanhar a evolução da dívida pública dos estados, e propor alternativas legais capazes de reverter o quadro deficitário que hoje penaliza a quase totalidade das unidades federativas", de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece parecer favorável ao Relatório aprovado pela Subcomissão que propõe a apresentação de um Projeto de Lei do Senado, que "autoriza a União a proceder à consolidação geral dos débitos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios junto ao governo federal e suas entidades e dá outras providências". A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2001, não terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras

providências', no capítulo referente à proteção contratual", de autoria da Deputada Rita Camata, tendo como Relator o Senador Leonel Pavan, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A Presidência retira o Projeto de pauta a pedido do Relator; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003, não terminativo, que "institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa – PACE, de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece parecer favorável ao Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação, onde terá decisão terminativa. Em 02/03/04, foi concedida Vista ao Senador Fernando Bezerra, nos termos regimentais. Em 02/03/04 o Senador César Borges apresentou duas emendas ao Projeto, que foram encaminhadas ao Relator para sua manifestação. A matéria é retirada de pauta em virtude da ausência do Relator; Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003, não terminativo, que "altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências, para criar condição para o repasse de recursos", de autoria do Senador Magno Malta, tendo com Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 01 que apresenta. A matéria, ainda, será apreciada pela CCJ, onde terá decisão terminativa. A matéria é retirada de pauta em virtude da ausência do Relator. Em seguida, o Presidente faz uma homenagem às Senadoras que compõem a Comissão pelo Dia Internacional da Mulher. Usam da palavra o Senador Ney Suassuna, que, também, parabeniza as mulheres pelo seu dia, e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que agradece a homenagem. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de dar início aos nossos trabalhos, proponho ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Declaro aprovada a Ata.

Item nº 1:

O Relator é o Senador Ney Suassuna, que requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma subcomissão temporária composta de nove membros titulares e nove suplentes a fim de acompanhar a evolução da dívida pública dos Estados e propor alternativas legais capazes de reverter o quadro deficitário que hoje penaliza a quase totalidade das unidades federativas.

Esclareço que o Senador Ney Suassuna tem se dedicado ao assunto, que é de interesse da União, a tal ponto que estudou a situação econômico-financeira de praticamente todos os Estados da Federação brasileira e mandou imprimir os resultados, realizando um trabalho de fôlego. S. Exª tem recebido muitas sugestões. A matéria é importante, interessa ao meu Estado, Mato Grosso do Sul, ao Rio de Janeiro, enfim, a todos os Estados da Federação.

Senador Ney Suassuna, considerando que já conversamos informalmente a esse respeito e que a Presidência da Comissão tem recebido inúmeras solicitações, dado o interesse no trabalho que V. Exª está realizando, proponho que a matéria seja retirada da pauta de hoje. Mas isso depende de V. Exª. Estou apenas transmitindo o apelo, e sei que tem recebido apelos nesse sentido também. Consulto V. Exª, portanto, a esse respeito.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, acato inteiramente a colocação de V. Exª, até porque temos recebido um grande volume de informações, principalmente de prefeitos municipais, que novamente promovem um encontro nacional, entre os dias 14 e 16 próximos, em Brasília. Acredito que podemos aguardar. O estudo foi concluído, e já houve algumas modificações, pois o Governo tomou a dianteira e implantou uma série de avanços. Precisamos, inclusive, fazer uma revisão do trabalho.

Por essa razão, concordo com V. Exª e peço que a matéria seja retirada da pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª pede a retirada de pauta, o que tem sido praxe. Creio que não há necessidade de concordância do Plenário. O Item nº 1 está retirado de pauta.

Com relação ao Item nº 2, procedo da mesma forma. Por decisão da Mesa, porquanto não se encontra presente o Relator, o eminente Senador Leonel Pavan, que, na reunião anterior, a fim de estudar melhor o assunto, pediu a retirada do projeto de pauta. Dada à sua ausência, não me sinto à vontade para nomear um relator **ad hoc**. Portanto, também retiro de pauta o Item nº 2, projeto de autoria da ex-Deputada Rita Camata.

O Item nº 3 é um processo não-terminativo que institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na

Empresa, projeto de fundamental importância. Foi concedida vista ao Senador Fernando Bezerra.

Nos termos regimentais, não se encontrando presente nem o Senador Fernando Bezerra e nem o Senador Almeida Lima em plenário, vou proceder da mesma forma. Penso que essa matéria é importante e será amplamente discutida, dado seu relevante aspecto social.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Peço a palavra a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estou retirando de pauta.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sei, mas vou informar que é bom que V. Exª retire, até porque eu ia pedir vistas. Deixo para pedir vistas na próxima reunião, porque foram colocadas duas emendas, ensejando, em razão disso, direito a um novo pedido de vistas. Solicito a V. Exª, por gentileza, que retire de pauta, que será melhor para manter a tradição da Comissão nos casos em que o Relator não estiver presente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse projeto também fica para ser incluído na pauta da próxima reunião.

O outro projeto é de autoria do Senador Magno Malta, que não se encontra presente. O Relator é o Senador João Alberto de Souza, que é favorável ao projeto, e também não se encontra presente. O projeto institui o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Com a aquiescência de todos os Senadores – peço à Senadora que permaneça no plenário por 30 segundos, por gentileza – , vou proceder também à retirada de pauta.

É a primeira reunião que fazemos sem votação e nem discussão dos projetos que estão em pauta. Outros projetos não constaram da pauta, porque, como sabemos, a pauta está trancada em razão de medidas provisórias, e só podemos discutir e votar aqui projetos que tenham conteúdo de natureza não-terminativa. Solicitei a presença da Senadora Patrícia Gomes aqui, porque não considero justo, sinceramente, encerrar nossa reunião, Senadora, sem lembrarmos o dia 8 de março, que transcorreu ontem, e a Comissão de Assuntos Econômicos, por mais árida que seja, dados os assuntos complexos e de importância para o País que aqui se discutem, ela tem um pouco da meiguice e da capacidade de V. Exª, que receberá nossas homenagens aqui.

Esta Comissão está homenageando o Dia Internacional da Mulher na sua pessoa, não também sem estender esses cumprimentos às demais Senadoras que compõem nossa Comissão. Refiro-me às Senadoras Ana Júlia Carepa; Ideli Salvatti, Líder do PT no Senado; Serys Slhessarenko e Lúcia Vânia.

Portanto, esta Comissão tem a honra de ter em seus quadros quatro Senadoras. Creio que não há nenhuma outra Comissão do Senado que seja tão brindada assim. Talvez seja realmente para amenizar a aridez dos debates que são travados aqui.

Peço que V. Exª transmita às demais Senadoras nosso reconhecimento pelo grande trabalho que realizam no Senado Federal.

Neste momento em que se homenageia as mulheres do Brasil, via de regra, homenageamos as celebridades como V. Exª, mas é justo estender esse abraço àquelas mulheres que ainda carregam lata d'água na cabeça, que são humildes, que estão nas favelas, que estão esperando por um Brasil mais justo, mais humano, que depende do trabalho de todos nós.

Portanto, a nossa homenagem a todas as mulheres do nosso País.

Senador Ney Suassuna, V. Exª tem a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Exª permite um adendo? Acredito que nada mais justo do que fazer na Comissão de Economia uma louvação às mulheres, até porque são elas que entendem de economia. Noventa por cento dos brasileiros têm seus salários administrados pelas mulheres. São elas que dirigem a economia do lar. Sem contar que também sabem magistralmente – uma vez que o Brasil tem tanto salário mínimo, infelizmente – administrar um dinheiro exíguo para durar um mês inteiro.

Por essa razão, se alguém entende de economia, são as mulheres e, daí, entendo mais justo ainda a louvação que V. Exª faz às mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª acaba de completar a fala da Presidência. Efetivamente, quem entende de orçamento doméstico, quem entende do dia-a-dia é a mulher. Por isso, referi-me àquela mulher humilde, a mulher que luta ainda com sacrifício, a mulher que ainda não conseguiu se alfabetizar, a mulher que continua ali naquele faina diária.

Aproveito para estender esses cumprimentos a todas as mulheres presentes, às jornalistas, às assessoras dos nossos gabinetes, às funcionárias do Senado Federal. Em suma, são todas as mulheres brasileiras que estão sendo homenageadas.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Patrícia Saboya, V. Exª tem a palavra.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Presidente, gostaria apenas de agradecer as suas palavras tão gentis e carinhosas para nós mulheres, não só a nós, Senadoras, mas a todas as mulheres do Brasil, que neste momento ainda vivem com muita dificuldade, como V. Exª enfatizou, já que as desigual-

dades ainda são tantas, e as mazelas, infelizmente, no nosso País, provocadas pela desigualdade de uma vida que não dá condição de que muitas mulheres possam ter uma vida digna numa sociedade mais justa, numa sociedade em que as pessoas tenham o direito de ser felizes.

Conseguimos, nas últimas décadas, avançar bastante, ainda mais na política, que era um mundo muito masculino. Hoje nesta Casa somos nove senadoras, ainda somos poucas, mas já avançamos bastante em todas as áreas do nosso País.

É preciso enfatizar também algumas dificuldades, dentre elas há uma a que tenho me dedicado na presidência da CPI que investiga as redes de violência sexual contra crianças e adolescentes no nosso País, que, na sua grande maioria, envolve as meninas. Portanto, é preciso romper esse silêncio, é preciso que homens e mulheres de bem possam construir uma sociedade mais justa em todos possam ser felizes.

Agradeço as suas palavras, e também as do Senador Ney Suassuna, irei transmiti-las a todas nossas companheiras. Certamente, agora na entrega desse prêmio, quando várias mulheres de diversos segmentos, desde as mais humildes, as mais simples até as que tiveram melhores condições de se destacar na sociedade, serão homenageadas.

Quero ressaltar que, nessa oportunidade, uma homenagem muito especial será feita a uma dessas mulheres, uma que é dinâmica, inteligente, batalhadora, cearense, defensora pública no meu Estado, a Drª Mônica Barroso. Estou indo nesse momento participar dessa homenagem.

Muito obrigada em nome de todas nós.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Lembro, ainda a respeito desse assunto, com uma pontinha de vaidade – acredito isso que isso seja inerente a todo ser humano – , nesse sistema de cotas que hoje se discute – cotas para os negros nas faculdades, cotas para aqueles que vêm do ensino público terem acesso à universidade – que a primeira cota foi aprovada numa lei para regulamentar as eleições municipais de 1996. Senadora Patrícia, na Câmara, o sistema de cotas partidárias, aquelas que reservam 25%, 30% para que as mulheres tenham o direito de se candidatar, incentivando assim a participação feminina na vida pública, na vida política, isso foi aprovado por uma emenda de relator no plenário do Senado. Creio que o Senador Ney Suassuna se lembra disso, o Senador Eduardo Suplicy também se lembra perfeitamente, e lá, em plenário, na hora da votação, foi denominado o "**lobby** do batom", e fui eu que tive a honra de redigir o texto que consagrou o sistema de cotas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – E quase cria uma crise familiar, porque foram tantos os beijos no rosto de V. Exª que em casa estranharam.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de encerrar a presente reunião, faço de público um apelo ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central para que atendam a nossa solicitação, ao nosso convite de aqui comparecerem, para fazermos uma discussão da política econômica do País e suas conseqüências o mais rapidamente possível.

Queria também comunicar a todos que acredito que atendi a todos os requerimentos concernentes a audiências públicas da Lei de Falências. A Nação espera por essa lei, a responsabilidade desta Comissão é muito grande, a minha, principalmente, que a presido e estou na posição de Relator. Pedi para agilizar, e tenho recebido algumas emendas. Peço também que não esperem a apresentação do relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que já têm em mente algumas sugestões e queiram concretizá-las em emendas, que o façam agora, pois já avanço no relatório que comecei a preparar. Isso não significa que, depois do relatório, regimentalmente, não se recebam emendas. Facilitará os nossos trabalhos se os Senadores correrem um pouco na apresentação dessas emendas. Penso que podemos, salvo caso excepcional, dizer que esse período de oitiva de segmentos da sociedade em audiências públicas está encerrado.

Ouvimos pessoas ligadas à Magistratura, ouvimos pessoas ligadas ao Ministério Público. Todos os setores da economia brasileira foram ouvidos, as duas representações maiores das forças trabalhistas foram ouvidas, a CUT, a Força Sindical.

Vou declarar praticamente encerrada, porque pode haver um caso excepcional e o atenderemos agora. Faço esse apelo para que V. Exªs, tanto quanto possível, apresentem emendas, porque já vou estudando para concluir esse meu relatório assim que eu tiver capacidade para fazê-lo no menor espaço de tempo possível.

Não havendo quem queira manifestar-se, declaro encerrada a presente reunião convocando a próxima para terça-feira, se Deus quiser.

(Levanta-se a reunião às 10h50min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura, realizada em dezesseis de março de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às onze horas e três minutos do dia dezesseis de março do ano de dois mil e quatro, na sala número

dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, Efraim Morais, Paulo Octávio, João Ribeiro, Sérgjo Guerra, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, tendo falta justificada em virtude da realização da cerimônia de entrega do Prêmio Luís Eduardo Magalhães, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, tendo falta justificada em virtude da realização da cerimônia de entrega do Prêmio Luís Eduardo Magalhães, Antero Paes de Barros e Eduardo Azeredo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, em virtude da leitura em Plenário dos Projetos de Lei de Conversão nº 8, de 2004 (proveniente da MPV nº 143/03), nº 9, de 2004 (proveniente da MPV nº 146/03), e nº 10, de 2004 (proveniente da MPV nº 147/03), sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da constituição federal, serão apreciadas somente as matérias não terminativas. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 01 – nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, é submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos o Requerimento nº 15, de 2003, que criou a Subcomissão da Dívida Pública, não terminativo, que "requer, nos termos do artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Subcomissão Temporária, composta de 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) suplentes, para acompanhar a evolução da dívida pública dos estados, e propor alternativas legais capazes de reverter o quadro deficitário que hoje penaliza a quase totalidade das unidades federativas", de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece parecer favorável ao Relatório aprovado pela Subcomissão que propõe a apresentação de um Projeto de Lei do Senado, que "autoriza a União a proceder à consolidação geral dos débitos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios junto ao governo federal e suas entidades e dá outras providências". A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2001, não terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', no capítulo referente à proteção contratual", de autoria da Deputada Rita Camata, tendo como Relator o Senador Leonel Pavan, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A Presidência, de ofício, retira o Projeto de pauta; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003, não terminativo, que "institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa – PACE, de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece parecer favorável ao Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação, onde terá decisão terminativa. Em 02/03/04, foi concedida Vista ao Senador Fernando Bezerra, nos termos regimentais. Em 02/03/04 o Senador César Borges apresentou as Emendas nºs 01 e 02 ao Projeto, que foram encaminhadas ao Relator para sua manifestação. A Presidência concede a palavra ao Senador Almeida Lima que profere sua conclusão sobre o Projeto e as emendas a ele apresentadas. Usa da palavra para discutir a matéria o Senador Fernando Bezerra, que apresenta a Emenda nº 03, sendo esta acatada pelo relator. A Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03-CAE; Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003, não terminativo, que "altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências, para criar condição para o repasse de recursos", de autoria do Senador Magno Malta, tendo com Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer favorável ao Projeto, com a Emenda de redação nº 01 que apresenta. A matéria, ainda, será apreciada pela CCJ, onde terá decisão terminativa. A matéria é retirada de pauta em virtude da ausência do Relator; Item 05-Petição (SF) nº 10, de 2003, não terminativa, que "solicita orientação quanto à contratação de operação de crédito interno pela Prefeitura Municipal de Alvorada – RS, nos termos da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, sem prévia autorização do Ministério da Fazenda, de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer pelo envio ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda de correspondência expedida por esta Comissão informando o teor da Resolução nº 19, de 2003, que altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001. Após a leitura do Parecer pelo Senador Mão Santa, a Comissão aprova o parecer do relator; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2003, não terminativo, que "altera o artigo 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, visando estabelecer a utilização dos recursos do FAT para financiamento, por intermédio de sindicato de trabalhadores, de curso superior de graduação", de autoria do Senador Sérgio

Zambiasi, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação, onde terá decisão terminativa. Em 07/10/2003 foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. A matéria é retirada de pauta em virtude da ausência do Relator. São, ainda, apreciados os Requerimento nº 15-CAE, de 2004, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, Dr. Antônio Gustavo Rodrigues, para discutir problemas relacionados com o processo de lavagem de dinheiro, de autoria do Senador Pedro Simon, sendo este aprovado pelos membros da Comissão; Requerimento nº 16-CAE, de 2004, que requer, nos termos regimentais, seja realizada, pela Comissão de Assuntos Econômicos, uma audiência pública com o objetivo de discutir a inclusão do Banco do Estado do Pará na lista de possíveis instituições públicas a serem privatizadas, conforme indicação existente na BOVESPA. Para tal audiência, requer ainda, que sejam convidados o Presidente do BANPARÁ, Dr. Mário Ribeiro, o Ministro do Planejamento, Dr. Guido Mantega e a Presidente do Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá, Drª Vera Paoloni, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, sendo este aprovado pela Comissão; Requerimento nº 17-CAE, de 2004, que requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil e sua diretoria, para em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos senadores membros da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o modelo e os números que vêm sendo utilizados para tomar as decisões relativas aos juros no País, de autoria do Senador Arthur Virgílio. Fica prejudicado, em virtude do Requerimento já haver sido atendido; Requerimento nº 18-CAE, de 2004, que requer, nos termos regimentais, Audiência Pública com a participação do economista Dr. Edward Amadeo, ex-Ministro de Estado do trabalho, para tratar do tema "alternativas de alocação de recursos públicos para a garantia do desenvolvimento auto-sustentável do país", de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, sendo este aprovado pelos membros da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, há número regimental.

Declaro aberta a 4ª reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho, como de praxe, a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. que a aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Em virtude da leitura em plenário do Projeto de Lei de Conversão nº 08/2004, proveniente da Medida Provisória nº 143/2003, do Projeto de Lei de Conversão nº 09/2004, proveniente da Medida Provisória nº 146/2003, e do Projeto de Lei de Conversão nº 10/2004, proveniente da Medida Provisória nº 147/2003, está sobrestada a pauta do Senado, nos termos do § 6º, art. 62, da Constituição Federal. Portanto, na reunião de hoje, serão apreciadas somente as matérias que não têm caráter terminativo.

Item 1 da pauta. Relator: Senado Ney Suassuna.

A exemplo do que fez na reunião passada, considerando que essa matéria diz respeito à dívida pública do Estados, S. Exª alegou, pessoalmente, a reunião dos prefeitos e uma série de outros entendimentos que está mantendo. Sendo assim, vou atender a sua solicitação, embora não esteja presente, retirando a matéria da pauta. O item 1 não será discutido nem votado na presente reunião.

Item 2. Projeto de Lei da Câmara nº 119/2001, não-terminativo, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Está no capítulo referente à proteção contratual.

Autora: ex-Deputada Rita Camata. Relator: Senador Leonel Pavan, que não se encontra presente.

Encontra-se presente o Senador Gerson Camata, que conhece profundamente o projeto. S. Exª manifestou-se. Considerando-se a ausência do Relator e entendimentos que estão sendo feitos para o aprimoramento do projeto, juntamente com o Ministério da Justiça, foi solicitada sua retirada da pauta. A Presidência defere de ofício.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 3**.

Projeto de Lei do Senado nº 174/2003, não-terminativo. Institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa – Pace.

Autor: Senador Paulo Octávio. Relator: Senador Almeida Lima.

O relator emitiu parecer favorável. Houve pedido de vista concedido ao Senador Fernando Bezerra, nos termos regimentais. Já houve decurso de prazo. Houve também apresentação de duas emendas que foram encaminhadas ao Relator para sua manifestação

Peço ao Senador Almeida Lima, como Relator, que apresente a conclusão dessas duas emendas apresentadas pelo Senador César Borges.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, diante do fato de já ter feito o relatório, pelo que entendi, S. Exª o Presidente dispensa sua releitura. Faremos apenas a leitura da conclusão no que diz respeito às duas propostas de emenda formuladas pelo Senador César Borges.

Em nosso parecer, de forma complementar, está dito que foram apresentadas ao PLS nº174, de 2003, as duas emendas a seguir, ambas de autoria do Senador César Borges.

Emenda nº 1:

"Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º – Fica criado o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa, Pace, pelo qual as empresas poderão fornecer gratuitamente aulas de alfabetização aos empregados, nos termos desta lei."

A Emenda nº 2 propõe:

Emenda nº 2:

"Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 174 a seguinte redação:

Art. 3º – As aulas serão ministradas por professor ou alfabetizador, preferencialmente no local do trabalho."

Na análise, expresso-me:

Acolho, de outra parte, as Emendas nºs 1 e 2 da CAE, ambas de autoria do Senador César Borges. A Emenda nº 1 amplia o alcance da autorização contida no art. 1º, estendendo-a a todos os setores empresariais, e não apenas aos da construção civil, como proposto.

A Emenda nº 2, por sua vez, altera a redação do art. 3º do Projeto de Lei, substituindo a previsão de que as aulas sejam ministradas preferencialmente em recinto aberto, localizado no canteiro de obras, constante do texto original, o que era consentâneo, evidentemente, ao disposto no próprio art. 1º, "pela determinação de que as aulas sejam ministradas preferencialmente no local de trabalho", tendo em vista compatibilizar o texto do art. 3º do projeto com a alteração proposta pela Emenda nº 1.

O voto, portanto:

Em face do exposto, destacando-se a natureza genérica do tratamento preferencial a ser dado às empresas que aderirem ao Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa, permitindo que regulamentação posterior resguarde o equilíbrio entre direitos e obrigações das instituições financeiras federais, sem prejuízo de suas competências específicas, e considerando-se a inexistência de óbices de natureza constitucional e regimental, manifesto-me favoravelmente à aprovação do PLS nº 174, de 2003, com as alterações introduzidas pelas Emendas nºs 1 e 2 da CAE, acolhendo, portanto, as duas emendas do Senador César Borges, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Almeida Lima, com os nossos agradecimentos, V. Exª concluiu pela aprovação das emendas; conseqüentemente, vou colocar em discussão o projeto juntamente com as emendas.

Está em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, considero boa a iniciativa do Senador Paulo Octávio na apresentação deste projeto, pelo qual a iniciativa privada vai complementar uma ação do Estado no combate ao analfabetismo. E também concordo com as emendas que foram apresentadas pelo Senador César Borges, no sentido e ampliar para todo o setor industrial ou empresarial essa iniciativa, e não apenas restringi-la à construção civil.

Tenho alguma discordância com relação à análise proferida pelo nobre Relator, Senador Almeida Lima, acerca da compatibilidade do projeto com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a LOA.

Com efeito, a proposição não implica gastos públicos. O gasto se restringirá exclusivamente a esse selo de empresa de cidadania – a proposta inicial era empresa construtora de cidadania.

Há, entretanto, um ponto, Sr. Presidente, que eu queria propor ao Relator se S. Exª pudesse acatar; caso contrário eu apresentaria um voto em separado para deixar mais clara a questão da preferência.

O art. 6º diz que as empresas que aderirem ao passe terão preferência na obtenção de recursos quanto aos programas executados pelos estabelecimentos federais e de crédito.

Que tipo de preferência? O que define isso? Não está claro, então sugiro que se acrescente: ressalvado o cumprimento de outras exigências legais.

Trata-se de uma análise. Um financiamento jamais poderá ser obtido se previamente não for analisada pelo estabelecimento a viabilidade técnica do projeto, a capacidade econômica, financeira e cadastral da empresa, a análise integrada de risco. Todas essas análises são comuns na concessão dos financiamentos. Se estabelecermos que essa preferência... E ficaria muito vago o fato que de que a empresa tem um programa e tem a preferência. Teria preferência, ressalvado o cumprimento de outras exigências legais.

Essa é a sugestão que faço ao Relator, creio que isso melhora o projeto; a nossa intenção é essa.

Cumprimento o nobre Senador Paulo Octávio e o Senador Almeida Lima pelo parecer que emite e faço essa sugestão. Caso contrário, quero apresentar isso como um voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas, então, V. Exª pede vista.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Peço vista do processo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – S. Exª aceitou as emendas.

Consulto V. Exª para saber se vai emitir alguma opinião e se vai fazer o acréscimo agora.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não obstante entenda que se torna despiciendo, desnecessário esse acréscimo, tendo em vista que quando o art. 6º diz:

> "Art. 6º. As empresas que aderirem ao passe terão preferência na obtenção de recursos, no âmbito dos programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito, especialmente junto ao BNDS e à Caixa."

Quando esse artigo estabelece a expressão "terão preferência", não quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Almeida Lima, posso interromper V. Exª um pouquinho?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não seria mais adequado – é uma sugestão que estou dando – que mesmo que V. Exª... Já vi, pela sua exposição, que V. Exª tem propensão a acatar, mas a redação é importante. V. Exª não concordaria, junto com o Senador Fernando Bezerra – então eu submeteria à Casa – , em trazer a redação na próxima reunião para nós votarmos?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, tenho a impressão de que a redação proposta pelo Senador Fernando Bezerra...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª a formaliza nesta reunião?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Formalizo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então tudo bem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Como dizia, embora pessoalmente considere desnecessário, em Direito, o que abunda não vicia. Evidentemente, a colaboração do Senador Fernando Bezerra não vai modificar em nada o texto legal.

Quando ele diz que as empresas que aderirem ao Pace terão preferência na obtenção de recursos, ressalvado o cumprimento de todas as outras formalidades e exigências legais, isso me parece óbvio, porque não é o fato de uma empresa estar integrada ao Pace, exercendo essa tão nobre função, que é a alfabetização, que vai dispensá-la de qualquer outra formalidade ou do cumprimento de uma exigência legal.

Portanto, não tenho nenhum óbice. Acato a sugestão do Senador Fernando Bezerra, entendendo até que, como empresário vinculado ao setor industrial, S. Exª tenha verificado a necessidade dessa expressão para estabelecer uma precaução maior.

Portanto, acato a sugestão e passarei a redação ainda nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pediria a V. Exª que acompanhasse a leitura da emenda que o Senador Fernando Bezerra apresentou.

Lerei vagarosamente.

O art. 6º, então, se V. Exª concordar, ficaria assim redigido:

> "Art. 6º. As empresas que aderirem ao Pace terão preferência na obtenção de recursos no âmbito dos programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito, ressalvado o cumprimento de outras exigências legais."

Está correto?

Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, submeto à votação o Projeto de Lei do Senado nº 174, com três emendas, duas do Senador César Borges e essa apresentada pelo Senador Fernando Bezerra e acatada pelo Relator.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

A matéria está aprovada.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, agradeço o Senador Almeida Lima, o Senador Fernando Bezerra e todos os companheiros desta Comissão pela aprovação deste projeto que entendo ser muito importante para o futuro do trabalhador brasileiro.

Começamos a alfabetização do trabalhador em Brasília, em 1989. Só em Brasília, quase dez mil trabalhadores foram alfabetizados nos canteiros de obra. No Brasil, em outros Estados que fazem o mesmo projeto, foram quase quarenta mil. Portanto, temos quase cinqüenta mil brasileiros alfabetizados nos canteiros de obras em todo o País.

É a participação da iniciativa privada, dos empresários da construção civil, dando cidadania ao trabalhador que, no seu local de trabalho, tem muito mais condições de aprender com dignidade do que, muitas vezes, quando tem que se submeter às aulas noturnas que são difíceis para um trabalhador cansado.

Por isso, este projeto é muito importante para o verdadeiro resgate da cidadania brasileira, que é a alfabetização de todos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Paulo Octávio, cumprimento V. Exª, que honra esta Comissão na qualidade de Vice-Presidente, ao ver um projeto de elevado alcance social ser aprovado na Comissão a qual V. Exª integra.

Item 4.

Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003, que é não-terminativo.

Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública e dá outras providências, para criar condição para o repasse de recursos.

A autoria é do Senador Magno Malta e o relator é o Senador João Alberto Souza.

Percebo que nem o autor nem o relator se encontram presentes.

Vou retirá-la de pauta. Informo que essa matéria constará da pauta da próxima reunião.

Item 5.

Trata-se de uma petição que solicita orientação quanto à contratação de operação de crédito interno pela Prefeitura Municipal de Alvorada – RS, nos termos da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, sem prévia autorização do Ministério da Fazenda.

Autoria do próprio Ministério da Fazenda. O Relator é o Senador Mão Santa, a quem concedo a palavra.

Esclareço que temos vários requerimentos a serem votados hoje ainda.

Senador Mão Santa, V. Exª está com a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Sr. Ministro de Estado da Fazenda solicita, por meio da Petição nº 10, de 2003, descrita em epígrafe, orientação quanto ao procedimento a ser adotado em operação de crédito realizada pela Prefeitura Municipal de Alvorada, não submetida a exame prévio da Secretaria do Tesouro Nacional, como determinado pela Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

A esse respeito, são tecidas as seguintes considerações na Petição nº 10, com base no Parecer nº 313, de 2003:

O Município de Alvorada – RS celebrou com a Companhia Estadual de Energia Elétrica contrato de contribuição técnica e relações comerciais no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – ReLuz, da Eletrobrás, no valor de R$1.721.385,49, tendo como interveniente o Banrisul, com o propósito de combate ao desperdício de energia elétrica na iluminação pública, sem a devida autorização dessa Secretaria.

O contrato assinado entre as partes equipara-se a operação de crédito, de acordo com o estabelecido no art. 29, inciso III, da Lei Complementar nº 101, e no art. 3º da Resolução nº 43/2001, estando, por conseguinte, sujeito à prévia análise por parte do Ministério da Fazenda, em observância ao disposto no art. 32 e no art. 21 da citada Resolução.

Consoante determina o art. 24 da Resolução nº 43, no caso de constatação de irregularidades na instrução dos processos de autorização para contratação de operações de crédito, há necessidade de comunicação do fato ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas a que estiver jurisdicionado o pleiteante e ao Senado Federal, devendo o pleito ser devolvido à origem.

Entretanto, a resolução não estabelece a forma de o ente promover a regularização, ficando indefinidamente impossibilitado de contratar novas operações de crédito.

Assim, ao tempo em que comunicamos a irregularidade, solicitamos orientação quanto ao encaminhamento para a solução da pendência, haja vista que o ente aguarda a manifestação dessa Secretaria relativamente à situação irregular.

Análise.

A Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, apresentava lacuna sobre o procedimento a ser tomado quando da constatação da contratação de operação de crédito de maneira irregular por Estados, Distrito Federal e Municípios. Daí por que o Ministro de Estado da Fazenda solicitou, na já citada Petição nº 10, de 2003, a orientação sobre como proceder no caso acima descrito.

Ocorre que, em 05 de novembro de 2003, poucos dias após a expedição da petição em análise, o Senado Federal aprovou a Resolução nº 19, de 2003,

que solucionava definitivamente a dúvida que originou a correspondência.

Essa nova resolução altera a Resolução nº 43, de 2001, com vistas a:

a) isentar as operações, no âmbito do Reluz, dos limites de endividamento estabelecidos pelo art. 7º da Resolução nº 43, de 2001;

b) abrir a possibilidade de regularização de operações de crédito contratadas em desacordo com a Resolução nº 43, de 2001, mediante o envio de documentos relativos à operação para a verificação dos limites e condições estatuídos pelo Senado Federal;

c) isentar as operações, no âmbito do Reluz, do envio de documentos descritos no item b acima, exigindo-se, nesse caso, comunicado do Estado, Distrito Federal ou Município sobre a existência da operação, bem como sobre as características financeiras, tais como: prazo, juros e montante.

Isto posto, fica evidente que a Resolução nº 19, de 2003, já solucionou a dúvida expressa na Petição nº 10, de 2003.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pelo envio ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda de correspondência expedida por esta Comissão, informando que a Resolução nº 19, de 2003, ao alterar os art. 3º, 7º e 24 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, retirou qualquer óbice à regularização da operação de crédito da Prefeitura de Alvorada, Rio Grande do Sul, ou de qualquer outro ente da Federação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ..

Sala das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, o parecer do eminente Senador Mão Santa conclui pelo envio ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda de correspondência expedida por esta Comissão, informando o teor da Resolução nº 19, de 2003, que altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Em discussão o parecer do Senador Mão Santa. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Retiro de pauta o **Item 6**, tendo em vista a ausência do autor e do Relator.

Há vários requerimentos sobre a mesa. Antes de discuti-los, porém, gostaria de prestar alguns esclarecimentos à Comissão.

Estive, ontem, com o Ministro da Fazenda, Sr. Antônio Palocci, acompanhado dos Senadores Aloizio Mercadante, Renan Calheiros, Fernando Bezerra e João Capiberibe. Nosso objetivo foi discutir a lei falimentar.

Na ocasião, cumprido o objetivo, manifestei ao Ministro, a propósito do requerimento dos Senadores Eduardo Suplicy e Tasso Jereissati, aprovado por unanimidade nesta Comissão, o interesse que temos de ouvi-lo o mais rapidamente possível. Senti por parte de S. Exª muito boa vontade. O Ministro informou-me que estará viajando para a Inglaterra, mas acredita que, na próxima terça-feira, poderá estar presente. Chegou até a dizer que talvez não houvesse necessidade de seu comparecimento juntamente com o Presidente do Banco Central, uma vez que, dadas as atribuições de ambos, cada um poderia comparecer certo dia.

Lembrou-me de que chegou a ficar sete horas consecutivas nesta Casa, na última vez que aqui esteve, e está disposto a debater política econômica o mais amplamente possível no seio da nossa Comissão.

Então, está mais ou menos agendado para a próxima terça-feira o comparecimento do Ministro da Fazenda.

Hoje, antes de iniciar a reunião, o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo nesta Casa, informou que o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, estaria disposto a comparecer aqui já na próxima semana. E eu já havia dito tanto ao Ministro da Fazenda quanto ao Presidente do Banco Central que marcaríamos até reunião extraordinária, dada a importância da presença deles aqui.

Portanto, está sugerida a data da próxima quinta-feira para a presença do Dr. Henrique Meirelles. Se isso acontecer numa quinta-feira, vou compatibilizar o horário, porque será uma reunião extraordinária.

Presto esses esclarecimentos à Comissão e especialmente aos autores do requerimento, Senadores Tasso Jereissati e Eduardo Suplicy. Agradeço, Senador Tasso Jereissati, o grande interesse que V. Exª está tendo pela lei de recuperação das empresas, a chamada Lei de Falências. V. Exª era um convidado especial meu, dado o seu interesse em comparecer, mas havia dito que talvez não houvesse tempo, devido aos horários de avião, etc. Dou-lhe essa satisfação importante da próxima reunião, porque ficou decidido que já estamos em tempo de trabalho, desculpem-me a expressão, corrido em velocidade. Estamos procurando trabalhar junto com o Poder Executivo. Penso que isso seja útil, na medida em que os Poderes de-

vem trabalhar harmonicamente; com independência, mas harmonicamente.

Há pontos na Lei de Falência que são passíveis de conciliação, evitando até possíveis vetos, para apresentarmos o melhor diploma legal possível. O Governo quer pressa na votação, mas não aquela que impeça o aperfeiçoamento do projeto. É esse o nosso objetivo também, tanto que não haverá aquela correria. Isso não pode voltar para a Câmara. Em matéria de lei falimentar, os ajustes que tiverem que ser feitos o serão por nós.

Agora, peço brevidade à Casa. A matéria é de responsabilidade, no momento, da relatoria, mas estou recebendo emendas. Como essas podem ser apresentadas depois do relatório, àqueles Srs. Senadores que tiverem condições de apresentar emendas antes, para abreviar, sem prejuízo de apresentação de emendas posteriores, agradecemos, pois queremos trabalhar rapidamente nessa matéria.

São esses os esclarecimentos que queria prestar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou permitir. Logo a seguir, vou submeter os requerimentos à votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em princípio, ficariam as datas do dia 23 para o Ministro Palocci e dia 25 para o Presidente Henrique Meirelles.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há horário para o dia 25. V. Exª sabe que a Comissão não pode funcionar em prejuízo da Ordem do Dia. Então, será terça ou quarta-feira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeceria se isso puder ser confirmado até quinta-feira, porque, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, adaptaria, para não haver coincidência de horários, a fim de que muitos membros da Comissão de Relações Exteriores que são também desta Comissão possam participar da reunião. Se quinta-feira for o dia designado, marcaria para as nove horas a reunião da Comissão de Relações Exteriores, a fim de evitar coincidência e prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, prometo a V. Exª que, havendo confirmação das datas e dos horários, o farei até dentro do plenário.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Já podemos confirmar agora. Sugiro que V. Exª faça a alteração. Podemos imediatamente comunicar aos Senadores a audiência na quinta-feira com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª, então, confirma para quinta-feira, dia 25.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou marcar em consonância com V. Exªs.

A Ordem do Dia de quinta-feira tem sido na parte da tarde. V. Exªs sabem que, para eu marcar uma reunião dessas, que será demorada, à tarde, corro o risco de ter de interrompê-la devido à Ordem do Dia. Assim, prefiro marcá-la no horário das 10h, com a colaboração de V. Exª, que preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, sabendo antecipadamente, marcarei uma agenda das 9h às 10h para não prejudicar tão importante reunião da...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Aloizio Mercadante, que representa o Governo, nesta Casa, já confirma, para quinta-feira, dia 25, às 10h, reunião extraordinária com a presença do Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central.

Vamos aos requerimentos. Vou lê-los pela ordem de data.

Requerimento do Senador Pedro Simon:

"Nos termos do art. 58, inciso V, da Constituição, requer seja o ilustre Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf, Dr. Antônio Gonçalves Rodrigues, convidado a comparecer a esta Comissão para debater e analisar, juntamente com os seus integrantes, problemas relacionados com o processo de lavagem de dinheiro."

Trata-se de convite, e não de convocação.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, submeto-o à votação.

Requerimento aprovado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, por gentileza, para que foi o requerimento? Peço desculpas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para discutir problemas relacionados com...

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – A quem?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Antônio Gonçalves Rodrigues, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf.

Requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa, que se encontra presente:

"Requer, nos termos regimentais, uma audiência pública com o objetivo de discutir a inclusão do Banco do Estado do Pará na lista de possíveis instituições públicas a serem privatizadas, conforme indicações existentes na Bovespa."

S. Exª requer, ainda, sejam convidados o Presidente do Banco do Pará, Dr. Mário Ribeiro, o Ministro

do Planejamento, Dr. Guido Mantega, e a Presidente do Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá, Drª Vera Pauline. Não sei se o requerimento está entendido.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Coincidentemente, eu ia pedir um esclarecimento a V.Exª ou à autora do requerimento. É um convite para o Presidente do Banco vir falar da possibilidade de privatização...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Privatização, não. Vou ler o requerimento com muita calma. S. Exª requer uma audiência pública com o objetivo de discutir a inclusão do Banco do Estado do Pará na lista de possíveis instituições públicas a serem privatizadas, conforme indicação existente na Bovespa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª para discutir o requerimento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente. Na verdade, o Banco do Estado do Pará é um dos poucos bancos estaduais públicos não-privatizados que tem, inclusive, uma situação que não é aquela pela qual passaram todos tantos outros bancos estaduais. Por conta disso, nós, particularmente do Estado do Pará, temos uma posição de questionar a inclusão do Banpará, um banco que tem resultados positivos efetivamente, na lista de privatização.

Esse é o esclarecimento que queremos ter na audiência pública, inclusive trazendo o Presidente do Banco do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra para encaminhar a votação, por estar encerrado o prazo de discussão.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, nada contra o requerimento, até porque o que se propõe é uma audiência para questionar a inclusão, isto é, a pretensão de incluir o Banco do Estado do Pará entre aquelas entidades públicas, bancos e estatais, enfim, privatizáveis.

Embora não seja contra esse requerimento nem contra debate algum, sinceramente entendo que esse é um tema que deveria tomar outro rumo.

Hoje, por exemplo, vendo a imprensa do meu Estado, verifiquei uma matéria extremamente alvissareira que mostrou que o Banco do Estado de Sergipe, estatal portanto, apresentou um dos maiores lucros, proporcional ao seu capital, ao seu patrimônio, no Estado de Sergipe.

Entendo que a luta deve ser exatamente em sentido contrário. Neste País já se privatizou demais, sobretudo essas instituições públicas. O atual Governo, até mesmo em decisões recentes que envolveram outros bancos estatais em liquidação, acabou de consumar a privatização.

Portanto, sem dúvida alguma, não votarei contra o requerimento, mas a favor dele. Entretanto o farei de forma apreensiva, estabelecendo exatamente a necessidade de discussão e questionamento de inclusão ou não. É uma matéria que, a meu ver, deve ser tratada de forma radical, não pela privatização, mas, ao contrário, para se estabelecer um processo de reversão daquilo já feito neste País.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Creio que o Senador não entendeu. A audiência pública tem exatamente esse objetivo. Entendemos que é indevido privatizar o Banpará.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A audiência pública é para discutir a matéria.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É isso, Senador, somos contrários.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Portanto, em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado unanimemente.

Há um requerimento do Senador Arthur Virgílio, que requer, nos termos regimentais e constitucionais, seja convidado o Sr. Presidente do Banco Central do Brasil e sua diretoria para, em audiência pública, prestarem esclarecimento aos Senadores membros da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o modelo e os números que vêm sendo utilizados para tomar as decisões relativas aos juros neste País.

Considerarei esse requerimento, com a permissão de todos, prejudicado, posto que já há requerimento anterior aprovado, com data até marcada para a vinda do Ministro Henrique Meirelles, e nada obsta que S. Sª venha acompanhado de diretores do Banco Central.

Retirarei o outro requerimento.

Colocaria em pauta o requerimento do Senador Magno Malta, que não se encontra presente, referente ao assunto do Cade, que já discutimos, em que S. Exª pede a presença do Dr. Daniel, o qual não compareceu.

Por S. Exª não estar aqui e por haver coisas em andamento, retirarei o requerimento de pauta, para saber se há ainda o interesse do Senador Magno Malta em ouvi-lo.

Há um requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho, que requer, nos termos do art. 93, inciso II, de 1999, que se convide o economista Edvar Amadeu, ex-Ministro do Trabalho, para tratar do tema "Alternativa

de Alocação de Recursos Públicos para a Garantia do Desenvolvimento Auto-Sustentável do País".

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O requerimento está aprovado.

Deixarei de colocar em votação requerimento do Senador José Jorge, a pedido dele mesmo, e recomendarei à Secretaria que somente se formulem esses convites para essas audiências públicas, para a próxima terça-feira ou quinta-feira, pois convite é convite, ou seja, quem convida tem a obrigação de receber. Às vezes é marcada uma data, surgem contratempos e não acertamos. Como a preferência é do Ministro da Fazenda e do Presidente Banco Central, vamos primeiro ouvi-los e, a partir da próxima terça-feira, com a pauta já avançada, a Secretaria, juntamente com a Presidência, iniciará os entendimentos para a concretização desses convites, obedecendo, naturalmente, à ordem de apresentação deles e da votação que foi realizada aqui.

Não há mais nada a tratar na reunião de hoje, a não ser agradecer, sinceramente, a presença de V. Exªs por mais esta reunião realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Até a próxima terça-feira, se Deus quiser.

(Levanta-se a reunião às11h50min)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Quinta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e três de março de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões Nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e três de março do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Flávio Arns, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Almeida Lima, Patrícia Saboya Gomes e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá, Pedro Simon e Antero Paes de Barros. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, em virtude da leitura em Plenário das Medidas Provisórias nº 148/03, nº 149/03, nº 152/03, nº 156/03, nº157/03 e nº 159/03, e dos Projetos de Lei de Conversão nº 12/04, nº 13/04, nº 14/04, nº 15/04, nº 16/04, nº 17/04 e nº 18/04, sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, serão apreciadas somente as matérias não terminativas. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2003, não terminativo, que "altera o artigo 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, visando estabelecer a utilização dos recursos do FAT para financiamento, por intermédio de sindicato de trabalhadores, de curso superior de graduação, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação, onde terá decisão terminativa. Em 07/10/2003 foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. Após a leitura do Voto pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, a Comissão aprova o parecer do Relator pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação em caráter terminativo; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000, não terminativo, que "altera dispositivos da Lei nº 7.678, de 08 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer favorável ao Projeto, com a Emenda de Redação nº 01 – CAS. O Projeto já foi apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais. A matéria é retirada da pauta em virtude da ausência do Relator; Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003, não terminativo, que "altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências, para criar condição para o repasse de recursos", de autoria do Senador Magno Malta, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer favorável ao Projeto, com a Emenda de Redação nº 01 que apresenta. A matéria, ainda, será apreciada pela CCJ, onde terá decisão terminativa. Após a leitura do parecer pelo Relator, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável ao Projeto, com a Emenda de Redação nº 01 apresentada. A matéria vai à CCJ em caráter terminativo; Item 04-Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2001, não terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', no capítulo referente à proteção contratual", de autoria da Deputada Rita Camata, tendo como Relator o Senador Leonel Pavan, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2003, não terminativo, que "dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos", de autoria do Senador Pedro Simon,

tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação, onde terá decisão terminativa. A Presidência retira o Projeto de pauta e, em virtude da ausência do Relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há número regimental, portanto, declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho, como de costume, dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, caso não haja objeção por parte de nenhum dos Srs. Senadores.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Havendo aprovação unânime, a Ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial do Senado.

Antes de dar início aos nossos trabalhos, cumpre transmitir à Casa que ontem à noite a Presidência recebeu telefonema de S. Exª, o Ministro da Fazenda Antonio Palocci. O telefonema foi dado por seu Chefe de Gabinete, Sr. Juscelino, comunicando que S. Exª está pronto a comparecer nesta Comissão, no próximo dia 30. Portanto, está confirmada a presença do Sr. Ministro da Fazenda na Comissão de Assuntos Econômicos.

Solicito que a Secretaria comunique, por escrito, a todos os membros da Comissão de Assuntos Econômicos, e eu farei comunicação ao Plenário do Senado, que haverá reunião extraordinária, marcada desde já, da Comissão de Assuntos Econômicos no dia 25, próxima quinta-feira, às 10h, para ouvirmos o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central. Queremos ressaltar a importância desses dois encontros, dado o momento econômico-financeiro que o País atravessa. É a oportunidade que teremos para debater exaustivamente com as autoridades econômicas a política econômica do Governo Federal.

Entendo, como V. Exªs, que até agora a política do Governo Federal tem sido de sua própria competência, mas não deveria ser assim. A condução da política econômica tem tido sempre a iniciativa determinada por atos emanados do Poder Executivo. Considerando acordos formulados com o Fundo Monetário Internacional, considerando a situação dos Estados e dos Municípios brasileiros, considerando a crise social com o aumento do desemprego no Brasil e com a queda da renda dos brasileiros, é de fundamental importância ampliarmos a participação do Poder Legislativo na discussão dos assuntos econômicos. Esse é um dever do Poder Legislativo, do Senado da República, que representa a Federação. No Senado da República, a Comissão apta a discutir os assuntos econômicos é realmente a Comissão da qual todos nós fazemos parte.

Portanto, peço aos Srs. Senadores que façam o máximo de esforço para termos aqui, no próximo dia 25, quinta-feira, reunião extraordinária e, no dia 30 do corrente mês, a presença maciça de todos os Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos. Isso não significa que outros Senadores não possam comparecer – S. Exªs serão bem vindos –, mas foi a Comissão de Assuntos Econômicos que aprovou por unanimidade o convite ao Dr. Henrique Meirelles e ao Dr. Antonio Palocci. Quem convida, espera e recebe, e queremos fazer isso com todas as honras de estilo para que se possa manter um diálogo franco, leal e aberto com as autoridades econômicas do Governo.

Vou começar, desta feita, com a aquiescência dos Srs. Senadores, pelo Item 3, considerando a presença do Senador João Alberto Souza. Os Itens 1 e 2 poderão ou não entrar na pauta.

Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Eu queria solicitar a V. Exª, se possível, muito embora veja aqui que o Senador Leonel Pavan não está presente, inversão do Item 4 para logo em seguida. De antemão, quero dizer a V. Exª que pretendo pedir vista desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Leonel Pavan perdeu uma pessoa da família. Parece-me que é um compadre, um ex-Prefeito. Eu tirarei o Item 4 da pauta, porque o Relator não está presente.

Passa-se à apreciação do Item 3.

Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003, não terminativo.

A pauta do Senado encontra-se trancada. Só podemos apreciar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos projetos de lei não terminativos. Infelizmente há 12 medidas provisórias trancando a pauta, o que está levando o Senado da República a um clima de muita insatisfação, pelos discursos que temos ouvido e pelas conversas informais que temos mantido.

Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza, que vai apresentar o seu parecer sobre a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública para criar condição para o repasse de recurso.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 310, de autoria do Senador Magno Malta, visa estabelecer nova condição para o excesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 201.

O Projeto não obteve emendas.

O objetivo essencial da proposição em tela é estabelecer uma condição adicional para que o ente federativo possa habilitar-se aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, qual seja, que o par-

ticipante esteja integrado a um sistema nacional de informação de segurança pública.

Apresentei, Sr. Presidente, apenas um substitutivo, primordialmente um substitutivo de redação. "Só terão acesso aos recursos ente e federados que tenham instituído em seu âmbito um plano de segurança pública e estejam integrados a um sistema nacional de informações de segurança pública ou o Município que mantenha guarda municipal visando à obtenção dos resultados a que se refere o parágrafo anterior." A reforma estabelecida na redação no art. 4º, § 3º, item I, diz o seguinte: "O ente federado que tenha instituído em seu âmbito plano de segurança pública e esteja integrado a um sistema nacional de informação de segurança pública...".

Sr. Presidente, ocorre o mesmo com a reforma; é apenas uma mudança redacional.

Pelo exposto, considerando que a proposição é meritória e não apresenta óbices legais, somos favoráveis à aprovação do PL nº 310, com a emenda de redação que ora acabo de ler.

Sr. Presidente, o voto do Relator é plenamente favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador João Alberto Souza, peço escusas a V. Exª. A Presidência estava tratando de outro assunto importante e não ouviu a conclusão do seu parecer.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – O voto do Relator é plenamente favorável à aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer conclui pela aprovação.

Em discussão o parecer do Senador João Alberto Souza, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Esclareço que a matéria, no seu aspecto constitucional, será ainda apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto por unanimidade.

Item 5. Projeto de autoria do Senador Pedro Simon.

Como o Relator e o autor não estão presentes, retiro de pauta o referido item.

Item 1. O Senador Ney Suassuna, Relator, não está presente, mas seu parecer é pela rejeição do projeto.

Pergunto ao Senador Mozarildo Cavalcanti se S. Exª pode fazer o obséquio de proceder à leitura da matéria.

Trata-se de Projeto de Lei do Senado nº 52, não terminativo, que altera o art. 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e objetiva estabelecer a utilização do recursos do FAT para financiamento por intermédio de sindicato de trabalhadores do curso superior de graduação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, como o relatório já foi lido em outra reunião, lerei apenas a parte final:

Mesmo que não seja essa a intenção, é evidente que o projeto em pauta causaria desvirtuamento aos objetivos anteriormente elencados para o Planfor, na medida em que recursos superiores são de longa duração e têm custos elevados, não se caracterizando a situação emergencial e assistencial prevista na Lei nº 7.998, de 1990. Além disso, se aprovado, comprometeria recursos do FAT, que patrocina diversos tipos de ações destinadas a gerar trabalho e renda, melhorar as condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho e proteger a pessoa desempregada.

De outra parte, o projeto atende às definições legais dispostas no art. 17 da Lei Complementar nº 101.

Ressalte-se, no entanto, por oportuno, que o Governo Federal mantém o Programa de Financiamento Estudantil do Ensino Superior, destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva, que não podem arcar integralmente com os custos de sua formação.

Dessa forma, consideram-se atendidos os objetivos previstos na proposição por meio de programa federal já existente.

Assim, o voto é pela rejeição do PLS nº 52, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer conclui pela rejeição.

Seja qual for o resultado, a matéria irá à Comissão de Educação.

Em discussão o parecer pela rejeição. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria está rejeitada pela nossa Comissão, mas vai à Comissão de Educação.

Sou forçado a retirar o item 2 da pauta. Assim, não há mais matéria a ser deliberada.

Faço um apelo aos Srs. Senadores para que compareçam à reunião extraordinária da CAE, na próxima quinta-feira, na qual estará presente o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meireles, cujo objetivo será discutir o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, a política econômica, as decisões do Copom, os meios para expandir a economia, o crescimento do emprego, a melhoria da renda, a erradicação da pobreza; em suma, todos os objetivos que norteiam ou que devem nortear a política econômica do Governo.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Sexta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em Vinte e Cinco de Março de 2004, Às 10:00 Horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, Edison Lobão, José Agripino, Antero Paes de Barros, Sérgjo Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Patrícia Saboya Gomes, e ainda, o Senador Marcelo Crivella. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra, João Alberto Souza, Jorge Bornhausen e Almeida Lima. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, a presente reunião tem como finalidade "discutir o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional – FMI, a Política Econômica, as decisões do Comitê de Política Monetária – COPOM, os meios para melhor expandir a economia, o crescimento do emprego, a melhoria da distribuição da renda, a erradicação da pobreza e demais objetivos de Política Econômica", em atendimento ao Requerimento nº 14-CAE/2004, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Tasso Jereissati, subscrito pelos Senadores César Borges, Rodolpho Tourinho e Paulo Octávio, com participação do Dr. Henrique de Campos Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil. O Presidente, Senador Ramez Tebet, convida o Dr. Henrique Meirelles para sentar-se à mesa a fim de dar início à sua exposição. Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, autor do Requerimento, Tasso Jereissati, autor do Requerimento, César Borges, Aloizio Mercadante, Garibaldi Alves Filho, Antero Paes de Barros, Aelton Freitas, Rodolpho Tourinho, Mão Santa, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo, Ideli Salvatti, José Agripino, Arthur Virgílio e Marcelo Crivella. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas.

Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Esta reunião é extraordinária e faz da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Ela tem finalidade específica, atender a requerimento da Comissão de Assuntos e Econômicos, aprovado por unanimidade, a fim de que esta Comissão possa, num clima harmônico, franco, leal e aberto a toda a sociedade brasileira ouvir a exposição do DD. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles. Após sua exposição, S. Exª responderá aos questionamentos das Srªs e Srs. Senadores membros desta Comissão.

Vou atender a uma questão de ordem solicitada pelo Senador Aloizio Mercadante, antes de proceder a entrada à sala da Comissão do Presidente do Banco Central que já se encontra na Casa.

Pois não, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) –Sr. Presidente, eu gostaria primeiramente saudar a iniciativa desta audiência pública e comunicar que suspendemos a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por iniciativa de seu Presidente, Senador Edson Lobão, que hoje trataria da continuidade das votações dos destaques da reforma do Judiciário, adiadas para a próxima semana, exatamente para permitir a realização desta audiência, com uma ampla participação de todos os Senadores, que tenho certeza, ocorrerá.

Minha questão de ordem diz respeito, sobretudo, aos desdobramentos dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos. Como tivemos a transferência da audiência pública com o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para a próxima terça-feira, e temos algumas matérias muito importantes, em especial, a Lei de Falências, que V. Exª é o Relator. É uma matéria extremamente complexa. Tenho acompanhado o trabalho muito rigoroso, de aprimoramento, de aprofundamento, de um texto que ajude a recuperação das empresas em dificuldade, e, ao mesmo tempo, permita equacionar, atualizar e modernizar essa legislação que é tão antiga e precisa avançar, eu perguntaria a V. Exª se temos alguma possibilidade de apresentação do relatório já na próxima semana. Se existe essa possibilidade e em que data isso poderia acontecer, na medida em que o Ministro Palocci estará aqui na terça-feira, que é o dia das nossas reuniões ordinárias. Então se há alguma possibilidade e se poderíamos trabalhar para plane-

jar um pouco essa iniciativa. A apresentação porque, provavelmente, haverá pedidos de vista e voltaríamos a discutir a matéria em abril. Pergunto a V. Exª se é possível termos a apresentação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em primeiro lugar, cumpre esclarecer o que é do conhecimento de V. Exª e de toda a Casa.

A Comissão de Assuntos Econômicos realizou todas as suas reuniões ordinárias e fez algumas extraordinárias, com a cooperação de todos os seus 27 membros. O período da convocação extraordinária, nesta Casa, foi marcado pelo trabalho constante que realizou a nossa Comissão, trabalho esse que centralizou, a meu ver – todas as leis são importantes –, uma das leis mais importantes, se não a mais importante que tramita nesta Casa: a Lei de Falências. Realizamos 17 audiências públicas, ouvimos todos os segmentos econômicos da sociedade, além daqueles que participam de um processo de recuperação de empresas ou de um processo falimentar. O setor industrial foi ouvido, o comércio foi ouvido, a agricultura, o setor de serviços. Em suma, todos os setores econômicos do País foram ouvidos. Mais ainda, foram ouvidos aqueles que participam, como o Ministério Público, o Sebrae, que representa as pequenas e médias empresas, ouvimos a classe trabalhadora, mediante suas mais importantes representações – refiro-me à CUT e à Força Sindical. É preciso confessar isto: é muito importante obedecermos, principalmente neste momento que o País atravessa, ao princípio básico da democracia, que é a independência e harmonia dos Poderes, trabalhando harmonicamente, cada um independente. Nesse sentido, os assessores, os técnicos, os consultores legislativos, a quem quero tributar logo as minhas homenagens, estão em perfeito entrosamento, dialogando, embora com pontos de vistas às vezes divergentes, Senador Mercadante. Essa lei não vai encontrar unanimidade, mas estamos trabalhando junto aos setores interessados do Governo.

É claro que essa parte está sendo mais discutida com o Ministério da Fazenda; mas, com o Ministério da Justiça, ainda ontem, em meu gabinete, realizamos uma reunião. Pelo que deduzo, para ser objetiva a sua solicitação – chamo até de solicitação, cobrança justa, porque acho que a Nação espera por isso –, eu acredito que dentro de poucos dias, não na próxima terça-feira, teremos ouvido S. Exª o Ministro da Fazenda aqui nesta Casa. Vou marcar nem que seja uma reunião extraordinária, porque V. Exª sabe, todos nós sabemos, haverá pedido de vista. Então, apresentado o relatório, solicita-se vista e vamos trabalhar, vamos dar conta dessa matéria.

Agradeço a abordagem de V. Exª, que me permite esclarecer à Nação brasileira e os setores. Quero dizer que esta matéria desperta tanta atenção que advogados querem comparecer em audiências, querem discutir com o Relator. Advogados, escritórios de advogados, o que é natural, têm experiência, trabalham no ramo. Mesmo magistrados, acostumados a lidar com lei falimentar, perguntaram-me se ainda havia tempo de audiência pública e eu, infelizmente, disse que não, mas acolho sugestões que qualquer segmento, qualquer autoridade ou qualquer cidadão brasileiro quiser enviar. Não estamos desprezando nenhuma sugestão. Quando digo "não estamos desprezando" significa que, quando chega alguma coisa referente à Lei de Falências, nós estudamos, vemos se podemos aproveitar essa opinião ou não. Apenas não podemos ficar interminavelmente com audiências públicas. E foi com o consentimento dos senhores membros da Comissão que encerramos as audiências públicas, a não ser em caráter excepcionalíssimo. Como não vi nenhum caráter excepcional e nenhum Senador levantou a excepcionalidade para ouvir mais alguém, penso que já estamos preparados para apresentar um relatório. Não temos feito, assim, audiências públicas.

Não sei se esclareci V. Exª, pois penso que fui longo demais.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Esclareceu plenamente. E fico muito satisfeito porque, de fato, entendo que essa é uma das leis mais importantes para a economia brasileira, para a recuperação das empresas, e para ajudar a dimensão social, permitindo que as empresas se recuperem em uma situação de concordata e falência. É a política de recuperação das empresas.

Na semana que vem teremos a oportunidade de receber esse relatório, trabalhado com tanta profundidade, com tanto espírito democrático, com tanto rigor pelo Presidente da Comissão e Relator da matéria, Senador Ramez Tebet.

Diante disso, vamos aguardar então essa reunião extraordinária da Comissão para que possamos conhecer o relatório, que, tenho certeza, será muito bem recebido pela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero designar os Senadores Delcídio Amaral e Rodolpho Tourinho para, em nome desta Comissão, conduzirem S. Exª o Dr. Henrique Meirelles para que tome assento aqui a nossa direita.

O objetivo desta reunião, como todos sabem, foi atender a um requerimento firmado pelos Senadores Eduardo Suplicy e Tasso Jereissati para discutir o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, a política econômica, etc.

Vamos seguir o Regimento. Antes, porém, farei uma saudação a S. Sª.

Em nome da Comissão de Assuntos Econômicos, quero agradecer a V. Sª, Dr. Henrique Meirelles. Este nosso encontro já estava previsto há muitos dias e V. Sª só não o atendeu há mais tempo porque tinha razões inteiramente compreensíveis de nossa parte.

Quero dizer a V. Sª que a Comissão de Assuntos Econômicos e o próprio Senado da República estão inaugurando novos tempos. Estamos entendendo que nada é exclusivo de um Poder só. Parece ao País que a política econômica vem de cima para baixo, tendo apenas um comando, que é o Poder Executivo, e que o Poder Legislativo não sugere, não influi e não dá opinião.

Assim, essas constantes reuniões que estamos fazendo e pretendemos inaugurar é a forma de participação do Poder Legislativo e de melhor informação também da sociedade brasileira de como está sendo conduzida a economia. V. Sª, com o seu espírito democrático, com certeza, vai recolher, ao término desta audiência, a opinião da Comissão de Assuntos Econômicos e, conseqüentemente, a opinião do Senado sobre a condução da política econômica do nosso País.

Louvo o seu espírito democrático, formulo votos de que a nossa reunião alcance o êxito esperado por todos nós e, de logo, concedo-lhe a palavra para uma rápida explanação que queira fazer.

Como esta não é a primeira vez que V. Sª vem aqui, sabe que, após a sua explanação, por ordem de inscrição e na forma regimental, as Srªs e os Srs. Senadores vão lhe formular perguntas e V. Sª terá oportunidade de respondê-las.

Assim, sendo, concedo a palavra a V. Sª.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão, meu amigo de longa data, Senador Paulo Octávio. Realmente é uma honra poder estar hoje debatendo, expondo o que estamos fazendo e também ouvindo as sugestões da Comissão e dos Senadores.

Eu gostaria de reiterar aqui a minha admiração pelo papel que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado exerce e pelo debate dos temas, muito bem colocado pelo Senador, que se reveste hoje em termos dos assuntos mais importantes para a nossa economia.

O Congresso é o local onde esse debate deve ocorrer, e é absolutamente fundamental que tenhamos esse tipo de oportunidade. Atribuímos, no Banco Central, grande importância a esse eventos. Transparência e comunicação são ferramentas fundamentais para o sucesso de política monetária. Um Banco Central moderno deve estar sempre aberto para a sociedade e seus representantes democraticamente eleitos. Como afirmei na última vez que compareci a uma reunião aqui no Congresso, nas sociedades modernas não há mais lugar para caixas-pretas ou torres de marfim. É muito importante a transparência e a discussão aberta.

Inicialmente, apresento um balanço sobre o estágio atual da economia brasileira, balanço do muito que foi feito pelo Governo Lula até agora e que justifica, no nosso ponto de vista, uma confiança em um futuro positivo que temos à frente.

Começo com uma constatação muito importante. A economia brasileira já iniciou o processo de retomada do nível de atividade. O Brasil está crescendo, o pior ficou para trás. Após um ano de difíceis ajustes necessários, depois de uma crise importante que o País viveu em 2002, as perspectivas para o futuro da economia são muito melhores do que no início deste Governo. A crise que atingiu o País na virada de 2002 para 2003, responsável, portanto, pelas questões econômicas do ano passado, particularmente pelo fraco desempenho da economia no primeiro semestre, está superada. Diversos setores da economia já demonstram sinais claros de retomada do nível de atividade. Esses sinais estão cada vez mais claros e disseminados por todos os segmentos da economia.

No primeiro ano de Governo, trabalhamos muito para debelar a crise que atingiu o País na virada de 2002 para 2003, como mencionei. Foi um esforço difícil, compartilhado por toda a sociedade brasileira. Recuperamos a confiança por meio de um processo determinado de ajuste interno e externo, baseado na responsabilidade fiscal, no ajuste das contas externas e na manutenção da estabilidade macroeconômica.

O principal desafio que se coloca atualmente à sociedade brasileira é a construção responsável das condições que nos levarão a um crescimento e a um desenvolvimento sustentado. O crescimento sustentado é o resultado da ampliação da capacidade produtiva da economia. Tentar crescer acima da capacidade produtiva da economia foi uma das causas que geraram o modelo de bolhas de crescimento, que caracterizaram o nosso desempenho no passado, não satisfatório. Isso caracterizou o desempenho econômico nas últimas décadas. Estamos trabalhando agora por uma retomada ancorada em fundamentos sólidos. Daí, sim, nascerá o Brasil que todos desejamos, com criação de emprego, distribuição de renda e inclusão social.

Infelizmente, a História mostra, particularmente a História do Brasil, mas também de outros países, que não há atalhos. É necessário trabalho duro, determinação e perseverança. É o que estamos fazendo e o que vamos continuar a fazer.

É importante mencionar também que o verdadeiro determinante do crescimento a longo prazo e da possibilidade de aumentar a capacidade produtiva da economia é o nível de investimento e, para que esse crescimento realmente se materialize, é importante que mobilizemos de fato o aumento do volume de investimentos. Isso requer a redução do risco Brasil e a mobilização da poupança. Aí chegamos a um importante pré-requisito do crescimento: um ambiente de estabilidade macroeconômica. Sem estabilidade, o País não pode crescer; sem estabilidade, não há investimento. Portanto, é importante que nós, de fato, trabalhemos nessa manutenção, nessa busca da estabilidade.

Portanto, eu gostaria de enfatizar quais são os ambientes propícios ao desenvolvimento: um ambiente de estabilidade com baixa inflação, com risco-país baixo, com poupança e investimento elevados e, num ambiente micro, investimentos em educação, produtividade e crédito. Quer dizer, temos que manter o foco no que, necessariamente, fará com que o Brasil possa crescer.

No Brasil, às vezes, discutimos até que ponto poderíamos crescer mais com inflações mais elevadas. É importante mencionar que não há registro, na economia mundial, de países que tenham crescido de forma sustentada com altas taxas de inflação. No gráfico, por exemplo, vemos que os países que cresceram a taxas mais elevadas durante período sustentado foram aqueles que tiveram inflações relativamente baixas e, mais importante, inflações que estão ainda mais baixas nos últimos anos. Países como o Brasil ou o México, que tiveram inflações mais elevadas, tiveram, também, taxas médias de crescimento mais baixas.

É importante mencionar que, no Brasil, já tivemos oportunidade de experimentar uma longa série de métodos heterodoxos – vamos chamar assim – de combate à inflação: congelamento de preços e salários, tablitas, controle de juros, pré-fixação de taxa cambial, moratória externa, congelamento de ativos financeiros, etc. Sabemos que tudo isso não deu certo aqui.

A experiência internacional mostra que são três as metodologias que deram certo nas últimas décadas. O modelo do controle da taxa de câmbio, por exemplo, foi amplamente testado no Brasil e permitiu sucesso na estabilização monetária nos primeiros anos do real. No entanto, esgotou-se, no País, e desembocou na crise cambial de 1998 e 1999. Outros países tiveram igual experiência: a Inglaterra, em 1992; o México, em 1994; a Ásia, em 1997; a Rússia, em 1998, e a Argentina é o exemplo mais próximo. Esse sistema, portanto, tem sido gradualmente abandonado.

O método de agregados monetários, o monetarismo, tem sido também abandonado, pela volatilidade que os agregados monetários obtiveram e adquiriram nas últimas décadas, em função de meios eletrônicos de pagamento. Também tem sido abandonado porque gera uma volatilidade indesejável na taxa de juros.

E o sistema de metas para a inflação, que, em última análise, consiste na busca, por parte do Banco Central, de um patamar inflacionário pré-determinado, utilizando o mecanismo da política monetária. É um mecanismo muito importante, porque ancora e coordena as expectativas do mercado. Quanto maior a credibilidade do Banco Central, portanto, menor o custo de convergência da inflação para as metas.

O sistema de metas de inflação foi adotado inicialmente na Nova Zelândia, em 1990, no Canadá, em 1991, na Inglaterra, em 1992, na Suécia e na Finlândia, em 1993, e, hoje, é adotado por um grande e crescente número de países, inclusive por países emergentes, como o México, o Chile, o Peru, a Colômbia, a África do Sul, e por outros países da América Latina, como a Argentina, que também está caminhando nessa direção. Alguns exemplos de países emergentes que se beneficiaram fortemente desse método são Chile e Israel. O regime de metas tem, portanto, permitido uma convergência muito rápida da inflação média desses países para as metas.

Esse sistema tem permitido aos países desenvolvidos e aos emergentes terem taxas médias de inflação mais baixas, com impacto positivo sobre o crescimento econômico. Vamos ver, por exemplo, que os países emergentes e os desenvolvidos tiveram, em média, queda da inflação depois da adoção do sistema de metas. E isso tem permitido que as metas tenham uma trajetória cadente. Se analisarmos, por exemplo, os países emergentes, antes das metas, veremos que havia uma inflação média de 13,11%, que, depois das metas, caiu para 5,95%; nos países desenvolvidos, ela caiu de 3,72% para 2,5%.

É importante mencionar agora, também, que a crise brasileira que vivemos e as conseqüências inflacionárias não foram, de fato, nada triviais.

Fazendo um parêntese, eu gostaria de dizer que estamos tendo, aparentemente, um problema técnico, pois o nosso computador deixou de funcionar. Vamos, infelizmente, ter que prosseguir sem o benefício das transparências.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – V. Sª viu que isso aconteceu na hora em que o Senador Arthur Virgílio entrou na sala. Faz parte da estratégia da Oposição.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito bem, aparentemente, devido à reclamação do Senador Aloizio Mercadante, voltou a funcionar o computador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – É que S. Exª tem tido um surto de Oposição responsável nos últimos dias.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Gostaria de prosseguir, portanto, mostrando, em primeiro lugar, que a crise que vivemos na transição do ano de 2002 para 2003 gerou uma aceleração inflacionária, no Brasil, que teve proporções importantes e que não devemos perder de vista. No entanto, essa aceleração inflacionária não se concretizou, devido exatamente a uma política monetária que não hesitou em atacar a inflação imediatamente, logo no início do novo Governo. Reverter a aceleração inflacionária nunca é uma tarefa fácil. Existe um compromisso firme com a manutenção da estabilidade. É importante transmitir aos agentes econômicos a expectativa de que a inflação mais alta será convergida para o patamar mais baixo.

É importante dizer, no entanto, que isso tudo foi planejado cuidadosamente, tendo em vista os aspectos relacionados ao crescimento econômico, às implicações sociais, como foi devidamente explicitado na Carta Aberta do Banco Central ao Ministro da Fazenda, em janeiro de 2003.

O combate à inflação, portanto, exigiu essa ação rápida e decidida, e a expectativa de inflação começou a ceder tão logo ficou claro que o Banco Central tinha compromisso firme com a manutenção da estabilidade. As taxas começaram a cair, inicialmente de forma lenta, em abril, e mais decididamente em maio. Em conseqüência, o Banco Central pôde iniciar o processo de flexibilização da política monetária em junho.

É inequívoco o sucesso da política monetária no combate à inflação, haja vista a evolução da expectativa de inflação. Mas é importante mencionar que isso permitiu o início do processo de flexibilização. A taxa básica de juros foi reduzida em mil pontos-base entre junho e dezembro, isto é, 10%, e, em março, promoveu-se um novo corte de 0,25%. Isso mostra, por exemplo, a variação da Selic nas reuniões do Copom e mostra a proporção do corte em relação à Selic existente. Vamos ver que, de fato, os cortes feitos durante o ano de 2003 foram extremamente substanciais, comparados com a trajetória seguida a partir do ano 2000.

É importante mencionar também que as taxas de juros de médio e longo prazo definidas pelo mercado, que são as que, como sabemos, têm impacto direto sobre a atividade econômica – e uma boa medida disso é a taxa, por exemplo, medida pelo mercado do **Swap** DI de 360 dias –, caíram de cerca de 33% no início de 2003 para um nível de cerca de 15%, onde se encontram atualmente. E vamos ver, pelo comparativo histórico, que esses são os níveis mais baixos registrados na história recente do Brasil.

Se observarmos a taxa de juros real, isto é, a taxa de juros de médio prazo descontada a inflação esperada pelo mercado, ela caiu quase pela metade ao longo de 2003. É muito importante, aqui, mencionarmos esse aspecto. É um objetivo do País e do Banco Central que possamos ter uma queda consistente da taxa de juros de mercado ao longo do tempo. Mas também é importante mencionar que saímos de um patamar elevado, e que agora a taxa está caindo de forma consistente, já a níveis mais baixos do que os do passado, do que os da história recente. O que não quer dizer que essa taxa seja a ideal, ou a taxa objetivo do Brasil, ou que o Brasil não deva continuar perseguindo a diminuição das taxas de juros. Certamente deve. Esse é o objetivo do Banco Central e o do Brasil – repito. Só que devemos fazê-lo de forma responsável, para que possamos, de fato, ter um mercado com taxas cada vez mais baixas de uma maneira que não traga instabilidade macroeconômica.

Se olharmos, por exemplo, a taxa de juros real média, ela também, como mencionei, foi a mais baixa da história recente do Brasil. Por exemplo, no gráfico, a média de 1997 a 1999 da taxa real foi de cerca de 21,4%; de 2000 a 2002, de 15,8%; em 2003, de 13,2%, e, em 2004, a taxa média é de 9,3%, que é a taxa mais baixa do período pós-Plano Real. O que significa, portanto, que ela é o resultado da melhora dos fundamentos macroeconômicos do País, que está permitindo que as taxas que prevalecem no mercado, que não são controladas pelo Banco Central, que são as taxas que impactam diretamente o ritmo de atividades depois da defasagem, sejam taxas que estão caindo consistentemente. O que mostra, com clareza, o sucesso das medidas adotadas até agora pelo Banco Central.

De novo, é evidente, que são taxas internacionalmente elevadas, mas são resultados da nossa história. O importante é que elas estão caindo sistematicamente. E é esse, de novo, um objetivo de política econômica de longo prazo: fazer com que o risco-país caia e, em conseqüência, que as taxas de risco internas também.

Antes de mais nada, gostaria de dizer que essa é uma constatação objetiva. Não estou fazendo aqui nenhuma previsão sobre o comportamento futuro dos juros, também não estou emitindo nenhum sinal sobre o comportamento futuro. Estou apenas fazendo uma constatação, com base em dados históricos.

Passando para as contas públicas, uma âncora importante do processo de ajuste é o superávit primário. Veremos, por exemplo, que de 1994 a 1998, com o fim da inflação, o País registrou um histórico de déficits primários. A partir de 1998, o Brasil entrou

em uma rota sustentada de superávits primários, que contou com a importante contribuição do Congresso Nacional. Esse processo está sendo consolidado. O Governo Lula está comprometido com isso, propõe medidas importantes de consolidação dessa trajetória, e estabeleceu o superávit primário em 4,25% do produto. E isso com uma mudança qualitativa importante: o ajuste está concentrado no corte de gastos públicos, sem receitas extraordinárias.

A aprovação, pelo Congresso Nacional, até 2007, da prorrogação da DRU e da CPMF assegura o ajuste das contas públicas. Além do mais, a reforma da Previdência representou certamente um avanço importante na consolidação do ajuste fiscal.

Esse processo de ajuste permitirá uma redução consistente da relação dívida pública sobre o produto, o que vai melhorar o risco-país e, em conseqüência, também aspectos relacionados à taxa de juros.

Outro fator importante no processo de reconquista da confiança foi a adoção de uma política de redução da exposição da dívida pública atrelada ao câmbio e o aumento da participação dos papéis com correção pré-fixada. Vamos ver, por exemplo, que, no gráfico à esquerda, a dívida cambial sobre a dívida total está caindo consistentemente. O que diminui a vulnerabilidade do Brasil ao risco externo, enquanto a dívida pré-fixada, a dívida total está crescendo também de forma consistente, o que mostra que o Brasil está caminhando para uma diminuição da sua vulnerabilidade em relação às crises externas e internas.

Outro aspecto importante foi – e está sendo – o alongamento dos prazos dos títulos do Tesouro emitidos no mercado doméstico e também externo. Por exemplo, no mercado doméstico, os títulos pós-fixados estão tendo um aumento constante e os títulos prefixados também. Isso também mostra um processo de estabilização da economia, de estabilização do perfil da dívida pública e que o Brasil está caminhando em direção a uma economia mais estável e, portanto, com taxas de risco menores a longo prazo.

Componente muito importante foi a evolução da taxa de câmbio. Refletindo as incertezas que pairavam sobre o cenário brasileiro, o câmbio se aproximou de R$4,00 por dólar, como sabemos, no final de 2002. Hoje, o câmbio está em patamar muito mais estável e, além de não representar pressão sobre a inflação, tem viabilizado excelentes resultados da balança comercial.

Mais importante ainda: a volatilidade do câmbio tem-se reduzido. Isso contribui muito para o clima de estabilidade e para a retomada dos investimentos produtivos. Um ambiente de baixa volatilidade é fundamental para estimular exportações, porque isso diminui a incerteza financeira a que exportadores e importadores estão sujeitos.

É importante mencionar outra coisa, porque, às vezes, há uma preocupação com o que seria o outro lado da moeda, que o real pode se apreciar excessivamente e isso pode ter um problema, etc. Isso é refletido não apenas pela confiança na economia brasileira, mas reflete também o ajuste externo por que passa a economia norte-americana. Outras moedas também se apreciaram em relação ao dólar norte-americano, conforme mostrado aqui. Isso significa que o Brasil está caminhando de acordo com uma tendência importante, que é a do ajuste das moedas mundiais. De novo, isso mostra como estamos alinhados e a estabilização da economia brasileira.

Passando à questão das importações e exportações, a balança comercial brasileira registrou, no ano passado, um superávit de quase US$25 bilhões. No total acumulado em doze meses, a balança comercial brasileira registrou, em fevereiro, um saldo positivo de US$26,1 bilhões, o maior superávit da história do Brasil.

Para comparar, vale recordar que tivemos, até alguns anos atrás, déficit da ordem de US$6 bilhões. Para 2004, o Banco Central trabalha com a projeção de superávit de cerca de US$ 24 bilhões, apesar da recuperação da economia brasileira em conseqüência das exportações.

É importante dizer que as importações brasileiras têm-se diversificado não só em termos de destinação, mas também em termos da pauta de produtos exportados. Por exemplo, entre 2000 e 2003, nossas exportações para a China cresceram 317%, e as vendas para a Rússia e África do Sul, 254% e 142%, respectivamente. Esses dados mostram uma diversificação importante não só da origem interna no País, mas na pauta de produtos diversificados e da destinação das exportações.

O excepcional desempenho da balança comercial contribuiu para que, em 2003, a conta corrente no balanço de pagamentos registrasse um superávit de US$4,1 bilhões. Foi a primeira vez, em uma década, que fechamos o ano com superávit em transações correntes. Em 1999, por exemplo, o déficit em conta corrente foi bastante elevado, e chegou, em anos anteriores, até a US$33 bilhões. Para 2004, esperamos uma manutenção do superávit em conta corrente.

Em conseqüência desse ajuste, o Brasil tem hoje condições muito melhores do que teve durante muitos anos para enfrentar hipotéticos choques externos.

Este é um dos temas da audiência de hoje: o Brasil concluiu um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Farei uma menção rápida sobre isso porque,

evidentemente, o Ministro Palocci estará aqui na próxima terça-feira e irá discorrer sobre o FMI. Esse não é exatamente o tema da minha apresentação de hoje.

O acordo deste ano, firmado com o FMI, coloca à disposição do Governo brasileiro cerca de US$14,9 bilhões a serem sacados somente em caso de necessidade. Os empréstimos têm juros bem abaixo dos níveis do mercado internacional e existem algumas condições do acordo já decididas previamente pelo Governo brasileiro.

Além do mais, é importante ressaltar que o acordo previa o reescalonamento dos pagamentos dos vencimentos já sacados do Fundo. Essa medida permitirá uma melhor distribuição dos pagamentos no tempo, o que é muito importante para dar um maior nível de conforto aos balanços de pagamentos brasileiros nos próximos anos. Portanto, nesse aspecto, foi um acordo extremamente útil.

O risco país registrou melhora significativa ao longo de 2003, caindo dos mais de 2.400 pontos registrados em setembro de 2002 – o auge da crise – para o patamar abaixo de 600 pontos, em que se encontra no momento. Esse risco provoca uma redução no custo de financiamento da República, haja vista as nossas emissões externas e, conseqüentemente, das empresas brasileiras no exterior. Esse é um estímulo adicional ao investimento.

Outro dado muito importante: desde o ano passado, estamos implementando um processo seguro de recomposição de reservas. No início do ano, anunciamos que o Tesouro Nacional havia comprado, ao longo de 2003, US$11,2 bilhões no mercado interno. Anunciamos, também, que as compras passariam a ser feitas pelo Banco Central. Atuando de forma serena, sem adicionar volatilidade desnecessária ao mercado de câmbio, as reservas brasileiras totalizaram, no final de fevereiro, US$24,8 bilhões no conceito de reservas líquidas internacionais. Esse é um componente importante do processo consistente de redução da nossa vulnerabilidade internacional.

Outra sinalização de reconquista da confiança é dada pela retomada dos fluxos de capital. Depois da parada abrupta nos fluxos verificada em 2002, temos de novo uma retomada e a estimativa é a de que eles cheguem a US$36 bilhões neste ano. Em resumo, houve uma queda; em 2002/2003, estabilizou-se e, em 2004, já estamos retomando.

Os dados externos revelam uma queda consistente da dívida externa total, dela excluídos os empréstimos do Fundo Monetário Internacional.

Outros indicadores importantes de vulnerabilidade externa, como a relação de juros externos sobre exportações ou dívida total externa sobre exportações, mostram uma queda consistente.

Os fundamentos da economia brasileira estão todos melhorando, o que nos dará condições cada vez melhores de criar o crescimento sustentado.

Voltemos ao que mencionei no início: o desenvolvimento sustentado. O primeiro fato a chamar atenção é o de que não há dúvida de que a crise de 2002 e 2003 teve forte impacto na economia, provocando uma queda no nível de atividade no primeiro semestre do ano passado. É importante mencionar que o Brasil enfrentou um choque de dimensões muito importantes. Perdemos cerca de 6% do produto em linhas externas. Isso gerou uma deterioração de diversos outros indicadores. Essa crise, adicionada à versão global do risco, fez com que o risco-país crescesse para patamares muito sérios no final de 2002, com a taxa cambial, como já mencionei, caminhando nessa direção e, o mais importante, o risco inflacionário chegando, portanto, a 43% de taxa anualizada em novembro de 2002.

Porém, o importante é que a inflação quintuplicou em dois trimestres **versus** o que, no passado, demorou treze anos, de 1948 a 1961, onze anos, de 1953 a 1964, seis anos, de 1973 a 1979, cinco anos e meio, de 1979 a 1985, excluindo-se os períodos pós-congelamento. Isso mostra o acerto da política de enfrentar rapidamente a inflação. O relevante é que países que tiveram crises da mesma dimensão da enfrentada pelo Brasil tiveram contrações do produto muito importantes. Vemos, por exemplo, a Indonésia, a Argentina e o Uruguai com contrações de produto variando de cerca de 4,9% até 13%. O Brasil teve um desempenho nesse aspecto bem melhor do que países que tiveram crises semelhantes.

Agora, é importante mencionar que isso já é passado; foi um custo pago pela sociedade brasileira, durante a crise por que o Brasil passou em 2002 e 2003. Devido ao acerto das políticas adotadas, essa retomada se deu com relativa rapidez. Vemos, por exemplo, que houve, de fato, uma contração de produto no Brasil nos dois primeiros trimestres do ano passado em conseqüência da crise, mas esse crescimento já se reverteu, de maneira que, no terceiro trimestre, houve um crescimento positivo e, mais importante ainda, um crescimento no quarto trimestre de 1,5% sobre o terceiro trimestre de 2003, com a taxa anualizada de 6,14%. Convém ressaltar que essa anualização não deve ser encarada como uma projeção para o resultado do ano, mas sim como uma medida a mais que permite a comparação com o desempenho de outros países. Os Estados Unidos, por exemplo, registraram, no último trimestre de 2003, um crescimento anualizado ao redor de 4%; a Europa, a metade disso, etc.

O Brasil, de fato, passou por essa fase difícil e já está em um processo de retomada de crescimento. A recuperação em curso tem mantido um ritmo consistente. Segundo o IBGE, a produção industrial apresentou, em janeiro, um crescimento de 0,8% em relação ao mês anterior; em relação a junho de 2003, o crescimento da indústria de transformação, por exemplo, chega a 8%, e a 4,4%, comparado a janeiro de 2003, considerando-se os dados ajustados pelo Banco Central. Entre junho de 2003 e janeiro de 2004, as vendas reais da indústria registraram o crescimento de 17,8%, segundo números da CNI, tirando-se também o efeito sazonal.

O processo de retomada do crescimento não segue um ritmo linear; tem oscilações, sobe e desce, o que é normal em todos os países. As taxas de crescimento não são lineares; começam pelos setores mais sensíveis ao crédito – no caso do Brasil, duráveis e bens de capital – e se estendem, em seguida, à demanda por bens intermediários, de novo, a pequenas oscilações, mas a tendência claramente é de crescimento. O aumento do nível de produção dos setores sensíveis a crédito leva ao aumento de produção, que, por sua vez, gera um aumento da massa salarial desses setores, que gera um aumento de demanda para os demais setores. A massa salarial real na indústria para o Brasil – esse é um dado importante – tem demonstrado um crescimento. É um dado entre junho de 2003 e janeiro de 2004, quando a massa salarial medida pela CNI e ajustada de novo sazonalmente pelo Banco Central registrou incremento de 4,9%. Na comparação de janeiro de 2004 sobre o mesmo mês do ano anterior, o crescimento foi de 4,6%.

Há uma manchete de hoje que menciona a queda do nível de emprego. Isso é real no mês de fevereiro, mas esse número publicado hoje se refere à queda na região metropolitana de São Paulo, divulgada pelo Dieese. No entanto, os dados da Fiesp mostram que houve um aumento importante da massa salarial, do número de postos de trabalho também no Estado de São Paulo. Em resumo, os números do Dieese mostram uma diminuição importante do número de postos de trabalho na região metropolitana de São Paulo, mas há evidências de que houve aumento da criação de postos de trabalho no Estado de São Paulo, e os números do IBGE mostram, portanto, o crescimento da massa salarial na indústria como tendência.

A retomada também começa a ter efeitos, como mencionei, sobre o nível de emprego formal. Por exemplo, segundo dados, tirando o efeito sazonal, do Ministério do Trabalho e Emprego, o índice de emprego formal registrou um crescimento de 2,1% no Brasil, entre junho de 2003 e janeiro de 2004. De novo, estou traçando essa diferença para pontuar a questão do mês de fevereiro na região metropolitana de São Paulo.

Na comparação, no Brasil, entre janeiro deste ano e o mesmo mês do ano passado, verificou-se um crescimento de 3,1%. É importante notar, de novo, que a taxa de desemprego não reage imediatamente, no início do ciclo de retomada, em função do aumento do número de trabalhadores que buscam o emprego e o aumento no pagamento de horas extras nos setores que estão liderando a retomada.

O comércio também apresenta reação. De novo, vemos algumas oscilações – período de crescimento rápido, por exemplo, de automóvel e autopartes –, depois há um fenômeno de acomodação, mas o que temos é uma tendência geral de aumento, inclusive nas vendas de varejo. Quer dizer, temos uma retomada de crescimento sendo confirmada.

Em relação a automóveis, por exemplo, de novo temos uma retomada muito rápida, uma pequena queda durante o mês de fevereiro, mas uma tendência de aumento; temos uma venda de autopartes também crescendo; novas concessões de crédito também crescendo, e a taxa de juros cobrada em média na aquisição de veículos caindo sistematicamente durante esse período.

Para terminar, para que possamos partir para o diálogo, eu diria que um dado muito importante foi o início da recuperação da produção industrial total. Vamos verificar que a produção industrial brasileira hoje está basicamente no pico da série, o que significa que é a mais alta da história. O Brasil está tendo um processo consistente de retomada da atividade industrial.

Eu gostaria de finalizar dizendo que os fundamentos da economia brasileira hoje são sólidos. Há muitos anos o Brasil não reunia tantas condições e condições tão favoráveis para ingressar em um processo duradouro de crescimento sustentado sem gerar desequilíbrio nas contas externas ou pressões inflacionárias. É importante dizer, por exemplo, que a finalidade da política econômica é crescimento, geração de emprego. Agora, certamente para isso a pré-condição é a estabilidade. Não foi fruto do acaso essa retomada do crescimento. As conquistas obtidas ao longo de 2003 foram resultado de políticas macroeconômicas consistentemente implementadas para colocar a companhia brasileira no rumo do crescimento sustentado. Muito foi feito, mas há muito o que fazer. É importante dizer que a política monetária não vai conseguir fazer com que as taxas de crescimento no Brasil aumentem de forma consistente, a não ser haja uma série de outras reformas fundamentais, muitas delas em debate aqui no Congresso, como a Lei de Falências e Concordatas, a questão do marco regularizador. É muito importante

dizer que a política monetária promove a estabilidade, dá condições para o Brasil crescer, mas para que possamos aumentar essa taxa de crescimento será importante um esforço concentrado de todo o País.

Infelizmente não há atalhos. É preciso determinação e persistência. É o que espera de nós a sociedade brasileira, e é o que vamos fazer todos juntos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passaremos à fase das indagações. Felizmente, para nós – não sei se para V. Sª, que, pelo visto, terá que ficar muito tempo aqui –, há um grande número de Senadores e Senadoras para formular perguntas. Peço, encarecidamente, que obedeçamos ao tempo regimental. Procurarei tocar a campainha quando terminar o tempo concedido a cada Senador que estiver perguntando.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy, como um dos autores do requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet; Senador Paulo Octávio, Vice-Presidente; prezado Presidente Henrique Meirelles, do Banco Central, por volta de outubro, V. Sª registrou que gostaria de vir freqüentemente ao Congresso Nacional, especialmente ao Senado, para discutir a política econômica. Àquela época, havíamos apresentado um requerimento, e, infelizmente, por circunstâncias, não foi possível a V. Sª vir no segundo semestre. Avalio que esse diálogo deve realizar-se, como tem sido a tradição do Senado desde 1991, quando aqui cheguei, no mínimo uma vez por semestre, que é a freqüência com que esta Comissão tem ouvido o Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda.

Minha primeira questão é relativa aos fatores que afetam a oferta e a procura agregadas, porque V. Exª tem dado grande ênfase – como agora, na exposição – sobre a meta da inflação, como a de 5,5%, para 2004, ressaltando quase sempre a análise dos fatores que afetam a demanda por bens e serviços. Tem-se a impressão de que se estaria dando menor atenção aos outros objetivos, que também são importantes, como alcançar uma maior taxa de crescimento da economia, oportunidades de emprego compatíveis com a nossa potencialidade, a erradicação da fome e da pobreza absoluta, enfim, aqueles que resultem em melhoria da qualidade de vida para o conjunto dos brasileiros.

Acontece que, para se alcançar a estabilidade da moeda, faz-se necessário também dar ênfase aos fatores que afetam a oferta agregada de bens e serviços, especialmente os fatores para expandi-la. Na medida em que há capacidade ociosa em grande parte das empresas e taxas de desemprego relativamente altas, como as que foram registradas ontem pela Fundação Seade e pelo Dieese, de 19,8% – quase dois milhões de pessoas só na Grande São Paulo –, acredito que haja margem para que o Governo pense nas medidas que podem colaborar para estimular o crescimento da oferta de bens e serviços, que, por sua vez, resultará em pressão para que os preços se mantenham estáveis. Dessa maneira, criar oportunidade de trabalho para as pessoas que queiram dar de si e sustentar as suas famílias é caminho consistente com a busca da estabilidade da moeda. Daí a questão maior: até que ponto o Governo, incluindo-se o Banco Central e o Copom, está levando em consideração a possibilidade de aproveitar mais intensamente o potencial produtivo brasileiro, sua força de trabalho, para atingir simultaneamente as metas principais de política econômica, na hora de decidir sobre quais os instrumentos a sua disposição?

A segunda questão é sobre as mudanças de critério no cálculo do déficit público. No início de abril, o Fundo Monetário realizará uma primeira rodada de discussão a respeito dos critérios contábeis da instituição para o cálculo do déficit público dos países endividados. O objetivo dessas possíveis mudanças seria conter os efeitos recessivos dos programas do FMI para preservar a estabilidade e abrir mais espaços aos investimentos em infra-estrutura, fundamentais para a trajetória de crescimento.

Segundo as informações, o Presidente Lula vem-se empenhando para que o Fundo concorde com a exclusão de investimentos, por exemplo, da Petrobras e demais empresas nos cálculos de déficit no acordo de 2002 e de uma parcela de gastos públicos com projetos de investimento.

Como estão as negociações acerca desse tema? Quais os setores governamentais que o Governo brasileiro pretende negociar com a instituição para retirá-los desse cálculo? O Executivo pretende retirar do cálculo também os programas sociais? Quais?

O terceiro, especificamente, metas de inflação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu pediria a V. Exª para ser rápido, pois o seu tempo já se esgotou.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – No atual debate sobre as metas têm-se destacado relativamente a escolha do índice de preço, o período para o cumprimento de meta, o intervalo de confiança das metas estabelecidas e a escolha de metas excessivamente ambiciosas. Pergunto: com essas preocupações, gostaria que V. Exª fizesse uma avaliação do atual regime de metas inflacionárias. Quais as mudanças que julga necessárias no sistema em vigor para que a gestão da política monetária seja compatível com os objetivos da expansão do crescimento eqüitativo e com a estabilidade de preço?

Finalmente, a pergunta sobre taxa de juros, Sr. Presidente. Por que o Banco Central hesita tanto em reduzir as taxas de juros, que ainda estão entre as mais altas do mundo apesar da redução aqui apresentada na sua exposição? Quais as medidas concretas para que se implemente a redução do **spread** bancário?

São essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Presidente Henrique Meirelles, tem V. Sª a palavra.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, Senador Eduardo Suplicy, é importante mencionar que o Copom leva em conta todos os aspectos e todos os indicadores econômicos, segundo os seus modelos, visando à busca da estabilidade.

Na carta aberta que o Banco Central enviou ao Ministério da Fazenda no ano 2003, foi colocado, com muita clareza, que a definição daquela trajetória de metas ajustadas propostas para os anos 2003 e 2004 exatamente levava em conta a questão do efeito sobre o nível de atividade, sobre o nível de emprego. Por isso, propôs-se que se aumentasse, naquela oportunidade, a meta para o ano 2003 para 8,5%, e, para o ano 2004, para 5,5%. Portanto, realmente, isso foi levado em conta formalmente, e é levado em conta certamente pelo Conselho Monetário Nacional na definição de metas. Quer dizer, são critérios que se usam para definir as metas. A partir do momento em que são definidas as metas, elas são perseguidas pelo Banco Central.

Em relação a sua segunda pergunta, na questão relativa ao déficit, aos critérios de contabilização de receitas e despesas para efeito do cálculo do superávit primário, evidentemente isso vai ser devidamente endereçado pelo Ministro Palocci aqui na próxima terça-feira, portanto, não me vou alongar excessivamente sobre o assunto. Apenas quero mencionar que, de fato, existem discussões em andamento com o FMI. O Brasil fez uma proposta formal, o Presidente Lula entrou em contato com diversos chefes de estado e de governo que têm assento no Conselho do Fundo Monetário exatamente visando a excluir alguns itens de investimento importantes e com efeitos sociais importantes do cálculo do superávit primário.

Além disso, o Brasil tem trabalhado com outros países emergentes do Mercosul e também outros países, visando a que se mudem exatamente esses critérios de contabilidade, mantendo, no entanto, critérios que sejam respeitáveis e que de fato mantenham e assegurem o equilíbrio das contas públicas, fazendo com que isso possa continuar aumentando a credibilidade do País e, portanto,o risco-Brasil possa continuar caindo e as taxas de risco também. Mas, de novo, são discussões que estão em andamento, estão em estudo. Tenho certeza de que o Ministro Palocci vai endereçar esse assunto com detalhes na próxima terça-feira.

Em relação a metas de inflação, o Senador me pergunta, em primeiro lugar, para avaliar o atual regime e, em segundo lugar, que mudanças poderiam ser contempladas. A nossa avaliação, Senador, é de que o atual regime está funcionando adequadamente no Brasil. Se considerarmos o fato de que hoje as expectativas de inflação estão, pelo mercado, registradas em pouco acima de 6%, com o centro da meta em 5,5%, isso mostra com clareza que a política monetária está trazendo, e trouxe já, as expectativas para a proximidade do centro da meta. É importante mencionar também, Senador, que o maior custo da desinflação é o custo da convergência de expectativas, isto é, o maior custo da desinflação do Brasil já ocorreu. Quer dizer, as expectativas já estão convergindo para a meta, já estão a 6% e, portanto, o Brasil já pagou o custo da desinflação.

De novo, se olharmos a inflação dos últimos 12 meses, vamos ver que também está abaixo de 6%. O que faz com que tenhamos não apenas a expectativa de inflação futura ao redor de 6%, mas a inflação dos últimos 12 meses no Brasil também – na realidade, abaixo de 6% –, o que mostra com clareza que o regime de metas no Brasil está funcionando a contento como em outros países.

Além do mais, é importante mencionar que a economia retomou o crescimento, isto é, a economia já está crescendo. Mostrei suficiente evidência de que a economia está num ritmo sustentável de crescimento, e a idéia é que possamos evitar, como tínhamos no passado, aquelas bolhas de arrancadas e depois de freadas da economia.

É importante também mencionar, Senador, que, de novo, para que possamos crescer a taxas ainda mais elevadas, serão necessárias outras reformas fundamentais – que estão, inclusive, em andamento no Congresso e em discussão no Governo – para que possamos, de fato, aumentar a capacidade produtiva da economia, investimento, infra-estrutura também etc.

Além do mais, gostaria de mencionar que países que tiveram crises similares às do Brasil na área externa – portanto, com uma queda de fluxo de capitais ao redor de 6%, pouco abaixo de 6% do Produto – tiveram contrações do Produto importantes, e o Brasil não poderia ser imune certamente, infelizmente, a uma crise dessa magnitude. Mas isso é algo que trabalhamos duro, com muita preocupação.

Gostaria de assegurar ao Senador que o Banco Central se preocupa, sim, com os efeitos sociais e econômicos das suas políticas e procura manter o melhor balanço possível, de maneira a que o custo da

estabilidade seja o menor possível e, de novo, que os benefícios da estabilidade gerados pelo aumento do investimento e pelo aumento das taxas de crescimento médio sejam os maiores possíveis.

Em relação a possíveis mudanças, discutimos isso também com muita clareza na ata do Copom que foi divulgada hoje, onde dizemos que o reajuste das metas visando a absorver choques externos, exógenos ao processo, faz parte do arcabouço do sistema e do arcabouço de metas. Em dito isso, o Brasil já usou isso, nós usamos no ano passado. Quer dizer, aumentamos, no ano de 2003, as metas, que eram de 4% e 3,75%, para 8,5% em 2004. Quer dizer, o Governo e o Conselho Monetário Nacional estão totalmente preparados para absorver, por meio de metas ajustadas, eventuais choques externos que venham se justificar, que tenham magnitude suficiente. É isso que dizemos com toda clareza. No entanto, dizemos também que, considerando que as expectativas estão ancoradas em cerca de 6%, considerando que a inflação corrente mostra sinais também nesse sentido, considerando que os modelos mostram que a inflação converge para as metas, não nos parece justificado, por isso e outras razões, fazer essas mudanças agora. De novo, teoricamente, já foi feito no passado.

Taxa de juros. Por que o Banco Central hesita? O Banco Central, posso lhe assegurar, Senador, não hesita. Tanto que houve, como mostrei, um corte de 10% na taxa de juros – um corte importante historicamente no Brasil e em qualquer país – em sete meses. Certamente, o Banco Central tem que manter um comportamento responsável. E é uma coisa absolutamente normal que o Banco Central, que vem baixando a taxa de juros, de vez em quando dê uma parada para olhar um pouco os efeitos daquilo nos níveis de inflação, de atividade etc. É, digamos, uma norma de boa conduta de qualquer Banco Central responsável.

Em relação à questão do **spread** bancário, existe uma série de medidas em andamento, seja na área de aumento de concorrências mediante, por exemplo, a aprovação de cooperativas de créditos – várias cooperativas de créditos já têm sido aprovadas pelo Banco Central –, o que vai permitir uma maior capilarização do crédito no País, o que é muito importante para o aumento da concorrência, e já está em andamento. Medidas específicas, como, por exemplo, a medida provisória do Presidente da República permitindo a consignação em folha de pagamento, é algo que vai permitir também uma queda importante do **spread** bancário para esses empréstimos específicos. Outras medidas, como a central de risco e a portabilidade, digamos, das informações de créditos, que possam também visar a que o **spread** também possa cair estão também em andamento. A lei de concordata e falência, em discussão no Congresso, também é muito importante. Também vai ajudar. Há outras medidas, como, por exemplo, a cédula de crédito bancário, a cédula de crédito hipotecário, medidas provisórias a serem aprovadas pelo Congresso também são muito importantes. A questão da definição do papel do Cade e do Banco Central na fiscalização da concorrência é muito importante. Existe já um projeto de lei, em discussão no Congresso, nesse aspecto.

Em resumo, existe um número grande de medidas e, certamente, estamos empenhados nisso e é, de fato, também um objetivo nosso que o **spread** bancário convirja para patamares cada vez menores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permite-me uma breve observação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou admitir o direito de réplica, que realmente existe no Regimento. Vou permitir o direito de réplica, se V. Exªs concordarem, por um minuto. O Regimento fala em três, mas peço a concordância da Casa para um minuto ou um minuto e meio. Do jeito que quiserem. Estou aqui para coordenar os trabalhos tão-somente. Acho que um minuto para réplica é o suficiente. (Pausa.)

Senador Eduardo Suplicy, não há objeção do Plenário na redução do tempo da réplica. Concedo a palavra a V. Exª por um minuto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Henrique Meirelles, primeiro, se temos dez pessoas que poderiam estar produzindo este copo, e duas estão impossibilitadas de fazê-lo, obviamente, se essas duas vierem também a produzir, aumentaria a oferta de copos, o que faria com que houvesse uma pressão menor sobre o preço dos copos na economia.

O que gostaria de sugerir é que possa o Copom, na hora de se reunir, fazer uma análise de maior profundidade sobre o número de empregados. Por exemplo, em São Paulo, ontem, houve manifestações fortes, e poderá haver cada vez mais, porque soa estranho, como que contrariando o bom senso, que a pessoas que queiram dar de si para trabalhar, criar riqueza, estejam tendo negadas essas oportunidades.

Sr. Presidente, até por uma questão de ordem, importante para o Senado, como os incisos V a VIII do art. 52 atribuem ao Senado a responsabilidade de autorizar as operações da União, gostaria de perguntar ao Presidente Henrique Meirelles, que, com o Ministro da Fazenda, assina os acordos com o Fundo Monetário Internacional, qual foi a última vez que houve assinatura da mensagem de acordo com o FMI, e se essa mensagem foi enviada ao Senado Federal para

que possamos apreciar e votar possíveis alterações de acordos com o FMI.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Senador, manifesto nossa total concordância, dizendo que, em primeiro lugar, é o objetivo de todos aumentar a oferta de bens e serviços na economia. Isso será importante não só para o crescimento, mas, a longo prazo, para uma maior estabilização da economia e também para o aumento da oferta de emprego, não há dúvida. Essa é a razão pela qual mencionei, com tanta ênfase, na minha apresentação, a evolução dos índices de emprego formal na economia. Esse índice cresceu, de janeiro de 2003 a janeiro de 2004, cerca de 3,1%; de junho de 2003 a janeiro de 2004, 2,1%. No Brasil, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego e com o Banco Central, o índice de emprego formal e da massa salarial na indústria estão crescendo. De junho de 2003 a janeiro de 2004, a massa salarial cresceu 4,9% – não vou voltar a todos os dados.

Em relação à questão do aumento da oferta, um dos segmentos da economia que está liderando o processo de retomada é exatamente o segmento de bens de capital, o que mostra aumento da taxa de investimentos. Isso também está-se dando nas importações, isto é, o total de absorção de bens de capital, no que diz respeito ao aumento das importações e da produção de bens de capital, está convergindo, de novo, num aumento esperado da oferta.

Dito isso, diria novamente que é muito importante, para que esse processo se solidifique, que novamente tenhamos confiança nos agentes econômicos de que a estabilidade será mantida, de que a responsabilidade deste Governo é inabalável nesse aspecto e de que, portanto, o aumento da oferta de emprego e a melhora dos índices sociais serão feitas de forma consistente e sustentável.

Em relação aos acordos com o Fundo, o Ministro Palocci e eu assinamos, no ano passado, na data anunciada, a carta de intenções com o Fundo Monetário. E parece que está tendo prosseguimento normal. Certamente, de acordo com o trâmite legislativo normal, será apreciada pela instância devida no devido momento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, co-autor do requerimento.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Henrique Meirelles, agradeço a sua presença, tão importante. Gostaríamos muito de que se repetisse com a maior freqüência possível, já que essa discussão só poderá ser proveitosa tanto para o Banco Central como para nós aqui no Senado, porque poderemos entender melhor o porquê de algumas políticas praticadas pelo Banco Central que, às vezes, criticamos e não entendemos muito bem.

Gostaria de fazer uma pergunta sobre a relação taxa de juros **versus** estabilidade política. Hoje, uma das principais razões da taxa de juros elevada, fora a busca do coração, do centro da meta de inflação, é a relação entre os juros praticados no Brasil e os juros que, no exterior, nossos papéis têm conseguido alcançar. Afinal de contas, temos um índice ainda elevado – baixou bastante, mas ainda é elevado – de dependência da nossa dívida em relação ao dólar. Portanto, a taxa de juros também tem uma relação forte com o risco Brasil; não é só uma relação forte com a busca da taxa de metas, mas com o risco Brasil.

A minha pergunta é a seguinte: V. Sª sabe muito bem que tenho sido crítico dessa taxa de juros, penso que poderíamos ter sido mais ousados, apesar de acreditar na linha básica desde o primeiro momento do Governo. No entanto, nos últimos meses houve um excesso de conservadorismo. Assim, a pergunta que faço é se é possível se praticar, daqui para frente, uma política de redução de juros, que é extremamente necessária, com um quadro político de instabilidade – e não falo da instabilidade dessas crises que aparecem, de denúncia etc., mas da instabilidade de setores básicos de apoio ao Governo estarem se confrontando constantemente com a política do Governo. Por exemplo, há cerca de quinze dias, uma nota do PT repudiava a política econômica do Governo. Quinze dias depois, ontem ou anteontem – e estou arredondando esses números –, o PMDB, o segundo Partido mais importante, do ponto de vista numérico, de apoio ao Governo, faz uma nota semelhante. Ora, se V. Sª está buscando, de uma maneira grave – e falo grave porque a taxa de juros tem implicações sérias na política de desenvolvimento, crescimento e geração de empregos no País –, uma maior credibilidade para fazer com que o risco Brasil caia, ao mesmo tempo em que essa política, feita por meio de notas dos partidos de sustentação...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Já vou terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não houve sinal nenhum de minha parte.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – ... faz com que esse mesmo risco Brasil aumente, por causa da falta de credibilidade, evidentemente que me parece que estamos vivendo um impasse que precisa ser resolvido dentro do Governo. E, se esse impasse dentro

da base de sustentação do Governo não for resolvido, vamos viver uma crise seriíssima, porque enquanto V. Sª tenta segurar a credibilidade e os recursos que precisamos para ter estabilidade financeira por meio dos juros, a própria base do Governo vai, ao mesmo tempo, elevando isso. Ou seja, parece-me que isso não é compatível com essa política.

Também queria dizer que discordo de uma colocação feita sobre a taxa de juros mais baixa. Penso que o mais usual e o mais sensato seria "anualizar" para a frente a taxa de juros em relação à inflação proposta e fazer essa média para que possamos realmente calcular qual é a taxa de juros. E, por outro lado, também globalizá-la. Estamos vivendo um período em que a taxa de juros nos Estados Unidos é de 1%, enquanto as taxas de juros reais no Brasil estão por volta de 10%.

Há alguns anos, as taxas de juros nos Estados Unidos eram de 6%. E V. Sª conhece isso melhor do que eu. Desculpe-me, então, estar falando sobre isso a quem já conhece do assunto.

A taxa de juros tem que ser projetada para frente em relação à inflação e em relação ao globo, ao que está acontecendo ao redor do mundo, para que possamos dizer realmente que essa é a taxa de juros mais baixa dos últimos anos. Não gosto das expressões "pela primeira vez na história", "a única vez na história".

Gostaria que V. Sª respondesse essas colocações, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Dr. Henrique Meirelles.

Senador Tasso Jereissati, os nossos agradecimentos, porque V. Exª só ultrapassou 15 segundos do seu tempo. Parabéns a V. Exª! É o desejável na Casa.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Pela primeira vez na história, não é, Presidente?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Tenho certeza de que não.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer a V. Exª, Senador, que, de fato, existem estudos empíricos que confirmam uma correlação, a médio e longo prazos, entre o risco país e a taxa de juros interna de equilíbrio real. Realmente, a taxa de juros, em última análise, reflete o risco macroeconômico do País, não só do Governo. Portanto, quanto menor o risco percebido do País, menor a taxa de juros de equilíbrio a longo prazo.

Existe também, portanto, essa correlação. Evidentemente, se olharmos com o risco, não há dúvida de que este reflete toda a série de componentes que podem afetar a capacidade do País de manter a economia estável e de cumprir seus compromissos no futuro. Evidentemente, isso envolve não só componentes de ordem política, mas de ordem econômica muito importantes, sejam os diversos índices que mostramos aqui, como, por exemplo, na área externa, a relação de dívida externa com exportações, de juros pagos à dívida externa com exportações, o prazo médio da dívida interna, a indexação da dívida interna ao câmbio, percentagem disso, a vulnerabilidade. Então, esses são alguns dos fatores e posso enumerar uma série de outros.

É um pouco complexo que tentemos analisar qual é o peso de cada componente específico na relação de risco ou em que cada evento pode influenciar na evolução do risco, mas não há dúvida de que temos uma concordância de que quanto maior a confiança na estabilidade econômica futura de um país, quanto maior a confiança de que os indicadores econômicos continuarão a melhorar, quanto maior a confiança de uma consistência de política econômica, certamente será menor a tendência da evolução dos riscos.

De novo, não nos compete avaliar o que cada evento ou o que cada movimento específico pode significar nesse processo, mas o fato concreto é que, em resumo, não há dúvida de que o risco país é um componente muito importante na definição a longo prazo do custo de financiamento do País e das taxas de juros.

Em relação à questão das taxas de juros projetadas ou das taxas de juros verificadas, enfim, das taxas **ex ante** e **ex post,** a pergunta técnica é importante e V. Exª me dá a oportunidade de elaborar um pouquinho sobre isso.

O que acontece é o seguinte: as taxas reais que mostrei são **ex ante**, isto é, comparam a taxa de juros de mercado para os próximos 12 meses, ou 360 dias, descontado pela inflação esperada pelo mercado para os próximos 360 dias. Então, ela é exatamente uma expectativa **ex ante** do mercado para os próximos 12 meses – estamos totalmente de acordo quanto a esse aspecto também.

Apenas existe um detalhe técnico importante a ser mencionado: a expectativa de mercado para os 12 meses seguintes não era verificada, no Brasil, antes do ano de 2000, ou seja, usando essa metodologia, não era possível se fazer uma comparação pré 2000. Portanto, usamos uma aproximação em anos anteriores a 2000, ou seja, usamos a taxa de inflação efetivamente medida, na medida em que não tínhamos a disponibilidade para anos anteriores a 2000, da expectativa de mercado para os 12 meses seguintes.

Em resumo, a partir do ano 2000, trata-se da expectativa de mercado para os 12 meses seguintes **versus** a taxa de juros para os 12 meses seguintes, enquanto para os anos anteriores usamos aquilo que

estava disponível – que é a inflação ocorrida –, mas que dá uma boa medida do direcionamento.

Além do mais, quero apenas dimensionar também para S. Exª que a questão de comparativos históricos – concordo absolutamente novamente – não leva a conclusões definitivas e, principalmente, não deve nos dar nenhum nível de conforto. O fato de as taxas serem as mais baixas verificadas nos últimos anos não deve fazer com que achemos que se trata de um nível confortável. Não o é. Como mencionei, devemos continuar trabalhando exatamente no seu ponto inicial, aumentando o nível de confiança, aumentando a credibilidade, fazendo, portanto, com que as taxas de juros continuem a cair.

Mas é importante – e, na análise do debate público, é muito útil –, às vezes, fazermos um comparativo, para que tenhamos uma noção de perspectiva. Quando se parte para esse debate das taxas de juros, às vezes transmite-se a impressão de que estamos com as taxas de juros mais altas da história, o que realmente não é o caso. É apenas uma constatação objetiva e factual. Não existe aqui nenhum juízo de valor, e, nesse aspecto, também concordamos completamente.

Em relação à questão das taxas globalizadas, é importante mencionar que esse é um dos fatores. Certamente, por exemplo, na emissão de títulos externos brasileiros, isto é levado em consideração: exatamente as taxas dos títulos dos principais países do mundo, particularmente do Tesouro americano. Evidentemente, os títulos brasileiros são cotados com um **spread** acima dos títulos do Tesouro americano.

Nesse sentido, é importante mencionar também que, nos Estados Unidos, que é o que se usa mais como exemplo, também prevalece a mesma lógica econômica do Brasil, no sentido de que a taxa que, de fato, influencia a atividade econômica de maior impacto são as taxas de médio e longo prazos da economia. Não é a taxa base do Banco Central, no caso o **Federal Reserve Board**, porque a taxa do Banco Central é um indicador para que o mercado possa formular a sua expectativa de taxas – leva-se a taxa do Banco Central como um dado importante de indicação, mas também as expectativas de inflação etc.

Nos Estados Unidos, a taxa de médio prazo não é 1%. As taxas de dez anos e de trinta anos, que são os prazos usuais de horizonte de investimento da economia americana, estão em cerca de 4%, oscilando um pouco abaixo disso, uma ou outra um pouco acima.

Quero dizer o seguinte: isso, certamente, é algo a ser levado em consideração. O importante, Senador, é que o Banco Central não controla as taxas de juro de mercado. Fixamos a taxa básica, o indicador. E a experiência de outros países e do Brasil mostram que, quando o Banco Central tenta ser voluntarista e baixa a taxa artificialmente – a taxa que, de fato, influencia a atividade econômica é a taxa de mercado –, às vezes ela reage negativamente, porque isso cria uma expectativa de uma inflação maior.

O que podemos, portanto, terminar dizendo é que estamos levando tudo isso em consideração. De novo, concordamos também com a sua afirmação de que é muito importante que venhamos aqui para que possamos ter tempo, não só agora, mas, no futuro, de aprofundar esse debate.

Gostaria de lhe assegurar que o Banco Central tem feito a melhor análise e tem tomado, do seu ponto de vista, as decisões tendo em vista que as taxas de mercado possam baixar consistente e solidamente, de maneira que o juro real, no Brasil, possa ser cada vez mais baixo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu queria apenas dizer que estou satisfeito, ouvindo V. Sª, que considerou habilmente as notas partidárias contra o Banco Central como eventos. E são eventos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Excepcionalmente, o Presidente do Banco Central vem da vida pública, tem uma experiência política também e consegue contornar a situação com habilidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, estamos acostumados aqui, desde o início do ano passado, início do Governo e dessa Legislatura, a ver autoridades monetárias do País chegarem aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e no Senado Federal sempre muito otimistas, traçando um quadro extremamente róseo sobre o País, sobre o crescimento, dizendo que vamos alcançar a desejada retomada do crescimento econômico, com geração de empregos.

No entanto, parece-me que essa é uma realidade vista pelos olhos do Governo, do Banco Central.

A realidade junto do povo brasileiro – e hoje expressada pela grande mídia – é, infelizmente, totalmente diferente, porque, veja bem, a renomada colunista Mirian Leitão, do **Panorama Econômico**, diz hoje que o ponto mais perigoso da atual conjuntura é a falta de investimento privado na economia.

Um diretor de fundo de pensão estatal me disse o seguinte: estamos com recursos para investir, estamos oferecendo dinheiro em projetos para o setor privado. Os empresários não aceitam. Em parte, essa paralisia decorre da perplexidade em relação ao momento. As declarações confusas passam a sensação de que a

política econômica pode mudar no médio prazo. Diante disso, os investidores interrompem o processo de decisão e esperam.

Isso foi no **O Globo**. Se formos para a **Folha de S.Paulo**, o Otávio Frias Filho diz o seguinte: é espantosa a esquizofrenia da situação atual. Quem quiser encontrar entusiastas do Governo do PT deve procurá-lo nos ambientes financeiros. Os grandes bancos não imaginavam que fosse possível um Governo melhor para o País do que o de Fernando Henrique Cardoso, mas Lula, com a sua política ultra-ortodoxa na economia suplantou o antecessor.

Tenho dados aqui que demonstram que rentabilidade dos bancos brasileiros, no ano de 2003, foi o dobro da rentabilidade dos bancos em nível mundial e muito mais do que quatro vezes a rentabilidade do setor produtivo no Brasil.

Pois bem, se o senhor for para a parte do desemprego, o **Jornal do Brasil** diz o seguinte: Desemprego volta a bater recorde. No caso de São Paulo, que V. Sª citou. Dizia 9,8%, apontado pelo DIEESE.

E diz mais o **Jornal do Brasil**: Protestos reúnem 35 mil em todo o País. A Força Sindical realizou outra manifestação em todo o País em nome do Dia Nacional da Luta Contra o Desemprego. E sabe V. Exª que a massa salarial do trabalhador brasileiro caiu 14% no ano passado. Caiu 14%!

Pois bem, os partidos da base, como já foi dito aqui, colocam propostas extremamente coerentes. Agora, partindo da base do Governo: redução da carga tributária, principalmente sobre a pequena e média empresa; redução ordenada da taxa de juros, com esforço efetivo da redução do **spread** bancário, que é outra questão grave que o Banco Central faz de conta que não vê, mas que é responsabilidade sua e que envolve uma atuação decidida dos bancos públicos – que também tiveram lucros altíssimos, como o caso do Banco do Brasil; definição clara de um programa de investimento em infra-estrutura, de um programa de habitação popular para a classe média, com grande impacto sobre emprego e renda, porque o setor da construção civil caiu, no ano passado, 9% – 8,9%, para ser mais preciso.

Parece que existem dois Brasis: um Brasil visto aqui de Brasília, do Banco Central, do Ministério da Fazenda, e um Brasil real, que nós políticos convivemos no dia-a-dia.

Queremos que o Brasil dê certo, mas me parece que está faltando realmente um ajuste de enfoque.

No início do ano passado, o Ministro Palocci esteve nesta Comissão e dizia que o Brasil cresceria, em 2003, 2,8%. O Ministro da Fazenda disse que isso seria possível se esse crescimento tivesse paralelamente uma queda da inflação, a aprovação das reformas, a não ocorrência de crises externas e o desempenho da balança comercial.

Tudo isso aconteceu: a inflação caiu, o Governo aprovou as reformas, não houve grave crise internacional e o resultado da balança comercial surpreendeu as expectativas. No entanto, o PIB foi negativo, menos 0,2%.

Pergunto a V. Sª o que teria acontecido para que, mesmo diante das boas condições macroeconômicas, o desempenho econômico do Brasil tenha sido tão medíocre? Não terá faltado investimento público para dinamizar a economia?

Recentemente, o Ministro Mantega anunciou que vamos crescer 3,5%. Realmente, era essa uma perspectiva do início do ano, mas hoje todos os bancos, todos os que fazem previsão de crescimento de PIB já começaram a baixar – sabe V. Sª disso. Então, já estamos hoje com menos de 2,8% e estamos apenas no terceiro mês do ano. Essa previsão de crescimento vai reduzir muito.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu queria falar sobre a relação dívida/PIB. Essa relação tem crescido, porque sabemos que a taxa de juros real é de 8%. Para equilibrar essa taxa com base na dívida, há dois elementos: o superávit fiscal, que foi fixado em 4,25%, muito acima do que queria o Banco Mundial e muito acima do acerto, que era 3,75% – o Governo pratica até um pouco mais; e o crescimento do PIB, que não está havendo, foi negativo. Assim, vamos fazer crescer sempre a relação dívida/PIB, o que é um problema gravíssimo nas contas da macroeconomia brasileira.

Deixo essas questões para V. Sª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador César Borges, V .Sª perdeu por dois segundos. Está de parabéns.

V. Sª tem a palavra, Dr. Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, Senador, feliz ou infelizmente, não posso falar pelos meus predecessores. Assim, não posso comentar sua afirmação de que meus predecessores tenham sido sistematicamente otimistas. Posso comprometer-me com V. Exª de voltar a esta Comissão, caso convocado, e discutir, no futuro, o tipo de previsão que estamos fazendo hoje. Essa é uma coisa importante.

Em segundo lugar, gostaria de mencionar que não há dúvida de que o Governo, a área econômica, o Banco Central, todos nós estamos muito preocupados com o Brasil, não só com os efeitos da crise de 2002, que teve seus resultados em 2003, mas também com o baixo desempenho da economia brasileira nas últimas décadas. Essa é uma preocupação obsessiva da

nossa parte. Estamos, de fato, trabalhando na medida das nossas forças, visando criar empregos, aumentar a inclusão social; em resumo, criar condições para que o Brasil possa entrar numa rota de crescimento sustentado.

Não tenha V. Exª dúvida nenhuma de que estamos extremamente preocupados com isso. Quando apontamos uma direção de crescimento, não o fazemos no sentido de achar que a situação está uma maravilha, de que estamos, em Brasília, vivendo em outro mundo. O que estamos dizendo, com muita clareza, é que a economia está entrando num ciclo de crescimento sustentado. E estamos apresentando dados com relação a isso.

V. Exª tem absoluta razão em dizer que, no ano passado, o crescimento foi negativo em 0,2% e que isso é um resultado muito sério e desencorajador para alguns. Por outro lado, temos a obrigação de olhar os números com maior precisão. Como mostramos, como efeito da crise de 2002, ocorreu uma queda de produtos no primeiro semestre, mas já começou a haver crescimento no segundo semestre, Senador, o que é importante. Quer dizer, este número 0,2%, de certa maneira, significa olhar pelo retrovisor, porque estamos olhando algo que aconteceu no primeiro semestre de 2003, quando o Brasil estava saindo de uma crise de grandes proporções, que teve um efeito de proporção maior – V. Exª tem toda a razão – do que a maioria dos analistas esperava.

O importante é que aquelas previsões que fazíamos no meio do ano, de que o Brasil estava entrando num processo de retomada, quando não existia ainda muita evidência – no início existiam sinais antecedentes –, de fato se materializaram: a produção industrial aumentou a partir de julho, e o produto já cresceu no último trimestre de 2003 a taxas importantes.

Portanto, quando olhamos a questão salarial, por exemplo, não há dúvida, Senador, de que a crise de 2002 para 2003 e a forte subida da inflação no final de 2002 geraram uma queda do rendimento real. Nós não devemos nos esquecer de que a inflação prejudica as classes de rendimento menor, os mais pobres. Portanto, combater a inflação é algo que, em última análise, protege as camadas mais carentes da população. Nós nos lembramos de épocas, Senador, em que os empregados, em que os trabalhadores recebiam o salário e corriam para o supermercado, porque algumas horas podiam fazer diferença nos preços, e alguns dias podiam diminuir a capacidade de compra do trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas isso foi há muito tempo, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Há muito tempo, Senador, mas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O real foi implantado em 1994.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – É verdade, mas é importante mencionar que, no ano passado, houve a quintuplicação da taxa de inflação, que atingiu, no final do ano, mais de 40%, o que significava que o Brasil estava caminhando, de novo, para um regime de alta inflação. E 40% ou 20% ou 30% de inflação já é algo que penaliza fortemente o trabalhador. O que estou dizendo é que a inflação já foi suficiente para fazer com que o rendimento real caísse de forma importante, como foi mencionado pelo Senador.

Apesar de não ser o que acontecia no passado, é suficientemente grave o que aconteceu para penalizar a renda do trabalhador, como foi mencionado pelo Senador.

O que estamos enfatizando é que o Brasil está num processo de crescimento e que, como mostramos, a massa salarial, na indústria, continua a crescer de forma importante.

Senador, por favor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É só uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem até esse direito. V. Exª foi campeão no tempo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, é só para acrescentar, em relação à meta de inflação de 5,5%, que essa é uma meta dura. Agora, sabe V. Exª que, desses 5,5%, 2,2% são preços administrados, preços sobre os quais o Governo tem influência, e que o lucro da Petrobrás é exorbitante para um País como o nosso? Hoje, o Governo brasileiro faz caixa com os lucros das estatais e quem paga é o povo brasileiro.

Por que não controlar isso para ter mais flexibilidade e conseguir a meta da taxa de inflação?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não, Senador. É importante mencionar que o efeito sobre os preços administrados do choque de oferta – e do choque de custo, em conseqüência – que tivemos na virada de 2002 para 2003, pelo critério de indexação de muitos preços administrados, foi fator importante que fez que o Banco Central propusesse, no início de 2003, um aumento de meta. Aquela meta que iria ser de 3,75% foi para 5,5%, exatamente para acomodar aquilo a que se referiu o Senador. Isso foi levado em conta quando fixamos a meta, naquela época, em 5,5%, porque a meta anterior era de 3,75%. Então, é importante mencionar esse aspecto.

Em segundo lugar, como mencionei, as expectativas de inflação já estão ao redor de 6%, e a inflação medida nos últimos doze meses está abaixo de 6%.

Outra coisa que gostaria de mencionar, na parte final da pergunta do Senador, é a questão do crescimento para 2004: 2,8% é a expectativa mais pessimista do mercado hoje. Existe uma variação grande no mercado. Os mais pessimistas pensam em 2,8% e os mais otimistas, em bastante acima de 4% para o ano de 2004. A taxa média está um pouco acima de 3,5%, que é a projeção também do Banco Central.

Em resumo, o mercado ainda está prevendo um crescimento bastante sólido do Brasil em 2004. Em relação à dívida sobre o produto, essa relação se estabilizou, já atingiu patamares acima de 60%. Já esteve acima de 60%, já esteve um pouco mais abaixo, e está um pouco acima de 57%. Mas é importante o Senador levar em conta que essas medidas têm alguns efeitos estatísticos, há a questão do deflator de produtos – não vou entrar nesse tipo de detalhe.

O que estou basicamente mencionando é o fato de que essa relação dívida/produto tem uma tendência de estabilização neste ano, dentro dos patamares de taxas de juros, de taxas de riscos esperados pelo mercado e pelo Governo para o restante do ano e, além do mais, temos uma expectativa de queda da relação dívida/produto, como mencionei, para os próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, por permuta com a Senadora Ideli Salvatti.

Quero esclarecer um ponto. Lembrei que o Regimento estabelece no art. 398 – e adotei isso da outra vez – que a palavra será dada intercaladamente aos Partidos. Vou procurar fazer isso, para que todos tenham oportunidade.

Senador Aloizio Mercadante, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Primeiro, agradeço à Senadora Ideli Salvatti por esta permuta, porque temos um compromisso – eu, o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador Roberto Saturnino e outros – com o Ministro Gilberto Gil, daqui a pouco.

Inicialmente, elogio o Presidente Henrique Meirelles pela qualidade da apresentação, em que demonstra, com dados e de forma fundamentada, o êxito do ajuste econômico que este País fez ao longo do ano passado, êxito que se apresenta nos indicadores mais relevantes da política macroeconômica do País. Tivemos um resultado espetacular em termos de queda inflação, tivemos a estabilização da inflação, que vinha numa velocidade de aceleração de cinco vezes. Olhando a História do Brasil, vê-se que a velocidade de aceleração é o indicador mais preocupante em relação ao desdobramento daquele cenário. E conseguimos trazer a inflação de 26,5% para 9,3% em um ano.

Em segundo lugar, fizemos isso com ajuste no balanço de pagamento. Parece que não gostam de afirmar isso, mas, realmente, é a primeira vez na História. Recorde de exportações com alguns países com que criamos uma política externa inovadora, como Índia, China, Rússia, África do Sul. Triplicamos o volume de comércio exterior, diversificando a pauta, dando mais estabilidade ao nosso comércio exterior. E estamos hoje, novamente, neste mês, com recorde histórico de exportações.

Tivemos ainda neste ajuste – e o Presidente não mencionou isso – recorde histórico de safra agrícola. Foi a maior produção de grãos de toda a História do Brasil foi feita nesse ajuste severo que o País enfrentou.

Tivemos praticamente uma desdolarização da dívida pública, um alongamento do perfil da dívida pública, uma estabilização da relação dívida/PIB, e uma redução da carga tributária no ano passado.

Foi um ajuste de muito êxito.

Em relação ao PIB, se analisarmos a agricultura, em tivemos a maior produção da História, e na indústria, o peso do setor exportador – aí o Senador César Borges tem razão –, o que explica a queda do PIB negativa, de 0,2 no ano passado, foi a indústria da construção civil, que teve mais de 8% de queda. E, de fato, isso tem a ver com o gasto público, com investimento público. Quer dizer, o ajuste fiscal foi fundamental inclusive para aliviar a política monetária e permitir essa queda sustentável da taxa de juros, num quadro em que a economia cresceu pouco, sobretudo no segundo semestre, e teve uma queda brusca no primeiro semestre. Entretanto, a tendência é de aceleração, e os investimentos públicos neste ano vão triplicar, pelo menos triplicar, em relação ao ano passado.

É evidente o que está acontecendo: os recursos estão sendo liberados nos programas de habitação popular, saneamento básico, recuperação das estradas. E é esse volume de investimentos, que está programado no Orçamento e que a Receita está acompanhando, podemos corrigir ao longo desse período.

É claro que sempre podemos fazer mais. Há dois tipos de pronunciamento na Base do Governo. Tivemos – e vou falar com todas as letras – algumas manifestações oportunistas, irresponsáveis, inconsistentes de Lideranças da Base do Governo no debate econômico. Tivemos, mas eu não vejo a nota do PMDB ou do PT nesse quadro. A nota do PMDB fala em redução de carga tributária. Desculpem-me, mas aprovamos, por unanimidade, uma reforma tributária, que a Câmara

tem de concluir, apontando para a perspectiva de redução da carga, construindo os instrumentos de redução da carga, mas a carga vai cair se a relação dívida/PIB evoluir. Não há mágica em política econômica. Para ela cair sustentadamente, consistentemente, temos de melhorar a relação dívida/PIB, fazer a economia crescer e manter uma taxa de juros estável e consistente.

Da mesma forma, falar na redução do **spread**. Está aí o Relator do PMDB, Presidente desta Comissão, trabalhando para a redução do **spread** na Lei de Falências. S. Exª faz uma bela Lei de Falências, com várias outras medidas que o Congresso já tomou – e deve tomar mais medidas nessa direção, porque há um abuso nas tarifas bancárias, há um abuso na relação de alguns bancos privados, e o Congresso Nacional pode corrigir.

Então os Partidos, ao apresentarem sugestões concretas, viáveis e compatíveis com a política econômica, estão contribuindo para a evolução do processo. É da natureza da democracia, de uma aliança política partidária, e da construção, o que não desqualifica nem desmerece; ao contrário, o reconhecimento do êxito desse ajuste não é o discurso do Presidente, são os dados incontestes que estão sendo apresentados em todos os indicadores mais importantes da política macroeconômica.

E, por último, a irresponsabilidade também no ambiente político também vem de setores da Oposição, da intransigência, do sectarismo, de concentrar apenas numa agenda negativa. Hoje eu queria mais gente aqui da oposição para debater, para reconhecer publicamente os dados que estão aí, o êxito da política econômica. Apresentar alternativas concretas que permitam ao País crescer mais e ajudar, como parte da Oposição tem feito. Aqui na reforma tributária, o Senador Rodolpho Tourinho, por exemplo, teve uma participação exemplar, assim como o Senador Tasso Jereissati na construção da reforma tributária. O marco regulatório do setor energético aprovamos por unanimidade e outras tantas matérias relevantes para a economia.

Por tudo isso, vamos qualificar o debate no Senado, discutir diferenças, sugestões, propostas, mas reconhecendo que o Brasil deu um passo gigantesco, saindo de uma situação extremamente adversa e que temos condições de crescer sustentadamente a partir de agora. Esse deveria ser o centro da preocupação do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não considero que houve perguntas de V. Exª, mas considerações. Todavia indago se V. Exª quer tecer alguma consideração sobre o pronunciamento feito pelo Senador Aloizio Mercadante.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, gostaria de concordar e enfatizar alguns pontos mencionados pelo Senador, particularmente de que o debate faz parte da democracia, é importante para que possamos aperfeiçoar a metodologia do trabalho. Nós temos, no Banco Central, um abertura para qualquer questionamento e qualquer debate e concordamos integralmente de que o debate é útil ao País e à democracia.

Em segundo lugar, gostaria também de manifestar a minha concordância de que o que importa são os números, não são impressões, apesar de que, certamente, muitas vezes, principalmente na vida política, a impressão é muito importante, mas o fato concreto é que, na economia, precisamos trabalhar com os números e os números estão mostrando de novo que o Brasil está no caminho correto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só um comentário no meu um minuto. Em relação aos preços administrados, é bom lembrar que a forma como foi feita a privatização e os contratos que estabeleciam o reajuste tarifário era fundamentalmente uma dolarização das tarifas públicas. O novo marco regulatório que estamos construindo é para sair desse engessamento das tarifas, e a estabilização da taxa de câmbio é que permite ao Governo mecanismos eficazes de controlar os preços administrados.

Por último, uma questão propriamente ao Presidente. Vejo o regime de metas como um instrumento que mais de vinte países hoje utilizam, inclusive a própria União Européia, o Banco Central Europeu está utilizando o regime de metas inflacionárias. Considero um instrumento que não resolve os problemas, mas tem dado mais credibilidade à política monetária. Portanto, é um instrumento adequado e que tem tido uma evolução, uma avaliação positiva.

Mas precisamos ter uma meta de médio prazo da inflação. Não temos que continuar insistindo numa desaceleração muito brusca do processo inflacionário. No ano passado, justificava-se que, em um patamar de 26, chegássemos à inflação de um dígito. Mas devíamos fazer como o Chile, uma acomodação mais a longo prazo do ponto de vista da meta e discutir um pouco – ainda mais agora que não existe esse problema de nenhum choque externo, estamos num quadro absolutamente estável – com anterioridade, com antecedência e com transparência, o problema dos choques externos em relação ao lucro da meta dentro de uma visão de consolidar a estabilidade, como o Chile fez em um período de três anos.

Vejo que a consolidação da estabilidade e a estabilidade da meta, quer dizer a meta se manter estável, é muito importante para a credibilidade do instrumento

e para dar mais margem, para que a política fiscal de fato exerça o seu papel liberando a política monetária para uma queda mais substancial e consistente da taxa de juros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho. V. Exª faz questão do nome todo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, queria fazer a V. Exª, inicialmente, uma pergunta que não pode deixar de constar de um debate como esse. Como V. Exª vê a autonomia do Banco Central, principalmente no contexto brasileiro? Essa seria uma medida a ser adotada a curto, a médio ou a longo prazo no nosso País?

A segunda pergunta diz respeito ao que foi discutido aqui. V. Exª já vislumbra e constata um crescimento da nossa economia, e, ao mesmo tempo, Senadores e a própria mídia contestam que isso possa estar acontecendo, em face de determinados índices de natureza social. Sabemos – e é algo óbvio – que nem sempre esse crescimento, que está apenas começando, terá esse impacto imediato para fazer face a esses índices, como, por exemplo, o mais grave deles, que é o índice do desemprego.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que essa visibilidade maior do crescimento vai acontecer em julho. Não conheço a justificativa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República para dizer isso.

Eu gostaria de saber se V. Exª, realmente, poderia justificar isso, se realmente em julho haverá uma visibilidade maior desse crescimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª está toda hora com a palavra. Então, V. Exª vai me dispensar desse formalismo. Assim que terminar a pergunta, V. Exª já pode responder.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, Senador Garibaldi Alves, há a questão da autonomia. Evidentemente, não cabe ao Banco Central se manifestar sobre a própria autonomia. Esta é uma prerrogativa do Congresso Nacional: debater e decidir o assunto, se o prazo de implantação deve ser curto, médio ou longo. Evidentemente, o envolvimento do Governo é definido pelo Presidente da República, ou seja, o nível de prioridade dado a isso pelo Governo é uma decisão do Presidente, dentro de toda a série de prioridades de projetos do Governo.

Portanto, não cabe a nós, ao Banco Central, pronunciarmo-nos sobre isso; portanto, vamos evitar fazê-lo. O que fazemos, eventualmente, em debates, se perguntados especificamente, é mencionar dados e experiências de outros países, especificamente em relação a esse assunto.

Quanto à questão da visibilidade maior do crescimento em julho, o Senador nos pede uma justificativa a respeito das declarações do Presidente da República. Devo dizer que todo o processo de crescimento começa por alguns setores da sociedade. Por exemplo, no Brasil, nos setores mais sensíveis a crédito – setores de bens duráveis, setores de bens de capital –, isso leva a um aumento da massa salarial, produto do aumento de horas trabalhadas nesses setores. Isso aumenta a demanda de outros setores, e, com isso, vai crescendo o emprego em conseqüência. Portanto, demora um certo tempo entre o início de um processo de retomada de crescimento e a percepção disso de uma forma mais generalizada pela sociedade.

Portanto, o início do processo se deu na atividade industrial no terceiro trimestre de 2003; depois se manifestou um crescimento mais importante do produto no quarto trimestre. Esperam-se, no final do primeiro semestre do ano de 2004, sinais de crescimento mais evidentes, mais perceptíveis pela maioria da população. Aí é que se dá essa questão.

Gostaria de fazer uma menção importante, na medida em que isso tem implicações relevantes para a formulação de expectativas, quanto a uma ponderação do Senador Aloizio Mercadante a qual não tive a oportunidade de responder. S. Exª – parece-me – faz uma observação sobre a discussão acerca de metas no momento da medida correta. É legítimo discutir as metas dos próximos anos, as metas de longo prazo que serão fixadas pelo Conselho Monetário Nacional para os próximos anos. Trata-se de uma discussão legítima. E o Senador me parece estar absolutamente correto quando diz que não é discussão para o ano de 2004, na medida em que não há choques de magnitude suficiente do ano de 2004 que justifiquem a adoção de um ajuste de metas, como foi feito no ano de 2003.

Em resumo, está muito claro na ata do Copom, divulgada hoje, que o sistema de revisão de metas já foi adotado pelo Brasil e é um sistema, teoricamente, válido e utilizável. É um instrumento do arcabouço do sistema de metas, mas o Banco Central considera que, no momento, não se justifica adotar qualquer coisa nesse sentido.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Ainda tenho direito de indagar?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É claro que sim.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Serei breve. Levando em conta a experiência de outros países em que há autonomia do Banco Central, V. Sª, que é um grande conhecedor do assunto, poder-nos-ia dizer que a experiência dentro do contexto internacional é vitoriosa?

Se V. Sª me permite, insisto numa ponderação feita pelo Senador César Borges e pergunto: essa retração do investimento privado ainda vai demorar muito, uma vez que o País já começa a apresentar sinais de crescimento, como V. Sª disse?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Senador Garibaldi Alves Filho, são duas respostas, pois são duas perguntas.

Em primeiro lugar, a experiência de outros países é a de que, de fato, Bancos Centrais autônomos têm tido, em geral, um grau de sucesso notável na implementação do sistema de metas. Bancos Centrais com autonomia prática, como é o caso do Banco Central do Brasil, também têm obtido sucesso. Falo da autonomia prática operacional.

Não citei nenhum país. O Banco Central europeu é autônomo; o Banco Central americano é autônomo; o Banco Central da maioria dos países é autônomo. Esses bancos têm tido experiências de sucesso na condução da política monetária.

O Banco Central do Brasil tem uma autonomia prática concedida pelo Presidente da República e pelo Ministro da Fazenda e, como a história mostra, também está obtendo sucesso na implementação de política monetária.

Em relação à questão dos investimentos, no último ano, houve, de fato, retração dos investimentos, particularmente no primeiro semestre do ano passado. Mas o que estamos vendo é que, a partir do segundo semestre do ano passado, como mostram os dados, os investimentos voltaram a crescer mediante aumento da produção de bens e capital e da importação de bens também de capital e da retomada da importação de máquinas e equipamentos. Portanto, esse é um dado que a tendência está confirmando.

Evidentemente, o que vemos nos jornais de hoje são questões pontuais de preocupações específicas de investidores com assuntos específicos. O que estamos vendo é que, do ponto de vista de tendência, os investimentos estão crescendo no Brasil nos últimos meses.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, pelo PSDB. Estamos intercalando.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Lembre-se do PL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – O PL.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quanto ao PL, terei imenso prazer em ouvir V. Exª com aquela serenidade, mas como V. Exª não faz parte da Comissão, vou ouvi-lo com mais ansiedade ainda, só que pelo PL está inscrito e vai falar, em seguida, o Senador Aelton Freitas.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, uma das perguntas que eu ia faria já foi parcialmente respondida pelo Presidente do Banco Central e refere-se à independência do Banco Central. Na sabatina que fizemos aqui, quando da indicação do Dr. Henrique Meirelles, ficou bastante explicitado esse compromisso com relação à independência do Banco Central.

Gostaria de saber se V. Exª, embora não possa ser um apóstolo dessa independência, como diz, pelo menos poderia informar à Comissão de Assuntos Econômicos sobre o prazo para que isso possa ocorrer ou não.

A segunda questão é que não dá para minimizar a nota do PMDB, como quer fazer o Senador Aloizio Mercadante, dizendo: "Olha, votamos uma reforma tributária ótima". Nós não votamos reforma tributária. Este País não fez reforma tributária. Não houve diminuição de tributos neste País. Não dá para minimizar, porque um dos pontos que a nota do PMDB prega é a correção da tabela do Imposto de Renda, que é um projeto de nossa autoria, mas que o PMDB orientou a sua Liderança para votar contra. E votaram contra.

Considero relevante fazer a seguinte observação ao Dr. Henrique Meirelles:

1) sobre essa nota do PMDB neste momento da economia, e nós acompanhamos aqui a exposição de V. Exª;

2) o PT propõe, na sua nota, "vamos ousar mais", "vamos deixar aumentar um pouco a inflação", "vamos elevar a inflação para 10%". É a nota do PT. O PT não quer inflação de 6%, de 5,5%, como é a meta, o PT acha que não há problema em estabelecer a inflação em 10% para que isso reflita em mais desenvolvimento. Pediria a V. Exª que falasse sobre isso. E isso afeta, evidentemente, a questão da rigidez ou não da meta da inflação;

3) como está a operação de aplicação das reservas internacionais do Brasil? Onde o Brasil aplica as suas reservas internacionais? Quais são as autoridades que decidem onde aplicar as reservas internacionais do Brasil? Quais as instituições que decidem onde aplicar as reservas internacionais do Brasil?

4) Com relação à compra do Banco Excel. O Banco Econômico quebrou, o Banco Excel comprou o Banco Econômico, dois anos depois, o Banco Excel teve problemas, não apareceram compradores e houve uma negociação com relação à utilização de reservas. Parte das reservas brasileiras foram aplicadas no Banco Bilbao Y Viscaya, que acabou assumindo o Banco Excel.

Gostaria que V. Exª opinasse sobre isso, se houve dolo, se houve crime, se houve má intenção. O que é que houve especificamente com relação à compra do Banco Excel.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por favor.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado. Primeiro, em relação à independência do Banco Central, o que mencionamos e temos mencionado constantemente é que o Banco Central desfruta de uma autonomia prática concedida pelo Presidente e pelo Ministro da Fazenda, o que tem sido muito importante na implementação da política monetária e da conquista da credibilidade pela autoridade monetária no Brasil.

A questão da data da possível apresentação de um projeto de autonomia formal, que, no caso, difere um pouco da independência, é uma decisão do Presidente da República, a qual ainda não foi tomada em relação ao projeto de autonomia e à fixação da data do envio de um possível projeto ao Congresso Nacional.

Em relação à nota do PMDB e a seus possíveis efeitos, podemos dizer que o debate faz parte da democracia, e, evidentemente, compete aos partidos políticos exprimirem seus objetivos, seus desejos. Gostaríamos de enfatizar que nossos objetivos estão em linha: todos queremos o crescimento, a geração de empregos e o retorno do País, de uma vez por todas, a uma rota de crescimento sustentável.

Certamente, não necessariamente podemos ter todos – seja dentro ou fora do Governo, seja nos partidos políticos, seja na sociedade –, durante todo o tempo, uma visão absolutamente idêntica a respeito das medidas que devem ser tomadas para se chegar lá. Por isso, o debate é útil e importante. O fato é que todos temos os mesmos objetivos, e compete claramente ao Banco Central, no que lhe diz respeito, ouvir com toda atenção a sociedade, representada pelos partidos políticos e pelos Congressistas.

Em relação à inflação, temos manifestado a opinião – que já mencionamos aqui – de que a meta de 5,5% para o ano de 2004 é adequada e de que, portanto, não julgamos conveniente para o País que ela sofra qualquer ajuste. As expectativas de inflação já estão em 6%, e não se justifica, de nenhuma maneira, um ajuste para 2004.

Uma inflação mais alta não é benéfica ao País, como pode parecer, na medida em que as classes mais pobres são as mais prejudicadas com o aumento da inflação, conforme mencionei antes.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quero apenas fazer um parênteses, Dr. Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – O PT afirma, em seu documento, que um pequeno aumento da inflação, para 10%, possibilitaria o desenvolvimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Gostaria de esclarecer que isso não está no documento do PT, mas que foi uma opinião externada por um economista do Partido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço que evitemos opiniões paralelas, para que possamos ouvir todos os Senadores que se encontram presentes.

Passo a V. Exª a palavra, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Já mencionamos nossa opinião de que, em primeiro lugar, a estabilidade de preços é uma pré-condição para o crescimento e de que, em segundo lugar, uma inflação mais alta prejudica mais as camadas mais pobres da população do que o conjunto da sociedade. Em terceiro lugar, o grande custo da desinflação já foi assumido pelo País, em função da crise de 2002 e 2003, e a expectativa da inflação transcorrida nos últimos doze meses já foi abaixo de 6%. Portanto, não só o sistema de metas, mas também a meta para 2004 já está adequada ao País.

Espero que eu tenha sido suficientemente claro quanto ao assunto e que também a ata do Copom tenha sida clara sobre isso.

Em relação à aplicação de reservas, em primeiro lugar, devo dizer que temos todo o prazer em convidar V. Exª a ir ao Banco Central para que tenha uma explanação completa, porque esse assunto é da maior tecnicalidade. O Banco Central adota um sistema de aplicação de reservas que foi adotado na administração anterior. Inclusive, as próprias autoridades envolvidas são as mesmas que constituíam o comitê na gestão anterior. O comitê é formado por diversos departamentos e diretorias do Banco Central, tem regras técnicas muito rígidas e faz a alocação de reservas levando em conta riscos e retorno.

Portanto, existe toda uma metodologia extremamente técnica, que, de novo, é absolutamente transparente, aberta e sobre a qual teremos todo o prazer em fazer-lhes uma apresentação dentro da sua função nessa área, no Banco Central ou aqui, atendendo ao seu convite. Esse é um assunto – de novo – absoluta-

mente transparente e que penso tem que ficar ainda mais transparente para o Congresso e para a sociedade. Não há dúvida sobre isso.

O sistema adotado pela Diretoria anterior é bem técnico, sólido, equilibrado, na gestão do meu antecessor. Teremos absoluta satisfação e prazer em discutirmos até possíveis aperfeiçoamentos no sistema, se for o caso, visando talvez a trazermos relatórios mais freqüentes ao Congresso. Isso é absolutamente saudável. Vamos trabalhar nesse sentido.

Com relação à compra do Banco Excel, conforme mencionado por V. Exª, infelizmente, não conheço detalhes dessa operação. Já ouvi alguns questionamentos e tenho ouvido muitas notícias a respeito, mas não parei para analisar os detalhes técnicos dessa operação, porque, inclusive, não participei dela na época. O que posso ver são pontos mais gerais, notícias das diversas declarações não só do ex-Presidente do Banco Central, mas também de congressistas a respeito. Portanto, temo não poder lhe dar uma visão muito concreta, específica e bem informada sobre essa operação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Solicito só mais trinta segundos. Compreendo que V. Exª não tenha condições de dar essas informações agora, mas lhe peço que, se for possível, encaminhe-nos um documento com uma opinião técnica sobre isso.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não. Com prazer.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Muito obrigado, meu querido Presidente, Senador Ramez Tebet.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, prestando atenção à pergunta do meu antecessor, Senador Antero Paes de Barros, quero também fazer algumas indagações, que, tenho certeza, são de muitos brasileiros, quanto à liquidação do Banco Central.

São três as perguntas. A primeira: li, no jornal **O Estado de S.Paulo** do dia 8 de março último, que os controladores do Banco Nacional estarão recebendo só de juros, a partir de 2005, R$1 bilhão por ano, que serão pagos pelo Banco Central. Recebi informação do Banco Econômico de que esse banco já recebe hoje também R$1 bilhão por ano. Gostaria de saber se isso é verdade.

Segunda: o controlador do Banco Econômico já encaminhou uma carta para o Banco Central, pedindo para que a instituição fixe definitivamente o valor da sua dívida porque eles pretendem quitar em **cash** financiado por terceiros. A informação é do jornal **Valor** do último mês de dezembro. O Banco Central, até hoje, não respondeu a essa carta. Por quê? A lei não estabelece que, caso os passivos sejam quitados, a liquidação deixa de fazer sentido?

Terceira...

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Desculpe-me, Senador, mas não ouvi a pergunta.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Vou repetir a pergunta inteira.

O controlador do Banco Econômico encaminhou uma carta para o Banco Central, pedindo para que a instituição fixe definitivamente o valor da dívida do Banco Econômico – essa pergunta vem praticamente completar a do Senador Antero Paes de Barros – porque, segundo informações, eles pretendem quitar em **cash**, com dinheiro financiado por terceiros. A informação é do jornal **Valor** do último mês de dezembro. O Banco Central, até hoje, não respondeu a essa carta, segundo o Banco Econômico. Por quê? A lei não estabelece que, caso os passivos sejam quitados, a liquidação deixa de fazer sentido ou se faz desnecessária?

Terceira: o patrimônio do Banco Mercantil se encontrava positivo em 2001, e, no dia 20 de novembro de 2002, sob a presidência de Armínio Fraga, o Banco Central reconheceu o superávit patrimonial. Em decisão unânime de sua diretoria, por meio de voto (BCB nº 475, de 2002), estabeleceu modelo para suspensão da liquidação. Por que isso não foi levado adiante?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – O Senador faz uma série de perguntas referentes a diversas notícias e a uma série de assuntos específicos.

Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer o que estamos falando. Existe a notícia de que determinado banco recebe "x" milhões ou bilhões de reais, o que, no caso, não é uma colocação muito precisa.

O que há aqui? Instituições que entraram em processo de liquidação extrajudicial pelo Banco Central. Existe, portanto, um processo de liquidação gerenciado por um liquidante e ex-controladores, acionistas, credores e uma série de pessoas interessadas, de uma forma ou de outra, no correr desse processo – credores, devedores, ex-funcionários, ex-controladores.

Em relação a essa notícia referente ao Banco Nacional, não sei do que se trata. Não tive acesso à informação sobre onde fizeram essas contas. Suponho tratar-se de alguma ação judicial em andamento; portanto, isso será uma decisão da Justiça. Existem algumas ações judiciais em andamento por parte de diversos interessados – ex-controladores, credores, devedores, o próprio Banco Central, o Governo Federal, o Tesouro Nacional. Em resumo, não há qualquer

decisão judicial a respeito do resultado do processo de liquidação do Banco Nacional.

Com relação à questão do Banco Econômico, é a mesma coisa. Quer dizer, não há nenhum resultado desse processo. A liquidação prossegue normalmente. Algumas garantias foram vendidas, etc; obrigações da massa – portanto, daquele grupo de ativos – estão sendo liquidadas. De novo, não há nenhuma definição sobre o resultado desse processo: o que vai acontecer ou quem vai receber o quê.

No que diz respeito à carta encaminhada ao Banco Central, digo que isso é responsabilidade específica da Diretoria de Liquidações e não está na alçada da Presidência. Mas, pelo que estou informado, de fato, foi enviada uma carta ao Banco Central, perguntando-se exatamente qual seria o saldo devedor do Banco Econômico, em processo de liquidação extrajudicial com o Banco Central do Brasil, que, evidentemente, está fazendo as diversas análises e os diversos cálculos. V. Exª há de concordar que o interesse público deve ser olhado com a maior atenção e que as respostas têm de levar em conta não só as questões técnicas ou financeiras, mas também as judiciais, jurídicas e legais e o interesse público. Em resumo, essa é a questão que gostaria de colocar.

Quanto ao Banco Mercantil, trata-se do mesmo processo. Quer dizer, existe o processo de liquidação extrajudicial em andamento e uma série de ações judiciais, que sempre envolvem esses tipos de liquidações. A questão do eventual patrimônio positivo ou negativo depende da metodologia de cálculo, não sendo, portanto, objeto de um cálculo simples. Quer dizer, do seu ponto de vista, o Banco Central tem fornecido a todas as partes interessadas, na medida do possível, os cálculos das obrigações dessas instituições em processo de liquidação com o Banco Central do Brasil.

Evidentemente, nem sempre as diversas pessoas interessadas concordam com as opiniões da autoridade, sejam devedores, sejam controladores. Exatamente por isso existem ações judiciais em andamento.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Só um minuto, Sr. Presidente. Mais trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Pelo que vemos do Banco Mercantil, houve apreciação aprovada pelo Conselho e o Presidente do Banco Central deu o OK. Quer dizer, pelo que vemos, ficamos ansiosos, porque queremos que o Brasil diminua os juros que paga. Esse R$1 bilhão do Banco Mundial é referente ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), que é responsabilidade do Tesouro, e está previsto ser recebido a partir de 2005. Segundo informações, o Banco Econômico já estaria recebendo, só de juro, esse R$1 bilhão. Isso tem-nos incomodado muito, e como disse o Senador Antero Paes de Barros, gostaríamos que V. Sª nos informasse melhor sobre isso. Não sei se há possibilidade de o Senado Federal ter uma comissão técnica para acompanhar, para nós, Senadores, sabermos defender tanto nosso Estado quanto nosso País com mais clareza, porque ficamos com muita dificuldade nisso, por falta de informação.

Se fosse possível, Sr. Presidente, o Senado Federal poderia ter uma comissão técnica para acompanhar de perto o desenrolar de cada ponto desses. No meu modo de entender, ajudaria muito a economia e o Banco.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não. Senador, em primeiro lugar, se aprovada pela Casa essa idéia, teremos todo o prazer e toda a satisfação de trabalhar junto com a comissão técnica do Senado Federal, porque, de novo, quanto mais transparentes esses processos, melhor. Sempre tenho adotado uma posição de maior transparência, aliás dá-me até conforto sua sugestão, para que possamos, de fato, esclarecer essas posições.

Dito isso, a afirmação de que o Banco Econômico já estaria recebendo R$1 bilhão não me parece procedente. Inclusive porque o Banco Econômico é uma instituição em processo de liquidação administrada; os controladores não estão recebendo nada do Banco Central do Brasil, que eu esteja informado. Os controladores, na realidade, têm ações judiciais, etc., para tentar discutir eventuais ações ou critérios do Banco Central no passado, ou no futuro, em função das decisões que possam vir a ser tomadas. O que tem existido de novo são vendas de algumas garantias e a instituição em liquidação tem pago ao Banco Central do Brasil montantes adequados.

Em relação ao Banco Mercantil, o que lhe digo é o seguinte: de fato houve uma decisão da diretoria colegiada em 2002, que fixou critérios para que se fizesse um processo de possível levantamento de liquidação. Agora, evidentemente, esses critérios não são necessariamente, não levam necessariamente à mesma conclusão de todos os interessados. De novo, por isso é que há ações judiciais. Por quê? Porque os critérios são baseados em determinados diplomas legais, por exemplo, no momento em que se diz que existe um saldo devedor do Proer. Perfeitamente. Mas como calcular o saldo devedor do Proer? De novo existem interpretações jurídicas diferentes sobre cálculo de juros, sobre garantias ou não, etc., e existem diferenças de interpretação entre as diversas partes envolvidas, e o Banco Central tem por obrigação defender o interesse público. E é o que está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nós estamos intercalando os Senadores e eu estou vislumbrando os que aqui se encontram. Então, com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente Senador Ramez Tebet, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, vou voltar a assunto que já foi tratado aqui, mas tentando explorar um pouco mais, que é a questão da autonomia. Mesmo porque apresentei em agosto do ano passado um projeto de lei aqui no Senado Federal, prevendo a autonomia do Banco Central – cujo Relator é o nobre Senador Tasso Jereissati, que está aqui a meu lado.

Desde sua posse, V. Sª disse que, dentre as propostas prioritárias que o Governo apresentaria ao Congresso Nacional, estaria a regulamentação do art. 192 da Constituição, que prevê a autonomia do Banco Central. Isso foi em janeiro de 2003. Depois, em maio de 2003, há um ponto importante. V. Sª informou então que a concessão da autonomia aos bancos centrais tem sido uma tendência tanto em países desenvolvidos quanto em países emergentes. A expectativa internacional confirma a importância da atuação dos bancos centrais para se alcançar a estabilidade dos preços e sustentá-los a longo prazo.

V. Sª citou dois modelos de organização do Banco Central, um com independência para a formulação e execução das diretrizes de política monetária, no qual o próprio Banco Central definiria as metas de inflação, e o outro dando autonomia para a execução de diretrizes estabelecidas pelo Executivo e pelo Legislativo. Aliás, na segunda alternativa é que se enquadraria o nosso projeto.

Agora, em 2004, V. Sª volta a falar, na Basiléia e em Davos, defendendo a autonomia do Banco Central. V. Sª avaliou que a liberdade para o órgão responsável pela política monetária parte de uma democracia moderna, assim como de um Judiciário e de um Congresso independentes, além de uma imprensa livre.

Volta V. Sª a falar, principalmente sobre os países que apresentaram grande crescimento e que acabaram tendo um banco central independente.

No mesmo sentido, pronunciou-se aqui o Ministro Antonio Palocci, por mais de uma vez, a respeito desse tema. Confesso a V. Sª que comungo tanto do ponto de vista do Ministro quanto do de V. Sª em relação à questão do Banco Central.

Mas fico preocupado quando o Presidente da República afirma, depois dessas colocações e discussões na imprensa, que: "É uma questão de tese acadêmica de alguém no Brasil". E continua o Presidente Lula: "Nós, no Brasil, não estamos preocupados com isso. Se a sociedade brasileira quiser discutir, se o Congresso Nacional quiser discutir, é uma questão a mais".

Em primeiro lugar, avalio, pelo que V. Sª tem citado, que as nossas únicas divergências estariam na demissão do Banco Central pelo Senado, que consta do meu projeto, e na exclusão da fiscalização bancária, que também consta do meu projeto.

Eu gostaria então de saber, afinal, o que pensa o Governo sobre a autonomia do Banco Central. Há uma frase muito importante de V. Sª que quero ligar com tudo o que foi discutido aqui: "Não há dúvida de que a experiência de outros países mostra que a autonomia do Banco Central traz conseqüências positivas para a taxa de juros, para a inflação e para o crescimento".

Neste momento, a exposição de V. Sª mostrou que os fundamentos da economia estão sólidos. Eu acrescentaria que determinados índices de crescimento são extremamente modestos. Somadas a eles a determinadas políticas recessivas do Fundo Monetário Internacional, o crescimento nos preocupa. Qual é a importância, realmente, de uma política autônoma de juros que auxilie o crescimento do País?

Eu gostaria muito de conhecer a posição de V. Sª sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A palavra é sua, Presidente Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não, Senador.

Separaremos duas questões que se diferenciam. A primeira refere-se ao conceito de autonomia em si, independentemente de estar ou não formalizado em lei, isto é, à possibilidade de um comitê de política monetária tomar uma decisão autônoma, sem interferência de autoridades ou outro tipo de interferência. Em resumo, a possibilidade de um banco central atuar de forma tecnicamente autônoma, levando em conta todos os interesses da sociedade. Esse é um dado da questão.

A segunda questão é quando e como isso deve ser colocado em lei.

A autonomia do Banco Central, não há dúvida, tem mostrado resultados positivos, tais como listados por V. Exª. Não há dúvida de que bancos centrais autônomos têm tido trajetórias de sucesso na implementação de políticas monetárias, de inflações mais baixas, de taxas de crescimento a longo prazo mais elevadas e mais estáveis. Portanto, é uma experiência de sucesso.

Estiveram recentemente no Brasil duas autoridades monetárias, o Presidente do Banco Central do Canadá, o Sr. David Dodge, que falou com muita clareza sobre isso, e o Vice-Presidente do **Bundesbank**,

o Banco Central da Alemanha, que falou também com muita clareza sobre isso.

E isso foi colocado com muita clareza pelo Ministro Palocci, e também por nós, em diversas circunstâncias. O que posso afirmar é que o Banco Central do Brasil tem autonomia prática, isto é, essa norma básica está sendo seguida no Brasil e, por causa disso, a nossa política monetária, dentre outras razões, tem tido sucesso.

Agora, a questão de transformar a autonomia operacional do Banco Central numa lei e os detalhes dessa lei, como o mandato, o que faz parte do Banco Central ou não, isso aí, sim, é uma prerrogativa do Congresso Nacional. E a participação do Executivo no processo, a decisão do Governo, a recomendação do Governo a respeito, isso é uma prerrogativa do Presidente da República. Portanto, vai caber ao Senhor Presidente e ao comando do Governo definir o momento em que as diversas prioridades governamentais justificariam o envolvimento do Governo diretamente nessa discussão, com uma posição formal.

O Ministro Palocci colocou, com muita clareza, em diversas oportunidades, a opinião do Governo a respeito, inclusive suscitando até que ponto isso é ou não uma preocupação do Governo. E ele disse, com muita clareza também, que essa não é uma preocupação, na medida em que existe autonomia prática do Banco Central do Brasil.

Agora, novamente, não compete ao próprio Banco Central discutir o momento e a conveniência de colocar num projeto de lei a autonomia, ou discutir, no caso, a própria autonomia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu só gostaria de lembrar que, na questão da autonomia, na prática, não tenho a menor dúvida de que o Banco Central hoje tem muito mais autonomia do que em qualquer época do passado, a exemplo até de outros dados que V. Sª apresentou. Não tenho dúvida em relação a isso. Há uma autonomia grande, pela primeira vez na história, uma autonomia muito maior.

Mas, evidentemente, é uma autonomia que pode ser retirada a qualquer momento, pois ela não é institucional. Acredito que ela precisa ser institucional e que a própria participação do Congresso, e, mais ainda, do Senado, daria um suporte muito grande às decisões a serem tomadas pelos membros da diretoria do Banco Central, que já teriam assegurado a autonomia em lei – haveria um raio de ação muito maior. Acho que esse é o sucesso de outros países e outros bancos centrais no mundo que ficaram autônomos. É só essa a diferença que gostaria de apresentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o ilustre representante do Piauí, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Paulo Octávio, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, acho que eu, o Piauí e o Brasil todo temos aplausos ao homem vitorioso que V. Sª é como banqueiro. Suplicy é que sabe pronunciar Rotschild, o nome daquele grande banqueiro. Mas eu queria dizer o que penso. Eu pedi permissão, para dizer que muito me encantava Ulysses Guimarães quando dizia: "Ouça a voz rouca do povo". E quero citar só um quadro, porque um vale por dez mil palavras. Isso é todo um corpo. V. Exª é diferente lá, na vida de êxito, nota dez de banqueiro. Quero contestar o Líder do Governo – S. Exª é muito simplista – quando diz que também é um vitorioso político. Ainda não o é. Eu vi um homem como V. Exª, talentoso, o Ministro Pedro Malan, a quem até estimulei a ser candidato a Presidente da República, inclusive o presenteei com o livro **Mistificação das Massas**, tradução feita por Miguel Arraes. Na ocasião, ele me disse: "Mão Santa, eu não entendo de povo".

Também quero lhe dizer que Franklin Delano Roosevelt disse que toda pessoa que vê sabe alguma coisa; o que ela não sabe, procura aprender. Eu entendo de povo. Eu vim do povo. A minha força é o povo. Sei que a função de V.

Exª é guardar moeda. Mas quero lhe dar um quadro: estão guardando demais. Estava eu na minha praia, com o meu povo, lá no delta, que é vizinho do Ceará de Tasso Jereissati, quando um pescador, chefe Nestor – atente bem –, disse-me: "Mão Santa, eu não sei o que há. Já vi muitos governos. Esse Sarney foi muito bom porque o dinheiro corria. Olha, na semana passada, veio um caminhão de frutas para o povoado, mas ninguém comprou; antigamente se comprava". Então, isso é um quadro.

De outra vez, fui a um bar antes das eleições, e havia um jogo. Eu fui um dos artífices, eu acreditei no Lula. Mas as crenças mudam. Disse Petrônio Portella que só não muda quem se demite do direito de pensar. Eu não demiti. Então, lá, no bar, convencendo a todos, um time vitorioso, eu lhes disse: "O Lula vai ganhar". E me responderam: "Que nada. Uma máquina dessa, os poderosos. Você mesmo foi agredido por eles e tirado do governo. Não dá. Essa máquina é muito forte". No Piauí, poder e governo tinham tudo. Eu disse: "Mas vai ganhar, porque o que vai influenciar o povo é o desemprego". Ali havia um time de jovens. Então, eu lhes perguntei: "Vocês querem ver? Quantos de vocês estão desempregados?" Olha, parecia um coro treinado em teatro. Levantaram-se e disseram: "Todos". E esse é

o desespero. Então, eu quero lhe advertir para o que disse Rui Barbosa – porque V. Exª não é só banqueiro, não; V. Exª é do Governo, e quem sustenta o Governo é o povo: "Governo do povo, pelo povo e para o povo. Eu não sei quanto à inflação, que pode estar segura. Mas a queda do "povo" do Presidente da República, essa é intensa. Essa é grande.! Eu não conheço freio em queda política. Conheço freio em caminhão, em bicicleta, em avião, até em homem mulher bota freio, mas em queda política é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pediria a V. Exª para respeitar o prazo regimental. Nós estamos ouvindo V. Exª com o maior prazer.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Serei breve, Sr. Presidente.

Então, quero relembrar o que disse Rui Barbosa: "O trabalho vem antes; o trabalhador vem antes; a ele a primazia, o respeito. Depois vêm as riquezas". Nós estamos invertendo. E vê o compromisso que V. Exª tem. Aí V. Exª me diz: "Não, o Rui também foi Ministro da Fazenda". Kennedy, lá onde V. Sª viveu, lá no cemiteriozinho dele, eu fui lá, li e aprendi: "Se nós, poucos poderosos, elites, não ajudarmos os muitos necessitados, essa sociedade perecerá". Então, esse Governo tem que viabilizar projetos que existem na Índia e em Bangladesh, como o Banco Gramin, que o próprio Bill Clinton aceitou e mandou os seus secretários difundirem para que o dinheiro chegasse ao povo. Então, era isso que queria transmitir a V. Sª, preocupado como estou, porque ouço a voz rouca das ruas, e o povo está desesperado, desempregado.

E terminaria numa homenagem ao Tasso Jereissati. O maior amigo de S. Exª é o cantor Fagner, que tem uma música chamada "Menino Guerreiro": "O menino guerreiro tem uma paixão, um sonho, que é um emprego, um trabalho. Quando se castra esse sonho, ele mata, rouba, morre."

É o que está ocorrendo no Brasil.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Senador, em primeiro lugar, concordamos totalmente que a finalidade última de qualquer política econômica é propiciar empregos, inclusão social, crescimento econômico, distribuição de renda. Essa é a nossa finalidade.

Gostaria de enfatizar que nossos objetivos são os mesmos. Não há dúvidas de que o Brasil tem atravessado períodos difíceis nas últimas décadas e de que estamos fazendo um trabalho sustentado, visando exatamente que a economia volte a crescer de uma forma sustentada – já está crescendo – e que possamos, em conseqüência, ter cada vez mais uma maior oferta de emprego e que o Governo possa ter a sua arrecadação aumentada, visando obter maior recurso para investir nos programas sociais, educação, saúde etc.

Portanto, temos total concordância e asseguramos a V. Exª que estamos trabalhando no limite das nossas possibilidades, para que o País entre nessa rota de crescimento de inclusão social.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil dispõe hoje de R$143 bilhões em poupança – um valor considerável. O País tem uma extensão territorial enorme, tem todos os insumos para ter uma construção civil atuante e precisa gerar empregos. Tenho acompanhado o Governo nos últimos tempos, inclusive com a Resolução nº 3.177, do Conselho Monetário Nacional, incentivando a construção civil. Mas o que acontece é que vivemos um momento – e isso já vêm de anos – em que os bancos privados, grandes arrecadadores de poupança, com muita lógica, preferem investir no mercado financeiro, preferem investir em empréstimos de 7% ao mês, do que investir na construção civil, porque o setor de construção não consegue pagar as taxas exorbitantes dos empréstimos no País. O Sistema Financeiro de Habitação foi criado para trabalhar com juros de 1% e nós vivemos hoje com juros de 7%.

A pergunta que faço é a seguinte: se o Brasil tem tudo para acabar com esse déficit habitacional, se temos hoje um crescimento desordenado das grandes cidades, o que está trazendo insegurança, pobreza, diminuindo a qualidade de vida de todos brasileiros, o que o Banco Central poderia fazer? Qual é a capacidade de investimento dos bancos privados? Desses R$143 bilhões, quanto está nos bancos privados e quanto está na Caixa? Esse valor dos bancos privados está sendo aplicado ou todos bancos privados continuam com aquela velha história de dizer "tem crédito a receber do fundo compensação e não vamos aplicar porque estamos aplicados desde 1986"? É uma história que já se repete por muitos e muitos anos.

Precisamos gerar empregos, precisamos dar moradia à população brasileira – há um déficit de 10 milhões de moradia –, precisamos melhorar a qualidade de vida das cidades. O que o Banco Central pode fazer, e apresentar claramente, como V. Sª falou, de forma bem transparente à população brasileira, e quanto realmente está sendo investido em construção civil desses R$143 bilhões? Poderiam ser utilizados imediatamente pelo menos R$40 bilhões. O que é possível fazer? Como baixar esses juros e como fazer os bancos privados investirem nesse setor que é essencial para o crescimento do País?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Presidente do Banco Central.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Senador, repito que o Governo concorda com a sua opinião de que o setor de construção civil é importante, é um grande gerador de empregos, é prioritário e que é uma fonte de preocupação para o Governo encontrar meios de, sem desorganizar a economia como um todo e criar outros problemas, incentivar o setor imobiliário. Isso foi feito recentemente. Foram mudados os critérios de direcionamento de exigibilidades para o crédito imobiliário e de aplicação da poupança. Inclusive, foram endereçadas algumas das preocupações de S.Exª. Uma da maior importância é exatamente a questão do total aplicado pelos bancos privados e também do total que, a cada mês e a cada ano, adiciona-se a esse total a ser aplicado. São duas questões diferentes.

Em relação à questão fundamental da sua pergunta: como incentivar os bancos privados a aplicarem mais no crédito imobiliário, informo que essa norma foi mudada, na medida em que foi diminuído o percentual de remuneração dos recursos dos bancos privados que não estão aplicados no crédito imobiliário, mas poderiam ou deveriam estar aplicados. Adotamos uma remuneração extremamente punitiva para isso, de cerca de 80% da TR. Os bancos, portanto, passam a ter uma perda importante, caso sejam deficitários nas suas aplicações, ou seja, caso estejam aplicando menos do que aquilo que deveriam.

Além disso, existe um aumento gradativo dos percentuais de exigibilidade na aplicação, o que também alteramos, principalmente aquelas exigibilidades dos recursos que estão sendo gradualmente transferidos do FCVS para a aplicação no crédito imobiliário. Isso gera um aumento importante. Segundo as nossas estimativas, deve gerar uma aplicação adicional em crédito imobiliário, este ano, de cerca de R$1,6 bilhão, valor que estará se ampliando nos próximos anos. Isso está próximo, inclusive, da capacidade de absorção adicional do sistema em termos do tempo de fazer os projetos para serem aplicados, etc.

Concordamos integralmente com S. Exª quando diz que, sem dúvida, esse é um setor muito importante. Também não há dúvida de que esse setor decresceu no ano passado e de que merece maior atenção. Gostaríamos apenas de mencionar que o Conselho Monetário Nacional está olhando isso com atenção e estará analisando os dados a que estou me referindo.

Novamente quero fazer um convite a V. Exª, tendo em vista o critério da transparência que eu mencionei para outros Senadores. Teremos prazer em recebê-lo regularmente no Banco Central para que possa, junto conosco, acompanhar a evolução das aplicações adicionais em crédito imobiliário resultado dessa nova norma do Conselho Monetário Nacional e da circular correspondente do Banco Central. Caso a previsão se dê em desacordo com as nossas previsões iniciais, estaremos totalmente dispostos a reavaliar o problema. Evidentemente, essa é uma decisão do Conselho Monetário Nacional, e não exclusivamente do Banco Central. Teremos todo o prazer em levar ao Conselho as sugestões necessárias. Poderemos, inclusive, nessa visita, dar dados muito mais detalhados de tudo isso. Novamente quero dizer que nos declaramos absolutamente abertos para acompanhar junto com V. Exª esse processo de aplicações adicionais.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para acusar o recebimento do convite. Aceito o convite, sim, para ir ao Banco Central. Espero que haja financiamentos de empreendimentos tanto em Brasília quanto nos outros Estados, como Goiás ou a Bahia. Duvido que haja placas de bancos privados financiando obras em algum Estado. Não existe. Esta é a verdade: não existe nada. Convido o senhor para estar conosco quando for assinado o contrato do primeiro empreendimento, em Brasília, financiado por um banco privado, que o senhor esteja conosco. Vamos lançar em Brasília um primeiro empreendimento financiado por um banco privado, que não vai existir. Pelo menos em 2004, acho muito difícil.

Convido-o para que estejamos juntos nesse lançamento do primeiro financiamento de um empreendimento com banco privado na Capital da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, obedecendo ao critério já mencionado, ao Senador Eduardo Azeredo; logo em seguida, à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Presidente Henrique Meirelles, Srªs e Srs. Senadores, minha intervenção será breve.

Cumprimento o Dr. Henrique Meirelles pela sua exposição. Nós, da Oposição, reconhecemos em V. Exª toda a capacidade, todo o preparo para exercer uma função de grande relevância para o País, complexa pelas relações internacionais que exige essa função, pela repercussão em toda a economia brasileira, no dia a dia de cada um de nós.

Os dados macroeconômicos apresentados, sem dúvida alguma, falam por si. A situação macroeconômica do País é boa, não há dúvida com relação a isso. Na verdade, contestamos o crescimento do País. O País está, de alguma forma, paralisado, e isso não é, evidentemente, culpa do Banco Central, mas uma questão geral de governo.

Quero rebater aqui o Líder Aloizio Mercadante, até para apimentar um pouquinho, quando S. Exª diz que alguns setores da Oposição trabalham contra e não querem ver os números. Não. Nós queremos ver os números, sim. Parece-me que não estão querendo ver os números os aliados do Governo: o PMDB, o PL. Creio que houve um erro de avaliação, porque nós não, pelo contrário. Temos o tempo todo reconhecido que os pontos mais importantes estão sendo seguidos.

A Oposição não estava aqui também em bloco em determinado momento da reunião, porque estávamos no lançamento de um fórum de oposições, do PSDB, do PDT, do PFL e da Força Sindical. Agora, porém, acho que a maioria presente aqui já é da Oposição outra vez, a maioria do nosso Bloco.

Além de cumprimentá-lo então, Dr. Henrique Meirelles, gostaria apenas de falar sobre a entrada de capitais no Brasil, pois, nesse aspecto, houve realmente uma parada, uma queda, de 2001 para 2002. Peço a sua opinião sobre a questão da entrada de capitais no País.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não, Senador.

O importante na questão de entrada de capitais é mencionar dois aspectos muito importantes: em primeiro lugar, boa parte da entrada de capitais dos anos anteriores resultou do processo de privatização, que foi certamente útil ao País naquela oportunidade. No entanto, isso não significa, necessariamente, tratar-se de um processo sustentável ao longo do tempo. Quer dizer, a entrada de capitais visando ao investimento direto, pelo setor privado, em máquinas e equipamentos e aumento direto da capacidade produtiva tem patamares bastante inferiores ao que se registrou nos últimos anos, compatíveis com aquilo que projetamos para os próximos anos.

Em segundo lugar, é importante mencionar que houve uma diminuição geral no fluxo de investimentos no mundo todo; ou seja, a atividade econômica, de fato, atravessou um período de diminuição nos anos de 2000, 2001 e 2002. Portanto, particularmente nos anos de 2002 e 2003, houve um processo de absorção de capacidade ociosa de indústrias no mundo inteiro.

Vou explicar a V. Exª exatamente como isso nos afetou na prática. Por exemplo, uma companhia multinacional que tenha uma fábrica no Brasil e uma fábrica similar em outro país, seja no México, na Tailândia, na China ou em qualquer outro país, em que exista capacidade ociosa em uma ou mais de uma dessas fábricas. O que acontece num momento como esse? No momento em que há o processo de retomada da economia mundial, vai-se ocupar primeiro a capacidade ociosa das instalações industriais já existentes. Portanto, é normal que existisse uma diminuição do fluxo de capitais para os emergentes de uma maneira em geral, mas, de qualquer maneira, para toda a atividade produtiva.

Além disso, tivemos a questão da crise do Brasil de 2002, a retomada inflacionária e tudo isso, e a crise de confiança. Dessa maneira, durante a primeira parte do ano de 2003, sofremos muito os efeitos de decisões tomadas previamente, porque existe uma defasagem entre a tomada de decisão pela empresa e a sua efetivação; existem planos, projetos, etc.

Dito tudo isso, tivemos, portanto, um desempenho, conforme mostrado na minha apresentação, de cerca de US$10 milhões de investimento estrangeiro direto para o ano de 2003 e a expectativa ou previsão do Banco Central de retomada para cerca de US$13 bilhões para o ano de 2004, o que já está em linha, digamos, com a retomada do crescimento no Brasil. A nossa expectativa é a de que esse número continue a crescer para os anos seguintes, de novo, de forma compatível com o processo de retomada de desenvolvimento do Brasil e do volume total de investimento de máquinas e equipamentos no País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Ideli Salvatti, é a vez de V. Exª, que estava muito ansiosa. Chegou a vez de V. Exª, para o prazer de todos nós.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabenizo o Presidente do Banco Central, Dr. Meirelles, pela exposição que fez, pelos dados que trouxe.

Tenho, dentro do possível, utilizado a tribuna. Nas últimas semanas, Dr. Meirelles, temos tido uma pauta muito monocórdia nos debates de plenário e me tenho preocupado em trazer, para debate no Senado, os assuntos de relevância, principalmente os indicadores da economia que apontam a perspectiva de retomada do crescimento. Para ontem, eu tinha preparado um pronunciamento, recolhendo várias questões que foram publicadas na grande imprensa nos últimos dias, e V. Sª facilitou muito a minha vida, porque trouxe tudo bem sistematizado.

Eu queria fazer alguns questionamentos nos seguintes termos: não há nenhuma possibilidade de mudança na política econômica – isso o Presidente Lula tem dito em alto e bom som – que pressuponha abandonar ou flexibilizar a preocupação com a estabilidade econômica e com o controle inflacionário. Todas essas demandas, solicitações, notas e manifestos que têm aparecido – alguns, um pouco mais ofensivos; outros, menos – têm trazido essa angústia no sentido de acelerar as modificações necessárias para fortalecer o crescimento, o investimento, a possibilidade de

implantação das políticas de distribuição de renda, de eliminação da injustiça social existente no País.

Acredito que estamos vivenciando um período que tende a se agravar e que denomino de aquecimento eleitoral. Foi antecipado o processo de disputa natural que acontece em toda eleição, o que acaba, muitas vezes, contaminando o ambiente. E, às vezes, ficamos com dificuldade de fazer o bom debate, necessário para avançar naquilo que pretendemos para o nosso País e para o nosso povo.

Mas gostaria de perguntar o seguinte: a política adotada pelo Banco Central, pelo Copom, de atacar quando há qualquer perspectiva de ressurgimento do processo inflacionário, tem sido a da manutenção dos juros. Foi assim em janeiro e fevereiro, pois havia preocupação com a retomada, o aquecimento da inflação. Agora, existe o debate para utilização de outro tipo de ataque, quando há esse pequeno aquecimento da inflação? Quando faço a pergunta, quero dizer: há essas alternativas em discussão?

A inflação também está sendo afetada pelos preços das **commodities**, pela elevação internacional dos preços de vários produtos que acabam tendo repercussão no mercado interno. Há a questão dos preços administrados pelo Governo. Há a questão dos contratos. O Presidente Lula enfatizou muito que o Brasil respeitaria os contratos e que qualquer modificação teria que fazer parte de uma negociação. Há a questão dos setores oligopolizados. Há, inclusive, alguns setores da economia que têm quase o monopólio privado e, portanto, trabalham nessa questão dos preços.

Então, eu queria saber: além da política de combate a qualquer perspectiva de aquecimento inflacionário pelo Banco Central, com o controle feito por meio dos juros, existe um debate no Governo sobre algumas outras medidas que possam atacar, a exemplo dos três ingredientes do componente inflacionário que citei?

A outra pergunta – aqui já foram feitas várias perguntas – refere-se à questão da oferta de crédito. O nosso sistema financeiro brasileiro é um dos que tem o menor índice de oferta de crédito. No Brasil, a maior parte dos recursos dos bancos está sendo utilizada na rolagem da dívida pública. Assim, eu queria que V. Sª pudesse dar um esclarecimento, esmiuçar um pouco mais essa relação entre crédito disponível para os investimentos no nosso País e utilização dos recursos financeiros para a rolagem da dívida pública, porque isso também afeta a questão dos juros.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não, Senadora.

Em primeiro lugar, eu gostaria de mencionar que nós, no Banco Central e na área econômica do Governo, estamos profundamente empenhados em acelerar o máximo possível o crescimento, o investimento. Exatamente por isso enfatizamos na nossa apresentação esses índices referentes à retomada do crescimento no Brasil e, principalmente, ao aumento do investimento, na medida em que o setor de bens de capital e de máquinas e equipamentos está não só crescendo, sendo um dos líderes do processo de retomada de crescimento no Brasil, mas também sendo objeto de um grande crescimento das importações.

Em relação à questão do outro tipo de ataque, é importante que separemos muito bem as coisas, que sejamos muito precisos, porque esse é um tipo de assunto que gera muito mal-entendido.

O Banco Central, como qualquer organização, tem determinadas funções específicas, e há instrumentos específicos que ele pode usar. O Banco Central, que opera num regime de metas de inflação, tem um instrumento de política monetária e, portanto, tem que se concentrar nesse instrumento. A história mostra que os Bancos Centrais que têm diversas metas, muitas delas conflitantes, são bancos sem sucesso.

Neste momento, o Brasil faz suas reformas fundamentais e enfrenta alguns aspectos importantes, seja no marco regulatório, seja na Lei de Concordata e Falência, seja na questão da melhora e do aumento da competição, visando a uma maior eficiência. Quaisquer processos que levem a uma maior produtividade da economia, como mostram hoje algumas outras economias do mundo, na medida em que os ganhos de produtividade são maiores, permitem que a sociedade e o País cresçam, a taxas mais elevadas, sem pressão inflacionária. Já existem países que estão mostrando isso com toda a clareza.

Então, não há dúvida de que um ganho de produtividade geral, por intermédio das chamadas microrreformas do Brasil, será um componente importante, visando que o País possa crescer a taxas mais elevadas, sem pressão inflacionária.

Agora, no que diz respeito especificamente ao Banco Central nesse aspecto, já mencionei hoje aqui, Senadora, e gostaria de aproveitar essa oportunidade dada por V. Exª, para que eu possa de fato enfatizar esse aspecto, de que a meta de inflação do Brasil, prevista no passado para este ano, era cerca de 3,75%.

Quando fizemos o reajuste das metas e propusemos, depois o Conselho Monetário Nacional aceitou e fixou a meta em 5,5% para o ano de 2004, foi exatamente levando em conta esses fatores mencionados por S. Exª, seja a questão dos preços administrados, seja outras questões para o ano de 2004, inclusive a possibilidade de alguma pressão de preço externo, como por acaso está acontecendo com os preços das **commodities**.

Portanto, a nossa avaliação, que está de novo expressa na Ata do Copom hoje, o mercado pode até nos entender mal, porque, por pergunta, estamos falando tanto sobre esse assunto, que parece que é um assunto que tem maior importância do ponto de vista de decisão do que na realidade ele tem hoje, por quê? Porque a Ata do Copom já deixou claro que é um sistema de reajuste de metas, é um sistema válido, já foi usado pelo Brasil no passado, mas julgamos que não é necessário para o ano de 2004, e que seria, na realidade, contraproducente para o Brasil hoje.

Em relação à oferta de crédito, diríamos que não há dúvida de que a rolagem da dívida pública absorve, Senadora, uma considerável parcela da disponibilidade de poupança da economia para investimento e, portanto, é muito importante que a relação dívida/produto seja cadente, como procuramos demonstrar, para isso o superávit primário é fundamental, de maneira a que, com a dívida pública cadente, o risco-país cadente, com a maior estabilização da economia, tenhamos, portanto, uma menor necessidade de financiamento do setor público e, em conseqüência, uma maior disponibilidade de crédito para o setor privado e para o investimento, em crescimento da economia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Permite-me V. Exª ainda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tenho o direito ainda de um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só queria fortalecer, porque todas ....

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas é réplica ou perguntas, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou fazer um comentário e queria que ...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por via de regra, é réplica. Mas V. Exª fique à vontade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu só queria fazer um comentário, porque me chamou bastante a atenção uma das reportagens desta semana, em que os indicadores das pessoas que estão conseguindo acessar a crédito mais barato, com juros mais acessíveis, têm tomado como iniciativa fazer a troca das dívidas. As pessoas que estão conseguindo acessar pelos programas que estão sendo adotados, estão fazendo um empréstimo novo para saldar empréstimos antigos e que isso está retardando um pouco o consumo. Foi essa a análise feita pelo comentarista, e que tão logo possam fazer a rolagem da sua dívida pessoal, provavelmente isso vai a médio e curto prazo ter uma repercussão. Foi um comentário em cima do crescimento do varejo, das compras nesse final de ano e início de 2004.

Queria apenas comentar porque, quando assisti a essa reportagem, fiquei pensando que há tanta crítica, tanto questionamento a respeito do pagamento, que estávamos fazendo um superávit tão elevado e tal, querer normalizar e colocar a casa em ordem, mas o cidadão comum faz a mesma coisa que o País hoje está fazendo, ou seja, quando há uma possibilidade de desafogar a sua dívida sufocante, renová-la por algo mais acessível, mais compatível com o seu orçamento, ele prefere primeiro fazer isso do que entrar em novas dívidas, entrar em novo processo.

Apenas queria colocar essa questão, porque tem sido algo em que temos sido profundamente criticados. Mas, o povo brasileiro, as pessoas normais, o cidadão comum têm adotado a mesma política que o Governo Lula, de forma tão responsável, está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Agripino, é a sua vez.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Henrique Meirelles, devo confessar que tenho grande admiração pelos vencedores, e V. Sª é um vencedor, porque fez carreira lá fora, chegou a ser Presidente do Banco de Boston, voltou por decisão voluntária, elegeu-se Deputado Federal pelo seu Estado e foi convidado para ser Presidente do Banco Central por um Governo que, seguramente, não contou com seu voto, suponho eu. V. Sª é um homem competente; sua competência é reconhecida. Não questiono, em hipótese alguma, a sua competência profissional.

E, em assim dizendo, devo manifestar preocupação com coisas que estão acontecendo com o nosso País. Estamos assistindo a uma greve no porto de Paranaguá. São 70 quilômetros de caminhões parados, com prejuízos enormes para as exportações, para os portuários, para os caminhoneiros, para os agricultores. Trata-se de um fato que agride muita gente.

Há também uma greve renitente na Polícia Federal que está incomodando a vida de quem viaja para o exterior. Os jornais de ontem noticiaram que há 58 mil desempregados em São Paulo. A taxa de desemprego subiu de 19,1% para 19,8%. Há crise política no Governo, desentendimento na base aliada e um problema de ordem ética com essa questão não explicada do Waldomiro.

Tudo isso faz o País entrar em um processo de paralisia. Ninguém ouve falar de nada que signifique avanço do País. É só coisa para trás. O que me preocupa é que, se o Brasil pára, se entramos em uma fase de vácuo de Governo, o Brasil não implode, o Brasil

não desaparece, não é pulverizado, mas, na competição internacional, a China vai embora, o México vai embora, a Índia vai embora, as Filipinas vão embora, os países emergentes vão embora, e nós ficamos para trás. E aí os 58 mil desempregados de fevereiro podem ser 100 mil em abril, e por aí afora.

Com toda a confiança que tenho no talento de V. Sª, penso que só há uma saída: a retomada do crescimento econômico e a geração de emprego. Isso passa pela queda da taxa de juros – é claro. Isso é pedra de toque, é calcanhar-de-aquiles. A queda da taxa de juros anima o País, leva o investidor a adquirir confiança, reacende o ufanismo brasileiro, e tudo pode começar a acontecer.

Mas, para a taxa de juros cair, é preciso que haja uma mexida na política macroeconômica do Brasil, que está montada em cima de três premissas: meta inflacionária – o Governo quebra lanças pela meta inflacionária –; câmbio flutuante; definição de 4,25% como meta do superávit primário, o que elimina gastos públicos e, por via de conseqüência, crescimento econômico. Não consigo, dentro desse tripé, enxergar retomada de crescimento econômico, nem redução de taxas de juros, nem retomada do nível de emprego.

Confio no talento de V. Sª, na sua capacidade de convencimento. V. Sª convenceu tanta gente ao longo da vida! Convenceu até o Presidente Lula, pois, sem nem lhe pedir o posto de Presidente do Banco Central, V. Sª, com o seu talento, convenceu-o a convidar um homem que não votou nele para presidir o Banco Central do Governo dele.

Eu gostaria agora de ser convencido por V. Sª de que, com essa política, vai haver queda da taxa de juros e retomada de emprego.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Posso fazer o maior esforço para convencê-lo, mas, evidentemente, para isso, vamos depender um pouco da sua disposição. V. Exª tem que nos dar um pouco de crédito de confiança em algumas das observações que vamos fazer e com relação a alguns dados que vamos demonstrar.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Então, em primeiro lugar, Senador, os três aspectos importantes, de meta de inflação, de câmbio flutuante e de equilíbrio fiscal, a experiência hoje mostra que a maior parte dos países do mundo, vamos começar com meta de inflação, adota metas de inflação. São pouquíssimos os países que não têm o sistema de metas. Como mostrei na minha apresentação, essa é uma experiência hoje praticamente mundial. Mostra que a inflação média cai; em conseqüência, a taxa de juros cai, através dos anos em todos os países que adotaram o sistema de metas de inflação. Isso também está acontecendo no Brasil na medida em que as taxas de juros estão tendo uma queda gradativa, mostramos isso também na transparência. Nos últimos anos, estão caindo de um patamar de cerca 19% de juros reais, as taxas de mercado médias de médio prazo, e vão caindo gradativamente. Neste ano de 2004, já estão num patamar substancialmente inferior ao patamar de 2003 e dos anos anteriores. A experiência brasileira indica que o sistema de metas de inflação aplicados no Brasil têm resultados similares aos sistemas de metas de inflação de outros países. Em resumo, não há hoje metodologias de sucesso com outras formas de tratamento do fenômeno inflacionário num mundo que não seja o de sistema de metas de inflação. No Brasil, já testamos muita coisa, essa é uma das vantagens que temos, cometemos muitos erros, fizemos todas as tentativas que foram totalmente válidas na época, com tablitas, com congelamento de preços, com planos, com confisco, etc., e nada disso funcionou. Portanto, é importante mostrar que essa é a experiência de diversos países e também do Brasil. Não há no horizonte, hoje, quando se olha o mundo todo... Senador, tenho o privilégio de, nesta posição, encontrar-me a cada dois meses na Basiléia com os presidentes de Bancos Centrais dos países mais importantes do mundo, dos emergentes mais importantes e, num intervalo de tempo um pouco maior, com presidentes de Bancos Centrais também de um número muito grande de países. Normalmente, são dezesseis que se encontram a cada dois meses, mas, em algumas reuniões, com periodicidade maior, são cerca de quarenta países. Posso, então, dar-lhe essa informação de que não se discute hoje, no horizonte, outros meios, não se vêem, não se experimentam outras metodologias alternativas de lidar com a questão inflacionária. Evidentemente, os Estados Unidos não explicitam a meta, o Japão também não, pela característica de tradição, de credibilidade, de história de inflação baixa desses países. As metas são internas, não são explicitadas. Agora, o Banco Central europeu e toda uma relação enorme de outros países têm metas explicitadas de inflação, tal qual o Brasil. A questão do câmbio flutuante enquadra-se dentro da mesma categoria. Não há dúvida de que países que tentaram manter câmbios artificialmente sobre-valorizados, visando com isso controlar a inflação, são países que terminaram por ter crise cambial. O Brasil, inclusive, enquadra-se nessa categoria.

O sistema de câmbio flutuante também está nessa categoria do sistema que é hoje mais flexível e digo, Senador, que, quando olhamos a comparação da crise por que passou o Brasil, os resultados da crise em termos de atividade econômica no ano de 2003, comparado com outros países, como mostramos aqui, uma

das razões por que, parece-me, o Brasil conseguiu ter um resultado muito melhor do que os países que tiveram crises similares, em termos de queda de influxo de capitais e o efeito sobre a atividade, foi exatamente porque tem, hoje, o mais flexível, o mais equilibrado dos regimes disponíveis, que é o de metas de inflação e de câmbio flutuante.

A questão do primário, conforme mencionado também por S. Exª, de novo, é fundamental que tenhamos um superávit primário visando, em primeiro lugar, a fazer com que a relação dívida pública/produto não continue a crescer, como aconteceu durante muito tempo no Brasil, o que levaria claramente, cada vez mais, a sociedade, os bancos, os investidores a usarem suas poupanças disponíveis para financiar cada vez mais o Governo, deixando menos recursos disponíveis para a sociedade, conforme foi inclusive objeto da pergunta da Senadora. Portanto, o superávit primário me parece absolutamente fundamental na medida em que permite um equilíbrio e uma maior estabilidade das contas públicas e, com o passar do tempo, um gradual decréscimo do endividamento público como um todo. Tudo isso, juntamente, portanto, com estabilidade de preços, com estabilidade macroeconômica, trazida também por uma política de sucesso na área fiscal, vai permitir que o Brasil continue numa trajetória sustentada de crescimento.

Os dados que temos, Senador, mostram que, a partir principalmente do quarto trimestre do ano passado, o Brasil já entrou nessa rota de crescimento. Portanto, estamos entrando num novo ciclo de crescimento. Temos indicações de que será um crescimento sustentado, e é exatamente disso que o Brasil está precisando. O Brasil está precisando não só crescer, mas crescer por períodos mais prolongados, com taxas sustentadas.

Dito isso – nesse aspecto, o Senador tem razão –, é verdade que a política monetária, sozinha, não assegura taxas elevadas de crescimento. A experiência mostra que, quando a política monetária tenta induzir um crescimento acelerado, ela só gera inflação. Pode produzir algo a curto prazo, mas ela só gera inflação. Por quê? O crescimento da economia brasileira vai ser obtido a taxas maiores na medida em que a capacidade produtiva da economia aumente, e isso faz parte de um conjunto muito maior de iniciativas do que simplesmente a política monetária.

A política monetária é uma precondição que evita que o País entre em crise, que a economia se desorganize com a inflação e que os mais pobres, principalmente, sejam punidos por uma inflação que corrói o poder de compra. Vimos, inclusive, isso acontecendo no início de 2003, quando o rendimento médio caiu em função exatamente de uma subida da inflação – isso acontece sistematicamente. E vemos agora o rendimento voltando a crescer em função de uma inflação mais próxima da trajetória de metas e de uma retomada de crescimento.

A política monetária provê uma estabilidade de preços e as condições de o País crescer dentro de um – usarei um termo técnico aqui, se V. Exªs me permitirem – crescimento potencial, que é a possibilidade física de a economia crescer sem pressões inflacionárias. Suponho seja meta do povo brasileiro – certamente é meta desse Governo – aumentarmos a capacidade de crescimento do Brasil. Isso, porém, é algo que extrapola e muito, Senador, a capacidade da política monetária, conforme mostra a experiência de diversos países. A política monetária é uma precondição e uma condição para que o País cresça dentro do seu potencial. Para aumentar o potencial, temos de trabalhar todas as questões que temos ouvido e discutido.

Certamente, V. Exªs estão participando do debate, seja sobre o marco regulatório, a Lei de Concordatas, a nova Lei de Falências, seja sobre a reforma do Judiciário ou sobre o investimento em infra-estrutura. Em resumo, há uma série de coisas fazendo parte de todo o debate nacional, que, portanto, extrapolam em muito as habilidades ou os instrumentos do Banco Central do Brasil.

Na medida em que o Banco Central do Brasil possa oferecer ao País estabilidade de preços, isso já será um ganho extraordinário. Em primeiro lugar, estabilidade de preços é a precondição para que o País possa crescer e investir; é a maneira de defender o rendimento da população mais pobre e, portanto, de defender também a maior eficiência da economia. A experiência mostra que maior inflação desorganiza a economia de forma muito perversa.

A partir daí, teremos todo o prazer, Senador, em dar nossa contribuição ao País, novamente pelo cumprimento da missão fundamental do Banco Central.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Quero fazer um comentário muito rápido, só para encerrar.

Na verdade, o Dr. Henrique Meirelles fez uma exposição competente e substantiva, fazendo uma apreciação do modelo clássico. O que eu esperava, tendo em vista o seu talento, era que, depois de dizer tudo o que disse, com muita competência, relatando o modelo clássico do que acontece no mundo, ele dissesse, com a credibilidade que sua palavra inspira ao Brasil todo: "Eu defendo, dentro do Governo, a adoção de um pouco de ousadia". Não é uma ousadia irresponsável, nunca, jamais! Um pouco de ousadia. Aquele negócio de baixar 0,25% da taxa de juros, coisa que pega mal, é a minha opinião pessoal. Se. V. Exª tivesse dito isso,

eu sairia daqui meio convencido de que o Dr. Henrique Meirelles, um brasileiro que deu certo lá fora, vai trazer a sua contribuição, o seu talento para ousar a equipe econômica, ousar com o risco calculado, sair do modelo clássico e tomar iniciativas que sejam capazes de colocar o Brasil no programa de recuperação econômica. Como não ouvi isso, quero apenas dizer que V. Exª não me convenceu, mas pelo talento que reconheço em V. Exª, mantenho o meu crédito de confiança em V. Exª.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Eu gostaria de fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª me pede para fazer um comentário, estou silente até agora e recebi já dois telefonemas. Vou transmitir: por que a taxa de juros que o Copom estabelece não pega o crédito, a mesma taxa de juros, um pouquinho maior talvez, para as pequenas e médias empresas que são responsáveis, segundo as estatísticas, por, no mínimo, 48% dos empregos existentes no País e por que o crédito ao consumidor, quando baixa – se o senhor me permite a expressão –, baixa nanicamente, qual é a engrenagem que existe de que a taxa do Copom não acompanha aqui na ponta, para sermos didáticos e explicarmos isso à população. Um adendo, só para aproveitar, são as perguntas que me pediram para fazer.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não, Senador. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o crédito de confiança do Senador e dizer que vamos fazer o possível e o impossível, dentro da realidade presente do País, para que possamos cumprir as suas expectativas e trazer para o Brasil o crescimento que todos nós esperamos.

Em relação à questão da sua expectativa de que anunciássemos uma ousadia, Senador, eu diria que precisamos definir o que é ousadia, porque, muitas vezes, uma palavra pode ter interpretações diferentes. E a ousadia pode significar, por exemplo, conforme V. Exª mencionou, atitudes que na realidade não dêem resultados concretos. Citei várias, por exemplo, que já foram tentadas no Brasil. Atitudes ousadas: o congelamento de preços foi uma atitude ousada; o confisco de 1990 da poupança popular foi uma atitude ousada; a atitude de fazermos, por exemplo, o controle moratório em 1987. Existiram atitudes de muita ousadia mas que não necessariamente produziram resultados concretos. Então, a ousadia **per si** ela não necessariamente é positiva. Agora, em dito isso, existe também uma ousadia em fazer o certo, Senador. Existe uma ousadia em, de fato, termos coragem de dizer que o caminho do desenvolvimento do País é esse e vamos persegui-lo. Foi muito bem mencionada, inclusive pela Senadora, a questão de que o homem e a mulher comum que, muitas vezes, aproveitam oportunidades para pagarem as suas dívidas e organizarem a sua vida. Em resumo, gostaríamos, nesse aspecto, de dizer que esse tipo de ousadia nós temos. A ousadia de fazer aquilo que é certo e no limite daquilo que é adequado ao País no seguinte aspecto: a inflação mais elevada, muitas vezes, pode parecer positiva, pode parecer indutora do crescimento, não é a experiência. A inflação elevada pune os mais pobres, já mostramos isso no Brasil, e não precisa chegar a 4.000% ao ano, a inflação de 20% ao ano é muito negativa, conforme a história mostra, no Brasil e em outros países. Portanto, temos que fazer uma política que assegure, de fato, que o Brasil cresça, mas cresça sem desorganização, sem febre, que, no caso da economia, é caracterizado pela inflação.

Em relação à questão das taxas de juros, fixadas pelo Copom, eu diria a V. Exª que se olharmos a comparação histórica, vamos ver que o Copom fez cortes de juros importantes: 10% em sete meses, trazendo a taxa de 26,5% para 16,5% e, depois, 16,25%. É um corte bastante importante e que, eventualmente, justifica que o Banco Central possa de vez em quando, como qualquer banco central do mundo, parar para averiguar as conseqüências desse corte, de vez em quando o Banco Central possa fazer uma sintonia fina.

Mas, eu gostaria de lhe assegurar que, dentro a nossa avaliação, estamos tomando o conjunto de medidas que é o mais adequado ao País e é o que, provavelmente, vai dar melhor resultado. Eu digo provavelmente porque ninguém pode ter certeza absoluta – e V. Exª mencionou uma palavra muito importante – do risco calculado. Sim, na vida estamos sempre tomando o risco calculado. A questão é não tomarmos o risco excessivo. Não temos esse direito, Senador. Uma coisa é termos um desejo, e o desejo todos podemos tê-lo, o desejo de crescer, todos temos, e o desejo de ousar. Mas, quem tem a responsabilidade de tomar a decisão tem a responsabilidade pelo erro e tem a responsabilidade de que se o risco for excessivo, Senador, quem paga é a população do Brasil. E isso já aconteceu muitas vezes durante a nossa historia. Portanto, precisamos ser muito responsáveis nessa tomada de decisão. E evidentemente que, aí, é uma questão de julgamento dos melhores dados disponíveis.

Portanto, agradeço, novamente, o seu crédito de confiança e espero que a história, com o tempo, possa fazer com que esse crédito de confiança seja de fato merecido.

Em relação à pergunta do Presidente, os telefonemas às pequenas e médias empresas etc. e ao crédito ao consumidor, todo o conjunto de medidas da Lei de Falências e Concordatas, da cédula de crédito e, tam-

bém, outras medidas que visam, como por exemplo, a central de risco e a portabilidade de crédito, todas são medidas que visam, exatamente, fazer com que o crédito baixe na ponta. Outras medidas, como o aumento da competição, através da nova lei que regulamenta a função do Cade e do Banco Central na fiscalização do sistema financeiro é, também, muito importante. E outras medidas que o Banco Central está tomando como a questão das cooperativas e o microcrédito, por exemplo, que já foi aprovado no ano passado, visando dar um crédito subsidiado para o consumidor – o pequeno consumidor ou, digamos, àquele que não tem acesso ao mercado de trabalho formal e àquele que tem acesso ao mercado de trabalho formal por meio da consignação da folha de pagamento. Em resumo, existe todo um conjunto de medidas que, com o tempo, vão mostrar resultados. Mas existe, também, algo muito importante que, inclusive, foi mencionado que é a questão da disciplina fiscal que, com o tempo, diminui a necessidade de financiamento do setor público e faz com que, também, a disponibilidade de recursos para o setor privado aumente.

Portanto, é um conjunto de medidas, e estamos todos trabalhando nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Isto ainda não está acontecendo. O que V. Exª afirma – e, aí, méritos para V. Exª e, portanto, para o Governo – é que, nos últimos tempos, o Banco Central nunca baixou tanto a taxa da Selic como agora. Mas isto ainda não é acompanhado lá embaixo. Ao contrário. O que assistimos e o que a população assiste é que as instituições financeiras – os bancos – cobram, quase ao seu bel-prazer, taxas e mais taxas por tudo aquilo que se faz e apresentam o maior lucro de todas as atividades econômicas. O senhor pode consultar no Balanço que está lá. Acho também que não podemos nos enveredar – vou fazer aqui este comentário – de achar que fazendo leis iremos resolver o problema. Estou relatando a Lei de Falências e Concordatas e penso que ela pode contribuir minimamente, porque tudo que se fala é para baixar o **spread** bancário aqui embaixo, mas ninguém tira dinheiro de banco sem uma grande garantia. Portanto, isso não depende só do Legislativo, mas também de o Banco Central e as autoridades econômicas conversarem ou estabelecerem regras para as instituições financeiras, que não precisam ser leis, porque, a permanecer dessa forma, pensaremos que vamos solucionar tudo por meio de lei e, então, as coisas não se resolverão. É um pequeno comentário que faço. V. Exª terá oportunidade de demonstrar-me o contrário. Antes gostaria de fazer outras perguntas, porque senão os companheiros vão ficar muito bravos comigo.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio e, a seguir, ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Prezado Dr. Henrique Meirelles, V. Exª conhece, aliás, o meu ponto de vista básico. Já tivemos ocasião de conversar pessoalmente sobre ele. Não faço críticas ao regime de superávits primários. Entendo que essa é a forma de primeiro deter a avalanche de crescimento de deterioração da relação dívida/PIB. Não critico o sistema de metas de inflação, por entender que é uma das formas testadas em vários países e mais eficazes para se conter esse mal, esse drama. Não contesto a política de superávit fiscal. Já me referi a ela, até elogiando e compreendendo a política de superávit. Não contesto a política de acordos internacionais. Ou seja, a idéia de o Governo buscar credibilidade internacional, inserindo-se no campo da sociedade de economias globalizadas como um País crescentemente confiável. Portanto, em relação a essa questão fechamos integralmente.

Mas faço uma crítica à política econômica do Governo que vai ao detalhe, nem de leve se parece com a de certos aliados do Governo. Não quero, de forma alguma, nenhuma subversão do que está aí. Isto para mim é o básico. O diagnóstico é correto. O medicamento é correto. Questiono um pouco a dosagem. Entendo que é bom o Banco Central ser conservador. Se ele não o fosse, causaria espécie a mim. É bom o Banco Central ser conservador. Porém gostaria de saber se, sem correr nenhum risco, nem calculado, foi tudo feito de acordo com o melhor caderno.

Por exemplo, tenho aqui alguns dados. Lembro a crise de 1999, quando houve uma agravante interna que foi a sobrevalorização do real e uma crise de fora para dentro, sistêmica, que abateu o Brasil. O então Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, em um gesto corajoso, elevou a taxa de juros para 45% em março e, em julho, baixou-a para 19%. Ou seja, não houve risco.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) (Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Foi o Gustavo. Não, creio que foi o Armínio Fraga. Mas, de qualquer maneira, o Senador Aloizio está-me trazendo detalhes. Já faz muito tempo. Não sei se cabia não se ter elevado a taxa de maneira drástica naquele momento, quando todo o esforço de estabilidade econômica estaria em xeque. Mas o fato é que, uma vez as condições se apresentando para que o rebaixamento da taxa de juros se desse, isso foi feito de maneira rápida e acentuada.

Na transição política, negociaram os dois Governos, o que saía e o que entrava, que seria justo passar a taxa, em dezembro, de 22% para 25%. Digo a V. Exª

a que ponto quero imprimir sinceridade na crítica que vou fazer e na ponderação que lhe levo. Em janeiro, quando o Governo estava enunciando seu caminho para conquistar a credibilidade, eu imaginava que o Copom fosse aumentar o percentual de 25% para 26%. Ou seja, eu torcia por um aumento de juros de 1% e não de 0,5%. Achei que aquele 0,5% foi um pouco político, foi um pouco do tipo: "Puxa vida! Vou entrar e vou dar logo". Aliás, o Presidente Lula chegou a dizer algo parecido com isto na Imprensa, à época: "Vou entrar e logo eu vou aumentar juros?" O Presidente estava ainda com aquela idéia de que homem bom não aumenta juros, nem que precise.

Em fevereiro, o Banco Central aumentou, a meu ver, também acertadamente, um ponto, 26,5%. E eu imaginava que, se tivesse colocado as cartas na mesa – de 25% vai para 26% –, talvez não tivesse que mexer para 26,5% no mês seguinte.

Com as medidas iniciais tomadas pela equipe econômica do Ministro Antonio Palocci e por V. Sª, pelo prestígio que o Presidente Lula deu à equipe econômica liderada por V. Sªs, eu imaginava que seria possível sinalizar com algum abaixamento das taxas de juros em abril, até porque se fazia a anualização da inflação e se via claramente que ela poderia ser controlada. A meu ver, demorou-se a abaixar as taxas mais do que se podia e sem risco, ou seja, não teria havido risco daquela forma.

Eu pregava também que, dentro desses mesmos pressupostos, se tivesse fechado o ano com uma taxa Selic menor, se pudesse ter antecipado o que depois se mostraria inevitável, com essa Selic menor teríamos poupado em estoque de dívida e teríamos estimulado psicologicamente e de fato a atividade empreendedora. E não haveria riscos. Estou tentando trabalhar exatamente dentro da ortodoxia, que acho que aqui cabe. Não penso que se tenha que fazer invenção alguma. Não entendo que o receituário pudesse ser diferente. Não falo em nome do meu Partido, mas em meu nome pessoal. É uma convicção que tenho, como homem curioso nessa matéria.

É um outro momento de crítica: nas três últimas atas do Copom, a meu ver, duas explicaram o erro da primeira. A primeira falava de uma inflação que, visivelmente, aos olhos da maioria dos analistas, estava sob controle, mas o Copom, a meu ver, laborou em erro, ao dizer: "Aqui, a inflação está ameaçando, por isso mantive a Selic em 16,5%". A outra ata ficou escrava dessa, e a outra ficou escrava dessa última. E isso me surpreende mais, porque toda a minha análise me levava a crer que, em função de uma ata se ligar à outra, que se liga à outra ainda, essa lógica levasse a não rebaixar nem em 0,25% no último Copom. Eu dizia: "Puxa vida, eles agora estão escravos, têm que se livrar desse ciclo vicioso". E, assim, tanto quanto me pareceu político aumentar pouco numa hora em que eu imaginava que devia aumentar mais, pareceu-me político se ter baixado 0,25%, quando o mercado imaginava que a lógica mandava não baixar, embora o mercado e a Nação reconhecessem que cabia a baixa dos juros.

E aqui quero elogiar o trabalho de V. Sª e o da equipe do Ministro Palocci. Não vejo risco de o Brasil ficar fora das metas traçadas para a inflação. O **inflation targeting** estabelecido será atingido, não sei se exatamente na média. V. Sª diz com muita propriedade: "Estamos raciocinando com 6% de inflação. Portanto, por que não perseguir o coração da meta?" Mas entendo que atingir, com êxito, as metas de inflação significaria qualquer coisa entre 5,5% e 8%.

Entenda bem que não estou dizendo para irmos para 8%, porque poderia ser meia gravidez: termina o filho nascendo. Não sou a favor de irmos para 8%, porque poderia degringolar para 10% ou 12% e galopar. Porém, entendo que o Governo pode ter sido cauteloso demais, enxergando uma inflação que, em algum momento, foi muito resistente no núcleo, depois nem tanto assim. Começamos a perceber a queda de inflação no próprio núcleo sob qualquer sistema de médias amparadas. Como quer que se analisasse o núcleo inflacionário, via-se que o trabalho de V. Sªs era um trabalho hesitante sobre esse campo.

Sr. Presidente, peço um pouquinho mais de paciência a V. Exª, para dizer que são essas as minhas discordâncias.

No mais, digo: não poderia nunca culpar V. Sª e nem o Ministro Palocci por isso. Entendo que, se tivessem tido mais peso para influenciar as políticas microeconômicas do Governo, por exemplo, tornando mais confiáveis os marcos regularizadores – até hoje não estou tranqüilo com relação a isso, assim como não devem estar tranqüilos os investidores –, teríamos tido um pouco mais de crescimento econômico.

Ao meu ver, se tivéssemos visto mais ações de governo, mais funcionamento da máquina administrativa, isso teria ajudado a corroborar um crescimento econômico superior. Se tivéssemos visto algo diferente de um certo terceiro-mundismo que, vejo, está impregnando a cabeça do Presidente Lula quando trabalha política externa, teríamos criado um ambiente mais propício para investimentos.

Por isso, entendo que, tendo dado o remédio correto, mas em intensidade menor e com certo retardo quanto ao **timing** na questão dos juros, junto com as outras medidas microeconômicas e administrativas – e acabou atrapalhando a crise ética – o Banco Central

até deu sorte. Ou seja, no momento em que mais foi cauteloso, surgiu o caso Waldomiro, que o BC não podia adivinhar. O Banco Central poderia até dizer: "Estão vendo como agi certo?" Mas ele não poderia prever que viria a instabilidade causada pelo caso Waldomiro.

Então, avalio esse conjunto com uma certa timidez no macro, falta de lucidez no micro e inação administrativa, além do terceiro-mundismo. Tudo isso desperdiçou, a meu ver, um pouco de um ano de liquidez excepcional no mercado internacional, que se repete este ano, quando também estão havendo complicações.

Não prevejo lua-de-mel em 2005, até porque, com qualquer resultado, percebe-se que haverá uma retomada de crescimento dos juros americanos e, quem sabe, até dos japoneses, em função da recuperação econômica dos dois países. O Japão já começa a se mexer, deixa de ser um elefante inerme para voltar a ser uma economia dinâmica, já que cresce 2,5% este ano.

Portanto, considero que V. Sª tem razão quando diz que este ano haverá crescimento de 3% a 4% em relação a algo muito deprimido, uma reposição cíclica.

Pergunto: V. Sª concorda que o desafio do seu Governo não é 2004, mas 2005 e 2006? Concorda que não está criado um clima propício para o investimento e que está difícil aumentar a taxa de investimentos? V. Sª concorda em que, se não aumentarmos fortemente a taxa de investimentos, vamos empacar no crescimento e oferecer, ao final de quatro anos, algo que não convencerá?

Por outro lado, V. Sª sabe que não precisa se assustar comigo. Sou Líder de um Partido de oposição e, no entanto, tenho muita compreensão com o trabalho de V. Sª e elogios a fazer. Contudo, a própria base aliada tem divulgado manifestos, como foi o caso do PMDB e do PL. Pergunto se V. Sª não sente riscos de retirada do tapete político da sua política na medida em que se avolumam descontentamentos contra o Governo, jogando – com certeza, até com injustiças – contra a equipe econômica desacertos que talvez caibam menos a ela do que a quaisquer outros setores do Governo, que vejo na inação.

No mais, Sr. Presidente, agradeço.

Registro que recebi agora do Líder Aloizio Mercadante uma gentileza. S. Exª mandou-me uma xícara de uma sopa que toma, mas não sei se S. Exª colocou algum soporífero, mas o fato é que estou muito tranqüilo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só para esclarecer, porque fui citado.

Não coloquei nem maracujina. O que acalmou o Líder Arthur Virgílio foi a consistência dos dados e da apresentação do Dr. Henrique Meirelles. Não foi a minha sopa, mas acho que em toda reunião agora vou oferecê-la, porque o Líder está bem melhor com a sopa do que sem ela.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – É o Governo dando sopa para o Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Enquanto for maracujina está bom.

Com a palavra, o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, eu gostaria de manifestar minha gratificação por verificar, no que diz respeito ao Banco Central, que as discordâncias do Senador são bem pequenas. Estamos falando aqui de 0,5%, em janeiro de 2003, um mês de antecipação no corte. Sr. Presidente, considero, de fato, um elogio enorme, porque isso faz parte da margem de debate normal que existe, inclusive em qualquer meio técnico. Não existe na economia decisão que seja absolutamente consensual e perfeita, porque os dados, obviamente, não oferecem essa margem de precisão.

De qualquer maneira, gostaria apenas de fazer alguns comentários – se o Senador me permite – em relação, em primeiro lugar, ao período de 1998/1999. Não há dúvida de que, naquele momento, houve uma circunstância completamente diferente da de hoje, quando o Brasil entrava no regime de flutuação cambial. O Banco Central, prudentemente, elevou a taxa a 45%, que, claramente, era muito alta. Portanto, tinha de baixá-la rapidamente. Assim, não há nenhum tipo de abordagem diferente. Se tivéssemos julgado, por exemplo – felizmente, não foi o caso –, em janeiro de 2003, que deveríamos elevar a taxa para 45%, certamente teríamos voltado com essa taxa rapidamente, porque não haveria justificativa para se manter uma taxa de tal magnitude.

Dito isso, passando ao ano passado, é importante notar, quanto ao 0,5% e, depois, 1%, que já tínhamos tido – o Senador colocou muito bem – uma parte disso como resultado de um trabalho de transição da Diretoria anterior do Banco Central para esta, que foi extremamente cooperativa. Foi uma transição muito bem-feita, em que trabalhamos em parceria. O Banco Central, de fato, subiu a taxa em 7% no final do ano de 2002. Quer dizer, subiu 3% em outubro, 1% em novembro e 3% em dezembro. Quando assumimos, evidentemente, levamos em conta o fato de que a taxa já tinha subido 7%. Isso me relaciona a essa decisão de janeiro deste ano.

Existe uma norma clássica do Banco Central, segundo a qual isso funciona muito como em uma casa onde a caixa da água quente esteja muito longe da torneira e do chuveiro. Assim, quando se abre a torneira

de água quente, a água não esquenta imediatamente. Quem está tomando banho sabe que a água quente está vindo e que, em alguns momentos, é prudente parar um pouco de girar a torneira e esperar que tudo que venha no encanamento chegue, para então concluir se deve continuar ou não o giro da torneira. Isso se justifica em movimentos de alta – como foi o caso daquele movimento – e movimentos de baixa. Isto é, no momento em que houve 7% de aumento num período muito curto, de outubro a dezembro, era uma atitude absolutamente prudente, que se revelou correta posteriormente, de testar o 0,5%, depois o 1%. Foi uma atitude correta porque a história mostrou que não precisamos subir valores muito altos posteriormente. Esse é um aspecto muito importante.

Em relação ao momento da queda, trata-se de uma questão muito interessante e que tem uma grande qualidade de debate intelectual e de teoria de política monetária, Senador. Se olharmos os dados que mostrei durante a apresentação, veremos que a expectativa de mercado para a inflação do ano de 2003 veio relativamente estável até abril, acima de 12%, e começou a cair levemente. Quando o Banco Central não cortou a taxa em abril, e, depois, não a cortou em maio, os agentes formadores de preço entenderam que o Banco Central de fato estava comprometido com o regime de metas, e, naquele momento, a expectativa de inflação caiu rapidamente, o que permitiu que a flexibilização de política monetária pudesse ser iniciada já no mês de junho – e aí, sim, numa trajetória descendente de 10% até dezembro. Portanto, uma trajetória de muito sucesso.

Do nosso ponto de vista, Senador, foi um movimento de sucesso. Se tivéssemos antecipado aquele corte para abril ou maio, possivelmente, não teríamos tido a oportunidade de baixar a taxa como baixamos, com a expectativa de inflação já devidamente ancorada.

Dito isso, lembro ao Senador que muitos daqueles solicitavam – a maior parte dos analistas, líderes empresariais ou sindicais e outros – cortes na Selic e pediam uma Selic, no final do ano, a maior parte das demandas, em termos de 18%. Alguns até diziam que demandavam uma Selic de 20% ou abaixo, e os mais agressivos falavam em até 18%. Portanto, a Selic a 16,5%, na realidade, atingiu um patamar inferior ao que se esperava no primeiro semestre, com exceção de algumas pessoas. Na realidade, de novo, isso mostra uma trajetória de sucesso.

Portanto, aquilo que se chama de conservadorismo, em termos de Banco Central, não é um insulto. Muito pelo contrário, é um elogio, porque um Banco Central que não tenha esse tipo de adjetivo certamente não terá condições de exercer uma política com sucesso.

Terminando, com relação à decisão deste mês de março, ela apenas demonstrou que o Copom não estava prisioneiro ou escravo da ata, mas está tomando as decisões de acordo com os melhores dados disponíveis, como está muito bem-especificado pela ata divulgada hoje.

O Banco Central, depois de um corte de 10%, sinalizou uma parada para verificar como iriam se comportar os diversos tipos de preços e atividades. Em função disso, retomou a sua reunião em fevereiro e tomou de novo a sua decisão em março. Em resumo, o Copom demonstrou que não há constrangimentos à decisão, sempre tomada de acordo com as melhores informações do momento.

Como o Sr. Presidente está fazendo uma certa sinalização de brevidade, em relação a 2005/06, apenas vou dizer que não há dúvida de que precisamos, todos no Brasil, fazer um esforço muito grande nesses diversos aspectos, para que aumentemos o volume de investimentos e o grau de aumento da capacidade produtiva da economia brasileira.

Na realidade, com isso, atendendo aos apelos do Sr. Presidente, vou-me ater meramente às responsabilidades do Banco Central.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer um comentário de meio minuto.

Não vejo, sinceramente, que o Brasil não possa testar juros reais de 8%, dentro de todo o quadro de acertos – e alguns equívocos, a meu ver – praticados pela política de V. Sª, que tem mais acertos do que equívocos. Não entendo seja sequer merecedor de se chamar isso de ousadia, porque penso seja possível trabalhar-se com juros reais de 8% a curto prazo.

Outra observação, Sr. Presidente, agradecendo a paciência com que V. Exª sempre me distingue, registro a minha boa fé aqui. Elogiei aqui o Ministro Antonio Palocci e o Presidente Henrique Meirelles e espero não ter melindrado o Ministro José Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella. É preciso que se registre a homenagem que S. Exª está prestando à sua pessoa, Dr. Meirelles, porque não é membro desta Comissão e esperou pacientemente até agora para poder conversar com V. Sª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, foram quatro horas e quarenta e seis minutos aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quarenta e sete minutos. Estou marcando o tempo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Não podemos deixar de elogiar o Presidente do Banco Central por este momento tão didático que dá ao Senado Federal.

Sr. Presidente, serei breve. Sou do Partido Liberal. O Vice-Presidente tem sempre feito uma pregação sobre os juros. É um empresário vitorioso, um homem que conhece muito o mercado. Inegavelmente, a sua palavra tem peso. Nós, do Partido Liberal, acreditamos que, neste momento, o conservadorismo do nosso Governo talvez passe um pouco por uma insensibilidade.

É certo que o Presidente Lula, no princípio do seu Governo, sempre dizia que não podia errar. Penso que esse medo de não poder errar talvez nos leve a errar. É claro que confio em V. Sª. Com todos os instrumentos que tem e com a sua bagagem internacional, V. Sª saberia corrigir possíveis erros de trajeto, de políticas um pouco mais ousadas.

Gostaria de fazer uma pergunta para V. Sª me responder "sim" ou "não". V. Sª tem uma habilidade fantástica e responde apenas aquilo que acha que deve responder. Penso que o Presidente do Banco Central tem de ser assim mesmo.

Na história do capitalismo, V. Sª já presenciou uma transferência maior de recursos do que essa que estamos fazendo no Brasil? E isso se dá não só pela regressividade dos programas sociais – temos uma regressividade tremenda quando gastamos dinheiro para ajudar os pobres –, mas também por esses US$150 bilhões que pagamos. Remuneramos os credores do Governo.

No Brasil, hoje, somos 170 milhões de brasileiros, e dez milhões de famílias têm R$1 milhão, R$2 milhões, R$3 milhões para investir no banco. Às vezes, as pessoas falam que os bancos ganham muito dinheiro, mas, na verdade, o banco tem a taxa de administração. Os credores da dívida pública, que são dez milhões de famílias, receberam US$150 bilhões, dinheiro esse arrecadado de impostos, de pessoas, na sua grande maioria, em uma situação financeira muito ruim.

V. Sª já viu na história do capitalismo uma transferência tão grande de recursos dos pobres para os ricos?

O Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, na abertura da Conferência Anual da ONU em 2002, disse que, desde 1997, havia um fluxo negativo de recursos financeiros dos países ricos para os países pobres. Ou seja, os pobres estão mandando dinheiro para os ricos. Aqui, no Brasil, é a mesma coisa, Sr. Presidente.

V. Sª disse assim: "Precisamos crescer, mas não podemos crescer com inflação. E, para não crescermos com inflação, temos de crescer em nossa capacidade produtiva". Mas essa capacidade de produção de nossa indústria não tem demanda. Não há demanda, Sr. Presidente.

Dizem os jornais que os empresários têm 800 bilhões para investir, mas não investem, porque não há demanda. Não se constroem hotéis, as companhias aéreas estão fazendo fusão, porque não há demanda. Mesmo aqui – sou engenheiro civil –, a nossa lei para incrementar a construção civil, que está tramitando na Câmara dos Deputados e deve estar chegando aqui na próxima semana, trata de afetação para construção de condomínios, para atender a classe média.

V. Sª falou: "Estou penalizando os bancos que não financiam imóveis". V. Sª sabe que esses recursos, quando canalizados, vão para a classe média.

E falamos do déficit de 6 milhões, mas dos pobres. Esses pobres não se beneficiam com microcrédito, porque, para ter microcrédito, é preciso ter salário e emprego. O povo está desempregado.

Falando em desemprego, Sr. Presidente, o último Censo do IBGE, de 2000, que mediu o Brasil, não as principais capitais – esse mensal é de seis capitais –, dava 15,8% de desemprego. Seguramente, devemos estar hoje com 18%, mas o subemprego, segundo o IBGE, está em 13%. Sr. Presidente, 18% mais 13% dão um pouco mais de 30%. Com desemprego a esses níveis, nasceu o fascismo na Europa ou o franquismo ou o nazismo.

Essa é a preocupação que quero passar a V. Sª: enquanto estamos fazendo uma transferência de recursos às classes mais privilegiadas, estamos massacrando, pelo desemprego, as camadas mais pobres de nosso País. E é essa a preocupação que repousa sobre os ombros de V. Sª.

A minha é uma pequena parcela, porque sou base do Governo, tenho votado o tempo todo com o Governo, mas compreendo que o meu papel, a minha responsabilidade, é alertar, como estou fazendo agora.

Peço a V. Sª que pondere sobre o investimento do Governo: essa demanda precisa ser do Governo, que deve gastar esse superávit. A Itália já teve dívida de 130% de seu PIB, Sr. Presidente. As pessoas dizem que nosso Governo precisa gastar menos, mas penso que o Governo precisa gastar melhor. Compara-se com a dona-de-casa, que só pode gastar quanto seu marido ganha. Não é verdade. A dona-de-casa gasta mais. Ela gasta com crédito! Não existe capitalismo sem crédito, Sr. Presidente. O crédito move o capitalismo.

Faço este apelo a V. Sª, como membro da base, como sua torcida fiel. Ninguém mais torce para V. Sª fazer uma grande política do que eu. Sou até candidato às eleições municipais do Rio de Janeiro, e quero lhe dizer como é perigosa a política de juros altos. V. Sª sabe que na cidade do Rio de Janeiro somos quase 6

milhões de pessoas. Nos três primeiros anos do Governo municipal V. Sª sabe qual foi o maior rendimento e a maior receita da Prefeitura? Se V. Sª disser ISS, estará errando; IPTU, estará errando também; Fundo de Participação dos Municípios, erra também. Recursos de aplicações financeiras.

Sr. Presidente, minha cidade, o Rio de Janeiro, que tem um Prefeito economista e um Secretário de Saúde banqueiro, conseguiu, em aplicações de recursos de financeiros, mais do que com qualquer outro imposto. E eles guardaram, nos três primeiros anos, para fazer obras eleitoreiras no último ano. Mas esse tipo de política sacrifica demais a saúde, a educação e a geração de empregos, porque as pessoas são tentadas a aplicar mais e mais para conseguir mais rendimentos.

Com este pequeno pronunciamento, eu queria dividir com V. Sª a responsabilidade que todos sentimos nesta Casa. Votamos todas as reformas, algumas violentas. V. Sª não imagina como andavam por esses corredores os funcionários públicos, e até juízes, magistrados, procuradores, que mostravam desespero diante da reforma. Depois, vieram os empresários. Todas as reformas foram aprovadas. A água quente ainda não chegou. Estamos tomando banho frio, gelado, e estou com medo de ficar com pneumonia.

Por isso, peço a V. Sª que pondere esse aspecto, pois V. Sª é fundamental nesse processo. Demanda precisa vir do Governo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não. Senador, eu gostaria de lhe assegurar – acredito que V. Exª sente e sabe disso – que este é um Governo extremamente sensível à questão social. Não devemos, em alguns momentos, confundir responsabilidade com insensibilidade. Vou lhe dar o exemplo de uma situação como essa por que passei num determinado momento. As pessoas dizem que brinco muito usando as analogias médicas, portanto, as analogias do Dr. Palocci. Mas esta não é dele, é uma experiência pessoal.

Logo após eu ter assumido esta posição, Senador, sofri um acidente, quando estava representando o Brasil num evento internacional e quebrei o tornozelo. Como estava dolorido, fui imediatamente levado ao médico. Quando o médico olhou, notei que ele havia sentido a minha dor, e as dificuldades que eu teria que enfrentar. Imaginem uma pessoa que está assumindo um cargo, quebra o tornozelo e tem que fazer uma cirurgia. Ele me deu duas notícias, e uma delas envolvia uma decisão. A primeira notícia era a de que eu teria que fazer uma operação. Ele não deu essa notícia com satisfação; ele deu essa notícia com uma dor na expressão, mas disse-me que era responsabilidade dele dizer isso imediatamente, que era uma operação complexa, que eu tinha tido fraturas múltiplas. Em segundo lugar, Senador, ele me disse o seguinte: "Olha, se o senhor se operar na próxima hora, as chances de sucesso aumentam; se o senhor não se operar na próxima hora, primeiro, o senhor vai ter que aguardar no mínimo uma semana até que o pé desinche, depois de ter inchado, e as chances de sucesso diminuem um pouquinho. Não muito, mas diminuem um pouquinho". E eu disse: "Qual é a sua sugestão?" Ele disse: "A minha sugestão é que o senhor se opere imediatamente."

Olhando sob um determinado ponto de vista, Senador, poderia parecer uma insensibilidade daquele médico me dizer que, naquele momento, eu teria que me operar e que quanto mais rápido melhor. Mas eu senti que existia uma absoluta sensibilidade, existia uma responsabilidade para com o paciente, no caso, a minha pessoa. Então, tomei a decisão de me operar.

Foi uma decisão acertada e, felizmente, eu me recuperei completamente, apesar de ter passado por um período de muita dificuldade, muito dolorido.

Portanto, em alguns momentos, temos que tomar uma posição de responsabilidade. Não há dúvida de que todos temos uma ansiedade enorme para crescer no Brasil, temos uma ansiedade enorme de atender todos os programas sociaisl, temos uma ansiedade enorme de resolver alguns problemas que datam de séculos, outros de décadas. Mas temos que tomar as medidas melhores possíveis, as mais eficientes possíveis para fazer com que o País cresça, que os empregos sejam gerados, que o crédito aumente, como o senhor colocou muito bem, e que o governo tenha a arrecadação pública também aumentando, permitindo aos Governos Federal, estaduais e municipais investirem em programas sociais, além de programas de infra-estrutura.

Essa mesma analogia eu faço em relação ao medo de errar. Na minha carreira profissional, nunca tive medo de errar. Sempre assumi riscos muito importantes em toda a minha carreira profissional e eu não teria conseguido sobreviver na minha profissão anterior se eu não tivesse condições de assumir riscos. A experiência e a vida nos indicam que é importante assumirmos uma dose de risco que tem uma boa probabilidade de dar certo. Quer dizer, devemos separar muito bem que responsabilidade não é necessariamente medo de errar. Responsabilidade é simplesmente termos consciência de que devemos tomar as decisões que tenham uma probabilidade maior de dar certo. Se errarmos, o custo será pago pelo povo

brasileiro. Portanto, temos que ousar sim, mas dentro de uma margem de erro, dentro de uma probabilidade de acerto que permita ao Brasil crescer.

Eu gostaria de mencionar um dado muito importante. Um erro perigoso que às vezes se cometeu no Brasil e se já cometeu em outros países é achar que a política monetária vai resolver todos os problemas do País. Não vai, Senador, feliz ou infelizmente. A política monetária pode simplesmente assegurar a estabilidade da moeda e criar as condições para um crescimento.

O País, para crescer a taxas maiores, tem que endereçar uma série de medidas fundamentais, que já comentamos aqui, e a mesma coisa diz respeito à questão que V. Exª coloca, da distribuição de renda no País. De fato, a distribuição de renda é uma preocupação fundamental deste Governo e estamos trabalhando, certamente, para criar condições de geração de emprego e de programas sociais.

No caso do crédito, gostaria de mencionar alguns programas específicos: o programa do microcrédito, por exemplo, que propicia a pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho irem a um banco e abrirem uma conta, não só com um procedimento simplificado, mas tomando empréstimos a taxas de 2% ao mês. Portanto, esse é um programa que já está em andamento. Precisa ser mais bem divulgado talvez, mas é um programa importante. Existem outros programas de microcrédito complementares a esse. Para aqueles que estão no mercado de trabalho formal, por exemplo, o sistema de consignação em folha de pagamento tem trazido as taxas de juros para patamares entre 2% a 3,5% ao mês, portanto muito menores que no mercado. Isso significa um ganho enorme para as pessoas que possam ter acesso a isso e envolve, no caso da consignação em folha de pagamento, um acordo entre a central sindical, a empresa e o banco, visando a dar oportunidade aos funcionários daquela empresa específica para ter acesso a isso.

Não me vou alongar aqui numa série enorme de outras medidas, apenas para mencionar ao senhor que existe essa preocupação, por isso estamos fazendo esse trabalho, com esse nível de empenho e seriedade, para que o Brasil posas criar empregos, crescer e ter recursos públicos para investir em política social, agora e no futuro, se aumentar os investimentos e, idealmente, conforme V. Exª menciona, gastar com eficiência.

Em relação ao superávit, eu diria que gastá-lo significa alguns custos importantes, como, por exemplo, aumentar a dívida pública e, em conseqüência, o custo do financiamento da dívida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, não há mais nenhum orador inscrito.

Antes de encerrar a presente reunião, quero cumprimentar V. Sª e dizer que concordo quando diz que só a política monetária não vai resolver o problema de crescimento de emprego e de renda.

Penso que só faltou uma coisa, que essa também está por conta do Governo, que, no meu entender, não fez a sua parte: gastar menos. O Governo está gastando mais, a verdade é essa. Gastou no ano passado, segundo estatística do IBGE, 0,6% a mais, e os investimentos públicos também têm caído profundamente no Brasil.

Não posso deixar, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, de manifestar meu ponto de vista. É um conjunto de fatores, e não só as leis podem resolver o problema.

Resulta desta reunião, Sr. Presidente, importante avanço por parte do Governo e do Congresso Nacional. É importante essa convivência, essa presença mais freqüente das autoridades do Poder Executivo, principalmente da área econômica, no Senado da República. Isso foi inaugurado e merece nossos aplausos.

Não estamos aqui para concordar, mas para falar com a mais absoluta sinceridade, como todos o fizeram, porque é assim que podemos encontrar o denominador comum, que é o ideal de fazer esta Pátria mais justa e humana.

O Senador Eduardo Suplicy me lembra que o último acordo do Fundo Monetário Internacional foi realizado em novembro passado, como V. Sª falou, e, pela Constituição brasileira, é importante que as informações sobre esse acordo cheguem ao Senado da República. Já estamos no mês de março, e elas ainda não chegaram, daí por que S. Exª pede essa informação. Peço a gentileza de levar esse pedido de informação ao Ministro da Fazenda, Antônio Palocci.

Quero também dar uma informação importante a V. Sª e ao Líder do Governo nesta Casa, Senador Aloizio Mercadante: hoje batemos o recorde, não de horas de debate, mas de presença de Senadores. Começamos esta reunião até meio aflitos, porque quem convida tem que receber bem, e estávamos com receio do comparecimento, apesar da importância de V. Sª, devido a outros afazeres nesta Casa. Contei até os minutos e agora os perdi, mas não a contagem de Senadores presentes. A nossa Comissão, Presidente Henrique Meirelles, é composta de 27 Senadores; compareceram 36 Senadores para ouvir V. Sª e debater.

Na próxima terça-feira, receberemos o Ministro da Fazenda, Dr. Antônio Palocci, o que considero importantíssimo. Agradeço o cavalheirismo de V. Sª e sobretudo, apesar de discordarmos em algumas coi-

sas, a sinceridade com que conseguiu transmitir, pelo menos a mim, seus pontos de vista.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não vou encerrar a reunião, porque o Senador Eduardo Suplicy pede a palavra pela ordem, o que indica que alguma coisa importante vem.

Mas quero lembrar que já começou a sessão plenária: são 15h07min.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, nós muitas vezes insistimos com o Ministro Pedro Malan para que sempre encaminhasse para cá os diversos acordos com o Fundo Monetário Internacional, que precisam ser apreciados e aprovados pelo Senado Federal.

Tendo o Presidente Henrique Meirelles – , que é um dos que assinam esse acordo, juntamente com o Ministro da Fazenda e o Presidente da República – informado que em novembro último foi assinado o acordo, e porque há inovações importantes que explicou e que o Ministro da Fazenda também esclarecerá na próxima terça-feira, é importante lembrar ao Ministro da Fazenda de fazer o encaminhamento da mensagem ao Senado Federal, para nossa apreciação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Sr. Presidente, Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sª é nosso convidado e tem direito de falar.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de prestar um esclarecimento formal, mas não há dúvida de que, independentemente disso, levarei ao Ministro Palocci a sua requisição, Senador. Sob o ponto de vista formal, o que chamamos de acordo com o Fundo, neste momento, é nada mais do que o exercício de um direito de saque previsto no ato constitutivo do FMI. O Brasil é signatário do acordo, que foi ratificado pelo Congresso nos anos 40 a 50. Sendo assim, formalmente, esses chamado acordos não são enviados normalmente ao Congresso.

Esse é o aspecto formal, que estão me informando neste momento. Mas vou levar sua solicitação, a sua requisição, ao Sr. Ministro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a presente reunião.

Até a próxima terça-feira, se Deus quiser.

(Encerra-se a reunião às 15 horas e 9 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em Trinta de Março de 2004, às 10:00 Horas, na Sala de Reuniões nº 19, ala Alexandre Costa.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia trinta de março do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Luiz Otávio, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, Demóstenes Torres, José Agripino, José Jorge, Antero Paes de Barros, Sérgjo Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Álvaro Dias, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima e Osmar Dias, e ainda, os Senadores José Sarney, Presidente do Senado Federal, Romeu Tuma, Primeiro Secretário do Senado Federal, e o Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados. Deixam de comparecer o Senador Valdir Raupp, tendo falta justificada em virtude de missão política no Estado de Rondônia, e a Senadora Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, a presente reunião tem como finalidade "discutir o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional – FMI, a Política Econômica, as decisões do Comitê de Política Monetária – COPOM, os meios para melhor expandir a economia, o crescimento do emprego, a melhoria da distribuição da renda, a erradicação da pobreza e demais objetivos de Política Econômica", em atendimento ao Requerimento nº 14-CAE/2004, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Tasso Jereissati, subscrito pelos Senadores César Borges, Rodolpho Tourinho e Paulo Octávio, com participação a do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci Filho. O Presidente, Senador Ramez Tebet, convida o Sr. Ministro para sentar-se à Mesa a fim de dar início à sua exposição. Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, autor do Requerimento, Tasso Jereissati, autor do Requerimento, César Borges, Antônio Carlos Magalhães, Álvaro Dias, Garibaldi Alves Filho, Fernando Bezerra, Roberto Saturnino, Aloizio Mercadante,

Pedro Simon, José Agripino, Sérgio Guerra, Renan Calheiros, Lúcia Vânia, Paulo Octávio e Arthur Virgílio. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas.

Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há número regimental. Declaro aberta a 7ª reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Não havendo objeção, declaro aprovada a ata, que será publicada no Diário do Senado Federal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de consultar V. Exª se, antes de iniciarmos a audiência com o Ministro Palocci, poderíamos votar um requerimento de minha autoria referente à convocação de diretores da Caixa Econômica Federal, tendo em vista que eles acabam de ser indiciados pelo Ministério Público. Seria muito importante que esta Comissão pudesse ouvi-los. Como esta semana não vai haver outra reunião e trata-se de um requerimento simples e do interesse de todos que esses diretores venham à Comissão, consulto V. Exª se concordaria em que votássemos o requerimento antes do início da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Jorge, pelo Regimento Interno do Senado, quando há convocação de Ministro, a Comissão não pode debater outro assunto a não ser o especificado.

É verdade que, graças ao relacionamento do Senado da República com as autoridades do País, o Ministro não está aqui na qualidade de convocado, mas de convidado. Porém, interpreto o Regimento da mesma forma e tenho solução para V. Exª.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto a Comissão, embora possa fazê-lo de ofício, porque há vários requerimentos e não só o de V. Exª, pelo menos duas matérias têm importância e vem o período da Semana Santa, que interrompe os nossos trabalhos. Pretendo, ao final dos trabalhos de hoje, propor uma reunião extraordinária para quinta-feira na parte da manhã, quando apreciaríamos, discutiríamos e votaríamos os requerimentos, inclusive o de V. Exª e outros que estão pendentes, e mais duas matérias, e na próxima terça-feira encerraríamos os trabalhos e V. Exª seria atendido. Teríamos, então, a reunião de hoje, uma extraordinária – se quiserem, já deixo convocada, se não houver qualquer obstáculo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu me sentiria atendido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se não houver obstáculo, já deixo convocada.

Consulto os Srs. Senadores. (Pausa.)

Então, convoco reunião extraordinária para a próxima quinta-feira, às 10 horas.

Hoje, como todos sabem, há uma expectativa no País, no Senado da República, pois vamos receber o Dr. Antonio Palocci Filho, Ministro de Estado da Fazenda, que já se encontra na Casa, com a finalidade de discutir o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, a política econômica, as decisões do Comitê de Política Monetária – Copom, os meios para melhor expandir a economia, o crescimento do emprego, a melhoria da distribuição de renda, a erradicação da pobreza e demais objetivos de política econômica, em atendimento a requerimento de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Tasso Jereissati, aprovado por unanimidade nesta Casa.

Considerando que devemos ser o mais breve possível e como o Ministro já se encontra na Secretaria da Comissão, peço à Senadora Serys Slhessarenko e ao Senador Delcídio Amaral que conduzam S. Exª ao plenário da Comissão.

De acordo com o art. 398 do Regimento Interno do Senado Federal, as normas a serem adotadas, embora do conhecimento de todos, obrigam-nos à repetição da explicação.

S. Exª o Ministro terá trinta minutos para fazer sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido, com preferência para os autores do requerimento.

O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Na reunião anterior, abreviamos para três minutos o tempo para interpelação, com igual prazo de resposta para S. Exª o Ministro Antonio Palocci.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Eu queria sugerir a V. Exª, uma vez que o Ministro apresentará projeções em sua exposição, que solicite a distribuição das transparências, para que possamos acompanhá-las.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Isso dependerá da assessoria do Ministro.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Não tenho em mãos, mas faço em poucos minutos.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, honra-nos, desnecessário dizer, a presença de V. Exª, ansiosamente aguardada. O convite lhe foi formulado, mas, como V. Exª teve que ir à Inglaterra, tão logo regressou, marcamos a reunião para o dia de hoje, ao que V. Exª está prontamente atendendo.

Creio que estamos inaugurando aqui, como tenho afirmado, uma nova etapa na vida do Poder Legislativo, porque as decisões econômicas são mais afetas ao Poder Executivo, com a mínima participação possível do Poder Legislativo.

Precisamos trabalhar mais em harmonia, em parceria. É preciso que o Legislativo se inteire mais das razões da condução da política econômica do País e, ao mesmo tempo, ofereça sugestões a V. Exª, que é o responsável pela condução da política econômica do País.

Concedo a palavra a V. Exª, para que dê início à sua exposição.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Bom dia a todos. Por intermédio do Senador Ramez Tebet, Presidente desta Comissão, eu queria cumprimentar todas as Srªs Senadoras e todos os Srs. Senadores aqui presentes.

Para mim, é uma satisfação atender ao convite formulado por esta Comissão. Peço desculpas por não ter vindo na semana passada, pois estava em viagem, mas eu disse ao Presidente da Comissão que estaria disponível nesta e em outras oportunidades, para dialogar com esta Casa, com o costumeiro nível elevado e de muita contribuição com os destinos do País.

Farei uma breve apresentação e, em seguida, ficarei inteiramente disponível para as questões que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras desejem apresentar em relação à política macroeconômica.

Se o Sr. Presidente me permite, hoje quero desenvolver as condições para s retomada do crescimento sustentável.

Acreditamos que a questão fundamental colocada para a economia brasileira é reunirmos condições, neste momento, para que o Brasil se conceda o objetivo, de médio e longo prazo, de acreditar em si mesmo, que os agentes econômicos possam construir, junto com o Governo e com a população brasileira, as condições de credibilidade para que a economia brasileira evolua de maneira salutar, de maneira eficiente, socialmente justa, neste e nos próximos anos.

Todo debate que estamos procurando realizar na agenda econômica de 2004 é no sentido de aumentar o PIB potencial brasileiro, ou seja, dar condições para que o Brasil não apenas cresça no ano de 2004, mas reúna condições para crescer de maneira sustentável ao longo dos próximos anos, para que seja tirado da economia brasileira o sentido que teve durante muitos anos de avanços e recuos, que fazem com que as decisões de investimentos sejam interrompidas, com que os programas sociais fiquem fragilizados, com que o orçamento público perca em matéria de sustentabilidade. Ou seja, todo o esforço que acreditamos ser necessário realizar no ano de 2004 é justamente o de aumentar a "musculatura" da economia brasileira, as condições fiscais do País, ordenar a evolução e a dinâmica da dívida pública, de maneira que o Brasil possa se dar ao objetivo do crescimento de longo prazo, com inclusão social, com respeito à oportunidade para todas as pessoas e com um desenvolvimento saudável da economia e da sociedade.

Destacamos como precondições para o crescimento econômico a estabilidade macroeconômica, a sustentabilidade fiscal e a sustentabilidade externa. Vamos aqui desenvolver as condições em que andam esses temas. Ao final, vamos discutir um pouco políticas ativas para expandir a taxa de crescimento de longo prazo do Brasil, incluindo, nesse caso, a redução de **spreads** bancários; a eficiência institucional; o empreendedorismo para um país de dimensão continental como o Brasil – os pequenos negócios têm extrema importância e precisam ser debatidos de maneira adequada –; o incentivo à inovação tecnológica; a modernização industrial, para dar competitividade e maior produtividade às nossas empresas, para que possamos estabelecer produtos de competitividade mundial; e, evidentemente, o conteúdo e a força das políticas sociais como um elemento essencial do processo de crescimento e não como uma questão à parte ao processo de crescimento.

Em 2002, encontrávamo-nos numa situação que nos levou a fazer escolhas importantes de definição de política macroeconômica. As precondições para a retomada do crescimento sustentável, em 2002, significavam o enfrentamento de questões que estavam diante de nós no final daquele ano e no início de 2003. Havia uma importante queda na absorção doméstica,

uma elevação das taxas de inflação, gerando queda da renda das pessoas, uma elevação da taxa de juros de mercado e uma saída significativa de recursos da nossa economia.

Esse quadro mostra a evolução rápida que tiveram os índices inflacionários acumulados em doze meses ao final do ano de 2002 e no início de 2003. O gráfico seguinte mostra a importante reversão na curva de inflação num período curto de tempo, o que nos pode colocar numa rota de crescimento sem inflação, uma opção que nos parece ser a mais importante neste momento.

Em seguida, damos uma idéia do comportamento das taxas de juros de mercado – aí é o **swap** de 360 dias –, das taxas nominais, dos índices anuais, no período em que houve uma crise de oferta no Brasil, no final de 2002, levando a taxa de juros de mercado a índices bastante altos e prenunciando um comprometimento importante do desenvolvimento do produto no período seguinte, como de fato se observou no primeiro semestre de 2003. Ao final de 2002, as taxas de juros de mercado se elevaram de maneira sistemática, progressiva, chegando a índices bastante altos, sinalizando um comprometimento do produto nos seis, sete ou oito meses seguintes, o que exigia da política macroeconômica medidas efetivas para a redução das taxas de juros. Essas medidas foram tomadas, como já discutimos em outras oportunidades aqui – não me quero estender nesse particular –, levando as taxas de juros de mercado, considerando como tal taxas de juros pré-fixadas de 360 dias, a índices que são metade daqueles observados no final de 2002.

O aumento da taxa de juros e da inflação em 2002 prenunciava, como eu disse, as dificuldades para a produção doméstica em 2003, que é o efeito defasado do aumento de taxa de juros de mercado sobre a atividade industrial, e, principalmente, uma erosão progressiva dos salários reais e queda na demanda doméstica.

A bolha de 2002 ocultava que a economia brasileira iniciava grave quadro de retração econômica, similar à enfrentada por outras economias emergentes, em decorrência da combinação de crise externa e dúvida sobre as perspectivas fiscais, traduzidas pela desvalorização acentuada do câmbio, aceleração inflacionária, elevação dos prêmios de risco doméstico e externo, incapacidade do Governo de rolar a dívida pública.

Se os senhores se lembram, no final de 2002, havia uma total dificuldade do Governo em rolar as suas dívidas e também da iniciativa privada, que teve suas taxas de rolagem reduzidas para menos de 40%.

Aqui é como se comportou o PIB de diversos países em crises semelhantes a que o Brasil enfrentou nos 12 meses seguintes. Em todos eles, há uma perda importante do PIB. O Brasil, por ter feito um ajuste duro e, portanto, de tempo mais curto, conseguiu fazer uma curva em que a perda do PIB do primeiro semestre começou a ser compensada já no segundo semestre do ano passado, elevando o nível de atividade a 1,5% no quarto trimestre em relação ao terceiro e evitando uma perda de PIB mais significativa.

Reverter a aceleração inflacionária de modo a estancar a perda de salário real e retomar a estabilidade de curto prazo era uma das questões fundamentais da política econômica.

Reduzir as taxas reais de juros de mercado para minimizar o impacto negativo da crise de 2002 o mais rapidamente possível e permitir a retomada da atividade doméstica ainda em 2003 era um dos nossos objetivos.

Reduzir as fontes de vulnerabilidade da nossa economia, incluindo aí assegurar a solvência externa, mudando a trajetória do balanço de pagamentos – vou demonstrar depois a evolução importante que teve nesse particular –; alongar a dívida pública com menor exposição cambial – também vamos mostrar os números relativos a isso –; garantir a sustentabilidade das contas públicas e aceitar as bases para o crescimento de 2004 e nos anos seguintes.

No passado, os desequilíbrios fiscais resultaram sempre em aumento de carga tributária, ou aumento de inflação, ou aumento da dívida pública e da taxa de juros. Todos esses mecanismos utilizados para financiar o desequilíbrio econômico brasileiro – muitas vezes, são mecanismos inevitáveis na política econômica – geram maneiras inadequadas de sustentar o equilíbrio fiscal. Por isso, optamos por fazer nossa política econômica ter, no seu centro, um comportamento fiscal adequado ao tamanho da crise que vivíamos, mas anunciar uma política fiscal ajustada, suficiente, para encarar a dinâmica da dívida necessária para o Brasil no longo prazo. Essa não é uma questão particular do Brasil.

No gráfico seguinte, podemos verificar que praticamente todos os países que têm **ratings** altos trabalham com superávits primários altos. A média dos países que têm os melhores **ratings** de risco são os países que fazem, em média, superávits elevados. Isso pode ser observado neste gráfico: a média de superávit praticamente se ordena numa evolução decrescente em relação a superávits primários e avaliação de risco, ou seja, a responsabilidade fiscal, o equilíbrio das contas públicas, a garantia que um país dá de que a sua dívida será ordenada, terá uma dinâmica ordenada ao longo do tempo e não apenas em um ano de crise, mas ao

longo do tempo, é aquilo que pode dar às pessoas, aos agentes econômicos, aos empresários e trabalhadores, aos investidores nacionais externos, a certeza de que é possível, necessário e adequado apostar no desenvolvimento do País ao longo do tempo.

A política fiscal tende a se ajustar aos gastos obrigatórios.

Aqui temos um gráfico que relaciona a população idosa, de 65 anos ou mais, em relação à população em idade de trabalho, de 15 a 47 anos, e os gastos com aposentadorias. Normalmente, os países que mais gastam com previdência são os países que têm população mais idosa. O Brasil, uma exceção na curva, tem elevado seus gastos com previdência de maneira bastante acentuada. No próprio gráfico tem uma comparação do Brasil com o próprio Brasil de 2002 para 1998, elevando bastante os gastos com previdência.

Embaixo um gráfico que mostra que o gasto efetivo com previdência aumentou com o fim da inflação, mas em benefício das aposentadorias. Na verdade, a inflação tem um caráter efetivo de corrosão dos ganhos das pessoas. Quando o Brasil combateu de maneira eficaz a inflação, ao longo do último período e no presente período, o valor das aposentadorias foi elevado de maneira significativa. Essa é uma questão fundamental para o equilíbrio fiscal do Governo.

Além disso, na elaboração da política macroeconômica do ano passado, decidimos que seria necessário combater os gastos públicos, mais do que elevar as receitas da União, ou seja, deveríamos reduzir os gastos. Por isso, fizemos um corte importante no Orçamento do ano passado, diminuindo os gastos de maneira bastante significativa.

V. Exªs sabem como é difícil realizar equilíbrios dessa natureza. Pareceu-nos, no ano passado e nos parece hoje, que não seria sustentável, como ocorreu em muitas situações semelhantes, nova elevação da carga tributária. Ela se encontra em tal nível que, se mantivermos pacotes tributários de elevação de carga para ajustes fiscais, poderá haver comprometimento efetivo da atividade econômica.

Então, optamos, no ano passado, por fazer o mais difícil a curto prazo, mas muito mais eficiente a longo prazo, que é cuidar das despesas públicas e não apenas aumentar as receitas mediante carga suplementar sobre as empresas e as pessoas físicas, na medida em que os equilíbrios resultantes de aumento de carga tributária significam, muitas vezes, o impedimento de uma evolução efetiva do quadro econômico.

Dessa forma as contas públicas, que sempre fecham, podem fechar de maneira saudável, quando temos um superávit primário compatível com as necessidades fiscais do País, ou podem fechar de maneira não saudável, a partir de financiamentos inadequados, como é o caso da inflação, do aumento de impostos ou de negociação traumática de dívida, que sempre levou a resultados muito negativos para os países que assim procederam.

Portanto, a nova política fiscal se baseou primeiramente em metas de longo prazo para superávit primário que garantam a queda na relação dívida/PIB e em um compromisso, conforme anunciado no ano passado e reafirmado neste momento, de não aumento da carga tributária do Governo Federal em relação ao ano anterior.

Há muito debate sobre o aumento ou não da carga tributária. Estamos reafirmando o compromisso de ordená-la para que ela não aumente nesse período, mesmo com as dificuldades fiscais que o Governo enfrenta. Portanto, as receitas apuradas pela Receita Federal, no ano passado, não aumentam a carga em relação ao período anterior.

Vamos verificar isso quando os números estiverem todos disponíveis. O IBGE ainda não divulgou o PIB nominal do ano passado. Quando esses números aparecerem, esses compromissos serão reafirmados e restabelecidos, porque os julgamos importantes para a evolução do quadro econômico brasileiro.

As implicações da nova política fiscal para a dívida pública podem ser notadas neste gráfico, onde vemos a redução do percentual da dívida que vence em 12 meses, no primeiro gráfico superior. Houve uma evolução, do final do ano passado até este ano, importante de queda da porcentagem da dívida que vencia em 12 meses e uma outra ainda mais importante da dívida cambial interna.

Este é um gráfico para o qual precisamos olhar com atenção, porque significa criar condições para que o Brasil enfrente cenários de dificuldade, ou seja, o nosso País, em semelhante oportunidade, elevou a sua dívida cambial interna para níveis bastante altos – chegou a algo perto de R$270 bilhões. Essa curva foi bastante reduzida no ano passado, dando condições muito melhores ao País para caminhar nos próximos anos, enfrentar cenários de dificuldades e garantir um processo de crescimento ininterrupto.

O próximo gráfico mostra uma evolução da dívida pública mobiliária federal interna, mais o **swaps** de dívida indexada a câmbio em valores dolarizados. Portanto, o efeito da redução da dívida cambial brasileira no ano passado não foi apenas de câmbio; foi uma redução efetiva dos compromissos do Brasil em moeda estrangeira, no que se refere à dívida mobiliária interna, mostrando, neste gráfico, que mesmo a dívida em moeda estrangeira teve uma redução bastante importante.

O próximo gráfico apresenta três questões fundamentais para as implicações, para a dívida pública, da política fiscal. O primeiro gráfico mostra uma evolução muito significativa dos títulos prefixados, ou seja, o Governo aumentou de maneira significativa os títulos prefixados no financiamento de sua dívida, melhorando o perfil dessa dívida. O gráfico abaixo e à esquerda mostra as taxas médias aceitas nos leilões do Tesouro Nacional de títulos prefixados e uma redução importantíssima dos índices aceitos, desde o início do ano passado até o início deste ano, praticamente reduzindo à metade os juros aceitos na negociação dos títulos. E o terceiro gráfico mostra a evolução, também significativa, elevando ao dobro do tempo o prazo médio da emissão de Letras do Tesouro Nacional (LTN) pelo Tesouro Nacional.

Isso só ocorre quando há confiança, quando não há medo de inflação. Confiança nas metas é a única forma de sair da dívida indexada à Selic, ou seja, conseguir fazer com que o financiamento da dívida pública se dê em títulos prefixados, garantindo um ambiente de confiança, de que o Governo, a sociedade e o País decidiram, de maneira definitiva, conviver com inflação baixa, combater as altas inflacionárias e garantir um equilíbrio fiscal adequado.

Muitas pessoas discutiram, a partir dos resultados da dinâmica da dívida do ano passado, e concluíram que haveria um aumento da dívida pública no ano passado. Aqui expomos de maneira transparente todos os números que nos levam a essa ou outras conclusões relativas à dívida.

O primeiro gráfico mostra a evolução da relação da dívida líquida no setor público sobre o PIB valorizado e mostra que houve uma efetiva redução da dívida líquida do setor público sobre o PIB. Podemos observar que a variação da dívida nominal em 2003 foi de 3,5%. Na variação do Índice Geral de Preços (IGP) – o mais utilizado no estabelecimento dos valores nominais para apuração de dívida –, em 2003, houve uma evolução de 9%. Portanto, a variação da dívida real é negativa em cinco pontos, se considerarmos a evolução nominal da dívida e do IGP nesse ano. Mas é preciso ponderação na avaliação da questão, porque essa dívida ainda é maior do que a do período de 2000, 2001. Portanto, é preciso considerar de maneira otimista a evolução da dinâmica da dívida, mas com cautela, para que saibamos que é preciso cuidar adequadamente da questão fiscal e da evolução da dívida.

Embaixo, tratamos os valores em bilhões de reais. Em 2002, tínhamos uma dívida de R$881 bilhões; e em 2003, de R$913 bilhões. Portanto, houve uma evolução de 3,5%. Se considerarmos o PIB em bilhões, ele foi de 1.346 para 1.531 – uma estimativa do Banco Central, o PIB valorizado. Se fizermos a relação da dívida com o PIB corrente, teremos uma evolução de 65,5% para 59,6% da dívida. Se fizermos uma dívida/PIB inflacionada pelo IPCA, teremos uma evolução de 60,9% para 58,2% da dívida. Se fizermos uma valorização do PIB pelo IGP, aí sim, teremos uma evolução positiva de 55,5% para 58,4%, na medida em que o IGP, como índice de atacado, descolou-se dos demais índices de inflação em 2002, fruto da crise cambial ocorrida naquele período.

Esse quadro expõe todos os números relativos a PIB e dívida e demonstra, de maneira absolutamente cristalina, que há uma evolução positiva da dinâmica da dívida. Essa é uma questão fundamental para a evolução futura da conjuntura macroeconômica de nosso País.

Muitos analistas prevêem que o déficit nominal deste ano estaria em torno de 3%, o que representaria não apenas o menor índice em muitos anos, mas também que estaria a par com o índice requerido na União Monetária Européia, dada a evolução positiva dos números da dívida. O equilíbrio fiscal permitiu queda acentuada das taxas de juros de mercado no ano de 2003. Não me estenderei sobre isso, porque soube que o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, esteve aqui na semana passada e discutiu de maneira bastante ampla essa questão da evolução da política monetária.

As taxas de juros de mercado caíram para níveis historicamente baixos, assim como os prêmios de risco de nossa dívida, criando um impulso para a economia, que irá aumentando com o tempo.

No próximo gráfico, vemos a evolução da curva de juros DI futura, ou seja, os compromissos assumidos pelo Tesouro na venda de papéis. Há uma evolução bastante significativa nos juros pagos desde o início do ano passado até o início deste ano, mostrando uma curva bastante favorável à evolução da dívida.

O próximo gráfico mostra a taxa de juros real e sua evolução ao longo do último período.

Quero aqui fazer uma discussão bastante transparente, bastante franca, bastante ampla e clara em relação a essa questão fundamental para nossa economia, Senador Ramez Tebet. Muitas pessoas cobram da política econômica a necessidade de baixarmos as taxas de juros de mercado. Essa evolução mostra que o Brasil tem conseguido baixar as taxas de juros. Se perguntarmos se as taxas já estão num nível adequado, certamente a resposta será "não". É preciso baixá-las mais, mas é preciso baixá-las de maneira sustentável.

A taxa de juros com a qual convivemos neste momento é a mais baixa desde o início do Plano Real.

Em 1997 e em 1999, houve uma média de 21,4% de juros reais; em 2000 e em 2002, a taxa foi de 15,8% de juros reais; em 2003, a taxa foi de 13,2% de juros reais; e, agora, a taxa é de 9,3% de juros reais. Essa é uma evolução significativa e importante. Devemos ter confiança para continuar nessa curva de redução das taxas de juros reais, porque elas têm importância para a retomada da atividade econômica.

É evidente que o crescimento de longo prazo e de maneira sustentável depende de elementos mais amplos do que apenas a questão das taxas de juros de mercado. As condições de crescimento são dadas por um conjunto de questões importantes. Procuraremos apresentar alguns elementos para debate.

Essa situação importante da evolução da taxa de juros recente demonstra um esforço da política monetária para levar as taxas de juros a níveis mais adequados para a atividade econômica, mas, insisto, essa situação só foi possível a partir de uma mudança forte no comportamento fiscal do Governo. Embora isso signifique ajuste duro e compromisso importante em relação aos gastos públicos, é esse compromisso fiscal que permite uma evolução da política monetária, que proporciona uma política de juros mais baixos do que os que historicamente praticamos, como os números mostram de maneira bastante clara e transparente.

O próximo gráfico mostra uma evolução muito positiva do risco Brasil nos últimos cinco anos. Uma política monetária e fiscal ajustada também leva a percepção de risco do País a baixar a níveis menores do que os dos últimos cinco anos. Essa evolução ocorreu rapidamente, de maneira efetiva, dando ao País condições de emitir títulos com juros mais baixos no exterior, dando condições de percepção de confiabilidade muito mais importantes ao País.

Esse próximo gráfico mostra o outro lado da mesma moeda em relação a risco, que é a evolução dos títulos do Brasil no exterior. C-bond é o título mais comercializado do Brasil no exterior, tem uma relação quase que direta com a evolução de risco e mostra uma evolução bastante importante, desde a crise de 2002, quando chegou a níveis de 50% do seu valor, até o início deste ano, alcançando 100% do seu valor.

O gráfico seguinte mostra a importância do ajuste externo. Ou seja, as exportações, as importações e a balança comercial têm mostrado uma reação muito positiva aos instrumentos da política macroeconômica. Esse é um dado fundamental. Se o Brasil consegue equilibrar suas contas externas de maneira permanente, com uma evolução positiva, como a que está tendo, isso dá ao País a tranqüilidade do planejamento de longo prazo, dá ao País as condições de estabilidade e de sustentabilidade.

É importante ressaltar que este ano, quando começam a aumentar as importações, o que é natural num período de retomada de crescimento, não caem as exportações. O Brasil tem conquistado espaço no mercado mundial de maneira efetiva. Tenho dito, inclusive no diálogo com setores exportadores do Brasil, que a evolução das exportações brasileiras não se dá apenas por movimentos cambiais; dá-se por conquista efetiva das empresas brasileiras que investiram na competitividade de seus produtos, que investiram na conquista de novos mercados, que abriram frentes de exportação novas para o País e que permitem que hoje tenhamos uma pauta de exportações bastante ampliada, bastante alargada, dando uma musculatura nova às empresas exportadoras do Brasil e dando às contas externas uma situação muito mais equilibrada que a vivida em períodos anteriores.

O gráfico seguinte apresenta alguns dados que mostram a evolução do mercado de comercialização do Brasil com o exterior, a evolução das exportações, que variou em níveis próximos a 100% em alguns países que são parceiros importantes, como Argentina, China, Alemanha, México e outros países.

No próximo gráfico, vemos mercados de que o Brasil nunca tinha participado, para os quais nunca tinha vendido, com evoluções extraordinárias, aumentos extraordinários de exportação, mostrando que as empresas brasileiras souberam absorver os ganhos do ajuste feito no ano passado, do controle da inflação, do equilíbrio cambial, para conquistar espaços mais definitivos no que se refere à comercialização de produtos brasileiros.

Não é necessário ressaltar o quanto setores fundamentais da nossa economia – citarei aqui o exemplo do agronegócio em regiões fundamentais do Brasil, que podemos ver nesse gráfico –, reflexo principalmente do agronegócio, o quanto as exportações de alguns Estados, como Tocantins, por exemplo, que cresceram 181% em 2003, como Goiás, que cresceu 69%, e assim por diante, mostrando a vitalidade da economia brasileira e o comportamento extraordinário do agronegócio brasileiro, colocando o Brasil nas mesas de negociação internacionais em condições de ganho de competitividade com qualquer país, em particular com os países mais desenvolvidos, de uso mais intenso de tecnologias modernas. O Brasil conseguiu, através do equilíbrio econômico de longo prazo, através da Embrapa e dos centros de pesquisa privados implantados no setor do agronegócio, uma evolução extraordinária da competitividade, da produtividade agroindustrial, e isso se reflete nas contas externas brasileiras de maneira muito significativa. Isso é conquista do Brasil no comércio internacional, tem pouco a ver com taxa de

câmbio, tem muito a ver com conquistas efetivas das empresas.

Falando em taxa de câmbio, pode-se observar que há uma evolução natural quando optamos pelo câmbio flutuante de um câmbio que permite, sem que haja interferência nos seus valores, no seu piso ou no seu teto, que nós, numa política que deixa flutuar a taxa de câmbio e realiza um equilíbrio fiscal adequado, consigamos, com isso, menos volatilidade na taxa que é mostrada nesse gráfico. A taxa de câmbio brasileira variou menos que muitas moedas importantes no mundo no ano passado e ficou em níveis que permitem um ajuste muito adequado das contas externas.

O próximo gráfico mostra como evoluiu de maneira significativa o saldo em conta corrente em bilhões de dólares. Aqui estamos falando em números mensais, mas acumulados nos últimos 12 meses. Saímos de um déficit em conta corrente que ultrapassava US$25 bilhões nos idos de 2001 e chegamos a índices superiores a US$4 bilhões de saldo em conta corrente, acumulado em 12 meses, nos últimos meses deste ano de 2004.

Essa é uma questão significativa para o equilíbrio das contas brasileiras. Há uma reversão das contas externas ocorrida, insisto, por uma política macroeconômica ajustada e pelo fato de que as empresas brasileiras souberam absorver os ganhos obtidos no curto prazo, inclusive do ajuste feito no ano passado.

O investimento direto estrangeiro – aqui é um gráfico pouco observado pelos analistas recentemente –, que teve uma evolução negativa a partir da crise de 2002. Como V. Exªs podem ver, houve uma queda significativa do investimento direto estrangeiro, mas, desde o final do ano passado, do último trimestre do ano passado e do início deste ano, já existe uma recuperação muito importante desse investimento. Somando o balanço de contas correntes com a evolução do investimento direto estrangeiro, o cenário é de muita tranqüilidade no que se refere às contas externas brasileiras, o que é fundamental para a evolução do quadro econômico do Brasil.

O próximo gráfico mostra o cenário para as empresas privadas. V. Exªs sabem que, no fim de 2002, o quadro de rolagem de títulos das empresas privadas apresentava uma situação bastante preocupante. A crise que se abateu sobre a rolagem de títulos públicos atingiu também as grandes empresas privadas brasileiras que eram financiadas com moeda estrangeira, e isso levou a dificuldades bastante significativas de rolagem dos títulos, provocando problemas de gestão corporativa muito significativos para empresas que contam muito no cenário econômico do Brasil. Essa situação foi completamente revertida do ano passado para este ano, com as empresas rolando em torno de 140% dos seus compromissos de dívida. Essa é uma evolução muito importante do cenário neste último período.

O próximo gráfico mostra a evolução da dívida externa, uma evolução cadente, tanto no que se refere à dívida pública quanto no que se refere à dívida privada das empresas.

O próximo gráfico, o gráfico à direita principalmente, mostra uma mudança importante para a avaliação de equilíbrio fiscal e avaliação de risco – e é olhado por todo o mundo –, que é a relação de dívida externa líquida com as exportações. A reversão do quadro do balanço de pagamentos, a reversão do quadro das contas correntes externas alterou a relação dívida externa e exportações de 3,6% para 2,6%. E V. Exªs sabem o quanto esse índice é importante para a credibilidade do País no longo prazo.

Prosseguimos. Essa é a evolução da produção industrial, que mostra que, já no terceiro trimestre do ano passado, na medida em que se fez um ajuste forte das contas públicas e um ajuste fiscal, pôde, durante o ano de 2003, iniciar-se a reversão do processo de perda de produto, que ocorreu no primeiro semestre, havendo, no quarto trimestre do ano passado, uma evolução importante.

A produção industrial, no próximo gráfico, mostra a mesma evolução.

No próximo gráfico, vamos ver esse comportamento em vários dos bens comercializados. Os bens de consumo durável tiveram uma evolução bastante significativa; os bens de capital, uma evolução ainda mais significativa; os bens intermediários, igualmente. E, agora, o nosso desafio é o de fazer com que os benefícios da retomada da atividade, que vêm sempre de maneira clássica pelos bens vendidos a partir de expansão do crédito, signifiquem aumento da renda média, aumento das massas salariais, e permitam que revertamos a produção e a venda de semi-não-duráveis. Esse é um desafio importante, e o próximo gráfico mostra que ele é viável, possível, e que já está ocorrendo neste momento, haja vista o volume de vendas do País. É evolução recente, a partir de média móvel trimestral, demonstrando uma significativa recuperação.

Vou falar algumas palavras, se me permitem, até para abrir um bom debate sobre esses temas, principalmente sobre o emprego, uma questão que evidentemente preocupa as pessoas, o Governo e toda esta Casa, sem dúvida, todos os Senadores e Senadoras.

O aumento de empregos para uma evolução econômica equilibrada é fundamental. No ano passado, o Brasil gerou 765 mil empregos, segundo dados

do Ministério do Trabalho. Houve uma evolução de fevereiro de 2004 em relação a fevereiro de 2003 de 3,37%. Se olharmos o quadro de geração de emprego, entenderemos coisas importantes que ocorrem na nossa economia. A indústria extrativa mineral, a indústria de transformação, os serviços e a agricultura apresentam desenvolvimentos bastante significativos; em particular, a agricultura e silvicultura e a indústria extrativa mineral têm índices de evolução em torno de 5,5%. Mas, se olharmos com mais precisão, vamos ver que a construção civil vive um período prolongado de dificuldades, o que tem levado a uma deterioração de produto, na medida em que a construção civil tem um grande significado para a evolução do PIB brasileiro e também, fundamentalmente, para a questão do emprego. Não preciso aqui me estender sobre a importância da construção civil como geradora massiva de empregos para o País. É preciso olhar de maneira muito cuidadosa para esse quadro. Se não enfrentarmos de maneira objetiva o quadro de investimentos, o quadro de crédito para o setor da construção civil, Senador Ramez Tebet, poderemos não contar com um instrumento fundamental de recuperação da atividade econômica, de desenvolvimento econômico efetivo e de geração de empregos.

Portanto, se olharmos o quadro do ano passado, vamos ver que houve uma retração do PIB durante o primeiro semestre e uma recuperação do PIB no segundo semestre, em particular no quarto trimestre. Houve dois setores que se destacaram dessa curva, um para o positivo e o outro para o negativo: para o positivo, a indústria extrativa mineral e o setor de agronegócio, que evoluíram durante todo o ano, não olharam para a crise e tiveram uma evolução extraordinária; no campo negativo, a construção civil.

É importante ressaltar que a evolução da construção civil nesses termos não é um fenômeno recente, conjuntural, de curta duração. É importante olhar para isso, porque senão poderíamos garantir que, com a recuperação econômica, com a retomada da atividade, tudo estaria resolvido. E não está. É preciso que o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado se debrucem sobre essa questão de maneira muito efetiva e que possamos olhar para o setor de maneira adequada.

O Governo enviou um conjunto de medidas para o setor, as quais discutimos com membros desta Casa, com o Senador Aloizio Mercadante, nosso Líder, com o Senador Fernando Bezerra, que, por diversas vezes, nos tem procurado para tratar desse tema. Vários Senadores têm apelado ao Governo para que se dedique à questão dos instrumentos de crédito para a construção civil, para que possam agilizar os projetos que estão na Câmara dos Deputados, para os quais pedimos uma especial atenção das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

Quero voltar à questão do emprego. Olhando pelo lado dos empregos gerados, houve a geração de 3,37% do emprego. Se observarmos os dados da Pesquisa Mensal de Empregos – PME, do IBGE, vamos verificar que houve uma evolução positiva no final do ano passado e uma reversão nos últimos dois meses.

Há aqui questões importantes a serem avaliadas. A Pesquisa Mensal de Empregos se realiza em seis regiões metropolitanas, detecta a evolução do desemprego nessas regiões e, como V. Exªs sabem, observa a procura do emprego. Houve um aumento da procura do emprego nesses primeiros dois meses do ano, em particular de janeiro para fevereiro, em torno de 3% a 3,5%, elevando os dados da PME.

Se V. Exªs olharem os dados do Ministério do Trabalho, da Caged, verificarão que janeiro e fevereiro de 2004 foram os dois meses do ano em que se gerou mais emprego nos últimos doze anos. Aparentemente, há uma contradição em relação a isso. As pessoas, muitas vezes, não entendem como os dados de geração de empregos mostram nos últimos dois meses o maior índice dos últimos doze anos e o desemprego cresce. Aqui não há nenhuma crítica aos números. Se há uma coisa que jamais fiz na minha vida de atuação no campo econômico é brigar com números. Penso que o resultado nunca é satisfatório quando fazemos uma luta contra os números, que estão aí expostos com transparência. Mas é preciso analisar com serenidade o que mostram esses números. Na verdade, há uma evolução do emprego e da procura do emprego, e há um segundo elemento do comportamento da atividade econômica mostrada nesse gráfico, que é uma evolução muito mais significativa do emprego nas áreas do interior dos Estados que são pesquisados do que nas áreas metropolitanas.

Aqui são mostradas as regiões mais pesquisadas: Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul. Mostra-se que o total de geração de empregos neste ano, de fevereiro a fevereiro, foi de 3,18% nessas regiões. Mas esse índice na área metropolitana foi de 2,46% e, na área do interior, foi de quase 4%. A única exceção é o Ceará, onde houve mais geração de emprego na região metropolitana do que no interior. Em todos os outros casos, a geração de emprego é significativamente maior – em alguns casos, chega a ser quase dez vezes superior – no interior do que nas regiões metropolitanas. Isso tem a ver principalmente com a evolução do agronegócio e com o impacto deste nas

regiões do interior do País, que é mais significativo do que nas regiões metropolitanas.

Por fim, quero citar alguns números para mostrar a evolução da situação das empresas. Só é possível analisar de forma explícita o resultado das empresas de capital aberto. Houve uma melhora significativa da situação das contas das empresas, com aumento, no caso das empresas de capital aberto, do lucro líquido de 700%, de 2003 para 2002; com aumento do lucro operacional, que é um dado mais significativo, de 14%; com queda das despesas financeiras de 72%; e com queda da dívida financeira bruta das empresas de 15%. Foi assim que as empresas brasileiras absorveram de maneira correta e saudável os ganhos da política macroeconômica. Agora, é preciso trabalhar para que a retomada da atividade econômica faça com que esses ganhos se reflitam em aumento da massa salarial, aumento do consumo de bens não-duráveis e crescimento econômico saudável.

O papel da política econômica é o de garantir condições para o funcionamento eficaz do setor privado, com estabilidade dos preços e previsibilidade, a fim de viabilizar o planejamento de longo prazo e permitir a expansão do investimento. Isso resume a nossa preocupação de dar aos agentes econômicos brasileiros a condição de realizar planejamentos de longo prazo. Essa questão é fundamental.

Eu disse no início e repito agora de maneira muito enfática que é preciso que os agentes econômicos acreditem, como todos nós, que o Brasil terá uma evolução responsável de sua situação macroeconômica, terá equilíbrio de longo prazo, e não apenas de curto prazo, pois isso pode permitir que o investimento público se realize de maneira adequada e crescente e que o investidor privado faça planejamento com o seu investimento de maneira a obter os ganhos sadios de uma evolução positiva da nossa economia.

Portanto, entre a opção de um ajuste com inflação e de um ajuste sem inflação, fizemos a segunda opção, qual seja, um ajuste sem inflação. Disse isso apenas para relaxar um pouquinho em relação ao debate desses pontos.

E agora? Que questão se coloca neste próximo momento? Fazer uso das precondições dadas para o crescimento econômico; pôr a política fiscal em ordem; taxas de juros reais baixas em termos históricos a dar espaço para o crescimento não-inflacionário, com os salários se recuperando e com a busca da recuperação dos empregos.

Os elementos estruturais positivos dados à nossa economia são: setor externo mais forte do que no último período em que tivemos crescimento; instituições que se mostram sólidas e eficazes no Brasil, como o Legislativo, que demonstrou, no último período, uma capacidade de operar as mudanças que o Brasil precisa, votando reformas estruturais fundamentais para o País; e condições internacionais favoráveis no curto prazo.

Penso que passei um pouco do meu horário, mas ainda quero falar sobre alguns elementos para uma estratégia de crescimento. Procurarei ser bastante breve em relação a isso.

Na última década e meia, a pesquisa aplicada em economia esteve centrada em desvendar alguns mistérios dos processos de desenvolvimento dos países. Recentemente, surgiram e foram organizados dados de mais de cem países, cobrindo a evolução econômica por mais de 50 anos. Isso permitiu responder à pergunta: por que países apresentam tamanha diversidade em níveis de renda **per capita**? Por que alguns países conseguiram convergir para a renda dos países ricos nas últimas décadas, enquanto outros países se distanciaram ou permaneceram com sua distância relativa constante em relação aos países ricos?

Em princípio, queremos citar três elementos relacionados a experiências bem-sucedidas. O primeiro deles, sem dúvida nenhuma, é a estabilidade econômica. Não existem países com inflação crônica ou com desequilíbrios crônicos que tenham sido bem-sucedidos a longo prazo. Essa é uma questão definitiva na análise de dados de cem países com elementos de mais de 50 anos.

Políticas sociais são uma questão fundamental. Indicadores de saúde e escolaridade da população, no começo dos processos analisados, são fortemente correlacionados com as taxas de crescimento futuro das economias. Aqui, a questão social, como eu disse numa outra visita a este Senado, está para além de ser uma questão ética, que já seria fundamental e determinante da nossa ação. A questão social, as políticas adequadas de acesso à saúde, à educação e à renda são essenciais para o crescimento de longo prazo e para o aumento do potencial do produto dos países e para um adequado marco regulatório.

Existiram avaliações que mostravam que países explicavam seu crescimento pelo aumento da formação dos seus trabalhadores, do tempo de educação desses trabalhadores, explicavam a parte do crescimento pela estabilidade econômica, mas não explicavam parcela do seu crescimento. Os estudos mostram que as instituições estáveis são os elementos essenciais para que os investimentos se dêem a longo prazo.

Políticas de inovação e modernização da atividade produtiva estão também como elementos essenciais. Duas observações são muito importantes. A primeira delas é que estudos também realizados em diversos

países emergentes e ricos, em países pobres e em países ricos, em países com boa ou má distribuição de renda, mostram que investimentos em pesquisa e desenvolvimento têm maiores taxas de retorno do que os investimentos em capital fixo, o que foi demonstrado pela avaliação de diversos países.

Esse é um gráfico de um estudo de Ledman e Malony. Na parte da ordenada, vêem-se PIBs diferentes de países com renda mais baixa à esquerda e mais alta à direita. Em cima, o gráfico mostra os ganhos dos países quando estes aplicam em investimentos de pesquisa e desenvolvimento. Em baixo, em cor lilás, está o gráfico dos ganhos dos países que fazem investimento em capital fixo. Evidentemente, os dois investimentos são essenciais. Há duas coisas aqui importantes: o retorno do investimento em pesquisa e em desenvolvimento é maior do que o daqueles em capital fixo. E mais: nos países emergentes, como o Brasil, os resultados de investimentos em capital fixo e em pesquisa e desenvolvimento são mais efetivos, dão mais retorno, do que nos países ricos. Há todo um debate em torno dessa questão, mas os dados são absolutamente objetivos em relação aos resultados.

Portanto, resumindo, os pilares para o desenvolvimento econômico são dados por uma política de responsabilidade fiscal e monetária, pela construção de uma rede de proteção social efetiva e pelo desenvolvimento do empreendedorismo.

Não me vou estender sobre essas questões, mas metas fiscais de inflação, cumprimentos de contratos, a construção de uma rede efetiva de proteção social, mediante reformas como a da previdência, mediante programas como o Bolsa-Família, que se expande de maneira significativa – os gastos de transferência de renda foram de 800 milhões, em 2001, para 2,2 bilhões em 2002, para 4,3 bilhões em 2003 e para 5,5 bilhões, pelo menos, neste ano de 2004 –, tudo isso constitui um instrumento efetivo de construção de uma rede de transferência de renda e de proteção social para a população de maneira bastante adequada.

Em seguida, damos o exemplo de como lidar com situações como a da construção civil, que exige um comportamento e um olhar específico. Na proposta enviada a esta Casa e à Câmara dos Deputados, apresentamos o desenvolvimento de novos produtos, que são fundos de recebíveis, hipotecas, seguros, planos, como o PEBS – que já foi aprovado por este Senado e pela Câmara dos Deputados –, que estão criando mercados novos para a habitação popular.

Quanto à segurança jurídica e contratual, criamos a figura do patrimônio de afetação e um novo regime tributário para a construção civil, fazendo com que, quando a empresa separa o patrimônio afetado, se permita que o mutuário pague, na soma do Imposto de Renda, da Contribuição sobre o lucro líquido, da Cofins e do PIS, uma taxa única de 7%. É uma taxa bastante razoável, bastante positiva, para que possamos dar a esse setor as condições, tanto jurídicas quanto econômicas, de ele poder ter uma evolução significativa.

Taxas de juros real, que ainda encontram espaço para cair, e responsabilidade fiscal, tudo isso faz um quadro que, acreditamos, pode ser utilizado de maneira ordenada, articulada, para um setor como a construção civil, buscando resultados expressivos.

Sobre a redução dos **spreads** bancários e eficiência institucional, não vou me estender sobre isso, pelo adiantado da hora, mas há um projeto de lei na Casa sobre a participação do sistema brasileiro de concorrência no sistema financeiro de modo a garantir as condições adequadas para a concorrência no setor e menores custos de empréstimos. Falo do PL nº 3.065.

Quanto à constituição da Central de Risco e Crédito e Portabilidade do Cadastro Positivo, posso desenvolver esse tema no debate. Há o projeto de lei sobre crédito imobiliário e securitização, sobre o qual acabei de falar. Há melhoria da legislação referente às diversas modalidades de crédito, como o arrendamento mercantil. Há os estímulos ao alongamento das decisões de poupança; a conta investimento, que é um compromisso do Governo e que, nos próximos dias, deverá ser transformada em lei; e a definição das regras sobre os setores regulados e agências reguladoras, além das Parcerias Público-Privadas, que já foram aprovadas pela Câmara dos Deputados e que se encontram sob análise desta Casa.

Na questão do empreendedorismo e políticas de incentivo à modernização industrial e ao desenvolvimento tecnológico, não me vou estender também, porque, amanhã, o Ministro Luiz Fernando Furlan, o Ministro da Ciência e Tecnologia, este que vos fala e outros estarão apresentando com detalhes todos os elementos da política industrial e de ciência e tecnologia que articulamos entre todos os Ministérios, fazendo coesão das ações do Governo, para que possamos obter um resultado efetivo em relação a ganho de competitividade e produtividade das empresas.

Trato também da reforma relativa à Cofins, que eliminou a cumulatividade, dando ganhos importantes para a produção industrial, e da desoneração das exportações e da cobrança da Cofins sobre importações, para adequar o nosso sistema tributário às regras internacionais.

Existem questões a serem debatidas, e alguns Senadores nos têm procurado, de maneira muito franca e muito correta, para tratar sobre essa questão e têm

feito um apelo para que o Ministério da Fazenda e a Receita Federal olhem alguns setores que, no entender desta Casa, devem merecer ajustes na maneira com que a Cofins incide sobre a importação.

É importante verificar que Cofins sobre importação não é mais do que dar ao produto nacional as mesmas condições de competitividade do produto importado. Essa é uma questão essencial. Não se está criando imposto e nem aumentando imposto, mas se está apenas colocando os produtos e insumos importados exatamente nas mesmas condições do produto produzido no Brasil. Sem fazer esse movimento, a política tributária dá ao produto importado condições melhores de competitividade, em muitos casos efetivos, em relação ao produto nacional. Isso resulta, certamente, em distorções, que precisamos olhar com franqueza, com transparência, e corrigir.

Até fui convidado para permanecer aqui depois da nossa audiência, se o Presidente nos permitir, para conversarmos com as Lideranças desta Casa sobre essas questões. Estou à disposição para fazer aquilo que é justo em relação a esses tributos.

Fizemos a desoneração do IPI sobre bens de capital, reduzimos 30%, com o compromisso do Presidente Lula de levar a zero o IPI sobre bens de capital nos próximos dois anos, o que foi também uma cobrança feita por esta Casa. Lembro-me de que, quando fizemos o último diálogo sobre a reforma tributária, vários Senadores – em especial, o Senador Tasso Jereissati – cobravam-nos, de maneira muito insistente, a redução de tributos sobre bens de capital. Isso foi objeto de diálogo com os nossos Líderes e com outros Senadores de todos os Partidos, durante a votação da reforma tributária, e o Governo cumpriu o seu compromisso de reduzir o IPI sobre bens de capital 30% e de levá-lo a zero nos próximos dois anos. O compromisso feito no Senado era o de levá-lo a zero em cinco anos, mas melhoramos o compromisso em relação aos bens de capitais e, segundo a decisão do Presidente Lula, vamos fazê-lo em três anos.

A reforma do sistema brasileiro de concorrência, que está sendo concluída neste momento, visa a garantir a instrução única e prévia, de modo a proporcionar agilidade e eficácia na análise de processos. Queremos mudar o sistema brasileiro de concorrência para que seja preparado para fazer análise prévia de fusão de empresas e não análise posterior. Acreditamos que isso dá um resultado mais positivo no setor da competitividade.

Há a nova Lei de Falências, que está nesta Casa – sobre a qual não me vou estender, na medida em que V. Exªs a estão discutindo neste momento –, e o fortalecimento das políticas sociais.

Em suma, e para terminar, eu queria dizer que os elementos que acreditamos que são essenciais para que possamos trabalhar neste ano e nos próximos para obter índices de crescimento efetivo são:

– manter a política macro, que trouxe tranqüilidade e pré-condição para o crescimento;

– priorizar o investimento, fortalecendo a confiança do setor privado e selecionando os gastos públicos;

– fazer gastos públicos adequados, que possam incidir de maneira efetiva nas condições sociais da população e na melhoria das condições econômicas do País;

– aumentar a eficiência do País, fazendo com que o que já existe renda mais, estimulando a inovação tecnológica – como eu disse, a política industrial vai explicitar de maneira bastante ampla;

– criar condições para a expansão saudável do crédito, de que o Brasil precisa. Nós trabalhamos muito, no ano passado, na questão do microcrédito, do crédito bancário, ou vinculado à folha de pagamento, que foi aprovado por esta Casa e está tendo uma evolução muito importante;

– e fortalecer as políticas sociais.

Acreditamos que esses elementos não podem ser analisados isoladamente; eles precisam ser parte de um conjunto do esforço que o País realiza para dar as condições macroeconômicas e para dar a musculatura efetiva à nossa economia para reagir nos momentos em que o movimento não responde às necessidades da atividade econômica do País.

E ainda:

– encarar os desafios com segurança, como no caso da construção civil. Essa atividade exige que encaremos como um desafio o esforço concentrado do País;

– fazer com que o esforço para essa agenda não venha apenas de um Ministro ou de outro, mas seja fruto da coesão do País, de todos os seus partidos, de todos os seus agentes, de todos aqueles que buscam fazer com que o Brasil, definitivamente, abandone a política de ganhos e perdas, de idas e vindas, de acelerações e interrupções e possa vislumbrar um futuro de crescimento de longo prazo, uma estabilidade de longo prazo, possa responder de maneira significativa a toda a sua população mediante o empreendendorismo, a transferência de renda e as políticas sociais. O Brasil quer ser um país justo, palco

de desenvolvimento, de geração de emprego, um país que decidiu ser arrumado para o resto da sua vida.

Essa é a questão fundamental que nós queremos trazer para o debate neste dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, desculpe-me ter ultrapassado um pouco o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, eu vou me permitir, antes de olhar a lista de inscrição, dizer algumas palavras no início de nosso encontro com o Sr. Ministro da Fazenda.

O debate sobre os juros, no Brasil, tem sido intenso. Eu acho que está até contaminado. De um lado, há um voluntarismo muito grande, que despreza os limites objetivos da economia brasileira; de outro lado, se V.Exª me permite dizer, há um academicismo muito grande, algo até dogmático.

Eu li outro dia a opinião de um economista do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, nos Estados Unidos. Ele declara que a política monetária excessivamente austera pode atrapalhar mais do que ajudar. Por outro lado, se nós analisarmos a situação de modo menos técnico, aproveitando certa experiência, Sr. Ministro, vamos observar que, se a dívida cresce e o produto fica estagnado, a tendência é as coisas piorarem e não melhorarem.

Os economistas no Brasil divergem, mas grande número deles entende que os juros são muito altos justamente em virtude desse rigor da política econômica do País. Eu cito um deles. Por exemplo, li Delfim Netto. S. Exª que fez uma declaração, que se tornou pública, no sentido de que já havia desistido do Copom.

Governadores estiveram reunidos, ontem, na terra do Senador Tasso Jeiressati, que, junto com o Senador Eduardo Suplicy, é autor do requerimento, aprovado por unanimidade, que permitiu a presença de V. Exª aqui. Eles pedem o crescimento econômico do País, reclamam da taxa de juros. Constatamos que a dívida pública, apesar de todo o esforço, continua crescendo, mas sempre estamos falando nos objetivos: vamos ter que crescer, haverá crescimento, há leis em andamento. Enquanto isso, parece que o desemprego, aos olhos de quem está na rua, de quem anda, de quem viaja, de quem conversa, está aumentando, não está diminuindo. Está crescendo, o que consideramos um perigo até para a ordem social. Sou relator da Lei de Falências e procuro observar. Parece até que elas estão aumentando no Brasil, ao invés de diminuir. Não sei se a Lei vai fazer com que a situação melhore ou não, mas trabalho com esse objetivo, aliás, junto com V. Exª, a merecer importantes contribuições da sua equipe.

Em verdade, há divergências. Não sei até que ponto a política influi na economia, porque vemos essas divergências quanto à política econômica, mas estamos no meio do Governo. E acho que isso pode prejudicar os investidores, porque, se a equipe diverge, como é que pode haver credibilidade, confiança na política econômica do Brasil? Vou citar apenas o Vice-Presidente da República, que é o mais combatente aos juros altos. Ele chegou a afirmar – está nos jornais de hoje – que é uma irresponsabilidade fiscal essa elevada taxa de juros. São palavras do Vice-Presidente da República, e S. Exª cita até o exemplo da Índia, que rola a sua dívida a 1,5%, enquanto nós pagamos juros de 10%. O fato é que há um descompasso muito grande entre a retórica, entre o que estamos pregando e a realidade – a não ser que essa política que estamos adotando for para um prazo longo porque, para médio prazo, parece que está difícil para o Brasil. Daí a grande responsabilidade de V. Exª, e o desejo do Senado de querer dividir essa responsabilidade, o que é muito importante para nós.

O Senado entende, quase que unanimemente, que deve haver diminuição de juros; economistas também martelam no mesmo sentido. E a verdade é que quando há uma queda de juros decretada pelo Copom é muito pouca e, assim mesmo, não atinge as pequenas e médias empresas do País, não atinge o setor econômico que vai lá na ponta buscar o dinheiro, porque não conseguimos diminuir o **spread** bancário. São essas as primeiras colocações que faço a V. Exª. Não tenho aqui a lista dos inscritos.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra. Logo a seguir, o Senador Eduardo Suplicy e depois o Senador Tasso Jereissati. São essas as considerações que me permiti fazer, agradecendo a V. Exª e aos colegas por ter sido o primeiro a interferir, a fazer ponderações a V. Exª.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Agradeço pelas suas questões, elas praticamente colocam um amplo debate. Vou procurar ser objetivo para permitir o diálogo com todos, mas veja, Senador, questões de prévia análise. O economista Olivier Blanchard, do Massachuts Institute of Tecnology, fez um documento recente, foi entrevistado por jornais brasileiros recentemente e é uma pessoa com a qual tivemos contato no início do ano passado. Ele esteve no Brasil, fizemos consultas a esse e a outros formuladores de grande qualidade no campo macroeconômico, e ele indicava naquele momento que achava muito adequada a política adotada pelo País. Nos artigos recentes, ele mostra uma questão fundamental, fala que a política

de metas de inflação tem que ser olhada sempre com muito cuidado.

Sempre costumo compará-la com o que Churchill falou sobre a democracia. Ele dizia que a democracia é um sistema cheio de defeitos e dificuldades; o problema é que todos os outros são piores. O sistema de metas de inflação tem dificuldades e defeitos. Entretanto, ele é o melhor disponível para a realização das políticas monetárias. Essa não é a convicção do Brasil; é a convicção praticamente de todos os países que lidam com situações dessa natureza, países desenvolvidos, países em desenvolvimento, países pobres, países ricos. Os poucos países que não utilizam hoje o sistema de metas de inflação estão fazendo estudos para ingressar nesse sistema, que se mostrou mais eficaz e com um custo de produto menor do que outro sistema de metas de inflação. Ele tem que ser adequado; deve ser adequado. Acho que o debate da política monetária precisa ser feito permanentemente no País. Essa é uma questão que o Brasil adotou há poucos anos, em 1999. A experiência teve êxito, mas precisa ser avaliada, analisada, debatida com transparência para que possamos, cada vez mais, qualificar os nossos instrumentos, dar qualidade àquilo que fazemos.

Alguns pressupostos expendidos por V. Exª são fruto de uma avaliação primeira. Por exemplo, a dívida pública aumentou? Não. A dívida pública foi reduzida nesse período, embora seu valor nominal tenha aumentado em 3,5%, como demonstramos na apresentação.

Essa é uma questão importante, porque aqui pusemos não apenas os dados favoráveis, mas também os dados negativos e positivos, para que se possa olhar a questão da dívida sob todos os ângulos e sobre todas as contas possíveis.

Assim, como disse, se olharmos dívida valorizada pelo IGP, nós teremos um aumento da dívida nos doze meses. Por quê? Porque o IGP é um índice de atacado, que se desloca dos demais quando há crise cambial. Nós tivemos, no ano de 2002, um IPCA de 12,5% e um IGP em torno de 25%, ou seja, ele se descola completamente dos índices de consumidor. Se fizermos a valorização do PIB pelo IGP, evidentemente teremos uma desvalorização no ano em que o IGP subiu, e uma valorização da dívida no ano em que o IGP caiu.

O IGP, no ano passado, ficou abaixo do IPCA. Tivemos até um diálogo aqui com os Senadores sobre se deveríamos ou não trocar o índice de alguns contratos que existiam no País. Entendemos que fazer uma escolha é sempre difícil. Dizia o ex-Ministro Mário Henrique Simonsen que escolher números muitas vezes é cair na tentação dos números, na maldição dos índices. Se tivéssemos escolhido outro índice que não o IGP no ano passado, teríamos como resultado um aumento dos contratos, porque o IGP ficou abaixo do IPCA no ano seguinte. Essa é a maldição dos números, pois eles evoluem de maneira diferente. Assim, no que se refere à dívida pública, se olharmos pelo IPCA, pelo PIB corrente, houve uma redução da dívida. Se olharmos a dívida nominal, os valores – 881 para 913 –, houve uma evolução de 3,5%; com um IGP de 9%, teremos uma redução nominal da dívida. Então, a dívida teve um comportamento adequado nesse período. É importante essa avaliação.

V. Exª tem razão quando diz que, se tivermos pouca evolução no PIB e má evolução na dívida, estaremos no pior dos mundos. Mas, na verdade, a evolução é positiva.

No que se refere a divergências, eu queria ser aqui muito franco, muito claro sobre as divergências existentes no campo do debate macroeconômico. Eu jamais me omito quando as pessoas pressionam para que se faça mais e melhor. Eu sempre entendi as pressões para que um governo faça mais e melhor como positivas. Triste um governo que não recebe esse tipo de pressão! Triste um governo que não tem visões diferentes, que o estimulem a olhar aquilo que faz! Às vezes, quando isso acontece, não tem governo.

É importante que olhemos as críticas e as reivindicações para que o Governo faça mais e melhor como algo sadio e positivo. É também importante que verifiquemos a distância entre a nossa vontade e a vontade de todos nós e a realização desses objetivos. Se eles não forem feitos de maneira serena, de maneira adequada, por exemplo, se a evolução dos juros reais de mercado não se der de maneira adequada, vamos enfrentar efeitos muito negativos no lado do fluxo de capitais, do equilíbrio das contas brasileiras. O Brasil já tentou queimar etapas em outras oportunidades, de boa-fé

Em determinadas oportunidades, com muito boa-fé, decidiu queimar etapas, sobrepor-se aos números e buscar objetivos vigorosos, com tempos curtos em relação àquilo que o processo econômico permite. Os resultados, infelizmente, nunca foram positivos. As contas sempre vieram em volumes, em condições muito difíceis de serem pagas. Essa é a questão fundamental. Por isso digo que estamos sempre abertos ao debate sobre os instrumentos que utilizamos para a política econômica. Mas os pilares da política econômica não podem mudar, para o bem do País. Bem disse ontem o Presidente da República que não pretende, não fará e não fez um Plano Lula, porque o Brasil precisa de estabilidade de longo prazo, precisa ter uma vida simples como a do trabalhador, que gasta o

que ganha e não mais do que isso, que paga as suas dívidas em dia porque quer manter o que é essencial para ele: o seu bom nome na praça. São elementos simples, mas que conduzem a um rumo, pilares de uma política econômica que precisam ser seguidos com persistência.

Esse caminho é certamente o mais duro, o mais angustiante, mas é o único caminho para a estabilidade a longo prazo. Se queimarmos etapas, pagaremos as contas. E quem paga as contas normalmente é a grande população excluída, pois a inflação alta provoca a corrosão absoluta dos seus ganhos e a desorganização da atividade econômica. Com a desorganização da dinâmica da nossa dívida ocorre a fuga de capitais, que o País já viveu tantas vezes, que já custou tão caro ao nosso povo e que queremos evitar a todo custo. Portanto, todo debate é bem-vindo, mas é preciso que o País tenha coesão para que construa esse futuro com a participação de todos, sejam partidos políticos, pessoas de bem, agentes econômicos, lideranças empresariais ou sindicais.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou conceder a palavra ao primeiro autor do requerimento, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, quero cumprimentá-lo pela maneira com que tem aqui levado adiante essa tradição do Senado Federal, pela Comissão de Assuntos Econômicos, de manter o diálogo contínuo, freqüente, a cada semestre, entre o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central e demais autoridades.

Sr. Ministro Antonio Palocci, V. Exª apresentou um quadro aqui de resultados muito positivos que o Governo tem conseguido almejar em muitas áreas. Mas, ao mesmo tempo, colocou aqui alguns dados não tão positivos, especialmente sobre o crescimento da atividade econômica e do emprego. Ainda ontem, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em visita à General Motors, relembrou quando era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e um Ministro do Trabalho explicou-lhe que nunca deveria um trabalhador estar contente com sua remuneração. Da mesma maneira, aduziu o Presidente da República que nunca deveríamos estar contentes, especialmente os trabalhadores, com a política econômica e que era natural que estivéssemos solicitando melhorias, assim como V. Exª, que inclusive tem sido bastante exigente consigo próprio, sempre querendo melhorias. É nessa perspectiva que gostaria de colocar algumas questões.

A primeira refere-se a um dos objetivos principais do convite feito a V. Exª, referente ao acordo com o Fundo Monetário Internacional. O Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, mencionou na semana passada, de maneira semelhante ao que vinha sendo feito pelo Presidente do Banco Central e Ministro Pedro Malan, que não precisaria o Senado realizar o que lhe é atribuído na Constituição, art.52, incisos V a VIII, e examinar as mensagens do Governo ao FMI, já que seríamos sócios disso. Ora, eu gostaria que isso fosse objeto de melhor análise e deliberação tanto do Senado Federal, Presidente Ramez Tebet, porque há um entendimento que avalio ainda seja de dúvida.

Lembro que o próprio Deputado José Dirceu, hoje Ministro da Casa Civil, em 1998, cobrou do Congresso Nacional, especialmente do Senado, que exigisse, por ocasião daquele acordo com o Banco Mundial, com o FMI e outras instituições, que ele passasse pelo Senado. Essa é uma posição que, muitas vezes, eu próprio, como Líder do PT nesta Casa, exigia do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Eu gostaria que esse assunto fosse mais bem examinado à luz da Constituição, à luz daquilo que a assessoria jurídica do Senado vier a concluir juntamente com a assessoria jurídica do Ministério da Fazenda. E lembro que, conforme o Senador e brilhante jurista, Josaphat Marinho, afirmava, não existe operação externa de natureza mais qualificada do que a realizada entre o Brasil e o FMI. Ora, sempre que o Governo brasileiro está tentando melhorar os termos da negociação com o FMI, está modificando limites. E tudo aquilo que está na Constituição deveria ser objeto.

A minha primeira questão é: como o Presidente Lula tem procurado convencer o Fundo Monetário Internacional e os presidentes dos principais países, inclusive o Presidente George Walker Bush, o Presidente da França, o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, e outros, a modificarem critérios? Em que medida o Governo brasileiro conseguiu persuadir o Fundo Monetário Internacional a, no cálculo do saldo ou déficit do setor público, levar em conta, ou não, os gastos em investimentos – sejam gastos em saneamento, em investimento das empresas estatais, em infra-estrutura? E, se isso for levado em consideração, qual o impacto sobre as metas de superávit primário? V. Exª pode quantificar isso?

A outra questão refere-se aos objetivos de política econômica. Quando, num dos quadros, V. Exª diz que o papel da política econômica é garantir condições para o funcionamento eficaz do setor privado, com estabilidade de preço, previsibilidade para viabilizar planejamento de longo prazo e permitir a expansão do investimento, percebe-se nitidamente a maior preocupação com a estabilidade da moeda. Quero então lembrar que, por exemplo, em outros paises, inclusive

no país que tem maior influência sobre o Fundo Monetário Internacional, os Estados Unidos, a legislação que regulamenta as ações do **Federal Reserve Board**, o chamado **Fed Act**, que está em vigência, diz que os objetivos a serem alcançados são, em igual importância: maximizar o emprego, alcançar a estabilidade de preços e taxas de juros moderadas de longo prazo. Avalio portanto que seria importante que a ênfase no objetivo de crescimento econômico e no maior nível de empregos deveria ser igual àquela que se dá à estabilidade de preço.

Sr. Presidente, gostaria ainda de argüir – concluindo – se há estudos do Ministério da Fazenda sobre os níveis da atividade econômica e do emprego decorrentes dos programas de transferência de renda, como o bolsa-família, nas regiões em que eles já foram aplicados com maior ênfase. A partir da mensuração desses efeitos, quais seriam as conseqüências daqui para a frente?

Tenho mais uma pergunta que deixarei para a réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, porque assim vamos respeitar o tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª a formulará depois, na réplica.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Na réplica tenho uma questão a mais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ficou combinado que cada um vai gastar três minutos.

Sr. Ministro, V. Exª tem a palavra.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Senador Eduardo Suplicy, é um prazer dialogar com V. Exª.

O Presidente Lula, V. Exª citou bem, fez uma colocação ontem que julgo muito procedente. Disse ele que não devem os trabalhadores ficar contentes com os seus salários; devem sempre reivindicar mais. Não deve um país ficar contente com todos os seus procedimentos; deve lutar por algo melhor. E digo que isso serve para todos nós. O dia que eu entender, ou por excesso de capacidade ou por dificuldade – não costumo pensar assim, mas, às vezes, pode haver uma recaída –, que fiz tudo o que era possível fazer, o meu trabalho termina. Creio que sempre temos que exigir mais de nós, fazer sempre mais e melhor. Por isso digo que tudo aquilo que vem no sentido de exigir coisas melhores do ponto de vista de crescimento, de emprego e de investimentos sociais no País tem que ser considerado pelo Governo como bem-vindo. Feliz do país que tem uma sociedade viva, e é disso que se trata quando as ponderações são feitas com boa-fé e positivamente. Isso é diferente de trabalharmos contra nós mesmos.

Se não acreditamos no país, se permanentemente colocamos em dúvida os instrumentos efetivos que o Brasil conquistou a duras penas, como a competitividade das nossas empresas e dos nossos produtos no mundo, o acerto de contas que o Brasil conseguiu fazer, em várias oportunidades, por meio de vários Governos, se não tivermos confiança nessa capacidade, construímos um cenário negativo para nós mesmos. E é preciso que todos tenhamos o compromisso de construir a perspectiva de um Brasil estável a longo prazo, que gere emprego, sim, que dê espaço para a inclusão social efetiva. E sei que falo isso com V. Exª de maneira muito franca, porque V. Exª tem sido defensor intransigente da inclusão social e do cumprimento – por ter conquistado – de um projeto de lei da magnitude daquele que recentemente o Presidente da República assinou sobre transferência de renda.

Sobre o acordo com o Fundo Monetário Internacional, quero dizer que não o encaramos como um contrato de empréstimo. Temos a visão de que somos membros do Fundo Monetário Internacional e de que devemos ter acesso aos seus recursos, como emprestador de última instância, em situações que o exijam. Estamos, neste momento, trabalhando com o Fundo não só na questão dos investimentos, mas para garantir que ele disponibilize recursos extraordinários em momentos de dificuldade para os países, de forma a terem eles esses empréstimos caráter preventivo.

Neste ano, Senador Eduardo Suplicy, tivemos que fazer um contrato tradicional, embora de caráter preventivo, porque não queríamos um novo acordo tradicional com o Fundo. Só que um acordo de caráter preventivo não existe naquele organismo. Estamos trabalhando para que exista. Entendemos que os países-membros do FMI que levam o seu projeto econômico de forma ordenada devem ter o direito de sacar recursos em situações de choque externo. Essa é uma tese que defendemos e que nos coloca em conflito com muitos países. Mas vamos continuar a defender nosso ponto de vista, porque entendemos que não é adequado que um país que leva adequadamente sua política, ao sofrer um choque externo, tenha que passar dois meses discutindo com o Fundo um novo acordo. Isso agrava a crise, fazer isso tem custado caro aos países.

Por isso, no ano passado, defendemos perante o Fundo um acordo preventivo. Como não existia, fizemos um acordo tradicional, com caráter preventivo. Até este momento, não sacamos nenhum centavo do novo acordo, e pretendemos chegar ao final do ano, se as condições assim o permitirem, sem sacar novos recursos. Encaramos como preventivo o acordo.

Sobre a tese de ser um contrato e, portanto, ter que passar pelo crivo do Senado, temos toda a abertura para dialogar sobre isso. Se V. Exª quiser fazer isso de forma ordenada, eu o farei, pessoalmente, com V. Exª ou com o Presidente da Comissão, com toda satisfação.

Agora, Senador Eduardo Suplicy, creio que o Senado não terá oportunidade de avaliar um novo acordo, porque trabalhamos para que este seja o último acordo de uma série longa de contratos que o Brasil teve com o Fundo a partir de dificuldades econômicas. Não acredito que elas persistirão. Acredito firmemente que ultrapassaremos esse período de crise – como já está ocorrendo – e faremos esse último acordo preventivo com o Fundo. Não vamos sacar os recursos, e o Senado, infelizmente, não terá a oportunidade de debater um novo acordo. Se a situação assim exigir, coloco-me à disposição de V. Exª para que possamos ter um entendimento muito parceiro e companheiro sobre esta questão, fundada no que diz a letra jurídica. Mas sou muito otimista em relação a isso. E acho que a situação não vai exigir que esse debate seja feito num curto espaço de tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, com respeito ao acordo com o FMI, avalio ser importante que se decida se o Senado deve ou não votar. Mas considero importante que o Governo envie a Mensagem, para que possamos recebê-la e tomar conhecimento do seu conteúdo.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Por favor, falei da votação, mas se os documentos não foram enviados ao Senado eu o farei amanhã.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas a Mensagem ainda não chegou, pelo que a Secretaria da Mesa informou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB-MS) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, a Mesa – alertada por V. Exª e pelo Senador Tasso Jereissati, que são testemunhas –, desde a semana passada, está cumprindo o que prometeu. E tenho uma nota técnica, que submeti a V. Exª e submeterei ao Senador Tasso Jereissati. Quando eu chegar a uma conclusão, positivamente, comunicarei não só a V. Exªs, mas a toda a Comissão de Assuntos Econômicos.

Peço à Secretaria da Mesa que faça cópias desse estudo e passe às mãos do Senador Tasso Jereissati. Essa não é uma questão regimental, mas constitucional. Se a Constituição exigir, V. Exª não tenha dúvida de que faremos essa solicitação ao Governo Federal.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Sr. Senador, eu gostaria apenas de prestar um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª dispõe de dois minutos para uma réplica.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Quero esclarecer que o que eu falei não quer dizer que não disponibilizaremos todos os documentos para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra, Senador Eduardo Suplicy. A partir de agora, vou regulamentar o tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Ministro Antonio Palocci, gostaria que V. Exª fizesse uma estimativa sobre quais são os segmentos que, por exemplo, recebem a remuneração em forma de juros da dívida interna e externa. O Ministério da Fazenda tem uma estimativa? Por exemplo, no ano 2000, foram pagos R$50,9 bilhões. Em 2002, R$114 bilhões. Em 2003, R$145 bilhões. V. Exª poderá confirmar que a estimativa do Banco Central para 2004 é da ordem de R$138 bilhões. Portanto, reduzindo um pouco.

Passemos a uma comparação.

O Programa de Transferência de Renda, agora unificado no Bolsa-Família, teve um aumento em 2002. Foram pagos algo como R$2,309 bilhões. Em 2003, R$3,357 bilhões. Para 2004, são R$5,800 bilhões. Portanto, de 2002 para 2003 houve um aumento significativo, e em 2004 mais do que se dobrará o que foi pago em 2002. Então, é uma evolução positiva. E certamente o Bolsa-Família é destinado àqueles segmentos da sociedade que, com certeza, não têm um determinado patamar de renda.

Poderíamos ter uma estimativa. Esses R$138 bilhões serão pagos por esforço do Governo, para que tenha a credibilidade necessária, a quais segmentos? O Ministério da Fazenda tem uma estimativa de quem os receberá?

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Temos mais do que isso, Senador. Temos estimativas, avaliações e, também, estimativas de períodos em que o Brasil não pagou a dívida, seja a externa ou a interna. Houve um momento – em 1990, se não me engano – que o Brasil decidiu alongar compulsoriamente a dívida interna. Avaliamos os resultados de forma pormenorizada. Eles foram, simplesmente, desastrosos para o Brasil e para os programas sociais.

Então, esta é uma avaliação importante de se fazer. Somos um País que deve muito. É evidente que dá muito mais satisfação ao Ministro da Fazenda pagar as contas do Bolsa-Família do que pagar as contas de juros. Mas, entre a nossa satisfação, a nossa vontade e as necessidades do País, sou obrigado a cumprir as minhas obrigações. E a avaliação, feita em momentos em que o Brasil deixou de pagar a dívida externa – porque não pôde, não porque não quis – ou alongou voluntariamente a dívida interna, é que, no médio prazo, produziu-se perda importante de PIB, aumento da dívida e redução importante dos programas sociais.

Essa é uma avaliação muito clara que deve ser feita pelo País, que precisa dialogar sobre isso, não para condenar as pessoas que assim procederam – porque certamente procederam de boa-fé, buscando saídas, como fazemos hoje –, mas porque é importante avaliar resultados desses procedimentos.

Por outro lado, eu queria dizer a V. Exª que os investimentos do Bolsa-Família, que têm crescido de maneira significativa, têm tido um papel fundamental também na questão econômica. V. Exª perguntou, na sua primeira intervenção – não pude responder-lhe pela falta de tempo –, qual a importância dos investimentos do Bolsa-Família para os arranjos econômicos locais.

Não tenho estudos nacionais a esse respeito, mas conheço, até com alguma profundidade, muitos estudos locais. Inclusive, quando prefeito, recebi uma visita de V. Exª, que me cobrava a implantação do bolsa-família em Ribeirão Preto. Naquela época, o Governador Cristovam Buarque estava assim fazendo, o Prefeito Roberto Magalhães Teixeira também, e V. Exª foi a Ribeirão Preto e me perguntou por que eu não estava fazendo. Como eu acreditava na sua tese e no seu desenho relativo à transferência de renda, fiz, e os resultados foram excepcionais, do ponto de vista da evolução de arranjos locais, da geração de empregos no comércio local, do incentivo econômico a áreas degradadas socialmente, situação em que as mães voltavam a levar seus filhos para a escola, restabeleciam os laços familiares, podiam fazer acompanhamento de pré-natal.

Quando fiz os primeiros pagamentos do Programa de Garantia de Renda Mínima, confesso que fiquei em dúvida se uma renda de cem reais – valor pago naquele momento – poderia mudar a vida das pessoas. E, em poucos meses, observando caso a caso, pessoalmente, verificamos que muda fortemente a vida das pessoas. Por isso, eu queria dizer que sou adepto da sua tese. Lutei por ela, durante esses últimos anos, e cumprimento V. Exª por essa iniciativa.

Infelizmente, Senador Eduardo Suplicy, não podemos substituir os programas sociais pelos compromissos fiscais que temos. Infelizmente. Seria bom que o Brasil não tivesse uma dívida tão grande. Porém, assim é a dívida, que não foi feita por mim nem por V. Exª, mas que está aí para trabalharmos com ela.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de solicitar ao Ministro esclarecimentos sobre algumas notícias que nos preocuparam no último fim de semana. Os jornais publicaram que houve um gasto histórico, batendo o recorde das estatais, fazendo com que o déficit primário fosse reduzido significativamente. Apesar do esforço dos Estados e Municípios que conseguiram superávit da União, as estatais fizeram um recorde de gastos.

Eu gostaria de saber o que aconteceu, onde foi, o que houve e por quê. Pelo que entendi, alguns jornais falaram em distribuição de dividendos, mas me parece que distribuição de dividendos para a própria União não é déficit. Quem distribuiu esses dividendos? Eu gostaria, se possível, de ter um quadro mais claro sobre isso, pois julgo o caso preocupante e acredito que pode dar algum sinal de descontrole na área das estatais, que, como todos sabemos, sempre foi uma área de descontrole.

A outra questão que eu gostaria de levantar diz respeito à explanação de V. Exª referente ao ambiente favorável ao crescimento econômico. Alguns fundamentos macroeconômicos, sem dúvida, evoluíram de uma maneira formidável, digna de registro, mas me parece que algumas das condições fundamentais para o crescimento da economia ainda não foram alcançadas, o que me leva a duvidar um pouco da capacidade de crescimento da economia de maneira sustentada a médio prazo.

Os juros continuam altos já foram muito discutidos. Quanto à carga tributária, não conheço os números. Parece-me que já existem números, nesse primeiro trimestre, provando que, principalmente em relação ao PIS e à Cofins, houve um aumento da carga tributária. Temos ouvido, por exemplo, dos empresários, em várias Federações em que estivemos discutindo a questão, que a Cofins realmente teve um aumento real.

Juntando-se a questão dos juros à regulatória – que foi apontada e sobre a qual ainda existem muitas dúvidas, inseguranças e incertezas – e à questão de dissidências, de diferenças internas no próprio Governo, percebe-se, a meu ver, que foi vencida a luta da credibilidade e se começa a correr risco novamente. Talvez tenha de recomeçar em função da própria insegurança. Se o Governo trilhar esse caminho até o final... Hoje mesmo, nos jornais, há uma entrevista do Vice-Presidente da República muito dura sobre a política econômica, notas do próprio Partido, etc.

Pergunto, quanto à capacidade de crescimento, se existe uma avaliação hoje da Fazenda sobre o grau de utilização da capacidade instalada na economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Ministro Antonio Palocci.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Senador Tasso Jereissati, é um prazer dialogar com V. Exª, cujas perguntas são muito pertinentes, embora eu tenha uma visão mais otimista em relação a esse quadro.

O quadro fiscal nos primeiros meses deste ano está absolutamente equilibrado. Como bem disse V. Exª, a União, os Estados e os Municípios tiveram resultados expressivos, maiores dos que os do ano passado. As estatais fizeram déficit primário, em particular as estatais mais fortes, como a Petrobras, principalmente em relação à distribuição de dividendos. Esse é um fenômeno de início de ano que, de forma alguma, compromete o resultado e os compromissos da Petrobras com o equilíbrio de suas contas, bem como a Eletrobrás e outras empresas. No ano passado, a distribuição não foi a mesma, mas a evolução do quadro fiscal das empresas também decorreu de maneira muito diferenciada, considerando o começo e o final do ano.

Por outro lado, os gastos da União fazem o movimento inverso. Em janeiro do ano passado, quando fazíamos 7% de superávit, muitos, no Senado, nos perguntavam se o nosso objetivo era 4,25% ou 7%. Explicávamos que, na verdade, a evolução do equilíbrio de contas ao longo do ano se dá inversamente. É normal que as empresas tenham um compromisso de dividendos e distribuição de lucros, etc, que não são todos para o Governo. No caso da Petrobras, menos da metade vai para o Governo porque ela é uma empresa aberta, que distribui seus lucros para muitos associados. Desse ponto de vista, quando uma empresa importante faz esses movimentos – e, normalmente, o faz no início do ano –, ela faz um déficit primário, que é exatamente no momento em que a União e os Estados fazem o seu maior superávit primário. Ao longo do ano, esses dados se ajustam.

No começo do ano, eu dizia aqui que o nosso superávit de 8% ou 7,5% chegaria, no final do ano, à nossa meta: 4,25%. Chegou a 4,32% como PIB estimado. Não sabemos ainda o PIB definitivo. Só iremos sabê-lo, na verdade, em outubro deste ano. É assim que funciona a coleta de dados. Nos próximos dias, o IBGE deve ter o PIB nominal medido e terá o número definitivo em outubro deste ano apenas. Então, só saberemos o número definitivo em outubro deste ano. Contudo, acredito que a evolução do equilíbrio das empresas estatais e dos agregados dos Estados, dos Municípios e da União nos dará tranqüilidade.

Senador Tasso Jereissati, eu gostaria de ressaltar que o compromisso fiscal é o compromisso da equipe econômica. Este é o compromisso. Avaliamos que este é o pilar fundamental do equilíbrio das contas brasileiras e que, se ele ruir, não conseguiremos desenvolver nossos objetivos de crescimento, inclusão social e estabilidade. Portanto, a questão do equilíbrio fiscal será tratada por nós e pelo Governo de maneira absolutamente atenciosa. V. Exª pode ficar certo de que esses números responderão a isso de maneira efetiva.

A segunda questão importante refere-se à criação de ambiente favorável aos negócios. Esta questão é fundamental. Concordo com V. Exª que a carga tributária precisa não apenas ser vista como carga, mas em termos de qualidade. No início do ano passado, quando preparávamos a reforma tributária, a primeira questão que avaliamos foi o porquê de o Brasil discutir uma reforma tributária há dez anos e, por algum motivo, não a realizar. Decidimos separar alguns objetivos. Naquele momento, dissemos que não era possível, nas condições de equilíbrio do Brasil daquela ocasião, prometer redução da carga. Isso não era possível – e fomos transparentes em relação a isso –, mas era possível mexer na qualidade dos impostos. Por exemplo, Cofins cumulativa é um veneno para as indústrias. Quando cumulativa, essa contribuição, para o processo da cadeia produtiva, distorce o comportamento do processo, provoca a alocação ineficiente de recursos por parte das empresas, destrói a pequena empresa que presta serviço para a grande empresa, porque a tendência das empresas é verticalizar sua produção, e age como veneno no processo de construção das cadeias produtivas. Portanto, esse ponto teria de ser atacado de maneira frontal e definitiva.

Não era por acaso que há dez anos os empresários, principalmente do setor industrial e agroindustrial, nos pedem essa correção. O Senador Ramez Tebet lembrava-me, na semana passada, da importância de observar, a partir das mudanças feitas, se o setor agroindustrial está adequadamente tributado ou se há algum desvio para cima naquilo que era nosso objetivo original. Estamos verificando isso caso a caso para responder ao Senador de maneira absolutamente objetiva.

Como a redução da carga não podia ser a grande questão colocada na reforma tributária, tivemos que trabalhar na qualidade dos impostos.

V. Exª defendeu, de maneira enfática, em nossa última visita ao Senado, que teríamos que desonerar os bens de capital. Já estamos fazendo isso. Como disse, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu antecipar o compromisso com o Senado, que era de fazer isso em cinco anos. Pretendemos fazer isso em três anos e começamos este ano.

Quando fizemos a modificação na Cofins no sentido de desonerá-la para retirar cumulatividade e distorções, apresentamos uma alíquota que alguns entendem ser superior àquela que deveria ser, porque a

arrecadação reage positivamente. Temos de entender o processo em que vivemos até hoje, no qual tributamos de maneira distinta o produto nacional e o produto importado. Durante muitos anos, o Brasil tributou de maneira ineficaz o seu produto em relação ao produto importado, em detrimento do primeiro.

V. Exª sabe que não defendo proteções inadequadas, porque elas geram ineficiência, e o Brasil já viu o filme da proteção inadequada e da geração de ineficiência. Contudo, proteger o produto importado em relação ao produto nacional não me parece razoável, de bom-senso ou adequado. Por isso, fizemos essa correção. E, na medida em que ela é feita, todos os produtos gerados com insumos importados passam a arrecadar mais.

V. Exª pode argumentar que isso gera aumento de carga em função do produto importado. Sim, por isso estamos reduzindo a carga nos bens de capital, respondendo a uma outra política que escolhemos nesta Casa, com suas Lideranças, para a política tributária. Lembro também que assumimos outros compromissos naquela época cuja implantação precisamos acelerar, entre os quais o ordenamento da carga tributária ao longo do tempo e a interferência mais positiva em impostos que têm efeito nocivo na economia, porque ainda são cumulativos, para, a partir daí, produzir sistemas que garantam que a carga, ao longo do tempo, observada a dinâmica da dívida, possa ser reduzida. Esse é um compromisso que devemos assegurar, reafirmar e trabalhar por ele.

Por isso, tenho dito que a reforma tributária não se encerrou. Conseguimos realizar o que, em dez anos, não havíamos conseguido: votar a reforma e os seus princípios constitucionais. Mas, no que se refere à implantação dos mecanismos infraconstitucionais da reforma, certamente estamos em 40% a 50% do nosso objetivo.

Temos muito ainda a caminhar na unificação do ICMS, na criação de uma tributação adequada às empresas, que estimule o empresário a olhar a biblioteca do ICMS, a planejar a sua empresa, e não o planejamento fiscal e tributário. Hoje, uma empresa decide gastar em planejamento tributário. Diante de uma biblioteca de impostos, é mais eficiente para o empresário gastar no planejamento e não no tributo. Temos de resolver essa questão de maneira definitiva no Brasil. Essa foi a medida que esta Casa adotou no ano passado, quando votou a reforma, apesar de tantas divergências existentes naquele tempo.

Concordo com V. Exª. Temos de avançar mais no marco regulatório, buscar taxas de juros cada vez menores, solucionar nossas divergências de maneira serena, para que possamos criar um ambiente favorável para os negócios no Brasil.

Dou muita razão aos pontos levantados por V. Exª e acho mais: esta é toda a pauta do ano de 2004. Não precisamos fazer muito para o Brasil crescer em 2004, mas precisamos fazer muito se quisermos que o Brasil cresça nos próximos dez anos. Essa é a questão fundamental. Precisamos fortalecer as instituições brasileiras, favorecer os marcos criados após o processo de privatização em várias áreas, para dar ao Estado o seu caráter regulador efetivo.

Quando esta Casa votou o marco regulatório do setor energético, ficou uma dúvida no debate público. Será que esse marco regulatório é muito estatizante, será que ele está pondo nas mãos do Estado excessivamente, num setor em que deveria se estimular o investimento privado? O Senado e a Câmara dos Deputados chegaram a uma formulação adequada. Em nenhum lugar do mundo, o setor elétrico se desenvolveu sem a participação efetiva do Estado, regulando o setor. Todas as vezes em que não demos a atenção devida a um setor tão estratégico do ponto de vista estrutural – não digo nós brasileiros, mas brasileiros, americanos, italianos, ingleses –, vimos apagões em todos esses países.

Por isso, é preciso que saibamos modular a presença do Estado no sentido de regular o setor e estimular o investimento privado, para que ele possa acreditar no País e dar investimentos de infra-estrutura adequados.

Por fim, Senador Tasso Jereissati, a pergunta de V. Exª sobre a capacidade instalada é muito importante. Temos um conjunto de análise sobre isso e acreditamos que os dados disponíveis não são suficientes. Estamos fazendo uma série de pesquisas relativas à avaliação de capacidade instalada, bem como analisando algumas questões que, na economia moderna, superam a avaliação de capacidade física. Por exemplo, qual é o mistério que faz com que a produtividade americana cresça mais do que a capacidade instalada do País e responda a fenômenos não imediatamente compreendidos? Isso acontece no Brasil, na Europa e em outros países.

Na verdade, hoje a utilização de capacidade instalada com nova governança, com nova maneira de utilizar a informática, os dados **on-line**, os instrumentos da ciência e da tecnologia disponíveis, tem produzido aumentos de capacidade que vão além dos elementos físicos da capacidade instalada. Essa é uma avaliação necessária a fazer hoje para que possamos compreender os fenômenos que têm feito países, inclusive o Brasil em algumas áreas, como o agronegócio, conhecerem de maneira objetiva acima da sua capacidade

instalada, porque a utilização de velhos instrumentos modernos de informática de ciência e tecnologia colocados a serviço de novos tipos de governança dão resultados excepcionais, não conhecidos num passado recente e que permitem que a atividade econômica retome sob um novo patamar. Esse é um debate novo, que é necessário fazer no País porque ele está acontecendo.

Concordo com V. Exª. A avaliação da capacidade instalada é um elemento fundamental. Estamos procurando aperfeiçoar instrumentos que temos e que são razoavelmente adequados e inadequados para respostas objetivas sobre essa questão.

Depois, posso enviar a V. Exª resultados desses trabalhos, análises feitas, porque temos todo o interesse que o assunto seja objeto de um diálogo público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dando continuidade, concedo a palavra ao Senador César Borges, um dos autores do requerimento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Antonio Palocci, é sempre uma satisfação ter V. Exª nesta Casa participando de um debate amplo e aberto. V. Exª é uma figura essencialmente democrática, elegante e suave. É muito bom que o Governo tenha V. Exª em seus quadros.

Sr. Ministro, a política de V. Exª realmente divide o País hoje. Podíamos quase utilizar uma frase de triste memória e dizer: "ou ame ou deixe" essa política macroeconômica do Dr. Antonio Palocci.

Sei que alguns setores amam a política econômica do Governo Federal. Temos ouvido elogios rasgados de muitos economistas ortodoxos – e até ultra-ortodoxos – e liberais a ela. Por exemplo, o setor financeiro está muito satisfeito com a política econômica. Neste ano, as nossas instituições financeiras tiveram lucros que corresponderam ao dobro da média dos lucros mundiais do setor financeiro. O setor financeiro está ganhando muito.

O mercado está satisfeito. Temos estabilidade. Conseguimos atrair capitais, que, no entanto, muitas vezes, são especulativos. Eles estão no País devido à baixa taxa de juros praticada nos países desenvolvidos, em especial nos Estados Unidos. Eles estão no País, mas podem sair a qualquer momento.

Significa que estamos com uma economia ainda muito volátil. Recentemente, até o próprio Presidente da República reconheceu que ela é instável, porque, em investimentos externos de risco – e V. Exª não apresentou esses números –, o valor previsto para este ano é bem inferior ao apresentado, caindo para aproximadamente US$12 bilhões.

Sr. Ministro, a minha grande preocupação é com aqueles que criticam a política econômica. É preciso que o País a entenda, porque microempresas e pequenas e médias empresas estão quebrando e fechando, não podem pagar as taxas de juros.

As famílias sentem no próprio bolso. Houve uma redução de 14% na renda média do trabalhador brasileiro no ano passado. Muitos estão perdendo a esperança de ver o País retomar o caminho do desenvolvimento. Até politicamente, hoje, há um enfraquecimento da base de apoio do Governo, e os diversos partidos da base de sustentação começam a criticar a política econômica, inclusive – infelizmente, a meu ver – o próprio PT, que emite notas contra a política econômica, falando na retomada do crescimento e na necessidade de novos investimentos.

Por um lado, há aquele que ama a política econômica do Governo; por outro, uma parte do País – e não é pequena – não a aprova.

Hoje, vemos muitos articuladores – no nível da macroeconomia – e estudiosos fazerem crítica a essa política. O próprio Vice-Presidente da República chegou a declarar que a política fiscal é "irresponsabilidade fiscal". Vejam o grau de instabilidade que pode trazer essa declaração! Realmente, ao dizê-lo, o Vice-Presidente pode trazer intranqüilidade ao mercado.

Os investimentos públicos no Brasil, essenciais para melhorar a qualidade de vida do povo e para criar as condições para a retomada do crescimento econômico, nunca chegaram a níveis tão baixos. No ano passado, o valor empenhado foi de R$6,4 bilhões, e só foram investidos R$2,3 bilhões.

A falta de investimentos, Sr. Ministro, é uma grande armadilha, porque, se, por um lado, ela vem atender ao pilar que V. Exª chama de equilíbrio fiscal, por outro, não permite o crescimento econômico.

Diz a respeitada colunista Miriam Leitão: "O País está perdendo um ótimo momento. A situação internacional é favorável. Os metais, os minérios, os produtos agrícolas exportados pelo Brasil estão com excelentes preços. O saldo da balança comercial está em R$26 bilhões nos últimos doze meses. As contas externas estão positivas, mas travam o País. Colapsos logísticos, riscos regulatórios e incerteza provocada pela crise política".

Ainda há um outro fator, Sr. Ministro: quando V. Exª aplica uma política econômica firme, determinada – alguns podem discordar, mas a política de V. Exª tem início, meio e fim –, sentimos que o Governo, com os marcos regulatórios, por exemplo, está muito travado. O Governo vai para um lado, determinados Ministros... Por exemplo, Miriam Leitão disse que a Vale está com investimentos parados pela dificuldade de

obter licença ambiental. E disse mais: "Exportadores esperam semanas ou até meses para embarcar seus produtos pelo mau estado das estradas brasileiras". Outro comentário de Miriam Leitão, discordando um pouco da opinião de V. Exª, é o seguinte: "Setor elétrico não investe porque o novo modelo dá poder demais ao Estado, e investidores paralisam projetos por temerem mudanças, inclusive na política econômica". Então, essa era uma primeira questão que eu queria apresentar a V. Exª.

Apresento outra questão: quando esteve aqui há um ano, V. Exª falava que o País cresceria 2,8% – essa era a previsão inicial no ano de 2003 –; depois, o Ipea reavaliou para 1,8%; e terminaremos, pelo menos se confirmarem os números inicialmente divulgados, indo para o crescimento negativo. Neste ano, fala-se em 3,5%, mas muitas instituições financeiras já reavaliam para 2,8%, porque os três primeiros meses, efetivamente, não foram satisfatórios em nível de desenvolvimento da economia. Então, receio que, mais uma vez, chegaremos ao final do ano sem investimento.

E considero essa restrição, esse garrote que o Governo Federal faz nos investimentos algo muito perigoso, Sr. Ministro. Veja o caso sobre o qual eu gostaria que V. Exª se debruçasse: na Bahia, uma obra importantíssima, o metrô de Salvador, está relativamente paralisada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concluindo, Sr. Presidente, devo dizer que essa obra está praticamente paralisada, e a Procuradoria da Fazenda Nacional pede o cancelamento de um empréstimo do Banco Mundial – o que, como V. Exª sabe, demora; é muito investimento, muito sacrifício –, alegando que substituirá US$32 milhões por recursos do Governo Federal, da AGU ou da Cide. Mas sabemos que não há essa disponibilidade de recursos. Esse é outro assunto que eu gostaria que V. Exª comentasse neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, permita-me comentar rapidamente uma questão que considero que precisa ser efetivamente apresentada: às vezes, o investimento não está sendo feito por causa da burocracia – como é o caso da Vale do Rio Doce, já citado –, com essa discussão interminável sobre o meio ambiente. Queremos preservar o meio ambiente, mas não podemos ficar discutindo isso interminavelmente. Essa Vale do Rio Doce diz respeito ao meu Estado. Em Corumbá, os investimentos estão inteiramente parados, e a pobreza lá é extraordinária.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Agradeço a V. Exª, Senador César Borges. Suas questões são realmente importantes, reforçadas pelo Presidente da Comissão. Eu apresentaria poucas questões para procurar dialogar sobre esses temas.

É verdade que temos dificuldade no campo do emprego. É verdade também que a última crise que o Brasil viveu levou as famílias a perdas. Essa é uma realidade, que, inclusive, está expressa nos números mostrados aqui. Como eu disse, jamais brigarei com números.

Certa vez, um professor me explicou que açúcar é aquilo que, quando não se põe no café, este fica amargo. Procuro entender por que ele falou que açúcar é aquilo que, quando não se põe no café, este fica amargo. E eu perguntaria a V. Exª hoje: o que seria da renda dos brasileiros e de nossa economia se não tivéssemos feito o ajuste do ano passado? Essa pergunta precisamos fazer, porque, às vezes, colocamos muito açúcar no café, mas, se não o tivéssemos posto, ele estaria mais amargo.

A questão central que deveremos debater, com serenidade, sem paixões, mas com franqueza, é: o que seria do Brasil neste momento, se não tivéssemos combatido a inflação, se não tivéssemos colocado nossa dívida em uma dinâmica descendente? Não considero difícil imaginar que estaríamos em uma crise econômica sem precedentes. O Brasil perdeu 30 bilhões na crise de 2002, e os juros de mercado foram, em termos nominais, a 33%. Juros nominais a 33% de mercado produzem recessão. Essa é a realidade, e dela não fugiríamos se não estabelecêssemos que faríamos um duro ajuste fiscal – digo duro para ser curto, porque poderia ser leve e longo, mais angustiante, mais sofrido, com menos resultados. Mas pensamos que era hora de o Brasil falar claramente que a questão fiscal, que já é compreendida hoje pelos governos de todos os países, é a questão essencial para que possamos, no longo prazo, garantir as condições de ambiente de desenvolvimento.

Por isso, Senador, sei que algumas coisas que fazemos provocam polêmicas. Nosso papel nem sempre é o de dar boas notícias. Não espero que não a política econômica una o País, porque cortes, superávits e política monetária desagradarão ao País e às torcidas, mas eu gostaria muito que os resultados dessa política fossem absorvidos pelo conjunto do País, para que possamos unir o País nos resultados da política econômica e possamos fazer um curso seguro para o crescimento e para a estabilidade.

V. Exª falou algo muito importante no artigo a que se referiu: os investidores suspendem investimentos, porque têm medo que a política econômica mude. Senador, a política econômica, nos seus pilares fundamentais, não vai, não pode e não deve mudar. O Brasil

precisa dar uma declaração definitiva para sua população, não para os banqueiros internacionais, mas para o cidadão brasileiro, seja ele trabalhador ou empresário. Seremos um país responsável no longo prazo, um país que olhará suas contas com extrema responsabilidade. De forma alguma, chamo os críticos de irresponsáveis, todavia, não podemos mudar de rota em todos os momentos, queimar etapas no primeiro sobressalto, mudar de caminho à primeira inquietação, sem deixar de olhar nossa grande responsabilidade como brasileiros, frente às necessidades sociais do País.

Agora, asseguro-lhe que, se não fosse o ajuste feito, a renda das pessoas estaria bem pior neste momento, a evolução da nossa economia não seria uma curva de crescimento, seja ela de 3,5%, de 4% ou de 3,4%. Não considero isso o mais importante. O mais importante é termos saído de uma rota de crise muito forte e entrado numa rota de crescimento.

Concordo com V. Exª em gênero, número e grau, quando levanta questões relativas ao investimento público e privado. E esse é o trabalho que precisamos fazer neste ano; o meio ambiente precisa, sim, ser respeitado, mas deve ser uma equação do desenvolvimento, assim como o processo macroeconômico não tem que ser um obstáculo ao desenvolvimento, mas parte da equação do desenvolvimento. Como expliquei no início, a distribuição de renda não é apenas uma questão ética no Brasil, mas países com má distribuição de renda colhem resultados muito negativos diante de choques de oferta, como ocorreu várias vezes no Brasil.

Portanto, é preciso trabalhar permanentemente, pacientemente, sistematicamente as políticas governamentais que alterem a distribuição de renda. Muita gente acredita que isso seja característica de país com visão atrasada, mas se olharmos o que o Governo brasileiro, o Governo espanhol e o Governo inglês fazem, diremos que eles são mais Estado do que o Brasil. Nesses países de capitalismo avançado, os governos atuam para que o Índice de Gini – dado quando as pessoas recebem seus recursos – seja alterado ao longo da ação governamental no que se refere à política tributária e às políticas distributivas para que esse índice melhore ao longo do processo de interferência do Estado.

No Brasil, interferimos muito pouco nisso e pensamos que somos estatizantes. Aqui não significa idéias de o Governo investir, mas de o Governo interferir de maneira positiva, de maneira democrática, com medidas tomadas nesta Casa, como muitas foram, em muitos anos, não apenas no nosso Governo. Não sou daqueles que pensam que, antes do nosso Governo, nada foi feito e que, depois do nosso Governo, tudo foi feito. Jamais penso assim. Mas todas as contribuições dadas para políticas de equilíbrio econômico e social do Brasil contribuem para termos ou não perspectiva de crescimento sustentável. Concordo que as questões logísticas, que as questões de riscos regulatórios, que as questões ambientais, que as questões dos investimentos em infra-estrutura são as equações que temos que resolver neste momento. Ontem uma pessoa perguntava por que a política neste ano de 2004 – para concluir, se o Senador me permite – é mais confusa do que a do ano de 2003. Questionava-me sobre o porquê disso, se 2003 foi um ano mais duro; por que ter mais dificuldade de percepção e de coesão no País neste ano, quando o Orçamento é melhor, o crescimento é maior e o ajuste está feito. Tenho dito que, na verdade, o País, quando olha uma agenda de crise, olha uma agenda muito simples. No ano passado a nossa agenda era ajustar o fiscal, ajustar o monetário, fazer a reforma da Previdência e a reforma tributária – uma agenda absolutamente simples, duríssima mas simples. Era uma agenda em torno da qual o País se organizou. O Presidente Lula reuniu os Governadores, veio ao Legislativo, uniu os Poderes, para que o País compreendesse a necessidade de fazer um ajuste importante em questões estruturais do Brasil e não em questões circunstanciais. As circunstâncias podem nos levar a divergências, a brigas, a diferenças de opinião, a disputas, e isso faz parte. Não acho que esses momentos são negativos para o Brasil. É parte da democracia brasileira o conflito de opiniões, de projetos e de idéias. O que não podemos é deixar de unir o Brasil em torno dos objetivos centrais que levem ao desenvolvimento.

No ano passado, a pauta era muito simples: os gestos eram muito diretos e objetivos. Este ano é mais complexo. Orçamento é mais amplo, há crescimento econômico, mas a nossa pauta não é dada apenas pelo fiscal e pelo monetário; a pauta é muito mais extensa. Temos que resolver a questão do **spread** bancário, temos que resolver o problema do sistema de defesa da concorrência, temos que resolver o problema da Lei de Falências – como muito bem mencionou o Senador Presidente da Comissão o trabalho que está fazendo. As falências estão problemáticas no Brasil, porque a nossa lei tem 50 anos. Não é possível conviver com um arcabouço institucional para responder a uma economia moderna com instrumentos de 50 anos atrás. Então, essa agenda que parte do crédito, do microcrédito, do marco regulatório do setor elétrico, do marco regulatório do setor do saneamento, da instituição de políticas que combinem a ação de defesa ambiental com desenvolvimento, a política macroeconômica com o crescimento. Esta pauta é muito mais complexa do que a pauta do ano passado: é mais confusa, dialoga menos, é mais

conflituosa, mas não pode deixar de ser instrumento de união do País em torno desses objetivos.

Vou observar as questões que V. Exª apresentou, inclusive a relativa ao seu Estado, de que gosto tanto. Vamos tratar essas questões objetivamente. É bom que, quando levantamos questões econômicas gerais, demos exemplos de problemas concretos. E vamos enfrentá-los, porque é assim que vamos superando essas dificuldades. Recebi, no ano passado, Senador, grupos de dez ou doze empresários do País; fiz sete ou oito reuniões; dialoguei com os duzentos maiores empresários do Brasil sobre cada ponto que os preocupava em relação à questão ambiental, em relação à questão regulatória, em relação a contratos. E estamos cuidando de cada ponto. É muito difícil. É uma agenda extensa, é um trabalho que o Brasil já faz há muito anos e precisa continuar fazendo por muitos anos. Mas eu diria que é momento de concentrarmos em nossa agenda. A política e os pilares da política econômica precisam sustentar um movimento de aperfeiçoamento institucional do País, para que ele possa dar ao investimento público maior qualidade e ao investidor privado segurança para investir e acreditar no País. Assim vamos crescer por dez, doze, quinze anos e não por dois anos ou um ano e meio, como muitas vezes, infelizmente, já aconteceu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São tantos Senadores inscritos que eu queria...

Senador Antonio Carlos Magalhães, dou a palavra a V. Exª, no lugar do Senador Rodolpho Tourinho, que é co-autor do requerimento, por permuta que V. Exªs fizeram.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente Ramez Tebet, eminente Ministro Antonio Palocci, não me filio ao grupo do grande economista José de Alencar. V. Exª pode ficar tranqüilo, então, pois não vou defender as suas teses. Entretanto, seria silenciar diante de uma verdade não dizer que há uma ansiedade da sociedade no que tange à taxa de juros. V. Exª explicou, com muita propriedade, os motivos por que ela ainda não baixou. V. Exª tem realmente os receios de que volte a ocorrer o que ocorreu no passado em relação à inflação.

Por outro lado, sabem todos que – inclusive o Líder Mercadante pode testemunhá-lo – tanto quanto possível ajudo o Governo, mesmo na Oposição, mas acredito que houve um erro ontem do Presidente Lula ao dizer que o Brasil está otimista. Acredito que nem V. Exª tem a coragem de dizer ao Presidente Lula que o País está otimista; o País está pessimista, talvez sem razão, mas está pessimista, e cabe principalmente a V. Exª criar os meios para que o País fique otimista.

V. Exª é um homem capaz, cordato, educado e, sobretudo, convive muito bem neste Parlamento, de modo que eu estimaria que, na reunião posterior, V. Exª olhasse para uma promessa do Líder Mercadante à Oposição e, mais do que à Oposição, a todo o Congresso de melhorar o problema da Cofins. Realmente, é necessário melhorá-la, porque vai aumentar de fato a carga tributária. Isso é inegável.

V. Exª pode dispor-se a ver tudo isso, inclusive o problema que vai cair nas costas de V. Exª mais adiante com relação à aviação. Trata-se de um setor que pode quebrar, deixando-nos numa situação mais difícil ainda do que a que nos encontramos hoje com a greve absurda da Polícia Federal. Aí, não vai ter quem voar. V. Exª deve ver os vários aspectos de tudo isso.

V. Exª, da última ou penúltima vez que esteve nesta Casa, se disse – fiquei muito feliz – um entusiasta do orçamento impositivo. Acredito que muita coisa no Brasil está-se dando porque não temos o orçamento impositivo. Seria, tenho certeza, um elemento para ajudá-lo e não para atrapalhá-lo, uma vez que seria V. Exª que iria fixar a receita. Conseqüentemente, não tem por que não se fazer o orçamento impositivo, mas a realidade é que não há do Governo boa-vontade em relação ao orçamento impositivo. Gostaria de uma palavra de V. Exª sobre o assunto

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª terminou ou não?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não. Falta um minuto. Termino em um minuto para não atrapalhar V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pensei que V. Exª tivesse terminado. Faltam 55 segundos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Está bem. Sr. Presidente.

Penso que temos de fazer uma legislação especial para os bancos. Os bancos não agora, mas há muito tempo, sugam a sociedade brasileira; e não há medida certa em relação a banco. Tenho um projeto que trata exatamente daquilo a que V. Exª se referiu sobre os **spreads**. Tenho nesta Casa um projeto sobre o assunto. Há que se fazê-lo tramitar, e quem faz andar os projetos nesta Casa, queiramos ou não, é o Governo.

Em relação ao emprego, V. Exª não foi muito feliz. V. Exª foi sincero com relação ao aumento, mas não foi sincero no que diz respeito ao déficit. De maneira que esse déficit de emprego existe, sobretudo porque houve uma promessa – que agora até o presidente americano está repetindo o mesmo número, já estou vendo que vai ser um desastre – de 10 milhões de empregos.

Quero dizer a V. Exª que, em relação ao cacau – perdoe-me entrar um pouco na Bahia –, as providências tomadas por V. Exª no que tange ao Pesa não adiantaram porque V. Exª não liberou os recursos para os Ministérios da Agricultura e da Integração Nacional para que o Pesa realmente funcionasse. Há uma burocracia no Banco do Brasil que impede esse financiamento do cacau.

Para terminar, quero fazer coro com o Senador César Borges. Eu quase diria que senti que V. Exª vai revogar esse ofício do seu Procurador Adjunto – nem foi do Procurador-Geral, mas sim do Procurador Adjunto da Fazenda –, que cancela US$ 32 milhões já contratados para o metrô da Bahia. O Banco Mundial fez uma carta recentemente, dizendo que desejaria cumprir o contrato e que a Bahia é um dos raros Estados que participam diretamente na construção do metrô. Outros Estados não colocaram recursos seus; o Estado da Bahia e a Prefeitura Municipal colocaram.

Se V. Exª puder examinar ou reexaminar esse assunto, dará mais empregos e mais serenidade ao transporte da Bahia. Como V. Exª gosta muito daquela terra, tenho certeza de que vai fazer isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Ministro Antonio Palocci.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Senador, em primeiro lugar, nós devemos valorizar o espírito de colaboração que há sempre nas palavras do nosso Vice-Presidente, José Alencar. S. Exª é íntegro, propugna o tempo todo pelo crescimento econômico, insiste sempre nas teses da responsabilidade fiscal, apóia permanentemente que o Brasil tenha um comportamento fiscal adequado e faz uma insistente proposta para que baixemos os juros. Vejo isso como um dos sadios movimentos que buscam fazer com que a política monetária apresse seus objetivos. Mas é preciso dialogar sobre isso de maneira serena. Todos nós queremos trabalhar com instrumentos mais favoráveis ao processo de crescimento. Então, por um lado, temos a nossa vontade, por outro, as nossas responsabilidades e dívidas. Temos de trabalhar num estreito fio que possa permitir, ao mesmo tempo, responder aos desafios macroeconômicos de crescimento. Creio que conseguiremos, porque, na prática, os números de hoje mostram que estamos caminhando para o crescimento econômico e afastamos o risco da hiperinflação e do descontrole da dívida.

Não penso, Senador, que o Brasil esteja pessimista. Acho que neste momento falta, como disse anteriormente, uma clareza ao País e a todos nós, homens públicos, agentes privados, de que estamos construindo de maneira muito ordenada a nossa agenda deste ano. Devemos debater e polemizar a respeito, mas precisamos organizá-la ao longo do ano. Certamente o Brasil não cumprirá num único ano todos esses objetivos institucionais e reformas que precisa fazer, mas pode avançar significativamente nesses temas. Por exemplo, a Lei de Falências não precisa ser feita de forma atabalhoada, mas exige urgência. Assim, o Senador Ramez Tebet tem conduzido um diálogo conosco e com os demais Líderes desta Casa. O Senador Aloizio Mercadante tem buscado semanalmente fazer proposições que possam ajustar esse texto. Isso é que vai dar seqüência nessa agenda importante que nós temos.

Na construção civil, como me referi várias vezes, é preciso reunir o esforço dos Deputados e Senadores e produzir com a maior rapidez possível, sem atropelamentos, o cenário do ponto de vista de crédito, de contrato, de patrimônio de afetação, de tributação, para que possamos dar um salto, saindo do patamar de queda. Se V.Exªs observarem, nos últimos 20 anos, o percentual de construção de casas, no Brasil, caiu para 7,3% ao ano. É preciso reagir; e os recursos públicos têm reagido. No ano passado, trabalhamos com recursos de menos de R$5 bilhões para o financiamento; trabalharemos com R$8 bilhões a R$8,5 este ano, o que é uma evolução muito grande. Mas é preciso fazer com que o mercado privado se desenvolva. Vários países do mundo, inclusive países ricos, saem de crises econômicas por meio da construção civil, do mercado imobiliário. O Brasil está perdendo esse instrumento. É preciso considerar com clareza esse fato.

Sobre a questão da Cofins, Senador Antonio Carlos, devo dizer que nem sempre posso, a tempo, cumprir com todas as minhas promessas, mas persigo a todas. Entretanto, as promessas do Senador Aloizio Mercadante cumprirei todas, porque S.Exª é o Líder do Governo nesta Casa e o que fala aqui, evidentemente, é a orientação do Governo. S.Exª, por exemplo, fala que é possível melhorar a Cofins. Certamente estamos estudando o assunto.

Direi clara e explicitamente o efeito da Cofins sobre setores monofásicos. O que acontece? Como o setor foi organizado sob a lógica da Cofins cumulativa e ser monofásico era interessante para o setor e para a receita, estabeleceu-se o mecanismo monofásico em várias áreas como, por exemplo, no setor automobilístico. Hoje o setor automobilístico é monofásico, mas não pode, agora que a Cofins deixou de ser cumulativa, se aproveitar dos créditos anteriores. Se isso não for ajustado, haverá distorção na alocação de recursos, fazendo com que empresas que produzem peças para a indústria automobilística percam no processo e possa

haver um estímulo indireto a importações, substituindo produtos de boa qualidade produzidos no Brasil.

É preciso ajustar esse mecanismo. O problema é que, quando vamos ajustá-lo, desgraçadamente o índice do imposto do bem particular aumenta de maneira justa e correta em números, mas, como não queremos aumentar a carga tributária, estamos propondo, nesses casos, compensar no IPI. Então, se ajustarmos um setor que hoje é monofásico para que ele possa, mesmo sendo monofásico, ser creditado a Cofins, poderemos, eventualmente, provocar um ajuste para cima. Temos toda a disposição de ajustar esse aumento em outro imposto para que fique zerada a mudança de carga tributária nesse setor. Portanto, estamos mantendo esse compromisso.

Nossas mudanças de impostos, infelizmente, não podem causar redução na arrecadação, a não ser em alguns casos específicos, pois não queremos aumentar impostos. Onde está havendo aumento, vamos construir uma sistemática que seja justa em relação a produtos de cadeias diferentes. No caso do produto importado e nacional, é uma medida de justiça, de equilíbrio que penso que todos compreendem. Aliás, temos tido muito pouca reclamação sobre a Cofins sobre a importação, a não ser em setores onde se vive uma situação particular de insumos, o que precisamos também analisar com tranqüilidade, com serenidade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É o caso da agricultura e da pecuária.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Há alguns casos na agricultura que precisam ser considerados. O Senador Ramez Tebet tem-nos lembrado essa questão. Mas, vejam, a questão dos impostos é importante. O Senador Tasso Jereissati tem razão quando diz: "Olha, podemos só olhar os números macroeconômicos, embora sua importância seja grande, e olhar também como a carga tributária é um entrave ou não ao processo econômico e trabalhar para que possamos mudar qualitativa e quantitativamente a carga".

É difícil saber, Senador, com relação às mudanças feitas, se elas, de fato, produzem efeitos positivos em relação a um valor de alíquota suficiente para cumprir esses objetivos de não reduzir a carga. Mas estamos fazendo um compromisso: se, por acaso, em algum determinado momento, a carga se elevar, construiremos mecanismos para fazê-la ajustar – isso é importante –, ou por meio do próprio imposto que foi alterado ou por meio de outros impostos, como fizemos recentemente com bens de capital.

E mais. Temos várias áreas do Governo como, por exemplo, a Previdência, em que não podemos baixar a carga tributária. Podemos eventualmente reduzir alíquotas, mas a Previdência precisa se financiar mais adequadamente. É desejável o aumento na arrecadação da Previdência porque, se subir, significará três fatores: aumento da formalização, aumento da atividade econômica e redução da sonegação previdenciária. Não se trata de aumento de alíquotas. O que seria o desenho adequado do futuro da Previdência Social no Brasil? Hoje ela está arrecadando menos? De forma alguma. Ela está arrecadando mais, mas não com mais alíquotas; está arrecadando mais em virtude do combate à sonegação, à formalização do trabalho e ao crescimento econômico, para dar mais estabilidade à Previdência.

Quando falamos de carga tributária é nesse sentido. É errado, é incorreto aumentar a carga sobre a economia. Combater a sonegação, formalizar a economia é o objetivo da política econômica e isso nos dá espaço para fazer ajustes nos impostos inadequados. Essa, a formulação que buscamos.

Quanto ao Orçamento impositivo, Senador Antonio Carlos – não quero deixar de me referir a essa questão –, a única coisa que não se pode fazer com o Orçamento impositivo é impô-lo; ele precisa ser construído ao longo do tempo. Se olharmos o que acontecia com os nossos orçamentos há 15, 20 anos e o que eles são hoje, veremos que evoluímos bastante no plano dos Municípios, dos Estados e da União.

Já tivemos orçamento que simplesmente nada significavam. Quando combinávamos Orçamento fraco com inflação alta, os Orçamentos nada diziam para o ordenamento do país, para o planejamento do país. Se olhada de lá para cá, a evolução é significativa. Se queremos aperfeiçoar esse mecanismo, devemos fazer uma agenda para isso, mas ele precisa ser um processo de construção que, de fato, vem acontecendo. Podemos acelerar esse processo de construção? Podemos.Deve haver sempre um processo de construção. Acho que o Orçamento impositivo não pode ser imposto, sob pena de não ter a força de conquistar agentes públicos e privados para o ordenamento da despesa e da receita pública.

V. Exª disse que eu não havia mostrado aqui o déficit de emprego. Por favor, mostrei aqui os dados da pesquisa mensal de emprego, a qual mostra que, nesses dois meses, houve aumento desse índice. Não vamos, de forma alguma, deixar de considerar todos os dados positivos e os dados negativos. Todos têm de estar em nossa frente para fazermos a equação adequada do desenvolvimento.

Vou olhar as relativas a financiamento que V. Exª mencionou. Como eu tinha tratado disso no ano passado, acreditei que esses assuntos estavam resolvidos, mas se não estão, vamos olhara situação com clareza porque se trata de áreas importantes de desenvolvi-

mento, com obras importantes para o desenvolvimento econômico e social das capitais. Existem cinco metrôs em obra. É preciso concluir essas obras por causa da importância social que elas têm. Faço aqui o compromisso de olhar com atenção essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias.

Começo a intercalar os Senadores por partido.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro Antonio Palocci, retomo a questão da credibilidade porque, creio, todos concordamos que, sem credibilidade, política econômica alguma alcançará os seus objetivos, terá sucesso, nem atenderá às expectativas da sociedade.

Sem uma gestão econômica segura, competente, não haverá credibilidade; sem unidade governamental, também não se alcançará a credibilidade. O que tem prevalecido é a discordância interna, com reflexos inclusive no exterior. Em editorial do **Financial Times** afirmou-se que no Governo brasileiro havia uma discussão de parquinho infantil. Na verdade, estabeleceu-se uma torre de babel: alguns Ministros não se entendem e, às vezes, nem mesmo o Presidente da República se entende com o Ministro da Fazenda.

Ainda ontem, o Presidente da República afirmava que este ano será melhor, que este ano estamos otimistas porque haverá desenvolvimento, o governo tem mais recursos para investimentos, as taxas de juros baixaram, enfim, será um ano para a retomada do crescimento econômico de forma acelerada. O Ministro disse algo um pouco diferente, lá em Londres, recentemente. Ainda repetiu hoje, com absoluta sinceridade, que este ano será muito difícil e será até mais difícil do que o ano passado, que, por sua vez, evidentemente, não foi fácil. Mas isso vem lá de trás.

No ano passado, o Presidente dizia que em julho se iniciaria o espetáculo do crescimento. Em dezembro, comemorou, afirmando que o espetáculo do crescimento ocorreria em 2004. E o que verificamos agora é que, em que pese o sucesso da política de ajuste fiscal do Governo, especialmente no que diz respeito às imposições do Fundo Monetário Internacional, há frustração em relação a resultados, indicadores econômicos e sociais são dramáticos, e não há como negar isso. Valho-me dos números dos últimos meses. Tivemos em fevereiro um aumento de falências de 52,8%, um aumento de concordatas de 81,8%, o desemprego aumentou 5,7%, a renda sofreu queda de 5,7%, houve um comprometimento do fluxo de capitais externos, ou seja, a captação externa do País sofreu um abalo incrível. Tivemos em janeiro US$1,8 bilhão de captação externa; em março, até o dia 25, apenas US$50 milhões. O risco Brasil voltou a crescer de forma acelerada. Em janeiro, estava 8% acima dos demais países emergentes; em fevereiro, 22% acima dos países emergentes e, agora, em março, 30% acima dos demais países emergentes. Isso deve certamente funcionar como sinal vermelho, sinal de alerta. Sem dúvida, a credibilidade brasileira foi abalada, não há dúvida que esta é a repercussão primeira da quebra de credibilidade.

Vou à pergunta: é claro que se falou inicialmente que o grande problema eram as nossas contas externas, o principal obstáculo ao crescimento. Agora, fala-se no desequilíbrio interno, mas, sem dúvida, o acordo com o FMI é fundamental. Isso não é novo, discute-se há tanto tempo, o próprio PT discutiu demais isso, mas não há dúvida de que é preciso rever os termos deste acordo.

O Presidente falou em não renovar o acordo, há poucos dias, o Presidente fez esta afirmativa. Não vi nas palavras do Ministro nenhuma intenção de não renovar este acordo, mas quem sabe, renová-lo em outros termos ou dar continuidade a ele, não sei qual seria exatamente a expressão correta. A nossa indagação é exatamente em que termos isso se daria? Quais as mudanças propõe o Governo brasileiro, já que há no cenário internacional um ambiente extremamente favorável a esse avanço? As grandes nações sabem que é preciso flexibilizar essa perversa política financeira internacional, sob pena de asfixiar definitivamente nações em desenvolvimento como a nossa. Eu indagaria, principalmente se a meta de 4,25% do PIB de superávit primário foi imposta pelo FMI – creio que sim – e qual é a meta agora proposta pelo Governo brasileiro para recuperar a capacidade de investir que está esgotada. E, sem investimento público, também não há estímulo para o investimento privado, e a economia não cresce.

Então, essa é a questão principal: qual será o superávit primário numa renegociação do acordo com o Fundo Monetário Internacional?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Alvaro Dias, parabéns, V. Exª ultrapassou um pouquinho, mas foi um pouquinho só.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela condescendência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ministro Palocci, tem V. Exª a palavra.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Senador Alvaro Dias, agradeço pelas suas perguntas, porque me permitem esclarecer uma série de imperfeições na minha fala. Não fui compreendido por V. Exª em algumas questões, certamente por falha na minha colocação. Mas veja, eu não disse que este ano está sendo mais difícil do que o ano passado, penso que

seja mais favorável do que o ano passado. Eu disse que a agenda deste ano é mais complexa, mais detalhada, mais difícil de ser construída. Uma agenda não é um decreto presidencial, mas a construção com a sociedade de objetivos comuns. Por exemplo, o Presidente Lula, no ano passado, construiu a agenda da reforma tributária, da reforma Previdenciária com V. Exªs, Senadores, com os Deputados Federais, com os Governadores de maneira muito coesa. Assim, se constrói uma agenda. O resultado seria muito pior se o Presidente Lula tivesse mandado uma proposta para cá e falasse: "Olha, isso agora é problema do Congresso". Não. Sua Excelência criou um processo de construção de uma agenda.

O processo de construção de uma agenda este ano, insisto, não se dará por um decreto da área econômica, nem por parte do Presidente, mas a construção da unidade do País em torno de objetivos significativos, de mudanças institucionais e regulatórias. A construção dessa agenda é muito mais difícil.

Então, eu digo que nossa economia está melhor, que nosso orçamento está melhor, que a construção do nosso processo é mais difícil este ano. Esta é a questão fundamental.

Quando V.Exª fala da vida das empresas, eu mostrei um pouco da vida das empresas avaliando-se os balanços das empresas de capital aberto, que foram publicados – esse não é um dado reservado, mas um dado aberto, publicado em jornais –, mostrando que o aumento do lucro líquido foi de 700%, que o aumento do lucro operacional das empresas de capital aberto foi de 14%, que a queda nas despesas financeiras foi de 72% e que a queda da dívida financeira bruta foi de 15%

Então, na verdade, isso não é benefício do Governo. Não quero traduzir isso como ganho da nossa política econômica. É a forma como as empresas souberam absorver os ganhos do processo de combate à inflação, de ordenamento do câmbio, fazendo com que esses resultados fossem absorvidos para o lucro operacional e financeiro das empresas. Isso é positivo para o trabalhador, porque permite que a empresa volte a investir, aumente a massa salarial, negocie com os trabalhadores condições melhores, concessões importantes no plano da massa salarial média, permite a recuperação do último elo do processo de reabilitação econômica, que é o consumo de bens não duráveis, propiciando assim uma recuperação ordenada de todos os setores da economia para o crescimento econômico.

Devemos estimular o crescimento e não construí-lo; o Governo não ordena o crescimento, o Governo constrói instrumentos que permitem ao processo privado econômico se estabelecer de maneira adequada. E, quando vemos de maneira tão desigual, por exemplo, o setor do agronegócio, o setor de bens de capital lá na frente e setores de bens não duráveis lá atrás, temos que ordenar a nossa agenda para fazer com que aquele que está atrás venha se encontrar com o processo que saiu na frente e tenhamos um crescimento ordenado. É necessário estimular-se essa ação, e não ser essa ação construída pelo Governo. O Governo não faz consumo, o Governo não muda renda apenas por vontade ou por medidas macroeconômicas. Elabora, sim, as políticas sociais e de tributo. Mas precisa fazer uma ação voltada para que o crescimento seja eqüitativo em vários segmentos, assim como nos setores que nós exemplificamos aqui.

Por isso, acredito que há dificuldades, sim, no plano empresarial, mas há ganhos efetivos mostrados pelo balanço das empresas, ganhos importantes e que vão resultar em benefícios para os trabalhadores.

Na verdade, a evolução do risco país, Senador Alvaro Dias, não foi negativa do início do ano para cá. Houve, na verdade, não só para o Brasil, liquidez muito grande de capital nos primeiros dias do ano. Atuamos nessa liquidez sem mexer com o câmbio, mas aumentando as nossas reservas. Eu acho que é uma maneira adequada de olhar eventuais choques positivos. Não foi algo de grande dimensão, mas houve um aumento na liquidez; o Banco Central trabalhou, fez as reservas, está tudo ordenado nessa área. Penso que devemos olhar o ano positivamente, embora durante o ano possa haver momentos de maior dificuldade, de maior liquidez, que devemos acompanhar.

Quero responder a V. Exª objetivamente sobre acordo com o Fundo Monetário. Acho que, sobre esse assunto, a minha informação foi mais falha ainda. Nós não queremos um novo acordo com o Fundo. Então, quando o Presidente diz que não devemos renovar o nosso acordo no ano que vem, Sua Excelência está dizendo que aquela é a vontade do Governo, da equipe econômica, do Presidente, dos demais. Não porque isso seria ruim para o Brasil, mas porque não é necessário para o Brasil um novo acordo, novas regras, novo programa com o Fundo. Quando isso não é necessário, é negativo. Este ano já não era necessário um acordo de grandes proporções estruturais, por isso fizemos um acordo modesto, com recursos preventivos, para fazer um caminho suave de saída. Estamos há vários anos num acordo e no respaldo do Fundo, e não é adequado sair abruptamente desse acordo. Fizemos um caminho de saída suave. E, se conseguirmos não buscar os recursos que estão disponíveis hoje, será mais suave ainda. E digo-lhe que não devemos fazer um novo acordo.

O que estamos debatendo com o Fundo é uma coisa de outra natureza. É uma questão institucional. O Brasil ocupa uma das 24 cadeiras que dirigem o Fundo Monetário Internacional, e lá se discutem e se debatem políticas institucionais. Temos debatido, enquanto política institucional, que o Fundo Monetário deveria criar sistemas e programas preventivos para os países. Não é para o Brasil, para hoje, nem para esse acordo, nem para o ano que vem. É para melhorar a qualidade da relação entre o Fundo e seus países filiados – são mais de 160 países. Ou seja, é um debate institucional que estamos fazendo com o Fundo em relação a esses acordos preventivos.

Nosso objetivo do ano que vem é não ter um novo acordo. Acreditamos que esse objetivo é plenamente possível, realizável. E quando o Presidente Lula dialoga com chefes de Estado, com o próprio Presidente do Fundo, que nos visitou recentemente, busca dar a opinião de um líder de uma região importante como a nossa sobre como as instituições internacionais de crédito e de fomento devem olhar os países.

Quando falamos em investimentos, não estamos querendo pegar todos os investimentos, gastos sociais e tirar do superávit primário. É evidente, porque o superávit primário vira zero se fizermos isso, e aí ele não cumpre a sua função de melhorar a dinâmica da dívida. Mas estamos querendo olhar a qualidade do gasto público e separar gastos de maior qualidade fiscal e de menor qualidade fiscal. E, ao longo do tempo, fazer com que, não o Brasil, não o nosso orçamento, mas o mundo comece a olhar através de suas instituições multilaterais de forma diferenciada o investimento que é estrutural, de conteúdo logístico ou de infra-estrutura, que dá um ganho econômico de volta ao país de maneira sustentável, e o investimento que tem lá sua importância mas não tem esse resultado. São coisas de qualidade diferente, devendo ser olhadas com um olhar diferente. Esse é o diálogo que estamos fazendo. Não é uma novidade.

Neste ano, dialogamos na formulação desse acordo atual com o Fundo Monetário, porque a área de saneamento, Senador Alvaro Dias, poderia receber recursos em programas sustentáveis. E esses recursos em programas sustentáveis deveriam ter um ajustamento em relação ao nosso orçamento diferenciado. Isso permite, hoje e ao longo deste ano, investimentos de R$2,9 bilhões na área de saneamento que Estados e Municípios estão contratando agora com os organismos de financiamento, sempre exigindo que esses projetos tenham sustentabilidade fiscal. Quando não têm, temos lá um bilhão no orçamento para fazer investimentos em saneamento. Em situações em que não pode haver nenhum retorno, acionamos o orçamento aprovado aqui pela Casa, que dá mais de um bilhão para a área de saneamento. Mas, quando vamos construir sistemas fiscalmente equilibrados, criamos um ajustamento nesse acordo que é muito positivo, e isso queremos que os países, o Fundo, olhem de maneira diferente. É diferente de dizer: vamos tirar o investimento, vamos tirar o social do superávit, porque aí o superávit desaparece, e não cumpre a função de pôr a dívida pública numa dinâmica diferente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, não vou usar a réplica, apenas para indagar a questão do superávit primário, se o Governo mantém os 4,25% do PIB.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Até este momento, essa é a nossa proposta. Tenho dito que a questão fiscal, para que seja sólida e indique um comportamento fiscal de longo prazo, deve ser superada por longos anos. Essa é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aliás, vi o Presidente Lula querendo negociar, convencer outros líderes sobre investimentos, a exemplo do que os Governadores querem fazer aqui com a receita líquida. Ver se saúde, educação, por exemplo, não entram no conceito de receita líquida para abater a dívida.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Na próxima, respondo, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu que errei, fui dar palpite sem hora, mas não agüento. Presidente tem que falar pouco.

Senador Garibaldi Alves, pela ordem.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Ministro Antonio Palocci, V. Exª deu uma ênfase muito grande ao crescimento das exportações, ao grande volume das exportações e ao saldo comercial de 2003. Eu queria ponderar que economistas brasileiros acreditam que esse crescimento foi fruto de uma combinação de depressão econômica interna com fatores externos, e citam o crescimento da economia chinesa, o crescimento da economia japonesa, dos Estados Unidos, a recuperação da economia argentina, a desvalorização do dólar. Tudo isso, segundo eles, implica aumento de competitividade dos produtos brasileiros.

Dentro desse contexto, pergunto a V. Exª: se a maré virar, se tomar outra conformação no mercado externo, como, por exemplo, em conseqüência dos juros cobrados nos Estados Unidos, poderemos voltar a ter problemas com as contas externas?

V. Exª acredita que, com o atual regime de câmbio flutuante, o País será capaz de ter uma política pró-exportação?

Como pode um empresário se comprometer a entregar, daqui a seis ou oito meses, um produto por,

digamos, um real a unidade, se ele não sabe se, no momento de receber o recurso, o dólar estará valendo R$2,90 ou R$3,50?

Como V. Exª imagina que o País possa crescer nos próximos anos se não temos poupança interna, doméstica, para financiar esses investimentos e se não garantimos estabilidade cambial para atrair investimento direto do estrangeiro?

Como poderemos reduzir a nossa relação dívida externa/exportações com um entrave dessa natureza à expansão das exportações? É claro que não vou ensinar o padre-nosso ao vigário, mas V. Exª está consciente de que isso é vital para a classificação atribuída ao País pelas agências de classificação de riscos.

A outra pergunta é sobre metas de inflação. Vou procurar sintetizar e dizer que a preocupação é de que apenas os setores da economia que operam em regime de concorrência reduzam preços em resposta à elevação dos juros. Entretanto, temos um amplo setor de infra-estrutura, como telecomunicações, água, energia, cujos preços não são afetados pela taxa de juros. Seus preços estão em contratos de concessão.

O setor de combustíveis fósseis tem seu preço atrelado ao mercado, ao preço internacional. Há segmentos importantes que operam sob a forma de oligopólio – o Demóstenes disse "cartelização" –, como o cimento, produtos de limpeza, serviços bancários, automóveis, produtos hospitalares, cujos preços são menos sensíveis à queda de demanda. Isso significa que será preciso aplicar um choque, uma pressão nos setores econômicos que operam sob regime de concorrência para que tais setores apresentem deflação em seus preços de modo a compensar a rigidez de preços de outros setores. No fim, chega-se à inflação média que atenda à meta preestabelecida.

É evidente que essa tese não é minha, porque eu não sou economista. Mas estou me valendo de um estudo de economistas que resolveram colocar para V. Exª as seguintes perguntas, depois dessa introdução.

Não há um limite para a asfixia de setores concorrenciais, prestações de serviço e alimentos, como forma de atingir a meta de inflação. Como poderemos ampliar o emprego, conforme as metas prometidas, claro, pelo Presidente Lula, se a pressão da política monetária se faz justamente sobre o segmento das pequenas empresas, as maiores geradoras de emprego do País?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São essas as perguntas do Senador Garibaldi Alves Filho.

V. Exª, Sr. Ministro, tem a palavra.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Senador, sobre a exportação, o debate é importante, o qual fiz com muitas autoridades empresariais no ano passado. E defendemos durante todo o ano uma convicção do nosso arcabouço estrutural de política macroeconômica: a de que o ordenamento da inflação, a evolução da inflação positiva, a diminuição da volatilidade do câmbio e um fiscal adequado iriam colocar o câmbio no Brasil em níveis que respondessem, do ponto de vista cambial, às necessidades de contas externas do País. Essa era uma aposta muito forte que fazíamos por uma convicção em relação a esses instrumentos. Fomos muito combatidos por isso. V. Exªs se lembram de que, em fevereiro, março do ano passado, vários setores diziam, por intermédio dos colegas de imprensa que estão aqui, que o Brasil teria outra crise cambial em agosto ou setembro, porque não era sustentável o comportamento macroeconômico da equipe frente à questão cambial. V. Exªs se lembram desse debate. Alguns previam uma crise cambial em agosto; outros, em setembro; e os mais otimistas, em novembro. E na verdade foi demonstrado de maneira cabal, por eles mesmos, pelas empresas e não por mim, que o ordenamento desse pilar estava adequado para que o câmbio flutuante desse a resposta para nosso balanço externa. Tanto é que fizemos um ajuste de 25 bilhões na balança comercial, de 8 bilhões nas contas correntes. É um ajuste em cinco anos de 16 bilhões de dólares. É um ajuste em balança comercial, em cinco anos, de 30 bilhões de dólares; ajuste feito antes de nós até – não estou aqui fazendo propaganda de medidas acertadas da minha pessoa. São políticas que hoje no mundo são tidas como eficazes de enfrentamento de crises de inflação de dívida de contas externas. O resultado mostrou que o andamento dos indicadores estava correto, estava adequado. É verdade que, no ano passado, contribuiu para a balança comercial – não para as exportações, mas para a balança comercial – a redução da absorção doméstica. Isso é fato. Mas temos que observar que este ano, com a retomada da atividade econômica e, portanto, com o aumento das importações que está ocorrendo este ano, não está diminuindo o saldo da balança e não houve depreciação do câmbio.

Então, o que explica isso? Essa é a questão fundamental. Este é um dado positivo: as empresas brasileiras estão fazendo conquistas de competitividade, de produtividade, e de novos mercados. É isso que temos que valorizar. É lógico que, quanto mais crescimento econômico, quanto mais aumento da absorção doméstica, mais possível se torna que as importações cresçam mais e podemos ter uma redução da balança comercial, mas não da evolução saudável que as contas externas e as exportações estão tendo. Esse é o foco da observação que acreditamos deva ser feito na questão cambial. Se um exportador não quer cor-

rer riscos cambiais, ele tem o mecanismo no mercado de travar seu câmbio. Ele pode fazer isso. Ele tem duas opções: ou olha o cenário e escolhe caminhar nesse cenário; ou ele prefere segurança total. Quem quer segurança total em qualquer cenário econômico de qualquer país paga pela segurança uma trava, um seguro. As pessoas fazem ou não de acordo com o momento. O que precisamos criar no Brasil é um ambiente que ele seja uma segurança do investidor, do exportador, e isso seja de longo prazo. Essa é a questão fundamental para baratear o custo dos seguros que nós pagamos em todas as situações – que o próprio País paga quando toma no exterior. Essa é a questão fundamental do equilíbrio da economia.

Sobre as metas de inflação, Senador Garibaldi Alves Filho, eu não queria me estender sobre isso porque acredito que o Presidente Henrique Meirelles tratou dessa questão. Nós poderemos, eventualmente, voltar ao debate. Posso vir aqui com o Sr. Henrique Meirelles – se V. Exª desejar – em outras oportunidades e fazer esse debate francamente. Eu acho que é procedente. Como disse, a questão sobre as metas de inflação é um instrumento que sempre tem que ser aperfeiçoado, mas é evidente que o sistema de metas responde a alguns objetivos de controle do processo inflacionário por meio de canais de transmissão diretos ou indiretos – transmissão direta por meio da atividade e transmissão indireta por meio de câmbio e vários outros mecanismos –, que ele tenha uma ação efetiva sobre demanda e, evidentemente, não efetiva sobre o preço administrado. Não há política monetária que mude aquele aumento determinado num contrato e não há política monetária que mude a evolução de preços resultado de uma mudança de preços internacionais que se refletem nos insumos dolarizados. Essas questões são importantes. São objetos concretos do sistema de metas de inflação; e para construí-los é preciso olhar todos esses aspectos. Mas acho que essa questão exigiria um debate mais aprofundado que estamos dispostos a fazer a qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Senador Fernando Bezerra, é a vez de V. Exª.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, Sr. Ministro, hoje pela manhã eu ouvi a jornalista Miriam Leitão dizer que a crise de que tanto se fala e que está presente no recente cotidiano da mídia é essencialmente política – e eu diria que ela também é gerencial em alguns setores. Mas estou convencido pelos números e pelos quadros que V. Exª aqui mostrou que, apesar de não estarmos no melhor dos mundos, nós estamos caminhando positivamente na direção de um crescimento sustentado. Portanto, eu quero dividir a mesma opinião da jornalista Miriam Leitão, de que a crise é mais política. Eu quero enfocar apenas dois pontos em que tenho dúvidas.

O Senador Tasso Jereissati se preocupa com a questão da carga tributária, taxas de juros – juros que eu, V. Exª e todo o Brasil queremos ver cair, mas sabemos que isso não se faz por um ato de Governo. Mas sabemos da necessidade urgente de se fazer a nova estrutura tributária que foi tão bem negociada aqui e que recebeu contribuição inestimável da Oposição, particularmente do Senador Tasso Jereissati e do Senador Rodolpho Tourinho, que fez um desenho que, se não foi o melhor, foi o melhor possível para o Brasil. Entretanto, não foi votado pela Câmara; e é urgente: o Brasil precisa da nova estrutura tributária.

A minha pergunta em relação a juros é a seguinte: durante muito tempo, eu assisti – e isso diz respeito à vulnerabilidade da nossa economia – que as crises internacionais têm feito, como instrumento de política monetária, com que os juros subam e, aí, lentamente, nós vamos no processo de redução. Parece-me que ninguém descobriu outra fórmula. Eu quero saber de V. Exª qual o risco de isso acontecer e se há outra alternativa que não esta, da elevação dos juros, que vem sendo adotada ao longo dos dez últimos anos por todos os Governos. Essa é uma questão.

A construção civil – e dela eu entendo porque é o meu ramo de atividade econômica como empresário – nunca recebeu, nos últimos 20 anos, a atenção que V. Exª deu. É muito importante. Entretanto, também está na Câmara – e sou crítico como a maioria dos Senadores, da emissão de medidas provisórias, que são muitas. No entanto, neste caso, dá-se a questão da importância e da urgência nesse setor, uma vez que o quadro mostrado por V. Exª expõe uma queda brutal no nível de emprego, uma depressão total. Trata-se de um setor que tem uma capilaridade enorme e cuja cadeia produtiva se estende de maneira a ter uma resposta muito mais rápida para a economia. Estamos esperando. E ainda há uma preocupação do setor com relação à Cofins, para cujo debate V. Exª se pôs à disposição.

Por fim, a minha segunda pergunta – tenho 59 segundos. Vimos aqui todo um quadro de política econômica exposto por V. Exª, com comparações etc., mas nada vi referente ao desenvolvimento regional, tema que está fora da Agenda Nacional há longo tempo, Sr. Ministro. A questão da Sudam, da Sudene, da antiga Sudeco não é e não tem sido, ao longo do tempo, essencial para a política de desenvolvimento deste País.

Não me refiro a este Governo, do qual faço parte com muito orgulho, mas de todos os governos. É preci-

so que estabeleçamos com seriedade uma política de desenvolvimento regional. A Sudene acabou ou não? Criou-se outra ou não? O fato é que isso não passou do papel e, na atual situação, não existe. Isso é ou não essencial para o futuro do País? Se o é, como o Governo pretende dar uma solução a essa questão?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Agradeço as questões, Senador Fernando Bezerra, pois são todas muito procedentes.

Deveríamos tratar com mais tranqüilidade essa questão dos cenários que se desenham neste início de governo. Há um grande debate, Senador, sobre de onde vêm os problemas: são problemas políticos, são problemas eleitorais, econômicos ou de outra ordem? Talvez seja tudo ou nada disso. O importante é que cada um desempenhe o seu papel no cenário político. Considero positivo que o Governo consolide suas alianças, que a Oposição se ordene, como tem feito recentemente, enfim, tudo isso é positivo para o País, porque engrandecerá o debate.

Entretanto, isso não vai ocorrer sem algum nível de tensão, sem algum nível de oposição de pensamento. O Brasil, que votou tantas vezes nesses últimos anos, depois do restabelecimento das eleições diretas, amadureceu politicamente e tem constituído instituições que fazem processos de transição política, econômica e jurídica muito adequados. Por exemplo, fizemos uma transição de dois governos completamente diferentes, de outubro de 2002 para janeiro de 2003, com absoluta tranqüilidade. Inclusive o ex-Presidente Fernando Henrique e o Presidente Lula foram premiados por instituições internacionais, não pelo conteúdo da transição, mas por terem a responsabilidade de fazer uma transição equilibrada para o País. Trata-se de um avanço não das pessoas, mas das instituições que o Brasil tem conquistado a partir da dura luta democrática que se pratica nesta Casa, na Câmara dos Deputados, nas ruas, nas escolas, em todos os ambientes.

Portanto, vejo o cenário com menos preocupação, quando ele se torna um pouco turvo, e penso que a única medida que pode clarificar é estabelecermos clareza nas divergências, ou seja, ao fazer a nossa agenda, estabelecermos com clareza quais são as divergências.

Estou fazendo um esforço nesta visita para dizer com clareza quais são os fundamentos da política econômica, respeitando as críticas à política econômica, dizendo aquilo que não podemos, não devemos e não vamos mudar, de maneira muito clara, muito serena, e dizendo as contribuições que podem vir mesmo de setores que não são da Base do Governo, setores que inclusive não sejam políticos e que podem e devem trazer, como na história do Brasil já trouxeram, contribuições importantes ao processo de construção do País.

Assim clarificamos o debate. Cada um deve desempenhar seu papel – e todos têm valor no cenário político, diante dos desafios que o País atravessa e precisa ordenar. O mais importante é que nas questões fundamentais do Brasil, como foi nas reformas tributária e previdenciária, haja coesão institucional e política. Esses objetivos não são para o Ministro Palocci, para o Presidente Lula ou para o Senador Fernando Bezerra, mas são compromissos para as gerações futuras do Brasil. Temos de ter a responsabilidade de construí-los, mesmo com as nossas visões diferentes.

Se não me engano, o Senador César Borges disse que o curso dos acontecimentos que descrevemos lhe parece um pouco lento. É um fato. Talvez o curso seja um pouco lento, mas a questão fundamental é que vamos dar às futuras gerações do Brasil um país definitivamente equilibrado, que não precise se preocupar, de manhã, de tarde e de noite, com a sua dívida, com os seus desequilíbrios e que possa caminhar, de forma definitiva, para estar entre as primeiras nações do mundo, porque esse é o nosso potencial, essa é a nossa vocação. Ou fazemos assim ou vamos, como se diz em minha região, passar o carro na frente dos bois. Vamos queimar etapas e atropelar os processos. Essa não é uma equação difícil de estabelecer, é simples.

Não quero de forma alguma me colocar como dono de verdades, apenas quero demonstrar como estamos ordenando o processo, como assessor do Presidente Lula numa área específica do Governo que acreditamos ter importância para o cenário político-econômico.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, gostaria que V. Exª abordasse a questão regional.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Para terminar, quero falar sobre duas questões importantes a que o Senador se referiu. Creio que um País continental como o Brasil precisa observar a questão regional, e, nesse sentido, dois pontos devem ser analisados. Deve-se saber quais são os instrumentos de política industrial e de financiamento que o Governo criará para apoiar os setores e quais são os instrumentos que a iniciativa privada está criando para fazer com que as próprias regiões mostrem sua face produtiva e competitiva, como ocorreu no ano passado, num período de crise, com a Região Centro-Oeste.

A Região Centro-Oeste deu um show de competitividade, de produtividade, pela iniciativa das pessoas que acreditaram em seu potencial produtivo e na

capacidade de investir. Aproveitaram um ano de crise e apostaram seus recursos na produção econômica agrícola brasileira.

Devemos estimular essa coragem em nosso empresário em ambiente de crise. O empresário que investiu na hora do desequilíbrio não pode ser levado à dúvida na hora do equilíbrio. Esse seria o erro que o debate político pode trazer ao Brasil. Isso não significa pasteurizar diferenças. A pasteurização só serve para laticínios. Na política, temos de esclarecer as diferenças, dialogar sobre elas e, talvez, buscar nelas as soluções de questões que representem desafios importantes.

Quanto à questão regional, temos de desenvolver os projetos da Sudene, da Sudam e da Sudeco, em tramitação na Câmara dos Deputados. Estou trabalhando com o Ministro Ciro Gomes e com lideranças da Câmara dos Deputados para formalizar, a partir da reforma tributária, como os fundos vão-se relacionar com essas instituições. Contudo, temos de analisar os desafios que estão criados por essas pessoas nessas regiões.

O **Jornal do Brasil** veiculou ontem, por exemplo, matéria em que se dizia que começa uma silenciosa revolução na produção de biocombustíveis, se não me engano, no Piauí. Noticiava uma revolução produtiva de pequena proporção, de iniciativa de pessoas que perceberam que ali um produto se desenvolve, que existe tecnologia disponível e barata para o biocombustível e que ele poderá ter valor mundial. Produtores rurais de baixíssima renda estão dando ao Brasil uma demonstração de que arranjos produtivos locais inteligentes – e esse povo é inteligente porque fez – podem dar às regiões do Brasil saídas extraordinárias, que não são dadas pela taxa de juros, nem pelos ambientes macroeconômicos, mas pela criatividade, pela decisão das pessoas de investir em coisas que valham a pena.

Conheço pouco esses projetos, apenas li essas matérias, mas percebo que uma revolução de procedimentos está se desenhando, por exemplo, com base em um produto da mamona, que as crianças usavam para jogar umas nas outras porque tem espinhos e machuca. Esse produto de brinquedo das crianças vira um instrumento de combustível que pode ter valor internacional pelo seu conteúdo ambiental. É assim que o Brasil vai conseguir desenvolvimento regional, descobrir vocações e se colocar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Roberto Saturnino, tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Ministro, o Presidente Lula e V. Exª estão muito empenhados em obter dos organismos internacionais a mudança do critério de cálculo do superávit, de modo a não se considerarem certos investimentos mais produtivos do Estado como gastos. V. Exª está empenhado nisso, assim como o Presidente, porque considera que isso é correto e justo, como avalio que todos os presentes também consideram.

Pergunto a V. Exª: se não obtivermos essa concordância do Fundo Monetário Internacional e dos organismos internacionais, o ano que vem, quando não estaremos mais sujeitos a nenhuma imposição do Fundo Monetário Internacional, soberana e unilateralmente não poderemos tomar essa decisão e, com isso, permitir a elevação dos investimentos públicos, mesmo mantendo-se o patamar do superávit primário elevado?

Considero isso muito importante, porque os economistas – V. Exª não é um deles, como eu – querem transformar a economia em uma ciência exata, o que ela não é. Há, nos fenômenos econômicos, a influência de fatores psicológicos, políticos e culturais. Penso, com os anos que tenho de observação da economia deste País, que nesta **terra brasilis** o investimento público é um fator muito importante de indução do investimento privado. É como se o investidor privado sempre olhasse para o Estado para ver se há um sinal de que o Estado está acreditando na economia e está investindo.

Entendo que essa tranca sobre o investimento público é muito negativa e acredito que, na medida em que nós mesmos aceitemos – se os organismos internacionais não aceitarem – que podemos investir sem que os investimentos públicos sejam computados no cálculo do superávit, isso produzirá um grande avanço, pelo menos a partir do ano de 2005.

Quero fazer outra pergunta. V. Exª ressaltou muito bem que a inovação tecnológica é um fator muito importante no processo de desenvolvimento do País. Entretanto, há um projeto de lei da inovação que veio do Governo passado, com tramitação paralisada na Câmara dos Deputados, no qual, parece-me, o Governo tem pouco interesse. Eu, por exemplo, entendo que essa lei da inovação pode ser muito mais importante do que a Lei de Falências, porque também é um mecanismo institucional que impulsionará as inovações tecnológicas no País. Avalio que esse projeto, mesmo sendo do Governo passado, merecia, por parte do atual Governo, uma atenção maior, assim como o projeto, que é de minha autoria e que teve uma participação governamental muito grande, que trata da regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o FNDCT.

São as questões que coloco para V. Exª.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Senador, a pergunta de V. Exª permite esclarecimentos importantes.

Quando o Presidente Lula e nossa equipe se envolvem num debate institucional com o Banco Mundial, com o BID, com o FMI sobre qualidade de investimentos, queremos buscar o avanço institucional desses organismos, um olhar deles que se refira à qualidade de investimentos, à relação com países em desenvolvimento, como se comportar diante de eventuais choques externos, como deve ser o formato dos acordos preventivos ou dos acordos tradicionais.

Por exemplo, existe uma discussão sobre um código de conduta, que os países deveriam ou não adotar, em relação ao comportamento com a sua dívida. Existia um mecanismo anterior que o Fundo Monetário propugnava e que nós, particularmente, e outros países importantes combatíamos, e foi modificado o rumo do diálogo.

Deve existir, portanto, um debate institucional nesses organismos sobre como lidar com as questões gerais. Não estamos nesse movimento buscando um investimento ou outro a mais. Essa é uma questão que vamos buscar permanentemente, havendo ou não avanços, nesses organismos. Mesmo porque, como V. Exª bem disse, no ano que vem, se não tivermos acordo com o Fundo, não precisaremos consultá-lo. Não precisaremos fazer todo esse esforço se, no ano que vem, não tivermos acordo com o Fundo. Bastaria aplicarmos o que queremos fazer e ponto final. Mas, vejam: é importante...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – O que achamos que é correto.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – O que achamos que é correto. É importante ressaltar que aqui estamos discutindo um procedimento institucional.

Sobre o superávit, Senador – sei que não agrado a todos quando digo isto –, a decisão de se fazer um superávit de 4,25% para este, para o ano passado e para os próximos anos não foi do Fundo Monetário Internacional.

O Governo já encaminhou a esta Casa, já está consolidada, uma proposta de superávit de 4,25%, em 2005 e 2006. Essa é uma convicção do Governo, independente de pedidos eventuais ou não do Fundo Monetário. Por quê? Acreditamos que esse nível de superávit é o suficiente para melhorar a dinâmica da dívida e nos dar condições de trabalhar com juros cada vez menores.

O Senador Fernando Bezerra falava que os juros ainda estão altos. Estão altos, é verdade, mas só olhamos a Selic. Precisamos olhar os juros de mercado, aqueles com base nos quais os contratos são feitos. Os contratos não são feitos com a Selic, a não ser os de dívida. Os contratos no mercado são feitos com juros de mercado e, lá na frente, eles estão bem abaixo. Na crise, tínhamos juros de 18%, 17% reais de mercado. Lá na frente, agora, temos juros de 9%, 9,3%. Essa evolução é fundamental e depende de um esforço fiscal permanente e de longo prazo.

V. Exª tem razão quando diz que isso não é ciência exata. V. Exª pode perguntar: "Que razão o senhor tem para falar dessa maneira comigo?" Temos de observar o andamento das coisas. É evidente. Vamos citar um exemplo simples: para as pessoas que acham que a Selic está acima do que deveria estar, não é produtiva uma discussão interminável sobre isso. Mas os dados mostrarão se ela está acima do que deveria estar ou não. Como se trabalha com regime de metas, caso se erre na dose para cima, a expectativa lá na frente cairá abaixo da sua meta. A realidade estará mostrando que o seu esforço está excessivo. Caso se faça o contrário, o índice lá na frente crescerá e lhe dará resposta.

Assim também coloco a questão do superávit. Encaminhamos a esta Casa e defendemos, como política de governo, um superávit de 4,25% por muitos anos. Vamos supor que, daqui a dois anos, o comportamento da nossa dívida seja excepcional e nos permita trabalhar com superávit menor. Esse é um dado com o qual vamos trabalhar. Vamos supor o contrário, que a dinâmica da nossa dívida mostre que esse superávit é insuficiente. Essa é outra realidade para dialogarmos. Essa é a questão.

O que dissemos, em janeiro de 2003, é que o superávit de 3,75% era insuficiente e que uma das razões para que tivéssemos crescido e piorado a dinâmica da nossa dívida, no período de dez anos, nos primeiros cinco anos, foi não ter feito um fiscal adequado, embora tenhamos tido no Brasil um sistema, a partir do Plano Real, de controle e equilíbrio da inflação vencedor e positivo. Mas não tivemos um sistema de equilíbrio adequado, o que fez com que a dívida partisse de menos de 30% para 60%. Esse é o custo de não se ter feito um ajuste fiscal adequado no passado, e esse custo vai-se apresentar se não o fizermos agora. Não há escapatória. Mas concordo com V. Exª: como não se trata de ciência exata, vamos trabalhar, observar e fazer com que os dados nos mostrem se os caminhos estão adequados ou não.

Quando eu conversava, no ano passado, com os exportadores, sempre considerei – e considero até hoje – que eles sempre agiram de boa-fé. Está publicado nos jornais: eles diziam que, se o dólar não fosse a R$3,50, o Brasil teria uma crise cambial em agosto; os mais otimistas a esperavam para setembro, e os um pouco mais otimistas, em outubro. Não tinha como

provar isso. Dissemos que essa era a nossa convicção e que iríamos firmar esses pilares.

Os números mostraram essa realidade. Se fosse diferente, teríamos que mudar a nossa posição. Temos humildade para dizer, na frente desta Casa, que erramos em determinado ponto e teremos que corrigi-lo. Mas precisamos deixar os números nos mostrar se o caminho está correto ou não.

Portanto, reafirmo aqui um superávit alto – e isso não é experiência brasileira, mas mundial.

Estive, na semana passada, com o Ministro da Fazenda da Inglaterra, que me dizia que o ponto fundamental da sua política, na Inglaterra, era o fiscal; talvez, por isso, eles sejam uma nação rica.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de, inicialmente, saudar o Ministro Antonio Palocci, ressaltando a qualidade do debate que estamos travando e reafirmando a nossa avaliação de que houve um êxito na política de ajuste, considerando o cenário macroeconômico em que se deu a posse do novo Governo.

Em primeiro lugar, nas contas externas, grande fator de instabilidade e de crise em países como o Brasil, há recorde histórico de exportações nos últimos doze meses. Hoje, continua havendo recorde histórico de saldo comercial. Há hoje também condições de financiamento externo e de rolagem de dívida privada como há muitos anos não víamos no País.

Além disso, houve uma melhora substancial nas finanças públicas. Não aumentamos a carga tributária, alongamos o perfil da dívida pública, desdolarizamos a dívida pública, que é cada vez mais pré-fixada, o que mostra confiança e salto de qualidade na gestão das finanças.

Houve um resultado espetacular em termos de controle do processo inflacionário. De fato, o crescimento econômico de -0,2% foi um custo elevado, mas é importante destacar que a safra agrícola do ano passado foi recorde histórico e continua sendo este ano. As exportações que pegam setor amplo da economia também foram recorde histórico.

Onde houve problema fundamental? Na construção civil. A sua queda em mais de 8% ocasionou o PIB negativo. Por isso, o programa de habitação, de saneamento básico e de liberação de recurso e de investimento para infra-estrutura é essencial para dar prosseguimento ao crescimento econômico em curso, conforme mostram todos os indicadores.

Então, não só estabilizamos o País, melhoramos as contas externas e públicas, como o País está numa retomada do crescimento econômico com estabilidade. É isso que deve ser impulsionado.

Conforme eu já disse outras vezes, acredito ser inaceitável o comportamento de alguns setores da Oposição, que claramente buscam uma política no sentido de inviabilizar a superação das dificuldades e da crise do País – muitas vezes, isso beira a irresponsabilidade política –, e há setores na base do Governo que se pronunciaram sobre o debate econômico de forma oportunista, inconsistente e irresponsável.

Há um debate histórico sobre política econômica, que deve ser reconhecido e valorizado. Se analisarmos, nos anos 50, um debate entre Roberto Simonsen e Eugene Gudin, o debate entre monetarismo e desenvolvimentismo já estava lá. Se analisarmos o debate entre Roberto Campos e Delfim Neto, nos anos 60, ou o debate entre Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen ou o debate entre João Paulo dos Reis Velloso, Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, é uma história... No Governo anterior, havia um debate entre desenvolvimentismo e monetarismo. Infelizmente, o pobre desenvolvimentista foi sendo defenestrado do Governo, por várias razões que não vêm ao caso discutir, e esse debate foi empobrecido.

Este é um debate legítimo e necessário, dentro de um caminho em que o êxito são os dados apresentados.

É nesse contexto que quero apresentar algumas questões. Faço parte daqueles que pensam ser possível avançar muito na questão da carga tributária e da reforma tributária. A Câmara dos Deputados precisa aprovar a reforma tributária logo, e temos que unificar o ICMS em 2005 – uma Lei Complementar, a negociação das alíquotas. Há uma grande engenharia política para apresentar um resultado que é fundamental, de simplificação, junto com as outras medidas que estão sendo tomadas. E também na Cofins há – e o Ministro reafirmou isso – espaço para fazer alguns ajustes de setores estratégicos na área de serviços, porque a indústria foi muito beneficiada com o fim da cumulatividade e com o caminho adotado.

A segunda discussão que eu queria sugerir é em relação ao futuro. Estamos discutindo 2005 e 2006 já em março de 2004. Portanto, este é um debate absolutamente saudável ao País, que não tem nenhuma interferência sobre a política econômica imediata. Eu, por exemplo, jamais me associaria a qualquer mudança de rumo na conjuntura atual, como mudar meta de inflação. Isso é uma política que desestabiliza o aspecto fundamental desse instrumento, que é a credibilidade, a transparência.

Optamos por um regime de meta de inflação dura – 22 países têm um regime semelhante ao nosso,

com total transparência, e a meta é pública, explícita e cumprida, ou se busca cumpri-la. A política de metas **light**, adotada por 19 países, é uma política de países que têm baixa credibilidade e muita volatilidade. Não estamos nesse quadro. E há três países desenvolvidos, que têm **seigniorage**, que têm meta de inflação implícita; também não é o nosso caso.

Nesse regime duro, qual é o debate necessário no Brasil, absolutamente indispensável? Primeiro, não existe uma taxa ideal de inflação. Existem estudos teóricos e empíricos sobre a evolução da inflação, mas não existe uma taxa ideal. Se não existe uma taxa ideal, existe, sim, uma banda de variação da inflação, que apresenta o resultado melhor para o crescimento sustentado da economia. George Akerlof, Prêmio Nobel de Economia, diz que, no caso dos Estados Unidos, 2,5% de inflação é deflação. Portanto, os Estados Unidos não podem ter uma inflação inferior a 2,5%. E diz que nos países subdesenvolvidos a média da inflação necessariamente estará acima dos países desenvolvidos. Portanto, 2,5% a deflação da economia americana, o nosso ponto de equilíbrio, seguramente, tem que estar acima disso.

Eu queria me reportar a um trabalho que considero dos mais completos sobre meta de inflação. David Trumann, que foi secretário-assistente do Tesouro americano, foi do Conselho de Política Monetária do governo americano, faz um estudo de 68 países que usam ou pretendem usar o regime de metas de inflação e chega à seguinte conclusão, uma longa série histórica: "A taxa de inflação acima de dois dígitos compromete o crescimento econômico". Agora, um outro aspecto: "A taxa de inflação abaixo de 5% compromete o crescimento econômico". E diz que o intervalo ótimo de crescimento econômico sustentado para esse estudo, para esses países, é entre 5% e 9%, que é esse o intervalo que maximizou o crescimento econômico para esses países.

Portanto, é nocivo ser leniente com a inflação, mas igualmente é nocivo para o crescimento econômico apontar taxas extremamente baixas de crescimento econômico, que não só não podem se realizar, ou o custo do ajuste para perseguir essas taxas vai comprometer o crescimento econômico, a geração de emprego e o desenvolvimento.

Para concluir, Sr. Presidente, eu diria o seguinte: qual é o caminho da inflação no Brasil? Se analisarmos a nossa história documentada de 1945 a 2004, só em dois anos de toda a nossa história a inflação foi abaixo de 5,5%: em 1947, no pós-guerra, que é uma situação extremamente específica, e em 1998, que era pré-ataque especulativo, uma situação absolutamente insustentável. Em nenhum outro ano de nossa história tivemos uma inflação abaixo de 5,5%. Portanto, 5,5%, olhando para a história econômica, é uma meta extremamente ambiciosa.

Em segundo lugar, quanto aos países que adotaram a meta de inflação há mais tempo, como Chile e Nova Zelândia – Nova Zelândia há 15 anos; o Chile, desde 1989 –, o Chile demorou oito anos para a inflação vir de 26% para 6%. Em compensação, nesse período, o país cresceu 8,2%. Veio lentamente em direção à meta de 6%, mas cresceu 8,2% em média ao ano. E quando baixou de 6% para 2,5%, que é o que eles têm hoje como meta, o crescimento do PIB do Chile caiu para menos de 2,5%. Então, quero chamar a atenção que o tamanho da meta pode comprometer o crescimento econômico. É mais um caso de evidência que fortalece a tese de Trumann.

Fizemos um ajuste da inflação no final do ano, IPCA de 26% para 9% em um ano, por isso o custo de ajuste político, econômico e social foi tão duro, ainda que absolutamente indispensável. Concordo com tudo o que já disse anteriormente.

Dito isso, concluo. Na minha visão, a decisão que o Conselho Monetário Nacional tomará em junho – portanto, há dois meses para debatermos isso democraticamente, com calma, com transparência, ouvindo várias correntes de opinião que apresentem argumentos para esse debate – sobre a meta da inflação de 2005 e 2006 é um debate saudável para o País, necessário e transparente.

Concordo com uma preocupação muito importante: a expectativa de inflação futura está hoje em 5% e, há três meses, estava em 5,5%. Então, se eu fixar uma meta acima de 5%, pode ser interpretada como alguma concessão em termos de inflação. Esse é o argumento legítimo.

Qual é a minha avaliação de 2005? Ouvi o Senador Arthur Virgílio dizer que discorda de qualquer discussão da meta de inflação para frente. No Governo anterior, foi fixado, em 2001, 4% de inflação, com variação de 2%; em 2002, 3,5%; e, em 2003, 3,25%. Não cumprimos em nenhum desses anos a meta de inflação fixada, o que reforça a minha tese. Também não a cumprimos em 2003, apesar de termos passado em 2003 de 3,5% para 4%, mudamos a meta e ainda assim não a cumprimos, ficando em 9,30%, usando 2,5% de banda. Não a cumprimos nos últimos três anos. Para ter credibilidade, a meta deve ser cumprida sempre.

O Brasil deveria definir um rumo de médio prazo, 5,5% de meta, mais 2,5% para baixo ou para cima. Ou seja, nossa inflação estará, no mínimo, em 3%, o que, seguramente, é deflação – segundo o trabalho do Prêmio Nobel de Economia, é deflação, porque nos

Estados Unidos é de 2,5%, e estamos num país em desenvolvimento –, chegando a 8%. Portanto, é uma margem bastante segura de variação de um dígito. Se faço minha média em 5,5%, tenho mais horizonte para alcançar a média e mais espaço para cumprir a meta, para não abrir concessão de forma alguma. Este Governo não tolerará qualquer concessão em termos de inflação. Posso cumprir essa meta e, além disso, ter uma referência de longo prazo para os preços. Crio uma cultura de estabilidade a longo prazo.

Se houver um choque externo favorável, podemos estar abaixo dos 5,5%; se houver um choque externo adverso, estarei acima dos 5,5%, mas sempre dentro da banda. Minha visão para 2005 é a de que, ao acabar a eleição americana – e já que estamos com pressão sobre os preços das **commodities**, como o petróleo e o aço –, poderá haver um choque adverso em termos de taxa de juros e de câmbio.

Por tudo isso, acredito que a meta de médio prazo deveria ser de 5,5%, uma banda de variação. Toda a literatura, a evidência empírica da história do Brasil e da história econômica dos países em desenvolvimento, fortalece os argumentos que estou apresentando.

Estou aberto a ouvir contra-argumentos, a discutir isso com transparência. Tenho absoluta convicção de que se trata de um debate que só ajuda o País a fortalecer esse rumo, para crescermos de forma estável e sustentável. Por quê? Porque a grande âncora da estabilidade, num país com a dívida pública que temos, é a fiscal. Por isso, a exigência de austeridade e rigor fiscal por parte do Ministro é o que gerará estabilidade a longo prazo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – A âncora fiscal é para usar melhor a âncora monetária, usá-la o máximo que pudermos para baixar os juros. A meta da inflação é fundamental para podermos usar melhor a queda dos juros para aliviar a dívida pública e para podermos crescer de forma sustentável, sem as turbulências que existiram no passado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, V. Exª ultrapassou bastante o seu tempo, mas fez uma excelente exposição. Tenho medo de as pessoas que o ouviram pensarem que V. Exª está concorrendo. Esta é uma brincadeira. Mas, daqui para frente, ficaremos nos três minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só quero ponderar que sempre serei leal a este Governo e que sempre o sustentarei. Penso que, se este Senado realmente se aprofundar no estudo das matérias, a qualidade do debate econômico seguramente só ajudará o Governo a tomar medidas acertadas, que ajudem o desenvolvimento do Brasil. Este é o meu mandato, e não abdicarei dele.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª foi mais longe do que eu pensava, Senador Aloizio Mercadante. V. Exª percebeu bem o sentido em que falei. V. Exª tem o direito de opinar, mas aqui não há só um que entende de Economia. Todos aqui têm o direito de opinar e de falar. Quero lhe dizer isso também. Eu esperava uma resposta mais educada de V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu não esperava de V. Exª o comentário que fez.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Todos entenderam que fiz aquele comentário para desopilar o fígado, assim como quando V. Exª ofereceu maracujina para outros Senadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O problema é que V. Exª brincou com a verdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sou o Presidente da Casa, dou por encerrada a questão e até dou razão para outros Senadores. Dou por encerrado e até dou razão para V. Exª, mas eu não podia deixar passar isso. Tenham paciência.

Com a palavra, o Senador Pedro Simon. Logo em seguida, o Senador José Agripino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Fui citado pelo Senador Aloizio Mercadante. E tenho uma primeira pergunta a fazer ao querido Líder Aloizio. S. Exª se referiu, em tom queixoso, a certas declarações de certos líderes da base aliada, mas disse que também parte da Oposição beiraria a irresponsabilidade. Eu gostaria de saber a que a Oposição se refere, a que setores se refere.

A segunda coisa, Sr. Presidente, que desejo fazer, aproveitando a citação que ele fez de declaração minha, é dizer muito claramente como vejo essa questão. Tenho discordâncias que são graves do Ministro Palocci em relação a detalhes, a partir de um diagnóstico que julgo correto e de um remédio que julgo justo também.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vejo que V. Exª está em posição boa aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas, Sr. Presidente, fui citado. Não queria queimar, com resposta a ele, o que tenho a perguntar ao Ministro Palocci.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu pediria a V. Exª para ser breve.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Serei breve. Acredito que o mais conveniente para o Brasil é o sistema de metas de inflação, e nisso vejo que não há discordância. Acredito que trabalhar ajuste fiscal e superávits primários é uma necessidade para que procuremos manter sob controle a relação dívida pública/PIB. Mais ainda: acredito que devemos deixar o câmbio flutuar; e tem razão o Ministro Palocci quando alega que catastrofistas disseram que o câmbio tinha que chegar a 3,5% e 3,6%, sem o que o Brasil teria novamente déficit de balança comercial. Isso não aconteceu. Estamos vendo, ao contrário, que, em função de excelência da nossa economia, em função do preço de certos produtos primários nossos valorizados em função ainda de não ter deslanchado o crescimento econômico internamente, estamos vendo um pujante saldo de balança comercial.

Em relação a metas de inflação, entendo que 5,5% com 2,5% para cima – 8% – é mais do que suficiente para trabalhar a compatibilização desses dados com o crescimento econômico proposto pelo Governo. E mais ainda: ano que vem 4% mais 2,5% – 6,5% – com a tolerância, é mais que suficiente para trabalhar algo parecido com 3,5% a 4% de crescimento.

Onde vejo as falhas do Governo?

O Governo no microeconômico não funciona; o Governo no administrativo está paralisado; o Governo é terceiromundista, quando se trata de política externa; o Governo afasta capitais; o Governo espanca a possibilidade de investimento. E aí, Sr. Presidente, devo dizer que não dá para sustentar um Governo apenas com política macroeconômica, mas insisto que é de credibilidade se procurar manter a idéia de que a inflação, quanto menor, mais vai transferir renda para os mais pobres, mais vai possibilitar crescimento econômico sustentável com a perspectiva de distribuição de riqueza. Ao contrário, acho perigoso que imaginemos que se deva mirar uma meta parecida com 8% ou crer que 9% é bom, porque, isso sim, parafraseando um famoso filósofo brasileiro, me parece namorar com o perigo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Fui citado pelo Senador Arthur Virgílio e também fiz indagações ao Ministro Palocci que espero que sejam respondidas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se me permite, Senador Aloizio Mercadante. Tenho sido distinguido com uma sopinha diária dele aqui e queria retribuir, Sr. Presidente, dando a ele um ovinho de páscoa que comprei especialmente para o Líder Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Fiz questão de manter a sopa hoje, porque ele depois da sopa é sempre cordial, cordato, equilibrado. Essa é a Oposição que espero. E o talento dele fica mais criativo.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, em relação à agenda microeconômica, quero dizer que este Governo tem apresentado inovações – é uma agenda, aliás, que foi apresentada ao Congresso Nacional – extremamente promissoras. Acabamos de aprovar a regulamentação do setor elétrico por unanimidade aqui no Senado. Fizemos uma reforma tributária que dá condições de investimento e de racionalidade para as empresas que nunca tivemos na história recente e que era uma aspiração de mais de uma década – e a construímos praticamente por unanimidade nesta Casa. E estamos fazendo algo que tem grande expectativa de contribuir para o Brasil: a votação da Lei de Falências, outra mudança que há mais de 40 anos o País deveria ter realizado. E vejam que há a perspectiva de recuperação e a possibilidade de construção do futuro das empresas não mais pelo passivo nem pela estrutura cambial. Estamos fazendo programas de inovação em crédito público para microempreendimentos, que são também inovações promissoras. Repactuou uma dívida do setor agrícola e da agricultura familiar como poucas vezes aconteceu e, portanto, está aí a exuberância da agricultura. Nós estamos, de fato, trabalhando. Podemos fazer mais? Podemos, também o Senado pode. Por exemplo: pode concluir a votação das medidas provisórias de hoje para amanhã, para votar a Lei de Falências, a lei que dispõe sobre a biotecnologia, a Lei de Inovações Tecnológicas, o PPA e a PPP, que são inovadoras. O Governo tem uma agenda extremamente responsável e equilibrada.

Quanto à meta de inflação para 2005 e 2006, só espero que não façamos um debate do que "eu acho". Estou apresentando argumentos técnicos, fundamentados e consistentes para um debate que sei que ao sistema financeiro não interessa, porque, quanto mais eu amarro a meta da inflação, mais juros eu tenho, mais rentabilidade eu tenho. Acho que o problema fundamental do País – foi o que aconteceu nas duas ultimas décadas – é transferir menos renda para o sistema financeiro e mais recursos para o investimento e para o crescimento. O debate macroeconômico tem relação com os interesses concretos da sociedade. A meta de inflação é um instrumento decisivo para consolidar a estabilidade – é o que estamos fazendo – e crescer sustentadamente. E vejam que o que estou propondo para o futuro é manter a meta atual. Estudei

a História do Brasil e verifiquei que só em dois anos a inflação foi inferior a 5,5% – e foram anos atípicos. Nós podemos manter essa meta, que é absolutamente compatível com o crescimento acelerado, pois teremos mais margem na política monetária e manteremos a âncora fiscal como a grande âncora da estabilidade, abrindo caminho para, no futuro, poder baixar a carga tributária, porque vai melhorar a relação dívida/PIB, seja pela dívida, porque o juro é menor, seja pelo PIB, porque vai crescer mais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª, Sr. Ministro, tem a palavra.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Eu queria antes fazer um esclarecimento ao Senador Fernando Bezerra e ao Senador Roberto Saturnino sobre questões que deixei para trás.

Senador Fernando Bezerra, V. Exª perguntou por que enviamos um projeto de lei sobre a construção civil e não uma MP. Na verdade, enviamos um projeto de lei porque havia algumas características a serem mudadas, o que precisa ser feito por projeto de lei. Entretanto, esse projeto veio com urgência urgentíssima. Então pode ter a mesma agenda de votação de uma MP.

Lembro que V. Exª foi importante para que pudéssemos chegar a essa lei por um processo negociado com todos os setores, ouvindo a todos, para que possamos trabalhar para que haja agilidade na votação. De fato, o setor carece de iniciativa dessa magnitude.

Sobre a lei de inovações, concordo com o Senador Roberto Saturnino, que, aliás, é uma autoridade nessa área. Cumprimento S. Exª pela sua atuação na área de ciência e tecnologia. Nós concluímos o trabalho de avaliação da lei e vamos pedir ao Congresso celeridade na votação do projeto de lei de inovações tecnológicas. O Governo quer trazer alguma contribuição. Não temos nenhum problema com o fato de ela ser uma lei enviada pelo Governo anterior. Achamos que ela é boa. Deve ter pequenos ajustes e queremos que ela seja votada o mais rápido possível.

Quanto às questões que o Senador Aloizio Mercadante levanta, gostaria de dizer que prometi cumprir todas as promessas de S. Exª, mas S. Exª falou em tantas concessões na Cofins que fiquei preocupado. Como já fiz a promessa, vamos conversar sobre isso. Concordo com o Senador quando estabelece com clareza dois campos que fazem parte da mesma estrutura política e de política econômica, que é a relação entre o fiscal e a política monetária. A sensibilidade para essa questão é fundamental para darmos andamento à política econômica no Brasil. É muito comum no debate econômico as pessoas colocarem questões em ambos os ambientes como se fossem a mesma coisa, ou seja, para acelerar o crescimento, devemos baixar juros e reduzir o fiscal. Acho que começamos a colocar objetivos que não se somam e se atrapalham. Para retomar a atividade econômica, é importante reduzir juros. Por isso os juros caíram de 18%, em termos reais, para pouco mais de 9% nesse período. Esse é um trabalho essencial. Parece-me que o Presidente do Banco Central o debateu intensamente aqui com V. Exªs na última quinta-feira. Esse trabalho deve prosseguir. O Brasil não deve perder a oportunidade de fazer com que as suas taxas de juros se reduzam.

Mas tenho duas preocupações. Primeiro, esse esforço só pode obter sucesso se for combinado com um claro compromisso fiscal de longo prazo. Quanto a isso, considero importante a ressalva que fez o Senador Aloizio Mercadante, porque se acharmos que podemos, no processo de redução de juros, também comprometer o fiscal – achando, de boa-fé, que, de maneira saudável, vamos evoluir para crescimento –, podemos cometer o pior dos erros e colher resultados muito negativos.

A política monetária, como bem expuseram alguns Senadores, em particular o Senador Aloizio Mercadante, traz elementos muito recentes do debate econômico. Já ouvi da maior parte dos melhores economistas do mundo afirmações desse tipo. Que há níveis de inflação que precisam ser melhor definidos. É muito difícil definir isso. Não existe um padrão econômico que responda a essa questão. É preciso analisar o histórico dos países e, através dele, tirar algumas conclusões. Os países em desenvolvimento tendem a conviver com índices um pouco maiores de inflação. São questões que, de fato, os melhores economistas – e considero o Senador Aloizio Mercadante um dos melhores – têm colocado de maneira bastante objetiva.

O próprio Dr. Blanchard, que veio a público debater o assunto, diz que deve haver um forte compromisso fiscal e que uma meta de inflação entre 5 e 6 está adequada. É com uma meta de inflação nesse patamar que trabalhamos neste momento, uma média de inflação de 5,5%. O Aloizio cita um outro estudo que menciona algo entre 5 e 9. Essas questões, de fato, fazem parte de um debate estrutural de longo prazo no Brasil.

Penso que só não podemos incorrer em equívocos – tenho certeza de que não é essa a dimensão dada pelo Senador Aloizio – em relação a dois aspectos fundamentais. Primeiro, devemos dar ao processo de queda da inflação e de tratamento das metas de inflação o valor que ele tem. Se superestimarmos a questão dos juros para o crescimento econômico do Brasil a longo prazo, vamos ser negativamente surpreendidos quando nos faltar um conjunto de medidas que não priorizamos neste momento. Ele nos custará muito

caro mais tarde. Esta é uma questão fundamental. Não estou me referindo ao Senador Aloizio ou a qualquer outro, mas ao debate econômico em si. Muitas pessoas focam demasiadamente nessa questão e deixam sair pelas mãos uma agenda de reformas, de fortalecimento institucional, que, também segundo os mais modernos economistas, é o que explica a produtividade total dos fatores em várias economias analisadas com cuidado no último período. Isso é fundamental para nós: dar à questão política monetária o seu peso, nem menos, nem mais, porque há um conjunto de questões...

Se V. Exª me permite, Senador Arthur Virgílio, quero dizer que o Governo tem cuidado da pauta microeconômica, que é um esforço que precisa ser do País. Sem detrimento de suas críticas, que respeito, o Governo tem estabelecido, depois das reformas, um conjunto de medidas no campo microeconômico, dentre as quais listo algumas: a PPP, a Lei de Falências, a lei de inovação, citada pelo Senador Roberto Saturnino, a lei da construção civil, que mandamos recentemente, o setor elétrico, que já foi votado aqui. Ou seja, essa agenda chamada microeconômica – nem gosto desse termo, porque as pessoas passam a dar menos importância quando se fala que é micro, os economistas gostam de ser macro...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Mas V. Exª é médico.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – É por isso que fico à vontade para falar. Não sou da área.

Mas essa agenda, de fato, pode nos surpreender se não a fizermos. É o café, ao qual, se não se adicionar açúcar, fica amargo. Ou seja, é preciso haver concentração em um conjunto de medidas, como a política industrial que o Ministro Furlan vai divulgar amanhã, que são coisas difíceis de serem construídas. O Senador Ramez Tebet está relatando a Lei de Falências e sabe a dificuldade de equacionar as demandas e fazer uma lei que permita contratos sustentáveis, pois ela responde a muitos interesses diferentes. Fazer uma lei que seja justa com as pessoas, com o usuário, com o credor, com a empresa, com o trabalhador da empresa, com o dono da empresa, com o diretor da empresa é uma equação de difícil construção. Não é à toa que essa lei, parece-me, está no Congresso Nacional há dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está no Senado apenas desde novembro.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Não estou criticando. Penso que é uma lei difícil mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu sei. Quero apenas explicar para a população.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Realmente é uma lei difícil de ser feita. É extremamente difícil conseguir o equilíbrio. Há dez anos o Brasil debate essa matéria, porque sabe que a lei já passou da idade. E o Senado agora irá votá-la. Queria ressaltar essa questão.

O segundo tema, abordado pelo Senador Aloizio Mercadante, me faz olhar com bons olhos o debate, principalmente quando S. Exª diz que metas de inflação têm como questão fundamental a expectativa de inflação. Essa é a questão central no regime de metas. O que é a expectativa? É a maneira pela qual o País se organiza em torno de um objetivo estabelecido e o persegue. O Banco Central tem grande importância, mas não é elemento único do processo, pois ele não determina as taxas de juros de mercado nem a inflação futura. Ele opera as taxas de juros no regime de metas de inflação para coordenar expectativas que levem os índices de inflação às suas metas.

Desse ponto de vista, a expectativa de inflação é um dos corações da política de metas de inflação. Se temos hoje, olhando para o futuro de doze meses, uma expectativa de 5%, é porque o País se ordenou em torno de uma inflação de 5%. Significa que quando os trabalhadores vão considerar suas perdas e ganhos vão olhar essa referência. Empresários, quando forem investir, olharão essa referência. Quanto mais seriedade e estabilidade dermos ao processo de metas de inflação e ao trabalho com as expectativas, mais faremos com que a expectativa se transforme em dado real de inflação. Esse é o coração do processo de metas de inflação. Ele é diferente dos mecanismos antigos, anteriores, com os quais o Brasil trabalhou.

Se não me engano, o Senador Fernando Bezerra perguntou se existem outros mecanismos. Existem, mas, em vários países do mundo, provou-se, com análises e avaliações empíricas criteriosas, que esse é um regime de menor custo para o produto. É o mais eficiente. Todos têm custo. Todo combate à inflação, com qualquer dos métodos – o sistema cambial, o sistema de agregados monetários, de bases monetárias, etc. –, tem custo. A avaliação de muitos países e dos melhores economistas do mundo é a de que esse é o regime menos custoso do ponto de vista do produto.

Esse debate pode ser feito. Como se disse aqui, faz parte do processo de construção da estabilidade macroeconômica um franco debate, de qualidade, sobre esse assunto. Temos toda a disposição de fazê-lo e insisto em dizer que quase não abordo esse tema aqui porque não faz parte da minha área de atribuição. Penso que devemos chamar os colegas do Banco Central para fazê-lo. Posso vir junto com eles, dar minhas opiniões, mas a operação do processo de metas de inflação é autônoma, é uma operação do Banco Central que, acredito, tem atuado com muita propriedade,

com muita dedicação, com muita competência técnica, com muita direção em relação àquilo que o País observa e constrói no tempo.

Ressalto esse aspecto a que se referiu o Senador Aloizio Mercadante, a expectativa, porque é ela que constrói o processo, ao fim e ao cabo. É lidando com ela que o País se ordena em torno de uma meta, de um objetivo, e organiza seu processo econômico.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de conceder a palavra pela ordem, devo dizer que o Ministro Antonio Palocci está aqui há bastante tempo e pede-me que suspenda os trabalhos por três a cinco minutos.

Fique à vontade, Sr. Ministro.

A questão de V. Exª envolve o Ministro, Senador Suplicy?

Se não envolver, V. Exª poderia fazê-la logo, para ganharmos tempo. (Pausa.)

(Suspensa às 14h34min, a reunião é reaberta às 14h36min.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, de certa forma, sinto-me meio acanhado por, depois do debate de estrelas entre o Ministro, o Líder do Governo e o Líder da Oposição, abordar um assunto que é singelo, mas para mim é muito importante, pois tem relação com o Rio Grande do Sul.

Sr. Ministro, o Ministro da Previdência, Amir Lando, em reunião com a Bancada gaúcha, nos deu a garantia de que a questão referente aos créditos previdenciários já estava resolvida e que, naquele dia ou no dia seguinte, medida provisória seria enviada e a questão, equacionada. Para o Rio Grande do Sul, essa é uma questão dramática e, no entanto, ela não foi resolvida até agora. Por isso, apelo a V. Exª para que seja atendido o Rio Grande do Sul neste momento difícil por que passa, uma vez que os números estão lá, aprovados, e o Governo já fez isso para outros Estados.

A segunda questão já foi discutida aqui. V. Exª também abordou que elementos do Bird, do FMI e o Presidente do Banco Interamericano estão dispostos à flexibilização de investimentos na infra-estrutura, que não seriam considerados para efeito de superávit primário.

Há um pensamento crescente nesse sentido. Outro dia esteve aqui o ex-representante do Fundo Monetário, que renunciou para candidatar-se à Presidência da Alemanha, e disse que pensa ser justa essa nossa pretensão.

V. Exª tem um título muito importante, não sei se V. Exª está se dando conta disso. Creio que, na história do mundo, não há no Banco Mundial outro nome que não o de V. Exª que tenha pago tantos juros durante um ano. Quer dizer, V. Exª é um homem importante e entrou para história do Banco Mundial. O Brasil, tendo V. Exª como Ministro da Fazenda, foi o país que pagou juros mais altos em um ano. V. Exª tem autoridade para dizer que está pagando, que quer continuar pagando, mas que há uma injustiça, um exagero na quantidade, no tanto de juros pagos.

O fato de construir estradas, fazer escolas e resolver problemas de saúde não serem considerados investimentos e não serem abatidos dos gastos é algo que V. Exª deveria mudar. Há um sentimento, eu diria, quase que mundial nesse sentido.

A situação brasileira, analisada, debatida em seu contexto, mundialmente não é compreensível. O mundo financeiro é regido pelos grandes. Tudo bem, eles têm as razões, os argumentos, as lógicas, o déficit brasileiro, o custo Brasil, a garantia do americano, do japonês. Mas, cá entre nós, há uma diferença muito grande entre o que pagamos de juros e o que eles pagam.

V. Exª – de quem se esperava que, no Governo do Lula, viria para virar a mesa –, porque tem uma posição firme, tranqüila, cumpre os compromissos, tem autoridade, credibilidade. V. Exª tem credibilidade para chegar, inclusive, a eles e dizer que não pode manter essa situação por mais um ano. Que a Oposição, o próprio PSDB, aquele tal de Arthur Virgílio, do tempo do Fernando Henrique, são os que mais estão cobrando medidas contra os altos juros que estamos pagando. V. Exª e o Brasil têm autoridade para dizer que vamos pagar, mas não tanto. Que consigam uma fórmula por meio da qual isso possa ser feito.

Perdoe-me a sinceridade, talvez V. Exª não se considere a pessoa que deva fazer isso. Cada qual no seu lugar. V. Exª terminou de dizer que o assunto "x" é resolvido pelo presidente do Banco Central. Mas V. Exª devia nos liberar e nos orientar.

E acho que Vice-Presidente da República está falando em comum acordo com V. Exª, que diz: "Vai por ali, eu vou por aqui." Penso que é um jogo feito com muita categoria entre o Vice-Presidente e V. Exª. Porque a resposta de V. Exª foi dada com muita categoria. Alguns esperavam que V. Exª fosse para cima do Vice-Presidente, mas V. Exª respondeu à altura.

O Brasil poderia fazer isso, poderia fazer um movimento nesse sentido. E tem todas as condições. Ninguém na história do mundo, até hoje, teve tanta autoridade como V. Exª, porque foi quem pagou mais, foi quem pagou em dia, pagou com mais tranqüilidade,

sem nenhuma crise, sem absolutamente problema. Por isso, V. Exª tem condição de debater.

E o Rio Grande do Sul – pelo amor de Deus, dê uma olhada lá – é uma questão quase de caridade.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Senador, são muito boas as ponderações de V. Exª.

Em primeiro lugar, quanto às relativas ao Rio Grande do Sul, eu diria que, na verdade, tratamos lateralmente o pleito, porque ele é dirigido ao Ministério da Previdência. Portanto, o mérito não é um assunto da Fazenda. Eu soube que pleito é justo, correto. Houve uma evolução positiva no Ministério da Previdência. Devemos, em seguida, participar do processo de elaboração de uma eventual MP, que possa dar vazão a essa reivindicação do Estado do Rio Grande do Sul.

Tenho conversado com o Governador Germano Rigotto. Acho que há um esforço efetivo do Governo de colocar em ordem suas contas. Há algumas dificuldades, como alguns Estados têm. O Governador desempenha suas atribuições com muita ética, com muita seriedade, e terá da nossa parte todo o apoio possível para conseguir vencer eventuais dificuldades no ajuste das contas.

Quanto aos investimentos, há questões aqui que precisam ser separadas. Não há como agirmos perante os organismos multilaterais, porque o principal da dívida que nós pagamos não é dos organismos multilaterais, mas do mercado. Então, é complexo, por intermédio dos organismos multilaterais, ter ganhos de taxas de juros no mercado. A não ser no processo de construção de um equilíbrio que abaixe as taxas de risco e permita o alongamento da nossa dívida, com taxas futuras mais baixas.

Senador Pedro Simon, foi exatamente esse comportamento austero que teve a equipe econômica que permitiu ganhos, não pelo fato de que os credores tivessem aceito a partir daí juros menores, mas porque o ordenamento dos nossos indicadores trouxe o nosso risco para baixo. E títulos que eram vendidos com juros altos lá atrás puderam ser vendidos com juros menores agora. Na verdade, é preciso um período duro de política austera para se possa conseguir algo.

No caso dos recursos do Fundo, no último acordo nós conseguimos um alongamento muito importante do retorno para o Fundo, principalmente a partir dessa questão que V. Exª cita. Não cheguei a citar o Senador Arthur Virgílio, porque S. Exª não me autorizou. Mas se S. Exª me autorizar, na próxima negociação, eu vou citar S. Exª e outros, para que fique facilitado o meu trabalho lá. Vou fazer isso, desde que tenha autorização expressa e pessoal do Senador Arthur Virgílio, por escrito.

Foi possível, a partir do fato de que pagamos em dia, e pagamos juros altos, dialogar com o Fundo para que os compromissos de retorno com ele fossem alongados. Esse foi o principal, ou, talvez, um dos principais conteúdos do novo acordo que nós fizemos no ano passado, e que está valendo para este momento. Por exemplo, nós tínhamos uma necessidade de retorno, já contratada anteriormente, de índice elevadíssimo, em 2005, e de índice muito pequeno, em 2006. Nós adequamos esse retorno de forma a colocar nossa conta mais em ordem.

Em relação aos investimentos, eu vou procurar ser claro na explicação. V. Exª fez uma ponderação excepcional sobre o comportamento das forças políticas e disse que isso poderia ser uma combinação ou não. Eu diria o seguinte: cabe a nós mesmos, ao Ministério da Fazenda, dialogar com o Fundo sobre essas questões. Podemos, em determinada situação, trabalhar dessa forma. O Ministério da Fazenda faz uma ação, outro Ministério faz outra. Mas, no caso do diálogo com o Fundo, é o Ministério da Fazenda o responsável. E nós estamos fazendo isso. Mas é preciso ter certo cuidado com isso. Por exemplo, muitos economistas e muitas autoridades, no Brasil, defendem a tese de tirar os investimentos das estatais do cômputo do superávit. Estamos vendo que a tendência do Fundo, de outras instituições e de outros países que contam no Fundo é de ser favorável a isso, mas sob a seguinte forma: há uma concordância no diálogo de que as empresas estatais sejam tiradas das contas públicas. Isso para alguns países é vantagem; para o Brasil é uma desvantagem. Isso piora nosso quadro fiscal, porque o histórico e a estrutura das nossas empresas, estando dentro das contas públicas, contribuem favoravelmente para as contas.

Assim, temos que ter certo cuidado. O Fundo Monetário e o Banco Mundial não criarão regras específicas para o Brasil, para o Peru ou para o México. Eles criam regras gerais, de contabilidade, de tipos de empréstimos, de tipos de acesso a recursos. Só podem ser regras gerais. Nesse sentido, falei muito no ano passado, neste Senado, em outros debates, que não deveríamos insistir muito na tese das empresas estatais, mas ninguém me compreendeu. Consideravam que eu queria apertar as estatais. E aconteceu o que eu imaginava, ou seja, hoje essas instituições estão dizendo que concordam em tirar as estatais das contas, o que nos prejudica, pois nos exige um fiscal maior para ser igual ao que estamos fazendo hoje. Então, é preciso ter cuidado.

Um processo político – digamos assim –, neste caso, não é o fundamental. O importante de fato é o Brasil colocar o seguinte: nosso comportamento

macroeconômico é muito sério, é muito adequado; citamos as dificuldades do País e propomos modelos sustentáveis – isso é muito importante –ou seja, não modelos que mudem contabilidade, mas modelos sustentáveis. Temos que dizer, do meu ponto de vista, que há investimentos sustentáveis que contribuem para o equilíbrio fiscal. Essa é a questão central. O gasto do investimento pode ser do tipo que piora da dinâmica da dívida. Mesmo sendo um bom gasto, ele pode piorar a dinâmica da dívida, mas ter tal sustentabilidade que melhora o ambiente econômico e contribui para a dinâmica da dívida.

Esse debate de qualidade de investimento é que precisamos desenvolver. Ele é difícil, e muitas vezes as autoridades vão aos países, falam que é muito bom, muito positivo, mas, no momento de definir as regras, nem sempre elas são positivas para nós.

Por isso, creio que temos que fazer um trabalho de construção. Mas concordo com V. Exª em que é possível fazermos uma construção positiva. O Brasil conquistou não pela minha pessoa, longe disso, mas pelo comportamento do País como um todo, desta Casa e de todas as autoridades, credibilidade para colocar teses importantes de modificações nesses organismos. Apesar de termos uma das 24 cadeiras no Banco Mundial, no FMI, temos que apresentar claramente proposições que atendam aos interesses positivos dos países emergentes, que estão fazendo um esforço de estabilidade que tem que ser valorizado não para que possamos rapidamente abandonar esse esforço: ao contrário, para perpetuarmos um esforço fiscal de longo prazo, devemos qualificar os instrumentos que utilizamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Agripino, é a vez de V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Ministro Palocci, creio que V. Exª deve sempre sentir um **relax** quando vem ao Senado. Há pouco eu comentava com o Senador Arthur Virgílio que V. Exª, no meio da reunião, bebia um refrigerante e comia um salgadinho, tranqüilo da vida. É evidente! Bem tratado, diálogo franco, aberto, debate acadêmico. Não tinha razão a jornalista que me telefonou ontem à noite, com uma suposição que desfiz: perguntou-me se a Oposição ia triturar o Ministro Palocci na reunião de hoje. Eu lhe disse: "Como triturar? Como colocar em liquidificador? Temos o maior respeito, o maior apreço pelo Ministro Palocci, uma figura simpática, que está procurando, com pragmatismo e com responsabilidade, levar à frente a política macroeconômica. Podemos ter divergências, mas temos respeito pelo Ministro. Não fazemos como alguns segmentos do PT – estes, sim, querem desestabilizar o Ministro, nós não. Não nos venham com essa". Então, ela botou a viola no saco e nem aqui apareceu. Não a vi.

V. Exª realmente é um campeão. Na semana passada, o Dr. Henrique Meirelles, que foi muito bem tratado, foi brindado com uma troca de copos de sopinha entre o Senador Mercadante e o Senador Arthur Virgílio. V. Exª dobrou os encantos, V. Exª assistiu a manifestações explícitas de boa vontade quando foi feita a troca de um copo de sopinha por um ovo de páscoa **light**. Cumprimentos a V. Exª. Agora, isso não tira a franqueza e a sinceridade do nosso debate. Acho, Ministro, que estamos num debate acadêmico, precisa ser acadêmico, mas tem que ser político, franco e sincero e, nessa ordem de idéias, começo por me referir ao diálogo que precisamos ter sobre a retomada dos entendimentos em torno da Cofins.

Aqui foi dito por V. Exª ao líder Mercadante que ele talvez estivesse se sentindo meio numa saia justa porque havia tomado o compromisso de V. Exª sobre o atendimento de algumas demandas com relação à Cofins, demandas que talvez fossem complicadas de atendimento, mas que se ia chegar a bom termo. Deus queira, porque chega de saia justa, chega da saia justa da PEC paralela que está aprovada aqui, está mudada na Câmara e vai gerar um tremendo mal-estar entre Governo e Oposição. O que esperamos é que o debate da Cofins, que vai ser estabelecido entre o Governo e a Oposição, com a participação expressiva de V. Exª, possa honrar o compromisso que foi tomado de público na sessão do Senado na antevéspera do Natal pelo Líder Mercadante quando disse que aquele assunto – e tive oportunidade de falar com V. Exª por telefone sobre o assunto – estava não encerrado e seria reaberto. Espero que seja reaberto a contento, porque há segmentos da sociedade que estão profundamente preocupados e prejudicados com principalmente a Cofins de importações – de importações, desculpem-me, e alguns outros segmentos, principalmente prestadores de serviços, os agentes econômicos de ciclo curto.

Dito isso, quero cumprimentar V. Exª pela exposição bem feita, cuidadosa, com números apresentados cuidadosamente, números com os quais eu até poderia concordar, mas a rua não concorda, tenho que dizer a V. Exª. Esta é uma Casa política e tem-se que aqui estabelecer o debate político. Ministro, o desemprego não pode ser medido pela quantidade de empregos gerados, tem que ser medido pela quantidade ou pelo balanço entre os empregos gerados e aqueles que foram perdidos ou aqueles que seriam necessários serem gerados para atender à expectativa da população e a necessidade da população. Quando se vai à rua, Ministro, ao se entrar numa loja que vende motocicle-

ta, vemos que a loja está cheia de motos e não tem a quem vender porque não tem linha de financiamento compatível ou porque o comprador não tem dinheiro para comprar. É um paradeiro! Vai-se a uma loja de CDs, que custa barato, R$30,00, as vendas estão em queda, porque as pessoas não têm sobra de dinheiro para comprar um CD, que é diversão. O taxista de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Natal, reclama da falta da clientela, e se formos ao supermercado, veremos que está mais vazio, está menos sortido, porque até comendo menos o brasileiro está. Então, a rua fala isso.

E aí vem a minha preocupação. Ministro, tenho absoluta certeza, pelo talento de V. Exª e pela competência do Dr. Henrique Meirelles, que vai se conseguir, até o final do ano, baixar a taxa de juros, e que a política monetária vai produzir efeitos consumistas, que se vai produzir uma demanda para a capacidade instalada dos meios de produção do Brasil. Pode ser outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, mas vai se chegar lá. Agora, o Brasil pode dar um vôo de nambu. Sabe o que é um nambu? Um vôo de nambu, que é um vôo rasinho, ou um vôo de águia. O vôo de águia é o vôo que a gente quer dar, é o vôo da China, da Índia, do México, é o vôo alto, de longo alcance. Por isso, vem a minha preocupação, as minhas indagações e as minhas demandas a V. Exª. Para o vôo de águia não temos como não ultrapassar o limite do vôo de cruzeiro, da demanda no limite da capacidade de instalar. É preciso instalar mais capacidade para que o Brasil dê o vôo de águia, para que ocorra o espetáculo do crescimento, para que os dez milhões de empregos sejam gerados, para que a expectativa do brasileiro no Governo Lula seja atendida.

E aí entram duas componentes: investimentos internos e investimentos externos. Os investimentos internos só ocorrerão se houver geração de lucro. Lucro só se dá quando há mercado consumidor, quando tem quem compre o que se produz – e aí é o fim do que estamos querendo –, quando existe busca de melhoria em padrão de produtividade ou desenvolvimento tecnológico para melhorar os índices de produtividade e baixar o custo de produção e poder competir melhor, ou quando a carga tributária for menor.

No plano de investimento externo tenho uma preocupação maior. O investimento estrangeiro vem para cá fundamentalmente procurando o tamanho do mercado consumidor do Brasil – produzir aqui para exportar para outros países – mas vem fundamentalmente buscando o tamanho do mercado consumidor do Brasil que era para ser grande. E aí entram três preocupações que eu gostaria de ouvir de V. Exª.

Temos pela frente a questão Alca, que vai ser um elemento complicador na questão dos investimentos estrangeiros. Temos os marcos regulatórios. O Senador Mercadante foi quem falou que conseguimos aprovar por unanimidade, foi quase unanimidade, e o marco regulatório do setor elétrico só foi aprovado porque a oposição exigiu um fato que, graças a Deus, foi aceito pela Ministra, para que não votássemos contra e fôssemos derrotados, mas marcássemos posição, que iria afugentar investidor, ao invés de possibilitar o mínimo de atração de investimento por questões que estão contidas dentro do modelo.

Preocupa-nos a questão dos marcos regulatórios, que concentram o poder do Estado em detrimento de agências reguladoras que são instrumentos permanentes que atravessam de governo para governo e são instrumentos efetivos de atração de investimentos.

E o terceiro ponto é o confronto desnecessário com os Estados Unidos. Queira ou não queira os Estados Unidos são o maior parceiro comercial do Brasil. Para que chegar nos Estados Unidos e condenar a política antiterror? Para que prestigiar o Presidente da Venezuela? Ir à Cuba e deitar falação? Para que isso? Do ponto de vista pragmático e positivo não entendo.

Agora, nisso tudo há uma preocupação grande que eu tenho, carga tributária. Para a economia doméstica, para o feijão com arroz, o dia-a-dia, se não baixarmos a carga tributária que está acima de 37%, não vamos ter formação de capital que gere empreendimentos novos por brasileiros, que sejam estimulados até por uma taxa de juros baixa.

Então, nessa ordem de idéias que eu gostaria de saber de V. Exª qual é a expectativa do Governo com relação à carga tributária, que é um problemão? Tenho medo da desobediência civil. Estou conversando na rua com as pessoas que não estão pagando imposto porque não podem. E para espaçar, para sobreviver, estão deixando de pagar imposto e vão terminar pactuando uma desobediência civil, que será pior. Antes que isso aconteça, é preciso que se tomem providências.

O que o Governo do Brasil está pensando com relação à carga tributária, à Alca? E o pensamento pessoal de V. Exª, se é que posso saber? Essa questão da política de confronto com os Estados Unidos, a Alca e os marcos regulatórios?

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Senador José Agripino, agradeço pelas suas questões.

Vamos falar um pouco de carga tributária da Cofins. Temos o critério da medida legal e a observação do comportamento dos setores. É muito difícil, pois não há modelo teórico que dê conta de responder a todas as perguntas sobre uma mudança da magnitude que fizemos na Cofins.

Se V. Exª mudar um imposto de 3% para 10% ou de 10% para 2%, é muito fácil saber o resultado da

mudança de alíquota. Quando se muda a característica do imposto, ou seja, deixa de ser cumulativo e passa a ser não cumulativo, não há modelo teórico que dê todas as respostas. Fizemos diversos estudos, outras instituições fizeram também, dos quais colhemos um conjunto de respostas.

Por exemplo, parece-nos claro, e isso inclusive testado no caso do PIS, que a indústria brasileira pagará menos de Cofins com o fim da cumulatividade. Isso nos parece claro. Isso ocorreu com o PIS já no teste feito no ano passado, e tudo indica que ocorre agora. O modelo prático do PIS e o modelo teórico da Cofins o demonstram de maneira clara.

No caso dos serviços, discutimos no Congresso uma medida seguinte que tomaríamos. Ou seja, é preciso ver o conjunto de medidas tributárias, como a desoneração da folha de pagamentos. Não fizemos tudo ao mesmo tempo porque essas mudanças tributárias são de grande magnitude, mexem com a estrutura dos tributos. Se fazemos três ou quatro mudanças dessas ao mesmo tempo, provocamos uma mudança de preço relativo muito grande num curto espaço de tempo. Então, é preciso fazer com que as mudanças sejam implementadas e mostrem seus efeitos. Vamos traduzir esses efeitos de maneira transparente para o Congresso e para o País e fazer eventuais ajustes.

No caso da Cofins sobre produtos importados, como eu disse anteriormente, ela tem um mecanismo de equiparação com o produto brasileiro, mas, sim, pode trazer, em eventuais situações, em determinados casos, algumas distorções. Por quê? Porque, na cadeia, existem outros mecanismos criados em função dos efeitos que a Cofins cumulativa tinha sobre a cadeia produtiva. O monofásico é um exemplo; os setores de serviços são outros exemplos. Tudo isso tinha de ser equacionado.

No caso dos estudos que estamos fazendo sobre desoneração de folha de pagamento do INSS e substituição por tributo de valor agregado, há evidentes ganhos para o setor de serviços numa mudança como essa. Pode-se perguntar por que não fizemos tudo ao mesmo tempo. Isso seria uma alteração estrutural muito grande para o processo econômico. V. Exªs viram o quanto a adaptação da nova Cofins levou de dificuldades ao processo produtivo, porque ela muda preços relativos; ela inclusive faz a indicação de índices de atacados parecerem maiores, porque ela se compensa no processo da cadeia. Essas são questões que temos de acompanhar e debater.

Aquilo que for claramente distorcido podemos em poucos dias resolver, temos toda a disposição em fazê-lo, como o caso dos setores monofásicos, que estamos discutindo. Recebemos diversos pleitos dos Senadores e estamos analisando-os com cuidado. Estamos analisando os pleitos do Senador Ramez Tebet referentes ao campo da agricultura. Estamos olhando cada caso e vamos tratar com toda a transparência a questão.

No ano passado, vários Senadores, juntamente com o Senador Aloizio Mercadante, levantaram a questão da saúde e da educação, que não deveriam ir para o sistema não cumulativo. Analisamos o assunto e atendemos ao Senado e à Câmara naquele momento, porque achamos que era justo. O desenho estava adequado daquela maneira. Mas não podemos fazer a conta, numa mudança estrutural como essa, de que quem ganha ganhou e de quem perde tem uma compensação, senão vamos ficar insustentáveis do ponto de vista do orçamento. O imposto corrigido pode significar eventualmente uma carga maior num setor ou noutro, mais isso é produto da correção do imposto e não do aumento de alíquotas do imposto. Não fizemos aumento de alíquota no ano passado, com exceção da Cofins do sistema financeiro. Esse foi o único aumento de alíquota que houve durante o ano passado. O restante foram ajustes e mudança de qualidade dos impostos. Se isso trouxer algum desarranjo de carga, vamos observar e vamos enfrentar essa questão.

Quanto à melhoria do cenário, se se conversar – e deve-se estar conversando, certamente – com indústrias importantes e com exportadoras produtivas sobre a nova Cofins, ver-se-á que ela é um benefício muito grande para o processo produtivo e para o processo de exportação, porque o Governo tinha dificuldades em compensar as exportações com a Cofins cumulativa. Isso está eliminado hoje. Inclusive, o Senado aprovou na reforma tributária que o Governo não pode compensar Cofins com IPI – e foi correta a medida do Senado.

A Receita, às vezes, compensava um imposto com o outro. O Senado indicou um novo comportamento com a nova Cofins. Vamos segui-lo. Não fizemos nenhuma carga, porque achamos que estamos melhorando qualidade também nesse aspecto.

Sobre as questões que V. Exª levantou sobre emprego gerado, não quero, quando trouxe vários dados referentes a emprego, dizer que está uma maravilha a coisa. Quero citar todos os dados para analisar com serenidade os dados e os caminhos que estamos buscando.

O dado do Ministério do Trabalho – de janeiro a fevereiro –, que mostra uma geração de emprego maior do que a dos últimos 12 anos, é um dado líquido. É evidente que se devem considerar o emprego criado e o emprego perdido. Esse é um dado líquido de empregos, que mostra que os índices de empregos gerados

em janeiro e fevereiro são maiores do que os dos últimos 12 anos. Esse é um dado positivo. Não podemos jogar fora um dado positivo, porque ele significa coisa positiva para a nossa economia. Mas a procura do emprego aumentou nos últimos 12 meses, fazendo com que a Pesquisa Mensal de Emprego tenha desenhado um gráfico crescente, o que foi mostrado aqui. Não queremos deixar de analisar todos os fatores.

O segundo fator é que as regiões do interior, em termos de emprego, estão crescendo o dobro das regiões metropolitanas. É um dado. É preciso que se olhe isso. É preciso favorecer esses desenvolvimentos e dar à economia e às regiões as condições de elas explorarem esses potenciais produtivos que são valorosos para a economia. Se uma região mostra extraordinário ganho em termos de agricultura e gera empregos em dobro relativamente a outras regiões, o Governo deve incentivar que isso ocorra em outras regiões, porque aí está uma saída importante para a questão do emprego.

Citei aqui outra questão fundamental. Não há setor que gere mais empregos em quantidade do que a construção civil. Está aqui uma agenda microeconômica fundamental em que o Governo fez a sua parte. Isso demorou, porque dialogamos com todos os segmentos da construção civil, ouvimos todos. E aqui voltamos à Cofins. Fizemos um sistema em que o patrimônio de afetação vai ser taxado em Imposto de Renda, Contribuição Sobre Lucros, Cofins e PIS – esses quatro impostos – com o valor de 7%. É um tratamento absolutamente adequado, para conseguirmos reerguer o mercado do sistema financeiro imobiliário. Esse é um trabalho essencial para o Brasil fazer.

Todos nós, Senador, queremos um vôo longo, um vôo de longo prazo. Os investimentos externos diretos melhoraram. Os dados do ano passado para este ano – os dados de outubro, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro – são positivos em relação a investimentos estrangeiros. E aí, sim, V. Exª tem razão: devemos tratar adequadamente os marcos regulatórios.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, peço licença a V. Exª. Ninguém esperava por essas honrosas visitas. Veja bem o prestígio de V. Exª, o qual nos atinge também. Queremos recolhê-lo um pouco para a Comissão de Assuntos Econômicos. Os nossos agradecimentos ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara. Registro a honra que estamos tendo em recebê-los.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, depois dos bons tratos da platéia com o Ministro Antonio Palocci, o mínimo que poderia acontecer seria a chegada aqui do Presidente José Sarney e do Presidente João Paulo Cunha. Seria o mínimo que poderia acontecer.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Quero agradecer imensamente a presença do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, e do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha. De fato, é uma demonstração de prestígio muito grande desta Comissão a presença dos Presidentes. É uma alegria muito grande tê-los aqui. Muito obrigado.

Concluindo, então, o diálogo com o Senador José Agripino, eu diria que a questão do marco regulatório precisa ser olhada sob vários aspectos. Muitas vezes, no Brasil, fazemos uma contra-posição ineficaz entre o investimento público e o investimento privado. Todos eles têm a sua importância. Todavia, os marcos regulatórios são os instrumentos que irão permitir que incentivemos o setor privado a fazer investimentos competitivos, que tenham retorno e que tragam benefícios para a população.

Vamos analisar dois exemplos bem diferentes que ocorreram recentemente no Brasil. O setor energético teve um processo de privatização e um sistema regulatório que apresentaram dificuldades, as quais se expressaram em perdas e em obstáculos para o processo econômico, que nós – como V. Exªs fizeram aqui no debate do modelo regulatório – começamos a corrigir, numa ação integrada entre o Governo, o Senado e a Câmara dos Deputados.

No caso da telefonia, pegando um outro exemplo e num outro extremo, esse foi um setor altamente beneficiado pelo processo de abertura e de novo marco regulatório. Quem ganhou com isso? O cidadão, porque hoje temos telefones mais baratos e em enorme quantidade no País, e um mercado se estabelecendo de uma maneira muito sadia. Mas nem sempre isso ocorre, por isso é importante modular o investimento público e o investimento privado para que cada um possa encontrar o seu lugar adequado e para que possamos sempre estimular, com as estruturas regulatórias do Estado, o investimento privado; que ele seja crescente, tanto o nacional quanto o estrangeiro, porque isso traz benefícios ao País.

No caso da telefonia, V. Exªs se lembram que, há dez anos, comprar um telefone, em algumas capitais do Brasil, era um investimento de alto custo e de grande espera. Isso mudou, pelo benefício que o novo marco trouxe para o setor de telefonia, e o cidadão ganhou com isso.

O caso do setor de energia não foi igual. E esse não é um defeito brasileiro. Aconteceu nos Estados Unidos, no setor de energia; aconteceram na Itália e na Inglaterra dificuldades para se modular um setor de

infra-estrutura tão estratégico como o da energia com critérios puramente de mercado. Por isso, devemos, com as parcerias público-privadas, com os investimentos públicos que estão sendo ordenados, fazer com que possa se desenvolver uma pauta que amplie o investimento como um todo no Brasil. Devemos fazer boas escolhas no caso do investimento público e ter boas referências para estimular o investimento privado. Com isso, vamos aumentar o PIB potencial do Brasil e vamos crescer a taxas cada vez maiores nos próximos anos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Ministro, e a carga tributária?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como, Senador?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – A carga tributária.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – É que eu não quis... Falta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ele falou da Cofins, não é?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – E a Cofins, o PIS, a tabela de Imposto de Renda, a CSLL, tudo o que foi aumentado ao longo do atual Governo?

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Ao longo dos últimos dez anos, vamos dizer assim.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Não. Eu diria que a CSLL, a Cofins, o PIS e a tabela de Imposto de Renda congelada e não revista são fatos novos do atual Governo.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Senador, concordamos que é preciso ter uma visão muito serena da estrutura tributária do País, não só no seu aspecto global, mas de como ela incide em cada região do País, em cada setor da atividade econômica, para que ela não se torne um instrumento que possa criar obstáculos ao sistema produtivo.

Quando levantamos, no início do ano passado, que o ajuste feito com elevação da carga tributária não é um ajuste adequado, nós o fizemos porque a experiência brasileira mostrou isso. Nos últimos dez anos, por necessidade de ajuste das contas do País, a nossa carga saiu de 26% para 36% do PIB. Esse tipo de financiamento devemos procurar progressivamente abandonar, porque ele leva um custo para a atividade produtiva. Por isso, trabalhamos, durante todo o ano passado, buscando muito mais qualidade nos impostos do que mexendo em alíquotas. Como disse, mexemos na alíquota da Cofins para o sistema financeiro não porque julgamos que o sistema financeiro deveria ser penalizado, mas porque estava inadequada a alíquota da Cofins no sistema financeiro; estava abaixo, na prática, dos demais setores. Por isso, pedimos, e este Congresso aprovou, a correção da alíquota desse setor.

O nosso compromisso, Senador, é trabalhar com equilíbrio de longo prazo, que dê cada vez mais qualidade aos tributos, e estabelecer compromissos de longo prazo de redução da carga. Mas é preciso garantir que esse objetivo se vincule à necessidade que temos de melhorar a dinâmica da nossa dívida e garantir os investimentos de que o País precisa. Precisamos fazer investimentos em habitação, em rodovias, em portos e aeroportos para a logística das nossas exportações, que dependem de investimentos públicos, de parcerias e de uma estrutura que incentive o investimento privado de forma adequada.

Sobre a Alca, eu queria lhe dizer que se trata de uma negociação que precisamos fazer de maneira adequada. O Brasil tem, nos Estados Unidos, um dos principais mercados de exportação. Toda negociação que seja bem sucedida em relação à Alca ou à União Européia fará bem para o processo de contas externas brasileiras e para a competitividade das nossas empresas.

Em todos os fóruns de que tenho participado, do Banco Mundial, do Fundo Monetário e de outros organismos, tenho condenado, de forma efetiva, assim como muitas autoridades do Brasil, o protecionismo que os países ricos utilizam, porque esse sim é um mecanismo perverso com o qual os países ricos evitam que os ganhos de competitividade dos países emergentes possam se expressar de maneira sadia no comércio internacional.

Não é aceitável que os países ricos coloquem barreiras aos produtos brasileiros e aos produtos dos países emergentes, que ganharam competitividade à custa de duros ajustes, de equilíbrio buscado a duras penas, de investimentos em tecnologia, que significaram dispêndios econômicos importantes. Portanto, temos de fazer um trabalho persistente para derrubar barreiras aos nossos produtos nos principais mercados.

Tenho dito isso em todos os fóruns de que tenho participado. Sou otimista em relação a essas negociações, porque, de fato, com o tempo, o mundo vai descobrindo caminhos que fazem com que o livre mercado de transações comerciais entre empresas e países tenha significado avanços importantes para a economia dos países.

Por fim, eu diria que estamos reunindo as condições, hoje, para, com equilíbrio, com persistência, buscar os instrumentos de crescimento efetivo da nossa economia.

Insisto que a proposta de queimar etapas nunca foi boa conselheira. Insisto que são reais as necessidades que temos de políticas que favoreçam o au-

mento de renda das pessoas, para que elas possam consumir adequadamente, para que possamos gerar empregos no processo de crescimento e para que a inclusão social seja um objetivo forte, determinado, da política de desenvolvimento do País.

Agora, é um processo difícil, se queremos que ele seja sustentado, se queremos que ele seja um vôo prolongado da nossa economia e da inserção do País no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mais uma vez a Comissão de Assuntos Econômicos, sentindo-se enaltecida com a presença dos Presidentes do Senado e da Câmara, agradece a S. Exªs. Foi uma honra para nós, volto a repetir.

Com a palavra, na continuidade dos trabalhos, o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Ministro, eu tinha elaborado algumas perguntas, mas creio que a maioria delas já foi formulada ao longo da audiência de hoje. Vou me permitir fazer apenas uma e alguns comentários.

Primeiro, quero dizer que o Ministro Palocci é uma pessoa que ajuda muito esse Governo. Não fosse a sua palavra, o seu equilíbrio, a situação não estaria relativamente sob controle. Se S. Exª contribui de um jeito, uma grande parcela do Governo contribui de outra forma, não apenas falando coisas diferentes do que diz o Ministro, muitas vezes fazendo coisas que nada tem a ver com o que ele está dizendo e, quase sempre, não fazendo nada.

Creio que o imobilismo do Governo é absolutamente extremado, reconhecido e óbvio, da mesma forma que a ação do Ministro da Fazenda equilibra e ajuda o País.

A participação de V. Exª nesta reunião de hoje, Sr. Ministro, como em outras, é positiva, é presidida pelo bom senso, pró-ativa, como positivas têm sido as ações do Senado Federal.

Cabe reconhecer o papel do Líder Mercadante, que, em questões centrais, conseguiu produzir um ambiente de negociações nem sempre considerado pela Câmara dos Deputados.

No entanto, Ministro, ouvi sua palavra e preocupou-me um aspecto, apesar da sua notória capacidade de reflexão e de tranqüilo exame dos fatos: V. Exª somente se referiu uma única vez à questão dos desequilíbrios regionais, quando provocado pelo Senador Fernando Bezerra. Entre as muitas questões nacionais relevantes, essa não fez parte da sua palavra. E o seu comentário sobre a questão regional, respondendo ao Senador Fernando Bezerra, também não foi suficiente.

O Governo, de fato, e a sua política econômica não consideram as questões regionais. Fatos que V. Exª citou, como, por exemplo, a reabertura da Sudene, não ajudam a defesa do Governo. Ao contrário, ajudam a comprometer o Governo.

O Presidente da República anunciou a reabertura da Sudene em uma reunião com algumas dezenas de Ministros – e são tantos –, com os Governadores do Nordeste e mais de 70 Parlamentares. O projeto foi enviado à Câmara dos Deputados com tramitação em regime de urgência, que foi retirado. Recursos previstos para dar fundamento a esse projeto foram drenados para os Governadores, e o projeto transformou-se em um armário sem conteúdo. Não importa que o projeto não tenha urgência, importa que não tenha conteúdo.

Há outros projetos regionais, como um que dispõe sobre a construção de uma ferrovia central no Nordeste, que recebeu encaminhamento ao longo de um ano, em ação presidida pelo Ministério da Integração Nacional, e que ficou paralisado no Ministério da Fazenda. Essa paralisação traz prejuízos à Região Nordeste e, em especial, ao Estado de Pernambuco, não é boa para o Brasil e nem para o Nordeste. É mais uma demonstração da falta de prioridade da questão regional.

A infra-estrutura, de maneira geral, tem sido muito maltratada por esse Governo. Ministros têm sido incompetentes – e o que esteve aqui é notoriamente incompetente –, e não cabe nomear um Ministro incompetente para nenhum cargo. Considero irresponsável a nomeação de pessoa incompetente para o Ministério dos Transportes no Brasil, que, fazendo controle econômico, precisa estruturar a base para um desenvolvimento sustentado e criar um ambiente para esse desenvolvimento, o que implica tranqüilidade política, infra-estrutura e investimentos significativos do setor público, que, como foi dito, sempre induzem no setor privado novos investimentos.

O que o Senador José Agripino falou, com a lucidez de sempre, a mim toca profundamente. Há o discurso do Ministro, há uma prática do seu Ministério que, no geral, é positiva, e há, de outro lado, uma realidade concreta que não corresponde às previsões do Ministro e às intenções que o Governo disse que tem.

Por exemplo, o Presidente Lula passou no Nordeste há poucos dias para anunciar a criação de mais um milhão de empregos, para dizer que ia fazer a transposição das águas do São Francisco, que ia reabrir a Sudene e fazer a Ferrovia Transnordestina. Quero dizer ao Ministro, com absoluta sinceridade, que a distância da palavra do Presidente para os fatos é quilométrica. Não é uma questão de não acreditar, mas de não ve-

rificar, na prática, que essas palavras tenham consistência para serem executadas.

De fato, o que existe de concreto no Nordeste, como em uma parcela muito grande do Brasil, é uma total incapacidade pública para investir, uma ausência mínima de recursos para suprir necessidades emergentes. Por exemplo, houve uma enchente no Nordeste que o Governo não encarou; até a presente data, fez discursos, anunciou intenções, mas não produziu uma solução sequer.

Como disse o Senador José Agripino, as ruas têm uma direção, o País real está ali. O Ministro cumpre seu papel, mas é limitado, apesar de importante no cenário brasileiro.

Lerei minha pergunta, que é muito simples; foi a que me sobrou.

Estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário mostrou que, apesar da queda da renda do trabalhador brasileiro, a tributação sobre o salário cresceu em 2003 em relação a 2002 e deve crescer ainda mais neste ano. A carga tributária sobre os salários diminuiu, em média, em 6% o poder de compra do brasileiro. Para 2004, a estimativa é de queda no poder de compra de mais de 8,1%. Esse é um dado que eu gostaria que V. Exª confirmasse ou desmentisse.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ministro, tem V. Exª a palavra.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Senador Sérgio Guerra, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer as referências elogiosas de V. Exª. Mas quero considerar que, no meu caso, V. Exª exagera na generosidade e, na avaliação do Governo, talvez V. Exª tenha exagerado na crítica, embora respeite integralmente sua colocação.

O esforço de equilíbrio econômico foi elaborado a partir de uma proposição de política macroeconômica do Ministério da Fazenda, mas seria absolutamente injusto não considerar que as reformas tributária e previdenciária, feitas por muitos agentes políticos, inclusive por V. Exª, tiveram papel decisivo e determinante nesse equilíbrio. Sem as reformas, não teríamos obtido o equilíbrio macroeconômico nesse período. Elas faziam parte de uma agenda de ordenamento do processo de equilíbrio que fora perdido no final de 2002 e que precisava ser recuperado com uma agenda estrutural de curto prazo.

Para muito além das ações do Ministério da Fazenda, os debates e as votações do Congresso Nacional por cada um dos Parlamentares – sejam eles de Situação ou Oposição, do Partido A ou do Partido B – foram fundamentais. Disse, em outras oportunidades, que a política econômica não teria obtido nem metade do sucesso sem esse esforço. Contaram a ação dos nossos Líderes, a ação de cada Membro deste Parlamento, a ação do Presidente Lula e de cada um dos Governadores que entenderam o momento pelo qual o País atravessava e trouxeram esforço para a realização dessas mudanças.

Por isso, tenho insistido nesse aspecto porque ele diz muito respeito ao momento que vivemos hoje. Temos agora uma agenda mais ampla, que necessita do mesmo esforço concentrado. Insisto, sem desvalorizar divergências, na coordenação de uma agenda que dê ao País aquilo que nós devemos preparar para nós e para as futuras gerações para um País melhor.

Sobre o desenvolvimento regional, Senador Sérgio Guerra, poderia me contrapor à sua observação, mas não vou fazê-lo. Prefiro acolher as questões trazidas por V. Exª e fazer com que elas façam parte de uma reflexão nossa, para que melhoremos nossa atuação nesse campo.

Poderia citar um sem número de exemplos de atuação nossa diretamente na área econômica. Por exemplo, para rever as dívidas dos setores mais pobres, dos agricultores do Nordeste, a pedido dos Senadores Renan Calheiros, Aloizio Mercadante e outros, porque essa era uma situação que abatia diretamente a qualidade de vida e a sustentação de famílias de parte importante do semi-árido nordestino. Tomamos isso não como uma reivindicação política, mas como uma urgência a ser tratada pelo Governo para dar a essas pessoas, num período de dificuldade, o mínimo da mão do Estado para auxiliá-los a ultrapassar um período difícil. Ou questões relativas ao ajustamento que estamos fazendo do ICMS, que, a partir da votação já feita no Senado e que está agora na Câmara, trará benefícios importantes para Estados do Nordeste porque melhora a distribuição dos recursos, simplifica a tributação e dá ganhos efetivos àquela região.

Acredito que possamos dar respostas efetivas a cada questão colocada. No caso da Transnordestina – é um exemplo importante citado por V. Exª -, estamos fazendo um esforço, que nem é atribuição nossa. Mas estamos integralmente voltados a ajudar o Ministro Ciro Gomes no trabalho que tem feito, com tanta dedicação, de encontrar uma equação para as obras da ferrovia Transnordestina pela importância que tem para a região. Nem preciso lhe dizer o quanto o Presidente Lula tem atuado e voltado sua atenção para o desenvolvimento regional, em especial para as regiões em dificuldades.

Temos de olhar também, Senador, a dinâmica das regiões. Por exemplo, se olharmos o comportamento dos fundos constitucionais no ano passado, veremos que a dinâmica das regiões está muito diferenciada. No meio do ano passado, qual era a nossa situação?

O Fundo do Desenvolvimento do Centro-Oeste tinha acabado seus recursos. O Fundo do Desenvolvimento do Nordeste teve seus recursos sobrando até a virada do ano. Então, é preciso que nos concentremos em verificar por que isso está acontecendo, como podemos dar mais dinâmica às atividades dos Estados nordestinos, à atividade empresarial, à agricultura, ao turismo, ação essencial de que o Ministro Mares Guia está cuidando com tanta dedicação e competência. Ou seja, explorar no caso de Estados onde as fontes de financiamento estão se mostrando insuficientes não por falta de recursos, mas porque não são estímulo adequado e suficiente ao investimento, e fazer com que os arranjos locais do desenvolvimento de políticas regionais possam se dar com mais vigor.

Em outros casos, é o inverso. No caso do Centro-Oeste, não precisamos fazer nada, a não ser disponibilizar recursos para financiamento porque, em cinco meses, a região consumiu tudo o que tinha de financiamento para a atividade agropecuária. São esforços diferenciados. No caso do Norte, este Congresso aprovou uma extensão da Zona Franca de Manaus, um tema também levantado pelo Senador Arthur Virgílio, em várias oportunidades. Acredito que se chegou a uma equação que favoreceu o processo de desenvolvimento daquela produção industrial, sem comprometer os direitos de outras regiões. É um equilíbrio bastante difícil de se fazer nesse campo.

Não quero contestar as questões de V. Exª, mas acolhê-las e levá-las comigo, para que possamos, numa outra oportunidade, trazer a V. Exª algumas questões talvez mais fortes, porque tomo a sua observação como um estímulo, a fim de que possamos dedicar-nos mais a esse sistema.

Por fim, se me permite, Sr. Presidente, a tributação sobre a renda não é, no Brasil, diferente da carga tributária brasileira. Apesar de esta ser média para alta em comparação a outros países, a carga do imposto de renda não é alta, comparativamente com outros países. O problema do Brasil é que temos uma distribuição de renda muito ruim.

Então, apenas 6% da população economicamente ativa do País paga imposto de renda, e o dobro disso declara o seu imposto de renda (13 a 14% da população). Dezoito milhões de pessoas declaram imposto de renda, e 6,5% da população economicamente ativa pagam imposto de renda. Esse é um dado bastante frágil do ponto de vista do imposto de renda da pessoa física. Comparado com outros países, a arrecadação é muito baixa.

É preciso que se considere esse aspecto também. Muitas vezes, discutimos, no ambiente político – já fui Deputado e estive presente a esse tipo de debate por diversas vezes –, a necessidade de se melhorar a tributação sobre as pessoas. O tema é sempre imposto de renda.

De que pessoas estamos falando? Neste caso, estamos falando de 6,5% da população. Na outra ponta, o Governo tem utilizado esses recursos para fazer transferência de renda já para 3,5 milhões de famílias.

Essa é uma equação importante. Como devemos equilibrar tributação e transferência de renda? Quando o Governo distribui R$5,5 bilhões como transferência de renda para famílias muito pobres, está fazendo o chamado imposto de renda negativo, que precisa ser analisado na política do imposto de renda. Não podemos observar só o que cobramos de imposto de renda, mas o que transferimos também, porque isso tem um significado na renda das pessoas, assim como a tributação.

É nesse sentido que devemos olhar o imposto de renda de pessoa física no Brasil. Trata-se de um debate a se fazer. É uma questão importante, mas estamos dispostos, em outra oportunidade, a falar sobre isso de maneira bastante ampla e objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Ministro Antonio Palocci, gostaria de, modestamente, entrar nesse debate, não para qualificá-lo, mas sobretudo para colocar algumas preocupações.

É óbvio que o Ministro Antonio Palocci ganhou. Foi o grande vitorioso dessa primeira fase do Governo; talvez, de todos os Ministros é quem tenha mais a apresentar do ponto de vista efetivo, concreto, de resultado. O que se fez com relação ao que o Ministro apresentou e defendeu, com bom senso, com racionalidade, com competência, com equilíbrio, foi muito do ponto de vista da economia, dos seus pilares fundamentais e dos resultados obviamente.

Saímos da crise, evitamos a hiperinflação, baixamos o risco País. Tudo já melhorou bastante. É claro que precisamos que melhore mais.

Vivemos um momento conturbado. Temos conversado muito sobre isso, e é importante que o façamos mais. Aliás, o Brasil cobra isso de nós. Não podemos largar alguns desses projetos que são fundamentais, não para o Governo, mas para o Brasil, para a retomada do nível de atividade, para a geração de empregos.

O PMDB está na base de sustentação do Governo, apóia a política econômica do Ministro Palocci e vai continuar apoiando a política econômica do Ministro Palocci. Sabemos que precisamos mais efetivamente retomar o crescimento da economia e que isso não vai se fazer em detrimento dos pilares fundamentais

aos quais S. Exª se referiu aqui. Mas que isso tem que se fazer sim. Quando S. Exª fala em agenda, está muito certo, refere-se a uma espécie de pacto pelo desenvolvimento, que tem que ser necessariamente liderado pelo Ministro Palocci, por tudo que S. Exª fez nesta primeira fase.

É preciso que os Partidos se reúnam, o que não é fácil nessa hora, uma vez que a relação entre eles andou meio incivilizada, os debates foram mais acalorados; a Oposição tem cumprido seu papel, temos que respeitar isso, e cada vez respeitar mais, porque a Oposição também tem muito a contribuir. Mas é fundamental que todos nós pensemos um pouco no Brasil, que possamos fazer a união que o Ministro Palocci defendeu, para que tenhamos, sem dúvida, um crescimento mais efetivo e possamos cuidar dos assuntos que não podem ser abandonados. A reforma tributária que votamos aqui – e o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, foi fundamental nessa reforma, o Relator Romero Jucá também – não pode se perder nos escaninhos da Câmara dos Deputados, nos corredores da Câmara dos Deputados. O País precisa dela.

Discutimos, e o PMDB defendeu, uma das bandeiras que considero fundamental, relativa à redução das alíquotas do produto da cesta básica. Vamos ter agora o reajuste do salário mínimo. Não dá mais para vendermos essa idéia de que vamos resolver os problemas do Brasil pela elevação da receita tributária por meio do aumento da carga tributária. É preciso aumentar o poder de compra dos salários, sobretudo dos menores salários, do salário mínimo, e só vamos fazer isso se elevarmos o consumo, e não há maneira melhor – muitos países do mundo já fizeram isso – do que elevar o consumo pelo aumento do poder de compra do salário. E para que haja aumento do poder de compra do salário é importante que façamos a redução dos produtos da cesta básica. Há estudos que demonstram que podemos ter com isso uma elevação no poder de compra do salário maior do que tivemos no início do Plano Real. Mas essas questões precisam ser cuidadas, discutidas com os setores produtivos, com a sociedade, com os Partidos políticos, alguém tem que operá-las, tomar conta delas, senão elas se perdem no caminho.

É importante que o Ministro Palocci assuma essa condição de condutor pela credibilidade que conseguiu angariar, pelos resultados obtidos por S. Exª e pela necessidade que o País sente. É claro que temos uma política econômica com resultados óbvios, absolutamente defensáveis, mas não podemos perder muito tempo, não podemos aguardar pela macroeconomia. Muito precisa ser feito ainda do ponto de vista da microeconomia para que o Brasil efetivamente ande. V. Exª conta com o PMDB; o PMDB vai ajudá-lo na medida do que for possível; nossa disposição é exatamente de sintonizar nossos ouvidos com o que o País pensa, quer e deseja que o PMDB faça, e trabalhar para que, na prática, efetivamente, isso aconteça.

Há uma outra questão que não deve ser analisada sob o ponto de vista microeconômico. Trata-se de situações que estão na informalidade, já exposta pelo PMDB, em relação às quais, Ministro Palocci, peço um pouquinho de sua atenção no momento em que digo ao Presidente Ramez Tebet que já vou encerrar. Em função do achatamento salarial, em função da necessidade de assinar as carteiras dos empregados domésticos no Brasil, um contingente numeroso, vastíssimo – não acredito que chegaremos a dez milhões de empregos, de novas carteiras assinadas – devemos formalizar a situação dos que vivem em total informalidade e dar um incentivo para que o setor da classe média possa fazer isso.

É claro que vai haver uma perda da receita tributária, mas vai haver também um aumento da receita previdenciária. Como, mais ou menos, para o Governo as coisas se equivalem, a conta na verdade é uma só, isso sem dúvida possibilitaria a retomada do investimento, ajudaria para que chegássemos a esse círculo virtuoso de investimento, de geração de emprego, de aumento da produção, de crescimento da economia. Enfim, achamos que temos que nos sentar mesmo, esse almoço de hoje – não sei se vai dar tempo, ainda, para que ele aconteça – é uma oportunidade para que, efetivamente, possamos começar a discutir uma agenda para o Brasil. Que essa agenda seja a base desse pacto pelo desenvolvimento do qual todos os Partidos participarão.

O PMDB participa com muita satisfação e acredita que nenhum Partido dará as costas ao Brasil, à política econômica ou deixará de dar a resposta que a sociedade cobra exatamente neste momento.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Muito obrigado, Senador Renan Calheiros. Se V. Exª me permitir, revelarei um fato que ocorreu aqui no ano passado, quando estávamos quase prontos para votar a reforma tributária no Senado. V. Exª se referiu a um assunto e, se me permitir, relembrarei esse fato. Quando um assessor meu informou-me que o Senador Renan Calheiros estava criando alguma dificuldade no processo, fiquei muito preocupado, porque sabia que sua Liderança e seu Partido estavam dispostos a ajudar na reforma tributária, tínhamos poucos dias. Reuni-me com V. Exª e fiquei sabendo que a dificuldade era porque V. Exª queria a regulamentação da redução da alíquota de cestas básicas. Eu queria que sempre fossem criadas dificuldades desse tipo, para que pudéssemos fazer

as medidas de que o Brasil precisa. Naquela oportunidade, construímos isso e aprovamos. Concordo com V. Exª, não podemos descuidar dessas pautas, porque, se nossa pauta de mudanças tributárias ficar pela metade, certamente não cumprirá todos os seus objetivos. V. Exª lembrou muito bem algumas questões importantes. Há uma questão que pode ser um incentivo importante do Governo para a retomada do consumo de bens não duráveis. O último elo da cadeia do processo de crescimento econômico é o mais difícil. Os bens de consumo duráveis reagem imediatamente com a queda dos juros, o crédito aumenta, há bens de consumo duráveis, as empresas começam a comprar os bens de capital, que passam a subir, os bens intermediários crescem e fica lá embaixo o consumo de não-duráveis, que é o problema da renda, que só vem depois desse primeiro movimento. Não vamos construir isso fora do processo econômico, mas, se pudéssemos incentivar esse processo, tirando parcialmente os tributos do consumo popular ou atribuindo-lhe uma carga tributária menor do que a incidente hoje, sem dúvida nenhuma seria uma medida que aceleraria o processo de maneira efetiva.

No ano passado, eu tinha esperança de que pudéssemos já estar com algumas questões regulamentadas. Infelizmente, ainda não conseguimos, mas não há nenhuma indisposição. Nesta semana, falei com o Relator, na Câmara, Deputado Virgílio Guimarães. E S. Exª me informou que está praticamente pronto o relatório para votar, em segundo momento, a emenda final da reforma tributária. Imediatamente, deveremos regulamentar pontos como esse, que V. Exª cita e que foi o grande problema que V. Exª criou no passado. Espero que todo ano V. Exª crie um problema como esse para a Equipe Econômica.

Senador, em relação ao ordenamento do processo de agenda, à construção de um pacto pelo crescimento, não tenho características pessoais ou condições políticas para mais do que auxiliar isso. Penso que devemos, sim, dialogar com o Presidente Lula e todos os Partidos políticos no sentido de criar condições para que uma situação como essa se coloque como a retomada do ambiente criado nas reformas. Ali está a chave das mudanças de que o País precisa. Não porque o Governo foi extremamente competente ou porque a Oposição não reagiu. Não é essa a questão. A questão é que o Brasil só se move de maneira efetiva, com agilidade e construção estrutural quando se une em torno de objetivos estratégicos comuns.

Portanto, o estabelecimento de agendas e pactos é fundamental para que possamos fazer nossa agenda evoluir neste ano. E insisto, falarei pela terceira vez aqui, nossa agenda deste ano é muito complexa, não é facilmente identificável, é de difícil comunicação. Às vezes, dou a mesma entrevista para quatro jornais diferentes e cada um publica uma coisa diferente em relação a essa agenda microeconômica. É normal, pois o assunto realmente é áspero, não se limita aos três pontos que moveram um ajuste, que são facilmente compreendidos. O assunto é difícil, complexo, cheio de detalhes e exige um esforço maior do ponto de vista de construção em relação ao ano passado.

Se V. Exª me permitir utilizar sua idéia de estabelecimento de construção de pactos, que possamos levar ao Presidente Lula uma mensagem nesse sentido, ou seja: vamos ordenar nossa pauta este ano, vamos ultrapassar as nossas dificuldades; se o ajuste econômico está correto, vamos melhorá-lo, extrair dele mais potencial para crescimento no plano regional, no plano dos arranjos positivos locais, no plano da nossa agricultura e das mudanças tributárias de que o País necessita.

Por fim, Senador, eu queria fazer uma ponderação sobre a questão do emprego doméstico. Foi-nos levada, no ano passado, pelo Ministério do Trabalho, uma proposição parecida com essa, ou seja, que deveríamos incentivar a formação do emprego doméstico pelo desconto no pagamento do Imposto de Renda. Concordo com a primeira parte, acho dificuldades na segunda por uma razão muito simples: se pudermos incentivar mecanismos de formalização do trabalho, com base no modelo do emprego doméstico, isso será muito bom. Agora, dependendo de como fazemos a compensação, corremos o risco de concentrar renda. Numa medida de muito boa-fé, acabamos correndo o risco de fazer um processo que concentre renda. Não digo que a idéia não seja positiva, mas ela tem que ser feita sob determinados formatos, porque sob outros formatos ela pode ser concentradora de renda.

Hoje, estamos estudando – o Ministério da Fazenda, o Ministério do Trabalho e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – uma regulamentação para o empreendedor. Isso quer dizer que, além da microempresa, da pequena empresa, queremos criar sistemas de regulamentação, muito simplificados, para a pessoa que desenvolve uma atividade empresarial e que, eventualmente, tenha um ou dois empregados. Nas nossas cidades, há milhares de pessoas movimentando as nossas economias dessa maneira. Se não me engano, 80% dos trabalhadores com até quatro anos de escolaridade estão nesse ambiente desregulamentado, não formalizado, sem carteira assinada, sem pagar INSS.

Talvez se pegássemos essa idéia do emprego doméstico e criássemos uma figura que, no aspecto trabalhista, no aspecto tributário, pudesse dar uma for-

malização dessa magnitude para esse pequeno negócio, esse empreendedor, nós faríamos provavelmente uma formalização de alguns milhões de pessoas que podem contribuir com a melhoria, nesse caso, do INSS, da formalização do trabalho etc., porque a experiência mostra que o trabalho formalizado ganha muito mais em produtividade.

Estamos ajustando esse modelo. A nossa idéia é que seja um conceito abaixo da microempresa, um conceito de empresa/cidadão. O custo junto à Receita Federal – o Rachid já concordou com isso, não é? – é o custo zero; essa empresa/cidadão tem imposto igual a zero. De forma que o que nós queremos é estimular as pessoas a formalizar o seu trabalho e criar uma vinculação com a Previdência – isso é o essencial. Não podemos desvincular as pessoas da Previdência, ou então não estaremos construindo uma relação adequada do ponto de vista da formalidade. Mas não há nesse campo nenhum objetivo tributário. Queremos que os Municípios, que os Estados estimulem esse tipo de atividade, de maneira a incentivar o arranjo local, e o Governo Federal disponibilize recursos para financiamento de microcrédito e, com isso, ter resultados bastante importantes.

Insisto nesse ponto, Senador, e aproveito que V. Exª se referiu a isso, porque, muitas vezes, o setor econômico não olha os pequenos arranjos locais. Num país como o Brasil, a minha modesta interpretação é que aí está um dos setores que pode fazer uma verdadeira transformação no nosso ambiente de crescimento, no nosso ambiente de desenvolvimento econômico e, principalmente, no desenvolvimento regional, a partir da vocação, da qualidade profissional dos nossos trabalhadores, da criatividade do povo brasileiro e dos incentivos que o País, na suas características climáticas e de produtividade, pode dar às iniciativas de grupo ou individuais como essa.

Está à disposição de V. Exª isso tudo que estamos fazendo. Se V. Exª quiser participar dele, inclusive, está convidado. Espero que a sua proposição, do ponto de vista político, geral, seja um sucesso, porque o Brasil precisa disso mais que o meu Partido, mais que o seu Partido. O nosso País precisa dessa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF) – Concedo a palavra à penúltima inscrita, Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, em primeiro lugar, agradeço ao Presidente em exercício por me ceder o seu espaço para que eu pudesse fazer a minha pergunta.

Cumprimento o Senador Ramez Tebet porque, embora eu não seja membro desta Comissão, me favorece com essa inscrição.

Ministro, em primeiro lugar, cumprimento V. Exª pela exposição, pela sua forma serena e competente como aborda os problemas que afligem esta Nação. V. Exª falou, com muito entusiasmo, sobre os programas de transferência de renda, dizendo do aumento substantivo de ano para ano, durante o Governo Lula, desses recursos. Temos aqui uma tabela da SOF que aponta resultados diferentes. No ano de 2002 – a preços de 2003 –, o gasto com os programas de transferências de renda foi 3 milhões, 863; no ano de 2003, o mesmo gasto de transferências de renda seria 3 milhões, 806. Trata-se, portanto, de um decréscimo em relação ao ano anterior. Esses dados servem para reforçar a fala do Senador Agripino Maia.

Sentimos nas ruas que o ajuste do ano passado foi extremamente forte, refletindo principalmente na população de baixa renda. Os programas de transferência de renda passam, então, a ter importância substantiva nesse momento. No entanto, não vemos o acréscimo; pelo contrário, vemos um pequeno decréscimo, e não há uma expansão desses programas. Então, percebemos, por exemplo, em relação ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e outros, que há uma grita geral no País.

Ao mesmo tempo, gostaria de alertar V. Exª que existem – V. Exª deve sabê-lo – cerca de mil e trezentas prefeituras que têm um endividamento com o INSS. Procurei o Ministro Berzoini para que pudéssemos renegociar essas dívidas com as prefeituras, permitindo que os programas cheguem às prefeituras mais pobres. No entanto, isso não teve resultado. Segundo a informação que tive do Ministério, é preciso o aval do Ministério da Fazenda.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Mas essas prefeituras não estão recebendo as transferências voluntárias?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Não, elas não estão recebendo nem o recurso do PETI, nem o recurso do Sentinela em função da CND.

A segunda pergunta diz respeito à questão do investimento externo. O Senador Paulo Octávio e eu apresentamos uma carta-consulta ao Ministro Ciro Gomes no sentido de conseguir um empréstimo para a região do entorno do Distrito Federal. Se não estou equivocada, V. Exª, ao se referir a esses investimentos, disse que seria possível, desde que fossem gastos qualificados, isto é, gastos que tivessem retorno. Na questão do entorno, não há retorno, mesmo porque, se houve, a iniciativa privada se habilitaria a tal. No entanto, precisamos desse investimento externo, porque os recursos do Orçamento não são suficientes para atender à grande demanda daquela região.

Por fim, Ministro, gostaria de cumprimentá-lo pelo otimismo e pela segurança que V. Exª transmite ao falar. Enfim, V. Exª demonstra o comando da situação. Esse pessimismo foi construído durante este mês. Gostaria de relatar o histórico para, posteriormente, fazer algumas perguntas. Primeiro: o Vice-Presidente da República e ex-Senador José de Alencar vem condenando freqüentemente – inclusive o fez ontem – a condução da política econômica, particularmente no que se refere à taxa de juros. Segundo: o próprio Presidente do PL, Partido que integra a Base do Governo, Deputado Valdemar Costa Neto, condenou de forma muito dura a política econômica, inclusive com severas críticas a V. Exª. A Executiva Nacional do PMDB, por meio de nota recente, pediu mudanças no rumo da economia. Quarto, O PP foi na mesma linha do PMDB, com declarações na mídia.

Por fim, quero dizer que o PT, Partido de V. Exª, também emitiu nota condenando a condução da política econômica.

Por último, ao fazer a defesa da condução da política econômica da tribuna do Senado, o Senador Tasso Jereissati foi vítima de fortes agressões por parte do Ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Diante desses fatos que construíram ao longo do tempo o pessimismo que contaminou o povo brasileiro – contaminação que, diga-se de passagem, é muito desagradável. Como V. Exª apontou – e eu comentava com o Senador Tasso Jereissati – o ano passado foi duro, e este ano esperávamos que começássemos o ano com mais otimismo, como V. Exª disse.

Então, eu pergunto: o que está errado?

A condução da política econômica? E sobre ela V. Exª colocou muito bem o seu ponto de vista. Ou estão errados os Partidos que integram a base do Governo, inclusive o PT?

Segundo: há um movimento político atrás de tudo isso, no sentido de desestabilizar a figura de V. Exª?

Terceiro: gostaria de saber a opinião de V. Exª sobre as críticas provenientes, principalmente, dos Partidos que integram a base do Governo, diferentemente do que foi dito aqui pelo Líder do Governo, de que setores da Oposição estariam favorecendo a desestabilização. Eu gostaria de saber a opinião de V. Exª sobre isso e a respeito do discurso do Senador Tasso Jereissati, que foi entendido como um pronunciamento que visava a desestabilizar, segundo a palavra de alguns que contestam essa posição da situação de colaborar, de pesquisar e de oferecer alternativas.

Eram essas as minhas perguntas.

Gostaria mais uma vez de evidenciar a confiança que tenho em V. Exª, eu particularmente por ter sido colega de V. Exª na Câmara e testemunha do seu trabalho junto aos demais Parlamentares na conquista de um projeto de reforma tributária tão importante para este País.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Muito obrigado Senadora Lúcia Vânia.

Em primeiro lugar sobre as questões relativas ao programa de renda, eu quero verificar esses números e lhe dar informações objetivas. As contas que temos em relação à evolução dos programas de transferência são aquelas que apresentei aqui. Mas, se V. Exª tiver razão, vamos dizer que, se o investimento em 2002 foi maior, melhor para o País. Se em 2003 foi menor, é uma preocupação – vamos observar isso. Mas o dado concreto do Orçamento é de que trabalhamos em programas de transferências de renda em 2003, não com 3.800 bilhões, mas com 4.300 bilhões. Estamos empenhados em fazer com que esse número melhore este ano.

Concordo com V. Exª no sentido de que o ajuste forte precisa produzir efeitos positivos para que a renda se recupere. Mas, como demonstramos ali, não é o ajuste que produz perda de renda; é a crise que produz perda de renda. É na crise que as taxas de juros de mercado sobem e essas taxas bloqueiam o processo econômico. Assim, a política de ajuste vem no sentido de acompanhar esse movimento e trazê-lo para baixo. É um mecanismo clássico de ajuste que fazemos. Na verdade, em todos os momentos que o nosso País perde o equilíbrio econômico, o próprio mercado faz com que as taxas se elevem e esse movimento provoca o aumento da inflação e a perda de renda das pessoas. O ajuste é feito justamente para reverter o processo, que foi causado pela crise e não pelo ajuste. O ajuste vem para fazer o movimento contrário. Não digo que é o nosso ajuste, não. Qualquer ajuste é feito neste sentido: de fazer o movimento contrário para restabelecer o controle inflacionário e começar a devolver a renda que o processo inflacionário toma das pessoas, restabelecer o equilíbrio e permitir o crescimento que faz com que, no longo prazo, o País se restabeleça, se equilibre crescendo, que a renda cresça e que as pessoas tenham acesso ao consumo.

Não faço nenhuma crítica à ponderação de V. Exª, porque ela é muito comum no nosso debate. Muitas vezes as pessoas atribuem a perda de renda ao processo de correção da crise. O que gera perda de renda são as crises, quaisquer que sejam elas, no nosso País ou em outros, neste ou em outros momentos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Eu falaria dos programas emergenciais.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Correto. Queria ressaltar esse aspecto, que não é pouco freqüente no debate econômico. O ajuste é feito para

devolver à sociedade aquilo que a crise fez com que ela perdesse. Trata-se de um ajuste duro, que, muitas vezes, de fato, compromete programas sociais, mas penso que o restabelecimento que está sendo feito nos programas de transferência, Senadora, vão no sentido indicado por V. Exª. Aliás, V. Exª conhece o assunto. Então, acolho suas palavras como uma proposição e não como uma crítica.

Penso que a remodelação, a concentração e a integração dos programas têm sido feitas não apenas no sentido de fazer crescerem os recursos disponíveis, mas também de favorecer o gasto na ponta, reduzindo os gastos de ordenamento do sistema. Em termos de gastos bancários, de gastos de procedimento administrativo, eles têm sido muito reduzidos em favor dos investimentos na ponta. V. Exª, que trabalhou muitos anos com isso, sabe os benefícios de uma política assim.

Quanto à questão das prefeituras, prometo verificar, pois não tinha conhecimento da questão. Analisarei com toda a dedicação, pois considero a questão importante.

V. Exª citou exemplos de investimentos no entorno do Distrito Federal e uma eventual resposta do Ministério da Fazenda. Temos vários espaços de investimento no Orçamento e nos mecanismos que criamos. Não é fato que um investimento fiscalmente não sustentável não possa ser feito. Existem espaços criados no Orçamento para um investimento a fundo perdido e espaços para investimento com capacidade de retorno grande, assim como existem espaços criados para modelos específicos. Então, um programa de saneamento, por exemplo – parece-me que investimentos em saneamento ou infra-estrutura foram citados por V. Exª –, no entorno do Distrito Federal tem espaços orçamentários muito adequados para serem realizados atualmente. Não há nenhum impeditivo, por parte do Ministério da Fazenda, a que investimentos dessa natureza sejam feitos. Pelo contrário. Os principais investimentos que devemos fazer este ano são em saneamento e habitação, que trazem ganho social para as pessoas e ganhos em termos de atividade econômica e nível de empregos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – E investimento externo?

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Quanto ao investimento externo, no ano passado, pouco foi feito, é verdade, em geral. Na verdade, estávamos controlando de maneira dura o nosso endividamento. Este ano, há uma série de projetos em restabelecimento, vários deles externos, e há espaço para que possam ser reordenados e realizados. Posteriormente, poderei conversar sobre essa proposição a fim de tratá-la da melhor maneira possível.

Quanto à questão política, Senadora, não sei dar respostas a essa questão. Não sei se as minhas respostas são adequadas. Não penso que haja, por parte de todos esses partidos, ou das opiniões que algumas Lideranças emitiram, vontade de desestabilizar o Ministro da Fazenda, mesmo porque o Ministro da Fazenda não é tão forte assim. Não precisaria tanta força para que ele fosse questionado. Sou apenas um assessor do Presidente da República, disponível em tempo integral, desde que Sua Excelência considere que eu estou contribuindo com o seu Governo.

Se V. Exª me permite, não gostaria, não de fugir à sua pergunta, mas de procurar identificar se, dentro da base aliada ou na Oposição, existem opiniões e proposições que sejam de má-fé, negativas ou que possam ter aspectos irresponsáveis, não gostaria de fazer iso. Nem em relação aos partidos da base aliada, nem de oposição. Prefiro acreditar que são maneiras de expressar um embate político, que faz parte da natureza do desenvolvimento do nosso País. Ocorreram algumas questões polêmicas no início do ano, o arranjo dos partidos na composição da base do Governo e das bases da Oposição, e, nesse período, coisas assim acontecem. Atribuem, às vezes, a determinada crise os problemas do País. Outra hora, atribuem às dificuldades do plano econômico. Em vez de procurarmos quem foi mais responsável ou menos responsável, prefiro considerar, porque assim penso, que todas as lideranças deste País e aqui desta Casa são responsáveis, porque já mostraram, num momento ou em outro, alta capacidade de realização pelo nosso País e, mais do que isso, compromisso público. Não vejo liderança neste Congresso que não tenha, ao longo da sua vida, mostrado compromisso, ou na sua gestão junto a um governo de Estado – existem vários ex-Governadores neste Senado –, ou junto a atribuições do Governo Federal, como V. Exª e tantos outros prestaram serviços essenciais ao País e à população mais pobre.

Então, prefiro, se V. Exª me permitir, não deixar de responder sua pergunta, mas deixar de fazer o exercício que V. Exª propõe e procurar fazer aqui o exercício inverso, aquele exercício que busca nos partidos aliados e na Oposição aquilo que há de melhor em cada um de nós, porque o nosso País cobra resultados e o mundo, hoje, é muito competitivo. O mundo de hoje não espera países que marcam passo na sua evolução, que perdem tempo naquilo que é agenda necessária do ponto de vista do seu desenvolvimento.

Eu, como oposição que fui muitas vezes na minha vida, acredito que contribuí para governos a que fiz

oposição, e sempre acreditei, quando fui governo, que a oposição contribuía para mostrar rumos e equívocos.

M relação aos eventuais acirramentos do último período no debate, vamos atribuí-los às dificuldades de termos, todos nós, construído um ambiente propício para o entendimento. Nesse ponto, insiro a abordagem do Senador Tasso Jereissati. Não poderia ser falso aqui de dizer que S. Exª não foi generoso comigo, mesmo porque telefonei para o Senador e falei isso diretamente a S. Exª, e falo aqui, de novo: na verdade, as pessoas que têm demonstrado, mesmo sendo de oposição, confiança, credibilidade naquilo que o País precisa fazer – não em relação a minha pessoa, mas em relação ao Presidente Lula, ao Governo, ao País –, devem ser valorizadas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Por outro lado, as críticas que, às vezes, vêm de partido da base aliada, vamos tratá-las do ponto de vista de boa fé, do ponto de vista de vontade de fazer melhor, porque creio que nós, como agentes públicos, devemos ao País um esforço superior àquele que realizamos até agora, e tenho certeza de que somos capazes de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Senador Paulo Octávio e, como último orador inscrito, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Ramez Tebet, quero cumprimentá-lo porque esta, pelo que sei, é a audiência mais longa nesta Comissão de Assuntos Econômicos e, depois de seis horas e dez minutos, V. Exª, com muita competência, dirige esta reunião, atendendo a todos os Senadores.

Ministro Antonio Palocci, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero dizer que foi uma agradável surpresa tê-lo conhecido no debate do Fórum de Líderes da **Gazeta Mercantil**, ainda antes de iniciar a sua gestão à frente do Ministério da Economia.

Quero aqui compartilhar algumas preocupações do Líder do meu Partido, Senador José Agripino, no que se refere a tributos. Tenho sentido no Brasil uma preocupação muito grande com o desemprego. O desemprego existe porque muitos potenciais empreendedores ou empresários estão desistindo de ser empresários porque têm medo da carga tributária. A carga tributária está assustando e, a cada mês, temos notícia de aumento dessa carga. Recentemente, há duas semanas, o Ministro da Previdência chegou a anunciar que aumentaria a contribuição da previdência.

Não sei se dentro do Ministério da Economia há algum estudo sendo feito para aumentar a carga tributária, mas acho que hoje seria o momento oportuno para V. Exª dar uma declaração à Nação brasileira de que o Governo não pretende, em hipótese nenhuma, elevar qualquer item da carga tributária daqui para o futuro, daqui até o fim do Governo.

Até porque estamos acompanhando – e Brasília é um exemplo típico – o setor de serviços. Por exemplo, o aumento da Cofins, para uma cidade como Brasília, uma cidade prestadora de serviços, foi mortal. Quando se aumentou a Cofins de 3 para 7.6, muitas pequenas empresas fecharam suas portas, porque a margem de lucro delas era justamente essa diferença do 3 para 7.6, e elas não tinham como achar um desconto para a Cofins, são prestadoras de serviço. Então, isso atinge diretamente a nossa cidade.

No que se refere a aumento de tributos, isso acontece porque 55% da população não paga. Há um índice muito alto de pessoas fora da tributação. Por isso mesmo, recentemente, realizamos um debate com o Dr. Rachid, eu e o Senador Jefferson Péres, para discutir uma proposta que tramita aqui nesta Casa há muito tempo – que V. Exª conhece muito bem, que começou pelo Deputado Flávio Rocha, depois passou para o Marcos Cintra –, quanto ao imposto do cidadão, o imposto único. No meu entendimento, essa proposta sempre foi boa para o País, mas falta coragem para tocar para frente, para discutir em maior profundidade.

Vejo o sucesso da CPMF e entendo que a simplificação dos tributos, o que não conseguimos no Brasil ainda, é o caminho para termos 100% pagando imposto. O dia em que esses 100% pagarem imposto, certamente haverá metade da carga tributária hoje existente. Esse é o caminho.

Como lembrou o Líder do nosso Partido, surge a preocupação com a desobediência legal, porque, se a carga tributária passar a ser impagável, muitas empresas vão preferir pagar os seus funcionários do que pagar os tributos. É a sobrevivência. E essa é a preocupação que nós, que visitamos associações comerciais, pequenos empresários, sentimos, pois os empresários estão realmente no limite.

Então, seria bom sinalizar para a Nação que aumento de carga tributária não existe mais no País. Creio que esse sinal está faltando.

O segundo ponto seria o setor de construção. O Senador Fernando Bezerra saiu, mas seria interessante discutirmos esse assunto.

Quero cumprimentá-lo, porque a Resolução nº 3.177 do Conselho Monetário Nacional e o PL 3065, encaminhados aqui para o Congresso, são muito bons. Mas tenho notado sempre a forma tímida com que é dado o apoio à construção.

A construção decresceu 10% o ano passado. E decresceu por quê? Decresceu porque o setor de habitação, por exemplo, que é muito forte, não tem nenhum estímulo. Para V. Exª ter uma idéia – falei para

o Presidente do Banco Central, que esteve aqui na semana passada –, temos 135 bilhões em poupança. Existia há muito tempo o Plano Empresário, que emprestava dinheiro para o empresário financiar a sua construção. Esse plano acabou, e com isso o investimento em construção. Hoje os bancos privados não investem na construção.

Desafiei aqui o Presidente do Banco Central a ir a Goiás ou a Brasília e descobrir uma única placa de empreendimento financiado por banco privado ou público com recurso da poupança. Ninguém sabe onde está esse dinheiro. São 135 bilhões que o País não vê, que não estão gerando empregos. Esse dinheiro poderia estar alimentando a economia do País, e não está, está parado. É o que digo sempre: falta fiscalização.

Creio que essa resolução do Banco Central ajuda, porque os bancos sempre alegam que há crédito no FCVS. O que não é verdade, porque esse crédito tem dez anos. Também essa história precisa ser esclarecida.

Por isso, Ministro, vejo com alegria o desprendimento de V. Exª, estando conosco por mais de seis horas. Também temos que começar a discutir essas preocupações de forma mais pontual, mais efetiva. Não dá mais para discutir carga tributária. Precisamos diminuí-la, inclusive para o setor de construção. O setor de construção, que decresceu 10%, foi atingido. V. Exª sabe que, para o setor de construção, a Confis piorou, são mais 2%. Não digo que foi 4,6%, mas, a média de aumento foi de 2%, estudo apresentado pela Câmara Brasileira da Construção Civil.

Então, num momento como este, quando queremos gerar emprego, o grande desafio do País, é incentivar aqueles jovens que podem vir a ser os empreendedores do futuro e podem resolver essa grande questão nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Serei objetivo, porque tenho concordância com muitas questões apresentadas pelo Senador Paulo Octávio. Apenas farei algumas referências.

Sobre a questão da carga tributária, não podemos dizer que nenhum imposto terá mudança de alíquota, porque, eventualmente, Senador, para fazer ajustes, interessa a todos fazer ajustes que podem significar aumento, em algum caso, e redução, em outro. Por exemplo, o ICMS, que queremos unificar. Ao unificá-lo, teremos um grande ganho para as empresas e para os governos. Como isso será possível? Hoje, temos 27 leis, 27 normas e 44 alíquotas de ICMS. Ao simplificar esse sistema, podemos, sim, ter o objetivo de alargar a base de tributação, e muitos setores que não pagam adequadamente passarão a pagar. Os setores que gastam fortunas com planejamento tributário verão que é mais fácil pagar o próprio imposto do que gastar tanto nesse aspecto do planejamento. Com isso, teremos redução de carga e melhoria da arrecadação.

Para estabelecermos uma alíquota única do ICMS em todo o País, ela diminuirá num Estado e aumentará em outro. Por isso, devemos ter, sim, um compromisso com a carga, no sentido de ela não ser aumentada ao longo do tempo, mas é preciso modificar muitos impostos, para que cheguemos a um modelo simplificado, como V. Exª defende, que possa atingir os setores que não pagam e desonerar os setores que pagam muito.

Se olharmos, Senador, o que aconteceu no último período – e aqui não vai nenhuma avaliação crítica às necessidades desse financiamento, mas principalmente às dificuldades que o País teve e como a carga evoluiu –, na verdade, fez-se carga sobre carga de quem já pagava, e cada vez menos setores pagavam, porque a carga se tornava difícil. Então, precisamos desfazer esse movimento. Algumas lideranças me cobravam, no ano passado, que desfizéssemos esse movimento em um ano. Isso não é possível. Temos que fazer com todo o trabalho de ordenamento dos impostos.

Por exemplo, na construção civil, acho que ainda não ajustamos toda a questão da Cofins, mas no patrimônio da afetação, que é uma parcela enorme da construção civil, acredito que fizemos uma boa redução da carga tributária, pois quatro impostos estão sendo cobrados com alíquota de 7%. Concordo com V. Exª que não resolve todo o problema, mas dá uma primeira solução para uma parcela importantíssima da construção civil e do mercado imobiliário.

O Ministro Amir Lando está fazendo um esforço para resolver um problema que está colocado diante dele. Nós vamos, com o Ministério da Fazenda e nossa equipe, ser solidários para encontrar um caminho para resolver uma equação difícil. Quando temos uma despesa inesperada, temos que buscar uma receita ou cortar um gasto ou alongar essa despesa de forma a que, paulatinamente, possamos responder por ela. Não vou, aqui, criticar o Senador Amir Lando, Ministro da Previdência, mas procurar ajudá-lo a encontrar um caminho para que possamos equilibrar uma dívida que não estava contabilizada; certamente vamos encontrar espaço para fazer isso junto com o Ministro da melhor maneira possível.

Não quero, aqui, fazer um debate teórico sobre a questão dos tributos, sobre a questão do imposto único. Esse debate exigiria talvez mais seis horas de debate. Mas registro suas colocações como contribuições para o trabalho que faremos nos próximos meses.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como último orador inscrito, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Ministro Palocci, volto um pouco àquele assunto de ainda há pouco e continuo não vendo razão para mexer no coração da meta, até porque há folga e até porque, se já temos uma perspectiva de 6% ao ano – essa é a projeção para daqui a doze meses –, não vejo por que abrirmos a perspectiva de termos, ano que vem, mais do que isso, eventualmente. Portanto, parece-me também e ainda que, ao contrário do que foi aqui dito, com uma menor inflação, a tendência é pela exigência, evidentemente, de uma Selic mais baixa, até para não termos juros reais absurdamente altos, elevados. É uma discussão que vamos travar. Creio que esta é uma discussão, como costuma dizer o Líder Mercadante, uma discussão qualificada que, na verdade, expõe as visões de Brasil dentro de um mesmo interesse.

Mas, Sr. Ministro, eu estava dizendo aos companheiros que considero V. Exª, além de um bom Ministro, um grande vendedor. Se, jovem, fosse trabalhar no McDonald's, seria aquele vendedor do mês, aquele que vende bem mesmo. Digo isso porque, na verdade, é bom ser bom, não é? O pessoal é malicioso. O Professor Marcos Lisboa está gostando, está rindo, mas rindo comigo e com V.Exª. Mas tenho algumas críticas. V. Exª acertou no atacado, acertou no diagnóstico e no remédio e errou na dosagem e na intensidade. Insisto em que o ponto alto do Governo é o que V. Exª faz. Insisto em que o Governo tem sido falho e fraco no microeconômico, tem sido inerte na administração. O Governo tem sido, a meu ver, afugentador de capitais quando encarna um certo terceiro-mundista **arriéré**, meio **démodé.** Por outro lado, não quero culpar V. Exª pelo 0,2%, porque era preciso uma conjunção de mais fatores para termos tido aquilo que o seu Governo esperava no começo, que era dois-ponto-alguma-coisa por cento positivos de crescimento.

Mas vejo uma parcela de culpa da equipe econômica. Eu englobaria o Copom como um todo, o Presidente Meirelles e V. Exª. A equipe econômica começou a baixar os juros depois, algumas semanas, alguns meses, e menos do que poderia. Aí temos uma certa perda para a qualidade do seu ajuste fiscal. Por exemplo – tenho dados aqui –, em 2003, a proporção das despesas totais relativamente ao PIB, a proporção do PIB foi de 28%; em 2002, 25,2%. Ou seja, mesmo num ano difícil como aquele, ainda perdemos nessa brincadeira R$46 bilhões. Em 2004, estamos vivendo o que me pareceu uma certa comédia de equívocos do Copom. Viram uma inflação que, francamente, eu, com a minha cegueira, não estava enxergando, mas que muitos analistas de efetiva qualidade também não enxergaram. Depois, uma ata ficou justificando a outra, e a ata é que baixou os juros? Lendo, eu dizia: "então não vai baixar agora". Se se vai manter alguma coerência, não tinha por que baixar o tal 0,25%. Eu achava que dava para ter baixado até 1% ou 1,5% antes, mas a coerência da leitura daquelas atas dizia que não era para baixar mais nada. Pareceu-me, então, que foi um ato político. Parece-me que foi mais ou menos assim: vamos dar uma sinalização, porque a coisa está muito preta em função de toda essa crise de denúncias, dessa crise ética que se está vendo por aí.

Estou vendo essa confusão e registro que o ajuste fiscal perdeu. Na verdade, o ajuste fiscal, para mim, é o resultado de tudo aquilo que apuramos no final, incluindo os juros. Ou seja, daria, sem mexer na sua política – não pretendo mexer na sua política –, para termos pago menos de juros e, portanto, termos tido um ajuste fiscal melhor. Perdemos R$46 bilhões, e teríamos tido um ajuste fiscal melhor que o de 2002. É para a frente que queremos andar, enfim.

Tenho aqui uma pergunta, voltando para aquele capitulo da herança maldita. O seu Partido saiu com aquela Adin contra a LRF. A Adin foi julgada preliminarmente, mas o principal ainda não. Quero saber o que o Governo está fazendo para derrotar no Supremo a Adin do PT.

Segundo, gostaria de trazer para V. Exª a lembrança da belíssima reunião – V. Exª sempre abrilhanta as reuniões da CAE – do dia 09/10/03. V. Exª defendeu que a carga tributária seria relativamente menor que em 2002. O IBGE constatou o PIB a menor. O meu Partido, com muito boa vontade – veja como o meu Partido é melhor que o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário –, calculou, para 2002, 35,6%; e, para 2003, depois de receber todos os dados oficiais, 35,5%. O Partido não fez nenhum mistério. Pegou toda a arrecadação federal e dividiu pelo PIB anunciado e chegou a esse número.

O SR.MINISTRO (Antonio Palocci) – Quais são os dois números, por favor?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O que o Partido fez? Ele fez o que imagino que todos fazem: pegou a arrecadação tributária como um todo e dividiu pelo PIB anunciado, pelo PIB que foi consolidado ao final. Em 2002, o número foi 35,6%, empatado tecnicamente com 2003, que foi 35,5%.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Na escola, aprendi que 36,6% é maior que 36,5%.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, 35,6%. É, mas boca de urna liquida com isso. Nós, que somos candidatos, sabemos disso.

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário divulgou que, em 2003, a carga tributária foi 35,9%. Ou seja, o número continua no empate técnico, a boca de urna continua resolvendo, mas ele foi mais drástico que o PSDB, que, como V. Exª sabe, Ministro, tem muita boa vontade com o Governo. Então, em 2004, prevê o IBPT que a coisa poderá ser pior já com o que está consolidado aí, com a Cofins, PIS, ISS, CSLL, a não mexer no Imposto de Renda, que hoje já se poderia projetar, com os dados postos aí, alguma coisa tipo 36,2%, levando em conta os dados do Orçamento. Ou seja, preocupo-me muito porque acho justo depositar muita fé e muita crença no ajuste fiscal, eu não mexeria nisso de jeito algum, mas é fundamental manter a credibilidade, porque é um dos setores do Governo que tem merecido essa categoria para nós.

Outra pergunta bem objetiva: tem havido atraso nos pagamentos à rede hospitalar e ambulatorial do SUS. Temos recebido queixas. Eles vinham sendo pagos em dia desde 1995 a 2002. E queria lembrar ao excelente prefeito que Ribeirão Preto mandou para Brasília, como seria de indignar o prefeito, na verdade, essa coisa do atraso em algo tão essencial, tão fundamental para a qualidade de vida do brasileiro.

Outra pergunta, e mais uma observação: essa mexida, para mim, foi muito pouco convincente, essa última, de 0,25. Fez-se uma coisa terrível: baixou-se 0,25% na Selic, e o juro real aumentou, se projetamos a inflação, como gosto de fazer, para a frente. Esse é o método que entendo como o melhor. Estamos com algo mais que dez pontos de taxa de juros real. Ou seja, baixou-se a Selic e aumentou-se a taxa real de juros, o que reforça a minha idéia de que foi cosmético, foi político, foi por pressão das outras crises em volta, escândalo Waldomiro, essas coisas todas, enfim. Então, eu lhe pediria uma avaliação desse quadro todo. A sua opinião para mim é muito importante.

Quero dizer que eu o vejo bem-disposto. É verdade, está bem-disposto, está magro, como nos bons tempos em que V. Exª propunha o Imposto Solidariedade. Estava com a cabeça fresca, com a cabeça tranqüila. V. Exª defendia no **Correio do PT,** edição 144, a substituição do Fundo de Estabilização Fiscal, do FEF, pelo Imposto Solidariedade. Bons tempos aqueles! Não vou nem perguntar porque poderia parecer provocação e eu não faria isso com V. Exª. V. Exª sabe que já falei por último porque, se houvesse algum excesso petista, eu o defenderia. Eu apenas não faria a pergunta se V. Exª, como conselheiro, já defendeu o Imposto Solidariedade. No mais, Ministro, a meu ver, persistir nos fundamentos que estão postos aí e simplesmente perceber uma verdade que, para mim, é tão real quanto outra que está consagrada. Ou seja, é loucura alguém chegar e baixar os juros só porque quer, só porque acha que taxa de juros é algo pecaminoso, é pior do que a nudez na Idade Média. Então, não dá para se baixarem juros só porque se quer, no voluntarismo. Por outro lado, não sei se é menos doloso – culposo certamente é – não se baixar todo juro que se pode dentro da perspectiva do superávit – acho necessário mesmo, o Brasil tem que ser superavitário mesmo por muitos anos, longos e longos anos –, dentro da perspectiva do combate à inflação pelo sistema do **inflation target**, dentro da perspectiva do câmbio flutuante. Volto a dizer que muitas pessoas foram desmentidas e jamais partilhei de crença diferente. Imaginava-se que seria o fim da picada Ministros do Governo, até Ministros competentes como o Ministro Furlan – e disse o Senador Sérgio Guerra, muito mais malicioso do que eu, o que seria uma raridade no Governo, que haveria falência do setor exportador, andaríamos para trás completamente, a vulnerabilidade externa voltaria com força se não tivéssemos aquela relação 3,5; ou seja, a desvalorização da nossa moeda. Isso, a meu ver, acarretaria inflação, isso terminaria levando a se aumentarem as taxas de juros. Viu-se que era possível continuar dando essa virada com os juros, com uma intervenção aqui e acolá para evitar o excesso de volatilidade, mas com os juros que o mercado estipulasse. Quero recordar a V. Exª, inclusive, que a virada da balança comercial começou a se dar com o dólar a 2,2, algo assim. Foi quando se deu a virada. Então, não teríamos que pagar outros preços para artificializar resultados na balança comercial, nós que temos tido muita sorte com o preço de certas **commodities** nossas, que estamos ainda retrancados no consumo interno e que temos de lutar cada vez mais para obter competitividade sistêmica e a perspectiva de, em qualquer circunstância, exportar mais.

Aí vem o apelo para que façamos uma boa negociação. O Líder Aloizio Mercadante está aberto em relação à Cofins, porque tenho a impressao de que seria um tiro no pé do Governo não fazer isso. Significaria gerar empregos, dar sinalização, sim, de que se quer uma carga tributária menor, porque prevejo que neste ano teremos uma carga maior do que os 36,2%, já registrados como prováveis pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Senador Arthur Virgílio, primeiramente, cumprimento V. Exª, porque achei que eu é que teria de provar que reduzimos a carga tributária. Mas agradeço ao PSDB por ter feito a prova dos fatos para nós. Aqui não é boca-de-urna, que é feita antes dos fatos ocorrerem, é uma pesquisa. Aqui é eleição ocorrida. A carga tributária já

passou, foi de 35% na sua conta – não quero questioná-la, porque acho que ela deve estar certa –, 35,6% em 2002 e 35,5% em 2003. A carga tributária foi reduzida e agradeço por esse registro.

Não quero, com isso, causar uma falsa polêmica, mas acho que interessa ao próprio PSDB, um partido de oposição, que o Brasil cumpra o compromisso de baixar a carga tributária, não para compararmos amanhã, dizendo: "A carga tributária do governo do PSDB foi maior que a nossa". Não é essa a questão, a questão é que é bom para o País que a carga tributária caia. Agradeço o fato de o PSDB ter feito essa confirmação. Eu estava com a função de provar o fato, mas nada como V. Exª para prová-lo, e julgo isso um desprendimento muito importante.

O instituto citado, no ano passado, previu que a carga tributária seria de 40%, publicado em vários locais. Os números são esses. Na verdade, a boca-de-urna não vale nesse aspecto, mas a eleição ocorrida. Todos nós já vimos ganharem e perderem a eleição por um voto, por dois votos. A eleição é perdida quando vem o voto, diferente da boca-de-urna e da pesquisa.

No entanto, não quero fazer disso, Senador, uma polêmica. Meu objetivo com a questão tributária não é ter como marca da minha gestão uma carga tributária menor do que a do governo anterior. É uma marca que o Brasil quer, o PT quer, o PSDB quer, o PMDB quer, todos os partidos querem evoluir nesse sentido, não para comparar governos. Senão, eu faria da mesma forma sobre a questão dos juros. Os juros são um esforço que o Governo está realizando a fim de conseguir levá-los a 9,3%.

Não sei se o Banco Central poderia fazer melhor. O Banco Central, de 1994 a 1997, fez um esforço – reconheço o esforço das pessoas – e conseguiu uma taxa real de juros de 21%. Dois anos depois, fez mais esforço e conseguiu uma taxa real de 19%, que veio caindo até 13%. Devemos criticar o esforço dessas pessoas? Não. Foi um esforço efetivo para equilibrar o País. Durante períodos importantes, tivemos a evolução positiva do cenário macroeconômico.

Penso que o Banco Central hoje faz um esforço em relação a isso. Se olharmos ao longo do tempo, verificaremos que temos uma melhora do País. Não quero comparar o juro de mercado conseguido neste Governo com o juro de mercado do governo de V. Exª para dizer que somos melhores. Não é isso. Quero compará-los para dizer que o Brasil melhorou, fruto do esforço deste e de outros governos, que trabalharam para o Brasil conquistar bases de estabilidade mais duradouras e prolongadas.

V. Exª julga que a política econômica foi correta, mas com a dose errada. Muita gente julga assim e é sempre uma discussão. Quando eu era médico, fazia de vez em quando plantão numa cidade vizinha a Ribeirão Preto e observava que muitas pessoas que se apresentavam com pneumonia tinham, na sua bolsa, na sua carteira, uma caixinha vazia com três comprimidos de antibiótico. Todos os dias eu atendia pessoas com pneumonia que tinham esse tratamento com antibiótico. Descobri depois que havia alguém naquela cidade, em que não havia muitos médicos, que medicava as pessoas com antibiótico em três doses – três Tetrex na época.

O importante é que essas pessoas obtinham melhoras; e gostavam dessa pessoa que lhes dava o tratamento. Era uma pessoa que prescrevia o tratamento informalmente. Todos gostavam, porque melhoravam. Tomavam o antibiótico durante três dias e ficavam melhor. Depois, talvez, por força dos ventos, ou da natureza, elas contraíam pneumonia. Mas não culpavam essa pessoa e continuavam indo tomar os três Tetrex. Tive muito trabalho, nessa cidade, para convencer essa pessoa, em primeiro lugar, que ela não poderia tratar as pessoas, porque não entendia muito do assunto; em segundo lugar, que o tratamento não deveria ser interrompido quando houvesse o primeiro sinal de melhora, porque, muitas vezes, esse primeiro sinal de melhora ainda podia esconder o risco de uma piora de maneira mais rigorosa do quadro.

Muitas vezes, quando fazemos um movimento de ajuste e não terminamos, o quadro resultante não é igual ao que tivemos anteriormente, mas pior. Se considerarmos os últimos 12 anos de vários governos, olharmos o custo de cada ajuste e o resultado dos tratamentos que queimaram etapas, perceberemos que eles não resultaram em situações melhores do que as anteriores. Resultaram, sim, em situações muito mais degradadas, muito piores. Não é à toa que a dívida evoluiu, nesse período, de 30% para 60% do PIB.

Por isso, se a dose foi mais forte, não sei. O que queremos é fazer um tratamento definitivo para alguns males essenciais da economia brasileira. Temos que retirar do nosso dicionário qualquer descompromisso com essas questões, porque isso custará caro para o País. Ajuste de longo prazo tem de ser uma determinação. O Brasil tem de anunciar ao mundo – e isso por parte tanto dos partidos de situação como dos de oposição – que o Brasil decidiu isso. Não pelo PT, pelo Governo, não é apenas pelo Presidente Lula, mas o Brasil, todas as pessoas, todos aqueles que conduzem a vida do Judiciário, do Legislativo, do Executivo decidiram construir, em longo prazo, um País organizado e que quer ser vencedor no ambiente aberto da disputa internacional, dos mercados, do desenvolvimento social,

da conquista de espaços para que todo cidadão tenha oportunidades. Essa é a questão fundamental.

Isso não impede, Senador Arthur Virgílio, que possamos debater fortes divergências, eventualmente. Nem falarei de todas aqui, mas algumas que V. Exª registrou. Vamos preservar o debate de nossas divergências, para que ele possa enriquecer os cursos que o País deve assumir. Mas vamos ter o compromisso de fazer com que o esforço que o Presidente Lula anunciou, desde a sua posse, de corrigir os cursos errados da economia, de fazer um projeto de ajuste sem mágicas, sem Plano Lula, sem invenções, enfim, de fazer uma coisa correta, como é correta a vida das pessoas simples, e fazer com que o Brasil se apresente, no cenário mundial, como um País que quer interferir de maneira positiva, um País pacificador nos seus procedimentos internacionais; um País que busca mercados de maneira sadia; um País que combate o protecionismo, porque eles são inaceitáveis do ponto de vista de um mundo moderno; um País que olha para o seu trabalhador para criar condições para que ele possa, de fato, ter uma oportunidade; um País que tem o compromisso social na sua essência; e um País que tem partidos de oposição e de situação interessados em construir algo melhor para as futuras gerações, mas também para a atual geração, a fim de poder absorver os ganhos desse esforço que devemos fazer.

Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, gostaria de dizer que foi um prazer muito grande dialogar com todas as Srªs e com todos os Srs. Senadores. Registro que o que pretendemos, aqui, foi apenas esclarecer os nossos pontos de vista e os nossos procedimentos, bem como estabelecer alguns debates de contradição de opiniões, mas, nunca, jamais, retirar o valor, a seriedade e a importância de cada opinião dada aqui, seja ela de partidos da Oposição ou do Governo, para contribuir, como contribuíram, no ano passado, com as reformas que fizemos.

Por isso, agradeço a atenção que me foi dispensada. Espero ter contribuído com os debates que este Senado realiza. Quero poder voltar aqui em outras oportunidades e reafirmar pontos importantes da nossa agenda. Espero que possamos construir, ao longo do ano, toda a agenda que possa potencializar o nosso crescimento, o nosso PIB, as condições de o Brasil crescer, e que possamos, de fato, realizar um ano vitorioso para o Brasil, mais do que para cada um de nós.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não é réplica, apenas uma observação final, e lamento, Ministro, que seja após sua despedida.

De fato, meu Partido prima pela integridade. Os números foram aqueles mesmo. Agora, é claro que duas apurações se processaram. A do instituto tributário disse o contrário, ou seja, que foi eleição já vencida e que a carga tributária subiu. De qualquer maneira, não houve significativo decréscimo, na melhor das hipóteses, levando-se em conta que o resultado correto seja o da apuração do PSDB. Eu fico feliz, porque o PSDB ganha fé. Uma coisa é verdade: V. Exª acabou de dizer que o que vale são os números do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, V. Exª tem a palavra.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Sem dúvida, a apresentação do número eu caracterizei como um gesto de honestidade da parte de V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu queria fazer uma pequena correção: a dívida cresceu, até pelos esqueletos que se tiraram do armário ou por terem sido passadas a limpo várias coisas, das repúblicas anteriores para esta. Ela subiu – e depois daquilo que significou a desconfiança na candidatura do Presidente Lula; V. Exª disse com muita competência, e também o Presidente Lula, dando força a V. Exª; ambos souberam desmontar e desmentir essa desconfiança – de 30% para 56% do PIB, não foi para 60%. E subiu para 58,5% já no seu Governo, ou seja, a relação dívida/PIB subiu para 58%, dois a mais do que no exercício anterior, já no seu Governo.

E faço votos de que, este ano, comecemos a perceber uma inflexão, algo que existe hoje e que signifique que, daqui a dez anos, tenhamos uma relação muito palatável, que transforme o Brasil em um porto efetivamente seguro – assim já o considero – aos olhos de todo e qualquer analista internacional.

Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, V. Exª tem a palavra.

O SR. MINISTRO (Antonio Palocci) – Somente uma palavra final. Eu quero dizer, Sr. Senador, que nem um dado que trago nem as ações comparativas deste momento com outros momentos do País buscam denegrir a imagem de pessoas. Todos os que se dedicaram a esse ou a qualquer outro projeto econômico o fizeram de boa-fé, trabalharam pelo País, conquistaram coisas importantes. É pensando assim que vamos conjuntamente construir indicadores melhores. Eu acho que todos os Partidos torcem para que o Brasil esteja cada vez melhor. Eu tenho certeza de que esse é o sentimento deste Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, registro, com prazer, o êxito

desta reunião, pelo elevado nível dos debates, e não pelo tempo que aqui permanecemos.

Agradecemos a paciência de V. Exª, Sr. Ministro. Seis horas e quarenta minutos decorreram entre o início da exposição de V. Exª e o encerramento dos debates.

Também registro o interesse que o Senado da República tem e a colaboração que pretende dar, por meio do debate franco, leal e aberto, ao Poder Executivo, principalmente à área econômica do Governo.

Compareceram 43 Senadores. V. Exª fez bater o recorde com sua presença. Foi bastante prestigiado o debate travado com a presença de V. Exª, além de termos contado com a presença do Presidente da Câmara e do Presidente do Senado. Eu, que venho do Mato Grosso do Sul e que, por deferência dos colegas, estou presidindo esta reunião, recolho isso com muita emoção.

Conheço as dificuldades econômicas, Sr. Ministro. Sei que todos nós queremos resolvê-las, por caminhos diferentes, às vezes. Todos nós temos o objetivo, principalmente a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, de ajudar a resolver – não podemos negá-la – a crise existente no País, revelada pelo não-crescimento do emprego, pela queda de renda e assim por diante. Mas reconhecemos o esforço que se faz para solucionar esses problemas.

Eu não queria terminar esta reunião sem dar uma opinião pessoal. De tudo o que ouvi aqui, reconheço uma dificuldade imensa, por exemplo, para suprirmos o déficit habitacional, da noite para o dia, de sete milhões de habitações, segundo uns, e de dez milhões, segundo outros; ou de darmos emprego para dez milhões de pessoas. Estamos debatendo a reforma tributária, que está em andamento na Câmara. Nós abordamos os seus princípios, mas não os seus pontos, os quais são importantes, a meu ver, porque, nesse caso, penso que devemos ousar. Se diminuirmos a carga tributária do povo brasileiro, não tenho dúvida de que não iremos perder nada, vamos é receber mais, porque os cidadãos terão mais condições de pagar. A verdade é esta: as pessoas estão indo para a informalidade. Quando aqui se falou em ouvir a voz das ruas, sou de Mato Grosso do Sul, e lá se registra um recorde de produção de grãos, temos lá um grande rebanho bovino, mas o povo está pedindo emprego! Quer dizer, as lojas estão fechando, as casas comerciais estão fechando... Nunca teve, no Brasil, tanta casa, seja salão comercial ou casa habitacional, para alugar como agora.

Então, se diminuirmos a carga tributária, como vamos fazer agora numa reunião, um carinho pela Cofins, será melhor. Peço a V. Exª, porque a opinião é de todos. V. Exª viu, a Cofins está predominando. Por quê? Porque são as empresas que vivem de serviços, que a estão pagando. Há essa questão da importação, o pessoal da agricultura e da pecuária está com medo. Sei que temos que proteger a nossa indústria nacional, mas os fertilizantes e os insumos que utilizamos aqui vêm de lá de fora.

E corremos o risco, Sr. Ministro, de deixar de dar esperança ao povo. Penso que alguma coisa que fizermos é preciso dar esperança a quem produz. A Cofins, que vamos discutir, está na hora de dar um passo avançado e aí, sim, começarmos a caminhar. Mas, de qualquer forma, fico feliz.

E, agora, vai um depoimento pessoal, porque gosto das pessoas educadas, gosto das pessoas que sabem ouvir, gosto das pessoas que não acham que sabem tudo. É interessante, V. Exª não tem título, é um médico e falou na dose do Tetrex, que a pessoa que não era médica receitou lá. Tem muita gente, Sr. Ministro, que tem título, mas não tem competência. Gozado isso. V. Exª tem o título de médico, naturalmente é competente como médico, foi competente como político, porque foi Prefeito de Ribeirão Preto, e está mostrando, sem o título de economista, que tem competência. Isso também me anima a ficar aqui e ouvir outros que, como eu, não têm o título de economista, mas têm interesse em fazer, como V. Exª tem, o Brasil crescer com maior justiça social, que é o objetivo de todos nós.

Cumprimento V. Exª e como a minha equipe está lá, discutindo com V. Exª, a Lei de Falências – claro que é para ajudar, é um daqueles instrumentos –, queremos dizer que só não apresentamos o relatório ainda – e não tem um dia em que não estamos trabalhando naquilo. Por exemplo, não posso concluir o relatório se a equipe ainda está lá, no Ministério, discutindo com os técnicos de V. Exª. Por quê? Porque vamos submeter o nosso relatório, o relatório será submisso? Não, é porque é um bom relacionamento entre o Legislativo e o Executivo, de tal forma a encontrar o melhor caminho para apresentar à Casa uma solução boa para a Lei de Falências, para evitar essa quebradeira que existe por aqui.

Então, quero agradecer a atenção com que fomos recebidos lá. E isso que V. Exª veio fazer aqui – e são 18h48min., V. Exª não almoçou, nós também não almoçamos, estamos trabalhando, e quero cumprimentá-lo, porque V. Exª é realmente aquela pessoa que não vi ainda elevar a voz, diante de tantas perguntas que foram feitas aqui. (Risos.)

O SR. MINISTRO (Antônio Palocci) – Obrigado a V. Exª, mas não mereço.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Mas é verdade, V. Exª merece.

(Levanta-se a reunião às 16h49min)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Quarta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 17 de Março de 2004, Quarta-feira, às 10:00 Horas.

Às dez horas e quinze minutos, do dia dezessete de março de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA,** reúne-se para a realização de Audiência Pública, com a finalidade de atender os Requerimentos n°s 6, 7, e 8 de 2004 de autoria dos Senadores Tião Viana, Arthur Virgílio e Leonel Pavan, que "Dispõe sobre notícias publicadas pelos Jornais O Estado de São Paulo na Edição de 07/03/04 e pelo Correio Brasiliense de 08/03/04, sobre possíveis irregularidades e favorecimentos àquela entidade (GEAP), na regulamentação dos planos de saúde dos servidores públicos", com a presença dos (as) Senadores (as) **CRISTOVAM BUARQUE, ANA JÚLIA CAREPA, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, DELCÍDIO AMARAL, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, JONAS PINHEIRO, PAULO OCTÁVIO, MARIA DO CARMO ALVES, ROSEANA SARNEY, EDUARDO AZEREDO, JOÃO TENÓRIO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, SERYS SLHESSARENKO, HÉLIO COSTA, GERSON CAMATA, EFRAIM MORAIS, TASSO JEREISSATI, LEONEL PAVAN, SÉRGIO GUERRA, ARTHUR VÍRGILIO, OSMAR DIAS E MOZARILDO CAVALCANTI.** Registram-se a presença dos Senadores **EDUARDO SUPLICY E ÁLVARO DIAS.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senadora Lúcia Vânia convida para compor a mesa os seguintes palestrantes: Srª Regina Parizi Carvalho, Diretora Executiva da Geap; Dr. Fausto Pereira dos Santos, Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde; Horácio Catta Preta, Diretor Executivo da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – Fenaseg; Celso Corrêa de Barros, Presidente da Unimed; Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo; Denise Abreu, Assessora Jurídica da Casa Civil da Presidência da República.O senhor Senador Tião Viana pede a palavra **pela ordem:** Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo dar boas-vindas aos palestrantes. Sem dúvida alguma, vieram participar de um debate a favor da moralidade pública e do reconhecimento devido a uma fundação de seguridade social como a Geap, nos seus aspectos éticos e relevantes para o País. Eu só gostaria de deixar registrado em Ata a minha percepção com a seguinte falha — que é natural a qualquer um cometer: na última reunião, o Senador Arthur Virgílio e eu encaminhamos requerimentos indicando quatro nomes – eu indicava dois e o Senador Arthur Virgílio dois. Entretanto, não houve votação de um nome aditivo, sugerido pelo Senador Arthur Virgílio, do Dr. Celso Corrêa de Barros nem da Drª Denise Abreu. Mas, por reconhecer ser o Senador Arthur Virgílio um Parlamentar de elevada responsabilidade política e ética na defesa dos interesses do País, por saber que a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais tem absoluta responsabilidade no trato de matérias dessa natureza e por reconhecer na biografia dos dois nomes acrescentados o respeito que têm pela vida pública e pela atividade que exercem, concordo com a composição feita neste momento. A Senadora Lúcia Vânia agradece ao Senador Tião Viana e aproveita para esclarecer que a Secretaria da Comissão, naturalmente, ao fazer o convite, considerou os nomes relacionados nos requerimentos. Confesso a V. Exª que não tinha conhecimento desse fato, mas agradeço a compreensão. Após as explanações dos palestrantes, usaram da palavra os seguintes Senadores: **TIÃO VIANA, LEONEL PAVAN, EDUARDO AZEREDO, ANA JÚLIA CAREPA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, SÉRGIO GUERRA, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, HÉLIO COSTA, DEMÓSTENES TORRES, JOÃO TENÓRIO, TASSO JEREISSATI, ARTHUR VIRGÍLIO E EDUARDO SUPLICY.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Senadora Lúcia Vânia e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Convido para compor a Mesa A SRA. Regina Parizi Carvalho, Diretora Executiva da Geap; Fausto

Pereira dos Santos, Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde; Horácio Catta Preta, Diretor Executivo da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – Fenaseg; Celso Corrêa de Barros, Presidente da Unimed; Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo; Denise Abreu, Assessora Jurídica da Casa Civil da Presidência da República.

Bom dia a todos!

Srªs e Srs. Senadores, Srs. visitantes, Srs. palestritas, o objetivo desta audiência pública é discutirmos a regulamentação do art. 230 da Lei nº 8.112/90, por intermédio do Decreto nº 4.978/2004, relativo à Fundação de Seguridade Social, como operadora de assistência à saúde do servidor público federal.

Para que os senhores convidados tenham idéia do assunto, iremos fazer algumas observações.

Mediante o Decreto nº 4.978/2004, que substitui e revoga o Decreto nº 2.383 de 12/11/97, o Senhor Presidente da República modificou diretrizes relativas à gestão e ao custeio dos planos de assistência à saúde do servidor público da União, bem como das suas autarquias e das fundações, a partir de disposição da Lei nº 8.112/90.

Dentre as principais diferenças entre ambas as regulamentações, constam:

a) direcionamento da prestação de assistência à saúde a servidores ativos e inativos e pensionistas por intermédio de convênios com entidades fechadas, sem fins lucrativos que operam em regime de autogestão e que tenham gestão participativa;

b) o descongelamento das dotações consignadas no orçamento fiscal e de seguridade social, para esse efeito, que deixam de observar os limites fixados para 1998, para seguir aqueles que constarem dos respectivos orçamentos em cada período, suprimindo-se a proibição de utilização de créditos adicionais;

c) a atribuição de competência de supervisão dos convênios de assistência à saúde e de expedição de normas complementares à execução do decreto à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

d) a determinação de impedir a renovação de qualquer contrato ou convênio de assistência à saúde dos servidores públicos federais que não se enquadrarem nas disposições deste decreto.

Notícias na mídia nos últimos dias levantam suposições de que a edição do decreto objetiva criar condições para o estabelecimento de um monopólio pela Geap, Fundação de Seguridade Social nesta área, cuja expansão vem ocorrendo gradativamente, na sua área de atuação.

O processo desenvolveu-se a partir da transformação da antiga autarquia que operava no atendimento à saúde do pessoal do Sinpas – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – quando ainda integrado pelo Iapas, INPS, Inamps, entre outros, e entidades fechadas e de previdência privada, perfazendo hoje convênio com dez Ministérios e vinte órgãos.

Para tratar desse assunto, atendendo a um requerimento dos Senadores Tião Viana e Arthur Virgílio, convidamos para debater esse tema as autoridades já nominadas.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo dar boas-vindas aos palestrantes. Sem dúvida alguma, vieram participar de um debate a favor da moralidade pública e do reconhecimento devido a uma fundação de seguridade social como a Geap, nos seus aspectos éticos e relevantes para o País.

Eu só gostaria de deixar registrada em Ata a minha percepção com a seguinte falha — que é natural a qualquer um cometer: na última reunião, o Senador Arthur Virgílio e eu encaminhamos requerimentos indicando quatro nomes – eu indicava dois e o Senador Arthur Virgílio dois. Entretanto, não houve votação de um nome aditivo, sugerido pelo Senador Arthur Virgílio, do Dr. Celso Corrêa de Barros nem da Drª Denise Abreu. Mas, por reconhecer ser o Senador Arthur Virgílio um Parlamentar de elevada responsabilidade política e ética na defesa dos interesses do País, por saber que a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais tem absoluta responsabilidade no trato de matérias dessa natureza e por reconhecer na biografia dos dois nomes acrescentados o respeito que têm pela vida pública e pela atividade que exercem, concordo com a composição feita neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Tião Viana e aproveito para esclarecer que a Secretaria da Comissão, naturalmente, ao fazer o convite, considerou os nomes relacionados nos requerimentos. Confesso a V. Exª que não tinha conhecimento desse fato, mas agradeço a compreensão.

Senhores convidados, fiquem à vontade, uma vez que há a aquiescência de todos os Srs. Senadores, ou seja, não há objeção à participação de todos os indicados.

Cumprimento os expositores. Temos satisfação por vê-los aqui para este debate que creio ser da mais alta importância.

Durante toda a semana, recebi servidores da Geap, que vieram fazer a defesa dos interesses daquela instituição, mostrando que o órgão tem prestado bons serviços.

Este debate é do interesse não apenas desta Casa, mas também de todos aqueles que são beneficiários do seu trabalho.

Concedo a palavra à Sr. Regina Parizi Carvalho, Diretora Executiva da Geap, para sua exposição. A debatedora disporá de até quinze minutos.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Cumprimento V.Exª, Srª Presidente, todos os Senadores e todos os componentes da Mesa que participam deste debate que considero muito importante, particularmente para esta Casa.

Rapidamente, eu gostaria de me apresentar. Espero que a Imprensa esteja presente, particularmente representantes do jornal **O Estado de S.Paulo**, que tem divulgado inverdades a meu respeito e sobre a Geap.

Antes de chegar à direção da Geap – orgulho-me do meu currículo –, colaborei particularmente com esta Casa. Como representante do Conselho Federal de Medicina, trabalhei em inúmeros projetos com alguns Srs. Senadores. Destaco um em particular: o Senador Lúcio Alcântara, hoje Governador do Ceará. Construímos juntos a nova legislação sobre transplantes no País. Recebi do Conselho Federal de Medicina a responsabilidade de fazer a revisão de toda a legislação internacional, naquela época, e o fiz de maneira honorífica e com muito orgulho para esta Casa.

Fiz a revisão também da discussão do Conselho de Bioética e participei de discussões sobre a questão da Aids, dos transexuais, do aborto, enfim, de vários assuntos de relevância pública, não só para a sociedade brasileira, mas acredito que para toda a Humanidade. O Brasil, esta Casa, e particularmente, o Senado, tem dado grandes contribuições nesse aspecto.

Tive o orgulho de, no Governo anterior, embora não fosse do seu Partido, representar o Brasil na Conferência da Unesco sobre o Código de Ética do Projeto Genoma, onde construímos um código, uma relação ética, parâmetros éticos, acredito que para a Humanidade – uma grande contribuição, volto a repetir, desta Casa.

Penso que se deve tratar a história da instituição Geap com respeito e dignidade. Estou naquela Casa somente há sete meses, mas aprendi a respeitar e a reconhecer o trabalho daquela instituição, que neste ano comemora 60 anos. Não são seis dias, não são seis meses, não são seis anos. São 60 anos.

A história da Geap é a história do Brasil, das instituições brasileiras e do Parlamento brasileiro, porque ela sofreu todas as mudanças de alteração de legislação.

Como a própriA SRA. Presidente ressaltou, a Geap nasceu nos antigos institutos do País e evoluiu – institutos de pensões, INPS, depois Ministério da Saúde, ISSE, INSS. Foi questionada e foi reformulando e se adaptando à legislação brasileira.

Hoje, da mesma forma, ela vem fazendo isso. A Geap não é apenas um plano de saúde, ela é uma instituição que cuida da seguridade social dos servidores. Todos os servidores? Não, sobretudo dos mais pobres e mais idosos. Por quê? Porque na área dos serviços de saúde, se pegarmos o Legislativo e o Judiciário, as empresas privadas já prestam assistência. A Geap está restrita ao Executivo e, assim mesmo, a alguns Ministérios do Executivo onde os servidores, junto com o Governo, na relação empregado-empregador, consideraram ter soberania sobre a assistência a serviços de saúde que lhe presta. Só saúde? Não. A Geap presta previdência e pecúlio, porque é um direito do cidadão deixar um mínimo de segurança para a sua família depois da morte. Presta assistência social, como nenhum outro plano de saúde, e aqui temos representantes – e lamento que o meu representante, que é a Unidas, do segmento da autogestão, que corresponde a seis milhões de brasileiros, não esteja nesta Mesa. Queixo-me dessa composição da Mesa porque, até para ser isonômico, o meu setor deveria estar aqui, hoje, representado também.

Prestamos assistência social. Nenhum dos outros setores que estão aqui presentes presta assistência social. Nós fornecemos medicamentos, sobretudo os mais caros, muletas, próteses, cadeiras de roda e auxílio-educação para os filhos dos servidores deficientes. Pergunto: qual plano de saúde, no Brasil, faz isso? Nenhum, a não ser a Geap.

Além disso, a Geap presta assistência à saúde a seus servidores, faz cobertura integral. Há um representante da ANS aqui, Agência Nacional de Saúde Suplementar. Também tive a oportunidade, durante quatro anos, de ser da Câmara de Saúde Suplementar, no Governo anterior, exatamente regulamentando o plano de saúde. Portanto, é uma matéria que conheço bastante, tenho bastante intimidade com essa discussão e com a legislação.

Prestamos não só o rol obrigatório da Agência, que são em torno de 3.500 procedimentos. A Geap cobre 5.500 procedimentos, em média, em torno de 1.200, 1.300 procedimentos a mais. Cobrimos todos

os transplantes, todos. Eu gostaria que os Srs. Senadores perguntassem, aqui, quais cobrem transplante cardíaco? Quais cobrem transplante de fígado? Quais cobrem transplante de medula? Pois a Geap cobre. Cobrimos todos esses procedimentos.

Por isso, essa é a primeira questão que se coloca: como podemos fazer licitação? Licitação se pressupõe que é uma disputa de semelhantes, de iguais. Não somos iguais aos planos de saúde. Somos uma fundação de seguridade social. Não fornecemos só saúde. E mais: falam que a Geap é um monopólio. Como um monopólio? Pergunto aos Srs. Senadores: quem presta assistência à saúde para esta Casa, aos servidores desta Casa? É a Geap? Não. É a iniciativa privada. Quem presta assistência para o Poder Judiciário? É a Geap? Não, é assistência privada. Quem presta assistência para o Executivo? No mínimo, seis fundações, em que os servidores resolveram, mais uma vez, fazer a gestão da sua própria assistência. Então, quem quer o monopólio são os privados, não a Geap. Não vamos inverter o jogo, achacar inverdades como foi feita na Imprensa contra uma fundação de 60 anos. Não somos nós que estamos indo ao mercado deles disputar. Ao contrário. São eles que estão vindo aqui disputar com os servidores. Se V. Exªs olharem para trás, verão os donos da Geap. Ali estão os donos da Geap, que são servidores, que têm o direito e a soberania de comprar o serviço que quiserem, porque o dinheiro é deles. O dinheiro é do servidor. Portanto, ele tem o direito de comprar o serviço que quiser. Isso é fundamental.

Veremos, agora, o quanto a União, o Poder, entra no Legislativo. São R$80 para os seus servidores. Sabem com quanto o Executivo entra na Geap? Com R$32. A Geap é mais cara? Basta olhar para dentro da própria casa. O Legislativo contribui, hoje, com R$80 em média com os seus servidores no plano de saúde; o Executivo contribui com R$32 e, quiçá, iremos para R$35 este ano. Ora, esse mercado quer o Executivo.

Vou dar um exemplo que considero muito importante, por ser didático nessa questão. Refiro-me ao Ministério dos Transportes. Como a Geap expandiu seus negócios? No ano passado, quem entrou para a Geap? O Ministério dos Transportes. Sabem por quê? Porque o Ministério dos Transportes fez três licitações desertas. Pergunto aos meus colegas de mesa: por que eles não se apresentaram na licitação, quando tiveram oportunidade e, agora, estão brigando? Por que não foram ao Ministério dos Transportes, Srs. Senadores? Sabem por quê? Porque são pobres e idosos. E o Ministério dos transportes fez o quê? Foi bater à porta da Geap, e eu os acolhi; eu não, os servidores que estão aí atrás. Eles o acolheram. A média de idade da Geap é 53 anos. Perguntem se as seguradoras, as medicinas de grupo querem operar com essa carteira. Não querem. Querem jovens, de preferência não doentes, para terem lucro – a Geap não trabalha com lucro. Então, não existe monopólio; não há a possibilidade de a Geap fazer licitação.

Eu gostaria de chamar a atenção para um material que foi disposto na pasta de V. Exªs sobre a natureza pública ou privada da Geap. Dois pareceristas, profissionais de renome, acadêmicos, como o Professor Sérgio Ferraz, titular no Rio de Janeiro, que tem inúmeras obras sobre Direito Administrativo, inclusive, sobre a questão da licitação; e o Professor Celso Antônio Bandeira de Melo, Professor, acadêmico, conhecido de V. Exªs, com inúmeras publicações no Brasil e no exterior, também sobre a questão de licitação, elaboraram pareceres corroborando a visão do Governo, da Casa Civil, sobre a Geap, que é um ente público, uma fundação de direito privado, mas de natureza pública.

Esses pareceres estão à disposição de V.Exª nas pastas.

Essas questões devem ser tratadas neste momento com a máxima seriedade. Porque, com todo o debate jurídico, todo debate político e de disputa de mercado, há uma questão fundamental acima de todas que eu tenho certeza de que os Srs. Senadores têm sobre ela a maior sensibilidade. São os nossos assistidos; são pobres, são humildes. Na sua maioria, ganham um salário de R$700 a R$800. Estão neste momento vigiando as nossas fronteiras, limpando as nossas salas, auxiliando-nos no dia-a-dia no nosso trabalho. Esta se constitui a maioria da clientela da Geap. São os funcionários de baixa renda, com menores salários.

É só verificarmos – e foi publicada na mídia – que a média de salários do funcionalismo do Legislativo: R$6.000 ou R$8.000; Ministério Público: R$11.000; Judiciário: R$5.000; Executivo: R$1.800. É para esta população que a Geap presta assistência. Porque os que ganham R$8.000, R$11.000 e R$6.000 já estão nas mãos da iniciativa privada. À Geap e às fundações sobraram essas pessoas humildes e simples e que ela tem procurado, ao longo da sua história, com todas as suas dificuldades, prestar assistência mais digna, mais correta e na melhor qualidade possível.

Portanto, por que a Geap está expandindo? Porque os Ministérios não agüentam pagar o preço da iniciativa privada; porque o funcionalismo não consegue pagar com os seus salários a iniciativa privada, que, além de pagar assistência, tem de pagar o lucro da empresa. Não sou contra o lucro. Ouvi, inclusive de pessoas públicas, dizer os seguinte: este é um País

capitalista; livre é a iniciativa. Também concordo. Assim como um País capitalista, onde o direito do consumidor é consagrado.

Espero, conto com a sensibilidade dos senhores, estou à disposição para esclarecermos todas as dúvidas, o papel e a missão da Geap frente aos servidores, sobretudo, os mais humildes.

Espero ter colaborado.

Peço desculpas, às vezes, pela minha indignação, mas pela minha vida pública, que sempre zelei, não posso deixar que assaquem inverdades, que digam mentiras sobre a Geap.

Obrigada, Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos a exposição da Drª Regina.

Gostaria de dizer, Drª Regina, que esta Mesa se limitou a convidar aquelas pessoas especificadas pelos Srs. Senadores.

Passo a palavra ao Dr. Fausto Pereira dos Santos.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar todos os componentes da Mesa e demais Senadores na pessoa da Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta Comissão. É uma alegria estar novamente nesta Comissão de Assuntos Sociais, quando fui sabatinado há cerca de três meses.

Do ponto de vista do órgão regulador, o que posso trazer para V.Exªs é a situação em que a Geap se encontra hoje na Agência de Saúde Suplementar.

A Geap é caracterizada como uma autogestão, tem a sua inscrição na Agência Nacional de Saúde Suplementar datada do dia 22/12/98, ainda no Ministério da Saúde, na época no Departamento de Saúde Suplementar que depois deu origem à Agência, através da Lei nº 9961; conta hoje com 743 mil beneficiários registrados na Agência – dados de janeiro de 2004; vem efetuando regularmente o pagamento da taxa de saúde suplementar, paga trimestralmente, que é vinculada ao número de beneficiários. O último depósito foi feito. Como o restante do mercado, tem sido notificada das internações feitas a usuários, beneficiários da Geap, pelo sistema público, para efeito de ressarcimento, e vem pagando o ressarcimento normalmente aos beneficiários identificados.

Existem alguns procedimentos de fiscalização, diligência e processos em andamento sobre a operadora, por questões detectadas principalmente em 2001 e em 2002. Esses processos têm recebido o encaminhamento formal e regular para essas questões. Passou por uma diligência em 2002, de um programa preventivo de fiscalização da agência. Sob o ponto de vista do órgão regulador, a operadora vem cumprindo normalmente as suas atribuições na sua relação com o órgão regulador.

É claro que, em alguns processos, há divergências entre a operadora e o órgão regulador. Estas estão sendo sanadas por meio de processos administrativos, nos quais se abre defesa para a operadora e, depois, a diretoria colegiada da agência se pronuncia.

A operadora foi multada em quatro situações, volto a dizer, no período de 2001 a 2002, por irregularidades detectadas, mas essa questão está presente em todo o mercado de atuação na saúde suplementar.

Do ponto de vista do órgão regulador – essa é uma visão tanto da agência de saúde suplementar quanto da Secretaria da Previdência Complementar –, encontra-se pendente a questão de a Geap ser uma operadora de plano de saúde e um órgão de Previdência.

Quer dizer, é preciso, do ponto de vista do órgão regulador, que essa distinção, que esses papéis fiquem mais claros para um acompanhamento mais preciso da saúde financeira da operadora de planos de saúde. Do ponto de vista do órgão regulador, é importante a distinção dessas duas finalidades que hoje estão colocadas, para que a agência possa acompanhar todo o desenrolar dos balanços, das prestações de serviços de saúde, para chegar a uma conclusão mais definitiva sobre a saúde financeira da operadora Geap .

Do ponto de vista do órgão regulador, eram essas informações que gostaria de trazer.

A questão do decreto editado não tem, do ponto de vista do órgão regulador, um impacto sobre a questão da regulação específica.

No nosso primeiro entendimento, salvo melhor juízo, a escolha do plano é uma decisão do comprador, no caso, quem vai colocar o benefício à disposição de seus servidores.

Do ponto de vista do órgão regulador, não fizemos ainda uma análise apriorística dessa questão do decreto nesse fundamento, nessa questão específica.

São as informações que gostaria de passar a V. Exªs, colocando-me à disposição para, no debate ou nas perguntas que por acaso V. Exªs tenham, esclarecermos as eventuais dúvidas que tenham ficado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. Fausto e passamos a palavra ao Dr. Horácio Catta Preta, Diretor Executivo da Federação Nacional das Empresas de Seguro Privadas e de Capitalização – Fenaseg.

O SR. HORÁCIO CATTA PRETA – Senadora Lúcia Vânia, demais Senadores, bom dia, demais componentes da Mesa, o convite para a Fenaseg participar desta audiência visa, sobretudo, acredito, mostrar o posicionamento das seguradoras especializadas em

saúde quanto à questão do decreto do que propriamente da Geap. Isso porque o decreto não faz referência direta à Geap. Dizem os entendidos que está subentendido que o decreto a favorece diretamente. É bem verdade que, além da Geap, há outras entidades também de autogestão que já se colocaram na lista para disputar o mesmo mercado. Essas entidades já começam a se organizar no sentido de oferecer tais serviços ao mercado.

Na verdade, penso que a questão está centrada na forma como esse decreto ai ser operacionalizado. Isso porque o decreto direciona os planos de saúde dos servidores públicos para uma destinação específica de autogestão. Não se fazendo a licitação, torna-se um pouco mais difícil avaliar quanto à qualidade da prestação do serviço que, como disse muito bem a Drª Regina, o órgão e os servidores é que devem avaliar isso. Esse é um direito inalienável da parte deles.

Há algumas considerações, já que estamos falando de Geap, que devem ser levadas em conta também. Ponto nº 1: inegavelmente, a Geap é uma fundação de direito privado. Ela pode ter pareceres de eminentes juristas, mas ela é uma entidade fechada, de previdência privada, previdência complementar, um novo nome, que tem um departamento de assistência à saúde. Dentro dessa característica, ela se registrou na ANS como autogestão e obteve um título privilegiado de autogestão patrocinada. O que isso significa na prática? Enquanto as demais operadoras de planos de saúde e as seguradoras especializadas em saúde são obrigadas a uma série de regras, as entidades de autogestão patrocinadas estão excluídas.

O Presidente da ANS está presente e pode esclarecer isso com mais detalhes.

Dois pontos são importantes no que se refere aos privilégios concedidos às entidades de autogestão patrocinadas. Primeiro, não são obrigadas a submeter suas contas à ANS, balanços, fornecer informações contábeis, etc., e não são obrigadas a constituir reservas técnicas. O que isso significa na prática? Significa que a operação dessas entidades acontece quase que em regime de caixa. Ou seja, entra o dinheiro, pagam-se as contas. Não há aprovisionamento para o futuro. Quanto maior for o contingente de pessoas, especialmente nessa área de saúde... Estamos vivendo na atividade de assistência médica no Brasil, de assistência à saúde, um período de grande turbulência. E esse período tem-se caracterizado pelo aumento da freqüência de procedimentos na área de assistência médica. A cada ano, a sinistralidade, que é essa relação matemática entre o que se arrecada e o que se paga com a assistência médica – e isso tem sido demonstrado com muita clareza – a freqüência de utilização por parte dos usuários de planos de saúde tem aumentado.

As estatísticas, em geral, apontando nessa direção, mostram para as operadoras que elas devem ser extremamente prudentes na sua administração econômico-financeira. E a regra de ouro da administração econômico-financeira é ter reservas para o pagamento dos compromissos. Nesse particular, as operadoras de autogestão patrocinadas, dentre as quais se inclui a Geap, não possuem essas reservas. Isso significa que, lá na frente, pode ocorrer um problema e, em ocorrendo, quem é que vai pagar isso? Certamente, os funcionários dessas entidades, como são os associados desses grupos de entidades, ou o próprio Poder Público, com verbas suplementares. Essa é a grande dúvida.

Por isso, é importante que esse decreto seja analisado com bastante atenção para que ele não cause prejuízos novamente ao Tesouro. Quanto ao fato de ser a Geap ou não, ou qualquer outra entidade, deve-se focar mais no decreto, na Administração Pública, no impacto que isso possa vir causar ao Tesouro, ao Orçamento, do que propriamente à operação em si.

Acredito que a Geap deveria disputar o mercado como qualquer outra entidade, como outras entidades de autogestão estão se preparando também. Daqui a pouco, o assunto não será Geap, será a instituição a, b, c, d e outras que estão se organizando para tal. Portanto, se essa disputa não for organizada agora, terá que ser organizada muito em breve.

Esses são os pontos importantes sobre os quais os V. Exªs devem se debruçar para avaliar com precisão. A Geap é uma atriz nessa situação, ela puxou o problema, mas por trás dessa situação estão vindo outras, que temos que analisar. O ponto principal é a segurança econômico-financeira do sistema suplementar de saúde. Isso é que é importante. É importante para as entidades de autogestão patrocinadas, como para todas as demais operadoras de planos de saúde e também para as seguradoras especializadas.

As seguradoras especializadas em saúde desde há muito estão enquadradas no regime de constituição de reservas técnicas, já que elas são oriundas da Susep e lá elas eram obrigadas a isso.

As operadoras de planos de saúde das demais categorias, cooperativas, medicinas de grupo e autogestão não patrocinadas também estão submetidas à Constituição, porém têm um tempo maior de ajustamento.

Existe um grupo privilegiado, que não é obrigado a constituir as suas reservas e a submeter as suas contas à ANS, o que seria muito saudável.

Então, essas seriam as observações básicas que temos a trazer para a análise de V. Exªs. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. Horácio e passamos a palavra ao Dr. Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo.

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – Exmª Srª Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, demais Senadores aqui presentes, meus companheiros de Mesa, é uma honra estar nesta sala para fazer algumas observações a respeito. Viemos aqui para responder a algum tipo de dúvida que por acaso houvesse e vamos fazer somente algumas observações a respeito.

Inicio dizendo que não temos qualquer dúvida a respeito da capacidade da Drª Regina Parizi. Sem dúvida, é um elemento de proa tanto dentro da Medicina quanto da área social quanto dentro da Medicina brasileira e, nas suas lutas sociais, tem sido de extrema competência e extrema dedicação. Sem dúvida alguma, uma pessoa que conhecemos há tempo e que respeitamos demais.

Em segundo lugar, não temos absolutamente nada contra a Geap, uma vez que ela vem fazendo o seu trabalho há muito tempo e nunca foi contestada pelas empresas na área de medicina de grupo. Nunca houve qualquer tipo de contestação. Sabemos da extensibilidade da sua cobertura, da maneira como vem sendo feita, das dificuldades que têm passado, inclusive das dificuldades de encontrar conveniados pelo País inteiro, em determinadas regiões principalmente. Mas, de qualquer maneira, respeitamos muito essa entidade. Realmente, não é esse o fulcro da nossa presença aqui.

Os dois decretos baixados pelo Governo – nºs 4.978 e 5.010 – realmente têm algumas observações a serem feitas da nossa parte, inclusive orientados pelo nosso departamento jurídico, uma vez que temos a formação médica e não temos uma formação jurídica mais profunda. Pelo que se conclui dos decretos assinados, realmente há a sensação de que realmente havia uma tentativa de reserva de mercado para determinadas associações, que, no caso, seriam as auto-gestões, especificamente a Geap, no sentido dos funcionários públicos. Pode ter havido um mal entendido das pessoas de uma maneira em geral. O primeiro decreto determinava que qualquer tipo de convênio que existisse, diferente do feito como a autogestão, sem fins lucrativos, teria que ser anulado. Então, seria um número de contratos muito grande que as próprias medicinas de grupos – a própria Drª Regina citou alguns exemplos da participação da iniciativa privada, até dentro do Congresso Nacional –, teriam que ser por esse decreto. E, no nosso modo de ver, teriam que ser suspensos ou eliminados dessa maneira. Pode ser que o entendimento realmente não seja esse, mas, ao que tudo indica, foi isso e foi o que a imprensa acabou divulgando.

Por outro lado, realmente concordamos que a Geap trabalha com custos relativamente baixos, mas as empresas, de uma maneira em geral, também têm seus preços até mais baixos do que as auto-gestões de uma maneira em geral. Por incrível que pareça, essa é uma realidade que acontece.

A medicina de grupo praticamente trabalha com valores em torno de 60% do que trabalham as autogestões, mesmo essas autogestões não tendo fins lucrativos. Pode-se, eventualmente, dizer que as autogestões têm uma cobertura maior, e até concordo em determinados aspectos, dão por vezes assistência de medicamentos, o que pode contribuir para um custo maior. Há empresas de medicina de grupos que mantêm convênios com órgãos públicos e possuem preços menores.

Realmente, se uma entidade que tem uma extensão de cobertura desse quilate, e que apresenta preços mais baixos, não entendo por que há necessidade de uma dispensa de licitação. Creio que não haveria qualquer temor por parte de uma entidade que funciona dessa maneira de trabalhar com a licitação, seja em contratos ou em convênios. Segundo o parecer de nosso departamento jurídico, tanto contratos quanto convênios têm a mesma natureza jurídica. A Geap ou as autogestões em geral são empresas privadas realmente, o que seria uma grande dúvida. Pelo menos pelo parecer do próprio Tribunal de Contas da União, são entidades privadas.

Essa nossa preocupação de reserva de mercado é que seria o fulcro principal de nossas preocupações.

Como já dissemos, as empresas que já possuem convênios com entidades públicas, inclusive notamos alguns tipos de indignação por parte de alguns funcionários de determinados tipos de empresas, entendendo que essa atenção, que esse tipo de convênio deveria ser rompido e feito novamente com outro tipo de entidade.

Essas são as observações que queria fazer. Paro por aqui. Fico à disposição de V. Exªs para outros esclarecimentos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. Arlindo e passamos a palavra ao Dr. Celso Corrêa de Barros, Presidente da Unimed.

O SR. CELSO CORRÊA DE BARROS – Gostaria de cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Srs. Senadores, demais integrantes da Mesa, servidores aqui presentes, na realidade, quando ouvi o Senador Tião Viana, que tive a honra de conhecer há três anos, em um debate sobre saúde suplementar em que presidiu a Mesa – e foi uma Mesa muito interessante –, surpreendi-me com o convite, embora, segundo o Senador, talvez eu não tivesse sido convidado para estar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de dizer que V. Sª foi mencionado no ofício pelo Senador Arthur Virgílio, por isso teve o convite. Acontece que houve um incidente aqui, eu não estava presidindo a Comissão, e colocaram....

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – De ordem administrativa apenas.

O SR. CELSO CORRÊA DE BARROS – Está ótimo, até porque nós, do Sistema do Unimed, não temos nada em relação a essa questão da Geap...

Falarei basicamente das notícias que vimos e da preocupação que de alguma forma temos, porque o Sistema Unimed – a Drª Regina falou, parece-me, dos 60 ou 65 anos da Geap – está constituído há mais de 37 anos. É uma organização não-governamental que atua na saúde suplementar, hoje com cerca de 11,5 milhões de clientes, mais de 100 mil médicos associados, também com índices altos de satisfação de clientes. Foram 91,4% na última pesquisa do Instituto Datafolha, feita em cerca de 127 Municípios brasileiros, ouvindo-se cerca de 6.576 pessoas.

Na realidade, o sistema tem alguns contratos com órgãos públicos, e, se esse decreto impedir que eles sejam renovados, trará algum prejuízo, evidentemente, às Unimeds singulares.

A interpretação jurídica, legal, será feita por aqueles que têm competência para isso. Parece-me que o segundo decreto faria alguma correção – não sei se legalmente seria assim –, porque abre a possibilidade de que, existindo contratos, por opção, haja licitação. Essa é a situação.

A Drª Regina citou o DNER/Ministério dos Transportes, um convênio que a minha Unimed teve, um contrato de cinco anos que efetivamente quase quebrou a cooperativa, porque, na realidade, com o preço pago, diante do alto custo, era extremamente difícil.

Então, esse equilíbrio atuarial é muito importante. Considero muito interessante que a Geap tenha hoje condição de absorver isso, com as suas receitas, mas esse contrato já esteve conosco há cinco anos e honramos tudo. Fizemos o pagamento de todos os procedimentos – cirurgias de miopia, próteses, órteses – e, por uma questão de equilíbrio atuarial, houve um momento em que tivemos de denunciar o contrato, e, talvez, depois, o desinteresse de outras empresas em função dessa situação.

Basicamente, era isso que tinha a dizer. Conheço bem a Geap, sou funcionário do Ministério da Saúde, da antiga Patronal, no Rio de Janeiro. Respeito o trabalho que vem sendo feito pela Geap. Se pudermos contribuir com mais algum assunto, estaremos à disposição de V. Exªs.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Dr. Celso Corrêa.

Passo a palavra à Srª Denise Abreu, Assessora Jurídica da Casa Civil da Presidência da República.

A SRA. DENISE ABREU – Bom dia a todos, à Senadora Lúcia Vânia, aos demais Senadores, aos senhores e senhoras. Eu havia preparado uma exposição de uma forma didática, para esclarecer as dúvidas jurídicas suscitadas pela imprensa – entendemos o motivo, já que a formação dos jornalistas não é jurídica. Algumas outras dúvidas apresentadas na órbita do mundo político. No entanto, essa minha fala, que seria didática, foi derrubada pela exposição realizada anteriormente, em que observei que a confusão é maior do que eu imaginava.

O fato é o seguinte: os operadores do Direito – quando digo "operador do Direito", estou me referindo ao da área pública e não ao da área privada. Digo isso com tranqüilidade, porque jamais operei na área privada e sei que teria dificuldades se o fizesse. Fui Procuradora do Estado de São Paulo por 18 anos, antes de vir trabalhar para o Governo Lula, na Assessoria Jurídica da Presidência da República, e naquele órgão tive a oportunidade de trabalhar em todas as Consultorias Jurídicas, especialmente a da Saúde, que chefiei por sete anos.

Observamos o seguinte: contrato e convênio, efetivamente, não são a mesma coisa. Em uma linguagem mais fácil para ser entendida, o contrato pressupõe uma finalidade lucrativa da entidade que vai se relacionar com o poder público, e o convênio pressupõe a comunhão de interesses entre a Administração Pública e a entidade sem fins lucrativos que será conveniada.

Quando nós do Governo resolvemos regulamentar o art. 230 – o que, diga-se de passagem, já deveria ter sido feito há vários anos –, o fizemos porque o artigo é de 1990, e o próprio dispositivo legal determinou que fosse regulamentado por decreto. Como, até o presente momento, isso não havia sido feito, o Governo Federal resolveu fazer essa regulamentação.

Esse artigo oferece três possibilidades de prestação de saúde suplementar ao servidor público da

União. Que servidor público? Evidentemente, se é um decreto do Poder Executivo, não haveria que surgir dúvida alguma de que essa regulamentação dirige-se ao Poder Executivo. Isso é básico no Direito Público.

Então, ao regulamentar esse dispositivo, havendo três possibilidades, não nos cabia regulamentar aquilo que já é decorrente dos termos constitucionais ou decorrente de legislação federal, pois isso está acima de qualquer decreto. Então, esse dispositivo diz que a saúde suplementar aos servidores públicos da União deve ser prestada pelo SUS – o que a Constituição já diz, não havendo o que regulamentar, porque há todo um arcabouço jurídico regulamentador do Sistema Único de Saúde, e ele é universal, prestando-se tanto ao servidor público como a qualquer cidadão – ou mediante contratos ou convênios.

Os contratos, como V. Exªs sabem muito bem, já são todos definidos em legislação própria – Lei nº 8.666, de 1993, conhecida como Lei de Licitação e Contratos Administrativos. Portanto, qualquer contrato administrativo já está regulamentado pela lei, e o que deve o administrador público fazer é simplesmente cumprir a legislação federal.

Porém, a outra hipótese colocada no art. 230, desde 1990, é que deveria ser feita uma regulamentação para os convênios. Aí sim, debruçamo-nos para escrever o primeiro decreto. Então, o primeiro decreto, como estou demonstrando a vocês, por obviedade, deveria regulamentar apenas a relação com as entidades privadas sem fins lucrativos e mediante convênios.

O administrador público, constitucionalmente, trabalha dentro do limite da legalidade, mas exercendo a conveniência e a oportunidade do interesse público. Por conveniência e oportunidade do interesse público, definiu-se que a administração pública federal se vier a se relacionar com estas entidades prestadoras dos serviços suplementares, mediante convênio, isto é, sem licitação – e isto é pacífico no mundo jurídico: não se licita para conveniar; e é essa diferença entre o contrato e o convênio feita na própria Lei de Licitações no art. 116 –, enfim, quando a administração pública relacionar-se com essa entidade privada para prestação desse serviço, deve fazê-lo com quem, tendo em conta o interesse público? Como entidade fechada, com autogestão e gestão participativa. Isso porque a administração pública entende que o servidor público que vai receber os serviços tem o direito, sim, de participar da gestão dos serviços que lhe são prestados. É a única forma de ele fazer com que sua voz de servidor público seja escutada no setor de prestação de serviços de saúde suplementar.

Infelizmente – e entendemos que isto ocorra porque as divergências do mundo jurídico são comuns – foi suscitada uma dúvida: a de que, como a União teria regulamentado apenas os convênios, estaria então inviabilizada a contratação mediante licitação. Por óbvio que não, porque, se o administrador público entender que deve contratar, ele tem que seguir a Lei de Licitação. Mas, tendo em conta as dúvidas suscitadas, pensamos que seria oportuno esclarecer, então, no decreto – e é só isto que traz o novo decreto – a possibilidade de licitar, o que decorre do art. 37 da Constituição e da própria Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Mas, de qualquer forma, nos cabia esclarecer, para tentar acabar com a divergência levantada por alguns.

Muito bem, foi aventado aqui que estaria prevista a anulação dos contratos e dos convênios vigentes. Isso não é verdade. É que todo contrato de prestação de serviços tem um prazo imposto pela Lei de Licitação, mas é feito anualmente e pode ser renovado até o limite de 60 meses; da mesma forma, os convênios. Ora, se o decreto traça uma nova regra, o que se fez foi respeitar os contratos vigentes e se explicitou mais uma vez aquele que vai operar o decreto: não renove daqui para a frente quando expirar o seu contrato ou o seu convênio sem seguir as regras postas neste decreto. E isso também era óbvio. Mas, como as divergências são grandes, achamos que era mais didático ser claro e especificar tudo isso.

Quanto ao monopólio, tema também levantado pela imprensa, como a Drª Regina já explanou com muita propriedade, não há que se falar em monopólio, quando existe mais de um que faça aquela mesma atividade e que tenha a mesma característica. Então, é questão de conta matemática. E, na administração pública federal, mais de uma entidade têm as mesmas características e prestam esse tipo de serviço. Mencionou-se aqui a questão da opinião jurídica, dos departamentos jurídicos e também do Tribunal de Contas da União, com relação à natureza jurídica da Geap. Aqui acontece uma outra confusão. E costumo usar o exemplo do meu Estado, porque foi lá que vivi, fui criada e fiz toda a minha carreira. Então, vou trazer para V. Exªs o exemplo do Estado de São Paulo, que é conhecido de todos, com certeza. O Incor é um hospital público e trabalha com uma fundação de apoio, chamada Fundação Zerbini, que até possibilitou que o Incor tivesse a prestação de serviço de qualidade, que é indiscutível, na América Latina.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo há muito tempo já definiu que, apesar de aquela entidade, Fundação Zerbini, que nem foi criada por lei, diferentemente da Geap, ser uma entidade constituída na junta comercial como entidade privada, registrada como tal, sem fins lucrativos, o fato de ela ter um

aporte de recursos públicos que a mantém lhe traz a natureza pública, e por essa razão o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo exige prestação de contas, há anos, desta entidade para que ela continue a operar mediante convênio com o Governo do Estado de São Paulo.

Muito bem, aqui, transportando para a Geap, a Geap além de tudo isso é uma entidade que foi criada por lei, foi transformada por lei em 1993 na Fundação de Seguridade Social. Isso é o art. 5º. Penso que isso foi tão citado no jornal, não adiantou nada. De qualquer maneira, tem uma disposição legal que transforma a entidade patronal em Geap. Então, ela também, apesar de registrada como privada, detém natureza pública porque há o aporte de recursos públicos para a sua manutenção e o aporte dos recursos dos servidores que pagam a prestação de serviços.

Ora, se existem divergências quanto a isso, existe também o reconhecimento do Governo Federal de que a Geap deve prestar contas ao Tribunal de Contas da União, e que se não o fez até hoje é porque o Tribunal de Contas da União jamais exigiu essa prestação de contas ao longo desses dez anos em que a Geap existe e dos Governos anteriores, e já não é uma responsabilidade nossa.

Então, reconhecendo a entidade privada como de natureza pública, há um reconhecimento inequívoco de que é necessária a prestação de contas. E penso que assim fica resolvida a situação do (inaudível). Ele tem uma preocupação não com o decreto, mas com o futuro dessa entidade por conta da eventual necessidade do aporte de mais recursos do Tesouro Nacional para a manutenção da entidade. Ora, cabe ao Tribunal de Contas da União fazer a verificação dessa contabilidade. E se não foi feita até hoje, e será feita a partir desse decreto, a sua preocupação fica absolutamente sanada.

Estou à disposição de V. Exªs para responder qualquer pergunta. Sei que um discurso jurídico é árido, é cansativo, mas passou a ser necessário porque se travou um debate jurídico na imprensa e um debate sem o menor fundamento. Tanto é verdade, e reforço o que a Drª Regina disse, que o nosso entendimento, que não é uma novidade, não é uma tese criada por nós, pelo nosso Governo, é uma tese aceita no Direito Administrativo, foi corroborada por dois pareceres de grandes administrativistas, indiscutivelmente são grandes administrativistas, que entendem que a natureza pública dessa entidade é patente, ou seja, foi registrada como privada, tem aportes de recursos públicos, portanto é pública, é uma entidade sem fins lucrativos, portanto pode fazer convênio, e convênio não pressupõe licitação. Então, quanto aos aspectos jurídicos, temos muita firmeza no que foi editado no decreto. E nos colocamos à disposição de todos para qualquer esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos à Drª Denise Abreu e a todos os expositores pela gentileza de cumprir o tempo. Agora, vamos passar aos debates.

Peço dos Srs. Senadores que colaborem com a agilidade dos trabalhos e aqueles que estiverem inscritos usarão até cinco minutos para as perguntas, com direito à réplica.

Gostaria de saber do plenário se cinco minutos é o suficiente.

Vamos estabelecer cinco minutos com direito à réplica.

Passamos a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Tião Viana, pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente, o Senador Antonio Carlos Valadares teve que ir votar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e deverá estar chegando no máximo em cinco minutos.

Peço que V. Exª desse a palavra ao segundo da lista.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Passo, primeiro, a palavra ao autor do requerimento, o nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é um momento importante da história da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Ela cumpre rigorosamente o seu papel de informar à sociedade brasileira sobre eventuais dúvidas sobre o curso da administração pública federal, sobre instituições que operam também com as suas responsabilidades públicas, como é o caso, agora, da Geap. Cumprimento a todos os expositores pela objetividade. Lamento apenas ter que criticar, de maneira democrática, o Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, meu colega e amigo de muitos anos, Sr. Fausto Santos, porque não disse absolutamente nada. Entendo que a nossa ANS deveria dar aqui o seu testemunho da história da Geap no Brasil, dar o seu testemunho das relações de mercado que estamos vivendo, quais os desafios do marco regulatório que, atualmente, se impõem à ANS. Infelizmente, não conseguimos ouvir absolutamente nada. Eu, que fiz a indicação dele, lamento de tenho certeza pela competência que lhe é peculiar, pela história de Sani-

tarista que ele tem, com a qual ele poderá contribuir na segunda fase do debate.

O debate está claro. O Dr. Horácio Preta foi muito claro em dizer que o problema é o Decreto e os jornais, infelizmente, não disseram isso. O jornal **O Estado de S.Paulo** não disse que o problema era o Decreto. O jornal fez uma denúncia de ordem ética à Casa Civil da Presidência da República. Lamento este episódio porque deveriam ter tido esta clareza que V. Sª teve aqui. O problema foi o Decreto. As empresas de grupo se sentem com danos a partir de um Decreto que foi editado a partir da Subchefia de Assuntos Jurídicos da Presidência da Casa Civil. Então, daí chegaremos a um campo de diálogo racional, à altura do que se impõe para as relações entre Estado e sociedade.

Eu gostaria de deixar claro o seguinte: V. Sª quer também avançar numa intenção – que me parece ser conceitual – das empresas de grupo, de que a Geap deveria disputar o mercado. V. Sª foi claro como qualquer outra entidade, mas a Dr. Regina foi claríssima. Ela disse que não é interesse da Geap disputar mercado. Ela não quer competir com as empresas privadas. Ela cumpre um papel histórico com a sua função social e com a sua identidade pública. Então, é preciso deixar claro também esse tipo de separação.

O Dr. Celso Barros foi claríssimo – e eu o cumprimento de maneira distinta, Dr. Celso, por conhecê-lo há algum tempo. V. Sª dirige uma empresa que tem como filiados 11 milhões de brasileiros e cumpre um papel complementar efetivo para a sociedade brasileira – e sabemos da fragilidade do poder público, do nosso fantástico Sistema Único de Saúde –, mas V. Sª colocou a opinião ética na frente de uma opinião de mercado. Este é um belo exemplo de boa convivência entre empresas privadas, o Governo e o interesse público, quando V. Sª deixou um testemunho da história de seriedade e ética que tem a Geap. Isso, então, é um marco nas relações políticas que queremos para o Parlamento e que queremos nesse tipo de ambiente.

Eu, então, basicamente, teria a acrescentar, Srª Presidente, que a clareza dos expositores foi tanta – da Drª Denise Abreu – mostrando que a Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil sai de uma postura, historicamente retraída, e vem a público com grandeza, com uma visão ou opinião acadêmica, respaldada nos maiores juristas do Direito Público deste País, e com clareza faz a defesa de decisões tomadas.

Celso Bandeira de Mello, reconhecido de todos, no seu parecer chega a afirmar que não deveriam sequer ter feito esse ajuste de entendimento no decreto, no seu art. 1º, conforme a intenção do TCU. Se há alguém errado nessa história é o Tribunal de Contas da União. Se houver alguma dúvida neste debate, serei o primeiro a pedir pela vinda do Presidente do TCU para prestar os esclarecimentos e fazer a autocrítica nesse processo. Quem não pediu prestação de contas para a Geap foi o Tribunal de Contas da União.

A denúncia de irregularidade é de 1995, do governo Fernando Henrique Cardoso. Quem está se sentindo prejudicado são as empresas de grupo, que não estão querendo uma nova licitação, já que têm de cumprir a Lei nº 8.666, a Lei das Licitações, não a Geap, a qual já trabalha num modelo de convênio.

Nós da base do Governo não estamos denunciando a Fundação Zerbini e o Instituto do Coração, pelo contrário. A luta da base do Governo, mesmo sabendo que é uma instituição do Estado de São Paulo, sob o regime político do Governador Geraldo Alckmin, é ajudar mesmo o Instituto do Coração e a Fundação Zerbini, que têm um papel ímpar e não prestam contas, não têm denúncia alguma e têm a mesma característica da Geap: trabalham sob a forma de convênio. Fico temeroso de imaginar que, mais adiante, alguém poderá chegar aqui e dizer: "A Rede Sarah de Hospitais trabalha com algumas centenas de milhões no Brasil, tendo a Fundação das Pioneiras Sociais como base de apoio. Vamos anular, denunciar para disputar o mercado dos Hospitais Sarah." Não quero ver esse horizonte mais adiante.

São exemplos belos de atividade complementar, o Incor, a Rede Sarah e outros que temos, e não devemos ter esse tipo de comportamento. Aqui estamos testemunhando um momento de política elevada, de elucidação. A Oposição está legitimada ao trazer tais observações. Podemos concluir seguramente pela valorização histórica e atual da Geap .

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Senador Tião Viana.

Submeto ao Plenário se poderíamos ouvir 3 Senadores e, posteriormente, passar aos expositores.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Leonel Pavan, que subscreveu o requerimento do Senador Arthur Virgílio.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Quero cumprimentar todos os Srs. Senadores e expositores. O Senador Arthur Virgílio nos ligou há pouco e está se dirigindo a esta Comissão para fazer algumas indagações.

Estávamos aqui verificando que houve um direcionamento, por parte do Governo, em relação à Geap. Para esclarecer, eu queria apenas a todos, a minha pergunta à Srª Regina Parizi é se realmente a Geap participou, junto com o Governo, na elaboração do decreto. Se houve a participação, se elaborou o decreto junto com o Governo, certamente ocorreu um direcio-

namento. É por isso que a imprensa está denunciando e o TCU, questionando: na elaboração do decreto, a Geap também participou? Essa é a minha pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o primeiro inscrito, Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Com a palavra o segundo inscrito, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. convidados, quero fazer a primeira indagação ao Sr. Fausto Pereira dos Santos mais no aspecto jurídico: disseram que a Geap é a única empresa de autogestão que absorve servidores federais de vários outros órgãos, quer dizer, é multipatrocinada, diferente de outras que têm uma autogestão apenas por uma patrocinadora como o Serpro e outras. De maneira que a informação é que a ANS ainda não regulamentou a atuação das autogestões multipatrocinadas. Essa seria uma pergunta para o Fausto.

À Drª Regina Parizi, eu queria dizer que eu não conhecia a Geap, não sabia o que era a Geap. Vim a saber dela há uns 5 anos apenas. A Geap é um órgão político, uma entidade que atende aos funcionários públicos, mas tem apenas o bônus de ser pública e o bônus de ser privada. Essa empresa tem as vantagens de ser pública e as vantagens de ser privada. Evidentemente, é uma entidade que presta serviços muito bons pelo Brasil afora. Tenho certeza disso e não tenho dúvida com relação aos trabalhos prestados pela Geap e à importância que tem para os funcionários públicos em todo o Brasil. No entanto, é importante que possa haver direito de opção, outra possibilidade de escolha para os funcionários.

A questão básica, do ponto de vista político, é que, no Governo passado, as entidades sindicais e o próprio Partido dos Trabalhadores criticavam a idéia de que os cargos da Geap fossem preenchidos por indicação política. Na verdade, de acordo com visão mais ampla que fez com que o Presidente Lula absorvesse vários quadros em todos os ângulos da administração, os quadros da Geap estão sendo preenchidos de maneira partidária e não, política.

Quero saber de V. Sª se as pessoas foram designadas para as superintendências por indicação partidária. Não tenho nada contra a indicação política. Penso que a indicação política é perfeita, mas por que o PT a criticava e agora a pratica? Essa incoerência insere-se numa questão mais ampla das muitas incoerências tantas que estamos vendo no Governo atual. Muitas coisas que eram criticadas estão sendo praticadas agora.

Não tenho nada contra ao fato de a remuneração ser a remuneração de mercado. É importante. Para podermos exigir da área pública um bom rendimento, é fundamental à eficiência que haja pagamento de salários de mercado. Pelo que foi divulgado pela imprensa, os salários da direção da Geap seriam o dobro do que recebem os Deputados e Senadores, um salário muito criticado pelo Brasil afora. Criticam muito os salários dos Deputados e Senadores, dizendo que se trata de salário absurdo, mas, pelo consta no jornal, a remuneração da diretoria da Geap estaria acima do limite salarial estabelecido para a área pública, qual seja o salário dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Essas são as minhas considerações sobre o preenchimento dos cargos da Geap e sobre a sua "partidarização", ressaltando que essa não é uma postura que eu possa criticar **in totum**, mas que muda a atuação que vinha tendo o Partido de V. Sª que criticava quando, às vezes, ocorria isso – às vezes, porque, no Governo passado, não era sempre que se via uma indicação política.

Acredito até que os políticos brasileiros não sabem da importância da Geap, que contrata médicos e laboratórios sem licitação, firma convênio com dentistas por critérios pessoais do superintendente. Isso tudo é feito com a maior tranqüilidade, com o bônus, como disse, de ser empresa privada. A Geap tem toda a liberdade, como se fosse uma entidade. Realmente, a Geap faz a contratação do médico, do laboratório ou da clínica que o Superintende quiser.

Essas são as perguntas que gostaria fossem respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Para responder ao Senador Tião Viana, primeiramente, passo a palavra ao Dr. Horácio Catta e, em seguida, ao Dr. Fausto, à Drª Regina, ao Dr. Celso e à Drª Denise.

O SR. HORÁCIO CATTA PRETA – Senador Tião Viana, agradeço a V. Exª as palavras. Realmente, é objetivo das seguradoras especializadas em saúde ter o foco específico no decreto. Particularmente, esse decreto afeta vários contratos firmados por meio de licitações junto a órgãos públicos.

Na primeira leitura do decreto, tivemos a impressão de que isso afetava tudo. Hoje, tivemos o esclarecimento da Drª Denise Abreu no sentido de que o decreto atinge apenas os convênios. Como a Drª Denise mencionou, no plano jurídico há sempre divergências. Entendem muitos que isso afetará também a decisão de vários órgãos públicos, que se sentirão obrigados a fazer esses convênios.

Essa é a principal dúvida. Se isso vai se encaminhar dessa ou daquela forma, temos que ver como será a orientação do Governo. Sabemos muito bem

que o órgão público está sujeito ao comando do poder maior. Aí não sabemos como serão conduzidos esses convênios ou esses contratos, por meio de licitação.

Quanto ao aspecto econômico da operação, volto a insistir que o ponto principal é que a Geap, ou qualquer outra entidade, necessita operar nas mesmas bases cuidadosas, de prudência, que regem as demais operadoras do sistema. Os compromissos assumidos em relação ao futuro são fundamentais não só para a manutenção dela, mas para a manutenção do equilíbrio do sistema. Cada entidade que deixa de pagar contas aos fornecedores – hospitais, médicos, etc – ou deixa de atender os usuários do sistema causa um abalo em todo o sistema. Isso é um complicador contínuo.

Era esse o esclarecimento que tinha a fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Tião Viana, V. Exª está satisfeito com a resposta?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Estou bem satisfeito. Solicito apenas um minuto de réplica para registrar, também de maneira especial, o reconhecimento e a valorização do que disse a Dr. Regina Parizi, uma opção solidária que tem a Fundação de Seguridade Social pelos servidores federais que têm baixa renda, que não interessam efetivamente ao mercado privado, pelo menos até agora, conforme o exemplo citado por ela do Ministério dos Transportes.

Cumprimento-a também pela valorosa gestão em que esteve à frente de uma instituição há um ano e poucos meses com 120 milhões em dívidas. Neste ano, já está com algo em torno de 20 milhões apenas em dívidas, o que demonstra a probidade e a responsabilidade na gestão de uma empresa que é vital para os servidores públicos federais.

Espero até que, num futuro não distante, a Fundação de Seguridade Social pense em avançar as suas fronteiras. Se eu fosse governador de um Estado que não dispusesse de uma fundação pública com as características da Fundação Zerbini, como o Rio Grande do Sul e outras, tentaria atrair a Geap para convênios e participação na gestão complementar, sem, com isso, ter qualquer tipo de restrição às seguradoras privadas.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Como o Senador Tião Viana não fez perguntas aos demais expositores, alguém deseja fazer alguma observação?

Concedo a palavra ao Dr. Fausto.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Lamento não ter correspondido às expectativas do Senador Tião Viana com relação ao órgão regulador. Por uma avaliação política, achei que não era o momento, na minha intervenção, de abrir um debate sobre os rumos da regulação do setor de saúde suplementar no Brasil para ficar afeto ao tema colocado.

Esclareço que, como órgão regulador, entendemos o papel central que as autogestões representam no mercado de saúde suplementar brasileiro. Aliás, a riqueza que garante o mercado de saúde suplementar no Brasil é a sua diversidade. O fato de contarmos com seguradoras, com cooperativas médicas, com autogestões, com medicinas de grupo, certamente garante a riqueza e a pujança de hoje termos cerca de 40 milhões de brasileiros assistidos pelo setor de saúde suplementar no Brasil.

Reconhecemos as autogestões como uma das opções vitais para estender esse benefício a uma série de pessoas que, do ponto de vista individual, não teriam condições de acessar o sistema suplementar – só de maneira coletiva. As autogestões têm cumprido esse papel, sejam elas autogestões de natureza pública, sejam de natureza privada.

A agência reguladora reconhece como fundamental o setor de autogestão no mercado da saúde suplementar.

Outra questão: na verdade, as autogestões efetivamente não disputam mercado de acordo com a concepção de alguns dos expositores aqui, até pela sua própria natureza. As autogestões financeiras têm característica de fundação, de formatação e de destinação de público-alvo. Então, até pela própria concepção, elas não disputam mercado, inclusive, no plano individual, se comparadas com outras operadoras, quando, por exemplo, uma empresa privada resolve ampliar ou dar benefício aos seus trabalhadores. A autogestão não permite disputa nesse tipo de mercado, mas permite a discussão de seus próprios patrocinadores.

Senador Eduardo Azeredo, no entendimento da minha agência hoje, a patrocinada e a multipatrocinada estão sendo tratadas da mesma forma. No processo da revisão da legislação, na tramitação da própria MP nº 148, na Câmara dos Deputados e, agora, no Senado, o Governo assumiu um compromisso político com as diversas bancadas de que, num prazo curto de 60 ou 90 dias, apresentar uma nova proposta, uma regulamentação mais geral do setor, revendo alguns aspectos da 9.656, na qual essas questões ainda não processadas, após completar seis anos da Lei, possam ser revistas.

Hoje, a multipatrocinada é encarada dentro da agência da mesma forma que a monopatrocinada e segue a mesma legislação, os mesmos regulamentos e as mesmas obrigações em relação à agência.

Finalmente, as autogestões – não me refiro à Geap ou a qualquer uma outra – têm regras específicas de funcionamento, assim como as cooperativas e as seguradoras. Do ponto de vista do órgão regulador e desta Casa, que elaborou a legislação, apesar de

o produto ser a saúde suplementar, são empresas de origens e naturezas distintas. Volto a repetir que é isso que garante, na verdade, a pujança do funcionamento desse mercado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Drª Regina. Se ela desejar, pode responder aos três Senadores. Posteriormente, eu passaria à réplica.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Gostaria de responder inicialmente ao Senador Eduardo Azeredo, se for possível. S. Exª está atendendo a um telefonema.

Bem, gostaria de começar do final, respondendo ao Senador primeiramente sobre os assuntos mais comezinhos. Agradeço ao nobre Senador as perguntas feitas, porque elas foram de grande ajuda para mim particularmente.

Espero que a imprensa esteja presente, principalmente o jornal **O Estado de S.Paulo**, que precisa, acima de qualquer coisa, ter um compromisso com a verdade. O jornal não consultou aquela Casa ou a mim e divulgou que fui orientada pela Casa Civil a não falar. Não é verdade. O jornal não entrou em contato comigo, assim como disse que fui indicada pela Casa Civil. Não fui, mas pelos três Ministros.

Gostaria de deixar mais do que registrado, gravado, que para mim seria uma grande honra ter sido indicada pelo Ministro José Dirceu, um grande brasileiro, que deu uma grande contribuição à democracia brasileira. Graças a ele, que pôs em risco a vida, todos nós estamos hoje aqui.

Em segundo lugar, com relação ao meu salário, até justifico a confusão do Senador, porque o jornal **O Estado de S.Paulo** divulgou que o meu salário seria de R$25 mil. Não é verdade. Fui contratada por menos do que recebia no Estado de São Paulo – e o meu contrato está aqui à disposição de todos –, e, como qualquer outro empregado da fundação, com três meses de experiência inclusive, podendo até ser mandada embora, por R$16 mil bruto e por R$10 mil líquido. Já o meu antecessor, contratado no Governo anterior, tinha um salário de R$18.017,00, com bônus trimestrais por produtividade e multa de rescisão de contrato de R$109 mil. Eu acho que realmente é um abuso, uma imoralidade que o Governo consertou e que, particularmente, eu, Regina Parizi, não aceitei. Acho esse contrato absolutamente antiético. Está à disposição dos Srs. Senadores. Não precisa de CPI, eu trago todos os documentos aqui. Aqui está o meu contrato, Senador. Aqui está o meu contrato.

O SR. – O antecessor da senhora quem era? Só para lembrar.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Dr. Ricardo Ackel. Indicado em 2001.

O SR. – Ele participa do Governo atualmente?

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Não. Não participa, Senador.

O SR. – E o anterior a ele?

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Eu não sei, Senador. Eu não era do Governo anterior, eu acho que poderia perguntar para o Governo anterior. Ele foi contratado em 2001, na época o Ministro era José Serra, e o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso. É o que sei, V. Exª me desculpe. Quanto à mudança de cargo, Senador, o meu antecessor trocou todos os membros da Diretoria da Grupo Executivo de Assistência Patronal – Geap. Eu troquei um único, um único diretor. E é importante que V. Exª saiba: sabe de onde veio esse diretor que eu trouxe? Do Governo do Ministro José Serra, porque é um colega em cuja competência profissional confio.

O SR. – Mas a superintendência...

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Eu gostaria de responder. Em relação aos diretores, eu troquei um.

O SR. – Aqui não é proibido que o Senador possa fazer uma breve interrupção. Isso não é proibido aqui.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Desculpe, está certo. Eu também posso fazer, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu pediria aos Senadores, para agilizar o trabalho, que façamos a réplica após a exposição completa, porque ficaria mais rápido.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Para facilitar meu raciocínio também. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Eu gostaria que ficasse claro o seguinte: eu troquei um único diretor e troquei cinco superintendentes até agora. O meu antecessor trocou 19 superintendentes em 27. Eu troquei cinco. Trocou todos os diretores, e eu troquei um único. Então está claro. Está à disposição o setor de Recursos Humanos da Fundação, não precisa ser comigo, os funcionários dos Recursos Humanos prestam todas essas informações aos senhores. Os que eu troquei, troquei porque os anteriores não tinham o perfil para gestão que considero mais adequado. Assim como poderei trocar outros. Assim como os Ministros e servidores poderão me trocar se eu não me mostrar com o perfil adequado para a gestão. Esse é um direito do gestor e do administrador, que foi utilizado à exaustão no Governo anterior. Por que este não pode utilizar? É o mesmo direito. Chama-se isonomia. O meu salário, portanto, gostaria que a imprensa publicasse, até porque meus filhos se surpreenderam com a notícia:

"Mãe, você nos enganou na mesada". Não é possível um negócio desses.

Bom, além disso, há a questão de ser multipatrocinada. Não é só a Geap. A Geap tem mais patrocínios e está definido. Eu participei da Lei 9.656, participei com os Senadores aqui da elaboração da Lei 9.656/98, depois fui para a Câmara de Saúde Suplementar, participei da regulamentação dos planos de saúde. A autogestão lá está definida: ela pode ser unipatrocinada, multipatrocinada, depende da vontade do empregador e do empregado, do patrão ou do empregado, seja no setor público, seja no setor privado. É importante falar que no setor privado também existe autogestão. Vamos dar um exemplo: vai perguntar para a Volkswagen se ela quer empresa privada lucrativa. Ela não quer. Ela faz autogestão com seus próprios empregados. Quanto à qualidade da autogestão, eu não vou ficar disputando com meus colegas aqui.

Aliás, sobre o salário, gostaria até que meus colegas dissessem se eles ganham o mesmo que eu, que é R$10 mil líquidos. Eu penso que a iniciativa privada paga bem mais. Pelo menos me ofereceram um emprego com um salário bem mais alto. Não aceitei, porque tenho compromisso com o setor público.

Quanto ao nível de satisfação, Srªs e Srs. Senadores, coloquei nas pastas uma pesquisa feita pela Tower Perrin, a maior empresa de consultoria independente do mundo. Como V. Exªs podem ver, a pesquisa está na 23ª versão, ela faz a pesquisa há 23 anos no Brasil para os empresários da Fiesp. Como o senhor pode verificar aqui, o nível de satisfação por operadora é o seguinte: administradora de planos, que principalmente os segmentos Bradesco e Itaú fazem, o alto nível de satisfação é de 13%; autogestão, 51%; cooperativa médica, 11%; medicina de grupo, 7%; seguradora, 21%. Portanto, não sou eu, não é a minha empresa que está dizendo o nível de satisfação com o tipo de operadora; quem está dizendo aqui é o mercado, essa pesquisa é dada aos empresários da Fiesp e me foi encaminhada também. Por aqui, V. Exªs têm informações sobre essa questão. Peço à Senadora um pouco de paciência, pois sou a única que responde pela Geap, então, preciso ter um pouco de tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Drª Regina, vários Senadores querem perguntar. Para economizar tempo, V. Exª poderia responder aos poucos.

A SRA. REGINA PARIZI – O Senador Leonel Pavan pergunta se a Geap participou da elaboração do decreto.

Primeiramente, não sou jurista; sou médica. Não entendo nada de elaboração de decreto. Fui chamada num grupo, não omiti esse fato nem menti sobre ele, falei para **O Estado de S.Paulo** na segunda-feira. Fui chamada, estava presente a ANS, a SPC, A SRA. Darcy Reis; representantes do Ministério do Planejamento e da Casa Civil, sendo alguns advogados. Essas pessoas me perguntaram: o que é a Geap? O que a Geap tem? Como ela está? Ela deve? Não deve? Como é a legislação dela? É previdência? É saúde? Dei as informações e fui embora. Entendi como se fosse minha obrigação prestar contas e ser sabatinada pelo Governo, assim como quando a imprensa me pergunta. Quem é a Geap? O que ela faz? Vai perguntar a quem? Vai perguntar a mim. Eu é que sou a diretora contratada. Vão pedir a quem as informações da Geap? Fui lá e dei as informações.

Era isso.

Obrigada, Srª Presidente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Houve uma referência a salário. Eu queria aproveitar para fazer uma pergunta aos representantes das outras entidades, inclusive privadas, quanto aos salários dos diretores.

O SR. (Orador não identificado) – A Senadora não está inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Ana Júlia, por favor, eu gostaria que V. Exª observasse a lista de inscrição.

Com a palavra a Drª Denise Abreu.

A SRA. DENISE ABREU – Eu só queria acrescentar algo à resposta que a Drª Regina deu ao Senador Leonel Pavan, sobre a participação na elaboração do decreto.

O fato é que V. Exªs acessaram essa informação por conta de uma Ata publicada em **O Estado de S.Paulo**. Essa Ata de reunião – **O Estado de S.Paulo** não esclareceu isso e, infelizmente, os leitores de **O Estado de S.Paulo** não observaram – tratava de duas matérias. A Geap estava trazendo subsídios para o nosso trabalho com relação à divisão ou não dela. A Geap presta serviços de saúde, mas ela também é previdência e isso também está sendo estudado. Exatamente por essa razão, para elaborarmos qualquer projeto, medida provisória, decreto ou projeto de lei precisamos de subsídio. E não temos a menor vergonha e temos a humildade de dizer que, se eu precisar de subsídio de algum setor para bem elaborar uma norma, pedirei. É exclusivamente isso.

Agora, a área jurídica da Casa Civil é toda preparada, com toda a sua assessoria, para redigir decreto sem a necessidade de que a área médica redija pelos advogados que lá estão contratados.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu perguntaria aos demais expositores se têm alguma observação a fazer.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, para uma réplica, se assim desejar.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Considero as questões respondidas.

Espero que essa postura permaneça, que não haja uma partidarização da Geap, e que possamos ter um direito de escolha aos funcionários públicos para optarem entre a Geap e outra, sempre repisando que considero que a Geap é uma boa empresa, que atende bem aos funcionários do meu Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pergunto ao Senador Leonel Pavan se deseja uma réplica.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Na verdade, eu queria fazer um comentário. Hoje, o PT está aí para responder às perguntas da Oposição; em outros anos ele estava aqui. E o Partido não aceitava pacientemente, dessa forma, as respostas do jeito que estão sendo dadas. As perguntas dos Senadores eram ironizadas, como se eles fossem os pais da ética, até porque essa máscara caiu. De repente, para que isso fosse verdade, para melhorar as coisas, teríamos que dizer que Waldomiro tem razão.

A verdade é que estamos aqui apenas perguntando para elucidar, para tirar algumas dúvidas. Este é o papel do Senador, é o papel desta Casa. Temos obrigação com a sociedade e a imprensa tem sido um órgão, é um órgão de informação para o Brasil e para o mundo e foi um órgão de formação para o PT no passado. Quando se fala mal é porque se falta com a verdade e quando se fala bem isso é colocado nos jornais.

O **Estado de S.Paulo** tem feito duras críticas ao governo passado, que nós aceitamos, e tem embasado discursos do PT, de Senadores e Deputados Federais também. Acreditamos que a imprensa tem levado informação para a sociedade, até porque é através dela que conseguimos mostrar o nosso trabalho, tanto do Governo Federal como dos Senadores.

O SR. (Orador não identificado) – Levantou o caso Waldomiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Até agora mesmo, tendo sido útil no caso Waldomiro. Pode ser que queiram que busquemos a Lei da Mordaça para a imprensa e para o Ministério Público, coisa que era contestada pelo PT no passado.

Estamos aqui justamente porque o jornal, a imprensa, um órgão de respeito aqui no Estado, alertou. Não estávamos lá na hora para saber se a Geap participou ou não do decreto. O PSDB não foi convidado para participar, para levar subsídios, mas o jornal **Estadão** publica um artigo dizendo alguma coisa, e nós da Oposição temos que tomar providência. Aliás, não foi apenas o Senador Arthur Virgílio, mas também Tião Viana requereu elucidação. Espero que as respostas sejam para trazer transparência e para elucidar os casos e não para querer contestar ou menosprezar o Parlamentar por ser da Oposição ou não. Estamos aqui cumprindo o nosso papel. Espero que as respostas realmente sejam claras, transparentes, e possamos esclarecer melhor a população brasileira. Principalmente o TCU está contestando justamente este contrato. Talvez tenhamos que convidar o Presidente do Tribunal de Contas.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem apenas para encerrar a minha fala, porque eu teria direito a tréplica, de trinta segundos, no máximo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Registrando um testemunho desse episódio todo que estamos atravessando, chegando ao seu desfecho aqui no Senado Federal, sobre a Geap, eu gostaria de dar o testemunho de que a Oposição foi completamente séria, sensível e cuidadosa no trato dessa denúncia. Se houve uma denúncia ampla, intensa, por parte de um veículo de comunicação, é um direito da liberdade de opinião da imprensa. Podemos receber críticas e deveremos conviver sempre com isso.

A Oposição, quanto ao assunto Geap, foi absolutamente responsável e tratou a questão como uma oportunidade de esclarecimento e de defesa do Governo em todos os momentos dessa discussão, que testemunhei desde o primeiro ato. Talvez a Casa Civil dê um grande exemplo de pronta atenção à denúncia. A resposta veio imediatamente, em poucas horas, e saímos na frente ao esclarecer os fatos na tribuna do Senado Federal.

O SR. (Orador não identificado) – Senador Tião Viana, a Drª Regina manifestou-se a respeito do ex-Presidente. Eu estava no telefone confirmando a informação. O Dr. Ricardo Ackel não é filiado ao PSDB nem tem nenhuma vinculação política conosco. Ele foi indicado pelos sindicatos. Portanto, se a senhora considera imoral a atitude dele... A indicação dele foi feita pelos sindicatos.

(Manifestação dos convidados.)

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Peço aos convidados que não se manifestem.

O SR. (Orador não identificado) – A indicação dele, repito, foi feita pelos sindicatos que fizeram essa consideração.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares e, em seguida, ao Senador Sérgio Guerra e à Senadora Fátima Cleide.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. convidados, Srªs e Srs. Senadores, sabemos que a Seguridade Social é uma área bastante sensível, porque lida com milhares e milhares de segurados. Muitos deles se encontram em situação deplorável até do ponto de vista da remuneração. Por isso, considero da mais alta importância que os mais interessados no pecúlio ou na aposentadoria ou em um serviço de assistência social e de saúde tenham a opinião balizadora, pois escolheram essa ou aquela operadora, essa ou aquela empresa seguradora.

Ficou bastante claro, nas opiniões da Drª Denise e da Drª Regina, que não existe qualquer privilégio em um convênio assinado entre o Governo Federal para atender a alguns Ministérios do Executivo e a Geap, que, pelo seu passado, sempre contribuindo de forma exemplar para a melhoria e o bem-estar social dos seus segurados, jamais foi contestada na sua ação. É uma ação benfazeja que, ao invés de ser criticada, deveria ser reconhecida e elogiada, pois é uma empresa que não visa ao lucro e, acima de tudo, garante aos seus segurados a saúde de que precisam. A Geap, a meu ver, é um modelo de administração que deve ser seguido.

No que diz respeito ao Governo Federal, existem instituições que adotaram o modelo da seguridade social própria, como a Cassi, do Banco do Brasil; a Assefaz, do Ministério da Fazenda; a Fassincra, que representa o Incra; e a Fioprev, da Fundação Oswaldo Cruz. São exemplos marcantes de que instituições de natureza pública, ligadas ao setor dos servidores, são importantes na prestação do serviço de saúde e outros.

Conforme foi evidenciado pela Drª Regina, há serviços, como o de assistência social, que não são prestados por outras seguradoras do setor privado.

E no que diz respeito, por exemplo, à alíquota que o servidor público é obrigado a pagar mensalmente, tenho quase certeza que o servidor público, para receber o mesmo benefício, paga muito menos à Geap do que pagaria a uma instituição privada, que não é tem a natureza pública da Geap.

Eu perguntaria, então, à Drª Regina o seguinte: Em relação às outras seguradoras, às outras instituições de natureza privada, para prestar o benefício da saúde, porque da assistência e outros benefícios às empresas não participam, qual o nível de contribuição comparativamente entre Geap e as outras instituições? O Dr. Horácio Catta Preta expressou a preocupação sobre reservas, no sentido de que a Geap não teria condições de prever o futuro para fazer a cobertura dos benefícios e quem sabe numa crise maior, segundo ele, os servidores públicos poderiam ser penalizados.

Sobre as reservas da Geap, sobre essa crítica feita pelo Dr. Horácio, o que V. Sª tem a dizer? Sabemos que os Governos Estaduais não realizam licitação, porque têm seus regimes próprios de seguridade social. Por exemplo, lá no Estado de Sergipe, há o IPIs, Instituto de Previdência do Estado de Sergipe. V. Sª tem informações de como é feito o procedimento? É por meio de licitação ou de convênio que os Estados mantêm relações com as fundações de apoio aos servidores públicos?

Ressalto, ainda, que a iniciativa privada é necessária, sem dúvida alguma, ao crescimento da nossa economia, porque gera emprego. Sou favorável à iniciativa privada, mas, no que diz respeito à seguridade social, quem tem o direito de escolher aquela instituição que lhe vai prestar o benefício é o próprio servidor, de modo que o Governo Federal age com o maior acerto, com a maior acuidade, ao permitir que não se aja com autoritarismo, porque as empresas privadas merecem nosso respeito, é bem verdade, mas não teriam nem condições de prestar o benefício para funcionários pequenos, categorias de servidores pequenos, em que a Geap atua com bastante eficácia.

Aproveito a oportunidade, Srª Presidente, para manifestar meu apoio integral ao que a Geap vem fazendo não só aqui em Brasília, mas em todo o Brasil. Ela é valorizada em Sergipe e reconhecida como uma das maiores instituições do setor de seguridade do País, sem excluir o valor das empresas privadas como a Unimed, que é muito querida no meu Estado, e de tantas outras reconhecidas por todos nós. Agradeço a V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Em momento algum, criticamos o trabalho da Geap, nem menosprezamos sua importância. Convém dizer que se fez aqui um requerimento para buscar informações referentes ao que veiculou a imprensa, pois esta é nossa obrigação. Então, em nenhum momento, não o fizemos agora, nem o faremos, criticamos a qualidade do serviço prestado pela Geap. Estamos fazendo referência às dúvidas que existem hoje em nível nacional sobre a formulação do decreto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Solicito aos Srs. Senadores e convidados que tenhamos bas-

tante serenidade neste debate, que é extremamente importante para os servidores, que estão aqui hoje como nossos convidados.

Vamos fazer o debate com serenidade, discordando, mas não atrapalhando o andamento dos trabalhos.

Pediria aos Srs. Senadores que me ajudassem a agilizar os trabalhos, para que pudéssemos tirar desta visita que hoje nos fazem os expositores maiores informações, a fim de aclararmos esse polêmico e difícil assunto.

Recebi os servidores durante toda a semana e sei o quanto estão apreensivos com o debate. Mas tenho a certeza de que sairemos daqui hoje muito mais bem informados.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Srª Presidente, Srs. expositores, ouvi com atenção todos os que falaram até agora e li, como muitas pessoas, notícias que a imprensa vem divulgando sobre o assunto.

Devo dizer que não sou da área, não a conheço em detalhes, e tenho sobre a instituição Geap uma boa referência. Acho que ela tem conceito de ser uma instituição positiva e não negativa, reconhecida, aliás, por todos que falaram aqui hoje.

Esse conceito não se comprovou nos seis meses ou primeiro ano do Governo Lula. Não é um conceito que deve ser creditado ao Presidente Lula e debitado ao Presidente anterior. É um conceito da instituição. Vamos separar os presidentes, os partidos e cuidar da questão em si.

O fato concreto é que, em minhas próprias limitações, como pessoa que acompanha o processo econômico, social e político do meu país, situações aparentemente de favorecimento não são recomendadas. O Geap é uma instituição que contrata funcionários, médicos e diretores com absoluta liberdade como se fosse uma empresa privada. De outro lado, tem um mercado cativo, crescentemente regulamentado como se fosse uma empresa pública.

Essa situação de ambigüidade nunca ajudou ninguém e não é recomendável. Como explicar que uma instituição com esse peso econômico não tenha, até hoje, prestado contas a ninguém? O Tribunal de Contas da União desconhece o Geap.

Ouvi com atenção as palavras do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde. O fogo amigo do Senador Tião Viana diz que foram vazias, mas não foi bem assim. Ele disse, por exemplo, que tinha extrema dificuldade em avaliar os serviços prestados, entre outras razões, porque o Geap prestava serviços muito diferenciados. A Previdência de um lado, o serviço de prestação de saúde de outro, enfim, uma situação especial, ambígua, rigorosamente favorecida.

É claro que essa instituição está sendo usada politicamente. Não vamos fazer isso hoje por não ser a oportunidade, mas precisamos de uma informação completa se superintendentes regionais estão sendo nomeados por indicação política.

Não sei se era assim antes, não sei se é assim agora, mas o fato é que não deveria ser assim. Aliás, está assim em quase todos os lugares: no BNDES, na Caixa Econômica e em todas as instituições. Esse governo está politizando, no mau sentido, tarefas públicas, comprometendo o desempenho do setor público brasileiro, que anda muito mal e cada dia pior.

Vamos aos detalhes. O Geap está muito empenhado em afirmar suas qualidades, que reconhecemos. Por que não vai para a concorrência? Por que toda uma armação, se tem vantagens competitivas rigorosamente provadas? Por que não vai à concorrência e se submete ao regime da liberdade econômica? Que ganhem os melhores, que quem preste os melhores serviços seja reconhecido e quem tenha o melhor preço, o melhor custo e benefício saia vitorioso. Se já existem tantas vantagens e tanto apoio dos funcionários da instituição... E sabemos que não é bem assim, os funcionários se expressam aqui, mas não se expressam de outro lado. Há cerca de seis meses estavam nas ruas protestando contra a reforma da Previdência. Portanto, eles não se entendem tanto assim, como parece, seja com o Partido dos Trabalhadores ou o Governo do atual Presidente. Há um disfarce quando se afirma que os funcionários são os que administram, fiscalizam e indicam os dirigentes da instituição. Não é verdade. A indicação é política, é dos Ministros. Trata-se de uma instituição claramente paraestatal, que atua basicamente no interesse dos governos e que conta com um privilégio assustador para um mercado que devemos estimular, o da prestação de serviços médicos complementares, que presta um serviço relevante à sociedade brasileira.

Além disso, fico um tanto preocupado porque ninguém discute o assunto. Por que não abrir a discussão o máximo possível a essa concorrência, e que todos contribuam para que o serviço seja aperfeiçoado, os funcionários sejam mais bem recompensados para a qualidade do serviço avançar e para que o mercado, em geral, seja maior para todos? Precisamos um mercado grande no Brasil para houvesse empresas competitivas e eficientes. Por que limitar o mercado? Por que deixar alguns de fora e outros compulsoriamente dentro?

Tenho algumas perguntas a fazer. Talvez consiga relacionar duas. Em primeiro lugar, observei, em

companhia do Senador Tasso Jereissati, os dados de balanço da instituição, dados que o Tribunal de Contas da União, por exemplo, não conhece. Verifiquei que não foi bem assim, como afirmou o Senador Tião Viana, que a empresa pagou não sei quantos milhões, e, de repente, saiu de uma situação para outra. Não é bem assim. A empresa teve um prejuízo de R$13 milhões em 2001, R$212 milhões em 2002, e R$186 milhões em 2003, operacional. De repente, existe aqui uma constituição de reversão de contingência negativa de R$563 milhões em 2001, positiva, de R$257 milhões, em 2002, positiva, de R$124 milhões e R$130 mil, em 2003. Em um primeiro momento, seria necessário o auxílio considerável de um bom auditor a fim de explicar o fato.

Essa entidade, pelo tamanho e pela complexidade que possui, pelo valor que acredito que tenha, não pode passar ao largo da fiscalização, da transparência. Não pode apenas fazer o discurso ideológico de que cuida dos mais pobres, porque esse discurso não convence ninguém. Quem está sendo muito bem cuidado no Brasil são os mais ricos, os banqueiros, que ganharam neste ano mais do que nos outros três anos. Não são os pobres que ganham dinheiro no Brasil, pois nem tiveram suas rendas aumentadas. Foram exatamente os outros, os que exploram os pobres.

Estou perplexo diante dessa posição. Gostaria de ouvir uma palavra concreta: somos uma instituição boa; nossos diretores ganham, e espero que ganhem, normalmente; estamos fora da influência política; não vamos aceitar que uma instituição como essa acate indicação de Deputado, Senador, seja lá quem for; prestamos serviços aos funcionários e continuaremos a prestá-los, porque prestamos bem e porque nosso custo é o melhor.

Se existe tal convicção, não há necessidade de tanta proteção.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Alguma pergunta, Senador Sérgio Guerra?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – A pergunta é pelo balanço.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Para a Drª Regina?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Para a Drª Regina.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. expositores, conheço muito pouco a Geap. Fui servidora pública federal no ex-território de Rondônia. Sou das mais pobres e, como afirmou o Senador Sérgio Guerra, aqui não é o lugar para falar do atendimento ao mais pobre, sem ideologias. Mas como uma das mais pobres do serviço público federal, o que conheço do Geap é a vontade de sempre ir à luta e ver atendidos os servidores dos ex-territórios de Rondônia, Amapá e Roraima. Essa é uma luta antiga, que até hoje não conseguimos resolver.

Sou daquelas, Senador Sérgio Guerra, que, por ser das mais pobres, sempre recebi atendimento do SUS. Por essa razão, sempre buscamos o atendimento extensivo aos nossos ex-territórios, servidores federais, por conta de entender que era a quem poderíamos ainda participar pelo valor do desconto no contra-cheque, que para os pobres é o que importa.

Então, como militante sindical também do Sindicato dos Servidores Federais, da Confederação Nacional, sempre travamos essa luta, para que essa prestação de serviço fosse estendida.

Na realidade, coincidentemente, a minha pergunta vai ao encontro do que o Senador Sérgio Guerra já expôs. Eu gostaria muito de saber por que as fundações estaduais prestam contas aos Tribunais de Conta do Estado. Como já ficou explícito aqui, e S. Exª também já frisou, o Tribunal de Contas da União não fiscaliza as Geaps.

Eu gostaria de ter um esclarecimento melhor sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Passo a palavra à Drª Regina para responder aos Senadores Antonio Carlos Valadares, Sérgio Guerra e à Senadora Fátima Cleide.

Eu gostaria de pedir licença aos expositores para dizer que o Dr. Arlindo precisa se ausentar para tomar um avião. Portanto, peço licença para que S. Exª possa ausentar-se da Mesa.

Com a palavra o Dr. Arlindo.

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – Antes de me ausentar, coloco-me à disposição dos Srs. Senadores, caso tenham algum assunto a tratar ou alguma pergunta a fazer. Posso responder-lhes imediatamente, se for o caso. (Pausa.)

Não havendo nenhuma pergunta, retiro-me.

Muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Srª Presidente, sobre aquela minha pergunta sobre salário, seria o caso?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Ana Júlia, eu pediria...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Ele perguntou se havia alguém que desejava fazer perguntas. Estou atendendo inclusive a sua solicitação.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tudo bem! Dr. Arlindo.

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – Posso responder.

Realmente, como Presidente da Abramge, não ganho absolutamente nada. Zero. Somente se pagam as viagens, evidentemente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Dr. Arlindo e peço licença para que ele possa se retirar. (Pausa.)

Com a palavra a Drª Regina.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Obrigada, Srª Presidente.

Eu começaria, então, respondendo, pela ordem, ao Senador Valadares, que pergunta sobre a questão de reservas, a preocupação da Fenaseg sobre isso e sobre a questão das fundações de apoio, que, penso, também já respondo à Senadora Fátima.

A Geap é uma autogestão. Como disse o Dr. Fausto na sua explanação, as autogestões – e, nesse caso, não é só a Geap, o Dr. Catta Preta sabe disso –, por serem patrocinadas, são liberadas de manterem a reserva. A reserva técnica – assim chamada pela NS, de cuja regulamentação participei na Câmara de Saúde Suplementar – constitui-se em um mês/orçamento. Não é isso, Sr. Presidente? Creio que depois ele pode confirmar. Pelo menos, na época, era isso. Um mês/orçamento.

Então, eu gostaria de dizer o seguinte para os senhores: embora a carteira dos titulares dos servidores pague basicamente o custeio e ainda tenha um certo déficit – depois respondo à questão do Senador Tasso Jereissati, referente ao balancete; solicito esse balanço, porque ele não bate com o meu –, a reserva da Geap Família – esta, sim, dos familiares, que é outra carteira – hoje, neste momento, tem uma reserva técnica de 20 milhões. Ela teria que ter, pela regra da NS, quatro milhões de reserva – quatro milhões de reserva! No entanto, ela tem 20 milhões.

O plano Geap Família, o plano dos titulares, dos servidores, o que é patrocinado, não. Esse é zero a zero, porque o que recebo dos servidores e da União é exatamente para custeio, por isso ela é mais barata. E há déficits. É lógico, que há déficits. Pergunto se há alguma operadora, neste País, que não tenha déficits. Se não tiver, eu indico aos Srs. Senadores o resultado da CPI dos Planos de Saúde na Câmara. Ali está o balancete de todas as operadoras, não só da minha, e a Geap também mandou. Mandei tudo, todas as informações. Não é só a minha. A CPI dos Planos de Saúde tem todos os dados sobre a situação financeira das empresas, quem tem reserva, quem não tem. E sei que a ANS tem total controle sobre esse assunto.

Aí, passo a responder à questão de que a Geap não é fiscalizada. Isso é uma inverdade. A Geap tem um conselho consultivo formado por 60 membros, sendo que 30 são indicados pelo Governo, pelos órgãos, e os outros 30 são servidores eleitos pelos seus pares, sobre o que não temos nenhuma ingerência. Eles se inscrevem, disputam eleição, e aliás estão fazendo isso neste momento, porque a representação da Geap está em processo eleitoral agora em abril. São 60 membros.

O conselho deliberativo é formado por seis membros, representados pelas três maiores patrocinadoras, que são o Ministério da Saúde, o INSS e o Ministério do Trabalho. Ali, há o conselho deliberativo, que é quem delibera todas as políticas, aprova as contratações. Então, não é verdade que ninguém vê contratação, que a Geap contrata quem quer, como quer. Não é verdade. As contratações passam pelos conselhos. E também é utilizada a mesma regra que se usou no Governo passado.

Não é uma discussão partidária, não quero fazer isso. É uma discussão ética.

O Governo anterior, que durou oito anos, não mudou nenhum regra da Geap. Atualmente, a regra é a mesma do Governo anterior. Contratam-se pessoas e empresas sob a mesma regra do Governo anterior, que foi igual à do outro Governo. Não estou falando nem que o problema foi do Governo anterior, e que foi igual ao do seu antecessor, que, por sua vez, também foi igual.

A Geap faz 60 anos neste ano. Então, não é verdade a insinuação de que essa regra foi feita agora, e de que se contrata diferente, e isso e aquilo. Não! A regra é a mesma.

Agora, quanto ao balanço, Senadores, eu já entreguei o meu na Geap. Além do Conselho Consultivo, do Conselho Deliberativo, há o Conselho Fiscal, eleito pelo funcionalismo, e sobre o qual não tenho qualquer ingerência. Além disso, presto conta regularmente, sigo todas as regras da SPC, que é a Secretaria de Previdência Complementar, na parte que se refere à Previdência.

Neste ano, a Geap foi a empresa de um dos maiores desempenhos no patrimônio líquido do pecúlio. Tivemos um rendimento líquido de 200 milhões.

Verificando-se o relatório da Abrap, a associação que reúne os fundos de pensão, por uma boa gestão que não foi feita só por mim, mas também pelo funcionalismo, na política de aplicação de recursos, saltamos da 47ª posição dos fundos de pensão para a 36ª, Senador. Então, não é verdade que esse balanço seja negativo, dessa forma. Não sei quem o forneceu. Gostaria de ter acesso, porque não é o balancete, e o meu está absolutamente disponível aos Senadores.

Acabei de apresentar o Consult ao Condel, as pessoas estão aí. O meu balancete foi aprovado sem ressalvas, repito, sem ressalvas, foi mandado para a SPC e está sendo mandado para a ANS, que tem como regra do jogo que quem controla a autogestão são os próprios donos. Ora, se os donos não fiscalizarem seus balanços, quem vai fiscalizá-los? Ali tem: Consult, Condel, Conselho Fiscal, SPC, ANS. Não tenho um órgão regulador não; tenho cinco fiscalizadores. Vou dizer, e tenho certeza que digo em nome dos servidores daquela casa, do Conselho Consultivo e Conselho Deliberativo: nós não temos nenhum problema em prestar contas ao Tribunal de Contas. Ao contrário. O Tribunal de Contas é que sempre se recusou. Nós não temos nenhuma dificuldade. Perguntaram-me, aqui, se as fundações de apoio nos Estados prestam conta. Prestam. Que eu saiba, prestam. Prestam, sim, ao Tribunal de Contas do Estado. Agora, por que eu não presto conta à União? Porque nunca me pediram ou não aceitaram. Mas as fundações estaduais, prestam.

Há uma outra questão que considero importante. Refiro-me à questão do monopólio, ou seja, de a iniciativa privada questionar somente o servidor federal. Ora, sou uma funcionária concursada, de carreira, do Governo do Estado de São Paulo. Sou da Prefeitura de São Paulo, CLF, concursada. O Estado de São Paulo tem o absoluto monopólio de assistência à saúde ao servidor, IAMSP, que é onde trabalho há 23 anos – estou licenciada sem vencimentos; podem verificar no **Diário Oficial.** Ali não tem opção. No primeiro dia do holerite já vem o desconto IAMSP, seja funcionário do Legislativo, seja do Judiciário e seja do Executivo.

Eu me pergunto: por que as empresas não brigam para pegar esse mercado nos Governos estaduais? O Rio de Janeiro também tem assistência ao servidor e tem hospital. É a mesma coisa que a Geap se propõe. O que é a Geap? O funcionalismo federal, por uma questão isonômica, não está pedindo direitos a mais, ele está pedindo direitos iguais aos dos Estados. O Rio Grande do Sul tem assistência, tem o Hospital Conceição, que eu saiba; Minas Gerais tem o Hospital do Servidor, com os convênios que realizo. Por que as empresas não brigam com os Governos dos Estados para pegar esse mercado também? Só estão brigando com a União. É estranho. Mas não está brigando com os Estados! Penso que essas questões são muito importantes.

A Geap tem a desvantagem de ser pública e privada. Penso que depende do ponto de vista, pois acredito que a Geap seja até o contrário. Para quem é gestor, como eu, ela tem o ônus do público e o ônus do privado. As empresas privadas têm privilégios por serem privadas. Nós cobrimos tudo, somos solidárias por idade, não há reajuste por faixa etária. Não existe reajuste por faixa etária. O jovem é solidário ao idoso.

No entanto, ao analisarmos a iniciativa privada, eles têm dez faixas para praticar reajuste. Eu não tenho. Eles não precisam cobrir todos os procedimentos como eu cubro; eles cobrem só 3 mil e poucos procedimentos, que é o rol obrigatório da ANS. E sai mais barato, Senadores.

Eu gostaria de falar da minha situação pessoal. Antes de vir para a Geap participava de um plano coletivo dos médicos do Estado de São Paulo, na Associação Paulista de Medicina da SulAmérica. Eu só tenho direito a plano hospitalar; não tenho plano de consultório, porque médico não paga consulta para médico até então. Pagamos, hoje, eu, meu marido, que é médico, meus dois filhos menores de 24 anos. Esses dois filhos, portanto, são nossos dependentes econômicos. Eu pago R$920 por mês! Sabe quanto pago na Geap? Agora sou Geapeana, é lógico! R$144, para meu marido, meus dois filhos e eu.

Senadores, esta é a diferença entre a autogestão e a iniciativa privada. Aliás, o título que paguei, este mês no Banco Itaú, para a SulAmérica, está aqui à disposição de V. Exªs.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu perguntaria ao Senador Antonio Carlos se tem uma réplica e, logo em seguida, o Senador Sérgio Guerra para a sua réplica.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Ouvi com atenção as explicações da Presidenta. Quero dizer que não me move nenhum tipo de preocupação com relação à idoneidade, seja da Presidente ou da diretoria que administra o Geap. Para mim, ao contrário do conceito da aduana brasileira, até que se prove o contrário todo mundo é honesto. A minha opinião é positiva sobre a diretoria e sobre a presidenta que está hoje aqui.

O fato que me preocupa é o seguinte: A SRA. falou de reservas de 20milhões ou 4milhões, números imagináveis para o tamanho econômico dessa situação...

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Para esclarecer, pela regra da ANS, se eu fosse uma empresa lucrativa, o que não sou, não teria a obrigação de fazer a reserva. Vamos supor que eu tivesse obrigação de fazer reserva, pela regra da ANS, eu teria que ter 4milhões no Geap Família, no plano família, no entanto, hoje eu tenho 20 milhões no Geap família.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu sei que 20 milhões é um número absolutamente ridículo do ponto de vista da operação econômica que A SRA. dirige e não é nem referência para qualquer reflexão. Qual é o faturamento do Geap por mês?

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – O meu Geap família tem...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – O Geap todo.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Eu recebo 54milhões mês, sendo 38% é da União e 62% do funcionalismo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – A sua receita global é R$60 milhões por mês.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Cinqüenta e quatro milhões. Eu estava me referindo ao Geap família. O Geap Família é um plano de familiares, que tem 80mil na carteira

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Srª. Presidenta, o fato é que 4milhões não garante nada num negócio desse tamanho. Agora, rigorosamente, o que não dá para esclarecer é porque sendo o Geap, como de fato deve ser, uma instituição de qualidade, que presta um excelente serviço, que o Líder Tião Viana diz estar sofrendo um milagre econômico, que foi prometido a nós pelo Presidente Lula e não começou ainda mas já começou no Geap, o milagre do crescimento. Enfim, nessa situação essa instituição não se dispõe a apresentar a sua qualidade e o seu serviço e competir com as outras. Se é tão negativa assim essa situação de operar como privada e como pública ao mesmo tempo, se ao invés de vantagem é desvantagem, por que não trabalhar de outra maneira, por que não ir para o mercado e concorrer com os outros?

Evidentemente, quando alguém tem um mercado cativo tem uma vantagem imensa, absolutamente desproporcional. Segundo, A SRA. falou com absoluta tranqüilidade, como vem sendo o seu depoimento, de uma situação que considera relevante. Na sua instituição tem um conselho deliberativo, um fiscal, ora, em todas as instituições tem esses mesmos conselhos. Não conheço instituição econômica organizada que não tem os dois. Pouco importa se é de 60, 30 ou 20 membros, uma vez que relevante nisso é a qualidade e não a quantidade.

A competência desses chamados conselhos, o trabalho demonstrado, o grau de autonomia que têm, o resultado produzido e os relatórios do conselho devem ser avaliados. Dizer que tem um conselho formado por 60 pessoas para fiscalizar a minha instituição significa dizer que A SRA. não resolveu o problema da fiscalização, porque, se fosse assim, não haveria fiscalização, como se dá de forma concreta sobre a área privada, do Imposto de Renda e outras instituições e para a área pública do Tribunal de Contas com a qual A SRA. não tem contato.

Então, efetivamente, a instituição dA SRA. tem privilégios muito grandes e se presta um bom serviço faz muito bem de prestar e seria absolutamente inconcebível que não fosse assim, porque os favorecimentos são muito grandes, difícil é o privado prestar esse serviço, porque paga Imposto de Renda, tem obrigações sociais que a instituição dA SRA. não tem, está num mercado competitivo que exige que ele tenha preço, qualidade para ter cliente. A instituição dA SRA. não, porque tem os clientes porque, no seu caso, quem resolve é o governo.

A SRA. PRESIDENTA (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos para a sua réplica.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Não pretendo fazer réplica. Gostaria de acentuar apenas que se existe algum privilégio, como aqui foi citado – e somos Senadores, legisladores –, a única coisa que devemos fazer, se há o desejo de equiparar, já que não há termos de comparação, a Geap a outras instituições seguradoras, é usar a iniciativa parlamentar de alterar a legislação.

Considero que o privilégio existente é o de o servidor público ter uma instituição como a Geap. Assegura-lhe um benefício que não consegue na iniciativa privada a um custo muito menor.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senador Fátima Cleide, para réplica.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Também não tenho a pretensão de fazer réplica.

Gostaria de dizer à Drª Regina que, como servidora pública, orgulho-me de tê-la como Presidente da Geap . Creio que os números que V. Sª explicitou, da Carteira Geap -família, demonstram que essa instituição está sendo muito bem gerida. Causa-nos muito orgulho ver uma mulher à frente de uma instituição mostrando que as mulheres também sabem bem gerenciar. Parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pergunto aos expositores se têm alguma observação a fazer.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Não reclamamos do privilégio dos servidores, mas do privilégio de uma instituição que não tem suficiente transparência e que compete em condições absolutamente desequilibradas no mercado. Aliás, sequer compete, pois tem um mercado cativo. Se tem as qualidades que demonstra, não precisa desses privilégios.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Exª tem alguma tréplica a fazer, Senadora Fátima Cleide? (Pausa)

Concedo a palavra à Drª Denise.

A SRA. DENISE ABREU – Senador Sérgio Guerra, quero fazer um esclarecimento. Várias vezes ouvi V. Exª dizer: "Por que não vai ao mercado?" A Geap foi criada por lei com uma natureza especificada em lei,

razão pela qual foi gerado um estatuto registrado na Junta Comercial. A Geap tem duas finalidades: uma, ligada à Previdência e, outra, ligada à prestação de serviços à saúde do servidor público federal. O que significa "vá ao mercado" se ela só pode prestar assistência ao servidor público?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu não disse que a Geap fosse ao mercado, eu disse que os agentes privados também deveriam estar nesse mercado, competindo nele. Não falei que o Geap deveria ir ao mercado em nenhum momento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Sérgio Guerra, gostaria que a palavra permanecesse com a Drª Denise. Posteriormente, concederei a palavra a V. Exª.

A SRA. DENISE ABREU – Então entendi erroneamente.

Responderei, então, à explicitação de V. Exª. Por que, então, o mercado não vai à Geap? Não é isso? No sentido de não prestar os mesmos serviços que a Geap.

A concorrência existe entre iguais e não entre desiguais. É o primeiro ponto. O segundo aspecto é que o mercado pode competir, desde que participe dos processos licitatórios, como a própria Lei 8.666 exige. No que diz respeito aos convênios, isso já é mais do que aceito no mundo jurídico. Em todos os Estados, na União e em todos os Municípios, o relacionamento do poder público, federal, estadual ou municipal, com entidades privadas sem fins lucrativos é realizado mediante convênio porque existe a conjunção de interesses. O poder público não visa lucro e a entidade privada sem fins lucrativos também não visa. Essa é uma diferença. Esta é a doutrina. Não há como mudar. A menos que queiramos inovar algum ponto e que derroguemos tudo que foi construído no mundo jurídico, na área de Direito Público, até agora. Pretende-se, com isso, assegurar que a iniciativa privada participe da prestação de serviços ao servidor público em uma situação de igualdade com uma entidade que foi instituída por lei, é mantida pelo servidor público e que o próprio servidor público, na gestão participativa, fez essa escolha. Então, na verdade, a iniciativa privada tenta impor ao Poder Público a conveniência e a oportunidade do interesse público do administrador. É essa inversão que se propõe com essa linha de raciocínio.

Então é isso que gostaria de esclarecer.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Sérgio Guerra, para sua tréplica; posteriormente, a Drª Regina, que gostaria ainda de fazer uma observação.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Srª Presidente, Lúcia Vânia, não desejamos impor coisa alguma. O regulamento que se está discutindo impõe aos servidores públicos o convênio, na prática, com o Geap . Essa é a realidade. A imposição está do outro lado, não está do lado de cá, na medida em que todos sabemos que a utilização de convênios neste País pelo setor público é uma boa maneira de não fazer concorrência.

A SRA. DENISE ABREU – Não é verdade! Então, o legislador...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Essa é a verdade!

Agora, a senhora não fala das imensas vantagens que a instituição que a senhora defende tem quando age como instituição privada, de um lado, e instituição pública, da outra. Ela é instituição privada para fazer tudo o que precisa – contratar pessoal, colocar lá indicação de político, fazer o que bem entender –, mas não é instituição pública para prestar contas ao Tribunal de Contas da União. Então, é uma confusão que tem de ser esclarecida. A melhor maneira de esclarecer essas coisas é abrir a todos a concorrência. Que o Geap ganhe! Excelente que seja assim.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A Drª Denise para sua réplica, se convier necessário.

A SRA. DENISE ABREU – Senadora, sou obrigada até a concordar com algumas ponderações levantadas aqui quanto à prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União. É exatamente essa a tese do Governo Federal e é exatamente por isso que, pela primeira vez, se esclareceu, em razão das dúvidas suscitadas, que a natureza jurídica dessa entidade pressupõe, sim, a necessidade de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União, que não é um órgão do Poder Executivo; é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Cabe-lhe, enquanto Tribunal de Contas da União, exigir a prestação de contas do aporte de recursos públicos.

Então, quanto a isso, não há divergência.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra a Drª Regina.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Srª Presidente, só pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Para acompanharmos a discussão e entender de uma maneira mais adequada, gostaria de indagar o seguinte: uma decisão do Tribunal de Contas da União do ano passado determina que todas as associações e fundações, organizadas em tal sentido pelo novo Código Civil, se receberem recursos públicos, têm de sujeitar-se ao processo de licitação.

Estou vendo documentos escritos e a fala dizendo que não há licitação, que existem favores e tal. Isso implicou a mudança da Instrução Normativa nº1, por parte da Secretaria do Tesouro Nacional, obrigando as associações e fundações – incluem-se aí as Apaes e Pestalozzis – a ficarem sujeitas a isso. Estranho por que essa fundação não estaria sujeita à Lei das Licitações, se todas as demais, de acordo com a organização do novo Código Civil, estão subordinadas a essa determinação do Tribunal de Contas.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Drª Regina.

A SRA. REGINA ABREU – Vou deixar as questões jurídicas para a Drª Denise responder. Agora, pelo menos respondo ao Senador o seguinte: a própria regulamentação da ANS – e gostaria que o Dr. Fausto se manifestasse sobre isso – proíbe que as autogestões participem de licitação. Se participarem, têm de seguir todas as regras, as obrigações, mas também os privilégios – se querem chamar direito de privilégio – que a iniciativa privada tem. Certo? Hoje, a ANS nos proíbe participar de licitações. Não podemos participar de licitação. Então, é um problema de legislação que existe. Para que também participemos de licitação, gostaria, aí já respondendo ao Senador Sérgio Guerra também,....

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – A contratação de serviços. A Geap só pode contratar serviços, obedecendo ao critério de licitações. Quer dizer, essa foi a mudança.

A SRA. REGINA ABREU – Ah, sim! Mas isso a Geap já faz.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Já faz?

A SRA. REGINA ABREU – Faz.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Não, por isso pedi o esclarecimento, pois toda a argumentação foi no sentido de não fazer.

A SRA. REGINA ABREU – A Geap faz. O Senador é que...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Flávio Arns, gostaria de passar a palavra para os expositores e posteriormente...

A SRA. REGINA ABREU – Srª Presidente, é que a minha palavra não foi...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sim, eu quero garantir a palavra de V. Exª.

A SRA. REGINA ABREU – Muito obrigada.

Como eu disse, a Geap faz os processos licitatórios, compra mediante licitação. Portanto, a informação do Senador Sérgio Guerra é absolutamente incorreta. E a casa está aberta a qualquer um que queira obter informações sobre os procedimentos realizados pela Geap nessas questões. Como disse e volto a repetir, a Geap não pode participar de licitação porque é autogestão. Para participar de licitação, tem que mudar as regras do jogo: fazer reajuste por faixa etária, aumentar a sua carência e não vai cobrir todas as doenças. E nesse caso, Senador, o funcionalismo não quer, mas sim um plano de saúde que não dispute com os outros no mercado e que ele, servidor, possa fiscalizar e participar da gestão. Além disso, que cubra todos os procedimentos como, por exemplo, o pagamento de transplante.

Penso que seria importante perguntar aos planos privados se, por exemplo, o plano básico cobre transplante cardíaco. Não cobre. Cobre um transplante de fígado? Não cobre. A Geap cobre. Cobre cirurgia para obesidade? Não. A Geap cobre.

Enfim, há uma série de questões específicas no plano que nos diferenciam dos planos mercantis. Os planos mercantis têm uma cobertura menor, uma carência maior e reajuste por faixa etária, que não temos.

Portanto, eles têm garantido, pela legislação, várias formas de capitalização junto ao assistido. E nós não temos esse direito. Se formos nessa direção, paramos de ser autogestão. Aí sim, vamos virar uma empresa mercantil. Mas é preciso perguntar para os donos – a União e os servidores – se eles querem isso. Perguntar aos funcionários da Caixa Econômica Federal se eles querem fazer essa transformação em relação a sua assistência de saúde. Se os funcionários do Banco do Brasil querem transformar a Cassi. Se os funcionários da Petrobrás querem que a Petros vire uma empresa privada, porque, até então, é uma autogestão e, como tal, não pode participar de licitação.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Fausto.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Eu já tinha feito um esclarecimento anterior de que as autogestões, na concepção da legislação atual, no formato em que estamos organizados juridicamente pela Lei nº 9.656, pela própria Lei de Licitações e pela regulamentação que a ANS baixou desde a criação da agência, não fazem a disputa do mercado, porque estão voltadas, na sua concepção, para quem as criou, para quem as patrocina, seja um ou mais de um patrocinador. Esse é o conceito de autogestão.

Em deixando de ser uma autogestão, é uma outra empresa que vai se classificar dependendo da sua natureza: ou vai ser uma cooperativa, ou uma medicina de grupo ou, ainda, uma seguradora especializada em saúde, mas deixará de ser autogestão.

Portanto, a autogestão da Petrobras, a autogestão do Banco do Brasil, a autogestão do servidor público federal não disputam o mercado com outras operadoras.

E vamos dar um exemplo, se a Rede Globo ou se o Estado de São Paulo abre uma concorrência para contratar um plano de saúde para os seus funcionários, a Geap não pode entrar nessa concorrência, a Cassi, do Banco do Brasil, não pode. Isso faz parte do conceito da autogestão. Se fizer esse movimento, deixa de ser uma autogestão e passa a ser uma operadora com outra classificação. Então, é importante destacar que autogestão é um segmento dentro do mercado operador de planos de saúde, que tem características próprias; portanto, tem regulamentação própria.

Quanto à reserva, se a autogestão é patrocinada, a sua principal garantia é o seu patrocinador. Ou seja, quem garante a solvência da operadora da Petrobras é a própria Petrobras. Essa é a concepção de por que algumas operadoras têm reservas técnicas e outras nas quais isso ainda não é exigido pela legislação. Considero importante esses esclarecimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa. Posteriormente, falarão os Senadores Alvaro Dias, Ana Júlia, Tasso Jereissati e Arthur Virgílio, que é o último inscrito. Então, vamos ouvir o quarto e o quinto, que é o Senador Flávio Arns.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Muito obrigada, Srª Presidente. Cumprimento a Drª Regina Parizi e, por seu intermédio, todos os integrantes desta Mesa.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho a impressão de que com uma palavra do francês podemos definir bem o que está acontecendo aqui hoje, seria **déjà vu**, que, traduzindo em miúdos, significa: "Já vi esse filme antes".

Há, neste momento, uma articulação metódica, determinada, decidida a desestabilizar o Governo do Presidente Lula. Qualquer coisa, qualquer denúncia ou sintoma de denúncia, qualquer informação, mesmo aquela que não foi rigorosamente checada, é motivo para se fazer uma reunião como esta, que traz seis convidados, que tinham coisa muito mais importante a fazer, para que todos os Senadores aqui aprendam o que é a Geap. Tudo isso poderia ser feito com um requerimento de informações, pelo qual a Diretoria Executiva do Grupo passaria por escrito todas essas informações e tiraria todas as dúvidas, sem necessidade de entrarmos em todas as miudezas de que tratamos aqui, até com um desconhecimento profundo do sistema. Quer dizer, existe uma profunda diferença entre a Geap, que tem uma autogestão, e os planos de saúde, que não pode ser comparada. Não posso comparar laranja com banana.

O Senador Sérgio Guerra – e entendi da mesma forma que a Drª Regina – fez um questionamento sobre o porquê de não se ir à luta e não se disputar o mercado. Eu também entendi assim. Desculpe-me. Tinha até preparado uma resposta para V. Exª. Não dando uma resposta ao Senador Sérgio Guerra, faço o esclarecimento que a Drª Regina acabou de fazer: não podemos entender a Geap de forma diferente do que ela é. Ela não pode participar de concorrências, não pode disputar o mercado e não pode ter o acesso que os planos de saúde têm.

Ouvi a Drª Regina explicar o que ela paga num plano de saúde, e é rigorosamente o mesmo que eu pago com a minha família, a minha mulher e meus dois filhos. Pago um pouquinho menos, Drª Regina, porque a minha mulher é engenheira e tem um seguro especial do Crea. Pagamos R$800 por mês por um casal e dois filhos pequenos. E, na semana passada, fui fazer um exame e o laboratório me disse que não havia cobertura, que eu teria que pagar por fora.

Vejo que a Geap tem cobertura absoluta, total, e volto lá atrás para fazer uma observação, que também foi levantada aqui, mas talvez não no detalhe que quero colocar. O funcionário público federal hoje tem uma média de salário de R$600 a R$700. Há quem ganhe menos e quem ganhe muito mais. Isso indica que a contribuição média da Geap é de R$35 por mês.

Faço, então, a minha primeira pergunta ao Dr. Celso de Barros: existe algum plano, dentro da Unimed, que é um dos mais importantes planos de saúde do Brasil, em que o senhor possa aceitar uma família inteira – não estou me referindo a um casal com dois filhos menores, estou-me referindo a um casal com quatro filhos mais o pai velho, a mãe velha, todo mundo da família –, por R$35, fazendo tudo que tem que fazer, se precisar trocar o coração, troca o coração, por R$35 por mês. O senhor tem dentro da Unimed? O senhor não tem. Ninguém tem.

É por isso que lembro as palavras do Senador Antonio Carlos Valadares, quando S. Exª diz que não há privilégios nos convênios. Pois devia haver, Senador, devia haver privilégios. A empresa como a Geap, a entidade como a Geap, essa figura, chame como o senhor quiser, para nós é uma prestadora importantíssima de serviço ao funcionário público, porque no dia em que o funcionário ganhar R$5 mil, R$4 mil de salário, muito bem, tire dele o privilégio de ter a Geap, mande-o fazer seu plano de saúde com quem ele quiser, mas enquanto ele não for bem pago, que se dê a ele o direito de pelo menos ter para a sua família a condição mínima, o **minimum minimorum** para poder atender ao que a sua família precisa.

Não preciso ir muito longe para mostrar que a Geap tem uma função social, sim, que ela é importante dentro desse sistema. Vou-me reportar à Lei nº

8.112, de 11 de dezembro de 1990, que assegurou, por meio de seu art. 230, a assistência à saúde do servidor público, ativo ou inativo, ou de sua família, compreendendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, e lembrar ainda que o que se tentou fazer por meio de um decreto do Presidente da República foi regulamentar essa atividade. Num universo de 25 importantes órgãos do Governo Federal, principalmente os Ministérios, apenas nove mantêm convênios com a Geap.

Mas tenho, na verdade, até a razão pela qual essa discussão foi feita aqui. Vi um Senador, que já se ausentou, falar insistentemente da contratação de pessoal no interior. Só quem conhece a Geap é que sabe dos problemas que ela tem. Tente contratar um médico no interior pelo que paga a Geap. E quando consegue contratar, Drª Regina Parizi, sabe o que acontece? Os planos de saúde se fecham num **lobby** na cidade do interior e não permitem que o médico que atende por um plano de saúde seja da Geap . Ele fica pressionado, ele não pode atender pela Geap porque, se atender pela Geap, perde o contrato dele com o plano de saúde. Essa é que é a verdade que tem que ser dita aqui.

E qual é o laboratório que quer trabalhar pela Geap pelo que ela paga ao laboratório? Ninguém quer. Então, tem-se que convencer o laboratório a trabalhar, tem-se que convencer o médico a trabalhar pela Geap, tem-se que convencer o dentista a trabalhar pela Geap. Por isso, não precisa fazer licitação, ninguém quer. Só vai trabalhar pela Geap quem realmente tem uma coisa qualquer especial, uma dedicação. É exatamente isso que a Drª Regina Parizi disse, tem a função social. É extraindo essa função social.

Agora, eu sei por que está havendo isso tudo aqui: de preferência para ver se daqui saía uma outra CPI. De preferência. "Vamos fazer uma confusão maravilhosa naquela Comissão e de lá sai mais uma CPI, de preferência vamos colocar o José Dirceu na' frente como responsável". Era por aí.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Quem falou isso?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Essa é uma opinião pessoal, Senador, minha, eu estou dizendo isso, que de preferência seria isso.

Agora, a razão é econômica. Ninguém está preocupado com os R$50 milhões que a Geap tem para fazer a saúde do funcionário público no Brasil inteiro, em todos os Estados. Sabe qual é a verdadeira preocupação, Drª Regina Parizi? São os fundos de pensão. São os R$2 bilhões que poderão estar em jogo se conseguirem desestabilizar a Geap e ela passar a ser uma instituição inteiramente particular, sem as atenções e os benefícios que tem de ter, sim, do Governo Federal, porque ela atende ao funcionário público. Por causa desses dois bilhões, por estarem de olho neles, tentam desestabilizar um sistema que foi criado para atender ao funcionário público.

Drª Regina, não tenho nada a perguntar a V. Sª. Estou satisfeito com todas as suas explicações; o mesmo com a Drª Denise Abreu. Fiz uma pergunta apenas ao Dr. Celso Corrêa de Barros, que já respondeu, dizendo que a Unimed não tem como fazer um plano para atender à família inteira por R$35 mensais.

Então, estou satisfeito e vou dormir tranqüilo hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Hélio Costa, em primeiro lugar, gostaria de dizer a V. Exª que esta Comissão cumpre o seu dever. Talvez V. Exª não saiba que, durante esta semana toda, fomos procurados pelos funcionários da Geap, que estavam apreensivos, querendo o debate. O debate faz parte desta Casa, que tem que cumprir a sua função.

Não existe, por parte desta Presidência, nenhuma intenção de trazer a polêmica a esta Comissão ou fazer com que surja daqui uma nova CPI. Esta Comissão cumpre seu papel social e vai continuar cumprindo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Srª Presidenta, fui citado e tenho obrigação de responder.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Srª Presidenta, não fiz nenhuma injunção a V. Exª. V. Exª é Presidenta da Comissão, e o que é decidido em Plenário V. Exª terá que cumprir. Evidentemente, se o Plenário decidiu convocar essa audiência pública, a função de V. Exª é fazer a convocação.

Evidentemente, não estou fazendo nenhuma alusão a V. Exª, até porque a respeito profundamente e não faria isso. O que quis dizer é que possivelmente todo esse trabalho poderia ser antecipado com um documento de solicitação de informações.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a V. Exª e quero dizer que esta Presidência fala em nome do Plenário.

Concedo a palavra ao Senador João Tenório.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Senadora Lúcia Vânia, de certa forma, as questões que gostaria de abordar já o foram pelo Senador Sérgio Guerra, mas pretendo fazer algumas menções, com o objetivo exclusivo de tentar conciliar algumas idéias que me parecem tão desencontradas nas discussões.

A primeira delas é a participação de licitação. Ficou claro que a Geap tem um nicho de mercado diferenciado, formado pelos funcionários de baixa renda, que necessitam de tratamento igualmente diferenciado.

Ora, se fundamentalmente é esse o nicho de mercado que ela busca, evidentemente, como esse mercado é desprezado pelas empresas privadas, como foi dito aqui pela Drª Regina Parizi, não haveria nenhuma dificuldade de que essa concorrência viesse a ser feita, porque prioritariamente isso seria atendido quase que exclusivamente por essa entidade.

Há a alegação, repetida duas ou três vezes, de que a Geap oferece alguns serviços, alguns atendimentos que a iniciativa privada não faz, tais como transplante de coração, fígado e outros.

Nas licitações, a coisa é perfeitamente conciliável. Quando se presta um serviço adicional, coloca-se na licitação a disponibilidade desse serviço diferenciado, justificando-se uma diferença de remuneração pelo serviço prestado. Isso aconteceu, quando o Presidente Lula resolveu comprar um avião da Airbus e poderia ter feito a encomenda à Embraer. Por que não fez? Porque o avião não tinha a autonomia necessária, não oferecia conforto para as viagens de longa distância. Enfim, há uma diferenciação no tipo de serviço que se presta, e a licitação capta muito bem essa diferenciação.

Essa é a primeira questão, que eu gostaria de repetir – o nobre Senador Sérgio já tratou aqui como muita precisão –, sobre a dificuldade de se entender, a resistência ao tema licitação.

Outro aspecto diz respeito aos números aqui expostos, particularmente pelo nobre Senador Tião Viana, que me parecem difíceis de compreender. A Geap tem um componente social importante, como foi dito. Ela atende um grupo de funcionários de baixa renda, que, por ser de baixa renda, tem uma capacidade de remuneração muito menor. Como foi dito pelo Senador Hélio Costa, a remuneração que é paga à Geap é de uma diferença brutal em relação àquelas que seriam pagas pela iniciativa privada. Isso também é algo que não fecha na contabilidade, pelo menos mental, que me ocorre no momento.

Então, teríamos uma ação social profunda, que encarece o trabalho da Geap, e teríamos uma remuneração não competitiva, ou melhor, não compatível com os custos de produção. Mas essa empresa apresentou uma performance espetacular, porque pagar R$100 bilhões em um ou dois anos é algo, para o Brasil de hoje, difícil de entender. Isso é muito difícil de ser compreendido, porquanto sabemos que esse arrocho na economia brasileira não permite essas performances espetaculares, como nesse caso.

Então, sobram apenas dois pontos a serem explorados. Primeiro, que a performance administrativa da Geap seja extremamente superior à da iniciativa privada – o que não sei se é possível, visto que normalmente as empresas de iniciativa privada apresentam, diferentemente, uma performance melhor do que as públicas ou semipúblicas – ou, senão, que o lucro das empresas privadas seja astronômico. Isso me parece estranho, porque existe uma competição monumental nesse mercado, o que evitaria que esse lucro chegasse a esse nível. E elas vivem, como é de conhecimento geral, em uma dificuldade financeira muito grande.

Eu colocaria esses dois temas, incluindo a questão que o Senador Sérgio apresentou com muita propriedade. Tudo bem que não seja obrigatório fazer a licitação, mas por que não fazê-la? Penso que também não é proibido fazê-la. Pode ser que não seja obrigatório, mas não seria proibido fazer a licitação.

Em segundo lugar, eu gostaria que se explicasse melhor essa contabilidade, que permite que uma empresa, que é administrada, que recebe uma remuneração tão inferior àquela que recebe a iniciativa privada e que, além disso, apresenta um componente social que outras empresas privadas não oferecem, mesmo assim, apresente uma performance tão brilhante, tão extraordinária, incomum a qualquer entidade brasileira, quer seja ela privada ou pública.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

Peço às Srªs e aos Srs. Senadores que abreviassem, porque os expositores precisam se ausentar. Peço que todos façam as perguntas para posteriormente a Mesa responder.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Em primeiro lugar quero enaltecer a realização desta audiência pública e dizer que foi extraordinariamente boa em termos de esclarecimentos, de dirimir dúvidas que surgiram nos debates, neste Senado e nos meios de comunicação. Eu diria que foi essencial. Penso que esse procedimento tem que ser adotado em relação a quaisquer dúvidas que aconteçam em quaisquer áreas da Administração Pública Direta ou Indireta. Essa é uma função nossa também, inclusive como membro do Partido dos Trabalhadores, dizer que tudo tem que ser esclarecido. Hoje em dia, a população deseja transparência, ética, conhecimento sobre o que está acontecendo e, principalmente, sobre a aplicação do dinheiro. O problema do Brasil não é apenas o desvio do recurso público, mas também sua adequada aplicação. Quero enaltecer pelos esclarecimentos dados.

Quero voltar ao depoimento do Senador Eduardo Azeredo, no começo da audiência pública, e fazer, em função da argumentação de S. Exª, duas perguntas. Como sempre, o depoimento de S. Exª foi bastante sensato, ponderado, com um pé muito forte na realidade e uma boa visão de futuro. A primeira pergunta se refere novamente às licitações, mas não do ponto de vista

que está sendo abordado aqui. O Senador Eduardo Azeredo afirmou que existe a contratação de médicos e laboratórios sem o devido processo de licitação. Quer dizer, a Geap estaria contratando laboratórios, médicos, a infra-estrutura na área sem o processo licitatório. A Geap tem que fazer a licitação de acordo com as normas do Tribunal de Contas da União, que vigoram desde o ano passado. A orientação do Tribunal de Contas da União provocou mudança na IN-1, da Secretaria do Tesouro Nacional, subordinando todas as associações e fundações que recebem recursos públicos a fazer o processo de licitação: carta-convite, dependendo do valor, tomada de preços ou o próprio processo de licitação. Essa dúvida levantada pelo Senador Eduardo Azeredo, totalmente pertinente, já estaria ultrapassada, se o Geap estivesse adotando procedimentos preconizados pelo Tribunal de Contas.

A segunda pergunta é a seguinte: questionou o Senador Eduardo Azeredo e outros Senadores o fizeram na seqüência, se não haveria a opção por parte do servidor de engajar-se, aderir a um outro plano de saúde, que não fosse o da Geap, ou existe a obrigatoriedade. Também diria que isso está ultrapassado, por causa do Decreto nº 4.978, depois alterado pelo Decreto nº 5.010. Na minha ótica, existe a opção. Caso, por exemplo, a associação de funcionários da Petrobrás decidisse por outro plano, esse outro plano teria que se subordinar ao processo de licitação, também não a Geap. Pela leitura que faço do decreto, a associação dos funcionários da Petrobrás deveria subordinar-se ao processo de licitação.

Nesse sentido, parece-me que a dúvida levantada pelo Senador Eduardo Azeredo estaria ultrapassada, a não ser que a minha leitura estivesse equivocada. Está equivocada? Então, gostaria de perguntar como V. Exªs vêem a opção, caso minha leitura esteja equivocada, a opção levantada pelo Senador Eduardo Azeredo, caso essa seja a decisão da associação representativa. Não ficou claro para mim isso.

Quanto à última pergunta, eu apenas gostaria que me esclarecesse um pouco mais em relação à estrutura da Geap no Brasil. Pagamentos? Por exemplo, o local físico? Onde funciona a Geap? O prédio é de quem? Ela paga luz, água, telefone, obrigações sociais, INSS? Pois se trata de uma entidade sem fins lucrativos. Esse "sem fins lucrativos" significa que tenha os documentos, a questão dos certificados da assistência do Ministério da Justiça, como é essa infra-estrutura em termos de Geap no Brasil?

De qualquer forma, são as três perguntas, para dizer que para todos nós, Senadores, para os meios de comunicação, enfim, para a sociedade brasileira foi essencial a realização desta audiência pública, a partir da qual podemos aprofundar-nos no entendimento, na compreensão e na consolidação de caminhos, e a participação do Senado é essencial nesses aspectos todos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Flávio Arns.

Passo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, eu gostaria primeiramente de parabenizar V. Exª por esta iniciativa, já que esta discussão aqui tem se mostrado, a meu ver, tremendamente positiva. E, ao contrário de outros Senadores, saio daqui ainda cheio de dúvidas, as quais levantarei, provenientes desta discussão.

Uma entidade patrocinada, de alguma maneira, pelo setor público, pelo Governo Federal, cujas qualidades ninguém desconhece, bem como os serviços prestados à comunidade de servidores públicos brasileiros, tem a obrigação de esclarecer em qualquer momento – obrigação da transparência que hoje é essencial à democracia brasileira.

Por isso, quero fazer algumas perguntas, começando por uma pergunta já feita pelo Senador Sérgio Guerra, que parece não ficou bem esclarecida na minha opinião. Acho que esta discussão remeterá a um debate mais antigo ainda, o que, parodiando o aqui dito, lembra-me também uma expressão francesa, só que de duas palavras: **déjà vu**.

A discussão se remete não somente à qualidade dos serviços prestados, mas, no ano passado, passamos aqui todo o tempo discutindo: quem paga a conta dessa qualidade? O que foi a discussão sobre a Previdência, que tanta polêmica trouxe nesta Casa, quando o Governo claramente mencionou, com todas as letras, com toda a veemência, que não podia pagar, por exemplo, uma aposentadoria ou um benefício maior porque simplesmente não tinha condições fiscais já que o desequilíbrio do País seria prejudicial para todo mundo.

O que estamos discutindo aqui, a meu ver, remete à mesma questão: quem paga essa conta? Devemos ou não, a sociedade brasileira como um todo, pagar parte dessa conta? Não estou entrando no mérito se devemos fazê-lo ou não, mas levando à discussão que devemos deixar claro à sociedade brasileira quem paga essa conta.

O Senador João Tenório fez uma observação muito clara de que não entende como as entidades privadas – que estão em grande crise financeira, cobram mais do que a Geap e dão serviços, como o levantado aqui, menores do que a Geap – têm condições de pagar, em um ano de exercício, R$100 milhões de dívida.

A advogadA SRA. Denise está sorrindo. Eu disse alguma coisa engraçada? Costumo caprichar nas minhas piadas e essa eu mesmo não tinha entendido ainda..

Olhando o balanço, verifiquei que há um prejuízo, no primeiro trimestre do ano passado, de R$180 milhões. Verifiquei uma conta que me chama muito a atenção, Drª Regina, em que houve uma reversão de provisão que passou de 500 milhões negativos para 120 milhões positivos. Eu gostaria muito de saber de onde vieram esses recursos, quem pagou esse dinheiro e como foram formados esses recursos, pois, essa, para mim, é a questão fundamental, também nessa discussão. Gostaria de saber se essa é uma entidade que está sendo basicamente bancada pelo Governo Federal, pelo Tesouro, ou seja, por todo o conjunto da sociedade brasileira ou não, se ela existe apenas com relação aos benefícios pagos pelos servidores e pelo respectivo patrocinador, no caso.

Essa é uma questão que gostaria de ver esclarecida, porque é a primeira vez que vejo num balanço público 124 milhões de reversão positiva. Isso me chama muito a atenção, e eu gostaria de saber de onde vieram esses recursos.

A outra questão que pergunto é se existe algum plano atuarial nessa empresa, porque também me chamou muito a atenção o fato de uma empresa que fatura de R$50 milhões a R$60 milhões por mês e que, com o provável monopólio futuro, passaria a faturar muito mais do que isso ter uma reserva de apenas R$20 milhões. Não sou do ramo e gostaria de saber fazer essa relação entre a reserva e o faturamento. Gostaria de saber a situação atuarial ou se existe algum projeto ao qual possamos ter acesso imediatamente, para entendermos melhor essa questão.

A outra questão, também remetendo a uma discussão que já estamos vendo nesta Casa, refere-se ao marco regulatório, ao respeito pelas agências. Pergunto se esse tão discutido decreto que levou ao monopólio foi feito por iniciativa da Agência Nacional de Saúde, que me parece ser a responsável pela montagem e pela modelagem do sistema de saúde, seja privado, seja público no País.

Registro que queremos esclarecer. Consideramos a Geap formidável. Queremos que ela exista. Queremos apenas conhecer – como é nosso dever, nesta Casa – o funcionamento, quem banca, de onde vem, a transparência, por que é de uma maneira ou de outra. Não existe o menor intuito de desestabilizar nem diretoria nem diretores, muito menos Ministros. Essa idéia de desestabilização provém muito mais de um complexo de perseguição que tem surgido ultimamente. Gostaria que as pessoas que estão sofrendo desse complexo soubessem que a Geap oferece serviço de psiquiatria para esse tipo de problema.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Hélio Costa, V. Exª não pediu a palavra pela ordem, e eu passei a palavra ao Líder.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – De acordo com o Regimento Interno, eu não preciso ser citado nominalmente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Muito bem. Então, V. Exª reivindica o Regimento.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Evidentemente, estou colocando a carapuça.

O SR. (Orador não identificado) – Não, mas não me referi a V. Exª.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Não?

O SR. (Orador não identificado) – Não. V. Exª é são. V. Exª é uma das pessoas de melhor sanidade mental nesta Casa, de uma absoluta saúde mental.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Está certo, muito obrigado. Que bom!

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Srª Presidente, ilustres depoentes, Drª Denise, Drª Regina, Dr. Horácio, Dr. Fausto e Dr. Celso, começo partilhando com V. Sªs um problema meu, pessoal e familiar. Tenho quatro filhos, um deles, que é independente, diz para mim: "Meu pai, você fazia pior do que eu no seu tempo." Agora, o grave é a minha filha Carolina, linda, Drª Dayse, uma menina linda, uma gracinha, uma gata mesmo, de nove anos, a quem disse: "Vocês têm que dormir cedo, para acordar amanhã; você não pode ficar vendo televisão o tempo todo." Aí minha filha respondeu: "Papai, você está fazendo oposição sistemática a mim." Aí meu filho Juliano, de treze anos, disse: "Meu pai, você não me engana mais. Você quer me desestabilizar com essa história dos horários." E minha filha Nicole, que também é linda, parece com a Carolina, sendo loira, disse: "Papai, eu já tenho dezenove anos. Se você continua dando esse palpite na minha vida, você está namorando com o perigo, eu vou acabar saindo de casa. Você está namorando com o perigo!"

Por causa dos senhores e sobretudo das senhoras, tive uma discussão muito saudável com um colega meu de Bancada. Eu acompanhava, pela TV, o desenrolar das discussões aqui, quando ele me disse o absurdo de que as duas depoentes teriam sido descorteses com os Senadores. Ao que respondi: "De

jeito algum! Elas estão demonstrando segurança." O que tem faltado para o Governo no caso Waldomiro, por exemplo, está sobrando aqui, a ponto de alguém ter falado aqui em CPI. Eu tenho a impressão de que, se propuséssemos uma CPI do Geap, o Governo toparia. Ele não topa a do Waldomiro, mas essa aqui ele toparia.

Eu tive o cuidado, Drª Denise, Drª Regina, Dr. Preta, Dr. Santos, Dr. Barros, depois de ouvir determinada assessora convidada pelo Senador Tasso Jereissati para nos tirar da escuridão nesse episódio Geap, de perceber que seria prematuro falar em escândalo. Não sei se chegaram a acompanhar – seria uma honra muito grande se tivessem feito isso – o meu pronunciamento, sempre modesto, em que eu disse: "Olha, eu considero que o caso Waldomiro é escândalo, sim!" E eu não tenho certeza se isso aqui é um escândalo. Noto indícios de irregularidade. Há discrepância minha quanto à questão. Parece-me, sim, que há partidarismo, pois é a primeira vez que se tem nomeação por critérios partidários, embora eu reconheça o valor dos senhores e das senhoras. Mas faço questão de tirar isso do rol dos escândalos, porque não é.

Estou convencido até de que se eu agisse como certas pessoas agiam no passado recente e viesse "espiroqueteadamente" a propor uma CPI, creio que até topariam, porque tenho certeza de que poderia sair irregularidade para cá e para acolá. Mas não estou sentindo cheiro de corrupção.

Hoje digo isso porque ouvi o Ministro José Dirceu ontem na reunião com mais um desabafo. Compreendo o desabafo. Aceito, tenho que aceitar e compreendo. Lamento o sofrimento do ser humano, claro que lamento, mas não posso aceitar que o Ministro diga que a Oposição está desestabilizando o Governo, talvez porque S. Exª tivesse presidido um Partido que quem sabe, ao propor suas CPIs, pensasse em desestabilizar o Governo, o que eu não faço. Quando proponho CPI, quero investigar. Se eu quisesse desestabilizar o Governo, faria, quem sabe, uma ação armada. Eu não penso nada disso.

O Ministro não pode dizer que a culpa é da Oposição, nem da imprensa, porque ela noticia. Não fui eu que apresentei o Waldomiro para S. Exª; não fui eu que nomeei o Waldomiro; o seu Cachoeira também não fui eu que envolvi nessa história.

É bom colocarmos os pingos nos is e deixar bem claro que estamos exercendo aqui algo que é republicano, ou seja, ganhe a eleição, governe e por favor tente o Governo governar melhor do que está fazendo. Perdi a eleição, o que faço eu? Vou me pendurar num cargo público? Vou colocar apadrinhado meu? O que faço eu? Vou aderir ao Governo? E o Governo fica sem a fiscalização modesta, pequena que possamos dar com a nossa contribuição, eu repito, modesta. Ou eu cumpro com o meu dever republicano e democrático de me opor,sim, no meu estilo, como – digamos assim – o resultado da análise que faço dos problemas?

Estamos aqui vivendo algo normal. Portanto, comigo as senhoras podem ficar à vontade e falem com toda liberdade, porque eu quero confessar algo pessoal: tenho um lado masoquista, admiro quem joga duro comigo. É um lado masoquista, o que eu vou fazer? E admiro muito meus adversários bravos, aqueles que vão à luta comigo pra valer. Aquilo não serviria nunca para ninguém, mas, se tiver no Geap um negócio para curar esse mal, já estou me candidatando a ir.

Ligou agora uma senhora, A SRA. Maria Rosa Fonseca, dizendo que ela paga R$ 35, sim, mas, ela paga mais 30% dos serviços. Ela ligou agora, neste momento, deixou um recado aqui, pedindo que eu falasse. Não sei sequer se tem fundamento ou não, mas já registro por aqui.

Doutores e Doutoras, pergunto se o decreto é regulamentador ou autônomo em relação ao que dispõe a Lei nº 112/90. Pergunto, serei sucinto – tinha aqui outro arrazoado, mas serei bem sucinto –, atendendo a nossa Presidente e ao adiantado da hora, enfim, que outras entidades foram, se foram, ouvidas pela Casa Civil para a elaboração do Decreto. São essas duas perguntas que tinha a colocar.

E, portanto, peço desculpas por ter partilhado com vocês um momento íntimo. Enfim, é que essa moda está pegando, meus filhos estão atrevidos, é uma coisa impressionante. A que está me preocupando mais é a Nicole com aquela história de dizer que estou namorando o perigo, e a "bichinha" está ameaçando sair de casa, porque diz que eu estou namorando o perigo. Então, é um negócio complicado.

Muito obrigado a vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia, última oradora inscrita.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Senadora Lúcia Vânia, senhores convidados, diferentemente de alguns, sinto-me bastante esclarecida em relação ao assunto. Inclusive estou me questionando, não sei se preciso fazer algum teste, porque me considero igual a todos. Não me acho melhor nem pior que ninguém. Portanto, estou na dúvida, porque eu compreendi bem as razões e porque, às vezes, as pessoas insistem em perguntar a respeito de questões que já foram aqui esclarecidas. Como, por exemplo, perguntar por que a Geap (Fundação de Seguridade Social) não está fazendo concorrência, por que não foi feito concorrência, como se o decreto estivesse

obrigando que a única alternativa fosse esta, que não tivesse claro o convênio ou o contrato, enfim.

Também está claro que a Geap não participa de concorrência como a Cassi (Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil). E eu, como funcionária do Banco do Brasil, licenciada sem vencimentos, associada da Cassi, quero dizer que os funcionários não querem abrir mão, de forma alguma, da autogestação da nossa caixa de previdência, nem que ela seja de gerida de outra forma que não contemple a nossa participação. É muito difícil, eu sei, obter-se sem a nossa sociedade um avanço que, na verdade, foi conquistado pelos trabalhadores, os quais são responsáveis e capazes de administrar seus próprios fundos de pensão ou suas caixas de assistências, como no caso da Cassi.

Então, isso a sociedade não compreende. Não diria nem que a sociedade não compreende, diria que alguns têm dificuldade em compreender. Na verdade, considero que avanço democrático se dá quanto mais controle da sociedade se tem sobre tudo que é público.

Parabenizo a Drª Denise e a Drª Regina por terem nos esclarecido bastante. Agora, há um ponto que não consigo entender e diz respeito à necessidade ou não do tratamento de saúde. Considero-o meio esquizofrênico. Fala-se aqui em partidarização. A Drª Regina disse que só trocou um diretor, só trocou cinco superintendentes. Não sei quem partidarizou: a administração anterior, que já teria escolhido todos e todos já eram do nosso Partido, que é vencedor. Porque, se ela não trocou, só trocou um, ficaram todos, e estão dizendo que é partidarização, então, estou achando que há aí certa esquizofrenia. Mas esquizofrenia também tem cura.

E queria, só por curiosidade, saber o salário da diretoria executiva, por exemplo, de outras empresas de saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agora, passo a palavra a Drª Regina, para que ela possa responder aos Srs. Senadores.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Vou responder conforme a recomendação feita pela Senadora para toda esta Casa que é de mútuo respeito. Sou uma convidada e acho que devo me comportar como tal; e gostaria de ser tratada como uma convidada da Casa. Vim prestar os meus esclarecimentos e sempre virei a esta Casa com o maior respeito. Sei que as pessoas que vêm aqui também são respeitadas. Vou repetir mais uma vez. Sei que alguns Senadores chegaram atrasados e não ouviram as explicações que dei desde o início da audiência pública.

A Geap tem dois planos de saúde: um plano, Senador Jereissati, é o Plano Saúde do Funcionalismo, chama-se Geap Saúde. O outro é o Geap Família. Eles têm contabilidades distintas, Srs. Senadores. Nós não misturamos o dinheiro dos servidores titulares com a carteira dos familiares. A reserva técnica que mencionei, Senador, de R$20 milhões – e que não conseguiram entender – é um valor relativo ao plano Geap Família, ou seja, são os familiares dos servidores. Nessa carteira são 80 mil pessoas. Eu arrecado nessa carteira em torno de R$4 milhões a R$5 milhões por mês para operar o plano de saúde deles. De acordo com a Lei 9.656/98, que ajudei a escrever nesta Casa ao lado do Senador Lúcio Alcântara, se não for uma autogestão, é preciso ter uma reserva técnica. Essa reserva técnica é de um orçamento mês. Vou esperar, Srª Senadora, porque senão terei de repetir esta explicação. Um orçamento mês, portanto, que eu teria, de acordo com a regulamentação da ANS, seria de R$4 milhões... Eu tenho R$20 milhões de reserva. Plano atuarial, nós o temos. Está aberto aos Srs. Senadores no momento que queiram. Temos um funcionário que é atuário e que faz os diversos planos atuariais, inclusive para os Ministérios.

Por que há essa diferença que os senhores Senadores têm dificuldades de analisar no orçamento? Porque no final do primeiro trimestre – é bom que se diga que não era eu a Diretora, é bom que se diga, só entrei na Geap no final de junho do ano passado. No início da minha exposição, eu disse que estava há apenas sete meses à frente da Geap e que antes o diretor era do Governo anterior. Por que há essa mudança no final do primeiro trimestre e início do segundo trimestre? É nesse período que os Ministérios negociam a atualização dos valores. Por exemplo: eu recebi no ano passado R$32 **per capita** de cada Ministério. O Ministério agora, de acordo com o Orçamento previsto da União, nos passará, ao Executivo, R$35. Aqui, o Legislativo orçou que V. Exªs contribuirão com R$80 para os funcionários. Bem diferente do Executivo, em que serão só R$35. O Judiciário, por sua vez, participará com R$64. Mas, no Executivo, ficaram orçados apenas R$35. Este valor de R$32 para R$35 mudará agora no final do primeiro trimestre, início ou meio do segundo trimestre. Nesse período, todos os Ministérios sentam-se e negociam, atualizam valores, ou não. Por isso, de repente, há um superávit no meu orçamento. Como se V. Exª pegasse, em todos os anos anteriores, veremos que sempre no final do primeiro trimestre e início do segundo há esse tipo de mudança. A Geap vem, muitas vezes, trabalhando com valores que estão dentro do custeio ou abaixo dele, e, de repente, fica superavitária. Por quê? Porque exatamente nesse

período ocorre a mudança, o reajuste de eventual valor que cada Ministério negocia dentro do Orçamento previsto da União, dentro daquele valor teto, como, por exemplo, os R$35 que ocorrem nesse ano. Então, com certeza, a mudança desses valores está relacionada com essa questão.

De qualquer maneira, a Geap coloca à disposição de V. Exªs toda a prestação de contas. Podem ir lá. Temos a seção de finanças, e a contabilidade está absolutamente aberta para haver um entendimento até melhor. Como não sou economista nem contadora, posso estar deixando de passar ou de valorizar algum dado importante. Então, para que isso não ocorra, deixo aberto para esta Casa o departamento. Na hora em que quiser, poderão ir lá e conversar com os profissionais e especialistas que estão e poderão dar a V. Exªs todas as explicações e entregar-lhes toda a documentação que for necessária.

O Senador Flávio Arns falou sobre a necessidade da licitação, Senador. A Geap, como os outros planos de saúde no Brasil, não faz licitação; ela faz credenciamento de profissionais e serviços de laboratório. Isso está regulamentado pela Agência Nacional de Saúde, por uma portaria e por toda a outra regulamentação. Todo mundo faz credenciamento desses profissionais. V. Exª me pergunta: quem faz esse controle? A própria sociedade ou o assistido. Por exemplo: quando há denúncia sobre a prestação de serviço ou sobre aquele profissional... Muitas vezes, Senadores e Deputados indicam serviços. O que eu faço? Digo: em geral, os serviços indicados passam pelo Conselho Consultivo e Deliberativo. O que a Geap faz? Eu lhe dou o direito de fiscalizar o serviço dele, ver se ele oferece um serviço adequado. Se não estiver dentro dos padrões definidos pelo próprio Consult e Condel... Por exemplo, perguntaram se eu tenho serviço de psiquiatria. Nós o temos à disposição dos Geapianos, lógico, mas outro dia nós deixamos descredenciar um serviço de psiquiatria. Por quê? Embora precisássemos de mais serviços de psiquiatria naquela cidade, nós mandamos a nossa equipe de vistoria; ela foi, vistoriou o serviço e constatou que ele não estava de acordo com o padrão técnico exigido pela Geap. Então, quem define esses padrões técnicos são os gestores, que são os servidores, mediante o Consult e o Condel. Eu faço proposições técnicas, dentro do campo técnico da área da saúde, que é o meu campo, e eles discutem a propriedade ou não. Esse não é um privilégio da Geap; isso é feito por todos os planos de saúde, todas as autogestões, todas as medicinas de grupo, todas as Unimeds. O que exigimos? Currículo do profissional – obviamente diploma, se é médico –, se ele fez residência médica, se ele fez pós-graduação na área, quais os certificados que ele tem. Se V. Exªs quiserem, poderão examinar também o nosso setor de cadastro de profissionais e serviços, que está à disposição do Senado. Podem avaliar e verificar se há alguma impropriedade que não seja do ponto de vista técnico. Todos os critérios utilizados ali são técnicos. Profissionais e serviços são contratados mediante a política definida pela instituição. Eu, como membro da Câmara de Saúde Suplementar, afirmo que esse é o critério que todas as operadoras usam, todas as auto-gestões. Então eu não trabalho nem pior nem melhor; eu trabalho igual ao padrão preconizado por esse setor que atua no mercado.

Penso que a estrutura da Geap...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Só para fazer uma observação. Eu sugeriria, fruto desta audiência, que o Dr. Fausto, talvez, na seqüência, visse que a orientação da Agência Nacional de Saúde é anterior à nova decisão do Tribunal de Contas. Isso deve ser investigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Flávio Arns, o Dr. Fausto falará logo em seguida.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Desculpe-me.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Concluo.

A questão da estrutura da Geap. A Geap atua com superintendências e representações, dependendo do número de assistidos que se tem por Estado. Na grande maioria dos Estados são superintendências. Temos nossos funcionários, contratados por nós, que fazem a administração dos planos nos respectivos Estados.

Embora a Fundação tenha atuação em todo o território nacional, posso afirmar que é a Fundação que tem a maior capilaridade no Brasil depois do SUS, porque temos assistidos e serviços em 3.843 municípios, perdendo apenas para os Sistema Único de Saúde, que tem a cobertura de praticamente cem por cento. Mas não cem por cento, porque, inclusive, não há médico em todos os municípios brasileiros.

Em todos esses Estados trabalhamos, no Brasil todo, com 1.100 funcionários. Inclui a Geap Nacional e as 27 representações ou superintendências que temos nos Estados. Temos dois prédios: um próprio, no Espírito Santo, muito problemático, que estamos tentando vender, porque está bastante deteriorado, uma área pequena, e temos um prédio, uma área física, que é própria, aqui da Geap Nacional. Os demais prédios são alugados. A maioria é uma sala, um andar, depende do número de assistidos, com esse número total de 1.100 funcionários.

Essa é a estrutura básica com que a Geap trabalha em todo território nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Fausto.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Só um esclarecimento para o Senador Tasso Jereissati.

Na verdade, a Agência Nacional de Saúde regula, a partir da Lei nº 9.656, o setor de saúde suplementar, inclusive com a exclusão, prevista na lei, dos institutos públicos estaduais. A lei não abarca, no seu aspecto regulatório, os institutos estaduais. Hoje, o marco legal que trabalhamos é essa questão da regulação do setor privado de saúde suplementar.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Só um esclarecimento: a Geap não se enquadra como entidade fechada de previdência complementar?

O SR. PEREIRA DOS SANTOS – Não. A previdência complementar não é uma questão que está sob jurisdição da ANS, mas da Secretaria de Previdência Complementar. São duas coisas distintas.

O que acontece é que a Geap e algumas outras instituições no Brasil que têm as duas características. Mas tanto a Secretaria de Previdência Complementar quanto a ANS têm recomendado e têm apontado a necessidade da separação, inclusive, desse tipo de operação. São duas operações distintas, com regras distintas, com legislações distintas.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – O senhor concorda, como Agência, que é necessário um esclarecimento sobre a posição da Geap do ponto de vista jurídico?

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Com certeza. Esse é o entendimento. Coloquei na minha primeira fala que temos entendimento de que são duas atividades distintas que precisam passar por um processo de separação.

A outra questão que gostaria de colocar, Senador Flávio Arns, é que a Agência acaba de normatizar a relação prestadora/operadora, por meio do regime contratual para os prestadores hospitalares e clínicas, possivelmente amanhã ou depois de amanhã, editar a contratualização dos profissionais médicos, dentistas ou que trabalham em consultórios, que estabelece um regramento mínimo.

A questão se a Geap tem de licitar ou não sua prestação de serviços atualmente não está sob a regulamentação da Agência Nacional de Saúde. Essa questão está afeta ao entendimento da natureza jurídica da instituição, ao entendimento do Tribunal de Contas, que V.Exª informou, à instrução normativa do Tesouro Nacional e à Lei nº 8.666. Esse é o escopo que regulamenta a questão.

A definição da ANS sobre o formato de regulamentação determina o regramento mínimo que deverá constar dos contratos a serem assinados entre os prestadores de serviços – sejam eles hospitais, clínicas e/ou pessoas físicas – e as operadoras, até porque a lei não avança em relação ao alcance da mão regulatória dos prestadores de serviços.

Entendemos e defendemos que, na revisão da legislação que deverá ser feita por esta Casa, seja analisada a necessidade de que sejam regulados também os institutos estaduais que prestam assistência à saúde, mas não estão atualmente nem sob a regulamentação do SUS, nem da saúde suplementar. Existe um vazio regulatório para esses institutos estaduais. Também pensamos que devem estender a regulação para os prestadores de serviço, por entender que a legislação deveria abarcar toda a cadeia de produção da atenção à saúde.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pergunto ao Dr. Celso se ainda deseja falar.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Srª Presidente, eu havia feito uma pergunta.

O SR. CELSO CORRÊA DE BARROS – Sobre a remuneração nas cooperativas, Senadora?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Não. Sobre a remuneração da diretoria executiva. Eu sei que a Unimed é uma cooperativa.

O SR. CELSO CORRÊA DE BARROS – A remuneração é fixada pelos sócios em assembléia geral ordinária.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – O senhor tem idéia de quanto seja? É apenas uma curiosidade.

O SR. CELSO CORRÊA DE BARROS – Varia de acordo com a capacidade das cooperativas e é decidida pelos donos em assembléias gerais ordinárias convocadas para prestação de contas, como conselho fiscal.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – O senhor tem o direito de não querer responder a pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Peço a atenção dos Srs. Senadores para o seguinte fato: a Drª Regina está aqui desde as 10 horas, respondendo pacientemente todas as perguntas. Peço a compreensão dos Srs. Senadores e que sejam bem rápidos nos seus últimos questionamentos, porque ela veio para cá com a determinação de sair ao meio-dia, mas já ultrapassamos duas horas do horário estabelecido por ela. Portanto, pediria aos Srs. Senadores que fossem gentis e considerassem a paciência e a educação com que a Drª Regina respondeu a todos os Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Srª Presidente, serei muito breve. Peço ao Dr. Celso Cor-

rêa de Barros, que tem certamente conhecimento das instituições da qual faz parte, que nos informe sobre a variação dos salários dos diretores executivos de empresas prestadoras de serviços de saúde, dos principais diretores. Uma pessoa que tem responsabilidade semelhante à da Srª Regina Parizi Carvalho, numa instituição de prestação de serviços médicos de natureza privada, tais como as que o senhor conhece, quanto receberia de remuneração? O senhor poderia nos dizer, como exemplo, se seria em torno de R$15 mil, R$20 mil, R$25 mil? Poderia nos dar um exemplo, dizendo dos principais executivos dessas empresas? Os salários seriam superiores? Peço apenas essa informação. Não precisa citar nomes de pessoas nem sua remuneração; cite apenas um exemplo. Foi isso que a Senadora Ana Júlia perguntou, pelo que pude entender.

Finalmente, eu sei que esse esclarecimento foi dado, mas gostaria de fazer uma observação. Como foi informado, acredito pela Drª Regina e pela Drª Denise que a Geap até se colocou à disposição do Tribunal de Contas para ter suas contas averiguadas, se a Geap tem a característica de uma instituição pública, por que razão o Tribunal de Contas estaria se recusando a examinar as suas contas? Como o Tribunal de Contas é um órgão que auxilia o Congresso Nacional a examinar as contas públicas, talvez o Dr. Fausto Pereira do Santos ou a Drª Denise poderiam até esclarecer, porque eu não tenho essa resposta. Se o Congresso Nacional solicitar que o faça isso poderia ser portanto uma nossa iniciativa que, pelo que entendi, seria até bem aceita pela Geap?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati para sua réplica.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Serei muito rápido e muito objetivo e, mais uma vez, queria dirigir-me à Drª Regina pois estou falando em prejuízo da Geap, porque estou vendo no balanço e teve prejuízo em gestões anteriores, não existe nenhuma tentativa nem intuito de fazer qualquer coisa de caráter pessoal, apenas esclarecer.

Prejuízo do balanço, não é de orçamento. Prejuízo do balanço, quem cobre o prejuízo do balança? De onde vieram, como foi formado o capital que fez uma reversão de revisão de 140 milhões? Isso é muito importante e para mim não foi esclarecido e pediria também até a minha querida amiga, Senadora Ana Júlia, que entendeu muito bem e depois S. Exª me explique e vai me ajudar, mas agora essa pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – De maneira bem breve com a pergunta que não vi respondida sobre se outras entidades foram ouvidas pela Casa Civil e, se foram, que entidades foram essas ou se foi apenas a Geap?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Dra. Regina para responder as perguntas e fazer suas considerações finais.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Eu gostaria de agradecer ao Senador Tasso Jereissati e já ofereci a possibilidade de S. Exª ir àquela casa para receber todas informações, com certeza, com muito mais propriedade do que aquelas tanto minhas como as formulações. Tenho condições de verificar todos esses dados porque, como já disse, esse período que V. Exª aponta não é da minha gestão, é da gestão ainda anterior do governo. Penso que todas essas informações, como já repeti novamente nessa reversão, mudança, quem paga o déficit? São os servidores.

Hoje, estou devendo 20 milhões, estou pagando ainda, dívidas que herdei do governo anterior, ainda estou pagando, ainda estou pagando os 20 milhões. Como pago? Com discussão, com crédito, paciência, tolerância do meu rede prestadora, estou devendo para os meus hospitais. Na medida em que vou recebendo, devendo para os médicos, devendo para os profissionais, que, aliás, as outras operadoras fazem a mesma coisa.

Na medida em que recebemos no mês, o que fazemos? Vamos acertando as contas com a rede prestadora. Portanto, deixo em aberto para o Senador, toda documentação necessária para ele ir àquela casa para verificar isso. Até porque, como disse a Senadora, estou desde ás 10 horas da manhã respondendo as perguntas, respondi a todas com a maior paciência e respeito. Creio que, neste momento, já estamos repetindo. Já fiz as contas, houve uma pergunta que já respondi cinco vezes. Já estamos passando para um outro tipo de relação. Não é possível. Mas agradeço muito a possibilidade de estar hoje aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A senhora, realmente, é uma simpatia.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Voltarei quantas vezes forem necessárias para responder a todas as perguntas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Drª Regina, lamento, a senhora deve ter passado por um dissabor, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Só entre nós dois aqui, o pessoal aqui é chato mesmo, a senhora tem toda razão; eles repetem as perguntas.

Ora, a senhora veja esta minha conversa sobre o Waldomiro. Todo dia falo sobre essa história, sou chato, reconheço isso. E novamente os meus filhos dizem: ô pai chato. Eles gostam de mim, mas reconhecendo isso. A senhora tem razão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A senhora está bem melhor.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Júlia. Sinto muito que os Senadores interrompam a fala da Drª Regina, que está...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Era exatamente isso que eu ia pedir, Presidente. Quando pedi um esclarecimento, a Senadora imediatamente me cortou. E não está acontecendo isso. Chamo a atenção para o fato. Talvez ocorra porque são mulheres, assim o desrespeito acaba acontecendo. Como mulher não aceito este tipo de comportamento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Drª Regina.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Pois é, não tenho este tipo de problema, até porque sei que todos os homens nasceram de nós, mulheres. Certo?

(Palmas.)

Portanto, eu gostaria até de fazer esta pergunta para A SRA. Presidente, que foi muito gentil, muito correta. Penso que a minha missão aqui foi cumprida: exercer e esclarecer à exaustão todas as dúvidas; verificar livros orçamentários de balancetes. Só para V. Exªs terem uma idéia, antes de ontem, assinei cerca de 200 livros, só dos balancetes, a contabilidade da Geap, os quais coloco à disposição dos Srs. Senadores para verificarem todos os itens, todas as dúvidas que houver neste campo. Mais uma vez repito que foi uma satisfação muito grande, Senadora Presidente, vir aqui, hoje. Coloco-me à disposição e sei que o Conselho Consultivo, o Conselho Deliberativo, enfim, todos os órgãos da instituição estão à disposição para prestar todos os esclarecimentos, todos os dados necessários aos Senadores.

Agradeço muito a colaboração, a paciência e o respeito com que fui recebida nesta Casa.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Sérgio Guerra, eu passarei a palavra a V. Exª após ouvir todos os representantes da Mesa, porque, do contrário, fica difícil conduzir os trabalhos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu teria apenas uma observação a fazer sobre as palavras da Drª Regina que não implica em contraditório.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vou passar a palavra para o Dr. Fausto.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Quero dizer que, rigorosamente, ela teve extrema paciência, foi atenciosa com as perguntas que recebeu, porém, no caso, por exemplo, de informações de caráter econômico, remeteu o problema à contabilidade da instituição que dirige, não deu nenhuma resposta às perguntas feitas.

A SRA. REGINA – Claro.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Segunda questão: eu perguntaria apenas se não existe na sua instituição um relatório de auditoria independente, por exemplo.

A SRA. REGINA – Há sim, da Trevisan Associados, contratada no governo anterior.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Seria o caso de a senhora se reportar a esse relatório.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Peço a palavra, Senadora, só para um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Senador, vim preparada hoje, aqui, trouxe toda a documentação sobre irregularidades ou favorecimento da Geap quanto a um decreto presidencial. Não vim aqui, Srs. Senadores, sinto muito – e gostaria de ser respeitada na minha inteligência, também –, para prestar esclarecimento sobre questões da contabilidade, o que posso fazer. Proponha à Senadora que marque um outro momento, assim trarei todos os livros, prestarei conta da Instituição, ponto por ponto.

Não é uma questão de má vontade, repito novamente, de desrespeito, desconsideração. Mas também não quero... Senador Tasso Jereissati, sei que o Senhor é do Estado e companheiro de um Senador que respeito muito, que é o Dr. Lúcio Alcântara, com quem tive oportunidade de trabalhar muitas vezes, nesses anos passados. Não gostaria de dar uma informação incorreta para V. Exª. Não estou omitindo, não estou encobrindo os fatos, simplesmente não gostaria de dar os dados, não trouxe hoje porque não me preparei para responder a essas perguntas ou trouxe material sobre isso. Mas, como disse, ele está à disposição, tanto lá como também posso vir aqui, se for marcado um assunto neste campo. Não haverá problema.

Espero que tenha sido entendido perfeitamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Também tenho um compromisso, tenho reunião com a Bancada agora, às 14:30h.

Queria apenas saber se alguém me responde sobre a questão das entidades, se foram ouvidas outras entidades, ou se foi apenas à Geap, pela Casa Civil, na hora em que ela estava auscultando sobre a matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Drª Denise.

A SRA. DENISE ABREU – Senadora, acho que a Senhora deve estar se reportando a uma reunião relatada na imprensa que houve na Casa Civil, é isso? É esse o seu questionamento? Só para eu entender qual é a pergunta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Saber se a Geap foi ouvida junto com outras entidades por ocasião da elaboração do que virou letra de Lei, do ponto de vista do Governo.

A SRA. DENISE ABREU – Deixe-me dizer uma coisa a vocês, porque acho que foi extremamente oportuna a sua pergunta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito obrigado.

A SRA. DENISE ABREU – Por que já tentamos esclarecer isso na imprensa e, infelizmente, eles devem estar lá com as cartas todas arquivadas, mas elas não foram publicadas. Então, o Senhor está nos dando a chance...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sim, a ...foi ouvida?

A SRA. DENISE ABREU – ...nos dando a chance de tornar pública uma distorção de informações. Em primeiro lugar, gostaria de dizer a vocês que foi realizada uma reunião, na Casa Civil – e quando falo em Casa Civil é Subchefia de Assuntos Jurídicos para a Casa Civil – porque cabia à Subchefia de Assuntos Jurídicos, e cabe ainda, fazer um estudo sobre a Geap, mas não só a Geap Saúde não. Estamos elaborando um estudo com relação à Fundação de Seguridade Social no tocante à prestação de saúde suplementar? É verdade, mas também a previdência, porque a Geap está constituída para as duas finalidades. E temos a incumbência de estudar exatamente essa questão. Vamos dividir em duas entidades, uma ficará com previdência e a outra com saúde? Continuará do mesmo jeito? Isso envolve análise jurídica. Há quem interprete que pode, há quem interprete que não pode. E para que possamos emitir um parecer conclusivo sobre a matéria, foi estipulado um prazo de 300 dias, para que pudéssemos resolver a situação como um todo, a questão saúde, a questão previdenciária. Para tanto, precisávamos de informações de subsídios sobre a entidade que está sendo analisada para verificação da manutenção da sua forma de instituição ou alteração. E, só por essa razão, a Geap foi escutada, porque ela será ou dividida ou mantida como tal. De nada adiantaria chamarmos alguma outra entidade que não tenha essa característica, que é previdência mais saúde. Isso é que foi objeto de análise na Casa Civil.

No que tange à matéria saúde, entendemos – acho que corretamente e asseguro porque tenho respaldo jurídico para isso -, que o necessário, no que diz respeito à matéria saúde, era a regulamentação de uma Lei, de 1990, e que nenhum governo havia regulamentado. E cabia a nós cumprirmos a Lei.

Então, essa sugestão da regulamentação da matéria de saúde já foi tirada dos estudos da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, e o que ainda está sob análise é a questão da Previdência. Será mantida como tal ou será separada?

Entendo a sua dúvida, porque realmente houve uma distorção de informação sobre essa matéria e a imprensa, infelizmente, não esclareceu o necessário. Se a reunião tivesse sido feita exclusivamente para a finalidade 'saúde', o senhor teria razão, teríamos que escutar as outras entidades. Mas não era essa a finalidade da reunião. Isso era uma reunião de trabalho, como de resto fazemos todos os dias reuniões de trabalho, é uma característica até do nosso Governo fazer várias reuniões, para definir qual o melhor formato, sob o ponto de vista do mérito, e a adequação jurídica de todas as normas que elaboramos para o Presidente da República assinar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ok, D. Regina, muito obrigado. Parabéns pelo pioneirismo da regulamentação.

Eu também já havia observado a característica do Governo de fazer reuniões sucessivas. Por isso, estranhei que seis ou oito entidades, na situação que teriam interesse tanto quanto a Geap, não teriam sido convidadas.

Mas agradeço a sua explicação. Parabéns de novo. Aliás, as reuniões só poderiam ser de trabalho, ali não cabia outro tipo de reunião, ...

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Sem dúvida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas parabéns pelo pioneirismo da regulamentação.

A SRA. REGINA PARIZI CARVALHO – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Dr. Fausto.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Agradeço a oportunidade dada pela Comissão de Assuntos Sociais de retornar à Casa.

Coloco-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessário sobre a questão da regulação do setor e dizer que brevemente voltaremos aqui já com a designação de novos diretores para a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Dr. Celso.

O SR. CELSO CORRÊA DE BARROS – Também gostaria de agradecer o convite e manifestar que, até no primeiro momento, como disse aqui, alguns Senadores não estavam, não tinham entendido o convite, já que não fizemos nenhum questionamento com relação à Geap nesse aspecto. E até conhecemos a Geap de outras histórias.

Reafirmo que me parece que a situação de salário, como eu disse, de remuneração dos dirigentes das cooperativas, são fixados pelas leis gerais ordinárias. Então, a assembléia de menor capacidade pode pagar a seus dirigentes três mil; de maior, dez mil, quinze mil, e, evidentemente, isso é decidido pelos donos das cooperativas, espalhados pelo Brasil.

Muito obrigado e estou sempre à disposição desta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de encerrar, gostaria de fazer um agradecimento aos servidores presentes, não apenas da Geap, mas da Saúde, das Universidades, pela forma com que aqui se conduziram com elegância, com bom senso, ajudando a fluir os trabalhos.

Tenho certeza de que os grandes beneficiários deste debate foram os próprios servidores.

Para homenagear os servidores, encerro as minhas palavras, homenageando a Drª Regina, pela sua sobriedade, pela sua tranqüilidade e, acima de tudo, pela sua compreensão. Embora algumas perguntas tenham sido constrangedoras, no sentido de fazer uma oposição, ela soube conduzir da melhor maneira possível e honrou aqui todas as mulheres que hoje estão em qualquer função pública neste País, com toda a propriedade.

Portanto, Drª Regina, receba os meus cumprimentos, os cumprimentos de todos os Senadores desta Casa pela sua conduta, pela sua paciência e, acima de tudo, pelo seu bom senso.

Cumprimentando a Drª Regina, cumprimento também o Dr. Fausto e o Dr. Celso. Quero dizer ao Dr. Celso que a sua presença aqui nos honra muito. O convite foi feito a V. Sª pelo Senador Arthur Virgílio. V. Sª também trouxe uma colaboração enorme, sendo honesto nas suas respostas, objetivo, enriquecendo este debate.

Cumprimentar a Drª Denise, que, da mesma forma, se comportou da melhor maneira possível, respondendo com paciência a todas as perguntas.

Acredito que ninguém saiu daqui sem ter a sua pergunta respondida. É uma audiência pública que teria que ser polêmica, mas que, felizmente, em razão da compreensão dos Srs. Senadores, dos Srs. Servidores e da própria Mesa, conseguimos fazer com que esta audiência pública terminasse da melhor maneira possível, engrandecendo dessa forma o próprio Governo, que se colocou aqui de forma transparente, de forma objetiva, mostrando a todo o País que o Governo não foge ao debate, que o Governo não foge da transparência nem do desejo de acertar.

Portanto, recebam todos os meus cumprimentos.

Esta Comissão, mais uma vez, contando com a presença do Senador Suplicy e da Senadora Ana Júlia, se sente engrandecida por levar a todo o povo brasileiro o esclarecimento que o País queria a respeito desse assunto.

Acredito que as dúvidas que ficaram poderão ser esclarecidas pela Drª Regina, que estará lá à disposição dos Srs. Senadores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Meus cumprimentos à Srª Presidente pela maneira como está reconhecendo a atitude do Governo e de todos os participantes.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, mas não foi fácil conduzir esta reunião.

(Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de Março de 2004.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e cinqüenta e sete minutos do dia vinte e três de março de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Valmir Amaral, Hélio Costa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Efraim Morais, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Re-

ginaldo Duarte, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Paulo Octávlio, João Ribeiro, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia reúne-se a Comissão de Educação. Comparecem à reunião os Senhores Senadores José Sarney (PMDB/AP); Aloizio Mercadante (PT/SP); Senador Eduardo Suplicy (PT/SP) e Senador Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA) não membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Maguito Vilela, José Maranhão, Maria do Carmo Alves, Antero Paes de Barros e Leonel Pavan que justifica a ausência. O Senhor Presidente comunica a presença, na reunião de hoje, do Deputado Carlos Abicalil (PT/MT); Deputada Selma Maria Schons (PT/PR); Deputada Maria do Rosário Nunes (PT/RS); Eliezer Moreira Pacheco, Presidente do Instituto Nacional e Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP; Claúdia Maffini Griboski, Secretária Substituta da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação; Nelson Macullan, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação; Antônio Ibañez , Secretário de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC do Ministério da Educação; Antunes Carlos Lopes, Comissão Nacional de Residência Médica; Cristiano Zenaide Paiva, Assessor da Secretária de Educação Superior – SESU; Fernando Haddad, Secretário Executivo do Ministério da Educação; José Henrique Fernandes, Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional – FNDE; Marcos Dantas, Secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação; Roque Grazziotin, Assessor Parlamentar do Ministério da Educação; Vera Flores, Assessoria de Imprensa do Ministério da Educação e Jairo Jorge, Chefe de Gabinete do Ministro da Educação. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Doutor Tarso Genro, sobre a Reforma Universitária. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes, para posterior debate com o convidado. Usam da palavra os Senhores Senadores Osmar Dias , José Jorge e Arthur Virgílio, autores dos requerimentos; Hélio Costa, Fátima Cleide, João Capiberibe, Sérgio Cabral, Mão Santa, Eduardo Azeredo e Antônio Carlos Magalhães. Encerrado o debate, o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs e Srs. Senadores, está aberta a 5ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que tem como objetivo a audiência pública com o Ministro da Educação Tarso Genro. O assunto é a reforma universitária. São autores dos requerimentos este Presidente e os Senadores José Jorge e Arthur Virgílio.

Peço à Senadora Ideli Salvatti que acompanhe o Sr. Ministro até a mesa, para que possamos dar início à nossa audiência pública. Obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Quando formulamos o requerimento para a discussão da reforma universitária, estávamos acompanhando o intenso noticiário da imprensa a respeito do assunto. E, na verdade, como a universidade é imprescindível para toda a sociedade porque tem uma influência direta na vida de todos os cidadãos, todos os cidadãos devem participar do debate para a promoção da reforma universitária. E o simples fato de se propor a reforma universitária é o reconhecimento de que há uma crise porque todas as reformas que ocorreram do ensino superior, em qualquer país do mundo, ocorreram sempre porque se constatou que havia uma crise. E talvez a crise maior da universidade brasileira seja exatamente o fato de que ela não está respondendo ou correspondendo às demandas da sociedade. A sociedade exige que a universidade tenha uma interação maior com as regiões, com o desenvolvimento regional, participe mais dos projetos de desenvolvimento de cada região. A sociedade espera que a universidade dê respostas à crise política, econômica e social que o país vive. A universidade precisa corresponder a essa expectativa enorme da sociedade brasileira de que ela tenha uma influência direta no desempenho econômico, na solução dos problemas sociais e dos problemas éticos que se vive.

Sabemos que a reforma da universidade é chamada pelos especialistas de "reforma do ensino superior". E é muito difícil identificar ou, pelo menos, aceitar que a reforma universitária só vai resolver os problemas das universidades se não houver também uma preocupação em se reformar os cursos que preparam o aluno para o ingresso na universidade. Então, deveríamos estar discutindo, penso, uma reforma de todo o sistema de ensino brasileiro, para que a universidade, ao ser reformada, pudesse receber aqueles alunos

devidamente preparados para o ingresso na universidade e que, ao saírem da universidade, estivessem preparados para enfrentar as demandas e os desafios impostos pela sociedade.

Sei que o Ministro vai discorrer sobre o assunto, mas, gostaria de dizer que, na reforma universitária, não deve ser dispensada ou, pelo menos, não deve ser negligenciada a questão do financiamento da universidade pública. Gostaria que o Ministro abordasse esse assunto, porque sou o autor do requerimento. Terei depois tempo de fazer a minha pergunta, mas já indico esse como um tema que gostaria de ver o Ministro discutir para que os Senadores pudessem avaliar.

Outro ponto importante a ser considerado é a autonomia universitária. Essa é uma discussão eterna para a qual ainda não se chegou a um consenso ou, pelo menos, a uma conclusão. Também é importante a questão da avaliação, que votamos na semana passada, infelizmente uma medida provisória, porque havia o compromisso do Governo de que aquele assunto seria tratado por projeto de lei, o que daria tempo para uma discussão maior, e talvez um aperfeiçoamento do sistema de avaliação que substituirá o Provão.

Mas, na realidade, qual é a reforma universitária proposta pelo Governo? Qual a universidade e para qual sociedade estamos discutindo essa reforma? É muito importante que o Ministro, pelo menos, exponha a sua idéia sobre a relação Governo/Universidade e Universidade/Sociedade, porque temos, principalmente, o problema da autonomia, que, para mim, é algo mal resolvido. Lá no meu Estado, inclusive, esse assunto tem sido objeto de discussão exatamente no momento em que o Governador do Estado decreta o fechamento de 43 cursos universitários das universidades estaduais, alegando falta de recursos. Se o Estado não tem capacidade para colocar em funcionamento cursos universitários em suas universidades, talvez fosse melhor rever o papel do Estado ou até do Governo do Estado. O fechamento desses cursos trará um prejuízo enorme ao desenvolvimento do Estado do Paraná. É um retrocesso que o Estado não está aceitando. O financiamento, a autonomia e a avaliação são temas que devem ser abordados, no meu entendimento, pelo Ministro nessa sua visita à Comissão.

Agradeço, como autor do requerimento, o pronto atendimento de S. Exª, que, inclusive, surpreendeu a alguns Senadores que não esperavam que viesse tão rapidamente e em tão curto espaço de tempo debater o assunto nesta Comissão.

As regras os Senadores já conhecem. Teremos 30 minutos para que o Ministro exponha suas idéias; 5 minutos para cada Senador fazer sua pergunta; 5minutos para o Ministro responder; 3 minutos para a réplica; e 3 minutos para a tréplica. A campainha será acionada automaticamente. Quando a campainha tocar, não serei eu quem será mal-educado para como Sr. Ministro, mas o relógio.

Temos aqui a presença do Dr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do meu Estado, o Paraná, filho do ex-Senador Nelson Maculan, que foi nosso amigo; de Eliezer Pacheco, Presidente do Inepe; Antônio Bañez, Divulgação Tecnológica; Cláudia Mafinni Kriboski; Antônio Carlos Lopes, Comissão Nacional de Residência Médica; Cristiano Zenaide Paiva, Assessor da Cesur; Fernando Haded, Secretário Executivo; José Henrique Fernandes – FNDE; Marcos Dantas, Secretário de Educação à Distância; Roque Graciotin, Assessor Parlamentar; Vera Flores, Assessora de Imprensa; e Jairo Jorge, Chefe de Gabinete.

Daremos início a nossa audiência pública.

Passo a palavra ao Sr. Ministro que terá 30 minutos para fazer a sua manifestação.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Ilustre Presidente, Senador Osmar Dias, Srs. Senadores e Srªs Senadoras. É uma grande honra participar desta audiência pública não só por representar o Governo do Presidente Lula, mas pelo fato de esta Casa, pela sua tradição e pela sua enorme capacidade cívica, ter a possibilidade de muito contribuir com o trabalho que estamos realizando e com os debates que promovemos para decantar propostas que visem à reforma da educação superior no Brasil, como também a reforma do sistema de ensino, em geral, de nosso País.

Farei uma exposição daquilo que constitui os quatro rumos fundamentais do nosso trabalho no Ministério da Educação. E, ato contínuo, vou me deter um pouco na questão da reforma da universidade, que é motivo lapidar e mais expressivo dessa audiência pública.

Como bem disse V. Exª, falar em reformar a universidade sem a mudança dos pressupostos da universidade, ou seja, o ensino básico no Brasil, sem a conexão dessas reformas, sem contrastá-las com aquilo que queremos do futuro do País, ou seja, um projeto nacional, seria uma exposição totalmente fragmentária e, quem sabe, até politicamente indefensável.

Nosso trabalho no MEC está assentado naquilo que foi feito no nosso primeiro ano de Governo, o bom trabalho feito pelo Ministro Cristovam, que é integrante desta Casa e que não só nos deixou um patrimônio de trabalhos em andamento e de projetos realizados e em execução, como também um conjunto de idéias extremamente importantes que nos estamos baseando para desenvolver a nossa ação política e administrativa.

É óbvio que se trata de um segundo ano de um Governo que, como conseqüência, já adquiriu uma certa experiência de gestão e que necessariamente

deve readequar as suas ações não somente referentes a um Ministério, ao Ministério da Educação, mas ao conjunto dos Ministérios para uma segunda etapa de trabalho mais centrada em algumas questões que a própria vida demonstrou que seriam essenciais durante aquele primeiro ano de trabalho.

Portanto, estamos longe de fazer qualquer desmontagem, como insinua democraticamente – isso faz parte do jogo democrático das interpretações – uma parte da imprensa. Não estamos fazendo nenhuma desmontagem. Estamos montando um segundo ano de trabalho com base no trabalho já realizado e abrigados naquele patrimônio importante para o Governo e para a sociedade brasileira.

Vou me referir às quatro questões que constituem os eixos da nossa ação para, finalmente, deter-me um pouco na questão da reforma da universidade, para que possamos travar um diálogo que, tenho certeza, vai ser produtivo para o Ministério, para o Governo e, em última instância, para a educação brasileira.

Primeiro, vamos apresentar amanhã, Sr. Presidente, uma reforma da estrutura do Ministério da Educação. Essa reforma da estrutura do Ministério da Educação vai corresponder a determinadas prioridades que vamos trabalhar neste segundo ano e a determinadas conexões que vamos realizar. Vou dar apenas dois exemplos relacionados com essas modificações. Temos no MEC uma secretaria de inclusão educacional e uma secretaria de erradicação do analfabetismo. Vamos fundir essas duas estruturas numa secretaria só, de inclusão educacional e de alfabetização, visando fazer dos projetos de alfabetização que estão em curso não somente um portal para inclusão social, conectando, por exemplo, as ações de alfabetização nos Estados com a bolsa-família ou com outros programas de inclusão de geração de renda, de inclusão no mundo do trabalho, como também vamos buscar algum tipo de unificação metodológica mínima para os cursos que serão inscritos nesse segundo período.

Portanto, a partir de maio, já teremos a operação desses novos cursos. Quem sabe essa nova metodologia que vamos buscar poderá diminuir um pouco o número de inscritos para, quem sabe, na avaliação que estamos fazendo – estamos terminando uma pesquisa sobre isso, o que só poderia ser feito no segundo ano, porque é uma avaliação inclusive positiva do que foi feito no primeiro ano –, termos um número menor de integrantes da campanha, mas obtermos no fim do ano um número maior de alfabetizados. Com isso, estamos dando curso àquela utopia possível, desejada, realista, proposta pelo Ministro Cristovam, de fazer uma grande campanha de alfabetização no Brasil e chegar a um ponto próximo de zero.

Uma outra modificação que estamos fazendo, apenas para dar um exemplo importante...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Anuncio a presença do Presidente do Senado, Senador José Sarney, que nos honra com a sua visita.

Continua com a palavra o Ministro Tarso Genro.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Ainda nessa reforma da estrutura do MEC, estamos separando a Secretaria de Ensino Médio da Secretaria de Ensino Técnico, constituindo especialmente uma Secretaria de Ensino Técnico e Tecnológico, para transformá-la numa poderosa, embora enxuta, estrutura de retomada da importância estratégica do ensino técnico e tecnológico no Brasil. Inclusive, estamos voltando a Secretaria, de maneira intensa, para cursos de formação profissional, não necessariamente curriculares.

Essas propostas serão apresentadas amanhã, publicamente. Ainda estamos formatando os dispositivos necessários, mas a reforma da estrutura do MEC visa concentrar, priorizar e hierarquizar, de maneira adequada, as ações do Ministério, em função da positiva experiência de trabalho adquirida durante o nosso primeiro ano de Governo na área de Educação.

A segunda prioridade é não somente a manutenção dos programas de alfabetização, mas também a sua requalificação.

Quando se fala em requalificação, não se quer dizer que a qualidade do primeiro ano foi negativa. Muito pelo contrário, hoje temos três milhões de alfabetizandos, aproximadamente. Mas é necessário que apanhemos essa experiência do primeiro ano e dela criemos condições para um passo adiante. Aproveitemos, inclusive – do ponto de vista de conformação metodológica –, alguns ensinamentos desta Casa, trabalhados pela Comissão de Educação, por exemplo, da Câmara Federal.

A conexão da alfabetização com a inclusão parte do seguinte princípio. Na nossa visão, o processo de alfabetização cria possibilidades de um novo estatuto cidadão, para que aquele cidadão ou cidadã que passe por um curso de alfabetização seja envolvido, porque, caso contrário, caso não haja condições para, pelo menos, grande parte deles, aqueles que estão à sombra da lei e do direito, que não estão integrados na sociedade formal, gradativamente, perderão o aprendizado e voltarão a ficar à margem.

Então, é necessário que o programa de alfabetização do Governo não só tenha uma estrutura exclusivamente voltada para a alfabetização, mas também seja um passo em direção à inclusão dessas pessoas na sociedade formal.

Estamos trabalhando uma nova formatação dos convênios, visando estimular não só as organizações

não-governamentais que trabalham conosco, as universidades, as prefeituras, os governos estaduais e as próprias estruturas do MEC, e estabelecer uma conexão com programas de inclusão social, como o Bolsa-Família, programa tipicamente estatal, programas de geração de emprego e renda, que são organizados de baixo para cima a partir da organização da sociedade civil. Então, a reforma da estrutura do MEC e a alfabetização e inclusão constituem-se no segundo ponto estratégico do nosso trabalho neste segundo ano.

Em relação à questão do ensino fundamental e do ensino básico, qual é o próximo passo que queremos dar? Na nossa opinião, trata-se de um passo estrutural, que possibilitará também uma total requalificação do ensino básico no Brasil.

Como nós sabemos, atingimos um bom grau de universalização – atualmente em torno de 93% –, mas temos uma perda no final do ensino fundamental, que se dá não somente pela qualidade, mas também pelos problemas e desigualdades sociais que ainda caracterizam o nosso País. Por isso, é necessário que nós tenhamos um poderoso instrumento de reprogramação, de refinanciamento e novas possibilidades de indução, não mais exclusivamente no ensino fundamental, mas atingindo toda a estrutura do ensino básico.

Ora, é óbvio que um fundo dessa natureza – estamos falando do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) – é também um grande instrumento de modificação no perfil dos gastos públicos no Brasil. O Fundef foi um poderoso avanço, gerou uma possibilidade de acesso extraordinário ao ensino fundamental e conseguiu melhorar o sistema de financiamento da educação fundamental. Se nós negociarmos com a sociedade civil, com as entidades de representação dos professores, com as entidades de representação originárias dos partidos políticos do Congresso Nacional a concepção de um fundo, o Fundeb, que seja o financiador da educação básica, ao mesmo tempo, estaremos incluindo no perfil dos gastos públicos um novo tipo de gasto, com uma enorme possibilidade de efetivamente ser executado pela ausência de vinculação e pela impossibilidade de contingenciamento. Teremos o passo de qualidade que precisamos dar no ensino básico, incluindo, portanto, a escola infantil, a pré-escola e o ensino médio.

É necessário que nós verifiquemos o acordo social e político possível para a constituição desse fundo, porque não é fácil constituí-lo. Ele não precisa ser constituído no seu ideal imediatamente no próximo ano. Podemos conceber um fundo e uma legislação que estruture o Fundeb para operar no ano que vem, mas de forma que as suas receitas possam crescer de maneira gradativa, de modo a não desestruturar um perfil orçamentário que é necessário estar adequado também a outras necessidades, a outras contingências, dadas as dificuldades financeiras que vive o nosso País e o sufoco por que passa a economia brasileira em função das pressões da dívida pública.

A questão do Fundeb é incontornável, porque ele é o próximo passo revolucionário na educação brasileira. Se nós concebermos o primeiro passo como sendo o Anísio Teixeira, o segundo, o Fundef, que foi um avanço extraordinário, o Fundeb será o terceiro passo, que vai encerrar um ciclo altamente positivo e situar a educação básica no Brasil em outro patamar.

Convido esta Casa, suas Lideranças e todos os que me ouvem para pensarmos de maneira adequada, sem paixões partidárias e sem vieses ideológicos nessa questão, porque é um problema fundamental da sociedade brasileira o refinanciamento estrutural do ensino básico. É preciso, inclusive, emprestar ao projeto educacional um sentido federativo integrador, que é o mais poderoso instrumento de integração nacional. O fator que mais integra a sociedade brasileira hoje não é o mercado, porque metade da sociedade brasileira está fora dele, mas a ramificação da estrutura educacional espalhada pelo Brasil, capaz de agregar, de formar e de induzir a novos patamares de cidadania social e, conseqüentemente, de natureza política. Portanto, essa é uma prioridade do Governo do Presidente Lula. Não é uma invenção pessoal do Ministro.

Já temos um grupo de trabalho operando a questão do Fundeb, todas as instituições, pessoas com capacidade de contribuir, especialistas. Em julho, pretendemos ter formatada essa proposta ao Fundeb, para no momento oportuno, ainda este ano, remetê-la ao Congresso Nacional, para superior e democrática apreciação desta Casa.

Esta é, Sr. Presidente, Sr. Senador Osmar Dias, a terceira prioridade-eixo do nosso Ministério neste segundo ano de Governo.

Passo a fazer alguns apontamentos a respeito da reforma do ensino superior, que não é necessariamente o ponto que tem agregado mais as energias da equipe política e técnica do Ministério. Todos esses pontos de que falei estão sendo tratados de maneira concomitante e organizada internamente.

Como a reforma da universidade é um desejo social contido há muito tempo e tem uma grande capacidade de sedução para o seu debate, talvez por isso, por essa carência de debate estruturador sobre esse tema, ela seja mais divulgada do que as outras questões.

Não estamos dando um tratamento separado, hierarquicamente inferior aos outros temas comparativamente à questão da reforma da universidade.

Qual é a questão fundamental da reforma do ensino superior no Brasil?

Houve, nos últimos 30 anos, um crescimento desmesurado. Não estou responsabilizando nenhum ministro ou governo. Isso foi um fenômeno social, político e jurídico que ocorreu nos últimos 30 anos, inspirado nas grandes reformas. Houve um processo incontrolável de crescimento de oferta de vagas privadas no Brasil.

Hoje, no ensino superior, em torno de 77% das vagas são privadas e nem sempre da melhor qualidade. Pode-se dizer que parte dela é de péssima qualidade, parte de má qualidade e parte de média qualidade. Obviamente, também há ofertas de vagas particulares de boa qualidade.

É um processo que se desenvolveu muito mais determinado pela legalidade do mercado e pela possibilidade das pessoas procurarem a universidade paga em determinados lugares do que propriamente correspondendo a uma visão nacional de desenvolvimento do ensino superior no Brasil. Há regiões do País onde não existe nem universidade paga nem gratuita, portanto nem universidade pública nem privada.

Este ponto de partida nos indica dois elementos fundamentais: primeiro, temos que reordenar as relações entre o público e o privado no Brasil; segundo, temos que reforçar a universidade pública, requalificá-la, porque ela é, em média, muito melhor do que a universidade privada. Isso não quer dizer que não existam centros de excelência privados, mas, em média, ela é muito melhor. Precisamos reforçá-la, ampliá-la, requalificá-la para torná-la a base de referência de um sistema de ensino superior que, necessariamente, já é misto e que vai continuar sendo misto.

Qual é o sentido desse reordenamento entre o público e o privado? De uma parte, repito, ampliar, requalificar e fortalecer a universidade pública, aumentando gradativamente o seu acesso; de outra, fazer com que parte do sistema que é privada, ou melhor, não pública, porque há vários tipos de estruturas universitárias, como, por exemplo, comunitárias, comunitárias fundacionais, sociedades sem fins lucrativos e empresas, adeque-se ao interesse público. Essa relação entre o público e o privado poderá ser trabalhada pela mesma lei que faz a reforma do ensino superior, que chamamos provisoriamente de lei orgânica do ensino superior, ou lei orgânica de reforma do ensino superior, que, como sabemos, vai desencadear um processo de reformas; não é a reforma propriamente dita.

O ponto de partida jurídico determina um conjunto de movimentos de natureza regulamentar interna e de articulação entre as diversas representações do ensino superior, cuja regulação vai, portanto, se modulando no sentido reformador, inspirada pela lei básica que fará essa reforma.

Qual é o ponto de partida fundamental que temos de abordar para que essa reforma do ensino superior seja adequada? Primeiro, temos de buscar um consenso mínimo na sociedade brasileira e na esfera da política para saber a qual projeto nacional essa reforma corresponde. Uma reforma da universidade não é feita para os professores, para o corpo de funcionários, para o Governo nem, obviamente, para o Parlamento ou para alguma organização de maior ou menor representação na sociedade civil. Ela se realiza visando um objeto determinado, que não é o interesse de uma classe ou de uma corporação, e sim um projeto de nação sobre o qual as corporações, as classes, as representações políticas, as organizações da sociedade estabelecem as suas conexões de maior ou de menor afinidade para, então, definir o sentido da reforma e para que os diversos sujeitos políticos, econômicos, sociais, corporativos se situem no âmbito da reforma conectada com esse projeto nacional.

Estamos usando, para decantar as propostas existentes que serão objeto de exaustiva negociação a fim de chegarmos em novembro com uma proposta formatada, a nossa visão de projeto nacional que pode ser sintetizada mediante algumas características. Um país capaz de obter suficiência tecnológica para integrar-se na economia global de maneira cooperativa e soberana, e não de maneira subordinada e determinada, um país que consiga estabilizar altas taxas de crescimento e, portanto, inicie breve e fortemente um processo de reclassificação da sociedade – chamo reclassificação a inclusão das pessoas na estrutura de classes, no mundo do trabalho, nas relações empresariais – que constitua um estado permeado por um forte controle social e, obviamente, com pacto democrático, constitucional, estabilizado, previsível, tendo como centro os três Poderes republicanos, um país que desenvolva um modelo econômico capaz de, crescentemente, gerar uma redução das desigualdades sociais.

Esse projeto de nação, que só pode ser desenhado genericamente, é o que pode informar as características da universidade pública e também das relações entre o público e o privado. Para isso, é necessário dizer como será financiada a universidade e como será financiada a reforma, porque poderemos ter um conjunto de propostas altamente edificantes, qualificadas do ponto de vista técnico, jurídico, pedagógico, da relação da universidade com a produção científico-tecnológica, mas que não pode ser financiada, e uma reforma de universidade que não pode ser financiada não é, na verdade, uma reforma; é uma retórica. E, aí,

entra outra questão chave que temos de trabalhar na questão da reforma da universidade.

Falta pouco, vamos chegar lá.

Estamos colocando em discussão, num primeiro momento, a composição de um fundo de financiamento da universidade, no Brasil, composto por um conjunto de alíquotas que possam dar estabilidade e previsibilidade para esse fundo. Seria uma espécie de Fundef da universidade. Isso é uma batalha política também de convencimento da sociedade, do próprio Governo, do Parlamento, que, em última análise, é a instância superior que vai decidir ou não as características dessa reforma.

Um fundo dessa natureza está profundamente ligado ao conceito de autonomia. Não haverá efetiva autonomia da universidade enquanto os recursos da universidade possam, por exemplo, ser contingenciados. Não haverá efetiva autonomia da universidade se não tivermos condições de vincular esta autonomia a uma previsibilidade de que a própria direção da universidade possa fazer, por exemplo, as correções salariais dos seus servidores. Não haverá autonomia se o volume de recursos for passado para a universidade, não for um volume, cujas rubricas internas possam ser desenhadas com responsabilidade pública pela própria direção interna da universidade. Com isso, não criaríamos nenhuma visão fantástica de financiamento, mas permitiríamos que a universidade pudesse ser previsível em curto, médio e longo prazo e que pudesse cumprir a sua função estrutural na conformação de um projeto nacional, de uma idéia de nação.

A outra questão é a relação da universidade com a sociedade. Há algumas experiências na reforma universitária feita na Europa que apontaram dois caminhos: primeiro, obviamente, – e há uma sábia e justa decisão do Tribunal Constitucional da Espanha analisando esta questão que foi sustada pela própria sociedade – de que a relação com a sociedade, o chamado controle externo, não pode ferir a autonomia universitária. Portanto, esse chamado controle externo, essa conexão externa da universidade com a sociedade, deve ser indutora e uma fonte de interatividade, e não de sobreposição sobre a administração interna da universidade de uma força externa. Quero deixar claro que a relação universidade/sociedade não pode nem deve manchar, ferir, desestruturar a autonomia da universidade.

Este Conselho tanto pode ser um conselho da sociedade civil no interior da universidade, ao lado do Conselho da universidade, como pode o próprio Conselho da universidade abrigar uma parte da sociedade civil, ali representada sem maioria para que a autonomia da universidade não fique manchada.

Mas sou um defensor arraigado do controle externo. Tenho manifestado isso em diversas oportunidades. É necessário, sim, que qualquer corporação estabeleça uma relação com a sociedade sem que esta corporação perca a sua autonomia determinada pela lei ou pela Constituição, ou desnature as suas funções. No caso da universidade, como em qualquer corporação, há uma permanente tensão interna entre o universal e o particular, os interesse do corpo e a sua função universal em direção a toda a sociedade. Isso não é da universidade, isso acontece em qualquer corpo sindical, qualquer corpo político organizado. Em qualquer corpo profissional organizado, é absolutamente natural que ocorra isso. Reconhecer isso é um ponto de partida de afirmação da própria autonomia da universidade e da sua vocação universal.

Finalmente, duas palavras sobre a questão do acesso. A universidade pública obviamente deve alargar o seu acesso e deve buscar a máxima possibilidade de ocupação territorial do País. Mas isso não pode ser feito nem de maneira irracional, nem pode ser feito desconhecendo que existem prioridades: alocar universidades públicas onde não haja nem universidades públicas nem privadas, por exemplo, o que evidente e hierarquicamente seria mais importante do que alocar uma universidade pública onde haja um bom ensino público já instalado ou um ensino privado que possa responder minimamente a determinadas condições.

Na questão do acesso, estamos trabalhando para apresentar em breve uma política emergencial em relação a isso, que é aquela política que apontamos como política para todos, ou seja, um processo de publicização de vagas, cuja formatação jurídica ainda está sendo trabalhada. Isso significa poupar recursos públicos, porque gradativamente pode substituir o Fies, mas sem prejudicar os alunos que estão recebendo ou por receber o Fies. Quero deixar claro isso.

Poupar recursos públicos e duplicar o número de vagas públicas nas universidades não-públicas. Esse é o movimento que pretendemos instituir. É um projeto que não integra a reforma da universidade e é uma política pública imediata que poderá ou não ser incorporada na reforma da universidade.

Com relação à questão do acesso, nós temos também a questão das políticas afirmativas ou políticas de discriminação positiva ou políticas de quotas. Nós achamos que temos que buscar uma justa combinação de políticas afirmativas com políticas de reparação, utilizando, sim, a política de quotas. Isso porque há um passivo do Estado brasileiro em relação à comunidade negra e que não pode ser tratado de maneira exclusivamente social, embora aqui no Brasil esteja naturalmente fundida a questão social com a questão

racial. Quando essa fusão é evidente e clara, a questão já está, portanto, para ser resolvida por meio de oferecimento de vagas, tanto nas públicas quanto nas privadas, para as famílias de baixa renda, mormente aquelas originárias das escolas públicas. Quando não for possível estabelecer essa fusão, é necessário que se tenha uma visão reparatória em relação à comunidade negra ou afro-descendente

Já abusei do tempo e da paciência dos Senadores. Agradeço ao Presidente pela sua amabilidade ao estender o meu tempo e me coloco à disposição de V. Exªs.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quero agradecer à Deputada Selma Schons, do PT do Paraná, e à Deputada Maria do Rosário, do PT do Rio Grande do Sul pela presença.

Como comuniquei no começo, teremos cinco minutos para cada Senador fazer a sua pergunta, cinco minutos para o Ministro responder, três para a réplica e três para tréplica.

Eu sou um dos autores do requerimento. Vou passar a Presidência ao Senador Hélio Costa para que eu possa fazer a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa.) – Obrigado.

Cumprimentando o Sr. Ministro Tarso Genro e as Srªs e Srs. Senadores, passo a palavra ao Senador Osmar Dias, autor do requerimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Ministro, objetivamente, eu gostaria de fazer três considerações. Primeiro, em relação a uma matéria de **O Globo,** abordada rapidamente por V. Exª, e que diz que há uma concentração das universidades ou dos cursos superiores, que chega a 45% do total de alunos matriculados nas universidades brasileiras, em vinte municípios. São Paulo fica com quase 11% e o Rio de Janeiro com quase 7%. Se a universidade é fator de desenvolvimento regional e se o Governo tem uma política de descentralização de investimentos e de promoção de um programa de igualdades regionais, dentro da reforma universitária, qual será a proposta do Governo para as regiões desassistidas ou não atendidas pela universidade pública? É claro que a lógica de mercado vai levar sempre a universidade privada a investir nos grandes centros.As universidades privadas não estarão em regiões deprimidas, em regiões pobres. Este me parece ser o papel do Estado, o papel do Governo; ou seja, promover a descentralização e implantar faculdades, universidades ou pelo menos campus avançados das universidades em determinadas regiões, para que elas também possam se desenvolver, se é que a universidade tem essa influência no desenvolvimento, e eu acredito que tem.

Assim, deixo esta pergunta: qual a proposta do Governo para que haja uma descentralização da oferta de vagas da universidade pública em nosso País? Lembro que também há uma concentração em Estados. Por exemplo, o Estado do Rio Grande do Sul é premiado porque tem várias universidades federais. O Estado do Paraná tem uma universidade federal, concursos praticamente concentrados na capital e não temos o privilégio... Não estou aqui pregando que o Estado do Rio Grande do Sul, de V. Exª, seja penalizado e que se retire a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Se for possível, que se aumente, mas gostaria de saber se há uma proposta de outros Estados também serem contemplados e receberem a Universidade Pública Federal como foi possível para o Rio Grande do Sul, que haja um tratamento homogêneo para todos os Estados.

A isonomia tem que ser estabelecida também na reforma universitária. Então, se não pregamos a redução da Universidade Pública no Rio Grande do Sul, pergunto se há a proposta de expansão da Universidade Pública, para que se iguale com o Estado do Rio Grande do Sul e outros Estados premiados, os demais Estados, inclusive o nosso Estado, o Paraná.

A outra pergunta é que, também numa matéria que li num jornal, no mesmo **O Globo**, diz-se que, dentro da reforma universitária, há uma proposta de se criar uma CPMF para o financiamento do Ensino Superior. Se há essa proposta e se já se pensou qual o índice, porque toda vez em que se fala em criação de impostos a população tem urticária e nós queremos saber se a solução é realmente se criar um novo imposto, um tipo de CPMF, para o Ensino Superior.

A terceira pergunta vai exigir de V. Exª uma resposta sim ou não, que fica como compromisso de V. Exª a resposta firmada na Comissão de Educação, é se o Governo pretende encaminhar a reforma universitária fatiada, em partes ou de uma vez só ao Congresso, em forma de Medida Provisória ou em projeto de lei, porque, pelo amor de Deus, a avaliação que votamos na semana passada recebeu o protesto de todos os Senadores. Ninguém contestou o mérito da proposta, mas contestamos a forma, principalmente porque havia um compromisso firmado nesta Comissão de que o sistema de avaliação seria encaminhado em forma de projeto de lei para que houvesse tempo de debate. Não havia o requisito da urgência para que o Governo encaminhasse aquela matéria na forma de Medida Provisória. Foi uma decepção para a Comissão de Educação, foi uma decepção para o Senado. Então, a pergunta é: a reforma vem fatiada ou de uma vez só?

A reforma vem em forma de Medida Provisória ou em forma de projeto de lei?

São essas as perguntas que deixo para V. Exª.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Sr. Presidente, começo pela última pergunta. O Governo estabelece que o compromisso de remeter a proposta de Lei Orgânica de Reforma do Ensino Superior ou Lei Orgânica de Reforma da Universidade por meio de projeto de lei, o que não quer dizer que o Governo não possa desenvolver alguma política pública imediata, que não é a reforma da universidade, por meio de medida provisória que tenha caráter de urgência e de relevância. Mas fica aqui o nosso compromisso firmado, de que a proposta de reforma do Ensino Superior, que pode abarcar tudo que foi feito em relação à universidade até hoje, inclusive o será feito até lá, será enviado por projeto de lei.

Essa proposta, Senador Osmar Dias, do CPMF como recurso em separado para o financiamento da universidade é uma das questões que tem aparecido nos debates. Temos feito muitos debates, que não são propriamente debates de recriação de propostas, mas debates de aferição de propostas existentes, de decantação de propostas que já foram vertidas, apresentadas em outras instâncias, outros foros.

O Governo não tem nenhuma proposta de criação de imposto novo para o financiamento da universidade. Essa proposta de CPMF está ao lado de outras propostas que dizem que tem que ter uma alíquota especial de imposto de renda para a população de alta renda, que vai ser destinada a um fundo público da universidade, como também um fundo que é uma cesta de alíquotas, de partes de alíquotas de impostos já existentes para a formação de um fundo, semelhante ao Fundef. Não há nenhuma proposta do Governo de criação de novos impostos, mas aparecem várias propostas nos debates, que vamos registrando para depois verificarmos a melhor possibilidade.

Em relação à questão da universidade e as desigualdades regionais.

Temos também a visão que V. Exª mencionou: a universidade é um instrumento de combate às desigualdades regionais. O que temos como visão genérica desse processo, que estamos encaminhando para discussão, é que a universidade pública tem que se instalar predominantemente nos locais onde não há nem públicas nem privadas. Portanto, priorizar essas regiões que não têm nenhuma universidade. Isso em relação à universidade pública.

Em relação à universidade privada, estamos pensando – isto será uma proposta que poderá ser apresentada imediatamente para ser ou não depois incorporada na reforma – em trabalhar com a concepção de edital. Acabar com essa visão que veio até agora se desenvolvendo e que agregou um patrimônio de certa forma positivo em determinadas regiões com as universidades privadas, mas que trouxe extremas debilidades.

Chegar, por exemplo, em uma determinada região; nessa região do Vale do São Francisco, o MEC publica um edital e pergunta: "quem é que se habilita aqui para instalar uma Faculdade de Zootecnia? Aqui queremos uma Faculdade de Zootecnia, porque a comunidade da região indica que isso é uma necessidade".

Então, chamam-se os agentes privados para participarem de uma concorrência ou de uma negociação – o processo ainda não está definido – para verificar qual é a melhor possibilidade de alocação. Dessa forma, faremos um processo de intervenção regulatória, marco regulatório que o setor público estabelece para harmonizar o sistema público privado e ajudar a combater, portanto, as desigualdades regionais.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Com a palavra o Senador Osmar Dias para um comentário final.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Vou abrir mão da réplica, esperando ser seguido pelos outros Senadores neste exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Então, retorno a Presidência ao Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Temos mais dois requerimentos, que foram apensados aqui. Portanto, há mais três autores de requerimento. Pelo Regimento, temos que dar a palavra primeiro aos coautores. Temos o Senador Hélio Costa, o Senador José Jorge e o Senador Arthur Virgílio.

Passo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, sou Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, como V. Exª sabe, e temos agora uma audiência pública que se vai realizar. Então, se V. Exª permitisse e o Senador Hélio Costa concordasse, eu gostaria de fazer uma rápida consideração, uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se V. Exª me dispensar da reunião da Comissão de Infra-Estrutura, porque sou membro daquela comissão, permito que V. Exª o faça.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Exª está dispensado!

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado.

Com a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, eu gostaria de focalizar aqui dois pontos que considero importantes. Primeiro, peço desculpas porque não pude efetivamente assistir à palestra do Ministro Tarso Genro, tendo em vista que eu estava em São Paulo. Tive um compromisso ontem à noite. Nem sabia, na verdade, que a reunião seria às 9h30, pensava que seria às 11h, que é a hora normal da reunião da comissão. Então, vim muito apressado para chegar aqui às 11h, mas, na realidade, a reunião começou às 9h30.

Eu gostaria de levantar dois temas: em primeiro lugar, a avaliação do ensino superior e o fim do Provão.

Desde o tempo do Ministro Cristovam Buarque, quando foi apresentado um projeto que acabava com o Provão, fiquei muito preocupado. Creio que essa questão da avaliação do ensino brasileiro, em todos os níveis, ainda está engatinhando. E o Provão evidentemente era uma dessas alternativas que vinha sendo implantada gradualmente. Houve muito combate no início. Todo esse combate que houve já tinha sido superado e, efetivamente, estávamos numa fase mais calma da aplicação do Provão. Não havia mais aquelas reações, estava-se encaminhando para a estabilização.

Ocorreu que, com aquela notícia e com a posterior medida provisória acabando com o Provão, penso que demos um passo atrás no sentido da avaliação. Não que eu pensasse que o Provão fosse perfeito. Lógico, o Provão era uma avaliação bastante simples, podendo dizer até simplória, mas que, na verdade, vinha colocando esse tema na cabeça do estudante e da sociedade brasileira.

Esse novo projeto de avaliação, a medida provisória inicial, de qualquer maneira, trouxe um sistema de avaliação bastante complexo, que envolve cinco ou seis variáveis, e a população não iria entender aquilo que estava sendo avaliado. Quer dizer, iríamos melhorar o processo de avaliação por um lado, mas iríamos dificultar a compreensão dos interessados sobre a avaliação. O que ganhávamos com uma mão perdíamos com a outra.

Houve algumas modificações no projeto na Câmara, aparentemente orientadas pelo novo Ministro, que, a meu ver, em alguns pontos melhorou o projeto, principalmente porque haverá um conceito feito de uma forma mais ou menos ou muito subjetiva. De qualquer maneira, bem ou mal, no final, chega-se a um conceito que permitirá às pessoas entenderem não como se chegou a ele, mas pelo menos o que ele significa.

Esse é um ponto positivo, apesar de protestar mais uma vez pelo fato de ter sido por medida provisória, tendo em vista que não houve condições de se discutir no Senado, que, normalmente, em média, discute a medida provisória durante uma semana, enquanto ela passa 60 dias na Câmara. As nossas emendas têm que ser apresentadas com 60 dias de antecedência, quando ainda nem lemos direito o projeto. Então, uma medida provisória para um assunto que não tinha essa emergência foi um erro grave.

O Governo do Partido dos Trabalhadores, que combatia as medidas provisórias, já editou 67 medidas provisórias até a semana passada – deve ter tido mais neste fim de semana. Na realidade, às vezes sobre coisas que não são importantes.

Então, não tivemos condições de discutir e, na verdade, demos um passo atrás, mas gostaria de ouvir o Ministro sobre isso.

Em segundo lugar, eu gostaria, também, que o Ministro falasse sobre essa questão da compra de vaga nas universidades privadas. Há uma filosofia por trás disso. Nós, que somos da área da Educação, aqui não temos essa diferenciação partidária tão grande, sempre trabalhamos o conceito, inclusive levantado pelo PT na Constituinte ou pelo PCdoB, não sei bem, de verba pública para ensino público, e, hoje, vemos que essa verba pública vai ser utilizada para a compra de vagas nas universidades. Então, trata-se de uma questão que pode até ser realizada, mas que deve ser bastante discutida antes de ser efetivada. Não que venha por medida provisória ou que não possamos discutir, porque é um ponto que é uma mudança conceitual bastante ampla, não é simplesmente dizer que vai ter mais cem mil vagas, ou cinco mil, ou dez mil vagas. É a mudança do conceito que está por trás dessa diferenciação.

O Ministério tomou essa atitude muito rapidamente. V. Exª ainda não tinha nem um mês de Ministério quando tomou essa atitude. Como é uma atitude que considero drástica, no sentido da filosofia do processo que está sendo implantado, então gostaria de saber se vem por medida provisória, se vem por projeto de lei, se vamos poder discutir aqui no Congresso.

Então, Sr. Presidente, já terminou o meu tempo. Eu teria outros assuntos a levantar, mas fico com esses dois, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passar a palavra ao Ministro, faço uma consulta: se os Senadores concordam que façamos as perguntas em grupo de três Senadores para ouvirmos a resposta do Ministro.

É possível isso?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, concordo mas vou ter que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, o Ministro gostaria de responder a V. Exª antes da sua saída.

Passo a palavra ao Ministro Tarso Genro e, depois, entramos em grupo de três.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Queria deixar claro, agradeço respeitosamente as perguntas feitas pelo Senador José Jorge, as quais me possibilitam prestar alguns esclarecimentos.

A drenagem de recursos públicos para instituições privadas já existe à exaustão, em torno de um bilhão, atualmente, por intermédio do Fies. Não é isso, Fernando? Levantamento feito recentemente por nós. Portanto, não há nenhuma inovação no que se está fazendo. A inovação que se está fazendo, por meio do Projeto Universidade para Todos, é reduzir a drenagem desse recurso, é iniciar um processo, caro Senador José Jorge, de redução da drenagem desse recurso, por meio de alguns mecanismos que vão permitir que o Fies possa ser mantido com expansão parcimoniosa, congelado e, finalmente, reduzido, sem prejuízo, obviamente, daqueles alunos que já têm bolsa – isso, em qualquer hipótese. Com isso, nós teríamos uma despesa que, hoje, em valores absolutos, representaria uma despesa de 200 milhões para substituir uma despesa de 1 bilhão. Portanto, o processo, na verdade, é inverso. O que ocorreu, ao longo desse período, foi um processo de privatização de vagas. O que nós fazemos é inverter essa lógica, é estabelecer um processo de publicização de vagas. Por que isso é possível? Por uma razão absolutamente simples: há vagas ociosas e, portanto, aquilo ali é capital morto. Qualquer remuneração que se paga por aquele valor é uma agregação de valor, na universidade, que pode ser potencializado e que, efetivamente, não é porque existe a não-utilização daqueles espaços, e interessa, também, à universidade receber mais alunos nessas vagas ociosas porque os alunos irão movimentar o seu transporte, o seu bar, a sua livraria, o seu material escolar, e assim por diante. Então, na verdade, é um processo de redução de transferências de recursos públicos. Eu quero dizer isso de maneira clara, porque se a proposta for atacada, que seja de maneira adequada para que nós possamos responder. É um processo lento. No começo, nós podemos, por exemplo, congelar o Fies no ano que vem – mantê-lo apenas para alunos que já estão recebendo. Vamos supor que isso ocorra, mas o número de vagas que se abre com o Projeto Universidade Para Todos, é infinitamente superior – três ou quatro vezes maior – do que aquilo que poderia ser agregado no Fies como despesa que iria ser somada a esse 1 bilhão. Essa, então, é a filosofia do Projeto Universidade Para Todos. Quero dizer a V. Exªs que, na minha opinião, é urgente e relevante, e nós vamos tratar essa questão por medida provisória. Quero deixar bem claro, aqui, para não enganar V. Exªs, que me prestigiam com suas presenças. Agora, isso vai ou não ser incorporado na reforma da universidade. Aí, sim, vai estar no projeto de lei para ser corrigido pelo Senado, se achar necessário, incorporando ou não essa proposta como o elemento da reforma da universidade.

Em relação à utilização de medidas provisórias, estou de acordo com a preocupação do Senador. Penso que realmente há uma mudança nas necessidades do Estado moderno em utilizar instrumentos cada vez mais expeditos, e que devemos evitá-los. Mas devemos usá-los em situações de extrema relevância e urgência, e que, depois, possa voltar atrás, como é o caso concreto, agora, dessa proposta. Se se verificar que essa proposta é ruim, em novembro, poderá ser transformada num projeto de lei e, portanto, apreciada pelo Senado, de maneira tranqüila, e pelo Congresso Nacional, de maneira definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª quer usar a palavra para replica?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, como até agora não temos nenhum documento específico sobre esse projeto – apenas temos lido nos jornais – então, eu gostaria de fazer um pronunciamento mais específico quando eu tiver possibilidade de examinar o referido documento. Para ser sincero, eu não entendi algumas explicações dadas por S. Exª, o Ministro. Então, para não prolongar o debate com pedidos de explicações, eu preferi aguardar o envio da medida provisória. Deixo, aqui, novamente, o meu protesto e o meu inconformismo de que mais uma questão grave – mas não tão emergencial – seja tratada por medidas provisória. Outras questões emergenciais, por exemplo – só como nordestino – a seca do Nordeste e as cheias que ocorreram no Nordeste, que deveriam ser tratadas por medida provisória, não foi. Até hoje não chegou um tostão sequer no Nordeste porque, evidentemente, não foi tratada de maneira correta, como tantos assuntos técnicos que merecem ser discutidos e não o são, porque são tratados por medida provisória e aprovados, usando o rolo compressor, principalmente aqui na Câmara. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador José Jorge.

Vamos passar a palavra, ao Senador Arthur Virgílio.

Em seguida, ao Senador Hélio Costa e, depois, ao Senador Valdir Raupp. Aí, em grupo de três, para a resposta do Ministro.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Ministro, eu lhe desejo muita sorte nesta Pasta tão essencial para a projeção do futuro brasileiro. Devo con-

fessar que V. Exª me desperta a um tempo simpatia e respeito público. Gosto da idéia de simpatizar com V. Exª, o que não me impede de fazer aqui algumas perguntas que imagino que serão respondidas com toda a pertinência por V. Exª.

V. Exª acredita que – e não estou aqui emitindo juízo de valor sobre a política econômica – há compatibilidade entre os limites concedidos à Educação pela política econômica em prática e as suas metas? Ou seja, dá para cumpri-las integralmente até o final do ano?

O jornal **O Globo,** em 27 de janeiro último, noticiou que algumas propostas da Educação, apesar de já terem dotação orçamentária com recursos previstos no Orçamento do MEC e no Plano Plurianual, foram negadas pela Casa Civil por acarretarem impacto financeiro. Até que ponto essas restrições afetariam as ações da Pasta hoje dirigida por V. Exª?

V. Exª manterá a proposta de criação do Fundeb para a educação básica? O que V. Exª pensa da proposta do meu Partido de criar três fundos, um para cada nível de ensino? Esse é o cerne da proposta da Deputada Raquel Teixeira, de Goiás, que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

No documento Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais está previsto um colapso no funcionamento das universidades se não forem investidos, ainda este ano, em caráter de emergência, mais R$982 milhões nessas instituições, além dos R$557 milhões no Orçamento de 2004. Ao mesmo tempo, vimos V. Exª e seu antecessor reclamando do orçamento apertado para a área. Como resolver o problema? De acordo com o documento, só este ano seriam necessários mais R$183 milhões para a contratação de oito mil professores, R$61 milhões para reincorporar professores aposentados precocemente, mais R$202 milhões para manutenção, R$195 milhões para investimentos em pós-graduação e outros R$341 milhões para investimentos em recuperação e manutenção de prédios e aquisição de equipamentos para laboratórios.

Uma outra pergunta: a imprensa nacional publicou no começo do ano que o ex-Ministro da Educação teria dito que os projetos dessa Pasta estariam empacando na Casa Civil. Como estaria a situação hoje? Ou seja, o Senador Cristovam Buarque, então Ministro, segundo V. Exª declarou recentemente, teria deixado um patrimônio de projetos em andamento. Eu gostaria que V. Exª, quem sabe, fizesse uma lista dos projetos porventura empacados na Casa Civil e aqueles porventura em andamento.

Por último, tenho aqui dois recortes de jornal, Sr. Ministro Tarso Genro, um lembrando aquele episódio da saída do Ministro Cristovam Buarque, que traz: "Ataque ao "Primeiro-Ministro". Cristovam critica José Dirceu e diz que seus projetos empacaram na Casa Civil".

Esse foi o clímax da crise que redundou naquela, a meu ver, grosseira demissão do Ministro por telefone.

Depois eu vi V. Exª defendendo mais verba para a Educação. E diz o jornal: "Em palestra para prefeitos, Ministro toca em assunto que levou Lula a repreender Cristovam".

Aí diz V. Exª: "Os recursos da Educação são disputados com a Saúde e a Infra-Estrutura" (Tarso Genro)

"Eu demorei mais para reclamar". (Cristovam Buarque)

Mas o Ministro tem razão e tem o meu apoio.

Ou seja, levando em conta os antecedentes, eu, que lhe desejo de coração boa sorte na Pasta, não sei se recomendo a V. Exª que – eu gostaria de ver V. Exª até o final – não peça mais verbas, não sei se lhe recomendo, então, que desligue o telefone celular. V. Exª, pedindo mais verbas, quem sabe, qualquer hora dessas lhe telefonam dizendo que seus serviços não são mais necessários ao Ministério da Educação. Mas lhe desejo sorte e que não seja assim, mas que V. Exª consiga, com o prestígio de que dispõe junto ao Presidente, dobrar as resistências e investir em Educação aquilo que o Brasil precisa para dar o toque estratégico e a grande virada da nossa economia. Virada, sem dúvida alguma, impulsionada basicamente pela revolução educacional, como fizeram tantos países e como o Brasil precisa, sem dúvida alguma, operar.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, serei bem objetivo com as três perguntas que tenho para V. Exª.

Reporto-me, inicialmente, ao final do ano passado e começo deste ano, quando a Universidade Federal de Minas Gerais – e certamente estou também me referindo às demais universidades nos Estados – passou por um dos momentos mais críticos da sua história. Ela deveria receber cerca de R$6 milhões do Governo Federal. Não os recebeu, e ficou quatro meses sem pagar a conta de luz e a conta da água, dispensou os funcionários terceirizados, a grama cresceu no **campus** da universidade, a limpeza começou a ficar comprometida. Quer dizer, para a tradição a Universidade Federal de Minas Gerais, pergunto a V. Exª o que está sendo feito para que essa situação não se repita este ano? Não só em Minas, mas em todos os Estados onde tivemos situações semelhantes, porque,

afinal de contas, se o Congresso tem de fazer algo para apressar as decisões orçamentárias, que permitirão a V. Exª tomar uma decisão mais rápida, estamos aqui, e o momento é ideal para que V. Exª apresente para os Senadores.

Minha segunda pergunta diz respeito à declaração e ao empenho de V. Exª no programa Universidade para Todos. Entendo que é um programa importantíssimo, necessário, que tem uma grande expectativa da parte dos estudantes, e tenho uma preocupação, Sr. Ministro, com a qualificação do estudante para esse programa, porque, atualmente, o que está acontecendo no Fies é o seguinte: o filho de um funcionário público, que ganha R$400,00 por mês está automaticamente desclassificado. Ele não pode participar. Ele não tem direito a pedir uma bolsa pelo Fies. Ele não pode submeter o seu pedido à universidade, porque será recusado.

Então, temos que encontrar uma fórmula de permitir que as pessoas que ganham R$300,00, R$400,00, com o que não dá sequer para viver, possam também ter acesso à universidade por intermédio do Fies.

Neste momento, é praticamente impossível. Ouvi V. Exª referir-se à cifra de R$1 bilhão empregados no Fies. Quem sabe, agora, com este novo processo, com a Universidade para Todos, vamos poder englobar toda a sociedade. Evidentemente, podem-se excluir os ricos. Os ricos naturalmente têm a solução, mas o mais carentes da classe média devem ter absoluto privilégio nesse sentido.

Finalmente, Sr. Presidente e Sr. Ministro, sou Relator, no Senado, de um projeto de lei que fala sobre a bolsa para estudantes carentes, mas com previsão orçamentária. Esse projeto ainda não foi para o Plenário, lamentavelmente – não sei por quê –, mas foi aprovado na Comissão de Educação e prevê dotação orçamentária para cumprir a necessidade de se oferecer a oportunidade aos alunos carentes, às pessoas carentes, àqueles jovens que não têm privilégios, que não têm condições de pagar ou sequer de comprar os livros para entrar na universidade pública, para que também tenham uma chance.

Até que ponto V. Exª estaria disposto a nos ajudar a passar este projeto com a aprovação do Presidente da República?

São as minhas perguntas, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp e, posteriormente, ao Sr. Ministro.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, a primeira pergunta é em relação às quotas. Sabemos que, para combater as injustiças de vagas nas universidades públicas, criaram-se as quotas. No entanto, tantas quotas foram criadas que, se somarmos todas, creio que já estão na casa dos 200%. Faltariam vagas só para as quotas criadas.

Recentemente, eu mesmo fui Relator de um projeto do nobre Senador Sérgio Cabral, que está presente, trazendo uma experiência do seu Estado, o Rio de Janeiro. Aprovamos aqui um projeto de 50% das vagas nas universidades para alunos da rede pública, por entender que a grande maioria que ingressa na universidade vem das escolas de Ensino Médio privadas, e os jovens da escola pública passam a não ter direito a essas vagas nas universidades públicas.

Por que não dar autonomia às universidades públicas, já que as nossas realidades são totalmente diferentes? A realidade de Rondônia, meu Estado, ou de qualquer Estado da Amazônia não é a mesma do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de São Paulo ou de outros Estados. Então, ficaria essa sugestão.

A Constituição de 88, no art. 207, dá autonomia para que as universidades trabalhem essas vagas das minorias. No entanto, até hoje, não houve regulamentação. Então, faz-se necessário um projeto do Governo, do MEC para que o Congresso pudesse votar essa regulamentação.

Segundo, o Ministro Cristovam Buarque vinha batendo na tecla de que precisava de R$20 bilhões a R$30 bilhões para serem investidos em educação no período de quatro anos, durante o Governo Lula. Como arrumar esse dinheiro? Como combater a crônica escassez de recursos financeiros de recursos financeiros para as universidades públicas? Talvez, se retirássemos os recursos para educação da DRU, já sobrariam alguns bilhões, talvez R$3 ou 4 bilhões.

Terceiro, como o Governo pretende estimular o desenvolvimento de pesquisas nas universidades privadas? Hoje, existem enormes disparidades entre os valores investidos por essas universidades e pelas universidades públicas, com mérito para as públicas, apesar da escassez de recursos. As universidades privadas têm mais recursos que as públicas e não trabalham tanto com pesquisa como as últimas. As universidades particulares investem muito pouco ou quase nada em pesquisa. Do outro lado, sabemos que os donos das universidades privadas acumulam enormes riquezas. São 15 ou 20 fazendas, dois ou três jatos. Há universidades particulares que esnobam riquezas. Penso que se poderia investir um pouco mais em pesquisa.

Quarto, projeto de política universitária. Nesse projeto defendo a idéia de que fosse desenvolvida uma política diferenciada para a Região Norte, onde está o Estado de Rondônia, porque as nossas pequenas

universidades, principalmente as menores do norte do País, sofrem com a falta de verbas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para responder às indagações dos Senadores Arthur Virgílio, Hélio Costa e Valdir Raupp, com a palavra o Ministro Tarso Genro.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passarei a responder de maneira ordenada às perguntas que me foram feitas, iniciando pelas perguntas do nobre Senador Arthur Virgílio.

V. Exª me perguntou se há compatibilidade entre a política econômica e as metas da educação. Senador Arthur Virgílio, desde o momento em que fui convidado a participar do Governo Lula, trabalho com o conceito de transição e não de ruptura. Trata-se de debate que a sociedade e a imprensa fazem, que internamente faz o meu Partido e, obviamente, também os Partidos de Oposição.

O conceito de transição implica esforço comum de redesenho dos gastos públicos no País e também privilégio de determinadas políticas públicas. Isso se vincula, portanto, à segunda pergunta de V. Exª, que trata do Fundeb. Acredito que, sem o Fundeb, essa transição será extremamente difícil ou não ocorrerá porque esse fundo é precisamente um redesenho concreto de um gasto público estrutural para o País na área de educação, como um fundo da universidade, conforme estamos colocando ao debate para aferir se criaremos maioria sócio-política em torno disso, permitindo, portanto, que os valores que estruturarão o ensino básico no País e instaurarão um processo de qualidade combinado com a universalização sejam atendidos por verbas não-contingenciáveis.

Estou pressupondo que teremos a retomada do crescimento econômico este ano, ainda de maneira moderada, mas com sinais evidentes de crescimento, com certa suscetibilidade. E, no ano que vem, poderemos, aí sim, começar a redesenhar o perfil desses gastos, tendo o Fundeb, pelo menos, na nossa opinião, para aferir, na sociedade e no próprio Parlamento, se essa é uma idéia correta, um fundo de financiamento da universidade pública, e, com isso, dar conseqüência prática ao próprio movimento feito pelo Presidente Lula em relação às agências internacionais.

A colocação da educação, da saúde e da reforma da infra-estrutura do País como um elemento central do projeto de nação a ser desenhado hoje requer uma transição do atual modelo econômico, que tem de ser feita de maneira extremamente cuidadosa.

V. Exª sabe, porque foi Governo há pouco, das enormes dificuldades que temos para fazer o controle da nossa dívida pública, que cresceu brutalmente nos últimos oito anos e que não é responsabilidade de um governante ou de um ministro. Esse é um processo social, econômico, objetivo que reestruturou negativamente as economias de todos os países chamados emergentes ou países globalizados – eu diria de forma mais adequada –, como ocorreu com o nosso País, a partir da primeira e da segunda crise do petróleo, de que os nossos governos são herdeiros neste momento.

Não lhe respondo nem de maneira afirmativa nem negativa porque o ponto de partida do projeto educacional do Presidente está colado à necessidade de uma transição, que não será feita, exclusivamente, na minha opinião, pelo bloco político e social que sustenta o Governo. Independente de mantermos as nossas divergências ideológicas, políticas e partidárias, há um senso comum hoje nas representações políticas do Brasil de que precisamos transitar para outro modelo econômico. Esse é um trânsito difícil, que só pode ser feito mediante compromisso, só pode ser consertado. E um elemento para isso é o financiamento da educação básica e da educação pública universitária como um movimento que combina os dois elementos. Aquilo que é prioridade para todos – todos dizem que é – e aquilo que é um estímulo e indução concreta à mudança do perfil dos gastos públicos e, portanto, a própria mudança do modelo de desenvolvimento.

Esse é o desejo do Presidente Lula, que colocou, de maneira clara, o Fundeb como uma das prioridades do seu Governo neste ano.

Não será o Fundeb do Presidente. Conversei com a Deputada Raquel. Tive a honra de ser visitado por S. Exª, que me apresentou a proposta dos três fundos. Nós, do Governo, estamos abertos a discutir qual é a melhor possibilidade. Não temos nenhum preconceito por a idéia ter vindo da Oposição ou de fontes da sociedade civil não posicionadas politicamente. Temos que achar uma solução, que passa por um novo perfil de gastos e pelo privilégio da educação, da saúde e da recomposição da infra-estrutura do País.

O Presidente tem colocado publicamente ao Fundo Monetário Internacional que é necessário reconstituir e reordenar a visão de superávit na medida em que Sua Excelência mesmo coloca que os investimentos em infra-estrutura, por exemplo, não podem ser contabilizados. Tenho absoluta certeza de que nós temos muitos pontos comuns para trabalhar nessa direção, independentemente de manter as nossas diferenças, nossas distâncias, que são sadias para a democracia. Inclusive, o arroubo retórico da oposição radical, tanto de extrema esquerda, como de direita ou oposição centrista, que faz parte do nosso espectro democrático e ajuda a educação política do País.

Colapso das universidades. O pressuposto é correto, mas talvez não seja um colapso. Há uma grave crise de financiamento da universidade pública no Brasil. Tenho rodado por este País, ido às universidades, reunido-me freqüentemente com os reitores, escutado os alunos. O depoimento do Senador Hélio Costa é absolutamente verdadeiro, refletido da UFMG, embora a grama já tenha sido cortada.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Está certo.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Estamos negociando a urgência dos repasses, a melhora do trânsito dos repasses, para a Universidade poder administrar o seu financiamento em razão de sua própria previsão de custos.

O orçamento para a área de educação é insuficiente, assim como o é para a saúde, para a infra-estrutura, indústria e comércio e para a ciência e tecnologia. A educação não foge à regra. O orçamento brasileiro é insuficiente, em função do volume de recursos que devemos pagar, relacionados com a nossa dívida pública, que não foi criada por este Governo, que se origina de um conjunto de processos sociais e econômicos, dos quais todos somos herdeiros – não é o Governo; é a sociedade brasileira.

Então, para tentarmos solucionar de uma maneira drástica e radical essa questão que conecta a dívida com os investimentos, temos de fazer uma ruptura semelhante à que fez o Presidente Hugo Chaves, na Venezuela, que não é, certamente, o desejo do Senador Arthur Virgílio, nem o meu.

Devemos trabalhar rumo à evolução. Nesse caminho, erramos e acertamos, mas o caminho estratégico de retomada do crescimento, de renegociação do próprio conceito de superávit, que o próprio Presidente já colocou publicamente, de privilégio da infra-estrutura da educação e da saúde, já está sendo construído.

Portanto, pretendemos construir um processo de transição que nos permita um orçamento melhor no ano que vem para a educação – ainda não o ideal, mas o melhor. Acho que isso é perfeitamente possível.

Quanto aos projetos empacados na Casa Civil, há bons e vários projetos do Ministro Cristovam Buarque, que não só tem um quadro parlamentar competente, com foi e é um Ministro eficiente. Agora, cada Ministro tem o seu estilo. Não teria razão o Presidente da República me colocar no Ministério da Educação, se eu fosse um clone do Ministro Cristovam. Não sou nem melhor nem pior do que ele. Somos pessoas diferentes. Temos, portanto, uma experiência de governo positiva, de função pública, que nos leva a determinados movimentos e atitudes.

Darei um exemplo concreto de um bom projeto que está lá, que haveremos de adotar, mas ainda não é possível: o piso dos professores, determinado por Lei Federal. Isso quebraria os Estados, Senador Capiberibe. A ampla maioria destes quebraria. Um piso de R$800,00 para os professores seria o ideal conseguirmos hoje no Brasil – aliás, coisa que já consegui em Porto Alegre há muito tempo –, mas é impossível fazermos por meio de Lei Federal, sob pena de gerar uma crise na Federação.

Então, são projetos como esses que devemos trabalhar com mais distensão de tempo, mas sem nenhum preconceito ou juízo de valor negativo com aquilo produzido pelo nosso antecessor.

Senador Hélio Costa, com relação à questão de recursos para as Universidades, estamos tentando agilizar essa transferência. Ela é muito complicada e gera determinados impasses de tempo, de prazo, de valor, em função das dificuldades financeiras do Governo, mas, em nenhum momento, entramos em qualquer crise, disputa ou choque com a área econômica do Governo. Ao contrário, temos um diálogo positivo. É difícil a situação.

Realmente, ocorre uma certa tensão quando os nossos técnicos e o Governo estão negociando. Os quadros políticos se encontram e tentam resolver a situação. Temos que ser solidários com o conjunto do Governo e não achar que o nosso problema é exclusivamente da educação em nosso País, embora lutemos para que a educação seja efetivamente privilegiada.

A questão da qualidade do "Universidade para Todos" estará contemplada no manual, de que o pressuposto de qualidade, de qualificação, deve informar a realização do convênio entre o Governo, o MEC e a unidade contratante na negociação das vagas.

Com relação às bolsas de estudos para estudantes carentes, não conheço projetos nesse sentido. Terei o máximo prazer de examiná-lo. Tenho a honra de convidá-lo para ir ao Ministério da Educação, para que possamos sentar e conversar sobre esse projeto, verificar inclusive qual o grau de identidade com algumas questões que estamos trabalhando, para que possamos, se possível, buscar um ponto de vista comum a respeito dele.

Política de quotas, Senador Valdir Raupp: é nessa direção que estamos trabalhando. Vamos propor uma norma genérica, cogente, mas cuja aplicação e regulação sejam feitas dentro da autonomia da universidade, para não se criarem obrigações artificiais incumpríveis. Essa norma vai sobrepairar à estrutura pública e privada, mas sua aplicação na universidade pública será regulada pela autonomia da universidade – é preciso adequá-la ao ambiente socioeconômico, cultural e racial da região, senão ela fica artificial. Uma política de cotas na Bahia, por exemplo, de 20%, cer-

tamente não teria nenhum efeito, porque já há mais de 20% de afrodescendentes naquele Estado – ainda bem. Agora, uma política de 20% no interior do Rio Grande do Sul, na cidade de Sapiranga, por exemplo, de origem alemã, não seria preenchida pelas famílias afrodescendentes que estão lá. Então, deve haver uma adequação, para que seja uma norma verdadeira e não apenas uma declaração de intenções.

Vinte ou trinta bilhões para a educação seriam o ideal; seriam os recursos que solucionariam todos os problemas da educação no País. Quando Cristovam Buarque verbaliza R$20 bilhões ou R$30 bilhões – e o fez numa entrevista –, mostra uma necessidade verdadeira, que, na minha opinião, ainda não é cumprível mediante a realidade socioeconômica e financeira do País. Assim, prefiro dizer o seguinte: queremos chegar, um dia, a ter mais R$20 bilhões ou R$30 bilhões em termos reais para a educação no País e precisamos construir, do ponto de vista político, econômico e de desenvolvimento, as condições que nos permitam isso.

O estímulo à pesquisa nas instituições privadas. A idéia que o professor Jorge Almeida Guimarães – Presidente da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), aqui presente –, está trabalhando é a criação – um abraço, Senador Arthur Virgílio, obrigada por sua honrosa presença – de um fundo setorial do ensino privado para aplicação exclusiva nas instituições privadas. Estamos de acordo com seu pressuposto de que não há um projeto de pesquisa para as universidades privadas, que têm um manancial possível de ser explorado positivamente. O Dr. Jorge está trabalhando nesse fundo setorial, que será apresentado a V. Exªs num prazo não muito distante – não é, Dr. Jorge? Lá somos mais ou menos rápidos – , para ser submetido à sabedoria e à inteligência desta Casa parlamentar.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para a réplica, concedo a palavra a V. Exª, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, usarei meu tempo de réplica não necessariamente sobre as questões que levantei, porque me sinto amplamente atendido com a resposta do Ministro. Queria apenas fazer outra sugestão: a de que, na visita que o Ministro me convida a fazer, eu possa levar também o projeto que apresentei ao Senado Federal, para o qual já foi designado Relator o Senador Antonio Carlos Magalhães e que determina que as universidades particulares têm que dedicar 2% de seu orçamento bruto – não só as universidades, mas também os centros universitários – para uma fundação de pesquisa. Esse projeto tinha o total apoio do Ministro Cristovam Buarque, que teve a oportunidade de acompanhar a sua elaboração, a meu pedido. Gostaria que V. Exª também tomasse conhecimento amplo dessa proposta, que é extremamente interessante e segue modelos europeus e americanos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Bem, vamos agora, na seqüência, passar a palavra à Senadora Fátima Cleide, ao Senador Roberto Saturnino e ao Senador Sérgio Cabral.

Primeiramente, concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, por cinco minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, na realidade, boa parte do que gostaria de questionar ao Ministro já foi respondida, até mesmo em sua fala. Quero cumprimentá-lo, Ministro Tarso Genro, por sua presença nesta Comissão, dizendo que sua exposição serena nos traz muita tranqüilidade. Penso que V. Exª será sempre muito bem-vindo, para esclarecer-nos as políticas de educação previstas pelo Ministério da Educação.

Só gostaria de ressaltar, com relação ao Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que apresentei nesta Casa um projeto de lei que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para caracterizar como trabalhadores em educação principalmente uma parcela que faz diariamente, no chão da escola, a educação e que não tem visibilidade, que são os funcionários de escola. Pretendemos discutir um projeto que vem sendo debatido, há muitos anos – há mais de uma década, para ser mais sincera –, entre o "operariado do giz" neste País, que é um projeto de profissionalização dos funcionários de escola.

Eu gostaria de saber se o Ministério da Educação tem se debruçado sobre essa questão, principalmente no que diz respeito ao Fundeb. Estamos tratando de educação, sempre lembrando de professores e de docentes, mas eu gostaria de ressaltar essa parcela que não tem visibilidade.

Comungo da opinião de V. Exª de que o Fundeb não pode ter verbas que possam vir a ser contingenciadas. E creio que, assim, partimos para um grande avanço. Também penso que o Fundeb é estruturante neste momento. Além disso, concordo que se trata de um projeto de relevância e urgência, sobre o qual precisamos nos debruçar neste ano.

Considero que tem sido dada muita relevância à questão do Ensino Superior. De fato, isso é relevante, mas o Fundeb é estruturante, e precisamos nos debruçar sobre ele, com a máxima urgência possível, no Congresso Nacional.

Provenho de um Estado também periférico, como disse o Senador Valdir Raupp. Somos de uma região do Brasil que só é vista na hora de pensarmos como

utilizaremos seus recursos naturais, que é a Amazônia. Eu e os Senadores João Capiberibe e Valdir Raupp pertencemos a uma parcela da Amazônia ainda mais periférica – Estados de Rondônia, Acre, Amapá e Roraima –, e vivenciamos atualmente um problema seriíssimo, pois nossos Estados fazem fronteira com países da América Latina e da América do Sul.

Eu gostaria de conversar um pouco mais com V. Exª sobre um problema para saber o que o MEC tem feito – na gestão do Senador Cristovam já havia um grupo de trabalho discutindo uma proposta de medida provisória – com relação ao reconhecimento dos diplomas dos alunos que vão para outros países da América Latina. Nessa fronteira do Brasil temos um número significante de estudantes que, em função de não encontrarem vagas nas universidades públicas e pela escassez de instituições particulares nessa região, buscam em outros países um espaço para alcançar o conhecimento. Eu gostaria de saber como está essa discussão no Ministério da Educação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passar a palavra ao Senador Roberto Saturnino, eu gostaria de comunicar que há um requerimento aprovado e que o Ministro voltará à Comissão para discutir o sistema de quotas. Se as Srªs e os Srs. Senadores quiserem deixar as perguntas sobre quotas para a próxima reunião em que S. Exª estará presente, aproveitaríamos o tempo para discutir a reforma universitária.

Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Ministro, inicialmente, quero manifestar meu regozijo e cumprimentá-lo pelo brilho, pela consistência e pela lucidez do seu conjunto de idéias a respeito desse setor essencial, estratégico, que é parte de um projeto nacional, como V. Exª muito bem ressaltou. Isso nos infunde muita confiança no êxito da sua gestão e no cumprimento de uma missão na qual V. Exª substitui uma figura muito cara para nós e que também nos infundia especial confiança, que é o ex-Ministro Cristovam Buarque.

Quero ressaltar dois pontos. Relativamente ao Fundeb, V. Exª destacou, dentro do panorama das suas propostas em exame, em formulação.

Eu gostaria de um pouco mais de detalhes a respeito do Fundeb, quer dizer, ele será na sua concepção um simples destaque dos recursos orçamentários imunes a contingenciamento ou ele receberá novas dotações, novos *Inputs* para crescimento das aplicações nesse setor. Ele compreende o financiamento também do ensino técnico e tecnológico? Gostei muito da sua priorização, da questão do ensino técnico com a criação da secretaria específica, mas eu gostaria de saber como o Fundeb vai-se aplicar também na questão do ensino técnico e tecnológico.

Por último, Ministro, uma pequena referência, que V. Exª não fez nem nenhum dos Senadores aqui presentes: a questão do ensino à distância, porque essa é uma das promessas no que respeita à ampliação do acesso ao ensino de qualquer natureza, seja o ensino médio como o universitário. Eu gostaria de escutar uma pequena referência resumida a respeito das suas propostas nesse setor.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Eu gostaria de registrar que está presente aqui o Professor Marcos Dantas, Secretário de Ensino à Distância. Vou fazer algumas referências, mas ele fica também à sua disposição. É seu patrício lá do Rio de Janeiro. Vamos jogar pesado; posso estar muito forte no ensino à distância.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, serei breve. Aliás, está muito bem entregue o ensino à distância ao professor Marcos Dantas.

Sr. Ministro, votei contra a medida provisória da nova avaliação do Ensino Superior porque comungo com outros Senadores que me antecederam, pela precariedade da discussão, pelo açodamento com que essa medida provisória foi enviada e pela eficiência com que o dito Provão conquistou nesses últimos anos, implantado pelo Ministro Paulo Renato, seu conterrâneo, e de fato, entre o que se pode pesar de positivo e negativo, a avaliação é muito positiva no resultado do Provão. A nova avaliação – e não quero entrar na discussão, porque é um fato já consumado, a medida provisória foi aprovada – peca pelo excesso de subjetividade, o que me parece muito perigoso e distorce, a meu ver, as conquistas obtidas pelo Provão, ao mensurar a qualidade do ensino oferecido no País.

Fico preocupado com o anúncio de V. Exª de que a nova medida provisória vem aí para compra de vaga nas universidades particulares, nas faculdades particulares. Fico muito preocupado. Quero dizer também a V. Exª que essa é uma experiência muito mal sucedida no meu Estado, por prefeitura sobretudo no grande Rio, na baixada fluminense, um exemplo muito ruim – acho que valia a pena fazer uma pesquisa –, tanto que a demanda da população dessas cidades foi exatamente o inverso para que as prefeituras assumissem diretamente essa responsabilidade. Isso foi feito, e o Fundef, aliás, ajudou muito nesse sentido.

Então acho muito ruim que venha por medida provisória; acho açodada essa iniciativa; acho que a questão do financiamento feito pela Caixa Econômica para o estudante na rede particular tem uma ou-

tra característica. V. Exª colocou 1 bilhão versus 200 milhões, acho que são incomparáveis, são conceitos diferentes, são compromissos diferentes, acho até que esse financiamento tem que ser revisto, mas ele tem um outro viés, uma outra característica diferente dessa proposta que será apresentada.

Por último, não há como o Presidente não falar sobre política de quotas. Sou autor do Projeto de Lei nº 61, de 2003, aprovado nesta Comissão e já remetido à Câmara dos Deputados, que, a princípio, previa 40% das vagas das universidades públicas para alunos oriundos da rede pública de ensino. E, na Comissão, entendeu-se, por unanimidade, por uma emenda, a mudança para 50% das vagas. E estamos abertos à discussão.

Sr. Ministro, para resolver essa questão do perfil demográfico brasileiro, do perfil racial brasileiro, embora V. Exª tenha dito que, na sociedade do Rio Grande do Sul, não teria cabimento uma especificidade para afro-descendentes como em Salvador – 20% seria um percentual pequeno – basta valorizar exatamente o aluno oriundo da rede pública. Dessa forma, V. Exª estará abarcando toda essa demanda e, mais, valorizando o ensino, enquanto não surgem novos fundos, novas iniciativas. Sr. Ministro, pela sua trajetória pública e política – sou um admirador de V. Exª a distância –, tenho certeza de que V. Exª, de maneira leal, trava diariamente uma luta por mais verbas para a educação. Porém, enquanto não se repensar o financiamento do ensino médio, haja vista que a situação do ensino médio é muito grave neste País, o nosso projeto propõe que terá acesso à universidade aquele que cursar os três anos do ensino médio na rede pública. Essa é uma forma de valorizar o ensino médio e de trazer de volta ou de estimular o retorno da classe média ao ensino médio de maneira pragmática. Evidentemente, aqueles que criticam podem dizer que o ideal é melhorar o ensino público no País. Isso é óbvio. No entanto, essa é uma maneira de se fortalecer o ensino público. Não conheço prestação de serviço público de boa qualidade que não tenha o envolvimento da classe média. Pelo contrário: infelizmente, nos últimos anos, desde o milagre econômico, o afastamento da classe média dos serviços públicos de saúde e educação no Brasil levou à deterioração desses serviços. Sabemos que um problema que afeta a classe média tem mais chances de alcançar a primeira página do que os problemas que afetam apenas a grande maioria do povo brasileiro, a maioria pobre.

Creio que essa posição demonstra certa dose de radicalismo, mas também de valorização do ensino público. Isso resolveria todas as questões das minorias, daqueles que, de fato, têm um direito histórico com o Brasil. E sei que V. Exª tem a preocupação de priorizar o ensino.

Portanto, essa seria uma forma de valorizar o ensino público e de fazer justiça social, gastando muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Ministro Tarso Genro.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Sr. Presidente Osmar Dias, obrigado.

Começarei pelas perguntas feitas pelo Senador Sérgio Cabral e abordarei gradativamente as demais questões.

Refiro-me, inicialmente, à polícia de quotas. Também há o entendimento no MEC – estamos trabalhando nessa direção – de que o filtro do ensino público é fundamental, inclusive para a política de quotas. Estamos formatando a visão de que esse caminho é altamente positivo. De outra parte, também parece necessário – esta é uma demanda política fortíssima da comunidade negra e afro-descendente **in generi** – que a norma tenha algum sentido específico de reparação. Cito o exemplo mais dramático dessa questão. Aplicada a política de quotas, chegam à porta da universidade um jovem negro e pobre e um jovem branco e pobre. É possível discriminar o jovem branco e pobre? Não, porque se estaria aplicando, de maneira completamente distorcida, o princípio da igualdade formal, pervertendo esse princípio e discriminado, porque são socialmente iguais, aqueles que não podem ser desigualados em face da raça.

Na nossa visão, a norma tem de dar conta dessas situações extremas, para permitir que possamos ter, sim, uma política que tenha efeito de discriminação positiva a partir do abarcar socialmente a comunidade, porque os negros e os afro-descendentes no Brasil são majoritariamente pobres. Talvez tenhamos não sei se uma divergência, mas uma ênfase um pouco diferente nessa questão até – no meu caso – por uma certa visão de como o Estado deve-se comportar perante os passivos que adquire, porque não é uma dívida da sociedade com os negros, é uma dívida do Estado. Então, tem de haver uma reparação estatal, nem que tenha um caráter fortemente simbólico e que socialmente os mais pobres sejam abarcados por uma política que permita integrar à universidade predominantemente os jovens originários das escolas públicas.

Tentar combinar essa questão será um trabalho inclusive da jurisprudência. Não será fácil. Nos Estados Unidos, por exemplo, as políticas de discriminação positiva foram mais fáceis de ser aplicadas, porque foram políticas de um novo sistema normativo que se erguia contra um sistema normativo anterior estabilizado, quando se sabia que os Estados tinham normas

legais que discriminavam os negros. Então, o sistema normativo que sucedeu a esse dizia especificamente o que tinha de revogar; e mais, além de revogar, tinha de afirmar determinados direitos mediante normas que se opunham àquela sistemática anterior. No caso do Brasil, não. A discriminação aqui é social e originária da condição racial. Há muito tempo não existe uma lei como havia na década de 60. Vejam a barbárie! Nos Estados Unidos, havia leis que consideravam os negros inferiores aos brancos. Na década de 60, isso ocorreu na democracia presumidamente mais avançada do mundo, enquanto aqui debocharíamos de uma lei desse tipo, pela nossa cultura, pela nossa formação e pela importância que tem a comunidade negra na nossa história anterior e na nossa história presente.

A nossa idéia é propor uma norma de caráter genérico, cogente, que seja adequada pela autonomia da universidade. Portanto, pode ser privilegiada a questão da escola pública, e, a partir de então, temos de aguardar a sedimentação que certamente virá da jurisprudência que os tribunais evidentemente irão acumular depois de um período de contenda judicial sobre o assunto.

Até há quem diga que uma política de cotas é inconstitucional, assim como uma política de cotas de escolas públicas seria também inconstitucional. Há juristas que sustentam essa posição. Digo isso para termos, daqui por diante, uma adaptação não só normativa, mas jurisprudencial para tratar dessa questão. Isso é um elemento da revolução democrática. Sabemos que pode haver cinco, dez, quinze anos talvez de adaptação, como ocorre em todas as revoluções verdadeiras, aquelas que vêm para ficar e que não permitem a volta para a situação anterior, como ocorreu em determinados fenômenos históricos.

Insisto que, na verdade, não estamos fazendo compra de vagas. Quero insistir nessa ponderação, que é importante. Vou citar aqui um exemplo concreto. Existe uma norma vigente que determina que 20% do faturamento das instituições filantrópicas sejam utilizados como gratuidade, mas não diz o que é a gratuidade. Há algumas que aplicam. A PUC do Rio Grande do Sul aplica essa norma. Creio que lá não haverá problema. Pode ser que, se obtivermos 20%, digam que será necessário completar 5%. Mas existem umas que não a aplicam em nada. Deixam as vagas vagas. Então, vamos dizer que os 20% de gratuidade têm de ser destinados a vagas. Isso não é compra de vagas. É um dos mecanismos que vamos adotar, além de outros. Isso será uma revolução na oferta de vagas no Brasil.

Quero chamar a atenção para o fato de que essas vagas são para comunidades cujas famílias têm um e meio salário mínimo, **per capita.** Depois, temos, predominantemente, as seleções originárias, as escolas públicas e, dentro disso, algumas quotas.

Não é esse o caso; a sua crítica é absolutamente justa, tanto que estamos tendo um debate muito relevante. Mas, em determinadas críticas, a ultra-esquerda alega que se trata de privatizar recursos públicos, quando não é. Trata-se de publicizar. Está privatizado agora. Quando esses 20% se tornam vagas públicas, há a transformação de recurso público que o Estado deixou de receber.

Há coisas que realmente não compreendo. Esse tipo de mentalidade é preocupante, porque se torna um negócio ostensivamente preconceituoso, e contra os pobres. Será que os pobres não têm o direito de estudar em uma universidade privada se os ricos podem estudar? É uma posição tão correta politicamente que fica contra os pobres, contra famílias de um e meio salário mínimo?

No caso, entendo que a discussão tem que adquirir uma certa racionalidade, como a que estamos tendo aqui.

Se essas disposições serão ou não incorporados na reforma, só os Srs. Senadores e Srs. Deputados poderão dizer, porque essa norma será apresentada como proposta de lei em novembro, quando a tivermos formatado.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Pela ordem.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Tenha a bondade, Senador.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Se for dessa maneira, Sr. Ministro, retifico a minha posição e até voto por medida provisória. Se for exatamente dessa maneira.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Esse é um dos elementos. Não estamos aqui para nos enganar. Portanto, quero deixar bem claro que há empresas de ensino que pagam tudo. E não vamos deixar de receber a quota previdenciária do empregador, nem a do empregado, mas não há nenhum problema em transformar outros impostos pagos, um volume pequeno, em vagas, cujo custo, se comprado pelo Fies, seria muito mais elevado.

Por isso fiz a comparação com o Fies, e o Senador que lhe precedeu com a pergunta não entendeu. Na ocasião, citei essa referência, embora sejam sistemas efetivamente diferentes.

Avaliação.

Também entendo que há excessos de subjetivação na avaliação. E teremos que construir, ao longo deste ano, para, na reforma, chegarmos com um processo de avaliação melhor. Esse é melhor que o ante-

rior, na minha opinião, mas ainda é provisório. Por que é melhor que o anterior? Porque é impossível se aferir a qualidade da universidade exclusivamente pelo grau de aprendizado do aluno. Tem-se que aferir também pelo grau de aprendizado do professor, do que ele aprendeu para lecionar, pela infra-estrutura da escola, pelo tipo de relação que ela tem com a economia regional e com a comunidade. Isso, efetivamente, garante um grande espaço de subjetivação que teremos que aprimorar na direção da reforma da universidade.

Esta Casa fez um excelente trabalho em relação à medida provisória enviada, melhorou muito. Demos um passo adiante, mas concordo com o Senador Sérgio Cabral de que ainda é insuficiente. Já foi nomeada uma parte dos membros da Comissão. Vamos nomear os outros e começaremos a trabalhar. Essa experiência de trabalho traremos para esta Casa para que seja votada a Lei de Reforma do Ensino Superior, se esse for o nome aqui indicado.

Senador Roberto Saturnino, o ensino a distância é uma preocupação estratégica nossa. Estamos terminando um plano de trabalho relacionado à formação dos professores. Temos projetos em andamento. E queremos jogar pesado nesse trabalho.

O professor Marcos Dantas está obrigado e tencionado por mim, de maneira direta, a apresentar algo revolucionário nessa questão. Se não apresentar, será um fiasco horroroso, porque fazendo esse anúncio publicamente. Só que o fiasco será dele e meu também. Essa é a nossa idéia em relação ao ensino a distância. Consideramos que, sem isso, não há revolução na educação também. Com a comutatividade na transmissão de sinais e de dados, com a relação cultural e política em tempo real oferecida pelas grandes transformações tecnológicas que operam agora, isso pode ser uma revolução no ensino.

O Fundeb e o ensino técnico. O que está em estudo é um fundo específico para o ensino técnico. Mas não quer dizer que a proposta tenha que ser a do Governo. Podemos acordar alguma coisa a esse respeito. Atualmente, a expansão – não é, Professor Antonio Ibañez – é financiada pelo Proep e pelo BID. É uma expansão pouco positiva, mas um pouco problemática, pois aumenta a construção de escolas. Em seguida, vem o preenchimento, que o Estado não pode fazer, o Município não pode fazer e o Governo não pode fazer. Portanto, temos que resolver a questão do financiamento do ensino técnico também.

Finalmente, a questão dos diplomas. Estamos com uma comissão estudando, neste momento, que solução daremos para a questão, particularmente em relação a diplomas originários da Bolívia e de Cuba, que constituem a questão mais aguda no que se refere ao exercício profissional com titulação universitária.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Ministro.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem a palavra.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Ministro, continuo curiosa a respeito dos funcionários de escolas. No Ministério, já se pensou em alguma solução?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Perdão. Eu deveria ter me referido a isso. Não existe uma idéia trabalhada ainda a esse respeito. Se a qualificação, os salários dos servidores entrariam nessa concepção de fundo. Aceitamos contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Na seqüência, os Senadores Reginaldo Duarte, João Capiberibe e Flávio Arns. Portanto, com a palavra, por cinco minutos, o Senador Reginaldo Duarte, que deve falar sobre a Universidade do Cariri.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Não poderia ser diferente.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, na primeira metade do ano de 2000, tivemos a idéia de criar uma universidade federal em nossa região. Diante dessa idéia, fui ao Ministro Paulo Renato saber da possibilidade da criação de uma instituição federal de nível superior na região. O Ministro, diante de algumas explanações que fizemos, de demonstrações de dados culturais regionais, incentivou-nos a dar entrada no projeto de criação da universidade no Senado Federal. O projeto de criação da universidade foi discutido por mais de um ano e meio. Finalmente, foi aprovado nesta comissão, tendo como relatores o Senador José Jorge e a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A região fica situada no extremo sul do Estado do Ceará. É uma região muito populosa, e também confinante com os Estados do Piauí, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Em um raio de 150km, existe uma população de cerca de 2,5 milhões de habitantes.

A pergunta que faria a V. Exª foi prejudicada pela pergunta do Senador Osmar Dias, e também foi respondida por V. Exª quando afirmou que o Governo deseja descentralizar o ensino superior para as regiões mais carentes. Fiquei tranqüilo com a resposta porque sei que a região é carente de ensino superior. Assim sendo, farei uma pergunta pessoal a V. Exª, que deve me dar uma resposta pessoal, se possível. V. Exª é a favor da criação de novas universidades federais?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agora, então, o Senador João Capiberibe, para fazer sua indagação ao Ministro.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, Sr. Vice-Presidente, Senador Hélio Costa, Sr. Ministro Tasso Genro, Srªs e Srs. Senadores, não serei rápido, porque fui Governador durante sete anos, três meses, quatro dias e onze horas e a metade do tempo foi destinada à educação. E eu estava lembrando aqui uma matéria escrita pelo jornalista Gilberto Dimenstein em 1992, sobre o Beiradão. O Beiradão é um depósito de trabalhadores constituído pela presença da Jari Florestal, que é um grande empreendimento de um bilionário americano chamado Daniel Ludwig, que aos 70 anos resolveu fazer um investimento na Amazônia de US$1 bilhão. Fica claro que não havia nem tempo útil de aplicar tamanho volume de recursos. E esse empreendimento atraiu milhares de pessoas. Em 1992, ele fez essa matéria que, se não me engano, chamava-se "As Meninas da Noite", e esse Beiradão se transformou numa cidade de em torno de 30 mil habitantes, que era na verdade um grande prostíbulo. Lembro-me de que ele citava em sua matéria algumas boates. Algumas delas chamavam-se Arco-Íris, La Bamba, Veterano e Diamante Negro, eram grandes danceterias.

Quando assumi o Governo em 1995, a metade das crianças em idade escolar estava fora da escola. Mandei fazer uma inspeção nessas boates e elas não tinham condições de funcionar, porque não tinham extintor de incêndio, a vigilância sanitária as condenou, e mandei fechar as boates e as transformei em escolas. Daí para frente, saí transformando em escola igrejas, conversei com os bispos, igrejas evangélicas e, no final de 1995, tínhamos chegado a 95% das crianças em idade escolar nas escolas.

No final do Governo, em 1998, recebemos o Ministro Paulo Renato para lançar o Programa Toda Criança na Escola, e o recebemos com muito carinho, S. Exª fez um belo discurso. Depois da conclusão de seu discurso, informamos a S.Exª que nossas crianças já estavam todas na escola, em 1995. E quando falei que era possível, sim, estabelecer um piso salarial, porque o Amapá é um dos Estados mais pobres da Federação brasileira, lá o piso salarial está em torno de R$1.050,00. Mas o que eu queria conversar era um outro assunto. Eu queria discutir um outro tema com V. Exª, até no ano passado conversamos muito sobre as universidades. Algumas universidades da Amazônia são praticamente inexistentes. Para se ter uma idéia, a Universidade do Amapá tem nove professores doutores, são 11 cursos na universidade federal.

Eu queria falar sobre mudança curricular e de conteúdo das escolas, porque veja só: V. Exª vem do Rio Grande do Sul e, como todo bom gaúcho, deve tomar chimarrão. Venho do Amapá onde tomamos açaí. E nas nossas escolas da Amazônia continuamos ainda a construir um conhecimento muito dissociado da realidade cultural, social e histórica da região. E o Brasil é o país da diversidade, temos que reconhecer isso. E eu gostaria de perguntar se há uma intenção de fazer um grande movimento de transformação, de incluir na construção do conhecimento deste País a formação étnica, cultural da sociedade brasileira. Porque não conhecemos nas nossas escolas, a contribuição é mínima da contribuição dos povos indígenas, e vemos aqui mesmo nos nossos debates sobre os povos indígenas no Brasil, afirmações que demonstram claramente que os índios, no currículo escolar, desapareceram no século XVI.

Lembro-me de que ouvi falar sobre os índios, pela primeira vez, quando estudei a primeira missa no Brasil, lá em Porto Seguro – tenho até uma reprodução muito bonita de um artista, de cujo nome não me lembro. Depois os índios desaparecem da educação pública. Apareciam raramente quando davam alguma contribuição aos invasores portugueses. O mesmo acontece com o negro, que também não faz parte, digamos, da construção política, econômica da sociedade brasileira, porque isso não se aprende na escola.

O Brasil é o País da diversidade cultural, multiétnica, e isso não está nos conteúdos escolares. Esse é um trabalho que procuramos desenvolver ao longo dos anos. Isso cria uma auto-estima muito forte e nos torna realmente brasileiros. Tenho dito muitas vezes ao Senador Sérgio Cabral que em vez termos nas vitrines a Barbie e o Bob, que são símbolos, entre outros tantos, da cultura norte-americana, por que não introduzimos a porta-bandeira e o mestre-sala, que são figuras tão bonitas e também representativas da contribuição da cultura afro? Essas mudanças poderiam ser incorporadas não apenas na educação, mas também na economia do País e isso não custaria tanto dinheiro. Acredito que teríamos condição de deslanchar um amplo movimento de mudança curricular, para contemplar a cultura brasileira na construção do conhecimento. Esse é um tema que me parece....

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Capiberibe, apenas para alertá-lo sobre o horário, porque senão os outros Senadores me farão esse alerta.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Também gostaria de apresentar algumas questões. A educação é tão fundamental que poderíamos apanhar esses vinte ou trinta bilhões de que necessitamos, e nesse momento há uma negociação para que se re-

tire do superávit primário investimento das empresas públicas. E o maior investimento que o País pode fazer é na educação. Em vez de retirarmos os investimentos das empresas, retiremos da educação. No ano passado tentamos na Comissão de Educação e aqui nesta Comissão impedir o desvinculamento dos 20% das verbas da educação. Assim, V. Exª teria, neste ano, pelo menos em torno de quatro bilhões a mais para a educação, e não conseguimos, porque continuam vinculados os 20% na DRU, ou seja, não podemos continuar – sabemos que há dinheiro, porque não podemos dizer não há dinheiro, já que o Brasil está entre as dez economias mais poderosas do planeta – com uma carga tributária violenta. Não é possível pensar em aumentar a carga tributária, porque virará confisco, já que atingimos o patamar de 40%. A renda das famílias caiu enormemente no ano passado, 14%. Se aumentar a carga tributária, repito, virará confisco e não haverá como sobreviver. Penso que deve haver uma negociação para que seja possível desvincular esse recurso do superávit primário e aplicá-lo na educação.

Era só isso, Ministro. É possível fazer um grande movimento de mudança curricular e de conteúdo na educação brasileira, para nos contemplar, contemplar nossa feição diversificada, essa mestiçagem de negro, índio e europeu?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só para lembrar, Ministro, a Comissão de Educação aprovou uma emenda que reduz em 5% a regressividade na DRU, quer dizer, faz uma redução de 5% ao ano para que a educação não seja penalizada de uma só vez. Então dentro de quatro anos teríamos 100% dos recursos. Não seria possível reduzir nada mais.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Nós estamos devolvendo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – E a Educação não participaria da DRU. Isso está sendo respeitado pela Câmara, que e uma emenda de todos os Senadores da Comissão de Educação.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Ministro, quero, em primeiro lugar, também dizer da satisfação de ter a presença de V. Exª nesta Comissão de Educação e ressaltar que, quando V. Exª estava na Coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, de acordo com a opinião de muitos dos participantes, V. Exª teve um trabalho fundamental no sentido de, além de outros aspectos, aglutinar as pessoas, discutir com toda a sociedade, respeitar os pontos de vista de toda a sociedade, bem dentro daquilo que foi mencionado antes. Quer dizer, uma posição de transição e não de ruptura. Tenho a certeza de que isso vai ser fundamental nos trabalhos a serem desenvolvidos no Ministério da Educação. Um entendimento com toda a sociedade, um diálogo permanente, o respeito pelo ponto de vista da sociedade, confiar na sociedade, enfim, fazer da sociedade uma parceira de todas as iniciativas que podem ser desenvolvidas em conjunto com o poder público será fundamental.

Se olharmos na área da alfabetização, da educação especial, veremos a Pastoral da Criança em 3.500 Municípios do Brasil, as APAEs em 2.000 Municípios do Brasil e as Pestalozzi, entidades de cegos, de surdos. Se formos para a área social, também crianças e jovens de rua, temos o PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Todas essas iniciativas e entidades estão sempre à disposição para trabalharem juntas com o Ministério.

Os desafios do Brasil passam, na minha opinião, pelo Ministério da Educação: a questão do Fundef, como já foi enfatizado; a questão do Fundeb. Eu destacaria a questão de jovens e adultos no Fundef e a educação de jovens e adultos também no ensino médio para trabalharmos com a questão do veto do Governo anterior em relação à educação de jovens e adultos no Fundef. Isso é algo que deveria ser feito. Trabalhar-se nesse sentido, a preocupação de tantos setores da sociedade com a educação profissional, como já foi mencionado no nível básico, no nível técnico, dos empresários, das pessoas que nem estão pensando em ter acesso ao nível superior, muitas vezes. Mas o Brasil precisa valorizar mais essa área. Diante disso, há a preocupação de que esse debate venha para o Congresso Nacional, como já foi mencionado antes, pelo perfil de V. Exª que o senhor tem, através de projetos de lei, que possam ser debatidos, negociados, e não através de medida provisória, que não permite um aprofundamento do debate com a sociedade em geral.

Eu gostaria de levantar rapidamente três aspectos em relação ao nível superior. Primeiro, em relação à criação de novas universidades e de novas instituições de ensino superior. Esse debate sempre acontece na Comissão de Educação e no Senado, e até diria que vai além da preocupação do Senador Reginaldo Duarte com os recursos destinados a cada Estado. Podemos comparar os recursos recebidos pelo Estado de onde V. Exª vem, o Rio Grande do Sul, com o Estado do Paraná, de onde venho. O Paraná recebe R$500 milhões a menos por ano do que o Rio Grande do Sul, mas os Estados são parecidos, populações parecidas. R$500 milhões por ano a menos é muito dinheiro. O Estado vem ficando cada vez mais pobre.

Gostaria de saber o que V. Exª pensa dessa distribuição de recursos para o ensino superior no Brasil. Não entro no mérito se há uma, duas ou três institui-

ções, mas deve existe uma distribuição que não permita que o Paraná perca R$500 milhões do Paraná, se comparado ao Rio Grande do Sul. Nada contra o Rio Grande do Sul, que está certo. Mas está errado o Paraná.

Na avaliação do ensino superior, a segunda questão, aprovamos a legislação semana passada, mas eu gostaria que V. Exª dissesse como isso vai ser passado para a sociedade. Uma instituição de ensino superior vai ser avaliada. Vamos supor que essa instituição ganhe o conceito "B"; o curso vai ser avaliado e, em suposição, recebe o conceito "C"; e o aluno vai ser avaliado e recebe o conceito "A". Que tipo de conceito vai ser passado para que a comunidade possa saber da avaliação daquela universidade?

O terceiro aspecto é em relação ao Fies, que é um financiamento também. Existe uma grande preocupação de vários Senadores, aqui na Comissão, em relação à utilização do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para o Fies. Há uma polêmica muito grande, porque a média dos recursos existentes nas contas do FGTS são recursos muito baixos. Mas existem projetos de lei que complementam isso, com a criação de uma carteira educacional no Fundo de Garantia, como existe a carteira habitacional, a carteira de saneamento. Existiria, então, a carteira educacional, e dentro dela, inclusive, o aval para o fundo, a exemplo do que acontece com a área da agricultura, com o fundo de aval para a agricultura. Seria importante haver o fundo de aval para a educação, para ultrapassarmos os problemas inerentes ao não-pagamento das prestações, a uma eventual inadimplência.

Como V. Exª vê essa questão de alternativas que possam viabilizar o Fies? Considero os 20% de gratuidade uma questão difícil de ser levada a frente, reconhecendo o mérito da iniciativa, porque está **sub judice** no Supremo Tribunal Federal a legislação aprovada. Todas as instituições de ensino superior, desde que façam filantropia, têm de demonstrar para o Conselho Regional de Assistência Social que aplicam esses 20%, seja em bolsa de estudos, seja em outros trabalhos comunitários.

Gostei muito da sua observação sobre entidades não-públicas. Considero isso importante. Não podemos colocar o privado, é o não-público. Assisti na semana passada, no extremo Noroeste do Paraná, uma região extremamente pobre, a uma formatura da Facinor, uma fundação intermunicipal – os municípios se cotizaram e a fundaram. É uma fundação privada, mas intermunicipal, como existe a filantrópica, a comunitária, e V. Exª assinalou muito bem isso no decorrer da sua manifestação.

Parabenizo V. Exª pelo seu pronunciamento e nos colocamos todos à disposição. Peço esclarecimento em relação a esses aspectos que acabei de mencionar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Com a palavra o Ministro Tarso Genro, para responder aos Senadores Reginaldo Duarte, João Capiberibe e Flávio Arns.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Vou ser bastante breve, já que há a necessidade de que eu utilize mais rapidamente o meu tempo de resposta para facilitar a fala de todos os Srs. Senadores que se inscreveram.

Primeiramente, o questionamento do Senador Reginaldo Duarte, sobre se eu sou ou não pessoalmente favorável à instalação de novas universidades federais. S. Exª disse que era uma pergunta pessoal, fiquei preocupado. Poderia ser uma pergunta íntima e não pessoal, mas esta é pessoal, de natureza pública. Sim, Senador. Sou favorável. Temos de trabalhar isso não só na sua relação com a questão do financiamento, como também quanto à política que tem de ser instituída a partir dessa lei de reforma que vá comandar o Estado para a instituição de novas universidades federais em locais onde não haja, preferencialmente, nem públicas nem privadas.

Senador João Capiberibe, estamos trabalhando dentro dessa visão que V. Exª mencionou. Isso deve demandar, sim, uma modificação na estrutura departamental da universidade, que está superada, o que atingirá necessariamente a questão curricular. Tanto se refere a questões mais universais, como as alterações na ciência e na técnica que ocorreram, como em relação à questão do nosso patrimônio cultural, histórico nacional.

Nesse sentido, estamos trabalhando a Universidade dos Povos Indígenas. Essa política vai utilizar todo o sistema público e privado por meio, inclusive, de uma educação bilíngüe. Já temos em torno de mil e trezentos alunos dentro do Programa Universidade para os Povos Indígenas. Pretendemos chegar, em 2007, a aproximadamente sete mil e oitocentos, oito mil alunos. É uma ação que já estamos realizando, um programa do Governo Federal que conforta a preocupação que V. Exª está apresentando e que, na minha opinião, deve demandar uma transformação não só na estrutura departamental, mas conseqüentemente na estrutura curricular.

Senador Flávio Arns, falarei sobre a distribuição de recursos de maneira adequada para os Estados. Penso que, se fizermos uma distribuição direta de recursos por unidade, ou seja, por universidade, essa questão será corrigida e os Estados não poderão ser discriminados. Isso deverá ser, em nossa opinião – ao menos

até agora –, o repasse do fundo para a universidade. A própria universidade poderá manejar esses recursos de maneira adequada, repasse esse que será feito mediante uma lei que não permita a discriminação de distribuição de recursos, regionalmente falando.

Sobre a questão do Fies e do FGTS, não tenho uma opinião formada sobre a proposta de utilizar o FGTS para o pagamento do Fies. Já fui visitado e apresentaram-me, inclusive, projetos de lei que estão tramitando aqui. Se não me equivoco, o Deputado Osvaldo Biolchi, do Rio Grande do Sul, tem um projeto nesse sentido. No entanto, quero dizer que tudo deve ser produto de uma negociação. Há uma resistência muito grande para retirar recursos do fundo. Não tenho posição contrária e já o disse aos Senadores e Deputados que me visitaram. No entanto, temos que negociar e trabalhar politicamente essa questão para ver como repercutirá na outra área. Há uma forte pressão da construção civil para que nenhum recurso seja retirado da lá que não seja destinado a investimentos nessa área.

O Fies vamos ter que reformá-lo. Há uma inadimplência que se aproxima dos 30% e tende a crescer. Está se demonstrando não digo inviável, mas pode tornar-se inviável em curto prazo. Além disso, tem uma taxa de administração muito cara, muito elevada, que tem que ser renegociada. Temos que entrar no Programa Universidade para Todos e, ao mesmo tempo, ir reavaliando a questão do Fies, para que tenhamos, da soma da reforma do Fies com o Programa Universidade para Todos, uma expansão muito grande das vagas privadas que são utilizadas por alunos originários de famílias de baixa renda.

A questão da avaliação terá que ter uma fase experimental. Tem uma larga dimensão subjetiva ainda, e a comissão deverá emitir um juízo sobre cada um dos requisitos que estão lá. Esse juízo vai ser um ponto de partida para exigências do MEC sobre a melhoria da qualidade do ensino. Pode até haver a determinação do fechamento de estabelecimentos. Até novembro deste ano, temos que dar mais objetividade ao sistema, embora, na minha opinião, o sistema mais falho era aquele feito com a prova de aferição da capacidade dos alunos, porque ele deixava em segundo plano todas as demais condições da universidade e não identificava a fonte da aferição negativa, que, eventualmente, um corpo de alunos tivesse, ao ser avaliada a universidade.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, em relação ao Fies, Sr. Ministro, eu ainda gostaria de enfatizar que são vários os projetos em tramitação.

Compartilho da preocupação, muitas vezes externada, de não se diminuírem os valores do Fundo de Garantia, que também servem para construção, habitação, saneamento, programas sociais importantes. Porém, temos sempre que questionar se é permitida a utilização do Fundo de Garantia para programas de privatização. Se o é, por que não o utilizarmos também para o maior patrimônio do trabalhador, que é a educação? Ao mesmo tempo, utiliza-se o fundo como carteira, ou seja, que saia o dinheiro do Fundo de Garantia, mas que retorne a ele. Como há na agricultura um Fundo de Aval – quando a pessoa está inadimplente e não conseguir pagar –, por que não haver um Fundo de Aval para a própria carteira educacional dentro do Fundo de Garantia?

Quando pergunto isso, a minha grande preocupação, para não haver um mal entendido, é sempre saber como está a universidade pública, o projeto de expansão, de atendimento, porque todo esforço tem que se concentrar aí. Mas existe um drama nacional, por outro lado, no sentido de atender, como V. Exª mesmo mencionou, aquela pessoa que quer ter acesso à instituição de ensino superior e que não tem condições de pagar.

Então, só para deixar bem claro: a preocupação não é unicamente com a diminuição, mas ter uma carteira, como há na área da habitação; quer dizer, o dinheiro sai, mas retorna.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador João Capiberibe, V. Exª deseja usar a palavra?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Tenho a impressão de que a mudança curricular de conteúdo é no ensino formal, fundamental, médio, para que construamos uma educação que corresponda à nossa expectativa, e não continuar reproduzindo os pacotes tecnológicos que servem para o Rio Grande do Sul e para a Amazônia, diferenciando-se os conteúdos; fazer um currículo que seja resultado da construção dessa sociedade. É isso o que estou querendo colocar, para um Brasil múltiplo, um Brasil diversificado.

Imaginem uma região como a Amazônia, que ainda é preservada. A educação que estamos levando para lá é a educação do desmatamento, da destruição ambiental, da conversão de floresta em soja. É essa a educação, e são esses os pacotes tecnológicos que estão dentro das nossas universidades.

A maioria das universidades agrícolas ensina a vender inseticidas, adubos químicos, ou seja não constroem modelos de agriculturas que se possam compatibilizar com o meio ambiente. Refiro-me a um ensino formal, e não apenas à educação para os índios, para os negros; educação específica para algumas etnias ou alguns grupos étnicos. Falo de uma educa-

ção para um único grupo étnico majoritário neste País, que somos nós, os brasileiros, porque penso que não temos um modelo educacional, currículos e conteúdos voltados para nós, brasileiros, que somos uma mistura de europeu, com índio e negro. É isso o que estou colocando, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Senadora Roseana Sarney não está presente.

Senador Garibaldi Alves; depois, a Senadora Lúcia Vânia.

Senador Garibaldi Alves, concedo a palavra a V. Exª. Depois, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias; Sr. Vice-Presidente, Senador Hélio Costa; Sr. Ministro Tarso Genro, também me vou ocupar aqui do ensino superior para dizer da preocupação de todos nós com a situação que V. Exª enfrenta. Sabemos que V. Exª está empenhado no sentido de conseguir uma saída que traga maiores recursos para o ensino superior.

Para ilustrar a minha pergunta, eu diria a V. Exª que a nossa Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1995, tinha 11 mil alunos matriculados. Hoje, ela tem 24 mil alunos. Entretanto, o seu orçamento de custeio e de investimento, em 1995, era da ordem de R$22 milhões e hoje, é da ordem de R$14 milhões.

Então, nós estamos vendo que não há condições de a universidade oferecer um ensino de melhor qualidade, inclusive com a expansão das salas de aula que são necessárias, fora outros investimentos.

Eu pergunto a V. Exª se já esteve reunido com o Conselho de Reitores, se conhece bem essa situação, por meio, até, do relato de outras situações. Pergunto a V. Exª como está o andamento desses entendimentos no exame da solução desse grave problema do ensino superior.

A outra pergunta era sobre a alfabetização, porque o programa de alfabetização deverá ser modificado, segundo anúncio do próprio Ministro, e queríamos saber de que vai consistir essa mudança – de uma forma rápida, é claro, porque nós não queremos ter do Ministro, aqui, uma explicação mais aprofundada sobre isso, porque não há tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Ministro, eu gostaria de cumprimentá-lo pela exposição. A minha pergunta, Sr. Ministro, é em relação a questão da juventude, principalmente a juventude de baixa renda.

Nós estamos assistindo, diariamente, a um crescente número de jovens sendo inseridos no crime organizado e centenas de jovens sendo mortos nas capitais. O Governo acena com algumas políticas públicas para esta faixa etária.

Foi lançada, recentemente, a universalização do ensino médio, pelo ex-Ministro Cristovam Buarque. Após esse lançamento, nós não tivemos conhecimento do que foi feito nesta direção. O programa primeiro emprego condiciona a entrada do jovem para participar do projeto a que ele esteja matriculado em alguma escola. É sabido que grande parte desses jovens de baixa renda não freqüentam o ensino de segundo grau.

Posteriormente, foi lançado o Programa Soldado-Cidadão, para qualificar jovens que seriam recrutados para o Exército. Então, quando foi lançada a universalização do ensino médio, o primeiro emprego e o soldado-cidadão, pensávamos que havia uma política coordenada nesta direção.

No entanto, não vejo, por parte do atual Ministro, uma preocupação em relação ao segundo grau. Foi colocado aqui fortemente pelo Senador Sérgio Cabral e essa é uma das preocupações que nos afligem profundamente.

A segunda pergunta seria a respeito do Salário Escola, dos 2/3 do salário-escola que foram repassados a Estados e Municípios. Dos 2/3, foram cortados R$300 milhões para ser acrescido ao percentual da União.

Eu gostaria de saber qual a razão dessa concentração da União uma vez que Estados e Municípios se encontram em grandes dificuldades, principalmente no que diz respeito a transporte coletivo e outras ações.

Por fim, gostaria que V. Exª comentasse a Medida Provisória nº 153, que está em pauta nesta Casa, que trata da taxa de avaliação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra, na seqüência, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente; Sr. Vice-Presidente; Srªs e Srs. Senadores; Sr. Ministro Tarso Genro, quero me referir especificamente à questão da explosão de faculdades.

Sou favorável ao processo de ampliação de faculdades no Brasil. Mas, o Poder Público, infelizmente, não conseguiu dar vazão ao anseio da juventude de mais faculdades. Depois do incentivo ao ensino básico, o 2º Grau cresceu a níveis bastante expressivos em todo o País. Evidentemente, essa pirâmide acabou gerando uma pressão por mais instituições de Ensino Superior.

Creio que o processo de novas faculdades, evidentemente, ajudou, e muito, a interiorização do Ensino Superior. Portanto, cidades ou regiões em que não havia sequer a possibilidade de oferecer o Ensino Superior para os seus filhos acabaram criando novas faculdades, e, com isso, facilitando a fixação desse jovem em sua região natal, ao contrário do que ocorria até pouco tempo, quando praticamente só as capitais ou as grandes cidades tinham faculdades.

Entretanto, apesar desse lado positivo, o da interiorização, o das novas oportunidades, e pelos números apresentados, hoje cerca de 70% a 80% das vagas de ensino universitário estão nas escolas particulares, há um lado negativo, que é o da mercantilização do ensino, da baixa qualidade e do risco de o aluno estudar numa faculdade que pode vir a falir, fazendo com que o aluno venha a perder o tempo que passou naquela instituição.

Algumas faculdades, que atuavam no interior, estão fazendo multicamp, indo para as capitais, à busca de um mercado maior, o que já é uma certa distorção. Então, uma faculdade que nasceu em uma cidade pólo, e seria muito bom que ficasse ali para atender aquela região, agora cria uma filial, um novo **campus** na capital do Estado, onde o atendimento já é bom, já existe número de vagas suficientes. Então, a nossa situação vai de oito a oitenta. Havia uma situação anterior, que não era boa, uma situação burocrática que não permitia a criação de novas faculdades e que gerava uma pressão enorme em razão dos vestibulares, mas, hoje, estamos no oitenta. Diria que existe uma permissividade.

Sei que o Ministério já tomou algumas providências em relação a dois cursos, parece-me que Direito e Medicina estão suspensos temporariamente. Depois houve uma prorrogação, mais trinta dias.

Então, minha pergunta é específica. Gostaria de saber a respeito da política aplicada nesse sentido, ou seja, ao mesmo tempo em que se possibilita um apoio à expansão do ensino universitário, evita o dano, o risco, na queda da qualidade.

A segunda pergunta, Ministro, é com relação à questão de financiamento. As universidades, evidentemente carentes de recurso, têm buscado outros caminhos. Em Belo Horizonte, a Universidade Federal de Minas buscou uma operação muito criativa, com um recurso junto à Prefeitura de Belo Horizonte, vendendo áreas importantes do centro da cidade para a prefeitura, onde serão instaladas unidades administrativas, e, por outro lado, a prefeitura toma empréstimo do BNDES para pagar a Universidade. A Universidade, com esse dinheiro, conclui o campus, transferindo alguns cursos que estão localizados em regiões de intenso trânsito e difícil acesso.

Entretanto, essa questão esbarra na lista de financiamento do BNDES, do Banco Central, sem uma solução. Estou falando da Prefeitura do Partido de V. Exª, o PT, da Prefeitura de Belo Horizonte, que está impossibilitada de continuar com esse projeto, prejudicando também a Universidade Federal, por força dessa questão, que não é do seu Ministério, mas do Governo do qual V. Exª faz parte.

O segundo diz respeito também a um assunto que não é diretamente do Ministério, que é o Fust (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações), o fundo para o qual nós todos contribuímos na telefonia e que já vai – salvo engano – para o quarto ano em que esse recurso é acumulado e não é utilizado, e um dos principais objetivos é exatamente levar os benefícios da computação para as escolas públicas do País. Todos sabem muito bem da importância que tem a computação, a informática hoje em dia, e os alunos das escolas públicas estão sendo privados por uma burocracia excessiva, que não permite que esse recurso que está no caixa seja colocado em funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Ministro Tarso Genro.

(Pausa.)

O Ministro pede licença por alguns instantes. Vamos aguardá-lo, então, para a resposta às indagações que foram feitas pelo Senador Garibaldi Alves Filho, pela Senadora Lúcia Vânia e pelo Senador Eduardo Azeredo.

Enquanto o Ministro está ausente, eu gostaria de comunicar que amanhã estaremos realizando uma audiência pública às dez horas da manhã para debater sobre a disposição do Governo Federal, por intermédio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), em criar uma linha de financiamento, de socorro às empresas do setor de comunicação, de televisão. Os autores do requerimento: eu – este Presidente, portanto – e o Senador Roberto Saturnino. Estarão presentes o Dr. Luiz Sebastião Sandoval, Presidente do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Dr. João Carlos Saad, Presidente da Rede Bandeirantes de Rádio e Televisão, Dr. Dennis Munhoz, Presidente da Rádio e Televisão Record S. A., Dr. Darc Costa, Vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dr. Marcelo de Carvalho Fragali, Vice-Presidente da Rede TV, Dr. Evandro Guimarães, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo.

O que pretendemos com essa audiência pública é conhecer as condições em que se dará o empréstimo, ou o financiamento do BNDES às redes de televi-

são, já que a mídia tem veiculado esse assunto com insistência. Tomamos conhecimento inclusive de que não há concordância de todas as emissoras ou de todas as empresas quanto ao formato que havia sido definido pelo BNDES. Sabemos que há a realização de várias reuniões entre o BNDES e as emissoras de televisão. O próprio Presidente do BNDES, já em algumas entrevistas, manifestou a importância de o Congresso brasileiro discutir esse empréstimo, que poderá chegar a R$10 bilhões, portanto foge até das próprias finalidades para as quais foi criado o BNDES, já que a imprensa noticiou que seria para pagamento da dívida das emissoras.

Como não conheço nenhuma linha de crédito do BNDES existente para pagamento de dívida, achei por bem apresentar o requerimento, que foi aprovado pela Comissão de Educação. Estaremos amanhã realizando a audiência pública às 10 horas.

Claro que reconheço a importância da imprensa, das emissoras de televisão, até disse aqui que é uma questão de soberania nacional, mas precisamos conhecer quais serão as condições do empréstimo que ocorrerá do BNDES para essas emissoras. O próprio Chefe da Casa Civil, Ministro José Dirceu, também manifestou o desejo de que essa matéria fosse debatida pelo Congresso Nacional, e é o que pretendemos fazer a partir de amanhã. Se for necessária outra audiência pública, realizaremos. Só lamento que o Presidente do BNDES não tenha aceito nosso convite, mas com certeza o vice-Presidente, Sr. Darc Costa, estará aqui falando pelo BNDES.

Inscrevo o Senador Antonio Carlos Magalhães. Teremos, depois da fala do Ministro Tarso Genro, mais dois Senadores então, Senador Mão Santa e o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Ministro Tarso Genro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sou dispensável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não, será uma honra ouvi-lo.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Algumas das questões que foram feitas eu já havia respondido anteriormente, eu diria até de maneira um pouco exaustiva, mas tentarei pelo menos fazer algumas referências e, por uma síntese, tentar abarcar novamente as questões que foram colocadas.

As questões foram colocadas aqui a respeito de recursos.

Há uma crise de recursos nas universidades, que é sistêmica. Não é de agora, vem-se arrastando há muitos anos, e, em última instância, temos de trabalhar não só no projeto de reforma da universidade para um novo sistema de financiamento da universidade que não seja contingenciável, como temos de negociar a agilização do repasse de recursos para solucionar as questões mais prementes. Estamos atentos a isso. Se necessário, solicitaremos algum tipo de descontingenciamento ou de suplementação, para que as universidades possam funcionar normalmente.

Há uma negociação permanente com a Andifes, a associação de reitores, e é um trabalho permanente nosso com a Fazenda para tratar dessas questões. Algumas questões relacionam-se com a agilidade do repasse e podem ser solucionadas tecnicamente, e outras questões são mais duras, mais graves, relativas a recursos e que não terão solução a curto prazo. O acúmulo de necessidades que as universidades tiveram nesse período demonstra que esta solução somente poderá ser dada a médio e longo prazo, a médio prazo de preferência.

Saliento ainda um aspecto: a universidade pública brasileira, apesar de toda a crise, tem respondido extraordinariamente quanto à questão da sua qualificação, da formação de seus alunos, da qualidade do ensino. É absolutamente impressionante a capacidade de resistência do nosso corpo técnico, dos mestres, dos reitores e a demonstração de vigor que a universidade brasileira pública dá diante das dificuldades que está enfrentando. Não é de graça que se reconhece a universidade pública como o padrão, a referência para a reconstrução do ensino superior no Brasil.

Alfabetização. Modificações que queremos fazer. Queremos aplicar recursos na formação dos professores. É óbvio que, tendo decorrido um ano, temos condições de aferir isso melhor, seja qual for o ministro e, no início do segundo ano, iríamos fazer uma aferição do que foi produzido. Não se trata de desmontagem ou coisa parecida. Vamos aferir e aplicar mais recursos para a formação dos professores, buscando uma unificação metodológica mínima. Estamos terminando uma pesquisa, e tudo indica que teremos turmas com aproveitamento de 70% a 80% e outras de 40% a 50%. Então, temos de buscar alguma coisa. Isso só pode ocorrer depois de passarmos um ano de experiências. Vamos conectar alfabetização e inclusão, por exemplo, bolsa família com curso de alfabetização, curso de alfabetização com EJA, Educação de Jovens e Adultos, para que se tenha uma continuidade, integrando inclusão e uma formação mais qualificada para os alunos que foram alfabetizados.

Questão da juventude. Precisamos de políticas em relação a isso. Estamos negociando neste momento, Senadora Lúcia Vânia, com a Unesco, um grande programa de abertura das escolas aos domingos, para ser implantado de maneira bastante extensiva, mas ainda num nível de projeto piloto, em várias regiões do Brasil,

de combate à violência. Tenho uma experiência como prefeito de abrir as escolas aos domingos, coloquei computadores, centros com aparato de informatização e integração dos alunos com a Internet, orientados pela própria comunidade, que foi um sucesso, porque funcionou como um ponto de agregação social, de socialização da juventude, diminuindo substancialmente o crime nas regiões em que isso foi implantado. Então, estamos trabalhando esse projeto com a Unesco e com o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério da Saúde, porque queremos conectar essas escolas abertas com as turmas que trabalham nos PSFs e, com isso, ter um programa integral de ingresso da juventude na esfera das relações sociais e jurídicas formais, melhorando, portanto, o seu nível de sociabilidade e qualificando novamente as relações nas periferias.

Agora, isso são trabalhos que só podem dar grande repercussão na medida em que transitarmos de um modelo econômico para outro, porque a situação em que nos encontramos hoje, e que não é de agora, é um processo que vem se arrastando, e que estamos em um momento de transição, na minha opinião, orientados pelo Presidente Lula, é o fato de que a sociedade tal qual funciona é uma fábrica de violência e de exclusão. E isso bate fortemente na juventude.

A experiência que vários prefeitos e governadores têm é que, à medida que se tiram as crianças da rua, não há forças para retirar das ruas aquelas que são repostas pela fábrica de miséria que é o sistema sócio-econômico que vivemos.

Então, temos que, ao mesmo tempo, ter políticas concretas como essas, políticas ofensivas, mas também ter claro entre nós que temos que fazer um grande pacto político social no Brasil, um grande conserto para redesenhar o perfil dos gastos públicos, para equacionar novamente a questão da retomada do crescimento, para redimensionar a questão do superávit primário. O Presidente Lula já está negociando, hoje, com as agências internacionais para que coloquemos as nossas divergências no futuro em um patamar mais avançado, mais democrático e mais complexo do que este que nos encontramos hoje: a criação de condições para transitar para uma outra situação sócio-econômica.

A MP nº 1.953, V. Exª está falando da taxa de avaliação para alunos das universidades, que está no projeto de avaliação. O projeto está em pauta hoje. V. Exª quer minha posição sobre se as universidades públicas devem pagar ou não. Fui contra, mas orientei os meus agentes para negociar, para buscamos um ponto comum para que esse projeto fosse aprovado, reconhecendo que tem que se respeitar a maioria no Parlamento. Penso que estão simplesmente transferindo de uma caixa da União para outra.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Claro. Apresentei emenda exatamente nesse sentido.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Temos que aprovar esse projeto, porque ele compõe o projeto de avaliação que já foi aprovado. E estamos dispostos a negociar a melhor solução para que isso não fique trancado e possamos rapidamente começar a operar as avaliações das universidades.

Já me referi às questões colocadas pelo Senador Eduardo Azeredo, as questões de financiamento da universidade, que, para mim, só serão solucionadas se tivermos, na reforma da universidade, e, portanto, já no ano que vem, um fundo semelhante ao Fundef para financiar a universidade no Brasil, isto é, que não seja contingenciado e, mais, que faça um repasse direto para as universidades administrarem seus recursos, combinado com a sua autonomia. Isso, juntamente com o Fundeb, é uma mudança no perfil dos gastos públicos no Brasil.

Não vai ser fácil. Sabemos como é difícil mudar o perfil dos gastos públicos no Brasil, mas é o momento constitutivo em que a política educacional do Brasil se liga com a transição para um outro modelo de desenvolvimento. E isso só pode ser feito de maneira negociada, dialogada, discutida e madura, para que isso não se torne uma disputa fenomênica na mídia, que, em última análise, vai buscar verificar onde estão as divergências e não onde podemos fazer convergências para possibilitar um novo perfil de gastos no ano que vem, já com o Orçamento com o País em crescimento.

Finalmente a questão do Fust. Não tenho resposta para a questão do Fust. Estamos trabalhando nela, está difícil. É uma questão que está trancada a algum tempo, há uma demanda nossa. Inclusive, o professor da Capes, Jorge Guimarães, está aqui. E ele quer colocar a mão no Fust, com toda a justiça, e deve fazê-lo com toda a força, porque precisamos de recursos para a pós-graduação que vem de lá. E estamos em um momento de negociação dessa questão. O Marcos Dantas, Secretário de Ensino à Distância, também quer a parte dele. E outros também querem.

Então, estamos trabalhando para que o Fust seja, em última análise, aplicado de acordo com a sua destinação. É uma negociação que não é fácil, porque é um fundo importante e tem várias fontes de legitimidade para abarcar, obviamente sem falar do Ministério de Ciência e Tecnologia, que também tem uma responsabilidade sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ministro, ficou faltando só a questão da explosão das faculdades.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Desculpe-me. É porque eu já tinha me manifestado sobre isso.

Diremos duas palavras sobre isso. Ocorreu uma explosão irracional de vagas privadas nos últimos 30 anos. Por quê? Por ausência de marcos regulatórios. Temos de reinstituí-los. Quais são? Queremos negociá-los. Mas temos clareza em algo: temos de apontar para qualidade e capacidade de intervenção pública para a qualificação das instituições privadas.

Uma das questões fundamentais que enfrentaremos com respeito às instituições privadas é com relação àquelas que estão funcionando sem qualidade, formando alunos que têm a expectativa do diploma. E elas estão funcionando porque o MEC o permitiu ao longo de sua história nos últimos 30 anos. Não tomaremos nenhuma atitude de Jacobina e irresponsável em relação a isso. Precisamos ter uma transição, que será feita com essa Comissão Nacional de Avaliação, para que possamos ter a modelagem da melhor possibilidade do ensino privado no Brasil, mas tomaremos medidas imediatas agora. As medidas imediatas são medidas de curto prazo. Por exemplo: num marco regulatório, deve-se estar à disposição da União e dizer o seguinte: "Quero universidade privada aqui na Amazônia, por exemplo", ou "Quero universidade privada aqui em Santa Catarina; lá em Caxias, uma faculdade de vitivinicultura, por exemplo; lá em Uruguaiana, uma faculdade de zootecnia; lá em Minas Gerais, uma faculdade de mineração privada. Está aqui o edital que vamos abrir para ver quem se inscreve, quem preenche as melhores condições que permitiremos abrir." Temos de estabelecer essa regulação.

Ao mesmo tempo, combinaremos o impulso de mercado – que obviamente existe – com o interesse público, fazendo uma integração correta do ensino público, o estrutural, o modelar, o referencial, aproveitando essas forças privadas que, em última análise, ocupam hoje 70% das vagas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Eu queria fazer uma réplica.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Um minuto só, Senador Mão Santa, porque a Senadora Lúcia Vânia tem direito à réplica.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Ministro, eu gostaria que V. Exª falasse um pouquinho sobre a universalização do ensino médio.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Desculpe-me. Eu também já tinha falado sobre isso antes.

Direi duas palavras. Entendemos que isso só poderá ocorrer verdadeiramente e com qualidade – e não é para longe, mas para o ano que vem –, com o Fundeb, Senadora, ou seja, um fundo que se proponha a fazer o financiamento, a programação, a indução estratégica do ensino fundamental, da pré-escola, da escola infantil e do ensino médio, que devem estar localizados nesse fundo.

Essa é a nossa determinação. Queremos jogar toda a nossa força política para negociar com todos os setores que considerem a educação uma peça-chave para o futuro do Brasil por meio da concentração de esforços na construção do Fundeb. Daí, o ensino médio terá o financiamento, a universalização e a qualidade necessária.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agora, sim, com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Ministro Tarso Genro, Sr. Presidente, é comum fazermos uma saudação ao sol que nasce.

Venho acompanhando a educação neste País porque fui prefeito como V. Exª, Sr. Ministro, quando tive uma extraordinária experiência, e depois governei o meu Estado.

Quero falar primeiro da gratidão ao Ministro Paulo Renato, um ministro extraordinário – não sou do PFL, sou brasileiro do Piauí –, e também ao Ministro que saiu, Senador Cristovam Buarque.

Cada um tem a sua missão histórica. Comparo que S. Exª foi assim como um Tiradentes, que esperneou, mas despertou no Governo a necessidade de investir na educação. Isso é investimento, não é gasto. Quer dizer, sensibilizou. Foi como Tiradentes, que não conseguiu; mas, depois, veio outro e estamos independentes. Agora, o Brasil todo confia em V. Exª. Eu também já fui muitas coisas. Foi longa e sinuosa a minha chegada aqui. Das minhas experiências, a que reputo mais importante foi haver sido prefeito da minha cidade.

Está aí Antonio Carlos Magalhães, que é o símbolo do Nordeste. Mas, eu o visitava quando S. Exª era Prefeito. Foi quando S. Exª começou a ser o "ACM", na prefeitura. O Eduardo Azeredo, idem. Então, V. Exª tem isso a seu favor, porque não foi um prefeito simples. V. Exª foi um prefeito extraordinário. O seu nome irradiou. Eu queria lhe dar uma contribuição do Mão Santa Prefeito para a universidade.

Ministro, na minha cidade, há uma multinacional da Merc, de medicamentos. Então, fui convidado, quando prefeito, para ir à Alemanha, a essa fábrica perto de Frankfurt. É interessante. Senador Antonio Carlos Magalhães, já fomos muitas coisas. V. Exª mais. Mas, nunca fui tão bem recebido, porque a instituição

é poderosa. Senador Osmar Dias, era o meu cicerone, para me acompanhar, o diretor químico. No meu jeito de ser, disse, "Vem cá, o senhor não é diretor químico da Merc? Está me recepcionando, poderosa, uma instituição de medicamentos mundial. Mas, o senhor se refere como professor e nunca falou na Merc, que é poderosa e rica. Ela está me dando essa mordomia, essa viagem extraordinária. Ele disse: "É, porque, na Alemanha, o título mais respeitoso e que tem mais honras de ser é professor". Eu sou do Brasil, do Piauí. Fiquei com aquilo, e ele me disse: "Mas, eu sou professor mesmo. Fui por dez anos professor de química, em Heidelberg. Fiz um concurso da Merc e, hoje, sou diretor químico. Mas, para usar esse título, tenho de dar uma aula, por semana, de química".

Ele me perguntou: "O senhor quer visitar?" E visitei a universidade. Tomei um impacto. Não sei se V. Exª conhece Heidelberg. Tomei um impacto pela arquitetura, Senador Antonio Carlos Magalhães. A Alemanha destruída está toda nova e modernizada. Era arquitetura antiga. Ele me disse: "Essa cidade, como a Alemanha, enfrentou duas guerras mundiais e o mundo respeitou. Einstein, todos passaram por aqui".

Então, isso incutiu e fui governador do Estado do Piauí. Deus me permitiu, primeiro, Senador Antonio Carlos Magalhães. Quando cheguei, havia um palácio novo. Eu dei para o reitor e fui para o velho, no centro, no meio do povo, e fiz, no Piauí, a maior vitória, a mais bela página da história universitária. Foi isso que me trouxe. Trinta e dois campos universitários. São mais de trezentas faculdades. O último vestibular que dirigi teve 65.680 brasileiros inscritos, como o da Universidade Federal da Bahia.

A universidade é estudo. Registro agora que a minha família não me possibilitou estudar em escola particular. Mas, eu fiz universidade pública federal e também fiz pós-graduação em instituição pública federal. Aliás, os meus melhores amigos são dois gaúchos. Um é de Dom Pedrito, pertinho de Santa Maria, Léo Gomes, e o outro Jaime Pietro. Fizemos pós-graduação no Hospital Servidor do Estado. Vejo que a sua educação é como a minha, em medicina, tem de conviver com instituições públicas e particulares de educação. V. Exª vai ter que conviver, também, com instituições públicas e particulares, mas verá que a nossa universidade federal é a nossa Heidelberg.

Eu tenho um filho que é candidato a prefeito e digo que o importante não é ganhar, vencer, chegar bem, mas se sair bem. Desejo que, quando V. Exª deixar – terá de fazê-lo um dia – esse Ministério, o povo do Brasil tenha a gratidão da reconstrução das nossas universidades federais. Sem dúvida nenhuma, essa é a melhor reforma que este Governo pode fazer, como a Lei de Diretrizes e Bases. Por isso, votei contra a PEC; sou contra ela. Foram 14 anos para a Lei de Diretrizes e Bases. E, agora, o PT dispõe de uma Comissão de Educação que é uma das mais eficientes do Senado e dirigida por uma das maiores competências, para a qual quero render a nossa homenagem e a nossa gratidão. Sou apenas reserva; da próxima em que V. Exª for, convide-me para titular.

Então, entendo que V. Exª poderia mandar um projeto do seu desejo, para que amadureça como lei. Rui Barbosa, baiano como o Senador Antonio Carlos, disse: só na lei e dentro da lei há salvação. Essas medidas provisórias não têm nada de urgência, não. Quem sabe de urgência sou eu, não é o Presidente Lula e não é ninguém. Eu sou médico. Urgência é uma bala, um traumatismo craniano, uma apendicite, uma hérnia estrangulada.

Entendo que V. Exª tem que mandar um projeto de lei para esta Comissão – que trabalha, como V. Exª está vendo –, para que amadureça uma lei boa e justa e para que possamos todos, no futuro, contar que V. Exª plantou a semente mais importante para o Brasil: a semente do saber.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Mão Santa. Agora, vamos ouvir o Senador Antonio Carlos Magalhães, que, mesmo não sendo da Comissão, aqui está prestigiando-nos, para nossa honra.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CALOS MAGALHAES (PFL – BA) – Presidente Osmar Dias, Vice-Presidente Hélio Costa, Sr. Ministro Tarso Genro, não tive o prazer de conhecer V. Exª pessoalmente, mas tenho de V. Exª as informações melhores há muito tempo, pelo nosso querido Luís Eduardo, que colocava V. Exª como uma das melhores figuras da política brasileira e dizia que provavelmente V. Exª ascenderia a outros postos fora daqui. Foi Prefeito de Porto Alegre e se saiu muito bem, não há dúvida sobre isso. Agora, V. Exª vem ao Ministério da Educação, o que é uma prova de fogo para a sua inteligência e, sobretudo, para a sua coragem.

O Ministério da Educação não é um problema desta administração, em relação às universidades. A destruição das universidades públicas vem acontecendo há mais de 20 anos, pouco a pouco, chegando, agora, a uma posição difícil. A universidade pública é a verdadeira universidade. Penso que as universidades particulares devem existir – o Senador Eduardo Azeredo deu boas razões para isso –, mas não são um símbolo, um emblema, como a universidade pública. E, nesse ponto, perdoe V. Exª, o seu Estado e

o do Senador Eduardo Azeredo são privilegiados em matéria de universidades públicas.

Eu já era Parlamentar, quando vi o Ministro Tarso levar muitas universidades para o Rio Grande do Sul e ficava muito triste, porque a Bahia tinha somente uma universidade. Minas Gerais, depois, passou a ter até mais universidades do que o Rio Grande do Sul. É inacreditável! Em dimensão, somos parecidos. E o ensino público universitário da Bahia quem sustenta, praticamente, é o Estado, que tem quatro universidades. No entanto, devo dizer a V. Exª que a Universidade da Bahia passa por uma situação extremamente difícil. Isso V. Exª já deve ter sentido em outras universidades também.

Quero ainda dizer que gostei muito de um artigo que V. Exª fez logo que foi avisado que seria ministro, antes mesmo da sua posse. Inclusive, confesso que considerei o artigo melhor do que o discurso de posse. Isso porque aquele artigo contemplava, como também contemplo, a questão de que os afro-descendentes têm que ter realmente uma posição neste País. Mas V. Exª ia mais além, que é o ponto de vista certo, afirmando que a pobreza é mais importante do que qualquer outro fator. Seja afro-descendente, seja branco, seja mulato, seja o que for, o importante é dar ensino ao estudante pobre. Talvez nesse ponto o Senador Mão Santa tenha absoluta razão, quando diz que o Ensino Superior marca a posição do país.

Então, creio que deveríamos fazer um balanceamento nessas universidades, mas – esse é o ponto que quero ressaltar para o Senador Mão Santa – não por medida provisória. A medida provisória é efêmera e, no momento, é o tratamento adequado, dada a gravidade da situação do ensino, mas creio que a tarefa de V. Exª será elaborar um grande projeto de lei e mandá-lo para as duas Casas do Congresso, para que tenhamos, senão nesse Governo, mas no futuro, uma situação regular não só do Ensino Médio, mas sobretudo do Ensino Superior.

O Ensino Superior tem que ser sempre de boa qualidade, e, como está, não é de boa qualidade. Em alguns casos é boa a qualidade – essa é a minha divergência. Há um esforço grande das universidades, mas o ensino está aquém daquele que V. Exª cursou e do que eu cursei também.

Portanto, acredito que a tarefa de V. Exª – e não vou me referir a vários pontos, já tratados aqui por V. Exª, enquanto eu estava em outra comissão, mas ouvindo esta, pelo rádio, inclusive alguns com que concordo totalmente –, o dever de V. Exª, neste instante, é elaborar um projeto de lei significativo para este País, porque as medidas provisórias não devem continuar, elas têm que acabar.

Não culpo o atual Governo por esse fator. Já trato desse assunto há muito tempo. E obtive, não de um correligionário de V. Exª, mas de um conterrâneo de V. Exª, um apoio muito grande para que elas chegassem ao fim, mas não chegaram: o Senador Fogaça. Esse Senador me ajudou bastante, juntamente com o Senador Josaphat Marinho, para que conseguíssemos algum avanço em relação à diminuição das medidas provisórias, mas ela ainda não é um assunto para se resolverem os problemas sérios do país.

Portanto, quero felicitar V. Exª pela sua presença no Ministério, mas solicito que V. Exª, com a equipe que tem, prepare o projeto de lei do ensino, ainda que não seja para este Governo, mas que fique para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, como Senador por Minas Gerais, sinto-me na obrigação de fazer uma intervenção. Sempre que nos referimos às 14 universidades federais do meu Estado, parece que há uma reprovação, como se Minas Gerais não tivesse o direito de ter 14 universidades federais. Pelo contrário, Senador Antonio Carlos, quando V. Exª levou a Ford para a Bahia, batemos palma; quando levou a indústria petroquímica, batemos palma; quando fez o Centro Administrativo de Salvador, batemos palma. Sempre que V. Exª, com o seu poder, a sua qualificação como Senador da República, levou algo para a Bahia, os mineiros, seus vizinhos, batemos palmas. A nossa virtude é que os nossos presidentes – e nesse histórico chamaremos Juscelino, Tancredo, Itamar Franco –, todos eles criaram universidades em Minas Gerais. Os cinco Presidentes da República tiveram a preocupação de levar universidades e instituições de ensino superior para lá. Razão pela qual...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Itamar Franco é baiano...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Itamar Franco fez muita coisa boa por Minas Gerais e nós agradecemos a Bahia. Na verdade, S. Exª não é bem baiano, pois nasceu entre a Bahia e Minas Gerais. Portanto, ele é meio baiano e meio mineiro. De qualquer forma, ficamos felizes em saber que o nosso Estado tem essa qualificação. Lá tivemos e temos políticos que se ocupam com a educação. Ainda agora vejo o Senador Eduardo Azeredo falar de sua preocupação com a chegada, em Belo Horizonte, de instituições de ensino particular. Evidentemente isso ocorre na medida em que há um cartel de grupos antigos que cobram caro. Quando chega um grupo novo que traz um pre-

ço menor e permite que as pessoas de menor poder aquisitivo chegar à universidade particular, devemos bater palmas e não podemos reprovar.

Espero que esta reunião especial tenha nos dado a oportunidade de discutir com nosso Ministro as reformas da educação. Se não tivemos a oportunidade, porque o assunto ficou todo desvirtuado, já que fizemos perguntas sobre todos os assuntos e não sobre a reforma da universidade, que convidemos novamente o Sr. Ministro para que S. Exª possa falar, exclusivamente, sobre reforma da universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Já havia, assim como o Senador Flávio Arns, manifestado não pelo fato de Minas Gerais – como V. Exª o fez – ter 14 e o Rio Grande do Sul ter quatro. É que nós queremos duas e a Bahia quer, também, duas universidades. Ficaríamos satisfeitos. Fiz essa indagação ao Ministro Tarso Genro, mas S. Exª não me respondeu. Entendi que não dava para responder, pois entrou agora para o Ministério. Quem sabe, no final do Governo levaremos para o Paraná mais uma universidade federal. Afinal de contas, o Paraná tem levado até emendas parlamentares, não através de Deputados e Senadores, mas até pelo filho do Ministro da Casa Civil. Quem sabe ele nos leva uma universidade federal para lá.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Na esteira do que V. Exª colocou, também mencionei o Rio Grande do Sul. Se Tancredo Neves estivesse vivo e dissessem que há 14 instituições federais em Minas, S. Exª diria: é muito pouco! Quando comparei com o Rio Grande do Sul, quero dizer que um Estado como o Paraná... Não afirmo que desejamos duas, três ou quatro, conforme o faz Rio Grande do Sul, mas um Estado como o Paraná receber R$500 milhões a menos, por ano? Está certo o Rio Grande do Sul em o receber. Nós é que precisamos chegar lá. É muito dinheiro! Poderíamos atender duas, três vezes mais alunos nas instituições estaduais de ensino superior. Existe uma ruptura do pacto federativo no que concerne às instituições de ensino superior. Como um Estado recebe tanto e outros nada? Os outros todos estão na mesma situação. Precisamos rever esses critérios para haver justiça no ensino superior quanto aos recursos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Ministro que já poderá fazer as considerações finais, porque, em seguida, encerraremos a reunião.

O SR. MINISTRO (Tarso Génro) – Vai ver que entre os R$500 milhões que não foram e o que o filho do Ministro leva, ainda ficou ruim para o Paraná...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não dá para descontar, porque a finalidade do que se liberou é outra. Nós queríamos para a universidade.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Eu me associo à sua demanda. V. Exª conte comigo para que façamos um esforço enorme para socializar universidades públicas em todo o Brasil, utilizando-se do critério de necessidade regional e de correção de desigualdades regionais, a fim de que a universidade pública funcione como um instrumento de correção das desigualdades.

Agradeço a presença do Senador Antonio Carlos Magalhães, que, não sendo membro desta Comissão, vem aqui prestigiar a minha presença. Muito obrigado pela sua presença, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Vou-me referir à questão do projeto de lei, que foi mencionado pelos Senadores Mão Santa e Antonio Carlos Magalhães. Assumo aqui o compromisso formal de remeter para apreciação desta Casa, espero que, em novembro ou, quem sabe, em outubro, mas provavelmente em novembro, um projeto de lei de reforma do ensino superior ou uma lei orgânica que institua os marcos regulatórios e promova de maneira clara as políticas públicas relacionadas com a reforma do ensino superior. Esse trabalho já está sendo realizado.

Podemos tomar algumas medidas pontuais e que podem ser integradas ou revogadas pela reforma, políticas que tenham urgência e relevância, mas a reforma do ensino superior será tratada por meio de um projeto de lei. E acredito, Senador Antonio Carlos Magalhães, que será para a nossa geração e para o nosso governo, porque já temos um enorme ativo de discussões sobre a reforma.

Proposta de reforma não falta. Costumo dizer, Senador Mão Santa, que temos de decantar e, nessa decantação, verificar qual a proposta que reforça a universidade pública, que estruture marcos regulatórios, que democratize o acesso, que consiga constituir uma hegemonia social e política com reflexos dentro desta Casa, porque é esta Casa que vai determinar a natureza da reforma. Esse processo de decantação é de escolha de alternativas, na verdade, e não de recriação, porque já há um enorme acúmulo originário da academia, das entidades profissionais, do próprio governo, do Parlamento, relacionado com a necessidade de reforma do ensino superior.

Agradeço a sua referência pessoal a mim. É uma amizade, uma relação de amizade sólida, que foi construída em pouco tempo de permanência nesta Casa, na Câmara Federal, durante dois anos, com o seu filho Luiz Eduardo Magalhães, com quem mantive uma permanente relação de afeto, de intercâmbio, de

conhecimento. Isso nos vinculou afetivamente. Falávamos por telefone em outras oportunidades e nos encontrávamos também em eventos políticos. Fico muito honrado com a lembrança que o senhor faz aqui neste momento dessa relação, que nunca mencionei publicamente porque, tratando-se de uma relação pessoal, ela se transforma em política por aqueles que têm o condão de transformá-la, portanto, com a sua manifestação feita aqui neste momento.

Mantenho a posição de que a questão da pobreza é essencial. Não modifico a minha opinião sobre isso. E mencionei na minha exposição que raça e condição social no Brasil estão integradas pela estrutura social perversa que herdamos, originária da escravatura. E mencionava uma política de quota de 20% na Bahia. Qual o sentido que tem? Lá a metade, provavelmente, ou mais da metade é afro-descendente ou negros nas universidades baianas. Então o ponto de partida é o ponto de partida social. Agora, temos que, de alguma forma, combinar com a reparação e, portanto, integrar a política de quotas numa visão social, e não subordinar uma política social de ingresso à política de quotas, porque aí podemos transformar a máxima justiça na máxima injustiça, ou seja, fazer com que o negro pobre concorra com o branco pobre na porta da universidade e um exclua o outro, o que seria um absurdo, além de um contra-senso em matéria constitucional.

Agradeço o convite que me foi formulado, Sr. Presidente. Sinto-me muito honrado por ter participado deste debate. Levo daqui preciosos ensinamentos para o nosso trabalho. Tenho a convicção de que esta Casa está a altura de responder aos anseios do povo brasileiro não só pelas reformas, em função das reformas que temos de fazer, como também da transição que temos de promover em direção a um outro modelo que tem uma centralidade na questão do ensino e da educação, que se relaciona ao perfil dos gastos públicos relacionados com essas prioridades: educação, saúde, infra-estrutura, que modelam, na verdade, o conteúdo da transição e a visão de comunidade de destino que todos nós estamos empenhados, que é a construção da Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos ao Ministro.

Gostaria de entregar ao Ministro um oficio desta Presidência, a pedido da Comissão de Educação do Senado, que aprovou uma emenda ao orçamento. A Comissão Mista de Orçamento aprovou R$50 milhões para o PET – Plano Especial de Treinamento –, que funciona no âmbito das universidades federais e que está carecendo desses recursos para, evidentemente, continuar executando o PET.

O SR. MINISTRO (Tarso Genro) – Prometo que vou falar com o Palocci. É o meu limite.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Já é alguma coisa, Ministro.

Mas deixamos o ofício com V. Exª.

Quero também agradecer ao Ministro, porque S. Exª atendeu muito rapidamente ao convite. Temos mais um requerimento, evidentemente, já anunciado, para que V. Exª compareça para debater outro tema, que é não a venda de vagas nas universidades privadas, mas esse programa do Governo que pretende ampliar em 20% as vagas ou aproveitar 20% de vagas das universidades privadas para alunos cadastrados pelo Governo. Esse tema vai ser debatido, assim como o tema das cotas, objeto de um outro requerimento. Portanto, V. Exª vai voltar várias vezes a esta Comissão, para nossa honra.

Gostaria de agradecer a V. Exª a forma como conduziu, com paciência. Já são 13 horas e 27 minutos, e V. Exª está aqui desde 9 horas e 30 minutos – aliás, chegou um pouco antes. Agradecemos, portanto, a sua presteza em nos atender a à Comissão de Educação.

Muito obrigado a todos Senadores.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h33min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 06ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24 de março de 2004.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Valmir Amaral, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, José Jorge, Efraim Morais, Maria do Carmo Alves e Reginaldo Duarte, reúne-se a Comissão de Educação. Comparecem à reunião os Senhores Senadores Magno Malta (PL/ES) e Romeu Tuma (PFL/SP) não membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros e Mozarildo Cavalcanti. O Senhor Presidente comunica a presença, na reunião de hoje, do Senhor Alan Fischler, Gerente do Departamento de

Telecomunicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Paulo Machado de Carvalho Neto, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Televisão – ABERT; Roberto Wagner, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações – ABRATEL; Washington Mello, Diretor-Geral TV Bandeirantes; Flávio Cavalcanti Júnior, Diretor do Sistema Brasileiro de Televisão – SBT e Dione Craveiro, Diretor da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo ouvir os Ilustríssimos Senhores: Doutor Luiz Sebastião, Presidente do Sistema Brasileiro de Televisão – SBT; Doutor João Carlos Saad, Presidente da Rede Bandeirantes de Rádio e Televisão; Doutor Dennis Munhoz, Presidente da Rádio e Televisão Record S.A.; Doutor Marcelo de Carvalho Fragali, Vice-Presidente da Rede TV; Doutor Evandro Guimarães, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo e Doutor Darc Costa, Vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para debater sobre a disposição do Governo Federal, por intermédio do BNDES em criar uma linha de financiamento de socorro às empresas do Setor de Comunicação (Televisão). Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes, para posterior debate com os convidados. Usam da palavra os Senhores Senadores Osmar Dias e Roberto Saturnino, autores dos requerimentos; Hélio Costa, Gerson Camata, Cristovam Buarque, Sérgio Cabral, João Capiberibe, Magno Malta e Romeu Tuma. Encerrado o debate, o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srs. Senadores, Srs. Convidados, está aberta a 6ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que tem como objetivo a realização de audiência pública para debater sobre a disposição do Governo Federal, por intermédio do BNDES, em criar uma linha de financiamento de socorro às empresas do setor de comunicação, televisão.

São autores do requerimento este Presidente e o Senador Roberto Saturnino.

Quando tomamos a iniciativa de apresentar este requerimento, tivemos como inspiração o noticiário da imprensa e principalmente algumas opiniões que foram emitidas pelo Presidente do BNDES, Dr. Lessa. Vou recordar alguns trechos.

O Presidente do BNDES afirmou que não há consenso na indústria de comunicação em relação à proposta sobre como deve ser um eventual programa de financiamento para permitir o fortalecimento do setor. Disse ele:

> "Leio e percebo sinais de uma controvérsia espantosa dentro da chamada indústria de comunicação. Ela não está nem sequer se apresentando de uma maneira compacta e organizada."

Segundo Lessa, ele vem recebendo do setor sugestões que, no momento, são pouco convergentes. Não há consenso. Ele afirmou que há estudos sobre as necessidades do setor, mas não existem números fechados nem programas definidos.

Também acompanhamos pela imprensa, além da controvérsia e da discussão que se estabeleceu entre as diversas empresas de televisão, números que foram apresentados como aquilo que seria objeto do financiamento do BNDES, cerca de R$10 bilhões.

O próprio Presidente do BNDES reconheceu que o BNDES não pode ser o árbitro dessa questão. Ou seja, o Governo não pode decidir sozinho como esse financiamento se dará.

Se o Congresso Nacional deve fiscalizar os atos do Executivo e esta Comissão de Educação tem como uma de suas atribuições principais o setor de comunicação, tanto é que, no ano passado, dos 1.050 projetos examinados, 960 foram da área de comunicação, outorga, concessão de rádio e tevê, temos trabalhado sobre o setor de comunicações com afinco e queremos prestar um serviço à sociedade brasileira, no sentido de dar conhecimento sobre como esse programa será conduzido, em que condições esse financiamento ocorrerá, quais os critérios que atenderão à liberação desse financiamento ou dos financiamentos às diversas empresas, como as empresas estão vendo esse financiamento, o que ocorrerá depois desse financiamento, se o Governo vai aportar alguma contrapartida como exigência para financiar o setor, se esse mesmo tipo de financiamento vai ser dado a outros setores da economia brasileira. São questões que a sociedade tem o direito de conhecer e sobretudo o

Congresso Nacional tem a responsabilidade de ouvir todas as partes, as empresas, o BNDES. Se for preciso, daremos seqüência a este assunto com outras audiências públicas.

Quero estabelecer uma regra para conduzir em ordem os trabalhos. Lá na frente há um relógio. Peço que toda vez que um convidado iniciar a sua fala aquele relógio seja acionado e o tempo de dez minutos seja contado para cada um inicialmente. Depois poderemos conceder mais tempo, mesmo porque os Senadores terão um prazo para a sua pergunta e o convidado que for acionado terá o mesmo prazo, que será de três minutos para o Senador e três minutos para o convidado, dois de réplica, dois de tréplica. Isso significa que poderemos ouvir todos os convidados e todos os Senadores que quiserem apresentar questões a respeito deste assunto.

Conforme o Regimento, os autores do requerimento têm preferência, farão as suas indagações em primeiro lugar, e depois os Senadores que se inscreverem para tal.

Peço licença aos convidados para seguir, porque não há outro critério, a ordem definida na folha de convidados. Não sei se os convidados têm a lista, mas vou citar quais convidados se manifestarão e em que ordem. Os convidados usarão da palavra na seguinte ordem: Dr. Luiz Sebastião Sandoval, Presidente do SBT, Sistema Brasileiro de Televisão, que está aqui à minha direita; Dr. João Carlos Saad, Presidente da Rede Bandeirantes de Rádio e Televisão, que é o segundo à minha direita; Dr. Dennis Munhoz, Presidente da Rádio e Televisão Record S.A., o terceiro à minha direita. À minha esquerda, o Dr. Dark Costa, Vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES; Dr. Evandro Guimarães, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, e o Dr. Marcelo de Carvalho Fragalli, Vice-Presidente da Rede TV.

Passo a palavra, por dez minutos, ao Dr. Luiz Sebastião Sandoval, comunicando que, quando faltar um minuto para a conclusão do tempo, a campainha será acionada automaticamente – não será o Presidente que chamará a atenção dos convidados e sim o relógio.

Então, para falar por dez minutos, Dr. Sebastião Sandoval, Presidente do SBT.

O SR. SEBASTIÃO SANDOVAL – Bom dia, senhores.

Sr. Presidente, segundo a sua manifestação, foi dito pelo Presidente do BNDES que não há consenso sobre essa questão e realmente não há. Essa posição foi levada ao Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa, pelas três redes de televisão: SBT, a qual represento, Rede Record e Rede TV.

Houve a apresentação de um trabalho feito a pedido da Abert, Associação das Empresas de Rádio e Televisão, da qual não participamos, que foi levado ao BNDES. Tomamos conhecimento dele posteriormente, e não estamos de acordo com essa proposta de financiamento do BNDES.

A posição da Record e da Rede TV, acompanhando o SBT, está expressa numa carta que entregamos ao Presidente Carlos Lessa, dizendo que a indústria de televisão no Brasil necessita de recursos destinados ao financiamento da produção de conteúdo e investimento em equipamentos. É essa a necessidade com a qual estamos de acordo.

A argumentação que fizemos foi a seguinte: se uma indústria se instala para fabricar camisas e vai gerar empregos, se o banco é de fomento e está querendo financiar, convida as empresas a apresentarem projetos e libera financiamento; outra indústria, que é a de televisão, que não produz camisa, e sim conteúdo, que emprega, contrata e é importante não tem linha alguma de financiamento.

Não há consenso de que o BNDES, que não tem em sua cartilha financiamento de capital de giro, agora se apresente para socorrer empresas endividadas do setor, transformando dívidas em dólar das empresas em reais. Não concordamos que o Banco faça isso não só com a indústria de televisão, mas com espécie alguma de indústria. Sabemos que o Banco já o fez e já errou a nosso ver, porque tem que ser um banco de fomento, para estimular o crescimento, o desenvolvimento.

A carta foi endereçada ao Presidente Carlos Lessa e requeiro a sua juntada aos trabalhos desta Comissão.

Outra questão apresentada é que, no mercado da televisão aberta brasileira – e televisão por assinatura é outro veículo, outro meio –, há uma distribuição no Brasil, por razões que podemos debater, muito desigual.

A principal rede de televisão do Brasil, com toda a competência que tem a Rede Globo, detém em média 50% da audiência brasileira. E, por razões que não conseguimos entender, tem 80% da verba publicitária. A nossa receita toda vem de verba publicitária. Então, as demais redes de televisão no Brasil, redes e emissoras independentes, ficam brigando pelos 20% restantes.

Essa é uma distribuição desigual, que impede que as demais redes se lancem a uma produção melhor, a um conteúdo melhor. O que se propõe é isso, mas é uma questão de mercado. Teremos que resolver. Podemos e devemos recorrer a órgãos de defesa.

Estranhamente, o ano passado foi péssimo para a televisão brasileira, pois diversas redes não tiveram lucro, e sim prejuízo. Este ano deveremos auferir lucro. No ano passado, a Rede Globo teve um lucro de R$600 milhões. Uma organização que tem um lucro de R$600 milhões não precisa de ajuda financeira; quer me parecer que não.

Na verdade, o que se está pretendendo é solucionar uma grande dívida de uma outra organização, outra empresa pertencente à Globo, que é a Globo Cabo, da qual o BNDESpar estranhamente já é acionista desde 2002, numa operação que foi agora duramente criticada pelo Tribunal de Contas da União, em relatório já publicado no **Diário Oficial** do dia 15 de março deste ano. O Tribunal de Contas critica a operação e recomenda que se apure por que isso aconteceu. Detalhes constam do relatório, que é extenso, do qual peço a juntada aos trabalhos da Comissão.

Sr. Presidente, essas são as considerações básicas. Resumindo, a indústria de televisão precisa – e falo por televisão, não por jornais – de linha de financiamento para a produção de conteúdos, para investimento em equipamentos e tecnologia.

Está para acontecer a conversão para a TV digital. A indústria de televisão no Brasil não tem linhas de financiamento para isso. Será um investimento da ordem de US$10 bilhões – um número prévio. O Governo decidirá o padrão. Mas a tecnologia que não está disponível para todos da televisão brasileira, pois todo o equipamento é importado. O Governo terá que negociar a vinda da indústria para o Brasil, para que haja financiamento, o que vai ao encontro dos interesses nacionais; trazer para cá essas indústrias do país ou do continente cuja tecnologia seja a escolhida.

Existe a tecnologia européia, a americana e a japonesa. Todas elas têm as suas indústrias e um enorme interesse, até porque a decisão brasileira comandará a decisão do restante da América do Sul. Argentina, Uruguai e Chile, estão aguardando a decisão brasileira para em seguida fazer isso.

Essas eram as minhas considerações. Fico à disposição dos senhores para qualquer questionamento. Cumpri o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Dr. Luiz Sebastião Sandoval e imediatamente passamos a palavra ao Dr. João Carlos Saad, Presidente da Rede Bandeirantes de Rádio e Televisão.

O SR. JOÃO CARLOS SAAD – Bom-dia, Sr. Presidente, senhoras e senhores. Obrigado pelo convite.

A nossa indústria é estratégica, está espalhada pelo Brasil todo, integra esta nação de norte a sul. A indústria eletrônica, especialmente, é o único meio grátis de informação e lazer que existe, inclusive em recantos que nem o Governo consegue, às vezes, chegar com seus serviços assistenciais e públicos. Essa indústria se fez sem financiamentos, até porque havia uma distorção da nossa legislação, pois não se permitiam à pessoa jurídica essas concessões sempre foram da pessoa física. Então, todo o ciclo de financiamento dessa indústria foi difícil. Ela cresceu e floresceu, ao longo dos últimos oitenta anos, basicamente sozinha.

Faço uma indagação: por que tanta celeuma? Por que está sendo tão questionada a abertura de linhas de financiamento do BNDES para a indústria da comunicação? O que há de errado? Será que ela é uma empresa de segunda classe? Será que ela é uma indústria que não tem que ser atendida como outra qualquer? Por que existe financiamento para o agro-negócio? Por que existe financiamento para as elétricas? Por que existe financiamento em todos os setores do País, e há essa proibição?

Ao contrário deste Governo, o Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, e o Darc Antonio da Luz Costa, pelo menos se dispuseram a questionar e a discutir o problema, o que considero extremamente saudável. Ao contrário, é um absurdo não ter havido financiamento até hoje. Não consigo enxergar se essa é uma indústria estratégica, com tanta renúncia fiscal que fazemos. O próprio banco financiou multinacionais na gestão passada. Será correto não financiar as empresas nacionais?

Não estou querendo discutir o caso da empresa "a", "b", "c" ou "d". Talvez tenha gente querendo misturar a concorrência do dia-a-dia com a operação do setor. Essa é uma operação que deve ser do setor como um todo. É a hora de o setor, se não está unido, se unir. Pode ser que alguns não precisem de financiamento, por ter outras fontes. Precisaria, inclusive, saber como são essas fontes de financiamento, qual é a origem, enfim. Uma empresa normal, em qualquer lugar do Planeta, para se expandir, precisa, sim, de financiamento, de juros baixos, de crédito de longo prazo para cumprir o seu ciclo, gerar resultados e pagar os seus investimentos.

Estamos fazendo uma discussão grande em torno disso e, talvez, não estejamos discutindo a parte estratégica desse setor. Esta Casa é muito apropriada para uma discussão estratégica, porque essa indústria não vem sendo discutida, e não é de hoje. Ela vem sendo tratada só no factual, apenas na parte técnica. Mas e a estratégica?

O melhor exemplo de utilização desse setor ocorre nos Estados Unidos, que o usam com muita competência. O segundo país que me chama atenção para isso é o Japão. Quando a Sony, do Japão, comprou a Columbia, os japoneses deixaram de ser os bandi-

dos no filme e o Japão defendeu os seus interesses e investimentos dentro do mercado norte-americano ao entrar fortemente nessa indústria de comunicação, dentro da terra do "Tio Sam". O outro país que vem fazendo isso é a França, com o grupo Vivandi, também com o pensamento estratégico europeu de defender os seus interesses, de lutar pela sua cultura e de manter o seu modo de vida.

A Espanha é outro exemplo interessante a ser citado. Esse movimento que a Espanha fez em relação à América Latina não é isolado, de uma única empresa. É preciso um conjunto de empresas para se fazer isso – empresas de telefonia, de energia elétrica, bancos, enfim. A Espanha traçou um plano estratégico e veio buscar por bem aquilo que conquistou há séculos, montando uma importante operação de comunicação.

O México tem duas fortes redes dentro dos Estados Unidos. O Presidente da Televisa está mudando para os Estados Unidos, assim como Murdoc fez, exatamente nesse mesmo movimento, para defender: um, os seus interesses comerciais porque ele é empresário e, dois, os interesses estratégicos do México. Se, amanhã, o Congresso americano votar alguma coisa que seja contrária aos interesses do México, ele tem como reagir.

Então, precisamos saber que modelo nós queremos. Teremos alguma influência no Mercosul? O Brasil pretende se expandir? Há uma série de questões que precisam ser discutidas.

Quanto à própria televisão digital, só a sua parte técnica foi discutida, como se nós fossemos um time de engenheiros, mas ninguém discutiu o negócio nem o projeto ou as suas vantagens e desvantagens. A discussão está muito presente na mídia impressa, mas pouco se comenta a sua parte estratégica.

Tenho confiança de que o BNDES tem um time técnico da melhor qualidade. Tenho certeza de que, se for aprovada essa operação, à qual Bandeirantes é favorável e quer deixar clara a sua posição nesse sentido, eles terão critérios. E as empresas terão que se enquadrar ao Decreto nº 236 e observar a propriedade cruzada, não poderão ter problemas no Cadê e deverão submeter-se a auditorias. Deverão ter geração de resultados, e há algumas operações que podem não ter gerações de resultados.

Então, queremos ser equiparados a qualquer outro setor. Correto e justo é sermos equiparados a qualquer outro setor nacional. Queremos uma operação transparente e que não haja privilégio para ninguém. As discussões que vêm sendo mantidas são nesse nível, tanto é que muitas empresas e entidades estão acompanhando esse projeto e observando que o Banco está discutindo isso com a maior transparência, de modo a tratar a todos de forma igual, para que cada um use como quiser. Quem tiver que pagar dívida que pague; quem quiser investir que invista; quem quiser comprar canarinho que compre. Enfim, cada um fará o que quiser, mas que pague depois as suas contas e faça crescer o seu negócio.

Sr. Presidente, eram estas as minhas considerações. Agradeço a paciência dos senhores. Estou disponível para qualquer pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Dr. João Saad.

Passamos imediatamente a palavra ao Dr. Denis Munhoz, Presidente da Rádio e Televisão Record.

O SR. DENIS MUNHOZ – Sr. Presidente, senhoras e senhores, ouso divergir do ponto de vista explanado pelo Dr. João, da Bandeirantes. Pensamos que o dinheiro público, o dinheiro do contribuinte, merece uma transparência maior, um encaminhamento mais discutido.

A Record alinha-se com o princípio, meio e fim do BNDES, um banco de desenvolvimento social, de fomento, que financie o investimento tecnológico, o aprimoramento profissional, o crescimento nas suas diversas esferas. Não concordamos que setores sejam privilegiados, muito menos o de que somos parte: a telecomunicação.

É urgente restabelecer o compromisso com o que é público, em especial com os recursos públicos. Não podemos, em benefício próprio, virar as costas à ética e continuarmos intransigentes nesse ponto. O BNDES é um parceiro do futuro e deve financiar e projetar o desenvolvimento, o crescimento. O Brasil precisa e a sociedade agradece.

Para nós constitui resvalo absurdo o uso do recurso público, do dinheiro do BNDES, para pagamento de dívida de qualquer espécie. É inadmissível.

Gostaria de deixar claro que não temos nada contra a Globo. Temos firmado posição contra os empréstimos para saldar dívidas de empresas privadas. É necessário buscar a origem do endividamento. Não nos bastam justificativas de investimentos equivocados, má gestão, variação de moeda, etc. O tamanho da dívida é diretamente proporcional à prática monopolista da exclusividade do nosso "temos, podemos e fazemos". Pagar duas, três vezes o valor de mercado e não exibir é prática autoritária.

Nós, da Record, consideramos de suma importância esta reunião para discutir e dar mais transparência a tudo que vem acontecendo. Podemos citar alguns exemplos: o fato praticado pela Globo quando da Copa do Mundo de 2002. Até 1998, cinco grandes emissoras brasileiras pagavam, reunidas, US$10 mi-

lhões pelo evento da Copa do Mundo, cabendo, em média, US$2 milhões a cada empresa. Isso propiciava ao público a escolha, onde assistir, e aos departamentos comerciais das emissoras trabalharem e terem até lucro com o evento.

A partir da Copa do Mundo de 2002, a Globo procurou o grupo alemão que detinha os direitos, oferecendo cifra superior a US$220 milhões por um evento que era comerciado na faixa de US$10 milhões. É claro que é impossível a qualquer emissora, mesmo com a abrangência e competência da Globo, ter lucro pagando um valor como esse a título de direitos.

Portanto, é muito clara a posição da Record: não somos contra a utilização da verba do BNDES para financiar crescimento, investimento, conteúdo. Todos precisaremos, em curto prazo, desse tipo de financiamento e penso que, aí sim, existe uma discriminação do BNDES contra a mídia. Mas o BNDES não pode e não deve fazer é atuar como pronto-socorro de empresa endividada, senão estaremos utilizando o dinheiro público para resolver um problema emergente, sem perspectiva de solucionamento definitivo futuro.

A Record cientificou a Abert sobre aquele projeto enviado pelo escritório da Drª Maria Sílvia, com o qual não concordamos, do qual não participamos e não fomos informados. A partir do momento em que ele foi entregue no BNDES, procuramos a Presidência da Abert e externamos nossa posição. Infelizmente não conseguimos um posicionamento oficial da Abert, razão principal da nossa saída da Vice-Presidência da entidade.

Logo em seguida, procuramos o Ministro Luiz Gushiken, preocupados com o encaminhamento de um projeto com o qual nós não concordávamos. S. Exª, de pronto, estabeleceu contato com o Dr. Carlos Lessa, no BNDES, quando então nós, SBT e RedeTV, formalmente entregamos o documento a que o Dr. Sandoval se referiu ao Presidente do BNDES e novamente nos colocamos à disposição para qualquer discussão.

Pensamos que o mínimo que tem que acontecer com a verba pleiteada, de R$5 bilhões, é muita discussão e muita transparência para se chegar a um consenso. Não é correto chegar um prato pronto para ser digerido pela sociedade e pelas empresas.

O Dr. Lessa se prontificou a nomear comissões e discutir o assunto. Isto é o mínimo que a sociedade espera de nós e dos senhores: discussão, transparência e concordância ou não. Não podemos apresentar como uma simples condição de sobrevivência. Podemos mencionar casos como a da Tupi, mais recentemente, até o caso da Manchete, que também tiveram problemas muito sérios e nunca foram socorridas pelo BNDES.

O investimento na TV digital, em programação, estudos e equipamentos, isso, sim, gera emprego e sobrevivência da empresa nacional, que é muito importante, mas a pura e simples quitação de dívidas do passado para uma empresa que detém 80% do mercado publicitário, que apresentou um lucro na faixa de R$ 800 milhões em 2003... A menos que me provem o contrário, uma empresa como essa não precisa de socorro do BNDES. Se houve algum motivo pelo qual se chegou a essa dívida astronômica, agora tem que pagar o ônus, como qualquer um de nós pagaria.

A posição da Record é firme quanto a isso. Vimos alertando há muito tempo o nosso posicionamento e salientando que o BNDES é um banco de fomento, de desenvolvimento social que não pode e não deve ser utilizado como pronto-socorro. A opinião pública tem que estar muito ciente disso, e acredito que o nosso papel está sendo desempenhado.

Agradeço a todos e me encontro à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Dr. Dennis Munhoz, mas antes de passar a palavra ao Dr. Darc Costa, que é o Vice-Presidente do BNDES, gostaria de fazer uma observação como Presidente da Comissão de Educação.

É claro que vamos discutir o modelo de TV digital; queremos discutir o conteúdo programático e aquilo que é a essência da televisão brasileira, mas seria uma omissão imperdoável – vou repetir: uma omissão imperdoável – se não tivéssemos a iniciativa de discutir esse assunto.

Quando houve o socorro aos bancos, quando houve o Proer, o Senado debateu o assunto intensamente. Quando as empresas de aviação pediram financiamento ao BNDES, o Senado debateu o assunto intensamente e continua debatendo.

Estamos aqui para saber em que condições o empréstimo ocorrerá. Devemos essa satisfação à sociedade. Somos representantes dos Estados e não podemos, de forma alguma, desconhecer como ocorrerá essa operação, principalmente porque queremos, sim, que todos os setores da atividade econômica do Brasil sejam tratados igualmente. Não queremos privilégio para o agronegócio nem para ninguém. O que queremos é que todos sejam tratados igualmente. Se o BNDES iniciar um programa de financiamento de dívidas de empresas, é claro que isso será muito positivo para recuperar empresas de outros segmentos econômicos do País, mas tem que ser para todos.

Passo a palavra, então, ao Vice-Presidente do BNDES, Darc Costa, reafirmando que o meu propósito, quando convidei os representantes das emissoras e do BNDES para discutir, foi exatamente oferecer

transparência. Creio que ninguém aqui tem motivo para esconder qualquer informação sobre essa operação que ocorrerá do BNDES para a indústria de televisão. E mais, Deus queira que esse mesmo critério possa ser utilizado para todos os segmentos econômicos do País. Neste caso, quem sabe, o BNDES será homenageado por todos os segmentos econômicos do País.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, pela ordem, Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, apenas por uma questão de razoabilidade, seria melhor ouvirmos os demais representantes de emissoras de TV, para, em seguida e por último, ouvirmos o representante do BNDES, Dac Costa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Há uma sugestão do Senador Sérgio Cabral de que façamos uma inversão da ordem, para ouvir os representantes das outras redes e, depois, o Vice-Presidente do BNDES.

Se há concordância na Mesa, consulto os dois convidados que ainda faltam expor. Se há concordância, podemos fazer essa inversão de ordem.

Comunico também que há um telão na sala 19. Aqueles que não estão bem acomodados aqui podem assistir à audiência pelo telão, na sala 19.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é importante ressaltar que esta audiência pública, que conta com a participação de representantes das principais redes de televisão do Brasil e do BNDES, deveria, evidentemente, contar com a participação de representantes da mídia impressa porque, na verdade, a proposta em discussão no BNDES não se refere apenas à televisão, mas ao rádio, ao jornal e à televisão.

Por isso, peço pelo menos que o Dr. Dac Costa, em sua exposição, deixe bem claro que também as emissoras de rádio, os jornais e todas as emissoras de televisão – e não só as redes – estarão incluídas nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa, V. Exª tem razão. Apresentamos um requerimento sugerindo esta composição da Mesa para hoje, mas já há requerimentos propondo a ampliação desse debate com a mídia impressa. Assim, serão realizadas audiências públicas com a mídia impressa também.

Concedo a palavra ao próximo convidado, Dr. Marcelo de Carvalho Fragalli, Vice-Presidente da Rede TV.

O SR. MARCELO DE CARVALHO FRAGALLI – Bom-dia. Inicialmente agradeço o Sr. Presidente e os membros desta Comissão pelo convite. Estamos muito honrados por estarmos aqui e muito felizes pela oportunidade de discutir e debater o assunto.

Na realidade, como todos os representantes de emissoras, somos homens de televisão e temos a obrigação de esclarecer a todos os que têm interesse em entender ou questionar o assunto que está sendo tratado e o que eventualmente é dúbio. O que está sendo tratado aqui é muito simples. É evidente que o segmento de radiodifusão necessita tremendamente de financiamento, até porque, como disse o Dr. José Carlos, da Rede Bandeirantes, devido a um draconianismo da legislação – já sanado – as empresas eram concessões dadas a pessoas físicas ou a pessoas físicas limitadas. A alteração constitucional, por meio da Emenda nº 222, permitiu que hoje houvesse, no mínimo, um modelo que permite tentar captação de forma mais simples. É ponto pacífico que todas as empresas precisam de financiamento e, com relação a isso, não há discordância no setor.

A discordância existente é extremamente simples: há um projeto encomendado por algumas empresas ao escritório da Drª Maria Sílvia, encampado pela Abert, sem o consenso de todos os seus membros. Isso motivou a retirada da Abert da TV Record e da Rede TV. Por que não havia esse consenso? Todos nós queremos financiamento, apenas discordamos frontal, total e radicalmente que o dinheiro do BNDES, que nunca houve, seja direcionado ao pagamento de dívidas. Discordamos disso porque entendemos que o dinheiro do BNDES deveria servir para a compra de equipamentos digitais, analógicos ou o que seja. Deveria servir, como disse o Dr. Sandoval, ao fomento do conteúdo, para fazer estúdios, para construir cenários, para melhorar a qualidade da produção a que o Brasil assiste, porque o mercado, de um lado, devido à hegemonia, e de outro, pela competência e por outros fatores que aqui foram discutidos, como, por exemplo, o *dumping*, de se pagarem US$200 milhões pelo futebol quando se pagavam US$10 milhões, não tem dinheiro igual. A TV Globo tem 50% da audiência, 80% e às vezes 100% do dinheiro dos anunciantes. Então nós, as quatro outras redes, dividimos 20% quando deveríamos dividir 50%. Portanto não sobra dinheiro, por isso a qualidade do que se vê não é nem a que nós mesmos gostaríamos. É óbvio que precisamos desesperadamente de investimentos, de financiamento, que nunca houve, como disse o Dr. Dennis. Mas essa linha de financiamento, de R$5 bilhões, ser destinada ao pagamento de dívidas?

Para não dizer que será somente para o pagamento de dívidas, há um capítulo que diz que também poderá ser para investimento, mas, nesse caso, o BNDES escolhe um banco repassador; para o pagamento de dívidas, o BNDES empresta automaticamente.

Pergunto aos senhores que banco vai querer repassar e qual será a garantia.

Então é evidente que isso é encomendado para pagar dívidas, ao que somos contrários. O dinheiro do BNDES não deve cair nas mãos do banco estrangeiro que porventura emprestou, até porque as empresas que têm esses endividamentos devem e têm condições de reequacioná-los com a sua própria operação.

Quanto ao dinheiro para investimentos, perfeito. Parabéns ao BNDES. Estamos todos esperando por isso e agradecemos penhoradamente. Porém, dinheiro para pagar dívidas, não. Somos contra. Isso não deve ser feito, porque macula, primeiro, a filosofia do Banco, que é, como foi mencionado pelo Dr. Sandoval e pelo Dr. Dennis, de fomento ao investimento, à empresa, e não de pagamento de dívidas passadas, criadas por fatores os mais diversos.

A discussão é extremamente simples. Só isso está sendo discutido. Qualquer outro ponto que seja eventualmente apresentado para turvar essa linha de raciocínio é fumaça. Não devemos enxergar a fumaça, mas através dela.

Então a posição da Rede TV foi discordante. Assim como a Rede Record, nós nos retiramos da Abert, o que é muito triste. Concordo com o Dr. Carlos Saad de que deveria haver um uníssono, uma união, uma coesão. Então, entristecidos, nós nos retiramos da Abert, porque fomos absolutamente contrários a essa filosofia, a esse esqueleto do projeto de financiamento que foi apresentado.

O setor precisa de investimentos. As quatro redes, a Rede TV, a Rede Bandeirantes, o SBT e a Rede Record, detêm hoje 50% da audiência brasileira, desde o momento em que o televisor é ligado até quando é desligado, e dispõem de menos dinheiro do que lhes caberia. Então, sim, é muito importante termos investimentos, mas essa linha de financiamento não deve ser exaurida para o pagamento de dívidas, mormente como trata o projeto, estabelecendo até determinados percentuais: cada empresa pode tirar no máximo até 33%. Como é isso? Quantas empresas de radiodifusão existem no País? E de mídia impressa? Então vamos estabelecer um centésimo, um ducentésimo para cada uma. Qual é o critério? É de quem é maior? Não necessariamente. Pode ser o critério de quem está se desenvolvendo.

Então fomos e somos radicalmente contra. O setor precisa de financiamento. Nenhum setor do Brasil dispensa o financiamento. A economia, como todos sabem, particularmente no que se refere à televisão, viveu um momento de estagnação, porque uma das primeiras coisas que se cortam é a verba de propaganda. Se o sujeito está vendendo menos, o que o sujeito corta em primeiro lugar? A verba de propaganda. Nós, realmente, as empresas, tivemos um 2003 muito difícil. Esperamos ter lucro em 2004, mas o ano também continua difícil.

Essa questão tem que ser muito debatida. Prevalecerá o bom senso de haver financiamento e, se houver, de o dinheiro não ir para pagamento de dívida. O dinheiro do Erário, o dinheiro do brasileiro, não deve parar na mão dos banqueiros internacionais.

Essa é a nossa posição, que expusemos ao setor e que hoje expomos a V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Dr. Marcelo Carvalho Fragalli.

Concedo a palavra ao Dr. Evandro Guimarães, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, Senador Roberto Saturnino, que foram os ilustres Senadores que nos fizeram o convite, agradecemos a oportunidade.

Trouxe uma apresentação e confesso a V. ExªS. Exª que não poderei percorrê-la imbuído do espírito de convocação dos Senadores em geral, particularmente da Comissão de Educação, que é a casa da comunicação social brasileira – onde estive várias vezes, conhecendo de perto um dos melhores quadros Parlamentares do Brasil, que é o Senador Osmar Dias e a persistente, consistente e combativa posição do Senador Roberto Saturnino. Porém, deixarei a apresentação em poder da Comissão para, eventualmente, ser entregue aos Srs. Senadores.

Com minha apresentação, pretendia, de maneira resumida – se é que pode ser resumida –, trazer algumas informações sobre as quais o Jonnhy Saad já falou, mas eu pretendia trazê-las com dados mais consistentes. Deixarei esse roteiro de informações para V. Exªs.

Minha empresa foi muito provocada como uma empresa que tem dívidas e que quer o dinheiro do BNDES para pagá-las. Posso tranqüilizar V. Exªs, os telespectadores, os executivos, as 117 emissoras que compõem a nossa rede que nós não estamos, absolutamente, contando com o dinheiro do BNDES para pagar dívida. Estamos contando com a nossa competência, que completará 40 anos de reconhecimento. Um conjunto de empresas compõe as Organizações Globo e, particularmente, a TV Globo. Estamos contan-

do com um conjunto de recursos, talento, transpiração para pagar dívida. Vamos pagar nossa dívida. Todos os credores, que se constituíram em um comitê, entenderam isso. E está indo, absolutamente, bem para o tamanho da nossa empresa o encaminhamento de um requacionamento espacial da reestruturação da dívida financeira da TV Globo.

Para não entrar em algumas provocações, vou ilustrar um pouco o que concordo, que foi a palavra do Johnny Saad. Os meios de comunicação social brasileiros são absolutamente fundamentais para a Federação, para a integração nacional, para preservação do idioma nacional, para o entendimento da Federação como ela é. Esta é a Casa da Federação, onde os Estados são representados de maneira equânime. Estamos presentes, por meio de parcerias e franqueados, em todos os Estados brasileiros.

V. Exªs sabem – e foi um Senador desta Casa que disse, no plenário, recentemente, em homenagem feita ao fundador da Casa, quando vários Senadores discursaram e reafirmaram o orgulho que tinham por termos, no Brasil, uma empresa de comunicação social do porte da Globo, com a qualidade e os seus compromissos – que nós não estamos cuidando dessa questão com o objetivo de atender à dívida da TV Globo. Simplesmente, por razões técnicas, o BNDES é um dos mais equipados banco do mundo – e sabe-se do seu papel de banco de fomento – e parece estar fazendo exatamente o que todos falaram: procurando uma forma de atender, em um formato adequado, o setor de comunicação.

Lembro a V. Exªs que foi a Associação Nacional de Jornais, que congrega 95% da circulação dos jornais, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, com dois mil associados, a Associação Nacional de Editores de Revistas, que representa a quase totalidade de editores de revistas, foram essas três entidades que representam o conjunto das empresas de comunicação no Brasil que procuraram o BNDES para informar duas coisas: primeiro, as verbas publicitárias caíram até 40% se comparadas a 2000, em dólares, e a um pouco menos em valores reais, pela correção do IPCA.

É de conhecimento público – está no site do BNDES – que o Banco emprestou, financiou e fomentou os setores de eletricidade, gás e água com US$14 bilhões, equipamentos de transportes, com US$7,7 bilhões, agropecuária, com US$6,9 bilhões, telecomunicações, que não são comunicação social, de que estamos falando, com US$5,4 bilhões, alimentos e bebidas, com US$5,4 bilhões, metalurgia... Enfim, cerca de US$50 bilhões, só nesse período recente, foram aplicados por esse grande Banco de fomento, que faz a economia andar, nos diversos setores. E o setor de mídia foi excluído dessa condição.

A maturidade do setor de mídia é que lhe permitiu procurar o BNDES para dizer: somos um país continental, temos um único idioma, temos um atrativo fantástico, dado o mercado homogêneo de que dispomos, para grupos internacionais e, se é fator de integração nacional e da identidade brasileira a manutenção de grupos de comunicação social fortes, o que não exclui um conjunto grande de grupos pequenos e médios, essa questão tem que ser tratada estrategicamente.

Não pretendo fazer cortina de fumaça; esse é um dado da realidade. Vou deixar com o Presidente balanços das Organizações Globo, que acessa o mercado internacional há dez anos e que tem todos os seus balanços absolutamente publicados e disponíveis a qualquer cidadão, sendo que, inclusive, uma das empresas sobre a qual se fala com freqüência é uma das três únicas de nível dois na Bovespa que estabelece um sistema de governança corporativa. Portanto somos co-controladores, com os nossos demais associados, que são o BNDESPar, o Bradesco, a RBS, na administração de uma empresa que só escondeu a sua grande fortuna, que são 40 mil quilômetros de cabos enterrados em dutos e em postes pelo Brasil.

Para não cair na tentação de sair de um discurso ou de uma chamada de atenção, preciso lembrar aos senhores que a nossa empresa é vista de maneira diferenciada sim; ela é diferenciada no porte. Ela teve o objetivo de fazer, com qualidade e tenacidade, um produto que atendesse ao brasileiro e fosse exportado.

A única empresa brasileira de comunicação social que exporta para 100 países do mundo somos nós, a TV Globo, que produz 2.400 horas de teledramaturgia própria, empregando mais de cinco mil funcionários diretos; somos a única empresa que, no Brasil, produziu e investiu antecipadamente, desde os últimos dez ou doze anos, e se endividou por isso. Mas os Senadores da Comissão de Educação estão convidados para nos conhecer. Apostamos no País há alguns anos e investimos sim.

Temos o Projac, que é o maior centro de produções de teledramaturgia fora dos Estados Unidos, e que leva, para o brasileiro, programação de altíssima qualidade e exporta a imagem brasileira, hoje, para 130 países do mundo.

Temos um diferencial, apostamos no foco de produção de conteúdo nacional em várias mídias, estamos absolutamente interessados em que o conjunto do setor de comunicação social continue a entender que o brasileiro precisa de programação de alta qualidade, de programação jornalística independente, de

programação cultural brasileira exportável. Concordamos com que todo o setor se fortaleça.

Diria que há um pouco de jogo de palavras, especialmente em relação à questão concorrencial.

Se a empresa "a" tem dívidas, porque já fez investimentos, e se pretende pagar suas dívidas, porque se dispõe a permanecer e a continuar sendo uma grande empresa, como pretende pagar suas dívidas? É óbvio que ela terá que reduzir um pouco seu ritmo de investimentos. Se a empresa "b" não tem dívidas, poderá usar recursos para investimento e os concorrentes se aproximarão. Alguém que já investiu não mais poderá investir, porque terá que cumprir seus compromissos e alguém que não tem dívidas poderá se capitalizar, quer dizer, obter recursos para fazer investimento e se aproximar da concorrência. Isso é bem-vindo para o setor de comunicação, cujos protagonistas, imbuídos da preocupação de prestar cada vez o melhor serviço, devem trabalhar para obtermos deste bolo – que é o mais importante – de fomento e de desenvolvimento na economia brasileira, que é a única fonte de financiamento de juros a longo prazo. Que o setor todo esteja imbuído do alto objetivo de melhorar toda comunicação social brasileira e que a concorrência se faça dentro das regras, dentro da lei e com resultados absolutamente proclamados por aquele que é o nosso proprietário diário, que é o telespectador, o leitor do jornal, o leitor da revista, o radiouvinte, etc.

Minha convocação é de que o setor de comunicação social brasileiro é muito mais importante do que uma questão circunstancial que deve ser discutida, mas não devemos nos esquecer que transformar e criar dúvidas sobre uma decisão verdadeiramente soberana e nacional de um banco de fomento de valorizar o setor da comunicação social pode significar um arranhão na verdadeira necessidade, que é termos um setor de comunicação social com empresas fortes e capazes de, na globalização, oferecer aos nossos conterrâneos e ao mundo um pedaço da nossa cultura e da nossa capacidade de produzir conteúdos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Dr. Evandro Guimarães.

Passo a palavra para último convidado, Vice-Presidente do BNDES, Dr. Darc Costa, que também tem dez minutos.

O SR. DARC COSTA – Bom-dia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meus colegas de mesa que representam as diversas redes de TV no Brasil, minhas senhoras e meus senhores.

Inicialmente, agradeço pela possibilidade de o BNDES apresentar e tornar transparente uma questão que não é de governo, que não é do Estado; interessa à Oposição e ao Governo. Nessa condição aqui estamos. Dividirei minha apresentação em cinco pontos – tentarei fazê-la da forma mais rápida possível: a indústria de comunicação, o pleito, o papel do BNDES, a proposta em caráter genérico e uma conclusão.

Meus amigos, quando chegamos ao BNDES, no início de 2003, defrontamo-nos com as questões de mercado quando elas não são orientadas por um Estado, ou seja, as empresas nacionais num estado de fragmentação dos seus setores, numa concorrência cada vez mais alta, que caminhava para o conflito, porque concorrência tem como destino o conflito se não for monitorada e acompanhada. O mesmo acontecia com uma indústria que considerávamos profundamente estratégica, que é a indústria de comunicação.

Na verdade, a indústria de comunicação no Brasil, ou seja, a mídia, a comunicação brasileira e seus subsetores – as empresas que editam jornais e revistas, prestam serviços de radiodifusão ou de imagens e de som – estavam apresentando, nos últimos anos, de forma geral, um quadro crônico de crise financeira. Os senhores sabem disso. É sempre importante olharmos o passado; como já dizia Cícero, "a história é a mestra da vida", para não repetirmos mais esses erros. Esse setor foi formado por empresas que eram majoritariamente de gestão familiar, em função de restrições legais, como aqui foi comentado, que até pouco tempo obrigavam a que a propriedade das concessões fosse detida por pessoas físicas. Esses grupos apresentavam uma administração pouco transparente e privilegiavam os aspectos de desenvolvimento de conteúdo jornalístico e artístico em detrimento da gestão empresarial que privilegiasse as restrições financeiras e as práticas gerenciais modernas.

Além disso, a partir de 1995, o desenvolvimento de novas mídias eletrônicas e a transmissão de conteúdo televiso através da Internet e da TV por assinatura, por cabo e satélite, levaram as empresas em conjunto, com a expectativa de convergência de mídia, a investir nesses novos veículos como forma de proteger os seus negócios. Contudo as estimativas de crescimento desse negócio foram, em escala mundial, muito otimistas e refletiram, de certa forma, expectativas que respaldavam uma bolha especulativa em caráter mundial.

Aqui os investimentos realizados não lograram os resultados esperados e contribuíram para o excessivo endividamento de todo o setor. Os reflexos negativos sobre investimentos foram agravados ainda mais no caso brasileiro pelo fato de que a maior parcela dos recursos empregados nessa expansão tiveram a sua origem em financiamentos obtidos em moeda estrangeira. As desvalorizações cambiais expressivas, que ocorreram em 1999 e 2002, contribuíram em muito

para o crescimento da dívida. O endividamento total do setor é estimado em cerca de R$10 bilhões – estou falando em televisão, radiodifusão, jornais e revistas. Em decorrência, grandes grupos do setor tiveram sérias dificuldades em honrar seus compromissos financeiros, chegando a declarações unilaterais de moratória a partir de 2002.

O pleito foi nos encaminhado e já tínhamos a intenção de abrir nossas políticas operacionais para a indústria de comunicação, porque a considerávamos como algo profundamente estratégico, de interesse nacional. Talvez seja dos setores de maior interesse nacional, na medida em que é um órgão que estrutura o imaginário coletivo, formata o pensamento de uma sociedade. Considerávamos esse setor como estratégico e que era necessário preservá-lo, porque estaríamos preservando a identidade e a cultura nacional no mundo que se dizia globalizado. Sabemos que esse setor é fundamental para levar a periferia para o centro, por isso o tratamos como estratégico.

Todos os senhores sabem que esse setor é uma peça fundamental para a constituição de um projeto nacional. Tudo isso explica porque nós lhe dávamos uma importância que elegia para receber do BNDES a atenção que não tinha tido até aquela época.

Fomos, um dia, procurados pela Associação Nacional de Jornais – ANJ, pela ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, e pela ANER – Associação Nacional de Editoras de Revistas, que haviam contratado uma empresa, a MS e CR2 Finanças Corporativas, para realizar um estudo sobre a situação do setor e desenvolver propostas de programas de fortalecimento das empresas do setor de comunicação para a apresentação ao BNDES. E nós dissemos: podem apresentar a proposta. Lembrem-se de que a entidade BNDES – dissemos nós, Presidente, Vice-Presidente e Diretoria, para eles – não recebe prato feito; esta entidade tem um corpo de análise capaz de se debruçar sobre qualquer questão nacional e de ter a sua própria proposta.

Mas o diálogo é importante, e a Dª Maria Silvia e os seus companheiros de diretoria dessa empresa estiveram conosco, discutindo uma série de proposições a respeito do tratamento que deveríamos dar ao setor.

É evidente que as propostas que hoje existem no BNDES resultaram da nossa decisão técnica de ajudar o setor, e elas estão agora expostas neste ambiente para serem discutidas pelos senhores. Como disse no início do meu discurso, esta não é uma questão de governo nem de oposição, e sim uma questão de Estado, por isso esta é a Casa apropriada, porque aqui se discutem as grandes questões de Estado.

Assim sendo, resolvemos abordar essa questão – e me refiro à proposta genérica – por três vieses. Temos um programa que aborda três questões: primeiro, a necessidade de investimentos. Esse setor, como foi mencionado aqui, necessita de novos investimentos, em especial, porque, por exemplo, no ramo da televisão, estamos à beira de uma ruptura tecnológica. Agora teremos televisão digital e devemos nos engajar nisso. É do nosso interesse que empresas se constituam no Brasil para fornecer equipamentos dessa nova forma de mídia. Então esse seria o primeiro ponto dos investimentos.

Outra questão que se apresenta de forma clara para nós é o problema do papel, que tem grande composição no custo dos jornais, pois as linhas de financiamento internacionais foram erodidas na crise de 2002 e não se reabilitaram até hoje. Seria necessário criarmos condições para que jornais e revistas tivessem acesso ao papel, em especial ao papel nacional. Se constituirmos uma indústria de celulose no Brasil, nada nos impede de ter uma grande indústria de papel que poderia atender a essas necessidades.

E a questão debatida aqui, referente à reestruturação. Por quê? Porque é necessário recompor, não só no setor televisivo, mas também no setor da mídia impressa, a situação econômica dos grandes grupos nacionais.

Se quisermos ter uma sociedade estruturada, não podemos prescindir de meios de comunicação democráticos e articulados com essa sociedade.

Era isso o que eu tinha a dizer aos senhores. Peço escusas porque às 12h20min terei que sair, porque tenho um almoço marcado com um governador de estado ao qual não poderei faltar.

Se tiver que sair daqui, tenho um representante muito mais habilitado do que eu para falar desse assunto, porque sou Vice-Presidente, analiso as questões no geral. Refiro-me ao Dr. Alan Fischer, que está presente. Ele é o Gerente da área de telecomunicações que cuidou da questão da mídia e está muito mais habilitado do que eu para responder as questões dos senhores Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço a todos os convidados que cumpriram rigorosamente o tempo, permitindo, dessa forma, que os Senadores se manifestem.

Proponho – se o Plenário aceitar – adotar o mesmo procedimento de ontem: três Senadores, em seqüência, farão a sua indagação e depois passaremos a palavra ao convidado provocado a responder a alguma questão.

Todos estão de acordo?

Começarei, fazendo a minha indagação, porque sou autor do requerimento, junto com o Senador Roberto Saturnino, em três minutos, como todos deverão fazer, para cumprirmos o prazo.

Primeiro, devo dizer que considero estratégico o setor de comunicação social. Ele é importante para o País, para a soberania nacional e para a construção de uma verdadeira nação. Também desejo um setor de comunicação forte, com uma programação educacional e cultural de conteúdo rico, por isso também concordo que o setor tenha apoio do Governo e da sociedade.

Mas li um acórdão que foi encaminhado ao Senado pelo Tribunal de Contas da União, que, no seu antepenúltimo parágrafo, diz o seguinte:

Determinar à Diretoria do BNDES que doravante observe com rigor as normas operacionais da instituição financeira, em especial as cláusulas e condições dos protocolos que firmar antes de efetivar a liberação de quaisquer recursos financeiros ou renegociação de créditos e direitos, com vistas a não pôr em risco os capitais públicos.

Esse é o alerta do TCU ao BNDES em função do empréstimo feito à NET Serviços de Comunicações S/A, ex-Globo Cabo. Quer dizer, há um alerta do TCU e o Senado Federal tem como uma de suas atribuições fiscalizar os atos do Executivo e a aplicação dos recursos públicos. Portanto justifica-se a nossa preocupação.

Dirijo ao Vice-Presidente do BNDES as questões a seguir: primeiro, a operação que está em andamento ou em negociação se enquadra nas normas operacionais? Ou seja, existe uma linha de crédito dentro do BNDES que atende às mesmas condições da linha de crédito ou do financiamento que será concedido ao setor? Se existe, significa que outros setores da economia brasileira podem também financiar da mesma forma. Se não existe, se vai ser criada uma linha de crédito para atender a essa demanda específica, essa linha de crédito será ampliada para outros setores da atividade econômica brasileira, ou seja, o agronegócio, a agroindústria, a indústria, as empresas de serviço; enfim, outros segmentos terão a mesma condição dada a esse setor?

O financiamento será para pagamento da dívida das empresas ou será para modernização e investimentos que está a exigir o próprio mercado? Quer dizer, é linha de crédito para pagar dívida, para capital de giro ou para investimento e modernização do setor?

Qual o prazo, a carência e o custo deste financiamento que está sendo projetado pelo BNDES? São as perguntas que faço.

Imediatamente, passo a palavra para o Senador Roberto Saturnino, co-autor do requerimento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Convidados, vou começar fazendo um reparo às expressões que praticamente todos usaram aqui, exceto o Dr. Darc, que, no meu ponto de vista, disse muito bem que esta é uma questão de Estado, não uma questão simplesmente econômica. A meu juízo, o antigo BNDE é a instituição financiadora de um projeto nacional de desenvolvimento. Quer dizer, não é um banco de fomento econômico. Essa foi a primeira visão do então BNDE, que produziu erros.

Lembro perfeitamente de ter participado, na década de 50, de um grande debate interno. Eu era um jovem engenheiro daquela instituição e se discutia se o banco deveria participar da questão social, financiar a educação, por exemplo. E o corpo técnico do banco foi quase que por unanimidade contrário: "Temos que ser um banco econômico, de fomento econômico". Foi um erro. O tempo mostrou que a concepção de desenvolvimento é mais ampla do que o estritamente econômico. Depois, o banco reparou isso, colocando o "s" e se transformando no Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, que hoje, na minha opinião, está corrigindo este segundo erro, porque está querendo incorporar a questão cultural, política, de cidadania, de soberania e de formação da identidade nacional.

Como vai fazê-lo? Financiando, por exemplo, o fortalecimento, a solidificação de um setor de comunicações.

Divergindo um pouco do nosso Presidente, ao financiar um projeto de desenvolvimento, o banco tem que dar prioridade àqueles setores estratégicos na formulação desse plano de desenvolvimento nacional que engloba o social e o cultural. Quer dizer, não pode tratar igualmente todos os setores, porque senão não haveria recurso. O banco tem que tratar prioritariamente e com condições especiais aqueles setores que identifica como mais importantes. Penso que o setor de telecomunicações é absolutamente essencial, constitui a base de formação da cultura nacional, da soberania, da imagem própria do País.

Fui a favor da elisão daquela obrigatoriedade de ser pessoa física, pois não tinha sentido. Quanto à abertura de capital ao ingresso estrangeiro, fui contra, mesmo com a limitação de 30%, porque a minha preocupação era exatamente que uma emissora em dificuldades pudesse vender a sua dívida, ainda que fosse de 30%, a um grande grupo estrangeiro e é claro que a influência desse grupo estrangeiro, ainda que com uma participação minoritária seria muito importante. E eu queria, de toda forma, evitar isso. Entendo que, como essa operação é nova – realmente o banco

nunca financiou o setor de comunicações –, tem que ser bem discutida e transparente.

Espero que esta reunião seja a primeira de uma série de encontros que teremos para mostrar à opinião pública que essa decisão não será subterrânea, mas clara. Espero que o BNDES cumpra o papel que lhe é peculiar de ser a entidade financiadora de um grande projeto de desenvolvimento nacional que engloba tudo, inclusive a questão da imagem nacional. Assim hoje está se dedicando ao cinema e aos órgãos de comunicação, que são essenciais nessa visão maior do que seja um projeto nacional.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Roberto Saturnino, faço apenas uma observação: não há divergência entre nossas posições. Também entendo que o BNDES tem que priorizar, mas deve priorizar alguns setores e não apenas um. Fui claro: esse é um setor importantíssimo e deve ter prioridade. Apenas não concordo que se faça o que quiser com o dinheiro público. Empresta e coloca onde quiser. Com isso, não concordo.

Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Convidados, Srªs e Srs. Senadores, entendo que esse convite aos senhores representantes das emissoras de televisão é muito apropriado.

Na verdade, com a complementação da proposta do Presidente Osmar Dias de ouvir também a mídia impressa, estamos falando de um setor da economia nacional que emprega meio milhão de brasileiros. Essa é a minha principal preocupação. Talvez, como Senador da República, eu esteja muito preocupado com o profissional da comunicação. Evidentemente, estando preocupado com o profissional, preocupo-me também com as empresas. Sobretudo, devo enfocar, nesse sentido, a minha preocupação no meio milhão de brasileiros que trabalham no setor de mídia, no rádio, no jornal, na televisão, em todos os setores. Se nós não salvarmos as empresas, que são poucas, não poderemos fazer absolutamente nada pelos profissionais da comunicação, que são muitos. Essa é basicamente a minha proposição.

Tenho que me ater a algumas situações, porque acompanhei detalhadamente o pronunciamento de cada qual dos convidados e fiquei muito especialmente feliz com o do Sr. João Carlos Saad, que é de uma clareza cristalina, ao deixar muito claro que essa é uma indústria estratégica da qual não podemos abrir mão. E mais, devemos nos unir.

Estou vendo, lamentavelmente, uma desunião. Por mais que o banco informe que está apenas fazendo um estudo com seus técnicos competentes sobre uma proposta de entidades do setor, parece-me que estão todos preocupados em saber como o empréstimo do BNDES vai saldar dívidas.

Ora, há empresas de comunicação no Brasil que devem R$200 milhões ao INSS. Há empresas que fizeram rescalonamento de dívidas com o INSS em cem anos. Isto não é financiamento? Qual é a empresa de comunicação que se salva de não ter feito no passado, no presente ou está para fazer o refinanciamento de suas dívidas sociais? Esse sim é o dinheiro do trabalhador que está em jogo. Essa história de que vai ou não pagar a dívida é um problema para o banco decidir. O banco tem competência suficiente para saber se deve ou não emprestar para uma empresa, se ela pode ou não pagar a dívida que irá assumir.

Tenho três perguntas, Sr. Presidente. Fiquei preocupado com uma posição do Sr. Marcelo Fragalli, quando diz que, para pagar dívida, o banco repassa direto, para investimento o banco exige um banco repassador. Gostaria que o Dr. Darc Costa respondesse, pois, se isso é verdade, é grave.

Outra coisa. A Rede Globo está presente em 70 países. Na verdade, possui 80% do mercado publicitário nacional. Não podemos nos esquecer de que, quando ligamos a televisão, podemos ver publicidade na Fox, na Cartoon, na Discovery, na TNT, na NG, na Fox Kids, todas empresas estrangeiras também participando do mercado publicitário, que está encolhendo. Não porque uma empresa tem muito a oferecer, mas porque existem muitas empresas estrangeiras disputando o mesmo mercado. A verba de publicidade está encolhendo. Os supermercados estão cada dia mais exigindo verba publicitária em cima das próprias emissoras de televisão, dos jornais, etc. Se eu fosse os senhores, estaria preocupado com algo denominado G3, que é o que vai acontecer daqui a um, dois anos, quando as empresas de telefonia, todas multinacionais, estrangeiras, que investiram milhões e milhões de dólares e compraram a preço de banana nossas empresas de comunicação, estarão simplesmente transmitindo televisão por celular, por intermédio de transmissão seqüenciada de imagens. Cada uma se transforma em uma emissora de televisão que pode fazer anúncio em seu celular. E elas disputaram por acaso uma licitação por esses canais? Não. Não disputaram. São canais gratuitos de televisão que estão sendo fornecidos, de graça, às emissoras de telefonia internacionais que estão aqui.

Pergunto, então, ao Dr. Evandro. A Rede Globo possui hoje um patrimônio extraordinário. A marca Globo é capaz de representar 50% de todo o mercado de televisão no Brasil no mercado internacional. A Globo tem autorização constitucional de vender 30% de suas

ações e pagar a dívida que quiser. Por que não vende? Por que não faz a venda e resolve o problema? Não sei qual será sua resposta. Mas, se fizer isso, não conta com meu apoio, porque votei contra inclusive a mais de 30% para qualquer participação estrangeira no mercado de comunicação brasileiro, porque, se levantar o dedo para vender, vem correndo de fora os investidores, principalmente o Sr. Murdock, que chega aqui e compra tudo. Não deixa nenhuma para os brasileiros. Essa é a preocupação maior que tenho. Portanto, faço a pergunta para o Dr. Darc Costa.

Sr. Presidente, para encerrar, o Dr. Darc Costa deixou muito claro que essa indústria não é apenas estratégica. É profundamente estratégica. Gostei do termo "profundamente estratégica" do Dr. Darc Costa. É o que penso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Passo a palavra ao Dr. Darc Costa, que responderá às indagações feitas. Senador Hélio Costa, V. Exª perguntou ao Dr. Marcelo Fragalli e ao Dr. Evandro...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Ao Dr. Evandro. Perguntei ao Dr. Darc Costa se a afirmação do Dr. Marcelo Fragalli está correta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Assim sendo, falando pelo BNDES, o Dr. Darc Costa.

O SR. DARC COSTA – Inicialmente, gostaria de tranqüilizar V. Exª, Sr. Presidente, com respeito à sua posição de não deixar que se faça o que queira com dinheiro público. Quero que V. Exª saiba que o BNDES – sou funcionário de carreira do BNDES, não falo pela Diretoria, mas pelo corpo técnico – nunca deixou e nunca deixará que se faça o que quer com dinheiro público. Somos funcionário do Estado. Quero que V. Exª guarde isso, que é importante, pois o BNDES é uma entidade que há 50 anos, V. Exª sabe disso, segue os parâmetros técnicos de forma objetiva. Dentro desses parâmetros técnicos estão as políticas operacionais. E digo que políticas operacionais fazemos para dizer "não": "Não. Esse setor não nos interessa, porque não é estratégico". Políticas operacionais são feitas não para dizer "sim", mas para dizer "não".

No caso, quando colocamos comunicação é porque esse setor nos interessa, e colocamos agora. Não havíamos colocado antes porque sabíamos que o setor privado tinha condições de conduzir o setor, como vinha conduzindo nos últimos 50 anos.

Mas agora, vemos que há uma crise, e o papel do BNDES é este: zelar, como disse o Senador, por um projeto nacional de desenvolvimento. E esse setor passou a ser profundamente estratégico para o projeto nacional de desenvolvimento.

Nós temos a oportunidade de também, além das políticas operacionais, estabelecer, por dentro das políticas operacionais, por que elas assim são concebidas, programas setoriais. Setores que merecem um tratamento específico recebem programas setoriais, que são mais do que o não dizer não. Mas dizer "venham porque estamos dispostos a apoiar".

E isso nós pretendemos trazer para esse setor. Por isso estamos estudando esse setor. E não só esse. Há vários outros setores com o que estamos profundamente preocupados, setores esses em que existe uma predominância clara da empresa nacional, porque onde existe uma predominância de empresas que não são empresas nacionais de capital brasileiro, são empresas nacionais de capital estrangeiro, existe muito mais estruturação dos mercados do que nos setores nacionais. Existe muito mais estruturação dos mercados do que nos setores nacionais; existe muito mais um mercado compartilhado e acordado do que naqueles em que existem só os setores nacionais. Exemplifico: o setor aéreo, o setor de telecomunicações.

Os senhores sabem disso porque acompanham os casos aqui. O nosso papel é dar às empresas nacionais de capital nacional condições de se fortalecerem e de serem competitivas em um mundo que não é tão fácil como o discurso da globalização coloca.

Pagamento da dívida ou a questão do investimento. Foi algo que o senhor colocou. A possibilidade de alocação de recursos, as empresas têm em função dos investimentos que fazem. Na verdade, é preciso entender que nenhum capitalismo funciona exclusivamente com capital próprio, com **equity**. O crédito é base sobre a qual o sistema capitalista avança. É preciso se entender isso. Na verdade, é o crédito que gera o investimento e é o investimento que gera a poupança. Economia nacional não é economia doméstica. Eu não preciso ter o dinheiro no bolso para fazer o investimento. Eu preciso ter crédito, porque se eu tiver crédito eu farei o investimento; fazendo o investimento aparecerá a poupança.

Foi com base nesse discurso, real e verdadeiro, que Keynes salvou o capitalismo. Essa é a base sobre a qual o sistema capitalista avança: o crédito. E nós somos a entidade que dá crédito no longo prazo no País. Temos de ter essa visão clara.

Quero que os senhores entendam que pagamento da dívida é também crédito. Entendam! "Eu acredito que ele pagará a dívida, por isso faço uma reestruturação financeira". Também é crédito.

Precisamos entender que crédito existe para investir ou para reestruturar financeiramente as empresas, porque nenhuma empresa existe por capital próprio. As empresas existem tendo no seu Balanço

o "Exigível". É a base do sistema capitalista e nós não vamos subverter a ordem, admitindo que faríamos o capitalismo só com o **equity**. Aliás, se tentarmos seremos muito mal sucedidos.

Agora, com respeito a sua pergunta, Senador, que considerei muito interessante porque me permite colocar as coisas nas suas verdadeiras grandezas, nós não faremos nenhuma operação direta para o setor da indústria de comunicação. Não o faremos por várias razões. Existe um elevado volume de dívida no setor; há renegociações de dívidas em curso, com credores nacionais e internacionais, o que tornaria muito complexa a nossa entrada nesse processo via uma participação direta. Além da conveniência de que as empresas do setor tenham independência do Governo.

Eu sou Estado nacional, mas represento um governo. Tenho consciência disso. Essas empresas têm de olhar o BNDES tendo-o como um órgão do Estado Nacional, sem ficar dependentes de uma benesse qualquer de governo. Isso tem que ser algo cristalino, claro. Por isso estamos aqui debatendo com os senhores, porque consideramos de fundamental importância que sejamos vistos como Estado nacional nesse caso, afinal a burocracia do banco é de concurso público, que faz carreira durante 35 anos com esse objetivo. Servimos aos governos, mas somos o Estado nacional. Os governos passam, mas o Estado nacional fica. Isso é importante, porque temos 50 anos ou mais.

Outra coisa é entender que faremos qualquer tipo de operação, seja operação de investimentos, inclusive com o cartão BNDES para as pequenas empresas, para comprar equipamentos, etc., operações de compra de papel para jornais ou para imprimir e escrever, o que também é um programa que ajuda as revistas nacionais – os senhores sabem como a tiragem das revistas caiu – e o programa de reestruturação financeira, só os faremos por intermédio de agentes financeiros, repassando os nossos próprios recursos. Não há operação direta para grupo algum. Quero deixar isso claro. O BNDES não está estruturando o seu programa assim.

Pode ser até que o Senado, nas suas discussões, chegue à conclusão de que é conveniente que se façam operações diretas. Discutiremos a questão e o faremos, porque respeitamos o Senado, uma vez que aqui vemos o Estado.

Era isso o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Comunico que a reunião está sendo gravada e depois ainda teremos as notas taquigráficas à disposição, felizmente, porque todos vão perceber que eu não disse que o BNDES faz o que quer com o dinheiro público. Eu disse que sou contra fazer o que se quiser com o dinheiro público.

O SR. DARC COSTA – Eu não disse isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Felizmente está gravado e escrito lá.

Respeito muito o BNDES e dou-lhe a importância devida para ter feito uma afirmação tão irreal quanto essa.

O SR. DARC COSTA – Senador, eu lhe disse que fique tranqüilo com respeito ao BNDES. Foi isso que eu disse ao senhor. Eu não disse para o senhor ficar totalmente tranqüilo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu estou tranqüilo, inclusive em relação ao que o senhor ouviu a respeito do que eu disse, porque está gravado e consta da nota taquigráfica que estará à disposição.

Senador Hélio Costa, V. Exª pediu a réplica? Temos que ouvir ainda os dois. Dr. Evandro, com a palavra.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Entendi explicitamente uma pergunta do Senador Hélio Costa sobre por que não vender 30% e também com relação ao valor daquilo que chamamos de intangível, aquilo que não está muito claramente expresso nos balanços, como o valor da marca. No caso de radiodifusão e de televisão aberta, o valor da marca, do acervo.

Há quase 40 anos, produzimos mais de 300 novelas e minisséries que exportamos para muitos países. Temos cerca de 250 mil fitas de entretenimento e jornalismo. Conhecemos o valor que não está expresso nesse balanço, aquilo que realmente, junto com os fluxos de caixa, acaba pilotando a avaliação e a concessão de crédito pelos agentes financeiros e investidores.

Preciso tentar responder diretamente usando um comentário indireto do Senador Saturnino.

Estive com S. Exª por dez vezes, tentando convencê-lo a aprovar a mudança do art. 222, que permitiu o ingresso de capitais estrangeiros, com ressalvas e salva-guardas que deixam a brasileiros a prioridade na produção e obrigatoriedade de gestão da empresa e da seleção da programação.

Nessa oportunidade, o Senador foi absolutamente coerente e contrário, embora em determinada votação tenha sido o único voto contrário ao se manifestar sobre isso.

Creio que não vendemos porque realmente a proposta dos principais grupos nacionais de comunicação, quando trabalharam pela emenda constitucional, era de que houvesse uma abertura, dada a estrutura atual do mercado mundial de capitais, mas também a salva-guarda para que a mídia continuasse

gerida, controlada, produzida, fortalecida e valorizada por brasileiros.

Isso ocorreu em relação às principais editoras e jornais do Brasil. Eu poderia citar jornais de vários estados dos Senadores presentes que têm a mesma posição que a nossa. Pretendemos não capitular. Quer dizer, essa hipótese de vender o nosso esforço, o nosso direito, a nossa independência em relação à produção cultural brasileira não está considerado. Só o será como um caso fatal.

Para responder diretamente ao Senador Hélio Costa, a TV Globo é um grupo que fatura alguns bilhões de reais por ano – os dados estão disponíveis, são públicos. Portanto o valor da marca, do acervo e de direito de uso da canalização de geradoras e transmissoras acompanham o valor total que o acervo, a audiência e o faturamento conferem a essa mesma marca. É uma relação direta de valores, o que também, Senador, facilita muito o nosso esforço para obter novos créditos com os nossos credores no alongamento da nossa dívida, como muito bem explicou o Dr. Darc, e facilita muito, quando precisar democratizar o capital, a venda de ações ao público, o que faremos dando preferência inicial ao mercado interno, de brasileiros que prestigiam com sua audiência todos os nossos veículos: impresso, escrito, etc. e tal. Essa é, portanto, minha resposta.

Se me permitir, Senador Osmar Dias, tento dizer que nos viciamos. Lá na empresa já produzimos Machado de Assis, Érico Veríssimo, Jorge Amado, Martins Pena, Bernardo Guimarães, Rachel de Queiroz, Lígia Fagundes Telles, Menotti Del Pichio, Joaquim Manoel de Macedo, Guimarães Rosa, Nelson Rodrigues, Mário de Andrade, Graciliano Ramos, José de Alencar, José Lins do Rego, José Cândido de Carvalho, João Cabral de Melo Neto, Ariano Suassuna, Luis Fernando Veríssimo, João Ubaldo, Monteiro Lobato, Vinícius de Morais, Lima Barreto, Clarice Lispector, Marcos Ribeiro, Marcos Rey, Roberto Drumond, Antonio Callado, Artur Azevedo, Dinah Silveira de Queiroz, Rubem Fonseca, e não vou me alongar. Já produzimos praticamente todos os nomes nacionais e regionais que têm peso na literatura brasileira. É por isso que está no ar nosso orgulho de produzir conteúdo nacional. Talvez tenhamos nos viciado e só vamos olhar para uma eventual participação e convivência com conteúdo estrangeiro quando realmente a tentativa de percorrer caminhos para saldar nosso compromisso já tenha se mostrado frustrada. Viciamo-nos em trabalhar com brasileiros para brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Passo a palavra ao Dr. Marcelo.

Peço que obedeçam o tempo, porque senão vamos atrasar muito e os outros Senadores não terão tempo para usar da palavra.

O SR. MARCELO FRAGALLI – Três pontos-chave.

Primeiro ponto-chave: o trabalho feito pela Consultoria MS e entregue ao BNDES é quem diz que para pagamento de dívida o empréstimo é direto e, para investimento, o empréstimo é indireto.

Segunda observação: esse trabalho que foi entregue em nome da Abert; não foi endossado ou submetido previamente à Rede Record de Televisão ou à Rede TV, motivo pelo qual nos desligamos da Abert, porque somos contrários ao trabalho.

Terceiro ponto. Está resolvida a questão, é simplíssima. Ora, se o dinheiro é só indireto, então quem está endividado já recebeu o dinheiro, porque o agente repassador é o banco credor. É lógico. Então quem tem a dívida e quer o seu pagamento recebeu o dinheiro. Agora, quem precisa de investimento não recebeu o dinheiro, porque, repito: qual é o banco repassador e qual é a garantia para investimento de um setor com essa contingência, com essa dificuldade que o senhor apontou?

A publicidade no setor a cabo, até esse monopólio, essa concentração, uma série de coisas. A publicidade no setor a cabo é evidente. O Ted Turner, há seis anos, protagonizou a campanha **Advertising The Right to Choose**. Ele ia na televisão e dizia: a televisão a cabo tem que ter anúncio sim. Então, com toda essa pulverização, está resolvida a questão. Quem está endividado, quem precisa do dinheiro para pagar a dívida existente? O banco repassador é o próprio banco credor. É evidente, está resolvida a questão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

E quem precisa do dinheiro para investimento vai ter que se virar para encontrar um banco repassador. Não sei à porta de quem vai bater. É evidente. É simples.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concluímos aqui as três primeiras manifestações dos Senadores. Ficou sem resposta a minha indagação: se é uma linha de crédito nova, se é só para esse setor, ou se outros setores poderão obtê-la também. Em segundo, as condições de prazo, carência e custo. Essas duas perguntas ficaram sem resposta.

Vou passar a palavra aos outros Senadores. Peço ao representante do BNDES que, se puder, na próxima interpelação... Tenho direito à réplica. Já a estou fazendo, então.

Concedo a palavra ao Dr. Darc.

O SR. DARC COSTA – Essa linha de crédito que está sendo imaginada é para o setor da indústria de

comunicação. Não será para outros setores. Para outros setores tenho que gerar fundos específicos, como estou fazendo, por exemplo, para o setor de aviação civil. Cada um com as suas circunstâncias. Não posso tratar coisas desiguais de forma igual, logo não posso ter o mesmo programa para outros setores.

As condições de investimentos são as condições normais das políticas operacionais do BNDES. Com relação a papel, as condições também estão nas políticas operacionais do BNDES.

Quanto à reestruturação, ainda estamos discutindo. O custo será maior do que a operação para investimento, evidentemente. Isso responde, de certa forma, à pergunta de V. Exª. O que vai diferenciar o investimento da reestruturação é que esta terá um custo um pouco maior, ou maior do que o investimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Os próximos três Senadores serão Sérgio Cabral, Gerson Camata e Aelton Freitas.

Fiz uma inversão sem sua autorização. Creio que V. Exª tem um compromisso. Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral e agradeço ao Senador Gerson Camata pela compreensão.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª e ao Senador Gerson Camata.

De fato, simultaneamente, temos a reunião da CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Fui convocado para votar os destaques.

Cada vez que o Dr. Darc vem a esta Casa fico mais tranqüilo. Cada vez que o Presidente Carlos Lessa vem a esta Casa fico mais tranqüilo, porque sei que o BNDES, o banco mais importante de fomento da América Latina, um dos bancos mais importantes do mundo, está em boas mãos. Falo do seu corpo técnico, fundamentalmente. O Dr. Darc faz parte, assim como o Senador Saturnino Braga. Falo do corpo técnico por sua qualificação, por seu compromisso com o País e pela atual gestão do BNDES.

O BNDES, ao longo dos seus cinqüenta anos, envolveu-se – e é do mercado, por mais que haja essa preocupação – com operações que não foram tão vantajosas para o País nem para o banco. Para citar operações recentes, dos últimos dez anos, há dois casos: um de êxito e o outro problemático. O de êxito é do setor da telefonia. O banco envolveu-se no estímulo ao programa de privatização e houve resultados. De fato, o brasileiro beneficiou-se com o programa de privatização do sistema de telefonia deste País. Pode haver uma crítica aqui, outra acolá, mais melhorou muito, sobretudo para o cidadão. Melhorou para a concorrência, para o setor publicitário, para as emissoras, para os jornais. Fez bem para todos esses programas. Houve um ajuste aqui, um erro lá. O fato é que foi bom.

Já o setor elétrico foi "micado". É um setor com enormes dificuldades. Debatemos aqui mesmo, com a presença do Dr. Darc e do Dr. Carlos Lessa, a questão do empréstimo e da solução do grave caso de São Paulo com a Eletropaulo e com a AES. E agora, recentemente a Cemig. Está nos jornais de hoje.

O outro mico grave, para usar uma expressão do mercado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Exª perdoe-me, mas não é a Cemig. É a AES a empresa americana que não pagou.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Exatamente. A mineiridade do Senador Hélio Costa chama a atenção para o culpado, que é de fato a empresa americana. Isso é do mercado.

Fico feliz pelo que foi dito aqui por nós, Senadores, sobretudo pela Mesa e pelo Dr. Darc, sobre a questão estratégica do setor de comunicação do País. Sou jornalista, e vários dos meus colegas que se formaram comigo estão desempregados. Há um problema grave nesse setor. Vários cinegrafistas, auxiliares de câmera, iluminadores, editores, profissionais estão desempregados. No setor de audiovisual, no setor impresso, revistas, jornais... Isso é muito grave, fundamentalmente por estarem desempregados, e o Senador Hélio Costa chamou atenção para isso, pois são meio milhão de trabalhadores nessa área no Brasil, como pelo sentido que não é conjuntural, mas estratégico, do País, que é o sentido de brasilidade, de identidade nacional.

E penso que, como Senadores, devemos apoiar essa iniciativa do BNDES. Do ponto de vista técnico, o que é dívida, o que é investimento, vai ser resolvido pelo BNDES. Oxalá todas as emissoras invistam mais em produção nacional, em qualidade, nos seus departamentos jornalísticos! E vejo isso acontecendo, vejo a TV Globo cada vez mais investindo em produção nacional, em fazer produção de boa qualidade, tanto no jornalismo quanto no entretenimento. Vejo o SBT investindo. Estive lá e me encantei com as novas instalações do SBT, em São Paulo, pela qualificação dos seus profissionais, pelo desejo de se investir mais na produção nacional. A Rede Record vem num crescimento fantástico, investindo em produção nacional, em profissionais do jornalismo, e isso é muito bom. A Bandeirantes tem mantido uma tradição da família Saad, enfrentando várias crises e superando-as com muita competência. E, recentemente, a Rede TV, que, com muita coragem, assumiu o grave problema da TV Manchete. Tenho acompanhado os seus profissionais darem a volta por cima e se estabelecerem como uma rede nacional com competência. Está faltando

aqui a CNT, que também merece todo o estímulo ao crescimento.

Então ninguém aqui é contra a competitividade, contra o mercado. Como Senadores, não temos que defender a empresa A, B, C ou D, e sim que o BNDES estabeleça uma linha de crédito específico. É um setor estratégico. É assim que a Europa e os Estados Unidos agem e é assim que temos que agir.

Estivemos recentemente com o Dr. Darc, na Comissão de Assuntos Econômicos, discutindo a questão da aviação civil e fiquei muito feliz também com a visão do BNDES quanto ao setor que é estratégico, importante, guardadas as suas características, não permitindo um controle absoluto, enfim, permitindo a competição, a salvação de empresas com tradição no mercado, porque não se pode, e o País tem essa mania, dar as costas para a tradição, para o que já foi acumulado.

O BNDES tem exatamente esse papel. E, no setor de comunicação, há eficiência e qualidade. Temos que superar esse momento conjuntural que aflige as televisões, as rádios, os jornais, as revistas, como disse muito bem o Dr. Darc, separando o Estado do Governo. Isso não é para ser instrumentalizado para o Governo A, B ou C. E fico feliz pelo Dr. Darc estar aqui, afirmando uma posição de Governo, de que essa é uma posição do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Sr. Presidente, inicialmente, gostaria de cumprimentar todos os diretores e proprietários de estações de televisão brasileiras que aqui estão. Na verdade, os brasileiros devem-se orgulhar da televisão que têm. Antigamente, quando viajávamos é que víamos como a televisão brasileira é boa. E, hoje, pela TV a cabo, vemos a TV espanhola, a TV italiana, a RAI, as TVs francesa e portuguesa; não precisamos nem sair de casa para ver por que a televisão brasileira aberta é tão boa.

E as dificuldades que a TV por assinatura enfrenta no Brasil advêm do fato de a TV aberta no Brasil ser tão boa que até quem assina usa mais a assinatura para ver a TV aberta brasileira do que as próprias estações de TV a cabo. Então os senhores merecem a homenagem do Congresso brasileiro pelo trabalho que realizaram, pela exportação de programas, pela exportação de idéias e criação. Realmente, é um setor que mostra uma imagem bem positiva do Brasil fora daqui e que não pode perder, portanto, essa qualidade. Pelo contrário, tem que avançar, porque os outros também avançam.

Se observarmos, é um setor que lutou com extrema dificuldade. Observo que apenas duas famílias são as originais das estações concedidas: a família do Dr. João Saad e a família Marinho. O Sílvio Santos salvou os Diários Associados, que tiveram uma história bonita na televisão brasileira. O grupo ligado à Igreja Universal salvou a TV Record. E eu me lembro da TV Manchete, por exemplo – o Dr. Marcelo se lembra bem disso –, cujos funcionários vieram aqui. Eles queriam um comprador, senão iam para o olho da rua. Então essas duas famílias conseguiram manter, mas a crise mudou tanto assim? Se três ou quatro empresas já mudaram de mão e duas só permaneceram – imagino, pelo Brasil afora, quantas vezes isso não aconteceu nas coligadas e nas afiliadas –, significa que ocorreram crises e que essa crise quase é uma continuação da crise anterior.

Outra coisa que se deve observar é que nós estamos em uma época de crise. Quando percebi essa desunião das televisões entre o que seria de pagamento de dívida e o que seria de investimento, eu me preocupei. Mas o Dr. Darc Costa dimensionou muito bem a situação. Quer dizer, o capitalismo vive de crédito e qualquer aporte de capital é uma mensagem de crédito. Ele mencionou, na parte sobre que é um governo e o que é Estado, teórica e até filosoficamente, o que o Banco pretende.

Creio que devemos cumprimentar o Carlos Lessa pela indicação de um Vice-Presidente tão bem preparado, que nos deu uma aula sobre como o BNDES está procedendo no caso.

Nesta época de crise, conheço, por exemplo, empresa de jornal que quando por R$0,80 você comprava um dólar, investiu para comprar equipamento de jornal a longo prazo. Não foi a empresa que fez o dólar subir, mas as contingências econômicas num determinado momento do Brasil.

Quando se socorre essa empresa para que ela acerte essa situação da dívida que era em real e que está em dólar, na verdade, garantem-se-lhe novos investimentos pela frente, porque ela se aparelha, ajeita-se, investe mais e vai, aí sim, recuperar empregos.

E, de uma maneira diferente, quando o BNDES fez empréstimos para privatizar empresas brasileiras, na verdade ele não criou empregos novos, até perdemos empregos – a longo prazo, estamos recuperando velozmente esses empregos. Foram empréstimos, não deste Governo, mas do Governo passado, que diminuíram os empregos. Agora não, começa a recuperação de empregos e o Senador Sérgio Cabral falou sobre isso muito bem.

Então acredito que o caminho está bem apresentado pelo Dr. Darc Costa, é mais um setor que não

deve perder a oportunidade de se compor, de se unir. O Senador Hélio Costa disse isso muito bem. E nós, brasileiros, torcemos por essa união e pela manutenção dessa qualidade da qual tanto nos orgulhamos, que é qualidade das televisão aberta brasileira.

Não farei perguntas, porque elas já foram bem apresentadas aqui, mas quero cumprimentar a todos e também o BNDES, pela iniciativa.

A primeira vez, na educação, foi importante. Quando o BNDES entrou nas favelas de Vitória e as recuperou, foi a primeira vez, mas foi uma grande primeira vez. Quantos milhares de brasileiros paupérrimos hoje têm uma casa para morar porque o BNDES, em lugar de investir numa grande empresa ou de emprestar dinheiro para multinacional, foi lá na favela e fez alguma coisa de importante?

Meus cumprimentos ao BNDES e a todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

O Dr. Darc Costa já havia comunicado que precisaria se ausentar da reunião, mas o seu representante pode tomar o seu assento para que, se houver alguma indagação, fique à disposição dos Srs. Senadores.

Agradecemos o Dr. Darc Costa pela sua presença, pela forma objetiva com que expôs, por parte do BNDES, a situação aos Srs. Senadores. A nossa intenção é de realmente esclarecer essa operação, para que não pairem dúvidas. Se ela ocorrer, a sociedade brasileira ganhará, por intermédio do Senado Federal, a oportunidade de conhecer os detalhes.

Agradeço, então, a presença do Dr. Darc Costa.

O SR. DARC COSTA – Agradeço o Sr. Presidente, os companheiros da Mesa e os Senadores pela oportunidade que deram ao BNDES de tornar claro algo que é do interesse da sociedade brasileira. Esta Casa, mais uma vez, demonstra o seu espírito público ao permitir que, antes de lançarmos o programa, venhamos aqui e o discutamos de forma abrangente.

Peço escusas aos senhores, mas assumi um compromisso há mais de um mês. O Governador do Pará vem aqui e tenho um encontro com ele.

Passo a palavra, então, ao Dr. Alan Fischer, que é o gerente da área responsável por esse programa e que está muito mais habilitado a responder do que eu.

Muito obrigado aos senhores.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Dr. Sandoval pediu pela ordem, então vou passar a palavra a ele, porque o terceiro orador que havia feito inscrição, o Senador Aelton Freitas, não está presente no momento.

Então, passo a palavra ao Dr. Sandoval, que a pede pela ordem.

Comunico aos demais convidados que, se desejarem fazer alguma intervenção, é só pedir a palavra. Estamos aqui para ouvi-los.

Com a palavra o Dr. Sandoval.

O SR. SEBASTIÃO SANDOVAL – Senhores, quando tivemos a reunião, há um mês, com o Dr. Carlos Lessa, do BNDES, e o Dr. Darc, aqui presente, estávamos eu, representando o SBT, Record e Rede TV.

Naquele momento, o Presidente Lessa nos informou que havia um programa preparado, pronto, para financiamento, que era o reequacionamento da dívida das empresas de radiodifusão. Fui claro e disse apenas que ele não daria andamento ao programa que estava pronto, porque não tinha havido consenso, e isso através da mídia. E nós fizemos acontecer isso. A informação que nos chegava era de que estava pronto e ia acontecer sem que tomássemos conhecimento de como.

Então o Dr. Lessa nos disse que, em razão da bola dividida, remeteria o assunto aos seus superiores. O BNDES é subordinado ao Ministério do Desenvolvimento. Ele não citou quais superiores. Entendemos que seria o Planalto e que, pela importância do assunto, essa questão chegaria ao Presidente Lula.

Fizemos uma gestão, sim, Record, SBT e Rede TV, junto ao Ministro Gushiken, para que não acontecesse o que houve em 2002. Não importa quem era o gestor; era um banco excelente, com um corpo técnico fantástico, mas houve uma operação em 2002 que se mostrou desastrosa para o banco e saiu no relatório do TCU.

Parece-me que as coisas hoje são outras. Ficamos muito contentes, o Dennis, da Record, eu, Marcelo, quando o assunto foi apresentado nesta Casa. E agora estou tranqüilo.

Então sugiro, Sr. Presidente, que V. Exª peça, ou determine, que o BNDES remeta esse programa, que estava pronto. Esse programa é que vai dizer o que se pretendia fazer e o que já iam fazer, pela informação que tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos atender a sua solicitação. Vou solicitar ao BNDES que encaminhe à Comissão de Educação o formato do programa que está sendo criado para atender ao setor de comunicação.

Deve ficar claro que ninguém é contra que se atenda ao setor de comunicação, muito pelo contrário, somos todos favoráveis; só queremos saber de que forma isso será feito.

O SR. SEBASTIÃO SANDOVAL – Entendemos também, nós que somos do setor, que é preciso discutir, examinar a maneira como será feito. Somos estratégicos. Conto com o João Saad, meu amigo. Está

tudo bem. Só não queremos que a coisa seja feita para pagar dívida contraída por outras razões.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continuando, não houve perguntas nem do Senador Camata nem do Senador Sérgio Cabral.

O Dr. Marcelo Fragalli quer fazer uma observação. Passo a palavra a ele, depois ao Senador Capiberibe.

O SR. MARCELO FRAGALLI – Há muitas concordâncias, unanimidades, e algumas discordâncias.

Em primeiro lugar, ficamos felizes por saber que é unânime entre os senhores, como foi dito pelo banco, o potencial, o valor e a representatividade estratégica do setor.

É evidente que um setor, como disse o Dr. Evandro, que leva informação, entretenimento, cultura, diversão para lugares onde nem mesmo os mais básicos serviços estão presentes é estratégico. Estamos plenamente de acordo.

Ficamos muito felizes, Senador Saturnino, com o endosso do BNDES a uma colocação sua que é o enfoque do banco como desenvolvimentista social. Aliás, o "s" no final do nome do banco foi um bom indício dessa mudança de enfoque.

O Dr. Darc fez uma colocação que eu anotei e vou ler: nós devemos fazer com que as empresas de comunicação sejam fortes. E vou também reproduzir uma frase do Dr. Evandro, que também anotei, do seu pronunciamento. Ele disse o seguinte: se uma empresa tem uma dívida e não tem o financiamento para pagá-la, vai pegar o seu dinheiro para pagar ou reequacionar essa dívida.

Por outro lado, as empresas que não têm dívidas – como foi dito pelo Dr. Evandro – ou que têm dívidas menores vão usar o seu lucro, o seu faturamento para investir, e aí elas vão se aproximar.

Então gostaria que fosse registrado que já que o setor é tão estratégico e há consenso, estratégica é a pluralidade do setor. Se uma linha de crédito, por só haver o repasse indireto, em 90% dos casos será para pagar a dívida, na realidade, os beneficiários serão as empresas com grandes dívidas.

Estou raciocinando sob a égide do capitalismo keynesiano, brilhantemente apresentado pelo Vice-Presidente do BNDES. Comunico aos senhores que, keynesianamente, se se pegar uma linha do BNDES e for ao agente repassador para investir, se ele já não for seu credor, com a taxa de juros atual, ele não repassa.

Como disse o Dr. Sandoval, esperamos que esse projeto, uma vez que só vimos o estudo dessa empresa MS, de que discordamos, se torne disponível para que possamos analisá-lo e debatê-lo.

É importante que se tome cuidado, porque o setor estratégico há que se prezar pela sua pluralidade. Isso é bom para nós e ótimo para o Brasil.

Se o resultado dessa feliz entrada do BNDES no financiamento for apenas que as empresas com grandes dívidas tenham acesso a esse dinheiro, como disse o Dr. Evandro, elas vão usar o dinheiro do financiamento para pagar as suas dívidas e o dinheiro do seu faturamento para investir, mas as outras, evidentemente, não vão se aproximar, porque não vão receber o dinheiro do financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Dando seqüência, concedo a palavra ao Senador João Capiberibe e depois ao Senador Cristovam, que acaba de se inscrever. É claro que estamos falando sempre em setor estratégico, mas tem muita gente vendo, neste momento, a TV Senado e alguém pode pensar que só o setor de educação é estratégico. Há outros setores estratégicos também para a economia e para o desenvolvimento social do País.

Quando perguntei se os outros setores estratégicos serão contemplados com esse financiamento para pagamento de dívida, era essa a minha intenção.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Por falar em setor estratégico, Sr. Presidente, a comunicação social é um fator de unidade nacional. Num país continental da dimensão do Brasil, a comunicação manteve essa unidade da língua. O Brasil fala e o que muda é o sotaque de uma região para outra, mas a unidade da língua foi garantida pelo setor de comunicação. Só isso justificaria plenamente um programa de financiamento do BNDES.

Tenho uma preocupação, mas tenho a impressão de que teremos acesso a partir do programa que será enviado sobre como ficarão as empresas regionais. Sabemos que as empresas regionais têm imensas dificuldades de sobrevivência e muitas delas são tuteladas pelos governos regionais, não têm autonomia.

Esse é um momento importante, já que a transparência, como pudemos observar, está ampliando o consenso em torno do setor estratégico de comunicação e aqui vários Senadores de partidos diferentes se manifestaram de forma consensual em torno da necessidade, já que temos poupança, de financiar esse setor.

Vou fazer um pedido aos dirigentes da televisão brasileira, pois gostaria imensamente de assistir mais filmes brasileiros em horário nobre da televisão. É este o meu apelo: que o cinema brasileiro faça parte desse grande programa de financiamento e que haja uma grande parceria, porque o BNDES é um banco público e vai representar o desejo do público brasileiro de

podermos nos identificar culturalmente, como já fazemos hoje, ampliando de forma significativa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque e posteriormente ao Presidente da Record.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, tenho duas preocupações sobre as quais gostaria de escutar a resposta do BNDES, apesar de toda a minha simpatia de que setores estratégicos deste País sejam protegidos.

A primeira diz respeito ao fato de que esse empréstimo ocorre porque não foi possível no setor privado e, ao mesmo tempo, porque é estratégico, caso contrário não precisaríamos do BNDES. Isso quer dizer que o BNDES considera que o comportamento atual das empresas já é satisfatório do ponto de vista da estratégia nacional, que a simples sobrevivência basta ou o BNDES vai impor algumas condições adicionais como promoção da cultura nacional, envolvimento na educação. Haverá condicionantes nesse empréstimo feito pelo BNDES, já que é de forma especial? A análise de viabilidade é pública e levou em conta que, dado esse empréstimo, as empresas terão condições de, mediante a própria eficiência, não precisar mais desse apoio?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não há mais nenhum Senador inscrito. Passo a palavra, em primeiro lugar, porque já a havia solicitado, ao Dr. Dennis Munhoz, Presidente da Rádio e Televisão Record, e, depois, ao representante do BNDES.

O SR. DENNIS MUNHOZ – Srªs e Srs. Senadores, discutimos aqui estratégia do setor de comunicação. Creio que estamos chovendo no molhado. Todos sabem que é estratégico e importante.

Gostaríamos de frisar que o procedimento começou errado. Quando o projeto foi apresentado ao BNDES, tinha a chancela de Abert, ANR e Anerj, nós – digo isso como Vice-Presidente da Abert – e a Rede TV não tínhamos conhecimento. Soubemos apenas quando ele foi apresentado. Na última reunião da Abert, com a presença de todos os Vice-Presidentes, indagamos quem tinha conhecimento do teor do projeto. Nenhum Vice-Presidente de nenhuma emissora representada na Abert tinha conhecimento do projeto. A única pessoa que o conhecia era o Dr. Paulo, mesmo assim, algumas horas antes da apresentação junto ao BNDES.

Foi passada para a opinião pública uma inverdade. Não há unanimidade no setor, e sim discordância quanto àquilo. Não podemos nos calar quanto a isso. Tentou se impor à população que todos são unânimes em aceitar que isso resolve o problema da comunicação no Brasil. Estamos deixando claro que não concordamos com isso por questões fundamentais já explanadas aqui.

Assim como o Dr. Sandoval, também estou muito satisfeito com essa discussão. Tomara que ela continue, que a sociedade seja bem informada. A nossa posição é contrária, como creio que é a do SBT e da Rede TV, mas o mínimo que temos que fazer é o que está acontecendo agora e não como foi esse último empréstimo do BNDES, no final de 2002, sem a sociedade saber, sem haver esclarecimento. Muito pelo contrário, quando toda a opinião pública pensava que esse empréstimo não sairia – a voz corrente no mercado é que ele não iria acontecer –, ele saiu. Hoje, pelo menos, estamos sendo cuidadosos e zelosos com o erário público e vamos continuar atentos a isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Cristovam Buarque fez uma indagação. O representante do BNDES Alan Fischer tem a palavra para responder. O Senador João Capiberibe também havia feito uma indagação.

O SR. ALAN FISCHER – Boa-tarde a todos. Primeiro, gostaria de esclarecer algo em relação à proposta feita pela Abert, enfim, o pedido feito ao BNDES.

Vários setores e empresas, mais ou menos organizadamente, fazem pedidos ao BNDES, requerimentos de apoio, enfim, determinadas condições de apoio. O BNDES, como o Dr. Darc frisou, usamos desses pedidos como base de início de um estudo em que chegamos às conclusões sobre as necessidades e viabilidades de oferecer ou não determinados tipos de apoio.

Nesse caso específico, estamos fazendo um trabalho há alguns meses, a partir desse pedido inicial, mas não nos atendo a ele. Tivemos o cuidado de conversar com diversas empresas representativas do setor, não apenas de televisão, mas de revistas, jornais, rádios, enfim, para tentar formar uma base de conhecimento e oferecer ao setor um produto adequado às suas necessidades. Pelo menos, o máximo que conseguirmos.

O fato de esse pedido ter sido feito com ou não unanimidade de todos os membros de uma determinada associação ou com pedido específico ou não de determinadas empresas, no fundo, não faz muita diferença no que vai ser definido como programa de apoio. O BNDES escuta todos esses pedidos, essas necessidades e, técnica e principalmente de acordo com a política operacional, nada que vai ser oferecido pode estar fora da política operacional. Mesmo que houvesse esse desejo, o BNDES não consegue aprovar nada que não esteja previsto nas políticas operacionais. Isso vai ser feito. Acho que não precisa ter a preocupação

se o pedido é representativo ou não do setor como um todo. Quer dizer, o BNDES está tomando o cuidado de escutar o setor como um todo, cada empresa representativa e as suas necessidades, tentando fazer – isso vai ser apresentado conforme o pedido – uma forma de apoio que seja adequada ao setor.

Em relação às exigências, à cultura e a outras coisas que esse programa porventura faria, mais uma vez, temos de nos ater à política operacional. Então, especificamente exigências que não as gerais de empresa, em princípio, não podemos fazer. Não podemos exigir determinadas satisfações de condições não técnicas. Isso teria de envolver um debate muito grande que não está definido pelas políticas operacionais.

Então, vamos, sim, fazer exigências, obviamente. Qualquer financiamento que o BNDES faz, ele contém exigências, mas não necessariamente as exigências subjetivas em relação à cultura e a outras coisas. De qualquer maneira, talvez tenha havido um mal entendido em relação ao que o Dr. Lessa havia falado, ou seja, que o programa está totalmente definido. As linhas gerais dele estavam definidas - assim como o Dr. Darc ponderou -, as três linhas principais, os três programas principais: o investimento, o papel imprensa e a parte de refinanciamento ou de renegociação. As linhas mestras desses três programas estavam definidas, e ele vem continuamente sendo aprimorado em relação ao que o BNDES está auscultando do setor.

Assim, ele está realmente praticamente pronto. Nós o enviaremos, conforme o pedido, para discussão. Mas, vamos enviá-lo não como algo fechado. Quer dizer, ele tem as linhas mestras definidas, as condições de apoio que foram perguntadas quanto a prazo, taxas, etc são as condições que a política operacional prevê, de acordo com o importe de empresa, de acordo com taxas de risco, exatamente como consta na política operacional. Não há nada de diferente ou de especial nesse setor no que tange às condições. O que motivou a realização desse programa foi a impossibilidade de o BNDES atender, como já foi largamente colocado aqui, no passado, ao setor de comunicações como um todo, e a partir da nova administração o estudo e a identificação desse setor como estratégico. Então, começou-se a pensar nas condições específicas de apoio. E a política operacional nova que foi divulgada agora, neste mês, a partir de março, passou diferentemente da anterior, a prever o apoio também às empresas de mídia, de comunicação como um todo, e a prever esse apoio de forma indireta.

Sou obrigado a discordar de que a forma indireta vá negar o acesso a esses recursos a determinado porte de empresa. A experiência que o BNDES tem, mais da metade do orçamento do BNDES, é repassado por agentes financeiros para empresas dos diversos portes, desde empresas muito grandes, enormes, nacionais, até micro e pequenas empresas, sempre se utilizando da rede de agentes financeiros do BNDES. Aí, estão incluídas as pequenas rádios, as pequenas emissoras regionais, não somente as grandes produtoras, para a aquisição de equipamentos nacionais cadastrados, a utilização de cartão BNDES, que é uma modalidade de crédito indireto por agentes financeiros, extremamente ágil e desburocratizada, com acesso específico para microempresas, ou seja, empresas de porte muito pequeno. E não é isso que identificamos na nossa pesquisa em relação ao mercado. Existem, sim, agentes financeiros dispostos a repassar recursos do BNDES para empresas, não somente para as grandes, mas, principalmente, para empresas pequenas também. O mercado como um todo está ávido, digamos assim, para apoiar esse setor, e a sinalização do BNDES, de que o setor de mídia e comunicação como um todo passa a ser elegível para o BNDES, abre um campo enorme.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Já darei a palavra a V. Exª, pela ordem. Antes, anuncio a presença dos Srs. Presidente da Abert, Paulo Machado de Carvalho Neto, Presidente da Abratel, Roberto Wagner; do Diretor-Geral da TV Bandeirantes, Washington Melo; do Diretor do SBT, Flávio Cavalcanti Júnior; do Diretor da ABTA, Dione Craveiro, e lhes agradeço.

Passo a palavra, então, ao Senador Hélio Costa. Depois, por ordem de inscrição, passo a palavra ao Senador Magno Malta, logo na seqüência.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, quero apenas registrar a observação de que fico muito feliz de que essa nossa proposta, iniciada por V. Exª, de realizar essa audiência pública já é vitoriosa. Sinto que o Luiz Sandoval e o Dennis Munhoz já têm, agora, um melhor entendimento daquilo que parecia ser o pomo da discórdia. Então, já fico bem mais feliz.

Ao mesmo tempo, volto a insistir na preocupação do Sr. João Carlos Saad quando diz que o Japão, a França, a Espanha, todos estão se unindo; as mídias desses países estão todas se unindo em defesa da respectiva empresa nacional. Aqui, chegamos a essa reunião um pouco divididos e creio que vamos sair um pouco mais unidos. Espero que assim aconteça.

Ao mesmo tempo, para finalizar o meu comentário, lembro que estamos discutindo a possibilidade de o BNDES ajudar empresas nacionais. Agora, veja o que aconteceu no passado. Foram US$800 milhões de empréstimos para a Motorolla; US$600 milhões de

empréstimos para a empresa americana AES comprar 33% da Cemig; outros milhões de dólares para a CEB, que já é uma variação da AES americana e passa a ser a Sodan Eletric Brazil, ou seja, no Brasil a AES, com mais milhões para comprar a Eletropaulo e essas coisas todas.

Espero que possamos lembrar sempre que a principal preocupação do legislador nesse momento é a defesa daquelas empresas nacionais que têm meio milhão de empregos no País inteiro, desde a pequenina emissora de rádio do pequenino jornal do interior até as redes de televisão e os grandes jornais do País, as grandes emissoras de rádio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa. O Senador Magno Malta com a palavra. É a última inscrição.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, cumprimento os Srs. Senadores, o Dr. Marcelo Fragalli, o Dr. Evandro Guimarães, o Dr. Alan Fischer, o Sr. Luiz Sandoval, o Sr. João Carlos Saad e o Sr. Dennis Munhoz.

Quarta-feira, aqui na Câmara, é o dia em que acontece tudo na mesma hora.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – No Senado.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pois é. Tudo às 10h da manhã. Então, é impossível estar ao mesmo tempo em todo lugar. Não pude acompanhar o debate desde o princípio, mas, mesmo tendo o raciocínio lento e com dificuldade de entender, quando cheguei, ouvi as colocações dos Srs. Senadores e a manifestação de alguns debatedores das televisões.

Um ponto que se tem levantado aqui e que considero extremamente salutar, a princípio, é o fato de V. Exª, como Presidente desta Comissão, requerer ao BNDES que envie para cá o tal projeto pronto a que se referia o nosso querido e competente, a quem devotamos toda admiração, Dr. Carlos Lessa, conjuntamente com o seu Vice-Presidente.

Sou novato aqui, meio neófito. Existem coisas sobre as quais entendo pouco. Se existe alguém mais velho, fale-me; se não existe, deveria existir. Quanto a esses empréstimos todos, para que não cometêssemos contra a Nação o que o Senador Hélio Costa acabou de dizer, deveriam passar pelo Senado, a fim de que pudéssemos discutir e autorizar, se vão ou não ser liberados, se é ou não possível. Mas isso é assunto para frente.

O fato de chegar aqui essa proposição que criou um choque anafilático nas outras televisões é extremamente importante. Como eu não participei do debate, agora, na última fala do Senador Hélio Costa, ele disse que esse parecia o ponto da discórdia e a palavra do Vice-Presidente deixou mais tranqüilos o SBT, a Record, a Rede TV e a Bandeirantes.

Somos indoutos quanto à questão e falo de mim. O Apóstolo Paulo, quando queria falar de si, dizia: "Agora, Paulo, eu, falo de mim". Estou falando de mim.

A concepção geral que a nossa mente tem, o que o chip da cabeça guarda é o seguinte: o BNDES é um banco de fomento. Para tanto, ele está ali, para ajudar a gerir o investimento; não existe exatamente para ajudar ninguém a sair de dívida. Esse é o entendimento primário, não é?

Não sou técnico. Cada qual chora onde seu calo mais aperta. Mas se este debate promovido pela Comissão de Educação – e mais uma vez quero louvar a atitude do Senado, desta Comissão, de trazer o debate para esclarecer, para que nada seja feito no escuro, até porque a Bíblia diz que "tudo que é feito nas trevas um dia virá à luz" e é importante que tudo seja feito às claras, até pela importância do setor de comunicação brasileiro. E agora ouço o Dr. Alan Fischer dizer que é uma proposição para que a comunicação como um todo, até aquela pequena rádio do interior, aquela revista semanal do interior que atende a região, que conhece as necessidades da região, terá acesso.

Creio que essa claridade é o ponto extremamente importante para todos nós, a claridade do processo. Entendemos que, assim como devemos buscar todos os meios para salvar a aviação, porque um País não se viabiliza sem aviação, precisamos viabilizar todo o setor. Então pergunto ao senhor: o BNDES vai procurar, com a força, a estrutura e o nome que tem e as garantias que pode dar, junto às instituições financeiras, ajudar e garantir que todos, de fato, tenham acesso ao empréstimo? Porque só o BNDES pode dar essa garantia. Do que ouvi, há uma reclamação de que dificilmente as outras televisões terão acesso a esse crédito, porque instituições financeiras não estarão à disposição para que elas recebam esse repasse da proposta do BNDES. Este trabalharia no sentido de que todas as televisões pudessem auxiliá-las, no sentido de que elas pudessem chegar a bom termo na proposta do BNDES e, em segundo lugar – já encerrarei, Sr. Presidente –, quando o Senador João Capiberibe falou sobre a programação, referindo-se a filme brasileiro, às coisas regionais, investimento na cultura brasileira, falou também o Senador Cristovam. Na verdade, a concessão é pública. As televisões são donas de equipamento e do seu pessoal; a concessão é do povo.

E temos provocado uma tentativa de debate nesse sentido com relação à programação. Gostaria de dizer que a sociedade, a família brasileira, tem sido vilipendiada, em horários nobres, por cenas quase que ex-

plícitas de sexo. Se o BNDES é um banco do governo, a concessão é pública. Se, ao fazer essa concessão, algumas regras são estabelecidas: investimento na cultura, mais cultura brasileira, regionalização da televisão; e se as famílias, se a programação, se haverá alguma exigência. Imagino que esta Comissão – na Câmara é Comissão de Ciência e Tecnologia, aqui é Comissão de Educação – poderia auxiliar, se existe essa disposição. E se já existe um debate, Dr. Alan, nesse sentido, dentro do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou passar a palavra ao representante do BNDES e, depois, vamos fazer o seguinte: como não há mais Senador inscrito, passarei a palavra a todos os convidados para que façam as suas observações finais, despedindo-se da Comissão e referindo-se ao que foi comentado aqui.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Exª me concederia um minuto? Não sou da Comissão, infelizmente. Peço desculpas até porque...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma, que nos honra com sua presença, mesmo não sendo da Comissão, interessado no assunto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouvi somente a intervenção do Senador Hélio Costa. Estava presidindo uma CPI, tentei correr mais para chegar aqui, porque, em tese, conheço todos os membros desta Mesa e sei das aflições por que passam e das dificuldades que estão enfrentando, em razão do próprio sistema financeiro. Até a publicidade caiu e as dificuldades crescem automaticamente.

Já discutimos aqui, inclusive, da Rede TV, quando muita gente queria impedir que ela continuasse funcionando, em razão de problemas anteriores ao seu fechamento. E esta Comissão colaborou para que ela permanecesse viva, mantendo uma boa parte dos empregos a que fez referência o Senador Magno Malta.

É claro que a televisão é um veículo de lazer quase que único da população brasileira. Todos os outros custam caro: cinema, teatro, restaurante. Então a televisão é a nossa distração. Sou novelista, fico lá toda noite tranqüilo – agora a Bandeirante está fazendo uma novela nova, assim como a Rede TV. Creio que todos estão concorrendo nesse mercado, que é o da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Record também.

O SR. ROMEU TUMA (PFL–SP) – A Record também já tem indústria. O Senador Magno Malta sabe mais do que eu.

Mas só queria cumprimentar. Tenho certeza de que o BNDES é interessado em buscar meios para a sobrevivência dessas televisões, porque o seu fechamento, infelizmente, vai trazer um desemprego de pessoal altamente qualificado.

Tenho uma preocupação: sei que aqui esta Comissão está aprovando, e estou assinando quase que uma centena, ou mais, por semana, de rádios recém-criadas, principalmente as comunitárias; todo dia são vinte, trinta e dizem que há mais duas ou três mil encaminhadas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quatro mil e quatrocentos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL–SP) – Então tem que ser repensado o sistema de telecomunicação, porque a concorrência vai acabar gerando uma situação cada vez mais difícil.

Agradeço e cumprimento V. Exª, assim como os autores do requerimento. Tenho certeza de que sairá alguma coisa saudável para o País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Sr. Alan Fischer, Gerente do Departamento de Telecomunicações do BNDES, que poderá responder e já fazer as suas considerações finais.

O SR. ALAN FISCHER – Primeiro em relação à preocupação de acesso das empresas, principalmente das pequenas, ao crédito do BNDES, já existem diversas modalidades de acesso a esse financiamento, o problema resume-se basicamente a garantias. As empresas pequenas, junto aos agentes financeiros, têm mais dificuldade de oferecer garantias do que as empresas maiores. O BNDES já dispõe de vários dispositivos prevendo essa ajuda às empresas pequenas para terem acesso a esses financiamentos, na questão de garantia especificamente. Um exemplo disso é o Fundo de Aval, disponível na rede bancária de agentes financeiros do BNDES, para que as empresas possam usá-lo como boa parte da garantia, se não me engano, até 80%, 90% do valor necessário para garantia. Então já existem modalidades específicas para resolver, pelo menos amenizar em grande parte, essa questão de dificuldade de garantia que é um fato. Temos consciência disso. Acredito que o mercado tenha essa disposição também, porque os mecanismos estão à disposição.

Em relação ao nosso desejo quanto ao setor, sem dúvida é no sentido do seu fortalecimento, quer dizer, voltar a ter empresas saudáveis, capazes de investir na produção nacional, melhorar a qualidade do conteúdo, visando exportação, enfim, o fortalecimento dessas empresas na questão de solidez.

Atrelado a isso vem o fortalecimento da indústria de equipamentos. Uma vez que se fomente um investimento que volte a ocorrer de uma forma mais

consistente, conseqüentemente a indústria que fornece equipamentos para essa indústria de comunicação voltará a produzir com mais intensidade.

Criamos também um potencial de mercado, para que sejam fabricados no Brasil vários tipos de equipamentos que hoje são produzidos somente no exterior, que obriga as empresas a importar esses equipamentos.

Então a revitalização do setor prevê, inclusive, uma revitalização do setor produtivo que, por sua vez, passaria a produzir no Brasil vários tipos de equipamentos. O que se vislumbra, num futuro próximo e muito estratégico, é a TV digital, cujo modelo está em discussão e passa por outros fóruns.

Quanto às condições em relação a conteúdo, especificamente exigência de qualidade de conteúdo, adequabilidade e outras coisas correlatas, acreditamos que existam fóruns específicos para discutir essas questões que com certeza não são a especialidade do BNDES, até por ser uma concessão sujeita a determinadas regras que devem ser seguidas. Não cabe ao BNDES, subjetivamente, definir qual é ou não a programação mais adequada. Essa questão naturalmente ocorre por causa da audiência e é mais imediata em outros fóruns de Governo ou de debate – existem alguns fóruns de ética conhecidos por V. Exªs – onde se discute a questão da adequabilidade ou não do conteúdo.

Como mensagem final, afirmo que o interesse do BNDES é, sem dúvida, o fortalecimento do setor e um acesso igual para todas as empresas. Obviamente, não existe nenhuma intenção de privilegiar porte ou grupo. Ao contrário. Acreditamos que o grande desenvolvimento do setor virá e o investimento será feito pelas empresas pequenas, que geram emprego no interior, entidades regionais que oferecem empregos qualificados e têm condições de investir, crescer e ter o apoio de uma indústria capaz de produzir e fornecer equipamentos nacionais para essa indústria.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para reafirmar, fica o compromisso do BNDES de encaminhar a esta Comissão o projeto ou o anteprojeto?

O SR. ALAN FISCHER – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Dr. Evandro para suas considerações finais.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Aproveito os três minutos de que disponho para comentar a preocupação manifestada pelo Senador João Capiberibe em sua fala e para dizer que nenhum programa teria sido levado ao Bndes sem uma sólida base de apoio de centenas de empresas de radiodifusão, da mídia impressa e de editoras.

Posso garantir a V. Exªs que as entidades foram ao Bndes preocupadas com os jornais pequenos e médios de todo o Brasil e com as televisões. Preciso explicitar que a Rede Globo não é uma empresa, mas um nome fantasia. A TV Globo Ltda é um grupo de empresas que produz, licencia, autoriza e negocia sistemas de retransmissão, mas, na verdade, atualmente temos 112 empresas independentes que operam nos diversos Estados do Brasil. Cada uma dessas empresas individualmente – seja um jornal, uma televisão, uma rádio da Paraíba ou uma televisão do interior do Rio Grande do Sul – e o conjunto de empresas chamado genericamente de afiliadas precisam, sim, ser fortemente irrigado.

Não são apenas os grandes números na mídia que têm importância. Há pouco o Senador Gerson Camata falava desse assunto e penso que S.Exª tem razão. Um jornal de médio porte que se endividou para comprar uma rotativa por três ou quatro milhões, com financiamento em dólar, há dois ou três anos, com a queda do mercado, com o aumento do custo do papel, com a redução do **funding** para o financiamento da importação de papel, essa empresa precisa ter sua dívida, nessa transição, reequacionada para que possa continuar a ser uma empresa regional importante. Insisto em dizer que estamos falando em nome de centenas de empresas de radiodifusão, tanto que as principais entidades – a Associação Nacional de Jornais, a Associação Brasileira de Rádio e Televisão e a Associação Nacional dos Editores de Revistas – foram portadoras de um pedido ao Bndes de obter, por parte do banco e por parte de empresas que tenham maturidade pelo serviço que prestam ao cidadão brasileiro um tratamento merecido.

Com relação à questão abordada pelo Senador Cristovam Buarque, penso que S.Exª dá uma contribuição solidamente reconhecida pelos diretores das empresas que participam da Mesa e pelas demais empresas. Responsabilidade social, qualidade do produto, significado cultural brasileiro realmente são algumas das missões centrais das empresas de mídia que querem prestar bom serviço e cumprir seu papel na nacionalidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Dr. Evandro.

Concedo a palavra ao Dr. Marcelo Fragalli.

O SR. MARCELO FRAGALLI – Agradeço o convite e aproveito para dizer que sairemos da reunião de hoje engrandecidos com o debate, principalmente pelas considerações feitas pelos representantes do Bndes, Sr. Darc Costa e Alan Fischer, no sentido de que um projeto seja enviado e debatido. Penso que o que causou muito

ruído foi a sensação de ter um bolo pronto, sem discutir se nele havia fubá, farinha, açúcar ou não.

Então, é extremamente importante que no decorrer desse processo, desde a primeira formatação do projeto até a sua eventual implantação, haja um consenso do setor. Endosso as palavras do Johnny, de alguns Senadores e do Evandro, aqui presente, de que, para haver esse consenso, deverão ser debatidos exaustivamente os pontos que serão apresentados a esta Comissão.

Agradeço aos Srs. Senadores. Foi um debate de altíssimo nível, excelente. Todos temos algumas grandes unanimidades, dentre as quais a importância de termos um setor de comunicação sadio, forte e crescente.

Apenas somo a isso, como disse anteriormente, um setor de comunicação onde haja a pluralidade, porque é importante para nós, empresários, que estamos investindo, e para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Dr. Dennis Munhoz.

O SR. DENNIS MUNHOZ – Gostaria de agradecer o convite formulado pelo Sr. Presidente, Senadores e colegas de Mesa.

Faço apenas um aparte ao Senador Hélio Costa, quando externa essa tranqüilidade nossa quanto ao assunto. Queria dizer que a nossa tranqüilidade é apenas quanto à discussão. Realmente, ficamos satisfeitos e tranqüilos ao saber que esta discussão começou hoje e não vai terminar hoje. Mas, conceitualmente, somos contra o empréstimo do BNDES para pagamento de dívidas de empresas privadas. Com isso, mantemos a nossa posição inicial e coerente. Estamos muito felizes e satisfeitos com esta discussão, porque hoje é o ponta-pé inicial. Penso que, daqui para a frente, pelo nível, pelos participantes, pelas idéias, é isto que a sociedade espera de nós: a nossa responsabilidade quanto ao assunto. Realmente, fico muito mais tranqüilo quanto à discussão, mas, conceitualmente, a Rede Record de Televisão mantém a mesma posição inicial: somos contra a utilização do dinheiro do BNDES para pagamento de dívidas. Precisamos de investimentos? Sim. Precisamos de dinheiro para melhorar, para fortificar nossas empresas e, por conseqüente, o conteúdo nacional? Precisamos. Só não produzimos mais porque também não conseguimos artistas, equipamentos, dinheiro para investimento no conteúdo nacional.

A Record faz seis horas diárias de jornalismo, penso que é a empresa que mais destaque dá ao jornalismo. Temos produção de telenovela nacional, fazemos programas de auditório, programas ao vivo, 70% da nossa programação é ao vivo, e é lógico que vamos precisar de dinheiro, como todas as emissoras, mas para investir, para gerar, para criar coisa nova. Para o pagamento de dívida, continuamos contrários.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Dr. Dennis.

Agora, Dr. João Saad.

O SR. JOÃO SAAD – Muito obrigado a todos. Obrigado pela paciência. Estamos à disposição para qualquer coisa no futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Dr. João Saad.

Por último, o Dr. Luiz Sebastião Sandoval, do SBT.

O SR. LUIZ SEBASTIÃO SANDOVAL – Muito obrigado aos Srs. Senadores, Sr. Presidente, pelo SBT. Creio que posso, agora, sair com a tranqüilidade de objetivos alcançados, de não sermos surpreendidos com a concessão de um financiamento sem uma ampla discussão.

Não fomos chamados à discussão, em nenhum momento, nem SBT nem Record nem RedeTV. Tanto é que somos contra essa posição. Dessa maneira e com a afirmação dos representantes do BNDES de que não haverá concessão de financiamento para isso ou aquilo antes de um amplo debate, isso nos tranqüiliza. Não queremos ser donos da verdade nem julgamos se deve ser assim ou de outra maneira, mas o BNDES sempre teve na sua cartilha o não-financiamento de capital de giro. Se vai refinanciar uma dívida, está financiando capital de giro. Então, é uma incoerência. E quando financia...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Posso fazer um parêntese só para um esclarecimento?

O BNDES muda muito as suas linhas de financiamento, conforme os estudos que o Departamento Econômico faz a respeito das necessidades e das prioridades. O BNDES já financiou giro, sim. Já houve o Pró-Giro, porque, num certo momento da história, verificou-se que as empresas estavam muito necessitadas de capital de giro. O BNDES abriu uma linha específica para capital de giro, que foi o Pró-Giro, depois encerrou. Mas não quer dizer que, amanhã, não abra de novo. O BNDES tem elasticidade, tem flexibilidade para fazer essas operações, buscando exatamente o projeto de desenvolvimento do País.

O SR. LUIZ SEBASTIÃO SANDOVAL – Sr. Senador, V. Exª é um expert em Banco – já mostrou isso desde o começo. Eu apenas disse na cartilha atual do BNDES não há financiamento para capital de giro. Esta foi a colocação do Banco durante este últimos anos. É provável que o Banco tenha condições de mudar sua cartilha e até gostaria que ele fizesse isso.

Obrigado a V.Exªs pelo debate.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ao encerrar a reunião, quero, em nome do Senador Hélio Costa, que é Vice-Presidente desta Comissão, e do Senador Roberto Saturnino, que assinou comigo o requerimento para que ocorresse esta audiência pública, e em meu nome agradecer os convidados pela presteza em atender o nosso convite. Foi muito rápido mesmo. Da semana passada para esta, todos se dispuseram a comparecer. Ao BNDES por ter mandado aqui representantes com poder de falar pelo Banco, o que nem sempre ocorre. Às vezes, os órgãos do Governo não mandam gente que possam falar por eles, mas hoje recebemos dois representantes do BNDES que podem responder pelo Banco nessa questão.

E, sobretudo, ficaremos esperando o envio do anteprojeto pelo BNDES para que esta Comissão possa se inteirar. Vou distribuir cópias a todos os membros da Comissão para que possamos conhecer em quais condições ocorrerá esse financiamento.

Repito: não somos contra o financiamento. Queremos apenas conhecer e principalmente saber se é exclusivamente para este setor da economia, ou se outros setores terão também financiamento parecido, porque aqui todos falamos em setor estratégico. O setor de comunicação é, sim, estratégico, mas há outros setores estratégicos que também têm dívidas. Se houver uma linha de crédito, quem sabe ela possa ser ampliada. E é isso que estou querendo, que ela seja ampliada para outros setores que estão realmente sofrendo com a crise econômica em que vive o País, principalmente porque, se o setor de comunicação não anuncia, é porque há uma recessão. E essa recessão atinge outros segmentos da economia que necessitam tão ou até mais, em alguns casos, tanto quanto o setor de comunicação. Longe de mim querer jogar areia no projeto que está em curso no BNDES. Muito pelo contrário, quero ajudar a esclarecer. Essa é a missão da Comissão de Educação do Senado da qual não podemos abrir mão.

Muito obrigado a todos pela presença.

(Levanta-se a reunião às 13h07min)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 07ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de Março de 2004.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia trinta de março de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Valmir Amaral, Hélio Costa, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, José Jorge, Efraim Morais, Reginaldo Duarte, Antero Paes de Barros, Almeida Lima, Paulo Octávio e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Fátima Cleide, Duciomar Costa, Maguito Vilela, José Maranhão, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Sérgio Guerra, Leonel Pavan e Mozarildo Cavalcanti. Justificam a ausência os Senhores Senadores Valdir Raupp e Roseana Sarney. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Senador Demóstenes Torres pede a palavra e comunica a visita na reunião de hoje dos representantes do Jornal Tribuna do Planalto, Senhor Vassil Oliveira, Diretor de Redação; Senhora Elizeth Araújo, Editora Geral e Senhora Maria José Rogrigues, Editora do Caderno Escola. Depois de saudados pelo presidente da Comissão, inicia-se a deliberação da pauta. **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 064, de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Jaime Martins que, "Denomina 'Presidente JK' a rodovia BR-040." O relator designado é o Senador Paulo Octávio e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista ao Senador Hélio Costa, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 03: Projeto de Resolução do Senado nº 021, de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella que, "Altera a redação da alínea "c" do inciso I do artigo 1º da Resolução nº 39, de 1992, que dispõe sobre as formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens." O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer é pela rejeição. A matéria é adiada, atendendo a solicitação do relator, que por sua vez, acata pedido de adiamento do autor da matéria, Senador Marcelo Crivela. **Item 05: Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 001, de 2004,** de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko que, "Institui o Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de Jornalismo." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável é aprovado. **Item 07: Requerimento,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, bem assim de acordo com os arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Educação e de Serviços de Infra-Estrutura, com o objetivo de examinar a operação de

venda do controle acionário da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (EMBRATEL) à Empresa Teléfonos de México (TELMEX), realizada pela MCI, atual controladora da EMBRATEL, para tanto, indico que sejam convidados o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Sr. Pedro Jaime Ziller Araújo, o Presidente da Embratel, Sr. Jorge Luis Rodriguez, a Presidente do Conselho Deliberativo da Telos – Fundação Embratel de Seguridade Social, Sra. Purificación Calderón e o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Sr. Luiz Leonardo Cantidiano." O requerimento é aprovado. **Item 08: Requerimento,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata que, "Requer nos termos do artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal combinado com artigo 58, § 2º, II da Constituição Federal, convite para realização de audiência pública na Comissão de Educação do Senado Federal, com a presença dos Senhores Dr. Mário Amatto, Diretor-Fundador, Dr. Paulo Natanael P. Souza, Presidente do Conselho CIEE/SP e CIEE Nacional, Dr. José Feliciano de Carvalho, Diretor Executivo do HSBC e primeiro estudante bolsista do CIEE, Dr. Osiris Silva, Conselheiro do CIEE e Fundador da Embraer e Dr. Luiz Gonzaga Bertelli, Presidente Executivo do CIEE, com o objetivo de relatar as atividades desenvolvidas nesses 40 anos de existência pela CIEE". O requerimento é aprovado. Nesse momento, o Senhor Presidente apresenta requerimento, de sua autoria e requer, oralmente, sua inclusão extra pauta, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias que, "Requer nos termos dispostos nos incisos, II, V, IX e X do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam realizadas audiências públicas, para discutir sobre a disposição do Governo Federal, por intermédio do BNDES, em criar uma linha de financiamento de socorro às empresas do setor de comunicação." O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2003, Item 04: Projeto de Resolução do Senado nº 002, de 2004, Item 06: Aviso nº 006, de 2004.** O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e treze minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 7ª reunião extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Temos uma pauta de apenas oito itens, mas, como a pauta do Senado se encontra obstruída, não podemos votar matérias terminativas.

Aproveito para comunicar, inclusive, que estou apresentando um projeto de resolução que dê às Comissões o direito de votar matérias terminativas, mesmo estando a pauta sobrestada, porque hoje mais de 400 processos, relatórios devolvidos para a Comissão, não podem receber a apreciação da Comissão porque não há acordo quanto a medidas provisórias. Assim, as Comissões ficam praticamente paralisadas.

Então, seria muito importante que adotássemos o mesmo procedimento da Câmara dos Deputados, que permite que, mesmo estando a pauta do plenário trancada, matérias relativas à concessão e outorga de rádio e televisão sejam votadas.

Como apresentarei esse projeto de resolução, peço o apoio dos Senadores para que possamos desobstruir a nossa pauta. Senador Hélio Costa, hoje são 400 processos de rádio e televisão que teremos que votar, o que demandará um esforço enorme. A Comissão terá que se reunir várias vezes durante a semana para colocar em dia a nossa pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem a palavra, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO.) – Sr. Presidente, gostaria de comunicar a V. Exª a visita honrosa a esta Comissão da equipe do jornal **Tribuna do Planalto**, aqui capitaneada pelo Editor de Redação, o jornalista Vassil Oliveira, acompanhado pela Editora-Geral Elizabeth Araújo e pela Editora do Caderno Escola Maria José Rodrigues. Considero honrosa esta visita porque este Jornal tem elaborado, de três anos para cá, o Caderno Escola, que é entregue em todas as Escolas Públicas de Goiás.

Para que se tenha uma idéia, com uma tiragem de 18 mil exemplares, 11 mil são entregues nas escolas públicas e em outras escolas, pelo sistema de assinatura. O Jornal realiza um concurso de redação em 38 Regionais de Educação, em Goiás, que só no ano passado distribuiu R$400 mil em premiações, para alunos, professores e escola.

O Jornal é fantástico, e o tema desse Caderno é sempre educação, não há outro. Neste exemplar, publicado há três semanas, há matéria sobre educação sexual, sobre a situação da escola pública em Goiânia, traz a entrevista do Professor Roberto da Mata. É um

caderno muito produtivo que trata desde a educação infantil até a educação universitária.

Por ser um instrumento extremamente proveitoso para o nosso Estado, este Caderno que existe no Estado de Goiás, este Jornal vem fazendo, efetivamente, um belo trabalho em prol da educação.

Sr. Presidente, quebrando o protocolo, gostaria de que V. Exª que permita que o jornalista Vassil Oliveira distribua um Caderno, devidamente enfeixado com várias edições desse Suplemento Escola.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Convido o Jornalista para fazer a entrega.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Essa iniciativa deve ser seguida pelo Brasil, pois todas as escolas públicas de Goiás recebem um instrumento muito interessante para a educação de nosso Estado.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – De nossa parte, queremos cumprimentar os autores do jornal, do caderno.

Agradeço a V. Exª pela oportunidade de dar à Comissão conhecimento desse importante trabalho. Desejamos sucesso aos seus autores.

Item 1:

Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2003, que denomina Presidente JK a rodovia BR-40. Autor: Deputado Jaime Martins. Relator: Senador Paulo Octávio, que proferiu parecer favorável com as emendas oferecidas.

Tem a palavra o Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, Vice-Presidente, Senador Hélio Costa, cumprimento também o Senador Demóstenes Torres pela homenagem que presta ao jornal **Tribuna do Planalto**, que acaba de ser entregue nesta reunião. Quero também dizer da minha alegria por ser Relator deste projeto.

Diz o relatório:

> "O projeto é oriundo da Câmara dos Deputados e tem o nº 64, de 2003, (na origem, nº 6015). O projeto pretende dar à rodovia BR-40 a denominação Presidente JK."

Trata-se, no meu entendimento, de homenagem ao ilustre brasileiro, nascido na histórica cidade de Diamantina e falecido, em 1976, vítima de acidente automobilístico, ocorrido na Via Dutra, depois de cumprir brilhante carreira política, que incluiu mandatos de Deputado Federal à Prefeitura de Belo Horizonte, ao Governo do Estado de Minas Gerais e coroado com a Presidência da República, exercida entre 1956 e 1961.

A justificação apresentada destaca aspectos da biografia do homenageado, com ênfase nas profundas transformações econômicas que o País experimentou sob o seu comando, graças ao arrojo e ao dinamismo, marcas de sua gestão.

Sobre a rodovia escolhida para a homenagem, o autor da proposição considera que ao lhe garantir a capital, o Rio de Janeiro, a nova Capital por ele mesmo idealizada, a BR-40 pode ser considerada o emblema do Governo JK.

À Comissão de Educação compete examinar a proposição quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, além de pronunciar-se sobre o mérito da iniciativa.

Perante esta Comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise

O projeto original, de autoria do Deputado Jaime Martins, foi apresentado em 2001, ano que antecedeu as comemorações do centenário de nascimento de Juscelino Kubitschek, ensejando uma série de iniciativas destinadas a homenagear o memorável Presidente. Embora a matéria tenha chegado ao Senado federal somente em outubro de 2003, o atraso não compromete a validade da iniciativa e o mérito da homenagem a ser prestada ao Presidente JK.

Do ponto de vista da constitucionalidade, o projeto em causa encontra amparo no art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, que inclui os transportes na reserva de competência legislativa da União.

O art. 48, **caput,** possibilita ao Congresso Nacional e a qualquer dos seus membros, na forma do art. 61, **caput** , a iniciativa para a proposição de leis relativas a matérias de interesse da União, observado que, no presente caso, não incide a reserva de iniciativa privativa do Presidente da República de que trata o § 1º do art. 61.

A Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, por sua vez, faculta atribuir a terminais, viadutos ou trechos de vias integrantes do sistema nacional de transportes, mediante lei especial, designação supletiva àquela de caráter oficial, estabelecida no Plano Nacional de Viação. São admissíveis para esse fim as designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à Nação ou à humanidade.

Antes do advento dessa norma específica, outro instrumento, a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, já dispunha genericamente sobre a proibição de atribuir nomes de pessoa viva a bem público de qualquer natureza pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração Indireta.

A análise do PLC 64, de 2003, evidencia que além de atender aos requisitos formais de constitucionalidade e juridicidade, o projeto não contém ofensa regimental e está elaborado em conformidade com a boa técnica legislativa.

No mérito, a biografia do homenageado justifica plenamente a homenagem pretendida. Um dos mais eminentes homens públicos que o País já produziu, a figura de JK permanece caríssima a todos os cidadãos brasileiros. Especialmente feliz foi a escolha, nesse particular, da BR-40 para receber a denominação proposta.

Conforme registrou o autor do projeto em sua justificação, o eixo Brasília/Rio,componente de destaque da malha viária de integração idealizada por JK para dar suporte ao seu projeto de interiorização do desenvolvimento, é a imagem do sonho do grande administrador transformado em realidade com a criação de Brasília e a transferência da sede do Governo Federal para o centro do País.

Cabe registrar, todavia, que ao pretender aplicar a nova denominação a toda a extensão da BR-40, o projeto esbarra em determinação legal pré-existente que homenageia outro Presidente, dando-lhe o nome a trecho da referida rodovia. Trata-se da Lei 3.629, de 1959, que dá o nome de Washington Luiz à Rodovia Rio/Petrópolis. Assim conhecida à época, a citada rodovia viria posteriormente integrar a BR-40, rodovia federal, de traçado radial, que liga a Capital Brasília ao Rio de Janeiro, conforme descrição constante do Plano Nacional de Viação, aprovado em 1973. Por se tratar de denominação já consagrada, não nos parece razoável que a nova lei venha superpor-se àquela, em especial porque implicaria a revogação da homenagem anterior, igualmente merecida.

Sendo inadmissível a convivência de duas denominações do mesmo trecho rodoviário, em face de transtornos que daí poderiam advir para os usuários, a emenda proposta ao final deste parecer busca equacionar o conflito restringindo a homenagem ao trecho da BR-40 compreendido entre Brasília e Belo Horizonte. A opção por Belo Horizonte como extremo do trecho a receber a denominação proposta decorre do fato de que além de constituir um dos pontos notáveis do traçado da BR-40, a cidade é a capital do Estado natal do ilustre homenageado. Em complementação, estamos propondo emenda de redação destinada a imprimir um caráter mais formal ao texto da emenda e do art. 1º do projeto. Nesse sentido, procedemos à inserção do termo "rodovia" antes do nome do homenageado e a substituição das iniciais "JK" pela versão por extenso do mesmo nome.

Por entendermos desnecessária, a nova redação proposta suprime as referências ao Plano Nacional de Viação e à lei que o aprova.

Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2003, com as modificações decorrentes das emendas apresentadas a seguir:

Emenda. Dá-se à emenda do projeto a seguinte redação: Denomina Rodovia Presidente Juscelino Kubitscheck o trecho da Rodovia BR-40 compreendido entre as cidades de Brasília e Belo Horizonte.

Emenda nº 2. Dá-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação: Fica denominada Rodovia Presidente Juscelino Kubitscheck o trecho da rodovia compreendido entre as cidades de Brasília e Belo Horizonte."

É o que tinha a relatar.

Quero dizer da minha imensa alegria em ter na Vice-Presidência o Senador Hélio Costa, mineiro, representante do Estado de Minas Gerais. Ao meu lado, o Senador Cristovam, que também representa Brasília. Estamos ligando as duas capitais, Brasília e Belo Horizonte, cidades que fazem a história do Presidente JK, pois ele nasceu e Minas e criou Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Senador Paulo Octavio, vou pedir vista do projeto que V. Exª relata com a exclusiva finalidade de aprimorá-lo. Leio na exposição e análise de V. Exª que por força da Lei nº 3.629, de 1959, o trecho entre o Rio de Janeiro e Petrópolis é a Rodovia Washington Luiz. Nada impede, entretanto, que esse trecho seja considerado Via Washington Luiz, e que a Rodovia BR-040, do Rio de Janeiro até Brasília, seja a Rodovia Presidente Juscelino Kubitscheck.

Eu me recordo, Senador Paulo Octavio, eu devia ter meus dez, doze anos de idade, quando fui levado, por ser aluno da Escola Estadual Bias Fortes, em minha cidade, até as margens da BR-040, que estava sendo inaugurada com asfalto pelo Presidente Juscelino, que ia passar pelo local. E eu, na ponta dos pés, pequenino ainda, consegui abrir um espaço para ver o Juscelino passar num carro aberto acenando para os barbacenenses, inaugurando a BR-040. Sei inclusive que no trecho entre Juiz de Fora e Belo Horizonte há, pelo menos, duas placas dizendo: Via JK, razão pela qual, eu, como mineiro e barbacenense, amigo de Juscelino, que com ele convivi em Nova York – já tive oportunidade de trocar com V. Exª as lembranças maravilhosas das viagens que fiz com o Presidente Juscelino na região de Nova Iorque –, não abro mão

de ver a rodovia toda com o nome dele. Na pior das hipóteses, vamos fazer isso de Petrópolis a Brasília, mas quando ela passar pelo trecho de Minas Gerais, entre o Estado do Rio até chegar a Belo Horizonte, queremos que ela se chame JK. Se V. Exª me permite, Sr. Presidente, vou rememorar um momento, talvez um dos mais emocionantes da minha vida, que vivi com o Presidente Juscelino Kubitschek. Tive a oportunidade, durante a minha permanência no exterior como jornalista, de ver Antonio Carlos Jobim ser aplaudido no **Central Park**. Também vi Milton Nascimento ser aclamado no **Carnigan Hall** e vi Pelé dar autógrafos nas ruas de Nova Iorque, mas nada foi mais emocionante do que uma tarde de domingo num restaurante em Nova Iorque, chamado Maxwell's Plum, ver Juscelino, ao lado de D. Sara, entrar e os americanos se porem de pé e aplaudi-lo. Esse foi um dos momentos mais emocionantes que vivi no exterior. Por essa razão, pela lembrança e pela memória, como disse inicialmente, quero aprimorar o projeto de V. Exª . Queria ver se encontrávamos a fórmula de conciliar, talvez considerando Via Washington Luiz o trecho Rio/Petrópolis e toda a extensão da estrada Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek e, se não for possível, pelo menos de Petrópolis até Brasília e não apenas de Belo Horizonte até Brasília.

Muito obrigado.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Senador Hélio Gosta, esse, na minha opinião, é o pedido de vista, que dou de um processo que relato, que me dá mais alegria e mais satisfação. Quero dizer que estarei aqui na próxima reunião para, juntos, aprovarmos a proposta que V. Exª, neste momento, coloca perante esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedido vista do Item 1.

Não poderemos apreciar o Item 2, porque não está presente a relatora e é o primeiro dia em que consta da pauta.

Quanto ao Item 3, está presente o relator, Senador Gerson Camata, e não está presente o autor. Esse projeto já esteve aqui e foi concedido vista coletiva na reunião do dia 16 de março de 2004. Não foram apresentadas manifestações por escrito. Portanto, o projeto está em condições de ser votado. Consulto o relator, Senador Gerson Camata, se prefere votá-lo ou adiá-lo mais uma vez.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – Sr. Presidente, o Senador Marcelo Crivella está no Rio e me telefonou pedindo que, mais uma vez, eu abrisse mão de apreciar o projeto, cujo relatório já foi lido, porque S. Exª deseja participar da apreciação dele.

Queria dizer a V. Exª que os jornais hoje apresentam uma decisão do Supremo Tribunal Federal dizendo que no caso de *shows* públicos patrocinados por prefeituras, promovidos por órgãos públicos, não se devem pagar direitos autorais. Essa decisão do Supremo está de acordo com a tese do meu relatório, de que não se pode colocar o serviço público como arrecadador de uma entidade privada, como é o serviço de direitos autorais. Como agora a tese jurídica se avoluma, cresce diante dessa decisão do Supremo, acho que deveríamos pedir à secretaria que acrescentasse aqui essa decisão, para que se torne mais claro o meu entendimento no sentido de que não podemos colocar o Ministério das Comunicações como órgão arrecadador de uma entidade privada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Fica determinado, então, que para a próxima reunião estaremos com o processo para ser votado.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – Com a decisão do Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a decisão do Supremo, mas aí votaremos na próxima reunião.

Como V. Exª estará presente, com toda certeza, como sempre, votaremos. O Senador Reginaldo Duarte também estará presente.

A Senadora Cleide é a relatora do próximo item, porém não está presente. O Item 5, Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2004, institui o Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de jornalismo, autoria Senadora Serys Slhessarenko. Relator Senador Flávio Arns, a quem passo a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, pelo projeto de resolução a Senadora Serys Slhessarenko propõe a instituição do Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de jornalismo a ser conferido anualmente aos profissionais que se destaquem pela criação e capacidade investigativa em relação às atividades do Poder Legislativo.

Para tal avaliação, levar-se-á em conta se a matéria veiculada contribuiu positivamente para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo brasileiro, do Estado democrático de direito e para a defesa dos direitos humanos. Serão contempladas as diversas modalidades de materiais jornalísticos.

Desse modo, são passíveis de premiação reportagens escritas, radiofônicas, de som e imagem e também as veiculadas em meio eletrônico. Do mesmo modo poderão ser premiadas fotografias e charges. Estarão concorrendo os trabalhos inscritos junto às Mesas Diretoras do Senado Federal e da Câmara dos Deputados até 60 dias antes da premiação nas condições estipuladas por edital específico.

Para a apreciação, será constituído um conselho composto por nove titulares, três Senadores e três Deputados, um representante da Academia Brasileira de Letras, um da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal e ainda um representante da sociedade civil, escolhido pelo notório saber na atividade jornalística. Esse conselho, por sua vez, terá prerrogativa de sugerir às Mesas Diretoras os regulamentos e critérios de julgamento.

Em sua justificação a autora alega a necessidade de o Poder Legislativo homenagear o jornalismo brasileiro e, simultaneamente, referenciar dos maiores democratas e um dos mais ilustres homens de imprensa do Brasil, Barbosa Lima Sobrinho.

O projeto encontra-se em exame na Comissão de Educação do Senado Federal. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal as proposições que tratem de homenagens cívicas devem ser apreciadas por esta Comissão de Educação, que sobre elas proferirá parecer.

O projeto de resolução, a nosso ver, reveste-se de grande significação, tendo em vista a proposta de reconhecimento dos trabalhos jornalísticos que contribuam para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, do Estado democrático e da defesa dos direitos humanos.

Tanto maior sua relevância quando verificamos o quanto a atividade jornalística, por intermédio da cobertura ininterrupta, funciona como meio não apenas de divulgar as ações do Legislativo, mas também no fluxo inverso para informar-nos do que pensa a sociedade sobre a atuação dos parlamentares.

Por outro lado, ao eleger Barbosa Lima Sobrinho como símbolo dessa homenagem as das Casas do Congresso Nacional estarão dando o mais claro sinal de que as premiações recairão efetivamente sobre profissionais de matérias que contribuam para o aperfeiçoamento de nossa democracia.

Por sua oportunidade, boa técnica legislativa e ainda por não merecer nenhum reparo quanto à constitucionalidade, votamos pela aprovação do projeto de resolução, conforme este parecer.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 6.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, quero, pela ordem, apresentar um requerimento relacionado ao Item nº 4, que decidimos não discutir nesta reunião. Porém, para adiantar o expediente da Comissão, apresentaria o meu requerimento agora, para que no momento em que for discutido oficialmente já possa ser considerada a proposta que faço.

É simples, Sr. Presidente, porque a Senadora Serys Slhessarenko apresentou um projeto de resolução que denomina Edifício Carlota Queiroz ao Anexo I do Senado Federal. Mas há aqui um projeto de lei do Senador Demóstenes Torres que tira o nome do Juscelino Kubitschek do Anexo I do Senado, porque entendemos, o Senador Demóstenes Torres e o Senador Hélio Costa, que deveríamos dar o nome a todo o complexo do Congresso Nacional a Juscelino Kubitschek. Então, na medida em que está correndo este projeto que dá o nome a todo o complexo do Congresso de Juscelino Kubitschek, o projeto da Senadora Serys Slhessarenko tem que ser sobrestado, porque, se nós não aprovarmos primeiro o projeto do Senador Demóstenes Torres e for aprovado o da Senadora Serys Slhessarenko, o que vai acontecer? Vamos dar nome de Carlota Queiroz a um complexo que já tem nome – Juscelino Kubitschek. Então, enquanto não for aprovado o primeiro, não pode ser apresentado o segundo.

É exatamente o requerimento que estou fazendo neste momento, que nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta seja feita para os Projetos de Resolução 066, de 2002, e 002, de 2004. Caso contrário vamos ter uma duplicidade de nome no mesmo complexo do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa, sugiro a apresentação do requerimento no plenário, porque automaticamente ficam sobrestadas todas as matérias constantes do requerimento.

Vamos adiar a apreciação do Item 6 para a próxima reunião porque o Senador Duciomar Costa não está presente.

Item 7: Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, bem assim de acordo com os art. 90, II, 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Educação e de Serviços de Infra-estrutura, com o objetivo de examinar a operação de venda do controle acionário da Empresa Brasileira de Telecomunicações S. A. – Embratel à empresa Teléfonos de México – Telmex, realizada pela MCI, atual controladora da Embratel. Para tanto, indico que sejam convidados o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Sr. Pedro Jaime Ziller de Araújo*;

o Presidente da Embratel; Sr. Jorge Luís Rodrigues; a Presidente do Conselho Deliberativo da Telos – Fundação Embratel de Seguridade Social, Srª Purificación Caldeirón, e o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Sr Luiz Leonardo Cantidiano.

O autor é o Senador Hélio Costa.

Está em discussão.

Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, a minha preocupação está na justificativa do requerimento que faço. O controle acionário da Embratel foi vendido pela norte-americana MCI para a mexicana Telmex. A Embratel, como se sabe, teve a sua origem como empresa estatal, ou seja, foi feita com dinheiro público. Foi privatizada em 1998 dentro das privatizações das teles, como aconteceu dentro do governo anterior, ocasião em que foi adquirida pela MCI. Hoje é uma das mais importantes empresas de telecomunicações do País e líder em diversos segmentos, sendo a única a possuir satélites próprios, o que é uma grande vantagem em relação a todas as outras congêneres.

A MCI, atual controladora da Embratel, enfrenta sérias crises financeiras, que se notabilizaram por ocasião do escândalo contábil que envolveu a empresa, quando ainda adotava a denominação de WorldCom. Sua disposição de vender a sua posição acionária da Embratel não é nova, pois passou a ser cogitada logo que a empresa passou a ser saneada. Foi feito o anúncio, logo surgiram dois principais concorrentes: a Telmex e um Consórcio de Empresas formado por Brasil Telecom, Telefônica do Brasil e Telemar, além da empresa Geodex e da Fundação Telos.

Agora, esse é o motivo que me levou a fazer esse requerimento. Segundo se noticia na imprensa, esse consórcio chegou a oferecer US$550 milhões pelo controle acionário da Embratel. No entanto, as ações foram vendidas à Telmex – pelo menos é o que está na imprensa – pelo valor de US$360 milhões. Como tenho uma oferta de US$550 milhões de empresas, que pelo menos estão estabelecidas no Brasil, e vendo por US$360 milhões? Quer dizer, alguém está querendo ter prejuízo? Alguém está querendo dar prejuízo aos acionistas? Essa é a razão que me leva a fazer este requerimento.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Perfeitamente, Senador.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – Senador, neste momento, lá na Comissão de Fiscalização e Controle, estão todos os Diretores da Embratel – inclusive os mexicanos que no Brasil operam a Claro – e os Diretores desses consórcios que estavam formando a tal da empresa Calais, que compraria a Embratel. Eles começaram a falar no momento em que eu saí para vir para cá. Ainda não começaram as perguntas. O que eu percebi – pelo menos nas exposições – é que esse Consórcio que está trazendo a Calais quer dinheiro do BNDES para comprar a Embratel e o mexicano entrou com dinheiro vivo, dinheiro de fora. Então, às vezes, interessa mais para o País um investimento volumoso de fora do que girar o dinheiro aqui mesmo, apanhando dinheiro da Embratel para comprar uma empresa brasileira. Isso não se esclareceu. O debate lá vai começar agora.

Então, entendo que se deva debater mais aqui porque o fórum deveria ser aqui e não lá. O Senador Ney Suassuna se antecipou, tomando uma atribuição nossa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Exato. V. Exª levanta com muita apropriadamente essa questão...

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – Eu voto favorável ao Requerimento de V. Exª.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Perfeito. Este Requerimento foi apresentado anteriormente ao Requerimento do Senador Ney Suassuna na Comissão de Infra-Estrutura.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – Na Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Exato, na Comissão de Fiscalização e Controle.

Nós estamos fazendo um acompanhamento detalhado com as pessoas que deveriam vir participar, quem é quem, quem deveria participar? Enquanto nós fazemos uma coisa bem pensada, séria e corretíssima. De repente, apresenta-se um outro Requerimento, em outra Comissão e em quatro dias, aprova-se o Requerimento e faz-se uma audiência pública. O fórum é aqui. Esta é que é a Comissão de Comunicações do Senado. Tem que passar por aqui, Sr. Presidente. Eu espero que V. Exª insista neste particular.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadores Hélio Costa e Gerson Camata, tanto é verdade o que disse aqui o Senador Hélio Cosa que nós tentamos um contato com o Senador Ney Suassuna, propondo até a realização de audiência conjunta, já que houve, por parte de S. Exª, a emergência em se fazer – não sei qual é o termo certo, o Professor Cristovam que me auxilie, porque foi uma coisa tão rápida para se fazer esta audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle – que nós não tivemos tempo sequer de aprovar o Requerimento.

O Requerimento chegou na semana passada e nós tínhamos que aprovar o Requerimento para marcar a audiência. Nós não podemos marcar audiência

sem aprovar o Requerimento e lá, sem *quorum* e sem nada, o Requerimento foi aprovado e a audiência já está sendo realizada na Comissão de Fiscalização e Controle. Eu tentei, repito, uma audiência conjunta – o próprio Secretário da Comissão....

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – É a tal da urgência-urgentíssima...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Senador Ney Suassuna, não aceitou, sequer, a realização da audiência conjunta.

Tenho adotado sempre uma atitude aqui: quando outra Comissão propõe a realização de audiência em conjunto, eu aceito, mesmo que aquele assunto seja atribuição específica da Comissão de Educação. Já fizemos, assim, com a Comissão de Assuntos Econômicos e com a Comissão de Assuntos Sociais. Não houve, entretanto, esse critério por parte da Comissão de Fiscalização e Controle. Apenas estou cumprindo, aqui, o que determina o Regimento – colocando em votação o Requerimento – e pedindo, também, o apoio dos Srs. Senadores para a aprovação do mesmo porque tem razão o Senador Hélio Costa: este é um assunto da Comissão de Educação e aqui ele deve ser tratado.

Se outra Comissão quiser tratar, deveria, pelo menos, aceitar que se realizasse aqui uma audiência conjunta e nós pudéssemos estar discutindo o mesmo assunto.

Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – Sr. Presidente, pelo que estou presenciando lá da reunião, creio que o debate lá não irá esgotar este assunto. É uma coisa que ainda vai se avolumar. O que nós vamos ter que decidir aqui? Qual é a aquisição que concentra menos as decisões sobre tarifas de comunicação no Brasil? O caminho é este. Qual seria a solução que mais beneficiaria o consumidor? Qual é a solução que, patrioticamente, sirva ao Brasil, mas desconcentre as comunicações no Brasil, para que não se formem oligopólios – como os que estão se formando – com empresas hegemônicas.

Percebemos que todas as empresas operantes no Brasil se uniram para formar a tal Callais, para, então, dominar a Embratel. Há o perigo até de se tirar o nome da Embratel. Acredito que até o nome da Embratel é um ícone para o Brasil, e V. Exª acentuou bem, é a maior empresa de telecomunicações do Hemisfério Sul. Portanto, temos que cuidar para que ela seja preservada pelo menos com esse "Embra", embora ela vá ser mexicana, mas há o "bra" no meio. Ao mesmo tempo, que ela seja usada para propiciar uma desconcentração desses oligopólios que começam a se formar.

Voltarei um pouquinho: quando o Ministro Serjão começou o processo de privatização, várias vezes fui a ele – mais de uma vez – em Minas, no Espírito Santo. Havia empresas brasileiras que comprariam as nossas empresas. A do Espírito Santo chamava-se Telest; a do Rio de Janeiro, Telerj; a de São Paulo, Telesp. Se não se fizesse esse grupo enorme por preços inalcançáveis para as empresas brasileiras, no Espírito Santo haveria empresários que comprariam a Telest. Seria uma empresa do Espírito Santo, com recursos de capixabas que seriam reinvestidos no Espírito Santo.

Hoje, 80 milhões por mês são tirados da economia do Estado pelas empresas telefônicas, que levam para o Rio, para São Paulo, etc. – às vezes até para fora do Brasil. Em Minas Gerais, havia a Telemig. Tenho certeza de que muitas empresas mineiras ou grandes empresários mineiros se associariam e comprariam a Telemig, continuando, assim, a ser uma empresa do Estado de Minas, tocada por empresários mineiros. Mas, não sei por que – se era um projeto nacional – formaram-se três grandes grupos, e três grandes grupos estrangeiros compraram todo o sistema de telecomunicações do Brasil.

Depois, com o problema da transmissão de dados e dos celulares, elas então cresceram e se transformaram em oligopólios fantásticos. Com a entrada do GSM e da banda larga, novamente mais oligopólio, mais poder concentrado. E agora, com a transmissão de dados, viraram esses monstros, esses grandes oligopólios, que atemorizam.

O que eu disse ao Ministro é que se criaram os Estados centralistas e os Estados periféricos. O serviço de DDD do Espírito Santo é na Bahia. Assim, quando telefonamos para pedir uma informação, temos que explicar: "É em Vitória. Mas não é em Vitória da Conquista não, é em Vitória capital do Espírito Santo"! Porque o operador não sabe. Quando dizemos o nome de uma cidade, temos que dizer em que Estado fica. Até isso! Deve-se renunciar até aos conhecimentos geográficos que devemos ter da nossa unidade federada.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – Com o maior prazer.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Quero acrescentar a essas informações todas que V. Exª transmite o fato de que chegamos a citar aqui, na semana passada, na audiência pública que fazíamos com o Ministro da Educação, que, nos próximos dois anos, no máximo, teremos mais um ingrediente nessa verdadeira salada eletrônica que está sendo preparada pelos grandes

grupos internacionais que operam a telefonia no Brasil: o processo G-5. O que é o G-5 ou G-3? É o que vai permitir transmitir imagens de televisão colhidas no seu celular. Transmitimos hoje imagens estáticas e temos possibilidade de transmitir seqüenciadas. No momento, já se transmitem imagens seqüenciadas; daqui a dois anos, vão se fazer imagens móveis, tornando-se, na realidade, um canal de televisão no celular.

É evidente que todo esse interesse, Sr. Presidente, em torno das empresas de telefonia no Brasil, está pautado por essas incríveis possibilidades que surgem, na medida em que se vai atualizando e apurando todo o sistema de telecomunicações. Não sei se neste momento já a compra da Embratel não está relacionada com o que ela oferece no futuro, porque ela é o número 1 do Brasil com relação a isso a que estou me referindo.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – Esse debate ainda vai ter que prosseguir. Ele não vai se esgotar lá, e a Comissão apropriada para que possamos, pelo menos, fornecer aos brasileiros a informação do que está acontecendo nesse setor é esta; o fórum é aqui, e até a Comissão, por meio do Ministério das Comunicações e da Anatel, deve fornecer luzes ao Governo para que não se formem, cada vez mais, esses oligopólios começando até a ditar tarifas e preços.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT-DF) – Sr. Presidente, quero dizer que acho muito oportuno o requerimento do Senador Hélio Costa, na linha do Senador Gerson Camata, porque, se não fosse pelo evento em si, isso permitiria uma reflexão nossa.

Na educação do futuro, terá cada vez menos importância a escola como prédio. Terá mais importância esse equipamento que está aí. As telecomunicações são parte do processo educacional, para o bem ou para o mal. Então, a primeira reflexão é essa.

A segunda é por que o Brasil, hoje, ficou tão para trás, a ponto de virem aqui os mexicanos tomarem conta de um símbolo brasileiro? Acredito que deva ser um momento de se refletir um pouco sobre isso. E, obviamente, ao mesmo tempo, pelo próprio processo de venda, temos uma responsabilidade também.

Justifica-se, sim, além da outra Comissão, fazermos um debate, não só pelo fato em si, mas por uma reflexão que precisamos fazer: onde é que estamos errando e quais são os riscos que corremos em relação ao controle das telecomunicações por uma empresa estrangeira, sabendo que as telecomunicações serão fundamentais no processo educacional daqui para a frente?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Agendaremos uma audiência pública dentro do tempo mais rápido possível, sem urgência urgentíssima.

Item 8 – Requerimento, também, do Senador Gerson Camata:

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, convite para realização de audiência pública na Comissão de Educação do Senado Federal, com a presença do Srs. Dr. Mário Amato, Diretor Fundador; Dr. Paulo Natanael de Souza, Presidente do Conselho do CIEE de São Paulo e CIEE Nacional; Dr. José Feliciano de Carvalho, Diretor Executivo do HSBC, e primeiro estudante bolsista do CIEE; Dr. Osires Silva, Conselheiro do CIEE e Fundador da Embraer, e Dr. Luís Gonzaga Berteli, Presidente Executivo do CIEE, com o objetivo de relatar as atividades desenvolvidas nesses quarenta anos de existência do CIEE.

O Senador Gerson Camata, que é o autor, quer a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – Sr. Presidente, atualmente, se fala muito do primeiro emprego, no esforço para empregar pessoas. Vemos aqui, pelo trabalho feito pelo CIEE, que, nesses anos, desde que ele foi fundado, 4,5 milhões de estudantes carentes fizeram estágio, sendo que 49% são admitidos depois do primeiro emprego quando fazem estágios por meio desse revolucionário sistema.

Quero, além de prestar uma homenagem pelos 40 anos, fazer com que eles exponham aqui como é que podem atualizar um pouco isso, como é que podemos ajudá-los até para que atuem mais no atrativo de levar estudantes para os estágios e fazer com que eles sejam aproveitados lá.

Sabemos, todos nós que passamos por um curso superior e o Professor Cristovam mais do que todos, que vamos para faculdade e aprendemos, mas aprendemos mesmo é na luta do dia-a-dia, quando entramos numa empresa, começamos a trabalhar e começamos a enfrentar aqueles problemas que os conhecimentos que adquirimos na faculdade nos ajudam a solucionar, a resolver.

Creio que seria uma maneira interessante de eles virem aqui para trazer luz sobre o primeiro emprego e, como é um processo educacional, porque o estágio é uma continuação do processo educacional, nada melhor do que debater esse assunto aqui, homenageando-os e ouvindo deles como é que podemos

auxiliá-los a incrementar essas atividades que exercem no Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT-DF) – Sr. Presidente, quero apoiar a proposta e lembrar de algo que faz muito oportuno um encontro desse. Em nome de proteger o trabalho, há, hoje, em discussão, medidas que podem ameaçar o funcionamento do CIEE. Com medo de que, obviamente, o estágio seja uma forma disfarçada de explorar o trabalho, pode-se cair num radicalismo de proibir estágio, que é fundamental na formação.

Tenho a maior admiração pelo trabalho do CIEE, e considero muito bom que tragam o Sr. Mário Amato, que realiza trabalho muito interessante, está quase completando seus 90 anos e continua batalhando em defesa desse processo de formação no trabalho. Apóio a iniciativa, porque acredito que será um bom momento para sabermos como ajudar o CIEE a enfrentar essas medidas que estão sendo tomadas em nome da defesa do emprego, prejudicando a educação no trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

Cumprimento o Senador Gerson Camata pela apresentação do requerimento, porque sou autor de um projeto que trata exatamente do fortalecimento do CIEE.

Com essa audiência, poderemos levar a debate o projeto que está com o Senador José Jorge, para relatá-lo e aprimorá-lo.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Peço um minuto de atenção dos Srs. Senadores.

Há mais um requerimento para ser apreciado, em cumprimento ao que combinamos na audiência pública com as empresas de televisão e o BNDES. O Senador Hélio Costa sugeriu que também fossem ouvidos em audiência pública os empresários da mídia impressa. Esse requerimento propõe exatamente isso.

Estou assinando este requerimento, pelo qual proponho a realização de audiência pública para, com os empresários da mídia impressa, debater o empréstimo do BNDES.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Semana passada foi solicitado que procedêssemos a um levantamento dos projetos em tramitação sobre quotas nas universidades. No Senado Federal, há nove projetos e, na Câmara dos Deputados, quarenta. Evidentemente, esses projetos têm de tramitar em conjunto porque tratam do mesmo assunto, ou seja, dispõem sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e dá outras providências. Em linhas gerais, tratam do sistema de quotas em números variados e critérios diferenciados, como renda ou raça.

Atendendo a solicitação da Senadora Ideli Salvatti, fizemos o levantamento que está à disposição dos Senadores da Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h13min)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 de Fevereiro de 2004, às 11:30 Horas.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e quatro, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **ANTONIO CARLOS VALADARES, AELTON FREITAS, LUIZ OTÁVIO, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, MOZARILDO CAVALCANTI, ROMERO JUCÁ e PAULO OCTÁVIO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e passa à deliberação da pauta: **Item 1) REQUERIMENTO Nº 001/2004/CFC. Autor: Senador ARTHUR VIRGÍLIO**, que "requer, nos termos regimentais e constitucionais, a convocação do senhor **Ministro dos Transportes** para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta comissão sobre as denúncias do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT, que envolvem o

desvio de recursos destinados a obras rodoviárias e irregularidades em licitações". **Resultado: Aprovado como convite. Item 2) AVISO nº 18/1999,** que "encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 87, de 1999, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, e, ainda, cópia do relatório de auditoria (TC nº 001.989/98-7), realizada no Banco Central do Brasil." **Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador LUIZ OTÁVIO. Parecer:** pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 3) AVISO nº 106/2000,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 163, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Estado de Saúde de Santa Catarina, e diversos órgãos e entidades de saúde de Santa Catarina, dentro do Programa de Ação na Área de Saúde – Diagnóstico. (TC – nº 011.012/99-4)." **Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador EFRAIM MORAIS. Parecer:** pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 4) AVISO nº 142/2000,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 592, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ e ES), abrangendo a gestão da área de licitações e contratos no período de 21.06.93 a 30.09.95 (tc – 575.553/95-2). " **Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador ROMERO JUCÁ. Parecer:** pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado**. É aprovado, extra-pauta, o **REQUERIMENTO Nº 002/2004/CFC** de autoria do **Senador LUIZ OTÁVIO,** que "requer, nos termos regimentais e constitucionais, o convite ao ex-diretor geral do DNIT, Dr. JOSÉ ANTONIO DA SILVA COUTINHO, para, em audiência pública, prestar esclarecimentos aos senadores desta Comissão sobre as denúncias que envolvem o desvio de recursos destinados a obras rodoviárias e irregularidades em licitações". **Resultado: Aprovado**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental. Declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Temos na pauta quatro itens. Para o Item nº 1, peço que o Senador Luiz Otávio seja o relator. O Item nº 2 é do próprio Senador Luiz Otávio. Quanto ao Item nº 3, solicito ao nobre Senador Efraim Morais que seja o relator, e para o Item nº 4, designaremos o relator em seguida.

Item nº 1:

Com a palavra o nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Comissão de Fiscalização e Controle, pelo requerimento assinado pelo Senador Arthur Virgílio, líder do PSDB no Senado Federal, requer nos termos regimentais e constitucionais a convocação do Sr. Ministro dos Transportes, em audiência pública, para prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão de Fiscalização e Controle sobre denúncias do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, o DNIT, que envolvem o desvio de recursos destinados a obras rodoviárias e irregularidades em licitações.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o relatório do nobre Senador Arthur Virgílio, aqui lido pelo Senador Luiz Otávio.

Em discussão.

Senador Efraim Morais com a palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – De acordo com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Iremos votar o requerimento, mas antes queria dar uma informação aos nossos Senadores. O Ministro me ligou e pediu-me que aprovássemos o requerimento, o que é uma redundância, porque esta Comissão sempre tem feito dessa forma, mas S. Exª já queria marcar a data de sua vinda, ou seja, dia 3, às 11h30min.

Coloco em discussão a sugestão do Sr. Ministro de sua vinda no dia 3, às 11h30min.

As Srªs e os Senadores estão de acordo? (Pausa.)

Aprovado.

A secretaria, por favor, comunique ao Sr. Ministro que estaremos a postos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, pelo requerimento do Senador Arthur Virgílio, S. Exª não só pede a presença como também solicita os esclarecimentos do Ministro Adauto, Ministro dos

Transportes, como também do Diretor-Geral do DNIT, que, salvo melhor juízo, já foi exonerado, o Dr. Coutinho, indicado para o cargo, já exonerado pelo atual ministro.

Pergunto a V. Exª se ainda convocaremos o Diretor-Geral do DNIT ou ficaremos só com a presença do Ministro Adauto?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A audiência do Ministro já está marcada; a Secretaria entrará em contato com o Diretor do DNIT para que determine, entre em acordo sobre a data em que S. Sª virá. Creio que não podemos fazer uma aprovação parcial. Se aprovada a do Ministro, teremos que aprovar a solicitação do nobre Senador. Não podemos fazer meia aprovação. Ou a fazemos toda ou não fazemos, não é isso?

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o requerimento não convoca a pessoa do diretor do DNIT. Ele apenas cita irregularidades do DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Lembra bem a Secretaria de que o requerimento não pede a presença do diretor do DNIT, cita apenas as irregularidades do fato. Vamos ouvir o Ministro e, se houver necessidade, convocaremos em seguida o ex-diretor do DNIT.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Não querendo polemizar, mas já polemizando...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por favor.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Apenas para explicar à Assessoria da Mesa – tenho o maior respeito por todos os técnicos e funcionários do Senado Federal – que é realmente estranho: se uma pessoa, como é o caso do Ministro, que teve um **affaire**, uma discussão, uma guerra entre ele e o Diretor-Geral do DNIT... Vem o Ministro e não somos...

Entendo, com certeza, que o objetivo do requerimento é ouvir as duas partes para, realmente, além de a Comissão de Fiscalização e Controle cumprir o seu papel, podermos analisar, avaliar e inclusive irmos mais adiante ou até nos dar por satisfeitos pelas presenças e pelos esclarecimentos prestados.

Em hipótese nenhuma, poderia ser aceita a opção de o Senador Arthur Virgílio trazer apenas o Ministro, até porque não seria necessário citar o Diretor-Geral...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É, mas penso que é pacífico, nobre Senador. Chamaremos...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Entendo que o próprio Senador Luiz Otávio pode incluir no requerimento a solicitação convidando o ex; aliás, pode ser a audiência dos ex, porque pelo que a Imprensa está anunciando, o Ministro dos Transportes pode estar deixando, daqui para o dia 3, o Ministério. Se não acontecer, sugiro que seja feito requerimento, que tem o nosso apoio, para que seja convocado o ex.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Acato a proposição do Senador Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Portanto, a convocação é do Ministro. Aliás, sempre tivemos aqui a gentileza de transformar as convocações em convite. Será um convite ao Ministro e ao ex-diretor, mas já sabemos que o Ministro, de antemão, se prontificou a vir e mais ainda, já pediu até que a data fosse marcada, e está marcada para o dia 3, às 11h30min. S. Exª faz questão de vir, por isso, nós ouviremos S. Exª na data marcada.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 2:

Relator: Senador Luiz Otávio.

O Item nº 3 é do Senador Efraim, e o 4 é do Senador Romero Jucá, para relatar **ad hoc**.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da Comissão de Fiscalização e Controle sobre o Aviso nº 18, de 1999, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da decisão 87, 1999, referente à auditoria realizada no Banco Central do Brasil.

Vem a esta Comissão o Aviso encaminhado pelo Tribunal de Contas da União. Na verdade, o processo chegou ao Senado Federal em 26 de março de 1999 e foi encaminhado a esta Comissão em 30 de março.

Daquela data em diante, foram nomeados relatores os Senadores Gilvam Borges e Wellington Roberto, tendo sido devolvido à Comissão em dezembro de 2002, sem relatório. Em 2003, foi designado este Senador como Relator.

O processo originou-se de pedido formulado pela Câmara dos Deputados para o TCU, no sentido de que examinassem a possibilidade de terem sido concedidos privilégios a especuladores que teriam apostado na desvalorização da moeda brasileira. Tais privilégios, denunciados pela Imprensa, teriam sido ofertados por meio de operações de recompras antecipadas de títulos públicos, efetuados pelo Banco Central, em 29, 30 e 31 de outubro de 97.

O Tribunal entendeu terem sido legítimas e regulares as operações na sessão do Tribunal de Contas da União. Em 6 de novembro de 2002, aquela Corte assim decidiu.

Verifica-se, portanto, que o TCU enviou tais decisões ao Senado Federal, fundamentalmente, para cumprir praxe de demonstrar ao Congresso Nacional, de forma amostral, o resultado de determinados processos que lá se originam, ainda que sem qualquer interesse por parte desta Comissão.

Observa-se, portanto, que não se trata de matéria sobre a qual esta Comissão tenha que tomar providências, uma vez que as determinações impostas pelo Tribunal compreendem as medidas cabíveis da espécie.

Voto

Diante do exposto, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibe pelo envio ao Arquivo o presente processo.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Nobre Senador Efraim Morais, para relatar o próximo item.

Item nº 3:

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, parecer sobre o Aviso nº 106/2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 163, de 2000, relativa à auditoria realizada na Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, referente a recursos transferidos pela Funasa.

Vem a esta Comissão, para ser feita a análise, o processo que chegou no dia 16 de junho de 2000 e foi encaminhado a esta Comissão em 9 de agosto daquele ano.

Inicialmente foi nomeado Relator o Senador Juvêncio da Fonseca, que ofereceu parecer em 28 de junho de 2002, porém, até o final daquele ano, não foi apreciado o parecer. Em 27 de fevereiro de 2003, o Senador Delcídio Amaral foi nomeado Relator, e fez uma análise profunda sobre a matéria, analisando item por item. Após essa análise, S. Exª chegou à conclusão e votou como Relator o processo em apreço, que revela a postura de equilíbrio e efetividade do tribunal de Contas da União. Foram recomendadas determinadas medidas legalmente adequadas à espécie, posto que as falhas verificadas têm natureza eminentemente formal, não implicando sanções distintas das aplicadas.

Dessa forma, o Sr. Relator conclui dizendo que cumpre salientar a eficácia e a eficiência do trabalho daquela Corte.

Quanto à Comissão, nada a fazer senão conhecer da matéria e encaminhá-la ao Arquivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 4:

Com a palavra o nobre Senador Romero Jucá para o último item da pauta.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, o último item da pauta, o Item nº 4, de relatoria do Senador Almeida Lima, é uma matéria da Decisão 592, do Tribunal de Contas da União, que fundamenta a auditoria realizada no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Rio de Janeiro/Espírito Santo, abrangendo a gestão da área de licitações e contratos no período de 21/06/93 a 30/09/95. O número do processo é 575553/95-2.

A posição do Relator Senador Almeida Lima é exatamente no sentido de dar pelo conhecimento da matéria, mas remetê-la ao Arquivo, porque o Tribunal de Contas da União já tomou todas as providências necessárias. Portanto, os procedimentos legais estão em andamento.

Este é o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sr. Senadores, duas comunicações apenas. Chegou agora um requerimento do nobre Senador Aelton Freitas pedindo informações e investigações sobre algumas ações da Caixa Econômica Federal. Não vamos colocar esse requerimento em pauta hoje.

Chegaram também para a próxima reunião documentos enviados para o nosso conhecimento do Ministro Waldir Pires, o Aviso nº 2123, da CGU-PR, que envia relatórios de fiscalização com resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas unidades que foram sorteadas na sexta etapa do programa de fiscalização, a partir de sorteios públicos.

E também o relatório de auditoria especial nos Municípios de Satuba, em Alagoas, e Confreza, em

Mato Grosso. Também por meio desse mesmo aviso, estão-nos sendo enviadas cópias do relatório final de fiscalização sobre o Ministério de Minas e Energia.

Essas matérias serão distribuídas para que os Senadores delas tomem conhecimento e possam avaliá-las na próxima reunião.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 45min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 16 de Março de 2004, às 09:00 Horas.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia dezesseis de março de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **ANTONIO CARLOS VALADARES, AELTON FREITAS, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, JOÃO ALBERTO SOUZA, JOÃO RIBEIRO, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, OSMAR DIAS, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL, ROMERO JUCÁ** e **LEONEL PAVAN.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e passa à deliberação do item único da pauta: **REQUERIMENTO Nº 003/2004/CFC. Autor: Senador NEY SUASSUNA**, que "requer, nos termos regimentais, que sejam convidados o Dr. JORGE MATTOSO, Presidente da Caixa Econômica Federal, o Dr. PAULO BRETAS, Vice-Presidente de Logística da CEF e Dr. JOÃO ALDENIR DORNELES, Vice-Presidente de Controladoria da CEF, para, perante a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, discorrerem sobre a renovação do contrato entre a GTECH BRASIL Ltda. e a Caixa Econômica Federal". **Resultado: Aprovado.** A seguir, são deliberados, **extra-pauta, os seguintes itens: DIVERSOS nº 31/1998,** que "encaminha copia da Decisão 244/98, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na área habitacional da Caixa Econômica Federal, relativa aos aspectos pertinentes ao descumprimento de normas específicas e determinações expedidas por aquele tribunal". **Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador ROMERO JUCÁ. Parecer:** pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado**; e **PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE nº 01/2004,** que "requer a apuração de irregularidades na condução de contratos administrativos firmados pela empresa pública municipal EMLUR, de João Pessoa – PB". **Autor: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. Resultado: Aguardando designação de relator prévio da matéria.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Os senhores Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior permaneçam sentados.(Pausa)

Aprovada.

Hoje, na pauta desta nossa reunião do dia 16.03.2004, temos três assuntos: o primeiro se refere a um processo remanescente, do qual fui relator também, que mandamos ao Ministério Público. Agora, para relator, está sendo designado o Senador Romero Jucá.

Com a palavra o nobre Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este processo, de nº 31, de 1998, versa sobre a auditoria realizada na área habitacional da Caixa Econômica Federal. Essa auditoria foi realizada em conseqüência, inclusive, de uma CPI mista que investigou o Sistema Financeiro da Habitação.

Após o relatório da Comissão de Fiscalização e Controle, essa matéria foi encaminhada também ao Ministério Público Federal, que deu parecer, encaminhou ao Tribunal de Contas da União, o qual sanou algumas questões operacionais, e agora a Comissão recebe a resposta dessas informações.

Portanto o relatório é no sentido do conhecimento e arquivamento das providências tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Esse é o parecer do nobre Senador Romero Jucá.

Em discussão.(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que estão de acordo permaneçam sentados.(Pausa)

Aprovado.

O **Item 2** da pauta é um requerimento da minha autoria:

> "Requer, nos termos regimentais, que sejam convidados o Dr. Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, o Dr. Paulo Breta, Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal, o Sr. Mário Haag, ex-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal, e João Aldemir Dorneles, Vice-Presidente da Controladoria, para, perante a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, discorrerem sobre a renovação do contrato entre a Gtec Brasil Ltda. e a Caixa Econômica Federal."

Senhores, esse é um assunto que vem dominando a imprensa e pensamos que, na Comissão de Fiscalização e Controle, não podemos, de maneira alguma, deixar de promover esses depoimentos e aprofundar, para saber se merece um processo de fiscalização e, quem sabe, se for necessário, uma gradação maior.

Por essa razão, estamos sugerindo esse convite. Peço aos Senadores que apóiem o meu requerimento, para que possamos, dessa forma, proporcionar transparência sobre esse assunto entre a Caixa Econômica e a Gtech.

Com a palavra o nobre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente Ney Suassuna, associo-me a V. Exª e apóio o seu requerimento. Penso que essa questão precisa ser investigada, colocando de lado a tentativa de exploração política e eleitoral dessa matéria. Temos experiência nesta Comissão de tantos assuntos que tinham um tipo de versão em termos de informação da opinião pública ou da relação político-eleitoral, e, quando chegam à Comissão, efetivamente são investigados.

Então creio que a Comissão de Fiscalização e Controle é o fórum apropriado para investigar essa questão.

Parabenizo-o pelo requerimento, no qual voto favoravelmente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não, nobre Senador João Alberto Souza, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Entendo ser de bom alvitre a convocação do Vice-Presidente de Logística da CEF, mas não vejo por que convocar o ex-Presidente de Logística Mário Haag. Ele não tem nada com o assunto, que não lhe diz respeito.

Gostaria que o seu nome fosse retirado dessa convocação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, vamos acatar o pedido de V. Exª, mas façamos o seguinte: se houver necessidade, conforme o depoimento dos demais, nós o convidaremos; se não, excluiremos o nome de Mário Haag, por se tratar de pessoa do outro Governo.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Plenamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam sentados.(Pausa)

Aprovado.

Temos um terceiro item, do Senador João Alberto, que pediu para ser inserido extrapauta.

V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – É uma denúncia que já está nesta Casa desde o dia 1º de março, em que são feitas observações a respeito de possíveis desvios financeiros ocorridos numa prefeitura.

Os principais motivos são: compra sem licitação, no valor de R$5 milhões; não-cumprimento de decisão de acordo do TCU; instalação de um incinerador no distrito industrial; procurar resolver pela via administrativa, que é mais rápida e menos desgastante.

Essa denúncia foi encaminhada à nossa assessoria e obteve uma nota técnica que pede que ela seja acolhida:

> "Nesse contexto, sugerimos que a presente denúncia seja recebida e acatada como proposta de fiscalização e controle, nos termos do art. 112, "b", do Regimento Interno do Senado."

Assim sendo, Sr. Presidente, sou pela acolhida da denúncia, para que se façam, de acordo com a lei, as investigações solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, acato a solicitação de V. Exª. Designaremos um relator para dar continuidade ao requerimento de V. Exª.

Informamos aos nobres Senadores que a Prefeitura de Bacabal, para a qual houve um pedido de investigação, está bem adiantada. Infelizmente, são muitos os indícios e cobcações e o próprio Senador que solicitou tem interesse de que na próxima semana façamos uma reunião sigilosa, fechada, para tomarmos decisões mais duras em relação a essa fiscalização. Então, na próxima semana, teremos uma reunião a portas fechadas para dar continuidade a esse processo.

Foram processos iniciados nesta Comissão pela primeira vez, mas, para a minha surpresa, têm realmente motivos para serem tocados adiante.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 9h45min)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de Março de 2004, às 11:30 Horas.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia dezessete de março de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **AELTON FREITAS, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, OSMAR DIAS, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL, GERALDO MESQUITA JÚNIOR e PAULO OCTÁVIO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e transfere a direção dos trabalhos ao Senador **LUIZ OTÁVIO,** que passa à deliberação do **item 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 114/1996,** que "declara a nulidade da compra, pela Companhia Vale do Rio Doce, das ações dos acionistas controladores da URUCUM Mineração S/A, e da outras providencias". **Autor: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA; Relator:** Senador **NEY SUASSUNA** que em seu parecer opina pela prejudicialidade da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado.** Reassume a presidência o Senador **NEY SUASSUNA,** que dá continuidade à pauta. **Item 2) AVISO 28/1999,** que "encaminha ao Senado Federal, relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º trimestre de 1999." **Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc":** Senador **CÉSAR BORGES,** que em seu parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 3) AVISO 157/2000,** que "encaminha ao Senado Federal relatório das atividades, referente ao 2º trimestre de 2000." **Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc":** Senador **LUIZ OTÁVIO,** que em seu parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

O Sr. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Peço ao nobre Senador Luiz Otávio que assuma a Presidência porque sou Relator do primeiro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Assumo a Presidência e concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna para relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1996, que declara a nulidade da compra pela Companhia Vale do Rio Doce da ações dos acionistas controladores da Urucum Mineração e dá outras providências.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Presidente, Srs. Senadores, a Comissão de Fiscalização e Controle recebeu esse Decreto Legislativo nº 114, de 1996, que declara a nulidade da compra pela Companhia Vale do Rio Doce das ações dos acionistas controladores da Urucum Mineração S. A. e dá outras providências.

Cuida os presentes autos da comunicação do TCU ao Congresso Nacional sobre a Decisão nº 336, que considerou inconstitucional o ato de aquisição do controle acionário da empresa Urucum Mineração pela Companhia Vale do Rio Doce, que, na oportunidade, constituía-se em sociedade de economia mista.

Conforme o art. 37 da Constituição Federal, depende de autorização legislativa em cada caso a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia e fundação, assim como da participação de qualquer delas em empresa privada.

O caso foi analisado pelo Tribunal de Contas, foi levado em conta toda a defesa dos atos, mas, no final, o TCU se manifestou e, por essa razão, fizemos o seguinte voto:

Assiste razão ao TCU a decisão inicial de requerer do Poder Executivo a anulação dos atos que culminam na transferência do controle acionário da Companhia Vale do Rio Doce.

Não menos razão lhe assiste igualmente ao decidir dar em subsistência a sua decisão inicial, posto que a segunda foi tomada diante do fato de que a companhia Vale do Rio Doce, nessa oportunidade, em 1997, já não era mais estatal, portanto, não sujeita aos efeitos dos ditames constitucionais incidentes sobre as entidades privadas cujo capital fosse, em sua maioria, pertencente ao poder público. Conforme os preceitos jurídicos aplicáveis, a matéria não é mais de interesse público a partir do momento em que o controle acionário da companhia Vale do Rio Doce transferiu-se ao setor privado.

Indiscutível que, quando da alienação da Companhia Vale do Rio Doce pelo Governo Federal, foi transferida aos adquirentes a totalidade do patrimônio ativo da empresa. Desse conjunto, faz parte inequivocamente as participações societárias da Companhia Vale do Rio Doce na empresa Urucum Mineração S. A.

A aprovação da presente proposta de decreto legislativo nenhum benefício daria para o Poder Público Federal, pois a atual anulação do negócio redundaria exclusivamente na transferência aos antigos proprietários das ações da Urucum Mineradora S. A. adquiridas pela Companhia Vale do Rio Doce. Em conseqüência, os antigos acionistas ficariam obrigados a ressarcir à Companhia Vale do Rio Doce o valor recebido como pagamento das ações. O resultado disso seria apenas a criação de um enorme conjunto de conflitos e desajustes que afetariam exclusivamente entes privados, sem qualquer resultado para o poder público, senão o risco de redução da credibilidade dos negócios jurídicos que ainda não perfeitos na origem, pois viciados de ilegalidade, aperfeiçoar-se-iam no momento da privatização daquela empresa.

Isso posto, reconhecemos seu método na origem, porém, em face do fatos que ocorreram após a propositura, o voto é pela prejudicialidade e a proposta é de arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Em discussão o parecer do Senador Ney Suassuna.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Vai ao arquivo o decreto legislativo.

Transfiro a Presidência ao titular Presidente, Senador Ney Suassuna, nobre, ilustre Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Senador Luiz Otávio, V. Exª como sempre um cavalheiro. O Pará realmente mandou para cá, como representante um membro extremamente atuante. Muito obrigado.

Item 2. Peço ao nobre Senador César Borges que, por gentileza, relate, como peço que o item nº 3 seja relatado depois pelo Senador Luiz Otávio.

Encaminho ao Senado Federal relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao primeiro trimestre de 1999.

Foi relatado pelo nobre Senador Antonio Carlos Valadares. Em S. Exª não estando presente, peço, como relator **ad hoc**, que o Senador César Borges, nobre representante da Bahia, seja o relator.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, resta a essa Comissão o Aviso nº 28/99, do TCU, que encaminha relatório das atividades do primeiro trimestre de 1999.

Não há nada de inovador no relatório e nem se compõe ele de matéria que demande alguma decisão por parte dessa Comissão.

Digno de nota que o TCU, naquela oportunidade, ressaltou adoção de medidas no intuito de tornar a fiscalização cada vez mais efetiva e eficaz.

Entre as medidas aditadas destacam-se: racionalização processual, visando a celeridade da tramitação; o incremento na política de desenvolvimento de recursos humanos; a revisão do planejamento estratégico; o estreitamento das relações com o Congresso Nacional.

Em resumo, o relatório informa que o TCU apreciou 9.779 processos, naquele ano, em 193 sessões do Plenário e das Câmaras.

As tomadas e prestações de contas, tomadas de contas especiais corresponderam a 3.858 processos, dos quais 808 foram julgados irregulares, o que gerou a condenação de 845 responsáveis ao pagamento de multa ou ressarcimento de débitos no valor de R$ 36,4 milhões. Houve, ainda, em 66 processos a condenação de responsáveis por prática de atos irregulares, o não-cumprimento de decisões do Tribunal, ao recolhimento de R$ 641,1 mil.

O voto do Relator, Sr. Presidente, é o seguinte:

A rigor o relatório poderia ser mais circunstanciado, apresentando um resumo de todas as contas julgadas regulares e irregulares. A listagem dos devedores e responsáveis e daqueles que tiveram seus direitos limitados por decisão daquela corte. Na inexistência de norma sobre a matéria, faculta-se ao TCU apresentar o relatório na forma e com o conteúdo que entender.

Assim sendo, somente cabe a esta Comissão conhecer da matéria e remetê-la ao arquivo.

É o voto.

Assinado pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna Cavalcanti) – Obrigado, Senador César Borges.

Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Para o item nº 3, pediria ao nobre Senador Luiz Otávio, que por gentileza, fizesse o relatório.

Item 3. Trata-se do encaminhamento ao Senado Federal, do relatório de atividades referente ao segundo trimestre de 2000, do Tribunal de Contas da União.

O Relator é o Senador João Ribeiro, mas, por S. Exª não estar presente, peço, como Relator **ad hoc**, que o Senador Luiz Otávio faça a leitura do relatório.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, veio a esta Comissão de Fiscalização e Controle, o Aviso nº 157, de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha relatório das atividades do Tribunal, relativas ao segundo semestre de 2000.

O processo chegou ao Senado em setembro de 2000 e foi encaminhado a esta Comissão no dia 4 daquele mês.

Foi nomeado o Senador Bello Parga, que emitiu parecer aprovado pela Comissão, em reunião do dia 28 de junho de 2001, no qual fez sugestões e opina pela remessa do processo arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna Cavalcanti) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Srs. Senadores, na terça-feira da próxima semana, teremos a presença do Presidente da Caixa Econômica Federal e de membros da sua Diretoria. O primeiro depoimento, e o depoimento principal, será do Presidente da Caixa Econômica Federal.

Vamos ter na quarta-feira uma sessão secreta para determinar medidas necessárias à continuidade da investigação em curso na Prefeitura de Bacabal.

Nomeamos hoje, como Relator de denúncias contra a Prefeitura de João Pessoa, na Paraíba, o nobre Senador Geraldo Mesquita.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos os Srs. Senadores.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 32 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de Março de 2004, às 10:00 Horas.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **ANTONIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, ARTHUR VIRGÍLIO, OSMAR DIAS, MOZARILDO SAVALCANTI, ANA JÚLIA CAREPA, ROMERO JUCÁ, PAULO OTÁVIO, DEMÓSTENES TORRERS, ALOIZIO MERCADANTE E EDUARDO SUPLICY.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle para discorrer sobre a renovação do contrato entre a GTECH BRASIL LTDA. e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme requerimento nº 3, de 2004-CFC, de autoria do Senador **NEY SUASSUNA**, aprovado em 16 de março do corrente. A seguir, franqueia a palavra ao convidado, o DR. **JORGE MATTOSO**, Presidente da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, que realiza a sua exposição sobre o assunto. Após a explanação do convidado, o Senhor Presidente Senador **NEY SUASSUNA** passa a presidência dos trabalhos ao Senador **LUIZ OTÁVIO** e apresenta suas perguntas ao convidado, que presta esclarecimentos. Reassume a Presidência o Senador **NEY SUASSUNA.** Na seqüência, são feitos questionamentos ao convidado pelos Senadores **IDELI SALVATTI, ANA JÚLIA CAREPA, LUIZ OTÁVIO, ANTONIO CARLOS VALADARES, EFRAIM MORAIS, HELOÍSA HELENA, ARTHUR VIRGÍLIO, DEMÓSTENES TORRES e ALOIZIO MERCADANTE.** A seguir, o Senhor Presidente Senador **NEY SUASSUNA,** procede a leitura de requerimentos apresentados pelos Senadores **IDELI SALVATTI, ANA JÚLIA CAREPA, EFRAIM MORAIS e ARTHUR VIRGÍLIO,** a serem deliberados na próxima reunião da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de

Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Pauta da reunião de hoje:

Audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle para discorrer sobre a renovação do contrato entre a GTech Brasil Ltda. e a Caixa Econômica Federal.

Hoje, o convidado é o Dr. Jorge Mattoso, Presidente da Caixa.

Peço à Senadora Ideli Salvatti faça-o ingressar ao recinto. (Pausa)

O requerimento de convocação é da nossa autoria.

Dr. Mattoso, pelo nosso ritual, V. Srª tem a palavra inicial para fazer a sua palestra, após o que o autor do requerimento será o primeiro sabatinador e, em seguida, os Senadores inscritos, sendo que os titulares e os suplentes são os primeiros a inquirir e, por último, os que não fazem parte da Comissão.

V. Srª tem a palavra.

O SR. JORGE MATTOSO – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle. Quero, antes de mais nada, agradecer o convite da Comissão e cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, além de todos os presentes.

Esse convite oferece uma oportunidade ímpar à Caixa Econômica Federal para explicar e mostrar, se necessário, os documentos que indicam a lisura do aditamento do contrato da Caixa para a empresa GTech.

Antes de iniciar os elementos referentes ao contrato, vou-me permitir tecer algumas considerações sobre a Caixa Econômica Federal e sobre esse ano que tenho a grata satisfação de dirigir essa empresa.

Em primeiro lugar, durante esse pouco mais de ano, assumi no dia 16 de janeiro de 2003, aprendi a respeitar e a admirar a Caixa e os seus funcionários. Afinal, a Caixa é um banco ímpar, é um banco público, com extraordinária responsabilidade social. É um banco comercial. Ao mesmo tempo é uma agência de desenvolvimento urbano e é, sobretudo, uma agência de transferência de benefícios da rede de proteção social do Governo. É o único banco nacional presente em absolutamente todos os 5.560 Municípios brasileiros, com agências, lotéricos e correspondentes bancários; esses últimos localizados em empreendimentos comerciais, em bairros, em cidades até há pouco sem nenhum acesso aos serviços bancários.

Essa instituição, que tem 143 anos de história, passou por altos e baixos, mas sempre esteve comprometida com o desenvolvimento do País.

Ao longo dos anos, formou-se um quadro de pessoal extraordinário, capaz de enfrentar os desafios do presente e de garantir aderência às definições estratégicas do Governo.

Mas 2003 não foi um ano qualquer. O ano de 2003 para a Caixa Econômica Federal foi muito importante porque foi um ano de virada. Em primeiro lugar, a Caixa Econômica Federal apresentou o melhor desempenho econômico-financeiro da sua história. Geramos R$1,6 bilhão de lucro líquido e repassamos mais de R$809 milhões ao Tesouro como dividendos e R$2,1 bilhões em tributos.

A Caixa Econômica Federal apostou no crescimento e na reversão das taxas de juros efetivamente ocorrida a partir de julho de 2003, com a ampliação do crédito em mais de 25%. O maior crescimento do crédito ocorrido no sistema financeiro foi realizado pela Caixa Econômica Federal. Reduzimos gastos e desperdícios em valores também inigualáveis, se comparados com o resto do sistema financeiro, já que foram mais de R$285 milhões de redução de gastos e desperdícios, sobretudo com revisão de contratos.

Ao mesmo tempo, a Caixa Econômica Federal tornou-se o principal **dealer** do mercado, lançou fundos de investimento inovadores, como o Fundo de Investimento de Direitos Creditórios, vinculados aos programas sociais do Governo; recebeu duplo A pela Hosting Ratings para sua gestão de ativos de terceiros, e saímos da lista de reclamações do Banco Central e fomos incluídos no Top 5 do Banco Central, que inclui os cincos bancos que melhor previram o desempenho econômico e financeiro do País.

Em segundo lugar, conseguimos consolidar a Caixa como o banco de todos os brasileiros. Insisto nisso porque, afinal, a Caixa é a única instituição financeira nacional a atender todos os brasileiros, clientes ou não. Realizamos o maior programa de inclusão bancária ao trazer para a Caixa, em menos de dez meses, nada menos de 1.420.000 clientes nas contas simplificadas, pessoas até então excluídas do sistema financeiro e do crédito formal. Esse foi o maior programa de "bancarização" e de inclusão bancária já realizado no mundo.

Em terceiro lugar, a Caixa apresentou extraordinário crescimento na área de desenvolvimento urbano. Na área de saneamento, por exemplo, o desempenho da Caixa foi o melhor dos últimos dez anos, com a contratação de nada menos de R$1,7 bilhão contra R$272 milhões, em 2002. Como disse, esse desempenho da Caixa na área de saneamento foi o melhor dos últimos dez anos. Na área de habitação, colocamos a totalidade dos recursos, cerca de R$5 bilhões, e lembremos que mais de 90% dos financiamentos habitacionais realizados no País são feitos pela Caixa Econômica Federal.

Em quarto, realizamos o mais amplo desenvolvimento na área de transferência de benefícios. Em 2003, com os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a Caixa disponibilizou para a sociedade R$31 bilhões entre saques, pagamentos de saques complementares e desembolsos de operações de empréstimo. A arrecadação bruta e a líquida do FGTS foram recordes, respectivamente, R$24,9 bilhões e R$4,6 bilhões. Realizamos nada menos de 225 milhões de pagamentos e repassamos R$3 bilhões como agente operador da Bolsa Família, que unificou os benefícios dos diferentes programas sociais. Finalmente, lançamos novo produto lotérico, melhoramos a premiação de quatro produtos e geramos mais de R$1,7 bilhão em transferências para os programas sociais do Governo, de um total de R$3,5 bilhões arrecadados.

Em quinto, iniciamos um amplo processo de revitalização operacional da Caixa. Foram realizados elevados investimentos na área tecnológica, absolutamente indispensáveis ao reposicionamento estratégico de mercado da Caixa. Foram investidos mais de R$330 milhões no ano de 2003. Não menos importantes foram os investimentos na recuperação de espaço de mercados perdidos, sobretudo nos grandes centros urbanos, início de intensa ampliação do número de correspondentes bancários e de agências. Finalmente, houve investimento em pessoal, revertendo terceirizações consideradas ilegais pela Justiça e realizando novos concursos internos e externos neste ano de 2004.

Esse extraordinário desempenho de 2003 nos permite, em 2004, investir 50% a mais em crédito, 80% a mais em habitação, 76% a mais em saneamento. Serão cerca de R$40 bilhões disponibilizados pela Caixa para auxiliar o crescimento econômico e a expansão do crédito e do investimento, ampliando ainda mais a capilaridade da Caixa.

Como dizia no início, a Caixa é a única instituição financeira presente em todos os Municípios brasileiros. Mas agora lançamo-nos num processo intenso de ampliação e de recuperação de espaço de mercado perdido nos últimos anos, sobretudo nos grandes centros financeiros e urbanos. Serão 500 novas agências e 6.400 novos correspondentes bancários até 2006; e passaremos de 14.231 postos de atendimento, em 2002, para 28.930, em 2006, o que significa mais que dobrar os postos de atendimento. Tudo isso para assegurar melhor atendimento para os clientes da Caixa e para o conjunto do povo brasileiro que se utiliza dos nossos serviços.

Continuaremos o investimento em pessoal e em tecnologia. Neste ano, serão R$615 milhões em **hardware**, **software** e comunicação, indispensáveis para alavancar a produtividade e garantir a competitividade do mercado.

Srªs e Srs. Senadores, com esse quadro, conseguimos mostrar que é possível a um banco público assegurar a mais ampla rentabilidade, ao mesmo tempo em que amplia a sua responsabilidade social e o seu desempenho como agente público do desenvolvimento econômico, urbano e social. A dicotomia entre banco público e rentabilidade é algo do passado. No entanto, nesse processo de fortalecimento do grande banco público de todos os brasileiros, não têm sido pequenos os interesses enfrentados.

V. Exªs conhecem bem as várias tentativas de reduzir o espaço e as prerrogativas da Caixa no que diz respeito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ao penhor e às loterias federais. Vale ressaltar que temos recebido apoio de ambas as Casas do Congresso Nacional na defesa dos interesses da Caixa e, portanto, dos interesses da coisa pública. Quando observamos o que tem ocorrido em muitas loterias estaduais, o que ocorreu com os bingos em máquinas caça-níqueis, as inúmeras tentativas de restringir a regulamentação federal sobre os jogos e liberá-los indiscriminadamente, podemos entender um pouco o desafio da Caixa. É nesse quadro que se situa o imbróglio Caixa-GTech. É nesse quadro de crescimento da Caixa e é nesse quadro de enfrentamento de interesses outros que se situa o imbróglio Caixa-GTech.

Esse é um contrato complexo, extraordinariamente complexo e milionário. Nada menos de R$1 milhão por dia são pagos pela Caixa à empresa GTech. Mas esse contrato é sobretudo longevo, pois são muitos anos e situações a serem consideradas.

Com a privatização da Datamec, empresa de informática da Caixa Econômica Federal, de 1978 a 1999, esvaziou-se a sua participação na operação das loterias e fortaleceu-se a Racimec, que, a partir de 1997, assume o controle das operações das loterias federais. Essa empresa foi comprada, depois, pela GTech, que herdou o contrato anterior. Lembremos sempre que os valores desse contrato sofreram três aumentos: em 1998, de 0,05 para 0,08%, por operação,

o que representa um aumento de 60% no ano de 1998; em 1999, de 0,08 para 0,12%, mais 50% de aumento; e, em 0,12% para 0,15%, mais 25% de aumento. Em um período em que a inflação foi de menos de 40%, os reajustes realizados alcançam valores próximos de 200%. Esse contrato, que vinha da Racimec para a GTech, sofre um distrato no ano de 2000, e o novo contrato foi realizado com a GTech por inexigibilidade de licitação.

O contrato com a Racimec, depois com a GTech, o distrato de 2000 e o novo contrato, sem licitação, da GTech já vinham sendo investigados pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público. O próprio Senador Pedro Simon, desta Casa, acompanhou os problemas gerados com essa contratação, tendo listado seis tipos de ilegalidades em documentos enviados ao TCU.

Em 2000 ainda, a Caixa tentou incitar um processo licitatório fracionado e, em 2002, outro dividido em quatro partes: a parte de captação, a de transmissão, a de processamento e a de insumos e manutenção. A GTech, através de medidas judiciais, sempre obtidas junto à Juíza Maísa Giudice, na 17ª Vara Federal, embargou as licitações, o que aprisionou e aprisiona a Caixa até hoje, impedindo-a de realizar licitações, já que ainda não houve um pronunciamento final da Justiça.

Desde 2002 até a mais recente negociação, a Caixa também esteve impedida judicialmente de expandir os seus correspondentes bancários, o que é absolutamente indispensável à estratégia de mercado da instituição. O embargo da GTech sobre os correspondentes bancários era uma *espada de Dâmocles* sobre a cabeça da Caixa Econômica Federal, que não podia expandir os seus correspondentes bancários, melhorar o atendimento nas agências e melhorar o serviço para a população brasileira.

Não é o caso de me estender demoradamente sobre as pendengas judiciais, mas, dada a sua importância, deixaremos à disposição desta Comissão documentos que mostram o verdadeiro engessamento da Caixa pela GTech. Ao longo de 2002, a Caixa tentou renegociar, em inúmeras oportunidades, o contrato sem sucesso, mas cabe aqui uma ressalva: em nenhum momento desse longo processo, refiro-me, portanto, aos muitos anos, da Datamec, da Racimec e da GTech, a Caixa conseguiu redução de preços; em nenhum momento desse longo processo, ela obteve descontos.

Ainda, uma última vez, em 13 de janeiro de 2003, a Caixa renova o contrato, nas mesmas condições anteriores, por 90 dias. Quando assumimos, alguns dias depois, dedicamo-nos integralmente ao entendimento do que estava havendo.

Chegamos a uma instituição com o porte da Caixa, tendo nas mãos 90 dias para entender um processo que se estende há vários anos, os problemas gerados ao longo desses vários anos para aquela instituição, e assumir uma negociação com essa empresa que detém extraordinário poder na operação dos serviços lotéricos federais. Para isso determinei auditoria e sindicância, posteriormente, encaminhadas ao Ministério Público – diga-se de passagem, auditoria e sindicância já pedidas anteriormente pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público e que não haviam sido realizadas –, assim como estudos que nos levaram a concluir que a Caixa estava refém da empresa, e isso corroborado ainda recentemente pelo Procurador-Geral do TCU, Dr. Lucas Rocha Furtado, em documento que passo a V. Exªs e que indica o aprisionamento e o engessamento judicial em que a Caixa se encontra.

Buscamos, então, a melhor solução para enfrentar efetivamente o aprisionamento e a dependência da Caixa na gestão das loterias federais. Para isso, previámos enfrentar as seguintes inseguranças: em primeiro lugar, as contratuais, que vêm desde a exclusão da Datamec, o contrato de 1997 com a Racimec, o distrato em 2000 e o contrato integrado e sem licitação da GTech, que terminou por dar um poder incomensurável àquela empresa; em segundo lugar, as jurídicas, que impedem a Caixa de realizar o processo de licitação que julga mais procedente – dividindo-o em quatro partes –, e de expandir, desde 2002, seus correspondentes bancários.

Chamo a atenção para esse ponto, Senadores, pela importância que tem a expansão dos correspondentes bancários para a melhora do atendimento da população brasileira, para a melhora dos serviços que a Caixa presta ao País. Esses correspondentes bancários não têm nada a ver com a operação de loterias, e isso limitava a expansão estratégica da Caixa. E isso favorecia a GTech; a GTech impedia os correspondentes bancários porque isso carreava mais recursos para os lotéricos e, portanto, para a GTech. Era esse o objetivo. Era impedir os correspondentes bancários, todo serviço bancário e lotérico é feito através das lotéricas ou através das agências da Caixa, colocando filas homéricas, gigantescas nas agências da Caixa e garantindo maior renda para o processo. Portanto, tínhamos que dar especial atenção à proibição da expansão dos correspondentes bancários.

Em terceiro lugar, eram as inseguranças técnicas. A Caixa em 2003 rodou em paralelo a apuração e o rateio das loterias, mas em ambiente de laboratório, não no ambiente computacional de produção. Foram

encontradas algumas diferenças e estamos fazendo as alterações para plena operação e posterior homologação. Sem homologação, esse processo não pode se dar com as garantias que exige todo o processo lotérico e o processo de transferências de recursos e de serviços bancários. Estamos colocando todos os esforços técnicos e operacionais para que em outubro de 2004 consigamos assumir definitivamente o processamento, que é uma parte menor do processo. Continuaríamos as outras operações de transmissão, captação e de insumos de manutenção à espera das liberações judiciais. Isso precisa ficar claro. Quando se fala em processamento, não se trata do amplo processo de operações de loteria, mas de uma parte menor. As outras partes continuam supeditadas às determinações judiciais e aos embargos e liminares obtidas que impedem a realização da licitação.

Quarto elemento que dizia respeito ao enfrentamento da perda do controle da União pelo crescimento das loterias estaduais, operando exclusivamente com base nas decisões parciais da Justiça, e muitos Estados sob controle privado de empresas, como as do Sr. Carlos Cachoeira, a expansão dos bingos e máquinas caça-níqueis e tentativas, e o mais importante e o mais difícil, que é a cooptação dos lotéricos para operar com essas empresas, embora também com outros bancos.

Só para citar um exemplo para os senhores, no Rio de Janeiro, máquinas dessas empresas foram instaladas em lotéricos da Caixa sem a sua anuência, com base em liminares, que, inclusive, impedem a Caixa de fiscalizar ou impedir o funcionamento dessas máquinas nos próprios lotéricos. Isso foi obtido com apoio em liminares e não em julgamentos da Justiça e tem feito com que a Caixa tenha se enfrentado com interesses muito fortes, muito poderosos. Assim, nossa estratégia pautou-se por aditar em novas bases aquele velho contrato. Ruim, sem a mais remota dúvida, diga-se de passagem, mas ao qual nós estávamos e estamos presos, sob pena de paralisação de todo o serviço lotérico e bancário, inclusive o pagamento dos programas sociais do Governo, realizado por mais de 9 mil lotéricos espalhados por todo o País. Não existia a possibilidade, como se aventa, de romper o contrato pura e exclusivamente, como se isso fosse o ato de uma criança que diz que não brinca mais. E o serviço? Quem presta os serviços à população? E os serviços bancários e lotéricos prestados por essas lotéricas? Isso implicava, portanto, uma estratégia. Era necessário, em primeiro lugar, ganhar tempo para que a Justiça julgasse e possibilitasse a libertação da Caixa para as licitações. Precisamos de tempo. Não adianta eu dizer que farei por 90 ou 60 dias, porque depois tenho que renovar, aditar novamente. Cada vez que eu adito, não negocio as coisas mais importantes. Se adito por prazo curto, não vou diretamente ao ponto, não faço a negociação mais interessante para a Caixa. Precisávamos e precisamos que a Justiça julgue e possibilite a libertação da Caixa para as licitações e para que pudéssemos desenvolver plenamente o processamento, que, de resto, até hoje a Caixa não consegue fazê-lo no ambiente final de produção.

Já se passaram os 25 meses. Havia necessidade de se ganhar tempo. Para V. Exªs terem uma idéia, os jornais falam coisas fantásticas. Por que não fazer por seis ou três meses? Se eu fizesse por seis meses, no dia 14 de outubro de 2003 já teria vencido o primeiro, eu teria feito os segundo e estaria agora, até o dia 14 de abril, fazendo o terceiro aditamento. Queria exatamente no 18º mês. Por quê? Porque não estou podendo, até agora, fazer as licitações, a Caixa não está podendo até agora fazer as licitações.

Segundo elemento, além de ganhar tempo: conseguir um desconto efetivo e não simplesmente redução de serviço a menor. Como eu disse anteriormente, em nenhum momento, durante todo esse período, reduziram-se preços. A primeira vez que se reduz preços, que se faz um desconto mantendo serviços é agora. Conseguimos pela primeira vez um desconto de 15%, que representam nada menos do que R$100 milhões no prazo estipulado dos 25 meses.

Terceiro, precisávamos contratar uma consultoria externa para estudar toda a questão das loterias, conhecer as experiências internacionais, colocar alternativas estratégicas à Caixa para tomada de decisões na área de canais, de produtos e de tecnologia. Isso era absolutamente indispensável.

Quarto, precisávamos garantir a transferência para a Caixa da gigantesca base de dados histórica dos jogos processados pela GTech. Somente neste ano a GTech começou a passar esses dados. Esses dados são trilhões de informações, desde o início do processo lotérico, e não haviam sido transferidos para a Caixa até hoje. Esse início do processo de transferência realizou-se agora. Não menos importante, precisamos libertar a ampliação dos correspondentes bancários, absolutamente indispensáveis à estratégia de mercado da Caixa. Isso possibilitou que nós alcançássemos nada menos que a duplicação do número de correspondentes bancários em 2004. Passamos de 2000 para 4000 e vamos chegar a 10.000 até 2006, e pretendemos alcançar esses 10.000 até 2006.

Esse processo, volto a insistir, é algo que possibilita o melhor atendimento aos clientes da Caixa, é o que possibilita termos saído da lista de reclamações do Banco Central, é o que possibilita as reclamações

serem bem menores com relação à Caixa, porque por intermédio dos correspondentes bancários localizados em supermercados, localizados em pequenos negócios, os serviços que a Caixa presta para o Governo, sejam os pagamentos das políticas sociais seja o conjunto das atividades, estão podendo ser desenvolvidos pela primeira vez nos últimos anos, porque sofriam um embargo da GTech no que diz respeito.

E, finalmente, não menos importante, era importante, definitivo se dar peso ao desempenho da área jurídica, da importante área jurídica para a Caixa. Precisamos ampliar o número de advogados na Caixa. Estamos com essa ampliação e desenvolvimento da área jurídica, visando a aceleração dos julgamentos de Adins em Brasília, no Rio de Janeiro, e pedindo inclusive pareceres externos relativos a essas questões, como recentemente pedido ao ilustre Dr. Eros Grau. Porque o desafio e o enfrentamento aos quais a Caixa está colocada nas questões judiciais é de extrema relevância, e é o elemento que nos tem impedido, nos últimos anos, a fazer aquilo que é o melhor para a Caixa e para o País.

Essas foram, ilustres Senadores e Senadoras, as decisões estratégicas da Caixa em defesa do seu patrimônio. Não tenho a mais remota dúvida de que, no cenário encontrado, foi o melhor para a Caixa, muito melhor para a Caixa e, sobretudo, para a **res** pública, para os objetivos de defesa das instituições, no caso a Caixa Econômica Federal, e do bem público.

Acredito que esse imbróglio, Caixa/GTech, é um imbróglio de natureza judicial, volto a insistir, de natureza tecnológica, de natureza negocial, e que implica um apoio muito grande do Senado, da Câmara, no sentido de favorecer o pleno entendimento para a opinião pública, o pleno entendimento para os Srs. Senadores e para todo o Congresso, no sentido de entender que a Caixa Econômica Federal, ao longo de todos esses anos, 143 anos, volto a insistir, com altos e baixos, com acertos e erros, tem dado a sua extraordinária contribuição ao desenvolvimento do País.

Coloco-me à disposição de todos os Senadores para toda e qualquer questão que julgarem conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado. V. Sª diz que tem documentos para passar para nós.

O SR. JORGE MATTOSO – Todos os documentos a que me referi serão passados ao ilustre...

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Pela ordem, Senador Ney Suassuna.

Solicite que repassem logo aos Senadores, que sejam tiradas cópias.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Estou pedindo exatamente isso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Excelente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Anuncio a todos que contamos com a presença honrosa do Deputado Nelson Marquezelli. Seja bem-vindo!

Peço ao Senador Luiz Otávio que assuma a Presidência, porque, como subscritor, sou o primeiro sabatinador. Por isso, Senador Luiz Otávio, é preciso que V. Exª presida os trabalhos da Comissão.

Comunico aos Srs. Senadores que já está aberta a inscrição. Está aqui a relação.

Passo às mãos do Sr. Jorge Mattoso as perguntas que lhe farei, para que possa acompanhar o meu raciocínio sem se perder. Nem será preciso anotar. Basta acompanhar a relação.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Assumo a Presidência interinamente e concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Inicialmente, cumprimento V.Exª pelo brilhante trabalho que vem realizando na Presidência da Comissão de Fiscalização e Controle.

Pergunto ao Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Jorge Mattoso, quais são os documentos que serão disponibilizados aos Membros da Comissão.

O SR. JORGE MATTOSO – Há duas caixas completas com todos os documentos a que me referi na minha intervenção.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Sª.

O SR. JORGE MATTOSO – Além disso, providenciarei todo e qualquer documento que V. Exªs venham a pedir.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, parabéns pela sua palestra. Peço a V. Sª que, por gentileza, responda com a maior transparência às minhas perguntas.

Ouvi alguns questionamentos na imprensa; outras indagações e posições foram elaboradas pela "rádio corredor". Primeira pergunta: por que foram abertos um inquérito e uma sindicância para apurar renovação do contrato com a GTech? O que havia de concreto para que se adotassem tais providências? Havia irregularidades?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Sr. Jorge Mattoso, V. Sª tem a palavra.

O SR. JORGE MATTOSO – Responderei uma por uma?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Uma por uma. Creio que é melhor assim.

O SR. JORGE MATTOSO – Primeiramente, não se trata propriamente de inquérito, mas de uma auditoria e, posteriormente, de uma sindicância. Foi uma decisão nossa, a partir de demandas do TCU e do Ministério Público, que já haviam sido realizadas no passado. Ademais, considerávamos importante conhecer em detalhe os contratos, a forma do aditamento, as formas de negociação e, sobretudo, os reajustes realizados ao longo desses anos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Jorge Mattoso, apesar da instauração de um inquérito e de uma sindicância, por que foi feita a renovação de contrato com a GTech?

O SR. JORGE MATTOSO – Sr. Senador, em primeiro lugar, tratou-se de uma necessidade real. A Caixa não pode ficar sem contrato. A Caixa não pode correr o risco de que os serviços desenvolvidos pelos lotéricos sejam os serviços de loterias, com todos os recursos destinados à União; sejam os serviços bancários desenvolvidos nesses lotéricos – mais de nove mil lotéricos –, que venham a sofrer uma paralisia e não tenham continuidade. Portanto, renovar o contrato era absolutamente indispensável.

O problema não era esse. A instauração do inquérito nos permitiu apenas conhecer melhor o passado. Entregamos os documentos ao Ministério Público – o que foi feito imediatamente –, e isso nos proporcionou melhores dados e maiores informações para uma negociação que se realizou a partir do momento que assumimos a Presidência da Caixa Econômica Federal, em 16 de janeiro.

Lembro ainda que, anteriormente, havia sido renovado o contrato porque era preciso fazê-lo – "renovado" não é uma boa palavra. Foi aditado o contrato em 90 dias. No dia 13 de janeiro, mais explicitamente, foi renovado o contrato por 90 dias, na gestão anterior. Isso era absolutamente indispensável.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A revista **Época**, Sr. Presidente, publicou documentos confidenciais revelando que a Caixa teria condições de assumir o processamento de dados das loterias, ficando, assim, livre do contrato com a GTech. No entanto, esses documentos foram ocultados do Ministério Público e do Senado Federal pela Caixa Econômica Federal. Ao que parece, tais documentos detalham os bastidores da operação ocorrida entre a eleição e a posse do Presidente Lula. Por que esses documentos não foram apresentados? Qual o conteúdo desses documentos?

O SR. JORGE MATTOSO – Sr. Senador, em primeiro lugar, é importante dizer que tomei conhecimento dos documentos por meio da revista **Época**. Em nenhum momento – e já faz duas semanas –, recebi notificação do Ministério Público referente a esses documentos.

Qual o teor do documento? Condições de assumir o processamento e, portanto, ver-se livre da GTech? Isso é um absurdo. O processamento é uma parte menor do processo de administração das loterias. Dizia a própria carta aqui mencionada do dia 31 de dezembro de 2002, último ano do Governo anterior, depois de mais de 10 sessões de negociações, em que não conseguiu chegar a nenhum acordo: "Os termos contratuais que aprovamos deverão contemplar a captação, transmissão, suporte e atendimento e fornecimento de consumíveis, nas mesmas condições operacionais previstas para o atual contrato". É dito que vamos assumir o processamento, mas o processamento é uma coisinha deste tamanho, é uma parte menor. E diz o seguinte: "Senhores, queremos 25% de redução".

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, esta carta é da Caixa para a GTech.

O SR. JORGE MATTOSO – É uma carta da Caixa. Em nenhum momento, jamais, a GTech admitiu redução de preços ou diminuição de contratos. Tanto é assim que ela responde em carta de 04 de janeiro, que vou passar às mãos de V. Exª. A imprensa só apresenta um lado. Não apresentou a resposta da GTech, que estabelece que "durante todo o período de eventual extensão do prazo de contratação, aplicar-se-ão as mesmas condições de contratação descritas neste contrato. Não admitimos, portanto, dividir o contrato, nem que a parte de processamento seja feito (...) Em decorrência, o redutor linear de 25% sobre transações não-jogos e comissão por jogos, na forma proposta por V. Sªs, carece tanto de suporte contratual como econômico".

Na verdade, a primeira carta não tem mais o mínimo significado, Sr. Senador, se ela não vier com o apoio da parte contrária, porque é o mesmo que eu dizer para qualquer Senador: "Compro sua casa por R$10". E o Senador vai-me dizer: "Minha casa vale R$1 mil reais". Mas o negócio só se faz quando ambas as partes chegam a um acordo e o único acordo de redução de preços já realizado entre a Caixa e a GTech se deu na nossa gestão, com o contrato realizado no dia 08 de abril de 2003.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Por que a Caixa aditou, Sr. Presidente, por diversas vezes, a assinatura do aditivo contratual com a GTech, no período de 31 a 14 de abril de 2003? De quem partiu a iniciativa? A resposta já está pronta. A iniciativa, en-

tão, partiu da Caixa que pediu em uma carta à GTech 25% de desconto e a GTech informou que não o faria, que não tinha interesse nisso, a não ser nos dados do contrato que estava em vigência. É isso?

O SR. JORGE MATTOSO – Veja bem, Sr. Senador. Em primeiro lugar, o contrato vigorou até o dia 14 de abril de 2003. Dispúnhamos de 90 dias, um prazo extremamente exíguo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Esse contrato era do governo anterior?

O SR. JORGE MATTOSO – Logicamente era do governo anterior. Era o aditamento por 90 dias, que foi realizado no dia 13 de janeiro. Eu assumi no dia 16 de janeiro. Dispúnhamos de 90 dias, um prazo extremamente exíguo para entender esse imbróglio, que não era pouca coisa e continua não sendo, com interesses muito fortes e violentos.

A Caixa só possuía como horizonte o dia 14 de abril, que era a data final. Até lá é negociação, Senadores. Trata-se do melhor negócio possível até a data da assinatura. Foi assim que aprendi a fazer negociações. É assim que faço e é assim que continuarei fazendo. Negociação se estende até a data da assinatura. E o que ocorreu foi que a GTech tinha pressa em assinar o contrato, porque o ano fiscal norte-americano vence no dia 31. Esse é o ano fiscal norte-americano, não o nosso. Não tínhamos pressa. Tínhamos pressa para que as questões jurídicas fossem plenamente respondidas. O nosso maior objetivo não era exclusivamente os 15% e, sim, assegurar a renúncia da parte contrária da GTech das ações e, sobretudo, da permissão para a ampliação dos correspondentes bancários.

Vejam que a GTech não tinha garantido a renúncia – renúncia das ações contra os correspondentes bancários que tinham obtido liminar na 17ª Vara – e queria simplesmente desistir.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor poderia explicar melhor o que é correspondente bancário, uma vez que usa, a todo momento, no jargão bancário?

O SR. JORGE MATTOSO – Correspondente bancário é uma pessoa jurídica, é uma venda, um supermercado, uma padaria, uma farmácia que recebe uma máquina da Caixa para operar, para a Caixa, pagamentos e recebimentos bancários, para fazer inclusive os pagamentos das políticas sociais e também receber pequenos pagamentos, como luz, água etc.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E a GTech tem um percentual sobre isso?

O SR. JORGE MATTOSO – Nenhum, a GTech só impedia porque isso reduzia a sua lucratividade nos lotéricos. Era esse o nosso objetivo. Foi-nos apresentada procuração da GTech do dia 29 de novembro que apenas garantia a desistência, não a renúncia. A renúncia só foi dada, Srªs e Srs. Senadores, no dia 08 de abril de 2003, aqui assinada pelo Sr. Marcos Tadeu Andrade, Vice-Presidente de Operações, e pelo Sr. Enrico Gianelli, advogado da GTech. Pudemos assinar quando eles renunciaram efetivamente às ações e nos deram a garantia.

V. Exªs sabem que existe uma diferença entre renúncia e desistência. A desistência permitiria à GTech – era isso o que eles queriam no dia seguinte – entrar novamente na mesma 17ª Vara, com a mesma juíza, com ações impedindo novamente que a Caixa fizesse a expansão dos correspondentes bancários. Volto a insistir que esse procedimento era absolutamente indispensável para a melhoria do atendimento, e isso não foi feito.

Passo os documentos e mostro como só no dia 08 de abril eles renunciaram efetivamente. Existia sim um problema jurídico, existiam sim problemas como de resto ocorre em qualquer contrato, em qualquer negociação até a data final da assinatura de ambas as partes.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A parte do primeiro contrato deveria servir para a amortização da compra de equipamento pois a GTech não só tinha **softwares** como também equipamentos. Qual o valor do percentual dessa amortização ou o senhor não tem conhecimento?

Quanto foi pago até agora se os equipamentos já foram totalmente amortizados? Segundo a própria Gtech, por que eles não aceitaram a proposta pela própria...aliás, esta pergunta está morta. Eu tinha feito porque acreditava que quem havia feito a primeira carta tinha sido a GTech. Não, foi a Caixa Econômica. Então, vamos, por gentileza, desconsiderar esta pergunta.

O SR. JORGE MATTOSO – Em primeiro lugar, a GTech, até hoje, não abriu seus custos, as suas contas, apesar dos inúmeros pedidos da Caixa. Em sendo assim, não tenho condições de saber se a amortização foi feita ou não. Os pagamentos vêm sendo realizados pela Caixa Econômica ano a ano à GTech, e são em torno de R$200 milhões – aliás, esse ano será o primeiro de R$260 milhões quando antes eram mais R$300 milhões, graças à economia que foi feita no aditamento do contrato realizado por essa gestão –, mas o que posso dizer é que não tenho idéia dos custos de operação das diversas fases dos assuntos lotéricos, porque a GTech se nega sistematicamente a abrir sua planilha de custos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor conhece Waldomiro Diniz?

O SR. JORGE MATTOSO – Não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor conhece Rogério Buratti?

O SR. JORGE MATTOSO – Não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor tomou conhecimento da existência que esses dois rondavam a Caixa buscando se envolver na negociação com a GTech?

O SR. JORGE MATTOSO – Não tinha nenhuma notícia, nenhum conhecimento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então por que o inquérito?

O SR. JORGE MATTOSO – Que inquérito?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O inquérito que foi aberto e a sindicância.

O SR. JORGE MATTOSO – O inquérito que se supõe, por meio de declarações de pessoas da GTech de que o Sr. Waldomiro Diniz teria se oferecido para negociar ou agenciar. Isso não é de conhecimento da Caixa Econômica Federal. Em nenhum momento autorizei, ou alguma das pessoas que negociou o processo com a GTech autorizou, qualquer tipo de intermediação. Todas as negociações foram realizadas entre a Caixa e a GTech e entre os negociadores indicados pela Presidência da Caixa e os negociadores indicados pela Presidência da GTech.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Presidente, o telejornal Bom Dia Brasil de hoje, exibido pela Rede Globo, informa que o Sr. Waldomiro Diniz esteve na sede da Caixa Econômica Federal no dia 13 de abril de 2003. Exatamente um dia antes da assinatura do contrato com a GTech. O que o V. Sª tem a dizer a respeito? V. Sª alguma vez recebeu o Sr. Waldomiro Diniz? V. Sª diz que não o conhece, logo, não recebeu.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, Excelência.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E quem recebeu? E se recebeu, para quê?

O SR. JORGE MATTOSO – Em primeiro lugar, não tenho conhecimento se ele esteve lá no dia 13 ou não. De qualquer forma, dia 13 de abril, é após a assinatura do contrato. O contrato foi assinado no dia 8 de abril. Nós tínhamos até o dia 13, na verdade até o dia 14, para assinar o contrato. O contrato foi assinado no dia 8. E a presença do Sr. Waldomiro Diniz na Caixa Econômica Federal não pode ser tão estranha quanto no Senado Federal, no Congresso Nacional ou em qualquer Ministério. Ele desempenhava atividades formais. Seguramente não esteve comigo, porque não o conheço. E não esteve com nenhum dos negociadores do contrato entre a Caixa e a GTech.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O bicheiro Carlinhos Cachoeira apresentou proposta à Caixa Econômica Federal para substituir a GTech? V. Sª esteve com Carlinhos Cachoeira? V. Sª soube se algum representante seu esteve com Carlinhos Cachoeira?

O SR. JORGE MATTOSO – Não. Nunca estive. Não conheço o Sr. Carlos Cachoeira. Nunca estive com ele, e jamais ele me apresentou qualquer assunto, porque não o conheci. Nunca estive com ele.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E a Caixa?

O SR. JORGE MATTOSO – O Sr. Carlos Cachoeira é dono de empresas que fazem negócio lotérico com alguns governos estaduais. No caso específico, que eu me recorde, Rio de Janeiro, Goiás e talvez Minas Gerais, não gostaria de cometer erro, mas vários Estados. Esse senhor, se foi à Caixa, também não posso dizer. É possível que tenha ido em algum momento para conversas que dizem respeito a esses negócios. O que posso dizer é que a Caixa tem feito um enfrentamento jurídico extraordinário no sentido de garantir o melhor desempenho para as loterias estaduais. Não pretendemos assumir as loterias estaduais, mas que se respeite a Constituição e aquilo que ela estabelece do ponto de vista do desempenho das loterias estaduais, o controle e a regulamentação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Sª recebeu algum pedido a favor da GTech? Se recebeu, de quem? V. Sª tem conhecimento de algum pedido a favor da GTech ao Governo Federal?

O SR. JORGE MATTOSO – Não recebi nenhum tipo de pedido. Havia muito pouco tempo. A negociação foi realizada em 90 dias, dos quais cerca de 45 dias, Senador, foram utilizados para a leitura dos documentos, para o entendimento desse extraordinário processo que vinha se desenvolvendo. Levamos cerca de 45 dias para entender o que estava ocorrendo e para traçar uma estratégia capaz de garantir redução de custos, garantir o tempo necessário para romper com os limites jurídicos e técnicos que nos aprisionam, e também para obter as vitórias que pretendemos obter nas instâncias judiciais. Mas pressão não houve. E repito que desconheço qualquer pressão sofrida por quaisquer dos negociadores. Eles foram claros inclusive em seus depoimentos na Polícia Federal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Os jornais de hoje trazem a informação de que uma Deputada fez pedidos ao Ministério da Fazenda. Esse órgão fez alguma pressão sobre V. Sª?

O SR. JORGE MATTOSO – Não. Durante a minha gestão, nenhuma pressão foi realizada, nenhuma correspondência foi recebida relativa ao contrato com a GTech.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Sª tomou conhecimento da afirmação dos diretores da GTech de que, cada vez que a Caixa adiava a assinatura do

contrato, o Sr. Rogério Buratti voltava à tona dizendo que o negócio somente seria fechado após a sua contratação? Que havia uma orquestração entre a Caixa e o Sr. Buratti? V. Sª tomou conhecimento disso?

O SR. JORGE MATTOSO – Tomei conhecimento pelos jornais, da mesma forma como tomei conhecimento das eventuais tentativas do Sr. Waldomiro Diniz.

A única coisa que posso dizer aos Srs. Senadores é o seguinte: não posso ser responsabilizado se alguém tentou vender terrenos na Lua. O comportamento da Caixa tem sido absolutamente ético, o resultado dessa negociação é favorável à Caixa, favorável à coisa pública e ao País. E, se alguém tentou vender terrenos na Lua, convenhamos, isso não é responsabilidade da Caixa, e muito menos se alguém tentou comprar terrenos na Lua.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nos depoimentos prestados pelos Srs. Antonio Carlos Lino Rocha, ex-Presidente da GTech, e Marcelo Rovai, diretor de **marketing** da empresa, ao Ministério Público, à Polícia Federal e à Comissão de Sindicância do Planalto, eles disseram que a grande dificuldade em conhecer a equipe de transição do Governo do PT foi a razão apontada para a aproximação entre os executivos da GTech e o Sr. Waldomiro Diniz. Ainda segundo os depoimentos, os executivos da GTech tentaram conversar com o Governo várias vezes sem êxito, até que os contatos aconteceram somente por intermédio do Sr. Waldomiro Diniz. V. Sª afirma que isso é verdadeiro ou que esse poder de pressão não existiu? V. Sª tomou ou não conhecimento disso?

O SR. JORGE MATTOSO – Senador, volto a dizer que não tenho a mínima idéia dos contatos da GTech. A GTech é uma empresa vinculada à questão dos jogos, tem negócios com a Loterj, reúne-se com o Sr. Waldomiro ou com quem quer que seja, e isso não diz respeito à Caixa. Eles não nos avisaram e não perguntaram se essas pessoas eram intermediárias de alguma coisa. Portanto, não tenho a mínima idéia das relações da GTech com quem quer que seja – com a máfia americana, ou com o jogo brasileiro. Não tenho a mínima idéia.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Há um boato nos corredores, de que o diretor Paulo Bretas, Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica, fez um telefonema dizendo que alguém ganhou dinheiro com o contrato da Caixa. V. Exª teve conhecimento desse boato?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não conheço. Não sei desse telefonema.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Qual o valor mensal pago à GTech pela Caixa?

O SR. JORGE MATTOSO – Olha, está em torno de R$25 milhões, média, porque isso depende do volume de transações.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eles recebem 6% das apostas e recebem ainda outros percentuais?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não. Todo o pagamento da Caixa para a GTech está em torno de R$25 milhões.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Há duas últimas perguntas.

A informação de que a Caixa se encontrava apta para assumir o processamento de dados das loterias em 90 dias levou a instituição a propor aquela redução dos 25% no valor das tarifas. Em vez de assumir parte das tarefas, como era uma prorrogação de contrato por apenas seis meses, o banco, de acordo com os documentos, e ao que parece também ocultados dos procuradores, informa que houve um investimento de R$47 milhões em equipamentos para processamento das loterias. A Caixa gastou R$47 milhões em equipamentos. Segundo consta, esses documentos teriam sido assinados por Carlos Cartell. Carlos Cartell é Superintendente de Projetos?

O SR. JORGE MATTOSO – Isso, projetos especiais.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O impasse em relação a GTech teria durado, segundo informações divulgadas pela imprensa, até o dia 13 de janeiro de 2003... V. Sª está informando que é dia 8.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, em 13 de janeiro foi assinado o aditamento, ainda com a anterior gestão da Caixa. Não podemos...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – ...data do encerramento do contrato, quando foi prorrogado o contrato por mais 90 dias – é isso mesmo –, mantendo os mesmos valores três dias antes de sua posse na Presidência da Caixa Econômica. A partir daí, o Sr. Carlos Cartell deu um parecer informando que precisaria de 18 meses para fazer essa assunção.

O que aconteceu? A Caixa fez pressão sobre o Sr. Carlos Cartell?

O SR. JORGE MATTOSO – Imagina. O Carlos Cartell é um funcionário com 25 anos de Caixa. A Caixa tem um funcionamento que não permite esse tipo de pressão, de jogo. Existem normativos internos. Como eu disse no início, a Caixa Econômica Federal é uma empresa que melhorou muito, e, hoje, não existe essa possibilidade. Houve, novamente, um mal-entendido por parte da imprensa. O que o Sr. Cartel disse naquela carta – aliás, ele assinou aquela carta que fala dos 25% – é que a Caixa faria o processamento, e pede 25% por isso à GTech.

O processamento, volto a insistir, é uma parte menor do conjunto das operações feitas pela Caixa. Para isso, precisa da captação, que é realizada pela GTech, precisa da manutenção, que também é feita pela GTech, precisa de um conjunto de instrumentos, inclusive das próprias máquinas, que são de propriedade da GTech.

Quando falamos de processamento não nos referimos ao conjunto das operações da Caixa, é uma questão menor, é o processamento das apurações, Senhores. E é isto que está escrito na carta: que, dentro de três meses, teremos condições de fazer o processamento. Estamos fazendo o processamento na Caixa, mas ele não está completo, ainda não conseguimos homologá-lo, descobrimos falhas. Não podemos colocar o processamento na rua com falhas, não podemos admitir que alguém diga que recebeu um prêmio quando não o recebeu.

Portanto, o processamento vem sendo feito pela Caixa. O que diz é que o conjunto das operações lotéricas não poderá ser realizado com menos de 18 meses, porque precisamos fazer licitações, para compra de cada uma das dezenas de milhares de máquinas que se encontram nos lotéricos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Elas são da GTech?

O SR. JORGE MATTOSO – Sim, são da GTech.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não pagamos, não amortizamos o pagamento dessas máquinas?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, isso é outro problema. O problema é que eles são os proprietários. Se rompermos o contrato, no outro dia, tenho que garantir que as máquinas estejam dentro das lotéricas. Não sou irresponsável, a Caixa não é irresponsável, não se pode fazer isso.

O que a imprensa fala que é processamento é uma parte menor do conjunto das operações lotéricas. O conjunto das operações lotéricas está aprisionado por determinação judicial. Se V. Exªs querem ajudar a Caixa, por favor, pressionem a Justiça, ajudem-na a ser mais rápida no seu julgamento. Isso será o melhor que poderemos fazer.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Encerrei minhas perguntas.

Muito obrigado pelas informações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Peço ao Dr. Mattoso que encaminhe à Secretaria cópia do seu pronunciamento, para ser distribuído entre as Srªs e Srs. Senadores.

Transfiro a Presidência ao seu titular, o Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Passamos à lista dos inscritos. Primeira inscrita, Senadora Ideli Salvatti.

V. Exª tem a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Presidente, tenho várias questões a fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Se não me engano a primeira inscrita é a Senadora... Eu sou da Comissão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – V. Exª sim, eu falarei após os titulares.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Senadora Ideli Salvatti vai falar como Líder.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Eu sou líder também e estou inscrito em terceiro lugar. Então, sou o primeiro, porque os outros dois não são. Aacredito que está havendo uma....

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª não está inscrito.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Estou. Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E a Senadora Ideli faz parte da Comissão. Havia duas vagas, que foram preenchidas semana passada.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sou membro titular da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Senadora Ideli também.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Mas estou inscrito em terceiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas não aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Então nenhum de nós está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não. V. Exª assinou o livro de freqüência.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Não tem problema, eu falo depois, eu espero. Não serei deselegante com a Senadora Ideli, darei a S. Exª a oportunidade, como dama.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pela lista de inscrição estão inscritos: Senadora Ideli Salvatti, Senador João Alberto Souza, Senadora Ana Júlia Carepa, Senadores Luiz Otávio, Antonio Carlos Valadares e João Ribeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Só para reiterar a minha assinatura. Existem duas listas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu só tomei conhecimento de uma, que me foi dada pelo Secretário. Uma é de freqüência, a outra é de inscrição.

Senadora Ideli Salvatti com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar o Presidente da Caixa Econômica, Sr. Jorge Mattoso, que fez uma exposição muito clara, mostrando os resultados obtidos pela atual administração da Caixa, inclusive desenvolvendo produtos do sistema bancário, atendendo exatamente a esse papel social que a Caixa tanto preza e que é de fundamental importância para o nosso País. Além de ser um banco comercial, a Caixa Econômica é, indiscutivelmente, um dos principais instrumentos de desenvolvimento da justiça social em nosso País e de alocar, disponibilizar recursos para programas sociais e atendimento da população menos aquinhoada de nossa sociedade. Quero parabenizá-lo já de início e dizer que tenho várias perguntas a fazer. Quero ser bem objetiva.

O SR. JORGE MATTOSO – Por favor.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estou aqui com uma reportagem do **Jornal do Brasil**, informando que a auditoria aberta pela atual administração aponta 18 tipos de irregularidades cometidas ao longo de toda a existência do contrato com a Racimec, depois GTech, e termina dizendo que, segundo os auditores da Caixa, os prejuízos causados à instituição, que beneficiaram a GTech, somam R$214 milhões.

Eu queria que V. Sª confirmasse esse prejuízo ao longo de todos esse anos de contratos aditivos feitos com a GTech e se, na documentação, o resultado da auditoria com as 18 irregularidades estão disponíveis também na documentação que V. Sª trouxe.

O SR. JORGE MATTOSO – A auditoria e a sindicância foram requeridas por nós a partir de uma solicitação do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, e as enviamos ao Ministério Público, que é quem detém essas informações. Não cabe a nós fazer julgamentos, muito menos passar informação para os jornais. Essas informações não foram passadas pela Caixa.

A SRA. IDELY SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas estão ali a nossa disposição.

O SR. JORGE MATTOSO – Estão disponíveis aos Srs. Senadores, sem dúvida.

A SRA. IDELY SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O senhor tem conhecimento se, além dessa auditoria, solicitada e executada pela atual administração, houve, na Caixa Econômica, na administração anterior, algum tipo de auditoria relativo a esse contrato da Racimec, posteriormente GTech?

O SR. JORGE MATTOSO – Veja, a gestão anterior foi só por 10 meses. Então, não acredito que eles tenham feito essa auditoria. Eu não a vi. As anteriores, desconheço.

A SRA. IDELY SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Desconhece. A imprensa teve acesso a essa auditoria. Vou ler alguns trechos e queria fazer algumas perguntas.

"Analisando várias operações financeiras entre a Caixa e a GTech, a auditoria conclui que, no período de 1997 a 2000, que compreende as assinaturas do contrato e o destrato, a CEF pagou à multinacional R$421 milhões. Desse valor, R$18 milhões referem-se aos reajustes irregulares dos preços das tarifas de concessionárias de serviços públicos. A licitação para a área de loterias da Caixa foi vencida pelas empresas Racimec e SB Indústria e Comércio. A GTech do Brasil possuía 41% da Racimec. A GTech mundial, no entanto, comprou as duas empresas após anunciado o resultado da licitação.

Segundo o relatório da auditoria da Caixa, a multinacional americana se utilizou de vários artifícios para se tornar proprietária das duas empresas brasileiras que ganharam a licitação e, por conseqüência, assumiram o direito de operar o contrato."

A pergunta que faço é a seguinte: a GTech participou alguma vez, enquanto ela, GTech, de algum processo de licitação junto à Caixa?

O SR. JORGE MATTOSO – Não.

A SRA. IDELY SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Nunca?

O SR. JORGE MATTOSO – Ela ganhou, houve um distrato no ano de 2000 e ela recebeu o contrato por inexigibilidade licitatória.

A SRA. IDELY SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, a GTech tem contrato com a Caixa sem nunca ter passado por licitação?

O SR. JORGE MATTOSO – Formal, nenhum. Quem passou por licitação formal foi a anterior empresa, na qual a GTech tinha uma parte da propriedade como V. Exª bem apontou.

A SRA. IDELY SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Na revista **IstoÉ**, de 10 de março, vou ler alguns trechos:

"O Ministério Público Federal concluiu, na segunda-feira, 1º de março, último, que a Racimec, responsável pelo fornecimento de equipamentos eletrônicos e de operacionalização das loterias da Caixa Econômica Federal, foi usada como laranja pela subsidiária da multinacional americana. Ela incorporou a Racimec e herdou os seus contratos após emprestar à empresa US$30 milhões, dinheiro tomado junto ao Banco Boston, em dezembro de 1995.

O empréstimo teve o aval do então Presidente da Racimec, Simão Brayer, e dos conselheiros José

Richa, ex-Senador, Carlos Richibiter, ex-Ministro da Fazenda no Governo Figueiredo, Carlos Alberto Vieira e Antônio Carlos L. da Rocha.

Em abril de 1996, a GTech assumia aos poucos a Racimec e os contratos da Caixa Econômica Federal.

Segundo o Ministério Público, são 18 as irregularidades capazes de anular a concorrênca, uma delas é a omissão do nome da SB Indústria e Comércio, integrante do consórcio na formalização do primeiro contrato com a Caixa Econômica, em 1997. Não satisfeita em abocanhar a Racimec, a GTech assumiu o lugar da SB, empresa também de fachada, segundo conclusão do MP (...)

Sindicância aberta pela Caixa Econômica, em 19 de novembro de 2003, suspeita que ex-Diretores da estatal foram responsáveis por irregularidades nas alterações contratuais que favoreceram a GTech e causaram mais de R$91 milhões de prejuízo aos cofres públicos. No Tribunal de Contas da União, no mesmo ano, já havia cinco processos para investigar as relações da Caixa Econômica com o grupo americano."

Queria perguntar a V. Exª se realmente conferem essas informações veiculadas a respeito da forma como a GTech entrou no negócio com a Caixa e na questão das irregularidades, inclusive apontadas em processo no Tribunal de Contas da União.

O SR. JORGE MATTOSO – Do ponto de vista do que existe no Tribunal de Contas da União, é absolutamente verdade. Quanto ao fato de ela ter pedido empréstimo a certo banco, não tenho a mírima condição de avaliar. Sei que fizemos a auditoria e a sindicância, entregamos ao Ministério Público, está tramitando em segredo de justiça...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas está na imprensa.

O SR. JORGE MATTOSO – Está na imprensa, mas seguramente não com a colaboração da Caixa Econômica Federal.

A SRA. IDELY SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só para ilustrar, tenho um trecho de reportagem do jornal Zero Hora, de 19 de abril de 1997, até esperava que o Senador Pedro Simon comparecesse a essa audiência, que diz: "O Senador Pedro Simon (PMDB – RS) pediu ontem, por telefone, ao Ministro Ademar Ghisi, do Tribunal de Contas da União, pressa na auditoria a ser feita na Gerência de Administração de Loterias da Caixa Econômica Federal. Simon lembrou ao Ministro que o Plenário do Senado aprovou na quinta-feira requerimento de sua autoria determinando apuração de denúncias de irregularidades na Licitação 001/94 da Caixa. Essa licitação teria beneficiado a empresa privada Racimec. Simon também tentou contacto com a Direção da CEF, mas não obteve sucesso."

Ou seja, o Senado já acompanhava desde 19997 a licitação de 1994, a qual o Tribunal de Contas da União vem investigando.

Pergunto ao Presidente da Caixa se as investigações, as análises do Tribunal de Contas já produziram algum tipo de efeito, jurídico ou processual, desde 1994 até agora.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, ainda não. Elas têm sido extremamente importantes. Recentemente, o Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União, Sr. Lucas Rocha Furtado, disse **ipsis litteris** o que tentei aqui explicar: "Isso demonstra o quão vantajoso foi para a GTech Brasil Ltda. a contratação com a Caixa e as sucessivas prorrogações do contrato, assim como a conveniência de se buscar o adiamento da realização dos pregões..." São os pregões das licitações em 2001 e 2002. A Caixa, desde 2001, tem buscado realizar licitações destinadas a conferir autonomia à Administração. É isso que tenho dito. O Tribunal de Contas vem apontando que existem situações, no mínimo, duvidosas com relação aos contratos e, sobretudo, às negociações sucessivas que foram feitas com reajuste dos valores dos serviços lotéricos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para continuar na linha ilustrativa, há uma reportagem também do **JB** sob o título: " Concorrente acusa GTech de corrupção. Caixa teria favorecido multinacional".

O empresário Adilson Carvalho, que tem uma prestadora de serviços de informática brasileira, a companhia Internacional de Tecnologia ITT, nascido numa favela em Belém, era um exemplo de afro-descendente bem-sucedido. Sua desgraça, diz o empresário, foi ter participado da licitação das loterias da Caixa em disputa com a Racimec, serviço posteriormente assumido pela multinacional GTech, controladora de 41% da empresa brasileira.

O empresário diz: "Não fosse a corrupção, minha empresa teria ganho a licitação."

Creio ser interessante anexar a reportagem. Será bastante elucidativa de como se deram as concorrências. As ditas concorrências das quais a GTech sequer participou.

Houve muita polêmica. Cheguei, inclusive, a ir à tribuna por conta de solicitações de documentos feitas pelo Senador Demóstenes Torres. Posteriormente, S. Exª fez um novo requerimento, este ano, em fevereiro de 2004, reiterando o que já tinha pedido e solicitando quaisquer outras documentações ou pareceres de qualquer natureza que de alguma forma tenham contribuído para fundamentar a lavratura dos ajustes sob exame. Lá na justificativa diz:

"Uma vez que nesta documentação poderá ficar demonstrado que a própria Caixa Econômica Federal poderia realizar parte do serviço prestado pela GTech com a vantagem de manter nas mãos da empresa pública a inteligência do sistema, conferindo autonomia tecnológica e independência técnica, além de implicar em significativa redução de custos em longo e médio prazos..."

Quando o Senador Demóstenes Torres fez o pedido e o reiterou várias vezes da tribuna, fui com toda a documentação: tudo o que tínhamos conseguido junto à Caixa e o que tinha chegado ao Senado. Na reportagem da **Época** foi dito que um dos documentos que os procuradores alegam não ter recebido é o Ofício nº 1.068, enviado pela Caixa à Direção da GTech, em 31 de dezembro de 2002. Já foi falado sobre o documento e não vou repetir. Diz, ainda, que a proposta foi baseada em pareceres técnicos e estudos das áreas logísticas e processos especiais da Caixa e que os papéis foram assinados pelo Superintendente de Projetos Especiais, Carlos Cartell. V. Exª disse, quando foi questionado pelo Senado Ney Suassuna, que esse documento foi-lhe apresentado pela revista **Época**. Gostaria que V. Exª confirmasse.

Segundo os documentos que foram enviados pela Caixa atendendo ao pedido de informação Demóstenes Torres, nos processos negociais entre Caixa Econômica e GTech, não havia esse documento. Fiz a conferência. Não vieram. A Caixa Econômica realmente não os mandou nos processos de negociação, tampouco aquele da resposta da GTech. Gostaria que V. Exª confirmasse por que não vieram junto com os processos. V. Exª confirma, conforme respondeu ao Senador Ney Suassuna, que foi a revista que entregou-lhe o documento? Como, de repente apareceu, onde estava?

O SR. JORGE MATTOSO – São duas questões de natureza diferente. Uma diz respeito às solicitações, aos requerimentos do Senador Demóstenes Torres.

Venho, inclusive, deixar claro que o primeiro pedido, de 2003, pedia apenas cópia autenticada do contrato assinado entre a Caixa e a GTech, edital de concorrência que amparou tal contratação e aditivos contratuais assinados. Todos esses documentos foram enviados ao Senador. Posteriormente, o Senador retomou e solicitou outros. Enviamos mais de seis mil páginas – se não estou equivocado –, quatro mil, o que já é suficiente para uma leitura noturna sobre um evento tão complexo como esse. Essa é a primeira questão.

A segunda questão, de novo, trata dessa carta. Não tenho a mínima condição de dizer se ela foi ou não entregue. O que sei é que li nos jornais que haveria a tal carta. Imediatamente, pedi inclusive uma auditoria, para saber se essa carta foi enviada, por que não o foi e o que ela representava, porque eu não tinha idéia da carta.

Em primeiro lugar, o Presidente da Caixa não sabe das cartas que andam dentro da Caixa Econômica Federal, uma empresa com quase 60 mil funcionários, em que cada uma das áreas é responsável pelas suas correspondências. Portanto, a única coisa que fiz, volto a insistir, foi pedir para dar uma olhada, e vi que esse documento não queria dizer nada, absolutamente nada! Foi feita uma tempestade em copo d'água, por absoluta ignorância de quem leu o documento.

O documento disse, volto a insistir, que "os termos contratuais que propomos deverão contemplar a captação, transmissão, suporte, atendimento e fornecimento de consumíveis, nas mesmas condições operacionais previstas para o atual contrato" – portanto, continuarão sendo feitas pela GTech –, e se propõe a fazer o processamento, que, volto a insistir, não tem nada a ver com a totalidade; é uma parte menor, é o processamento das loterias no sentido dos sorteios. O caso é muito maior, é muito mais complexo. E, dizendo isso, acrescenta: "para fazermos isso, queremos 25%". E a GTech diz: "Nós continuamos com o contrato, querendo fazer tudo, e não damos abatimento". Pronto! É isso que disseram na carta que deu resposta.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas o senhor não tinha conhecimento de nenhuma das duas.

O SR. JORGE MATTOSO – Eu não tinha conhecimento dessas cartas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E não estavam no processo.

O SR. JORGE MATTOSO – Veja V. Exª que elas não têm importância alguma. Só tem importância, em uma negociação, o documento passado por ambas as partes. Volto a dizer: é como se eu oferecesse R$10,00 pela sua casa, ilustre Senadora. Vale como um registro, como uma tentativa, no último dia útil do Governo anterior, de mostrar que estamos querendo negociar. Afora isso, não tem valor nenhum!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Perdoe-me por interrompê-lo. Quero apenas registrar a presença da Deputada Distrital Erika Kokay, que nos está prestigiando.

V. Exª continua com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tenho mais três questões apenas, Sr. Presidente. Novamente serei bem objetiva.

O **Correio Braziliense** de hoje traz uma reportagem a respeito de ofícios encaminhados pela Deputada Zulaiê Cobra, um de 17 de abril de 2001, e outro

de 24 de maio de 2001. Consegui trazer apenas a cópia do ofício do dia 17 de abril, em que a Deputada solicita atenção e diz que representantes da empresa estiveram com S. Exª, indignados, pois têm no Brasil um exemplo para outros países, onde operam na área de loteria esportiva, e – acreditam eles – a um custo bastante baixo. A indignação é por não poderem sequer participar da nova concorrência, o que, a seu ver, nem seria necessário, pois os seus serviços estão em vigência contratual.

E continua: "Isto posto, no sentido de não lhe trazer nenhum pedido que possa ser tomado com intenção que fira as normas, peço-lhe o obséquio de mandar examinar o assunto por pessoa independente, sustando o edital, se for o caso, para que não exista perda irreparável".

Trata-se de uma carta encaminhada ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Guilherme Bier, datada de 17 de abril.

Na reportagem, aparece também outra carta, do dia 24 de maio. Esta eu não tenho.

Quero perguntar-lhe o seguinte: é comum acontecer esse tipo de intermediação, interveniência, intercessão? Aconteceu isso ao longo do processo de negociação da atual gestão?

O SR. JORGE MATTOSO – Nos 90 dias em que eu e os dois negociadores estivemos envolvidos com o processo, não recebemos carta alguma dessa natureza.

Quero, em primeiro...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E pessoalmente.

O SR. JORGE MATTOSO – Nem pessoalmente. Eu já havia respondido ao nobre Senador Ney Suassuna que não tínhamos recebido nenhum tipo de pressão de quem quer que seja e que não tínhamos autorizado nenhum tipo de intermediário.

Com relação ao que a ilustre Senadora aponta, quero dizer o seguinte. A Caixa, ao longo desse período, e sobretudo ao longo deste último mês, tomou como decisão, pautar-se por um comportamento ético. Não divulgamos, pela imprensa, quaisquer documentos internos. Os documentos são cedidos àqueles que de direito. E eu volto a insistir. É o caso do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, do Senado da República e de quem mais queira ter acesso a esses documentos. A Caixa não disponibiliza seus documentos internos à imprensa. A Caixa é um banco. A Caixa tem como dever defender a sua imagem e os interesses dos seus clientes.

Não tenho conhecimento de como e de quem passou essa correspondência. O que eu sei é que durante a minha gestão na Presidência da Caixa em nenhum momento recebemos carta desta natureza e em nenhum momento recebi pressões diretas ou indiretas relativas ao processo GTech.

No entanto, eu gostaria também de explicitar uma questão. A reclamação feita nos jornais hoje pela manhã e citada por V. Exª é verdadeira. A GTech estava indignada pelo processo licitatório em quatro partes, porque outras empresas participariam do processo licitatório. E a Deputada defendendo os interesses da GTech, lamentavelmente, se a correspondência for verídica, não tenho condições de avaliar isso hoje aqui com os senhores, estaria defendendo interesses que não do interesse público. Só isso!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu tenho tudo meio picado. Depois de toda a documentação, vamos poder ter acesso integral. Na auditoria, há um trecho sobre a dependência tecnológica e o aprisionamento da Caixa à GTech. Há aqui algo que me chamou a atenção e V. Exª não tratou deste assunto ainda. Trata-se de um contrato entre a GTech e a Embratel. Esse contrato foi celebrado de forma razoavelmente sigilosa, com o foro inclusive fora da cidade. Isso foi feito para dificultar o acesso aos termos do contrato. Essas regras contratuais impostas pela GTech à Embratel visavam e visam impedir a Embratel de participar, isolada ou conjuntamente, com outra empresa de qualquer certame licitatório deflagrado pela Caixa para serviços envolvendo o procedimento das loterias **on line.**

Esse tal contrato entre a GTech e a Embratel é realmente uma causa para esse aprisionamento, já que a Embratel poderia, com muita tranqüilidade, entrar nos processos licitatórios, se as decisões judiciais não tivessem ao longo desses anos impedido de abrir licitação?

O SR. JORGE MATTOSO – Lamentavelmente, na defesa dos seus interesses, essa empresa mobilizou não só Deputados como também empresas de transmissão de dados e de telefonia. É o caso apontado. Na auditoria descobrimos essa documentação. São os documentos internos da Caixa, não nos foram enviados, e corresponde a uma verdadeira operação de cartelização.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E é de 2000 esse...

O SR. JORGE MATTOSO – É uma barbaridade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E por último, Sr. Presidente, a minha assessoria preparou uma espécie de passo a passo em datas de tudo o que aconteceu: 19 de dezembro de 1994, a licitação para o sistema **on line**, vencido pela Racimec; 13 de janeiro de 1997, assinatura de contrato com a Racimec; 21 de dezembro de 1998 aumento da tarifa de 0,05

para 0,08; em 07 de julho de 99, houve alteração para a GTech; em 1º de dezembro de 99, houve o aumento da tarifa de 0,08 para 0,12; em 26 de maio de 2000, houve o distrato de contrato e a formalização de um novo contrato com a GTech, incluindo serviços financeiros – a GTech foi contratada diretamente por inexigibilidade de licitação; em 26 de maio de 2000, houve o aumento da tarifa de 0,12 para 0,15 na transação financeira, pagamento de conta; em 31 de dezembro de 2002, houve o envio do ofício assinado por Mário Haag, Alexandre de Juri e Carlos Cartell solicitando desconto; em 03 de janeiro de 2003, houve a resposta da GTech negando desconto e falando em realinhamento de preços; em 13 de janeiro de 2003, houve a aprovação da prorrogação do contrato por noventa dias; e assim vai, dando uma cronologia de tudo o que aconteceu, desde 1994 até os dias de hoje.

Então eu queria passar a V. Exª que poderia consultar a sua Assessoria se confere, porque penso que esta é uma cronologia bastante interessante e, se for confirmada, poderá ficar no arquivo.

Só vou tirar a autoria da minha rapaziada para não haver qualquer problema.

O SR. JORGE MATTOSO – Acredito que esse tipo de levantamento, Senadora, é extremamente importante, inclusive para mostrar o que tentei indicar na minha primeira intervenção, que é a complexidade e a longevidade desse processo, desse contato, e a absoluta ausência de parâmetros com outras situações semelhantes, tanto pelo tamanho do contrato, quanto pelo que implica do ponto de vista de uma eventual paralisação dos seus serviços.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador João Alberto Souza. (Pausa.)

Não está presente.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, Sr. Jorge Matoso, Presidente da Caixa Econômica, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados Federais, Srª Deputada Distrital Erika Kokay, Dr. Jorge, primeiramente gostaria de dizer que esta audiência pública é muito positiva, e que está sendo importantíssima para fazer vários esclarecimentos que nos parecem absolutamente necessários.

Estou com um recorte de jornal aqui que publica que o ex-Diretor de logística da Caixa apresentou um parecer à Polícia Federal, demonstrando que a estatal tinha capacidade técnica para assumir parte dos serviços prestados pela multinacional GTech do Brasil na área de processamento de dados. Essa medida resultaria numa economia de 25% no valor do contrato para o processamento das loterias federais, mas a Caixa optou pela renovação integral do contrato pelo prazo de 25 meses.

Parece-me que foi a GTech que fez um oferecimento, que propôs um desconto de 25%. Mesmo V.Sª já tendo falado, penso que é importante esclarecer bem este ponto, em algum momento a GTech propôs desconto?

O Sr. Mário Haag diz que há essas condições, inclusive não assina um documento que não constava do processo, mas que a imprensa tomou conhecimento, da Caixa para a GTech, propondo um desconto de 25%, porque a Caixa assumiria apenas o processamento. E a GTech responde numa outra carta que não daria nem desconto nem permitiria o acesso ao processamento. V. Sª pode esclarecer isso mais uma vez?

O SR. JORGE MATTOSO – Ilustre Senadora, essa carta e a sua divulgação causou extraordinário mal à imagem da Caixa. Ela foi muito mal entendida e extraordinariamente mal interpretada. Foi veiculada somente a carta de ida, e não a de resposta; como se a carta de ida tivesse sido da GTech, mas ela foi da Caixa. Nessa carta – volto a insistir –, a Caixa dizia que todas as três operações normais continuariam sendo desenvolvidas pela GTech e que somente o processamento passaria a ser feito pela Caixa, e pedia 25%. A conta foi mais ou menos feita no seguinte sentido: "uma de quatro é 25%; então, quero 25%". O processamento é uma parte menor de todo o controle das operações. Mas isso se explica, inclusive porque a GTech nunca entregou sua planilha de custos. Então, foi um "chutômetro". Agora, foi um pedido da Caixa, que recebeu um sonoro "não" da GTech em carta enviada três dias depois, em que dizia: "continuaremos com o contrato tal como foi assinado e não admitimos redução de custos" – e ainda insinuava que queria aumento. É o que dizia a carta que acabei de transferir a V. Exªs.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Que é assinada pelo Sr. Mário Haag, inclusive?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, essa é a carta da GTech.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não, a carta da Caixa foi assinada?

O SR. JORGE MATTOSO – A Caixa, originalmente, no dia 31 de dezembro...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Que V. Sª tomou conhecimento pela imprensa.

O SR. JORGE MATTOSO – Essa que foi veiculada pela imprensa de maneira equivocada foi assinada pelo senhor ...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Foi assinada por esse mesmo senhor que, segundo a imprensa, diz também que entregou à Polícia Federal essa versão distorcida. É isso?

O SR. JORGE MATTOSO – Isso é a imprensa que diz, não tenho conhecimento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pois é, estou indagando se foi pelo mesmo cidadão, que, segundo a imprensa, diz isso.

O SR. JORGE MATTOSO – Foi assinada por três funcionários da Caixa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Certo.

O SR. JORGE MATTOSO – Pelo Sr. Carlos Cartell, pelo Sr. Alexandre da Rocha e pelo Sr. Mário Haag, que são as pessoas responsáveis por essa área.

O que quero dizer é o seguinte: o envio dessa carta não quer dizer nada.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu sei, Presidente.

O SR. JORGE MATTOSO – Volto a insistir: ela é mais ou menos como eu oferecer para V. Exª R$10 pela sua casa e V. Exª me dizer: não, ela vale R$1.000. Portanto, acabou a conversa, porque o que a GTech disse com essa carta é que o contrato continua igual como antes e que não aceitava reduzir preço. É isso que foi a resposta.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Certo. Obrigada, Presidente. É estranho, inclusive, que um ex-Diretor tenha dado essas informações e tenha permitido essa distorção de dados que fez com que houvesse o entendimento absolutamente invertido da situação.

Há também uma outra coisa que é muito bom que fique absolutamente clara para todos, porque nem todos são bancários. Sou bancária, sou funcionária do Banco do Brasil. Em 2001, voltei a trabalhar no banco e tive a oportunidade de trabalhar na possibilidade de expansão dos serviços de correspondente bancário do Banco do Brasil. Sr. Presidente, diga claramente: quando V. Sª fala dos processos judiciais, primeiro, são processos judiciais que existem tramitando na justiça, mas existem já decisões judiciais que impedem, por exemplo, de se fazer uma licitação?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, decisão não.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Decisões judiciais que impedem a Caixa de fazer licitação, decisão no sentido de liminar?

O SR. JORGE MATTOSO – Liminar sim; decisão final, não.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Trata-se de liminares que impedem e que, até então, estão valendo. Correto? Há liminares que estão valendo e que impedem a licitação. Existiam também liminares que impediam a Caixa Econômica de ampliar, de expandir seus serviços de correspondentes bancários, e foi exatamente dessas liminares que, na gestão de V. Sª, negociado com a empresa, a empresa renunciou. Para que a Caixa assinasse o contrato, a empresa renunciou.

Explique melhor o que significa isso para o cidadão comum, principalmente para aquele cidadão de baixa renda, o que significa ter um correspondente bancário próximo da sua residência?

O SR. JORGE MATTOSO – Ilustre Senadora, esse aprisionamento, esse verdadeiro engessamento da Caixa, em sua maioria, foi obtido por meio de decisões judiciais, liminares sobretudo, quase todas na 17ª Vara Federal de Brasília, e foi extremamente nocivo aos interesses da Caixa Econômica Federal. Em primeiro lugar, porque impediram a ocorrência dessas licitações – esse é o primeiro elemento – e, portanto, nos aprisionam à GTech, porque não podemos fazer as licitações das máquinas, da transferência de dados, da manutenção e do papel. Estamos impedidos, infelizmente, engessados por liminares e decisões judiciais que têm dificultado muito a estratégia da Caixa.

A partir de 2002, também foram impedidos o desenvolvimento e a ampliação dos correspondentes bancários. Isso também trouxe um grande mal para a Caixa. A Caixa havia feito, nos anos anteriores, uma expansão muito interessante dos correspondentes bancários, que assegurou o fato de a Caixa estar presente em absolutamente todos os Municípios brasileiros, o que foi muito positivo. Mas a Caixa queria dar um passo seguinte, recuperar o seu espaço de mercado nos grandes centros urbanos e colocar correspondentes bancários não só naqueles Municípios menores, onde era absolutamente indispensável – e continua sendo – a presença da Caixa para os pagamentos de programas sociais, mas também colocar correspondentes bancários nas periferias das grandes cidades.

Recentemente, fui inaugurar um correspondente bancário em um supermercado de Mauá o qual, em um mês, alcançou o número de operações previstas para alcançar em seis meses. Por que isso? Porque a população desses bairros periféricos têm uma carência muito grande de presença junto aos bancos e, portanto, de ter a oportunidade de conta corrente e acesso ao crédito, mas também, por meio dos correspondentes bancários, junto a sua residência, ao seu local de moradia, poder fazer os pagamentos de IPTU, água, luz, inclusive porque muitos bancos hoje dificultam a entrada dessas pessoas.

Essa é uma tarefa absolutamente estratégica da Caixa. Ao mesmo tempo em que expande as suas agências, expande, sim, os seus correspondentes bancários e faz, como fizemos em 2003, o maior processo de "bancalização" e de inclusão bancária já realizado no mundo.

Em 10 meses, 1.450 mil pessoas passaram a ter contas em banco, a ter acesso ao crédito que antes não tinham.

Disse, no início da minha intervenção – apesar de a ilustre Senadora ser bancária de um outro grande banco público –, que tive a honra de ter sido e de continuar sendo Presidente da Caixa Econômica Federal durante este período, pela extraordinária contribuição que a Caixa dá ao desenvolvimento deste País. Atingimos esse desenvolvimento por meio do desenvolvimento urbano, da transferência de benefícios e de investimento. Como já disse, estamos destinando quase R$40 bilhões em crédito e investimento na área de habitação e saneamento.

Senadora, esses impedimentos jurídicos têm sido terríveis para a Caixa, tanto no que diz respeito às licitações, e foram terríveis até a negociação que fizemos, na qual, além dos 15%, conseguimos a expansão dos correspondentes bancários.

Em menos de um ano, volto a insistir – o contrato foi assinado no dia 8 de abril – assinaram a renúncia da pendência dos correspondentes bancários. E nós...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Renúncia significa que não podem mais entrar com processo na Justiça.

O SR. JORGE MATTOSO – Não podem mais entrar com processo com relação a isso. E, graças à renúncia, colocamos dois mil correspondentes bancários nas periferias das grandes cidades, o que tem sido indispensável para o crescimento e expansão da Caixa e para a plena assunção das tarefas como agente operador de programas sociais do Governo Federal.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Certo, Presidente.

É pena alguém ter elaborado um documento e ter recebido como resposta um não, o qual causou tanto prejuízo a uma administração que só conseguiu melhorar, apesar de as liminares na Justiça impedirem a licitação. A administração conseguiu avançar além do desconto de 15%, coisa que o cidadão que apresentou esse parecer à Polícia Federal não conseguiu – conseguiu zero de desconto. Eles estavam pedindo 25% e conseguiram zero. A atual administração conseguiu 15% e ainda, a renúncia de uma liminar. Fiz essa pergunta porque sei o quanto é importante para o cidadão comum, que economiza o dinheiro do transporte quando deixa de ir ao banco para ir a um supermercado, a uma farmácia próxima de casa para pagar por um serviço público.

Sr. Presidente, sei muito bem da ampliação dos investimentos, que mostra o contrário do que costuma dizer a Oposição sobre perseguição a quem não é do partido ou dos partidos do Governo. Um exemplo disso ocorreu em relação ao Governador do Estado do Pará, eleito pelo PSDB, merecedor de todo o nosso respeito, que recebeu R$81 milhões da Caixa Econômica Federal para aplicar em serviço de saneamento e abastecimento de água. Então, é o Governo do Estado do Pará que vai realizar esses serviços. Essa é uma demonstração clara, inequívoca de que este Governo Federal não discrimina governador de qualquer partido.

V. Sª fez referência, ainda há pouco, a um procurador que fala que havia um engessamento e faz referências positivas à assinatura do contrato feito por V. Sª para a prorrogação. O documento está aí? Poderemos ter uma cópia do documento do procurador?

O SR. JORGE MATTOSO – Senadora, já enviei ao nobre Senador Ney Suassuna uma cópia desse documento, que faz uma avaliação geral sobre as pendências judiciais e mostra a gravidade da situação, com o engessamento da Caixa em relação às licitações, as quais até hoje a Caixa está impedida de fazer.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Certo. Agradeço.

O SR. JORGE MATTOSO – Eu que lhe agradeço.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quero parabenizá-lo e dizer que não somente defendo o Banco do Brasil, como também faço parte de uma frente nacional em defesa dos bancos públicos em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente da Caixa Econômica, Dr. Jorge Mattoso, Srªs e Srs. Senadores, Senadora Ana Júlia Carepa, minha colega e ilustre conterrânea, é verdade que o Governo Federal liberou um financiamento para que o Governador Simão Jatene invista na área de saneamento no Pará.

É importante, porém, deixar registrado o Estado do Pará obrigar-se-á a pagar por esse financiamento da Caixa Econômica; que não se trata de recursos do Governo Federal destinados à aplicação em obras no Estado do Pará.

Com relação à presença de V. Sª na Comissão de Fiscalização e Controle, Dr. Jorge Mattoso, quero dizer-lhe que me sinto muito à vontade e satisfeito. Tenho certeza de que todos os membros desta Comissão se encontram na mesma situação. Sua manifestação inicial foi com um certo tom de revolta e até mesmo de indignação quanto às matérias da imprensa nacional com relação a esse imbróglio, como V. Sª mesmo diz, entre a Caixa Econômica e o grupo GTech.

Com certeza, a opinião pública dirá isso e a própria imprensa terá oportunidade de fazer referência a esta reunião histórica desta terça-feira, que começou pela manhã é já entra na parte da tarde, da Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo Senador Ney Suassuna, porque, se isso tivesse sido feito há mais tempo e V. Sª tivesse tido oportunidade de falar para a imprensa nacional como falou hoje, talvez não estivéssemos nessa condição e nessa situação. O Governo já teria dado a resposta necessária àquilo que é corriqueiro e normal. Os meios de propaganda do Governo Federal, do próprio Presidente, também poderiam divulgar o que aconteceu, desde o início, como V. Sª colocou, histórica e cronologicamente, na operação entre o grupo GTech e a Caixa Econômica. Com certeza, não teríamos tido tanto suspense, tensão, preocupação, e o Governo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os nossos Ministros já estariam, com certeza, trabalhando em outras frentes, e V. Sª já apresentou os pontos positivos e as realizações do Governo, em especial da Caixa Econômica.

Fico satisfeito e vi que todos os questionamentos feitos foram respondidos com muita precisão, convicção e certeza. Só tenho a cumprimentar V. Sª por ter vindo aqui e demonstrado tranqüilidade. Tenho certeza de que isso fica como uma lição a todos nós que, em vez de negarmos, dificultarmos ou até mesmo omitirmos de divulgar e apresentar os fatos, podemos transformar não esta Comissão, mas todas as Comissões do Senado Federal, para esclarecer tudo isso com a maior tranqüilidade, com a maior objetividade. Devemos dar certeza para a opinião pública de que estamos aqui cumprindo o papel junto com V. Sª e todos os dirigentes que são sérios e responsáveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente da Caixa, Sr. Jorge Mattoso, em primeiro lugar, gostaria de destacar a presteza com que V. Sª se houve ao longo desse debate, na resposta às perguntas das Srªs e Srs. Senadores, perguntas duras, firmes, que, se fossem feitas por meio da fala do Líder da Oposição, seriam da mesma dureza, significando dizer que os Senadores da Base aliada estão mais do que interessados na elucidação de muita coisa que foi divulgada. V. Sª, com muita propriedade, está trazendo ao conhecimento da sociedade brasileira importantes informações.

Naturalmente, a imprensa cumpre o seu papel, e V. Sª, na qualidade de um agente público, ao comparecer a esta Comissão, cumpre com o seu papel de fazer o esclarecimento devido de todos os questionamentos.

Sr. Presidente, também queria destacar a posição correta de V. Sª, que, em nenhum momento, atacou os seus companheiros de Governo, como temos ouvido ultimamente. **O Globo** de hoje diz: o Procurador da República, Marcelo Serra Azul, encontrou a informação em documentos apreendidos na Caixa, na quinta-feira passada, informação de que ele teria estado na Caixa Econômica no dia 25 de março e que, como houve essa apreensão, a Caixa Econômica teria dado entrada em uma representação na Corregedoria da Procuradoria da República contra o ilustre Procurador.

Para dar maior velocidade ao debate e dar oportunidade aos demais Senadores, eu gostaria de fazer todas as perguntas, e V. Sª, com a condescendência do Presidente, responderia a todas elas em conjunto.

Sobre o disquete, é verdade que a Caixa Econômica está processando o Procurador Marcelo Serra Azul, porque S. Exª apanhou uma informação da visita de Waldomiro à Caixa Econômica Federal no dia 25 de março? Isso tem alguma relação – V. Exª já explicou – com o contrato assinado com a GTech? Qual a arrecadação da Caixa Econômica na área objeto de atuação da GTech? O que quero saber é: da arrecadação, quantos por cento sobram para a GTech, de serviços prestados?

Ao final do contrato com a GTech, que é de 25 meses e foi prorrogado, pergunto: a Caixa Econômica está devidamente aparelhada para fazer nova licitação ou assumir a execução dos serviços atualmente prestados pela GTech? Ao final do contrato, após essa prorrogação, no total de 25 meses, a Caixa Econômica estará devidamente preparada para assumir o serviço ou fazer a licitação? Qual a economia a economia feita pela Caixa ao prorrogar o contrato com a GTech? V. Exª disse que, no Governo passado, o contrato era "x" e que, no Governo atual, virou "y", com a economia razoável.

E para não ficarmos somente nesse assunto, aproveitando a oportunidade da presença de V. Sª nesta Comissão, sabemos que a habitação e o saneamento são pontos importantes de qualquer Governo voltado para o social. Temos mais de 7 milhões de déficit habitacional, de pessoas que não possuem residência. Hoje, a imprensa divulga o resultado de uma pesquisa feita pelo IBGE, segundo a qual mais de 100 milhões de pessoas no Brasil estão sem rede de esgoto, uma verdadeira calamidade. Em alguns Estados, a situação reinante é igual à de 100 anos atrás. Eu perguntaria a V. Exª, para continuar no mesmo diapasão dos meus Colegas da base que me antecederam: o que a Caixa ou, mais de perto, o Governo tem feito para reduzir o

déficit habitacional no Brasil e para a execução das obras de saneamento? E, por fim, eu perguntaria se esse represamento de setores tão sensíveis do mundo social do Brasil, a retração de investimentos nessa área se deve ao superávit primário, já que sabemos que a Caixa Econômica dispõe de recursos ponderáveis do Fundo de Garantia e de outros setores que poderiam ser alocados para resolver os problemas de habitação e saneamento no nosso País.

Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Antes de V. Sª responder, a Presidência informa que à última questão, V. Sª não precisa responder se não quiser, já que V. Sª está aqui convidado para falar sobre o assunto específico da GTech.

Mas se V. Sª quiser responder à pergunta, isso fica a seu arbítrio.

O SR. JORGE MATTOSO – Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Desculpe-me V. Exª, Sr. Presidente, mas S. Sª o Presidente da Caixa fez uma exposição e enfocou os mais variados assuntos da Caixa Econômica. Portanto, quando fez isso, S. Sª abriu a oportunidade para que façamos perguntas sobre os mais variados assuntos da Caixa Econômica Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – S. Sª pode fazê-lo, mas o arbítrio é de S. Sª.

O nosso Regimento veda isso quando há um convite. Mas não há problema, pois S. Sª já disse que quer responder a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tenho certeza de que o Presidente da Caixa, por sua ação democrática, vai responder-me.

Obrigado a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. JORGE MATTOSO – Obrigado.

Ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, em primeiro lugar, com relação às notícias publicadas hoje em **O Globo** – aliás, nos últimos dois meses, não faço outra coisa senão responder notícia de jornal. Em vez de o ilustre Procurador ter feito alguma solicitação à Caixa, do tipo: Sabe-se que o Sr. Waldomiro Diniz teria estado na Caixa. Isso seria um crime. É mais ou menos como perguntar se ele teria estado no Senado durante o tempo em que ele exercitou as suas funções. Mas isso não foi feito. Eu soube hoje, pelo jornal, que o Procurador divulgou uma informação obtida, no nosso entender, ao arrepio da lei, sem nenhum tipo de mandado judicial. Foram um delegado e três inspetores à Caixa Econômica Federal, na quinta-feira, às duas horas da tarde, recolheram sete caixas de documentos, sem identificar que documentos são esses e um disquete referente. A Caixa considerou que essa apreensão é absolutamente ilegal e entrou com uma representação junto ao Ministério Público e à Polícia Federal com relação a isso.

Com relação às informações, eu já respondi que em nenhum momento estive com o Sr. Waldomiro Diniz, que em nenhum momento qualquer dos negociadores esteve com o Sr. Waldomiro Diniz, como de resto já explicitaram na Polícia Federal. Se ele esteve na Caixa, pela data, depois da assinatura do contrato ou antes da assinatura do contrato, foi para tratar com algum funcionário da Caixa de assuntos referentes à atividade profissional que ele tinha na Casa Civil.

Com relação aos dados da GTech, é importante que isto seja entendido: a GTech em nenhum momento, ao longo desse longo contrato, jamais entregou a sua planilha de custo. Portanto, não temos a mínima idéia sobre os custos das diferentes operações que a GTech faz. Temos idéia de quanto poderia ser se contratássemos outra empresa. O problema é que, como estamos impedidos de contratar outra empresa, por determinação legal, pelo engessamento no qual a Caixa se encontra, pois ela não pode licitar da forma que pretendia, dividida em quatro, mas somente pode, se quiser, licitar em um, e aí é para a GTech ganhar. Diga-se, de passagem, que a GTech nunca ganhou uma licitação na Caixa, nunca participou de uma licitação na Caixa; ela ganhou o contrato por ter comprado uma empresa que participou de licitação anteriormente.

Então, do ponto de vista objetivo, essa nova licitação esperamos fazê-la assim que a Justiça julgar esse processo. Assim esperamos. Por isso, precisamos de tempo. Volto a insistir. Se tivéssemos feito a renovação, o aditamento desse contrato, em seis meses, já teríamos aditado novamente no dia 14 de outubro de 2003 e estaríamos aditando, pela terceira vez, no dia14 de abril próximo, o que completaria os dezoito meses. Como a Justiça até hoje não deu nenhum parecer referente à demanda que a Caixa e a AGU têm feito, continuamos amarrados a esse processo dessa maneira. Essa é a nossa expectativa.

Por isso, estamos fazendo o processamento. A Caixa está fazendo o processamento. Mas o processamento, volto a insistir, é uma parte menor do processo completo das loterias que é apropriado pela GTech. É uma parte menor. Estamos fazendo o processamento, ainda que de maneira laboratorial, esperando o processo de homologação que ocorrerá nos próximos meses. Mas isso não refresca em nada o fato de a Caixa continuar aprisionada por liminares da Justiça, obtidas, sempre, na 17ª Vara Federal daqui de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente...

O SR. JORGE MATTOSO – Senador, apenas duas questões. A economia que fizemos foi de 15%, o que corresponde a cerca de cem milhões de redução, ao longo desses 25 meses. É a primeira vez que a Caixa conseguiu renovar o contrato com redução de valores, isso é importante que seja dito. No passado, em nenhum momento, nos vários aditamentos, houve redução de valores do contrato. Pela primeira vez conseguimos isso – reduzimos em 15% o valor do contrato – e, sobretudo, a libertação dos nossos correspondentes bancários, o que têm permitido a expansão. Já dobramos os correspondentes bancários em cerca de um ano e pretendemos alcançar dez mil até 2006. Isso é uma revolução na Caixa, que nos permite recuperar a nossa capacidade operacional e espaços de mercado nos grandes centros urbanos. É essa a nossa tarefa e a nossa decisão.

Obrigado, Senador.

Com relação às questões de saneamento, considero extremamente importante a sua pergunta, porque permite identificar um dos lados de grande atuação da Caixa. Ao longo de 2003, pela primeira vez nos últimos dez anos, colocamos todos os recursos de saneamento contratados. Foi a isso que se referiu o Senador Luiz Otávio, do Estado do Pará. Contratamos com a Sabesp, em São Paulo, e com vários governos estaduais. Pela primeira vez, em dez anos, a Caixa contratou a totalidade dos recursos disponibilizados para o saneamento, nada menos do que R$1,7 bilhão no ano de 2003. No ano de 2004, estamos praticamente dobrando os recursos de habitação e saneamento – mais de R$11 bilhões –, contados exclusivamente os recursos já disponibilizados do FAT, do Fundo de Garantia, os recursos-caixa, que estão em torno de R$2 bilhões e meio; e ainda não estão contados os fundos de direitos creditórios, dos quais a Caixa é precursora no sentido de arrecadar recursos privados por investimento na habitação.

A Caixa poderia muito bem ficar satisfeita com o seu extraordinário papel como financiadora da habitação e do saneamento e não fazer nada para alavancar recursos privados. Mas sabemos que não será exclusivamente com recursos públicos que conseguiremos mobilizar o setor da construção civil e torná-lo novamente gerador de emprego e de renda. Para isso, é necessário o investimento público, e a Caixa está fazendo isso, mas também o investimento privado, por isso a Caixa é tão inovadora na questão dos fundos de direitos creditórios.

Voltando à questão anterior, até agora, no contrato tal como ele foi feito no aditamento, no dia 8 de abril de 2003, já economizamos até hoje R$43 milhões e vamos economizar mais de R$100 milhões até o final do contrato.

O problema não é somente do saneamento. V. Exª indicou os dados do IBGE. Os problemas são com habitação, onde temos, hoje, mais de seis milhões de unidades de carência habitacional. Esse esforço que a Caixa fez em 2003, está fazendo em 2004. Volto a insistir que estamos colocando cerca de R$40 bilhões no mercado, na economia, para o crédito e para o financiamento em habitação e saneamento. Não existem, na história recente da Caixa, valores dessa grandeza.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu estou falando principalmente da redução do índice habitacional das camadas mais pobres da população. O que a Caixa está fazendo para reduzir esse déficit no setor habitacional das classes mais humildes, aqueles conjuntos habitacionais, que antigamente fazíamos. Eu mesmo fui governador do Estado de Sergipe e construí 20 mil casas, e tive apoio de 90% da Caixa.

O SR JORGE MATTOSO – A fundo perdido que ele se refere.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não estou falando...Repasse aos Estados, às COABs, aos municípios, para que eles possam fazer as suas habitações com as classes mais humildes. Isso é o que estou falando.

O SR JORGE MATTOSO – O que a Caixa tem disponível para a utilização em programas até 3 salários mínimos, que são justamente os programas para população de menor renda, são recursos do Orçamento Geral da União na ordem de R$350 milhões de reais, recursos esses que são para ser usados em programas com participação de estados e municípios, que permite isso ser multiplicado, porque, em parte, o município entra com uma parte, o Estado entra com outra. Existem vários programas, e o mais importante deles é o PSH.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Morais, da nossa Paraíba.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Jorge Mattoso, quero parabenizar V. Exª, até porque vem aqui discutir com os Srs. Parlamentares essa questão. É evidente que V. Exª está fora daqueles companheiros que têm xingado um ao outro, chamado de vagabundo, etc. E V. Exª tem mantido uma linha extraordinária e aqui, com todo respeito, conversaremos com V. Exª.

Não resta dúvida de que a Oposição está aqui para discutir, ouvir V. Exª e, no fim, fazer algumas propostas. Claro, o Governo fez o seu dever de casa, embora em determinado momento diziam que eu poderia fazer o papel de líder do Governo, ao invés da Oposição. Mas, tenho que respeitar a posição de todos. E aconselhar a V. Exª – sei que V. Exª não está querendo falar muito em questão americana, GTech, porque até a Coca-Cola rejeitou. Então, queria dizer a V. Exª que R$8 milhões o Governo, depois de reunir durante 5 horas os seus ministros, concluiu que seriam gastos 8 milhões com propaganda. Para que o Brasil saísse da crise, tinha que fazer propaganda. Foi essa a decisão.

Então, aconselharia a Caixa – que tem feito algum trabalho, V. Exª mostrou aqui que fez esse trabalho – que aproveitasse um pouco desses 8 milhões, porque será difícil, em outro setor, ele conseguir fazer essa divulgação. Então, acho que V. Exª poderia muito bem, pela explanação que fez, pelo social que foi feito pela Caixa. Respeito muito a Caixa Econômica, sei do seu quadro de funcionários, sei da sua competência e do trabalho que desenvolve em todo esse País.

Então, quero parabenizar V. Exª e toda a equipe da Caixa Econômica Federal.

V. Sª, ao chegar nesta casa, fez uma explanação, ou seja, ilustrou o seu trabalho. Pediria permissão aos companheiros, já que o tempo do Governo parecia mais uma obstrução do que algumas indagações, diria que preciso fazer uma ilustração, para colocarmos na memória quem é essa figura "Waldomiro" e quem é esse outro consultor que apareceu por lá. Serei rápido.

Enquanto o Governo Federal prossegue na sua resistência a uma investigação política dos fatos, decorrente do chamado "Escândalo Waldomiro Diniz", avolumam-se novas denúncias que aprofundam dúvidas e suspeitas, fragilizando ainda mais a imagem do Governo.

Quando digo: V. Exª pode dizer que está aqui conversando com os políticos. Mas, não temos o poder de investigação de uma CPI. V. Exª nos traz bastantes documentos, mas, às vezes, não está como queremos. Muitas vezes, o que queremos não está ali naquele volume todo, que vamos colocar assessoria para passar um bom fim de semana ou talvez até a Semana Santa.

E, dentro dessa crise, apareceu e emergiu do depoimento do Diretor da GTech na Polícia Federal, essa figura do Rogério Buratti, que V. Exª já disse que não conhece nenhum Buratti e nem conhece o Waldomiro. Não sou obrigado a dizer que V. Exª conhece ou não conhece. Ele pode ter ido várias vezes à Caixa, até porque, à época, Waldomiro era assessor do nosso Chefe da Casa Civil, Ministro José Dirceu, e nada o impedia de ir à Caixa Econômica ou a qualquer outro órgão.

Eu quero dizer a V. Exª – talvez esclareça um pouco – que Rogério Buratti é apontado pelos depoentes como a figura indicada pelo Sr. Waldomiro Diniz para uma milionária intermediação no processo de renovação do contrato, também milionário, da multinacional GTech com a Caixa Econômica Federal, sem licitação. Como esclareceu V. Exª, isso ocorre desde o governo anterior. Daí eu entender que a figura da CPI é fundamental nesse processo. Nós não queremos investigar a GTech apenas na administração de V. Sª, queremos examinar o passado para vermos o que ocorreu com a GTech. O que nós queremos é a realidade desses fatos e dessas denúncias. Pelo jeito, ao falar o Governo atribui a culpa à imprensa ou à Oposição. Ninguém tem culpa no cartório. A culpa é nossa, dos Senadores da Oposição e da imprensa nacional.

A informação dada pelos representantes seria politicamente secundária se não fosse o Sr. Rogério Buratti um ex-colaborador íntimo do atual Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Foi secretário de governo ao tempo em que Palocci era titular da Prefeitura de Ribeirão Preto, entre 1993 e 1994, e foi demitido exatamente por suspeita de corrupção.

Permita-me dizer que V. Exª não tem nada a ver com isso. V. Exª disse o que estava fazendo na Caixa, e a Oposição está dizendo o que fazia Buratti, o que fazia Waldomiro, e a convivência desse pessoal. Está na imprensa. Mas, segundo o Governo, talvez a imprensa esteja complicando.

Ele exercia, em relação ao então Prefeito Palocci, o mesmo papel que Waldomiro Diniz na Casa Civil da Presidência da República. Era o coordenador político, o elo do Prefeito com a Câmara de Vereadores, após ter coordenado a campanha vitoriosa de Palocci à Prefeitura em 1992.

Se tudo tivesse findado com a demissão de Buratti da Prefeitura de Ribeirão Preto por suspeita de corrupção, não haveria também por que estar evocando esses acontecimentos. Ocorre que, segundo a imprensa, Buratti continuou ligado a Palocci. Foi nomeado, por sua influência, vice-presidente do grupo empresarial Leão Leão, que financiou a candidatura de Palocci à Câmara dos Deputados em 1998. O episódio está declarado e todos sabem que é verdadeiro. Nesse caso a imprensa não será responsabilizada.

Pois bem, esse tal de Rogério Buratti, ex-assessor de Palocci, foi parceiro de Waldomiro Diniz, ex-Assessor de José Dirceu. Vejam que há uma ligação muito forte do quarto andar da Casa Civil com as negociações suspeitas entre a Getch e a Caixa Econômica. Isso vem

do passado, não é de hoje. Depois tiraremos apenas algumas dúvidas com os esclarecimentos de V. Sª.

Em uma simplificação, pode-se dizer que esse tal de Buratti era o Waldomiro Diniz do Palocci, pela semelhança no cumprimento dos seus papéis. Tento alinhavar informações que colhi na mídia, não estou fazendo qualquer juízo de valor sobre elas. Longe de mim acusar os Ministros José Dirceu e Palocci. Diferentemente de alguns Parlamentares da Base que dizem não ter S. Exª competência para administrar a nossa política econômica. Eu já não penso assim. Às vezes, temos de ser até Líder do Governo em vez de ser Líder da Oposição. Eu já estou treinando para um dia ser Líder do Governo; estou bem próximo disso.

Lamentavelmente, essas suspeitas estão no ar. Na falta de esclarecimentos, tendem a adquirir foros de verdade. O que é péssimo para todos: para o Governo, para o Ministro, para os órgãos, para V. Exª, que acabou de dizer que tem tomado grande parte do seu trabalho e de sua assessoria para responder materiazinhas que surgem, que de onde parte eu não sei, V. Sª está dizendo que não sabe, então vamos ver de onde vem isso.

Por isso que eu insisto que a CPI iria esclarecer tudo isso, deixaria tudo claro, porque – repito – nem todos os papéis se encontram ali. Estou indo atrás, estou querendo começar lá atrás, não tenho dúvida. Isso aqui está dentro da GTech e principalmente na administração de V. Sª; nisso aí não há a menor dúvida.

Não basta a investigação policial em curso, que esbarra nos limites óbvios. Waldomiro, por exemplo, se recusou a dar qualquer declaração, só deporá em juízo. Quem acompanhou disse que ele só respondeu a duas perguntas: a primeira, foi o nome dele, ele acertou; a segunda, perguntaram a ele qual era a profissão dele, ele disse funcionário público; mentiu, já tinha sido demitido. Veja V. Sª como está sendo levado isso. Só respondeu a duas perguntas, o resto ele disse que só em juízo responderia. É um direito dele, mas mostra o quanto ele tem muito a contar porque, porque, de duas, uma ele acertou, o outra ele mentiu, foi preciso ser corrigido.

Enquanto isso, as suspeitas que levantam tornam-se mais densas e problemáticas à governabilidade. Por essa razão, sustento a investigação. Vamos insistir na investigação e na criação de CPIs requeridas nesta Casa, com número regimental e assinaturas. Está tudo pronto, mas o Governo entende que não deve ser instalada. Há pouco eu via na mídia que o PT está fazendo moda já nos Estados. O Zeca do PT tem um pedido de CPI com todas as assinaturas necessárias, mas disse que não instala. Ora, se não vale para o Governo Federal, por que vale para o Governo do Estado? E por que vai valer para as prefeituras? Então virou moda. Está institucionalizado o direito de roubar, porque a maioria garante.

Pois bem, Sr. Presidente, eu queria dizer a V. Exª que vamos partir para um bom senso. Se a Base do Governo entender que é verdade, inclusive porque eu vi que a Base do Governo só falou antes de V. Sª assumir, então vamos fazer uma CPI do passado e do presente. Vamos instalar uma CPI para que nós possamos, com a ajuda da Caixa, com a ajuda do Ministério Público, com a ajuda da Polícia Federal. O PT tem medo de quê? O PT tem medo de CPI? O Governo tem medo de CPI? Não.

Então eu queria fazer algumas perguntas a V. Sª, que são do maior interesse para o esclarecimento. São perguntas diante do que acabamos de ler. Seria o seguinte: o senhor tem conhecimento, pelo menos da imprensa, ou não sei se tem...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Perdão, nobre Senador. O senhor se incomoda de responder a cada pergunta de uma vez ou quer que anote? Talvez fosse melhor cada pergunta uma resposta.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Serão rápidas, minhas perguntas são objetivas. Vou perguntar todas, depois ele responde.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pode perguntar todas, depois ele responde.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então o senhor tem conhecimento dos depoimentos dos diretores da GTech na Polícia Federal que afirmaram que o ex-assessor da Casa Civil, Diniz, intermediou negociações entre a Caixa e a GTech e que o mesmo condicionou o fechamento do acordo à contratação de um consultor. Isso V. Sª deve saber pela mídia. A minha pergunta é a seguinte: o senhor participou dessas reuniões?

Segundo: quem participava dessas reuniões?

Terceiro: quem estava autorizado a negociar, a quitar, em seu nome, mas não é na pessoa física, é pessoa jurídica, e no nome da Caixa? Se tinha alguém autorizado a negociar isso em função da ligação do consultor, que vem a ser o Buratti, junto com Diniz, que eram todos os dois ligados tanto ao Ministro da Casa Civil quanto ao Ministro Antônio Palocci? O senhor tinha conhecimento desses acordos? Seria a primeira pergunta minha.

O SR. JORGE MATTOSO – Em primeiro lugar, retomo o já expresso em outros momentos. O ilustre Senador deve-se lembrar que eu disse que, no caso específico das duas pessoas citadas, eu não as conheço. Mas em nenhum momento sofremos na Caixa, enquanto Presidente ou enquanto negociadores que participaram da negociação do aditamento do contra-

to com a GTech, de nenhum tipo de pressão externa. Tínhamos, volto a insistir, um prazo extremamente reduzido para essa negociação.

Insisto: em 2002, haviam sido realizadas mais de dez reuniões de tentativa de negociação com a GTech sem nenhum sucesso. A empresa insistia sempre dizendo: "O contrato é o mesmo, os valores são os mesmos". E nós, sem intermediação nenhuma; aliás, sem conversa nenhuma com a GTech sobre isso.

Não tenho a mínima idéia de onde ela tirou isso. Em nenhum momento, em nenhuma negociação ela falou que teria alguma pessoa intermediando a Caixa. Nunca nos denunciou isso, nunca nos falou isso!

Em nenhum momento, nas conversas havidas na negociação, duras que foram, houve algum tipo de posicionamento da GTech com relação a essas reuniões, das quais tomei conhecimento muito tempo depois da sua eventual existência. Não tomei conhecimento delas. Não participei de reunião nenhuma externa à Caixa, inclusive porque sempre dei orientação aos nossos negociadores no sentido de que reuniões com qualquer empresa ou com qualquer pessoa que tivesse interesse na Caixa deveriam ser realizadas dentro da Caixa Econômica Federal. Não é com almoços, com jantares ou com qualquer outro tipo de instrumento. Não que almoços e jantares não possam ser feitos. Mas dados os interesses que a Caixa defende, que dizem respeito à defesa dos interesses públicos, é bom que essa conversa ocorra dentro da Caixa. E as conversas realizadas com a GTech ocorreram dentro da Caixa somente com os negociadores indicados pela GTech e pela Caixa. Em nenhum momento se colocou isso.

Volto a dizer a V. Exªs: se alguém tentou vender apartamentos ou terrenos na lua, a Caixa não pode ser responsabilizada por isso. E se alguém tentou comprar terrenos na lua, a Caixa também não pode ser responsabilizada. Não tenho condições de fazer nenhum tipo de avaliação a esse respeito. O que sei é que essas negociações foram realizadas dentro da Caixa, e em nenhum momento se aventou a hipótese de haver um intermediário ou outro que não os negociadores indicados pela Caixa.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Sr. Presidente, V. Exª sabe que, no mesmo depoimento à Polícia Federal, os diretores da GTech já informavam que cada vez que a Caixa adiava a assinatura do aditivo contratual, o Buratti voltava a carga, dizendo que o negócio com a Caixa só seria fechado depois de sua contratação.

A primeira observação é a seguinte: quer dizer que o Diretor da GTech mentiu para a Polícia Federal e para o Ministério Público? Daí a necessidade de se vir a dar seqüência a essas convocações nesta Casa e, no final, vamos conversar e dialogar com todos.

Não vou mais perguntar a V. Sª se sabia alguma coisa ou se era coincidência a orquestração da Caixa com o Buratti; não vou mais perguntar isso.

Quero perguntar a V. Sª o seguinte: quantos meses serão necessários para se substituírem as operações da GTech?

Em função da resposta, tenho mais duas a fazer: quantos meses serão necessários para se substituírem as operações da GTech e quando começou a contar o prazo para essa substituição.

O SR. JORGE MATTOSO – Senador, se nós não tivermos clareza do que ocorre, não vou conseguir avançar. Não existe possibilidade de a Caixa iniciar qualquer tipo de licitação enquanto a Justiça não se pronunciar com relação às liminares que a GTech obteve. Isso precisa ficar claro. Isso é tão claro que estamos no décimo segundo mês desse aditamento e, até hoje, a Justiça não se pronunciou. Portanto, não posso lhe dizer quanto tempo. S a Justiça não...

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Mas há um prazo? Vinte e cinco meses?

O SR. JORGE MATTOSO – Não.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Houve um contrato com prorrogação?

O SR. JORGE MATTOSO – Não. Vinte e cinco meses foram o prazo...

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Quer dizer que o senhor admite...

O SR. JORGE MATTOSO – O senhor fez uma pergunta e eu estou tentando responder. Vinte e cinco meses são o prazo máximo que a Caixa tem, por lei, para aditar um contrato. Por isso dizíamos que precisávamos ganhar tempo, para que a Justiça se pronunciasse com relação às liminares e para assegurar que a Caixa tivesse as condições mínimas para assegurar plenamente o processamento, uma parte menor de todas as operações lotéricas. As operações lotéricas dizem respeito às máquinas, à transmissão dos dados, à manutenção das máquinas e isso, para a Caixa, deve ser realizado por meio de licitações.

Não cabe à Caixa fazer a manutenção de mais de 15 mil ou 20 mil máquinas dispostas em mais de 9 mil lotéricas dispersas no País. O que a Caixa se propôs a fazer foi assegurar o processamento dos sorteios, o que já vem sendo realizado sem que ainda tenha sido plenamente homologado pelas partes. Volto a insistir que tem sido realizado em ambiente laboratorial. Pretendemos estar em condições plenas de processamento no décimo oitavo mês. Mas se até lá, se a Justiça não houver se pronunciado, ilustre Senador, não poderemos fazer outra licitação que não uma que assegure

à GTech a vitória. É por isso que a Caixa tentou dividir em quatro a licitação, ainda no Governo anterior, e por isso a GTech operou de todas as maneiras, por meio de licitações, para a obtenção dessas liminares.

Portanto para responder quantos meses serão necessários, teríamos que fazer essa pergunta à Justiça.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Então, V. Exª admite a hipótese de se estender esse contrato parcial ou total à GTech, como tanto se falou, sem licitação? Há quanto tempo vêm essas liminares?

O SR. JORGE MATTOSO – Desde 2001.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Aí, vou fazer um apelo. Sei que é competente a assessoria jurídica da Caixa e também a do Governo. Se há interesse em fazer uma nova licitação, não entendo por que a Justiça não é pressionada. É muito tempo para uma liminar ficar se mantendo numa licitação.

Então, a minha certeza é que a hipótese, se estender isso, é clara: vai acontecer. Na realidade, a assessoria da GTech é muito competente. Estou convencido de que, dentro do que está traçado, será natural o Governo estender o contrato da GTech após essa conclusão de 25 meses. E V. Exª admite essa hipótese.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, a legislação não permite. O limite possível é o vigésimo quinto mês. Então, teremos de romper o contrato.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Mesmo com a liminar?

O SR. JORGE MATTOSO – A liminar não diz respeito ao rompimento do contrato, a liminar desrespeita o impedimento da licitação.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Aproveito e digo o seguinte: se o Governo, pelo que foi dito por seus Parlamentares, considera o contrato da Gtech ruim e mal negociado, por que, em vez de prorrogado, não foi cancelado?

O SR. JORGE MATTOSO – Porque somos responsáveis por todas as atividades e funcionamento da Caixa Econômica Federal. Não posso assegurar e dizer que, a partir de amanhã, 9 mil lotéricos não funcionarão mais, 9 mil lotéricos não prestarão mais serviços à população, 9 mil lotéricos não apresentarão as suas loterias. Esse seria um ato de extrema irresponsabilidade.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Sr. Presidente, ainda não conclui, ainda tenho umas 5 ou 6 perguntas.

O SR. JORGE MATTOSO – Aliás, nem a gestão anterior se propôs a fazer um absurdo desse, que é romper um contrato e não ter condições de assumir.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Ninguém da anterior. Por isso, continuo a insistir que o melhor caminho para esclarecer esse assunto passa por uma CPI. Só uma CPI, não tenho a menor dúvida.

O SR. JORGE MATTOSO – Fui convidado para vir aqui. Prestei todas as informações que os Senadores me pediram e prestarei todas as que possam pedir. Posso esclarecer, mas V. Exªs podem sair convencidos ou não. Posso apresentar todas as informações, mostrando, indicando que a negociação é a melhor.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Isso é outro assunto, vou tentar ler essas páginas aí. Veja que, segundo a avaliação da Superintendência de Projetos Especiais da Caixa, Sr. Carlos, caso precise, a Caixa poderá estender total ou parcialmente a prestação de serviços pela Gtech pelo prazo necessário à implantação do novo modelo. Faltam apenas 14 meses. S. Srª está dizendo, está sendo claro, diferentemente do que afirmou V. Sª, que, vencido, iria romper o cartel. Está dizendo aqui que, se necessário, vai prorrogar não tem o que discutir. Há uma contradição entre a palavra do Presidente e nesse caso do Superintendente de Projetos Especiais da Caixa, que afirma que, se necessário, vai ter que prorrogar. Está escrito aqui. Foi divulgado pela imprensa, **Folha de S.Paulo**, de 22 de março. Daí a minha pergunta.

A Caixa diz que só renovou o contrato por causa das liminares da Justiça. Afirma também que o banco não tinha como assumir as funções feitas pela empresa. V. Sª disse isso. Um ex-Diretor do banco, e isso já foi falado aqui, afirmou que a Caixa Econômica já tem tecnologia suficiente para 1.5 bilhão, que era o investimento anunciado em 2002 pelo banco para poder dispensar a Gtech. A CEF não divulga quanto, de fato, foi aplicado. Queremos saber quanto foi aplicado.

O SR. JORGE MATTOSO – Em primeiro lugar, temos que esclarecer que existe uma diferença muito grande entre aditar ou prorrogar um contrato, e isso, pela Lei nº 8.666, só pode ser realizado até o final desse 25º mês. A partir daí, se tratará de outro contrato que terá que ser negociado ou feita uma licitação. É só isso, não confundir as duas coisas. Quanto ao investimento, ele foi em torno R$47 milhões. Estão todos os documentos aqui.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Tomara que a GTech possa liberar determinado...

O SR. JORGE MATTOSO – Não. Desculpe, Sr. Senador, é somente para o processamento, as outras...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não é liberar alguma coisa?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não, as outras...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – E o processamento não está pagando? A Caixa não está pagando o processamento?

O SR. JORGE MATTOSO – Não. Sr. Senador, temos que entender o que estamos falando. A Caixa não...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Explique, V. Sª veio aqui para explicar.

O SR. JORGE MATTOSO – Vou lhe explicar.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sou neófito nisso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Tenham calma vocês duas, fiquem caladas, porque fiquei calado; ouvi tudo aqui e não reclamei de ninguém. Então, peço o direito da minha palavra, Sr. Presidente. V. Exª garanta a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª está com a palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Tenham calma, o Governo já tem o dever de casa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – V. Exª não precisa ser grosso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senadoras, o Senador Efraim está com a palavra. Faça a pergunta de V. Exª, e ele, com certeza, responderá.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O Presidente está respondendo, mas parece que a assessoria....

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas é porque na hora em que ele está respondendo, V. Exª já está fazendo outra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Aliás, está se conduzindo muito bem a assessoria, quero parabenizá-la.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – V. Exª está nervoso, não sei por que.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu, nervoso? Não sou Governo, não; não tenho medo de ser atingido, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senadora, por gentileza.

Senador Efraim, V. Exª tem a palavra, pode usá-la.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Fiz a pergunta, vou repeti-la.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por favor.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou repeti-la lentamente. Não é preciso nervosismo. Estou querendo a CPI, quem não quer não sou eu, não sou do PT, não. Veja bem.

A Caixa diz que só renovou o contrato por causa das liminares da justiça. Afirma também que o banco não tinha como assumir as funções da empresa. Um ex-diretor afirma que a CEF já tem tecnologia suficiente. R$1,5 bilhão era o investimento anunciado em 2002 pelo banco para dispensar a GTech. A CEF não divulga o quanto, de fato. O que queremos saber é quanto foi aplicado e, se tem alguma informação, por que não foi aplicado.

O SR. JORGE MATTOSO – Senador, gostaria de voltar a esclarecer: em nenhum momento, a Caixa Econômica Federal se dispôs a assumir o conjunto dos trabalhos realizados pela GTech, em nenhum momento, tanto assim que se propôs a fazer quatro licitações, dividir o contrato em quatro. Para as operações de transmissão, deveria ser feita uma licitação; para as das máquinas, também, com outras empresas; e também para a da manutenção dos equipamentos. A única coisa a que a Caixa se propunha e já está fazendo, volto a insistir, é o processamento, que não corresponde ao conjunto das operações da GTech. A Caixa avalia que não deve se preocupar com a manutenção de máquinas em lotéricas, que isso deve ser feito por uma outra empresa, mas que, para isso, precisa fazer licitação. O problema todo é que a Justiça tem impedido sistematicamente que a Caixa faça essas quatro licitações. Se eu tiver que repetir isso, repetirei, sem nenhum problema. Esse é um impedimento legal que diz respeito à Justiça, na qual esperamos um bom tratamento nos próximos meses.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Uma pergunta, nobre Senador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, tenho mais duas perguntas e vou fazê-las.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por favor.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – A primeira é a seguinte: V. Sª disse que foi reduzido em 15% o contrato com a Gtech, depois desse mesmo contrato ter sido considerado um absurdo. Foram feitas inclusive auditorias. Após o período decorrido do contrato, os custos de amortização já não tinham sido cobertos nesses 15%? Por que só 15%, se era tão absurdo esse contrato?

O SR. JORGE MATTOSO – V. Exª considera pouco R$100 milhões?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não, não estou dizendo que é pouco, estou perguntando – nunca vi esse dinheiro na minha vida.

O SR. JORGE MATTOSO – Na nossa avaliação, da Caixa, e considerando que nenhum outro adiantamento conseguiu qualquer abatimento, qualquer redução de valor, consideramos que R$100 milhões foi um belo adiantamento, foi um belo contrato, foi uma bela negociação. E volto a insistir: não foram exclusivamente os 15%, foi a libertação dos correspondentes bancários, e isso tem permitido a melhoria dos serviços da Caixa e a saída do **ranking** do Banco Central de reclama-

ções. A Caixa não está mais entre os 10 bancos que mais recebem reclamações, graças ao extraordinário serviço que vem sendo feito pelos correspondentes bancários e pelas ampliações das agências.

Portanto, do nosso ponto de vista, Caixa, eu não tenho a mais mínima dúvida de que esse aditamento foi o melhor que a Caixa já fez e o melhor que poderíamos ter feito.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Está esclarecido nesses papéis por que foram só 15% de R$100 milhões?

O SR. JORGE MATTOSO – Só?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Só, porque eu acho que, se pudessem ser R$200 milhões, seria melhor para o País e para a Caixa Econômica.

O SR. JORGE MATTOSO – Ah, mas aí...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, quero saber como chegou aos 15% É uma pergunta que estou fazendo. Se V. Sª não tem como me responder agora, eu espero a resposta. Por que só 15%? Que bom para V.Sª!

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não. Para mim, não, para a Caixa.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Que bom para o Brasil! Que bom para todos nós! V. Sª responde pela Caixa. Então, eu diria que o bom fosse que todos nós pudéssemos ter 30% a menos, 25%, 28%, coisas desse tipo.

Então, a minha pergunta é a seguinte: por que chegamos só a 15%? E qual foi o critério para se chegar a esse percentual? Se não estão incluídas nesses 15% as amortizações feitas?

O SR. JORGE MATTOSO – Não tem amortização. A amortização...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu estou perguntando. Eu não sei.

O SR. JORGE MATTOSO – Então, deixe-me responder, Sr. Senador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Exato. Eu estou calado.

O SR. JORGE MATTOSO – A amortização não tem a mínima condição de avaliar.

A GTech – volto a insistir – nunca abriu a sua planilha de custo. Eu não sei quanto foi investido, não sei quanto custou, ou quanto ela gasta. Não tenho a mais mínima idéia. Ela se nega a abrir essa planilha de custo.

O que eu posse lhe dizer é que, em nenhum momento no passado recente, se negociou quaisquer reduções de custo. Portanto, V. Exª tem de perguntar para outras pessoas – e não para mim – por que, anteriormente, não se conseguiu os 15%. Estamos plenamente confiantes de que o resultado desse aditamento de 15%, mais a libertação dos correspondentes bancários, foi um extraordinário processo negocial e um extraordinário contrato para a Caixa Econômica Federal e para a coisa pública.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Por isso, Sr. Presidente, defendo a CPI para conversar com outras pessoas que não S. Sª, para saber por que tenho de fazer.

Eu sei que V. Sª não é contra a CPI.

O SR. JORGE MATTOSO – E nem sou Senador da República.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Tudo bem, mas podia ser um dia.

Desejo a V.Sª, se tiver vontade...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mais alguma pergunta, nobre Senador?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Tenho, sim. É um diálogo, e tenho de responder.

É o seguinte, Sr. Presidente: pelo Estatuto da Caixa, a decisão de prorrogar um contrato no valor de R$600 milhões deve ser aprovado pela diretoria colegiada a partir do voto apresentado por um ou mais vice-presidentes. Que vice-presidentes apresentaram o voto propondo a prorrogação do contrato com a GTech? E a data da reunião que registra a autorização para a efetivação da transação?

O SR. JORGE MATTOSO – Em primeiro lugar, volto a dizer que não se confunda contrato com aditamento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ou aditivo.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não, porque contrato, efetivamente, não pode; o aditivo pode.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, qual foi a data do aditivo? Eu retiro a palavra "contrato" e coloco "aditivo".

O SR. JORGE MATTOSO – O aditivo foi realizado no dia 8 de abril de 2003.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Quem propôs?

O SR. JORGE MATTOSO – Como quem propôs?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – No Estatuto da Caixa, a decisão.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não tem a ver com o Estatuto.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Foi feito. A GTech quer e foi feito, então, por causa da liminar? Do contrário, paro tudo. É mais ou menos isso?

O SR. JORGE MATTOSO – Não estou entendendo, Sr. Senador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Estou dizendo que, se a GTech diz que esse é o valor, faz-se o acordo...

O SR. JORGE MATTOSO – Não. A negociação é realizada entre duas partes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sim, aí chega-se a um acordo. Se não fizer isso tudo, a GTech pára tudo por causa da liminar. E aí a Caixa não tem o que fazer, o Governo brasileiro não tem o que fazer.

O SR. JORGE MATTOSO – Eu volto a pedir que V. Exª explique a sua pergunta.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, veja bem: foi feito um aditivo. A diretoria da Caixa diz que não foi feita por conta das liminares. Perfeito?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, Exª, o que não foi feito por conta das liminares...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Mas está dito aqui...

O SR. JORGE MATTOSO – ...foram as licitações, Sr. Senador. Nós precisamos ter a mesma linguagem. O que está impedindo...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, nós estamos falando uma linguagem totalmente diferente: V. Sª, numa linguagem técnica; e eu, que não sou um técnico, sou político...

O SR. JORGE MATTOSO – Mas tem que ouvir, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, formule a sua pergunta.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Minha pergunta a V.Sª é a seguinte: existe um contrato com a GTech?

O SR. JORGE MATTOSO – Existe.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Esse contrato venceu?

O SR. JORGE MATTOSO – Não.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não? Foi então aditado?

O SR. JORGE MATTOSO – Isso.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Isso. Foi aditado do jeito que a GTech quis?

O SR. JORGE MATTOSO – Isso é V. Exª quem está dizendo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu acho, porque senão parava.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não, três de um lado, três de outro, e negociaram.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agora, se a GTech não quisesse aditar parava o serviço por conta das liminares?

O SR. JORGE MATTOSO – Com licença, se a GTech abandonasse o serviço, vamos supor, disse-se que não quer mais ganhar dinheiro da Caixa, R$1 milhão é muito pouco...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não, ela não ia querer.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, R$1 milhão/dia é muito pouco, teríamos o fim dos serviços por meio dos lotéricos. Somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não temos tecnologia.

O SR. JORGE MATTOSO – Somente isso. Teríamos o fim do atendimento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, é a vontade da GTech?

O SR. JORGE MATTOSO – Que vontade da GTech?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – A maioria, ela está mandando numa decisão, lamentavelmente. A culpa não é do Presidente Mattoso. Não estou culpando V. Sª por isso. Estou dizendo que, lamentavelmente, chegamos a uma situação em que a GTech está dominando totalmente a questão dos lotéricos dentro da Caixa Econômica e no Brasil.

O SR. JORGE MATTOSO – Está.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Está certo?

O SR. JORGE MATTOSO – Mas tenho tentado dizer isso ao longo da minha exposição.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Mas não disse. V. Sª ...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não tem ordem, estou com a palavra, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente, porque já foi repetido à exaustão...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, estou com a palavra. Não pode pedir a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SP) – ... que o aditamento do contrato foi feito inúmeras vezes.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Mesa já decide. Senador Efraim Morais, com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SP) – A primeira vez que teve mudança foi assinada pelo Presidente Jorge Mattoso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, a ordem já foi respondida.

Senador, conclua a sua pergunta. Ainda tem mais alguma?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Veja V. Exª, que é meu conterrâneo, paraibano, estamos tranqüilos. A Paraíba aqui é muito tranqüila.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas não estou no grau de entendimento de V. Exª, porque entendi da primeira vez que ele falou.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Só que V. Exª tem o direito, agora vou criar polêmica, ...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Espera aí, não estou provocando o meu conterrâneo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ... de entender, até porque V. Exª também é da base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Talvez seja por isso que eu tenha mais boa vontade.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – É claro que ninguém aqui vai conseguir ....

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Retiro o que eu falei.

O SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E o pessoal do Governo anterior tem dificuldade de entender como é que chegou até aqui desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por gentileza, nobre Senadora, a palavra está com o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Deixe-a falar mais um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não, eu quero é que V. Exª conclua. Ainda falta a Senadora Heloisa Helena. Então, está numa escalada ....

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Mas, se a Senadora quiser falar mais um pouquinho, fique à vontade. Não tem problema, sou muito educado com as damas.

Pois bem, proponho a V. Exª, que é o Presidente da Comissão, da qual, com muita honra, tenho o prazer de pertencer, que sejam convocados o Superintendente Carlos Cartel, bem como os vice-presidentes da logística anterior e atual, respectivamente, Mário Haag e Paulo Bretas, além dos diretores da GTech, Antonio Carlos Lino Rocha e Marcelo Rovai, para que, já que foram citados aqui, já que a palavra que foi dada na Polícia Federal e na MP, vermos se há um contra-senso, para que nós, os Senadores, vou propor isso por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, informo a V. Exª que o vice-presidente, Paulo Bretas, já foi convocado no relatório anterior.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – É um a menos então.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E foi retirado do relatório anterior o Sr. Mário Haag.

V. Exª, por gentileza, formalize, só não precisa pedir o Paulo Bretas. Os demais, por gentileza, V. Exª formalize.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e agradeço ao Presidente. Peço desculpas se fui, em determinado momento, ...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não, V. Exª cumpriu o seu papel.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ... fora do normal. Mas é que estamos aqui numa missão, Sr. Presidente, já que nós, que fazemos a Minoria desta Casa, estamos impedidos pela força ditatorial da Maioria desta Casa de fazer CPI's, aproveitamos esta oportunidade, dialogamos.

Acho que, em parte, o Sr. Jorge Mattoso esclarece as dúvidas da Oposição, não naquilo que foi perguntado, mas naquilo que pretendemos descobrir, para mostrar ao País o que está acontecendo neste Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, agradeço a V. Exª e digo que cumpriu o seu papel.

Suspendo a reunião para almoço

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Estamos reabrindo os trabalhos da Comissão.

Por permuta com o Senador Arthur Virgílio, porque S. Exª faz parte da Comissão e seria o último a interpelar como titular, passo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, fazer brevíssimas considerações. Tenho feito muita questão de fazer isso, até para resgatar um pouco do cínico memorial de contradições que temos visto ultimamente.

Primeiro, essa história de criticar a imprensa quando divulga material sigiloso. Eu nem deveria comentar isso, até porque quando eu era Líder do PT – graças a Deus, eu já fui expulsa para não fazer parte dessa vergonhosa operação abafa agora – e Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique, era impressionante como a Oposição à época parabenizava os procuradores e o Ministério Público quando, de alguma forma, documentos chegavam ao conhecimento da opinião pública. É impressionante esse cínico memorial de contradições, Senador Demóstenes. Dizíamos nós que não havia sigilo naquilo que era de interesse público. Se havia trambicagem com o interesse público, não poderia haver sigilo em relação a isso.

Outra coisa que gostaria de dizer é que talvez seja importante que a Caixa possa analisar o que é que o Waldomiro foi fazer lá no dia em que foi identificado, conforme está publicado na imprensa. O Waldomiro vir ao Congresso Nacional é compatível, porque ele ocupava a subchefia de assuntos parlamentares da Casa Civil. Se ele foi à Caixa resolver algum problema de Parlamentar ou outro problema é bom que isso seja identificado para que se esclareça à opinião pública o que ele foi fazer lá.

Começando o debate, estou entendendo, tive oportunidade de analisar os documentos do Ministério

Público, sei que a GTech é responsável pela captação de jogos em terminais lotéricos, pela rede de transmissão de dados, pelo processamento de apostas e rateio – que é onde a Caixa Econômica Federal ainda na gestão anterior, investiu mais de R$100 milhões, para se preparar para assumir parte desse processamento de apostas e rateio – e pela questão da logística e consumíveis para lotéricas.

Começo sobre a história de que foi o melhor negócio possível. Por quê? Primeiro, porque V. Sª, Presidente, acabou cometendo o mesmo erro que alegou na imprensa. Quando apresentou esse documento de 3 de janeiro de 2003, dizendo que a GTech se negava a fazer qualquer debate sobre descontos, V. Sª disse que a imprensa, infelizmente, apenas apresentou o ofício da Caixa à GTech e se esqueceu de apresentar o ofício da GTech à Caixa, esse que V. Sª traz. V. Sª acabou esquecendo-se também de apresentar outro documento, de 7 de janeiro – portanto de data posterior a 3 de janeiro –, sobre uma reunião da qual participaram o Superintendente de Projetos Especiais, o Gerente Nacional da Caixa, o vice-presidente da GTech, o diretor, o advogado, em que se retoma o debate dos descontos de 25%.

E, ao contrário do que diz essa carta, que foi encaminhada no dia 3 de janeiro, no dia 7 de janeiro, a GTech assume a possibilidade de fazer o desconto. Aliás, está gravado, porque as relações entre a Caixa Econômica Federal e a GTech estavam tão difíceis, que as conversas estavam sendo gravadas dentro da Caixa Econômica Federal. Não é à toa que o vice-presidente... Não é à toa que o advogado da GTech dá declarações relacionadas a isso. Ele diz: "Os termos são esses, porque são seis meses. Talvez se fosse maior o prazo... A GTech colocou outras propostas que não foram levadas em consideração. Já que maior o prazo, maior pode ser o desconto."

Volto a dizer que os jurídicos estão aqui para viabilizar, e não para dizer o que se pode ou não fazer. Sempre se pode fazer, desde que se obedeça à lei. Mas a lei é bastante elástica no sentido de que sempre há uma alternativa para fazer com que o cliente faça o negócio possível. E não é à toa que essa conversa gravada acabou resultando nesse documento – que certamente está à disposição dos senhores –, originado após o outro que V. Sª trouxe para cá, em que se cria a possibilidade de fazer isso. A própria GTech reiterou que, para o prazo de seis meses, não há como praticar descontos na fatura e que essa proposta vale para a continuidade do contrato vigente. Então, possibilidade já havia anteriormente.

É verdade que o Governo passado não o fez, por isso é de fundamental importância que instalemos uma Comissão Parlamentar de Inquérito para identificar isso. Primeiro, discordo dessa assertiva de V. Exª, até compartilhada com o Presidente da Comissão, de que não havia como romper o contrato. Em nome do interesse público, pode-se romper unilateralmente o contrato, e não haveria paralisação das atividades. Não é verdade que não haveria paralisação das atividades, pois essa é obrigatória, contratual, independentemente de rompimento de contrato em nome do interesse público.

Outra questão: V. Sª disse aqui que tinha um prazo, 14 de abril. Em sua fala, disse que a GTech tinha pressa. V. Sª disse: nosso prazo limite era 14 de abril. Seria até estranho que houvesse a renovação de contrato por 25 meses, se, praticamente, uma semana antes da renovação do aditivo por 25 meses, tivesse sido aberta uma auditoria. Poder-se-ia, inclusive, prorrogar por menos prazo, para ver o resultado da auditoria, embora eu compartilhe da idéia daqueles que acham que pode haver o rompimento unilateral do contrato sem paralisação dos serviços.

V. Sª, na sua fala, disse que a GTech tinha pressa, em função do ano fiscal. Ora, se a GTech tinha pressa, em função do ano fiscal, então, era a GTech que estava em uma situação de extrema dependência em relação ao contrato. Então, mais do que necessário seria que inclusive houvesse um aumento de mais de 15%, se necessidade houvesse de dar continuidade a isso, porque eles ganharam muito com essa operação. Se não existe, com a mais absoluta clareza, se a valorização das ações está em torno de 34% – por isso, é importante que eles aqui estejam, para que possam explicitar em quanto se deu essa valorização –, é lógico que o aumento poderia ser muito maior, porque quem tinha pressa eram eles. Como é que eles tinham pressa, pressionados inclusive pelo ano fiscal americano, e se faz um percentual como esse? Como é que se chega a esses 15%, se eles tiveram uma valorização de ação muito maior?

Além disso, quero que V. Sª me confirme se, uma semana depois desse suposto desconto, houve aumento da Mega-Sena.

O SR. JORGE MATTOSO – De 50%.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Houve um aumento de 50% na Mega-Sena.

O SR. JORGE MATTOSO – (fora do microfone – inaudível.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Não, não. Do bilhete, porque eles ganham em torno do bilhete. Quanto mais as pessoas apostam, mais eles ganham, é evidente. A Mega-Sena toma conta do maior número de apostas. Se eles tiveram um aumento de 50%, qual é o significado disso? Até para que se

possa identificar se isso já não dá conta, inclusive, do aumento que tinha sido identificado anteriormente. Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Presidente da Caixa, Dr. Jorge Mattoso.

O SR. JORGE MATTOSO – Ilustre Senadora Heloísa Helena, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de esclarecer que aqui nenhum dos Senhores me ouviu fazer qualquer crítica à imprensa. O que tenho feito e explicitado, inclusive através da imprensa, é que a Caixa continuará respeitando as regras básicas estabelecidas em lei, no que diz respeito ao sigilo bancário. Não entraremos no jogo de ficar passando informações secundárias para a imprensa. Isso foi realizado por outras pessoas, outras forças, outras instituições. A Caixa não fará isso. A Caixa é um banco público, tem que respeitar a institucionalidade, tem que respeitar a lei e, sobretudo, garantir as melhores condições de sua imagem.

No entanto, cumpriremos as determinações legais. Quando a Polícia Federal fez, na quinta-feira, uma apreensão que, no nosso entender, é ilegal, fizemos uma representação, que entregamos hoje de manhã ao Ministério Público, e esperamos que o Procurador-Geral tome as devidas medidas e providências que entender cabíveis.

A Senadora elaborou várias perguntas, e vou tentar respondê-las. Quanto ao que eventualmente o Sr. Waldomiro fez na Caixa, só tomei conhecimento do fato pelos jornais. Assim que eu tiver alguma declaração, vamos mostrar com quem ele esteve, para quê ele foi. A Caixa tem vários pedidos de medidas provisórias para serem discutidas no Congresso, tínhamos vários assuntos, mas não sei qual assunto ele foi tratar. O que posso dizer e repito é que, em nenhum momento, seja ele, seja outra pessoa indicada aparentemente como intermediário da Caixa para vender terrenos na lua, entrou em contato nem com o Presidente da Caixa nem com os negociadores, pelo que entendo das declarações deles na Polícia Federal. Portanto, daremos todos os esclarecimentos, de quantas vezes ele foi, se é que foi, com quem esteve e que assuntos foi tratar.

Quanto à questão do negócio, desse aditamento desse contrato. Em primeiro lugar, não tenho dúvida, volto a insistir, de que foi o melhor negócio possível. No dia 07 de janeiro, a Senadora recebeu uma ata da reunião na qual, depois daquela carta, a GTech fala dos 25%, mas em nenhum momento assume esse valor, tanto assim que no dia 13 de janeiro, a administração anterior da Caixa, volto a insistir, fez uma aditamento, por 90 dias, nas mesmas condições anteriores. Os números citados não representam nada. O que representa é o acordo final. Em nenhum momento, anterior ao aditamento do dia 08 de abril, a Caixa conseguiu reduções; pelo contrário, houve elevações de preços. A primeira vez foi no aditamento do contrato por 25 meses, com possibilidade de rompimento aos 18, realizado no dia 08 de abril. Não tínhamos pressa. A GTech era quem tinha pressa. Tínhamos até o dia 14 de abril para assinarmos o contrato. Tanto assim que eles estavam adiando. Não queriam dar a renúncia. Queriam assumir simplesmente a desistência na Justiça, mas insistimos na renúncia, sob pena de não fecharmos o negócio. Por isso, só fechamos no dia 08. Eles só entregaram o documento que assegura a renúncia no dia 08. Já foi entregue a V. Exªs.

Existe uma diferença legal entre renúncia e desistência. Na primeira, a outra parte não pode mais voltar. Podemos abrir aos mais de 2 mil correspondentes bancários nesse período.

Tínhamos o prazo máximo de 14 de abril.

Volto a insistir, não foi somente 15%. Pela primeira vez estão passando a base de dados. Pela primeira vez estão abrindo mão do impedimento legal da ampliação dos correspondentes bancários. Com relação a essa negociação, volto a insistir, não tenho condições de dizer o que passou pela cabeça da GTech, mas posso dizer o que passou pela cabeça dos negociadores da Caixa e da minha em particular: foi uma negociação rápida, difícil, na qual, pela primeira vez, a Caixa conseguiu condições melhores que as anteriores.

Volto a insistir, Srªs e Srs. Senadores, como homem público responsável pela Caixa Econômica Federal – diga-se de passagem, isso também passou pela cabeça de algum iluminado no passado, mas não foi levado a cabo por nenhuma outra administração –, digo que seria uma irresponsabilidade simplesmente romper unilateralmente o contrato antes do final do prazo legal de aditamento. Deixaríamos de prestar serviços nos mais de 9 mil agentes lotéricos, e são serviços destinados à população de baixa renda.

Quero que os Srs. Senadores tenham idéia do trabalho desses 9 mil agentes lotéricos. Eles pagam políticas públicas, pagam políticas sociais, recebem pagamentos. A única coisa, e o que podíamos e deveríamos fazer – e por isso precisávamos de correspondentes bancários –, é nos prepararmos para executar no futuro essas atividades cada vez mais pela Caixa. Para isso, continuamos na expectativa das decisões judiciais, porque somente com elas poderemos realizar as licitações que a Caixa julga cabíveis.

Quanto ao aumento da Mega-Sena, primeiro não tenho idéia se houve ou não aumento, mas os pagamentos são feitos em função de operações, de apostas.

Não posso dizer que o povo brasileiro, em homenagem à GTech, apostou mais naquela semana...

A SRA. HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – V. Srª não entendeu. Se o mesmo número anterior tivesse apostado, independente de se fazer uma homenagem ao Sr. Waldomiro, ao Governo ou a quem quer que seja, já seria um aumento no volume de apostas, Sr. Presidente. A partir do momento em que se aumenta em 50% o valor da aposta, se o mesmo número de pessoas apostar, é evidente que o volume de recursos será maior.

O SR. JORGE MATTOSO – Não tenho como lhe fornecer essa avaliação.

A SRA. HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – Depois V. Srª manda por escrito.

Um outro ponto: V. Srª disse que é um absurdo porque a Caixa presta programas extremamente importantes pelos lotéricos, como a Bolsa Escola. Há um documento da Caixa de 10 de maio de 2002 que se refere ao programa de "atualização do parque computacional", no qual se investiu R$104 milhões. Mais recentemente, a Caixa adequou seus equipamentos de computação para os pagamentos do programa Bolsa Escola e dos planos econômicos do FGTS. Esse mesmo documento cita que a Caixa já é capaz de prestar esses serviços, serviços esses para o atendimento da população mais carente, e que "esse programa destina-se à comercialização doe produtos e serviços bancários, bem como atuar na operação de repasse de transferência de benefícios do Governo Federal, tais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás..."

O SR. JORGE MATTOSO – É isso, Senadora. Esse é o trabalho dos correspondentes bancários. Os correspondentes bancários não vendem loteria.

A SRA. HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – Mas os correspondentes bancários, a Caixa... Não foi cessão da GTech. A Caixa...

O SR. JORGE MATTOSO – Claro que não. A Caixa não tem nada a ver.

A SRA. HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – Mas V. Exª falou neste instante que tinha sido concessão da GTech.

O SR. JORGE MATTOSO – Ilustre Senadora, a GTech obteve, em 2002, uma liminar na Justiça que impedia a expansão dos correspondentes bancários, que foi, em 2001, uma iniciativa da Caixa de extraordinário sucesso. Foi essa a situação. O investimento a que a ilustre Senadora está se referindo diz respeito aos correspondentes bancários, o que havia sido impedido em 2002 e finalmente obtido em 2003.

A SRA. HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – Mas nem com um investimento desse, V. Srªs entendiam que seria importante investir mais de R$100 milhões... Se V. Srªs alegam que houve uma diminuição de custos de R$100 milhões, a Caixa investiu também esse mesmo valor...

O SR. JORGE MATTOSO – Para os correspondentes bancários.

A SRA. HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – Sim. Nem isso significaria que, em nome do interesse público, nessa parte, o contrato pudesse ser rompido, já que a Caixa estava preparada para fazê-lo?

O SR. JORGE MATTOSO – Senadora, neste ano, desde o dia da renúncia da GTech nas ações com relação aos correspondentes bancários, conseguimos cerca de dois mil correspondentes bancários, mas queremos chegar a dez mil até 2006. Isso é possível de ser feito com os recursos da Caixa, tanto financeiros quanto de pessoal. Vamos até 2006 ter dez mil correspondentes bancários. Hoje o sistema lotérico já tem nove mil. Não tenho como substituir os nove mil correspondentes lotéricos da noite para o dia pelos correspondentes bancários, por isso estamos fazendo pouco a pouco, e é isso que tem garantido a redução das filas nas agências da Caixa; é isso que permitiu à Caixa ter saído da lista de reclamações do Banco Central; é isso que tem permitido o pagamento das políticas públicas com menos filas; é isso que tem permitido à sociedade brasileira ter atendimento mais próximo de sua casa; é graças a isso, graças aos correspondentes bancários, graças ao fato de se ter obtido nesse contrato a liberação dos correspondentes bancários.

A SRA. HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – O povo brasileiro, não o governo anterior, tinha investido mais de R$100 milhões para garantir que isso pudesse ser feito.

O SR. JORGE MATTOSO – Lógico.

A SRA. HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – V. Exª entende que é pura coincidência os encontros do Waldomiro com os dirigentes do GTech uma semana antes do aditamento do contrato?

O SR. JORGE MATTOSO – Não tenho condições de dizer. Aparentemente é uma coincidência. Eu não tinha conhecimento desses encontros. Volto a insistir, se existiram pessoas que venderam terrenos na lua, não cobrem da Caixa isso. O que se pode cobrar, qualquer Senador da República tem direito a cobrar, é: o contrato foi ruim para Caixa? Foi pior do que os anteriores para a Caixa? Traz questões nocivas para a Caixa? Então, é óbvio que para essas questões eu teria todo o prazer de dar as resposta. Tenho tentado que foi melhor o melhor contrato para a Caixa.

Quanto às demais questões, como não conheci o Sr. Waldomiro, como não estive com ele, como não sei quais as relações da GTech com o Sr. Carlos Ca-

choeira, com o Sr. Waldomiro e com quem quer que seja, não tenho nada a dizer. Lamento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Como sabemos pela análise dos documentos, não existem terrenos vendidos na lua nem negócios e interesses muito bem identificados, por isso é de fundamental importância abrir-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PREIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, V. Exª tem mais alguma pergunta?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, tenho algumas perguntas a fazer e algumas considerações anteriores.

A Senadora Heloísa Helena fala de coincidências. Coincidência, para mim, é o fato.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Senador, não acredito em coincidência.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Está com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – S. Exª me concedeu um aparte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu, talvez, acredite tanto no V. Exª.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Ah, sim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Os dois Diretores da GTech tenham, talvez, mentido. Eles podem ter ido à Polícia Federal e inventado a ligação entre Buratti e Waldomiro. Waldomiro não conhece Buratti e Buratti não conhece Waldomiro. É uma pena. Os dois poderiam se conhecer, mas não precisava porque o que está colocado no depoimento dos dois é: "Alguém importante vai procurá-los." Alguém importante. Esse "importante" pode se chamar Buratti, pode se chamar Waldomiro, pode se chamar Waldomiro Diniz, Buratti Waldomiro, qualquer coisa. Isso não influencia tanto. Isso é coincidência. Se eles mentiram, além das penas da lei – e só uma CPI é que poderia provar isto mesmo – é sugeri-los para a novela das 8 da televisão porque ele foi desencravar uma pessoa com todas as ligações que vimos que, ao fim e ao cabo, tinha o Sr. Buratti, não é? V. Exª, ainda há pouco, dizia: "Eu não sou Senador." Eu estava observando V. Exª falar aqui – V. Exª fala muito bem – e dava um belíssimo Senador...

O SR. JORGE MATTOSO – Eu sou Professor universitário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas do tipo do Partido Democrata Americano: aquele eleito e cheio de balões azuis. Portanto, não há problema. V. Exª dá a impressão de que vai perder um pouco a calma, mas, depois, se controla. Enfim, com o tempo, V. Exª seria um Senador fantástico. Estou achando que está deixando a desejar um pouco é nas respostas sobre esta questão, tanto que estou pedindo a convocação – reforçando o que o nobre Líder Efraim Morais já havia solicitado, a do Dr. Mário Hagger – eu estou reforçando, aqui, a do Dr. Paulo Bretas e estou reforçando a do Dr. Ademir Dornelles, Vice-Presidente da Controladoria da Caixa, para ver se tocamos daqui para frente.

Aliás, abrindo outro parêntese, V. Exª fala – eu, que fui Líder e Ministro do outro Governo, cheguei a achar que é uma perda de tempo não se fazer a CPI porque quem vai perder é o outro Governo. Tive essa impressão porque quem tinha que estar com medo era eu, que era do Governo, era o Presidente Fernando Henrique. Não sei por que eles não fazem logo esta CPI, até para, quem sabe, provar, ali, na letra da investigação, uma efetiva "herança maldita".

Dr. Jorge Mattoso, tenho algumas perguntas a fazer. O Ministério Público solicitou o dossiê da GTech à CEF. Esse dossiê não foi remetido. Na ocasião, a carta de 31/12, assinada pelo Sr. Mário Haag e pelo Sr. Carlos Cartell, por ali se solicitava a redução de 25% do Contrato, com a alegação de que a Caixa teria condições de fazer a parte mais sensível do processamento. Tanto quanto estou informado, considerou que a proposta seria um "chutômetro". A Caixa, porém, para recorrer e renovar o Contrato por 25 meses, baseou-se em parecer técnico do Sr. Carlos Cartell. Então, quero saber qual dos dois cartéis é confiável: o que fez o "chutômetro" ou o que deu um parecer, justificando os 25 meses? Por que a Caixa Econômica renovou o contrato pelo prazo máximo permitido por lei – 25 meses – se já havia estudos técnicos apontando para uma solução interna no processamento de dados lotéricos? Em 7 de julho de 2003, a Presidência da Caixa recebeu um relatório de auditoria interna. O documento afirma que a Caixa está aprisionada tecnologicamente à GTech e que a situação teria de ser mudada.

Peço a V. Exª que liste as providências que, a partir daí, teriam sido encaminhadas para se romper com esse ciclo de aprisionamento.

O contrato de 2000 entre CEF e GTech já era um contrato de transição. Pergunto: por que, na renovação de vinte e cinco meses, não foi prevista também uma transição?

Em maio de 2002, um membro do cartel – esse que às vezes é o Dr. Jeckyll e, outras, o Mr. Hide – afirma em parecer técnico que o banco poderia fazer todo o processamento em dezoito meses.

Em parecer de março de 2003, que fundamentou a renovação, ele alega que ainda seriam necessários mais dezoito meses. Daqui a dezoito meses – pergunto –, serão necessários mais dezoito meses ou qual seria o fim de folhetim, já que falamos em criatividade, em novela?

Muito bem. Gostaria que V. Sª pudesse descrever um pouco da sua história profissional na Caixa, bem como quem o indicou para esse cargo, se tem filiação a algum Partido – o que é uma coisa muito natural –, desde quando, se participou da elaboração de programa de governo do Partido dos Trabalhadores, se participou do Governo de transição.

Os Procuradores da República que investigam o contrato com a GTech dizem que não receberam todos os documentos relativos à negociação entre a eleição e a posse do Presidente Lula.

V. Sª saberia a razão por que esses documentos teriam sido sonegados e entregues somente em março deste ano?

V. Sª poderia nos informar se as reuniões de negociação com a GTech foram registradas em ata? Se o foram, vou dizer uma coisa; se não o foram, vou dizer outra.

V. Sª se reuniu alguma vez com pessoas da GTech? Quem estava presente? O que foi decidido? V. Sª teve algum contato telefônico com pessoas da GTech? V. Sª teve algum contato – V. Sª já disse que não, mas insisto, porque, com o tempo, vamos ficando chatos mesmo – com o Waldomiro Diniz ou com o Carlos Cachoeira, contato telefônico ou qualquer outro? V. Sª conhecia o Sr. Waldomiro Diniz pelo menos de ouvir falar? Ele era uma figura no Congresso, dizem, manjadíssima. Quem não o conhecia era o Ministro. Parece que o Ministro não conhecia nada dele. O que sabia a respeito dele? Quem lhe falou sobre ele? Como chefe da assessoria parlamentar do Governo, ele haveria de ser um elo importante com a direção da Caixa. Digo isso porque fui Líder do Governo durante quatro anos e conhecia seguramente todos os assessores parlamentares da época. Conhecia de maneira muito próxima do ponto de vista do trabalho, enfim.

Vou fazer-lhe uma pergunta, e não se zangue com ela. V. Sª seria capaz de me dar o seu telefone celular para eu ter o seu número? V. Sª abriria mão do seu sigilo telefônico? V. Sª não é obrigado a fazê-lo. Se o fizer, o Dr. Bretas também vai fazê-lo e todos lá da Caixa vão seguir o seu bom exemplo. Não se trata dos seus telefones de casa, mas apenas do trabalho. V. Sª veria algum inconveniente em abrir mão desse sigilo? Digo-lhe que isso seria um gesto bonito.

Tenho um documento em mão, e, se V. Sª disser que o aceita, ele irá incontinenti para as suas mãos. Assim, teríamos dado um belo passo, passo de grande alcance civilizatório, penso eu.

V. Sª tem conhecimento de alguém da Caixa que tenha mantido contato com o Sr. Rogério Buratti?

Aliás, Sr. Presidente, é Buratti ou é Burratti?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É Buratti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Burro ele não é. Já vi que não é pela evolução do patrimônio. O nome não faz jus.

V. Sª teve contato com ele, inclusive telefônico? Em que circunstâncias? O que foi tratado? V. Sª já tinha ouvido falar do Sr. Buratti? Em que condições? Quando? V. Sª poderia nos informar que função ocupa ou ocupou na Caixa na sua gestão o Sr. Ralph Barquetti dos Santos? Quem o indicou? Que funções ele exercia na Caixa? V. Sª sabia das ligações dele com o Sr. Buratti?

Conforme tomamos conhecimento, o contrato não poderia ser assinado no dia 01/04/03, mas a minuta ainda precisava ser examinada por setores jurídicos e técnicos da Caixa. Por que, então, a própria Caixa havia proposto para esse dia a assinatura do contrato? A Caixa negociou um contrato que não havia sido examinado pelas instâncias jurídicas e técnicas dela própria, Caixa Econômica?

Note-se que, entre os dias 1º e 7, só ocorreram três dias úteis. Pergunto se isso seria um tempo hábil para avaliações de tamanha complexidade, inclusive judicial, levando em conta tantos interesses? Um contrato dessa magnitude deve certamente ter sido objeto de reunião de diretoria. Existem atas, volto a perguntar, de reunião, autorizando assinatura daquela minuta do contrato? Alega-se que a diretoria foi apenas informada das negociações? Que não teria colocado óbice e nem apreciado formalmente, mediante voto de diretoria?

V. Sª usa umas expressões muito inteligentes, muito fortes. V. Sª, ainda há pouco, disse: "Meu Deus, não sei se é porque viajei cedo ou se estou muito cansado", mas o fato é que vou esquecer a que foi bonita mesmo, vou-me lembrar de uma que anotei aqui. V. Sª disse assim: " É como se Waldomiro tivesse ido ao Senado" Aliás, ele vivia por aqui mesmo. Nunca se deu o trabalho de procurar, por exemplo, a Liderança de Oposição aqui. É incrível, quando seria natural procurar os Líderes de Oposição para dizer: "Esse projeto é meritório. Esse projeto aqui é bom". Mas não, ele parece que tinha uns contatos limitados, tipo **top confidential**, e V. Sª disse: "Eu queria dizer que não sou feliz" – V. Sª é muito feliz falando, mas não foi feliz dizer, como se tivesse vindo ao Senado. Não é. Ele ia à Câmara, conforme aqui está na **Folha de S.Paulo**, de hoje: "Disquete comprova ida à Caixa Econômica". Ele ia à Caixa Econômica, acompanhado de gente da-

quele calibre, do Dr. Cachoeira, aquela figura ilustre, íntegra e proba, Dr. Cachoeira, ir lá à Caixa. Não é a mesma coisa que ele ir ao Senado para cumprir aquilo que deveria, ou seja, ele poderia ir à Caixa como correntista, não teria nada de mais. Como correntista não teria nada de mais, mas ele teria ido à Caixa supostamente para tratar desse assunto ou, de novo, é uma brutal coincidência, na qual não crê a Senadora Heloísa Helena e tampouco creio eu, por mais que seja um sobrinho afim da velhinha de Taubaté.

Não vejo que ele pudesse ter vindo ao Senado para fechar algum contrato. Não tinha contrato para ele assinar no Senado. Ele poderia, quem sabe, com aquela aptidão, com aquela vocação que ele demonstrou, procurar fazer algo errado no Orçamento, mas não tenho prova disso. O de que tenho prova é a autoconfissão dele de que praticou aquele delito, enfim, aquele vídeo é auto-explicativo.

Portanto, tirando essa observação que faço e saudando a presença de V. Sª, agradecendo a V. Sª pela enorme paciência que tem tido conosco aqui e dizendo que, para mim, está cada dia mais claro que tínhamos aqui um limite, não vamos muito longe nisso aqui, fica muito o dito pelo não dito, mesmo que convoquemos as demais pessoas e que elas participem como V. Sª tem participado, com boa vontade, vontade de esclarecer, dentro do seu limite e a seu modo, continuo insistindo que a Comissão Parlamentar de Inquérito é que daria efetivamente a possibilidade de sabermos quem falou a verdade, o que é, o que não é, as vinculações, as não vinculações, mas paciência. Aqui se estabeleceu, se V. Sª também não sabe, uma certa ditadura da Maioria, ou seja, um instrumento da Minoria, que é a CPI, agora só se a Maioria quiser. Quer dizer, teremos que pedir licença. Tenho me comportado bem, não comi doce, não fiz má-criação para a minha mãe, uma série de coisas e aí, quem sabe, eu, como Minoria, tenha autorização para implantar uma CPI, que é um instrumento secular de utilização pela Minoria. Mas aguardo suas respostas e, conforme for, farei ou não a réplica a que tenho direito regimental.

Por enquanto, eles mantêm ainda alguns direitos e, portanto, tenho direito de réplica se porventura for necessário, se eu achar que não houve suficiente ou conveniente por parte de V. Sª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuana) – V. Exª, Senador Arthur Virgílio, por gentileza, apresente o requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já está protocolado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuana) – A Mesa pede que V. Exª faça chegar aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não. Pode levar esse aqui. É minha cópia. Por favor, entregue ao Presidente. Já está aí.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuana) – Já está na mão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Essa é minha cópia.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuana) – Pode falar, nobre Presidente.

O SR. JORGE MATTOSO – Ilustre Senador Arthur Virgílio, em primeiro lugar, quero agradecer novamente, e aí na sua pessoa, as questões apresentadas, que têm me permitido explicar. Como já tinha agradecido ao convite...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Essa é a minha intenção aliás.

O SR. JORGE MATTOSO – Como tinha já agradecido o convite formulado pelo Senador Ney Suassuna, essa é uma oportunidade única para a Caixa.

Quanto às questões referentes ao Ministério Público, V. Exª acredita que eu soube dessas notícias citadas por V. Exª pelo mesmo jornal? Até hoje não recebi uma indicação do Ministério Público com relação à falta dos documentos. Mesmo assim, no dia seguinte à veiculação da matéria, pedi uma auditoria para saber por que e se, de fato, estavam faltando documentos. Não é nosso objetivo ocultar documentos para o Ministério Público. Não temos o que ocultar. Aliás, o documento a que ele se refere é uma piada, volto a dizer, porque a resposta da GTech o desqualifica, disse que não pode e que não quer.

Volto a insistir, quando vou a um processo de negociação e digo que a casa do ilustre senador vale R$10 e ele me retruca dizendo que vale R$1 mil, a conversa acabou. Não há conversa, não há compra e venda, não há negócio. É disso que se trata. A Caixa fez uma proposta de abatimento de 25% com a assunção de uma parte do negócio lotérico, e a GTech respondeu que queria cumprir o contrato tal como estava antes e que não aceitava abatimento. É isso que dizem os documentos.

Quanto ao fato de ter ou não ter, a Caixa, efetivamente, é uma instituição, além de impar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ter ou não ter o quê?

O SR. JORGE MATTOSO – Ter ou não ter o documento na mão no Ministério Público. Temos de averiguar esse problema. Pedi uma averiguação para saber por que o documento desapareceu. De repente, o documento pode ter sido levado por algum ex-funcionário da Caixa. Não sei como o documento apareceu, mas ele não tem nenhuma importância porque não diz nada que não seja de conhecimento público.

Segundo o documento, a Caixa vai fazer o processamento – e já estamos fazendo a maior parte do processo –, mas as pessoas pensam que processamento é o conjunto da operação lotérica, o que não corresponde à realidade, já que o processamento é uma parte menor, e bem menor. Não se trata de 25% do total das atividades. De qualquer maneira não temos como apurar o valor real porque esses valores são detidos pela GTech, que não abriu até hoje a sua planilha de custos.

Portanto, não fizemos a avaliação do documento com base no "chutômetro". Era só um documento de negociação. Foi enviada uma proposta e a outra parte não aceitou. É isso e nada mais. Se a outra parte tivesse aceitado a proposta, obviamente a gestão anterior teria assinado um contrato com redução de 25%. Lamentavelmente, alguns dias depois assinaram um aditamento de 90 dias pelas mesmas condições anteriores, porque não teve valor nenhum.

É preciso entender um pouco o sentido das coisas. O fato que nos incomodou foi que o documento saiu sem a resposta da GTech. Essa resposta desqualifica o documento e demonstra que ele não tem base, pelo menos no que diz respeito à opinião da GTech, e qualquer negócio implica duas partes. Não existe negócio feito só por uma parte.

Quanto ao processamento de 18 meses, já está sendo realizado pela Caixa, ainda, volto a dizer, em ambiente que não é final e sem a homologação devida. Queremos fazer isso nos próximos meses e vamos conseguir. Mas o problema central desse imbróglio é que a Caixa está absolutamente aprisionada, engessada por liminares que impedem a licitação da maior parte do negócio lotérico.

Insisto novamente, eu e os outros ex-Presidentes da Caixa não nos dispusemos a romper o contrato unilateralmente e correr o risco de não cumprir com o que se espera da Caixa Econômica Federal; não nos dispusemos a deixar os lotéricos fechados, sem atendimento à população – são 9 mil agências pelo Brasil todo. Não fiz e os outros Presidentes e Vice-Presidentes anteriores tampouco fizeram, Senador, justamente porque isso é um risco muito grande de imagem para a Caixa e para o Governo. É um risco terrível, que nós não pretendemos correr. Não sei qual é o fim. Se V. Exª me perguntar qual é o fim no 25º mês, posso lhe dizer que hoje não sei exatamente qual será o fim. O que sei é que estamos tomando todas as medidas necessárias para que esse resultado final seja o menos doloroso e o melhor para a Caixa.

Já contratamos uma consultoria externa para fazer estudos, para trazer informações internacionais, para assegurar que as nossas informações não serão fornecidas pela GTech ou outros grupos empresariais vinculados ao jogo; que possam efetivamente trazer uma melhor informação.

Quanto aos contatos telefônicos com alguém da GTech, meus contatos basicamente foram na primeira reunião, na qual apresentei os dois negociadores da Caixa, na qual o Presidente da GTech apresentou os dois negociadores da Caixa. Depois, não participei ativamente de nenhuma negociação ainda que tenha acompanhado as negociações.

Quanto ao Waldomiro Diniz e ao Buratti, volto a dizer que não tive relação direta com ele; não tive reunião, não conversei com ele, não conheço pessoalmente o Sr. Buratti, nunca estive com eles dois. Volto a insistir que, se alguém vendeu ou tentou vender terrenos na lua e alguém quis comprar, essa não é a responsabilidade da Caixa Econômica Federal. Se alguém esteve com o Sr. Buratti... Sei que o Vice-Presidente Paulo Bretas, em declaração à Polícia Federal, disse que esteve com o Buratti, mas agora, recentemente, há dois ou três meses, quando ele foi defender alguns interesses da Leão Leão. Isso está lá. Isso não é função da Caixa. O que é dito em sigilo não é função da Caixa revelar.

O Senador Luiz Otávio disse que eu estava irritado com a imprensa. Não estou irritado com a imprensa. Muitas vezes, posso até transmitir uma certa inquietude, uma certa irritação – até admito –, mas não é com a imprensa, que não faz nada mais do que a sua obrigação. Fico irritado com pessoas que não cumprem as determinações legais de sigilo e que obrigam, portanto, em permanência, a Caixa a ficar dando explicação de assuntos sobre os quais não teria que ficar dando explicação.

Digo o mesmo com relação a essa carta. Dizem: "A carta não estava..." Eu explico a carta. Qualquer documento da Caixa, eu assumo e explico. Se me derem oportunidade, assumo e explico todos os documentos da Caixa e todas as decisões que a Caixa vem tomando. Volto a insistir: a Caixa Econômica Federal tem demonstrado ao longo da sua história ser uma instituição extremamente capaz, que tem dado uma contribuição muito grande ao desenvolvimento do País. Acredito que ela continuará fazendo assim depois que ou quando o Presidente Jorge Mattoso tiver se afastado.

Quanto ao Sr. Ralph Barquetti dos Santos, ele é funcionário da Caixa e está licenciado para tratamento de uma doença bastante grave desde junho ou julho do ano passado. Não sei das relações de amizade dele com quem quer que seja porque não é função do Presidente da Caixa acompanhar as relações de amizade de funcionários da Caixa.

Quanto às datas – volto a insistir porque esse é um elemento importante: tínhamos como data final – era o nosso **dead line** – o dia 13 de abril. No dia 14 de abril, o contrato passaria a inexistir. Essa era a nossa data. A data de 31 era problema da GTech. O prazo fiscal era deles na Justiça americana. Não tenho problema algum com isso. No nosso caso, exigíamos que se fizessem algumas concessões – volto a insistir, entreguei o documento – que só foram aceitas pela GTech no dia 8, quando eles assinaram o documento de renúncia dos correspondentes bancários. Só a partir de então pude assinar o contrato nestas condições: 15%; transmissão de todas as informações para a Caixa; e liberdade para ampliação dos correspondentes bancários. Não tenho como avaliar, precisar ou opinar se tem data ou não, se foi de interesse, se foi sobre negócios ou conversas que eventualmente a GTech tenha feito com outras pessoas. Não foram indicados pela Caixa. Isso é claro. Não passaram por nenhum tipo de indicação daquela instituição e não fizeram parte, em nenhum momento, de conversas entre a Caixa e a GTech.

É isso que tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mais alguma pergunta nobre Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Gostaria de fazer uma pergunta ao nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Dr. Jorge Mattoso, depois de tantas horas, é natural que esteja um tanto fatigado. Quando V. Sª foi ao banheiro, disse aqui, de maneira bem-humorada, "nada mais humano".

Queria fazer algumas considerações e retomar algumas perguntas para avivar a memória de V. Sª.Lamento o estado de saúde do Sr. Ralph Barquetti dos Santos, mas a minha preocupação maior é saber quem o indicou.

Gostaria de fazer mais uma consideração. V. Sª traçou um quadro negativo em relação ao Procurador que teria feito uma marola. V. Sª representou contra o Procurador?

O SR. JORGE MATTOSO – Representamos hoje de manhã.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. V. Sª, falando sobre o aprisionamento da Caixa, faz-me meditar se todo esse aprisionamento não devia levar a um contrato com duração menor. V. Sª disse que não cabia ruptura. Também disse que jamais tinha pregado ruptura. Ao contrário, prego que se estabeleça o cronograma no prazo mais curto, para que se livre a Caixa Econômica Federal desse aprisionamento.

V. Sª disse que não participou ativamente das negociações da Caixa, mas que outras pessoas o fizeram. Gostaria que V. Sª declinasse, se julgar conveniente, os nomes das pessoas que participaram ativamente dessas negociações.

V. Sª disse que não conhecia Rogério Buratti. V. Sª também não conhecia Dr. Waldomiro Diniz ou só o conhecia de ouvir falar? Ele não era nenhum "Maradona", nenhuma pessoa famosa, para que já tivéssemos ouvido falar dele. Ele era uma pessoa num **petit comitê**, num pequeno círculo.

Gostaria de falar que é engraçada essa questão do temperamento, Senador Demóstenes Torres. Cada um tem o seu. V. Exª está irritado com uma certa razão. Não temos o direito de ficarmos magoados com a imprensa, porque somos homens públicos e temos mesmo que considerar positivo o papel investigativo da mesma. Afinal, temos supostamente um compromisso com a democracia, que foi, a tão duras penas, resgatada neste País.

Contudo, V. Exª se irrita por um lado; e, se fosse V. Exª, irritar-me-ia por outro. O Senador disse que se irritou muito com quem vazou os documentos. Bem, ouvir isso é engraçado no PT e não deixa de ter um lado irônico, mas sabe, se eu fosse V. Exª estaria irritado mesmo com o Sr. Waldomiro Diniz, ou com o Sr. Buratti. Ainda não vi uma expressão de efetiva mágoa, neste Governo, em relação a esse pessoal.

Estou irritado com eles, porque estou torcendo para que a Caixa Econômica não seja vítima de pessoas ignóbeis, que estão tentando enlamear a sua gestão e a honra de um governo. Ou seja, a coisa que menos me passou pela garganta foi aquela história de demissão a pedidos. Aquilo era para o Presidente da República dizer: "Esse vagabundo está pedindo para ser demitido a pedido!" Rasgava em picadinho. Se ele estivesse lá presente, jogava na cabeça dele o picadinho. Mas ele foi demitido a pedido. A História vai registrar que o Sr. Waldomiro foi demitido a pedido, ou seja, a irritação maior, a segunda podia até ser com quem vazou, mas a primeira irritação teria que ser com quem delinqüiu, ou seja, com quem está obrigando V. Sª a ficar tantas horas depondo aqui.

Enfim, eu tinha três dúvidas. Eu perguntei a V. Sª, por curiosidade, se em seu currículo havia filiação partidária, se não havia, V. Sª se esqueceu de responder; perguntei sobre as atas, ou seja, se havia atas dessas reuniões e, se havia, eu gostaria de ter acesso a elas; se não havia... Fico espantado de ver que reuniões dessa magnitude, envolvendo tanto dinheiro, tantos interesses, não serem registradas em ata, enfim. Parece que seu assessor já lhe passou ali uma... E perguntei seu telefone, sem nenhuma segunda intenção, pode acre-

ditar, mas eu lhe perguntei se o senhor aceitaria – até não desconfio de V. Sª em nada, até para dar exemplo para os demais – abrir mão de seu sigilo telefônico por usos profissionais? Eu tenho aqui um documento que, se V. Sª assinar, resolverá isso e daria um bom exemplo para os demais que vierem aqui.

O SR. JORGE MATTOSO – Tem alguma razão?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PMDB – AM) – Pois é, o Presidente fazendo isso, os demais vão sentir obrigados, sob pena de V. Sª até demitir aquele que não tem a mesma transparência.

Então, está aqui o documento, que eu seria uma testemunha, eu teria o maior prazer, seria um gesto bonito, enfim, e está aqui. São as perguntas que V. Sª não respondeu, entre outras, mas essas eu não quero prendê-lo, daqui a pouco V. Sª vai querer ir ao banheiro de novo, não quero prendê-lo por mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Presidente para responder aos últimos questionamentos do Senador Arthur Virgílio.

O SR. JORGE MATTOSO – Em primeiro lugar, vamos ao currículo, começando um pouco de trás. Meu currículo está disponível no **site** da Caixa, de forma resumida. Se V. Exª tiver o interesse em tê-lo, inclusive, com todos os artigos, livros publicados no Brasil e no exterior, eu o enviarei a V. Exª sem nenhum tipo de problema.

Não sou muito chegado a falar sobre mim mesmo. Consigo falar mais sobre a Caixa, sobre o que ela tem feito, sobre o seu desenvolvimento do que falar por mim mesmo. Sou professor universitário, minha atividade básica é a universitária, que desempenhei até o ano de 2000. Em 2001, fui trabalhar na Prefeitura de São Paulo como secretário e, desde o ano passado, 16 de janeiro, assumi a direção da Caixa Econômica Federal.

Em termos muito resumidos, é isso. V. Exª me perguntou se eu participei dos programas de Governo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Sª participou e se é filiado a algum Partido.

O SR. JORGE MATTOSO – Participei ativamente dos programas de Governo de 1989, 1994 e 1998; não participei em 2002, porque eu tinha uma atividade profissional, estava trabalhando. Durante a época eleitoral...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É filiado a Partido?

O SR. JORGE MATTOSO – Sou filiado desde 1980 ao Partido dos Trabalhadores. Não tenho nenhum problema...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quase fundador, não é?

O SR. JORGE MATTOSO – Sou fundador do Partido, mas não da primeira geração.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – E sobre as atas, doutor?

O SR. JORGE MATTOSO – Vamos lá. Primeiro, as atas das reuniões que, se não me equivoco, foram três ou quatro, não foram feitas. Se V. Exª me perguntar, olhando para trás, eu diria que foi um erro. Eu me lembro de que, quando cheguei à Caixa, me disseram: "Não, porque todas as negociações com a GTec são gravadas. E eu disse: Ah, são gravadas? "É, são gravadas"...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Parece que as do Cachoeira são gravadas também, pelo que vi...

O SR. JORGE MATTOSO – Não, a Caixa grava em princípio todas as entradas de pessoas e toda a circulação de pessoas no 21.º andar, por razões de segurança – 21.º andar é onde fica a Presidência da Caixa. Fora isso, algumas negociações – algumas não, todas – que foram realizadas no ano de 2002 foram gravadas. Quando cheguei, disse: para que gravar? Negociação é um resultado final. Se o senhor me permitir, hoje acredito que realmente, vendo esse imbróglio todo e a atitude dessa empresa, eu não teria mais a mínima dúvida em passar a gravar e a fazer atas.

Cumprimos todos os normativos da Caixa. É a mesma resposta à pergunta do outro Senador. Todos os normativos foram cumpridos, o Conselho Diretor foi identificado e notificado da negociação, aprovou a negociação e isso foi passado por todos os normativos da Caixa. Volto a insistir: havia uma confusão com um Senador que dizia que contrato não pode. Efetivamente, contrato não pode, principalmente no valor de 650 milhões, que era o contrato inicial, mas aditamento de contrato pode e foi feito pela área responsável e pelo Vice-Presidente responsável.

Quanto ao fato de o contrato ser feito em tempo menor... Insisto: Senador, o que teria ocorrido se tivéssemos feito um aditamento do contrato somente em seis meses? No dia 14 de outubro do ano passado já deveríamos ter feito um segundo aditamento, por mais seis meses, que esgotaria agora, no dia 14. Não tenho dúvida de que estaríamos negociando o terceiro aditamento, porque as liminares da Justiça ainda não foram julgadas. Enquanto a Exmª Srª Senadora e qualquer outro Sr. Senador não entenderem isso, não podemos fazer novas licitações partilhadas, como é de interesse da Caixa, enquanto não conseguirmos liberar esses entraves judiciais. Portanto, se tivéssemos feito negociações menores, estaríamos na terceira negociação, possivelmente sem conseguir nenhuma redução de custo, nenhuma redução dos correspondentes bancários e

sem conseguir a transferência das informações que a GTech hoje está passando para a Caixa. Portanto, teria sido muito pior, Senador, porque estaríamos agora na terceira negociação, em um ano e pouco de Governo, sem conseguir nenhuma das vantagens que a Caixa conseguiu, vantagens muito boas, que nenhuma outra negociação anterior conseguiu. Tenho que gravar isso. Conseguimos 15%, a libertação dos correspondentes bancários e que fossem passadas as informações da GTech do ponto de vista da história das... Com relação aos correspondentes bancários.

Não tenho a mínima dúvida, Senador, de que não era possível outra solução. Conseguimos a melhor solução para a Caixa e para o setor público.

A última questão que V. Exª formulou, com relação às pessoas que negociaram, isso foi definido na primeira reunião com a GTech. Eu indiquei as duas pessoas que iriam negociar pela Caixa e o Presidente da GTech indicou as pessoas que iriam negociar pela GTech. Pela Caixa, as duas pessoas, que já prestaram depoimento na Polícia Federal, foram o Vice-Presidente de Logística, Paulo Brettas, e o Carlos Eduardo Fernandes da Silveira. Foram essas duas pessoas que participaram.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Finalmente, Presidente, tenho uma opinião... Não falamos sobre o exemplo que o senhor daria para o pessoal, sobre aquela história do sigilo telefônico.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª terá a palavra assim que o Senador Arthur Virgílio concluir.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Em seguida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho o maior prazer em ouvir V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por que V. Exª não pede um aparte, que será imediato?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Porque se trata de uma questão de ordem dos trabalhos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho aqui um pedido a fazer a V. Sª, uma pergunta e uma informação a lhe passar. A informação é singela. V. Sª não conhece o Buratti, mas quero informar-lhe que S. Sª tinha relações bastante próximas com o Dr. Ralph Barquetti dos Santos. Ambos trabalharam numa Prefeitura do interior de São Paulo e depois S. Sª foi para a Caixa Econômica.

O SR. JORGE MATTOSO – Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só estou informando para o senhor. É uma mera informação. Se me informam que o meu time Flamengo contratou um grande jogador, vou ficar felicíssimo. Estou apenas lhe dando uma informação.

Agora, insisto na tese de que, se o prazo fosse mais restrito, a Caixa se motivaria a trabalhar a questão tecnológica. Mas o pedido a lhe fazer, já que não estou sendo atendido nesse, já que não há atas, já que as reuniões não foram gravadas, é o seguinte: não seria possível V. Sª encaminhar para esta Comissão os filmes com a entrada e saída do 21º andar nesse período, para podermos checar?

O SR. JORGE MATTOSO – O Ministério Público já tem, de maneira ilegal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu queria ter de forma legal. Eu sou todo certinho.

O SR. JORGE MATTOSO – O Ministério Público vai usar da melhor forma que considerarem. Aliás, levaram os originais, se V. Exª quer saber. Como é grave isso. Levaram os originais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu ficaria com uma cópia, mas quero isso obedecendo à lei.

O SR. JORGE MATTOSO – Mas não temos. De papel, não temos. De gravação em computador, temos. Posso lhe enviar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Sª se lembra de quem representava o governo passado, a minha memória está falhando, na transição em relação à Caixa Econômica? Os dois, o atual e o passado.

O SR. JORGE MATTOSO – Não me lembro. Não participei do governo de transição. Eu trabalhava em São Paulo. Não tanto quanto agora na Caixa, mas bastante.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra, o Senador Demóstenes Torres, como último orador.

Antes, uma questão de ordem da nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, me parece que o Senador Arthur Virgílio declinou, mas gostaria de deixar registrado. Se vamos fazer qualquer pedido, temos que obviamente subsidiá-lo, dar as razões pelas quais está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Esse assunto está vencido, nobre Senadora.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Fui citado, Senador. Recebo isso como um reforço. Gostaria que V. Srª desse um exemplo, longe de desconfiar. V. Srª tem uma cara ótima, uma cara boa. Sou assim meio místico: geralmente me dou muito mal com as pessoas com cuja cara não vou; e muito bem com aquelas com cuja cara vou. Vou com a cara de V. Srª. Não estou nem de longe desconfiando de V. Srª, apenas seria um exemplo, porque pode ser que na Caixa haja algum

espaço, alguma brecha em si. Mas isso está vencido porque V. Srª, de maneira muito elegante, se declinou de fazer a assinatura. E agora o pior e grave é que eu e V. Srª estamos desvalidos, estamos sem fita. Somos do movimento dos sem fita, nós dois.

SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em que pese o conhecimento de frenologia de V. Exª, agradeço ter encerrado.

Com a palavra, o Senador Demóstenes Torres.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, insisto em falar porque não está vencido o assunto. Mesmo com toda a boa intenção do mundo do Senador, toda essa boa vontade militante do Senador, V. Exª acaba deixando algo no ar, o que não poderia acontecer, a não ser que houvesse alguma prova, algum indício, algo que subsidiasse o pedido de forma efetiva, e não apenas uma insinuação. Esse tipo de procedimento, sem nenhuma base, sem nada que efetivamente... Considero tranqüila a questão das fitas, por quê? Porque circulam pessoas no vigésimo, e lá tem questão de segurança e tem como apresentar o documento que o Presidente da Caixa prontamente... Agora, querer deixar no ar, insinuando, dizendo que isso é boa vontade, que o Presidente não quis... Não poderíamos abrir esse precedente nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senadora, ocupo esta Presidência pela segunda vez. Já está lá o retrato de um mandato e nunca isso foi pedido aqui nem quando o PT era Oposição. Isso não é usual, mas o assunto está vencido.

Vamos passar a palavra, então, ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É apenas uma observação – V. Exª não mudou em nada mas se mudou foi para melhor naquele retrato para agora. Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado a V. Exª.

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é apenas para fazer uma referência inicial do que disse a Senadora Ideli Salvatti e sobre a questão da sonegação ou não de documentos. Eu gostaria de deixar bem claro que, quando eu fiz o primeiro requerimento, havia alguém que se dizia da Caixa Econômica Federal, no Plenário, que me procurou e perguntou: "O que o senhor quer?" E eu falei: "Eu quero tudo. Quem vai investigar, efetivamente, tem que ter toda a documentação." Depois disso, muito depois de ter feito o segundo requerimento, depois e antes, até, do terceiro requerimento, falei com um dos Procuradores que estão investigando o caso, e ele me disse a mesma coisa; que ele pediu uma documentação e que alguém disse a ele e, depois, foi até incompleto e falou que não. A pessoa disse: "Eu mandei o que achei relevante." Então, essa história do que é ou não relevante, se foi ou não pedido, fica muito nesse critério, inclusive da convivência. Agora mesmo, conversei com um Assessor de V. Sª que falou: "Estou à disposição."

Então, quando me dizem isso, eu acho que estão mesmo à disposição. Eu acho que a documentação não veio mas isto, até hoje, é secundário porque todos esses documentos circularam por aí, não é verdade? Então, todo mundo hoje tem acesso a tudo. Na época, até para nós podermos ter feito uma avaliação menor para saber o que efetivamente está acontecendo, nós tínhamos que ter a análise desses documentos. Para mim, é claro, os documentos são requeridos. Eu mandei o que eu tinha para o Ministério Público e o Ministério Público me mandou o que tinha. Estou solicitando da Caixa qualquer documento – não que a Caixa ache relevante – mas eu acho, inclusive, que essa questão já está bastante adiantada e vencida, para dizer a verdade.

Sr. Presidente, é algo complicado quando um documento aparece. V. Exª pega um documento e diz: "Olha só que bobagem. Esse documento não tem relevância alguma". Mas um documento isolado pode ser, realmente, uma bobagem, mas um documento, dentro de um contexto – como aquele documento surgiu? Não houve 10 reuniões anteriores? Nessas reuniões, inicialmente, a GTech não se propunha a fazer uma alteração ou uma modificação, ainda que não definisse valores, ainda que não dissesse, especificamente, em que parte do contrato poderia ser feita essa renegociação? Na nova ou décima reunião, a GTech não enfiou o pé no balde e falou: Não vou fazer. Vamos zerar a discussão e começar tudo de novo? Então, isto, efetivamente, não brotou do nada. Acho que este é um documento que, se cotejado com outros, pode, efetivamente, ter uma relevância. Tanto é que a resposta oferecida pela GTech no dia 3, em tom contundente, que não queria fazer, já no dia 7, o seu representante na reunião dizia: "Eu posso querer fazer se o prazo for maior". Quer dizer, é uma questão de negociação.

Quero dizer que não há prejulgamento quanto ao que aconteceu ou não. Os questionamentos que vou fazer a S. Sª são questionamentos absolutamente técnicos. Por exemplo: no depoimento que o Sr. Mário da Cunha Haag fez, ele disse o seguinte: que em dezembro de 2002, o Depoente e outros Diretores da Caixa expediram o Ofício nº 1.068 – que é este – informando à GTech que, em março de 2003, assumiria o processamento de apuração dos jogos e que o novo contrato emergencial, proposto em razão dos embargos judiciais, vigoraria por apenas seis meses e teria, como objeto, a captação, a transmissão e a distribuição

de volantes e outros materiais. Isto, no entendimento do Sr. Carlos Cartell, do Alexandre Wagner Vieira da Rocha e do Mário Haag, significaria 25% do serviço e, portanto, na estimativa que eles faziam, queriam uma redução de 25% do preço, caso a Caixa passasse a operacionalizar isto. Parece-me que, efetivamente, foi isto que aconteceu. E, em face dessa redução – dos serviços a serem contratados – propuseram um desconto de 25% dos valores até então faturados. Neste ato, atendendo a solicitação da autoridade que a este preside, apresenta copia do ofício pré-citado – que é o Delegado de Polícia – e que a GTech não apresentou contraproposta e não se manifestou sobre o quanto é expendido no Ofício nº 1.068; assim, tendo o depoente a convicção de que os serviços não seriam interrompidos em memória de reunião de que a GTech garantiria a continuidade dos mesmos como estratégia para forçar a redução em 25%; e a especial, uma decisão da Justiça propôs em reunião da Diretoria da Caixa realizada no dia 13 que o contrato não fosse renovado. Porém, posta em votação, ocorreu o empate técnico. Não foi nem técnico, foi efetivo, 3 x 3, cabendo, então, ao Presidente da instituição o voto de qualidade que, em decorrência do impasse criado, o então Presidente Valdery Frota de Albuquerque deu conhecimento ao já indicado Presidente da Caixa, Jorge Matoso, tendo ele sugerido a V. Sª que a melhor solução seria ele, Jorge Matoso, assumir a Presidência com a prestação de serviço deste vulto regularmente contratado.

Não discordo de V. Sª. Para dizer a verdade, V. Sª assumiria dia 16. Ligaram-lhe no dia 13 para perguntar-lhe se deveriam prorrogar ou não o contrato, pois havia o empate de 3 x 3. Então, nem é este o questionamento que gostaria de fazer.

O SR. JORGE MATTOSO – Um aparte, por favor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não.

O SR. JORGE MATTOSO – São tantas as questões e esta é importante.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Gostaria só de ponderar algo.

O SR. JORGE MATTOSO – Faça a pergunta, então.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em decorrência disso, como imagino, uma discussão foi travada aqui para averiguar se a Caixa poderia ou não romper o contrato e V. Sª falou muito a respeito disso. Veja bem, a questão não era romper o contrato. A questão era que o contrato acabaria no dia 13. Acabado o contrato no dia 13 de janeiro, ele foi prorrogado para o dia 13 de abril, por um prazo de 90 dias. V. Sª disse que "a Caixa teria que, forçosamente, fazer o aditamento, sob pena de todos os agentes lotéricos do País ficarem a descoberto e termos que interromper o serviço".

Hoje isso é verdade, porque V. Sª ou, melhor dizendo, a Caixa Econômica Federal fez o aditamento e prorrogou o contrato pelo prazo que a Lei de Licitação permite. Mas, efetivamente, uma vez findo o contrato – e isso poderia ter acontecido tanto naquele 13 de janeiro quanto no dia 13 de abril –, a Caixa poderia romper o contrato e, pelo princípio da continuidade do serviço público, efetivamente a GTech teria que continuar prestando o serviço até que a Caixa Econômica Federal tivesse as condições técnicas de operacionalizar por ela mesma e, para tanto, poderia pedir autorização ao Tribunal de Contas, que o faria, pois é normal, ou poderia fazer por intermédio de terceiros, por meio de licitação.

Então, neste aspecto divirjo de V. S. Não estou fazendo análise técnica, até porque não tenho condições para tanto, mas juridicamente era possível que o contrato, não que fosse rompido, uma vez findo, pudesse a Caixa caminhar para a auto-suficiência tecnológica, e a GTech ficaria operando obrigatoriamente até que isso efetivamente acontecesse.

Vou-lhe dar um exemplo. No Senado há um restaurante. Se acabar o contrato do restaurante e o Senado quiser dar prosseguimento à prestação do serviço, enquanto a instituição não tiver condições de resolver a questão, quem é dono do restaurante tem que fazer o serviço.

Volto à questão que havíamos discutido: se a Caixa queria acabar com o contrato, não queria fazer o aditamento do contrato, é porque efetivamente tinha condições tecnológicas, pelo menos naqueles 25%, de operar esse miolo ao qual V. Sª faz referência. Tanto é que, nessa reunião, eles efetivamente propuseram isso e disseram: "No mês de janeiro, fevereiro e março, vamos fazê-lo de forma casada, ou seja, faz a GTech e nós fazemos também, "porque efetivamente não vamos ter riscos quando assumirmos exclusivamente". E V. Sª está dizendo que a Caixa está fazendo isso paralelamente e que ainda não tem a segurança devida para pegar esses 25%, que é um outro questionamento técnico.

O SR. JORGE MATTOSO – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não? Então, só para esclarecer: a Caixa efetivamente, no mínimo, teria condições de pegar os 25%, tanto é que V. Sª fez uma referência ao parecer que o cartel deu no final de março e que muitos confundem como se ele tivesse modificado seus pareceres anteriores, o que não é nada disso, porque, antes, falava dos 25% e, depois, passou a falar do todo, ou seja, no todo a Caixa precisaria de dezoito meses para efetivamente passar a operar isso.

Neste momento, o que V. Sª diz é a mais razoável, a mais justa e a mais plena verdade porque, agora, não tem condição de romper o contrato e dizer "Olha, os senhores têm que continuar prestando esse serviço,

uma vez que o serviço público não pode ser interrompido." Mas não era a situação daquela época quando o contrato era findo, estava se encerrando e a Caixa poderia exigir que a GTech continuasse operando enquanto não houvesse essa prorrogação.

Faço esse registro para dizer que, leigo que sou, olhando de longe, acho que se a Caixa criou, no ano de 2001, uma Superintendência de Projetos Especiais com um orçamento um pouco maior de R$ 100 milhões e que gastou, segundo palavras de V. Sª, mais de R$ 47 milhões em equipamentos e etc. Assim, como a diretoria antiga fez esse debate e houve o empate de três a três, aparentemente, a Caixa poderia, naquele momento, assumir pelo menos esses 25% de operação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Presidente.

O SR. JORGE MATTOSO – Em primeiro lugar, temos que, de novo, nos ater aos fatos.

Não conheço o depoimento do Sr. Mário Haag de que V. Exª dispõe. Eu havia entendido, até agora recentemente, que ele está sob sigilo de justiça e havia lido no jornal alguma coisa, mas não com esse detalhe. No caso, ele tem dois grandes erros e surpreende-me que o Sr. Vice-Presidente fale que não conhece a resposta do GTech.

Parece-me estranho porque a resposta foi entregue...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Há o ofício do dia 03 e foi V. Sª quem apresentou.

O SR. JORGE MATTOSO – Do dia 3? Então, já me surpreendi. Segundo, dizer que houve um voto de três a três. Estou aqui com a ata da reunião do Conselho Diretor do dia 13 de janeiro em que diz que "foi aprovado por unanimidade e emitida a Resolução nº 224, de 2003, o contrato de prestação de serviço...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sobre isso eu também tenho uma explicação. Segundo consta, após ter V. Sª sido consultado, dizendo que gostaria que continuasse o contrato, até para que tomasse pé disso, resolveram fazer por unanimidade.

Não se se V. Sª realmente...

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não houve voto de três a três. Eu fui consultado, mas não me lembro se foi no dia 13 de janeiro.

Eu já havia sido indicado e, assim, foi naquele período e me foi perguntado o que eu achava sobre o contrato da GTech e respondi que não tinha mais a mínima idéia de que era responsabilidade da gestão anterior fazer o que achava justo e que eu precisava de um tempo.

Perguntaram-me, então, se eu achava que noventa dias era um tempo suficiente. Eu disse que sim. Se me perguntassem hoje, eu diria que não e pediria mais seis meses. Isso teria me dado mais tempo para ler e conhecer um pouco mais e, eventualmente, conseguir mais na negociação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu quero dizer que entendo que qualquer um aqui, na mesma situação em que se encontrava V. S.ª, daria a mesma resposta.

Se alguém liga para você e pergunta se quer que prorrogue, responderia que deixasse como está, para saber o que está acontecendo. Prorrogaria talvez por três meses.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, eu não opinei sobre a forma da prorrogação. Perguntaram-me só sobre os...e eu disse que era responsabilidade da anterior gestão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O que quero deixar bem claro é que se V. S.ª tomou essa decisão não o recrimino por isso, mas a minha pergunta é a seguinte: a Caixa tinha, naquela ocasião, condições técnicas para tocar esses 25%?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, hoje a Caixa opera o processamento na sua quase totalidade. Volto a insistir que falta a homologação e foram constatados erros quando de alguns sorteios. Isso não pode ocorrer. Assim, estamos nesse processo e, em questão de alguns meses, conseguiremos, seguramente, o conjunto do processamento.

As outras três, que são o nódulo, o eixo, o central, continuam emperradas, continuam engessadas por decisões e liminares judiciais. É necessário que sejam desentravadas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Entendo muito bem o que V. Sª diz. Argumentei no sentido de que, se naquele momento...

O SR. JORGE MATTOSO – Não. O nosso Departamento Jurídico, Senador, avalia que seria um risco muito grande para a Caixa Econômica Federal. E eu diria mais...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim, mas o risco é uma coisa.

O SR. JORGE MATTOSO – O risco seria grande, e não teria havido nem a redução dos valores. Teríamos que continuar pagando, mesmo com o rompimento do contrato e a preservação dos serviços. Conseguimos a redução de preço e a liberação dos correspondentes bancários, o que não ocorreria sem contrato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Já que V. Sª tocou no assunto, eu também gostaria de discutir o seguinte: a Senadora Heloísa Helena tateou o problema, se realmente houve ou não redução de preço. Houve redução nominal de preço, 15%, está no contrato. Não há o que se discutir a respeito. Mas há também, anualmente, um crescimento vegetativo de 10% nas apostas ou no volume de apostas; e, além disso, uma semana após o contrato ter sido renovado, a Mega-Sena teve um aumento de 50%. E V. Sª também deixou claro que, no contrato com a GTech, há um segmento lotérico e um não-lotérico. No segmento não-lotérico, que podemos chamar de bancário, V. Sª

conseguiu até uma vantagem, que foi a renúncia às ações judiciais, o que possibilitou que a Caixa Econômica Federal pudesse desenvolver o projeto Caixa Aqui com as vantagens já mencionadas por V. Sª.

Mas eu gostaria de questionar justamente isto: V. Sª já fez as contas? Com essa redução de 15%, se cotejada com o crescimento vegetativo, mais o valor adicionado, que seria de 50% da Mega-Sena, houve economia para a Caixa Econômica Federal?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu pediria ao Sr. Presidente a palavra apenas para dar um testemunho.

Toda vez que vou à Paraíba, jogo na loteria. E, toda vez, o lotérico dizia: "Senador, faça força para aumentar o preço, porque não estamos pagando com o que estamos arrecadando nem sequer o valor do aluguel da loja". Era um desabafo dos lotéricos em geral.

Não estou entrando no assunto da GTech, apenas estou dizendo que o movimento, como estava, há vários anos sem amento nas apostas, gerava uma insatisfação grande por parte dos lotéricos, que organizavam um movimento pedindo que houvesse aumento.

Eu gostaria apenas de dar esse testemunho porque fui parceiro dessa solicitação.

O SR. JORGE MATTOSO – Mas observe, Senador: o desconto real, não o nominal, de acordo com o contrato, nesse primeiro ano, onze meses – porque a avaliação é até o mês de fevereiro – foi de R$43 milhões, independentemente do aumento que tenha havido nas apostas das loterias.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Correto.

O SR. JORGE MATTOSO – Ou seja, o contrato permitiu a redução real de R$43 milhões para a Caixa Econômica Federal, uma economia muito importante.

Se considerarmos que o nosso programa de redução de custos e desperdícios foi de 285 milhões no ano de 2003, isso significa que quase 20% da redução foi resultado da negociação do contrato. Os outros, cerca de 80%, foram resultado de outros contratos renegociados pela atual direção com o rebaixamento de preços. Essa tem sido a minha orientação a todos os negociadores e a todas as vice-presidências, no sentido de se reduzir os valores dos contratos.

Finalizando, não existe possibilidade, do ponto de vista real, de a Caixa Econômica Federal assumir o conjunto das operações realizadas pela GTech sem solução de continuidade, ou seja, sem rompimento do serviço. Isso é que precisa ser entendido. Se somarmos a isso a limitação legal...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Foi a pergunta que fiz a V. Sª. Porque, no meu entendimento, legalmente era possível. No meu entendimento, acho que é. Em tese, é possível. Agora, se V. Sª...

O SR. JORGE MATTOSO – Mas não posso me ater à tese. Não posso deixar de prestar o serviço.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Estou sendo muito elegante com o senhor. Então, nesse aspecto. Acho que há possibilidade jurídica de fazê-lo. Agora, se há impossibilidade técnica de fazê-lo, V. Sª está dizendo agora, é outra realidade. Tecnicamente, não podemos fazê-lo, é outra coisa. Tanto é que, veja só, a previsão, naquela ocasião, para o contrato era de R$600 milhões, não é verdade? E quanto foi que a Caixa pagou nesses dez meses de contrato?

O SR. JORGE MATTOSO – Duzentos e ...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Certamente, nos 25 meses, isso vai ter que ter um novo aditivo para preço, imagino eu.

O SR. JORGE MATTOSO – Quase R$250 milhões. Em vez dos quase R$300 milhões, que seria mais ou menos o a ser pago.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – São 25 meses, naturalmente que o preço ficaria...

O SR. JORGE MATTOSO – Vai dar uns R$100 milhões de economia, ou um pouco mais de R$100 milhões, R$110 milhões.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Certo. Eu perguntaria a V. Sª o seguinte: houve vários pareceres, principalmente do Sr. Cartell, indicando a necessidade...

O SR. JORGE MATTOSO – Dois.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, vários pareceres do Sr. Cartell, anteriores, estou falando anteriores a 2003, dizendo efetivamente que a Caixa poderia fazer isso paulatinamente. Eu perguntaria a V. Sª o seguinte: entre esse 13 de janeiro e o 13 de abril, V. Sª recebeu algum estudo de alguém da Caixa ou fora dela, algum técnico que poderia ter sido contratado, indicando que a melhor opção era fazer a renovação com a GTech por 25 meses? Existe um estudo técnico nesse sentido, indicando que o bom, que o correto, o normal seria fazer essa relação?

O SR. JORGE MATTOSO – Existem vários pareceres técnicos e jurídicos para se chegar a uma conclusão dessa natureza.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, naturalmente, nesse caso, técnico.

O SR. JORGE MATTOSO – Técnico e jurídico.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Porque, jurídico, V. Sª poderia fazê-lo por três ou quatro meses.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não. No limite, só eram possíveis os 25 meses.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Justamente. Então, V. Sª fez no limite. Então, tinha

parecer técnico nesse sentido – era o meu questionamento.

O SR. JORGE MATTOSO – O parecer era que, a partir do 18º mês, teríamos condições de finalizar o serviço. Por isso o contrato diz 25 meses, com possibilidade de renúncia aos 18 meses.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria a V. Sª o seguinte: é verdade que esse aditivo não passou pela prévia anuência dos comitês internos e sem a aprovação do Conselho Diretor, e que isso contrariaria alguns artigos do Decreto nº 4.371, o Regimento Interno da própria Caixa Econômica?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, Senador. Ele passou por todos os comitês, passou por todas as obrigações normativas e, depois, foi anunciado e aprovado no Conselho Diretor. O Conselho Diretor, para casos de aditamento, não precisa opinar com anterioridade a assinatura do contrato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Opinar depois também não resolve, não é?

O SR. JORGE MATTOSO – Resolve, resolve, claro que resolve.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Após o aditamento?

O SR. JORGE MATTOSO – Lógico. A vigência do contrato se iniciava no dia 14.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas se o contrato tivesse assinado, opinar **a posteriori**?

O SR. JORGE MATTOSO – O contrato assinado pelas partes foi assinado e aprovado pelo Conselho Diretor no dia seguinte.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – No dia 8. Ok, sem problemas.

Eu perguntaria a V. Sª se algum parecer... O contrato foi dado como pronto para assinar em 31 de março, não é isso?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não. Ele só foi dado para assinar, pronto, no dia 8 de abril.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, 8 de abril foi a data em que ele foi assinado.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não, não. Temos, aqui, documento da GTech de que só renunciou aos correspondentes bancários no dia 8 de abril.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, isso é outra coisa. O que estou perguntando a V. Sª é o seguinte: se, tecnicamente, o contrato... se aquela...

O SR. JORGE MATTOSO – Não tem técnico. Eram duas grandes negociações, Senador: era a redução do preço e o aumento, a liberação da ampliação dos correspondentes bancários.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito bem. A resposta é a que V. Sª dá. Claro!

O SR. JORGE MATTOSO – Só no dia 8 a GTech apresentou a renúncia, o documento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Só aí o contrato estava pronto para ser assinado, então. Esse é o meu posicionamento.

O SR. JORGE MATTOSO – Isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Já foi feita essa pergunta, mas volto a repeti-la. Obviamente, o ano fiscal americano se encerra na metade de fevereiro e pode a apresentação dos balanços acontecer até a metade do mês de abril. O maior contrato que tem a GTech fora dos Estados Unidos é esse. Então, claro, a GTech tinha interesse em prorrogá-lo até para que pudesse alimentar o seu balanço e, já que é uma sociedade anônima nos Estados Unidos, fazer os seus negócios na Bolsa.

Eu perguntaria a V. Sª se seria possível, dada essa premência da GTech, fazer-se um negócio melhor do que o que foi feito, tanto que o próprio vice-presidente da Caixa disse que no dia 09 ou 10 de abril, ou seja, logo após a assinatura, a equipe técnica descobriu que houve uma valorização das ações da GTech nos Estados Unidos.

Devido a essa premência e tendo feito o contrato, a GTech teve as suas ações valorizadas na Bolsa, o que é normal, porque, feito o contrato, naturalmente, as suas ações teriam que valorizar mesmo, então eu perguntaria a V. Sª se pensa que o negócio foi feito no limite, com esses 15%, a renúncia das ações, e se, efetivamente, acredita que algo mais poderia ter sido feito?

O SR. JORGE MATTOSO – Veja, se tivéssemos tido mais tempo ... Por isso eu disse, inicialmente, que, vendo hoje, se tivessem feito aquele aditamento do dia 13 de janeiro, ainda na anterior gestão, e em vez de 90 dias, 180 dias, seguramente, acredito, poderíamos até ter negociado melhor, conseguido mais para a Caixa. Mas nos 90 dias, considerando também que tomamos 45 dias para entender esse imbróglio, eu acredito que tenha sido o melhor.

A GTech tinha as duas questões legais efetivas e só fomos nos aperceber disso talvez depois, mas íamos ganhar quatro dias, tínhamos como limite o dia 14 de abril. Não podíamos adiar indefinidamente.

V. Exª imagine que, com toda essa comprovação que pude trazer aqui, com toda essa história, ainda ficam criando: "Porque tem a coincidência da reunião da GTech com o senhor fulano de tal". Imagine se adiássemos ainda mais? V. Exª consegue imaginar a confusão que seria se adiássemos ainda mais?

Acredito que fizemos o contrato no justo momento, como poderia ter sido feito, da melhor maneira para a Caixa, e espero que, oportunamente, a partir do 18º mês, possamos novamente fazer o que é melhor para a Caixa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A partir do 18º mês pode ser feita a renúncia do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência informa que vão-se completar cinco horas de reunião. Eu queria, por gentileza, que o nobre Senador concluísse.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Atenderei a solicitação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Líder, em seguida darei a palavra a V. Exª, antes queria informar que ainda tenho oito requerimentos para ler, o que farei hoje, para votação posterior, porque hoje não temos **quorum**, mas tenho obrigação de lê-los hoje, porque estão sobre a mesa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Na hora em que encerramos a fase da argüição, basicamente queria fazer, de público, primeiro uma pergunta que não foi respondida e penso que é importante que o fosse, que é o currículo do professor Jorge Levi Matoso.

Jorge Matoso foi militante de Esquerda, preso e torturado no Brasil, foi para o exílio no Chile e nos conhecemos exatamente quando S. Sª retornava de lá. Foi professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo por alguns anos e, depois, professor da Universidade de Campinas, Unicamp, onde fez doutorado. Foi diretor do Centro de Estudos de Economia do Trabalho e Sindicalismo e, mais tarde, Secretário de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo, por um período de dois anos.

É um companheiro que teve, de fato, uma participação muito ativa na construção da história do PT, nas reflexões econômicas, nos debates teóricos. Tem uma excelente formação teórica; vários livros publicados aqui e no exterior, ensaios, artigos, seminários e teve uma experiência na França bastante importante, quando saiu do Chile. É exatamente por essa convivência e por conhecer a trajetória, a seriedade, as atitudes, que eu tinha absoluta segurança de que esse depoimento não poderia ser diferente do que foi.

Quero registrar somente duas coisas que me parecem essenciais. Primeiro, essas liminares, Presidente Jorge Mattoso, estão concentradas numa vara ou diluídas na Justiça?

O SR. JORGE MATTOSO – Na 17ª.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Numa Vara! Quer dizer, tem uma Vara, que tomou a decisão que engessa a Caixa Econômica Federal na relação como empresa. De quando é essa liminar?

O SR. JORGE MATTOSO – São várias.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Várias liminares sucessivas beneficiando a empresa Gtech...

O SR. JORGE MATTOSO – Liminares e outros instrumentos jurídicos.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sempre na mesma Vara?

O SR. JORGE MATTOSO – Sempre.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sempre na mesma Vara.

A segunda questão que me chamou muito a atenção: com o prazo de apenas 90 dias, a nova direção da Caixa rebaixou em R$100 milhões o contrato que existia anteriormente. Num ano, R$47 milhões. R$47 milhões de recursos pagos a menos no mesmo contrato para a mesma prestação de serviços. E além disso, conseguiu desbloquear os correspondentes bancários que era uma estratégia fundamental de ampliação do trabalho e, mais uma vez, uma ação jurídica pressionando a Caixa para favorecer uma empresa na negociação. Foi isso que o senhor disse?

O SR. JORGE MATTOSO – É.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Tem uma outra coisa só que eu queria entender bem. O senhor disse que, neste ano de 2003, a Caixa economizou quanto em contratos?

O SR. JORGE MATTOSO – R$285 milhões.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – R$285 milhões em redução de custo em contratos que existiam na administração anterior?

O SR. JORGE MATTOSO – Exato.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não entendo como o líder do Governo anterior, as Lideranças que participaram do Governo anterior não se escandalizam com um número como esse. São R$283 milhões de contratos que existiam e que em menos de um ano foram reduzidos os custos dessas prestações de serviços, desses contratos. R$283 milhões!

O SR. JORGE MATTOSO – R$285 milhões!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – R$285 milhões. Eu pediria que todos esses contratos fossem apresentados à Comissão; quem foi o responsável pela negociação anterior e em que data eles foram firmados e quando foram repactuados e qual a redução de cada um dos contratos. Considero esse dado da maior relevância.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Permite-me, Senador Aloizio Mercadante, eu até completaria e sugeriria que remetesse ao próprio Ministério Público Federal para tomar providências.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Acho muito importante.

O SR. JORGE MATTOSO – Veja bem, algumas reduções de contrato não implicam em nenhum tipo de legalidade anterior. São simplesmente um processo negocial. Por exemplo, um senhor da área de publicidade tinha feito o desenho de uma carta para enviar aos clientes. Só que a carta era 1,5cm a mais do que o padrão dos Correios e isso implicava um custo adicional. Nós acabamos com isso e voltamos atrás. Podemos enviar todas sem nenhum tipo de problema, mas isso não necessariamente.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Mas é interessante, porque se, de fato, em um ano houve uma redução de R$285 milhões de custos da Caixa por austeridade, por negociação de contratos, por rigor, deve ter muita gente procurando terreno na Lua, seguramente. Seguramente, terá uma procura fantástica.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A palavra está assegurada ao nobre Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de ter esses contratos e todas as medidas de austeridade e redução de custos porque penso que é de grande interesse da sociedade brasileira, para que conheça, de fato, a natureza da administração.

Por último, quero dizer que achei a transparência e a objetividade... Entendo um pouco o que aconteceu. O Senador José Jorge tinha apresentado um requerimento para que essa argüição fosse na Comissão de Assuntos Econômicos.

Quando verifiquei que havia interesse em convidar o Presidente Jorge Mattoso para uma argüição, imediatamente, me entusiasmei com a idéia de ele vir prestar todos os esclarecimentos, porque eu achava que era absolutamente indispensável. É um direito do Senado Federal; é uma prerrogativa da Fiscalização e, pelo passado, pela história, pelas atitudes, tenho absolta segurança de que as informações seriam prestadas com objetividade, com fundamentação, com documentação, com clareza e, quem vê as pessoas falando, com absoluta segurança. O próprio Líder Arthur Virgilio mencionou isso: absoluta segurança de que o que estava sendo dito era verdade e absoluta transparência na forma, no resultado – o resultado que trouxe para a Caixa Econômica Federal, a repactuação deste contrato – e no modo que foi feito.

Por tudo isso, quero parabenizar Jorge Mattoso e a Comissão por essa audiência altamente esclarecedora e que mostra que a Administração Pública, por intermédio da Caixa Econômica Federal, está agindo com segurança, com rigor, com cuidado, e com acuidade no trato do interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Líder.

Temos requerimentos sobre a Fundef, sobre a operação Zaqueu, ambos de autoria da Senadora Ideli Salvatti; sobre o problema da Embratel, mais especificamente da própria Federação Interestadual dos Trabalhadores de Telecomunicações, de autoria do Senador Arthur Virgílio, chamando a esta Comissão João Aldemir Dornelles, o Dr. Paulo Bretas e o Mario Raque. Há também requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa sobre aplicações de recursos do Projeto Alvorada; do Senador Efraim Moraes pedindo a presença de Antonio Carlos Rocha Lima, Marcelo Rovai, da empresa GTech, Mário Haag e Carlos da Silva Cartell; e do Senador Arthur Virgílio chamando a esta Comissão o Sr. Delúbio Soares, Secretário de Finanças e Planejamento do Partidos dos Trabalhadores.

Esses requerimentos serão vistos na próxima reunião.

Teremos uma reunião secreta amanhã sobre o problema de uma cidade do Maranhão chamada Bacabal.

Sr. Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federa, agradeço a disposição de V. Srª. Foram cinco horas de reunião. V. Sª se ateve à boa educação, mesmo com as perguntas mais duras. Para a Presidência só ficou uma tristeza, a tristeza de ver que tecnologicamente nós ainda estamos prisioneiros de alguns contratos e que precisamos quebrar essa dependência tecnológica, mas tenho certeza de que V. Srª, com a máquina da Caixa, vai conseguir superar isso mais cedo ou mais tarde.

Parabéns!

Muito obrigado!

O SR. JORGE MATTOSO – Só queria agradecer, Senador Ney Suassuna, o convite, e a oportunidade. Tivemos oportunidade de explicitar a complexidade, as dificuldades e os benefícios da negociação desse contrato para a Caixa. Tenho certeza de que houve muitas dúvidas e um certo movimento até, eu diria, que muitas vezes atenta contra a imagem da Caixa, mas tudo isso é resultado não dos nossos erros, mas dos nossos acertos. Isso me dá uma tranqüilidade muito grande e coloco-me à disposição. No que eu puder fornecer, seja em termos de documentos, seja em termos da minha presença aqui junto à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, podem contar comigo.

Agradeço novamente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado nobre Presidente. Agradeço também ao demais membros da Caixa que aqui compareceram.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h59min.)

Ata da Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 24 de Março de 2004, Às 11:30 Horas.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **ANTONIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, AELTON FREITAS, DUCIOMAR COSTA, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÉSAR BORGES, OSMAR DIAS, MOZARILDO CAVALCANTI, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL, GERALDO MESQUITA JUNIOR, ROMERO JUCÁ e PAULO OCTÁVIO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à deliberação da pauta. **Item 1: REQUERIMENTO Nº 4, DE 2004-CFC** que requer, "a realização de Audiência pública com o objetivo de trazer aos membros da Comissão de Fiscalização e Controle os devidos esclarecimentos e desdobramentos das investigações relativas ao assassinato de quatro fiscais e de um motorista do Ministério do Trabalho, ocorrido na cidade de Unaí, em Minas Gerais e da chamada operação "zaqueu", iniciada na cidade de Manaus/AM, que teve por escopo a prisão de auditores fiscais do trabalho, empresários e intermediários que cometiam, segundo indicaram as investigações da Polícia Federal, crimes de concussão, advocacia administrativa, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, com a presença de representantes do Ministério da Justiça / Polícia Federal; do Ministério do Trabalho; do ministério Público Federal e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos". **Autora:** Senadora **IDELI SALVATTI. Resultado: Aprovado. Item 2: REQUERIMENTO Nº 5, DE 2004-CFC** que requer, "o convite a um representante do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e de um representante da CGU (Controladoria-Geral da União) com o objetivo de trazer aos membros da Comissão de Fiscalização e Controle as informações cabíveis e ações empreendidas pelo Ministério da Educação e pela Controladoria-Geral da União para sanar as irregularidades mais freqüentes encontradas no âmbito do FUNDEF, como "superfaturamento e falhas em licitação para reforma de escolas, bem como desvios de verbas destinadas à capacitação de professores". **Autora:** Senadora **IDELI SALVATTI. Resultado: Aprovado. Item 3: REQUERIMENTO nº 6, de 2004-CFC** que requer, "a realização de Audiência Pública com o objetivo de trazer aos membros da Comissão de Fiscalização e Controle as devidas informações sobre o processo de venda da EMBRATEL, empresa que emprega aproximadamente 15 mil trabalhadores diretos e indiretos, a fim de esclarecer a sociedade sobre a política de gestão de pessoal; competição no mercado de telefonia local e de longa distância nacional e internacional, política de investimentos e questões inerentes à segurança nacional". **Autor:** Senador **NEY SUASSUNA. Resultado: Aprovado**. São ainda convidados os representantes dos seguintes órgãos e empresas: Ministério das Comunicações, EMBRATEL, ANATEL, TELEFÔNICA, TELEMAR, BRASIL TELECOM, TELMEX, FITTEL, BNDES, CADE e SDE – Secretaria de Direito Econômico. **Item 4: REQUERIMENTO Nº , de 2004-CFC** que "requer, com base no artigo 90, XIII, do Regimento Interno do Senado Federal que esta Comissão de Fiscalização e Controle realize Diligência na aplicação dos recursos do Projeto Alvorada no Estado do Pará, referente aos exercícios de 2001, 2002 e 2003". **Autora:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA. Resultado: Adiado**. **Item 5: REQUERIMENTO nº , de 2004-CFC**. que requer, "nos termos do parágrafo 2º do artigo 58 da Constituição Federal e do artigo 90, V do Regimento Interno desta Casa, que prestem depoimento perante esta Comissão, os Senhores ANTÔNIO CARLOS ROCHA LIMA e MARCELO ROVAI da empresa GTECH; MÁRIO HAAG e CARLOS DA SILVA CARTELL da Caixa Econômica Federal, com o intuito de esclarecer questões sobre a execução operacional, técnica e financeira do contrato firmado entre as duas empresas para exploração dos serviços de loterias no país". **Autor:** Senador **EFRAIM MORAIS. Resultado: Adiado**. **Item 6: REQUERIMENTO nº , de 2004-CFC.** que requer, "nos termos regimentais, que sejam convidados os seguintes dirigentes da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: DR. JOÃO ALDEMIR DORNELLES, Vice-Presidente de Controladoria, DR. PAULO BRETAS, Vice-Presidente de Logística e o ex-Vice-Presidente de Logística, DR. MÁRIO HAAG, com o propósito de prestarem esclarecimentos sobre a prorrogação do contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e a empresa GTECH". **Autor:** Senador **ARTHUR VIRGÍLIO. Resultado: Adiado. Item 7: REQUERIMENTO nº , de 2004-CFC** que requer, "nos termos regimentais e constitucionais, que seja convidado o senhor DELÚBIO SOARES, Secretário de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores, para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos sobre possíveis reuniões ocorridas no Palácio do Planalto para tratar de assuntos como nomeações e liberações de emendas de interesse de governadores". **Autor:** Senador **ARTHUR VIRGÍLIO. Resultado: Adiado.** Nada mais ha-

vendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental.

Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Srªs e Srs. Senadores, temos duas pautas: uma da 6ª reunião, que tem item único, cujo parecer do Relator, Senador Luiz Otávio, é de caráter sigiloso; outra da 5ª reunião.

Vamos iniciar por esta reunião secreta. Por isso, peço aos presentes que, por gentileza, deixem a sala, uma vez que se trata de atitudes administrativas que só condizem aos membros desta Comissão.

O ilustre Secretário nos informa que o nobre Senador Luiz Otávio, Relator da matéria, não está presente para nos orientar. Consulto os Senadores presentes se podemos deliberar a pauta da 5ª reunião, no sentido de fazermos só a aprovação de requerimentos e, em seguida, com a chegada do Senador Luiz Otávio, realizarmos a reunião secreta. (Pausa)

O nobre Senador Luiz Otávio informa que está fora do Senado, está-se deslocando para cá e deve demorar algum tempo. Por essa razão, podíamos inverter a pauta, começando pelos requerimentos.

Coloco em votação alguns requerimentos que temos em mesa.

O primeiro requerimento é de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que, nos termos regimentais, requer a realização de audiência pública com o objetivo de trazer aos membros da Comissão de Fiscalização e Controle os devidos esclarecimentos e desdobramentos das investigações relativas ao assassinato de quatro fiscais e de um motorista do Ministério do Trabalho, ocorrido na cidade de Unaí, em Minas Gerais, e da chamada "Operação Zaqueu", iniciada na cidade de Manaus, que teve por escopo a prisão de auditores fiscais do trabalho, empresários e intermediários que cometiam, segundo indicaram as investigações da Polícia Federal, crimes de concussão, advocacia administrativa, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, com a presença de representantes do Ministério da Justiça, Polícia Federal, Ministério do Trabalho, Ministério Público Federal e da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, caso queira fazer algum adendo ao seu pedido.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, é muito simples. São dois assuntos diferentes, mas relacionados à questão do trabalho. Um deles é sobre o combate ao trabalho escravo, onde tivemos o episódio do assassinato. Em sendo assim, é fundamental que possamos acompanhar se as investigações estão andando a contento, para podermos eliminar esse tipo de violência no combate ao trabalho escravo. O outro assunto é sobre a questão de agentes atuando em detrimento do interesse público, fiscais de trabalho extorquindo empresários. Esse tema também exige que as fiscalizações sejam acompanhadas. São dois assuntos diferentes, mas ambos relacionados à questão do trabalho no País.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, quando iniciamos essa discussão, na Secretaria, estávamos em dúvida se seria atribuição desta Comissão. No entanto, há a possibilidade de haver desvio de dinheiro público, uma vez que fiscais, que tem a obrigação de recolher recursos ao Tesouro, estavam desviando os mesmos. Logo, por essa razão, consideramos pertinente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – No caso do trabalho escravo também, porque, se não há registro, não há recolhimento para a Previdência, e os órgãos públicos sofrem prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 2. Também é da nobre Senadora Ideli Salvatti, que requer o convite de um representante do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de um representante da Controladoria-Geral da União (CGU) com o objetivo de trazer aos membros da Comissão de Fiscalização e Controle as informações cabíveis e ações empreendidas pelo Ministério da Educação e pela Controladoria-Geral da União para sanar as irregularidades mais freqüentes encontradas no âmbito do Fundef, como superfaturamento e falhas em licitação para reforma de escolas, bem como desvio de verbas destinadas à captação de professores.

Com a palavra a nobre Senadora, se quiser fazer algum adendo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Também é muito simples. São recursos do Governo Federal, dos Governos Estaduais e das Prefeituras

para serem aplicados no desenvolvimento do ensino. Segundo auditorias da AGU, trata-se de um dos itens mais presentes nas irregularidades e nas ilegalidades. Seria muito importante podermos ter um relato de quais são essas principais irregularidades e quais as medidas que estão sendo adotadas. Talvez haja necessidade de alteração legislativa, composição de conselho, ou seja, o Parlamento também pode contribuir nessa questão.

O SR. DUCIOMAR COSTA (PTB – PA) – Sr. Presidente, o requerimento da nobre Senadora é muito oportuno, até porque existe no Brasil uma reclamação generalizada dos Prefeitos e das Associações dos Prefeitos, em função de um conflito de entendimento entre o que a AGU entende como falha e o que os Prefeitos apresentam como defesa. É um requerimento muito oportuno para ser discutido nesta Casa. Voto a favor e parabenizo a autora do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em votação. (Pausa)

As Srªs e Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, só uma retificação. Falei "AGU", mas, na verdade, é "Controladoria-Geral da União". Há um Conselho Nacional do Fundef e um Conselho Nacional de Fiscalização do Fundef. Requeiro, então, o convite a um representante do Conselho Nacional de Fiscalização do Fundef.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Ata fará constar isso que V. Exª fala.

O último requerimento trata da venda da Embratel. Estamos convocando aqui várias instituições para dar melhores informações sobre o assunto. Esse é um requerimento nosso, pois, como se trata de defesa nacional, como se trata de concessão, a Comissão de Fiscalização e Controle deve ter uma visão sobre esse universo, sobre esse setor.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Srs. Senadores, temos mais três outros requerimentos, mas os autores não estão presentes. Além disso, o Senador Luiz Otávio teve um problema e ainda não pôde chegar.

Em sendo assim, não havendo mais nada a tratar, encerramos a reunião, agradecendo a presença.

(Levanta-se a reunião às 11h45min.)

Ata da Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 30 de Março de 2004, Às 10:00 Horas.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia trinta de março de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **ANTONIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, AELTON FREITAS, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, ARTHUR VIRGÍLIO, OSMAR DIAS, DELCÍDIO AMARAL, VALMIR AMARAL, ROMERO JUCÁ, JORGE BORNHAUSEN e PAULO OCTÁVIO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Informa, também, que a presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de trazer aos membros da Comissão de Fiscalização e Controle as devidas informações sobre o processo de venda da EMBRATEL, empresa que emprega aproximadamente 15 mil trabalhadores diretos e indiretos, a fim de esclarecer a sociedade sobre a política de gestão de pessoal, competição no mercado de telefonia local e de longa distância nacional e internacional, política de investimentos e questões inerentes à segurança nacional, conforme **Requerimento nº 06/2003-CFC**, de autoria do Senador **NEY SUASSUNA,** aprovado em 24 de março do corrente**.** O Senhor Presidente convida à mesa os representantes dos seguintes órgãos e empresas de telecomunicações: pela BRASILTELECOM os Srs. Ari Joaquim da Silva – Diretor Adjunto de Gestão e Planejamento de Marketing e Jorge de Morais Jardim Filho – Vice-Presidente de Relações Externas; pela TELMEX os Srs. José Formoso Martinez e Carlos Henrique Moreira; pela TELEFÔNICA os Srs. Eduardo Navarro de Carvalho, Vice-Presidente; pela EMBRATEL os Srs. José Roberto Pinto – Diretor de Regulação e Interconexão e Oscar Petersen – Diretor Jurídico Regulatório; pela TELEMAR o Sr. Otávio Marques de Azevedo, Presidente; o Dr. Pedro Jaime Ziller de Araújo, Presidente da ANATEL; o Dr. Cleveland Prates Teixeira, Conselheiro do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica; a Dra. Bárbara Rosenberg – Diretora do Departamento de Proteção e Defesa Econômica da SDE – Secretaria de Direito Econômico; o

Sr. Paulo Lustosa – Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações e o Sr. José Zunga Alves de Lima, Presidente da FITTEL – Federação Interestadual dos Trabalhadores nas Empresas de Telecomunicações. Após a explanação dos convidados, o Senhor Presidente passa a Presidência ao Senador **LUIZ OTÁVIO** a fim de apresentar questões aos convidados. Após as respostas, o Senhor Presidente Senador **NEY SUASSUNA** reassume a direção dos trabalhos. Fazem questionamentos aos convidados os Senhores Senadores **DELCÍDIO AMARAL, JORGE BORNHAUSEN, LUIZ OTÁVIO, EFRAIM MORAIS e AELTON FREITAS**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Declaro aberta a 6ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passamos à composição da Mesa. Convido para compor a Mesa o Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Paulo de Tarso Lustosa da Costa, que conhecemos de longa data e que está aqui ao meu lado. Aliás, conheço-o desde o tempo em que era Ministro do Tancredo; depois, foi Secretário do Estado do Ceará, do Maranhão, só não foi Secretário da Paraíba. Em todo o canto, o meu amigo emprestou a sua eficiência. Foi também Secretário Executivo do Ministro Alexandre Costa. É um conhecido de longa data.

Também convido para compor a Mesa Pedro Jaime Ziller de Araújo, Presidente da Anatel, que também nos prestigia.

Peço aos representantes das empresas de telecomunicação – algumas empresas enviaram dois representantes – que tomem assento à mesa. Na hora de falar, devem fazer um rodízio, porque não cabem todos.

Convido a tomar assento: Otávio Marques de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração da Telemar; Jorge de Moraes Jardim Filho, representante da Brasil Telecom; Eduardo Navarro de Carvalho, Vice-Presidente do Grupo Telefônica do Brasil; José Formoso Martinez, da Telmex; José Roberto Pinto, da Embratel; Oscar Petersen, Diretor Jurídico Regulatório do Cade; a Srª Bárbara Rosenberg, representante do Cade e também do SDE; e José Zunga Alves de Lima, representante da Fittel.

Bom dia a todos.

Marcamos esta reunião há algum tempo, e, para nossa tristeza, foi desmarcada uma outra reunião com o Ministro da Fazenda, o que tumultuou o nosso dia hoje.

É importante dizer que o debate será transmitido pela televisão para todo o Brasil. Nós, membros do Senado da República, promoveremos reuniões internas para entendermos o que se passa. Não há **parti pris**; queremos apenas entender o que está ocorrendo.

Não vejo a Embaixadora do México, Drª Cecília Soto, que havia pedido para assistir à reunião, e eu respondi que podia.

Solicito à Secretaria que facilite o trabalho da Rádio Rede, do México, que pediu para transmitir **flashes** para o México. Está autorizada a fazê-lo.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores convidados; eu queria fazer um pedido a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Perdão, nobre Senador.

O Sr. Cleveland Prates Teixeira foi chamado à mesa.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Tendo em vista a grande audiência da TV Senado e da rádio do México que transmite esta reunião, considerando que precisamos dar transparência a esta reunião, para que todas as pessoas, a população brasileira, o telespectador que está nos assistindo, que já conhecem da mídia, da imprensa nacional, a questão da disputa entre empresas que têm interesse no leilão da Embratel, caso V. Exª e o Plenário aprovem, que tivéssemos oportunidade de ouvir as empresas de telefonia fixa, a Embratel e a própria Telmex, para que possamos cotejar aquilo que lemos na imprensa e as informações obtidas aqui.

Ao analisar o ofício da pauta da audiência pública, onde há referências à presença de autoridades no assunto, ilustres pessoas como o Presidente da Anatel, vê-se que, conforme esta lista, não se oferece oportunidade para que o nosso telespectador, a população brasileira e nós Senadores possamos fazer o contraponto. É muito comum nesta Casa, pelo menos tem sido nos cinco anos que estou aqui, nas Comissões, na discussão de qualquer tema, ouvirmos os dois lados da questão. Assim, podemos realmente conhecer e tomar – não digo uma decisão hoje, porque se trata de uma audiência pública – conhecimento de dados que permitam ao Plenário do Senado Federal chegar a uma conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, a relação está assim: Brasil Telecom, Telemar, Telefônica, Telmex, Embratel, SDE, CADE, Anatel, Ministério das Comunicações e Fittel. Vão dar depoimentos uns e outros.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Se tivéssemos oportunidade de ouvir uma empresa de telefonia e, logo após, por exemplo, a Embratel, depois volta uma empresa de telefonia, a Telmex, teremos condições de tornar a reunião mais rápida e mais objetiva, dar a ela uma seqüência. Se falar apenas a telefonia fixa, só no final saberemos a história da Embratel, da Telmex e da Anatel, cujo Presidente, Pedro Jaime Ziller de Araújo, que foi votado recentemente nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A sugestão de V. Exª é que fale Brasil Telecom e depois Telmex; Telemar depois Embratel; Telefônica...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Um cotejamento entre as empresas, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão a proposta do nobre Senador. A Mesa não vai decidir.

Em discussão a proposta do nobre Senador Luiz Otávio.

A palavra está aberta.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos fazer o que V. Exª está sugerindo.

Concedo a palavra, por 10 minutos, podendo ser prorrogado para 15, para cada um.

Começa a Brasil Telecom, cujo representante tem a palavra.

O SR. JORGE DE MORAES JARDIM FILHO – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna; Sr. Secretário Executivo, Paulo Lustosa; Presidente da Anatel, Pedro Jaime; Srs. Senadores, Sr. Presidente da Fittel, José Zunga, companheiros do setor de telecomunicações, antes de entrarmos na apresentação, queríamos agradecer o convite de participar desta reunião por entendermos que se trata de uma reunião esclarecedora, que certamente vai contribuir para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras.

Eu queria iniciar falando minimamente da Brasil Telecom, caracterizando-a como uma concessionária de serviços de telecomunicações estrategicamente localizada no Brasil e América do Sul. Sua área de concessão engloba 24% da população do País, cerca de 40 milhões de habitantes e representa economicamente 20% do nosso PIB. Possui cerca de 10 milhões de telefones em serviço, com a taxa de penetração de 24% em sua área de concessão.

Além disso, opera redes metropolitanas de acesso em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Oferece serviço de banda larga por meio de sistemas de anéis submarinos de fibra ótica, com cerca de 22 mil quilômetros de extensão, conectando o Brasil, os Estados Unidos, a Venezuela e as Ilhas Bermudas.

A Brasil Telecom investiu nesse período pós-privatização, de 1999 a 2003, cerca de R$11,4 bilhões entre investimentos em expansão e modernização da sua planta e aquisições de alguns artigos estratégicos, aumentando, assim, significativamente o número de linhas em serviço em sua área de atuação. Para se ter uma idéia, nesse período pós-privatização, o crescimento das linhas telefônicas se deu em cerca de 156%, saindo de uma posição de quatro milhões de terminais em 1998 para cerca de quase 11 milhões no ano de 2003.

Só para informar sobre a densidade e a penetração, havia 3,5 linhas em serviço por 100 habitantes em 1998, e, hoje, há cerca de 24 linhas em serviço.

As empresas do Grupo Brasil Telecom estão aí listadas. Há o iBest, que é o segundo maior provedor de Internet gratuito do País; o BR Turbo, um provedor de acesso à Internet em alta velocidade; a MetroRed, que possui cerca de quase 350km de fibra instalados em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, e 1.485km de rede de longa distância, conectando esses centros metropolitanos. Além disso, há a Vant, que é uma empresa de alta tecnologia que opera em todo o País, utilizando tecnologia de Internet Protocol. E, por último, há a Globnet, que é a detentora do nosso cabo submarino que nos liga à América Central, como já foi dito, e aos Estados Unidos.

Como consideração inicial, eu gostaria de dizer que a Brasil Telecom, tendo sido convidada pela Geodex para investir em uma nova companhia, que foi denominada Calais, procurou, primeiro, assegurar que tal iniciativa não desrespeitaria o marco regulatório brasileiro. Nesse sentido, foram contratados os pareceristas abaixo listados, para sustentar a nossa decisão, cujos pareceres possuo em mãos e estão à disposição de V. Exª. Temos pareceres do Dr. Carlos Ari Sanfeld, Floriano Azevedo Marques, Arnold Wald, José Luiz Bulhões Pedreira, Nelson Ezerick e Renato Navarro Guerreiro, ex-Presidente da Anatel.

A questão em foco que gostaríamos de expor aqui – é um tema importante desta reunião – é saber se essa nova companhia, a Calais, considerando-se sua estrutura societária e os aspectos regulatórios, pode adquirir o controle acionário da Embrapar, que é a controladora da Embratel.

Para tanto, peço a participação do meu companheiro da Brasil Telecom, o Ari Joaquim, Diretor de Gestão da Brasil Telecom. Vou levantar e pedir que ele sente no meu lugar. Voltarei ao final.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Passo a palavra ao segundo representante da Brasil Telecom.

O SR. ARI JOAQUIM DA SILVA – Bom-dia a todos!

Conforme disse o Jorge, vou dar continuidade à apresentação.

A questão que está em foco é se a Calais tem condições, em função de sua estrutura societária e do marco regulatório brasileiro, de adquirir o controle acionário da Embratel.

A primeira transparência mostra como é formada essa empresa Calais. Trata-se de uma companhia aberta cujo controle é exercido integralmente pela Gavily, sobre a qual vou falar em seguida. De qualquer forma, podemos observar que a estrutura da Gavily detém 100% das ações ordinárias e, portanto, detém o controle societário. E nós temos na outra caixinha Telemar, Brasil Telecom e Telefônica, com 100% das ações preferenciais e, portanto, sem direito a voto.

A Gavily é formada pela Geodex, que tem 100% do seu capital votante. Trata-se de uma companhia controlada, portanto, inteiramente pela Geodex, que é uma prestadora de serviço de comunicação multimídia.

A Geodex, por sua vez, é formada pelos três principais sócios, além de outros, que também detêm 100% do capital votante da Geodex. E ela, como falei anteriormente, é um operadora de comunicação multimídia cuja composição acionária já foi no ano de 2002 aprovada pela Anatel.

Ainda como informação adicional, o controle da Geodex foi revisto e aprovado pela Anatel em março de 2002. A reorganização societária permanece inalterada até hoje. E a Geodex controla e detém 100%, então, das ações votantes da Gavily, que, por sua vez, controla e detém 100% das ações votantes da Calais. Portanto, a Calais é controlada exclusivamente pela Geodex.

Essa ilustração mostra todas essas partes, de tal forma que possamos ter uma visão de conjunto, começando com os acionistas que compõem a Geodex, passando pela Gavily e chegando até a Calais. Mostra, mais uma vez, que as concessionárias fixas – Brasil/Telemar, Brasil Telecom e Telefônica – participam da Calais como detentoras apenas de ações preferenciais, sem direito a voto e, portanto, sem controle.

Quais são, então, os objetivos das empresas que se associaram? A Geodex é a única e exclusiva controladora da Calais. Ela pretende expandir seus negócios no setor de telecomunicações como concessionária do STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado. Ela já opera como autorizatária do serviço de comunicação multimídia. Telemar, Brasil Telecom e Telefônica se unem à Gavily e promovem investimento na Calais sem, no entanto, exercer controle. Visam, com isso, expandir seus negócios de voz e dados corporativos cuja exploração se dá no regime privado e, portanto, por meio de autorizações expedidas pela Anatel. Então, não são concessões; são autorizações.

Dentro da modelagem que foi desenhada, existe uma proposta de reorganização da Embratel, caso ela venha a ser adquirida por esse grupo e caso seja aprovada por todas as instâncias por que esse processo terá que passar. São os seguintes os serviços que ela tem hoje: Serviço Telefônico Fixo Comutado, que é um serviço prestado em regime de concessão e autorizações; Serviço de Rede e Transporte de Telecomunicações, SRTT, e Serviço de Telecomunicação Multimídia, STM, que são prestados em regime de autorização. E o satélite, prestado também em regime de autorizações.

Dentro da modelagem pós-aquisição da nova proposta de estrutura societária que aconteceria na etapa subseqüente, a Geodex ficaria, então, com o STFC, da Embratel, e com as concessões e autorizações do STFC. E a Telemar, a Brasil Telecom e a Telefônica, em outras sociedades, absorveriam, então, o serviço de satélite e os serviços de rede corporativa. Com isso, fica totalmente separado o STFC, explorado em regime de concessão, dos outros serviços, explorados em regime de autorizações.

Apenas para ilustrar um pouco mais essa questão, volto a palavra ao Dr. Jorge, para que ele possa finalizar a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Dr. Jorge dispõe de mais três minutos.

O SR. JORGE MORAIS – Vou cumpri-los, Sr. Presidente.

Vamos direto à conclusão, diante inclusive do tempo curto.

Considerando principalmente que o controle da Calais, representado por suas ações ordinárias, é integralmente detido pela Gavle; considerando que a Gavle é controlada pela Geodex, que, por sua vez, já teve sua estrutura de controle acionária aprovada pela Anatel; considerando que a Brasil Telecom, a Telemar e a Telefônica são detentoras, em partes iguais, de 100% das ações, sem direito a voto da Calais, não exercendo, portanto, controle acionário da companhia; considerando que a Brasil Telecom, a Telemar e a Telefônica, na reestruturação a ser efetuada, não poderão deter participação no controle da concessionária de Serviço Telefônico Fixo Comutado, que manterá o nome Embratel, que ficará controlado exclusivamente pela Gavle; considerando que essa transferência de controle terá que ser submetida previamente à aprovação da Anatel, pode-se concluir que a operação de aquisição do controle acionário da Embrapar – controladora da Embratel – pela Calais, tendo como base a

legislação brasileira de telecomunicações, considerando a estruturação societária preconizada, será aprovada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), porque não apresenta problemas de reestruturação societária, nem regulatória, conforme conclusão unânime dos pareceristas contratados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço ao Dr. Jorge Morais e ao Dr. Ari Joaquim.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu solicitaria a V. Exª, se possível, que fossem distribuídas cópias dessas transparências para os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não. Por gentileza, peço à Secretaria que providencie cópias para todos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Sr. José Formoso Martinez e ao Dr. Carlos Henrique Moreira, da Telmex.

V. Sªs dispõem de dez minutos, podendo chegar até quinze minutos.

O SR. JOSÉ FORMOSO MARTINEZ – Bom-dia, Sr. Presidente da Comissão, Senador Ney Suassuna; Sr. Paulo Lustosa, do Ministério das Comunicações; Sr. Pedro Jaime Ziller, da Anatel; Srªs e Srs. Senadores, demais presentes, é para mim um prazer apresentar-lhes a empresa Telmex, que atende ao convite da Comissão de Fiscalização e Controle.

A Telmex, no final de 2003, registrou 15,7 milhões de linhas de serviço, 2,3 milhões de linhas equivalentes para transmissão de dados e 1,5 milhão de acessos à Internet.

A Telmex providencia acesso a serviço telefônico para 21.300 povoados. As vendas da Telmex, em 2003, foram de US$11 bilhões. Pelo quarto ano consecutivo, a Telmex não aumentou as tarifas de seus serviços.

As ações da empresa são cotadas, além da Bolsa mexicana de Valores, nos Estados Unidos e em Madri.

A Telmex oferece mais de 63.700 empregos diretos. Em 10 anos, o pessoal da empresa duplicou o nível cultural, passando de 6,8 anos de escolaridade para 11. Por meio da Fundação Telmex, são desenvolvidos e apoiados programas que buscam melhorar a qualidade de vida dos habitantes, tanto das grandes cidades como das pequenas em comunidades

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, creio que não há necessidade de tradução.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Já que foi iniciada, daremos continuidade à tradução.

O SR. JOSÉ FORMOSO MARTINEZ – Investimento. Desde a sua privatização, em 1990, até o presente momento, a Telmex tem feito investimentos de cerca de US$25 milhões para a expansão e modernização de sua infra-estrutura.

A rede de fibra ótica se estende por mais de 75 mil quilômetros por todo o país.

Para a Telmex, a concorrência é um valor fundamental, pois impulsiona e desenvolve as organizações com um beneficiário único, o cliente. Nossa história como empresa nos tem ensinado que a concorrência nos faz crescer e ser melhores.

A Telmex no Brasil se compromete com a capacitação, o desenvolvimento e a manutenção do pessoal da Embratel. Compromissos de investir em desenvolvimento tecnológico e assegurar, dessa maneira, a sua competitividade, como uma grande empresa integrada que oferece serviços de voz, local e de longa distância, vídeo e dados para seus clientes. Isso implica evolução da Embratel para um modelo de negócios que dê viabilidade e assegure, dessa maneira, as fontes de trabalho. Respeitar os direitos dos trabalhadores e manter a marca da Embratel, que reconhecemos como um grande ícone do Brasil.

Estamos preparados para a concorrência no mercado local fixo pré-pago, para a concorrência em longa distância nacional e internacional, para a concorrência no acesso à Internet, para a concorrência no **link** de dados. A compra da Embratel por US$360 milhões é feita com dinheiro da Telmex – não necessita de divisas do Brasil.

Os interesses do consumidor serão melhor atendidos, a partir de uma Embratel financeiramente sólida, cujo compromisso de investimento assegure sua evolução tecnológica, com uma força de trabalho capaz e comprometida com o futuro dessa grande empresa.

O nosso compromisso é o de reestruturar a dívida para dar à empresa estabilidade econômica, permitindo investimentos que possibilitem que a empresa se desenvolva e se mantenha competitiva. Estamos comprometidos com o desenvolvimento da inclusão digital nas comunidades rurais.

No que diz respeito à segurança nacional, o compromisso da Telmex será o de assegurar os interesses do Governo brasileiro, preservando-os da melhor maneira possível; assegurar a continuidade dos serviços via satélite; modernizar o sistema de satélite, permitindo a oferta de serviços de dados e de Internet para as comunidades rurais; assegurar que a banda X esteja disponível nos novos satélites, atendendo as solicitações de segurança nacional. Temos disposição

para negociar com o Governo condições para garantir a segurança necessária exigida.

A proposta da Telmex, além de oferecer segurança total com respeito à rede de satélite, oferece uma opção de maior investimento e de maior concorrência no mercado.

Senador Ney Suassuna, gostaria de apresentar um companheiro nosso que pertence à outra empresa, que é a Claro, que tem o mesmo grupo de controle. É uma experiência real; há quatro anos, a empresa opera no Brasil. Gostaria que ele a explicasse brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuana) – Há algum problema em relação aos demais? Posso ceder mais cinco minutos.

O SR. JOSÉ FORMOSO MARTINEZ – Apresento-lhes Carlos Henrique Moreira, que é de uma empresa diferente da Telmex.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos adiante.

O SR. CARLOS HENRIQUE MOREIRA – Srªs e Srs. Senadores, agradeço por esta oportunidade.

Quero apenas fazer um pequeno relato do que tem sido a construção da Claro desde o seu início. Hoje, a empresa tem cinco anos. Começou pela TL, no Rio de Janeiro, uma banda B que começou do zero. Fui o primeiro empregado dessa empresa, da qual o grupo Algar era o controlador. Em 2000, esse grupo passou uma parte da empresa para um grupo mexicano, junto com a SBC, uma empresa americana, começando o primeiro investimento desse grupo, que hoje é o controlador da Claro no Brasil.

De lá para cá, o grupo mexicano tem realmente investido no Brasil capitalizando as empresas. A Claro, no estágio em que está hoje, com dez milhões de clientes, foram investidos cerca de US$5,6 bilhões, basicamente na reestruturação da dívida dessas empresas e no investimento, que hoje é bastante grande...

A empresa hoje está investindo, numa nova rede de telefonia celular, em GSM, US$800 milhões. Hoje, geramos 8.500 empregos diretos e mais cerca de 10 mil empregos ligados aos revendedores exclusivos da nossa empresa.

O foco da empresa tem sido uma estratégia de longo prazo. Então, o grupo mexicano tem investido visando ter retorno a longo prazo. Toda a gestão é brasileira. Sou Presidente desde o início. Conseguimos criar, nesses cinco anos, do zero, uma grande engenharia nacional, que tem feito todos os projetos e toda a gestão da rede. Mais de 400 engenheiros estão hoje trabalhando no grupo Claro.

Na área de sistemas, também temos um grupo de 350 a 360 especialistas de sistemas de AIT, que também trabalham no grupo. Toda a gestão da empresa é totalmente nacional. Para dizer que não há mexicanos, temos três mexicanos na empresa que nos ajudam a ter esse **link** com a controladora.

É um grupo realmente muito empreendedor, muito rápido na sua decisão, tem acreditado no País e que, tenho certeza, em consolidando essa transação com a Telmex, teremos uma Embratel muito fortalecida, uma empresa extremamente competitiva. Devo comentar que, na área de telefonia celular, em que temos uma competição real, geramos muitos empregos.

Se não houvesse competição, não geraríamos o nível de empregos que geramos hoje. Só o nosso grupo Claro gerou cerca de 18.500 empregos, sem contar os outros empregos provenientes das indústrias, dos fornecedores.

A competição gera emprego, inclusive na mídia, na área de comunicações. A concorrência gera a necessidade desses anúncios na mídia.

Tenho impressão de que a manutenção da Embratel, como ela é, vai gerar mais empregos, mais competitividade, mais saúde ao País e mais crescimento.

Dou esse depoimento como brasileiro. Estou aqui desde o início, aliás ajudei a criar a Embratel. Durante dez anos trabalhei na Embratel, fui a pessoa que implantou a Embratel no início, inclusive o sistema de satélites que hoje existe foi iniciado na minha época, como diretor da empresa.

Fiz esse depoimento porque é importante que V. Exªs saibam que a Telmex vem para o Brasil para investir no País, pois acredita nos brasileiros.

Essa é a mensagem que queria passar.

Agradeço essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado pelas informações.

Aqui não estamos, de maneira alguma, preocupados se há mais ou menos mexicanos. Pelo contrário, queremos que os mexicanos torçam pelo Brasil. Mas queremos entender, porque o Senado até agora não conseguiu entender todo o emaranhado. Por isso, queremos a maior clareza possível.

Com esse objetivo, passamos a palavra para o Sr. Eduardo Navarro de Carvalho, da Telefônica.

O SR. EDUARDO NAVARRO DE CARVALHO – Bom-dia a todos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Membros da Casa, inicialmente, gostaria de agradecer o convite para estar aqui nesta Casa.

Para nós, da Telefônica, é uma oportunidade única essa chance que temos de esclarecer, de tornar transparente e público nossa percepção com relação a essa transação e por que, no nosso entendimento, ela atende aos interesses da sociedade brasileira.

Antes de entrar nos detalhes específicos da transação, gostaria de ressaltar, em primeiro lugar, o com-

promisso que o Grupo Telefônica tem com o Brasil, compromisso de longo prazo. O Grupo Telefônica já investiu no Brasil US$17 bilhões na compra de ativos. Investiu outros R$20 bilhões na modernização desses ativos. E num período relativamente pequeno, tornou-se num dos quatro maiores empregadores do Brasil e o terceiro maior pagador, recolhedor de impostos do País.

Hoje, falamos na condição de grupo privado que mais investiu no País nos últimos cinco anos, de terceiro maior pagador de impostos do País e de quarto maior empregador de impostos.

Outro esclarecimento importante se faz necessário. É que tem sido falado com alguma freqüência que a Telefônica é uma empresa associada ao Estado de São Paulo. A verdade é que somos uma concessionária de serviço do Estado de São Paulo, com o qual temos obrigações assumidas, de acordo com o contrato de concessão com a Anatel. Honramo-nos de ter cumprido com as nossas obrigações de universalização dois anos antes do prazo previsto. Honramo-nos pelo fato de, no Estado de São Paulo, haver uma densidade de telefonia de 36 telefones por habitante, que é comparada a patamares de países europeus, como Espanha e Portugal, e é três vezes o valor da de alguns países latino-americanos de renda **per capita** maior que o Brasil, como é o caso, por exemplo, do México, da Argentina e do Chile.

A realidade é que, embora tenhamos esse compromisso com o Estado de São Paulo por uma obrigação regulatória, hoje, 40% dos clientes do grupo Telefônica estão fora do Estado de São Paulo. Ou seja, a Telefônica não é uma empresa concentrada no Estado de São Paulo, embora lá tenha suas obrigações nos contratos de concessão.

A Telefônica, por sua parceria com o grupo Portugal Telecom, tem uma operação de celular, a Vivo, fora do Estado de São Paulo, por meio das nossas operações de Internet, que é o Terra, com uma atuação agressiva fora do Estado de São Paulo. Então, é importante dizer que temos uma presença bastante agressiva fora do Estado de São Paulo, participamos do mercado competitivo e nele acreditamos. Achamos, como foi comentado, que a competição é o melhor instrumento capaz de gerar empregos e benefícios para o consumidor, e prova disso é que temos demonstrado a nossa capacidade de competição em mercados de grande dinamismo, em mercados de grande crescimento, especificamente o caso de mercados de celular e de mercados de Internet, que são os futuros da telecomunicação.

Com relação a essa operação em si, seus detalhes já foram esclarecidos aqui pelo representante da Brasil Telecom. O ponto a se ressaltar é que o controle da Embratel é adquirido pela Calais, uma empresa controlada pela Geodex, na qual a Telefônica, assim como qualquer outra das duas empresas, não tem qualquer participação de controle, de direito de veto ou de indicação de diretores. Ou seja, a Calais é uma empresa 100% controlada pela Geodex.

O que se propõe é uma reestruturação societária dos negócios da Embratel, na qual o serviço de longa distância, o 21, permanece junto com os ativos recém-adquiridos da Vésper, e, após o saneamento financeiro com a redução da dívida, é como uma empresa também 100% controlada pela Geodex. As empresas fixas – não a Telefônica, a Telemar e a Brasil Telecom – têm interesse em assumir o controle do negócio de dados, da autorização de dados. E um detalhe muito importante da operação é que não é um controle no qual as três empresas terão um terço de uma única empresa.

No mercado de telecomunicações, a Embratel é o **player** dominante. A Embratel, pela própria gênese do processo de telecomunicação no Brasil, é a empresa que tem uma rede de cobertura nacional. Cada uma das três empresas, Telefônica, Telemar e Brasil Telecom, também pela sua gênese, são empresas que nasceram focadas em determinadas região. O que se está propondo com essa operação é uma redivisão desse território, de tal forma que se permita a essas três empresas adquirirem clientes e ativos fora das suas regiões, para que as três tenham capacidade de competir ativamente com a Embratel, que permanece com os ativos por meio de sua concessão, e para que, assim, haja quatro empresas capazes de efetivamente competir no mercado nacional.

Essa operação, no nosso entendimento, está em linha com a regulamentação setorial, como já foi comentado pelo representante da Brasil Telecom, por meio de pareceres dos mais ilustres juristas do setor e do ex-Presidente da Anatel, que dispensa apresentações.

Com relação aos princípios do direito da competição, da concorrência, embora seja uma matéria que, pela própria essência, deve ser analisada com mais detalhes com relação a toda uma definição de mercados relevantes, já há pareceres de especialistas, os quais coloco à disposição de V. Exªs, entre eles o do advogado Ubiratan Matos, que é Presidente da Associação Brasileira de Estudos de Competição e de Direitos do Consumidor. Na sua conclusão – posso lê-la rapidamente –, é dito:

Conforme descrito acima, de acordo com as informações que nos foram explanadas pela Calais, entendemos que a operação proposta é procompetitiva, pois irá possibilitar que as três incumbentes concorram em nível de igualdade, em âmbito nacional, no mercado de transmissão de dados. Além disso, a presente operação não implica eliminação das atividades da Embratel, haja

vista que a mesma irá continuar a operar os serviços de telefonia fixa local, longa distância nacional e longa distância internacional, possuindo infra-estrutura hábil para concorrer com as incumbentes no mercado de telefonia fixa e de transmissão de dados.

Então, nós, como Telefônica, não entraríamos em qualquer operação – e isto está explícito no Acordo de Princípios que foi assinado como condição para entrar nessa operação – que pudesse ferir qualquer regulamento setorial ou do direito da concorrência. Ou seja, é uma precondição para estarmos hoje nesta Casa, explicando essa operação a V. Exªs, um convencimento prévio nosso, baseado em opiniões de juristas, de que essa operação está em linha com o marco regulatório setorial e com os princípios de defesa da concorrência.

Por que entendemos que essa operação estimula investimentos e acelera a competitividade no setor? No mercado de longa distância – no qual opera o 21 da Embratel, o 15 da Telefônica e o 14 da Brasil Telecom, o 36 da Claro, o 45 da AT&T –, a Embratel continua como empresa independente, controlada exclusivamente pela Geodex, saneada financeiramente, com toda a condição de continuar competindo nesse mercado.

O mercado de transmissão de dados – que é o foco principal das empresas que aqui estão e, no caso, da Telefônica, que represento –, até há pouco tempo era um mercado virtualmente monopolista, controlado pela Embratel, que ainda hoje é o **player** dominante, com a participação de mercado superior ao dobro da do segundo parceiro. Nesse mercado específico a que estamos nos referindo, a Embratel tem uma participação de mercado superior ao dobro da do segundo colocado.

As empresas locais, especificamente a Telefônica, tem tido dificuldades em competir nacionalmente com esse **player** dominante apesar dos esforços empregados. Já temos mais de 20 pontos de presença fora de São Paulo. Somos a empresa pioneira em comprar uma rede especializada de abrangência nacional – a Rede do Banco Itaú –, há cerca de dois anos, com essa intenção de, efetivamente, apresentar uma ampla competição no mercado de dados em âmbito nacional.

Apesar disso, o que se verifica é que ainda se perpetua a dominância da Embratel nesse mercado e que apenas cada uma das operadoras locais, na sua própria região, tem uma capacidade limitada de contestação a esse poder da Embratel. Mas a verdade é que nenhuma delas foi capaz de chegar a um grande cliente e oferecer uma solução nacional capaz de competir, efetivamente, com as soluções apresentadas pela Embratel.

O resultado dessa operação proposta desconcentraria o mercado de transmissão de dados, capacitando essas três empresas locais a concorrer de forma igualitária em âmbito nacional, além da própria Geodex Embratel, a nova Embratel, saneada financeiramente, que permaneceria com todos os ativos da concessão da Embratel.

O dinamismo é típico desse mercado de transmissão de dados. É um mercado de grande dinamismo, de grande evolução tecnológica. Seus clientes, em geral, são grandes empresas com elevado poder de barganha, grandes bancos, grandes redes varejistas.

Quero tratar do comportamento das três empresas – Telefônica, Telemar e Brasil Telecom – naqueles mercados nos quais elas já competem intensivamente, nos quais elas têm ativos e competem intensivamente, como é o caso do mercado de celular. Há exemplos claros da competição e da nossa rivalidade, da Telefônica, por meio da nossa empresa de celular, seja com a Vivo, por exemplo, pela disputa com a Oi, no Rio de Janeiro, seja no Distrito Federal, na disputa ferrenha que temos com outras empresas de celular. Há a briga de Terra com a Oi e com o Ibef. Ou seja, existe um histórico que permite a crença de que essa reestruturação de mercado estimularia o aumento da competição. Não estamos fazendo essa operação para adquirir clientes no Estado de São Paulo; estaremos propondo essa operação para adquirir uma competitividade capaz de atuar fora do Estado de São Paulo e oferecer ao mercado brasileiro soluções de âmbito nacional, em concorrência com a Embratel.

Qual é o impacto esperado para o consumidor? A posição do 21, a posição do serviço de longa distância permanece como está, no mercado de telefonia local não há concentração, a Vésper continua como ativo da Embratel e, no mercado corporativo, a competição acirrada entre as três empresas resultará, certamente, em vantagens para o consumidor.

O que se percebe é que no mercado em que atuamos, e em nome do qual posso falar hoje com mais relevância, o da telefonia fixa, as vantagens para o consumidor já são bastante fortes. Como falei, no Estado de São Paulo já temos uma densidade de telefones que é similar à média de alguns países europeus e três vezes a média de alguns países da América Latina.

Sobre as tarifas. Temos uma tarifa de assinatura local hoje no Estado de São Paulo e no Brasil da ordem de 7 dólares, sem impostos. A média internacional dessa tarifa está em torno de 14 dólares, e é referendada inclusive por países latino-americanos, como, por exemplo, o México, onde a tarifa também é de 14 dólares. Ou seja, já temos no Brasil uma tarifa que é a metade das referências internacionais.

Como conclusão, que benefícios se esperam dessa operação para o País? Há uma garantia do consórcio

de estabilidade no emprego por determinado período. Já é público que o consórcio já ofereceu, por meio do BNDES, ao Governo brasileiro, o controle estratégico do negócio com satélite, por meio de uma **golden share.** Ou seja, entendemos que esse é um negócio fundamental para o interesse público brasileiro. Estamos dispostos e já oferecemos ao Governo brasileiro uma **golden share** para o controle do negócio com satélite. E, evidentemente, além dos aspectos ligados a mercado de capital, com um pagamento bastante maior para os minoritários.

Em conclusão, entendemos que essa proposta atende aos interesses públicos, é compatível com a regulamentação setorial, estimula a competição no mercado de dados, que é o mercado alvo do nosso interesse, proporciona, por isso, maior bem-estar aos consumidores, e é mais vantajosa para os acionistas minoritários da Embratel, em função do direito que eles têm de receber 80% do valor da oferta feita ao acionista controlador.

Como a oferta do nosso consórcio é 190 milhões superior à oferta do nosso competidor, da outra alternativa, isso assegura aos minoritários da Embratel, que têm direito à venda das suas ações, um valor 150 milhões acima – nesse caso – da oferta do consórcio. E ela garante aos empregados da Embratel estabilidade no emprego e a participação no capital, por meio de opções conseguidas no BNDES. É isso, Srs. Senadores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Sr. José Roberto Pinto, Diretor de Regulação e de Interconexão da Embratel.

O SR. JOSÉ ROBERTO PINTO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, demais membros, primeiro quero agradecer a oportunidade de vir aqui e poder falar um pouco sobre a Embratel. Vamos dividir a nossa apresentação em duas partes: uma em que vamos descrever um pouco o que é a Embratel – vou tentar ser o mais breve possível –, e outra em que vamos falar sobre o processo de transferência do controle. Aí poderão ser esclarecidas algumas questões do interesse de V. Exªs.

Falar da Embratel, na realidade, é falar de uma longa história que começou em 1965, com inúmeras realizações reconhecidas por toda a sociedade brasileira. São realizações que vem desde o início das comunicações, das transmissões de televisão, da introdução do nosso serviço de comunicações a longa distância, o DDD, da rede telex, ou DDI, da primeira comunicação em cabos submarinos feita para os Estados Unidos, das nossas redes de comunicações de dados. É uma longa trajetória que inclui o lançamento do primeiro satélite brasileiro – em 1985 – e uma série de outros artefatos, a partir de 1986, até chegarmos ao momento da privatização.

Sem dúvida, na primeira fase da Embratel encontramos uma empresa totalmente comprometida com o projeto de integração nacional, investindo basicamente em novas tecnologias e introdução de serviços no País.

A partir de 1998, em função da Emenda Constitucional nº 8 e da Lei Geral das Telecomunicações, foi possível realizar o processo de privatização das empresas do Sistema Telebrás.

A Embratel continuou com uma trajetória de sucesso, com novas realizações e, nesse momento, passou a ter duas funções fundamentais nesse contexto: a primeira, ligada à universalização dos serviços, um compromisso contratual; e a segunda ligada ao processo de competição.

Todos os senhores sabem que a Embratel, desde sua origem, nunca teve uma rede local. É fato em todos os países do mundo que uma empresa que não tem o domínio de uma rede local tem grandes dificuldades para prestar seus serviços. E aí surge a Embratel como uma grande alternativa de competição.

Eu poderia parar por aqui porque, na realidade, esses dados mostram exatamente a dinâmica de uma empresa que vem evoluindo, trazendo sempre para a sociedade brasileira, para o mercado, novos serviços e novas soluções.

Vamos continuar apresentando alguns dados, mais próximos à Embratel de hoje. Em termos de rede de cobertura nacional, temos o maior e o mais completo sistema de satélites da América do Sul e a maior rede de Internet na América Latina, para fazer conexão com todos os provedores de serviços de Internet. Temos 29 mil quilômetros de rede de fibra ótica, com garantia de segurança não só para os serviços, mas principalmente para todos os clientes, com redundância de 98%.

Investimos em anéis metropolitanos de fibras óticas exatamente para atender às necessidades que tínhamos, às dificuldades que tínhamos – como ainda temos – de usar os recursos das empresas dominantes locais. Temos também uma vasta rede dominante de cabos submarinos ligando o Brasil a todos os continentes.

Sobre o cumprimento das nossas obrigações contratuais, a partir do final de 2001, num processo de antecipação de metas, instalamos mais de 1.200 terminais públicos em localidades bastante distantes. Exemplos práticos demonstram o que foi a nova jornada da Embratel para cumprir esse compromisso, que era contratual. E continuamos ampliando. As dificuldades de se implantarem sistemas de comunicação nessas localidades podem ser vistas nos quadros.

A Embratel desenvolveu toda uma nova logística para poder atingir, chegar; e não apenas para prestar serviços, mas para mantê-los no nível de padrão de qualidade da Embratel.

Em termos de serviços, a empresa atualmente conta com uma ampla gama. Prestamos serviços não só para o segmento residencial como para pequenas e médias empresas e para as grandes corporações, como o 21, uma marca reconhecida por todos. A Embratel sempre tem a construção do DDD, mas o 21 a fez aproximar-se dos seus clientes. Introduzimos cartões telefônicos, lançamos recentemente nossa Internet gratuita, que é o Clique 21, e, a partir de janeiro do ano passado, após cumprir todas as metas de universalização, entramos no serviço local e já somos um prestador de serviço local nas principais cidades.

Agora, com a aquisição da Vésper, também estamos ingressando no mercado residencial, o mais difícil, dada a necessidade de investimentos para acesso ao cliente final.

Comenta-se muito a participação da Embratel no mercado. Estamos apresentando esse dado, da região da Telemar, comparando-o com a participação da Embratel. Temos as concessionárias locais, no caso, a Telemar, e, depois, os outros quadros, relativos à Telefônica e também à Brasil Telecom.

V. Exªs podem observar que temos uma pequena discordância em alguns dados apresentados sobre a comunicação de dados. Observem também que, do ponto de vista da receita, exatamente onde não existe competição – estamos falando no serviço local, em que temos, todas as empresas, uma participação de menos de 2%; e as concessionárias locais têm 98% – temos os maiores valores de receita, da ordem de 17 bilhões/ano.

Nos outros serviços de longa distância, as receitas vão caindo; no internacional também, na faixa de um bilhão; dados, 4 bilhões. Da Internet não temos o valor da receita, porque não está disponível. Mas se observa que já existe um nível de competição na longa distância nacional e internacional, dados e Internet. E, na área local, não se observa competição ainda.

Passemos aos dois seguintes diretamente, por favor. As imagens são muito semelhantes.

Sobre a competição. Ela é o grande foco da Embratel a partir do processo de privatização. Observe-se, nesse quadro, a contribuição da empresa para a queda de preços. Os serviços que estão abaixo – DDD básico, DDD121, DDI básico, Ligue DDD1 21 e os dados corporativos – representam significativas quedas de preços no mercado. Enquanto nos serviços prestados pelas concessionárias locais – Brasil Telecom, Telemar e Telefonica –, os preços das assinaturas subiram nesse período. Há uma pequena redução só nos pulsos, mas, basicamente, a Embratel tem dado uma contribuição efetiva no benefício do usuário final. O processo de competição está fazendo com que aconteça a queda de preço.

Observem um detalhe importante. Com a entrada da Embratel já no serviço local, por meio da Vésper, lançamos um produto recente, sem assinatura e com tarifas inferiores, o que provocou certamente uma movimentação no mercado dos nossos concorrentes. É essa exatamente a estratégia que a Embratel vem desenvolvendo.

Outro aspecto importante a destacar é a questão relativa à defesa da concorrência. Temos inúmeros processos, mais de 20. Não vou me ater na análise dos órgãos de defesa da concorrência, já com manifestação favorável.

Como foi perguntado, temos hoje 12 mil empregados, divididos entre Embratel, Brasil Center, que é o nosso **call center**, Vésper e Star One. Temos aproximadamente 10 mil empregados trabalhando por meio de empresas contratadas. Temos dois prêmios a destacar: um pela revista **Exame** e o outro pelo **Valor Econômico**, que mostram que a Embratel é um excelente ambiente de trabalho.

Outros detalhes dizem respeito à nossa política de recursos humanos, várias iniciativas de retenção de pessoal. Outro aspecto importante é o equilíbrio nas relações sindicais. Temos nossos contratos e acordos celebrados em clima de plena harmonia com o sindicato. Temos também, por intermédio do nosso Instituto 21, uma efetiva participação social em vários setores.

Durante esse período – a partir da privatização, até 2004 –, tivemos um investimento de 10 bilhões em vários setores já comentados.

Nossa previsão para 2004 é que possamos investir algo da ordem de 700 a 900 milhões em vários setores. Basicamente, o objetivo é ampliar a participação da empresa no mercado residencial e em pequenas e médias empresas.

Para finalizar essa primeira parte, eu gostaria que V. Exªs tivessem uma visão clara de como são distribuídos esses recursos. Tivemos uma receita de 7 bilhões no ano de 2003, tivemos um lucro líquido de 224 milhões, que mostra uma recuperação efetiva da empresa.

Mas observem de onde exatamente vem a receita do nosso serviço. O mercado empresarial contribui com quase 60%, enquanto o mercado residencial com algo na faixa de 40%. Do ponto de vista de margem, temos uma participação no mercado empresarial de cerca de 85%, e no mercado residencial de 15%.

Concedo a palavra ao Dr. Oscar Petersen, que vai falar sobre o processo de controle da Embratel.

O SR. OSCAR PETERSEN – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Srªs e Srs. Senadores, vou apresentar alguns fatos que precederam a escolha do Grupo Telmex pela MCI.

Inicialmente, a transparência mostra a composição do grupo Embrapar no Brasil. De 100% de seu capital, apenas 19.3% pertencem ao grupo World Com. A MCI detém 51.8% das ações com direito a voto, ou seja, o controle da companhia. O restante, 80.7%, está dividido em ações ordinárias, 17.9%, e preferenciais, 62.8%. Do total, como V. Exªs podem ver, apenas 19.3% pertence à MCI.

O grupo da Embratel ainda é composto por BrasilCenter, que são as empresas de *call center*, provedor de acesso à Internet, Clique 21, Star One, a empresa provedora de capacidade satelital, e as empresas Véspers, que estão entrando agora no portfólio da Embratel para prestação de serviços locais residenciais.

No dia 12/11/2003, a MCI comunicou a sua intenção de alienar a sua participação societária na Embratel. No dia 15/01/2004, a Fittel entrou no Cade, na SDE, contra a intenção das três concessionárias locais de se unirem para adquirir a Embratel. Até a Comp, uma associação representativa de algumas empresas de telecomunicações do setor, ingressou posteriormente com uma representação similar no Cade, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, na SDE, Secretaria de Defesa Econômica e na Anatel.

No dia 29/01, a Anatel encaminha ofício à Embratel requerendo informações relacionadas à transferência de seu controle acionário. No dia 30/01/2004, em função das representações da Fittel e da TelComp, a SDE instaura procedimento administrativo para investigar as três concessionárias locais – são averiguações preliminares – por indício de adoção de condutas uniformes e divisão de mercado, dentre outras práticas anticoncorrenciais indicadas pelo acordo celebrado por essas três operadoras.

Foram destacados, na fundamentação do processo, dois principais artigos estabelecidos no acordo entre elas. O primeiro, que nenhuma das partes poderá adquirir, isoladamente, nem mesmo de forma indireta, ou em conjunto com terceiro, mesmo que de forma indireta, o controle acionário da Embratel; e o Item nº 8, que as partes e as pessoas jurídicas que venham a liderar o projeto discutirão sobre o destino a ser adotado nos negócios da Embratel, de longa distância, via satélite, dados, observando-se que essa pessoa jurídica, líder do projeto, deterá todas as ações ordinárias do veículo a ser utilizado para aquisição do controle acionário da Embratel, e as partes deterão exclusivamente ações preferenciais sem direito a voto.

Ainda no dia 30/01/2004, a SDE notifica a Embratel sobre a instauração do processo, incluindo-a também como empresa investigada, e a SDE alerta a Embratel para o fato de que a disponibilização de dados estratégicos para as três concessionárias locais pode ser considerada infração da ordem econômica, nos termos do art. 20, I, combinado com o art. 21, II, ambos da Lei nº 8.884.

No mesmo dia 30/01/2004, a fim de manter e preservar as suas informações estratégicas, a Embratel informa a Anatel de que ainda está definindo com a MCI as informações que serão disponibilizadas em **data rom**. Na mesma data, a Anatel, com base no art. 97 da Lei Geral, impede o início do processo de **due dilligence,** até que seja concedida autorização prévia.

No dia 5-2-04, a MCI e a Embratel comunicam à Anatel que o processo de **due diligence** teria dois **data ROMs** separados: um para as três concessionárias locais, onde seriam disponibilizados apenas informações públicas, e outro em que seriam disponibilizadas outras informações. E as listas com essas informações foram encaminhadas à Anatel para análise.

No dia 12 de fevereiro de 2004, a Anatel solicita o acordo mencionado entre a MCI e a Embratel que garante o fornecimento de apenas informações públicas das três concessionárias. No dia 13 de fevereiro, a Embratel e a MCI informam à Anatel que o consórcio formado pelas três concessionárias locais não teria acesso a qualquer **data ROM** e que o acordo mencionado entre ela e a MCI era um acordo verbal.

No dia 2 de março de 2004, a MCI informou à Anatel que permanecia no aguardo da autorização para início do processo de **due dilligence**, colocando-se à disposição para divulgar as informações necessárias.

No dia 4 de março de 2004, a Anatel autoriza o início do processo de **due dilligence**.

No dia 15 de março de 2004, a Embratel edita fato relevante comunicando a celebração do contrato entre MCI e Telmex para a transferência do controle da Embratel.

No dia 17 de março de 2004, sob análise da medida preventiva, ingressada pela TelComp, como mencionei anteriormente, o Cade se pronunciou sobre a matéria, concluindo:

Caso não se confirme a compra da Embratel pela empresa Telmex ou por qualquer outra que não as três empresas consorciadas, a presente decisão poderá ser revista pelo Cade. Todavia, tendo em vista os fortes indícios de infração à ordem econômica constantes desses autos, determino o encaminhamento de cópia

integral dos autos à SDE e à Anatel com a sugestão de abertura de um processo administrativo para apuração de prática infrativa aos arts. 20 e 21, incisos II e III, da Lei nº 8.884.

Por fim, determino também o envio de cópia integral dos autos ao Ministério Público Federal para que seja apurado eventual crime contra a ordem econômica.

Isso em função da união para a aquisição da Embratel.

A transparência tem por objetivo esclarecer algumas dúvidas com relação à questão satelital, que foi muito colocada, muito discutida na imprensa. Um ponto que é importante esclarecer é que, no processo de privatização do sistema Telebrás, a Embratel detinha os ativos dos satélites. Após a privatização, a Embratel criou uma empresa chamada Star One. A criação dessa empresa e a transferência de ativos da Embratel para a Star One ocorreu dentro de um processo absolutamente transparente, aprovado pela Anatel em todos os seus níveis.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Embora o tempo de V. Exª tenha se esgotado, vamos dar mais alguns minutos, porque é de muito interesse para nós esse assunto.

Então, V. Exª tem o seu tempo. Isso significa que, se outra parte precisar de dois ou três minutos, também cederemos.

Com a palavra.

O SR. OSCAR PETERSEN – Muito obrigado.

Portanto, houve um processo junto à Anatel de criação da Star One e de transferência de ativos da Embratel – ativos satelitais da Embratel, dentre outros, que são ativos que são bens reversíveis à União. Existe, inclusive, um termo de subrogação de direitos e transferência desses bens reversíveis para a Star One. Dentro do termo de outorga dos satélites, a Anatel tomou todas as medidas que, em meu entender, são necessárias para garantir ao Governo a segurança, o atendimento ao Exército, às Forças Armadas, e assim por diante. O termo de exploração é amplo, vasto, e permite, por meio do processo regulatório e fiscalizatório conduzido pela Anatel, o controle e gestão, e evita qualquer tipo de risco do ponto de vista de segurança nacional.

A Embratel, por fim, recentemente garantiu, através da Star One, que todas as facilidades para provimento da banda X para o próximo satélite a ser lançado, o C-1, em 2006, conterão os equipamentos necessários para a utilização da banda X. A banda X, na realidade, é uma freqüência designada pela UIT que os satélites que fazem comunicação militar utilizam.

Muito obrigado, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradecemos. Vamos passar a palavra agora ao Dr. Otávio Marques de Azevedo, representante da Telemar.

Com a palavra V. Sª.

O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO – Exmº Sr. Senador Ney Suassuna, Presidente desta Comissão, Exmºs Srs. Senadores, companheiro José Zunga, Presidente da Fittel, Dr. Paulo Lustosa, representante e Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Dr. Pedro Jaime, Presidente da Anatel, Dr. Cleveland Prates, representante do Cade, Drª Bárbara, representante da SDE, demais representantes das diversas empresas participantes desta audiência pública e caríssimos ouvintes e jornalistas da platéia, falo da Telemar com orgulho. Fui o primeiro presidente da Telemar, coordenei o grupo que comprou a Telemar em 1998. Naquela época, fomos acusados, tentaram tirar de nós o controle e colocar um operador estrangeiro na nossa companhia. Soubemos reagir e, mais do que tudo, soubemos agir posteriormente.

Tivemos imensas obrigações do Plano Geral de Metas de Universalização, demandas inacreditáveis de um Rio de Janeiro assolado por um serviço que ninguém suportava. Os serviços prestados no Pará, os serviços prestados em Pernambuco e os serviços prestados no Amazonas e em outros Estados da Federação deixavam muito a desejar. Essa tarefa levou a Telemar a investir R$35 bilhões nos últimos 6 anos, investimento equivalente ao feito pelos 16 Estados da nossa região nesse período. Significa o maior investimento privado feito em infra-estrutura nos últimos anos. Apenas o da Telemar.

Somos concessionários de 60% do território nacional e temos 15,5 milhões de linhas telefônicas fixas, o equivalente ao México. Temos 20 milhões de clientes no total, considerando nossa empresa mais jovem, a Oi, que tem apenas 19 meses de vida – nesse período, já chegamos a 4,5 milhões de assinantes e sabemos muito bem o que é competir num mercado em que existe competição.

Sabemos também competir muito bem no mercado de dados e no mercado de longa distância. Há 19 ou 20 meses a Anatel nos autorizou a participar do mercado nacional de longa distância. Começamos a participar por meio de uma política de conhecimento desse mercado e conseguimos alcançar metas bastante audaciosas.

Hoje, qualquer Senador, qualquer pessoa presente aqui pode ligar 031 de seu telefone celular, que a ligação é completada, de qualquer parte do Brasil para qualquer parte do Brasil, e também dos telefones residenciais.

Estamos honrados de estar aqui como concessionários para ajudar a dar informações aos Senadores. Seria importante dizer que, como agente econômico, fomos o maior gerador de empregos no Brasil, considerando todas as empresas nos últimos três anos. Geramos 34 mil novos empregos nestes últimos três anos, sendo a maioria deles primeiro, novo emprego.

Sabemos muito bem o que é o Brasil, somos brasileiros e sabemos muito bem como são as demandas dos rincões, as demandas que vêm do Nordeste e do Norte, assim como as demandas das periferias das grandes cidades, como o Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belo Horizonte. Conhecemos bem o Brasil e, como brasileiros, ficamos indignados com esse processo em que, de uma maneira realmente muito estranha, fomos convidados, pois a única frase em negrito que está posta no original da carta-convite que recebeu a Telemar para participar do processo de venda, há pouco descrito pelo nosso companheiro da Embratel, é a que diz que nós, como convidados, não poderíamos contatar administradores da MCI e nem da Embratel. Isso ficou terminantemente proibido.

Dessa forma, efetivamente tivemos bastante cuidado ao longo desse tempo. Gostaríamos de já ter convidado a Telos e os funcionários para participarem da nossa proposta dentro do nosso grupo, mas não podíamos fazê-lo, porque estávamos impedidos de fazer qualquer tipo de contato com funcionários e administradores das companhias.

Essa indignação vem pelo fato de que, se fui convidado por um processo de venda... E, no nosso entendimento, essa empresa que está a venda é grandiosa, é importante para o Brasil, sem a menor dúvida. Os dados apresentados pela Embratel mostram como realmente a Embratel é importante para o Brasil e merece ser preservada. E a Embratel não merece ser administrada como nos últimos seis anos; se ela tivesse sido bem administrada, provavelmente não estaria à venda. E foi exatamente por termos sido convidados que nos interessamos.

Sabendo que o marco regulatório brasileiro é rígido, é extremamente sério e foi construído de uma maneira que não é possível desrespeitá-lo impunemente, nós nos preocupamos, ao analisar este convite, se realmente é possível participar desse processo dentro do marco regulatório, respeitando-o integralmente. E, quando falamos de marco regulatório, não estou falando apenas de estrutura societária para a Anatel; falo de estrutura societária para a Anatel, de estrutura competitiva, de respeito às leis que regem a competição no Brasil.

E por que a indignação? Analisamos convites de três grupos empresariais que nos procuraram para fazer uma proposta. Analisamos os três grupos – que são reais, que existem – e optamos realmente pelo grupo da Geodex, por um motivo: esse grupo recentemente sofreu um processo de profunda investigação da Anatel por meio de um PADO de concentração econômica, que foi finalizado e encaminhado para o Cade, com aprovação, dita inclusive no próprio documento, após uma exaustiva análise dos aspectos regulatórios e societários.

Desse modo, fizemos essa diligência – assim como a Brasil Telecom disse que fez também – e fomos cautelosos e cuidadosos. Analisamos as outras duas oportunidades e achamos melhor caminhar com a Geodex sim. E caminhamos com a Geodex com toda cautela, porque não nos interessava denegrir a imagem da Embratel. Esta sim poderia ser a grande acusação contra nós: a de que estaríamos deteriorando a Embratel para enfraquecê-la. E isso não admitimos, refutamos e condenamos, porque não temos nenhum interesse em simplesmente enfraquecer uma empresa concorrente, uma empresa da importância da Embratel. Reconhecemos a importância que essa empresa tem para o Brasil e para os cidadãos brasileiros.

Dessa forma, o processo passou de 12 de dezembro, quando nessa correspondência nos foi pedido para apresentar (a correspondência é de 21 de novembro), em 12 de dezembro, uma proposta indicativa de preços. Então, nessa data, nós e a Geodex apresentamos essa proposta indicativa. Após essa data, começamos a ser objeto de ataques absolutamente desproporcionais, absolutamente desmedidos, por parte de pessoas, de funcionários da Embratel, especialmente seus administradores não brasileiros, os neocubanos e alguns mexicanos, que publicamente, no Senado, dentro da Câmara dos Deputados, procuraram vários Parlamentares, foram a associações e à imprensa, criaram seminários e um ambiente para denegrir a imagem das empresas brasileiras hoje aqui estabelecidas. E essas empresas provaram, pelo volume de investimentos realizados, que são sérias. Elas respeitam o povo brasileiro e as regras e não têm absolutamente nenhuma intenção de, gratuitamente, deteriorar um concorrente ou de descumprir o marco regulatório.

A minha fala é de indignação, porque isso se passou de maneira absolutamente normal pela imprensa, de uma maneira absolutamente normal pelos seminários e congressos. Amanhã mesmo, haverá um congresso aqui. Poderemos amanhã assistir a um seminário promovido por uma associação ligada a juristas, e será mais um festival de agressões.

Assim, foram criadas falsas – digo e repito – denúncias, que estão ocupando os nossos órgãos de competição, que estão ocupando a nossa Anatel. Estão tentando nos desestabilizar, pura e simplesmente, por meio de falsas denúncias.

Comprovo o que estou falando por meio deste documento, que é público, que se tornou público na Corte de Falências, na qual está sendo tratado o caso da MCI. O que estou dizendo em relação a denúncias falsas e a ataques desproporcionais e desmedidos é que, se fui convidado a apresentar uma proposta, não poderiam vir por parte dos administradores da empresa que está sendo vendida ataques, criando a impossibilidade da minha participação no pleito. É algo inacreditável.

E isso foi o que eles conseguiram fazer, instruindo, de uma maneira equivocada, errada, muito superficial e maldosa, a diretoria e os executivos da MCI, que foram influenciados por essa postura extremamente agressiva. No documento que encaminharam à Corte, recomendaram a proposta do nosso concorrente, que respeitamos muito. É dito, na única justificativa regulatória que tem sido repetida pelos executivos – especialmente aqueles não-brasileiros da Embratel –, que nós não temos viabilidade regulatória. Que eu saiba, não foi iniciado o processo, não foi dada entrada no processo. A Anatel não teve sequer a oportunidade, por não conhecer o processo, de se manifestar sobre o mesmo. Dessa forma, apenas por indicativos... Isso é muito leviano, isso é o que foi criado, lamentavelmente carregando de papéis desprovidos de realidade o ASDE e o nosso Cade, que também muito respeitamos.

O que consta neste documento – a verdade está aqui para quem quiser ver – é que o fato de a Anatel ter interrompido o acesso às informações da Embratel deveu-se à possibilidade de as concessionárias terem acesso a informações estratégicas da Embratel. A própria Anatel, em comunicados públicos, por duas vezes, em 5 de fevereiro e em 15 de março, disse que não estava analisando nenhum processo vinculado a potenciais compradores da Embratel e que estava, pura e simplesmente, ordenando o processo de fornecimento de informações para o mercado. Isso era o que estava sendo feito.

Se isso realmente foi, gostaria de ter esta informação, formalmente pela Anatel ou de alguma maneira, informação no sentido de que estávamos proibidos de participar, proibidos de ter acesso a informações, proibidos de participar e com certeza vetados ou com impossibilidade regulatória.

Termino a minha fala simplesmente dizendo que o compromisso que fizemos é um compromisso de dois anos de garantia de emprego para os funcionários da Embratel; é um compromisso de participação dos empregados no capital da Embratel; é um compromisso de respeitar os minoritários, porque a nossa proposta é US$190 milhões maior do que a do nosso concorrente, o que dá, pelo **tag along**, US$152 milhões a mais para os acionistas investidores brasileiros na Embratel.

E a nossa proposta de **golden share**, que, depois que divulgamos foi acatada por todos, essa tem realmente o significado de garantir não apenas o fornecimento, mas também o direito de participar nas decisões estratégicas vinculadas à segurança nacional, fronteiras e outros assuntos de segurança nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra o Presidente da Anatel, Dr. Pedro Jaime.

O SR. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Exmº Sr. Senador Ney Suassuna, Exmº Sr. Paulo Lustosa, senhores representantes das empresas: Cleveland, do CADE; Bárbara, representante da SDE; Srªs e Srs. Senadores; Zunga; senhoras e senhores, eu não poderia começar minha fala sem lembrar que para mim é um prazer e uma honra estar novamente nesta Casa, onde há três meses fui argüido por V. Exªs para a minha indicação para o Conselho da Anatel.

Quero aqui reafirmar aqueles dois pontos que toquei de compromissos nossos no Conselho da Anatel. Os dois principais compromissos são o fortalecimento da Agência como órgão regulador e a manutenção da estabilidade regulatória. Esses pontos têm guiado todas as nossas decisões, todas as nossas discussões com os Conselheiros e com os superintendentes na Agência.

Face a isso, tomamos alguns cuidados para garantir a estabilidade regulatória sob o ponto de vista da LGT.

Vou fazer uma síntese do que aconteceu e quais foram os atos da Anatel nesse evento da venda da Embratel.

Em dezembro de 2003, a mídia impressa brasileira falou sobre a formação do consórcio da Embratel; das empresas Telemar Brasil, Telecom e Telefônica para a compra do controle societário da Embratel. As notícias foram avolumando-se e, em 29/01/2004, encaminhamos, por intermédio da nossa Superintendência de Serviços Públicos, à Embratel, uma solicitação para, num prazo de 24 horas, esclarecer o seguinte: Quais empresas ou grupos econômicos teriam manifestado interesse na aquisição do controle societário da Embratel? Quais informações seriam apresentadas aos supostos interessados na aquisição do seu controle? Qual a data prevista para abertura do **data room** ao interessados?

A Embratel deu a resposta no prazo e informou que, visando preservar informações estratégicas da companhia, ainda estaria definindo, junto com a MCI e sua controladora, as informações que seriam disponibilizadas no **data room**. Acrescentou ainda que só iniciaria o processo de diligência quando a Embratel tivesse garantias necessárias para proteção dos seus interesses corporativos e discutisse com a Anatel a relação das informações que seriam disponibilizadas aos supostos interessados.

Em 30 de janeiro, um novo ofício da nossa superintendência, encaminhado à Embratel, determinou que não fosse iniciado o processo de **duo diligence**, visando à alienação do controle societário sem a prévia anuência da Anatel.

Ressalto que o texto básico indicou que não iniciassem sem a prévia anuência da Anatel.

A Embratel informou que o processo contaria duas relações distintas de informações, dadas em 30 de janeiro. E só seriam disponibilizados aos interessados duas coisas: a primeira, seria disponibilizado ao consórcio uma das concessionárias que só tem acesso a informações públicas; a segunda, às demais empresas.

No dia 12 de fevereiro, doze dias depois, novo ofício da SPB esclarece o seguinte: "Solicitamos maiores esclarecimentos dos documentos apresentados pela Anatel", – ela apresentou alguns documentos – "e dizemos que a autorização para o início do processo de **duo diligence** somente poderia ser analisada quando as informações fossem apresentadas à agência e o formato definitivo do processo fosse devidamente acertado entre a Embratel e o seu controlador".

A Embratel encaminhou, em resposta, a lista completa dos dados referentes. Essa é uma análise e uma discussão interna da Anatel. Encaminhamos novo ofício, por meio da SPB, informando que não haviam sido entregues as devidas traduções para a língua portuguesa dos documentos apresentados em língua inglesa. Então, eles as apresentaram e, no dia 4 de março, encaminhamos ofício à Embratel comunicando que, a partir da análise dos dados dos documentos apresentados, não havia impedimentos à continuação do processo do **duo diligence** e que o nível das informações apresentadas ou o acesso a informações estratégicas por parte dos competidores, seus coligados e controladores é de inteira responsabilidade da concessionária, a Embratel, não podendo caracterizar prejuízo à competição ou à execução do contrato de concessão. Durante todo esse processo, a Anatel se pautou exclusivamente na defesa da competição e da garantia da concessão. Isso foi feito durante todo esse processo.

Tivemos oportunidade, falando com jornalistas, de dizer que, quanto a esse caso, a Anatel não pode achar nada. Ela não tem que achar. Muitas vezes me perguntaram: "O que o senhor acha disso? O que o senhor acha daquilo?" Nós não achamos nada. A Anatel não acha. "O senhor prefere isso ou aquilo?" A Anatel também não prefere. A Anatel, pura e simplesmente, em relação a um fato real que deve acontecer em alguns dias, relativo à negociação que está sendo feita pelo mercado nos Estados Unidos e que terá repercussão no Brasil com a venda do controle acionário de uma empresa, deverá se posicionar quanto ao dados que nos forem apresentados. Não temos nenhum comentário a fazer sobre hipóteses. Trabalhamos com fatos, e a Anatel decidirá exclusivamente com relação aos fatos. Só isso e mais nada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao representante do Cade, Dr. Cleveland.

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Exmºs Srs. Senadores, senhores representantes das empresas aqui presentes, Sr. Presidente da Anatel, Drª Bárbara Rosenberg, senhoras e senhores, acredito que tenho muito pouco a acrescentar diante de tudo o que foi dito por algumas razões muito simples. A primeira é que, como Conselheiro de um órgão judicante do Cade, não posso me manifestar **a priori** sobre o julgamento, sobre o mérito de nenhuma operação. Tenho de me manter em silêncio com relação a qualquer definição que o Cade possa dar sobre o mérito no final da operação. Mas alguns pontos eu posso tentar esclarecer, particularmente no que diz respeito à função do órgão e também à decisão recente do Cade em termos de um pedido feito em uma medida cautelar.

Com relação à função do Cade, há que se entender que o Cade não é um órgão regulador. Ele não edita normas ou regulamento. Isso é muito bom, e é muito importante que fique claro, para que não se confunda a função do órgão regulador Anatel com a do Cade. O Cade não pode determinar **a priori** normas de conduta de empresas no mercado.

A segunda questão é que o Cade não é também um órgão de investigação. Cabe à SDE e à Anatel investigarem condutas anticompetitivas no mercado. Ao Cade cabe exclusivamente julgar os casos que são apresentados com base nos fatos que são apresentados.

Seria fundamental entender qual foi a participação até o momento do Cade nessa operação e na possibilidade da operação de compra pelas três fixas da Embratel. Foi apresentado, como os senhores puderam observar, um pedido de medida cautelar ao Cade em que se propunha que as três fixas não pudessem ter acesso a determinadas informações estratégicas, porque poderia tornar irreversível a situação anterior de mercado, vigente antes da operação. Foi exatamente com base numa análise detalhada das condições de mercado e do risco potencial da aquisição de informações que o Cade tomou a sua decisão.

Basicamente um pedido de medida cautelar, como me ensinaram os advogados, tem de conter dois sub-

sídios básicos: o chamado **fumus boni juris**, a fumaça do bom Direito, e o **periculum in mora**, a demora numa decisão. A idéia de uma cautelar é tentar evitar que haja alterações irreversíveis no mercado.

O que foi considerado pelo Cade? O Cade entendeu que, em face dos dados apresentados e de todo o histórico, que não é segredo para ninguém, estaria presente o primeiro indício, que seria a fumaça do bom Direito, que estaria representado pela alta concentração em alguns mercados que existiriam de fato, dadas as informações que tínhamos.

Com relação ao perigo da demora, ou seja, ao perigo de se demorar para tomar uma decisão, sendo, portanto, necessário estancar esse processo antes da decisão final, o Cade entendeu que, em face das medidas tomadas pela própria SDE e pela própria Anatel com relação às informações estratégicas e, mais do que isso, em face das notícias veiculadas que se confirmaram referentes à compra da Embratel pela Telmex, não haveria razão para se considerar que haveria um risco irreversível à concorrência em não se adotar a medida cautelar.

Portanto, o Cade entendeu que, apesar de existir a fumaça do bom Direito, o ato da concentração, não havia o risco da demora. Portanto, o Cade não concedeu a medida cautelar.

Em que pese não ter concedido a medida cautelar, com os dados apresentados, o Cade entendeu, por meio de decisão do seu Conselheiro Relator, referendada pelo Plenário, que haveria indícios – gostaria de reforçar a palavra "indícios" –, não provas contundentes, de que poderia haver uma coordenação entre as empresas. Nada mais caberia ao Cade que sugerir à Anatel e à SDE uma investigação. Não houve nenhum julgamento **a priori**. Foi feita apenas uma sugestão para que houvesse investigação mais detalhada sobre esses fatos.

O que teria de mais importante, Srªs e Srs. Senadores, para dizer neste momento seria basicamente isso. Reforço que não tenho como antecipar mérito de decisões, mas, no que eu puder auxiliar e no que o Cade puder auxiliar, inclusive com informações adicionais, colocamo-nos à inteira disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado.

Concedo a palavra à Drª Bárbara Rosenberg, do SDE.

A SRA. BÁRBARA ROSENBERG – Exmº Sr. Presidente da Mesa, Senador Ney Suassuana, Srªs e Srs. Senadores, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, a SDE foi convidada para prestar esclarecimentos com relação ao envolvimento eventual que teria nesse processo de venda da Embratel.

Da mesma forma como apresentado pelas duas autoridades que me antecederam, os representantes da Anatel e do Cade, a SDE tem tido um envolvimento relativamente ainda marginal com relação ao processo de compra. Mas, especificamente, seria importante esclarecer que, no que tange à compra, ao processo de aprovação da compra, do ponto de vista concorrencial, a SDE talvez sequer se manifeste sobre ele, porque a interpretação da Lei Geral de Telecomunicações tem feito com que os processos de compra de empresas do setor de telecomunicações sejam apresentados à Anatel, que faz a instrução e o encaminha ao Cade. Então, salvo se a SDE for provocada pelo Cade para se manifestar no processo de compra, com relação a esse processo especificamente, a SDE possivelmente sequer se manifeste.

Isso não significa, porém, que a SDE não tenha participado de alguma maneira desse processo e que não tenhamos acompanhado desde o início as informações que têm sido veiculadas, em virtude de a SDE ter sido provocada já em meados de janeiro com relação a uma suposta alegação de formação de cartel pelas empresas fixas, pelas concessionárias fixas, de que elas estão formando um cartel no momento em que fazem uma oferta de compra da Embratel em conjunto.

Foi uma representação trazida à SDE pela Fittel, que é a Federação Interestadual dos Trabalhadores das Comunicações. E, como todas as representações trazidas à SDE e que têm indícios de infração da ordem econômica devem ser investigadas, foi exatamente isso que fizemos desde o início na SDE. De imediato, abrimos um procedimento administrativo, que é a prática que tem que ser adotada; instauramos, em seguida, uma averiguação preliminar, incluindo a Embratel como averiguada, para podermos, efetivamente, procurar no mercado todas as informações necessárias para instrução dessa averiguação preliminar, porque, mais uma vez, como foi muito bem colocado pelo Conselheiro Cleveland, o que temos são indícios de infração, são informações que temos que investigar. Para isso, é fundamental que todas as partes direta ou indiretamente envolvidas no processo sejam averiguadas e que tenhamos os dados necessários para poder prosseguir com essa investigação. Esse processo não se refere à possibilidade ou não de compra da Embratel, até porque, mais uma vez, não é isso que está sendo objeto da investigação, mas a suposta formação de cartel pelas empresas no momento de apresentar a oferta.

Não vou me estender com relação ao processo que foi seguido pela própria SDE – isso já foi extensamente apresentado pelo representante da Embratel e, em seguida, pelo Dr. Pedro Jaime –, mas, basicamente, a preocupação da SDE foi ter cuidado para que nada

fosse feito de forma a inibir a concorrência que existia naquele momento, que não fosse dado acesso a informações de forma que, independentemente do que ocorresse depois, independentemente da aprovação da Anatel e do Cade, do ponto de vista concorrencial e do ponto de vista regulatório, não se falseasse o processo, em virtude de acesso a informações. Para isso, a Embratel foi notificada, prestou as informações necessárias, comprometeu-se com a SDE, à época, a não dar nenhum tipo de informação sem ter autorização, ou sem que se definissem o que eram informações estratégicas ou não da Embratel.

Em seguida, as empresas concessionárias também trouxeram informações aos autos. Esse processo está em curso. Mais do que isso, é uma averiguação preliminar, que é pública, à qual todos podem ter acesso, salvo aos documentos confidenciais que fazem parte desse processo, mas ao processo como um todo e à linha de investigação. Temos todo o interesse de dar transparência ao processo na SDE, de vir prestar novas informações que eventualmente se façam necessárias, ainda que, com relação especificamente à compra e venda, seja relativamente marginal a atuação da Secretaria.

Era basicamente isso que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Louvo a participação das mulheres, que estão muito coordenadas. Parabéns! Muito obrigado.

Com a palavra, o nosso Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Paulo Tarso Lustosa da Costa.

O SR. PAULO TARSO LUSTOSA DA COSTA – Senador Ney Suassuna, Srs. Senadores, amigos pessoais de longa data, Senadores Jorge Bornhausen, Efraim Morais, Heráclito Fortes, João Ribeiro, senhores membros da Mesa, meu caro amigo Pedro Jaime Ziller, senhores participantes desta audiência, senhoras e senhores jornalistas, amigos, agradeço o convite para participar e ter o privilégio de estar aqui nesta Casa, não só pela lhaneza do trato dos Srs. Senadores, estes companheiros meus na Câmara, bem como pela forma tão distinta com que o Senador Ney Suassuna procura adoçar estas reuniões do seu próprio bolso, com seu próprio estipêndio.

Eu queria fazer três observações preliminares: primeiro, no meu caso específico, estou há dois meses na Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações; durante dez anos na Casa, no Congresso, tornei-me um especialista em generalidades e, eventualmente, um economista bissexto.

Na verdade, até respeito muitas das ponderações feitas, mas penso que alguns dos argumentos, **ad hominem** muito próprios da lógica formal dos pareceristas, são argumentos válidos para animar um debate. Mas temos trabalhado um princípio da *common law*: o que está na lei – e o Pedro Jaime foi muito preciso – e na competência dos órgãos controladores é o que deve ser levado em consideração e preservado.

A política do Presidente Lula em relação às comunicações, numa visão **lato sensu,** apóia-se em alguns pilares: primeiro, numa busca efetiva da universalização de serviços; numa intransigente defesa da competição; no respeito a um marco regulatório estável e não engessado; na democratização do uso de uma grande infra-estrutura de rede, através da efetiva implementação da desagregação das redes de telecomunicações, e vamos ter a oportunidades de vê-las testadas e a participação e a colaboração efetiva das empresas que operam a telefonia fixa quando implantar um grande programa, que é o serviço de comunicação digital, que permitirá essa grande inclusão; no respeito efetivo ao consumidor, ao usuário. Lamento que uma representante da defesa do consumidor não esteja aqui para também dar a sua opinião.

Esses pilares conduzem àqueles que são os objetivos básicos da política de comunicações **lato sensu** do Governo, que envolve a inclusão digital, a inclusão postal, que tem um papel crucial no exercício da cidadania, e inclusão até da radiodifusão. Esses três elementos permitem a geração da inclusão social. O que se ganha com a inclusão digital e a inclusão postal tem uma dimensão enorme na transformação econômica do País, principalmente porque as telecomunicações, que hoje representam, permeiam todos os processos produtivos, estabelecem, dentro de uma matriz, em relação a um produto da economia, as chances de ganhos monumentais a curto prazo; permitem um *upgrade* em termos de pequenos negócios da integração, da comunicação, da cultura etc.

Dentro dessas observações, sem querer me alongar nos comentários em relação ao que pensa o Ministro das Comunicações, Eunício de Oliveira, que represento, o que se espera em todo esse processo, primeiro – até fazendo minhas as palavras do Pedro Jaime –, é que temos que ter uma situação de fato, a concretização de um evento para, a partir daí, haver manifestação de quem de direito no que diz respeito a aspectos regulatórios, à defesa da concorrência, à defesa via CVM dos direitos dos acionistas minoritários, à defesa do consumidor.

Concretizado o negócio, que é uma coisa que não nos cabe – não nos interessa, do ponto de vista do Brasil, a posição da Corte de Falência dos Estados Unidos; é uma decisão que vai interessar às duas partes que estão em negociação; o que interessa a nós são as definições dos nossos órgãos de regulação, de fiscalização e de controle da concorrência e de defesa dos acionistas.

Portanto, concluo, dizendo que a preocupação nossa é que sejam preservados em todas essas transações os princípios da transparência, da concorrência, no seu aspecto mais aprofundado de garantia da universalização dos serviços, da inclusão digital, inclusive dentro desta visão mais ampla, de que se garantam os graus de liberdade à política de comunicação do Governo, que ela não seja restringida por uma série de características de operações ou de montagens de negócios que possam diminuir os graus de liberdade das políticas de governo.

E, como último aspecto, foi mencionado aqui, inclusive, a questão da segurança nacional. Hoje em dia – só para concluir, Sr. Presidente – um dos projetos que temos, financiado pelo Funtel, são os estudos relacionados ao satélite geoestacionário brasileiro, que é uma das questões que nos vinha preocupando bastante por não termos graus de liberdade para a área de serviços de informações militares, para a área de navegação aérea, avaliação de pluviometria e uma série de outros elementos fundamentais à segurança nacional.

Esperamos que desses debates tenhamos algumas informações adicionais para que o Ministério possa depois se posicionar diante de fatos objetivos, concretos, diretos. A partir do posicionamento da Anatel, do Cade, se necessário da STE, da CVM, dos órgãos de defesa do consumidor, o Ministério se manifestará em função dos interesses objetivos das políticas públicas de telecomunicações.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Secretário-executivo.

Senhores, esta reunião é oriunda de um requerimento feito pela Fittel. Foi a Fittel que veio a esta Comissão e também ao Cade e à SDE. Foi exatamente o seu presidente, José Zunga Alves de Lima que nos solicitou a audiência pública. Isso veio ao encontro da nossa preocupação, porque ninguém conseguia entender todo esse emaranhado, que se passa em dois palcos diversos: aqui no Brasil e também nos Estados Unidos.

É claro que, logo depois de o Sr. José Zunga falar, teremos o questionamento dos Srs. Senadores.

Como a nossa instalação é menor do que precisamos, quero ceder meu lugar para que o Sr. José Zunga faça sua oração.

O SR. JOSÉ ZUNGA ALVES DE LIMA – Sr. Senador Ney Suassuna em nome da Federação aqui representada por sua executiva, nos sentimos honrados pela oportunidade que nos é permitida, para falar sobre a transação de venda da Embratel.

Confesso, nobre Senador, demais Senadores presentes, membros da Mesa, que após ouvir a apresentação dos representantes de todas a empresas envolvidas, da própria Embratel, da Telmex, das três grandes operadoras no Brasil – Brasil Telecom, Telemar e Telefônica – e tendo agora que falar em nome dos trabalhadores, sou obrigado a fazer o seguinte comentário: nossa situação é igual ao ditado – não importa a cor do gato, o importante é que ele cace o rato. Nesse cenário eu quero abordar a manifestação dos trabalhadores.

Estamos falando de uma empresa que hoje possui aproximadamente quinze mil trabalhadores, entre empregos diretos e indiretos, seu maior e melhor patrimônio. O patrimônio da Embratel com certeza não são as suas antenas parabólicas e sim a capacidade técnica, o compromisso e o profissionalismo de seus trabalhadores.

Sobre esse tema da defesa dos trabalhadores, muito antes do anúncio da venda da Embratel, ainda no processo em que se discutia nesta Casa, no Congresso Nacional, a quebra do monopólio estatal de telecomunicações, a Fittel, da mesma maneira destemida, corajosa, polêmica, irreverente, dizia para a população brasileira que era necessário evitar o processo de privatização.

Pois bem, fomos derrotados nesse tema. A privatização hoje é uma realidade. No que se refere à Embratel, estou mais do que convencido hoje de que, se pudéssemos retornar a 1998, deveríamos preservá-la como empresa ainda pública e estatal. Hoje percebo que a Embratel estaria hoje servindo muito bem ao Estado e ao povo brasileiro como estatal.

Mas essa é uma página virada da nossa história. Fomos derrotados nesse debate. Entendemos que precisamos, volta e meia, relembrar esse assunto para mostrar que de repente os elementos que compuseram o processo de privatização não foram exatamente aqueles que hoje vemos na gestão das empresas privadas.

Ao abordar esse tema, observamos que, de 1998 para cá, os nossos sindicatos, a nossa Federação passou por um momento extremamente difícil, quando assistimos ao desmonte de empresas no que diz respeito à oferta de emprego direto. Hoje, assistimos à planta de serviços, de instalação, manutenção e reparo de linhas telefônicas no Brasil sendo executada, em 100%, por empresas terceirizadas. Quando percebemos que a MCI, no final do ano passado, colocaria a Embratel à venda, a inquietação passou a tomar conta dos trabalhadores da Embratel, o que motivou, ao acionarmos os órgãos competentes, o estudo e o aprofundamento da análise desse tema.

Não queremos aqui decidir se esse ou aquele será o melhor comprador. Queremos, sim, discutir sobre qual será o modelo operacional de uma empresa, construída com o suor e o sangue dos trabalhadores brasileiros, que poderá continuar servindo à popula-

ção, mesmo estando hoje a empresa sob o controle de empresas privadas.

Ora, a desnacionalização dessa empresa já ocorreu em 1998, mas não é esse o tema que queremos abordar. Não temos aqui preferência entre um comprador mexicano, um consórcio de três empresas brasileiras ou até mesmo o que se desenhava no cenário muito antes de 12 de março: um consórcio capitaneado pela Telos, que é o Fundo de Pensão dos Trabalhadores da Embratel, mesmo que esse consórcio pudesse ou não lograr êxito no seu intento de compra da Embratel.

Esse assunto precisa ser aprofundado efetivamente nesta Casa. Foi com essa intenção que trouxemos o tema ao Senador Ney Suassuna, que tem se mostrado extremamente aberto e democrático, permitindo que nós, trabalhadores, pudéssemos pautar essa discussão dentro do Senado Federal.

Na verdade, para nós seria ideal se esse tema tivesse sido abordado em audiência pública ainda no final do ano passado, no momento em que a MCI anunciava a sua venda. Pois bem, não ocorreu dessa forma. Estamos agora com um cenário possivelmente já definido, em que as partes tentam estabelecer a capacidade ou não de comprar essa empresa ou até mesmo se será revertida ou não essa decisão pela Corte americana.

Mas, enquanto esse debate se estabelece no cenário internacional, nós aqui – como falei, são quinze mil trabalhadores – precisamos efetivamente ter uma resposta. Assim, solicitamos a parceria e o efetivo empenho dos Senadores e Senadoras desta Casa para defender os empregos dos trabalhadores da Embratel e também a possibilidade de que a empresa efetivamente possa continuar recebendo investimentos, a fim de que novos empregos sejam gerados, empregos esses que, com certeza, irão permitir maior capacidade de competição, como bem disseram o consórcio das três empresas brasileiras e os representantes da Telmex.

A oferta de emprego e a capacidade da empresa de efetivamente promover a competição no País é uma preocupação nossa, trabalhadores, que representamos o segmento de usuários e consumidores.

A garantia do emprego precisa ser muito bem abordada, não somente garantia por um tempo, aquela que é passível de indenização. Nesse caso, os trabalhadores acabarão sendo demitidos, recebendo indenizações de períodos.

Queremos uma perspectiva de investimento em que os empregos sejam duradouros, em que a efetiva capacidade de investimentos na empresa possa apresentar resultados para a sociedade, que é usuária do serviço de telecomunicações.

A capacidade competitiva deve ser mais do que nunca observada pela Anatel e pelos órgãos responsáveis, o Cade e o SDE, como um instrumento necessário para que o processo do marco regulatório seja respeitado neste País.

A ampliação do quadro funcional é e deve ser uma meta não só da Embratel, mas também da Brasil Telecom, da Telemar, da Telefónica, da Telmex através da Claro, e todas as empresas que queiram investir e ocupar o mercado brasileiro.

Acredito que qualquer regra que esteja sendo discutida no Brasil não vai alterar o ânimo dos investidores, porque o que torna o Brasil interessante é o seu mercado e a capacidade internacional de representação desse mercado.

É preciso também que o perfil operacional e gerencial dessas empresas esteja cada vez mais próximo da população de baixa renda; que esses usuários não sejam tratados apenas como um dos processos a serem atendidos por determinação da Lei Geral das Telecomunicações. É preciso que sejam colocados como prioridade o atendimento, a interligação e a aproximação dos serviços de telecomunicações de qualidade para todos os cidadãos brasileiros, independentemente de onde eles estejam e da capacidade ou poder aquisitivo.

E há ainda uma preocupação muito grande: qualquer processo de transação envolvendo a Embratel não pode, em momento nenhum, pautar ou permitir que a extinção dessa empresa seja colocada na pauta de discussão, seja pelos potenciais compradores que aqui se apresentam, seja por gestões futuras que possam advir de mudança de plano operacional da empresa.

Acreditamos que, sendo feito esse debate, sendo aprofundado esse tema pelo Senado Federal, nós, os trabalhadores, e a sociedade brasileira podemos ter a clareza do que exatamente está ocorrendo.

É impossível continuar assistindo a uma briga pelos meios de comunicação, principalmente pelos encartes econômicos. No que diz respeito à briga de grandes operadoras, que ela não traga para a população brasileira o detalhe dessa operação.

Antes dessa audiência pública, assistimos rigorosamente à posição de lados disputando o controle da empresa. A partir dessa data, precisamos trazer efetivamente a sociedade brasileira para discutir. Não nos referimos à sociedade de alto poder aquisitivo, os chamados clientes corporativos, mas à sociedade no que diz respeito a todo cidadão brasileiro, que deve entender para onde e como caminha a gestão das empresas. Que o poder regulatório, por meio da Anatel, seja efetivamente exercido e, mais do que nunca, que o Senado Federal possa dar a sua contribuição

para que os trabalhadores brasileiros tenham os seus empregos preservados, sendo a competição um instrumento de uso por todos nós.

Muito obrigado, Senador Suassuna. Colocamo-nos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Fui o Senador subscritor do requerimento da Fittel. Por isso, sou o primeiro a questionar. Peço ao Senador Luiz Otávio que assuma a Presidência para que eu possa fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Assumo interinamente a Presidência da Comissão de Fiscalização e Controle, que tem como titular o Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, autor do requerimento da reunião.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, as perguntas poderiam ser feitas todas, para, depois, cada um responder ao questionamento.

No início, ficou patente que – esta pergunta é para a Embratel – havia interesse da própria Telos e da diretoria de ficar com a empresa. A minha primeira pergunta é: não havia um conflito? Esse conflito que está ocorrendo agora não se transferiu para os interesses de acionistas e da diretoria? Podia haver uma simbiose entre a própria diretoria e a Telos para comprarem a empresa e não haveria um prejuízo para os acionistas?

Segunda pergunta para a Embratel – vou fazer duas para cada representante de empresa –: notícias da imprensa mostram que na auditoria da Caixa Econômica existia um acordo entre Embratel e GTech em que havia cláusulas de restrição de concorrência. Esse acordo continuou? Esse não é bem assunto desta reunião, mas o foi da reunião que tratou da Caixa Econômica, quando o tema ficou no ar. Estou aproveitando a presença dos representantes das empresas para esclarecer a questão, se puderem, apesar de o assunto não se relacionar com esta reunião, mas com a anterior. Vamos ter, com toda certeza, repique do assunto na Comissão de Fiscalização.

Para a Anatel: pelo visto, quem fez a primeira proibição das informações foi a SDE, mas coube também à Anatel, categoricamente, dizer que não devia dar os dados ao consórcio dos três? Isso foi feito categoricamente ou apenas foi uma sugestão? Ou nem acorreu a sugestão?

Ao Cade: chegou às nossas mãos uma consulta preliminar, e fiquei surpreso ao ver que, no último parágrafo, já se solicitava a ação do Ministério Público. Já era hora de chamar Ministério Público? O Cade, que, conforme vimos na última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, levou quase três anos para resolver o caso Nestlé-Garoto, não foi um pouco precipitado dessa vez?

A Telmex – esta é uma pergunta que o Zunga tanto me fez que estou repetindo-a aqui – se compromete a oferecer as mesmas condições ofertadas pelo consórcio das fixas, ou seja, estabilidade de emprego, opção para o BNDES no que se refere a fundos de pensão e a participação dos empregados na empresa ou a **golden share** do Governo Federal em relação aos satélites?

Ainda há uma pergunta que, na última reunião, o Zunga deixou, e eu queria fazer oficialmente à própria Fittel. A Fittel não acha um risco que a Telmex esteja, quase sempre, comprando empresas em dificuldades e reerguendo-as? Uma parte das informações diz que não foi demitido nenhum empregado – pelo menos foi isso que me disse a Embaixadora do México –, e outra parte diz que houve demissão. Os senhores têm dados a respeito, já pesquisaram a respeito?

Em relação às operadoras fixas. As empresas fixas têm anunciado que irão fatiar a Embratel. Além disso, há acusações de que isso seria feito com o objetivo de eliminar a concorrência. Como explicam essa questão?

Em relação à Anatel, a última pergunta. Para ser bastante objetivo: existe algum impedimento regulatório para que o consórcio da Geodex e fixas assuma o controle da Embratel?

Essas são as questões e aí, Sr. Presidente, pela ordem, V. Exª pode ir dando a palavra para que tenhamos as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Senador Ney Suassuna, V. Exª fez cinco perguntas. Pedi que a Secretaria da Mesa fizesse a relação de quem foi o questionado para que o próprio respondesse à sua pergunta.

Primeiro, concedo a palavra ao representante da Embratel para responder ao primeiro questionamento feito pelo Senador Ney Suassuna.

O SR. JOSÉ ROBERTO PINTO – Senador, V. Exª perguntou sobre a participação da Telos no processo de transferência de controle da Embratel. Gostaria de dizer a V. Exª e aos demais Senadores que a empresa não participou desse processo. Estamos presentes aqui, inclusive, eu o Dr. Oscar, que somos os responsáveis por toda a parte regulatória da empresa, e, em momento algum, tivemos contato com a Telos.

Tivemos uma posição que já é considerada pelos profissionais da empresa. Há 33 anos estou nessa empresa. Participei da construção e de todas as principais conquistas dela. O Dr. Oscar é mais novo que eu. Gostaria que V. Exª ficasse certo, absolutamente certo, de que nós, profissionais da empresa, não participamos, em nenhum momento, de eventual proposta por parte de nenhuma das três concorrentes que se apresentaram com o objetivo de comprar o controle da Embratel.

Quanto à segunda pergunta, isso não estava exatamente na agenda das informações solicitadas, mas gostaria de dizer que, nos próximos dias, V. Exª receberá um relatório detalhando todas as informações sobre essa possível informação com a GTech. Posso adiantar que temos uma causa na Justiça contra essa empresa, e isso será relatado a V. Exª, que poderá disponibilizar essas informações relativas a essa questão aos demais Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – O próximo a responder a questão do Senador Ney Suassuna é o Presidente da Anatel.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento. Com que empresa é essa causa na Justiça?

O SR. JOSÉ ROBERTO PINTO – O Senador comentou uma reunião anterior que aconteceu, sobre a GTech. Nós temos uma causa com essa empresa relativa a contrato.

O SR. (Orador não identificado) – Com a?

O SR. JOSÉ ROBERTO PINTO – Contrato.

O SR. (Orador não identificado) – Contra a GTech.

O SR. JOSÉ ROBERTO PINTO – Exatamente. Vamos apresentar um relatório...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, quero deixar patente que não tem nada a ver com a reunião aqui. Apenas aproveitei a oportunidade para fazer um esclarecimento, tendo em vista que, na semana passada, gastamos cinco horas de audiência nesta Comissão, e eu queria ter esta informação, dada aqui naquela época.

Por favor, não façam como juiz americano e tirem essa frase da cabeça. Ela não tem nada a ver com esta reunião aqui, mas apenas com a informação da reunião passada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra, o Presidente da Anatel.

Por favor, o som para o registro das notas taquigráficas.

O SR. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Senador, vou fazer uma síntese da posição da Anatel, que, acho, vai esclarecer todas as questões.

Vieram notícias, informações, sobre o interesse dos controladores da Embratel em vender a empresa, mas não houve até agora nenhuma solicitação, por qualquer parte, de anuência ou aprovação de qualquer operação de alienação ou transferência de controle. Não aconteceu nada até agora com relação à Anatel.

Na regulamentação, não são admitidas medidas que possam prejudicar a competição ou que coloquem em risco a execução do contrato de concessão que a Embratel tem hoje. Em face disso, a Anatel posicionou-se da seguinte forma: solicitou esclarecimento junto à concessionária da Embratel sobre o citado processo de venda, de alienação; analisou as informações preliminares fornecidas pela Embratel, que confirmavam o interesse do controlador MCI de alienar e descrevia alguns procedimentos que eles haviam previsto.

Com isso em mão, o que fez a Anatel? Ela manifestou a inexistência de impedimento da continuação do processo de venda da MCI – a MCI propôs vender e poderia continuar vendendo – e ressaltou que era responsabilidade exclusiva da concessionária Embratel e de seus dirigentes garantir o nível de detalhamento das informações ou o acesso por competidores quaisquer a informações da concessionária Embratel, de forma a não caracterizar prejuízo à competição ou à execução do contrato de concessão. Ou seja, durante o processo, todos os cuidados da agência foram de preservar a competição e a execução do contrato de concessão. É essa a nossa posição até agora.

Não temos nenhum pedido de anuência prévia para que se faça transferência do controle de ações da empresa. Ou seja, com relação às outras duas perguntas feitas por V. Exª, relacionadas ao fatiamento e a algum impedimento, a Anatel não tem condições de dar uma resposta objetiva a essas perguntas pelo simples fato de que não temos nenhuma proposta.

Quer dizer, quando tivermos todo o processo em mão, esse processo vai ter que passar por um procedimento de análise cuidadosa e criteriosa, com base na LGT. A partir daí, então, poderemos nos posicionar. Quer dizer, pura e simplesmente com os dados que temos, não seria razoável a Anatel fazer um prejulgamento. Ela estaria interferindo no mercado ao fazer isso. Não é esse o seu papel. A Anatel não deve interferir no mercado, deve regulá-lo, e regulá-lo com base em fatos reais, fatos a ela entregues formalmente e protocolados. É isso que está serdo proposto. É essa a situação.

Espero ter respondido a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra, o representante do Cade.

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – Sr. Senador, agradeço muito a V. Exª por essa pergunta, pois é uma oportunidade para esclarecermos um pou-

co mais a relação existente na investigação entre os órgãos que trabalham no âmbito do processo administrativo e aqueles que trabalham no âmbito do processo criminal, que é a Lei nº 8.137, que é diferente.

Mas deixe-me fazer só dois pequenos esclarecimentos antes de passar ao ponto específico.

Primeiro, há uma coisa muito simples. Com relação ao caso Nestlé-Garoto, no Cade, esse caso levou exatamente treze meses e não três anos. Então, isso tem sido dito, mas eu gostaria de reiterar esse ponto para que V. Exªs possam observar mais detidamente.

A segunda questão é que, com relação ao que foi apresentado aqui, o texto exato que saiu de uma discussão pública, uma vez que as reuniões do Cade são públicas, com relação ao Ministério Público, foi exatamente o seguinte: "Por fim, determino também o envio de cópia integral dos autos ao Ministério Público para as providências cabíveis".

O Cade nem teria como determinar absolutamente nada ao Ministério Público.

Mas, voltando ao ponto que considero fundamental e central, tenho a dizer que, em primeiro lugar, esta experiência Ministério Público e órgãos instrutórios é muito salutar e já vem sendo desenvolvida há um certo tempo. Há cerca de dois anos e meio ou três anos, eu trabalhava na Secretaria de Acompanhamento Econômico e, dadas as dificuldades que tínhamos no processo de investigação, percebemos que um trabalho conjunto com o Ministério Público favorecia muito, porque eles têm poderes que os órgãos na área administrativa talvez não tenham, não consigam alcançar. Então, essa interação entre os órgãos da área criminal e administrativa favorece muito a busca de informações, advindo disso um ganho impressionante – disso os senhores podem ter certeza –, ganho de informações, ganho de escala nesse trabalho e de escopo, que é muito salutar e muito importante. Isso vem sendo desenvolvido e continuado no Governo atual também. Creio que a Drª Bárbara pode esclarecer um pouco melhor como isso vem sendo feito agora. Isso é fundamental. Então, o entendimento que temos é de que há um ganho ao se trabalhar conjuntamente.

A outra questão é que devemos lembrar que o Ministério Público, apesar de estar na Lei nº 8.884, a Lei de Processo Administrativo, desde 1994, ele só passou a oficiar no Cade no ano passado. Essa proximidade também favorece essa relação Cade/Ministério Público. E, mais do que isso, esse não é o primeiro caso. Já estamos adotando essa estratégia, digamos assim, de trabalhar em conjunto no que compete a cada órgão há algum tempo. Já há casos em que tomamos a mesma decisão. Então, não é por esse caso. É exatamente para aumentar o grau de eficiência do nosso trabalho.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, permita-me interromper?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Octávio) – Pois não, Senador Ney Suassuna. V. Exª tem a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O primeiro argumento da Nestlé é que vocês perderam a guerra da comunicação. Claro, trata-se de uma empresa que tem acesso à imprensa e o Cade deve ter tido muito menos acesso. Então, até para nós, Senadores, terminou valendo a versão dos três anos. Que bom que V. Sª pôde explicar que não foram três anos!

Em relação à posição do Ministério Público, para nós, que estamos de fora dos processos e não estamos acompanhando com tanto detalhamento – infelizmente, os Senadores não conseguem assimilar tudo que diz respeito à República –, foi uma surpresa, porque no meu Estado, Paraíba, quando algo é enviado para o Ministério Público, é porque há indício de irregularidade, enquanto no caso do Cade é apenas uma rotina. Pelo menos, entendemos assim. Quando se diz que algo foi mandado para o Ministério Público, já imaginamos que há algo errado.

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – Vem-se tornando uma rotina...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Estou entendendo agora que se trata de uma rotina normal e usual para a investigação.

O SR. CLEVELAND PRATES – Exatamente, para aumentar a eficiência do sistema e dar respostas mais rápidas.

A SRA. BÁRBARA ROSENBERG – Complementando o que foi dito pelo Conselheiro Cleveland, efetivamente temos feito um trabalho conjunto e, para investigação de práticas anticoncorrenciais, tem sido fundamental o trabalho com o Ministério Público e com a Polícia Federal. Isso não tem nenhum agravante, não significa que necessariamente vá identificar-se a existência de uma infração de ordem econômica. Seja para concluir de uma maneira ou de outra, é fundamental que esse intercâmbio exista.

De fato, é importante, mais uma vez, diferenciar o processo de compra da suposta alegação de formação de cartel. O que está sendo investigado e o que saiu de sugestão do Cade é de que seja aberto um processo de investigação na SDE e também pelo Ministério Público com relação à suposta formação de cartel. Ou seja, é importante dizer que se trata de dois aspectos distintos e que vão ser investigados, e é importante que o trâmite seja rápido e se conclua de uma maneira ou de outra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Octávio) – Com a palavra, o representante da Telmex.

O SR. JOSÉ FORMOSO MARTINEZ – A respeito dos empregados, é um compromisso da TELMEX a capacitação, o desenvolvimento e a manutenção da geração de empregos da EMBRATEL. É compromisso da TELMEX investir para desenvolver o mercado de telefonia local, da Internet e de dados, e como conseqüência gerar um crescimento do número de empregados diretos ou indiretos.

A respeito da **golden share** do satélite, no que se refere à segurança nacional e às preocupações do governo, TELMEX garantira, no momento em que o governo nos permitir debater com ele, mecanismos que garantam a sua confiança no sistema e na operação em longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Octávio) – Concedo a palavra ao representante da Fittel.

O SR. JOSÉ ZUNGA ALVES DE LIMA – Senador Ney Suassuna e demais Senadores, a Fittel, ao longo de sua história, tem procurado sempre, com as empresas aqui no Brasil, ter uma agenda extremamente cotidiana, com a Brasil Telecom, com a Telemar, com a Telefónica, com a Embratel, com a Claro, com a Vivo, com todas as empresas, no que diz respeito à preservação, geração e manutenção dos empregos. Essa agenda é uma constante para nossa federação, lutar para que esses empregos sejam preservados e que novos empregos possam surgir. Essa é uma agenda permanente da Fittel, e temos percebido que as empresas têm-se preparado para estabelecer esse diálogo. Com a realidade das empresas brasileiras, temos construído uma agenda muito positiva nesse sentido.

Com a entrada do México no Brasil a partir da operação da Claro, iniciamos um estreito relacionamento com o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do México, o STRM. O Presidente do Sindicato, Francisco Juárez Hernandez é uma pessoa com a qual temos conversado bastante, principalmente agora no período recente. Com a presença dos mexicanos, com a Claro, fomos ao México e participamos do Congresso Nacional dos Trabalhadores. Quando agora se definiu a compra da Embratel, ou se apresenta a possibilidade de compra da Embratel, dialogamos, semana passada, com o Presidente do Sindicato, e o convidamos para vir ao Brasil ou que fôssemos ao México conhecer, rigorosamente, qual modelo de gestão que tem diretamente com seus funcionários, e qual a realidade que se aplica quando a Telmex tem assumido empresas. Não é só no México, mas também em vários outros países da América Latina nós já detectamos que existe a presença do capital mexicano nos serviços de telecomunicações.

Estamos muito atentos a isso e preocupados também. Sempre quando há transferência de controle de empresas, tememos que o lado mais fraco, ou seja, o lado dos trabalhadores, seja penalizado. Então, estamos atentos, procuramos a interlocução com os trabalhadores organizados no México para, a partir daí, tomar iniciativas. Queremos crer que essa ação nossa poderá contar com o apoio dos Senadores desta Casa, no sentido de que essa interlocução e a preservação dos empregos seja uma tônica a ser estabelecida, a partir do momento que a Embratel se defina.

Queremos deixar bastante claro que não temos lado nessa discussão. Não estamos do lado do comprador A ou do B. O nosso lado é o lado dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Octávio) – Pois não, o Senador Ney Suassuna, com a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Falta a resposta das Teles em relação ao fatiamento, se não é para sufocar a concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Octávio) – Quem vai responder pelas Teles? (Pausa.)

É o Presidente da Telemar.

O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Senador Ney Suassuna, para entender bem, uma primeira questão é sobre o fatiamento da Embratel e a outra é sobre redução da concorrência.

Sobre o fatiamento da Embratel. Talvez não seja muito claro para as pessoas em geral a maneira como o modelo brasileiro de telecomunicações foi implementado. Não é simples, efetivamente, mas vou tentar explicar um pouco, tentar simplificar; se, porventura, não for feliz, por gentileza, me argua.

Hoje, a Embratel é uma empresa que funciona com suas atividades organizadas através de diversos licenciamentos, que têm natureza e regimes diferentes. Por exemplo, a concessionária, o regime de concessão, que é um regime que estabelece condições específicas de preço – não é preço, é tarifa, o que se cobra é uma tarifa controlada e administrada pelo Governo.

No contrato, há uma fórmula de como praticar o serviço, como regular. Existem outras condições na concessão, como a reversibilidade dos bens, e também obrigações de universalização e de qualidade.

Fundamentalmente, essas quatro condições diferenciam uma concessão de uma outra modalidade, a autorização.

A concessionária Embratel, entendida publicamente por meio do 021, tão bem representado pela Ana Paulo Arósio, tem uma característica diferenciada da atividade de satélite. Essa atividade é regida pelo licenciamento específico para satélite.

A atividade de comunicação de dados e de transporte de dados são regidas pelo regime de autorização, sendo necessária outra licença de autorização.

A Vésper, que foi comprada pela Embratel, também é regida pelo regime de autorização para prestação de serviços fixos comutados locais.

Nesse entendimento, se o faturamento, os ativos e passivos da Embratel fossem distribuídos dentro dessas quatro unidades básicas, teríamos a possibilidade de enxergar exatamente como funciona e quais são os ativos e passivos da unidade de dados, os ativos e passivos da concessionária. Isso já existe na empresa Star One, que é independente, assim como na Vésper, que já tem a sua própria apropriação.

Quando se fala em fatiamento, na verdade, estamos fazendo a blindagem da concessão, porque hoje a dívida líquida da Embratel, perto do seu faturamento, tem uma relação da ordem de 48% a 50%. A relação entre a dívida total e o faturamento é da ordem de 70%. Esses dados são do balanço de 2003, publicado recentemente pela Embratel.

A parte relevante da União, que concedeu o exercício de operar aquela concessão aos acionistas controladores da Embratel, fica em nossa proposta totalmente blindada, porque reduziremos esse comprometimento para um índice abaixo de 30%, em uma relação de comprometimento da empresa e da blindagem econômico-financeira da empresa bastante sólida. Isso proporcionará à nova Embratel uma condição de entrar nos mercados, de continuar nos mercados, de se desenvolver nos mercados, sem nenhuma alteração em relação à percepção do cidadão, em relação ao 021, por exemplo, que em nada será alterado. Pelo contrário, terão muito mais fôlego para conduzir a Embratel do que hoje, com os problemas que ocorreram nesses últimos anos.

A unidade que existe, regulada pelo regime de autorização chamado de comunicação de dados e corporativos, representada pela expressão clientes corporativos, receberia, no nosso programa, 70% da dívida líquida e da dívida bruta da Embratel, o que significa uma segregação desproporcional aos ativos e passivos hoje existentes na Embratel e, conseqüentemente, também acompanha o faturamento da unidade de dados e coorporativo.

A operação da Star One, como já disse, está estabilizada, ou seja, já existe, assim como a da Vésper. Quando se fala em fatiamento – de maneira um pouco irônica, foi dito também, na imprensa, pelos administradores da Embratel, o termo esquartejamento –, essa figura tenta vender um processo que, na verdade, já existe. Do ponto de vista regulatório, já é assim. Não estamos inventando nada.

Exatamente pelo fato de que é uma autorização, o modelo e o marco regulatório foram construídos para permitirem que consolidações possam ser feitas, dentro da Embratel ou da Embratel para terceiros, das partes referentes às autorizações, desde que à Embratel concessionária permaneçam assegurados uma blindagem econômico-financeira e um plano de investimentos que realmente comprovem que ela é uma empresa viável.

Temos absoluta convicção de que estamos participando de um projeto de alto respeito a tudo o que, até hoje, a Embratel construiu. A Embratel, em um primeiro momento, certamente não será tão grande nem tão endividada como é hoje. Ela será um pouco menor, mas será uma imensa empresa. Ela continuará sendo bastante grande. Ela será uma empresa de bilhões de dólares de faturamento, porém sem a dívida que hoje constrange os investimentos e o crescimento da empresa. Em relação ao fatiamento, essa é a explicação.

Em relação ao cerceamento da competição, essa tem sido a grande tentativa, o que até entendo, por sermos, por outro lado, concessionários de telefonia fixa e não podermos controlar direta ou indiretamente a Embratel – sabemos disso. Por isso mesmo, dissemos que, antes de aderir a um projeto, dos três que nos foram propostos, examinamos bem que projeto não levaria as nossas empresas a incorrer em ofensa ao marco regulatório.

Em relação à competição especificamente, a proposta é que essa parte de dados, que recebe essa dívida e a parte do balanço de ativos e passivos, mas muito onerado por essa dívida, seria feita, então, de maneira cruzada, o que significa que uma empresa teria participação no mercado da outra, e não teríamos participação dentro do nosso próprio mercado. Isso significa que eu não estaria aumentando a atual concentração da Telemar dentro da área da Telemar; estou aumentando a minha capacidade geográfica de prestar serviço.

Esse projeto é muito interessante, porque, em um primeiro momento, a Embratel passa a começar do zero, nesse mercado de comunicação de dados e coorporativo, porém com uma desconcentração efetiva no mercado. De outro lado, o que acontece na Embratel é que, mantendo todo o **backbone** e toda a condição de acesso que terá aos anéis metropolitanos, ela terá condição de prestar o serviço e voltar a participar de uma maneira efetiva, e não fictícia, como querem nos impor o entendimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – De acordo com a lista de Senadores inscritos, concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, do PT do Mato Grosso do Sul.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, meu caro amigo Senador Luiz Otávio, todas as autoridades presentes, meu caro Paulo Lustosa, Secretário Executivo, o Sr. Pedro Ziller, da Anatel, demais representantes das empresas.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para fazer alguns registros, acompanhei atentamente o depoimento de todas as pessoas aqui presentes. Esse assunto foi motivo de destaque na mídia. Também tive oportunidade de acompanhar entrevistas de dirigentes da própria Embratel, comentando a compra dela pela Telmex.

Confesso que, ouvindo as partes, tanto a Brasil Telecom quanto a Telemar, como também a Telefônica, e também a Embratel e a Telmex, e principalmente prestando atenção aos pontos de vista do nosso querido Ziller, concluí que essa audiência foi muito importante, porque me deixou em dúvida no que se refere à operação tão cantada em prosa e em verso, nos últimos dias, em toda a imprensa.

Primeiramente, o que ficou bem caracterizado foi o posicionamento da Anatel, que se reserva o direito de analisar, no devido tempo, a operação que está sendo aqui apresentada. O que se passava para a opinião pública é que, muito pelo contrário, essa operação anunciada era a única possível e que as outras partes interessadas não poderiam, eventualmente, participar dela em função de dificuldades regulatórias, ou impedimentos regulatórios.

Para mim, nessa audiência pública, não ficou clara essa afirmação. Tenho outra dúvida que salta aos olhos: a questão da diferença entre o valor anunciado na aquisição da Embratel (360 milhões de dólares) **vis-à-vis** com os 550 milhões de dólares apresentados pelas empresas telefônicas interessadas. Então, isso me causa muita estranheza.

Quero também manifestar uma preocupação relativa à utilização dos satélites para fins militares e, efetivamente, de segurança nacional. Ouvi a exposição de uma **golden share**, cuja idéia achei muito interessante e importante, principalmente em função desse tema crucial para o País.

Acho que essa iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle é fundamental, porque, hoje, talvez o grande dilema do Brasil seja a infra-estrutura – a logística de transporte, a energia e as telecomunicações também.

Além de abreviar as minhas perguntas, primeiramente gostaria de dizer, Sr. Presidente, que pessoalmente não consegui convencer-me dessa operação, que questiono o aspecto da isonomia. Talvez alguns fatos que tenham levado a essa operação não tenham sido noticiados.

Gostaria de fazer alguns registros. Primeiro, o Sr. Jonathan Crane, vice-Presidente da MCI, afirmou aos credores e ao mercado dos Estados Unidos, justificando a venda, pela menor proposta, à Telmex, que a MCI continuará relacionando-se com a Embratel e que será possível prover seus clientes brasileiros com uma alta qualidade de serviços. Ele afirma ainda que, por meio da Embratel e por último, pela Telmex, a MCI terá oportunidade de por novas tecnologias e serviços à disposição de mais clientes corporativos na América do Sul.

Então, se existe essa vantagem, que tem valor econômico, por que o mercado nunca soube disso? Por que, efetivamente, foi noticiada, única e exclusivamente, a operação em dinheiro, se existe essa perspectiva de uma fusão e incorporação entre a Telmex e a MCI? Por último, também, até verificar se houve compra de títulos no mercado de capitais americano, títulos da dívida da MCI, no valor de US$200 milhões. É evidente que não é um negócio da Telmex comprar títulos. Portanto, qual foi a finalidade desses títulos? Há alguma relação com os ativos provenientes dessa operação de compra da Embratel?

Para resumir, Sr. Presidente, confesso que, como dizia o velho Abelardo "Chacrinha" Barbosa, "eu não vim para explicar; vim para confundir". Confesso que estou confuso e que não entendo essa operação com a clareza com que, infelizmente, acompanhei inclusive em entrevista de dirigentes da Embratel.

Eu queria só registrar, efetivamente, essas três perguntas, porque algumas, como a questão dos recursos humanos, já foram abordadas. A questão do acesso às informações no Data ROM também foi devidamente explicado pelas partes. Quanto ao posicionamento da Anatel, eu ia fazer exatamente essa pergunta ao Dr. Ziller, mas V. Sª foi muito claro e entendi, efetivamente, o papel e o posicionamento da Anatel nesse sentido.

Portanto, eu gostaria de concentrar minhas perguntas simplesmente nestes três pontos: as declarações da MCI **vis-à-vis** com a Telmex, principalmente no que se refere a operações financeiras ocorridas no mercado de capitais, e essa possibilidade de uma fusão para eventualmente até procurar entender melhor essa operação, feita a um preço menor do que o ofertado pela Telefônica, pela Brasil Telecom e pela Telemar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a todos pela oportunidade de ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Sr. José Formoso, representante da Telmex.

Não se preocupe de falar em espanhol, falando **despacio, no hay problema**.

O SR. JOSÉ FORMOSO MARTINEZ – Não existe nenhuma relação adicional entre a TELMEX e a MCI, além dos 360 milhões de dólares da compra, não existe outra relação.

O **business** da MCI é um **carrier,** como é AT&T, ou como é **Global Crossing**, ou IDT, tem provedores, só que, todos os operadores, nós os temos, desconheço quando fizeram esta declaração, mas a oferta da TELMEX foi de 360 milhões de dólares, oferta que

não está sujeita a fazer descontos por problemas dentro da companhia, a oferta é com dinheiro direto da TELMEX, sem nenhum financiamento local, é uma oferta em **cash.**

Entendi também a preocupação com *golden share*, que novamente comento, nós não conhecemos com detalhes como está a regulamentação e o contrato da *Star One* com o governo, estamos certos que chegaremos a um acordo onde o governo se sinta confiante, se sinta seguro da operação, com as necessidades que tiver.

No que diz respeito ao investimento que tem o Grupo **Slim** nos títulos da dívida da MCI, não tem nada a ver com uma decisão da MCI que está no Tribunal tomada por um conselho. Esses títulos da dívida são muito antigos, têm mais de um ano, não têm nenhuma influência o engenheiro **Slim** nas decisões tomadas ou que venha a tomar o Tribunal, a responsabilidade da decisão é uma responsabilidade penal, não somente da empresa, é uma responsabilidade penal do pessoal que está no Tribunal do **Chapter Eleven** nos Estados Unidos.

Acho que essas eram as três perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Algum questionamento?

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, comprometo-me depois a encaminhar o posicionamento de dirigentes da MCI, porque as opiniões dos dirigentes da Embratel já são sabidamente conhecidas. Encaminho exatamente porque foi em função desse pronunciamento que pautei minhas perguntas e encaminharei aos dirigentes da Telmex o porquê das perguntas que apresentei agora.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, por permuta, eu vou ceder a vez...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – De jeito nenhum, Sr. Presidente, não posso atropelar a ordem dos inscritos, primeiro, pelo tamanho do Líder Efraim Morais segundo, pela amizade, pela consideração e pelo respeito que esta Casa tem por S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Quero muito ouvir o Senador Luiz Otávio. Cederei meu tempo ao Senador Jorge Bornhausen e falarei depois do Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Secretário Executivo do Ministério das Telecomunicações, Dr. Paulo Lustosa, meu querido amigo, senhores representantes da Anatel, do Cade, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, senhores empresários e Sr. Presidente da Fittel, inicialmente, quero louvar o Presidente desta Comissão por realizar esta reunião e louvar, por via de conseqüência, o Presidente da Fittel, que, com justas preocupações, procurou o Senador Ney Suassuna para dar oportunidade de não só os Senadores desta Comissão mas também a sociedade brasileira poder fazer uma avaliação sobre o que está ocorrendo com relação a essa transação, assunto que só está nesta Comissão por tratar-se, em primeiro lugar, de uma concessionária do serviço público.

Parece-me claro, por tudo o que ouvi, que houve uma decisão da controladora da Embratel em realizar a sua venda. Tomada essa decisão, ela foi divulgada pela imprensa; e, oportunamente, a Anatel solicitou informações à Embratel para ter conhecimento dos grupos, de quais informações seriam dadas e do **data room**. Cumpriu-se exatamente a missão da agência reguladora.

A partir daí, com a decisão da Embratel em estabelecer dois **data rooms**, um com informações e outro com informações públicas, ficou caracterizada a prioridade da venda, por parte da Embratel, a um grupo determinado, que teria as informações completas, e o afastamento de outros grupos, que só poderiam ter informações públicas.

Foi uma decisão empresarial? Pode ser que sim. Não teria nenhum problema se não houvesse uma concessionária no processo; seria uma operação normal, ainda mais que a controladora estava em regime falimentar nos Estados Unidos, motivo por que deveria haver uma preocupação também em relação aos credores naquele país.

O estabelecimento de dois **data rooms** fez a separação, a prioridade de um contrato de compra e venda, fez desaparecer a competição. Mas talvez a insistência de outros grupos tenha feito com que fossem apresentadas as propostas. Há uma diferença fundamental nas propostas. Uma proposta de 360 bilhões é a preferida em relação a uma proposta de 550 bilhões, o que é um fato profundamente estranho e que mostra essa prioridade que já estava estabelecida pelos controladores da Embratel, desaparecendo, portanto, o princípio da competição.

Mas, evidentemente, esse assunto deve ser levado à Corte de Nova Iorque, à corte americana, antes de qualquer pronunciamento final das autoridades brasileiras, e isso para mim ficou muito claro aqui no pronunciamento do Presidente da Anatel, aliás, feito

com muita precisão. O que vai determinar o julgamento da Corte de Nova Iorque? Se for o preço, parece-me que não há dúvidas quanto ao preço maior, porque deve prevalecer, sem dúvida alguma, o princípio de os credores não serem prejudicados na transação. Qual a razão, então, que acrescentou a compradora para justificar um preço menor? Que havia indícios de descumprimento da lei brasileira. Esses indícios alegados foram aqui assinalados de forma também muito correta pelo Presidente da Anatel. Não há nenhum julgamento **a priori**. Se tivesse qualquer possibilidade de intervir **a priori,** teria sido feito no edital, na concorrência, e não foi feito. A Anatel não fez prejulgamento de que o consórcio das teles não poderia participar. Isso para mim ficou muito claro, como também os depoimentos do Cade e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a preocupação de não avançar em prejulgamentos.

Então, o que existe? De um lado, uma oferta que tem que ser julgada primeiramente nos Estados Unidos. E há uma diferença muito grande – pelo menos para nós – de US$190 milhões. Por outro lado, uma alegação de indício de descumprimento da lei brasileira. A melhor coisa que se pode fazer neste momento para esclarecer o juiz da Corte americana é enviar-lhe o depoimento do Presidente da Anatel, do responsável pela agência reguladora, que teve aqui o respaldo dos demais integrantes do Governo, inclusive do Secretário-Geral Paulo Lustosa, que pediu transparência.

A melhor providência, se V. Exª achar ainda que deve estender essa tradução do depoimento para outros depoimentos, com o poder da Presidência e com o seu sentimento de querer ver sempre o melhor e a justiça implantada, poderá fazê-lo. Não tenho perguntas a fazer. A nossa obrigação é ajudar o esclarecimento da Corte americana para, depois, examinar no Brasil aquele resultado. Aí, sim, com a Anatel comandando as ações de transferência ou não das ações. Fica aqui, portanto, o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência entende que V. Exª gostaria que a Comissão enviasse. A Comissão, lamentavelmente, não pode fazê-lo, mas pode deixar as notas taquigráficas à disposição das partes. Qualquer uma das duas pode requerer e tomar a providência de fazer a tradução na embaixada e enviar. Mas a Comissão não poderá fazê-lo, a não ser que pedisse ao Plenário do Senado, que é quem tem personalidade jurídica.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Requeremos a V. Exª, como Presidente da Comissão, que requeira o exame pelo Plenário do Senado.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – O Plenário da Comissão concorda com o Senador Jorge Bornhausen e com V. Exª, se V. Exª assim o decidir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Posso até tomar votos, mas não seria tão rápido quanto estando à disposição as notas taquigráficas para qualquer das partes.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – As duas coisas concomitantemente. Já deixa em aberto as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É preciso que seja transformada a proposta do Senador em requerimento.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – O Senador Jorge Bornhausen disse que apresentava o requerimento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O Senador disse que apresenta o requerimento, e nós entendemos que, uma vez aprovado nesta Comissão este requerimento, que também se inclua nesse requerimento que seja oficializado à Corte americana pelo Presidente do Senado, para ver que é uma preocupação dos Parlamentares brasileiros. Temos que defender o País. Nós podemos, aprovado esse requerimento aqui, colocar à disposição das partes. Não há nenhuma dúvida. E é público. Vamos consultar o Presidente Sarney se o Senado Federal poderá oficializar. É uma dúvida que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Mesa insiste em esclarecer que as notas taquigráficas são de uso público, podem ser apanhadas por qualquer das partes. A Mesa também acatará o requerimento que o Senador Bornhausen está fazendo e o colocará em votação, mas isso deverá ser decidido no Plenário do Senado. Nós não temos autoridade para tomar essa decisão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Mas podemos aprovar o requerimento na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O nobre Secretário Executivo do Ministério das Comunicações pede a palavra para um esclarecimento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu queria saber, porque regimentalmente tenho dúvida, por isso estou pedindo esclarecimento, que caminho podemos tomar. Gostaria que a assessoria esclarecesse regimentalmente. Sei que o nosso ex-colega Paulo Lustosa é uma das maiores autoridades em Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Secretaria informa que é exatamente o caminho que a Presidência da Mesa acabou de dizer: as notas taquigráficas estão à disposição. Para enviá-lo, não temos personalidade jurídica, teria que se fazer a solicitação ao Plenário do Senado e ao Presidente da Casa.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Secretário Executivo Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA – Eu queria fazer um breve comentário. As decisões que deverão ser tomadas no âmbito da Anatel, da Secretaria de Direito Econômico e do Cade não estarão subordinadas às decisões da Corte de Falência dos Estados Unidos. Na verdade, isso é respeito à autodeterminação do povos. Nós não estaremos subordinados a essa decisão. Essa é uma questão específica, relacionada a uma pendência de um processo de falência da MCI nos Estados Unidos, mas não interfere com aquilo que será decidido pelo Brasil. O País está acima de qualquer decisão. Nós não podemos ser colocados à mercê de uma decisão que ocorra na Corte de Falência americana. Essa é uma posição que não tem a ver, e isso não altera o nosso marco regulatório, não modifica as nossas regras, não modifica os nossos caminhos. Que fique bem claro isso. Agora, encaminhar, pode ser encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador Luiz Otávio, dando continuidade à relação de Senadores que estão utilizando da palavra para fazer questionamento.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei rápido também, não só pelo adiantado da hora, mas pela objetividade da reunião e pela competência de V. Exª em dirigir dos trabalhos como sempre.

Com relação ao Cade, a Organização Mundial do Comércio condenou recentemente a Telmex por 14 práticas anticompetitivas que resultaram em prejuízos bilionários aos clientes. Há como impedir que a empresa tenha o mesmo tipo de comportamento no Brasil? Essa é uma pergunta.

A segunda pergunta, ainda com relação à Telmex: como a Telmex explica o fato de, após dez anos de privatização no México, as tarifas serem o dobro das do Brasil e a quantidade de telefones fixos instalados por habitante ser a metade da existente no Brasil? A Telmex não estaria tendo ganhos muito altos no mercado doméstico, o que lhe permitiria comprar empresas em outros países? Essa pergunta objetiva o nosso telespectador, o povo brasileiro, principalmente. Nós já reclamamos muito das atuais tarifas. A população reclama permanentemente. Já tivemos casos aqui inclusive de pedido de substituição de ministro, de briga com secretário executivo, de briga com a Anatel por questões de tarifas, e sempre foi colocado nesta Casa que teríamos que respeitar os contratos assinados pelo Governo brasileiro com essas empresas que hoje operam no sistema. Até aí, tudo bem, mas aumentar mais ainda, dobrar tarifas ou coisa parecida, realmente nós, como disse aqui o Presidente Ney Suassuna e o Senador Jorge Bornhausen, não devemos permitir, nem permitiremos que isso ocorra, pelo menos da nossa parte.

Com relação a um pronunciamento do Senador Heráclito Fortes, do Líder do PFL no Senado, que infelizmente já se retirou da reunião, em seu discurso de ontem, no Senado Federal, S. Exª manifestou preocupação com a tentativa da empresa mexicana Telmex de aplicar um golpe milionário no BNDES.

Essa frase não é minha. Estou apenas lembrando o discurso do Senador Heráclito Fortes no Senado da República, ontem à tarde.

A minha pergunta é: a Telmex tem intenção de quitar essa dívida superior a US$300 milhões que suas empresas no Brasil têm com o BNDES antes de assumir o controle da Embratel, se isso por acaso ocorrer?

Essas são as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem a palavra para o esclarecimento o Cade e, em seguida, a Telmex.

Nobre Senador, estamos discutindo sobre um assunto específico. Esse outro assunto não devia estar constando da pauta.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Cade.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, infelizmente, tenho comparecido a todas as sessões do Senado Federal, em especial das comissões. Tenho certeza de que as pessoas que vêm aqui, bons conhecedores e representantes de suas empresas, assim como os representantes do nosso Governo, não terão nenhum problema em responder um questionamento feito por um Senador, pois somos representantes da Federação nesta Casa. Se não me responderem posso fazer de outra forma, com certeza mais complicada, mas terei a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, a Mesa está apenas lembrando que houve uma pauta para a convocação, na qual não estava incluído esse assunto. Se o representante quiser responder, tem liberdade para fazê-lo. Mas cabe à Mesa fazer o esclarecimento.

Concedo a palavra ao representante do Cade.

O SR. OSCAR PETERSEN – Nobre Senador, considero a pergunta excelente: por que uma tarifa é mais alta num lugar do que em outro. Essa é uma pergunta excelente para que entendamos um pouco melhor como funciona o mercado. E os mercados regulados, particularmente, geram incentivos os mais diversos possíveis. O fato é que a estrutura mexicana

difere da estrutura brasileira. O modelo mexicano não é tão concorrencial como o brasileiro.

De certa forma, V. Exª tem razão no aspecto seguinte: a Telmex, no México, tem um poder de monopólio, por esse motivo pode cobrar preços mais altos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Nós vamos copiar esse modelo?

O SR. OSCAR PETERSEN – Está aí o cerne da questão. No modelo brasileiro, da forma como está colocado, o grau de competição gerado pela concorrência das empresas permite que a tarifa seja mais baixa. Há mais um fator no caso mexicano ao qual precisamos prestar atenção, que talvez não difira tanto do brasileiro: a capacidade dos consumidores de pagar tarifas mais elevadas. Talvez isso influa um pouco menos porque a estrutura da sociedade mexicana é um pouco mais similar à brasileira. Então a tese que levanto é que o fato de haver concorrência entre várias empresas no mercado gera uma tarifa mais baixa, e é por isso que devemos preservar a concorrência a qualquer custo, porque interfere no consumidor.

Não sei se está respondido.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o representante da Telmex, Dr. José Formoso Martinez.

O SR. JOSÉ FORMOSO MARTINEZ – A respeito da sua pergunta sobre a OMC.

O litígio é entre o governo do México e o governo dos Estados Unidos, não é um litígio da TELMEX.

É um litígio de vários anos, originou-se quando foi negociado o Tratado de Livre Comercio, onde não ficaram bem definidos os parâmetros sobre os quais se calculava a interconexão internacional. Basicamente é um litígio que não foi julgado, é um julgamento preliminar.

Há duas arestas: uma, definir as tarifas de interconexão ao país na negociação internacional futura, na forma dos custos e nos últimos 7 anos se realizou a respeito do **bench mark** que põe FCC e TELMEX teve as tarifas baseadas no **bench mark** de FCC que eram as regras com as que se negociou o TLC. E por outro lado o cambio a custos que é a nova modalidade que será usada, por outro lado a OMC também reconheceu o problema da negociação ilegal chamada *by pass* que as operadoras vinham fazendo durante esses 6 ou 7 anos e o definiu como incorreto; na atualidade estão em litígio esses dois pontos para ver a sua implementação e a sua finalidade.

O mais importante é que não é da empresa para o governo, é de governo para governo e tem a ver com os tratados de Livre Comercio e com a Lei Federal de Telecomunicações do México.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Professor, em relação à mesma pergunta, para esclarecer, quero saber se a MCI tem dívidas junto à Telmex. Existe essa informação?

O SR. JOSÉ FORMOSO MARTINEZ – Não.

O SR. (Orador não identificado) – Uma informação, para esclarecer a situação junto ao BNDES. Na realidade, é relativa à Claro. O BNDES foi o investidor inicial da Americel e da Telet – a Americel, em Brasília, e a Telet, no Rio Grande do Sul – e tinha 18,5% das ações junto com um grupo de fundos de pensão, do Opportunity. Os investimentos do BNDES eram em ações preferenciais. Num determinado momento, o grupo de controle, ou seja, todos os acionistas que detinham as ações ordinárias com direito a voto da Americel e da Telet vieram a oferecer a venda da empresa. A empresa então foi comprada pela Bell Canada naquela ocasião.

O BNDES tinha ações preferenciais sem direito a voto, mas não foram compradas. Então, pleiteia que teria direito, desde aquele momento, a ter sido comprado também. Na realidade, não existe dívida nenhuma. A Claro, o nosso grupo América Móvil, não tem nenhuma dívida com o BNDES. Pelo contrário, temos alguns empréstimos ligados a fornecimento de equipamento nacional que estão absolutamente em dia, quer dizer, não há a constituição de nenhuma dívida.

Esses R$348 milhões sobre os quais muito se fala nos jornais são relativos ao que valeriam as ações preferenciais se tivessem sido vendidas há três ou quatro anos. Então, não existe dívida. De fato, essa é uma declaração que fazemos perante o Senado: a América Móvil, que é uma empresa independente da Telmex, tem o mesmo grupo controlador, mas também é uma empresa cotada na Bolsa de Nova Iorque e de Madrid, que tem gestão à parte, até porque a SEC, como é CVM daqui, exige gestões independentes. Ela é gerenciada à parte, mas, em particular, não tem nenhuma dívida com o BNDES. E o BNDES sabe disso. Não temos nenhuma dívida, nenhuma constituição, nenhuma determinação, nada escrito de que existe uma dívida. Não existe dívida com o BNDES.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, apenas para colaborar com o que o representante da Telmex coloca, esclareço que apresentei um requerimento – vou pedir a V. Exª que depois o coloque em votação –, a fim de convidar o BNDES para que realmente confirme ou não as declarações do seu ilustre representante, Dr. José Formoso Martinez. Vamos convidar também a Comissão de Valores Mobiliário – CVM.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª encaminhou o requerimento à Mesa. Não está comigo no momento.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Então, V. Exª o procure porque já o desviaram.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª não o assinou; falta a assinatura.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Eu o assinei, com certeza, mas posso assiná-lo novamente. Não há problema nenhum.

Apenas gostaria que se esclarecesse se a imprensa está mentindo ou não. Se há realmente distorção, se há alguma inverdade nas notícias.

O SR. (Orador não identificado) – Senador, só mais uma informação para V. Exª: a Telmex não tem nenhuma relação com a América Móvil, que é controladora da Claro. Esse requerimento teria de ser encaminhado à América Móvil e à Claro e não ao BNDES.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Acho que V. Sª. não compreendeu. Não vou chamar ninguém da empresa; vou apenas chamar o BNDES, a CVM e a Associação dos Minoritários para que realmente possam aqui, com as declarações feitas por V. Sªs, realmente, ouvi-los também e confirmar ou não a declaração.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É um direito de V. Exª fazer ou não o requerimento, mas ele precisa chegar à Mesa assinado. Então, V. Exª assine-o.

O representante dos trabalhadores pede a palavra. Em seguida, falará o Senador Efraim Morais.

Concedo a palavra ao representante dos trabalhadores.

O SR. JOSÉ ZUNGA ALVES DE LIMA – O Senador traz um elemento interessante porque a motivação desta audiência, sob o ponto de vista dos trabalhadores, era, efetivamente, dirimir todas as dúvidas.

Se hoje existe uma especulação por parte dos meios de comunicação de que o possível representante do BNDES, ou qualquer outro segmento, levanta suspeita ou aponta situações irregulares, é interessante para nós, trabalhadores, que todos os dados possam ser elucidados, que todos os segmentos possam ser ouvidos e que, rigorosamente, todos os aspectos dessa transação fiquem à luz da transparência, sob o conhecimento do Senado Federal. Isso dará tranqüilidade aos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, também vou fazer mais algumas considerações. Na realidade, quero parabenizar o ex-Ministro Sérgio Motta e Luiz Carlos Mendonça, que venderam muito bem essa empresa, a antiga Telebrás, na época, teríamos a Embratel, que foi vendida por 2,3 bilhões de dólares.

A minha primeira preocupação – é só curiosidade – por que essa desvalorização tão grande da Embratel de 2,3 bilhões, para 300 milhões de dólares? Então, tínhamos de parabenizar S. Sªs pela venda feita.

Queria também parabenizar o Dr. Ziller pelas declarações breves e objetivas a respeito da posição da Anatel, bem como da SDE. Estou convencido de que vamos deixar o processo acontecer lá fora para que a Anatel dê a última palavra sobre essa questão.

Concordo plenamente com o Senador Delcídio Amaral. Acho que S. Exª situou muito bem a matéria. Na realidade, não cabe grandes perguntas neste momento, mas faria apenas uma ao Presidente da Anatel: há alguma posição prévia da Agência no sentido de que o negócio fere a Lei Geral de Telecomunicações? Se afirmativo, em que ponto especificamente?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Sª.

O SR. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Senador, como já disse anteriormente, para a Anatel manifestar alguma posição, ela tem de conhecer a proposta, ou seja, não podemos ter posição prévia sobre hipóteses. Então, por desconhecer complementarmente o processo, qual negócio em si, não podemos ter nenhuma posição prévia. Não temos posição prévia nenhuma. Qualquer que seja o comprador entre os que se candidataram, seja a Telmex, seja o consórcio das empresas, seja o grupo da Telos, não temos nenhuma posição prévia.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. Estou satisfeito e pediria só aos companheiros da Embratel que me explicassem por que tamanha desvalorização da empresa, se têm alguma informação. Se a questão é empresarial, respeito, se for com direitos de concorrência, o prejuízo para os acionistas é muito grande, pois US$200 milhões neste País é muito dinheiro. Pode ser que nos Estados Unidos não seja, mas no Brasil é muito dinheiro. EsSa é uma dúvida que dói na cabeça de todos nós. Então, esta é a pergunta. Apóio o requerimento do Senador Jorge Bornhausen e do Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Está franqueada a palavra, caso alguém tem alguma informação da Embratel para dar. A pergunta de S. Exª é por que caiu de 2,3 bilhões para 360 milhões o preço do complexo privatizado.

S. Exª aproveita para parabenizar o finado Ministro das Comunicações, que fez uma venda tão boa.

O SR. JOSÉ ROBERTO PINTO – Senador, sinto dizer-lhe que esta é uma informação que só pode ser prestada pelo Controlador, a MCI, que fez essa oferta. A Embratel não tem como respondê-la.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Por telefone, o 021?

O SR. JOSÉ ROBERTO PINTO – V. Exª pode fazer, com certeza, usando o nosso código.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente Senador Ney Suassuna, Sr. Presidente da Anatel, Dr. Ziller, Secretário Executivo do Ministério, Dr. Paulo Lustosa, senhores, senhoras, companheiros Senadores, continuo em dúvida. Pensei que a pergunta feita pelo Senador Efraim Morais fosse me esclarecer, as não aconteceu. Trata-se da Anatel. O próprio nome diz: agência reguladora, Presidente. Eu já fui Prefeito e sei que o Tribunal de Contas existe para julgar a favor ou contra as minhas prestações de conta. Todas as dúvidas são sanadas no Tribunal de Contas por um parecer prévio. Não sei se isso houve nesse caso, mas caberia num negócio como este, porque o próprio nome do órgão já diz: agência reguladora. Pergunto: o senhor acredita que a proposta de aquisição da Embratel nos moldes apresentados poderia impactar a regulamentação da Anatel sobre a composição acionária, com reflexos diretos nas composições acionárias do Grupo Telemar e do Grupo Telecom, pelos impactos sobre a Resolução nº 101 da Anatel?

A segunda pergunta não é dirigida a V. Sª. Qual é o dado verdadeiro sobre a diferença dos lances, para o controle da Embratel, entre a vencedora Telmex (Telefones de México S.A.) e a Geodex. Trata-se da diferença que a mídia está nos passando.

Presidente Senador Ney Suassuna, também continuo em dúvida e quero fazer coro nos dois requerimentos solicitados pelos nobres Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Anatel está com a palavra para responder.

O SR. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Senador, novamente, uma resposta baseada em alguma apresentação não tem a formalização necessária para que a Anatel se posicione. Quando se faz uma fusão ou uma troca de controle, as partes interessadas, vendedor e comprador, encaminham à Anatel uma solicitação de anuência prévia. Isso não nos foi encaminhado. Então, não sabemos. Ilustro da maneira seguinte: estou com vontade de comprar esta caneta, que é do Senador Ney Suassuna, só que não sei se ele quer vender. Se não quiser, como é que alguém vai se pronunciar a respeito disso? Pode vender ou não? Ou seja, precisamos, primeiro, da anuência dos dois lados, do comprador e do vendedor, e isso vai ser pedido à Anatel. Os dois, comprador e vendedor, vão dizer: a proposta é esta, isso está certo ou errado? Isso não aconteceu ainda, e não podemos nos pronunciar previamente sob pena de...

Quanto ao marco regulatório, hoje foi feita a privatização. O mercado se regula e esse é o ideal que se aconteça. O mercado troca de posição de acordo com os negócios, observando as normas do Cade, da CVM e da Anatel. Com isso, é feito o negócio, e não é apenas com base em um dos órgãos, os três estão envolvidos. É isso que garante a estabilidade regulatória do País.

Se cada um opinasse em cima de hipótese, estaríamos quebrando esse marco regulatório e também a estabilidade regulatória do País, o que é indevido. Não é isso que o mercado deseja, nem o Governo deseja, nem as agências.

Então, é necessário que seja seguido o ritual. E qual é o ritual? Comprador e vendedor pedem à Anatel a informação se aquilo pode ou não ser feito. Uma vez feito, passamos uma instrução ao Cade para que ele faça o seu papel, qual seja, a defesa da concorrência.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Mas, de praxe, Sr. Presidente, esse não seria o caminho da normal e mais transparente?

O SR. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Não. O caminho normal e transparente é exatamente o que acabei de relatar, ou seja, dentro do rito processual normal que a Agência procede. Todos os negócios foram feitos dentro desse rito – e devem continuar sendo feitos assim – exatamente para garantir aquilo que o mercado pede: estabilidade regulatória.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito bem!

Mais alguma complementação?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Qual a verdadeira diferença dos lances?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu acabei de ter a informação do Dr. Otávio, Presidente da Telemar, de que TV Senado não está sendo transmitida para o Brasil por problemas de influência solar. De modo que nem o Ministro Palocci nos ouve.

Há mais algum questionamento à Telmex? (Pausa.)

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, lamento, mas tenho a informação de que o Palocci está no ar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se o Palocci está no ar, a transmissão voltou ao normal. Nossos trabalhos estão sendo gravados e, posteriormente, será passado.

Creio que a informação está errada.

O SR. (Orador não identificado) – Poderia estar transmitindo. Mas depois vai ser transmitida, pois está gravada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu acho que é uma informação errada.

Fiz esta pergunta. Mas a audiência com o Ministro Palocci tem prioridade, pois está sendo realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos. A nossa reunião passará no período da tarde.

Srs. Senadores, não havendo mais Senadores inscritos, agradeço a presença de todos.

O nosso objetivo é dar a maior clareza possível. Tenho sete requerimentos – os cinco passados e esses dois.

Hoje à tarde, às 17 horas, promoveremos uma outra reunião. Já que não há **quorum** para votação desses requerimentos, à tarde, faremos uma reunião para que sejam votados cinco requerimentos – os cinco anteriores e os dois que foram acrescentados à nossa lista de hoje.

Muito obrigado pela presença.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 04 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 31 de Março de 2004, às 10:00 Horas.

Às onze horas do dia trinta e um de março de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **LUIZ OTÁVIO, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, MOZARILDO CAVALCANTI, DELCÍDIO AMARAL, GERALDO MESQUITA JUNIOR e JORGE BORNHAUSEN.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à deliberação da pauta. **Item 1) REQUERIMENTO nº 07, de 2004-CFC**, que "solicita a Comissão de Fiscalização e Controle que envie ao Presidente do Senado o pedido para que seja remetido ao Juiz da Corte Americana que julgará o processo da MCI, o depoimento completo e traduzido do presidente da ANATEL, Dr. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAUJO, realizado por esta Comissão, nesta data, o qual é substituído pelo seguinte texto "na reunião de 30 de março próximo passado, requeri a Vossa Excelência que fosse apreciado pelo Plenário do Senado o envio do depoimento do presidente da ANATEL – Dr. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO, devidamente traduzido, para conhecimento do Juiz da Corte Americana que aprecia o processo de falência da MCI. Considerando a falta de tempo hábil para apreciação do solicitado, venho, em substituição àquele requerimento, solicitar que me seja fornecida, com a maior urgência, a transcrição do respectivo depoimento assim como todas as perguntas a ele dirigidas com suas respectivas respostas. **Autores:** senadores **JORGE BORNHAUSEN e EFRAIM MORAIS. Resultado: Aprovado. Item 2) REQUERIMENTO nº 08, de 2004-CFC**, que requer " sejam convidados o BNDES, CVM e ANIMEC – Associação Nacional de Investidores do Mercado de Capitais, a comparecerem a esta Comissão, para realização de Audiência Pública com o objetivo de prestar informações sobre o processo de venda da EMBRATEL, empresa que emprega aproximadamente 15 mil trabalhadores diretos e indiretos, a fim de esclarecer a sociedade sobre a política de gestão de pessoal, competição no mercado de telefonia local e de longa distância nacional e internacional, política de investimentos e questões inerentes à segurança nacional. **Autor:** Senador **LUIZ OTÁVIO. Resultado: Aprovado. Item 3) REQUERIMENTO nº , de 2004-CFC**, que requer "com base no artigo 90, XIII, do Regimento Interno do Senado Federal que esta Comissão de Fiscalização e Controle realize diligência na aplicação dos recursos do Projeto Alvorada no Estado do Pará, referente aos exercícios de 2001, 2002 e 2003. **Autora:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA. Resultado: Adiado. Item 4) REQUERIMENTO nº , de 2004-CFC**, que requer "nos termos do parágrafo 2º do artigo 58 da Constituição Federal e do artigo 90, V do Regimento Interno desta Casa, que prestem depoimento perante esta Comissão, os senhores ANTÔNIO CARLOS ROCHA LIMA e MARCELO ROVAI da empresa GTECH; MÁRIO HAAG e CARLOS da SILVA CARTELL da Caixa Econômica Federal, com o intuito de esclarecer questões sobre a execução operacional, técnica e financeira do contrato firmado entre as duas empresas para exploração dos serviços de loterias no país. **Autor:** Senador **EFRAIM MORAIS. Resultado: adiado. Item 5) REQUERIMENTO nº , de 2004-CFC**, que "requer, nos termos regimentais, que sejam convidados os seguintes dirigentes da Caixa Econômica Federal: Dr. JOÃO ALDEMIR DORNELLES, Vice-Presidente de Controladoria, dr. PAULO BRETAS, vice-presidente de logística e o ex-vice-presidente de logística, Dr. MÁRIO HAAG, com o propósito de prestarem esclarecimentos sobre a prorrogação do contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e a Empresa Gtech. **Autor:** senador **ARTHUR VIRGÍLIO. Resultado: Adiado. Item 6) REQUERIMENTO nº , de 2004-CFC**, que "requer, nos termos regimentais e constitucionais, que seja convidado o senhor Delúbio Soares, secretário de finanças e planejamento do partido dos trabalhadores, para, em audiência pública, prestar esclarecimentos sobre possíveis reuniões ocorridas no palácio do planalto para tratar de assuntos como

nomeações e liberações de emendas de interesse de governadores. **Autor:** Senador **ARTHUR VIRGÍLIO. Resultado: Adiado**. Usam da palavra os Senhores Senadores **LUIZ OTÁVIO** e **EFRAIM MORAIS** . Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental. Declaro aberta a 7ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

Temos sobre a mesa dois requerimentos que são tranqüilos em relação ao assunto da reunião de ontem. O anterior é do Senador Jorge Bornhausen, que pede para substituir por este requerimento:

Na reunião de 30 de março próximo passado, requeri a V. Exª que fosse apreciado pelo Plenário do Senado o envio do depoimento do Presidente da Anatel, Dr. Pedro Jaime Ziller de Araújo, devidamente traduzido, para conhecimento da Corte Americana, que aprecia o processo de falência da MCI.

Considerando a falta de tempo hábil para a apreciação do solicitado, venho, em substituição àquele requerimento, solicitar que me seja fornecida com a maior urgência a transcrição do respectivo depoimento, assim como todas as perguntas a ele dirigidas e suas respectivas respostas.

Na certeza do deferimento imediato de V. Exª ao requerimento, subscrevo-me.

Atenciosamente, Senador **Jorge Bornhausen.**

O requerimento está subscrito pelo Senador Efraim Morais.

Em discussão.(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão.(Pausa)

Aprovado.

O segundo requerimento é do Senador Luiz Otávio, acerca do mesmo assunto:

Nos termos regimentais, vimos requerer que sejam convidados BNDES, CVM e ANIMEC – Associação Nacional de Investidores de Mercado de Capitais a comparecerem a esta Comissão, com vistas à realização de audiência pública com o objetivo de prestar informações sobre o processo de venda da Embratel, empresa que emprega aproximadamente 15 mil trabalhadores diretos e indiretos, a fim de esclarecer a sociedade sobre a política de gestão de pessoal, competição no mercado de telefonia local e longa distância nacional e internacional, política de investimentos e questões inerentes à segurança nacional.

Passo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio, para que faça alguma consideração como justificativa do seu requerimento.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, a única consideração que farei a respeito do requerimento é que fui procurado ainda há pouco pelo Superintendente da CVM, aqui mesmo no plenário da Comissão de Fiscalização e Controle, dizendo que o Presidente da CVM está no exterior e pedindo que fosse adiada a sua vinda para a reunião da próxima terça-feira.

Disse a ele que procurasse o Presidente da Comissão, que era quem realmente poderia definir isso.

Na minha opinião, não há problema, até porque não estamos convidando especificamente o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários. O que queremos ouvir é aquela entidade.

Disse ao seu Superintendente que poderia ser outra pessoa, representando, logicamente, o seu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas o Presidente mandou um dos diretores me procurarem para dizer que ele gostaria de vir pessoalmente.

Então faremos a audiência terça-feira.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – No mais, quanto ao requerimento, não tenho consideração alguma a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão.(Pausa)

Aprovado.

Com a palavra o nobre Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, em relação ao meu requerimento, convidamos diretores da Caixa Econômica e da empresa Gtech.

Conversando com o Senador Luiz Otávio, entendemos que seria interessante dividir esse requerimento em dois, para ouvirmos os representantes da Gtech e depois, se necessário, os diretores da Caixa.

É isso que eu queria propor a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tenho o maior interesse em atender ao nobre Senador. Esta Comissão tem sido extremamente ágil e desburocratizado tudo o que é possível. Há número regimental no livro. Estamos apreciando somente os requerimentos pacíficos. Na próxima reunião, apresentarei

o requerimento de V. Exª, porque se trata de tema polêmico e poderá haver contestação.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PF) – Não problema de minha parte. Aguardarei a reunião da próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço a compreensão de V. Exª.

Não havendo outro assunto a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h04min)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Primeira Reunião Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no dia vinte e dois de Janeiro do ano de dois mil e quatro, às nove horas e trinta Minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e dois de janeiro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES, EDUARDO AZEREDO, MOZARILDO CAVALCANTI, RODOLPHO TOURINHO, FLÁVIO ARNS, FÁTIMA CLEIDE, SIBÁ MACHADO, RAMEZ TEBET, JUVÊNCIO DA FONSECA, AELTON FREITAS, VALDIR RAUPP, MARCO MACIEL, JOÃO CAPIBERIBE, JOSÉ AGRIPINO, TIÃO VIANA, LÚCIA VÂNIA e LUIZ OTÁVIO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente declara a inversão de pauta e inicia a apreciação pelo **Item cinco**: "Reflexões sobre o episódio relativo à obrigatoriedade a tirar fotografias e impressões digitais para brasileiros ingressarem nos Estados Unidos da América e norte-americanos no Brasil". Após breves considerações do Senhor Presidente, fazem uso da palavra os Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO, JEFFERSON PÉRES, FLÁVIO ARNS, RODOLPHO TOURINHO, FÁTIMA CLEIDE, SIBÁ MACHADO e MOZARILDO CAVALCANTI.** Passa-se ao **Item um da Extra-Pauta:** "Designação dos novos membros que comporão o Grupo Amizade Brasil-Mèxico, com previsão de ser realizada a primeira reunião Inter-parlamentar entre os dois Grupos, na Cidade do México, no período de 08 a 14 de fevereiro de 2004, conforme entendimentos mantidos pelos Senadores Eduardo Suplicy e José Sarney com a Presidente da Comissão de Relações Exteriores para América Latina e Caribe do Senado Mexicano; Senadora Cecília Romero Castillo". Os Senadores concordaram em marcar a reunião para o período do Carnaval e ficaram de formalizar a lista dos novos membros do grupo Inter-parlamentar. Passa-se ao **Item um da Pauta:** Mensagem (SF) Nº 214, de 2003, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Belarus". O Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**, que faz a leitura do parecer favorável. Passa-se ao **Item dois:** Mensagem (SF) Nº 226, de 2003, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCO CÉSAR MEIRA NASLAUSKY, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, exercer o cargo de Embaixador junto à República da Lituânia". O Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**, Relator da matéria, faz a leitura do parecer favorável. Passa-se ao **Item três:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 854, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto da Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, adotada em 10 de setembro de 1998, na cidade de Roterdã". O Presidente designa Relatora "Ad Hoc", Senadora **FÁTIMA CLEIDE**, que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o projeto é aprovado. Passa-se ao **Item quatro:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 894, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, adotada, naquela cidade, em 22 de maio de 2001". O Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA**, que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o projeto é aprovado. Passa-se ao **Item seis:** "Reflexões sobre os problemas de demarcações de terras indígenas que estão ocorrendo nos estados de Roraima e Mato Grosso do Sul". Faz uso da palavra

os Senadores **MOZARILDO CAVALCANTI, MARCO MACIEL, FLÁVIO ARNS, JOÃO CAPIBERIBE, SIBÁ MACHADO, FÁTIMA CLEIDE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA E JEFFERSON PÉRES.** O Senhor Presidente põem em votação os Requerimentos apresentados sobre a matéria. **Extra-Pauta – Item três**: Requerimento N° 02/CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "requer, sejam convidados para prestar esclarecimentos sobre a questão de demarcação de terras indígenas em Roraima, notadamente a Reserva Raposa-Serra do Sol (em vias de homologação pelo Presidente da República) tendo em vista os conflitos ocorridos e iminentes inclusive entre etnias indígenas, as seguintes autoridades: Governador do Estado de Roraima, Ministro da Defesa e o Ministro da Justiça". **Extra-Pauta – Item quatro**: Requerimento N° 3, de 2004/CRE, de autoria do Srnador Juvêncio da Fonseca, que "requer a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que sejam convidados para participarem da Audiência Pública sobre os problemas de demarcações de terras indígenas que estão ocorrendo nos estados de Roraima e Mato Grosso do Sul, o Juiz Federal Odilon de Oliveira e o Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos". **Extra-Pauta – Item cinco**: Requerimento N° 04, de 2004/CRE, de autoria dos Senadores João Capiberibe, Fátima Cleide e Sibá Machado, que "requerem seja convidada a Dra. Ela Vieko, Coordenadora Geral da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, para participar de Audiência Pública nesta Comissão de Relações Exteriores, com o objetivo de discutir o problema da demarcação de terras indígenas". O Senhor Presidente coloca os Requerimentos em votação. Não havendo quem queira discutir, os Requerimentos são aprovados. O Senhor Presidente pede ao Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Fátima Cleide que escrutinem os votos. Os Embaixadores são aprovados por unanimidade de quatorze vvotos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Estamos prestes a ter quórum regimental, com a presença de oito Senadores, faltam apenas dois.

Como há itens relevantes, mas que não demandam votação, iniciaremos por eles. Peço aos Senadores que estão em seus gabinetes que compareçam à reunião para procedermos às votações da pauta.

Desde que concluímos os trabalhos em dezembro, surgiram alguns assuntos de grande relevância para a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O primeiro refere-se à decisão do Governo norte-americano de exigir que cidadãos de diversos países, inclusive do Brasil, ao entrar naquele país, tirem fotografia e impressões digitais. A partir desse fato, o Juiz Julier Sebastião da Silva decidiu que o Governo brasileiro deveria adotar medida semelhante. Posteriormente, por iniciativa do Itamaraty e do Ministério da Justiça, o Governo brasileiro editou portaria tratando do mesmo assunto. O tema foi objeto de diálogo, entre outros assuntos, no encontro do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e do Presidente George W. Bush, em Monterrei.

Na última segunda-feira, fiz uma visita ao Ministro Celso Amorim para saber como está o diálogo entre as autoridades americanas e brasileiras sobre esse tema. Alguns Senadores pronunciaram-se sobre o assunto nesta semana, e eu gostaria de expor minha opinião pessoal, como forma de colaboração aos trabalhos. Inclusive, transmiti isso ao Ministro Celso Amorim. Vivemos uma era em que muitos países, no intuito de realizar maior e melhor integração econômica, política e social, estão procurando facilitar o ingresso de pessoas. Um exemplo disso é a União Européia, onde cidadãos de diversos países que a compõe podem entrar e sair dos vários países do bloco sem maiores exigências. Tanto que, quando chegamos aos países europeus, observamos a fila para cidadãos da União Européia – para os quais não há muitas exigências – e a fila para as pessoas originárias de outros países, como os da América Latina, que necessitam de vistos para ingressar em alguns países.

Na América Latina, há um acordo que está sendo por nós examinado nesta Casa pelo qual brasileiros, paraguaios, uruguaios e, mais recentemente, bolivianos, chilenos e peruanos não precisaremos mais apresentar vistos.

O próprio Ministro Celso Amorim, na segunda-feira, pediu ao seu assessor que encaminhasse uma carta ao Ministro da Justiça, sugerindo-lhe que seja reservado, nos aeroportos e portos brasileiros, um lugar para os brasileiros que chegam do exterior, um para os cidadãos do Mercosul, da Bolívia, do Chile e do Peru, outro para os demais estrangeiros, e um para os americanos com essa exigência. Se formos aos países andinos, observaremos nos aeroportos o aviso de que para os cidadãos dos países andinos basta a carteira de identidade, como ocorre com os países do Mercosul.

Recentemente, foi assinado um tratado pelos Chefes de Estado dos países do Mercosul, com extensão aos três que mencionei, para que haja a livre circula-

ção de pessoas entre os nossos países. Há perspectivas de integração, principalmente econômica, entre os países das Américas e, então os Estados Unidos e nós também não adotaríamos esse tipo de procedimento nos aeroportos. Essa, então, é uma meta. Essa decisão do Governo brasileiro é mais no sentido de ter, por enquanto, reciprocidade e tem como objetivo, se possível, a dispensa do fichamento.

Os Senadores Eduardo Azeredo e Jefferson Péres também pedem a palavra para fazer observações. Renovo o apelo aos Srs. Senadores para comparecerem de pronto à nossa Comissão cujos trabalhos se iniciam.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na minha opinião o Governo demorou a agir e deixou que a decisão inicial fosse tomada por caminhos que, no meu modo de entender, não eram os mais adequados. É uma prerrogativa do Governo Federal, do Itamaraty e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional decidir o que fazer tendo em vista a decisão americana de fazer o fichamento de habitantes de 150 países, deixando apenas 27 fora desse processo.

Entretanto, parece-me que agora as questões já estão bem encaminhadas. O Governo já recorreu da medida tomada em Mato Grosso e assumiu o comando das decisões.

É sabido que os Estados Unidos têm realmente uma situação grave quanto ao terrorismo. Mas eles liberaram os viajantes do México, e sabemos que os mexicanos constituem a maior parte dos imigrantes ilegais nos Estados Unidos. Dessa maneira, o argumento de que o Brasil também tem grande número de imigrantes não é válido, já que o México é o primeiro e está liberado do fichamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Além dos cidadãos dos países europeus.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim. Cidadãos dos países europeus, do Primeiro Mundo, digamos assim. Poderíamos nos basear na liberação do México para que o Brasil fosse o 28º país liberado de tal procedimento.

Sr. Presidente, houve, sem dúvida alguma, muita improvisação. Isso não ficou bem para a imagem do Brasil, que precisa de turistas. Um dia, houve sete horas de espera no aeroporto. No passado, também houve filas grandes nos aeroportos brasileiros. Era extremamente desgastante, depois de dez a onze horas de viagem, ainda ficar de pé em uma fila meia hora, uma hora. Houve muita evolução e é duro ver a cena se repetir.

Na semana passada, estive com o Ministro Walfrido dos Mares Guia, que me disse ter feito uma proposta ao Presidente Lula no sentido de que o fichamento dos americanos permaneça, mas para efeito de visto, que será concedido aqui no Brasil, ou seja, em vez de ir a um Consulado brasileiro para pedir o visto nos Estados Unidos, o viajante norte-americano, ao chegar ao Brasil, iria a um guichê, onde faria o registro e pagaria a eventual taxa, obtendo ali o visto de entrada. Pergunta-se: e se ele não obtiver o visto? Se não obtiver o visto, ele terá de voltar, mas essa ocorrência é mínima, segundo as estatísticas; é apenas residual de um ou outro que passa por um processo de prisão ou algo semelhante. Nesse caso, deveria ficar detido para mais informações, antes de receber o visto.

Essa solução de haver um visto de chegada parece ser criativa e inteligente. Como dizia o Senador Jefferson Péres, na Turquia isso já ocorre. O brasileiro não precisa de visto para a Turquia, mas, ao chegar àquele país, o cidadão brasileiro precisa ir a um guichê, mostrar seu passaporte, registrar-se e pagar uma taxa para obter o direito a entrar no país.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente manifesto o meu desconforto pelo fato de, na primeira semana de convocação extraordinária, que provoca tantas críticas ao Congresso, apesar de a convocação ter sido feita pelo Executivo, estarmos vivendo esta situação: convocados para vinte dias de trabalho em dias úteis, embolsando duas ajudas de custo, não há **quórum** nesta Comissão para realizar a reunião. Com toda a razão, isso desgasta enormemente a imagem do Congresso. Sr. Presidente, não estou criticando os Senadores ausentes, porque muitos deles certamente tiveram suas razões para se ausentarem, quem sabe por motivo de força maior. Porém, para a Instituição, isso é péssimo.

Portanto, quero deixar registrado em Ata o meu desconforto quanto a essa situação. Não posso deixar de fazê-lo, porque creio ser este o meu dever.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Renovo o apelo aos Senadores, porque, no momento, falta apenas um Senador para que haja **quórum** nesta reunião, conforme também solicita V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, esta reunião foi convocada para as 9 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Correto.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – São 10 horas e 15 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Exatamente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não podemos tapar o sol com a peneira. Essa situação é vexatória para o Congresso, para o Senado.

Sr. Presidente, quanto à questão dos vistos, da identificação dos visitantes, não há dúvida de que o Governo brasileiro agiu corretamente ao baixar a portaria, invocando o princípio da reciprocidade, e ao recorrer da decisão do juiz. No meu entender, houve uma ingerência do Judiciário nos assuntos do Executivo.

O princípio da reciprocidade é uma faculdade que o Governo adota se quiser, pois não é obrigado a fazê-lo por lei ou por tratado. O Governo adota essa atitude se quiser. Portanto, não compete ao Judiciário dizer que, neste caso, o Governo deveria adotar esse princípio. Foi uma ingerência do Juiz de Mato Grosso, que, no meu entender, errou. Creio que isso será reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça.

Por outro lado, sinto-me um pouco incomodado com a situação criada. Por quê? Mais uma vez, mostra-se uma falha administrativa no País que nos leva a essa situação. O Governo americano adotou medidas rigorosas, e todos nós sabemos por quê. Imagino que, se os dois maiores arranha-céus de São Paulo tivessem sido explodidos e se Bin Laden ameaçasse explodir outros, os brasileiros estariam vivendo uma paranóia e adotaríamos medidas iguais às dos americanos. Por isso, o Governo americano tem suas razões.

Agora, por que liberaram para 29 países e não para os outros, incluindo o Brasil? Para nosso constrangimento, os americanos infelizmente não deixam de ter razão. Conforme foi reconhecido pela Polícia Federal, os passaportes brasileiros são dos mais facilmente falsificáveis do mundo; não são confiáveis. A Polícia Federal reconheceu esse fato, e não eu ou os americanos. Os passaportes dos outros países para os quais não se exige visto são relativamente seguros, porque segurança absoluta não existe, mas são de difícil falsificação. Essa foi uma das razões pelas quais o Governo americano excluiu o Brasil. Isso é lamentável. Creio que, se esta Comissão vai fazer alguma sugestão ao Governo, uma delas, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me, Senador Jefferson Péres.

Acredito que, com a presença do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, completamos o quórum. Havíamos aberto a reunião aguardando quórum. Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, agradeço sua presença. A nossa reunião, inclusive, não será longa, de maneira que muitos dos membros desta Comissão que são membros da CAE iremos colaborar com os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Jefferson Péres, V. Exª tem a palavra para dar prosseguimento a seu raciocínio.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O Governo americano tem lá suas razões, que não podemos desconhecer. Se avaliarmos em termos de prejuízo, é claro que os maiores são para nós. Precisamos muito mais dos dólares trazidos pelos turistas americanos do que os Estados Unidos do dinheiro levado pelos turistas brasileiros. Mas, neste caso, trata-se de uma questão de orgulho nacional. Creio que o Governo brasileiro tinha de tomar essa atitude, até para satisfazer a auto-estima do País, que não entenderia que aos americanos também não se aplicasse a mesma exigência que se está aplicando aos brasileiros que lá ingressam.

Para concluir, quero dizer que, se esta Comissão for sugerir alguma coisa ao Itamaraty, que seja no sentido de conferir urgência à substituição dos atuais passaportes expedidos pela Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns e, sem seguida, à Senadora Fátima Cleide.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Em primeiro lugar, eu gostaria de abordar a questão do quórum também aqui no Senado Federal, no decorrer desta convocação extraordinária, para registrar que, no plenário, durante toda a semana, houve presença maciça de Senadores. Não havia registro em painel, mas, pela presença dos Senadores dentro e fora do plenário, constatamos o grande número de Senadores, o que demonstra também o interesse pela participação nas discussões e nos debates.

Inclusive, ontem, por ocasião da manifestação do Senador Fernando Bezerra, em relação aos posicionamentos da Procuradoria-Geral da República, dezenas de Senadores se manifestaram a favor daquela conclusão da Procuradoria em relação ao caso do Senador Fernando Bezerra. Ao mesmo tempo, na Comissão, sabemos da presença dos Senadores em outra Comissão e que, ao mesmo tempo, vários Senadores hoje se deslocaram ao Estado do Maranhão para a missa de Sétimo Dia da mãe do Presidente do Senado, Senador José Sarney, a quem enviamos o abraço, a solidariedade, a amizade e o respeito pelo falecimento de sua mãe.

Em relação ao episódio com os Estados Unidos, enalteço, em primeiro lugar, o trabalho do juiz do Mato Grosso, tendo razão ou não no seu posicionamento, o que deve ser debatido. Contudo, por meio do posicionamento do juiz do Mato Grosso, nós, do Brasil inteiro, debruçamo-nos sobre este assunto. S. Exª disse que o brasileiro precisava ter reciprocidade, em termos do tratamento que vinha tendo nos Estados Unidos, e fez com que um grande debate sobre soberania e dignidade acontecesse em nosso País. Então, com razão, os recursos vão dizer na seqüência ou não se estava dentro da alçada do Judiciário fazer isto ou não. Mas S. Exª realmente oportunizou a todos os brasileiros que este grande debate acontecesse.

Entendo também que existe uma grande preocupação dos Estados Unidos em relação a medidas de segurança, em função dos atentados que aconteceram e das ameaças que vêm acontecendo. Tenho pelo povo americano, também, um respeito muito grande, morei nos Estados Unidos por três anos e aprendi, inclusive, a compreender bastante os ideais e as dificuldades, as perspectivas do povo americano nesse sentido. Contudo, apesar disso, a gente tem que se contrapor aos argumentos do Governo americano, dizendo que havia discriminação em relação aos americanos no Brasil, porque os brasileiros nos Estados Unidos vêm tendo esse tratamento de serem identificados por meio da fotografia, das impressões digitais, e há um princípio universalmente aceito, que é o da reciprocidade. Então, não existe discriminação em relação ao cidadão americano. Ninguém deseja, na verdade, essa situação, a não ser os que ultrapassarem esse problema, tanto lá como aqui. Isso vai ser ultrapassado na medida em que os dois países chegarem a um consenso nesse aspecto. Ainda mais que os países europeus, muitos deles – e os passaportes de terroristas vêm de países europeus, não vêm do México, nem do Brasil, nem de países latinos, mas os passaportes de terroristas normalmente estão vindo de países europeus, em que eles estão liberados, e o México também está liberado. Isso nos faz inclusive pensar em termos de acordos como a Alca, por exemplo. Como é que podemos pode pensar num acordo econômico, em termos de produtos de vendas como a Alca, se as pessoas, se os cidadãos, que deveriam ser mais importantes do que os produtos econômicos, não podem se deslocar? O produto econômico pode, mas as pessoas não podem.

Acredito que temos que repensar tudo, em termos desses relacionamentos que devem acontecer.

Enalteço a iniciativa do juiz e o posicionamento do Governo brasileiro, que tomou a si a condução desse trabalho depois. O Senador Jefferson Péres também assinalou e a Polícia Federal alertou – creio que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pode debater também com o Ministério das Relações Exteriores – que devemos aprimorar a documentação, os passaportes, os procedimentos, para que nós brasileiros, o País, o Brasil, dentro de princípios de soberania, mas também de modernidade dos documentos, possamos também nos inserir dentro de princípios de segurança, sem dúvida alguma – Isso temos que buscar – mas principalmente de reciprocidade, de soberania. Isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Os Senadores Rodolpho Tourinho, Fátima Cleide e Sibá Machado pediram a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senador Jefferson Peres, em relação à qualidade dos nossos passaportes, talvez seja o ponto mais interessante, novo, para ser discutido, desde que todos os outros aspectos têm sido debatidos pela da imprensa, e de varias formas.

Sendo casado com uma portuguesa, tenho acompanhado o que tem se desenvolvido em relação a isso em Portugal. Hoje eles têm o passaporte eletrônico, difícil de ser falsificado. A própria dificuldade de obtenção de meu filho, que tem dupla cidadania – portuguesa e brasileira –, também me mostrou claramente não só o cuidado, mas a forma como é feito.

Tenho impressão, Senador Jefferson Péres, de que V. Exª trouxe um ponto que é extremamente importante, fora o aspecto político, fora o aspecto de reciprocidade, mas que é um aspecto prático. Acho que nós estamos ainda numa outra era em relação a essa questão de documento de identificação. É função desta Comissão e, sobretudo, neste momento, com isso que foi levantado pelo Senador Jefferson Péres, deveríamos, Senador Eduardo Suplicy, como bem disse também o Senador Flávio Arns, aprofundar essa questão. Não sei por que formas seria melhor fazer isso, mas acho que, aí sim, estaríamos dando uma contribuição objetiva, positiva à solução desse problema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senadora Fátima Cleide, tem V. Exª a palavra.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não tenho dúvidas quanto à ação do Governo com relação à situação do fichamento dos americanos em território brasileiro.

Não tenho dúvidas também de que a Justiça, de que o Procurador Pedro Taques, do Ministério Público Federal do Mato Grosso, e o Juiz Julier Sebastião da Silva, embora não nos lembremos de seu nome, essas ações que honram a Justiça brasileira e que enaltecem o orgulho nacional devem ter as pessoas que as conduzem sendo sempre muito bem lembradas por nós. Penso que agiram corretamente, sim.

Foi fundamental para que o povo brasileiro tivesse elevada a sua auto-estima diante desse tratamento que entendo desonroso por parte dos americanos, assim como foi fundamental também a retenção de uma aeronave norte-americana em solo rondoniense por doze horas, uma vez que se está tornando rotineira a passagem de aeronaves norte-americanas por solo brasileiro com destino à Bolívia, usando o espaço aéreo brasileiro sem que as autoridades brasileiras sejam notificadas.

Dentro de toda essa situação, apresento requerimento a esta Comissão para que ouçamos, em audiência pública, tanto o Procurador Pedro Taques quan-

to o Juiz Julier Sebastião. Essas ações nos devem ser melhor explicadas. Embora tenham melhorado a auto-estima e ocasionado o orgulho nacional, a Nação também precisa ouvir essas duas pessoas da Justiça mato-grossense.Estou apresentando requerimento, embora que saiba não será objeto de apreciação durante a convocação extraordinária.

Diante de todo esses episódios, quero colocar uma preocupação. Refiro-me à atitude da Prefeitura do cidade do Rio de Janeiro que, tentando minimizar a situação para os turistas norte-americanos, ofereceu-lhes flores, atitude que não discordo, mas utilizar as nossas mulatas, as nossas mulheres em uma atitude ambígua, com um certo aspecto sexista e de gênero, é muito preocupante, principalmente vindo de quem está administrando o Rio de Janeiro.

Trata-se, mais uma vez, de utilizar as nossas mulheres como objeto, como se no Brasil todas as mulheres estivessem à disposição dos norte-americanos ou de qualquer turista. Penso que, neste momento em que o Governo e a sociedade brasileira discutem a utilização de crianças, adolescentes e mulheres, buscando ações e políticas públicas que minimizem, que acabem de fato com o turismo sexual, essa atitude da Prefeitura do Rio de Janeiro não contribui com o que deseja a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também ouvi atentamente o pronunciamento dos demais Senadores. Esse é um assunto que já mexeu com todos os habitantes de nosso País e, em alguns momentos, virou motivo de chacota, como acaba de ser mencionado pela Senadora Fátima Cleide.

Quero acrescentar algo de que ainda não tive oportunidade de falar. Segundo meus dados e levantamento que fiz, há na ONU reconhecidos cento e noventa e seis países. Os Estados Unidos vêem como merecedores da desnecessidade de fazer aquele ato de reconhecimento na chegada daquele país vinte e sete.

Ora, o Governo Bush elegeu, digamos assim, como insegurança não apenas para a nação americana como as demais, três países: o Iraque, a Líbia e a Coréia do Norte. De 196, tirando 27, ele acaba por criar uma espécie de suspeição de 169. Ou seja, 169 países, como o nosso, acabam sendo colocados sob suspeita na vala comum de que estejam prestigiando, de alguma maneira, o terrorismo, tipo de prática que todos condenamos.

A decisão do Governo já estava expressa, segundo a imprensa, nas atitudes e nos pronunciamentos do Ministro Celso Amorim, que, desde o primeiro momento, pelo que vi na imprensa, teria se recusado a retirar os sapatos, sob pena de ter suspensas suas atividades naquele país e retornar ao Brasil. Por mais simples que pareça, digamos, a troca de competência, ou coisa parecida, a atitude do Juiz foi louvável.

Em segundo lugar, creio que o Governo brasileiro, ao tomar uma atitude como essa, deve, no mínimo, forçar uma negociação diferenciada. Considero equivocada a atitude do Governo americano. Por mais que se coloque que se trata de uma questão de segurança, já que se existe um endereço da suspeição, que se trate da suspeição. Portanto, qualquer pessoa de origem direta ou indireta da Líbia, do Iraque e da Coréia do Norte, os três endereços detectados pelo sistema de inteligência americano, pelo serviço de segurança americana, penso que é com eles que o problema do Governo americano deve ser considerado.

Ao encerrar, gostaria de dizer que sempre houve um relacionamento muito, não digo servil, mas muito ruim em relação ao respeito às etnias latinas, e que envolve não apenas a nossa região, mas também a da África e de parte da Ásia. É uma relação muito ruim, não apenas comercial e cultural, que agora considero de certa forma desrespeitosa. Portanto, parabenizo a atitude tanto do Juiz como do Governo brasileiro. E, é claro, eu me irmano com a preocupação do Senador Jefferson Péres. Devemos contribuir no sentido de facilitar o máximo possível o serviço de segurança nacional, e não podemos também, de certa forma, contribuir para qualquer tipo de dúvida nas relações de segurança de nosso país com qualquer outro.

Era o que eu gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Senador Mozarildo Cavalcanti, último inscrito.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o assunto já foi bem abordado pelos Senadores que me antecederam, mas gostaria de ratificar alguns pontos do que ouvi. Em primeiro lugar, se o Juiz Federal agiu, mesmo de maneira que possa ser considerada uma intromissão em assunto do Poder Executivo, agiu por omissão do Poder Executivo. O Governo Federal, inicialmente, não tomou a iniciativa. Se detinha ou não a faculdade de utilizar o princípio da reciprocidade, não resgatou, como disse a Senadora Fátima Cleide, a auto-estima dos brasileiros. Quando o Juiz determinou, posteriormente, o Governo baixou a portaria, portanto, dando razão ao Juiz de que era necessário fazê-lo. Creio que acima de quaisquer outras questões jurídicas ou diplomáticas, está o resgate da dignidade, da auto-estima do povo brasileiro.

A Senadora também disse, e já tive a oportunidade, nesta Comissão, de dizer também – em relação ao episódio do avião francês em Manaus, de outro, ame-

ricano, em Rondônia, de um segundo, e várias outras ocorrências – que nossa posição, como país, tem sido de muita leniência, de muita benevolência em não recebermos essa reciprocidade. Entendo que agiu certo o Juiz e, posteriormente, agiu certo o Governo, ao baixar a Portaria. Se não pretendemos dar uma dimensão à questão de maneira maior, creio que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agiu certo também quando propôs aos Estados Unidos que acabasse com a exigência do visto. Se para isso temos que melhorar a qualidade de nosso passaporte, é um detalhe. Mas o importante é que temos sim que nos impor como nação, como país, a fim de que nosso povo tenha orgulho de ser brasileiro. Se não, seremos, como há poucos dias o Senador Ney Suassuna leu, da tribuna do Senado, um informe da CIA, fazendo uma previsão para o ano de 2025, dizendo que vamos continuar sendo um bananal, quer dizer, um país das bananas – eles sempre o disseram –, e que as coisas no Brasil só vão piorar – falaram da América Latina toda, mas especificando o Brasil.

Na verdade, esta Comissão, à qual V. Exª trouxe esse assunto para reflexão, deve, no meu entender, ir à frente, buscando, por exemplo, aperfeiçoar a questão dos passaportes, apoiar o pedido do Presidente Lula de que haja essa reciprocidade de dispensa de visto para a entrada de brasileiros nos Estados Unidos e dos americanos no Brasil. Isso seria o ideal.

Portanto, minha posição é de apoio à decisão do juiz e ao do Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os diversos Senadores e Senadoras que se expressaram manifestaram, portanto, apoio à atitude do Governo brasileiro de buscar a não-exigência, por parte das autoridades americanas, de identificação para a entrada de brasileiros nos Estados Unidos – a fim de que haja tratamento igual ao prestado aos cidadãos dos países europeus e do México –, bem como a outras iniciativas suas e à decisão do Juiz Julier Sebastião da Silva, de Mato Grosso, que acabou realizando um ato importante para a soberania do Brasil.

Há alguns itens que rapidamente gostaríamos de examinar, para colaborar com a Comissão de Assuntos Econômicos.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores – já o havia feito na parte introdutória – que o Presidente José Sarney encaminhou uma carta a este Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dizendo que a Senadora Cecilia Romero Castillo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores no Senado mexicano, propõe seja realizada, em fevereiro próximo, uma reunião interparlamentar mexicana e brasileira, para a qual devemos indicar Senadores que gostariam de participar.

Na parte introdutória, os Senadores propuseram que, em vez de ocorrer de 8 a 14 de fevereiro, essa reunião se realize na semana do carnaval – quarta-feira de cinzas, quinta-feira e sexta-feira, por exemplo. Os Senadores Rodolpho Tourinho e Eduardo Azeredo indicaram meu nome, mas, juntamente com o Senador Jefferson Péres e outros Srs. Senadores, manifestaram que gostariam de participar da reunião.

Consulto os demais Senadores e Senadoras se gostariam também de participar. V. Exªs podem manifestar-se até o final desta reunião, quando farei a comunicação ao Senador José Sarney.

Esse é o primeiro item, que foi concluído.

Com respeito ao Item 1 da Mensagem nº 214, sobre a situação das áreas indígenas, como o Senador Jefferson Péres pediu para estar presente na hora em que a matéria fosse tratada, deixarei para apreciá-lo depois dos três itens que se seguem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, gostaria de tirar uma dúvida quanto à questão dessa reunião: precisam ser definidos todos os possíveis participantes imediatamente ou isso pode ser feito posteriormente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu gostaria de informar o Presidente José Sarney ainda hoje. Eu agradeceria aos Senadores que desejarem participar a reunião Brasil – México, a ser realizada em fevereiro, que o façam até o início da tarde.

Item 1º:

Mensagem nº 214, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Carlos Augusto Rego Santos Neves para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Belarus.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, para que, se possível, como Relator **ad hoc**, leia o parecer preparado pelo Senador Luiz Otávio.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, conforme já anunciado, trata-se da indicação do nome do Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Belarus.

Demonstra o informativo que as exportações brasileiras para Belarus totalizaram US$ 1,5 milhão, enquanto as importações chegam a US$ 67 milhões, o que significa déficit para o Brasil de cerca de US$ 65 milhões. Esse quadro pode ser alterado pelo interesse de Belarus pelo Brasil, seja no sentido de estabelecer aqui Consulado e missão diplomática permanentes, seja de celebrar acordos bilaterais nas áreas de cooperação econômica, comercial, cultural, da ciência e tecnologia, da proteção recíproca de investimentos e da isenção mútua de vistos de turistas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O parecer é favorável?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS - RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

É necessário votação secreta. No final da reunião, os Senadores poderão votar esse item.

Item 2:

Mensagem 266, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Marco César Meira Naslausky para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, exercer o cargo de Embaixador junto à República da Lituânia. De autoria do Presidente da República.

Senador Mozarildo Cavalcanti, novamente peço-lhe que faça a leitura do parecer.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS - RR) – O Sr. Marcos César Meira Naslausky ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1963, ascendeu a Conselheiro em 1975, a Ministro de Segunda Classe em 1978 e a Ministro de Primeira Classe em 1996; recebeu ainda numerosas e importantes funções em missões temporárias, integrando delegações em diversas reuniões e negociações bilaterais e multilaterais e em conferências de organizações internacionais.

Diante do exposto, julgo que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Portanto o Sr. Marcos César Meira Naslausky preenche todos os requisitos para ocupar a função indicada pelo Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O parecer é favorável.

A votação será secreta.

Item 3:

Projeto de Decreto Legislativo 854, de 2003, que aprova o texto da convenção sobre procedimento de consentimento prévio informado, para o comércio internacional de certas substâncias químicas e agrotóxicos perigosos.

A relatoria é do Senador Hélio Costa, com parecer favorável.

Solicito à Senadora Fátima Cleide a gentileza de ler, como Relatora **ad hoc**, o relatório do Senador Hélio Costa.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Em cumprimento ao disposto no art. 49, I, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação parlamentar o texto desse ato internacional.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 30 de outubro de 2003, tendo naquela Casa passado pelo crivo das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Economia, Indústria, Comércio e Turismo, de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, de Constituição e Justiça e de Redação.

Segundo a exposição de motivos encaminhada a esta Casa pelo Ministério das Relações Exteriores, a convenção em apreço dispõe que as operações de exportação e importação relativas a produtos constantes de seus anexos deverão ser precedidas de processo que assegure ao País importador o direito de analisar informações extensivas sobre os potenciais riscos causados por tais produtos ao meio ambiente e à saúde humana para exercer a faculdade de autorizar ou proibir tais alterações.

O art. 2º do referido ato internacional define os termos 'substância química', 'substância química proibida', 'substância química severamente restrita', 'formulações de agrotóxicos severamente perigosas', 'ação regulamentadora final', 'exportação e importação', 'parte', 'organização de integração econômica regional' e 'comitê de revisão química'.

O art. 3º estabelece o escopo de aplicação da convenção arrolando, por outro lado, as substâncias químicas, às quais não se aplica, como as drogas narcóticas e substâncias psicotrópicas, materiais radioativos, resíduos, armas químicas, produtos farmacêuticos, aditivos em alimentos, alimentos e substâncias químicas em quantidades que não afetem à saúde humana ou o meio ambiente, desde que importadas para fins de pesquisa ou por indivíduo para seu uso pessoal e em quantidades compatíveis.

O art. 4º dispõe que cada parte signatária designará uma ou mais autoridades nacionais para agirem em seu nome no desempenho das funções exigidas pela convenção, enquanto o art. 5º estabelece procedimentos para substâncias químicas ou severamente restritas.

O art. 6º, por seu turno, cria procedimentos para formulações de agrotóxicos severamente perigosos.

O art. 7º diz respeito à inclusão de substâncias químicas no anexo III, referente às substâncias químicas sujeitas ao procedimento de consentimento prévio informado.

Os arts. 8º e 9º são pertinentes às substâncias químicas incluídas no procedimento de consentimento prévio informado e aquelas delas excluídas.

Os arts. 10º e 11º enumeram as obrigações assumidas pelas partes signatárias da convenção no tocante à importação e exportação de substâncias químicas relacionadas no anexo III.

O art. 12º dispõe que sempre que uma substância química proibida ou sujeita a severas restrições for exportada de seu território, essa parte encaminhará notificação de exportação à parte importadora.

O art. 13º define que informações devem acompanhar as substâncias químicas exportadas.

O art. 14º dispõe sobre o intercâmbio de informações sobre as partes e o art. 15º estabelece medidas para implementação da convenção.

O art. 16º prevê mecanismos de cooperação em matéria de assistência técnica voltada ao desenvolvimento da infra-estrutura e ao gerenciamento de substâncias químicas entre as partes, levando particularmente em consideração as necessidades de países em desenvolvimento e de países com economia em transição.

O art. 17º trata do não-cumprimento da convenção, enquanto que o art. 18º institui uma conferência das partes.

O art.19º cria um secretariado e o art. 20º institui um regime de solução de controvérsias.

O art. 21º determina que qualquer das partes signatárias poderá propor emendas à convenção a serem adotadas em reunião da conferência das partes.

A convenção não admite reservas, conforme consignado no art. 27º.

Em anexo ao Ato Internacional em análise, seguem-se cinco documentos, sendo que o anexo I regulamenta o art. 5º, sob o título 'Informações necessárias para notificações feitas em conformidade com o art. 5º'.

O anexo II tem por título 'Critérios para inclusão de substâncias químicas proibidas ou severamente restritas arroladas no anexo III'. E o anexo III arrola as substâncias químicas sujeitas ao consentimento prévio e informado.

O anexo IV trata das 'Informações e critérios para inclusão de formulações de agrotóxicos severamente perigosas' e o anexo V cuida ainda das informações exigidas para notificação de exportação.

Diante da análise, o voto é favorável ao texto que aprova a convenção sobre procedimento de consentimento prévio informado para o comércio internacional de certas substâncias químicas e agrotóxicos perigosos, adotado em 10 de setembro de 1998, na cidade de Rotterdam.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4:

Aprova o texto da Convenção de Estocolmo sobre poluentes orgânicos persistentes, adotado em 22 de maio de 2001.

O Relator é o Senador José Agripino.

Peço ao Senador Juvêncio da Fonseca que, como Relator **ad hoc**, leia o relatório.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é o parecer do ilustre Senador José Agripino, da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 894, de 2003, que aprova o texto da Convenção de Estocolmo sobre poluentes orgânicos persistentes, adotado naquela cidade em 22 de maio de 2001.

O texto foi encaminhado à Câmara dos Deputados em 20 de maio de 2003, por intermédio da Mensagem Presidencial nº 190, e foi aprovado naquela Casa como Projeto de Decreto Legislativo nº 818 A, em 6 de novembro de 2003.

De acordo com a exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Ministra Marina Silva, os poluentes orgânicos persistentes são substâncias químicas que permanecem no meio ambiente por longos períodos, intoxicam a cadeia alimentar e ameaçam o bem-estar humano e o ecossistema.

O ilustre relator pormenoriza a análise mais aprofundada do projeto e expõe, no final, o seu voto.

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 894, de 2003, com a seguinte emenda de redação:

"Emenda de redação: dê-se ao §1º do art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 894 a seguinte redação: Art. 1º – §1º – o Brasil apenas poderá efetuar a importação prevista no art. 3º, § 2º, alínea 'a', se tiver sido o País produtor ou exportador da substância a ser importada, ficando vedadas outras importações, com base nesse dispositivo".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Também marcamos como próximo item as reflexões sobre os problemas de demarcação de terras indígenas que estão ocorrendo nos Estados de

Roraima e Mato Grosso do Sul. Como esse assunto está sendo objeto de grande preocupação por parte de todos os Senadores e não apenas dos desses Estados, avaliei que seria importante que pudéssemos aqui dedicar uma reflexão sobre isso.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, essa questão, na verdade, vem se arrastando há muito tempo, não só nos Estados de Roraima e Mato Grosso do Sul, que talvez sejam os Estados onde os conflitos estão mais visíveis, mas, na verdade, eles estão ocorrendo em vários Estados.

A questão de Roraima é mais emblemática, porque, não possuindo a maior população indígena por Estado – Roraima é a terceira ou a quarta população indígena do Brasil -, Roraima é, disparadamente, o Estado com a maior quantidade de áreas pretendidas, demarcadas, delimitadas ou homologadas para reservas indígenas. É uma questão que estamos, há muito, debatendo.

Em 1982, as pretensões ainda eram relativamente sem conflitos e essas situações nunca foram efetivamente resolvidas. Iniciou-se realmente um processo mais efetivo de demarcação dessas áreas indígenas, depois da Constituição de 1988. Ontem, a Mesa do Senado, atendendo a um requerimento meu, constituiu uma Comissão de cinco Senadores – a Câmara dos Deputados está também constituindo uma Comissão, não sei se de oito ou quinze Deputados Federais para os mesmos fins - que deverá ir a Roraima para analisar não só a questão da demarcação, por exemplo, da área mais emblemática, que é Raposa/Serra do Sol, hoje discutida na mídia de maneira mais contundente, por provocar conflitos entre os próprios índios.

A Mesa do Senado, atendendo a um requerimento que fiz em julho, constituiu uma Comissão para analisar essa questão indígena de Roraima.

Depois disso, o Presidente Lula, em uma reunião no Estado do Acre, reconhecendo a gravidade e a urgência de uma solução para o conflito, determinou a ida do Ministro Thomas Bastos a Roraima. Numa reunião, o Ministro ouviu todas as partes envolvidas: os índios da região Raposa/Serra do Sol, de etnias e organizações diferentes e a sociedade para poder formar um juízo.

Na reunião, o Ministro disse que estava com um "papel em branco". Portanto, não iria se basear no que estivesse predeterminado a respeito disso. Depois disso, S. Exª faria um relatório ao Presidente com opções para contemplar todas as partes envolvidas.

Após a visita do Ministro, o Presidente, sob a coordenação do Ministro da Casa Civil, compôs um grupo de trabalho interministerial ligado a essa questão: Ministério da Justiça, a quem a Funai está subordinada; Ministério da Defesa, em razão de Roraima ter uma extensa área de fronteira com a Venezuela e Guiana; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Integração Nacional.

Esse grupo começou o seu trabalho levantando todos os dados. Já houve duas prorrogações com relação ao término dos trabalhos. Está prevista para o dia 30 de janeiro a apresentação de um relatório ao Presidente da República para que Sua Excelência tome a decisão não só com relação à demarcação de terras indígenas, mas também quanto às terras do Incra e às terras ecológicas. Isso porque hoje no Estado de Roraima 88% das terras são da União. Sobram ao Estado, sem estarem legalizadas, apenas 12% das terras. Nessa área de 88%, estão incluídas 57% das terras indígenas.

Na verdade, criou-se um impasse federativo, no meu entender, porque, de fato, hoje a maioria das terras de Roraima é da União. O que ocorre naquela região é um grave problema de demarcação de terras, muito mais do que uma questão entre índios e não-índios, entre índios e fazendeiros. A maioria dos índios que está na região não quer a demarcação da forma que a Funai determina, mas a Funai teima em fazê-la dessa forma.

Nelson Jobim, quando Ministro da Justiça, foi a Roraima, percorreu toda a região e apresentou uma solução que contemplava a todos. O Ministro que o substituiu, Senador Renan Calheiros, segundo palavras de S. Exª, por pressão da Primeira Dama Ruth Cardoso, anulou o despacho do Ministro Jobim e baixou uma portaria, atendendo à reivindicação de apenas uma das organizações indígenas, o Conselho Indígena de Roraima, desprezando os argumentos das demais entidades, como a Sodiur, a Alidicir e a Arikon, também formadas por indígenas. Não estou sequer comentando sobre os não-indígenas.

Esse grupo de trabalho está indo a Roraima neste final de semana, antes de concluir o seu relatório. O Ministro, no final do ano, anunciou que o Governo já havia decidido demarcar a área como a Funai quer, de forma contínua. Isso gerou um conflito muito forte entre índios com índios e entre índios com não-índios. As soluções, Sr. Presidente, estão definidas em um documento, cuja cópia será encaminhada a esta Comissão.

Com relação à questão da Raposa Serra do Sol, a Funai quer demarcar 1.700 milhão hectares em uma área de fronteira com a Venezuela e com a Guiana. Contudo, na parte da Guiana, há uma área contestada até hoje pela Venezuela, cujos habitantes vivem um clima de guerra permanente. Como publicado pela

imprensa recentemente, existe um conflito de terras ultrapassando o problema indígena ou não.

Há uma súmula recente do Supremo Tribunal Federal que desmistifica e põe abaixo todos os argumentos antropológicos até hoje usados. O Supremo diz que terras tradicionalmente ocupadas por índios são terras onde há índios. Na verdade, as grandes reservas de Roraima foram demarcadas porque havia uma referência de que existia um aldeamento indígena ou apenas encontrou-se, por exemplo, uma urna funerária. O Supremo derrubou, portanto, esse ponto.

A questão, no meu entender, é conflituosa. O grupo de trabalho do Executivo deve terminar no dia 30. Uma comissão do Senado irá à região, provavelmente, na semana que vem, bem como uma comissão da Câmara. No caso de Roraima, estamos com todos os dados para chegar a uma conclusão. O problema da terra indígena em Roraima exige que se dê uma conclusão rápida. Dentre os 1.700 milhão hectares pretendidos pela Funai para essa reserva, o Governo do Estado pretende, atendendo à solicitação dos índios – que são maioria naquela região – e dos produtores que estão lá há muito tempo, a retirada de 320 mil hectares. Vejam bem, Srs. Senadores: de 1.700 milhão de hectares querem retirar 320 mil hectares: as vilas, as sedes dos Municípios, as áreas de domínios das rodovias federais e estaduais e as áreas produtivas que ficam na borda da área pretendida.

Chamo a atenção de V. Exªs para o mapa das áreas indígenas em Roraima. A parte em amarelo é a das áreas indígenas. V. Exªs podem ver que, desse lado, temos a área Ianomâmi.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª pode virar o microfone?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – No lado oeste, com a fronteira da Venezuela, temos a área Ianomâmi. Do lado da Venezuela, há uma área equivalente de cerca de 9 milhões de hectares. No meio, do lado direito, onde fica a Raposa Serra do Sol, está a Reserva São Marcos. Embaixo, há outras reservas. V. Exªs estão vendo que na fronteira com a Guiana estão várias reservas indígenas e na fronteira com a Venezuela há uma extensa reserva indígena.

A questão não é a de estarmos preocupados, apenas, com terras para os índios. Nós os defendemos. Na Raposa Serra do Sol, dos 1.700 milhão de hectares, pretende-se tirar apenas 320 mil hectares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª poderia apontar a área da Raposa Serra do Sol?

(Fora do microfone)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Na verdade, não se está buscando, ao menos da parte do Conselho Indígena de Roraima – a única entidade que defende a questão dessa forma e a Funai encampa a tese -, uma forma de solucionar pacificamente o problema. Fora isso, é inacreditável que o Brasil esteja demarcando reservas indígenas na linha de fronteira com outros países. Não consigo conceber isso. Olhem onde estão as reservas indígenas dos Estados Unidos. Há alguma reserva em faixa de fronteira? Não há. Fora isso, a própria legislação relativa à faixa de fronteira deixa muito claro a sua importância para a soberania nacional. Na área da Raposa Serra do Sol, não se faz mais a mineração manual que existia, nem a exploração agropecuária. Quer-se acabar também com a produção de arroz. Não se queria nem a instalação do quartel do Exército no local. Há um trabalho permanente para desacreditar o Exército brasileiro naquela região.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional precisa se aprofundar nesse tema, que não é tão simples e tão singelo, como apenas reconhecer o direito dos índios em ter suas terras.

Estou à disposição de V. Exªs, se for o caso. Já apresentei a V. Exª um requerimento, Sr. Presidente, porque creio que nós deveríamos, como Comissão de Defesa Nacional, nos aprofundar realmente nesse tema, não permitindo deixar esses fatos como estão. Só agora, no Governo Lula, em Roraima, foram demarcadas cinco reservas indígenas. Ninguém está protestando contra isso, não. Estamos considerando que, na verdade, as coisas estão sendo feitas ao arrepio até dos interesses nacionais.

Uma entidade alemã conseguiu o dinheiro para fazer os levantamentos antropológicos e de demarcação na área da Raposa Serra do Sol. Na área São Marcos – tenho várias fotos, Sr. Presidente, para comprovar – existem diversas placas: Terra Indígena São Marcos, Aldeia Samã, com uma bandeirinha da Inglaterra no meio. Na rodovia de Boa Vista que dá acesso à Venezuela, nas placas de sinalização, há bandeirinhas da Inglaterra, pois uma ONG britânica está atuando no local. Há diversas outras placas com o mesmo propósito.

Chamo a atenção para essa questão, que é de muita importância para a defesa e soberania nacional, porque, na verdade, existem muitas instituições por trás dessa questão, que, de uma forma ou de outra, se aproveitam de situações e de pessoas de boa-fé. Por exemplo, não posso acreditar que a Igreja Católica esteja agindo de má-fé, mas creio que ela não esteja dimensionando o risco que o Brasil corre nessa questão, pois a maioria dos padres que atuam lá não é de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, face ao que V. Exª acaba de expor, tendo em vista essa extensa fronteira do Brasil com a Venezuela e considerando o editorial de **O Estado de S.Paulo** de hoje, o que V. Exª propõe à Comissão?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Proponho à Comissão – fiz um requerimento que já foi encaminhado ao Presidente – primeiro, que ouçamos o Ministro da Defesa, o Ministro da Justiça, a quem está subordinado à Funai, e o Governador do Estado de Roraima, para que possam, com propriedade, dar todos os detalhes e, se for necessário, ouvir outras autoridades.

Não podemos, Sr. Presidente, postergar mais esse problema, que já virou um conflito. Depois do anúncio do Ministro da Justiça, após uma discussão sobre o assunto., um índio matou outro índio. Não foi um branco que matou outro índio, não. Um índio matou outro índio, por discutirem, um era a favor da área contínua e o outro, contra. Brigaram, e um matou o outro, fato que, evidentemente, não sai destacado na grande imprensa nacional.

Proponho concretamente, respondendo ao Senador Marco Maciel, que esta Comissão ouça primeiramente essas três autoridades e se dedique a uma proposição legislativa que pode até não ser essa. Pelo menos, há uma proposição legislativa já aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que inclui entre as competências privativas do Senado o exame dessa questão, ela não envolve somente o direito do índio à terra, mas a questão da Federação, porque a União está permanentemente fazendo um verdadeiro confisco de terras no Estado e vulnerabilizando as nossas fronteiras.

A minha proposta de emenda à Constituição inclui a questão como competência privativa do Senado. Não se trata do fato de demarcar ou delimitar, mas de examinar os processos propostos da Funai e os do meio ambiente. Penso que o Senado, que é a Casa que representa os Estados, precisa, portanto, estar participando desses assuntos e não ficar à revelia – respeitando até opiniões diversas. Não sou contrário a todas as opiniões, sou contra não termos a dimensão exata deste problema.

Hoje, 0,2% de índios compõem a população do Brasil e eles já têm demarcados 12% do território nacional. Não que eu queira fazer uma equação matemática, mas é de se chamar a atenção para isso, principalmente em Estados limítrofes como Roraima, Amazonas, Mato Grosso do Sul, enfim todos os demais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Mozarildo Cavalcanti encaminhou à Mesa um requerimento:

Nos termos regimentais, requeiro sejam convidados para prestar esclarecimentos sobre a questão de demarcação de terras indígenas em Roraima, notadamente Reservas Raposa Serra do Sol, em vias de homologação pelo Presidente da República, tendo em vista os conflitos ocorridos e eminentes inclusive entre etnias indígenas, as seguintes autoridades: O Governador de Estado de Roraima, o Ministro da Defesa e o Ministro da Justiça.

Regimentalmente, como estamos nos trabalhos de convocação extraordinária, onde não entra este assunto em pauta, não poderíamos estar votando esta matéria, mas poderíamos fazê-lo logo após iniciarem os trabalhos, dia 16.

O Senador Mozarildo Cavalcanti informou que, ainda ontem, foi votada pelo Plenário a constituição de uma comissão de Senadores para estar acompanhando estes eventos no Estado de Roraima.

Talvez possamos aqui esclarecer exatamente...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Quero ponderar, Sr. Presidente, concordando com V. Exª, ...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Consulto o Senador Marco Maciel, pela experiência de S. Exª nesta Casa – comigo é um dos mais veteranos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Somos do século passado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Peço a sua reflexão, Senador Marco Maciel sobre o seguinte: estamos no período de convocação extraordinária, sim, e podemos tratar dos assuntos de pauta da convocação extraordinária, que envolve, dentre outros, os acordos internacionais, a designação de chefes de missão diplomática, e assuntos outros que, em princípio, não estariam na pauta. Aqui vem a reflexão: dado um fato que está ocorrendo, de tamanha importância, será que não poderíamos realizar um convite a estas autoridades para aqui comparecerem e dialogarem com os membros da Comissão e, dada a relevância e inclusive urgência do assunto, eu pediria até a sua reflexão, prezado Senador Marco Maciel, se consideraria se estaríamos com isso não obedecendo ao nosso Regimento. Pelo bom senso, parece-me que poderíamos ouvir as autoridades.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Penso que sim. Creio que V. Exª está certo quando entende que esse tipo de medida pode ser tomada agora. Mesmo porque – não tenho aqui o edital de convocação extraordinária – presumo que entre as matérias que podem ser discutidas e votadas estão aquelas que dizem

respeito às atribuições privativas do Senado Federal. Suponho, e que tanto isso é verdade que estamos nos preparando, daqui a pouco, penso, para votar inclusive designação de Chefe de Missões Diplomáticas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Já o fizemos.

V. Exª pode comparecer à urna que já foi lido o parecer.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não.

Está confirmado aquilo que eu pressupunha, mesmo porque isso faz parte da tradição das convocações extraordinárias. Inclusive, já fui Chefe da Casa Civil e quando fazíamos os editais de convocação extraordinária do Congresso Nacional, sempre se incluía, no que diz respeito ao Senado, a apreciação de matérias das suas atribuições privativas, porque essas não podem ser descontinuadas.

Vejo, mais uma vez, no edital assinado pelo Presidente Lula, logo no Item nº1, a inclusão das matérias que tratam os arts. 49, inciso I (tratados, acordos e atos internacionais), art. 51 (competência privativa da Câmara do Deputados) e art. 52 (competência privativa do Senado Federal) e etc.

Aí vem matéria orçamentária, etc. e tal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É uma matéria privativa do Senado Federal tratar dos assuntos da importância do que está ocorrendo em Roraima. Nesse sentido, se todos estiverem de acordo com essa compreensão...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. Logo após ao Senador João Capiberibe.

Tenho a impressão de que poderíamos analisar e decidir sobre essa sugestão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – De minha parte, concordo amplamente com a argumentação de V. Exª e com a interpretação que o Senador Marco Maciel fez sobre o assunto. Antes de ontem, a Senadora Lúcia Vânia levantou preocupações em relação aos episódios que estão ocorrendo no INCA, pedindo uma convocação, um convite, que foi aprovado ontem para o Ministro estar em plenário, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Estar no plenário o Ministro da Saúde.

Nós aprovamos isso ontem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sugiro, Sr. Presidente, dada a importância do assunto, que isso possa ser objeto até de um debate em plenário, com o Ministro da Defesa, o Ministro da Justiça e o Governador do Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Poderia ser aqui mesmo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Poderia ser no plenário e até na própria Comissão, porque esse assunto foi incluído posteriormente pelo próprio Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos votando e tratando matéria de interesse do Executivo, mas nada impede o Senado, como poder autônomo, de incluir novas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas, sem desrespeitar o espírito da convocação.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – É a prioridade dada a quem convocou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O próprio Senador Marco Maciel observou que, dentre as matérias da convocação, estão aquelas de exclusiva competência do Senado Federal e o assunto proposto no requerimento do Senador Mozarildo Cavalcante trata de uma atribuição do Senado Federal. Portanto, numa circunstância como essa, refletirmos sobre os episódios de Roraima, assim como os de Mato Grosso do Sul, parece-me que não implica desrespeitar a convocação para a qual estamos aqui trabalhando.

É nesse sentido.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Queria fazer uma observação sobre essa foto.

Essa foto tem um adesivo, é uma foto indicativa de uma terra indígena, com um adesivo, que pode perfeitamente ter sido propositadamente colado na placa, até para dar destaque a essa dúvida sobre a soberania nacional, em função da localização das terras indígenas nas fronteiras, principalmente na fronteira norte do nosso País. Mas isso é verdadeiro também na fronteira sul. É uma colagem.

Informar aqui que é verdade que apenas 0,2% da população brasileira está aldeada, ainda são povos indígenas em regime de aldeamento. A pergunta que nos caberia fazer: em 1500, quando chegaram aqui os colonizadores portugueses, quantos eram? Eram entre cinco e sete milhões. Houve, na verdade, um grande genocídio que a História não retrata; o genocídio dos povos indígenas não é contado nos livros didáticos. Muito recentemente a sociedade brasileira começou a conviver com essa realidade histórica do nosso País; estamos nos encontrando com a nossa própria história. A mesma coisa relativa à escravidão no Brasil: só muito recentemente criamos algumas políticas de discriminação positiva, num sinal muito tênue de reconhecimento da tragédia que é o escravismo. Portanto, não podemos desconsiderar, na análise, na avaliação da questão indígena, a história da formação da sociedade brasileira, do povo brasileiro.

Nesse aspecto, eu gostaria de sugerir que, além dessas autoridades indicadas, fosse convidado alguém representando a Funai (Fundação Nacional do Índio), um antropólogo da Funai. Os antropólogos devem ter alguma razão, não são todos comprados pelo imperialismo alemão ou americano para reconhecer sítios arqueológicos. Não acredito que todos os nossos antropólogos estejam a serviço de interesses externos. Sugiro convidar um antropólogo da Funai, além de um representante da única entidade que, segundo o Senador Mozarildo Cavalcanti, defende a demarcação continuada das terras indígenas de Raposa Serra do Sol, ou seja, alguém do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), para também expor sua visão para que possamos ter o direito ao contraditório.

Há outra questão que eu gostaria de apresentar com clareza aqui. Essa delimitação do espaço físico brasileiro é resultado da ação do povo que vive nas fronteiras, incluindo os povos indígenas. No Amapá, toda a nossa fronteira é dividida entre três povos: os paliku, os que vivem na Guiana e os que vivem no Brasil, os karipunas, e os galibi. Vivem dos dois lados, mas, se perguntar a eles o que são, todos dirão que são brasileiros. A legislação brasileira finalmente, a partir da Constituição de 1988, passou a reconhecer seus direitos, e é uma legislação que essa sociedade tem dificuldade de fazer cumprir.

Se os alemães colocaram dinheiro para demarcação, não foi só em Roraima; no Amapá, também. Quero agradecer ao povo alemão por ter colocado esse dinheiro porque senão não teríamos as demarcações. O orçamento da Funai é uma coisa ridícula, são 0,2%, e assim mesmo continuam sendo massacrados, assim mesmo continuam a viver... Não é que eles queiram viver nas condições do séc. XVI, não é isso; eles precisam ter educação, ter saúde, mas eles querem permanecer na sua própria cultura, aprendendo a sua própria língua. É um direito que eles têm e que foi violado ao longo de 500 anos. Sugiro que seja convocado também um antropólogo da Funai; podemos pensar entre os antropólogos que trabalharam na área e alguém do Cimi de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de prestar um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os Senadores Sibá Machado e Fátima Cleide também pediram a palavra, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Só para esclarecer. Pensem só uma coisa. Não sei se o Senador João Capiberibe...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever também. Tenho solicitado, mas não tenho sido visto. Inscrevo-me para falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Eu queria só esclarecer uma parte da fala do Senador João Capiberibe: em nenhum momento, quando mostrei as fotos que têm o adesivo da bandeira da Inglaterra, apenas mostrei uma realidade que está lá. Se alguém colou... Aliás, acho que isso deveria ser objeto de investigação da própria Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Por ocasião até da vinda do Ministro da Justiça, poderemos mostrar as fotos, mas aqui, claramente, Senador Mozarildo Cavalcanti, nas fotos, essas são placas, sem dúvida, da União. O que está aqui dito, "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e respeitar todos os seus bens". Isso é claramente de responsabilidade do Governo. Entretanto, alguém colocou a bandeira de outro país até na placa de trânsito, apesar de ser a terra indígena área de preservação ambiental. Novamente quero dizer claramente, e V. Exª há de convir, que alguém colocou o adesivo na placa.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – É evidente. Em nenhum momento afirmei o contrário. Apenas relatei um fato, não disse quem colocou, se foi a ONG britânica ou alguém querendo comprometer outrem. Não fiz essa afirmação; apenas citei um fato.

O Senador falou em ouvir os outros lados. Ao fazer isso, incorrerá no mesmo erro em que incorre a Funai: ouvir apenas o CIR. Se pretendemos ouvir as entidades indígenas, devemos convocar todas as da região, porque aí, sim, haverá o direito pleno ao contraditório.

Uma das sugestões que pretendo fazer ao final de tudo é no sentido de que, se forem demarcar as terras, antes façam um plebiscito entre os índios da região, a fim de saber o que desejam aqueles que moram na área, não deixando que os que moram fora imponham algo diferente. É essa a sugestão que faço. Se a Comissão decidir convocar as entidades indígenas, espero que não venhamos a incorrer no mesmo erro da Funai, ouvindo apenas uma delas.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE(Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, o Senador Mozarildo Cavalcanti me concedeu um aparte.

Com referência à questão do adesivo ser ou não da Inglaterra, grande dúvida, parece que nós tupiniquins somos uns índios incompetentes para analisar a os problemas relacionados com a soberania nacional. A Senadora Serys Slhessarenko foi à Amazônia e, embora seja Senadora, foi impedida de entrar numa área ocupada por uma ONG estrangeira. S. Exª fez essa denúncia do plenário do Senado Federal, e nenhuma

providência foi tomada. A Senadora e outros Senadores foram proibidos de entrar em território brasileiro onde havia uma bandeira estrangeira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado e depois à Senadora Fátima Cleide.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, penso que estamos em um momento muito importante, em que será tomada uma decisão. Esse tema tem grande importância nacionalmente, porque nos remete, principalmente em área de fronteira, a algo muito sério, porque diz respeito à segurança nacional.

A vinda do Ministro da Defesa, do Ministro Márcio Thomaz Bastos e do Presidente da Funai nos deixará cientes da opinião institucional do Governo brasileiro, do entendimento do Estado sobre esse tema. Quero entender que objetivo poderíamos traçar para essa audiência: se devemos manter o debate sobre o modo como o Governo brasileiro está lidando com essa matéria, que não diz respeito apenas a Roraima – há também uma forte crise no Mato Grosso e em outras áreas -, ou ampliar o debate para melhorar nosso conceito e nossa visão. Se for assim, desejo saber que medidas o Governo está adotando para esses dois casos. Sugiro que mantenhamos o convite aos dois Ministros e ao Presidente da Funai, porque assim saberemos a posição do Governo.

Penso também que deveríamos ampliar o debate e discutir os conceitos, a visão que temos sobre o tema. A audiência pública realmente poderia ser ampliada, de forma que estivessem presentes pessoas de opiniões bem claras e divergentes sobre o tema; de outra sorte, poderemos perder o "bonde da história" tentando solucionar dois problemas imediatos. Sugiro que o Senado, visando contribuir para a solução dos dois casos, convide os dois Ministros e o Presidente da Funai. Penso até que S. Exªs poderiam debater a questão também no plenário, pois o tema está na ordem do dia em toda a imprensa nacional; é de conhecimento público. Poderíamos nos esforçar para encontrar a solução para esses dois problemas.

Nada impede, no meu entendimento, que possamos ter, no âmbito da Comissão, um debate mais amplo sobre o conceito de segurança de fronteira, a visão histórica e tantas outras questões. Ampliaríamos o debate para que houvesse a participação da sociedade, de juristas, de pessoas com conhecimento nessa área, de pessoas que nela militam. Eu pediria a V. Exª definir qual dos dois seria mais importante. Na minha opinião, julgo importante tratar apenas de duas matérias imediatas. E, na seqüência, talvez em março, a Comissão poderia ouvir outras pessoas.

Digo isso, porque o Ministro já fez um pronunciamento público dizendo que a homologação seria para janeiro. O Senador Mozarildo Cavalcanti, toda a Bancada do Estado de Roraima e o Governo de Mato Grosso do Sul procuram uma solução imediata. Nesse caso, poderíamos tratar dos dois assuntos.

Fiquei preocupado com o tratamento público dos dois casos, da Justiça, do serviço de segurança. No caso de Roraima, os Governos Federal e Estadual trilharam pelo caminho da conversa, do entendimento. Houve um fechamento de estradas e houve um diálogo para a desocupação. Ontem, na televisão, vi um tratamento completamente diferente com o caso de Mato Grosso. Não vi na legenda o nome e a função do entrevistado, não sei se era o Secretário de Segurança do Estado ou se era uma autoridade da Polícia Federal, mas vi textualmente um uso exacerbado de autoridade ao dizer: se fechar a estrada, vamos retirar, custe o que custar. Disse isso e repetiu de forma enérgica. Quando o tratamento tem aliados fortes, é de uma forma, quando não, é de outra.

Quero dizer que devemos tratar dos dois casos com as autoridades do Governo, que são responsáveis pela matéria. E, em seguida, faríamos um outro debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Concordo com a posição do Senador Sibá Machado. Também quero muito debater o assunto, como já iniciou o Senador João Capiberibe, mas gostaria, neste momento, de que tivéssemos esses dois casos como foco de nossa discussão emergencial.

Ouso acrescer um nome do Ministério Público também, além dos dois Ministros e da instituição responsável pela questão indígena, a Coordenadora da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, Drª Ela Wiecko.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Augusto Botelho pediu a palavra?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Gostaria de frisar que é responsabilidade do Senado tomar uma atitude para que o Governo Federal não fique rompendo o pacto federativo. Cada vez que decide tomar o território está rompendo o pacto federativo.

Em relação ao problema indígena, temos quase 1.800 km de fronteiras. V. Exªs hão de convir que sempre respeitamos e fomos favoráveis à questão da demarcação das áreas. Entendo só de índio de Roraima, de índio do Amapá e de Rondônia não entendo nada. Essa preocupação do Senador João Capiberibe, esse peso que ele tem na consciência por causa de seus ancestrais, não tenho mais, porque lá os meus índios estudam macuxi, wapixana em suas aldeias ianomâmi. Eles têm muita terra definida. Os professores indígenas já estão na faculdade. Na área da Serra do Sol, os índios são todos diferentes, não são todos

"primitivos" como parece que costumam falar aqui. Em Roraima, meus índios são cidadãos, são meus eleitores, aos quais não dei nenhum tostão, não visitei muitas aldeias e nem pedi votos aos índios. Eles votaram em mim porque me conhecem, porque convivo com eles há 56 anos. Meu pai foi 30 anos médico dos índios e fui 30 anos também. Temos 60 anos de tradição médica, trabalhando com as comunidades indígenas. E esses índios não querem demarcação de forma contínua, como afirma erroneamente, ou de má-fé ou por má informação, o Presidente da Funai. A maioria dos indígenas já está convivendo há quase duzentos anos conosco. São produtores rurais, professores. O pessoal do CIR foi "cultivado" e criado para ser xiita, na verdade, é o nosso xiita. Infelizmente, todos os indigenistas, os "ongueiros" do Brasil só ouvem o CIR para ouvir. Quando o Vice-Presidente do Cimi disse que o Presidente Lula não demarcou as terras indígenas e começa a falar mal do Governo, o petista devia levantar e dizer que ele está mentindo, porque 1 milhão e 200 mil hectares de terras indígenas foram reconhecidos no ano passado, dos quais quase 800 mil hectares aqui, no meu Estado, em cinco reservas. Infelizmente, tenho visto a coisa funcionar sob mentira, baseada na mentira.

Esta área aqui, antigamente, era dedicada à pecuária e ao garimpo, principalmente de diamante e de brilhante. Infelizmente, no meu Estado, todos nossos meios econômicos já foram tolhidos pelas ONGs. Não digo pelos índios, porque eles também garimpavam. Agora garimpam escondido. Quer dizer, eles têm que garimpar escondido para sobreviver. Também tiraram o gado que havia aqui, expulsaram os fazendeiros. Quando falo em fazendeiro de Roraima, a casa dele não vale R$5 mil, R$10 mil. Ele tem 150, 200 cabeças de gado. Aqui, poucos tinham mais de mil cabeças de gado, talvez uns dez. Foram todos postos para fora de São Marcos, porque São Marcos foi a primeira área reconhecida. Tiraram todos os fazendeiros de lá. Indenizaram alguns com uma mixaria, e ninguém foi reassentado em outra área para produzir e continuar sua vida. Os índios que ficaram em São Marcos, perderam e muito a sua qualidade de vida . Estão piores dos que os da Raposa, que continuaram vivendo, porque aqui em São Marcos, onde há essas placas, não se pode entrar facilmente, é preciso autorização da Funai.Por isso, é complicado.

Os outros índios daqui viram que só demarcar área não resolve o problema deles. Acredito que o Governo Lula é um governo social e vai respeitar o princípio do social. Seguir o que as ONGs estão querendo – não sei se é ONG alemã; só sei que tem muito dinheiro para demarcar – seria demarcar e largar, fazer o mesmo que fizeram em São Marcos. E quanto às pessoas que vivem aqui, há três gerações, e também são casadas com indígenas? Quando o Ministro diz que vai ser dessa forma, que é em janeiro e não sei o que mais, é porque recebem pressão. Começam mentindo, dizendo que o Presidente Lula não demarcou nenhuma terra indígena, que não respeitou os direitos indígenas. No ano passado foram demarcados e homologados 1 milhão e 100 mil hectares, dos quais 800 mil no meu Estado.

O que ainda acredito no Governo é que se vai respeitar o social. Aqui há muitas famílias misturadas com índios que vão ser expulsas. Aí chega um "ongueiro" e diz que não vão ser expulsas. É mentira, porque aqui, na região do Amajari, foi expulso um que era casado com uma índia e já tinha netos. Ele tinha umas cento e poucas cabeças de gado. Ele foi expulso da sua terra. Mas ele queria voltar. Vendeu o gado, pagou um advogado, voltou, mas já não tem gado. Quer dizer, não vai ter leite, não vai ter comida. É só estragando a vida do meu povo, dos meus índios, das minhas pessoas. Foi o que vi nos anos que tenho vivido.

Agora que fui eleito Senador e vim para cá, acredito que vai ser dada uma visão diferente, não essa visão apenas antropológica. É importante que o lado social das pessoas seja também seja olhado. Em Pacaraima são 2 mil casas. Recentemente, a Procuradoria-Geral mandou uma ordem de despejo para todos os comerciantes. Procurou na associação comercial quantos havia e fez uma ordem de despejo para cada um. Com essa medida, as pessoas tiveram muitos problemas, dívidas com advogado. O capital dos nossos comerciantes lá é pequeno. A maior loja de Pacaraima não tem o tamanho desta sala. O que existe lá é a loja na porta da casa.

Ainda acredito no Presidente Lula, apesar de, no inicio, ter perdido a esperança no Ministro da Justiça, porque depositei muita fé e empenhei a minha palavra. Estou ofendido, sentido com o Ministro. Empenhei a minha palavra de que todos teriam a oportunidade de ser ouvido por S. Exª. Dissemos que havia a comissão interministerial para estudar o caso. Em 26 de dezembro, ele me atropela, sai com aquela história e cria toda aquela confusão, resultando no bloqueio de estrada. De fato, foi um movimento vindo dos produtores rurais e do povo em geral. A estrada foi bloqueada onde eles nem tinham planejado bloquear, porque as pessoas do local começaram a tomar a iniciativa, e todos eram trabalhadores.

Quanto àquela pessoa que morreu quando chegou ao bloqueio, que o Procurador-Geral começou a falar, numa reunião, que foi homicídio culposo, acusando logo... É o que todos fazem: só querem acusar

as pessoas, e os trabalhadores, os produtores no meu Estado são sempre menosprezados e prejudicados. Pois a pessoa morreu porque estava com uma doença maligna, leucemia. Ela estava em Manaus, sem possibilidade terapêutica, pois não havia mais jeito, e pegou um táxi para morrer junto à família. Coincidiu de haver a barreira. Morreu lá na barreira. Eles tinham uma ambulância para transportar, mas morreu. E noticia-se no Brasil todo que a pessoa morreu por causa da barreira. Deturpa-se a história toda e o responsável é o CIR, que faz essas mentiras todas.Houve também outro fato preocupante, dois índios que brigaram e um foi assassinado. Um deles era evangélico, porque, por coincidência, é primo de uma pessoa que conheço muito bem. Ele não bebia, e disseram que foi briga de bêbados, mas parece-me que a briga realmente começou com essa história de um ser a favor e outro contra. Mas aí o CIR vai lá e muda logo toda a história.

Estou cansado de ver e ouvir mentiras. Eu nunca fui um homem de mentir. Como todos aqui, sei que ninguém aqui é de mentir. Mas fico ofendido quando mentem e quando fazem isso principalmente com as pessoas que conheço e com as quais convivo, porque são meus parentes. Lá em Roraima, todo índio é parente da gente e sou parente deles.

Creio que nós, como Senadores, devemos dar uma solução definitiva para isso e para tudo. Não pode um burocrata decidir uma área indígena. Há o antropólogo? Quem estudou a sua área lá? O antropólogo é brasileiro, pelo menos? Capiva, sinto muito, mais a maioria dos antropólogos, se não são brasileiros, são pagos com verbas estrangeiras. Se o seu patrão está lhe pagando, você vai fazer algo para agradar ao seu patrão. Nunca houve um antropólogo designado pelo Estado. O Estado não pode decidir nada, porque a Funai não deixa. Portanto, penso que tudo deve mudar. Quem deve decidir sobre terra indígena somos nós, os Senadores. Terra indígena, reserva florestal, esses temas precisam ser discutidos para respeitar o princípio federativo. Somos um Estado que participa de um País, mas o Governo Federal chega e faz do jeito que quer. Creio que esse assunto deve ser discutido.

Capiva, os meus índios não são como os seus. A minha consciência não está pesada como a sua, porque a minha parte eu já fiz e faço sempre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

Creio que todos os Senadores já se expressaram.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, eu ainda não me manifestei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Juvêncio da Fonseca, concedo a palavra a V. Exª.

Queria apenas fazer uma ponderação. Dado o requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti, propondo que ouçamos os Ministros da Justiça, da Defesa e também o Governador de Roraima, tenho a impressão de que poderíamos dar prioridade à vinda dos dois Ministros – o da Justiça e o da Defesa – para tratar tanto do caso de Roraima como do ocorrido em Mato Grosso do Sul. Certamente, V. Exª falará sobre esse assunto dada a importância de ambos os casos. Se pudermos contar com a presença dos dois Ministros, haverá um debate de profundidade. Talvez pudéssemos deixar para outra ocasião a presença de outras entidades.

Tenho a impressão de que o Ministro da Justiça poderia acompanhar o Presidente da Funai, mas obviamente o Ministro da Justiça falará como responsável pela Pasta. Seria interessante que S. Exª viesse acompanhado do Presidente da Funai, mas aqui pondero como um caminho de bom senso, pelo menos para este período da convocação extraordinária.

Há também o requerimento da Senadora Fátima Cleide referente ao assunto dos turistas estrangeiros. Porém, em virtude do vulto e da importância de casos de conflitos, parece-me que esse assunto, com o qual S. Exª está concordando, deveria ser prioritário como nossa atividade.

Estou encaminhando, levando em conta o espírito do que foi dito.

Passo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, em razão das manifestações do Senador Augusto Botelho com relação aos antropologistas, penso que esse debate de concepção sobre a questão indígena não pode demorar muito. Neste momento, entendo a questão e também fui solidária à proposta do Senador Sibá Machado para que restrinjamos a participação e a discussão dos casos referentes aos Estados do Mato Grosso do Sul e de Roraima. No entanto, em abril, mês em que se comemora o Dia do Índio, espero que façamos o debate de concepção e convidemos, nessa oportunidade, um representante da Associação Brasileira de Antropologistas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos chegar a um consenso.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para chegar a um consenso ao que V. Exª propõe, embora conceitualmente eu discorde, por exemplo, da exclusão do

Governador, porque novamente estamos querendo ouvir só a União e não vamos ouvir o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu não estou excluindo. É apenas por uma questão de ordem dos trabalhos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – A presença do Governador é a visão do Estado de Roraima sobre o assunto. Não estamos ampliando o debate. Como ele é emergencial...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Talvez, então, dos dois Governadores.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Não, porque só fiz o requerimento para Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Então, eu similarmente o incluiria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos ouvir o Senador Juvêncio da Fonseca e, em seguida, o Senador Jefferson Péres.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é muito importante que focalizemos toda essa discussão, a que todos estamos dedicados e na qual estamos interessados, que é a defesa do índio. Ao consideramos uma questão qualquer que possa trazer uma crítica a um ato indígena, ela sempre é contra o índio. Isso é grave, para que possamos prosperar em uma boa discussão, com profundidade.

A questão de Roraima, trazida pelo eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, é diferente da que se passa no Estado de Mato Grosso do Sul. Eu creio que, em Roraima, há um problema que pode até fazer perecer a soberania nacional na região. Ela é diferente da que se passa no Estado de Mato Grosso do Sul, onde a questão fundiária está mais ou menos consolidada, não só com referência aos índios, como também às outras terras devolutas, que estavam em mãos de particulares e que, hoje, estão praticamente tituladas.

O que está ocorrendo em Mato Grosso do Sul hoje? A partir do dia 22 de dezembro, ou seja, a menos de um mês, houve 14 invasões orquestradas de terras por índios. Somadas a essas invasões, há no Estado 54 ações na Justiça Federal, fazendo referência a outras tantas invasões de índios antes de 22 de dezembro. Essas invasões se dão porque os índios, às vezes, querem ampliar a sua reserva, ampliar a sua área para ser demarcada. Em outros momentos, eles dizem: "Não, aqui moraram meus ancestrais e queremos esta área, porque ela foi área de índio."

Observem os senhores que nessas invasões que estão ocorrendo no Estado de Mato Grosso do Sul, orquestradas, principalmente a partir do dia 22 de dezembro, Senador Capiberibe, chamou-me muito a atenção o fato de haver índio encapuzado. Aqui está a fotografia no jornal, veiculada em todo o País. Há índios encapuzados. Agora, eu pergunto: índio usa máscara? Gostamos do índio porque ele é simples. Esse é o meu primeiro irmão do território brasileiro, ou seja, aquele que deseja trabalhar a terra, caçar, pescar para manter a sua sobrevivência, preservando sua cultura. É o que todos desejamos, que se preserve a cultura indígena. Mas, por favor, os senhores que defendem os índios não podem defender essas invasões comandadas por encapuzados. Isso é um contra-senso, foge à lógica da convivência pacífica do índio. Isso não pode continuar ocorrendo.

O que resultaram essas invasões? A Justiça Federal, em Mato Grosso do Sul, deu um tratamento juridicamente adequado. Neste caso aqui, em pé de guerra em Mato Grosso do Sul, há a invasão de duas áreas – Iguatemi e Japorã. O Juiz Federal, Dr. Odilon de Oliveira, conhecido nacionalmente pela sua coragem diante do narcotráfico e do crime organizado na fronteira e que é um homem respeitado como um grande juiz, proferiu a sentença dizendo que as áreas são de propriedade legítima de terceiros. Os índios invadiram área que não é indígena. Com essa sentença, ele determinou que se fizesse a reintegração de posse dos proprietários. Quando vai fazer a reintegração de posse, pede guerra com os encapuzados, comandando os índios, para que não haja a reintegração de posse.

Eu até diria, Senador Capiberibe, que, se fossem só os índios, eles não resistiriam dessa forma, de jeito nenhum! Não resistiriam, porque aqueles que estão comandando e falando em nome dos índios não querem mostrar a cara. Será que são do PCC ou de outras quadrilhas nacionais? Ou podem ser, também, os próprios ladrões de gado, lá no Estado de Mato Grosso do Sul, aproveitando da situação de um conflito como esse em que os índios entraram, invadiram, tiraram os proprietários lá de dentro, e todas as áreas eram produtivas, para furtar também as fazendas. Eles aproveitam da situação, se juntam aos índios, movendo essas invasões.

O juiz deu a reintegração de posse e, por três vezes, o Dr. Odilon de Oliveira, Juiz Federal, foi à área, tentou a conciliação com os índios, com a Funai, com o Ministério Público. E tanto a Funai quanto o Ministério Público, Senador Jefferson Péres, fazem um trabalho de insuflar esses índios de maneira radicalizada. Principalmente a Funai. Foi enviado daqui, de Brasília para Mato Grosso do Sul, um representante da Funai, para tentar conciliar as partes conflitantes. Ele não falou com ninguém, voltou e disse que não houve conciliação.

O juiz ficou insatisfeito, porque sequer foi procurado. E principalmente ele, pois despiu-se da sua toga, foi até o local do conflito, expôs-se perante os índios que estavam armados, não somente de arco e flecha, mas também com outras armas. Expôs-se e não conseguiu a conciliação. Então, ele determinou que se fizesse a reintegração de posse. Ao agir assim, o Ministério Público entrou na Justiça – no Tribunal Regional Federal – em São Paulo, pedindo que se anulasse a decisão do juiz. O tribunal não anulou – eu não conheço inteiramente a decisão – mas postergou a reintegração por mais vinte dias, dizendo até que os índios podiam ficar nos corredores, nas faixas de domínio, etc. A Funai foi até lá. Informaram-me hoje que não, que terão de ficar vinte índios em cada propriedade para garantir, nesses vinte dias, a posse, para depois saber como se concilia tudo isso. Então, a Funai, em lugar de prestar o serviço em favor da Justiça, está criando mais problema contra a execução da sentença.

Diante disso, rebela-se. Eu vi também o Procurador da República do feito junto com os índios, quando houve a sentença, dizendo o seguinte: não vão sair daqui e vamos nos rebelar contra essa decisão; nós vamos recorrer, etc. Ele estava lá, junto com os índios.

Não é uma questão de bom-senso, Senador Capiberibe. Não são os brasileiros que estão querendo as coisas que estão acontecendo naquela região! Não há bom-senso, não há vontade de colaboração.

O que eu estou pensando de tudo isso? O Governador Zeca, do PT, preocupadíssimo, fez uma solicitação ao Governo Federal e a nós, do Congresso Nacional, para que encontrássemos uma fórmula que conciliasse tudo isso. Porque, na verdade, V. Exª, Senador Jefferson Péres, que é um jurista emérito, sabe que a União não pode desapropriar terra para assentar índios. Se as terras são de particulares, comprovadamente, como foi comprovado nessa ação na Justiça Federal, os índios terão que ser afastados da área, com a reintegração dos legítimos proprietários. Mas digamos que a União falasse o seguinte: acontece que essa questão é muito grave e os índios não podem sair da área, porque não têm para onde ir; ou se voltarem à aldeia, que é muito pequena e não comporta a atividade cultural e extrativa dos índios. Vamos desapropriar essa área para ampliar a demarcação. Não pode porque a lei não permite.

Foi em razão disso, que ocupei a tribuna ontem, colocando todo esse problema e ofereci – e vou oferecer à Casa – uma PEC que propicie uma oportunidade para a União fazer desapropriação dessas áreas conflitantes, para a demarcação em favor dos índios. Acho que quando se fala assim, não, mas quando se fala em demarcação tem que ser terra devoluta, terra de índio. Ora, posso demarcar qualquer terra, desde que a lei me permita.

Por isso, acrescentei um parágrafo 8º, ao art. 231 da Constituição Federal, e o art. 6º da Constituição Federal que diz que são nulos todos os atos que infringirem os interesses dos índios; que não haverá indenização para nada e que ninguém pode ingressar contra a União para indenização, em razão da expropriação, etc.

Acrescentei ainda que o disposto nesse artigo 6º não se aplica aos títulos de domínio expedidos e devidamente registrados, com posse mansa e pacífica, por mais de 10 anos consecutivos, cujas terras poderão ser desapropriadas para demarcação em favor da comunidade indígena. Acho que, com essa solução jurídica, você consegue oferecer um instrumento à União de conciliar a situação, porque se a União quiser dar amparo ao indígena nessa situação de legítima propriedade, ela teria que entender que aquela terra, como os antropólogos querem erradamente, e todos os relatórios dos antropólogos falam erradamente, que é terra indígena, e não é em terra indígena. Isso é sistemático em todas as áreas que se pretende demarcar. Ora, essas terras não são terras tradicionalmente ocupadas por índios.

Em razão de tudo isso, é que esse § 8º talvez dê o instrumento e a oportunidade para a União desapropriar e conciliar a situação, satisfazendo os índios e indenizando os proprietários.

E eu gostaria de fazer uma referência também sobre essa questão da interpretação do que seja terra tradicionalmente ocupada por índios. Ora, a terra indígena, quando se fala "tradicionalmente ocupada", primeiro, tradição é permanente, delonga de eras e eras atrás.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Tempos imemoriais.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Tempos imemoriais, isso é tradição. Tradicionalmente ocupadas é que está ocupando, não é que foi ocupada antigamente. Senão até a terra da 1ª missa teria que ser expropriada hoje e colocada à disposição dos índios.

Essa interpretação, que se fala tanto, de que cada um pode interpretar como bem entende e os indigenistas radicalizados interpretam sempre: que terra tradicionalmente ocupada pelo índio, se você achar lá uma urna funerária, um caco de cerâmica, ou se você achar um tíbio ou um perônio enterrado de um índio, isso é terra indígena. Isso já passou. Não é possível mais você dar um tratamento tão desigual entre o índio e o não-índio, pois somos 170 milhões de habitantes contra quatrocentos e poucos mil índios. É difícil você dar uma igualdade de condições, igualdade de recuperação, pagar a dívida social que temos com os índios, fazendo o que o índio bem quer.

Se temos lei, temos Constituição, toda e qualquer ação contra a lei caracteriza a nossa terra como a terra da anomia, ou seja, você tem lei e não cumpre. Se você tem lei e não cumpre, é terra da anarquia e não podemos continuar dessa maneira.

Faço essas colocações, muito preocupado com a questão da comunidade indígena, porque lá em Mato Grosso do Sul existem várias comunidades indígenas, várias comunidades pacificamente trabalhando, pacificamente convivendo. Mas há outras áreas instigadas pela Funai constantemente. Vou dar só um exemplo, Senador João Capiberibe, que acho de fundamental importância: Dourados, como todos nós sabemos, é uma região fertilíssima. Lá existiu a Colônia Nacional de Dourados, criada por Getúlio Vargas há 60 ou 70 anos. Ele dividiu aquelas grandes áreas em minifúndios de 25 hectares, onde existem praticamente sete Municípios novos. E, lá em Dourados, há a gleba Paramizinho, pequenininha, que é oriunda dessa Colônia Nacional. Os títulos de propriedade foram tirados, distribuídos, registrados, assinados por Getúlio Vargas, e os antropólogos dizem assim: terra indígena.

A minha sugestão seria essa PEC. Mas seria bom, se ela for realmente do agrado do Executivo, que a entendêssemos como uma solução que trará oportunidade de negociação. Se há terra legitimamente titulada e se quer atender à expansão da aldeia indígena, dê-se oportunidade à União de desapropriação, o que não existe hoje. Se isso acontecer, garanto-lhe que dessas 54 ações que há no Estado do Mato Grosso do Sul, praticamente 50 estarão resolvidas. Essa é proposta que faço. Estou preparando essa PEC e, no início do período legislativo, vou pedir a assinatura dos meus companheiros, para propiciar-lhe o ingresso. Ao mesmo tempo, peço ao Presidente que inclua na relação das autoridades que estão sendo relacionadas para serem ouvidas o Governador do Mato Grosso do Sul e, se possível, o Juiz Federal Odilon de Oliveira, que está tratando de todas essas questões naquele Estado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Jefferson Péres também pediu a palavra. Peço a V. Exª que aguarde, para seguirmos a ordem.

O Senador Augusto Botelho fez diversas observações sobre as tradições indígenas e sobre os antepassados do Senador João Capiberibe. Em seguida, vamos dar a palavra a S. Exª.

Senador Jefferson Péres, V. Exª tem a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sinto-me muito à vontade para tratar dessa questão, principalmente a de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Jefferson Péres, como V. Exª não ouviu anteriormente, repito: há sobre a mesa um requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti para convidar os Ministros da Justiça e da Defesa e também o Governador de Roraima. O Senador Juvêncio da Fonseca propôs ouvir também o Governador de Mato Grosso do Sul. Houve outras sugestões; o Senador João Capiberibe ponderou sobre outras pessoas que poderiam vir, mas para um melhor ordenamento dos trabalhos, talvez devêssemos convidar primeiro os dois Ministros – o da Justiça viria acompanhado do Presidente da Funai.

Essa é a informação que gostaria de dar a V. Exª, para que ponderasse também a respeito das sugestões.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, sinto-me muito à vontade para abordar essa questão, sobretudo o caso de Roraima, porque me identifico com a causa indigenista e já dei provas disso. Há dois anos, eu e a Senadora Marina Silva, aqui no Senado, desencavamos, fizemos andar e ser aprovada, para que entrasse em vigor, a homologação da Convenção da OIT, da qual o Brasil era subscritor, que estabelece uma série de garantias e direitos aos povos indígenas. Ela estava parada no Senado há anos. Eu e a Senadora fomos ao Presidente da Casa, Senador Ramez Tebet, e conseguimos que fosse apreciada e aprovada. Por outro lado, sou freqüentemente procurado por representantes de organizações indígenas, fui apoiado em minha reeleição por organizações indígenas do Amazonas, e creio - não fiz levantamento, pois é algo é impossível - que fui o Senador mais votado pelos indígenas e seus descendentes em meu Estado, então tenho enorme simpatia por eles.

Penso que muitos fatos estão ocorrendo hoje porque no Brasil não se cumprem leis, nem mesmo a Constituição, Sr. Presidente. Ficou letra morta o art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determinava que em cinco anos fossem feitas demarcações de todas as terras indígenas. Em cinco anos, Senador Capiberibe. Que País é este? A Constituição é letra morta. Quinze anos são passados, Senador Suplicy, e até hoje não foram concluídas as demarcações.

Enfim, Sr. Presidente, entendo perfeitamente que não há como comparar os problemas dos povos indígenas com os nossos. Por exemplo, o leigo reclama da extensão das terras destinadas aos índios. Obviamente, índios que vivem ainda no nomadismo precisam de grande extensão territorial, porque as terras vão se esgotando e eles vão mudando os aldeamentos para lugares distantes. As reservas de caça se esgotam. Enfim, eles precisam de um espaço muitas vezes maior do que o espaço do não-índio, principalmente os adensamentos urbanos.

Não sei se os Ianomâmi precisariam de uma área do tamanho de Portugal. Talvez 90 mil quilô-

metros quadrados seja muito. Talvez 20 ou 40 mil quilômetros quadrados resolvessem. Mas o espaço tem que ser muito grande.

Entretanto, falamos de índios não aculturados, que vivem em estágio tribal, Sr. Presidente. No caso da Reserva Raposa Terra do Sol, os índios, em sua grande maioria, são aculturados. Não é verdade, Sr. Presidente? Não é o caso de exigir um grande espaço para eles se deslocarem periodicamente. Não se aplica isso.

Por outro lado, pode-se constatar, até pelo nome, que eram duas áreas: a da Serra do Sol, no extremo norte, e a da Raposa, mais embaixo, separadas por mais de 150 quilômetros. A faixa intermediária, que separa as duas áreas, não era ocupada por índios, Sr. Presidente. Foram ocupando, talvez, a partir da promulgação da Constituição, quando foi estabelecido o prazo de cinco anos, e as áreas se transformaram numa só. Com certeza isso ocorreu; está comprovado que sim.

Existem duas cidades lá. Alegam, por exemplo, que uma delas foi alçada à categoria de cidade e tornou-se Município depois da criação da reserva. Mas não estou falando nem em cidade nem em Município, mas sim na vila. As duas vilas, Paracaima e Uiramutã, têm mais de cem anos, habitadas por índios e não-índios, Sr. Presidente. São habitadas por imigrantes, caboclos e índios. Eles não são invasores.

Por que fazer uma demarcação de 17 mil quilômetros quadrados, quase do tamanho de Sergipe, e expulsar essas pessoas que estão lá legitimamente, Sr. Presidente? Como se pode considerar isso racional, Senador Mozarildo?

Não sou de Roraima, mas sou brasileiro, Senador da República. Roraima é vizinha do Amazonas, que tem várias etnias indígenas, talvez seja até o Estado que tenha mais etnias indígenas. E aí se diz para botar para fora e indenizar.

É tão fácil dizer essas coisas em relação aos outros. Como se sentiria V. Exª, Senador Eduardo Suplicy? E V. Exª, Senador João Capiberibe? Se resolvessem tirá-lo da sua casa, do seu bairro, da sua cidade, e obrigá-lo a ir para outra cidade, em nome de direitos discutíveis? Só se fala em fazendeiro para caracterizar gente rica, aliás muito poucos são ricos. Estou falando nos outros habitantes, nos moradores humildes desta cidade, como o caso desta índia casada com um não-índio, para não dar conotação racista, antes que me acusem disso. Uma índia casada com um não-índio vai ser expulsa de lá porque ela não quer se separar do marido e vai ter que sair, queira ou não.

Isso é justo? Não há uma solução para isso? Defendem que a área seja contínua, que não seja na forma de ilhas? Muito bem, até admito isso, mas por que não se reduzir essa área. São 17 mil quilômetros quadrados para que fiquem de fora as duas cidades e as terras já agricultadas. Por que não faz isso? Porque não se quer uma solução justa. Não sei que interesses existem por trás disso e não vou fazer especulações.

Por que entidades de não-índios entram nisso como intermediários, como interlocutores? Por que, Senador Mozarildo Cavalcanti? Os índios falam português, têm liderança e por que eles precisam de não-índios falando em nome deles ou atutelá-los? É estranho isso. Por que não chamam os líderes indígenas para negociar com eles?

Mas serão expulsos se mantida a decisão equivocada do Ministro Márcio Thomaz Bastos, meu amigo, jurista respeitável. Se S. Exª estiver me ouvindo, desculpe-me, mas V. Exª está errado no meu entender. Deveria rever a posição, com humildade, sem temer patrulhamentos. Neste País se tem horror a patrulhamento, nunca vi um país com tantos pusilânimes na vida pública, onde se fazem algumas coisas às vezes sem convicção, sabendo que se está tomando uma decisão errada por medo de patrulhamentos ou rotulações. Podem me rotular do que quiserem, pouco me importa.

Ainda podem ocorrer coisas piores, como o prejuízo ao Estado de Roraima. Sei que a Venezuela oferece, inclusive, vantagens para que se estabeleçam lá. Pode ocorrer o seguinte, Senador Mozarildo Cavalcanti: expulsam-se pessoas que estão nas suas terras, nas suas casas, que deixarão de ser agricultores e de produzir, o que acarretará uma grande perda para o Estado de Roraima. A União indeniza em dinheiro e eles vão se estabelecer, com o seu pequeno capital, na Venezuela, perdendo o País e os cofres públicos. Que solução é essa?

Não, Sr. Presidente, se eu perder votos na Amazônia e meus amigos indígenas por isso, paciência. Perco votos, mas não perco o respeito das pessoas e de mim mesmo sobretudo, de defender e condenar o que me parece errado.

Entendo que a audiência pública é bem-vinda e oxalá o Governo Federal reveja essa decisão equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Certamente, o senso de justiça do Ministro da Justiça será muito importante aqui se for explicitado, diante das inúmeras convicções fortes de pessoas das mais diversas áreas.

O pronunciamento de V. Exª, Senador Jefferson Péres, vai se somar à importância desta audiência.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, já para concluir, pois estamos prontos para tomar a decisão.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Acato a sugestão do Presidente de convidar a esta Casa o Ministro da Justiça e o Ministro da Defesa. Tenho uma sugestão: por que não o Ministério Público? Creio que ficaria tudo no âmbito federal, e teríamos a oportunidade de ouvir os três na mesma oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Senadora Fátima Cleide tinha proposto um nome. É esse mesmo o nome a que V. Exª se referiu? Então, faríamos o convite ao Procurador-Geral da República. É essa a sugestão? Ou quem ele designar?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Eu gostaria que fosse a 6ª Câmara.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – A 6ª Câmara, que cuida dos assuntos de cidadania. Pode ser. Concordo com a Senadora Fátima Cleide.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu pediria, então, que se formalizasse a sugestão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, antes da votação, eu gostaria de manifestar a minha...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Estamos só ouvindo. V. Exª será ouvido, porque há o requerimento formalizado à Mesa.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Eu queria dizer que há uma máxima do saudoso Presidente Ulysses Guimarães que dizia o seguinte: "Bom político, mau parente". Já que todos somos parentes, o tratamento que foi dado aos índios, ao longo da História, é muito cruel.

Somos bons políticos, evidentemente em defesa das elites brasileiras. Contestamos aqui 1 milhão e 600 mil hectares de terra que estão envolvidos no processo demarcatório da terra indígena Raposa e Serra do Sol. No entanto, o Sr. Cecílio do Rego Almeida tem três milhões e meio de hectares, e não o trouxemos para discutir isso aqui, na nossa Comissão; as Sesmarias, todo o processo das Capitanias Hereditárias, este País é o País das injustiças na distribuição das áreas.

Quero deixar claro aqui que somos um País de 504 anos. Antes da chegada dos portugueses, Senador Mozarildo Cavalcanti, todas as terras pertenciam aos povos indígenas, e o que restou no Estado mais poderoso deste País, que é São Paulo, não tem problema, porque restaram muito poucos índios. Só ficaram os nomes das ruas e dos acidentes geográficos; são todos nomes indígenas, inclusive dos próprios Municípios. Essa foi a herança que os índios deixaram em São Paulo. O resto foi dizimado.

Devemos recuperar a nossa própria História e fazer justiça às palavras do Senador Darcy Ribeiro, no sentido de que somos uma nova etnia – nós, os brasileiros, somos uma nova etnia de fato.

Não pertenço a nenhuma ONG, não participo do Cimi; defendo, com intransigência, a demarcação e a convivência com as diferenças por uma questão de construção de uma sociedade democrática. É por isso que defendo com intransigência. Acho um absurdo não reconhecermos a destruição e o genocídio praticados contra esses povos.

Há mais um dado: eles têm todo o direito, Senador Juvêncio da Fonseca – já que V. Exª citou o meu nome várias vezes – de não aceitar a decisão do Juiz Odilon. Tanto é que eles não a aceitaram. Usaram o mesmo instrumento. Eles foram à Justiça, e o TRF de São Paulo cassou a liminar do juiz. Pronto. Até que se busque uma solução. Eles estão usando apenas os instrumentos jurídicos legais que os não-índios utilizam na tentativa de preservar as suas invasões, as suas ocupações, contrariando os direitos originários, porque, segundo o que foi colocado aqui, não se respeita a Constituição deste País; respeita-se o Código Civil. Inclusive, ontem tomamos uma decisão sábia, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que foi prorrogar por mais um ano o ajuste das instituições e empresas, porque o Código Civil, sim, é aplicado. Agora, a Constituição brasileira foi muito bem colocada: havia cincos anos para se proceder à demarcação, mas não se demarcou nem sequer uma terra indígena! Quando se tratam de populações que não têm representação política forte, nada acontece.

Em relação à questão dos povos indígenas, o processo só foi iniciado com a pressão da sociedade e das organizações da sociedade civil. O terceiro setor é uma realidade. Não dá para esconder que as organizações da sociedade civil sempre existiram – e existiram do lado das elites. Agora, como a sociedade se organiza – os indígenas, os negros, as mulheres, os sem-terra, enfim, todos os discriminados deste País -, não há o que contestar. É um direito legítimo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – V. Exª me permite um aparte bem rápido?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pois não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Eu as defendo, V. Exª as defende e é preciso que as defendamos. Vamos demarcá-las, é obrigatória essa demarcação. Porém, o entendimento de que terra abandonada pelos índios também tem que ser demarcada é complicado. O Supremo Tribunal Federal, no dia 09 de outubro de 2003, proferiu a seguinte decisão: "Os

incisos 1º e 11 do art. 20 da Constituição Federal não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto".

Creio que essa é uma decisão muito condizente com a História do País, porque não é possível que levemos em consideração que as terras tradicionalmente ocupadas seja o Brasil inteiro. Os aldeamentos foram extintos, seja lá porque foram dizimados, porque se cometeu um crime, mas realmente houve essa restrição às áreas indígenas. Mas aquelas que estão aí e que estão tradicionalmente ocupadas, vamos demarcá-las. É um esforço nosso, esforço do Senado Federal. Não abrimos mão disso. Precisamos demarcar as terras indígenas. Entretanto, por gentileza, em nome da tranqüilidade e da paz social, não vamos invadir área que não seja tradicionalmente ocupada.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Senador Juvêncio, lamentavelmente, a sociedade brasileira, em relação a esse imenso patrimônio natural de que dispomos, utiliza de forma predatória o que a natureza nos deu com tamanha generosidade. Posso citar aqui o seguinte: 29% das terras do Estado do Maranhão, que foram "antropisadas", estão desocupadas. Lá não se planta absolutamente nada! Em 25% das terras do Pará, tão pouco, porque foram convertidas. Eram florestas primárias, convertidas em produções agrícolas. Solo tropical úmido, região tropical; os solos são frágeis, e, quatro ou cinco anos depois, não nasce mais nada. São abandonadas e avançam terra a dentro.

Portanto, há necessidade de se demarcar essas áreas indígenas, porque essa grande superfície é uma necessidade da cultura indígena.

Creio que vamos ter oportunidade de debater as questões cultural, antropológica e histórica da formação do povo brasileiro. Penso que isso é importante. Sou Senador do Brasil e defendo a questão indígena desde Roraima, passando por Acre e Amapá. Não vejo ninguém do Acre nesta Casa colocando problemas em relação a isso, e os índios estão lá na fronteira. Conheço bem, subi o Alto Juruá, e os índios estão uma parte no Peru e outra, no Acre.

Creio que toda região fronteiriça brasileira, essas regiões foram demarcadas pelo colonialismo espanhol e português. Portanto, a minha defesa é em função de que possamos encontrar, sim, soluções, respeitando os aspectos que aqui anunciei.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/ PT – RO) – Sr. Presidente, apenas um breve comentário.

(interferência na comunicão.)

Gostaria de oferecer à Comissão dois artigos publicados na imprensa, inclusive gostaria que eles fossem repassados a todos os membros da Comissão, intitulados "Lugar do Índio", de Washington Novaes, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, em 16 de janeiro, e o outro, "A Imprensa, os Índios e os Brancos", de Ulisses Capozoli, publicado no dia 13 de janeiro.

Portanto, gostaria que os membros desta Comissão se socializassem com os artigos para melhor contribuírem com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A solicitação de V. Exª será atendida.

Vamos à conclusão.

O requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti propõe a convocação de dois Ministros, o da Defesa e o da Justiça, do Governador de Roraima; o Senador Juvêncio propôs também que seja convocado o Governador do Mato Grosso do Sul. Há uma proposta do Ministério Público que também possa ser convidada a Drª Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Coordenadora-Geral da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o objetivo de discutir o problema da demarcação das terras indígenas, pois a Senadora Fátima Cleide e os Senadores Sibá Machado e João Capiberibe consideram que nos daria uma contribuição significativa.

Talvez fosse interessante, porque senão ficaríamos com excesso de autoridades, para, em um mesmo dia esclarecer os pontos, se não seria adequado convidarmos para a próxima quinta-feira ambos os Ministros, o da Defesa e o da Justiça, para que possam dirimirem inteiramente as dúvidas, e os Governadores ficariam para uma próxima reunião. Pergunto: se a representante do Ministério Público Federal deva estar na mesma reunião com os Ministros ou com os Governadores?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, como autor do pedido, eu acrescentaria também a presença do juiz federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Para outra reunião juntamente com o Ministério.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Quando o Ministério estiver presente, também estará o Juiz Federal Odilon de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senão teríamos excesso de autoridades para dialogar com os Senadores e os Ministros.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Perfeito.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/ PT – RO) – Sr. Presidente, penso que poderíamos dividir conforme a esfera. A federal, em primeiro lugar. Não vejo problema de trazermos os dois Ministros e o Ministério Público. E, em uma outra audiência, na próxima semana, traríamos os dois Governadores, portanto, a esfera estadual.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O juiz federal com os Ministros?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Com o Ministério Público Federal pode vir o juiz federal, ou pode ser o juiz depois.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O juiz pode ser depois.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Vou tentar fazer um raciocínio pragmático, como médico, quando se encontra o paciente no caso de emergência. Se formos fazer, no caso de emergência, uma conferência médica para ver o que vamos fazer com o paciente, ele morre. Então, entendo que o caso de Roraima e do Mato Grosso, dentro do contexto da questão indígena do País, é emergencial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Objetivamente, não tem por que ouvir o Ministério Público e o juiz federal neste momento. Ouçamos os dois Ministros e os dois Governadores. Se julgarmos necessário – a Senadora Fátima Cleide inclusive propôs que, dentro e uma discussão mais ampla, simbolicamente, termos até o dia 19 de abril, Dia do Índio, para o desdobramento disso. Mato Grosso do Sul e Roraima estão vivendo um momento conflituoso. Ouçamos a esfera federal, representada pelos dois Ministros, e os dois Governadores depois. Penso também que se quatro pessoas em um mesmo dia for demasiado – o que eu não acho -, pois dedicaríamos todo o dia para esse fim, esgotaríamos as esferas federal e estadual.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PT – MS) – Concordo, plenamente, com a proposta do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Senadora Fátima Cleide, e os Senadores João Capiberibe e Siba, eu gostaria de ouvi-los, porque, se possível, vamos fazer um consenso, para tomarmos uma decisão.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Na fase inicial, poderíamos trazer os Governadores, que estão no calor do conflito, da luta e que são parte – de um lado ou de outro – desse processo, até porque são os primeiros responsáveis pela equação política desse conflito. Talvez ouviremos dos dois um discurso muito assemelhado. Preferia ter um contraditório aqui, ter um espectro mais amplo das idéias. Se der para trazer os dois Ministros, penso que seria um passo importante. Poderíamos trazer uma outra instituição independente, o Ministério Público. Não sei, fica difícil trazer quatro autoridades. Talvez possamos reduzir para duas: os dois Ministros. Futuramente, retomaremos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sinceramente, seria melhor ouvirmos os dois Ministros primeiramente e, depois, as demais autoridades, para termos a possibilidade, inclusive, de um diálogo proveitoso, porque, afinal, dois Ministros já são duas autoridades de grande peso.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Se é para simplificar, Sr. Presidente, concordo que fiquemos com os dois Ministros, pois se trata de uma questão emergencial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Precisamos ver se S. Exªs podem vir, mas, concluída a decisão, de pronto irei comunicar-me com ambos. Será um convite, se possível, para a quinta-feira, às 10h, da semana que vem. Mas depende de S. Exªs também.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – É muito importante que seja na quinta-feira, porque é daqui a uma semana ainda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem, e é muito importante o caso, é o assunto que está nas primeiras páginas dos jornais. Seria a maneira de o Senado colaborar para desvendar e solucionar o problema.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pela situação, o que vai ocorrer num primeiro momento? O Governo está negociando saídas para os dois casos. Vamos ouvir quais são as saídas que o Governo está propondo para os dois casos. No momento seguinte, ouviremos os dois Governadores, que vão levantar as preocupações, pois, com certeza, os dois estão atentando para o problema. Não sei se pode ser neste momento, mas os demais interessados na matéria vão dar as suas opiniões. Não sei se, após os Governadores, caberia um terceiro momento. Todos já poderíamos subscrever o requerimento, convidando os dois Governadores e outras autoridades, porque temo que, na próxima reunião, não tenhamos tempo para apreciar nem esse requerimento, que percamos esse espaço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Isso seria tranqüilo. Posso assegurar que, ouvindo os dois Ministros, certamente teríamos a possibilidade, até em função daquilo que estiver ocorrendo, de encontrar a solução, de entrar num acordo agora. Os Governadores e a representante do Ministério Público serão os próximos convidados. Mas, se assim entrarmos num consenso, primeiro ouviríamos os dois Ministros.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Ouviríamos apenas os dois Ministros na próxima quinta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É, seria feito o convite.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Concordo, dada a urgência do problema, porque não quero continuar considerando os Governadores suspeitos. Os Governadores não são suspeitos, eles representam a sociedade toda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Não, absolutamente, já estaríamos acordando que, em seguida, S. Exªs serão convidados.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Posso pedir a gentileza de os Senadores Mozarildo e Fátima fazerem a contagem dos votos, enquanto ouvimos o Senador Jefferson Péres?

Quem não votou?

O Senador Jefferson não votou.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Vou votar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos aguardar um momento antes de abrir as urnas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, os Ministros ausentam-se muito de Brasília – não estou fazendo ironia – por força de suas obrigações. É muito possível que, por exemplo, nenhum dos dois Ministros possa comparecer na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É possível.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Nesse caso, não se deveria deixar como alternativa que, se nenhum dos dois puder vir, virem os dois Governadores?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É de bom senso a sua proposta.

As Srªs e os Srs. Senadores estão de acordo que façamos o convite aos dois Ministros, da Justiça e da Defesa? Ao Ministro da Justiça poderíamos dizer que S. Exª poderá vir acompanhado do Presidente da Funai, mas S. Exª que é convidado. E também convidados os dois Governadores para a reunião seguinte, e o representante do Ministério Público. Se, porventura, houver impedimento pessoal dos dois Ministros, passaríamos o convite para os dois Governadores.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Quero também apoiar o Senador Juvêncio da Fonseca. Se vamos chamar o Ministro Público, vamos chamar o Juiz Federal. Vamos ouvir as razões dele também.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não vamos esquecer o Juiz Odilon de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Seria também convidado o juiz para a ocasião dos Governadores.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Peço ao Senador Jefferson Péres para votar. Também vou votar. Em seguida, reitero para os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Fátima Cleide para fazerem a contagem dos votos, por favor.

Um minuto, por favor, para a votação.

Pediria aos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Fátima Cleide para fazerem a contagem dos votos.

Aprovada a designação do Embaixador Marcos César Meira Naslausky, para, além de ser Embaixador do Reino da Dinamarca, também exercer o cargo de Embaixador junto à República da Lituânia, com 14 votos "sim", nenhuma abstenção ou voto "não".

Com respeito ao Embaixador Carlos Augusto Rego Santos Neves, que é Embaixador junto à Federação da Rússia para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Belaros, também com 14 votos "sim", unanimemente.

Os requerimentos já foram votados e aprovados com convite aos Ministros da Justiça e da Defesa, também aos Governadores Zeca do PT e de Roraima, Flamarion. Também do Juiz Odilon de Oliveira e a representante do Ministério Público Drª Ela Wiecko de Castilho, Coordenadora-Geral da 6ª Câmara do Ministério Público Federal. Na próxima quinta-feira, se S. Exªs puderem, os dois Ministros.

Este requerimento ficou para ser examinado depois, dada a urgência dessa questão.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 41 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Primeira Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no dia vinte e nove de Janeiro do ano de dois mil e quatro, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e nove de janeiro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES, MOZARILDO CAVALCANTI, RODOLPHO TOURINHO, JOSÉ AGRIPINO, DUCIOMAR COSTA, RAMEZ TEBET, GILBERTO MESTRINHO, MARCELO CRIVELLA, MARCO MACIEL, EDISON LOBÃO,**

PEDRO SIMON, TIÃO VIANA, TASSO JEREISSATI e LÚCIA VÂNIA. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente convida o Senhor MICHAEL GEPP, Vice-Cônsul Adjunto do Brasil em Los Angeles para compor a mesa. Em seguida, tece algumas considerações e passa ao **Item um**: Exposição dos Senhores Senadores Marcelo Crivella e Hélio Costa sobre a missão parlamentar que negocia a repatriação de 922 brasileiros detidos nos Estados Unidos da América por imigração ilegal. Faz uso da palavra o Senador **MARCELO CRIVELLA**. O Senhor Presidente interrompe o Senador para convidar o Deputado NGUYEN NGOC TRAN, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Nacional do Vietnã, para compor a mesa. O Senador **MARCELO CRIVELLA** segue sua exposição. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **MICHAEL GEPP**. Faz uso da palavra os Senadores **RODOLPHO TOURINHO** e **MARCELO CRIVELLA**. Após alguns agradecimentos, o Senhor Presidente passa a palavra ao Deputado **NGUYEN NGOC TRAN** que faz sua exposição em francês traduzida pelo Consultor Legislativo Jorge Fontoura. Prossegue a apreciação da pauta: **Item dois** – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 853, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto da nova versão do Acordo Internacional do Cacau (AICACAU/2001), que substituirá o AICACAU/1993". O Senhor Presidente designa Relatora "Ad Hoc" a Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA** que faz a leitura do parecer favorável. O Senador **RODOLPHO TOURINHO** faz uso da palavra. Não havendo mais quem queira discutir, o Projeto é aprovado. Passa-se ao **Item três:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 858, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000". O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senhor Senador **RODOLPHO TOURINHO** que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o Projeto é aprovado. Passa-se ao **Item quatro:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 940, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa celebrado pelo Governo da República Federativa do Brasil no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Praia, Cabo Verde, em 17 de julho de 1998". O Senador **RODOLPHO TOURINHO** faz a leitura do seu parecer favorável à matéria. Não havendo quem queira discutir, o Projeto é aprovado. Passa-se ao **Item cinco:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 941, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002". O Senador **RODOLPHO TOURINHO** faz a leitura do seu parecer favorável à matéria. Não havendo quem queira discutir, o Projeto é aprovado. Passa-se ao **Item seis:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 945, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Espacial Européia sobre a Cooperação Espacial para Fins Pacíficos, celebrado em 1º de fevereiro de 2002, em Paris". O Presidente designa relatora "Ad Hoc" a Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA**, que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o Projeto é aprovado. O Senhor Presidente agradece a presença dos Senadores e faz considerações. Fazem uso da palavra a Senadora **LÚCIA VÂNIA** e o Senador **RODOLPHO TOURINHO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – **Senador Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores.

Peço a gentileza das Srªs e dos Srs. Senadores, inclusive daqueles que estavam na Comissão de Assuntos Econômicos, mas que haviam assinado o livro de presença, para que compareçam à reunião.

Submeto ao Plenário da Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Passamos à apreciação das matérias. Como primeiro item temos a exposição dos Srs. Senadores Marcelo Crivella e Hélio Costa sobre a missão parlamentar que negocia a repatriação de 922 brasileiros detidos nos Estados Unidos da América por imigração ilegal.

Conversei com os Senadores Marcelo Crivella e Hélio Costa que chegaram ontem dos Estados Unidos acompanhando os mais de 200 brasileiros que vieram, em vôo dos Estados Unidos para o Brasil, no dia de ontem.

O Senador Hélio Costa pediu, na medida em que tinha compromissos hoje em Belo Horizonte e, portanto, encontrava-se impossibilitado de estar realizando o relato sobre a missão no dia de hoje, que o pudesse fazer em uma próxima ocasião, juntamente com o Senador Marcelo Crivella.

Por algumas circunstâncias, avalio que seria importante iniciássemos o relato dos episódios porque hoje se encontra presente entre nós o Vice-Cônsul do Brasil no Texas, o Sr. Michael Jepp. Solicito a V. Exª juntar-se à mesa, ao lado do nosso Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella.

O Vice-Cônsul Michael Jepp está no Consulado do Brasil na Califórnia, em Los Angeles, e muito cooperou com o trabalho desta missão. V. Exª pode ficar ao lado do Senador Marcelo Crivella que, além de ser o Vice-Presidente desta Comissão, também preside a nossa Subcomissão relativa aos problemas de brasileiros no exterior.

Assim, justamente por estar aqui presente o Vice-Cônsul do Brasil no Texas, que colaborou com a missão, com toda a consideração ao Senador Hélio Costa, penso que seria importante iniciarmos o relato do que aconteceu lá com o depoimento do Senador Marcelo Crivella e do Vice-Cônsul Michael Jepp e, em seguida, na oportunidade em que estiver o Senador Hélio Costa, ouviremos também S. Exª.

Em seguida, trataremos dos demais itens que se referem a acordos internacionais e que são de rápida tramitação.

Quero informar aos membros de nossa Comissão de Relações Exteriores que o Ministro da Justiça, Sr. Márcio Thomaz Bastos, e o Ministro da Defesa, Sr. José Viegas Filho, aceitaram o convite para estarem aqui presentes e, para que fosse compatibilizada a vinda de ambos no mesmo dia, acordaram que pode ser na quinta-feira, dia 12.

Aprovamos também a vinda dos Governadores de Roraima e do Mato Grosso do Sul. Pensei em convocá-los para o dia 5, mas ainda não conversei com o Governador Zeca do PT, que se encontra acompanhando o Presidente Lula, na Índia, até sábado. Assim, somente na segunda-feira é que poderei conversar com S. Exª.

No entanto, há um problema, porque a Comissão de Assuntos Econômicos, em princípio, marcou uma audiência pública sobre a Lei de Falência para o dia 5. Assim, temos que considerar a hipótese de marcarmos ou não a audiência pública com os Governadores no mesmo dia e no mesmo horário, visto que teremos que estar na discussão com as Centrais Sindicais. Então, quem sabe, o bom senso nos levaria a pedir ao Senador Ramez Tebet, Presidente da CAE, que nos deixasse a manhã do dia 12 para o debate com os Ministros, nesta Comissão. No dia 12 para nós e, no dia 5, participaríamos da reunião da CAE. Em princípio, verei se acordo isso.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar os Senadores Marcelo Crivella e Hélio Costa pela tão bem-sucecida missão.

Passo a palavra ao Senador Marcelo Crivella e, em seguida, o Cônsul Michael Jepp completará as informações.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Michael Jepp, nosso Vice-Cônsul na Califórnia, a Subcomissão que presido, de defesa de brasileiros que vivem no exterior, foi chamada a essa missão nos Estados Unidos tendo em vista a presença, nas prisões americanas, de quase mil brasileiros que tentaram imigrar ilegalmente pela fronteira do México. Partimos para os Estados Unidos em princípio de janeiro, eu, o Senador Hélio Costa e o Deputado João Magno, do PT de Minas Gerais, e começamos a visitar esses brasileiros. A primeira visitada foi a de Florence, uma cidade como Bangu, no meu Estado, predominantemente de presídios. Encontramos 300 brasileiros, vinte mulheres e 280 homens. A partir daí a Comissão se separou, o Deputado João Magno foi para Nova Iorque, onde está a maior parte dos brasileiros da colônia, o Senador Hélio Costa foi para a Flórida e continuei pelo Texas, Arizona e Califórnia. No meu trajeto, visitei a prisão de Santo Antonio, de **Laredo**, depois fui a **El Paso**, juntamente com o Vice-Cônsul, Michael Jepp, estivemos em **Santo Antonio**, **El Centro**, e depois voltamos novamente para **Florence**. A verdade é que, embora os americanos respeitem os direitos humanos, os brasileiros, a nosso ver, recebem uma punição muito maior do que a transgressão que cometeram. Atravessar a fronteira com o México em busca de um trabalho, de um sonho, é uma experiência que foi bem-sucedida para muitos brasileiros que hoje vivem nos Estados Unidos. É uma colônia de 200 mil brasileiros produtivos, que não se envolvem com máfia. Talvez entre os imigrantes, os brasileiros têm o menor número de crimes, de violência doméstica, de dirigir embriagado. A colônia brasileira é muito profícua nos Estados Unidos. Esses brasileiros saem daqui em busca de uma melhor oportunidade de vida lá. Muitos brasileiros que atravessaram a fronteira do México estão hoje vivendo bem nos Estados Unidos. Quando são presos não conseguem entender o motivo da sua prisão. Após o evento de 11 de setembro, criou-se nos Estados Unidos, uma verdadeira neurose na questão da segurança. Hoje, os americanos vivem em clima constante de medo. A **Board Patrol**, polícia de fronteira que visitei em **Laredo**, é armada, tem câmaras foto-

gráficas modernissimas, além de muitos helicópteros. São centenas de homens que vigiam palmo a palmo essas fronteiras, e, hoje, de cada 20 brasileiros que tentam atravessá-las, talvez um consiga. Essa, para dar uma idéia aos Srs. Senadores, é a dramaticidade dessa jornada. Um brasileiro de qualquer região do País, seja, por exemplo, do interior de Minas Gerais, do leste de Minas, da região de Governador Valadares, Teófilo Otoni, Galiléia, Ipatinga, tem hoje no seu subconsciente a imagem de que a solução dos nossos problemas é a imigração para os Estados Unidos, pois a riqueza está na América. Essa pessoa viaja até Belo Horizonte, de lá para São Paulo, em seguida para o México, nem sequer tenta – estou dizendo a média e a maioria – um visto de trabalho num consulado em Belo Horizonte. Essa pessoa investe dinheiro diretamente para uma passagem para a cidade do México. Quando desce naquela cidade, começa a receber o assédio e o achaque da imigração mexicana, devido ao número de brasileiros que está chegando lá. Todos os brasileiros a quem perguntei disseram que tiveram que dar dinheiro aos agentes da imigração mexicana. Ali já perdem US$50 a US$100. A partir dali, seguem em caravanas de coiotes. Essa atividade de coiote no México é tradicional. O Governo mexicano incentiva a imigração para os Estados Unidos. A fronteira americana com o México, do lado do México, tem todo um sistema de Governo que dá assistência aos mexicanos, que, por exemplo, não conseguem passar, que se ferem, que se afogam na travessia do rio, ou mesmo que são presos nos Estados e voltam depois de quatro horas de detenção. Como são muitos os mexicanos que todos os dias tentam entrar nos Estados Unidos, os americanos não têm condições de prendê-los, como fazem com pessoas de outras nacionalidades. Não há condições físicas para prender tanta gente. Então, eles são fichados e, quatro horas depois, levados de novo à fronteira e despedidos a pé. Muitos deles voltam com fome, com sede, se tiverem sido pegos, vamos dizer, com dois, três dias de trajetória no deserto. E aí o Governo mexicano presta-lhes assistência: dá comida, roupa. E eles ficam pela fronteira porque têm isso como uma missão que precisa ser cumprida. Se não foi hoje, será amanhã. Se não for amanhã, será depois de amanhã. Se não for no Arizona, vai ser no Novo México, na Califórnia ou no Texas, mas vai tentar passar de qualquer jeito. É até uma questão de honra para eles.

Os brasileiros, então, atravessam, segurando pneus, e chegam do outro lado molhados, com frio, assustados, e aí começa uma caminhada pelo deserto. Os americanos muitas vezes conseguem identificar isso, mas permitem que esse grupo ande durante horas pelo deserto, como uma lição, para que depois de expulsos se lembrem das dificuldades, das agruras e não tentem voltar. Eles têm lunetas de infra-vermelho que pegam essas pessoas à noite e detectores de calor enterrados no chão. Mostraram-me isso em **Laredo**. E disseram-me que acompanharam alguns brasileiros que andaram pelo deserto por três dias. E esses brasileiros seguem com um coiote, normalmente em grupos de vinte, trinta pessoas. Há algumas casas onde eles ficam escondidos durante o dia e caminham durante à noite. E é uma caminhada complicada, porque a única coisa que encontram são arbustos cheios de espinhos, cactos e morros, porque fogem ao máximo do perímetro das estradas. Depois de dois ou três dias, muitos brasileiros já estão querendo que a polícia os encontre. Vários me disseram isso. Aliás, um deles era um senhor mineiro, que foi com a filha de nove anos. Ele tem um irmão que trabalha nos Estados Unidos e levou uma menina de nove anos! Durante dois dias, pai e filha caminharam, subindo e descendo morro pelo deserto, tentando encontrar uma grande cidade, onde eles pudessem se misturar com o povo e, então, cuidar da sua vida.

Depois do 11 de setembro, os americanos estão cada vez mais preocupados com a imigração ilegal.

Tive a oportunidade de assistir ao discurso que o Presidente Bush fez à nação americana, na quinta-feira passada, em que citou o caso da imigração. É claro que a maior economia do mundo, que até o terceiro trimestre do ano passado apresentava uma deflação ou uma expectativa de estagnação, mas que no último trimestre conseguiu reverter a situação e acabou crescendo 10%, precisa de imigrantes.

Aliás, fiz uma pesquisa ao Anuário de Imigração Americano e vi que todos os anos, legalmente, entram nos Estados Unidos um milhão de pessoas. Um milhão de pessoas conseguem visto de trabalho todos os anos para os Estados Unidos, e tem sido assim desde 1988. Cito esta data porque esse anuário trazia essa informação a partir de 1988.

Para V. Exªs terem uma idéia, são 70 mil indianos, 60 mil chineses. Embora exista a máfia chinesa nos Estados Unidos, 60 mil chineses conseguem visto para imigrar legalmente. São 40 mil vietnamitas – um país que esteve em guerra com os Estados Unidos há não muito tempo –, 30 mil filipinos, que vêm de longe. Brasileiros em situação legal nos Estados Unidos, nesse universo de um milhão, são apenas sete mil. É claro que 30 ou 40 mil tentam entrar ilegalmente.

Quando cheguei aos Estados Unidos, 40 brasileiros eram presos diariamente, todos os dias, nos desertos da fronteira com o México. Significa que no final de um mês teremos mais de mil brasileiros presos nos Estados Unidos. Volto a repetir: os Estados Unidos precisam dos imigrantes.

Nesse discurso que o Presidente Bush fez aos americanos, segundo a imprensa, ele procurava o apoio da indústria para sua campanha, já que S. Exª tem como objetivo levantar US$200 milhões à sua campanha reeleição. Até agora, conforme os números oficiais, a campanha do Presidente Bush levantou US$128 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Estamos recebendo a visita do Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento do Vietnã, a quem gostaria de convidar para compor a mesa.

Peço ao Sr. Jorge para se colocar aqui ao lado, para fazer a tradução a S. Exª.

(Dirige-se à autoridade visitante em inglês.)

Por favor, V. Exª pode prosseguir.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, é importante dizer que os americanos precisam da imigração. Aliás, todos os países precisam da imigração, que é solução e não problema. Agora, precisa ser uma imigração legal, negociada entre os Governos brasileiro e americano, para que tenhamos uma parcela maior nessa fatia de um milhão de imigrantes que vão para os Estados Unidos.

Como eu dizia a respeito do discurso do Presidente Bush, Sua Excelência fez um discurso voltado para a indústria. Segundo alguns analistas, é a indústria que vai completar esses US$80 milhões que o Presidente precisa para o seu budget de US$200 milhões, para sua reeleição. E a resposta do Presidente à indústria é que vai passar uma **bill** no Congresso americano, para que aqueles imigrantes, que estão trabalhando nos Estados Unidos e que não têm documentação, mas que não atravessaram a fronteira, que não quebraram a lei, que foram para lá como turistas e **overstay,** ou seja, ficaram acima do prazo permitido para o turismo, mas conseguiram um trabalho, um emprego, tenham um visto de trabalho para três anos, renovado por mais três.

A indústria americana precisa dessa mão-de-obra. Senão vai perder a competição para os produtos importados da China. É aí que os nossos brasileiros, com interesse em trabalhar nos Estados Unidos, têm esse precedente de poder participar de uma colônia não envolvida com a máfia, com as drogas ou com o crime... E há um outro fator que eu diria que é muito importante: os brasileiros ficam lá no máximo cinco ou seis anos e voltam para o Brasil. Nenhum brasileiro fica nos Estados Unidos para sempre, ou poucos ficam para sempre. A idéia do brasileiro é ir, juntar dinheiro e voltar para o Brasil, o que é muito interessante para os americanos.

Sr. Presidente, na semana que vem, eu e o Senador Hélio Costa vamos apresentar, por escrito e com fotografias, um relatório detalhado, que pretendemos encaminhar também à nossa Secretaria de Direitos Humanos e ao Ministério da Justiça. Eu gostaria de, neste instante, citar o apoio que tivemos da diplomacia brasileira, que nos acompanhou em cada presídio: o Cônsul Carlos Alberto Azevedo Pimentel, que está no Texas, e o Cônsul Michael Jepp, que está em Los Angeles, na Califórnia. Tivemos todo o apoio do nosso Consulado, que hoje já não conta com os meios necessários para atender a tantos brasileiros. Os Consulados brasileiros nos Estados Unidos continuam com a mesma quantidade de funcionários há muitos anos, embora a nossa colônia seja 30, 40 vezes maior do que era há dez anos.

Sr. Presidente, faremos um apelo ao Governo americano para que os brasileiros não sofram uma punição tão pesada como têm sofrido. A imigração ilegal, hoje combatida nos Estados Unidos com prisão severa, faz com que os brasileiros sejam tratados como traficantes de droga ou como assassinos, estupradores. Ficam misturados com esse tipo de gente.

Numa visita despretensiosa que fiz a **Santo Antonio**, no sábado à tarde – havia poucos brasileiros num centro de detenção –, encontrei uma moça universitária, goiana, com 22 anos, que há cinco dias estava sem calcinha, sem sutiã, nua, deitada, encolhida em cima de uma cama de metal, sem colchão, sem travesseiro, numa cela de 1,50m por 3m, um vaso sanitário e uma pia em cima, completamente sem condições de higiene. Essa menina estava ali há cinco dias. Eu perguntei por que e eles me disseram que ela era louca. Ora, conversando com ela, explicou-me o que aconteceu. Ela disse: "Senador, sou universitária, vim aos Estados Unidos visitar meus familiares. Como não consegui vistó de turista, me disseram que era simples vir pelo México. Não vim nem para trabalhar. Depois de 70 dias presa, sem ver a solução para o meu caso, eu me desesperei, entrei em pânico. Os dias se passavam, eu não conseguia me comunicar com eles, eu tinha dinheiro para voltar para o Brasil e era detida, não davam uma solução para o meu problema, eu perdi o juízo e comecei a gritar: me tirem daqui! Socorro! Quero ir embora daqui! E eles então me consideraram louca, me colocaram nesse cubículo onde vou ficar louca. Se eu continuar aqui, vou enlouquecer."

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Incrível.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – E havia uma funcionária do Governo americano, que não falava português, sentada diante daquela cela, olhando para ela. Trocavam em turno de oito horas, sem trocar uma palavra com ela, olhando para tudo que ela fazia porque achavam que era louca.

Essa maneira de tratar os brasileiros segundo as regras é muito própria dos americanos. Eles não conseguem ter uma flexibilidade de raciocínio para adaptar regras às circunstâncias do momento. Em **El Paso**, encontrei um diretor de presídio e eu perguntei a ele: "Já houve casos de fuga nesse presídio?' Porque eram todos presídios de segurança máxima. O Governo constrói presídios fantásticos e os dá à iniciativa privada. Para visitar os brasileiros, precisamos passar por cinco, seis portas de aço, além de muros pesadíssimos, cerca de arame farpado para todo lado, câmeras, centenas de funcionários. Perguntei: o senhor já teve caso de fuga aqui?' E ele disse: "Não, nunca tivemos um caso de fuga." E se houvesse um caso de fuga, que grupo o senhor acha teria menos probabilidade de fugir?' "Ah, seriam os imigrantes ilegais, porque eles estão aqui por um período de seis a sete meses, aguardando decisão da Justiça. É claro que traficante de drogas, assassinos, que terão de cumprir uma pena muito maior, tenderiam a fugir" – disse. Então, o senhor acha que os imigrantes ilegais são os que oferecem menos risco de fugir, mas nunca ninguém fugiu? "Não." Quanto tempo tem esse presídio?' "Vinte anos." "Então", perguntei "por que o senhor conta dez vezes por dia e, às vezes, até durante à noite, os setenta brasileiros que estão presos aqui, que me reclamaram que, psicologicamente, estão ficando alucinados, pois, dez vezes por dia, saem da cela". É um clima frio, Sr. Presidente. A noite em qualquer inverno é fria, mas, no deserto, no inverno, é um frio terrível. De repente, toca-se a sirene, saem os brasileiros para serem contados, mais uma vez. São dez vezes por dia. Ele me respondeu: "Porque essa é a regra". Há dificuldade de se adaptarem as regras às circunstâncias e entender que os brasileiros que estão ali são pessoas ingênuas, muito humildes – muitos deles jamais abriram um livro de geografia para saber onde estavam os Estados Unidos. Eu diria que esses são 95%.

Eles são tratados aos gritos, não falam a língua deles.

Encontrei uma senhora de 55 anos de idade, tremendo, diabética. Disse para mim: "Senador, eu nunca dei um depoimento em uma delegacia e eu já estou há setenta dias presa. Eu sou uma avó. Eu vim para cá, para conseguir dinheiro para tratar parentes meus no Brasil que são doentes".

Tomei depoimento de um senhor, que voltou comigo no avião, que estava preso em **Florence**. Como estavam lá as televisões brasileiras, tanto a **TV Globo** como a **TV Record**, eu pedi que ele mandasse uma mensagem para sua família. A mensagem que ele mandou foi a seguinte: "Meu filho, se você estiver me assistindo no Brasil, você sabe que seu pai veio para cá para conseguir dinheiro para pagar a sua faculdade. Mas eu estou muito velho, eu não consegui atravessar o deserto. O sonho acabou". Agora, não é possível que um pai que vai em busca de dinheiro para o filho estudar na faculdade, ou um outro, que encontrei também em cárcere privado, porque brigou com um traficante... Imaginem que esse brasileiro do Espírito Santo foi lá para conseguir dinheiro para tratar uma filha excepcional. Ficou preso com traficantes e bandidos e entrou em conflito. Aí, foi colocado nessa solitária.

Torno a repetir que não encontrei ninguém que sofresse castigo físico ou que passasse fome ou que não tivesse os direitos humanos respeitados. Os norte-americanos tratam com rigor, com dureza, mas prestam assistência médica.

Ontem mesmo, no vôo, foi um outro aspecto que caracteriza bem a maneira deles de encararem os brasileiros como presos comuns. Havia quarenta agentes de segurança no vôo, a despeito de todos os apelos que fiz ao Governo norte-americano, às autoridades de **Washington**, para que usassem esses quarenta assentos com outros quarenta brasileiros ou para que trouxessem apenas dez agentes. Trouxeram quarentas agentes de segurança, seis enfermeiras, perdendo espaço para brasileiros que ficaram para trás, chorando, tristes. Foi o momento mais triste da viagem quando tive de deixar para trás quase setecentos brasileiros, desesperados, não sabendo mais o que fazer naquela condição terrível, por causa dessa maneira strict que eles têm de encará-los como presos comuns, seguindo as regras do manual.

Voltamos ontem, pousando em Belo Horizonte. Esperamos que o próximo vôo saia na primeira semana de março; o terceiro, na segunda semana de março; e o último, na última semana de abril.

A grande notícia, Sr. Presidente, é que, dos quarenta brasileiros que eram pegos todos os dias na fronteira dos Estados Unidos com o México, nos últimos dez dias desde quando saímos de lá, na sexta-feira passada, tinham pego apenas quatro brasileiros. Penso que essas notícias na mídia, a pauta do Congresso Nacional, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, tratando do assunto, o interesse dos Srs. Parlamentares fizeram com que muitos brasileiros que estão nos Estados Unidos, sabedores da situação dos que estão sofrendo e dos que estão na prisão, ligassem para cá, e os que assistiram aos programas de televisão e aos debates de políticos,"não venham porque a situação é complicada".

Agora, precisamos, sim, Sr. Presidente, instalar uma CPI para tratar desses "coiotes". Como é o caso de uma menina da Galiléia, de 23 anos, que plantava com o pai na roça. Por ser muito bonita, alguém a seduziu com essa falsa esperança. Deram a ela o di-

nheiro. O senhor imagina, Sr. Presidente. Essa menina saiu sem mala de casa e sem um tostão - os pais não sabiam - apenas com a sua beleza física. Conseguiu passagem para ir para Belo Horizonte; de Belo Horizonte para São Paulo e de São Paulo para o México, sendo levada naqueles carrinhos até a fronteira, atravessou-a até que foi presa pela Polícia, depois de dois dias no deserto.

Eu perguntei: quem pagou isso tudo?

"Os coiotes."

O que eles pediram para você?

"Que quando eu estivesse aqui eu desse 10 mil dólares para eles".

Mas como você iria conseguir esse dinheiro. Você estudou? Fala inglês?

"Não. Eles disseram que iriam me arrumar um emprego".

Tenho muitas dúvidas sobre se esse emprego não seria nos cabarés ou como prostituta, por ser uma jovem muito bonita, que também estava lá em frangalhos, tratada aos berros, sem saber sequer pegar um telefone, um **pay phone**, para ligar para casa. Frágil, do interior, nessas condições.

Nós precisamos instalar uma CPI para coibir essa desumanidade com os nossos brasileiros.

Contudo, se existe esse caso, existem os brasileiros que investem dinheiro. Nenhum deles que não possuem beleza ou que não sejam jovens deixam de pagar seis, sete ou oito mil dólares para terminarem nas prisões americanas.

Assim, vou encaminhar juntamente com o Senador Hélio Costa e o Deputado João Magno, um pedido para que nós, no Congresso Nacional, possamos saber onde está a origem disso tudo e coibir esse crime que se comete contra o nosso País.

Esse, Sr. Presidente, é o primeiro relato que eu gostaria de apresentar à nossa Comissão. É claro que vou enviar aos Srs. Senadores cópia do relato do nosso dia-a-dia no presídio, com as entrevistas que fizemos. Vou apresentá-lo juntamente com o Senador Hélio Costa e com o Deputado João Magno, do PT de Minas Gerais. O João Magno foi prefeito de Ipatinga e conhece muito bem esse drama.

Para o senhor ter um idéia, de 260 brasileiros que trouxemos ontem, 180 eram mineiros. Exatamente do Leste de Minas: Teófilo Otone, Governador Valadares, da região de Ipatinga. Portanto, a presença do Deputado João Magno é importante nesta Comissão.

O nosso Vice-Cônsul de Los Angeles Michael Jepp acrescentará alguma coisa da sua experiência no dia-a-dia com os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Passamos a palavra ao Cônsul Michael Jepp.

O SR. MICHAEL JEPP – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Senador Marcelo Crivella, Srªs e Srs. Senadores, eu teria muito pouco a acrescentar a esse primeiro relato feito pelo Senador Crivella. Eu gostaria de deixar registrada aqui a honra que tive em participar desse trabalho conjunto entre o Executivo e o Legislativo. Ou seja, por meio das nossas repartições consulares nos Estados Unidos e da delegação parlamentar, composta pelo Senador Marcelo Crivella, pelo Senador Hélio Costa e pelo Deputado João Magno, participar desse vôo histórico do retorno de 277 brasileiros ao Brasil.

O trabalho realizado pelos Parlamentares brasileiros foi excelente. Eles perguntaram a todos, individualmente, qual era a vontade deles, se era permanecer nos Estados Unidos ou se desejavam retornar ao Brasil. Foram todos unânimes em manifestar essa vontade inequívoca aos Parlamentares.

Somos muito gratos por esse trabalho realizado. Sou o encarregado do setor consular do Consulado-Geral em Los Angeles; estou nessa função pela segunda vez. Já estive em idêntico trabalho: nos anos 90, passei três anos e meio no Consulado, em Los Angeles. Naquela época já existia o problema da imigração de brasileiros para os Estados Unidos, mas não nessa quantidade e na situação dramática por que estão passando agora. Somos freqüentemente contatados no Consulado por famílias de brasileiros, que, por meio do Ministério das Relações Exteriores, encaminham pedidos dos Srs. Parlamentares. São famílias que solicitam apoio para localizar esses brasileiros no exterior. Infelizmente, temos tido notícias, por meio da imigração norte-americana, daqueles que não são bem-sucedidos na travessia e simplesmente morrem. Não são poucos os casos. No ano passado, já tivemos conhecimento de pelo menos cinco brasileiros que morreram, tentando atravessar o deserto, a fronteira seca entre o México e os Estados Unidos, por meio dos Estados do Texas, do Arizona e da Califórnia. Corpos foram encontrados em estado avançado de decomposição. Não foram assaltados, nem roubados, apenas não quiseram pagar a exorbitante quantia pedida pelos traficantes de pessoas. A atividade é chamada de tráfico ilícito de pessoas. Eles não querem pagar essas quantias e se aventuram por conta própria. Enfrentam o deserto, desconhecem a amplitude térmica. As temperaturas são elevadíssimas durante o dia e extremas durante a noite. Não estão preparados para essa travessia. Infelizmente, Sr. Presidente, temos tido notícias do falecimento desses nossos conterrâneos.

Estou muito contente com a iniciativa que vem sendo tomada em conjunto para esclarecer a opinião pública brasileira, como disse o Senador Marcelo Crivella, sobre o que realmente vão encontrar, sobre as penúrias da travessia. É preciso que a população saiba se deseja continuar sua busca por um sonho, às vezes, irrealizável.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço ao Vice-Consul do Brasil na Califórnia, Michael Jepp.

Cumprimento o Senador Marcelo Crivella pela missão que desenvolveu, juntamente com o Senador Hélio Costa e com o Deputado João Magno, de Minas Gerais. S. Exªs tiveram uma missão de extraordinária relevância. A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional quer dar todo o apoio ao sentido maior e humanitário da missão que realizaram. Cumprimento-os pelos resultados.

Penso que se faz necessária uma avaliação bastante significativa do Governo brasileiro e do Congresso Nacional em relação ao que constataram e acabaram de relatar. Teremos o complemento com um depoimento mais cabal do Senador Hélio Costa.

Nesses tempos em que o Governo dos Estados Unidos tem procurado persuadir os Governos dos países das Américas a permitir que haja o livre trânsito de bens de serviço e de capitais pelas fronteiras, seria importante que passássemos, também à meta do livre trânsito de pessoas, porque fica um tanto incongruente o Governo dos Estados Unidos expor que precisamos dar total liberdade às empresas de moverem os seus bens, serviços e capitais para cá e para lá. E os seres humanos, que são ainda mais importantes?

Ao mesmo tempo, estamos registrando um fato alvissareiro na Região do Mercosul, e mais agora no Peru, no Chile e na Bolívia. Eu gostaria de registrar que, na semana passada, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, solicitou ao Ministro da Justiça que, nos aeroportos brasileiros, houvesse um aviso para a chegada dos brasileiros, para os cidadãos do Mercosul, e também do Chile, Bolívia e Peru, que podem entrar agora também apenas com a sua carteira de identidade, sem maiores exigências. Depois, para os demais estrangeiros e para os americanos, por causa da exigência tão restrita que os Estados Unidos resolveram adotar, de pedir foto e mais a impressão datiloscópica. O Brasil resolveu proceder assim, mas tenho certeza de que a iniciativa, seja do juiz de Mato Grosso, seja do Governo brasileiro, deve ter o sentido de propor que simplifiquemos e adotemos meios de se fazer com que possam os habitantes das Américas escolher, de fato, onde trabalhar, viver, com maior homogeneidade de direitos sociais e humanos em todos os países das Américas. Assim teremos a possibilidade de escolhermos onde viver.

Era esse o ponto de vista que gostaria de externar. Os Senadores Rodolpho Tourinho e Augusto Botelho desejam complementá-lo?

Lembro ainda que continuaremos com o tema quando da presença também do Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Eduardo Suplicy; Sr. Senador Marcelo Crivella; Srªs e Srs. Senadores; Sr. Cônsul do Brasil em Los Angeles, em primeiro lugar, como participante da comissão de brasileiros no exterior, gostaria de registrar uma satisfação muito grande por tudo o que foi feito por V. Exª e pelo Senador Hélio Costa e o sucesso que tiveram nessa missão. Esse sucesso tem de continuar, não será pontual. Tenho a impressão de que apenas se inicia um processo que precisa ter continuidade, mesmo porque temos absoluta convicção de que a forma de tratar os brasileiros não vai mudar, pois faz parte da cultura americana. Dificilmente poderemos esperar, por meio da diplomacia ou de qualquer outra ação, que os americanos venham a mudar a sua condução nos presídios, seja por qualquer tipo de crime.

Creio que é importante trazer essas pessoas de volta, mas também evitar que outros vão. Esse é o grande objetivo. Penso que essa redução de 40 para quatro já é um sinal importante. Esse é o ponto principal de tudo.

Essa ação do Senado, da Comissão de Relações Exteriores, dos Senadores Marcelo Crivella e Hélio Costa foi o primeiro alerta para o País. Uma vez que o problema está concentrado em determinadas regiões, como Minas Gerais, acredito que também deveríamos fazer esclarecimentos específicos nessas áreas. Creio que da Bahia, por exemplo, nessa relação, havia duas pessoas. E evidentemente é importante que retornem, mas eu creio que tenho que concentrar essa ação.

Evidentemente que a solução final desse problema é a criação de emprego no País. Creio que esse seja o ponto mais importante, lutar para aumentar a da criação de empregos. Há uma outra coisa, Senador Marcelo Crivella . Após essa missão tão importante de V. Exª, no exterior, acredito que também é a hora de retomarmos o projeto do Sebrae com o Banco do Brasil, no sentido de darmos a melhor assistência a esse pessoal e retomarmos essa função logo depois da convocação extraordinária, animado, evidentemente, pelo enorme sucesso que V. Exªs tiveram nisso tudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Marcelo Crivella, por favor.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Quero registrar a presença do Embaixador Manoel Pereira, que é Diretor de Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores e que acompanhou **pari passu** essa negociação para que os aviões pudessem sair e pousar no solo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem!

Agradeço muito pelo relato e nós continuaremos com este assunto.

Quero ter a satisfação de registrar a visita do Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, da Assembléia Nacional de Vietnã, Deputado Dr. Nguyen Ngoc Pran.

Gostaria inclusive de fazer-lhes uma saudação.

Concedo-lhe palavra. **(E o Jorge vai traduzir o francês para o Português.)**

O SR. NGUYEN NGOC PRAN – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senhoras e Senhores, estou aqui, na terra brasileira, pela primeira vez. Eu me sinto como se estivesse entre amigos de longo tempo. Nossas preocupações são comuns pelo desenvolvimento, pela independência e identidade nacional, pela relação entre os povos do mundo com relações cada vez mais complexas.

Queiram receber os agradecimentos e as saudações mais afetuosas da Comissão de Relações Exteriores do Vietnã.

É um grande prazer tomar a palavra perante esta Comissão e pelo convite de seu Presidente, uma tarefa que eu não ousaria assumir se eu não estivesse motivado pela vontade de lhes trazer as mais recente informações sobre o meu País, o Vietnã.

Desculpem-me pela interrupção de seus trabalhos ordinários. E recebam com boa vontade, caso eu não possa traduzir as idéias que tenho, o que será devido efetivamente às minhas limitações.

Há 14 anos, as taxas de progressão do PIB do Vietnã passam de 7%. O PIB do Vietnã dobrou, de 1991 a 2000, e passou de 300 dólares, em 1991, para 450 dólares por habitante, em 2003. O Produto Interno Bruto do Vietnã dobrou, durante esse período, e – como já disse – passou de 300 para 450 dólares por habitante, no ano de 2003. E V. Exªs vêem que o Vietnã continua sendo um país pobre.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Vietnã é de 0,682, o que o coloca em 110º lugar entre 172 países do mundo, em 1999. Esse índice se eleva para 0,694, em 2001, conforme o relatório sobre Desenvolvimento Humano do Vietnã, em 2001.

De 1993 a 2002, em 10 anos, a taxa nacional de pobreza do Vietnã passa de 58,1% para 28,9%, mas a pobreza continua existindo, de forma considerável, no meio rural (35,6%), e se eleva no meio das minorias étnicas.

A distância entre os mais ricos e os mais pobres é de 20%, o que transforma a diferença efetiva em seis vezes, considerada a relação entre pobres e ricos. O coeficiente Gini é de 35,6%.

Os resultados obtidos pelo Vietnã devem-se a uma vontade política e a um esforço nacional para retirar o País da pobreza e do subdesenvolvimento, concretizando a política **doi moi**, que significa a política de renovação, que orienta o País em direção a uma economia de mercado de orientação socialista. Ela se deve à ajuda e ao apoio que o País tem recebido da Comunidade Internacional.

Numerosas declarações, na reunião do Grupo de Consultas que se realizou em Hanói, no começo do mês de dezembro de 2003, estabelecem que o Vietnã soube obter das oportunidades oferecidas pela mundialização da economia, pela liberalização do comércio internacional e pelo progresso científico e técnico.

No mesmo tempo, soube conjugar, absorver os impactos negativos e superar os desafios desse processo.

O Vietnã permanece sendo um país pobre e um imenso caminho ainda resta para ser trilhado.

Para manter e aumentar as conquistas obtidas, estamos desenvolvendo e conciliando três relações.

A relação entre o quantitativo e a eficácia do crescimento.

A relação entre a rapidez e a durabilidade, a estabilidade do desenvolvimento.

E finalmente a integração econômica e o desenvolvimento, conservando a identidade nacional.

Para realizar tal feito, o Vietnã deve cumprir cinco tarefas.

A primeira das tarefas é assegurar o desenvolvimento harmonioso de todas as regiões do país, com coesão social.

A segunda tarefa é promover a participação de cidadãos no processo decisório, a inclusão nacional, pois o povo é a raiz da nação.

Número três: mobilizar com eficácia todos os recursos internos, os recursos humanos, valorizando e obtendo as melhores vantagens das ajudas provenientes do exterior.

Número quatro: continuar a reforma da Administração Pública.

E, em quinto lugar, proceder de forma ativa à integração econômica em nível regional e em nível mundial, notadamente com relação à adesão à Organização Mundial do Comércio.

É evidente que há uma relação forte entre as cinco tarefas e que a boa governança é uma condição **sine qua non** para o resultado positivo.

A boa governança, como V. Exªs sabem, conforme vislumbrada pelo Consenso de Washington, de 1989, é seguida pelas instituições de Bretton Woods.

A Assembléia Parlamentar da Francofonia, em relatório à Comissão de Cooperação e Desenvolvimento, examinou o impacto do Programa de Ajuste Estrutural, PAS, uma das pedras angulares do Fundo Monetário Internacional em matéria de boa governança, e chegou à conclusão de que o PAS, conforme exigido aos países em via de desenvolvimento, acabou por fracassar em uma larga maioria de casos, com fraturas sociais, conflitos étnicos e conflitos armados.

Nesses casos, como já havia dito, essa política gerou fraturas sociais, conflitos étnicos e conflitos armados.

Em nossa opinião, a boa governança exige, em primeiro lugar, uma boa gestão dos recursos nacionais, humanos, naturais e referentes ao meio ambiente.

Em segundo lugar, uma reforma continuada da Administração Pública, permitindo maior eficácia e estabelecendo possibilidades de maior aproveitamento do progresso científico e tecnológico, respondendo às necessidades crescentes do aumento da população.

Em terceiro lugar, exige uma coordenação harmoniosa, respeitando a repartição estrita das tarefas entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

E em quarto lugar, visa mobilizar a participação nacional, assegurar a justiça social e servir à coesão social para a felicidade do povo.

Com o desenvolvimento, com o processo **doi moi** da política de renovação, a Assembléia Nacional do Vietnã evoluiu como instituição.

Na sua função de produção legislativa, a tarefa que mais preocupa a Assembléia Nacional é construir o desenvolvimento jurídico de forma transparente e propícia à participação nacional, para que a justiça e a coesão social e também os investimentos sejam recebidos, tantos os domésticos quanto os estrangeiros.

Para sua função de decisão, a Assembléia acaba de votar, entre outras medidas importantes, a nova lei sobre o orçamento do Estado.

A Lei de Finanças anual delega mais poderes de decisão orçamentária aos conselhos populares das províncias, dos distritos e às comunidades.

A Assembléia decidiu aprovar programas nacionais que objetivam estabelecer prioridades em infra-estrutura: eletricidade, estradas e escolas.

Nessas comunidades em dificuldade, abrangidas pelos programas preferenciais de orçamento, procura-se desenvolver um programa que gere eletricidade, estradas, escolas e estruturas sanitárias.

Nós desenvolvemos atualmente um programa de erradicação da fome e de redução da pobreza.

Fico feliz porque encontro o mesmo tipo de preocupação por parte do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado brasileiro.

Para a função de controle supremo da Constituição, que a Constituição estabelece, a Assembléia Nacional deve principalmente zelar pela unidade e pela conformidade dos textos legais e a aplicação desses textos legais aos casos concretos.

São essas, Senhoras e Senhores, algumas informações sobre o Vietnã.

Essa manhã estive na Embrapa.

Creio que as oportunidades de cooperação entre os nossos países são oportunidades reais.

Acredito que as declarações do Presidente Lula de que os países em via de desenvolvimento devem cooperar uns com os outros são importantes.

O século XXI será o século dos países em via de desenvolvimento.

É normal, porque o século passado seguiu o século da colonização, o que não deverá ocorrer agora.

Os melhores votos de progresso e desenvolvimento para o povo brasileiro, de felicidades para o Senado brasileiro. Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Deputado da Assembléia Nacional do Vietnã, Nguyen Ngoc Pran.

Gostaria de dizer que a preocupação com respeito à erradicação da fome e da pobreza é deste Presidente e de todos os membros desta Comissão. Nós o cumprimentamos por ter essa mesma preocupação no Vietnã.

Temos, ainda, cinco itens breves. Se o Senador Tourinho e a Senadora Lucia Vânia puderem colaborar, poderemos apreciá-los rapidamente. O Senador Marcelo Crivella tem uma entrevista imediata, ao vivo, na **TV Senado**.

Passemos ao Item 2:

Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto da versão do Acordo Internacional do Cacau, substituirá o AI Cacau 93. Parecer do Senador João Capiberibe.

Senadora Lúcia Vânia, por gentileza, leia o parecer como Relatora **ad hoc**.

Item 2:

Vou alternar as solicitações a ambos os Senadores. Pode ir direto à conclusão, para ser breve.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o texto do acordo em tela notabiliza-se pela redação confusa e truncada, talvez oriunda da má tradução do texto para o Português, a dificultar o entendimento dos seus dispositivos.

Afora as destacadas pela exposição de motivo interministerial, numerosas são as modificações introduzidas pela versão de 2001 do Acordo Internacional do Cacau, a maior parte delas relativas ao funcionamento da Organização Internacional do Cacau e dos seus negócios.

Apenas peço a V. Exª para ler o voto, para simplificar o trabalho, uma vez que o texto já é do conhecimento da Comissão.

Por tudo o que foi exposto e pela análise feita pelo Relator, o voto, tendo em vista a conveniência e a oportunidade, é pela aprovação do projeto de decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, agradeço aos Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia a relatoria desse acordo de extrema importância para o meu Estado, a Bahia.

Após ser atingida por uma doença, uma praga, a vassoura-de-bruxa, hoje a lavoura cacaueira passa por um novo momento. Depois de um programa que foi levado a efeito pelo Governo do Estado da Bahia e com o apoio do Banco do Brasil, conseguimos uma enorme recuperação. Trata-se de uma lavoura que foi responsável por grande parte do crescimento da Bahia. Para V. Exªs terem idéia, há cerca de 25 anos, representava quase dois terços da arrecadação do Estado. Hoje, praticamente, não tem a maior representatividade em termos de arrecadação, mas, sim, em termos de geração de emprego e de renda para o Estado. A renovação do acordo do cacau é extremamente importante para o nosso Estado. Quero louvar os Senadores que trataram com presteza a questão, que foi concluída por V. Exª. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadores Rodolpho Tourinho e Lúcia Vânia.

Em votação o projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3:

Projeto de Decreto Legislativo nº 858, de 2003. Acordo sobre dispensa de tradução de documentos administrativos para efeitos de imigração entre os Estados-Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em dezembro de 2000.

Solicito ao Senador Rodolpho Tourinho que leia o relatório preparado pelo Senador Sibá Machado, como Relator **ad hoc**.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, trata-se de acordo que aprova o texto sobre a dispensa de tradução de documentos administrativos para efeitos de imigração entre os Estados-Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em dezembro de 2000.

Cumpre assinalar que o ato internacional em pauta foi encaminhado à Presidência da República pelo Ministério das Relações Exteriores, com vista ao seu envio ao Congresso Nacional, em 8 de abril de 2002 – um ano e quatro meses após a sua assinatura.

Trata-se de fato merecedor de atenção no âmbito da análise que ora empreendemos, uma vez que não tem sido poucas as vezes em que o Congresso Nacional é tido como responsável pela morosidade e ineficiência com que vem sendo processada a incorporação das normas celebradas no âmbito do Mercosul aos respectivos ordenamentos jurídicos. Entendo que, com a aprovação do projeto, Senador Eduardo Suplicy, isso deve mudar, porque o Congresso passará a ter uma participação antes de todo o processo e não unicamente depois, ficando ainda sujeito a esse tipo de crítica.

Cumpre-se destacar, no final, nesta análise, que a dispensa dos documentos proposta não exime seus beneficiários do cumprimento das demais leis, regulamentos e matéria migratória vigentes em cada um dos Estados-Partes .

Assinale-se também a ressalva contida no art. 4º, segundo a qual, havendo dúvidas fundamentadas quanto ao conteúdo do documento apresentado, o País de ingresso poderá, excepcionalmente, exigir a tradução do respectivo documento.

Por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 858, de 2003, que aprova o texto do acordo sobre dispensa de tradução de documentos administrativos para efeito de imigração entre os Estados partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000, cujo Relator é o Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 4, que aprova o texto do acordo de cooperação entre instituições de ensino superior dos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, celebrado entre o Governo do Brasil, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em Cabo Verde, em 1998. O Relator é o Senador Rodolpho Tourinho, a quem passo a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, projeto de decreto legislativo que aprova texto de acordo de cooperação entre instituições de ensino superior dos países membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa – CPLP, celebrado pelo Governo da República Federativa do Brasil, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em Praia, Cabo Verde, em 17 de julho de 1998.

O texto do acordo em exame pretende promover a cooperação entre instituições de ensino superior dos países de Língua Portuguesa e dessa forma promover desenvolvimento científico, tecnológico e cultural dos Estados membros da CPLP. Cinco serão os objetivos gerais dessa cooperação. Primeiro, a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores. Segundo, intercâmbio de informações e experiências. Terceiro, intercâmbio de produções científicas de documentação especializada de publicações. Quarto, planejamento, implementação e desenvolvimento de projetos comuns. E, por fim, em quinto lugar, o conhecimento mútuo do sistema de ensino superior.

Várias atividades são indicadas para realizar e atingir esses objetivos, tais como intercâmbio de docentes e pesquisadores, troca de documentação e publicação, além de elaboração de projetos de pesquisa.

Nesse acordo, ficam obrigados os Estados-Membros a facilitar reciprocamente o reconhecimento de títulos, diplomas e certificados, de acordo com as leis vigentes.

Por fim, diga-se que caberá à Conferência de Ministros de Educação da CPLP aprovar os programas e projetos de caráter multilateral desenvolvidos no marco desse acordo, bem como resolver qualquer divergência sobre a interpretação ou implementação dele.

Voto pelo exposto. Manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 940, de 2003, por sua conveniência e oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – **Item 5:**

Aprova o texto do Acordo sobre Concessão de Visto Temporário, para tratamento médico a cidadãos da comunidade dos países de língua portuguesa.

É também relator o Senador Rodolpho Tourinho. Eu peço para que seja lido o seu relatório.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Parecer que aprova o texto do Acordo Sobre Concessão de Visto Temporário, para tratamento médico a cidadãos da comunidade de países de língua portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

Esse acordo prevê, para a concessão do visto, a necessidade de apresentação de indicação médica – isso é importante ressaltar – para o tratamento; e a comprovação, também da capacidade de custeio do tratamento por parte do requerente.

Esse acordo foi celebrado por ocasião da 4ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ocorrida em Brasília, em 31 de julho e 1º de agosto de 2002.

A CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – foi criada em 1996, com base na identidade lingüística e cultural de seus membros. Representa o desejo de cooperação entre os países com heranças comuns e vai ao encontro dos interesses fraternais dos povos lusófonos. Para as relações internacionais do Brasil, o presente acordo representa mais um passo rumo à maior integração com países da Europa e da África. Nesse sentido, a aproximação com membros da CPLP é um meio importante para o estreitamento dos laços do Brasil com outras nações daqueles continentes.

Trata-se, a toda evidência, de ato internacional conveniente e oportuno aos interesses nacionais celebrado no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, cuja ratificação pelo Brasil e a implementação no direito interno serão bastante positivas para as relações internacionais do País e para a imagem do Brasil junto aos seus pares da comunidade internacional.

O meu voto, por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, ser constitucional, legal e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 6:

Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2003, que aprova o texto do acordo entre o Governo do Brasil e a Agência Espacial Européia sobre a cooperação espacial para fins pacíficos, celebrado em 1º de fevereiro de 2002.

Solicito à Senadora Lúcia Vânia que possa ler, como Relatora ad hoc, o parecer – favorável - preparado pelo Senador Edison Lobão.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 945, que aprova o texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Espacial Européia sobre a cooperação espacial, para fins pacíficos, assinada em Paris, em 1º de fevereiro de 2002.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, c/c art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

O Brasil encontra-se no seleto grupo de nações detentoras de tecnologia aeroespacial, dispondo também de condições geográficas excelentes para o lançamento de foguetes. Ademais, não há dúvidas acerca da destinação, para fins absolutamente pacíficos, desta tecnologia. Nesse sentido, é fundamental que o País estabeleça parcerias em termos de cooperação aeroespacial, de modo a permitir o aprimoramento de nossas atividades nessa área.

Trata-se, a toda evidência, de ato internacional conveniente e oportuno aos interesses nacionais, celebrado no âmbito da cooperação com a Agência Espacial Européia, cuja ratificação pelo Brasil e a implementação no direito interno serão bastante positivas para as relações internacionais do País e para a imagem do Brasil junto aos seus pares da comunidade internacional.

Voto, por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2003.

O Relator é o Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Agradeço muito à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Rodolpho Tourinho pelo empenho e colaboração nesta Comissão. Agradeceria se V. Exªs puderem refletir sobre uma decisão que temos de tomar conjuntamente, relacionada à outra Comissão da qual participamos.

Está previsto, conforme aqui acordado, a presença já definida dos Ministros da Justiça e da Defesa, para discutir os problemas de conflitos sobre áreas. E que virão no próximo dia 12, quinta-feira, porque é o dia em que ambos podem vir conjuntamente.

Havia sido acordada, também, a presença de outras autoridades, dentre as quais os Governadores de Mato Grosso do Sul e de Roraima, além de outros. Acontece que eu percebi, pela pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, que o Presidente Ramez Tebet convidou, para a próxima quinta-feira, os Presidentes da Força Sindical, da Central Única dos Trabalhadores, dentre outros, para discutir a Lei de Falências. Eu, inclusive, sou o requerente dessa convocação. Como fazer para compatibilizar? Uma hipótese – estou aqui refletindo com ambos – seria também a presença dos dois Governadores no dia 12, concentrando os esforços da Comissão e deixando o dia 5, já que estamos em dia com os nossos trabalhos. Então, não haveria prejuízo. Se houver alguma emergência, faremos a reunião no dia 5. Mas para uma questão de discussão dessa importância, eu peço ao Senador Ramez Tebet para não marcar reunião de audiência pública no dia 12, a fim de que façamos o esforço de estarmos todos na CAE.

E outro assunto relacionado – porque nós três somos Membros – é que hoje de manhã eu estive com o Ministro Patrus Ananias, que disse que está considerando, no dia 4, – porque faria um ano do Programa Fome Zero – a possibilidade de fazermos aquela visita da nossa Subcomissão. E coincide que nós três seríamos, dentre os Membros da Comissão, os que demonstramos interesse de eventualmente irmos a Guaribas e estarmos ali. Ele mencionou que há um avião de oito pessoas apenas, da FAB; que não poderia haver muitos, porque haveria, provavelmente, a presença de Parlamentares; possivelmente algum Senador do Piauí também.

Ora, ele mencionou dia 4, que é uma quarta-feira. Estivemos, há pouco, com o Senador Tião Viana, que mencionou que possivelmente haverá votação da questão do setor elétrico, o que inviabilizaria a nossa presença.

O que eu estou considerando? Talvez dizer ao Ministro Patrus Ananias que seria interessante – essa é a minha consulta – propor o dia 6, sexta-feira. Não sei se seria conveniente e se a Senadora Lúcia Vânia gostaria de participar dessa missão? Gostaria. Porque envolve tanto a nossa Subcomissão na CAE como também a CAS, da qual V. Exª é Presidente.

Eu poderia sugerir ao Ministro que tendo sido consultado, pelo menos três gostariam de participar da viagem a Guaribas, mas preferiríamos não ir dia 4. Quer ir dia 4 ou dia 6? Essa é a consulta que faço.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Eu gostaria de saber, Sr. Presidente, se o Ministro poderia se deslocar os dois dias: 4 e 6?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não. Quem sabe eu sugeriria que a viagem fosse feita...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Só no dia 6.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eventualmente, poderia ser. Digamos que a votação seja na quinta-feira, mas se pudéssemos nos deslocar... Porque Guaribas é distante de Teresina. Então, provavelmente, o mais conveniente seria sairmos quinta-feira à noite, para de manhã cedo pegarmos um vôo em avião da FAB. De Teresina a Guaribas são seiscentos quilômetros.

O SR RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não é melhor sair daqui direto?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Provavelmente será mais fácil... Talvez.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – São 600 km...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – De Teresina a Guaribas.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pois é.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Mas, é muita coisa. E daqui a Guaribas?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Isso eu não sei, porque talvez...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não é no norte?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Não, é ao sul de...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) **(Fora do microfone)** ...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É, mas é preciso ver se não é mais fácil ir num avião de carreira, digamos, quinta-feira à noite para, logo cedo... Mas teríamos que ver isso depois. E, eventualmente, ir direto Brasília – Guaribas. E precisaria ver se poderíamos voar à noite, quinta-feira, e aproveitar bem o dia. E, eventualmente, voltar, na sexta-feira...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – O Ministro estaria lá?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Ministro iria conosco.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – S. Exª irá junto? E não iria, então, no dia 4?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em princípio, S. Exª iria no dia 4, mas estou sugerindo que vá no dia 6, para não perdermos aqui qualquer votação importante. Essa é a sugestão – pensando alto aqui.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Para mim está ok.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bom? Então, vou transmitir a S. Exª, mas, é claro que irá depender dele e do avião, etc...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Seria importante uma definição o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem.

Com respeito à viagem ao México, sobre a qual havia consultado os Srs. Senadores. O Senador Rodolpho Tourinho tinha manifestado vontade de ir. A viagem seria realizada em fevereiro, depois da convocação extraordinária. E, quando foi feita a consulta sobre ir, na semana, dias 16, 17 e 18, alguns Senadores aqui manifestaram que seria melhor na semana da Quarta-Feira de Cinzas até sexta-feira, quando, provavelmente, não teremos votação deliberativa importante.

Vou telefonar hoje para o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Nacional Mexicana ou do Senado Mexicano para confirmar. Continua essa a data preferida para viajar, na Quarta-Feira de Cinzas.

Se a Senadora Lúcia Vânia também se voluntariar, porque essa é a designação do Presidente José Sarney. Então, seria essa a comunicação. Se V. Exª também quiser estar dentro dos que gostariam de fazer essa viagem...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Qual o objetivo dessa viagem?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Seriam dois dias de reunião intensa entre Parlamentares, Deputados e Senadores, no Congresso Nacional Mexicano. Os temas de interesse são os que havia apresentado aqui, na semana passada, de intercâmbio entre Brasil e México, em todas as áreas.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço o convite, mas, infelizmente, não posso me deslocar nesta data.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy)– Tudo bem. Então,...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Gostaria de voltar ao assunto anterior, porque não estava aqui. Estava ouvindo pelo rádio o depoimento do Senador Marcelo Crivella. Mas aproveito essa oportunidade, em primeiro lugar, para cumprimentá-lo pelo desempenho de V. Exª à frente desta Comissão. V. Exª tem sido extremamente ágil quando existe um episódio que demanda essa agilidade. Isso valoriza muito esta Casa e, especialmente, as Comissões.

Tive oportunidade, ontem, de cumprimentá-los, saudando e evidenciando o trabalho de ambos nos Estados Unidos, o que, sem dúvida, trouxe um certo alento àquelas famílias desesperadas aqui sem uma solução.

Essa ação do Parlamento foi fundamental para chamar a atenção da mídia, da sociedade e visa aprofundar o estudo das relações Brasil/Estados Unidos. A forma como o brasileiro é tratado lá fora, as humilhações, deverão ser pelo menos contornadas.

O Senador Rodolpho Tourinho disse bem que isso é da natureza do povo americano, da sua história e trajetória, mas acredito que nós, brasileiros, devemos ter mais cuidado nessas relações, fazer maiores exigências e fundamentalmente evitar que episódios como esse se repitam, tentando ações que venham impedir que os nossos jovens desesperançados cometam uma imprudência como essa.

Em Goiás, meu Estado, foram recebidos ontem 48 goianos. Sem dúvida alguma, esse episódio é gravíssimo, e vamos dispensar a ele a devida atenção. Apesar da euforia com a chegada desse pessoal e com o sucesso da empreitada, não podemos deixar de manifestar a amargura porque o nosso País continua não tendo o que oferecer a esses jovens, principalmente no que diz respeito à geração de emprego e renda. Portanto, é necessário que façamos todos um trabalho de fortalecimento das instituições, das políticas públicas, no sentido de que o Governo venha realmente a cumprir a promessa de campanha de gerar 10 milhões de empregos.

Esta Casa tem o papel fundamental de chamar a atenção do Governo para benefícios recebidos. Hoje mesmo, estampado em jornais, o Sr. Levi, do Tesouro Nacional, com um sorriso enorme nos lábios, dizendo que o superávit foi cumprido com excesso, que há uma sobra aí de R$1,6 bilhão. No entanto, a área social este ano foi pouco beneficiado pelo Orçamento.

Quero aqui externar essa minha aflição e, ao mesmo tempo, cumprimentar esta Casa, esta Comissão e, acima de tudo, V. Exª pela sensibilidade, pelo humanista que coloca as preocupações sociais acima dos partidos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Comungo com as preocupações de V. Exª. Quero cumprimentá-la por estar sempre empenhada no estudo de programas sociais, como os de transferência de renda, e em oferecer sugestões para aperfeiçoá-los. Levando em conta a experiência como Secretária do Bem-Estar Social, V. Exª tem sempre trazido o seu conhecimento e experiência acumulados, com sugestões de aperfeiçoamento e cobrando que seja bem-feito.

Hoje, de manhã, por mais de uma hora, dialoguei com o Ministro Patrus Ananias e fiz-lhe sugestões, para que ele possa cumprir bem a sua missão agora à frente do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Esse Ministério tem a missão de implementar, expandir o Programa Bolsa-Família, que unificou os programas de transferência de renda, objetivando adotar gradualmente o Programa Renda Básica de Cidadania a partir de 2005. Ir ao Piauí, um ano depois, acompanhar a evolução do Programa Fome Zero, será importante também para atingir esse objetivo, que é de todos nós.

Mencionei também a preocupação de V. Exª e do Senador Rodolpho Tourinho de promovermos ações no Brasil para que haja aqui oportunidade de emprego e tantos brasileiros não precisarem procurar a realização do seu sonho em outros países, como os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, tentarmos conseguir que haja a maior desburocratização possível para que pessoas de todos os países das Américas possam estar aqui circulando mais livremente, assim como também já estamos avançando em relação aos países de língua portuguesa.

O Senador Rodolpho Tourinho foi Relator, hoje, de dois acordos com os países de língua portuguesa. Felizmente, estamos tendo uma integração cada vez maior e facilidades de acesso para esses cidadãos visitarem o Brasil e também o visitarmos.

Aproveito a oportunidade, Senadora Lúcia Vânia, para dizer que há duas semanas visitei o seu Estado e visitei uma escola – perto da Chapada dos Veadeiros, entre Alto Paraíso e São Jorge – onde pessoas falam e ensinam esperanto. Tem um nome escrito em esperanto, como Boa Esperança, ou Nova Esperança, uma coisa assim, e eles disseram que gostariam de receber a visita de V. Exª.

Gostaria, portanto, de pedir que V. Exª faça uma visita, porque é uma iniciativa muito positiva. Inclusive, trata-se de uma instituição privada, mas que tem algumas características públicas porque não cobra mensalidade. Além disso, atendem às crianças desde o Ensino Fundamental. Ou seja, são pessoas que tiveram uma iniciativa muito bem-sucedida. É uma escola formidável. E atende, sobretudo, a crianças e jovens, filhos de agricultores, que, de bicicleta, percorrem até cinco ou seis quilômetros.

Acabei passando por lá, porque, na fazenda que visitei, conversei com um menino de 12 anos que freqüentava a escola. Foi ele quem me disse que ia até à escola de bicicleta. Pedi, então, que me levasse até lá.

Sugiro, então, aos Senadores de Goiás que façam uma visita, porque é uma iniciativa muito positiva.

Muito obrigado.

Dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h24 min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Segunda Reunião Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no dia cinco de Fevereiro do ano de dois mil e quatro, às nove horas e trinta minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia cinco de fevereiro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES, EDUARDO AZEREDO, MOZARILDO CAVALCANTI, FÁTIMA CLEIDE, JUVÊNCIO DA FONSECA, AELTON FREITAS, VALDIR RAUPP, MARCO MACIEL, JOÃO CAPIBERIBE, CRISTOVAM BUARQUE, TIÃO VIANA, LÚCIA VÂNIA, GILBERTO MESTRINHO, MARCELO CRIVELLA, PEDRO SIMOM, JOÃO RIBEIRO, FLÁVIO ARNS, RODOUPHO TOURINHO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à Audiência Pública com a presença do Senhor Governador do Estado de Roraima, **Francisco Flamarion Portela** para prestar esclarecimentos sobre a questão de demarcação de terras indígenas em Roraima, notadamente a Reserva Raposa-Serra do Sol tendo em vista os conflitos ocorridos e iminentes, inclusive entre etnias indígenas, objeto do Requerimento N° 02, de 2004/ CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. O Senhor Presidente passa a palavra para o Senhor **FRANCISCO FLAMARION PORTELA** para que faça sua exposição. A Senadora **FÁTIMA CLEIDE** pede a palavra pela ordem. Faz uso da palavra o Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA**. O Senhor **FRANCISCO FLAMARION PORTELA** prossegue sua exposição. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra à Senhora **DEBORAH DUPRAT DE BRITTO PEREIRA** – Subprocuradora-geral da República Membro da 6ª Câmara/MPF – presente na reunião para expor sobre o mesmo tema. Faz interpelação o Senador **AUGUSTO BOTELHO**. Com o término da exposição da Senhora **Deborah Duprat De Britto Pereira**, discutem a matéria os Senadores: **MOZARILDO CAVALCANTI, GILBERTO MESTRINHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, FÁTIMA CLEIDE e JOÃO CAPIBERIBE.** Suspende-se a reunião às doze horas e vinte minutos pelo início da votação no Plenário do Senado. O Senhor Presidente reabre a reunião às treze horas e trinta e dois minutos para comunicar que as autoridades concordaram em prosseguir com os trabalhos na próxima reunião desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos agora à apreciação das matérias em pauta.

Item 1:

Audiência pública.

Queremos agradecer a honrosa presença do Governador do Estado de Roraima, Sr. Francisco Flamarion Portela, convidado a prestar esclarecimentos sobre a questão da demarcação de terras indígenas, em Roraima, notadamente, a Reserva Raposa Serra do Sol, tendo em vista os conflitos ocorridos e iminentes, inclusive, entre etnias indígenas, objeto do Requerimento nº 2, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Havíamos previsto, também, para hoje, o Item 2, sobre a exposição dos Srs. Senadores Marcelo Crivella e Hélio Costa sobre a missão parlamentar que negocia a repatriação dos 922 brasileiros detidos nos Estados Unidos da América, por imigração ilegal.

Mas, tendo em vista a convocação da nossa reunião e da provável Ordem do Dia, por volta das 11 horas, então, iremos apenas realizar a audiência pública sobre os episódios de Roraima e esta audiência prosseguirá com os demais convidados, o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o Ministro da Defesa, José Viegas, o Governador Zeca do PT, que inclusive foi convidado para vir hoje, mas, como S. Exª teve um impedimento, o convidei para a semana que vem. E havia, também, por parte da Senadora Fátima Cleide, o requerimento para que fosse convidado o Ministério Público. Ontem, aliás, tendo ouvido alguns membros da Comissão, o Senador Jefferson Péres e o Sena-

dor Mozarildo Cavalcanti, conversei com o Governador Flamarion Portela se haveria qualquer objeção de termos, também hoje, a possibilidade de ouvirmos o Ministério Público. S. Exª disse que considerava um dos deveres da nossa Comissão justamente ter um diálogo aberto com os diversos segmentos e que não faria qualquer objeção.

Então, fiz o convite à Srª Débora Duprat de Brito Pereira, Subprocuradora-Geral da República e membro da 6ª Câmara do Ministério Público Federal e, também, à Srª Ella Wiecko Volkmer de Castilho. A SRA. Ella está mais ligada aos fatos de Mato Grosso do Sul. Hoje será o depoimento dA SRA. Débora Duprat de Brito Pereira, mais ligada aos fatos de Roraima, que se encontra presente. Por favor, se puder estar à esquerda. Governador Flamarion Portela.

Agradeço a presença das Srªs e Srs. Senadores, saúdo a presença do Senador Cristovam Buarque, que inaugura, no Senado, sua participação na Comissão, seja V. Exª muito-bem vindo. V. Exª substitui a Senadora Heloísa Helena.

Quero registrar que a Senadora Heloísa Helena poderá sempre estar presente aqui, com a mesma alegria com que recebemos o Senador Cristóvam Buarque. Esta Comissão estará sempre aberta para a sua participação.

Passamos a palavra ao Governador Francisco Flamarion Portela, agradecendo a sua disposição em aceitar o convite que lhe fizemos.

O SR. FRANCISCO FLAMARION PORTELA – Bom-dia a todos.

Cumprimento o Senador Eduardo Suplicy, a Procuradora Drª Débora, saúdo os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Jefferson Péres, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho. E dizer da grande honra e satisfação de estar aqui e fazer, de início, algumas explanações. No início do ano passado, formamos um grupo de trabalho em Roraima e que pudesse, realmente, se debruçar, um pouco mais, sobre essa questão fundiária de forma ampla e global. O Estado de Roraima veio da transformação de Território para Estado na Constituição de 1988. Nas Disposições Transitórias desta Constituição, já se estabelecia que o patrimônio da União dever-se-ia transferir para o Estado nos moldes da lei complementar aplicada ao Estado de Rondônia, que vinha da condição de Território para Estado. Na realidade, isso nunca foi feito. O Estado de Roraima não tem sua base física. O governante geralmente é cobrado por suas ações, pelos compromissos que deve honrar, mas ele não tem nenhum gerenciamento de suas terras, pois metade é administrada pela Funai e a outra metade pelo Incra. O governante absorve os problemas, mas não tem, realmente, o gerenciamento sobre suas terras. Costumo dizer – em algumas ocasiões – que Roraima é um Estado fictício. Ele não tem sua base física e, conseqüentemente, não pode se planejar, não pode elaborar políticas públicas, porque não tem o domínio dessas terras. Só para citar um exemplo para V. Exªs, algumas pessoas – e muitas têm essa licença de ocupação – no Estado de Roraima, através do FNO é beneficiado, pelo Banco da Amazônia, com R$80 milhões/ano, aproximadamente. Ano passado, o melhor ano em que conseguimos aplicar, segundo dados apresentados pela Superintendência do Basa, no segmento produtivo, R$15 milhões. Quer dizer, os R$65 milhões restantes voltam para o Estado do Pará. Os últimos 12 anos dessa transformação de Território para Estado, o Estado de Roraima deixou de aplicar, aproximadamente, R$700 milhões em seu segmento produtivo e, conseqüentemente, deixando de gerar muitos e muitos empregos para as famílias roraimenses. É uma questão complexa e delicada. Procuramos provocar o Governo Federal, desde o ano passado, para encontrarmos uma solução para essa questão. Uma solução que não fosse construída pelo Governador, que não fosse construída pela equipe de Governo, mas pelo conjunto da sociedade. É isso o que tentaremos mostrar aos senhores. Nada do que mostraremos é uma opinião pessoal de Flamarion, ou uma meta ou prioridade de Governo, porque procuramos ouvir a todos e extraímos os pontos mais consensuais e os trouxemos para cá. Nossa classe política, que abarca 11 Parlamentares de Roraima, todos – sem exceção e sem cor partidária – abraçamos Roraima como seu partido. Fomos ao Gabinete Civil da Presidência da República solicitar que se montasse um grupo interministerial para estudar essa questão. O Presidente da República fez, por meio de um decreto, um grupo ministerial para estudar a questão globa e ampla a questão fundiária de Roraima. Raposa Serra do Sol, que é mais emblemática, ela é uma parte desse contexto, apesar de a sua simbologia fazer o debate e a discussão mais amplos. Procurarei ser breve e fazer uma explanação para que os senhores comecem a entender um pouco mais de nossa problemática roraimense. Primeiro, procuramos destacar nossa localização. Somos o Brasil do Hemisfério Norte. Estamos com uma parte significativa de nosso Estado naquele hemisfério. Temos, aproximadamente, 1.900km de fronteira com a Venezuela e com a Guiana. Temos uma grande área de fronteira. Procurei destacar aqui, mostrando nossa ligação com essas áreas. Hoje temos a BR-174, por exemplo, que liga o Amazonas, do Senador Jefferson Péres, por exemplo, está tudo asfaltado, até Caracas. Vejam, Srs. Senadores, a linha vermelha que sai do Amazonas, neste ponto. Hoje, nestas férias, por exem-

plo, quantas famílias saíram do Amazonas, viajaram de automóvel da cidade de Manaus até a Ilha de Margarita. Isso é comum na nossa fronteira. Muitas famílias saem de Boa Vista para lá. E bem aqui, na nossa fronteira, situa-se a R Uaimiri-Atroari, que abrange o Estado do Amazonas e um pouco o Estado de Roraima. Na BR-174, existe uma tribo que fecha esta estrada de 18h às 6h da manhã. O cidadão tem o direito de vir aqui cerceado nas 12h. E, aqui, está explicitado no decreto homologatório do Presidente Sarney, que diz: "Estão excluídas da Reserva Uaimiri-Atroari a BR-174 e sua faixa de domínio e o lago de Balbina" que se localiza aqui. Apesar de estar explicitado, a BR-174, que é uma rodovia federal, que liga um país a outro, é fechada.

Procuramos mostrar aqui também este arco norte – volta um pouco – que é este eixo que procura interligar o Brasil à Guiana, isso é uma das prioridades, está no PPA, Suriname, Guiana Francesa, chegando novamente a Macapá, no Estado do Amapá. Seria um eixo que oportunizaria também muita integração e desenvolvimento para Roraima.

(Pode prosseguir)

Aqui, mostramos alguns portos. Boa Vista, por exemplo, tem oportunidade de escoar seus produtos, tanto pelo Porto Itacoatiara, no Amazonas, como Puerto Dasquez **(?)**, que está na Venezuela. Roraima, pelo fato de estar ao lado da Venezuela – que tem 26 milhões de habitantes – e da Guiana, tem a oportunidade desses mercados externos. O Presidente Hugo Chávez disse que a Venezuela só produz 20% do que consome, é uma questão de segurança nacional. Pasmem, V. Exªs, ele compra soja do Brasil, que sai do Porto de Paranaguá, distante 1500 km de Roraima. E se a soja fosse produzida em Roraima, em nossos campos naturais? Mas, quando se fala em produzir grãos no Amazonas, pensa-se que vamos devastar, derrubar toda a Floresta Amazônica. Não somos radicalmente contra qualquer comprometimento das nossas florestas para produzir grãos. Em Rondônia é diferente, temos os nossos campos naturais. São mais de 2 milhões de hectares de campos naturais com apenas o capim nativo, sem outra vegetação. Com essa questão fundiária resolvida, poderíamos produzir grãos e dar oportunidade de crescimento para a nossa economia.

Aqui, mostramos a BR.

(Pode passar)

A energia que recebemos vem do Complexo de Gura. Importamos 200 MW de energia da Venezuela, há uma linha de transmissão do Complexo de Gura até a Cidade de Boa Vista inaugurada no Governo anterior. Este é a interiorização da energia, dessa energia que estamos procedendo, fazendo com que chegue confiável e segura em cada localidade porque, com exceção de Boa Vista, as outras localidades todas são movidas à termoelétrica, ocasionando uma despesa muito grande.

O Estado de Roraima tem somente 15 Municípios, uma área de 224 mil Km2, é uma área expressiva, mas com baixa densidade demográfica.

(Pode passar, por favor.)

Este é um ponto importante.

Nosso crescimento populacional: por que crescemos tanto, comparado até com a média da Amazônia? Recebemos um fluxo migratório muito grande. As pessoas vêm de outros Estados para o Estado de Roraima, assim como vai para alguns outros Estados, para o Amapá, para o Acre, na expectativa de construir uma vida melhor, de melhores alternativas e oportunidades para a sua família. Ao receber o fluxo migratório muito grande, V. Exªs imaginem como cresce a nossa demanda social e como ficamos defasados no atendimento dessas demandas, haja vista que cresce numa velocidade geométrica enquanto os recursos crescem numa velocidade aritmética.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Isso, na verdade, é recenseamento, 2000 e 2002.

O SR. FRANCISCO FLAMARION PORTELA – Isso, exatamente.

Vamos lá.

Só mostrando as faixas.

Pode prosseguir.

Aqui procuramos mostrar a realidade **per capita**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sobretudo um efeito de migração. A população de Roraima cresceu bem mais que a da Amazônia, por maior migração?

O SR. FRANCISCO FLAMARION PORTELA – Por maior migração. O garimpo, em Roraima, até antes de 90, atraiu também um número expressivo de pessoas. O efeito dessa realidade permanece, as pessoas continuam vindo na esperança de ter melhores dias.

Aqui estou procurando mostrar a **per capita** comparada. O que é a **per capita** de Roraima, o que é a **per capita** do Brasil, do Norte. Conseguimos ter uma **per capita** menor que a do Norte. O Brasil tem uma **per capita** de 6.473, o Norte tem em média 3.900, enquanto temos 3.400. Por que isso? Porque somos um Estado pobre, muito pobre. Na medida em que recebemos mais pessoas que vêm também, às vezes, analfabetos, com pouca escolaridade alguns e sem nenhum capital para investir ou para produzir, ele vem para dividir ainda mais a nossa pobreza, quer dizer, ficamos cada vez mais pobres.

Nossos recursos, para se ter uma idéia, a nossa arrecadação própria corresponde a 20% da nossa receita, 80% são transferências constitucionais de FPE. Somos um Estado absolutamente dependente de transferência. Ano passado os senhores sabem que os Municípios que recebem o FPM tiveram crise, nacionalmente tivemos esse movimento. Claro que Roraima também sentiu o efeito disso, haja vista que suas receitas dependem basicamente do FPE e o mesmo fundo que alimenta o FPM é o mesmo fundo que alimenta o FPE. Então há um efeito grande quando a economia do Brasil sofre qualquer transtorno, o nosso efeito é sensível.

Aí são dados que mostrarei mais rapidamente. Trata-se da agricultura familiar, da agricultura extensiva. Eu queria também mostrar um pouco do efeito histórico, dessa cobiça que Roraima vem sofrendo há quantos e quantos anos. Os ingleses já tiveram pedaços do nosso chão ainda no século XVIII, que é esse território contestado. Um pedaço do Estado de Roraima teve uma ocupação inglesa que depois foi reconquistado para o território.

Temos as terras devolutas no Estado, que é essa faixa de fronteira de 150 quilômetros. Quando falamos da faixa de fronteira de 150 quilômetros, o Estado de Roraima somente numa faixa que fica já próxima ao Estado do Amazonas, onde o Rio Branco deságua no Rio Negro, de cerca de 2 milhões de hectares, que depois de resolvida essa questão fundiária, queremos transformá-la num santuário ecológico, com uma grande reserva natural para depois implantar o ecoturismo e dar oportunidades múltiplas à população ribeirinha, que é muito importante. Tudo isso, porém, depende de decretos que garantam a segurança nacional dessas terras de faixa de fronteira.

Pode avançar.

Aqui temos área Yanomâmis; depois São Marco com Raposa do Sol.

Aqui são glebas que são administradas pelo Incra. Nessa faixa tem uma parte de campos naturais que dá para desenvolver bem a produção de grãos.

Aqui temos floresta de transição, que é a floresta entre os nossos campos naturais e a floresta tropical que fica mais ao sul do Estado.

Aqui é para os senhores sentirem. Temos 22 milhões de hectares. Como estão distribuídos, a quantidade para os índios, representando 46,17%. Temos 46,17% das nossas terras já demarcadas para a questão indígena. Isso sem contar com algumas áreas que ainda é solicitada a ampliação.

No ano passado, até o mês de julho, o Presidente Lula ampliou em Roraima cinco áreas. Não teve uma repercussão tão grande, porque a simbologia maior está centralizada em cima da Raposa Serra do Sol. Mas ano passado já houve ampliação de cinco áreas.

Então os senhores percebem que excluído tudo dos 22 milhões de hectares, Roraima teria terra remanescente no total de 7 milhões de hectares, representando 33%. Foi o nosso grupo de trabalho estadual que levantou esses dados juntamente com os órgãos que cuidam disso. Desses 7 milhões, temos 2 milhões de campos naturais, que, obediente ao Código Florestal, vamos cair para 1,2 milhão. Da nossa mata, temos 5,4 milhões de ha que, obediente ao Código Florestal, vamos cair para 1 milhão. Ou seja, do 22 milhões, Roraima hoje disporia depois de resolvida a sua questão fundiária, para se planejar, para elaborar um plano de desenvolvimento e prosperidade, 2 milhões de ha, representando somente, menos de 10% do nosso território estaria disponibilizado para que se elaborasse o planejamento para produzir, para prosperar.

Aqui é Raposa Serra do Sol, todo este pedaço aqui, que tem 9,4 milhões de há, desculpem-me, área yanomâmi, que tem 9,4 milhões de ha. Aqui é Raposa Serra do Sol, bem aqui, ela já está acoplada a São Marcos. Roraima tem 32 reservas indígenas, tudo isso de vermelho que V. Exªs estão vendo são reservas, 32 ao longo do Estado. Representamos aqui 46.17%. Depois, apesar de não termos mais índios, quem tem mais é o Estado do Amazonas, vem para 21%, depois Pará, para 19, Rondônia, 17, o Acre, 11, Amapá, 7,85. Pegamos aqui alguns exemplos. Mas temos Mato Grosso, por exemplo, que tem 18% também das suas terras demarcadas. Então, V. Exªs podem perceber que Roraima se destaca já nas suas demarcações comparado com as Unidades da Federação também do próprio Norte do País, somos, sem dúvida, maior do que o segundo colocado mais que o dobro.

Pode passar.

Volta, por favor.

Aqui, é para V. Exªs sentirem o nosso Estado.

Não, vai novamente naquela imagem.

O vermelho representa áreas indígenas. Vamos plotar aqui, agora, as áreas indígenas, para V. Exªs sentirem o quanto elas absorvem do nosso território.

Por favor.

Aí estão postas as terras indígenas.

Depois, temos as áreas do Exército.

As áreas do Ibama, que são as reservas.

As áreas alagadas que ficam mais ao sul, onde o rio Branco, este rio aqui, deságua no rio Negro.

As áreas montanhosas, por favor.

Estas áreas verdes seriam as livres. Quando falei, há pouco, que temos 2 milhões de hectares, que são alagados, onde as pessoas só têm acesso de barco, não tem como ter outro tipo de acesso, até imagina-

mos propor a criação de um santuário ecológico de aproximadamente 2 milhões, que é este pedaço aqui, que também está livre. O resto, este amarelo, são as áreas livres. Daqui para cá está a região de floresta, em seguida estão os campos naturais, que são os nossos lavrados.

Pode prosseguir.

Vamos procurar mostrar a evolução... Aqui, é Raposa Serra do Sol, que estamos discutindo, pois já sofreu 4 ampliações, então, vem, ao longo dos anos, sofrendo as ampliações, a última foi em 1993. A nossa proposta, a do Estado, baseou-se muito no parecer do Ministro Jobim, que, quando Ministro da Justiça, foi a Roraima, teve a oportunidade de ver e visitar tudo, tomou conhecimento de toda a realidade fundiária do Estado. Naquela ocasião, S. Exª elaborou um relatório, mas, como foi transferido de Ministério, a questão fundiária ficou nas mãos de outro Ministro. Mas ele apresentou, no seu relatório, que Raposa Serra do Sol deveria ser homologada excluindo as estradas, o Município e uma área de produção, que é área ribeirinha, área de várzea, que, culturalmente, o índio nunca ocupa.

Em 1993, na última demarcação, a área foi ampliada em 330 mil hectares. O Ministro Jobim disse em seu relatório que o laudo antropológico é silente, não encontra nenhuma justificativa antropológica para ampliar de 81 para 93, 330 mil hectares. Foi exatamente nessa ampliação, há 10 anos, que entrou essa área de várzea que estão os executores. Mas há 10 anos, a área dos executores estava excluída. Eles estão há mais de 20 e há 10 anos foram inseridos na Raposa Serra do Sol, na sua última ampliação.

Está aí uma demonstração repentina de como a área foi aos poucos ampliando, até chegar 1993, que representa um milhão seiscentos e oitenta e sete mil hectares.

Há 10 anos, essa área de Trombeta-Maipueras que está em Roraima, estava a 150Km de Roraima, no rio Trombetas e veio ampliando até pegar essa parte de Roraima. Temos aqui também os Uai Uai que em torno de 15 anos atrás a MEVA – Missão Evangélica da Guiana e entraram aqui. Isso é só para mostrar como a ampliação é permanente e tem tranqüilizado a sociedade. O que defendemos hoje é resolver a questão de forma definitiva e cessar as ampliações de áreas indígenas, porque a cada área que se amplia, que se acresce, todo o entorno fica intranqüilo e inseguro.

Temos em Roraima pessoas com documentos de posse de áreas,mas antes de ocupá-las, consultaram o Incra se a área era pretendida ou não. Receberam então, como resposta, que a área não era pretendida pela Funai. Hoje, toda a área não só é pretendida pela Funai como foi demarcada há algum tempo atrás. Tudo isso tem ocasionado insegurança em função dessa ampliação de mais áreas.

Vamos mostrar três decretos que obrigam o reassentamento. Temos mais de 500 famílias, que desocuparam essas mais variadas áreas e não foram reassentadas. Temos decreto de Presidentes anteriores que nominam as pessoas a serem assentadas e nunca foram. Eduardo Suplicy, Gilberto Mestrinho, Flamarion Portela devem ser assentados num decreto do Sr. Presidente da República e nunca foram assentados.

Então, todo esse contexto gera essa insegurança, intranqüilidade e tensão e estamos mostrando aqui os três decretos, o último foi do Presidente Fernando Henrique Cardoso, determinando a obrigatoriedade do reassentamento, ordem que não é cumprida.

Aqui estamos procurando mostrar o nosso perfil de solo... Os nossos lavrados representam 17%, quer dizer, os nossos campos naturais, os cerrados e o resto é a nossa região de mata.

Aqui são as unidades de conservação que já estão demarcadas com suas áreas conforme mostrei há pouco e que são as áreas do Ibama e as que estão pretendidas.

Aqui estamos procurando mostrar o quanto tem crescido a nossa população urbana. Há um inchaço nas periferias das cidades, principalmente na periferia de Boa Vista. Boa Vista tem 63% da população do Estado, quer dizer, somos um Estado essencialmente urbano e como tal não há produção e não há riqueza. As pessoas ficam nas periferias enveredando pelo crime, prostituição e realmente não é bom. Temos que estimular a pessoa com plenas condições de estar no campo produzindo para se sustentar, levar o pão nosso de cada dia para a mesa da família e comercializar o que sobra.

Conseqüentemente, vem o crescimento da violência.

(Pode passar, eu já mostrei isso.)

O nosso setor primário. Em Roraima, só temos ou o serviço público que gera emprego, haja vista que a nossa economia é muito incipiente ou o setor primário. Só temos essa alternativa para crescer, ou crescemos por meio do setor primário ou não temos outra alternativa. O comércio para vender precisa de dinheiro, se as pessoas não têm emprego, não têm dinheiro.

Só para se ter uma idéia, no ano passado fiz o primeiro concurso público do Estado de Roraima. O Estado de Roraima foi transformado de Território para Estado na Constituição de 88 e, efetivamente implantado em 1991. O nosso irmão gêmeo, que é o Estado do Amapá, já fez concurso público em 91

– entretanto, Roraima nunca fez um concurso público. Ano passado, fizemos concurso público para aproximadamente 9 mil vagas, preparado e realizado pela UNB. Levamos eminentes professores da Universidade de Brasília, o Professor Lauro, o Ministro Cristovam, no dia do lançamento do edital para nos apoiar. Foi um grande desafio.

Em contrapartida, muitas das pessoas que estavam no sistema não passaram porque os jovens estão mais preparados. Muitas pessoas do Estado do Amazonas foram fazer o concurso. Na verdade, foi um concurso aberto.

Dia 10 de janeiro, demitimos 8.500 pessoas não-concursadas e que estavam no serviço público. Muitas pessoas que tinham emprego público, perderam-no. O desequilíbrio social cresceu. O momento atual que estamos vivendo em Roraima é especialíssimo. Estamos institucionalizando os Estados? Estamos. Estamos legitimando o seu acesso pelo de concurso público? Estamos. Os senhores viram o escândalo dos "gafanhotos"? É o resultado de não se fazer concurso público para cargos públicos. Isso não era feito desde 91.

Ao se tentar corrigir tudo isso, desempregamos muitos pais e mães de família. É uma obrigação fazer isso? Sim. Mas, por outro lado, não podemos esquecer o desequilíbrio social que isso acarreta, esse momento especial que a nossa economia está vivendo. Temos condição de gerar milhares de emprego no nosso segmento primário, mas, para gerá-los, temos que ter solucionar a questão fundiária o mais rapidamente possível, como falei, para que as pessoas tenham o seu título fundiário, com isso a tranqüilidade para usufruírem do legítimo direito da propriedade, o sagrado direito da propriedade, que tanto defendemos.

Falamos também do desligamento dos servidores públicos não concursados, do concurso público, etc. da falta de oportunidade de emprego. Temos realizado algumas ações que procuram estimular o apoiamento à agricultura familiar. Temos que ter coragem de dizer tudo isso, pois é nesta Casa que essencialmente ecoa e ressoa o que as praças e as cidades falam. A forma de assentamento que o Incra sempre fez, para mim não é assentamento, ele joga a pessoa lá sem a mínima infra-estrutura necessária, a pessoa não tem água, energia, estrada, saúde, escola. O pobre coitado procura então extrair da terra o seu sustento da forma mais primitiva e rudimentar possível, derrubar, queimar e agreclir o meio ambiente.

Ilusoriamente, ele acha que derrubar a mata queimá-la, a terra fica melhor, mais fértil, e os senhores sabem que não é nada disso. Pelo contrário, isso compromete a qualidade da terra. Ele tem satisfatória apenas aquela produção, a terra vai se enfraquecendo, produz em seguida muito pouco, daí ele derruba mais outro pedaço de terra no próximo ano. Depois, ele derruba mais outro no outro ano. Depois de 3 a 4 anos, ele começa a refletir: estou aqui, meus filhos, minha família nessa dificuldade toda, estou batalhando para subsistir, produzo quase que só comer e quase nada tenho para vender, para comercializar. Resultado, ela abandona tudo e se muda com a família para a cidade. Isso é o que vem acontecendo .

Historicamente, desde a época do território, o Incra assentou em torno de 20 mil colonos no Estado. Hoje, desses 20 mil colonos, permanecem assentados menos de 9 mil nas colônias agrícolas do Incra. O resto veio embora porque lhe a mínima condição digna de continuar lá. Não, eu moro aqui no campo, mas tenho a condição de viver bem com a minha família, de criar e de garantir um futuro melhor para ela, criar amor à terra, criar vínculo. Porque para se estar na terra, tem que ser apaixonado por ela, se não for, principalmente ali, como aconteceu muito no Nordeste e, hoje, no Norte, as pessoas abandonam seus lotes porque a condição é mínima para subsistir e crescer.

Criamos alguns programas de apoiamento à agricultura familiar, para ver se o homem, efetivamente, se estimula, cada vez mais, juntamente com a sua família, a ficar no seu lote, a produzir. Também estamos trabalhando com o BASA, criamos um apoio as pessoas que querem investir, montar seu próprio negócio, por meio de microcréditos. Com isso procuramos abrir o universo dessas pessoas que estão deixando o serviço público, dando-lhes oportunidade de continuar trabalhando, sustentando suas famílias com dignidade. Essa é uma missão nossa, do Estado.

Por favor, pode passar.

Mostro agora alguns programas sociais que instituí em nosso Estado, acredito que vale a pena destacar alguns aqui. Temos, nos moldes do Fome Zero do Governo Lula, o vale alimentação para as famílias carentes. Implantamos também, há algum tempo, o Programa Meu Primeiro Emprego. As empresas e o comércio do Estado que participam do programa, gerando algum emprego, deixam de recolher ICMS.

No ano passado, construímos mil casas para famílias carentes dentro do programa chamado Conjunto Cidadão.

Pode passar, por favor.

Então, como já falei, queremos cada vez mais estimular e criar alternativas para fomentar a piscicultura e a apicultura. Hoje, a piscicultura tem crescido bem no nosso Estado, e pasmem V. Exªs, o grande comprador do nosso peixe é o Estado do Amazonas, dos Senadores Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho. Produzimos, por exemplo, o tambaqui, muito vendido

para o Estado do Amazonas. O amazonense come muito peixe, o que realmente é algo salutar, e o peixe da nossa região é saborosíssimo. Apoiamos o fomento à piscicultura. A apicultura, que é a produção de mel, está bastante desenvolvida, já vendemos para o exterior. Nosso mel é muito puro, sem agrotóxico, conseqüentemente, é mais competitivo no mercado.

Por favor.

Procuramos colocar com toda a clareza essa discussão, porque nós, que vivemos em Roraima, que lidamos, no dia-a-dia, com a comunidade, principalmente nós, que somos políticos, percebemos algo que tem que ser levado em consideração: não é só e somente só a demarcação de terras indígenas que faz com que o índio tenha melhor qualidade, Senador Azeredo, pode ter certeza disso. Precisamos de bons projetos que possam dar condição ao índio de produzir, de viver melhor, que ele possa sentir que está melhorando de vida e criando uma nova perspectiva de sua família viver melhor ainda. Temos exemplos. Posso citar o exemplo de São Marcos, não vou nem citar o exemplo Ianomâmi, porque este é mais primitivo, vive mais isoladamente do que as outras comunidades que vivem absolutamente integradas, não há mais isolamento sob hipótese alguma. Mas vou citar uma reserva que foi demarcada em 1992, bem recente, São Marcos. Quando se chega na Reserva São Marcos, que está na região de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela. Paracaima é uma cidade grande, com um comércio formiga muito forte, o vaivém do dia-a-dia de compra e venda de um município para outro, Santa Helena do Airém, na Venezuela, e Pacaraima, já aqui do nosso lado. Então, percebemos que a ONG que está lá desde o início da São Marcos, está lá disponibilizada para V. Exªs verem. Do lado esquerdo, depois do rio Surumu, encontra-se Sabiá, a primeira comunidade. V. Exªs precisam ver como os índios vivem. Boca da Mata, a segunda comunidade onde se passa, fica à margem da BR-174.

Em seguida Sorocaima I, Sorocaima II, Bananal. Todos essas comunidades situam-se à margem da BR-174. Os membros da ONG têm carro.

A vida do índio melhorou de 92 para cá quando a reserva foi homologada? Não, senhores, não melhorou. Para o índio ter uma qualidade de vida melhor, associado às suas terras, ao seu espaço físico, tem que haver projetos, programas, ações e política pública concreta para o índio realmente viver bem. Não basta apenas demarcar a terra. Hoje, se se fizer, um plebiscito em São Marcos para se saber como é que os índios se sentem, se eles estão realmente felizes por aquela área. Então, é necessária uma política pública associada ao índio para que ele possa viver cada vez melhor.

Temos outros exemplos. Está aqui o Senador Augusto Botelho que estimulou o Governo no ano passado a desenvolver um projeto de piscicultura em Raposa Serra do Sol. A Raposa Serra do Sol é a maior de todas as comunidades do Estado. Lá, moram, aproximadamente, mil pessoas. É a maior comunidade. Senador Augusto Botelho juntamente com o Deputado Rodolfo estimularam isso. Nós fomos ao Amazonas, compramos tanques, redes e, lá, desenvolvemos com a comunidade a piscicultura. Mas foi o Augusto que quis, foi o Flamarion que quis, não a comunidade. Ela pediu. Porque o índio gosta muito de peixe. E se ele criar em cativeiro, ele vai ter mais segurança de ter o peixe para ele e para sua família e, amanhã, até comercializá-los.

No extremo do Irabutã, na maloca do Flechal em parceria com a jovem Prefeita Florani, fizemos uma parceria com a comunidade para produzir o feijão jaulão. E, hoje, está empacotado a marca de feijão Flechal, produzido na comunidade indígena do Flechal. Eles trabalham em forma de mutirão, reservam o feijão para alimentação comunitária e comercializam o resto.

São alguns pequenos exemplos. Há também o da mandioca da comunidade do Bonfim. Trabalham comunitariamente, já aceitam a mecanização, como aceitaram-na no Flechal, como também o apoiamento da assistência técnica. Porque ele quer produzir. Ele quer trabalhar menos e produzir mais. Ele não quer voltar a caminhar com a mandioca nas costas. Não quer. Pelo menos, eu escuto isso de todos. As escolas. Existe uma escola padrão, com estrutura metálica de seis salas de aulas, no Flechal. O sonho deles é um dia ter computador, acessar a Internet. É isso que eles nos pedem toda a vida: escola e a inclusão na sociedade. Por outro lado, precisamos pensar na fruticultura. Eles querem muito fomentar o plantio da fruticultura, que lhes proporcionará proteína.

Na comunidade do Flechal, com a venda do feijão eles estão diversificando suas atividades produtivas, como comprando reses, gado, e para quê? Para ter o leite, para ter a proteína, é uma decisão deles. O que eles arrecadarem da comercialização, eles estão aplicando na própria comunidade de forma coletiva. Compraram trinta e quatro reses e vão produzir, com certeza, amanhã, o leite deles e a carne para eles. Outros querem caprinos para produzirem leite e proteína. Então, eles realmente querem ter mais fartura nas suas mesas.

Quando apresentamos esta proposta juntamente com a Bancada – volto a dizer que foi uma proposta construída, discutida com toda a sociedade roraimen-

se – o que é que nós procuramos também buscar no apoiamento? Modernizar a agricultura familiar. Os senhores já viram, em algumas ocasiões, em 98, por exemplo, Roraima ardeu em fogo, Roraima queimou mesmo, em 98. No ano passado, não queimou mais porque nós temos uma estrutura de combate mais eficiente, uma maior conscientização dos seus moradores. Nós, no Estado, fizemos ações urgentes, com o apoiamento do Governo Federal.

Diga-se de passagem que, na hora que liguei para o Presidente Lula, três dias depois estava uma força-tarefa da defesa civil, de vários ministérios integrados, para nos ajudar a combater o incêndio, senão, no ano passado, teria ocorrido a mesma tragédia de 98.

Então, por que queima? Porque continuamos fazendo, tecnicamente, o que fazíamos há cinqüenta anos, quando criamos as primeiras colônias no Estado, que foram as colônias do Apiau a do Mucajaí.

Da mesma forma como as pessoas há cinqüenta anos exploravam a terra, continuamos explorando-as. Então, há muita queimada. Temos que introduzir, mecanizar, modernizar, principalmente essa que eu chamo de faixa de transição, onde a floresta se torna mais vulnerável, para que, realmente, haja condição de se evitar esses desastres.

Na primeira reunião que os Governadores do Norte fizeram com o Presidente Lula no Estado do Acre, apresentei uma proposta, que foi apoiada por todos, pelos Senadores que lá estavam presentes e por todos os Governadores, que foi a de revitalizar a assistência técnica neste País, principalmente na Região Norte.

Não é mais possível, no mundo de hoje, conviver com a falta de assistência técnica na agricultura. E até apresentei uma alternativa financeira: que um percentual dos recursos do FNO, que é um Fundo Constitucional do Norte, fosse destinado a revitalizar, refazer, re-implantar a assistência técnica nos Estados, porque isso é imprescindível. O pequeno agricultor carece disso, precisa realmente de uma boa orientação, para que ele possa produzir mais.

Essa proposta foi colocada, apresentada, está sendo estudada. Espero que, nos próximos meses, nos próximos dias consigamos fazer a introdução da assistência técnica para os nossos agricultores.

Passa, por favor.

Quando apresentamos também, mais emblematicamente a Raposa Serra do Sol, procuramos pedir, mais uma vez, indenização justa e re-assentamento para os produtores expropriados das áreas indígenas. Falei agora há pouco que lá existem 500 famílias. Temos que fazer uma indenização justa e planejar um assentamento prévio quando isso acontecer, está certo?

Quando apresentamos mais pontualmente Raposa Serra do Sol, que ela seja demarcada em área contínua, excluindo a estrada, por exemplo. A estrada é um bem comum. A quem pertence a estrada? A estrada é de todos. A estrada é para garantir o direito de ir e vir a cada cidadão. Excluir os imóveis com domínio anterior a 34, porque, segundo os juristas, anterior a 34 seria intocável. Isso está estabelecido também segundo os juristas: "Título definitivo concedido pelo poder público federal ..." Há esses casos lá, raríssimos, mas há. E a quem pertence a área urbana? Também a área urbana é um bem comum, pertence a todos. Até a calçada da nossa residência, por exemplo, é um logradouro público. A prefeitura pode ir lá e implantar a rede telefônica, pode implantar a rede de esgoto, pode implantar a rede elétrica e não temos nenhum poder de impedir isso, porque também o município é um bem comum. Além disso, há o princípio federativo, como afirmam os juristas.

O que procuramos apresentar como alternativa? Evitar que haja exatamente isso que está acontecendo em Roraima, esse conflito. O índio entrando em conflito com o índio e, às vezes, com o não índio, mas o conflito com o índio existe, é real. E sempre fomos um Estado de paz, de convivência centenária harmoniosa.

Penso que somos tão pobres, tão pequenos, que a nossa energia tem que ser destinada a construir o bem, a prosperidade, jamais para estar administrando o conflito.

Tenho procurado exercitar sobremaneira o diálogo, escutando a todos, com vontade de ouvir a todos, tanto que ontem, quando o Senador me ligou e me consultou, eu disse aquilo, Senador, porque aquilo é o meu espírito. O que estou dizendo é para tocar e sensibilizar as pessoas, para que conheçam mais, um pouco mais a problemática de Roraima e, ao tomarem uma posição, procurem conhecer, porque, às vezes, as informações que chegam não são verdadeiras a ponto de a pessoa ter um balizamento daquilo que ele está decidindo e está pensando. O importante é isso, é conhecer. Sempre faço um convite para toda autoridade do Poder Central para conhecer Roraima e também os seus os problemas, o que é sempre muito bom. Já que aqui está o poder de decisão, é bom que se decida com justiça para que não se prejudique ninguém, para que se consiga cada vez mais viver em paz e em harmonia. Vejam V. Exªs o que as pessoas estão pedindo, apenas uma área para produção de arroz. Justificamos de cara limpa, olhando no olho das pessoas. Como eu disse no início, em 1993, essa área de várzea estava excluída da ampliação da reserva. Estou falando de dez anos atrás. Ela estava excluída. Somente na ampliação de 1993, onde o Ministro Nelson Jobim diz que o laudo é

silente, não encontra nenhuma justificativa antropológica, a Reserva Raposa Serra do Sol cresceu, na sua quarta e última ampliação, trezentos e trinta mil hectares. Nessa última ampliação ela englobou as várzeas, a margem dos rios e, conseqüentemente, foi inserida essa área de produtores. Mas temos lá tecnologia de ponta. Um grupo de gaúchos que se instalaram lá produzem um arroz de excelente qualidade, competindo com o arroz do Rio Grande do Sul. Hoje, 30%...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente. As informações que o Governador Flamarion está colocando sobre o Estado são muito importantes. Mas sabemos que a Drª Débora tem o prazo de ficar aqui até às 11 horas. Acho que seria interessante irmos para as conclusões do Governador para que a gente possa também ouvir o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos assegurar ao Governador o direito de expor o que avaliar como importante e nos adaptaremos. Inclusive, poderemos até eventualmente interromper para a Ordem do Dia e voltar, mas não posso deixar de assegurar ao Governador o direito de sua exposição.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Mas também temos uma convidada que tem um prazo de tempo e não teremos mais a equalização.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos assegurar isso, Senadora Fátima.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT –MS) – Quero cumprimentar V. Exª porque o objetivo é ouvir o Estado. Ouvir o Ministério Público depois é importantíssimo, mas quero protestar. Ainda bem que V. Exª já decidiu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos assegurar...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Teremos menos de cinco minutos para o Ministério Público. Considero importante ouvir o Estado, mas já o ouvimos por 45 minutos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT –MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. A programação era ouvir o Governador. Queremos ouvir a Procuradora, mas que não seja com pressa. Vai ter o dia da Procuradora.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Senador, aprovamos na semana passada também ouvir o Ministério Público, foi o que esta Comissão aprovou.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT –MS) – Mas não foi programado para hoje. Hoje, temos de ouvir o Governador, que tem toda a liberdade. Preocupa-me muito – sou de Mato Grosso do Sul – as expansões de aldeias indígenas lá, o que está sendo uma calamidade. Estou vendo que V. Exª está trazendo um assunto importantíssimo e não podemos impedir o Governador de fazer um depoimento amplo nesta Casa. A Procuradora temos de ouvi-la também, mas na devida oportunidade. Com a mesma paciência, queremos ouvir V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos assegurar. Governador, prossiga.

O SR. FRANCISCO FLAMARION PORTELA – Então, como eu disse, 30% nos torna auto-suficientes. Setenta por cento vendemos, exportamos para o Estado do Amazonas, para o Estado do Pará e até para o Maranhão, pasmem os Senhores. O nosso arroz chega no Maranhão e um pouco para a Venezuela. Eu diria que é o segmento mais consolidado do setor primário do Estado. É um segmento consolidado, gera emprego, dinamiza a economia e está tecnificado. Ratificando mais uma vez, há dez anos, essa área não estava incluída. A gente ainda pede que o Congresso Nacional seja ouvido, porque nunca, desafio que a Funai prove se algum dia o Estado foi convocado para participar de qualquer comissão que estivesse pretendendo a criação ou a ampliação de área. Desafio, porque, até onde sei, nunca vi, acho que o Senador Mozarildo, que é de Roraima, nunca viu, o Senador Augusto nunca viu e já procurei isso como agulha em celeiro e não consegui encontrar nenhum documento que prove que a Funai tenha convocado o Estado a se manifestar, a ter um membro para se posicionar ou qualquer Município. Não, vai lá, ela faz com a equipe dela, sem dar direito sequer ao contraditório, que é legítimo. Pedimos para ouvir o Congresso Nacional na criação e ampliação de área ambientais e fazer uma revisão de uma sugestão que foi dada, sei que isso é muito mais difícil, mas foi uma sugestão apresentada pela sociedade e também fizemos constar que era aquela reserva legal que era 80% para a mata e 50% para – de 80% para 50% da reserva de mata, haja vista que temos, praticamente, metade do nosso Estado já demarcado para 9% da população. Os nossos índios representam aproximadamente 9% da nossa população e já têm, praticamente, metade do Estado demarcado para eles.

Quando falei no início, porque, muitas vezes, escutamos "isso é uma portaria, temos que obedecer a portaria, nesse ou naquele setor da área federal". Escutamos muito isso, mais muito.

Tudo bem, sentamos para discutir, você está me apresentando lei, portaria, decreto. Acho que a União tem um grande débito, sim, com Roraima, porque ela não obedeceu o que está estabelecido na Constituição Federal, nas Disposições Transitórias da Constituição de 1988 e a Lei Complementar nº 41, que é do Estado de Rondônia, de 1981, transferindo o patrimônio que pertencia a União para o Estado. Isso não foi cumprido.

Se a União deixou de cumprir isso, claro que a nascente está lá em 1991, quando isso não foi cumprido.

Clamamos para que a Constituição seja efetivamente cumprida e, ao ser cumprida, Roraima tenha um pedaço de terra que for, o espaço físico que for, mas resolvido, legitimado, transferido ou titulado para quem de direito. Que seja feio pelo Incra. Muitas das vezes, a pessoa quer transferir para o Estado, tornar o Estado titular, digo com toda clareza que não precisa disso. Se o cidadão tem o direito da posse e ele tem o título que lhe garanta essa posse, ele pode vir do Incra, sem problema algum, ou fazer parceria do Incra com o Estado, mas que essa questão seja definitivamente resolvida. É muito importante tirar essa espada do nosso pescoço, tirar essa intranqüilidade, essa insegurança que domina em nosso Estado.

Queremos mais uma vez ratificar isso, que todo esse bem, móvel e imóvel, porque móvel é difícil falar, mas muitos bens imóveis que ainda hoje pertencem à União carecem ser transferidos para o Estado, não só nas suas questões de terra, mas em edificações. Por exemplo, ainda existem muitos e muitos sem solução. Ainda recentemente, estivemos com a Drª Alessandra, que é da Secretaria do Patrimônio da União e ao fazer-lhe a explanação disso tudo, ela ficou sensibilizada, e, às vezes, até não entendeu porque tanto tempo depois o Estado ainda não tem essas questões resolvidas.

Atendendo à vontade da Senadora, fizemos essa explanação e estamos colocando aqui com muita clareza para V. Exªs. Nunca, nunca, fomos contra a demarcação de nenhuma área indígena, ao contrário, entendemos e achamos legítimo que o índio tenha sua terra. Queremos só buscar a racionalidade, construir o bem-estar, construir algo que evite qualquer transtorno para Roraima, para sua sociedade, para o seu povo e sua gente. Só queremos isso.

Volto a dizer que quando procuramos fazer esse amplo debate, formando um grupo de trabalho, foi com o intuito de que não houvesse ninguém dono da idéia, ninguém dono da verdade, que o povo, que a sociedade roraimense fossem o verdadeiro dono do seu destino e que eles pudessem dizer o que lhes é melhor para viver e para construir. Certamente,isso será alcançado pelo conjunto da nossa sociedade.

Portanto, Senador Eduardo Suplicy, muito obrigado, é uma grande honra estar aqui fazendo essa explanação, esperando ter esclarecido tudo. Se ainda houver alguma dúvida e eu puder esclarecê-la, com todo prazer o farei.

Para finalizar, quero dizer como o nosso Governo tem se relacionado com os índios. Faço questão de dizer isso com clareza. Ano passado, reformulamos o Conselho de Educação do Estado, Senador Gilberto Mestrinho. Introduzimos, pela primeira vez na história do Conselho Estadual de Educação do Estado, um índio, o Professor Enilton, que é Presidente da Organização dos Professores Indígenas de Roraima, está com assento no Conselho de Educação. É a primeira vez que isso acontece na história de Roraima.

No ano passado, assinamos com a Universidade Federal de Roraima um convênio de R$740 mil para formar o professor índio em nível de terceiro grau. O nosso professor índio vai ser habilitado em nível de terceiro grau.

O professor que está na comunidade, nas férias, vai fazer o seu curso superior para ter mais conhecimento, retornar para a comunidade, fazer mais cidadania e mais conscientização, para que o índio possa despertar para essa realidade, ele é também um cidadão pleno.

Neste ano, no exercício de 2004 – porque em Roraima há uma dificuldade muito grande de professores com formação de terceiro grau -, estamos ampliando em comunidade indígena o ensino médio de 10 para 39 comunidades indígenas. Estamos quadruplicando o número de comunidades indígenas que vão ter ensino médio.

Criamos um Departamento de Educação Indígena, cuja professora tem formação, é índia, chama-se Natalina. Então, o que estamos demonstrando é a nossa vontade de, cada vez mais, ver o índio na inserção, na inclusão, na participação com a sociedade. Nada de tirar a sua cultura. Tanto é que toda escola em qualquer comunidade é bilíngüe. Retomamos isso também, porque não era mais assim. Contratamos professores para ensinarem a língua nativa. Há professores para ensinar a língua nativa. Então, toda escola de Roraima em qualquer comunidade é bilíngüe.

São pequenos exemplos que estou trazendo aqui para os senhores da nossa vontade de demonstrar que o índio é, na verdade, um cidadão pleno.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Governador Francisco Flamarion Portela.

Fiz um apelo à Drª Débora Duprat de Brito Pereira para fazer uma síntese, a fim de que haja tempo de todos os Senadores estarem dialogando. Então, ela vai, primeiramente, fazer uma exposição.

Queria também convidar A SRA. Ella Wieco Volkmer de Castilho, Coordenadora da Sexta Câmara do Ministério Público, para estar ao lado. Ela própria disse que hoje a Drª Débora poderia falar pelo Ministério Público.

Gostaria de informar que a sua presença e este debate sugerido pelos Senadores Mozarildo, Juvêncio da Fonseca e outros está sustando um grande interesse.

Temos aqui a presença da Drª Sandra Moreira, Advogada-Geral da União, Sebastião Moreira e Éden Magalhães do Conselho Indigenista Missionário do Cime, o Vereador do PT em Pau Brasil, na Bahia, Agnaldo, que era representante da Apoime, coordenação e articulação dos povos indígenas do Nordeste, em Minas Gerais, A SRA. Cristina Ribeiro, da Secretaria Nacional dos Movimentos Populares, e outras presenças.

Passamos, de pronto, a palavra à Srª Débora Duprat de Brito Pereira, representando o Ministério Público.

A SRA. DÉBORA DUPRAT DE BRITO PEREIRA – Bom-dia a todas e a todos, por maior que seja o meu poder de síntese, certamente, não terei condições de falar em menos de quinze minutos. Até consultaria aos senhores se há algum impedimento, sei que tem Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Temos que ir ao ponto direto, sem maiores considerações, se possível reduzindo um pouco. Pode iniciar.

A SRA. DÉBORA DUPRAT DE BRITO PEREIRA – Foram várias as questões, mas, antes de mais nada, é indispensável que situemos a questão indígena na perspectiva da Constituição de 1988, porque, do contrário, é muito difícil termos clareza a respeito da mudança que se operou efetivamente no plano dos fatos.

O que a Constituição de 1988 faz e revela? Ela assegura que esta Nação, apesar de todas as pessoas estarem irmanadas, é plural, construída a partir de diferenças. Esse não é um fenômeno que se verifica apenas no Brasil, não sendo uma construção teórica dos legisladores brasileiros. Na verdade, esse é um fenômeno que se dá no mundo inteiro.

A partir da reflexão, da experiência histórica que demonstra que o Estado-Nação concebido na Revolução Francesa, ele, na verdade, foi um constructo que tinha por princípio uma sociedade absolutamente homogênea, daí o grande lema: um único povo, uma única língua, um único território, mas que, na verdade, essa homogeneidade social excluía uma parcela significativa de todas as pessoas do mundo.

Portanto, este é um fenômeno que se observou mundo afora: as pessoas são diferentes, os grupos sociais são diferentes e a igualdade apenas pode ser construída a partir da observação dessas diferenças.

Isso foi o que a Constituição de 1988, portanto, tratou de garantir e assegurar, rompendo o paradigma da homogeneidade e inaugurando esse sistema de respeito à pluralidade em todos os sentidos, não só em relação aos grupos étnicos, em relação às pessoas portadoras de necessidades especiais, enfim, dando especial atenção a idosos, crianças, adolescentes.

Há uma pluralidade na construção do tecido social. Isso muda, certamente, com enorme força toda a concepção de território indígena, porque, no passado, todas as terras indígenas foram demarcadas na perspectiva da posterior inserção dos índios na sociedade nacional. Então, eles eram índios preparados para fazer parte dessa sociedade homogênea. Por isso que se chamavam aculturadas, porque eles eram treinados para a cultura da sociedade nacional.

Agora, é diferente. Agora, trata-se de garantir aos índios todos os seus direitos que decorrem da sua própria diferença e não mais pretender ou a visibilidade, que até então acontecia, ou a necessária integração na comunidade nacional.

Para esses territórios, a Constituição dá o norte de como têm que ser demarcados. Ele não é um território que se demarca a partir da presença física. Contamos quantos índios são, dividimos por hectare como é na reforma agrária, por exemplo. Na verdade, esse é um território cultural, tendente a assegurar e garantir, portanto, o exercício desses direitos culturais. A eleição de um destino de vida é de acordo com o anseio desse povo, de cada grupo indígena.

Então, isso também acaba definitivamente com aquela idéia de índios integrados ou não à sociedade, porque a noção de cultura também se expande, multiplica-se. São várias as culturas existentes neste País. A cultura dos vários grupos indígenas, cada um com suas culturas diferentes, e a cultura do homem branco não é mais o padrão a ser observado, ou seja, será aculturado aquele que chegar à cultura do homem branco. Há várias culturas, a do ribeirinho, a da população extrativista, enfim, essa expressão, portanto, cai em desuso. Observa-se que, na verdade, o que se respeita em cada grupo indígena é a cultura dentro do seu processo dinâmico, dentro do dinamismo que é próprio a qualquer grupo social.

Não somos os mesmos de dez, vinte, trinta anos atrás. Também se assegura ao índio, ao ribeirinho, à população extrativista que as alterações na sua sociedade sejam respeitadas, sem que isso signifique abrir mão ou destituí-los daquilo que marca a sua própria identidade.

Nessa perspectiva, a Constituição determina, portanto, que esses territórios sejam demarcados para assegurar o exercício de todos esses direitos. Como se trata de um território tendente a garantir a existência de um grupo na sua identidade específica, esse território tem a marca de indisponibilidade, ou seja, a partir da verificação de como se dá a organização social do grupo, que será o elemento necessário para avaliação antropológica desse território, ninguém nem o próprio grupo pode abrir mão de seu território, porque ele se

destina à construção, à preservação dessa cultura no seu aspecto dinâmico para gerações presentes, mas também futuras.

Daí por que o processo administrativo de demarcação das áreas indígenas tem esse forte componente antropológico, porque não é um geólogo, não é um agrônomo, não é alguém que vai, fisicamente, verificar como é que se está ocupando aquele território, mas, sim, verificar, a partir de convivência de uma certa permanência naquele território como se dão as relações sociais, que será o elemento fundamental de definição desse território.

Esse Decreto nº 1.775 tem várias etapas, e quero aqui enfrentar uma primeira alegação, que foi feita no sentido de não ser assegurado ao Estado de Roraima qualquer participação nesse processo com relação à área indígena Raposa Serra do Sol.

É bem verdade que esse processo é muito antigo, desde 1987. Antes disso, há estudos a respeito da área Raposa Serra do Sol. Como disse, a primeira perspectiva que norteou os primeiros estudos antropológicos foram aqueles que garantiam que esse índios iam ser posteriormente integrados á sociedade nacional.

Assim, todo o processo demarcatório tendia a marcar pequenas áreas, porque depois elas retornariam para a União ou para o Estado, porque esses índios se integrariam como unidade nacional, viveriam de acordo com os costumes da comunidade nacional e não se teria mais que cogitar de terras.

No Mato Grosso do Sul foi assim, tanto que temos áreas que são inferiores ao módulo rural, se dividirmos por família. Os primeiros estudos realmente levaram a uma área consideravelmente menor.

Em 87, nós tivemos os estudos direcionados para essa nova perspectiva constitucional, que já tinha sido discutida na Constituinte, que levou à Constituição de 1988, extremamente influenciada por todos os estudos e legislações do mundo afora. A Convenção 69 é bem prova disso. Ela veio revogar a Convenção 107 da OIT. Já se discutia isso com essa perspectiva. Os estudos já se orientaram nesse sentido.

Acontece que nesse meio tempo, depois de o estudo aprovado ser submetido e vir uma primeira portaria declaratória garantindo a integralidade daquela área que se mostra ali, aquele quadrinho todo azul, surgiu o Decreto 1.775, que determinou o contraditório e, portanto, que esses processos voltassem ao início, para que se abrisse a fase do contradlitório. Isso foi feito em Raposa Serra do Sol. Tanto foi feito, que o Estado de Roraima apresentou a sua impugnação, os produtores rurais apresentaram sua impugnação, os Municípios apresentaram suas impugnações. Essas impugnações vieram a ser rejeitadas pelo Presidente da Funai. Nós temos todos os documentos. O Ministro Jobim, em sua portaria, acatou integralmente o laudo antropológico e rejeitou todas as impugnações a ele feitas. Ocorre que o Ministro Jobim resolveu fazer um sobrevôo na área indígena. Olhando a área indígena, disse: Eu não estou vendo índio aqui, não estou vendo índio ali, e promoveu os cortes a partir de uma visão dele. Isso fez com que nós disséssemos ao Ministro da Justiça que o sucedeu – fez isso por meio de um despacho – que isso era uma postura absolutamente inconstitucional. Isso porque não cabe ao Ministro da Justiça, não cabe ao Presidente da Funai, não cabe ao Presidente da República ou a quem quer que seja definir limites de área indígena. Área indígena apenas se define antropologicamente.

O que aconteceu é que não houve aumento de área. O Ministro que o sucedeu foi o Ministro Renan Calheiros, que simplesmente verificou que não cabia ao Ministro da Justiça, mediante uma observação meramente empírica, definir limites de área indígena. Ele restabeleceu a área que estava definida do laudo antropológico. Jamais se tratou de ampliação de área, mas sim de restabelecimento de laudo antropológico que é o que determina a Constituição brasileira.

Esse é um aspecto que é preciso ficar muito claro. Ou seja, não houve, nem nenhum momento, ampliação desde o estudo antropológico.

Como disse, área indígena apenas se define, nos termos da Constituição, antropologicamente. Só antropologicamente ela pode ser desfeita. Em nenhum momento, após esse laudo produzido em 87, houve um outro laudo antropológico que desmentisse aquele laudo, que alterasse as conclusões daquele laudo.

Assim, o Executivo, em nenhum momento, dispôs de qualquer elemento fundamental ao processo que desfizesse as conclusões com relação aos limites da área indígena.

Com relação ao processo, é muito importante lembrar que este não é o momento de discutir os limites da área indígena Raposa-Serra do Sol. Porque nós podemos discutir, sim, a questão fundiária de Roraima a partir de outros aspectos, jamais de Raposa-Serra do Sol. Digo isso porque o processo, como o próprio nome diz, é um caminhar para frente. Ele é um ato complexo onde o posterior sucede o anterior.

O caso do processo de demarcação das áreas indígenas, há uma primeira etapa, que é o estudo antropológico, passa pela Funai, passa pelo Ministro da Justiça o estudo antropológico. Neste, e só neste momento, é possível ser desconstituído o estudo antropológico.

Quando o Ministro baixa uma Portaria Declaratória definindo os limites da área indígena, esta questão não

está mais em discussão, porque toda parte probatória foi exaurida. Isso é próprio de um processo.

A fase seguinte é a fase da demarcação física da área e de acordo com os limites da Portaria Declaratória. E o ato homologatório do Presidente da República é um ato de mera conferência entre os limites descritos na Portaria Declaratória e a colocação dos marcos.

Então, há aí um equívoco nessa discussão ao pretender supor que este é um momento de composição política o momento da homologação. Não é. Porque, primeiro, o território indígena ele não é passível de negociação. Ele, como eu disse, é um território indisponível a partir de sua própria concepção constitucional. E não é porque administrativamente não é este o momento em que esta impugnação se dá. Com eu disse, esta impugnação se dá por meio antropológico, e esta fase foi superada.

Gostaria de lembrar... Bom, agora eu teria várias outras questões a falar a respeito das ponderações e dos esclarecimentos que foram feitos pelo Sr. Governador.

Com relação às exclusões operadas pelo Ministro Jobim, eu quero lembrar, portanto, que ele, o Ministro Renan Calheiros, quando o sucedeu o que ele fez foi restabelecer essa área e não ampliá-la.

O Ministro Jobim, ele excluiu a área dos arrozeiros que naquela ocasião estavam iniciando as suas plantações. E curiosamente... Nós temos esses estudos. Acho que isso a gente só prova documentalmente.

A outra coisa é curiosa, porque fundamental para uma população indígena é o acesso ao rio. Ao rio não só porque o rio é fonte de riqueza, fonte de pesca, mas o rio tem uma série de referências simbólicas em todos os grupos indígenas do Brasil. Há estudos a respeito disso. Então, retirar área de rio?! Tanto que rio jamais é objeto de demarcação, porque o rio integra, acessa, se acessa. O rio que corta a área, o rio que cerca a área indígena, ele faz parte daquela terra que já está demarcada.

Uma outra coisa que quero lembrar é a seguinte: quando nós falamos em processo produtivo há um discurso que, talvez, no fundo, não se sinta, não seja intencional, mas que ele contém uma certa dose de preconceito e discriminação. Quando se pretende que os índios sejam um empecilho ao desenvolvimento do Estado de Roraima, nós estamos excluindo a possibilidade exatamente de contar com esses índios no processo produtivo nacional. E em Roraima, isso se dá de forma muito significativa, seja na área de São Marcos, grandes produtores de gado, seja na área da Raposa-Serra do Sol. Então, a demarcação de uma área indígena ela não é empecilho jamais ao desenvolvimento de um Estado. Só o é se nós consideramos os índigos como agentes desse processo. E podem ser sem que isso constitua, em absoluto, um empecilho ao modo tradicional desse grupo. Até porque, como foi dito, a cultura é um processo dinâmico e os índios da Raposa-Serra do Sol, eles têm esse dinamismo que se revela no dia-a-dia. Eles têm um forte contato com a sociedade envolvente, como foi dito pelo próprio Governador. E como foi dito por ele, vários projetos vêm sendo desenvolvidos em observância exatamente a esse dinamismo cultural. E aqui quero louvá-lo por essas iniciativas realmente louváveis de atender aos anseios dos índios, mas que evidenciam o quanto eles têm condições de participar desse projeto produtivo na área de piscicultura e nas várias áreas que foram aqui descritas ao final. Então, nós temos que ter um certo cuidado, porque nós temos um estereotipo do índio muito arraigado, condenando, enfim, sempre a um estado de selvageria que existe na atualidade em muito poucas comunidades – raríssimas comunidades. Nós temos que enxergar o índio como ele se dá na atualidade e o índio é uma ficção jurídica. Nós, na verdade, temos no Brasil uma infinidade de grupos indígenas tão diferentes entre si, às vezes, como são as diferenças entre nós e eles. Daí por que não há possibilidade de se comparar ianomâmi e makuxi. Não há como. São grupos étnicos diferentes. Nós temos que ter em conta que essa invisibilidade à qual nós condenamos esses índios, essa incapacidade de tê-los como efetivamente brasileiros e geradores de riqueza e participantes desse projeto nacional é que levou esse forte movimento migratório para o Estado de Roraima. Eu quero lembrar que na década de 70, o Projeto Calha-Norte, um projeto militar, achava fundamental para a defesa das fronteiras naquele Estado, a ocupação daquelas fronteiras. O Projeto Calha Norte é um projeto de ocupação das fronteiras – é uma das suas fortes vertentes. Por quê? Porque o índio não era tido como visível, como brasileiro capaz de fazer a defesa das fronteiras nacionais. E é curioso que a área ianomâmi que foi levantada como hoje em dia, ainda é o grande obstáculo à defesa nacional, a ação foi do Ministério Público. Eu sou até uma das autoras da ação para o reconhecimento dos 9.400.000 hectares da área ianomâmi. Acredito até que o Estado de Roraima me veja com péssimos olhos em razão disso. O Senador Mozarildo Cavalcanti acabou de confirmar que sim.

Eu quero lembrar que essa ação foi proposta....

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Duas opiniões democraticamente divergentes...

A SRA. DÉBORA DUPRAT DE BRITO PEREIRA – Essa ação foi proposta e extinta porque ela perdeu o objeto e explico porquê. Porque na época era Ministro da Justiça o Ministro Jarbas Passarinho. E o Ministro

Jarbas Passarinho – um militar – declarou textualmente e vem declarando até o presente que jamais um direito indígena como é o direito ao território, poderia estar subordinado à defesa nacional e, por outro lado, não havia ninguém melhor para defender as fronteiras nacionais como as populações indígenas que, historicamente, as vinham defendendo porque localizadas historicamente nesta área de fronteira.

Quero lembrar que o maior incidente diplomático que o Brasil teve na fronteira de Roraima com a Venezuela foi, exatamente, no período anterior à demarcação contínua da área ianomâmi, quando garimpeiros brasileiros invadiram o espaço venezuelano e criaram para o Brasil um incidente diplomático de altíssimas proporções. Depois da demarcação em área contínua, nunca mais o Brasil teve problema de fronteira com a Venezuela, salvo o ingresso de garimpeiros provenientes da Venezuela, da Guiana e, aí, curiosamente, com os pelotões de fronteira ali já instalados, encarregados dessa defesa. Nós temos vários pelotões de fronteira naquela região. Quero lembrar alguns detalhes quando se fala nas pretensões do Estado de Roraima com relação à exclusão dessas porções de territórios das áreas indígenas.

Títulos Definitivos – Títulos definitivos nós citaríamos os de uma reforma constitucional porque a Constituição é clara ao dizer que são nulos e não produzem qualquer efeito os títulos de propriedade incidentes sobre a área indígena.

Eu poderia, aqui, entrar numa grande discussão jurídica a respeito dos títulos anteriores a 34 – garanto que não é nenhum caso da área Raposa-Serra do Sol, mas poderemos entrar. Vou correr, aqui, desta questão.

Áreas Urbanas – Para nós promovermos uma alteração à Constituição em área indígena eu já digo de antemão que é impossível, pois essa é uma das cláusulas pétreas da Constituição, porque envolve direito fundamental.

Uma outra grande discussão e poderemos retomá-la em outro momento.

Estradas. Na verdade, o território indígena é mantido íntegro porque é um território destinado ao exercício de todos os direitos relativos à opção de um grupo, sem possibilidade de que fatores externos interfiram nessas eleições de destino. Daí por que as únicas ressalvas que admitimos são aquelas que a Constituição diz: nos casos de relevante interesse público da União, a depender de lei complementar que assim o defina. Não há ainda essa lei complementar, mas, pragmaticamente, o que vimos admitindo é que as estradas federais, estas sim, tendentes a assegurar livre trânsito pelo território nacional, incidam em área indígena. As outras não, porque não envolvem relevante interessante público da União, principalmente as estradas clandestinas, como existem em profusão, porque foram fontes do garimpo, ou seja, foram construídas pelo garimpo naquele Estado. Fortemente. Como negar? De garimpo. Muitas, mas várias... Vou dizer, no próprio Uiramutã nós temos uma estrada que inicialmente foi do garimpo; na região de yanomâmi... tanto que houve operação policial para destruir essas estradas... Nós tivemos operação policial...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Minha senhora, se a senhora tiver uma estrada na área yanomâmi, eu quero saber onde é que ela está, porque eu conheço o meu Estado. E na do garimpo... se utizarmos um carro e andarmos ficarão dois riscos no solo, os próprios indígenas carregam as coisas deles de carro. Ou a senhora quer que eles carreguem as coisas nas costas a vida toda?

A SRA. DÉBORA DUPRAT DE BRITO PEREIRA – Essas estradas abertas pelo garimpo foram explodidas pela Polícia Federal numa operação que foi ... pista é... pistas, estradas.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Ah, pista. A senhora está falando errado. Ah, pista... Ah, pista... pista. .

A SRA. DÉBORA DUPRAT DE BRITO PEREIRA – Então me desculpem a impropriedade, mas, de qualquer maneira, para assegurar o trânsito.

Sobre essas áreas urbanas de Pacaraima e Uiramutã há dois detalhes que gostaria de lembrar: o Município de Pacaraima foi criado, ou melhor, incide dentro da área São Marcos quase praticamente. Foi criado pela Assembléia Legislativa do Estado de Roraima depois que a área São Marcos tinha sido homologada. Qual a particularidade deste Município e também de Uiramutã? Ele incide integralmente dentro da área indígena e não tem possibilidade de que sua sede esteja fora da área indígena, uma vez que a área indígena, toda ela, está dentro de Município. O Brasil é todo dividido em Municípios.

Ocorre que o que não se pode permitir é que tenhamos uma sede administrativa de um Município dentro da área indígena. E esses Municípios foram criados exatamente de modo a que não haja qualquer espaço para a sede administrativa fora desses Municípios. O de Pacaraima teríamos que ter fora do Brasil ou entrar em área indígena; o de Uiramutã a mesma coisa. O de Uiramutã a área ainda não estava homologada, mas já havia portaria declaratória em que os limites da área já estavam bem definidos.

O que houve, na verdade, foi uma ofensa a direitos indígenas, já reconhecidos. Já havia portaria declaratória.

Há vários aspectos que gostaria de mencionar, mas vou encerrar lembrando que louvo os projetos de educação que o Governador anunciou, mas o bilingüismo é uma determinação constitucional. Na verdade, a Constituição assegura essa pluralidade étnica, determina que os índios sejam alfabetizados preferencialmente na língua materna e que o bilingüismo é uma exigência indispensável.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço à Procuradora Débora Dubrat de Brito Pereira. Foram vinte e cinco minutos. Quero assinalar o grande interesse desta audiência e também registrar a presença do Presidente do Conselho Indígena de Roraima, Júlio Macuxi. Seja bem-vindo.

Vamos iniciar.as perguntas, e como requerente, inclusive, o Senador Mozarildo Cavalcanti é o primeiro inscrito. Estão inscritos os Srs. Senadores Gilberto Mestrinho, Fátima Cleide, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca, João Capiberibe e Augusto Botelho.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)– Augusto Botelho!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Augusto Botelho. Vou me assegurar de que tenho os nomes corretamente ditos pelo Presidente: Senador Augusto Botelho, Senador Juvêncio da Fonseca. Então, Senador Mozarildo Cavalcanti...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Governador de Roraima, Srªs Procuradoras, quero dizer primeiramente que o objetivo realmente desse convite tanto ao Governador de Roraima quanto ao Governador do Mato Grosso, quanto aos Ministros da Defesa e da Justiça e, por extensão, a pedido da Senadora Fátima Cleide, às Procuradoras, tem uma vantagem muito grande, que é realmente trazer para o Senado, que é a Casa que representa os Estados e que, portanto, é responsável pela defesa da Federação, esse debate de maneira bem ampla, de forma que não sejamos apenas tocados por opiniões cristalizadas que a mídia repete com freqüência e que não temos a oportunidade adequada de discutir.

Com relação à explanação do Governador, não quero fazer perguntas nem observações, até porque, como sou de Roraima, conheço muito bem o problema que foi exposto por S. Exª e endosso, inclusive, todas as colocações feitas de maneira muito serena e objetiva e com dados muito próximos. Agora, com relação à explanação da Procuradora, tenho algumas questões a levantar. A primeira de todas é que aqui se tenta, de novo, colocar como se estivéssemos contra os índios. Em nenhum momento da exposição do Governador vi uma palavra que dissesse que o índio está atrapalhando alguma coisa. E nenhum Parlamentar de Roraima também disse isso ou tem isso como verdade em sua cabeça. Temos, sim, e queremos debater com clareza, a questão da extensão das terras indígenas, e aí, inclusive, uma coisa que nunca é dita de maneira bem clara é que os índios que moram na reserva Raposa Serra do Sol, na sua maioria – vejam bem, os índios que moram lá, na sua maioria – , não querem esse tipo de demarcação que está sendo proposta. Pergunto: não vamos levar em conta o que estão pensando os não-índios, mas vamos levar em conta, então, o que pensam os índios da região. Por que não se faz lá um plebiscito com os índios da região para ver se eles querem isso aí? Ou então vamos aceitar a imposição ditatorial de uma posição minoritária dos habitantes daquela região. Porque quem tem mais que falar sobre o que interessa para aqueles índios lá são eles que moram lá, e não índios de outros lugares do Brasil, e não, muito menos ainda, os não-índios, ocupem a posição que ocuparem. Agora, nós todos de Roraima – e aqui é difícil dizer, por exemplo, em Roraima quem é que não tem algum tipo de sangue indígena, a proporção varia de um para outro – mas o que é certo é que não estamos aqui também querendo pregar uma falsa coexistência pacífica, que é combatida, dizendo que na realidade é uma coexistência de submissão, mas hoje temos índios em Roraima, cerca de 30 índios, que têm curso superior e que querem se expressar por eles – e não me recordo se saiu na **Folha Roraima**, quando o Ministro foi a Roraima... E eles se expressaram lá, claramente, disseram o que pensavam, os índios que não são do Conselho Indígena de Roraima (CIR). Agora, interessante é que, coincidentemente, só o CIR é citado, só o CIR é ouvido, só o CIR é mencionado, como se tivesse o monopólio e o controle total da verdade. Não consigo entender, mesmo como médico – que aprendi que só se faz um diagnóstico ouvindo – como é que se quer botar dentro de uma sociedade, e muito menos dentro de um Parlamento, impor uma verdade sem discussão, sem ouvir o contraditório, sem procurar saber. E ainda me assusta mais quando a Procuradora diz que está fora de cogitação qualquer discussão. E o Judiciário está excluído disso? Não. Então não está excluído, não. E o Parlamento também não pode ficar excluído. Nós, Senadores e Deputados Federais, não podemos mais ficar excluídos disso aí, não. Eu acho, inclusive, um absurdo que se confisque, porque, na verdade – vou botar entre aspas – é um confisco de terras o que a União faz ora para as reservas indígenas, ora para reservas ecológicas ou de conservação, ora para outras finalidades, parques nacionais, etc. Como fazer isso? Por meio de uma portaria, pois a Procuradora disse que o papel do Presidente é apenas o de dar conferência.

Ora, em que país estamos em que um órgão de segundo escalão, como a Funai ou o Ibama, tem poder maior do que Presidente da República, traduzindo: o Presidente da República tem poder menor, porque só faz conferência.

O Congresso Nacional, o Senado, por exemplo, que representa a Federação, não é ouvido nem para dizer que está tudo certo, porque suponho que a grande maioria, a grande maioria mesmo das portarias que demarcam reservas indígenas e ecológicas estão corretíssimas. Por que não submetê-las ao Senado Federal? Por que o medo disso?

O Senado aprova até ato de concessão de rádio; o Senado aprova ou nega qualquer empréstimo para Município, para Estado, para União; o Senado aprova embaixadores, presidentes de órgãos federais, diretores de agências reguladoras e o Senado fica à margem da discussão dessa questão fundamental dos Estados, que é a sua área física.

Na verdade, conforme apresentou o Governador, 88% do Estado de Roraima estão sob o domínio da União, de uma forma ou de outra. E os 12% que restam, ainda assim, não estão regulamentados, e, no meu entender, nem precisavam estar regulamentados, porque a lei do Estado de Rondônia se aplica e, mais ainda, o artigo da Constituição que transformou Roraima em Estado diz que o Estado de Roraima será constituído pelos limites do ex Território Federal de Roraima.

Portanto, no meu entender, aplicando-se de imediato, todas as terras estavam no Estado de Roraima, porém a burocracia federal vem fazendo com o Estado de Roraima – e não é só com Roraima, mas tenho que falar de Roraima, porque é o objeto dessa reunião, e está acontecendo com o Estado de Mato Grosso do Sul, está acontecendo com o Paraná, está acontecendo com o sul da Bahia, enfim está acontecendo no Brasil todo.

Hoje temos, para uma população indígena de 0,2% da população nacional, 12% do território nacional demarcados. Não é que esteja faltando terra. O que está em tela, portanto, agora, para ser mais conclusivo, é que temos que discutir, sim, essa questão Raposa Serra do Sol, mais pela questão dos próprios índios que estão lá, que não aceitam, do que mesmo pelos não-índios que estão lá, que poderiam eventualmente ser removidos, mas mesmo assim não podemos esquecer que ali tem muitos não-índios que têm até bisnetos já com índios.

A **Folha de S.Paulo**, nesses dias, publicou, na sua primeira página, uma matriarca de setenta e um anos de idade que já tem bisnetos e é casada com um não-índio. Vamos tirar esse não-índio de lá junto com sua família miscigenada?

Não pode ser tão simplório o pensamento do Ministério Público. Sou um defensor ardoroso do Poder Judiciário e do Ministério Público. Podem ver a minha posição, agora não consigo entender que o Ministério Público, para defender os direitos dos índios – e nós defendemos -, esqueça do direito dos outros. Temos que encontrar um caminho, como disse o Governador Flamarion, para que haja paz social. E aí, Procuradora, já não é mais entre índios e não-índios. V. Exª deve ter informações de que naquela região o conflito é de índios contra índios. Já houve uma morte recentemente, por causa de uma discussão de dois índios a respeito da questão contínua e não contínua, e não estamos defendendo que não seja contínua, estamos defendendo que, de um milhão e setecentos mil hectares que estão pretendendo demarcar, retire-se cerca de trezentos mil hectares. Portanto, permaneceria com uma área de um milhão e quatrocentos mil hectares na região de fronteira, apenas ressalvadas as cidades, as vilas, as estradas e algumas áreas produtivas, que são uma minoria.

Para ficar bem claro: de um milhão e setecentos mil hectares, queremos tirar trezentos mil hectares. Nós não, os índios que moram lá querem, e apoiamos isso. Não posso entender que essas coisas não sejam levadas em conta. Discordo de V. Exª quando diz que o Projeto Calha Norte é um projeto militar; não é. V. Exª sabe muito bem que é um projeto multiministerial, vários Ministérios são envolvidos nesse projeto. Esse projeto pegou esse estigma para poder acabar com ele, a ponto de não ter nada no Orçamento para o Calha Norte. Se não fosse a Bancada do Norte do Brasil, o projeto já teria sido extinto por falta de recursos. Por exemplo, a senhora não conhece os benefícios gerados pelo Calha Norte em todos esses Municípios, como a construção de escolas, de postos de saúde, de infra-estrutura urbana, além do apoio prestado aos pequenos produtores. É preciso que o tema seja debatido para que os dois lados da verdade sejam ouvidos, se é que a verdade comporta dois lados. Proponho que encontremos pontos de convergência. Não queremos criar um **aparthaid** étnico e muito menos um **aparthaid** intra-étnico. Minha posição é muito dura, mas não é radical. Pelo fato de ser médico, aprendi a fazer diagnósticos ouvindo. Não posso ser o dono da verdade. Para diagnosticar, tenho de ouvir e me subsidiar de dados laboratoriais para chegar ao diagnóstico e aplicar a terapêutica correta. Será que estamos aqui comprando passagem de volta ao ano de 1500? É isso que os índios querem?

Registro minha posição no sentido de que devemos considerar o relato do grupo de trabalho interministerial que foi à Roraima e debater o tema. Penso que o

Congresso Nacional tem de trabalhar para mudar essa realidade que não é benéfica para o País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Paulo Paim, que preside a Casa neste momento, avisou que até o meio-dia minutos será iniciada a Ordem do Dia.

Consulto o Senador Mozarildo Cavalcanti e os demais presentes se poderíamos ouvir os diversos inscritos e, depois, o Governador e a Procuradora responderiam às questões.

Peço a todos que sintetizem as questões para que todos possam ser ouvidos.

Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, havendo tempo, proponho a V. Exª que conceda a palavra a dois Deputados de Roraima presentes para que ambos, se assim desejarem, possam inquirir o Governador e a Procuradora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Teremos de levar em conta que, em princípio, temos pouco tempo. Vamos usá-lo.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Governador, Srª Procuradora, demais membros da Mesa, Srªs e Srs. Senadores, ouvi grande parte da explanação do Governador Flamarion Portela e a totalidade da explanação da Procuradora.

Sinto-me à vontade para falar da questão da demarcação das terras indígenas porque fui um dos primeiros políticos a levantar a necessidade da demarcação de áreas indígenas neste País, ainda no início da década de 60, ou seja, há pouco mais de quarenta anos. Além disso, minha ascendência é indígena, outra razão para que eu tenha uma certa consideração para com os índios brasileiros. No entanto, discordo da forma como estão sendo feitas as demarcações porque, em princípio, não se leva em conta a real necessidade do índio, que precisa da sua terra, mas não de metade do Brasil. Em todo o País, são pouco mais de 300 mil, e desses 175 mil vivem na Amazônia. Na Amazônia, 21% vivem no Amazonas, 18% no Pará, se não me engano, 9% no Amapá, parte no Acre e nos demais Estados.

Lembro-me de quando o Conselho Mundial das Igrejas e a Corte de Windson determinaram a demarcação da área ianomâmi ao Governo brasileiro.

A área ianomâmi tinha sido, inicialmente, dividida de acordo com as 150 aldeias na época. Os yanomâmis são cinco grupos, que não se dão entre si e vivem em luta constante. Um rouba a mulher do outro, ataca outra tribo para roubar as mulheres; outro ataca para matar as crianças mulheres.

O Presidente Sarney publicou uma portaria, estabelecendo que a área ianomâmi seria demarcada em ilhas, as 150 ilhas em que eles vivem. Mas A SRA. Clara, uma sueca, fez um relatório e exigiu que a demarcação fosse contínua. E foi feita em área contínua. Na época, eu e o Ministro Passarinho viemos ao Presidente Collor e dissemos que aquilo era um crime de lesa-pátria. Eu sabia que havia um plano de se fecharem todas as fronteiras brasileiras com demarcações indígenas. Efetivamente, a única área da Amazônia que não estava fechada por demarcações de terras indígenas era a Raposa Serra do Sol, exatamente um dos ângulos do chamado Escudo da Guiana. Por que isso? Há 9.700.000 hectares de área ianomâmi para 6.000 ianomâmis. Há pouco tempo, estive conversando com os tuxauas lá. Eles me disseram que o pior que lhes aconteceu foi a demarcação.

Terminada a área ianomâmi, começou-se a demarcação da Reserva Tucano: 8.200.000 hectares. Então, toda a fronteira norte já estava coberta, assim como as fronteiras da parte do oeste do Amazonas. Demarcaram a Reserva de Javari para 800 índios corubos. Esses índios, de três em três anos, são mostrados na televisão como uma nova tribo descoberta, mas são os mesmos que vivem no lado peruano e no lado amazonense e que, no tempo dos seringais, já roubavam os seringais. Então, fecharam lá. Só faltava fechar a Serra do Sol, que foi fechada.

Ora, é necessário fazer a demarcação? É necessário. O índio deve ter direito à cidadania? Deve. Mas o índio quer ser integrado à civilização. Ele quer manter seus hábitos culturais, mas quer o benefício da civilização. O índio quer luz elétrica, água encanada, escola, hospital, atenção para a agricultura. Ele quer aprender técnicas agrícolas. Isso é o que ele quer. E não é isso o que a Funai e o Governo vêm fazendo.

O Governo demarca as reservas, expulsa os não-índios e nunca pagou indenização. Pelo menos, no Amazonas, nunca foi paga uma indenização. As pessoas são espoliadas de tudo, de patrimônios, às vezes, de 50 anos a 100 anos de vida.

Adotarmos o suposto critério antropológico de que o índio precisa andar, precisa de área de perambulação, é uma piada. O índio não é andarilho. O índio jamais penetra na floresta em três quilômetros. Ele não faz isso. Como disse a Procuradora, ele vive perto do rio, numa fonte de água, mas, nas suas caçadas, ele não se aventura mais do que em 600 metros, 800 metros. Certa vez, conversei com um tuxaua Tikuna, que é do maior grupo indígena do rio Amazonas. Perguntei ao Severiano onde ele morava. Ele me respondeu que em Belém, Solimões. Ele é um homem quase da minha idade. Eu perguntei sobre seu pai, ele disse que morava aqui, perguntei sobre o avô e ele disse que também morava aqui. Perguntei se eles não iam

para o mato e ele disse que não, quem gosta de mato é bicho, eles viviam aqui, eles não perambulam. Observem que fora das festas o índio não corre, é capaz de ficar sentado na ubá, remar o dia inteiro, mas, se o convidarmos para fazer uma corrida, que não seja no ritual que eles fazem, ele não corre, isso é típico do índio, assim como não gostar de sol. Ele anda no sol até 9h ou 10h, depois se recolhe, fica na rede, deitado numa posição, passa das 11h e ele está na mesma posição, passa das 15h e está na mesma posição, às 16h ele vai à roçada, quando já não há sol. Eles querem a aculturação no sentido dos benefícios do mundo desenvolvido, ele quer assistência, educação e escola. Fui o primeiro Governador que apresentou cartilha na língua indígena, fiz em língua tucano, no tikuna, em várias línguas indígenas.

Conheço essa região de Roraima porque fui Deputado de Roraima e há 42 anos visitei todos os lugares onde havia gente, era um compromisso meu político, se houvesse ou não eleitores eu iria lá. Fui a vários lugares. Conheço os macuxis, os abixanas e muitos outros grupos étnicos, convivi com todos esses grupos naquele tempo e não havia essa luta de querer separar, fazer **apartheid**. Ao contrário, várias vezes fui ao Surumu e se fazia corrida de cavalos com os índios e não havia essa necessidade na época. Alguns deles tinham progredido com suas fazendolas, mas, depois, um bispo de Roraima começou essa campanha de separação, de **apartheid**, talvez tenha recebido instruções de fora. De repente começou-se a demarcar áreas indígenas de Roraima em dimensões tais como a Reserva Raposa Serra do Sol. Uma pessoa fez um estudo de que se continuarmos dando aos índios brasileiros a quantidade de terra que se está dando hoje, precisaremos ter quatro vezes os cinco continentes para caber tudo. Essa é a realidade. Verifica-se o que se precisava na Reserva Raposa Serra do Sol, a necessidade deles e o restante que trate com o não-índio e se respeite a vontade daqueles que vivem lá e não querem essa separação, esse **apartheid**. Eu não quero que amanhã os índios de Raposa Serra do Sol digam o que os yanomamis dizem hoje. A demarcação serviu apenas para os americanos virem tirar o nosso sangue. Todos nós tivemos de tirar sangue para as pesquisas americanas. Isso é assim.

E mais. Iniciarão um movimento para proibir os quartéis militares nas zonas indígenas, embora os militares sejam elementos civilizatórios, porque eles ajudam os índios, levam remédios, médicos, mantêm escolas, além de promoverem um convívio de integração com os índios, respeitando os hábitos culturais indígenas. Essa é a realidade.

A Procuradora fez considerações jurídicas perfeitas. Não tenho nada a contestar, porque S. Exª disse em que se baseou o processo de demarcação. Não há o que reparar. Porém, gostaria de que houvesse bom senso em relação à demarcação, para que os dois povos, as duas etnias – o branco e o índio – possam viver juntos. O branco é mais unido do que o índio. Essa é a realidade.

Se continuar essa política, amanhã os descendentes de Araribóia irão requerer a cidade do Rio de Janeiro. E está provado que ela é dos índios. Aqui, leva-se a terra indígena. A minha cidade de Manaus está cheia de cemitérios indígenas. Portanto, amanhã, poderá vir um antropólogo contratado pelo estrangeiro para atestar que aquela área é uma terra indígena. E perde-se tudo. Infelizmente, essa é a realidade brasileira.

Faria um apelo à Procuradora para que, sem ignorar as leis e a Constituição, procurasse encontrar uma fórmula, a fim de que esse entendimento fosse realizado com racionalidade, sobretudo com espírito social. Fala-se tanto em espírito social, mas expulsam as pessoas dessas áreas para serem miseráveis em áreas vizinhas. É isso que ocorre.

Um dos mais pobres Municípios do Brasil, o Município de Pauini, está-se desenvolvendo em uma área de produção de castanha. E estão tentando transformar aquela área em uma reserva ecológica. Expulsaram todos os moradores que se tornaram miseráveis na mais miserável cidade do interior do Amazonas. Não há indenização, não há nada. Essa é a dolorosa realidade.

Essa era a colaboração que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª estava se referindo à Srª Cláudia Andujar, uma fotógrafa suíça, responsável pela Comissão da Pró-Criação do Parque Ianomâmi. Eu a conheci por intermédio do Senador Severo Gomes, que me precedeu e teve um grande empenho na criação do Parque Ianomâmi. E até por sucedê-lo, assumi um compromisso com S. Exª e passei alguns dias no Parque Ianomâmi, juntamente com Davi Ianomami e Cláudia Andujar.

O SR. GILBERTO MESTRINHO PMDB – AM) – Lembro-me de quando V. Exª foi entrevistado, à noite, pela **TV Amazonas**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Exatamente.

Quero voltar àquela região. Agradeço por tudo que estamos aprendendo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Daremos oportunidade a todos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Farei apenas uma consideração.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)– Senador, houve um ponto falho. Vi o Presidente Collor e reclamei do que foi feito. Então, o Presidente Collor chamou o Ministro Passarinho, com quem trabalhava, e eu disse: "Olha, Ministro, isso não se faz. O senhor está traindo os princípios do Exército brasileiro". E o Presidente Collor falou: "Ministro Passarinho, não faça nenhuma demarcação, pelo menos no Amazonas, sem antes ouvir o Governador Gilberto Mestrinho". E nada mais foi feito.

Essa era a manifestação que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, serei breve. Pelo que se vê, vai começar a Ordem do Dia e vai-se votar a medida provisória já e, como o requerimento é de Roraima e Mato Grosso do Sul, gostaria de fazer minha ponderação para aproveitar o tempo. Senão, perderia a oportunidade de tocar no assunto. Isso se o Plenário concordar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Estão inscritos, na ordem, Fátima Cleide, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca, João Capiberibe, Augusto Botelho e Marcelo Crivella.

Senadora Fátima, V. Exª concorda? Em seguida, poderá fazer uso da palavra.

Solicito a V. Exª, Senador, que seja rápido, por favor.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Gostaria de agradecer a presença da Drª Débora e do Governador Flamarion.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Estamos todos cientes de que iniciou a Ordem do Dia.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Serei breve. Gostaria de fazer rápidas ponderações. Não concordo com a eminente Procuradora Drª Débora, segundo a qual o aspecto que tem que ser analisado é pura e simplesmente antropológico.

Já foi decidido, de maneira bem clara, na feitura da Constituição de 1988 que a tese do indigenato de João Mendes não venceu para a elaboração da Constituição de 1988. A tese é, antes de tudo, jurídica e antropológica, porque, quando a Carta Magna, em seu art. 231, define que terras indígenas são aquelas tradicionalmente ocupadas pelos índios, fala-se no particípio presente. Então, todos nós somos favoráveis a demarcar as terras ocupadas pelos índios. O que está acontecendo hoje no meu Estado e percebo que está acontecendo também em Roraima: querem expandir os aldeamentos. Quando se expande o aldeamento, são unânimes sempre os laudos histórico-antropológicos de que aquelas terras são indígenas. Isso confronta com a realidade, com o bom senso, com a lógica e é o que está acontecendo lá em Mato Grosso, em Porto Lindo, uma área de apenas 1,6 mil ha e os proprietários em volta têm mais de sete mil ha, perfazendo cerca de nove mil ha, os índios querem os 9 mil ha. Já há duas sentenças, uma do Juiz Federal de Mato Grosso do Sul e uma outra da 3ª Região da Justiça Federal ou Tribunal Regional, que reconheceu a propriedade, o patrimônio particular, mas pediu prazo tendo em vista a conciliação. O que acontece? Está provada a propriedade. Está provado que lá não era aldeamento de índio, mas o Presidente da Funai, que estamos sempre criticando – e eu o critico constantemente. A Funai é um órgão sucatado, não atende às questões indígenas, nem as questões políticas de administração desta área. Realmente, é até difícil falar da competência da Funai, pois tem instigado invasões, acarretando dificuldade para a paz no campo. O Presidente da Funai foi àquela área há pouco, manteve contato com os indígenas, a quem propôs e talvez também ao Procurador da República que, das 14 áreas invadidas, que são quase contíguas, ficassem livres 11 e fossem ocupadas pelos índios três delas.

Ora, primeiro, já há sentença determinando reintegração de posse; segundo, não conversou com proprietários, nem se reuniu com ninguém. Apenas deu entrevista à imprensa. Isso geralmente é obra daqueles radicais indigenistas, que sempre fazem propaganda tremenda do que está acontecendo, sobre a proposta, o acordo feito. Mas, na realidade, não é nada disso.

O que é pior, Drª Débora, V. Exª deve ter visto na imprensa nacional fotografias das invasões, em que aparecem índios encapuzados. Só numa fotografia contei dez índios encapuzados. Índio não me põe máscara na cara, e a Funai está ao lado dele! E, infelizmente, o Procurador da República vai junto também. Sei que o Procurador é, constitucionalmente, o advogado do índio, mas também a Procuradoria da República é responsável pela ordem jurídica. Então, essa questão não pode ser tratada apenas antropologicamente, como neste caso que estou relatando, que é de Mato Grosso do Sul. É preciso dar o tratamento jurídico e antropológico, senão não vamos operar bem e vejam o que está acontecendo na fronteira pelo grande depoimento do Senador Gilberto Mestrinho. Por que esse fecha-

mento de fronteira brasileira com essas demarcações indígenas? Qual é a razão disso? A Senadora Serys Shlessarenko disse da tribuna do Senado, outro dia, que visitou a Amazônia, e foi proibida, por uma ONG, como Senadora, de entrar na área. Estrangeiros para baixo e para cima comandando o processo e a nossa Senadora não pôde entrar.

Temos que rever e analisar isso com calma e, como diz o Senador Mozarildo Cavalcanti, com certa ponderação. Não podem ficar os indigenistas de um lado, os proprietários de outro e os políticos de outro. Vamos nos reunir e conversar.

A Funai e a Procuradoria, por gentileza, quando forem tratar do assunto, coloquem na mesa para discutir e não hajam simplesmente dizendo que tem que se fazer a demarcação de qualquer jeito, que a expansão do aldeamento tem que acontecer. Nessas invasões indígenas que estão claramente em propriedade particular, está cheio de bandido encapuzado trazendo índio do Paraguai para crescer mais a população indígena naquela região.

Ontem, em Japorã, um índio matou outro. Sabem como é que ele matou o outro? Estava carneando uma vaca que estava roubada do proprietário, já estava depredando todo o patrimônio e, não sei por qual razão, a garrucha, em vez de acertar o boi, acertou o índio amigo dele que morreu. E se, por acaso, acerta um fazendeiro ou um peão? Será o índio contra o branco, o índio contra o não-índio? Está conflagrado o processo. Isso tem que ter um tratamento muito parcimonioso, muito jurídico, antropológico e político.

Por isso que apoio integralmente o projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti em que temos que passar a demarcação autorizada pelo crivo do Senado Federal para termos uma solução política para o problema e não só antropológica, jurídica, mas antropológica, jurídica e política também. É certo que o Senado tem uma grande responsabilidade pela harmonia na Federação que está representada nesta Casa e os grandes interesses estão representados aqui.

Gilberto Mestrinho é um grande arquivo histórico da Amazônia e conhece tudo dela. Vejam os depoimentos de Gilberto Mestrinho, um homem sério, respeitado, Governador algumas vezes, Senador da República e tem depoimentos preciosíssimos. Por que não se ouve Gilberto Mestrinho?

Essas são as colocações que gostaria de fazer e não poderia perder a oportunidade pois parece que a Ordem do Dia começou e encerram-se os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Juvêncio da Fonseca, muito obrigado.

Estamos correndo contra o tempo porque, daqui em instantes, começa a votação.

Tem a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Deveríamos ter corrido todos nós e também farei questão de colocar com toda a serenidade as minhas questões.

Em primeiro lugar, quero dizer que é muito importante o debate acontecer nesta Casa porque coloca a Amazônia na ordem do dia e os seus problemas são infinitos. As questões indígena e fundiária são apenas uma ponta.

Quero dizer ao Governador Flamarion Portela que a sua eleição em 2002 representou para nós, da Amazônia, a esperança do fortalecimento de um bloco com uma nova postura política. Por isto, eu mesma não tive o menor receio em comparecer ao ato de sua filiação ao Partido dos Trabalhadores nesta Casa, no Congresso Nacional.

Digo também da minha esperança de que os resultados da apuração em torno da Operação Gafanhoto venham mostrar ao Brasil o quão foi importante o seu papel para que tudo isso viesse à tona. Portanto, Governador quero dizer que as minhas posições aqui não têm nada de pessoal contra o senhor, mas gostaria de registrar que penso que não há incompatibilidade entre os direitos indígenas e o desenvolvimento.

Pelo que temos apurado de muitas posições coloca-se o tempo inteiro "mais terra para o índio que precisa de mais terra por estar em um número maior." Os dados que V. Exª trouxe condizem com o que estamos estudando. A agricultura familiar é um grande eixo de desenvolvimento, e as populações indígenas em Roraima já a praticam. Com relação às populações localizadas na área Raposa Serra do Sol, há uma possibilidade de manejo da madeira ali existente, também um eixo de desenvolvimento sustentável. Onde existe pode ser utilizado. Quando utilizamos o termo "mata", trazemos a concepção de que dentro daquela mata não existem riquezas. É uma concepção que existe desde o descobrimento do Brasil. E como sou do Estado de Rondônia, e vivenciei há muito pouco tempo toda a celeuma em torno de direitos indígenas e em torno do direito das populações tradicionais, sou vítima do processo de migração intensa, migração também orientada por uma política de Governo Federal que tem como concepção o grande deserto que é a Amazônia, portanto, sou vítima desse processo e, por essa razão, trago um pouco do que penso a esse respeito. Creio que não há, de maneira alguma, incompatibilidade entre desenvolvimento, garantia de direitos e ocupação do território por índios.

Serei breve, a fim de possibilitar a oportunidade aos outros. A homologação da Raposa Serra do Sol, como já disse a Drª Débora em terras contínuas já está praticamente decidida no âmbito do Governo Federal. Estima-se que um relatório do grupo interministerial

fique pronto neste final de semana. Considerando-se que a homologação não é um ato apressado, imprudente, uma vez que a demarcação já data de 1993, e considerando-se que são 31.322 os índios de Roraima, que constituem 40% da população rural do Estado e são donos da maior parte do rebanho bovino do Estado, e que não têm conseguido recursos, ao contrário dos fazendeiros, para cuidar da produção, como o Governo de Roraima, sob a gestão de V. Exª, pretende se relacionar com a conclusão iminente do processo de regularização da terra indígena Raposa Serra do Sol em área contínua na perspectiva de desenvolvimento sustentável, reclamado também pelos povos tradicionais do rico Estado de Roraima? Quando V. Exª colocou que é um estado pobre, eu discordo, penso que os Estados da Amazônica são ricos e possuem um poder de riqueza muito grande. Basta que saibamos utilizar a biodiversidade que a natureza nos ofereceu.

Há projetos? Há algum entendimento sendo construído nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Creio que poderíamos completar com os Senadores João Capiberibe, Augusto Botelho e Marcelo Crivella, se ainda for possível. Se cada um for breve, todos terão oportunidade. Agradeço muito a presença dos Deputados Luciano Castro, Rodolfo Pereira, Maria Helena Veronesi e Alceste Almeida, que são de Roraima. Sejam muito bem vindos. Se houver possibilidade, poderão fazer uso da palavra. Ontudo, estamos com uma limitação drástica com respeito à votação que vai se iniciar.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, **(Fora do microfone)**, demarcar e homologar, pois legitimamente a terra pertence aos índios. Não é necessário que nos aprofundemos tanto no estudo da Antropologia. Basta observar a História. Os índios passaram por um processo de genocídio, de destruição. E é difícil estabelecer um diálogo com uma população tão fragilizada com os opressores. Essa é uma questão que gostaria de ver respondida. Até porque pertenço a um Estado que foi criado exatamente no mesmo dia. Temos uma história comum. Sou do Amapá, temos uma história comum.

Há outra questão que me preocupa e até me levou à fronteira do Amapá neste fim de semana. Passei dois dias entre os índios Palikur, na fronteira com a Guiana. E olhem que aquela fronteira é extensa e é fronteira com um país desenvolvido, fronteira com a França, país dito imperialista, que manda. Porque vejo aqui os comentários de que a Amazônia está sendo internacionalizada por meio da infiltração de organizações não-governamentais, de antropólogos. Não encontrei ninguém lá, ao contrário, os índios bem na fronteira e muito satisfeitos de viverem no Brasil, até porque uma parte dos Palikur vive na Guiana, e a França tem uma política indigenista muito diferente da nossa. Lá ela garante uma alocação familiar para os índios. Ora, se eles recebem em torno de quinhentos euros, que dariam hoje R$1,8 mil, para viver na Guiana, por que eles insistem em viver no Brasil? Por uma única razão: porque aqui eles têm direito à terra, o que a legislação francesa não lhes dá direito. Portanto, se quisermos manter realmente essa integridade nacional, temos que – temos, não, o Sivam, agora passei na confluência de dois rios muito próximos da fronteira e o Sivam instalou um posto lá, com um telefone e um **fax**. E quem é o agente do Sivam? É um índio karipuna, ele é que passa o **fax**, que dá informação. Então, esse conflito de que os índios podem promover a internacionalização da Amazônia, do nosso País, não é verdadeiro. Ao contrário. Precisamos confiar e tenho convicção de que estaremos, aliás já estamos, bem protegidos, graças à ação deles.

Estamos numa fase que nem caberia mais discussão, só cabe a homologação das terras indígenas Raposa Serra do Sol, não cabe outra atitude. Depois, digo-lhes o seguinte: quando iniciei meu Governo no Amapá, tinham 12% a 13% de área protegida e, quando terminei, tinham 55%. E isso não impede o desenvolvimento. Ao contrário. Temos que ter é um modelo de desenvolvimento que promova a qualidade de vida, que considere as populações locais e não as exclua. Um modelo que possa aproveitar a biodiversidade amazônica, transformá-la em bens de consumo, e temos tecnologia, temos conhecimento científico, podemos fazer isso. Aí, então, resolveríamos definitivamente essa contradição. Porque não se pode entrar numa região como a Amazônia, onde os solos são frágeis, pouco férteis, não tem solo, o solo está na copa das árvores, que é o poder da fotossíntese. Aí converte-se aquilo em monocultura e, com pouco tempo, tem-se regiões inteiras no sul do Pará – cito isso porque 23% das terras antropizadas do Pará hoje não nasce nada, não se planta nada. Se não resolvemos o problema de uso das nossas riquezas, os índios resolveram-no. Eles têm bem equacionado o uso de suas terras, de suas riquezas e seu aproveitamento. E outra coisa: eles não querem viver como nós. Estou absolutamente convencido de que eles não querem. Até porque, esses dois dias, essas duas noites em que dormi lá, não tinha grade nas portas, aliás não tinha porta, não tinha janela. Todo mundo tem uma convivência de muita confiança um no outro, diferentemente do que acontece aqui: a violência urbana, os crimes, os absurdos, o roubo, a corrupção, tudo isso é da nossa sociedade, e isso termina influenciando também quando nosso contato com eles é muito próximo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me, Governador. Estamos sendo avisados de que a votação vai se realizar imediatamente.

Consulto o Sr. Governador e A SRA. Procuradora, se é possível fazermos a interrupção e em seguida voltarmos, porque somente o 1º item exige votação nominal, portanto, nossa presença é imprescindível.

Governador, dessa forma V. Exª terá oportunidade de responder a cada uma das questões, porque regimentalmente somos obrigados a interromper esta reunião, e convido V. Exª a nos acompanhar ao plenário, podendo assim dialogar com os Senadores informalmente, em seguida voltaremos, logo após a votação.

Fica suspensa esta reunião até o término da votação no plenário.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está reaberta a reunião.

Queremos informar que em decorrência do prolongamento da Ordem do Dia dialogamos com o Governador Francisco Flamarion Portela e com as Procuradoras Débora Duprat de Brito Pereira e Ella Wiecko Volkmer de Castilho e todos concordaram em prosseguir os trabalhos desta audiência pública na próxima quinta-feira, às dez horas, quando também estarão presentes os Ministros da Justiça, Márcio Thomas Bastos e da Defesa, José Viegas, os Governadores do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT e Francisco Flamarion Portela, de Roraima, e as representantes Procuradoras do Ministério Público.

Portanto convido a todos para na próxima quinta-feira continuarmos o debate a respeito dos problemas das áreas indígenas tanto em Roraima quanto no Mato Grosso do Sul.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 34 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Segunda Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no dia doze de fevereiro do ano de dois mil e quatro, às dez horas.

Às dez horas do dia doze de fevereiro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **FLÁVIO ARNS, JEFFERSON PÉRES, MOZARILDO CAVALCANTI, JUVÊNCIO DA FONSECA, SIBÁ MACHADO, MARCO MACIEL, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, RODOLPHO TOURINHO, EDUARDO AZEREDO, FÁTIMA CLEIDE, RAMEZ TEBET e TIÃO VIANA.** A Senadora **LÚCIA VÂNIA** justificou sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à Audiência Pública com o Senhor FRANCISCO FLAMARION PORTELA, governador do Estado de Roraima; o Senhor DAGOBERTO NOGUEIRA FILHO, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul; a Senhora DEBORAH DUPRAT DE BRITTO PEREIRA, Subprocuradora-geral da República e a Doutora ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO, Coordenadora da 6ª Câmara/MPF para prestarem esclarecimentos sobre a questão de demarcação de terras indígenas nos Estados do Mato Grosso do Sul e de Roraima. Os Senadores **JEFFERSON PÉRES** e **MOZARILDO CAVALCANTI** fazem uso da palavra. O Senhor Presidente convida as autoridades para compor a mesa e tece algumas considerações. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra às autoridades para fazerem suas explanações. Em seguida, agradece e registra a presença dos Deputados Federais Alceste Almeida; Almir Sá, Luciano Castro, Maria Helena, Rodolfo Pereira e Pastor Frankembergen. Fazem uso da palavra para interpelação os Senadores: **MOZARILDO CAVALCANTI, JUVÊNCIO DA FONSECA, JEFFERSON PÉRES, ROMERO JUCÁ, SIBÁ MACHADO, DELCÍDIO AMARAL** e **RAMEZ TEBET**. O Senhor Presidente faz considerações finais e passa à exibição de filme fornecido pelo Senhor Dagoberto Nogueira Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente!.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Primeiro item da pauta trata sobre audiência pública para prestar esclarecimentos sobre questão de demarcação de terras indígenas nos Estados de Mato Grosso do Sul e de Roraima, notadamente na reserva Raposo e Serra do Sol em Roraima, tendo em vista os eminentes conflitos, inclusive entre etnias indígenas, tendo sido convidado o Governador do Estado de Roraima, Sr. Francisco Flamarion Portela, que aqui comparece pela segunda quinta-feira consecutiva, a quem agradecemos muito toda atenção a esta Comissão. Agradeço, também, a presença do Sr. Secretário da Justiça, Dagoberto Nogueira Filho, que representa o Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, José Orcílio Miranda. Temos a presença dA SRA. Subprocuradora-Geral da República, Débora Duprat Brito Pereira e A SRA. Ella Wiecko Volkmer de Castilho, ambas da 6ª Câmara do Ministério Público Federal.

Esta audiência, uma vez aprovados os requerimentos dos Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, João Capiberibe, Fátima Cleide, Sibá Machado e Juvêncio da Fonseca.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, apenas quero lembrar que a Sessão Ordinária foi antecipada para agora, e a Ordem do Dia deve começar às 11 horas. O nosso problema será a escassez de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Levando-se em conta a escassez de tempo, de pronto iniciaremos as exposições para avançarmos. Quero lembrar que, conforme os Senadores foram avisados, os Ministros da Justiça e da Defesa deverão comparecer no próximo dia 04.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Primeiro, gostaria de fazer um registro nesta Comissão – como já o fiz ontem em plenário – da minha inconformidade com as sucessivas desculpas que o Ministro da Justiça tem apresentado para não prestar esclarecimentos nesta Casa. Creio que não se justificam quatro adiamentos. Desta forma, espero que este seja o último adiamento, senão proporei a esta Comissão que convoquemos o Sr. Ministro da Justiça. Estamos em uma situação conflituosa tanto em Roraima como em Mato Grosso do Sul, e porque não dizer que há os mesmos problemas em outros estados. No entanto, o Sr. Ministro sempre encontra uma desculpa para não vir a esta Comissão.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, creio que os Ministros devem ser avisados que eles serão convocados e não mais avisados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Levarei as palavras de V. Exªs ao conhecimento dos Srs. Ministros.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Gostaria, Sr. Presidente – até para economia processual, já que ouvimos o Governador de Roraima e a Procuradora na reunião passada –, de ouvir o representante do Governo de Mato Grosso do Sul para que tenhamos, portanto, a visão completa. Se houver tempo, abriremos o debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em atenção ao Sr. Governador que, mais uma vez, veio a esta Comissão. Creio que seria oportuno que S. Exª esclarecesse as questões de alguns Parlamentares. Penso ser correto e justo darmos a primeira palavra ao Governador Flamarion Portela e, em seguida, ao Secretário que aqui representa o Governador Zeca do PT. Em seguida, passaremos a palavra à Srª Ella Wiecko Volkmer de Castilho.

Concedo a palavra ao nobre Governador Flamarion Portela.

O SR. FRANCISCO FLAMARION PORTELA – Bom-dia a todos.

Mais uma vez é uma satisfação estar aqui cumprimentando o Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; saudando os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Jefferson Péres e Juvêncio da Fonseca, obrigado pela presença; cumprimentando as Procuradoras, Drª Débora e a Drª Ella, e o Dagoberto aqui representando o Governador Zeca do PT.

Na realidade, após a nossa explanação, começamos um debate. Lembro-me que houve um questionamento da Senadora Fátima Cleide e também do Senador João Alberto Capiberibe; um abordou a respeito da pobreza que eu destaquei de Roraima, e ela disse que Roraima era um Estado rico. Na realidade, o é, mas a sociedade, infelizmente, não tem acesso a essa riqueza, quer seja a nossa riqueza mineral, quer seja o nosso potencial de produção de grãos. Isso ainda não chegou e não é alcançado pela sociedade roraimense. Quer dizer, a gente pode até estar assentado sobre a riqueza, mas, na realidade, nós somos pobres como cidadãos, como Unidade da Federação. Eu queria destacar isso, apesar de a Senadora não estar aqui.

O Senador João Alberto Capiberibe levantou sobre a queda do Índice de Desenvolvimento Humano destacado no Estado de Roraima. Naquela ocasião, eu também havia falado que Roraima recebe um fluxo migratório muito grande. O Estado permanentemente recebe pessoas, hoje essencialmente oriundas do Estado do Maranhão, que vão para lá na expectativa de construir uma vida melhor, de dar mais dignidade para a sua família; por fim, encontrar melhores dias. E esse fluxo migratório é acentuado; a cada ano o Estado recebe em torno de – em 2002, por exemplo, 13

mil pessoas; agora, em 2003, quase 14 mil pessoas; em 2001, 12 mil pessoas.

Além do nosso crescimento natural, o Estado recebe esse fluxo migratório e, naturalmente, essas pessoas chegam e vão dividir um pouco que a gente tem; conseqüentemente, o nosso Índice de Desenvolvimento Humano vai caindo, além do que, como viemos da figura de Território, chegando à condição de Estado e muito da estrutura tinha uma sustentabilidade assentada no Poder Público, quer seja municipal, quer seja estadual, e os recursos estão cada vez mais escassos – aquilo que eu também frisei naquela oportunidade. As demandas sociais crescem em uma velocidade geométrica, enquanto que os recursos e a capacidade de acompanhar o crescimento e o desenvolvimento dessas demandas, os recursos estaduais e municipais, crescem numa velocidade aritmética, apresentando, portanto, um defasamento entre isso que estou destacando.

Respondendo à pergunta do Senador, sobre o que nós estávamos pensando e imaginando para Roraima, para construir a sua prosperidade, dizemos, com toda a clareza, que temos, na realidade, uma perspectiva – alguém pode chegar e apresentar outra perspectiva – produzir, fazer esse Estado prosperar pelo incremento do seu segmento primário; depois agregar valor, fortalecer cada vez mais o emprego, conquistar mercado. Estamos ali ao lado da Venezuela, que tem 26 milhões de habitantes, o que equivale a um Estado de São Paulo bem ao nosso lado, prontos para consumir, desde que tenhamos a produção realmente numa escala mais elevada para atingir esse objetivo.

Temos também a Guiana, um país ainda com dificuldades econômicas muito fortes e o seu mercado a ser conquistado.

As possibilidades estão à nossa frente, falta-nos apenas incrementar nossa produção e oferecê-la a esses mercados promissores.

São estes os esclarecimentos aos dois Senadores.

Sr. Presidente com a palavra para dar continuidade aos debates. Havendo novos questionamentos, estamos à disposição para respondê-los.

Agradeço, Sr. Presidente, a boa vontade da comissão de Senadores, que na sexta-feira e no sábado da semana passada estiveram em Roraima e tiveram a oportunidade de ouvir a todos que desejaram se manifestar. Eles visitaram as comunidades indígenas, ouviram a sociedade organizada e representantes de órgãos públicos, e de um modo geral, tiveram então a oportunidade de fazer o mesmo que muitos membros do Executivo já fizeram.

Registro aqui, então, em nome do Governo de Roraima, a nossa gratidão pela presteza e pela boa vontade com que a comissão se preocupou em ouvir a sociedade roraimense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Governador Flamarion Portela.

Em relação à visita dos Senadores a Roraima, quero informar que, após esse diálogo com os senhores e as senhoras Procuradoras, destinamos uma parte desta reunião para que, na presença de V. Exªs, os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Delcídio Amaral, Jefferson Péres e Romero Jucá, que estiveram em visita a Roraima, possam nos relatar o que viram.

Estou encaminhando uma mensagem ao Presidente do Senado para que tenha um pouco mais de tolerância, já que estamos tendo esta audiência importante.

Passo a palavra ao Secretário de Justiça e Segurança Pública, Dr. Dagoberto Nogueira Filho, que aqui representa o Governador José Orcírio, o Zeca do PT.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA FILHO – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª, os demais Senadores presentes e o Governador de Roraima.

Farei um breve relato da situação do nosso Estado e depois me coloco à disposição para eventuais perguntas.

Estamos com quatro áreas de conflito, todas de repercussão nacional. A primeira delas ocorreu no início do ano passado, na cidade de Dourados, no distrito chamado Panambizinho. Trata-se de uma área muito pequena, de 1,6 mil hectares, e é um caso atípico no País, porque nessa área foi feita uma reforma agrária pelo próprio Governo Federal, na época de Getúlio Vargas. Foram assentadas 32 famílias nesses 1,6 mil hectares, e, depois de feito um estudo antropológico, detectou-se que se tratava de uma área indígena.

Tivemos reunião, nesse período, com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, que pediu a ida de um representante até a área. Fizemos um compromisso naquela época, porque estava muito acirrado esse conflito também, de que até abril deste ano o Governo Federal apresentaria uma proposta, até porque, como eu disse, trata-se de um caso atípico por ser essa uma área doada pelo próprio Governo Federal, há 60 anos. Então, as escrituras têm cerca de 50 anos – houve um período em que se aguardou alguma manifestação de eventuais proprietários na época –, e as áreas foram ratificadas com título pelo próprio Governo Federal.

No ano passado, tivemos conflitos na região de Cidrolândia e Dois Irmãos, em que também quase se chegou às vias de fato, entre os proprietários e os índios. Naquela região, como em todo o Estado, pre-

dominam os índios Terena, Guarani e Kaiowá. Esse conflito também está em uma área pequena, envolve vários proprietários, e a discussão é a mesma. Todos esses laudos foram feitos no final do Governo Fernando Henrique, quando se proporcionou esse aumento de área às aldeias.

Nessa invasão também contamos com a presença do Poder Judiciário, o que foi muito importante, porque o conflito estava muito acirrado. Realizamos três audiências públicas, na área de conflito, e fizemos um acordo judicial e o prazo termina no fim deste mês de fevereiro, para que o juiz possa dar a sentença em relação ao laudo.

Na época, era muito conflitante a questão do laudo que havia sido feito, e o Juiz, Dr. Odilon, designou um perito por parte dos índios e por parte dos proprietários. O Governo do Estado bancou os interesses dos índios, quando foram contratados antropólogos para fazerem esse levantamento novamente. Agora, ele já recebeu esses levantamentos e tem que dar uma sentença.

Enquanto isso, a situação está pacífica, em função de que se está aguardando essa sentença, cujo prazo vai até o fim deste mês.

Por último, essa invasão, que foi notícia nacional, na região de Iguatemi e nas regiões de Eldorado e Japorã, que pega todos esses Municípios. Lá, são 15 propriedades invadidas. Como em todos os lugares, propriedades pequenas; propriedades de 15, 40 hectares. A maior propriedade tem 1.000 hectares. Com o conflito muito acirrado, também conseguimos um acordo. Tivemos a sentença do juiz federal para desocupar a área, e essa sentença foi reformada em São Paulo. A desembargadora determinou que eles aguardassem em três áreas. Desocuparam 12 destas 15 áreas, que já estão disponíveis aos proprietários há uma semana praticamente. Acontece que os proprietários não querem reassumir devido à destruição que houve nessas fazendas.

Para V. Exªs terem uma idéia, hoje não há mais cercas nessas fazendas. Todas elas foram emendadas; os paióis, destruídos; as casas, roubadas. Com o controle do gado no local, havia em torno de 8.500 a 9.000 animais e, hoje, eles não passam de 3.500. Calculamos em torno de 3 mil animais. Estes, na sua maioria, foram vendidos, porque ali a própria aldeia faz fronteira com o Paraguai – está há 50 metros da divisa natural. Saiu um volume muito grande de animais para lá, e outros foram vendidos -- o gado leiteiro – ao assentamento; e muitos abatidos. Inclusive, na semana que passou – foi notícia nacional também –, um índio veio a falecer. Estavam abatendo uma vaca e, quando atiraram nessa vaca, ela caiu, e o segundo tiro atingiu o índio, que estava atrás. Ele acabou falecendo no ato.

Senador Juvêncio da Fonseca, esse gado foi vendido pelos próprios índios. Prendemos vários caminhões e fizemos com que voltassem. Essa operação foi realizada pelo nosso Departamento de Operação de Fronteiras em conjunto com a Polícia Federal. Mas, quando veio a denúncia dessa venda para o Governo de Estado e para a Polícia Federal, já havia saído um número muito grande de animais. Muitos deles foram vendidos para o assentamento; mas, no assentamento, há mais gado leiteiro.

Atualmente – não sei como é no resto do País –, o Poder Judiciário não julga esse tipo de crime em função da dúvida que existe desses laudos, porque esses laudos foram feitos por uma ONG, na época; depois, reconhecidos pela Primeira-Dama, no Governo Fernando Henrique, e declarados. De lá para cá, houve, então, a postulação dessas terras por parte dos índios.

Há um outro Município, Miranda, que está na iminência de ser invadido. Ainda o estamos controlando com muitos policiais, mas está muito difícil. Segura-se de um lado e acaba estourando do outro, eles ocupam hoje 2.700hectares e a proteção é de 36.288, conforme o novo laudo.

Essa é a realidade do nosso Estado com esses laudos que foram feitos pela Funai e que criou esse clima e essas invasões, fugindo do nosso controle porque temos hoje cerca de 86 aldeias e todas elas tiveram a sua área ampliada e todas querem o que entendem ser de direito deles. Todos os casos também compreendem escrituras antigas, nessa região de fronteira toda ratificada pelo Governo Federal. Enfim, a Constituição, pelo fato de não permitir a indenização dessas áreas, possibilita o conflito direto, como é o caso do movimento dos sem-terra quando tem invasão a discussão do proprietário rural é com a União e quando não tem essa condição de indenização o conflito fica direto do proprietário com o índio, porque o que se pode receber é apenas a benfeitoria e isso quando da mudança da Constituição de 1988 foi um retrocesso para os índios, porque acabou fazendo com que os proprietários lutassem muito mais do que estão lutando hoje para assegurar as suas propriedade, acarretando um conflito pessoal, sem a presença do Governo.

No meu Estado, a Funai não tem nenhuma participação, não ajuda em nada nos conflitos. Já levamos essa denúncia ao Presidente Lula, ao Ministro Márcio, porque ela é omissa por completo. Não participa das audiências, não intermédia qualquer conflito e sempre quando se está na iminência de tiro não se consegue falar com ninguém da Funai.

Quando o Presidente da Funai na região em parte ajudou e em parte prejudicou, mas acabamos

fazendo esse acordo deles deixarem parte das fazendas ocupadas. A nossa situação é muito delicada e em qualquer momento pode haver novos conflitos e novas invasões. Há três dias houve uma invasão na região de Dourados e conseguimos segurar, mas está difícil o Estado controlar isso. Apesar de ser da competência da Polícia Federal, criou-se um clima de instabilidade no Estado que não podemos ficar fora, até porque há risco de vidas.

Por incrível que pareça, não temos problemas com o movimento dos sem-terra. Estamos fazendo um grande programa de assentamento na fazenda Itamarati, dentre outras fazendas. Estamos implantando vários programas sociais como o Bolsa-Escola e o Programa Alimentar, e com isso estamos tendo uma relação pacífica com eles. Eles têm aguardado e as reivindicações são pacíficas e inclusive com a comunidade indígena até então não tínhamos problemas, até a publicação das demarcações no final do Governo Fernando Henrique. Temos um programa muito bom nessa área de fornecimento de tratores, sementes e programas. Em todas as aldeias, sem exceção, há esse apoio na área social por parte do Governo. Então, era uma situação tranqüila até a publicação desses demarcações, que deram início a todos esses conflitos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado Secretário Dagoberto Nogueira Filho. Antes quero registrar a presença do Presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Gustavo Lins Ribeiro.

Obrigado por sua presença.

Quero agradecer e registrar a presença dos Deputados Federais Alceste Almeida, do PMDB de Roraima, Almir Sá e Luciano Castro, do PL de Roraima, Maria Helena, do PPS de Roraima, Rodolfo Pereira e Pastor Frankembergen. Sejam bem-vindos à nossa Comissão.

Concedo a palavra à Coordenadora da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, Drª Ella Wiecko Volkmer de Castilho.

A SRA. ELLA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – Sr. Presidente, muito bom-dia, saúdo o Dr. Dagoberto, o Governador Flamarion, especialmente os Srs. Senadores e os demais Parlamentares aqui presentes.

É uma honra estar aqui. É a primeira vez que compareço a uma audiência pública no Senado e agradeço muito esta oportunidade de estabelecer um diálogo com os senhores e as senhoras.

A minha fala parte de alguns pressupostos, que são os seguintes: para melhor compreensão do problema indígena do Mato Grosso do Sul e brasileiro, de modo geral, e solução justa, é imprescindível ter presente a história, não apenas a oficial, a história dos vencedores, mas também a dos vencidos, dos dominados, dos invizibilizados. É imprescindível, também, lembrar os direitos fundamentais e direitos originários reconhecidos pela Constituição a uma minoria étnica, direitos que além de estarem na Constituição, decorrem de compromissos internacionais firmados pelo Brasil.

No confronto – isso que vou dizer é extremamente polêmico – entre o direito de propriedade e o direito de uma comunidade a sua reprodução física e cultural, deve prevalecer esse segundo, o direito da comunidade. No confronto entre títulos de propriedade, mesmo expedidos pela União, e a ocupação tradicional indígena, deve prevalecer a ocupação tradicional indígena. Entre a contraposição e o confronto que vemos de valores patrimoniais e valores culturais, o que deve prevalecer são os valores culturais.

Temos ouvido muito falar no agronegócio, nas vantagens do agronegócio, mas o benefício que o agronegócio pode trazer ao Brasil – e todos nós reconhecemos isso – tem que ser compatibilizado com outros valores. Não é apenas um único modelo de desenvolvimento que deve prevalecer no Brasil. Deve haver uma solução em que outros modelos, outras concepções de agricultura e de sociedade estejam presentes.

Eu trouxe algumas poucas imagens para ajudar a minha exposição e vou-me dedicar, no caso do Mato Grosso do Sul, especificamente ao caso guarani. Mas, antes, rapidamente, vou apresentar uma relação das terras declaradas e terras homologadas no Estado do Mato Grosso do Sul. Isso não significa, de modo algum, dizer que a situação dessas terras esteja calma, tranqüila, porque todas essas terras, de alguma forma, estão sofrendo contestação.

Vocês verificam, à esquerda, a relação das terras indígenas. Há uma continuação, mas são três páginas, vamos dizer assim, e dá um número de 29 terras indígenas.

Os grupos indígenas são Guarani-Kaiowá, Terena, Guarani-Ñandeva, Kadiwéu, Quiniquinau – a terceira, faz favor -, penso que eu disse todos os povos indígenas. Terena, não falei?

Bem, voltando à segunda, por favor, retorna à segunda, vocês podem notar que a maior área de 538.535 ha se refere ao povo Kadiwéu, Quiniquinau e Terena, na região de Miranda. Apesar de termos essa área referida, porque, inclusive, é homologada e registrada, quer dizer, quase 200 mil hectares e continuam na posse de fazendeiros, e a questão está em litígio no Supremo Tribunal Federal há mais de 20 anos, discutindo apenas uma questão de competência, ainda não se chegou à questão de mérito, mas vocês podem perceber que a relação de áreas que é reconhecida, homologada aos Guaranis e aos demais povos é uma área pequena.

Bom, pode passar, faz favor, ao segundo bloco de terras declaradas.

O que são terras declaradas? Aqui, considerei aquelas em que já há uma portaria do Ministro da Justiça. Cada caso é um caso, em alguns, já está em demarcação, e em outros, não. Temos aqui 4 áreas, inclusive a que foi referida pelo representante do Governador, a de Panambizinho, que é uma área de 1272 ha.

Pode passar para o próximo.

Terras que estão em identificação

São aquelas terras em que ainda não existe a portaria do Ministro da Justiça, o processo está ou no próprio Ministério da Justiça em exame ou na Funai ou bem no início com o grupo técnico, o chamado grupo técnico, que é coordenado por um profissional da antropologia.

A outra.

E terras a identificar

Essas terras a identificar são apenas 4 para o ano de 2004, mas como vou demonstrar a seguir, isso não significa que são apenas essas as terras que precisam ser identificadas no Estado de Mato Grosso do Sul.

Resumindo, temos, entre terras declaradas e homologadas, 29, para uma população de 42.133 índios correspondendo a uma área de 611.725 ha.

Terras declaradas, temos 4, com uma população de 1.100 índios e uma área de 16.534 ha, em identificação, 8, população de 719, uma área de 36.810, e essas 4 áreas que foram, dentro do planejamento da Funai, arroladas como prioritárias para o ano de 2004, que ainda não temos dados. Não é que não haja nenhum dado, mas não são confiáveis, consistentes, então, não trouxe para os senhores.

Próximo

Agora, vou me dedicar um pouco mais ao caso Guarani. O que representa este mapa? Representa Brasil e Paraguai, aqui essa área sul do Brasil, Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, Mato Grosso do Sul e, do lado de cá, o Paraguai. Essa área colorida verde e a outra meio cor lilás mostram a área do território tradicional guarani. Quando falo em território tradicional guarani, estou me referindo a três subgrupos: os Kaiowá, que habita principalmente o Mato grosso do Sul; o subgrupo Yandewa, que ocupa um pouco do Estado do Mato Grosso do Sul e o Paraná. E essa área verde que se refere ao subgrupo Umbiwa, que quem é do Mato Grosso do Sul não tem esse contato, porque os Umbiwa ficam nesses outros Estados do Mato Grosso do Sul, no Paraná e na região do Paraguai.

Por que eu trouxe esse mapa? Eu o trouxe para vocês virem que esse é o território do povo guarani, que ocupa dois países: o Paraguai e também o Brasil. Eu trago isso porque sempre é surge a questão de que são trazidos índios paraguaios para o Brasil.

Mas o que a gente tem que entender é que essas pessoas têm duas identidades. Nós podemos ter mais de uma identidade. Os Guaranis que vivem no Brasil têm uma identidade brasileira, mas também uma identidade guarani. E com essa identidade guarani, eles perambulam pelas fronteiras. Isso pode ser um problema para nós. Pode ser até que para a Comissão de Relações Exteriores isso possa ser considerado um problema de defesa nacional. Então, é algo que temos que estudar e vermos como dela trataremos. O que não podemos é simplesmente ignorá-la e dizer que, porque um índio guarani paraguaio está no Brasil, isso seja uma irregularidade, ou que a Funai está trazendo esses índios. Isso faz parte da cultura Guarani, do povo Guarani.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me uma observação.

Agora, dentre os cidadãos dos países do Mercosul, existe muita liberdade de ir e vir, por acordo entre os Chefes de Estado. Portanto, não é mais preciso passaporte. Basta a Carteira de Identidade para atravessar a fronteira paraguaia, uruguaia, brasileira, chilena. E o sentido vai ser de os cidadãos desses países ,inclusive, agora, mais o Chile, a Bolívia e o Peru poderem, progressivamente, cada um escolher onde viver dentre esses países. Então, essa problemática será superada por essa evolução. Só um parêntese.

A SRA. ELLA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – Obrigada.

Bom, nessa transparência o que eu mostro? Ali, à direita, temos o mapa do Brasil e o mapa do Estado do Mato Grosso do Sul. No segundo quadradinho, que vem um pouco mais em destaque, temos apenas o Estado do Mato Grosso do Sul, e, bem embaixo, no escurinho, essa é a região que faz parte, naquele mapa anterior, do território Guarani, que se situa dentro do território do Estado do Mato Grosso do Sul. Isso há duzentos anos, essa região corresponde, ainda hoje, a 25% do território do atual Estado do Mato Grosso do Sul, o que corresponde a 8,7 milhões de hectares. Essa região se estendia ou se estende ao norte até os rios Apa e Dourados, e ao sul, até a serra de Maracaju e os afluentes do rio Jejui, atingindo uns 100km de extensão este/oeste, em ambos os lados da serra de Amambaí.

Bom, e esse outro mapa o que é? Então, esse outro desenho corresponde ao território Guarani, no Estado do Mato Grosso do Sul. E essas coisinhas pequenininhas que não dá para a gente identificar direito, são exatamente as terras indígenas já homologadas, aquelas declaradas, ou que estão em identificação ou a identificar.

Os senhores percebem que essas áreas estão perdidas, soltas dentro de todo esse território tradicional. É isso que sobrou para os índios Guaranis-Kaiowás e Inhandeva, do Estado de Mato Grosso do Sul. E pelos estudos que foram feitos, é essa a área, mesmo não identificada, que eles desejam. Sobre isso voltarei a falar.

Bom, agora, eu preciso falar, vou tentar falar o mais rápido possível, você pode apagar, vou falar muito rapidamente sobre o processo expropriatório de direitos do povo Guarani no Estado do Mato Grosso do Sul.

Quando a Guerra do Paraguai terminou, em 1870, em março de 1870, foi nomeada uma Comissão Mista Brasil/Paraguai, para demarcar os limites entre os dois países. O primeiro trabalho foi o levantamento topográfico do rio Apa. E essa demarcação que ocorreu, Paraguai/Brasil, atingiu em cheio esse grande território Guarani.

O Paraguai perdeu uma área significativa de 156.415 km², que era habitada por índios e que continha grandes ervais nativos. E os índios perambulavam por esse território, ignorando as fronteiras geopolíticas Brasil/Paraguai e para eles esse território continua sendo uno e indivisível.

A segunda fase, o segundo ponto, o segundo marco desse processo expropriatório dos guaranis foi o arrendamento à Companhia Mate-Laranjeira.

O Secretário da Comissão Mista, Tomás Laranjeira, percebeu a existência desses grandes ervais nativos em terras quase que só habitadas por tribos indígenas. Isso está escrito nos documentos.

Pelo Decreto Imperial nº 8.799, de 1882, o Governo concedeu-lhe o direito de explorar os ervais do Cone Sul. Foram arrendados 3,5 milhões de hectares de campo e 1 milhão de hectares de ervais. O arrendamento ignorou a ocupação indígena.

E o art. 72 do Decreto 1.318, que regulamentava a Lei de Terras e que mandava reservar terras devolutas para a colonização e aldeamento de indígenas que ali estivessem. Isso é importante, mas é importante eu dizer, porque não havia essas terras, que depois foram transferidas para o Estado do Mato Grosso do Sul. As terras devolutas não abrangem as terras indígenas, porque as terras indígenas estavam protegidas pela Lei de Terras.

A Companhia Mate-Laranjeira – atendendo ao pedido do Presidente vou tentar ser o mais sintética possível –, com esse arrendamento, exerceu uma exploração predatória do território Guarani, desarticulando aldeias, promovendo a concentração dos índios em determinados lugares, interferindo no modo de ser indígena e promovendo o desmatamento, além de explorar a mão-de-obra indígena em um sistema análogo à escravidão.

De 1915 a 1928, foram finalmente demarcadas oito reservas indígenas. Mas essas oito reservas indígenas, o total dessa demarcação, era menor do que o tamanho dos lotes doados para a colonização.

Então, depois dessa fase do arrendamento à Mate-Laranjeira, chegamos, o que se deu até mais ou menos à década de 40, com o Governo Getúlio Vargas, o arrendamento foi anulado e a terra foi liberada para a colonização. Então, o Governo Getúlio Vargas promoveu a criação de colônias agrícolas e essas colônias agrícolas foram implantadas em cima de terras que estavam ocupadas pelos indígenas. O que percebemos é que todas as doações, tanto da União, do Governo Imperial, dos Estados e dos Municípios, sempre consideraram os índios como pessoas inexistentes.

Finalmente, chegou-se a um momento em que os indígenas não tiveram mais saída. Eles ficaram numa situação em que seus direitos fundamentais foram completamente desprezados. Nós começamos a constatar um alto grau de suicídio entre eles. Todos sabem disso. Esse alto grau de suicídio está relacionado com esse confinamento que aconteceu com os índios de Mato Grosso do Sul. A única saída que esses índios tiveram foi promover a entrada nas suas terras, terras das quais foram sendo expulsos paulatinamente, ou por meio de fraude, ou por meio de violência mesmo, com a conivência da Funai, às vezes até de missões religiosas.

A interpretação do Ministério Público é de que essas ocupações não são invasões. Elas são entradas, elas são retomadas plenamente legítimas. Por quê? Porque todos esses títulos – esse é outro ponto – de propriedade em princípio são títulos nulos.

Contestando o que disse o representante do Estado, desde a Constituição de 1934 que há regra constitucionalizada de que deve haver respeito à posse dos indígenas, na época chamados de silvícolas, sendo inclusive vedada a alienação. Essa é uma regra que existe desde a Constituição de 1934. Antes disso, as terras indígenas foram respeitadas também pela Constituição do Império e por toda uma legislação que existia desde o Alvará Régio de 1680 e que não foi revogada pela Constituição.

Percebo que os Senadores estão inquietos, até mesmo para me questionar. Talvez algumas coisas que eu tenha dito ou quisesse dizer seja do conhecimento de S. Exªs.

Para estabelecer logo um diálogo e eu poder até ser mais direta, vou encerrar. Antes, porém, quero me referir a um questionamento que foi feito pelo Senador Juvêncio, na audiência anterior, a respeito da ocupação tradicional e da ocupação atual. A Constitui-

ção não se refere à ocupação imemorial. Refere-se a uma ocupação atual. Mas essa ocupação atual, pelo próprio Texto da Constituição, não quer dizer simplesmente aquela ocupação em que os índios estejam na terra. Se considerarmos apenas essa situação, entraremos em contradição, não vamos estar respeitando os próprios parágrafos do art. 231, que dizem que os direitos dos indígenas são imprescritíveis e são nulos todos os atos relativos à ocupação e ao domínio sobre essas terras indígenas.

Assim, quando essa expulsão se deu de forma fraudulenta ou de forma violenta fica na memória dos índios, está dentro da nossa memória. Nós temos imagens, nós temos documentos que mostram como se deu esse processo de expulsão no Mato Grosso do Sul. Então, não precisamos ter medo, como alguém disse, de que de repente cheguem índios no Rio de Janeiro e digam que é a cidade é terra indígena, querendo o seu reconhecimento. Já temos uma Súmula, a de nº 650, do Supremo Tribunal Federal, que se manifestou a respeito exatamente dessa questão, com relação aos aldeamentos indígenas extintos em São Paulo, porque a União insistia dizendo que aquilo era terra da União porque era de aldeamento indígena. Então, tenho até posição da 6ª Câmara nesse sentido. Não existe mais nenhum liame. Queremos dizer que o Pátio do Colégio em São Paulo seja terra da União porque uma vez foi terra indígena. Mas, no caso do Mato Grosso do Sul, quando eles não estão numa determinada terra não é por que eles se afastaram daquela terra é por que eles foram expulsos à força ou de forma fraudulenta, a mais desumana possível. Então, isso não afasta, e o Supremo Tribunal Federal – não tenha medo, Senador – tem um precedente da lavra do Ministro Rezek, em que se examina isso numa questão semelhante. Se houve a expulsão, se reconhecermos, naturalmente, será uma forma de dizer: expulsemos os índios, porque eles não vão estar ali, não vai dar.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – ... deixa 170 milhões de brasileiros lá no litoral, lá na praia, para ver se comem peixe.

A SRA. ELLA WIECKO VOLKER DE CASTILHO – Mas acabei de lhe explicar, Senador, que isso não vai acontecer. Não existe esse perigo porque...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Por que lá em São Paulo não foram expulsos os índios? Foram colocados para fora, afastados, "carinhosamente", no tempo da colonização, e nós, da Amazônia, matamos os índios ou os expulsamos? A Senhora está dizendo isso, que o fazemos com violência e que os nossos antecedentes, de São Paulo e do Rio, não o fizeram. Isso eu não entendo: por que a lei é uma em São Paulo e outra na Amazônia? Onde a Senhora achou isso? O nosso português é diferente do seu. Terra que os índios habitam, para mim, é terra que eles moram em cima, que andam em cima. Esses 8 milhões e 500 hectares do Mato Grosso que provavelmente vocês vão reivindicar, foi assim, devagarzinho, que fizeram em Roraima. Foi desse jeito. Agora, já pegaram metade de Roraima. Então, a Senhora vai fazer uma lei para São Paulo e outra para o Brasil. Vivo no País e acho que a lei tem que ser igual para todos. O que vale em São Paulo tem que valer em Roraima. É assim que quero que seja o Brasil, não do jeito que esta Senhora quer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Augusto Botelho, vamos respeitar o seu anseio, expresso com tanta assertividade. V. Exª também está inscrito. Então, se a Drª Ella puder concluir...

A SRA. ELLA WIECKO VOLKER DE CASTILHO – Vou concluir. Pelo que o Senhor diz, é uma recuperação. Não podemos voltar na história. Houve genocídio, e não podemos mais resolver. Povos foram exterminados, o que vamos fazer? Só que estamos numa outra época. Depois da 2ª Guerra Mundial, depois das Declarações de Direitos, acredito que a gente tem uma outra compreensão e não queremos exterminar esses povos. Então, esses que estão aí podem ser, para nós, não-índios, um problema, mas se queremos realmente construir um país feliz, um país de solidariedade, temos que entender que eles devem continuar, que eles não devem ser exterminados. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Drª Ella Castilho. Informo que estão inscritos primeiro os requerentes, os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Juvêncio da Fonseca, Jefferson Péres, Romero Jucá, Sibá Machado, Delcídio Amaral e Augusto Botelho. Gostaria de, se os Senadores avaliarem que, na sua argüição, querem dar alguns dos informes sobre o que viram em Roraima poderão fazê-lo, mas todos deverão levar em conta que... Pedi ao Presidente do Senado que, se puder, inicie a sessão por volta de 11 horas e 30 minutos, o que significa que teríamos 21 minutos. Significa que todos devemos acelerar os nossos passos. Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, creio que não convém fazer considerações sobre a nossa viagem a Roraima nesse exíguo espaço de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos aproveitar porque. na próxima reunião do dia 4, teremos a oportunidade, no diálogo com os Ministros, de termos o depoimento de V. Exªs, já dialogando com os Ministros. Então, avalio sensata a observação de V. Exª, com perguntas objetivas aos presentes.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Eu gostaria de começar dizendo que, como nós, a Comissão Externa Temporária do Senado, se desloca hoje ao Mato Grosso do Sul, e tendo ouvido a primeira explanação do Secretário que aqui está representando o Governador, prefiro deixar as minhas perguntas quanto ao problema de Mato Grosso do Sul para serem feitas lá, **in loco**, perante os diversos segmentos que vamos ouvir.

Algumas observações me deixam realmente preocupado e, ao mesmo tempo, convencido – não sei de quem é a frase – de que "guerra é um assunto muito sério para ser deixada só na mão dos generais". Cada vez que vejo um debate assim, convenço-me de que a questão indígena é um assunto muito sério para ser deixado somente nas mãos de funcionários de segundo, terceiro escalão ou mesmo do Ministério Público. Entendo que o Senado tem de trazer para si essa questão. Temos de ouvir, sim, o Ministério Público, os índios e todas as partes envolvidas, mas não podemos realmente – como hoje acontece – deixar na mão apenas de uma portaria, de um decreto. Aliás, a Procuradora afirmou a participação do Presidente na questão de apenas conferir o que foi feito, e não de homologar, como diz o nome. Então, esse é um ponto que quero começar como premissa.

Isso me assusta muito. Sou muito avesso a dogmatismos e a fundamentalismos, porque isso me recorda logo as santas inquisições e as santas cruzadas. De repente, vejo que o discurso da Procuradora, ou das Procuradoras, se assemelham aos discursos dos "ongueiros". Isso me deixa muito preocupado, pois entendo que o Ministério Público deve ser, acima de tudo, fiscal da lei.

Outro ponto tem sido descumprido freqüentemente – agora, no Governo Lula, houve um caso: as demarcações de terras indígenas são submetidas, na faixa de fronteira, ao Conselho de Defesa Nacional, porque está expressamente dito na Constituição que qualquer atividade na faixa de fronteira deva estar submetida à apreciação daquele Conselho. Isso não está sendo feito.

Portanto, temos de ver essa coisa toda. Usando até uma frase da Procuradora, creio que estamos trabalhando muito na questão de voltar à história de um tempo e não de se construir uma história a favor dos índios no presente e para o futuro. Digo isso porque tenho ouvido isso dos índios, e não por intermediários seus. Não tenho ouvido de ONGs que têm sede em São Paulo, de ONGs que têm sede no Rio de Janeiro ou de ONGs que têm sede no exterior. Tenho ouvido dos índios diretamente, conversando com os índios.

É preciso aqui deixar muito claro, porque é muito simplório generalizar, quando querem, que os índios pensam assim, como é o caso específico de Roraima. Os índios da Raposa Serra do Sol pensam assim. Que índios? Os índios do CIR – Conselho dos Índios de Roraima? Ou os outros índios, os Ingaricós, da Serra do Sol; ou os Macuxis, que não são do CIR, mas que são da Sodiur; ou os que são da Arecom, da Lídici, outras entidades indígenas? A Funai sequer toma conhecimento de sua existência.

Por isso mesmo, por esse fundamentalismo que se está tomando na questão indígena, sem efetivamente fazer-se um contraponto, sem ouvir todas as partes, lá em Roraima, está acontecendo... Ontem, denunciei na tribuna do Senado e hoje vejo que o **Jornal do Brasil** publica: índios atearam fogo em malocas e em depósitos de outros índios. E os índios que eles estão acusando são os índios da Sodiur acusando os índios do Cir, na reserva Serra da Raposa e Serra do Sol. Aliás, devia ser Serra do Sol Raposa, porque o nosso mapa não está de cabeça para baixo. A Serra do Sol está mais norte e Raposa mais ao sul. Mas o Cimi emplacou esse nome, porque no início queria Raposa, depois Serra do Sol, foram unindo, e hoje mundialmente todos nós já repetimos o cacoete de que é Raposa Serra do Sol.

E estivemos tanto na Serra do Sol, quanto na Raposa e o pensamento é completamente diferente do que prega esse monopólio estabelecido pelo Cimi e Cir, que vejo repetido pelas Procuradoras com a maior tranqüilidade, sem procurar uma investigação mais profunda.

Mesmo depois desses movimentos em Roraima – o incêndio provocado por índios contra índios – pedi providências da Polícia Federal ontem e hoje esse órgão já mandou para a região um grupo de peritos para investigar. Então, aqui não é fazendeiro contra índio, nem índio contra fazendeiro, porque já conseguiram fazer nessa região Raposa Serra do Sol, onde existia o maior rebanho bovino de Roraima, o local onde tem menos rebanho bovino no Estado. E não estamos mais discutindo isso. Os bodes estão sendo colocados nas salas sucessivamente, e estamos nos contentando de, ao menos, que tire um ou outro.

O que é certo é que não vejo outra saída, Sr. Presidente, a não ser evidentemente, debatermos, ouvirmos e concluirmos. Fico satisfeito que a Câmara dos Deputados também criou uma comissão externa para ir ao Estado de Roraima ouvir todas as áreas envolvidas. Deverão ir, portanto, nas comunidades que não fomos. Fomos em Raposa e Serra do Sol, simbolicamente. Ficaram de fora Matruca, Contão, outras duas importantes, e mais outras comunidades importantes

que creio que os Deputados irão lá para ouvir os depoimentos **in loco.**

Podemos até, senão conjuntamente, mas pelo menos sincronizadamente, produzir um relatório que não necessariamente poderá ser igual. Mas o que é certo é que o Congresso Nacional incluiu na sua pauta oficial, uma vez que temos uma comissão externa cuidando disso, tanto de uma Casa quanto da outra, e aqui a Comissão de Defesa Nacional.

A nossa Comissão é tão conhecida como Comissão de Relações Exteriores, porque, às vezes, nos ocupamos muito mais de aprovar embaixador ou acordos internacionais, do que discutir a defesa nacional. A ponto de a nossa Procuradora Débora Duprat, da vez passada, chegou a dizer que o Calha Norte é um problema militar, porque, na verdade, não discutimos aqui adequadamente o que interessa á defesa nacional, à soberania nacional. A questão de demarcação de terras indígenas na faixa de fronteiras é uma questão que interessa à soberania e à defesa nacional, e como tal deve ser encarada. Se vai ser demarcado e depois de analisado não se vê inconvenientes para isso, tudo bem. Não há problema algum.

Ao contrário do que dizem aí, por exemplo, há um artigo no **site** do Cimi, hoje, que me rotulam de que tenho posições declaradamente anti-indígenas. Sou anti-ONGs, anti-indígenas não.

Duvido que algum parlamentar tenha destinado emendas individuais para índios mais do que eu. Duvido que algum parlamentar tenha proposto concretamente projetos de ações afirmativas em favor dos índios do que eu. Duvido que algum parlamentar que defende muito romanticamente a questão indígena tenha trabalhado pessoalmente em favor dos índios como trabalhei, na função de médico.

Então, não sou anti-índio. Sou anti-ONG e anti-dogmatismo. Sou um homem afeito, embora não tenha formação jurídica, a ouvir os contraditórios, a buscar a verdade e, acima de tudo, construir o bem para todos. Não adianta o bem só para um lado. O que adianta na Raposa Serra do Sol construir o bem para o Cir, se vamos construir o mal para a maioria dos índios que estão lá? Mas isso não é dito, ouvido, discutido.

Portanto, é a vez do Legislativo tomar a frente dessa questão, levarmos a sério uma política que diz respeito ao interesse nacional, ao interesse dos índios de maneira legítima e aí possamos concluir com legislações, por exemplo, aprovando legislações que mudem essa prática que, no meu entender, é um desserviço ao Brasil e um desserviço aos índios. Encerro para dar oportunidade aos colegas de fazer novas observações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pergunto se podemos prosseguir com os Senadores e cada um dando atenção às necessidades de todos, então se todos puderem ser bastante sintéticos, ouviremos os membros convidados e, inclusive, o Governador.

Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Dagoberto, Secretário de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul; Dr. Flamorion, Governador; ilustres representantes da Procuradoria-Geral da República; companheiros Senadores, creio que a questão tem que ser colocada de maneira objetiva. Discutir historicamente a expulsão dos índios, e idealisticamente os territórios têm que ser recuperados, todos nós também gostaríamos. Mas se ficarmos nessa teoria, nessa doutrina, estamos esquecendo a população brasileira também que são 170 milhões brasileiros, brasileiros pobres, em guetos de pobreza terríveis e que naturalmente estão desprovidos dessa proteção incondicional de restabelecimento da saúde, dos seus dentes cariados, da sua barriga sem diarréia, a coisa é muito grave. Em nome dessa recuperação das terras dos índios, estão cometendo atos de vandalismo neste País, e é justamente o que gostaria de enfocar. A questão do art. 231, Drª Ella, sobre o julgamento do Supremo Tribunal Federal a respeito das terras ocupadas atualmente, essas são protegidas, todos nós queremos proteger em favor dos índios, todos nós. Porque o princípio das terras indígenas visto do ponto de vista meramente antropológico, como disse a Drª Débora na última reunião, meramente interpretação antropológica, vamos entregar o País inteirinho para os índios como se ainda estivéssemos em 1500. Essas colocações não contribuem para a solução, não é só a solução social do índio e do brasileiro, mas a solução de equilíbrio e de paz social. Na verdade, quando se quer romper com a Constituição, quebrar a letra da lei da Constituição se faz revolução, é pela violência que se quebra a Constituição e se implanta uma nova. Essa, após implantada, tem que ser respeitada inclusive pelo Ministério Público, que é o guardião da ordem constitucional, da ordem legal do País. E quando se diz que entre título legítimo expedido pelo Estado e ocupação tradicional fica com a ocupação tradicional, eu também fico com ela. Acho que se existir ocupação tradicional atual hoje, temos que protegê-la inteiramente. Mas quando, em razão dessa interpretação, se coloca máscara na cara dos índios como está aqui, encapuzados no Mato Grosso do Sul, já ocorreu isso em várias invasões. A Funai faz isso, instiga que se faça isso, vai para a violência e diz não importa a letra da lei, importa a interpreta-

ção antropológica. Quando os laudos histórico-antropológicos invadem a interpretação da Constituição, contraria a interpretação da Constituição e dá causa ganha na demarcação para esta ocupação tradicional, mas já evacuada há muito tempo, a ocupação remota está contrariando a Constituição, e isso é complicado. Começo a interpretar que a proposta é de revolução total e absoluta e tomar pela força, pois só assim se quebra a Constituição em tempo de paz, a não ser que estabeleçamos a guerra para isso, isso me preocupa muito. Índio do Paraguai no Brasil, também concordo que os índios transitem, só que têm que transitar dentro da comunidade deles e respeitando também a lei de cada território, porque o que está acontecendo no Mato Grosso do Sul é uma escola de banditismo promovida pela Funai, desculpe-me pela sinceridade. Quando se dá permissão ao índio para furtar gado.... está certo ele invadir uma propriedade em defesa de seus interesses ancestrais. Mas quando ele furta milhares de bois, queima a propriedade, escorraça o dono da fazendinha, como disse o Dr. Dagoberto, de quinze, de vinte, de cinqüenta hectares, não é de cinqüenta mil hectares, milhões de hectares não, é pequena propriedade, o produtor familiar, de subsistência, invadem com o uso da violência, põem um capuz na cara, como se índio precisasse mascarar-se nessa ação de reconquista do seu território, coisa que o índio não faz. Colocam o capuz na cara dele. E a Funai, em vez de estar colaborando para a paz social, o equilíbrio e a defesa do índio, faz o contrário. O seu Presidente vai a Mato Grosso do Sul, não fala com nenhuma autoridade local, insufla os índios, para que eles, de quatorze propriedades, fiquem três. Quando ele faz essa proposta de fiquem três e dá força para o índio ficar nas três e desocupar onze, ele está contrariando o julgamento da Justiça, está cometendo um ato de desobediência civil e contra a decisão da Justiça. Só depois que o Tribunal Regional de São Paulo deu aquela definição, em segunda vez. Mas essas decisões esdrúxulas, porque a Justiça Federal disse o seguinte: – Os títulos em Mato Grosso do Sul são legítimos, os proprietários são legítimos, têm títulos legais. O Tribunal Regional também disse: Os títulos são legítimos, os proprietários estão legalmente nas áreas, porém, damos prazo aí de tantos dias, para ver se entram num acordo, e fiquem os índios na porteira de comissões de vinte em vinte índios para poder aguardar a demarcação. E o Presidente da Funai diz assim: Fiquem aí mais tantos dias aguardando a demarcação, não é aguardando o deslinde da questão, aguardando a demarcação. Então, a pretensão é demarcar a ferro e fogo. Penso que isso não é bom, não presta um bom serviço democrático para a Nação brasileira. Vamos interpretar a Constituição, vamos flexibilizar essa Constituição, porque todos nós, brasileiros, prezamos o índio. Tenho muitas amizades indígenas. O Estado do Mato Grosso do Sul é um Estado que tem muito índio. Por que é que agora, tão pouquinho tempo para cá, tudo acontece ao mesmo tempo? Tudo organizado, preparado e articulado. E vejo na pessoa do Secretário de Justiça, Dr. Dagoberto Nogueira, uma vontade muito grande de pacificar tudo aquilo lá. Mas para que ele pacifique, que procure fazer acontecer a pacificação, chega a Funai e subverte a ordem. Foi o que interpretei das palavras de V. Exª, permita-me assim fazê-lo.

Portanto, a minha participação neste instante aqui é muito mais um desabafo. Não de sul-mato-grossense, não de proprietário rural que está competindo com índio, porque não sou proprietário rural, tenho preocupação de brasileiro, porque aqui é uma nação em desenvolvimento. E quando vejo que Roraima tem milhões e milhões de hectares de terra propícias para a produção, quando vejo essa teoria das terras tradicionalmente ocupadas, que o índio tem direito e pensar que o Brasil tem trezentos e cinqüenta mil índios, 0,02% da população, não chega nem a metade de meio por cento e já têm 12% das terras brasileiras demarcadas, fico a indagar: Por que essa violência? Por que essa escola de invasão? Por que essa escola de desobediência civil? Por que contrariar a Constituição e por que contrariar as decisões judiciais?

Tenho uma pergunta ao Dr. Dagoberto: Há algum programa alimentar para esses índios que estão invadindo terras, que estão lá nas terras invadidas?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sendo breve a pergunta, vamos dar oportunidade...

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA –Temos um programa que o Governo do Estado faz para todas as aldeias, mas não conseguimos executar o programa em área como essa que está invadida. Hoje eles não estão recebendo o nosso programa alimentar. Agora, com esse recuo, implantaremos o programa novamente. Mas quando eles estavam em litígio, que estavam nas áreas invadidas, o Governo do Estado não tinha como fazer esse trabalho, até porque estávamos proibidos de entrar na área, foram fechadas todas as áreas e ninguém podia transitar nelas.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Dr. Dagoberto, se bem interpretei, não chega lá a alimentação porque os índios, subvertidos, não permitem nem sequer que entre a sua alimentação, mas, permitindo, a alimentação está lá. Então, veja bem, o Estado está subsidiando, está levando até lá a subsistência dos invasores. Naturalmente está tudo muito certo, porque quando o bandido está na cadeia pública também se leva o alimento. Mas não se leva alimento

para o bandido que está fora da cadeia pública. Não estou dizendo que o índio é bandido, mas estou muito preocupado com essa "escolinha de banditismo" que está aqui infiltrado no meio indígena e que um capuz... Só nessa fotografia tem dez capuzes. Dez. A minha preocupação é: será que o meu neto, o meu bisneto vão ter paz no futuro para trabalhar, ter uma boa convivência com os índios? Teremos uma boa solução?

Eu fiz, Drª Ella, uma proposta de emenda à Constituição – não sei se a senhora já conhece, mas deve ter conhecido – deixando fora da interpretação do § 6º, do art. 231: "As terras com títulos expedidos há mais de dez anos e com posse mansa e pacífica, podendo essas mesmas áreas ser demarcadas em favor da comunidade indígena". Qual é a pretensão de minha proposta? É justamente propiciar aquilo que o Dr. Dagoberto falou, ou seja, propiciar à União a oportunidade de demarcar, mas desapropriando para dirimir conflitos como esses. Tem terras tituladas, proprietários legítimos e índios querendo invadir.

Agora, quando o problema é de reforma agrária é muito fácil. Tenta invadir, não conseguiu, o Governo desapropria e assenta o sem-terra. Mas, infelizmente, a Constituição está proibindo que se faça indenização das terras quando a terra tem conflito com o índio.

Portanto, a PEC que estou apresentando é justamente no sentido de propiciar essa oportunidade facultativa da União, querendo fazer a demarcação e pagar regiamente o preço justo ao legítimo proprietário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Jefferson Péres. Obrigado Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Vou ser muito sucinto, Sr. Presidente.

Não conheço a situação de Mato Grosso do Sul. Ouvi a exposição do Secretário, da Procuradora, e estou indo hoje para lá com uma Comissão. Mas a de Roraima conheço razoavelmente, porque sou vizinho, do Amazonas, e estive lá em audiências públicas, na semana passada.

E a experiência de Roraima já me deu a seguinte convicção, Sr. Presidente. Estão misturando alhos com bugalhos. Estão dando tratamento uniforme para situações completamente diferentes. Não sei se por má-fé ou por desconhecimento.

Vou tomar duas áreas emblemáticas do Estado de Roraima: a Reserva Ianomâmi e a Reserva Raposa Serra do Sol. Fui o entusiasta da demarcação com a extensão atual da Reserva Ianomâmi, inclusive divergindo de alguns Parlamentares da região. Por quê? Vejam as duas situações, Srªs e Srs. Senadores. Reserva Ianomâmi: índios isolados, não aculturados, vivendo em estágio tribal (a maioria nem fala português), homogeneidade étnica (são todos ianomâmis), ausência de ocupação branca ou de não-índios, como queiram, apenas garimpeiros, invasores e predadores do meio-ambiente, área de floresta densa, índio no estágio cultural que exige deslocamentos periódicos e que não agridem o meio-ambiente, porque, quando abandonam uma aldeia, a mata se recompõe, a floresta secundária se recompõe, e assim eles vivem desde tempos imemoriais. Não há o que discutir no caso dos Ianomâmis. Não há. É um espaço grande mesmo para aqueles índios. Fizeram muito bem. Não vamos discutir se eram 90 mil ou 80 mil quilômetros quadrados, não. É irrelevante.

Agora, Raposa Serra do Sol, querer dar o mesmo tratamento! O que é isso, Sr. Presidente!? Índios integrados. Até mesmo os Ingaricó, que são os menos integrados, estão em fase avançada de integração. Os outros são inteiramente aculturados.

Heterogeneidade étnica – índios dos grupos Ingaricó, Wapixana, Makuxi. Senador Eduardo Suplicy, se eles falarem as suas línguas entre eles, não se entenderão até porque uns são do Grupo Caribe e o outro do Grupo Aruaque, línguas tão diferentes quanto o Português e o Inglês. Alguns são hostis uns aos outros. Há rivalidade antiga dos wapixanas, por exemplo, com os makuxis. Tiveram conflitos muito sérios no passado. Há a presença de não-índios, com posses legítimas há muitas gerações, Sr. Presidente. Eu sou de lá, e o meu avô foi Juiz em Boa Vista. São gerações e duas cidades – Uiramutã e parte do Município de Pacaraima. Uiramutã foi fundada em 1911. São aglomerados urbanos, pequenos centros urbanos – pequenos mas são. Há miscigenação, Sr. Presidente. É difícil saber ali quem é índio ou não. Índio é descendente desse ou daquele caboclo, todos misturados. A área é de lavrado, Sr. Presidente. Os fazendeiros... Eu não gosto dessa palavra – parecem os senhores rurais, não é? Ou latifundiários poderosos, senhores de balaço e cutelo. O que é isso? Sei lá. Meia dúzia de grandes proprietários. Os outros são pequenos proprietários e são unidades familiares. Falar em conflito de fazendeiros e índios... Parecem governadores que são, realmente, aqueles senhores feudais do passado, riquíssimos, oprimindo os índios. A área é de lavrado, Sr. Presidente. Não estão devastando nada. Não estão devastando coisa alguma. O que é a área de lavrado? São savanas, campos naturais. Ali não está havendo devastação não. Eu ouvi representantes das lideranças indígenas e um deles, representante da associação dos makuxis, disse: "Vai haver sangue aqui – índio contra índio." Aí, alguns pensarão: "Manipulados pelos fazendeiros..." Bom, é um preconceito tão grande quanto dizer que os outros favoráveis à demarcação, são manipulados

pelo CIR, pelo Conselho Indigenista, pelas ONGs. O preconceito para um lado vale para o outro. Por que só os índios que são contrários à demarcação – e parece-me que são a maioria e valeria a pena até tentar um plebiscito ali – são manipulados pelos fazendeiros? A partir do que se afirma isso? Eu ouvi índios com muito senso crítico, que ocuparam a tribuna da Assembléia com cocar na cabeça. Eu tenho experiência de vida para saber quando eu estou lidando com marionetes, Sr. Presidente. Eles foram muito incisivos nas críticas ao Governo do Estado, inclusive a alguns prefeitos. Não são bonecos não.

Outra coisa, Sr. Presidente, que me chocou: vai ser absorvido pela Assembléia o Parque Nacional de Monte Roraima, que é uma unidade de conservação de primeiro grau, um santuário ecológico, numa região de riquíssima biodiversidade. Foi incorporada à reserva de índios aculturados – vejam bem. Não está garantida a preservação da área não – são índios aculturados que vão ter que sobreviver, desenvolvendo atividades econômicas – foi-se o Parque Nacional – e na área de fronteira, Sr. Presidente, da Venezuela e Guiana. Agora, imaginem os senhores: uma reserva indígena onde não é permitida a entrada de ninguém, salvo com autorização – nós temos a presença do Exército e, eventualmente, da Polícia Federal, numa área junto com a Venezuela e com a Guiana – de índios aculturados. Que beleza para o narcotráfico, Sr. Presidente! Ah, como esses índios vão ser corrompidos e como aquilo vai ser um santuário do narcotráfico brevemente! Eu conheço. A grande ameaça à Amazônia não é a internacionalização. Chama-se narcotráfico, que é um câncer e que está lá nas fronteiras com a Colômbia, na Guiana. Se tivermos lá uma reserva de índios aculturados, não sei qual será o futuro desses índios com o tremendo poder de sedução, de corrupção e de intimidação que têm os narcotraficantes.

Concluindo, Sr. Presidente, quem disse isto lá foi o Senador Mozarildo Cavalcanti e quem repetiu fui eu: a guerra é importante demais para ser entregue apenas a generais. Creio que é uma frase de Clemenceau. Os antropólogos indigenistas têm que ser ouvidos. Tem que se expedir laudos, mas serão laudos técnicos.

O Estado nacional brasileiro é dirigido pelos três Poderes: Presidência da República, Supremo Tribunal Federal e Congresso Nacional. E a questão indígena tem que vir para o âmbito dos três Poderes. Nós não podemos abdicar disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Jefferson Péres.

Tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs Procuradoras, Sr. Governador, Sr. Secretário de Segurança, confesso que fico preocupado quando vejo o rumo que essa questão está tomando.

Fui Presidente da Funai durante três anos, demarquei muita terra indígena e tentei atenuar muitos conflitos. A questão indígena brasileira é muito complexa, de difícil operação. Os meus adversários faziam uma crítica muito fácil. O tempo passou e todos passaram pela Presidência da Funai, inclusive o Márcio Santilli, que é uma referência da atuação do ISA; Júlio Gaiger, que foi advogado do Cimi, e muitos outros, e nenhum deles deu certo na Funai. Isso porque entre administrar uma questão complexa como essa e fazer um discurso há uma diferença muito grande.

E a minha postura tem sido tentar atenuar os conflitos e buscar uma saída porque estou vendo mais à frente. A questão não é específica. É bom o debate aqui, porque enquanto estava restrito a Roraima parecia que o povo e os políticos do Estado não queriam demarcação de terra indígena e havia um conflito de fronteira de expansão agrícola. Era reduzida a isso a discussão em Roraima e na verdade não é isso. É muito mais do que isso.

Eu não questiono a boa intenção da grande maioria das pessoas envolvidas que estão buscando essa solução mais radical. Não questiono. Acho que a intenção é a melhor possível. Porém, entre a intenção e o resultado prático, eu, que já fui Presidente da Funai, Governador de Roraima e hoje sou Parlamentar, tenho uma dúvida muito grande: o dia seguinte do conflito para as comunidades indígenas é um dia nefasto. Todos conhecem a história da humanidade. Eu não conheço conflito na humanidade entre índios e não-índios que foi exacerbado e que os índios ganharam. Eu não conheço. Nos Estados Unidos, mataram até o General Custer, mas depois aconteceu o que aconteceu. Na Austrália, a mesma coisa; no México, a mesma coisa.

Portanto, no Brasil, a questão indígena tem que ser colocada de um jeito que caminhemos para um final feliz, para a pacificação. Esse tem sido o meu discurso há anos em Roraima. Inclusive, quando não se discutia a área contínua, eu pregava a demarcação em área continua, porque não havia condição política de não se fazer em área contínua a demarcação. Agora, ao mesmo tempo em que pregava em área contínua, pregava uma solução de entendimento, deixando fora da área contínua, portanto não quebrando a continuidade da perambulação, no caso de Roraima, da Raposa, pregando a exclusão de áreas que são estratégicas para o futuro do Estado e para o Brasil.

Nós temos hoje um vale do arroz na área da Raposa, que é uma área inundável. Não conheço índio morando em palafita, em área indígena. Está lá: área inundável produzindo arroz, pagando imposto, que para

o Estado e para o Município, que atendem às comunidades indígenas. Vamos acabar com isso? Vamos deixar de construir a hidrelétrica de Cotingo, que é a única opção de Roraima, que vai ficar na área, sendo que depois vai ser muito mais difícil discutir. Está aí Serra da Mesa, em Goiás, e todo o problema para construirmos. Quer dizer, vamos deixar de construir a única hidrelétrica que cabe em Roraima por uma questão que não tem, efetivamente, razão de ser.

Temos nos preocupado muito com isso. Acho que a política está equivocada. Estou vendo a divisão dos índios. O que foi relatado aqui pelo Senador Mozarildo Cavalcanti e pelo Senador Jefferson Péres é verdade: esse conflito está estimulando a divisão dos índios. Isso, efetivamente, terá um resultado muito ruim, qualquer que seja a solução depois. Temos ponderado a busca... Não quero aqui questionar as declarações de direito e propriedade, se é ou não, porque, na verdade, a Constituição é igual para todos. Está aqui: "Art. 5.º Todos são iguais perante a lei". Aí se tem uma regulamentação da questão indígena. Tudo bem. Agora, no caso de Roraima, quem é que está ameaçado de extinção? É alguém que vai deixar de ter 1,7 milhão de hectares para ter 1,4 milhão de hectares ou é uma família que está lá há anos e que tem 200 hectares plantados e vai deixar de plantar? Quem é que a Constituição deve garantir nessa questão? É a expansão?

O que vemos é que, na verdade, apesar da boa intenção, termina sendo uma ação que visa esterilizar toda a Região Norte. Basta ver os mapas de ampliação de área indígena. A questão de Raposa-Serra do Sol começou com Raposa e começou com Serra do Sol. Começou. Foi dito aqui e quero repetir: são índios diferentes. Não tem porquê, tinha que ser demarcada a área dos taurepangues na área da Serra do Sol e na área da Raposa tinham que ser obedecidos também os aldeamentos e as organizações deles, que não é uma área só. Vai dar problema. Vai índio de uma aldeia sair para construir na periferia de outra e vai ter briga, como está tendo já no Contão.

É difícil para a sociedade entender isso. Eu queria que os senhores entendessem um pouco a ótica da sociedade de Roraima. Essa questão não é específica e unitária, não; ela vem de uma construção ao longo dos anos. Existem famílias de Roraima que foram retiradas de área que foram demarcadas que estão há 12 ou 15 anos aguardando a indenização da Funai, e não vai haver indenização. Sabem por quê? Porque não há dinheiro para isso no orçamento da Funai. As áreas foram aumentando.

Na verdade, isso aqui é mais um pingo d'água, é um pingo grande na verdade, porque é importante registrar para quem está nos ouvindo que a área Raposa-Serra do Sol tem 1,7 milhão de hectares. Isso é mais de 80% do Estado de Sergipe. Se houver as modificações que todos estão pedindo, a área passa a ter 1,4 milhão de hectares. Continua sendo 70% do Estado de Sergipe. Se não houver condições de 10 mil índios sobreviverem em 70% do Estado de Sergipe, me desculpem, mas temos que refazer toda a História do Brasil e toda a geografia econômica do País.

Então, o que queremos? Queremos uma solução, buscar o entendimento. No caso do Mato Grosso, o entendimento é mais fácil ainda. Por quê? Porque houve as demarcações no Mato Grosso do Sul. Algum antropólogo foi lá, fez um laudo antropológico, o Governo reconheceu o laudo, demarcou como área indígena, sem pagar indenização, sem comprar terra. Vinte anos depois, chega um outro antropólogo e diz: "Não, a área em memorial não é essa, não; é essa aqui, maior". Tudo bem. Aí o Governo vai fazer o quê? Aí o Governo vai expropriar quem estava na área maior vinte anos depois? Não. Se o Governo quer aumentar a área indígena, defenda o aumento de área indígena, de compra de área indígena em determinados casos, alguns dos quais no Mato Grosso. O Governo crie o título da dívida indígena igual ao TDA, emita título, indenize, compre, bote no orçamento e resolva a questão. Não expropria quem está lá produzindo – a pessoa vai receber o recurso e vai para outro canto – resolve a questão indígena e não deixa como remanescente o conflito. Do jeito que está sendo feito hoje, está-se fazendo uma bomba-relógio. E eu me preocupei quando vi a questão dos capuzes aqui. Vão querer fazer no Brasil o modelo internacional, como fizeram em Chiapas. Vamos ter, daqui a pouco, um Comandante Zero, de boina, de capuz, pregando uma ação dessas em todos os Estados do Brasil. Não é só em Roraima e Mato Grosso que tem isso. Estamos com problema com a tribo Funiô, em Pesqueira. Há conflito em todo lugar e, na medida em que ele vai sendo resolvido vai, certamente, virarum instrumento político. Não tenho dúvida disso, os índios serão usados.

No caso do Norte, virará instrumento de narcotráfico. Vamos deixar de ter Fernandinho Beira-Mar para ter Fernandinho Beira-Monte, que vai morar perto do Monte Roraima, protegido, pois não terá lei lá.

Faço este desabafo porque parece que estou contra. Estou a favor. Enfrentei críticas no meu Estado por defender essa questão da demarcação contínua.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me, Senador Romero Jucá, pois o Presidente informou que a Ordem do Dia está se iniciando. De maneira que vamos ter que administrá-la.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que estamos em audiência

pública. Não temos nenhuma matéria de pauta, nem votação aqui. Portanto, entendo que a audiência pública poderia prosseguir, já que não temos nenhuma questão de votação. Na hora em que houver votação nominal, neste caso, sim, suspender-se-ia para votarmos.

Este é um tema tão relevante. É importante a presença das Procuradoras aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Solicitarei à Secretaria da Comissão que peça à Mesa para nos informar a hora da votação nominal.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres, pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sou regimentalista, Sr. Presidente. Parece-me que o Regimento diz que, iniciada a Ordem do Dia, nenhuma Comissão poderá se reunir. Se ficar, vou me retirar. Vou cumprir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Temos que atender a esse apelo. Pediria ao Senador Romero Jucá para levar em conta essa limitação. Vamos, agora, caminhar para a conclusão da reunião.

Peço a compreensão.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vou para as questões concretas. Primeiro, a questão da homologação. Foi dito muito que não pode se mexer. Desculpe-me. Demarcação de terra indígena é portaria de identificação, decreto de demarcação, demarcação em campo e homologação. A homologação pode prever qualquer tipo de retificação que for encontrada em campo na demarcação. Desculpe-me, ou não tinha sentido haver homologação, muito menos pelo Presidente da República. Se o que vale é o laudo do antropólogo, que muitas vezes não é funcionário da Funai, é terceirizado, vamos acabar, vamos deixar só o antropólogo fazer.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Permita-me um aparte? Então, não precisa ir ao Presidente da República. A começar do laudo, acabou.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Se precisa é porque ele tomará a decisão.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Ele homologará ou não.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – E mandará acertar o que queremos. É efetivamente resolver questões como, por exemplo, a de Pacaraima, uma cidade com duas mil casas, na fronteira com a Venezuela. Tenho uma série de questões para me reportar, como por exemplo sobre mineração em terra indígena, que a Constituição manda regulamentar. Gostaria de saber se as Procuradoras são favoráveis a essa regulamentação ou não; sobre a regulamentação econômica das regiões indígenas, já que foi dito aqui, é verdade, que os índios são aculturados; sobre a questão da reserva do Monte Roraima, também emblemática para o País e para Roraima, principalmente – está lá, é o nome do nosso Estado; sobre a questão da própria propriedade. Se o direito de propriedade não vale para quem está ameaçado, pergunto a V. Exª: quem está mais ameaçado: um índio, hoje, que vive com o apoio do Estado, um índio que vive em 1,4 milhão de hectares ou um cidadão da periferia que tem R$ 1,00 por dia?

Então, se vale essa regra de invadir, tomar na marra, para a comunidade indígena, vale para todos que estão passando fome.

Vamos ter uma situação de conflito.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador Romero Jucá, só uma observação bem rápida. A demarcação homologada pelo Presidente da República, colocada à frente do Juiz para ele decidir ao contrário, é muito complicado. Quando o Presidente assina...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Acho que a solução tem que ser na Justiça. Não temos que brigar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vou pedir a compreensão dos Senadores, porque temos que obedecer ao Regimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, pela ordem, desde que seja muito brevemente, por favor.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quero dizer que concordo que temos que suspender, mas gostaria de saber de V. Exª qual a oportunidade para continuarmos com a audiência, pois estou me sentindo prejudicado com o tempo também, por não poder expor algumas opiniões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª poderá sintetizar no mais breve espaço de tempo possível.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sintetizarei ao máximo.

Primeiro, entendo que qualquer tipo de abuso lesivo ou abusivo ao direito da pessoa humana praticado por qualquer cidadão, sejam os encapuzados do Mato Grosso ou da Ku Klux Klan, dos Estados Unidos, terá nossa rejeição total e pena. Segundo, esforcei-me para tratar de dois pontos da conjuntura atual – Mato Grosso e Roraima – buscando um caminho, mas é preciso encontrar uma maneira negociada e pacífica para resolver a questão indígena no Brasil como um todo.

Respeito todas as argumentações, mas acredito que muitas delas não se sustentam. Falamos muito em segurança, mas, se olharmos o mapa das ocupações no Brasil, onde encontraremos o canal de tráfico no Brasil?

Onde estão as portas abertas, escancaradas, e onde a imprensa mais divulga problemas com o narcotráfico? Encontro resistência para demarcação de terras indígenas em zona de fronteira porque isso não é possível.

Discutirei o que diz o artigo que trata da ocupação privada de não-índios, do Rio Grande do Sul ao Acre, com fazendas ou acampamentos agrários. Como respondemos a isso perante a Constituição, se essas pessoas não podem ter o título de propriedade, já que são consideradas terras públicas toda a extensão até 150 quilômetros de fronteira? Sr. Presidente, esse não é o ponto. Desculpe-me estar falando disso, mas são muitas coisas para dizer.

Sr. Presidente, ninguém mais sabe o que passei. Inclusive, tenho fotografias que gostaria mostrá-las a V. Exª. Estou até emocionado. Esta foto mostra bala do latifúndio. Aqui, estou ajudando a carregar um "quebrado", porque um fazendeiro simplesmente tirou as famílias da áreas. Tentamos a reintegração, mas até hoje não tivemos sucesso. Essas fotos são de Anapu, zona perigosa de conflito.

Sr. Presidente, estou acompanhando o assunto e tentando colaborar. Apresentei ao Governador Flamarion Portela, ao Ministro José Dirceu e ao Secretário da Presidência, Ministro Gilberto de Carvalho, uma proposta negociada para o caso de Roraima. Acredito que conseguimos responder a muitas das perguntas. Se tentarmos tratar o problema das divergências, das culturas diferenciadas das nações indígenas, verificaremos que o xenofobismo estará presente em todos nós. O princípio da integridade nacional é muito diferente do que estamos falando aqui.

Vi uma autoridade tratando veementemente da questão dos encapuzados do Mato Grosso do Sul, mas não vi o mesmo acontecer no caso de Roraima. Quem trancou as estradas de Roraima foi tratado com respeito, e o Presidente mandou negociar. Contudo, não vi o mesmo ocorrer em Mato Grosso. Foi dito que, se as estradas fossem fechadas, usar-se-ia o que fosse necessário para passar por cima. Isso é incitação?

Eu gostaria de dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Senadores que deixássemos as emoções um pouco de lado. Podemos, sim, resgatar os aspectos históricos. Se os negarmos, nossa História seria imunda e não mereceria o menor respeito. Por isso, precisamos discutir os aspectos históricos.

Senador Mozarildo Cavalcanti, respeito a posição de V. Exª sobre as ONGs. Contudo, não me interessa discutir as instituições porque, inclusive, existem algumas públicas que temos dificuldades em respeitar. Precisamos encontrar o caminho da negociação.

Apresentei este mapa e, se possível, gostaria de fazê-lo em outra oportunidade, para discutir o caso Roraima, em princípio. Jamais me passou pela cabeça o caso de Mato Grosso, mas começarei a estudá-lo também. Apenas para anunciar, sou geógrafo e pretendo usar o pouco que aprendi para contribuir no que for possível.

Peço que separemos uma coisa da outra. Creio que, primeiro, devemos tratar do caso Roraima e Mato Grosso especificamente. Em segundo, é preciso que se determine qual é tamanho, de fato, do ordenamento de nosso território, para que se possa dizer onde se pode mexer para não haver problema. Como resolver o problema da propriedade, seja da ocupação seja do problema também da ocupação dos grandes investimentos da Amazônia. Peço a V. Exª que, no momento oportuno, apresente um mapa ao Presidente Lula quanto à possibilidade de integração da rede elétrica e das grandes vias e rodovias da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Sibá Machado.

Estão inscritos os Senadores Delcídio Amaral, Augusto Botelho e Ramez Tebet. Peço a S. Exªs o máximo de brevidade, porque nosso prazo está-se esgotando.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Governador Flamarion, meu caro e ilustre Secretário de Justiça Dagoberto, Procuradora Ella, Procuradora Débora, como já ouvimos muitas pessoas, serei muito objetivo. Ficou muito bem colocada a questão de que guerra é um negócio sério e que não pode ficar só na mão de general. Precisamos conversar, arrefecendo os ânimos com equilíbrio, buscando uma solução que principalmente nos leve à paz social.

Estive agora com o Governador de Roraima e toda a Comissão. É surpreendente o que observei naquele Estado. Já conhecia Roraima – como conheço relativamente bem a Amazônia, onde vivi muitos anos e presenciei a questão indígena.

É importante registrar não só uma situação de enfrentamento. O que me surpreendeu é que não se trata de uma situação preocupante na relação entre produtores e comunidades indígenas, mas entre as comunidades. Tivemos oportunidade de assistir a depoimentos na Assembléia Legislativa de Roraima. Em Mato Grosso do Sul, a realidade é um pouco diferente, mas com as mesmas conseqüências.

Para também não repetir o que muitos Senadores falaram, a minha preocupação é com a soberania nacional. Talvez algumas pessoas não conheçam bem o Estado Mato Grosso do Sul, mas lá temos muitas dificuldades com o crime organizado, com o narcotráfico. A situação daquele Estado é grave, insustentável. Eu, pessoalmente, acho que a visita desta Comissão e os debates que haverá amanhã, coordenados pelo Secretário Dagoberto, com o Governador Zeca, serão muito importantes para termos todos os subsídios e, no relatório, apontar soluções. Não tenho dúvida

alguma de que o Senado assumirá uma posição consistente e um papel essencial. Esta Casa representa a Federação e os Estados.

Sr. Presidente, faço uma sugestão. O Secretário Dagoberto trouxe uma fita, cuja duração é bastante curta, que mostra um pouco a realidade da região de conflitos. Não sei se é possível a sua apresentação em função do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Infelizmente, estamos sem tempo. No dia 4, haverá o prosseguimento do debate, com a presença dos Ministros.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, cedo o meu tempo para a apresentação da fita.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ouviremos, então, o Senador Ramez Tebet, e, em seguida, se possível, a apresentação da fita. Quanto tempo dura a apresentação?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Aproximadamente dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos ouvir o Senador Ramez Tebet. Antes da fita, precisaria dar a palavra aos Membros da Mesa.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, às vezes, o silêncio fala mais alto do que as palavras. Já soube que os Senadores do meu Estado se manifestaram muito bem. Ouvi a explanação do Senador Romero Jucá; conheço a luta do Senador Mozarildo Cavalcanti e de todos os Senadores.

Parabenizo V. Exª. Se eu ficar quieto, talvez a imagem fale melhor do que eu. Por isso, cedo também o meu tempo ao Secretário de Segurança Pública do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Primeiramente, concedo a palavra ao Governador Francisco Flamarion Portela, se desejar fazer qualquer observação conclusiva. Agradeço muito sua presença mais uma vez.

O SR. FRANCISCO FLAMARION PORTELA – Minhas palavras também são de profundo agradecimento por esse debate estar acontecendo nesta Casa. Está tomando corpo essa discussão, que é importante, com essa capacidade de ouvir todos e o contraditório, cada um tendo oportunidade de manifestar o que pensa e imagina.

Eu queria falar sobre o que pude perceber aqui na apresentação da Drª Ela Wiecko Volkmer de Castilho*, o quanto Mato Grosso, Senador Romero Jucá, também tem essa vontade expansionista do seu território. Pude observar que ela tem em torno de 29 áreas já homologadas – 111 mil hectares – para atender a 42 mil índios. Mas se pretende chegar a 45 áreas para atender a 43 mil índios, com 666 mil hectares. Só para lembrar, Raposa Serra do Sol tem 1,687 milhão de hectares e o nosso Estado já tem mais de 10 milhões de hectares demarcados para a população indígena. Pasmem os senhores, no ano passado, até o mês de junho, foram ampliadas em Roraima cinco áreas. Agora estamos discutindo emblematicamente Raposa Serra do Sol, mas há outras áreas a serem ampliadas. Cito Malacacheta*, que se for ampliada como se pretende, chegará à área urbana do Município de Boa Vista, que é outra área, não estou falando aqui de Raposa Serra do Sol. Essa vontade expansionista realmente cresceu muito no nosso Estado, a ponto de termos 32 reservas indígenas. Cada uma foi ampliada por nossa história pelo menos três vezes. Raposa Serra do Sol foi ampliada quatro vezes, Senador Eduardo Suplicy. Começou com a área Serra do Sol, nos ingaricós*, depois veio para área da Raposa de Macuxis e as ampliações subseqüentes foram chegando a essa área.

É importante que esse debate exista, porque nosso grande objetivo é construir a paz e alcançar a harmonia. Como eu disse anteriormente, nosso Estado é fraco, pobre e com muita dificuldade a ser superada. Penso que nossa energia, Senador Sibá Machado, tem que convergir para a construção do bem, da prosperidade da nossa gente, com perspectiva de dias melhores, de vida melhor, é o que queremos. Nunca dissemos que o índio será dificuldade para o progresso; nunca dissemos que somos contra reservas e demarcações, contra o índio ter seu espaço. Não, entendemos que deve ter, mas devemos definir de uma vez por todas essa questão. Não podemos viver eternamente nessa insegurança diante da vontade expansionista, da crescente conquista de mais área. Temos que chegar a um ponto definitivo e dizer que está demarcado e definido o que é do índio, que vai discutir sua plataforma de prosperidade e se associar. E o não-índio também vai trabalhar com segurança para que o Estado prospere. Só queremos isso.

Vejam o que o Senador Romero Jucá disse: que de uma área de 1,687 milhão de hectares, proposta pelos próprios índios, querem que se mantenha a estrada, que é um bem comum. A quem pertence a estrada? A estrada tem dono? O Município tem dono? Ele é um bem comum também. Já temos um bem que tem propriedade, que é um segmento consolidado na área de várzea. Excluído isso, ainda ficaria essa área com mais de 1,4 milhão de hectares, correspondendo a 70% do Estado de Sergipe. Essa questão toda deve ser pensada, imaginada e discutida em

nome do bem-estar do Estado de Roraima, do seu povo, da sua gente e do Brasil, que precisa ter suas fronteiras cuidadas e preservadas.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Governador, eu disse que não iria falar, mas quero só dar uma conclusão. Serei rápido. Isso que foi dito diz respeito a todos os Estados que têm interesse nessa matéria.

O Brasil precisa compreender o que foi dito. Está na hora de colocar um ponto final nessa história, até porque não conhecemos nenhum outro país do mundo que viva esse problema. Vamos garantir os nossos índios em determinada porção de terra, mas não garantir que onde o passarinho voe é do índio. Onde estamos? Precisamos demarcar o que é preciso ser demarcado. Naquela região, vivem pessoas há 50, 60, 80 anos, e ninguém nunca falou nada, ninguém nunca reclamou de nada e, de repente, invade-se a área e há uma demarcação? Dessa forma, ninguém terá paz.

Portanto, o Governador tem razão, é preciso haver uma política amplamente definida para resolver a situação. Outros países já resolveram esse problema, e agora, como disseram o Senador Juvêncio da Fonseca e outros, índios de outros países estão vindo para o Brasil. Como daremos conta disso? Será que apenas nós teremos esse problema?

Eis aí a indagação.

O SR. FLAMARION PORTELA – Sr. Presidente, concluirei a minha manifestação.

Como disse o Senador Sibá Machado, temos buscado lá a construção do equilíbrio, ouvindo e respeitando todos para evitar a violência, que não é construtiva.

Nesta semana, um grupo de índios da maloca Cantagalo queimou casas da maloca do Contão. O que representa o Cantagalo? É um grupo, uma aldeia, ligada ao CIR. O Contão é a segunda maior comunidade indígena do nosso Estado. Existem a comunidade da Raposa, onde há cerca de 1100, 1200 pessoas, e a do Contão, com aproximadamente 1000 índios, é formada pelos macuxis e tem um posicionamento contrário.

Depois de todo aquele conflito, a situação está se reacendendo. Um queima a casa do outro, a propriedade do índio. E quais serão as conseqüências disso? Conflito entre índio e não-índio. Assim, essa divisão crescente deve ser cessada e debatida, para que os próprios índios se respeitem cada vez mais e possam conviver em harmonia, como sempre conviveram ao longo de todos esses anos.

Portanto, quero ratificar, mais uma vez, o nosso agradecimento pela oportunidade de ouvir o posicionamento eloqüente dos Senadores, que têm esse espírito de soberania nacional e querem realmente trazer a esta Casa esse importante debate. Nasceu com Roraima, desde o ano passado; cresceu agora com Mato Grosso e com outras Unidades da Federação, que também sentem esse problema. Com certeza, todos haverão de entender que, acima dessas particularidades, está o interesse do Brasil tão amado e tão querido por todos.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço ao Governador de Roraima, Sr. Francisco Flamarion Portela, a participação.

Nesta Comissão, temos assegurado o direito ao contraditório para chegarmos a uma solução.

Passo a palavra ao Secretário de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul, Sr. Dagoberto Nogueira Filho.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA FILHO – Sr. Presidente, quero rapidamente demonstrar minha preocupação como Secretário de Justiça e de Segurança Pública. Percebi uma disposição por parte do Senado ao avocar esse problema e saio satisfeito por isso.

Considero esse debate muito importante. Não podemos deixar a situação como está, com essa legislação dúbia e a Justiça Federal sem decidir esses casos. Se V. Exªs não entrarem nesse processo com urgência, haverá mortes no Mato Grosso do Sul. Não há mais como nos responsabilizarmos por essa situação.

Atualmente, todo o nosso contingente naquela região está preocupado com essa questão indígena, e o crime lá em cima é organizado. Há 600 quilômetros de fronteira com o Paraguai, mais 600 quilômetros de fronteira com a Bolívia. O Paraguai é o maior plantador de maconha do mundo, e a maior passagem de droga e está exatamente nessa região de conflito. Além disso, as armas também vêm do Paraguai. Falo como Secretário. É fundamental que V. Exªs analisem esse assunto e façam uma política definida, porque não sei se apenas essa questão de terra definirá a situação. Estou convencido disso. As terras, algumas delas já invadidas pelos índios, em sua maioria, já estão arrendadas por fazendeiros, o que desmoraliza o movimento indígena.

V. Exªs terão a oportunidade de ver a fita, que não foi feita por nós, mas pelos produtores, demonstrando a destruição daquelas áreas invadidas. Enfim, há uma série de ações que desmoralizam a causa indígena, como tentaram fazer com o Movimento dos Sem-Terra, que era muito mais forte e conseguiu consolidar-se. Percebemos isso com os movimentos indígenas.

Não adianta distribuir área para nós. Não há mais pesca no Mato Grosso do Sul, apenas no Pantanal, e muito pouco. Não há mais caça, principalmente nas regiões próximas ao Paraná, a São Paulo. Isso acabou há muito tempo.

É preciso encontrar uma política. V. Exªs devem avocar isso para dar uma saída a essa questão indígena, antes que morra gente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Secretário Dagoberto Nogueira, representando o Governador José Orcílio Miranda dos Santos, do Estado do Mato Grosso do Sul.

Peço que, muito rapidamente, as Procuradoras Débora Duprat de Brito Pereira e Ella Wiecko de Castilho apresentem suas palavras finais.

A SRA. DÉBORA DUPRAT DE BRITO PEREIRA – Vou começar a partir das últimas observações feitas, numa ordem decrescente.

Primeiro, gostaria de fazer um reparo no sentido de que o problema indígena seja, na atualidade, uma questão exclusiva do Brasil. Não o é. Há duas publicações recentes, uma intitulada **Pueblos Indígenas en el Mundo**, e outra organizada pelo Sociólogo Boaventura de Souza Santos, mostrando que, na verdade, as questões que existem na atualidade no Brasil se reproduzem em todos os países em que há populações indígenas. Há isso no Canadá, na Austrália, na Nova Zelândia e na América Latina, de maneira geral. E, coincidentemente, as questões recorrentes são as mesmas. Tanto é verdade que existem, na atualidade, em discussão, no âmbito da ONU e da OEA, duas declarações de direitos indígenas, e, quanto às questões relativas a território e à salvaguarda de direitos indígenas, foram estabelecidos pela ONU os últimos dez anos como anos de discussão do tema.

Ressalto que o Senado aprovou a Convenção 169, que trata desse problema mundo afora, não tendo sido assinada apenas pelo Brasil. Isso mostra que essa questão realmente tem peso mundo afora, exatamente por esse câmbio que se opera no cenário internacional e que repercute no nosso cenário nacional. Trata-se do resgate de identidades perdidas e de pluralidade nacional. Então, é um fenômeno que existe, e não temos de pensar que estamos sendo penalizados por termos índios no nosso País.

O segundo aspecto que gostaria de lembrar é que, a despeito de ser uma questão nacional, as particularidades entre os vários Estados e grupos existem e devem ser consideradas. Portanto, a situação entre Roraima e Mato Grosso do Sul, embora haja pontos mínimos de identidade, apresenta enorme diversidade.

Lembro que uma vez eu estava numa audiência em Roraima com o Governador, e o então Secretário de Governo Salomão Cruz me disse publicamente: "Não sei por que o Ministério Público se preocupa tanto com Roraima, porque, se quiser ir para o Mato Grosso do Sul, sou o primeiro a abraçar a questão e lutar por ela".

Em Mato Grosso do Sul, todo o processo de demarcação de terras indígenas se deu exatamente no início da década do século passado, numa perspectiva absolutamente diferente da atual Constituição.

Como eu disse na reunião anterior, a ocupação das terras indígenas na Amazônia – e o Estado de Roraima não é exceção a essa regra – é amazônica. Os índios nunca foram despojados do seu território. Os índios nunca estiveram fora de suas terras. O que houve, sim, foi ingresso em áreas indígenas. Então, não podemos perder a medida das coisas.

Outro aspecto é o seguinte: na medida em que há o resgate da dignidade indígena e que a Constituição o considera um cidadão de idêntica dignidade aos demais – não era essa exatamente a posição da Constituição anterior, tanto que o tinha como relativamente incapaz –, qualquer ato deles, em contato com a sociedade envolvente ou mesmo com outros grupos interéticos, está sujeito a respostas pelo Direito brasileiro. Então, o Ministério Público gostaria muito de ter acesso a nomes de ONGs internacionais que estão usando os índios como massa de manobra, até porque, cada vez que utilizamos os índios como instrumento de nosso propósito, estamos desconsiderando-os como pessoas – seja ONG, seja Igreja, seja Funai, como está sendo noticiado. Nisso o Ministério Público tem interesse. Se há índio praticando crime, se há índio furtando gado, há realmente uma resposta a ser dada pelo nosso Direito Penal. A esse respeito, não tenho dúvida.

Eu gostaria que esses fatos chegassem efetivamente ao Ministério Público, e não ao Serviço de Inteligência, como é o caso deste que me chegou às mãos, de ONGs estrangeiras. Nesse sentido, é impossível que o Ministério Público, a partir de uma investigação feita pela Polícia Federal, possa chegar a qualquer conclusão a respeito de quem são, onde estão e como foi. Os fatos têm que chegar de forma mais precisa, mas certamente serão investigados.

A respeito do incêndio ocorrido recentemente – aparentemente, a comunidade Cantagalo botou fogo em três edificações no Contão –, quero dizer que o Ministério Público tomou a iniciativa de requisitar à Polícia Federal – e fez isso ontem – deslocamento para a área para verificar. Até ontem, os peritos já tinham se deslocado para a área. Ontem mesmo, conversei com o delegado de Polícia Federal em Roraima e ainda não havia condições sequer de se afirmar que se tratava de um incêndio criminoso, muito menos de dizer que se tratava de uma comunidade contra a outra.

Então, na medida em que se noticia esse fato como já sendo uma divisão de grupos, nós, de alguma forma, externamente, estamos contribuindo para um conflito.

Tenho muito pouco tempo, como todas as vezes que venho falar. Creio que esse diálogo desfavorece muito os índios e, principalmente, o Ministério Público. Lamento enormemente, tenho um respeito pelas colocações que o Senador Juvêncio da Fonseca fez, porque creio que temos que discutir isso mais seriamente.

Quando afirmo que a definição do território indígena é apenas antropológico – e reafirmo nessas condições –, não livro a análise das questões jurídicas. Ou seja, quando a Constituição fala em "atual", no laudo antropológico essa tradicionalidade na atualidade tem que estar contemplada. Concordo com V. Exª. Porém, o que é exatamente isso é que merece discussão. Lembro que esses vários precedentes do Supremo indicam que, se os índios foram expulsos de sua terra e se se mantêm no entorno, oferecendo resistência e com pretensão de volta, é porque o território nunca deixou de ser seu. Então, temos também que levar isso em consideração, temos que discutir melhor o que é essa tradicionalidade e essa atualidade. Mas não discordo de V. Exª em absoluto, tomando isso em perspectiva. E volto a assinalar que é uma situação que não tem nenhuma pertinência com Roraima.

Com relação ao Monte Roraima, foram várias as questões tratadas, e é impossível respondê-las com essa brevidade de tempo. Lembro que a homologação é mero ato oficial. A comunidade indígena nunca deixou de estar naquela área, nem por isso o Monte Roraima esteve depredado. Pelo contrário, o Monte Roraima está preservado no lado brasileiro e ambientalmente prejudicado no lado venezuelano. Qualquer perito pode confirmar isso com certeza.

Não há notícia de narcotráfico ou de que os índios daquela região, em algum momento, tenham servido de massa de manobra para o crime organizado ou para o que quer se seja, mas eles estão lá. Estamos aqui discutindo atos oficiais, mas a presença física deles não se nega nessa área há muito tempo. Essa é uma outra questão. Temos que ter um certo cuidado porque também não há sinais de que a fronteira nacional tenha sido seriamente prejudicada pela presença deles lá em longa data.

Quero lembrar também que vários laudos foram produzidos a respeito da área Raposa Serra do Sol. Essa divisão étnica sempre existiu e nunca foi mote para que esses laudos levassem em consideração essa divisão. Por quê? Porque a colocação de fronteiras – eu gostaria de me socorrer com a Antropologia, mas ela também não teve voz nesta Mesa – é sempre um ato de força de poder. Historicamente, quem estabelece a fronteira é quem tem o poder.

No caso da questão indígena, o território é avaliado antropologicamente e é definido a partir da organização social do grupo, exatamente porque numa sociedade plural, numa sociedade pluriétnica, se estabelecermos esse território, estaremos marchando para confinamento ou para limpeza étnica. O território, em uma sociedade plural, se constrói ouvindo o próprio grupo.

Em nenhum momento houve responsabilidade do Ministério Público, por ocasião dos laudos. Ao contrário. Quando surgiram as notícias de divisão dos grupos, no formato que existe hoje – pois em toda comunidade humana existem divergências, e não vamos pretender que os índios sejam mais puros ou mais belos do que nós, as divergências são inerentes ao ser humano, inerentes a qualquer grupo social –, procurei me certificar se a divergência surgiu com a gravidade que persiste por mais de cinco anos. O que havia ocorrido? Por que o antropólogo, ao elaborar o laudo, não dava notícia dessa divergência? E como ele chega a um território único, diante de grupos que não querem viver juntos? A resposta que me foi dada por vários antropólogos é que a divergência não existia no momento do laudo que afirmou o limite territorial. A divergência foi fortemente estimulada em função desse resultado. E mais – está aqui o Presidente da Associação Brasileira de Antropologia, que poderá ser ouvido –, acredito que é uma informação técnica, que é impossível a qualquer antropólogo elaborar um laudo a respeito de qualquer área se houver divergências fortes dentro do grupo. O próprio grupo não permite. É preciso que recuperemos toda a história a fim de que as paixões dêem lugar a uma maior racionalidade.

Apenas isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado.

Com a palavra a Drª Ella Wiecko Volkmer de Castilho.

A SRA. ELLA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – Com relação ao Mato Grosso do Sul, privilegio apenas dois pontos e digo o seguinte: não existe a tendência expansionista. Não há medo disso. O mapa que trouxe apresenta 116 pontos de áreas, incluindo as já declaradas e as que se encontram em processo de identificação. Esse é o retrato da demanda indígena, que existe há muito tempo. Temos que lembrar que a Constituição Federal estabeleceu um prazo para a demarcação. E por que o prazo não foi respeitado? O Senador já lembrou a falta de...

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – (Fora do microfone.)

A SRA. ELLA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – Exato. Com relação à falta de recursos, eu me admiro muito. Como é que a Funai, um órgão sucateado, um órgão que não possui recursos humanos ou financeiros, pode ser acusado de incentivar invasões?

Uso essa palavra, mas não são invasões, são ocupações. É porque há demanda social. Não é uma questão colocada pela Funai. Devemos nos lembrar disso e de que o Congresso Nacional tem colaborado para essa situação, já que nos orçamentos não se tem zelado no sentido de que haja dinheiro para o pagamento das indenizações. Inclusive houve aqui uma comissão...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Peço a V. Exª que utilize o microfone.

A SRA. ELLA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – É verdade.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – **(Fora do microfone.)** ...força do Orçamento... ...que é o Poder Executivo. O que vem do Poder Executivo já é pouco. E quando aumentamos, o Poder Executivo corta. Portanto, apenas para fazer justiça ao Congresso Nacional.

O SR. ROMERO JUCA (PMDB – RR) – Drª Ella Wiecko Volkmer de Castilho, apenas uma observação com relação ao Orçamento. Aprovamos e implantamos no País a Lei de Responsabilidade Fiscal. Qualquer despesa do setor público deve ser prevista. Se não houver entendimento, vamos propor, por decreto legislativo, a interrupção de todas as demarcações de terras indígenas para as quais não houver destinação financeira no Orçamento da Funai. Pois, ao agir dessa forma, o fato se transforma em irresponsabilidade. Ou seja, o Poder Público tem o poder de arbitrar e de demarcar, e não tem o poder de colocar o recurso que vai indenizar as pessoas, o que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição Federal. Espero que cheguemos a uma posição. Se não, tenho pronto um decreto legislativo. Em cada ação entraremos com um decreto legislativo, sustando, pelo Senado Federal, a atribuição do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Dr. Ella Wiecko Volkmer de Castilho.

A SRA. ELLA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – O segundo ponto se refere a quando o Senador Juvêncio da Fonseca fala das pessoas que estão passando fome, e no Estado de Mato Grosso do Sul quem está passando fome são os índios.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas há cesta básica.

A SRA. ELLA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – Bom, mas isso por si só não resolve o problema da fome.

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – Mas comprova.... **(Fora do microfone.)**

A SRA. ELLA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – É, comprova. O Relator das Nações Unidas sobre a fome arrolou entre os pontos críticos de fome no Brasil que, no Mato Grosso do Sul, são os índios.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Coisa boa, doutora. Sabe por quê? Índio também é brasileiro, e quanto brasileiro está passando fome! Por que só o índio não passaria fome?

A SRA. ELLA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – Agora o senhor está, vamos dizer, levando para o outro lado. O que quis dizer é que, naquela região, os índios passam fome e essas entradas, essas retomadas das suas terras tradicionais são o grito. Eles não têm mais outra opção senão, por conta própria, resolver o problema. E acho que o Senador Romero Jucá tem toda razão.

A questão indígena é muito importante e tem que interessar, tem que ter a efetiva participação de todos os órgãos do Estado brasileiro, para, de uma vez por todas, encontrarmos a solução e que não seja igual à que demos. Por isso, agradeço o Senador Sibá. É verdade, a história tem que ser lembrada. Senti, aqui, como os Senadores rejeitaram minha vontade de contar um pouco a história, assim como os produtores rurais do Mato Grosso do Sul, que disseram: "Nós não queremos saber de história". Mas é preciso que saibamos a história para não repetirmos os erros passados.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Drª Ella Wiecko Volkmer de Castilho.

Passamos, imediatamente, à exposição do filme que o Dr. Dagoberto Nogueira Filho trouxe. Eu gostaria de informar que, uma vez que é possível que, a qualquer instante, inicie-se a votação nominal, vou declarar encerrada a reunião logo após o filme a que vamos assistir.

Então, tendo sido concluído o filme e tendo todos dado sua palavra final, agradecendo ao Senador Augusto Botelho, que abriu mão da palavra para que pudesse ser projetado o filme, será encerrada a reunião. Agradecemos a presença de todos, do Governador, dos Secretários, das Procuradoras, dos Deputados Federais.

No dia 4, estaremos ouvindo os Ministros da Justiça, da Defesa e o Presidente da Funai.

Muito obrigado a todos.

A Senadora Lúcia Vânia enviou a sua justificativa regimental para estar ausente.

Quero informar que está sendo distribuído aos Senadores que vão participar da Missão Parlamentar Brasil-México o programa. Informo, também, que foram designados para essa missão Brasil-México os Senadores Jefferson Péres, Eduardo Azeredo, Rodolpho Tourinho, João Alberto e o próprio Presidente, na Cidade do México, de 25 a 28, conforme deliberação já objeto de decisão nas últimas reuniões.

Muito obrigado a todos.

(Projeção de Filme)

Fomos até muito bons. Deixamos os fazendeiros morarem até agora pouco, uns 40 dias atrás, antes de nós ocuparmos, fazer tudo o que lhe pertencia: usufruir da terra, criar gado, vender, comprar isso, comprar aquilo. Então, chegou o momento. Agora, tem que devolver a nossa terra. Mesmo destruída, queremos nossa terra de volta.

A decisão é só uma: é nós não sairmos mais daqui. O acordo foi feito. Nós vamos ficar aqui. É aqui que nós vamos ficar.

(Saudação indígena.)

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 32 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Segunda Reunião Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no dia Dezoito de Fevereiro do Ano de dois mil e quatro, às dezessete horas e trinta minutos.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia dezoito de fevereiro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** e Deputado **DOUTOR ROSINHA**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JOÃO RIBEIRO, MARCO MACIEL e EDUARDO AZEREDO.** Compareceram à reunião os Deputados: **JOÃO CASTELO, FERNANDO GABEIRA, MANINHA, DOUTOR ROSINHA, ALBERTO GOLDMAN e IVAN VALENTE.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Não havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. A presente reunião destina-se à Audiência Pública com a presença dos Senhores Embaixadores ADHEMAR BAHADIAN – Co-presidente do Processo Negociador da ALCA, e LUIZ FELIPE MACEDO SOARES – Subsecretário-Geral para assuntos da América do Sul, com o objetivo de esclarecer o estado das negociações da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA tendo em conta a Reunião realizada em janeiro do corrente ano em Puebla (México), e com vista à próxima Reunião em março do presente ano. O Senhor Presidente comunica a presença da Deputada Maninha, 3ª Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Deputado João Castelo, 1º Vice-Presidente da mesma Comissão; do Deputado Doutor Rosinha, Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e pede para comporem a mesa. O Senhor Presidente passa a palavra ao Embaixador **LUIZ FILIPE MACEDO SOARES** para fazer sua exposição. Em seguida, passa a palavra ao Embaixador **ADHEMAR BAHADIAN**. Fazem uso da palavra para interpelação os Senhores: Deputados **ALBERTO GOLDMAN, IVAN VALENTE, FERNANDO GABEIRA, DOUTOR ROSINHA, MANINHA** e o Senador **EDUARDO AZEREDO**. O Senhor Presidente faz considerações finais e agradece a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e doze minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que hoje se reúne, tendo sido convidada também a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, bem como a Comissão Mista do Mercosul presidida pelo Deputado Dr. Rosinha, que convido para estar co-presidindo os nossos trabalhos.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa)

Dispensada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passamos à apreciação das matérias de pauta, hoje dedicada à audiência pública com a presença dos Srs. Embaixadores Ademar Bahadian, co-Presidente do processo negociador da Alca e Luiz Felipe Macedo Soares, Subsecretário-Geral para assuntos da América Latina com o objetivo de esclarecer o estado das negociações da Área de Livre Comércio das Américas – Alca, tendo em conta a reunião realizada em janeiro do corrente ano, em Puebla, México e com vista à próxima reunião em março do presente ano.

Queremos dar as boas-vindas aos Deputados Dr. Rosinha, Deputada Maninha, que é Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e está aqui representando a Presidente, Deputada Zulaiê Cobra Ribeiro. Convido-a para estar à Mesa co-presidindo os nossos trabalhos.

Quero dar as boas-vindas aos Deputados Ivan Valente, Alberto Goldman. Informarmos a todos que o Ministro Celso Amorim e o Secretário Executivo, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, do Ministério

de Relações Exteriores, têm feito questão de propiciar oportunidades para que o Itamaraty esteja interagindo com o Congresso Nacional sobre todas as negociações bilaterais, multilaterais e negociações tais como as relativas ao Mercosul e à Alca.

Em continuidade a esse bom entrosamento e diálogo é que estamos realizando este encontro. Apenas explico aos Embaixadores Ademar Bahadian e Luiz Felipe Macedo Soares que, em virtude de estarmos às vésperas do carnaval, normalmente até teríamos a reunião amanhã de manhã, no horário normal, quinta-feira, mas percebi que muitos dos Senadores me informaram que estariam se ausentando de Brasília. Por isso fizemos essa reunião ao final da tarde de hoje. Eu até tinha considerado fazer mais adiante, entretanto, como na próxima quinta-feira, dia 4, temos uma audiência pública com os Ministros da Justiça e Defesa Nacional sobre os episódios de Roraima e Mato Grosso do Sul, o melhor momento foi esse para estarmos recebendo as informações dos Senhores.

Passo a palavra primeiramente ao Embaixador Luiz Felipe Macedo Soares, que é o Negociador Chefe da Delegação Brasileira, Subsecretário-Geral para Assuntos da América do Sul para explicar o andamento das negociações relativas à Área de Livre Comércio das Américas.

Concedo a palavra ao Embaixador Luiz Felipe Macedo Soares.

O SR. LUIZ FELIPE MACEDO SOARES – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Sr. Presidente da Comissão Mista do Mercosul, Deputado Dr. Rosinha, Srª Deputada Maninha, Vice-Presidente da Comissão de Relação Exteriores na Câmara dos Deputados; Srªs e Srs. Deputados, é sempre um privilégio estar nesta Comissão, é um dever dos Diplomatas virem a esta Comissão, sem prejuízo de outras, para prestar depoimento sobre questões relativas às relações exteriores do Brasil.

No caso em pauta, as negociações para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio das Américas, que desperta tanto interesse por sua abrangência, por sua importância e pela potencial influência sobre os destinos das políticas econômicas e outras do Brasil e dos demais países participantes, reveste-se, portanto, de uma importância que tem sido refletida pela opinião pública e pela imprensa. De maneira que eu vou brevemente, de maneira mais resumida possível – tenho a impressão de que seria útil situar um pouco o debate – fazer um brevíssimo retrospecto dos problemas com que o Governo brasileiro, desde o começo do ano passado se defrontou nessas negociações como foi encaminhada a questão, os passos que foram dados nas negociações até a recente reunião do Comitê de Negociações Comerciais em Puebla, há cerca de duas semanas.

A descrição mais específica do ocorrido, ou do estágio do ocorrido em Puebla ou do estágio atual, portanto, da matéria, o Embaixador Adhemar Bahadian, Presidente do processo negociador se dispõe a fazer.

No ano passado, o Governo se deparou com o estado das negociações da Alca extremamente problemático. Entre outros aspectos, o que se notava é que as negociações levadas pelos nove grupos de negociação que cobrem as nove áreas principais, que deverão ser cobertas pelo tratado final, de uma maneira geral, apresentavam uma situação de lentíssimo progresso, quando não de paralisação. Isso era, por exemplo, especialmente visível no grupo de negociação sobre agricultura.

O fato de que os Estados Unidos haviam retirado da mesa de negociação as questões relativas ao subsídio a exportações e outras medidas de apoio que incidem sobre o comércio exterior de produtos agrícolas, levava a aumentar as já inúmeras discordâncias nesse grupo de negociação.

Nos vários outros grupos também se multiplicavam as questões sobre as quais não havia acordo e com o passar das reuniões, que eram intensas - o processo negociador da Alca foi estruturado de forma a realmente ser um processo muito ativo. Portanto, o número de reuniões era grande, mas o número de desacordos, em lugar de diminuir com as reuniões, aumentava.

Ademais, ao apresentar em fevereiro do ano passado as suas ofertas sobre produtos a serem objetos de "desgravação tarifária", os Estados Unidos – e eu cito os Estados Unidos não só pelas decisões tomadas por aquele país, mas tendo em conta o peso relativo destes no contexto hemisférico de 34 países. De longe, evidentemente, em termos econômicos e sociais, é a potência preponderante. Ao fazerem suas ofertas, os Estados Unidos o fizeram de maneira discriminada, diferente, para distintos grupos de países, reservando ao Mercosul sua oferta, digamos, menos generosa. Esses e outros aspectos tornaram preocupantes o encaminhamento das negociações.

Diante do contexto complexo e muito abrangente dessas negociações – e levando em conta que se destinam a cobrir temas como serviços e investimentos, compras governamentais, políticas de concorrência, direitos de propriedade industrial, os chamados temas novos no comércio, cuja codificação internacional em termos de acordo é reduzida -, o avanço no hemisfério, nessas áreas, poderia nos colocar em situação desvantajosa. Ao mesmo tempo, como mencionei, pela apresentação das ofertas por parte dos Estados Unidos, o maior interesse, que é o

acesso ao mercado americano e aos demais, torna-se menos auspicioso, digamos assim.

É preciso levar em conta o enorme interesse da opinião pública brasileira que havia sido revelado no ano anterior por um plebiscito privado, portanto não-obrigatório, não-indicativo e sem força política real e legal, evidentemente. É forçoso notar que cerca de 10 milhões de brasileiros saíram de seus cuidados para emitir uma opinião sobre o projeto Alca. Isso revelava mais do que a direção dessas opiniões e, de uma maneira geral negativa, diga-se de passagem, a grande preocupação da opinião pública brasileira sobre o tema.

Depois da devida consideração do problema durante os primeiros meses de Governo, quando esteve em Brasília, em maio, o representante comercial dos Estados Unidos, Robert Zoellick, foi possível entrar em conversações com os Estados Unidos apontando maneiras de se conduzirem essas negociações de forma a se obviarem esses principais problemas e dificuldades que o Brasil via. Evidentemente, sem deixar de prosseguir com o processo negociador dentro do prazo que já havia sido negociado, acordado, da última vez na Cúpula dos Presidentes das Américas, em Quebec, em 2001. Isto é, o acordo deveria estar pronto até o início de 2005. A questão do prazo, que foi muito debatida por ocasião da discussão do tema, tem dois lados. De um lado, se não se determina um prazo em uma negociação de tal magnitude, é bem provável que não se chegue a um acordo. Se não há prazo, há uma normal tendência à protelação, sempre procurando cada país ou cada grupo conseguir melhores posições. Por outro lado, a existência de um prazo se leva à conclusão de um acordo, havendo o perigo de os desacordos que se vão avolumando durante a negociação, como têm que ser resolvidos ao final do período de negociação, desenvolve-se, então, nesse período, ou pelo menos pode-se desenvolver, um sistema de pressões muito forte que pode realmente levar a acordos inconvenientes.

Por outro lado, era e continua a ser a posição do Brasil de participar dessas negociações, de levá-las com os demais países a bom termo, de maneira que fosse conveniente e equilibrada para todos os países. Portanto, púnhamo-nos como um dos países importantes do hemisfério, com a responsabilidade de ajudar a viabilizar esse processo que parecia tão cheio de obstáculos.

As várias propostas apresentadas pelo Brasil, no seio do Mercosul, porque os quatro países do Mercosul negociam na Alca em bloco, finalmente foram traduzidas em propostas iniciais na 14ª reunião do Comitê de Negociações Comerciais, que é no âmbito de Vice-Ministros. Seguiu-se meses depois a 15ª reunião, e foram, também entre as reuniões, inúmeros contatos e consultas entre delegações interessadas num ambiente de dificuldade, porque era evidente que o Mercosul estava, depois de alguns anos de um processo negociador, envolvendo 34 países, propondo mudar o curso das negociações, o que é algo não tão usual e difícil em si mesmo e que levava a necessidades ingentes de explicação, de esclarecimento da posição do Mercosul e também de entendimento com as preocupações dos demais países.

Esse processo levou a um entendimento pouco antes da reunião ministerial de Miami em novembro. O processo Alca tem-se realizado por reuniões do Comitê de Negociações Comerciais, que acompanham e instruem o trabalho dos grupos de negociação, técnicos, e, no final de cada período, os Ministros se reúnem e fazem o balanço da situação, dando instruções de alto nível para a continuação do processo.

No caso de Miami, então, decidiu-se por uma fórmula capaz de permitir a continuidade das negociações, mas, ao mesmo tempo, dotando o processo da flexibilidade necessária para atender às dificuldades ou sensibilidades dos diversos países.

Em suma, em resumo, um conjunto comum de direitos e obrigações cobrindo as nove áreas da negociação global envolveria os 34 países. Esse conjunto comum, então, seria um acordo que poderia, dependendo do tema, da área de negociação, ser mais ou menos profundo.

Em seguida, os países que tivessem desejo de negociar mais profundamente diferentes temas poderiam, e poderão, fazê-lo com os países que tivessem a mesma intenção em negociações plurilaterais, isso é, não envolvendo os 34 países, mas o número de países dispostos a entrar nessas negociações. E isso evidentemente levará a um outro conjunto, mas não com rumo aos 34 países de regras, de direitos e obrigações em diferentes áreas. Não é exatamente, como ocorreu em várias ocasiões, comentaristas procuraram de maneira assim um pouco incorreta, para facilitar a compreensão, apresentar uma Alca em dois andares. Um andar térreo digamos assim, mais básico, e um piso superior mais elaborado, mais profundo. Não é bem assim.

O conjunto comum válido para os 34 países pode ter compromissos de profundidade grande, dependendo da área e do que os 34 países resolverem negociar.

Em outros temas, não. Por exemplo, a posição do Mercosul, em termos, para citar um exemplo em compras governamentais, é uma posição de limitação no interesse negociador de abertura de mercado e de regras.

Portanto, nesse capítulo, o acordo comum da Alca não seria ambicioso, mas em outros, como a agricultura tanto quanto possível. E os acordos plurilaterais mais amplos, mais profundos em diversos temas, conforme os países resolverem, não são exatamente um outro piso, serão acordos. Portanto, uma arquitetura muito complexa, não há a menor dúvida, mas que a complexidade nem sempre é um mal. Essa complexidade da Alca visualizada por consenso em Miami reflete exatamente essa grande diferença de situação, de tamanho das economias, de interesses, de sensibilidade dos países participantes.

A Declaração Ministerial de Miami, então, encarregou o Comitê de Negociações Comerciais reunir-se em Puebla, que foi a sede durante este período final das negociações de duas missões principais. A primeira de definir, redigir as instruções novas, novos mandatos para os nove grupos de negociação. De maneira que esses grupos de negociação saibam exatamente, em cada um dos seus respectivos temas, qual é a profundidade em que eles vão negociar esse tratado geral.

Não é uma tarefa fácil, mas já havia, no próprio acordo político de Miami, esse entendimento de que assim será. Não haverá uma Alca absolutamente igual para todos, haverá essa flexibilidade. O que é necessário é que se defina claramente, porque senão os grupos negociadores diante imprecisões, obviamente no seu nível técnico, cairão no mesmo nível de paralisação em que se encontravam antes.

O outro objetivo dessa reunião do Comitê de Negociações Comerciais era definir os procedimentos para que se entabulem as negociações plurilaterais. Não é uma coisa especialmente complexa, inclusive ela já praticamente foi completada nessa parte. Um país ou um determinado grupo de países pode propor a abertura de negociações sobre determinado tema, como os países que não desejarem participar dessas negociações podem presenciar e, inclusive, intervir como observadores, e a capacidade dos países observadores nessas questões de poderem decidir a qualquer momento de se integrarem à negociação se virem que isso atende aos seus interesses.

Esse era o objetivo da 17ª Reunião do Comitê de Negociações Comerciais, que se iniciou há duas semanas, numa reunião de quatro dias, em Puebla, mas que foi interrompida, devendo ser retomada na segunda quinzena de março.

Deixo o relato mais imediato da reunião de Puebla ao Embaixador Adhemar Bahadian, que é co-Presidente ao lado do Embaixador Peter Allgeier, americano, que é o Vice-Representante Comercial dos Estados Unidos nessa negociação do processo Alca.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado Embaixador Luiz Felipe Macedo Soares.

Passamos a palavra ao Embaixador Bahadian, co-Presidente do processo negociador da Alca.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ADHEMAR BAHADIAN – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, pela oportunidade de estar, mais uma vez, nesta Comissão do Senado Federal, ao lado do Deputado Dr. Rosinha e da Deputada Maninha, com o objetivo de esclarecer um pouco sobre as negociações da Alca, o que o meu colega Luiz Felipe Macedo Soares já introduziu de maneira tão abrangente.

Vou limitar-me, como previsto, à reunião de Puebla, mas antes não posso deixar de fazer um pequeno retrospecto, talvez na mesma direção que nos trouxe o Embaixador Macedo Soares, sobre o que ocorreu em Miami. Não vou repetir o que ele disse, mas quero recordar que houve em Miami um momento importantíssimo dos últimos seis anos nas negociações da Alca. Por quê? Porque, como acentuou o meu colega, em Miami, houve um acordo de profunda ressonância política entre os dois países co-Presidentes da Alca, basicamente os Estados Unidos e o Brasil, representados naquela ocasião pelo Ministro Celso Amorim e pelo Ministro Zoellick.

A reunião de Miami teve como conseqüência concreta, fundamental, eliminar, ou procurar eliminar, toda uma série de mal-entendidos que levaram a uma expectativa muito grande com relação ao que seria a Alca e dar à Alca uma dimensão bem mais realista, que eu caracterizaria como sendo uma Alca que respeite as sensibilidades políticas dos países envolvidos na negociação.

Foi um momento importantíssimo, Senador, porque, pela primeira vez, nos últimos seis anos, os Estados Unidos, não como co-Presidente, mas como negociadores, reconheceram, e já haviam reconhecido também em Trinidad e Tobago – uma reunião que antecedeu à de Miami, mas em Miami isso se torna altamente político – que não podem negociar na Alca aquilo que aparentemente havia sido manifestado, desde 94, como sendo a agenda da Alca. O que, basicamente, não podem negociar os Estados Unidos? Não podem negociar produtos agrícolas, que são de muito interesse para países como o Brasil e o Mercosul, em geral, e não podem negociar regras agrícolas, o que tem a ver com subsídios, **antidumping** e outros que são de grande importância também para países como o Brasil e para o Mercosul.

Então Miami foi um momento importante porque se define, de maneira muito clara, as limitações

de um grande e importante ator e o mais importante negociador na Alca.

Muito bem, nessa mesma ocasião, o Brasil reiterou o que já havia dito em diversas ocasiões, que também não poderíamos negociar na Alca determinadas regras que têm a ver com propriedade industrial, compras governamentais, investimentos, serviços, basicamente esses. Então, houve um acordo político em Miami, houve uma mudança de rumo, um realismo importantíssimo. Eu gostaria, se me fosse permitido, Sr. Presidente, de ler dois ou três trechos importantes da Declaração Ministerial de Miami em que isso se torna perfeitamente claro e evidente.

O primeiro trecho é o quinto parágrafo da Declaração Ministerial de Miami e diz o seguinte:

Nós – os 34 Ministros membros da Alca reunidos em Miami – reafirmamos nosso compromisso com conclusão bem-sucedida das negociações da Alca até janeiro de 2005.

Eu queria chamar a atenção para as palavras, que são muito importantes aqui: conclusão bem-sucedida, não é qualquer conclusão, até janeiro de 2005, portanto reafirmando o mandato e o compromisso que havia sido assinado pelo Presidente do Brasil, Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, de tentar chegar a essas conclusões em 2005.

Ao mesmo tempo continua o parágrafo:

Os Ministros reafirmam seu compromisso com uma Alca abrangente e equilibrada – as duas palavras não podem ser desvinculadas, a palavra equilibrada tem que vir ao lado de abrangente – que efetivamente promova o crescimento econômico, a redução da pobreza, o desenvolvimento e a integração mediante liberalização do comércio.

Esses temas e essas palavras são muito importantes e foram negociados muito cuidadosamente. Não estamos falando em qualquer acordo comercial, estamos falando num acordo comercial que promova o crescimento econômico, que faça a redução da pobreza e promova o desenvolvimento e a integração. Esses elementos são centrais para que sejam observados em seguida pelos negociadores.

Vem a seguir, no § 6º da Declaração, um outro elemento muito importante, surgido também em Miami. Os Ministros continuam dizendo:

Estamos conscientes de que as negociações devem conduzir a um acordo equilibrado que considere as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do hemisfério.

É outro aspecto importante, estamos lidando com 34 países em que os níveis de produto são realmente extremamente discrepantes.

E finalmente chegamos ao parágrafo central, do ponto de vista operacional, que foi referido pelo Embaixador Macedo Soares, que é o mandato direto dado a Puebla. Esse parágrafo diz o seguinte:

Instruímos o Comitê de Negociações Comerciais – que é o CNC, o órgão que se reuniu em Puebla – a formular um conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações aplicáveis a todos os países. As negociações sobre o conjunto comum de direitos e obrigações incluirá disposições em cada uma das seguintes áreas de negociação (...).

Aí vem acesso a mercados, agricultura, serviços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, política de concorrência, subsídios, **anti-dumping**, direitos compensatórios e solução de controvérsias. Então, todos esses aspectos estão englobados no mandato de Puebla.

Faço essa retrospectiva, Sr. Presidente, porque isso nos permite ver que Puebla deveria ser ou poderia ter sido uma reunião extremamente rápida na medida em que se aplicassem os mandatos que foram dados pelo nível político de Miami. Tal não ocorreu, e aqui explico um pouco o porquê.

Como resultado da reunião de Miami, os Vice-Ministros, como eu disse, receberam um conjunto complexo de tarefas a cumprir durante o CNC de Puebla. O objetivo principal era o de traduzir as decisões tomadas pelos Ministros em instruções aos negociadores das áreas envolvidas. Duas, em particular, eram e são as tarefas que nos cabem, a fim de que se dê continuidade às negociações: a primeira delas é o conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações aplicáveis a todos os países que mencionei; a segunda, como recordou o colega, é a decisão sobre procedimentos nos acordos plurilaterais.

O tema que dominou a reunião de Puebla e sobre o qual ainda não chegamos a um acordo foi justamente o desenho do chamado conjunto comum de direitos e obrigações para todos. Houve relativa polarização entre três grupos principais, os quais apresentaram propostas próprias, tanto sobre a substância do conjunto comum, quanto sobre os procedimentos para os acordos plurilaterais: o Mercosul, o Caricon e o chamado G-14, do qual fazem parte os Estados Unidos e os países com acordos bilaterais ou em vias de negociá-los com o referido país.

A Venezuela e a Bolívia apresentaram propostas em separado muito próximas daquela feita pelo Mercosul em diversos aspectos e com grande ênfase em tratamento especial e diferenciado, assim como na preservação da soberania dos Estados nacionais.

As principais divergências entre o Mercosul e o grupo chamado G-14 que constituem a diferença

central nas negociações em curso relacionam-se fundamentalmente a três temas: o primeiro, o tratamento dos subsídios agrícolas. O G-14 se opõe à eliminação incondicional dos subsídios à exportação e a qualquer mecanismo de neutralização do apoio doméstico.

O segundo tema diz respeito à cobertura do universo tarifário para as negociações de acesso a mercados. O G-14 não quer a eliminação de tarifas em todo o universo tarifário, falando em cobertura de apenas parte substancial do comércio. Quero esclarecer o significado disso. Se queremos uma área de livre comércio, é óbvio que uma regra principal e básica é que se trabalhe visando à eliminação das tarifas e dos entraves ao comércio nessa zona. Se um principal interlocutor declara que não pode negociar todos os produtos e todas as linhas tarifárias na área agrícola, isso significa que essa área de livre comércio não é tão livre como se está apregoando. Veremos posteriormente, ao longo do tempo, até por ser importante, que a maioria das linhas tarifárias têm a ver com produtos agrícolas de interesse exportador para os países do Mercosul.

O terceiro tema refere-se à possibilidade de incorporação de obrigações adicionais ao núcleo comum ao longo das negociações. Esse é um artifício trazido dos países do chamado Grupo dos 14, que, com uma frase aparentemente inócua, diz que a qualquer tempo, desde que haja acordo – não explica como será feito esse acordo – os países poderiam aumentar o nível do que fora acordado nas obrigações comuns feitas em Puebla. O que significa isso? Significa que, se chegássemos a um acordo satisfatório em Puebla, nada impediria que, duas semanas depois, quando se abrissem as negociações no grupo de trabalho sobre, por exemplo, investimentos, um grupo de países pedisse que fossem incluídos outros temas que não foram acordados em Puebla e que se iniciasse, em torno dessa proposta, uma discussão tão desgastante como aquela que houve antes em Miami. Assim, voltaríamos a um processo que havia sido superado em Miami. Essa proposta é grave. O Mercosul a ela se opôs, mas constatamos que é uma proposta de grande interesse por parte dos Estados Unidos e dos países a ele associados no chamado Grupo dos 14.

Não houve, por outro lado, controvérsias de maior alcance nas áreas de serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais, já que, como resultado da firme posição do Mercosul em Miami, o G-14 reduziu as expectativas com relação a novas regras nessas áreas.

Estamos, portanto, em vias de consagrar definitivamente o princípio de listas positivas para negociação de acesso a mercados em serviços e investimento, e estamos por lograr a limitar as negociações de regras nas quatro áreas acima, seja, a padrões internacionais já aceitos por todos, como o GATT, da OMC para serviços, e tríplice para propriedade intelectual.

Isso é um tema muito importante também que quero ressaltar, foi uma vitória do Mercosul, basicamente uma vitória do Ministro Celso Amorim, pois conseguimos, nas negociações de Puebla, as ambições que seriam aceitáveis para todo os países, leia-se Mercosul, Brasil e outros, ficariam limitadas na área de propriedade industrial, ao que já se existe da OMC, que é o Acordo Tríplice, e na área de serviço, de GATT.

Com relação às posições do Caricon, os maiores conflitos se deram às posições críticas do Caricon com relação a um maior tratamento preferencial, que não vou me estender aqui. E se houver na fase de perguntas alguma dúvida, voltarei a ela.

Queria realçar também que um dado muito positivo foi o fato de que o Mercosul atuou de forma muito coordenada e unida, e o porta-voz do Mercosul foi a Argentina, não houve manifestação alguma de país membro que destoasse da orientação do bloco. Houve também em muitas áreas importante espaço de convergência entre o Mercosul, Bolívia e Venezuela e o próprio Caricon.

O relativo reconhecimento pelos Estados Unidos e outros países de que uma excessiva ambição em áreas sensíveis para o Mercosul resultaria no fracasso das negociações deve ser visto com certa cautela.

A posição extremamente defensiva do G-14 tanto em agricultura como em acesso a mercados, de forma geral, esconde uma evidente intenção de condicionar concessões nesses dois setores a uma eventual revisão da posição do Mercosul no que toca a regras hemisféricas em áreas como serviços, investimentos e propriedade intelectual.

Temos dito e continuaremos a fazê-lo que vincular uma coisa a outra é inaceitável. Se os Estados Unidos não podem aceitar regras ambiciosas em áreas de sua sensibilidade, tampouco nós podemos. Não por que vincular ganhos de acesso a mercados à aceitação de regras. Todos faremos ofertas de acesso a mercados em bens, serviços e investimentos. E é no balanço das ofertas feitas que se deve encontrar o equilíbrio de concessões e vantagens para todos.

Há, no entanto, um sério risco a frente que é justamente o da intransigência na posição de Estados Unidos e aliados nos temas de agricultura e acesso a mercados, buscando forçar divisões e concessões, tanto no Mercosul, como internamente no Brasil.

Deve-se ter presente que todos os acordos comerciais recentemente negociados pelos Estados Unidos têm demonstrado ser ilusória a tese de que maiores concessões no estabelecimento de regras

novas nas áreas de serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais gerarão maiores ganhos em áreas como acesso a mercados em agricultura. Nenhum país centro-americano nem a Austrália, com quem os Estados Unidos recentemente assinaram acordos bilaterais de livre comércio, logrou obter vantagens significativas em agricultura, mesmo ao preço de importantes concessões feitas por todos em áreas de evidente interesse norte-americano, como o foi no caso de investimentos abundantemente em propriedade industrial também.

O anúncio da exclusão do açúcar e os parcos resultados em laticínios no acordo Estados Unidos/Austrália, dois temas muito caro aos australianos, comprovam ser enganosa a tese de que maiores concessões a Washington em áreas sensíveis renderão dividendos em acesso a mercados. É preciso muita cautela e tranqüilidade na hora de avaliar o que o Brasil e o Mercosul poderão negociar nesse contexto muito complexo de finalização das negociações da Alca e de aproximação das eleições presidenciais nos Estados Unidos.

O Governo brasileiro continua firmemente engajado no propósito de que as negociações da Alca sejam concluídas no prazo previsto e conforme a arquitetura flexível que logramos estabelecer em Miami. Já foram dados alguns passos muito importantes no sentido de que tenhamos, efetivamente, um acordo de livre comércio que seja equilibrado e satisfatório para todos.

Há, no entanto, muita tarefa a cumprir, em pouco tempo, e importantes diferenças a aparar. Não se pode, no entanto, perder de vista o essencial. Como eu próprio disse no CNC de Puebla, a conformação de uma área de livre comércio hemisférica não é um fim em si que deve ser alcançado a qualquer custo e de qualquer maneira. Nosso sucesso, como negociadores, será medido pela contribuição futura que o acordo alcançado venha a trazer em termos de redução das desigualdades sociais e econômicas no hemisfério. Era o que tinha a dizer nessa introdução. Fico à disposição para qualquer pergunta que for possível responder. Muito obrigado pela atenção.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Não sei se há inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim. Vou abrir as inscrições. Agradeço muito as palavras do Embaixador Ademar Bahadian, esclarecendo as negociações de Puebla. Quero dar as boas-vindas ao Senador Marco Maciel e ao Deputado João Castelo, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Vamos abrir as inscrições. Os Deputados Alberto Goldman e Fernando Gabeira também são muito bem-vindos à nossa Comissão. V. Exª também se inscreve? Estão todos inscritos.

Tem a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, Sr. Embaixador, serão muito rápidas as minhas palavras porque acho que os problemas estão apresentados com toda a clareza. Infelizmente, não acompanhamos lá. Não sei se alguém daqui esteve em Puebla. Talvez tenha acompanhado a questão com mais intimidade. Acompanhei a partir do noticiário, que foi muito abundante no Brasil. Houve momentos bastante chocantes, uma odalisca passando por aí, o que não vem ao caso. O cerne da questão que está exposta aqui é um nó que está, parece-me, muito claro.

O Governo brasileiro entende que não pode fazer concessões, digamos, cruzadas – não sei se serei correto nas expressões –, ou seja, não aceita a idéia de que façamos concessões em algumas áreas desde que eles façam nas outras. Não está aceitando a tese das concessões cruzadas. Não havendo concessão cruzada, não vejo como se resolver se avançar nessa questão. Acho que o Governo brasileiro tem que ser muito claro. A sensação que fica para nós aqui é que o Governo brasileiro está, digamos, ciente ou convicto de que não ocorrerá o acordo final. Esse acordo final não se dará, seja ele em mais ou menos, mais ambicioso, menos ambicioso – ambicioso também nisso. Um acordo pode ser menos ambicioso, mas não pode ser abaixo de um certo nível mínimo, e esse nível mínimo não me parece possa ser alcançado.

A minha pergunta claramente é a seguinte: para chegar a um resultado de Alca, é preciso que o Governo brasileiro – vamos usar uma expressão que tem sido muito usada – flexibilize essa questão das concessões cruzadas – isso é possível ou não? Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Senador Ademar Bahadian.

O SR. ADEMAR BAHADIAN – Muito obrigado, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador Ademar Bahadian.

O SR. ADEMAR BAHADIAN – Senador, muito me honra também, mas, enfim. Não sei se o meu colega quer também responder, vou apenas dar uma explicação que acho importante. Primeiramente, acho que o Brasil já flexibilizou bastante as suas posições nessas áreas e explicarei o porquê.

Peguemos, por exemplo, o caso concreto de investimentos, tema que talvez esteja na cabeça de muita gente quando se quer negociar, quando se fala em abertura de mercado. O Brasil claramente disse que aceita na Alca, no que se chama de regras e obrigações comuns, deixar bastante claro o que chamamos de transparência. A palavra transparên-

cia é importante porque dá a um eventual investidor a noção do que são as regras, os objetivos, os regulamentos que permitem a um investidor saber o que encontrará naquele país.

Não temos dificuldade em mencionar, para conhecimento público, da maneira mais ampla possível, quais são as nossas regras de investimento que sempre serão obedecidas e que podem ser questionadas se não forem obedecidas, porque seriam objeto de um acordo internacional.

Mais do que isso, o Brasil propôs e fez claramente ofertas de listas de setores de investimento que está disposto a negociar no chamado quatro mais um, nos acordos bilaterais que poderemos ter com os Estados Unidos, com o Mercosul e com outros. Esses acordos, essas negociações de acesso terão, no seu processo negociador, algumas regras, que não são necessariamente comuns a todos, mas comuns àquelas negociações específicas naquele momento bilateral em que se está negociando. Portanto, há uma flexibilidade brasileira, uma tranqüilidade importante por parte do Governo brasileiro.

Acho que é fundamental, Deputado, e talvez a pergunta que V. Exª faz poderia ser honestamente respondida da seguinte forma: o que não podemos aceitar é um acordo qualquer ou um segmento do acordo que coloque em risco a possibilidade de o Brasil ter uma política industrial autônoma, e que a nossa política de desenvolvimento industrial não seja coartada por uma decisão que se tome em aceitar determinadas regras.

Darei um exemplo concreto e que não é acadêmico: nos acordos bilaterais que têm sido feitos pelos Estados Unidos com outros países, nota-se muito visivelmente que não só esses acordos têm uma direção bastante clara de proteção de investimento e de propriedade industrial, como também, a cada novo acordo, o nível de proteção solicitado vai aumentando. Se se observar o que foi pedido ao Chile, que eu trouxe aqui conforme o Senador se lembra como exemplo, o desejo, na época apresentado pelos negociadores americanos, de que a moldura chilena fosse aquela aceita na Alca, quando hoje examinamos o que a Costa Rica aceitou na área de propriedade industrial e olhamos para o Chile, vemos que já se foi um degrau maior de proteção. Isso significaria, por exemplo, que, na área de propriedade industrial, se o Brasil aceitasse - ou um país qualquer - as regras que estão sendo colocadas em propriedade industrial nos acordos bilaterais últimos, significaria pura e simplesmente que não produziríamos mais genéricos no Brasil, porque haveria impedimento a isso.

Eu entendo que está em discussão, pela sociedade e pelo Governo brasileiro, um programa de desenvolvimento industrial em que fármacos é um dos temas centrais. Se aceitamos isso na Alca, para chegar a um acordo, esse tipo de limitação, temos imediatamente de abdicar da possibilidade de ter uma ênfase em fármacos, porque não teremos, em hipótese alguma, possibilidade de atração dessas empresas, para desenvolver, no Brasil, fármacos que simplesmente dirão "não, estamos amparados no acordo assinado com a Alca, e quero simplesmente que você importe o meu produto acabado, porque é isso que desejo, e não temos como desenvolver internamente..

Esse é um fato da vida que, acredito, o Governo brasileiro não está disposto a negociar. Acredito que o limite do Governo nesse acordo da Alca é o limite que possa dar a garantia de que não estamos hipotecando, como disse o Ministro Celso Amorim, outro dia, o nosso futuro industrial em um acordo de natureza comercial. Eu penso que isso é fundamental e que deve ser explicado à sociedade da maneira mais clara e aberta, porque não se trata de antiamericanismo, de posição ideológica do Itamaraty. Trata-se de uma defesa de política industrial, pura e simplesmente. Penso que também seria exagerado dizer que a postura americana de não abrir o mercado para o açúcar brasileiro é uma posição antibrasileira. É uma posição americana, que temos de respeitar, porque essa negociação é assim mesmo. É verdade que, se o Brasil entrar com o açúcar nos Estados Unidos, acaba com a produção de açúcar nos Estados Unidos. Sabemos disso.

Então, estamos nessa situação, ou seja, estamos defendendo aspectos absolutamente legítimos do interesse do Governo.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Eu penso que não há o que trocar no acordo, para poder se chegar a um resultado.

O SR. ADEMAR BAHADIAN – Por incrível que pareça, eu sou otimista - o que é grave - a que possamos chegar a um acordo na Alca. Estamos chegando, pois, se olharmos para trás, para o que havia antes de Miami, veremos que a situação era muito pior. A sociedade brasileira hoje está muito mais bem informada sobre o que está em jogo. Falava-se em antiamericanismo, em posição ideológica do Itamaraty, e não é nada disso.

Estamos cada vez mais evoluindo para uma situação claríssima que está em jogo, que são necessidades e interesses comerciais que têm impacto na economia brasileira, não agora. Mas, acordos que estão se fazendo agora, terão efeitos daqui a quinze, vinte anos. Estamos hipotecando - e eu com os meus 63 anos de idade, digo isso com muita tranqüilidade

- a vida dos meus netos. Não estou disposto, e penso que nenhum de nós estaria, a fazer esse tipo de coisa. Isso está diante de nós.

Acredito que a nossa posição seja consistente. Penso ser legítimo o Brasil defender essa posição, como penso ser legítimo que países que não têm essa obrigação, que não têm esse interesse, façam o acordo que quiserem. Mas, não somos obrigados a fazer. O eixo da reunião de Miami foi esse. O acordo não pode impor nem impedir. É isso que queremos. Agora, se começar a impor e a me impedir de crescer, não acredito que seja um acordo aceitável, por definição, não é um acordo.

Desculpe-me o longo tempo que levei, mas acredito que isso é essencial para explicar o que eu, pelo menos, como co-Presidente, estou procurando fazer. Estou procurando fazer um acordo. Não estou bombardeando o acordo. Pelo contrário, acredito que estou trabalhando construtivamente até para descrença de muitas pessoas que acreditam que eu somente entrei para atrapalhar o acordo. Eu penso que não. Penso que, desde que entrei, o acordo melhorou muito. Nesse sentido, modéstia à parte, porque chegamos a uma definição bem clara do que queremos fazer. Eu quero fazer um acordo possível, que leve a palavra equilibrada em conta e que não hipoteque o futuro de propriedade de desenvolvimento industrial brasileiro. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Deputado Fernando Gabeira seria o próximo.

O SR. IVAN VALENTE (PT – SP) – O Deputado Fernando Gabeira é sempre muito gentil, e como terei de me retirar, peço a V. Exª para fazer minhas perguntas agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª está com a palavra.

O SR. IVAN VALENTE (PT – SP) – Eu queria não deixar de me pronunciar aqui, nesse momento. Claro, eu acho que para um debate desse porte aqui, necessitaríamos de mais tempo de troca, de reflexões, etc.

Uma questão que eu queria deixar mais esclarecida para os nossos Embaixadores é a seguinte: eu não consigo ficar otimista nem pessimista nessa história. Eu tenho estudado sobre a Alca e cheguei a uma conclusão de que existem simetrias tão fortes e grandiosas entre desenvolvimento, capacitação, economia de escala, suporte financeiro e tantas outras questões entre uma potência como os Estados Unidos e os outros países, inclusive o Brasil, que na Alca seria um país-chave também.

Eu entendo que há uma tática americana. Eles estão numa tática. Depois da reunião de Cancún e de Trinidad-Tobago, a reunião de Miami não poderia representar um fracasso, porque isso significaria, na minha opinião, interromper o calendário de 2005 e revogar as metas de Quebec. Eu entendo assim.

Então, eles também tinham interesse. Além do que, nos Estados Unidos há eleições este ano. Eu entendo que o Presidente americano também enfrenta, nas questões internas, resistências de um setor que para eles é extremamente importante do ponto de vista político, financeiro e eleitoral. Valeria a pena empurrar para frente o debate, desde que fosse mantida a data, mas como a reunião de Puebla tinha que redefinir todo esse calendário que foi colocado pelos Embaixadores, inclusive que os nove grupos teriam concretamente de discutir, o impasse volta.

Rigorosamente, as definições de Miami sobre a flexibilidade, os ritmos diferenciados, etc, quando vão para a questão concreta, onde os países têm a definição dos seus interesses marcantes, ficam mais difíceis. É claro que por isso também foi marcada uma nova reunião, porque fica de novo o impasse. Então, o calendário não será mantido. Se não houver uma nova reunião agora, não será mantido.

Eu continuo achando que os Estados Unidos têm interesse. Eles, de Miami para cá, operaram muito no sentido bilateral, certamente para isolar as propostas do Brasil, do Mercosul, e mais ainda da Venezuela.

Eu acho que nós temos aí uma situação complexa, mas continuo achando que nós temos um trunfo ainda, enquanto Mercosul e Brasil, porque não existiria necessidade de Alca se não houvesse a presença do Brasil e do Mercosul, fundamentalmente. A Venezuela pode entrar aí também.

Então, onde entra o debate? Eu acho que devemos explicitar bem todo o processo para a sociedade, Embaixador. Eu acho que, infelizmente, até o Itamaraty tenha certas dificuldades – senti isso na sua fala. Mas, pelas reportagens que eu vi pela mídia em relação ao Acordo de Puebla, os formadores de opinião conservadores deste País têm uma visão diferente, eles acham que qualquer negociação soberana é enfrentamento antiimperialista, isso é uma tolice, na minha opinião.

No Brasil temos que definir um projeto de nação, porque na Alca existe um projeto de curto, médio e longo prazo. Qualquer interesse setorial de negociação comercial num determinado momento pode pressionar o Governo brasileiro. Por exemplo, na área de agricultura há alguns setores que teriam interesse de entrada direta no mercado. Mas se isso implicar em concessões grandes do outro lado, na área industrial, de serviço, e nessas áreas sensíveis que talvez a gente tivesse mais interesse em jogar para a OMC, o que os Estados Unidos não querem, vai dar conflito, certamente. E acho que aí a posição do Governo brasileiro e do Itamaraty têm que ser uma posição firme

mesmo, enfrentar o senso comum da idéia de que está aberto um espetacular mercado e que é fácil entrar nele. Não é verdadeira essa questão. Temos que passar por dados, como o exemplo dos fármacos, que V. Exª citou aqui agora, exemplo que o sujeito senta no concreto, digamos, um país que tem a maior reserva de água doce e a maior biodiversidade do Planeta, abre mão de ser "ponta de lança" de uma indústria de medicamentos, de alimentos, de pesquisas, de patenteamentos, etc.

O que me deixa assim um pouco preocupado é que um cerco sobre as datas, quer dizer, quem será responsável pelo fracasso da Alca ou não, ou seja, 2005 é a data limite numa negociação tão complexa, que envolve a vida de todo o mundo, e cada dia um tem um pronunciamento lateral, como o Chile faz, que definiu um caminho para eles, digamos, um nicho, eles acharam seu nicho e acham que é por ali. Pode ser que futuramente se arrependam. Então, não podemos agir assim. Entendo que o Brasil é um país que tem um potencial enorme, que, somado à Argentina, ao Mercosul e outros países, podem fazer um outro tipo de proposta e ter negociações bilaterais.

Eu, particularmente, quero firmar minha posição de que existem dificuldades e assimetrias que são estruturais e que teria que haver então, por parte da potência hegemônica, uma disposição realmente de uma integração. Não de uma liberação comercial, mas de uma integração continental, isso não está realmente definido.

Este é o meu ponto de vista. Se a Alca não der certo, não devemos ficar tristes, talvez seja o caso de procurar a amplitude comercial, outros meios, etc e pronto. Há uma pressão que acho que vem da mídia internacional e do controle que a potência hegemônica tem também sobre a mídia e a elite local. E temos que resistir a isso, explicitando para a sociedade brasileira onde estão os pontos favoráveis e negativos da Alca. Um acordo malfeito pode comprometer o futuro da Nação, de um projeto de Nação, no futuro.

Era isso que queria colocar, agradecendo a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, para refletir, primeiro, sobre as ponderações do Deputado Ivan Valente, vou passar a palavra ao Embaixador Luiz Felipe Macedo Soares.

O SR. LUIZ FELIPE MACEDO SOARES – Acredito que valeria à pena, primeiro, um ligeiro comentário sobre a reunião de Puebla, que apareceu um pouco como uma reunião fracassada.

Na realidade, pode ser um mero artifício diplomático, mas a atividade diplomática é cheia de artifícios e isso faz parte. Mas, a reunião não terminou, não se encerrou, portanto, não houve fracasso. Ela entrou em recesso, e se retoma dentro de algumas semanas, com o mesmo número, é a 17ª Reunião. E, já ao ir para Puebla, não poderia prever exatamente, mas eu sentia que a complexidade de ter que dar instruções precisas sobre o que se chama modalidade de negociação para nove grupos de negociação, na verdade, são questões que envolvem substância, até onde vai a negociação, como ela será conduzida, nesta área, e como será conduzida em outra área, etc. E que isso, numa reunião em que se previa apenas quatro dias, mencionei antes aqui que, além das instruções aos grupos de negociação, havia a questão dos procedimentos para os acordos plurilaterais, e também estavam na pauta três outros temas. O tratamento especial e diferenciado das economias menores, ligado a isso um outro ponto da agenda, que deve ser parte integrante da Alca, se ela é um projeto de integração hemisférica, um programa de cooperação hemisférica, algo que tenha, por exemplo, algum tipo de mecanismo de recursos financeiros para diminuir as disparidades e fazer com que os países, principalmente os menores, efetivamente participem. Temos o exemplo da União Européia e, finalmente, questões relativas à transparência do processo e da Alca no seu funcionamento futuro em relação à sociedade civil.

Ora, quatro dias para isso, partindo inclusive de um documento completo, elaborado como se fosse o resultado final da reunião, no que se refere às instruções aos grupos de negociação, formulados pelo Mercosul. Logo no primeiro dia de reunião, a isso se acrescia um papel formulado pelos Estados Unidos e treze outros países: México, Chile, etc. Depois se juntaram outros papéis, outras propostas, como foi mencionado aqui. Isso evidentemente torna a negociação ainda mais complexa.

Tenho a impressão, talvez o Embaixador Bahadian negue, de que ele e o seu colega co-Presidente mais ou menos deixaram, não apressaram demais, não forçaram a negociação, porque armado o campo, medido o campo do jogo com as posições, inclusive tendo-se feito já alguns acordos sobre vários temas não apresentam dificuldades maiores. Houve flexibilidade de parte a parte. Vou dar um exemplo: os Estados Unidos e outros países que sempre defenderam a questão, tanto em serviços como em investimentos em termos de acesso a mercados, negociados sob a forma de listas negativas, isto é, dizem: não pode, e o que não disseram que não pode, pode.

Ora, isso para nós não é possível. Porque o que hoje não existe existirá amanhã. Se tivéssemos feito um acordo com base em listas negativas em serviços há 10 anos, 15 anos, hoje estaríamos realmente à mercê em muitas áreas, porque é uma quantidade imensa de serviços que não existiam e que hoje existem e que têm consistência

econômica, financeira, etc. E hoje os Estados Unidos e os países que patrocinam essa proposta concordam com uma apresentação em listas positivas. Só pode o que é efetivamente indicado como possível.

Nós também admitimos que se incorpore ao Acordo Alca todas as regras do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços da OMC. Enfim, o que é mais importante é o que conseguimos obter nesses dias em Puebla, ficamos com uma clareza bastante grande sobre quais são os pontos realmente difíceis. Faz-se esse intervalo de algumas semanas em que certamente haverá contatos, reuniões, tentativas inclusive de se combinar papéis. De maneira que quando retomarmos essa sessão do Comitê de Negociações Comerciais na segunda quinzena de março, não será impossível chegar-se lá com um papel, uma espécie de pré-acordo e com alguns pontos ainda a serem decididos. Isso é possível, ou pelo menos não é impossível, mas de qualquer modo teremos uma semana, são sei exatamente quantos dias, mas com o campo do jogo perfeitamente demarcado, o que certamente vai melhorar a situação.

Feito isso, os grupos de negociação podem, imediatamente, retomar os seus trabalhos. Aliás já existem textos bastante elaborados, nem tudo é desacordo; há muito que ser aproveitado. Durante o primeiro semestre haverá mais duas reuniões do Comitê de Negociações Comerciais. Acredito que com todas as dificuldades, é perfeitamente possível que já tenhamos um acordo pronto mais para o final deste ano, numa outra futura reunião.

Lembro também, sempre digo isso, não posso prever como será. Mas que a Alca será um tratado – agora como vimos, um tratado geral e tratados específicos, acordos específicos – envolvendo grupos distintos de países em diferentes temas, mas ela será também uma organização. Ela disporá de uma sede, aliás é tal o empenho que há pelo menos cinco cidades dos Estados Unidos competindo para ser sede da Alca, e mais umas quatro em outros países.

Vai haver uma sede permanente, portanto com um Secretariado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quais cidades que já se candidataram para a sede dda Alca?

O SR. LUIZ FELIPE MACEDO SOARES – Fora dos Estados Unidos temos Port of Spain, em Trinidad e Tobago, Panamá, Puebla, Cancún. No México há duas cidades.

O SR. ADEMAR BAHADIAN – A lista completa é o seguinte: Atlanta, nos Estados Unidos; Cancún, no México; Chicago, Estados Unidos; Colorado Spring, Estados Unidos; Galveston, Estados Unidos; Huston, Estados Unidos; Miami, Estados Unidos; Cidade do Panamá, Panamá; Port of Spain, Trinidad e Tobago; Puebla, México e San Juan de Porto Rico, Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Nenhuma cidade brasileira?

O SR. LUIZ FELIPE MACEDO SOARES – Não. Agora se houver alguma proposta brasileira, certamente, ela não será aceita.

O eu queria dizer, portanto, é que essa organização terá sua sede, seu Secretariado. O funcionamento e a administração desses acordos mostram que eles não serão estáticos, não serão pétreos, haverá uma evolução. É claro. O comércio entre os países vai evoluir e também a economia do nosso País, portanto, não estamos aqui ditando **ad aeternum** condições que não se alterarão. É bem verdade que nisso não se exime de termos extremo cuidado, porque se aceitarmos regras danosas para nós, elas serão muito difíceis de mudar se as aceitarmos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador, V.Exª gostaria de complementar a reflexão?

O SR. ADEMAR BAHADIAN – Só queria dizer, como o Deputado chamou a atenção, essas datas não são sagradas, não são imutáveis. É bem possível que a gente chegue àquela conclusão que em 2005 possa ser mudado.

Agora, como disse o Embaixador Macedo Soares, e eu partilho dessa opinião, nem tudo indica que será impossível fazer o acordo desde que, repito, haja preservação de interesses fundamentais, que acho que nunca estamos dispostos a ceder. Acho que é possível sim. Se é Alca light, se Alquinha, isso aí deixo a quem queira classificar.

É esta a minha impressão.

O SR. IVAN VALENTE (PT – SP) – Só queria, Sr. Embaixador e Sr. Presidente Suplicy, incluir no grupo de negociação mais uma reivindicação que era que os Estados Unidos permitissem a entrada do Gabeira no país, ele também deveria entrar nas negociações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com toda certeza.

Permita, Deputado Fernando Gabeira perguntar-lhe, quando foi a última vez que tentou ingressar nos Estados Unidos?

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – A última vez que tentei foi antes de 11 de setembro e agora decidi nunca mais tentar.

Peço desculpas por ter chegado um pouco atrasado, pois tivemos dificuldades na Câmara. Vou mencionar os temas rapidamente: o que temos de informação sobre as eleições americanas no sentido do que pode mudar com os democratas. Vai haver uma mudança de qualidade? Já tivemos contato com o Kerry e com outros candidatos democratas, temos até um

brasileiro que trabalha no gabinete dele. Já estamos considerando não apenas o que pode mudar, mas já algumas coordenadas.

O segundo ponto sobre os incentivos agrícolas não haveria a possibilidade de abrirmos um espaço para aceitar a existência dos incentivos agrícolas, desde que não houvesse um prejuízo às nossas exportações, se não há uma margem de manobra, que foi aberta aqui quando ele esteve na Câmara dos Deputados, e não sei se foi explorada nesse meio termo.

Outra questão que me preocupa é que quando trabalhava com o tema, fiz algumas audiências públicas checando quais os setores que teriam e não teriam vantagens. E cada um se comporta de acordo com os seus interesses. Agora, já conseguimos totalizar isso bem? Quer dizer, o negociador brasileiro, no caso o senhor, já tem a visão de conjunto, já sabe quem perde e quem ganha e onde estão os interesses realmente? Isso é dinâmico? Estamos acompanhando esse processo. Se bem me lembro na época, a única pesquisa mais ou menos feita foi uma, em São Paulo, sobre os setores que ganhariam ou perderiam com a Alca. Esta também é uma pergunta.

A quarta questão, não quero embaraçá-los, mas é importante. O escândalo sobre a corrupção no Brasil e o fato do Governo ter abafado a CPI vai ter repercussão **vis-à-vis** com o nosso contato com os Estados Unidos e a nossa posição na Alça? Isso altera alguma coisa? Não quero embaraçá-los, mas do ponto de vista da negociação qual seria talvez a posição mais confortável para o Brasil em função da existência desse escândalo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me Deputado Fernando Gabeira, mas há pouco foi entregue à Mesa um número suficiente de assinaturas, cerca de 31 ou 32, de uma CPI para examinar tudo que se refere a jogos de azar, bingos etc, CPI essa que contou inclusive com a assinatura de 7 Senadores do PT. Como isso ocorreu há pouco, eu gostaria de complementar a informação de V. Exª.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Acho bom encontrarmos essa fórmula diplomática. Mas a CPI é sobre a corrupção no Governo e sobre as ligações, o fato do representante da máfia ser o representante do Governo na Câmara. Por que as instituições falharam, por que a Abin não diz que tinha dois processos, por que a Polícia Federal não passou o processo de junho para o Presidente da República? As instituições falharam. Podemos até cuidar do bingo, numa boa forma de diplomaticamente tratarmos do assunto, mas não podemos fugir do tema.

Finalmente, uma questão dos genéricos. Acompanhei até na OMC daqui do Brasil o esforço no sentido de garantir aquilo que já havia sido conquistado em Doha, que é a possibilidade de exploração, mas existe um aspecto que me preocupa um pouco. Claro que temos que defender a todo o custo a nossa possibilidade, mas temos que dar alguma garantia de que não vamos ficar copiando pesquisas de qualquer maneira, quer dizer, quando fizemos a proposta em Doha, se não me engano, estava ligado à tuberculose, mais uma outra doença e a Aids, eram mais ou menos os 3 temas. Então, havia essa confiança porque, na verdade, a indústria farmacêutica internacional existe no Brasil e ela tem sofrido um declínio nesse período, éramos o 7º do mundo, há 5 anos, e hoje somos o 12º.

Teremos que contrabalançar um pouco as garantias também porque o grande medo deles é esse: nós trabalhamos, colocamos milhões e milhões de dólares em pesquisa e vocês – há casos que independente do quanto botaram na pesquisa, como Aids, não tem jeito. São esses temas que me preocupam um pouco no momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Embaixador Ademar Bahadian.

O SR. ADEMAR BAHADIAN – Deputado Fernando Gabeira, queria dizer que a maioria das perguntas que V. Exª faz são perguntas que nos acodem sempre à mesa de negociação. Vou deixar o Embaixador Macedo Soares que se refira mais diretamente às perguntas, inclusive pelo próprio cargo que ele ocupa no Itamaraty. As perguntas que V. Exª faz sobre a eventual mudança de Governo nos Estados Unidos, de republicano para democrata, o que pode significar e o tipo de contato que se possa ter tido com os postulantes a possíveis candidatos democratas. Vou deixar essas perguntas para ele e vou me concentrar um pouco na parte que mais diretamente eu tenho acompanhado que são as negociações da Alca.

Para começar pelo fim, com relação aos fármacos e à questão dos genéricos, eu diria que, na realidade, o Brasil tem tido um comportamento muito respeitador dos acordos de propriedade industrial. Como o senhor sabe, o Brasil foi um dos fundadores da chamada Convenção de Paris, que é a convenção que regula propriedade industrial. Fomos um dos seus fundadores. E desde a sua fundação até o momento em que se criou a OMC, e o tema propriedade industrial passou para a OMC, até àquela época, o Brasil seguia de maneira muito criteriosa as decisões da Convenção de Paris. E até historicamente é importante saber que o Brasil era exemplar no segmento da propriedade industrial até antes da República. D. Pedro II, que era um entusiasta do desenvolvimento tecnológico, foi a primeira celebridade brasileira que manifestou a importância

de respeitarmos a propriedade industrial como forma de termos acesso à tecnologia.

Mas, o que há de grave nesse assunto é o seguinte: a propriedade industrial sempre foi feita como sendo uma balança de dois pólos. A propriedade industrial ou a patente é um direito de monopólio que se dá ao inventor. Esse direito de monopólio pode ser por um período x. Por que você dá esse direito de monopólio? Porque você quer remunerar o investimento, remunerar a inovação e você quer ter acesso a essa inovação – esse é outro pólo. Quer dizer, o pólo é tornar público a invenção, ele dar acesso a essa invenção, ele tornar esse bem de acesso ao país. Essas duas coisas têm que estar juntas, têm que ser fundamentalmente juntas.

Infelizmente, o que está ocorrendo no desenvolvimento do processo de proteção à propriedade industrial é que está aumentando o pólo de proteção do monopólio e diminuindo a obrigação de discriminação e do atendimento ao usuário. No caso de produtos farmacêuticos é histórico, o senhor certamente sabe da série de debates do Senado americano sobre isso, que foram coisas muito importantes na história dos Estados Unidos. Como o senhor sabe também que os países como o Japão e outros tiveram o seu desenvolvimento durante muito tempo sem respeitar a propriedade industrial.

O Brasil não está defendendo essa linha, o Brasil não está defendendo o desrespeito à propriedade industrial. Mas, o Brasil quer evitar que uma abusiva proteção da propriedade industrial nos torne independentes de uma tecnologia à qual poderíamos ter acesso a custos mais remunerativos e mais baratos. Por exemplo, a propriedade industrial do caso de fármacos e outros dá ao detentor da patente não só o direito de não produzir no Brasil como de impedir que eu compre de um terceiro que possa produzi-la. Então é um monopólio muito grave, muito sério que temos que ver as conseqüências sociais que isso traz para o emprego, para a saúde pública, todos esses sistemas que estão sendo revistos de uma maneira ou outra. Então, não sou absolutamente um defensor da abolição da propriedade industrial, mas sou um defensor também do outro lado da propriedade industrial, que é o acesso e o equilíbrio que têm que haver. É isso que estamos buscando. No caso da Alca, que estamos vivendo hoje, estamos dizendo aos americanos que aceitaremos ficar com o tríplice. Tríplice é, vamos dizer assim, o ponto maior que se chegou na proteção, mas o que eles querem é mais que isso, querem mais que isso e além daquilo que foi aceito pelos países em geral na OMC, onde sabem também que não vão conseguir mais. Então, ao fazer isso na Alca, ou fazer nos acordos bilaterais, achamos que é um pouco demais e não estamos dispostos a aceitar esse tipo de negociação.

Eu poderia continuar falando, mas penso que a essência do problema é esta. Não há nada ideológico, há também, da mesma maneira que o senhor está apontando, a consciência de que queremos fazer um desenvolvimento tecnológico no qual temos que equilibrar direitos e obrigações também das partes envolvidas.

Eu queria dizer que também com relação a subsídios, o senhor tem toda razão. Há as manifestações feitas pelos Estados Unidos de que, por exemplo, não daria talvez para eliminar subsídios se eles não importunassem as nossas próprias exportações. Isso, na parte retórica, é dito pelos americanos como aceitável, como vamos para a prática, isso não é verdade, quer dizer, não é possível chegar a esse mesmo acordo. Por quê? Pegamos um caso muito simples, os subsídios à exportação, que não chega sequer a ser o grande problema dos subsídios, que são os domésticos, mas os subsídios à exportação que atinge, por exemplo, produtos do nosso interesse como o algodão, que, no caso do Brasil, é dramático, mas no da África é trágico, e os Estados Unidos subsidiam a agricultura de algodão em 57, 60% do valor do mercado, para que esses produtos se tornem competitivos, arruinando, inclusive, culturas extremamente de subsistência até de populações africanas que com isso se vêem dizimadas. Mas o que quero dizer, neste caso dos subsídios à exportação, a proposta americana é a seguinte: tá bom, vamos eliminar. Mas, para eliminar, não aceito que não haja eliminação em todo o mundo, quer dizer, que o europeu não elimine. Está bem, então, já começa a complicar porque o europeu também não quer, por outras razões, eliminar. Então, dizemos o seguinte: então, vamos eliminar só no hemisfério americano, só aqui dentro, não há mais. Está bem, vamos eliminar aqui dentro, mas preciso ter a garantia de que vocês não comprarão em nenhuma hipótese produtos subsidiados vindos de terceiros países. Então, o que, na prática, resulta? Na hora em que se vai negociar o desmantelamento dos subsídios à agricultura, de exportação agrícola, condicionam uma coisa à outra: só vou liberar se você criar um mecanismo eficaz e efetivo que elimine a entrada de um produto de um terceiro país. E, aí, ficamos sem saída. É nisso que, no grupo de agricultura, se está a emaranhar. Mas isso é assim muito, desculpem-me a minha superficilidade no tratamento da matéria, porque temos que fazer essas considerações de maneira um pouco genérica, mas, na realidade, é o que está ocorrendo.

Não sei se o meu colega Macedo Soares queria se referir, sobretudo, ao que disse o Deputado sobre a questão política na Alca.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador Macedo Soares.

O SR. LUIZ FELIPE MACEDO SOARES – Deputado, primeiro, a questão da eventual mudança decorrente das eleições nos Estados Unidos. Tenho a impressão de que não, aliás, as eleições se realizam mais par ao final do ano e a posse de um novo Governo americano, caso seja eleito um outro e não seja reeleito o atual Presidente, se dá no final de janeiro. Portanto, em princípio, mantido o calendário, as negociações estariam finalizadas antes da posse de um novo Governo.

De qualquer modo, vale a pena também mencionar, dois outros aspectos. Primeiro, como ocorre normalmente por disposições legais dos Estados Unidos, as negociações são conduzidas mediante, digamos, instruções dadas pelo Senado, que eles chamam, no caso, autorização para promoção do comércio – TPA. Ali está um parâmetro de negociação. Por isso, quando a gente tem que ver essa autorização para negociar não só como uma autorização. Pode negociar dentro de tais parâmetros? Mas também o negociador americano recebe... o Senado dos Estados Unidos opõe também diante de uma missão. Quer dizer, não são só limites, mas um dever de negociar e trazer para o Senado um acordo que o Senado possa aprovar. Portanto, também, há limitações que afetariam, enfim, grandes mudanças de curso.

Finalmente, entre outras coisas, o negociador americano é muito ligado – não só nos Estados Unidos, mas, sem dúvida nenhuma nos Estados Unidos, dada as dimensões da economia americana – aos chamados **lobbies que** são muito poderosos principalmente em certas áreas. De modo que há muita dificuldade, o negociador se vê muito limitado pela própria pressão de setores específicos.

Eu vou falar rapidamente sobre a questão de incentivos. Quer dizer, normalmente, de fato, como disse o Embaixador Bahadian, os incentivos à exportação não são tão significativos nos Estados Unidos, talvez, sejam mais outras medidas de apoio interno, outras medidas que, no fundo, têm o mesmo resultado, que põem o produto americano no mercado em condições falsamente competitivas. O problema que se pôs, em Puebla, para dar um exemplo, é que um tema levantado pelos Estados Unidos e pelos países, enfim, que subscreveram os documentos, as propostas dos Estados Unidos há uma, digamos, limitação, mas gostariam que houvesse uma limitação para a importação de produtos subsidiados extra-hemisfério. Por exemplo, os países do Caribe têm muita dificuldade nisso porque eles têm preferências no mercado da União Européia. Isso também traria uma insegurança, caso houvesse dispositivo sobre isso. Porque havendo um acordo para supressão de subsídios à exportação, mas havendo um dispositivo, digamos assim, de retaliação para a entrada de produtos de fora do hemisfério subsidiados, isso levaria a reintrodução de subsídios. Então, ficaria realmente um acordo sem sentido: de um lado, elimina o subsídio, mas abre a possibilidade de ele ser reintroduzido.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Embaixador, posso fazer uma pergunta sem interrompê-lo?

Dentro desse raciocínio, o que nós sabemos em termos numéricos sobre as exportações que eles estigmatizam aí no caso? O que representam, numérica e essencialmente, para o Brasil? Nós temos esse quadro? Digamos, é proibido importar os produtos subsidiados da Europa. Qual o peso que tem a importação de produtos subsidiados da Europa aqui no Brasil? Nós temos os fatos?

O SR. LUIZ FELIPE MACEDO SOARES – Eu é que não tenho de cabeça e não lhe posso dar aqui. Mas que existe, é claro.

Por outro lado, a nossa posição é até bastante flexível, porque nós não temos um realismo de não exigir a, por exemplo a supressão de todas as medidas de apoio doméstico: créditos, adiantamentos e outras vantagens. Mas que se possa ter no acordo certas medidas que compensem, que neutralizem essa, digamos, desvantagem que passa a ter o nosso produto. De maneira que, realmente, não se procure pelo menos um equilíbrio.

Quanto a quem perde, quem ganha na negociação, quando apresentamos as listas de posições tarifárias ofertadas, tanto em bens agrícolas, não agrícolas, em serviços e em investimentos, evidentemente que isso já é da nossa parte, aliás, é feito em conjunto com o Mercosul, o que complica um pouco mais, porque temos que contemplar inclusive os sócios menores, mas é feito com um grande cuidado em relação aos diversos setores interessados da nossa economia, não é? São listas elaboradas pelo Governo, aí não é o Itamaraty propriamente, mas os setores específicos do Governo, por meio inclusive de consultas com a iniciativa privada. Devo dizer, aliás, que a iniciativa privada, por meio da coalizão empresarial, acompanha muito de perto as negociações e faz simulações. Portanto, há sempre temores.

Mas, de uma maneira geral, enfim, às vezes, podemos notar que certos setores prefeririam que abríssemos mão de preocupações, desde que eles pudessem, isso é normal no campo econômico, comer-

cial. Mas temos que buscar esse equilíbrio e atender a todos os setores produtivos do País.

A questão da corrupção foi levantada recentemente na cúpula especial das Américas, em Monterrey. É um tema que vem sendo tratado pela OEA, por exemplo. Foi apresentada aí – estou falando muito por alto, porque não me ocupei dessa reunião – uma proposta muito extemporânea. Realmente, da parte do Brasil e de outros países, apontamos para o fato de que um tema relativo à corrupção, que preocupa muito também, é a corrupção no nível privado, empresarial, das multinacionais, que têm um poder hoje de afetar grandemente as nossas economias, se não em engano, está aí o caso aí da Parmalat, como já vimos hoje, recentemente. Então, estão se repetindo com uma preocupante freqüência esses casos.

Mas no contexto da Alça, o tema não foi levantado.

Tenho a impressão de que o Embaixador Bahadian falará sobre os outros temas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Deputado Fernando Gabeira, agradeço se puder me informar qual o brasileiro que trabalha com o Embaixador, Senador, ...

O SR. FERNANDO GABEIRA (PT – RJ) – Um gaúcho chamado Eduardo **(Fora do microfone.)**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Isso significa gaúcho, não é o sobrenome dele.

(Fora do microfone)

Deputada Maninha, V. Exª tem a palavra, para encerrar.

A SRA. MANINHA (PT – DF) – Inicialmente, quero, mais uma vez, Senador Suplicy, ressaltar aqui essa possibilidade que temos no nosso Congresso brasileiro de ter hoje aqui à Mesa o nosso co-Presidente, o Embaixador Ademar Bahadian, e o Embaixador Luiz Felipe Macedo Soares, representando o nosso País, numa explicação ao Congresso brasileiro do processo de negociação da Alca. O que temos presenciado, na maioria dos países, é uma relação não muito amistosa entre Parlamento e Executivo, e, às vezes, até a falta de informação completa sobre o processo negociador. Isso tem gerado, nos mais diversos Parlamentos, uma posição às vezes até antagônica entre os dois Poderes e uma necessidade que os Parlamentos têm de obter as informações, para que não sejamos apenas homologadores de tratados, como sempre temos dito habitualmente.

Quero aqui ressaltar que, em Puebla aconteceu de fato um momento em que...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª esteve em Puebla na reunião de janeiro?

A SRA. MANINHA (PT – DF) – Estive, representando não só a Câmara dos Deputados, pois sou Relatora da Comissão Especial da Alca. Assumi, em Puebla, a Presidência da Confederação Parlamentar das Américas. Tomamos conhecimento lá de uma solicitação, de parte dos Parlamentares, ao comitê negociador, para que eles pudessem assistir às reuniões. Em determinado momento, nosso co-Presidente deu uma ampla explicação aos Parlamentares que ali estavam presentes sobre o processo negociador, sobre o que estava acontecendo. Isso demonstra uma prática, do meu ponto de vista, extremamente salutar, pois permite ao Parlamento interferir, discutir, e, no momento de estar referendando, ter uma posição clara. Creio que é isso que o Parlamento brasileiro está buscando.

Gostaria de ressaltar que com relação à negociação da Alca, o que o Embaixador Luiz Felipe começou a dizer, a sociedade brasileira tem acompanhado, se não de uma forma completa, esse processo, mas pelo menos tem tentado fazer isso. Nós nos lembramos aqui do famoso plebiscito com dez milhões de assinaturas. A Alca tem se tornado de fato objeto de discussão da nossa população.

Eu acho até – o Deputado Ivan Valente começou a externar isso – que temos colocado duas posições que precisam ser desfeitas. De acordo com meu ponto de vista, Alca, o tratado de livre comércio é um tratado de livre comércio, é um dos instrumentos que teremos para o processo de desenvolvimento econômico e social do nosso País. Aliás, o documento do nosso co-Presidente diz isso de forma muito clara. Se é assim, temos que estar atentos para o que significa o processo negociador técnicos e para o que significa a ação política. No que diz respeito à ação política, não podemos perder de vista o principal. O que é o principal? A soberania nacional, o nosso crescimento social, o nosso desenvolvimento econômico. Se isso está claro para o Governo brasileiro e está claro para nós, Parlamentares, isso também tem que se tornar claro para a população. O que temos observado é sempre uma contraposição de posições, como se o Governo estivesse vendendo a alma ao diabo. Por isso vamos renegar a Alca, como se pudéssemos fazer isso neste momento. Não há mais jeito de se fazer isso. O processo negociador está colocado sobre a mesa. O que podemos fazer é dizer que nos interessamos ou que não nos interessamos. Acho que isso está sendo colocado de forma clara.

Portanto, essa questão precisa ser transformada numa linguagem que a população brasileira possa compreender. Outro dia escrevi um artigo sobre a Alca e sofri um bombardeio de parte de meu

Partido, o PT. Esse bombardeio foi mais ou menos assim: agora você está defendendo a Alca? Você mudou de posição? Não se trata disso. Eu acho que existe um processo negociador que temos que deixar claro. Quem está acompanhando esse processo negociador consegue entender essas nuances. Mas quem está fora se coloca na seguinte posição: você agora defende a Alca! Aí as coisas começam a se complicar.

O Gabeira fez uma pergunta e quero reforçá-la. Nós temos uma visão do nosso meio empresarial, mas há sempre aqueles que acham que a Alca tem que ser assinada a qualquer preço e aqueles que acham que é preciso impor limites, o que não é bem assim. Mas a imprensa trata a questão como se nós estivéssemos negando ao empresariado brasileiro a possibilidade da negociação. O Itamaraty não quer a Alca de jeito nenhum, o Itamaraty está colocando uma Alca light. Esta Alca não vai chegar a lugar algum. Portanto, o empresariado brasileiro está sendo enganado. Nada vai acontecer. Essa é uma questão.

A segunda questão é a chamada flexibilização, que também não fica clara. Como está se dando essa flexibilização?

E há uma terceira questão – e esta me preocupa e preocupa muito, porque nós que fomos acompanhar a negociação de Puebla, passamos pelos Estados Unidos da América, conversamos com Allgeir, com o Departamento de Estado e, em seguida, chegamos ao México, fazendo o mesmo périplo e conversando com o Departamento de Estado mexicano, com o Parlamento mexicano, com os sindicatos mexicanos, com o empresariado mexicano.

Com relação aos Estados, Unidos não tivemos nenhuma surpresa, porque estamos acompanhando o processo, mas, em relação ao México, coincidentemente, o México está avaliando os dez anos de implantação do Nafta. Com isso, saímos de lá preocupados, porque o México agora dá a mão à palmatória por estar presenciando um momento da economia mexicana que não era bem aquilo que se avaliava quanto à implantação do Nafta. A economia não está no crescimento que se suporia deveria estar, a agricultura americana, a agricultura familiar está desaparecendo, portanto a questão da agricultura tem que ser olhada com a visão de lupa, e o México está dizendo que começam a surgir as cláusulas que não estão sendo respeitadas e que, agora, começam a surgir, e os Estados Unidos dizem: vocês sabiam. Não prestaram atenção e, agora, não temos como resolver. Essas coisas começam a preocupar. Ouvimos dos empresários mexicanos que a grande indústria mexicana não está muito preocupada, porque, com o Nafta ou sem, as transnacionais continuariam no seu processo de crescimento, e as pequenas indústrias mexicanas, estas sim, estão preocupadas, porque o crescimento econômico do México já não é o mesmo. A agricultura preocupadíssima; os sindicatos preocupadíssimos, principalmente com essas questões que estão surgindo em relação às maquilas, a entrada da China, etc.

Portanto, gostaria de ouvir aqui um pouco dessa avaliação, um pouco dessa comparação em uma questão que me preocupa. Foi citado, no documento de Miami, mas não estamos mais ouvindo falar, o fundo de compensação. Como é que essa questão será tratada, porque estou muito mais despreocupada com as questões técnicas, pois acho que os nossos negociadores têm competência técnica para isso; para mim, essa preocupação é a de menor importância. O que me preocupa mesmo é a questão política, que não é ideológica, mas é uma questão de fundo, que é a garantia da nossa soberania, do nosso crescimento e do nosso desenvolvimento social.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Deputada Maninha. Quero, até para efeito do registro e das notas taquigráficas, uma vez que ambos Embaixadores usaram termos em inglês, TRIPS e TPA, dizer que TRIPS refere-se a **Trade-related aspects Intelectual Property Rights**, ou seja, os direitos de propriedade intelectual, relacionados ao comércio, e TPA é **Trade Promotion Authority**, ou seja, a autoridade para promoção do comércio, certo?

O SR. ADEMAR BAHADIAN – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Embaixador Luís Felipe Macedo Soares.

O SR. LUÍS FELIPE MACEDO SOARES – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a Deputada Maninha também. A riqueza das suas considerações também me levaria a talvez correr o risco de falar demasiado.

Tomo a questão mais específica do fundo de compensação. É uma questão fundamental. Não podemos perder de vista que a Alca foi a idéia, a negociação veio um pouco mais tarde, mas a idéia foi lançada como uma seção, um subcapítulo na declaração de Miami em fins de 94, na primeira vez em que houve a Cúpula das Américas. E a Alca se inseria nesse contexto de um capítulo sobre o desenvolvimento econômico e social. Há uma série de outros temas que são aí abordados.

Mas, evidentemente, que a negociação em si mesma acaba concentrando a atenção, porque isso nesta Casa é uma coisa óbvia, discussão é uma coisa, mas quando se chega à votação de um texto que realmente vai se transformar em lei, realmente ganha um caráter muito mais concreto, imediato pela geração de direitos e obrigações.

Mas nós não perdemos de vista que na Alça, a parte ou como parte do acordo geral, devemos ter provisões em relação à cooperação hemisférica. Os próprios Estados Unidos, que têm aí uma responsabilidade muito grande, como a economia absolutamente díspare em relação às demais envolvidas no processo, falando sempre nessa realidade, como uma negociação, no contexto de integração, de desenvolvimento, de democracia, etc

Portanto, é importante que todas essas considerações sejam levadas a sério. Algumas não temos muitas esperanças, agora se falava sobre planos eventuais de viagem do Deputado Fernando Gabeira, a integração hemisférica, pelo menos por enquanto, é muito pouco provável que ela inclua, como na Europa, o livre trânsito de pessoas, como ocorre, por exemplo, na integração sub-regional do Mercosul, que desejamos que expanda mais para o âmbito sul-americano.

Portanto, a questão do fundo de compensação, ainda que não seja absolutamente conformado sob todos os aspectos no texto de negociação, no prazo previsto, no final deste ano, mas ele tem que se sentar às bases em termos de obrigação, em termos de implantação de mecanismos financeiros de integração, de compensação das desigualdades, das assimetrias, tem que ficar sob pena de realmente estarmos negociando meramente acordos de acesso a mercados. Podem ser muito importantes, podem ter resultados desde que os países realmente defendam suas posições.

De fato, tenho a impressão de que como estamos negociando a Alca num contexto multilateral, temos inclusive certas vantagens, porque podemos chamar a atenção dos demais países e formar coalizões como já temos, partimos do Mercosul, e somos um ator muito importante nesse processo. Podemos ter talvez condições de – talvez não, certamente – temos condições melhores do que as negociações bilaterais, que se desenvolvem à margem do processo Alca. Evidentemente, talvez em muitos casos tenha outras considerações políticas ou considerações mais imediatistas tenham levado a essas negociações e que não nos cabe julgar o que é pactuado entre outros paises que não envolvem o Brasil. Mas, evidentemente, que observamos e temos aí uma indicação, alguns sinais claros dos riscos e de caminhos que podem se revelar menos convenientes para nós.

Penso que essas considerações gerais, evidentemente, não respondem, aliás, as suas considerações não eram exatamente uma pergunta, mas talvez o Embaixador Bahadian certamente tenha coisas a completar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Embaixador Bahadian.

O SR. ADEMAR BAHADIAN – Eu queria me solidarizar com a Deputada Maninha, porque isso de falar de Alca leva pau na hora, a favor ou contra. Tem sido a minha experiência e já até acostumando a ouvir coisas que não disse ou ouvir coisas que disse, mas com outra intenção. De maneira que isso faz parte dessa demonização da Alca, que, realmente, é uma coisa complicada.

Penso que o que é realmente essencial, como a senhora mesmo estava chamando a atenção, e o Deputado Gabeira também estava, é de que o debate da sociedade tem que ser permanente. São temas tão importantes e envolvem tantos setores que temos que manter esse debate contínuo no Parlamento, nos sindicatos, nas federações das indústrias.

Agora, há um aspecto importante. É que nunca houve, isso em parte também responde o que disse o Deputado Fernando Gabeira, e não há ainda com clareza para alguns segmentos do empresariado brasileiro e para os sindicatos brasileiros o que significa negociar a abertura de alguns setores de mercado. Porque por enquanto a Alca está tão confusa que ainda não se chegou a essa fase de, efetivamente, se sentar à mesa os Estados Unidos e o Mercosul e começarem a dizer: olha, a lista para trocar é essa, como é que a gente faz? É nesse momento que vamos ter idéia do impacto que isso pode ter nos setores industriais. E não só nos setores industriais, mas no nível de emprego, no nível de desenvolvimento econômico, o que pode ter conseqüências graves para a sociedade.

A meu ver, isso deve ser continuadamente discutido em todos os níveis, dos sindicatos, das federações, no Parlamento, onde estamos hoje, porque não há mais como tratar essas coisas de forma abstrata.

Não quero aqui fazer terrorismo cultural, mas é uma coisa muito curiosa quando vemos que hoje em dia é muito difícil se poder fazer uma reunião sobre comércio de uma forma tranqüila. Hoje, para fazer uma reunião de comércio numa cidade qualquer, ou nos levam para ilha isolada, onde ninguém chega, ou se tem que cercar o perímetro da reunião com forças paramilitares e militares, que indicam que alguma coisa vai mal. Porque se o pessoal quer quebrar a pau e pedra não só em um país, mas em várias regiões do mundo, que essas organizações se reúnam, se discutam, quando alguma coisa vai mal.

Penso que não é propriamente uma insanidade dizer que as pessoas estão se ressentindo de algumas medidas que formam tomadas nos acordos diversos comerciais, que hoje trazem conseqüências. E essas coisas nunca são imediatas.

Como eu estava dizendo no início, um acordo na Alca hoje não tem um efeito depois de amanhã, mas por um tempo muito longo, vai afetar daqui a dez, quinze anos. Penso que essas coisas têm que ser muito bem discutidas, não é, Senador?

De maneira que me solidarizo, é a única coisa que posso dizer, com o que a senhora chamou de palco, está levando todos os lados, e penso que já estou em grande parte levando. E isso levo de cabeça erguida, porque o que está em discussão é muito amplo e muito importante para me deixar intimidar por insinuações, como as minhas gravatas não combinam com as camisas ou por que sou isso ou aquilo. Não tenho menor dificuldade em viver esse tipo de trauma, de maneira que o que está em jogo é muito mais importante. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – RR) – Presidente Suplicy, Senadores, Deputados, nossos Embaixadores, antes de qualquer coisa, agradeço o convite que V. Exª fez como Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado para que nós da Comissão do Mercosul participássemos deste debate e inclusive dividíssemos esta Mesa.

Acho que é importante este debate, e quando se fala em flexibilização, fico sempre lembrando que é melhor flexibilizar do que fazer a genuflexão, que é o que muitas vezes se quer e se faz num processual negocial. Acho que os nossos negociadores na Alca e na OMC, que tive oportunidade de estar em Cancún, e no Mercosul, que acompanho mais de perto, têm conseguido levar a negociação de uma maneira que respeita a nossa soberania, a soberania nacional.

Quero fazer uma pergunta a ambos para que comentassem um pouco um debate que está se dando em torno do Mercosul, com um acordo com a União Européia, e a relação desses acordos Mercosul/União Européia com a Alca, porque, como disse, se acompanhamos mais ou menos a do Mercosul, as outras não conseguimos acompanhar, e o que se coloca, lemos ou ouvimos, é que o acordo da União Européia com o Mercosul seria, talvez, até mais draconiano do que se exige a Alca. E outros chegam a colocar ou a comentar que há uma competição entre a União Européia e a Alca para ver quem assina primeiro um acordo com o Mercosul ou com o Brasil. Comentar, porque é um desejo meu tomar mais informações sobre acordo Mercosul/União Européia e a relação deste com a Alca.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador Luiz Felipe Macedo Soares.

O SR. LUIZ FELIPE MACEDO SOARES – De fato, há um paralelismo. Ambas as negociações são extremamente importantes. Negociaram acordo de livre comércio com a segunda potência econômica mundial, que é a União Européia, e principalmente neste ano em que a União Européia recebe dez novos membros, é extremamente importante. E nós vínhamos negociando em várias rodadas e, no ano passado, houve um hiato, cerca de cinco meses, porque depois de uma rodada de negociações, em meados do ano, em junho, ambos os lados preferiram esperar que houvesse a reunião da OMC, em Cancún, para ver como isso poderia influenciar o processo. Não influenciou porque a reunião de Cancún não gerou acordos. Feito isso, imediatamente, depois, no mês de novembro, tivemos uma reunião em nível ministerial, em Bruxelas, com os Ministros encarregados do comércio, no caso o Brasil estava o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior, demais Ministros dos países do Mercosul, e do lado da União Européia o Comissário de Comércio o Sr. Pascoal Lamy e o Comissário de Relações Christopher Patten. Inclusive, a presença de ambos os Comissários nesse reunião ministerial, mostrava a importância que a Comissão Européia dá a essas negociações não por um cunho meramente comercial mas um cunho no âmbito da política externa da União Européia.

Foi extremamente relevante o resultado porque se determinou, se acordou um calendário extremamente ativo de reuniões, iniciado ou reiniciado, logo depois, no começo de dezembro e prevendo uma série de reuniões e a próxima, aí, se chama de Comitê de Negociações Birregionais – ou CNB. Nós teremos a próxima reunião em Buenos Aires, agora, no começo de março.

Em maio, à margem da reunião América Latina e Caribe e União Européia – que será a terceira – desde que houve a primeira reunião, que, se não me engano, no ano de 1999 ou 2000, no Rio e, depois, houve a reunião em Madri. Agora, haverá a reunião em Guadalajara, no México. Á margem dessa reunião, os responsáveis dos países do Mercosul e da União Européia, irão avaliar, então, o andamento das negociações e tomarem as medidas que forem necessárias, com o fim que tem sido reafirmado, por ambos os lados, que é o de buscarmos um acordo até o mês de outubro. Portanto, nessa corrida, a União Européia ganha, aí, por um par de meses, tudo correndo bem. Evidentemente, não é fácil. Não é fácil, principalmente, no que se refere, como sempre, à agricultura. A agricultura é o ponto central das negociações, em matéria de comércio brasileiro, porque é a área, indubitavelmente, em que o Brasil detém uma competitividade sem par e

uma produção extraordinária em inúmeros campos ou produtos da agricultura. Portanto, é vital para o Brasil que nós possamos, justamente, por meio do comércio exterior – que é extremamente travado em termos de agricultura, com os membros conversando aqui – pelas políticas de subsídios, as políticas que distorcem o comércio. A nossa produção só poderá aumentar se nós tivermos mercado e nós, normalmente, teríamos mercado se não fossem as barreiras que se antepõem à entrada dos nossos produtos. No caso, aí há um complicador porque a União Européia, que tem a política agrícola como um elemento também central – mas, aí nada tem a ver com competitividade ou com alta produção mas com problemas políticos internos que variam de país para país, em termos de dimensão, principalmente em países como a França e Espanha e menos em outros países tradicionalmente em que a agricultura joga um papel menor como no Reino Unido. Mas, enfim, há aí uma política agrícola comum que envolve, tal como ou até mais que nos Estados Unidos, uma dosagem imensa de medidas de subsídios de outras que distorcem o comércio. O que acontece é que está havendo também – e, proximamente, deverá ter continuidade – a rodada chamada de Doha, a rodada do desenvolvimento da Organização Mundial do Comércio, esta que foi objeto da Reunião de Cancún e que terminou sem resultados. Mas os países não abriram mão de continuar com as negociações. Na rodada da OMC, que envolve, aí, todo o universo, a União Européia, os Estados Unidos e outras potências, inclusive o Mercosul e outros países que estão no chamado G-20. Enfim, temos a agricultura também como um ponto focal e importante.

O que tem criado problema na negociação Mercosul – União Européia é o fato de que a Europa até agora não conseguiu fazer uma oferta quantificada, clara em termo de produtos agrícolas. O que ela está disposta a oferecer de abertura aos produtos agrícolas do Mercosul? Não havendo essa proposta, evidentemente a negociação fica um pouco etérea, porque o que nos interessa mais não nos é ofertado ainda. O que se põe para a União Européia, segundo explicação – não estou entrando em todos os detalhes, evidentemente – é que eles não querem ofertar ao Mercosul algo que depois eles ofertariam de novo na OMC, e o Mercosul, digamos, ganharia duas vezes: uma concessão no bilateral e outra, na OMC, pagando, assim, a União Européia duas vezes. Então, o que eles querem é um pouco jogar com isso.

Mas o problema é que não sabemos exatamente o andamento das negociações na OMC e continuam os responsáveis pela União Européia decididos a, qualquer que seja a situação, chegar a um acordo com o Mercosul. Isso os levará a algum tipo de proposta e é possível que venha acontecer agora na reunião de março em Buenos Aires. É difícil prever como será. Tenho impressão de que a União Européia tenderá a fazer uma oferta que seja parte bilateral e que outra parte se projete para o multilateral. Enfim, será algo evidentemente complexo e não vale a pena agora, porque não sei como será, fazer previsões. Mas é esse o problema principal. Eu diria que para os demais problemas temos condições de encontrar solução, pois são sempre negociações complexas e abarcam toda a gama de, não só produtos agrícolas, evidentemente, industriais, mas todas as questões relativas a serviços, investimentos, solução de controvérsias e outros temas, tudo isso será um acordo de livre comércio atualizado.

Penso que há razões de otimismo, pois a Europa vê aí uma boa oportunidade no acordo com o Mercosul. A União Européia já tem acordos com o México, com o Chile, são esses os acordos que existem da União Européia no nosso hemisfério. Mas, curiosamente, vejam bem, a União Européia nunca quis negociar com os Estados Unidos. Ela não se expõe a isso, não há nenhum acordo transatlântico entre a Europa e os Estados Unidos. Mas, há, sem dúvida, interesse em negociar conosco.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Embaixador, por que não propomos que a União Européia se anexe ao Mercosul ou vamos para a União Européia? Temos fronteiras comuns com a União Européia: a Guiana Francesa.

O SR. LUIZ FELIPE MACEDO SOARES – É verdade. Mas eu tenho impressão de que em parte isso vem também de sua origem meridional, que deve haver muito no seu sangue de europeu, mais do que no meu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradecendo especialmente ao Senador Eduardo Azeredo...

(Risos)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu falei embaixador?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito me honraria, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Eduardo Azeredo, juntamente com o Deputado João Castelo, seremos quatro Senadores e cinco Deputados Federais e iremos na próxima semana ter um encontro parlamentar Brasil – México. Inclusive as informações que estamos aqui recebendo serão muito relevantes para nosso conhecimento ali no Parlamento mexicano.

Tem a palavra o Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, prezado Presidente Dr.

Rosinha, Presidente da nossa Comissão do Mercosul, Deputada Maninha, Deputado João Castelo, enfim, Deputados e Senadores presentes, quero primeiro dizer que sei bem da dificuldade que é negociar uma questão como essa ligada à Alca. Pudemos já acompanhar uma das reuniões – a de El Salvador – e vimos que a preponderância, evidentemente, dos Estados Unidos é muito expressiva, é muito clara. Até questões menores, como, por exemplo, a de que o Brasil pudesse ter sua língua, a língua portuguesa, também falada ou traduzida, pelo menos, nesses encontros não foram feitas, até agora acredito que ainda não continua a questão pendente...

O SR. LUIZ FELIPE MACEDO SOARES – Só na plenária...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Só na plenária agora?

O SR. LUIZ FELIPE MACEDO SOARES – Conseguimos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Já conseguiu pelo menos um avanço. Lembro-me de que este era um ponto.

Agora, a questão de o PT – aqui estão alguns Parlamentares do PT – apanhar com a Alca, acho que agora é a vez de o PT apanhar, porque já apanhamos também no passado. Lembro-me de que, quando eu era candidato, numa pequena cidade do interior de Minas a que cheguei, em frente à igreja estavam lá vários cartazes: "Fora com a Alca", "Tucanos e Alca fora", "PT contra a Alca". E eu falei assim: mas o que tenho a ver com isso aqui? Não estou entendendo bem o que está acontecendo. Era o plebiscito. Então, eu acho que nós, do PSDB, já apanhamos por conta da Alca, então agora deixemos que o PT apanhe um pouquinho também. Ele tem que se acostumar com esse ônus, evidentemente, de um assunto que é polêmico por sua natureza, porque, evidentemente, quando se está discutindo interesses econômicos, culturais e políticos, é claro que não é fácil chegar a uma solução que agrade a todos. Mas eu queria me ater a dois pontos: sou favorável à Alca, estou acompanhando a questão como um todo, na verdade houve até uma reunião em Minas Gerais em 1997, em Belo Horizonte, foi um encontro que definiu alguns parâmetros em relação a como se daria a discussão da Alca, mas sou favorável em termos. Sou favorável dentro de que tenhamos realmente aí os interesses maiores do Brasil respeitados. Mas há dois pontos que eu queria colocar, mais objetivos; um – não sei até se é possível falar, essa é uma reunião pública – diz respeito a quais são os problemas com os parceiros do Mercosul, como é que se está acompanhando essa questão. Se não for possível falar, tudo bem, não há dificuldade.

Outra questão seria em relação aos próximos passos que vamos ter aí, no caso específico da Alca, até sua conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu sugeriria que, se, porventura, os Embaixadores considerarem que há alguma parte dessa resposta que gostariam de fazer em reunião reservada com os Parlamentares, logo após o término da reunião, poderíamos continuar o diálogo, se for esta a avaliação que os Embaixadores tiverem. Mas primeiro teremos a resposta aberta, pública, da maneira como considerarem, então. Com a palavra o Embaixador Luiz Felipe Macedo Soares.

O SR. LUIZ FELIPE MACEDO SOARES – Obrigado, Sr. Presidente. Bem, acho que é perfeitamente possível responder a essa pergunta sobre a posição dos países no Mercosul. Primeiro, aliás, faço uma referência à introdução de sua intervenção, que se referia ao que havia dito a Deputada Maninha sobre a participação da sociedade civil brasileira. Devo dizer que isso é motivo para mim de muito orgulho em relação a meu País, porque não há seguramente nenhum outro país no hemisfério em que haja uma participação da opinião pública tão ativa nessa questão. Certamente, se V. Exª andar por uma rua de qualquer cidade nos Estados Unidos, grande ou pequena, e perguntar, as pessoas vão ficar boquiabertas, porque não sabem o que é e vão perguntar o que é Alca. Vão pensar que Alca é um nome de remédio ou algo assim. Não têm a menor idéia.

Mesmo nos países do Mercosul não é grande a atenção da opinião pública, é maior, claro, do que nos Estados Unidos. No México, acho que é muito pequena. Morei no México um ano atrás e, realmente, não era um tema relevante. Aparecia na imprensa, mas não era um tema de preocupação popular, até porque o México, já, há dez anos, tem um tratado de livre comércio com os Estados Unidos e com o Canadá, o Nafta.

No ano passado, quando enfrentamos, inclusive, em sintonia com a opinião pública, quando o Governo enfrentou as questões que se punham ao País sobre essa negociação e também, inclusive, em relação a coisas que foram ditas pelo Embaixador Bahadian, é sempre bom deixar claro que a solução não era sair, a solução não era isolar-se e sair da negociação. O livre comércio é, em princípio, interessante. Devemos buscá-lo, sem dúvida alguma. O problema é justamente como encontrar a melhor solução para essa equação, que é uma equação de diferenças de países, o envolvimento, por exemplo, da maior economia do mundo. Não é fácil solucionar essa questão, mas o resultado não pode ser uma simples recusa se se verificar impossível chegar a um resultado, mas não é essa a nossa perspectiva. O que temos é que enfrentar os

problemas e enfrentar os problemas considerando todas as variáveis e olhando, como foi dito aqui, numa perspectiva de futuro.

Quando enfrentamos essa situação no ano passado, tivemos que pensar como reformular o contexto da negociação, a arquitetura da negociação, sem dúvida alguma, tenho a impressão de que V. Exª estava na reunião do Comitê de Negociações Comerciais, em São Salvador, que foi a primeira vez em que o Mercosul expôs idéias de mudar o sentido da negociação. Como é normal toda vez que ocorre algo assim, houve um elemento de surpresa. Inclusive na época, saiu muito no noticiário assim: Mercosul, o Brasil, propôs alguma coisa e não foi aceito.

Evidentemente que não poderia ser aceito. As pessoas nunca tinham ouvido falar naquelas idéias. Elas estavam todas mentalmente dirigidas para uma espécie de máquina negociadora, que se desenrolava, aparentemente, inexoravelmente, de modo que, em muitos países, realmente, houve uma reunião, mais ou menos, de reflexão entre chefes de delegação, e me lembro de que boa parte dos delegados de vários países ficavam simplesmente repetindo uma espécie de litania sobre as ambições amplas que decidiria manter na negociação e ter a Alca abrangente. Era uma espécie de coisa quase religiosa e um pouco tentando exorcizar aquela coisa que tinha aparecido ali e que não estava prevista.

Nesse contexto, é bem verdade que o Brasil atuou no Mercosul como o detonador dessa questão e não estavam necessariamente todos os países do Mercosul pensando dessa forma. Como havia dito também, a pressão da opinião pública não é igual. Os Governos não estavam necessariamente alertados, além do mais foi um ano, o ano passado, dentro do Mercosul, de troca de Governos em três países: o nosso primeiro; depois, no fim de maio, o Governo argentino. Portanto, quando lançamos as idéias iniciais sobre a mudança do contexto negociador, um governo partia e antes houve um processo eleitoral. Portanto, só naquele momento um novo governo se estabeleceu. Devo dizer que a Argentina percebeu de forma extremamente ágil todas as questões que estávamos levantando e muito rapidamente houve uma sintonização de posições. Depois, houve a mudança de Governo no Paraguai que se deu mais propriamente em agosto, quando já tinha havido a reunião de São Salvador. Por essa razão, o Governo do Paraguai teve de adaptar-se e interar-se ao Mercosul. Evidentemente, isso ocorre no Mercosul com o menor mal, apenas com discussões. O Uruguai foi o único País que não mudou de Governo no ano passado, mas também tinha suas dificuldades. Inclusive, tem que se levar em conta a extrema assimetria que existe no Mercosul entre Brasil e Argentina de um lado e os sócios menores do outro. O Uruguai tem uma economia extremamente baseada em alguns produtos agrícolas e via a Alca como uma possibilidade de ouro para realmente poder conquistar mercados. Basicamente os mercados dos Estados Unidos venceram as barreiras que sofrem a carne e outros produtos uruguaios.

O fato é que a realidade das negociações não demonstravam que as coisas ocorreriam assim. Sem dúvida nenhuma, houve muitas discussões porque trabalhamos de forma democrática no Mercosul. Devo dizer que na reunião do Comitê de Negociações Comerciais posterior à de São Salvador, ocorrida em Trinidad and Tobago, quando apresentamos de forma mais articulada nossas intenções, houve dificuldades e ficou sobejamente visto que havia muita relutância do lado uruguaio. Por isso, trabalhamos muito e tivemos de flexibilizar coisas, mudar redações e admitir formas mais convenientes ao Uruguai e também ao Paraguai.

Como foi mencionado pelo Embaixador Bahadian, na reunião de Puebla a união de posições do Mercosul ficou patente. Já chegamos com um documento pronto. Ainda que não seja vedado o uso da palavra aos outros países, basicamente quem apresenta a posição é a Presidência **pro tempore**. Neste semestre, a Argentina. Devo registrar que tudo ocorreu bem.

Cheguei hoje, na hora do almoço, de Montevidéu, onde estive, entre outras coisas, conversando na Chancelaria uruguaia sobre o Mercosul. Realmente nossa visão é de que devemos aproveitar as próximas semanas para realizar reuniões internas no Mercosul e com outros países, eventualmente, para abrir o caminho para um resultado na segunda quinzena de março, em Puebla.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador Ademar Bahadian.

O SR. ADEMAR BAHADIAN – Senador, tenho muito pouco a acrescentar, mas considero a pergunta muito importante em suas duas dimensões e gostaria de apresentar minha visão.

Como o Embaixador Macedo Soares colocou claramente, houve no processo de mudança da discussão da Alca dificuldades diversas de compreensão dentro do Mercosul. Temos de encarar a possibilidade de que a Alca também é um desafio para o Mercosul, não apenas para o Brasil isoladamente, para a nossa indústria ou para a nossa agricultura. A Alca também coloca em xeque nosso compromisso de integração regional. Não podemos tapar o sol com a peneira, existe um risco bastante claro de que, dependendo de como lidemos com esses desafios, as forças desagregadoras podem ser mais fortes que as aglutinadoras. Acredito que o que está ocorrendo neste momento, felizmen-

te, claramente demonstrado pela reunião de Puebla, é que estão se consolidando as forças agregadoras do Mercosul, porque temos efetivamente interesses comuns muito claros com nuances em alguns casos, como, por exemplo, países do Mercosul em que é mais importante lutar contra subsídios do que propriamente acesso a mercados, mas isso, no fundo, resulta em questões de detalhe. Não nego que haja necessidade muito grande de olharmos para o Mercosul com muita atenção, proteger o que já conquistamos e aprofundar o que temos. Não acredito que seja tranqüilo, que a Alca não colocará desafios subseqüentes como já vem colocando para nós.

Tenho que falar de forma genérica, como estou fazendo. Talvez o tema exigisse uma discussão muito mais ampla, mas eu não queria deixar passar minha visão de co-Presidente, não necessariamente de negociador, minha preocupação de que se tenha cuidado com essas integrações regionais também.

Senador, se V. Exª permitir, farei menção ao que V. Exª disse falou de que quando estávamos no Governo o PSDB levou sua taxa de crítica e agora o PT está levando. Isso é ótimo, porque, na realidade, como S. Exª sabe, o próprio Presidente Fernando Henrique disse que o problema da Alca não é de Governo, é de Estado. Então, independentemente do Governo do qual estejamos, por caso, neste momento, sob orientação, o problema da Alca afeta o Estado ao longo de vários anos. Isso é suprapartidário devemos encarar dessa forma também.

Quando o senhor pergunta sobre passos futuros, penso que estamos ainda vivendo momentos muito sensíveis e muito delicados. Se chegarmos a acordo em Puebla – linha na qual estou trabalhando – acredito que o acordo seja possível. Eu e meus colegas temos trabalhado nessa linha. Mas, se por acaso o acordo não sair, há riscos, há preocupações que devemos levar em conta, porque, certamente, o fato de não sair não significará que haverá um estancamento puro e simples dessas negociações. Creio que alguns países do Mercosul poderão ser atraídos por jogos de acordos bilaterais, não excluo. Não há dúvidas de que estamos diante de uma geopolítica grave, séria. Não é à toa que estamos discutindo isso há muito tempo. Realmente acredito que as forças centrífugas hoje são mais fortes que as de afastamento.

V. Exª tem toda razão, preocupa o que vai ocorrer com a nossa configuração geográfica.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Estamos nos aproximando do final. O Deputado João Castelo disse que abriria mão de fazer indagações. Eu agradeceria se ainda puder abusar um pouco da gentileza de os Embaixadores estarem aqui presentes, pois gostaria de colocar alguns pontos.

Primeiramente, hoje há na **Gazeta Mercantil** um artigo sobre Alca no México, feito por Sérgio Haberfeld, que é Presidente do Conselho da Câmara Americana de Comércio e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que traz uma análise da reunião.

Ressalto que, de um lado, S. Sª aborda como a delegação dos Estados Unidos, juntando-se ao chamado Grupo dos 14 ou Grupo dos Aliados, estabeleceu as coisas:

É claro que tudo foi uma estratégia de negociação muito bem traçada para que os reais interesses dos membros do G-14, principalmente dos Estados Unidos, pudessem ser defendidos. Mas o Brasil – creio que está dizendo que ali estiveram negociando – também teve suas estratégias, as quais foram defendidas. No ponto relativo ao acesso a mercados, por exemplo, propusemos colocar todo o universo tarifário sobre a mesa. Já os representantes do Grupo dos Aliados foram mais cautelosos, incluindo a expressão substancial do comércio para indicar que pretendiam excluir alguns itens das negociações, o que foi um dos grandes impasses.

Ele termina a análise, dizendo:

Um projeto grandioso como a Alca não pode ser enterrado só porque uma reunião não terminou no prazo. Querem matar algo que ainda nem nasceu. E isso não significa vantagem para ninguém.

Como ambos – creio – leram o artigo inclusive na íntegra, gostaria que fizessem comentário sobre o assunto, porque aqui está a análise de um empresário que tem grande interesse em promover o desenvolvimento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos e que participou, assim como a Deputada Maninha, do evento. Parecem-me interessantes alguns aspectos que abordou. Apreciaria se pudessem tecer comentário a respeito.

Gostaria também de ouvir a análise de ambos sobre um dos aspectos que o Embaixador Luiz Felipe Macedo Soares aqui mencionou: o livre trânsito das pessoas. No âmbito do Mercosul, desenvolveu-se um avanço significativo e, com respeito aos Estados Unidos, temos observado dificuldades crescentes, seja por causa da construção do muro, que está ao sul da fronteira dos Estados Unidos com a América Latina, seja em face do que ocorreu com o 11 de Setembro, tragédia com a qual nos consternamos, mas que fez com que os Estados Unidos tornassem ainda muito mais rigoroso o controle das fronteiras no tocante ao livre trânsito de pessoas.

Então, gostaria de saber em que medida os representantes dos Estados Unidos estão dialogando sobre isso, se, por exemplo, o Mercosul e os países a

ele relacionados, além dos países latino-americanos têm proposto. Por que vocês não terminam logo com esse muro, se estão propondo que acabe o muro de Israel com a Cisjordânia e recomendaram fortemente que nem construam aquele muro?! Será que vocês não poderiam, então, acabar com esse muro e caminhar na direção do livre trânsito das fronteiras, que, por exemplo, caracteriza a União Européia?

O outro aspecto sobre o qual gostaria de ouvi-los é se há nas negociações, no diálogo entre os representantes dos Estados Unidos e demais países das Américas, alguma consideração sobre quais os efeitos, do ponto de vista da competitividade das economias, dos diversos sistemas de transferência de renda que existem nos diversos países. É possível que não haja muita consciência disso. Mas notem que o grau de competitividade de uma economia como a dos Estados Unidos da América está significativamente influenciado pelo fato de eles terem criado uma forma de Imposto de Renda negativo parcial, conhecido como EITC, pelo qual toda família cuja renda não alcança determinado patamar de até US$33 mil – por exemplo, uma família de duas ou mais pessoas – passa a ter o direito de receber um crédito fiscal na faixa de US$0,00 a US$10 mil, 40% do rendimento da família. Se a família tem uma renda anual de US$10 mil, ela recebe US$4 mil a mais para que sua condição seja melhor do que se recebesse apenas aquela remuneração.

O EITC foi instituído em 1975. E progressivamente aumentado, muito aumentado, no Governo Bill Clinton. E de 1992 para 1993, isso contribuiu inclusive para que a taxa de desemprego nos Estados Unidos, que era da ordem de 7,5%, antes do início do Governo Bill Clinton, ao final de seu governo, fosse de aproximadamente 3,9%. Hoje está mais alta. O exemplo foi seguido por vários países que competem diretamente com a economia norte-americana. O Reino Unido instituiu, há alguns anos, o **Family Tax Credit**, mecanismo de natureza semelhante. Teve importância o EITC no sistema norte-americano. No ano passado, por exemplo, a comunidade norte-americana pagou a mais de vinte milhões de famílias US$35 bilhões, aproximadamente.

Então, o que observo? Se nós brasileiros não percebemos que os Estados Unidos colocam um acréscimo de remuneração para seus trabalhadores, se não houver algo como o criado no Reino Unido, estaremos sendo menos competitivos do que eles. Portanto, chamo a atenção para o fato de que esse aspecto é importante. Quando aqui tenho propugnado – agora já é lei aprovada, será instituída gradualmente – que haja uma forma de Imposto de Renda negativo –o Bolsa Família pode ser visto como uma modesta forma de Imposto de Renda negativo – tenho colocado a Renda Básica de Cidadania, a meu ver, é um instrumento consistente para que a economia brasileira se torne mais competitiva. Ou seja, um instrumento ao mesmo tempo capaz de contribuir para a erradicação da pobreza e a fome, a melhoria da distribuição da renda e o aumento da competitividade. É importante que os países do Mercosul, da América Latina e de todas as Américas percebam isso. Existe um Estado dos Estados Unidos, o Alasca, em que foi instituída, há 24 anos, uma forma de renda básica, através do dividendo do Fundo Permanente do Alasca, que fez daquele Estado a mais igualitária economia dentre as economias dos 50 Estados norte-americanos. Foi um passo bem-sucedido. E creio que as negociações internacionais, a consciência do fato e o diálogo a respeito são importantes.

Finalmente, gostaria de concluir perguntando aos dois Embaixadores, Luiz Felipe Macedo Soares e Ademar Bahadian, para que possam nos dar aqui sua avaliação com respeito a quão distante estamos daquilo que está sintetizado de uma maneira tão bela numa canção – e até fez com que essa canção de John Lennon fosse uma das mais tocadas, cantadas, ouvidas nas últimas duas décadas no mundo. Então, vou aqui traduzir a letra para que ambos possam refletir: será que a Alca possa um dia chegar a isso? Será que a União Européia está mais próxima disso? Será que um dia vamos poder chegar ao que o John Lenonn disse na sua bela canção?

Imagine que não haja o paraíso – é tão fácil se você tentar –, nem o inferno, embaixo de nós. Acima, apenas o céu.

Imagine todas as pessoas vivendo para o dia.

Imagine que não haja países. É difícil pensar nisso. Nada para você matar ou morrer para, nem mesmo a religião.

Imagine todas as pessoas vivendo a vida em paz.

Imagine que não haja possessões.

Fico pensando se você é capaz disso. Nenhuma necessidade de avareza, de ambição desmedida ou de fome. Uma fraternidade de pessoas.

Imagine todas as pessoas partilhando todo mundo.

Você pode pensar que sou um sonhador, mas não sou o único. Espero que um dia você se juntará a nós, e o mundo será apenas um só, onde todos nós viveremos.

O SR. ADEMAR BAHADIAN – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Serei muito breve, porque realmente o que V. Exª levanta são temas da mais absoluta importância e que na Ala efetivamente não estamos sequer tangenciando.

A idéia de um imposto negativo, na Alca, é uma anátema. Quando se fala em fundos compensatórios, nem sequer de consegue elaborar um estudo que leve em conta fundos compensatórios, de maneira que a idéia de qualquer coisa mais ambiciosa, mais de direção social como V. Exª está levantando, não vejo a curto prazo possibilidade de prosperar.

Com relação à idéia de se ter, por exemplo, na Alca também uma espécie de compensação para a eliminação de determinadas culturas agrícolas, que poderia ser uma hipótese, eu queria dizer que nos Estados Unidos, além dos mecanismos lembrados por V. Exª, os próprios Estados Unidos também têm mecanismos adicionais de compensação interno que eles não transferem ou não querem transferir para o setor externo, por várias razões, entre outras razões, porque temos que convir que eles sabem que, se aceitarem esse tipo de coisa, o dono do cofre maior são eles mesmos, haverá uma demanda muito grande e que certamente o Congresso americano jamais aprovará, o cidadão americano jamais aprovará. Isso não há a menor dúvida.

Mas, acredito que nós internamente possamos, aí sim, fazer alguma coisa. E quero lhe pedir permissão para felicitá-lo pelas medidas que V. Exª vem propondo no Congresso, que têm obviamente minha admiração há muitos anos. Acho que terá um impacto social muito grande e quero aqui publicamente manifestar minha solidariedade e meu agradecimento.

Com relação à música do John Lennon, **Imagine**, que virou um hino há muitos anos de paz, um hino que eu próprio me lembro muito mais jovem do que hoje cantava também. Queria dizer que continuo acreditando que é uma das maiores poesias já escritas em música popular. Mas penso que, com toda honestidade, falando em termos de Alca, a música que eu me lembraria era do Chico Buarque, não sei o título, mas tem aquela frase inicial "Pai, afasta de mim este cálice." (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador Luiz Felipe Macedo Soares, diante desta observação do Embaixador Ademar Bahadian, fico pensando se "Pai, afasta de mim este cálice", de Chico Buarque, se adaptaria a essa análise. Mas, se porventura, pudessem os brasileiros e os demais americanos mostrar aos Estados Unidos, ao Governo dos Estados Unidos, seja o republicano ou democrata, se vencerem as eleições, que o importante é que haja uma perspectiva de integração que não seja apenas do ponto de vista do capital, dos proprietários, sobretudo nas grandes empresas que desejariam estar vendendo seus bens e serviços através das fronteiras, sem quaisquer barreiras, fazer movimentar os seus capitais sem quaisquer barreiras e, ao mesmo tempo, esquecendo-se de que mais importante ainda são os serem humanos, porque, aí, quem sabe, a música poderia ser outra, não é verdade?

O SR. LUIZ FELIPE MACEDO SOARES – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Embaixador Luiz Felipe Macedo Soares.

O SR. LUIZ FELIPE MACEDO SOARES – Sr. Presidente, antes toco na questão do livre trânsito, que abordei muito de passagem antes. De fato, essa é uma questão que a meu ver tem que ser parte de um verdadeiro processo de integração.

Lembro-me, nos anos 1980, estava servindo em Paris, e justamente a União Européia, que ainda então se chamava Comunidade Econômica Européia estava-se preparando para receber a entrada dos países ibéricos, Espanha e Portugal. Ainda naquele momento, Portugal tinha coisa de 10 anos desde o fim do regime salazarista e a sua continuação, desde a revolução dos escravos. Então era um País ainda muito longe do que é hoje. A emigração portuguesa, em toda a Europa, a emigração para todos os países da Europa e a colônia portuguesa na França, em Paris especialmente, era muito grande.

Lembro-me que eu estava num barbeiro e ouvindo aquela conversa, havia ali uma unanimidade de preocupação, a começar do próprio barbeiro, que achava que, no dia que Portugal entrasse na Comunidade Européia, enfim, então é que seria uma invasão total do mercado de trabalho francês, no caso, pelos portugueses, e que ele, por exemplo, poderia ser um dos primeiros e, naquele salão, estariam só barbeiros portugueses, aceitando salários mais baixos, etc.

Na realidade, não aconteceu nada disso. Diminuiu a presença de portugueses nos outros países da Europa, inclusive na França, e Portugal ganhou um nível de prosperidade que, absolutamente nunca teve nem no tempo de Pedro Álvares Cabral. Isso tudo mostra que o livre trânsito, quando existe a integração, isto é, quando existe uma intercomunicabilidade das economias, quando existem mecanismos financeiros, por exemplo, de fundos de compensação, de sistemas de renda que visam estabelecer, na medida do possível, o nível de competitividade entre os meios, os níveis de vida, os sistemas de trabalho e tudo o mais, isso tudo realmente permitiria a total abertura das fronteiras – fora é claro o direito que todos têm de querer viajar, de querer experimentar vidas diferentes em outros pa-

íses. Mas, na verdade, a grande maioria das pessoas quer viver, eu não diria nem no seu País, mas na sua cidade, no seu bairro. Essa é a norma das pessoas.

Portanto, tudo isso mostra que o que eu sinto na música do John Lenon, que é um poeta e um compositor da nossa geração, da qual eu muito me orgulho, é que justamente essa questão do **Imagine** é uma incitação à coragem. A coragem justamente de enfrentar, de criar situações novas que não existem e que permitem realmente liberar energias que estão reprimidas pela pobreza, por muros nas fronteiras e por outras formas de paralisação da comunicação entre as pessoas.

Tenho a impressão de que nós não podemos perder de vista o que está ao final da letra que é nos juntarmos a esse grupo, sem o receio de ser irrealista.

Nós aqui, o Embaixador Ademar Bahadian e eu tento também, negociamos essas coisas, às vezes assistindo a situações de avareza ou outros problemas e muito medo. Mas tentamos um pouco, sem sermos ingênuos, lançar idéias que podem funcionar. A posição do Brasil, ao contrário do que possa parecer, é aberta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª quer comentar o artigo?

O SR. LUIZ FELIPE MACEDO SOARES - O artigo do Haberfeld, pelo que entendo, ele realmente viu a reunião de forma muito clara. A existência de duas estratégias que se defrontaram e que é normal em uma negociação, na verdade, levaram ao que eu dizia antes, a um entendimento. O primeiro estágio do acordo é um entendimento das posições, do que cada um mais ou menos pretende e de que formas propõe.

Essa interrupção levará – estou praticamente seguro – à possibilidade de uma síntese. De modo que eu acho que ele viu bem. É interessante que ele não toma, como representante da Câmara Americana de Comércio uma posição... Ele entende perfeitamente a posição brasileira. É um artigo, nesse contexto, muito positivo. Infelizmente, tenho visto muitas manifestações, tenho visto outras positivas. Não interessaria elogiar a posição do Brasil, mas entender a posição brasileira. Isso é importante.

Tenho visto muitas manifestações simplesmente de não-entendimento, não-compreensão e de praticamente querer quase impor que a posição brasileira tinha de ser necessariamente, que só teria sentido uma posição que se adequasse imediatamente à dos Estados Unidos e de outros países. Não é verdade porque estamos negociando abertamente, com todas as dificuldades. Creio que esse tipo de visão só ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quero agradecer a presença dos Embaixadores Luiz Filipe de Macedo Soares e Ademar Bahadian.

Gostaria de transmitir ao Senador Eduardo Azeredo e ao Deputado João Castelo que, comigo, participarão da reunião, na próxima semana, do Grupo Parlamentar Brasil/México. Distribuí, hoje, o roteiro dos grupos de trabalho que haverá e para os quais deveremos designar pessoas para fazer breves comunicações. Peço a V. Exªs que observam, até amanhã, a respeito de qual tema gostariam de dar uma contribuição, dentre os seis que estão aí. Se puderem comuniquem-me amanhã. Se por ventura tiverem interesse, dialoguem com outros membros que queiram de dar sua contribuição. Dialoguei com ambos. A Senadora Cecília Romero gostaria muito que fosse designado o Presidente. Como a Deputada Zulaê Cobra não pode ir porque está disputando a prévia como candidata à Prefeita, pelo PSDB, em São Paulo. Sendo eu o Presidente, fui mencionado como Presidente da delegação. Só posso ser considerado Presidente com a anuência de V. Exªs. Então, vou assumir a responsabilidade. O Senador Rodolpho Tourinho já manifestou que está de acordo. O Senador João Alberto, creio, também estará. Sendo V. Exª o representante dos Deputados, dos membros da delegação, na reunião que convoquei para esta finalidade, vou assumir.

Dou por encerrada a reunião. Agradeço a presença dos Deputados Dr. Rosinha e João Castelo, bem como dos demais que aqui estiveram.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 21 horas e 12 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Primeira Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no dia quatro de março do ano de dois mil e quatro, às dez horas.

Às dez horas do dia quatro de março do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JOÃO ALBERTO SOUZA, JEFFERSON PÉRES, JUVÊNCIO DA FONSECA, MOZARILDO CAVALCANTI, SIBÁ MACHADO, FÁTIMA CLEIDE, EDUARDO AZEREDO, JOÃO RIBEIRO, FLÁIO ARNS, LUIZ OTÁVIO, JOÃO CAPIBERIBE, TIÃO VIANA, EDISON LOBÃO, ANTÔNIO CARLOS**

MAGALHÃES, MARCELO CRIVELLA, ARTHUR VIRGÍLIO, MARCO MACIEL, GILBERTO MESTRINHO, PEDRO SIMON, RODOLPHO TOURINHO. O Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE** tem sua ausência justificada. A presente reunião destina-se à Audiência Pública com a presença do Ministro da Defesa, Senhor JOSÉ VIEGAS FILHO, acompanhado dos Senhores Tenente-Brigadeiro-do-Ar LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO, Comandante da Aeronáutica; Brigadeiro-do-Ar APRÍGIO EDUARDO DE MOURA AZEVEDO, Chefe do Sub-Departamento de Desenvolvimento e Programa (SDDP) e Coronel do Exército LUIZ MENSÓRIO JÚNIOR, Chefe da Divisão de Políticas Setoriais do Ministério da Defesa e do Ministro da Justiça, MÁRCIO TOMAS BASTOS, acompanhado do Presidente da FUNAI, Senhor MÉRCIO PEREIRA GOMES para prestarem esclarecimentos sobre a questão de demarcação de terras indígenas nos Estados do Mato Grosso do Sul e de Roraima, notadamente a Reserva Raposa-Serra do Sol, tendo em vista os conflitos ocorridos e iminentes, inclusive entre etnias indígenas, objeto do Requerimento N° 02, de 2004/CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti; bem como sobre o Processo de Licitação da compra de aviões pelo Comandante da Aeronáutica para defesa e soberania nacional. O Senhor Presidente convida os Ministros e demais autoridades supracitadas para comporem a mesa. O Presidente aproveita para anunciar que os Deputados Federais de Roraima enviaram ofícios dizendo que gostariam de estar presentes e anuncia a presença dos Senhores Deputados: Rodolfo Alceste Almeida, Francisco Rodrigues, Luciano Castro, Maria Helena, Deputado Almir Sá, Pastor Frankenbergen, Suely Campos, Antonio Carlos Pannunzio e Luiz Carlos Hauly. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra ao Ministro da Justiça, **MÁRCIO THOMAZ BASTOS** para sua exposição. O Senhor Presidente anuncia a presença de representantes de várias entidades, passando a palavra ao Ministro da Defesa, **JOSÉ VIEGAS FILHO**. O Senhor Presidente solicita ao Ministro que faça a exposição sobre a compra dos aviões de forma sucinta. Faz uso da palavra o Senador **AUGUSTO BOTELHO**. O Senhor Presidente concede a palavra ao Ministro **JOSÉ VIEGAS FILHO**. Fazem uso da palavra para interpelação os Senadores **JUVÊNCIO DA FONSECA, MOZARILDO CAVALCANTI, JEFFERSON PÉRES, SIBÁ MACHADO, MARCELO CRIVELLA, FÁTIMA CLEIDE** e o Deputado **LUIZ CARLOS HAULY**. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **MÉRCIO PEREIRA GOMES** que faz sua exposição. Os Senhores Senadores **JUVÊNCIO DA FONSECA** e **GILBERTOS MESTRINHO** fazem uso da palavra para interpelação. Passa-se a Extra-Pauta: Item um: Requerimento N° 06, de 2004/CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "requer que sejam convidadas a prestarem esclarecimentos sobre o tema as seguintes entidades indígenas de Roraima: CIR – Conselho Indígena de Roraima; SODIUR – Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima; ARIKOM – Associação Regional Indígena dos Rios Kinô, Cotingo e Monte Roraima e ALIDCIR –Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima". Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. O Senhor Presidente agradece a presença dos convidados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Sessão Legislativa Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Está dispensada.

Gostaríamos de convidar à audiência pública os Ministros Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, e José Viegas, da Defesa, para sentarem-se à mesa.

O Ministro José Viegas Filho está acompanhado dos Srs. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro-do-Ar Aprígio Eduardo de Moura Azevedo, Chefe do Subdepartamento do Desenvolvimento de Programa, Coronel do Exército Luiz Mensório Júnior, Chefe da Divisão de Políticas Setoriais do Ministério da Defesa. Gostaria de convidar também o Sr. Presidente da Funai, Sr. Mércio Pereira Gomes, para estar junto ao Ministro da Justiça.

Por favor, Sr. Aprígio Eduardo de Moura Azevedo, queira sentar-se à mesa. Convido também o Coronel do Exército Luiz Mensório Júnior. Por favor! Por favor! Chefe da Divisão de Políticas Setoriais do Ministério da Defesa!

Os Ministros da Justiça e da Defesa, hoje, prestarão esclarecimentos sobre a questão da demarcação de terras indígenas nos Estados de Mato Grosso do Sul e Roraima, notadamente a reserva Raposa Serra do Sol, tendo em vista os conflitos ocorridos e eminentes, inclusive entre etnias indígenas. Também o Ministro da Defesa exporá sobre o processo de licitação da compra de aviões pelo Comandante da Aeronáutica para a Defesa e Soberania Nacional.

Gostaríamos também de informar que os Deputados Federais de Roraima enviaram ofícios dizendo que gostariam de estar aqui presentes. E são convidados aqui desta Comissão os Srs. Rodolfo Alceste Almeida, Francisco Rodrigues, Luciano Castro, Maria Helena, Almir Sá, Pastor Frankenbergen e Sueli Campos. Deputado Antonio Carlos Pannunzio, do Estado de São Paulo, também se encontra presente. Mais algum Parlamentar? Deputado Federal?

Vamos, então, passar a palavra para o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Gostaríamos de dar a informação de que, em virtude de o Presidente José Sarney ter convocado a Sessão Plenária do Senado para as dez horas, pedimos que a Ordem do Dia seja realizada para que possamos ter o desenvolvimento de nossos trabalhos, possivelmente por volta das doze horas. Então, vamos fazer um esforço, e já avisei aos Ministros o nosso trabalho.

De pronto, agradeço muito a sua presença, Ministro Márcio Thomaz Bastos. V. Exª tem a palavra.

O SR. MÁRCIO THOMAZ BASTOS – Exº Sr. Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, eminente Ministro da Defesa, meu querido amigo José Viegas, Srªs Senadores, Srªs e Srs. Senadores, Srªs Deputadas e Srs. Deputados, Dr. Mércio Perreira Gomes, Presidente da Funai.

Agradeço o convite e a oportunidade de me dirigir a todos os membros desta douta Comissão Parlamentar para falar a respeito das questões das terras indígenas situadas na faixa de fronteira.

Eu trouxe um texto escrito, para a maior segurança, para coordenação do raciocínio a fim de abordar essas questões referentes a terras indígenas nas faixas de fronteira.

Como todos sabem, o tema é da maior importância e atualidade, na medida em que estão em jogo dois valores fundamentais da nossa Constituição: a segurança nacional de um lado, e, de outro, a proteção dos direitos das comunidades indígenas.

Esta é uma oportunidade privilegiada para a discussão do assunto, pois também estão presentes neste plenário o eminente Colega Ministro José Viegas, da pasta da Defesa, e o importante estudioso, antropólogo, escritor e Presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes.

Aproveitemos o momento, portanto, para aprofundar este saudável debate sobre questões que se implicam mutuamente.

Gostaria de afastar, logo de início, um equívoco que é recorrente quando se discute a situação e o regime das terras indígenas localizadas na faixa de fronteira. O equívoco consiste justamente em colocar em campos antagônicos e mutuamente excludentes as necessidades de segurança e o imperativo constitucional de proteção das suas comunidades indígenas. Vista desta maneira, como se elas fossem colidentes e excludentes, a questão é insolúvel.

Enfatizo, contudo, que não há incompatibilidade radical, nem a presença indígena deve prejudicar a atuação das forças de segurança, nem os índios podem ter os seus direitos constitucionais cerceados.

O Governo Federal está fortemente empenhado em construir soluções harmônicas e equilibradas para este problema. E isto exige de nós, responsáveis pelas políticas de segurança pública e de proteção aos índios, muito engenho e arte.

Quero dizer, também, que o Ministério da Justiça está atento à necessidade de preservação de condições plenas de segurança na faixa de fronteira e, naturalmente, não nega a posição estratégica e a importância destas para a defesa nacional, até porque temos por missão garantir e preservar a ordem pública e reprimir os ilícitos que tenham repercussão internacional, que coloquem em perigo os bens, os serviços e os interesses da União.

Lembro, por outro lado, que o controle das fronteiras é exercido constitucionalmente pelo Departamento de Polícia Federal. Daí por que, em matéria de segurança, não deve haver divergências, como não há, mas intensa e profunda cooperação entre as Pastas da Justiça e da Defesa. Isto é pressuposto mesmo para a eficiente atuação do Estado brasileiro, tendo em vista o pleno exercício da soberania nacional. Os dois Ministérios têm trabalhado em estreita colaboração. Não só entre si, mas também com países vizinhos, como em recente acordo internacional celebrado para combater atividades criminosas: tráfico de drogas, armas, plantas e animais, nos rios fronteiriços de Brasil, Colômbia e Peru.

A Constituição, isto é pacífico, reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças, bem como os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. A diversidade étnica e cultural do Brasil é um dos maiores patrimônios nacionais. A ordem jurídica brasileira afirma o direito legítimo dos índios, nossa História obriga que eles sejam efetivamente realizados.

Essa visão conciliadora e equilibrada do problema que tem se refletido nas ações do Governo Federal encontra raízes na nossa tradição política. Basta lembrar que Joaquim Nabuco, um dos maiores estadistas brasileiros, nos idos de 1903, valeu-se da presença dos índios Macuxi para defender os limites territoriais brasileiros na famosa questão da Guiana, que contrapôs o nosso País aos interesses britânicos, na região

onde hoje precisamente se localiza a terra indígena Raposa Serra do Sol.

O argumento foi empregado formalmente diante do Rei da Itália, que era o árbitro chamado a dirimir aquele litígio, em peça cujo brilhantismo foi salientado por ninguém menos que Rui Barbosa.

Com essa breve digressão histórica pretendi oferecer um exemplo concreto de como a defesa dos interesses soberanos nacionais não se opõe, de maneira necessária, aos interesses das comunidades indígenas.

Sustento, portanto, que os índios podem habitar as faixas de fronteiras, sem que isso fragilize a defesa e a integridade do território nacional. Por isso, a presença de índios na área de fronteira também é benéfica e favorável à defesa de nosso território.

Em um Estado que se orienta constitucionalmente pelo princípio republicano como o nosso, toda ação estatal é condicionada pelo direito e há normas jurídicas que disciplinam o acesso e o modo de proceder das forças de seguranças nas terras indígenas, o Estatuto do Índio, art. 34, e o Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002. Portanto, a atuação das forças de segurança nas terras indígenas, seja da Polícia Federal, seja das forças armadas, deve se dar nos estritos limites da Constituição e da lei, na exata proporção em que for necessária e indispensável para a manutenção da ordem pública e da integridade do território nacional. Isso, naturalmente, com todo respeito à incolumidade das populações indígenas.

Aproveito para esclarecer uma questão que pode dar margem à interpretações inexatas. Ao referir-me a comunidades, e não a nações indígenas, pretendo destacar que os índios participam da comunhão nacional brasileira. Ora, a Constituição reconhece a existência de minorias indígenas e institui normas de proteção de sua identidade étnica e cultural, o que compreende suas línguas, tradições, crenças, costumes e organização social.

A norma constitucional fala em populações indígenas, índios ou comunidades indígenas, não nações indígenas. Protege, portanto, as comunidades étnicas e culturais e não nações à margem do Estado brasileiro. Outra questão importante diz respeito ao grau de autonomia das comunidades indígenas para determinar seu modelo de desenvolvimento.

Como todos sabemos, há quatro condições para que uma terra seja reconhecida como tradicionalmente ocupada pelos índios. Devem ser por eles habitadas em caráter permanente, devem ser utilizadas para suas atividades produtivas, devem ser imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários ao seu bem-estar e, por fim, devem ser suficientes para a sua reprodução física e cultural.

Todas essas condições se definem segundo os usos, costumes e tradições dos próprios índios, isto é, conforme a cultura deles e não de acordo com critérios de não-índios. Questiona-se, freqüentemente, o fato de algumas comunidades indígenas, ao longo do tempo, perderem suas características primitivas.

Ora, o índio se define pelo sentimento de pertinência a uma comunidade étnica e cultural. Essa identidade não é estática, congelada no tempo. Não se pretende manter os índios imobilizados em formol. Como qualquer grupo cultural humano, as comunidades indígenas mantêm relações com outras coletividades. A cultura indígena está sujeita a transformações ao longo do tempo. Essa natural mutação por si só não desnatura e nem deve desnaturar a luz do nosso princípio constitucional, a identidade cultural indígena, e o Estado não deve e nem pode ser insensível a essa realidade.

Por fim, no tocante à proteção das fronteiras e do território nacional, matéria mais precisamente pertinente ao âmbito desta Comissão, ela pode ser exercida eficientemente: a) com a adoção de meios tecnológicos, tal como os utilizados no Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam); b) com o aprimoramento do serviço de inteligência policial e militar; c) com a intensificação da presença do Estado por meio de seus órgãos e serviços; e d) com a articulação, cada vez mais presente, felizmente, no Brasil, dos órgãos do Governo Federal, dentre os quais o Departamento de Polícia Federal, a Funai (Fundação Nacional do Índio) e as Forças Armadas.

Em suma, a ocupação das fronteiras por índios não representa empecilho ao adequado resguardo de nosso território, assim como os imperativos de segurança não podem violar os direitos originários e imprescritíveis daqueles que são, afinal, os primeiros brasileiros.

Em Raposa Serra do Sol a ocupação militar está assegurada – falando especificamente de um caso –, uma vez que a Portaria de demarcação da terra indígena deixou de incluir na área demarcada expressamente o Pelotão Especial do Exército Brasileiro.

Pacificação do conflito com justiça. Como já tenho afirmado, não serão adotadas medidas radicais, de modo a que se possa promover uma transição pacífica, ordeira e não violenta.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Aviso aos presentes que o Regimento pede a todos que se mantenham sem se manifestar, a não ser na hora em que forem chamados.

Eu gostaria de informar que estão presentes e são muito bem-vindos representantes de muitas entidades, inclusive diversas lideranças indígenas, como Marinaldo Justino Trajano, Dionísio Tobias, Gregório Lima, Raimundo da Silva, Lea Wapixana, todos Macuxi, Sebastião Carlos Moreira, do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), a Subprocuradora Drª Débora Duprat, da 6ª Câmara, Drª Ana Paula Souto Maior, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Antônio Apurinã, Diretor de Assistência da Funai (Fundação Nacional do Índio), Álvaro Tucano, Martinho Alves, que é Administrador Regional de Boa Vista, em Roraima, Artur Nobre, Diretor de Assuntos Fundiários da Funai (Fundação Nacional do Índio), Rosani Kaingang, Cristina Ribeiro, ex-Deputado Federal Márcio Santilli, que foi Presidente da Funai e hoje é do Conselho Diretor do Instituto Sócio-Ambiental, Deputado Antônio Carlos Pannunzio, do PSDB de São Paulo, Antônio Feijão, da Finama (Fundação Instituto Amazônico de Migrações e

Meio Ambiente), Heloísa Helena de Magalhães, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Manoel Carlos Pereira e Jacy José de Sousa, Manduca Tavares Neto, Lavínia Salomão, Almerindo Raposo, da Organização dos Professores Indígenas de Roraima, Marinaldo Justino Trajano, do Baixo Contigo, Raimundo da Silva, da Raposa, Gregório Lima, Coordenador Regional de Ceris (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais), Dionísio Tobias, do Surumu.

Passamos agora a palavra ao Ministro da Defesa José Viegas, que poderá expor então tanto sobre a questão da área da defesa sobre os conflitos nas áreas indígenas e outras, como também a respeito da compra dos aviões pelo Ministério da Defesa.

O SR. JOSÉ VIEGAS – Muito obrigado, Sr. Senador Eduardo Suplicy, Presidente desta Comissão; querido colega e amigo Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça; Srªs e Srs. Senadores; Srªs e Srs. Deputados; caros amigos e colaboradores; Brigadeiro Aprígio Eduardo Azevedo, que poderá nos assessorar nas questões referentes ao processo do Projeto FX; Coronel Luiz Mensório, que nos assessora na questão indígena; Sr. Mércio Pereira Gomes, Presidente da Funai.

Em primeiro lugar, agradeço ao Exmº Senador Eduardo Suplicy, bem como a todos os Exºs Srs. Senadores e Deputados presentes pelo convite e pela oportunidade de estar neste plenário.

Dirijo-me a V. Exªs para apresentar os meus comentários acerca deste importante tema: a questão indígena em Roraima, ligado à definição de terras indígenas na faixa de fronteira, notadamente aquela área situada no arco amazônico, maior preocupação da defesa na atualidade. Em seguida, estarei à disposição dos senhores para o debate, buscando responder as perguntas que julgarem convenientes.

Antes de dar início à parte substantiva do meu pronunciamento, solicito ao Senador Eduardo Suplicy que me informe sobre a oportunidade em que deva mudar de assunto. Solicito a S. Exª que me oriente quando julgar que isso seja adequado.

Inicialmente, desejo salientar que a Defesa do País considera os direitos inscritos no art. 231 da nossa Constituição como postulados que devem ser reconhecidos por todos como urgentes e fundamentais para os objetivos da justiça social da Nação. Vejo, como todos vêem, que, em certos locais, a questão indígena, bastante complexa, está chegando a um ponto de forte pressão. Não pretendo, nem é da minha competência, pronunciar-me sobre os vários aspectos que a envolvem. Procurarei confinar os meus comentários aos pontos mais relevantes para a ótica da minha Pasta: o ponto de vista da Defesa Nacional.

É do interesse das Forças Armadas manter um estreito relacionamento com as comunidades indígenas em todo o território nacional, particularmente na Amazônia, para manter viva a presença da sociedade organizada na região, especialmente na faixa da fronteira.

Evidentemente, os nossos índios são brasileiros natos, representantes autênticos e dignos da pluralidade étnico-cultural da nossa Pátria e merecedores de todo o esforço no sentido de assegurar o convívio harmônico com os atores sociais e institucionais, dentre eles as Forças Armadas. Estas, pelo seu patriotismo, sua devoção à causa pública e seu afastamento com relação a qualquer interesse particular nessa questão, reúnem as condições necessárias para zelar pelo respeito às normas que regulam as terras indígenas.

Nesse sentido, gostaria de registrar que, por intermédio da Portaria nº 983, de 17 de outubro do ano passado, eu expedi a diretriz para o relacionamento das Forças Armadas com as comunidades indígenas com o propósito de reafirmar esse convívio harmônico e aprimorar o relacionamento entre os militares e os indígenas em todo o território nacional. Assim, as Forças Armadas, quando da atuação em terras ocupadas por indígenas, adotarão, de acordo com as suas competências e atribuições constitucionais e legais, medidas de proteção da vida e do patrimônio do índio e de sua comunidade, de respeito aos usos, costumes e tradições indígenas e de superação de eventuais situações de conflito ou tensão que envolvam índios ou grupos indígenas. Essa convivência implica também o apoio que se

fizer necessário, quando solicitado, e, sempre que possível, com vistas ao bem-estar das comunidades indígenas e à manutenção do excelente histórico relacionamento. Às Forças Armadas cabe defender a Nação, para assegurar a sua integridade territorial e o pleno exercício da soberania do Estado, têm elas também o comprometimento com a unidade nacional e são garantes, em última instância, da lei e da ordem.

Após essa breve introdução, quando procurei deixar claro a V. Exªs as principais premissas e diretrizes que norteiam o relacionamento das Forças Armadas com as comunidades indígenas, passarei agora a abordar alguns pontos relevantes para o Ministério da Defesa a que me referi no início.

O primeiro ponto relaciona-se com a presença das Forças Armadas na faixa de fronteira. Ponto que já foi oportuna e corretamente coberto pelo Ministro da Justiça. Têm as nossas Forças Armadas o dever de fazerem-se presentes em qualquer parte da fronteira, seja terra indígena ou unidade de conservação da natureza, respeitando obviamente os costumes, tradições e as leis que protegem tanto os cidadãos brasileiros quanto o patrimônio nacional. Devem ainda as Forças Armadas colaborar para evitar fissuras ou fraturas no seio da sociedade brasileira e manter a integridade e a soberania nacionais, respaldadas pela Constituição, pela Lei Complementar 97, de 1999, e por todos os dispositivos legais que os envolvem.

Por essa razão, a própria presença das Forças Armadas nas terras indígenas é fundamental e benéfica à defesa do direito desses brasileiros, seja diante de possíveis agressões culturais e físicas, seja no sentido de colaborar com as demais ações governamentais nos serviços de assistência às suas comunidades. Neste contexto, a edição do Decreto 4.412, de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, e sobre o qual nada há a questionar, veio complementar os já existentes instrumentos legais de atribuição das Forças Armadas e declarar as condições em que poderá ocorrer o seu eventual emprego em terras indígenas.

O segundo ponto refere-se à possibilidade, vista com preocupação nas nossas Forças Armadas de que uma interpretação demasiado ampla do conceito de terra indígena, sobretudo nas faixas de fronteira pudesse dar lugar a futuras reivindicações em favor do estabelecimento de nações indígenas, com ordenamento jurídico diferente do que prevalece no território brasileiro como um todo.

Quero deixar claro que me oponho inequivocamente a esse conceito. Julgo mesmo que esse é o sentimento da insofismável maioria, se não de todos os Srs. Parlamentares aqui presentes, assim como o de toda a Nação brasileira. Sendo assim, seria conveniente que deixássemos claro que a busca de criar situações que venham a configurar essa possibilidade é um procedimento inaceitável e inadmissível. A certeza de que o conceito de nação indígena não poderá prosperar contribuirá significativamente para desemocionalizar o clima em que a questão é tratada e para facilitar o encontro de soluções politicamente acertadas.

O terceiro ponto diz respeito a se as comunidades indígenas devem ter um desenvolvimento separado da sociedade brasileira ou devem integrar-se a ela. Muito já se escreveu sobre esse aspecto da questão, mas o fato é que a controvérsia prossegue. Eu, pessoalmente, não estou convencido de que a maioria dos índios na maioria das comunidades deseje o desenvolvimento separado, que os prive talvez dos problemas, mas, certamente, do progresso que uma interação sadia com a sociedade organizada pode lhes propiciar. Vejo o elogio ao desenvolvimento separado partir, com muita maior freqüência, de pessoas e organizações que falam em nome dos índios do que dos próprios índios.

O quarto aspecto a que desejo referir-me é o da vivificação da faixa de fronteira do nosso território. A Pasta da Defesa envolve-se neste aspecto na sua condição de órgão central do sistema de defesa do País e como guardiã da política de defesa nacional, aprovada em 1996, a qual contém, dentre outras, as seguintes diretrizes: contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração regional; aprimorar o sistema de mobilização para atender às necessidades do País; priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa da fronteira, em especial nas Regiões Norte e Centro-Oeste; aprimorar o sistema de vigilância, controle e defesa das fronteiras; e fortalecer os sistemas nacionais de transporte, energia e comunicações.

Nessa condição, o Ministério da Defesa não pode deixar de considerar como relevantes para o desempenho da sua missão constitucional as questões que se referem à administração das áreas de fronteira, sobretudo se causarem reflexos diretos sobre a política de defesa nacional. Entre esses reflexos, podemos citar o aumento dos espaços não povoados, já extensos, por toda a faixa de fronteira da Região Norte do País, dada a baixa densidade demográfica que as comunidades indígenas apresentam, fato para o qual as unidades de conservação da categoria de proteção integral também contribuem; as dificuldades para o estabelecimento de projetos de infra-estrutura que permitam a integração e o desenvolvimento sustentável da região

amazônica e do País em face da restritividade que caracteriza a legislação relativa às terras indígenas e às unidades de conservação da natureza; e a conseqüente desmobilização de atividades produtivas na região, o que se soma à questão dos espaços vazios, diminuindo a própria capacidade do Estado para enfrentar as crescentes denúncias de ilícitos transfronteiriços e ambientais.

É imprescindível para a compreensão da diretriz sobre vivificação entender a faixa constitucional da fronteira na Região Norte do País como uma região insuficientemente ocupada demográfica e produtivamente. Este é o sentido da vivificação constante da política de defesa nacional para a faixa de fronteira: preservar nela a capacidade de ação do Estado, a integridade do território nacional e também a interação ordenada e positiva com os países vizinhos.

Como é do conhecimento de V. Exªs, a demarcação de terras indígenas é um encargo da responsabilidade do Poder Executivo, cujas ações são executadas pelo Ministério da Justiça. Quando incide em áreas da faixa constitucional de fronteira ou naquelas de interesse relevante para a defesa do território, merece, como não poderia deixar de ser, a atenção particular do Ministério da Defesa.

Até 1991, quando da edição do Decreto nº 22, o processo para demarcação de terras indígenas contava com a participação, em todas as fases que antecediam o ato demarcatório, de representantes de Ministérios e órgãos interessados, o que proporcionava uma efetiva oportunidade de manifestação por todos aqueles diretamente interessados na questão.

O processo atual, na forma do Decreto nº 1.775, de 1996, não contempla, até o momento do ato demarcatório, tal concertação. Uma participação mais articulada do Poder Público certamente contribuirá para a melhor maturação das medidas propostas e para a redução das controvérsias decorrentes da sobreposição de interesses envolvidos com o ordenamento do território em questão.

Em síntese, Srs. Parlamentares, interessa à defesa nacional que a proteção que necessariamente se deve dar à faixa de fronteira, sobretudo na Região Norte do País, não se veja sensivelmente afetada pela perpetuação de vazios demográficos, especialmente os que, por serem contíguos a espaços semelhantes em países vizinhos, possam dar lugar a reivindicações de formação de nações indígenas, seja a diminuição da capacidade de atuação do Estado na repressão de delitos transfronteiriços, seja ainda a percepção errônea, fora do nosso País, de que pudesse haver no nosso território áreas carentes de Governo.

A ação do Estado deve fazer-se presente e até reforçada na faixa de fronteira para assegurar a preservação, a conservação e a manutenção sustentável dos recursos naturais, bem como a proteção das terras e das comunidades indígenas, e para coibir a ação descontrolada de organizações cujos interesses e finalidades sejam incompatíveis com os da Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Ministro José Viegas. Pergunto: quem sabe a exposição da compra dos jatos poderia ser feita sinteticamente e de forma imediata, e daí abriríamos para o diálogo?

Em seguida, passaremos a palavra ao Presidente da Funai, ainda sobre o tema. V. Exª poderia, de pronto, falar sobre a compra dos jatos. Como a compra dos jatos está por ser feita, seria bom termos essa explicação. S. Exª poderá fazer uma breve explicação e depois concentraremos o debate sobre a questão principal do dia.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exª que desse uma pausa nessa questão agora, para que pudéssemos fazer indagações imediatas a respeito desse assunto, até mesmo porque alguns Senadores viajarão às 11 horas e gostariam de fazer perguntas.

Especificamente, não há, a pergunta do assunto já foi discutida até agora. As perguntas seriam feitas pelos Senadores que se ausentarão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Ministro da Defesa, José Viegas, poderia pelo menos dar uma explicação, que S. Exª disse pode ser feita em 2 minutos. Portanto, não haverá prejuízo do objetivo principal da reunião, levando em consideração que pessoas vieram de lugares bastante distantes do Brasil, de Roraima e de Mato Grosso do Sul, para esta audiência sobre a questão das áreas indígenas.

Tem a palavra o Ministro da Defesa, José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS – Atendo, com prazer, à solicitação do Senador Eduardo Suplicy.

Como é do conhecimento de V. Exªs, o processo decisório com relação à escolha da nova esquadrilha de caças supersônicos que hão de dotar o Brasil no conceito de superioridade aérea chega à sua fase final. Não há ainda uma data prevista para a reunião do Conselho de Defesa, que tomará a decisão competente. Espero que essa reunião possa ser feita no final do mês de março.

Para que os integrantes do Conselho de Defesa estejam bem informados a respeito das características técnicas dos aviões concorrentes e dos ofsetes, ou seja, do envelope comercial e de transferências de ciência

e tecnologia que encerram cada uma das propostas, estabelecemos uma comissão de alto nível, em que os integrantes, cada um deles, do Conselho de Defesa, envia altos funcionários para compor essa Comissão e, em conjunto terem acesso à documentação da aeronáutica e deliberarem a respeito, com o objetivo fundamental de que os integrantes do Conselho, quando ele se reúna, estejam já suficientemente familiarizados com a questão e possam, portanto, ter uma participação bem informada e conclusiva na hora certa.

A decisão que será tomada pelo Conselho, evidentemente, está em aberto. Eu diria que é impossível fazer, para qualquer pessoa, eu e os integrantes do Conselho, isoladamente considerados, e qualquer outro, uma previsão deste resultado. Inclusive, porque os integrantes do Conselho dispõem da necessária liberdade para considerar a questão de acordo com os seus próprios critérios.

A minha preocupação é que o processo todo seja conduzido com absoluta lisura, com a necessária transparência e com critérios objetivos, para evitar que haja uma contaminação de subjetividade nessa decisão. Tenho dito também na imprensa, e reitero aqui, que o Governo brasileiro vê com a perspectiva positiva o envolvimento das indústrias brasileiras na realização do contrato de produção dos aviões que forem selecionados. É do nosso interesse e é o nosso propósito fortalecer, fomentar, criar as condições necessárias para que a indústria brasileira tenha uma participação efetiva na realização prática do projeto de construção dos aviões.

Um avião não é apenas uma máquina voadora. Essa não é uma atividade que se resuma a uma única indústria. Ao contrário. A construção de um avião requer uma integração entre múltiplos setores industriais. A indústria aeronáutica propriamente dita, a indústria metal mecânica, a aviônica, a de informática, a de armamentos, entre tantas outras que produzem peças e partes e conhecimento tecnológico que envolvem a produção do avião.

A negociação das modalidades específicas de participação das indústrias brasileiras, no contexto da produção do avião, somente pode ser feita em termos concretos, depois da escolha daquele avião que será incorporado à Força Aérea Brasileira. De maneira que não há como avançar neste tema antes da decisão. Coloco-me à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento adicional que seja necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Passamos a palavra, agora, ao Sr. Presidente da Funai, Sr. Mércio Pereira Gomes.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois, não. Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Urge alcançarmos, realmente, o resultado do nosso trabalho. Falta uma hora para se abrir a Ordem do Dia, no plenário. Eu sugiro – primeiro, porque é importante demais o depoimento, a palavra, do Presidente da Funai. Já foi dito, o Ministério da Justiça já expôs as questões maiores da questão indígena, das invasões, etc. Se já partíssemos para o debate e, nele, pudéssemos envolver a Funai em detalhes, ganharíamos bastante tempo. Talvez, chegássemos ao meio-dia com o trabalho bastante avançado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passaremos, de pronto, aos dois primeiros argüidores que serão os requerentes Senadores Mozarildo Cavalcanti e Juvêncio da Fonseca. O Senador Sibá Machado também se inscreveu. Se outros Senadores desejarem, assim será feito.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Eu gostaria de fazer uma ponderação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Considerando que o Senador Jefferson Péres vai viajar, dentro de poucos minutos, eu gostaria de pedir que S. Exª tivesse a prioridade de fazer a sua observação e, depois, continuaríamos normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Jefferson Péres, os dois requerentes querem dar a oportunidade a V. Exª, tendo em vista o seu compromisso.

O SR. JEFFERSOM PÉRES (PDT – AM) – Muito obrigado aos Srs. Senadores que me cederam o seu tempo, porque eu, realmente, sairei daqui para o aeroporto. E não é para fazer turismo não, mas para consulta médica em São Paulo. Então, tenho razão.

Em primeiro lugar, Ministro Viegas, meus cumprimentos e parabéns pela sua exposição, com a qual eu concordo inteiramente. A sua visão da questão indígena coincide com a minha.

O meu questionamento vai para o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Ministro, dos seus comentários às questões levantadas, eu tomarei conhecimento pelos Anais da Casa, a não ser que V. Exª me respondesse imediatamente. Senão, eu tomarei conhecimento depois, porque vou ter que sair. Não tome isso, por favor, como desatenção, tendo em vista o alto apreço que tenho por V. Exª.

Sr. Ministro, eu me sinto muito à vontade para abordar essa questão, como uma pessoa isenta. Eu estou me referindo à questão indígena em geral e à questão específica da Reserva Raposa Serra do Sol.

Eu sou do Amazonas, onde até aqui não tivemos questões graves referentes aos indígenas e à demarcação de terras. Não tenho qualquer interesse político ou empresarial de qualquer espécie no Estado de Roraima. Não tenho nenhum vínculo com aquele Estado e vou procurar ser isento, até porque eu emito opinião sem fazer contabilidade eleitoral. Se vai agradar a entidades, pouco me importa, isso não me importa nem um pouco. No dia em que eu deixar de emitir opinião levando em conta se isso é bom ou não, eleitoralmente, para mim, eu sentirei vergonha de mim mesmo.

Dita essa introdução – desculpem-me a colocação pessoal – Sr. Ministro, não há nenhum problema de minha parte contra a absoluta necessidade de fazer as demarcações das terras indígenas. Eu lamento muito que neste País a Constituição seja freqüentemente um papelucho, algo de ficção.

A Constituição, nas suas Disposições Transitórias, como V. Exª sabe, dava um prazo de cinco anos para que as demarcações fossem feitas, prazo que foi descumprido até hoje. Muito bem, se não dava tempo e o prazo era exíguo, que se tivesse modificado a Constituição e dilatado o prazo. Agora, ficar na Constituição e não ser cumprido realmente me faz sentir mal; isso é um vexame para nós brasileiros.

Mas, Sr. Ministro, com relação à demarcação de terras indígenas, cada caso é um caso. Cada um tem suas especificidades. E nada mais didático para se compreender, parece-me, – eu já externei essa opinião aqui mesmo – para se entender a questão da Reserva Raposa Serra do Sol do que compará-la com a Reserva Ianomâmi. Nada mais didático e esclarecedor, como V. Exª sabe.

Reserva Ianomâmi. Condições fisiográficas: mata densa. Manter uma reserva indígena ali, para os senhores, é também uma vitória ecológica em termos de preservação.

Raposa Serra do Sol. Terras de lavrado, Sr. Ministro. Não existe floresta densa, a não ser lá no alto, no Monte Roraima. São, portanto, terras agricultáveis, em grande parte. É completamente diferente. Não há o problema do desmatamento ali.

Segundo aspecto. Homogeneidade étnica, no caso dos Ianomâmi. Pode haver subetnias, algumas variações em termos de comunidade, mas eles são basicamente Ianomâmi.

Raposa Serra do Sol. Multiplicidade e variedade étnica, Sr. Ministro, como V. Exª sabe. Os Ingaricó não têm nada a ver com os Wapixana ou com os Makuxi. Aliás, que eu saiba, não sou antropólogo, mas, alguns são até do Grupo do Caribe, outros até do Grupo Aruak. Nesse caso, as línguas são tão diferentes, quanto o Português do Inglês. São etnias que até no passado foram rivais, as relações foram conflituosas. Então, homogeneidade num caso e heterogeneidade no outro.

Em terceiro lugar: graus de aculturação. Os Ianomâmi vivem em estágio tribal, Sr. Ministro, como V. Exª sabe. Quase no neolítico. São comunidades não-integradas e que precisam manter suas crenças, seus costumes, suas línguas. Com absoluta certeza, quando me falam que a Reserva Ianomâmi é muito grande, não se pode comparar com o espaço necessário para os demais integrantes da sociedade brasileira. É claro que eles precisam de um espaço muito grande, Sr. Ministro, eles são de uma cultura itinerante. As terras cansam, a reserva de caça acaba, eles têm que se deslocar, isso num processo contínuo e interminável. Então, o espaço tem que ser imenso.

Mas, no caso da Reserva Raposa Serra do Sol o grau de aculturação varia desde os Ingarikó que são semi-integrados, até os outros, os Makuxi e os Wapixana, completamente integrados. Divisão não há, no caso dos Ianomâmi. Os Ianomâmi, com certeza, dão graças a Deus que demarquem suas terras para eles adotarem seu modo de vida tradicional e imemorial. No caso da Serra do Sol, não. Estive em Roraima, a divisão é muito grande. Grande parte daquela comunidade não quer a demarcação.

Aí, Sr. Ministro, poderão me dizer que são manipulados pelos fazendeiros. É uma presunção. Da mesma forma que é presunção de que os outros seriam manipulados por entidade religiosa ou por antropólogos. Então, uma presunção pela outra se anulam, vamos deixar de lado as presunções.

Ouvi líderes indígenas na audiência pública que fizemos. Não eram bonecos, Sr. Ministro, não eram marionetes. Tenho experiência de vida suficiente para saber quando estou lidando com marionetes. Não eram. Estavam indignados com a demarcação, não querem. Não é levado em conta o interesse desses índios, pela presunção de que são manipulados?

Sr. Ministro, não sei o que vai acontecer ali, se a atual demarcação for mantida. Não estou preconizando a demarcação em ilhas, Sr. Presidente. Mas, não é possível manter a demarcação contínua com novo formato, que atenda às duas partes, Sr. Ministro. Por que é irreversível a atual demarcação? A Antropologia é Ciência Social, não me consta que seja Ciência Exata. Por que o Presidente da República não pode rever o processo de demarcação? Ele é o quê? Ele é um carimbador? A decisão final está com os órgãos, com a Funai, que fez o levantamento? Então, para que ir ao Presidente da República? Dêem autonomia ao Presidente da Funai, seja quem for, para fazer. Por que para o Presidente da República apenas carimbar, não ter o direito, o poder, de não concordar com aquilo e pedir

revisão, para que ir ao Presidente? Seria um ato inócuo, inútil. E a Presidência da República estaria excluída do processo. O que me parece um total absurdo.

Sr. Ministro, concluindo, peço para que V. Exª reveja esse caso de Roraima, com muito carinho, sem medo de patrulhamento, Sr. Ministro. Eu acho que V. Exª não tem medo de patrulhamento, nem aqui tampouco no exterior. Tenho receio, Sr. Presidente... Há um outro detalhe: o Parque Nacional de Monte Roraima – e eu sou muito ambientalista – me preocupa muito que um parque nacional deixe de existir e seja incorporado. Há uma reserva indígena de índios aculturados que exercem atividades econômicas. Uma área de preservação poderá ser destruída. Sr. Ministro, faço-lhe um apelo pela revisão e que a encare com muito carinho para demarcar a Raposa Serra do Sol. Levando em conta tudo isso... E V. Exª conhece tudo, eu não lhe estou ensinando. Falo apenas para todo o Brasil me ouvir. Desculpe-me se lhe digo coisas que já conhece. Mas lhe faço um apelo como parte isenta. Sr. Ministro, fui eleito Senador no Amazonas pela maioria esmagadora das organizações indígenas. Com essa minha oposição, arrisco-me a perder até votos. Mas eu sempre procurei ser racional nesta vida, com um componente emocional que, infelizmente, todos temos. Ser racional e até cartesiano. Aquilo precisa ser revisto, Sr. Ministro. Se não o for, em primeiro lugar, haverá injustiça com uma das partes; em segundo lugar, haverá conflito e, talvez, entre os próprios indígenas; em terceiro lugar, não sei se serão preservados os interesses nacionais. Sr. Ministro, uma reserva indígena é uma área confinada, poderá haver a presença de unidade do Exército, mas haverá a presença permanente de unidade da Polícia Federal? Há um grande e tremendo perigo hoje na Amazônia. Não é essa paranóia de internacionalização, Sr. Presidente. Não é isso o que me preocupa. Jamais deixaria de dormir por isso. A Amazônia é brasileira e jamais deixará de o ser. Isso é uma completa paranóia, que me desculpem os que pensem assim. Não me preocupo com internacionalização, não. Mais do que paranóia, é bobagem. O problema é outro, Sr. Presidente. O grande risco da Amazônia se chama narcotráfico. É este câncer, Sr. Ministro, que nem mesmo as autoridades do Rio e Janeiro e de São Paulo conseguem controlar e que desafiam o Estado brasileiro, impunemente. O senhor já imaginou, Sr. Ministro, em uma área de fronteira – e de tríplice fronteira – Brasil, Guiana e Venezuela, em uma área confinada, na qual não existam unidades permanentes das forças policiais, de índios aculturados, absolutamente permeáveis ao poder de aliciamento do narcotráfico. Já imaginou que aquilo poderá ser um paraíso para os narcotraficantes com o seu enorme poder de corrupção, Sr. Presidente? Enfim, é o apelo que lhe faço. Pense, muito bem, no caso Raposa Serra do Sol, Sr. Ministro. Vou me retirar, mas lerei, com muita atenção, os seus comentários.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quero fazer uma pergunta, antes de o Senador Jefferson Péres sair. Certamente, V. Exª atenderá à idéia de três Senadores falarem para, depois, ouvir a argumentação de nossos Ministros. Quero saber se é possível abrir uma exceção para que o Ministro Thomas Bastos pudesse fazer algum comentário a respeito do que falou o Senador Jefferson Péres para, depois, seguir a ordem que, costumeiramente, V. Exª tem adotado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Até porque os Senadores requerentes abriram mão, dada a necessidade de – por razão médica – de o Senador Jefferson Péres sair. Creio que poderíamos ouvir os dois requerentes para passar a palavras aos dois Ministros para esclarecerem. Está bem assim?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT 0- AC) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Srs. Ministros da Defesa e da Justiça, Sr. Presidente da Funai, Srs. Assessores do Ministro da Defesa, Srªs. e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, demais pessoas que têm oportunidade de assistir essa reunião que considero importantíssima para a nossa Comissão, que é muito conhecida como Comissão de Relações Exteriores e muito pouco conhecida como Comissão de Defesa Nacional. Acredito que essa atitude tomada pelo Presidente Suplicy de promover, digamos assim, um debate, uma reflexão sobre essa questão, trazendo já com trouxe Governadores de Roraima, do Amapá, Mato Grosso do Sul, e agora ouvindo os Ministros, contribui de maneira equilibrada para que um tema desta natureza saia do clima do passionalismo para realmente adquirir uma dimensão do interesse nacional e de todos brasileiros, e aí constituído os índios e não-índios. Portanto, como autor do requerimento, convidando os dois Ministros, fico muito honrado de que esse debate possa ter saído do aspecto até paroquial que parecia ser, de um Parlamentar ou da Bancada de Roraima, como a grande imprensa nacional costumava colocar que os políticos e os fazendeiros de Roraima é que se opunham à demarcação de terras indígenas. Realmente, uma situação de desconforto, em que a rotulagem, o esquema inquisitorial que se colocava,

quer dizer, os tiros da inquisição, nos deixava de certo modo muito desconfortáveis.

Tive oportunidade, quando da visita do Ministro a Roraima, falar até muito pouco nessa ocasião, porque tanta gente que falou para o Ministro que eu acho que é cansativo dizer as mesmas coisas. A única coisa que eu realmente disse foi que na reunião lá Acre, quando o Presidente da República pediu ao Ministro que fosse a Roraima e ouvisse todos os envolvidos na questão, para daí tirar uma solução, não só especificamente para a questão Raposa Serra do Sol, que é a questão mais emblemática da questão fundiária do Estado de Roraima. Um Estado que tem mais de 50% do seu território destinado a reservas indígenas, portanto não é um Estado que está questionando coisa pequena. Mas, na verdade, a dimensão que tomou essa questão com os casos acontecidos no Mato Grosso do Sul, agora em Santa Catarina e em vários Estados do País, requer realmente que esta questão não fique restrita ao âmbito só da Funai. Sem nenhum demérito ao órgão que acho até tem sido, ao longo do tempo, desprestigiado, desmontado, até no que tem e tinha de estrutura, acho que realmente é um tema que não pode ficar restrito à Funai. Creio mesmo que essas demarcações na faixa de fronteira deveriam, no mínimo, estar submetidas ao Conselho de Defesa Nacional. Vou mais além, deveriam estar submetidas também à apreciação do Senado Federal, que é a Casa representante dos Estados, e responsável pelo equilíbrio da Federação.

Portanto, hoje, já existe, especificamente em Roraima, um conflito federativo que tem que ser resolvido, pois lá se pretende eliminar Municípios, fazer fusões, e cada dia que passa elas se fazem, com terras indígenas. Praticamente, toda a fronteira hoje do Estado de Roraima ou já está demarcada com reservas indígenas, ou se pretende demarcá-las com reservas indígenas. E o Estado de Roraima é praticamente todo ele dentro da faixa de fronteiras.

Não pretendo fazer comentários sobre o que falou o Ministro da Justiça em Roraima e sobre o que S. Exª falou aqui, mas apenas um destaque da fala de S. Exª, que seria importante encontrar uma fórmula conciliadora e equilibrada para resolver a questão de Roraima e as questões indígenas em todo o Brasil. Não é compreensível que não tenhamos competência e inteligência para resolver o problema de 320 mil brasileiros índios sem provocar conflitos. Não é possível que não tenhamos condições – o Governo brasileiro, o Congresso Nacional e o Judiciário inclusive, em última instância – de encontrar soluções para que todos os 320 mil índios do Brasil possam viver condignamente e como eles querem. O que não se pode, Sr. Ministro, é impor a vontade de uma minoria de determinadas organizações à maioria das outras organizações que não pensam do mesmo jeito.

Especificamente, na área Raposa Serra do Sol existem, pelo menos, quatro organizações de índios que moram lá, porque quem tem que falar pelos índios da Raposa Serra do Sol são os índios que moram lá. Não vamos trazer o índio da Bahia ou do Rio Grande do Sul para falar sobre a questão dos índios que moram na Raposa Serra do Sol.

Estivemos lá e se criou essa falsa Raposa Serra do Sol como se fosse, para quem não vai lá, pertinho. São um milhão e setecentos mil hectares e a Serra do Sol dista 150Km da Raposa.

Na Serra do Sol estão os Inkarikô que, conforme foi dito pelo Senador Jefferson Péres, estão em estado semi-integrados e na Raposa temos índios integrados e inclusive o Vice-Prefeito é índio, temos vereadores índios, o Vice-Prefeito de Iramutã é índio, assim como outros vereadores, vários índios servem ao Exército brasileiro, tanto em Normandia quanto em Iramutã.

A realidade tem que ser dita com verdades e as meias-verdades que estão sendo colocadas na imprensa, principalmente por essas organizações que mantêm o domínio e o monopólio dessa situação, é que não podemos continuar compactuando. Daí por que gostaria e sei que os Srs. Ministros sabem que foi criada uma Comissão Temporária Externa do Senado e outra da Câmara para se debruçar sobre esse assunto, pela dimensão que adquiriu o problema, e eu gostaria de fazer uma solicitação, já que houve também um grupo de trabalho do Executivo, que já concluiu o seu trabalho, apesar de não conhecer ainda o trabalho interministerial, mas as duas Comissões, do Câmara e do Senado, estão concluindo os seus trabalhos. A da Câmara, que já foi a Roraima, deverá concluir seus trabalhos nos próximos dias. A do Senado, por requerimento dos Senadores Delcídio Amaral e de outros Senadores do Mato Grosso do Sul, estará indo na próxima quarta-feira, a Santa Catarina, por requerimento do Senador Leonel Pavan. Então, deveremos terminar a nossa tarefa um pouco mais tarde do que a da Câmara.

Vamos trabalhar em conjunto para produzir um relatório que tem a verdade verdadeira dessa história e que, inclusive, possa refletir uma vontade não só da sociedade de Roraima, mas da sociedade dos índios que vivem na Raposa Serra do Sol. Se for o caso, podemos fazer um plebiscito com os índios de lá, porque o que existe ali é muita manobra e pouca realidade verdadeira.

Eu gostaria que pudéssemos fazer conjuntamente um trabalho com o Executivo, que já tem um grupo de

trabalho encerrado e o Congresso Nacional, por meio de suas duas Comissões, pudesse chegar a um consenso para atender a todos, aos índios que pensam de uma maneira e os que pensam diferentemente.

Aliás, ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, tivemos um debate que se prolongará porque foram solicitadas audiências públicas, sobre quotas para os índios nos concursos públicos e universidades. Tenho batido muito na tecla de que a política indigenista do Brasil tem se resumido apenas a demarcar terras, porque depois de demarcadas nem assistência aos índios é dada. Basta ver como estão os Ianomâmi, precários sob todos os aspectos, com um atendimento precário, porque o que se produz em números não condiz com a realidade.

Quero pedir, mais uma vez, ao Poder Executivo, a esse grupo interministerial que está representado também pelo Ministério da Defesa e todos os Ministérios que estão envolvidos, que possamos fazer um trabalho, uma conclusão conjunta. E possamos inclusive, Ministro, resolver de vez essa questão criando uma legislação que evite, de maneira permanente, esses conflitos que são desnecessários. Repito, não é possível que não tenhamos condições de resolver problema de 320 mil brasileiros, 0,2% da população do Brasil, que representa a população indígena do País.

Este é o apelo que faço para finalizar, a fim de que possamos dentro de uma busca conciliadora e equilibrada encontrar as soluções tanto no Legislativo, quanto do Executivo e, até se for necessário, do Judiciário, para resolver de vez essa questão, acabando com essa tensão entre índios e índios. É interessante como não se fala que houve uma morte de índio por outro índio na Raposa do Sol, logo após a sua visita a Roraima. Não se fala nisso. Quando acontece o contrário, um branco mata um índio ou um índio mata um branco, a repercussão é grande.

Mas o que gostaria muito é de ver um dia esta Nação onde ninguém fosse distinguido por raça ou etnia. Ninguém fosse distinguido por que é negro, branco ou índio, mas que realmente pudéssemos, todos, indiferentemente, dar as mãos e se considerar igualmente brasileiros, com igualdade de direitos e deveres também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Quero assinalar que, além dos Deputados de Roraima já citados, estão também presentes o Deputado Marcelo Ortiz, PV de São Paulo, Deputado Lindberg Farias, PT do Rio de Janeiro, Relator da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre o tema, Deputado Luiz Carlos Hauly, PSDB do Paraná, Deputado Cunha Bueno, PPS de São Paulo. Mais algum que não citei, por favor – os de Roraima já havia citado todos os presentes -, agradeço a presença. Sei que muitos gostariam também de argüir, mas vamos ter que dar a precedência aos Senadores inscritos.

Assinalo que estão inscritos os Senadores Juvêncio da Fonseca, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Arthur Virgílio, Fátima Cleide.

O Ministro da Justiça e o Ministro José Viegas avaliam que talvez seja o caso de ouvir todos os Senadores – S. Exªs estão anotando as questões para dar agilidade – daí responderão a todos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pela ordem, o Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de sugerir a V. Exª que nos determinasse um tempo para as perguntas, pelo avançado da hora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Estamos todos conscientes do problema. Peço a cada Senador que pense na possibilidade do seu colega também ter o tempo para fazer as perguntas. Os Ministros estão aqui à disposição de responder a todas.

Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srs. Ministros Márcio Thomaz Bastos e José Viegas, Sr. Presidente da Funai Antropólogo Mércio Pereira Gomes, Coronel Luís Júnior, Brigadeiro Aprígio Eduardo de Moura Azevedo, prezados companheiros Senadores, vou repetir uma frase do Senador Jefferson Péres, que se retirou. Diz S. Exª que não tem nenhuma paranóia com a internacionalização da Amazônia. Diria também que não tenho, em razão da confiança que tenho nas Forças Armadas Brasileiras. Ali reside grande espírito de preservação do nosso território, da nossa soberania. Como é bom o brasileiro saber disso.

Mas essas preocupações que têm as Forças Armadas trazem algumas dificuldades às vezes de convivência com outros setores da Nação. Por exemplo, muito importante o que V. Exª disse da preocupação das áreas de proteção ambiental integral, porque fica aquela área completamente vazia nas fronteiras de grande extensão que, na verdade, traz preocupação da preservação da soberania, como é o caso também da expansão desmedida das áreas indígenas.

Penso que a questão do Brasil está justamente na questão da expansão das áreas indígenas naquelas áreas vazias e também naquelas áreas, como Mato Grosso do Sul, que vou falar especificamente, onde está difícil o índio às vezes se conter, reproduzir

na área que ele tem e ele quer expandir e avança em cima das propriedades particulares.

E me preocupa muito, Ministro José Viegas, aquelas notícias que nos chegam, de que determinadas ONGs de estrangeiros, na Amazônia, às vezes, impedem que o brasileiro entre nessas áreas. Aqui foram apresentadas fotografias de placas, onde colocam bandeiras de países estrangeiros nas áreas preservadas, e isso nos preocupa bastante. Também há uma proposta de determinadas ONGs pela retirada dos militares das terras indígenas. Isso é fatal para a soberania nacional. Uma proposta dessa não deve ser feita por brasileiro. Meu Deus do Céu! Será que ainda vamos ter ONGs que ainda defendam essa tese? Conhecer as Forças Armadas brasileiras, sempre integrado à população, saber o que é brasilidade, o que é nacionalismo e o que é nação brasileira. Aqui proíbe-se a entrada de militar nessas áreas indígenas. Por quê? Qual a razão? Isso é grave.

Mas gostaria de fazer referência, especialmente, levando em consideração que essa área de fronteira que V. Exª, Ministro José Viegas, já conceituou bastante bem, essas áreas rarefeitas populacionalmente, essa expansão desmedida de áreas indígenas, que preocupa, por isso eu gostaria de enfocar Mato Grosso do Sul, que também tem problemas indígenas. No meu Estado a situação é um pouquinho diferente, mas é também uma região fronteiriça. Vamos dar um exemplo, que o Presidente da Funai conhece bem, que é a área do Panambezinho, em Dourados. É uma área de colonização do tempo de Getúlio Vargas, que expediu títulos de colonização de milhares de hectares. Mas, antigamente, como todo Brasil, era uma área indígena. E hoje dá-se no local um acirrado conflito entre colonizadores e índios. Os antropólogos dizem que ali é área indígena, mas pouco se importam como o título de propriedade foi doado àquelas pessoas que estão lá, sobrevivendo em pequeníssimas propriedades, propriedades de vinte, de cinqüenta, de cem hectares. Não são latifúndios, são áreas de sobrevivência, de subsistência, atividade de subsistência e no entanto a Funai, infelizmente, sempre direciona para que a demarcação saia de qualquer maneira, não procurando fazer uma conciliação das partes. Eu faria uma ressalva até, aqui, perante o Presidente da Funai, tenho pena de quem é Presidente da Funai, pois está tão abandonada a Funai como estão as demarcações de terra. Porque se tivesse interessa na demarcação, o Governo Federal, não é o governo atual não, o anterior também, no anterior do anterior, todos os governos, em momento nenhum teve interesse nessas demarcações seriamente porque sequer instrumentaliza a Funai. A Funai não tem instrumentalização nenhuma de trabalho, não tem recursos financeiros, não tem orçamento, com pessoal muito restrito. E que dificuldade para atender! Mas vejo que a Funai está um pouco dominada pelo sentimento de que a terra indígena é terra imemorial. Desde que o índio enterrou lá um pedaço de cerâmica, é terra indígena e acabou, a demarcação será feita a qualquer custo. Isso é perigoso num relacionamento entre as pessoas e para que traga tranqüilidade entre os brasileiros e traga condições de desenvolvimento deste País.

Em Mato Grosso do Sul há um caso recente, com quatorze áreas invadidas por índios. A sentença se encontra nas mãos de um juiz federal de Campo Grande, e de uma juíza do Tribunal Regional Federal. Na verdade, a questão compreende todas áreas tituladas legitimamente, produtivas e pequenas propriedades. Mas é dentro de um contexto em que existe uma reserva indígena de 1.600 hectares que quer expandir para 9 mil hectares, quer expandir em cima de propriedade de terceiro, legítima propriedade, títulos legítimos não é grilagem. Pequenas propriedades produtivas não é latifúndio. São apenas pequenos proprietários. E se faz uma celeuma tremenda e as invasões acontecem.

Eu gostaria de passar às mãos do Ministro Márcio Thomaz Bastos e José Viegas algumas fotografias publicadas em jornais, onde vão verificar nessas invasões, lá destas áreas, que os índios estão encapuzados. Eu nunca vi índio mascarado. Pôr capuz para não ser reconhecido, quando ele está invadindo uma área que ele supõe ser dele indígena. Então, por trás dessas invasões, tem uma série de outras questões que têm de ser deslindadas pela própria Polícia Federal, pela Funai. Eu não posso crer que índio ponha capuz para invadir terra indígena. Porque o capuz é para quem quer esconder a cara, é o bandido. Quando eu falei isso que existia uma escola de bandidagem, acharam ruim porque eu estou chamando o índio de bandido. Não estou.

Eu quero é preservar o meu índio querido do meu Brasil para não ser massa de manobra desses ladrões de gado, dessas pessoas que invadem essas áreas e fazem o quê? Derrubam a casa, carregam a casa, destroem as máquinas, roubam o gado. Vendem o gado, depois, pegam essa mesma área e arrendam-na para terceiro, para outros fazendeiros, colocando o gado de terceiro nas mesmas áreas. Será que é isso que nós queremos? Não é isso que nós queremos. É quando a gente faz a defesa dessa questão fundiária, fala-se, assim: "Você é contra o índio." Ninguém é contra o índio. Nós precisamos é dar solução para essas questões que são angustiantes.

Eu vi depoimentos, como também os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Delcídio Amaral e Jefferson Pé-

res, lá, em Mato Grosso do Sul, de uma senhora com pequena propriedade, chorando desesperadamente conosco, em audiência pública, de mãos calejadas, que plantava e subsistia na área e foi simplesmente expulsa de qualquer maneira.

E como é que a Justiça chegou e deu solução para o problema dessas invasões? O juiz federal deu a sentença – o Dr. Odilon Oliveira que V. Exª conhece – disse o seguinte, depois de três tentativas de conciliação não consegui, falou: reintegração de posse, deu a sentença. Na hora da execução houve uma liminar do Tribunal Regional Federal, dizendo o seguinte: "Não, vamos suspender a execução dessa sentença, muito embora a propriedade seja legítima e seja produtiva, mas vamos buscar fazer apressar a demarcação e vamos dar um prazo". Enquanto isso não acontece, plantados na porteira das propriedades, ficam cerca de vinte índios, esperando a demarcação.

Ministro Márcio Thomaz Bastos, V. Exª que é um grande jurista, poderia me informar se isso é sentença que se dê? Isso é um absurdo!

O que é que está faltando? No meu entendimento, uma autorização legal para que o Governo Federal possa desapropriar áreas rurais para efeito de demarcação e colocá-la em favor da comunidade indígena. Como está, não há condições de se fazer nada. A Funai, por exemplo, chega a uma dessas áreas invadida, ela é defensora do indígena, acaba enrolando com os índios e não trazendo solução. E se a solução seria pela desapropriação da área legítima, de propriedade legítima de terceiro. Com o esforço de sobrevivência, a construção de uma vida inteira em cima daquela área, da família, dos filhos, não vale, não interessa? Nesta hora não está em jogo a subsistência da família brasileira, daquele brasileiro agricultor? Tem que estar.

Precisa-se, então, nesta hora, de uma autorização legal para que a União chegue e diga o seguinte, por meio da Funai: Vamos desapropriar esta área, porque não podemos deixar de fazer a expansão da área indígena. Vamos fazer. Mas vamos indenizar a área que os índios precisam e pagar regiamente, seja a título de dívida agrária, ou que seja, como se faz com a reforma agrária, igualzinho como fazia com a questão dos indígenas. Vamos expandir.

Agora, não pode expandir. Há impedimento legal. Então, deixa quebrar a cara o índio e o não-índio, que se arrebentem. E partir daí surge o conflito da Funai com a Polícia Federal, contra a orientação do Ministério e, às vezes, da própria Justiça, e o Ministério da Defesa e vira aquele imbróglio, que não interessa à Nação brasileira.

Propusemos no Senado Federal – a primeira assinatura é minha – uma PEC, de nº 003, de 2004, que possibilita essa desapropriação, para efeito de demarcação de terra em favor de comunidade indígena, caso queira o Governo Federal. É facultativo. Mas dá a chance, dá a oportunidade para essa conciliação, conciliação que o juiz federal tentou, antes da sentença lá em Mato Grosso do Sul. Quando ele deu a sentença e estabeleceu o grande conflito, tirar o índio na base da força das áreas invadidas. É difícil, não é fácil, não é bom.

Temos que compor essa questão social, tanto o índio é brasileiro quanto o próprio não-índio também é brasileiro e a sociedade tem que estar inteiramente harmonizada.

E a nossa proposta é justamente essa, é uma autorização legal que permita à União fazer desapropriação nessas áreas de expansão premente da comunidade indígena, para que possamos, na verdade, compor essa situação, satisfazer o interesse do indígena e satisfazer o interesse do não-indígena, compondo, inclusive, a paz no campo, principalmente nós que temos tanto a produzir no campo.

Sr. Presidente, eram essas as minhas colocações e deixo para o Ministro da Justiça principalmente essa PEC nº 003, que acrescenta § 8º ao art. 231 da Constituição Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

Quero também agradecer a presença das representantes do Ministério Público, da 6ª Câmara, que deram a sua contribuição na nossa última reunião, Drª Débora Duprat e Brito Pereira e Drª Ella Wiecko V. de Castilho.

Muito obrigado.

Passamos, então, a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Márcio Thomas Bastos, Sr. Ministro Chefe da Defesa, José Viegas, demais Colegas, Senadores e Senadoras, Deputados, também admito que a importância desse tema é tão grande, que estamos aqui. E mais do que isso, admito ainda, não para tratar apenas de duas especificidades ocorridas em Roraima e em Mato Grosso, mas também porque é um tema que hoje começa a dar sinais em todo o Brasil, tanto que temos Parlamentares de outros Estados, que não apenas destes dois.

Estamos aqui, desde aquele primeiro dia, e chamo a atenção para o fato de que uma coisa é tratarmos das respostas estruturais para esse tema; outra, de medidas emergenciais para dois focos de tensão que estão estabelecidos.

Falando ainda das questões estruturais, admito que o Brasil, nessa nossa experiência de 500 anos, centrou a base da sua economia na questão agrária, com expansão de território. Para a pecuária crescer, é preciso de vastidão de território; para a nossa agricultura modernizada de hoje, idem. Tenho procurado estudar essa situação e vejo países como a Itália, a Holanda, com territórios diminutos e com uma produção no campo centrada em pequenas propriedades. No Brasil, não vou discutir, estamos vivendo isso ainda.

Temos chamado a atenção para um fator chamado de ordenamento do território. Não digo que o Brasil ainda vai encontrar a fórmula certa, a fórmula mágica para a solução de problemas tão graves e que vêm de tão longo tempo. Mas que pudéssemos, a cada solução de problemas emergenciais, irmos apontando nessa solução.

A minha preocupação maior, Sr. Presidente, é que qualquer decisão não gere um precedência de "a" ou "b". Todas as decisões que forem tomadas têm que ser com muita tranqüilidade, evitando qualquer tipo de excesso, que possa prejudicar qualquer cenário futuro.

Queria só lembrar – não sei se é uma pergunta – ao Ministro José Viegas que se tratamos da segurança da fronteira nacional e vemos o vazio demográfico amazônico, esse arco amazônico como V. Exª já lembrou, esse vazio demográfico como sinônimo de insegurança nacional, também nas palavras do Senador Jefferson Péres isso é tratado, visto hoje como uma porta escancarada para a presença do narcotráfico. Eu gostaria de ouvir de V. Exªs algumas explicações sobre esses problemas, porque da minha pequena bagagem de conhecimento sobre essas matérias, continuo acreditando que esse não é o caminho para encontramos uma solução.

Outro assunto é o que trata especificamente de Roraima e de Mato Grosso do Sul. Acredito que não vamos ver nunca, no Brasil, a população negra exigir um Estado independente. Acho que isso está fora de qualquer cogitação, até mesmo porque a entrada deles no Brasil já veio inserida numa economia estabelecida.

Com os índios não aconteceu isso, porque eles já estavam aqui e tinham uma cultura e uma economia própria estabelecidas. O que nós estamos vendo é uma cultura nacional de crescimento econômico ocupando maiores espaços. As revistas daqui a uma semana vão publicar novos indicadores de desmatamento e novas ocupações. Como estou na Amazônia há mais de vinte anos, eu sempre percebi e vivi realidades desse tipo. Ou seja, primeiro entra a exploração madeireira, em seguida vem a ocupação das pastagens, com a pecuária e, por último, mais recentemente estamos assistindo à ocupação da agricultura modernizada e mecanizada. As três modalidades de ocupação precisam de vastas extensões territoriais.

Pegando o mosaico amazônico, verificamos que o Pará já está bastante miscigenado por essa ocupação; Rondônia mais ainda, e um foco de resistência ainda, não sei por que cargas d'água, no caso de Amazonas e Acre. No Acre resistimos historicamente ao máximo a essa forma de ocupação. O exemplo dessa resistência é Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, conhecido de muita gente. Essa resistência marcou e agora se tenta colocar isso como desenvolvimento econômico, o que não ocorreu em Rondônia.

Nós estamos querendo chamar a atenção somente para isto, ou seja, até onde o Estado brasileiro, na ação Brasil, vai poder delimitar as faixas territoriais. Isso não vale apenas para a questão indígena, mas também para a reforma agrária, para a expansão da pecuária, do agrobusiness.

Como fica a relação propriedade, o uso dessa propriedade e respeito de médio e longo prazo?

Para finalizar, se o aumento da densidade populacional amazônica é sinônimo de defesa, estaremos imediatamente – isso é do meu conhecimento – renunciando à possibilidade de a Amazônia se estabelecer pelo menos como uma caderneta de poupança futura, seja para a área de tecnologia, seja para qualquer outra coisa.

Gostaria de parabenizar o Governo porque não tratou, em nenhum momento, essas questões de forma apaixonada. Tanto é que se tivesse que fazer isso já o teria feito, homologando de uma forma ou de outra. Mas o Governo insistiu, e parabenizo V. Exª por ter tratado essa questão com muita tranqüilidade. Foram realizados estudos e mais estudos para que houvesse depois a tomada de decisão. Acredito que essa tomada de decisão será para que sejam apresentados precedentes bons para a solução de casos estruturantes. O Senado Federal, Congresso Nacional devem colaborar com esse processo.

Peço que a questão indígena não seja tratada como estamos tratando a reforma agrária. Isso porque são dois princípios completamente diferentes. Essas questões não podem ser consideradas sinônimo de defesa nacional ou de metodologia de desenvolvimento e crescimento econômico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Siba Machado.

Faço um apelo para todos os próximos Senadores inscritos, Marcelo Crivella, Arthur Virgílio, Fátima Cleide e Augusto Botelho, no sentido de que colaborem com os trabalhos, para que tenhamos oportunidade de ouvir os Ministros, antes da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos, saúdo sua presença com muita alegria, porque sua presença nesta Casa é sempre motivo de grande honra para nós todos.

Quero saudar também o Sr. Ministro da Defesa José Viegas Filho, o Presidente da Funai Sr. Mércio Pereira Gomes, o Brigadeiro-do-Ar Aprígio Eduardo, Chefe do Subdepartamento de Desenvolvimento e Programa do nosso Ministério da Aeronáutica, o Coronel do Exército Luiz Carlos Bueno, Chefe de Divisão de Políticas Setoriais do Ministério da Defesa.

Espero que hoje possamos tratar dos novos aviões.

Srªs e Srs. Senadores, tive oportunidade de assistir, há algumas reuniões passadas, ao depoimento do Senador Gilberto Mestrinho, da Amazônia, em que ele tratou com brilhantismo a questão do índio, profundo conhecedor do assunto que é. Na opinião dele, a comunidade indígena no Brasil tem muita terra. As terras foram demarcadas de maneira exagerada. Segundo ele, os índios se deslocam pouco, eles não são nômades. Saem para caçar na floresta num raio de no máximo 2, 3 quilômetros da sua aldeia, sempre próximos ao rio, onde pescam. De tal maneira que, apresentando números, realmente mostrava que neste país, e é bom a gente lembrar que a gente vive num país onde um filme nos Estados Unidos, como esse do Mel Gibson que foi lançado na semana passada, no primeiro dia de estréia, rende uma bilheteria maior do que o orçamento da Funai, um orçamento de 140 milhões de reais, uns 50 milhões de dólares. Este nosso país precisa realmente, acima de tudo, de crescer, de desenvolvimento e, infelizmente, digo infelizmente porque o nosso **agrobusiness** cresce em ritmo de aventura. Por causa dos subsídios agrícolas, para conseguir mercado lá fora, temos suado a camisa e precisamos cada vez mais produzir em cada hectare brasileiro. O ser humano, desde aquelas plantações no delta do Nilo, até 1950, conseguia tirar 1 tonelada de alimentos em cada hectare. Um hectare é um campo de futebol, cem por cem. De 50 para cá já estamos tirando 3 toneladas de alimento por hectare. Avançamos pelo nosso cerrado, pelas nossas savanas, pelas pradarias do Sul, desmatamos um pedaço enorme da Amazônia para chegarmos a esses 100 milhões de toneladas de grãos. Crescemos a nossa agricultura em ritmo de aventura. Atrás de nós e como herança para as futuras gerações vamos deixar muito solo erodido, desgastado com plantações intensivas. Até mesmo lá no semi-árido brasileiro, onde participei de um assentamento na fazenda Nova Canaã, são duas colheitas por ano, irrigando, fertilizando, enchendo a terra de agrotóxico. Depois, a gente vive uma discussão utópica sobre os organismos geneticamente modificados. Setenta por cento dos solos brasileiros já foram ocupados, a nossa população cresce, temos problema na balança de pagamentos, milhões de desempregados. A nossa realidade é essa. De tal maneira que no debate da demarcação da terra, que foi o objetivo do requerimento do nobre Senador Mozarildo, que disse que precisamos ouvir o Ministro da Justiça, o Ministro da Defesa, o Governador de Roraima, porque o Presidente da República está para demarcar as terras e têm havido conflitos entre os índios, precisamos saber de uma solução do governo. A minha pergunta para o Sr. Ministro Márcio Tomaz Bastos é a seguinte: neste contexto em que vivemos, V. Exª está certo? Sei que V. Exª, com brilhantismo, no discurso que nos apresentou, que não ouvi, mas li, já esclareceu o primeiro ponto, que é a discussão da segurança. Não tem problema nenhum. Os índios podem participar junto com as forças de defesa. Aliás, tem até um pelotão de fronteira. Servi o Exército durante oito anos, vários companheiros também serviram, vários companheiros que vinham da fronteira e me contavam que o convívio com o índio é muito pacífico. Muitos índios servem o Exército. Mas V. Exª está convencido de que o tamanho da área, que é a nossa principal preocupação, é compatível com este Brasil que precisa crescer, que precisa plantar, que precisa de impor no mercado internacional.

Sabe, Ministro Márcio Thomaz Bastos, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, numa determinada reunião, disse o seguinte, para o mundo inteiro ouvir: "desde 1997, o fluxo dos recursos financeiros dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos tem sido negativos" – frisou – "os países pobres estão mandando dinheiro aos países ricos", tem sido assim. O Brasil, que precisa gerar dez milhões de empregos, vive essa situação. As empresas estrangeiras que investem aqui depois mandam lucros para lá. Os nossos dois milhões de brasileiros que vivem lá fora conseguem mandar cinco bilhões para cá. Tem essa conta negativada pelo quê? Pela fuga de divisas. Vai também muito dinheiro para lá. Estamos com superávit na balança comercial, mas os nossos produtos, minério de ferro, **comodities** de agricultura, todos eles têm um valor agregado muito pequeno. Agora vamos comprar nossos aviões, cujo valor agregado em cada quilo é de US$ 60, enquanto o nosso minério tem US$ 0,10 de valor agregado por quilo.

Vivemos num mundo cruel, o Brasil luta e luta muito, trabalhamos demais, neste Senado se sai todos os dias dez horas da noite. O Presidente da República e os Ministros todos trabalham demais e, ás

vezes, buscamos uma utopia de um mundo irreal. Não sei se vamos dar respostas aos problemas atuais: que é emprego ao nosso povo.

Pondero ao Sr. Ministro para que nos esclareça e nos alivie a consciência, V. Exª está realmente certo de que essa área demarcada não é exagerada?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos, Sr. Ministro José Viegas, eu gostaria de fazer uma saudação especial ao segundo suplente de Senador, pelo Estado do Acre, Sr. Antônio Apurinã e a todas as organizações indígenas aqui presentes.

Gostaria de parabenizá-lo, Sr. Ministro Thomaz Bastos, pela forma ponderada de V. Exª e sua visão sobre a problemática da questão indígena. Concordo com o Senador Mozarildo, acho que não é uma questão pequena, fico muito contente que tenhamos conseguido pautar essa discussão na Comissão de Relações Exteriores desta Casa. Já expressei isso antes. Acho importante colocarmos sempre que possível, porque fica num primeiro momento parecendo que isso é uma questão muito regional, que diz respeito apenas à Amazônia brasileira, uma vez que há partes deste País com maior ou menor concentração de população indígena.

Quero parabenizá-lo também por uma frase colocada aqui por V. Exª que acho ser o caminho. É difícil para uma pessoa como eu – e vou dizer depois o por quê – não participar de uma discussão dessas sem paixão. O Senador Sibá Machado colocou aqui, com muita propriedade, essa forma como o Governo tem se colocado sem paixões e de forma prudente. A sua forma, com muito engenho, sua frase onde coloca que tem feito todo um trabalho com muito engenho e arte, o que simboliza a prudência do Governo em tomar decisões desse porte.

Com relação à fala, ao pronunciamento do Ministro José Viegas, fiquei com certa preocupação, certo receio quando V. Exª coloca sobre o vazio demográfico e a Amazônia hoje.

O meu receio, de certa forma, até temor, se dá em função da nossa vivência. Penso que esse conceito de vazio demográfico inspirou nos anos 70 uma colonização brutal na Amazônia, que desconsiderou as populações tradicionais – índios, ribeirinhos, seringueiros – que existiam aos milhares naquela região.

Como sou vítima disso, já disse antes, é difícil não termos paixão. Vi a minha avó morrer negando a sua identidade indígena. E vejo ainda hoje no meu Estado os meus contemporâneos, os meus companheiros e companheiras ribeirinhos terem vergonha de serem chamados de "beiradeiros". Isso se deu, queira ou não, por essa forma, por esse modelo de desenvolvimento equivocado imposto por esse conceito de vazio demográfico à Amazônia nos anos 70.

Penso que é preciso revermos um pouco as nossas colocações nesse sentido, uma vez que estamos num novo tempo, acredito. E esse novo tempo pede também novas práticas. Sou das que não me oponho radicalmente à questão da presença militar nas faixas de fronteiras ou próximas às terras indígenas, mas penso que esse nova prática hoje deve considerar aquilo que as organizações e as lideranças indígenas colocam, que está expresso inclusive no expediente enviado ao Comandante-Geral do Comando Militar da Amazônia, que não querem a construção de instalações militares sem consulta prévia às comunidades, para que sejam evitados os abusos sexuais cometidos contra as mulheres indígenas, principalmente a realização de manobras militares em áreas de roças tradicionais e cerimoniais.

Penso que tudo é uma questão de diálogo, Sr. Ministro. Digo isso em função de que em seu pronunciamento V. Exª coloca que essa relação entre militares e indígenas sempre foi pacífica. Não é a versão dos nossos indígenas, infelizmente. Sempre foi uma relação muito conflituosa. Mas penso que pode mudar e a mudança virá com o diálogo.

Muito obrigada.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigada, Senadora Fátima Cleide.

Deputado Luiz Carlos Hauly, quero esclarecer, sei que há diversos Deputados que gostariam de fazer perguntas, mas temos uma limitação, a sessão em plenário, o início da Ordem do Dia. Dos inscritos, falta apenas o Senador Augusto Botelho. Em seguida passaremos a palavra aos Ministros. Se não se iniciar a votação, abriríamos a possibilidade para os Deputados falarem.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Pela ordem, quero fazer uma consideração que a reunião foi convocada, Câmara e Senado, para tratar de dois assuntos. O assunto preponderante é o problema indígena, que tomou conta da reunião. Por exemplo, quero discutir a questão dos aviões, como também outros Deputados.

Penso que fica prejudicado o interesse. Evidentemente, o assunto preponderante deve ser o indígena

e ficaríamos numa outra reunião específica para tratar da questão do AFX.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se não houver tempo hoje, o Ministro José Viegas está dizendo que se dispõe a voltar para continuar o esclarecimento.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Perfeitamente, então faremos em outra reunião. A causa dessa questão indígena é extremamente nobre e importante. Sentimos pela palavra dos Senadores e Senadoras a gravidade do problema e entendemos isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Inicialmente, gostaria de fazer uma observação. Em Roraima não existe, verdadeiramente, essa alegação feita pela Senadora de agressões sexuais a indígenas pelo Exército. Lá existe uma convivência pacífica entre os indígenas e os militares. Em alguns lugares, quando há qualquer emergência com indígenas, quem resolve é o Exército, por meio de suas aeronaves, ou a Funai, que ultimamente não tem dinheiro para fazê-lo. E há presença permanente de médico e dentista, principalmente, nas comunidades indígenas.

No meu Estado, não há essa questão. Creio até que se trata de propaganda negativa que as ONGs gostam de fazer para tirar as Forças Armadas da área indígena, como se fosse uma espécie de terrorismo. Por exemplo: por que eles impetraram um monte de ações judiciais para impedir a construção do quartel em Uiramutã? Já existe uma cidade em Uiramutã. Para fazer o colégio, foi o mesmo, com ações judiciais.

Essa história de que as áreas indígenas vão permitir que as unidades construam lá em Roraima não é verdadeira.

Fiquei feliz ao ver o Ministro da Defesa se preocupar com o vazio demográfico. Isso preocupa realmente, porque, se não houver gente ali... Os nossos indígenas não são suficientes para ocupar toda a nossa faixa de fronteira. O meu Estado já tem quase a metade da faixa de fronteira como área indígena. Se for aprovada Raposa Serra do Sol, ficaremos com quase dois terços de área de fronteira.

Deve ser feito um estudo, porque toda área indígena de Roraima termina bem na faixa de fronteira. É a primeira pergunta que farei ao Ministro Thomaz Bastos. Gostaria que S. Exª me dissesse por que, já que são antropólogos que fazem a delimitação de áreas indígenas, todas as áreas indígenas do Estado de Roraima são alocadas sobre províncias minerais.

Segunda pergunta para o Sr. Ministro Thomaz Bastos: já que S. Exª, como Ministro da Justiça, está propagando que fará a demarcação em área única, expulsando os habitantes tradicionais da região, gostaria de saber aonde ele vai colocar as pessoas, se vai realmente indenizá-las ou se será a mesma promessa dos governos anteriores que há trinta anos têm retirado as pessoas de suas propriedades, dizendo que são pequenos proprietários.

Creio que menos de 10% dessas pessoas, mais de duas mil famílias, receberam indenização pelas suas benfeitorias e nenhuma delas foi reassentada numa área equivalente, como determina a lei. Existem pessoas nominadas por decreto presidencial no meu Estado, dizendo qual é a área de cada família, que não foram reassentadas. Isso não foi feito até agora.

Então, se o Sr. Ministro vai retirar todas as pessoas que vivem ali... São pobres. Infelizmente, na área Raposa Serra do Sol, a maioria das pessoas é pobre. Se avaliarem suas casas, elas não valem R$6 mil. É fácil tirar pobres das suas casas. Eu queria que lá fosse como no Mato Grosso, um monte de gente com recursos e tal, para ver se o Ministério da Justiça faria assim.

Quero e peço que façam uma indenização justa; não repitam o que foi feito no Governo anterior. A minha esperança no Governo do Lula... Apesar de as ONGs dizerem que o Governo não fez nada pelos índios no seu primeiro ano, só no meu Estado ele homologou 800 mil hectares para cinco etnias, cinco reservas.

As ONGs trabalham muito com mentiras. Fico muito triste quando mentem, dizendo que o Exército estupra as índias. É um índio soldado que namora com uma índia, tem uma relação sexual; sai na mídia como ele tivesse... Em muitos casos é assim. Aquela que saiu na **Veja**, na capa da revista com fotografias, o soldado era cabeludo. Aqui no Brasil, creio que ainda não há soldado cabeludo, não é?

A segunda pergunta para o Sr. Ministro é a seguinte: V. Exª vai retirar um monte de gente de lá. E aqueles outros que foram retirados? Haverá justiça para eles ou continuará acontecendo a injustiça que ocorre no meu Estado em termos de realocação das famílias que foram retiradas das suas propriedades?

Em nenhuma parte da Constituição está dito que área indígena se define antropologicamente. O art. 231, que aborda a matéria, preceitua que:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam [no presente], competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Os critérios antropológicos são um dos critérios, e não são os únicos. Gostaria de saber qual é a interpretação de V. Exª em relação a isso.

A outra pergunta está um pouquinho fora da área Raposa Serra do Sol, mas tenho que fazê-la porque o problema existe desde 1974, há trinta anos. O meu Estado, há trinta anos, fica isolado do Brasil durante a noite, porque uma ONG que é responsável pelos Atroari fecha a BR-174, apesar de o decreto do Presidente José Sarney excluir a estrada da reserva Waimiri-Atroari. Gostaria de saber quais as providências a serem tomadas para garantir essa distorção.

E outra coisa que só gostaria de lembrar é que o índio primitivo, Ianomâmi, Atroari não caçam de noite.

Bom, essas são as questões que queria fazer a S. Exª, o Sr. Ministro e dizer ao Ministro da Defesa que fiquei muito satisfeito com a sua palestra e em ver a sua posição em relação às nações também. Agora é que estão falando menos em nação, os "ongueiros", agora mudaram, para falar em povo indígena, em área indígena. Mas era nação mesmo que falavam e escrito nos documentos. Acredito que existe uma intenção de realmente se transformar ou num país ou numa coisa indígena aquela área, porque a nossa fronteira coincide com áreas indígenas dos outros países também. Então, seria bom que o governo, que é nacionalista, como entendo, começasse a trabalhar para que o seu pessoal colocasse uma posição mais clara em relação a isso. Nação que entendo é a Nação brasileira. Os meus irmãos indígenas, sou descendente de indígenas também e me orgulho disso, merecem e devem ter suas terras demarcadas. Lá em Roraima ninguém é contra a demarcação de terras, somos contra a injustiça. Se for feita dessa forma, vai ser feita mais injustiça no meu Estado, num governo que acredito que vai primar pela justiça. Fora os conflitos que podem partir para conflitos mesmo graves, de morte, se for feita dessa forma, sem respeitar a maioria das pessoas que habitam a região, pessoas indígenas, que querem que sejam respeitadas as estradas, as vilas e as áreas produtivas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado Senador Augusto Botelho.

Vamos passar a palavra primeiro ao Ministro José Viegas, em função de compromisso que tem daqui a uns instantes no Palácio do Planalto, e em seguida o Ministro da Justiça.

O SR. JOSÉ VIEGAS – Obrigado Senador. Srs. Senadores, Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, gostaria de dizer que a política de defesa e a política indigenista, naquilo que elas têm de comum e de interseção, elas são absolutamente convergentes. Os senhores verão, Srs. Senadores, que o pronunciamento do Ministro Márcio Thomaz Bastos e o meu pronunciamento são absolutamente complementares. Não há nenhuma discussão entre nós, há um perfeito entendimento. Fazemos parte de uma mesma equipe e é evidente que o Ministro Márcio Thomaz Bastos aborda a questão do ângulo da Justiça e eu a abordo do ângulo da defesa, assim como um time de futebol tem um apoiador e um goleiro, as visões são específicas, mas a política é convergente e o treinador é um só. Então, não há aqui nenhuma polêmica.

Gostaria de expressar à Senadora Fátima Cleide e ao Senador Sibá Machado, que se referiram com preocupação à questão dos espaços vazios, que posso lhes assegurar que não há razão para qualquer temor. Em primeiro lugar, as reflexões que fiz sobre as preocupações que uma permanência indefinida no tempo de espaços vazios, em áreas contíguas a espaços vazios em países vizinhos ela se faz dentro de um marco de absoluto acatamento às normas vigentes. Não estou pedindo nem precisando nem requerendo que se mude absolutamente nada no ordenamento jurídico, ao contrário, quero que ele seja respeitado. Esse ordenamento jurídico, por exemplo, estabelece com total clareza a liberdade de atuação das Forças Armadas nas áreas de fronteira pelo Decreto nº 4.412. E isso é o que nos orienta e isso é o que nos garante que as Forças Armadas possam, nas áreas de fronteiras, como é do seu elementar dever, cumprir com o seu mandato de fazer respeitar a soberania e a integridade territorial do País. Em segundo lugar, porque a presença das Forças Armadas nas áreas indígenas, longe de afetar ou vulnerabilizar o direito das populações indígenas – como eu assinalei na minha intervenção – elas são uma garantia adicional de respeito a esses direitos. As Forças Armadas não têm nenhuma motivação particular, não tem nenhuma vinculação com interesses específicos nesta ou em qualquer outra área. De maneira que elas dispõem desta visão de Estado, além de estarem orientadas, pelo Ministério da Defesa e pelo Governo Federal, como um todo, no sentido de respeitar, como eu disse, explicitamente, os costumes, as tradições e os usos das populações indígenas. Não há e nem deve haver e nem pode haver qualquer incompatibilidade entre a política de defesa e o respeito aos direitos das comunidades indígenas. Muito ao contrário, o papel das Forças Armadas é proteger e salvaguardar esses direitos.

Em terceiro lugar, não pode haver e não há nenhum apoio a qualquer modelo de exploração predatória dos recursos naturais. Não há e nem pode haver qualquer apoio a modelos predatórios de uso dos recursos naturais. Isto, também, é uma atividade de exploração econômica, seja de área de fronteira, ou seja, de qualquer outra área e não pertence ao Ministério da Defesa e a atuação do Ministério da Defesa não estimula qualquer uso predatório de recursos naturais que se faz com respeito às normas que são vigentes no Estado, a esse respeito.

De maneira que eu gostaria de reiterar que as políticas de defesa e a política de proteção às terras indígenas são, devem ser e sempre serão absolutamente compatíveis uma com a outra. Isto se faz com o pleno respeito aos direitos das comunidades. Eu me somo, também, à Senadora Fátima Cleide e ao Ministro Márcio Thomaz Bastos no apoio a que este tema, como tantos outros, seja tratado num clima de prudência, de cautela, de engenho e arte, sem excessivas emoções.

Peço desculpas aos senhores. Eu tenho que comparecer a uma reunião no Palácio do Planalto na qual estão presentes oito Ministros de Estado e eu sou o último a chegar, mas é com prazer que eu retardo o meu comparecimento lá para poder estar aqui com os senhores porque é o meu dever. Reitero o que já lhes disse o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se for adequado para V. Exª, poderíamos, na próxima quinta-feira, no início da reunião regular – se V. Exª, depois, puder confirmar. Então, às 10 horas, na próxima quinta-feira, poderemos iniciar a nossa reunião regular, com o esclarecimento complementar já iniciado, hoje, relativo à licitação dos aviões que a FAB e o Ministério da Defesa estão adquirindo.

O SR. JOSÉ VIEGAS – Sr. Senador, no dia 11 eu receberei duas visitas – uma da Ministra da Defesa do Chile e a outra do Chefe do Estado Maior Comum das Forças Armadas dos Estados Unidos. Havendo disponibilidade na minha agenda, sem dúvida, eu já aceitarei agora mesmo. Temos um representante da OIT no Brasil. Eu poderei vir às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está ótimo então. Acho que não precisará de todo o prazo da reunião. Nós, então, na primeira parte da reunião, nós reservaremos para este esclarecimento complementar e convidaremos os Srs. Membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Câmara para estarem presentes porque é o desejo deles, também, ouvir os esclarecimentos. Muito obrigado, Sr. Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy e peço desculpas aos Srs. Senadores e reitero que estou à disposição de V. Exªs. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradecemos, também, a presença do Brigadeiro-do-Ar, Sr. Aprígio Eduardo de Moura Azevedo e do Coronel do Exército, Sr. Luiz Mensório Júnior.

Passamos a palavra, então, ao Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos que, se avaliar como importante passar, também, a palavra ao Presidente da Funai, poderá fazê-lo ao seu critério.

O Sr. Senador Gilberto Mestrinho se inscreve para, posteriormente, já, ainda, fazer uma observação. Mas, primeiro, V. Exª tem a palavra.

O SR. MÁRCIO THOMAZ BASTOS – Sr. Presidente Eduardo Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, pela angústia do tempo que eu sei que preocupa os Srs. Senadores, na iminência de uma sessão de votação no plenário, eu vou procurar responder, o mais brevemente possível, as questões.

O Senador Mozarildo Cavalcanti disse bem ao mencionar que a questão não deve ser tratada com passionalismo. Eu diria, nos termos que mencionou a Senadora Fátima Cleide, que talvez essa questão não possa ser tratada sem passionalismo, mas precisa ser cuidada com passionalismo e racionalidade ao mesmo tempo. Esse é o esforço que o Governo está fazendo. Nós recebemos a questão indígena do Brasil num estado difícil, em que os problemas se avultam e são diferentes. Em Roraima é um tipo de problema, em Mato Grosso do Sul, outro, em Mato Grosso, outro, no Paraná, outro, em Santa Catarina, outro. Enfim, os problemas têm especificidades de tal ordem e de tal maneira que não se pode pensar numa solução global, absoluta, abrangente. São precisas soluções e para isso estamos tratando de reestruturar a Funai, de provê-la de meios e estamos tratando efetivamente de chegar àquele que é o nosso projeto de governo, ou seja, chegar ao fim do mandato do Presidente com todas as terras que tiverem de ser demarcadas já devidamente demarcadas e homologadas. O Presidente, ainda semana passada, fez uma homologação das terras de Mundurucu, que estão no Pará e no Mato Grosso, de 2,381 milhões de hectares, maior que a Raposa Serra do Sol.

Quero fazer uma nota pessoal em relação à Bancada de Roraima, aos Senadores e aos Deputados que aqui se encontram. Nós temos nos divergido muito, temos posições que não são coincidentes e, entretanto, faço questão de manifestar o meu respeito aos Senadores e Deputados pela maneira

como se comportam e pela natureza com que essas divergências vêm sendo processadas. Aos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Senador Augusto Botelho, que se encontram aqui, faço questão de fazer essa reafirmação.

Raposa Serra do Sol. Qual foi a determinação que o Presidente nos deu? De que a homologação fosse contínua nos termos em que ela se encontra na demarcação, que foi submetida a todas as regras do Estado de Direito que vige no Brasil, que foi objeto de contestação judicial, que foi objeto de procedimentos judiciais no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça, mas que – respondendo um pouco agora ao Senador Augusto Botelho – não se tomasse nenhuma providência daquilo que se denomina desintrusão sem que a situação das partes estivesse rigorosamente composta e acertada. Nesse ponto nós nos extremamos dos governos anteriores. Não vamos tirar ninguém da sua terra nem em Roraima, nem em Mato Grosso do Sul sem que haja uma composição da situação. Essa foi a determinação do Presidente ao lado do grupo de trabalho interministerial que existe, funcionando sob a coordenação da Casa Civil. Foi montado um comitê de transição, do qual faz parte um representante indicado pelo Governador Flamarion Portela, para tratar do problema, para tratar de todas essas questão.

Quero dizer ao Senador Mozarildo Cavalcanti que o seu apelo para que as conclusões dos grupos de trabalho da Câmara e do Senado sejam levadas em conta é absolutamente procedente e assim o serão.

Continuando na resposta ao Senador Augusto Botelho, tenho a dizer que vamos fazer rigorosamente a composição dos danos de todas as pessoas que forem retiradas da Reserva Raposa Serra do Sol. Por outro lado, as estradas serão absolutamente preservadas, item que faz parte das nossas preocupações, e não deixaremos nenhuma delas fora dessa situação.

Quanto a essa coincidência de áreas indígenas alocadas sobre áreas minerais, não tenho resposta. Não tenho o que dizer a esse respeito. Não tenho informação a esse respeito.

O Ministro Viegas já respondeu a respeito dos conflitos entre militares e índios. O Senador Jefferson Péres, na sua brilhante intervenção, mencionou que não é favorável inclusive à homologação da demarcação em ilhas.

Em relação ao Mato Grosso do Sul, compreendemos que a situação de Mato Grosso do Sul é completamente diferente da situação de Roraima, até pelo valor de mercado das terras, até porque, nesta situação que se encontra agora o sul do Estado, onde houve uma invasão indígena em 9.000 hectares, quando eles saíram da sua posição inicial já demarcada de 1.600 hectares, foram para áreas que estão, há longo tempo, caldeadas, fortificadas, acrisoladas naquele local, com títulos muito antigos.

O Governador está extremamente preocupado com a questão. Temos um grupo de trabalho discutindo junto com S. Exª. O Presidente da Funai esteve lá, algumas vezes, cuidando disso. De modo que, em relação a Mato Grosso do Sul, a Grosso e à Santa Catarina, temos questões específicas e graves, em que a mais grave delas é esta: a indenização das pessoas que se encontram há longo tempo instaladas, plantadas e radicadas naquelas terras.

V. Exª nos dá a notícia, que já tínhamos, Senador, da sua proposta de emenda à Constituição, desconstitucionalizando a possibilidade de a Funai pagar apenas pelas benfeitorias e abrindo um espaço para que ela pague também por desapropriação pelo valor real das terras.

Essa é uma perspectiva a ser examinada. Não temos isso fechado. Não acredito que se deva modificar a Constituição. Creio que isso foi uma conquista, mas imagino, e estamos tentando encontrar formas alternativas de fazer isso, porque, neste caso, é uma questão de dinheiro, é uma questão de fundos, de encontrar fundos, de modo que se possa indenizar razoavelmente as pessoas

Vou pedir ao Presidente da Funai que dê uma explicação a esse respeito de um programa bem-sucedido que a Funai desenvolve no Estado do Amazonas, com fundos estrangeiros, para resolver a questão indígena.

Gostaria de agradecer as perguntas, agradecer a habitual fidalguia com que fui recebido aqui e pedir ao Presidente da Funai que continue um pouco nesta exposição, pois pretende detalhar mais, com a sua visão técnica, com a sua visão de Presidente, principalmente mostrando o que este Governo já fez pela Funai para, efetivamente, aparelhar a Funai para que não seja um organismo obsoleto nessa luta e nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Sr. Mércio Pereira Gomes, Presidente da Funai.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Sr. Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, Srªs e Srs. Senadores, Parlamentares, lideranças indígenas aqui presentes, Drª Ella Wiecko, Drª Débora Duprat, Procuradoras da 6ª Câmara, Senhoras e Senhores, quero dizer que me orgulho muito de ser Presidente da Funai. Sei que há uma visão de que

a Funai é o órgão mais espinhoso da República. Creio que Presidente...

O SR. (Orador não identificado) – É o Ministério da Justiça.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – ... É o Ministério da Justiça. O Presidente José Sarney já falou isso. Agora o Senador Juvêncio da Fonseca diz que tem pena de mim por ser Presidente da Funai. Quero aliviá-lo dessa culpa, pois não precisa ter pena. Orgulho-me muito deste cargo. É um cargo espinhoso, trabalhador, difícil, mas é um cargo que está buscando ressarcir um dívida histórica fundamental que o povo brasileiro, que a nação brasileira tem.

O Brasil foi construído sobre um território que já era dominado e controlado por mais de cinco milhões de pessoas. Nesse processo de colonização, muitas dessas pessoas morreram, povos foram extintos. E criamos um povo que é o orgulho da América Latina, um povo que está construindo e reconstruindo uma nova visão de humanidade. Falo do Brasil.

Recentemente, estive em Washington, em reunião do Conselho Interamericano de Defesa dos Direitos Humanos, da OEA. É evidente que o Brasil deu um passo tão grande que os demais países da América Latina estão boquiabertos diante do que fizemos. Muitos dos Senadores presentes se lembram que garimpeiros atacaram duas aldeias Ianomâmi, resultando na morte de mais de dezesseis pessoas. Esse processo estava tramitando na Corte Interamericana dos Direitos Humanos. Qual foi a resposta brasileira? A resposta foi algo inacreditável: condenamos os mandantes desses crimes por genocídio. Isso ocorreu pela primeira vez na América do Sul e na América Latina. Além disso, retiramos 20 mil garimpeiros que estavam trabalhando na área, que foi demarcada e homologada, com muito orgulho para o Brasil. Os outros países estão observando o processo final, com a demarcação das terras indígenas no Brasil e sua homologação. Esse é o ressarcimento de uma dívida histórica.

Outro ressarcimento que temos a fazer é o que se refere ao crescimento demográfico. Srs. Senadores, o Brasil precisa saber que os índios estão em processo de crescimento demográfico. A queda demográfica até 1950 deixou o Brasil com menos de 120 mil índios, mas hoje cerca de 410 mil índios vivem em comunidades. Não se trata de auto-reconhecimento, as pessoas não dizem apenas eu sou índio, mas vivem como índios, em suas grandes variações. Há povos que têm relacionamento muito intenso com a sociedade brasileira e há aqueles que não têm.

Sinto-me honrado em presidir a Funai. Estão presentes dois ex-Presidentes da Funai que certamente também se sentiram honrado com a função, e talvez mais uns dois ou três que gostariam de presidir essa instituição em algum momento. Esse órgão é espinhoso, mas é um orgulho para a Nação.

Tenho orgulho de estar presidindo a Funai sob a égide do Ministro Márcio Thomaz Bastos, que, em todos os momentos tem me guiado com sua lucidez e capacidade de resolver problemas. Falo isso a despeito de muitas críticas feitas no início deste Governo no sentido de não atuar à altura das necessidades dos povos indígenas. Estamos vendo um processo de diálogo como nunca encetado para chegar à mesma conclusão, que é a demarcação das terras indígenas e sua homologação.

Srªs e Srs. Senadores, essa tarefa é dura, exige muita paciência e determinação, mas estamos avançando e vamos concluí-la. A "coitadinha" da Funai já demarcou 70% das terras indígenas brasileiras, o que significa 860 mil km². Faltam tão-somente 30%. Em termos de extensão, demarcamos cerca de 85%. Isso é uma honra, uma glória. Quando todos souberem disso, saberão da importância desse processo.

Sinto que o Senado deve liderar a consciência nacional no sentido do reconhecimento da importância desse resgate histórico, da conformação do povo brasileiro como povo que tem cultura sólida, baseada no seu processo de mestiçagem. Ao lado, há o reconhecimento de mais de 210 povos que têm suas culturas autônomas, mas integradas, relacionando-se de formas variadas com a sociedade brasileira.

Também quero dizer que tenho muita satisfação já em ter debatido esse assunto na Comissão de Agricultura da Câmara Federal, sob égide do Deputado Waldemir Moka, com diversos Senadores e Deputados Federais da Bancada de Roraima. Agora, tive a honra de ouvir as palavras do Senador Juvêncio da Fonseca, do Senador Jefferson Péres e dos demais Senadores presentes sobre esse assunto.

Eu gostaria de me referir a algumas observações feitas por V. Exª – que lerá mais tarde – sobre Raposa Serra do Sol, complementando algumas palavras do Ministro.

Em primeiro lugar, dá-me muita satisfação ouvir o Senador dizer que não quer que sejam demarcadas em ilhas, mas os argumentos de S. Exª foram os que antes se usavam para se demarcar a área Ianomâmi em ilha. Os índios falavam quatro línguas diferentes. Os Ianomâmi têm uma cultura sólida e própria, mas têm línguas diferentes, não-intercambiáveis e não-inteligíveis entre si. Ademais, os Ianomâmi tinham um processo de luta interna entre eles também. Esse era o argumento usado para a demarcação em ilhas para que eles estivessem isolados e não brigassem entre si. É o mesmo argumento que S. Exª está querendo usar

para o caso de povos que falam línguas diferentes realmente. Os Macuxi falam uma língua caribe. Os Caribe, num tronco lingüístico, vêm desde as pequenas ilhas do Caribe. Aliás, a palavra "caribe" vem desses povos que falam caribe. Eles estavam nas ilhas do Caribe e foram destruídos, nos primeiros anos, pelos espanhóis. Até os povos Caribe que se encontram no sul do Parque do Xingu, como os Kuicuru. Trata-se de um povo que se espalhou no Brasil. O mesmo se pode dizer dos Aruaque, o caso dos povos Uapixana e Angaricó, que são Aruaque. O que quer dizer isso? Os Aruaque, na verdade, vêm da ilha da Flórida. Tradicionalmente, na península da Flórida, havia Aruaque. A ilha de Cuba era Aruaque. A ilha de Haiti e a ilha espanhola de São Domingos eram Aruaque. Os Aruaque se encontram até próximo do Grupo Étnico Terena, na parte mais sul do Brasil. Isso é algo importante no Brasil.

O fato de se falarem línguas diferentes não significa que não haja harmonia. O caso mais claro de harmonia é o Parque Nacional do Xingu. Lá há doze línguas diferentes e há harmonia. Então, esse não é argumento para não se consolidar um único território. Ao contrário, o fato de estar num único território ajuda na harmonização dessas relações. E a presença do Estado brasileiro pela consolidação disso garante esse ponto.

Quanto à preocupação do Senador sobre o Parque Nacional de Roraima, que se encontra em conjunção com Raposa Serra do Sol, em vários lugares do Brasil, há terras indígenas. Acentuo a S. Exª que a terminologia formal, usada na Funai há alguns anos, não é "reserva indígena", mas "terra indígena". Essas terras se encontram intersecionadas com parques nacionais. Há uma busca de entendimento da Funai com o Ibama para que haja uma complementação dos trabalhos e da efetivação desse relacionamento.

O Ibama e a Funai não são compatíveis. Há várias determinações no sentido de valorizar a presença indígena nessas áreas para que haja possibilidades de trabalho, de outro tipo de ecoturismo, que seja mais adequado ao turismo que esses parques incitam.

Os argumentos sobre a não-homologação, a volta a todo um processo de demarcação não cabem mais. Todo o trabalho realizado está muito consolidado. A homologação resolverá uma série de problemas, inclusive de repactuação das relações daqueles índios que estão em conflito uns com os outros. Será repactuada essa relação. Não há nenhuma possibilidade de que isso signifique isolamento dos índios dentro de suas áreas. O processo cultural e social brasileiro é amplo e consolidado. Ele vai continuar do modo que tem acontecido: às vezes, com intensidade mais forte em alguns anos; e, às vezes, com menos intensidade e mais recuo.

Finalmente, dirijo-me a outro argumento do Senador Jefferson Péres. S. Exª falou que Ianomâmi é uma terra de floresta, e Raposa Serra do Sol, uma terra de lavradio, de lavrado... Mas o Brasil se orgulha de ter as terras indígenas demarcadas não somente porque elas são florestas, mas porque são áreas que poderão ser preservadas – áreas de cerrado, áreas de lavrado, áreas de caatinga, áreas de pradarias. Nenhum lugar, nenhum ecologista do mundo faz a diferença entre "floresta" e "lavrado", ou "cerrado". Todas elas precisam ser preservadas na medida em que se compatibilizem com o desenvolvimento nacional. A mesma coisa se pode dizer da expansão da soja – que aqui foi referido – e da expansão do **agribusiness** no Brasil. Isso não é incompatível. Se for seguida a legislação ambiental brasileira, que protege os mananciais, que protege as matas ciliares, tudo isso acontecendo, não haverá, digamos, desincompatibilização. Então, eu acho que, nesse sentido, Raposa Serra do Sol será um exemplo para o Brasil, será a consolidação de uma terra que verá, terá conseqüências importantes para nossa política indigenista, para a auto-estima do brasileiro, para sua relação com o mundo e para os povos que lá habitam, que são os seus verdadeiros donos. Enfim, eu gostaria de dizer algumas palavras sobre a Funai, sobre a sua reestruturação. Muita gente já quis reestruturar a Funai, e é muito difícil. Nós estamos com muita serenidade buscando encontrar caminhos. O Ministro tem visto a importância de renovação dos quadros. Então, nós vamos fazer concurso público para ampliar o quadro da Funai em cerca de 570 novos funcionários, dos quais 150 serão de cargos médios e os demais, 420, de cargos necessários, de geólogos, engenheiros agrônomos, engenheiros ambientais, antropólogos, economistas. Porque é verdade que, quando terminar a demarcação de terras, sobra ainda um grande espaço de trabalho para o Estado brasileiro, sobra ainda a necessidade de nós encontrarmos o caminho adequado econômico para os índios, que eles se auto-sustentem, encontrem suas fórmulas econômicas de sobreviver, de criar seus filhos, de ampliar suas condições de vida, de criar excedentes que possam trocar, de bens necessários. Isso é uma coisa muito importante e muito difícil. Vai se prolongar por muito tempo até que encontremos para cada caso uma fórmula, uma idéia, um modelo de trabalho. Então,

a função da Funai, acho que como um órgão estratégico do Governo brasileiro, terá mais uns 25 a 30 anos de funcionamento. É preciso também que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras tenham em mente que a política indigenista brasileira passa por uma transição porque ela está se reconhecendo que tem vários órgãos do Estado brasileiro que têm uma atuação. Antigamente, a Funai era monolítica. Se qualquer pessoa triscasse num índio em qualquer parte do Brasil, chamava-se a Funai, ou antes, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Agora, a saúde está com a Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e tem seu próprio orçamento. E tem sua maneira própria de cuidar dos índios. O Ministério da Educação, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de outros Fundos tem e cuida da educação indígena, do primeiro e segundo graus. A Funai ajuda cerca de 1.300 índios que estão em universidades, pagando, em convênio com as universidades, as suas despesas de matrícula e de mensalidades. Algumas universidades brasileiras – aqui me agrada ouvir a ponderação que o Senador Mozarildo Cavalcanti fez, com quem eu já tive a honra de conversar no meu escritório sobre tantos assuntos de povos indígenas – estão tomando a iniciativa de criar cotas. A UnB está criando isso aqui e acho que vai servir de exemplo para muitas outras, de abrir espaços de vestibular próprio para que haja a entrada de indivíduos das suas comunidades indígenas entrando na universidade. Nós temos, portanto, mil e poucos índios cursando a universidade e isso vai remodelar a sua relação com o Brasil. É inevitável que isso aconteça, a repactuação dessas relações vai acontecer em algum momento. Estamos firmes, determinados, Senador Juvêncio da Fonseca, com todo respeito às ponderações de V. Exª, na idéia de que os índios brasileiros merecem as terras que habitavam e habitam. No caso dos Guarani, comparando-se com outras áreas, as propriedades são pequenas. Roraima tem 46% de suas terras, Mato Grosso tem 1,5%, e alguns Estados têm menos de 0,5% ocupadas pelos indígenas. Observem que Mato Grosso é o segundo Estado em população. O povo Guarani ocupava de Cananéia, no Sul de São Paulo, a Lagoa de Patos, foi "jesuitizado" e ajudou a constituir a cultura caipira de São Paulo, tendo engrandecido as expedições bandeirantes por ter participado delas. O povo Guarani que sobreviveu ficou com as menores terras no tempo em que se considerava que o povo indígena ia acabar. Eram aproximadamente 3.500 hectares que se encolheram e chegaram a 1.600 ou a 800 hectares. A recuperação dessas terras não é inválida.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Gostaria de fazer um colocação bem simples.

Não somos contra, de forma nenhuma, à expansão da aldeia dos Guarani. Contudo, a expansão por meio da invasão de terras de domínio legítimo não é correta. É preciso que haja indenização. É só isso, mais nada. Não se pode furtar à indenização.

Ouvi do eminente Ministro Márcio Thomaz Bastos que a questão da PEC nº 3 depende da existência ou não de recursos. Entendo que esse não é o problema, mas a perda da propriedade sem indenização. Isso é o que está causando estranheza no Mato Grosso do Sul.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, senhor. Mas como o Ministro falou, por lei, a Funai não pode fazer nada mais além de pagar as benfeitorias. Estamos buscando outras medidas para obter fundos. Venho batendo cabeça com meus colaboradores e assessores buscando soluções para o problema.

O Ministro se referiu ao Projeto PPTAL, que existe há nove anos, no qual houve inserção de montante de recursos bastante razoável pela Comunidade Européia, que permitiu a demarcação de terras indígenas em diversos Estados da Amazônia Legal. Queremos expandir os recursos vindos de outras comunidades para formação de fundos capazes de ressarcir à altura as desapropriações.

Esta discussão é muito importante, mas quero registrar que quando falamos em ampliação das demarcações de terras indígenas – sobretudo no Mato Grosso do Sul e em algumas áreas dos Estados sulinos brasileiros -, tratamos de que pequenas extensões de terras habitadas pelos índios Guarani, de onde eram retirados à força para viver em outras áreas.

V. Exª falou em Dourados e em outras localidades. Em Dourados, dez mil índios estão vivendo em uma área de 3,4 hectares, em situação de grande dificuldades. Desse número, 8.500 são índios Guarani. Grande parte desses índios foi retirada de outras áreas para lá morar nas décadas de 40 e 50. Existem documentos datados da década de 60 em que alguém propõe que os índios sejam retirados de determinada fazenda para serem colocados em Dourados ou em Carapó. Agora, os índios cresceram e argumentam que as áreas pertenciam a eles até há pouco tempo. A Funai fará o estudo e, uma vez comprovada a antiga ocupação da área, buscará uma solução.

Em outras áreas, a Funai tem sido muito dura em dizer aos índios: Olha, essa área não está nos nossos projetos, não é reconhecida, não damos apoio a isso. E não tenho pejo e nenhum motivo para não dizer isso, quando é o caso. Então, essa é a missão da Funai. Estamos fazendo isso. Sei que é uma coisa que leva em conta muitas preocupações. Digo, com muita franqueza, lealdade e reconhecimento, que aqui me encontro à vontade para discutir isso com todos os Senadores da Casa e com os demais Deputados Federais, que estão aqui no propósito de que o que estamos fazendo é um dever do Estado brasileiro, é um dever da nacionalidade, e encontrarmos a solução para isso é fundamental para todos nós. Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes. Quero agradecer a presença dos dois ex-Presidentes da Funai, do ex-Deputado Márcio Santilli e Artur Nobre Mendes. Senador Gilberto Mestrinho, queria informar a V. Exª que a Ordem do Dia se iniciou neste instante. Pediria a V. Exª que fizesse a observação conclusiva, importante também, uma vez que, regimentalmente, somos obrigados a concluir a reunião. Quero assinalar que a Comissão de Relações Exteriores recebeu um comunicado do Conselho Indígena de Roraima e diversas pessoas de Roraima. Ele está sendo distribuído e vou pedir para ser registrado. Estou encaminhando-o para o Ministro da Justiça e para o Presidente da Funai. Também uma nota do setorial indianista do PT do Distrito Federal em repúdio ao assassinato do servidor Valdo Xerente, que também aqui registramos e transmitimos ao conhecimento do Ministro da Justiça e do Presidente da Funai. Senador Gilberto Mestrinho, para concluir.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Sr. Presidente da Funai, Sr. Luiz Mensório Júnior, Srªs e Srs. Senadores. Esse problema indígena já vem há algum tempo merecendo a atenção do país, não só das autoridades, mas também da sociedade. É certo que aqui, quando Cabral chegou, havia índios, como havia na América do Norte, como havia nas Ilhas, população local, e, embora não se saiba quantos tripulantes tinha a frota de Cabral, era fácil de contar, alega-se que naquele tempo havia 5 milhões de índios no Brasil. Ninguém contou. Gostaria de saber quem contou. Bem, havia índios e essa preocupação não foi levada em conta antes, porque houve uma miscigenação entre o colonizador e o índio. O português, por não ter preconceito, cruzou com a índia. Então, não houve genocídio, não houve, vamos dizer, perseguição às populações indígenas, houve mescla, houve miscigenação. Daí a população brasileira, pelo menos no Norte, no Centro-Oeste e em algumas regiões do Sul, ser quase toda cabocla, que é a cruza do índio com o branco. A população indígena diminuiu por causa dessa cruza. Ela não desapareceu no combate, na perseguição. Ela desapareceu na cozinha, na cama e nos quintais. Mas essa história foi passando e... Havia um convívio natural, fraterno, entre o colonizar e o índio no País. De repente, houve a evolução, e criou-se um conceito pela Organização Mundial das Igrejas das nações indígenas. Os índios deixaram de viver em tribos e passaram a viver em nações. Por uma coincidência muito grande, a nossa política indigenista, que não é deste Governo – já existia antes – levou em conta não a necessidade física e a necessidade de sobrevivência do índio, mas outros interesses de natureza econômica e estratégica.

Se visualizarmos o mapa do Brasil, se mentalizarmos o território, perceberemos que começou com uma reserva de 9 milhões e 200 mil hectares para os Ianomâmi – na época, havia 6 mil Ianomâmi do lado brasileiro – que foram considerados constituindo um só grupo étnico. Os Ianomâmi representam cinco grupos étnicos que viviam em 150 unidades tribais, que não se davam – como disse o Presidente da Funai, eles se combatiam. Há uma guerra, que até hoje existe, pelo roubo de mulheres de tribos diferentes da população ianomâmi. Porém, toda aquela parte da fronteira ficou cercada.

A seguir, vem a Reserva Tucano – termina a fronteira com a Venezuela e começa a fronteira com a Colômbia. A Reserva Tucano possui oito milhões de hectares, e os índios Tucano sempre viveram bem conosco, com a sociedade. Assim, mais uma parte da fronteira foi fechada. Terminada a Reserva Tucano, veio a Reserva do Javari, a pretexto de que, no Javari, há os Korubo e os Marubo. De três em três anos, esses índios, que nunca foram civilizados, nunca tiveram contato com a civilização, aparecem de calça jeans e alguns com relógio de pulso. A descoberta da televisão faz isso. De três em três anos, ocorre esse fato. Aproximadamente 800 Korubo e 400 Marubo vivem na fronteira, quase no Peru.

E fechou-se aquela parte toda da Amazônia naquele local. Faltava apenas a entrada do escudo da Guiana, região hidromineral mais rica do País e talvez a mais rica que há sobre a Terra. Naquela área, localiza-se a zona da Raposa Terra do Sol, fronteira com a Guiana Inglesa. Entretanto, fecharam a fronteira com esse país. Sendo assim, estamos com toda a fronteira fechada por demarcações indígenas não

pelo número de índios, pela necessidade de índios. Dizer que o índio perambula é conversa fiada. O índio não penetra na floresta mais de três quilômetros – a média é de 1600 metros. Se perguntarmos a qualquer índio onde ele nasceu, onde nasceu seu pai, seu avô, ele responderá que todos nasceram aqui. Portanto, esse é um sinal de que o índio não perambula. Se perambulassem, os Ianomâmi já estariam na Patagônia há muito tempo; chegariam lá.

Esse foi um dos temas que adotaram. No Governo Sarney, foi levantada a demarcação da área Ianomâmi.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quero apenas informar-lhe que iniciou-se agora para valer a Ordem do Dia e seremos obrigados a interromper a reunião. Solicito, então, que conclua seu raciocino, Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Pois não. No Governo Sarney, chegavam às Embaixadas portarias demarcando as áreas em ilhas. Mas uma antropóloga sueca, que estava a serviço de outros interesses, exigiu do Governo Collor a demarcação em área contínua, o que aconteceu.

Há pouco tempo, estive lá com os Ianomâmi. Perguntei-lhes o que mudou na vida deles. E eles disseram que a vida deles piorou. Essa é uma realidade.

Agora essas organizações estão contestando a presença dos quartéis nessas áreas indígenas. Eles não querem os militares nas áreas indígenas. Mas os outros lá podem entrar: os evangelizadores, os missionários. Só que não têm nada de missionários, apenas pessoas com determinados interesses. Portanto, este é um dos cuidados que devemos ter.

E lá na Raposa Serra do Sol, a própria composição demográfica mostra que eles não são unidos. Lá há Taurepang, Igaricó, Wapixana, Macuxi. Todos vivem ali. Se fossem unidos, não haveria tanta diferença entre eles. E os índios de lá não querem a demarcação. Os que a querem são falsos protetores de índios, porque no Brasil há muita gente que vive à custa do índio e falo isso com certa liberdade, porque quem primeiro lutou por demarcação de terras indígenas fui eu, quando fui Governador pela primeira vez no Amazonas, na década de 50/60. Defendi demarcação de terras indígenas, porque minha avó era índia. Eu o fiz de acordo com a necessidade do índio e não para impedir a vida do branco ou para cuidar de interesse de estrangeiros de penetração no País.

E mais, há poucos dias, li artigo de uma suposta liderança indígena, dizendo que, embora fossem 350 mil índios, só tinham previsão de 22% do território brasileiro. Agora estou sabendo pela Fundação que são 410 mil. Isso é um absurdo! Cento e oitenta milhões aqui fora não têm direito à terra e, segundo este princípio de demarcação – saber se foi ocupado por índio ou não –, o Brasil inteiro será entregue aos índios, porque não vai faltar dia em que chegue ao Rio de Janeiro um descendente de Araribóia que exija a região como terra indígena. Da mesma forma, em São Paulo, na capital de São Vicente, podem exigir a área como terra indígena. A própria Manaus era terra indígena e lá viviam índios. Só que os índios se mesclaram, lutaram contra os portugueses e hoje Manaus está ali, mas está cheia de sítios arqueológicos indígenas. Então, é preciso cuidado.

Recomendo ao Ministro da Justiça apenas este cuidado, porque não é assim como se fala. Essa história dos antropólogos... Não que tenha algo contra os antropólogos, mas há antropólogos e há "antropólogos" e esses "antropólogos" não estão a serviço do índio, nem da Funai, nem do Ministério da Justiça. Estão a serviço de interesses que não são nossos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Gilberto Mestrinho. Seu depoimento, como ex-Governador, Senador e profundo conhecedor do Estado do Amazonas e de toda a Amazônia, é importante para o conhecimento desta Comissão, do Ministro da Justiça, do Presidente da Funai. Temos que, por obediência ao Regimento Interno, concluir a nossa reunião.

Quero assinalar que há um requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti referente ao documento que aqui passei do Conselho Indígena de Roraima. S. Exª requer também convidar pessoas e as entidades indígenas mencionadas no documento, desde o Conselho Indígena de Roraima, a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima, a Associação dos Povos Indígenas dos Rios Quinô e Cotingo para que possam, nesta Comissão, prestar esclarecimentos.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Marcaremos posteriormente o dia da audiência.

Agradeço muito ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ao Sr. Mércio Pereira Gomes, Presidente da Funai e ao Coronel do Exército, Luiz Mensório Júnior, Chefe da Divisão de Políticas Setoriais do Ministério da Defesa, a todos os Senadores e Deputados presentes e a todos que aqui nos brindaram com a sua presença, inclusive os representantes das comunidades indígenas.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 59minutos.)

Ata da Segunda Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia onze de março do ano de dois mil e quatro, às dez horas.

Às dez horas do dia onze de março do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **HÉLIO COSTA, JEFFERSON PÉRES, MARCELO CRIVELLA, RODOLPHO TOURINHO, CRISTOVAM BUARQUE, GILBERTO MESTRINHO, TIÃO VIANA, JOÃO CAPIBERIBE, MARCO MACIEL, EDUARDO AZEREDO, JOÃO ALBERTO SOUZA, ARTHUR VIRGÍLIO, FLÁVIO ARNS, VALDIR RAUPP, LUIZ OTÁVIO, AELTON FREITAS, LÚCIA VÂNIA, DUCIOMAR COSTA** e dos Senhores Senadores não membros da Comissão: **AUGUSTO BOTELHO e JOSÉ MARANHÃO.** Também compareceram os Deputados **CUNHA BUENO, LUIZ CARLOS HAULY** e **ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. A presente reunião destina-se à Audiência Pública com a presença do Ministro da Defesa, o Senhor JOSÉ VIEGAS FILHO e o Gerente do Projeto FX, o Coronel-Aviador MÁRCIO BASTOS MOREIRA, para informar e esclarecer detalhes da anunciada aquisição de aeronaves militares para o reaparelhamento da Força Aérea Brasileira, objeto do Requerimento nº 42, de 2003/CRE de autoria do Senador Marcelo Crivella. O Senhor Presidente informa que fará, após a audiência, uma breve explanação sobre a reunião interparlamentar realizada no México e passa a palavra ao Excelentíssimo Ministro, **JOSÉ VIEGAS FILHO** para sua breve explanação. Em seguida, passa a palavra ao Senador **MARCELO CRIVELLA**, autor do Requerimento. Fazem uso da palavra para interpelação os Senhores: Senadores **HÉLIO COSTA e JEFFERSON PÉRES.** O Senhor Presidente passa a palavra ao Coronel-Aviador **MÁRCIO BASTOS MOREIRA** que faz sua exposição. Fazem uso da palavra para interpelação aos expositores os Senhores Parlamentares: HÉLIO COSTA, **CRISTOVAM BUARQUE, JOSÉ MARANHÃO, ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO e LUIZ CARLOS HAULY**. O Senhor Presidente, nas suas considerações finais, agradece a presença da Senhora Rose Marie Muraro, passando à **Extra-Pauta: Item um** – Requerimento Nº 07, de 2004/ CRE, de autoria do Senador Tião Viana que "requer, nos termos do Art.222 do Regimento Interno desta Casa que o Senado Federal manifeste sua inconteste solidariedade ao povo espanhol, na pessoa de seu dirigente maior, pelos trágicos acontecimentos ocorridos no dia de hoje, nas estações de metrô, que feriram e ceifaram a vida de inocentes deixando inúmeras famílias enlutadas". Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. **Item dois** – Requerimento Nº 8, de 2004/ CRE, de autoria do Senador Hélio Costa que "requer que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Defesa as informações técnicas de que dispõe sua Pasta acerca do processo de aquisição das aeronaves da Força Aérea Brasileira, referentes ao Projeto FX". O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **HÉLIO COSTA** para justificar o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, a matéria é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Sessão Legislativa Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Passamos, agora, à apreciação das matérias.

Gostaria de informar que os membros da Delegação Brasileira da Reunião Interparlamentar Brasil-México, em que estivemos, o Senador Rodolpho Tourinho, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador João Alberto Souza e o Deputado João Castelo avaliamos que seria interessante fazer uma breve exposição a respeito do que foi o nosso encontro e daquilo que conhecemos ali. Então, informo que na próxima quinta-feira haverá o exame de um diplomata designado pelo Paquistão e de alguns acordos e projetos. Tendo o Senador Marcelo Crivella concluído o seu parecer sobre o projeto relativo às normas e diretrizes para o Poder Executivo realizar negociações bilaterais e multilaterais, também examinaremos esse projeto. Mas, além disso, reservaremos um espaço – avalio que poderia ser após as matérias de decisão – para a exposição. Faremos uma exposição sobre o trabalho que tivemos, que foi muito proveitoso.

Com a presença do Exmº Sr. Ministro da Defesa José Viegas Filho, acompanhado pelo Coronel Márcio Bastos Moreira, Gerente do Projeto FX, hoje teremos na pauta a informação e o esclarecimento de detalhes da anunciada aquisição de aeronaves militares para o reaparelhamento da Força Aérea Brasileira, objeto de

requerimento de autoria do Senador Marcelo Crivella, que será o primeiro inscrito para argüir.

Em primeiro lugar, pergunto ao Ministro José Viegas, que já havia iniciado uma breve exposição na semana passada, se poderia somente fazer uma breve recordação inicial daquilo que foi objeto da exposição, para abrirmos para a argüição dos Srs. Senadores.

Tem a palavra o Ministro José Viegas, a quem mais uma vez agradecemos a presença na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Srs. Senadores, é realmente com grande prazer que compareço uma vez mais aqui. É não somente parte do nosso dever, da nossa obrigação, mas também faço com particular empenho e apreço por esta Casa essa troca de informações entre o Executivo e o Legislativo em matérias que são de grande importância.

Tem razão o Senador quando diz que eu já falei, ainda que brevemente, na semana passada, sobre o projeto, de maneira que serei muito sintético e os Srs. Senadores escolherão, dentro desse amplo tema, quais são as áreas do seu interesse específico, para que possamos engajar um diálogo.

O objetivo do Processo FX é dotar o Governo Brasileiro de aviões capazes de nos fornecer o conceito de superioridade aérea. Esse conceito é hoje preenchido pelos aviões Mirage, que foram adquiridos na década de 70 e chegaram ao final da sua vida útil, de maneira que a substituição deles por uma nova geração de aviões de caça supersônicos se impõe.

O valor de referência que foi fixado para o projeto é de US$760 milhões. As propostas individuais de cada concursante não necessariamente coincidem com esse valor; podem ser – e têm sido – um pouco superiores, de maneira que nós não devemos tomar esse valor como um número fixo, e sim como um valor de referência.

A incidência orçamentária desse valor se dará a partir de 2005, não em 2004. Em 2005, conforme o tipo de negociação financeira que se fizer com a empresa vencedora, poderá, ou não, haver um pagamento inicial.

A expectativa do Governo Brasileiro é de que a escolha do avião seja acompanhada de um processo de financiamento internacional cujas características específicas só serão conhecidas depois da pré-seleção.

A importância dos aviões FX, além de preencher esse conceito de superioridade aérea, que é de interesse permanente para a nação, está em proteger o nosso espaço aéreo, em salvaguardar a sua defesa que muitas vezes se vê pressionada, sobretudo na Região Amazônica, e também o interesse que tem a nossa indústria na absorção de tecnologia que poderá, de uma maneira significativa, influenciar o desenvolvimento futuro da indústria aeronáutica brasileira.

A preocupação do Governo brasileiro, além dos aspectos técnicos relativos à aquisição dos aviões, está também no nosso interesse em fortalecer ao máximo a participação da indústria brasileira nesse processo de dotação da Aeronáutica de uma nova geração de aviões supersônicos.

Esse esforço, esse interesse, esse propósito, esse empenho do Executivo em favorecer, fortalecer a participação da indústria brasileira necessariamente será, por um lado, difuso, uma vez que não temos a menor intenção de pré-selecionar, dentro da indústria brasileira, essa ou aquela companhia e, em segundo lugar, só poderá se concretizar depois de sabermos que avião será escolhido, porque serão então assinados os contratos de cooperação com a empresa vencedora do processo concretamente.

Deve-se notar que a conformação do produto que estamos adquirindo reflete uma pluralidade de indústrias. Não se trata apenas de uma indústria aeronáutica de construção de aviões, uma montadora, o que seja, mas de um conglomerado de indústrias. Há indústria de armamentos, de informática, de aviões, as mais diversas, desde plástico até aço e metal mecânico. Ou seja, é um conjunto de indústrias, de maneira que esses contratos se fracionam e haverá oportunidade, então, para o engajamento da indústria nacional tomada como um todo.

São esses os comentários iniciais que gostaria de fazer, para não tomar o tempo dos senhores. Sei que há uma agenda difícil no Senado, de modo que me coloco à disposição do Senador Suplicy e de V. Exªs para esclarecimentos, fazendo referência à presença do Coronel Bastos, que está ao meu lado, que tem acompanhado os trabalhos da Comissão Especial que se reúne para que os membros da Comissão de Defesa disponham da informação necessária para a correta avaliação da situação e que, portanto, conhece bem o assunto sob o ponto de vista técnico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passamos a palavra ao Senador Marcelo Crivella, autor do requerimento. Estão inscritos, em seguida, os Senadores Hélio Costa e Jefferson Peres.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro José Viegas Filho, Sr. Coronel Márcio Bastos.

Sr. Ministro, muito obrigado por ter vindo. Sua presença aqui sempre ilumina a nossa Comissão. V. Exª é alguém que nos passa o equilíbrio, o nacionalismo, o

patriotismo, a firmeza que esperamos mesmo de um Ministro da Defesa.

Quando fiz esse requerimento, tinha a intenção de, ao transmitir para todo o Brasil, é claro, não tocar em assuntos sigilosos.

Essa é uma grande concorrência brasileira, importantíssima para a nossa soberania aérea e tem segredos de estado que precisam ser preservados. Mas, estive na Embraer, assistindo a uma palestra, com o seu Presidente, e que fiquei encantado com o consórcio do nosso Mirage. Após quatro horas de palestras, saí convencido de que era o melhor negócio. Porém, é claro que em quatro horas nós simplesmente **jump into conclusions**, porque não podemos ser ingênuos ao pensar que conhecemos todos os aspectos do negócio.

E isso se concretizou porque, em seguida, fui a Avibras. Elas são vizinhas, no Vale do Paraíba, em São Paulo. V. Exª conhece. Na Avibras, já fiquei encantado com o Sukhoi. Vi que na parte técnica os dois se assemelham. E me parecia que o Sukhoi levava alguma vantagem no alcance, na quantidade de bombas que carrega e naquelas piruetas, naquelas manobras inacreditáveis que aquele avião é capaz de fazer no ar. Que coisa impressionante!

Na Embraer ouvi que o governo peruano havia comprado esses aviões e estava tendo problemas, porque era algo como "efeito lada", aquela experiência desagradável que houve na indústria automobilística, quando se venderam ladas, e depois não havia mais peças para reposição.

Na Avibras já me disseram que não, que isso é jogo comercial. Tenho uma carta do governo peruano dizendo que estão sendo bem atendidos, e que, por problemas de orçamento, não puderam comprar todas as peças. Mas, os aviões estão indo bem e eles estão satisfeitos com o negócio.

Naquele instante, eu me coloquei na sua pele, Sr. Ministro, porque, numa quantidade de dinheiro tão grande como esta, as informações e contra-informações são fantásticas.

Feito esse preâmbulo, queria fazer as perguntas. Sr. Ministro, são suficientes doze caças para um país continental como o nosso? Soube que a Coréia, recentemente, comprou 120 F-16 americanos. É claro que eles têm uma condição diferente da nossa, pois vivem em situação de conflito. Quais as conseqüências da aquisição desses aviões junto aos nossos países vizinhos nesse esforço monumental que temos feito, com sacrifícios inomináveis para tomarmos a liderança nas negociações da Alca? A liderança de um bloco da América do Sul, de um Mercosul, que depois pega os países andinos, dando-nos condições mais soberanas e melhores para negociar com esse nosso maior parceiro, os americanos? Como os nossos vizinhos estão vendo essa nossa compra e como o senhor, juntamente com seu colega, Ministro Celso Amorim, tem levado esse assunto?

Sou engenheiro por formação. Ouvi notícias nos jornais de que os russos estavam oferecendo compensação para a colocação de produtos agrícolas brasileiros no seu mercado: carne suína e bovina. Confesso a V. Exª que fiquei frustrado, porque a minha esperança, como brasileiro, como engenheiro, era de que com doze aviões pudéssemos, em cláusulas de **off set,** montar alguma coisa desses aviões aqui e, possivelmente – tenho certeza de que o Brasil não ficará só em doze; certamente vamos comprar mais doze, e mais doze – no final, ter a tecnologia para fabricar o nosso avião de caça, como hoje temos a tecnologia de fazer jatos para cem passageiros, que é uma inovação.

Estive, agora, com o Senador Hélio Costa, nos Estados Unidos e, para nossa alegria, quando viajávamos naquelas empresas do Arizona, do Texas, era sempre em aviões da Embraer, que fazem um grande sucesso nos Estados Unidos.

Então, minha última pergunta seria esta, Sr. Ministro: como V. Exª está gerenciando e quais são as esperanças que podemos ter, seja na parceria com a Avibras, seja na parceria com a Embraer ou qualquer outra empresa, dessa garantia de transferência de tecnologia, que algo em que não adianta passar o manual? Sei disto: se entregarem o manual, não vamos entender nada. Aquilo tem código-fonte, esses aviões são complicadíssimos, demoraram quarenta anos para serem desenvolvidos; nós não vamos aprender isso de uma hora para outra. É possível haver uma parceria comercial. Eles podem ganhar na transferência de tecnologia de tal maneira que, tendo a tecnologia aqui, eles sejam os nossos parceiros no lucro que ela vier a produzir para o nosso País e também para o país deles. São confiáveis os franceses ou os russos? Vão cumprir mesmo isso? O Sr. Ministro está garantindo à Nação que começamos a caminhar na estrada da independência tecnológica da nossa aviação de caça?

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me, Senador Crivella, Vice-Presidente desta Comissão, acrescer apenas uma questão dentro das questões tão relevantes. Se o Ministro puder-nos informar quantas e quais são as empresas ou consórcios que se candidataram no processo presente, pois V. Exª mencionou que ouviu a exposição sobre duas delas e ficou bastante impressionado. E o Senador Marcelo Crivella ouvir mais palestras também, só para sabermos quantas são.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Quando saí dessas duas palestras – passei o dia lá –, fiquei imaginando assim: puxa, uma parceria – isso foi o meu palpite, estou palpitando aqui; pelo amor de Deus, que fique só no palpite – entre a Embraer e as bombas da Avibras seria o trio quente do McDonald's.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Muito obrigado, Senador Suplicy e Senador Crivella, pelos seus comentários generosos com relação a minha pessoa.

São três, portanto, os quesitos. Primeiro: quantas e quais são as empresas concorrentes. São cinco. Existe o consórcio da Embraer com a Dassault, na verdade, com um conglomerado de empresas francesas do qual fazem parte a Tales e a IDS, então Embraer/Dassault, avião Mirage. Existe uma outra associação: Avibras com a empresa russa chamada Rosoboronexport, que produz o avião Sukhoi. Existem três outros concorrentes, que são o avião anglo-sueco chamado Gripen, o avião F16 dos Estados Unidos e o avião Mig, produzido pela fábrica Rac Mig, da Rússia. São cinco, portanto, os concorrentes.

O Senador Crivella pergunta se doze aviões seriam suficientes. Isso depende, Senador, do ponto de vista que adotamos. Digamos: de um ponto da desejabilidade, não são suficientes. A própria versão inicial do processo de concorrência do FX abria a possibilidade para que fossem comprados 24 aviões. Com 24 aviões, temos uma massa crítica – ou teríamos, porque não a temos – mais compatível com o processo robusto de transferência de tecnologia. Naturalmente, quanto mais aviões você produz, mais viável se torna a incorporação industrial e tecnológica do produto para a sua fabricação e integração no Brasil.

As gestões orçamentárias, no entanto, e as dificuldades que o nosso País, por ser relativamente pobre, enfrenta, não só hoje, mas continuará a enfrentar nos próximos anos, nos levaram a optar pelo formato de doze. Esse formato de doze aviões, que é mais ou menos o equivalente ao que temos hoje em matéria de Mirage – ou que deveríamos ter, porque alguns deles já foram desativados –, nos fornece o suficiente, aquele mínimo necessário para desenvolvermos o conceito de superioridade aérea. É o que podemos fazer. Idealmente seria melhor que fossem mais. No futuro existe a possibilidade de que sejam mais.

Veja que as aquisições de aviões, em geral, são acompanhadas de um processo de segmento futuro, bastante substancial também, quer dizer, não se trata de um ato isolado; é um ato que encadeia uma série de outros atos decorrentes dele: integração de armamentos, atualização de aviônicas, uma série de coisas que decorrem da compra e que se prolongam no tempo. De maneira que nem é inteiramente verdade que são só são doze, mas também não podemos pensar concretamente em 24.

Conseqüências sobre os vizinhos.

Tenho tido muitos contatos com os Ministros da Defesa da América do Sul, muitos mesmo. Ontem mesmo estava aqui a Ministra Michele Bachalé, do Chile – em 14 ou 15 meses já estive com ela quatro vezes –, assim como com os da Argentina, Peru, Colômbia, enfim, com tantos outros tenho tido contatos freqüentes.

Então posso dizer com total clareza que nunca nenhum Ministro da Defesa de país sul-americano expressou qualquer dúvida, ponderação, inquietação ou preocupação com relação a esse processo. Por quê?

Porque o Brasil é um país cuja natureza é tão claramente pacífica, e não agressiva, que nenhum dos nossos vizinhos se sentem ameaçados pelo fato de termos doze aviões supersônicos de última geração, topo de linha, porque eles sabem perfeitamente que as nossas hipóteses de emprego não passam por nenhuma situação bélica como os nossos vizinhos. Temos a preocupação de garantir a defesa do nosso espaço aéreo de uma maneira muito mais genérica do que aquela provocada por hipótese de emprego em situações de guerra com os vizinhos, as quais não existem. Então a consciência e a solidez do conceito da vigência da paz na América do Sul, especialmente a paz com o Brasil, é tal que posso lhe assegurar que nunca nenhum Ministro manifestou qualquer tipo de inquietação com relação a este processo.

Sua terceira linha de perguntas, talvez um pouco mais difusa, diz respeito às compensações que estão envolvidas, ou que estarão envolvidas, no processo de compra do avião. V. Exª fez referências que poderia tentar agrupar em dois campos: uma quanto ao prazo; a outra quanto à natureza dessas contrapartidas.

Quanto ao prazo, posso lhe dizer que só serão levadas em consideração aquelas ofertas apresentadas no contexto da proposta final, por escrito, que foi apresentada pelas empresas em novembro último, ou seja, o que foi apresentado em novembro último faz parte das propostas; o que foi dito depois não faz parte das propostas, portanto não foi objeto de exame minucioso e tecnicamente correto, feito pela Força Aérea.

A decisão a ser tomado a respeito do processo FX será do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa. É evidente, não sou eu que concedo a liberdade; ela existe e faz parte da vida, portanto é evidente que os integrantes do Conselho de Defesa

poderão, verbalmente, trazer as considerações que lhes parecerem justas e adequadas.

Do ponto de vista do encaminhamento formal do processo, só são levadas em conta as ofertas que foram, por escrito, incorporadas no documento chamado BAFO – **Best and Final Offer** –, que foi apresentado por cada uma das companhias no mês de novembro, isso quanto ao prazo.

Quanto ao conteúdo das ofertas, que englobam um pacote de oferecimentos que tomam o nome de **off set,** também há que se destacar dois grupos de ofertas de **off set**: as que dizem respeito ao avião propriamente dito, a tecnologia que envolve, as compensações comerciais diretamente vinculadas com ao avião, e aquelas que são de natureza mais genérica, como V. Exª fez referência: compra de produtos de base, por exemplo.

A Força Aérea compulsou, como não poderia deixar de ser, aquelas propostas que foram oferecidas pelas empresas e preparou uma documentação que distribuiu para a Comissão Especial que assessora os integrantes do Conselho de Defesa de maneira imparcial.

Novamente caberá ao Presidente da República, em primeiro lugar, e aos integrantes do Conselho que o assessorarão fazer a devida ponderação sobre aqueles elementos incluídos no **off set** que propiciam uma transferência de tecnologia, uma incorporação mais robusta da nossa indústria no avião e aqueles outros elementos que não são diretamente relevantes, mas que propiciam, de maneira geral, o ingresso de divisas no País. Portanto, essa é uma questão que tem dois elementos: o formal, como já expliquei, definido pela Força Aérea, com base exclusivamente no que foi apresentado pelas empresas, e o elemento de valor, que será desenvolvido pelos integrantes do Conselho de Defesa de acordo com o seu próprio critério. A decisão final é do Presidente da República.

Espero ter respondido às perguntas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Com brilhantismo, Sr. Ministro, e nos tranqüilizou, porque aquelas notícias de jornais de que havia integrantes da União Soviética desembarcando aos montes em Brasília, depois de fechada a concorrência, puderam ser esclarecidas. V. Exª deixou claro que o **best and final offering** já está certo, fechado e que é ali que vai se basear. Estamos tranqüilos de que V. Exª saberá cuidar dos melhores interesses do nosso País. Estou convencido de que os melhores interesses do nosso País passam pela nossa independência tecnológica. Lembro que na compra dos aviões italianos a Embraer se favoreceu para fabricar os nossos grandes aviões comerciais – digo grandes em tecnologia e no sucesso que fazem no exterior.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Obrigado pelo Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Digo, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Quem sabe um dia...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Gostaria apenas de dar as boas-vindas aos Deputados Cunha Bueno, Luiz Carlos Hauly e Antonio Carlos Pannunzio. Convidamos os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Câmara dos Deputados para, depois dos Senadores, formularem suas indagações.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar é uma honra receber em nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Exmº Sr. Ministro da Defesa, José Viegas Filho, e o Coronel Márcio Bastos Moreira, Gerente do Projeto FX.

A menção de V. Exª me lembrou certamente uma peça de Shakespeare que se chama "Sonho de uma noite de verão", **Mid Summer Night's Dream**, que me levou a outra peça de Shakespeare que se chama **Much Ado About Nothing, M**uito a Conversar sobre Coisa Nenhuma, e é mais ou menos a orientação da minha fala.

Fico extremamente preocupado, Sr. Presidente, porque fui Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, onde já discutíamos esse assunto da compra dos jatos da FAB sempre com essa extraordinária disputa entre as cinco principais concorrentes: os russos com dois consórcios, do MIG-29 e do Sukhoi, os americanos, com o F– 16, os ingleses e os suecos com o Saab-Bae, Gripen, os franceses com o consórcio da Dahso-Mirage com a Embraer.

Em primeiro lugar, não seria preciso fazer concorrência alguma, porque, como se trata de um produto que não temos concorrente nacional, podemos comprar o que quisermos à discrição do governo. Pelo menos assim fazem os americanos, os franceses, os ingleses: compram deles mesmos; não vão comprar lá fora.

Por outro lado, fico extremamente preocupado, porque hoje, com essa disputa em torno dos grandes consórcios, estamos prestes a gastar de US$700 milhões até um contrato que vai, na verdade, chegar a mais de US$2 bilhões. Então temos que direcionar todo esse processo de compra desses aviões para algumas coisas fundamentais. Por exemplo: vamos prestigiar a indústria nacional, porque, hoje, tirando, evidentemen-

te, o agronegócio, que representa a grande exportação brasileira, a Embraer é a grande empresa que produz, que exporta, que traz dólares, que traz divisas para o Brasil. E ela tem, certamente, uma participação fundamental neste processo de compra desses aviões.

O que representa o consórcio Mirage da Embraer? Representa um investimento que pode chegar a US$1 bilhão aqui no país. Representa empregos, representa colocar o Brasil em nível de liderança na América Latina para não só produzir 80% desse avião aqui, mas também ser a empresa que vai suprir os demais países latino-americanos.

É importantíssimo dar prioridade absoluta à questão da indústria nacional, da transferência de tecnologia, da geração de emprego no país, ao invés de ficarmos pensando apenas com a cabeça militar, que é assim: quero o melhor jato; precisamos do jato que vai fazer uma guerra semelhante à Guerra do Golfo ou precisamos de um jato que, colocado estrategicamente em São Gabriel da Cachoeira, que está dentro da Amazônia Legal – está aqui o ilustre Senador Jefferson Peres, que certamente poderá discorrer sobre esse assunto –, pode chegar a qualquer ponto da Amazônia Legal em menos de meia hora. Em alguns lugares, em 15 minutos ele pode fazer uma interceptação. Precisamos de um jato de interceptação, precisamos de um jato que vai fazer a patrulha de costa, precisamos de um jato capaz de defender ou vamos comprar um jato aparelhado para fazer qualquer tipo de intervenção militar.

Isso me leva a outra pergunta: o que foi proposto na licitação inclui, rigorosamente, todas as peças, todas as engrenagens do avião?

Conversando com um técnico, ele me disse o seguinte: qualquer desses aviões pode variar em 30 milhões o preço, dependendo da aparelhagem que houver dentro do avião.

Se eu encomendar um Mirage, por exemplo, ele pode custar de 35 milhões a 70 milhões, depende do que se quer dentro do avião. Quem determina o que vai dentro do avião? É a Força Aérea, é esse Conselho de Defesa da República? Passa pelo Congresso? Passa por onde? Quem define o que está dentro do avião? Essa decisão é rigorosamente a mesma para todos os integrantes desses consórcios?

Fico surpreso ao ver aqui o MIG-29, um avião ultrapassadíssimo que custa US$20 milhões. Mas ele está mais ou menos na mesma categoria do nosso Mirage, que estamos aposentando.

Por outro lado, vejo o Sukhoi e leio na **Bussiness Week** da semana passada, de 15 de março, uma importantíssima revista que, certamente, é como as revistas de negócios brasileiros, o prestígio que tem essa revista no mundo inteiro, que o Sukhoi tem uma plataforma para dez anos. Estamos fazendo uma proposta de um avião que tem uma plataforma de 30 anos, porque o próprio Sr. Ministro acabou de dizer que os nossos Mirages, que foram comprados na década de 70, estão ultrapassados. Então, 30 anos, acabou, teremos que vender e comprar outro.

Está aqui a reportagem da **Bussiness Week** dizendo que o Sukhoi tem uma plataforma de 10 anos. Essa mesma reportagem da **Business Week** da semana passada, Sr. Presidente, diz que a Sukhoi, que foi criada em 1932 pelo camarada Stalin e que tem a sua principal indústria na Sibéria, produziu o MIG 23, o MIG 27, que foram as estrelas da Guerra Fria, e agora está se lançando no mercado para produzir aviões de passageiros. Vão concorrer diretamente com o Embraer 190, que está no mercado, fazendo um sucesso extraordinário, já com promessas de compra do mundo inteiro. Então vamos comprar aviões de uma empresa patrocinada pelo governo russo, que, hoje, está se preparando para lançar ações no mercado para produzir rigorosamente os concorrentes da indústria brasileira, que é um sucesso internacional. Vamos dar prioridade à Sukhoi? Mas ela tem um convênio com a Avibras. E esta, por acaso, produz avião como produz a Embraer? Tem a tecnologia refinada da Embraer, já que tem condições de botar no espaço um avião como a Embraer? Não, não tem; na verdade, não tem.

Então, fico, Sr. Ministro, Sr. Presidente, com estas perguntas: vai levar em conta a indústria nacional? Vai levar em conta a geração de empregos? Vai levar em conta a plataforma de um avião que em dez anos estará tão superado quanto os que temos hoje? Vai levar em conta o sistema de Avionix de cada um deles, o que vai determinar o preço, porque podemos fazer qualquer arranjo nos preços, com relação a isso? Vamos ter, conforme disse o Senador Crivella, um avião que pode eventualmente... Não tenham dúvidas, os argentinos podem simplesmente dizer que gosto muito de vocês, mas não gostei deste avião, não. Um país que passa fome, que já vai gastar US$1 bilhão para comprar caça supersônico, e vamos ter que ficar de olho agora no que os argentinos vão comprar, quando, na realidade, temos a certeza absoluta de que podemos resolver toda a nossa questão de proteção da costa, da nossa integridade territorial, mas, certamente, levando em consideração o mais importante, que entendo ser, conforme disse, prestigiar a indústria nacional.

Finalmente, um comentário, só para encerrar minha observação, Sr. Ministro. Confesso que fiquei com vergonha – com vergonha – no dia em que o Presidente Lula foi visitar a Embraer para o lançamento do 190 e viu que o Brasil está comprando um avião

estrangeiro, porque, de repente, disseram lá que o Embraer 190 não tem autonomia par chegar até a Europa num vôo direto.

Ora, Sr. Presidente, que absurdo! Se o Brasil produz um avião de primeiríssima linha, com capacidade para até 110 passageiros, que pode ser adaptado para carregar todo o Ministério do Presidente Lula, que pode, sim, ser adaptado para sair até quatro mil, cinco mil quilômetros sem precisar de reabastecimento, vamos comprar avião dos outros? Tente fazer isso com o Presidente Bush, para ver se ele aceita um avião nosso ou do Blair.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – V. Exª fala do avião presidencial?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Claro, do avião presidencial. Se vamos comprar um avião para o Presidente da República, e temos um avião feito no Brasil que pode... a Embraer, no dia seguinte, emitiu uma nota dizendo que realmente o avião não podia. Pergunte novamente ao Presidente da Embraer se repete aquela nota. Ele não repete aquela nota porque aquilo foi feito rigorosamente para não deixar mal, até no mercado internacional, uma empresa de primeiríssima linha como a Embraer.

É isso o que tenho a dizer, Sr. Presidente, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Muito obrigado, Senador Suplicy e Senador Hélio Costa.

Como V. Exª não desconhece, as características globais do processo FX foram decididas antes da posse do Governo atual. A decisão, a compra, o formato escolhido, as empresas pré-selecionadas, todos foram objeto de decisão anterior. De maneira que nós já demos seguimento a elas.

Quanto às suas perguntas específicas, a primeira é: vamos prestigiar a indústria brasileira? Dentro da qualificação que já fiz, na medida em que esta é uma decisão que pertence ao Presidente, ouvido o Conselho de Defesa, sou um dos membros do Conselho de Defesa. Como membro do Conselho de Defesa, eu lhe respondo sem a menor hesitação que sim, vamos privilegiar a indústria nacional.

Ao responder à pergunta do Senador Marcelo Crivella, eu já me manifestei a esse respeito. Uma vez escolhido o avião ou a empresa que produzirá o avião, daí decorrerá a assinatura de uma série de contratos. E, nessas assinaturas de contratos específicos, sem dúvida, nós daremos toda a cobertura para a participação significativa da indústria nacional.

Quanto à geração de empregos, **mutatis mutandi**, o mesmo raciocínio se aplica. E considero importante ressaltar que o Governo, como um todo, empenhado que está na criação de empregos, não ignorará esse fator também nessa decisão.

V. Exª se refere à cabeça militar e à cabeça política, descrevendo a cabeça militar com um enfoque, digamos, mais tecnicamente orientado no que diz respeito à qualidade do avião e à sua capacidade de desempenhar as tarefas assinaladas. E a cabeça política, vendo esse mesmo problema de uma forma mais ampla, levando em conta outros fatores, como estes: transferência de tecnologia, **off-set**, conveniências de longo prazo.

E exatamente o processo adotado tenta reunir os dois tipos de raciocínios: o raciocínio militar, que se consubstancia na documentação preparada para a Aeronáutica, colocada à disposição dos integrantes do Conselho de Defesa, e o raciocínio político, que é privilégio da liderança política do Governo do Brasil e que tomará a decisão de forma global.

Então as suas preocupações e ponderações quanto a que não sejamos levados exclusivamente por uma decisão técnica estão atendidas pelo próprio formato do processo de decisão que está sendo encaminhado.

Quanto aos comentários que V. Exª a respeito da durabilidade da plataforma – dez anos, trinta anos -, duas observações eu preciso fazer. A primeira é que temos que tomar algum cuidado, inclusive eu próprio, com as informações que circulam, pois, em geral, são orientadas por interesses específicos. Então não necessariamente elas refletirão toda a verdade, nada mais do que a verdade. O dado a que V. Exª se referiu é controvertido, assim como são controvertidos os dados relativos a outros concorrentes. Esta é a primeira observação.

A segunda observação – e espero que V. Exªs compreendam e levem em conta o que eu vou dizer – é que eu não considero que deva fazer comentários aqui a respeito da qualidade de cada avião, porque seria prejulgar a decisão que vai ser tomada no futuro e poderia desorientar ou mal orientar a imprensa e outros fatores sociais que têm interesse nessa decisão.

Quanto aos requisitos de aviônica e outros requisitos técnicos, prefiro que o Coronel Bastos, que os conhece bem melhor do que eu, faça o comentário. A minha premissa, Coronel – e o senhor me corrigirá se for o caso -, é de que esses requisitos técnicos foram contemplados no próprio edital, ou que nome tenha o convocatório do processo. Mas o Coronel poderá nos fazer uma descrição desses requisitos e como eles são iguais para todos os concorrentes, embora a resposta de cada um, naturalmente, seja específica.

Finalmente, quanto a um tema que não se relacionou com o FX, mas que V. Exª trouxe, Senador, que é a escolha do avião presidencial, também gostaria de dizer duas coisas: a primeira, que convidamos a Embraer a participar desse processo de escolha, e esta nos escreveu não uma carta depois do **row out** do MB 190, mas sim muito antes, muitos meses antes, dizendo que ela não dispunha e não disporia, nos próximos cinco anos, de um avião que tivesse as características de um avião presidencial, uma das quais é um vôo transatlântico sem escalas.

Então não foi o Governo que escolheu a Embraer, mas esta que nos avisou, há vários meses, que não poderia fornecer esse tipo de avião. Não foi uma escolha nossa.

Obrigado.

Com a permissão do Senador Suplicy, passo a palavra ao Coronel Bastos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Claro. Tem a palavra, por favor.

O SR. MÁRCIO BASTOS MOREIRA – Bom dia a todos, obrigado pela oportunidade.

Com relação a esse estabelecimento de requisitos, vou procurar sumariamente esclarecer como se processa, desde a sua origem até o momento em que é definido aquilo que os produtos devem conter.

Em princípio, a Força Aérea não adquire um avião simplesmente para substituir outro. O que gera essa aquisição é a identificação de uma necessidade operacional, assim como os nossos Mirage, que, no início da década de 70, foram adquiridos porque foi identificada uma necessidade operacional que gerou esta aquisição.

Ao longo do tempo, duas coisas podem acontecer e, no caso específico dessa aquisição do FX, isso aconteceu: uma, a deterioração do material, que perdeu as características, a capacidade de atender àquela necessidade operacional original que gerou a sua aquisição; a outra, as próprias modificações de aspectos da necessidade operacional em si, porque há trinta anos o nível tecnológico era bastante diferente. Então uma aeronave, naquele momento, na ponta de tecnologia atendia. Hoje em dia, se comprássemos um Mirage-III, idêntico, novo em folha, como compramos há mais de trinta anos, já não atenderia mais à necessidade operacional, que evoluiu ao longo do tempo. Esses dois aspectos disparam todo o processo.

A partir daí, a Força Aérea define o requisito operacional para atender a essa necessidade. Do requisito operacional, a coisa se detalha em termos de requisitos técnicos, logísticos e industriais. Assim é que dão toda a base para colocarmos, num pedido de oferta para as empresas, tudo do que o produto que elas possam nos oferecer deverá conter.

Então os requisitos estão detalhados, estabelecidos e são equânimes para todos.

E nós, exatamente na avaliação desse processo de eleição, vamos verificar em que grau cada um dos concorrentes atende ou deixa de atender a esses requisitos, que é o que vai, ao final, dizer qual a eficiência no cumprimento da missão para atendimento daquela necessidade operacional que gerou todo o processo.

Penso que, basicamente, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, fico preocupado se esses requisitos técnicos, logísticos e industriais têm o mesmo peso, porque a minha questão foi levantada exatamente em cima disso, Coronel Bastos.

Se tivermos uma empresa que pode trazer a construção desses aviões para o Brasil, pode investir no Brasil, produzir no Brasil, mas não estiver atendendo exatamente a todos os problemas técnicos e de logística apresentados, ela terá o mesmo peso, a questão industrial ou não?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Sim, os requisitos são iguais para todos. Parte dos requisitos metodológicos inclui um item chamado confiabilidade, em que é avaliada a capacidade de cada empresa de corresponder àquilo que o manual do avião contém.

Os requisitos são iguais para todos. As respostas dadas por cada empresa são avaliadas tanto do ponto de vista, digamos, quantitativo, a informação que consta oficialmente dos manuais, quanto do ponto de vista qualitativo, com referência à expectativa que temos de que a empresa possa cumpri-los.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Supliy) – Passamos a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT-DF) – Ministro Viegas, Presidente, a compra desses aviões tem sido muito discutida em razão do custo. A defesa nacional e a soberania não têm preço. Assim, não vou discutir a questão do custo.

Gostaria de ouvir de V. Exª alguma coisa sobre os benefícios que essa compra vai-nos proporcionar. Gostaria de fazer algumas perguntas nesse sentido. Por exemplo: a partir da chegada desses aviões, o Brasil vai ficar satisfeito e tranqüilo no que diz respeito à defesa das suas fronteiras? O que mudará de fato na Força Aérea Brasileira no dia seguinte à chegada desses aviões?

Fico tranqüilo e ao mesmo tempo preocupado com uma coisa que V. Exª disse, ou seja, que nenhum vizinho se preocupa, mas eu me preocupo. Isso porque essa visão pacifista pode mudar de um dia para outro. Ademais, se eu fosse ministro de qualquer outro país vizinho, teria medo de uma futura hegemonia brasileira. Assim, se eles não se preocupam, fica a idéia de que nada vai mudar na Força Aérea Brasileira. Talvez precisássemos, além da compra desses aviões, fazer acordos com esses países.

Primeiro, o que muda no dia seguinte?

Segundo, o que falta, além desses aviões, para que tenhamos uma Força Aérea do porte que um país como o Brasil tem que ter?

A outra pergunta: de que as outras duas armas precisam? Quanto vai custar para termos não apenas Força Aérea, mas também Exército e Marinha em condições de deixarem não só essa geração como as próximas gerações brasileiras tranqüilas? O que o Ministério da Defesa tem hoje em vista e o que vai nos trazer no futuro para equipar as outras armas?

Finalmente, no que se refere à decisão sobre qual o equipamento é o mais adequado, não somos nós que vamos opinar sobre isso, mas fico curioso para saber se está claro que no processo de tomada de decisão vai-se levar em conta que a defesa envolve algo mais que a parte militar. Os outros países, quando se armam, fazem isso pensando na defesa no sentido militar, no sentido de geração de emprego, de plataforma industrial, de capacidade de substituição e até mesmo de fabricação desses equipamentos. Eu queria saber se na hora de se tomar a decisão vai ficar clara a rede de relações desses aviões com os outros setores da economia e da sociedade brasileira.

Para concluir, refiro-me a algo que V. Exª e o Coronel falaram, fazendo uma pergunta que está relacionada com essa compra. Por exemplo: o que esses trinta anos de Mirage deixaram no Brasil? Eles ficam obsoletos, são jogados fora. O ficou deles? Ficou uma plataforma industrial, uma capacidade de manutenção? O que aprendemos durante os trinta anos com esses Mirage? Daqui a trinta anos o que vão nos deixar esses aviões que estamos comprando agora?

Desculpe-me se tenho muitas perguntas. Não faço isso por causa do custo dos aviões, mas pela preocupação com a defesa nacional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador Suplicy e Senador Cristovam Buarque. As perguntas que V. Exª formula são de um homem de Estado preocupado com o aspecto mais amplo dessa operação. Assim, elas são absolutamente corretas, pertinentes e bem-vindas.

Tentarei dar uma resposta à pluralidade de aspectos que V. Exª levanta.

Os benefícios da incorporação dos dois aviões do Projeto FX se farão sentir de maneira imediata em termos de uma maior eficácia da nossa parte do controle do espaço aéreo, sobretudo na Região Amazônica. Nós estaremos adquirindo aviões de última geração que sofisticarão considerável e significativamente a nossa capacidade defensiva, de interceptação, de um controle eficaz do nosso espaço aéreo, dentro do conceito de superioridade aérea. Ela também trará, para me estender mais sobre esse aspecto das suas perguntas, a aquisição dos novos aviões, um acesso à tecnologia incorporada nos aviões.

Já me antecipo em responder a última parte desta pergunta: o que nos deixaram os Mirage? Sem dar uma resposta inteiramente negativa do ponto de vista tecnológico quanto aos Mirage, temos que levar em conta que eles foram comprados em 1970, quando não existia uma indústria aeronáutica brasileira. Então são dois processos muito diferentes: o processo que, em 1970, levou-nos à aquisição dos Mirage e o processo que, na primeira década do Século XXI, leva-nos à aquisição dos aviões FX, uma vez que agora temos uma capacidade industrial consideravelmente mais desenvolvida do que naquela ocasião. Naquela época, não teríamos parceiros a oferecer nem possibilidades, para que uma parte do projeto de construção pudesse envolver firmas brasileiras.

Hoje temos essa capacidade, sem nenhuma dúvida. Se o Coronel Bastos quiser agregar algum comentário quanto ao que nos deixou o Mirage, depois pediria que ele se estendesse a esse respeito.

Quanto à reação dos nossos vizinhos, uma vez que V. Exª até se preocupa pelo fato deles encararem com tanta normalidade, isso se deve não à insignificância dos nossos aviões, mas sim à certeza que os nossos vizinhos têm de que esses aviões não serão usados contra as suas forças armadas. Essa certeza advém do fato de termos uma política externa claramente baseada na paz e na integração, militantemente avessa a hegemonias, sejam elas regionais ou globais. Isso, portanto, fornece aos nossos vizinhos uma moldura de expectativas de segurança e de tranqüilidade com relação ao Brasil e à sua política exterior, seja militar, seja diplomática, que nos permite, então, operar num nível de tranqüilidade, sem gerar tensões. Mas não há dúvida, e os vizinhos sabem disso, de que alcançamos um grau significativamente maior de capacidade de defesa e de controle do espaço aéreo.

Há alguns anos, um país sul-americano adquiriu aviões comparáveis a esses, o que provocou, num grau até reduzido, alguma reação dos seus vizinhos. A diferença está em que esse país e o Brasil são diferentes, sendo que no nosso caso não nos envolvemos em guerras regionais há mais de 130 anos, com a graça de Deus. Creio que todos que estamos presentes nesta sala temos plena confiança de que nos próximos 50 ou 100 anos, o período que for cogitado, não nos envolveremos em guerras com nossos vizinhos. De maneira que essa segurança de que respiramos um clima de paz e harmonia informa a ausência de preocupação dos nossos vizinhos.

Com relação ao grau a que V. Exª se referiu como sendo uma rede de relações que estão envolvidas no processo de aquisição dos aviões, se será levado em conta no processo decisório, respondo afirmativamente. Houve uma preparação técnica feita pela Aeronáutica, houve uma compilação de dados técnicos não só com relação ao avião, mas também com relação aos **off set** oferecidos por cada uma das empresas. Essa documentação, elaborada pela Força Aérea, foi colocada à disposição dos integrantes do Conselho de Defesa através de uma comissão que o Presidente Lula criou por sugestão minha, formada por altos assessores dos integrantes do Conselho de Defesa, para que haja uma familiaridade com esses aspectos e a devida concatenação entre o raciocínio político dos membros do Conselho de Defesa e o raciocínio político da Nação brasileira, que se faz sentir nesta audiência e nas entrevistas à imprensa, que são muito divulgadas. De maneira que há uma reflexão política e a decisão eventual que o Governo tomará, ouvido o Conselho de Defesa, certamente levará em conta os comentários que são feitos nesta Casa por V. Exª.

A seguir, V. Exª fez uma série de indagações quanto ao contexto militar da operação. O FX deve ser visto no contexto geral das preocupações com a defesa.

São oportunissimas as suas colocações. Ontem mesmo, tive um contato muito amplo com o Presidente Lula, quando falamos dessas necessidades estratégicas das Forças Armadas, que vêm se avolumando, continuarão a se avolumar e requerem uma atenção sólida da nossa parte.

Temos, hoje, um hiato de aparelhamento militar que começa a me preocupar e uma perspectiva de gastos para que o superemos, o que não ocorrerá em um ano ou dois, que requererá, necessariamente, do Governo brasileiro, Legislativo e Executivo, uma análise cuidadosa do que está acontecendo com os nossos projetos estratégicos, que têm permanecido em estado de hibernação por um período perigosamente longo.

As necessidades de substituição de equipamentos, de atualização, de manutenção são de tal ordem que já não podem ser satisfeitas em um ano ou dois, e isso é perigoso. Então as suas perguntas são muito oportunas.

V. Exª questiona quais são os outros projetos, além do FX, que dariam uma razoável cobertura estratégica para nós. A Força Aérea dispõe de vários outros programas que estão em diversas fases de andamento e que se referem a aviões de apoio tático, chamados Super Tucanos, que são aviões de treinamento, mas também de interceptação em baixa altura.

Esses aviões já foram desenvolvidos pela Embraer, estão equipando a nossa Força Aérea. Inclusive tenho feito um esforço sistemático no sentido de estimular a aquisição desses aviões por forças aéreas dos nossos países vizinhos e irmãos. ALX é o nome desse avião Super Tucano.

Há também os aviões de transporte médio, CLX, que são necessários para substituir os nossos Búfalos, que são aviões também muito antigos que prestaram um fabuloso serviço, sobretudo na Amazônia. Os Búfalos precisam de pistas muito curtas, de 400 a 500 metros, e devem ser substituídos por aviões que forneçam a mesma facilidade de operação.

Temos também os aviões de patrulha marítima, que fazem parte dos procedimentos da Força Aérea de reequipamento a partir do ano de 2005. Há a modernização dos aviões F-5. É uma esquadrilha de aviões de caça que foram adquiridos no Brasil nos anos 70, logo após a aquisição dos Mirage.

Vejam bem os senhores: a aquisição dos Mirage em 1970 levou, em alguns anos, à necessidade de aquisição dos F-5. São aviões que se complementam. De maneira que é possível, perfeitamente estimável que a aquisição dos FX também leve no futuro, se houver condições adequadas, a uma nova geração de aviões que substituirá os F-5.

Além disso, temos os AMX, aviões aos quais um dos Srs. Senadores fez referência. Não foi uma compra que fizemos da Itália, mas um desenvolvimento conjunto entre o Brasil e a Itália, entre a Embraer e a Ermak, que efetivamente dotou a Embraer – e o Dr. Cláudio pode me referendar ou corrigir se for o caso – de uma tecnologia muito adequada para o desenvolvimento da família de jatos regionais que hoje estão preenchendo uma necessidade do mercado internacional.

Já citei cinco projetos da Força Aérea.

No Exército, há mais do que um projeto, um programa em desenvolvimento, que é o da formação de brigadas adicionais do Exército Brasileiro.

Estamos avançados na implantação da brigada de operações especiais, cuja sede foi transferida para

Goiânia, proveniente do Rio de Janeiro. É uma brigada de alta densidade tecnológica, de grande mobilidade tática, com uma força de ação rápida, visando uma capacidade de operação em todo o território nacional e em uma pluralidade de cenários cogitáveis.

Temos uma brigada mais estática do que essa, com menos densidade tecnológica, adaptada à guerra na selva. A nova brigada de infantaria de selva será colocada em São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel, cidades que ficam próximas à fronteira com a Colômbia e a Venezuela, região da Cabeça do Cachorro.

Além disso, o Exército preocupa-se, com toda razão, em desenvolver capacidade renovada de comando, controle e informação, uma vez que a nossa tecnologia, que era de última linha nos anos 80, está defasada no tempo e há guerra eletrônica. O Ministério da Defesa, na verdade, desenvolve um esforço de regeneração gerencial da Inbel com o objetivo de transformá-la numa indústria versátil, moderna e capaz de atender a uma série de requisitos de fornecimento de material de emprego militar para o Exército.

No que diz respeito à Marinha e às necessidades estratégicas principais dela – naturalmente as necessidades são inumeráveis -, a ênfase que quero dar é ao programa nuclear que a Marinha desenvolve, visando, em última análise, a produção de um submarino à propulsão nuclear.

Alguns comentários. É sempre bom deixar claro que o desenvolvimento de um submarino de propulsão nuclear não significa de modo algum que estejamos empenhados em desenvolver tecnologia bélica de indústria nuclear. Não é verdade, não será verdade. O Brasil é um país que adere a todos os acordos internacionais de não-proliferação.

Por outro lado, o Brasil tem uma capacidade de enriquecimento de urânio, o que é bom que se saiba. Não é segredo algum. Todos têm a obrigação de saber. O Brasil tem capacidade de enriquecimento de urânio e usa essa capacidade para a produção de energia elétrica e de reatores capazes de abastecer usinas como a de Angra.

As instalações em que produzimos urânio enriquecido estão sob salvaguardas e inspeções internacionais. As instalações existentes sob o controle do comando da Marinha, em Sorocaba, são as únicas instalações militares do mundo que recebem inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica.

Então que fique claro que temos capacidade de enriquecimento de urânio. Temos uma tecnologia que foi desenvolvida no Brasil, sendo exclusivamente nossa, a qual não queremos expor, porque isso comprometeria a nossa tecnologia comercial. Mas não temos absolutamente nada a esconder.

O Brasil não é o Irã, não é a Coréia do Norte, mas precisa ter um tratamento da Agência Atômica Internacional que seja compatível com o nosso status e com as nossas credenciais impecáveis de não-proliferação.

Dentro desse contexto geral, temos o projeto do submarino nuclear. Parte do projeto do submarino à propulsão nuclear leva à concepção e à construção de reatores nucleares de produção de energia de tamanho reduzido. Justamente o desafio da produção do submarino nuclear é termos um reator que caiba no submarino. Então, é um reator de grande versatilidade e possíveis empregos em geração de energia nuclear, produção de pequenas quantidades de energia nuclear, que são chamados reatores modulares.

Essa é uma tecnologia que interessa, sobretudo na produção de energia nuclear, energia elétrica internamente produzida, e que desenvolvemos. Quem desenvolve é a Marinha, por isso ela precisa de um apoio financeiro para levar adiante esse projeto.

É um projeto que tem perenizado no tempo, sendo concebido, se não me engano, em 1979 para durar 20 anos, e continua tendo que durar 20 anos, porque há uma inércia, há uma hibernação dos nossos projetos estratégicos. E peço que esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa tome consciência de que é necessário dinamizar. Não que estejamos perdendo dinheiro, porque ainda não estamos, graças a Deus, mas corremos o risco de perder investimento, de sofrer uma erosão da nossa capacidade de gerar essa tecnologia e de sofrer uma erosão do pessoal técnico que trabalha mal remuneradamente nesses projetos. Então é preciso fazer uma reflexão sim. Convido a Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado a provocar um seminário a respeito desse e de outros projetos estratégicos no Brasil que precisam de recuperação, e eu diria, com urgência.

Sabemos todos que existem restrições orçamentárias que são inevitáveis, então temos que descobrir, nós, cidadãos, Senadores e Ministros, soluções alternativas sem implicar uma alteração substancial dos nossos orçamentos que permitam que haja a necessária continuidade dos nossos projetos estratégicos.

Além do submarino nuclear, a Marinha desenvolve um projeto robusto de construção naval que implica a construção de submarinos convencionais e navios de superfície: corvetas, navios patrulhas e fragatas, que têm entre outros aspectos não só o aumento da nossa capacidade de defesa marítima e de patrulha, como também uma forte incidência de geração de empregos. A reativação dos programas de construção naval

que estão em hibernação permitiria a contratação de mão-de-obra no arsenal do Rio de Janeiro calculada em oito mil empregos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT-DF) – Eu me dou por satisfeito pelas respostas às minhas perguntas, mas tenho uma dúvida em que preciso de V. Exª para me assessorar como base do Governo.

O Senador Hélio Costa fez uma pergunta e quero dizer que simpatizo com S. Exª quando pergunta por que o avião de viagem do Presidente não é nacional. Como sou da base do Governo, tenho que defender a posição do Governo.

V. Exª disse que o nosso avião não permite uma viagem sem escala à Europa. Sinceramente, considero um argumento insuficiente, Sr. Ministro, porque para ir a Pequim, Jacarta, Tóquio e Nova Déli faz-se escala, não se vai direto. Por que nesses países podemos fazer escala e não indo daqui para a Europa? Em que uma escala dificulta o funcionamento da República na hora de ir à Europa? Além disso, daqui a cinco anos a Embraer vai ter um avião sem escala.

V. Exª deu recados excelentes da Marinha, que se preocupa com a fabricação nacional dos nossos submarinos. Eu o parabenizo e tenho orgulho disso. Não seria o caso da compra desse avião ajudar na fabricação de aviões inclusive militares brasileiros no futuro pela Embraer? Então o que respondo ao Senador quando S. Exª apresenta esse argumento?

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Senador, oferecemos a participação para a Embraer, que nos disse que não poderia fornecer esse avião nem agora nem nos próximos anos. O que posso fazer, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT-DF) – Então não era por causa da escala.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Inclusive por causa da escala.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT-DF) – Mas por que a escala é tão importante?

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Senador, quando se viaja para a Europa, nenhum de nós faz uma escala. Por que o Presidente da República teria que fazê-la?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT-DF) – Como passageiro tradicional eu não faço, mas como Presidente da República eu sentiria o maior orgulho em fazer uma escala e chegar em Londres num avião brasileiro.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Além disso, há outras considerações em matéria de segurança. Quanto menos escalas faz um avião, ou vice-versa, quanto mais escalas faz o avião, mais arranjos e vulnerabilidade de segurança. São aspectos que temos que levar em conta quando se trata da escolha de um avião presidencial. Mas é importante dizer que, de bom grado, o Governo brasileiro adquiriria um avião da Embraer se ele tivesse características que fossem compatíveis com os requisitos escolhidos. O Governo brasileiro prestigia a Embraer. Eu próprio, como Ministro, em minha atividade internacional, busco sempre oportunidades de colocação nos produtos da Embraer. Acredito que esse seja meu dever. De maneira que fazemos o que podemos, Senador.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Gostaria de fazer um comentário à posição do Senador Cristovam Buarque e à resposta do Ministro, porque uma das coisas mais importantes na indústria aeronáutica americana é o apoio que ela tem exatamente das Forças Armadas americanas, o Departamento da Defesa dos Estados Unidos. Todos os projetos que acabam se transformando nos aviões das empresas aéreas comerciais começam sempre no Pentágono, como projeto militar.

Se a Embraer não produz o avião que atende ao Presidente, que se faça como o Governo americano, que chama uma empresa aérea e diz: quero um avião assim, para atender a essa especificação. Faça esse convite à Embraer, Sr. Ministro: queremos um avião que atenda ao Presidente. O avião que existe pode fazer escala em Recife para chegar à Europa sem escalas em outro país, então faça então o convite: produza um avião que atenda ao Presidente. E a Embraer vai produzir.

Agora, se ela for chamada a produzir um avião que não faz, é evidente que tem condições.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Com prazer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Posso acrescer? Pensando alto, se o novo avião a ser considerado para uso presidencial tiver como custo aproximado tantos dólares ou euros, complementando a pergunta de ambos os Senadores, Cristovam Buarque e Hélio Costa, se o Governo brasileiro estiver disposto a gastar tal montante, poderia a Embraer, num prazo tal, desenvolver um avião que atenderia aos requisitos do avião presidencial que se quer adquirir?

Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Sem dúvida isso seria desejável. Quando o Senador Hélio Costa sugere que a Embraer desenvolva um avião intercontinental, ex-

pressa um desejo que significa que a empresa deveria desenvolver uma linha de produção que até agora não desenvolveu, em que os aviões intercontinentais entrariam em competição direta com a Boeing e com a Airbus, em vez de explorar o nicho que ela tem explorado até hoje, que é a dos aviões regionais. Isso naturalmente implica investimento consideravelmente superior ao preço de um avião. Estamos falando de quantidades que são radicalmente diferentes.

Não tenho a menor dúvida, Senador, de que isso é desejável, deveria ser estimulado e que não é incompatível com a escolha que em 2004 se faz a respeito de um avião. Esse é um processo muito mais amplo, que tem que ser decidido tanto, digamos, por uma consideração dos interesses estratégicos da nação brasileira, dentro das limitações de recursos que temos, quanto especificamente pela própria direção da empresa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas uma observação, Sr. Ministro: a minha proposta, evidentemente, não é de que a Embraer desenvolva um avião internacional apenas para atender ao Presidente da República ou uma linha de aviões para atender ao mercado internacional. Estou sugerindo que faça como a Boeing, para atender ao Presidente dos Estados Unidos. Ela pega um avião que tem e faz adaptações suficientes nesse avião para atender ao Presidente. Por exemplo: o avião do Presidente dos Estados Unidos tem condições de ficar dezesseis horas no ar sem precisar de reabastecimento. Muito bem! Que façamos com que o nosso avião possa ser adaptado para cinco ou seis horas. Isso é perfeitamente viável, sem representar um custo que seria desenvolver um avião especialmente para o mercado internacional nessa linha.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Considero a sua sugestão extremamente válida, mas ela depende de uma iniciativa empresarial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Cristovam Buarque fez uma consideração e uma pergunta que talvez fosse importante respondê-la mais a fundo. Se me permite, dada a sua observação, gostaria de completar, mas ainda dentro de observação e de sua pergunta.

Se, por ventura, tem havido diálogos, e com qual conteúdo, entre os Governos vizinhos da América do Sul e do nosso hemisfério, no sentido de haver um não exagero de despesas com defesa por parte de todos os países da região, porque S. Exª, o Senador Cristovam Buarque mencionou possíveis acordos, ou seja, quando a Argentina, o Chile, a Venezuela etc, fazem gastos de natureza semelhante, eventualmente com compra de caças, eles, por ventura dialogam com o Governo brasileiro, e vice-versa? E inclusive com essa preocupação: "Olha, precisamos para a nossa defesa, mas também não queremos que isso seja considerado qualquer ameaça e também não queremos gastar demais, porque temos outras prioridades no orçamento."

Indago, portanto, se tem havido esse tipo de diálogo.

Creio que isso estava implícito questão do Senador, e gostaria que o Ministro José Viegas completasse a resposta.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Com prazer, Senador.

Em primeiro lugar, deixe-me dizer-lhe que não acredito que a compra dos aviões brasileiros – afinal, numa quantidade tão modesta: 12 aviões, o que não produz nenhum desequilíbrio estratégico na região – venha provocar algum tipo de corrida armamentista, inclusive porque outros países da região já se dotaram de aviões comparáveis aos nossos. O Chile comprou aviões F16, procedência americana; a Venezuela também os adquiriu; o Peru adquiriu os Mirage 2000 e o Mig 29, em período recente.

Essas aquisições são consideradas normais, porque elas, sobretudo, visam substituir equipamento antigo, ou seja, a razão principal, Senador Eduardo Suplicy e Senador Cristovam Buarque, pela qual os nossos vizinhos não vêem com ansiedade a nossa compra que eles têm perfeita consciência de que estamos apenas substituindo equipamento cujo ciclo de vida se esgotou.

Outros países, portanto, fazem o mesmo sem que haja inquietação regional e sem que se configure um panorama de corrida armamentista.

O outro comentário paralelo que faço – estimulado pela instigante pergunta do Senador Suplicy, sobre o grau de diálogo que há entre nós a esse respeito – é que não há consultas. Não consultamos os nossos vizinhos a respeito dessa compra, nem os vizinhos, quando as fazem, consultam a nós. Mas, há, sim, um grau de transparência, ou seja, há um grau de conhecimento público, que permite, claramente, um entrosamento e, se fosse o caso, alguma pergunta, alguma especificação entre nós.

Senador, em nível dos ministérios de defesa da região, temos desenvolvido um diálogo bem fluido com todos os nossos vizinhos.

Acaso tivéssemos alguma inquietação quanto a compras de armamento que pudessem ser consideradas excessivas por parte de algum vizinho, teríamos condições políticas de conversar com eles, e vice-versa.

Quanto à possibilidade de que chegássemos a ter acordos formais sobre limitação de aquisição de armamentos, essa é uma alternativa que o Brasil nunca favoreceu, por uma razão muito simples e fácil de compreender: o nosso tamanho. Somos muito maiores, e as nossas Forças Armadas, inevitavelmente, são mais numerosas de toda a região. Por outro lado, nosso território corresponde a quase a metade de todo o território sul-americano. Há uma desproporção natural entre as necessidades de armas e de recursos militares do Brasil e de seus vizinhos. Isso torna extremamente difícil e sensível um exercício de controle de armamentos que não levasse em conta essa desproporção. Ora, se para nós é impossível não levar em conta a desproporção, para muitos de nossos vizinhos é impossível levá-la em conta.

Essa é uma equação muito difícil de armar, e me atrevo a dizer que ela é desnecessária, tendo em vista que existe clara harmonia entre os nossos países. Tenho procurado desenvolver esforços mais no sentido de continuar gerando confiança e de buscar uma transparência maior entre as nossas indústrias de defesa, entre os nossos processos de aquisição, inclusive com vistas a explorar oportunidades conjuntas de ação, seja no mercado internacional, seja de aquisições das nossas próprias indústrias.

Essa é a linha que tenho procurado desenvolver.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Senador Eduardo Suplicy, Presidente dessa Comissão; Ministro Viegas, toda a opinião brasileira está sendo bombardeada pela guerra de mídia, desenvolvida direta ou indiretamente pelas empresas interessadas nessa concorrência. Eu próprio já recebi, em meu gabinete, algum material, alguns **folders** de uma empresa que, evidentemente, tem um objetivo de exercer alguma influência sobre os Congressistas que, por sinal, diretamente, não têm nenhum envolvimento com a questão da licitação. Mas quero citar esse fato para mostrar que estamos vivendo um momento de muita tensão no que diz respeito à aquisição dessas aeronaves militares, desses caças militares.

E tenho aqui, em mãos, a revista que publica resumidamente as características de todos os concorrentes, com os respectivos tipos de aeronaves que estão sendo oferecidas. Verifico que basicamente os fabricantes propõem modelos que têm muita similaridade. Naturalmente, essa tarefa de distinguir entre o que é melhor para as Forças Armadas e para o Brasil compete aos técnicos do Ministério da Aeronáutica, especialmente. Eles são especialistas e vão analisar os vários aspectos que envolvem essa aquisição, não apenas os aspectos de natureza estratégica, mas também de política militar e de política industrial, com certeza, e de segurança.

Ocorre-nos a seguinte indagação: o Ministério da Aeronáutica já estabeleceu os critérios para aquisição desses equipamentos? É possível conhecer, divulgar esses critérios, esses parâmetros para aquisição desses equipamentos, se eles são tão assemelhados, alguns como os russos, que têm uma vantagem, como consta nessa publicação claríssima com relação ao preço? Um Sukhoi SU35 custa US$50 milhões? Vinte e cinco? Aqui, a revista publica cinqüenta. Mas, enquanto isso, um F16 custa US$60 milhões. O russo tem um raio de ação, uma autonomia muito maior, o dobro do outro – 1.500km –, enquanto o outro tem apenas 630km, quer dizer, menos da metade. Verificamos que essa escolha não é fácil.

O que mais apaixona a opinião nacionalista do Brasil é a questão da transferência de tecnologia. Esse me parece um ponto importante.

Como o senhor disse, em 1970, o Brasil não tinha ainda uma indústria aeronáutica instalada. Tinha apenas uma indústria aeronáutica incipiente, mas sem o potencial da Embraer e sem condições de assimilar ensinamentos que pudessem resultar de uma parceria dos fabricantes dos Mirage – os nossos aviões atuais que estão superados pela idade de 30 anos. Tudo evoluiu, especialmente nessa área estratégica. Mas temos hoje essa capacidade de absorver tecnologia. E tenho a impressão de que o Governo brasileiro não pode descurar da responsabilidade de fazer com que, nos critérios para avaliação das propostas, sejam bem avaliados os critérios referentes à transferência de tecnologia. O Brasil tem condições de absorver essa tecnologia no que respeita, por exemplo, à estrutura meramente de engenharia dos equipamentos. Sabemos também que os aviônicos – esses equipamentos eletrônicos, não só de comunicação, mas também de estratégia, inclusive aqueles que trabalham nos comandos da aeronave – resultam de uma tecnologia dominada por muitos países do mundo. Evidentemente, quando se trata de um avião militar, alguns aspectos são muito particulares e muito específicos de quem fabrica o avião, mas não é uma tecnologia intransponível a que o Brasil não possa ter acesso.

No que respeita à indústria de aviões comerciais e de aviões executivos, esses equipamentos são colocados na prateleira à venda a quem puder pagar por eles. Não existe segredo disso. E não há país no mundo, nesse atual estágio da indústria da aeronáutica, que, sozinho, possa desenvolver todos os equipamentos. É

por isso que mesmo a Embraer vai fabricar as estruturas dos seus novos aviões – com uma parte no Japão e a outra parte na França; já fabricava na Espanha. A própria Boeing tem vários contratos que envolvem **joint ventures** em associação com outros países. É importante que o Brasil participe disso. É importante, também, que o Brasil não deixe ao deus-dará uma indústria que foi montada à custa do orçamento público brasileiro. A Embraer era uma empresa estatal, e até se criticava muito que se gastava demais com ela. Sempre entendi que se gastava o que tinha que ser gasto. Tecnologia, em qualquer parte do mundo, é algo que só se faz com muito investimento. E o Brasil fez bem quando investiu na Embraer estatal para entregar à iniciativa privada uma empresa pronta e acabada que, hoje, associa o seu parque industrial privilegiado às vantagens da competitividade, que é permitida somente às empresas da iniciativa privada. Por isso é esse sucesso. Ninguém pense que a Boeing ou as grandes indústrias aeronáuticas do mundo – dos Estados Unidos, da Rússia e da Inglaterra – cresceram sem uma política de protecionismo e de apoio do Estado. Nunca. Todos os grandes projetos, inclusive os comerciais, partiram de uma prancheta militar, de uma encomenda militar. Depois, passaram por adaptações e foram desenvolvidos em projetos para a área comercial e para a área civil.

Portanto, é importante que o Brasil atente para a necessidade desta aquisição – que é elevada, apesar da pequena quantidade de caças que iremos comprar: apenas 12 –, em que muito dinheiro do orçamento público está envolvido.

Daí, a minha preocupação, Sr. Ministro, em lhe perguntar se, nesses critérios desenvolvidos para a análise das propostas de venda das aeronaves que se quer adquirir, o item "transferência de tecnologia" vai ter o peso necessário, o peso que o Brasil reclama, porque, afinal de contas, essa aquisição corresponde a uma necessidade de afirmação da soberania nacional. E trata-se de dinheiro público, de dinheiro do contribuinte.

Portanto, cabe ao Governo se preocupar com o futuro da sua própria indústria que, se bem apoiada, poderá fornecer esses tipos de aeronave que hoje são compradas do mercado externo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador José Maranhão, V. Exª mencionou, no início de sua exposição, que os Senadores não teriam influência direta sobre o tema. Mas eu gostaria de ressaltar, em primeiro lugar, a importância do Ministro José Viegas e do Comandante Coronel Márcio Bastos Moreira estarem aqui expondo da maneira mais transparente possível sobre esta importante decisão do Governo brasileiro, bem como que o Conselho de Defesa Nacional – composto pelo Vice-Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, pelo Ministro da Justiça, pelos Ministros Militares (da Defesa, Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica), pelo Ministro das Relações Exteriores e pelo Ministro do Planejamento – vai ser ouvido a respeito.

Eu gostaria de informar que, inclusive, estando presente a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, encaminharei o conteúdo desta reunião para os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para que S. Exªs possam saber de todos os subsídios e de todas as preocupações que os Senadores e os Deputados estão externando ao Ministro José Viegas, inclusive como subsídio aos Presidentes de ambas as Casas do Congresso Nacional para a importante reunião que terão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Pela ordem, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Só para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Quando falei que o Senado ou os Congressistas não iam ter participação direta, eu me referi à participação direta nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Certo. V. Exª falou muito bem.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Essa é uma tarefa do Executivo. Os poderes da República são independentes, embora harmônicos, e nossa função nesse processo é a de acompanhamento, a função de execução e de fiscalização orçamentária, mas não a função gerencial, de decidir e de estabelecer parâmetros. E é isso que me preocupa: que parâmetros? Só para clarear mais ainda a minha indagação ao Ministro Viegas, que parâmetros estão sendo estabelecidos? É evidente que os especialistas, os **experts**, têm muito mais sensibilidade para estabelecer as diferenças, que são mínimas, entre as várias aeronaves que estão sendo oferecidas. Elas são mínimas. Para nós, elas quase se confundem. Uns perdem ali, outros ganham acolá; uns têm maior autonomia, o armamento é quase todo igual, o raio de ação de um chega a ser mais do que o dobro – e isso é um fato importante também, sobretudo, para um país da extensão territorial do Brasil. Parece-me que doze aeronaves é muito pouco para cobrir toda essa vastidão do nosso território.

Tudo isso é muito importante, mas há um fato de consideração técnica, sim, mas também de consideração política, econômica e até estratégica. Nenhum país pode ser elevado à condição de potência estratégica, de contingência bélica se não tem a sua própria indústria. Foi assim sempre na História da Humanidade. O Brasil precisa ambicionar o objetivo de ter, também, uma indústria capaz de fabricar as aeronaves que equiparão as nossas Forças Armadas no futuro. Por isso, pergunto: nos critérios estabelecidos, que peso tem? Serei mais claro: que peso tem o fator transferência de tecnologia para a indústria nacional?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado Senador Eduardo Suplicy e Senador José Maranhão.

Senador, como V. Exª frisou em sua exposição, não há dúvida de que esse é um processo complexo. É difícil espremer esse processo em gavetas estanques. Mas V. Exª também tem toda razão quanto à importância da transferência de tecnologia no contexto geral do processo.

Eu gostaria de fazer uma observação inicial, acautelatória: cuidado com as informações que lêem, sobretudo as veiculadas pela imprensa. Eu as leio e percebo que a imprensa está muito mal informada. Aparecem na imprensa muitas coisas que não têm nada a ver com a realidade. Existe uma ansiedade que leva os jornalistas a buscar fontes que não estão bem informadas, resultando no aparecimento de muito ruído na informação.

Não posso ajudar a esclarecer o ruído na informação porque é natural que no estágio anterior à decisão que os meus colegas e o Presidente da República tomarão, ouvido o Conselho, requeira-se, da minha parte, uma atitude de discrição. Não posso fazer, como disse a V. Exªs, comentários a respeito da qualidade deste ou daquele avião, deste ou daquele concorrente. Portanto, cuidado com as informações, porque grande parte do que vejo na imprensa carece, claramente, de fundamento.

Especificamente sobre o processo de transferência de tecnologia e dando uma resposta objetiva à pergunta de V. Exª sobre a existência de um peso específico atribuído ao requisito: não há um peso específico, uma nota, uma ponderação dada ao fator transferência de tecnologia – peço ao Bastos que me corrija se eu estiver errado. Isso não quer dizer que ele não seja levado em conta. Ele é levado em alta conta, tanto na cabeça militar, quanto na cabeça política, para usar a expressão aqui articulada há tempos, ou seja, nos requisitos elaborados pela Força Aérea aparece o componente transferência de tecnologia, sobretudo no contexto dos **off-sets** oferecidos pelos concorrentes. Cada concorrente, ao fazer o **off-set,** tem uma preocupação em estabelecer os itens que são objetos de transferência de tecnologia. Então, sim, há a uma apreciação correta, lógica e intensa do aspecto transferência de tecnologia, tanto sob o ponto de vista militar, como lhes disse, já que isso faz parte da documentação compulsada pela Aeronáutica, quanto sob o ponto de vista político, porque é evidente que o Presidente da República, eu próprio e os demais integrantes do Conselho levaremos muito em conta esse fator específico, importante, sobretudo, a longo prazo.

Senador, inclusive tenho feito um esforço para deixar claro, mas nem sempre a imprensa não me compreende bem. Às vezes, revela minhas informações com certo grau de distorção, involuntário que seja, mas tenho procurado deixar claro, aqui e nas declarações anteriores que fiz, que eu e o Governo brasileiro damos importância à atribuição de um papel para a indústria nacional no processo FX. Tenho deixado isso sistematicamente claro.

É evidente que não posso fazer referência a empresas individuais. Isso não compete a mim. Todos sabemos que temos uma empresa aeronáutica que é a jóia da Coroa, com uma capacidade de absorver tecnologia e produzir aviões incontestavelmente superior à de qualquer outra. Não sou eu quem tem que dizer isso. Trata-se de algo que deve estar presente na cabeça de todos, os tomadores de decisão e dos formadores de opinião.

A inserção desse requisito, transferência e tecnologia, no processo de decisão da aquisição dos aviões FX, é contemplada tanto tecnicamente na documentação elaborada pela Força Aérea, quanto politicamente na elaboração das propostas de **off-set** feitas pelas empresas, e na consideração política que o Presidente da República, eu e os demais Membros do Conselho de Defesa daremos a ela na hora da decisão.

Não sei, Senador, se V. Exª considera que eu tenha respondido à sua pergunta. Espero tê-lo feito.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Ministro José Viegas, eu gostaria de um esclarecimento de V. Exª, que é o Ministro da Defesa do País. Este item, "transferência de tecnologia", que envolve não só a tecnologia de manutenção, mas também a de fabricação, não é um requisito também de segurança nacional? Se não conhecemos profundamente a máquina que vamos utilizar e se não sabemos, no futuro, o que pode acontecer, não é ruim para o País ficar unicamente, como se diz na gíria popular, "comendo pela mão dos outros", fazendo só até o limite que o fabricante, naturalmente sofrendo as influências dos países de onde ele provém, querem que cheguemos? Preocupa-me

também ter uma máquina, ter um computador ou ter um aparelho de guerra de última geração sem dominar toda a tecnologia que envolve a manutenção, a fabricação e tudo o mais, e ficar importando tudo, desde as peças de manutenção até os técnicos que vêm fazer essa manutenção.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, estão aqui presentes dois ex-Presidentes da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, os Deputados Luiz Carlos Hauly e Antonio Carlos Pannunzio.

Na época em que fui Presidente da Comissão de Relações Exteriores, tínhamos o hábito de fazermos um requerimento à autoridade competente na época para que nos fornecesse os dados confidenciais à que a Aeronáutica e o Governo tinham acesso a fim de que os Deputados pudessem tomar uma decisão.

Pergunto-lhe se, V. Exª, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, pode oficiar ao Ministro da Defesa, pedindo-lhe que nos traga as informações confidenciais, evidentemente a portas fechadas, para que tenhamos acesso aos dados técnicos dessas aeronaves.

O Ministro se referiu duas vezes a dados imprecisos publicados na imprensa. É inadmissível que um Senador da República, que definirá adiante se o Governo compra ou não, porque é ele que vota o Orçamento, se terá ou não o dinheiro para a compra – diga-se de passagem US$1 bilhão –, tome uma decisão como essa com dados imprecisos.

Peço que V. Exª oficie ao Ministro, pedindo a S. Exª que envie os dados, sigilosamente, como fizemos várias vezes a portas fechadas para que tenhamos acesso a todos esses dados, que são as características desses aviões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Acato a sugestão do Senador Hélio Costa. Formularei, Sr. Ministro, um ofício a V. Exª, em decorrência da concordância, acredito, de todos os presentes, no sentido de que os Senadores da Comissão possam receber a informação, que trataremos todos – este será o nosso compromisso – confidencialmente em respeito a V. Exª e à decisão importante do Governo do Presidente Lula.

Concedo a palavra ao Ministro José Viegas para responder ao Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Responderei com prazer ao requerimento que V. Exª venha a fazer a esse respeito. Uma vez mais, reitero que foi formada uma Comissão Especial, composta por representantes dos integrantes do Conselho de Defesa, entre eles, o representante do Presidente do Senado Federal e o representante da Câmara dos Deputados.

De maneira que o Executivo tem, sim, a preocupação de que os responsáveis pelo processo de decisão estejam efetivamente bem informados. Poderemos ampliar, nas circunstâncias que V. Exª me ajudar a definir, essa gama de informações para os Srs. Parlamentares especialmente interessados nesta matéria.

Em resposta à pergunta feita em último lugar pelo Senador José Maranhão, digo que todos nós nos preocupamos com a segurança nacional e reconhecemos a correlação que existe entre a transferência de tecnologia, a incorporação de tecnologia para o Brasil e os requisitos de segurança nacional, na medida em que é óbvia essa correlação. Quanto mais dominarmos o processo de produção, tanto menos dependentes estaremos de fornecimentos do exterior, sobre o qual nosso grau de controle é mais reduzido do que aquele do que se passa em nosso território.

Respondo afirmativamente a V. Exª em relação aos dois quesitos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Temos inscritos os Deputados Federais Luiz Carlos Hauly e Antonio Carlos Pannunzio.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) – Podemos fazer perguntas compactas. Como o Deputado Antonio Carlos Pannunzio tem necessidade de se ausentar mais rapidamente, S. Exª pode fazer suas perguntas primeiramente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os dois fariam as perguntas, e o Sr. Ministro responderia a ambos em seguida.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, a ordem é escolhida por ambos.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy. Srs. Senadores, Srs. Deputados, Ministro Viegas, quero cumprimentá-los particularmente pelo nível desta audiência pública. Participei das duas últimas. A cada comparecimento nosso, sempre absorvemos algo mais. Tenho certeza de que, no momento em que o Congresso Nacional, pelos seus representantes, é consultado para dar a sua contribuição ao tema, estaremos muito mais abalizados a defender efetivamente os interesses nacionais.

Sr. Ministro, sendo sucinto, começarei abordando a questão dos recursos que foram repassados à

Embraer, quando era estatal – vamos chamar assim –, quando era da Força Aérea Brasileira. Se, por ventura, V. Exª não tiver esse número agora, ele poderia ser fornecido depois. Quanto são esses recursos, ao longo de todos esses anos em que ela foi estatal e recebeu recursos da Força Aérea? Deve ser algo muito significativo.

Esse ponto é importante para que possamos fazer, depois, o juízo final, até porque entendo que a capacitação da Embraer, hoje, como uma das empresas de ponta no mundo deve-se, sem dúvida alguma, a essa contribuição da Força Aérea. Em última análise, trata-se da contribuição do povo brasileiro. Ou seja, o povo brasileiro investiu pesado para que tivéssemos uma indústria aeronáutica, motivo de orgulho para todos nós. Para mim, esse é um ponto bastante importante. Se assim foi feito esse investimento, é muito importante que ela possa ter seqüência e expandir cada vez mais. Até antevejo a possibilidade de ela ampliar suas linhas de produção de aviões, incorporando inclusive esses jatos FX, e aumentar o potencial do Brasil nessa área.

Sr. Ministro, a certa altura de sua assertiva, V. Exª disse que não podia fazer comentários sobre a qualidade dos aviões objetos desta proposta. Eu até concordo, porque certamente a qualidade dos aviões, de todos eles, deve ser muito boa. Assim, deve ser muito difícil dizer "esse aqui é ruim naquilo", "esse é bom naquilo". Mas sobre a especificidade de cada um, não vejo nenhum problema em que V. Exª faça uma análise geral, até porque isso consta não só desses cadernos especiais que foram feitos, como também nessa publicação organizada aqui pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, com base nas notas da última reunião. Portanto, tomo isso aqui como uma comunicação oficial, já que tem dados bastante interessantes sobre raio de ação, sobre armamento, potência de motor, velocidade, enfim todos os dados que se constituem na especificidade de cada avião.

E há mais ainda – por isso houve uma discordância com o Senador na questão do preço: o preço dos aviões que consta deste documento oficial e não da revista pela qual não podemos nos responsabilizar, temos que o Mirage 2000 BR está estimado aqui na ordem de US$40 milhões, sendo que o Gripen é estimado na ordem de US$60 milhões, portanto um bocado mais caro. O único avião que está eventualmente pouca coisa mais – se pudermos usar essa expressão – mais barato que o Mirage seria o Sukhoi SU-35. Com uma diferença: o Mirage é um avião que é equipamento padrão de várias Forças Aéreas do mundo, a começar da França, e o Sukhoi, a que eu saiba, ele é, por enquanto, um avião experimental, não incorpora nenhuma outra Força Aérea. Não temos, por isso, nenhuma análise concreta de seu desempenho em ações concretas de guerra e coisas desse tipo. E mais, temos aquelas dificuldades contumazes: fornecimento, suprimento, garantia de peças, que tem sido uma característica dos antigos países integrantes da União Soviética.

Mas ainda existe mais uma afirmação que me preocupa muito, porque todos aqui estamos preocupados com a absorção de tecnologia. E olhando este documento oficial, vejo que, de uma maneira geral, tanto o Mirage como o Sukhoi, como o F-16 – aliás, o Mirage e o Sukhoi, eles garantem aqui a transferência de tecnologia. Já no Gripen a observação que consta desse documento oficial...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, procurei verificar, mas a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional não chegou a distribuir um documento como... oficialmente é o que V. Exª tem em mãos...

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO – Está aqui: "Nota organizada pela Assessoria Técnica da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo", segunda reunião da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Então é de responsabilidade da Liderança do Governo, mas não propriamente oficial da Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO – Sim, mas não é o que veio pela mídia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tudo bem, tudo bem.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO – Então, no que se refere ao Gripen, o que consta aqui? Transferência de parte da tecnologia e integração de vários tipos de mísseis. Isso, Sr. Ministro, a princípio, penso eu, não nos garante coisa alguma. Se pegarmos um artigo publicado recentemente na **Aviation Week** agora de fevereiro, fica claro que os americanos negam-se à transferência de tecnologia – não vou dizer aqui Arábia Saudita, Kwait ou a Índia – para os ingleses, que são, na verdade, a cara-metade, a contrapartida do império norte-americano. Portanto, tenho certos receios, que, no caso do Gripen, Sr. Ministro, tomam uma dimensão adicional, porque, além de não constar da proposta, sabemos que o Gripen é um consórcio anglo-sueco, mas com participação na área de **avionix** de empresas americanas. Amanhã ou depois, essas empresas dirão que não usarão essas informações. A mim, parece alto risco.

Há mais um detalhe no caso do Gripen. Ao que consta e ao que pude ler, o Gripen não é dotado de dispositivo para abastecimento em vôo. Alegam os

fornecedores que poderão adaptar isso, o que certamente significará um custo adicional e não deixará de ser uma aeronave de teste. Se só vamos ter 12 aeronaves nessa primeira etapa, seria muito bom que todas elas tivessem sua capacidade operacional plenamente comprovada. Não vamos testar aqui abastecimento em ar, correndo risco para o piloto e para a Força Aérea brasileira.

Finalizando, peço perdão ao meu companheiro Hauly, que foi muito gentil comigo, mas quero fazer mais uma observação que, para mim, um homem da área tecnológica, tem um sentido.

Sou engenheiro metalúrgico, trabalhei desde a década de 60 em aciarias, enfim, indústrias mecânico-metalúrgicas. A maior parte do tempo, trabalhei na antiga Fábrica de Aço Paulista.

Começamos, na década de 50, final dos anos 40, como uma aciaria de forno elétrico, produzindo aço de alta resistência ao desgaste. Por quê? O Brasil iniciava um processo de mineração e as peças de desgaste tinham que ser importadas. Desenvolvemos essa tecnologia e começamos a fornecer essas peças. Sabendo fazer as peças de desgaste, pouco tempo depois tínhamos **know-how** e tecnologia para fazer as máquinas de mineração, as máquinas transportadoras de minério, máquinas na área de equipamentos para fluidos e outras coisas mais. A indústria foi crescendo.

Ao longo desses 50 anos, a indústria trocou de acionistas majoritários. Hoje, ela se chama Matso Paper, fabrica inclusive equipamentos ou fábricas de papel. É uma das maiores do mundo. Tal foi nossa eficiência na absorção dessa tecnologia que essa pequena fábrica dos anos 50 hoje é fornecedora mundial de todos esses equipamentos para esse grupo, que é um os maiores do mundo, na área de mineração, chamado Matso.

Entendo que se oferece à Embraer, nessa altura, nessa parceria com a Bâsho, uma possibilidade de termos um crescimento semelhante, que será, amanhã ou depois, não apenas motivo de orgulho, mas motivo de muitos empregos, muita tecnologia que teremos no Brasil.

Finalizando, Sr. Ministro, com relação ao avião presidencial, temos uma peculiaridade. Não sei se somos o único país, mas com certeza um dos poucos, meu caro Senador Suplicy, em que quando o Presidente se ausenta do território nacional, assume a Presidência da República um Vice-Presidente – e assume, que eu saiba, plena e potencialmente.

Portanto, ficamos numa situação ambígua, temos um presidente aqui e um visitante lá fora que tem as honras de Chefe de Estado, mas quem está presidindo é o daqui. Ora, já que existe essa peculiaridade na Constituição brasileira, uma parada aqui e outra ali, num avião nacional, ainda que levasse duas ou três horas a mais não afetaria em nada o bom desempenho do Chefe de Estado quando em suas missões internacionais.

Era isso que eu queria colocar.

Muito obrigado, Sr. Ministro, Sr. Presidente, Deputado Luiz Carlos Hauly e companheiros nesta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Conforme ambos combinaram, o Deputado Luiz Carlos Hauly fará sua argüição.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente, agradecemos em nome da Câmara dos Deputados, a oportunidade desta reunião conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados com a do Senado Federal.

Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, Sr. Comandante, o Brasil é a Pátria do criador do avião, Santos Dumont. E o sonho de autonomia chegará a um século, daqui a um ou dois anos.

Recentemente, Sr. Presidente, vimos a tentativa da usurpação ir para a lama. O Governo americano, exaltando sempre os irmãos Wright como criadores do avião e não Santos Dumont, faz a comemoração do centenário, e o avião dos irmãos Wright vai para a lama, para o lamaçal da História. Eu ria tanto sozinho em casa, que a minha mulher e os meus filhos não entendiam. Pensei: "Bem feito!"

Depois de tantos anos, criamos a Embraer e o Ministério da Defesa, o que parecia ser impossível no Brasil. Existe o Ministério da Defesa, cujo Ministro pode ser um civil. Isso é um grande avanço democrático e institucional. E o Brasil se consolida.

Em alguns momentos da vida do País há uma comoção nacional. Lembro-me de um fato. Estávamos juntos o Senador Hélio Costa, Pannunzio, o Senador Eduardo Suplicy e eu – se não me engano, o Senador José Sarney era Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional –, quando os canadenses declararam impedimento da carne brasileira, porque havia a possibilidade do mal da vaca louca. Houve, então, uma comoção nacional. Esse é o espírito nacional. Por quê? A carne bovina é o alimento desejado pela população brasileira, e o churrasco é uma tradição nacional – futebol, churrasco – nos encontros familiares. Em qualquer comemoração, é obrigatório.

Imagino que o Brasil, hoje, consolidado, tem orgulhos como a Petrobras e a Embraer. Aliás, a Embraer é o maior exportador: primeiro e segundo lugar nas exportações brasileiras. E o Brasil todo se debruça sobre a exportação. A exportação é a palavra nacional

para a geração de empregos e de riqueza para o País. E temos conseguido vencer as etapas.

Essa não é uma compra qualquer; não é uma compra singular. O Governo vai às compras. Se fosse no Governo americano, sigo a opinião do Senador Hélio Costa, que tem uma experiência de Estados Unidos muito maior, embora já estejamos há treze anos no Congresso brasileiro. O poderio do Governo americano escolhe a empresa. O Senado, a Câmara e o Congresso americanos já saberiam de todos os detalhes antecipadamente. Jamais haveria uma licitação como essa; jamais haveria uma concorrência pública como essa. A decisão é militar estratégica nacional. Os poderes civil e militar estão juntos na mesma decisão.

O avanço tecnológico é desejado por todos. Vimos o desmonte russo. Faltou tecnologia, tanto que Gorbachev falava da **Perestroika** e da **Glasnost** – abertura política e tecnológica. Os russos não conseguiam fazer um liquidificador que prestasse, mas tinham tecnologia militar. Atualmente, ao se acessar o **site** internacional para comprar qualquer arma russa, até um Mig, encontra-se tudo. É possível comprar uma metralhadora russa, um submarino. Essa questão russa, estrategicamente,... E pode vender a tecnologia para qualquer um. Estou falando da tecnologia de **software**.

O que é **software**? Lembrei-me, há pouco, tentando demonstrar um raciocínio ao Sr. Ministro e principalmente ao pessoal da Aeronáutica, do filme **Day After**. Onde foram derrotados os alienígenas? É um fato engraçado, mas tem relação, nexo, com o Brasil. Colocaram um vírus no controle de **software** das espaçonaves alienígenas que atacou o sistema. E ali o vírus comeu. Perderam o controle, e as forças terrestres puderam derrotar os alienígenas. O mesmo se fala do Brasil.

Vamos abordar o Gripen sueco-inglês. Os ingleses não tiveram nenhuma contemporização no problema das Malvinas. Foi uma invasão tão brutal quanto a dos americanos no Afeganistão e no Iraque. Não há contemplação. Quer dizer, há a detenção de uma tecnologia extremamente superior e domínio da tecnologia. Jamais eles passarão esse controle tecnológico para nós. E se os russos o passarem para nós, eles comprarão dos russos, porque sabemos quem manda na Rússia, na antiga União Soviética. Quem manda na Rússia, nós todos sabemos. O Brasil o sabe. O mundo o sabe. Não é preciso que eu diga aqui de público perante uma reunião do Senado da República.

Concordo com aquele de quem sou opositor, o Presidente Lula. Concordo, em gênero, número e grau com Sua Excelência, que, em julho de 2002, quando candidato à Presidência da República, criticou a Petrobras, que, segundo o candidato, acabava de contratar a construção de uma nova plataforma em Singapura. Disse o então candidato: "O País não pode dar-se o luxo de gastar R$ 1,5 bilhão no exterior, neste momento em que precisa de divisas". Nós não nos daremos o luxo de gastar seja com russo, seja com inglês. Está aí a nossa empresa nacional e orgulho de todos nós. Nacionalismo, patriotismo, tudo está na pauta. Não é como comprar um **airbus** para a Presidência, depois de um **test driving**. Não é! É um avião que se pode comprar e se comprou, acabou. Aquele não serviu, acabou-se comprando um outro. Não é sentar na poltrona, ficar confortável e imaginar a suíte! Nós queremos e desejamos que o Presidente da República tenha o melhor avião, o melhor conforto e a melhor segurança. Não é Sua Excelência, o Lula, mas é a instituição, é o País, é o Brasil que viaja quando Sua Excelência viaja.

A **perestroika** tecnológica, nós já a temos. Quem vai abrir mão de ter transferência tecnológica? Só as parcerias consagradas comerciais efetivas. Não vamos trocar nada por aviões. Não vamos submeter-nos a nenhum outro interesse.

Há uma outra frase do então candidato Lula em 2001, no artigo do jornal **Gazeta Mercantil** de 17 de setembro: "Nenhum dos outros competidores oferece vantagens comparáveis a essas. Os russos estão oferecendo os caças MIG 29 e os aviões Sukhoi 35, mas os russos não transferem a produção e deixam muito a desejar em matéria de assistência técnica".

Concordo, em gênero, número e grau, com o então candidato Lula, que tinha razão. A Embraer, hoje, tem 12 mil funcionários – talvez seja um dos maiores empregadores do Brasil. Já disse e repito: é o primeiro e o segundo exportador.

Ontem, ouvi na Câmara o Ministro Francisco Dorneles fazendo um pronunciamento incisivo, e até buscando as palavras de Lula sobre a referida compra. Então, a questão mexe com a Esquerda, com os partidos de Centro-Esquerda e com a Direita. Haverá comoção nacional. Era essa a ponderação central que desejava fazer. E nesse sentido vou propor ao Presidente da Câmara, João Paulo Cunha, que o seu voto seja referendado pelo Plenário, com voto aberto, dando oportunidade aos Deputados de optarem pelo melhor para o Brasil, e não para os outros. Considero isso conveniente. Gostaria de decidir em alta cúpula da Câmara e do Senado, como fazemos com a Abin. Temos uma comissão mista especial da Abin sigilosa. Ninguém passa adiante aquilo que nela tratamos. Temos um compromisso e estamos especializando-nos em controlar a Agência Brasileira de Inteligência como um papel fundamental do Parlamento brasileiro de controlar até os abusos, os excessos que há por aí.

Não tenho dúvida! Tenho certeza! Tenho 32 anos de vida pública. V. Exª, é hoje Ministro, mas é funcionário público de carreira. É um homem dedicado à causa pública nacional.

Concluo dizendo que há dois ou três anos discutimos a questão. Fui Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, assim como o Hélio Costa, o Antonio Carlos Pannunzio e tantos outros Senadores experientes, ex-Governadores e Ex-Ministros.

Assim, V. Exª, Sr. Presidente Eduardo Suplicy, há de convir que estamos frente a um dos momentos mais importantes da vida brasileira. A decisão da consolidação da produção da indústria nacional tem que ser fundamental. Não começaremos nenhuma aventura nova porque não há dinheiro para tanto.

O Deputado Antonio Carlos Pannunzio e o Senador Hélio Costa colocam o dedo certinho: o orçamento e quanto gastamos para consolidar a Embraer. Quanto faltou lá embaixo para escola, saúde e educação, como o Sr. Ex-Ministro da Educação fala. Quanto vai custar isso? Queremos, precisamos e pretendemos dar o salto.

O Governo brasileiro tem a **Golden Chair** da Embraer, tem a ação chave de ouro. Há um vínculo até hoje porque os militares e o Governo jamais abririam mão de uma vinculação com uma empresa estratégica. A Embraer não é uma empresa comum. Eu a coloco no mesmo patamar da Petrobras. Ela é uma empresa nacional estratégica do Governo, que a compra na hora em que quiser, uma vez que ela está nas mãos dos brasileiros. É só chegar aqui e dizer "quero o controle acionário dessa empresa", que ele o absorve. De outra, não; mas dessa fará.

Essas são as ponderações que, com todo o respeito e toda a delicadeza, posso fazer neste momento a S. Exª, o Ministro da Defesa, ao Comandante, a toda a área militar.

Assim como V. Exª, defendemos a causa pública. Não há nenhuma questão pessoal, Ministro. Sou da Oposição hoje, mas fui do governo oito anos. Faço o papel de oposição construtiva e adoto, às vezes, um procedimento de fiscalização geral. Não há nada pessoal. O que faço com o Ministério de V. Exª, faço com todos os Ministérios igualmente.

O mesmo ofício, eu o faço expedindo a todos. V. Exª sabe do que se trata. Criamos essa norma de fiscalização e vamos segui-la até o final do mandato do Presidente Lula, seja quem for o Ministro que ocupe a pasta adequada.

Há muitos Ministros dos quais prezo a amizade, mas faço a mesma cobrança de uma série de aspectos. Esclareço mais uma vez que, como brasileiro, como patriota que somos, queremos o melhor para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Ministro José Viegas para responder a ambos os Deputados.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, Deputado Carlos Pannunzio e Deputado Luiz Carlos Hauly, quanto ao volume de recursos públicos que foram investidos na Embraer ao longo do tempo, evidentemente não disponho dessa informação. Ela não existe. Terá que ser objeto de um levantamento. Sinalizei ao Coronel Bastos para providenciar esse levantamento para que V. Exª tenha acesso a essa informação com toda a brevidade possível.

No que diz respeito a informações que V. Exª leu, volto a frisar que não vejo, na generalidade das informações que têm circulado, nenhuma procedência. Infelizmente, eu me considero impedido de fazer comentários e esclarecimentos sobre esse ou aquele aspecto do avião. Por quê? Se eu for me pronunciar sobre um aspecto ou o preço, deixo de me pronunciar sobre outro.

O avião é um conjunto de requisitos. Há o preço, a governabilidade, o raio de alcance, os armamentos e são diversos os aspectos e cada qual desses aviões concorrentes terá uma vantagem aqui, uma desvantagem ali adiante. Assim, infelizmente não considero ético que eu possa fazer comentários específicos, singularizando determinados aspectos porque eu daria uma informação apenas parcial.

Friso que a informação oficial está disponibilizada no seio da Comissão Especial a que o Deputado Luiz Carlos Hauly se referiu, e a que também farei referência daqui a pouco. Não deixarei, em minha intervenção no Conselho de Defesa, de fazer referência aos aspectos de transferência de tecnologia aos quais V. Exª se referiu. São aspectos importantes que estão refletidos na documentação normal que a Aeronáutica preparou, que estarão refletidos em minha exposição ao Presidente da República e incorporados na vivência e nas expectativas de todos aqueles que participarão do processo de decisão.

Quanto à referência que o Deputado Luiz Carlos Hauly fez à Comissão Especial de Formação dos Integrantes do Conselho de Defesa, devo dizer que não é uma comissão da Abin. É uma comissão do Governo brasileiro, que contém não apenas membros do Poder Executivo, mas também membros do Poder Legislativo, que se reúnem fisicamente na sede da Abin. O coordenador dessa comissão, por exemplo, é o Secretário de Administração do Ministério da Defesa e não da...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Pois não.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) – Citei um exemplo: a Comissão Mista da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Líder da Maioria e o Líder da Minoria compõem uma comissão especial de fiscalização da Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Perdão. Interpretei errado. Peço desculpas.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) – Exatamente. Ficou claro, não é?

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Sim. E eu me coloco novamente à disposição de V. Exªs. Creio que o Deputado Luiz Carlos Hauly não me formulou qualquer pergunta.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) – Certo. Fiz uma afirmação geral em defesa da empresa nacional.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – As observações de V. Exª refletem a posição do Governo brasileiro e deste servidor público.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro José Viegas Filho, creio que todos os Senadores e Deputados inscritos formularam suas perguntas. Permita que eu faça algumas breves perguntas também. No ano passado, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que seria postergada a decisão para este ano relativamente à compra...

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP) – Sr. Presidente, V. Exª me perdoe, mas peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não. Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP) – Temos aqui um documento, que tomei o cuidado de utilizar. Não é um documento distribuído pela mídia em geral, mas pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me apenas esclarecer. Trata-se de um documento que contém apenas informações coletadas junto à imprensa e diversos lugares, mas não é um documento oficial. É apenas um documento da Assessoria da Liderança do Bloco, mas não é um documento oficial. Um documento, como V. Exª poderia obter na Liderança do PSDB, de informação aos parlamentares e que foi elaborado pela Assessoria da Liderança do Bloco.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP) – Mas com dados transmitidos na audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Bem, alguns foram. V. Exª estava presente na semana passada.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E ouviu as explicações. Aquelas que V. Exª ouviu foram formuladas e hoje reiteradas no início da exposição do Ministro José Viegas Filho. Mas o documento traz inúmeras outras informações. V. Exª sabe que não conheço o conteúdo do documento. Não tive a oportunidade de lê-lo. Portanto, o documento não é de responsabilidade da Comissão, como uma distribuição oficial, e nem do Ministro da Defesa.

Era apenas esse esclarecimento.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP) – Agradeço o esclarecimento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Portanto, como houve, no início do ano passado, o anúncio de um adiamento e a preocupação, inclusive a que se referiu, na ocasião, o Governo quer dar prioridade neste ano a gastos com o Projeto Fome Zero, gastos de natureza social, levando até em conta que o próprio combate à fome também é um instrumento de defesa da soberania, por isso precisamos cuidar disso.

Tenho algumas perguntas a fazer. Esse dispêndio da ordem de US$700 milhões, e eventualmente mais, será distribuído, ao longo dos próximos anos, de que forma? Isso já está definido?

Mesmo que não sejam as ofertas as quais estão vinculadas a Embraer e a Avibrás, vencedoras das concorrências, essas empresas se beneficiarão com a transferência de tecnologia?

Haverá outras empresas capacitadas para atuar diretamente nesse projeto, beneficiando-se eventualmente com a vitória de qualquer dos concorrentes?

Há alguma estimativa de geração de empregos para qualquer das alternativas vencedoras? Isso está explicitado?

Como é percebido o Projeto FX em termos da integração da FAB com as outras forças?

O Projeto do VLS terá algum ganho com o Projeto FX?

Lembrando o incidente das Malvinas, quando se cortou o fornecimento dos mísseis Exocet para a Argentina, qual a garantia de que, em caso de necessidade, o suprimento ao Brasil de equipamentos para os caças do Projeto FX seria mantido?

Finalmente, daqui a trinta anos, será o Brasil capaz de construir seu próprio avião militar, em virtude da transferência da tecnologia a ser alcançada com o Projeto FX?

São essas as breves questões. V. Exª pode ser breve na resposta a cada uma.

V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. V. Exª muito me honra com suas perguntas objetivas.

Quanto à distribuição dos gastos ao longo dos anos, não haverá implicação orçamentária em 2004. A implicação se dará ao longo dos anos que se seguem. A expectativa do Governo brasileiro é de que o financiamento – que só poderá ser contratado depois de escolhida a empresa vencedora e, portanto, no nível concreto, uma negociação específica com ela – envolva um número avantajado de anos. Não darei aqui uma estimativa, mas acho que ele cabe mais do que nos dedos das mãos. Então, a distribuição dos gastos será dividida ao longo de um número razoável de anos.

V. Exª me pergunta se haverá transferência de tecnologia. Sim, haverá transferência de tecnologia. Uma vez mais, esse aspecto será levado em conta na confecção, na redação dos contratos específicos que serão assinados com a empresa vencedora. O montante da transferência de tecnologia será proporcional à escala da produção. Como temos doze aviões, não é realista que esperemos que haja uma transferência total da tecnologia de todo o avião, uma vez que não se está desenvolvendo uma capacidade de produção local do avião como um todo. A transferência de tecnologia será parcializada e se concentrará em determinados aspectos do processo industrial e tecnológico.

Quanto à geração de empregos, naturalmente esse é um fator que o Governo e os tomadores de decisão levarão em conta e que está já intimamente associado ao processo ao qual já fiz referência, que leva o Governo a dar orientação no sentido de aproveitar ao máximo a capacidade industrial e tecnológica da indústria nacional. Portanto, sim, nós nos preocuparemos em absorver a maior quantidade de empregos possível nesse projeto, embora não haja, devo frisar, uma meta quantitativa quanto ao número de empregos nos requisitos que foram estabelecidos para o processo.

Quanto às garantias de disponibilidade presente e futura do armamento incorporado ao avião, posso dizer que sim, todo esforço será feito nesse sentido. Não é provável que se consigam garantias de suprimento de material bélico ao longo do tempo, uma vez que essas garantias – tanto quanto eu saiba – não existem e não são de praxe em negociações comerciais. Mas, sim, existem maneiras de minimizarmos a possível incidência dessa insegurança tanto nos contatos diretos feitos com cada um dos litigantes, em que pedimos – e uso a palavra "garantias" agora – garantias, mas não em termos jurídicos e formais, quanto com a nossa preocupação constante, particularmente da Força Aérea Brasileira, de desenvolver a capacidade industrial e tecnológica de produção local dos armamentos que constituem a munição de um avião como o FX. Esse aspecto é levado em toda a devida conta e dentro da nossa capacidade de recursos com toda a prioridade estratégica que merece.

A sua pergunta final, e espero ter tomado nota de todas: se em 30 anos seremos capazes de produzir aviões de caça supersônicos. Espero que sim, Senador. Naturalmente isso dependerá do grau de felicidade que tenhamos nos próximos 30 anos, da nossa condição de continuar a desenvolver a capacidade tecnológica e industrial que nos permita alcançar esse objetivo.

Se fizermos uma comparação com o que aconteceu nos últimos 30 anos, ou seja, até hoje 2004, e se a projetamos até 2034 faria dois comentários. Do ponto de vista da nossa capacidade empresarial, tenho total confiança em que seremos competentes para estabelecer essa base tecnológica própria, tanto do ponto de vista da construção do avião quanto do ponto de vista do armamento a ser utilizado por ele. Sobre a capacidade industrial, empresarial brasileira, não tenho dúvidas de que temos essas condições, claramente. Do ponto de vista da quantidade de recursos disponíveis ao Governo para estimular, isso depende do nosso trabalho futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Ministro José Viegas. Quero agradecer muito a presença do Coronel Márcio Bastos Moreira, gerente do Projeto FX, e do Ministro José Viegas Filho. S. Exªs trouxeram hoje esclarecimentos a respeito da compra dos caças pela FAB, a Força Aérea Brasileira. Também quero agradecer muito essa disposição do Governo brasileiro. Cumprimento o Presidente Lula e o Ministro da Defesa pela maneira como passaram todas as informações.

Gostaria de assinalar que contamos com a honrosa visita dA SRA. Rose Marie Muraro, que hoje ganhou o prêmio Srª Carlota Pereira de Queiroz, primeira Deputada eleita no Brasil, em 1932, e que hoje foi homenageada no Congresso Nacional. Eu gostaria de ter estado lá, mas, infelizmente, Rose Marie, iniciei nossa reunião às dez horas, concomitantemente ao momento em que a V Sª estava recebendo o prêmio, e fico contente de aqui registrar e acho que toda a Comissão de Relações Exteriores sabe da sua extraordinária contribuição à causa da mulher, o quanto V. Sª tem dignificado a mulher brasileira.

E me permita dizer que ainda no domingo passado, no Parque Ibirapuera, a rainha do **rock** brasileiro, Rita Lee, acompanhada da Zélia Duncan e Paula Lima cantaram para dezenas de milhares de pessoas. A Rita Lee às vezes fala coisas que têm uma certa inspiração naquilo que a Rosemary Muraro escreveu nos seus inúmeros livros. Entre outras coisas, a Rita Lee mencionou que ela acreditava que não deveria haver mais apenas um Dia Internacional da Mulher, porque era chegada a hora de todos os dias serem tanto da mulher como do homem. Se os homens não acatassem essa decisão, a proposta de Rita Lee era que – ela usou

uma outra expressão –, então, as mulheres não mais iriam ter relações com os homens daí para frente. Eu queria dizer, em sua homenagem, Rosemary Muraro, que aceito que todos os dias sejam tanto da mulher quanto do homem.

Para concluir a nossa reunião de hoje, quero dizer que ocorreu um trágico episódio na Espanha hoje que levou o Senador Tião Viana, com o apoio de todos os Senadores aqui presentes, a apresentar o seguinte requerimento:

Requeremos, nos termos do art. 222 do Regimento Interno desta Casa, que o Senado Federal manifeste sua inconteste solidariedade ao povo espanhol, na pessoa de seu dirigente maior, pelos trágicos acontecimentos ocorridos no dia de hoje nas estações de metrô, que feriram e ceifaram a vida de inocentes, deixando inúmeras famílias enlutadas, pois houve atentados terroristas em Madri que causaram centenas de mortes e deixaram a capital espanhola paralisada pelo pânico e pela tristeza.

Atos como esse devem contar com o repúdio categórico de toda a comunidade internacional, pois só reavivando os princípios éticos e humanistas seremos capazes de dar combate a este, que é um dos grandes flagelos das disputas políticas.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com essa proposição permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Eu queria apenas informar a V. Exª que encaminharei à Presidência da Comissão de Relações Exteriores requerimento em que V. Exª solicita ao Presidente da Embraer informações, se S. Sª, como dirigente empresarial, pode informar se alguma aeronave brasileira pode ser adaptada para atender às necessidades das viagens do Presidente da República, assim como requerimento, que também mencionei aqui, sobre os dados técnicos necessários e indispensáveis, mesmo que em reunião sigilosa da Comissão, para que nós, Senadores, possamos saber em detalhes os dados técnicos de cada um dos aviões que participam dessa concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Submeto à apreciação da Comissão o requerimento de V. Exª para que seja um requerimento oficial da Comissão.

As Srªs e o Srs. Senadores que estiverem de acordo com esta proposição, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Peço que, depois, encaminhe à Mesa para que possamos encaminhar ao Ministro José Viegas Filho.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Muito obrigado.

Para finalizar, digo a V. Exª, Ministro José Viegas, sobre a preocupação que nós, Senadores e Deputados membros da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, temos com o momento em que estamos vivendo.

A Embraer está, neste momento, acabando de fechar uma grande associação, que já está dando resultado extraordinário na China. Ela está produzindo aviões na China. Ela participa, hoje, de uma concorrência pública nos Estados Unidos, junto com a Lockhead Martin. Ela vai produzir o avião de vigilância que servirá para fazer a vigilância da nossa fronteira. Os Estados Unidos estão para fechar um grande contrato em que a Embraer vai produzir, junto com a Lockhead Martin, esse avião. É possível que alguns Senadores ainda não soubessem disso, que é importantíssimo. Hoje, a Embraer já participa, na realidade, da construção dos aviões americanos, porque é ela que faz o que se chama **winglets**, que são aqueles estabilizadores nas asas do **boeing**. O próprio avião **boeing** já tem uma parte que é feita no Brasil pela Embraer.

É só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa.

Foram aprovados os Requerimentos nºs 7 e 8, lidos agora pela Presidência e pelo Senador Hélio Costa.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 12h59min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Terceira Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezoito de março do ano de dois mil e quatro, às dez horas.

Às dez horas do dia dezoito de fevereiro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **MARCELO CRIVELLA, MARCO MACIEL, JOÃO ALBERTO SOUZA, JEFFERSON PÉRES, MOZARILDO CAVALCANTI, GILBERTO MESTRINHO, CRISTOVAM BUARQUE, RODOLPHO TOURINHO, JOÃO CAPIBERIBE, AELTON NE-**

VES, EDUARDO AZEREDO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, HÉLIO COSTA, LÚCIA VÂNIA, FÁTIMA CLEIDE e LUIZ OTÁVIO. O Senhor Senador **FLÁVIO ARNS** tem sua ausência justificada. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente convida os embaixadores que serão sabatinados a comporem a mesa. Passa-se ao **Item um**: Mensagem (SF) Nº 282, de 2003, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FAUSTO MARTHA GODOY, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão". O Senador **JOÃO CAPIBERIBE**, relator da mensagem, faz a leitura do parecer favorável. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **FAUSTO MARTHA GODOY** para fazer sua exposição de motivos. Passa-se ao **Item dois:** Mensagem (SF) Nº 28, de 2004, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CELSO MARCOS VIEIRA DE SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria". O Relator da matéria, Senador **GILBERTO MESTRINHO**, faz a leitura do parecer favorável. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **CELSO MARQUES VIEIRA DE SOUZA** para sua breve explanação. O Senhor Presidente determina que a sessão se torne secreta às onze horas e dezoito minutos, para proceder à argüição dos Embaixadores. Reaberta a sessão em caráter público às doze horas e vinte minutos, o Senhor Presidente comunica que os Embaixadores foram aprovados por unanimidade. Passa-se ao **Item três**: Projeto de Lei do Senado (SF) Nº 189, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que "define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais ou bilaterais". O Presidente comunica que está sobrestada a deliberação das matérias terminativas, no âmbito desta Comissão, em virtude da não deliberação pelo Plenário do Senado Federal, da Medida Provisória nº148, de 2003, que se encontra sobrestando a Pauta (Art.62, §6º da Constituição Federal). O Senhor Presidente sugere aos membros da Comissão que a próxima reunião inicie às nove horas devido à audiência pública com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que será realizada na Comissão de Assuntos Econômicos às dez horas. O Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** sugere que os itens com parecer favorável sejam votados em bloco. Assim sendo, o Senhor Presidente passa ao **Item quatro:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 911, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova o texto do Acordo sobre Jurisdição em Matéria de Contrato de Transporte Internacional de Carga entre os Estados Partes do Mercosul, assinado em Buenos Aires, em 05 de julho de 2002". O Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**, relator do projeto, faz uma breve leitura do seu relatório. A seguir, o Presidente designar o Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Relator "Ad Hoc", que faz a leitura do parecer favorável do **Item cinco**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 943, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados que "aprova o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercosul Comum, realizada em Brasília, nos dias cinco e seis de dezembro de 2002". Em seguida, passa-se a deliberação do **Item seis**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 944, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre Isenção de Visto para Titulares de Passaportes Comuns, celebrado em Ancara em 20 de agosto de 2001". O Senhor Presidente designa o Senador **MARCO MACIEL,** Relator "Ad Hoc", que faz a leitura do parecer favorável. **Item oito**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 215, de 2004, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova o texto do Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002". O Senador **MARCO MACIEL**, Relator do projeto, faz a leitura do parecer favorável. Retorna-se ao **Item sete:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 213, de 2004, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova os textos das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, aprovadas em Montreal, em 17 de setembro de 1997, ao término da Nona Reunião das Partes, e em Pequim, em 3 de dezembro de 1999, por ocasião da Décima Primeira Reunião das Partes". O Senhor Presidente designa o Senador **GILBERTO MESTRI-**

NHO, Relator "Ad-Hoc", que faz a leitura do parecer favorável. A seguir, o Senhor Presidente passa aos itens da **Extra-Pauta**: **Item**: **um** – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 348, de 2004, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova o texto do Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia, em Túnis, em 19 de julho de 2001". **Item dois** – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 349, de 2004, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia, celebrado em Brasília, em 13 de março de 2002" e **Item três** – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 350, de 2004, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Tunísia sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países, celebrado em Brasília, em 13 de março de 2002". O Senador **EDUARDO AZEREDO**, Relator dos projetos, faz a leitura dos pareceres favoráveis. O Senhor Presidente, em seguida, põe todos os projetos em votação em bloco. Não havendo quem queira discutir, os projetos são aprovados. Passa-se ao **Item quatro:** Exposição dos Senhores Senadores Eduardo Matarazzo Suplicy, Eduardo Azeredo, Rodolpho Tourinho e João Alberto Souza membros da Delegação que representou o Brasil na I Reunião Interparlamentar México-Brasil realizada na Cidade do México entre os dias vinte e cinco a vinte e oito de fevereiro. Fazem uso da palavra os Senadores **RODOLPHO TOURINHO** e **EDUARDO AZEREDO** que sugerem o adiamento da exposição. Devido o adiantado da hora e a importância do assunto, o Item quatro é adiado para a reunião do dia primeiro de abril. O Senhor Presidente faz considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Dispensada a leitura.

Seja bem-vindo, Senador João Capiberibe.

Passamos, agora, à apreciação das matérias da pauta.

Queria apenas assinalar que, como há medidas provisórias a serem examinadas, os itens que são de decisão terminativa, em função de a pauta estar trancada, não poderão ser examinados. O Item 3 ficará para a próxima semana.

Item 1:

Mensagem nº 282, que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Fausto Martha Godoy, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão. De autoria do Presidente da República.

Queremos dar as boas-vindas aos senhores indicados tanto para ser Embaixador no Paquistão – Fausto Martha Godoy -, como também o Sr. Celso Marcos Vieira de Souza, indicado para ser representante do Brasil junto à República da Áustria.

Vamos fazer a apresentação de ambos simultaneamente. Depois, a parte de argüição, em sessão reservada.

Concedo a palavra ao Sr. Senador João Capiberibe, Relator da Mensagem, para ler o seu relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Senador Suplicy, Sr. Vice-Presidente, Srs. Embaixadores, Sr. Fausto Martha Godoy, futuro Embaixador, esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Fausto Martha Godoy, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente, art. 52, inciso IV.

Damos início à análise do currículo do Sr. Ministro, com base no **curriculum vitae** apresentado pelo seu Ministério de origem.

Consta no documento que o Sr. Fausto Martha Godoy é filho do Rosenwald Capella Godoy e Sarah de Almeida Martha Godoy. Nasceu no dia 21 de julho de 1945, na cidade de Bauru, São Paulo.

Entre suas qualificações acadêmicas destaca-se o bacharelado em Direito, o doutorado em Direito Internacional Público, pela Universidade de Paris, e o

Trigésimo Segundo Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Concluído o curso de preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1976, tendo sido, seguidamente, promovido até a atual situação de Ministro de Segunda Classe, em 1998.

Dentre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se: a Assistência da Chefia da Divisão de Comércio Internacional, em 1987; a Assessoria do Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais, de 1988 a 1990; e a Chefia da Divisão da Ásia/Oceania I, de 1996 a 1999, a qual acompanha as questões políticas e econômicas do relacionamento bilateral com diversos paises, entre os quais o Paquistão.

No exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Bruxelas, de 1978 a 1980; em Buenos Aires, de 1980 a 1983; em Nova Delhi, de 1984 a 1986; em Washington, de 1992 a 1995; em Pequim, de 1995 a 1996; em Tóquio, em 2001.

Integrou, ainda, as missões brasileiras no VII Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral das Organizações dos Estados Americanos, a XI Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, a VII, a VIII e IX Reuniões de Consulta do Arranjo Siderúrgico Brasil/Estados Unidos, a Reunião de Consultoria sobre o Arranjo Brasil-CECA, a II Sessão da Comissão Mista Brasil-CEE e a Força Tarefa G-8 +5 Sobre Índia e Paquistão em 1998, e a Conferência sobre a Reconstrução do Afeganistão, em Tóquio, no ano 2000.

Em reconhecimento pela excelência dos seus serviços, foi laureado com o título de Cavalheiro da Ordem da Coroa, pela Bélgica, em 1980.

O país para o qual o Ministro Fausto Martha Godoy é indicada para assumir a função de Embaixador é um dos mais importantes no tabuleiro das relações internacionais da Ásia Central. Segundo conversas que tive com o futuro Embaixador, ele fez uma opção em servir na Ásia dada à importância que a Ásia tem na relação com o nosso País.

A forte rivalidade entre a Índia resultou em três guerras abertas, a última delas tendo ocorrido em 1971, provocando a separação de Bangladesh e do Paquistão. Todavia, a explosão de artefato nuclear pela Índia, em 1974, levou o Paquistão a desenvolver seu próprio programa nuclear, adicionando periculosidade ao conflito.

Em 1998, o Paquistão explodiu seus próprios artefatos nucleares. A luta pela independência da Cachemira levou, em 1999, à deflagração do conflito de Kargill, em 2001, ao atentado terrorista perpetrado pelo Paquistão contra o Parlamento indiano. As tentativas de distensão do conflito foram, até o momento, malsucedidas.

O apoio do Paquistão ao Taliban, no Afeganistão, resultou na hostilidade da Aliança do Norte. Contudo, o apoio do Paquistão, após os atentados de 11 de setembro aos Estados Unidos, fez com que as relações entre a potência norte-americana e o país islâmico ganhassem novo patamar em razão da luta antiterror.

Conforme noticiado pelo Itamaraty, o comércio Brasil/Paquistão tem sido promovido graças predominantemente à iniciativa de empresários paquistaneses. A Embaixada brasileira, em Islamabade, capital paquistanesa, tem alertado os exportadores brasileiros para a possibilidade de mercado paquistanês.

Historicamente, a balança de comércio exterior brasileira com o Paquistão é superavitária. Contudo, o traço marcante das relações comerciais é o fato de que as exportações para o Paquistão, dominadas por produtos de base, são autorizadas para compensar as quebras de safra. Logo, o aumento do fluxo comercial entre os países depende não apenas da melhoria das condições de acesso dos produtos de base ao mercado paquistanês, mas também do aumento da exportação de produtos industriais.

Brasil e Paquistão têm se articulado no âmbito da organização mundial do comércio para defender os interesses dos países em desenvolvimento, o que é exemplo o diálogo mantido em Cancún. Todavia, a coordenação interna do Paquistão não tem permitido resposta em tempo hábil ás gestões brasileiras, como ocorrido quando da solicitação do apoio paquistanês às medidas brasileiras referentes à produção de medicamentos.

No âmbito político multilateral, os países divergem quanto à nova arquitetura da organização das Nações Unidas. O Brasil defende a ampliação do número de membros permanentes do Conselho de Segurança, enquanto o Paquistão defende apenas a ampliação do número de membros não-permanentes – um dos novos lugares por certo caberia ao Governo indiano – tendo em vista a natureza da matéria apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório.

É esse, Sr. Presidente, o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador João Capiberibe.

Passamos a palavra agora ao Dr. Fausto Martha Godoy para sua exposição.

O SR. FAUSTO MARTHA GODOY – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Senador Eduardo Suplicy; Exmº Sr. Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Senador Marcelo Crivella; Exmº

Sr. Senador João Capiberibe, Relator da mensagem ao Congresso Nacional, que me indica para o cargo de Embaixador do Brasil no Paquistão, a quem agradeço as palavras gentis e generosas à minha pessoa; Exmºs. Srs. Senadores, membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, eu gostaria, inicialmente, de manifestar o quanto me sinto honrado de estar aqui hoje perante esta Comissão em função da minha indicação como Embaixador do Brasil no Paquistão.

Falar sobre o Paquistão, um país com uma história muito densa, com uma política muito complexa, é um trabalho muito difícil, ainda que muito estimulante. Estimulou-me profundamente ter de estudar o Paquistão, fruto inclusive de uma experiência que tive na Ásia ao longo da minha carreira, uma experiência buscada. Para mim, o Paquistão é o coroamento de todo um projeto de carreira. Para podermos abreviar esta exposição ao tempo regulamentado, resolvi retirar de toda a densidade do Paquistão três temas que considero os mais importantes a serem levantados aqui, perante V. Exªs. Primeiro, a questão do Islã e a alternância no Paquistão entre governos civis e militares. O segundo tema que me interessa muito é a questão da política externa e, dentro da política externa paquistanesa, o fator Índia. E finalmente, porém tão importante quanto os outros se não mais, evidentemente, as relações Paquistão/Brasil. Começando pela questão do Islã e alternância entre governos civis e militares, gostaria de lembrar que no processo de independência da Índia britânica, a elite muçulmana do Paquistão, liderada por Mohammed Alidina, que foi o fundador do Paquistão, levou adiante a tese das duas Nações. O que é a tese das duas Nações? A tese das duas Nações era no sentido de que a partilha do Império britânico em 47 se faria de acordo com a maioria religiosa de Kaddar e de cada país. Isso fez com que, até 1971, o Paquistão hoje fosse um país bi-partido, com duas cabeças, segundo alguns analistas, com duas partes, que era o Paquistão Oriental, hoje Bangladesh e o Paquistão Ocidental, hoje Paquistão. O Paquistão contemporâneo é, portanto, fruto de um cisma ideológico religioso. A questão religiosa orientou todo o processo de formação do país, apesar dos esforços dos fundadores do Paquistão, Jinnah e dos fundadores da Índia, Nehru e Gandhi, no sentido de transformar o ex-Império britânico num território laico. A Índia conseguiu manter a laicidade ou o laicismo, mas o Paquistão não conseguiu. O Paquistão se tornou uma República Islâmica e o nome do Paquistão, o nome oficial, é República Islâmica do Paquistão. O processo de radicalização do caráter religioso tomou maior ênfase, maior impulso a partir do primeiro governo civil eleito do Paquistão, que foi o Governo de Jezufikar Ali Bhutto, pai de Benazir Bhutto. Isso na década de 70. Logo após, no início da década de 80, o regime militar imposto pelo Ziauljake, que perdurou durante toda a década de 80, acentuou ainda mais a vertente religiosa e coincidiu com a entrada das tropas soviéticas no Afeganistão. A interação entre o serviços secretos norte-americano e paquistanês para apoiar a resistência afegã aos muhajedins, inclusive de caráter logístico e militar, concentrou-se nas madraças. As madraças são as escolas teológicas paquistaneses, em geral árabes, mas paquistanesas, no caso, e que contou com o apoio dos vizinhos regionais, sobretudo a Árabia Saudita. Está nas madraças o nascedouro do Fundamentalismo Talibã. Os talibãs foram todos formados nas madraças paquistanesas e, dentro do Fundamentalismo Talibã, a falange do Al-Qaeda de Osama Bin Laden. Estamos vendo a preocupação que causa, a densidade e o caráter periculoso da questão nessa área. O Presidente Pervez Musharraf, ao assumir o poder, em 1999, destituindo o ex-Primeiro Ministro, Nawaz Sharif, e, sobretudo, a partir dos atentados de 11 de Setembro, está buscando reverter essa violência sectária e a radicalização do fanatismo religioso e passou a perseguir os muhajedins e os talibãs, inclusive com custos pessoais muito grandes, porque ele sofreu dois atentados em dezembro passado, o que leva a questão a um momento muito sensível nas relações. O Paquistão está vivendo agora um grande drama, sendo o foco das preocupações internacionais, pois poderá vir a se tornar o próximo local de confrontação do fundamentalismo islâmico.

Como a crise do Iraque está sendo encaminhada, a fronteira porosa entre o Paquistão e o Afeganistão passa a ser o local quase ideal para que se desenvolvam todas essas iniciativas que temos visto de maneira tão dramática, inclusive, recentemente, na semana retrasada, com os atentados de Atocha, na Espanha.

Não são mais apenas talibãs paquistaneses e afegãos, agora estamos falando de toda a Jihad internacional, que está usando o Paquistão e essa fronteira para se fortalecer.

Essa questão do islã me leva a outro aspecto, de que eu queria tratar ainda nesta minha intervenção, que é a alternância dos regimes civis e militares no Paquistão.

O Paquistão é um país extremamente novo, digamos assim, com menos de 60 anos de idade. Como cultura, como civilização, foi o berço da civilização do Vale do Índus, por onde passou Alexandre, por onde passaram os arianos, mas como Estado, ele é muito recente. Olhando a história desse Estado, vemos que há uma alternância entre períodos de vigências das

instituições democráticas e períodos totalitários sob o comando das forças armadas.

Os partidos nacionais do Paquistão, que são dois, o Partido do Povo do Paquistão e a Liga Muçulmana do Paquistão, não conseguiram criar ideologias partidárias próprias, pois foram fundados ou para que políticos atendessem, em última instancia, aos seus próprios desígnios, como é o caso do Partido do Povo do Paquistão, fundado por Bhutto, ou acabaram tendo suas ideologias erodidas no processo de desenvolvimento do país, como é o caso da Liga Muçulmana do Paquistão, que participou de todo o processo independência e foi se estiolando por falta de uma ideologia partidária e acabou por se cindir, recentemente, em duas vertentes: uma que apóia o ex-Primeiro-Ministro Nawaz Sharif, hoje no exílio, e outra que apóia exatamente o responsável por seu exílio, que é o Presidente Musharraf. Os demais partidos regionais, além desses dois, têm uma vocação, um fôlego apenas regional e são utilizados pelos partidos no poder, pelo partido central, para alianças circunstanciais.

Nesse fenômeno partidário, o mais importante elemento é a emergência dos partidos de orientação religiosa. As tendências, os grupos religiosos existiram sempre na história do Paquistão, entretanto sua formatação em partidos políticos é muito recente, e mais preocupante ainda é que esses partidos já são a terceira força política no Paquistão. Essa terceira força política no Paquistão obrigará, certamente, em determinado momento, os partidos nacionais a se coligarem com eles para manter a maioria em suas respectivas Assembléias, no caso nacional, no Parlamento, ou no próprio Senado. Com isso, haverá uma contaminação, eu diria, uma impregnação crescente da corrente religiosa dentro da corrente maior do Paquistão.

O momento atual é de transição. Fruto de pressões externas, inclusive, o Governo Central realizou eleições parlamentares em outubro de 2002, não sem antes ter o país realizado um plebiscito que confirmou o Presidente Musharraf no poder até 2007.

O Governo paquistanês afirma que a partir de 2002 vigem plenamente as instituições democráticas no país. Analistas acham que o assunto não é bem assim e que o Presidente Musharraf detém controle absoluto da vida política nacional. Musharraf tem uma agenda reformista que busca a desregulamentação do Estado pela privatização das empresas estatais e a reversão do processo do fundamentalismo religioso. O receituário econômico do Governo do Presidente é o recitório que segue quase que à risca as instituições internacionais de crédito, basicamente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

O grande desafio agora para Musharraf e o Governo paquistanês consiste justamente em conter o avanço do fundamentalismo islâmico e mobilizar as energias políticas e empresariais para o desenvolvimento econômico do país.

Gostaria de passar ao segundo aspecto rapidamente, qual seja, a política externa do Paquistão e o fator Índia.

A política externa do Paquistão lida e busca equacionar questões muito complexas, frutos da história da própria localização geográfica do país. Vizinho de gigantes – no lado oriental a China e a Índia, do lado ocidental o Irã e, logo após, o Afeganistão no meio, depois a Rússia –, o país tende a atender não somente às suas próprias questões de vizinhança, senão também enfrentar os reflexos de jogo de poder entre as potências regionais. Foi assim durante todo o século XX, quando a emergência do Paquistão ocorreu às vésperas da Guerra Fria. E até a desintegração da União Soviética, na década de 90, o jogo do poder em que envolveu a União Soviética e China de um lado, e a Índia de permeio, obrigou o Paquistão a estabelecer um relacionamento privilegiado com a China, a fim de enfrentar os efeitos das relações especiais entre Índia e a União Soviética.

Desse quadro político estratégico resultou uma malha de colaborações na área de defesa e armamentos, inclusive nucleares, que até hoje acarreta conseqüências não somente para a região, como para todo o mundo. Estamos vendo as recentes notícias, que preocupam a todos nós, da transferência de tecnologia nuclear por cientistas paquistaneses, portanto já escapando do domínio do Estado, para países como a Líbia, o Irã e a Coréia do Norte. Esse é um elemento novo nas relações internacionais, na medida em que acrescenta o fator indivíduo como propulsor, transferente de tecnologia nuclear.

A Índia é o eixo principal da política externa do Paquistão. Ousaria dizer que o Paquistão, na realidade, é refém das suas relações com a Índia. O nó górdio do relacionamento entre paquistaneses é a questão da Caxemira, cuja indefinição do **status quo** territorial tem dominado desde o processo de independência agenda de relação entre os dois vizinhos.

Como bem assinalou o Exmº Senador Capiberibe, por causa da Caxemira, Índia e Paquistão já lutaram duas guerras, em 48 e 45. A terceira delas, em 71, foi justamente em função do apoio definitório da Índia no processo de separação do Paquistão oriental.

O apoio político confesso do Governo paquistanês e logístico militar não assumido ao movimento redentista na Caxemira indiana e a situação permanente de tensão na fronteira leste do Paquistão acirraram a

corrida nuclear no subcontinente. Essa corrida nuclear culminou com os testes nucleares realizados pela Índia em 74 e, posteriormente, em 98 – cinco testes pela Índia e seguidos pelo Paquistão em maio de 98 –, acarretando sanções profundas e severas da comunidade internacional que apenaram muito mais o Paquistão do que a Índia.

Fruto dessa confrontação, o Paquistão não assinou, bem como a Índia, os principais documentos de não-proliferação nuclear: o Tratado de Não-Proliferação Nuclear nem o Tratado Abrangente de Banimento de Testes Nucleares.

Essa situação de beligerância latente tem feito com que os dois países tenham perdido espaço muito grande na agenda da globalização internacional. Para vencer justamente esse atraso, os dois países estão tentando retomar as conversações bilaterais para a normalização das relações, a busca de melhores ambiente para o desenvolvimento da região.

O segundo grande vetor das relações – último que eu gostaria de assinalar aqui sobre as relações internacionais do Paquistão – são as relações com os Estados Unidos da América, com os quais, desde o início, o Paquistão se alinhou durante a Guerra Fria com os Estados Unidos. Só que os paquistaneses entendem que os Estados Unidos, na realidade, só procuram o Paquistão no momento em que o país assume circunstancialmente importância estratégica para Washington. E nos momentos em que o Paquistão perde importância estratégica, Washington tende a se aproximar da Índia, levantando acusações de oportunismo político de parte dos norte-americanos.

Para terminar esta minha intervenção, gostaria de falar sobre as relações com o Brasil. As relações entre o Brasil e Paquistão têm se mantido num nível correto e cordial, que supre tanto quanto possível a falta de densidade da agenda bilateral. É constante o apoio mútuo em entidades internacionais. Muito desse alinhamento reflete não somente a distância geográfica mas o que eu chamaria de distância mental entre Brasil e Paquistão. Julgo que esse distanciamento não corresponde nem à dimensão do Brasil de Paquistão, sobretudo em termos de população e nem ao papel que ambos vêm sido chamados a desempenhar no cenário regional e mundial.

A questão que requererá maior foco durante minha participação, caso conte com a aprovação de V. Exªs, seria a área econômico-comercial. Se nós olharmos para o mercado de consumo dos dois países, se olharmos para o tamanho do mercado do Brasil, o quinto maior em população do mundo, e o Paquistão a sexta maior população do mundo, vemos que as trocas ainda são muito reduzidas. Estamos falando em torno de US$33 milhões no ano fiscal 2001/2002, estamos falando de US$50 milhões em 2002/2003, sendo que, como muito bem assinalou o Senador Capiberibe, ou o Brasil tem tradicionalmente exportado mais, temos sido superavitários na balança. Existe acredito agora uma confluência benéfica que poderá romper essa inércia. O primeiro empenho do governo brasileiro em abrir novas frontes de interação com os países em desenvolvimento, e neste quadro dinamizar o intercâmbio com a Índia. Esta, a Índia, por sua vez, busca se aproximar do Paquistão. Então acredito que aí poderá se criar um triângulo virtuoso que poderá ser benéfico para todos. Penso também no apoio do Brasil e do Paquistão no âmbito do G-20, que é um momento muito importante, a partir do Encontro de Doha, para o futuro da economia internacional. E penso como áreas possíveis as concorrências internacionais promovidas pelo governo paquistanês na área de construção de aeroportos, estradas e represas. E penso também na corporação técnica, a ciência brasileira de cooperação tem um vasto cabedal de conhecimento e uma vasta experiência em cooperação tanto na área norte-sul, como sul-sul, e acredito que poderá emprestar, poderemos criar um elemento muito importante de atração e de cooperação. Penso na tecnologia de açúcar, penso em têxteis e designes, temas que o Paquistão levantou para o Brasil. São esses campos promissores as quais pretendo dedicar todas as minhas energias, caso V. Exªs achem por bem recomendá-las para mim muito honrosa designação como Embaixador do Paquistão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Fausto Martha Godoy.

Passamos agora ao Senador Gilberto Mestrinho para que possa ler o seu parecer a respeito do Sr. Celso Marques Vieira de Sousa, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srªs e Srs. Senadores, o Presidente da República, obedecendo à dispositivo constitucional, submeteu ao Senado Federal a indicação do Embaixador Celso Marques Vieira de Sousa para ser o nosso representante junto à República da Áustria.

É uma prerrogativa do Senado Federal a aprovação dessa indicação. E encaminhou junto com a indicação o **curriculum vitae** do indicado. O Embaixador Celso Marques Vieira de Sousa ingressou na carreira mediante os cursos do Instituto Rio Branco. Graduou-se, posteriormente, em Ciências Sociais, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, fez o curso de Altos Estudos no Instituto Rio Branco e pós-graduou-se em Política Internacional pela Universidade John Hopkins.

Tem assim um currículo de formação intelectual perfeito para o desempenho de suas atribuições.

Profissionalmente já exerceu vários cargos na carreira, quer no Itamaraty, quer em outros Ministérios. Foi Chefe de Gabinete do Ministro da Educação, foi secretário de Imprensa Adjunto do Presidente da República, foi nosso representante em Washington, Conselheiro, foi Conselheiro de Assuntos Internacionais do Banco Central, então tem uma folha de serviços rica em serviços prestados ao Governo brasileiro. E a sua indicação para a Áustria, após o exercício do cargo que atualmente desempenha de Embaixador do Cairo, no Egito, faz com que tenhamos uma opinião altamente favorável a sua indicação.

O Brasil mantém com a Áustria laços históricos de aproximação, já que, ainda no Império, D. Pedro I foi casado com a princesa austríaca Leopoldina – a coitada Leopoldina.

A Áustria sempre manteve uma simpatia muito grande pelo Brasil, foi partidária da sua independência, procurou ser intermediária no reconhecimento do governo brasileiro, do Império, na época, mas infelizmente a Inglaterra se opôs, e ela foi adjunta no processo. Mas, por essa formação, ela mantém um nível de entendimento e de aproximação com o Brasil muito grande. Há uma colônia austríaca significativa no Espírito Santo e em alguns outros Estados brasileiros. Existem aproximadamente vinte mil descendentes de austríacos no Brasil.

Infelizmente, a Áustria é um mercado pequeno, pois possui uma pequena população de oito milhões de habitantes. Mesmo assim, as nossas relações comerciais são desfavoráveis a nós. A Áustria exporta mais para o Brasil do que exportamos para lá. O melhor resultado que alcançamos foi com a exportação de aviões da Embraer, no ano passado ou retrasado, se não me engano, cerca de U$ 220 milhões. Mas é um país importante porque ocupa uma posição estratégica na Europa. Era um posto avançado do Ocidente em relação à Cortina de Ferro, quando ela existia. Hoje, a Áustria procura se inserir no centro da Europa e, por ser a terceira sede da ONU, tem um significado importante, pode ser um centro de integração, de comunicação e divulgação da atividade brasileira na Europa, especialmente agora que o Leste Europeu todo está se associando à Comunidade Econômica Européia.

Portanto, penso que o Embaixador terá um bom trabalho na Áustria, procurará sobretudo aproximar nossas relações culturais com aquele país, que é sabidamente de cultura avançada, dedicado à música, assim o Brasil poderá lucrar muito. O importante é que o interesse brasileiro seja sempre defendido, e não há nenhuma dúvida de que o Embaixador fará isso.

Assim, o nosso parecer é favorável à indicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Gilberto Mestrinho.

Passamos agora a palavra ao Embaixador Celso Marques Vieira de Souza.

O SR. CELSO MARQUES VIEIRA DE SOUZA – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Suplicy, Sr. Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Marcelo Crivella, Sr. Senador Gilberto Mestrinho, Relator de minha indicação, a quem agradeço as palavras excessivamente generosas e extremamente sábias sobre a minha exposição. Acredito que V. Exª terá antecipado inclusive até boa parte daquilo que iria dizer, dispensando-me de repetições.

Compareço aqui ao Senado pela segunda vez, com muita honra, não apenas em cumprimento ao disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, que dá a esta Casa a privacidade de indicar ou de opinar sobre as indicações do Executivo para o cargo de embaixador do Brasil. Mas sinto-me extremamente honrado em vir aqui e prestar contas aos Srs. Senadores dos meus planos, dos meus projetos, um pouco da história de nossas relações e, sobretudo, ouvir dos senhores as observações e balizamentos que possam eventualmente formular com respeito a minha futura atuação, se assim merecer aprovação de V. Exªs.

Pretendo que a minha exposição seja o mais breve possível, de maneira a poder acomodar as perguntas que os senhores quiserem formular ao final de minha exposição.

Para efeitos meramente didáticos, dividiria minha exposição em duas partes: uma parte dedicada ao bilateral e a outra parte dedicada à multilateral, porque Viena congrega um número muito importante e relevante de organizações internacionais. A Áustria, como assinalou o Senador Gilberto Mestrinho, é um pequeno país. Mas é um pequeno e grande país. Se olharmos para o seu perfil econômico, vamos verificar que é um país com 27 mil euros de renda **per capita**. A renda **per capita** austríaca é maior do que a renda **per capita** da Alemanha, por exemplo. A Áustria tem um comércio com o Brasil... Nessa parte, eu me deterei com um pouco mais vagar quando me referir às relações com o nosso País. Já é um comércio que, de alguma forma, já é expressivo, pois atinge seus 300 milhões de euros. É bem verdade que ele apresenta algum desequilíbrio em favor da Áustria. Mas as estatísticas brasileiras registram, muitas vezes, as exportações por porto de destino. A Áustria, por ser um país bloqueado, é bem possível que boa parte das exportações para a Áustria seja feita pelo porto de Rotterdam e pelo porto de Trieste e não sejam registradas, para fins estatísticos,

como exportações para a Áustria, especificamente, por isso cause uma certa distorção nos dados finais das estatísticas de exportação e de importação.

É uma República Parlamentar Bicameral, com uma Assembléia Nacional de 183 representantes. Há uma Assembléia Federal de 64 representantes, basicamente como o nosso Senado, onde estão representadas as 09 províncias austríacas.

Creio que são três, ou duas, tentando sintetizar, as características fundamentais da Áustria, se quiséssemos compactar a história recente da Áustria: o encolhimento territorial e a sua projeção para Leste. O encolhimento territorial, se olharmos para o início do Império dos Habsburgos, que foi aquele gigante que dominou, praticamente, toda a Europa por 740 anos e só termina no Século XX, após a I Guerra Mundial, com uma Áustria já inteiramente encolhida; e a sua projeção para o leste, que foi uma preocupação sistemática, desde o tempo dos Habsburgos, era a expansão em direção aos Bálcans e, também, em direção ao atual território da Tchecoeslováquia. Modernamente, o fato mais marcante na Áustria foram as eleições de 1999, que foram tumultuadas, não o processo eleitoral, mas, sobretudo, o seu resultado que levara ao poder um partido de direita, conhecido como o Partido da Liberdade. Este atinge, em 1999, um percentual de votos que supera o segundo partido, o Democrata Cristão. Ele forma uma coalizão com o Partido Democrata Cristão, rompendo uma ligação histórica que havia entre os Sociais Democratas e o Partido Democrata Cristão. Isso causa alguma espécie, sobretudo, em razão de um líder do Partido da Liberdade Jörg Haider, da Província de Caríntia, que fez evocar certos fantasmas do passado, sobretudo, em um país ainda atormentado por anos de perseguições aos judeus por ocasião da II Guerra Mundial. A União Européia nomeia uma comissão para investigar a situação austríaca. Essa comissão, ao fim de alguns meses, chega à conclusão de que o processo tinha sido livre e democrático e não havia porque interromper e mudar, marcadamente, as relações entre os países da União Européia e a Áustria. No entanto, resolvem apenas colocar a Áustria em uma espécie de regime de observação.

Posteriormente, a situação evolui para uma espécie de deterioração de relações ao interior do próprio partido. A figura do Haider, freqüentemente, marchando para posições mais extremadas de direita, o partido se desentendendo sobre determinados itens submetidos à sua votação, acabando a coalizão entre o Partido da Liberdade e o Partido Democrata Cristão, que se rompem no final de 2002. Novas eleições são convocadas e, então, o Partido da Liberdade volta à sua posição de 3ª força do País, o que, permite, com o afastamento de Haider do poder, que haja uma nova coalizão de poder na Áustria, que repete um pouco a coalizão antiga, porque é o Partido da Liberdade e, ainda, o Partido Democrata Cristão que estão no Poder, mas os sociais democratas representam a 2ª maior força do poder. Mas, sobretudo, é importante para a União Européia que a figura de Haider passe a desempenhar um papel cada vez menos importante no contexto austríaco.

A tradição da política externa austríaca é uma tradição de ativismo, que vem desde o tempo dos Habsburgos, como assinalei. Essa tradição ativa se traduz muito pela presença em Viena – como terei oportunidade de, brevemente, demonstrar – de seis agências de relevância internacionais, entre as quais eu destacaria o Escritório das Nações Unidas, a Agência Internacional de Energia Atômica e o Escritório para o Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas –Unido.

Essa expansão para o leste da Áustria, para a União Européia, permite um pouco à Áustria – nas palavras da própria Ministra atual das Relações Exteriores – sair da periferia da Europa e ser recolocada no centro. Seria como uma volta histórica ao que foi a Áustria no tempo dos Habsburgos. A Áustria se sente um pouco a patrocinadora dessa incorporação da Eslováquia, da Eslovênia e de outros países como a Hungria à nova Europa, que, a partir do dia 1º de maio, se expandirá para 15 países, sendo 9 ou 10 países incorporados, tornando a Europa muito mais poderosa e muito mais forte.

Para o nosso País – essa é uma primeira colocação que eu gostaria de fazer – isso é muito interessante, porque a Áustria pode ser um aliado importante, sobretudo, no que diz respeito à postura brasileira contrária à política agrícola comum, porque a Áustria, sendo um país com 90% do território montanhoso, não endossa plenamente as teses de proteção agrícola, por intermédio ou por instrumentos subsidiados, como outros países da comunidade, a exemplo da França.

A Áustria, até hoje, se vê presa ou comprometida, melhor dizendo, por um Estatuto da Neutralidade que vigora desde 1955, quando terminou a ocupação dos quatro aliados vencedores da Guerra, que foram, então, a União Soviética, os Estados Unidos, a França e a Inglaterra. Esse Estatuto da Neutralidade foi, inclusive, um dos fatores que retardou o processo de integração da Áustria à União Européia, o que ocorreu em 1995. A Áustria não é membro da OTAN, a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Ela tem posições de política externa bastante semelhantes às do Brasil. A Áustria, por exemplo, no caso do Iraque, tem uma posição idêntica à posição brasileira: só se justifica a ação militar no Iraque se esta ação militar

for sancionada pelas Nações Unidas. Nenhuma outra ação pode ser feita de maneira unilateral.

A economia do País, conforme tive oportunidade de assinalar, é extremamente sofisticada. Dois terços dos habitantes – 18 milhões de austríacos – estão voltados para o setor de serviços. Tem o seu forte nas suas exportações de maquinarias e de instrumentos altamente sofisticados. O engraçado é que a Áustria foi governada – é curioso notar isso –, desde 1945 até o governo que se formou no ano de 2000, por uma espécie de triunvirato que havia: o governo, as câmaras patronais e os sindicatos. E esse governo funcionou bastante bem, tendo havido uma redução ao mínimo das crises sociais marcadas.

A primeira grande crise social da Áustria nos tempos modernos ocorreu quando foi votada a lei da Previdência Social. Creio que esse é um fato, inclusive, que tem certa semelhança com o nosso País. Aliás, na Europa inteira, observou-se essa dificuldade em aprovar a reforma de previdência social, e a Áustria não foi uma exceção nesse particular.

Ela se situa dentro de todos os parâmetros do acordo de Maastricht, o acordo que comanda a aplicação do Euro; tem um déficit fiscal abaixo de 3% do PIB; uma dívida pública inferior a 60% do PIB; uma inflação menor do que 1,5% da inflação média dos três países de menor inflação na Europa, ou seja, é um país muito sólido econômico e financeiramente.

As relações com o Brasil datam de muito tempo; são relações que, como bem assinalou o Senador Gilberto Mestrinho, vêm do casamento da Princesa Leopoldina com D. Pedro I; Princesa Leopoldina, mãe de D. Pedro II, não somente foi esposa de D. Pedro I, mas também encorajou a vinda ao Brasil de várias missões: científicas, de caráter artístico etc. Barão de Capanema, ex-diretor dos Telégrafos, era austríaco; foi um austríaco que fez o levantamento topográfico da fronteira com a Argentina, e esse levantamento topográfico vai servir ao Barão do Rio Branco na questão de limites com a Argentina, que foi arbitrada pelo Presidente Cleveland. Há uma espécie de tradição histórica na ligação entre o Brasil e a Áustria, que o meu antecessor fez questão de transmitir, o que facilita muito o trabalho do embaixador naquela capital.

A colônia austríaca no Brasil é razoavelmente expressiva; ela veio para o nosso País com o grosso da imigração alemã perseguida no período de entre guerras, ou melhor, no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, no final do século XIX. Há 20 mil austríacos que se espalham, sobretudo, pelos Estados do Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina.

Temos hoje na Áustria 1.500 brasileiros, população registrada no consulado do Brasil. O Consulado estima que existam talvez mais 1.500 não-registrados. Há somente dois brasileiros presos na Áustria, segundo me informou o Consulado do Brasil, presos por delitos sem maior gravidade. Na Áustria, não há pena de morte; por conseguinte, isso não é... A população austríaco-brasileira é muito operosa, muito produtiva e contribui enormemente para o desenvolvimento austríaco e também para a nossa balança de pagamentos. Não vamos nos esquecer disso, porque as remessas que esses brasileiros fazem para o nosso País, sempre com o objetivo de aqui voltarem, são bastante importantes.

O Banco do Brasil tem uma subsidiária em Viena, desde os tempos da Cortina de Ferro, que era a ponte de ligação entre o Banco do Brasil e os bancos dos países do leste europeu, e permanece até hoje.

Em suma, a Embaixada pretende aproveitar toda essa base comum para desenvolver um trabalho, primeiramente, de promoção comercial, porque há muito espaço. Acredito que as nossas exportações para a Áustria tenham muito campo para crescer. Só exportamos para a Áustria US$179 milhões, o que é muito pouco, evidentemente, para um país do potencial econômico da Áustria.

Do ponto de vista cultural, há também uma base para realizar um bom trabalho. Com a comunidade, a Embaixada se entende muito bem. Eu, brevemente, Senador, gostaria, por último, de requerer a área multilateral, que vai necessitar também de muito trabalho da Embaixada.

Como terceira sede da ONU, a Áustria abriga a Agência Internacional de Energia Atômica, uma agência que está acentuando sua importância no cenário internacional.

A Embaixada tem que ter muito cuidado em combinar a assistência e a transferência de tecnologia proporcionadas pela agência, como uma das preocupações dos países desenvolvidos, que é a não-proliferação. Além disso, o Escritório das Nações Unidas em Viena ocupa-se de controle de drogas, de Justiça criminal, de terrorismo, de crime organizado, de atividades espaciais e de direito comercial internacional. É o terceiro maior escritório das Nações Unidas, depois de Nova Iorque e de Genebra.

Para encerrar minha exposição, chamo a atenção dos senhores Senadores para as dívidas do Brasil com duas agências. Uma delas é com a Agência Internacional de Energia Atômica, que transfere para o Brasil cerca de US$1,5 milhão de ajuda a título de cooperação técnica. O Brasil tem dívidas com o orçamento regular com essa agência que ultrapassam sete milhões. O Brasil paga suas dívidas para não perder o direito de voto. Há dívidas com o Fundo de Cooperação Técnica

da Agência Internacional de Energia Atômica que já ultrapassam ou atingem cerca de US$1,6 milhão.

Na Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), sobretudo, no momento em que o Brasil tem ou quer ter política industrial, o que privilegiará alguns setores, como as indústrias de base e de software, que ultrapassam US$20 milhões, o Brasil perdeu o direito a voto desde 1995.

Faço um apelo, como possível futuro Embaixador do Brasil na Áustria, se esta Casa assim o decidir, para que os senhores Senadores contribuam com todo o peso de sua influência e do seu interesse para a questão das dívidas do Brasil com esses organismos internacionais.

Senador, creio que da maneira mais sintética possível apresentei aqui o quadro de relações institucionais do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Celso Marcos.

Vamos à fase de argüição, tanto dos Embaixadores Fausto Martha Godoy sobre sua indicação para a República Islâmica do Paquistão quanto do Embaixador Celso Marcos Vieira de Souza.

Faremos a argüição em reunião reservada. Pelo grande interesse existente em relação às questões islâmicas, creio que haverá muitas perguntas a ambos, que possivelmente deverão ser feitas no momento reservado da reunião.

Contudo, como o Senador Gilberto Mestrinho fez uma observação de natureza histórica, eu gostaria de fazer uma pergunta. Como D. Pedro I conheceu a Princesa Leopoldina? Quem sabe dessa parte V. Sª pode recordar, porque o Embaixador Celso Marcos Vieira de Souza mencionou muitos aspectos positivos da relação entre a Áustria e o Brasil. Como V. Exª fez uma observação interessante, eu gostaria de recordar como os dois se conheceram.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Eles não se conheceram, viram-se por fotografia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Só se casaram?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Houve um acerto na Corte, e ela foi escolhida para casar com D. Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Daí se conheceram?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Pouco se conheceram porque ele...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quem sabe o Embaixador Celso Marcos Vieira de Souza...

O SR. CELSO MARQUES VIEIRA DE SOUZA – Não. Eles se casaram por procuração em Viena e se conheceram quando a Princesa Leopoldina desembarcou no Brasil, já casada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passamos, agora, à reunião reservada para conhecermos o resto da história.

Façamos uma interrupção.

Depois da votação dos indicados para missões diplomáticas, haverá a continuidade dos trabalhos, em reunião aberta, porque temos alguns acordos a apreciar e a aprovar.

Peço a gentileza aos que não são membros da Comissão de deixarem o recinto. (Pausa.)

(A reunião é suspensa às 11h18min e reaberta às 12h20min.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está reaberta a reunião.

No início, eu havia feito uma indagação ao Senador Gilberto Mestrinho e pedi à Assessoria para nos dar a informação com precisão, apenas para o nosso conhecimento da História.

O casamento da Dona Carolina Josefa Leopoldina foi realizado de fato, conforme sua informação, por procuração, em 13 de maio de 1817, na Áustria. O casamento foi contratado na Corte européia, junto à Casa de Habsburgo, no Império Austro-Húngaro. Ela era filha de Francisco I e recebeu o título de Paladina da Independência por sua firme atuação em 1822. Em verdade, o Imperador Dom Pedro I conheceu Dona Leopoldina no cais do Rio de Janeiro, bem depois do casamento de 13 de maio de 1817, em 6 de novembro de 1817, já casado por procuração. Ela tinha educação esmerada, interessava-se por Botânica e Minerologia, uma educação bem à frente de seu tempo. Sua delicadeza e fino trato fizeram-na uma das personagens mais queridas do Século XIX e, por isso, recebeu o título de Paladina da Independência. Esse é um breve registro em favor do nosso conhecimento da História.

Informo-lhes que os Embaixadores Celso Marcos Vieira de Souza e Fausto Martha Godoy foram ambos aprovados por unanimidade, com doze votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Agradecemos a presença de ambos e lhes desejamos a melhor atuação e boa sorte nas suas respectivas missões diplomáticas.

Muito obrigado. (Pausa.)

Com respeito ao Item 3, em virtude de a Medida Provisória nº 148, de 2003, encontrar-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62 da Constituição, adiamos a sua apreciação para a próxima quinta-feira.

Trataremos, agora, rapidamente, dos itens que se referem a acordos – apenas cinco –, que brevemente poderemos examinar.

Consulto os Srs. Senadores: na próxima quinta-feira, dia 25, às 10 horas, na Comissão de Assuntos Econômicos, haverá o importante depoimento do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Muitos de nós somos membros também da Comissão de Assuntos Econômicos e gostaríamos de ouvir aquele depoimento. Proponho, então, que façamos uma reunião breve, das 9h às 10h, com uma pauta condizente, talvez examinando-se o art. 3º e mais alguns acordos.

O SR. (Orador não identificado) – Sugiro que os acordos que tenham parecer favorável sejam votados em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Poderíamos, então, pedir a cada um dos Relatores que façam uma leitura breve dos seus relatórios.

Indago a V. Exªs se estão de acordo que, na próxima quinta-feira, façamos a reunião mais cedo, colocando itens que possam ser examinados das 9h às 10h para todos podermos assistir ao depoimento das 10h do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Sr. Presidente, lembro-lhe que temos, na próxima reunião, um projeto de que o Senador Antonio Carlos Magalhães foi Relator ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que trata das Forças Armadas.

E V. Exª tem o da gestão compartilhada, que tem o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Há também o parecer de V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Exato. Talvez possamos, de 9h às 10h, aprovar esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Poderíamos, então, nos programar para examinarmos esses projetos.

Item 4:

Solicito ao Senador Antonio Carlos Magalhães que profira o seu parecer sobre o acordo de jurisdição em matéria de contrato e de transporte internacional de carga entre os Estados partes do Mercosul, assinado em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu voto é favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Seguindo a sugestão de V. Exª, peço ao Senador Cristovam Buarque, como Relator **ad hoc**, que leia o parecer, aprovando o texto do acordo sobre residência para nacionais dos Estados partes do Mercosul, Projeto de Decreto Legislativo nº 943; parecer elaborado pelo Senador Pedro Simon, de autoria da própria Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT-DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, votamos hoje pela aprovação de Projeto de Decreto Legislativo nº 943, de 2003, que aprova o texto do "acordo sobre residência para nacionais dos Estados-Partes do Mercosul, celebrado por ocasião da 23ª Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizado em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002."

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pediria também ao Senador Marco Maciel a gentileza de ler o parecer, como Relator **ad hoc**, preparado pela Senadora Maria do Carmo Alves, sobre o texto do acordo entre o Brasil e a República da Turquia sobre isenção de vistos para titulares de passaporte comum, celebrado em Ancara, em 20 de agosto de 2001.

O parecer é favorável.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei breve a respeito do processo que aprova o texto entre os Governos da República Federativa do Brasil e o da República da Turquia sobre a isenção de visto para titulares de passaportes comuns, celebrado em Ancara, em agosto de 2001.

Sem querer alongar-me em considerações, tendo sido a questão analisada nesta Comissão, já devidamente aprovada na Câmara, meu parecer é favorável à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 4-4-2003, por sua conveniência e oportunidade.

É o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Solicito a V. Exª, Senador Marco Maciel, que faça a leitura do parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 215, que aprova o texto do protocolo de integração educativa e reconhecimento de certificados, títulos e estudos de níveis fundamental e médio, não-técnico, entre os Estados-Partes do Mercosul, República da Bolívia, do Chile, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como o Presidente Eduardo Suplicy chamou a atenção, a matéria sob nossa observação é o Projeto de Decreto Legislativo nº 215, já devidamente aprovado na Câmara dos Deputados, que aprova "o texto do protocolo de integração educativa e reconhecimento de certificados, títulos e estudos de níveis fundamental e médio, não técnico, nos Estados-Partes do Mercosul, República da Bolívia e República do Chile, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002."

Analisando a matéria, Sr. Presidente, emiti um parecer sobre o tema, que está apenso ao processo, e devo, em conclusão, dizer que sou favorável à aprovação do referido acordo, vez que isso muito ajudará a incrementar as nossas relações com os nossos vizinhos e expandir, consolidar, sobretudo, o Mercosul, que agora já tem, inclusive, outros Estados associados, como é o caso, da Bolívia e do Chile.

É o meu parecer. Portanto, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. Eu pediria a gentileza ao Senador Gilberto Mestrinho se puder de ler o Item 7, cujo parecer é elaborado pelo Senador Jefferson Péres, como Relator **ad hoc**, que se refere ao Projeto de Decreto Legislativo nº 213, que aprova os textos das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio, aprovadas em Montreal, em 17 de setembro de 1997, ao término da 9ª Reunião das Partes, e, em Pequim, em 3 de dezembro de 1999, por ocasião da 11ª Reunião das Partes.

Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, como Relator **ad hoc** do Senador Jefferson Péres, o relatório é a respeito do projeto que aprova o texto das emendas ao Procolo de Montreal sobre as substâncias que destroem a camada de ozônio. Foi aprovado em Montreal em 17 de setembro de 1997, ao término da 9ª Reunião das Partes e, em Pequim, em 3 de dezembro de 1999, por ocasião da 11ª Reunião das Partes.

O voto é favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

O Senador Eduardo Azeredo, se puder, por favor, leia o primeiro item extrapauta, Projeto de Decreto Legislativo, que aprova o texto do Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia, em Túnis, em 19 de julho de 2001.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, a dispensa de visto a turistas deverá contribuir para o incremento do fluxo de visitantes de ambos os países, fortalecendo os laços de amizade existentes e contribuindo para o intercâmbio cultural. A eliminação da exigência de obtenção de vistos de negócios, ao suprimir o entrave burocrático, irá colaborar para intensificar o comércio bilateral e para a identificação da oportunidade de empreendimentos conjuntos voltados para terceiros mercados, inclusive a Comunidade Européia.

O voto é favorável, portanto, ao acordo sobre isenção parcial de vistos entre a Tunísia e o Brasil, celebrado em 19 de julho de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Também pediria a V. Exª a gentileza de ler os Itens 2 e 3, porque ambos se referem a projetos de decretos legislativos de acordo entre a Tunísia e o Brasil. O Item 2 é sobre o acordo de cooperação técnica e o Item 3 é sobre cooperação entre os institutos diplomáticos de ambos os países.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, da mesma forma que o acordo sobre vistos, este também é um acordo de cooperação técnica, que evidentemente busca promover a aproximação dos dois países, conforme material distribuído à Comissão.

Em face do exposto, o voto é favorável, e o parecer em relação ao Item 3 extrapauta é o acordo entre o Brasil e a Tunísia sobre cooperação entre os institutos diplomáticos de ambos os países, celebrado em Brasília em 13 de março de 2002. É conhecida a qualidade do Instituto Rio Branco, e este acordo visa facilitar esse entrosamento entre os institutos diplomáticos do Brasil – o Instituto Rio Branco – e da Tunísia.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado ao Senador Eduardo Azeredo.

Passamos agora à votação em bloco dos diversos acordos lidos, que vão do Item 4 ao Item 8, e também dos Itens 1, 2, 3 da pauta extra. Gostaria de ressaltar que, dentre os acordos que estamos apreciando, está o acordo sobre residências para nacionais dos Estados-Partes do Mercosul, que se referem a um ponto de grande relevância, à livre circulação de pessoas e, mais que isso, à possibilidade de escolhermos os brasileiros, os paraguaios, os uruguaios, os argentinos, onde estudar, morar, enfim, viver entre nós, portanto, um acordo de grande relevância com respeito à integração dos Países do Mercosul e que, mais e mais, há a possibilidade de chilenos, peruanos e bolivianos fazerem parte desse entendimento. Esse acordo de dispensa de vistos também dá maior liberdade de circulação às pessoas.

A Srª e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ainda temos como item extrapauta a exposição que os Senadores Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, eu e João Alberto Souza temos com respeito à Reunião Interparlamentar entre o México e o Brasil, de que participamos. Havendo a disposição dos Srs. Senadores, se os Senadores Rodolpho Tourinho e Eduardo Azeredo desejarem fazer a exposição...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)**(Fala fora do microfone)** –...acabamos hoje... V. Exª poderia adiar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Como haverá na próxima quinta-feira a exposição do Presidente do Banco Central, poderíamos adiar, em princí-

pio, para a reunião da quinta-feira seguinte, portanto, a primeira de abril. Fica marcada para 1º de abril a exposição dos que compareceram a essa reunião.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, esses dados, como V. Exª pôde ver no México, são muito importantes, principalmente os dados técnicos sobre os efeitos do Nafta na economia e na vida mexicanas. São dados importantes, inclusive, para termos uma idéia melhor do alcance da Alca e para fazermos uma certa analogia dos resultados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Srªs e Srs. Senadores, na pauta de hoje, o Item nº 3 contém o parecer do Senador Marcelo Crivella a respeito do projeto de lei que a maioria de V. Exªs já conhecem, porque foi apreciado, discutido e aprovado na Comissão do Mercosul – muitos aqui somos membros desta Comissão –, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na Comissão de Assuntos Econômicos e aqui será apreciada em caráter terminativo. O Senador Marcelo Crivella teve a iniciativa de dialogar bastante. Dialogamos com o Ministro Celso Amorim, com o Itamaraty, e houve diversas sugestões de aperfeiçoamento de linguagem, também no que diz respeito à experiência de negociações. Foram feitos alguns aprimoramentos na redação, o que resultou na apresentação de um substitutivo. Este substitutivo, que já está publicado, foi feito em harmonia inclusive comigo, autor da proposição, levando em conta sugestões acatadas pelo Relator.

Se desejarem, V. Exªs já poderão apreciar o parecer, que está à disposição. Isso será feito na próxima quinta-feira, juntamente com o projeto relativo às Forças Armadas, de autoria do Senador César Borges, que teve o parecer do Senador Antonio Carlos Magalhães, nesta semana, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Próxima reunião, 9h da próxima quinta-feira.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 11h18min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Terceira Reunião Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e quatro, às nove horas.

Às nove horas do dia vinte cinco de março do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** e **MARCELO CRIVELLA** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores: **RODOLPHO TOURINHO, MARCELO CRIVELLA, JEFFERSON PÉRES, MARCO MACIEL, ARTHUR VIRGÍLIO, EDISON LOBÃO, EDUARDO AZEREDO, CRISTOVAM BUARQUE, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, JOÃO RIBEIRO, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, LUIZ OTÁVIO, FÁTIMA CLEIDE e PEDRO SIMON.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Passa-se ao **Item um**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 942, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América relativo à Assistência Mútua entre as suas Administrações Aduaneiras, concluído em 20 de junho de 2002, em Brasília".O Presidente designa o Senador **EDUARDO AZEREDO,** relator "Ad Hoc", que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o projeto é aprovado. Passa-se a discussão do **Item dois:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 212, de 2004, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto de modificação do Convênio Constitutivo do Fundo Africano de Desenvolvimento – FAD". O Presidente designa o Senador **CRISTOVAM BUARQUE,** relator "Ad Hoc", que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o projeto é aprovado. Passa-se a discussão do **Item três**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 214, de 2004, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Prevenção do Consumo e Controle do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado em Madri, em 11 de novembro de 1999". O Presidente designa o Senador **RODOLPHO TOURINHO,** relator **Ad Hoc**, que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o projeto é aprovado. Passa-se ao **Item quatro:** Requerimento Nº 1.546, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que "requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais do Senado Federal, voto de aplauso ao ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pelo reconhecimento público, em relatório da FAO, de que, durante o seu Governo, o Brasil foi um dos poucos países do mundo que conseguiram diminuir a fome". O Presidente de-

signa o Senador **AELTON FREITAS,** relator **Ad Hoc**, que faz a leitura do parecer favorável. O Presidente abre para discussão o parecer. Fazem uso da palavra os Senadores **JEFFERSON PÉRES** e **ARTHUR VIRGÍLIO**, autor do requerimento. O Presidente pede ao Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente desta comissão, que assuma a presidência. O Presidente em exercício retoma a discussão do item quatro, passando a palavra aos Senadores **EDUARDO AZEREDO, CRISTOVAM BUARQUE, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES e TIÃO VIANA** para que façam suas considerações. Não havendo mais quem queira discutir, o Requerimento é colocado em votação e aprovando unanimemente. Passa-se ao **Item cinco:** Requerimento Nº 198, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "requer nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja transmitido ao Presidente da República do Irã, Mohammad Khatami, sentimento de pesar e de solidariedade do Senado Federal, da República Federativa do Brasil, ao povo iraniano pelo trágico acidente ferroviário que vitimou centenas de pessoas, enlutando esse País amigo". O Presidente em exercício designa Relatora "Ad Hoc", Senadora **FÁTIMA CLEIDE,** que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o requerimento é aprovado. Passa-se ao **Item seis:** Requerimento Nº 251, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvati, que "requer nos termos do caput do art. 222 do Regimento Interno, voto de louvor à Fundação Suíça pela Paz e à Associação 1.000 Mulheres pelo lançamento do Projeto Mil Mulheres – Prêmio Nobel da Paz 2005". O Presidente designa o Senador **CRISTOVAM BUARQUE,** relator "Ad Hoc", que faz a leitura do parecer favorável. A Senadora **FÁTIMA CLEIDE** faz uso da palavra. Não havendo quem queira discutir, o requerimento é aprovado. O Presidente em exercício faz considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Dispensada.

Passamos, agora, à apreciação das matérias de pauta.

Projeto de Decreto Legislativo 942, de 2003, Acordo entre o Brasil e os Estados Unidos da América, relativo à assistência mútua entre suas administrações aduaneiras, concluídas em 20 de junho de 2002.

Solicito ao Senador Eduardo Azeredo a gentileza para que, como Relator **ad hoc**, possa ler o parecer do Senador Tasso Jereissati.

Eu solicitaria, havendo consenso dos membros da Comissão, que os Srs. Relatores abreviem os seus pareceres.

Senador Eduardo Azeredo, por favor.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, trata-se de Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América relativo à assistência mútua entre as suas administrações aduaneiras, concluída em 20 de junho de 2002. Situa-se no âmbito da cooperação bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos prevendo uma série de ações recíprocas de interação e de cooperação entre as aduanas dos países signatários.

Portanto, de grande conveniência e oportunidade para os interesses nacionais provendo interação e cooperação em setor dos mais sensíveis para o bom fluxo comercial entre as altas partes signatárias, constituindo, ademais, fator adicional para reforçar o nosso relacionamento político, econômico, comercial com os Estados Unidos, o que interessa francamente à política externa brasileira.

A transformação da conduta de cooperação entre as duas aduanas, que já vem se verificando de forma assistemática em dever jurídico interpartes, além de todos os aspectos positivos aqui ressaltados, fator altamente promissor, com fomento de um espaço de garantia jurídica comum, provendo maior previsibilidade e transparência nas relações bilaterais.

Em face do exposto, consideramos favorável, opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 942.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.Em votação.

A SRA. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pauta.)

Aprovado.

Item 2:

Projeto de Decreto Legislativo 212, de 2004, que aprova o texto e modificação no convênio constitutivo do Fundo Africano de Desenvolvimento, de autoria da Comissão de Relações Exteriores, o Relator é o Senador Arthur Virgílio, o parecer é favorável.

Peço a gentileza do Senador Cristovam Buarque, se puder ler como Relator **ad hoc**, o parecer do Senador Arthur Virgílio.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Trata-se da apreciação da matéria de apreciação da matéria de modificação ao convênio constitutivo do Fundo Africano de Desenvolvimento. O acordo foi firmado em 1972, tendo sido aprovado pelo Legislativo brasileiro no ano de 1973. O Fundo tem por objetivo auxiliar o Banco Africano de Desenvolvimento a contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos membros do Banco e promover a cooperação e o comércio internacional particularmente entre os seus membros.

As emendas aprovadas na 28ª reunião anual tratam de aspectos relativos à votação, no âmbito do Conselho de Governadores e no Conselho Administrativo do Fundo.

O processo de decisão no FAD envolve os seguintes aspectos:

1. Diferença entre membros e participantes. Pelo texto do acordo, a palavra membro se refere a um membro do Banco, e a palavra participante se entende como Banco e todo Estado que se torne parte no acordo constitutivo do Fundo, e este participante se refere a um participante que não seja o próprio Banco.

2. Instâncias decisórias

O Fundo tem como órgãos o Conselho de Governadores, o Conselho de Administração e um Presidente. Todos os poderes do Fundo competem ao Conselho de Governadores que podem delegar parte deste ao Conselho de Administração.

3. Composição do Conselho de Governadores

O Conselho de Governadores é composto pelos Governadores titulares e suplentes do Banco e por governadores nomeados por cada estado participante do fundo que seja membro do Banco.

4. A proporção de votos

Na votação, no âmbito do Conselho de Governadores, cada Governador do Fundo, que é Governador do Banco, dispõe da proporção dos votos do Banco que foram notificados ao Fundo. Esta proporção corresponde aos montantes subscritos por cada participante.

O que foi modificado pelas duas emendas em exame altera somente parte do artigo que trata da votação. No art. 29, esta emenda introduz uma restrição na proporção de votos dos membros regionais que são Estados participantes. O total de votos deste grupo não deverá ultrapassar 1% do total de votos dos Estados participantes.

Art. 29 – A emenda trata de Estados que são membros do Banco e participando do Fundo ao mesmo tempo. Neste caso, exclusivamente as finalidades do acordo o referido Estado será tratado em todos os seus aspectos.

A emenda ao § 3º apresenta um teto para o total de votos a serem alocados a todos os membros regionais do Banco que se tornarem Estados participantes.

E a emenda ao § 6º garante uniformidade na representação e direito a voto para todos os Estados participantes do Fundo, independentemente de ser o agrupamento, garantindo que os únicos direitos de voto que podem ser exercidos pelos Estados participantes são os derivados de sua participação e não da sua representação.

Em síntese, Srªs e Srs. Senadores, as emendas ao convênio constitutivo do Fundo Africano de Desenvolvimento tem por finalidade evitar a duplicidade de representação na votação no âmbito do Fundo.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados concluiu que a aprovação das emendas encaminhadas pela mensagem em apreço é uma garantia de que o Brasil continuará a participar do Fundo Africano de Desenvolvimento, tanto por razões econômicas, como políticas, estratégicas e culturais. É fundamental, portanto, manter e aprofundar as relações brasileiras com os países africanos.

Assim sendo, sugerimos a aprovação do texto de modificação ao convênio constitutivo do Fundo Africano de Desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A SRA. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3:

Projeto de Decreto Legislativo nº 214, do Senado Federal, que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino de Espanha sob

cooperação em matéria de prevenção do consumo e controle de tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, celebrado em Madri, no dia 11 de novembro de 1999. Autoria: Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Solicito ao Senador Rodopho Tourinho, como Relator **ad hoc,** para ler o parecer da Senador Lúcia Vânia, favorável.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 214, do Senado Federal, que aprova o texto de Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino de Espanha sobre cooperação em matéria de prevenção do consumo e controle do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, celebrado em Madri, em 11 de novembro de 1999.

A conveniência e a oportunidade da expansão da rede internacional de cooperação para o combate ao narcotráfico, prevenção da demanda e estimulação do tratamento de dependentes é auto-evidente. Porque o tráfico de drogas encontra-se na vertente dos crimes domésticos e transnacionais mais ameaçadores para a segurança social em nossos tempos. É criminalidade organizada, o terrorismo, a lavagem de dinheiro e a corrupção.

A cooperação pretendida nesse acordo bilateral é a intercâmbio permanente de informação e documentação e assistência técnica e científica para a realização de todos os projetos e programas que venham a ser elaborados em seu âmbito.

As áreas de cooperação são: de prevenção do uso de drogas, a assistência sócio-sanitária aos usuários, a reinserção social pela forma da sensibilização da sociedade para apoio à reinserção de toxicômanos, a luta contra o tráfico ilícito de drogas e o estudo de projetos de lei e outros instrumentos normativos que facilitem esses objetivos.

É de notar-se que a cooperação para a luta contra o tráfico ilícito será avançada, mormente pela troca de informações úteis e cabíveis, como os fatos concretos, acontecimentos e pessoas ligadas ao narcotráfico ou supostamente envolvidas, indícios de lavagem de dinheiro decorrente desse crime, meios de transporte usados. Aventa-se, ademais, o intercâmbio de profissionais e meios materiais para o melhoramento técnico.

Como autoridades competentes para a implementação do Acordo aponta-se o Ministério da Relações Exteriores e a Secretaria Antidrogas pelo Brasil e o Ministério de Assuntos Exteriores e a delegação do Governo para o Plano Nacional de Drogas, pela Espanha.

Finalmente, cria-se a Comissão Mista, integrada paritariamente por membros designados pelas autoridades competentes, com a função de servir de canal de comunicação entre as autoridades supramencionadas e para elas proporem as condições de cooperação nas áreas acima assinaladas.

Nada temos a reparar quanto à juridicidade e constitucionalidade do acordo.

Voto

Por tudo quanto exposto, somos pela aprovação do decreto legislativo em tela.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

A SRA. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4:

Requerimento nº 1.546, do Senado Federal, requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, ouvido o Plenário, seja consignado nos **Anais do Senado** voto de aplauso ao ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso pelo reconhecimento público em relatório da FAO de que durante o seu Governo o Brasil foi um dos poucos países do mundo que conseguiram diminuir a fome.

A autoria é do Senador Arthur Virgílio, a Relatora é a Senadora Lúcia Vânia.

Solicito ao Senador Aelton Freitas que, como Relator **ad hoc**, leia o parecer da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos regimentais referentes aos requerimentos do voto de aplauso, por dizer de um acontecimento de tão alta significação nacional ou internacional, bem como as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Sua consignação dos **Anais** desta Casa nos parece justa e pertinente. A FAO destacou, porém, que apenas dezoito países conseguiram aplacar o problema, entre os quais o Brasil, durante a gestão de Fernando Cardoso, a qual logro reduzir de 12 para 9% a população faminta do Brasil, sobretudo no período de 1999 a 2001, o qual coincide com o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso na Presidência do Brasil e com maturidade de atuação dos programas sociais inaugurados naquele Governo, como a Bolsa-Escola, a Comunidade Solidária e os programas de vacinação e assistência à saúde.

A FAO advertiu ainda para o fracasso comumente enfrentado pelas bem-intencionadas campanhas de diminuição da fome promovidas em todo o mundo.

Conforme o relatório da FAO, ao reconhecer os incontestáveis benefícios sociais auferidos durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, nada mais faz do que repetir a constatação de inúmeros outros organismos internacionais e órgãos especializados das Nações Unidas.

O recém-lançado relatório de 2003 também demonstrou que, ao contrário do que se tem professado, durante a década de 90, em que se desenrolou a trajetória do Governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil apresentou progressão na grande maioria dos índices sociais.

Voto

Em face do exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do Requerimento nº 1546, de 2003, pela sua constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, conveniência e oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os Senadores Jefferson Péres, Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo se inscreveram.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este voto de aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, proposto pelo Senador Arthur Virgílio, vem num momento muito oportuno. Eu falo como adversário dele que fui, durante os quatro anos de seu mandato. No primeiro fui seu correligionário, mas no segundo fiz-lhe uma oposição civilizada. O Presidente Fernando Henrique Cardoso acaba de ser alvo de uma agressão verbal, injusta, maleducada, assacada por uma pessoa ocupante de um alto cargo no Governo Federal. O Presidente Fernando Henrique foi chamado de vendilhão da Pátria. Como disse ontem o Senador Arthur Virgilio, essa é uma assertiva de baixo nível e à altura de líderes estudantis dos anos 50. Daqui a pouco essas pessoas irão para frente da Embaixada americana jogar pedra na vidraça e gritar: abaixo o imperialismo ianque.

Sr. Presidente, Srª Senadora e Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique, quaisquer que sejam as divergências que tenhamos com as políticas que adotou em seu Governo, é um homem com estatura e postura de estadista, um homem sobretudo muito elegante nos seus gestos e nunca, durante os seus oito anos de Governo, teve uma palavra agressiva em relação aos que lhe faziam oposição de forma extremamente agressiva. Até por isso, não apenas por ser um ex-Presidente da República, por ter, durante o seu Governo, realizado também obras meritórias, mas até por essa sua postura elegante como pessoa humana, devia merecer o mínimo de respeito. De forma que voto, com muita satisfação, a favor desse voto de aplauso que vai soar para mim como um voto de desagravo ao ex-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Arthur Virgílio, que é o autor da proposição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Sr. Presidente. Entendo que o grande mérito do ex-Presidente Fernando Henrique foi ter composto. Não inventou praticamente nada, mas compôs um leque de políticas sociais que significaram uma compensação expressiva aos setores menos favorecidos na pirâmide social brasileira num período em que o crescimento econômico não se pôde fazer de maneira farta, e não se promove o crescimento econômico por voluntarismo, só porque se quer, mas as condições objetivas, internamente e externamente têm que estar dadas para isso, e conseguiu ele provar que, mesmo com taxas de crescimento abaixo daquilo que o Brasil precisava, era possível se estabelecer políticas compensatórias eficazes, que não foram inventadas por ele. Por exemplo, a idéia do Bolsa-Escola começou com o Senador Cristovam Buarque, no Brasil. V. Exª fala no Renda Mínima de maneira obstinada há tantos anos, mas o mérito estaria sobretudo em ter reunido essas boas idéias e ter dado uma face gerencial competente, consistente, que terminou revelando programas com começo, meio e fim. Portanto, entendo que o prêmio faz jus ao renome internacional desse grande sociólogo brasileiro, que conseguiu, ao mesmo tempo, ser Presidente da República. Abro um parêntese para dizer que Darcy Ribeiro foi certa vez chamado à mesa de um encontro de antropólogos em Paris, ele estava no exílio. Àquela altura, ele não tinha sido ainda Vice-Governador do Estado do Rio nem tinha sido Secretário de Educação do Rio. Àquela altura, Darcy Ribeiro era apenas o ex isso e o ex aquilo outro, exilado. Vendo o **curriculum vitae** de todos os antropólogos presentes, a mesa constatou que só um, Darcy Ribeiro, tinha sido, professor Cristovam Buarque, ao mesmo tempo criador, idealizador, implantador e Reitor da Universidade de Brasília, Ministro da Educação e Ministro-Chefe da Casa Civil de um Governo. Ele estava acostumado com sociólogos que brilhavam ou não no campo acadêmico, mas, de repente, um deles se revelava, que era Darcy Ribeiro, e, ao mesmo tempo, aquele que teve a oportunidade de conhecer por dentro, atuando em posição de proeminência, a máquina do Estado. Da mesma maneira, imagino que pessoas tão densas quanto o ex-Presidente Fernando Henrique possam estar em atividade, fazendo sociologia pelo mundo afora, mas

dificilmente algum deles chegou a Presidente da República. Conhecemos muitas pessoas que chegam à Presidência da República com uma enorme animalidade política, o ex-Presidente Clinton é o exemplo maior dessa animalidade, dessa quase genialidade política, mas sem ter tido a formação de **scholar**, a formação acadêmica que marcou o ex-Presidente Fernando Henrique, que, portanto, juntou as duas coisas, juntou a figura do intelectual com a figura daquele intelectual que soube ter votos, pois geralmente se diz: é isso, mas não é aquilo ou é aquilo, mas não é aquilo outro. Essa junção feliz significou um período de dificuldade, de erros e acertos, mas de oito anos de tranqüilidade e paz no Brasil. Devo dizer que o Senador Jefferson Péres se referiu a ontem, e o ex-Presidente Fernando Henrique foi bastante acalentado por depoimentos inclusive independentes do PSDB, sobre essa agressão tola, à qual respondi com dureza, do economista Carlos Lessa. Mas eu próprio lhe digo que estabeleço meus limites. Eu, por exemplo, pretendo me manifestar sobre o artigo do colunista Diogo Mainardi, da última **Veja**, que eu só li, ontem – estou com a minha mãe acamada; há essas coisas dos jornais diários, há as obrigações -; eu fui deixando para ler, depois, e li ontem. Fiquei estarrecido com o nível de agressão pessoal que ele pratica ao Presidente Lula. Alguém diz: "Pôxa, mas logo você!" Mas eu não pratico agressão pessoal ao Presidente Lula. Eu faço Oposição dura que eu julgo que são equívocos do Presidente Lula. Não pratico agressão pessoal nem vou praticar agressão pessoal ao Presidente Lula ou a quem quer seja. É muito diferente você condenar duramente uma omissão, um erro, um equívoco, ou você partir para o achincalhe pessoal, partir para o...

Enfim, então, eu entendo que o colunista Diogo Mainardi se excedeu, entrou pelo lado pessoal, algo que deu direito ao Presidente Lula de com ele se magoar. Eu não reconheço no Presidente Lula o direito de se magoar com o que eu digo, até porque eu não procuro magoá-lo. Eu sou duro com ele. É bem diferente.

E, portanto, gostaria de dizer que a nossa vida pública se compõe, sem dúvida alguma, desse jogo, que é dialético entre Governo e Oposição para chegarmos a uma síntese. Cada um cumprindo com dureza, às vezes, com eficiência, o mais possível o seu papel, mas reconhecendo certos limites.

Por exemplo, eu não assinaria aquele artigo do Diogo Mainardi. Eu entendo que ele foi excessivo. Eu entendo que ele visou denegrir o Presidente, foi excessivo e não passou pelo meu crivo. E olhe que, se fizesse críticas à inação administrativa, se ele fizesse críticas à desarticulação. Acabamos de ter uma reunião da CCJ e a maioria governista não compareceu a ela para votar a reforma do Judiciário. Ou seja, isso é motivo para se criticar duramente, mas não entrar por supostos detalhes de uma vida pessoal que a mim não interessa.

Interessa-me, ao contrário, que o Presidente seja muito feliz na vida pessoal dele. Interessa-me que o Presidente desempenhe um bom mandato. Para ele desempenhar um bom mandato: uns, o ajudam trabalhando com ele; outros, o ajudam criticando duramente os seus equívocos. Esse é o meu papel.

Por isso, que eu vejo com alegria essas manifestações aqui numa hora em que o Presidente Fernando Henrique recebe o Prêmio Fullbright pelas realizações de suas políticas sociais numa hora de dificuldade para o País. O País não pôde oferecer o crescimento econômico que merecia e que deveria ter recebido. Mas, ainda assim, políticas sociais compensatórias eficazes foram postas em prática e isso significou redução da miséria, redução da fome, redução – eu não sei – se das desigualdades.

Uma coisa – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª é especialista no assunto – é se combater a fome. Isso, talvez, não seja a coisa mais difícil a se combater no Brasil; outra, é se combater, Senador Jefferson Péres, as desigualdades de região para região e de pessoa para pessoa. Isso é muito mais difícil. Até porque o País pode crescer e a desigualdade pode aumentar, claro, que num patamar melhor: o debaixo fica menos pobre e o de cima fica muito mais rico, mas não é nem o ideal. Mas, pode, em tese, o País crescer com as desigualdades aumentando. O que aconteceu, neste governo, foi de fato uma tentativa exitosa de redução dos padrões de miséria que têm assolado secularmente o povo brasileiro.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Como eu sou o primeiro requerente, autor da vinda do Presidente Henrique Meirelles, peço a gentileza do Vice-Presidente Marcelo Crivella presidir esta reunião.

Gostaria, antes de ausentar-me, dizer que sou favorável ao requerimento. Reconheço méritos importantes na trajetória do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Avalio que houve avanços significativos, ainda que tenha tantas vezes discordado de alguns aspectos. Mas, nos aspectos relativos aos diversos programas, inclusive, a instituição do Programa Bolsa-Escola e dos diversos programas de transferências de renda, do Peti e outros, eu sempre dialoguei com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Por exemplo, em 1996, quando o Deputado Nelson Marchezan queria muito que fosse instituída a renda mínima associada à educação ou à Bolsa-Escola, eu levei o professor Felipe Vampares para uma audiência com o Presiden-

te Fernando Henrique Cardoso. E, naquela audiência que precedeu a votação aqui no Congresso Nacional, o professor Felipe Vampares disse que considerava muito importante dar o passo em direção a uma renda básica incondicional primeiro relacionando a educação, porque considerava um passo muito positivo na direção do que ele próprio tantas vezes havia colocado. E avalio que as transformações que ora o Presidente Lula vem realizando com o Programa Bolsa Família, unificando diversos programas, constituem um passo de aperfeiçoamento e melhoria numa trajetória positiva para o objetivo de erradicar a fome relacionando-a às oportunidade de educação. Portanto, quero registrar o meu voto favorável, e passo a Presidência ao Colega Vice-Presidente Marcelo Crivella. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srª Senadora e Srs. Senadores, quero também manifestar o meu apoio ao requerimento do Líder Arthur Virgílio pelo fato de ser realmente justo que possamos comemorar o reconhecimento pela FAO dos avanços sociais ocorridos no Brasil. É justo reconhecer e é importante lembrar que são dados de uma organização internacional e com um percentual muito significativo de redução dos famimntos... de doze para nove por cento da população brasileira. Portanto não são números que estejam sendo trazidos por nós do Partido do Presidente Fernando Henrique, mas são números oficiais de um órgão internacional da credibilidade da FAO. Doze por cento para nove por cento, é uma redução muito significativa. Sabemos todos nós que as ações de Governo demoram muito para dar resultado. Hoje ainda podemos ver nos jornais que o Presidente Lula num desabafo teria dito que a melhor fase do governo é entre a eleição e a posse. É verdade, governar é muito difícil mesmo. Todos nós que já tivemos essa oportunidade sabemos disso. Mas há um outro momento sim, além desse período entre a eleição e a posse, que é o momento posterior ao governo, quando o reconhecimento vêm por tantas e tantas pessoas que começam a ver os resultados do Governo que foi realizado.

Quero ainda lembrar aqui a Lei de Erradicação da Pobreza, que foi aprovada pelo Congresso com o Presidente Antonio Carlos Magalhães. Ela é também um outro projeto de muita importância e foi discutido aqui no Congresso durante muito tempo. Esta Lei é mais um dos pontos importantes que temos nesse combate que o Presidente Lula procura enfrentar agora, procura dar continuidade enfrentando a pobreza no Brasil. E só quero, então, registrar os meus cumprimentos e desejar ao Presidente Lula que também tenha sucesso na continuidade dessa luta contra a pobreza brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Senador Cristovam Ricardo Albuquerque Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Bom-dia, Presidente, não gostaria que esse meu voto fosse dado apenas pela minha 'imexibilidade" na cadeira em que se aprova porque não nos movemos.

Quero manifestar a minha aprovação, o meu louvor a essa moção. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, sem dúvida alguma, merece esse prêmio e merece o nosso reconhecimento. Queria agregar aqui, em caráter pessoal, que essa moção deveria ter também uma referência à generosidade política do Presidente ao manter o nome Bolsa-Escola, que foi uma expressão usada por um Governo que eu dirigia, de um Partido que eu fazia Oposição, se ele tivesse criado qualquer outra palavra ninguém mais falava Bolsa-Escola, porque essa palavra nova teria tomado conta. Queria aproveitar também para fazer o registro de pessoas que, ao redor do Presidente, fizeram o possível que isso acontecesse. Em primeiro lugar, Vilmar Farias, já falecido, assessor, que era o arquiteto na execução desses projetos sociais junto ao Presidente Fernando Henrique. Dª Ruth Cardoso teve um papel, o Ministro Paulo Renato teve um papel, e não está aqui mas a Relatora, a Senadora Lúcia Vânia, teve um papel fundamental. E não menos importante o Senador Antonio Carlos Magalhães ao liderar a criação do Fundo de Erradicação da Pobreza que o Azeredo levantou. Não fosse o Fundo, dificilmente quaisquer desses programas teria sido executado. Finalmente, uma referência ao meu amigo Arthur Virgílio. Estou totalmente de acordo quando fala algo que poucos têm falado: crescimento econômico aumenta a riqueza, não reduz a pobreza. São dois campos completamente diferentes, ainda que, até os anos 70 do século passado, todo aumento da riqueza se espalhava, hoje não se espalha mais necessariamente. Temos que ter programas de crescimento econômico, porque este país ainda tem uma baixa renda **per capita** para o potencial que temos. Mas, paralelamente, ainda que se tangencia por meio do orçamento, precisamos ter programas de redução do quadro de pobreza, e esses programas não vêm do crescimento econômico, vêm de políticas sociais dirigidas claramente aos pobres, como garantir água e esgoto em todas as casas, nenhuma criança fora da escola, salários dignos para os professores. Como, por exemplo, o programa liderado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso propiciou, ainda que acho numa vantagem lenta, para o potencial que o Brasil tem. Então fico contente de poder aqui votar não apenas pelas minha "imexibilidade", mas pela

manifestação clara de meu apoio a essa proposta do Senador Arthur Virgílio.

Queria propor, que tentássemos um programa de erradicação da pobreza acima das divergências partidárias que nós temos. O Senador ACM trabalhou com Marina Silva em certos momentos, juntou um grande grupo naquela comissão sobre a pobreza, e saiu um projeto suprapartidário. Talvez seja a hora do Senado trabalhar um projeto desse tipo, junto com o Governo obviamente, porque sem o Poder Executivo não se faz. Vamos trabalhar um programa de erradicação da pobreza neste país e que não é a conseqüência do crescimento econômico.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Presidente Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srª Senadora e Srs. Senadores, vim assistindo a esse debate pelo rádio e fiz questão de vir até aqui, dizer alguma coisa que talvez fosse imprópria. Este voto foi uma sugestão minha ao Senador Tasso Jereissatti, para que falasse com o Líder Arthur Virgílio para apresentar há mais de cinco meses, de maneira que estou inteiramente de acordo. Mas queria dizer também que o Senador Jefferson Péres foi oposição a ele, no segundo período, eu também fui, e ele fez a declaração final de governo dizendo que a oposição a ele foi ACM e não foi o PT. De maneira que estou à vontade de votar a favor. Depois disso já o encontrei, casualmente é evidente, em um restaurante, conversamos bastante etc. Não tenho nenhuma coisa contra ele, apesar de ter sido por ele injustiçado algumas vezes. Quero dizer que ele foi a figura exponencial da vida brasileira que realmente pôde fazer um trabalho excelente e, sobretudo, na divulgação do país no exterior onde, algumas vezes, o acompanhei como Presidente desta Comissão e via a maneira competente com que ele tratava os interesses do Brasil.

Agora quero dizer também, agradecendo aos Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo e ao Ministro Cristovam Buarque, que isso também foi feito graças ao Projeto de Erradicação da Pobreza, inclusive o Bolsa-Escola. E o Ministro Paulo Renato declarou isso na televisão, que o Bolsa-Escola era produto do trabalho que fiz aqui no combate à erradicação da pobreza, colocando verbas orçamentárias, com o apoio da Relatora Marina Silva. Isso o Ministro Paulo Renato o fez até quando? Até os petistas, meus adversários na Bahia, fizeram, eu coloquei na televisão a fala do Ministro dizendo que isso se devia a mim, como também deve ser recordado aqui um debate que tivemos em São Paulo, em que o Presidente Lula teve a grandeza de me convidar em que participamos, com o Ministro Cristovam Buarque. Foi alguma coisa de inédito na vida pública brasileira, num campo totalmente oposto ao Lula, Lula e eu saímos do debate muito felizes. Com isso, deu-se uma demonstração de democracia plena naquela época. O Ministro Cristovam teve uma grande atuação neste assunto e o Presidente Lula também se portou de uma maneira magnífica. Esse debate em São Paulo foi até presidido pelo Trevisan. Portanto, quero lhe dizer que acho que esse Programa tem que até ser intensificado. O Presidente Fernando Henrique não utilizou todas as verbas do Fundo da Pobreza. Agora, eu acho, também, que o Governo Federal está utilizando ainda menos do que o Presidente Fernando Henrique. É preciso voltar-se a esse Programa, seja de que maneira for. Pouco importa a vaidade de mudar o nome do Programa. O que importa é que se diminuam as desigualdades salientadas aqui pelo Senador Arthur Virgílio e que, realmente, doía na minha consciência, e, sobre isso, trabalhei intensamente. Olhem que, até aqui, eu fui contestado, mas como as coisas eram tão fortes, todos me apoiaram. Lembro-me de um discurso violento contra mim – do Senador Roberto Freire – por causa do Fundo da Pobreza, da erradicação da pobreza. Isto pouco importa. O que importa é que vingou e que não pode diminuir e que esses aplausos ao Presidente Fernando Henrique são merecidos. Eu o faço com muito prazer. Não quis ser o signatário da intenção dirigida ao Senador Tasso Jereissati em falar com o Senador Arthur Virgílio, mas acho que esses votos são justos e ele merece, sobretudo agora, como salientou o Senador Jefferson Péres – e eu ouvia – porque ele recebeu uma agressão brutal de uma figura do Governo ao Presidente da República, o que não poderia acontecer. Eu até acho que seria um bom exemplo do Presidente Lula para fazer o entendimento que é indispensável ao País, queiram ou não, para o País sair da situação em que se encontra e demitir esse Presidente do BNDES pela ousadia com que falou contra um ex-Presidente da República e outros empresários.

Estou inteiramente solidário com o voto mas quero, para o bem da minha consciência mesmo, dizer essas palavras para que constem da Ata. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Com a palavra o Sr. Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Senador Marcelo Crivella, Srª Senadora e Srs. Senadores, quero apenas compartilhar da maioria das opiniões expressadas aqui. Entendo que o Senador Arthur Virgílio, quando procede com um requerimento desta natureza, o faz com absoluta sinceridade e honestidade de propósito que é valorizar a biografia de quem ele julga merecedor que é o ex-Presidente Fernando

Henrique. Vale ressaltar que a Fundação Fulbraight é uma homenagem ao ex-Senador Fulbraight que foi um dos homens mais respeitados na história intelectual dos Estados Unidos, tutor intelectual do Presidente Bill Clinton e tantos outros nomes da política americana. É uma instituição insuspeita quando faz esse tipo de reconhecimento e não o faz por outra razão. Então, nada mais justo do que o reconhecimento de aplauso que o Senador Arthur Virgílio propõe aqui. Eu penso que nós, brasileiros, sempre temos que nos orgulhar desse tipo de reconhecimento internacional a personalidades do nosso País. Acho justa – o Senador Marcelo Crivella diz isto em sua formação missionária – "que a gratidão é a memória do coração e a mãe de todas as virtudes." E nós do Acre, da atividade política do PT no Acre, temos isto como regra em nossas atitudes e temos um reconhecimento permanente à solidariedade prestada pelo Governo Fernando Henrique às nossas políticas públicas. Nós, no Acre, sempre nos mantivemos, claramente, numa posição partidária, dentro do PT – de oposição – mas jamais deixando de reconhecer a relação de interesse público que prevalecia. O Presidente Fernando Henrique nos permitiu – num programa social que é parte da rede de proteção social – instituir um programa local chamado Adjunto da Solidariedade. Graças a esse programa nós atendemos, hoje, um terço das famílias que passavam fome e não tinham, no passado, qualquer atenção do Governo. Um terço das famílias do Acre que passavam privações absolutas hoje estão protegidas por programas sociais e graças à parceria com o Governo Federal no Governo Fernando Henrique, o que está tendo continuidade no Governo Lula.

Portanto, eu jamais poderia deixar de dar esse testemunho e penso que o próprio Presidente Lula, como expressou aqui o Senador Antonio Carlos Magalhães, foi muito feliz ao demonstrar na sua vida de militante, de líder partidário nacional que, para nós, a ação social de um governo deve ser sempre suprapartidária. Quando o Instituto da Cidadania propôs aquele debate com o Senador Antonio Carlos Magalhães de um lado, o Senador Cristovam Buarque do outro e outras personalidades era uma expressão viva dessa visão plural do que é uma política de proteção social.

Penso que se o Presidente Fernando Henrique agiu assim, o Presidente Lula está agindo assim, isso é bom para o nosso País. Está de parabéns o Senador Arthur Virgílio pelo voto que expressa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Não havendo mais oradores inscritos, coloco em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O requerimento é aprovado por unanimidade e o voto de aplauso será remetido ao ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Item 5:

Requerimento nº 198, que solicita transmissão ao Presidente da República do Irã, Mohamad Khatami, os sentimentos de pesar e solidariedade do Senado Federal ao povo iraniano pelo trágico acidente ferroviário que vitimou centenas de pessoas, enlutando esse País.

Pediria à Senadora Fátima Cleide que pudesse ler o relatório como relatora **ad hoc**.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Ocorrido no dia 18 de fevereiro próximo passado o lamentável episódio, no norte do Irã, na Província de Khorassan, de fato vitimou mais de quinhentas e trinta pessoas entre mortos e feridos, quando um trem carregado de enxofre e petróleo explodiu na localidade de Kaian, causando um imenso incêndio. O acidente provocou grande consternação, deflagrando inúmeras manifestações de solidariedade e apoio internacionais.

Pelo exposto, tendo em vista a oportunidade e conveniência para os interesses nacionais da matéria apreciada, somos pela aprovação do Requerimento nº 198, de 2004, por ser, ainda, constitucional, legal e regimental e versado em boa técnica legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Não havendo quem peça a palavra para discutir o requerimento, vamos à votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O requerimento é aprovado.

Item 6:

Requerimento, do Senado Federal, nº 251, de 2004, que requer voto de louvor à Fundação Suíça pela Paz e Associação Mil Mulheres pelo lançamento do Projeto Mil Mulheres Prêmio Nobel da Paz 2005, da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Eu pediria ao Senador Cristovam Buarque que lesse o relatório como Relator **ad hoc** (pág. 47, último item da pauta.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – A Comissão é chamada a opinar sobre o Requerimento do Senado Federal que requer voto de louvor à Fundação Suíça pela Paz e Associação Mil Mulheres pelo lançamento do Projeto Mil Mulheres, Prêmio Nobel da Paz 2005.

Visa o requerimento em apreço apoiar este Projeto Mil Mulheres Prêmio Nobel da Paz, lançado pela Fundação Suíça pela Paz.

O referido projeto tem por objetivo apresentar ao comitê encarregado de selecionar os agraciados su-

gestões de atuação de mil mulheres em todo o mundo, tentando, desta maneira, reverter a tendência de escolha majoritariamente masculina para o Nobel.

Ressalte-se que, segundo destaca o requerimento, ao longo de mais de um século de existência do Prêmio Nobel da Paz apenas dez mulheres foram agraciadas. Deve-se lembrar também que o Brasil indicará trinta e uma dessas mil mulheres.

O art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal dispõe:

> Art. 222. O requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, congratulações ou semelhante só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

É óbvio que a outorga anual do Prêmio Nobel, sem sombra de dúvida, é um acontecimento da mais alta relevância.

É, portanto, louvável a oportuna iniciativa da nobre Senadora Ideli Salvatti ao requerer o voto de louvor à Fundação Suíça Pró-Paz.

Por isso, votamos favoravelmente à aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.(Pausa.)

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, antes de aprovar, gostaria de fazer também um voto de louvor à Senadora Ideli Salvatti, à Senadora Patrícia Saboya, que foi a Relatora deste requerimento, em função da importância do Projeto Mil Mulheres Pela Paz.

Quero lembrar que, no Brasil, a coordenadora desta atividade é A SRA. Clara Sharf, viúva do Sr. Carlos Mariguela, importante lutador da nossa história, que, infelizmente, não aparece nos livros oficiais, muito menos a sua esposa, militante histórica pelos direitos humanos neste País, pelo direito das mulheres como direitos humanos e, portanto, uma lutadora pela paz, que teve o seu nome indicado por nós para o Prêmio Bertha Lutz do Senado Federal e que, infelizmente, não foi agraciada, mas gostaria de ratificar a minha posição favorável a esse requerimento e, também, conclamar a todos os Senadores e Senadoras do nosso País para se engajar nesta campanha, que colocará trinta e uma mulheres brasileiras com visibilidade internacional.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito bem, Senadora Fátima Cleide.

Não havendo mais oradores inscritos, coloco o requerimento em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Requerimento aprovado.

Terminamos a pauta da nossa reunião e damos por encerrada a mesma.

Muito obrigado.

(Encerrada a reunião às 11 horas e 2 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Quarta Reunião Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia trinta de março do ano de dois mil e quatro, às dezoito horas e quarenta e cinco minutos.

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta de março do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JOÃO RIBEIRO, EDUARDO AZEREDO, SIBÁ MACHADO, JOÃO ALBERTO SOUZA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Não havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. A presente reunião destina-se à visita de cortesia da Delegação de Senadores Italianos composta pelo Embaixador da Itália no Brasil, Senhor Vicenzo Petrone; Senador Fiorello Provera (*Lega Nord* – Partido Regional, centro-direita), Presidente da Comissão de Relações Exteriores; Senhor Filippo Provera – Economista; Senador Francesco Martone (*Verdi Ulivo* – Partido Verde, coalização de centro-esquerda); Senador Calogero Sodano (*UDC* – União Democrática Cristã); Senador Stefano Morselli (*AN* – Aliança Nacional, partido de direita), Estudioso do processo de integração regional, em particular a ALCA; Senador Roberto Manzione (*Margherita* – Partido Democrático Cristão, coalização centro-esquerda); Senador Enrico Pianetta (*FI* – Partido Força Itália, coalização centro-direita), Presidente da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e o Conselheiro Daniele Piccione, Consultor Parlamentar destinada a discutir assuntos relevantes a ALCA, Integração do Mercosul, OMC, G 20 e os novos rumos da Política Externa do Brasil. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senador **FIORELLO PROVERA** que faz sua exposição. O Senhor Presidente faz considerações e concede a pa-

lavra aos Senadores **EDUARDO AZEREDO e SIBÁ MACHADO**. Fazem uso da palavra os Senadores **FRANCESCO MARTONE, EDUARDO AZEREDO e VICENZO PETRONE**. As exposições foram traduzidas pelos Senhores Leonardo Guerrieri e Filippo La Rosa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e três minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Declaro aberta a 4º reunião extraordinária da 2ª Sessão Legislativa ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Receberemos a delegação de Senadores italianos para discutir assuntos relevantes para a Alca, a integração do Mercosul, OMC, G-20, os novos rumos da política externa do Brasil e todos os passos que visam a uma maior aproximação e amizade entre o Brasil e a Itália.

Queremos dar as boas-vindas à delegação, que está sendo acompanhada pelo embaixador na Itália no Brasil, Vincenzo Petroni. Boa-tarde, **bien venuti**.

A delegação é composta da seguinte forma: Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Fiorello Provera, da Lega Nord, partido regional; Senador Francesco Martone, do Partido Verdi Ulivo, da coalização de centro-esquerda; Senador Calogero Sodano, da UDC – União Democrática Cristã; Senador Stefano Morselli, da Aliança Nacional e estudioso do processo de integração, particularmente da Alca; Senador Roberto Manzione, da Margherita – Partido Democrático Cristão da coalização centro–esquerda; Senador Enrico Pianetta, do Partido Força Itália, da coalização centro-direito, que é Presidente da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos, e Conselheiro Daniele Piccione, consultor parlamentar.

Há alguém que não citei? Os senhores, quem são?

O SR. PIPO LA ROSA – Pipo La Rosa, da Embaixada da Itália.

O SR. (Não Identificado) – Sou assessor na Embaixada da Itália.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – São todos muito bem-vindos.

Prezado Senador Fiorello Provera, conforme V. Exª pôde notar, tivemos um dia de muito trabalho.

A Comissão que começou às 10h da manhã terminou só às 16h40min. Ouvimos o Ministro da Fazenda Antonio Palocci. A sessão do Senado ainda está em andamento, para debates, e deverá terminar daqui a alguns instantes. É possível que alguns Senadores também estejam presentes nesta reunião.

Gostaria de colocar-me à inteira disposição para responder a quaisquer perguntas em que tenha interesse os Senadores da Itália a respeito do Brasil.

Ao vivo, está sendo transmitida a sessão plenária. Logo que terminar a sessão plenária, nossa reunião será transmitida integralmente pela TV Senado. Daremos oportunidade de os telespectadores da TV Senado conhecerem um pouco do diálogo entre os Senadores italianos e brasileiros no Senado Federal.

Passo a palavra, então, ao Senador Fiorello Provera, Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. FIORELLO PROVERA – *(Pronunciamento em italiano)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Deveria saber falar muito bem. Infelizmente, não falo. Precisaria estar vivendo na Itália durante um período para aprender a falar bem, mas compreendo.

O SR. FIORELLO PROVERA – *(Pronunciamento em italiano)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Dividindo-se a Itália em províncias ou estados? Como seria?

O SR. FIORELLO PROVERA – *(Pronunciamento em italiano)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – No Brasil, somos 27 unidades da Federação: 26 Estados e o Distrito Federal. E cada unidade da Federação elege três Senadores. Como seria na Itália?

O SR. FIORELLO PROVERA – *(Pronunciamento em italiano)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Anuncio a presença dos Senadores Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais, e do Senador Sibá Machado, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Acre.

Aqui está a cópia da exposição do Ministro Palocci, de hoje de manhã, com os dados atuais da economia brasileira.

Senadores Eduardo Azeredo e Sibá Machado, se V. Exªs compreendem o italiano, precisamos apenas que o tradutor traduza as nossas palavras para o italiano e assim não precisamos pedir a tradução do italiano.

Está bem assim?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu compreendo bem, mas não me faço entender.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se houver alguma dúvida, perguntaremos ao tradutor. Assim, poderemos prosseguir com maior proveito. Além disso, grande parte dos brasileiros que estão assistindo à TV Senado também compreendem italiano.

O SR. FIORELLO PROVERA – *(Pronunciamento em italiano)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero dizer uma palavra ao Embaixador, mas ao final.

Vou responder algumas perguntas e, depois, os Senadores brasileiros terão toda a liberdade de complementá-las. Vamos fazer um diálogo o mais aberto possível.

Senador João Alberto, do PMDB, do Estado do Maranhão, seja bem– vindo. Estamos recebendo Senadores da Delegação Italiana.

Com respeito ao terrorismo, o Brasil tem uma postura de condenação aos atos terroristas. Somos muito favoráveis a que haja o maior empenho possível para que se encontrem soluções por meios democráticos e pacíficos. Essa é uma questão suprapartidária.

Quando aconteceu o trágico episódio de 11 de março último, em Madri, em que houve a explosão de bombas no metrô da cidade, matando cerca de duzentas pessoas e ferindo tantas outras, imediatamente, aqui no Senado Federal, houve manifestação de solidariedade ao povo espanhol e às vítimas. O mesmo ocorreu no episódio da destruição das torres do *World Trade Center*, em Nova York, e do Pentágono, com quase três mil mortos; imediatamente o Senado Federal se manifestou em solidariedade ao povo norte-americano e às vítimas daquele ato de terror, que envolveu pessoas das mais diversas nacionalidades.

Quando ocorreram atos de terror – por exemplo na Colômbia, no Peru ou em outros lugares –, manifestamos nossa solidariedade. Quando estava para acontecer a guerra no Iraque, o apelo de todos os Senadores foi no sentido de que se realizassem todos os esforços para que não se usasse a guerra como instrumento para derrubar o governo ditatorial de Saddam Husseim.

No Brasil, tivemos um regime militar, uma ditadura militar, e conseguimos transformar a sociedade brasileira por meios democráticos, ou conseguimos, mediante manifestações nas ruas, de milhões de pessoas, de grandes movimentos sociais, fazer com que houvesse a transformação de um regime ditatorial para um regime democrático – essa parte é a que ficou mais correta –, e acreditávamos que, com o apoio extraordinário que havia para a transformação pacífica dentro do Iraque, muito provavelmente ali pudesse haver a transformação que não precisasse da utilização da violência. E pudemos acompanhar as extraordinárias manifestações que ocorreram em praticamente todos os países da Europa, inclusive na Itália.

Portanto, somos contrários aos atos de terrorismo e ao uso da violência também para acabar com os atos de terrorismo, porque preferimos as lições de Mahatma Gandhi, de Leon Tolstoi, de Martin Luther King Jr., que dizia sempre que é muito importante evitarmos tomar o chá do gradualismo daqueles que dizem que com o tempo as coisas vão se modificar, mas é importante também tentar sempre evitarmos tomar do cálice do veneno do ódio, da violência, da guerra. Devemos sempre confrontar a força física com a força da alma.

Então, aqui não aplaudimos a iniciativa de guerra, ainda que tivéssemos, em nossa Comissão, ouvido a Embaixadora dos Estados Unidos, assim como o do Reino Unido, e também o Embaixador do Iraque para explicar, antes da guerra, as suas razões. Mas a posição do Governo brasileiro foi sempre a de estar preocupado em que houvesse soluções que levassem em consideração as resoluções das Nações Unidas. Portanto, avaliamos que teria sido melhor que os Governos dos Estados Unidos e do Reino Unido tivessem também atendido às resoluções da ONU, mas se precipitaram.

Permita só concluir, para dizer que há poucos dias assisti a um filme, um documentário sobre a vida de Robert MacNamara. Ali, há uma lição muito importante. Ele mesmo, recordando as lições da Guerra do Vietnã, diz a certa altura que o governo dos Estados Unidos nunca mais deveria intervir unilateralmente em outro país de forma isolada. Depois de ter assistido ao filme, telefonei para o Sr. Robert MacNamara – seu número estava na lista telefônica de Washington –, disse-lhe que havia assistido ao filme e que o considerava um verdadeiro libelo a favor da paz. Ele falou: "Que bom, porque essa era exatamente a minha intenção". Eu lhe disse também que as lições contidas no filme, que ganhou o Oscar de melhor documentário, são muito positivas para todos nós.

Assim também tem sido a posição do Governo brasileiro com respeito a conflitos perto do Brasil, como na Colômbia. O Presidente Lula disse ao Presidente Alvaro Oribe que poderia haver em território brasileiro negociações, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU, Koffi Anann, entre as FARC e o Governo Alvaro Oribe.

No que diz respeito ao Oriente Médio, o conflito entre judeus e palestinos, o Presidente Lula tem externado tanto ao Presidente Sharon quanto a Yasser Arafat que aqui no Brasil descendentes de árabes, palestinos e de judeus colaboram, cooperam e se dão bem. O que seria um exemplo de como podem ambos os povos conviver em paz. E nos preocupa muito a forma de se chegar a um entendimento que não seja pela guerra entre palestinos e judeus.

No que diz respeito à integração da Europa, olhamos para a União Européia como um exemplo muito

importante de integração, que percebemos que ocorreu por passos, e a Itália sempre foi tão importante nisso, no início da comunidade do carvão e do aço, nos anos 50, depois da Segunda Guerra Mundial; depois o Mercado Comum Europeu, e os diversos passos para reunir os demais países europeus, como os países escandinavos, o Reino Unido; depois houve a formação do Parlamento Europeu, o banco central, a instituição mais recente do Euro. Na União Européia, consideramos importante que a integração se faça não apenas do ponto de vista da mobilidade de bens e serviços e do capital, mas também da mobilidade dos seres humanos, o fato de portugueses, espanhóis, gregos e italianos poderem escolher se vão estudar, trabalhar, viver na França ou na Bélgica, ou na Itália. O interessante que observamos é que, por exemplo, houve uma preocupação quando se fez a integração desses países para que houvesse recursos alocados aos países relativamente mais atrasados e com menor renda **per capita** na época, como Portugal, Grécia e Espanha. Mas há 40 anos, mais portugueses, gregos e espanhóis saíam de seus países para trabalhar na Itália, nos países escandinavos e na Alemanha do que hoje. Hoje, graças ao desenvolvimento mais homogêneo desses países, ainda que haja liberdade de locomoção, já não migram tanto para aqueles países, muito mais ricos antes e que agora já chegaram a um equilíbrio maior.

Nós, brasileiros, temos tido a preocupação de primeiro nos integramos mais fortemente com os países do Mercosul, como Argentina, Uruguai, Paraguai, e mais com os países andinos, como Chile, Peru, Bolívia, Equador e Venezuela. Estamos fazendo acordos que envolvem a mobilidade dos seres humanos. Entre nós, são acordos recentes para facilitar a mobilidade.

Estamos discutindo o acordo com a Área de Livre Comércio das Américas, percebendo, entretanto, que o governo dos Estados Unidos gostaria de acelerar essa integração, mas nem sempre leva em consideração que para nós seria importante primeiro a integração das economias mais homogêneas. Por outro lado, o governo dos Estados Unidos tem interesse em que suas empresas vendam bens e serviços para todas as Américas e na mobilidade livre de seus capitais, sem, entretanto, permitir a mobilidade dos seres humanos.

Como último ponto, quero dizer que constitui uma certa contradição que os Estados Unidos tenham saudado, como todos, a queda do muro de Berlim, e, no ano passado, tenham dito ao governo de Israel para não construir o muro da Cisjordânia, e, desde a queda do muro de Berlim, tenham construído o muro que separa os Estados Unidos do México e do restante da América Latina, ao sul dos Estados Unidos. Tem havido recentemente dificuldades, no controle de brasileiros e latino-americanos que chegam aos Estados Unidos, muito maiores do que há algum tempo, também por causa do terrorismo. Para nós, isso soou estranho, porque italianos podem entrar nos Estados Unidos com facilidade enquanto nós, brasileiros, somos suspeitos de terrorismo e por isso temos de tirar fotos, impressões digitais e assim por diante. Isso nos preocupa também.

Portanto, temos muito a aprender com a integração da União Européia e dos diversos passos que levaram a um exemplo positivo de integração. Também é importante para nós expandirmos as relações entre o Brasil, o Mercosul e a União Européia. Temos grande interesse nisso e nos preocupa também certo protecionismo para com alguns tipos de produtos nos quais o Brasil tem grande competitividade. Essa é uma discussão importante com a União Européia. Sobre esse assunto, creio que o Senador Eduardo Azeredo vai querer complementar.

Primeiro, passo a palavra ao tradutor e, em seguida, para V.Exª complementar à vontade; depois, para o Senador Sibá Machado, se S. Exª o desejar também.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srªs e Srs. Senadores, o Senado Federal tem uma Comissão, juntamente com a Câmara dos Deputados, responsável pelo Mercosul. Todos os entendimentos referentes a tratados com a União Européia estão sendo feitos via Mercosul, unindo, portanto, o Brasil com os outros países irmãos. É desejo que esse fortalecimento se faça, e temos uma data do dia 15 de abril, quando teremos uma nova reunião do comitê de negociações, que está estudando a questão da União Européia e do Mercosul.

Os pontos mais polêmicos são, evidentemente, as questões ligadas aos produtos agrícolas. Os produtos brasileiros têm restrições de quotas para entrarem no mercado europeu.

De resto, essa também é a nossa pendência principal em relação à participação do Brasil na Alca, que deve estar implementada até o ano de 2005. Também na Alca o problema é o mesmo, refere-se a alguns produtos agrícolas.

Em relação à Alca, com uma comissão recente de Senadores, presidida pelo Senador Suplicy, estivemos no México, e foram muito interessantes a abordagem e os resultados que o México conseguiu com o tratado do Nafta. São resultados que falam por si. O México beneficiou-se inegavelmente do mercado comum com os Estados Unidos e Canadá.

Se esse benefício pode ser estendido aos países da América Latina num mercado comum das Américas, como a Alca, trata-se de uma questão ainda em aberto.

Mas o que se pode, numa primeira avaliação, é concluir que, assim como foi bom para o México participar do Nafta, deverá ser bom para o Brasil, para a Argentina e para a Venezuela participarem da Alca.

O último ponto diz respeito a que, no Mercosul, temos também um projeto de criação de um Parlamento do Mercosul, a exemplo do Parlamento Europeu. Como uma primeira idéia, no primeiro momento, é bem aceita pela Argentina, entretanto, o Uruguai e Paraguai, países menores, têm uma resistência inicial.

No meu ponto de vista, essa criação seria muito boa, seguiríamos o exemplo da União Européia e, quem sabe, chegaríamos, no futuro, até mesmo a uma moeda comum. Estive recentemente na Itália e tomei conhecimento de que o Primeiro-Ministro que a entrada do euro, uma moeda comum, não foi boa para a Itália. Não sei bem, mas, evidentemente, esse ponto deve ser polêmico entre os senadores, que são de partidos diferentes. Mas a moeda comum, inicialmente, também poderia chegar ao Mercosul.

Essa questão, que vi pela televisão e nos jornais italianos, diz respeito a uma declaração do Primeiro-Ministro de que o euro não teria sido benéfico para a Itália, principalmente quanto aos preços, pois a inflação estaria voltando em função da moeda comum.

Finalmente, quero dizer da sensação importante que temos da relação do Brasil com a Itália. É uma relação antiga. Milhares de italianos estão no Brasil. Há não só laços culturais, mas também econômicos muito fortes. E a Itália tem investimentos crescentes no Brasil. Basta dizer que a Fiat, instalada em Minas Gerais, tem em nosso País um dos seus braços mais importantes. Também a TIM mostra um investimento importante das telecomunicações italianas aqui no Brasil.

Saúdo a delegação italiana presente aqui no Senado. Sejam bem-vindos, seja pelos aspectos culturais, seja pelos aspectos econômicos e políticos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, Srªs e Srs. Senadores e Sr. Embaixador da Itália, primeiramente, quero dizer da nossa satisfação por esta visita. É com muita alegria que os recebemos em nossa Casa.

Recentemente, estive na Itália, que considero um dos países mais bonitos da Europa. Desejo parabenizá-los também pelo êxito da manutenção de todo acervo histórico de que o mundo se orgulha. Acompanhei a comitiva do Senado Federal, que se destinava a ver de perto a experiência italiana da "Operação Mãos Limpas", uma vez que se debatia nesta Casa o combate ao narcotráfico, um assunto em evidência na imprensa brasileira.

Fiquei impressionado, apesar de conhecer pouco sobre o assunto, com os resultados conquistados pelos italianos naquela experiência. Creio que o Brasil peca em não copiar os resultados alcançados naquele País com essa operação. São etapas a serem vencidas, mas creio que chegaremos lá.

Sobre o assunto referente ao último ponto, o qual acompanhei mais de perto, além do que o Senador Eduardo Azeredo acrescenta, quero também lembrar mais alguns fatos. Penso que para trabalhar a economia, configurada em blocos econômicos, deve em conta dois aspectos, apresentados pelo Governo brasileiro o ano passado. É difícil analisar a economia mundial sem deixar de considerar dificuldades como explosão demográfica, diferenças exorbitantes entre ricos e pobres, entre tecnologias e, principalmente, riscos futuros do planeta. Com tristeza, vemos que alguns países ainda resistem em assinar protocolos como o de Kioto. Não é o caso da Europa. No entanto, há países importantes que deveriam tê-lo assinado. Isso nos levaria a materializar os mínimos aspectos que interessam a todos.

Outra coisa foi sobre o combate à fome no mundo: se nos tratados econômicos levarmos em consideração que – se os cálculos estão corretos – cerca de 50% da humanidade está abaixo da linha de pobreza, tratar da macroeconomia sem considerar isso é muito difícil.

Outra coisa que acho importante lembrarmos aqui é que os países, à mesa de negociações, devem levar em conta que a dívida hoje estabelecida, principalmente com os países do Terceiro Mundo, é praticamente impagável e que é preciso encontrar novos mecanismos nessas negociações. E foi a partir disso que pensei nessas considerações. Imagine-se uma Argentina chegar aonde chegou; era um país considerado um pedaço da Europa àqui na América do Sul e chegou a uma situação como aquela. Foi deprimente ver famílias até de classe média sobrevivendo do lixo, catando lixo.

O que queríamos levantar aqui era um pouco dessas preocupações e dizer que a constituição do G-20 ou de qualquer outro bloco para tentar negociações é apenas poder oferecer um produto em condições diferenciadas.

São inegáveis, e já levantado aqui pelo Senador Eduardo Azeredo, as benesses que o México obteve na participação do Nafta. A dúvida gerada aqui na constituição da Alca é quanto à forma dos contratos. Houve uma dura crítica dos contratos também com o Chile. E, a propósito, o foro para dirimir quaisquer conflitos se daria no âmbito dos Estados Unidos e

não do Chile. Então qualquer conflito entre as vendas a mercado e serviços públicos com a participação de empresas americanas no Chile seria dirimido nos Estados Unidos.

As dificuldades das negociações aqui não são tantas; são possíveis de serem resolvidas. Um deles, só para reprisar: se os países do G-20 são fortes em agricultura, esse é um aspecto da negociação. É o que se tem para oferecer. Segundo, contratação de serviços. Como as empresas de países pequenos poderão também participar e contratar serviços em países mais potentes. E terceiro e quarto pontos: considerar nas novas negociações com o FMI, de uma negociação dos tratados e acordos que considerem o meio ambiente e o novo tratado em relação a ricos e pobres no Planeta.

Era mais ou menos isso que eu tinha para acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Francesco Martone.

O SR. FRANCESCO MARTONE – *(Pronunciamento em italiano)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para responder as questões feitas pelo Senador Francesco Martone.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, se entendi bem, a questão é relativa...

O SR. (Não Identificado) – Sr. Presidente, vamos traduzir.

No encontro que teremos no jantar, enfrentarei alguns temas, em particular, aqueles que dizem respeito ao Fundo Monetário Internacional.

Penso que também podemos discutir o pós-Cancún. Saudei os êxitos da Conferência de Cancun – estava lá – como uma vitória de uma nova democracia, de um novo mundo com uma democracia muito popular. Ficamos todos muito felizes ao ver que o Brasil poderia ter liderado esse terceiro pulo que ia se criando no mundo. Seria muito interessante ver e escutar os Senadores dizerem o que pensam a respeito dessa multipolaridade, da tarefa que o Brasil poderia ter nesse novo grupo.

Outro tema que consideramos interessante é a subalternidade, que existe atualmente, das políticas sociais contra as políticas econômicas; o predomínio que se dá atualmente, no mundo, às políticas econômicas contra as sociais.

Seria do nosso interesse ouvir a opinião de V.Exªs também a respeito da posição do Brasil no âmbito das Nações Unidas. Será que as Nações Unidas e alguns de seus órgãos, de seus organismos, como, por exemplo, o Unctad, são os lugares adequados para essa discussão? Seria interessante conhecer tanto a posição brasileira quanto da América Latina com relação a esse debate que está ocorrendo no mundo a respeito da nova liderança do Fundo Monetário Internacional.

São esses os temas que gostaríamos de discutir mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, são vários os temas.

Com relação a Cancún, realmente o Brasil ocupou, com altivez, sua posição na linha de liderança, mas contou com a solidariedade de outros países – países emergentes e países em desenvolvimento. No primeiro momento, uma ação dos Estados Unidos fez com que quatro ou cinco países da América Central saíssem do grupo do G-20, mas estacionou nisso e o G-20 continua.

Houve uma reunião ministerial recentemente, aqui em Brasília, que contou com a presença da Solamida, da Comunidade Européia, onde ficou demonstrado que a Liderança do Brasil nesse processo é inegável e positiva. Entretanto, não nos parece que possamos – falo como um membro da Oposição, o PSDB, Partido Social da Democracia Brasileira hoje é Oposição – levar essa posição de terceiro mundo a um ponto que possa significar uma ruptura com parceiros econômicos tradicionais como os Estados Unidos e os países da União Européia. É importante agirmos em bloco com os países do G-20, buscando vantagens, mas, evidentemente, sem chegar a um ponto de ruptura com uma oposição que poderia ser uma oposição mais sonhadora, um pouco utópica.

Na verdade, temos que estar de acordo com o que acontece de fato. Seria ideal que tivéssemos no mundo um terceiro espaço, entretanto não é bem isso que vemos.

Com relação às políticas sociais e econômicas, estamos vivendo aqui, no Brasil, este dilema. O Presidente Lula foi eleito com uma base social forte. Entretanto, já no Governo, está tendo muita dificuldade, porque está vendo que é diferente fazer uma proposta de Oposição e a realidade econômica que se sobrepõe e dificulta muitas ações sociais.

Não há como tomar medidas sociais, por exemplo, de acabar com a fome se não há recurso para isso. O importante é que as questões sociais tenham uma presença permanente, tenham primazia nas discussões, mas também é utópico achar que podemos

resolver os problemas sociais sem resolver os problemas econômicos.

Com relação ao papel na ONU, o Brasil é um País que sempre apoiou todos os organismos da ONU, todos os seus órgãos, como a Onctad, e recentemente ainda aprovamos nesta Comissão um novo Embaixador do Brasil em Viena, que também responde pela Onctad, com essa visão de que devemos discutir todas essas questões sociais dentro dos órgãos da ONU.

A nova liderança do Brasil, evidentemente, que todos queremos, seja Governo, seja Oposição. Volto a dizer apenas que não pode ser uma busca de nova liderança ao estilo Cuba. Tem que ser uma busca de uma nova liderança de um país moderno que o Brasil é, que tem um potencial muito grande de crescimento econômico, um grande mercado, 180 milhões de habitantes. Então nossa liderança tem que ser dentro da nossa esfera, que é a esfera dos países que estão no Primeiro Mundo, países como os Estados Unidos e os países europeus.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Embaixador Vicenzo Petrone, sua palavra antes de encerrarmos.

O SR. VICENZO PETRONE – Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiro quero agradecer muito os Senadores presentes nesta reunião e dizer que fico sempre muito impressionado quando estou aqui, no Congresso brasileiro, porque é uma das democracias mais transparentes que hoje existem no mundo. A facilidade com a qual o povo brasileiro entra e sai do Congresso creio que é única neste momento.

Muito obrigado por receber os Srs. Senadores italianos, eu mesmo e meus colaboradores. Sr. Presidente, vamos continuar essa discussão durante o jantar. Posso lhe assegurar que, conhecendo os amigos Srs. Senadores italianos, será uma discussão muito, muito vivaz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado a todos. Nós nos veremos em breve na Embaixada da Itália.

Quero informar que, além da exposição do Ministro, também dei a todos um exemplar da Renda de Cidadania e também uma palestra que fiz em Washington em fevereiro passado, a respeito da aprovação da lei sobre **La Renta Ciudadana.**

Tem a palavra, então, o Senador Fiorello.

O SR . FIORELLO PROVERA – Quero apenas agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h03min)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL".

Ata da 4ª Reunião Realizada em 3-7-2003

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e três, às dez horas e cinquenta minutos, na sala 03 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Fátima Cleide, Senadora Íris de Araújo, Senador Juvêncio da Fonseca, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputada Suely Campos, Deputada Janete Capiberibe, Deputado João Magno e Deputado Luiz Couto, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **2/2003-CN** ***"com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".*** Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião administrativa em caráter reservada destina-se a leitura, discussão e votação de Requerimentos e assuntos diversos. A Senhora Presidente determina a Secretaria que tome as providências necessárias para a desocupação do Plenário, para transformar a Reunião em caráter reservada. Após, a Senhora Presidente concede a palavra a Senhora Relatora para a leitura dos Requerimentos a seguir relacionados: **1)** Requerimento nº **1/**2003, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que requer seja inserido o Estado do Rio Grande do Norte na agenda das Audiências Públicas a serem realizadas por esta Comissão; **2)** Requerimento nº **2/**2003, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que requer a efetivação de convite a uma expositora e ao mesmo tempo requer que a sua exposição e o seu nome seja mantido em sigilo; **3)** Requerimento nº **3/**2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer a realização de Audiência Pública em Fortaleza/CE, para ouvir diversos depoimentos capazes de esclarecer a situação das redes de exploração sexual que atuam no Estado; **4)** Requerimento nº **4/**2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer seja solicitado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de

Janeiro, Antônio Vicente da Costa, cópia do Relatório produzido pelo Ministério Público Estadual sobre as redes de prostituição infantil (exploração sexual); **5)** Requerimento nº **5/2003**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que requer seja convidado o Dr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal, para prestar esclarecimentos a esta CPMI, em data a ser agendada posteriormente, à respeito da atuação da Polícia Federal quanto a repressão no território nacional e no combate ao tráfico de crianças e adolescentes, inclusive nas ações conjuntas com órgãos internacionais; **6)** Requerimento nº **6/2003**, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que requer seja convidado o Sr. Márcio de Jesus Costa Negão, Coordenador de Comunicação do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares para comparecer ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a atuação dos Conselhos Tutelares quando constatados casos de exploração sexual de crianças e adolescentes; **7)** Requerimento nº **7/2003**, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer seja oficiado ao Dr. Raimundo Nonato de Carvalho, Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão, solicitando levantamento de informações junto aos Promotores de Justiça das Comarcas do interior e da Capital do Estado do Maranhão, sobre locais e casos de exploração sexual infanto-juvenil, a fim de instruir os trabalhos a serem realizados por esta Comissão naquele Estado; **8)** Requerimento nº **8/2003**, de autoria da Deputada Ann Pontes, que requer seja convidado o Sr. Marcel Theodoor Hazeu, Coordenador Regional de Estudos do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da República de Emaús – CEDECA, do Estado do Pará, a fim de expor sobre a Pesquisa sobre "Tráfico de crianças e mulheres para fins de exploração sexual na Amazônia", que foi lançada no dia 12, próximo passado; **9)** Requerimento nº **9/2003**, de autoria da Senadora Íris de Araújo, que requer seja convidado os Diretores de Programação das redes de Televisão de canal aberto no Brasil (Rede Bandeirantes, Rede Globo, Rede Record, SBT e Rede TV), para prestar esclarecimentos junto a esta CPMI sobre o conteúdo da programação das televisões; **10)** Requerimento nº **10/2003**, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja encaminhado a esta CPMI, cópias dos Inquéritos Policiais nº (s) 3931/03/100304, 5909/03/100808, 2574/03/100805, 1036/03, 166/03/A, 0221/03, 0254/03/A e 263/03/A, que se encontram sob investigação em delegacias subordinadas a Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul; **11)** Requerimento nº **11/2003**, de autoria do Deputado João Magno de Moura, que requer seja realizada Audiência Pública no Município de Itaobim, no Vale do Mucuri/Jequitinhonha de Minas Gerais, para debater e conhecer "in loco" a realidade das condições que levam esta região ser apontada entre aquelas que mais registram casos graves de exploração e abuso sexual praticados contra crianças e adolescentes de ambos os sexos; **12)** Requerimento nº **12/2003**, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer seja realizada Audiência Pública na cidade de São Luiz/MA, com a finalidade de investigar os casos de situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Maranhão, **13)** Requerimento nº **13/2003**, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer seja convidada a Dra. Lítia Cavalcanti, do Ministério Público do Estado do Maranhão, para prestar depoimento sobre os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes naquele Estado, e **14)** Requerimento nº **14/2003**, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer a realização de Audiência Pública no Estado do Rio de Janeiro, destinada a ouvir os Senhores Dr. Márcio Almeida – Promotor de Justiça, Dra. Fávia Feher – Coordenadora das Promotorias Criminais do Rio de Janeiro e o Dr. Carlos Basília – Coordenador do Fórum de Enfrentamento a Violência Sexual do Rio de Janeiro, em data a ser agendada posteriormente. A seguir, a Presidência coloca em discussão e posteriormente em votação os Requerimentos, sendo todos aprovados por unanimidade dos membros. A Senhora Presidente consulta ao Plenário quanto a um pré agendamento e quanto a forma de realização de Audiências Públicas nos Estados ao mesmo tempo em que concede a palavra para aos Parlamentares para procederem as suas propostas. Fizeram uso da palavra a Deputada Terezinha Fernandes, Deputado Luiz Couto, Senadora Fátima Cleide, Deputada Sandra Rosado, Senadora Íris de Araújo, Deputada Maria do Rosário, Senadora Serys Slhessarenko, Deputado João Magno, Senador Juvêncio da Fonseca e a Deputada Ann Pontes. A Presidente convoca reunião da Comissão a realizar-se no próximo dia nove de julho às dez horas para ouvir os Coordenadores da PESTRAF, assim como, comunica a realização de Audiência Pública na cidade do Rio de Janeiro no próximo dia dez do corrente mês. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calhão*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL".

Ata da 5ª Reunião Realizada em 9-7-2003

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e três, às onze horas e dez minutos, na sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senador Marco Maciel, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Fátima Cleide, Senadora Íris de Araújo, Senador Reginaldo Duarte, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Celcita Pinheiro, Deputada Laura Carneiro, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Suely Campos, Deputada Janete Capiberibe, Deputado João Magno, Deputado Luiz Couto, Deputada Thelma de Oliveira, Deputado Reginaldo Lopes, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **2/2003-CN** ***"com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".*** Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições das Senhoras Dra. Janete Cruz – Coordenadora da PESTRAF da Região Sul e da Dra. Lítia Cavalcanti – Promotora do Ministério Público do Estado do Maranhão. A Senhora Presidente passa a leitura de expedientes remetidos à Comissão e, após, informa que há diversos Requerimentos sob a Mesa dos Trabalhos, passando-os à Senhora Relatora para proceder a leitura dos mesmos a seguir relacionados: **1)** Requerimento nº **15/**2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer Audiência Pública em data a ser agendada, com a participação do Sr. Paulo César Caldas Jardim, Delegado e Coordenador do SECOPI (Serviço de Combate à Prostituição Infanto-Juvenil), vinculado à Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Deputado Fabiano Pereira, Presidente da Subcomissão dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Movimento pelo Fim da Exploração Sexual no Rio Grande do Sul, Ministério Público Estadual, Coordenação dos Conselhos Titulares Estaduais e Varas do Juizado da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; **2)** Requerimento nº **16/**2003, de autoria do Deputado Severiano Alves, que requer seja convidado para participação em Audiência Pública, a Dra. Hélia Maria Amorim Santos Barbosa, Coordenadora Executiva do CEDECA-BA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, no Estado da Bahia; **3)** Requerimento nº **17/**2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer autorização para organização e realização, juntamente com outros Parlamentares desta Comissão, de diligência na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em 10 de julho do corrente ano, para ouvir o Procurador-Geral de Justiça do Estado, Dr. Antônio Vicente da Costa Júnior, a Coordenadora das Promotorias Criminais, Dra. Flávia Ferrer, a Promotora Coordenadora da Primeira Central de Inquérito, Dra. Mônica Costa Depiero e os Senhores Promotores de Justiça Hedel Nara Ramos Júnior, Márcio Almeida, Valéria Videira e Jorge Magno Reis Vidal e outros; **4)** Requerimento nº **18/**2003, de autoria da Deputada Ann Pontes, que requer seja enviada uma Comissão de Parlamentares a cidade de Belém, no dia 27 de agosto do corrente ano, onde serão julgados cinco acusados da morte de menores emasculados na cidade de Altamira, no Estado do Pará; **5)** Requerimento nº **19/**2003, de autoria do Deputado Luiz Couto, que requer seja convidados os Senhores Promotores Marinho Mendes Machado, João Manoel de Carvalho e Herbert Douglas Targino, para prestarem depoimentos sobre a apuração de denúncias e fatos de exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado da Paraíba; **6)** Requerimento nº **20/**2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja realizada Audiência em data a ser agendada, com o intuito de colher os depoimentos da Sra. Isa Ferreira, Diretora do Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na tríplice fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai) e a Sra. Suely Ruiz – Coordenadora deste mesmo programa em Foz do Iguaçu/PR, e demais entidades do movimento social que compõem o Comitê Trinacional de Prevenção da Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil na Tríplice Fronteira e a Ciranda; **7)** Requerimento nº **21/**2003, de autoria da Deputada Ana Júlia, que requer a presença da Sra. Isa Ferreira, Diretora do Programa Binacional de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, da Sra. Suely Ruiz – Coordenadora do Comitê Local de Foz do Iguaçu/PR, a fim de prestar informações sobre as investigações sobre as investigações da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, no âmbito do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil – IPEC, e o **8)** Requerimento nº **22/**2003, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, que requer a inclusão do Estado de Minas Gerais no escopo da

atuação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – "Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes". A seguir, a Presidência coloca em discussão e votação os Requerimentos, sendo que os Requerimentos de números **015/2003; 016/2003; 017/2003; 018/2003 e 019/2003;** foram aprovados, os de números **020/2003** e **021/2003**, aprovados em bloco e o de número **022/2003 prejudicado.** A seguir, a Senhora Presidente convida para tomar assento à Mesa dos Trabalhos a Dra. Lítia Cavalcanti, concedendo-lhe a palavra dar inicio a suas considerações, e, logo após, passa a palavra a Senhora Relatora para os seus questionamentos. A Presidência determina a Secretaria que tome as providências necessárias para transformar a Reunião em caráter reservada para dar continuidade ao depoimento da Dra. Lítia Cavalcanti, devido a gravidade dos fatos a serem relatados. Fizeram uso da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Deputada Laura Carneiro, Deputado João Magno, Deputado Luiz Couto, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputada Janete Capiberibe, Senadora Fátima Cleide e Senador Reginaldo Duarte. Reaberto os trabalhos da Reunião em caráter público, a Senhora Presidente convida a Dra. Janete Cruz para tomar assento à Mesa concedendo-lhe a palavra para as suas considerações iniciais. Após, a Presidência concede a palavra a Relatora para os seus questionamentos. Pela ordem de inscrição, fizeram uso da palavra as Senhoras Deputadas Laura Carneiro e Ann Pontes. Ao final, a Presidente convoca os membros para a próxima reunião da Comissão a realizar-se no dia dezesseis de julho, às dez horas para leitura, discussão e votação de Requerimentos e a Exposição dos Coordenadores da PESTRAF das Regiões Nordeste, Sudeste e Norte. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento Taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Bom dia a todos os Parlamentares.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 02, de 2003, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Indago ao Plenário se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Requeiro a V. Exª a dispensa da leitura da Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aprovada.

Esclareço ao Plenário que a presente reunião destina-se à exposição das Srªs Drª Janete Cruz e Drª Lítia Cavalcante.

Há expediente a ser lido:

> Srª Presidente, tendo exercido dois mandatos de Deputado Estadual da Paraíba e sempre trabalhando na defesa dos direitos humanos, realizei, na qualidade de Relator, juntamente com meus colegas, investigações acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes que culminaram neste relatório da CPI, que encaminho em anexo a esta Comissão, para servir de subsídio ao trabalho que irá ser desenvolvido por esta CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito nacional, que também investigará a exploração sexual infanto-juvenil no País.
>
> Na certeza de que este trabalho irá contribuir na apuração dos fatos, em particular no Estado da Paraíba, onde os fatos continuam em evidência, agradeço, renovando minhas considerações.

Atenciosamente, – Deputado Federal **Luiz Couto** (PT – PB).

> Srª Presidente, encaminho em anexo relatório da CPI da Câmara Municipal de João Pessoa, Paraíba, que investigou e apurou a exploração sexual de crianças e adolescentes naquele município. O referido relatório servirá como subsídio a CPI Mista e com certeza irá colaborar de forma positiva para o andamento dos trabalhos.

Reitero minhas considerações, – Deputado Federal **Luiz Couto** (PT – PB)

Segue cópia do Relatório da Comissão Especial da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que investigou os casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado, do Deputado João Magno.

Antes de darmos início à presente reunião, informo que a Secretaria desta Comissão recebeu diversos requerimentos que ora passo às mãos dA SRA. Relatora, Deputada Maria do Rosário, para proceder à leitura dos mesmos.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – São estes os requerimentos:

Do Deputado Reginaldo Lopes:

Cumprimentando cordialmente, serve-se do presente para solicitar a V. Exª a inclusão do Estado de Minas Gerais, no escopo da atuação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A inclusão se faz necessária dado o forte avanço desse crime em Minas Gerais, em especial nas regiões mais pobres.

Requerimento do Deputado Federal Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem V. Exª a palavra para discutir.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Entendo a preocupação do Deputado Reginaldo Lopes, mas, perdoem-me, acho um absoluto despropósito, porque não se trata só de Minas; todos os Estados estão incluídos na CPI. Esta CPI é nacional. Imaginem se cada Deputado apresentar um requerimento para incluir seu Estado. Obviamente todos os Estados estão incluídos. Não há por que incluir Minas Gerais. Minas Gerais faz parte do Brasil e esta é uma CPI nacional. Portanto, ele está incorporado aos trabalhos da CPMI.

Perdoe-me, Srª Presidente, mas não consigo entender o sentido do requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O Deputado Reginaldo Lopes se encontra no recinto?

Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Penso da mesma forma que a Deputada Laura Carneiro, porque, na verdade, já aprovamos na reunião passada requerimento do Deputado João Magno destinado a apurar circunstâncias bem específicas em Minas Gerais. Então, a proposta do Deputado João Magno, que já foi aprovada, trabalha com locais específicos e com a denúncia de forma mais específica. Então, penso que está prejudicado o requerimento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, V. Exª poderia declarar prejudicado o requerimento, pois, se obviamente há um fato concreto num dos Estados, há que se fazer requerimento não para apurá-lo, mas, sim, para ouvir os depoimentos necessários às investigações da CPI, nunca para pedir a inclusão de uma matéria. Todas as matérias estão automaticamente incluídas. Então, esse requerimento, assim entendemos, simplesmente está prejudicado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esta Presidência entende que, por se tratar de matéria sobre a qual a CPI atuará em todos os Estados, por meio de seus parlamentares, esse requerimento fica prejudicado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – A Deputada Ann Pontes, em seu requerimento, solicita que seja enviada uma comissão de parlamentares à cidade de Belém, no dia 27 de agosto do corrente, onde serão julgados cinco acusados da morte de crianças emasculadas na cidade de Altamira, no Estado do Pará.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – O Deputado Severiano Alves, em seu requerimento, solicita seja convidada a Drª Hélia Maria Amorim Santos Barbosa, Coordenadora Executiva do Cedeca, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, da Bahia, para prestar subsídios a esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os trabalhos por eles desenvolvidos com relação ao combate à exploração e ao tráfico de crianças naquele Estado. Esse requerimento vem acompanhado de um currículo de extenso trabalho desenvolvido pela Drª Hélia Barbosa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celcita Pinheiro.

A SRA. CELCITA PINHEIRO (PFL – MT) – Srª Presidente, a meu ver, isso será muito bom. Na revista **Época** desta semana, há uma matéria sobre tráfico de crianças, e é bom para tomarmos conhecimento do assunto e enriquecermos o nosso relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Requerimento da Deputada Maria do Rosário solicitando autorização para organização e realização, juntamente com outros parlamentares desta Comissão, de diligência na cidade do Rio de Janeiro, em 10 de julho

do corrente ano, para ouvir o Procurador-Geral de Justiça do Estado, Dr. Antônio Vicente Costa Júnior; a Coordenadora das Promotorias Criminais, Drª Flávia Ferrer; a Promotora e Coordenadora da 1ª Central de Inquéritos, Drª Mônica Costa Di Piero; e os Srs. Promotores de Justiça Hedel Nara Ramos Júnior, Márcio Almeida, Valéria Videira e Jorge Magno Reis Vidal, frente às graves denúncias de violação e exploração sexual de crianças e adolescentes naquele Estado já investigadas pelo MP.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, desejo mais fazer uma sugestão do que discutir. A nobre Relatora, Deputada Maria do Rosário, pretende viajar amanhã. Já conversamos, e participarei junto com S. Exª dos trabalhos. Mas, talvez, o ideal fosse não restringir nomes e, sim, aprovar uma diligência precursora, ou seja, de elaboração de uma pauta de trabalho investigativo no Estado do Rio de Janeiro, o que também poderia ser feito em todos os Estados. Mas, em especial, nesse requerimento, não adianta especificar os promotores e, sim, determinar, designar, por meio da Comissão, a Deputada Maria do Rosário e qualquer outro Deputado para representar a Comissão nessa audiência precursora, porque, se eventualmente houver outro promotor, não poderemos ouvi-lo. Então, fica difícil se especificarmos nomes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, a diligência tem uma direção, mas isso não significa que a Relatora ou qualquer outro membro não possa ouvir outras pessoas, e são fundamentais essas audiências, inclusive porque já há dados publicados na imprensa a respeito do mapa da exploração sexual de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro.

Mas não podemos restringir, ou seja, porque, no momento da diligência, poderá surgir um fato novo. Nessa ocasião, a Comissão presente deverá estar sempre atenta, procurar ouvir também outras pessoas. Ao apresentar um nome, não estamos excluindo outros membros, Srª Deputada, mas, sim, indicando aqueles que têm algum esclarecimento que precisa ser conhecido. Contudo, se há outros promotores, outros agentes, creio que a Comissão deve estar aberta para ouvir todos.

Portanto, poderíamos aprovar o requerimento, destacando que, efetivamente, as Comissões estão prontas a ouvir outras pessoas que queiram também falar sobre esse assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, não gostaria de deixar de ouvir esses promotores de forma nenhuma. Desejo apenas ter a possibilidade de ouvir outros. Dentre os relacionados, acrescentaríamos alguns mais. Temos certeza de que são essas pessoas que serão ouvidas, mas, eventualmente...

A Deputada Maria do Rosário já entrou em contato com outras pessoas, eu fiz o mesmo. Amanhã às 10 horas, haverá uma reunião com entidades da sociedade civil e, à tarde, com a promotoria do Estado do Rio de Janeiro. Então, a partir do que ocorrer pela manhã, poderemos ter audiência com outras pessoas à tarde – sempre, claro, de forma reservada.

Aliás, creio que devemos conversar sobre o assunto – não sei se este é o momento. Para que todos possamos participar de alguma maneira, poderíamos realizar essas diligências precursoras nos Estados ou nas regiões, para, primeiro, colher os elementos necessários a uma posterior investigação.

Creio que esse tema será tratado pelA SRA. Presidente e pelA SRA. Relatora, mas, de qualquer maneira, seria importante que essa diligência precursora ocorresse antes da audiência pública. Se formos ao Estado fazer a audiência pública sem antes ter feito audiência pública em Brasília, será absolutamente enlouquecedor.

Nesse ponto, faz sentido o requerimento do Deputado Reginaldo Lopes, pois S. Exª alega que se vamos ao Rio, teremos que ir a Minas. Mas não se trata disso. Sendo a CPI nacional, o trabalho inicial deve ser feito em Brasília, só iremos aos Estado quando o trabalho crescer.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Para discutir, concedo a palavra a Deputada Janete Capiberibe. Mas antes, Deputada, se me permite, na reunião passada, definimos que iríamos...

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Gostaria de exatamente lembrar, Srª Presidente, que definimos, votamos a ida ao Rio de Janeiro na quinta-feira, para audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Janete, gostaria de justificar, explicar o que aconteceu.

Na reunião passada, definimos que faríamos uma audiência pública no Rio de Janeiro, tendo em

vista os últimos acontecimentos, e pela importância mobilizadora desta CPMI.

Logo após a reunião, estivemos, eu e a Deputada Maria do Rosário, acompanhadas de alguns membros da Polícia Federal, que já está à disposição desta CPMI. Aqui conosco, o delegado Glorivan, em conversa informal, nos relatou, pela experiência que tem, a importância da audiência pública para obtermos dados mais concretos. Basicamente – se não me falha a memória – o mesmo que levantou, em questão de ordem, o Deputado Luiz Couto, ou seja, a necessidade de que esta CPMI, durante este mês de julho, levante fatos, acontecimentos, denúncias que estão chegando constantemente a esta Comissão, para que possamos estar mais preparados para essas audiências públicas.

Eu e a Deputada Maria do Rosário consideramos sensata a ponderação do delegado Glorivan. E, pela necessidade da apuração dos fatos do Rio de Janeiro, até para que possa aquele Estado ser o primeiro, deliberamos com a Deputada Maria do Rosário que seria importante sua ida àquele Estado, juntamente com a Deputada Laura Carneiro e o Delegado que está nos acompanhando. Lá, então, conversariam com os Promotores Públicos encarregados dos recentes fatos sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Fiz até um requerimento, em caráter excepcional, sobre essa viagem. Talvez não agora, mas em breve teremos que discutir a forma de atuação da CPI para que não nos percamos no meio do caminho. Existem denúncias de diversos Estados. Há o desejo, natural e compreensivo, de todos os Parlamentares de que esta CPI esteja em cada Estado. Mas, evidentemente, ela não poderá ocorrer, no prazo de 180 dias, estar a todos os lugares ao mesmo tempo.

Na próxima reunião administrativa, colheremos algumas sugestões, que já nos chegaram, sobre a forma de atuarmos efetivamente para que o resultado desta CPI, cujo objetivo é exatamente investigar, desbaratar algumas redes de exploração sexual, a questão denunciada já pela Pestraf (Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes par Fins de Exploração Sexual e Comercial), sejam objetivos e concretos, possibilitando definitivamente apontar políticas públicas de combate à exploração sexual.

Ninguém aqui evidentemente é ingênuo de imaginar que esta CPI irá acabar com a exploração sexual. Esse é um conjunto de fatores, de atitudes, de atividades de mobilização da sociedade que contribuirão para um resultado importante, visando acabar com a exploração sexual em nosso País.

Portanto, essa discussão dar-se-á em outro momento. Pensamos ser oportuno comunicar isso hoje, nesta reunião, antecedendo a quinta-feira, para que todos os membros, todos os Parlamentares tomassem conhecimento e se pronunciassem a respeito dessa idéia. Depois de conversar detalhadamente com a Deputada Maria do Rosário, pois estamos permanentemente discutindo com alguns membros desta CPI, colhendo inclusive a experiência de outros Parlamentares, em outras CPIs, com a Secretaria que está nos auxiliando, nos orientando, deixo a minha sugestão. Penso ser muito importante observamos os fatos para que, depois, as audiências públicas realmente ocorram e obtenhamos resultados importantes, concretos e objetivos para esta CPI.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, concluindo...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Janete Capiberibe, desculpe-me por ter tomado a palavra de V. Exª, mas queria só dar essa explicação.

A SR JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Não tem problema.

É sensata essa decisão tomada pela Presidência, pela Relatora, pelo Sr. Delegado da Polícia Federal, pela Deputada Laura Carneiro, que também tem experiência por haver atuado na CPI do Narcotráfico. Devemos ouvir a Deputada Laura Carneiro, que esteve no meu Estado, ocasião em que acompanhei os trabalhos da CPI de Combate ao Narcotráfico no Brasil. Alegra-me ouvir essa decisão agora, porque, na reunião passada, estávamos no início do nosso trabalho, aprendendo. Várias Deputadas, Deputados e Senadores não estavam presentes naquela reunião.

Srª Presidente, fui ao meu Estado recentemente, visitei a Polícia Federal, o Ministério Público Estadual, a Pastoral do Menor, colhi ali denúncias de fatos concretos. Mas não vou apresentar requerimento, solicitando a ida da CPI agora, neste momento. Vou fazer um trabalho prévio e, após contar com o apoio da CPMI, apresentarei um requerimento solicitando a ida da CPI, a fim de realizar audiência pública no meu Estado, um Estado fronteiriço com casos graves. Mas só da Amazônia há o Amapá, Roraima, Rondônia, Pará, Acre, estados que têm fronteira internacional. O quadro dos dados da geografia da fome no Brasil, que está ligado a esse crime, coloca a Região Norte como aquela em que há maior incidência do crime, mas não é por esse motivo que eu vou apressar-me e querer que seja o Amapá o Estado aonde a CPMI vá em primeiro, segundo ou terceiro lugar. Nós temos até dezembro para concluir o nosso trabalho. Temos, então, muita tranqüilidade para avançar com muita segurança, dando uma grande contribuição à sociedade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço as sugestões e as ponderações da nobre

Deputada Janete Capiberibe. S. Exª tem nos auxiliado e nos ajudado muito nesta Comissão. Na próxima reunião, nós iremos discutir exatamente esse assunto. Antecipo a V. Exª. Deputada Janete, que essa idéia trará a participação efetiva de todos os Parlamentares, que é essencial, em seus Estados e regiões. Portanto, o exemplo da nobre Deputada Janete Capiberibe – tomando essas providências – só irá contribuir para o bom andamento desta CPMI.

Em votação o requerimento da nobre Deputada Maria do Rosário.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Srª Presidente, matéria votada, permita-me uma consideração.

De fato, Deputada Laura Carneiro, considero que nós ouviremos o Ministério Público e também outras pessoas que estiverem lá, porque a reunião, já agendada com o Procurador-Geral do Estado, será com essas pessoas já citadas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra V. Exª, pela ordem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu só queria saber se foi votado o requerimento, porque V. Exª não colocou em votação o adendo da expressão "dentre outras".

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, eu coloquei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eventualmente, já foi inscrito?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Obrigada a V. Exª.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Requerimento do Deputado Luiz Couto:

Requeiro que esta Comissão solicite à Procuradoria Geral da Justiça a Paraíba informações acerca das providências tomadas em relação ao Relatório da CPI da Prostituição Infanto-Juvenil da Assembléia Legislativa da Paraíba.

Portanto, esse é o teor do requerimento do Deputado Luiz Couto.

Antes de colocar o requerimento do Deputado Luiz Couto em votação, quero informar V. Exªs a respeito das providências que a Secretaria desta CPI já tomou. Estamos encaminhando ofício a todos os Ministérios Públicos Estaduais do País a fim de que nos remetam todo o material relativo a qualquer tipo de investigação ou apuração feita sobre o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes. Da mesma forma, também estamos encaminhando a todas as Superintendências da Polícia Federal dos Estados. Isso facilitará o nosso trabalho. Portanto, não sei se o Deputado Luiz Couto gostaria de discutir ou se já se considera atendido.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, como Relator e como Parlamentar, encaminhei, diversas vezes, expediente à Procuradoria, inclusive um relatório sobre o qual o Ministério deveria tomar providência e sequer recebi resposta. Eu quero que, agora pelo menos, eles informem à CPI Mista sobre as providências tomadas. A cada relatório, é designada uma comissão para se ver o que será feito. Depois haverá o encaminhamento ao Ministério Público. Somos acusados pelo fato de a CPI terminar em pizza, mas nós fazemos o trabalho e, muitas vezes, ao chegar ao Ministério Público – não estou dizendo que isso sempre acontece –, as providências não são encaminhadas.

Portanto, é neste sentido que estou pedindo providências. Aí, faço um adendo a fim de que V. Exª também encaminhe esse ofício ao Ministério Público Federal, porque há casos de estrangeiro cometendo crime de exploração de menores, crime da jurisdição da Justiça Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Isso também já foi providenciado,Deputado. Desculpe-me por não ter comunicado, mas essa providência já foi tomada; tanto a Superintendência quanto o Ministério Público Federal já foram comunicados.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem V. Exª a palavra, para discutir a matéria.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na verdade, eu quero fazer uma sugestão ao nobre Deputado Luiz Couto, autor do requerimento. Talvez isso significasse o início de um trabalho efetivo na Paraíba. V. Exª, Deputado Luiz Couto, poderia alterar o seu requerimento e ir ao Ministério Público, em nome da Comissão, a fim de lá colher os dados, porque, até o Ministério Público mandar os documentos, já terá acabado a CPI. Se é como V. Exª está dizendo – no Rio de Janeiro, as coisas são rápidas; nos outros Estados também. Mas V. Exª está dizendo que, como Relator que foi da CPI estadual, fez esse requerimento várias vezes e nunca foi respondido. Agora, V. Exª deveria modificar seu requerimento – e pode fazer de ofício ou oralmente – e simplesmente ir, em nome da Comissão, como se fosse uma diligência prévia, verificar junto ao Ministério Público o que aconteceu a partir do trabalho já desenvolvido pela Comissão estadual.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Consulto o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não há objeção de minha parte, inclusive acato a sugestão, já que a Presidente encaminhou expediente solicitando todas as informações. Caso as informações referentes à Paraíba não cheguem a esta CPI num tempo em que possamos fazer as chamadas diligências, então, de antemão, eu iria, em nome da Comissão – ou outros membros da CPI que fossem designados. Isso deve ocorrer em relação a qualquer Estado que não responder à solicitação da Presidente. Nesse caso, designaríamos membros da CPI para, **in loco**, dizer se há ou não. É nesse sentido que penso podermos acatar a sugestão da Deputada Laura Carneiro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pelo que entendi, ficaria então o requerimento arquivado.

Passemos ao próximo.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Mais um requerimento do Deputado Luiz Couto.

Requer que esta Comissão convide os Srs. Promotores Marinho Mendes Machado, João Manoel de Carvalho e Herbert Douglas Targino para prestarem depoimento sobre a apuração de denúncias e fatos de exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado da Paraíba.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, gostaria de discutir e defender o requerimento.

Três promotores, na Paraíba, atuam no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. O promotor Marinho Mendes, no momento em que investigava, foi afastado para outro Município porque estava na linha de investigação que envolvia inclusive pessoas graúdas da sociedade nessa questão. É importante a vinda do promotor Marinho Mendes Machado, que tem uma larga experiência nessa investigação e no combate à exploração.

Outro é o Dr. João Manoel de Carvalho, com quem estivemos no ano passado – eu e o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Orlando Fantazzini. Participamos de uma audiência em que escutamos várias menores e pais de menores sobre o envolvimento de uma rede de exploração sexual de crianças, exportando meninas para Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Caruaru, inclusive para a região polarizada pelo crime organizado, pelo narcotráfico em Pernambuco.

Nesse sentido, é importante a vinda do Dr. João, que denunciou inclusive várias personalidades.

V. Exª vai receber depois um material que mostra que essas pessoas foram condenadas em primeira instância, mas, infelizmente, quando o processo chegou à Câmara do Tribunal de Justiça, elas foram absolvidas com a justificativa de que as meninas não eram mais virgens e aquela velha versão de que "elas foram porque quiseram". Ou seja, não dá para aceitar essa justificativa.

Quanto ao convite ao Dr. Herbert Targino, tenho a dizer que há um caso emblemático de Campina Grande de uma menor – e vou depois solicitar a V. Exª que entre em contato com o programa de proteção a testemunhas para ouvi-la, pois tenho certeza de que já fez 18 anos – que fez um relatório – vou encaminhá-lo a V. Exª, em caráter reservado, a fim de que possamos investigar – em que apresenta uma lista de pessoas envolvidas, revelando o horário, o local, enfim, e ela hoje está no programa de proteção às testemunhas. Então, o Dr. Herbert é o promotor que acompanha essa realidade. Por isso, considero importante, para que possamos ter um quadro de como acontece isso na Paraíba, o que pode ser emblemático também para outros Estados. Então, nesse sentido, defendo a aprovação desse requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento do Deputado Luiz Couto.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Deputados e Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Requerimento da Deputada Maria do Rosário, que deseja seja realizada audiência, em data a ser agendada, com o intuito de colher depoimentos dA SRA. Isa Ferreira, Diretora do Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira – Brasil, Argentina e Paraguai –, e dA SRA. Sueli Ruiz, Coordenadora desse mesmo programa em Foz do Iguaçu, e demais entidades do movimento social que acompanha o Comitê Trinacional de Prevenção à Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil na Tríplice Fronteira e Ciranda.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento da Deputada Maria do Rosário.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Deputados e Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Srª Presidente, quero me referir também a um outro requerimento, de mesmo conteúdo, da Senadora Ana Júlia Carepa. Não citei o local para que possamos decidir se vamos lá ou se chamaremos aqui primeiro. Ela também não...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sugiro a V. Exª que coloque os dois requerimentos para serem votados em bloco.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Pode ser. Os dois seriam apensados – eles são idênticos –, votados e aprovados juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Votaremos, então, em bloco os dois requerimentos.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Deputados e Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Requerimento da Senadora Lúcia Vânia:

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que Goiás seja incluído no roteiro de Estados a serem visitados pela CPI que investiga essas situações de violência e redes de exploração de crianças e adolescentes no Brasil.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Srª Presidente, Srª Relatora, entendi as ponderações da Presidente em relação às viagens. Creio que procedem, concordo plenamente, mas eu gostaria de chamar a atenção para a questão de Goiás.

A imprensa tem trazido, nos últimos dias, todo um enfoque em relação ao tráfico de mulheres em Goiás, dando um destaque especial à rede, e tomei a iniciativa – antecipando a sugestão da Deputada Laura – de buscar, em nome da Comissão, o relatório de uma CPI realizada na Câmara dos Vereadores que detecta toda a rede de prostituição da cidade.

Tomei a liberdade também de pedir à Delegada da Delegacia da Mulher que fizesse um levantamento de todos os casos que foram notificados ali, bem como o Programa Sentinela, que tem sede na capital, em todo o entorno da capital. Estaremos com esse material todo já recolhido e o encaminharemos à Comissão.

Gostaria de voltar, novamente, ao meu requerimento, se a Comissão assim entender, para realizar essa audiência pública em Goiás, já com esse material todo em mãos.

Era o que tinha a dizer. Agradeço e prefiro que o requerimento seja colocado em votação um pouco à frente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço a compreensão da Senadora Lúcia Vânia e também o fato de já nos estar nos ajudando, em seu Estado, com documentos que serão certamente importantíssimos para que esta Comissão possa trabalhar.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Srª Presidente, em uma situação bastante semelhante está o requerimento da Deputada Francisca Trindade, que, aliás, ingressou na Câmara dos Deputados em 21 de maio – portanto, antes mesmo da nossa CPI. Ficou com a Presidência da Câmara, foi-nos enviado pelo Presidente João Paulo Cunha somente após a instalação oficial da CPI, e chegou para nós em 17 de junho.

A Deputada Francisca Trindade solicita que instalemos os trabalhos da CPI no Piauí. S. Exª justifica.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – S. Exª não está aqui, está?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Não está. S. Exª não acompanha nossa Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Deputada não está presente. Como devemos estabelecer o mesmo critério, a apreciação do requerimento fica adiada.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Adiamos a apreciação do requerimento e coletamos informações. É uma boa prática. Assino solidariamente com a Deputada, mas concordo com a medida. Adiamos, então, o requerimento.

O último requerimento é de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja realizada audiência pública com data a ser agendada com a participação do Sr. Paulo César Calda Jardim, Delegado e Coordenador do Secopi, Serviço de Combate à Prostituição Infanto-Juvenil, vinculado à Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul; do Sr. Deputado Fabiano Pereira, Coordenador da Jornada pelo Fim da Exploração Sexual e Presidente da Sub-Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembléia; do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Movimento pelo Fim da Exploração Sexual; da Coordenação Estadual dos Conselhos Tutelares e das Varas da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O requerimento da Deputada Maria do Rosário trata do mesmo assunto.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Somente para justificar, podemos dar o mesmo encaminhamento.

O Rio Grande do Sul estabeleceu, no início deste ano, um serviço especializado na Polícia Civil gaúcha voltado à exploração sexual de crianças e adolescentes e identificou, no mês de março, uma rede de taxistas que exploravam sexualmente meninas e meninos com vínculos com hotéis, motéis, comerciantes e saunas. Já existem, pelo menos, sete inquéritos sobre pessoas diferentes. Foi aprovada hoje a solicitação da cópia dos inquéritos. Já foi aprovada, na Comissão, a vinda dos materiais. Já fizemos a caminhada que as Deputadas buscam realizar nas Polícias locais, Ministério Público, Assembléia e Câmara.

Dessa forma, não acredito ser necessário o adiamento, mas os documentos estão conosco e posso solicitá-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Maria do Rosário, peço sua compreensão para usarmos os mesmos critérios que temos utilizado. Evidentemente, o Rio Grande do Sul, pela seriedade dos fatos, será foco da nossa ida e da nossa investigação.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Concordo, Srª Presidente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, para discutir.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, em primeiro lugar, sugiro a V. Exª que também seja feito um encaminhamento aos Presidentes dos Tribunais de Justiça solicitando cópia de todos os inquéritos arquivados ou não sobre exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em segundo lugar, poderíamos estabelecer dois momentos. Poderíamos convocar o delegado e coordenador para que viesse aqui em audiência. Depois, num segundo momento, nas diligências, se o caso assim exigisse, poderíamos ir ao Rio Grande do Sul. Votemos apenas a vinda do delegado e coordenador para audiência nesta CPMI.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro para discutir.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O caso específico do requerimento já diz de testemunhas ou pessoas que podem contribuir para a elaboração do trabalho. Antes de decidirmos qual será o procedimento da CPMI, poderíamos aprovar o requerimento, o que não significa estabelecer onde e quando será ouvido.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Deputada não colocou data.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aprovemos o requerimento que tem nomes especificadamente. V. Exª decidirá, Srª Presidente, como é sua atribuição, quando e onde serão ouvidos. E nós nos livraríamos de ter de aprovar esse requerimento. O que é diferente de se dizer: "Vamos a um Estado." Não vamos a um Estado, quer dizer, vamos a todos; ou não vamos, vão as Comissões. Esse é um procedimento que discutiremos num outro momento. O importante é que, se já existem nomes nos lugares, como já fizemos em outros requerimentos, aprovamos. Onde houver nomes, aprovamos. Isso não quer dizer que as pessoas sejam ouvidas amanhã, nem aqui, nem lá. Serão ouvidas em algum momento. Penso que poderíamos adotar isso como procedimento.

A exemplo do requerimento da Senadora Lúcia Vânia, S. Exª pede para ir a Goiás. Obviamente, com o material que está colhendo, será necessário ir a Goiás, mas S. Exª vai trazer esse requerimento, que será votado, aí, sim, no momento em que trouxer os documentos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se todos acatam a sugestão da Deputada Laura Carneiro, colocaremos em votação o requerimento. (Pausa.)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento da Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Srª Presidente, são esses os requerimentos. Creio que podemos passar à audiência em si.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Gostaria de ler mais um ofício que nos chegou às mãos, do Instituto Latino Americano de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, que nos apresenta o relatório das atividades do sistema nacional de prevenção e enfrentamento ao tráfico de seres humanos, para submetê-los à apreciação desta CPI.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, pela ordem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É só um pedido de informação. Na semana passada, não tivemos a oportunidade de ouvir a Drª Rosário, que é a coordenadora da pesquisa na região Nordeste, que nos interessa bastante. Hoje, pelo que sei, ela não estará novamente aqui. Para nós, do Nordeste, que é a segunda rota internacional, com 69 casos, seria importante que ela viesse. Não sei se é uma questão de agenda

ou de saúde. Da outra vez, era saúde, mas, caso a Drª Rosário não esteja, eu solicitaria a V. Exª que nos fornecesse, pelo menos, o teor da pesquisa feita no Nordeste, porque isso nos interessa, para que possamos fazer algumas diligências naquela região.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Apenas para esclarecer, Deputado Luiz Couto, estamos tendo algumas dificuldades em virtude de se tratar do mês de julho. Alguns dos coordenadores se encontram em recesso ou em férias. Nenhum, absolutamente, se recusou a vir a esta CPI. Todos estão prontamente dispostos, mas apenas por se tratar deste período de julho, temos tido algumas dificuldades. Portanto, hoje ouviremos uma das coordenadoras da pesquisa e ouviremos também a Drª Lítia, que é promotora do Estado do Maranhão. Assim que retornarem, ouviremos, com certeza, todos, até porque isso foi uma deliberação desta CPI, no sentido de que pudéssemos ouvir todos os coordenadores da Pestraf.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Srª Presidente, apenas para contribuir, quero dizer ao Deputado Luiz Couto e a todos os Parlamentares que encaminhamos cópia da pesquisa, fizemos chegar um disquete a cada um, em que a pesquisa é apresentada, na sua íntegra, possibilitando verificar a situação do Nordeste. É claro que isso não é a mesma coisa que uma apresentação, porque, para além do que está publicado, o depoimento dos coordenadores acrescenta, até pela experiência de terem realizado a pesquisa.

V. Exª deve ter recebido esse disquete.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não o recebi. Por isso é que estou cobrando.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Se não o recebeu, vamos providenciar isso imediatamente, Deputado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vamos checar. Aqueles que não o receberam, com certeza, irão recebê-lo.

Convido à Mesa dos trabalhos a Drª Janete Cruz e a Drª Lítia Cavalcante, para que possam fazer as suas exposições. (Pausa.)

Creio que vinte minutos para cada expositor serão suficientes.

Concederei, primeiramente, a palavra à Srª Lítia Cavalcante, porque A SRA. Janete Cruz ainda está preparando o **data show** que solicitou agora. (Pausa.)

Contamos com a presença da Drª Lítia Cavalcante, Promotora do Ministério Público do Estado do Maranhão, que tem muito a nos dizer. E para que possa haver a participação de todos os Parlamentares, a Presidência estipulou o prazo de vinte minutos para a exposição da Drª Lítia, que, na verdade, precisaria de muito mais tempo para manifestar-se. Eu já fiz esse apelo a S. Sª, até para que todos os Parlamentares participem do debate fazendo suas perguntas.

Concedo a palavra à Drª Lítia Cavalcante.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTE – Exmª SRA. Presidente desta CPMI, Exmª SRA. Relatora, Srs. Deputados e Srs. Senadores, farei um resumo dos casos que nós, no Maranhão, investigamos na Promotoria de Justiça. O prazo destinado ao meu pronunciamento é curto exatamente para que haja tempo para os debates e para os questionamentos.

Os tópicos que abordarei referem-se aos casos de que eu realmente participei e que investiguei. Esses casos ocorreram em Caxias, minha comarca no Maranhão e terceira maior cidade do Estado; em Teresina, em Codó e em Porto Velho, no Estado de Rondônia.

O nosso trabalho em Caxias começou em 1999, em decorrência de várias denúncias sobre a exploração sexual de crianças e de adolescentes. Em Caxias, assim como em muitos locais do Norte e principalmente do Nordeste, áreas de que tenho conhecimento, existe uma tradição cultural de que explorar criança e adolescente é algo absolutamente normal.

Portanto, diante das denúncias que chegaram ao Ministério Público, iniciamos uma investigação, sem contar com nenhum apoio da Polícia. Verifica-se que, nesse tipo de trabalho, existe a questão da conivência tanto da Polícia Civil quanto da Militar, além do despreparo. Infelizmente, faço essa afirmação porque vivi na pele a situação e a senti, além de saber que os policiais são pessoas que também freqüentam esses locais. Nesse caso, a dificuldade é muito grande.

Na época, em Caxias, houve denúncias sobre determinado local. E já havia um trabalho prévio de enfrentamento da violência sexual, embora, na época, não existisse legislação contundente que pudesse punir veementemente, como estabelece a Constituição Federal, os casos de exploração sexual. Existia somente o art. 218, que tratava da corrupção de menores.

Diante das denúncias, dirigimo-nos aos locais onde haveria exploração sexual, a denúncia e, para a nossa surpresa, as pessoas que estavam lá, que freqüentavam esse local e exploravam crianças entre 12 e 17 anos, eram de renome, eram formadores de opinião local. À época, eram dois juízes, o Comandante da Polícia Militar, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, médicos e vereadores, ou seja, uma série de pessoas que tinham posição social.

Quando começamos a realizar o trabalho, no início estava tudo bem. Não havia nenhum problema, até porque estávamos investigando e ainda não havíamos nos confrontado com ninguém que tivesse poder de manipular, comprar e alterar depoimento. Começamos a tomar os depoimentos e constatamos que, em todos

os casos – até hoje impunes –, havia a participação do juiz da comarca, que retornou ao trabalho, atuando no processo e avalizando toda a ação ocorrida em 1999, durante o tempo em que foi juiz.

Trouxe alguns depoimentos, porque a unanimidade dos casos de Caxias e dos depoimentos prestados pelas adolescentes citava o juiz de Direito – todos – inclusive com denúncia de estupro e de exploração. Todos esses depoimentos e outros existentes no Maranhão citam o caso desse juiz. Depois dessa investigação – estou fazendo uma síntese de tudo para que possamos dispor do tempo necessário – foi investigado também o Presidente da OAB. Na época, representamos perante a Ordem sobre a conduta dele, mas nada aconteceu. Fomos obrigados a pedir sua prisão preventiva. Existem vários depoimentos, que, porém, não disporei de tempo de ler. Neles se observa como os adolescentes, as adolescentes principalmente, eram tratados como meros objetos. Verificou-se que, pagando-se R$10,00, uma calça jeans, uma viagem, a pessoa conseguia fazer um programa. Então, as adolescentes eram submetidas a todo tipo de constrangimento. Gostaria de ter a oportunidade de ler o caso de uma das meninas que foi violentada por esse juiz e, hoje, o que causa maior indignação, ele continua trabalhando no mesmo local onde cometeu o crime.

Então, eu queria só um breve espaço de tempo, para ler o depoimento prestado por uma adolescente que se encontrava na prostituição desde os 11 anos, para que os senhores tenham uma noção de que todos os depoimentos constantes aqui citam não só ele, mas outras pessoas de relevância. O referido caso de estupro chamou muita atenção:

Que na primeira vez que saiu com o Adnaldo, juiz de Direito, foi bastante espancada pelo mesmo. Que foi espancada no rosto, tendo a mesma ficado com vários hematomas, tendo inclusive a declarante exibido neste ato uma pequena marca próxima ao olho esquerdo, já cicatrizada; que Adnaldo bateu na declarante, porque queria manter relação sexual com a mesma. Entretanto, esta não concordou. Que a declarante conseguiu fugir do veículo onde estava e ameaçou a contar todo o caso, ou seja, registrar ocorrência na Delegacia da Mulher; que Adnaldo respondeu-lhe que poderia ir, pois nada iria acontecer com o mesmo, haja vista que é juiz. Que, de fato, a declarante tomou providências, dirigindo-se até a Delegacia da Mulher e, apesar de ter exibido o rosto machucado, as autoridades daquela Especializada nada fizeram. Como é normal, a adolescente, que é vítima de exploração sexual, não tem credibilidade social. Que a declarante ainda estava na porta da Delegacia, quando Adnaldo encontrou-a, perguntando à mesma se ele seria preso, oportunidade em que ainda chamou-a de abestada, dizendo à mesma que esta morava em um cabaré. Que depois de 15 dias voltou a se encontrar com Adnaldo no Bar do Gaguinho. Que, nesta oportunidade, a declarante não lhe deu atenção, tendo-se atirado para o local Veneza. Que, logo em seguida, Adnaldo foi até o local. Que neste local foi convidada para fazer um programa por um colega de Adnaldo, conhecido por Léo, o qual levou a declarante para o Motel Vênus. Que, ao chegar ao quarto do motel, a declarante encontrou com Adnaldo deitado na cama, trajando apenas roupas íntimas. Que a declarante começou a chorar, pedindo a Léo que a tirasse daquele local. Entretanto, o rapaz informou-lhe que tinha sido Adnaldo que havia mandado o mesmo levar a declarante para o motel, a fim de que ele pudesse manter relações sexuais com a mesma. Que neste dia foi obrigada a manter relações sexuais com Adnaldo contra a sua vontade. Que foi amarrada com os braços para trás, tendo Adnaldo, utilizando-se de um lençol, imobilizado a declarante. Que Adnaldo chupou os seios da declarante, enquanto a mesma, humilhada, chorava, além de pedir ao mesmo que não fizesse aquilo. Que Adnaldo apenas sorria, dizendo à declarante, em tom ameaçador, que a mesma iria pagar-lhe por não ter ficado com o mesmo anteriormente. Que Adnaldo ainda obrigou a declarante a fazer sexo oral no mesmo. Que, apesar de a declarante relutar bastante, Adnaldo manteve relações sexuais com a mesma à força. Que Adnaldo tentou manter relação anal com a declarante. Que Adnaldo foi embora, deixando a declarante sozinha, oportunidade em que lhe deu dinheiro para pagar a conta do motel, além de advertir à mesma que ninguém poderia saber que ele estivera ali em virtude de este ser juiz.

Logo, em relação a este caso e todos estes outros, constam estes depoimentos. Ocorre que os depoimentos, quando chegaram ao nível de instrução, foram alterados, o que é comum em qualquer depoimento de promotor de justiça que for colhido aqui e em qualquer investigação de exploração sexual. Ou seja, encontrar-se-ão pessoas que têm poder de manipular, que têm condições financeiras para pagar. Então, foi denunciado no tribunal que as testemunhas e as vítimas estavam sendo manipuladas. Inclusive trouxe aqui as fotos de uma das meninas para a qual se adquiriu uma casa de palha, a fim de que alterasse o depoimento, e ela, hoje, se encontra aqui em Brasília, em local incerto e não sabido.

Então, durante todo este depoimento, o que se viu foi que, durante a instrução, a investigação foi feita pelo Ministério Público e pela Corregedoria do Tribunal não só no que se refere ao juiz, mas ao Presidente da Ordem Subseccional de Caxias e também ao Coman-

dante da Polícia Militar de Caxias, que hoje está ocupando o cargo em São Luís; quer dizer, todos estão como estavam. E o que fazemos? Falamos por pessoas que não há como serem socorridas. Então, são pessoas violadas nos seus direitos desde a infância, e o que percebemos é que a sociedade não se indigna com esse tipo de coisa, tanto que se chegou ao ponto de, em uma audiência na Justiça do Maranhão, chamarem uma das adolescentes e sua mãe de prostitutas. Quer dizer, você é prostituta, sua mãe deve ser prostituta. Na verdade, não existe respeito por essas adolescentes. E percebemos que, durante a instrução, pela força que eles têm de manipular – e não podemos fazer isso, porque não é legal, não é certo; é corrupção de testemunha –, conseguem alterar os depoimentos e ficar impunes de toda essa prática.

Bom, este caso é o de Caxias, que chama a atenção pela impunidade. O que temos hoje é um **habeas corpus** preventivo, uma ação penal já trancada no Superior Tribunal de Justiça, em sede de liminar, e que deve ser julgada agora em agosto. Então, a única ação penal que temos e que pode correr é essa que está no Superior Tribunal de Justiça.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Não é a ação do Adnaldo?

A SRA. LÍTIA CAVALCANTE – É a ação do Adnaldo. Está trancada em sede de liminar no Tribunal de Justiça. E nessa época – só para colocar, inclusive, para a própria Comissão – fizeram uma campanha veemente, quando vim aqui ao Congresso Nacional, na Comissão de Direitos Humanos: fizeram uma campanha veemente de desmoralização no sentido de desacreditar o acusador para desacreditar a acusação. Então, foi feita uma campanha com grampos telefônicos, em que minhas conversas – e minhas conversas com meu ex-marido – foram colocadas na rua, em praça pública, em rádio, degravadas em jornal, para quê? Para que as pessoas pudessem ver a minha vida pessoal. E outras: campanha de jornal em que não se vê nenhum fundamento, mas para quê? Para desacreditar. Ameaças de toda espécie.

Então, acredito que isso a CPI vai passar, porque não vamos trabalhar com pessoas que não têm... Quem explora criança, na verdade, não é só o caminhoneiro, mas principalmente pessoas que exercem esse tipo de cargo, esse tipo de função, para onde os rufiões buscam, porque são pessoas que têm condição de efetuar um pagamento razoável.

Então, vou deixar depois a critério, para as perguntas.

O outro tópico que eu queria colocar e que me indigna até hoje é o caso de Porto Velho. Vou ler em três segundos – em três segundos não dá, só dá para ler o início, mas eu queria ler, porque neste caso aqui fui convidada a fazer uma investigação... É porque me deram vinte minutos, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, mas já está estendido.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTE – Já está estendido? Como lá em Caxias temos um trabalho, então as pessoas denunciam mesmo, porque sabem que na hora em que chega uma denúncia ao Ministério Público... Hoje a sociedade de Caxias tem essa consciência. Então, chegou uma denúncia ao Ministério Público, pegamos um carro, porque, na época, o carro que foi usado para investigação, a estrutura toda, foi lá do Ministério Público, porque a Polícia não participava, exatamente por quê? Porque o Comandante da Polícia estava envolvido. Então, no decorrer da investigação, soubemos o porquê de não haver uma investigação, de não haver carros, de não haver homens, de não haver nada, quando havia 120 homens na rua, e ninguém conseguia achar o rufião. Mas toda a sociedade ligava: ele está ali, ele está ali, ele está na prefeitura... Todo mundo sabia. Mas a Polícia ficou cega, estava de bicicleta, só podia ser, porque não conseguia ver.

Então, a gente percebe, é um fato, que nós temos que sensibilizar a Polícia, porque não adianta querermos impor à Polícia uma conduta que ela não vai ter, porque ela não se sensibiliza, porque ela não conhece. Por exemplo, em Timon, no Maranhão, há um prostíbulo do lado da delegacia, colado – e lá é uma rede com Teresina: Caxias-Teresina e Timon-Teresina. Portanto, é uma rede, inclusive com denúncias graves de pedofilia, na Praça da Bandeira. Então, o que acontece? A Polícia não tem sensibilidade, por isso tem-se que fazer um trabalho de capacitação dos policiais, para que essa corporação de muitos homens venha para o nosso lado, e não passe a freqüentar, como na última diligência que fiz, em que encontrei um PM e um da Polícia Civil dentro de um cabaré em Santa Inês. Ou seja, é um fato que penso não ser novidade para ninguém.

Um outro tópico que eu queria colocar e que me causa muita revolta, pois até hoje a única coisa que o inquérito da Polícia Federal fez foi pedir prazo para mais diligências, e nenhuma diligência, e mais diligências, e nenhuma diligência, é o caso de uma menina de Caxias: ela foi para Porto Velho desde novinha, e lá passou a fazer parte de uma rede de pedófilos para fins de fotografia na Internet. Venho denunciando isso há exato um ano, e nada, absolutamente nada, foi feito. Então, o que tenho de Porto Velho é muito grave e é de indignar. Quero ler, para demonstrar um pouco o que as crianças de Porto Velho estão vivendo, para que, pelo menos, a CPMI possa fazer alguma coisa,

já que até hoje, embora eu tenha enviado milhões de ofícios pedindo socorro para todo mundo, ninguém fez nada. Ontem eu liguei para Porto Velho e não havia nenhuma posição sobre o inquérito. O inquérito era só pedindo prazo, pedindo prazo, pedindo prazo. É a informação que tenho.

Bem, essa menina chegou em Caxias e foi prestar um depoimento por abandono pela mãe. A intenção do depoimento era apurar o abandono, pois a mãe é de Fortaleza, ela é de Fortaleza, e a gente queria apurar o abandono praticado pela mãe. No entanto, esse foi um dos piores depoimentos que ouvi em toda a minha vida – vou ler alguns trechos. Ela hoje tem 11 anos, mas as lesões causadas pelo abuso reiterado desde a infância são – acredito que no caso dela – irreversíveis.

Quero ler, porque não me conformo com a impunidade e a inércia das autoridades no caso:

Que Heloísa, a declarante, juntamente com os demais, foram para o quarto nº 4 [isso em Porto Velho]; que, atrás da declarante, vieram duas crianças, chamadas Graciele e Aline, com outros adultos. Eles foram para outro quarto e, que, dentro do quarto nº 4, estavam Heloísa, Artur, Vanda, Edu, Dandara, de 12 anos, e Tainá, de 4; que Heloísa e o Artur foram namorar e a Vanda e o Edu também. Que, enquanto Heloísa e Artur transavam, Vanda e Edu filmavam; que, enquanto isso, a declarante e suas coleguinhas ficaram brincando dentro de uma piscina; que a declarante e as outras crianças perceberam que estavam sendo filmadas por um homem chamado Gambá; que Gambá e outro homem pegaram as três crianças e abriram suas pernas para serem filmadas; que as duas outras crianças estavam nuas; que, além das filmagens, os homens tiravam muitas fotos; que Gambá mandava a declarante fazer poses. Primeiramente, Gambá mandou a declarante ficar de pernas cruzadas e fotografou...

Isso é típico de pedófilo: primeiro a criança vestida e, depois, uma série de outras fotos.

Depois, tirou as calcinhas das crianças e mandou ficarem de bunda para cima; que as crianças choraram muito e, por isso, o Gambá rasgou suas roupas e disse que queria ver elas se vestirem; depois, Gambá amarrou a boca e mandou fazer pose; depois, Edu e Gambá vendaram os olhos das crianças e mandaram as três chuparem o seu pênis; que as crianças choravam muito, mas chuparam o pênis de Gambá, enquanto Edu tirava várias fotografias; que Gambá chamava as crianças de "gostosinhas"; que Gambá e Edu ingeriram álcool e cocaína e estavam armados, cada um com um revólver; que, de repente, Edu e Gambá ficaram violentos e tentaram estrangular a declarante e estraçalhar a sua cara; que, enquanto Gambá tentava estrangular a declarante, Edu tirava as fotos; que Gambá estuprou Dandara.

Nesse momento, eu acho que Gambá estuprou a minha depoente, a minha menina, a criança que estava depondo para mim e ela refletiu aquilo na outra criança, por ser muito dolorido para ela dizer que isso aconteceu com ela mesma. Isso é natural da criança que é abusada: ela fragmenta até mesmo o próprio corpo, ela tende a não sentir nada da cintura para baixo, como uma forma de defesa.

Que Gambá estuprou a Dandara, que chegou a sangrar pela vagina; que Dandara chorou muito; que enquanto Gambá estuprava Dandara, Edu filmava e fotografava; que Edu mandava Gambá fazer pose enquanto estuprava Dandara.

Aí vêm outros aspectos, e outro trecho que acho importante:

"Que a declarante se escondeu debaixo de uma escada..." (Pausa.) Ah, desculpe-me, se bem que...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Quando ela começou a falar me preocupei, mas como é só o primeiro nome...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pedimos à imprensa presente para omitir o nome das crianças.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTE – Certo, falamos os nomes dos adultos, porque esse cidadão saiu caminhando da Polícia Federal.

Que em um dos dias, Gambá e Edu entregaram um papel...; que, no quarto da casa-hotel, tocavam as crianças; que a declarante se escondeu debaixo de uma escada que tinha no motel e adormeceu; que a declarante achou que tomou alguma droga, pois não sabe o que aconteceu; que a declarante acordou em cima da cama do motel junto com Gambá, Edu e mais dois homens que ela não conhece; que a declarante acordou com muita vontade de vomitar; que normalmente Gambá, Edu e outros homens iam para a casa-hotel na sexta-feira e ficavam até segunda-feira [nesse caso aqui, eles ficavam fazendo orgias].

Vou para outro trecho:

Que Gambá ficava em cima de Elisângela para tirar fotografias [mas ela não é criança, é uma mulher adulta]; que a Vanda e a Ivânia ficavam mandando as crianças fazerem pose para serem fotografadas; que Edu mandava as meninas ficarem com as pernas cruzadas sobre o sofá; que o Edu transou com a de 10 anos, enquanto Eduardo filmava; que, depois, chegou um ladrão, roubou as drogas [nesse trecho, observa-se que isso é um filme montado, é um filme que elas não sabiam que estava sendo um filme, mas que é um filme

montado em uma realidade]; que, depois, chegou um ladrão, roubou as drogas e queria matar as crianças; que o ladrão amarrou as crianças com as mãos para a cima com uma corda, vendou os olhos das crianças, todas nuas, e amendrontou-as dizendo que ia estuprar as meninas com um toco; que o ladrão estava com um espeto na mão e queria furar as meninas; que, neste momento, Elói filmava as cenas; que o ladrão estava com uma peruca; que chegou Marcão, um homem grande e, após quebrar as coisas da casa, jogou um vaso na cabeça da declarante; que a declarante sangrou na cabeça; que tudo era filmado pelo Edu.

Quer dizer que isso, na verdade, era um filminho que eles estavam montando, e não uma situação verdadeira. Mas para elas era uma situação verdadeira, até porque nesse momento elas foram novamente submetidas a abuso.

Posso obter cópias deste depoimento, assim como de todos os outros.

Fomos a Porto Velho. A Polícia Federal, não sei por que motivo, não demonstrou o interesse que deveria ter demonstrado. Conseguimos localizar o Gambá. Pegamos uma menina cujo apelido é Princesa. Ela tem 8 anos. Cheguei a vê-la. A menina foi prestar depoimento na Polícia Federal. Pelo fato de a menina ser virgem – ela tirou fotografia e disse que manteve relação sexual com Gambá –, a Polícia Federal entendeu que não havia crime, que o processo estava morto. E como uma criança de 8 anos entende o que é relacionamento sexual? Pois quando temos 8 anos, pensamos que beijo na boca engravida. Então, ela não tinha consciência do que era relacionamento sexual. Fui, junto com dois agentes, atrás do Gambá. Chegamos na casa dele e pedimos – não havia mandado, então tínhamos de ir com certa cautela – para entrar a fim de buscar drogas e armas. Não havia mandado, não podíamos cometer um abuso, até porque não era minha comarca. Ele disse que podíamos entrar, não havia problema. Entramos. A Polícia Federal procurou as fotografias. Só que as fotografias... Pegamos uma mala. Quando pegamos a mala, ele empalideceu. Eu disse: "Aqui tem alguma coisa", porque ele mudou a feição. Foi quando encontramos um fundo falso com várias fotografias de adolescentes nuas, com ursinho, em situações... Inclusive na própria casa do pai da Princesa. Existe uma rede lá, uma empresa que faz revelação de fotografias, e todas as fotografias eram reveladas nessa empresa. Um dos funcionários dessa empresa foi depor, e disse que eles estavam inclusive brigando, porque haviam negociado as fotografias das crianças e, por trás, estavam acusando os funcionários de terem negociado as fotografias sem autorização do Gambá.

Pegamos o Gambá, levamos para a Polícia Federal e fizemos lá todo um trabalho. O Juiz Federal só nos esperando para dizer: "Pode vir que o mandado está pronto". E o cara saiu andando. Não houve nada. No mínimo, houve um abuso reiterado de duas crianças que prestaram depoimento na Polícia Federal. E está impune. E o que percebemos... Em Porto Velho, fiquei em um hotel chamado Sambaíba. Todos enviados pelo Ministério da Justiça estavam no mesmo hotel. Víamos, na nossa cara, meninas de 14, 15 e 16 anos fazendo programa direto. Porque em Porto Velho não se vê criança. Esse é um depoimento da própria Conselheira Tutelar de lá, não se vê meninos e meninas nas ruas, porque eles estão em hotéis e motéis, fazendo programas, orgias sexuais com adultos.

Naquele momento, naquele único dia que passei em Porto Velho, tive a oportunidade também de saber que uma menina tinha sido enviada para a Bolívia, uma freira denunciou a remessa de uma menina para a Bolívia, e ela conseguiu ser resgatada em Porto Velho. Ela conseguiu ser devolvida para Porto Velho. E foi para a Bolívia para fins de exploração sexual. Naquele mesmo único dia que passei em Porto Velho, ouvi o depoimento de parentes de uma vítima de tráfico de mulheres que foi para a Espanha. Inclusive em Teresina temos também denúncias de tráfico de mulheres para a Espanha. E a menina, dizem, se suicidou. Ela está morta. E estavam apurando exatamente se houve suicídio ou homicídio.

Todos esses dados, talvez a própria Polícia Federal de Porto Velho tenha mais conhecimento. Agora, durante um ano inteiro, o que eu sei é que não houve nenhuma ação em cima do processo do inquérito na questão da menina de Caxias. E, durante este ano, muitas outras crianças foram violentadas, abusadas e usadas como material pornográfico para pedófilos. E isso está absolutamente impune.

Posso continuar? Porque são tantos casos que, às vezes, queremos resumir ao máximo e talvez nem transmitimos exatamente o que temos a dizer. Há um outro caso gravíssimo, ao qual penso que a CPMI deve dar uma atenção especial: é o caso de Teresina, em que existem praças onde se vende cafezinho, mas, na verdade, negociam-se crianças. Lá é comum chegarem, às 9 horas da manhã, pessoas de uma certa idade com carros grandes e dizerem: "Olha, eu vim tomar um café". Na verdade, estão negociando com a mãe um programa com uma criança. O cidadão sai com a criança, leva a criança para o programa, e depois devolve. Inclusive uma rede de televisão chegou a filmar isso. E lá em Caxias existe esta conexão, Caxias-Timom, onde eles estão usando vans para pegar meninas de Timom para fazer programas em Teresi-

na. Então Teresina é outro antro de exploração sexual de adolescentes e de crianças que deve ser visto na tabuleta onde existem caminhoneiros que devem ser investigados. Inclusive lá uma promotora fez um bom trabalho na época, porque denunciou e, por isso, foi muito perseguida. Ela tem grande conhecimento da exploração sexual em Teresina, onde houve denúncia de pessoas novamente, porque isso é "normal", de relevância social, dentro da exploração sexual.

Basicamente, era isso o que eu queria denunciar, não com todos os detalhes necessários.

Além de tudo, antes que eu me esqueça, temos uma denúncia que ainda não foi apurada, de um Parlamentar de Codó. Ele teve um relacionamento, vem explorando crianças e, no caso, explorou uma menina de 17 anos, depois explorou a irmã, que ficou grávida e abortou. E isso também está impune. Como muitos outros casos no Brasil estão impunes, porque na verdade estamos trabalhando com o silêncio dessas crianças que não têm para quem gritar, a quem se socorrer, a quem se apegar. Então acredito que esses casos são gravíssimos.

Acredito que, até hoje, dentro das ações do Governo, o que há de maior relevância, de concreto, é esta CPMI.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Drª Lítia, a Secretaria me orienta a pedir os documentos necessários para que possamos analisá-los.

Temos aqui a sugestão de que esta audiência passe, a partir deste momento, a ser reservada, até pela seriedade das denúncias, pelos nomes que de alguma forma terão que ser expostos, porque os membros da Comissão precisam tomar conhecimento desses nomes. Mas, até para que possamos ter os resultados, há essa sugestão – porque agora passamos ao momento das perguntas dos Parlamentares – de que esta audiência passe a ser reservada apenas para os membros da CPMI e para a sua Secretaria.

Peço também que a televisão encerre sua transmissão. Obrigada.

(Torna-se reservada a reunião)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFl – RJ) – Senadora Patrícia, não sei se falará apenas a Drª Lítia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Depois falará também a Drª Janete. Mas, como os assuntos são diferentes e essa questão é muito específica, há o caso específico do Maranhão, faremos as perguntas agora. É claro que vou pedir aos Parlamentares – sei que todos estão ansiosos para fazer perguntas – que realmente delimitem seu tempo, para que todos tenham oportunidade de perguntar e, em seguida, possamos ouvir a Drª Janete, que está aqui conosco para também expor a pesquisa do Sul.

Peço à assessoria técnica da Presidência e da Relatoria que permaneçam na sala, e a Drª Neide Castanho também. (Pausa)

O Tarcísio é da assessoria. (Pausa)

A nossa primeira inscrita é a Deputada Laura Carneiro.

Peço ao Senador Reginaldo Duarte que me substitua um minuto na Presidência.

Convido a Drª Janete Cruz para tomar assento à Mesa. (Pausa.)

A Drª Janete precisará de aproximadamente 20 minutos para fazer a sua exposição e, antes de tudo, eu queria agradecer a sua presença, porque S. Sª está gripada. Peço aos Parlamentares até que tentem poupá-la, sendo breves nos questionamentos após sua exposição e tendo o cuidado de ouvi-la com muita atenção, até para que não lhe perguntemos o que já tiver sido mencionado. Vamos poupar a Drª Janete Cruz, Coordenadora Regional da Pestraf na Região Sul.

Concedo a palavra à Drª Janete Cruz.

A SRA. JANETE CRUZ – Desejo boa-tarde a todos. Procurarei ser bem concisa, na medida do possível.

Inicialmente, gostaria de fazer um esclarecimento sobre a pesquisa na Região Sul. Ela aconteceu na maioria das regiões e durou um ano. Na Região Sul, nós a realizamos em dois meses, devido a algumas dificuldades que tivemos, primeiramente com a nossa coordenadora do Paraná, que perdeu um familiar num acidente. Ela mesma sofreu problemas bastante graves.

No decorrer da pesquisa, a Deputada Maria do Rosário, então Deputada Estadual, assumiu a Coordenação Regional, e eu, a Coordenação Regional Executiva dessa pesquisa na Região Sul.

Quem coordenou a pesquisa na Região Sul foi a Subcomissão dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social no Rio Grande do Sul, a Teia, Instituto de Cidadania e Direitos Humanos, numa parceira com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos, o Centro de Ciências Humanas; o programa de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Criança e o Adolescente.

Exporei parte do nosso objetivo, que era apresentar os resultados obtidos pela pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fim de exploração sexual e comercial referentes à Região Sul. A pesquisa aconteceu somente em dois Estados: Paraná e Rio Grande do Sul. As cidades onde foram

coletados os dados foram Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, e Foz do Iguaçu, no Paraná.

Na pesquisa, foram seguidos os instrumentos da Pestraf: questionários, gravação, transcrição dessas gravações. O período de realização foram os meses de abril e maio de 2002. As fontes de pesquisa foram organizações governamentais e não-governamentais. Houve também fontes secundárias, tais como conselhos tutelares, **sites**, conversas com informantes. Todas as pessoas que colaboraram foram as fontes secundárias.

Apresentarei agora alguns dados sobre a população residente, por município, situação e domicílio:

A população do Rio Grande do Sul é de 10.187.798 habitantes. A população total urbana é de 8.317.984 habitantes, residindo na sede 8.027.369 pessoas. A população rural é de 1.869.814 habitantes.

A população de Uruguaiana é de 126.936 pessoas. O total da população urbana é de 118.538 habitantes. Na sede, residem 117.162 pessoas; e 8.398 habitantes constituem a população rural. Estou fazendo essa exposição, para as pessoas terem idéia dessas cidades, pois há pessoas de várias regiões do País aqui.

Aqui está a população total de homens e de mulheres do Rio Grande do Sul e a população de homens e mulheres de Uruguaiana. Uruguaiana é uma das duas cidades que escolhemos, por serem cidades de fronteira já com inquéritos instaurados de tráfico de pessoas.

É uma cidade de fronteira, a maior porta de entrada de turistas no Estado, registrando mais de 100 mil turistas do Prata, pessoas que vêm do Chile, do Paraguai e da Argentina. É a sede do maior porto seco da América Latina: 80% da população nacional atravessam a ponte internacional que fica em Uruguaiana. Essas características comerciais fizeram surgir em torno do porto seco um cinturão com casebres, bares, casas de hóspedes e domicílios, em função do grande fluxo de passageiros que existe no local. Motoristas de caminhão são os que mais circulam, porque esse porto atravessa a parte rodoviária e a ferroviária também. Esse conglomerado, denominado Cobec, recebeu esse nome em função da Companhia Brasileira de Entrepostos e Comércio, que era responsável pela parte aduaneira. Atualmente, a Estação Aduaneira de Fronteira – EAF, é responsável por essa parte, mas o conglomerado permaneceu com o nome de Cobec, que é um bairro de Uruguaiana, um local conhecido pela população como um ponto de prostituição. O comércio sexual ocorre nessa região. Há uma enorme circulação de caminhões que movimenta todo o bairro. Há um grande movimento no local em função da passagem desses motoristas, porque eles freqüentam bares e trazem e levam pessoas.

Seguem dados sobre o desaparecimento de pessoas no Estado no ano de 2000: 2.885 crianças desaparecidas e 3.147 adultos desaparecidos.

Em 2001, houve 3.195 desaparecimentos de crianças e de adolescentes, e 3.177 desaparecimentos de adultos. Em Uruguaiana, em 2000, houve 25 desaparecimentos de crianças e adolescentes e 20 desaparecimentos de pessoas adultas. Somente uma pessoa desaparecida foi localizada. Em 2001, cresceu o número de desaparecimentos, passando para 51 desaparecimentos de crianças e de adolescentes e 56 de pessoas adultas. Dezesseis desaparecidos foram localizados.

Esse são dados do Conselho Tutelar. São ocorrências verificadas na própria cidade. Vou trazer um pouco mais desses dados, mais do que a pesquisa apresenta. Eles pesquisaram 123 fichas dos Conselhos. O total de fichas não aproveitadas, em que não se conseguiu verificar, foram 11; o total de fichas de pessoas encontradas foi 31, e o total de desaparecimentos, 81.

Como se pode ver, para uma cidade como Uruguaiana, com essa população, é bastante alto esse número de desaparecimentos. O que facilita essa circulação é justamente pela flutuação da população, além da questão do turismo. Sendo assim, há uma facilidade muito grande. Esses caminhoneiros tanto trazem pessoas de outros Estados e de outras cidades como levam pessoas atravessando a fronteira para a Argentina. Isso se dá de uma forma muito fácil porque não há necessidade de ter passaporte para circular.

Uma outra questão importante é que os desaparecimentos demoram a ser comunicados. Isso dificulta, porque, quando se faz a ocorrência, já se está num outro País, já se saiu de uma outra cidade. Também há dados de que alguns vão para São Paulo e outros casos de desaparecidos que vão para o Rio de Janeiro, seguindo, então, as rotas internacionais.

Uruguaiana também é um lugar que tem essa questão do roubo de caminhões. Então, há todo um processo de crime organizado. Mais adiante, vou relatar o depoimento de um delegado da Polícia Federal sobre como funcionam esses agenciadores, como eles fazem, porque, apesar de não ter necessidade de passaporte, na verdade, há um número bastante alto de passaportes emitidos.

Alguns dados da população de crianças e adolescentes de Uruguaiana levantados pelo Conselho Tutelar, por sexo, por cor, por raça, com relação aos casos atendidos são: 52 casos de sexo feminino; 29, de masculino; 1, da raça negra; 24, de pessoas bran-

cas; um, da raça indígena; e 28, da cor morena. Esse material é assim apresentado por ser como a pessoa se identifica.

Trago diversos dados que considero importantes. Das 31 fichas de pessoas encontradas, 22 eram do sexo feminino; 9, do sexo masculino. Quanto à idade, foi constatada uma menina com 10 anos, uma com 11 anos, cinco meninas com 12 anos, três com 13 anos, cinco com 14 anos, quatro com 15 anos, uma com 16 anos de idade, uma com 17 anos e uma com idade não declarada. Entre os meninos, constatou-se dois com idade de 9 anos, três com idade de 10 anos, um com idade de 12 anos, um com 13 anos, um com 14 anos e um com 15 anos. A faixa etária de maior desaparecimento fica entre 12 anos e 15 anos.

Não há uma explicação, na pesquisa, sobre a questão de que os meses de maior desaparecimento são os meses de frio.

Não foi possível fazer análise de muitas coisas, devido ao pouco tempo em que ocorreu a pesquisa. Então, há algumas lacunas na análise, dados que, mais adiante, pretendemos voltar a trabalhar.

Os motivos dos desaparecimentos encontram-se vinculados a aspectos de gênero e relacionados à moral, a costumes, a conflitos com autoridade paterna, à proibição de passeios, namoros, amizades. Esses são indicados como possíveis motivos de desaparecimento. Em muitos casos, uma amiga ou um suposto namorado está relacionado com o desaparecimento; convites para ir a outro país realizar algum tipo de trabalho, na verdade, alguma atividade relacionada à exploração sexual.

A Conselheira Tutelar relaciona esses desaparecimentos às facilidades de sair da cidade, ao comércio sexual e à agilidade da rede de favorecimentos, que inclui taxistas e policiais.

Aqui, temos o seguinte relato:

Recebemos a denúncia, que encaminhamos para a Polícia, de que havia uma mulher levando as meninas daqui para fora de Uruguaiana. Ela recebia uma quantia por cada menina. Encaminhamos a questão para a Polícia Civil, inclusive porque é caso de Polícia.

Devemos esclarecer que a pesquisa ocorreu em 2002.

No ano passado, tivemos o registro de que algumas adolescentes fugiram de uma casa de prostituição. Elas estavam machucadas; tinham sido agredidas pelo dono da casa. Depois, à noite, foi realizada uma operação – porque elas também declararam que haviam ficado outras adolescentes no estabelecimento. Isso ocorreu de manhã cedo. À noite, quando a polícia chegou, já não havia mais ninguém. Como dizem, há uma rede, porque, quando ocorrem operações da Polícia à noite e eles "visitam" quatro, cinco, seis casas, o que acontece? Quando se chega à terceira, não há ninguém.

Como o local de fluxo do tráfico de crianças e adolescentes para fim de exploração sexual comercial, a via principal de recrutamento são rodovias e os que nelas trabalham. A complexidade do fenômeno se manifesta claramente na configuração de uma rede, articulando e desarticulando policiais, taxistas, aliciadores, casas de prostituição, boates. Os mecanismos de coibição do comércio não conseguem fazer frente a essa rede.

Quanto aos passaportes.

Em Uruguaiana, de 1996 e 2001, foram emitidos 1704 passaportes para homens e 1969 passaportes para mulheres, sendo que 134 foram cancelados.

Aqui, há um depoimento do Delegado da Polícia Federal, em que se lê:

Eles fazem por etapa. Por exemplo, um agenciador vem a Uruguaiana, leva duas ou três ou cinco meninas e "vende". Ele tem um salário, por exemplo, de US$ 500 para cada menina que ele leva para Buenos Aires. Essa [essa é a pessoa que as recebe em Buenos Aires], por sua vez, ganha entre US$ 1500 e US$ 2000, para botar essas meninas na Espanha, ou em Portugal, ou na Itália, ou na Suíça, ou em Israel. São várias etapas. É difícil de quebrar essa conexão, porque eles não conhecem o limite. Ele conhece bem o mercado dele e não vai além disso.

Aqui não fala, mas deve ter sido perguntada a idade dessas meninas, e diz ele:

Essas meninas já têm 18 anos e já tem o documento do passaporte. Vêm aqui, apresentam as fotografias, pagam a taxa, trazem o requerimento, apresentam o título de eleitor, a carteira de trabalho, a certidão de nascimento e fazem o Passaporte. Vêm sozinhas.

Geralmente é exigida a documentação. Se a menina é menor de idade exige-se a presença dos pais. Quando é dito que o objetivo do passaporte é a escolha de trabalhar no exterior, nós orientamos: sempre que, independentemente do fato de ela ir como empregada doméstica ou estudante, ocorrendo qualquer tipo de problema, deve procurar o Consulado brasileiro. Essa é a orientação.

A primeira pessoa a quem deve pedir socorro lá fora é o Consulado brasileiro. Se tiver dificuldade para sair do local, deve ligar para o telefone da Delegacia Federal para esta intervenha onde originou a queixa.

Então, na verdade, pelo que trouxemos até aqui e pelo que estamos acompanhando, sabemos que existem esses passaportes usados para fins de comércio sexual; sabe-se que essas meninas não têm 18 anos. Mas, na verdade, não se consegue uma ação

realmente efetiva de enfrentamento, porque existem muitas pessoas que vivem dessa rede.

Quando você consegue instaurar os processos, não há quem vá testemunhar, porque há muita gente envolvida nisso. Assim, perde-se tudo, passa o tempo, não se tem a testemunha e o réu acaba não sendo preso porque não houve como obter provas.

Temos muito mais coisas com relação às rotas. Saem por Uruguaiana, Itaqui, que é cidade próxima, e por São Borja. Algumas têm aeroporto que funciona bem em virtude da fronteira, das cargas. Então, há situações em que vão direto para o Rio de Janeiro, para São Paulo, para Buenos Aires, ou vão direto. Não conseguimos ainda mapear essas rotas –apenas levantamos dados – pela falta de informação.

A cidade de Foz do Iguaçu faz fronteira com a Argentina e com o Paraguai. É uma situação bastante similar à de Uruguaiana, mas com um histórico um pouco diferente. Ela foi uma cidade que, na década de 70 atraiu muitas pessoas por causa da hidrelétrica de Itaipu - a maioria homens sem família. Isso triplicou a população. Houve uma reorganização urbana. A idéia de ganho fácil também aproximou agenciadores e traficantes nessa região. Foz do Iguaçu, assim como Uruguaiana, é um lugar de muito fácil passagem.

Em Foz do Iguaçu, eles não chegaram a conseguir, apesar da pesquisa, dados sobre a saída com, ou sem, passaporte. Há uma facilidade enorme de cruzar a fronteira para o Paraguai especialmente.

Depois, há a zona de livre comércio com a Ciudad del Leste, no Paraguai. De tudo isso resultava uma circulação enorme de pessoas, e Foz do Iguaçu passou a ser uma cidade de turismo, e o turismo sexual veio junto, apesar de não ser muito mencionado, como o é no Nordeste. Lá também existe o turismo sexual bastante forte e com o mesmo sistema: os taxistas e o sistema hoteleiro fazem esse agenciamento e atravessam a ponte para o Paraguai. Então, vão de carro porque o taxista facilita. Existem também os, mas não com a mesma intensidade que aparecem em Uruguaiana.

Em Foz do Iguaçu 70% da população recebe até três salários mínimos e apenas 7% com rendimentos superiores a dez salários mínimos.

Com a implantação do Mercosul, em 1995, o comércio começou a entrar em declínio. Houve um agravamento dessa situação de pobreza em Foz do Iguaçu, que reforçou ainda mais o crescimento das atividades ilícitas que já existiam, mesmo porque é uma cidade onde sempre se pensou no ganho fácil.

Há um cenário de prostituição adulta que, tanto em Uruguaiana quanto em Foz do Iguaçu, acaba envolvendo crianças e adolescentes. Há crianças em Uruguaiana que alegam que não ficam em casas de prostituição, que é uma vizinha que cuida delas. Não é verdade, ficam e muito cedo acabam sendo exploradas sexualmente.

A mesma coisa ocorre em Foz do Iguaçu. As profissionais do sexo adultas também acabam sendo aliciadoras. Em ambas as cidades, o negócio é bastante rentável. Nem precisaria dizer.

Em Foz do Iguaçu há 56 favelas. É uma situação diferente da de Uruguaiana, que concentra tudo na região chamada Codec. A questão da prostituição está concentrada em um grande bairro.

As fronteiras do sul do Brasil oferecem condições para que o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes seja um negócio seguro e rentável. As características estruturantes do sistema econômico local – turismo, exportação, importação –, e os baixos níveis de institucionalidade dos Municípios e seu grau de internacionalização oferecem todas essas condições. Existe, realmente, uma baixa visibilidade do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes por ser um negócio rentável, pela liberdade de trânsito nas fronteiras, pela informalidade que existe e pela falta de trabalho. Tudo isso acaba fazendo com que haja investimento na economia do crime, que vira um mercado.

Doze casos de inquérito foram levantados na região Sul. Não englobam só Uruguaiana. Há casos em Uruguaiana, em Caxias do Sul, que é uma cidade do Rio Grande do Sul, sete em Foz do Iguaçu e dois casos em Curitiba.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Peço a palavra pela ordem.

Solicito a V. Exª que peça à expositora que, se os casos tiverem citações de nomes de pessoas não condenadas, ainda em fase de investigação, ela se reserve para falar depois. Se os casos já estiverem resolvidos, são para nossa análise. Caso contrário, não valem a pena.

A SRA. JANETE CRUZ – Nem pensei em mencionar casos. Trouxe casos que ocorreram entre 1997 e 2001. Em nenhum desses casos foram instaurados inquéritos. Houve prisão da maioria dos acusados, mas ninguém chegou a ser condenado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – As pessoas foram presas?

A SRA. JANETE CRUZ – Foram presas porque eram situações de flagrante. Depois, foram soltas porque não houve provas para a condenação. As testemunhas recuaram, não havendo possibilidade de encaminhar a denúncia ao Ministério Público.

Não foi possível colocar com exatidão a questão da circulação. Mas havia transporte. Sai da cidade de Uruguaiana. Só pudemos pesquisar duas cidades, mas elas nos deram informações de que há muito

mais cidades com problemas seriíssimos. Já havíamos apontado isso no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Tínhamos dez ou doze cidades a serem pesquisadas, mas, por questão de tempo e dos problemas que ocorreram, só pudemos trabalhar em duas, pelos inquéritos já instaurados nelas. Mas a pesquisa apontou-nos algumas situações. Por exemplo, em Caxias do Sul, a Promotora que trabalhava com o problema era de Uruguaiana. Ela teve um olhar mais sensível para essa questão e conseguiu apontar algumas situações. Infelizmente, não houve nenhuma condenação nesses casos.

Houve alguns depoimentos. Por exemplo, com relação aos motoristas, foram entrevistados seis taxistas em diferentes pontos da cidade e um caminhoneiro. Esse número reduzido deveu-se ao alto risco que envolvia a realização dessas entrevistas, uma vez que, como pudemos perceber, a grande maioria dos taxistas está envolvida nos esquemas de prostituição e tráfico de drogas na cidade. Inclusive o motorista que nos deu a informação afirmou que é impossível sobreviver em Foz do Iguaçu somente fazendo corridas e que o que dá dinheiro para o taxista é transportar drogas e moças que trabalham na prostituição. Declarou, ainda, que os motoristas têm um acordo com as casas de prostituição, que funciona da seguinte maneira: o cliente escolhe a moça que deseja, algumas vezes menor de idade, por meio de um álbum de fotos. Em seguida, a moça é contratada, e o motorista de táxi vai apanhá-la para a realização do programa. No final, ela é conduzida novamente à sua casa pelo mesmo motorista.

Todos declaram ter conhecimento do desaparecimento, seqüestro de mulheres, crianças e adolescentes. Inclusive alguns já declararam que eles próprios já levaram, várias vezes, meninas para Porto Iguaçu, na Argentina, para trabalharem como prostitutas. Contaram que, quando a situação econômica na Argentina era estável, chegavam a levar de 3 a 4 meninas, por semana, para lá. E que, agora, levam uma de vez em quando. Um deles até afirmou que faz pessoalmente o agenciamento de moças para trabalhar na Argentina. Declaram todos, no entanto, que não sabem do envolvimento de mulheres, crianças e adolescentes em atividades ilícitas. Então, aqui há uma contradição.

Foram relacionados os seguintes fatores que facilitam o aumento da prostituição e atividades afins: falta de trabalho, pobreza, livre trânsito de estrangeiros na cidade e falta de fiscalização.

Declararam, ainda, não terem recebido denúncias. Sobre o fato de mulheres, crianças e adolescentes pedirem carona, a maioria declarou que esse fato sempre ocorre, principalmente pelas crianças, mas que nunca concordam em dar carona. Todos declaram que não é permitido transportar crianças e adolescentes sem a permissão dos pais. No entanto, um taxista declarou que, na região da Ponte da Amizade, isso ocorre com freqüência, sem que a fiscalização tome providência alguma.

Foram apontadas como soluções, pelos próprios entrevistados, mais investimento em educação, geração de novos empregos, criação e aplicação efetiva de legislação mais rígida e fortalecimento da economia local, que está decadente.

Só ficariam faltando as considerações da pesquisa. Se houver necessidade, depois as apresentamos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se todos concordarem, passarei a palavra para a primeira inscrita, pois estipulamos 20 minutos e já estamos com 35 minutos. Talvez a expositora pudesse concluir a exposição durante as perguntas. Se faltar algo, ao final, passo-lhe a palavra novamente.

Todos concordam?

Então, a primeira inscrita é a Relatora, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Obrigada, Srª Presidente.

Primeiro, gostaria de cumprimentar A SRA. Janete Cruz, assistente social que tem um trabalho importantíssimo nessa área e que participa da coordenação de um movimento pelo fim da violência e exploração sexual.

Observo, sobre Uruguaiana, que a Conselheira Tutelar, Soraia Salomão, analisa a possibilidade de um nexo entre o grande número de desaparecimentos de crianças e adolescentes com a possibilidade de elas terem sido levadas para o outro lado da fronteira com a questão da exploração sexual.

Quero ouvir da senhora como isso pode estar relacionado, a questão do desaparecimento de crianças; se isso acabou sendo analisado de forma mais profunda pela Polícia Civil, se a conselheira trouxe também ao conhecimento da Pestraf e trabalhou também com as autoridades policiais ou não.

Essa é uma das questões.

A outra, sobre Uruguaiana ainda, diz respeito a depoimentos mesmo; por exemplo, sobre a leitura da Pestraf, especialmente da forma mais detalhada não do relatório final, mas a Pestraf também tem a sua forma detalhada por Estados e indica, a partir do depoimento dA SRA. Ângela Martins, do Posto Policial da Mulher, que confirma a existência de adolescentes de 15 anos. Diz que elas vão investigar determinadas circunstâncias; existem documentos falsificados, que tipo de documentos é esse, enfim, se isso denota, na sua opinião, a existência de uma rede mais organizada, que falsifica documentos. Sobre os passaportes,

inclusive recebi o depoimento recentemente do superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul no sentido de que os passaportes também se relacionam à própria venda desse documento.

Segundo o superintendente da Polícia Federal do Rio Grande do Sul, Senadora Patrícia Saboya, um passaporte, no mercado internacional, tem um valor acima de US$10 mil. Portanto, realmente, trata-se de um crime que se soma a este, até porque, nos depoimentos, observamos que adolescentes têm os seus passaportes apreendidos. Quando são levados para dentro das redes do tráfico, normalmente esse documento lhes é retirado, e o explorador mantém consigo esse documento, que é a impossibilidade de o adolescente sair dali e se dirigir a outros lugares.

Então, eu lhe pergunto se a senhora acredita que se trata de uma rede organizada com conexão na Argentina; se a senhora acredita que esse caminho tenha sido traçado por adolescentes brasileiras, com saídas a partir de Uruguaiana, e se há, nos inquéritos também, adolescentes de outros lugares que saem pela Ponte da Amizade, portanto, a partir de Uruguaiana, mas que vem de outras cidades do Rio Grande Sul.

A SRA. JANETE CRUZ – Vou começar pela última pergunta, Deputada.

Nos inquéritos, inclusive, não temos essa confirmação, porque não se consegue. Em relação ao desaparecimento, quando elas são encontradas, isso não é comunicado por ninguém, a não ser quando a própria polícia localiza. Mas, do contrário, não se tem a informação de que forma retornou. Então, isso dificulta saber como as coisas ocorrem de fato.

Portanto, acreditamos que sim. O Conselho Tutelar, em algumas situações, conseguiu. No caso da menina que veio de Itaqui, eles conseguiram. Houve uma denúncia, e eles conseguiram em tempo. No local em que esse caminhoneiro afirmava ter deixado a menina, conseguiram localizar e impedir. Mas havia toda uma indicação de que poderia ser levada para fora do País.

Ontem, ainda, conversei com a conselheira Soraia Salomão e, na verdade, lá não tem... Do que se precisa? Precisamos de uma rede integrada para agir e unir o Conselho Tutelar, as organizações governamentais e não-governamentais nesse enfrentamento; e é necessária uma ação realmente firme da polícia, porque o que é caso de polícia não dá para as organizações não-governamentais atuarem. Então, é preciso haver essas ações.

Acredito que foi aquela CPI de dez anos atrás que realmente detectou a existência de uma rede, da qual não se falava no Rio Grande do Sul e que havia um Buda. Tudo aquilo começou em função da visita da CPI, quando A SRA. Deputada fez aquele convite para visitarem o Rio Grande do Sul.

Então, se formos investigar, com certeza tem, porque as pessoas somem, nós perdemos de vista, não aparecem mais, as famílias ficam naquela luta, sem saber para onde ir, buscando um auxílio, uma orientação e até um apoio emocional, mas isso não caminha, porque essas pessoas não aparecem nunca mais.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Eu me baseei em quatro inquéritos na pergunta que fiz a V. Sª, dois deles muito coincidentes, com origem em Uruguaiana. Os dois são de 1997, com diferença, da primeira autuação, de um mês. O primeiro é de 01 de outubro de 1997 e o segundo, de 17 de novembro. O primeiro é sobre o aliciamento de mulheres para prostituição em Múrcia, na Espanha, e o segundo, de crianças e adolescentes para prostituição, como consta do inquérito, para Santa Luzia, na Argentina. Esses dois inquéritos encontram-se inconclusos.

O outro, que eu gostaria de citar, é o de Caxias do Sul, onde houve um trabalho importante da Polícia Federal, de aliciamento de adolescentes para prostituição em Hong Kong e Taiwã, e na China de um modo geral.

Eu teria mais uma pergunta para fazer a V. Sª, especialmente sobre Foz do Iguaçu, e quero sugerir aos colegas que façam uma leitura dos depoimentos das adolescentes, anexos da Pestraf. Uma vez que a Pestraf não foi um inquérito, mas uma pesquisa, às vezes vamos buscar no depoimento registrado o elemento para a realização do nosso objeto, a investigação.

Há pelo menos um depoimento bastante importante, de uma jovem, APSS, de 17 anos, nascida em Foz do Iguaçu, que foi levada em 2000, quando contava 15 anos, para trabalhar numa casa noturna em Vinhedo, São Paulo. Ela fez um extenso depoimento sobre diferentes lugares, inclusive citando bares, onde foi levada à prostituição, à situação do cárcere e tudo mais. Eu acredito que esse relato nos faz perceber que a vulnerabilização de adolescentes existe na região de Foz do Iguaçu, tanto para o tráfico interno, quanto para fora do País.

Há também o depoimento de uma mulher que vivenciou a situação da prostituição em Porto Iguazu, na Argentina. O seu depoimento é no sentido de ter convivido com adolescentes levadas.

Além disso, há os taxistas e caminhoneiros ouvidos, obviamente sem terem se apresentado publicamente, mas o fazendo para o depoimento da pesquisa, que afirmaram que levavam, sim, adolescentes para fora do País.

Então, eu quero citar a importância desses depoimentos para o trabalho que estaremos desenvolvendo.

Não sei se a senhora teria alguma consideração sobre essa situação de Foz do Iguaçu.

A SRA. JANETE CRUZ – Com relação a Foz do Iguaçu, penso que já temos uma caminhada interessante no sentido do trabalho que vem acontecendo, da tríplice fronteira, em parceria com a OIT, a respeito da exploração e da erradicação do trabalho infantil, na perspectiva da exploração sexual e comercial como uma das formas mais cruéis de trabalho de crianças e adolescentes.

Eu já fiz uma indicação de alguns nomes de pessoas que poderiam ser ouvidas porque estão em contato direto, fazendo esse trabalho e criando uma referência com essas crianças e adolescentes que circularam e que já passaram por essas situações e que não houve denúncia, a família ficou com as crianças durante um período. Isso também dificulta, porque, como eles têm uma facilidade de ir e vir, às vezes passam até dois dias pensando-se que eles estão na casa de alguém. E, passado oito horas, não se acha mais, especialmente quando é para se tirar do País, porque ali é fronteira. Já em Porto Alegre, a capital, nós já temos a avaliação de que depois de determinadas horas não se localiza mais, imaginem na fronteira.

Na semana passada, domingo à noite, em Porto Alegre, desapareceu uma menina. A responsável por esta menina procurou o Conselho; não a atenderam; procurou a polícia; os policiais queriam o endereço de quem a levou: uma prostituta, ex-companheira de um traficante. As pessoas viram a menina, no ônibus, acompanhando essa pessoa e, até ontem não se tinha nenhuma informação. Então, a mãe esperou até terça-feira, tendo ido buscar uma referência no local em que a menina freqüentava: um serviço de apoio sócio-educativo, que a menina freqüentava em um turno inverso ao da escola. Então, eles foram a referência. Daí eles me ligaram e fomos à Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente. Só então ela conseguiu. E mais: chegando à Delegacia – no dia anterior havia combinado tudo com a delegada – havia um policial, na porta, que não a deixou entrar – a mãe. Então, só na terça-feira que ela conseguiu realmente fazer a ocorrência.

Pergunto: desde o ocorrido, quanto tempo se passou?

Então, ter essas pessoas como referência – no caso de Foz do Iguaçu esse trabalho vem sendo feito em parceria com a OIT (Organização Internacional do Trabalho) – é muito importantes, porque, a partir daí temos uma rede informal para nos dar informações dessas crianças e das próprias famílias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nossa primeira inscrita é a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agradeço à Srª Janete Cruz. Segundo o que disse, S. Sª já entregou parte dos nomes de pessoas que podiam ajudar à Deputada Maria do Rosário. No entanto, fiquei um pouco angustiada quando S. Sª disse que não poderia mapear essas rotas. Se a Drª Janete, que faz um trabalho maravilhoso nessa área, não consegue mapear, como é que nós, conseguiremos fazê-lo? Mas, de alguma maneira, V. Sª já nos forneceu os nomes.

Quando V. Sª ouviu os seis taxistas, um deles – se ouvi bem – era o próprio agenciador. V. Sª tem acesso às pessoas que participaram da pesquisa ou não?

A SRA. JANETE CRUZ – Não, não tenho acesso a elas. Devido à falta de tempo e ao curto espaço de tempo, não fui eu que participei da pesquisa em Foz do Iguaçu e, sim, um grupo, indicado por pessoas que são nossas referências, e que inclusive está executando o trabalho que aqui mencionei, em parceria com a OIT (Organização Internacional do Trabalho), que também, em parceria com a universidade e algumas pessoas de Foz do Iguaçu, realizou a pesquisa lá. Não tive como ir. Nem aqui, no Rio Grande do Sul, participei diretamente.

Trabalhamos, por intermédio da Subcomissão e do movimento justamente nesse esforço, em parceria com a Deputada, para podermos, em um curso espaço de tempo, se não há quem faça esse trabalho de articular com a polícia, com o Governo do Estado, ter alguém que possa fazê-lo, porque eles sequer teriam acesso. Então, fizemos esse trabalho de abrir as portas, mas não participamos diretamente na execução da pesquisa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Além da pesquisa, em nenhum momento, a partir dos dados coletados, como funcionava isso na relação da pesquisa com a polícia, por exemplo, para abertura de inquérito, para auxiliar nas investigações? Como isso funcionava? Ou não funcionou?

A SRA. JANETE CRUZ – Os inquéritos já existiam.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, mas o inquérito era para investigar. Como estavam coletando dados, em algum momento houve essa comunicação?

A SRA. JANETE CRUZ – Não houve. Esses levantamentos partiram dos inquéritos já existentes, em que foram preenchidos os questionários tendo como base pessoas que participavam dos Conselhos Tutela-

res, mas não havia subsídios que pudessem, naquele momento, vir a ajudar, nem concretamente, para que pudéssemos fazer alguma denúncia de um caso novo. Todas as informações são muito complicadas, mas a CPMI nos ajuda a mapeá-las, porque permite entrar por outro viés, ir ao local com um outro caráter. Apenas para pesquisar, fica difícil ter acesso às pessoas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Entendi. Como vocês fazem apenas pesquisas, têm a possibilidade de obter mais informações do que aqueles que investigam. Até que ponto isso chegou do outro lado?

A SRA. JANETE CRUZ– Foi bastante difícil ter acesso a isso com os informantes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas vocês conseguiram alguns informantes?

A SRA. JANETE CRUZ – Bem poucos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E disponibilizaram para a Rosário?

A SRA. JANETE CRUZ – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Obrigada.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Deputada Laura Carneiro, se me permite usar a palavra, gostaria de dizer do ordenamento técnico feito pela Prof. Maria Lúcia Leal na pesquisa. A professora coordenou tecnicamente a pesquisa, adotando critérios fossem absolutamente rigorosos, ou seja, os mesmos critérios e o mesmo tipo de análise e investigação em todos os Estados brasileiros. Então, em princípio, as fontes da pesquisa são as fontes oficiais. Aquilo que pode ser quantificado são fontes comprovadas, inquéritos do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, polícias locais e Polícia Federal. Portanto, há sempre um limite na própria Pestraf. Ela foi além porque conseguiu, nos seus anexos, colocar subjetividade, que são os depoimentos. Eu não tinha como agir, até porque esse foi o primeiro trabalho com toda a cidade, coordenado pela Professora Maria Lúcia Leal, e, nos Estados, valeu-se de organizações não-governamentais, dos movimentos, dos Parlamentos locais, usando o mesmo critério tanto para o Pará quanto para o Rio Grande do Sul justamente para poder estabelecer um parâmetro comparativo analítico e científico.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura Carneiro, V. Exª encerrou suas perguntas?

Concedo a palavra à última inscrita, Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dra. Janete, na pesquisa realizada, constatou-se a prática de tráfico direto na região? Outra questão: a pesquisa verificou qual tem sido a atuação do Ministério Público nessas cidades, diante do elevado número de desaparecimentos? E ainda: a pesquisa constatou nessas cidades se há políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade? A pesquisa aferiu, de alguma forma, qual o sentimento da sociedade, mais particularmente nessas duas cidades, com relação ao fato? É um fato que incomoda. Há organizações para cobrar, pressionar os órgãos públicos para que tome uma medida, ou esse fato é indiferente, pois vem de uma cidade com um trânsito muito grande, onde não seria possível ter um controle mais efetivo. Qual o posicionamento da sociedade diante desses fatos? O Ministério Público teve acesso à pesquisa?

A SRA. JANETE CRUZ – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – De posse dessa pesquisa, houve alguma alteração no quadro? De alguma forma, tomaram medidas visíveis nessas cidades?

A SRA. JANETE CRUZ – A primeira pergunta que V. Exª faz é a questão do tráfico direto. O que se observa não é um tráfico direto. Sempre existe algum outro fato. Às vezes, trata-se de trabalho. No caso de pessoas adultas, sim, um dos casos mencionados foi a necessidade de se sustentar. A pessoa já trabalhava como profissional do sexo e recebeu um convite de colegas para ir à Argentina, porque lá havia a possibilidade de ganhar mais. Na verdade, até aí, não se pode considerar tráfico, pois ela foi de livre e espontânea vontade. Passará a se caracterizar quando a pessoa não pode mais retornar, fica com seus documentos presos, sem dinheiro, tem que fugir ou nem retorna mais. As pessoas adultas vão sabendo, e têm uma perspectiva de uma vida melhor. Elas não foram seqüestradas, traficadas. Foram sabendo o que iria acontecer.

Com relação à criança e ao adolescente, a situação é diferente. Temos muita dificuldade em trabalhar com isso, porque os inquéritos são arquivados. Não conseguimos mapear, trabalhamos com uma parte da cidade. Há o desejo de trabalhar com uma perspectiva para o Estado. Acho que essa pesquisa é um esforço nacional no sentido de mapear, e se mapearam rotas, e foram muitas. Mas ainda há determinadas coisas que não conseguimos ter, são sempre de forma muito subjetiva.

Com relação às políticas públicas...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Drª Janete, desculpe-me interromper-lhe. Fiz a pergunta porque li no jornal – sou do Norte – e na pesquisa publicada em um jornal de circulação local foi colocada uma característica muito específica da Região Norte de que lá estaria ocorrendo o tráfico direto. Fiquei curiosa em saber o que seria tráfico direto. As próprias crianças e

adolescentes se oferecendo para participarem desse tráfico sexual. Fiquei curiosa em saber se é somente na Região Norte que acontece isso, daí ter-lhe questionado.

A SRA. JANETE CRUZ – Não temos conhecimento disso. Sempre existe, até onde se tem informação, um aliciador. Não temos essa informação.

Com relação à população, como funciona isso? Nas duas cidades, traz um pouco dessa naturalização, porque na parte que li, ao mesmo tempo, o taxista diz levar, cobrar, ao mesmo tempo diz que não está fazendo nada de errado, que dá carona para as crianças, que isso não é ilegal. E aqui também revela que em todas as famílias em Foz do Iguaçu é difícil que não haja alguém que não seja agenciador ou que não tenha passado pela prostituição. Acaba havendo uma banalização, uma naturalização desses fatos. Quem se movimenta são organizações que trabalham com mulheres, crianças e adolescentes. Podemos ver isso, apesar de a cidade de Uruguaiana ser no interior, nas capitais há mais facilidade de esses movimentos existirem de forma organizada.

Ficará aqui uma cópia dessa pesquisa, que traz uma série de organizações que existem na cidade de Uruguaiana. Foz do Iguaçu não constou da pesquisa, mas sei que também existem muitas organizações não-governamentais trabalhando, e são elas que fazem essa pressão até para que o Governo tome a frente e pressione para que as coisas aconteçam.

Por parte da população, por questões culturais, questões de gêneros, em ambas as cidades, existe uma certa naturalização, ou até banalização dessa situação.

O que se precisa também é de materiais informativos, esclarecendo mais a população, trabalhando isso especialmente com as famílias, porque, às vezes, não entendem o que vai acontecer com a criança. As crianças são levadas com a idéia de que terão uma vida melhor. Então, as famílias precisam realmente saber o que acontece.

O Ministério Público já recebeu uma cópia desta pesquisa. Existe um movimento no Rio Grande do Sul no sentido de ter as Varas especializadas para crimes contra crianças e adolescentes. Há um movimento para isso que, com certeza, nos ajudaria até na agilização dos processos e julgamentos. Foi um movimento importante, no ano passado, a Deputada Maria do Rosário ter conseguido a aprovação de um projeto de lei para busca imediata de crianças e adolescentes desaparecidos. Havia um tempo para a busca, porque a criança poderia voltar para a casa. Hoje, no Rio Grande do Sul, quando desaparece uma criança, um adolescente ou um portador de deficiência, independentemente de idade, a busca é imediata. Para nós, isso é importante. Hoje as delegacias estão conseguindo isso para nós.

No ano passado, fizemos uma parceria com a Secretaria da Justiça, os movimentos e as organizações não-governamentais, pelo fim da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Foz do Iguaçu também faz esse movimento. Prova disso é esse trabalho muito importante que vem sendo feito em parceria com a OIT.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente. V. Exª me concede a palavra para mais um questionamento? Se não puder, entenderei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Drª Janete, fiquei um pouco intrigada em relação à liberação de emissão de passaportes para crianças e adolescentes, de forma mais específica. Como V. Sª vê a idéia, que me passou pela cabeça, de que fossem exigidos novos critérios e requisitos, como, por exemplo, a autorização do Juizado da Infância e Adolescência, para que este pudesse fazer uma audiência prévia com os pais para saber o motivo da viagem e o interesse? O que V. Sª acha disso?

A SRA. JANETE CRUZ – Acho muito importante porque, além de haver o trabalho de combate policial e jurídico, precisamos ter essas ações. O que V. Exª está propondo não deixa de ser uma ação jurídica, porque vai estar envolvendo o juizado. Acho muito importante, porque, nesse momento, até seria a possibilidade de esclarecer e o próprio juizado ter, talvez, um serviço de orientação para ouvir as famílias que desejam que as crianças viajem. Fazer, realmente, um trabalho de orientação. Seria muito importante ter, além da questão do passaporte, um serviço de orientação às famílias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito, agradeço a participação da Drª Janete Cruz, que nos trouxe dados e subsídios da sua pesquisa, que têm servido a esta CPI, inclusive tendo servido de orientação ao nosso requerimento de instalação da CPI. Agradeço à Drª. Janete, inclusive porque estava gripada. Temos certeza de que esses dados e informações serão muito ricos, para que possamos, realmente, ao final da CPI, ter os resultados que nossas crianças, jovens e, certamente, toda a sociedade brasileira desejam. Muito obrigada à Drª Janete.

Alguém ainda deseja se manifestar?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De fato, é uma pesquisa, um processo investigatório que cabe à CPI ou à polícia fazer. Essa é uma primeira observação. Não podemos exigir que a Drª. Janete, nem ninguém, traga elementos resultantes de inquéritos ou notícias veiculadas em jornais e de alguns casos que foram analisados. É uma pesquisa que teve toda uma metodologia.

Em segundo lugar, a Drª. Janete já disse que há casos em que o passaporte é falso; ou seja, também há uma máfia que, infelizmente, no País, vende passaportes falsos e consegue passar com muita facilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, li, mais ou menos, os depoimentos do caso anterior e entendo que V. Exª deveria, aos cuidados da Relatora, pedir à Polícia Federal que fizesse depois uma revisão. Fiz um microrrelatório apenas com os nomes de cada um dos casos, mas seria importante que houvesse um trabalho mais minucioso de leitura, com mais tranqüilidade, para que pudéssemos dar sentido a essa matéria.

Por outro lado, no mesmo documento do Maranhão, foi citado o caso de Rio Branco. Trata-se de outro caso. Li além do que foi dito e percebi que o caso também é grave e necessita de procedimento imediato.

Devolvo a documentação e posso ficar com isso. Coloco-me à disposição para, posteriormente, ajudar no que for necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura Carneiro, agradeço a participação e as sugestões de V. Exª. Os membros da Polícia Federal que estão conosco certamente nos ajudarão a examinar todos esses documentos para que possamos tomar as providências cabíveis.

Convoco uma nova reunião para a próxima quarta-feira. O horário das reuniões tem-se modificado, às vezes às 10 horas ou às 11 horas. Porém, gostaria de sugerir que ouvíssemos os convidados – a Secretaria desta Comissão já está procurando entrar em contato com o restante dos coordenadores da Pestraf para saber se poderemos ouvi-los na próxima semana –, se todos estiverem de acordo, às 11 horas, iniciando, a partir das 10 horas, uma reunião administrativa apenas com os membros da CPMI para que procedamos a algumas deliberações.

Se todos estiverem de acordo, fica assim deliberado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h38min)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2003-CN "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL".

Ata da 6ª Reunião Realizada em 16-7-2003

Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e três, às dez horas e vinte minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senador Marco Maciel, Senadora Ana Júlia Carepa, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Fátima Cleide, Deputada Laura Carneiro, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputado Eduardo Barbosa, Deputado Severiano Alves, Deputada Janete Capiberibe, Deputado João Magno, Deputado Luiz Couto, Deputada Miraim Reid e Deputado Reginaldo Lopes, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN** ***"com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".*** Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente informa que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições dos Coordenadores da PESTRAF, Dr. Welinton Pereira da Silva – Região Sudeste, Dr. Marcel Hazeu – Região Norte e a Dra. Rosário de Maria da Costa Ferreira – Região Nordeste. A seguir, a Presidência passa a leitura dos expedientes remetidos à Comissão, Ofício nº 0100/2003, datado de 15 de julho do corrente, justificando a ausência da Deputada Terezinha Fernandes em virtude de compromissos agendados anteriormente na cidade de Imperatriz e do Ofício/GAB nº 048/03, datado de 14 de julho do ano em curso, que justificando a ausência da Deputada Suely Campos, pelo fato de estar participando do I Fórum para Debates de Temas de Interesse da Amazônia Ocidental, na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. A seguir, a Senhora Presidente passa às mãos da Senhora Relatora os Requerimentos para que a mesma possa proceder a leitura: **1)** Requerimento nº **023/2003**, de autoria da Deputada Francisca Trindade, subscrito pela Senhora Relatora, que requer a presença, no Estado do Piauí, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional que investiga a Prostituição Infanto-Juvenil; **2)** Requerimento nº **024/2003**, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que requer diligência, em

Porto Velho, Rondônia, juntamente com a Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa de Rondônia destinada a apurar fatos correlatos aos desta Comissão, a fim de se investigar rede de pedofilia naquele Estado; **3)** Requerimento nº 0**25/**2003, de autoria do Deputado Luiz Couto, que requer Audiência Pública no Estado da Paraíba, para ouvir vítimas, testemunhas, indiciados e autoridades, acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes naquele Estado; **4)** Requerimento nº 0**26/**2003, de autoria da Deputada Janete Capiberibe, que requer a CPMI apresente como indicação ao Secretário de Segurança Pública – e que conste no Relatório Final – que no Plano Nacional de Segurança Pública do Governo Federal, garantindo como política pública, estejam os cursos de formação/capacitação e sensibilização para as polícias municipais, estaduais e federal para tratamento adequado da questão da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes; **5)** Requerimento nº 0**27/**2003, de autoria do Deputado Luiz Couto, que requer a CPMI, através do GAVTA – Gerência de Assistência a Vítimas e Testemunhas ameaçadas, intime a adolescente V.O.R. para depor na qualidade de testemunha, sobre casos de exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Campina Grande – Paraíba ; **6)** Requerimento nº 0**28/**2003, de autoria da Deputada Laura Carneiro, que requer nos termo regimentais, seja oficiada a Procuradoria de Justiça do Estado do Rio Janeiro requisitando a montagem de Grupo de Trabalho necessário ao acompanhamento e manutenção dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – "Exploração Sexual" – no Estado do Rio, indicando os Srs. Promotores a seguir identificados para integrá-lo: Mônica Costa di Piero, Ana Lúcia Silva Melo, Jorge Magno Reis Vidal, Agnes Murrliner, Hedel Nara Ramaos Júnior, Márcio Almeida Ribeiro da Silva, Flávia Ferrer, Valéria Videira, Romero Lyra e Marcio Mothé, e **7)** Requerimento nº 0**29/**2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência, em caráter reservado pra ouvir os Promotores de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Hedel Nara Ramos Júnior, Marcio Almeida e Jorge Magno Reis Vidal e o Delegado da Polícia Federal do referido Estado, o Sr. Mrcelo Berttoluci. A Senhora Presidente coloca em discussão e votação os Requerimentos, sendo todos aprovados por unanimidade dos membros. A seguir, a Presidente convida para tomar assento à Mesa dos Trabalhos os Senhores Expositores, concedendo a palavra inicialmente ao Dr. Welinton Pereira da Silva, após a Dra. Rosário de Maria da Costa Ferreira e por último ao Dr. Marcel Hazei, para as considerações iniciais. A Presidência passa a palavra a Senhora Relatora para seus questionamentos. A Presidência consulta aos membros quanto a realização de perguntas aos Senhores expositores em bloco para maior celeridade dos trabalhos, sendo acatada a sugestão. Fizeram uso da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Deputado Severiano Alves, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, o Deputado Eduardo Barbosa, a Deputada Laura Carneiro, a Senadora Ana Julia, e o Deputado Luiz Couto. Após, a Presidente informa que fica transferida para a próxima reunião da Comissão leitura, discussão e votação dos Requerimentos que se encontram no aguardo de apreciação, assim como, o relato da Deputada Maria do Rosário e da Deputada Laura Carneiro a respeito da Diligência realizada no Estado do Rio de Janeiro. Ao final, a Senhora Presidente convoca os membros para a próxima reunião da Comissão a realizar-se no dia vinte e três de julho, às dez horas e, não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento Taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por intermédio do Requerimento nº 02, de 2003 – CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la como aprovada. (Pausa.)

A ata é considerada aprovada.

Esclareço ao Plenário que a presente reunião destina-se à exposição dos coordenadores da Pestraf, Dr. Welinton Pereira da Silva, da Região Sudeste, Dr. Marcel Hazeu, da Região Norte, e Drª Rosário de Maria da Costa, da Região Nordeste.

Há expediente a ser lido.

A Deputada Terezinha Fernandes justifica a ausência, a ser comunicada aos integrantes da CPMI.

Aqui são ofícios encaminhados à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar as situações de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, marcada para o dia 16 do corrente, visto que a Deputada Suely Campos estará participando do fórum de debate de temas de interesse da Amazônia.

Há ofício do Deputado Federal Luiz Couto, que encaminha em anexo, em caráter confidencial, um relatório de viagem elaborado pela assessora em direitos humanos, quando da participação em audiência de in-

quirição de declarantes, realizada no fórum da cidade de Patos, na Paraíba, no dia 16 de abril, oportunidade em que foram ouvidos 14 adolescentes vítimas de exploração sexual, que revelaram a rede de exploração existente naquela cidade, com extensão aos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

Esse é o relatório.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT – PB) – Há um outro relatório, também confidencial.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Já está aqui o relatório.

"Encaminho a V. Exª, para que seja analisado, em caráter confidencial, por esta CPI, cópia do relatório elaborado pela adolescente V.O.E, principal testemunha e denunciante da rede de exploração sexual infanto-juvenil que atua na cidade de Campina Grande, Paraíba."

Trata-se de um relatório – desculpe-me, Deputado, pensei que fosse o mesmo...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT – PB) – Não. São 2 relatórios. Essa menor, inclusive, está no programa de proteção, e há um requerimento solicitando que ela seja ouvida, nesse caso, dirigido à Presidência.

A relatoria deverá encaminhar ofício para a Drª Nilda Tuma, para que, no momento em que ela for ouvida, possa apresentar, uma vez em que ela está num programa de proteção e sua identidade deverá ser mantida sob segredo, para não ser revelada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Convidamos, para compor a Mesa, o Dr. Welinton Pereira da Silva, Coordenador da Pestraf da Região Sudeste. (Pausa)

Ouviremos o Dr. Welinton e os outros dois coordenadores, que devem estar chegando pois estavam no aeroporto, para, em seguida, formularmos as perguntas, começando pela Relatora.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, pela ordem.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT – PB) – Como os outros não chegaram, sugiro que aproveitemos este momento para que as Deputadas Laura Carneiro e Maria do Rosário apresentem relato das diligências feitas no Rio de Janeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Luiz Couto, propomos justamente inverter a ordem, isto é, ouvir primeiro os coordenadores, até porque a reunião do relato das Deputadas Laura Carneiro e Maria do Rosário deverá ser reservada, haja vista as informações que têm a nos passar. Por isso, invertemos a ordem.

Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe, pela ordem.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB - AP) – Gostaria de saber se a Coordenadora da Pestraf da região Nordeste encontra-se presente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ainda não, Deputada. Ela chegará logo.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB - AP) – Eu ia sugerir inversão da pauta.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA – Cumprimento as Srªs e os Srs. Senadores presentes e também o público que assiste a esta reunião. Estou gaguejando por dois motivos: primeiro, porque sou gago mesmo; segundo, estou nervoso por estar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pode ficar calmo, que estamos em casa.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA – Está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pode ficar tranqüilo. Estamos todos aqui para ouvi-lo. Já ouvimos outros dois coordenadores. Na verdade, é uma exposição tranqüila. Sabemos da importância da Pestraf e só queremos conhecer o resultado do trabalho feito na região Sudeste, no qual pretendemos basear-nos, a exemplo do que foi feito no requerimento da CPI. Então, pode ficar tranqüilo. Sinta-se em casa.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA – Obrigado. Vou falar mais sobre a região Sudeste, da qual fui coordenador da pesquisa. Inicialmente o objetivo da pesquisa era abranger a região Sudeste toda, contudo, por falta de recursos financeiros, o projeto inicial foi reduzido e tivemos que priorizar os dois Estados onde a incidência é maior, ou seja, Rio de Janeiro e São Paulo. Então, priorizamos esses dois Estados. Infelizmente, não pudemos estender a pesquisa para Minas e Espírito Santo, embora isso fosse importante, pois não tínhamos recursos para essa finalidade.

Para a pesquisa, houve a aliança entre algumas universidades, ONGs – represento uma ONG chamada Visão Mundial – e alguns movimentos sociais que lidam principalmente com a questão da mulher e da criança.

Algo que nos assustou a princípio foi simplesmente a falta de dados. A equipe da pesquisa se defrontou com essa situação. É como se na região Sudeste não existisse nenhum caso de exploração sexual ou de tráfico de mulheres e crianças com essa finalidade. Então, uma coisa era o que às vezes nós e as pessoas que militam na área dos direitos humanos, especialmente no que tange à mulher e à criança, víamos na mídia; outra coisa era a realidade criminal. Em São Paulo, de uma maneira especial, em que me detive mais por residir lá, alguns poucos casos que havia ainda eram por haver crianças ou adolescentes, e eram considerados como segredos de justiça. Às vezes, não tínha-

mos muito acesso a esses casos. Então, essa é uma dificuldade muito comum nessa área. Às vezes, é muito difícil conseguir bons resultados.

A primeira coisa que eu poderia colocar, talvez como um eixo fundamental na questão da região Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo, é que a maioria das mulheres e adolescentes que iam principalmente para a Europa, para Israel, tinha como ponto de passagem a cidade de São Paulo, de repente por causa de uma estrutura, de agências. Então, São Paulo é muito mais como uma cidade que recebe mulheres de outros Estados, e algo que detectamos é que ali a maioria dos casos não era de pessoas da cidade, e, sim, de Goiás, de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Norte, do Nordeste e, também, do interior. Fizemos o estudo de um caso em que não houve tráfico internacional, e sim aquele que chamamos de tráfico interno, que na lei não é caracterizado como tráfico. Inclusive, acreditamos que isso é algo que deveria ser mudado na lei, porque há um grande número de tráfico de pessoas de um Estado para outro que simplesmente não é considerado crime. Um desses casos, sobre o qual nos debruçamos muito, um caso exemplar, foi o de uma pessoa enviada para Santa Catarina e mantida lá num regime de semi-escravidão. Com muita dificuldade, a mãe dessa moça, depois de muita luta, conseguiu que a filha retornasse para casa, e simplesmente não houve crime algum. Apenas a pessoa foi considerada desaparecida e, na hora em que foi encontrada, foi à delegacia como se tivesse aparecido de novo. Portanto, não houve nada, não houve crime. Então, acreditamos que essa é uma situação que precisaria ser mudada, porque acontece muito desse tipo de crime, em que adolescentes e mulheres são enviadas de um Estado a outro. No momento em que isso é descoberto, simplesmente não se caracteriza nenhum crime, porque, pela nossa legislação, não configura crime.

Outra coisa que nos chamou muito a atenção foi o tráfico de mulheres, às vezes negras, principalmente para a Europa, onde há toda uma mística da mulher negra em que detectamos, por meio de uma parceria com o movimento de mulheres negras, como que a questão de gênero é possível ser levada em conta. Para, afinal, propormos alguma política, alguma legislação que possa atender essas mulheres.

Um caso que foi muito incomum em São Paulo principalmente foi a situação de um chinês que estava levando uma moça para Hong Kong e a polícia conseguiu descobrir antes que ele estava tirando os documentos da moça e conseguiram prender o chinês com a moça no avião. Mesmo assim, depois de anos, esse caso foi arquivado. E aí está a nossa dificuldade, dos que militam na área, que atua para, de alguma forma, inibir esse crime, porque é muito difícil conseguir levar, em um caso desses, a pessoa a ser criminalizada.

Algo que gostaríamos de apresentar e que precisaria ser levado em conta é a conivência que há de agências de viagens e turismo, pois a maioria de meninas tira passaporte quando ainda são menores, mas conseguem tirar o documento como maior de idade e conseguem visto. Assim, há toda uma rede que contribui de maneira a que essa menina ou essa mulher consiga legalizar alguns documentos falsos que propiciam a viagem.

Detectamos boates, restaurantes, agências que anunciam empregos para mulheres irem a Europa, aos Estados Unidos para trabalharem tomando conta de criança, de garçonete. A rede é muito bem montada e como São Paulo é uma cidade em que a maioria do turismo é feita com a finalidade de negócios torna-se bem mais fácil para uma pessoa que vem a negócios conseguir uma companheira e acabar usando até por conta das suas relações com outros meios.

Um outro aspecto que queríamos citar é o de dois acontecimentos que chamam muito a atenção: um na região de Campinas, especificamente na cidade de Hortolândia, onde foram detectados alguns casos, e na cidade do litoral norte de São Paulo, na região que pega Ubatuba, Caraguatatuba. Foi talvez uma relação entre o Rio e aquele eixo da divisa entre São Paulo e Rio de Janeiro.

Uma coisa que talvez também valha a pena citar é que essa pesquisa que desenvolvemos foi a primeira do gênero. A idéia que a maioria das pessoas tinham, de início, era de que não havia esse tipo de crime, inclusive de algumas instituições e organizações que lidam com mulheres e com crianças. É como se houvesse apenas a exploração sexual. Temos, por exemplo, alguns levantamentos com algumas instituições que lidam diretamente com mulheres, e essa não. Aqui, no caso, nunca houve algum. E fizemos também uma entrevista com uma delegada da Delegacia de Mulheres. Ela não conseguiu identificar se tinha havido algum tipo de tráfico de mulheres. E ficamos questionando o porquê disso. Porque, na maioria das vezes, o tráfico e a exploração são embutidos em outro tipo de crime. E aí é muito difícil, às vezes, para a Polícia, talvez por não ter uma certa capacitação, identificar que aquele caso em si é um caso de tráfico. A pessoa foi realmente traficada ou foi explorada.

Outra questão há é a do consentimento da vítima. É como se a pessoa tivesse ido a algum lugar porque quis, porque foi da sua vontade, porque queria melhorar de vida, queria ganhar dinheiro, e então isso não se configura crime. E na hora que a pessoa retorna,

nem sempre tem condições, tem objeto para poder denunciar. Ela acaba também se calando.

Já estou finalizando. A nossa proposta que temos, como região Sudeste, mais precisamente na questão de São Paulo, que foi nosso objeto maior de estudo, porque na pesquisa configurou o Norte, em primeiro lugar, na questão da exploração, depois o Nordeste e o Sudeste. E no Sudeste, em São Paulo, por ser a maior economia, configurou-se muito mais essa situação.

A proposta que deveria acontecer é a de se aprofundar mais esse levantamento, de maneira que se pudesse conhecer, em bloco. Já mapeamos essas rotas, já temos hoje mapeadas as rotas de onde costumam sair as mulheres, as meninas, onde costumam embarcar, onde estão, por exemplo, os principais instrumentos que são utilizados para poder facilitar a ida dessas pessoas, com quem essas pessoas contam, por exemplo, com as empresas de fachada, quer dizer, isso significa que já temos mapeado onde a coisa se dá. O que precisa é aprofundar esse conhecimento mais **in loco** – acredito que a CPI tem mais poder para isso – e achamos que isso é principalmente uma questão de legislação. É impossível conseguirmos combater esse tipo de crime se não acontecer uma mudança substancial nessa ordem. Creio que não se admite um país, por exemplo, que tem contado números de carros que são roubados, número de objetos furtados, e com a pessoa urbana não há número, nada de concreto onde se pudesse pesquisar.

Então, essa pesquisa foi um primeiro passo e acreditamos que esta CPI vai ajudar muito mais em aprofundar esse primeiro passo que foi dado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Dr. Welinton, pela sua exposição.

Gostaria de chamar a Drª Rosário para compor à Mesa. A Drª Rosário é a Coordenadora da Pestraf na Região Nordeste.

Peço a Secretária que a conduza até a mesa. (Pausa)

Com a palavra a Drª Rosário, que terá 15 minutos para fazer sua exposição.

A SRA. ROSÁRIO DE MARIA DA COSTA FERREIRA – Bom-dia a todos aqui presentes nesta reunião da CPI da Exploração Sexual.

Meu nome é Rosário de Maria da Costa Ferreira, sou psicóloga e nasci em Belém do Pará e residi nos últimos seis anos em Fortaleza. Faço esse histórico porque ele tem a ver com os relatos que farei aqui.

No entanto, antes de começar, quero parabenizar essa iniciativa da CPI, nas pessoas da Senadora Patrícia Saboya Gomes e da Deputada Federal Maria do Rosário, pois considero que esta CPI, hoje, compõe uma série de iniciativas neste País que fazem parte do plano nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no sentido de enfrentarmos uma realidade que tem a ver com o que estamos denominando de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. E quando falamos desse tipo de fenômeno, temos que nos remeter à questão do mercado do sexo mundial, de uma indústria do sexo mundial, que tem interesses que passam pela questão do lucro principalmente. Então, são redes poderosas que estamos enfrentando no dia-a-dia.

Não vou entrar no mérito de discussões teóricas, conceituais e metodológicas da pesquisa, até porque isso já foi feito nas falas de Maria Lúcia Leal e Vanderlino Nogueira, mas queria, antes de tudo, antes do relato dos dados que farei, mencionar algumas questões.

Esse fenômeno da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes não é recente, como algumas pessoas pensam, principalmente no que se refere à prostituição e ao tráfico. Digo isso não só pelos dados históricos do nosso País com relação ao tráfico de pessoas e à própria prostituição, mas por experiência e convivência com mulheres prostitutas em Belém do Pará.

Ouvi de uma dessas mulheres, que lidera um dos grupos organizados de mulheres que se encontram nessa condição, que na década de cinqüenta uma delas viveu uma situação de violência sexual; relatou-me o que ela sofria, em Pernambuco, quando trabalhava como doméstica na casa de algumas pessoas, foi violentada pelo filho do patrão e largada numa praça pública, de onde foi acolhida por um travesti que conhecia casas de prostituição na região Nordeste, e dali, na década de cinqüenta, ela foi levada para São Luís do Maranhão e logo em seguida para Belém do Pará. Naquela época ela tinha 17 anos. Então, repito, esse não é um fenômeno recente no País.

Esse tipo de informação, sobre a prostituição e o tráfico, serve para pensarmos em que país vivemos e em que condições para que essas situações ocorram.

Acredito que já foi falado e reforçado em vários momentos que a situação de exploração sexual comercial, seja na modalidade de prostituição, do turismo sexual, do tráfico ou da pornografia, se dá num contexto de desigualdades sociais muito grande, em que a pobreza e a miséria vitimam e vulneram as pessoas, em que as desigualdades de gênero também colocam mulheres e meninas em situações de vulnerabilidade, em que o racismo também coloca mulheres e meninas negras como maiores vítimas desse tipo de exploração, além de outras desigualdades e discriminações como a orientação sexual, em que meninos e rapazes

são discriminados na sua orientação sexual e acabam vendo como única saída do exercício da sexualidade a prostituição, no caso michês e travestis.

Também temos que abordar a questão, já que estamos falando de crianças e adolescentes, da relação de poder entre adultos e crianças. Vivemos em uma sociedade em que a educação ainda acontece de forma punitiva, em que a palmada, a pancada ainda são vistas como instrumentos pedagógicos.

Fazendo um consenso sobre o assunto, temos que pensar que o tráfico é um fenômeno econômico global, sim, está ligado à atividade do crime organizado internacional, sim, mas é um elemento desse contexto de intensas desigualdades e de processos de transformação cultural por que nosso País vem passando. A pornografia e o turismo sexual, formas modernas dessa exploração e outras que estamos descobrindo agora, temos que ver como fenômeno mais recente.

A nossa pesquisa queria levantar informações sobre uma dessas modalidades que tem a ver com o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para esses fins de exploração sexual, não pretendíamos fazer levantamento de dados, queríamos mapear o fenômeno. No caso do Nordeste, região em que coordenei a pesquisa sobre tráfico, encontramos todas essas condições. Se verificarmos os indicadores sociais e econômicos e de desigualdades de gêneros e outras desigualdades veremos que é um campo fértil onde esse mercado do sexo se alimenta.

Além dessas condições sociais e econômicas de extrema pobreza e desigualdades, também encontramos um projeto de desenvolvimento do turismo que não é pensado na perspectiva de um desenvolvimento sustentável, muito pelo contrário, os grandes investimentos chegam naquela região, as famílias que residem ali já se encontram em situação de pobreza, são vulnerabilizadas mais ainda com a abordagem desses grupos que ali chegam, expulsam famílias de suas áreas. Além dessa abordagem, há também os homens que para ali vão querendo serviços sexuais, em busca de sexo com mulheres, crianças e adolescentes. É nesse contexto que fizemos a pesquisa de tráfico no Nordeste.

Quando começamos a falar sobre isso entre nós da equipe, precisamos fazer um estudo e um nivelamento conceitual, mas nos deparamos com essa dificuldade de trabalhar o tema com os agentes públicos, com as autoridades. Não se fala de tráfico de pessoas, e, toda vez que falávamos de tráfico, as pessoas remetiam para a questão do tráfico de drogas e outras situações, menos o tráfico de pessoas, e muito menos o entendimento do que é a exploração sexual comercial nessa linha do tráfico e do turismo sexual, por exemplo, apesar de muito difundido no Nordeste. Encontramos essa dificuldade de trabalhar com o tema, o que chamamos de invisibilidade, porque as pessoas não queriam falar sobre o assunto. A limitação legal, que considera tráfico só para fins de exploração de mulheres na prostituição, e de caráter internacional também dificulta a abordagem dessa questão pelos agentes públicos, mas encontramos muita coisa lá.

Muitas situações tornam vulneráveis essas meninas, crianças e adolescentes, e também meninos. A pesquisa fez um recorte de gênero, por uma questão de ordem metodológica, mas soubemos de casos de meninos levados, por exemplo, de Fortaleza para São Paulo, para lugares onde são explorados sexualmente, recebendo doses diárias de silicone, sendo "bombados", como eles dizem. Essa denúncia foi feita no Conselho Tutelar de Fortaleza, e esse tipo de situação continua ocorrendo.

Encontramos que situações? Que redes de tráfico são essas que diariamente exploram e violam os direitos humanos e sexuais dessas crianças e adolescentes?

No Nordeste, o tráfico tem uma relação muito forte com o turismo sexual – isso é muito presente. No caso das cidades de Fortaleza, Natal e Recife, há denúncias e casos de redes de exploração sexual envolvidos em um projeto de turismo sexual, de exploração pelo turismo sexual.

Quando discutimos redes, temos que pensar nelas na perspectiva de uma rede informal, que ocorre de acordo com a dinâmica e o contexto local, e de outras redes mais organizadas e mais formais. No caso da exploração sexual de meninas que vêm do interior do Estado, por exemplo, para o trabalho doméstico nas capitais, há algumas figuras de mulheres gerenciadoras que fazem o recrutamento dessas meninas inicialmente para um trabalho doméstico, mas que depois acabam colocando-as numa situação de exploração sexual em casas, em prostíbulos nas cidades. Isso foi muito presente no Maranhão, por exemplo, mas também identificamos isso em Fortaleza, Recife e Natal.

Outra situação também muito presente, no caso de portos, como no Maranhão, é a saída de mulheres e jovens em barcos pequenos para navios que ficam ancorados nesses portos. O Porto do Itaqui, no Maranhão, é um ponto de saída de mulheres para países da Europa. No nosso relatório, há o caso de uma mulher que saiu dessa forma. O Porto de Itaqui, no Maranhão, é um ponto de saída.

No caso de Fortaleza, termos uma informação que pode ser checada com a Polícia Federal, de saída das mulheres fazendo esse trabalho de ida aos navios, mas não sabemos se elas saem para outros

países. A Polícia Federal do Estado do Ceará tem essas informações.

Além disso, presenciamos nos aeroportos a chegada de turistas e seus encontros com essas meninas. O Welinton já falou aqui do envolvimento das agências de viagens e de turismo nesses esquemas. Eles ficam nos aeroportos esperando. Uma simples observação – pelo menos no aeroporto de Fortaleza, mais de 70 câmeras podem estar registrando esse tipo de atividade – seria só o caso de fazer uma investigação mais detalhada, uma investigação por um serviço de inteligência.

A questão dos portos, dos aeroportos e das estradas – estradas nas quais os caminhoneiros acabam tendo uma função muito importante. Por exemplo, o caso de um caminhoneiro que leva uma menina de carona e chega num bordel. Lá, a mulher aceita que aquela menina fique. Vejam bem, não havia nenhuma intenção desse caminhoneiro de estar fazendo esse tipo de agenciamento, mas a mulher vira para ele e diz: "Se você encontrar mais meninas como essa, traga para a gente." Assim, esse caminhoneiro passa a fazer parte de uma pequena rede, levando meninas para essas mulheres. Assim como essas, há outras situações.

Recentemente, tivemos uma CPI nacional para investigar a prostituição infanto-juvenil e outra para investigar o turismo sexual, mas as investigações não tiveram o aprofundamento que o fenômeno merece. O que precisamos ter realmente é um serviço de inteligência dedicado à investigação desse tipo de situação. Informantes sobre essa situação nós temos, mas nós temos que pensar na segurança, na proteção dessas pessoas que decidem falar sobre o assunto.

No caso da pesquisa, colocamos dois casos na publicação e temos outros casos de inquéritos e processos que se encontram em andamento, mas aos quais não temos acesso. Além disso, temos informações de pessoas que sabem de situações, mas que não as denunciaram – os casos não foram transformados em processos ou inquéritos. Essas pessoas podem ser ouvidas, mas temos de protegê-las, temos de garantir de alguma forma que essas pessoas possam falar sobre essa rede de tráfico informal ou formal de uma forma segura e protegida.

Acredito que a invisibilidade do tráfico é devida à falta de uma política de responsabilização dos agressores e de defesa e proteção das vítimas mais eficaz. Deve-se também à ausência de uma investigação em que possamos realmente apontar os agentes públicos e autoridades que estão envolvidos nesses casos – leia-se o caso do Maranhão e de outros estados que podemos citar depois.

O envolvimento de alguns setores, de agentes públicos, de algumas instituições complica o processo de responsabilização dos culpados. Acredito que precisamos enfrentar esse problema. Precisamos ter uma política voltada para o turismo mais eficaz quanto à fiscalização da entrada e da permanência de estrangeiros na região Nordeste por exemplo. Precisamos ter um controle maior disso.

Há um outro dado sobre o qual precisamos ter controle. Quando chegamos ao Juizado da Infância e da Juventude em Fortaleza, conversamos com uma pessoa – não foi com o juiz – e pedimos o levantamento das autorizações de saída de adolescentes para fora do País. A resposta obtida foi que não se dispunha desse levantamento nem se registrava o motivo pelo qual essas famílias pediam autorização. Nessa mesma ocasião, estava no juizado uma família com um estrangeiro de seus 75 anos – havia uma outra pessoa comigo que pode confirmar isso. Eles estavam pedindo autorização para uma menina de 17 anos viajar para a Europa, porque ela ia se casar com aquele estrangeiro.

Temos que ter no Juizado da Infância e da Juventude um processo mais criterioso – acredito que isso já vem sendo de alguma forma – na liberação dessas autorizações, mesmo que haja a anuência da família, pois muitas vezes ela pode estar recebendo alguma coisa em troca.

O que confirmamos no Nordeste é que existe tráfico internacional de mulheres. Para a Europa? Existe. Esse tráfico envolve adolescentes também, porque estamos lidando com um problema de falsificação de documentos – alguém provar que é maior de idade tornou-se muito fácil, pelo menos em alguns lugares onde fomos. Essa questão da falsificação de documentos e da autorização de viagens para adolescentes precisa ser mais criteriosa para podermos realmente evitar o tráfico. O tráfico doméstico interno precisa de uma legislação própria que possa impedir ou exercer maior controle sobre o deslocamento dessas meninas entre estados e entre cidades.

Se houver na polícia rodoviária, nas empresas de ônibus e nos próprios terminais rodoviários uma fiscalização maior, pode-se reduzir esse tipo de tráfico interno no interior do País.

Temos o caso de tráfico de Iguatu para Fortaleza – caso famoso de um travesti que agenciava meninas. Era simples: ele colocava as meninas dentro do ônibus – como ele mesmo disse no seu depoimento –, dava-lhes um banho de loja e, a partir daí, agenciava essas meninas. Agora, se ele está ou não articulado com uma rede internacional... E se alguém ligado ao crime organizado, que trafica pessoas, aproxima-se de um sujei-

to como esse, tem ali um campo fértil para conseguir pessoas para prestarem esses serviços sexuais.

Penso que temos de começar a discutir, neste País, na questão do tráfico de pessoas para fins sexuais, interno ou externo, o porquê que acontece isso. Estamos lidando com serviços sexuais que atendem a uma demanda sexual de clientes que têm essa demanda, sejam eles brasileiros ou não. Então, estamos lidando com isso. Estamos lidando com o mercado do sexo, que tem uma parte que é formal e legalizado e que precisa ser mais fiscalizado. Mas há também uma parte por trás desse mercado do sexo que não aparece, que é justamente isso.

Concluímos que temos de discutir o tráfico não apenas na relação de traficantes de pessoas e vítima que é traficada. Temos de discutir todo um contexto: ela está aqui, com a questão da pobreza e outras situações de desigualdades, e ele está ali, com uma demanda por sexo. Entre os dois, existe uma rede que pensa muito bem como esse mercado pode funcionar: aqui há uma pessoa que presta serviços sexuais e lá há uma demanda, que é um cliente que quer sexo com crianças e adolescentes. O encontro disso se dá dentro desse contexto de impunidade, de desigualdade e de falta de políticas eficazes.

Está na hora de realmente pensarmos que as polícias têm um papel muito importante. Nós, da área social, estamos investigando e discutindo. Estão aí o plano nacional, os fóruns e uma CPI como esta. Entretanto, a polícia tem de fazer o seu papel, pois serviço de inteligência é essencial em um trabalho dessa natureza.

Neste momento em que estamos discutindo essas questões, estão aqui todos os documentos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que está com 13 anos, e a Convenção dos Direitos das Crianças. Está tudo posto. O que falta realmente é operacionalizar tudo isso em ações públicas, que realmente responsabilizem essas pessoas. Muito poucas pessoas são presas por causa de exploração sexual neste País. Temos quantos turistas presos aqui por causa disso? Nesta hora em que estamos fazendo esta discussão, uma menina ou um menino está sendo recrutado, com certeza, para esse mercado do sexo, porque pobreza, fome, desigualdade de gênero e outras desigualdades mais estão postas no nosso dia-a-dia. Além do que, há uma sexualidade da qual não falamos e não queremos falar. Esse mercado do sexo sobrevive disso.

Às vezes, os agentes públicos fazem parte desse mercado do sexo, como agenciadores. Apontamos o barraqueiro, o taxista, o que trabalha em restaurante – está na CPI do Turismo Sexual e em outras, a relação dos restaurantes. Em Fortaleza, há envolvimento de italiano, de português, de espanhol. Está tudo na CPI. As sete meninas que foram depor na CPI da Exploração Sexual e outras meninas que poderiam estar depondo não falam mais, porque não podem falar, já que suas vidas estão em risco. Cabe a esta CPI e ao Poder Público garantir segurança a essas pessoas, para que realmente tenhamos uma ação efetiva contra o tráfico.

Agora, cheguei ao aeroporto e vi escrito que tráfico de animais é crime. Então, também vamos anunciar, a toda hora e a todo lugar, que tráfico de pessoas é crime. Vamos dar visibilidade a isso. Vamos falar para as pessoas, para a mãe e para o pai da menina, que, na porta da escola, ela pode ser abordada. Em 1988, quando comecei a trabalhar como educadora de rua, com crianças e adolescentes, já ouvia falar das abordagens na porta da escola e já ouvia falar das meninas de rua que eram usadas sexualmente, na prostituição e em outras situações.

Esta CPI tem de ouvir os profissionais do sexo deste País, sejam homens, mulheres ou travestis, porque eles sabem de muita coisa também, pois vivem nessa situação. E eles são contra. Hoje, a Rede Nacional de Prostitutas se posiciona contra a prostituição infanto-juvenil e contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Então, temos de ouvi-los, sim. Há muitas pessoas que podem ser ouvidas e que podem colocar o dedo na ferida.

Entretanto, temos de pensar a questão de uma forma séria. Nem eu vou falar tudo aqui.

Então, temos de pensar isto: tráfico é rede de crime organizado, é algo sério, é lucro. Tráfico de armas, de drogas e de pessoas são as três maiores rendas do crime organizado. Quem vai mexer com isso? Quem vai mexer com autoridade que tem envolvimento com isso? Quem é que vai mexer com isso no interior do Ceará, onde há juiz envolvido? Quem vai mexer com gente que explora as meninas no interior do Ceará? Quem vai à Ceasa de Pernambuco falar para os caras pararem com isso?

Passa pelo poder público, sim; passa pelos agentes públicos. O mesmo drama que estamos enfrentando com relação ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro e em outras situações, enfrentamos nessa área. Só não enfrentamos mais porque ainda não ousamos realmente agir contra esse tráfico de pessoas, de crianças e de adolescentes. E não enfrentamos ainda uma discussão neste País sobre uma condição que está posta antes: crianças e adolescentes são explorados sexualmente na prostituição e no turismo sexual. Quando o tráfico e a pornografia na Internet vem e encontra todo esse povo disponível, é muita grana para essa garotada. Infelizmente, uma mulher que sai do nosso País só o faz

para viver uma vida melhor. Ela entende que aquele homem é melhor, que irá comer melhor, que irá ganhar melhor. É disso que falamos.

Os dados estão todos aqui, as rotas estão aqui. A Polícia Rodoviária, a Polícia Federal, a Polícia Civil, serviço de inteligência eficaz e uma discussão séria neste País sobre sexualidade, direitos humanos e sexuais, de todos, inclusive de crianças e adolescentes.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Drª Rosário. A sua exposição certamente será de muita utilidade para esta CPMI.

Vamos ouvir o terceiro coordenador, que acaba de chegar, a quem convido para compor a mesa, Dr. Marcel Hazeu, da Região Norte. (Pausa)

O Dr. Marcel terá, da mesma forma, 15 min para expor a pesquisa sobre a Região Norte.

O SR. MARCEL HAZEU – Bom dia! Desculpem meu atraso, mas foi em função dos vôos.

Meu nome é Marcel Hazeu, trabalho no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Emaús, em Belém. Coordenei uma pesquisa sobre o tráfico na Região Amazônica aproveitando a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual que nós temos na Região, chamada Txai, e que tem representações em cada Estado. A melhor forma de trabalhar contra o tráfico é organizando-se em redes.

Quero comentar alguns pontos a respeito do tráfico na Amazônia que, na minha opinião, têm muito a ver com a nossa possibilidade de intervenção.

A Região Amazônia tem uma história de ocupação e migração muito forte e voltada para o sexo masculino. Sua ocupação deu-se por meio de ocupações que empregam homens: garimpo, seringal e o Exército, para a defesa de fronteiras. Houve grandes projetos com mineração e assim por diante. Ao pensarmos na Amazônia, temos que pensar em migração masculina. Essa ocupação trouxe uma segunda vertente de migração, a feminina, vinculada à prestação de serviços, principalmente sexuais, aos homens que estavam circulando na região. Criou-se a cultura de que os empregos para mulheres, vinculados à migração, tinham a ver com a prostituição. É uma cultura que até hoje está presente. Fala-se da migração da mulher em busca de trabalho na prostituição.

Sabendo disso, todos os planos de desenvolvimento para a Região partem do princípio de gerar recursos para o Estado, para as empresas, de empregar mão-de-obra masculina, sem considerar as mulheres da Amazônia.

A mulher na Amazônia, como falou a Ministra do Meio Ambiente, veio em busca de emprego na prostituição, no tráfico. Desde aquela época, até hoje, é chamado de "aviamento" na Região. Tem o mesmo sistema que o tráfico. Na Amazônia, temos o maior percentual de gravidez precoce e de adolescentes mães do Brasil. Vinte e três por cento das meninas entre 15 e 19 anos são mães ou estão grávidas de seu primeiro filho. A média, no Brasil, é de 18%. Temos uma grande quantidade de mulheres e de meninas mães solteiras e responsáveis pela família. Por outro lado, não são oferecidos empregos para essas mães e meninas. São oferecidos empregos secundários, empregos domésticos ou na prostituição.

Há outro fator que influencia muito quando pensamos em tráfico: a questão da imensidão da área, as fronteiras abertas com um grande número de países como o Suriname, a Guiana Francesa, a Venezuela, a Colômbia, o Peru, a Bolívia, etc. O mais interessante é que esses países não são mais ricos do que o Brasil. Não conhecemos qualquer rota de tráfico de mulheres daqueles países para o Brasil. Mas temos bastante prostituição, também, na região. Temos rotas de tráfico de mulheres e meninas da Amazônia para todos os países vizinhos.

Temos um mercado interno de prostituição na Amazônia muito forte, por causa dessa forma de desenvolvimento e também pela decadência das áreas que foram desenvolvidas até agora.

Manaus, que gerava um investimento enorme na Zona Franca, onde se empregava muita gente, teve uma crise enorme e provocou o desemprego de 40 mil pessoas. São 40 mil pessoas que estão procurando sobreviver, correndo atrás de oportunidades, como sempre se fez na Amazônia. Não se fixa, corre-se atrás de oportunidades. Se é aberta uma estrada, abre-se uma estrada de prostituição; se é aberta uma nova frente de trabalho, abre-se uma nova frente de prostituição; se se investe em turismo, investe-se em turismo sexual. Tudo está sempre voltado para a possibilidade de a mulher sobreviver e se dar bem por meio da prostituição.

Não temos idéia da dimensão que isso tomou na Amazônia.

Tudo será registrado?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Se V. Sª considerar que alguma questão deve ser dita de forma reservada, por favor, avise-nos. Pode fazer um depoimento genérico sobre o processo, ficando, em seguida, reservado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em seguida, teremos um momento reservado. Nesse momento, poderíamos expor essas informações.

O SR. MARCEL HAZEU – Só para se ter uma idéia da dimensão do problema: onde moro, só na minha rua, conheço cinco famílias cujas mães ou irmãs

estão trabalhando no exterior na prostituição. Deixam seus filhos com alguém conhecido ou vivem sozinhos e lhes mandam dinheiro.

Quando dou oficina para jovens, meninas e meninos, e toco nesse assunto, sempre há pelo menos um, num grupo de 23, que tenha alguém da sua família vivendo na Espanha, em Portugal, na Holanda ou no Suriname. Então, é muito comum para as famílias sobreviver por meio da prostituição. Para os jovens, para as famílias e para todo o mundo que está envolvido, isso não é considerado um crime, uma impossibilidade, e sim uma oportunidade. As casas mais bonitas da minha rua são dessas famílias.

Aí vem a grande discussão na região: se é culturalmente aceito, se as mulheres sabem que elas vão-se prostituir e se têm o consentimento de todos, trata-se de tráfico ou não se trata de tráfico? É sempre a discussão. Mas elas sabem que é melhor essa vida do que viver de um salário mínimo num **shopping center**.

A mesma pergunta pode ser feita para os homens: por que, então, os homens não viajam atrás de prostituição para sobreviver melhor? Porque para a mulher é dada essa oportunidade e para os homens se dão outras oportunidades de sobrevivência. Por que tenho que me separar dos meus filhos para garantir a sobrevivência por meio de serviços sexuais que, de forma alguma, agradam às próprias mulheres e adolescentes? Essa oportunidade é muito limitada. Até a palavra "consentimento" mostra que não se tem muita possibilidade. A pessoa dá o seu consentimento para escolher entre os dois piores.

Temos, na Amazônia, três tipos de migração atrás da prostituição, que denominamos tráfico: a primeira é a regional ou local, ou seja, de uma cidade para a outra. Essa é a de maior fluxo, com grande fluxo de adolescentes e até de crianças, que vão aos garimpos, aos grandes projetos, a Boa Vista. Hoje em dia, há um fluxo muito grande em direção a Boa Vista e também ao Nordeste, principalmente Fortaleza e São Luiz.

O segundo é o tráfico nas fronteiras, do Oiapoque para a Güiana Francesa, para o Suriname, que é um destino muito procurado; à Venezuela, pela possibilidade de se ir ao Caribe, aos Estados Unidos e a outros mercados também é muito procurada, principalmente depois da abertura da estrada de Manaus/Boa Vista, porque Manaus, agora, com essa crise, é o principal fornecedor de meninas e mulheres para Boa Vista e para a Venezuela. Há a Bolívia, o Acre e Rondônia, que, na fronteira, têm fortes formas de tráficos, uma, inclusive, já denunciada pela **IstoÉ**. Uma pessoa que trabalha na Secretaria de Assistência e que toma conta de um projeto que atende meninas prostituídas, envolvidas com droga, principalmente na fronteira, está sendo ameaçada de morte, e até hoje não conseguimos avançar muito naquela região.

Quero citar quatro casos que acho muito interessantes. O primeiro deles é o caso de Itaituba.

Itaituba foi a primeira cidade denunciada, na Região Amazônica, em 1991, de ter a profissão infanto-juvenil nos garimpos. Gilberto Dimenstein escreveu um livro sobre Cuiú-Cuiú. Houve uma grande onda de intervenção da Polícia Federal, as pessoas tentaram fazer alguma coisa. O que está acontecendo em Itaituba hoje? Os garimpos estão em grande decadência, mas, mesmo assim, ainda há uma população de garimpeiros circulando, e mulheres e adolescentes prostituindo-se. A cidade de Itaituba é povoada pelos filhos e filhas de garimpeiros e das mulheres que trabalham nos garimpos. Da mesma forma como as meninas adolescentes, que sobrevivem com o dinheiro que as mães do exterior mandam, Itaituba também tem uma geração de adolescentes abandonadas, deixadas à própria sorte, que, muitas vezes, é a prostituição.

Em 1997, foi desmantelada, em Itaituba, uma rede de prostituição e pornografia que envolvia principalmente crianças de 10 a 14 anos, com fotografias, álbuns, um esquema que envolviam boates, comerciantes locais. A Polícia Federal também se envolveu, e a Promotora foi muito atrás.

Estamos, agora, em 2003. Todos os acusados estão soltos, e ninguém mais sabe onde estão as meninas, nenhuma delas. Estavam envolvidas quase 40 adolescentes. O processo está correndo sob sigilo da Justiça. Então, como pesquisadores, não temos acesso, para saber por que esse processo não anda. Temos suspeitos. Todos esses comerciantes estão atuando, ainda, na cidade de Itaituba e, realmente, foram flagrados com todas as provas possíveis. São donos de farmácia, de boates, de restaurantes... Sempre donos, que têm poder lá. E as meninas, muitas vezes, foram abandonadas por seus pais e estão vivendo na cidade.

Em um caso parecido no Acre, que também envolve uma rede de meninas de 9 a 16 anos, infelizmente, já julgado em última instância, um senhor foi absolvido; o processo foi arquivado.

Gostaria de ler para V. Exªs por que foi arquivado o processo, que envolve inúmeras meninas e um homem que era Assessor-Chefe de Comunicação Social do Governo do Acre na época, 1992 a 1996, cujo nome é Mário Emílio Malaquias. Ele foi flagrado em um motel, com meninas de 9 a 14 anos, com um monte de instrumentos sexuais, álbuns de fotografias, fotos envolvendo crianças e adolescentes de todas as idades. Os depoimentos são horrorosos. Eu tenho uma parte do processo aqui. Mas, depois de várias instâncias, esse

cidadão foi absolvido, e o juiz, no voto que foi decisivo, falou o seguinte: "A iniciativa não foi do réu e, sim, das menores. Todas elas tinham conduta duvidosa; estavam envolvidas em programas. Se considerássemos só o crime que realmente ocorreu por ocasião do flagrante, sobraria pouca coisa. Quanto à violência presumida, temos que considerar que o Código Penal é de 1940, época em que não havia rádio ou televisão.

Tive a oportunidade de ver um bocado de fotografias. Nenhuma dessas meninas estava triste ou chorando. Todas elas estavam felizes, sorrindo, satisfeitas.

Isso envolve crianças que eram sempre..."

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Essa é a sentença do juiz. É parte da sentença.

O SR. MARCEL HAZEU – É parte da sentença.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – O senhor tem o nome do juiz aí?

O SR. MARCEL HAZEU – Está escrito aqui Desembargador Francisco Praça, mas aqui no processo há um outro voto que usa mais ou menos a mesma declaração, do Sr. Desembargador Elieser Scherrer.

Os senhores têm que saber que esse caso foi adubado com provas, fotografias de todas elas, vinte depoimentos, comprovando que ele procurava essas meninas nas portas das escolas e as usava para convidar outras meninas; e que ele batia nas meninas, quando não levavam novas meninas. Ele era um pai de família e considerado figura de peso no Governo da época. Por isso, foi arquivado, depois de o Ministério Público recorrer várias vezes.

Eu gostaria que essas pessoas fossem chamadas para explicar a intenção delas no combate à violência sexual, ao prolatar uma sentença dessas. Não eram erros processuais; ou porque o advogado era esperto – mas simplesmente por desconsiderar tudo o que as meninas sofriam.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Ele era Secretário do Governo?

O SR. MARCEL HAZEU – Não ele era Assessor Chefe de Comunicação Social em 92. O caso foi em 97.

Em Roraima, só para se ter uma idéia, a exploração sexual e o tráfico envolvem muitas vezes pessoas do Governo e da Polícia. Um dos piores exemplos foi a Delegada da Delegacia da Mulher, em Roraima, que era dona de boate e aliciava meninas de Manaus para se prostituírem em Boa Vista e a segurança era feita por policiais vinculados à Delegacia da Mulher – à Delegacia da Mulher, repito.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Só uma dúvida: ela ainda é Delegada?

O SR. MARCEL HAZEU – Não. Ela foi afastada, mas o processo não correu; parou. Fomos atrás desse processo este ano, mas ninguém mais sabe desse processo que chegou a ser uma matéria na **IstoÉ**, em 1997. Ela foi afastada, começou a sofrer um processo disciplinar, mas até hoje não sabemos o que aconteceu, se ela foi punida.

Isso mostra que, dentro da Polícia, dentro do Governo e entre os comerciantes, pessoas que têm certo poder nas comunidades locais, é justamente onde encontramos as pessoas que exploram. E para quem correr, então, quando se quer combater?

Temos uma entrevista com um Policial Federal no Oiapoque, em que ele diz que não dá para combater isso, até porque as meninas querem ir, que todo mundo quer ir e ele ia fazer alguma coisa contra a melhoria da vida delas. Essa é uma visão muito presente: a oportunidade que elas têm para melhorar a vida é essa; então eu não vou impedir, eu vou até aproveitar. No dia em que os pesquisadores foram embora, eles passaram na frente da boate, onde muitas meninas se prostituíam e lá estava o Agente da Polícia Federal com duas meninas. Ele pensou que o pesquisador não o tinha visto e chamou o pesquisador: Ei! Eu estou aqui. Em outras palavras, o homem realmente não tem noção do papel dele.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCEL HAZEU – Isso tenho no relatório, mas o pesquisador me pediu que não... Mas temos, sim.

Quero só mostrar que pode ser diferente: em Rondônia, temos dois casos onde, até a última instância, a rede foi desmantelada e um desembargador aposentado, que mexia com meninas do prédio dele, que prostituía um monte de meninas, foi preso e foi mantida a prisão dele até a última instância. Isso só ocorreu porque o vizinho dele era Juiz. No momento do flagrante, não havia autorização do Juiz, o vizinho deu a autorização, e eles conseguiram entrar. Foi uma articulação entre aquele Juiz, que se indignava com o que estava acontecendo, com o Conselho Tutelar e com a polícia. Mas, para surpresa de todos, até nas instâncias da Justiça, essa prisão foi confirmada, e ele foi condenado.

Em outro caso, que é parecido com o do Acre, uma orientadora pedagógica de um colégio percebeu que um grupo de meninas se comportava de maneira muito diferente, meninas de doze a dezesseis anos lideradas por uma menina de treze. Elas começaram a falar o tempo todo com essas meninas até perceberem que elas estavam envolvidas numa rede de prostituição. Elas começaram a trabalhar com cada família separadamente, chamaram o Conselho Tutelar, a polícia e

conseguiram dar um flagrante nos aliciadores e afastar um grande grupo dessas meninas dessas redes de prostituição. Os aliciadores foram presos e condenados. Mas foi a escola que começou a intervir porque, muitas vezes, essas redes começam nas escolas.

Quando apresentamos essa pesquisa regional, sempre enfatizo sete pontos, rapidamente. Primeiro, se queremos enfrentar o tráfico e a exploração sexual, acredito que o primeiro passo não é pensar exatamente em repressão, é pensar na mudança de visão sobre o desenvolvimento da Amazônia. Se não considerarmos a importância de empregar, de garantir acesso a emprego e melhoria de vida para as mulheres e meninas na Amazônia, nenhuma repressão surtirá efeito porque a prostituição é uma válvula de escape da pobreza, da miséria, é uma forma de poder garantir a sobrevivência dos filhos, de muitas meninas e mulheres. Estou querendo que isso seja considerado no PPA (Plano Plurianual), nos créditos que o Basa (Banco da Amazônia S.A.) dá, nos programas da ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia), que vai financiar, que pensem o que isso significa para o emprego para a mulher, o que isso significa para a posição da mulher, e que não se pensou nos grandes projetos de mineração, que sempre têm a mesma história: garantem emprego para os homens e garantem a exploração sexual das meninas e mulheres.

Eu queria também estimular e ampliar a contratação de mulheres em todas as instâncias de enfrentamento de violência sexual. Infelizmente – também sou homem, posso até confirmar –, como é difícil não ser influenciado pela visão machista quando vamos enfrentar a violência sexual. Um policial, um comandante, um assistente social, homem é homem e é contextualizado numa cultura de permissividade, de machismo, de achar a menina "gostosa", maravilhosa, bonitinha. É muito difícil encontrar instâncias onde os homens realmente conseguem enfrentar essa situação diferentemente.

Temos que pensar em investir onde se trabalha com esse público, as meninas e mulheres, na fiscalização, na repressão, mas também no atendimento, onde se pode empregar mais mulheres. Apesar da Delegada da Delegacia da Mulher de Roraima – que era uma exceção, espero –, a visão de mulher muitas vezes é diferente e ela é menos facilmente seduzida pelas meninas e mulheres que fazem da prostituição sua possibilidade de sobrevivência. Então, o jogo está sempre presente na pesquisa, no enfrentamento da questão, na fiscalização, etc.

Devemos considerar as necessidades dessas mulheres. Nenhuma delas está incluída no Programa Bolsa Escola, porque ganham bem mais do que o valor que permite a elas serem consideradas pobres. Então, não chegam a ser atendidas nem por esse programa nem pelo Fome Zero ou qualquer outro, apesar de serem extremamente necessitadas, até mesmo emocionalmente. Como poderão trabalhar novos projetos de vida se não têm nenhum suporte?

Devemos abrir uma linha de crédito para mulheres chefes de famílias e adolescentes grávidas, porque os homens não assumem esses filhos. Precisamos de assessoria jurídica para orientar-nos a respeito de maior responsabilização dos pais no sustento dos filhos. A defensoria atua, obriga o pai, o genitor do filho a pagar pensão, mas, posteriormente, ele se desempregа, viaja, não paga, e a mulher tem de batalhar para conseguir algum dinheiro, como se não fosse responsabilidade dos dois de sustentar o filho. Esse deve ser um dos primeiros programas a serem elaborados envolvendo pais.

Sobre o pré-natal, o pai deve ser responsabilizado, assim como pelo registro do filho. É preciso ser muito mais duro, para que o homem assuma um papel diferente.

Há que se pensar num programa de saúde da mulher. É considerada a possibilidade de a mulher estar envolvida em prostituição e tráfico. Devemos elaborar projetos alternativos para a vida dessas mulheres.

O Brasil é elogiado pela propaganda contra o sexo-turismo. Já ganhou vários prêmios. Mas pouca informação é oferecida às meninas e mulheres que viajam do Brasil para o exterior. Que informação alguém possui ao viajar para o exterior a fim de se aventurar na vida? Por que não investimos num programa de informação sobre os riscos, sobre possibilidades e sobre onde procurar ajuda em todos os aeroportos, em todos os vôos internacionais. Isso pode constar até da própria passagem.

Deve-se informar não somente aos turistas que exploração sexual é crime, que pode levar à cadeia. Mas, se se vai ao exterior procurar emprego, não há informação. Devemos dizer onde encontrar ajuda e para levar sempre o passaporte ou cópia etc. Devemos dar as informações básicas de que muitas não dispõem. Chegam a outros países sem saber onde procurar ajuda.

Quanto ao nível de repressão, pessoalmente sou contrário ao aumento de fiscalização nos aeroportos, nos portos e nas fronteiras e a favor de intensificar as investigações da polícia para desmantelar redes criminosas de tráfico. A fiscalização só recai como repressão sobre as meninas e mulheres. Não se captura um traficante fazendo fiscalização, apenas mandam as meninas de volta para casa. Posteriormente, tentarão fazer o mesmo.

Podemos apoiar as meninas e mulheres e, ao mesmo tempo, investir na repressão das redes de tráfico. Infelizmente, falei com o pessoal da Polícia Federal do Pará, e, apesar de todas as denúncias e de todos os estímulos para o enfrentamento do tráfico de meninas e mulheres, atualmente não há nenhuma investigação em andamento. Apesar de haver várias denúncias, estão mais ocupados com o tráfico de drogas, com a ocupação de terras, com a demarcação de terras indígenas. Não existe uma articulação entre as polícias do Suriname, da Venezuela e do Brasil para fazer uma investigação a fim de capturar toda a rede.

Sou a favor de que, em todos os programas de saúde e educação, sejam trabalhados dois valores. Primeiramente, o maior valor da mulher da Amazônia deve ser sua beleza, sua sensualidade, sua sexualidade. Não conheço nenhum País do mundo onde a mulher pode ser atendida pelos maiores créditos possíveis, mas só chega ao máximo se posar na **Playboy.** Isso é uma inversão de valores muito grande. A mulher tem que ser valorizada. Tem que desmistificar a idéia de que sua única qualidade é a sua sexualidade, e também deve haver uma reeducação dos homens, porque também eles têm responsabilidade na criação de seus filhos. Eles devem saber que também são responsáveis pela continuidade da exploração sexual se tratam mulheres como objetos sexuais. Penso que esse é um trabalho a ser realizado pelas áreas da saúde e da educação.

Muitas vezes, só participa do pré-natal a mulher, é quase proibido ao homem o acompanhamento do parto de seu filho. Se o parto for feito pelo SUS, o pai não entra. Está comprovado: será muito improvável que o pai que veja nascer seu filho ou filha abuse desse filho, porque ele cria um vínculo, participa do milagre do nascimento; mas é proibido – e não sei por que.

Quanto à política internacional, o Brasil tem que batalhar para que o protocolo sobre tráfico seja ratificado por um grande número de países – nem sei se o Brasil já o fez.

Desculpem-me, cheguei aqui inadvertidamente.

Quero oferecer à Comissão – já mandei à Senadora Ana Júlia – exemplares com informações sobre o tráfico na região Norte.

Gostaria de aqui citar um caso em Roraima, onde foi desmantelada uma rede de tráfico. Um traficante venezuelano foi preso, mas, entrementes, tendo conseguido um **habeas corpus,** pôde aguardar em liberdade o resultado do processo. Assim, logicamente, viajou prontamente para a Venezuela e até hoje não foi extraditado. Não sabemos se a extradição foi realmente pedida, se temos possibilidade de fazer isso, porque esse enfrentamento com a rede de tráfico fica virtual. O único traficante que conheço que está preso na região Amazônica é um holandês – também sou holandês. Preso no Pará, ele tem apelado muito, mas ainda se encontra preso. Ele estava envolvido com a rede de tráfico que ia de Belém para Suriname, de Suriname para a Holanda. Acho interesse saber como está o processo contra esse cidadão da Venezuela. O seu nome está registrado na pesquisa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quero agradecer ao Dr. Marcel pelas informações, pela exposição da pesquisa.

Passo às indagações, a começar pela Relatora, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pela ordem, Srª Presidente .

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pela ordem, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Penso que as perguntas poderiam ser feitas de forma reservada, até porque creio que a questão mais geral foi abordada por todos os palestrantes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A pesquisa é pública, foi publicada. Pergunto, no entanto, aos palestrantes se existiria algo que não tenha sido publicado e que possa nos ajudar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Drª Rosário foi clara ao dizer que não falaria tudo, até porque ela acreditava que as pessoas não têm a proteção necessária, que algumas pessoas poderiam ser informantes.

A SRA. ROSÁRIO DE MARIA DA COSTA FERREIRA – Temos essa publicação da pesquisa nacional, em que há alguns dados e informações sobre processos, inquéritos e rotas, e as iniciais das pessoas, estudo de casos sobre os quais conseguimos ter mais informações. Fora isso, há os relatórios regionais, alguns publicados outros, não. Temos informação e informantes – certo, Marcel e Welinton? – que não sei se, no diálogo com o grupo, poderíamos detalhar mais algumas coisas, porque acho que, televisionado, fica mais complicado conversar. É a minha opinião. O próprio Marcel falou uma situação... Não sei se poderia ser...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, e se fizéssemos nossas considerações e, em seguida, na resposta, se houver algo que deva ser trabalhado de forma fechada, nossa painelista levanta, enfim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Indago ao Plenário se essa solução...

O SR. MARCEL HAZEU – Se, no diálogo, nas indagações, temos que estar restringido isso para depois... Acho que não flui. Vamos ficar...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Se V. Exªs preferem, acho que...

O SR. MARCEL HAZEU – Vamos ficar patinando numa coisa: isso não pode agora, tem que ser daqui a pouco. Acho que é uma questão de tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se todos concordam, para que os expositores possam também se sentir mais à vontade para responder as indagações e perguntas, sugiro que possamos fazer essa reunião reservada da mesma forma.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não, Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A pesquisa é pública. Os resultados também foram publicados. Acho que, no processo de CPI, quando há necessidade de alguns dados serem colocados de forma reservada, convoca-se uma reunião depois para isso, porque atrapalhamos o fato de que algumas informações são públicas. Se os expositores têm informações que não repassaram e que são importantes, que façamos, depois, um momento reservado, para que elas sejam repassadas. Mas é claro que, no momento, as questões mais gerais sobre a pesquisa poderiam ser colocadas agora abertamente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Tudo bem, pode ser.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Luiz Couto, percebi, em alguns dos Srs. Parlamentares que desejam fazer perguntas, que algumas delas não poderão ser respondidas publicamente. Também percebi, ao questionar os expositores, que alguns poderiam se sentir mais à vontade se pudessem estar numa reunião reservada.

Logo em seguida a essas perguntas, teremos uma nova reunião, em que as Deputadas Maria do Rosário e Laura Carneiro irão fazer alguns relatos sobre a viagem ao Rio de Janeiro. Poderíamos aproveitar essa sugestão. Coloco-a novamente ao Plenário para que possamos, até para maior tranqüilidade dos expositores, fazer essa reunião reservada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. Exª decide, Srª Presidente. Apóio a decisão de V. Exª.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Srª Presidente, não concordo. Acho que a reunião reservada deve ser em outro momento porque, na verdade, a exposição foi no geral, todos assistiram a ela. Penso que também deveríamos colocar aqui no geral. As perguntas reservadas ou as informações detalhadas podem ser dadas pelos expositores na próxima reunião. Se a reunião fosse reservada, tudo bem, mas não o foi. Fizemos a reunião geral. Então, transformar agora em reservada, sem discutir o geral, não.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, se V. Exª me permite, teremos uma parte reservada depois.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Severiano, entendo, mas, às vezes, há a necessidade, durante uma reunião, mesmo que seja pública, de que se torne reservada pela seriedade ou pelos fatos que serão relatados, e até para que a CPI possa ter um bom encaminhamento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, a sugestão é minha e vou fazer uma sugestão alternativa: os Deputados e Senadores que se inscreveram e têm perguntas gerais sobre a pesquisa que o façam inicialmente. Por exemplo, não me interessa nenhuma pergunta sobre a pesquisa até porque posso lê-la, mas, eventualmente, os Deputados e Senadores que não querem fazer perguntas sobre o geral da pesquisa o fariam na continuação dessa reunião, que seria a transformação desta reunião pública em reservada. Nesse momento, os Deputados e Senadores que, eventualmente, desejam fazer perguntas gerais o fariam, mas já sabendo que os palestrantes não poderão responder as perguntas específicas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço a contribuição de todos. Minha preocupação, na verdade, foi porque recebi a informação de que alguns dos expositores preferiam que essas questões fossem colocadas de forma reservada, mas, havendo consenso... Pergunto, novamente, ao Plenário se poderemos proceder dessa forma.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT – PB) – Inclusive, Srª Presidente, porque o direito de se reservar é do expositor. No momento em que a pergunta é feita, ele pode dizer: "A essa quero responder reservadamente." É um direito dele e não somos nós quem impediremos que as pessoas falem. Agora, se a reunião começa de forma reservada ou secreta, aí sim. Mas no sentido como a pergunta é feita, a pessoa poderá dizer: "Reservo-me o direito de responder a isso numa reunião reservada."

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – De qualquer forma, obrigada, Deputado Luiz Couto. Procederemos dessa mesma forma, mas volto a dizer que, em alguns momentos, se houver necessidade de que a reunião, mesmo tendo sido convocada para ser pública, torne-se reservada, assim será feito, não só para a segurança daqueles que estão depondo, como também para o bom encaminhamento e andamento da CPMI.

Passo a palavra à Deputada Maria do Rosário para que comece as suas indagações.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, quero, inicialmente, cumprimentar o Sr. Welinton Pereira da Silva, A SRA. Rosário de Maria da Costa Ferreira e o Sr. Marcel Hazeu pelos pronunciamentos aqui nesta Comissão. Demonstram, mais uma vez, que essa pesquisa combinou uma profundidade científica, um ordenamento que nos estabeleceu a possibilidade de critérios comparativos sobre os Estados e as Regiões, com uma grande atuação militante das organizações não-governamentais especialmente, que buscaram a atuação responsável dos agentes públicos, que devem e podem fazer o enfrentamento dessa violência.

Quero também cumprimentá-los por trazerem uma visão global do tema, exatamente em sua dimensão multifacetada, tratando questões como a situação da mulher nas diferentes regiões, das crianças e dos adolescentes, a situação étnica e cultural, como fatores determinantes.

Quero dizer à Deputada Ann Pontes, que coordena os nossos trabalhos neste momento, que, de fato, por conta desse trabalho dos coordenadores, dos pesquisadores é que temos esse instrumento fundamental que é a Pestraf.

Quando nos aprofundamos, buscamos no texto da pesquisa, identificamos que a Região Sudeste tem 35 rotas de tráfico nacional e internacional; a Região Nordeste, 69 rotas, e a Região Amazônica e a Região Norte de um modo geral, 76 rotas, tanto de tráfico nacional quanto internacional. Verificamos que em todas essas regiões, portanto, há circunstância objetiva, ação organizada do crime contra crianças e adolescentes, instrumentalizados para exploração sexual.

Dum ponto de vista mais geral, eu gostaria de perguntar aos 3 responsáveis pela Pestraf nas 3 regiões, num primeiro momento: como funciona o aliciamento das adolescentes, justamente com o objetivo de caracterizarmos as diferenças que existem, as particularidades que existem de região para região. Ouvindo A SRA. Rosário de Maria, observamos aqui que o trabalho feminino doméstico das adolescentes é um fator de vulnerabilidade para exploração sexual no Nordeste. Esse é um fenômeno que na Região Sudeste é relevante, quando falamos nas grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte, ou há um outro tipo de aliciamento, mais vinculado, enfim, a outras formas de violência e do crime, como o tráfico de drogas, o extermínio de pessoas – o Deputado Luiz Couto tem pesquisado esse trabalho com muita relevância na nossa Câmara –, o extermínio realizado no Brasil inteiro? De que forma se dá o aliciamento e que resultados, ou seja, como é que, objetivamente, essas crianças e esses adolescentes, depois de aliciados, são tratados? Eu gostaria de verificar, em cada região dessas, como isso é realizado.

Como funcionam as redes de favorecimento? Podemos dizer que, em todas essas regiões, há vínculo com todas essas ações criminosas, especialmente, meu caro Welinton, na Região Sudeste. Estivemos lá e faremos um relato em seguida, mas adianto que observamos uma articulação de outras ações criminosas com a exploração sexual e comercial de crianças e de adolescentes. O turismo sexual é uma realidade nessas três regiões.

Do ponto de vista dos inquéritos, e mesmo dos processos, é possível dizer que os inquéritos têm tido resolutividade, ou seja, eles chegam a oferecer, verdadeiramente, indicativos que comprovem os fatos? Na fala do Sr. Marcel, podemos observar, por exemplo, no caso de Itaituba, em 1997, que nove pessoas foram presas, mas que não houve, depois, uma condenação que levasse a uma responsabilização dessas pessoas. O Sr. Marcel trouxe ainda, no caso de Itaituba, o desaparecimento de quarenta adolescentes que não voltaram a prestar depoimento. Eu gostaria que V. Sª precisasse essa informação, até porque a Senadora Patrícia Gomes me pediu que apresentasse essa questão.

Eu faço essa pergunta, porque, na Região Sudeste, nós observamos fato semelhante. No momento inicial, as autoridades chegam a um prostíbulo, a uma sauna, a um lugar onde esteja sendo realizada a exploração sexual, e identificam a presença de adolescentes. Mesmo que presa em flagrante aquela pessoa responsável por aquele local ou todos os envolvidos adultos, obviamente, as crianças e adolescentes envolvidos não devem e não poderiam realmente ser tidas como criminosas. E elas não são mantidas. Entre o primeiro depoimento à polícia e um segundo depoimento a ser feito ao Ministério Público, as adolescentes já não são mais encontradas.

Então, nas regiões pelas quais V. Sªs são responsáveis – pela Pestraf, mesmo sabendo que a Pestraf não é inquérito, mas uma pesquisa –, já foi identificado esse fenômeno do desaparecimento das adolescentes? Os depoimentos depois não são confirmados? Elas não são encontradas? Os depoimentos são modificados? Em juízo há toda uma pressão para que elas não apontem os responsáveis? Enfim, faço esse questionamento aos três integrantes, porque gostaria, na verdade, que essas três considerações fossem trabalhadas com as especificidades de cada região.

Eu faço um esclarecimento: estamos fazendo indagações aos três ao mesmo tempo, já que a Senado-

ra Presidente optou por não fazermos a indagação ao final do depoimento de cada um. Em alguns momentos, teremos de modificar esse procedimento e fazermos a indagação exatamente quando o depoimento é colhido de cada um. No entanto, por se tratar da Pestraf, estamos ouvindo os três. Estou questionando os três, para verificarmos as diferenças, enfim, a especificidade de cada região.

Bem, ainda me dirijo ao responsável pela pesquisa no Sudeste. Do trabalho desenvolvido no Sudeste, Sr. Welinton, verificamos São Paulo foi mais trabalhado. V. Sª afirma que São Paulo é um lugar de onde partem as pessoas do Brasil inteiro, até pelo pólo econômico, para o exterior. Nesses inquéritos que V. Sªs pesquisaram, tanto no Ministério Público, quanto na Polícia Federal, qual é a incidência de adolescentes? Eu justifico o questionamento, porque é certo que temos mulheres envolvidas, e a situação delas fora do País é gravíssima. O tráfico de mulheres – estamos puxando aqui uma ponta – é gravíssimo. Há mulheres vítimas da sua condição de pobreza, que vão do Brasil para o exterior buscar uma vida melhor, e que encontram lá o cárcere e a violência. Existem trabalhos importantes em relação ao assunto. A Pestraf também se dedicou a isso.

Como a nossa CPI tem como objeto fundamental a exploração sexual e as redes vinculadas à criança e ao adolescente, as mesmas redes, Sr. Welinton, que promovem o tráfico de mulheres, nós podemos compreender como aquelas que promovem o tráfico, também, de adolescentes? Há coincidência quando são mulheres adultas e homens adultos, porque existem também, e adolescentes?

Eu gostaria que V. Sª retomasse o assunto e dissesse se foi possível identificar os Estados de onde essas adolescentes que quase foram levadas para outros países, a partir de São Paulo e se há crianças.

Sr. Welinton, V. Sª disse que a maioria das meninas é adolescente, mas tem visto de maioridade. V. Sª teve em mãos documentos falsos? Que inquéritos trabalham com essa questão da falsidade dos documentos? V. Sª possui essas informações? Nós podemos ter acesso a elas?

Nós recebemos aqui o documento da Região Norte, que é o documento extensivo da Pestraf, o qual está reduzido na sua versão final; mas há um documento de cada região. V. Sª poderia passar esse documento da Pestraf na sua globalidade para a Região Sudeste?

Existe especialmente uma questão sobre a via Dutra. Como os senhores trabalharam esse tema? Na Via Dutra foram identificados prostíbulos em beira de estrada? Nós recebemos essa denúncia por outros meios.

Essas questões estão dirigidas ao Sr. Welinton.

Sobre o trabalho realizado pela Drª Rosário de Maria, gostaria de dizer que nós recebemos várias denúncias sobre o Maranhão – Caxias em conexão com Porto Velho. V. Sª tem conhecimento dessas denúncias? Sobre os procedimentos realizados na Região Nordeste, a seu juízo, eles têm levado à responsabilização dos agentes de Estado envolvidos? V. Sª diria, de modo genérico, obviamente de forma aberta, que existem agentes do Estado envolvidos diretamente na exploração sexual de crianças e adolescentes?

V. Sª tem notícia de pessoas que estão no Programa de Proteção a Testemunhas, além da citada aqui? Nós recebemos essa informação hoje. O Deputado Luiz Couto fez, no início dos trabalhos, a solicitação de que seja ouvido alguém que está protegido pelo Programa de Proteção a Testemunhas. V. Sª tem conhecimento desses casos e pode depois nos passar a informação? Não é necessário que seja agora.

Por último, cumprimento o Sr. Marcel por todas as suas ponderações e pergunto-lhe se além das quarenta adolescentes desaparecidas, de fato as investigações para além da fronteira têm, na sua avaliação, contado com algum trabalho articulado? V. Sª considera que nós estamos conseguindo tratar as redes além do local, ou ainda estamos atuando sobre situações periféricas, uma ou outra situação?

Em geral, – eu quero dizer isso aos Parlamentares – quando nós observamos alguma punição em alguma dessas redes, ela atinge uma pessoa. Mas o crime não é operado por apenas uma pessoa. Então, existe uma pessoa aqui, outra ali. Na verdade, se estamos trabalhando contra uma ação organizada do crime, precisamos debelar e atuar de maneira a alcançar verdadeiras quadrilhas organizadas. Eu pergunto a V. Sª se há essa possibilidade.

Eu quero destacar ainda, no depoimento do Sr. Marcel, a alusão que ele fez a uma orientadora pedagógica. Se de um lado nós temos a tristeza de saber que há agentes do Estado envolvidos diretamente na manutenção dessas redes criminosas, alimentando-as, de outro lado há a boa notícia da presença de uma escola, de uma orientadora pedagógica, de um grupo de educadores que atuou concretamente. Eu gostaria de saber exatamente qual é essa escola, porque desses exemplos positivos são importantes. É bom ouvir que vêm do trabalho de uma escola vinculada que fez a denúncia e levou-a até a responsabilização de alguns agentes.

Obrigada.

As considerações que eu estou buscando aqui podem ser dadas publicamente, até porque o Marcelo já fez uma exposição muito farta de nomes, inclusi-

ve com o responsável pela área jornalística no Acre, e acho que teremos que trabalhar nisso. Acho que é emblemática a leitura da sentença do Desembargador Francisco Praça. Certamente, estamos, Sr. Presidente, numa fase em que não vamos querer debater a sentença de quem quer que seja na atribuição que lhe é garantida constitucionalmente. Mas vamos debater o conteúdo dessas sentenças e estaremos acompanhando esses procedimentos, porque o Judiciário brasileiro também tem que estar aberto a ouvir a sociedade brasileira. Não se pode ter um Legislativo amplamente fiscalizado, como queremos que ele seja cada vez mais, como temos o nosso Congresso Nacional, as assembléias, o Executivo permanentemente, como tem que ser, fiscalizado, o Judiciário também tem que estar aberto a escutar a sociedade.

Certamente, aqui fica o nosso repúdio absoluto à sentença e aos termos com que essa sentença banaliza a violência sexual contra as crianças e os adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço as indagações da Deputada Maria do Rosário, Relatora.

Concedo a palavra aos expositores, para que possam responder. Antes, sugiro ao Plenário que façamos as perguntas dos Parlamentares em bloco, para que todos possam participar e para que possamos, logo em seguida, ouvir o relato da Deputada Laura Carneiro e da Deputada Maria do Rosário a respeito da viagem feita ao Rio de Janeiro.

A SRA. ROSÁRIO DE MARIA DA COSTA FERREIRA – Acho que já conversamos e temos conversado bastante sobre como funciona o aliciamento e sobre o **modus operandi** dessas redes.

Na verdade, há uma abordagem de mulheres, às vezes amigas, conhecidas das meninas, ou mesmo de homens desconhecidos. É uma abordagem que pode se dar em motéis de grande freqüência, na própria rua, em outros locais. E na abordagem sempre é oferecida uma oportunidade, ou de trabalho doméstico ou de outro trabalho, de dançarina ou modelo. E a menina acaba sendo convencida por uma oportunidade de trabalho, assim como meninos também.

Há também uma abordagem que às vezes tem a ver com uma proposta de casamento. Lá mesmo no Ceará, na pesquisa, tivemos a oportunidade de saber de um anúncio, que saía nos jornais, de alemães que queriam casar. Uma das pesquisadoras fez o contato pelo telefone e eles pediram para que ela mandasse uma fotografia, de biquíni, porque os homens queriam saber como ela era. Então, esse tipo de abordagem pode ser tanto pessoalmente ou através de um anúncio de classificados. Se olharmos atentamente, veremos que isso acontece muito em anúncios de classificados: homens de outros países que querem se casar com as mulheres daqui do Brasil.

Então, essa rede funciona assim, com várias formas de seduzir aquelas meninas, que, na sua maioria, são adolescentes e mulheres adultas. A rede de favorecimento da exploração sexual comercial e do tráfico tem relação com outras redes de tráfico. No Ceará, temos um caso, que está na pesquisa, de mulheres e adolescentes que foram levadas de Manaus para Fortaleza. Chegamos a tentar fazer um cruzamento, em termos de rotas, e vimos que essa rota Fortaleza/Belém/Manaus é uma rota de tráfico de drogas e também de tráfico de mulheres e adolescentes. Então, já temos isso numa denúncia que foi feita. Foi um caso em que duas mulheres foram detidas, mas, pelo que estamos sabendo, não estão mais presas, e temos o número do processo aqui. Junto com elas estavam duas jovens. As mulheres que estavam cuidando da casa foram presas, mas não o agenciador, que fez todo o processo de convencimento e de transporte das mulheres. Existe essa relação. Se fizermos esse exercício, assim como a polícia, acho que dava para fazer o cruzamento da rede de tráfico de drogas e a rede de tráfico de pessoas para a exploração sexual.

A questão dos inquéritos e processos, em termos de resolutividade, eu diria que os que acompanhamos no Nordeste só teve um caso, no Maranhão, que a menina foi devolvida para a família – ela tinha sido levada de Fortaleza para São Luiz –, e os outros casos estão todos em andamento.

Acho que o Marcel deu uma dica aqui, e podíamos estar reforçando isso, que talvez essa CPI possa, ou na ida aos Estados ou fazer um evento, uma reunião com delegados de delegacias especializadas da criança e do adolescente, delegacia da mulher e Polícia Federal. Penso que essas pessoas têm muitas informações sobre esses processos e inquéritos, e poderíamos estar argüindo sobre os próprios pareceres dos juízes com relação a alguns casos. Penso que seria uma boa idéia.

Penso que essa questão das mulheres fora do Brasil e das adolescentes que possam estar, em virtude de estarem com algum documento falso... Por exemplo, a Decec, que é a Delegacia de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes, lá do Ceará, Fortaleza, que inclusive a delegada é a Drª Rena Gomes, ela tem muitos casos de meninas com documentos falsos. Penso que pode ser feito um trabalho também no sentido de um investimento maior no enfrentamento dessa questão de falsificação de documentos de jovens para se apresentarem como sendo maiores.

Penso que há coincidência, sim, entre o tráfico de mulheres e tráfico de adolescentes. Os dois casos que aparecem aqui, a menina de Bilbao, que foi do Rio Grande do Norte, Natal, para Bilbao, na Espanha; ela vai como adolescente, hoje ela já está numa outra condição, mas penso que se formos atrás dessa questão dos documentos falsos, vamos acabar vendo um pouco dessa coincidência da rota das mulheres com a rota das adolescentes. E muitas vezes elas podem estar indo com a autorização dos pais. Tem que estar sendo mais bem investigado isso aí nos juizados.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Essa menina ainda está na Espanha e é adulta agora.

A SRA. ROSÁRIO DE MARIA DA COSTA FERREIRA – Ela é adulta. Inclusive a pessoa que fez o levantamento desse caso está lá, mora lá agora, é uma pessoa que está fazendo um trabalho. Ela viu em Bilbao e fez contato com várias meninas.

Penso que uma dica boa para começarmos fazer um trabalho também fora do Brasil, porque também muitas vezes o tráfico internacional só se caracteriza quando a mulher chega lá e vê a situação em que ela fica em cárcere privado, o passaporte lhe é retirado, ela não fala a língua, não tem documentos, não consegue circular. Uma forma seria fazermos parceria com esses países, onde se identificou maior número de ida de mulheres, porque recebem mais número de mulheres brasileiras, para fazermos um trabalho lá de atendimento e campanha junto com ONGs que fazem esse trabalho.

Penso que vocês terão oportunidade de fazer uma visita a Salvador e visitar o projeto de uma entidade que existe lá e está citada no relatório, o Chame, que tem um trabalho com uma instituição na Suíça, que faz esse atendimento às mulheres, tanto que um dos casos que consta na pesquisa é resultado dessa parceria, dessa comunicação. Acho que falta a gente fazer isso lá, porque muitas vezes o tráfico só se caracteriza lá. Então isso é uma coisa que podemos resolver.

Com relação aos relatórios da Região Nordeste, pode ser disponibilizado. Acho que não só os relatório regionais, mas o Cecria – a sua coordenadora está presente, Drª Neide de Castanha pode estar vendo isso com vocês de que os relatórios estaduais também possam ser colocados à disposição, e vocês estarão indo aos Estados e também podem conversar com as equipes de pesquisa no local porque elas têm muitas informações também.

A questão dos procedimentos, a realidade do Maranhão e outras situações no Nordeste, penso que ainda não tem levado a responsabilização dos agentes públicos. Penso que precisaríamos estar indo a alguns Municípios, lá no Ceará, por exemplo, que a gente tem o envolvimento de pessoas que precisam ser mais bem investigados. Só para lembrar essa relação tráfico de drogas, tráfico de armas e exploração sexual comercial, existe um Município, que chama Novo Oriente, lá no Ceará. Esse Município tem uma realidade seriíssima de prostituição masculina envolvendo jovens, tráfico de armas e tráfico de drogas também. Então é um Município que pode também ser visitado; a realidade está lá nua e crua; todo mundo sabe dessa situação lá.

Essa é a minha contribuição com relação às questões levantadas pela Deputada Maria do Rosário.

Gostaria de fazer uma observação com relação ao desaparecimento de adolescentes.

Se vocês estiverem indo a Fortaleza, seria interessante uma conversa com a juíza da vara especializada que apura crimes contra crianças e adolescentes, Drª Ilna. Chegamos a fazer um levantamento – eu e o coordenador do Fórum, Renato Roseno – mas não conseguimos muito. Queríamos ver onde estavam as meninas que tinham sido vítimas de uma situação de exploração sexual, de favorecimento de prostituição, porque tráfico é difícil de caracterizar, e encontramos um bom número de meninas que não estavam mais no Brasil. Então, acontece isso. Seria interessante vermos as sete adolescentes que fizeram um depoimento na CPI do Turismo Sexual em Fortaleza, agora que está no processo de investigação. Há um relatório da época do depoimento da CPI do Turismo Sexual, ao qual todos podem ter acesso. A Relatora foi a Vereadora Luziane Lins, numa época inclusive em que a Senadora Patrícia também estava acompanhando. Aquelas sete adolescentes depois ficaram totalmente desamparadas. Quando eu passei, elas voltaram e estavam na mesma esquina. Duas delas estavam até preocupadas por estar em Fortaleza ainda. Então, penso que temos que saber um pouco a trilha dessas meninas que são vítimas da exploração sexual e saber o que acontece com elas depois. Creio que as autoridades têm informações sobre essas questões, que algumas vezes têm que ser tratadas de forma sigilosa por conta do processo de investigação, mas elas podem depor para esta CPI, a partir de toda a documentação que têm. E mais uma vez, reforçando a articulação das máfias, ficou provada a situação em Fortaleza com a CPI do Turismo Sexual. O envolvimento de italianos com o turismo sexual em Fortaleza ficou muito claro. Inclusive tínhamos informação no processo de investigação de uma mulher que teve um envolvimento com um dos italianos e que até hoje está desaparecida, por exemplo, e era uma pessoa que tinha uma relação afetiva, sexual com ele.

Eu penso que existe articulação entre essas máfias, mas deve haver todo um cuidado no processo de investigação para fazer esses cruzamentos todos e chamar essas autoridades para falar sobre esses inquéritos, porque eles andam rápido ou não, porque alguns resultados acontecem. Às vezes também é por falta de provas, testemunhas. É muito difícil lidar com esse tema.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Só uma questão. A senhora poderia abordar um pouco melhor sobre os meninos "bombados" a que se referiu. São meninos que recebem doses de silicone. São meninos do Nordeste levados para outros Estados.

A SRA. ROSÁRIO DE MARIA DA COSTA FERREIRA – Essa foi uma denúncia no Conselho Tutelar de Fortaleza. O próprio Cedeca – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - fez uma articulação com o pessoal em São Paulo. Era um prédio em que havia na maioria prostituição masculina, de homens e jovens. Então, há tanto a figura do michê quanto a figura do travesti. São adolescentes, sim. Inclusive pode-se falar com o Grupo de Resistência Asa Branca, um grupo de defesa de direitos de homossexuais, ou com outros grupos do Nordeste, para ver se eles conhecem essas situações. Mas são meninos que saem do Nordeste para o Sudeste, principalmente, e depois para outros países. Assim como a Deputada Maria do Rosário falou da situação das mulheres na Europa, também é muito conhecido o caso de homens, na maioria travestis, que fazem esse tipo de atividade.

Tivemos a oportunidade de um contato com um menino que hoje está nas ruas de Fortaleza, mas ele não quis falar. Esse menino foi atendido inclusive pelo pólo central, na ex-Febence, Secretaria de Trabalho e Ação Social. Ele, por exemplo, chegou a ir com um homem para a Itália, morou um tempo lá, trabalhando na prostituição, sendo explorado sexualmente, e hoje ele está nas ruas de Fortaleza, mas não quis falar sobre isso. Tivemos uma conversa por acaso com uma assistente social que nos relatou o caso e fomos conversar com ele. Ele conversou, mas não queria que esse caso fosse relatado, ficava preocupado. Ele voltou para o Brasil numa situação muito difícil. Na época em que ele saiu com este homem, era adolescente, e o homem arrumou todos os papéis para ele. Mas são casos em que as pessoas não querem falar, não viram denúncias, não há um inquérito sobre isso. São várias situações que configuram, sim. Penso que o que já existe de inquérito e processo e de provas dá uma cara mais oficial para essa realidade. E as pessoas podem estar sendo ouvidas nos seus Estados e os relatórios regionais e estaduais creio que conseguem detalhar mais ainda essas informações.

Muito obrigada.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA – Com relação ao aliciamento, percebemos algumas formas de síntese. No Rio de Janeiro, por exemplo, há um chamado esquema, em que a mulher toma conhecimento por meio de uma amiga que há um esquema onde a pessoa entra e ela acaba indo para Europa. Então, ela concorda em entrar nesse esquema.

Vemos muito no Rio de Janeiro a questão do menino. Tive com o pessoal que está na pesquisa lá na orla de Copacabana, conversei pessoalmente com alguns meninos, que desciam do morro, arrumavam namorado por ali, na maioria turistas que estão por ali e acabam indo para Europa, para vários países. O aliciamento se dá muito entre eles mesmos. O próprio adolescente que conhece o amiguinho, que acaba convidando para participar disso.

Em São Paulo, percebemos um aliciamento que se mistura com a rede de favorecimento, que são as casas de jogos, onde há várias máquinas, videogames onde, às vezes, os meninos ficam o dia todo. Essas casas geralmente estão próximas às escolas e os meninos aproveitam para matar aula e ficam ali jogando. Então essa é uma das formas de aliciamento.

E muito também nas boates, nos bares. Uma pessoa na pesquisa disse: "Eu não batia na casa de ninguém para convidar a ir para outro lugar. Não fui lá na casa dela e bati na porta. Encontrei a pessoa numa boate, num bar, em alguma casa de **show**. Então quer dizer, é como se fosse uma coisa mais natural.

Sobre a rede de favorecimento, poderíamos dizer que, ao mesmo tempo, é uma rede informal, é uma rede extremamente organizada, em que o taxista conhece a pessoa da boate, a pessoa da boate conhece alguém da agência de turismo, essa pessoa conhece alguém da agência de emprego. É como se não houvesse nenhuma articulação entre si, como se fosse uma coisa espontânea. São elos de uma corrente que eu diria se articulam de maneira muito bem estruturada.

Em São Paulo uma coisa que há muito são as feiras de negócio. Não há esse turismo muito para conhecer praias, há também, mas talvez a coisa mais forte lá são essas feiras de negócios, para onde vêm pessoas do Brasil todo, e nessas feiras acaba sendo incluindo esse pacote da menina ou do menino. Um amigo meu mesmo ficou hospedado em um hotel que até consideramos sério e lá ofereceram a ele uma menina. Então, isso é muito comum.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Welinton, sobre esse hotel, como é que era oferecido no hotel? Com **books**, são fotografias, como funciona isso? Esse hotel fica em São Paulo?

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA – Isso.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – É um hotel, portanto, de classe média alta, para pessoas com maior poder aquisitivo.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA– Não, eu não poderia revelar o nome agora, mas podemos ver depois.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Se isso é feito com fotografias, enfim. Portanto, este seu amigo chegou a ver fotografias de várias adolescentes num...

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA– Não, não foi mostrado nada de foto, apenas oferecido se ele queria. É lógico que talvez se ele colocasse que sim, de repente haveria uma continuidade. Como ele negou de imediato, não houve nem assim nada mais.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Sim, obrigada.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA– Com relação aos inquéritos, acredito que São Paulo é um caso à parte. Para vocês terem uma idéia, a única maneira de conseguirmos acessar alguns processos da Polícia Federal foi mantendo contato com a Polícia Federal aqui de Brasília, e por meio da ajuda do Cecria, do Ministério da Justiça, e de uma pessoa da Polícia Federal aqui de Brasília, que nos repassou os inquéritos, porque não conseguimos ter acesso diretamente lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Infelizmente, é uma matéria de segredo de justiça. Por mais que qualquer polícia gostasse de passar o documento, nenhum pesquisador nem ninguém, salvo os juízes e os advogados das partes, têm acesso àquele processo, por isso, você não conseguia.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Mas Deputada Laura, talvez a matéria não tivesse segredo de justiça, porque se o Cecria conseguiu em Brasília...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com criança, tem que ter segredo de justiça, é automático.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Mas foi repassado para vocês?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Criança e adolescente é automático o segredo de justiça. Se foi repassado, não o foi oficialmente.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA– O que a gente queria não era nem ter muito acesso ao processo, mas no mínimo aos números, de que maneira que se deu, para, no mínimo, ter conhecimento. Na questão do tráfico internacional, na maioria, o que predomina é o de mulheres adultas, e, na questão do tráfico interno, há a predominância de adolescentes. Vimos, por exemplo, o episódio de um anúncio num jornal de Campinas por uma menina dizendo que um comércio, um bar da região do ABC queria contratar meninas para trabalhar e, na verdade, era para prostituição, boate. Então, é esse trânsito entre uma cidade do interior e a Capital, e geralmente, na hora em que a polícia vai fazer alguma batida, os donos da boate já conhecem, já sabem que vai acontecer a batida, então, acaba que não se consegue nada. Isso é uma coisa muito comum. É muito difícil uma batida policial do Conselho Tutelar conseguir algum resultado concreto na visita a alguma boate, porque algum meio de comunicação impede isso.

A última coisa com relação a documentos falsos. Eu não teria assim, efetivamente, algum documento em mãos, até me disponho a olhar no nosso material da pesquisa. Temos lá pilhas de questionários, vários documentos, mas o que é sabido é isto: como a pessoa que é menor consegue esse documento como se fosse adulta. E não conseguimos ir a fundo na questão da rota da via Dutra, que é uma rota até conhecida, principalmente por ser o maior tráfego de caminhoneiros no País e onde há **boites.** Essas meninas acabam por migrar de uma cidade para outra, de cidades do interior, por meio da via Dutra.

Eu acho que é isso.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vamos passar a palavra ao Dr. Marcel, só fazendo uma sugestão e um apelo ao mesmo tempo de tentarmos, tanto nas perguntas quanto nas respostas, ser um pouco mais objetivos, pelo adiantado da hora. Já são quinze para uma, temos dez inscritos e, logo em seguida, ainda uma outra reunião em que iremos debater o assunto da viagem ao Rio de Janeiro. Então, faria este apelo aos Parlamentares e aos expositores para que possamos ser um pouco mais objetivo nas respostas. Eu sei que há muito assunto, mas infelizmente, pelo adiantado da hora, nós precisaremos reduzir o tempo.

Dr. Marcel.

O SR. MARCEL HAZEU – Então, como são aliciados. Eu tenho uma leitura do aliciamento que tem a ver também com o enfrentamento. A gente fala que são amigas, são colegas que elas conhecem que levam outras para entrar na prostituição, na rede de tráfico. É justamente como funciona o tráfico.

Uma vez que você entra nessa rede de tráfico, sua família entra como inteiro, porque você é aliciado com sua família toda. Eles fazem contato com sua mãe, eles convencem sua família, até para trabalhar alguma coisa melhor, até falam que é da prostituição. Uma vez

lá dentro, não temos oferecido nada para poder sair. Quem oferece para sair são clientes.

Se eu não posso sair, posso fazer carreira lá dentro, para ver se eu pelo menos seja menos explorado do que quando era somente traficado, alicidado. Eu vou aliciar colegas, eu vou ganhar um pouco a mais, eu vou subir um degrau que é normalmente o máximo que consegue subir nesse rede de tráfico.

Nesse sentido, quando há uma investigação ou um flagrante, quem são pegos em flagrante são justamente essas mulheres e meninas que, dias antes, eram aliciadas e se tornaram aliciadoras nessa mesma rede. Elas são pegas em flagrante como traficantes e, assim, tratadas e condenadas. Tem que haver juízes muitos sensíveis para perceber que eles estão tratando da mesma menina mulher, que foi traficada e que agora por única possibilidade para dar melhor dentro dessa rede se tornará aliciadores.

É justamente a pergunta sobre os inquéritos. Os inquéritos partem sempre de uma denúncia feita por alguém que foi traficar, ou alguma mãe que está preocupada com sua filha que desapareceu. Eu não vi nos inquéritos. Nós temos três processos por completo, tanto Tocantins, Pará e Roraima – a gente pode disponibilizar isso para vocês –, onde a Polícia fez investigação. São depoimentos das meninas que foram dar a denúncia. Só se trabalha com depoimentos. Não se trabalha com investigação que manda agente secreto para as **boites** para saber como funciona. Não faz interlocução com as outras polícias de outros países para saber quem mais está envolvido. Não faz nada disso. Trabalha com denúncia, trabalha com depoimento e como muitos inquéritos, infelizmente de outras áreas, no Brasil.

Então, as redes de aliciamento são familiares, onde as pessoas fazem carreiras, mais ou menos, até um certo nível dentro dessas redes. E para as próprias mulheres e meninas não são consideradas como redes de exploração. E para quem pesquisa, muitas vezes, também não.

Eu achei tão engraçada essa característica – sempre quando estou no Brasil – as pessoas falam paralelamente. Mas tudo bem!

O que acontece. Na Holanda, eu pesquisei um pouco mais aprofundadamente – e seria interessante para a Comissão também acessar – um documento de pesquisa que foi feita sobre tráfico de mulheres e adolescentes para a Europa, focalizando Holanda, Bélgica e Itália que, recentemente, foi publicado e pode ser acessado, via Internet – posso dar o **site** depois –, em inglês, completo, com todas as informações de como funciona o tráfico para lá. Lá tem um ou dois casos de brasileiras, entre os 400 e poucos pesquisados, mas, quando você vai ver, a maior parte das prostitutas são holandesas. O segundo maior grupo não é da Rússia, nem da Polônia, é da América Latina: Brasil, República Dominicana e Equador. Mas lá, não há caso de tráfico identificado, apesar de ser proibido trabalhar na Holanda em prostituição. Mesmo a Holanda permitindo a profissão de prostituta, não a permite para pessoas que estão fora da Comunidade Européia.

Então, como essas mulheres, essas meninas entram, como são tratadas lá dentro? Ninguém considera essa migração para a prostituição como tráfico.

É muito estranho que quase todos os casos falem da Polônia, da Rússia, em que a grande máfia está atrás. No Brasil, organiza-se de forma diferente, por meio de redes familiares, de conhecidos. Conhece-se a família de quem foi aliciado.

Na minha família, há adolescentes cujos namorados têm mães que trabalham lá fora. As pessoas que aqui são os contatos dessas mães sabem onde as meninas moram, e essas crianças têm que buscar o dinheiro na agência dessas pessoas, para poderem sobreviver.

Então, a mãe, lá fora, sabe muito bem que qualquer coisa que faça lá pode entrar no programa de testemunha na Holanda, na Europa, mas a filha, o filho e a mãe estão aqui, e todo mundo tem acesso a essa família. E a denúncia não é feita de jeito nenhum. A única possibilidade talvez seja sair por meio de um cliente. Essa é a única possibilidade. O senhor pode ler todas as pesquisas. Vi que a possibilidade que foi encontrada foi a de se casar com um cliente. Talvez os melhores combatentes do tráfico sejam os próprios clientes, que o provocam.

Com relação aos documentos falsos, temos um documento falso xerocado em Roraima. Não sabemos se isso está vinculado ao tráfico de mulheres e meninas. Há muitas denúncias lá, mas não se trata de passaportes falsos, não se trata de RGs falsos. Trata-se, normalmente, de certidão de nascimento falsificada, que é muito mais fácil de se falsificar.

Com uma certidão de nascimento falsa, pode-se pedir passaporte nada falsificado. Portanto, o problema encontra-se também nos cartórios, não só nas delegacias que fornecessem os documentos, apesar de que há um caso de Roraima, que também está no relatório, com muitos nomes e informações, que foi procurado. O endereço dessas meninas, que foram vítimas desse caso de tráfico, que foi processado, etc., não encontraram os documentos na Polícia. Depois de muito pesquisarem, descobriram que os documentos eram falsos, mas que havia saído da própria delegacia. Mas parou por aqui, porque, de repente ... É em Manaus. Mas a pessoa responsável pela pesquisa, em

Manaus, pode explicar melhor isso, porque isso não foi documentado dentro da pesquisa, porque parou no meio dessa investigação.

Por que não há documentos dessas meninas, que foi expedido por aqui? O documento era oficial, não era falsificado. Há problemas administrativos, etc., mas, no final, percebeu-se que esses documentos eram falsificados ou eram expedidos realmente por lá, de forma irregular.

Essa criança recebia o nome da Escola em Rondônia. Trata-se da Escola Municipal Joaquim Vicente Rondon, que fez o trabalho de identificar o que estava acontecendo, até conseguir a responsabilização dos agressores e também um tratamento às meninas que saíram da prostituição. Não todas, mas muitas sim.

Quero, também, citar Guajará-Mirim, em que a técnica da Secretaria de Assistência Social, especificamente a orientadora educacional da Prefeitura de Guajará-Mirim, elaborou um dossiê sobre o tráfico naquele Município, porque ela está atendendo a esse programa para essas meninas, que contém inúmeros depoimentos de meninas que foram atendidas, além de um amontoado de fotos que foram entregues, com meninas viciadas que se prostituem na Bolívia.

O dossiê está guardado nos cofres do quartel, e a orientadora já sofreu várias ameaças e atentados.

Ela havia pedido para não divulgarmos o seu nome. Mas a **IstoÉ** divulgou o seu nome completo, com fotos, não com a nossa orientação.

Mas tenho também um trabalho desta Secretaria, aliás, o único trabalho que nós realmente conhecemos. Ou seja, a Secretaria identificou o problema e tenta fazer algo.

Tudo isso está na página 73 do relatório da Região Norte.

Com relação à Itaituba são 40 adolescentes, que foram identificadas por intermédio de fotografias apreendidas. Tanto é que os que foram identificados e encontrados deram seus depoimentos. Alguns deles foram atendidos pela Secretaria de Assistência do Município; outros foram levados para abrigos, e outros para Belém, tendo em vista terem sofrido ameaças de morte. Mas, como o processo está demorando, os acusados foram liberados. Como os programas não têm um trabalho bem estruturado para atender esses meninos que, muitas vezes, não têm familiares para sustentá-los quando de sua volta para casa, eles começaram a sair e sofrem muitas ameaças. Então, a Assistente Social do Município, a Lourdes, que trabalha há muito tempo nessa área, disse que atualmente nenhum desses meninos se encontra em Itaituba. No momento da denúncia, suspeitou-se do tráfico de meninos, porque eles não eram todos de Itaituba – vinham de Goiás, de Belém e de outras partes –, mas que passaram por lá, pelas mãos desses exploradores e foram para outros lugares.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esse inquérito está sob a responsabilidade de quem? Já foram indiciados?

O SR. MARCEL HAZEU – Está na Vara Criminal de Itaituba. A Promotora, que foi superatuante nesse caso, não está mais lá. Aliás, esse é um outro problema, porque você encontra profissionais superdedicados, mas que são sempre deslocados para outros lugares e o processo pára. Aí, vem outro Promotor que, às vezes, não tem a mesma paixão para enfrentar esse problema. O processo está com o novo Promotor, que está atuando nele.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passaremos, agora, ao bloco de perguntas.

Somos dez inscritos. Portanto, acredito que três minutos para cada pergunta é o suficiente, já que devemos ser o mais conciso possível.

O primeiro inscrito é o Deputado Severiano Alves; em seguida está o Deputado Ann Pontes e depois a Deputada Sandra Rosado.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Srª Presidente, quero dizer que cada vez mais aumenta a minha satisfação em participar deste trabalho. Talvez eu seja o menos experiente, mas estou procurando pesquisar e me informar. Estou gostando muito. Parabéns a V. Exª e à Drª Maria do Rosário.

Indiquei o nome da Drª Edna Barbosa, que faz parte do Cedeca da Bahia, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, que faz um trabalho excelente, inclusive no que diz respeito à exploração sexual. Aliás, o Cedeca enviou-me farto material de divulgação de seus trabalhos, o qual vou passar para V. Exª em seguida.

A Drª Rosário chamou a nossa atenção para uma questão importante, ou seja, a de que dispomos de instrumentos. O Marcel também falou que não adianta a repressão, mas investigar a causa. Nós nos preocupamos com isso, com a solução imediata dos efeitos desse tráfico vergonhoso. Precisamos utilizar os instrumentos legais de que dispomos. Por isso acredito que esta CPI, com a ajuda desse pessoal, que já tem muita experiência, e com a vocação da Senadora Patrícia Saboya, que está determinada a chegar a um resultado final, e da Drª Maria do Rosário – chamo a atenção para o seguinte: V. Exª já observou os extremos geográficos e também dos nomes: Maria do Rosário do Extremo Sul, Rosário de Maria do Extremo Norte, considerando o Maranhão, e também que ela tem um bom perfil para o exercício parlamentar? Ela já está lá no Norte.

Parabenizo os expositores. Detalhes. Muitas informações. Também vi a coragem do Welinton, de assumir a condição de gago e dizer que estava nervoso, por isso ele conseguiu falar, senão não conseguiria. Parabéns. Estou satisfeito, quero colaborar no que foi possível. Tenha certeza de que esta CPI vai nos apresentar resultados fantásticos neste governo, que tem um compromisso inclusive de palanque, de dar solução a essa causa. Por isso estamos aqui, para levar adiante esses fatos. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputado Severiano Alves. Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Presidenta, Srs. Parlamentares, ilustres convidados. Para o Dr. Welinton. Ao longo de sua exposição, foi colocado que outros tipos de crimes acabam mascarando o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes, enfim, para os fins de exploração sexual. Quais seriam esses outros crimes que, de alguma forma, estariam entrelaçados a essa prática?

E, nas exposições anteriores, fiz uma espécie de característica, perfil dessas rotas, e elas seriam extremamente estruturadas e dinâmicas. Diante da divulgação dessa pesquisa, elas automaticamente teriam mudado essas rotas, esse perfil? De que forma tentar identificar essa nova reorganização que elas possam ter vindo a assumir?

Com relação à Drª Rosário. Sou do Estado do Pará, nasci em Belém, mas me criei pelo interior do Estado, mais precisamente no Sudeste, e vem muito a calhar que o Dr. Marcel coloque – é uma das minhas reivindicações nesta Casa – que não se planeje desenvolvimento para as regiões sem que se conheçam as peculiaridades das mesmas. Sou de Tucuruí e, com a construção das reclusas de Tucuruí, na primeira etapa, tivemos um bairro inteiro de prostíbulo e, infelizmente, com a segunda etapa, veio essa terrível mazela. Então, é preciso de fato ter um olhar diferenciado dentro da concepção desses projetos e fazer o custo social e econômico para a nossa população. Lá, um jornalista acabou dizendo que de elétrico a população só tem o choque.

Drª Rosário, a pesquisa no Nordeste, deu para quantificar de alguma forma se essa questão é tratada como prioridade junto aos Poderes Públicos?

Uma outra questão. Quando a Senhora coloca que as pessoas não querem falar. Quais são essas pessoas? As que vêem, as que estão de alguma forma inseridas, os agentes públicos que, em tese, deveriam acompanhar, denunciar, eles também temem falar?

Para concluir, Dr. Marcel, esse relatório foi entregue aos Ministérios Públicos da Região Norte? Eles tomaram ciência desse relatório? Um outro questionamento com relação especificamente ao Estado do Pará. Além da cidade Itaituba, elencada por V. Exª, haveria um outro Município com uma incidência elevada desse tipo de prática? Qual seria a média de idade das crianças e adolescentes envolvidas no tráfico sexual na nossa região? É verdade que o tráfico direto é muito forte? Segundo li numa reportagem publicada num jornal de lá, as próprias crianças e adolescentes estariam se oferecendo para esse tipo de trabalho, que eles identificaram como tráfico direto? A pesquisa chegou a verificar, a mensurar algum tipo de tráfico sexual junto às índias?

Para concluir, a informação que os turistas têm falam das "qualidades" das nossas mulheres e, por tabela, das nossas crianças e adolescentes. Isso tem de ser revertido, colocando a questão da criminalidade, as conseqüências e principalmente orientando essas crianças e adolescentes que são vítimas; a quem elas podem recorrer do outro lado, quando já estão efetivamente fora do território nacional; de que forma podemos mobilizar os institutos internacionais, para que eles também possam dar esse acompanhamento, esse **feedback.** Pelo que pude verificar aqui, é um caminho sem volta, e isso me angustiou profundamente. Além de ter políticas preventivas, precisamos de políticas reparativas, no sentido de que, quando essas crianças e adolescentes retornarem ou conseguirem ser resgatadas, que elas possam ter uma opção de vida diferente, e não a da prostituição.

Muito obrigada.

A SRª. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada Deputada Ann Pontes.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Rosado.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Inicialmente, parabenizo os três expositores, que, com muita clareza, fizeram seus depoimentos. Tenho impressão de que, infelizmente, há uma contradição. Nós, principalmente do Nordeste, defendemos que a indústria do turismo é importantíssima para o nosso desenvolvimento; no entanto, ela vem carregada de vícios, e chegamos a perguntar: é melhor ter a indústria do turismo ou não ter, se ela traz tantos problemas.

A Drª Rosário de Maria, que falou sobre a nossa Região Nordeste fez algumas colocações, e pode até haver alguma repetição neste sentido. O turismo tem sido identificado, realmente, como um caminho para a prostituição? Houve denúncias e comprovação de envolvimento de agências de turismo e policiais e também de falsidade de documentos? Existe algum processo em andamento com relação a cartórios ou autoridades que forneceram esses documentos falsos?

Há notícia de algum acompanhamento de turistas estrangeiros, evidentemente, em pontos reconhecidos do turismo nordestino? Em Fortaleza, Natal e Recife, há os **points**, os lugares que eles freqüentam mais. Há um acompanhamento da polícia ou do setor competente da Justiça em relação, principalmente, àqueles turistas que organizam vôos para o Nordeste, muitas vezes identificados como vôos salvadores da nossa região, vôos **charters**? São tantos turistas que vêm. Eles são acompanhados nisso?

Gostaria de solicitar aos três os relatórios das regiões.

A Drª Rosário de Maria falou no drama daquelas crianças levadas para o exterior, que voltam e não têm acompanhamento. Eu vejo isso muito em Natal e Fortaleza: crianças que ficam à beira-mar. Parece-me que elas não têm acompanhamento; elas têm um temor – quando um carro se aproxima e elas vêem que não é alguém para explorá-las, elas correm. Existe alguma política pública nesse sentido? Eu não tenho muito conhecimento, apesar de ser assistente social. Infelizmente, eu não vejo ainda no meu Estado – Rio Grande do Norte – nenhum acompanhamento dessas crianças vítimas do tráfico para o exterior.

Quanto ao Sudeste, eu ia fazer uma pergunta, mas creio que a Deputada Maria do Rosário já a fez: se existe alguma associação entre o tráfico de mulheres e de crianças e adolescentes. Eu já tive a resposta.

Com relação ao Norte, Dr. Marcel, eu gostaria de saber se as famílias de sua rua já foram denunciadas e processadas. Alguém já foi processado por conta disso? V. Sª falou que, na sua rua, muitas famílias encaram, talvez com naturalidade, a ida dos filhos para a exploração. Na minha cidade eu já vi que as famílias ficam felizes e contam com muita alegria que os filhos que foram para o exterior estão mandando dólares para sustentá-las. Essas famílias foram denunciadas?

Por último, uma pergunta que tinha anotado com relação ao Dr. Marcel, mas é para os três: os senhores e a senhora consideram que está havendo um relaxamento do Poder Judiciário, das polícias, tanto a federal como as outras, com relação a esses casos que são relatados? Tenho certeza de que é de conhecimento deles – da Polícia Rodoviária, da Federal, da Civil, da Militar, do Poder Judiciário e das promotorias. Está havendo conivência ou relaxamento com relação a esse drama que é tão terrível?

Gostaria só de registrar que, na sexta-feira, solicitei ao Juiz da Infância e da Juventude da capital – depois vou partir para o interior – fazermos uma reunião ampla com juízes, promotores, representantes de ONGs, instituições que cuidam desse trabalho de criança e de adolescente na cidade de Natal, exatamente para colher mais subsídios a respeito desse problema.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Sandra Rosado, penso ser muito importante que os parlamentares se envolvam com o problema em seus Estados, buscando subsídios, informações sobre o que queremos apurar por meio desta CPI.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Antes que V. Exª conceda a palavra ao próximo inscrito, gostaria de fazer uma consideração.

Cumprimentando a Deputada Sandra Rosado, quero dizer que estamos produzindo um instrumento que, talvez, contribua para a busca de informações, um instrumento de fácil preenchimento, para que possamos fazer o levantamento das políticas existentes e dos inquéritos, enfim, para organizarmos esse levantamento que os senhores parlamentares estão fazendo no sentido de organizar ao máximo esse trabalho de pesquisa, elemento central e mobilizador das comunidades.

Vamos, oportunamente, apresentá-lo como uma proposta de abordagem nessas reuniões.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Drª Rosário.

A SRA. ROSÁRIO DE MARIA DA COSTA FERREIRA – O Deputado Severiano Alves citou uma pessoa que se chama Célia Barbosa, alguém que sempre se pôs em defesa da criança e do adolescente da Bahia. Ela tem méritos, porque foi uma das primeiras pessoas – junto com outras, como Márcia Dangremon, do Coletivo Mulher Vida de Recife, Pernambuco – a iniciar todo esse trabalho de enfrentamento da violência sexual neste País, ao lançar campanha de âmbito nacional e, há mais de dez anos, atuar no enfrentamento dessa questão. Hoje, são vários centros de defesa no Brasil, como foi bem lembrado pelo deputado. Penso que todo o material do Cedec tem contribuído bastante para essa discussão.

É bom encontrar pessoas aqui do Pará, como Ann Pontes e Ana Júlia Carepa, com quem tivemos encontros quando eu trabalhava com as mulheres prostitutas em Belém do Pará.

Essa questão das mulheres no Brasil, muito bem colocada e reforçada por Marcel, é uma questão que precisamos discutir, precisamos nos aliar à Secretaria Nacional da Mulher, com os movimentos de mulheres e fazer uma campanha intensa contra a desigualdade de gênero, discriminações feitas principalmente pela mídia, pela propaganda e outros usos e abusos.

Realmente falta algo nessas políticas de desenvolvimento. Assim como a política de desenvolvimento turístico no Nordeste, por meio do Prodetur I e do Pro-

detur II, devemos incluir na discussão desses projetos de desenvolvimento algo mais, falar dessas pessoas que moram nesses lugares como pessoas que têm sexo, sejam pessoas adultas, crianças, pessoas que sobrevivem de atividades que ali são realizadas, e pensar um desenvolvimento sustentável.

Precisamos estar de olho em exemplos como os de Tucuruí e outros grandes projetos, porque esse projeto de desenvolvimento turístico vai crescer cada vez mais. Devemos negociar com as agências que financiam esses projetos o que, em contrapartida, deve-se ter na área social em termos de emprego, geração de renda e qualidade de vida para as pessoas, principalmente impactos no meio ambiente, algo que também afeta a vida dessas pessoas.

Penso que V. Exª tem razão. Já vimos percebendo que esse comércio do sexo se reorganiza a cada dia, as tecnologias são muitas. Temos um caso que está na Polícia Federal, lá em Fortaleza, uma denúncia que de Caucaia, de um padre belga que estava envolvido na pornografia infantil, envolvendo adolescentes. Não sei nem como está esse caso em Fortaleza. Mas as fotos são veiculadas pela Internet e isso é um recurso que vem sendo utilizado, assim como os **books** em hotéis.

Tomamos conhecimento desses **books** em um grande hotel em Belém, quando eu ainda estava em Belém do Pará, e depois soubemos que essa pessoa, esse agenciador, que em Belém já tinha sido denunciado sobre agenciamento de pessoas, hoje tem uma casa noturna em Fortaleza. Coincidentemente, pelo nome, pudemos identificar junto com a Drª Rena, da Desec, que esse agenciador era a mesma pessoa. Então, eles mudam de lugares, de tipo de negócios e tal. A rede se reorganiza com uma rapidez enorme. Portanto, temos que ter muita competência, e o serviço de inteligência da nossa polícia pode se aperfeiçoar e usar as tecnologias modernas para nos auxiliar.

Penso que já estamos vivendo esse problema há muito tempo. E, hoje, com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, penso que definimos uma série de políticas e de ações. E na área da mobilização, os fóruns de enfrentamento da violência sexual têm possibilitado essa discussão entre Governo e sociedade civil, no sentido de equacionar essa questão.

Mas a dificuldade passa pela responsabilização das pessoas envolvidas. O que o Marcelo coloca é o que concordamos: queremos responsabilização para aqueles que estão envolvidos nesses crimes e proteção para as vítimas e que elas não sejam tratadas como criminosas. Realmente, nos depoimentos, nas denúncias, nos inquéritos, só ouvimos a fala da menina envolvida, da mulher e muito pouco de outras pessoas que possam estar envolvidas por trás desses agenciadores, como o Marcelo já colocou. E as pessoas não querem falar mesmo, Ana. Não querem falar.

O Marcelo já deu exemplo de pessoas que foram ameaçadas. Temos exemplos, em alguns países do mundo, de casas que protegem mulheres que foram resgatadas do tráfico de pessoas e foram metralhadas, invadidas, pessoas que foram, sei lá... Então, as pessoas não querem falar porque é crime organizado, é máfia. Estamos falando em um nível de rede organizada. E temos que nos preocupar com isso.

Temos a indústria do turismo, e queremos o turismo, pois temos riqueza, temos a questão histórica, temos tantas belezas para mostrar, mas precisamos pensar qual o modelo de turismo que queremos. Em Natal, no Rio Grande do Norte, a Casa Renascer fez um seminário e lançou um documento que é o Código do Turismo. Então, penso que devemos pensar em um código de turismo para este País e que todos os Estados e Municípios adotem esse código de turismo, pois estariam previstas todas essas questões que estamos colocando aqui: o desenvolvimento do turismo dentro de um projeto de desenvolvimento sustentável que contemple e que preserve os direitos humanos, o direito de homens, mulheres, crianças e adolescentes.

Na questão do turismo, qual é a relação dele com a prostituição? Na mesma história que o Marcelo coloca, dos grandes projetos, é a questão de mão-de-obra, de trabalho para essas mulheres. Não sobra alternativa para essas mulheres e para os seus filhos principalmente. A questão do envolvimento de agências de turismo é porque elas vêem esse mercado como altamente rentável. E é rentável também para a menina e para a mulher, muitas vezes. Podemos até pensar que elas ganham bem, mas o agenciador ganha muito mais e aquele que está por trás do agenciador, muito mais ainda.

Com relação ao acompanhamento de turistas, é aquilo que falei, penso que falta um controle maior da entrada e permanência desses turistas no Brasil. Só que há muitos interesses envolvidos. Há turistas que entram com muito dinheiro e usam alguém da comunidade local, isto é, financia um pequeno comércio, lavagem de dinheiro, essa coisa toda. Precisamos, pois, ter um acompanhamento.

Em Fortaleza, por exemplo, tem a Delegacia do Turista, mas é para apurar os crimes contra o turista. Muitas vezes, meninas chegam na delegacia porque tentaram roubar os turistas. Não há uma política eficaz de acompanhamento. E dentro desse perfil do turista, quais são os que merecem realmente um acompanhamento? Penso que teríamos que ver isso.

O Brasil, hoje, tem uma política pública definida pelo plano nacional. Há um programa nacional chamado "Sentinela", que tem atendimentos, mas precisa ser melhorado. O atendimento precisa ser mais qualificado e as condições desse atendimento precisam ocorrer. Por exemplo, tanto no Cipea quanto no "Sentinela", na ficha de atendimento, a questão tráfico não está colocada. Coloca-se abuso sexual, sedução, os tipos penais que existem, mas, por exemplo, a menina fala, muitas vezes, de uma situação que é tráfico e como não se tem a compreensão, o entendimento do que é tráfico, enquadra numa outra situação. Então, o Cipea e o "Sentinela" precisam, incluir tal crime nas suas fichas – acho que o pessoal já está discutindo isso -, no sistema de notificação. Então, tem esse plano nacional, tem o "Sentinela".

Hoje, o governo brasileiro está numa parceria com uma agência internacional para o desenvolvimento de um programa nacional de ações integradas de enfrentamento de algumas situações de exploração sexual, comercial, dentre elas o tráfico. Alguns dos Municípios onde esse programa está sendo desenvolvido constam na pesquisa nacional sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes e na pesquisa que mapeou a questão dos índices de AIDS. Foi o cruzamento dessas duas pesquisas que resultou nas cidades de Ipacará, Manaus e outras mais. Seria interessante até chamar as pessoas que estão envolvidas nesses programas, porque elas estão indo aos Municípios, estão realizando reuniões e trabalhos com as pessoas.

Relaxamento das Polícias Federal, Rodoviária e Civil. Estamos discutindo hoje no Brasil o fato de existir uma cultura dentro das nossas polícias que tem que ser revista, do compromisso dos agentes públicos, de como eles podem estar sendo envolvidos nessa discussão. O Marcel pegou um pouco disso também. São homens e mulheres formados dentro de uma cultura machista, de compreensão de que a prostituição, às vezes, é um mal necessário e a única alternativa de renda. Essas pessoas, muitas vezes, esses homens que estão nesses lugares são clientes, são consumidores desses serviços sexuais, mas acho que já conseguimos chegar à conclusão de repensar as nossas polícias. A Polícia Rodoviária: um caso muito bom. Lá no Ceará, no Município, no entroncamento, uma menina chegou lá e estava fazendo programa todo dia, e o pessoal, a Polícia Rodoviária, lá perto, viu o movimento e tudo. Essa menina teve uma gravidez, um aborto, ela tinha um problema de deficiência mental, essa coisa toda. A Polícia Federal só foi se tocar de toda a história, de que era uma adolescente, quando o pessoal envolvido no programa de atendimento à criança adolescente soube da situação e fez o atendimento. Mas aquela menina estava ali do lado da Polícia Rodoviária, daquelas cabines, estava lá a vida inteira fazendo programa, era adolescente, alguns até iam lá e faziam programa. Então, assim, qual é a compreensão que os agentes públicos têm dessa questão da prostituição? Porque a sociedade brasileira também pensa a menina, garotinha, pequenininha, vítima de abuso sexual como vítima, mas vimos em vários Municípios lá no Ceará, numa pesquisa que o Unicef realizou – seria interessante chamar a coordenadora da pesquisa, da qual participei, Celina Elen...

Trata-se de uma pesquisa sobre exploração sexual de criança e adolescente em 15 Municípios do Ceará, financiada pela Unicef, e que a UEC, Universidade Estadual do Ceará, coordenou. Vimos que, no caso das adolescentes, a população e os agentes públicos acham que as adolescentes são sem-vergonhas, culpadas e que querem estar lá. Então, quando vemos adolescente na história, muda um pouco a nossa visão, porque somos muito moralistas nessa história de sexualidade. Então, nem a menina chega na gente, nem a gente chega na menina, porque, quando a gente chega na menina, a gente acha que ela tem culpa. E ninguém neste País fala sobre o cliente, sobre consumidores de sexo. Não estou falando numa perspectiva moralista, repressiva e conservadora, porque não o sou, mas dentro de uma perspectiva de discussão de direitos, de direitos sexuais de crianças e adolescentes. Então, essa abordagem tem que passar pelas instituições, pelas polícias, para que realmente tenhamos o agente público com uma outra visão. Por isso é que há mulheres que cometem esse tipo de coisa que o Marcel colocou, porque temos essa cultura.

Então, está tudo articulado, é isso que digo. O tráfico está dentro desse contexto e esse contexto precisa ser mexido. Então, precisa-se chamar o movimento de mulheres, o movimento de prostitutas, o movimento de homossexuais, outros movimentos, como o da criança e do adolescente, para discutir nua e cruamente. Perdemos essas meninas e meninos porque não conseguimos falar com eles sobre o que eles estão vivendo, que é a questão da sexualidade. Isso nos agride; e nós temos muitos valores. E, muitas vezes, podemos ser consumidores desses serviços sexuais que usam crianças e adolescentes. Então, acho que é por aí que temos que pensar. Então, penso que o relaxamento das Polícias passa pelo relaxamento das instituições de pensarem essas questões todas dentro de uma perspectiva de gênero e de direitos humanos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dr. Welinton.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA – Não vou repetir aquilo que a minha colega já disse. Quando falamos de alguns crimes que são mascarados, referimo-nos, principalmente, ao desaparecimento de pessoas. Há o exemplo que citei da pessoa que foi raptada, ficou um ano em outro local, num sistema privado, e, depois, quando a pessoa retornou, foi simplesmente dado como um desaparecimento que se conseguiu resolver, e acabou. Não houve nisso nenhum tipo de crime.

E tem a questão da violência doméstica. Acho que vai muito, também, do olhar da polícia na hora. Às vezes, há um caso que poderia ser configurado como clássico, mas não é porque as pessoas não vêem aquilo, pois a situação é muito complexa.

Com relação às rotas, não estou muito convencido de que elas mudam, porque a certeza da impunidade é tão grande que as pessoas não querem mudar nada, haja visto o exemplo de Itaiutuba, no Pará, onde se iniciou essa denuncia e, hoje, a situação naquela cidade continua quase que a mesma. Então, a certeza da impunidade é bem maior. Ainda não somos uma ameaça para essa rede. Eles não estão nem aí para nós. Infelizmente, acho que é isso. Oxalá que consigamos avançar, mas a realidade hoje é essa.

Eu não citei, na minha abordagem, a questão do Vale do Jequitinhonha, que não foi objeto da nossa pesquisa, mas há um índice muito grande de exploração. Seria viável que a CPI visitasse **in loco**. Há meninas sendo oferecidas a R$1,99 com uma propaganda explícita na BR. Então, é uma situação que merece um cuidado especial.

Acho que esta Comissão deveria retomar a discussão sobre o Código de Ética. Por mais que Natal seja uma cidade muito bonita, esse Código não deveria se restringir a Natal, mas abranger todo o País. Nós já tivemos algumas discussões e reuniões com a Embratur no outro Governo, mas não houve avanços. Talvez, não tenha havido muita vontade política de fazer a coisa realizar e havia muitos interesses de algumas ONGs, de Associações de Hotéis. Creio, então, que a Comissão deveria retomar a discussão para tornar esse Código nacional.

A SRA. ROSÁRIO DE MARIA DA COSTA FERREIRA – Quero fazer apenas uma rápida observação. O Governo Federal lançou o Plano Nacional de Turismo. Seria interessante se fazer uma discussão de como é que, dentro desse Plano Nacional de Turismo, está embutida a discussão do Código de Conduta ao Turismo na questão da exploração sexual.

O SR. MARCEL HAZEU – Eu concordo com ela. Eu acho que as rotas não se sentiram muito ameaçadas por esta pesquisa. Inclusive, não conheço nenhuma investigação feita a partir dessa pesquisa. Elas se sentem bastante impunes. Estão de tal forma organizada, que ainda não estao sendo ameaçadas.

As pessoas que estão envolvidas questionam: por que eu iria falar? O que eu posso ganhar com isso? O que a minha família pode ganhar com isso? O que eu posso perder com isso? Na verdade, elas não têm nada a ganhar, porque a punição daquele que está explorando é o máximo que elas podem esperar, mas elas ficarão marcadas naquele mundo de prostituição e de exploração. Elas vão estar sem recursos naquele momento, porque estavam ganhando lá, e nós não estamos oferecendo nada – no máximo, a proteção à testemunha, que é um programa limitado. Então, por que falar? Não é difícil conversar com elas. Se você vai a qualquer boate, entra lá e tem uma abordagem diferente, você vai conversar. Levei duas jornalistas até aquela região – e será publicada uma reportagem, espero que muito boa, na **Marie Claire** de setembro sobre assunto. Elas conseguiram falar com muitas meninas e mulheres, o que não é difícil. É possível conversar com elas. E, ao mostrar interesse por elas e com a promessa de que seus nomes não serão divulgados, elas contam as rotas que já foram, como foram tratadas, por que estão lá, o sofrimento que vivem, a questão da sua sexualidade. Falando com elas, observa-se que a sexualidade delas é tão diferente da nossa. Para entendermos o sofrimento delas temos que passar por um entendimento também cristão de como estão vivenciando a sua sexualidade. Não é difícil falar com elas.

Todavia, elas não têm qualquer interesse em depor para uma CPI, porque estão sobrevivendo disso, vão ficar marcadas depois por conta do seu depoimento e não temos uma alternativa para oferecer. Pela mesma razão, com meus vizinhos...depois falo para ela...apresentou um relatório para o Ministério Público, inclusive nos organizamos junto com o Ministério Público do Trabalho para o lançamento em Belém, convidamos a Assembléia Legislativa, contamos com a presença do Prefeito, do representante do Governador, da Polícia Federal e todos receberam a pesquisa do Ministério Público Federal, a qual discutimos. O próximo passo agora é sentar com cada um e saber qual será a mudança em suas atuações.

Fiquei sabendo que a Polícia Federal não teve nenhuma atuação. Há um equívoco ou uma cultura dentro da Polícia de não querer investigar por falta de denúncia formalizada; é essa a alegação da Polícia. Todos sabem que, em casos de violência sexual, abuso sexual, é necessário haver a queixa da vítima. Porém, em caso de tráfico, de exploração sexual isso não existe. Qualquer suspeita pode ser investigada e

processada. Não precisa haver a queixa da vítima para se proceder à investigação. Isso está demonstrado na pesquisa. É muito fácil mostrar que, no Processo Penal, tráfico, aliciamento, favorecimento de prostituição dentre outros são crimes públicos e, portanto, devem ser apurados mesmo que não haja nenhuma manifestação da vítima. Alegar que a mãe não queria mais a investigação não é argumento; o crime tem que ser investigado.

Além de Itaituba, sabemos que há muitos outros Municípios no Pará que têm fluxo e estão envolvidos na rota de tráfico, principalmente os Municípios localizados na beira da estrada, como Paragominas, Rondon do Pará, enfim, todos aqueles Municípios que têm festividades de veraneio, como Salinas. São muitos Municípios nessa situação. Itaituba tem realmente uma história de prostituição, como Tucuruí, Oriximiná, Porto Trombetas, regiões onde há grandes projetos. A Companhia Vale do Rio Doce finalmente vai decidir investir novamente no Pará, então haverá um novo pólo. Barcarena, onde há um pólo de alumínio. Nesses pontos, o tráfico e a prostituição se encontram.

Eu queira enfatizar justamente Itaituba, pois poderíamos evitar que aconteça ali o que aconteceu no Acre. Poderíamos mostrar à sociedade de Itaituba que não esquecemos do que está acontecendo lá, mesmo estando longe.

O Pará também tem sua prostituição vinculada ao turismo. Não temos o turismo que tem o Nordeste, mas, se chegam iates ou barcos em Alter do Chão, em Santarém, a prostituição também já se organizou lá, as meninas são levadas – adolescentes e às vezes até crianças. Eles querem levar **charteres** que estão chegando em Fortaleza também para Belém.

Temos que pensar que turismo queremos que favoreça o desenvolvimento local, a valorização local da natureza, da população e não aquele turismo devastador, que vai lá para tirar, como sempre se tira tudo da Amazônia. Da Amazônia se tira tudo até as meninas e a sexualidade dos jovens.

Também procuramos muito saber se há casos de prostituição e tráfico de meninas indígenas. Só temos denúncias e nada comprovado em Roraima, onde havia um delegado de polícia da Delegacia de Cidadania que estava investigando isso, mas foi demitido. Ele disse que tem um dossiê enorme, mas não quer abri-lo, porque se sente sem amparo lá. Não sei por que ele foi demitido. Ele já tinha falado conosco para poder contribuir. Quando chegamos, já tinha sido demitido e retraiu-se, infelizmente.

Não denunciei as minhas vizinhas e vizinhos e não vou denunciar. O que estou fazendo é um trabalho... Moro em um bairro bastante popular, o Guamá, e estou organizando um encontro na minha rua, em um bar, no qual falarei com as pessoas que querem ouvir as vantagens e desvantagens de a mulher trabalhar no exterior, porque muitas me procuram para saber como podem trabalhar na Espanha e na Holanda, se há vaga. Mesmo que eu conte como é o trabalho, as pessoas perguntam quanto tempo levam para comprar uma casa, se forem para o exterior. Quero refletir com elas sobre essa realidade, para ver a possibilidade posterior, se elas têm interesse e possibilidade de denunciar. Meu interesse não é jogar uma bomba na minha rua e depois saber que muita coisa se pôde mudar; quero incentivar essa discussão inicial, que não existe só na minha rua, mas em todas. Esse é só um exemplo, como V. Exª também já falou.

Posso até falar de um hotel, ao qual o Prefeito Edmilson Rodrigues foi para o lançamento da pesquisa do tráfico em Belém. S. Exª disse que o Hotel Hilton, na praça da República, oferece um **book** com meninas se prostituindo. S. Exª fez uma denúncia naquele momento. Infelizmente, ninguém se levantou e disse que investigaria. A Delegacia da Criança e do Adolescente fica parada, assim como o Ministério Público. S. Exª fez essa denúncia em público, por isso acredito que tenha informações. Se fizermos essas confirmações, como do que aconteceu em Manaus, que é um pólo turístico na região, onde os hotéis têm pacotes com meninas... Em uma reunião interna, alguém falou o nome do hotel, que foi publicado no jornal. O hotel processou o Unicef por difamação, que não conseguiu comprovar. Lá, quando se pergunta pelo **book**, não se consegue vê-lo; um policial disfarçado deve ir ao hotel, dizer que é empresário e perguntar pelo serviço. Deve-se fazer a investigação e não chegar lá, perguntando pelo **book**. Isso descredencia o nosso trabalho; deve-se ser sério.

Eu tenho que encerrar, mas ainda quero falar de duas coisas que foram apresentadas. Quais são as políticas de amparo que temos para as meninas e mulheres que voltam? Tenho uma colega, intérprete de português na Holanda, que participou várias vezes de operações da Polícia de intervenções em boates, nas quais foram encontradas várias brasileiras ilegais. Elas, simplesmente, são devolvidas ao Brasil; chegam ao aeroporto – mesmo quando vêm do Suriname e da Guiana Francesa – e vão para suas casas, sem o dinheiro que poderiam trazer, porque a Polícia cortou essa possibilidade. E aqui ninguém pergunta ou oferece alguma coisa.

O único atendimento que conheço, em Belém, é o que se destina às mulheres ou meninas que se contaminam com o HIV no Suriname. Elas são imediatamente expulsas, porque lá se fazem testes regularmente, para

saber se estão doentes, caso em que são mandadas de volta. E elas são atendidas em Belém, fechando-se o ciclo. Elas vêm do Suriname, sem possibilidade de atuar na profissão; são expulsas e tratadas como doentes, responsáveis por suas vidas a partir disso, agora com HIV. E algo interessante: os casos denunciados, muitas vezes, passam primeiro pela imprensa. Por exemplo, no Estado do Amapá, não encontramos, na imprensa, uma linha sobre tráfico de meninas ou mulheres. Por exemplo, do Oiapoque a Guiana Francesa, todos sabem. Naqueles municípios, todos sabem que há serviços que trabalham com isso. No caso do Acre, que era sobre um assessor de comunicação, eles conseguiram que não fosse colocado na imprensa. Era um caso público e que, mesmo público, não se tornou público; foi abafado. Em Tocantins, acontece o mesmo: não há uma linha, nos jornais, sobre o tráfico. Foi denunciado um caso na Polícia Federal sobre o qual houve grande repercussão na comunidade local, mas que não foi divulgado na imprensa. A imprensa pode questionar. Nós podemos questionar.

Eu gostaria de saber também como podemos trabalhar melhor com a imprensa. A CPMI, por meio da sua assessoria de imprensa, ao chegar aos Estados, tem que chegar também como notícia: "Será que, nos Estados, também acontece isso? Onde posso denunciar?" Sem a imprensa, as pessoas não tomam conhecimento do trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passamos aos próximos oradores inscritos, Deputado Eduardo Barbosa...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem a palavra V. Exª.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Srª Presidente, daqui a pouco, começará a sessão do Senado. Quem quer se inscrever, como eu, para breves comunicações, tem de estar no plenário do Senado, no mínimo, quinze minutos antes, pois só podem se inscrever três Srs. Senadores. Na nossa Comissão, temos 10 inscritos neste momento?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, agora só temos quatro.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – A minha sugestão seria fazermos as perguntas em bloco.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A idéia é que procedêssemos às perguntas do Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Laura Carneiro, da Senadora Ana Júlia e do Deputado Luiz Couto, que fizéssemos esse bloco de quatro, buscando resumir e objetivar, até porque muitos questionamentos já foram feitos, provavelmente alguns deverão ser repetidos.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Claro, temos que cooperar.

Também quero cumprimentar os de militância na área de defesa da criança há muitos anos e nos traz de forma extremamente didática e com conhecimento de causas e experiências desastrosas na questão da exploração sexual.

Queria duas coisas bem objetivas, porém, elas não são simples de serem respondidas. A minha preocupação nessa CPMI é a nossa condução. Em primeiro lugar, acho que uma CPMI com esse tema temos que ser extremamente cautelosos, solidários, discretos porque nunca podemos passar uma imagem de reforçar uma situação vexatória de milhares e milhares de brasileiros conterrâneos nossos. Acho que o auge desta mesa foi isso, vocês passaram para nós uma visão extremamente humanista, pedagógica do trato da questão, inclusive a todo momento nos mostrando que temos que estar discutindo a questão conceitual, cultural em relação à sexualidade e talvez esse seja o grande desafio da nossa geração: como fazer essas transformações e essas mudanças, realmente fazendo discussões de profundeza, de valores na sociedade. Não simplesmente com aparato desmantelar em busca a caça às bruxas que sabemos que pode funcionar em alguns aspectos, mas que não reverte uma situação cultural que já estamos vivendo e que tem outros aspectos que ainda fazem com que ela se desponte cada vez mais: aspectos econômicos, de desigualdades, como foi colocado aqui.

A cultura machista é um valor importante a ser combatido, acho que você colocou isso muito, acho que até a agressão da sua cultura de país de origem com a nossa, isso deve aflorar ainda mais, como as pessoas não conseguem reverter essa visão. As experiências que temos também são dessa forma, as juízes entendem que a menina é sem-vergonha, ela quis isso, ela é que procura. As mães, às vezes, falam isso também, essa não tem jeito, ela é sem-vergonha mesmo, nasceu assim e é melhor que seja assim porque ela traz dinheiro para casa porque se eu reprimir não traz dinheiro nenhum. É isso que escutamos e na abordagem isso é extremamente complexo, como abordar essa situação.

Gostaria de saber duas coisas de vocês, pela experiência e pela pesquisa que vocês coordenaram. O que vocês esperam dessa CPMI? Em que ela contribui, em que ela pode, de fato, trazer, de novo, não no diagnóstico, de sair caçando rotas porque vocês já trouxeram que se déssemos conta de investigar um pouco mais essas rotas, ficaríamos aqui uma legislatura

inteira. Mas, dentro das pesquisas nas regiões em que vocês foram responsáveis, vocês identificam, de fato, pontos que devemos que detalhá-los, aprofundá-los, que vocês tiveram restrição na profundidade e isso pode ser repassado para essa Comissão? Na Região Norte merece um olhar específico, isso, isso, isso, etc.

Se for isso que vocês esperam da CPMI, mas isso tem a ver com a resposta de vocês, porque todos elogiaram que a CPMI é importante. Para dar visibilidade à questão, para mostrar o diagnóstico que existe? Para mim, isso é muito pouco. Poderemos estar fazendo isso em outros fóruns, às vezes, até globais para poder dar visibilidade à questão. Mas, em que a CPMI pode contribuir para essas mudanças?

Em relação à rede de favorecimento, aos diagnósticos, ao perfil que vocês têm desses que estão entre o cliente e o que é abusado, isso também pode ser identificado no diagnóstico que vocês fizeram, na pesquisa que vocês fizeram. Em cada região vocês identificam essas redes com nome e endereço para que possamos ter uma abordagem mais diretiva ou vocês acham que temos que trabalhar como foi trabalhado no Governo anterior com a questão da Embratur, por exemplo, buscando as grandes redes hoteleiras e trabalhando a questão do código do turismo e assuntos afins? Os senhores pensam que temos que perseguir esse caminho de trabalhar com as grandes incorporações, corporações dessas redes, para tentar chegar nas agências lá de baixo? Ou isso não funciona? Teremos que trabalhar de baixo para cima mesmo, com uma ação mais diretiva na esfera municipal, por exemplo, ou temos que trabalhar com as grandes campanhas? Isso é que dá o resultado?

Para terminar, pergunto se aquela campanha da Embratur surtiu algum efeito na experiência dos senhores de envolver os hotéis nesse processo? Aquilo trouxe resultado positivo? São essas as duas questões.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, imagino que não teremos muito tempo para fazer os questionamentos na sessão reservada, portanto, vou fazer as perguntas e algumas delas vou pedir, de antemão, que não respondam agora. Podem responder por escrito, depois entreguem à Presidência ou o façam num contato mais pessoal.

Obviamente, em primeiro lugar, agradeço a aula de cidadania que recebemos hoje. É importante para a nação brasileira a conscientização dessa matéria, e as pessoas, que eventualmente já trabalharam e que já leram, fazem parte do assunto e sabem bem dessa realidade. Mas essa não é uma realidade conhecida pela nação brasileira e penso que a CPI tem que, talvez como objetivo inicial, dar essa visibilidade, que o Marcel muito bem falou, nessa explanação.

Farei algumas perguntas bem práticas, mas, por favor, não respondam agora. Especificamente para o Welinton: o senhor falou da questão da costa verde, do Rio de janeiro e de São Paulo, que se unem próximo a Paraty e Ubatuba. Na pesquisa, os senhores fizeram alguma abordagem específica nessa região, por região, ou não? Fizeram no âmbito geral ou há algum estudo de caso na região? Além de ser uma região hoteleira, recebemos algumas informações, no Rio de Janeiro, que seriam importantes checarmos.

A senhora Rosário levantou uma questão específica sobre as agências de viagem e, nesse momento, falou da existência de gravações constantes de um aeroporto do Ceará. Essas gravações foram acessadas? Na segunda parte dos trabalhos, a senhora poderia falar um pouco sobre isso e, especialmente, sobre os agentes públicos que considera que são cúmplices desse processo e dos informantes que a senhora tem.

Creio que uma questão levantada aqui, que pode ser fruto de estudo da CPI, pela senhora Rosário, mais do que isso, de legislação específica, foi o levantamento dos pedidos de autorização para viagem, que a senhora considera muito deficientes em Fortaleza. Talvez essa fosse uma matéria específica, e poderíamos transformar ou modificar a legislação vigente, especificamente na área da criança. Penso que seria uma contribuição importante que a CPI pode oferecer. Talvez a senhora tivesse algum dado mais específico sobre isso, algum número, em função da pesquisa que fez.

Dentre os casos enumerados, preocupou-me o caso do Acre, do senhor Mário Emílio Malaquias, e queria saber se o senhor Marcel sabe informar se o senhor Malaquias ainda se encontra no Estado do Acre, e se teria ligação com algum agente público. Não precisa falar isso agora, mas na sessão reservada.

Sobre a questão do Ceará, especificamente, em que jornal foi localizado esse anúncio dos alemães, nos classificados, propondo casamento? Na investigação, os senhores chegaram à conclusão de que não era casamento nenhum, mas um aliciamento de menores. Gostaria de saber o nome do jornal que recebeu esse tipo de classificado.

Fiquei feliz em imaginar que os senhores pegaram um relatório do Ceará, da CPI do narcotráfico, e cruzaram com a pesquisa, ou, pelo menos, tentaram. Por acaso, o relatório do Ceará, na questão do narcotráfico, é de minha autoria. Imagino a questão exatamente como a descreveu.

Talvez a questão mais importante do narcotráfico do Ceará seja a lavagem de dinheiro. Efetivamente essas questões podem estar interligadas, pois estamos falando exatamente de dinheiro. É verdade que

o que satisfaz essas redes é a velocidade com que se consegue dinheiro.

Posteriormente, gostaria de que o Welinton declinasse o nome do hotel em São Paulo, mesmo que de forma reservada, e que o Marcel dissesse publicamente o nome do **site** que divulga essa pesquisa de tráfico internacional, embora seja em inglês.

Faço ainda duas breves perguntas aos três convidados. Nas pesquisas, eventualmente analisou-se e especializou-se em alguma rede de pedofilia? O Marcel falou sobre o assunto das redes familiares. Poderiam dizer se realmente há redes familiares ou **grand bosses**, grandes tubarões? Efetivamente, trata-se de redes localizadas que, eventualmente, podem interligar-se ou haveria várias grandes redes? No narcotráfico há organizações criminosas como o comando vermelho e o PCC. Existe o mesmo na área da exploração sexual da criança e do adolescente e no tráfico de seres humanos?

Gostaria ainda que dissessem como conseguir elaborar esse código de turismo, pois também significaria uma contribuição importante para a legislação brasileira. Devemos tratar desse assunto na Comissão, transformando esse código em lei nacional.

Agradeço a todos a explanação, a aula que deram para o Brasil. Estou certa de que continuarão contribuindo com a CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada. Tentarei não ser repetitiva, embora pense que tudo já foi dito e que não haja novidades.

Parabenizo não só os representantes de cada região, mas toda a equipe que trabalha com esse tema que, no meu entendimento, é difícil de ser trabalhado por vários aspectos: pela cultura, não só a cultura machista, mas pelos costumes do povo brasileiro em várias regiões. Falo como representante do Estado do Pará, região onde a prostituição e a exploração de menores faz parte da cultura das famílias. Como disseram, é bom, normal, não tem problema. Muitas pessoas encaram a prostituição e a exploração de menores como algo absolutamente normal. Esse é um problema que nós legisladores deveremos considerar mais adiante e discutir sobre como contribuir para uma mudança da própria legislação.

Faria uma pergunta sobre os objetivos da CPI, mas o Deputado já abordou o assunto. A exposição foi extremamente importante, mas gostaria de aprofundar mais o assunto.

O primeiro pronunciamento que fiz como Senadora da região amazônica foi exatamente a respeito da necessidade de se ter um novo modelo de desenvolvimento para a região. Não tenho a menor dúvida de que o modelo implantado nas últimas décadas, pelo menos nos últimos trinta anos, no Estado do Pará, é um dos principais responsáveis por essa situação. Grandes projetos foram implementados na nossa região, no nosso Estado, mas tiveram um único objetivo. A hidrelétrica de Tucuruí, por exemplo, não foi instalada para levar energia para a região amazônica, mas para grandes projetos como, por exemplo, da Albras, no norte. Esses grandes projetos implementados na nossa região, como também o Projeto Carajás, não tiveram e não têm em vista um modelo de desenvolvimento que inclua a população da nossa região. Tenho frisado esse assunto desde o primeiro dia do meu mandato. Ou alteramos, ou não vamos mudar absolutamente nada – essa é a verdade -, pois tal situação, em grande parte, surgiu devido a esse estado. Cheguei até a fazer um requerimento solicitando a criação de CPI para o Estado, uma vez que tínhamos de pensar não só no Estado, mas na própria região.

Portanto, é fundamental definirmos o que fazer na região. Para nós, Deputados e Senadores, o principalmente é alterar a legislação, utilizando como base a contribuição de V. Sªs, das pesquisas realizadas. É salutar estipular o que a CPI poderá propor em termos de políticas públicas, tendo em vista alterar essa realidade cruel, mais ainda quando disfarçada, quando não é vista como problema que deve ser encarado de frente.

No nosso Estado do Pará, por exemplo, a Polícia Federal não considera essa situação como a mais importante, pois entende que há outras prioridades. Esse comportamento é o resultado de um poder público, de uma máquina pública, de um Estado que foi, durante muito tempo, sucateado. Como predominava a idéia de que o Estado tinha de ser mínimo, hoje, nossos órgãos públicos encontram-se em uma situação terrível. Nossos órgãos públicos apresentam dificuldades de enfrentamento de todas as necessidades que - digamos - os problemas atuais nos impõem. Essa é uma realidade concreta.

Entretanto, não se pode pensar que essa responsabilidade é unicamente do policial. Devemos, pois, definir como propor políticas públicas, o que, embora já tenha inserido no requerimento, poderíamos fazer de comum acordo com os senhores, a fim de que realmente aprofundemos a questão.

Isso já foi feito em outras CPIs. Todavia, esta deve ir mais além: não só investigar alguns casos, porque, só identificar meninas e famílias atingidas pela exploração sexual, não chegaremos à interligação das redes de tráfico de pessoas, nem ao próprio poder público, quando, pelo meu entendimento, o principal é descobrir

a rede de tráfico de drogas, pois elas são utilizadas pelas redes de tráfico de pessoas.

Essa é a sugestão que queria fazer. Meu desejo principal não é fazer perguntas, mas dar parabéns a esta CPI, por oferecer, como resultado, a apresentação de propostas concretas.

Fiz questão de participar desta CPI porque penso que podemos dar a nossa contribuição para o Brasil, especialmente para as regiões mais sofridas, devido às desigualdades regionais, do contexto socioeconômico, que, pela falta de opção, vitima a juventude e as mulheres.

Sou testemunha de que a bolsa-escola não resolve o problema. Prova disso é que, no Município de Belém, 90% de seus beneficiários são mulheres, mães de família. Na camada mais pobre da sociedade, a mulher é o chefe da família; mas, uma vez prostituída, a bolsa não mais adianta, um salário apenas não resolve o seu problema, pois a jovem passou a ter outro tipo de expectativa.

Portanto, devemos ter políticas públicas que ofereçam, mediante a educação e a formação profissional, oportunidade a todos. Aí, sim, haverá alteração dessa realidade.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT - PB) – Sr. Presidente, não poderei fazer perguntas, pois já há uma pessoa esperando em meu gabinete.

Em primeiro lugar, cumprimento os senhores, que não são apenas pesquisadores, mas militantes em defesa da criança e do adolescente. Acho que esse é um aspecto importante. Poderia haver aquela pesquisa científica, os dados, mas sentimos a emoção e o compromisso dos senhores na defesa da criança e do adolescente.

Eu daria apenas uma informação. Sei que na pesquisa lá do Nordeste, Drª Rosário de Maria da Costa Ferreira, a Paraíba não foi investigada. Foram citados apenas dois casos, ocorridos em Campina Grande – de uma que vai para o Rio de Janeiro e de uma adolescente que vai para Maceió. Acho que a Paraíba tem dados que merecem um levantamento, uma relação das meninas que são exportadas para o Ceará, para o Rio Grande do Norte e para Pernambuco.

Há um aspecto que chama a atenção. Por trás de tudo isso, há sempre um poder, econômico ou político, ou até um poder local da força policial, que muitas vezes é conivente. Os inquéritos, na grande maioria, são malfeitos, para não dar em nada, principalmente quando há figurão –feitos para serem arquivados. Na realidade, a vítima passa a ser acusada depois, dizem que foi leviana, não aconteceu aquilo. O juiz que foi acusado aparece de bonzinho, há toda uma repercussão na cidade, e até defesa. Então, as vítimas são obrigadas até a sair do local, porque há toda uma reação da cidade, porque acusaram de forma leviana o juiz ou autoridade, quando na realidade não é isso.

Assim como o grupo de extermínio tem o apontador, que é aquele que aponta, para que o pistoleiro, o exterminador, depois vá fazer o serviço, na Paraíba existe a figura do caçador, que caça meninas, tira fotografias, depois passa essas informações para alguém próximo da família, dizendo: "Olhe sua menina daria muito bem para ser um modelo fotográfico. Vai estudar, a senhora deixa, eu cuido dela". Trata-se de alguém que tem a confiança da família, e a família termina mandando a adolescente para a cidade – ou para João Pessoa, ou para Campina Grande –, e lá é claro que a menina é transformada em objetos de exploração sexual. O mais grave é que, depois, as adolescentes são jogadas à rua, quando não servem mais, principalmente quando vão para casas de família, porque elas são pagas – nem pagas, são exploradas – também no trabalho, que não é permitido, e depois são exploradas, porque servem como iniciadoras sexuais dos meninos das famílias ricas. Depois engravidam e são jogadas fora, e não têm outra saída a não ser entrar no processo de prostituição. Aí já se transformam, com o tempo, em cafetinas menores, que vão aliciando outras pessoas.

Normalmente, esse caçador é alguém – e o povo gosta muito de fotografia, todo mundo gosta de tirar retrato – que diz: "Olhe, você vai receber um prêmio, vai ser publicado na revista, vai ter isso aqui". Então, esse caçador depois se transforma também num aliciador. Ele trabalha para outro, recebe o dinheiro, mas é claro que tira para si uma cópia e fica também fazendo o seu aliciamento. Ele vai aos bares, oferecendo: "Olhe aqui, você quer qual? Tem essa aqui, que mora no sítio tal. Essa aqui está aqui". Então, na realidade, sentimos que essa rede funciona com muita intensidade.

A Drª Rosário mencionou a questão de Novo Oriente, lá no Ceará. Recebi uma denúncia de Várzea Alegre, também no Ceará, de exploração. O Ceará está muito presente, como acho que todo o Nordeste está. Uma coisa que aparece com muito destaque são as chamadas festas fora de época, os carnavais fora de época, S. João fora de época e tudo o mais em que, na realidade, há todo um processo de aliciamento.

Na Paraíba há um caso de Patos em que a cafetina com a rede pegava as meninas, colocava em uma van e ia para as festas dos padroeiros, da padroeira e do padroeiro e, em uma casa, oferecia. Havia uma relação de telefones e dizia "olha, venha para cá que

temos aqui a menina que você quer". Na realidade, há um aspecto que chama a atenção que é o do uso dessas festas para também a exploração sexual.

Vocês levantaram a questão da granja. Lá temos granjas que servem como espaço para exploração, pousadas, coberturas, flats, hotéis, postos de gasolina onde os caminhoneiros deixam seus caminhões e, mesmo dentro do caminhão, da carreta. Há também agências de viagem, ou seja, na realidade, a cada dia, cresce a relação.

Hoje entreguei um relatório que é reservado, mas a menor dá o nome de todos os hotéis, motéis e postos de gasolina de Campina Grande. O fato de Campina Grande é que vai demonstrar que isso acontece em todos os Estados.

Não vou poder ficar, mas quero dizer da importância dessa pesquisa. Sei que ela deve ter uma continuidade e acho que esta CPI tem a responsabilidade de mostrar que, por trás da rede, há sempre uma autoridade que alimenta, que acoberta a impunidade das pessoas e que consente que essa prática possa acontecer. Infelizmente é isso o que acontece.

Fico triste que, na realidade, esses continuam sendo...Parece que lá tem um juiz, o Francisco Praça, que não é uma boa praça.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Acabaram a lista e fiquem a vontade. Quem quiser começar a responder, pode fazê-lo da direita para a esquerda ou da esquerda para a direita.

A SRA. ROSÁRIO DE MARIA DA COSTA FERREIRA – O que esperamos desta CPI, em primeiro lugar, que, cada vez mais, iniciativas que dêem maior visibilidade ao tema. Precisamos realmente dar muita visibilidade ao tema e colocar na rua para as famílias, para as escolas, dentro das políticas públicas e acho que a CPI contribuiu para isso.

A CPI vai ajudar a completar um diagnóstico de que a pesquisa de tráfico não conseguiu dar conta. O Marcelo falou de um exemplo, mas temos outros exemplos no Ceará, ou seja, quando estávamos chegando perto de algumas coisas, a pesquisa por uma questão de tempo, financiamento, recursos e, por isso também, alguns Estados do Nordeste – só cinco foram escolhidos dos nove – por conta dessas limitações, mas ela vai ajudar a complementar um diagnóstico que não concluímos principalmente no que se refere às informações oficiais que as polícias têm.

A CPI pode ter esse papel para identificarmos o tamanho real dessa rede porque, até agora, porque somos pesquisadores, educadores, militantes, mas não conseguimos. Quando estávamos próximos, não conseguíamos chegar mais além do papel que uma pesquisa pode ter. E, como a Ana Júlia falou, pode propor a alteração de legislação.

Acho que temos que ficar de olho, no campo dessas discussões de desigualdade e gênero, porque há uma séria de legislações sendo propostas para a questão da mulher em que podemos fazer o diálogo para ver que legislações são essas em que podemos dar uma força para que ajude a mudar um pouco o cenário de violação dos direitos das mulheres principalmente na violência doméstica, sexual, em questões como o aborto e outras que vêm a violência como de saúde pública. Temos que começar a ver por aí.

Quando o Marcelo traz o dado de alguém que retorna para o País na condição de doente, com uma vulnerabilidade, que vai para um serviço de saúde, nunca conseguimos fazer um histórico e alcançar a situação de tráfico.

Propor também políticas públicas, mas políticas públicas com o olhar que estamos discutindo aqui. Sempre digo que, enquanto feminista e socialista, com esse olhar que tem a perspectiva de gênero, com esse olhar que tem a questão do desenvolvimento sustentável, de uma sociedade mais justa, e políticas púbicas, como disse a Ana.

Temos um campo de prevenção hoje, na discussão dos currículos. Na área da educação, quando se fala em discussão da sexualidade, violência sexual, devemos começar a falar com os meninos e as meninas nas escolas o que é essa história de pornografia na Internet. Todos gostam de bater fotos nas portas das escolas. No Ceará, em Fortaleza, há dois colégios particulares em tais situações. Só que são escolas particulares, aliás; escolas que não saem. Então, temos que começar a falar. Já existe experiência nesse sentido. O pessoal do Cedeca, do Chame, na Bahia, também tem, e em outros lugares, de um diálogo com o jovem sobre o que é esse pessoal quando faz a abordagem, quando conversa, essa história toda.

Portanto, creio que há isto: as políticas preventivas, que estão no campo da saúde e da educação, principalmente, e as políticas reparativas de redução de danos, em alguns aspectos, porque temos que trabalhar com redução de danos, e outras que possam reverter a situação de ferida, a condição dessas pessoas envolvidas, para que consigam perceber algum ganho no sentido de mudar as suas vidas.

A campanha da Embratur trouxe um resultado muito pequeno. Primeiro, porque o material foi pouco. Pelo menos lá, no Ceará, chegou muito pouco material. Aí não dá para se distribuir em todos os vôos, porque não há muito material, etc., ou seja, não tem o efeito que deveria ter.

Creio que a linguagem precisa ser mais enfática. Não precisa ser apenas no sentido repressivo, como diz o Marcel, mas creio que tem que haver um diálogo com a sociedade civil organizada, que já tem muito com o que contribuir. É preciso uma linguagem voltada para o explorador, o agenciador, para os clientes. Qual é a propaganda que temos hoje para falar um pouco dessa história da pedofilia e de outras práticas? Não temos. Não há nada direcionado para o cliente. E uma linguagem voltada também para as meninas que possam vir a ser vítimas ou que já são vítimas dessa situação.

Agências de viagem, imagens de vídeo no aeroporto, as autoridades de Fortaleza têm tudo isso. Não tivemos acesso às imagens do aeroporto. São mais de 70 câmeras. Essas imagens existem. Perguntamos para a Infraero o que eles fazem com isso, como a Polícia Federal trabalha com isso, porque a Polícia Federal está dentro do aeroporto, principalmente nesses vôos que vêm de fora. Então, deve-se falar com o pessoal da Infraero.

Agentes públicos cúmplices? Há. Há agentes públicos cúmplices sim. Quem são vamos ver. Inclusive, há um relatório no Ceará que fala um pouco disso. Depois, poderemos conversar mais sobre isso, porque é de uma instituição.

Creio que tem de haver um controle maior em relação à autorização de viagens. O que vimos lá é que o juizado da infância e da juventude não tem um trabalho em cima disso. Um rapaz, que estava ali presente, nos contou esse fato. Mas isso não fica registrado. Eles fazem um atendimento, mas isso não vira material que possa ser investigado e não há conhecimento sobre a história.

Ocorre, sim, lavagem de dinheiro. A CPI do Turismo Sexual de Fortaleza mostrou pessoas envolvidas no tráfico de drogas. Compram sim. Compraram muitos flats. A Patrícia sabe disso. Muitos flats foram comprados e outras coisas maiores, outros negócios. Isso acontece.

Rede de pedofilia, há um documento. Inclusive em nosso relatório regional, Fortaleza foi incluída dentro de um **site** que fala sobre pedofilia no mundo, voltado para pedófilos, em que é citada essa rede. E há uma pessoa que participou da pesquisa que fez um estudo sobre sexo na Internet e que tem um material muito interessante. É uma pessoa da universidade.

Creio que há redes familiares sim, como o Marcel disse, e creio que só chegamos a essas. Mas penso que temos outras redes também. Quando falamos que existe uma relação do tráfico de drogas com esse mercado, é porque há lucro. E sabemos que quem está mexendo com tráfico de drogas não são só as redes familiares, que são importantíssimas, e estamos fazendo um trabalho para mudar um pouco esse cenário e chegar nesse pessoal maior.

O Código de Conduta do Turismo, o pessoal do Cecria tem, outras pessoas têm, nós temos. No **site** Renascer também tem. Acho que temos que criar um código nacional de conduta do turismo para inserir todas essas questões e penso que temos que discuti-lo com o Plano Nacional do Turismo, que foi lançado agora.

A respeito do que disse a Ana Júlia sobre a cultura do nosso País, sobre a cultura regional: temos que trabalhar isso. Temos que começar a falar para as pessoas que algumas coisas são crimes de violação de direitos humanos; falar em direitos sexuais mais do que falar em direitos reprodutivos; abordar a violação desses direitos. Tudo já é previsto em convenções, em declarações e na própria legislação nacional. Precisamos alterar a lógica perversa que está aí, com esse modelo de desenvolvimento que coloca em risco e torna vulneráveis as pessoas moradoras dessas cidades. Temos que começar a fazer um movimento político articulado para discutir todas essas questões.

O tráfico se alimenta disso, está dentro desse contexto. Se não mudamos esse contexto – é aquilo que o Marcel falou –, fica difícil termos outra alternativa. Creio que devemos dialogar com movimentos de prostitutas, sim, porque, inclusive, a nossa fala, o tempo inteiro, não é no sentido de perseguição e de punição de mulheres adultas autônomas – não temos nenhum posicionamento contra a atividade sexual para o fim de obtenção de alguma renda, muito pelo contrário. Acredito que, com a CPI, podemos discutir tudo isso. A CPI, inclusive, pode fazer a articulação da discussão com os programas que hoje estão voltados para isso. Há o programa "Sentinela", que também é em âmbito nacional, está em todos os Municípios, inclusive, muitas das informações nessa pesquisa do Unicef foram obtidas junto ao pessoal do "Sentinela" nos municípios.

A situação a que o Deputado Luiz Couto se referiu sobre as granjas: há municípios no Ceará em que há sorteio de carros com meninas peladas dentro – está tudo no relatório –, as meninas ficam nuas dentro do carro e é feito o sorteio. E são vários homens, inclusive são pessoas com grana – isso foi notícia lá no Ceará. Isso acontece muito. São vários espaços, vários lugares, casas de massagem e outras coisas mais. Precisamos fazer o mapeamento disso tudo.

Temos que chamar, sim, as autoridades, ver as histórias dos inquéritos e processos. Temos que chamar para o diálogo os programas que estão atendendo esses casos. E esses programas teriam o olhar voltado – o que o Welinton falou é muito legal – para a pos-

sibilidade de aquela pessoa que está na sua frente, falando sobre exploração sexual comercial, ser vítima do tráfico também, poder estar numa situação de exploração pela via da prostituição, do turismo sexual, poder estar sendo usada para fotos pornográficas, na internet ou não.

A CPI nos possibilita ir além da pesquisa – pesquisa que teve suas limitações de tempo, de orçamento e outras limitações de diálogo com alguns setores que tinham informações e não nos repassaram. A CPI tem esse poder de fazer a articulação de toda essa produção que está aí e propor ações concretas. É isso que espero desta CPI.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dr. Welinton.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA – Um dos resultados que espero desta CPI é a mudança da legislação. Isto ficou muito claro: a defasagem que há na nossa legislação na questão do tráfico. Quando falo da legislação, já incluo essas normativas internacionais, de modo que possamos colhê-las da maneira necessária.

Outro ponto que a CPI poderia tratar é a questão dos aeroportos. Penso que o aeroporto é a porta de entrada e de saída dessas mulheres, dessas crianças e adolescentes. E é óbvio que há a conivência de funcionários. Às vezes não temos acesso a esse pessoal, mas creio que a CPI poderia contribuir muito nesse sentido.

Sobre a questão que o Eduardo apresenta sobre a campanha da Embratur, acredito que houve duas fases da Embratur. Na primeira, fez a campanha sozinha, sem ouvir ninguém. A campanha foi muito criticada por isso e também por ter feito uma abordagem negativa da criança. Houve outra fase em que a empresa ouviu, e aí vejo que melhorou muito pelo menos o nível da campanha. Ainda há muito que avançar, mas já houve uma contribuição da Embratur nesse tema.

Outra área em que a CPI poderia ajudar diz respeito à Internet. O que se discute é que se há o crime virtual, se há um filme em que aparecem crianças ou adolescentes sendo exploradas sexualmente, ele também é real, porque foi filmado em algum lugar. A nossa legislação não contempla esse tipo de crime. Há uma organização de São Paulo, em São José dos Campos, que, há muito tempo, está colhendo assinaturas com o objetivo de tentar chamar os provedores de Internet de maneira que pudessem tomar alguma atitude com relação ao assunto, mas o que ouvimos é que não há muita disposição em agir dessa forma. Acredito que valeria a pena esta Comissão se debruçar também sobre a questão da Internet. Essa ONG lá de São Paulo chama-se censura.org.br.

Outro tema levantado é relativo ao litoral norte, chamado de costa verde. Essa região não foi objeto da nossa pesquisa, e alguns acontecimentos são mais recentes, não haviam ocorrido na época da pesquisa. As denúncias foram feitas depois. Acredito que a pesquisa motivou essa discussão, mas não foi possível, na época, debruçarmos sobre essa realidade específica do litoral norte. Houve muito mais contato nosso com o litoral sul. Há um movimento mais articulado das meninas na região do Porto de Santos, onde há incidência na região norte.

Por fim, acredito que esta Comissão terá a oportunidade de colocar esse assunto na agenda e debatê-lo com mais profundidade. O Presidente deu um passo importante ao eleger esse tema como prioridade. Entretanto entendo que não se deve pedir à polícia que faça batidas em boates. Não será dessa forma que iremos resolver esse problema. É preciso haver uma discussão mais aprofundada, buscar mais as fontes, as origens desse problema de maneira que consigamos de fato mudar esse quadro.

Muito obrigado.

O SR. MARCEL HAZEU – O que espero principalmente desta CPI não é que ela desvende novas rotas, novos crimes, outros envolvidos, mas que chame à responsabilidade quem deveria ter tomado alguma atitude. Por isso, estou sugerindo aprofundar em quatro ou cinco casos, onde procuremos saber não quem são os aliciadores ou os exploradores, mas por que o atendimento dos juízes, do desembargador ou da delegacia de polícia não funcionou. Por exemplo, uma pedagoga está fazendo um trabalho em Guajará-Mirim não pode fazer nada com isso, porque está sendo ameaçada de morte e o Poder Público fica omisso, observando o que está acontecendo, para ver se ela se queima ou não.

Espero que a CPI provoque isso no Poder Público – no Judiciário, no Legislativo e no Executivo, por meio de suas secretarias –, para que ele tome uma posição. Por que nesses casos concretos que conhecemos não atuamos? É bonito falar, mas temos casos concretos nos quais percebemos a omissão.

Seria interessante que a CPI chamasse o Itamaraty, para saber das embaixadas no mundo todo, dos consulados, se já se pronunciaram, se estão batendo boca nos países de destino dessas mulheres. O que a Embaixada brasileira no Suriname já fez? Chamou o Governo daquele país... Está tudo público lá. Há, inclusive, um bairro chamado Pequena Brasília e uma rua chamada Belém. O Itamaraty deve tomar uma posição também, não é só a respeito de outras questões.

Achei interessante que fizemos o mesmo levantamento a respeito da autorização para viagem. A juíza que autorizou nem sabia para onde realmente era a autorização. Ela colocava Europa e depois nunca dava para saber o que aconteceu, para onde foi a criança. Se a mãe autoriza, ela autoriza. Ela levou um susto quando dissemos que ela poderia ter autorizado tráfico. Ela ficou surpresa. Na autorização de viagem, é interessante, não se questiona praticamente nada.

Quando falei em redes familiares, eu não quis dizer que sejam redes organizadas ou criminosos organizados internacionalmente, mas que usam relações familiares para aliciar, para se organizar e para ficar um pouco fora do foco da repressão. Em geral, qualquer rede internacional não é puramente familiar, mas usa as relações familiares das mulheres e meninas aliciadas. A Rosário também deu um exemplo. Um dono de boate se casa com uma brasileira, que vai aliciar aqui, tendo relações que envolvem proximidades. Mas elas são organizadas, porque viajar de Belém para Paramaribo, onde algumas boates fazem uma seleção para Amsterdã ou para outros bordéis na Europa, não é simples. Isso pede uma organização interna que aceite as mulheres de modo normal, porque assim funciona também no Brasil. Como funciona internacionalmente, funciona também no Brasil. O tráfico internacional de meninas e mulheres para prostituição não é um grande negócio diferente, é um negócio que faz a mesma coisa além das fronteiras, talvez até ganhando melhor. É a oportunidade, dentro de uma carreira, de poder ganhar mais. A exploração, a repressão, o aliciamento, o tráfico e as ameaças são os mesmos. Elas já convivem com isso, para elas não é uma novidade entrar numa rede internacional.

Uma entidade que trabalha com esse público é a Pastoral dos Migrantes, em Manaus. Ela tem um código de ética que não lhes permite liberar informação para ninguém, pois dizem que, se o fizerem, não serão mais procurados para dar apoio. Não liberam informações para nós nem para a polícia. Dão apoio mesmo a migrantes de outros lugares do Brasil, muitas vezes meninas que foram aliciadas para a região Norte.

Espero que esta CPMI tenha sucesso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Acabou a lista de inscritos, todos já fizeram seus questionamentos. Eu gostaria de sugerir ao Plenário, pelo adiantado da hora, porque muitos já tiveram que se retirar e agora temos sessão, para que possa mos fazer o relato do Rio de Janeiro na próxima reunião, na próxima quarta-feira. São 14 horas e 30 minutos e muitos Parlamentares já têm que cumprir outras responsabilidades, inclusive no Plenário.

Sugiro quer possamos adiar, se todos estiverem de acordo, para a próxima reunião.

Convido a Deputada Maria do Rosário que possamos ler os requerimento e votá-los imediatamente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Srª Presidente, peço a palavra. Quero pedir desculpas. V. Exª podia colher as informações específicas, principalmente os nomes necessários, o nome do hotel. Enfim, os nomes que puderam dar. Eu queria pedir desculpas, mas fui convocada para presidir uma sessão no Plenário 8 da Câmara especificamente sobre a questão do Primeiro Emprego. Sendo assim, vou precisar me ausentar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Gomes) – À vontade. Muito obrigada, Deputada Laura Carneiro, por sua grande contribuição, hoje e sempre, a esta Comissão. Eu gostaria de agradecer a presença dos expositores, da Drª Rosário, do Dr. Welinton, Dr. Marcel pela exposição, pela dedicação e, como foi dito, pela aula de cidadania, pela paixão por essa causa. Agradeço a cada um de vocês pela determinação em poder dar uma grande contribuição, evidentemente não só a esta CPI, mas ao trabalho que já vêm desenvolvendo, ao longo dos anos de dedicação a essa causa.

Para nós, é um exemplo muito importante de algo que será guardado e que nos servirá muito para que, ao final dos trabalhos desta CPI, possamos apresentar à sociedade os resultados concretos, não somente da busca de desbaratar essas redes que exploram nossas crianças e adolescentes, como também de punir esses responsáveis, culpados, esses criminosos, eu diria, que utilizam as nossas crianças e adolescentes, mobilizando mais uma vez a sociedade para mostrar a tamanha crueldade de um crime, talvez um dos maiores contra os direitos humanos, os direitos de crianças e adolescentes.

Agradeço, muito sensibilizada a boa vontade que foi demonstrada, imediatamente, de cada um dos coordenadores e expositores da Pestraf de estarem aqui nos ajudando e nos auxiliando nesse trabalho.

Passo então os requerimentos à Deputada Maia do Rosário para que posas mos colocá-los em votação.

Antes, gostaria de ler um ofício encaminhado pela Deputada Ann Pontes.

"Srª Presidente, nos termos regimentais, requeiro a V. Exª, ouvido o Plenário dessa Comissão, que seja enviada uma comissão de Parlamentares á cidade de Belém no dia 27 de agosto do corrente onde serão julgados cinco acusados da morte de menores emasculados na Cidade de Altamira, no Estado do Pará."

Não preciso ler a justificativa mas pergunto se a comissão gostaria de nomear o número de Parlamen-

tares que pudessem estar acompanhando a Deputada Ann Pontes no dia 27 e agosto. Só para que posamos antecipar esse trabalho. Evidentemente, a proposito-ra do requerimento, que é a Deputada Ann Pontes, se nesse momento não tiver aqueles outros que desejem ir a essa viagem a Secretaria da Comissão ira consultar os outros Parlamentares para que possamos encaminhar com S. Exª essa audiência.

Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, o primeiro requerimento é da Deputada Francisca Trindade. Esse requerimento foi exatamente aquele que adiamos na reunião anterior. Não sei se V. Exª quer propor o adiamento. Ele requer a presença do Estado do Piauí na CPI e faz uma denúncia com justificativa da Deputada Francisca Trindade. Subscrevo do requerimento da Deputada Francisca Trindade até porque no depoimento da Promotora Lítia Cavalcanti o Piauí foi citado nas mesmas cidades referidas pela Deputada Francisca Trindade. Então, ela requer a presença, no Estado do Piauí, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional que investiga a Prostituição Infanto-Juvenil e a Exploração Sexual: "Nos termos regimentais, venho requerer a V. Exª que a CPMI que investiga a exploração sexual vá ao Estado do Piauí ouvir o Ministério Público Estadual, as vítimas da violência sexual e seus familiares, em face da alarmante quadro detectado denunciado pela própria Procuradoria-Geral de Justiça".

A SRª. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – O requerimento da Deputada Terezinha Fernandes solicita a V. Exª que seja encaminhado um ofício ao Exmo. Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, solicitando que seja designada a Promotora Drª Lítia Cavalcanti para assessorar a CPMI, pois a referida Promotora é profunda conhecedora desse tipo de delito que ocorre no Estado do Maranhão.

A SRª. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Até pela ausência da Deputada Terezinha Fernandes, se a relatora e os Parlamentares concordarem, sugiro que apreciemos esse requerimento em outro momento, mesmo porque considero que a questão de pessoas que possam auxiliar a CPMI deveria ser tratada administrativamente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Está adiado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – O requerimento da Senadora Fátima Cleide solicita, nos termos da Constituição Federal e do Regimento Interno, que se realizem diligências em Porto Velho, Rondônia, juntamente com a CPMI da Assembléia Legislativa de Rondônia, destinada a apurar fatos correlatos aos desta comissão, a fim de investigar rede de pedofilia naquele Estado.

A SRª. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – O requerimento do Deputado Luiz Couto solicita que esta comissão realize audiência pública no Estado da Paraíba, para ouvir vítimas, testemunhas, indiciados e autoridades acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes naquele Estado.

A SRª. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – O requerimento da Deputada Alice Portugal requer a realização de audiência pública da CPMI na Assembléia Legislativa da Bahia.

A Deputada Alice Portugal nos apresenta o suplemento do Jornal **A Tarde** a respeito da violência sexual. É um suplemento de um jornal sediado em Salvador, do dia 17 de maio, véspera do Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual. Já conhecemos esse documento, que é relevante e investigativo. Ele cita que exploradores usam crianças e adolescentes por R$ 5,00. São dados bem objetivos.

A SRª. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vamos apreciar o requerimento, mas antes alertamos para aquilo que já discutimos na reunião passada: evidentemente, a CPMI não terá condição de estar em

todos os Estados em que há interesse, por parte dos Parlamentares, de que estejamos.

Como começamos com o procedimento de que iríamos atender aos requerimentos, mas, conversando com a Deputada Maria do Rosário, esperamos poder apresentar, no começo de agosto, uma estratégia objetiva de atuação da CPMI, pergunto ao Plenário se colocamos o requerimento em votação agora ou se o adiamos também, até que possamos oferecer ao Plenário essa estratégia de atuação CPMI. Evidentemente, já votamos outros requerimentos dessa mesma natureza, para que possamos ter audiências públicas em outros Estados. Por isso, pergunto ao Plenário, talvez pela ausência da Deputada, se não valeria a pena que o votássemos em outra reunião.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Concordo com V. Exª. Penso que poderíamos aguardar o início de agosto, com esses outros requerimentos que ingressam.

A SRª. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Há outros da mesma natureza?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Sim, Srª Presidente, mais um requerimento.

A SRª. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aprovamos agora dois requerimentos para a realização de audiências públicas.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Um deles é para diligências. Poderemos indicar servidores. Quanto à diligência, parece haver uma mobilidade maior sobre como realizá-la. A dificuldade é quando aprovamos a situação de audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aqui acabamos de aprovar uma do Deputado Luiz Couto. Isso é apenas para ser justa e não correr o risco de estar sendo injusta com um ou outro Parlamentar.

Se todos concordarem, a Secretaria me avise. Podemos também aguardar esse requerimento.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, nós já aprovamos. Entendo que temos dificuldade. Faço esse apelo a V. Exª. O que aprovamos temos de dar por aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, decidiremos os próximos. Está certo?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Concordo com o encaminhamento de V. Exª. Em face desse esclarecimento, há um requerimento com o mesmo sentido; dois, na verdade, o da Senadora Ana Júlia Carepa, que requer seja realizada audiência pública na cidade de Belém, no Estado do Pará. A Senadora justifica, mas é no mesmo sentido.

O outro é da Senadora Lúcia Vânia, que já adiamos na reunião anterior.

Penso que poderíamos adiar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como as Senadoras não estão presentes, podemos votar na próxima reunião.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Da Deputada Janete Capiberibe, que requer, com base na Constituição Federal e no Regimento Interno do Senado Federal, que esta CPMI apresente ao Secretário Nacional de Segurança Pública, e que conste do relatório final, que no Plano Nacional de Segurança Pública do Governo Federal, garantidos como política pública, estejam cursos de formação, capacitação e sensibilização para as Polícias municipais, estaduais e Federal, para o tratamento adequado da questão da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento da Deputada Janete Capiberibe. (Pausa)

Tem a palavra a Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Srª Presidente, quero acrescentar apenas que o nosso desejo é que, no Plano Plurianual que está sendo trabalhado este ano, já conste que deva acontecer, como vem fazendo o Governo Federal, ir a cada um dos 27 Estados brasileiros para obter a adesão das unidades da Federação na Secretaria Nacional e que isso comece já.

No meu Estado, presenciei a assinatura do protocolo de intenções. Em seguida, virá o convênio com recursos financeiros já para isso. Ainda há tempo para este ano.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Continua em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo queiram permanecer sentados (Pausa)

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – E aprovado com louvor.

Requerimento do Deputado Luiz Couto. S. Exª requer, nos termos do art. 36 do Regimento Interno da Câmara e do art. 148 do Regimento Interno do Senado e a Constituição Federal, seja ouvida a senhorita – S. Exª não cita o nome, apenas as iniciais –, na qualidade de testemunha que se encontra sob proteção do Programa Federal de Proteção às Vítimas e Testemunhas ameaçadas para prestar depoimento sobre caso de exploração sexual de crianças e adolescentes no Município de Campina Grade, na Paraíba.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Maria do Rosário, S. Exª diz o local onde deverá ser ouvida a vítima?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Não. S. Exª nos apresenta, portanto, a oportunidade de que seja ouvida aqui mesmo em Brasília.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Gomes) – Em discussão o requerimento do Deputado Luiz Couto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Há um requerimento da Deputada Laura Carneiro, que, nos termos regimentais, solicita seja oficiada à Procuradoria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, requisitando a montagem de grupo de trabalho necessário ao acompanhamento e manutenção dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no Estado do Rio, indicando os Srs. Promotores abaixo identificados para integrá-los: Mônica Costa, Ana Lúcia Silva Melo, Jorge Magno Reis Vidal, Agnes Müssliner, Hedel Nara Ramos Júnior, Márcio Almeida Ribeiro da Silva, Flávia Ferreira, Valéria Videira, Romero Lyra e Márcio Mothê.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Já foi tratado antes?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Em verdade, Srª Presidente, a Deputada Laura Carneiro nos trouxe pronto e eu subscrevo com a Deputada Laura Carneiro.

Na visita que fizemos ao Rio de Janeiro, o Ministério Público Estadual, que prontamente nos atendeu, possui um grupo de trabalho já atuando em relação à questão da exploração sexual. Oficiaríamos, dizendo que estaremos trabalhando conjuntamente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Muito obrigada.

Há, ainda, um último requerimento desta relatora.

Nos termos da Constituição e do Regimento do Senado Federal, solicito a realização de audiência em caráter reservado para ouvir os Promotores de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: o Sr. Hedel Nara Ramos Júnior, Sr. Márcio Almeida, Sr. Jorge Magno Reis Vidal e o Delegado da Polícia Federal do referido Estado, Sr. Marcelo Bertolucci.

Sugiro a V. Exª que, aprovado o requerimento, convide-os a prestar depoimento na próxima semana.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sugiro que, além de ouvir as pessoas citadas, antes da audiência possamos ouvir o relato das Deputadas Maria do Rosário e Laura Carneiro que se dirigiram ao Rio e já ouviram os procuradores. Que S. Exªs possam estar presentes quarta-feira que vem e que a reunião seja em caráter reservado.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Indago aos Srs. Parlamentares se ainda querem fazer uso da palavra.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h55min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL".

Ata da 7ª Reunião Realizada em 23-7-2003

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e três, às onze horas, na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Fátima Cleide, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Juvêncio da Fonseca, Deputada Celcita Pinheiro, Deputada Laura Carneiro, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputado Eduardo Barbosa, Deputado Luiz Couto, Deputada Thelma de Oliveira, Deputada Miraim Reid, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2/2003-CN ***"com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".*** Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é

dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente informa que a presente reunião em caráter reservado, destina-se a ouvir as exposições dos Senhores Promotores de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Márcio Almeida, Dr. Hedel Nara Ramos Júnior e Dr. Jorge Magno e do Delegado da Polícia Federal, Dr. Marcelo Berttoluci. A seguir, a Presidência passa a leitura dos expedientes remetidos à Comissão, Ofício nº 0102/2003-GDTF/CD, datado de 22 de julho do corrente, justificando a ausência da Deputada Terezinha Fernandes na presente reunião e os Ofícios encaminhados pelo Deputado Luiz Couto de números: Of. E. Nº 174/2003 – GAB. LAC-IR, datado de 22 de julho de 2003, remetendo cópia do Inquérito Policial que foi instaurado para apurar denúncias de aliciamento de crianças e adolescentes para prática de exploração sexual perpetrado pela funcionária pública Maria Celestina Barros Ribeiro, mais conhecida por Cecé, com atuação na capital João Pessoa/PB; Of. E. Nº 173/2003 – GAB. LAC – IR, datado de 21 de julho do corrente, remetendo cópia do Dossiê Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes na Paraíba, elaborado pela Pastoral do Menor da Arquidiocese da Paraíba – PAMEN; Of. E. Nº172/2003 – GAB. LAC – IR, datado de 21 de julho do corrente, remetendo cópia do Relatório Informativo dos Fatos Acontecidos no Conselho Tutelar elaborado pelo Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente "Maria da Luz" da cidade de Bayeux/PB; Of. E. Nº 171/2003 GAB. LAC – IR, datado de 21 de julho do corrente, remetendo cópia do Relatório da Violência e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescente no Estado da Paraíba, documento elaborado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado da Paraíba (CEDM/PB) e Of. E. Nº 170/2003 – GAB. LAC – IR, datado de 21 de julho do corrente, remetendo cópia do Relatório Situação dos Direitos Humanos na Paraíba – Brasil – documento entregue à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, em audiência realizada dia 27 de fevereiro deste ano. Usaram da palavra as Deputadas Laura Carneiro, Maria do Rosário e Sandra Rosado, para breves comunicações. Após, a Senhora Presidente convida para tomar assento à Mesa dos Trabalhos os Senhores Expositores, concedendo a palavra inicialmente ao Dr. Hedel, após ao Dr. Marcio Almeida e em seguida ao Dr. Jorge Magno, para as considerações. A Presidência passa a palavra a Senhora Relatora para os seus questionamentos. Fizeram uso da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Parlamentares Laura Carneiro, Luiz Couto e Sandra Rosado. Por ter que se ausentar da Reunião, a Senhora Presidente convida a Deputada Laura Carneiro para funcionar como Presidente "ad hoc", em que a mesma concede a palavra ao Dr. Marcelo Bertolucci para as suas considerações. Usaram da palavra para questionar ao expositor, as Deputadas Ann Pontes e Thelma de Oliveira. A Presidência concede a palavra a Senhora Relatora para proceder às suas indagações ao Dr. Marcelo. Reassumindo os trabalhos, a Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, agradece os Senhores Expositores pela colaboração dada a esta Comissão e, após, passa às mãos da Senhora Relatora os Requerimentos para que a mesma possa proceder a leitura: **1)** Requerimento nº 0**30**/2003, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que requer, seja convidado o Sr. Newton Jerônimo Gibson Duarte Rodrigues, Presidente da ABTC (Associação Brasileira dos Transportes de Cargas); **2)** Requerimento nº 0**31**/2003, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa,que requer seja convidado o Sr. Geraldo Aguiar de Brito Vianna, Presidente da Associação Nacional dos Transportes de Cargas – NTC; **3)** Requerimento nº 0**32**/2003, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que requer seja convidado o Embaixador Gilberto Sabóia, Sub-Secretário Geral de Políticas do Ministério das Relações Exteriores; **4)** Requerimento nº 0**33**/2003, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que requer seja convidado o Sr. Nélio Botelho, Presidente do Movimento do Brasil União Caminhoneiro; **5)** Requerimento nº 0**34**/2003, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que requer seja convidado o Sr. Cássio Vechhiatti, Presidente da ABRANET; **6)** Requerimento nº 0**35**/2003, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que requer seja convidado o Sr. Dilmar Cunha Bueno, Presidente do SINDICAM/PR; **7)** Requerimento nº 0**36**/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja convidado a comparecer a este órgão técnico, o Exmo. Sr. Walfrido Mares Guia, Ministro de Estado do Turismo, para em audiência pública, prestar esclarecimentos e informações sobre as políticas preventivas à violência e o abuso sexual de crianças e adolescentes sob responsabilidade de sua pasta, em especial os programas de repressão ao turismo sexual; **8)** Requerimento nº 0**37**/2003, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que requer seja convidado o Sr. Walfrido dos Mares Guia, Ministro de Estado do Turismo; **9)** Requerimento nº 0**38**/2003, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que requer seja convidado o Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da EMBRATUR – Empresa Brasileira do Turismo; **10)** Requerimento nº 0**39**/2003, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que requer seja convidado o Sr. Emanuel Messias Oliveira, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Justiça; **11)** Requerimento nº 0**40**/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja convidada a comparecer a este órgão técnico, a Exma. Sra. Benedita

Souza da Silva Sampaio, Ministra de Estado da Assistência Social, para em audiência pública, prestar esclarecimentos e informações sobre as políticas preventivas à violência sexual sob responsabilidade de sua pasta, em especial o programa sentinela; **12)** Requerimento nº **042**/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer que a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, proceda às solicitações a seguir relacionadas: **a)** registre, mantenha e forneça a esta CPMI as imagens colhidas pelo circuito interno de TV, nos aeroportos de Fortaleza/CE e Recife/PE, especificamente nas áreas de embarque e desembarque, de vôos Internacionais, no período de **01** a **31** de agosto do ano em curso; **b)** forneça a relação de todos os vôos Internacionais (Empresas Aéreas e número do vôo), com destino aos aeroportos acima mencionados, bem como a procedência desses vôos, no período acima determinado, **c)** esta diligência poderá ocorrer com a atuação conjunta dos Órgãos de Segurança Pública e do Ministério Público local; **13)** Requerimento nº **043**/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer às Superintendências da Polícia Federal dos Estados de Ceará e Pernambuco ação conjunta coma INFRAERO nos aeroportos das Capitais desses Estados, no período de **01** a **31** de agosto do ano em curso, objetivando investigar a ação de pessoas envolvidas com a exploração sexual de crianças e adolescentes relacionadas ao turismo sexual comercial, de caráter internacional. Requer ainda, que dentro das possibilidades sejam produzidas imagens das áreas de embarque e desembarque de vôos Internacionais, com o propósito de identificar essas pessoas. Ao final, sejam fornecidos Relatórios Regionais, contendo material probante, com o objetivo de subsidiar os trabalhos desta CPMI; **14)** Requerimento nº **044**/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja convidada a comparecer a este órgão técnico, a Sra. Elizabeth Leitão, Coordenadora do disque – denúncia de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes da Secretaria Nacional de Dirietos Humanos, para em audiência pública, prestar esclarecimentos e informações sobre as denúncias recebidas por este serviço de atendimento; **15)** Requerimento nº **045**/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer autorização para organização e realização, juntamente aos outros Parlamentares da Comissão, de diligência em data a ser agendada, na cidade de Florianópolis/SC; **16)** Requerimento nº **046**/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer autorização para organização e realização, juntamente com os outros Parlamentares desta Comissão de diligências em data a ser agendada, nas cidades de Uruguaiana, Soledade, Erechim e Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul; **17)** Requerimento nº**047**/2003, de autoria da Deputada Ann Pontes, que requer seja convidada a comparecer em Reunião desta CPMI a realizar-se em data a ser agendada a Dra. Leane Barros Fiúza de Mello Chermon, Titular da Segunda Promotoria de Justiça da Comarca de Cametá e a Dra. Kédima Pacífico Lyra, Juíza de Direito da Comarca de Ananindeua, ambas do Estado do Pará, e **18)** Requerimento nº **048**/2003, de autoria da Deputada Fátima Bezerra e outros, que requer sejam ouvidas as autoridades e inquiridas as testemunhas que especifica na Audiência Pública que se realizará no Estado do Rio Grande do Norte. A Senhora Presidente coloca em discussão e votação os Requerimentos, sendo todos aprovados por unanimidade dos membros. Após, a Presidente esclarece que fica transferida para o dia seis de agosto do ano em curso a leitura, discussão e votação dos Requerimentos que se encontram no aguardo de apreciação, assim como, o relato da Deputada Maria do Rosário e da Deputada Laura Carneiro acerca da Diligência realizada no Estado do Rio de Janeiro. Ao final, a Senhora Presidente convoca os membros para a próxima reunião da Comissão a realizar-se no dia vinte e três de julho, às dez horas e, não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL".

Ata da 11ª Reunião Realizada em 3-9-2003

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, às onze horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Ana Julia Carepa, Senador Reginaldo Duarte, Deputada Celcita Pinheiro, Deputada Laura Carneiro, Deputada Sandra Rosado, Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Suely Campos, Deputada Almerinda de Carvalho, Deputado João Magno, Deputado Luiz Couto, Deputada Thelma de Oliveira e o Deputado Reginaldo Lopes, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN** ***"com a finalidade de investigar as situações de violência e redes***

de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil". Presentes também, o Senador Eduardo Suplicy, o Deputado Dimas Ramalho e a Deputada Thelma de Souza. Havendo número regimental, a Senhora Presidente comunica aos presentes que a presente reunião destina-se a ouvir o depoimento do Sr. Walter de Oliveira Mafra, Réu colaborador da cidade de Porto Ferreira, no Estado de São Paulo. A seguir, a Presidência determina a Secretaria a entrada ao recinto do depoente, comunicando que o mesmo já preencheu e assinou o Termo de Compromisso, que passa a qualificá-lo. A Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão adverte ao depoente quanto a sua condição de Réu colaborador, lembrando-o dos seus direitos e da legislação correlata que o mesmo está sujeito, conforme preceitua o artigo 5º inciso LXIII da Constituição, como também o artigo 203 do Código de Processo Penal e o artigo 13 da Lei nº 9.807 de 1999. A Senhora Presidente indaga ao depoente se o mesmo gostaria de prestar esclarecimentos a esta CPMI, antes de ser questionado pelos Senhores Parlamentares, tendo a resposta afirmativa. Após, a Presidência passa a palavra ao depoente e, em seguida, concede a palavra a Senhora Relatora para dar início aos seus questionamentos. Fizeram uso da palavra, pela ordem de inscrição para questionar ao depoente os Senhores Parlamentares, Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Laura Carneiro, Deputado João Magno, Senadora Ana Julia Carepa, Deputada Thelma de Oliveira, Deputado Luiz Couto, Deputada Suely Campos, Deputada Sandra Rosado, Deputado Reginaldo Lopes e a Deputada Almerinda de Carvalho. A Senhora Relatora apresenta Requerimento de sua autoria, requerendo a Câmara de Vereadores de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, que forneça a esta CPMI, no prazo de trinta dias, documentos e notas fiscais de despesas efetuadas pelos Vereadores e pagas com verbas da Câmara, mediante comprovação de gastos. A seguir, a Presidência coloca em discussão e votação o Requerimento, sendo aprovado por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento Taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por intermédio do Requerimento nº 02, de 2003-CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e rede de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada.

O SR. (Orador não identificado) – Solicito dispensa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esclareço ao Plenário que a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Valter de Oliveira Mafra, suplente de vereador de Porto Ferreira, em São Paulo.

Solicito à Secretaria que providencie a entrada ao recinto do convocado, o Sr. Mafra, solicitando igualmente ao agente da Polícia Federal que, assim que ele adentre a sala, sejam retiradas as algemas para que ele possa prestar o seu depoimento.

Portanto, solicito à Polícia Federal que faça a condução do preso, o Sr. Mafra.

Peço um minuto de paciência, porque ele está sendo conduzido de uma sala a outra. Então, haverá alguma demora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Eu gostaria apenas de pedir a V. Exª que, assim que cheguem os advogados, por não estarem acostumados às nossas regras, que V. Exª os avise de que não podem se comunicar durante o depoimento, sob nenhuma hipótese, salvo perguntando a V. Exª se tiverem alguma objeção.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Laura, iremos fazer novamente essa comunicação, apesar de que o advogado está à nossa disposição também, mas reiterarei essa informação.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Srª Presidente, entre aqueles que são acusados, há um senhor de nome Nelson Silva, que, pelos depoimentos, há muitas informações. Ele está preso, não foi ouvido lá em Porto Ferreira, e é fundamental que possamos fazer a oitiva desse senhor.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado, assim que concluirmos a reunião, poderemos discutir a possibilidade de ouvirmos o Sr. Nelson.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Srª Presidente, aduziria ao que disse o nobre Deputado Luiz Couto que poderíamos ouvir não só o Sr. Nelson da

Silva, mas também outros que ainda não ouvimos: o Sr. João Batista Pelegrini; os vereadores Laércio Storti, Gerson Pelegrini e Edivaldo Biffi, e ainda o Sr. Luís César, A SRA. Vânia Regina, o Sr. Ivo de Oliveira, o Sr. Albino Bruno, o Sr. Roberto Dias Pinto e A SRA. Genilsa.

Provavelmente, teremos que, em outra audiência, ouvir os outros depoimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Exatamente, Deputada Laura Carneiro, em outra audiência poderemos ouvir essas outras pessoas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Srª Presidente, a Senadora Fátima Cleide, que integra esta Comissão, comunica que está em reunião com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Nesta semana, estivemos, por determinação da Comissão, com representantes dos Correios. Então, neste momento, anterior ao início da reunião, damos conhecimento de que estamos tratando com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, seguindo uma proposta de comunicação, aprovada pela CPMI, sobre um selo específico a ser trabalhado para incentivar as pessoas a um engajamento contra a exploração sexual e contra a violência sexual de crianças e de adolescentes. O grupo de trabalho da Comissão é composto também pela Deputada Telma de Oliveira, que, juntamente com a Senadora Fátima Cleide, está acompanhando conosco essas tratativas no sentido de que a CPMI cumpra seu papel quanto a uma mudança cultural na sociedade brasileira. Alguns programas de televisão, até mesmo de TV aberta, dão sinal importante de engajamento contra a exploração sexual. Cito, de modo direto, o programa da **Rede Globo de Televisão** Carga Pesada, que tratou desse assunto e que constrói, de forma importante, uma cultura de enfrentamento da exploração sexual.

Faço esses registros pelo trabalho que estamos diligenciando.

Registro também que a Deputada Terezinha Fernandes não está aqui conosco – e V. Exª tem acompanhado o trabalho de S. Exª diretamente, Senadora Patrícia Saboya Gomes –, porque encontra-se no Maranhão trabalhando nas diligências preparatórias da audiência que realizaremos.

E a Deputada Ann Pontes – que a Senadora Patrícia bem apresenta – está acompanhando as circunstâncias do julgamento daqueles acusados pelo emasculamento de crianças no Pará, caso que, inclusive, encontramos no Maranhão.

Faço esse registro a pedido dos Parlamentares.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Solicito a palavra pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado João Magno, pela ordem.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Quero encaminhar à Mesa cópia de uma fita da **TV Alterosa**, retratando situações que podem ser de utilidade para a diligência que será feita amanhã e depois no Vale do Jequitinhonha. A equipe que se desloca para lá amanhã pode, hoje, apreciar o conteúdo dessa fita, que encaminho à Mesa, para que seja repassada à equipe que viajará.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Peço à Secretaria que recolha o material do Deputado João Magno.

Muito obrigada, Deputado João Magno, pela colaboração.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Srª Presidente, eu gostaria apenas de registrar a presença entre nós do ex-Deputado Lino Rossi, hoje, o grande apresentador do Cidade Alerta, que não só participou da CPI do Narcotráfico conosco, mas tem todo interesse nessa matéria. S. Sª me disse pessoalmente que o **Cidade Alerta** acompanhará os trabalhos desta Comissão com os olhos de quem quer para a sociedade brasileira uma modificação de costumes, a sua transformação, principalmente, entendendo o papel da criança e o papel negativo que essas pessoas que as aliciam e as usam têm desempenhado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu gostaria de agradecer à Deputada Laura Carneiro e, mais uma vez, agradecer ao programa, que tem dado toda colaboração e todo empenho a esta Comissão, que está acompanhando esta CPMI, especialmente o caso de Porto Ferreira.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Srª Presidente, aproveitando o informe da Deputada Laura Carneiro, seria importante que V. Exª solicitasse dados às emissoras que exibiram aquela audiência em Porto Ferreira e as entrevistas com as pessoas. Seria importante obter cópia dessas fitas da **Rede Record** e da **Rede Bandeirantes**, que fizeram matérias sobre aquele assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço a colaboração do Deputado Luiz Couto e peço à Secretaria que providencie ofício às emissoras de televisão para que possamos ter acesso a essas gravações.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Acredito que todos acompanharam pela imprensa que a nossa CPMI foi à Região Norte, ao Estado do Pará. Eu e a Deputada Ann Pontes fizemos várias diligências e estamos degravando o que trouxemos, para entregarmos o relatório. Eu queria registrar – mesmo que a imprensa já o tenha feito – que, de tantas coisas negativas, há algo positivo: o resultado do julgamento de dois dos acusados do crime de emasculação de crianças na cidade de Altamira, que fica no oeste do Estado do Pará.

A notícia boa é que pelo menos não imperou a impunidade nesse caso: eles foram condenados. E ontem começou o julgamento de outros três acusados desse crime de emasculação, um crime bárbaro de violência contra nossas crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Senadora Ana Júlia Carepa.

Esta CPMI acompanhou o trabalho de V. Exª e também da Deputada Ann Pontes em relação ao julgamento desses crimes tão bárbaros. Esta CPMI se solidariza e felicita V. Exª, a Deputada Ann Pontes e tantos outros Parlamentares que acompanharam o caso e, de forma muito legítima, pressionaram as autoridades e a Justiça para que essas pessoas fossem punidas, pagando por esse crime tão bárbaro e tão grave.

O SR. (Orador não identificado) – Srª Presidente, peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu gostaria de enfatizar a todos que não deve ser dito, em momento algum, o nome das meninas, nem durante as indagações por parte dos Parlamentares, nem durante o depoimento do Sr. Mafra. Somente podem ser mencionadas as iniciais.

Na hora do seu depoimento, Sr. Mafra, o senhor não deve citar o nome das meninas, mas apenas as iniciais do nome de cada uma delas.

Peço à Secretaria que providencie papel para as anotações.

O SR. (Orador não identificado) – Srª Presidente, peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem a palavra pela ordem, Deputado.

O SR. (Orador não identificado) – Srª Presidente, não sou membro desta CPMI, mas queria apenas registrar a condenação, nesta semana, de um ex-vereador da cidade de Matão por tentativa de estupro de sua neta de 15 anos. Ele acaba de ser condenado a 16 anos de prisão. O caso causou grande repercussão social na região central do Estado, e, portanto, fica como contribuição para esta CPMI, que tem feito um grande trabalho.

Aliás, sou da região central de São Paulo, que compreende a cidade de Porto Ferreira, onde a repercussão da visita da CPMI foi muito importante. Em todo o Estado de São Paulo, repercutiu profundamente o trabalho de V. Exªs. Então, cumprimento a todos pelo trabalho sério e organizado.

Passo a V. Exª as informações, para que depois dê conhecimento aos demais membros.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço a V. Exª não só pela notícia, mas por sua participação hoje nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Registro também a presença do Senador Eduardo Suplicy, que, mesmo não sendo desta Comissão, atendeu ao nosso convite, pois esses crimes bárbaros ocorreram em seu Estado. Também há outros Senadores de São Paulo que convidamos para fazer parte desta reunião.

Neste momento, lerei o termo de compromisso.

Nome completo: Valter Mafra. Idade: 50 anos. Número do CPF: 008.144.306. Estado civil: solteiro. Endereço residencial: Rua Luís Gama, nº 1.091, Bairro Vila Nova, Cidade de Porto Ferreira. Profissão: garçom. Exerce sua atividade atualmente na Pizzaria La Fornalha. À pergunta se é parente, em algum grau, de parte envolvida, a resposta do Sr. Mafra é "Não".

Peço a gentileza dos agentes da Polícia Federal de retirarem as algemas do depoente.

Eu gostaria de alertar também os advogados do Sr. Mafra de que, no momento do depoimento, eles não poderão ter nenhum tipo de contato com o acusado.

(Intervenções fora do microfone)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Secretaria tinha me informado de que já teriam tido...

(Intervenções fora do microfone)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Contanto que seja bem rápido, por favor.

(Pausa)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se, durante o depoimento, o senhor quiser se comunicar, por favor, faça um sinal e se dirija à Presidência ou à Relatora.

O SR. (Orador não identificado) – Está OK. Não nada é segredo, não. Apenas que ele mantenha o que disse na Justiça de Porto Ferreira.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor pode falar somente com o seu cliente. (Pausa)

Eu advirto ao depoente que está sob o compromisso de dizer a verdade no que lhe for perguntado, no que souber, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, tendo o direito de permanecer calado

quanto a depor contra si próprio, conforme preceitua a Constituição Federal, no seu art. 5º.

No entanto, eu gostaria também de esclarecer a V. Sª que poderá se beneficiar, na condição de réu colaborador, do que prevê a Lei nº 9.807/99, em seu art. 13, desde que voluntariamente colabore com os trabalhos desta Comissão, possibilitando a identificação de todos os demais autores do crime e suas circunstâncias.

Essa sessão será aberta e, a partir desse momento, o Sr. Mafra terá dez minutos para relatar aquilo que achar conveniente e que pode ajudar esta Comissão no desbaratamento desse crime terrível, que tem chocado não só a cidade pacata e pequena de Porto Ferreira e São Paulo, mas evidentemente todo o País.

O senhor terá 10 minutos para iniciar as suas palavras. Logo em seguida, passarei a palavra para a Relatora, Deputado Maria do Rosário. Em seguida, passarei a palavra a todos os Parlamentares. Peço a esta Secretaria que providencie logo a lista de inscrição de todos.

Tem a palavra o Sr. Mafra.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Um Bom dia a todos. Eu queria primeiramente agradecer, pelo que aconteceu, à Polícia de Agrolândia, todos os policiais que me acompanharam. Fui bem tratado até este momento.

Quanto ao que aconteceu, já foi dito em Porto Ferreira. Depois, vocês vão me sabatinar, e eu vou responder o que vocês perguntarem para mim. Vocês podem fazer qualquer pergunta.

Quanto a Porto Ferreira, aos pais e às mães das envolvidas, eu queria pedir perdão pelo que aconteceu. Em parte, tenho culpa. O que cabe de minha culpa, vou cumprir. O que for feita a Justiça... O que for da parte de outras pessoas, a elas cabe responder a isto.

Quanto ao povo de Porto Ferreira, peço desculpa por ter envolvido o nome da cidade e, enfim, o povo inteiro. Quanto a minha família, peço perdão por nunca ter passado por essa manifestação que está sobre o nome de Mafra, a minha família toda.

Sobre os meus filhos, peço perdão para eles pelo que aconteceu e por ter falhado como pai. Peço perdão também a todos os envolvidos. As famílias que durante os 15 anos em que fui voluntário em fazer filantropias e aos católicos, que rezem por mim; aos evangélicos, que orem por mim, porque o que aconteceu, da minha parte, da minha falha, vou pagar, e que os outros paguem pelo que eles fizeram.

Sem mais nada, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Mafra, na verdade a oportunidade que esta Presidência havia concedido ao senhor era para que falasse um pouco sobre o caso de Porto Ferreira. Não querendo o senhor usar esses dez minutos para falar especificamente sobre o caso, a questão das desculpas, é um direito que o senhor tem, mas esta CPI, hoje, reúne-se para ouvir especificamente o seu depoimento sobre, especificamente, a tragédia ocorrida em Porto Ferreira envolvendo diversas crianças, diversas adolescentes.

Gostaria que, a partir deste momento, o senhor se prendesse exclusivamente aos episódios que aconteceram em Porto Ferreira. É um direito seu usar os dez minutos. Se não quiser, passarei imediatamente a palavra à Relatora, para que S. Exª inicie as indagações.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Quero defender-me na parte das pessoas envolvidas. Partes têm verdades, partes, não existe verdade. Falo sobre as meninas e sobre os Vereadores. Há partes de verdade com relação a S. Exªs e partes de verdade com relação às meninas. Mas há mentiras nos dois lados.

Vou falar o que aconteceu e o que V. Exªs me perguntarem. Desde o depoimento, não me lembro quem é quem. Se V. Exªs forem perguntando, vou falando o que aconteceu, para quais chácaras levei e para quais chácaras elas foram voluntariamente. E para quais chácaras a mãe pediu que eu levasse as meninas. Não vou aumentar nem inventar. Simplesmente, vou falar o que aconteceu.

Era e sou apenas cozinheiro. Recebo R$380,00 por mês, mais 5% de comissão sobre a venda das pizzas em um restaurante. Não posso, com esse salário, fazer churrasco todas as semanas, todos os dias. Participei, em uma segunda-feira, de um churrasco com os vereadores. Foi uma única vez. Outras festas, sei que houve, mas não participei. Eu trabalhava e só tinha folga às segundas-feiras. Em uma segunda-feira, participei. Com o salário que tenho, não posso fazer festas nem bancar um local, alugar, fazer churrasco. Houve gente, houve. Era rateada a quantia no final.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passo a palavra à Deputada Maria do Rosário, Relatora, para que faça suas indagações, pelo tempo que for necessário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, Srs. Parlamentares, Senadoras e Senadores, Deputados e Deputadas, senhoras e senhores que acompanham os trabalhos desta CPMI.

É importante dizer que o trabalho de oitiva neste inquérito que realizamos – no momento em que fazemos as nossas considerações ao Sr. Mafra, que é réu nesse episódio – foi precedido de uma ampla pesquisa e por um trabalho de oitiva das vítimas em Porto Ferreira. Eu, o Deputado Luiz Couto, o Depu-

tado Eduardo Barbosa, a Deputada Laura Carneiro, a Deputada Telma de Souza e o Deputado João Magno estivemos em Porto Ferreira e estabelecemos contato com as autoridades: o delegado, o promotor, a juíza. Escutamos, em particular, além de outros acusados que tiveram suas prisões preventivas decretadas pela Justiça de Porto Ferreira, as meninas.

Penso que, em respeito a elas, faremos as nossas considerações, os nossos questionamentos, já conhecendo muito do fato por diferentes olhares, mas especialmente pelos olhares das meninas. Os depoimentos são convincentes, coerentes e claros. As meninas conversaram com os Parlamentares. Todos os Parlamentares participaram da oitiva com as meninas. Atuamos como um grupo de trabalho, determinados que fomos a partir da organização que a Assessoria Técnica e a Presidente estabeleceram.

As considerações que vamos fazer estão comprometidas com os direitos de crianças e dos adolescentes e para o esclarecimento de um crime, porque a nossa CPMI se destina a investigar e a colocar um ponto final na impunidade que há sobre os casos de violência e exploração sexuais de crianças e adolescentes, de violências, em todos sentidos, especialmente das redes de exploração.

Então, Sr. Presidente, permita-me essa colocação em respeito à comunidade de Porto Ferreira, às suas autoridades, especialmente às meninas, a quem devemos a máxima consideração.

Sr. Mafra, foi o senhor quem iniciou a organização dessas orgias, dessas festas realizadas às segundas-feiras à tarde?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem iniciou a organização dessas festas? Nome?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte, antes de acontecer as meninas menores, havia, vários anos antes, em várias segundas-feiras, em vários outros dias, havia mais meninas maiores.

Numa dessas segundas-feiras, o pessoal falou: "Mafra, é hora de mudar o cardápio dessas meninas, porque só vem maior e tal e tal e tal", entendeu? Então, o Nelson da Amanda, saindo para desligar o forno, numa segunda-feira, quando estava terminando o churrasco, já estava limpando a cozinha, porque eu iniciava, abria e encerrava, limpando o rancho ou a chácara, não sabia onde iria ser. E o Nelson saiu para desligar o forno, porque ele tem uma cerâmica, e apareceu com duas meninas: a T. e a J.

Daí que começou tudo. Isso foi o início de tudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor compreendeu, quando ele disse que queria mudar o cardápio? O que o senhor pensa que ele queria dizer? Qual era o cardápio? O que o senhor pensa que seja cardápio? O senhor trabalha em um restaurante. O senhor é um garçom, é um profissional que trabalha com cardápio. E lhe pergunto até com uma certa indignação aqui, mas quero que o senhor me responda com tranqüilidade. Estou tentando manter a minha tranqüilidade aqui, na sua primeira resposta. Mas o que o senhor considera que seja o cardápio? Qual era o cardápio que o senhor tinha antes? E qual era o cardápio que o senhor tinha que organizar, a partir de então, a pedido do Nelson da Amanda?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: quando ia-se fazer o churrasco, eles falavam assim: "Mafra, qual vai ser o cardápio, hoje?" "Hoje, o cardápio vai ser um estrogonofe tal e tal." E, quando sugeri agora que eles falaram que estava na hora de mudar o cardápio, estava na hora de mudar as meninas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O cardápio, então, para essas pessoas, era a exploração sexual de adolescentes de crianças e de adolescentes, porque vários casos iniciam com menores de 12 anos. Inclusive, o despacho da juíza para a prisão preventiva se dá pela violência presumida. É importante também nos referirmos a isso aqui.

O senhor, então, agia a mando, o senhor era coordenado, o senhor recebia ordens, dessa pessoa chamado Nelson da Amanda, que é dono de uma cerâmica, um empresário local?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, não recebia ordens dele. É o seguinte, ele era uma das pessoas que participava. Então, quando ia fazer um churrasco e se reunia, quem vai? É fulano, fulano e fulano, certo? Então, esses nomes que eram chegavam lá e rateavam a despesa. E o Nelson da Amanda era um deles. Foi ele que iniciou com as duas meninas, cujas primeiras iniciais falei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma pergunta ao senhor com o seguinte sentido: como é que o senhor e com quem o senhor estava, quando se dirigiu à porta da escola pública para buscar as meninas? O senhor buscava as meninas na escola pública?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu não as pegava na escola pública. Eu peguei "T" por três vezes, próximo à escola pública, que era em frente a um mercado que se chamava Zufo, que, hoje, é eletrodoméstico; antes, era Mercado Zufo. E elas aguardavam. São duas quadras do colégio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor buscava as meninas sozinho ou com quem?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Uma vez eu peguei sozinho, e a segunda vez peguei com o Paulo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode dizer integralmente o nome do Paulo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o irmão do Nelson.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Seria o ...

A SRA. (Oradora não identificada) – Paulo César da Silva.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Seria o Sr. Paulo César da Silva, funcionário público da Prefeitura Municipal de Porto Ferreira? É a esse que o senhor está se referindo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É esse mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é a função – isso é uma questão importante que eu preciso que o senhor me responda – desse senhor Paulo César da Silva que foi com o senhor buscar as meninas na Prefeitura Municipal de Porto Ferreira?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – A função dele? Ele fica na parte da recepção. As pessoas chegam até ele e perguntam onde fica o Prefeito, o secretariado...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em algum lugar da Prefeitura?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – No saguão da Prefeitura.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No saguão da Prefeitura. E o que tem ali, gabinetes? No prédio principal da prefeitura?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Exatamente. Na entrada da Prefeitura, existe um saguão, onde fica uma banquetinha, um balcãozinho de informações, recepção, e ele fica lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De onde é que o senhor conhecia essas meninas que o senhor buscou na frente da loja? Como é que o senhor conhecia elas? O senhor ouviu falar? Qual foi o primeiro contato seu ou de quem participou destas orgias? Como é que o senhor as conhecia?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – O primeiro contato com as meninas foi através do Nelson da Amanda levando nessa segunda-feira as duas. Através destas duas meninas, elas falaram: "Ah, se vocês quiserem mais meninas, nós temos amigas que poderão vir nos churrascos seus."

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto era pago a estas meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu não sei exato, porque era entre eles, eu não sei... Umas que falaram para mim era em torno de R$30 a R$50.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é que lhe pagava para fazer o churrasco? Quanto o senhor recebia ou o senhor fazia filantropia? O senhor fazia churrasco de graça para esse pessoal?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, era o seguinte: nós rateamos. As pessoas que iam... Era rateado em partes iguais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor inclusive pagava o churrasco?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, eu não cobrava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor contribuía?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, é o seguinte: eu não pagava nada, só recebia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor recebia quanto?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Vamos supor, o mesmo valor que eles pagavam, eu recebia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como assim, explique melhor.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Vamos supor se a despesa do churrasco em si, deu R$20 para cada um, eu recebia R$20 para mim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor recebia R$20 além da despesa?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor recebia quanto por menina que o senhor levava?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nenhum tostão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor também realizou sexo com essas meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quantas meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Duas meninas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De que idade? O senhor sabe a idade delas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei. Sei que são menores, mas pelo porte do corpo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas nós sabemos a idade?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Mas eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não perguntou. O senhor nunca se preocupou?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Senhor nunca se preocupou com os onze, doze anos...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Em saber da idade delas? Não é porque elas estudavam, e

eu não sabia distinguir o grau de escolaridade delas pela idade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem uma filha de que idade?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Quatorze.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu estou lhe perguntando isso, porque o senhor sabe que se olhar para uma menina sabe, mais ou menos, quantos anos ela tem. O senhor tem uma filha, eu o vi com a sua filha, a quem eu respeito muito. O senhor tem uma filha de quatorze anos. Essas meninas eram fisicamente menores ou maiores que a sua filha de quatorze anos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Maiores. Acho que uma ou duas meninas era do mesmo porte que a minha filha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estou lhe perguntando porque... As meninas que o senhor levava eram maiores que a sua filha?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – A "T" e a "J" são bem maiores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, na sua posição... O senhor as observava com esse olhar sexual de maiores. Mas eu estive com essas meninas e quero lhe dizer que elas são menores, inclusive, fisicamente que a sua filha e tenho certeza que os deputados também o avaliam assim.

Além do Nelson, quem mais levou meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Às vezes, não levava, às vezes, a maior parte delas ia de mototáxi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como era esse esquema de mototáxi? Telefona, e era sempre o mesmo mototáxi?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Às vezes, sim; às vezes, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem pagava?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Era rateado entre todos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Rateado entre todos. O senhor fala muito nesse rateado. O senhor falou também no seu depoimento, eu li o termo de interrogatório que o senhor fez na sala da Drª Sueli Juarez Alonso, que é a MMª. Juíza de Direito da Primeira Vara da Comarca de Porto Ferreira. O senhor falou, com muita insistência, que era rateado. Por que era rateado isso? Como era o rateio?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Era na soma total...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é quem fazia a soma total?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Era apresentada, vamos supor, ia ao açougue, pegava-se a carne, pegava a nota...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual era o açougue em que se comprava a carne?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Açougue São Lucas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sempre no mesmo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pode dizer o nome dos outros. Vamos ver a nota fiscal.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Às vezes, pegava no Mercado Vila Rica, porque pegava as outras coisas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem ia comprar?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor. Mas no seu depoimento, lá... O senhor comprava na segunda-feira mesmo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Na segunda-feira.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Segunda-feira pela manhã?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Pela manhã.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem ia comprar era o senhor, sempre o senhor? Mas no seu depoimento, lá em Porto Ferreira, o senhor disse que nem sempre era o senhor quem levava as mercadorias. No seu depoimento, o senhor diz que, às vezes, o senhor levava as mercadorias, e o senhor cita também uma saveiro prata, de propriedade da Prefeitura de Porto Ferreira.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Espera um pouquinho, estamos falando das meninas. Essa saveiro prata e essa bebida é de um outro churrasco. E as bebidas que às vezes iam, iam de um depósito de bebida do Gordo, que é o Ferracim, do Zé Ferreira Azambuja e do Fioqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde é que comprava a bebida, então?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Às vezes, comprava a bebida com eles. Às vezes, cerveja, refrigerante...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com ele, quem?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Com esses depósitos de bebida.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Depósito de bebidas. Como é o nome?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ferracim, Chopp e Cia...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nem sempre era o senhor, então, quem comprava a bebida?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É, às vezes, eu encomendava, e eles levavam lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, o depósito tinha entrega à domicílio.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Tinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor encomendava que bebidas? O senhor não encomendava suco de uva, nem de laranja. Que bebidas o senhor encomendava?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sempre era a cerveja e coca-cola.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que outros tipos de produtos eram servidos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Uma vez houve vinho, porque eu fiz ponche.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que outros tipos de bebidas eram servidos? Whisky?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Whisky houve, mas ninguém bebeu. Está fechado até hoje.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde é que está?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Está na minha casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor guarda lá o whisky?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Guardo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor guarda mais o que na sua casa?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não que eu guarde whisky. Eu tenho esse porque foi comprado, levou por levar e...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele foi parte do rateio ali?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi rateado entre os membros também aquele whisky?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem uma garrafa fechada?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As outras garrafas que foram oferecidas às meninas...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei se elas... A maior parte da meninas menores não bebia. Elas bebiam coca-cola. Eu chegava a levar seis a oito frascos de dois litros de coca-cola.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas e quanto ao oferecimento de drogas às meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Da minha parte, nesses churrascos com as meninas, nunca houve.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós temos depoimentos muito convincentes de que vários tipos de drogas estavam ali. Por isso que, se o senhor está na função, como disse a Presidente, de réu colaborador, quero dizer a você que a sua colaboração é essencial, nós a estamos valorizando, mas a função de réu colaborador estabelece um compromisso da sua parte de colaborar integralmente.

Então, precisamos saber, porque os depoimentos das meninas e vários outros depoimentos indicam a presença do uso e do abuso de drogas no local. E isso não é uma questão secundária. Então, volto a perguntar, o senhor está sob juramento aqui conosco, sobre as drogas oferecidas tanto aos presentes como às meninas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo.

É que, quando eu falei no meu depoimento lá em Porto Ferreira, quanto à droga, é em outra parte. É que a senhora está num caminho e a senhora pulou para outro caminho, porque a droga ali é o seguinte: das meninas... Quanto às duas meninas que apareceram, a "T" e a "N", a "A", é o seguinte: as duas meninas chegaram por volta de dez e meia, quinze para as onze, no meu serviço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Da manhã?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Da noite, às 23 horas, mais ou menos. Entre 22 horas e 23 horas. Elas chegaram no meu serviço, eu estava quase terminando meu dia, entendeu? E elas chegaram com uma receita médica, a "T" chegou com uma receita médica da mãe, pedindo R$20 emprestados para comprar remédio. E eu não tinha esse dinheiro, porque eu estava saindo do serviço, e era um dia de semana. Eu recebia semanal, sempre nos domingos, e não era num domingo. E eu voltei, cheguei para o meu patrão, pedi R$20 emprestados, de vale, e peguei e dei a elas. Aí elas falaram assim: "Dá pra você levar eu e ela até a casa da minha tia, porque a minha mãe está lá?" Falei: "Levo". Aí pus no meu carro, porque eu estava saindo, saí e levei até em frente ao Palmeirinha, que é um campo de futebol que fica na Vila Maria. Aí ela falou assim: "Pode deixar eu aqui nessa esquina mesmo, porque eu vou levar na casa da minha tia". Eu falei: "Tá bom". Deixei e vim embora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma das meninas nos relatou que, ao longo do tempo, lhe foi oferecido **crack**. Temos isso de forma muito firme, muito contundente. Então, eu lhe perguntaria novamente... Não se trata desse episódio onde uma pré-adolescente lhe procurou para comprar um medicamento para sua mãe. Isso é uma outra questão. Trata-se do oferecimento de drogas nessas festas e de compra de drogas pelo senhor e – eu quero saber – pelos outros envolvidos, de cujos nomes já vamos tratar.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor comprou drogas para essa menina?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde o senhor comprou essas drogas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não e não conheço. Se por acaso eu vir uma droga dessas, tanto **crack**, cocaína... A única droga que eu conheço, que já vi e peguei em mãos é lança-perfume. Não tive nenhum contato com essa parte nenhuma. E em parte nenhuma do meu churrasco elas tiveram com...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos novamente. Como o senhor abordava as meninas? Como o senhor conhecia essas meninas, além dessas que o Nelson levou? Porque temos aqui uma lista de meninas... Posso lhe dar o nome de dez meninas, a que não vamos, obviamente, referir. Mas como o senhor abordava essas meninas e quem mais abordava as meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Então...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que tipo de promessa era feita a essas meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Tipo de promessa nenhum. Falava assim: "Vai ter um churrasco segunda-feira". Às vezes, elas ligavam para mim e falavam assim: "Nessa segunda-feira vai ter churrasco?" "Vai". "Onde?" Eu falava assim: "Vai ser em tal rancho". Às vezes...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem alugava os ranchos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Às vezes era eu, às vezes...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eram ranchos próprios?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, às vezes era eu que alugava, às vezes era emprestado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não quer me relatar como o senhor fazia o aliciamento. O senhor não está me dizendo exatamente como o senhor conhecia as meninas. Elas lhe telefonavam... Como elas tinham o seu número de telefone?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Então...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como elas lhe procuravam? A cidade inteira sabia que o senhor, trabalhando numa pizzaria, fazia o aliciamento das adolescentes? Como o senhor divulgou isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: no primeiro contato com a "T" e com a "J", nesse primeiro contato foi dado o meu telefone para ela. Aí, entre elas, elas passaram esse meu telefone...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor e os demais utilizavam as meninas para fazer contato com outras adolescentes? É um processo assim? Os senhores utilizavam as meninas para que as outras fossem aliciadas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Então,...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor começou pelo aliciamento dessas duas, juntamente com o Nelson, e depois as outras foram aliciadas, a partir desse primeiro contato? O senhor usava as meninas como ponte para as demais?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: a irmã da "T" – você entendeu? –, ela que se incumbia de ficar em contato com essas outras meninas. E ela ligava para mim do orelhão perto da escola...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A irmã da "T" é maior ou menor de idade?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É a que tem mais corpo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, estou falando da idade.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – De idade, é a menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe, o senhor conviveu com elas durante muito tempo, o senhor sabe qual a idade delas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, a idade eu não sei, de todas elas eu não sei. Talvez... Sei dessa aí só.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas então o senhor responde positivamente que, para contato com as outras meninas, o senhor utilizava aquelas meninas que inicialmente começaram. É um processo que vocês começaram com duas meninas e foram chegando as demais por essas meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É isso. O senhor citou, no seu depoimento, o nome de funcionários da Prefeitura. Além do Paulo César da Silva, citado pelo senhor, quem são os outros funcionários?

O senhor chegou a falar em quinze funcionários da Prefeitura. Quem são os outros?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: houve um churrasco de confraternização dos funcionários da Prefeitura para o qual fui convidado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem o convidou?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não lembro quem foi agora. Foi alguém do gabinete.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem do gabinete?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não lembro se foi o Índio, esse que levou a bebida...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é o Índio?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Índio é o que levou a bebida quando terminou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por acaso, o Índio é o que dirige a saveiro prata da Prefeitura?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o próprio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A saveiro prata serve a quem na Prefeitura?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Serve ao almoxarifado da Prefeitura.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ao almoxarifado. Somente àquele departamento? Quem anda nessa saveiro prata?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Deve haver duas ou três saveiros prata. Há uma na SAEF, se não me engano,...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que é SAEF?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o departamento de águas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Departamento de águas. Qual é a outra?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Essa do almoxarifado, que fica com ele, e outra que fica com a fiscalização.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma fica na Administração com o Índio?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Essa do Índio é a do almoxarifado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E qual é a outra?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – A da fiscalização. Se não me engano, são essas três que há na cidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo. Esse Índio trabalha no almoxarifado?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – No almoxarifado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele tem alguma função de relevância? Ele é o chefe do almoxarifado?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele deve ser encarregado de alguma coisa que eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor conhece bastante a Prefeitura. O senhor anda bastante na Prefeitura?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Trabalhei... Em 1974, fui assessor do Prefeito Cleiton Hernandes Arantes; trabalhei, na penúltima administração, com o Carlos Alberto Teixeira, era assessor de gabinete, trabalhava na assistência social.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor era assistente social do Município?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Era.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor trabalhava com crianças no Município?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Trabalhava na parte de filantropia, de arrecadação de alimentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é o Carlos Alberto, que o senhor citou?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Carlos Alberto Teixeira é o ex-Prefeito, antes do André, porque o André ganhou, e ganhou pela segunda vez.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor conhece bem a estrutura da Prefeitura. O senhor sabe, então, que o Índio era o encarregado do almoxarifado?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ele dirige essa saveiro prata, e esse carro fazia o transporte de bebidas. No seu depoimento, o senhor disse que levava alimentos, bebidas. Levava também as adolescentes?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não esta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Outra saveiro?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Outra.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A saveiro que era do almoxarifado ou a do Departamento de Águas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – No meu depoimento, não está...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor está fazendo um novo depoimento. Pode fazer um adendo com a liberdade de quem quer, inclusive, incluir outras coisas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: esse que levou a mulher duas vezes é o Vereador João Lázaro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é? O Vereador?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – João Lázaro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Vereador João Lázaro. O senhor disse que ele levou...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Duas meninas maiores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ... duas mulheres, duas meninas maiores de idade. E ele dirigia a saveiro?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele dirigia a saveiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A saveiro da Prefeitura?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É. Porque ele fazia na época – agora não, foi cortado dele –, antes, ele fazia poda de árvores e de gramas na rua, na máquina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como ele tinha acesso, sendo Vereador? Nós, Deputados, não temos acesso aos carros do Poder Executivo. As Câmaras de Vereadores não têm acesso a um carro do Poder Executivo. Como o Vereador João Lázaro podia dirigir a saveiro? Ele requeria essa saveiro a quem? Quem emprestava para ele?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele tinha acumulação de cargos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele acumulava cargos de quê?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Vereador e funcionário da Prefeitura.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, era por isso que ele tinha acesso. Ele é funcionário de carreira da Prefeitura? Fez concurso público e ingressou na Prefeitura ou ocupa cargo de confiança? O senhor não é funcionário da Prefeitura, não é?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor também ocupou cargo de confiança num determinado período?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ocupei cargo de confiança.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor entende isso. O Vereador João Lázaro ocupa cargo de confiança?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei responder.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Índio, esse do almoxarifado, ocupa cargo de confiança?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É de cargo de confiança. Mas houve agora um outro concurso, se não me engano, e o Índio passou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Passou. Está bem. Agora, deixe-me perguntar uma coisa: quem são esses quinze funcionários da Prefeitura? O senhor precisa nos dizer.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Diga lá quem são, porque estamos vendo que há vereadores envolvidos, empresários. Esses já estão citados, não é, Presidente? Os que trabalham na Prefeitura... o senhor já trabalhou na Prefeitura. Precisamos dar a responsabilização devida para cada um. Então, faço-lhe essa pergunta.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Então, voltando desse churrasco da saveiro prata...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse é o churrasco da Prefeitura? Quem pagava esse churrasco?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas era uma churrascada, uma festança. Só para funcionários?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Só para funcionários, mas foi, se não me engano, uma confraternização, como disse, era fim de ano, foi uma confraternização e, se não me engano, foi rateada entre eles. Só que eu fiquei pouco tempo, porque era um dia de semana que eu trabalhava...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual era a sua missão no churrasco? O senhor estava levando alguém com o senhor?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, apenas fui nesse churrasco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E por que o Índio lhe convidou?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Porque trabalhei na campanha política junto com o Prefeito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor fazia o que na campanha política do Prefeito?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Fazia som, carro de som.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor era responsável pelo carro de som?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Pelo carro de som.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor recebeu? O Prefeito lhe pagou?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Recebi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para isso? O senhor era funcionário da campanha?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Recebi pela Rádio Porto FM com o Secretário...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De qual Prefeito? Do que se elegeu? Qual o nome dele mesmo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – André Braga.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse é o atual Prefeito? O senhor trabalhou na campanha eleitoral dele? O Índio também trabalhou na campanha eleitoral dele?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Desse.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por acaso, os Vereadores Laércio Natal, Gerson, João Pelegrini, Edivaldo Biffi, Luiz Gonzaga Mantovani, João Lázaro Batista, Luís César também trabalharam na campanha eleitoral?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Trabalhavam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas festas já começaram no tempo da campanha eleitoral? O senhor tem memória disso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu tenho memória do seguinte...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor fez algum churrasco na época da campanha eleitoral?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Se fiz? Não fiz nenhum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor participou de qual churrasco?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Participei. Não fiz nenhum, participei deles. Participei de dois.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dos dois churrascos. E tinham esse sentido? A presença de mulheres...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, é o seguinte: nas campanhas políticas tinham as meninas que faziam panfletagem, e tinha nós que trabalhávamos no carro de som. Então, quando houve esse churrasco, as meninas que faziam panfletagem também participaram.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Participaram do churrasco. Algumas dessas meninas aqui que estão... E o senhor conhece todas elas, porque o senhor participou, o senhor foi violento sexualmente, o senhor agiu contra elas, o senhor está colaborando aqui conosco, porque o senhor também agiu violentamente contra elas lá, então, estamos considerando a sua colaboração aqui. Pergunto o seguinte: alguma dessas meninas – e é uma resposta que considero importante – trabalhou na campanha eleitoral fazendo as panfletagens?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Dessas meninas menores, não me recordo delas terem trabalhado na campanha política, mas as maiores que citei, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não havia menores na campanha eleitoral?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Tinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acha que não pode ter?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor teve esse zelo de não ter adolescentes distribuindo panfletos? O senhor que promoveu festas sexuais com adolescentes, o senhor tem o zelo delas não trabalharem ali distribuindo panfletos? Vocês tiveram esse cuidado de distribuir panfletos, elas não podiam, mas atuar sexualmente com os vereadores eleitos podiam? Vocês tiveram essa preocupação?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Até poderia ter trabalhado, mas essas meninas que a senhora perguntou para mim, eu não tenho recordação de ter trabalhado. Essas meninas que a senhora perguntou...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Outras adolescentes?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Poderia ter sido menores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Peço que o senhor passe os nomes de todas as adolescentes depois para a CPMI que trabalharam nessa campanha eleitoral em que o senhor era coordenador do trabalho de som. Gostaria que o senhor passasse o nome dessas meninas, que nós vamos...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nome, seria difícil...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não precisa passar agora, porque não queremos expor as adolescentes. Depois, peço, vou requerer à Presidente que lhe pergunte sobre isso. Vamos adiante, o senhor não me disse o nome dos funcionários da Prefeitura.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Então...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor só citou o Índio e o Paulo.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: o Índio, o Paulo, o Lolo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – O Lolo. Só sei o apelido dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Diga o primeiro nome.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu não sei o nome dele, só sei o apelido dele, Lolo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Loli?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Lolo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Trabalha aonde?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele trabalha numa Kombi, não sei, porque todas as kombis, todos carros de "coisa" todos têm um som, mas não tem escrito assim que sessão que é, somente o SAEF é que tem...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele trabalha numa kombi da prefeitura. O senhor está citando todo mundo que tem acesso a carro aí, não é?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor citou três que têm acesso a carro. Outros setores?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Como assim?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Outros setores da prefeitura ou outros...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: é que, nesse dia, participou o pessoal do escritório.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que escritório?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – O escritório da prefeitura.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que é o escritório da prefeitura, é o gabinete?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, o gabinete, não. É a parte de baixo, tipo assim, a tesouraria, pessoal que paga os impostos lá...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor está se referindo a uma festa promovida de funcionários da prefeitura. É isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Correto. Foi aquela que a senhora perguntou do carro, da bebida, com o índio. É essa que estou dizendo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, mas no seu depoimento para a juíza o senhor foi claro. Segundo, o senhor disse: no rancho do Betão... uma festa de funcionários... quinze... o senhor citou aqui vários nomes – o senhor confirma a presença do Ivo?...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ivo Capioglio, Betão, Beliscão...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – saveiro prata da prefeitura...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Índio...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Toda a infra-estrutura da festa foi feita com esse veículo, levando bebidas e alimento. O senhor confirma isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor fez esse depoimento em juízo.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Eu disse o seguinte: no término da festa, acabou a bebida, o Índio foi buscar uma caixa de cerveja nesse veículo. Foi isso o que eu disse lá com a juíza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vereadores presentes?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nessa festa, não me recordo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vereadores presentes nas orgias que o senhor promovia nas segundas-feiras.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: os vereadores que participaram, e somente em uma segunda-feira que foi feita com as meninas, foram: João Lázaro...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Somente uma segunda-feira?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Comigo, só. Comigo somente uma segunda-feira com eles. Houve vários churrascos que sei que eles fizeram.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Havia um revezamento de meninas, então?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei. Isso não sei, porque não participei dos outros churrascos com eles. Se elas falaram, tem de ver com elas e com eles o que foi feito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode me dar os nomes, então?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Posso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos lá.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nessa segunda-feira, os vereadores que estavam presentes eram: João Lázaro, Luiz Borceda, Edivaldo Biffi, Luís César Lanzoni, esses quatro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – João Pelegrini?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não confirma?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, nesse dia, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nesse dia, não. Na verdade, está havendo uma contradição aqui: os nossos depoimentos indicam que o senhor... O senhor, afinal, fazia o churrasco dessas festas? Como o senhor agia em relação a isso? Qual era a sua rotina de segunda-feira?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Segunda-feira era o seguinte: geralmente, eu ia para o rancho pescar, fazer churrasco. O que eu fazia? Quando eu estava sozinho, eu mesmo pegava o peixe e eu mesmo fazia o churrasco para mim sozinho. E quanto aos vereadores, esses quatro que lá estiveram, o João Pelegrini não é vereador. O Gerson Pelegrini é vereador, mas ele nunca esteve comigo nessa segunda-feira.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi encontrada uma série de fotos que o senhor fez. O senhor fotografou as meninas nuas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não fotografei. Apenas emprestei minha máquina, e elas se fotografaram. Fotografei só a "T". A "T" fui eu...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa é uma resposta inusitada que o senhor está me dando. O senhor emprestava a sua máquina fotográfica?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: as duas meninas, as duas irmãs que levantaram esses todos...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Temos as fotografias, por isso que lhe pergunto.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Então, as duas irmãs que levantaram esse problema todo que está se envolvendo agora, uma delas me procurou: "Mafra, se eu comprar o filme, você empresta a sua máquina para mim?" Eu falei que emprestaria, entendeu? Nessa segunda-feira, ela levou esse filme, eu coloquei esse filme na máquina para ela, e elas tiraram fotos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há uma contradição aqui, porque está claro nos seus depoimentos anteriores, em juízo também, que o senhor assumiu o fato de ter fotografado essa menina e outras. O senhor reconhece inclusive, naquele depoimento, que o senhor também emprestava a máquina, mas que o senhor também fotografava.

Agora, deixe-me perguntar-lhe o seguinte, independentemente dessa contradição: o senhor mandou revelar onde essas fotos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Foram reveladas na **Vado Fotos**.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é o nome?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Vado Fotos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Fábio Fotos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Vado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – **Vado** Fotos. Onde fica?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Na Dona Balbina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em Porto Ferreira?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Em Porto Ferreira.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas vezes o senhor mandou revelar fotos lá?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Duas vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mais de uma vez, portanto.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conseguiu reunir quantas fotografias?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ao todo, umas dezoito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Umas 18 fotografias. Onde o senhor colocava essas fotografias?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Houve as que eu entreguei para elas. As outras, eu queimei todas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor queimou as fotografias?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Todas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas meninas o senhor fotografou? O senhor lembra?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Acho que foram umas quatro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor fotografou quatro meninas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Duas. É que a senhora me perguntou quantas vezes. Então, eu estou dizendo que, na primeira vez, foram duas as meninas que eu fotografei. No outro filme em que a menina pediu o filme para colocar na máquina, essa eu tirei foto da "J", tirei foto da "T" e de uma outra menina. Eu não me recordo o nome dela, mas foi com roupa. Não foi sem roupa. Foi na beira do rio. Foi a "J".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sempre mandou revelar as fotos na **Vado Fotos**?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O dono da **Vado Fotos**, olhando as fotos, não lhe perguntou nada sobre isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Eu pedi sigilo para ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pediu sigilo, e ele lhe deu; ele lhe garantiu isso? Ele não falou para ninguém?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu creio que sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele pediu sigilo. O senhor entregava essas fotos para quem? Para qual desses homens, aqui citados, e para que outros o senhor entregava as fotos? Eles guardavam as fotos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era para o seu consumo pessoal?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Elas foram entregues para as meninas, pois elas pediram. Foram entregues para elas, e os negativos foram queimados.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor tinha um livro de fotos? O senhor guardava esse livro de fotos? O senhor teve até quando esse livro de fotos? Até o senhor queimá-lo? Era uma espécie de **book**?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Não tinha isso, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tinha algum caderno?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, não existia. É o seguinte, o primeiro filme foi entregue para as meninas. Se não me engano, foram entregues quatro fotos para elas e, automaticamente, as outras foram destruídas. No segundo filme, que a menina pediu para ser tirado, assim que ele foi revelado, eu entreguei as fotos delas, e as outras, que tinham, foram destruídas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor entregou essas fotos para algum funcionário da prefeitura?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – O Paulo viu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Paulo viu. O senhor sabe se essas fotos foram parar na internet ou alguém com computador as colocou lá? Podemos estar indo mais adiante, pois normalmente ocorre isto: fotografa-se a menina nua, e alguém que tenha acesso ao computador, coloca a fotografia na internet. Então, talvez, o senhor não esteja nem sabendo disso. O senhor deu essa foto para alguém que possa tê-la colocado na internet, para alguém que tenha acesso a computador?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu não sei. Eu entreguei para as meninas as fotos que eram delas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem computador nesse lugar onde o Paulo trabalha, ou seja, na prefeitura?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – No setor dele não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu quero avançar mais em uma outra questão com o senhor. Os meus colegas também têm uma série de considerações. O senhor falou, no seu depoimento – eu também o ouvi, pois eu estava lá –, que, em uma das festas, foram convidados os empresários de Araras.

Aliás, a juíza decretou a prisão preventiva, além da do senhor, do Sr. Nelson da Silva, que é empresário local; a do comerciante José Carlos Terassi e a do comerciante Carlos Alberto Rossi. Eu e os Parlamentares aqui presentes ouvimos o seu depoimento. Estão citados nele empresários de Araras, município vizinho, e de outros municípios. Ontem, foram lembrados os municípios: Santa Rita do Passa Quatro, Limeira, Americana. Nós gostaríamos que o senhor objetivasse e nos desse os nomes dos empresários da região, bem como de quem contatava os empresários da região para participarem das festas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte, esse foi o penúltimo churrasco que foi feito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, está bem na sua memória.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Está bem na memória. Então, foi feito o seguinte: quatro empresários de Araras entraram em contato com esse Sr. Terassi, de quem V. Exª tem o nome. Como é o primeiro nome? Porque eu o conheço como Carlinhos do Camarotti, eu conheço assim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele é empresário do quê, mesmo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele tem uma loja...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cerâmica, não é?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Tem uma casa de sapatos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse que está nos depoimentos, que pagava a exploração sexual com calçados da própria loja. O senhor sabia disso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu sabia de uma menina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma menina?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que buscava um calçado para poder...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Falou para mim que ganhou uma bota e ainda falou assim: essa bota aqui eu ganhei dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas meninas empobrecidas, de famílias pobres, procuravam ter um calçado, um sapato melhor para andar, para ir à escola.

O senhor sabia que ele pagava? O senhor confirma isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu confirmo o que ela falou: eu ganhei isso aqui do Carlinhos do Camarotti.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo. Então, ele pagava com os produtos da loja. E o senhor me dizia que foi ele que convidou os empresários?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Então, é o seguinte: ele entrou em contato comigo e disse que os empresários queriam vir ao rancho e se eu poderia fazer uma feijoada para eles? Eu falei que faria essa feijoada para eles, a senhora entendeu?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele disse que eles estavam interessados na feijoada? Eles vinham para comer feijoada na cidade de Porto Ferreira, ou eles estavam ali também... Já estava combinado que as meninas iriam?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Estava combinado que iriam três maiores e acabou indo as menores também. Então, só para...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor passou as fotos para ele, a fim de serem passadas para os empresários?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Não houve foto nesse dia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas as fotos que o senhor já tinha?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Não existiu isso para eles. Não. Nada disso.

É o seguinte, o Sr. Carlinhos do Camarotti me procurou, disse que tinha esses empresários de Araras, quatro empresários que vieram. Um desses empresários era um irmão dele, certo? Ele tem uma...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é o nome do irmão dele?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele tem uma coisa de imóveis, que vende terrenos: imobiliária. Ele tem uma imobiliária em Araras e tem mais três. Mas eu não os conheço. Eu só o vi no dia, nesse dia, e depois não o vi. Não conheço. Se eu vê-lo aqui, se estiver aqui eu não o conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quais são as adolescentes? O senhor poderia dizer as iniciais dos nomes das adolescentes que foram nesse dia? Esses empresários praticaram sexo com as adolescentes?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não praticaram?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Com elas, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas eles praticaram sexo com quem?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Tiveram com, se não me engano, uma morena que fez sexo ao ar livre com dois empresários.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na frente das adolescentes?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não foi na frente. É o seguinte...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era comum existir sexo na frente das adolescentes, não é? Das adultas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era comum existir sexo na frente das adultas? Na frente das crianças?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu não vi, eu nunca vi assim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca viu?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu nunca vi na frente assim, eles com porta aberta. Assim eu nunca vi. Tinha, sim...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que o senhor sabe que as outras eram maiores?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Porque é o seguinte...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem demonstrado uma certa dificuldade para ver quem é menor, quem é maior. Uma hora o senhor diz: é maior; outra hora, o senhor diz: é menor. Como é que o senhor tem certeza de que as que praticaram sexo eram maiores?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Porque elas já são prostitutas há tempo. Por isso eu falo que são maiores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o que as adolescentes foram fazer ali?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Elas foram no churrasco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E foram levadas por quem?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Porque foi numa segunda-feira.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era comum ir na segunda-feira. Eram levadas por quem, nesse dia?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Foi comigo dessa vez.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi o senhor que levou nesse dia?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor levou em que carro?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Levei no meu carro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As quatro?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor foi buscá-las com que objetivo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Elas ligaram para mim: está tendo churrasco?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não brinque comigo. O senhor sabia o que elas iriam fazer ali.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Deixa eu explicar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu deixo o senhor explicar, mas o senhor não brinque. O senhor me diga realmente o que é, ou o senhor não está colaborando conosco aqui. O senhor foi buscar as meninas para elas verem o quê, um filme, na TV, da Disney? O senhor foi buscar as meninas por quê?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Então me deixa falar. Eu fui buscar. Elas ligaram para mim, eu fui buscá-las. Eu falei assim: Tem uns empresários de Araras aqui, há quatro empresários de Araras. Se vocês quiserem vir e estar presentes, nós estamos aqui fazendo uma feijoada. E elas foram até lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E elas foram para lá.

O Nelson forçava as relações sexuais com as meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Elas disseram para mim que o Nelson jogava sujo com elas. Elas que disseram para mim, não eu vi e nem presenciei nada que o Nelson fez.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. O senhor disse que o senhor não tem dinheiro, o senhor ganhava pouco. Os trabalhadores no Brasil têm os seus salários achatados e são homens e mulheres honrados. Então, isso não é uma motivação. Mas o senhor disse que não podia pagar essa churrascada. Quem pagava o churrasco?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Era rateado entre as pessoas que participavam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a nota fiscal?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – A nota fiscal era tirada depois que ele dava o dinheiro, e eu pagava. Quando eu ia ao açougue, não pagava na hora, eu pegava a nota.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pegava a nota do açougue, levava na festa...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É. Aí, no outro dia, eu pegava o dinheiro com eles depois da festa e, no outro dia, eu ia ao açougue e pagava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pagava com o dinheiro...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – E a bebida...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a nota saía em nome de quem?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não saía em nome de ninguém, saía nota sem nome.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas quem ficava com a cópia da nota?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Acabava de pagar e acertar e jogava fora. Não tem necessidade de se ficar com nota fiscal, não tem que apresentar para ninguém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não apresentava para ninguém?

Está bem, Sr. Presidente. Deixe-me ver se têm mais perguntas.

Agradeço a presença importante do nosso Vice-Presidente, também, do Senador Romeu Tuma. Penso que, em princípio, seriam essas as questões que teria, aqui, sem prejuízo de, depois, ao longo do depoimento, estarmos...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Doutora, só terminando sobre esse churrasco dos empresários, só para finalizar, que essa menina teve sexo com dois empresários, ao ar livre, tinha a casa, uma edícula na cozinha, e ela ficou atrás da edícula, e tinha a piscina do lado direito. E uma delas, sinceramente não recordo qual, mandava a menina ter relação com dois...

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Depois, eles vão conferir se ele está falando a verdade.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Pois não. Depois, elas estavam fazendo sexo com dois empresários. Foi isso que me disseram. Dá licença.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Senador Romeu Tuma, com a sua experiência importan-

tíssima aos nossos trabalhos, já solicitou, então, ao réu que ele faça o gráfico.

Agora, quero dizer o seguinte: o senhor confirmou que também agiu sexualmente com essas meninas, com as adolescentes. Então, me parece pouco provável que o senhor não tenha visto, não tenha participado disso tudo, eu perguntaria, até porque li todos os depoimentos e verifiquei, inclusive, que o senhor tinha o mapa completo desses sítios, desses vários sítios. Inclusive, aquele – o senhor poderia dizer o nome do sítio – onde há um buraco, uma brecha na parede, por onde as pessoas ficavam olhando, quando se promovia sexo com as adolescentes. O senhor sabe o nome desse sítio, não é? Como é o nome do sítio?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: esse que tem o buraco foi com os vereadores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi com os vereadores?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, foi com os vereadores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual o nome do sítio?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Doutor, o senhor sabe?

Ah, não pode falar.

É o seguinte: fica à beira do Rio Mogi-Guaçu, ao lado do Restaurante Paulinho do Coco, como foi dito aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirmou então. Concluindo, o senhor confirmou para nós, aqui, a presença dos funcionários da prefeitura, confirmou a presença dos vereadores, nome por nome, citou aqui os empresários de Araras; o senhor não se referiu a empresários de outras cidades, mas o senhor tem conhecimento de empresários de outras cidades?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor disse que não tem conhecimento. O senhor confirmou que fez a revelação, nessa loja chamada **Vado Fotos**, que é um adendo aqui, em Porto Ferreira, que, por duas vezes, o senhor mandou revelar fotos, que foi um total, segundo seu depoimento, de 18 fotos dessas meninas; o senhor confirmou a presença de funcionários da prefeitura de diversos lugares.

Considero que temos um depoimento aqui bastante claro que nos motiva, depois, aos procedimentos que deveremos tomar, em relação ao espaço público da própria Câmara Municipal, da Prefeitura, para atuarmos de forma mais direta nas investigações.

Por enquanto, é isso, Sr. Presidente. Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Gostaria de agradecer às indagações e à colaboração da Deputada Maria do Rosário, Relatora dessa CPMI e passo, imediatamente, a palavra à Deputada Laura Carneiro, para que possa também fazer suas indagações.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Srª Presidente, Sr. Vice-Presidente, Relatora, companheiros Deputados, senhoras e senhores, Sr. Mafra, eu, como disse a Deputada Maria do Rosário, estive em Porto Ferreira, ouvi o final do seu depoimento, e podemos constatar que, quando chegamos, o senhor estava em prantos. Quer dizer, quando chegamos, o senhor começou a chorar de uma maneira, quer dizer, se emocionou, chorou, recebeu a sua filha, enfim, assistimos a todas as cenas, mas talvez a cena mais dramática a que tenhamos assistido tenha sido os depoimentos das meninas. E, a partir dos depoimentos das meninas e do seu depoimento, logo depois de todos esses depoimentos, ouvimos alguns dos acusados, cinco deles, além de ter ouvido uma mototaxista, ouvimos alguns familiares e ouvimos também um jornalista, o que fez com que os Deputados e a Senadora que ali estavam pudessem ter uma visão geral do que se chamavam essas famosas festinhas.

O senhor, quando esteve no seu depoimento, passou a ser réu colaborador; significa dizer que o senhor não pode mentir, porque senão, além de deixar de ser réu colaborador, o senhor vai responder por falso testemunho não aqui apenas, mas também perante aquele juízo.

E comparando o depoimento do senhor – se o senhor puder olhar para mim e, não, para os seus advogados, eu preferiria – com o depoimento das meninas e com o depoimento dos acusados, há enormes contradições. Então, vou tentar fazer algumas perguntas para ver se o senhor tem ainda a oportunidade de consertar o seu depoimento.

Em primeiro lugar, já no seu depoimento de hoje, o senhor disse que o senhor apenas tudo começa com a iniciação dessas meninas através do Nelson. O Nelson está solto ou está preso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Está preso em Escalvado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Está preso. E o senhor então não encontrou com o Nelson?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nunca mais o vi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Nunca mais. Qual foi a última vez que o senhor encontrou com o Nelson?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Há um ou dois meses atrás, porque ele sofreu um acidente e está acidentado com o braço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Qual foi a última vez que o senhor viu qualquer uma das meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele com as meninas?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não, o senhor viu uma das meninas, qualquer das meninas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – No último churrasco.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Foi a última vez...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, foi na feira, foi na Feife.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Na Feipe?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Na Feife, na festa da cidade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Quando foi mesmo a festa?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Dia 29 de julho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Dia 29 de julho. No dia 29 de julho, já havia depoimentos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não havia estourada a história?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nada, nada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) O senhor não viu – vou-lhe perguntar novamente –: o senhor não teve contato com nenhuma dessas meninas depois do dia 29 de julho?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Creio que não. Não estive.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não teve.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não estive com elas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Quero-lhe avisar que uma das meninas disse exatamente o contrário. No dia do depoimento dessa menina – e não lhe vou dizer qual é a menina, o seu advogado devia-lhe ter preparado –, ela lhe encontrou, e o senhor teria dito a ela que teria queimado o real cardápio de crianças que o senhor tinha preparado com as fotografias. O senhor disse. Isso é verdade ou é mentira?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É mentira.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – É mentira. Só quero registrar que é uma das... Vamos encontrar outras. Vamos continuar. Já que a gente acabou começando pelo...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Senhora, um minutinho só. Tive em contato com a "T"...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Ah, o senhor teve contato com a "T"; estamos lembrando, então.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Deixe-me explicar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Com a "T" mais nova ou a "T" mais velha; são duas "T". Com a irmã mais velha ou com a mais nova?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É a de maior corpo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – A mais magra ou a mais gorda?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – A mais gorda. Ela esteve com a mãe na La Fornalha, na pizzaria, que não está no meu depoimento isto aí, que a senhora está falando, e eu estou tentando lembrar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Então, vamos tentar lembrar.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ela esteve com a mãe e pegou as fotos que eram da "J", pegou as fotos dela. Ela disse: "O senhor pode me entregar?" Estavam ela e a mãe dela que era quem falava para levar elas. Então, é o seguinte: esteve lá e pegou as fotos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – A mãe também se chama "J", é isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não sabe o nome da mãe. Essa mãe que também levava elas? O que quer dizer isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – A mãe é mulher de programa. Ela faz programa na avenida. E num dos dias eu vi a mãe e a filha na rodoviária.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Eu já sei quem é a mãe. Eu quero voltar para esse dia que o senhor está se lembrando agora, depois de 29 de julho.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ela esteve na La Fornalha, pegou as fotos que tinha da "J", não das duas irmãs, as das duas irmãs eu entreguei depois. Assim, logo que ficaram prontas as fotos eu encontrei com ela na rua e: "Oh, a foto está comigo, está no carro."

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Que dia o senhor queimou o catálogo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Depois que fui informado que estourou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Que dia foi isso, mais ou menos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não me lembro. Eu fugi numa terça-feira, deve ter sido uma terça-feira.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O senhor tem certeza de que o senhor não queimou na noite de domingo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Acho que foi numa terça-feira.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Se o senhor se lembrar do que fez durante o dia o senhor vai-se lembrar se era domingo ou não.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu não me lembro se foi domingo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Já vamos mudar um pouquinho o seu depoimento. Então não foi só no dia 29 de julho. Depois disso o senhor teve contato, no dia do depoimento de uma das meninas, de nome "T".

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – E também nesse dia em que ela pegou a foto não tinha estourado nada, porque as fotos ainda estavam comigo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Eu não perguntei isso. Quero saber se o senhor avisou alguma menina que o senhor tinha queimado as fotos.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Avisei a essa que pegou as fotos comigo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Então o senhor lembrou, que bom. Vamos continuar então para ver se o senhor lembra de mais coisas.

O senhor disse à Deputada Maria do Rosário, e depois vamos voltar às fotografias, que o senhor é um cozinheiro da Fornalha, ganha R$350 por mês...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – R$380.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Dá não sei quanto de pensão, segundo o seu depoimento, enfim, que o senhor, em outras palavras, foi usado. O senhor acha que o senhor foi usado por essas pessoas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Em parte, sim, e em parte, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O que quer dizer parte sim e parte não?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Partes que fui usado quando fui contratado para ir fazer, e eles levaram as meninas, e as meninas foram de mototáxi. Partes que sou culpado são as que eu fiz o churrasco e levei as meninas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Então o senhor acha que o senhor só é culpado a metade.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – De três deles, de três churrascos que fiz que levei as meninas, esse eu tenho certeza.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Eu costumo anotar os depoimentos. O senhor começou o depoimento, a Deputada Maria do Rosário pode confirmar, dizendo assim: "Só participei uma vez, numa segunda-feira."

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, desculpa. Eu falei uma com os vereadores.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Ah, com os vereadores. Então, vamos lá. O senhor ao todo participou de três churrascos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Participei de mais churrascos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – De quantos churrascos o senhor participou?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu participei de uns, por exemplo, 15 churrascos mais ou menos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Vamos dizer o seguinte: o senhor participava de churrasco toda segunda-feira há um ano e meio?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. É o seguinte: eu participei de uns 15 churrascos de segunda-feira, mas com as meninas, acredito que elas participaram entre 6 e 8 churrascos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Mas explica para mim uma coisa. Por que elas participaram de 6 ou 8, e não dos 15, se era um belo negócio para todo mundo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Deixa eu explicar. Antes estava sendo feito com as meninas maiores de idade, com as meninas que faziam programa. Depois que...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não chame de meninas; estava sendo feito com as maiores.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Depois que chegou essas duas meninas é que iniciou, mas, antes disso, já tinha vários churrascos...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Por acaso uma dessas meninas que senhor diz que teriam começado... O senhor diz que tudo começou quando o Nelson apareceu com duas meninas, não é isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Contradição sua, ou não, quero que o senhor ajude a entender, uma dessas duas meninas conversou diretamente comigo e com o Deputado João. E essa menina foi absolutamente clara: ela disse que ela começou a participar exatamente porque suas amigas participavam, e ela não tinha dinheiro nem para tomar sorvete,

e suas amigas tinham. E que só por isso ela participou. O senhor acha que ela mentiu?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Creio que não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Se o senhor crê que ela não mentiu, tem alguma coisa errada, porque o senhor diz que o senhor Nelson levou no primeiro churrasco as meninas. Portanto, estou lhe dizendo – não interessa saber qual das duas, mas uma das duas esteve comigo e com o Deputado João – que uma foi claríssima, porque perguntei diretamente. E ela explicou que só passou a freqüentar depois que as amigas já estavam freqüentando, o que quer dizer que não foi a primeira vez a do Nelson.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo. Então, eu disse: quando iniciou com o Nelson, aí houve várias segundas-feiras...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Eu vou voltar a perguntar.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não estou entendendo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O senhor disse que começou tudo com o Nelson com as adolescentes de nome "T" e "J". Estou lhe dizendo que recebi da "T" ou da "J" – não vou dizer qual das duas – o seguinte depoimento: "que ela só passou a participar depois que outras amigas já estavam participando." Ela está mentindo?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – E o senhor está falando a verdade?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ela está mentindo, pelo seguinte, porque nesse dia as duas falaram pra mim que estavam jogando bola no São Manoel e que o Nelson pegou elas andando e levou-as para lá. Elas estavam jogando bola. Inclusive, nessa chácara que tem o campo ainda falei pra ela: "Qualquer dia você tem que vir jogar bola. Eu trago uma bola, e vocês jogam aqui pra eu ver. Nunca vi vocês jogando bola."

Ela está mentindo, porque o primeiro contato que tive com ela foi nesse dia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O primeiro contato que o senhor teve com ela foi nesse dia? Todas as meninas que ouvi – e não posso dizer, e os outros Deputados vão falar das outras meninas – foram unânimes, ouvi três meninas, em dizer que era o senhor quem levava, buscava na porta da escola e depois o senhor usava-as. Todas tiveram relações sexuais com o senhor O senhor desmente isso? Estavam as três mentindo ou o senhor que está falando a verdade?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Desminto. Não tive relação com todas elas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Estou falando das menores "G", "J" e "A"?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Tive com as três.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Melhorou. Vamos continuar. As três meninas disseram a mesma coisa, acho que as nove meninas disseram a mesma coisa. O senhor tinha um grande método de trabalho. O senhor as pegava na porta de uma escola de nome...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada, eu gostaria de apelar a V. Exª que não citasse o nome da escola, porque tem muitas alunas ali, e o acusado sabe, porque há crianças ali estudando.

Obrigada, Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Uma escola estadual ou municipal. Essa questão da escola é absolutamente, por mais que V. Exª possa imaginar, é muito importante.

(Fora do microfone)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não, ao contrário, não é por isso, não é por isso. A escola que tem como nome "D", primeiro nome da escola, o senhor já sabe de que escola estou falando? Já sabe?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – A escola, eu sei, que a senhora está falando, mas eu não pegava as meninas em frente à escola, eu pegava...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Todas as meninas estudavam lá.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, mas eu pegava duas quadras abaixo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Ah, então, o senhor pegava as meninas duas quadras abaixo da escola, não era nem em frente, né?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Eram duas quadras abaixo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Explique-me só uma coisa: porque o senhor no seu depoimento de colaborador, disse o seguinte: o senhor disse, então, que pegava as meninas duas quadras abaixo da escola "D", de dado. O senhor diz aqui no seu depoimento: "Todas as garotas estudavam no período da tarde" – quando o senhor vai mentir, o senhor é inteligente, o senhor diz assim: "Acredito que todas as meninas estudavam na escola em que o Luiz Borceda é o diretor."

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, é o seguinte...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Só um minutinho. Estou lendo o seu depoimento, não fui eu

que falei isso, não; nem fui eu que assinei, foi o senhor. Vou continuar o seu depoimento: "Todas as meninas estudavam na escola em que o Luiz Borceda é o diretor ou a mulher. Quero lhe dizer que a escola da qual o Vereador Luiz Borceda é o diretor não é a mesma escola..."

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É a Pedrina.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não, eu não quero... Não é a mesma escola, não vou falar o nome de escola aqui a pedido da Relatora, não é a mesma escola onde as meninas estudavam. Portanto, o senhor mentiu no seu depoimento, ou não mentiu?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, é o seguinte: é que eles estavam falando, como foi feito aqui, estavam falando do Vereador e, ao mesmo tempo depois, foi passado para essa escola. A esposa do Vereador e o Vereador é na Vila Cibila.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O senhor está refazendo o depoimento que o senhor deu em juízo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Na verdade, é muito importante para nós.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu sei, eu sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – A escola onde eram... Na verdade, o senhor não pegava mais na frente da escola, mas, sim, a duas quadras...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – ...da escola, e não era essa escola.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – A escola cujo primeiro nome é "D".

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Está certo. Estamos melhorando. No final, o senhor vai consertar o depoimento todo. Vamos continuar, para ver se conseguimos ter um sentido.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Pois não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – As três meninas que conversaram comigo, as três, disseram que o senhor manteve relações sexuais com elas. E fui muito claro, até porque eu e o Deputado João estabelecemos uma certa relação com as meninas, e perguntei se o senhor teria mantido sexo anal com elas. O senhor manteve sexo anal com alguma das meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Pois quero dizer que duas delas afirmaram textualmente que o senhor manteve, inclusive, de forma a forçá-las a manter sexo anal. O senhor desmente as meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Desminto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O senhor desmente as meninas. Essas mesmas meninas disseram que o senhor, no meio da relação sexual, em algumas vezes, e, aí, uma delas, especialmente – não vou dizer qual – mas uma delas especialmente, que talvez era a que menos mantinha sexo entre os empresários e políticos, disse claramente que o senhor, no momento da relação sexual com ela, ela pediu para o senhor parar, porque ela estava se sentindo machucada, e o senhor continuou. Quero saber se isso é verdade ou o senhor também desmente a menina?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não tenho recordação de ela ter mandado parar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Nenhuma delas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não lembro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Nem dizer que estava machucando?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não.

Vamos continuar. O senhor disse aqui no seu depoimento... Bom, já passamos para 16 churrascos, começamos em um, já estamos em 16, evoluímos em 15, até o final do depoimento, quem sabe, chegaremos a toda segunda-feira em um ano e meio.

Vamos agora perguntar para o senhor... O senhor disse o seguinte: que elas iam de mototáxi; antes o senhor disse que elas iam, o senhor disse para a Deputada Maria do Rosário que elas iam de mototáxi. Para mim, o senhor já disse que o senhor usava o seu carro para levá-las. O senhor buscava elas a duas quadras da escola. Quem buscava era o senhor, no seu carro – não há de ser no mototáxi, que não dá um monte de criança –, ou seja, era o senhor mais um mototáxi numa moto. Certo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Está certo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Então, o senhor buscava no seu carro? Melhoramos, então.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu buscava no meu carro quando era para pegar as que eu peguei. E quando eu estava já, no rancho, fazendo o almoço, eu não poderia mais ir buscar elas. Eu já estava em andamento com o almoço. Nesse andamento com o almoço, existia o telefonema. Aí eu falava: "Olha, eu não posso sair, porque eu estou com a comida ao

fogo, vai queimar. Se vocês vierem aqui, de mototáxi, eu pago aqui para vocês.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Elas disseram isso: que eventualmente o senhor não ia buscá-las, porque estava no meio do almoço, e elas saiam, às vezes, ficam um pouco na aula. O senhor não está falando mentira nisso, não.

Aliás, o senhor fala uma coisa que elas também confirmaram. Eu quero lhe mostrar como o depoimento delas bate, como os detalhes que parecem bobos, mas que não são. O senhor foi perguntado pela Deputada quais eram as bebidas utilizadas. E elas, efetivamente, disseram que nunca usaram, nunca viram whisky, mas que elas tinham visto vinho, Coca-Cola, refrigerantes em geral, e cerveja. O que significa dizer que elas efetivamente não tinham por que mentir para os Deputados. Foi uma coisa muito fechada, com muito cuidado, preparadas para que elas pudessem falar.

E aí, eu lhe faço uma pergunta: há alguma... Qual é o nome dos bairros que tem alguma coisa a ver com Santa? É Santa Rita? Não sei se é Santa Mônica. Há Santa Maria? Há algum bairro desses lá?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Tem, Santa Maria.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Santa Maria?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Vila Maria, não é? Vila Santa Maria.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Vila Santa Maria.

Nessa Vila Santa Maria, como é que é? É uma favela?...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – É uma comunidade?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, ela é seqüência do Jardim Primavera, da Vila Daniel, que onde fica o campo do Palmeirinha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – E, lá, tem boca-de-fumo? Alguma coisa assim?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu não conheço. Eu não conheço esses locais de boca-de-fumo, porque eu não participo disto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Eu não lhe perguntei se o senhor participa disso. Eu estou lhe perguntando se o senhor sabe se, nessa Vila, Santa Maria, existe boca-de-fumo. O senhor é homem da cidade. Deixe-me terminar a minha frase, por favor, eu que estou lhe perguntando. O senhor foi candidato a Vereador. O senhor foi da Prefeitura. O senhor fazia o Papel Noel da cidade, ou Papa-Noel – Deus me perdoe. O senhor fazia o Papai-Noel da cidade. O senhor sabe me dizer... Não sabe me dizer que uma cidade daquele tamanhozinho, se existia boca-de-fumo ou não na Vila Santa Maria?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: no dia em que a menina foi buscar o dinheiro para pegar esse remédio, aí, no outro dia – que não foi para isso; porque eu deixar ela no Palmeirinha, na Vila Santa Maria –, a "T" chegou em mim e falou, assim, para mim: "Mafra, não dá mais dinheiro para minha irmã". Eu disse: "Por quê? Ela disse: O senhor deu R$20 para ela, ontem. Falei: "Dei para comprar remédio para sua mãe." Ela falou: "Não, não foi para isso, foi para comprar droga". Até aí eu não sabia que era para comprar droga.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Eu não estou lhe perguntando de nenhuma das duas "T". Eu estou lhe perguntando se o senhor sabe se existe boca-de-fumo na Vila Santa Maria.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Através desse depoimento, tem, porque se deixei ela no Palmeirinha...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Ah, através esse depoimento.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – ... e, aí, a irmã dela, no outro dia, disse para mim que não foi para comprar remédio, foi para comprar droga, é sinal que ela...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – E se eu lhe dissesse que, segundo os depoimentos que nós ouvimos, o senhor levava – Deputada Telma, V.Exª tem de prestar atenção, porque a atitude é absolutamente covarde. Pelo depoimento das meninas, o senhor pegava, iam ou estavam no churrasco, o senhor mantinha relação sexual com as meninas, as pagava, com esse dinheiro as levava no seu próprio carro à boca-de-fumo da Vila Santa Maria; elas, com aquele dinheiro, fruto da relação sexual, do aliciamento sexual, elas compravam elas próprias a droga, desciam do carro, iam lá e elas compravam. Porque ele não descia. Mandava elas descerem para comprar a droga, em especial, o craque, talvez por ser o mais barato. Dizia a elas que aquele dinheiro era para elas fazerem isso. E depois elas voltavam para o churrasco, provavelmente, nesse momento, eram muito mais utilizadas depois da utilização do craque, e aí, com certeza também, sem nenhum tipo de paga.

É verdade isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É mentira.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – É mentira?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nunca aconteceu isso, comigo não; pode ser com outras pessoas, comigo, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não, não, estou falando do senhor mesmo, não estou falando de outro.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, comigo não, é mentira.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – É mentira das meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É mentira delas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Das três meninas que eu ouvi e mais das outras meninas que foram ouvidas por outros Deputados?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Disso aí, de craque, de droga, é mentira, muita.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – É mentira?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É mentira.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Então, não tinha craque nas festas? Não tinha coca nas festas? Nem maconha?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Das que eu participei não, nunca teve. Nunca!

O SR. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O senhor acha que uma menor é capaz de dizer que ela própria usa ou usava até antes de ser aliciada, enfim, para essa atividade criminosa? Ela é capaz de dizer que usava antes, por que ela iria mentir sobre como comprava, se ela estava nos dizendo que usava antes? O senhor acha que eu devo acreditar nela ou no senhor?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei. Da minha parte, ...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Estou perguntando o que o senhor acha, se eu estivesse sentada aí, e o senhor aqui?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nessa suposição, sim, como a senhora está dizendo. Mas, comigo, nunca houve.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não, eu não suponho nada, tudo o que eu falo ou eu ouvi ou li.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Exato, o que a senhora disse é lógico: se eu estivesse sentado aí, e a senhora aqui, eu estaria acreditando nelas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O senhor acha, então, que eu devo acreditar nelas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, não acho. Acho que a senhora deve apurar a verdade ou a mentira. O que ela falou e o que eu falei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Mas por que o senhor acha que todas elas falaram mais ou menos a mesma coisa, por que elas teriam falado tanto do senhor?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Talvez porque eu tenha tido mais contato com elas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Ah! Então, o senhor foi o que mais teve contato, inclusive físico, não é?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nem todas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Pelo menos, nem todas. Vou lhe dar as letras.

O senhor manteve contato sexual ou ato libidinoso com "L"?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – "L"? Sinceramente, conheço por nome a "J", a "T", a "A", a "D" e a "E". Essas eu conheço de nome. As outras não conheço por nome. Nem essas outras irmãs que estão envolvendo o Luiz Borceda não as conheço por nome.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Ora, mas as outras irmãs é o Luiz Borceda ou o ...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, o Lanzoni, desculpe-me. Desculpe-me, é o Lanzoni.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Ah! é o Lanzoni, não é? "MK" e "MF"?

O senhor não sabe, mas sabemos, porque ouvimos as meninas.

Vamos continuar no seu depoimento aqui.

O senhor disse que lá não tinha nem cocaína, nem maconha, nem craque no churrasco? É isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nesse churrasco com as meninas nunca houve. Eu não me recordo de nunca ter visto.

Disse, no meu depoimento, que, no churrasco da prefeitura, as pessoas que usam cocaína, que eu saiba, da cidade, que já tiveram problemas na Justiça, são o Betão, o Beliscão e o Ivo Capioglio. Foi isso que eu disse.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não, isso é fácil, o senhor não precisaria nem ter dito. A juíza sabia que houve problemas na cidade com essas pessoas.

Mas a minha pergunta não é essa. Quero saber se o senhor conhece, se o senhor já viu cocaína assim?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, nunca vi. Na mão, não, nunca vi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não, na mão não. O senhor nunca viu de longe?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, eu vi na televisão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Só na televisão? E nos churrascos, não é? Não?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, nunca vi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – "E nas festas organizadas pelo Betão também participava o Ivo Beliscão, tendo conhecimento de que o Betão e o Beliscão são usuários de cocaína." O senhor só tem conhecimento, nunca viu? Não sabe dizer?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, não sei dizer. Sei que eles já tiveram problemas na cidade, o que as pessoas comentavam é o que eu sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Então, vou ler alguns depoimentos rapidinhos para o senhor, não vou lhe dizer de quem:

"Mafra levava as garotas para os locais, onde podia adquirir entorpecentes, se essas desejassem."

Enfim, vários depoimentos das meninas têm quase que o mesmo sentido. O senhor nunca viu droga?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O senhor sabe que nos churrascos da prefeitura tinha droga?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, é o seguinte. Eu disse lá no Fórum que as pessoas que participaram...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Esqueça o que disse no Fórum. Eu estou lhe perguntando o seguinte, a pergunta é simples: é sim ou não.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O senhor saber informar se nos tais churrascos da prefeitura eram utilizadas drogas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não? Não eram utilizadas ou eram?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu não participei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O senhor não participou de nenhuma?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu participei só desse que houve na campanha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Como é que você sabia que aconteciam os churrascos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Dos outros?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – É.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Porque eles falavam: ontem houve churrasco. O zelador falava: teve churrasco. O Paulo falava: ontem eu fui a um churrasco com o pessoal da prefeitura. Eu tinha contado com eles.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Explique-me uma coisa. Por que o senhor só era convidado para ser churrasqueiro de alguns churrascos e de outros não? O senhor era um bom churrasqueiro! O senhor, além do churrasco, levava criança!

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Porque eu trabalhava, eu não tinha tempo. Eu só fazia dia de segunda-feira, que era o meu domingo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O senhor só fazia nas segundas-feiras? Nos outros dias o senhor fazia o quê? Fornecia as crianças só?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não fazia nada?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Só sabia o que acontecia? Quem é que fazia o churrasco para eles nos outros dias?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei dizer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não sabe?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Quem fazia? Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Mas o senhor sabe de todo mundo que ia ao churrasco! O senhor sabe tudo dos churrascos e agora quer me convencer que o senhor não fazia o churrasco! Tem muitos churrasqueiros na cidade?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu não sei quem fazia, porque eu não participava. Como eu ia saber quem fazia o churrasco? Eu não participava do churrasco deles.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Da mesma maneira que o senhor sabe quem estava nos churrascos.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu sabia quem estava nesses que eu fui, senhora. Nesses que eu fui, eu sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO **(PFL-RJ) – Só nesses?**

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nesses que eu fui, eu sei. Nos outros, eu não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Como o senhor está me dizendo que tinha churrasco sempre? Aqui em seu depoimento está claro. Disse que tinha em qualquer dia da semana. Está aqui. Vou ler a frase, está marcada:

"Na realidade, praticamente todos os dias – vou repetir – praticamente todos os dias da semana era realizada uma festa dessa natureza."

Então, é porque o senhor sabia, o senhor tinha informação do que acontecia. Pode até não ter estado lá, mas sabia que acontecia. Para a gente saber que uma coisa acontece, a gente tem que saber que acontecia. Tinha festinha, onde? Quem comandava essas festinhas, além dos vereadores?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Quem comandava eu não sei. Às vezes quando não era da prefeitura, era entre eles, da prefeitura, passavam uma lista...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Só o pessoal da prefeitura que ia?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, houve churrasco da prefeitura. Houve churrasco dos vereadores. Eu fiz um churrasco para os vereadores. Não, eu fiz uma peixada na casa do Luiz Borceda para os vereadores da Situação. Eu, na casa do Luiz Borceda.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Com as famílias?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, somente os vereadores.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Esses não me interessa. Esse eu não quero saber. Eu quero usar a sua expressão: praticamente, todos os dias é realizada uma festa dessa natureza. Portanto, é a da orgia que estamos falando.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – A da orgia é o seguinte: os vereadores que faziam nos outros dias, sem ser na segunda-feira que eu participava, as meninas que comentavam comigo – você entendeu? –, elas é que comentavam. A Genilsa falou assim: "Ontem eu fiz **streap** com os vereadores." É maior de idade. Eu fiz **streap** com os vereadores.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Vou aproveitar o **streap** da Genilsa. Era só a Genilsa ou a Vânia, ou a Vivian, também fazia?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – A Vivian eu não recordo. Para mim, ela não falou se fazia. Se ela fazia também eu não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O senhor nunca viu? Nem nos seus churrascos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – No meu, não. Ela esteve no meu várias vezes, mas não fez.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Nos seus churrascos ela fazia **streap** ?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, não fez.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Mas a Genilsa fazia **streap**?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não fez.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Mas faziam sexo na frente das meninas para ensinar como é que fazia? Não faziam?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Com é que era? Como era a história das piscinas? Conta para a gente.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Deixe-me explicar. Quando as meninas viram o sexo foi nesse buraco junto com o Luiz Borceda. O Luiz Borceda estava fazendo sexo anal com a Vivian. Eu estava cozinhando na cozinha, e tinha a churrasqueira ao lado. Como tinha carne, eu coloquei na parte de cima para não queimar, quando eu estava na cozinha. Quando eu estava na churrasqueira, eu abaixava a carne para fazer mais rápido. Nessa passagem que eu fiz, as meninas estavam olhando no buraquinho da janela o Luiz Borceda fazendo sexo oral com a Vivian.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Oral ou anal?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Anal.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Mas o Luiz Borceda...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Boca.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Então é sexo oral.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Oral. Boca.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – A Vânia, ou Vivian, como vocês chamam, era amante do Papagaio?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Era.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – E ela também mantinha relações com o Borceda?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nesse mesmo dia. Se o Papagaio chegasse 45 minutos antes, pegaria a sua amigada fazendo sexo com o Luiz Borceda.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – E o Papagaio sabia disso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não sabe. E como é que era a história da piscina, todo mundo lá...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Era o seguinte: no primeiro churrasco que as meninas tiveram, que foi lá no Minguito, onde havia uma piscina e, se não me engano, não sei o nome da menina, ela não tinha roupa de banho e nadou de calcinha e sutiã.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Nenhuma nadou de roupa?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – De roupa... Deve ter nadado de roupa, porque teve que esperar bastante tempo para que a roupa secasse e pudesse ir para casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Mas quem nadava nu?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Homem ou mulher?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Homem.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não me lembro de ter visto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não lembra? Nunca viu? Vamos puxar pela memória.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ao pular na água, pode ter saído o short, e ele puxado. Mas ter nadado, tirado a roupa, ficado completamente nu, só nadando nu, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não tinha. É diferente do depoimento das meninas e das testemunhas, mas, enfim, como, para mim, o senhor está mentindo em um monte de coisas...

Vamos agora conversar sobre as fotos, porque creio que os Deputados também têm muitas perguntas, com certeza. Depois, se necessário, a gente volta. O senhor começou dizendo que não tinha fotografado, só tinha fotografado a "T" e acabamos chegando à conclusão de que o senhor fotografou a "J", a "T", e o senhor não se lembra da outra, mas é a "G"... O senhor pode falar.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Mas era com roupa. No sentido que tinha perguntado... Pensei que estivesse perguntando sem roupa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Sem roupa, o senhor fotografou quantas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Só a "T", a "TA".

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Tudo bem, as duas são "TA", mas a gente sabe quem é. O senhor só fotografou uma?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Só.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O Senhor declara diferente aqui, no seu depoimento.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Quem fotografou as duas irmãs foi a "TA".

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Ah, elas se fotografaram nuas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Recebemos umas fotos e as trouxemos, que foram entregues pelo senhor, aquelas fotos que eu disse lá na frente, dessas duas irmãs, acabaram nas nossas mãos, e elas não estavam vestidas, estavam nuas. Portanto, o senhor está mentindo novamente.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não estou. Quem tirou essas fotos foi a "TA".

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Com que máquina?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Com a minha máquina.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Como é que ela descobriu que o senhor tinha essa máquina?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Porque ela me viu tirando fotos no primeiro churrasco.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O senhor costumava levar a máquina em todos os churrascos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Foi tudo no mesmo churrasco?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Então, vocês combinaram o dia de tirar a foto?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ela pediu se eu poderia tirar fotos, se eu emprestava a máquina para ela, e eu disse que se ela comprasse o filme tudo bem. Ela comprou o filme, e eu emprestei a máquina.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Mas não foi isso que o senhor disse agora há pouco para a Deputada Maria do Rosário.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Porque houve dois dias, senhora. A senhora poderia me informar a qual dia a senhora está se referindo?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Não, o senhor vai me informar. Para o senhor melhorar o seu depoimento, conte de novo sobre os dois dias, mas, por favor, não minta, porque o seu depoimento não bate com o depoimento das meninas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Mas não estou mentindo, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Está bem, continue.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – A senhora quer que eu fale na primeira?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Na primeira, eu já sei, duas meninas; na segunda, as três. Não foi isso que o senhor falou?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – E, na segunda, as três se fotografaram. Estou-lhe perguntando quando elas pegaram a máquina.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nesse último.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – No último. O senhor levou a máquina?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Levei a máquina.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – A pedido delas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – A pedido delas, das duas irmãs. Elas compraram o filme, não fui eu.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – As duas irmãs?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – As duas irmãs.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Mas o senhor disse para a Drª Maria do Rosário que, na primeira vez em que o senhor fotografou, foram as duas irmãs; na segunda vez – anotei aqui suas palavras –, a "J", a "T" e outra de que V. Sª não se lembra. Eu me lembro, é a "G".

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – A "J", a "T".

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – A "J", a "T" – foi o que V. Sª falou – e uma terceira menina, que sei que foi a G. V. Sª não lembra, mas eu me lembro.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Em que foi tirada a foto?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Da segunda vez.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, eu tirei da "T"... Da segunda vez, eu tirei da "T", da "J", com roupa, e de outra menina que eu vi na televisão, mas estava junto com a "J", ao mesmo tempo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – É a G?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ao mesmo tempo foi tirado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Sim, mas o que estou dizendo é que não há como não ter sido o senhor o autor das fotografias, já que o senhor levava a máquina na hora em que queria. O senhor disse para mim que não a levava nos churrascos, então quero saber onde tirou as fotos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, foi o pedido dessas duas irmãs.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O senhor deu a elas a máquina?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Elas compraram o filme?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, elas compraram o filme e me deram; eu o coloquei na máquina e entreguei a elas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O senhor acha mesmo que uma menina que não tem dinheiro para tomar um sorvete na esquina – foi o que ouvimos delas – e eventualmente permite ou é aliciada a utilizar seu corpo em troca de um sapato, como o senhor disse aqui, tem dinheiro para comprar filme e tirar fotos nua para servir de catálogo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: essa menina do sapato não é nenhuma dessas aí.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Mas todas elas estão na mesma situação financeira. Ou o senhor não sabe? O senhor não sabe que usava as meninas mais pobres da cidade para aliciar e levar aos churrascos? Ou melhor, para as festinhas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu sabia de duas; que duas faziam sexo há mais tempo, antes de ir comigo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Faziam sexo duas delas, com seus namorados, o que é absolutamente diferente de fazer sexo pago por maiores, da forma libidinosa como era feito.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Essas duas meninas que faziam sexo, antes de estarem comigo, já faziam por necessidade, recebendo; elas mesmas contaram para mim. Elas faziam para poderem alimentar-se.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Pois não foi o que ouvimos das meninas.

Há duas contradições aqui. O senhor disse em seu depoimento: "Nelson forçava para manter relações sexuais com as meninas; jogava sujo mesmo."

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eram elas mesmas que me diziam.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Só um minutinho; não terminei a pergunta. Então, o senhor acha que é jogar sujo mesmo, quer dizer, é um horror forçar alguém a manter relações sexuais. Concorda? Foi o que o senhor disse.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Concordo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Então, o senhor há de concordar comigo que fazer assim na boca das crianças, para que lhe beijassem a boca também era jogo sujo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu nunca fiz isso a elas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Então, elas estão mentindo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Creio que sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O senhor já notou que, quando tudo é contra V. Sª, elas estão mentindo e, quando tudo é contra os outros, estão falando a verdade?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, eu concordei em relação às fotos que tirei e ao sexo que fiz.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Das fotos com elas vestidas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Então, não, não; a "T", não. A "T" estava nua.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Quanto à "T" não há jeito, porque a foto está nos autos, não dá nem para dizer que não estava. Mas as outras vão para os autos, porque já estão com a CPI.

O senhor disse que o Vereador Borceda manteve relações sexuais com as meninas, com a Vânia. Ele alegou, no depoimento, que ele não tem condições de manter relações sexuais... Ele pode até praticar ato libidinoso, mas ele não tem condições físicas de manter atos sexuais. O senhor pode me explicar como é essa mágica?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei dizer. Ele está mentindo, porque, nesse mesmo dia que as meninas viram, eu também vi. Eu olhei pelo buraquinho e vi a Vânia fazendo sexo oral com ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Quando estava depondo em juízo – estávamos todos os Deputados ao lado –, o senhor disse uma frase, e eu disse que o senhor tinha um olho biônico. Agora o seu olho já melhorou, porque, no depoimento na frente da juíza – lembro-me como se fosse agora –, o senhor disse o seguinte: "que o senhor, da churrasqueira, viu as meninas olhando no buraco, que estavam fazendo sexo em outra sala". Ele tinha um olhar que nem super-homem tinha. Ele tinha olhar de raio x, porque ele viu sexo atrás do buraco, viu as meninas olhando no buraco e ainda estava fazendo churrasco. Quer dizer, um olho biônico. Isso foi o depoimento lá. Agora, o senhor já está melhorando. O senhor estava bem pertinho do buraco agora.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nesse dia eu estava na cozinha, e, na passagem, quando eu fui para a churrasqueira, as meninas estavam olhando. E eu disse: deixe-me dar uma olhada. Aí eu vi, e era o Borceda fazendo sexo oral com a Vivian.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Aqui o senhor não disse isso não. Vou ler para o senhor o depoimento em juízo: "Luiz Gonzaga Mantovani, o Borceda, manteve relações sexuais. Depois, tem conhecimento de que Luiz Borceda participa de outras festas em outros dias, também freqüentadas por menores, e que mantém relações sexuais com elas".

Já lhe disse: relações sexuais é uma outra coisa. Relação sexual é introdução do pênis na vagina.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sobre os vereadores, desses que a senhora estava falando, as meninas que falaram para mim que teve outras vezes, mas não participei nem sei se realmente isso aconteceu. Foi o depoimento delas, que contaram para mim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Para completar, já que o senhor não sabe de nada mesmo, o senhor disse aqui, no seu depoimento, que o Vereador Lanzoni prometeu pagar as meninas dando passaporte da Feife. É isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, foram as duas irmãs que falaram para mim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – As duas irmãs disseram que foi o Vereador Lanzoni?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É, as duas irmãs pediram o passaporte para o Lanzoni.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Eu só queria registrar, Srª Presidente e nobres Pares, que consta da denúncia do Ministério Público que o oferecimento de passaporte não foi feito pelo Vereador Lanzoni, mas, sim, pelo Vereador Borceda – portanto, por outra pessoa.

Srª Presidente, até em respeito aos meus companheiros, vou parar neste momento por aqui, dizendo que, sinceramente, sugeriria a V. Exª que talvez, depois de todas perguntas, o Sr. Mafra não fala completamente a verdade. Ele fala a verdade no que lhe interessa falar a verdade e confunde, absolutamente, todos os depoimentos dados. Portanto, pode confundir todo o processo judicial.

Eu não sei se o Sr. Mafra é um réu colaborador ou se ele, efetivamente, quer confundir o processo que pode impedir a prisão dessas pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Laura Carneiro. Isso será registrado.

Passo a palavra ao Deputado João Magno.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Também integrei o grupo que interrogou as meninas. Eu estava junto com a Deputada Laura. De modo que, com a maior parte das perguntas feitas ao Sr. Mafra, já me sinto contemplado, tendo em vista o tempo que ficamos. Ouvimos parte também do interrogatório feito pela juíza ao Sr. Mafra. Mas tenho algumas perguntas a fazer, em razão de algumas questões que não ficaram esclarecidas na sua resposta, Sr. Mafra, nas suas respostas. Talvez o senhor possa, de forma tranqüila, responder, até mesmo para usufruir dos direitos do art. 9807, se é que o senhor quer realmente ser colaborador desta CPI. O senhor chorou, em dado momento do interrogatório feito no fórum, dizendo que iria contar a verdade e que mesmo que fosse morto era para esta Câmara dos Deputados e este Senado Federal garantirem para o senhor uma segurança mais forte. Mesmo se fosse morto, o senhor ia falar a verdade, porque havia muitas outras pessoas que não eram inocentes. Em outras palavras, o senhor disse dessa maneira. Parece que é a carga mais pesada. É o que percebemos.

Portanto, quero que o senhor colabore com esta instituição, com essa CPMI. Quem sabe, nessas minhas perguntas, o senhor possa inclusive refazer, ter

uma compreensão mais clara para responder para nós, o que não foi, no meu modo de ver, respondido com clareza para a Deputada Laura.

O senhor pode aguardar que venho proceder às perguntas.

O senhor tem uma filha de quantos anos mesmo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Quatorze.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Ela tem algum filho?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Minha filha? Não.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Não tem nenhum filho?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Minha filha, não.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – O senhor disse que, depois, nesse rateio que havia, o senhor não participava, não pagava. É verdade?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nos que eu fazia na segunda-feira, alguns que fiz, a minha parte que eu fazia, eu pagava; a parte que eu ia cozinhar para as outras pessoas, eu não pagava.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Não pagava.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, não todos. A parte que eu fazia segunda-feira, que eu fazia o churrasco. Vamos supor: eu, o Nelson, o Paulo, o Carlinhos, entre nós, esse era rateado entre nós. Nós dividíamos quanto que deu, e pagávamos. Quando era dos empresários, esse não, esse eles que pagavam, todos eles.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Quantos empresários mais ou menos iam?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – No que fiz, quatro empresários.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Quatro. Quantas vezes foi feito esse tipo de festa?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – O penúltimo agora.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Mas eram feitos vários, não é? Naturalmente.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu não fiz com eles. Com esses quatro que participaram só fiz esse churrasco.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Cada um deu a quantia de R$20. O senhor falou que recebia...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, eles pagaram mais que isso. Ao todo, na feijoada, acho que ficou em torno de trinta e poucos reais cada um. Entre bebida...

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Pago para a sua pessoa, para você. Você que tinha isso como ganho?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, não ganho. Eu ia depois pagar as coisas que peguei, carne, bebida, porque era no outro dia que eu pagava, não é?

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Mas o que sobrava para o senhor? O senhor dizia que não pagava e R$20 era passado.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É, às vezes sobravam trinta, quarenta reais.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Em cada festa sobrava no seu bolso isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sobrava.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – O senhor, primeiro, disse que teve ato sexual com duas crianças, quando a Deputada Maria do Perpétuo interrogou. Depois, tivemos dados objetivos, fala de três dessas meninas que confirmaram que o senhor teve relação sexual com as três.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, é o seguinte...

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – O senhor aguarde pacientemente. Depois, o senhor confirmou que já não eram duas mais, eram três. Confirmou para a Deputada Laura que eram três. Veja bem, se o senhor continuar assim se contradizendo, olha, o objetivo por que os advogados do senhor o trouxeram aqui vai tudo por terra. Não é só nisso aqui. Porque o senhor, parece-nos, está com memória inteiramente normal para poder responder as coisas.

O senhor também nega que teve relação violenta com as meninas. No grupo em que eu estava todas as três confirmaram que teve. A Laura já falou isso aqui também.

Então, eu faço um pergunta – e o senhor pode ser direto: o senhor teve relação sexual com três meninas, de uma só vez?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Pois é, porque nenhum dos grupos... "J" afirma que quando mais não suportava de dor, o senhor passava para cama da outra que estava ao lado.

Eu quero dizer para o senhor que não dá para mentir aqui, não. Nós não somos crianças, e não dá para mentir. Calma. Não dá para mentir. Não somos crianças e, em todos os grupos onde as pessoas foram interrogadas, esse tipo de violência foi relatada. Então, nós só estamos dizendo porque não vou me delongar tanto nas minhas perguntas. Se o senhor quiser mudar o curso e o conteúdo do que deve se feito, a bem da

verdade, facilita para nós, porque tem um modo de se fazer o interrogatório, porque eu já vi, aqui, cerca de seis contradições flagrantes da fala do senhor. De repente, não vai valer nada o que o senhor disser aqui a não ser para incriminá-lo mais ainda – vamos ampliar ainda mais a pena – a não ser para isto. O senhor pode, inclusive, buscar facilitar um pouco mais isso.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, senhor.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – O senhor teve ato sexual no mesmo momento, então, com duas pessoas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Tive.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Duas meninas. Agora, o senhor está confirmando.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Agora, está facilitando porque, antes, o senhor não confirmou.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Mas, antes, não foi perguntado "ao mesmo tempo". Não foi perguntado isto.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Em um momento, estavam duas pessoas numa cama e outra na outra. O senhor se servia, simultaneamente, de duas pessoas, duas crianças?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Tive relações com duas meninas, ao mesmo tempo.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – O senhor está confirmando.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Lá na Vila Santa Maria – o senhor nega mas elas falam de forma contundente que o senhor ficava... Inclusive, a "A" revela que é a única que já tinha uso de drogas antes, que, hoje, não é mais menor, mas que, naquele tempo, era, mas as demais, que nunca tinham pego droga, elas revelam que o senhor ia até a Vila, ficava no carro e o senhor dava dinheiro, e elas compravam para o uso. Eu faço a seguinte pergunta: essas meninas tinham necessidade de dinheiro para fazerem essa programação e, por isto, elas faziam a programação com o senhor?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Eu não sei dizer se elas tinham necessidade e, também, nunca fui levar elas ao ponto de drogas para comprar, a não ser nesse dia em que duas delas vieram ao restaurante e pediram R$20 para mim, e eu pedi para o meu patrão e dei para elas e levei elas até em frente ao Palmeirinha. Aí, deixei elas lá e vim embora.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Por várias vezes, elas disseram que o senhor levou para poder comprar drogas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Elas estão mentindo. Eu nunca fiz isto.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Pois é. Alguma vez, havia alguma menina que não estava disposta a fazer ato sexual com o senhor ou com algum outro desses que cometiam essas festanças – que os senhores acabaram fazendo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não me recordo disto. Comigo não teve. Agora, com elas eu não sei. Com as outras pessoas eu não sei dizer. Elas não comentaram.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – O senhor, sempre que procurou, quis fazer sexo com alguma dessas meninas e elas estavam dispostas querendo? É isto?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não era bem isto. Eu tive relações com elas – foi nessa vez em que tive relações com essas meninas e...;

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – O senhor aguarde – o senhor disse que teve relações com cinco.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Duas.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – O senhor aumentou.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Primeiro, o senhor falou que eram duas e, depois, o senhor aumentou para cinco. O senhor já foi listando outras, conforme depoimento com a Laura. Vamos com calma!

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Só para não fugir muito da coisa. É o seguinte: o meu advogado me disse que apenas acariciar já é sexo.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Estou percebendo que os advogados do senhor estão com uma estratégia... Não digo primária, porque dar uma orientação como essa para o cliente está fazendo o senhor...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Ele disse o seguinte: se passar a mão já é libidinoso. Não sabia que já era sexo. O senhor entendeu? Que já era litigioso. Então, era como se fosse sexo.

A SRA. (Oradora não identificada) – Deputado João Magno, ele passava a mão, então, nas meninas?

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – O senhor passava a mão nas meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Nas cinco?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Normalmente, quando elas chegavam, vamos supor. No dia, por exemplo, em que eu estava já fazendo o almoço

– elas vinham de mototáxi -, elas chegavam e davam três beijinhos e tal e tal. Isso era normal.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – A pergunta que quero que o senhor a esta responda com bastante objetividade: quando o senhor passava a mão nessas meninas era para tentar levá-las até a cama?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, não. Às vezes, vamos supor, eu estava fazendo o almoço, elas chegavam e eu dizia: "Como é que está?" Eu passava a mão, beijava, dava um beijinho no rosto e tal.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Então, o senhor confirma que houve ato sexual...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado João Magno, peço um segundo. Para facilitar os nossos trabalhos, peço aos advogados que troquem de lugar, para que não mantenham contato com o Sr. Vagner, por favor. (Pausa)

Obrigada.

A SRª. – Deputado João Magno, V. Exª me permite um aparte muito breve?

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Sim.

A SRA. Sr. Mafra, como era o nome da pessoa que vendia droga às meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não conheço, senhora.

A SRA. – O senhor não conhece ninguém que venda droga?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. – E que tenha vendido droga? As meninas nunca lhe disseram o nome da pessoa?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. – Ou onde ficava o local onde compravam as drogas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não conheço. Não sei de nada.

A SRA. – Obrigada, Deputado João Magno.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Então, com cinco o senhor praticou sexo? O senhor confirmou isso para a Laura. Com cinco?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Quando V. Exª fala sexo, preciso saber...

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Penetração.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Penetração? Não. Não tive penetração.

O SR. JOÃO MAGNO (PT-MG) – Com quantas o senhor teve penetração?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Tive penetração com duas ao mesmo tempo e com a "T".

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – É lamentável. Elas dizem que foi com as dez.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Todas essas que estiveram no grupo tinham de passar. Primeiro, faziam sexo com o senhor, todas. Penetração. Foi falado.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Elas mentem.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Com as duas, em algum momento, elas estavam indispostas ter a relação?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Elas não me falaram nada. No momento, não.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – O senhor diz que não usava nenhum tipo de droga nesse local. Portanto, "A" confirmou que havia três tipos de drogas nos locais: maconha, cocaína e crack.

No nível que o senhor está apresentando, de acordo com o que os advogados lhe ensinaram, ao nosso ver, é sexo violento. Dez afirmaram em seus depoimentos que o senhor fez com todas, mas o senhor afirmou que fez diretamente sexo com apenas duas. Em algum momento, o senhor lhes ofereceu algum tipo de droga?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nunca ofereci. Não sei nem onde é o ponto exato de droga.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – "J" afirma – veja bem onde vai parar isso – que, no processo, elas tinham de presenciar atos libidinosos, para aprender a atender aos outros homens, inclusive o senhor, e que havia, em alguns desses momentos, álcool, maconha. Era comum ter, para essas crianças que, até então, não usavam esse tipo de droga. Então, o senhor está dizendo que não sabe, que nunca teve droga lá. Interessante é que todas elas estão falando que teve, drogas fortes inclusive; as drogas lícitas e as chamadas ilícitas.

Que essas meninas eram alcoolizadas. Confirmadas. Todas três confirmaram: eram alcoolizadas e muitas que não estavam agüentando mais, pelo movimento, pela força do álcool e de outras drogas, como maconha e cocaína, serviam a essa barbárie, a essa atrocidade que o senhor era o primeiro a organizar.

O senhor, algum dia, teve consciência que o senhor tem uma filha de quatorze anos e que alguém pudesse fazer isso com a filha do senhor? Teve consciência que se alguém fizesse... Como é que isso? Fale para mim. Alguém poderia fazer isso com a filha do senhor de quatorze anos? Teve consciência que alguém poderia fazer isso? Lembrou?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Sobre as drogas de que o senhor falou, comigo elas nunca tiveram droga. Elas participaram de vários outros churrascos, que se perguntar se elas ... Elas vão

ver que não foi comigo, não houve droga comigo, nunca houve.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Não quero falar de outros churrascos. Quero falar é na parte que o senhor organizou a maioria deles, esteve presente na maioria deles. Isso é um fato inequívoco.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – O senhor sabe disso.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sei. Mas...

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – O senhor era o profissional da organização.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu sei, mas nos que foram feitos, no que foi participado, que eu estive, não houve droga, senhor. Nunca houve...

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – O senhor agora me responda. Quero saber essa resposta do senhor.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Pois não, senhor.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Ela pode qualificar a relação que a Justiça venha a ter com o senhor. Algum dia passou pela cabeça, pela mente do senhor que a filha de quatorze anos do senhor poderia ser usada por alguém como o senhor usou filhas de outras pessoas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nunca passou na minha cabeça.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Nunca passou pela cabeça do senhor, então, isso. Mas o senhor estava fazendo com filhas de outras pessoas...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – ...que eram ricas ou pobres?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Classe baixa.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Pobres. Pois é. O pessoal de Araras, os empresários de Araras, além deles, estiveram empresários de outras cidades?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Só conheço esses quatro de Araras.

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – E foi quantas vezes?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Uma vez só. Esse último que eu passei o mapa para o senhor que pediu...

O SR. JOÃO MAGNO (Bloco/PT-MG) – Vou concluir então a minha intervenção, dizendo, Srª Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, que esta CPMI já está sendo claramente um tanto operosa, positiva para o Brasil, porque, aqui, esta prática que aflorou, estourou na cidade de Porto Ferreira, está submersa em centenas e centenas de cidades, como sabemos.

Portanto, o fato de estarmos interrogando aqui o Sr. Valter de oliveira Mafra para dar uma dimensão e para trazer com mais profundidade até que ponto esse tipo de violência humana pode agredir, destruir famílias, para que esta CPMI possa tomar as providências que cabem ao Congresso, quero dizer que o depoimento do Sr. Mafra, contrapondo com o que disse as meninas que foram usadas, abusadas sexualmente, traz muito pouca contribuição.

Confesso que ele nega; entra em contradição em algumas coisas e nega outras coisas que, no meu modo de ver, revelam, nesta pessoa, um tipo de conduta insana; uma pessoa que não deve estar perto do convívio normal de uma sociedade, porque, inclusive, até há uma elaboração mental competente, no meu modo de ver, para poder tergiversar, escorregar e só afirmar a verdade depois que dados inexoravelmente inequívocos são levados à mesa.

Digo assim porque o senhor fala de oração, fala dos evangélicos, fala dos católicos que têm de estar orando. É normal! O perdão é algo muito necessário na vida de qualquer ser humano. Tenho também essa convicção, mas também tenho a convicção de que o perdão vem pela verdade. Não estou percebendo que o senhor teve essa facilidade para contribuir com esta CPI no nível que nós ouvimos porque as meninas, já no momento de apoio da sociedade e porque foram usadas e abusadas, elas falaram sem nenhum constrangimento, sem nenhum tipo de coação até porque o Ministério Público estava ao nosso lado quando essas meninas falaram. E falaram coisas muito contrárias ao que o senhor trouxe para esta CPI.

Portanto, espero que, ao concluir os trabalhos, a vinda do senhor a esta CPI possa servir para nós como mais uma audiência que nos deixa alertas para o perigo, para a complexidade que é este assunto no sentido de buscarmos, com as assessorias aqui, ainda mais provas para dar a esta CPI o corpo de confirmações, de consistência necessária para poder punir e colocar na cadeia também os tubarões porque ele é apenas uma questão. Se conseguirmos colocar mais pessoas na cadeia, como está aparecendo nos novos inquéritos que serão abertos lá em Porto Ferreira certamente será algo muito bom para o Brasil. Em todos os Estados brasileiros, estamos tendo problemas.

Com essa situação abusiva e grave hoje com cento e tantas rotas de abuso somente com exemplos dessa natureza, que são terríveis, podemos construir uma condição de melhorar as leis, construir políticas públicas e colocar na cadeia – acho que é o mais ne-

cessário – todos os envolvidos. Sairemos de Porto Ferreira, com a audiência que já se realizou lá e que está continuando aqui hoje, com uma situação mais forte para tirar o Brasil deste crime absurdo que acontece, na ampla maioria, à surdina na maior parte das cidades brasileiras.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputado João Magno pela contribuição a esta CPMI.

Passo a palavra ao Deputado Eduardo Barbosa para fazer suas indagações.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Sr. Valter, eu também estive em Porto Ferreira e tive oportunidade de ouvir parte do seu depoimento e também de três jovens. Em primeiro lugar, pergunto ao senhor por que existe esta CPMI no Congresso Nacional?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei; sei que é para apurar a verdade e esclarecer o povo...

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Verdade sobre o quê?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sobre a justiça, sobre tudo.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – É um CPMI destinada a averiguar a exploração sexual de crianças e adolescentes. Ela trabalha só com este objetivo: descobrir onde isso existe em nosso País para dar a devida punição. O senhor fazia parte de um grupo de pessoas que explorava crianças e jovens. Certo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O que o senhor acha disso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Péssimo. Hoje.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Hoje? Antes o senhor achava normal?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É que eu não sabia da gravidade onde ia chegar, do tanto que chegou.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Como assim?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Vamos supor: eu não sabia que, vamos supor, as meninas já faziam sexo antes de estar comigo. Não sabia que, depois que elas fizessem, eu não sendo o primeiro, que seria ...

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Mas há depoimento de algumas delas dizendo que eram virgens.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Não me recordo disso em nenhuma delas.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Elas nos informaram que eram inclusive ensinadas a como ter relações sexuais.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Não me recordo disso. Só se foi em outro churrasco em que eu não estava presente e que elas foram.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Mas a presença das prostitutas maiores nessas festas não era uma forma de ensiná-las?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Geralmente... Nem sempre essas meninas... Por exemplo, elas vinham e tinham de estar em casa em torno de seis e sete horas. As meninas maiores de idade sempre chegavam depois das cinco e iam até meia-noite, onze horas da noite.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Então, quem ensinava as poses para as fotos era o senhor?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Nunca.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Por que as fotos eram tiradas com poses **sexies**? Havia algum objetivo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Que eu saiba, não. As fotos que eu tirei, não. Nada disso.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Mas eram fotos sem partes da roupa, nuas, semi-nuas. Qual era o objetivo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei. Elas que pediram as fotos. Não sei por que elas quiseram fazer isso. Não sei por quê.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Por que elas pediram isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei também dizer, senhor.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Mas elas pediram ao senhor para fazer as fotos e o senhor fez?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu fiz a primeira vez. Eu estava com a máquina e não estava, vamos supor... Não houve um pedido na primeira vez. Na segunda, sim, houve o pedido da máquina e uma delas – são duas irmãs – deve ter comprado o filme e eu coloquei na máquina, e elas tiraram.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor achava bonito fazer essas fotos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Como essas fotos chegaram à Polícia?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei dizer como foi. Não sei dizer.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Ninguém informou ao senhor?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Não sei dizer. Quando aconteceu, que a casa caiu...

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor disse a alguma delas onde o senhor revelava essas fotos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Para ninguém. A primeira instância eu disse agora.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Mas a polícia não achou um quarto escuro no quarto do senhor?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Não tem esse quarto escuro.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Está nos autos.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não tem esse quarto escuro na minha casa.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Pelo menos uma delas nos informou isso.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Que, inclusive, o senhor dizia que revelava, às vezes, fora da cidade, em outra cidade próxima, justamente porque era perigoso.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, eu disse a elas isso. A uma delas eu disse que revelei fora, mas não foi revelado fora. Aqui estou dizendo a verdade que revelei no Valdo Fotos.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – E o dono da Valdo Fotos não percebia que isso era grave?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei dizer, senhor.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor fez quantas revelações?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Duas revelações, senhor.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Certo. Outra questão: o senhor tem quantos filhos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu tenho três filhos.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Quantos do sexo masculino e quantos do sexo feminino?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Dois do sexo feminino e um do sexo masculino.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Qual é a idade dos filhos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Têm 22, 15 e 14.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Têm 22, 15 e 14. Todos moram juntos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Todos separados.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – São da mesma mãe?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. São três filhos com três mulheres.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Todos moram em Porto Ferreira?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Todos moram em Porto Ferreira.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor tem ligação mais afetiva com algum deles?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Com a Tábata.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Que é a...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É a última.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Por quê?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Porque fiquei mais tempo com ela. Não fiquei muito tempo com os outros. Foi na época em que eu tinha uma discoteca e foi o acontecimento da noite.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Certo. O senhor disse que teve relação sexual com quantas meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Duas meninas e a outra...

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Informe o primeiro nome dessas três meninas. Inicial. Primeira letra.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – "E" e "T". "E" e a "TA".

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – "E" e "T". Porém, o Deputado João Magno e a Deputada Laura Carneiro citaram outras. Além disso, tivemos depoimento de outra que também manteve relação sexual, que não foi nem a "E", nem a "T".

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Então, mas não eu tive sexo penetrante. É o sexo que os senhores chamam de abominação

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Então, como era isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Como?

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O que era isso, esse sexo que não era penetrante?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – O advogado disse para mim "diga a verdade", antes de eu ir lá para o fórum, porque sexo de abominação também é sexo, e eu não sabia que isso era sexo.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Certo, mas a informação que temos, justamente para se somar ao depoimento, em relação às verdades que

o senhor está ponderando aqui, baseia-se no depoimento de outra jovem que eu e a Deputada Maria do Rosário ouvimos, que não era nenhuma dessas duas, que disse que teve relação completa com o senhor, inclusive com penetração.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Eu tive abominação, como o senhor perguntou, com todas ? Tive, sim.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Certo, tudo bem.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Penetração, não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É, porque elas chegavam...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Repita, por favor. O senhor tocou em todas essas meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, tipo assim, abraçar, beijar, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, abraçar, beijar, três beijinhos...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cumprimentar, não?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe do que estamos falando?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu sei, eu sei. Vamos supor: colocar a mão no sexo dela, não. Isso, não. Colocar a mão no sexo, não. Eu fiz assim, abraçar, beijar, entendeu? Pegar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para o senhor, o que é bolinar?

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Sr. Valter, quantas jovens freqüentavam as festas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Oito.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Oito?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu acho que oito.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Certo. Pelas nossas contas, eram nove.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Será que eu estou esquecendo alguém?

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Tudo bem. Deixe-me perguntar ao senhor: depois escreva para nós, num papel, o nome dessas meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu não vou recordar os nomes de todas.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Está bem. Em relação a essas meninas, quais delas eram usuárias de droga?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: não sei quais delas que usam droga. Eu sei o seguinte: que a "A" e a... – agora me está fugindo a letra – foi e esteve lá no restaurante, pegou vinte reais, disse que era para remédio e foi lá. Aí, no outro dia...

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Fora essas que o senhor já contou e a que relatou o caso da receita, quais outras que usavam droga?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu não sei, senhor. Não sei. Eu só sei dessas duas que usavam droga pela irmã, que disse: "O dinheiro que você deu ontem para minha irmã não era para comprar remédio, e sim para comprar droga". A partir dali, eu fiquei sabendo que era para drogas. Então, se era para drogas, elas usavam drogas. E desse momento em diante, elas não foram mais no meu churrasco.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor sabia que elas matavam aula para irem para as festas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Algumas delas inclusive perderam o ano por causa disso. O senhor sabia disso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu fiquei sabendo que todas elas já perderam o ano por falta, mas não...

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor não se sentiu culpado por isso, não?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não me sinto culpado pelo seguinte: porque não foi nessas seis vezes que elas estiveram no meu churrasco que elas iriam perder o ano. Teve mais churrasco, teve mais churrasco de que elas participaram, entendeu?

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Não posso acreditar que o senhor só foi a seis churrascos. Elas nos afirmam, categoricamente, que o senhor era quem as levava desde a primeira vez e, quando o senhor não as podia levar, elas iam de mototáxi. Mas desde os primeiros convites, as meninas que ouvimos nos disseram que foram todos feitos pelo senhor na porta da escola.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: posso passar aqui num papel, se os senhores derem um tempo para mim, os locais e quantas foram. Aí vou dar o número exato para os senhores de quantas vezes elas estiveram no churrasco a que eu estive presente. Só que vocês têm que dar um tempo para mim, para me lembrar desde o início até agora.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Tudo bem. Nós vamos lhe dar esse tempo, depois o senhor vai anotar. Agora eu gostaria que o senhor me respondesse bem objetivamente. Eu vou citar diversos nomes que foram inclusive indiciados no inquérito policial, e o

senhor vai me afirmar se participavam das festas, se tinham relação sexual com as meninas.

Valter de Oliveira Mafra.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Com quantas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Duas delas e uma bolinação e as outras, né?

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Nelson da Silva.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Com quantas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei a quantia.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Paulo César da Silva.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Com quantas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Também não sei quantas.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – José Carlos Terassi.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – José Carlos Terassi é o Carlinhos.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Carlinhos do Camarotti.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Isso, teve também.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Com quantas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Carlos Alberto Rossi?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Esse não teve relação sexual com nenhuma delas.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Ia na festa.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ia.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Ele não tinha com nenhuma?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não teve com nenhuma delas. Quando eu estava presente, não. Pode ser que ele esteve em um outro churrasco que elas estiveram e teve relação com elas.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Então ele está preso injustamente?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu acho que sim.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor pode afirmar isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Se foi nos meus churrascos, sim, posso afirmar.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – João Batista Pelegrini.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Esse nunca participou de um churrasco meu.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O Carlos Alberto Rossi fornecia arroz para as festas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – E não ia lá um doador espontâneo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele ia para jantar, porque ele era dono, então ele me dava um pacote de arroz sempre.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Ia só para jantar?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Só para jantar.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Toda segunda-feira?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nem todas eu fazia, né? Quase todas.

O SR. – Ele não usava nenhuma menina, e dava o arroz toda festa.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Tem várias entidades precisando de arroz, né?

A SRA. (Oradora não identificada) – Deputado, V. Exª me concede um aparte?

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só para saber: essa pessoa em quem o Deputado Eduardo Barbosa ...

(Falha na gravação)

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Ia só para jantar?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Só para jantar.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Toda segunda-feira?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nem todas eu fazia. Quase todas.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Ele não usava nenhuma menina e dava o arroz em toda festa?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Há várias entidades precisando de arroz, né?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Deputado, V. Exª me concede um aparte?

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu gostaria de saber se essa pessoa em quem o Deputado Eduardo Barbosa lhe falou agora que ia só comer arroz, dava o arroz?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Dava o arroz e ia jantar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quantas vezes ele foi às festas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não lembro se foram duas ou três vezes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele fazia o quê, lá?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele era empresário.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O que ele fazia nas festas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele ia sempre depois das seis horas quando saía do serviço, seis ou sete horas. Ligava para mim "onde você está?". Estou em tal lugar, ia lá e jantava.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele telefonava para o senhor ou o senhor que ligava para ele?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu ligava antes para saber se ele podia dar um pacote de arroz que ia fazer o churrasco. Ele dizia "está bom" e eu pegava o pacote de arroz e ele ligava "onde vocês estão? Vocês estão aí ainda?" Às vezes, ele ligava para a gente, mas eu não estava mais.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem não estava mais?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Às vezes, eu não estava mais no churrasco. Teve churrasco que terminou seis horas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas as vezes que ele esteve lá esteve com o senhor nas três vezes ou alguma vez o senhor...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Esteve.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Alguma vez o senhor não estava lá?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Todas as vezes?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Todas as vezes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E ele fazia o quê nas festas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele ia lá para jantar?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só ia jantar?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Só.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mesmo chegando a noite, a carne sendo pouca?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Porque começava meio-dia.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Quando ele ia para lá e, eu nem sabia que ia, nós sempre guardávamos para ele.

O SR. – Qual era o interesse dele em jantar lá?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nenhum interesse. Era amigo porque éramos amigos. Jogávamos bola juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele ficava conversando só com o senhor?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, com todas as pessoas que estavam ali.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele conhecia as outras pessoas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Conhecia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Conhecia todo mundo que estava lá?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Conhecia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E as moças?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – As meninas, as...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, as maiores de idade que estou falando?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Conhecia também?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Conheciam ele também.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E as meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – As meninas também o conheciam como o Betinho do Arroz Caril.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas conheciam como? De que forma?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Que ele era empresário, que ia lá e eu falava "esse aqui é o Betinho do Arroz Caril".

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor chegou a apresentar as meninas para ele?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. – E ele sabia que rolavam essas coisas lá?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sabia.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – João Batista Pelegrini?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele nunca participou.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Nem ia na festa?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, no meu nunca foi.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Laércio Natal Storti ?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Também nunca participou do meu churrasco.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Gerson João Pelegrini?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Gerson também não. Nunca participou, nunca foi.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Edivaldo Biff?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Edivaldo Biff, sim.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Luiz Gonzaga Mantovani Borceda ?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Esse tinha relação com quantas pessoas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Quem?

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Luiz Gonzaga Borceda.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele teve relação uma vez só que vi e todos viram pelo buraco, com a Vivian.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – E com as meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei lhe informar. Nesse único churrasco que fui com eles não tiveram relação sexual com as meninas.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – João Lázaro Batista?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele somente tomou banho com a porta aberta.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Luís César Lanzoni ?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele também esteve lá, mas não teve relação.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Mas não é esse o Presidente da Câmara?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, é o Presidente da Câmara.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Ele não é namorado de duas irmãs?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, de uma delas. Não sei qual das duas que é. Eu disse que são duas irmãs, mas não sei com qual das duas ele tem contato.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Por que se o senhor sabe que ele tem contato se não foi lá na frente do senhor?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ham?

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Foi na festa que ele teve contato?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nesse dia, não. Ele não teve contato sexual com elas.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Mas como é que o senhor sabe que ele teve contato com elas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Porque as meninas falaram que uma delas saia com o Lanzoni.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Mas elas são falantes? Elas contam as coisas assim?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Falam, falaram.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Mafra, eu gostaria de saber de quem era essa chácara, quem eram os donos.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: essa chácara dos vereadores, essa aí era alugada pelo João Lázaro, pelo Luiz Borceda e pelo Edivaldo Biff. Esses que eu sei, mas tem mais um que falaram que era, mas não sei se realmente é porque não tinha certeza que é.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Essa chácara?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É um rancho na beira do rio esse dos dois vereadores.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – À beira do Mogi-Guaçu?

O SR. (Orador não identificado) – À beira do Mogi.

O SR. (Orador não identificado) – Mas o nosso também era nessa...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nesse o Nelson não foi.

O SR. (Orador não identificado) – Mas não era também alugado por ele esse rancho?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Esse não. Com esse rancho não.

O SR. (Orador não identificado) – Qual era o rancho dele?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Era uma outra chácara. Uma chácara na Estância do Granjeiro... Essa aí, eu, Betinho, o Paulo, o Nelson, o Carlinhos... Esse nós pagávamos a chácara. Era R$70 o preço dela.

A SRA. (Oradora não identificada) – O senhor pagava também?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Dessa em que nós quatro fazíamos, sim. Eu ajudava.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor ajudava a pagar?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ajudava a pagar. É o seguinte: ajudava a pagar num sentido. É o seguinte: eu fazia um churrasco. Eu comprava a carne, aí eu pegava, vamos supor, dava R$40 ou R$30 ou R$20 cada um, o que desse. A minha parte eu já tinha comprado, então eu só pegava a parte deles. A minha já estava paga porque eu já tinha comprado.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Por favor, eu gostaria de continuar perguntando e o senhor vai me informar quem é que participava da festa e tinha relação sexual com meninas menores de 18 anos.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Pois não.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – João Lázaro Batista?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Esse, nesse dia não teve relação sexual.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – E algum outro dia?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu não sei lhe informar porque... Só se ela informar para o senhor. Eu não sei.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Luiz César Lanzoni?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Esse, eu tenho, pelas meninas. As meninas disseram que uma dessas outras duas irmãs tinha relação sexual com ele.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Sexo oral?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Sexo.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Sexo. Luiz Dozzi Tezza?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Esse eu nunca vi se tinha relação, sexo oral com elas. Eu vi uma vez só ele com a "Jota".

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Roberto Dias Pinto?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Roberto Dias Pinto?

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Betão.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Betão. Esse tinha um rancho onde os funcionários da Prefeitura fizeram o churrasco.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Ivo de Oliveira Capioglio?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele tinha uma chácara na Estância do Granjeiro em que entrei duas vezes, porque foi feito um churrasco com as meninas lá. No domingo, ele esteve na pizzaria falando para mim: "Oh, vamos fazer um churrasco. Eu já comprei a carne". De uma delas, ele ia ser vendedor, o representante do negócio de picanha, e ele falava: "Tem umas picanhas que eu ganhei lá onde eu vou ser representante, que eu vou trabalhar. Eu tenho lá, dá para você ir lá fazer para mim?" Eu falei: "Vou lá fazer".

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Albino Bruno Júnior. Beliscão.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Betão?

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Não. Beliscão.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele também andava junto com o Ivo Capioglio.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – E tinha relações sexuais com as meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu nunca vi, senhor.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Agora, no depoimento que o senhor deu no fórum à Juíza, o senhor disse que havia o envolvimento de nove vereadores. E aqui nós temos uma lista de seis. Quais são os outros três?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo. É o seguinte: os nove vereadores que eu disse lá no fórum, a Juíza perguntou para mim se eles faziam outros churrascos. E eu disse que existia um outro churrasco, porque a Genilsa disse para mim que todos os vereadores da situação estavam no churrasco. Por isso que eu disse.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Eu gostaria de saber mais uma questão do senhor. A cidade do senhor tem quantos habitantes?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Mais ou menos... Não sei lhe dizer. Mais ou menos 60, 70 mil.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – De 60 a 70 mil habitantes.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Mais ou menos.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Uma festa que acontecia toda segunda-feira, em que ia mototáxi levar meninas, moças, em que ia uma empresa que vende bebidas entregar bebidas, a cidade inteira sabia dessas festas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei dizer.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor acha que a fofoca não corria? Eu também moro em uma cidade com esse número de habitantes. Uma festa dessas, com vereadores, comerciantes, mototáxis levando pessoas, não é uma coisa que todo mundo sabia disso lá?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei informar, senhor.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O pessoal é até muito sigiloso lá, não é? Para não comentar as coisas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei informar, senhor.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Tem certeza?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor não era procurado por alguém para poder freqüentar essas festas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Vamos supor, segunda-feira quero ir, tipo assim?

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor é uma pessoa que lidava com muita gente: garçom, filantropo, vereador, votado, apesar da suplência, mas com muito contato popular. As pessoas procuravam o senhor para poder participar dessa festa?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, os que procuraram, pessoas que às vezes não eram bem quistas, tipo assim, que gostavam de bagunça e eu falava que não tinha.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Então, o senhor selecionava os clientes?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não selecionava, tipo assim, quem participava, realmente, eram essas pessoas que eu disse e mais os vereadores.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Então, o senhor é quem definia os convidados para não misturar?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não eu, porque é o seguinte: quando iam todos, era tudo combinado. Vamos supor, numa segunda-feira, ficava combinado para a outra segunda-feira. Então, não era eu quem decidia.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor já sabia quantas pessoas iam para a festa?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, eu ficava sabendo na segunda-feira.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Quando o senhor chegava lá?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, às vezes, eles me ligavam – quantos dias...

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Quem ligava?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Essas pessoas.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Essas quem?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – O Nelson, o Paulo, o Betinho, a Cininha, o Carlinhos, entendeu. Quando esses dos empresários, esses eu já sabia quantas pessoas eram, porque eles me ligavam no sábado.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Há quantos anos as festas acontecem?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Há mais de ano.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Mais de ano, um ano, um ano e meio, dois anos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Mais ou menos um ano e meio, dois anos quase, aproximando.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor disse que só o pessoal de Araras é que ia, mas a festa já era conhecida na região toda, não é?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – O pessoal de Araras só foi no penúltimo churrasco.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Mas a festa estava sendo bem conhecida na região.

O SR. VALTER DÉ OLIVEIRA MAFRA – Não sei dizer.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Mas o senhor tinha que saber.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nesse grau de pergunta, eu não estou sabendo se o pessoal de Pirassununga, Santa Rita, Leme estava sabendo e querendo participar.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Nessas festas havia **shows**?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, nunca houve **show** ao vivo.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – De duplas, de cantores?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, não houve show. Houve um dia em que eu estava numa chácara do Menguito e as meninas chegaram num outro rancho onde estava uma dupla, o Milton e o Marcos e o Lucas e Luan. Aí, as meninas chegaram lá e foram para a piscina, tudo normal, com roupa. Eles falaram que aqui não é o churrasco do Mafra, não é churrasco do Mafra, aqui é churrasco só da família. Podia ser que elas falaram, então, houve só esse momento, não teve **show** ao vivo para elas não.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Eles convidavam alguém para cantar lá?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, houve um karaokê uma vez, mas entre nós, a televisão e um karaokê entre nós.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor teve uma discoteca?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Tive uma discoteca.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Essa discoteca era ponto de encontro?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, era uma discoteca normal, era uma lanchonete e depois o Prefeito cassou o alvará.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Este Prefeito atual?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, o pai dele.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Cassou por quê?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Por insalubridade.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Há quanto tempo o senhor teve essa discoteca?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Acho que em 82.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Já tem mais tempo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Tem

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Na cidade do senhor não tem casas de prostituição, não?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Deve ter sim, senhor.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Deve ter?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Existe, mas eu nunca fui em nenhuma delas.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Quer dizer, não precisa ir para saber que tem.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo, existe.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Muitas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – O pessoal comenta que existe.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Por que a preferência desses senhores todos para fazer festa particular alugando sítio, se lá tinha casa de prostituição ou então podia ir para uma cidade vizinha. Por que isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei dizer, senhor.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Mas não é possível! O senhor não sabe dizer por que eles preferiam fazer essas festas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Fica difícil eu responder isso para o senhor.

A SRA. (Oradora não identificada) – Deputado Eduardo, se havia alguma solicitação de idade, que essas pessoas faziam a ele na abordagem das meninas.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Justamente, é aonde quero chegar.

Uma das exigências das pessoas que contribuíam para a festa era que houvesse mulheres, não é isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – E a faixa etária era exigida?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. No início, fazíamos com as pessoas de mais idade, de maior idade. Aí, o Nelson disse assim: "Está na hora de mudarmos as meninas".

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O Nelson é o grande vilão, então? Ele que desencaminhou vocês todos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não é que ele nos desencaminhou, é que ele é que tinha contato com essas meninas. Eu não tinha contato com essas meninas. Ele já tinha contato há mais tempo que nós.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Então, ele já agenciava essas meninas antes?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele já mantinha relação sexual com elas bem antes de estar lá conosco.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – E as levava para outros homens?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei dizer isso, senhor. Em outros locais, não sei. Eu sei que ele ia porque ele dizia: "Há umas meninas novas aí que estão fazendo sexo".

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Certo.

E ele mexia com droga também?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei informar, acho que não. Nunca o vi com droga.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Ele fornecia droga para as meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei dizer, senhor.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Elas há chegavam drogadas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu nunca vi, senhor.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Elas usaram droga lá dentro?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, nunca houve; comigo, nunca houve.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Mas elas falaram com a gente que o senhor dava droga para elas na festa, já trazia com o senhor para oferecer a elas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Elas estão mentindo. Nunca mexi com isso, nada. Pode perguntar onde elas compraram.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor já ofereceu serviço para alguma delas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – A "J". É um evento que eu ia fazer, o Primeiro Garçom, em Porto Ferreira.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor foi até a casa dela?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Fui. Conversei com o pai e com a mãe.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) E aí?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – O evento ia pagar para elas R$150, no total, no geral. Íamos fazer o quê? Íamos até os comércios, com a camiseta, para vender o evento, porque as bandas iam tocar gratuitamente, mas a aparelhagem teria que ser paga; uma aparelhagem única para todas as bandas tocarem nela. Então, essa aparelhagem tinha um custo.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – E os pais deixaram?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Os pais deixaram.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – E ela foi?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não chegou a ir porque não teve início.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Não teve...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não teve porque a casa caiu, não teve jeito.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – A festa ainda ia acontecer?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ia acontecer dia 17 agora último.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – E por que o senhor escolheu a "J"?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Porque era a única que não estudava.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Não estudava ou perdeu o ano porque ia às festas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ela não ia mais à escola.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Ela usava drogas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei dizer, senhor.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Você já deu droga para ela?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, senhor.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Pois bem, esses são fatos, Srª Presidente, que têm que sem checados, porque, no depoimento da jovem, há o inverso: ele forneceu droga para essa jovem mais de uma vez. Ela relata isso. Então, já que o senhor disse que ia cooperar, esse fato também está contradizendo o depoimento da menor.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Mas, senhor, não há possibilidade de uma acareação entre mim e elas? Um frente-a-frente com os senhores? Isso que teria que ser feito, porque fica a palavra dela contra a minha, entendeu? Uma acareação entre mim e elas diante dos senhores, ou aqui, ou lá, ou em qualquer lugar.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Está bem, mas isso é assunto nosso.

Para terminar, eu gostaria de dizer o seguinte: mais uma vez, estou dando uma oportunidade para o senhor.

Por que o senhor tirava essas fotos? Com qual objetivo? Isso para nós é importante.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo. Então, é o seguinte: a primeira, eu já estava com a máquina e havia outras fotos. Não foi exclusivamente para tirar essa foto das meninas; a primeira, certo? Então, eu tirei das meninas. Na segunda, sim, uma das duas meninas pediu se eu poderia levar a máquina que ela comprava o filme. Eu falei que poderia levar a máquina e levei. Coloquei o filme na máquina, e elas tiraram; e eu tirei só da T. A.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Pois é, mas o senhor disse, no depoimento em frente à juíza...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu tirei nua. Tirei com roupa as outras meninas.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor falou que às vezes algumas chegaram e eles não queriam, voltavam para trás.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: essa menina que chegou no mototáxi e voltou para trás não é porque ela não tinha beleza, mas porque quando ela ia para o churrasco tumultuava, bebia muito e fazia escândalo

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Isso de voltar, de não ser aceita só aconteceu com uma?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Só essa, uma vez só.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Só uma?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Que eu lembre, só.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Na região da cidade de Porto Ferreira existem outras festas semelhantes?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei dizer, senhor.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Vocês inspiraram essas festas em quais festas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Em nenhuma, não houve inspiração para fazer isso.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Mas estava dando lucro?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não houve lucro nenhum.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Mas o senhor ganhava?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu ganhava quando eu ia cozinhar.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Além de cozinhar, o senhor usava as meninas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Usava... nem sempre. Quando eu fazia, fiz com essas duas meninas.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – As pessoas que freqüentavam essas festas em Porto Ferreira freqüentavam em outras cidades?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei informar isso, senhor.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Ninguém nunca falou?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. As meninas me falaram o seguinte: que nos outros churrascos que os vereadores fizeram houve participação das maiores. Das menores não sei informar. Das maiores sei informar com clareza, porque uma delas disse que, no dia anterior, tinha feito **strip-tease** para os vereadores.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O Prefeito sabia dessas festas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: o Prefeito nunca participou. Apareceu no jornal e eu vi na televisão. Quero deixar claro para vocês que o Prefeito nunca participou com as meninas. No dia em que eu disse que o Prefeito participou foi no dia em que a Genilsa esteve lá e disse que fez **strip-tease** para os vereadores e o Prefeito estava presente. Foi isso que eu disse.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Alguma dessas meninas pode se sentir agora ameaçadas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu acredito que sim.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Quais? Cite a primeira letra do nome.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei se ela pode ser ameaçada...

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Ninguém?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Alguma pode se sentir ameaçada agora?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Creio que sim, mas não sei dizer o nome. Creio que sim, pelo acontecido, porque...

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Tem alguma que corre mais risco de ameaça?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei dizer qual corre mais risco. Acredito que talvez seja a que sai com o Presidente da Câmara. Sei lá.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Por quê?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Por ele ser o Presidente da Câmara, por ele ser um homem... Porque o pai dela também trabalha onde ele é o Presidente do Clube.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor as conhece bem?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Elas?

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – As filhas do...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu não conheço os pais delas. Fiquei sabendo no dia em que estive no fórum, que o pai dela trabalha no Clube Porto Ferreira. Até esse momento eu não sabia.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Mas o senhor não conhece quem trabalha no clube? Há muitos clubes lá?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Dois clubes, mas eu não freqüento.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor nunca trabalhou numa festa lá como garçom?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nesse clube, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputado Eduardo, se V. Exª me permite, o depoimento é contraditório com o que observamos aqui, porque, no dia em que ele esteve no fórum, o seu depoimento, que foi tomado no momento em que ele chegou ao fórum, já registra exatamente isto: ele faz a referência ao Presidente da Câmara, inclusive como Presidente do Clube. Eu gostaria que V. Exª perguntasse, neste momento em que faz os questionamentos, se ele confirma que o Vereador Lanzoni, muito antes desse churrasco, já mantinha relações sexuais com essas duas irmãs.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, porque elas que me contaram. As meninas falaram que ele já tinha relações sexuais com elas.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor tirou retrato de alguma das duas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Das duas, quem tirou foi a "T". Desculpem-me, a T. A.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor já buscou alguma das meninas perto do clube?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Do clube? Se eu já busquei? Não. Eu dei carona para elas até a casa delas.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Então, o senhor as conhecia bem. Já sabia onde moravam.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ah, sim.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Moravam onde?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – No São Manuel.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – O senhor não conhecia os pais delas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, nunca vi.

Pode ser que eu conheça assim, por exemplo, por ser bastante conhecido na cidade, eu ter visto eles. Mas assim: "Este é meu pai", elas nunca apresentaram.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) – Está bom.

Obrigado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu e o Deputado Eduardo Barbosa tivemos oportunidade de ouvir essas adolescentes. Por isso, volto a lhe perguntar – permitam-me ficar nesta circunstância. O senhor afirmou que apenas o Vereador Lanzoni mantinha relações sexuais com essas meninas. Eu lhe pergunto: o Vereador Lanzoni guardava essas meninas para si?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor afirmou isso no seu depoimento em juízo.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. É o seguinte: eu sei, porque o comentário delas é que elas tinham relação sexual com ele. Mas eu nunca vi; nunca, nas festas em que estive presente, ele teve relação sexual com elas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas ele esteve presente em todas as festas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele esteve presente em uma festa em que eu estive, junto com todos os vereadores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada.

O senhor modifica muito o número das festas. Às vezes, fica meio confuso. Mas já sabemos que elas são mais de quinze.

(Intervenções fora do microfone.)

A Presidente me encaminha que, primeiro, será o Deputado Luiz Couto e, em seguida, a Deputada Telma de Souza.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Sr. Valter, o senhor começou a sua fala, pedindo perdão; perdão a Deus, perdão aos evangélicos, aos católicos, perdão à família, às meninas, à sociedade de Porto Ferreira. O senhor também pediu perdão a todos aqueles que tinham uma imagem do senhor e que, depois desse fato, começaram a ter dúvidas da sua honestidade e da sua postura. Para se ser perdoado, o perdão exige a verdade. Tanto que, na nossa relação com Deus, temos que apresentar tudo, porque Deus sabe de tudo. Não adianta enganar a Deus, porque a verdade é que nos liberta.

Percebo que talvez o senhor tenha alguma coisa que o senhor queira revelar, mas o senhor se sente intimidado, amedrontado ou mesmo espantado. Às vezes, quando o senhor fala, o senhor olha para um lado, olha para outro, olha para baixo, significando que alguma coisa está lhe importunando. Ou seja, há alguma coisa que o senhor gostaria de falar, mas parece que há censores, dizendo: "Isso não pode, isso não fala porque vai prejudicar A ou B".

Então, se o senhor quiser, depois, sozinho com a Comissão, dizer: "Olha, há algumas coisas que quero dizer, mas quero dizer de forma secreta, para ajudar". O senhor pode fazer isso aqui. O senhor tem o direito de dizer isso.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu gostaria, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Pronto. Era isso o que eu estava querendo. Tem coisas que...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Exatamente, Deputado Luiz Couto. Logo em seguida às suas perguntas e as da Deputada Telma, faremos com que essa nossa reunião seja sigilosa.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Certo. Sei, porque, no dia, o senhor me falou três vezes – eu cheguei lá, o senhor não me conhecia, mas o senhor falou: "Não me deixe morrer", certo?

O senhor disse: "Não deixe me levarem para uma cadeia", certo?

Eu sinto que o senhor tem coisas, lá dentro, que gostaria de dizer, mas está pressionado por alguma coisa e tem medo. Por exemplo, o senhor fez questão de fazer uma defesa: "Quero chamar a atenção de vocês. O prefeito não tem nada a ver com isso", como se estivéssemos acusando o Prefeito de alguma coisa.

Fico contente que o senhor diga agora, que possa abrir o seu coração e dizer: "Olha, eu tenho umas coisas, mas quero dizê-las para vocês para que investiguem". É isso o que considero importante nesse aspecto.

O senhor vai se sentir, depois, um homem livre, liberto, porque a verdade vai libertá-lo e retirar um peso da sua cabeça e da sociedade.

Ora, eu gostaria de saber do senhor o seguinte: o senhor disse que há anos aconteciam essas festas, mas que eram com mulheres adultas. Algumas eram amantes, outras prostitutas, que faziam programas e iam para essas festas. O momento em que Nelson levou duas menores, o senhor disse que aconteceu há um ano e meio. Isso é verdade? Confirma isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei se chegaria a esse ponto. Eu não sei se chegaria há um ano e meio, não sei o tempo certo.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – No depoimento que o senhor dá, diz que, no caso de Nelson, isso ocorreu há mais ou menos um anos e meio.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Mais ou menos.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Agora, quando começaram essas festas? Havia granjas, chácaras.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Estâncias granjeiras.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Estâncias, chácaras e ranchos, não é?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Mas quando começou isso aqui? Há mais ou menos quanto tempo? Há cinco anos, há dez anos, há oito anos? Quando começou?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Há uns três anos, mais ou menos.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Há três anos.E, nesse caso das meninas que apareceram com Nelson, foi há mais ou menos um ano e meio?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É. Mais ou menos.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Muito bem. Agora, o senhor além de ser um homem que tem um conhecimento na cidade, porque o garçom tem conhecimento de todo mundo que chega na pizzaria, foi suplente de vereador, candidato.

Por quantas vezes o senhor foi candidato a vereador?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Três vezes.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Três vezes. Então, o senhor é um homem conhecido na cidade.

O senhor, também, foi um homem que, durante um tempo, teve uma discoteca, onde, é claro, ia muita gente, rapazes e moças, para dançar. E eles também conheciam o senhor. Além do mais, nas campanhas políticas, o senhor cuidava do carro de som, não era isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – E sabemos, inclusive, que o senhor maneja bem o microfone, pois trabalhou nessa área.

Há depoimento em que o senhor fala que as meninas falaram algumas coisas para o senhor do que acontecia nas outras festas. Eu gostaria que o senhor me dissesse, que o senhor começasse a dizer para mim: o que o senhor fez e de que assume a culpa, durante esse processo?

Vou perguntar: o senhor disse que era o cozinheiro de algumas festas programadas. O senhor confirma isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Confirmo.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Confirma, mas o senhor diz, também, que era o senhor quem pagava as meninas. Não era isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Está no depoimento que era o senhor que pagava, mesmo o dos outros. "Era eu quem fazia o pagamento".

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Eu nunca disse isso, jamais.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Não? Então, eu vou mostrar depois aqui.

O senhor diz que nunca pagou?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, nunca paguei.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Está bom. Então, o senhor diz que não fez o pagamento, mas que...

Pergunto: o senhor era cozinheiro dos vereadores?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Cozinheiro no sentido das festas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – O senhor falou aqui, não estou dizendo nada de diferente: "Afirma o Depoente que era cozinheiro dos vereadores." Está aqui no depoimento prestado à Justiça.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim. Cozinhei uma vez só para os vereadores no caso com as meninas. E uma outra vez, em que fiz uma peixada com vereadores da Situação.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Veja como o senhor, no caso, é importante. O senhor disse que "era cozinheiro e que o almoço se dava às segundas-feiras".

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – "Porque era o dia de folga do interrogando".

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Então, pergunto-lhe...

A SRª. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Luiz Couto, o advogado me informa que um há outro, porque talvez haja uma incorreção. S.Sª o está trazendo.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Está bom. Houve uma modificação. (Pausa) Na realidade, muda-se o termo, mas o senhor "cozinhava para algumas festas".

Há um depoimento que diz que o senhor, inclusive, chegava a organizar algumas festas, alguns churrascos. O senhor organizou algum churrasco?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Organizei.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Quantos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei dizer quantos.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Mas naquela granja que o senhor, juntamente com outras pessoas, alugou por R$70, também organizou algumas festas lá?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Fiz, sim, senhor. Fiz uma em meu aniversário. Essa eu fiz. As outras, não. Eu mesmo peguei.... É o seguinte: eu acertava com as pessoas lá no Miguito. Então, ia lá no Miguito...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Quem era o Miguito?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Miguito é o senhor dono da chácara.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Da granja que o senhor alugou?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Isso. Eu ia lá e o pagava. Depois, eu pegava o dinheiro com as outras pessoas.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Estou dizendo que o senhor pagava. Não estou dizendo que o dinheiro era do senhor. Mas era o senhor que fazia o pagamento?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Certo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim. Era eu.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Era o senhor também que fazia a compra da carne.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Da carne. Algumas vezes, vamos supor, nem todas as vezes o Betinho dava o arroz. Foram poucas vezes. Então, eu comprava arroz, macarrão, comprava no Vila Rica.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – O senhor, na realidade, não era apenas quem cozinhava, mas que fazia toda a compra. Também encomendava as bebidas. Era o senhor que fazia tudo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – O senhor organizava a festa?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Isso é bom.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Então, o senhor não era só cozinheiro. O senhor organizava a festa a mando de alguém.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Exatamente. Não só o meu, mas a mando de outra pessoa.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – É bom e importante.

Veja o seguinte: no caso, há um rancho que é freqüentado e, parece-me, alugado pelo Biffi, pelo Borceda e pelo João Lázaro. Há mais um empresário que também está aqui? Quem é esse empresário? Ele falou de uma quarta pessoa que alugou...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Junto com os vereadores?

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Sim.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: existe mais um Vereador que está pagando também. Não sei qual deles é. Não consigo...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – O senhor tem que fazer um...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Existe mais uma pessoa, mas não sei qual dos vereadores está pagando esse rancho. Dos três eu tenho certeza.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Deu para perceber. Lá, há vários. Há o rancho do Betão, do Beliscão e outros.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim. O do Ivo...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Do Ivo. Há um rancho que é Estância dos Granjeiros, onde o senhor também...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. A Estância dos Granjeiros é a do Ivo.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Há um rancho do Biff, do João Lázaro, do Borceda e mais esse outro vereador...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Esse é na beira do Mogi.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Há um rancho também que o senhor aluga com outro. Qual o nome desse rancho?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Do Meguito?

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – E há mais outros ranchos?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Tem mais, tem mais.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Quantos ranchos mais ou menos há lá de instâncias onde se fazem essas festas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Que fazem essas festas, não sei! Sei que tem muitos ranchos. Então pedi esse papel, e pedi um tempo, se vocês me dessem, depois passo para o senhor a quantia exata de quantos ranchos foram e quantas festas.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – O senhor conhece Vânia, conhecida por Vivian?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Ela estava presente desde as primeiras festas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, não desde a primeira. Ela esteve em quase as primeiras.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – E qual era a importância, qual era a participação de Vânia nessas festas? Era só para fazer **streap tease**?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ela era garota de programa. Ela não fazia sexo se não pagasse.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Com todo o mundo? Até botava chifre no amante dela lá na frente de vocês também?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, ela era garota de programa.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Porque ela tinha uma relação com o Papagaio.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Teve, com o papagaio.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Aí, parece que, na hora, o Papagaio voava, e ela ficava com os outros.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Com o colega de serviço.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Essa Vânia, além de ser essa figura que transava com todo mundo, só transava por dinheiro. Até com o Papagaio?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Com ele não sei dizer. Mas com os outros sei, porque...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Era mesmo 70, ou era 50, ou era mais caro que ela cobrava?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, não era menos de 50.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Não era menos, não. Era mais do que isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, não era menos de 50.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Essa Vânia também levou de lá uma irmã que foi levada por ela.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Tem. Carol.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Carol, que é Valdirene, né?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei o nome dela.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Ela é maior. Quando foi, era menor; depois se tornou maior. Foi com 17 anos, depois, já com o tempo, tornou-se maior.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sei que ela já é desquitada, tem filhos e tudo.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Quem?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Essa Carol.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Carol. Agora, Vânia, pelo que vi, além de cobrar pelas transas que tinha, é dito que fazia **streap tease** e que ficava insinuando para as meninas como deviam fazer. É verdade isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, nunca vi ela fazer **streap tease**, quando eu estava. Quem fazia **streap tease**, que fez para mim, foi a Genilsa, no rancho, mas depois do horário, em torno de nove, dez horas. E as meninas, na época, não presenciaram o **strea tease**.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Mas a transa lá...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Dá licença um minutinho. É o seguinte: essas meninas disseram que estiveram mais vezes com os vereadores, e essa Genilsa, como fazia **streap**, para nós, ela fez **streap** também para os vereadores. Pode ser que essa Genilsa fez **streap**, no dia em que as meninas estavam lá.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Então o senhor confirma que Vânia levou gente para essas festas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Levou quem?

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Levou outras pessoas para as festas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Levou a irmã.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – A irmã.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – E aí o senhor não sabe se ela levou outras, não?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei dizer, senhor!

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Se ela chegou alguma vez nessas festas acompanhada de outras.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ela ia com os vereadores, sim, ela ia, sabe por quê? Porque a Carol também ia. Fiquei sabendo que elas saiam com os vereadores. Eu confirmo as três, porque elas confirmaram para mim. Se elas foram ao rancho com os vereadores e falaram que fizeram **streap**, sinal que, depois,...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Quer dizer que o senhor confirma, como o senhor usou a expressão, a casa caiu, que a casa começou a cair no dia em que Nelson da Silva levou as duas meninas? Foi isso? É isso o que o senhor confirma?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Mas o seguinte: além disso, tem Vânia, que também levou a irmã para lá e que, pelo que vimos em alguns depoimentos, aliciou também outras pessoas para essas festas e para a atividade. O senhor não disse, mas, no depoimento das meninas, falam também de outras pessoas que seriam. Mas o senhor disse, no seu depoimento, que, um dia era Vânia, Vivian, que estava lá fazendo sexo com um dos vereadores, o Borceda, e o senhor também deu uma brechadinha pela porta, não foi?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, pela porta, não! Pela janela!

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Pela janela. As meninas que ficavam lá pelo buraco da porta? Porque não tinha um buraco lá? Estão falando de um ...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Sim, diga. Fale sobre isso aí. Como funcionava esse brechamento de...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É a confirmação da senhora que fez a comida para mim. Eu estava cozinhando na cozinha. Havia dois quartos, a cozinha, uma meia-água e a churrasqueira. Eu estava fazendo a comida na cozinha e colocava a carne na parte de cima, para que não queimasse. No trajeto, quando passei para ver a carne, eu vi essas meninas vendo pelo buraquinho. Aí perguntei o que era. Disseram que era o Luiz Borceda fazendo sexo com a Vivian. Aí, eu disse: deixa-me ver então. Eu olhei e, de fato, estava mesmo.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Muito bem. Então, o senhor também presenciou. As meninas estavam olhando e, não apenas as meninas disseram que tinha gente lá, que o Borceda estava com a Vivian – e o Papagaio devia estar neste momento com a cabeça doendo, porque o Borceda estava com a Vivian –, mas o senhor deu uma olhadinha e verificou que eles estavam mesmo.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, confirmado tudo que elas falavam.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Valdirene é irmã de Vânia. E outra maior, Genilsa? O que tem Genilsa nestas festas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ela é bonita. Ela tem um corpo muito bonito.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Ela foi sozinha ou ela também ...?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, sempre que ela ia, era de mototáxi, porque ela trabalha e sempre ia de mototáxi.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Ah, o mototaxista levava, e ela participava da festa. Mas também fazia como Vivian, somente se pagasse?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, essa era mais legal.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Certo. O senhor disse o seguinte: que, além desses churrascos que o senhor organizou, preparou, fez também, no caso,...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sr. Deputado, eu estou querendo ir ao banheiro.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Está bom. Ele está querendo ir ao banheiro.

A SRª. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por favor, conduza-o até o banheiro. (Pausa)

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Pronto, Sr. Mafra, vamos continuar a nossa conversa.

O Paulo César, que é funcionário da prefeitura, disse o seguinte: que ele gostava muito de ir lá, mas ia para conversar com o senhor, porque o senhor tinha um papo bom; que o senhor era amigo dele e dava conselho e tudo. O Paulo César só ia lá para conversar com o senhor? O senhor estava cozinhando e organizando. Como o senhor tinha tempo para dar atenção ao Sr. Paulo César?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É, não era só isso, não.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Não era, não. Ele ia lá mesmo para participar da festa como um todo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É claro.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – E tinha relações com as meninas, também?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Quanto se recebe um convite para um jantar, não se vai apenas para bater papo, mas para jantar também.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Certo. Agora, eu não entendi o Beto do arroz do Caril, que só chegava e dizia que o senhor não deixava churrasco bom, só deixava carne fria, que não valia mais. Que negócio é esse aqui? E ele disse que ia lá só para comer carne que não prestava mais. Não era verdade, não?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, isso nunca aconteceu. Eu sabia do que ele gostava. Ele não podia comer sal e, como eu sabia que ele iria, eu deixava a carne dele, que era sem sal, separada.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Quer dizer que ele comia a carne já escolhida pelo senhor?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É, porque ele tem problema de pressão, essas coisas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Luiz Couto, V. Exª me permite um aparte?

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Essa pessoa pagava também, rateava?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É ele nos ajudava, pagava o churrasco também.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Fora o arroz que ele cedia, ele entrava na quota?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É, ele ajudava, ajudava, ajudava, ajudava, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Vamos, agora, para a questão da fotografia.

Se o senhor quiser falar mais sobre essa questão da fotografia depois, no depoimento, o senhor pode dizer: "Não, eu falo mais sobre isso aqui."

Em algum depoimento afirmam que o senhor tinha um álbum, que o senhor mostrava para as pessoas, com as poses das meninas. Se o senhor quiser, pode falar sobre isso depois.

O senhor tinha um álbum que mostrava para as pessoas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, nunca tive esse álbum.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Que alguns chamam de **book**, não é?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, nunca tive. As fotos que eu tirei foram entregues e o restante queimado.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Agora, algumas meninas disseram que o senhor não queimou, não, que o senhor tem ainda.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, não tenho, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Não tem, não?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não tenho, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Quando o senhor presenciou que a denúncia sobre Porto Ferreira estava acontecendo, o senhor resolveu sair de Porto Ferreira? O senhor foi para outro Estado, inclusive.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, fui.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Foi para o Amazonas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu fui para o Amazonas. Cheguei até Humaitá.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Humaitá. E lá o senhor ficou na casa de parentes?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não fiquei na casa de ninguém, senhor. Às vezes, eu ficava nos ônibus, caminhão.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – E o senhor foi de ônibus, de barco, como foi?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Às vezes eu peguei carona, às vezes peguei ônibus, porque eu guardei o dinheiro só pra voltar.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Sim.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu sabia quando seria de Humaitá até São Paulo, porque o meu advogado precisava de mim, na hora certa, para estar aqui. Então eu tinha que guardar esse dinheiro.

Cheguei a fazer uma refeição e a ir em um restaurante, quando mostrei meu currículo. Eu estava sentado mostrando o meu currículo em um restaurante. Inclusive, uma senhora falou: "Vou pegar você para trabalhar, porque pelo que você está mostrando no currículo, você é bom." Eu falei: "O que está aqui não é a metade do que eu sei fazer." Nisso, ela falou: "Vou te contratar."

Isso foi numa segunda-feira. E tudo aconteceu numa segunda-feira, as boas e as ruins.

Aí, a **Rede Globo** apareceu, e a senhora falou: "Mas não é você?" Eu falei: "É, sou eu." "Então, eu não posso te dar."

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – E a partir daí o senhor desapareceu do local?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – A partir daí, ela falou: "Olha, esquece que nós queríamos contratar você."

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Sim, mas o senhor podia dizer que elas podiam lhe entregar porque sabiam, porque tem gente que quando vê na TV telefonam: "Olha, tem aqui, o Mafra tá aqui".

O senhor não desapareceu da cidade?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Corretamente.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Desapareceu na hora?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sumi. Sumi na hora.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Há um depoimento que diz que na hora em que o senhor soube que a "casa ia cair de vez", o senhor passou na Prefeitura e disse para ele: "Olha, eu fiz uma besteira, você não tem nada a ver com o fato."

O senhor disse isso para ele?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Para o Paulo?

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Sim, par ao Paulo.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu disse: "Paulo, é o seguinte: aconteceu isso. O pai das meninas entregou a foto na delegacia e eu conversei com o meu advogado, e ele disse que era para eu sumir. E eu estou indo."

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Certo.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Aí ele falou assim: "Você me citou?" Eu falei: "Não, não citei ninguém. Estou indo embora, não estou"... Eu nem sabia que as meninas iam citá-lo.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Certo.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Inclusive é o que eu passei lá na Prefeitura e falei. E disse pra ele o seguinte: "Eu estou indo embora, porque meu advogado pediu pra eu sumir da cidade".

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Certo. No seu depoimento...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Luiz, se fosse possível, só num adendo à sua questão, que acho que é muito pertinente.

Então, assim que o senhor soube que as famílias das meninas tinham levado ao conhecimento das autoridades as fotos, o senhor já tinha advogados?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhecia os seus advogados?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, é o seguinte: quando aconteceu...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem lhe apresentou os advogados?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, quando aconteceu isso... Não são eles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eram outros advogados. Quem eram?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eram os advogados que são dos vereadores.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Aqueles vereadores.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É. O Ramos.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Certo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, qual foi o Vereador que lhe apresentou os advogados?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Como, senhora?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Os vereadores, então, logo que aconteceu o fato, preocuparam-se com o senhor e lhe apresentaram um advogado, que lhe orientou.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, é o seguinte: quando aconteceu isso aí, que chegou no meu ouvido que tinha caído a casa, eu procurei um advogado, procurei o Vagner Escobar, da Prefeitura, que é meu amigo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele é advogado da Prefeitura?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Da Prefeitura.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele é funcionário do Prefeito?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É, do Prefeito. Aí ele falou assim: "Mafra, eu não posso pegar a sua causa pelo seguinte: eu não sou criminalista e esse caso seu é criminalista, então vou indicar um advogado para você". Então, ele me indicou esse Ramos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E porque o senhor procurou o advogado do Prefeito?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Porque ele é meu amigo, eu era técnico de futebol dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é seu amigo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – O Vagner Escobar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O advogado?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – O advogado da Prefeitura.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – O senhor mantém – e ele disse isso – uma relação de amizade com o Beto do Arroz do Caril?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Inclusive ele disse que o senhor foi técnico dele.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, fui.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – E que ele teve um problema de saúde e não pôde continuar a carreira.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – O senhor confirma isso aqui, que conversava muito com ele?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: fui técnico de futebol de salão dele – você entendeu? – por dois anos, um ano e pouco. No outro campeonato, como há mudança de técnico, eu também fui mudado. Eles acharam que eu entreguei um jogo.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Certo. Mas ele disse que ia lá para conversar com o senhor, mas, na realidade, ele também participava da festa, embora fosse depois das dezoito horas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, ele ia, sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – E havia gente ainda lá, não havia só o senhor, não.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Havia, mas ele não participou com os...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Não, digo: havia outras pessoas também?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Havia, chegou a ter.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Essas festas começavam mais ou menos dez horas da manhã, certo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, duas horas.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Não, digo: o senhor começava...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu ia às oito, nove horas.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – O senhor começava a preparar a festa, porque a festa tem várias etapas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Mas para fazer o churrasco, preparar tudo, o senhor chegava lá...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Entre oito e nove horas.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – E aí as pessoas começavam a chegar a partir de doze e meia?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Catorze horas, mais ou menos.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Alguns disseram que iam às doze e meia porque depois tinham que voltar, porque tinham o expediente e eles não podiam... Teve alguém que chegou doze e meia, algum Vereador?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. É o seguinte...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Vereador chegava mais ou menos que horas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Vereador, houve um churrasco só, e eles chegaram depois das duas horas da tarde.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – E ficaram lá até que tempo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ficaram nessa segunda-feira até seis e meia, mais ou menos, porque sete e meia eles tinham sessão de Câmara.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Certo. Mas havia gente que ficava até dez horas da noite?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim. Não nesses churrascos com os vereadores.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Em outros.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Em outros chegou a ter até meia-noite.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Até meia-noite?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Chegou a ter.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Certo. Das atividades além de feijoada, porque há um caso da feijoada...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – ... da peixada que o senhor preparou para o Borceda, de churrasco, que era a comida mais...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Era mais rápido, mais tradicional.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – ... mais rápida, mas o senhor falou de estrogonofe. Houve uma festa que teve estrogonofe?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Teve estrogonofe, fiz macarronada, fiz um espaguete alho e óleo, fiz uma carne seca com abóbora...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Sim, quer dizer que a festa não era só isso aqui.

Agora, quem primeiro...

A SRA. – Pelo cardápio já são umas... Realmente, o cardápio é vastíssimo.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Quem foi a primeira pessoa que chegou para senhor e disse: "Sr. Mafra, eu quero fazer um churrasco e queria que você organizasse essa churrascada." Quem foi a primeira pessoa que pediu para o senhor arrumar a festa? O

senhor se lembra? Se não se lembrar, depois vai pegando na memória.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Posso até, depois, tentar lembrar.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Mas o importante é saber quem foi, porque o senhor falou que primeiro pegava sozinho, às vezes, algumas meninas na sua Belina, no início, mas, depois, Paulo César também trazia.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: o Paulo César não ia a todas, porque ele trabalhava.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Era um dia e outro não.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É. Ele trabalhava semana, sim; semana, não.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Era o senhor que levava primeiro as meninas, mas depois o Paulo César também começou a levar?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Chegou a levar também.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Isso mesmo. Tem alguma coisa aqui que me chama a atenção, Sr. Mafra. É o seguinte: o senhor diz no seu depoimento que o Nelson, ao sair para desligar o forno da cerâmica, quando retornou, trouxe duas meninas menores. Eram quem essas meninas? Diga as iniciais dos nomes delas.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É a J e a T.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Isso ocorreu há mais ou menos um ano e meio, mas, a partir desse momento, várias outras menores começaram a freqüentar festas. Havia menores e maiores?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Mas havia mais menores do que maiores, não era?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Talvez empatasse.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Quer dizer, aparecem três maiores. Havia outras maiores que o senhor não sabe o nome?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Maiores de idade estiveram nesse churrasco, mas não estiveram com as meninas. Tem mais meninas.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Tem mais maiores?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Tem mais, muito mais.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Depois, o senhor pode, depois, dizer o nome dessas pessoas, se souber, que também freqüentavam.

Quero tratar especificamente do rancho que foi alugado por Edivaldo Biffi, pelo Borceda, por João Lázaro e por outro Vereador que o senhor não se lembra o nome, mas sabe que tinha outro Vereador que alugava.

Esse João Lázaro disse que a única vez que foi lá foi para pegar a chave do senhor, porque o senhor pediu para fazer uma festa, mas que o senhor estava fazendo uma "sacanagem" e que ele recebeu um telefonema do Borceda para dizer: "Olha, tem de chamar a atenção do Mafra, porque ele está usando o nosso rancho para fazer orgia." O que o senhor diz disso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. É mentira. Tanto é que no depoimento de uma das meninas, falam que ele estava tomando banho nu.

A SRA. TELMA DE SOUZA (Bloco/PT-SP) – O senhor confirma isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Confirmo. Confirmo.

A SRA. TELMA DE SOUZA (Bloco/PT-SP) – O senhor viu isso?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu vi. Eu presenciei.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Pois é. Mas ele disse o seguinte: "Olha, eu fui lá apenas para pedir. Cheguei lá, aí, o Mafra deu uma de cicerone e disse: 'Olha, aqui é fulana". E apresentou. Aí o senhor disse que, além de ser quem fazia a comida, o senhor era a pessoa que apresentou ele a diversas pessoas que ele nem conhecida, inclusive, até a esse pessoal de Araras.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Todas, não. Todos eles têm uma chave. Cada um tem uma. E eu não peguei a chave com ele, peguei a chave com o Papagaio. Não peguei nem com ele.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Pois é. Quer dizer que não houve nada disso aqui?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Eles participaram, sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Naquela festa que o senhor disse que queria organizar, eles sabiam qual era o teor da festa?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sabiam. E sabiam que eu ia. Sabiam que eu ia com as meninas. Sabiam que eu ia... até a comida eles sabiam o que ia fazer, ia ser feito.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Certo. Muito bem.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Todos eles sabiam. Tanto é que eles foram jantar antes de ir para a Câmara.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Porque depois que eu ouvi do Borceda e do João Lázaro, quase

que dá vontade de fazer uma igreja lá e botar o "São João Lázaro" e o "São Luiz Gonzaga Borceda", porque se apresentaram como dois anjinhos que não fizeram nada e que estavam sendo utilizados.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É, eles estão querendo tirar e deixar só eu, nesse barco todo, só eu ficar.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – O senhor acha que tem gente interessada em colocá-lo como boi de piranha e deixá-lo assumir tudo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Posso falar?

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Pode falar.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: eu estava no PTB do Maluf desde 1968, que era a Arena. Desde de essa época que eu era da Arena. Então, até chegar nessa última eleição agora, houve um compromisso do prefeito comigo. Eu e ele sentados, sem ninguém. Eu e ele sentados, e ele falou: "Eu, ganhando a eleição, no dia primeiro, no dia dois, você entra comigo para trabalhar, desde que você venha para o meu Partido". Eu era uma pessoa bem dada com todo o mundo. Nem tanto para ganhar, mas sim para tirar os votos de lá. Peguei, e o que fiz? Mudei de Partido. Eu estava no PTB há mais de dezoito anos, joguei minha amizade toda fora para esse lado ruim. Então, tem um lado bom e um lado ruim. Fui para o lado que, hoje, considero um lado ruim. Têm pessoas boas também lá, mas têm pessoas más, que também levam a esse caminho. Então, acho que o lado que fui. Não estou dizendo a sigla do partido, pelo amor de Deus, não estou falando em sigla de partido. Agora estou no PPB, entendeu? Nada de sigla, pelo amor de Deus. Têm pessoas boas e pessoas más.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Mas o senhor sabe que as pessoas que lhe chamaram...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Exatamente. Então, achei que me usaram, essa imagem minha, para tirar de lá para jogar para cá. E ele me ofereceu isso aí, essa condição e que não foi cumprida. Não foi cumprida pela parte do prefeito, mas, nem por isso, estou magoado com ele, nada, nada.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Muito bem, Sr. Mafra. Então, esses três, que eram quatro, porque não eram três, o senhor colocou aqui três, mas tem mais um outro que o senhor não sabe o nome.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei qual deles que é o dono. Confirmando isso aí...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Que era situado no sítio de São Vicente.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, está alugado esse rancho para ele há mais de anos.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Há mais de anos.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ele tem contrato com esse rancho há mais de anos. Agora, o senhor imagine o tempo...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Esse contrato que vocês fazem é um contrato que vocês assinam?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei. Meu não. Ele tem tipo uma agenda. Chego lá, pago. Falo: segunda-feira. Fica agendado. Tipo assim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Nesses almoços no rancho dos quatro...

A SRA. – Deputado, V. Exª perguntou o nome do proprietário desse sítio?

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Sim, do proprietário?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não sei.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Não sabe.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Dos vereadores, não sei quem é o dono

A SRA. TELMA DE SOUZA (Bloco/PT-SP) – Qual era esse que o senhor colocava o nome lá? "Na segunda-feira eu quero".

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ah! Esse é o Miguito.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Não esse que ele fazia, mas do outro não sabe.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – O que ele disse, o que ele perguntou, eu não sei.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – No depoimento do Lázaro, parece que ele disse o nome lá. Veja, nesse que o senhor freqüentou, participou da organização da festa, que o senhor um dia pediu para eles também fazerem a festa lá e que eles sabiam de tudo como aconteceu, e apareceram sabendo do que estava acontecendo, não foram lá apenas para reclamar porque o senhor tinha usado para outros fins, que o senhor confirmou. Pergunto se, nessa festa, estava presente Nelson da Silva.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Mas o senhor disse que estava.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, nome dos vereadores, não.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Olhe, esses almoços, falando com o moço do rancho, do Biffi, do Lázaro, do Borceda.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, desses...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Daquele...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nelson não esteve. Dos vereadores, Nelson não esteve presente.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – O seguinte: Nelson esteve no rancho que foi alugado por Biffi e por Lázaro?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não lembro de ter dito isso, mas não teve isso não.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – E qual foi o lugar em que Nelson chegou com as duas meninas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Com as duas meninas? Na chácara do Pelegrini.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Ah! Do Pelegrini?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Quando o senhor diz "nesses almoços", esses almoços eram freqüentados pelo depoente, você participava, que era o cozinheiro, aí o senhor diz assim: "Alguma vez o senhor participou de um almoço, em que Nelson estava lá."

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Sim. O Nelson participou o de onde?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – O Nelson somente não participou dos empresários...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Sim.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É mais fácil falar do que ele não participou.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Diga. Falar do que não participou.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Menos.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Certo.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – O dos empresários, ele não participou. Ele não participou no da prefeitura e não participou no do Vereador.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – E nesse que o senhor organizou? Participou?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Dos outros, em quase todos ele participou.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Quase todos. Certo.

Carlinhos do Camarotti era freqüentador?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não foi a todos. O Carlinhos participou bastante, mas não de todos. Ele participou do dos empresários...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Certo. Teve um irmão seu também que participou de um desses?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Teve.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Como é o nome do seu irmão?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Valberto.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Valberto. O Valberto também participou das suas festinhas?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Ele era representante da Schincariol. Ele levou o refrigerante para nós lá.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Está bom. Deixe-me analisar outros pontos.

Quem esteve no último almoço? Eu quero falar do último almoço que o senhor organizou.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Do último almoço. Pois não, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – O irmão do José Carlos, que era proprietário de uma imobiliária em Araras, certo?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim. Carlinhos.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Participou. Carlos Alberto Rossi?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Esse não participou.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Mas o senhor disse aqui.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. No último, não. No penúltimo.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Veja aqui: "Esclarece...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Esse não é... Tirando, não foi o...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – "Que esteve no último almoço" O seu irmão esteve no último almoço. "Esclarece que o irmão de José Carlos, o proprietário de uma imobiliária em Araras, Carlos Alberto, que inclusive fornecia o arroz, Edivaldo Biffi, Luiz Gonzaga Mantovani, Borceda, João Lázaro, Luís Lanzoni, Vânia." Esse pessoal normalmente freqüentou alguma dessas festas?

O SR. – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Quer dizer, eles não deixaram de...

O SR. – Não foi generalizado, tudo junto.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Correto. Inclusive, nesses almoços, os freqüentadores – foi dito assim – "mantinham relações sexuais com prostitutas e também com as menores, mediante pagamento". O senhor confirma isso que disse na Justiça?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Confirmo o pagamento, mas não vi nem veio nenhum pagamento...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Mas o senhor disse...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Confirmo.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – O senhor disse o seguinte... Eu queria que o senhor dissesse o que o senhor viu e o que o senhor ouviu dizer, sabe? Quando o senhor diz: "Eu ouvi dizer. Eu vi isso aqui e eu fiz isso aqui".

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Então, quando for, o senhor diz: "Isso aqui assumo. Eu fiz. Isso aqui vi."

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Certo.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Ou "Isso daqui, eu ouvi dizer". Isso o senhor viu ou ouviu dizer, nesse caso de que eles...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Pagavam?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim. De que eles pagavam.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte: alguns eu vi pagarem, e alguns ouvi dizer que pagaram.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Está bom. Muito bem.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – E alguns que vi que pagaram não com dinheiro e, sim, com outras coisas.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – As meninas eram pagas para manter relação sexual. "Esclarece que sempre havia um assédio para convencer as menores à prática do ato sexual". Quem fazia esse assédio?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu discordo disso aí.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – O senhor diz aqui.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. O assédio é o seguinte: das meninas...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Era a Vânia que fazia isso? Era quem?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. O assédio com as meninas que V. Exª fala?

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Vamos supor que chego para o senhor e começo a dizer o seguinte: "Olha, a Vânia chegava e começava a tirar a roupa fazendo um jeito lá para as meninas fazerem aqui". Assediar significa dar uma cantada, por exemplo, ou dizer: "Isso aqui, você vai lá..." O senhor não chegou a dizer, alguma vez, para alguém: "Olha, vai com aquele ali, porque ele tem muito dinheiro?" O senhor não chegou a dizer isso nenhuma vez?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Cheguei a dizer sim, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Pronto. Isso é assédio.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – O senhor disse que as meninas...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu posso só reforçar, senhor?

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – ...havia um assédio para convencer as menores a praticar, não somente a bolinar, mas a fazer sexo oral, a fazer **strip-tease**, e tal, etc. Quer dizer, as pessoas tentavam convencer as meninas. Por exemplo, quem fazia esse convencimento das menores?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Houve o dia em que os empresários estiveram no rancho. Daí, eu disse: esses aí são empresários, esse pessoal tem dinheiro.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Quantas pessoas faziam esse trabalho de convencer as menores? A Vânia conseguiu convencer a irmã a levá-la para lá. Ela era menor. Mas, por exemplo, outras pessoas que estavam lá tentavam convencer, dizendo "vem para cá". Há um depoimento que diz que João Lázaro saía correndo, nu, de cá para lá, chamando "venha para cá, venha para cá; vocês são as azedas". V. Sª ouviu isso aqui?

O SR VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, isso eu não ouvi. Esse foi o dia em que ele estava tomando banho, seminu, somente de cueca, e a chamou, dizendo "venha para cá tomar banho comigo". Isso eu ouvi, porque a cozinha é ao lado do banheiro. Isso eu ouvi. E, depois, eu o vi tomando banho.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB)– Foi dito o seguinte: "ele pegava as meninas, jogava na piscina e, depois, tentava tirar as vestes delas".

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – É o seguinte... De quem V. Exª está falando agora?

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Quero saber se V. Sª ouviu isso aqui?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Na piscina, existia uma brincadeira chamada "cavalo de batalha". Põem-se as meninas no ombro, e uma derruba a outra. Pode ser que, em uma dessas brigas, a parte de cima...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Retirava-se a sela do cavalo, ou seja, o cavalo queria retirar a sela e deixar tudo livre, não é?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, elas não chegaram a tomar banho nuas.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Mas as meninas disseram que tentavam...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Ah, sim, pois elas estavam nadando; o pessoal chegava com elas lá e...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Então, o seguinte...

A SRA. TELMA DE SOUZA (Bloco/PT-SP) – Deputado Luiz Couto, sei que vou interromper o seu raciocínio. Começou a Ordem do Dia, e, como Vice-Líder do PT, teria de estar no Plenário. Por não ser membro da Comissão, tenho o direito de falar após os Deputados que o são. Gostaria, então, que V. Exª me permitisse fazer um depoimento, em função da nossa ida à cidade de Porto Ferreira, na última semana. V. Exª me permite?

O SR. LUIZ COUTO (BLOCO/PT-PB) – Pois não.

A SRA. TELMA DE SOUZA (Bloco/PT-SP) – Eu não farei perguntas. Deixarei o encaminhamento, até em Bloco/PT-PB) – Pois não.

A SRA. TELMA DE SOUZA função da nossa oitiva posterior. V. Exª me permite?

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-SP) – Muito obrigada. Eu gostaria de fazer algumas ponderações. Sou, juntamente com a Deputada Maria do Rosário, uma das coordenadoras da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente e a única, aqui presente, do Estado de São Paulo. Eu já governei a cidade de Santos e desejo prender-me a algumas situações e dar meu ponto de vista para a oitiva que teremos em particular, posteriormente a esta nossa ação.

A revista **Época** desta semana fala da ação da CPI, apresenta fotos e ironicamente, coloca uma campanha, por meio de **outdoors**, na cidade de Porto Ferreira, em defesa da criança e do adolescente. Estive naquela cidade, juntamente com a Senadora Patrícia Saboya Gomes, a Deputada Maria do Rosário, o Deputado Luiz Couto, o Deputado João Magno, o Deputado Eduardo Barbosa e a Deputada Laura Carneiro. Saímos de lá por volta de uma hora, e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, às 4 horas da manhã.

Gostaria de falar com base nos depoimentos que ouvi. Estive na oitiva da mototáxi, dos pais das meninas e de dois conselheiros tutelares. Estou pessoalmente convencida, em que pesem todas as afirmações referentes ao Sr. Valter Mafra de que ele não está sozinho nessa situação. Essa não é uma defesa dele, muito pelo contrário. Acredito que há contradições e problemas; há cidades ao redor que estão sendo citadas. Eu acho que estamos tocando na ponta de um **iceberg**, que tem a ver com prostituição infantil e também com as drogas. A maior ou menor culpa em relação às pessoas envolvidas o decorrer da CPI vai determinar.

Não somos o Judiciário, mas somos um braço do Judiciário. A nós nos cabe trazer informações. Não temos julgamentos a fazer. Isso será outro Poder que fará. Mas temos prerrogativas de esmiuçar e apontar situações que, no momento, é sobre Porto Ferreira, cidade até então conhecida pelas suas lojas de louça e de cerâmica, mas que hoje ocupa o noticiário nacional de outra maneira.

Agora, o que me chama atenção, no caso por inteiro, não é o depoimento do Sr. Valter, mas alguns depoimentos de vereadores que eu ouvi, em que todos apregoavam a sua inocência. E não creio que isso seja assim, principalmente quando sei que um dos vereadores é o diretor da escola onde as crianças estudavam – as meninas –, que já ficaram, por faltas, presas do ano. Algumas já são dependentes de crack, pelo depoimento de seus pais, e eu penso que teremos que ir muito fundo nessas questões.

O que devemos evitar é fazer pré-juízos ou centrar nesta ou naquela pessoa uma situação que acredito chega no Executivo, chega na prefeitura. Está aqui nas palavras, não sou eu que estou dizendo. Está aqui no texto enviado pela juíza.

Eu acredito que continuaremos nessa situação, porque este caso tem uma aberração que eu gostaria que ficasse anotada. É que passamos a falar de situações de abuso sexual envolvendo menores como se fosse algo normal e natural. São as festas, são situações de perversão envolvendo visões – em vocabulário mais sofisticado, o **voyeurismo** – e outras situações extremamente deprimentes, porque não estamos falando só de adultos que aliciam menores, mas de pessoas consideradas autoridades em sua cidade. Isso é particularmente complicado.

Insisto em dizer o seguinte: estamos diante de uma perversidade terrível. Lamento profundamente que ela esteja acontecendo no meu País, em particular no meu Estado. Penso na responsabilidade de todos os Deputados da nossa Comissão, e estou agregada a essa situação, pela função que exerço na Comissão, na Frente Parlamentar. Estou nessa função há quatro anos.

Para terminar meu depoimento, farei a leitura de um material que o Senador Eduardo Suplicy, elegantemente – como é comum a S. Exª –, enviou à Comissão, diretamente à Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente da CPI.

Em reportagem publicada no **Diário de S.Paulo** do dia 1º de setembro, a psicanalista de crianças e adolescentes e Presidente do Conselho da Abrapia – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção

à Infância e à Adolescência, Drª Ana Maria Brayner Lencarelli, faz as seguintes considerações, que considero pertinentes constarem nos **Anais do Senado Federal**:

"O abusador é uma pessoa comum, que mantém preservadas as demais áreas de sua personalidade, ou seja, é alguém que pode ter uma profissão e até ser destaque nela, pode ter uma família e até ser repressor e moralista, pode ter bom acervo intelectual, enfim, aos olhos sociais e familiares, pode ser considerado "um indivíduo normal". Ele é perverso, e faz parte da sua perversão enganar a todos sobre sua parte doente. Para ele, enganar é tão excitante quanto a própria prática do abuso. Pode esconder-se vestindo uma pele de cordeiro, ou uma pele de autoritário, ou uma pele de moralista, , mas, isso não passa de um artifício a serviço da sua perversão. Esse é o ponto central da sua perversão. Ele necessita da fantasia de poder sobre sua vítima, usa das sensações despertadas, no corpo da criança ou da adolescente, para subjugá-la, incentivando a decorrente culpa que surge na vítima. O abusador pode ser agressivo, mas, na maioria das vezes, ele usa violência silenciosa, ameaça verbal ou apenas velada. Covarde, ele tem muito medo, e sempre vai negar o abuso, quando for denunciado ou descoberto. O pedófilo procura, freqüentemente, a situação de exercer a função de substituto paternal, para ter a condição de praticar sua perversão. Seu distúrbio mental é compulsivo e ele vai repetir e repetir seu comportamento abusivo, como o mais forte dos vícios."

E, agora, queria que todos prestassem atenção, estou no final dessa leitura e, em particular, o réu, a quem não farei pergunta, mas gostaria de dar uma direção ao seu depoimento sigiloso, que fará posteriormente a nós. Nenhuma promessa de mudança de seu comportamento pode ser cumprida por ele, pois é dependente do abuso. Ele tem consciência do que pratica, portanto, deve ser responsabilizado criminalmente, sem atenuantes. Vou repetir: portanto, deve ser responsabilizado criminalmente, sem atenuantes.

Faço uma parada aqui, dizendo que, acerca de duas semanas, votamos, no Plenário da Câmara, a definição do crime de pedofilia, que agora está incurso em lei e está aqui no Senado, onde as pessoas, não só as que abusam de crianças e adolescentes, mas as crianças que batem fotos, que mantêm essas fotos, que dão informações à Internet, alimentam essa cadeia de pedofilia, também tem a sua parcela, são tão culpadas quanto a própria pessoa que fez a prática sexual.

Quero terminar dizendo o seguinte, ainda do texto da psicanalista:

"O maior dano que ele, o abusador, causa é à mente da criança, que é invadida pela concretização das fantasias sexuais, próprias da infância, e que deveriam permanecer em seu imaginário. A concretização precoce dessas fantasias pode explicar a evolução de abusado para abusador, no futuro. A criança fica aprisionada nessa prática infantil do sexo e suas numerosas implicações psicológicas adoecedoras. E apenas muda de lado, quando se torna adulto, permanecendo, no entanto, na cena sexual infantil traumática."

Penso que, com esse texto, estamos abarcando toda uma situação, que envolve o Sr. Valter, mas envolve outras pessoas, com toda certeza. Tenho profunda convicção de que muitos desses fatos acontecem no nosso País, não apenas em Porto Ferreira. Mas, esse caso precisa ser profundamente discutido e, principalmente, ter os encaminhamentos necessários, porque essa é uma situação que nossas crianças não podem ter, principalmente as pobres. Queria que tivessem visto a figura dos pais dessas crianças. Um deles, capina o terreno do tal do futebol clube que tem o Vereador, que é presidente, e tem um funcionário que está também nesse quadrilátero absurdo de perversões humanas.

Gostaria, além de parabenizá-la, Senadora Patrícia, de deixar esse depoimento. O Regimento me permite a pergunta, mas, acredito que os outros deputados, a Senhora mesmo e o Deputado Luis Couto, já se encaminharam de fazer algumas discussões e dar alguns aprofundamentos, mas, tenho certeza de que essa não é uma situação desse ou daquele vereador, dessa ou daquela pessoa. É uma situação onde muitos foram os atores e precisamos aprofundar essas discussões, sob pena de estarmos sempre jogando os abusos para o setor mais pobre da nossa sociedade e, particularmente, sobre as meninas.

Nós, que somos mulheres, sabemos que o abuso sexual – não que os meninos também não o tenham –, mas ele é muito maior sobre as meninas. Não estamos fazendo uma defesa feminista barata. Sei que o senhor tem duas filhas na faixa etária dessas meninas, e estamos aqui, Senado e Câmara, para aprofundar essas discussões e trazer à luz as possibilidades para que casos como esse não voltem a se repetir no nosso País, nem no meu Estado, nem em cidade nenhuma.

Obrigada, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Telma de Souza. Quero agradecer também a contribuição de V. Exª a esta CPMI indo a Porto Ferreira e agora trazendo a sua sabedoria, inteligência e coração a uma causa que certamente é de todos os homens e mulheres de boa-fé deste nosso País.

Antes de passar a palavra ao Deputado Luiz Couto, registro a presença do Deputado Moroni Torgan, que inclusive já foi Relator de uma CPI que buscou

investigar a questão à época, há dez anos, da prostituição infantil no nosso País, a quem quero agradecer antecipadamente a presença, participação e colaboração nesta Comissão.

Deputado Luiz Couto, V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – No início de sua fala, o senhor também senhor disse: "Eu quero pagar pelo que fiz, mas também quero que os outros paguem pelo que eles fizeram", ou seja, na realidade, o senhor assumiu uma série de fatos que têm relação com o senhor e também há outras pessoas, que vemos aqui, e o senhor, no seu depoimento, está revelando algumas dessas ações.

Nas festas em que o senhor era o organizador, normalmente eram todas pessoas conhecidas ou tinha alguém que ficava para receber – quando se chega a uma granja ou chácara sempre há alguém para receber -, era o senhor que ficava recebendo ou tinha gente para receber? Ou entrava todo mundo, era como casa da Noca: entrava, já estava tudo organizado?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Chegava e entrava.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Não tinha ninguém que ficava lá na porta para receber, não?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Está bom. O senhor disse que na sua Belina levava algumas meninas, menores. O senhor, algum dia, levou para um rancho, que fica no Município chamado Escalvado, o senhor levou algumas meninas, deixou-as no rancho, lá no Escalvado?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, nunca levei para Escalvado.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Nunca deixou?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Nunca. Nunca fui para esse Escalvado.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Há um depoimento – não sei se foi o senhor ou se foi alguém que levou – de que elas foram deixadas nesse rancho e que elas retornaram depois. Se o senhor depois se lembrar disso, porque elas afirmaram e algumas delas, a Ta, a E... Tem uma menina aqui também que o senhor disse que foi ela, no seu depoimento, essa E, que viu aqueles empresários lá de Araras na festa promovida por Carlinhos do Camarotti, que eles estavam lá, que disse: "Tem uma fazendo sexo com dois ali atrás", que foi essa E. O senhor sabe quem é, né?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sei, sim, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Pronto. Ou seja, quer dizer, o senhor nunca levou ninguém para um rancho que já ficava próximo desse Município?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Existe rancho próximo a esse Município. Vamos supor: à beira do rio Mogi Guaçu, mas eu nunca as levei e deixei.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Nas festas que o senhor organizou e de que participou, o senhor disse que tinha controle das festas das segundas-feiras, que o senhor participou, organizou algumas delas. Agora, outras festas aconteceram, e as meninas informaram a presença de empresários que vieram do Leme. O senhor nunca viu?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, comigo nunca participou, a não ser o seguinte... Pode até ser, Deputado, que esses empresários de Araras...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Convidava.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não, pode ser que um desses dois, que não conheço, sinceramente não tive contato com eles... Inclusive esses dois que tiveram relação com essa menina atrás na edícula, que passei o mapa para o Deputado; pode ser que esses dois sejam de Leme. Sei o seguinte, que o de Araras, que é irmão desse Carlinhos...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Que o senhor viu que tinha gente estranha...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Exatamente. Podia ser que esses dois de Araras que vieram juntos, pode ser que sejam de Leme, não sei se são de Leme.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Ou seja, na realidade, todas as outras pessoas o senhor conhecia, menos esse aí.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sim, esses empresários eu não conheço. Foi a única vez que eu estive com eles e mais nada.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Porque há acusação de que há um empresário de Americana, de Santa Rita do Leme, de Laranjais. Como é? Tem um lá...

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Sítio de Laranjais?

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Tem uma cidade lá, não tem?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Não. Circunvizinhas são: Leme, Pirassununga, Santa Rita do Escovado, Santa Cruz das Palmeiras.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Sim, Santa Cruz das Palmeiras.

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Santa Cruz das Palmeiras. Eu desconheço.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – O senhor está preso hoje em que Município?

O SR. VALTER DE OLIVEIRA MAFRA – Eu estou em Hortolândia.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Hortolândia. O senhor sabe que ...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Luiz Couto, desculpe-me por interrompê-lo novamente, mas tanto a Deputada Maria do Rosário quanto V. Exª precisam ir ao plenário. Fomos avisados de que a Ordem do Dia vai começar, e teríamos então que suspender esta reunião. Sugiro que, neste exato momento, suspendêssemos a reunião, para que V. Exªs fossem assinalar suas presenças. Depois, V. Exªs voltariam para que pudéssemos ouvir o depoente reservadamente.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Ainda tenho perguntas para serem feitas em público.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Deputada também. Eu só estou fazendo essa sugestão para agilizar os trabalhos enquanto dariam suas presenças.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Sugiro a V. Exª que fosse assegurada alguma comida para o Sr. Valter para que, depois, ele pudesse, já com mais energia, continuar respondendo aqui as indagações.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não. Será providenciado um lanche para...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sra. Presidente, concordando com a sua determinação, só lhe pergunto, a respeito dos requerimentos, se mantemos o mesmo **quorum**, porque é a mesma reunião, apenas, a partir de um momento, passa a ser reservada. Requerimentos que porventura tenhamos em relação ao próprio caso, em que sejam necessários quebra de sigilo telefônico, bancário, alguns requerimentos que possamos...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Sugiro, Srª Presidente,...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas a reunião é a mesma, continuamos aquela que...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Continuamos com a mesma reunião.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só a partir de um determinado momento segue reservada. Excelente. Obrigada.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Para que não fiquemos lendo requerimento por requerimento, sugiro que A SRA. Presidente juntamente com A SRA. Relatora verifiquem quais são os requerimentos urgentes, para que, assim, possamos votá-los em Bloco.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não, Deputado. Obrigada.

Peço às pessoas que se encontram no plenário que, por favor, saiam para que, daqui a alguns minutos, possamos ouvir reservadamente o Sr. Valter De Oliveira Mafra. Peço à Secretaria para providenciar o esvaziamento da sala, devendo permanecer somente os Parlamentares e os advogados.

A reunião está suspensa.

(Suspende-se a reunião às 16h10min.)



EDIÇÃO DE HOJE: 850 PÁGINAS